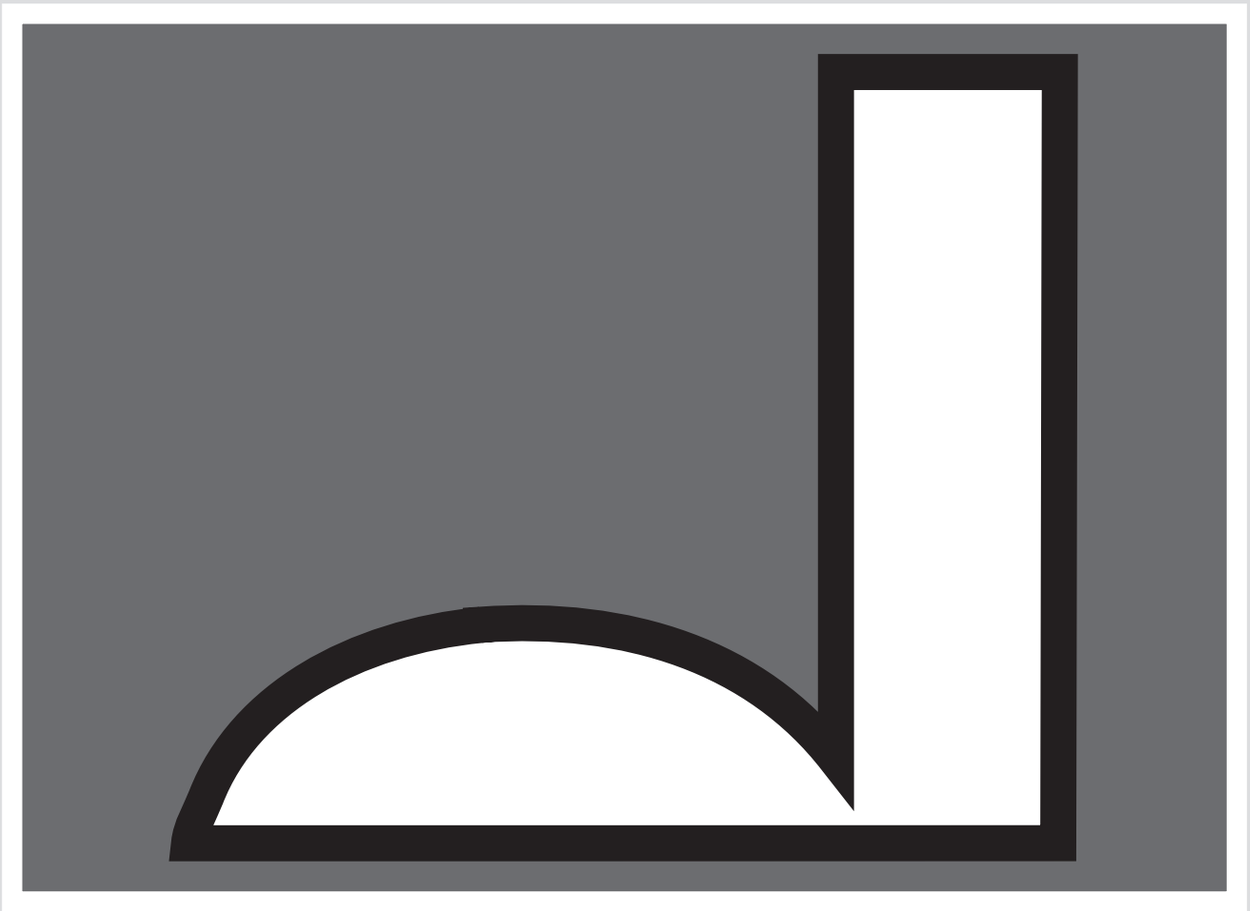
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de outubro de 2009)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

VOLUME III/III

ANO LXIV – SUP. AO Nº 172 – QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO
Mão Santa - (PSC-PI) [7]
4ª SECRETÁRIA
Patrícia Saboya - (PDT-CE) [6]

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gilvam Borges
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior

.....

Líder do PMDB - 17
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha (4)
Neuto De Conto

Líder do PP - 1
Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella

.....

Líder do PT - 11
Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns (3)

Líder do PR - 3
João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior (5)

Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 28

Líder
Raimundo Colombo - DEM (1)

Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana

.....

Líder do PSDB - 15
Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

Líder do DEM - 13
José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos (2)
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

PTB - 8

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

PV - 1

Líder
Marina Silva - PV

PSC - 1

Líder
Mão Santa - PSC

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
5. Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 23 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 29 de setembro de 2009.
6. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
7. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 31 de outubro de 2009)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 10

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 71

– Secretaria de Comissões..... 80

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 2009, terça-feira, às 10 horas. 232

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de outubro de 2009, terça-feira, às 10 horas. 245

Ata da 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e 33ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada, em conjunto, em 7 de outubro de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 265

Ata da 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de outubro de 2009, terça-feira, às 10 horas. 288

Ata da 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 2009, terça-feira, às 10 horas. 301

Ata da 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 2009, terça-feira, às 14 horas. 343

1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de junho de 2009, terça-feira, às 16 horas. 371

Ata da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de junho de 2009, terça-feira, às 10 horas. 382

Ata da 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 388

Ata da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 18 de junho de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 390

Ata da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de junho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 25 de junho de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 513

Ata da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de julho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 2 de julho de 2009, quinta-feira, às 10 horas..... 590

Ata da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de julho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 9 de julho de 2009, quinta-feira, às 10 horas, e 14 de julho, terça-feira. 640

Ata da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 716

Ata da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 6 de agosto de 2009, quinta-feira, às 10 horas..... 753

Ata da 25ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 28ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 781

Ata da 26ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 791

Ata da 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 18 de agosto, terça-feira, às 9 horas. 829

Ata da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 20 de agosto, quinta-feira, às 10 horas..... 967

Ata da 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 27º Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de agosto de 2009, quarta-feira, às 11 horas..... 1001

Ata da 30ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 28º Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de agosto de 2009, quarta-feira, às 11 horas..... 1034

Ata da 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 18 de agosto, terça-feira, às 9 horas, e 27 de agosto, quinta-feira, às 10 horas..... 1050

VOLUME II

Ata da 32ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 31º Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de setembro, terça-feira, às 11 horas..... 9

Ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas. 64

Ata da 34ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 48ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de setembro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 83

Ata da 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas. 95

Ata da 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 17 de setembro, quinta-feira. 155

Ata da 37ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 34ª Reunião da Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 210

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas. ... 224

Ata da 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas. . 241

Ata da 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 1º de outubro, quinta-feira..... 294

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 388

Ata da 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas. 416

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 15 de outubro, quinta-feira, às 10 horas. 435

Ata da 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 15 de outubro, quinta-feira, às 10 horas 495

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 2009..... 513

Ata da 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão

Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2009..... 530

Ata da 57º Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de outubro de 2009..... 557

Ata da 58ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2009..... 580

Ata da 59ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de outubro de 2009..... 606

Ata da 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009..... 626

Ata da 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009..... 668

Ata da 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de outubro de 2009..... 687

Ata da 63ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de outubro de 2009..... 724

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 2009, terça-feira, às 11 horas e 30 minutos..... 753

Ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de outubro de 2009, terça-feira, às 11 horas e 30 minutos. 761

Ata da 34ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, conjunta com a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 2009, terça-feira, às 11 horas e 30 minutos. 774

1.2.4.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014

Ata da 1ª Reunião, de Instalação, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 2009, terça-feira..... 800

Ata da 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de outubro de 2009, terça-feira..... 801

1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada em 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 9 horas. 811

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 12 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 821

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 850

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 2 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 871

Ata da 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 3 de setembro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 875

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de setembro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 918

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 17 de setembro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 956

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 23 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 976

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 29 de setembro de 2009, terça-feira, às 10 horas. 983

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 1º de outubro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 997

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 8 de outubro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 1030

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 1056

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 21 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 1064

VOLUME III

1.2.6 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 7 de maio de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 9

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de maio de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 49

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 21 de maio de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 75

Ata da 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 27 de maio de 2009, às 10 horas. 89

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 10ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 28 de maio de 2009, às 10 horas. 116

Ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 4 de junho de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 147

Ata da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 16 de junho de 2009, às 9 horas e 30 minutos 164

Ata da 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 2 de julho de 2009, às 8 horas e 30 minutos.. 188

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 9 de julho de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 221

Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 6 de agosto de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 259

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de agosto de 2009, às 18 horas. 280

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de agosto de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 308

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 17 de agosto de 2009, às 18 horas. 360

Ata da 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 20 de agosto de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 385

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de agosto de 2009, às 18 horas. 397

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de agosto de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 437

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 31 de agosto de 2009, às 18 horas. 454

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 3 de setembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 486

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, conjunta com a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada dia 10 de setembro de 2009, às 08 horas e 30 minutos. 515

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de setembro de 2009, às 18 horas. 560

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Le-

gislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 17 de setembro, às 8 horas e 30 minutos..... 583

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 21 de setembro de 2009, às 18 horas. 593

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, conjunta com a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada dia 23 de setembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos. 611

Ata da 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, conjunta com a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, realizada dia 29 de setembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos. 630

Ata da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 1º de outubro de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 661

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 5 de outubro de 2009, às 18 horas..... 674

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 8 de outubro de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 703

Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de outubro de 2009, às 18 horas..... 720

Ata da 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 22 de outubro de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 747

1.2.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 757

Ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 5 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 760

Ata da 17ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 12 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 768

Ata da 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 19 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 801

Ata da 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 26 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 809

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 2 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 837

Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 842

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 856

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 858

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas e 30 minutos. 866

1.2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 2009..... 874

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária,da 53ª Legislatura, realizada em 30 de setembro de 2009..... 905

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária,da 53ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2009..... 930

Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária,da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009..... 956

Ata da 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Conjunta com a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de setembro de 2009..... 979

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 21 de outubro de 2009..... 1007

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ata da 11ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada em 7 de maio de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta minutos do dia sete de maio de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores *Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, João Ribeiro, Gilvam Borges, Paulo Duque, Mão Santa, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Antônio Carlos Valadares, Lobão Filho, Pedro Simon, Efraim Morais, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gim Argello*. Justificou a ausência em virtude missão política o *Senador Valdir Raupp*. Compareceram ainda à Reunião da Comissão os Senhores Deputados Federais Julio Semeghini e Dagoberto Nogueira. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. **PARTE 1 –** Comunicados da Presidência – A Presidência procede a leitura dos comunicados e expedientes, destacando o *Aviso nº 504-GP/TCU* que ,em resposta ao Ofício nº 042/2009/CI, indica servidores para participarem de Audiência Pública, desta Comissão, a realizar-se no próximo dia 14 de maio. Em seguida a Presidência passa a ler os seguintes Requerimentos **EXTRAPAUTA – ITEM 05 – REQUERIMENTO nº 27, de 2009-CI**, Requer nos termos do caput do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; **Autor: Senador Fernando Collor**. **Resultado: Aprovado**. **EXTRAPAUTA – ITEM 06 – REQUERIMENTO nº 28, de 2009-CI**, Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir os impactos econômicos de medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, no sentido de estabelecer o regime de liberdade tarifária para as companhias de navegação aérea nacionais e internacionais na prestação de serviços aéreos internacionais regulares partindo do Brasil coma as presenças das seguintes autoridades: Senhora Solange Paiva Vieira, Presidente da Agência Nacional de Aviação Aérea Civil – ANAC; Senhor Antônio Henrique Pinheiro Silveira – Secretario de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Tenente – Brigadeiro do Ar Cleonilson Nicário Silva – Presidente da Infraero e um Representante do Sindicato Nacional das empresas Aeroviárias – SNEA. **Autor:** Senador Gim Argello**. Resultado: Aprovado.** A Presidência propõe inversão de pauta, que é acatada pelos membros da Comissão. Procede-se a deliberação das seguintes matérias: **ITEM 04 –** Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 37, de 2009** "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, para permitir a dedução do imposto de renda das pessoas físicas das despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal, bem como permite dedução idêntica do imposto de renda das pessoas jurídicas". **Autor: Senador Expedito Júnior**. **Relator:** Senador Gilberto Goellner. **Parecer:** pela aprovação à matéria. **Resultado:** A matéria foi retirada de pauta pelo Relator para reexame . **ITEM 3** – Decisão Não Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 29, de 2008** "Altera o inciso 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infraestrutura". **Autor: Senador Antônio Carlos Valadares**. **Relator:** Senador Wellington Salgado. **Parecer:** pela rejeição à matéria. **Resultado:** Aprovado Parecer pela Rejeição da matéria. **ITEM 01** – Decisão Não Terminativa – **Mensagem do Senado, nº 36, de 2009** – "Submete a considerações do Senado Federal o nome do senhor JOÃO BATISTA DE REZENDE para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL". **Autor: Presidência da República**. **Relator:** Senador *Gilvam Borges*. **Parecer:** a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar a indicação. A Presidência passa a palavra ao sabatinado que, após as explicações iniciais, é argüido pelos Senadores da Comissão. A Presidência procede à leitura do seguinte Requerimento **EXTRAPAUTA – ITEM 07 – REQUERIMENTO nº 29, de 2009-CI "**Nos termos do artigo 214, parágrafo único, inciso III, do regimento Interno do Senado federal, requer que seja iniciada a votação da indicação do senhor JOÃO BATISTA DE REZENDE, ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunica-

ções – ANATEL, logo após o termino da exposição do sabatinado, tendo em vista as informações referentes à adoção de procedimentos a serem adotados nos processos de argüição e votação de autoridades prestadas pelo Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura em sua 11ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão legislativa Ordinária da 53ª legislatura". **Autor: Senador Adelmir Santana. Resultado: Aprovado.** Inicia-se a votação. Ao final do processo de votação, foram convidados como escrutinadores os Senhores Senadores Jayme Campos e Delcídio Amaral. A indicação foi **aprovada** com 16 votos sim, 02 votos não, nenhuma abstenção, num total de 18 votos. Usaram da palavra para sabatinar o indicado os senhores *Senadores Paulo Duque, Fernando Collor, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Wellington Salgado, Lobão Filho, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner*. Após a aprovação do candidato ao cargo de Membro do conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente suspende a Sessão às 11h15, para os cumprimentos ao senhor João Batista de Rezende, e reaberta às 11h17min. **ITEM 02** – Decisão Não-Terminativa – **Mensagem do Senado, nº 49, de 2009** – "Submete a considerações do Senado Federal o nome do Senhor IVO BORGES DE LIMA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT". **Autor: Presidência da República**. **Relator "ad hoc":** Senador Marconi Perillo. **Parecer:** a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar a indicação. A Presidência passa a palavra ao sabatinado que, após explicações iniciais, é argüido pelos Senadores da Comissão. A Presidência procede a leitura do Requerimento **EXTRAPAUTA – ITEM 08 – REQUERIMENTO nº 30, de 2009-CI "**Nos termos do artigo 214, parágrafo único, inciso III, do regimento Interno do Senado federal, requer que seja iniciada a votação da indicação do senhor IVO BORGES DE LIMA, ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, logo após o termino da exposição do sabatinado, tendo em vista as informações referentes à adoção de procedimentos a serem adotados nos processos de argüição e votação de autoridades prestadas pelo Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura em sua 11ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão legislativa Ordinária da 53ª legislatura." **Autor: Senador Jayme Campos. Resultado: Aprovado.** Inicia-se a votação. Ao final do processo de votação, foram convidados como escrutinadores os Senhores Senadores Delcídio Amaral e Gilberto Goellner. A indicação foi **aprovada** com 14 votos sim, 02 votos não, nenhuma abstenção, num total de 16 votos. Usaram da palavra para sabatinar o indicado os senhores Senadores *Paulo Duque, Gilberto Goellner, Delcídio Amaral, Fernando Collor e Eliseu Resende*. A Presidência procede a leitura do Requerimento **EXTRAPAUTA – ITEM 09 – REQUERIMENTO nº 31, de 2009-CI** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do regimento Interno do Senado federal, que seja convidado o Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, para prestar esclarecimentos sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Solicita ainda que a Audiência seja realizada em conjunto com o Presidente do IBAMA, convidado por requerimento aprovado hoje nesta Comissão. **Autor: Senador Gilberto Goellner. Resultado: Aprovado.** Usaram da palavra durante a Reunião os Senhores Senadores Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Wellington Salgado, Jayme Campos, Efraim Morais, Paulo Duque, Ademir Santana, Fernando Collor, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Marconi Perillo e Serys Slhessarenko. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, **Álvaro Araujo Souza**, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS INFRAESTRUTURA – CI

11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no dia 7 de maio de 2009, às 08 horas e 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A Presidência informa aos Srs. Membros da Comissão, o recebimento do Ofício nº 78/2009 – DR, da ANEEL, do Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Dr. Nelson José Hubner Moreira, encaminhando cópia magnética do relatório de prestação de contas, relativo ao exercício de 2008, encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, CGU – essa fita magnética encontra-se à disposição de cada dos senhores membros desta comissão para estudo e análise.

Comunicamos também o recebimento do Aviso nº 504, GP/TCU, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, em resposta ao Ofício nº 042/2009/CI, desta Presidência, indicando os servidores: Paulo Roberto Wiechers Martins, Secretário Geral de Controle Externo; Marcelo Luís Souza de Lira(F), Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimentos; André Luiz Mendes, Secretário de Obras e Patrimônio da União; e André Kresch, Diretor da Secretaria de Obras e Patrimônio da União, para participarem de Audiência Pública, desta Comissão, a realizar-se no próximo dia 14 de maio próximo, quando irão discorrer sobre a metodologia de fiscalização de obras adotadas pelo Tribunal, com ênfase especial naquelas relacionadas ao PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento.

Informo as Sras. e Srs. Membros desta Comissão, que recebemos também expediente do Ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Pedro da Rocha Acioli, informando sobre a fundação da Associação de Defesa do Consumidor, entidade que ele passa a presidir junto com outras eminentes figuras do mundo jurídico e acadêmico brasileiro.

Trata-se de uma organização da sociedade civil de interesse público apartidário e sem fins lucrativos concebida por um grupo da sociedade de diversos setores, como a Justiça, a Advocacia, a Medicina e o Clero. Segundo ele, a Assodecon, objetiva a educação para o consumo, a participação ética do consumidor na definição de políticas públicas e a intervenção judicial e extrajudicial para patrocinar a tutela da defesa dos associados quanto aos interesses individuais, difusos e coletivos, consagrando assim seus direitos fundamentais e a dignidade humana.

Sobre o assunto relacionado ao Tribunal de Contas da União, eu teria a aditar que, embora aguardando as informações do Presidente do TCU a respeito das obras relacionadas à infraestrutura, que foram fiscalizadas pelo Tribunal em 2008, objeto do Requerimento nº 22 de 2009, acredito com que, com a Audiência Pública do próximo dia 14, em que estarão presentes esses técnicos aqui já nominados, essas dúvidas e essas solicitações de informações possam ser passadas diretamente por esses técnicos, quando da realização da Audiência Pública, no próximo dia 14.

Por fim, Sras. e Srs. Senadores, quero destacar que faremos hoje as duas primeiras sabatinas de indicados para cargos de direção das agências reguladoras. Sobre a vigência do ato nº 01 de 2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, por nós aprovado na 2ª Reunião desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada em 12 de março último.

Serão sabatinados os Srs. João Batista de Rezende, indicado para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, e Ivo Borges de Lima, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Relembro aos Srs. Senadores que, na 8ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada em 23 de abril de 2009, foram lidos os relatórios relativos às indicações. Segundo dispõe o § 2º, art. 2º, do ato nº 01 de 2009, naquela oportunidade foi concedida vista coletiva aos membros desta Comissão.

Em relação aos procedimentos, os indicados terão 15 minutos para fazer suas exposições, com uma tolerância máxima de cinco minutos. Ao final das exposições, as sabatinas serão feitas mediante inscrição das Sras. e dos Srs. Senadores, aqueles que desejam se inscrever para fazer as perguntas, já tem aqui o protocolo esperando pelos Srs. e Sras. Senadores.

Ressalto que as exposições, as arguições e as votações dos dois indicados ocorrerão separadamente, de acordo com a ordem prevista na pauta. Quando, em 19 de março de 2009, em nossa 3ª Reunião, houve a sabatina do Sr. Tiago Pereira Lima, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a ANTAQ, houve questionamento por parte dos membros desta Comissão, e eu chamaria a atenção de V. Exas., houve questionamento por parte de membros desta Comissão sobre o momento do início da votação.

Alguns Senadores argumentaram que a votação poderia ser iniciada logo após a exposição do indicado, sem que houvesse terminada a arguição. O item do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe sobre a indicação de autoridades, é o art. 383. Esse dispositivo não contempla previsão expressa sobre o momento em que se deve dar a votação nos processos de apreciação de autoridades pelas comissões. Isso não significa, entretanto, e salvo melhor juízo, que a votação nesses processos possa ocorrer a qualquer momento.

Ainda recorrendo ao Regimento Interno do Senado Federal, podemos utilizar por analogia, como ele mesmo recomenda para os casos omissos, o procedimento de apreciação de proposições em Plenário contidos dos arts. 270, 271 e 299. Segundo esses dispositivos, a votação no caso de processos de escolha de autoridade deveria ter lugar após a conclusão da discussão da matéria. Que, sem dúvida, inclui no nosso caso a arguição do indicado.

Apoio-me ainda para defender que a votação seja feita somente após a arguição na nossa Constituição, no art. 52, inciso III, alínea “f” da Carta Magna

está escrito que compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar, como é o caso dos indicados para os cargos de Diretor ou de Conselheiro das agências reguladoras.

Creio, Sras. e Srs. Senadores, que ainda que o Regimento Interno do Senado Federal não seja expresso sobre o tema, e que venha sendo comum em diversas comissões o início da votação do nome de autoridades, antes do final da respectiva arguição, a votação deveria ser feita apenas depois de terminado o processo de arguição. Isso nos ajudaria a conferir substância ao preceito constitucional sobre o papel do Senado Federal, na indicação de autoridades e afastar a natureza cartorial e a ritualística que esses procedimentos foram adquirindo no Brasil.

No entanto, a despeito da minha convicção pessoal, não me oporei a que seja feita a interpretação, segundo a qual a votação poderia ser iniciada antes do término da arguição. Porém, e somente assim, depois de feita a exposição por parte dos indicados.

Penso que atual caminho deveria ter a chancela dos membros desta Comissão. Por isso, caso algum membro queira iniciar o processo de votação, após a exposição de um dos indicados ou dos indicados, eu peço que essa Senadora ou este Senador apresente requerimento neste sentido, que será submetido aos demais membros deste Colegiado.

Já há, inclusive, um modelo de requerimento elaborado pela Assessoria Técnica da Comissão, a disposição das Sras. e Srs. Senadores, que quiserem solicitar, que seja dado o início da votação após e, somente após, a exposição dos senhores indicados. Eram essas as minhas considerações.

E gostaria antes de iniciarmos a nossa pauta, de colocar em votação um requerimento de minha autoria, vazado nos seguintes termos: "Requeiro nos termos do caput do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura dessa Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento. Sala das Sessões". É por mim assinado.

Coloco em votação o requerimento. Os Srs. Senadores--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que nós devemos incluir também o Presidente da FUNAI, que se eximiu de enviar um representante sequer a Audiência Pública, que realizamos lá no Interlegis. Então, seria o caso de se apresentar um documento, eu colocaria, eu propunha ao Presidente a FUNAI também, eu apresentaria um documento ou a sua correção aqui poderia ser submetida a todos, desde o que senhor incluísse também o Presidente da FUNAI.

Porque eu vejo que a questão de licenciamento interfere basicamente nesses dois órgãos, um está atrelado ao outro, um necessita do outro e os dois não compareceram e não enviaram representantes. Essa é a minha proposta que seja colocada aqui: A inclusão do Presidente da FUNAI, convocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu pediria ao Senador Gilberto Goellner que pudesse fazer o requerimento, porque a convocação é privativa de Ministros, no caso seria convidado.

Então, eu aguardo chegada à Mesa do requerimento de V. Exa. para colocar à apreciação dos Srs. e Sras. membros dessa Comissão.

Em votação o requerimento que acabo de ler, tratando-se da convocação do Ministro do Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos a esta Casa sobre o processo de licenciamento ambiental, das obras do programa de aceleração de crescimento. As Sras. e Srs. que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Um outro requerimento sobre a mesa, de autoria do Senador Gim Argello. "Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir os impactos econômicos de medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, no sentido de estabelecer o regime de liberdade tarifária para as companhias de navegação aéreas nacionais e internacionais, na prestação de serviços aéreos internacionais regulares, partindo do Brasil, com as presenças das seguintes autoridades: Primeira, Sra. Solange Paiva Vieira, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC; Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Terceiro, Tenente Brigadeiro do Ar, Cleonilson Nicácio Silva, Presidente da INFRAERO; Quarto, um representante a ser indicado pelo Sindicato Nacional das Empresas

Aeroviárias, SNEA". Assina o requerimento o Senador Gilberto Goellner.

Coloco em discussão o requerimento. Aqueles Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Há um outro requerimento, assinado pelo Senador Inácio Arruda, mas necessitaria da presença de S. Exa. para que o requerimento pudesse ser lido, vamos aguardar.

Eu gostaria também de colocar a deliberação dos Srs. membros desta Comissão, a inversão da pauta do dia da hoje. A pauta do dia de hoje, começaríamos logo com o processo de sabatina dos senhores indicados e eu proponho aos Srs. membros desta Comissão que nós possamos inverter a pauta, iniciando pela apreciação dos Pareceres do Relator Senador Wellington Salgado, do Relator Senador Gilberto Goellner, respectivamente no Projeto de Lei do Senado nº 29 de 2008 e o Projeto de Lei do Senado nº 37 de 2009.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Começaremos, então, pelo Item 04. Item 04, decisão...

Pelo Item 04, Projeto de Lei do Senado nº 37 de 2009, que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 e a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para permitir a dedução do Imposto de Renda das pessoas físicas, das despesas com pagamento de pedágio em Rodovia Federal, bem como permite dedução idêntica do imposto de renda das pessoas jurídicas". O Autor desse Projeto de Lei é o Senador Expedito Júnior, o Relator é o Senador Gilberto Goellner. A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de sua tramitação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Gilberto Goellner, para proferir o seu relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou me permitir ler o relatório e a análise do mesmo, já que para o perfeito entendimento há essa necessidade.

O Projeto de Lei do Senado nº 37 de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, permite às pessoas físicas e jurídicas deduzirem do Imposto de Renda as despesas relativas a pagamento do pedágio em Rodovias Federais. A proposição possui cinco artigos. Art. 1º possibilita na forma do regulamento a dedução do Imposto de Renda, devido pela pessoa física, das despesas comprovadamente realizadas no ano calendário, com o pagamento de pedágio em Rodovia Federal, até o limite de 80% do valor do imposto sobre a propriedade de veículo automotor, o imposto sobre a propriedade, o IPVA – até 80% do IPVA – efetivamente pago, relativamente a veículo de propriedade do contribuinte.

O art. 2º altera o art. 22 da Lei nº 9.532, para estabelecer que a nova dedução fica inserida no limite global de 6% do imposto devido, atualmente fixado para o somatório das deduções referentes aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos direitos da criança e do adolescente, bem como os projetos culturais e as atividades audiovisuais.

O art. 3º estende o beneficio às pessoas jurídicas que apuram o Imposto de Renda pelo lucro real. O art. 4º determina que o Poder Executivo faça estimativa do montante da renúncia da receita originada pela aprovação da norma, com o objetivo do cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101. O art. 5º estabelece a entrada em vigor da lei na data da sua publicação, mas o seu Parágrafo Único suspende a eficácia do benefício fiscal até 1º de janeiro do ano subsequente, aquele em que for implementado o disposto no art. 4º.

Segundo a justificativa, a política de concessão de rodovias e de instituição de pedágio, pela sua utilização, vem sendo cada vez mais difundida. Dessa forma o cidadão está sendo duplamente onerado, pois além de pagar os tributos devidos, mormente o IPVA, ainda se vê obrigado a arcar com os custos do pedágio. Assim, assevera que a circulação de bens e pessoas num país de extensão do Brasil, em que o transporte rodoviário é essencial, está sendo crescentemente onerado.

O projeto, portanto, tem como objetivo reduzir o ônus do cidadão, compensando no Imposto de Renda parte da despesa oriunda do pagamento de pedágio em Rodovias Federais. Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

Após a análise dessa Comissão, a proposição segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde será apreciada em caráter terminativo sobre os aspectos técnicos e tributários. Então, nós estamos aqui analisando o mérito desse projeto.

Dentro da análise, nós colocamos e avaliamos o seguinte: Nos termos do art. 104, do Regimento Interno do Senado, é competência dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre proposições pertinentes a transportes terrestres e outros assuntos correlatos. A análise dos aspectos tributários será analisada pela CAE, como eu já afirmei.

No mérito acreditamos que a medida é salutar, pois reduzirá o chamado Custo Brasil, beneficiando tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas. Temos certeza também que o incentivo fiscal tratará consequências saudáveis para o desenvolvimento do país, sobretudo em virtude da redução do custo de transporte/carga que a medida possibilitará.

Efetivamente, o pedágio implica aumento no valor de frete e quanto menor o valor do bem transportado, maior é o peso desse custo. Nesse sentido, os produtos agropecuários sofrem maior influência no seu preço final, o que é inaceitável num país que possui um grande número de homens, mulheres e crianças também passando fome.

Assim, principalmente no momento dessa crise mundial pelo que passamos, a proposição é bem-vinda e merece o nosso apoio. Por isso, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 37 de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agradeço ao Senador Gilberto Goellner. Em discussão a matéria. Eu passo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende para discutir.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de tecer uma consideração a respeito do Projeto de Lei, que acaba de ser relatado pelo Senador Gilberto Goellner.

O pedágio não se classifica ou não se insere no conceito geral de tributos, que são os impostos, as contribuições e as taxas. É uma cobrança que se faz do uso de um bem, para que a receita correspondente seja aplicada naquele bem para o seu aperfeiçoamento.

No caso do Brasil, nós entramos no processo de concessões das rodovias, há um sistema de pedagiamento mais acentuado no Estado de São Paulo e outras Rodovias Federais são pedagiadas. Até, então, o pedágio era cobrado pelo Poder Público e agora a administração da via é concedida pelo setor privado e a concessionária é que cobra o pedágio para efeito de atendimento a um programa de melhoramento de manutenção da via.

Não obstante, nós entendermos o sentido, ou o efeito social deste Projeto de Lei de autoria do Senador Expedito Júnior, que vem aqui sendo relatado pelo Senador Gilberto Goellner, nós gostaríamos de discordar do texto dessa isenção tributária.

Na verdade, quando nós isentamos do pedágio, fazendo a isenção de pedágio no Imposto de Renda, nós estamos fazendo com que o único pagador do pedágio seja o isento de pagamento de Imposto de Renda. Enquanto as pessoas jurídicas e as pessoas físicas de remuneração maior, de renda maior, pagam o pedágio – perdão – deixam de pagar o pedágio, as pessoas de baixa renda pagam o pedágio.

Porque a dedução do Imposto de Renda, a cobrança do pedágio é deduzida do Imposto de Renda, quem é isento não tem redução, não tem Imposto de Renda a pagar, portanto não reduz o Imposto de Renda que paga. Da mesma forma, aqueles de menor renda pagam menos pedágio do que aqueles de maior renda. Então, há um efeito de injustiça no âmbito social.

Com a compreensão, então, do Senador Gilberto Goellner e do autor da matéria, o Senador Expedito Júnior, eu faço essa observação, achando que isso é importante para a elucidação do Plenário dessa Comissão e já antecipo o meu voto contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Ministro Eliseu Resende, na discussão oferece uma posição contraria ao projeto do Senador Expedito Júnior. Continua em discussão a matéria, com a palavra o Senador Gilberto Goellner e, em seguida, o Senador Wellington Salgado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Os aspectos analisados dizem respeito, realmente, ao contribuinte, o grande beneficiário vai ser a classe média brasileira. A classe média brasileira é que mais se utiliza do transporte rodoviário. E, cada vez mais, essa classe social está penalizada, principalmente pelos altos impostos que contribui.

Que eu vejo que a facilitação desse projeto, no constante a Imposto de Renda, iria beneficiar também o transportador de cargas, porque hoje num trajeto de dois mil quilômetros, esse transportador, ele gasta ao redor de 200 reais de pedágio e essa dedução, o custo desse pedágio, ele já está inserido também no IPVA, porque o IPVA hoje é... Um dos objetivos do IPVA é a manutenção das estradas.

Porém, a grande preocupação que eu tenho no projeto, que possivelmente poderá ser objeto de ser aprovado aqui na parte da CAE, é que o Imposto de Renda é um imposto federal e o IPVA é estadual. E os pedágios também são de companhias que operam naquele local. Nós teríamos a vantagem desse projeto, de ver amenizado o Imposto de Renda, principalmente dos transportadores e da classe média brasileira é que realmente está penalizada com grande Imposto de Renda, e poderia ser amenizado, então, até 80% do IPVA. Isso aí representa em redor de 3% do custo de um veículo. É o custo do IPVA, então seria 80% desse IPVA, que ele teria amenizado na dedução do Imposto de Renda.

Então, foi sob esse aspecto que nós analisamos esse projeto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A matéria continua em discussão. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Vice-Presidente, Senador Eliseu Resende.

Eu acho que a colocação está um pouco complexa, porque nós temos pedágios estaduais e federais. E

o que acontece? Se eu estiver enganado, no projeto que V. Exa. relata, o estadual e o federal vai ser abatido no imposto de renda, ou seja, você vai prejudicar a União em função de rodovias também estaduais.

Então, eu acho que há um erro nesse projeto, porque você abater todo o pedágio estadual no imposto, que é só federal, está errado. Aí tem que haver uma proporcionalidade, que acho que isso requer um estudo mais complexo, nós estamos fazendo uma lei que vai ter efeito federal, sobre rodovias estaduais. Então, é muito complicado esse projeto. Eu acompanharei o meu decano, Senador Eliseu Resende. Também sou contra o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Continua em discussão. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria só de...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes do Senador Jayme Campos, se V. Exa. permitir--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Instruir o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Relator gostaria de... Em seguida o Senador Jayme Campos. Obrigado, Senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A ementa [falha no áudio], unicamente as rodovias federais, então, não há cobrança sobre rodovias estaduais. Eu vou colocar o Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E o Senador Wellington Salgado, mesmo assim, mantém a sua posição?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu mantenho, eu mantenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Com a palavra, S. Exa., o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, naturalmente, essa matéria aqui, do Projeto de Lei do Senador Expedito Júnior, ela é muito interessante, é meritória, na medida em que está buscando com certeza diminuir os impostos praticados hoje no Brasil. Na verdade, isso aqui as rodovias são privatizadas, todavia quando se fala aqui em IPVA, de fato os IPVAs são muito caros e altos no Brasil.

Além do IPVA, nós já pagamos a CIDE, Senador e Ministro Eliseu Resende, dentro naturalmente da aquisição do petróleo, que certamente é usado em nosso território nacional. A CIDE, ela é para se aplicar em rodovias, sobretudo nas rodovias federais e, certamente, quando é repassada parte dessa receita para o Estado, aplicada nas rodovias estaduais.

Entretanto, pelo que nós temos acompanhado é de que no longo das privatizações concedidas pelo Governo Federal a algumas empresas concessionárias do setor, lamentavelmente foi praticado preços fora de qualquer cogitação, bem aquém, naturalmente, daquilo que certamente era o ideal para ser cobrado nos pedágios das rodovias brasileiras.

Ninguém pode desconhecer que, na verdade, que essa cobrança e desta feita pedir a redução dos impostos, sendo Imposto de Renda, eu imagino que é quase impossível, na medida em que essa é uma matéria que está sendo discutida na Comissão de Assuntos Econômicos e não teria por que ser descontado o pagamento de pedágio no Imposto de Renda cidadão.

E V. Exa. foi feliz na sua colocação, quando disse que eu imagino que é maior o número de pessoas que trafegam nessas rodovias de custos altos, são pessoas de camadas menos favorecidas da sorte, naturalmente com menor poder aquisitivo e que essas pessoas, hoje, as pessoas que ganham até 1.354 reais, eles estão isentos do Imposto de Renda.

E já temos um projeto do Senador Efraim Morais, que já foi aprovado nessa Comissão, que vai para o Plenário nestes próximos dias, de que os cidadãos que também ganham até 3.800 reais, ficarão isentos após os 65 anos, também de pagamento de Imposto de Renda.

Nesse caso, particularmente, nós temos que observar é de que não se pode pensar em desconto de Imposto de Renda nas Rodovias Federais e das Rodovias Estaduais. Eu imagino que esse projeto se fosse até de rodovia de estados federais, positivo. Aqui não deixa com muita clareza de que esse país as Rodovias Federais--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Permite um aparte, Sr. Vereador Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pois não.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, pela ementa aqui o senhor já vai ver que ele é específico em despesas com pagamento de pedágio em Rodovias Federais.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu vou ler com mais...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não. Só no cabeçalho, lá na ementa, só em Rodovia Federal.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado. Muito obrigado. Ótima informação.

Mas de qualquer forma, concluindo, Sr. Presidente, é um assunto interessante, é meritório o projeto do Senador Expedito Júnior, como também o relatório do nosso querido Senador Gilberto Goellner.

Acho que é uma matéria que tem que ser mais discutida, até porque isso vai impactar, com certeza, também na própria arrecadação do Governo Federal. De qualquer forma vamos aguardar encaminhamento da votação da matéria, para nós tomarmos realmente, formarmos o nosso voto aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A matéria continua em discussão. Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de fazer apenas uma ponderação adicional, lembrando que a política de pedágios, se esse projeto for aprovado, deferirá entre as Rodovias Federais e as Rodovias Estaduais, porque nós não podemos legislar aqui sobre o pagamento do pedágio das rodovias estaduais.

A tarifa do pedágio é decorrente de uma licitação pública e dá-se ao concessionário no edital as atribuições de administração da estrada, inclusive dos investimentos para a restauração da rodovia, se for necessário, e para o aumento da capacidade. E daí vem a tarifa: Se há dedução do Imposto de Renda, o concessionário vai ter que fazer o qualquer dessa tarifa da competição licitatória, o que complica o processo.

Eu acho que foi levantada também aqui a questão do IPVA. O IPVA não é um tributo federal, é um tributo estadual e ele não está aplicado às estradas, é uma Receita Federal dos Estados. Temos o caso da CIDE também, que é vinculada às estradas, mas uma participação vai para os Estados e a outra parcela fica com a União, para efeito da aplicação da CIDE.

Eu acho que há realmente, no caso da tributação rodoviária, uma bitributação, uma coisa que é tradicional e vem desde 1945, quando foi criado um sistema rodoviário nacional, instituído o DNER para administrá-lo.

No momento em que esta Comissão se dispuser desse interesse, nós podemos discutir aqui, Sr. Presidente, o aspecto da bitributação tributária que envolve os investimentos rodoviários. Mas, no caso específico da isenção do Imposto de Renda, que é um tributo partilhado entre União, Estados e Municípios para baixa renda, para o pagamento do pedágio, eu continuo na posição que é uma injustiça social se nós forçarmos o usuário da rodovia de baixa renda, isento de Imposto de Renda, a pagar um pedágio que não é pago nem pelo transportador, nem pela pessoa jurídica e, particularmente, para as pessoas físicas de maior volume de renda.

De forma que eu acho esse assunto, ao passar por aqui, ele vai também para a Comissão de Assuntos Econômicos ser debatido, para depois do ponto de vista de tributário e justiça de aplicação dos recursos, eu acho que o nosso Parecer deve continuar sendo contrário a aprovação desse projeto.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para discutir, o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu concordo com o Senador Eliseu Resende, nos seus argumentos e, ainda diria mais, que quem é o grande, quem seria o grande beneficiário das estradas federais? Seriam os caminheiros que, na sua grande maioria, não paga imposto de renda. Então, nós teríamos realmente, uma dificuldade muito grande de fazer esse cálculo, de fazer esse essa cobrança. E como se trata de num primeiro momento de algo que se paga pouco, dificilmente seria recolhido àquele percentual.

Então, a minha dúvida é exatamente nessa questão, iria atingir sem a menor dúvida iria atingir as Prefeituras também que atravessam um momento difícil. Quando o Senador Jayme Campos se referiu ao nosso projeto, nosso porque não me pertence mais, pertence ao Senado, o Senado já aprovou e foi terminativo, foi direto para a Câmara dos Deputados, e na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Jayme Campos foi Relator, nós isentamos aposentados a partir de 66 anos, num projeto que ele é progressivo... Aos 66, nós teremos 20%, até 70 anos quando será totalmente isento, numa faixa que nós procuramos beneficiar exatamente aqueles que mais precisam, ou seja, até 3.800 reais.

Então, essa matéria, ela realmente é difícil de nós aprovarmos nesse momento, eu acho que temos que reestudar, nos retirarmos para discutirmos mais um pouco, cabe ao Sr. Relator. Até porque, eu entendo que nós não podemos dar continuidade a isenções, isenções, a não ser naqueles casos bem justos, até porque eu já estou prevendo uma compensação em cima dos aposentados.

E já aproveito a oportunidade para convocar os Senadores, para na próxima quarta-feira, dia 13, quando nós vamos votar o projeto de autoria do Senador Paulo Paim, quando nós igualamos, demos condição de aumento entre ativos e inativos.

E eu espero que já que nós aprovamos por unanimidade nessa Casa, que não venha ninguém atender chamamento de A, B, ou C, eu espero que Senadores e

Senadoras que cumpram com aquilo que foi dito. Fomos às claras, aprovamos, se nós tivemos vamos imaginar uma derrota no Senado, como é que nós vamos justificar que nós aprovamos um projeto por unanimidade e depois mantivemos exatamente o contrário, fizemos exatamente o contrário, daí a gente começar a pensar nessa história do voto aberto.

Mas, Sr. Presidente, eu pediria permissão a V. Exa., que eu tenho que viajar, e eu queria fazer só um registro de ordem pessoal. Eu ontem, observo aqui nos jornais, que em depoimento o Zogbi(F) e Denise negam todas as denúncias que foram feitas, principalmente contra os Senadores Efraim Morais e o Senador Romeu Tuma, na condição de ex-Secretário dessa Casa e do ex-Diretor Agaciel Maia.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu venho sendo vítima de insinuações, não só no caso do Sr. Zogbi(F), mas de outros casos no que diz respeito a minha passagem pela Primeira Secretaria do Senado.

Agora, o que eu faço também é um apelo própria imprensa, porque o nosso nome, a partir de uma denúncia que foi feita, sem nenhuma prova, sem nada que viesse envolver o nome do Senador Efraim Morais, ganhou todas as manchetes do país e ontem... Se V. Exa. abrir hoje qualquer site, ou algum jornal, em algum ou outro está lá registrado que houve negação. Então, é incrível o que acontece hoje em relação à tentativa de desmanchar o trabalho que é feito pelos Parlamentares nesse país.

E, sinceramente, a gente passa a ser usado para se ter manchete, para se vender jornal, para isso ou aquilo outro. Então, o meu apelo é à imprensa, que dê o mesmo espaço que deu quando envolveu o nome do Senador Efraim Morais e o nome do Senador Romeu Tuma. Que dê o mesmo destaque, dizendo que tudo que foi dito, foi um momento de aflição ou coisa desse tipo, segundo as palavras. Agora, ele falou a verdade no primeiro momento ou no segundo? Por isso cabe ao Senador Efraim Morais e ao Senador Romeu Tuma pagar essa conta?

Então, os companheiros da imprensa, quando vem a denúncia A, B, ou C, verifique se é verdadeira. Analise, procure o caso antes de jogar o nome de qualquer Senador, qualquer Deputado, qualquer cidadão. Porque eu imagino se nós pegarmos isso aqui, esse microfone e tivesse todo dia a falar de qualquer pessoa, sem ter provas.

Por isso, eu quero deixar aqui registrado, dizer que há muito tempo eu vinho sendo vítima disso, numa tentativa de manchar o nome do Senador Efraim Morais e continuo a dizer: quem tiver alguma coisa contra o Senador Efraim Morais, que mostre, que prove, e eu coloco, não agora como Senador da República.

Eu fui Deputado Estadual em 82, me reelegi, em 90 vim para o Congresso Nacional, Senador... Deputado Federal por três mandatos e agora Senador.

Eu queria uma prova, do período de 82 até hoje, que envolva o nome do Senador Efraim Morais. Denúncias vazias, insinuações, aí paciência, mas eu tenho essa observação.

Aproveitando esse momento que a nossa televisão está ao vivo para levar esse depoimento, principalmente para o meu Estado, a Paraíba, que tem realmente entendido, porque conhece o Senador Efraim Morais, conhece o Deputado Federal Senador Efraim Morais, conhece o Deputado Estadual Efraim Morais e conhece o engenheiro, o estudante, o professor, o cidadão Efraim Moraes.

Por isso, eu queria fazer essa colocação e agradeço a V. Exa. e aos companheiros, mesmo fugindo do assunto, mas tenho que viajar, tenho que ir à minha Paraíba e precisava ocupar esse espaço.

Então, o meu apelo não é outro, eu não estou cobrando nada, eu queria só que o tratamento fosse igualitário. Porque jogar o nome de qualquer um de nós, como fizeram com V. Exa., que depois foi à Justiça e provou que era inocente.

Por isso, eu quero aqui deixar bem claro de que as declarações que foram dadas e, que foram manchetes em todos os jornais, estão aí justificadas. Quer dizer, forçaram, abafaram, quer dizer, eles disseram a verdade num primeiro momento e agora mentiram? Não.

Eu deixo aqui claro de que o meu nome, a minha vida, que quando nas primeiras acusações que fizeram, fui à Tribuna e foram poucos os homens públicos desse país que fizeram isso. Foram poucos. E da Tribuna do Senado Federal, abri o meu nome, a minha vida, para todos os órgãos de fiscalização desse país.

Mandei ofício para a Polícia Federal, abrindo a minha história, a minha vida, o meu sigilo bancário, telefônico, fiscal, e nada comprovaram contra o Senador Efraim Morais. Até porque, nem precisava abrir, porque desde o momento em que resolvi aquilo que o povo brasileiro me determinou, ou seja, oposição, na hora que presidi quantas vezes aqui nesta sala a CPI dos Bingos, minha está toda levantada, está toda balanceada, da minha família, dos meus filhos, da minha esposa, até dos meus amigos, toda a minha vida está num raio x.

Por isso, eu continuo a ser o mesmo de quando cheguei à Assembléia Legislativa da Paraíba em 1982, quando fui eleito Deputado Estadual. Por isso esse registro, eu tinha que fazer para, mais uma vez, desmanchar as insinuações, as denúncias vazias e os interesses políticos que tentam preparar manchetes de jornais para campanha que se avizinha. São mais as

manchetes para se fazer guia eleitoral, do que na realidade se preocupar para que nós tenhamos alguma coisa que envolva o nosso nome.

Por isso, eu deixo aqui, também, a vontade e até um desafio que prove, qualquer dos companheiros, Senador que queira fazer uma denúncia, Deputado, companheiro de imprensa, companheiros da Casa, funcionários, que façam as denúncias, agora, que provem.

E eu espero que a imprensa me dê o mesmo tratamento no sentido contrário, da mesma forma que jogaram o meu nome em todos os sites, em todos os jornais, que digam que o Senador Efraim Morais, mais em uma vez, é inocente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Esta Presidência acolhe suas ponderações e transmite a sua solidariedade a V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de retirar de pauta o referido projeto para reavaliá-lo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Fica retirado de pauta, a pedido do Sr. Relator, Senador Gilberto Goellner, o Projeto de Lei do Senado nº 27 de 2009.

Vamos agora ao Item 03. Projeto de Lei do Senado nº 29 de 2008, "Altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira, pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infraestrutura". Autor: Senador Antonio Carlos Magalhães e o Relator: Senador Wellington Salgado. O Parecer é pela rejeição do projeto.

A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da sua tramitação. A matéria constou da pauta do dia 23 passado, sendo adiada a sua votação. Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado, para proferir o seu relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Veio à Comissão de Infraestrutura, CI, o Projeto de Lei nº 29, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que propõe nova redação ao art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 89, visando alterar a forma de aplicação dos recursos oriundos das compensações financeiras previstas no § 1º do art. 20, da Constituição Federal.

Em sua justificação, o autor da proposta sustenta que a Lei nº 7.990, de 89, concede aos gestores dos recursos oriundos das compensações financeiras, uma autonomia incompatível com as características não renováveis do patrimônio explorado. Ele entende que, antes do esgotamento dos recursos naturais, é preciso garantir de forma sustentável a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Preocupado com a dissociação entre aplicação dos recursos e a almejada transformação da vida das pessoas na área, o Senador Antonio Carlos Valadares preconiza o direcionamento de, pelo menos, 30% das compensações financeiras para infraestrutura.

A matéria foi despachada inicialmente para esta Comissão e seguirá para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos, no prazo regimental. Não foram oferecidas emendas.

Análise. Cabe à CI, nos termos do art.104 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre obras públicas, em geral minas, recursos hídricos e outros assuntos correlatos. O tema, objeto da proposição em comento, é pois atinente a competência desta Comissão.

O art. 8º da Lei nº 7.990, de 89, veda a aplicação de recursos oriundos das compensações financeiras, no pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal. Mas admite que esse recurso seja utilizado no pagamento de dívidas com a União e suas entidades, bem como para a capitalização de fundos de Previdência. A proposição não muda essas vedações e nem suas exceções, mas introduz a obrigatoriedade de investir parte dos recursos das compensações financeiras em infraestrutura.

Conquanto meritório essa preocupação do Senador Antonio Carlos Valadares, entendemos que os gestores dos órgãos da União dos Estados e dos Municípios, não podem perder o grau de liberdade que a Legislação lhes assegura na gestão das compensações financeiras. As circunstâncias variam muito entre os diversos entes e vincular as aplicações de parte dos recursos em infraestrutura implica em não reconhecer as disparidades existentes.

Ademais, a priorização e destinação dos recursos à disposição dos Órgãos da União, dos Estados e dos Municípios são tarefas conjuntas dos respectivos Poderes Executivos e Legislativos, já a fiscalização da correta aplicação dos recursos, oriundos das compensações financeiras, é tarefa dos Tribunais de Contas do Estado, dos Municípios e do Tribunal de Contas da União.

Assim sendo, entendemos que a aplicação eficaz das compensações financeiras é necessariamente competência dos entes federativos, beneficiários

desses recursos, sendo de todo inconveniente que o Congresso Nacional interfira nessa questão.

Voto. Em face do exposto, voto pela rejeição do Projeto do Senado nº 29 de 2008. É esse o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Passo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende, para discutir.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, novamente eu gostaria de trazer à consideração do Plenário, dessa Comissão, a matéria que foi aqui apresentada pelo Senador Wellington Salgado. Eu sou inteiramente favorável ao seu parecer pela rejeição do projeto.

O *royalty* é também um tributo específico. É uma parcela da produção que se destina à União, Estados e Municípios, como estabelecido por lei, particularmente o *royalty* do petróleo e da mineração, mas ele pode ser vinculado. A vinculação da receita do *royalty* seria aqui inconstitucional.

Os *royalties* são distribuídos para a União, para os Estados e para os Municípios e são receitas gerais dos municípios produtores de petróleo ou beneficiados pela indústria de petróleo.

No caso dos municípios, beneficiados dos *royalties* das reservas minerais, nós temos aqui o Senador Delcídio Amaral, que trabalhou nessa matéria e conhece o assunto profundamente, sabe a natureza do tributo e nós entendemos que ele não pode ser vinculado, particularmente, uma vinculação genérica em obras de infraestrutura, o que se consideraria inconstitucional.

É o meu Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou colocar encerrada a discussão. Em votação o relatório de autoria do Senador Wellington Salgado, que conclui pela rejeição do projeto.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o relatório do Senador Wellington Salgado, a matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de sua tramitação.

Vamos passar agora ao item que vai tratar da Mensagem do Senado Federal nº 36 de 2009, que "Submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. João Batista de Rezende para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL". Autor: Presidente da República, Relator: Senador Gilvam Borges.

Parecer. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Observação. Em 23 de abril de 2009, foi lido o relatório e concedido vista coletiva aos membros da Comissão, de acordo com o § 2º, do ato nº 01 de 2009, desta Comissão de Infraestrutura.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Seria possível pedir uma inversão de pauta para o Item 01.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se fosse possível e se a Comissão assim o aceitasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, o Senador Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Eu gostaria de solicitar à V. Exa. que priorizasse até esse primeiro item e, em seguida, nós poderíamos tratar do assunto proposto pelo Deputado, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mantém a pauta, então, Senador.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): É. Mantêm.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok, retiro.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Senador Wellington Salgado, obrigado por tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Portanto, o primeiro sabatinado é o Sr. João Batista de Rezende, indicado para exercer o cargo de Membro de Conselheiro Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, conforme Mensagem nº 36 de 2009, da Presidência da República.

Designo o Srs. Senadores Gilvam Borges e Gim Argello, para conduzirem o Sr. João Batista de Rezende para ocupar o seu lugar à Mesa.

Informo ao indicado, Sr. João Batista de Rezende, que V. Sa. dispõe de 15 minutos para fazer a sua exposição, com uma tolerância máxima de cinco minutos.

Ao final de exposição, concederemos a palavra às Sras. e Srs. Senadores, que desejarem sabatinar o indicado, mediante e conforme a lista de inscrição que se encontra sobre a mesa. Passo a palavra ao Sr. João Batista de Rezende.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Primeiramente, bom dia a todos, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, Sena-

dor Fernando Collor, Exmo. Sr. Relator da matéria, Senador Gilvam Borges, a quem agradeço antecipadamente pela atenção dispensada, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Em primeiro lugar é uma honra ter sido indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e para a apreciação dos Srs. Senadores, para compor o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, juntamente com os demais Conselheiros, Embaixador Ronaldo Sardenberg, o Dr. Plínio Aguiar(F), que se faz presente aqui, o Dr. Bedran(F) também que se faz presente aqui, e a Dra. Emília Ribeiro.

Gostaria de agradecer a alguns amigos que estão presentes aqui, funcionários da Anatel, os servidores do Ministério do Planejamento e demais autoridades que não nominadas aqui.

Eu queria pedir licença aos Srs. Senadores e senhoras para apresentar um pouco do meu currículo profissional e também descrever os desafios que eu entendo serem os principais desafios da Anatel.

Iniciei a minha vida profissional de forma mais acentuada em 1991, quando entrei para os quadros do DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, uma escola de formação de profissionais. O DIEESE é uma entidade hoje reconhecida internacionalmente.

Em 93, entrei para a minha primeira função pública, como Diretor Financeiro da Companhia da Habitação de Londrina. Em 94, estava a frente da Secretaria da Fazenda, também do Município de Londrina, onde modernizamos a máquina fazendária e atingimos os maiores orçamentos até então.

Atuei como Professor Universitário em curso de pós-graduação, em especialização em universidades nas cidades de Joinvile, Campo Grande, Cascavel, Londrina, entre outros. Em 2001, atuei como Diretor Financeiro e Administrativo da Fundação Paulista de Tecnologia em Educação, onde foi implantado o Centro Universitário de Lins, voltado para a automação em tecnologia.

Em 2002, atuei como Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Londrina. Ao lado de outras entidades, iniciamos o Parque Tecnológico da cidade, um dos principais parques do país, segundo publicação da Associação Nacional dos Parques tecnológicos.

Em 2003, assumi a Presidência da única empresa pública de telefonia que restou após o processo de privatização do Sistema Telebrás, a Sercomtel, empresa de telefonia fixa, celular e Internet da região Norte do Paraná, com sede em Londrina. A empresa fatura hoje, em torno de 300 milhões anualmente e está entre as 15 maiores empresas de recolhimento do ICMS do Estado do Paraná. Portanto, assumi a empresa já com um novo marco regulatório do setor das telecomunicações.

A gestão de um grupo regional impõe os mesmos desafios de gestão de uma grande empresa: Atualização tecnológica, competitividade, manutenção da planta de clientes, diminuição de custos, a qualidade dos serviços aos usuários são condições prioritárias.

A empresa que sempre manteve característica de pioneirismo, quando era apenas a única a oferecer o serviço da cidade, passa a partir daquele momento, a enfrentar o desafio de se manter competitiva. Mesmo assim, a empresa manteve sempre entre os melhores resultados dos indicadores traçados pela Anatel, apesar de uma outra questão importante. Por ser uma empresa pública, estava submetida à Lei Geral de Licitações.

Gostaria de destacar três projetos por mim coordenados. A Ouvidoria, uma das primeiras ações feitas antes mesmo de qualquer obrigação de fazê-la. A implantação de banda larga em todas as escolas urbanas da cidade e levamos telefonia para as principais regiões rurais do município. Implantamos e demos continuidade a vários projetos de responsabilidade social. Portanto, o meu contato com a Lei Geral de Telecomunicações foi no cumprimento das regras e metas ali estabelecidas.

Em 2005, assinei, representando a empresa, a renovação dos contratos no sistema de telefonia fixa por mais 20 anos. Como participante da ABRAFIX, a Associação Brasileira de Concessionária Fixa, a SERCOMTEL era uma associada e eu participava pela SERCOMTEL, pude vivenciar vários momentos em torno dos problemas do setor.

Só para citar alguns: assinatura básica, convenção pulso por minuto, telefone social, renovação das tarifas, renovação contratual, dentre outros. Mas reconheço também que os desafios que a ANATEL vem enfrentando e enfrentará são enormes e não se comparam as decisões de uma empresa que tem no seu âmbito regional a sua principal atuação.

Até porque os dados mostram isso, que os desequilíbrios regionais e econômicos façam com que o desenvolvimento das telecomunicações ainda está longe de ser homogêneo. O País tem buscado a universalização dos serviços de telecomunicações e devemos reconhecer que os avanços não foram poucos, mas ainda há muito que enfrentar. Diversos municípios brasileiros passarão a ter telefonia celular só a partir de 2010. E a banda larga seria o grande desafio em termos de universalização para os próximos anos.

Dados do PNAD e IBGE, da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio do IBGE, mostra que apenas nove milhões de lares brasileiros têm acesso a Internet, uma penetração de 16%, contra 30% em países mais desenvolvimento, sendo que mais de 50% desses lares estão na região Sudeste e outro 20% estão na região Sul. Então, 76% dos lares que tem Internet hoje estão na região Sudeste e região Sul.

Frente à expansão da banda larga, interessa a todos, o Governo Federal, Senado Federal, empresas do setor, consumidores e evidentemente a própria ANATEL. E nesse esforço é preciso pensar em recursos públicos e privados para tal finalidade. Produção de equipamentos nacionais, redução de custo tributário, ou seja, organizar os setores, visando o objetivo final, que é levar desenvolvimento a todas as regiões do País.

A popularização da banda larga levará necessariamente a uma redução dos custos de expansão dos serviços. Nessa direção, a troca dos postos de serviços telefônicos, previstos nos contratos de concessão, pela ampliação da infraestrutura dos Municípios, para o acesso à banda larga, está, na minha opinião, no bojo dessa popularização dos serviços de telecomunicações. A ANATEL precisa estar focada na ampliação dos serviços, aliando qualidade, eficiência e concorrência, acompanhando de perto a evolução tecnológica e os novos serviços que vêm atrás da convergência dos meios de produção e distribuição de soluções tecnológicas.

Em minha opinião, e um futuro não muito longe, ficará difícil compartimentar soluções de tecnologia. Não restam dúvidas que a entrada de novas tecnológicas exige da ANATEL permanente atualização dos seus regulamentos, a própria Lei Geral de Telecomunicações, pelo menos no serviço de telefonia fixa, prevê a revisão contratual a cada cinco [soa a campainha] anos. A ANATEL nesse momento realiza três consultas públicas, referentes à atualização e a aperfeiçoamento dos contratos de concessão, dentro do plano da revisão a cada cinco anos.

Obviamente que a alteração e outros aspectos que envolvam o marco legal, a forma de atuação da agência deve estar sujeita aos debates que se iniciam no Congresso Nacional ou no Governo Federal e se juntam aos interesses dos conselhos de consumidores das empresas do setor e demais autores que compõe da indústria de telecomunicações.

A indústria de telecomunicações, Telecom e Informática, faturou, em 2000, cerca de 120 bilhões de reais. Somando-se ao setor de *call center,* o número de empregos pode chegar a 500 mil pessoas.

Manter a eficiência, a expansão dos serviços, competitividade, acesso as pessoas a maior serviço de tecnologia e o desenvolvimento tecnológico requer regras estáveis, previsibilidade, que além da metas possam atrair mais investimento para o setor. Tenho confiança que a minha experiência na administração pública e privada, englobando o setor de telecomunicações, sustentará uma participação ativa e positiva para os debates que envolvem as atribuições da Agência Nacional de Telecomunicações.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, estou à disposição para maiores esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Sa., pela sua apresentação. Eu gostaria de registrar e agradecer a presença dos Conselheiros da ANATEL e integrantes da sua Administração, aqui presentes: o Sr. Antonio Domingos Teixeira Bedran, Conselheiro; o Sr. Plínio de Aguiar Júnior, Conselheiro; ainda registrando a presença do Superintendente da Administração geral da ANATEL; e a Sra. Simone Scholze, Superintendente Executiva da ANATEL.

Iniciaremos agora, a parte referente à sabatina que a Comissão de Infraestrutura, por intermédio das Sras. e Srs. Senadores membros dessa comissão, irá fazer ao sabatinado.

Por ordem de inscrição, o primeiro inscrito é o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu vi o seu currículo, vi que o senhor é um homem que tem uma experiência muito grande no setor público e privado. O senhor é de Santa Catarina ou é de...

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Paraná.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Do Paraná. Agora, Dr. João, imagine que nós estamos aqui em Brasília, com a transferência da capital há 50 anos, a ANATEL continua no Rio de Janeiro ou já está aqui, o senhor vai atuar onde?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Em Brasília.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ah, em Brasília.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: A sede da ANATEL é em Brasília.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Os Centros(F) são aqui, não é? Lá no Rio de Janeiro tem algum setor vinculado à ANATEL de Brasília aqui?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: A ANATEL tem vários escritórios e tem no Rio de Janeiro também.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): No Rio de Janeiro também, mas começou lá, não?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Eu não tenho essa...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não tem esse essa resposta.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Infelizmente, eu não tenho essa resposta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Começou aqui mesmo em Brasília. Aqui mesmo, não é? É que nós aqui temos uma curiosidade em saber de coisas a respeito de quem estamos conhecendo pela primeira vez, que é o seu caso. E vejo o que senhor tem uma grande experiência inclusive no Magistério, formou-se em São Paulo, não é isso?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Na PUC São Paulo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Na PUC São Paulo e é membro da Comissão do Conselho de Administração da TRANSPETRO. Isso funciona no Rio?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Funciona no Rio. A PETROBRAS é no Rio.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exato. A TRANSPETRO é lá?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: A TRANSPETRO também.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor é membro Conselho lá no Rio, quer dizer, que pelo menos uma vez ou duas por semana ou talvez por mês.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: A reunião é mensal, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A reunião é mensal?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Isso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, o senhor necessariamente é obrigado a ir lá no Rio de Janeiro para participar da reunião?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Da TRANSPETRO. E o senhor é membro do Conselho Fiscal da Alcântara Cyclone Space. Poderia explicar o que é isso?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: A Alcântara é uma empresa binacional, Brasil/Ucrânia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Brasil/Ucrânia.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Brasil/Ucrânia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É a primeira vez que eu ouço falar nisso.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Ela fabrica foguetes para transportar satélites. Ela uma transportadora.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É do Maranhão isso?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É do Maranhão, mas a sede é Brasília.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A sede é aqui?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu gostaria de saber até onde essa--

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: O lançamento é em Alcântara, no Maranhão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É, mas a sede é aqui?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: A sede é aqui.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Onde é essa sede que eu nunca ouvi falar nisso?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É no Edifício Corporate, é aqui no Edifício Corporate Business Center... Eu não sei... Setor comercial Norte.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É grande aqui em Brasília, esse setor é grande, numeroso?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É uma empresa que começou a se constituir, teve aportes da Ucrânia e aportes do Brasil.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quando mais ou menos?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Eu acho que 400 bilhões.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas eu digo quando é que começou a funcionar isso?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: A Alcântara começou a funcionar em setembro do ano passado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aqui em Brasília?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Aqui em Brasília. É uma empresa binacional, é o mesmo estilo da Itaipu Binacional.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o mesmo estilo?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É uma Binacional.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Claro, não dispara foguete? Ainda não disparou foguete?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Ainda não, tem projetos em andamento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Tem projetos?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Em andamento para...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Vários?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Vários projetos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ainda bem e é tudo sigilos, não é?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, o senhor falou aqui em banda larga, banda larga todo mundo está falando, mas ninguém sabe o que é. Eu, por exemplo, não sei o que é exatamente banda larga, eu gostaria de uma explicação do senhor.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Olha, banda larga, Senador, é uma tecnologia que transmite dados e com o avanço da tecnologia está transmitindo imagem também, além de voz, transmite dados e imagem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso é banda larga?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É banda larga, na telefonia fixa...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É telefone fixo, ele pega e...

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Isso [soa a campainha]. A banda larga, ela transmite dados, voz e vídeo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dados.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É possível transmitir em longa distância...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Fotos e vídeos.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: E vídeo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Daqui para o exterior também?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Onde tiver toda a... tem que ter infraestrutura para essa rede.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E no Brasil a rede está mais, vamos dizer, sitiada em Estados como o Rio, São Paulo, Paraná, talvez, ou já atingiu todo o País?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Assim como a telefonia fixa, na telefonia fixa e celular, você tem mais concorrência.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: A banda larga que eu estou dizendo que seria o objetivo principal da ANATEL, que a ANATEL estaria incentivando junto com as políticas de governo, a expansão da banda larga e a internalização da banda larga no País.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Inclusive, há projetos da utilização da FUST, alguns Senadores já apresentaram alguns projetos em relação a isso, então estaria se utilizando recurso do sentido de fazer avançar a banda larga, que é um grande desenvolvimento para o País, a inserção do interior do País, para dar mais desenvolvimento tecnológico.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, me mata a curiosidade: porque esse nome banda larga, não banda fina ou banda afiada ou banda não sei o que, banda larga?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Porque se fosse, Senador, é banda larga, porque ela consegue transmite voz [soa a campainha] dados e vídeo. Por exemplo, a telefonia fixa não é uma banda larga.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Silêncio no Plenário, por favor.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Porque ela não consegue transferir através do fio do cobre, imagens por exemplo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Ela não consegue transmitir imagem, então a fibra ótica é que garante esse essa tecnologia, além de outro como IMAX, que é um outro produto que também pode transmitir sem fio também.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas com o apoio de satélite?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Também com o apoio de satélite.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Também com o apoio de satélite.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Pode.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu estou fazendo essas perguntas a seu favor, porque o povo está ouvido, quer conhecer o seu senhor, tem muito mais interesse de conhecer o senhor do o que próprio Senado, é o povão.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Sei.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então o senhor não leve a mal as perguntas que eu estou dizendo. O seu livro ""Reforma e Política Tributária"" foi lançado há muitos anos, teve sucesso, teve... Segunda edição, terceira?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Não. Não. Viver de livros no Brasil não é fácil.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu sei que não é fácil.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Foi lançado em 97 esse livro, "Reforma e Política Tributária", que é uma análise do Sistema Tributário da Constituinte de 87, 88, qual foi o sistema tributário que foi construído a partir da Constituinte de 1988.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor fez uma análise no seu livro?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Uma análise, exatamente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Positiva?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Olha, nós tivemos alguns avanços na reforma tributária na Constituição de 88 e alguns percalços que o País ainda não conseguiu resolver em termos de reforma tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu tenho ainda algumas indagações.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --com a permissão de V. Exa., eu gostaria de fazer uma breve interrupção, porque há um requerimento de certa urgência, sobre a mesa, de autoria com o Senador Aldemir Santana e de acordo com as regras que foram estabelecidas para essa sabatina e que aqui foram lidas no começo dessa reunião, a votação somente seria iniciada após a inquirição do sabatinado, a não ser que, mediante requerimento de algum Senador e aprovado pelos membros desta Casa, pudéssemos iniciar o processo de votação, após a exposição feita pelo sabatinado.

Então, por isso eu quero colocar...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu só queria justificar, Sr. Presidente, o pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Autor do requerimento, Senador Aldemir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Todos nós temos uma série de compromissos e eu sou responsável pela abertura de um evento ali no SINDILEGIS, eu já estou atrasado, estão me chamando, daí a existência do requerimento e gostaria de congratular o meu voto.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Estão perfeitamente explicados os motivos pelos quais o Senador Adelmir Santana tem que se ausentar e, portanto, apresenta esse requerimento. Nos termos do art. 214, parágrafo único do inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja iniciada a votação da indicação do Sr. João Batista de Rezende, ao cargo de membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, logo após o término da exposição dos sabatinado, tendo em vista as informações referentes à adoção de procedimentos a serem adotados nos processos de arguição e votação de autoridades prestadas pelo Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em sua 6ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Assinado, Senador Adelmir Santana--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Acho que pode ser iniciado agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --que já deu explicações. Coloco o requerimento em votação...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu estou discutindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para discutir, o Senador Wellington Salgado. Pois não. Senador Wellington Salgado, primeiro o Senador Paulo Duque que estava com a palavra. Por favor, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas eu estou dizendo o seguinte, que já se pode votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Após a aprovação ou não do requerimento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, vamos votar o requerimento primeiro. Eu sou de apoio ao requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Senador Wellington Salgado. Obrigado, Senador Paulo Duque.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu tenho participado dessa comissão desde a eleição de V. Exa., e V. Exa. criou algumas normas, quer dizer, não normas, inclusive esse essa questão da votação não está em norma, mas devido às questões do Senador, nós somos 81 Senadores, várias comissões, eu sempre soube que em algum momento V. Exa. iria apreciar um requerimento como esse, para que nós pudéssemos ter uma maior flexibilidade para que possamos cumprir as nossas tarefas dentro do Senado Federal.

V. Exa. conseguiu aprovar um horário dessa comissão em um horário bem cedo, para que pudéssemos fazer o nosso trabalho a contento, mas acontece que muitas vezes existem outras comissões para eu cumprir. Então, eu quero dizer que o meu voto vai ser da maneira que V. Exa. encaminhar, porque é todo o perfil dessa comissão que V. Exa. preside.

Como a V. Exa. achar melhor, o voto no requerimento, é como eu votarei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Wellington Salgado, muito obrigado pela confiança de V. Exa., mas como Presidente desta comissão eu não posso me pronunciar, aqui a decisão é sempre dada aos membros da

comissão, e essa decisão a Presidência desta Comissão respeitará.

Portanto, em votação o requerimento do Senador Adelmir Santana que solicita seja dado início ao processo de votação, logo após a exposição feita pelo sabatinado de hoje.

Em votação o requerimento do Senador Adelmir Santana, aqueles que estejam de acordo com o início da votação, logo após a exposição do sabatinado, permaneçam como estão. Aprovado. Está aberto o processo de votação. Volto a conceder à palavra ao Senador Paulo Duque, para as perguntas que vêm fazendo a sabatinado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dr. João Batista, o senhor reparou que um deputado recentemente, muito magoado, fez uma queixa grande da imprensa sobre necessárias tendenciosas a respeito dele, o Deputado Senador Efraim Morais que já largou essa comissão, os nossos trabalhos, e, contudo há pouco também o Supremo Tribunal Federal acabou com a lei da imprensa, foi uma das melhores leis que já houve sobre a imprensa aqui nesse País. Acabou. Alegando que era um entulho da revolução, não sei o quê.

Então, eu vejo aqui o senhor têm alguns processos e seria ótimo se eu pudesse perguntar e o senhor pudesse esclarecer, para deixar bem claro. A imprensa toda do Brasil está de olhos no senhor. Posso fazer as perguntas?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Pode.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito bem. Primeiro, o Sr. Rezende não ser autor... Não figurar como réu em nenhuma ação penal no Estado de Paraná, eu pergunto: Em outro Estado qualquer, o senhor é réu?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nem no Paraná e nem no resto do Brasil?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Exatamente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ótimo.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É porque, na verdade, Senador, a certidão que a gente pede é a certidão de domicílio.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): De domicílio, eu sei.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É, então, não tem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas eu estou só... facilitar a sua vida aqui. O senhor também não é réu em ações cíveis, sob as quais o senhor anexou certidões. Não é verdade?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, o senhor não é réu de nada. Agora, tem tramitação alguns projetos ainda não decididos pela Justiça.

[soa a campainha].

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Não. Todas as duas ações que constam ai, Senador, todas elas já foram julgadas improcedentes.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ótimo.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Todas elas, tanto a civil como essa da segunda, de um acordo judicial feito com o Ministério Público, sobre isenções de casas, na época, casas da COHAB, quando eu era Diretor Financeiro, foi feita uma homologação, e um cidadão questionou essa homologação, que é uma direito do cidadão fazer esse questionamento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E essa popular aqui? Movida por D. Marlene Aguiar Mercadante. É essa que o senhor...

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Exatamente, que foi feito... Nós tínhamos--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Acordo.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: --nós tínhamos no Município de Londrina cerca de 500 casas de pedra ardósia, na época. Pedra de ardósia, a gente sabe que é quente, quando está sol, e muito frio, quando está a temperatura fria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É verdade.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Os moradores fizeram um movimento grande para fazer isenção dessas casas, o Ministério Público e a Defesa do Patrimônio Público entraram com a ação contra o Município de Londrina, contra a COHAB e seus diretores e nós fizemos um acordo de isenção dessas parcelas.

Um cidadão, uma cidadã aí discordou, dizendo que esse acordo poderia trazer prejuízo para o Município. E essa ação é de 94, foi extinta sem julgamento do mérito, e o STJ mandou o juiz dar o mérito disso, mas esse essa ação, no meu ver, já está resolvido, no ponto de vista, porque o próprio Ministério Público já homologou.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E finalmente o senhor tem aqui uma ação cautelar de protesto, com tramitação encerrada na Justiça Estadual. o que foi isso?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Isso é um protesto, uma empresa que perdeu uma licitação a SERCOMTEL, entrou com uma--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Uma ação cautelar.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: --contra o Presidente da SERCOMTEL, para exigir informações, e foi encerrada porque as informações devem ter sido entregues à empresa, porque se não entregasse ela faria uma ação principal. Isso está em processo de baixa também.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está liquidado?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Está liquidado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E vejo o que senhor também é membro de várias entidades e bancos... O banco do Estado de Santa Catarina.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Já saí de todos os...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já não é mais?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Fui até o processo de incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina, ao Banco do Brasil. Acabou o processo de incorporação, se extinguiram os conselhos todos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei e esse BESC, distribuidora de títulos e valores mobiliários, era um banco também?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Era uma empresa do grupo do BESC.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): De Santa Catarina?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Bom, eu acho que o senhor deve estar satisfeito de eu estar lhe perguntando tanto, não é minha curiosidade, é o que senhor está falando para a Brasil.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Eu agradeço, Senador, a preocupação do senhor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu é que agradeço a V. Exa. ter prestado essa colaboração e desejo muito sucesso no novo cargo e declaro, nesse momento, que vou votar em V. Exa.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Agradeço e estou à disposição, Senador, na ANATEL, quando o senhor precisar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Paulo Duque. Antes de passar ao próximo Senador para fazer a pergunta, ao Sr. João Batista, eu gostaria de fazer uma indagação. Sr. sabatinado, no segmento da telefonia, a compra da Brasil Telecom pela OI/Telemar foi viabilizada mediante alterações feitas pelo Poder Executivo no PGO, Plano Geral de Outorgas, após a aprovação pela ANATEL.

A relação anterior do PGO não permitia que o negócio fosse concretizado, já que proibia as concessionárias de adquirirem o controle de outra concessionária, em região diferente. Sobre a questão em 18 de outubro de 2008, o Jornal Folha de São Paulo, em editorial intitulado "A capitulação da ANATEL", afirmou: "A Agência Nacional de Telecomunicações abençoou a mudança casuísta nas regras da telefonia feitas para beneficiar um grande negócio privado. Sua credibilidade, sua autonomia, como defensora do interesse público, contudo, saem profundamente abaladas. Do mesmo modo, o Estado de São Paulo, em outra editorial, publicado no dia 21 de outubro de 2008, afirma: "Na última quinta-feira, o Conselho Diretor da ANATEL, exatamente como se esperava, aprovou o casuísmo de mudar o plano geral de outorgas, o PGO, que proibia uma concessionária de telefonia adquirisse outra para entrar numa região do País, diferente daquela em que autorizada a operar.

Em face dessas considerações, é possível defender que o setor de telecomunicações brasileiro possui uma entidade reguladora efetivamente autônoma e comprometida com o interesse público, na sua visão?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Eu acho que sim. Eu acho que a ANATEL vem cumprindo o papel dela, todos os rumos da telefonia no Brasil, desde a Lei Geral de Telecomunicações, de 97, vem sendo dada pela ANATEL, quer dizer, a agência tem conseguido reordenar o sistema com bastante qualidade.

A questão do PGO, nós sabemos que foram feitas Audiências Públicas, foi chamada a população aos setores para discutir, então na realidade não foi feita uma mudança, sem os parâmetros normais, sem a normalidade dentro da agência e a decisão tomada eu acredito que fortalece um setor importante do País.

Porque um setor de tecnologia exige investimentos massivos, a tecnologia hoje é muito rápida e nós precisamos de uma empresa, na minha opinião, de escala nacional para estar atuando nessa direção. E a agência eu acho que tem feito o papel dela... Completando dez anos, ela tem se mantido na vanguarda e sempre atenta aos movimentos que acontecem como tendência do mercado mundial e até no mercado nacional. Ela tem mantido a sua independência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E uma das atribuições de uma Agencia Reguladora não seria de evitar monopólios no setor?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Olha, nesse caso, Presidente, eu acredito que não está havendo monopólio. Nós temos pelo menos no setor de telefonia celular, essa fusão vai aumentar em muito a competição em termos de celular; na telefonia fixa, nós temos hoje cerca de sete, nas principais regiões cerca de até sete concorrentes, o que nós temos na celular... Na fixa

também. Na móvel, cerca de cinco concorrentes nas principais regiões. De fato nas pequenas localidades, que eu acho que é o grande desafio da gente levar também não só o serviço, como a competição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Na sua visão, uma agência reguladora, no espírito com o qual foi criada, ela deve ser um braço do Executivo? De alguma forma interferindo no setor para o qual a agência foi criada, para regular, ou a agência reguladora deve ser um instrumento ou uma Agência de Estado, ao invés de ser uma Agência de governo, para proteger a sociedade, o cidadão e os consumidores, no final das contas?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Olha, eu acho que a agência tem sempre que buscar autonomia, as agências como um todo têm que ser um órgão de Estado, é evidente que quem traça as políticas gerais é o Congresso Nacional e o Governo Federal, mas que cumpre a ANATEL fazer aquele papel que é outorgar, fiscalizar e regular o setor, mas não impede que o Congresso Nacional, o Senado Federal, faça uma medida, uma mudança na Lei Geral de Telecomunicações, onde a ANATEL tem que cumprir esses requisitos, na verdade ela não seria um braço, ela seria aquela que está cumprindo as determinações de uma posterior aprovação de algum tipo de regulamento, alguma mudança.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Na sua eventual condução a Conselheiro da ANATEL, V. Sa. se sentaria independente para tomar as decisões que julgasse conveniente em favor da Agência ou estaria atento aos desejos e as vontades emanadas do Poder Executivo?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Não. Tranqüilamente eu tenho toda a autonomia, toda a independência, para atuar dentro da agência, tenho conhecimento do setor, eu tenho todas às condições de atuar independentemente dentro da ANATEL, respeitando a autonomia, respeitando o papel para que o que ela foi criada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Aliás, eu só queria ressaltar que a ANATEL, ela é composta de cinco conselheiros, seis superintendências, um quadro de funcionários bastante preparado. Quer dizer, a ANATEL hoje é um conjunto que um conselheiro só não vai alterar a posição da ANATEL hoje, que é uma posição de independência e autonomia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas no que diz respeito V. Sa., a sua participação como pessoa, eventualmente sendo aprovada a sua indicação, estará dentro da ANATEL--

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Autônomo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --pessoalmente, agindo de forma inteiramente autônoma--

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: E independente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --de acordo com os interesses da Agência de Defesa do Consumidor e da sociedade, sem depender de qualquer solicitação, interferência ou intervenção do Executivo, na atuação de V. Sa. na agência?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Com certeza, mantendo as regras do sentido de fazer aumentar a competição, melhorar serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E autonomia.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: E autonomia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, me inscreva por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, pela ordem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Me inscreva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não. Com a palavra, o próximo inscrito é o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de parabenizar o indicado Sr. João Batista de Rezende--

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Obrigado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pelo currículo, pelo rico currículo. A sua experiência na área de telecomunicações é junto a Sercomtel, cidade londrina, cidade que eu conheço, conheci diretores a sua época, eu vejo que é uma empresa exemplar do Estado do Paraná. E sua experiência também recente junto ao Ministro da Chefia do Gabinete do Ministro Planejamento foi muito auspiciosa, pelo qual eu lhe admiro a sua indicação, e vou votar favorável à mesma. Obrigado.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Agradeço Senador e estou à disposição de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, agora, pela ordem de inscrição, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente desta Comissão, senhor

sabatinado, Sr. Rezende, eu queria apenas fazer duas indagações a V. Sa.

Mato Grosso ainda tem vários municípios que não tem telefonia celular. E, lamentavelmente, nós estamos ficando fora desse sistema, que é muito importante hoje, sobretudo para a área das atividades econômicas. Pergunto: qual seria naturalmente, a pretensão de V. Sa. em relação a esse assunto? Para nós cobrirmos naturalmente, não só o Mato Grosso que é um Estado de dimensão continental, mas, certamente, uma grande parcela dos municípios brasileiros, que teria que ser atendido com esse serviço que eu acho hoje, prioridade a nível nacional.

Eu quero fazer outro questionamento, outra indagação ao senhor em relação à questão da regulamentação das TVs por assinatura. Eu pergunto ao senhor, como o senhor pretende encaminhar a regulamentação das TVs por assinatura que, dentro em breve, nós estaremos fazendo esse novo trabalho, sobretudo esse processo de regulamentação? Que eu acho que é uma matéria muito importante e eu gostaria de ver a sua opinião em relação a este assunto.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Olha, a primeira questão, a Anatel fez recentemente uma licitação de terceira geração, onde as empresas que ganhassem regiões, vamos dizer assim, com mais demanda por celular, colocaria telefone celular naquelas regiões que estavam sem o serviço.

E a proposta da Anatel é que, até o final de 2010, esse processo estaria completado, vamos dizer, todas as regiões, todas as cidades também do Mato Grosso teria o sinal de telefonia celular.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Permite? Só que, na verdade, as companhias de telefone só colocam telefone celular onde é altamente viável, economicamente e financeiramente, não estão fazendo nada para melhorar a questão social.

Eu acho que a Anatel tem que fazer naturalmente essas concessões e exigir que essas companhia, também, arque um pouco com a parte social, só visam lucro, lucro e não veem a parte social. Eu imagino que seria uma providencia que a Anatel teria que tomar em relação às concessões as companhias telefônicas que, naturalmente, exploram o sistema em todo o território nacional.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Senador, eu concordo inteiramente.

Eu acho que a Anatel tem que fazer cumprir primeiro esse cronograma, inclusive na visita que eu fiz aos Senadores do Mato Grosso e outros Senadores da Região Norte tem de fato essa expectativa de que a gente possa acelerar a implantação do sinal de celular também nos municípios, onde hoje não estão assistidos. Eu acho que isso nós vamos conseguir em breve, assim como a telefonia fixa já esta em todos os cantos do país, localidades, em orelhões, nós temos que fazer isso com celular, para que até 2011, pelo menos, nós tenhamos sinal de celular em todo o país. E a banda larga é outro desafio.

Em relação à TV por assinatura, Senador, eu gostaria de fazer uma colocação, que eu não me sinto nem preparado e nem conhecedor mais profundo do projeto que está hoje em tramitação no Senado. Eu gostaria de esperar assim que eu estivesse dentro da agência e dentro das discussões, para dar uma opinião mais firme sobre essa questão das TVs por assinatura, até porque, esse projeto ainda está em andamento dentro do Senado Federal, dentro do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Jayme Campos, mais alguma pergunta?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Só se eleva para o Diretor da Anatel, mais uma, eu acho que até a título de contribuir, para que o senhor tenha conhecimento.

Qualquer reclamação que nós temos que falar em relação ao serviço de telefonia de Mato Grosso, sabe ao que nós temos que recorrer? Ao Estado de Santa Catarina. Isso é uma vergonha. É inconcebível que nós, da Região Centro Oeste de Mato Grosso, qualquer reclamação que nós temos que fazer em relação à precariedade do setor do sistema, nós temos que recorrer a Santa Catarina. Eu imagino que tinha que ser no próprio Estado, nós recorremos a Santa Catarina, que lá fica uma central, e o senhor não imagina a dificuldade para termos em quaisquer situações de resolvermos o problema, quando nós temos que atravessar praticamente o país e ir lá, com muita dificuldade, às vezes, ou seja, a resposta, naturalmente, em relação aos nossos questionamentos eram feitos, porque me parece que eles desdenham, eles debocham da cara, naturalmente, dos usuários do serviço de telefonia, das pessoas que moram na Região Centro Oeste, eu imagino também Goiás é a mesma coisa, principalmente o Mato Grosso.

Portanto, eu faço um apelo a V. Sa. que vai ser, com certeza, aprovado seu nome aqui, que leve esse assunto para a Diretoria da Anatel tomar alguma providência, caso contrário vai continuar esse mesmo imbróglio e essa mesma reclamação de todos nós matogrossenses em relação a precariedade do setor lá em nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Jayme

Campos. Passo a palavra à Sra. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Presidente, Srs. Vereadores.

Dr. João Batista, eu sou Senadora por Mato Grosso e, até dezembro de 2007, nós tínhamos uma batalha muito grande, que Mato Grosso tem 141 municípios e tínhamos desses 141, 53 municípios sem telefonia celular. Difícil. É um Estado de uma extensão geográfica gigantesca, uma densidade demográfica baixa, quer dizer, territorialmente muito grande e com pouca gente, na maioria dos nossos municípios, municípios às vezes de cinco, oito, 10 mil habitantes.

Aí o senhor vê a dificuldade de a gente conseguir que uma operadora tivesse vontade de ir instalar suas torres de telefonia celular. Foi uma luta grande, o Presidente da Anatel e seus Diretores, principalmente nessa área, tiveram um empenho grande. E acabou que, em dezembro de 2007n foi feita uma licitação para que todos os nossos municípios, pelo menos os de Mato Grosso.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Para todos.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Os outros Estados eu não sei lhe dizer, mas de Mato Grosso, para que todos os nossos municípios, mas foi realmente um calvário conseguir que essa licitação acontecesse para que todos os nossos municípios tivessem telefonia celular.

Eu não tenho os dados aqui de cabeça, Brasil Telecom, que hoje está junto com a Oi, ou é Oi, sei lá, mas na época era só Brasil Telecom ganhou um número X, a Claro outro nome, a Vivo outro número e a Tim outro número.

E aí, nós tivemos algumas que avançaram que o prazo era um quantum desses municípios teria a telefonia celular até dezembro de oito. E outro quantum, até dezembro de nove. Ou seja, até dezembro de nove, por aquela licitação todos os municípios matogrossenses teriam telefonia celular.

Nós ficamos satisfeitos e realmente em nove, nós tivemos vários desses 53 municípios com a telefonia celular instalada. E, agora, em nove eu já bastante indignada no começo de nove, porque uma das operadoras não tinha praticamente instalado nenhuma torre é a que ganhou o menor número de municípios, não tinha instalado nenhuma torre, felizmente, agora, ela já instalou três torres.

Mas nós temos ainda, ela ganhou se não me engano sete municípios, ainda temos quatro que agora já está jogando para dez, o que eu queria pedir ao senhor é que se fizesse um esforço grande para que se cumprisse realmente os prazos determinados. Dezembro de nove era o prazo mais longo, e agora, essa pelo menos operadora, eu não sei das outros, mas essa que ganhou o menor número ganhou só sete municípios, já me comunicou de tanto eu insistir junto a Anatel e pedindo até a Anatel que cancelasse essa licitação, porque não cumpre, não é? A operadora não cumpria. Mas ela me comunicou, a Anatel me comunicou que a operadora agora vai cumprir até, eu acho que abril ou maio de dez, que o senhor fizesse um esforço para que fosse cumprido esse prazo.

E, por último, eu queria dizer que eu tenho a informação que existe hoje no Brasil, cerca de nove milhões de telefone conectados a Internet. Sendo que, aproximadamente, cinco milhões e 600 mil estão na região--

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Sudeste.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): – Sudeste. Coitado de nós, Centro-Oeste está sempre...

Eu gostaria de saber do senhor, Dr. João Batista, qual a intenção do senhor em distribuir esses números, principalmente para a regiões como a nossa região, Centro Oeste, já que a concentração em outras regiões é muito grande, que sobrasse um pouco, um pouco bastante, em termos de atendimento a nossa região Centro-Oeste.

Eu acho o que Senador Jayme Campos, já se pronunciou a respeito das dificuldades que a gente tem, por viver uma região que pega inclusive o Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas que a gente sempre, eu acho que através dos tempos, foi considerado periférico, nós não somos mais periféricos, nós somos mais Estados periféricos, mas por isso nós precisamos que a infraestrutura, em todos os sentidos, avance e aqui na questão é a telefonia que a gente está questionando.

Obrigada, eu tenho certeza que a aprovação do seu nome vai acontecer, a sua competência é demonstrada, sua experiência é demonstrada e nós ficamos muito felizes.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Obrigado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): De saber que o senhor tem a grande possibilidade, tem que esperar o resultado, de assumir essa Diretoria da Anatel. Obrigada.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Obrigado.

Senadora, uma informação importante, a Anatel está se comprometendo até 2010, todos os municípios com menos de trinta mil habitantes terão sinal de celular. Eu acho que nós, enquanto Conselheiros, vamos fazer um esforço tremendo para que essa data não seja adiada. Eu acho que seria muito importante que

a gente tivesse essas informações, até para a gente saber o que está acontecendo.

Em relação à banda larga, eu tenho algumas questões. Tem tarefas que vão depender da Anatel, trabalho da Anatel e nesse momento, por exemplo, a Anatel autorizou empresas de energia elétrica a utilizar também a possibilidade de ser utilizada para fazer serviço de banda larga. E outro dia eu vi na reunião do CONFAZ, que é a Conselho Fazendário dos Secretários de Fazenda, alguns Secretários propondo a redução de ICMS, para instalação de banda larga. Quer dizer, eu acho que a Internet, ela deveria ser uma política pública de municípios, de Estado, da própria União, no sentido de fazer essa expansão.

Os Estados também têm condições de atuar bastante nesse sentido. Parece que São Paulo, Pará eu não me lembro que outro município, Distrito Federal, que está pensando em fazer uma redução de ICMS para propiciar a expansão da banda larga, porque só com recursos públicos e privados, eu acredito que isoladamente não conseguiremos, mas se nós somarmos esforços e conseguirmos uma redução e uma política de incentivos naqueles Estados onde a penetração é menor, com certeza, nós vamos conseguir avançar mais rapidamente na Internet. Porque eu acho que a Internet hoje é um fator de desenvolvimento tecnológico importantíssimo e de desenvolvimento econômico.

Hoje, nós podemos pensar no país daqui 30 anos, nós não vamos saber como é que vai estar o país, mas com certeza sem Internet nós não vamos estar, nós vamos estar muito mais avançados em Internet. Eu acho que esse compromisso deveria ser do Senado, do Governo Federal, do Congresso encontrar saídas e evidente que nós temos que levar um serviço, onde a população possa também ter condições de pagar.

Porque hoje, também tem essa dificuldade, eu acho que a gente pode trabalhar nós podemos trabalhar em cima de uma redução e essa de energia elétrica é importante, se caso a Internet conseguir ter bom desempenho via os cabos de energia elétrica, hoje o Brasil inteiro, 99% das localidades tem uma luz elétrica, então nós teremos um avanço muito grande.

Eu acho que essas medidas junto com a utilização do FUST, talvez para a expansão de banda larga poderá dar um salto muito grande em relação a isso e os Estados também na redução de ICMS, na redução tributária atraindo investimentos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

Antes de passar a palavra ao próximo Senador, eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Sa. É sabido que é muito difícil uma Agência Reguladora ter uma independência total, se não tiver a sua independência financeira. Por exemplo, no ano de 2008, no relatório de gestão apresentado pela Anatel, a FISTEL arrecadou dois bilhões e dois bilhões e 200 milhões de reais e apenas 300 e poucos milhões foram repassados para a Anatel.

Caso V. Sa. venha a ser indicado para a agência, e hoje como integrante e parte importante da equipe econômica do governo, o senhor, V. Sa. propugnaria para essa independência financeira? Trabalharia para que, pelo menos, os recursos da FISTEL fossem passados diretamente para a Anatel? E mais adiante, o que passaria também pelo Congresso Nacional, estaria engajado numa luta para que fosse concedida, fosse dada as agências reguladoras de um modo geral, a autonomia financeira, para que ela possa alcançar sua autonomia plena?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Sem dúvidas, Senador.

Eu só gostaria de fazer uma colocação de que o Brasil hoje, quer dizer o país, o mundo atravessa uma crise e o país também atravessa um momento agora de redução de arrecadação e a Anatel é uma autarquia. Quando se entra um contingenciamento orçamentário acaba entrando todos os órgãos, inclusive a Anatel, mas isso não impede que nós, que eu como Conselheiro da Anatel, trabalhe no sentido de sempre estar pressionando por mais recurso e que esse contingenciamento não atinja as funções básicas da Anatel, ou seja, que a Anatel consiga e outras agências também desempenhar suas funções a contento dentro dos recursos possíveis.

Mas é evidente, que eu também acho que nós não podemos ter no caso da Anatel uma agência com seis, sete bilhões de reais de arrecadação, de receita, enquanto os outros órgãos do governo, como os outros órgãos do governo não tem esse recurso, então é preciso pensar num meio para que os contingenciamentos não prejudiquem a função da Anatel. Eu penso isso, basicamente, das agências como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O setor de telecomunicações no Brasil, representa 6% do produto interno?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E é claro que essa soma que V. Sa. se refere não seria destinada a uma agência--

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Não é o FISTEL e o FUST, que daria cinco bilhões, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois é, isso seria realmente uma soma extremamente elevada, mas eu diria recursos para que pudesse as Agências, de modo geral, ter a

sua independência financeira e não ficar a cada mês dependendo do Poder Executivo, para realizar suas tarefas mínimas, até de custeio e até mesmo poder realizar o seu plano de expansão sem ter a garantia de que aqueles recursos irão chegar.

V. Sa., eventualmente, indicado para Conselheiro, irá trabalhar para a independência financeira das Agências e concorda que a independência das agências só poderá ser total quando elas tiverem autonomia financeira?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: não há dúvida, Presidente, eu acho que é importantíssimo que nós consigamos dar agilidade e dar recurso para que as agências funcionem da melhor maneira possível.

Eu só não seria capaz agora de quantificar que valor seria. Eu acho importante que a gente tenha essa independência, inclusive tem um projeto no Senado, ou no Congresso, eu não sei, que está discutindo essa questão da autonomia financeira das agências.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas V. Sa. concorda que essa autonomia.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Me comprometo com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Somente será total.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É importante. Se for financeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se tiver também autonomia financeira?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Concordo plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E irá trabalhar por isso?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado. Passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Depois do Senador Delcídio Amaral.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Vice-Presidente, Senador Eliseu Resende e meu caro João Batista de Rezende, Chefe de Gabinete do Ministro Paulo Bernardo.

Eu já conheço o Dr. João Rezende há muito tempo. É um dos melhores nomes encaminhados à Comissão de Infra-Estrutura para assumir uma agência reguladora. Dr. João Rezende, ele reúne no seu currículo todas as condições para desempenhar um grande trabalho. Ele é economista, é mestre em economia pela PUC, passou pelo Dieese, ele falou e com justa razão, uma verdadeira fábrica de talentos, de bons profissionais.

Ele passou pela Secretaria de Fazenda do Município de Londrina, ele foi Conselheiro da Transpetro, uma subsidiária da Petrobras, uma empresa complexa. Foi Conselheiro do Banco do Estado de Santa Catarina também e no momento delicado para BESC, e eu julgo como o mais importante item do currículo dele, ele ter sido Presidente da Sercomtel. Portanto é do ramo. Conhece o assunto que vai tratar, Sr. Presidente, na Anatel.

Sercomtel é uma empresa, evidentemente, menor que as outras empresas de telefonia, mas que tem uma importância grande no Estado do Paraná, especialmente nessa região de Londrina. E na Sercomtel, ele evidentemente tomou conhecimento de toda a tecnologia associada a uma empresa de telefonia, seus desafios, seus problemas, suas dificuldades.

Foi Presidente da Abrafix também, das concessionárias da telefonia fixa.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Vice.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vice, perdão.

Vice-Presidente, portanto, é uma pessoa que está alinhada com os requisitos necessários, para que ele venha ocupar um cargo numa agência reguladora, especificamente, nesse caso, a Anatel.

Então, eu acompanhei também muito de perto o trabalho do Dr. João Rezende no Ministério do Planejamento. Chefe de Gabinete do Ministro Paulo Bernardo, um homem... O Ministério do Planejamento é um Ministério difícil, porque por ali passam todas as reivindicações, os choros, os ranger de dentes de toda a Esplanada dos Ministérios, das estatais, as negociações coletivas. E sou testemunha do trabalho exemplar do Dr. João Rezende, como Chefe de Gabinete do Ministro Paulo Bernardo e, em algumas situações, Ministro Interino também do Planejamento.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Aí já me deu uma outra responsabilidade.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Portanto, eu não tenho dúvida nenhuma em que nós estamos diante de uma excelente indicação.

Quero também, Sr. Presidente, registrar aqui foram citadas ações populares, que ele explicou muito bem o desenrolar dessas ações populares e a finalização das mesmas.

Todo o administrador público, infelizmente, passa por esse tipo de situação: Ações populares. Quando envolve a Diretoria, os Conselheiros, em função dos

mais variados temas que permeiam da administração de uma empresa. Então é importante destacar isso, para que não haja nenhuma dúvida com relação à postura do Dr. João Rezende.

Portanto, eu não tenho, eu voto favoravelmente a indicação do João, não tenho dúvida nenhuma que agregará muito ao Conselho da Anatel. Nós temos aqui dois Conselheiros também, acompanhando a Audiência Pública, vai somar muito.

Mas eu, evidentemente, gostaria de fazer uma pergunta para o meu caro João Rezende, sobre especificamente alguns temas que tem preocupado muito as empresas de telecomunicações no país.

O mercado de telecomunicações, as companhias que aqui investem e que acreditam no Brasil, como acreditaram no Brasil quando da privatização.

Primeiro, só fazer um registro, Presidente, sobre esse caso Oi e Brasil Telecom. Eu sei que esse assunto já rendeu aí muitas matérias de jornais, muitos debates aqui no Senado, na Câmara, no meu ponto de vista, essa operação era inexorável. Inexorável. Essa operação, Oi, Brasil Telecom, ela viria naturalmente, até em função da própria dinamicidade do modelo de privatização das telecomunicações. E vejo com muito bons olhos isso. Não vejo de uma forma depreciativa como alguns até colocaram e acredito que o governo e a Anatel, eles agiram corretamente.

Quando a gente fala em privatização, e acho que depois dessa crise, de todas essas dificuldades, eu acho que o mundo começou a enxergar de uma maneira muito mais clara uma série de questões aí que vem preocupando ou vem sendo tema de grandes debates. Mas vários países do mundo a despeito de um processo competitivo na área de telecomunicações, tem empresas de telecomunicações fortes. Nacionais, melhor dizendo. Nacionais, com capital nacional.

E eu acho isso positivo para o País, até estratégico. Eu acho que isso, como também na energia, em outros setores, eu defendo o processo de abertura, de participação de empresas, de competição, isso é muito eficaz e isso é bom para o País e área de telecomunicações prova isso. Mas uma empresa nacional forte de telecomunicações, no meu ponto de vista, é importante para o Brasil.

E dentro dessa tese e dentro também desse conceito que uma agência reguladora não é uma agência de Governo, mas uma agência de Estado, e esse é um papel fundamental e a questão da autonomia financeira que aqui foi citado pelo próprio Presidente, eu acho que esses pontos são fundamentais e que tem que permear inclusive as discussões desses aperfeiçoamentos no modo de funcionar das agências reguladoras, que hoje esse projeto está lá.

Há um projeto engavetado lá na Câmara dos Deputados e já existem inclusive projetos aqui apresentados pelo Senador Garibaldi Alves, em função da Subcomissão de Marcos Regulatórios, que eu entendo que serão temas muito importantes para que a gente debate e aprove ou não, quando esses projetos vierem aqui à Comissão de Infra-Estrutura.

Mas eu quero, já falei demais, vou ser bastante agora objetivo na pergunta. João, uma das coisas que mais me preocupa é a judicialização da Anatel. Nós estamos vendo sistematicamente uma série de decisões que caberiam à Anatel, a Justiça acaba fazendo o seu papel. Me preocupa muito, nós aprovamos o PGO e o PGR ainda não foi divulgado e ele é fundamental, o Plano Geral de Regulamentação.

E eu quero citar alguns exemplos aqui, que trazem insegurança ao setor. Entre outros fatos aí relacionados, uma das questões é esse debate do ponto extra nas TVs fechadas. Nas TVs por assinatura. A Justiça teve que entrar no processo. O outro tema também é a questão da banda larga, que você falou muito, V. Sa. falou muito bem aí, citou com muito conhecimento, e com muita clareza e lucidez sobre aquilo que vai ser devolvido a União e a remuneração dos investimentos que serão feitos na banda larga. Esse é um problema sério.

V. Sa. foi muito claro, muito objetivo quando disse: "A banda larga é o futuro". É som, é imagem. Nós não sabemos como é que vai ser o Brasil daqui a 30 anos, mas que a Internet vai estar no dia-a-dia da nossa gente, inegavelmente, nas escolas e o governo está muito preocupado com esse problema também.

E V. Sa. fez isso inclusive em Londrina, que é até um programa que é uma referência para o que veio depois, mas me preocupa muito essas questões.

Agora, uma dúvida com relação entre a Oi e a GVT. A GVT veio depois, aí cortaram o cabo da GVT, aí a Oi fala que as caixas de passagem são delas, pertencem a ela, ela quer cobrar um em função da utilização dessas caixas de passagem, me preocupa muito o fato do Judiciário começar a deliberar pela Anatel.

Então eu queria um pouco ouvir V. Sa. às opiniões de V. Sa. sobre isso. Realmente a situação é muito complexa e a Anatel realmente não tem condições de resolver? Ou eventualmente é falta de decisão que está levando as empresas de telefonia a reclamar na Justiça, uma decisão que deveria ser da Anatel? Essa é a pergunta.

O nome de V. Sa. sendo aprovado, desejo todo o sucesso de uma vida profissional exitosa. E eu não tenho dúvida nenhuma V. Sa., representará muito bem a Agência Nacional de Telecomunicações.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Senador Delcídio Amaral, muito obrigado pelas palavras. Eu acho que os elogios são maiores do que eu mereço. [risos] Eu gostaria de falar duas coisas, uma que eu acho que nós... Pela experiência que nós temos dá Anatel, eu acho que nós estamos sendo um pouco injusto com a agência, em relação a essas questões de ações judiciais.

A Anatel vem decidindo já há muito tempo várias questões, referente ao setor de telecomunicações. Mas inclusive como o Conselheiro Bedran colocou aqui que na sabatina dele – que eu li atentamente e ele é advogado – as instâncias dentro da Anatel, se esgotam dentro da área administrativa. Mas nada impede que um cidadão ou o próprio Ministério Público ou o Tribunal de Contas, questione as decisões que são tomadas dentro da Anatel. Quer dizer, nós não temos condições de impedir, às vezes, a Anatel não tem condições de... Certas divergências. É evidente que o desejável para a Anatel é acertar sempre, acertar sempre nas decisões, medir os equilíbrios financeiros das decisões, o equilíbrio econômico, tentando tirar o máximo possível os impactos ou que de desagrade um setor ou outro.

Mas evidentemente que um cidadão que se sinta prejudicado com a decisão da Anatel, ele tem o direito de ir para Justiça. Eu acho inclusive se nós fizermos um histórico – e eu não tenho esse histórico – talvez seria interessante a própria Comissão de Infraestrutura chamar um debate para essa questão e fazer um levantamento de quantas decisões a Anatel tem tomado e quantas de fato foram parar no Judiciário.

Seria interessante a gente fazer essa relação, porque o que me parece é que não é uma coisa frequente, não é uma coisa freqüente. Ás vezes um pouco mais polêmico um ou outro, possa insurgir pessoas que não concorde com aquele encaminhamento. Então, portanto, eu acredito que o interessante seria evidentemente que a Anatel consiga acertar o máximo possível, mas nem sempre acontece uma decisão que agrade todos os setores envolvidos.

Nós sabemos consumidores, nós temos as empresas dos setores, nós temos TCU que acompanhe. E é do processo democrático que alguém se sinta prejudicado e vá lá e questione uma decisão da Anatel.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu só eu queria fazer uma observação, se V.Exa., me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não é réplica não. Eu só gostaria de registrar que eu sei que todos nós, V.Exa., especialmente, está muito preocupado com a questão da autonomia das agências. Eu acho que ninguém melhor do que o João, para ir para a Anatel, porque se existe alguém que conhece o caminho das pedras lá no Ministério do Planejamento é ele. Obrigado, Presidente.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: E que são caminhos difíceis, não é? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dentro dessa questão tratada agora pelo Senador Delcídio sobre a questão das contestações judiciais, eu perguntaria a V. Sa., o que esperar de um modelo de regulação, que está sujeito invariavelmente a essas contestações judiciais.

Quer dizer, isso não demonstraria um enfraquecimento das Agências como um todo? E diante disso, será que a Anatel em algum momento pode ser considerada, talvez seja uma expressão um pouco forte, mas, refém do mercado em função disso?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Não. De maneira nenhuma, Presidente. Eu acho que a Anatel tem atuado com independência, tem atuado regulando o setor. Eu acho que todos que estão lá, nós temos profissionais de alto nível lá os Conselheiros tentam acertar o máximo possível. Sempre medindo às consequências das decisões em relação ao usuário, em relação à competição em relação às empresas, porque nós precisamos também atrair investimento.

Eu acho que todos que estão lá, estão procurando o melhor para o País, acertar o melhor possível. Mas como eu coloquei anteriormente, é difícil dizer que nenhuma decisão, não será objeto de um questionamento, é muito difícil a gente conseguir... Agora, evidentemente, que eu vou colocar isso sempre que for necessário é interessante que a Anatel acerte o máximo possível das suas decisões. E acertar do ponto de vista de ter todos os impactos de uma decisão tomada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quer dizer, que V. Sa. considera que essas séries de contestações judiciais que acontecem e continuarão a acontecer, pelo visto em função do modelo de regulação, isso em nenhum momento enfraquece o papel regulador da agência?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Eu acho que não. É evidente que como eu coloquei no meu discurso, nós poderíamos ter talvez alguma atualização de alguns regulamentos agência, a própria Lei Geral de Telecomunicações. Porque nós temos--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Contrato de concessão só com telefonia fixa os demais são serviços autorizados, são tratamentos diferentes. Eu acho

que ter uma revisão também na legislação, poderia ajudar a Anatel a ajudar a afinar um pouco melhor suas decisões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria saber se V.Exa., autoriza o Senador Lobão Filho, o pai vai receber, o nosso Ministro Lobão, vai receber uma Comenda, agora, ele pediu para inverter a minha vez com a vez dele. Se V.Exa., autorizar...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, por favor Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Senador Eliseu, Dr. João Batista. Antes de mais nada, parabenizar o Dr. João Batista pelo currículo, conforme o Senador Delcídio Amaral falou, o currículo é dos melhores que já passou por essa Comissão.

Mas eu percebo também que a expertise maior de V. Sa., está na área de telecomunicações, percebe-se também que a Anatel é mais demandada na área de telecomunicações. Até pelo *share* de participação no PIB, telecomunicações representam um valor muito maior do que a rádio difusão. Mas a Anatel também normatiza, regulamenta e fiscaliza o setor de rádio difusão. E a minha pergunta vai especificamente na área de rádio difusão.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia da qual eu faço parte, também, nós temos aprovado nas últimas reuniões alguma coisa em torno de 40 rádios comunitárias por sessão. Eu tenho para relatar lá alguma coisa em torno de 30 projetos de rádios comunitárias só no Maranhão. Percebe-se que o volume de rádios comunitárias está crescendo em progressão geométrica.

São rádios que foram imaginadas, criadas para atender bairros, comunidades, então rádios com potência de emissão muito baixas. Mas percebe-se um desvirtuamento desse conceito e às rádios comunitárias, por vezes, atendendo cidades inteiras, concorrendo até com rádios comerciais que participaram de licitação, que tem outro tipo de tributação, que tem outros tipos de custos.

Eu pergunto a V. Sa., a Anatel na sua visão está preparado para fiscalizar milhares e milhares de rádios comunitárias que já estão instaladas e que percebe-se que estão sendo instaladas numa velocidade muito grande?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Olha, eu devo confessar ao senhor Senador, que eu não tenho muito... Não aprofundei muito essa questão, até porque a rádio difusão ela está ligada ao Ministério das Comunicações. Eu gostaria de conhecer mais situação porque de falto eu não conheço, essa questão, para poder dar uma opinião mais abalizada, porque eu realmente não teria conhecimento para colocar para o senhor essa questão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então eu vou fazer o comentário com V. Sa. Sabe que eu participei de outras sabatinas aqui com outros candidatos, que não entendiam nada de determinados assuntos que estavam sendo perguntados, mas que enrolavam iam para um lado iam para o outro, davam respostas, muito pelo contrário, todavia... Eu gostei da sua postura: não conhece, mas irá estudar.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Rádio comunitária para mim é um assunto novo.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então eu rogo a V. Sa., que caso seja aprovado o seu nome aqui, dê uma atenção especial a rádio difusão também—

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Com certeza.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Porque é um setor que se vê um pouco abandonado perante a Anatel, já que ela compartilha com o setor de telecomunicações que é muito forte e que movimenta recursos muito grandes.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Obrigado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então eu faço esse pedido especial, tenha uma atenção também especial, ao setor de rádio difusão.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Já estamos com dois Conselheiros aqui, que vão ajudar a trabalhar em cima disso.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Lobão Filho. Com a palavra o Senador e Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Dr. João Batista de Rezende, Senadora e Senadores. A década de 90, Dr. João Batista, foi prodigiosa e na minha opinião paradigmática em relação a economia, a abertura econômica. Na minha opinião foi um divisor de águas iniciado pelo Presidente Fernando Collor e, com desdobramento já no Governo Itamar e no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Talvez um dos pontos altos desta década tenha sido o projeto de estabilidade econômica, criado já no Governo Fernando Henrique Cardoso com o Plano

Real e a criação dos marcos regulatórios e conseqüentemente as agências reguladoras.

Eu chegava ao Congresso àquela época como Deputado Federal e participei ativamente de toda aquela onda de reformas e de mudanças, começando ou concluindo aquele capítulo da questão do conceito de empresa nacional, que havia sido iniciado no Governo do Presidente Fernando Collor. E depois, toda uma série de projetos de emendas da Constituição que tinham como objetivo flexibilizar monopólios, quebrar monopólio como era o caso das telecomunicações.

E eu acompanhei muito de perto, porque era membro da Comissão de Constituição e Justiça e depois fui membro das comissões especiais que examinaram tanto a lei máxima quanto a lei mínima. Esse trabalho foi coordenado com muita competência pelo então Ministro Sérgio Motta, representou verdadeiramente um divisor de águas na questão da telefonia.

Naquela época era muito difícil comprar um telefone fixo, tinha fila de mais de ano. Um aparelho de telefone fixo constava do imposto de renda. E, quando o Sérgio Motta dizia que o cidadão brasileiro iria comprar uma linha telefônica por 50 reais, ninguém acreditava.

E o fato é que depois da criação do marco regulatório, depois da aprovação da lei máxima, da lei mínimo. Enfim, no fim do monopólio de telecomunicações, nós passamos a viver um novo momento mo Brasil e essas mudanças também ocorreram em outras áreas, reforma da previdência, reforma administrativa, outras flexibilizações de monopólio e, o Brasil passou a respirar ares de modernidade.

Eu comparo a década de 90 de Brasil, quer dizer essa abertura econômica, guardadas as proporções como o que aconteceu na China, com Mao Tse-Tung, com Deng Chiao Ping. Eu acho que essa década de 90 foi paradigmática foi talvez, a mais importante década dos últimos tempos no Brasil.

Graças à sensibilidade de pessoas que tomaram a decisão de verdadeiramente mudar alguns conceitos antiquados, alguns conceitos que não contribuíam, para que o Brasil se inserisse no contexto global como um país moderno desenvolvido um país eficiente.

Diante dessas reflexões eu perguntaria ao senhor, se o senhor concorda, se o senhor acha que o que modelo atual, a gestão atual da Anatel, é independente, autônoma o suficiente para – isso já foi perguntado a V. Sa., por outras pessoas para suportar toda e qualquer ingerência do Poder Executivo, do Presidente da República e, também, qualquer tipo de tentativa de interferência das operadores em detrimento do consumidor final de telefonia que é o cidadão que usa o serviço de telefonia. E mais.

Eu perguntaria a V.Exa., se a direção, se a estrutura atual da Anatel, e nós todos sabemos que V.Exa., acabou de dizer que será importante melhorarmos os macros regulatórios. Eu perguntaria se V. Sa., considera possível haver uma grande mobilização, por exemplo, para que os seis bilhões que estão contigenciados do FUST, isso é uma ladainha antiga.

Eu sonhava muito com os recursos do FUST quando era Governador para universalizar, por exemplo, a questão da inclusão digital no meu Estado. E os recursos do FUST são 700 milhões ao ano aproximadamente e, os recursos do FUST não serviram aos seus objetivos, as metas que foram estabelecidas quando da aprovação da lei geral posso.

Pergunto mais, V. Sa. considera possível – e eu acho que essa Comissão pode colaborar muito – o descontigenciamento definitivo de cerca de dois bilhões e 200 milhões de reais do FISTEL? A Anatel utiliza cerca de 500 milhões desses recursos, o restante fica contingenciado. Quer dizer, V. Sa., acha que essa diretoria com o nosso apoio, enfim, pode conseguir ter esses recursos todos para que efetivamente, definitivamente, a Anatel possa ser autônoma independente e cumprir rigorosamente com o seu desidrato, que é o de primeiro prestar serviços à população, ao cidadão com uma fiscalização adequada.

Eu quero encerrar, Presidente Collor, dizendo que, pelas informações que tenho o Dr. João Batista é muito qualificado – e estou falando aqui como Senador de oposição, para exercer a função. Eu tenho aqui ao lado um dos especialistas em Ciência e Tecnologia, Telecomunicações na Câmara dos Deputados, o Deputado Júlio Semeghini, ele me traz aqui informações muito positivas a respeito do Dr. João Batista. Colhi de outras amigos queridos que tem relação com o senhor, também informações muito positivas.

Eu estou convencido de que ao lado do Bedran, do Embaixador Sardenberg e de outros diretores, o senhor poderá realizar um grande trabalho e conferir a Anatel, esse status de independência mesmo para que a Anatel, possa cumprir suas metas, especialmente a meta de universalização e de serviços de qualidade são cidadão brasileiro.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Eu queria responder em relação ao FUST primeiro, porque a criação do FUST, ela esteve associada à Lei Geral de Telecomunicações. Quando se assinou os contratos de concessão com as empresas, foi criado o FUST no sentido universalizar o serviço fixo.

Evidentemente com o passar do tempo como a telefonia fixa hoje ela encontra-se espalhada pelo país, precisaria de uma mudança... Uma mudança na Lei do FUST, para que pudesse ser utilizado para outros

aplicativos que não a telefonia fixa. Porque como está hoje o FUST não pode ser utilizado, por exemplo, para expandir banda larga, porque na Lei Geral de Telecomunicações, o FUST é específico para telefonia fixa.

Em relação ao contingenciamento, com certeza, eu vou estar dentro da Anatel trabalhando para o desempenho melhor da Anatel, sempre buscando aumentar recursos. Evidentemente dentro do que a Anatel precisa para fiscalizar, dentro do que a Anatel precisa para desempenhar suas funções com autonomia, independência. E trabalhando no sentido de promover a competição, promover a eficiência, a qualidade sempre de olho no atendimento ao usuário que eu acho uma coisa fundamental.

E principalmente nessa mudança, caso o Congresso entenda, o Senado, o Governo Federal, que a alteração na Lei do FUST, é fundamental para que a gente consiga fazer essa expansão de outros serviços. Porque telefonia fixa nós temos 42 milhões de assinantes, 42 milhões de residências com telefonia fixa, mais 15 milhões só com celulares, mas temos oito assinantes de celular para cada dez habitantes.

Quer dizer se nós pensarmos e, por isso que eu gostaria de colocar, também essa visão da Anatel, pensarmos nesse avanço que houve nesses dois serviços, nós estaríamos hoje tendo que estar focados realmente é na expansão da Internet, principalmente da banda larga.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Marconi Perillo. Eu gostaria de anunciar às boas-vindas da Comissão ao Deputado Júlio Semeghini, que está aqui fazendo parte desta sabatina, como observador. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Se me permitir, Sr. Presidente, e u gostaria também de saudar o Deputado Júlio Semeghini, nosso colega na Câmara dos Deputados, que estuda e vem estudando há vários anos toda a legislação atinente às agências reguladoras.

Há uma lei tramitando na Câmara dos Deputados de aprimoramento da agência e do seu papel. E é necessário que nós possamos dar uma recondução a esse projeto de lei, para ele sanar muita das questões que foram aqui colocadas, referente ao papel das agências e a sua independência e suas funções básicas, representando o Estado.

O trabalho do Deputado Júlio Semeghini na Câmara dos Deputados tem sido um trabalho muito competente, dentro da análise dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, ao Senador, Ministro Eliseu Resende, pela sua intervenção. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Eliseu, demais Senadores e Senadoras. Esse Senado tem uma relação muito boa com os conselheiros e diretores da Anatel.

Eu fui Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, hoje presidida pelo Senador Flexa Ribeiro e, sempre a Anatel nos atendeu muito bem a nível de Comissão, tanto os senhores membros vindo até esta Casa para tirar dúvidas. Como eu também fiz uma visita a Anatel, Senador Paulo Duque, se V.Exa., for lá tomar um café, se o João Batista o convidá-lo depois...

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Já está convidado, se acaso eu for aprovado, pela Comissão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, claro. [risos] Vai ficar também estarrecido pelo tamanho dos gabinetes, são gabinetes maravilhosos. Até combinei com o Bedran, falei: “Esse gabinete é muito melhor do que os dos Senadores”, os quais aprovam eles para aqueles gabinetes. Mas é uma agência que vem funcionando muito bem.

Eu queria apenas fazer uma reclamação com relação a Anatel. No Brasil aconteceu a evolução com relação às outorgas para televisão, para rádio, hoje elas são feitas através de licitação, envelope lacrado, primeiro você se credencia, uma série de documentação. Depois de você ter envelope aberto, você ganha e começa a tramitar todo o seu processo e saindo você deposita 50%, um ano depois outro 50o%. Quer dizer tudo muito bom para a União, muito bom para o Governo.

Só o que está acontecendo? A Anatel tem uma receita para fiscalizar, não está vem fiscalizando as rádios piratas, mas não fiscaliza mesmo. Então o que acontece? O empresário gasta um dinheiro, concorre numa outorga, ganha a outorga e, depois fica com o seu sinal todo prejudicado por uma série de rádios piratas que existem. E não vai atrás para fechar, têm fechado algumas perto de aeroportos, porque vem causando... Nós tivemos, inclusive, na época eu era Presidente e foi mostrada aqui, uma gravação de um piloto com problemas em função de uma rádio pirata.

E outra situação pior. Aí já é uma situação de rádios que ganham a concessão, por exemplo, perto da Avenida Paulista, perto não, num município perto do centro de São Paulo e levam as suas torres para a Avenida Paulista. Ou seja, ele concorre numa licitação que tem o valor máximo de um milhão e meio e transformam, por algum artifício jurídico... Por algum artifício entra falando “que pediu aumento de potência

e aí, a Anatel não deu dentro do prazo, então, com isso ele está prejudicado".

E entra lá e um Juiz de Primeira Instância dá uma liminar, para que ele transfira o seu transmissor ou o seu estúdio móvel para a Avenida Paulista. E tem um grupo específico que vem atuando dessa maneira. Eu na época pedi informações a Anatel, a Anatel me mandou uma série de informações, eu estou analisando.

Quer dizer, isso a qualquer momento esses senhores que estão pagando e ganhando essa licitação, ganhando a sua outorga através de licitação limpa e clara, eles vão acabar entrando com uma ação ou contra o Governo ou contra a Anatel, pedindo indenização por isso. Porque é um absurdo você vai lá concorre e ganha e, logo depois, aparece uma rádio pirata em cima do seu *dial* e a Anatel não vai lá fechar e tem recurso para isso.

Esse talvez seja um dos problemas que eu vejo, porque isso aí, eu não vou dizer que a Anatel está roubando, mas alguém está roubando o direito do empresário que ganhou numa licitação limpa aquele *dial*, para poder fazer o seu trabalho. No momento que a Anatel não pratica ato nenhum contra isso, ou chamando a Polícia Federal, ou a Polícia Civil, eu não sei a quem ela deve chamar, para ir lá e fechar essa rádio... Porque hoje comprar um transmissor e uma anteninha é a coisa mais barata do mundo.

Eu conversava com o Senador Romeu Tuma, tem um local em São Paulo, Semeghini, que vende de tudo lá, que é só ir lá comprar e botar numa salinha em cima da casa, que você tem uma rádio transmitindo. Então essa é a minha reclamação da Anatel, para que faça o seu trabalho de fiscalização, procure recorrer das decisões. Mostrar quem são os juízes que estão nesse esquema e vem dando limitar sempre para o mesmo grupo, se existe distribuição de processo direcionado ou não. Esse tem que ser o trabalho da Anatel junto ao jurídico, porque não pode acontecer esse tipo de coisa.

Agora quanto ao restante, o Sr. João Batista é altamente qualificado, acredito que vai encontrar um grupo muito bom na Anatel, pelo menos, são todos especializados, educados. A Anatel andou num período com muitos conflitos ideológicos a gente sabe disso.

E aí, sem membros, empatava dois a dois na votação, e acabava não acontecendo a votação. Eu acho que hoje a Anatel já passou desse período as discussões vão acontecer em função da interpretação de cada conselheiro e aí, é que está o direito e a liberdade que ele tem de opinar da maneira que ele achar melhor.

Então, João Batista, se for aprovado é claro, porque ainda tem que contar os votos, eu gostaria que o conselheiro, se assim o for, continuasse recebendo os Senadores, não só os Senadores, Deputados também na Anatel, porque muitas vezes – muitas vezes – essa Casa aprova pessoas para a agência e depois que chegam, lá ignoram os Senadores, ignoram os Deputados. Ficam senhores dos seus gabinetes, senhores da suas funções e na época de renovação vem de novo fazer o beija-mão.

Só que não pode ser assim, os Senadores e Deputados muitas vezes tem problemas aqui dentro, precisam de informações, precisam de um atendimento, não custa nada. Eu já fui tomar um café com o Bedran, conhecer o Bedran, conhecer a Anatel que eu não conhecia fui lá visitá-lo. Não custa nada.

Também já veio a Anatel no meu gabinete me explicar situações, porque eu era Presidente da CCT, porque é difícil você entender, Sr. Presidente, sobre Ciência e Tecnologia você entender tudo com essa velocidade de tecnologia.

E tem uma outra coisa, Presidente Collor, isso o Senado tem que corrigir, isso é um absurdo, senão vira uma outra tentativa de escândalo. Aqui um Senador não pode ir para uma feira, convidado por um órgão de classe, por um órgão de... Uma associação.

Eu quando era Presidente, eu fui convidado para ir a Sauípe, São Paulo, eu sempre pagava do meu bolso e o convite vinha com passagem, hospedagem e eu pagava do meu bolso, Paulo Duque, já prevendo que poderia depois falar: "Ah, está fazendo lobby, está fazendo...". Coisa nenhuma.

Você vai para o encontro dessas associações tem lá competidores todos eles reunidos, ali é todo mundo amigo, mas sabe que não há como você ter qualquer tráfico de influência ali, você está indo ali para aprender e, se você não aprender você tem está enrolado.

Então, Sr. Presidente, só essa colocação que eu queria fazer, espero que o Sr. João Batista seja aprovado e que continue praticando essa boa relação desta Casa com a Anatel.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Eu só queria passar uma informação que os servidores da Anatel me passaram, agora, que em São Paulo foram apreendidos e destruídos quatro toneladas de equipamentos utilizados para rádio pirata. Em Minas Gerais, serão nos próximos dias, destruídos mais duas toneladas. Só como informe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Peça informação aos seus assessores sobre as rádios que estão na Avenida Paulista se houve atitude com elas?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Não sei, eu estou só--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, não sabe. Sobre o pequeninho que dá uma marretada lá no transmissor tem. Eu quero ver aquele grupo, é um grupo já definido, que vem utilizando dessa técnica de ir lá fazer uma consulta a Anatel, diz que passou um prazo que tem em algum documento e entra com uma liminar; e é dada a liminar para ele mudar o transmissor e ficar na Avenida Paulista.

Eu estou aguardando até o final da votação, se a assessoria vai mandar informações também sobre esse grupo, porque esse ninguém fala nada. É esse que eu estou atrás é esse que eu quero saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Wellington Salgado. Agora o último Senador inscrito para às perguntas da sabatina, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Fernando Collor, Vice-Presidente, Senador Eliseu Resende, Dr. João Batista de Rezende, indicado ao Conselho Diretor da Anatel, Srs. Senadores.

Sr. João Batista, o currículo de V.Exa., que aqui já foi relatado, já lhe dá os méritos para justificar sua indicação. O Deputado Júlio Semeghini que é o nosso orientador nessas questões ligadas à Comunicação, ele vem fortalecer pelas informações que ele traz a todos nós a seu respeito. Eu gostaria de fazer apenas algumas considerações.

V. Sa. disse a pouco que a questão das rádios comunitárias que lhe foi consultados são do Ministério das Comunicações, a concessão sim, a fiscalização é da Anatel. E o Senador Wellington Salgado, ele e outros Senadores já trouxeram a Comissão de Ciência e Tecnologia, algumas informações dessa expansão das rádios comunitárias além dos limites legais.

Não das rádios piratas, que as rádios piratas essas nem se cogita, porque elas são instaladas à margem da lei, mas o que nos preocupa realmente, é a fiscalização da Anatel, para aquelas outorgas que foram concedidas por um determinado tipo de serviço, sejam mantidos naquele tipo de serviços. E não haja uma superposição, uma expansão das suas ações.

E aí, nós vamos para um segundo ponto, que eu pelo menos já discuto esse assunto a mais de quatro anos, que é a questão do FISTEL. O FISTEL que é fundo voltado para atender a fiscalização, para atender as necessidades da Anatel, o que nós estamos temos visto ao longo desse tempo todo? Que ele é usado como instrumento de superávit primário do próprio Governo. Talvez 10 ou 15% do que é arrecadado é utilizado para a Anatel.

Aí eu pergunto a V. Sa., a necessidade da Anatel é tão somente os 10 ou 15%, que lhe é repassado pelo Governo no orçamento a cada ano? Se assim o for, eu acho que nós estamos lesando o usuário brasileiro, o cidadão brasileiro. E o Congresso Nacional, nós Senadores temos a responsabilidade de alterar a taxação do FISTEL.

Porque quem paga o FISTEL não são as empresas de telefonia, que dizem que pagam tanto de FISTEL, não são elas, esse custo é repassado à tarifa. Então na realidade como todo e qualquer imposto quem paga é o consumidor, é o usuário final é lá que estão embutidos esses valores.

Então, eu perguntaria a V. Sa., se não é chegado o momento de definir qual a necessidade real de recursos para que a Anatel, posso fazer, exercer a sua função de forma eficaz. E o que exceder a esses valores que se reduza Presidente Collor, que se reduza a taxação do FISTEL, porque é um fundo que tem bilhões de recursos a cada [soa a campainha] Ano que não são utilizados, assim como... O FUST é pior ainda, porque o FUST utiliza zero, o FISTEL ainda utiliza 10, 15%.

Mas eu acho que nós deveríamos entrar nessa questão junto com a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Assuntos Econômicos e diria até de Defesa do Consumidor, porque em última análise é o consumidor que está sendo onerado.

Eu queria perguntar tempo a V. Sa., qual é a sua posição com relação ao PLC 6 de 2009, eu não sei se V. Sa., tem de cabeça o texto do projeto. Esse projeto trata da reorganização, da reformulação do CADE e que tira... E que tira de forma, eu diria incorreta... Incorreta da Anatel, atribuições que são da agência reguladora. O Governo quer transferir para o CAD a questão da competência a nível concorrencial nas comunicações.

E mais do que isso, Presidente Collor, pior do que isso. Quer transferir para o CAD também a competência das tarifas da definição de tarifas. Ou seja, eu acho que novamente nós estamos indo no sentido de tentar enfraquecer as agências reguladoras. E isso eu imaginava, que essa ideia já tivesse sido esquecida pelo Governo Lula. Que o Governo Lula já tivesse entendido que as agências reguladoras são importantes no mercado de serviço prestado à população pelo setor privado.

A agência reguladora diferentemente do que pensou inicialmente o Governo, não compete com os Ministérios. A Anatel não compete com o Ministério das Telecomunicações. A ANEEL não compete com o Ministério de Energia, são dois instrumentos diferentes um dita a política e o outro regula e fiscaliza.

Então às agências no sistema privado de serviços prestados à população, as agências reguladoras são da maior importância e têm que ser fortalecidas. Houve um momento como eu disse no primeiro Governo, em que as agências foram totalmente desestruturadas, graças a Deus o Presidente ele mudou a visão do Governo e, nesse segundo mandato tem dado às agências, uma certa eu diria, atenção. Mas agora vem esse projeto para ser discutido que, novamente esvazia no caso específico da Anatel. Eu gostaria de ter a sua informação a respeito dessa questão.

Eu perguntaria também se... Nós fizemos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia um grupo de trabalho para que pudesse avaliar a questão do custo da telefonia no Brasil. A União Internacional de Telecomunicações, o IT, ela divulgou um dado de que a telefonia brasileira era a mais cara do mundo. A mais cara do mundo.

Então por sugestão do Senador Gerson Camata, nós criamos um grupo de trabalho para que junto com as empresas, de forma partilhada. Nós temos tido reuniões com as empresas de telefonia, para que elas possam também colocar as suas informações, saber se realmente isso ocorre. E, se ocorre, por que ocorre? Se é excesso de tributação, se é o mercado ainda escasso....

Ainda a pouco V. Sa., disse que a cada dez habitantes no Brasil oito possuem telefone móvel. Não é bem assim. Não é bem assim, porque existem pessoas que tem dois, três, quatro telefones móveis. Então o número de telefones que estão autorizados a funcionar, ele é próximo dessa relação com a população, mas não quer dizer que a relação seja entre habitantes.

Então, eu perguntaria finalmente para encerrar, se a Anatel ela tem às condições para que fiscalize, no sentido de contemplar os indicadores adequados e suficientes para regular essa tarifas? Se ela tem essas condições ou se precisa de algo, para que possa fazer essa regulação também tarifária.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Bom. Em relação à questão do CAD eu até deixaria, porque como esse projeto está em andamento e debate aqui no Senado e, eu não meu aprofundei especificamente sobre esse projeto, ainda, porque ele está em votação. Eu gostaria de não colocar essa questão do CAD em relação à agência, por enquanto.

Na questão que o senhor coloca do FISTEL, eu acho extremamente valiosa a contribuição que o senhor está colocando. E evidentemente que ainda não saberíamos nesse momento, qual é o montante de recursos que a Anatel precisaria ter em mãos desse valor que arrecada para poder exercer bem o seu papel.

Eu acredito que a Anatel vem sendo reestruturada, inclusive, nesse último concurso público, que foi feita uma reavaliação salarial [soa a campainha], nós tivemos no primeiro concurso público cerca de 70 candidatos por vaga. E, nesse está próximo de 400, técnicos especialistas em regulação, quer dizer, a Anatel está avançando nesse sentido.

As demais questões Senadores, eu acho que seria uma discussão mais ampla que poderia envolver o Senado, as próprias empresas e o próprio Congresso Nacional; em relação a essas questões de tarifas, de renovação contratual, que tem serviços que são serviços considerados públicos outros não são, são considerados serviços privados.

Quer dizer isso precisaria de uma clareza maior para poder definir esse debate.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, só para completar. V. Sa., não é mineiro não?

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: Mineiro? Minha avó era mineira de Guaxupé.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está certo. Entendi. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar e também formular uma pergunta que me foi solicitada, por um telespectador da cidade de São Paulo que está assistindo a referida sabatina. Ela pergunta, essa senhora de Taubaté, Estado de São Paulo, pergunta em relação aos pontos adicionais que as operadoras de TV a cabo, estão embutindo nas mensalidades. Se isso vai continuar e é uma prerrogativa real, que elas podem cobrar indefinidamente? [soa a campainha] É sobre a cobrança das operadoras de TV a cabo, dos pontos adicionais quando da instalação.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: A Anatel proibiu a cobrança dessa taxa, decisão do Conselho.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas o senhor tem saberia nos dizer pela sua assessoria... O senhor não tomou posse ainda, mas se isso vai ser, porque não estão obedecendo, está embutido nas mensalidades.

SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE: É uma decisão do Conselho terá que ser cumprida pela empresa. Eu acho que o Conselho tomou essa decisão tem um... Parece que um questionamento liminar, favorável às empresas para a cobrança. Mas eu creio que a Anatel vai tomar às medidas para fazer cumprir a decisão do Conselho, que é de não cobrança do tempo extra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, pergunto se algum Senador ou Senadora presente deixou de votar. Todos já votaram?

Declaro encerrado o processo de votação e convido os senhores Senadores Jayme Campos e Delcídio Amaral, para como escrutinadores procederem à apuração dos votos. Eu peço ao Senador Jayme Campos que anuncie o resultado do escrutínio, por favor.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, depois da apuração dos votos, a favor, sim, a favor do Sr. João Batista Rezende, e dois votos contra, ou seja, não. Esse é o resultado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quantos sim?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): 16 sim. E, dois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Sr. João Batista de Rezende é, portanto, aprovado por 16 votos favoráveis e dois votos contrários, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Portanto, S. Sa., está aprovado pela Comissão de InfraEstrutura do Senado da República, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. Os cumprimentos da Presidência e desta mesa.

Eu suspendo esta reunião por dois minutos para que os Srs. Senadores possam cumprimentar o Sr. João Batista de Rezende [soa a campainha].

[Sessão suspensa às 11h15]. [soa a campainha]

[Sessão reaberta às 11h17].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Dando continuidade à nossa reunião, vamos para o item seguinte de nossa pauta. Trata-se da Mensagem do Senado Federal nº 36, de 2009, que submete a consideração do Senado Federal o nome do Sr. Ivo Borges de Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Sr. Noboru Ofugi. Autor da mensagem, Presidência da República, Relator *ad hoc*, Senador Marconi Perillo.

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Observação: em 23 de abril de 2009, foi concedida vista coletiva aos Srs. Senadores membros da Comissão, pelo prazo regimental, em conformidade com o que dispõe o § 2º, Artigo 2º, ao Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura. E em 28 de abril de 2009, encerrou-se o prazo do pedido de vista, não havendo manifestação.

Peço aos Srs. Vereadores, Senador Gim Argello e Senador Flexa Ribeiro, que acompanhe o Dr. Ivo Borges de Lima, até a mesa dos nossos trabalhos.

O segundo sabatinado da nossa reunião é o Sr. Ivo Borges de Lima, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Sr. Noboru Ofugi, como aqui já dito.

Informo ao indicado Dr. Ivo Borges, que V. Sa., dispõe de 15 minutos para fazer a sua exposição com a tolerância máxima de cinco minutos. Ao final da exposição concederemos a palavra as Sras. e Srs. Senadores, que desejarem sabatinar o indicado. Solicitando as Sras. e Srs. Senadores que sejam, se possível, o mais breve nas suas indagações, conforme a lista de inscrição que se encontra sobre a mesa dos trabalhos. Com a palavra o Sr. Ivo Borges de Lima--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de passar a palavra, portanto, ao Sr. Ivo Borges de Lima, pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para solicitar a minha inscrição, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Secretaria já vai providenciar. Com a palavra o Sr. Ivo Borges de Lima.

SR. IVO BORGES DE LIMA: Bom dia a todos. Exmo. Sr. Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Exmo. Sr. Senador, Ministro, Eliseu Resende, Vice-Presidente desta Comissão. Exmo. Sr. Delcídio Amaral, ex-presidente desta Comissão e eminente Relator da matéria. Exmo. Sr. Senador Marconi Perillo, ex-presidente desta Comissão e, eminente Relator *ad hoc* da matéria. Exmas. Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão.

Tenho a honra de ter sido indicado pelo Ministro dos Transportes e pelo Presidente da República, para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade de grande importância para o desenvolvimento deste país. Estou certo de que posso dedicar a ANTT o melhor de minha experiência, adquirida ao longo de 50 anos de gestão em serviço público.

Profissional com formação em Ciências Humanas, pós-graduado, atuei como Professor Universitário por décadas no UniCEUB, Instituição de Ensino Superior desta capital da qual fui um dos seus fundadores, durante seis anos como Chefe de Departamento da

Faculdade de Ciências Econômicas, Administração e Comunicação, FACECAC, trabalhei diariamente com professores e alunos tratando de informação, ética, liberdade de imprensa, direitos humanos, questões sociais e outros temas relevantes para a vida publica. Uma rica experiência acadêmica que influenciou fortemente a minha formação pessoal e profissional.

Iniciei no serviço público em 1958, há 50 anos, função singela, mas que me gratifica até hoje. Trabalhei como cartógrafo na campanha de erradicação da malária no Estado de Pernambuco. A mim cabia debruçado sobre mapas, otimizar roteiros de centenas de mata-mosquitos que vararam o Interior de Pernambuco no combate ao inseto transmissor da malária, tão preocupante à época, quanto à dengue nos dias atuais.

Jovem impressionou-me a extensão da geográfica da pobreza da minha terra, matéria que jamais tinha visto nos livros escolares e "Na Geografia da Fome", do Cientista e Prof. Josué de Castro. Como servidor público, trabalhei com pessoas que fizeram a história que promoveram mudanças, que ajudaram a construir um Brasil melhor e uma sociedade mais justa.

Boa parte da minha profissional foi exercida na área da Educação e Cultura. Servi ao Ministério da Educação com os Ministros Eduardo Portela, Rubem Ludwig, Ester de Figueiredo Ferraz, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Hugo Napoleão e Carlos Santana, nesta época pude participar ainda participar da institucionalização da chamada Lei Calmon.

Participei do esforço do Senador Marco Maciel no Governo do Presidente José Sarney, na concretização de importante aspiração de professores e alunos universitários, a implantação do sistema de eleição direta para a escolha de reitores das Universidades Brasileiras, um marco para a democracia deste país. Esta conquista foi definitivamente consolidada na promulgação da Constituição Federal de 1988.

Contratado da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa, FADESP, instituição ligada a Universidade Federal do Pará, atuei em programas que contribuíram para o desenvolvimento daquela instituição de ensino com focos em projeto de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na Fundação Nacional de Material Escolar, FENAME, órgão que posteriormente originou a Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, participei das operações logísticas de distribuição de alimentos e material didático para as escolas públicas situadas nos diferentes pontos do território nacional. Em outra oportunidade, como assessor do então Ministro das Comunicações, Senador Hugo Napoleão, trabalhei na implantação da telefonia celular no Brasil.

No dia 06 de agosto de 1993, em São Paulo, deu-se início a telefonia móvel celular. Naquela época, a telefonia móvel era um sonho inalcançável para a maioria dos brasileiros. Destaco experiência no setor de telefonia fixa, quando presidi os Conselhos de Administração da Companhia Telefônica do Estado de São Paulo, TELESP, e Companhia Telefônica Borda de Campo, CTBC, responsáveis à época por todo o serviço de telefonia do Estado de São Paulo.

Participei também dos Conselhos de Administração da Companhia Telefônica do Estado de Pernambuco, TELP, da Empresa Brasileira de Rádio Difusão – Radiobrás e, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ECT, ocasião em que foi implementado o plano reestruturação. A ECT é o maior contratante público dos serviços de transportes aéreo e terrestre do nosso país.

No setor financeiro integrei os Conselhos Fiscais do Banco de Brasília e da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, DTVM, BRB, este último tive a honra de presidi-lo. Fui Secretário de Estado de Trabalho do Distrito Federal e, em decorrência do cargo, exerci as funções de Conselheiro do CODEFAT, Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do FCO, Conselho do Fundo Constitucional do Centro Oeste.

Trabalhei durante três anos na Secretaria de Segurança Interior da Prefeitura no Distrito Federal, a quem estava subordinado o Departamento de Concessões, responsável pela regulação e fiscalização do transporte urbano do Distrito Federal e administração da Estação Rodoviária de Brasília, esta sob a minha subordinação direta, onde interagi com as diferentes interfaces do setor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o transporte público é hoje uma das partes mais sensíveis e tensas nas relações entre Governo e sociedade. Um terço da população brasileira usa o serviço público de transporte de passageiros. O Estado conserva responsabilidade e deveres em relação a sua adequada prestação. A Agência Nacional de Transportes Terrestres desempenha papel de suma importância na formulação, regulação e fiscalização dos modais terrestres de transporte.

Sua área de atuação envolve, estabelecimento de marcos regulatórios sobre normas e procedimentos de fiscalização e desempenho, fortalecimento empresarial das concessões; definição de metas de produção e segurança; tráfego mútuo; direito de passagem e revitalização de rodovias e ferrovias. Contribuindo deste modo na integração operacional dos diferentes agente e atuando na efetivação das operações logísticas bra-

sileiras sejam em órgãos públicos ou em instituições privadas. [soa a campainha]

No setor ferroviário compete a ANTT, atuar com os objetivos de reduzir os custos de transportes com ações para garantir a integração entre as malhas ferroviárias, eliminar restrições operacionais, aumentar a segurança das operações, garantir a integração com as demais modalidade. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Sa. tem mais três minutos.

SR. IVO BORGES DE LIMA: Outro aspecto a ser considerado e, talvez, o principal desafio do setor é o da integração intermodal da malha rodoviária. Problemas como os diferentes tipos de bitola; transposição de áreas urbanas; direito de passagem entre concessionárias e pouca oferta de terminais para integração dos modais, dificulta o uso mais intenso das ferrovias brasileiras em longa distância, exatamente quando está se tornam mais competitivas. Agir com responsabilidade e isenção para garantir o aperfeiçoamento da malha rodoviária federal é outro importante compromisso do corpo gestor da agência.

A constatação de que o transporte rodoviário por ônibus é a principal modalidade na movimentação coletiva de usuários nas viagens de âmbito interestadual e internacional, evidencia a relevância desse serviço. O serviço de interesse estadual em especial é responsável por aproximadamente 95% dos deslocamentos realizados no país.

Esta participação na economia brasileira é expressiva assumindo um faturamento anual superior a três bilhões de reais, na prestação dos serviços regulares realizados nos Estados pelas empresas permissionárias e autorizatárias em regime especial onde só utilizados cerca de 15 mil ônibus.

Para um país com malha rodoviária de aproximadamente um milhão e 800 mil quilômetros, sendo 146 asfaltados – rodovias federais e estaduais – a existência de um sistema sólido de transporte rodoviário de passageiros é vital.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores os números mostram a importância econômica e o gigantismo do setor do transporte terrestre, mostram também o tamanho da responsabilidade de quem venha à exercer cargo de direção na ANTT.

A minha experiência profissional como administrador público, trouxe-me a compreensão sobre a diversidade dos assuntos a que um grupo gestor deve considerar para a tomada de decisões que certamente interessam a um Brasil que percebe o compartilhamento como o futuro da gestão pública.

A concepção de transportes não se reduz a viabilização de fluxo de pessoas e produtos. O momento atual exige uma abordagem que comporte toda a complexidade inerente ao próprio desenvolvimento. Unir cidades por meio de transporte é levar culturas, valores transformar a economias, é cuidar do meio ambiente, é facilitar a vida das pessoas.

Desenvolver o transporte é fomentar a formação de uma rede capaz de maximizar o potencial produtivo, econômico, cultural e humano de cada um dos pólos dessa rede que movimenta esse grande país.

Finalizando me sinto capacitado, para se for honrado com a aprovação de V.Exa., exercer mais este desafio. Será mais uma missão em 50 anos de vida pública, da qual de orgulharei. Agradecendo a paciência e a tolerância de V.Exas., me coloco à inteira disposição desta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Gostaria de comunicar aos senhores membros desta Comissão, a presença do Diretor da ANTT, Dr. Mário Rodrigues Júnior. Seja bem-vindo.

A lista de inscrição para sabatina do Dr. Ivo Borges, já está completa e dela constam seis Senadores que vão inquirir o sabatinado. O primeiro deles é o Senador Paulo Duque, a quem passo a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [ininteligível]. E digo até mais, um amigo como o nosso em que 1963, em que eu vou pedir notícias à V. Sa., que é o Ivo Magalhães, foi Prefeito aqui em 63, foi Secretário de Obras no antigo Distrito Federal do Rio de Janeiro. E nunca mais vi.

Quando estudando aqui as suas atividades mais diversificadas inclusive no Jornalismo, vi o nome de Ivo Magalhães, falei: "Bom, vou fugir um pouquinho do caminho trilhado e vou perguntar pelo Ivo Magalhães que eu nunca mais vi". É era um homem célebre, era um engenheiro correto, era um homem... Sofreu muito. V.Exa., tem notícia do Ivo Magalhães?

SR. IVO BORGES DE LIMA: Senador Paulo Duque, essa lembrança do senhor me toca muito, porque eu fui administrador do Núcleo Bandeirantes, antiga Cidade Livre no Governo do Prefeito Ivo Magalhães e tive a honra de servir ao gabinete dele, um marco também importante na minha vida. Eu perdi de certa forma o contato com o Prefeito Ivo Magalhães, mas a oportunidade que ele me deu em trabalhar em seu Governo, para mim foi muito importante.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aqui em Brasília?

SR. IVO BORGES DE LIMA: Aqui em Brasília, como Prefeito desta cidade, meu xará. Eu trabalhava com o chefe de gabinete dele, Evaristo Daltro de Castro, quando ele desse assim: "Agora você vai trabalhar com o seu xará, o Prefeito Ivo Magalhães".

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então já é um esclarecimento, já conheço a atividade de V.Exa. O Presidente num ato esclarecido e liberal, permite que logo após a sua explanação, que os Senadores pudessem usar aqui a cédula secreta. Mas na verdade, nós temos aqui uma faculdade de desobedecer a um pouquinho o Presidente e declarar até o voto.

E como eu tenho um compromisso no Aeroporto Santos Dumont dentro de poucos minutos, eu vou sair e declarar a V.Exa., que voto consigo. Tenho certeza que vai dar certo, pela vivência aqui em Brasília e pelo seu interesse pelos diferentes setores e por ser V.Exa., também um jornalista, o que é muito importante hoje na vida pública isso.

SR. IVO BORGES DE LIMA: Me sinto honrado, Senador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de passar a palavra ao próximo Senador, eu quero colocar a apreciação das Sras. e Srs. Senadores um requerimento agora apresentado à mesa, assinado pelo Senador Jayme Campos, embasado nos seguintes termos: "Nos termos do Art. 214, Parágrafo Único, Inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja iniciada a votação da indicação do Sr. Ivo Borges de Lima ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT; logo após o término da exposição do sabatinado tendo em vista às informações referentes a adoção dos procedimentos a serem adotados nos processos de argüição e votação de autoridades prestadas pelo Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em sua 6ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura".

Trata-se daquilo que foi dito no início da reunião, de que a votação sempre de preferência se dará, ao final das perguntas feitas ao sabatinado. A não ser que, mediante requerimento apresentado por algum membro da Comissão e aprovado pelos membros, isso possa ser então modificado, abrindo-se o processo de votação, logo após o término da exposição do sabatinado.

Portanto, coloco em votação o requerimento do Senador Jayme Campos, que pede para que o processo de votação seja iniciado. Àqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. O processo de votação está aberto. As Sras. e Srs. Senadoras que desejarem, já podem se dirigir à cabine de votação.

Passo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, dessa Comissão, Sr. Vice-Presidente, Sr. Ivo Borges de Lima, candidato a Diretor da ANTT.

A minha argüição é no sentido de primeiramente, dizer que embora o senhor não tenha um vínculo direto com o transporte terrestre, mas o conhece, porque desempenhou inúmeras funções importantes, como eu lhe acompanhei ultimamente dentro do CONDEFAT, a forma como o senhor desenvolveu todas as análises, os recursos que esse Conselho, por intermédio do FAT possibilitou a complementação dos recursos de crédito, agricultura, agropecuária nacional.

A forma como esse segmento [soa a campainha] agropecuário gera renda, gera sustentabilidade da alimentação do brasileiro e, ainda, com excedentes exportáveis. Enfim, nós seguirmos conquistando sem perder esse importante setor, que em épocas de crise, ele realmente, ele faz a diferença e consegue se manter de uma forma diferente de outros países onde a agricultura é altamente subsidiada.

Mas a pergunta que lhe faço é a seguinte: acompanhando o sistema de transporte de cargas do país, com as dificuldades das rodovias, a constante manutenção, os constantes tapa-buracos que tem feito quando na realidade, nós deveríamos estar duplicando até triplicando algumas rodovias, aonde se escoam todos os produtos agropecuários do país e que estão hoje dificultando o transporte dos mesmos; encarecendo-os, em função dessa malha rodoviária, que eu diria que já foi dilapidada pelo tempo, porque são mais de trinta 30, 40 anos às vezes que ela foi pavimentada.

Eu vejo que um outro componente muito importante, que teríamos para diminuição do custo do transporte de cargas e também do transporte coletivo é a utilização de uma nova matriz energéticas. Onde eu gostaria de lhe colocar que nós estamos tramitando por essa Casa um projeto de lei de nossa autoria que institui uma nova base de uma matriz energética bicombustível que é o próprio óleo vegetal refinado. Ele não é transformado em biodiesel e colocado ao combustível fóssil ao diesel.

Ele é essencialmente o óleo vegetal refinado e que o país terá condições de se obter através de importantes matérias primas, como dendê, como girassol, como a soja, como algodão e outras oleaginosas. E essa nova matriz energética possivelmente irá propiciar uma adaptação desses motores a diesel que seria necessário e diminuiria, então, o custo, esse custo do transporte tanto dessas cargas do frete, a dificuldade do custo Brasil que é realidade tudo por estrada, praticamente.

E também do transporte coletivo que nós teríamos um ganho, além do ganho econômico na condução da combustão, nós teríamos o ganho ambiental. Esse ganho ambiental é essencial principalmente pelo efeito estufa, pela eliminação dos gases que o óleo diesel está decretando às cidades brasileiras.

Para o senhor ter uma ideia de 10% da frota de uma grande cidade é composta por veículos automotores à diesel e eles são responsáveis por 45% das emissões de gases de fumaça, e que intoxicam e compromete a qualidade de vida das pessoas. E nós poderíamos estar reduzindo quase que anulando totalmente desde que os usássemos essa matriz de combustível que é o óleo vegetal refinado.

Então eu lhe exponho isso aí, que essa técnica, que essa alternativa já em uso, já é aprovada em outros países do mundo, como a Europa, na Alemanha, na Inglaterra e inclusive nos Estados Unidos. E que poderia auxiliar enormemente o Brasil já o que país é mais competente na sua produção, porque ele aqui é viável economicamente e nos outros países é praticamente inviável.

Então eu lhe pergunto, se isso aí também não viria a colaborar com a Agência Nacional de Transporte na regulação e na diminuição dos custos do transporte, e também na qualidade da vida das pessoas, porque nós teríamos então um novo ambiente, uma nova matriz energética que iria viabilizar melhor qualidade de vida a todos.

SR. IVO BORGES DE LIMA: A exposição e a indagação. Essa nova matriz energética, o senhor bem expôs é de grande importância para este país e para o mundo.

Porque só o ganho ambiental já justificaria isso na medida em que ela contribui para a redução dos custos do transporte, ela tem um papel extremamente significativo, também, na matriz do transporte. O senhor falou da matriz energética e na matriz do transporte.

Então, eu quero dizer ao senhor que eu também tem uma grande preocupação como cidadão brasileiro com o ambiente. Eu poderia até dizer que sou um ambientalista, do ponto de vista do enfoque da questão de tanta preocupação no mundo atual.

Na Agência Nacional de Transportes Terrestres, eu quero dizer ao senhor que lá chegando, eu terei o maior interesse de examinar como esta questão pode contribuir com a redução do custo dos transportes no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gilberto Goellner está satisfeito com a resposta? Passo a palavra ao próximo inscrito, Senador Jayme Campos. Passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Dr. Dr. Ivo Borges de Lima, Diretor da ANTT, se aqui for aprovado. Primeiro cumprimentá-lo, V. Sa., trabalhou em várias áreas ao longo da carreira de V. Sa., passando por empresas de telecomunicações, passando por cargos importantes de confiança em Ministérios, Professor, é uma longa estrada.

Eu gostaria Dr. Ivo Borges, são duas questões que eu gostaria de fazer a V. Sa.. São duas perguntas que eu gostaria de fazer a V. Sa.. A primeira Dr. Ivo Borges, eu já eu não vou falar mais aqui sobre essas questões das agências reguladoras, autonomia, agências de Estado e não de Governo, porque eu acho que o próprio Presidente Collor já foi muito enfático nisso e, eu concordo em absoluto com as colocações que ele fez.

Mas eu vou tratar de duas questões aqui que no ponto de vista são muito importantes. Eu costumo dizer que a pior privatização ou arrendamento feito no país, foi a da antiga Noroeste do Brasil. Uma ferrovia que atravessa o meu Estado, nasce na minha cidade, Corumbá, atravessa o meu Estado de Oeste a Leste, passando por Três Lagoas, terra do Senador Ramez Tebet e, depois, vai até Bauru; e Bauru naquela época se fazia uma baldeação para as ferrovias paulistas que eles chamavam naquela época ou ferrovia paulista.

Todos esses trechos ferroviários foram ou arrendados ou privatizados e hoje nós temos – é importante destacar – um operador que conhece o ramo, que é a América Latina Logística. Talvez uma das grandes falhas desse processo foi que algumas privatizações ou arrendamento Senador Eliseu Resende, eles tinham como controladores fundos de pensão, gente que nunca viu ferrovia e não conhece, não tem a expertise de operação e manutenção ferroviária.

Começou com o [ininteligível], uma instituição que faliu, depois aí passou a ter o controle de fundos de pensão e, agora, América Latina Logística, assumiu o controle não só dessa ferrovia, mas também da FerroNorte e depois interligando com a FerroBan, que são as ferrovias do Interior de São Paulo.

Eles são grandes operadores, operam na Argentina, operam no sul do Brasil, operam na Bolívia, se não me engano também, que apesar de talvez algumas pessoas não saibam, mas a operação ferroviária nesse trecho de Corumbá até Santa Cruz é extremamente eficiente, competente.

Uma coisa que eu não consigo entender, Dr. Ivo Borges, existe um termo de ajuste de conduta, recém discutido com a Agência Nacional de Transportes Terrestres. O Presidente Lula vai amanhã ao Mato Grosso do Sul, reiniciar a operação do famoso trem do Pantanal, um trem que nasce em Campo Grande e vai até Miranda.

E em Miranda há uma operação turística, inclusive, o grupo que vai operar esse trem é o mesmo grupo que opera, Presidente Collor, a ferrovia lá do Paraná, Curitiba Paranaguá, se não me engano. E

em Miranda, os turistas vão ter acesso às pousadas, ali existentes.

Mas o curioso é que nós fizemos um investimento de Campo Grande a Miranda, a velocidade dos trens, o Deputado Dagoberto está aqui comigo, Deputado do PDT, de Mato Grosso do Sul, a composição anda a 35 quilômetros por hora. 35. Não pode ultrapassar 35, se não descarrila. Então essa é uma velocidade de segurança, portanto, nós levamos de Campo Grande a Miranda, sete horas aproximadamente, oito horas.

Na antiga Noroeste, Presidente Collor, nós fazíamos em 12h, no máximo, Campo Grande/Corumbá. E o curioso é que esse trecho além de atuar precariamente, o principal trecho que cruza efetivamente o Pantanal, que é o trecho Miranda/Corumbá, não foi revitalizado. Porque o Pantanal mesmo, quer dizer, o trem turístico como outros trens que operam aí pelo mundo.

O trem que olha, o Pantanal, mesmo, é entre Miranda e Corumbá, ali está o Pantanal, Miranda está na franja. O Pantanal mesmo é nesse trecho de Miranda a Corumbá. Eu falo isso, porque não só sou sul-mato-grossense, mas sou nascido lá na região, sou nascido em Corumbá.

Quando é, quer dizer, qual é a visão de V. Sa., que esse termo de ajuste de conduta que foi celebrado ele será efetivamente cobrado.

E eu não estou falando só em trem de passageiros, eu estou falando em trem de carga que é efetivamente o grande modal para aquela região. Nós temos projeto de mineração, nós temos que escoar a nossa produção, parte da produção hoje usa um trecho da ferrovia que sai de Corumbá e vai até Porto Esperança, ali entra na balsa e depois desce para o Rio Paraguai, para a Argentina. Nós falamos muito aqui de hidrovias, há três semanas atrás, quatro semanas atrás, e existem muito investidores que querem escoar a sua produção pelo Oceano Atlântico, ou seja, escoar sua produção cruzando o Mato Grosso do Sul, cruzando São Paulo e chegando a Santos.

Então, perguntar a V. Sa., quais os procedimentos, quando é que V. Sa. entende que nós encontraremos uma solução definitiva para a revitalização dessa ferrovia? Ela está canibalizada na saída para Maracaju, está na canibalizada na saída para Ponta Porã e o grave é um arrendamento, portanto, o concessionário, eu não quero culpar aqui a ALL, porque ela entrou há pouco tempo atrás, mas o concessionário tem que preservar o arrendamento e não preserva, tanto é que vários trechos estão canibalizados e esse trecho de Miranda a Corumbá está numa situação de pecuniária, eu entendo até que devem ter feito Campo Grande a Miranda, porque Miranda a Corumbá a situação é precária.

Então, ouvi um pouco de V. Sa., como V. Sa. olha essas questões e olha o modal ferroviário como um dos principais modais de transporte brasileiro, até porque muitas empresas se prepararam para isso e muitas ferrovias têm operado muito bem. Então, esse é o primeiro ponto. E eu quero aqui registrar, Presidente Collor, que várias alternativas de transporte de carga colocaram os fretes em patamares tão elevados que não adianta ter eficiência, porque nós estamos morrendo no frete, morrendo no transporte, o que é lamentável.

Então, primeiro ouvir um pouco a leitura que V. Sa. tem com relação a esse modal ferroviário, especificamente com relação à ferrovia, a atual Novo Oeste, nem sei hoje, Presidente, como é que chama mais essa ferrovia, porque no meu tempo era Noroeste, agora é Novo Oeste, eu não sei se continua chamando Novo Oeste, porque agora parece que à LL Oeste, não sei, tem um novo outro nome aí.

Então, eu queria ouvir de V. Sa. um pouco, a leitura que V. Sa. tem sobre o modal de transporte ferroviário, ao mesmo tempo também a questão dos transportes hidroviários, porque de rodovia nós já estamos cansados. Rodovia nós já estamos já... Não é nenhum mérito a gente fazer transporte e escoamento de produção por rodovia, quando nós estamos aí com as hidrovias e as ferrovias, e as ferrovias têm um desempenho bom porque estão deslocando minério principalmente. Os números do modal ferroviário, eles são atrativos porque as mineradoras, especialmente a Vale do Rio Doce, tem operação muito forte nesse sentido.

Então, ouvir a opinião de V. Sa. sobre a questão dos modais ferroviário e hidroviário. E, ao mesmo tempo também, eu queria aproveitar essa oportunidade até para dentro dessa discussão com relação aos transportes terrestres, como é que V. Sa. enxerga a questão do planejamento dos modais de transportes?

Porque a gente fala de hidrovia, fala de ferrovia, fala de rodovia, mas e a integração entre esses modais, e a competitividade proveniente da integração desses modais? V. Sa. já refletiu sobre essa questão, conhece o andamento desse trabalho em nível de Ministério dos Transportes, para a gente compreender qual é a leitura empresarial, competitiva de escoamento de produção, com essa integração intermodais? São essas as duas perguntas que eu queria aproveitar a oportunidade, nessa sabatina, de apresentar a V. Sa.

SR. IVO BORGES DE LIMA: Senador Delcídio Amaral, eu quero agradecer a pergunta, pela oportunidade de me expressar a respeito deste assunto. O trem turístico, do qual o senhor fez referência inicialmente, nós julgamos de grande importância também para este País.

O problema do ajuste de conduta, feito em contrato, me faz puxar um pouco da história para balizar a resposta a V. Exa., o modelo regulador brasileiro, ele é relativamente novo e todos nós sabemos que ele puxou um pouco do modelo europeu e americano, com foco na regulação e na fiscalização dos contratos feitos não regulação.

A nossa preocupação, chegando com o Diretor da ANTT, terá um dos focos principais no cumprimento desses contratos. No que tange a Noroeste, a principal mudança deve ocorrer com a composição, a alteração da composição acionária, que compõe a exploração da Noroeste. O senhor se fez referência também aqui a Ferroeste.

A Ferroeste, ela é uma malha ferroviária de cinco mil e tantos quilômetros. No formato, para compressão melhor, de um estilingue, cuja base desse extingue está a construção de 260 quilômetros de ferrovia. Já iniciando os primeiros 14 quilômetros, pela informação que detenho, e quatro trechos em torno de 60 quilômetros.

O restante dessa ferrovia, ela até o final deste ano, segundo informações colhidas, serão apresentados os estudos iniciais. No que tange a integração da intermodalidade, essa questão dos modais, no Brasil, também precisa, no nosso entendimento, uma reflexão sobre isto. Nós sabemos que o custo do transporte no Brasil é muito caro em face dessas questões dos modais. Então, quando o senhor fala no modal aquaviário, enfoque da agência de águas, nós compreendemos que essa questão dessa integração, ela é muito importante e precisa ter atenção de todos os setores envolvidos, tanto a Agência Nacional de Transporte Terrestre, no que tange a sua esfera de atuação, tanto a Agência Nacional de ANTAC, no que tange a sua esfera de atuação.

Daí, eu concordar com V. Exa., em todas essas questões, são questões urgentes, são questões que o Brasil precisa prestar atenção, e V. Exa., como ex-Ministro da área, tem dado uma grande contribuição a esse processo. A própria pergunta de V. Exa. indica essa contribuição, só não posso lhe responder, Senador, no que tange a atividade do Ministério do Transporte, porque aí eu não detenho informações a respeito disto. Mas concluindo, eu queria dizer ao senhor que fundamentalmente a pergunta de V. Exa. se concentra no cumprimento de contratos. E no que tange a ANTT, lá estando, eu vou prestar muita atenção ao cumprimento desses contratos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Delcídio Amaral, satisfeito com a resposta?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer um registro só, já que foi falado aqui na a LL, foi falado da Ferronorte e também da ferrovia que passa pelo nosso Estado, o Estado do Deputado Dagoberto e também o meu Estado, eu gostaria só de fazer mais uma pergunta para a Dr. Ivo Borges: como é que se resolve o gargalo de São Paulo para que nós não tenhamos os atrasos e as complicações de atravessar São Paulo para chegar no Porto de Santos?

SR. IVO BORGES DE LIMA: Senador, a malha Ferronorte com a malha Noroeste, ela faria o escoamento lá em baixo, evitando o Porto de Santos e certamente aí corrigindo um pouco desse gargalo do qual V. Exa. está fazendo referência. Esse é o nosso entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu perguntaria... Satisfeito, Senador Delcídio Amaral? Eu perguntaria ao Dr. Ivo Borges Lima, analisando o currículo de V. Sa., nota-se que V. Sa. não tem um conhecimento muito específico no setor de transportes. A minha pergunta é no sentido de que é de se a sua longa experiência de serviço público, passando por inúmeros encargos e funções, que aqui V. Sa. enumerou, pode de alguma forma contrabalançar essa ausência de experiência específica no setor de transportes?

SR. IVO BORGES DE LIMA: Senador Fernando Collor, Presidente dessa comissão, a minha experiência acumulada ao longo de 50 anos na área de gestão em serviço público, ela me transmite a absoluta segurança de que eu vou dar conta de ser um dos Diretores da Agência Nacional de Transporte, mesmo porque, e eu também cito isso na minha fala, eu tive uma passagem em dois momentos, uma no momento aqui, os dois momentos aqui em Brasília. Um, era da área de Secretária de Segurança Interior, que aqui estava ela vinculada ao Departamento de Concessões do Distrito Federal e a outra a Estação Rodoviária de Brasília, que naquela ocasião nos anos 60, 70, ali era uma visão completa do que é... Pelo menos no que tanque ao usuário, como se trabalha esse transporte enfocando o usuário.

A minha experiência também em agências, em decisões colegiadas, em grandes colegiados, como o CONDEPHAAT, como a Companhia Telefônica do Estado de São Paulo, a Companhia Telefônica de Pernambuco, em bancos, eu tive experiência em colegiados financeiros, no Banco de Brasília. Eu fui Secretário de Estado do Trabalho, então, eu tive colegiados... O Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal.

Então, acumulei durante esse meio século de vida pública, uma longa experiência nos mais diversos setores da vida pública deste País. Fui Assessor de sete Ministros de Estado, mas eu fui Assessor próximo, eu fui Assessor contribuído fortemente com os Ministérios. Como Professor Universitário, eu reuniu um vasto conhecimento no campo acadêmico. Então, essa massa da experiência e conhecimento, entendo eu, pode ser uma grande contribuição ao meu País e à ANTT.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Portanto, V. Sa. entende que essa sua larga experiência compensa a falta de experiência no setor específico de transportes?

SR. IVO BORGES DE LIMA: E muito, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Confia nisso?

SR. IVO BORGES DE LIMA: Confio nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Firmemente?

SR. IVO BORGES DE LIMA: Firmemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Outra pergunta que eu faria a V. Sa., como V. Sa. , eventualmente indicado pela Comissão de Infraestrutura para a Agência Nacional de Transportes Terrestres, imagina viabilizar os recursos para a conclusão da Transnordestina?

SR. IVO BORGES DE LIMA: Esses recursos--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E se V. Sa. se comprometeria com isso, enquanto eventual integrante da agência e membro da agência reguladora?

SR. IVO BORGES DE LIMA: Eu me comprometeria em busca, em trabalhar em busca desses recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O senhor imagina como?

SR. IVO BORGES DE LIMA: Senador, eu imagino em ações de trabalho, em interlocuções com todos os setores que demandam recursos, fortes interlocuções.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E que com a sua experiência, o seu conhecimento do mundo oficial de Brasília, naturalmente, V. Sa. tem os canais--

SR. IVO BORGES DE LIMA: Facilita muito. Eu estou há meio século, como disse aqui na Esplanada. Exatamente há 48 anos, eu trabalho na Esplanada, então, eu conheço os Ministérios, conheço as fontes de recurso, conheço como trabalhar e sei que, também, eu tenho uma facilidade nesse aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente.

Há também uma outra questão, Dr. Ivo, que é em relação ao TGV, ao Trem de Alta Velocidade ligando Rio, São Paulo a Campinas. E há uma grave discussão entre as necessidades técnicas desse Trem de Alta Velocidade para sua implantação e os interesses dos Municípios, por onde essa linha deverá passar.

Como, eventualmente indicado, para a Agência Nacional de Transportes Terrestres, V. Sa. imagina poder conciliar esses interesses?

SR. IVO BORGES DE LIMA: Senador Fernando Collor, os estudos iniciais para o Trem de Alta Velocidade, Rio/São Paulo, apontam para uma movimentação de passageiros na ordem de dez milhões/ano. Três vezes mais do que é transportado hoje, por avião.

Todos nós sabemos que o transporte, na medida em que ele tem passageiros, ele tem a sua sustentação e tem o seu indicativo de sucesso.

No que tange aos municípios, o Trem de Alta Velocidade, pelos estudos que eu tenho conhecimento da ANTT, ele fará Rio de Janeiro, Campinas, São Paulo e com alguns braços em Municípios muito fortes. Certamente, no futuro, depois da implantação dessa linha inicial, no futuro será atendido as demandas dos Municípios que estão em torno dessa malha.

A alteração dentro desse contexto é muito grande, nós sabemos que na medida em que haverá um transporte de alta velocidade transportando dez milhões de pessoas/ano, todo o entorno desta malha sofrerá uma grande alteração do ponto de vista econômico e social.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado pela resposta de V. Sa.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas uma observação, Sr. Presidente, se me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas para orientação dos procedimentos aqui, das questões colocadas pelo Presidente Senador Fernando Collor, pelo Senador Delcídio Amaral e respondidas pelo Dr. Ivo, é importante registrar que o papel na agência na ferrovia só se aplica quando ela é concedida ao setor privado.

As ferrovias que foram discutidas aqui, particularmente a Transnordestina e o Trem Bala podem não ter a economicidade para a concessão do setor privado, para que ele opere a ferrovia para recuperar os investimentos feitos. A Transnordestina, assim como a Norte-Sul, vem sendo feito com investimentos públicos, neste caso, a sua administração, a sua condução compete ao DENIT.

No caso das ferrovias existentes e concedidas, aí entra a agência na fiscalização. E é importante levar em conta o que falou aqui o Senador Delcídio Amaral, o papel da agência é extremamente importante para fiscalizar esses contratos de concessão, particularmente, associados a contratos de arrendamento, particularmente, para que o patrimônio público concedido ao concessionário, durante a vida útil da concessão, seja preservado.

Mas é importante salientar que não compete à agência entrar naquelas ferrovias que são implantadas e administradas com investimento público, tal como a Norte-Sul foi criada, inclusive uma empresa chamada Valec, que administra a Norte-Sul e a Transnordestina também é suportada e financiada apenas com investimentos públicos e aí não caberá a interferência da agência. Então, é importante salientar que o investimento é feito por recursos públicos ou recursos privados.

Quando o recurso é público, quando é recurso público não tem nenhuma regulação e é, o investimento é do Governo, e aí cabe ou ao DENIT ou a Valec investir de acordo com a organização do Governo.

Agora, quando é concedido ao setor privado, o que aconteceu com as ferrovias existentes aí entra a agência para fiscalizar o arrendamento para a preservação do patrimônio e a eficiência da ferrovia. Apenas para esclarecer.

A ALL é concessionária da agência, para operação das ferrovias citadas aqui pelo Senador Delcídio. Aí compete à agência, realmente, fiscalizar o trabalho da ALL. No caso do trem bala, no caso da Norte-Sul e da Transnordestina são exemplos não compete à agência administrar, porque são investimentos públicos comandados ou executados pelo DENIT ou pela Valec.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende, pelas explanações que ele acabou de dar.

Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Dagoberto Nogueira, de Mato Grosso do Sul, que está aqui prestigiando essa Comissão, e também do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de colocar mais duas questões ao sabatinado, Dr. Ivo Borges de Lima.

Primeiro é concernente, nós estamos falando de contratos, de exploração e ferrovias, e nos consta que a Ferronorte tem já uma operação, até a cidade de Alto Araguaia, no Estado de Mato Grosso, e ela possui a concessão de estender essa malha ferroviária até a capital Cuiabá.

E consta das obras do PAC o trecho Alto Araguaia e Rondonópolis, essa concessionária, ela possui essa concessão por 90 anos, eu lhe pergunto se a avaliação desses contratos, em função agora de exigências que poderiam ser feitas as detentoras desse contrato, no concernente as melhorias, a aceleração dessa exploração e, também a, possivelmente, a colocação de outros pretendentes dentro desse transporte poderia melhorar, então, com a concorrência, com a livre concorrência. Então reavaliando esses contratos.

A segunda questão, é referente à situação que compete mais à ANTAC, que são a melhoraria dos portos do País, a privatização, abertura de novos investimentos em portos, que também estão intimamente ligadas à ANTT. E, nesse sentido, a minha pergunta é: No sentido de que não adianta nós irmos até o porto em ferrovia, com rodovia, transportando os nossos produtos, são exportados ou importados pelos mesmos com o Decreto Presidencial, o de nº 6620, de 30 de outubro de 2008, que foi publicado um Decreto Presidencial, que praticamente imobiliza investimentos tão necessários no setor privado e coloca objeções no sentido que cargas próprias teriam que ser exploradas da mesma quantia e mesmo movimento do que de terceiro, cargas de terceiros.

Isso inviabiliza, na realidade, quem quer investir vai estar auxiliando o Brasil, o País, para fazer como outros países, como a China, como a Holanda, como a Alemanha, que possuem excelentes portos e conseguem competir de uma forma muito mais viável do que o País.

Então, decreto como esse, a minha pergunta é: O 6620, que restringe essencialmente investimentos privados de interessados em investir nessas melhorias portuárias, qual a sua interpretação a respeito desse Decreto Presidencial?

SR. IVO BORGES DE LIMA: A primeira resposta à primeira pergunta, o senhor fez referência ao trecho Alto Araguaia/Rondonópolis, da Ferronorte, é um trecho de 260 quilômetros, em quatro etapas e com investimento de 790 milhões.

Esse trecho está em início de obras, 14 quilômetros e o contrato da Ferronorte é um contrato, se não me falha a memória, de 90 anos, e é um contrato, pelas informações que tenho, com esses anos todos em função do investimento que vai ser feito naquela ferrovia, é uma ferrovia concecionada com a obrigação da construção da ferrovia. Então é um investimento muito grande.

No que tange a esse contrato nós só temos que fazer, do ponto de vista da ANTT, fiscalizar, a obra das clausulas contratuais. É uma grande ferrovia de 5.200 quilômetros, aproximadamente.

No que tange a segunda pergunta de V.Exa., eu tenho um pouco de dificuldade em responder. Porque no que tange a área de transporte em água e o enfoque da ANTAC, eu só posso me deter no que tange quando há integração desses dois modais.

Sei que, como o brasileiro, eu sei que o transporte por água é um transporte muito mais barato, o transporte ferroviário é um transporte caro é um transporte talvez no intermediário o rodoviário, mas eu, Senador, com a permissão de V.Exa., eu vou me informar melhor e repassarei rei essas informações ao gabinete de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gilberto Goellner satisfeito com a resposta oferecida pelo Dr. Ivo.

Encerrada a fase das perguntas dos Srs. e Sras. Senadores ao sabatinado, eu pergunto se há alguma Senadora ou algum Senador que ainda não tenha votado. Declaro encerrado o processo de votação. E convido – desculpe, vamos aguardar então, o Senador Gilberto Goellner depositar seu voto.

Declaro então encerrado o processo de votação. E convido os Srs. Senadores, Senador Delcídio Amaral e Senador Gilberto Goellner para funcionarem como escrutinadores.

Eu solicito ao Senador Delcídio Amaral que proclame o resultado, por favor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, 14 votos sim, e dois votos não.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro finda a apuração dos votos.

Declaro aprovado pela Comissão de InfraEstrutura do Senado Federal o nome do Dr. Ivo Borges de Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, na vaga do Sr. Noboru Ofugi.

Com os cumprimentos da Mesa está encerrada a presente reunião, convocando a todos os senhores para o nosso próximo encontro que se dará no dia 14, quinta-feira, às 08h30 da manhã, Audiência Pública com a presença dos senhores Secretários do Tribunal de Contas da União, que virão aqui tratar do acompanhamento das obras do PAC, e do seu cronograma de execução físico financeira.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Encontra-se sobre a mesa o nosso requerimento da inclusão do Presidente da FUNAI, como convidado à mesma reunião, onde foi convocado o Ministro Minc.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, Senador Gilberto Goellner. Sobre a Mesa Requerimento, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que Requer nos termos do artigo 93, inciso II, do regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, para prestar esclarecimentos sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Solicito ainda que a Audiência seja realizada em conjunto com o Presidente do IBAMA, convidado por requerimento aprovado hoje nesta Comissão.

Os Senhores e Senhoras Senadoras que aprovam o Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 12h28.

Ata da 12ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada em 14 de maio de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta minutos do dia catorze de maio de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **SERYS SLHESSARENKO, DELCÍDIO AMARAL, JOÃO RIBEIRO, GILVAM BORGES, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO, GILBERTO GOELLNER, ELISEU RESENDE, JAYME CAMPOS, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY, LOBÃO FILHO E ROSALBA CIARLINI**. Justificativa de ausência dos Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO E JOÃO DURVAL** em Requerimentos enviados e lidos para a Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Também comparece à reunião o Senhor Humberto de Melo Boseipo, Conselheiro do TCE-MT e ex-Deputado Federal. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada**. PARTE I** – Comunicados da Presidência - A presidência pro-

cede à leitura dos comunicados da presidência com Aviso nº 580 – TCU que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 013309/2006-9, pelo Plenário daquela Corte, na sessão ordinária de 6 de maio de 2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam;; Convite da Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL aos membros dessa Comissão para participarem das audiências públicas dia 18, ou dias 18 e 19 de maio no auditório do Espaço Cultural ANATEL, no Setor de Autarquias Sul, em Brasília, sobre: 1) proposta de alteração dos contratos de concessão da telefonia fixa, PGMU; 2) proposta do novo Plano Geral de Metas de Qualidade, PGMQ. O objetivo das audiências é ouvir a sociedade e obter contribuições para as consultas públicas 11, 13 e 14, disponíveis no portal da ANATEL; Ofício nº 36 de 2009, do Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM, convidando os membros dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura para participarem de um encontro na Casa de Mineração em Brasília, no próximo dia 19 de maio, terça-feira, às 20h30, quando farão uma apresentação do cenário da mineração no Brasil, incluindo os óbices e oportunidades para o pleno desenvolvimento da atividade. **PARTE II** – Audiência Pública - Em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2009 – CI, de autoria do Senador **Fernando Collor**, com a finalidade de ouvir representantes do TCU – Tribunal de Contas da União, discorrerem sobre a metodologia de fiscalização de obras adotada pelo Tribunal, com ênfase naquelas relacionadas ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, com os senhores convidados: **Paulo Roberto Wiechers Martins** – Secretário – Geral de Controle Externo; **Marcelo Luiz Souza de Eira** – Secretário – Adjunto de Planejamento e Procedimento; **André Luiz Mendes** – Secretário de Fiscalização de Obras e **André Kresch** – Diretor de Fiscalização de Obras. A Presidência concede a palavra aos senhores convidados para suas considerações iniciais. A assessoria do TCU disponibilizou para os Senhores Senadores um resumo das Fiscalizações de Obras realizadas em 2008. Usaram da palavra para discutir o tema da Audiência Pública os Senhores Senadores **Fernando Collor, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Paulo Duque, Eduardo Suplicy e Antônio Carlos Valadares**. Em ato contínuo, assume a Presidência dos trabalhos o Senador Jayme Campos. A Presidência procede a leitura do Ofício nº 159/2009 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ- "Sr. Presidente, considerando o tratamento que essa Comissão tem dado aos temas relativos ao transporte aquaviário, em especial à preservação da navegabilidade dos nossos rios, tenho a honra de submeter a elevada consideração de V. Exa. convite aos Excelentíssimos Srs. Senadores integrantes da Comissão de Infraestrutura com o propósito de visitar esta agência em data que seja compatível com a agenda dos parlamentares. Na ocasião faremos uma apresentação aos nobres Senadores dando um panorama geral sobre a situação das hidrovias no Brasil, informando sobre os principais projetos existentes e os obstáculos à navegação no interior do país. Certos de contar com a atenção de V. Exa., aguardamos resposta ao convite ora formulado, destacando a magnitude do papel que essa Casa tem com os temas afetos à infraestrutura do transporte brasileiro. Respeitosamente, Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor- Presidente." Usaram da palavra no decorrer da Reunião os Senhores Senadores **Fernando Collor, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Paulo Duque, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares e Wellington**

Salgado. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas, convocando as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores para a reunião extraordinária deliberativa a se realizar no dia vinte e um de maio de 2009, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Fernando Collor,** Presidente

12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 14 de maio de 2009, às 08 horas e 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Sras. e Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

A Presidência informa aos senhores membros da Comissão o recebimento do Aviso nº 580, do Tribunal de Contas da União, de S. Exa., o Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 013309/2006-9, pelo Plenário daquela Corte, na sessão ordinária de 6 de maio de 2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. Como parte interessada tem a Subsecretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações. Cópia do referido acórdão ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão, pelos próximos 15 dias.

A Secretaria da Comissão também estará distribuindo aos Srs. Senadores, aqueles que ainda não

receberam, relatórios do Comitê Gestor do PAC, que distribuímos já há alguns dias para cada um dos Srs. Senadores. E relatórios esses do programa do Comitê Gestor do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento, referente ao andamento das ações governamentais em seus respectivos estados, nesses dois últimos anos.

Isso servirá como uma espécie de guia para as formulações que as Sras. e Srs. Senadores quiserem fazer a respeito das obras que estão sendo realizadas nos seus estados.

Uma outra comunicação. "*Encaminho cópia de Requerimento, nos termos do art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, para que seja considerada como missão política de interesse parlamentar, no dia de hoje, os Srs. Senadores Flexa Ribeiro e João Durval*."

A Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL, convida os membros dessa Comissão para participarem das audiências públicas dia 18, ou dias 18 e 19 de maio no auditório do Espaço Cultural ANATEL, no Setor de Autarquias Sul, em Brasília, sobre: 1) proposta de alteração dos contratos de concessão da telefonia fixa, PGMU; 2) proposta do novo Plano Geral de Metas de Qualidade, PGMQ. O objetivo das audiências é ouvir a sociedade e obter contribuições para as consultas públicas 11, 13 e 14, disponíveis no portal da ANATEL (www.anatel.gov.br).

[interrupção no áudio]

Informo também às Sras. e Srs. Senadores que recebemos o Ofício nº 36 de 2009, do Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM, convidando os membros dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura para participarem de um encontro na Casa de Mineração em Brasília, no próximo dia 19 de maio, terça-feira, às 20h30, quando farão uma apresentação do cenário da mineração no Brasil, incluindo os óbices e oportunidades para o pleno desenvolvimento da atividade. Cópia do expediente, com mais detalhes sobre o convite, está sendo distribuída aos senhores membros e ficará à disposição dos demais interessados na Secretaria da Comissão.

Comunico também que estamos preparando uma Audiência Pública sobre aeroportos, de modo a contemplar os requerimentos já aprovados nessa Comissão, dos Senadores Francisco Dornelles e Gim Argello. O evento contará com a presença de autoridades e especialistas no setor de infraestrutura aeroportuária, bem como de representante da Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, com a finalidade de ouvir representantes do TCU, Tribunal de Contas da União, discorrerem sobre a metodologia de fiscalização de obras, adotada pelo Tribunal, com ênfase naquelas relacionadas ao PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, objeto de grande interesse por parte das Sras. e Srs. Senadores que fazem parte, que são integrantes desta Comissão.

Gostaria de chamar à Mesa, para participar dos nossos trabalhos, os nossos ilustres convidados, indicados pelo Presidente daquela Corte de Contas, Ministro Ubiratan Aguiar, começando pelo Sr. Paulo Roberto Wiechers Martins, Secretário-Geral de Controle Externo. Seja bem-vindo. Sr. Marcelo Luiz Souza de Eira, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento. Seja bem-vindo. Sr. André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras. Seja bem-vindo. Sr. André Kresch, Diretor de Fiscalização de Obras. Seja bem-vindo.

O tempo destinado a cada expositor será de 10 minutos, podendo ser prorrogado, e, após as exposições, abriremos aos senadores a fala para a discussão. Comunico que a lista de inscrição já se encontra aberta sobre a Mesa.

Gostaria, então, de passar a palavra ao Dr. Paulo Roberto Wiechers Martins, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Obrigado, Sr. Presidente. [interrupção no áudio] os quais eu saúdo em nome do Presidente da Mesa e dessa Comissão, Senador Fernando Collor, senhoras e senhores, bom-dia.

De início, falar da grande satisfação do Tribunal de Contas da União em atender a esse convite desta Comissão. É uma honra para nós estarmos mais uma vez nessa Casa. O Tribunal de Contas tem a incumbência institucional de prestar apoio ao Congresso Nacional, suas casas e comissões.

Nós temos a convicção de que esse apoio será tanto mais efetivo na medida em que os senhores possam conhecer melhor a estrutura do Tribunal, um pouco daquilo que vínhamos desenvolvendo, dos desafios que encontramos e das possibilidades de nossa atuação.

Em conjunto, temos a convicção de que podemos tornar mais efetivo não apenas o trabalho do TCU, mas também o trabalho desta Comissão.

Eu vou iniciar, fazendo uma pequena contextualização da fiscalização de obras públicas no cenário jurídico-institucional do Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União, ele tem prerrogativas constitucionais, especificamente definidas nos arts. 70 a 74 da carta magna. O art. 71, mais especificamente, atribui ao TCU, por meio de seu inciso IV, a competência de fazer fiscalizações.

Na verdade, aquele dispositivo constitucional, ele, ao tempo em que enumera uma série de atribuições que, depois, foram ampliadas por meio de legislações ordinárias que se sucederam, de natureza infraconstitucional, ele estabelece, e de forma muito sintética, as duas grandes vertentes de atuação do Tribunal de Contas da União, que são o julgamento de processos e a realização de auditorias.

O inciso IV, já do mencionado art. 71, diz que o Tribunal realiza, então, auditorias por iniciativa própria ou por iniciativa do Congresso Nacional, de suas Casas ou comissões.

Apenas a título de exemplificação, no ano de 2008, nós realizamos, então, 570 fiscalizações *in loco*, das quais 173 em decorrência de solicitação de Casas do Congresso Nacional, e aí não incluídas as auditorias, especificamente com o objetivo de subsidiar a Lei Orçamentária Anual, que são as auditorias do FISCOBRAS.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Não todas do PAC. Algumas do PAC, depois o Dr. André Mendes poderá esclarecer com mais detalhes.

Para dar cabo dessa missão que é conferida, o Tribunal de Contas da União conta com uma Secretaria Geral de Controle Externo. Essa Secretaria Geral de Controle Externo tem as atribuições ligadas ao desenvolvimento de todas as competências ligadas à área finalística do TCU, ou seja, toda a área de controle externo é afeta a essa Secretaria Geral, e nós contamos para o desenvolvimento dessas atribuições, com aproximadamente 1.100 analistas de controle externo.

Esses analistas são distribuídos em 43 unidades, sendo duas secretarias adjuntas e unidades localizadas na sede em todo o território nacional. Essas unidades, elas são estruturadas, seguindo três modelos diferentes. O primeiro modelo por função de Governo, algumas especializadas em educação, saúde e sucessivamente; outras especializadas por natureza geográfica. Então, temos uma unidade em cada estado da Federação, incumbida das questões locais; e um terceiro critério de criação dessas unidades é por especialização em área temática.

A complexidade das questões que nos são afetas conduziram o Tribunal à criação dessas unidades especializadas. Temos, exemplificativamente, áreas especializadas na avaliação de programas públicos, áreas especializadas em desestatização, em regulação e concessão de serviços públicos, e, dentre essas especializadas, se insere a Secretaria de Fiscalização de Obras Públicas, que é comandada pelo Dr. André Mendes, que aqui se encontra.

Essas auditorias... E é um ponto que eu gostaria já de deixar bastante assente. Nós temos adotado critérios, buscado critérios, o Tribunal de Contas da União tem feito um investimento muito significativo no desenvolvimento de suas equipes, para poder apresentar ao Congresso Nacional, anualmente, o melhor resultado possível da avaliação de obras públicas, temos investido maciçamente na capacitação de pessoal, realizamos concursos públicos, objetivando a seleção de pessoas que tenham um perfil técnico profissional adequado ao desenvolvimento dessas competências, e o critério final, ao qual sempre nos reportamos, esse critério final, Presidente, é a lei, como não poderia deixar de ser diferente.

Então, todos os achados de auditoria, que é a terminologia técnica que se utiliza para descrever tudo quanto foi verificado no campo, esses achados de auditoria são confrontados com os parâmetros trazidos nos diversos textos legais e, então, é apresentada uma comparação entre o que é e o que, pelos normativos, deveria ser.

É claro que isso nos traz algumas situações das quais não podemos nos afastar e que sabemos nem sempre ser a ideal. Mas ao Tribunal de Contas da União compete a análise técnica de cada uma das obras públicas e não análise política da situação dessas obras públicas; questões ligadas, por exemplo, à relevância social das obras. Essas questões, o fórum mais apropriado para a discussão é exatamente aqui no Parlamento, onde os senhores têm essa sensibilidade da importância socioeconômica de cada uma das obras que são apontadas. A nossa tarefa é oferecer aos senhores os subsídios técnicos para que possam tomar as decisões as mais abalizadas possíveis.

Ainda me referindo a esse referencial da lei, hoje, temos, no Brasil, como referencial, em termos de contratos e licitações públicas, a Lei 8.666/93. É uma lei que já vem sendo discutida ou rediscutida nesse Parlamento há algum tempo, e é uma lei que nos traz algumas lacunas, e tem sido frequente objeto de críticas. E a principal delas advém da aplicação indistinta das questões que estão postas naquela lei, não só aos entes integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, mas também às empresas públicas e sociedades de economia mista.

E essas empresas públicas, sociedades de economia mista, sobretudo aquelas que têm uma atuação mais expressiva ou mais competitiva no mercado, defendem que teriam necessidades mais especiais, que pudessem trabalhar com uma agilidade maior do que lhe é conferida pela Lei de Licitações, atualmente vigente.

Ocorre, contudo, que, na ausência de uma Legislação específica que discipline a matéria naquele âmbito, há que se fazer a aplicação da lei de licitações indistintamente. A propósito, eu apenas trago como informação... O nosso Presidente, Ministro Ubiratan Aguiar, tem feito inúmeras visitas a todas as Casas e comissões do Congresso Nacional, onde ele tem observado exatamente essa questão, porque a Carta Magna de 1988 coloca, por intermédio do art. 173, que seria baixado um estatuto, e esse estatuto regularia a atuação das empresas públicas de economia mista.

E o art. 173, dentro... A previsão do que deveria constar desse estatuto faz específica menção ao regime de licitações e contratações públicas. Nós temos decorridos aí já mais de 20 anos da Carta Constitucional e, até hoje, esse estatuto, ele não veio a existir. Isso nos faz, então... Nos torna obrigatória a imposição da Lei 8.666.

Apenas deixar, então, bastante claro para os senhores que nós sabemos que nem sempre os dispositivos legais seriam, talvez, os mais apropriados a cada situação concreta que nos deparamos. Nós, como vivemos em um Estado Democrático de Direito, o pilar maior de qualquer Estado Democrático de Direito, o interesse público primário nesses Estados é exatamente o cumprimento indistinto da lei.

Então, se de um lado o Tribunal de Contas da União não pode legislar, usurpando funções que seriam típicas dessa Casa, por outro lado, também, é bem verdade que não pode ele, por iniciativa própria, isentar quem quer que seja, pessoa física ou jurídica, do cumprimento da lei que foi posta por essa Casa Parlamentar.

Apenas, ainda, dentro de uma visão preambular mais geral, as fiscalizações, elas, dentro do Tribunal, seguem um rito bastante similar ao dos demais processos e todas as nossas fiscalizações passam por um controle de qualidade, que é feito a partir dos níveis hierárquicos a que são submetidos.

Então, o processo no Tribunal de Contas, ele, depois do seu nascedouro, ele é instruído por técnicos, no âmbito de uma unidade técnica, passa pelo crivo da supervisão de um Diretor Técnico, depois do titular da unidade técnica, vai ao Ministério Público, daí ao gabinete do relator, onde, novamente, é analisada a questão, até que seja submetido ao Plenário.

Depois do Plenário, então, o Tribunal profere um acórdão e se encerra, nesse momento, a fase, vamos dizer assim, apuratória do processo. O processo no Tribunal de Contas da União, até por uma estrutura bastante diferenciada que o Tribunal tem, eles se dividem em dois ou podem ser divididos em duas grandes fases. A fase de apuração, que envolve os trabalhos de campo, a realização de diligências na busca de esclarecimentos que sejam necessários, e uma segunda fase que seria uma fase quase que de natureza jurisdicional; encerrada a etapa apuratória e se verificando a necessidade de imputação de responsabilidade, abre-se, então, procedimentos tendentes à apresentação do contraditório e ampla defesa.

E são... É esse momento jurisdicional que faz com que os processos tenham um prazo de vida maior do que aquele que seria desejável. Mas, aí, isso também é importante que se pontue, de forma bastante clara: essa delonga no processo não significa uma delonga na apuração. A apuração dos fatos já se encontra concluída. Essa delonga diz respeito apenas às etapas tendentes a eventual responsabilização pela inobservância de preceitos ou de requisitos legais.

Da mesma forma, encontrando inobservância a preceitos legais, o Tribunal de Contas, por força da sua Lei Orgânica, deve, ao final dos trabalhos, efetuar determinações aos órgãos jurisdicionados, para que sejam corrigidas essas eventuais falhas detectadas.

Quando as falhas são de natureza meramente formal, não há necessidade de determinações, e o Tribunal profere tão somente recomendações que busquem uma melhoria ou uma eficácia da gestão pública.

Sr. Presidente, eu me permiti apenas, nesse momento, fazer essa contextualização preliminar e passo, então, agora, a palavra ao Dr. Marcelo Luiz da Eira, que é o nosso Secretário de Planejamento e Procedimentos, que vai falar mais detidamente como o Tribunal vem fazendo o acompanhamento específico das obras do PAC.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Paulo Roberto Wiechers Martins, Secretário-Geral de Controle Externo, pela sua exposição, e eu passo a palavra ao Sr. Marcelo Luiz Souza de Eira, Secretário-Adjunto de Planejamento e Procedimento. V. Sa. tem dez minutos para fazer a sua exposição.

SR. MARCELO LUIZ SOUZA DE EIRA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom-dia, Srs. Senadores, todos os senhores e senhoras presentes.

Eu vou falar sobre a fiscalização do PAC, pelo Tribunal de Contas da União.

Gostaria de destacar que é uma honra comparecer a essa Comissão, em nome, desculpe, em nome do Tribunal de Contas da União, designado pelo Presidente Ubiratan Aguiar.

O Tribunal de Contas começou a fiscalizar o PAC já em 2007, inclusive atendendo a um pedido da própria Casa Civil da Presidência da República. Nós iríamos acompanhar o PAC, de qualquer forma, pela sua rele-

vância, pela sua materialidade, por ser um programa essencial do Governo, mas nós vimos com muitos bons olhos esse interesse da Casa Civil, da Presidência da República, em que o programa fosse acompanhado pelo Tribunal de Contas da União, isso demonstra a seriedade das intenções e isso demonstra que é um programa destinado a dar resultado, ao cumprimento efetivo da lei. Então, nós temos todo o interesse, sim, nesse acompanhamento.

E o Tribunal começou a fazer essa fiscalização, esse acompanhamento, com foco na legalidade das ações e também na eficácia e na efetividade do programa.

O primeiro trabalho que foi feito foi uma verificação da capacidade operacional do grupo executivo do PAC, isso já em 2007, para ver quais eram os controles disponíveis, quais eram os dados utilizados para monitorar as ações do PAC, quais eram as fontes desses dados, se as fontes eram confiáveis, que tipos de sistemas eram utilizados e que tipo, então, de interferência esse grupo executivo poderia exercer, se era tempestiva, se era eficaz, sobre a condução desses empreendimentos.

Esse trabalho nós consideramos que foi muito, muito proveitoso, resultou no acórdão nº 700 de 2007, que deu contribuição valiosa para a gestão do PAC, inclusive em termos de necessidade de aprimoramento de relatórios, necessidade de obtenção de informações que não estavam ainda sendo tratadas.

E a partir daí, os trabalhos seguintes já foram mais trabalhos de campo. Então, trabalhos de verificação, auditorias em obras, as principais obras do PAC são sempre auditadas pelo Tribunal de Contas da União, e sobre isso o Dr. André Mendes vai falar um pouco mais daqui a pouco, e também nós fazemos sempre um acompanhamento da execução orçamentária do PAC.

Isso tem sido feito a cada ano e tem mostrado resultados interessantes. Nós verificamos que o aporte de recursos para as ações do PAC, aporte de recursos para ações de infraestrutura, ele tem sido significativo, cresceu bastante, o volume de recursos aportados à infraestrutura, o que é significativo, é positivo, em relação a resultados de eficácia do PAC.

Mas, por outro lado, nós observamos que ainda não se conseguiu resolver um problema, que é a operacionalização dessas despesas, ou seja, o que eu quero dizer com isso? O volume de recursos que o orçamento coloca à disposição dos órgãos da administração pública, para que sejam aplicados em investimentos de infraestrutura, desse volume total da dotação orçamentária - isso eu estou falando do orçamento fiscal e da seguridade social -, menos de 40% chega a ser efetivamente pago ao final do ano.

Então, o restante são aquelas despesas que chegam a ser empenhadas, mas, por diversos problemas, não chegam a ser pagos. Ou seja, se não é pago, significa que o serviço não foi concluído ou não foi sequer iniciado.

Então, esses recursos acabam sendo inscritos em restos a pagar para serem executados no ano seguinte. E aí eles se somam à dotação do ano seguinte. E aí nós vamos ver, por exemplo, em 2008, que, somando a dotação orçamentária do orçamento fiscal e da seguridade social com os restos a pagar, inscritos em exercícios anteriores, até 2007, estavam à disposição do Governo cerca de 29 bilhões para serem aplicados em investimentos do PAC.

Desses 29 bilhões, menos de 12 bilhões foram pagos no exercício. Então, vejam, eu estou somando restos a pagar de exercícios anteriores com a dotação do ano. Esses 12 bilhões, eles representam um valor aproximado, aproximadamente o equivalente ao que existia em restos a pagar no início de 2008. Ou seja, o montante que conseguiu ser executado ao longo de 2008 é equivalente ao que já estava pendente de anos anteriores. São os restos a pagar inscritos até 2007.

Isso significa, falando assim de uma forma mais coloquial, que trabalha-se com dois orçamentos. O orçamento do ano e o orçamento que sobrou de anos anteriores. E, na prática, se consegue gastar o equivalente ao orçamento dos anos anteriores. O orçamento do ano acaba ficando para os anos seguintes.

Esse é um problema antigo, isso não é um problema do PAC, isso é um problema antigo, mas é um problema que se espera que as ações do PAC consigam minorar, atuando em cima de problemas como restrições ambientais que persistem e que são difíceis de serem resolvidas. Problemas como capacidade operacional dos órgãos que executam a despesa; problemas como capacidade técnica dos municípios que recebem os recursos, mas que, muitas vezes, não conseguem apresentar a documentação necessária no tempo hábil para a execução daqueles recursos. Então, são problemas que existem e precisam ser enfrentados ainda.

Bom, todos esses resultados são apresentados anualmente, pelo Tribunal de Contas da União, no relatório e parecer prévio sobre as contas do Governo da República, que, por determinação constitucional, o Tribunal elabora esse relatório e emite esse parecer prévio e submete, então, ao Congresso Nacional, para que as contas do Presidente da República sejam julgadas. Então, essas informações sempre são coloca-

das... Desde 2007, são colocadas no relatório sobre as contas do Governo.

Eu queria destacar também que a participação do Tribunal de Contas da União, a atuação do Tribunal de Contas da União tem sido sempre acompanhada de perto pela Casa Civil da Presidência da República. Isso tem sido bastante interessante, porque impropriedades, falhas ou eventuais irregularidades que encontramos em ações do PAC são imediatamente comunicadas ao Congresso Nacional e também à Casa Civil da Presidência da República. E nós temos observado que a Casa Civil tem tomado atitudes, tem corrigido problemas muitas das vezes num tempo bastante rápido. Isso mostra que essa forma de atuação tem sido bastante interessante.

Última consideração que eu gostaria de fazer é que, como eu falei no início, nós nos preocupamos em verificar legalidade das ações do PAC, principalmente nas auditorias de obras, nos preocupamos em verificar a eficácia, esse acompanhamento da execução orçamentária tem [soa a campanhia] nos permitido trabalhar com alguns indicadores de eficácia do PAC, mas nós estamos preocupados também com a efetividade do PAC. É um programa destinado a acelerar o crescimento.

É lógico que não dá para falar em efetividade no meio do transcurso do programa. Então, ao final, provavelmente no relatório sobre as contas do Governo de 2010, que será encaminhado ao Congresso Nacional em 2011, o Tribunal fará essa avaliação da efetividade, que não é um trabalho fácil, dada a conjuntura econômica nacional e internacional, o crescimento, ele não é só afetado pelas ações do Governo, mas por toda essa conjuntura. Mas nós pretendemos realizar esse trabalho, já temos alguma coisa em andamento, então é algo que deverá ser encaminhado ao Congresso em 2011, como relatório das contas do Governo de 2010. Era o que eu tinha a dizer, agradeço novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Marcelo Luiz Souza de Eira pela sua explanação e passo agora a palavra ao Dr. André Luiz Mendes, Secretário De Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, gostaria de registrar aqui em nossa Comissão a presença desse valoroso companheiro, ex-Deputado e atual conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso, nosso amigo Deputado Humberto Bosaipo. É a minha consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Seja muito bem-vindo a este Plenário, Sr. Deputado. Com a palavra o Dr. André Luiz Mendes.

SSR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, muito bom dia. Agradecemos, antes de mais nada, a oportunidade de apresentar aos senhores esse trabalho que é feito pelo Tribunal de Contas da União em cooperação com o Congresso Nacional, se configurando num importante instrumento do controle externo, no qual o Tribunal de Contas auxilia o Congresso Nacional.

O meu objetivo é apresentar um resumo bastante breve de como esse trabalho é feito, das diretrizes desse trabalho e um pequeno diagnóstico do trabalho feito em... No ano passado. O último trabalho consolidado no ano de 2008. Eu pediria para abrir a apresentação que está no quadro de trabalho, aquela ali em cima, não essa, por favor. Isso. Está um pouco adiantado. Esse já é o terceiro *slide*.

Pode passar, por gentileza. Mais um.

Bem, nosso objetivo é esclarecer essa Comissão. O fundamento legal para auditorias em obras do Tribunal, quando essas informações sobre indícios de irregularidade são enviadas à Comissão Mista de orçamento desta Casa, como são escolhidas ações obras que serão fiscalizadas, como é feito o bloqueio orçamentário das obras com indícios de irregularidade, que critérios o TCU adota para classificar uma obra como irregular, como uma obra pode ser desbloqueada, caso exista o bloqueio orçamentário, os critérios adotados para dizer se uma obra tem ou não sobrepreço.

Vamos apresentar depois um diagnóstico das fiscalizações de 2008, com destaque para as obras da área de infraestrutura e vamos informar aos senhores que informações estão disponíveis nos nossos relatórios e que, portanto, podem ser solicitadas por essa Comissão quando entenderem assim necessário, que é a forma que o Tribunal pode contribuir com os trabalhos dessa Comissão.

Bem, a base constitucional desse trabalho está referida no art. 71 da Constituição Federal, e entre outras atribuições que tratam do controle externo, fala que o Tribunal de Contas deve prestar informações ao Congresso Nacional sobre os resultados das auditorias e inspeções que realizar. Um histórico desse trabalho, ele não é um trabalho que já tenha décadas de execução. Na verdade é um trabalho relativamente recente, um trabalho que teve início na década passada como uma forma... De forma sistematizada. Tem alguns mo-

mentos, alguns marcos importantes no histórico desse trabalho que eu destaquei naquele *slide*.

Primeiro, o trabalho da Comissão Temporária de Obras Inacabadas, no âmbito deste Senado Federal no ano de 1995. Foi um trabalho muito importante, um trabalho pioneiro no sentido de inventariar as obras inacabadas espalhadas pelo país e o eventual desperdício que aquilo significava. Isso é um relatório muito importante que foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União, junto com um pedido de realização de auditoria nas obras escolhidas ali como as mais relevantes.

Um outro fato marcante foi a CPI do Judiciário no ano de 1999, que dentre outros fatos apurou o emblemático caso do TRT São Paulo, da obra de construção do edifício do TRT São Paulo. Esse fato ele chamou atenção da sociedade para a questão do controle de obras públicas, do controle concomitante da execução de obras públicas.

Bem, em decorrência principalmente do fato dos trabalhos, do resultado dos trabalhos da Comissão Temporária de Obras Inacabadas do Senado, desde 97, 1997, as Leis de Diretrizes Orçamentárias trazem um dispositivo em que se determina ao Tribunal de Contas da União que faça fiscalizações nas principais obras em andamento no país e remeta as informações decorrentes dessas fiscalizações ao Congresso Nacional.

Naquele primeiro ano, em 97, o Tribunal realizou 96 fiscalizações e, desde então, vem realizando uma média de 210, 230 auditorias de obras por ano. Isso varia um pouco, em função de outros trabalhos que o Tribunal tenha previsto para aquele exercício. Esse ano, por exemplo, devemos fazer em torno de 215 a 220 auditorias de obras públicas. Esse dispositivo estreou na LDO de 1997, e, desde então, todas as Leis de Diretrizes Orçamentárias têm trazido esse comando, acrescentando novos procedimentos, acrescentando aprimoramentos à própria lei.

Próximo, por favor.

Bem, com relação a esse histórico, no final do ano passado, nós tivemos aqui uma publicação, aqui, do Jornal do Senado, um artigo que recuperou um pouco desse histórico, com pequenos ajustes, ali tem uma ou outra pequena incorreção, mas, em essência, é aquilo.

O sistema atual de controle de obras públicas teve início em 95, depois que a CPI do orçamento revelou esquema de corrupção no setor e recomendou uma série de ajustes no processo de elaboração do orçamento. Somente a partir de então, o TCU passou a dar apoio técnico na fiscalização das obras, para, então, o Congresso decidir a suspensão da execução desses empreendimentos.

Próximo.

Um outro fato muito interessante e recente é um discurso feito pelo Senador Jefferson Praia, em novembro último. Em novembro, agora, de 2008, ele recupera, de forma bastante criteriosa e bastante correta, esse histórico da fiscalização de obras no Brasil. O trecho é o seguinte: "*Foi assim que, ao longo da última década e meia, puderam os brasileiros tomar conhecimento e exercer sua justa indignação cívica dos trabalhos de iniciativas fiscalizatórias pioneiras, como a da Comissão Temporária desta Casa sobre Obras Inacabadas, em 1995. Essa Comissão trouxe a público a chocante revelação de que, à época, nada menos de 15 bilhões de reais haviam sido desperdiçados em mais de 2.200 obras inacabadas. Em valores de 2008, isso equivaleria a 50 bilhões de reais. Pouco tempo depois, Sr. Presidente, a CPI do Judiciário dentre uma série de desmandos e desvios investigados destacou o caso que se tornaria extremamente*(F) *famoso, do Fórum Trabalhista de São Paulo, obra em que do total de 230 milhões investidos foram malversados 169 milhões a preços da época. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa e outras diligências e o resultante clima de revolta no seio da opinião pública, com gigantesco prejuízo decorrente da corrupção do desperdício e da pura e simples incompetência, ensejaram inovações institucionais importantes, como o dispositivo que, desde 1997, estabelece na Lei de Diretrizes Orçamentárias o bloqueio de dotações a obras federais com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União*."

Esse trecho reflete bem esse histórico do início desse trabalho.

Próximo, por favor.

Bem, eu vou trazer alguns pequenos trechos da lei, da última LDO, que são os dispositivos que norteiam esses trabalhos que nós realizamos. Primeiro, ali o art. 97, estabelece que o Tribunal de Contas enviará à Comissão Mista de orçamento deste Parlamento informações recentes sobre a execução física das obras que tenham sido fiscalizadas e estabelece que isso seja feito até o dia 30 de setembro de cada ano.

Próximo.

Ainda sobre o prazo, o mesmo artigo dispõe que o TCU deve remeter ao Congresso até 15 dias após a constatação, informações relativas a novos indícios de irregularidade graves identificados em suas fiscalizações, acompanhadas de subsídios que permitam a análise da conveniência e oportunidade de bloqueio ou liberação das respectivas execuções. Ao longo do ano o Tribunal fornece ao Congresso informações so-

bre eventuais indícios de irregularidades detectados em suas fiscalizações, com informações que permitam a esta Casa decidir sobre o bloqueio ou a liberação dos recursos orçamentários.

Próximo.

A própria lei... A própria lei define os critérios de seleção dessas obras que serão fiscalizadas, basicamente dotação e execução orçamentária.

Próximo, por favor.

Também a lei ainda, estamos no mesmo art. 97, diz quais informações o Tribunal deve remeter ao Congresso e, entre outras, diz que o Tribunal deve informar a classificação do indício de irregularidade de acordo com a sua gravidade e com fundamento em outro dispositivo da própria lei.

Próximo.

Num outro artigo, ainda da LDO, está estabelecido que a Lei Orçamentária pode contemplar dotações para obras com indícios de irregularidade, porém, dentro de um quadro que é chamado de quadro bloqueio, anexo 6 da lei orçamentária, em que se define que essas obras têm a execução suspensa, até sujeitas a prévia deliberação da Comissão Mista de Orçamento.

Próximo.

Ainda a lei define o que é essa irregularidade grave que deve ser informada pelo TCU ao Congresso e que pode provocar paralisação da obra. Ela define que esses indícios são para os casos que sendo materialmente relevantes, tenham potencialidade de ocasionar prejuízo significativo ao erário, possam ensejar nulidade ao procedimento licitatório do contrato e que configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a administração pública.

Próximo.

A mesma lei define que as alterações no anexo, ou seja, exclusão e inclusões de obras cujas execuções orçamentárias estejam bloqueadas, são feitas por meio de decretos legislativos.

Próximo.

Bem, a questão mais comum, o problema mais comum apontado nas obras com indícios de irregularidade grave é o sobrepreço. Isso é muito discutido. Baseado em que o Tribunal aponta que uma obra está com sobrepreço? Bom, o Tribunal o faz também com base na lei. Também a LDO, já acerca de seis anos, ela traz um dispositivo que norteia a questão de preços e de obras públicas.

Então, ela estabelece que o custo global das obras é obtido a partir de custos unitários compatíveis com aqueles do SINAPI, que é um sistema de custos mantido pela Caixa Econômica Federal. Estabelece que os casos que o SINAPI não oferecer custos unitários, obras diferenciadas, podem ser utilizados sistemas de outros órgãos da administração pública FEDERAL.

E a mesma lei também estabelece, como não poderia deixar de ser, que podem existir casos excepcionais, particularidades de uma obra que justifiquem um preço de um determinado serviço diferenciados, estabelece que cabe então ao contratante justificar em relatório técnico circunstanciado a eventualidade de um preço acima do referencial de mercado.

Próximo.

Bem, o ciclo do nosso trabalho é um ciclo anual, para atender a LDO, em fevereiro são selecionadas as obras, de março a julho são feitos os trabalhos de campo, em setembro esse trabalho é enviado ao Congresso Nacional, o trabalho consolidado, e de outubro a dezembro, que é o período de tramitação da Lei Orçamentária aqui no Congresso o Tribunal vai apreciando os casos, especificamente cada um dos casos, enviando informações atualizadas ao Congresso.

Próximo.

Um pequeno quadro do volume de recursos sendo fiscalizado ao longo desses últimos anos, desde o início do trabalho começamos ali com valores abaixo de cinco bilhões de reais de dotação ao ano e o último ano nós fiscalizamos 26 bilhões de reais de dotação.

Ali há incidência de dois fatores, o maior investimento do Governo em obras públicas e a maior dedicação do Tribunal de Contas da União ao tema.

Próximo.

Um pequeno resumo das obras fiscalizadas o ano passado, ali por subfunção orçamentária. Os senhores podem ver que os principais, as principais subfunções orçamentárias são aquelas exatamente ligadas à infraestrutura; transporte rodoviário, recursos hídricos, energia elétrica, transporte... Petróleo, transporte aéreo, hidroviário e irrigação.

Ali para o final que aparecem outras subfunções que não relacionadas com infraestrutura, quer dizer, a parte de infraestrutura responde aí por 85, 90% de todas as fiscalizações feitas pelo Tribunal.

Próximo.

Esse outro quadro resume por entidade, por órgão, como foram as fiscalizações realizadas no ano passado. Em termos quantitativos, destaca-se o DNIT, Ministério da Integração Nacional, PETROBRAS e em quarto lugar a INFRAERO.

Próximo.

Ali, esse quadro mostra as unidades orçamentárias com mais significativas incidências de indícios de irregularidade grave com sinalização de paralisação ao Congresso Nacional [soa a campanhia]. Percentualmente a INFRAERO, o Ministério da Integração Nacional e o DNIT.

Próximo.

As principais irregularidades que observamos sobre preço, superfaturamento, problemas com processo licitatório, problemas de projeto.

Próximo.

Um quadro comparativo de obras PAC e obras não PAC fiscalizadas no ano passado - ano passado, foram 153 -, mais da metade eram obras do PAC, 84 obras do PAC e 69 não PAC. Aquela parte vermelha mostra o percentual de indícios de irregularidade grave das obras do PAC, em torno de 15% e as obras não PAC em torno de 50%. Isso sinaliza duas coisas, essa diferença. O esforço do próprio Governo, do Executivo em resolver rapidamente os problemas indicados nas obras do PAC e a priorização que o Tribunal de Contas da União dá a esses processos em função da relevância dessas obras para o país.

Próximo.

O volume, a quantidade de indícios de irregularidades que vêm sendo informados ao Congresso Nacional desde 2001 até 2008, os senhores percebam que há uma... Principalmente nos últimos anos, uma leve tendência de declínio.

Próximo.

E desse diagnóstico, era isso que tínhamos a informar. Nós trouxemos um... O conteúdo de um relatório, do relatório que é feito de cada uma dessas obras, para que os senhores tenham conhecimento desse relatório. Eu levaria talvez três ou quatro minutos para mostrá-lo. Não se se o Sr. Presidente acha conveniente.

Se não for possível nós deixaremos para distribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, por gentileza, faça a introdução e, depois, a distribuição, por favor. Muito obrigado.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Bem, nós vamos passar rapidamente por um... Pelo conteúdo de um relatório, um relatório hipotético, para que os senhores tenham conhecimento desse conteúdo, que são aquelas informações que a qualquer momento essa Comissão pode solicitar ao Tribunal de Contas da União.

Bem, uma primeira parte, a identificação da fiscalização, o seu ano, a modalidade, qual órgão e entidade fiscalizada, qual empresa.

Por favor, passa.

Quais são os processos no Tribunal vinculados a fiscalização.

Adiante.

Um resumo na outra... Na próxima parte já traz de cara um resumo daquela fiscalização, o que foi fiscalizado e quais foram os principais achados.

Próximo.

O primeiro campo é uma apresentação do que é aquela obra, o que foi auditado naquela obra, depois uma parte de introdução que traz alguns aspectos legais que não interessam aos senhores, depois uma visão geral do objeto, sua importância socioeconômica, quais aspectos foram fiscalizados naquele empreendimento.

Próximo.

O valor de recursos que foram fiscalizados, o valor da obra, que benefícios podem advir daquela fiscalização. Depois, nós temos a parte que mais interessa a todos, que são os achados de auditoria. Ou seja, que irregularidades, que indícios de irregularidades foram observados naquela fiscalização.

Nós temos então a descrição da irregularidade, a tipificação do achado, onde falamos se há ou não recomendação ao Congresso de paralisação daquele... Daquela... Daquele empreendimento em função daquele indício nos termos do dispositivo legal que eu mostrei há pouco.

A situação encontrada, quer dizer, uma descrição do fato da caracterização dessa irregularidade, quais os dispositivos legais que tenham sido afrontado, os esclarecimentos dos responsáveis, que durante a auditoria os gestores já têm uma primeira oportunidade de se manifestar a respeito daqueles indícios, isso é incluído no relatório, e a conclusão final da equipe sobre aquele indício.

Um outro campo de achados de auditorias anteriores, como a obra fiscalizada ao longo dos anos, conclusão e a proposta de encaminhamento. Que encaminhamento isso vai ter dentro do Tribunal? Vai ser feita audiência? Vai haver a sugestão de suspensão da execução de obra ao Congresso?

Ou vai haver algo que o Tribunal vem fazendo com certa frequência nos últimos dois anos, especialmente, que é para evitar a paralisação da obra, o Tribunal sugere que seja feito a retenção parcial dos pagamentos devidos à contratada, de forma a permitir a continuidade da obra e ao mesmo tempo preservar o erário que é o objetivo dos dispositivos legais mostrados. O Tribunal é absolutamente sensível ao transtorno e ao prejuízo social, e às vezes econômico, que uma paralisação de obra causa e ver, procura se utilizar das medidas possíveis para evitar essa paralisação.

E as duas que nós podemos destacar é essa retenção parcial dos pagamentos e o oferecimento de uma garantia daquelas previstas na Lei 8.666, pelo contratado, de forma que a obra tenha continuidade, mas com o erário preservado enquanto a apuração daquele fato no âmbito do Tribunal.

Nós temos, vamos distribuir aos senhores, um pequeno resumo das obras fiscalizadas no decorrer do ano passado, eles estão organizados por unidade orçamentária, nós vamos pedir a distribuição desse material. É um pequeníssimo resumo do conteúdo de todo esse relatório. E são 153 empreendimentos, os senhores verão que quase 135, talvez, deles são da área de infraestrutura e o relatório detalhado, cada uma dessas fiscalizações está contido nesse CD que nós entregaremos à Presidência da Comissão, passaremos à Secretaria dessa Comissão e estará evidentemente à disposição dos senhores.

Só chamo atenção para o fato de que esses relatórios mostra a posição no dia 30 de setembro, quando eles foram enviados ao Congresso. A posição atualizada de cada um desses processos pode ser obtida por meio do nosso *site*, o número do processo está aqui, então pode haver uma pesquisa, uma deliberação alterando essa posição que aqui está.

Eu agradeço a tolerância da Presidência por mais esses minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. André, a partir do momento em que o Tribunal de Contas da União receba essa solicitação de informações, quantos dias... Em quantos dias o Tribunal terá condições de oferecer resposta?

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Presidente, se for algum caso, algum caso específico, unitário de uma determinada obra sobre a sua situação, isso pode ser feito em poucos dias úteis. Eventualmente, nós recebemos alguns pedidos dessa Casa muito abrangentes.

Nós, às vezes, recebemos pedidos sobre as auditorias feitas na empresa tal ou numa estatal ou no órgão tal. Por exemplo, se nos for feito um pedido de cópia dos relatórios das auditorias feitas no DNIT nos últimos dois anos, aí talvez nós levemos um mês para atender, um mês e meio, porque aí é um volume imenso de trabalho. Quando é um pedido bastante específico, esse atendimento é bastante breve. Creio que em uma semana, em média, a informação estará disponível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Bom, então, os senhores membros da Comissão ficam informados de que os pedidos de informação devem ser sempre, de preferência, com especificidade para que a resposta seja célere.

Passo a palavra agora, agradecendo as palavras do Dr. André Luiz Mendes, passo a palavra ao Dr. André Kresch, Diretor de Fiscalização de Obras, após o que passaremos a palavra aos Srs. Senadores inscritos para fazerem as perguntas aos senhores representantes do Tribunal de Contas da União.

Com a palavra o Dr. André Kresch, por 10 minutos.

SR. ANDRÉ KRESCH: Bom dia. Excelentíssimo Presidente, Senador Fernando Collor, Excelentíssimos Senadores, senhoras e senhores. Eu vou dar uma breve apresentação, pediria que abrisse o arquivo, por favor. Uma breve apresentação dos resultados concretos que essa sistemática, nos últimos 10, 12 anos ela tem... Tem resultado ao erário.

Quer dizer, são muitos anos dessa sistemática, e poderia se perguntar: que resultados práticos isso tem trazido ao futuro do país? Então, em breves minutos vou apresentar alguns resultados que já podem ser vistos no âmbito das obras rodoviárias, que é a área que o meu grupo é mais especializado. Por favor.

Por exemplo, há alguns anos atrás, os editais do DNIT, ele não previa critérios de aceitabilidade de preço. Então, era muito comum que as equipes de fiscalização, elas encontrassem editais cujos orçamentos eram 50, 70% acima do próprio sistema de orçamentação do DNIT. E as licitações, embora baseadas nesse orçamento que já continham um alto sobrepreço, não havia um critério de aceitabilidade, ou seja, aceitavam-se preços ainda acima desse orçamento. Não havia um critério objetivo, uma fixação de preços máximos.

O que ocorreu? Depois de muitas auditorias e muitas determinações do Tribunal, hoje todos os editais do DNIT primeiro são baseados no Sistema SICRO, ou seja, nos preços de mercado. Com as exceções que podem ser justificadas, uma ou outra pontual, nós temos visto que hoje, raramente, nós chegamos para ver um edital do DNIT e os preços estão acima desse sistema que é o sistema de orçamentação de obras do DNIT.

É um sistema em que os preços dos serviços são pesquisados mês a mês e são disponibilizados não só internamente quanto por internet ao público, de forma que se sabe naquele mês quais são os preços médios de mercado do serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso é o SICRO? SICRO significa o quê? Sistema Integrado...

SR. ANDRÉ KRESCH: É Sistema de Custos Rodoviários.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sistema Integrado de Custos Rodoviários?

SR. ANDRÉ KRESCH: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E é estabelecido como?

SR. ANDRÉ KRESCH: Ele é pesquisado--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pelo próprio Tribunal?

SR. ANDRÉ KRESCH: Pelo próprio DNIT.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pelo próprio DNIT.

SR. ANDRÉ KRESCH: O próprio DNIT faz essa pesquisa, mensal, preços de asfalto, preços de brita, preços de serviços de concreto... E nós utilizamos esse sistema como uma referência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E não é fiscalizado? Quer dizer, o DNIT faz sem uma fiscalização--

SR. ANDRÉ KRESCH: Nós também fiscalizamos esse SICRO, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Também fiscaliza. A forma como é composto esse preço?

SR. ANDRÉ KRESCH: Também. Mas num momento pontual nós utilizamos esse SICRO como base para saber se uma obra está superfaturada ou não.

E antigamente nós víamos que as obras, elas tinham um alto sobrepreço inclusive em relação ao próprio SICRO do DNIT. Então, se em relação ao SICRO, se o próprio SICRO diria que uma obra custaria 50 milhões de reais, nós chegávamos na fiscalização e ela estava orçada em 70, 80 milhões de reais. E a licitação permitia que as empresas ainda dessem preços acima desses 80 milhões. Então, empresas ganhavam com 85, 90, 100 milhões de reais e não havia um critério para desclassificá-las.

Então, após muitos anos de auditorias nossas e determinações, o DNIT ele mudou, ele aceitou e hoje isso não acontece. Raramente isso acontece. Isso já é um resultado concreto de anos de... Dessa sistemática. Hoje... Certo? Por favor.

Bem, a questão dos projetos. Há alguns anos atrás obras analisadas pelo... Obras analisadas pelo TCU, os projetos do DNIT, eram meros rascunhos. Hoje raramente nós encontramos isso. As licitações que iniciam hoje os projetos já são bem mais detalhados e poderão criar bem menos problemas futuramente.

Próximo, por favor.

A questão... Um resultado muito interessante das auditorias em obras rodoviárias foi o preço do asfalto. Há alguns anos o preço do asfalto costumava estar 36% superfaturado, inclusive no SICRO. Depois de muitas auditorias também, nós conseguimos reduzir e determinar à ANP que fizesse uma pesquisa mensal do real... Dos reais preços de mercado, os reais preços das distribuidoras de asfalto, elas mandam agora as notas fiscais para a ANP, a ANP disponibiliza e isso fez uma redução imensa nos preços dos asfaltos. Do asfalto.

Nós temos uma estimativa que, por exemplo, em cinco anos, há uma economia de dois bilhões de reais só na redução dos preços dos asfaltos como resultado das nossas auditorias em obras rodoviárias. Essa determinação foi... Contando do ano passado quando houve o Acórdão, pela quantidade de asfalto que o DNIT nos informa, anual, nós fizemos a conta e daria em cinco anos dois bilhões de economia.

E isso porque, por exemplo, haviam estados que o preço do asfalto estava orçado como de mercado, por exemplo, em 1.500 reais. Hoje nós sabemos que não chega a 1.000, a tonelada de asfalto.

Próximo, por favor.

E evolução de normativos internos. O Ministério dos Transportes e o DNIT eles baixaram normativos, instruções normativas, portarias positivando muitas determinações do TCU. Quer dizer, de tanto o TCU determinar, foi baixada a portaria nº 001 de 2007 e também várias portarias do DNIT, que simplesmente tornam norma o que o Tribunal vinha determinando durante vários anos.

Por favor, próximo.

Vou dar alguns exemplos. Por exemplo, nessa IN 001/2007, a obrigação de individualização de responsabilidades, quer dizer, quem faz... Aprova o projeto é obrigado a colocar nome. Quem coloca aqueles critérios de exigência, "É obrigado a empresa ter experiência nisso e aquilo", que muitas vezes serve para direcionar licitações, quem bota isso agora é obrigado a botar o nome, para que nós possamos responsabilizar.

Vários aspectos ligados a habilitação, experiências que não podem ser exigidas, a forma de exigência dessas habilitações que o Tribunal já determinava há muitos anos, o DNIT e o Ministério dos Transportes agora colocaram em normas internas, responsabilidades por erro de projeto, agora há obrigação do DNIT de responsabilizar a empresa projetista e elas já sabem disso quando são contratadas para fazer o projeto, já sabem que vão ser responsabilizadas por erro de projeto, isso está na Instrução Normativa, e também a extensão de todas essas obrigações para o DNIT, se estendem aos conveniados, aos estados quando existe um convênio.

Então, então resumindo: todos esses resultados que eu mencionei agora isso vai resultar em quê? Que no futuro obras não tenham os recursos bloqueados e não sejam paralisadas porque elas já terão começado sem os defeitos que eram tão comuns anos atrás. E isso mostra um resultado concreto da atuação do Tribunal com essa sistemática.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. André Kresch pela sua explanação.

Eu gostaria de fazer um questionamento e eu perguntaria ao Secretário-Geral de Controle Externo, quem poderia ou deveria responder a esta formulação.

O TCU informa as obras com indícios de irregularidades graves, com recomendação de paralisação ou de retenção cautelar, como aqui já foi colocado pelo Dr. André Luiz Mendes. Das 39 obras com recomendação de paralisação, conforme essa última atualização feita pelo TCU, nós temos oito obras do PAC. Das 39, oito são do PAC. Das 12 obras com retenção cautelar, também conforme a última atualização, nós temos nove do PAC. A pergunta é: Por que ocorrem tantas irregularidades nas obras em geral, e especificamente nas obras do PAC? E o que determina que seja uma obra interditada ou parada por irregularidade grave ou por irregularidade simples ou também por uma retenção?

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Eu passarei então, eu creio que a resposta mais apropriada ficaria então a cargo do Secretário de Fiscalização de Obras, Dr. André Luiz Mendes, eu passaria a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. André Luiz Mendes.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Bem, Presidente, nós temos problemas em algumas obras do PAC que são problemas comuns a outro tipo de obra também. Nós não observamos problemas específicos nas obras do PAC.

Agora, de qualquer forma, das fiscalizações feitas no decorrer do ano passado, cerca de 60% das obras fiscalizadas eram obras do PAC. No entanto, entre aquelas em que nós informamos indícios de irregularidades ao Congresso Nacional e que poderiam gerar o bloqueio orçamentário, a critério desta Casa, apenas 15% dessas obras eram do PAC. Ou seja, fiscalizamos, 60% das fiscalizações eram do PAC, porém do subconjunto de obras com indicativo de irregularidade grave, essa proporção cai para 15%.

E nós atribuímos isso fundamentalmente a dois fatores. Nós assistimos o esforço coordenado pela Casa Civil para que problemas relacionados a obras do PAC sejam solucionados o mais rapidamente possível.

E no âmbito do Tribunal de Contas da União, esses processos ganham total prioridade pela relevância que o Tribunal está ciente que esses empreendimentos tem para o país. Então, eles são apreciados de forma absolutamente ágil. Isso permitiu, então, que ainda no discorrer do ano passado vários daqueles casos fossem resolvidos. Então, de início não há uma diferenciação em termos de irregularidade entre uma obra PAC e uma não PAC. Mas existe, sim, um grande esforço para resolver esses problemas o mais rapidamente possível.

E isso ficou demonstrado com os números. Mais da metade das obras fiscalizadas eram do PAC. Porém, apenas 15% daquelas com indicativo de paralisação eram desse conjunto.

Com relação aos principais problemas, se não me engano--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Do conjunto original, do conjunto total de... Eram 12 de... De um conjunto total... Bom, eu não lembro o número exato, mas é algo... Eu tenho isso no *slide*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Aqui diz das 39 obras com recomendação de paralisação, existem 8 do PAC. Das 12 com retenção cautelar, são 9 do PAC.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Originalmente isso está naquele quadro cujo *slide* eu mostrei, o Senador... O Senador fez, fez menção à atualização que o Tribunal mandou no final do ano. Isso, ali, há uma pequena diferença. Percentualmente, não mudou muito, não. Mas naquele *slide* eu mostrei que dentre as obras fiscalizadas 84 daquelas obras eram do PAC, e 12 do conjunto de obras com indicação... Isso... Ali, 84... 84 obras do PAC, sendo que 75, sendo que 13 delas ou 15,5% tiveram originalmente a proposta de... A proposta de paralisação.

Nós separamos aí, aí é proposta de paralisação mesmo, nós separamos a questão da retenção, visto que isso permite a continuidade da obra. Esse número de 13, hoje já é inferior. Em setembro, até o final do ano passado, já tinha sido reduzido para esse número 9, que é o número que o Presidente se referiu.

Bem, quanto aos principais problemas nós temos convicção, e isso tem sido inclusive comentado muitas vezes aqui nesta Casa, o foi na Audiência Pública feita pela Comissão Mista de Orçamento em novembro do ano passado, especificamente para discutir a questão de obras inacabadas, e é um consenso não só no âmbito do TCU, mas no âmbito da categoria da Engenharia, no âmbito das empresas prestadoras de serviços de projeto, no âmbito de construtoras e no âmbito dos gestores também, que o problema básico do país é a sua deficiência de projetos.

Naquela Audiência Pública estavam presentes o então Presidente da INFRAERO, Dr. Gaudêncio, Diretor-Geral do DNIT, Dr. Pagot, e ambos falaram taxativamente que suas obras, que estavam com problemas, que eram obras licitadas a quatro, a cinco, a dez, doze anos atrás, eram obras que foram licitadas com projetos que eram meros esboços, um dos dois.

O Dr. Gaudêncio usou esse termo, eram meros esboços de projeto. O Dr. Pagot usou a expressão, foram listadas com projetos rudimentares. São projetos que estão muito longe de cumprir aquilo que a Lei 8.666 define como sendo um projeto básico. E isso é fonte para toda sorte de problemas, porque, afinal, durante a execução do empreendimento alterações têm que ser feitas, visto que o projeto não contemplava exatamente a realidade daquela obra. E essas alterações, além de muitas vezes permitir a prática do sobrepreço, já que aqueles novos serviços que vão sendo incorporados sequer passaram pelo crivo da licitação, ainda muitas vezes acabam por desfigurar completamente o objeto.

Nós temos, então, problemas em licitações, problemas de sobrepreço. Agora, o problema fundamental é a pouca importância que se dá à fase de planejamento e execução e elaboração de projeto. Obras são licitadas com projetos que estão longe de atender aquilo que a lei estabelece e acabam por dar causa a grande maioria dos problemas que nós encontramos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Dr. André Luiz Mendes. Passo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Convidados do TCU, Srs. Senadores. Uma das minhas perguntas já foi respondida nesse momento pelo Dr. André Luiz Mendes, que era em relação aos principais problemas levantados pelo Tribunal e se o Governo Federal tem agido de forma tempestiva, em tempo, para corrigir esses problemas.

Porque eu vejo que a cada ano, durante análise da LDO são realizadas subcomissões de análise de obras irregulares para que as mesmas recebam continuidade orçamentária e a pergunta é se esses contratos são revistos e se as obras então passam a poder ser executadas?

A pergunta, então, essa é uma, só para me colocar essa parte de... Da reação do Governo, do Executivo, e eu gostaria de saber se as obras do PAC relativas a saneamento básico, habitação, transporte coletivo, infraestrutura hídrica, se de parte dos conveniados na esfera estadual e municipal, se está havendo dificuldades de contrapartida dessas esferas da federação e quais são os problemas mais comuns?

Porque nós estamos vendo que as prefeituras hoje com grandes problemas financeiros devido a crise, menor arrecadação orçamentária, estão em sérias dificuldades de complementar a contrapartida e com isso as obras normalmente estão paralisadas. Eu cito como exemplo a Prefeitura de Cuiabá, Prefeitura de Rondonópolis um pouco melhor, mas do meu estado eu tenho conhecimento que a dificuldade orçamentária das prefeituras está desencadeando, então, essa dificuldade financeira e com isso a obra é paralisada porque o contrato não é... Não prevê essa deficiência de contrapartida. Então, muitas vezes o Governo teria que repor, antecipar recursos para que a obra realmente não tenha processo de continuidade.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Bem, Senador, a primeira... A primeira parte da sua pergunta, em relação à reação do Governo e iniciativas para resolver os problemas nós comentamos que em relação às obras do PAC existe uma ação muito forte coordenada pela Casa Civil no sentido de solucioná-los.

Nos demais... Nos demais órgãos federais, essa reação, ela é muito variável. O nosso colega, André Kresch, mostrou diversas iniciativas tomadas pelo Ministério dos Transportes e pelo DNIT no sentido de adequar seus projetos e suas licitações àquilo que nós temos recomendado.

Então, nós podemos apontar uma evolução significativa no DNIT, que é o órgão que tem maior quantidade de obras fiscalizadas pelo Tribunal, tradicionalmente, um terço das fiscalizações são obras do DNIT, existe uma evolução muito positiva nesse sentido. Existe uma postura proativa daquele órgão no sentido de primeiro sinal de problema apontado por nós, eles já procuram o Tribunal no sentido de solucioná-los, não no sentido de estabelecer uma discussão, um conflito, mas no sentido de buscar a solução. Isso é um exemplo positivo que nós temos, que se evidenciou muito nos últimos dois anos.

Temos, por outro lado, experiências em que nós não temos tido esse sucesso. Eu posso citar aqui o exemplo da INFRAERO que possui obras fiscalizadas por nós, obras que frequentaram a imprensa no ano passado e que até hoje ainda não foram retomadas. Eu posso citar como exemplo o Aeroporto de Vitória, que foi apontado por nós, pela INFRAERO, há dois anos como sua primeira prioridade. Era primeiro, era o primeiro para o qual eles queriam uma solução, solucionar o problema.

Bem, o Tribunal fez sua fiscalização ainda numa fase inicial, já há três anos e viu ali no projeto básico e no orçamento o descumprimento à lei. Não havia orçamento detalhado, não havia origem daqueles preços, a demonstração da fonte daqueles preços, não havia adequação à lei, de cumprir aqueles referenciais e ali o Tribunal viu um indício de sobrepreço de determinada monta.

Naquele intuito de evitar paralisação de obras, o Tribunal determinou, então, naquele momento, uma retenção de 13% dos pagamentos que seriam efeti-

vados à contratada, de modo a discutir o problema e tentar chegar a um entendimento ou avaliando justificativas apresentadas e aceitando ou levando o órgão a proceder os ajustes necessários no contrato e no orçamento, para então soluçar definitivamente o problema e para permitir a obra ter continuidade, havia aquela retenção.

Bem, isso se deu por dois anos. No ano seguinte, depois de um ano e meio aproximadamente, a INFRAERO nos trouxe aquele que seria o orçamento detalhado daquela obra. Só que nós tínhamos feito uma nova inspeção naquele empreendimento e vimos que havia mudanças significativas no projeto, voltando à velha questão do projeto que eu me referi há pouco. O projeto que foi solicitado já tinha sofrido drásticas alterações. Terminal de passageiros, por exemplo, foi licitado como concreto convencional, moldado *in loco* e havia sido trocado para concreto pré-moldado. Então é outra estrutura de preços.

No entanto, aquele orçamento que nos foi trazido era o orçamento da obra que foi licitada, e não da obra que estava sendo construída. Então estávamos com o orçamento às mãos que não era a obra que estava sendo construída, era uma obra que não existia no mundo real. Naquele momento a INFRAERO foi instada, com prazo, a nos trazer o projeto atualizado, que nós sequer possuíamos o projeto da obra que estava sendo construída e o orçamento referente àquele projeto, para que o Tribunal pudesse cumprir aquilo que a lei manda que é informar ao Congresso se a obra "X" tem ou não risco de dano ao erário, encaixa-se ou não naquela classificação de irregularidade grave.

Bem, até o final do ano passado, até, na verdade, o início desse ano, quando nos veio a notícia de que a empresa iria providenciar a rescisão daqueles contratos que estavam em andamento, nós ainda não havíamos recebido por parte da INFRAERO um orçamento da obra que estava sendo construída. Então, sequer sabíamos quanto a obra ia custar. Ou seja, em agosto do ano passado o Tribunal finalmente recomendou ao Congresso Nacional que suspendesse o recurso.

Depois de dois anos de tolerância, depois de dois anos sensível à importância para o local, para o estado daquela obra, a importância para a INFRAERO daquela obra, a importância de não paralisá-la, o Tribunal por dois anos foi tolerante e aguardando a entrega dessa documentação que é básica. Deveria existir desde o primeiro dia. Desde antes da licitação. Projeto e orçamento. E por absoluta falta desses documentos e por absoluta insegurança daquilo que vinha sendo pago naquele empreendimento, depois de dois anos é que o Tribunal recomendou a paralisação.

Então veja que nós temos um extremo. Nós ainda não conseguimos, ainda não temos por parte de uma empresa, de uma empresa pública, essa atuação mais ágil na solução dos problemas. Uma reação mais positiva que leve à solução breve dos problemas. No entanto, nós temos aí uma autarquia que, por outro lado, vem reagindo rapidamente. Então nós temos na verdade todas as situações.

Com relação às obras do PAC na área de habitação e saneamento, essa eu receio, Senador, ter que pedir desculpas, mas não temos uma resposta melhor, mais abrangente para oferecer ao senhor agora. Porque as fiscalizações do Tribunal, no âmbito do FISCOBRAS, que é o sistema criado para atender a LDO, ele, como direcionado pela própria lei, ele procura aqueles empreendimentos onde as dotações de recursos orçamentários estão concentradas e no caso dessas obras existe uma diluição de recursos, porque são, a grande maioria, por meio de convênios feitos por prefeituras.

No entanto, como existe um total expressivo de recursos destinados a esse empreendimentos, para este ano, para o segundo ou o último quadrimestre deste ano, já está previsto no plano de auditorias do Tribunal um trabalho especificamente nisso. Obras de saneamento... Na área de saneamento e habitação com recursos do PAC. Exatamente neste objeto está previsto uma auditoria no final do ano e, certamente, para o início do próximo ano, para o primeiro semestre do próximo ano nós teremos então informações bastante ricas a oferecer a essa Comissão com relação a esses empreendimentos.

O senhor pode observar que, nessa relação que nós distribuímos, talvez o senhor, se achar, vai achar um ou dois casos apenas de obras que se enquadram nisso. Então, não temos uma informação mais completa neste momento. Sabemos da questão das dificuldades de contrapartida. Agora, o Tribunal evidente que ele atua à luz da legislação. Enquanto a legislação exigir que seja feito de determinada forma o Tribunal atua conforme ela assim exige. Não sei se os colegas gostariam de complementar, Dr. Marcelo Eira é mais ligado a essa área de área de execução orçamentária por convênios, ele pode ter algo importante a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Marcelo Eira, por favor.

SR. MARCELO LUIZ SOUZA EIRA: Obrigado, Sr. Presidente. Em relação à questão das obras executadas mediante transferências a Estados e Municípios, essa preocupação nós temos também e temos, como o Dr. André colocou, já programado para o segundo semestre, um trabalho abrangente que nós vamos

fazer uma avaliação dessas obras de saneamento, habitação...

Agora, a nossa preocupação, além de saber se o destinatário dos recursos, no caso o ente que recebe o recurso se ele tem... Se dispõe da contrapartida, nós também temos uma preocupação em avaliar o que... Como esse recurso efetivamente é gerido. Por que eu digo isso? Porque esses recursos eles são repassados não mediante convênio, que seria a forma tradicional de repasse, mas por força da Lei 11.578 de 2007 todos os repasses para ações do PAC são considerados transferências obrigatórias. Isso é algo a princípio estranho, mas é o que diz a lei. Então, são transferências obrigatórias.

Por serem transferências obrigatórias não é necessário verificar se a outra parte, ou seja, se o município, se o estado está adimplente com todas suas obrigações, não é necessário verificar se o Estado cumpre o mínimo de despesas com saúde e educação, não é necessário verificar se o estado ou município tem contas irregularidades pendentes ou não prestou contas de recursos recebidos anteriormente.

Então, nós temos uma grande preocupação com isso, porque nós queremos analisar e vamos fazer no segundo semestre, se esses recursos estão sendo bem geridos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCELO LUIZ SOUZA EIRA: Inclusive a prestação de contas desses recursos não se submete ao rito normal de um convênio. Então, essa auditoria inclusive vai nos dar... Vai ser possível para o TCU traçar uma estratégia de atuação até sobre como saber se essas obras estão sendo executadas, uma prestação de contas de uma outra forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E esses recursos, com transferência obrigatória, podem ser feitos, essas transferências podem ser feitas mesmo para municípios que estejam, por exemplo, na malha... Chamada malha fina da Controladoria-Geral da União?

SR. MARCELO LUIZ SOUZA EIRA: Sim. Por serem transferências obrigatórias, eles não estão sujeitos a nenhum tipo de restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Gilberto Goellner está satisfeito?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria só fazer, eu tenho um adendo aqui às indagações do Senador Gilberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu sou membro da Comissão de Orçamento, sou vice-Presidente, [ininteligível], vice-Presidente, e, na última terça-feira, o Ministro Paulo Bernardo esteve lá, e, nesta LDO que está sendo encaminhada para o Congresso votar o orçamento, ficou definido na LDO de que, respondendo mais diretamente a pergunta do Gilberto, de que, quando ele pergunta as obras que certamente não têm... As prefeituras e o próprio Governo não têm contrapartida, ficou definido, nesta LDO, de que as obras delegadas do Governo Federal para os Governos Estaduais ou Governo Municipal, ela será isenta; ou seja, as prefeituras ou o governo não precisará dar a contrapartida, tendo em vista a dificuldade que muitas... Obras delegadas.

Segundo: as entidades, por exemplo, Pestalozzi, APAE, etc., também estarão liberadas das contrapartidas, por serem entidades de caráter, sem fim lucrativo, não precisarão dar a contrapartida em relação a alguns investimentos que essas entidades e o próprio governo estadual ou federal fará.

Então, isso é apenas uma observação, até porque ele fez essa indagação ao André, então respondendo que foi definido agora, na última terça-feira, participando como membro da Comissão de Orçamento, por encaminhamento do próprio Ministério do Planejamento, Presidente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado pela explicação do Senador Jayme Campos. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria ainda de solicitar um esclarecimento em relação a apresentação feita anteriormente, que pela LDO de 2009, ela instruiu uma normativa de vanguarda em relação às obras irregulares e que antes não possuía, a LDO não possuía esse entendimento.

A pergunta é: quando o TCU encaminhará, ele receberá o relatório em 30/09, concluirá o relatório em 30/09, até 15 de outubro, 15 dias posteriormente, será apresentado ao Congresso, à LDO, aos componentes da LDO, à Presidência, a relação das obras irregulares; a pergunta é: como que se porta esse... Esse estudo, essa avaliação, já que normalmente a LDO coloca um grupo parlamentar que é escolhido para analisar essa irregularidade e a obtenção futura orçamentária de cada obra?

A pergunta que eu faço: isso tem... Como é que tem se portado o último ano e como é que vocês vêem no orçamento de 2010, como que vai se portar esse órgão em relação a liberação dessas obras, a análise e se vocês tem uma... Se vocês dependem integralmente desse resultado?

Eu vejo que essa Comissão poderia também participar dessa análise. Porque eu vejo que aqui nós recebemos a relação das obras fiscalizadas. O que nós precisamos entrar, que essa Comissão que eu acho que é o objetivo que ela se propõe, é de avaliar todas as obras irregulares, tanto de 2008, 2009, para que se proceda uma investigação de que essas obras realmente possam dar continuidade se fizerem seus ajustes necessários, como principal problema das obras se viu aqui é falta de um orçamento detalhado, sobrepreços e problemas de licitação.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Bem, com relação ao rito, a esse procedimento do segundo semestre, à luz da lei, os procedimentos tem sido e o que se prevê para este ano é que seja da mesma forma, do seguinte modo: a lei estabelece como 30 de setembro a data que nós devemos entregar o relatório consolidado, quer dizer, a informação relacionada e os relatórios às 215 fiscalizações de obras que nós faremos esse ano, aproximadamente metade delas do PAC e a outra metade não PAC.

Ocorre que a gente sabe que a tramitação da Lei Orçamentária vai até o final do ano. Então, a cada sessão plenária... E exatamente nesse período o Tribunal está apreciando cada um dos casos especificamente. Ou seja, o relatório que vem para cá, muitas vezes é um relatório preliminar, no qual ainda não houve a manifestação, o direito à defesa, apresentação de justificativas por parte dos auditados. Tanto o órgão gestor quanto a empresa contratada que é franqueada a ela a possibilidade de entrar nos autos, ser parte dos autos e também tentar justificar aquele preço, aquela alteração, enfim, a irregularidade que tenha sido apontada.

Essas investigações estão sendo feitas, são feitas ao longo do segundo semestre. Os trabalhos são concluídos em julho, em julho os primeiros já estão sendo apreciados pelo Tribunal e boa parte deles o são, mais da metade, até o final do ano. A medida que cada um desses casos é apreciado, a cada sessão plenária do Tribunal, o Acórdão decorrente dessa apreciação é encaminhado à Comissão Mista de Orçamento, exatamente para que ela tenha semanalmente a atualização daquelas informações.

Então, uma obra que em 30 de setembro possa ter tido o indicativo, a recomendação da paralisação, duas semanas depois, em função de esclarecimentos que nos tenham sido trazidos ou de medidas saneadoras que tenham sido adotadas pelos órgãos, ela já pode ser objeto de uma nova recomendação do Tribunal ao Congresso, no sentido de que não persistem os motivos para aquele bloqueio orçamentário.

Com base no conjunto de informações que o Tribunal envia, existe, existiu o ano passado um comitê, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento existe um comitê de análise das obras, com problema das obras, com indício de irregularidade, evidentemente a assessoria desse comitê faz contato conosco com certa freqüência, para sanar alguma dúvida, algum esclarecimento de procedimento, nós estamos sempre absolutamente disponíveis a comparecer aqui, a prestar qualquer esclarecimento, ajustar qualquer procedimento que se faça necessário, então esse acaba se tornando um processo dinâmico até o final do ano momento da aprovação da Lei Orçamentária.

Este ano, se não me engano, dentre os casos com indicativo de paralisação e aqueles com indicativo de retenção parcial, nesse período houve um decréscimo de sete empreendimentos. Sete empreendimentos que faziam parte do rol original de 30 de setembro já não faziam mais parte daquele rol do final do ano, até a última sessão do Tribunal que se dá ali por volta do dia 10, 15 de dezembro.

Evidentemente que a Comissão Mista e o Congresso é absolutamente soberano na decisão com base naquelas informações prestadas pelo Tribunal, na decisão de alocar ou não recursos orçamentários. Existe uma avaliação política que deve ser feita, sim, é necessário que seja feita, afinal se um risco de dano ao erário de 20 milhões é muito relevante numa determinada obra, por outro lado o Congresso pode entender que o risco de aquela obra atrasar por seis meses, por um ano, pode causar um prejuízo econômico ou social superior a isso.

Então, é uma avaliação que o Congresso pode fazer e evidentemente ele faz. Não é o conjunto de obras que o Tribunal manda com indicativo de paralisação, não é correspondente exatamente àquele quadro bloqueio que sai na Lei Orçamentária.

A Comissão Mista de Orçamento procede aqueles ajusto que entende conveniente e faz, às vezes faz inclusões, inclusive. Nós tivemos nos últimos dois anos, no último ano, melhor dizendo, nós tivemos duas inclusões. A inclusão de dois empreendimentos que o Tribunal entendeu que apesar daquele fato que estava sendo investigado poderia haver continuidade, no entanto a Comissão Mista de Orçamento entendeu que não [soa a campanhia], que elas deveriam ser bloqueadas mesmo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Se me permite, Sr. Presidente, eu não entendi. Esse

comitê de orçamento pode interferir, pode emanar uma recomendação da obra ser objeto de atendimento? Ele tem esse poder sobre o TCU?

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: A lei estabelece que a prerrogativa de decidir se vai haver bloqueio ou não orçamentário de uma obra é do Congresso. Baseado nas informações prestadas pelo Tribunal. Então esse comitê, que é comitê de apoio a Comissão Mista de Orçamento elabora seu relatório, concordando ou não com o Tribunal de Contas da União, com as recomendações do Tribunal de Contas da União e submete esse relatório à Comissão Mista de Orçamento, que esta sim vai deliberar pela proposta daquele anexo 6 que é o quadro bloqueio, anexo à Lei Orçamentária.

Desculpa, o senhor tinha feito um outro... Um outro... Abordado outro aspecto que eu havia me esquecido, sobre o interesse desta Comissão de ter informações tempestivas a respeito do andamento dessas obras. Bem, por força de dispositivo legal, todas aquelas obras que tiveram indício de irregularidade grave no ano passado são fiscalizadas novamente este ano e tem um relatório emitido. E nós, também cumprindo a lei, informamos a cada 15 dias a Comissão Mista de Orçamento, novos indícios de regularidades detectados e mandado um Aviso do Tribunal a cada 15 dias com relatório sintético informando que em determinado empreendimento foi detectado um novo indício.

Não me parece que haja inconveniente nenhum da parte do Tribunal de enviar também a essa Comissão de Infraestrutura, quando enviar à Comissão Mista a informação quando a obra se referir a infraestrutura, que é 80, 85%. A grande maioria dos casos que nós fiscalizamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito boa idéia e o Sr. Secretário-Geral de Controle Externo já aquiesceu e disse que todas as informações que forem mandadas pelo Tribunal de Contas da União para a Comissão Mista de Orçamento, será também enviada para esta Comissão, o que nós agradecemos.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. André Luiz Mendes; nós recebemos, cada um dos Srs. Senadores, um prospecto ou uma prestação de contas do comitê gestor do PAC, este aqui é em relação ao Estado de Alagoas, onde está sendo realizado uma que é... uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento, é a obra do Canal do Sertão. É um canal de 228 quilômetros, dos quais 70 quilômetros já foram concluídos, inclusive o Presidente Lula esteve aqui neste local, presente no final do ano passado em que ele retomou...

A retomada, ele anunciou a retomada das obras e essa obra ela agora está paralisada, existem 800 pessoas desempregadas e eu gostaria de saber do Dr. André qual é a informação que o Tribunal de Contas poderia prestar a respeito desta obra especificamente, se ela está parada, por que está parada, qual é a previsão que tem de poder ser retomada para que nós não percamos os recursos que já foram aplicados e que são recursos de montante bastante significativo.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Bem, Presidente, nós... Eu não posso assegurar a V. Exa. a fidedignidade das informações que eu vou prestar agora, que foram fruto aí de alguma coisa de memória que nós lembramos especificamente relativo a esse caso.

Mas evidentemente podemos mandar amanhã mesmo informações mais detalhadas e consistentes a respeito desse empreendimento. Qual a última posição do TCU, em que pé que ele está. Se eu não estou enganado, com relação ao empreendimento, a esse canal, é uma obra que está com indicativo de sobrepreço bastante relevante, algo da ordem de 80 milhões de reais, já houve uma primeira apresentação de justificativas, de elementos das partes interessadas que estão sob análise do Tribunal e houve, estou quase certo de que houve uma predisposição por parte da contratada em oferecer um seguro garantia em relação ao valor que está sendo questionado pelo Tribunal.

Isso sendo fato, o Tribunal recomenda sua continuidade. É... Digamos assim, esse é o melhor dos mundos. A continuidade da obra e a preservação do erário. É o melhor dos mundos. Então, me parece que é esse o caso, nós vamos confirmar, vamos mandar as informações fidedignas, de fato, mas me parece que é esse o caso. Em isso tendo acontecido, não há mais por parte do Tribunal óbice à sua continuidade. O problema pode ser investigado, pode ser discutido com o gestor, com a empresa, enquanto a obra tem sua continuidade normal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu lhe agradeço e fico aguardando essa resposta. É necessário que eu formalize essa solicitação ou... Basta verbalmente. Então muito obrigado ao Dr. André.

Com a palavra o Senador Paulo Duque. Eu quero inclusive pedir desculpas ao Senador Paulo Duque, porque ele era o primeiro inscrito, e aqui na hora de ler eu confundi e coloquei o Senador Gilberto Goellner. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, V. Exa. tem toda liberdade em presidindo o trabalho, definir as pessoas e tem adotado até um critério muito sábio. O primeiro que chega, é o primeiro, em geral, que se inscreve. Eu hoje fui o primeiro que cheguei, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida. O senhor tem toda razão. Peço minhas desculpas a V. Exa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Deputado Gilberto merece toda a nossa... O Senador. Toda a nossa consideração.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nenhuma zanga por causa disso. V. Exa. sabe disso. Agora, eu estou... Prestei muita atenção aqui aos expositores, talvez uma falha veio tanta gente sábia aqui nos explicar coisas que ignorávamos.

Eu, por exemplo, vim a saber que o Tribunal de Contas da União tem 1.100 analistas. Estou achando pouco. 1.100 analistas para o Brasil é pouco. Eu acho que vocês tem muita dificuldade em conseguir fazer um trabalho dinâmico. Já começa a perceber o porquê disso.

Por exemplo, estamos aqui na Nova Capital há 50 anos, quase. E eu pergunto aos senhores: e lá no Rio de Janeiro? Lá na cidade do Rio de Janeiro, onde funcionava o Tribunal de Contas, aquelas obras todas lá que foram pagas pelo Governo, o Palácio Gustavo Capanema, por exemplo, onde está um conjunto de obras artísticas que não tem preço. Por exemplo, os murais de Portinari, os quadros do Guignard, as esculturas do Celso Antônio, da Vera, etc., etc. E aquilo que está lá? Eu pergunto: o Tribunal de Contas tem algum tipo de ingerência ou liquidou completamente a sua ação de fiscalização? São bens do Governo, bens da República.

Essa é a minha primeira indagação e a minha primeira curiosidade, porque eu prestei bem atenção nas aulas que os senhores nos deram. E vou me utilizar dessas aulas para também fazer algumas perguntas aos senhores. Alguém pode responder?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Paulo Wiechers Martins irá responder a pergunta formulada pelo Senador Paulo Duque.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Senador Paulo Duque, obrigado pela pergunta. Apenas para que minhas palavras não sejam depois mal interpretadas, quando me referi ao quadro de aproximadamente 1.100 auditores em campo, eu me refiro especificamente àqueles que atuam na Secretaria Geral de Controle Externo do Tribunal, e não a todo o quadro do Tribunal de Contas da União.

Existem outros tantos servidores que demandam tarefas administrativas bem como aqueles que estão alocados diretamente nos gabinetes dos Ministros, prestam assessoramento, seções e a Presidência. O quadro é um pouco maior, mas de fato--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Bem maior talvez?

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Não. Não chega ao dobro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas tem engenheiros, economistas, contabilistas, arquitetos?

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Sem dúvida. Todos engenheiros lotados na Secretaria de Controle Externo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exatamente.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Todos lotados... Mas sem dúvida, Senador, esse número é um número pequeno. Se considerarmos que nós temos as atribuições de exercer fiscalização em todos municípios da federação, no que se refere a recursos federais, a todos órgãos da entidade, da administração direta, indireta, fundacional, empresas... Quer dizer, de fato, o Brasil hoje ele é um país pouco auditado, na verdade.

E quando eu falo de pouco auditado, eu digo em toda cadeia de auditoria. Não apenas ao controle externo, mas também auditoria interna de cada órgão e aos controles internos de cada órgão. Para que o senhor tenha uma idéia do que estou falando--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Por isso que eu disse que achei pouca gente.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Para que o senhor tenha uma idéia em termos numéricos, estudos mostram que países onde os índices de corrupção são mais baixos, a exemplo da Holanda e da Dinamarca, estima-se que existam 100 auditores para cada grupo de 100 mil habitantes. No Brasil esse número é de oito. Nós temos oito auditores para cada grupo de 100 mil habitantes. Eu digo auditores em toda a cadeia de controle e não apenas na entidade de fiscalização externa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor é o Secretário-Geral de Controle Externo, tem poderes para se dirigir, evidente, ao Presidente com sugestões. Eu gostaria muito de dar uma sugestão a V. Exa.. Quando chegar ao Tribunal, hoje ou amanhã, ou depois de amanhã, qualquer dia, sugira isso, que nós cobramos isso, uma fiscalização mais efetiva. Paralisar uma obra que às vezes custou já bilhões e fica nisso durante seis, sete meses. Me parece um prejuízo muito grande.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Senador, na verdade eu lhe diria que a paralisação das obras ela não decorre da ausência de uma fiscalização efetiva. Ao contrário, a paralisação das obras

ela decorre da existência da fiscalização efetiva e da falta de ação dos entes fiscalizados para resolver os problemas que foram identificados.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Perfeito. Agora, uma pergunta: quando os senhores descobrem uma ilicitude grande, razoavelmente grande numa dessas auditagens; isso é feito alguma comunicação à polícia?

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Sim. O que ocorre, inclusive pela nossa Lei Orgânica, não à Polícia Federal diretamente. O Tribunal encaminha cópia dos relatórios com as irregularidades ao Ministério Público Federal--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Ministério Público.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Para que o Ministério Público Federal, então, intente as ações civis e penais cabíveis. Então, isso--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Perfeito. Agora outra coisa que me preocupou e há curiosidade, sobretudo; V. Exa. falou sobre o Estatuto que estaria há 20 anos para ser formalizado, realizado, feito e aprovado. Que Estatuto exatamente é esse?

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: É o art. 173 da Constituição Federal prevê um regime próprio, um estatuto próprio que disciplinaria as ações administrativas a cargo das empresas públicas de sociedade de economia mista.

Disporia dentre outros aspectos sobre contratação de pessoal... Diversos aspectos, questões financeiras e orçamentárias e especifica textualmente licitações de contratos administrativos.

Então, na verdade, o desejo do legislador constituinte àquela época foi de que as empresas públicas e sociedades de economia mista viessem a ter um regime de contratação diferenciado daquele que seria aplicável aos demais entes da administração pública federal pelas particularidades que essas empresas tem.

E esse estatuto jurídico é que até hoje não veio a ser editado. E isso fez com que as empresas públicas se sujeitem hoje ainda a um único estatuto jurídico que está disponível.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dr. Paulo, nós somos... Também Paulo, Paulo... Me diga uma coisa: e onde é que anda esse estatuto? Está aqui na Casa?

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Senador, esse estatuto, ele hoje não anda em lugar nenhum. Não houve nenhum projeto apresentado até hoje com vistas a...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ninguém apresentou?

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Ninguém apresentou. O nosso Presidente, o Ministro Ubiratan Aguiar, ele durante muito tempo foi relator de algumas empresas e conviveu muito com esse problema, já esteve conversando com diversos parlamentares a respeito do tema, tanto aqui no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, exatamente tentando sensibilizá-los para que apresentem essa proposta desse estatuto.

Mais recentemente, conversamos na Comissão de Fiscalização, aqui do Senado Federal, inclusive com o Senador Casagrande, quando novamente essa questão foi sustada e nós desejamos intensamente que esse estatuto venha a ser elaborado, esse anteprojeto venha ser elaborado e prospere para que as empresas públicas possam passar a contar com esse regime diferenciado que elas cobram hoje esse tratamento diferenciado por parte do Tribunal de Contas da União. E o Tribunal não pode oferecer esse tratamento diferenciado porque o Tribunal tem que se balizar pelos textos legais existentes. E hoje, esse estatuto, ele, infelizmente, não existe.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não existe. Eu vou sugerir, Sr. Presidente, uma Comissão, um Grupo de Trabalho para juntamente com alguém do Tribunal de Contas da União, que é um órgão auxiliar nosso, não é verdade? Um órgão?

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Sim, nós temos o dever constitucional de prestar todo auxílio ao Congresso Nacional.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Para fazer esse estatuto. Acho que a nossa Comissão merece, pelo trabalho que tem sido feito aqui, sério, merece colaborar com o Tribunal. Eu vou encerrar as minhas... As minhas... Tenho muitas perguntas para fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque, com a licença de V. Exa., eu apenas solicitaria que V. Exa. formalizasse em forma de Requerimento essa sugestão que é muito oportuna.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu vou formalizar, vou formalizar. Gostei muito dos ensinamentos que nos deram aqui o Dr. André Luiz, o Dr. André Kresch. Em suma, foi uma grande aula de contabilidade e sabedoria, de espírito público.

E todos nós ficamos, tenho certeza, satisfeitos da presença dos senhores. Eu vou encerrar, Sr. Presidente, para que outros colegas nossos, meus, nossos, possam ter oportunidade também de questionar ou indagar aos nossos ilustres visitantes. E peço licença aos senhores para me retirar, Sr. Presidente, porque eu sou membro da Comissão de Relações Exteriores,

e se não me engano existem Embaixadores esperando a gente lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Paulo Duque. Eu gostaria de passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Jayme Campos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Na ordem dos inscritos, Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Jayme Campos, eu gostaria de cumprimentar, agradecer as exposições dos Srs. Representantes do Tribunal de Contas da União e aproveitar esta oportunidade para solicitar um esclarecimento sobre decisão muito importante que nós iremos tomar no Plenário do Senado com respeito ao Projeto de Lei da Câmara 32 de 2007, que justamente visa atualizar a Lei 8.666, de 1993, que rege as licitações públicas, de tal forma a permitir à administração pública que venha realizar esses certames de forma mais rápida com menores custos e à luz de tudo que nos proporciona agora o pregão eletrônico, enfim, a utilização da rede mundial de computadores, algo que não havia em tal escala disponível em 1993, quando se aprovou aquela Lei de Licitações e que portanto merece com urgência agora que venhamos a atualizá-la.

Há, como muitos dos senhores tem acompanhado, um impasse agora para a aprovação, e por isso gostaria muito de ouvir as ponderações dos senhores que fiscalizam as obras, as licitações públicas a ter... Com respeito a um tema específico que é o que justamente está sendo objeto da vontade de um entendimento, pois por exemplo, o Senador Francisco Dornelles, que diferentemente da minha opinião, pediu que fosse introduzida uma emenda no meu parecer modificando-o, tem uma opinião diversa da minha.

Ele próprio tem dito: "Vamos chegar a um entendimento". Então vamos chegar, mas nada melhor do que ouvir os senhores para que nos tragam luz sobre o que será melhor. No meu relatório ao PLC 32, apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos, eu incorporei a inversão de fase nas licitações de obras e serviços de engenharia.

Avalio que se trata de uma medida que diminui custos e também para a administração por dispensar que a comissão de licitações examine todos documentos de todos licitantes antes de avaliar a proposta do concorrente, pois se o que interessa à administração é saber se o licitante com a melhor proposta reúne as condições de habilitação exigidas, por que motivo deveria analisar todos documentos de habilitação de todos os licitantes?

Foi justamente este ponto que acabou sendo rejeitado pela CAE, pois o Senador Dornelles apresentou uma emenda que foi aprovada pela Comissão e integra a proposta que vai ser avaliada pelo Plenário, que altera o parágrafo 11 incluído no art. 43 da Lei de Licitações, para prever que no certame de obras e serviços de engenharia se observe a seguinte ordem: primeira fase, exame de habilitação técnica, econômica e financeira de todos licitantes; a segunda fase, exame e julgamento das propostas de todos os licitantes que houverem sido habilitados na primeira fase; terceira fase, exame da habilitação jurídica e da regularidade fiscal do primeiro classificado.

Assim, eu muito apreciaria, eu deixo a critério dos senhores... Mas gostaria muito de ouvi-los a respeito das vantagens que o mecanismo da inversão de fase em comparação com o atual modelo da licitação pública irá ter.

Gostaria de ressaltar que, inclusive, por exemplo, no... O Governo do Estado de São Paulo outro dia tivemos por exemplo aqui o Presidente da SABESP informando que a inversão de fases, que vem sendo utilizada, vem proporcionando um progresso e vantagens muito significativas.

Mas eu preciso de mais elementos para que os senhores, ao transmitir a nós, senadores, possam persuadir até o Senador Dornelles a respeito do ponto de vista dentro do Governo, o Ministério do Planejamento, a Casa Civil, estavam de acordo com o meu parecer, mas aqui, ouvindo outros segmentos, o Senador Dornelles apresentou essa proposta, se trata de um diálogo [soa a campanhia] democrático, mas agradeceria muito se os senhores pudessem nos transmitir a avaliação que tem com a experiência de pessoas responsáveis pela fiscalização de obras públicas a respeito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Palavra ao Dr. André Luiz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se o Presidente Jayme Martins, que, há pouco, recordou-me a questão desse projeto que estamos tramitando, quiser complementar minhas observações fique à vontade. [ininteligível] crucial, que ainda falta ser objeto de consenso, se possível entre nós, para votarmos o quanto antes no Plenário.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Bem, senador, antes de mais nada, ressalvar que, aqui, agora, nós vamos falar não em nome do TCU, mas como técnicos que somos daquela instituição, a nossa opinião como técnicos.

Bem, nós vemos com muito bons olhos a questão da inversão de fases. Nós entendemos que ela agiliza

e muito... Ela pode agilizar, e muito, o processo licitatório, o processo de contratação de obras.

Porque, hoje, o problema que existe é esse. Como os envelopes de habilitação são abertos, fase de habilitação antecede a fase de análise de preços, muitas vezes acaba se discutindo, ainda havendo a possibilidade de recursos e uma série de ações que podem retardar muito o processo de contratação, muitas vezes relacionados ao documento de uma empresa, que afinal vai ser a última, a penúltima colocada na proposta de preço.

Ou seja, isso já se mostra de cara como um desperdício de tempo, que, muitas vezes, é precioso na execução de um empreendimento qualquer. Nós vemos, então, com muito bons olhos, achamos que é uma medida que pode agilizar e contribuir muito para a desburocratização do processo licitatório, digamos assim. Tivemos a oportunidade, num encontro com representantes das classes empresariais que já nos visitaram algumas vezes no Tribunal, e o Tribunal tem estado aberto ao diálogo com todos os segmentos da sociedade, já recebemos representantes das classes da construção civil e esse assunto chegou a ser abordado numa oportunidade ainda neste ano, há coisa de dois meses.

Eles mostraram, então, que o receio deles, o argumento é que fica muito difícil para o gestor inabilitar uma empresa cujo preço seja sensivelmente inferior àquele que seria o segundo colocado e passaria a ser o primeiro. Vamos dizer, num empreendimento pequeno, o preço é estimado ali de 10 milhões, tem uma proposta de oito e o segundo colocado é 9 milhões e 800. E aberta a documentação dessa proponente de 8 milhões, há sinais ali de que ela não atendeu as exigências de habilitação. O gestor estaria numa posição muito desconfortável para inabilitá-la, vez que isso significaria contratar por um preço superior.

Bem, nós respondemos, naquela oportunidade, para aqueles interlocutores, que isso se dá porque os critérios de habilitação hoje eles dão margem a certa subjetividade. Nós temos no que se refere a habilitação técnico-profissional, nós temos a expressão demonstrar experiência em obras semelhantes. Ora, o que é semelhante para uma pessoa pode não ser semelhante para outra pessoa.

Então, apesar de haver como um princípio da própria lei o julgamento objetivo, existe essa questão da subjetividade na avaliação parte parcial da habilitação. Existem alguns critérios, não, são bastante objetivo. Mas ainda existe margem à subjetividade. A nossa resposta àqueles interlocutores naquele encontro foi "porque não trabalhar no aprimoramento da questão de habilitação de forma que ela seja absolutamente objetiva e rigorosa, não restritiva, mas rigorosa e objetiva de forma a tirar esse desconforto do gestor", quer dizer, de forma que fique claro, não cumpriu os requisitos, é automaticamente inabilitada. E aí então tiraria esse encargo que é o obstáculo que eles vêem. Nós vemos com muito bons olhos a inversão de fase.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a palavra o Dr. André.

SR. ANDRÉ KRESCH: Uma sugestão, por exemplo, para possibilitar isso que o André Mendes comentou, seria, de alguma forma, tornar completamente objetivo o critério de habilitação, antes de se abrirem as propostas. Por exemplo, essas semelhanças, uma empresa poderia ser legislativo, não sei, uma empresa que fosse apresentar um atestado semelhante ela deveria tirar essa dúvida por perguntas e respostas, alguma coisa antes.

Ou seja, haveria alguma fase nas perguntas e respostas, a experiência em estaca raiz e ela tem experiência em uma estaca diferente, ela teria que perguntar "Será aceito como experiência de tal estaca a estaca tal? Sim ou não?". Quer dizer, uma vez tiradas todas as dúvidas quanto a semelhanças de atestados, etc., isso não causaria nenhum atraso na licitação, mas ao abrirem-se as propostas não haveria mais subjetividade, não haveria mais alguém dizer assim: "Não, esse atestado que essa empresa apresentou não é semelhante, porque aquelas dúvidas foram tiradas antes". Seria uma possibilidade de se tornar 100% objetivo os critérios de habilitação e haver uma vinculação total. Não haver mais aquele problema do gestor ter essa subjetividade e ficar compelido a aceitar a empresa. Quer dizer, cumpriu, cumpriu. Não cumpriu, não cumpriu.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ofício nº 159/2009. Assunto: Convite. "*Sr. Presidente, considerando o tratamento que essa Comissão tem dado aos temas relativos ao transporte aquaviário, em especial à preservação da navegabilidade dos nossos rios, tenho a honra de submeter a elevada consideração de V. Exa. convite aos Excelentíssimos Srs. Senadores integrantes da Comissão de Infraestrutura com o propósito de visitar esta agência em data que seja compatível com a agenda dos parlamentares. Na ocasião faremos uma apresentação aos nobres Senadores dando um panorama geral sobre a situação das hidrovias no Brasil, informando sobre os principais projetos existentes e os obstáculos à navegação no interior do país. Certos de contar com a atenção de V. Exa., aguardamos resposta ao convite ora formulado, destacando a magnitude do papel que essa Casa tem com os temas afetos à infraestrutura*

do transporte brasileiro. Respeitosamente, Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor Presidente."

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ainda há tempo para fazer perguntas, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Para V. Exa. o tempo naturalmente aqui é particularmente todo especial.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Que eu estava em outra Comissão e me interessei de participar um pouco desse debate, tendo em vista que integrantes do Governo Federal tem reclamado insistentemente de que as obras, por exemplo, do PAC, estão sendo prejudicadas em muitos estados por causa do rigor da fiscalização dos técnicos do Tribunal de Contas.

As auditorias são feitas, a obra é barrada e geralmente o mínimo é de seis a sete meses, até por problemas irrelevantes. Então, há uma reclamação, como eu digo, generalizada, e um atraso nas obras por causa justamente daquilo que eles chamam até implicância dos técnicos do Tribunal de Contas.

Eles ressalvam até os ministros e eles acham que os ministros são mais flexíveis, eles compreendem mais a situação da execução das obras, porque alguns deles foram até governadores de estado, exerceram mandatos eletivos e passaram pelo Congresso ou mesmo pelo Executivo e sabem os pormenores da burocracia reinante ainda no Brasil.

Então, eu queria perguntar a quem de direito, quem sabe seja o Dr. André Luiz Mendes, que ouvi falando um pouco, e a reclamação partiu até do Presidente Lula. Tive recentemente numa reunião de liderança, eu sou líder do PSB, e ele foi enfático ao dizer que, por simples motivos, ele não destacou quais os motivos, por simples motivos ou justificativas as obras do PAC estão sendo prejudicadas. Não por falta de recursos, mas por causa da fiscalização do Tribunal de Contas da União. Fazem a fiscalização, às vezes não tem nenhuma irregularidade.

Depois que provam... Demanda tempo o Governo provar que não existe irregularidade, quando o processo está regular e que a obra pode ser tocada, aí já se passaram mais ou menos uns seis meses. Então, me parece que está havendo uma burocracia enorme, não sei precisar qual, mas não só a burocracia, mas há determinados procedimentos da Auditoria do Tribunal de Contas da União que demandam defesas, recursos, que levam anos para serem julgados pelo Tribunal de Contas, pelo Plenário.

Primeiro são comissões que se reúnem, ou câmaras, dependendo da situação, as câmaras se reúnem, passam anos e anos, quantas e quantas vezes o gestor público está com... Como a gente diz lá no Nordeste, com as facas nos peitos ou a Espada de Dâmocles, a imprensa em cima do gestor público, e de repente não é que o Tribunal de Contas aprova a regularidade daquilo onde o gestor passou anos no fio da navalha. Passando sérias dificuldades e quando menos se espera tudo aquilo de que ele era acusado, todas aquelas irregularidades apontadas pelas auditoria ficam comprovadamente regulares, isto é, quem sofreu foi o gestor público, a opinião pública num dado momento acusou o gestor público de ter cometido deslizes, um desvio de conduta, depois de anos e anos ficou comprovado que nada daquilo de que fora acusado, o gestor público merecia [soa a campanhia].

Era isso que eu gostaria, de ter uma explicação ao menos plausível, para que eu possa entender como isso se passa no âmbito do Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a a palavra o Dr. Paulo--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com todo respeito, eu tenho o maior respeito pelo trabalho, Presidente, do Tribunal de Contas da União, nós sabemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a a palavra o Dr. Paulo para responder.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Quantas e quantas vezes o Tribunal de Contas evitou prejuízos incomensuráveis ao erário. Temos que reconhecer o trabalho edificante do Tribunal de Contas, mas em determinados casos, infelizmente, como nesse que eu me referi do PAC, há um atraso nas obras e a culpa está sendo apontada na direção dos técnicos do Tribunal.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Obrigado, Senador. Sei perfeitamente de todo respeito, toda admiração que o senhor tem pelo Tribunal de Contas da União, inclusive é autor de algumas emendas que nos trazem celeridade e maior eficácia nos nossos processos internos e pelas quais esperamos possam vir a ser aprovadas num futuro não muito longínquo.

Mas, Senador, na verdade, não há qualquer tipo de implicância dos nossos técnicos para com nenhuma obra federal. E inclusive, se a implicância houvesse, ela poderia ser eliminada nas diversas instâncias pela qual o processo é submetido. Como eu já comentei,

esses processos, eles passam por muitas mãos em instâncias revisoras.

Esse processo, uma fiscalização nasce, depois um Diretor, que já é uma pessoa que tem uma experiência maior, que tem uma visão também maior de um contexto social, não apenas no contexto técnico, opina sobre aquele processo, é levado ao titular da unidade que também já possui uma experiência ainda maior do que do Diretor, que o revisa novamente, o Ministério Público junto ao Tribunal, gabinete de Ministro, como o senhor relatou diversos deles oriundos aqui do Parlamento, que também possuem essa visão maior de necessidade de país, de peculiaridades locais, de relevância socioeconômica da obra e quando essas questões são mandadas em uma decisão do Tribunal de Contas da União, Senador, não é por implicância, é por força de lei.

Se existem questões que são tidas pelo Presidente da República, pelos Srs. Parlamentares, que sejam questões menores que estejam a ensejar a paralisação da obra, é necessário não que o Tribunal de Contas da União reveja seus julgamentos, mas que haja uma autorização dos textos legais. E eu trago exemplos.

Muito somos criticados porque determinada obra... Em determinada obra mencionamos a inexistência de licenças ambientais. Mas a lei exige a licença ambiental. Se ela é uma questão menor, ela tem que ser tirada da lei. O Tribunal de Contas na hora de proferir o julgamento ele classifica com muita cautela o que seriam consideradas falhas formais daquelas irregularidades maiores, e o que determina então a sugestão ao Congresso Nacional para a paralisação de uma obra não é discricionário do próprio Tribunal. As Leis de Diretrizes Orçamentárias que são aprovadas no âmbito deste Parlamento trazem anualmente quais os critérios que devem conduzir o Tribunal a opinar pela paralisação de uma obra.

E esses critérios são bastante claros, quando existam elementos que possam sugerir prejuízo, e aí se inserem todas as questões relacionadas a superfaturamento, a sobrepreço, questões que impliquem em anulação do procedimento licitatório, e aí são todas as etapas relacionadas a eventuais direcionamentos, de editais, adjudicações indevidas.

Então, na verdade não existe essa intenção própria do Tribunal de ocasionar paralisação à obra, até porque nós temos absoluta consciência de que uma obra paralisada é um custo que se traz ao país. Não apenas um custo financeiro decorrente da própria paralisação e retomada da obra com os custos inerentes a mobilização e desmobilização, mas também um custo de oportunidades. A sociedade deixa de ganhar aquilo que já poderia estar usufruindo desde o primeiro momento.

Não temos, então, senador, essa intenção deliberada. Ao contrário, temos ótimos olhos para trabalharmos na consecução dessas obras. Inclusive, Senador, se me permite, o texto legal da forma original que era colocado, ele trazia muito mais rigor do que o Tribunal vem adotando ao longo dos tempos. O texto das LDOs, das primeiras LDOs que dispunham sobre obras e até das mais recentes, ele é taxativo. Ele diz que o Tribunal deve dizer se uma obra tem indícios de irregularidades que cominem com a paralisação da obra ou não, ou não tem. E o Tribunal de Contas justamente atento a essa necessidade de possibilitar uma ação ainda que paliativa a continuar essa obra mas preservando o erário, optou pela adoção de medidas que buscassem essa conciliação de interesses.

E a partir daí que o TCU passou a deliberar pela opção que é facultada aos entes fiscalizados e as empresas, das retenções cautelares e da apresentação de seguros, garantia, que possibilitariam então a continuidade da obra. Mas a lei originariamente nem previu essa possibilidade, Senador. Essa, na verdade, foi uma construção do Tribunal de Contas da União com vistas a possibilitar a continuidade das obras.

E só a respeito, se me permite ainda da questão final, que muitas vezes os gestores são... Tem sua imagem pública punida, eu acho, em princípio, que há que se fazer duas distinções. Uma é a questão da paralisação da obra em si. E essa tem um prejuízo social, evidente. E a segunda é a questão da responsabilização que pode ser imputada a algum gestor e uma segunda questão, e antes de vir para cá, inclusive a caminho, hoje, dessa Comissão conversava com o meu colega André Luiz Mendes acerca do percentual de queda, vamos dizer assim, das medidas cautelares que são proferidas pelo Tribunal.

Quer dizer, qual o percentual hoje em que o Tribunal profere medidas cautelares, tendentes à paralisação de obras, e que essas cautelares venham a cair porque não subsistiam nenhuma daquelas supostas irregularidades que teriam sido apontadas. Perguntei ao André se ele tinha esse número. Ele me disse: "Olha, eu não tenho esse número de cabeça, mas eu não me recordo de nenhum caso em que isso tenha ocorrido." Nenhum caso. O que ocorre são, evidente, mudanças nos números apontados. O Tribunal de Contas aponta um superfaturamento de determinada ordem, de alguns milhões, e ao longo do processo a empresa, os órgãos públicos conseguem demonstrar que existem justificativas plausíveis para que os preços se situem acima dos patamares referenciais utilizados pelo Tribunal de Contas da União, mas não

descaracterizam, Senador, a existência de sobrepreço; diminuem apenas a existência desse sobrepreço, mas não descaracteriza.

Então, esse percentual de incidência, na verdade, nós não nos recordamos de nenhum caso específico. Se existir algum caso específico, eu asseguro de que ele é absolutamente residual. Mas se o senhor me desse a oportunidade, eu passaria a palavra para o André Luiz Mendes que poderia fazer alguma complementação.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, antes do Dr. André, posso fazer alguma indagação ao Dr. Paulo? É o seguinte: há na Comissão Mista de orçamento e também no âmbito do Congresso, uma discussão sobre o período de validade dessas cautelares, se não me engano até três meses. Isso significava o seguinte, que a fiscalização teria três meses para resolver, para dirimir as dúvidas e a partir dessa data, desse período, a obra seria retomada. O que o senhor acha desse prazo de três meses? É o bastante para que o Tribunal de Contas através dos seus técnicos possa avaliar a regularidade ou não de uma determinada obra que está em execução?

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Senador, eu considero fundamental, de fato, que esse prazo seja estipulado. Algum prazo tem que ser estipulado até como uma forma de se trazer um pouco de segurança jurídica para todo esse cenário em que se fala.

Há que se tomar, no entanto, muito cuidado como marco inicial para contagem desse prazo de 90 dias. Por quê? Como comentava no início de minha fala de hoje, o processo no âmbito do Tribunal de Contas da União ele tem duas fases distintas. A fase de apuração dos fatos e uma fase em que o processo ganha um cunho jurisdicional, em que concorre para apresentação das defesas.

E o que ocorre? Se o prazo de 90 dias for fixado a contar da deliberação inicial do Tribunal de Contas da União, esse prazo virá letra morta. Porque depois que o Tribunal aprecia o processo, é aberta a fase do contraditório. E Senador, a nossa experiência demonstra que os elementos trazidos no contraditório eles demoram muito a chegar ao TCU. O André Mendes deu o exemplo aqui mais cedo de obras da INFRAERO em que nós estamos pedindo esses elementos há dois anos. E os elementos ainda não nos chegaram.

Então, se o prazo for fixado a contar da prolação do primeiro Acórdão, se fará letra morta de todo o trabalho. Se esse prazo for contado da última peça de defesa encaminhada, aí temos possibilidade, sim, de trabalhar. O prazo ainda é exíguo, será bastante apertado, mas entendemos que temos todos que fazer um esforço conjunto para trazer ao país a melhor solução possível.

Então, eu só pediria que os senhores atentassem muito bem na hora dessa deliberação para o marco inicial da contagem desse prazo de 90 dias. E pediria ainda que também, se possível, contemplassem nesse dispositivo legal que eventuais informações trazidas em momentos posteriores reabriria a contagem desse prazo. Porque também não raro os órgãos entidades auditados e as empresas são trazidos como responsáveis em processos, demoram a trazer elementos de defesa, esses elementos são apresentados ao Tribunal, o Tribunal faz a análise dos elementos de defesa e as unidades técnicas encaminham esse processo a julgamento. E as empresas vendo que os processos estão próximos do julgamento, apresentam novos elementos de defesa e fazem o processo reiniciar em sua análise.

Quer dizer, então, e há uma demora hoje, e essa demora é imputada ao Tribunal de Contas da União [soa a campanhia] para julgamento de processos. Essa demora se deve muito mais às próprias partes envolvidas no processo do que ao próprio Tribunal.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Indago ao Senador se está satisfeito com a resposta. Para nós concluímos aqui, eu queria fazer algumas perguntas, mas pelo adiantado da hora, ainda vou à Comissão da CCJ ainda, como membro titular.

Foi dito que alguns critérios de habilitação são subjetivos. O André disse aqui, o nosso companheiro André. V.Sª acredita ser possível aperfeiçoar a objetividade desses critérios por meio de alterações na Lei 8.666 ou por outras iniciativas aqui do Parlamento?

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Nós, quando abordamos essa questão, nos referimos especificamente ao Projeto de Lei que encontra-se hoje em tramitação, que é exatamente a reformulação da Lei 8.666. Então nós entendemos que já há uma discussão avançada a esse respeito, já há um Projeto de Lei que trata do tema e que no seu âmbito essa questão poderia ser tratada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado. Queria fazer uma pergunta aqui, uma indagação. O que ocorre? Algumas obras, especificamente em termos de Mato Grosso que eu conheço muito bem, que foram executada, 2007/2008, nem mesmo concluída naturalmente esta obra, praticamente 50% dela, pelo que deu para perceber, ela praticamente já inexiste.

Entretanto, o que eu consulto e indago, o Tribunal de Contas da União fiscaliza estas obras todas contratadas pelo Governo Federal, às vezes não diante de uma denúncia ou coisa parecida, o Tribunal de Contas

da União tem acesso nessa fiscalização dessas obras em todo o país ou não? Conlcuindo, para ser bem objetivo, porque é inconcebível que uma obra que foi iniciada em 2007/2008, praticamente 50% dela está esfarelado, ou seja, uma obra de pavimentação asfáltica que foi dada uma capa num asfalto já existente e lamentavelmente o asfalto que foi ali foi de péssima qualidade. Imagino que é dinheiro do povo brasileiro sendo jogado fora.

O que eu quero perguntar é que se o Tribunal de Contas da União fiscaliza uma por uma ou em casos específicos, por sorteio, a fiscalização vai acompanhar essas obras que certamente foi executado no decorrer dos anos que certamente essa obra está prevista no seu contrato. Acho que para o André, não é André? Pois não, André. Com a palavra o Dr. André.

SR. ANDRÉ KRESCH: A minha área no Tribunal é mais especificamente obras rodoviárias. Bem, existem muitas obras rodoviárias. Então, obviamente é impossível que o Tribunal acompanhe todas as obras. Mas acompanhamos as mais... As maiores. E por amostragem também as menores são acompanhadas. Agora, essa questão de pavimentação e o estado das rodovias no país, mesmo após obras de conservação, manutenção, recuperação de estradas, é um problema sério que o Tribunal tem visto isso nos últimos anos, nós temos feito auditorias, e realmente tem sido visto que há um problema de... De modelo.

Nós temos notado que há um problema, não é exatamente de fiscalização, há um problema de modelo, porque... Obras de recuperação, conservação rodoviária elas são muito pulverizadas, elas são pequenas, e é até o que o Senador Eliseu Resende comentou nessa Comissão, algumas semanas atrás, que entre o projeto e a obra, o projeto já se desatualizou. Porque quando termina um projeto para se recuperar uma rodovia, até começar a obra já passaram um ano, dois anos. Nisso, o projeto já não tem mais nada a ver com que ele era, porque continuaram passando carros, caminhões e chovendo e aí acabou completamente aquele projeto.

E a fiscalização dessas obras, a fiscalização do DNIT mesmo, a fiscalização durante a execução da obra não é nossa. É uma fiscalização muito difícil, o DNIT ele não tem estrutura atualmente, e chegamos à conclusão que é praticamente impossível, porque cada buraco, cada defeito que é consertado teria que ter um fiscal do lado, teria que ter uma medição. Então, nós chegamos à conclusão que esse modelo atual... Estou falando como técnico porque é um assunto que não foi levado a Plenário, mas é um coisa que nós, nesses anos de experiência, eu tenho verificado, é uma coisa que realmente está crescendo, que...

Inevitavelmente surge a comparação com rodovias concessionadas, que algum problema, alguma coisa poderia ser feita nesse aspecto porque é o modelo, não é a falta de auditoria do Tribunal, o problema é realmente de modelo. Nós estamos chegando perto dessa conclusão.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: O senhor me permite, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Palavra ao Dr. Paulo.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Apenas em complementação e mais especificamente à questão de conservação de rodovias, eu gostaria de lembrar que no ano de 2005 nós fizemos uma auditoria bastante abrangente naquele Programa PTSE, que era do Governo Federal, que destinou recursos para a conservação rodoviária, aquela operação tapa buracos, e na oportunidade o que nós constatamos foi exatamente a péssima execução dos serviços, em todos os níveis, desde a absoluta ausência por parte das empresas contratadas observância às normas de conservação do DNIT, até, enfim, a gestão dos recursos. E naquela oportunidade uma série de providências e determinações foram emanadas do Tribunal.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado. Eu ia fazer mais uma indagação, mas pelo adiantado da hora...

Antes de mais nada, eu quero agradecer a presença de V. Exas. aqui, que é o Dr. Paulo Roberto, Dr. Marcelo, Dr. André e André. Antes de encerrarmos essa reunião, gostaria de agradecer mais uma vez a gentileza e atenção com que tem se havido em relação a essa Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar e especialmente aos ilustres servidores daquela Corte, que, em particular brilho, oferecem suas apresentações e explicações nessa Audiência Pública.

Convoco os Srs. Senadores e Senadoras, membros da Comissão, para a reunião deliberativa a realizar-se no próximo dia 21 de maio no Plenário dessa Comissão. Portanto nós membros da Comissão de Infraestrutura sentimos lisonjeados de ter aqui hoje a presença de V. Exa.s, que indiscutivelmente o Tribunal de Contas da União hoje é um marco na busca efetivamente da boa aplicação do dinheiro público.

E, fundamentalmente, após a exposição dos senhores, eu imagino que tem toda precaução no sentido de forma... Vigorosa fiscalizar a aplicação, em que pese nós sabemos ainda das dificuldades, o Brasil, de extensão continental, lamentavelmente é quase impossível atender naturalmente aquilo que é o ideal de uma fiscalização eficiente, permanente, para que os

impostos, os tributos que a sociedade brasileira recolhe ao Poder Público e sobretudo ao Executivo, possa ser aplicado da melhor maneira possível.

Contudo, eu não tenho dúvida nenhuma que o Tribunal de Contas da União tem prestado um serviço de qualidade, na medida em que às vezes há muita reclamação, não podemos desconhecer, pessoas que acham que o Tribunal de Contas da União está sendo muito rigoroso, está colocando pau na estrada... Entretanto eu imagino se não fosse essa fiscalização severa, rigorosa, eu imagino que haveria muito descaminho, sobretudo na aplicação do dinheiro público que certamente vai... Construirmos aqui as obras necessariamente para nós darmos cidadania plena ao nosso povo, principalmente aos mais humildes, aos menos afortunados, que necessitam de que a aplicação do dinheiro público seja feito de forma entrante e que possa atender as demandas sociais da quase maioria da nossa população, que está a merecer de uma boa educação, uma boa saúde, uma boa habitação, de políticas públicas de geração de emprego e renda.

Portanto, cumprimento e agradeço a presença de V. Exas.

Declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 11h00.

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada em 21 de maio de 2009, às 8 horas e 30 minutos, na Sala Senador Apolônio Salles, Plenário 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **PAULO DUQUE, JOÃO DURVAL, GILBERTO GOELLNER, ROSALBA CIARLINI, ELISEU RESENDE, GILVAM BORGES, SERYS SLHESSARENKO, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, VALDIR RAUPP, INÁCIO ARRUDA E DELCÍDIO AMARAL.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. **PARTE 1 –** Comunicados da Presidência - Ofício nº 066/2009/DG, de 12 de maio de 2009, do Sr. Haroldo Lima, Diretor Geral da ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em resposta ao Ofício nº 038/2009, desta Comissão, de 16/04/2009, que ratifica o Ofício CD/nº 137/2009, de 14/04/2009, do Deputado Federal Carlos Alberto Canuto, encaminhando nota técnica SPG nº 14/2009, aprovada pelo Superintendente de Controle das Participações Governamentais, ANP, José Gutman, ressaltando que o Município de Pilar, em Alagoas, vem tendo os seus *royalties* decrescidos em razão do declínio da produção do Campo de Pilar, ao passo que o Município de Satuba, Alagoas, vem recebendo desde novembro de 2007, relevante parcela de *royalties* por decisão judicial; Informativo *União do* Tribunal de Contas da União dos dias 18 e 19 passado, que dá grande destaque sobre a reunião que se realizou no último dia 14 de maio sobre a metodologia de fiscalização de obras adotada por aquela Corte de Contas, com ênfase aos pronunciamentos dessa Presidência e de integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, notadamente aqueles que reconhecem a atuação do Tribunal na fiscalização do uso de recursos públicos. A Presidência procede a leitura do Ofício nº 565/09 – SEP/PR – O Ministro, Interino, da Secretária Especial de Portos, Senhor José Di Bella Filho, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2008, confirma a vinda do Ministro da Secretaria Especial da Pesca, Pedro Brito, a esta comissão para o dia 02, de julho de 2009. A Presidência procede a leitura dos Requerimentos. **EXTRAPAUTA – ITEM 05 - REQUERIMENTO nº 33,**

de 2009-CI. " Nos termos do art. 90, inciso II, requer a realização de Audiência Pública sobre o Panorama da Mineração Brasileira, com enfoque especial aos marcos legais do setor. Os convidados serão definidos oportunamente por esta Comissão". **Autor:** Senador **Gilvam Borges. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 06 - REQUERIMENTO nº 34, de 2009-CI.** Requer, nos termos regimentais, seja feito adendo ao requerimento nº 4/2009-CI, aprovado em 12 de março último, para que sejam incluídas a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade na Audiência Pública com a participação do Presidente do BNDES, **Dr. Luciano Coutinho**, a ser realizada, em atendimento ao referido requerimento, no dia 27 de maio, às 10horas, no Plenário 19, da Ala Alexandre Costa. **Autor:** Senador **Paulo Duque. Resultado: Aprovado. PARTE II –** Deliberação de matérias - **ITEM 1 – OFÍCIO "S", Nº 04, DE 2006** (Ofício Externo nº 0010 de 16/01/2006, na origem). "Encaminha abaixo assinado coletado no Estado do Pará que solicita a anulação da Resolução nº 85, de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, que "Aprova o regulamento do serviço telefônico comutado". **Autor:** Deputada **Sandra Batista** (Assembléia Legislativa/PA). **Relator:** Senador **Flexa Ribeiro**. **Parecer:** pela expedição de ofício à Comissão de Constituição

e Justiça e Cidadania (CCJ) para conhecimento do teor de reivindicação; e conhecimento do Ofício "S" nº 4, de 2006, e posteriormente remessa ao arquivo. **Resultado: Aprovado o parecer do Relator.** A presidência sugere a inversão de pauta, sendo acatada pelos membros desta comissão. **ITEM 3** – Decisão Não terminativa - **PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 44, DE 2009** "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica". **Autor:** Senador **Flávio Arns**. **Relator:** Senador **Jayme Campos**. **Parecer:** favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Foi designado **Relator "ad hoc"** o Senador **João Durval**. **Resultado: A Presidência concedeu pedido de vista coletiva pelo prazo regimental por solicitação dos Senadores Paulo Duque e Delcídio Amaral. ITEM 2** - Decisão Terminativa - **PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 18, DE 2007** "Modifica a Lei 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosa a serem utilizadas como matéria – prima para a fabricação de biodiesel", **Autor:** Senador **César Borges**. **Relator:** Senador **João Tenório**. **Parecer:** favorável à aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado: Adiado.**

ITEM 4 - **REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009**. **Autor:** Senador **Inácio Arruda** - "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas no Semi-Árido Nordestino – 100 anos do DNOCS." **Resultado: Adiado**. Usaram da palavra os Senhores Senadores **Fernando Collor, Paulo Duque, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, Eliseu Resende e Flexa Ribeiro**. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às nove horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Fernando Collor,** Presidente.

13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no dia 21 de maio de 2009, às 08 horas e 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

A Presidência informa aos senhores membros da Comissão o recebimento do Ofício nº 066/2009/DG, de 12 de maio de 2009, do Sr. Haroldo Lima, Diretor Geral da ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em resposta ao Ofício nº 038/2009, desta Comissão, de 16/04/2009, que ratifica o Ofício CD/nº 137/2009, de 14/04/2009, do Deputado Federal Carlos Alberto Canuto, encaminhando nota técnica SPG nº 14/2009, aprovada pelo Superintendente de Controle das Participações Governamentais, ANP, José Gutman, ressaltando que o Município de Pilar, em Alagoas, vem tendo os seus *royalties* decrescidos em razão do declínio da produção do Campo de Pilar, ao passo que o Município de Satuba, Alagoas, vem recebendo desde novembro de 2007, relevante parcela de *royalties* por decisão judicial.

Comunicamos também o recebimento de expediente do Exmo. Sr. Deputado Federal Valdir Colatto, Presidente da Frente Parlamentar de Agropecuária, encaminhando a edição nº 01 do boletim informativo produzido por aquela frente, demonstrando o trabalho dos 208 Deputados e 35 Senadores em prol do setor rural, como o debate sobre a necessidade de atualização da legislação ambiental, a renegociação das dívidas agrícolas, as questões fundiárias e a luta para garantir renda ao produtor e redução dos custos de produção. Exemplares estão à disposição dos senhores membros da Comissão na Secretaria.

Também o Tribunal de Contas da União, através de seu informativo *União*, dos dias 18 e 19 próximo passado, deu grande destaque sobre a reunião que realizamos no último dia 14 de maio sobre a metodologia de fiscalização de obras adotada por aquela Corte de Contas, com ênfase aos pronunciamentos dessa Presidência e de integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, notadamente aqueles que reconhecem a atuação do Tribunal na fiscalização do uso de recursos públicos.

Informo também às Sras. e os Srs. Senadores membros desta Comissão que o Projeto de Lei nº 1.176, de 1995, que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação já se encontra na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, tendo sido no último dia 15 de maio designado Relator o Deputado André Vargas.

Ressalto como já dito em outras oportunidades, que esse Projeto é de suma importância para o desen-

volvimento de nossa infraestrutura, conforme todos os senhores membros desta... Desta Comissão, também entenderam e que foi objeto de compromisso do Presidente Michel Temer com esta Comissão, no sentido de dar celeridade ao seu trâmite.

Enquanto aguardamos o destrancamento da pauta do Plenário da Câmara, com a votação das Medidas Provisórias, o que permitirá a votação da matéria em regime de urgência, continuamos monitorando o Projeto nas comissões daquela Casa.

Lembro que em abril ele foi aprovado na Comissão de Viação e Transportes e depois na Comissão de Finanças e Tributação e depois desta Comissão irá para a Comissão de Finanças e Tributação, restando apenas a CCJ.

Informo ainda que na última terça-feira, dia 19 de maio, em atendimento a convite feito aos membros desta Comissão e divulgado em nossa última reunião, participamos de encontro com o Instituto Brasileiro de Mineração, o IBRAM, em sua sede aqui em Brasília, e que contou com a presença dos Senadores Serys Slhessarenko, Neuto de Conto, Eduardo Suplicy, além do ex-Senador Rodolpho Tourinho.

Na oportunidade, ouvimos dos representantes das principais e maiores empresas do setor, um detalhado panorama da mineração brasileira. Os Srs. Senadores que estiverem interesse em receber cópia da apresentação do IBRAM, que está aqui, podem requisitar; e eu pediria até a Secretaria que já fizesse chegar à mão dos Srs. Senadores este relatório que nos foi apresentado.

Sobre o assunto e no que tange o papel do Congresso Nacional e mais especificamente a esta Comissão, gostaria de destacar um ponto fundamental que nos foi apresentado e que diz respeito aos marcos legais sobre os quais o IBRAM assinala como principais gargalos.

Primeiro, a criação de unidades de conservação. Segundo, as modificações e competências para o licenciamento ambiental. Terceiro, a competência legislativa de órgãos colegiados, como, por exemplo, o CONAMA e as sobreposições, as inúmeras sobreposições regulatórias. Quarto, o bloqueio de reservas minerais nas cavidades naturais, subterrâneas. E quinto, a proposta do título minerário como garantia real, para a tomada de empréstimos.

Vale também assinalar a ênfase dada pelo IBRAM a algumas matérias que tramitam aqui no Congresso, como os projetos de Lei nº 2830/03, 3519/04, que propõem levantamento prévio do subsolo precedendo a criação de unidades de conservação; o Projeto de Lei complementar 388/07 que trata das competências para o licenciamento ambiental; o PLC 64/05 que reduz o percentual de participação da compensação financeira sobre a exploração de recursos minerais incidentes sobre os bens do setor de aplicação na indústria de construção civil, matéria esta que foi recentemente aprovada por esta Comissão de Infraestrutura; e o PL, e também o PL 1610/96, sobre a exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, bem como o PLS 403/08 do Senador Delcídio Amaral, membro dessa Comissão que trata da questão da faixa de fronteira.

Por fim, uma outra importante proposta apresentada pelo Instituto, diz respeito à flexibilização do monopólio da pesquisa e lavra de minérios nucleares, mas permanecendo com a união o monopólio quanto ao enriquecimento, a industrialização e ao comércio.

Enfim, Sras. e Srs. Senadores trata-se de um tema e de um setor dos quais não podemos deixar de dar a devida atenção e discussão aqui no... Na Comissão de Infraestrutura e já como parte disso, informo que estarei no próximo dia 05 de junho, a convite do IBRAM, no II Encontro Latino-Americano da Construção e Mineração, em São Paulo, convite feito pelo IBRAM e estendido a todos os membros desta Comissão para... No meu caso, para dizer algumas palavras abordando a nossa visão do que se refere à avaliação do legislativo federal sobre as ações desenvolvidas, no âmbito dos serviços de infraestrutura e avaliando os resultados do PAC nas áreas de mineração e construção civil.

Além disso, pretendemos em breve realizar Audiência Pública aqui na Comissão com a participação do IBRAM e representantes do setor, para melhor conhecer e debater o panorama da mineração brasileira.

Outro informe importante, Sras. e Srs. senadores, refere-se às Audiências Públicas que faremos na próxima semana. Serão duas; excepcionalmente na quarta-feira, dia 27, às dez horas da manhã, teremos uma reunião em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos, a CAE, Assuntos Sociais, a CAS, a Comissão de Agricultura, CRA e ainda a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, presidida pelo Senador Francisco Dornelles, membro desta Comissão, quando nós teremos oportunidade de ouvir o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que discorrerá sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Brasil.

A iniciativa atende ao requerimento nº 04 de 2009, aprovado aqui na Comissão, em 12 de março, de autoria do Senador Inácio Arruda. Esta Audiência Pública, portanto, que será realizada no próximo dia 27, quarta-feira, às dez horas da manhã, essa Audiência Pública será realizada no salão, ou melhor dizendo, no Plenário 19 das comissões, que é onde funciona a CAE, que tem uma, uma sala com melhores acomodações

do que as nossas. Então, próximo dia 27, às 10 horas da manhã, Audiência Conjunta para ouvirmos o Senador, o Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, atendendo o requerimento aqui aprovado no dia 12 de março, de autoria do Senador Inácio Arruda.

Na quinta-feira, dia 28, também às dez horas, teremos uma Reunião Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para ouvirmos o Ministro da Fazenda Guido Mantega, que irá expor sobre a crise econômica e suas possíveis consequências na programação orçamentária de 2008/2009, bem como nos investimentos do setor de infraestrutura, especialmente no que tange a continuidade da execução do Programa de Aceleração do Crescimento.

A Audiência atende ao Requerimento nº 13 de 2009, aprovado aqui nesta Comissão no último dia 02 de abril. Desta forma, nós estamos dando vencimento aos requerimentos que vem sendo apresentados pelas Sras. Senadoras, e Srs. Senadores membros desta Comissão, sempre procurando uma articulação com outras comissões que eventualmente estejam interessadas em participar de Audiências Públicas tão importantes como essas, por exemplo, em que ouviremos o Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, o BNDES que recentemente recebeu do Governo Federal um aporte importante de recursos da ordem de 100 bilhões de reais, para o financiamento de pequenas e médias empresas com o intuito de combater essa, minorar um pouco os efeitos desta crise mundial que se abate também sobre nós, embora em menores proporções que no resto do mundo.

A Secretaria traz agora um expediente recebido pela manhã, da Secretaria Especial dos Portos. Essa convocação, esse convite, faz parte de um requerimento apresentado pelo Senador Heráclito Fortes ainda sobre a anterior Presidência ocupada pelo Senador Marconi Perillo, em que foi solicitada pelo Senador Heráclito uma Audiência Pública com a Secretaria Nacional... O Secretário Nacional dos Portos e outras autoridades e nesse momento, naquele instante, o Secretário não pôde comparecer.

Então, aqui vem, nós lembramos, fizemos lembrar a ele que estava em aberta a presença dele na Comissão e ele, então, envia o seguinte expediente em resposta ao requerimento que foi feito a ele: "*Sr. Presidente, em atenção ao ofício nº 016/09, da Comissão de Infraestrutura, de 12 de maio de 2009 e por determinação do Sr. Pedro Brito, Ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, informo a V. Exa. que o Sr. Ministro estará impossibilitado de comparecer à Audiência Pública no dia 28 de maio de 2009*."

Foi por isso que nós substituímos essa audiência que já tinha sido informada por telefone, por essa audiência do Ministro Mantega. O Sr. Ministro se encontra ausente do país no período de 15 a 28 de maio de 2009, em viagem oficial à China, para participar de missão comercial e diplomática, concernentes aos painéis sobre oportunidades de investimentos no setor portuário brasileiro e apresentações institucionais acerca da logística portuária do país.

Atendendo ao Requerimento nº 11 de 2008, esse a que eu me referi, que é de autoria do Senador Heráclito Fortes, referente a solicitação de informações sobre as obras no Porto de Luís Correia, no Estado do Piauí, e da possibilidade de incluí-las no Programa de Aceleração do Crescimento, PAC.

O Sr. Ministro se coloca à disposição para realizar a Audiência Pública no dia 02 de julho de 2009, se houver a concordância dos Srs. Senadores componentes dessa Comissão.

Eu gostaria de colocar, às Sras. e os Srs. Senadores aqui presentes, se concordam com a presença do Sr. Ministro dos Portos aqui na nossa Comissão no próximo dia 02 de julho de 2009.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quem é, exatamente, esse Ministro que viria aqui, o nome dele?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Chama-se Pedro Brito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pedro Brito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro da Secretaria Especial de Portos, da Presidência da República.

Aqueles que estiverem de acordo com a presença do Sr. Ministro no dia 02 de julho de 2009, Ministro dos Portos, permaneçam como estão. Aprovada, então, a vinda aqui, para debater a questão especificamente dos portos, claro, que é a pasta que ele dirige e também atendendo ao requerimento apresentado pelo Senador Heráclito Fortes, para tratar do porto de Luís Correia, no Estado do Piauí.

Passamos...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pelo ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de fazer, aproveitar a presença do Senador Eliseu Resende e parabenizá-lo pela excelente defesa da Medida Provisória, que tem tudo a ver com essa Comissão de Infraestrutura, qual seja, que tenhamos aprovado na próxima terça-feira, se assim estiver em pauta, essa Medida Provisória, que eu diria que ela veio no tempo certo, ainda, como prioridade, fazendo a sua função.

É de facilitar, eu não diria facilitar, mas fazer jus a que estradas que já tenham, já estejam em andamento, que já foram objeto de licença prévia tenha em trâmite, isentando a licença ambiental de... Inicial e consiga-se, com isso, incrementar as obras do PAC, que tanto necessitam serem efetivadas em todo o país, e o exemplo disso também é uma obra tipo a BR-163 que foi objeto de, que já está em curso há muito tempo, um leito aprovado, licenciado e que não é permitido a pavimentação do mesmo, sempre alegando-se problemas ambientais, quando na realidade não são, são mentes atrasadas, posições atrasadas que emperram o desenvolvimento do país.

Enquanto isso, prejuízos são causados a toda uma população do Norte do país, do Centro-Oeste, que lutam por viabilidade de todos os seus produtos agrícolas, lutam por viabilidade de qualidade de vida de trânsito, sem prejudicar os automóveis, lutam para que menos pessoas tenham suas vidas ceifadas pelo atraso das estradas brasileiras.

Então, eu espero que os senadores se unam nesse grande objeto que é votar a MP 452. Assim como ela está, foi muito bem argumentada, como já falei, para o Senador Eliseu Resende e também defendida em Plenário pelo Senador Expedito Júnior, pelo Senador César Borges, mostrando a oportunidade da mesma para o país.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Gilberto Goellner.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu faço minhas também, acredito de toda a Comissão, as palavras proferidas pelo Senador Gilberto Goellner a respeito dessa Medida Provisória de tamanha importância para o desenvolvimento econômico do país, respeitada sempre a questão ambiental, mas não com excesso que vem sendo hoje praticado. E eu passo a palavra, pela ordem primeiro...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senadora Rosalba permitir, já havia solicitado a palavra pela ordem o Senador Ministro Eliseu Resende, em seguida V. Exa., a não ser que o Senador Ministro abra mão generosamente para a senhora...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senadora Rosalba tem preferência.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senadora Rosalba com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Ministro, como sempre, um grande cavalheiro. Que eu gostaria, que é para complementar exatamente as palavras do Senador Gilberto com relação ao brilhante trabalho que o Ministro Eliseu... Ministro Senador Eliseu Resende fez na Medida Provisória.

E eu tenho um fato assim bem, no meu Estado e na minha região que exatamente com a aprovação, que nós esperamos que aconteça realmente na terça, vai dar condições que a gente possa realizar um sonho regional.

Quando da 110, Senador, foi construída a 110, o trecho que... Ficou um trecho naquela época que não foi, não sei, porque razão, há tantos anos atrás, mais de 30 anos, não foi realizado, e são 76 quilômetros, que sai exatamente de Mossoró até a cidade de Campo Grande, passando pela Cidade de Upanema.

Então, muitos parlamentares do Estado vinham lutando para que nós conseguíssemos fazer esse trecho. É um trecho já devidamente planejado, já com todos os, vamos dizer assim, tudo já pronto, era só a decisão, achávamos nós, era só, certamente, uma decisão política do Governo de fazer.

O Ministro Nascimento demonstrou todo o interesse, tivemos lá com outros membros da bancada, com o Senador Garibaldi, com o Senador Agripino, com o Deputado João Maia, ele garantiu que ia fazer, depois de todo o projeto aprovado, tudo Ok, veio exatamente a dificuldade das licenças ambientais, que vem emperrando algo que estava, assim, nós estávamos, estava na mão e estávamos vendo sair entre os dedos por conta da dificuldade que foi criada.

Então, eu acho que é muito bem colocada, exatamente algo que já existe, que já acerca de 30 anos, numa rodovia de piçarro, é transitada diariamente e que vai só beneficiar a região. Vai encurtar distâncias, vai trazer, com certeza... É uma região onde se planta frutas, com certeza, vai facilitar o transporte, algo que vai impulsionar o desenvolvimento, sem nenhum prejuízo ambiental.

E exatamente, nós passamos por essa dificuldade, dizer o quanto é bem-vinda, em boa hora, a Medida Provisória nos termos que o Senador Eliseu Resende colocou e que eu espero que seja aprovada na terça-feira, porque vai prazer benefícios não somente para o meu Estado, mas para todo o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado pela participação de V. Exa. Passo a palavra ao Sr. Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Algumas referências aos comunicados que V. Exa., Sr. Presidente, trouxe para este Plenário.

Eu iria falar sobre a Medida Provisória 452, mas no momento em que o Senador Gilberto e a Senadora Rosalba teceu considerações a respeito, talvez seja o caso da gente voltar a insistir na aprovação desta matéria.

A matéria foi discutida exaustivamente na sessão de ontem no Plenário do Senado. Eu exaltei determinados pontos que são importantes e a matéria tem que ser entendida como uma contribuição para o desenvolvimento econômico do país, sem perda do esforço de melhoria da qualidade do meio ambiente.

Eu, como relator, me esforcei muito, li toda a legislação relativa ao setor. Procurei contatos com os ministérios envolvidos no problema. Conversei com o Ministério dos Transportes, conversei com o Ministério do Meio Ambiente, conversei com a Casa Civil e tentei promover reuniões de técnicos destes Ministérios para obter um consenso.

A matéria é muito complexa, e os consensos nem sempre se alcançam. Às vezes dentro do próprio Ministério há posições discrepantes. Não pode o desenvolvimento do país se fazer em prejuízo do meio ambiente, mas não pode também as exigências burocráticas ambientais emperrarem o ritmo de trabalho e de obras necessário ao país, porque nós precisamos de abandonar essa ideia de estradas abandonadas, de obras abandonadas, obras que se conduzem num ritmo lento, desperdiçando dinheiro público, porque nós precisamos trabalhar com eficiência, planejar bem, construir rapidamente e auferir os benefícios econômicos resultantes dos investimentos públicos com a maior velocidade possível.

Eu chamo atenção que tivemos dificuldades e ontem no debate sobre a Medida Provisória 452 nós sentimos determinados posicionamentos que nós tivemos de desconsiderar, porque precisamos aprovar essa matéria.

É importante para o país e eu peço apoio de todos os colegas aqui da Comissão de Infraestrutura do Senado, peço apoio do Sr. Presidente desta Comissão que vem dirigindo a nossa Comissão com o maior brilho, para que nós possamos realmente ter aprovado o meu parecer que modifica a Lei de Conversão da Medida Provisória 452, para que nós tenhamos aceleração dos investimentos em infraestrutura, para inclusive obter os objetivos do Governo, que é promover aceleração do crescimento da economia.

A matéria foi debatida em todos os seus aspectos ontem, não foi colocada em votação porque faltou quórum no final da noite, vai ser... A discussão terminou, haverá a votação na próxima terça-feira, e é importante que nós todos nos unamos no sentido de termos o meu parecer, a minha, o meu substitutivo na lei, na Medida Provisória 452 e na Lei de Conversão correspondente, a aprovação para que nós possamos alcançar esses objetivos.

Acho que isso agora é a grande contribuição que essa Comissão pode dar e o Senado da República pode dar, para que nós possamos promover aceleradamente as obras do PAC para impulsionar o desenvolvimento da economia.

Nós temos uma experiência no setor, trabalhamos com Ministro dos Transportes durante três anos e como diretor geral do DNER durante sete anos, e Diretor geral do DER do meu Estado durante dez anos. Então, militei como estradeiro, como construtor de estradas durante dez anos consecutivos. Na época fizemos muita coisa.

Tenho a experiência para dizer, portanto, que na análise do sistema rodoviário do país hoje, tão deteriorado como se encontra, as estradas esburacada, nós temos uma contribuição enorme para a ineficiência econômica do Brasil, no ponto de vista da infraestrutura viária.

Há estudos que mostram que se nós melhoramos as estradas, tapando os buracos, recapeando e transformando uma superfície esburacada em uma estrada lisa, então, há uma redução enorme no consumo de combustíveis automotivos da ordem de 30 ou 40%.

Como esses combustíveis automotivos são o diesel e a gasolina, que são os principais derivados de petróleo, produzidos no craqueamento das refinarias, se nós fizéssemos um programa de conservação das estradas adequado e de reconstrução das estradas brasileiras, ao reduzir 30 a 40% do consumo de combustíveis, talvez o Brasil viesse a ser exportador líquido da indústria do petróleo, e nós poderíamos até passar a participar da OPEP, para ter a ideia do efeito disto.

Não há programa mais importante, mais prioritário, mais rentável dos investimentos públicos no Brasil, do que o programa de reconstrução das nossas estradas.

Então, nós precisamos promover isso rapidamente num processo simplificado, sem perda da necessidade de não contaminar o meio ambiente. Nós temos dito que quando se transforma uma estrada encascalhada numa estrada de piso liso, tecnicamente perfeita, nós reduzimos o consumo de combustível e, consequentemente, reduzimos a emissão de gases na atmosfera, que é a principal coisa que se deve falar na teoria ambientalista.

Eliminar nas regiões metropolitanas, nas regiões mais avançadas do país o congestionamento de tráfego é outra contribuição extremamente importante para reduzir a emissão de gases e limpar o céu brasileiro, a atmosfera brasileira. Nisso é que os ambientalistas têm de estar preocupados. Ver os congestionamentos de tráfego nas regiões metropolitanas, com os carros parados, com os motores ligados, é uma contaminação profunda do meio ambiente e sobre isso a gente não ouve os ambientalistas falarem.

Então, nós temos de ter cuidado com essa tese e ver se aprovamos essa Medida Provisória para que haja uma flexibilização maior. Às vezes confunde-se um ou outro exemplo de uma estrada na Amazônia; nós temos problemas singulares, em cada estrada tem um problema.

Praticamente todos os senadores que aqui estão já foram, já participaram do Executivo e já construíram obras. Os problemas existem, não há homogeneidade, o Brasil são muitos "Brasis" e nós estamos fazendo uma lei para o Brasil inteiro, nós não estamos fazendo uma lei para a Amazônia, estamos fazendo uma lei para as estradas do Brasil.

Temos uma singularidade que é o Programa de Desenvolvimento da Amazônia, e lá nós temos dificuldades em construir e pavimentar estradas, mas para isso é que está a engenharia rodoviária à disposição nossa para promover as melhores soluções possíveis, para superar as questões geológicas que às vezes se encontram numa região como a Amazônica.

Cita-se muito o exemplo da BR-319. A BR-319 que é a Porto Velho-Manaus realmente foi uma estrada difícil de ser feita. Porque ali naquela parte da região amazônica não tem pedra; então, nós tivemos de produzir uma pelota de barro de argila que a gente dá o nome de laterita, para pavimentar a estrada, numa região toda cheia de turfa, mas isso é uma questão de problema tecnológico, a estrada precisa de um tratamento de conservação adequado.

E aí os ambientalistas citam a BR-319 como exemplo de não preocupação nossa com as questões ambientais. Nós não podemos esquecer que precisamos construir, chegar a um ponto final, do grande projeto de integração sul-americana de fazer a estrada Cuiabá, Porto Velho, Manaus, Caracaraí, Boa Vista, marco BV-8, na fronteira da Venezuela, Santa Helena, Ciudad Bolívia, para chegar até em Caracas.

Esse é um programa de integração nacional, sul-americano, que os nossos países estão neles envolvidos e essa estrada BR-319 tem de ser entendida como a componente de uma ligação de integração da América do Sul. Quantas vezes vem o Peru e a Bolívia e o Equador falar com o Brasil que é preciso ter uma ligação com o pacífico.

Então, nós precisamos ter essa BR-230 até chegar a Humaitá e a BR-364 de Cuiabá a Rio Branco, para que depois nós cheguemos, atravessamos o Acre, terra inclusive da Senadora Marina Silva, que ontem apresentou a sua tese atrasa a nossa iniciativa legislativa.

Lá no Acre, o Euclides da Cunha, quando foi lá negociar em nome do Governo brasileiro, a transformação do território do Acre, ele disse que era preciso construir a estrada de Rio Branco, Senna Madureira, Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul, para depois prosseguir atravessando a Amazônia do Peru e da Bolívia para chegar até Lima no Pacífico. E a estrada do Rio Branco, Xapuri, Brasileia para ligar com a Bolívia.

Então, é um programa internacional de grande valia e que transcende todos esses aspectos menores, burocráticos, relacionados com meio ambiente e com a engenharia, que os técnicos brasileiros são profissionais competentes para superar essas dificuldades.

Então, é muito importante que isso seja aprovado, porque nós não apenas vamos cuidar das estradas da Amazônia, dentro das precauções ambientais necessárias, como vamos cuidar também das estradas congestionadas de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, para dar ao Brasil, na inteireza do seu território o sistema viário necessário ao desenvolvimento.

Só aqui essa minha palavra para agradecer as palavras do Senador Gilberto, Senadora Rosalba e pedir aos nossos colegas que nós nos empenhemos, numa palavra especial ao nosso Presidente Fernando Collor, na votação de terça-feira, para que tenhamos a nossa emenda aprovada e eu acho que essa é uma das contribuições mais importante que nós aqui no nosso mandato no Senado e como membros dessa Comissão podemos prestar ao país. É muito importante que seja feito.

Eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito Obrigado.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Dar sequência, Sr. Presidente, a uma outra observação de V. Exa. [soa a campanhia].

Foi citado aqui o resultado da visita do nosso Presidente ao IBRAM. Quando apresentam-se determinadas reivindicações e uma delas foi citada no campo da mineração dos insumos dos programas nucleares.

Há em tese, Sr. Presidente, uma questão que vem sendo discutida e eu acho que é um projeto que deve ser discutido com o IBRAM e discutido no âmbito dessa Comissão, de transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral, o DNPM, numa agência nacional de recursos minerais.

Nós criamos a ANP para tratar do petróleo, dos seus derivados e das fontes alternativas de energia; criamos a ANA para tratar... Agência Nacional dos Recursos Hídricos; a ANEEL para tratar da... Agência Nacional do Setor Elétrico; a Anatel Agência Nacional do Setor de telecomunicações.

Isso, porque nós flexibilizamos o monopólio do petróleo, o monopólio dos recursos hidráulicos, o monopólio das águas, o monopólio do transporte aquaviário, o monopólio dos portos e abrimos para que houvesse a participação do Setor Privado nos investimentos desses monopólios, os monopólios foram flexibilizados.

O único que não foi flexibilizado e continua sendo monopólio é o programa nuclear, é a industrialização de produtos relacionados com a geração de energia nuclear e com a aplicação do urânio enriquecido em outros programas como os programas que vem sendo desenvolvidos pela Marinha.

Achamos que o monopólio pode e deve permanecer, na industrialização do urânio, no seu enriquecimento, mas não há a necessidade de manter o monopólio na etapa da mineração. Isso foi apresentado à V. Exa.

Acho que esse é um ponto importante, essa Comissão pode aprofundar nessa matéria e trazer soluções importantes para o nosso país.

Finalmente, eu queria fazer uma referência sobre a lei que foi aprovada aqui na Comissão e no Senado e foi para a Câmara, que é a Lei do Sistema Nacional de Viação. O Presidente Fernando Collor tem agido junto ao Presidente da Câmara Federal, no sentido de que lá, nós tenhamos a lei votada com a velocidade possível.

Porque enquanto ela não é votada, todas as outras leis que tem por objetivo alterar o Sistema Nacional de Viação ficam bloqueadas, sobrestadas e isso perturba o desenvolvimento do Congresso Nacional na apreciação dessas matérias. É muito importante que isso seja aprovado rapidamente.

O Presidente Collor nos traz uma notícia, a respeito da tramitação na Câmara dos Deputados; eu tenho uma informação adicional, Sr. Presidente, que a pauta será destrancada, a pauta da Câmara, porque a Medida Provisória, as Medidas Provisórias 459 e 460 estão sendo aprovadas. A 459 foi aprovada ontem e a 460 deve ser aprovada hoje. E a próxima, que é a 461 só irá, trancar a pauta a partir do dia 31 de Maio.

Então nós temos a próxima fim de semana com a pauta destrancada. Então, chegou o momento do Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, cumprir aquela promessa que fez a V. Exa. no sentido de que no momento que a pauta esteja destrancada, então, o sistema, a Lei do Sistema Nacional de Viação possa ser aprovado.

Eu lembro isso a V. Exa., solicitando, inclusive, se for o caso, que tenha, em nome da Comissão, um contato a mais com o Presidente Michel Temer, para lembrá-lo de naquela próxima semana ele pode atender o compromisso assumido com V. Exa.

São as colocações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Gostaria de fazer uma indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Paulo Duque, pela ordem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Senador, V. Exa. falou sobre várias agências, inclusive a possibilidade de criar uma agência sobre termo-nuclear... Nuclear, foi isso? Recursos nucleares.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não, não apenas nuclear, uma agência de mineração.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): De mineração, envolvendo...?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Envolvendo a parte nuclear, mas envolvendo todos os recursos minerais.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Todos, exatamente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E o Brasil é rico em minério de ferro, pedras preciosas, em... Calcário.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Brasil... Você pode informar agora a essa Comissão, o Brasil é rico em jazidas nucleares?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): De urânio.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Urânio.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): De urânio?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Talvez sejamos, em potencial, os maiores produtores de urânio do Brasil.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Que Estado?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, e Estado... Fortaleza, Estado do Ceará.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): No Sul não?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Existem jazidas de urânio em Poços de Caldas, em Minas Gerais; jazidas de urânio na Bahia. Eu tinha, não perdi a memória, agora da localidade na Bahia, não sei se o Senador João Durval talvez possa nos dar essa informação, mas temos urânio também em Fortaleza. Fortaleza não, Ceará.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso envolve a segurança nacional?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A segurança nacional se envolve não na produção do minério.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Porque o minério, ele não é radioativo, ele passa a ser radioativo no processo de sua industrialização, através do enriquecimento do urânio, para produzir o que nós chamarmos de *yellow cake*, bolo amarelo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exato.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Esse sim há um monopólio da produção do *yellow cake* e da transformação dele em instrumentos...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): De energia.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De energia nuclear, que serve para gerar eletricidade, serve para movimentar submarinos e outros dispositivos importantes na área industrial.

Então, o DNPM, na verdade, ele existe, como antigamente existiu o DENAI. O DENAI era o Departamento Nacional de Energia Elétrica, foi transformado em ANEEL.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Águas e energia, DENAI.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): DENAI.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Foi transformado em, ANEEL, na ANEEL, Agência Nacional. Havia um departamento de combustíveis e lubrificantes, na área da PETROBRAS, foi transformado em Agência Nacional do Petróleo e agora o DNPM, Departamento Nacional de Pesquisas de Produção Mineral...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Que funciona no Rio de Janeiro, ainda, aquele prédio?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Acho que ele tem sede aqui em Brasília com escritórios e unidades em vários Estados brasileiros.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com escritório aqui. Mas a grande--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A sede do DNPM é aqui em Brasília, ao lado do prédio da PETROBRAS, onde parece que a PETROBRAS tem os seus escritórios.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas não foi ainda transferido para cá--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu acho que--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A grande sede que funciona no Rio de Janeiro, na Praia Vermelha.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Do DNPM?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tem instalação no Rio Antigas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Continua lá?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Continua lá. Agora o que eu quero dizer é que o DNPM, ele trata da concessão de... Nas concessões para pesquisa, lavra e comercialização dos minérios, desde o calcário para produzir pedra, passando pelo minério de ferro, pelo minério de alumínio, pelo minério de estanho, a cassiterita, bauxita.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ouro.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Até pedras preciosas, ouro, prata. Então, esse é o trabalho do DNPM que dá autorização para pesquisa e exploração.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É, porque tem um grande museu lá sobre isso, lá no Rio.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E na área de mineração tem uma particularidade, difere da concessão das outras atividades. Porque a área de mineração é quem chegar primeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Chegou, pediu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Quem chega primeiro pede a concessão para a pesquisa e ganha. Às vezes marcando, marca-se até no relógio, chega primeiro cinco minutos, tem o direito. E se descobrir minério na pesquisa, tem a concessão automa-

ticamente para a produção mineral, para a exploração e o uso.

E se na hora que de uma pesquisa para calcário, se encontrar minério, passa a ter pesquisa... Também a concessão do minério, passando na frente dos outros candidatos à exploração.

Lembrando que são riquezas do subsolo e essas riquezas do subsolo não pertencem ao dono da terra. Não pertence ao superficiário, ela pertence à União e a União permite que ela seja explorada, mediante processo de concessão e no caso, mineral, para quem chegar primeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu estou aproveitando os conhecimentos e as lições de V. Exa. para lembrar que o Brasil começa... Começou já há alguns anos, uns 30 anos, mas começa agora a querer entrar mais, com mais força e vigor, na exploração de energia nuclear. Temos Angra 1, não sei se V. Exa. conhece, conhece?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não, há os países todos já estão com a tendência muito mais acentuada--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exato.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De produção de energia nuclear, porque a energia nuclear até então, assustava todo mundo pelo seu efeito radioativo, produzido por um acidente qualquer.

Mas, hoje, chega-se à conclusão de que a energia nuclear é economicamente equivalente as gerações de outras formas, particularmente a geração hidrelétrica, e é a mais limpa de todas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aí é que está. O Rio de Janeiro, Senador...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Quem é do Rio de Janeiro, Senador Paulo Duque--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Rio de Janeiro, isso, ele, ele... Recebe...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Conhece o *site*, a localização lá de Angra 1, Angra 2 e Angra 3.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): 53%.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Está demonstrado que ali é o lugar mais limpo do Brasil.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então. É bom que se fale isso, em toda a parte, inclusive aqui, sobretudo aqui.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Havia um receio da energia nuclear, que está desaparecendo e sem dúvida nenhuma essa é a fonte de energia do futuro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não é? Até o submarino nuclear.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A gente tinha medo da energia nuclear como tinha medo ou tem medo do avião. O avião é o transporte mais seguro, mais rápido e confortável.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Seguramente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Mas é o que mete mais medo, porque o acidente é fatal.

A energia nuclear é a energia mais limpa, talvez mais econômica, mas um acidente numa usina nuclear gera consequências fatais. Como houve um acidente grande em Chernobyl lá na Rússia--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Three Mile Island.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E Three Mile Island, como lembra aqui o Presidente, nos Estados Unidos, então houve um certo receio de uso da energia nuclear.

Mas no momento que ela demonstra ser mais seguro e a construção seja com a proteção de uma tecnologia adequada, sem dúvida nenhuma é a energia do futuro. Chega a ser uma energia mais econômica do que a própria energia solar e do que a própria energia eólica.

De forma que esse é um assunto que talvez pudesse ser debatido dentro desse contato da Comissão de Infraestrutura com o IBRAM, para que haja uma legislação nova envolvendo, quem sabe, a criação da agência nacional de recursos minerais, que possa tratar dessa matéria com mais profundidade para o seu desenvolvimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, antes de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende pelas suas palavras, e eu gostaria de fazer algumas considerações sobre o que aqui foi dito por V. Exa.

Bom, em primeiro lugar a Medida Provisória que ontem foi discutida e debatida no Congresso Nacional, cujo relator é o Senador Ministro Eliseu Resende, todos nós aqui colocamos a nossa, o nosso apoio aberto ao parecer de V. Exa., Sr. Senador Ministro Eliseu Resende, porque todos nós brasileiros reconhecemos em V. Exa. a competência, nesta Casa talvez ninguém mais competente para tratar dessas questões no âmbito rodoviário, no âmbito de... Enfim, de vias de transporte, do que V. Exa.

E foi muito bem relatado por V. Exa. na noite de ontem, provocou, claro, algumas, alguns debates e algumas discussões, mas eu gostaria de lembrar a todos os senhores membros desta Comissão para

que na próxima terça-feira estejamos no Plenário para darmos o apoio e finalmente aprovarmos o relatório apresentado pelo Senador Ministro Eliseu Resende, a Medida Provisória nº 452.

Em relação ao Presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer, que tem nos atendido, ao Senador Ministro Eliseu Resende e ao Presidente desta Comissão e por extensão a todos os membros da Comissão de Infraestrutura, esta é uma notícia extremamente positiva, que aqui já foi dado nas comunicações iniciais e agora com esse destrancamento da pauta.

O Presidente da Câmara prometeu que já... Que daria urgência urgentíssima ao projeto do plano de viação nacional, que é esse projeto que está para ser votado, e que assim que a pauta fosse destrancada, que o primeiro projeto a ser colocado em pauta seria esse, e até deu a data, disse que acreditava, no momento em que fizemos a ele uma visita, há um mês atrás, se não me engano, ele disse que imaginava poder colocar em pauta esse projeto no mês de maio, e parece-nos que é o que ele vai fazer e cumprir, até nesses próximos dez dias, porque entraremos na semana que vem com a pauta destrancada.

Em relação a... Em relação à questão do que foi tratado aqui, do urânio. Nessa reunião do IBRAM, um dos pontos que eles colocaram para nós, por exemplo, o pessoal da Vale do Rio Doce, nos disse que eles exploram urânio na Austrália, uma subsidiária da Vale, exploram, extraem o urânio de lá e importam para o Brasil, e aqui no Brasil não é dado a permissão para que possa haver a exploração e produção do urânio.

O monopólio é isso que se coloca em discussão, não é da comercialização e da utilização do urânio, isso, naturalmente, por ser algo muito sensível, poderia continuar sendo, estando na órbita do Governo e das autoridades que tratam dessa questão mais de perto, mas em função disso, e dessas discussões que foram aqui travadas sobre a possibilidade, inclusive, a sugestão do Senador Ministro Eliseu Resende, de fazermos... Transformarmos o DNPM numa agência reguladora, eu acho que é de muito bom alvitre que isso seja pelo menos discutido e avançada essa discussão e em função dessa, do que aqui tratávamos, o Senador Gilvam Borges achou por bem apresentar um requerimento, que eu coloco agora à apreciação do Plenário: *"Nos termos do art. 90, Inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública sobre o panorama da mineração brasileira, com enfoque especial aos marcos legais do setor. Os convidados serão definidos oportunamente por esta Comissão. Sala das comissões 21 de maio de 2009"*.

Está em discussão o requerimento, não havendo quem queira discutir está em votação, os senadores e senadoras que estiverem de acordo com o requerimento do Senador Gilvam Borges permaneçam como estão. Aprovado o requerimento do Senador Gilvam.

Também um outro requerimento sobre a Mesa, de autoria do Senador Paulo Duque, porque na audiência que teremos com a presença do Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, foi atendendo um requerimento aqui aprovado, foi solicitado também, e foi apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos, para que houvesse esta Reunião Conjunta, CAE e Comissão de Infraestrutura. Mas nesse meio tempo nos pediram também para participar desta Audiência Pública a Comissão de Agricultura e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

Então, como eles não foram alvo de aprovação de requerimento específico para tal, eu coloco em votação o requerimento de autoria do Senador Paulo Duque, para preencher essa lacuna existente nesta convocação.

O requerimento do Senador Paulo Duque é vazado nos seguintes termos: "*Requeiro, nos termos regimentais, seja feito adendo ao requerimento número 4/2009-CI, aprovado em 12 de março último, para que sejam incluídas a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, na Audiência Pública com a participação do Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, a ser realizada em atendimento ao referido requerimento, no dia 27 de maio*", o dia da audiência, então, como já foi aqui anunciado, "*no dia 27 de maio, às dez horas, no Plenário 19 da Ala Alexandre Costa, Sala das Reuniões, 21 de maio*."

Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, está em votação; os Senadores que aprovarem permaneçam como estão. Aprovado o requerimento do Senador Paulo Duque.

Agora, pela ordem, agradecendo a paciência do Senador Flexa Ribeiro, passo a palavra a S. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Fernando Collor, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, Srs. Senadores.

Eu, Presidente Collor, não pude estar presente ao convite que foi feito à Comissão de Infraestrutura para reunião com o IBRAM, porque representava naquele mesmo momento o Senado Federal na abertura do 25º Congresso da ABERT, como Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação.

Mas tomei conhecimento pelas informações de V. Exa. e pela exposição do Senador Eliseu Resende, brilhante como sempre, que de todas as informações preciosas que o Ministro Eliseu Resende nos passou. Ontem, quando discutia o mérito da Medida Provisória

452 em Plenário, eu tive a oportunidade de dizer que não poderia ter sido escolhido um relator com maior competência do que o Senador Eliseu Resende. Foi Ministro da Fazenda e Ministro do Transporte, e a Medida Provisória tem no seu bojo exatamente três assuntos que dizem respeito às duas áreas, questão do Fundo Soberano, que o Governo pretende agora aumentar a dívida pública com a emissão de letras do tesouro sem que ela estejam, não é que seja só emissão de letras, mas sem que elas estejam previstas no orçamento da União, ou seja, o que como bem colocou o Senador Eliseu Resende, dificultará o controle do nível de endividamento do nosso país, inclusive pelo Congresso Nacional e o parecer dele foi perfeito em relação a isso.

Lamentavelmente, Senador Eliseu Resende, a base de apoio do governo, vai tentar emendar o parecer de V. Exa., mas nós votaremos não só nesse quesito, mas como nos outros, com o seu parecer.

Com relação à flexibilização das licenças ambientais para as estradas já consolidadas, eu acredito que isso seja de uma... De uma questão até de inteligência. Porque como bem colocou o Senador Eliseu Resende e aqui nos deu uma aula de toda a questão da malha rodoviária nacional, que precisa e tem que ser cuidada, tem que ser pavimentada e lamentavelmente, nós não somos contra a preocupação com o meio ambiente, pelo contrário, acho que ela deva existir e o próprio DNIT, na Medida Provisória, ele se compromete a cumprir todas as exigências necessárias para mitigar algo que ocorra em relação ao meio ambiente.

Agora, não é possível que estradas, como nós temos no nosso Estado do Pará, como é o caso da Santarém-Cuiabá, que não é uma estrada para o Pará, é uma estrada nacional, que vai permitir o escoamento da safra do Centro-Oeste brasileiro, pelos portos da Amazônia, por Barcarena, por Santarém, dando competitividade ao produto nacional, diminuindo o tráfico congestionado para os portos de Paranaguá e Santos, quer dizer, tem todas as condições de ser uma... E é uma obra de interesse nacional, e que não se consegue licença para a pavimentação.

Ela já existe, ela está aberta, ela está consolidada, ela tem a trafegabilidade dificultada, na época como agora de inverno, é preciso que haja máquinas para puxarem os caminhões, mas ela tem o tráfego aberto, como também a Transamazônica, estrada de décadas que corta toda a Região Amazônica está consolidada.

E ontem eu dizia, Senador Eliseu Resende, que a Transamazônica tem uma licença solicitada ao IBAMA para a licença de instalação, que está há três anos esperando que o IBAMA diga, que dê a licença não para pavimentação, mas para que seja feito coleta de fauna na... Ao longo da estrada e o IBAMA não dá nem esta licença, ou seja, há uma ação orquestrada no sentido de que não se avance no desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

O Presidente Lula tem dado declarações aí, todas elas, da sua impaciência de não poder colocar a em frente os projetos da maior importância, que o Presidente Collor, como Presidente da Comissão de Infraestrutura acompanha, que são as obras do PAC. As obras do PAC, elas estão todas atrasadas, elas estão todas, a maioria delas, não todas, mas a maioria delas, com dificuldades em função das licenças ambientais. Vamos preservar, mas como bem diz a Ministra Marina Silva, preservar desenvolvendo e desenvolver preservando.

Eu tenho certeza absoluta Senador Eliseu Resende que nós vamos vencer, o Brasil vencerá essa batalha na próxima terça-feira aprovando o relatório de V. Exa., parecer de V. Exa., a respeito da Medida Provisória 452. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Flexa Ribeiro pelas suas palavras e vamos ao Item 1º da pauta, é o Ofício "S" nº 04 de 2006, "*Encaminha abaixo assinado coletado no Estado do Pará que solicita a anulação da Resolução nº 85 de 1998. da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que aprova o regulamento do serviço telefônico comutado*." Autor, a Deputada Estadual Sandra Batista, Assembleia Legislativa do Pará, Relator Senador Flexa Ribeiro. Parecer: a) pela expedição de ofício à Comissão de Constituição e Justiça, CCJ, para conhecimento do teor das reivindicações; e b) conhecimento do Ofício "S" nº 04 de 2006 e, posteriormente, remessa ao arquivo.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores.

"*Vem a esta Comissão, para parecer, o Ofício "S" nº 06, de 2006, remetido pela Deputada Sandra Batista, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. O expediente encaminha abaixo assinado que solicita a anulação da Resolução nº 85 de 1998 da ANATEL, que aprova regulamento do serviço telefônico fixo comutado, SDFC.*

Sustenta-se que a Resolução, ao permitir a cobrança da assinatura básica de telefonia, extrapola o limite dos poderes normativos outorgados àquela autarquia.

Neste diapasão, defende-se que a obrigação da continuidade do serviço é da concessionária. Assim a previsão da resolução é ilegal, devendo a ANATEL

anular a citada resolução que criou a obrigação para os usuários de pagarem para manter a continuidade do serviço de telecomunicação.

No mérito, o objetivo central da solicitação é suspender a cobrança da assinatura básica mensal. O assunto já se encontra na casa por meio do PLS nº 91 de 2004, da Comissão de Legislação Participativa, que tem como objetivo precípuo vedar a cobrança de assinatura básica."

É aquela assinatura que todo usuário de telefonia fixa paga para ter a sua linha instalada.

"*A proposição foi distribuída a esta Comissão para exame de mérito. O relator solicitou a oitiva da Comissão de Constituição e Justiça.*

Verifica-se, portanto, que a principal reivindicação já se encontra sob exame no Senado, devendo ser analisado por esse colegiado tão logo obtida a manifestação solicitada à CCJ.

Por conseguinte, somos levados a propor o conhecimento da matéria e seu arquivamento.

Diante do exposto, Sr. Presidente Fernando Collor, o voto é pelo conhecimento do Ofício "S" nº 04 de 2006 e pela remessa do processado ao arquivo."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa Ribeiro, em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório de autoria do Senador Flexa Ribeiro que conclui: a) pela expedição de ofício à Comissão de Constituição e Justiça para conhecimento do teor e a reivindicação; e b) conhecimento do Ofício "S" nº 04 de 2006 e, posteriormente, remessa ao arquivo.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Vamos ao item 3, pela inversão de pauta. Projeto de Lei nº 44 de 2009, que "*Concede a isenção do imposto sob produtos industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica*." Esse é um projeto de muita importância que concede isenção do Imposto sob Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica. O autor é o Senador Flávio Arns, relator é o Senador Jayme Campos, eu designo o Senador João Durval como Relator *ad hoc*, o parecer é favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

E o projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

Pela ordem Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu gostaria de pedir vista desse processo, ainda dá tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Primeiro deve ser conhecido o relatório, Senador Paulo Duque, para depois solicitar o pedido de vista.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O pedido. Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, concedo a palavra ao Senador João Durval para proferir o seu relatório.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Você é *ad hoc*? Você é *ad hoc*?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Relatório. "*Projeto de Lei do Senado nº 44 de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns isenta de pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, os veículos destinados ao transporte de passageiros e de uso misto movido a tração elétrica.*

Na sua justificação o autor do projeto ressalta a importância de medidas voltadas para o combate à poluição e para a preservação de recursos naturais.

Nesse contexto, a alteração proposta na legislação tributária, seria vista como estímulo à produção e à comercialização de veículos menos poluentes, com destaque para os veículos movidos à tração elétrica alternativa capaz de produzir bons resultados em termos de redução do nível de emissões e do consumo de combustíveis, oriundos de fontes não renováveis.

Submetida a apreciação dessa Comissão, o projeto não recebeu emendas. Na sequência, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos onde colherá decisão terminativa".

Análise*. "O projeto em exame encontra respaldo na Constituição Federal, que inclui os transportes e o Direito Tributário na reserva da competência legislativa da união, e atribui ao Congresso Nacional, art. 48, a iniciativa para a proposição de leis sobre tais matérias.*

O projeto, portanto, não apresenta vícios de iniciativa ou inconstitucionalidades que o desabonem. A proposição observa também os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis, estando redigida consoante às normas da boa técnica legislativa.

No que tange ao mérito, a iniciativa de reduzir a tributação dos carros movidos a eletricidade, mediante isenção do IPI incidente sobre eles, é altamente louvável e reflete a justa preocupação do ilustre Senador Flávio Arns com o meio ambiente e com a preservação dos recursos naturais.

De fato, o emprego de veículos baseados em tecnologias não poluente no transporte de pessoas e mercadorias, é o primeiro passo para prevenir a crescente deterioração da qualidade ambiental e das condições de circulação, ambas seriamente ameaçadas nos grandes centros urbanos brasileiros.

Com esse objetivo o autor da proposição vislumbrou na isenção tributária mecanismo capaz de impulsionar a produção e assim intensificar a utilização de veículos elétricos no país.

Diferente dos veículos automotores já beneficiados com alíquotas reduzidas do IPI para os modelos equipados com motores de menor cilindragem, a produção de veículos elétricos ainda menos poluentes, não conta com qualquer incentivo.

É bem verdade que o enfrentamento do desafio ambiental e suas interfaces, com o transporte de pessoas e bens, circunstância particularmente crítica nas áreas urbanas, exigem intervenções mais abrangentes e diversificadas que a medida, objeto do PLS em análise.

Tem consciência disso o próprio autor da proposição, quando afirma que: aspas, 'para reduzir nossas emissões de CO2 e nossa dependência do petróleo altamente poluidor', fecha aspas, é necessário estimular, abre aspas, 'estimular o desenvolvimento e a produção de amplo arco de alternativas', fecha aspas. Criar condições para a produção e a utilização de veículos elétricos é apenas uma delas.

Note-se que a proposição não incorre em criação de despesa ou renúncia de receita para a União, visto que atualmente não há produção ou comercialização de veículos dessa natureza. Ademais, cuida o PLS nº 44 de 2009, com muita propriedade, de estabelecer limites para vigência do privilégio.

Assim, é fixada em dez anos o prazo para isenção de pagamento do IPI pelos veículos alcançados pelo projeto. A par de prevenir possíveis distorções na aplicação do benefício, essa providência revela-se especialmente acertada por se tratar de tributo que, para além da função primária de prover recursos para o orçamento federal, cumpre importantes funções de natureza extrafiscal nos Campos de regulação de atividade econômica, da política industrial e do desenvolvimento regional.

Antes de concluir, gostaria de, com base nas mesmas razões que ensejaram a iniciativa do Senador Flávio Arns, propor emenda destinada a estender aos veículos com até 3,5 metros de cumprimento, conhecidos como minicarros o benefício que ora pretende instituir.

Para esses fins seriam admitidos apenas os modelos equipados com motor elétrico, com motor a combustão interna, flex, ou com motor híbrido, elétrico-flex. A produção de minicarros vem despontando mundialmente como saída para a caótica situação do trânsito congestionado das grandes metrópoles e como estratégia para o alcance de objetivos de redução do nível de emissões nocivas ao meio ambiente.

É o que demonstra a diversidade de modelos atualmente já produzidos ou em desenvolvimento em outros países, a exemplo do Smart Fortwo, do Toyota IQ, do Volkswagen UP! e do Mitsubishi Miev.

Sendo assim e ampliado o alcance da medida, nos termos das emendas que ofereço, considero que no âmbito das competências desta Comissão, a proposição é meritória e digna de nossa acolhida".

Voto. *"Pelas razões espendidas, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº 44, de 2009, com as seguintes emendas. Dê-se a emenda do PLS nº 44 de 2009 a seguinte redação: concede isenção do imposto sobre produtos industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica e aos veículos da categoria minicarros nas condições que específica; inclua-se do PLS nº 44 de 2009 o seguinte art. 2º. Recomenda-se o subsequente como art. 3º; art. 2º: o disposto do artigo 1º aplica-se aos veículos da categoria minicarros, equipados com motor elétrico, com motor a combustão interna flex ou com motor híbrido, elétrico-flex. Sala das Comissões*."

É esse o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Apresentado o parecer por parte do Senador João Durval, eu coloco em discussão a matéria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, estou pedindo vista desse projeto para conversar pessoalmente com o autor e o relator que eu gostaria de ter uns esclarecimentos.

Verifico que o engenheiro, Senador Delcídio Amaral, também está curioso e pretende vista do processo. Peço a V. Exa. se possível dar vista em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Então...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vistas, até, porque nós gostaríamos, nós não tivemos ainda uma posição do Governo Federal, dos Ministérios e nós gostaríamos também de discutir com o Governo esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Então, concedo vista coletiva ao projeto pelo prazo regimental.

Diz aqui o nosso Secretário, sempre vigilante, de acordo com o art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. Cinco dias.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Cinco dias?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Cinco dias; na próxima Sessão.

Antes de encerrarmos, Sras. e Srs. Senadores, a presente Reunião, eu convoco os senhores membros para a próxima reunião, a realizar-se dia 27 de maio de 2009, quarta-feira próxima.

É uma Reunião Conjunta com as Comissões de Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, de Agricultura e Reforma Agrária, e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, com a presença do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, essa reunião será realizada no auditório da Comissão de Assuntos Econômicos, que é o Plenário número 19, da sala de comissões.

Dito isto, está encerrada a Sessão e agradeço a presença das Sras. e Srs. Senadores.

Sessão encerrada às 09h53.

Ata da 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada em 27 de maio de 2009, às 10:00 horas, na sala nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e nove, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FRANCISCO DORNELLES**, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores, **JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MARCONI PERILLO, FERNANDO COLLOR, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, EDUARDO SUPLICY, JOÃO RIBEIRO, PEDRO SIMON, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO PEDRO, SÉRGIO GUERRA, ROSALBA CIARLINI, NEUTO DE CONTO, PAULO DUQUE, INÁCIO ARRUDA, MÃO SANTA e ALMEIDA LIMA.** Compareceram ainda os Senhores Senadores não-membros **Tasso Jereissati, Roberto Cavalcanti, César Borges, Marco Maciel, Garibaldi Alves Filho, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, José Nery, Romeu Tuma, Tião Viana, Papaléo Paes.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas.. **PARTE 1 –** Audiência Pública – Em atendimento aos Requerimentos nºs 04 e 34, de 2009–CI, de autoria do Senador Inácio Arruda e Senador Paulo Duque. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre o tema "O Papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no enfrentamento da Crise Financeira e de seus Impactos na Empregabilidade", com a presença, como expositor, do **Sr. Luciano Coutinho**, Presidente do BNDES. Após a exposição do convidado, usaram da palavra as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Tasso Jereissati, Valter Pereira, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Gilberto Goellner, Sérgio Guerra, Garibaldi Alves Filho e Augusto Botelho**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Fernando Collor,** Presidente.

19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 14ª Comissão da Comissão de Infraestrutura, 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 27 de maio de 2009, às 10 horas e 29 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu queria dizer da honra, Sr. Presidente Luciano Coutinho, de recebê-lo nessa Casa, V. Exa. que é um dos maiores expoentes da administração e hoje da economia do País e que vem fazendo um trabalho da maior profundidade, da maior responsabilidade e da maior competência no BNDES. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu estou aqui presidindo por dois motivos: porque sou o que tenho menos tempo no Senado e o que tenho mais idade, porque se fosse qualquer outro critério a presidência deveria caber ao Senador Valter Pereira ou ao Senador Marconi Perillo, que aqui representa a presidência do Senado e a Comissão de Infraestrutura, ou ao meu querido amigo, meu sempre Presidente, Garibaldi Alves.

Antes de iniciarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Eu declaro, também, aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a 14ª Reunião da Comissão de Infraestrutura, a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e a 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira, que hoje se realiza conjuntamente. A Audiência Pública é sobre o tema o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento no enfrentamento da crise financeira e seus impactos da empregabilidade, com a presença do Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, em atendimento aos Requerimentos nº 2, 5, 8 e 14 da CAE, ao Requerimento nº 6 da CAS, Requerimento nº 18 da Comissão de Agricultura, Requerimento nº 34 da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Valter Pereira e Paulo Duque.

De acordo com as normas da presidência, o convidado fará a sua exposição, em seguida vamos abrir à fase de interpelação pelos Senadores de acordo com a ordem de inscrição e de acordo com os requerimentos apresentados. Com a palavra o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO: Exmos. Srs. Senadores, Exmo. Sr. Senador Francisco Dornelles, Exmo. Senador Garibaldi Alves, Exmo. Senador Marconi Perillo, Exmo. Senador Valter Pereira, Exmos. Srs. Senadores Casagrande e Suplicy. Antes de tudo, eu queria agradecer às Comissões do Senado a oportunidade de poder ter o diálogo com os senhores, agradecer aos Presidentes de Comissões a gentileza de ter reunido nessa Audiência os vários aspectos da economia brasileira. Quero especialmente dizer ao Senador Valter Pereira que, atendendo à solicitação do Exmo. Ministro Miguel Jorge, que me incumbiu de representá-lo com relação a vários assuntos relativos à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que eu estou à exposição, e dizer da minha alegria de estar aqui. Eu farei uma exposição breve para que possamos ter oportunidade de esclarecer as questões que preocupam os Srs. Senadores.

Nós estamos num momento ainda muito difícil na economia mundial, embora nós vamos ver que os ativos, especialmente bolsas e preços, pararam de cair, mas no caso americano o setor imobiliário, os preços dos imóveis continuam muito deprimidos, continuam ainda caindo. Isso significa que a sensação de empobrecimento das classes médias americanas, a partir do seu patrimônio imobiliário, continua sendo um fator de freio à economia americana, o *Federal Reserve* americano continua atuando muito firmemente, oferecendo liquidez ao sistema, mas o sistema bancário não transmite essa liquidez plenamente para as empresas. É impressionante, por exemplo, o volume de depósitos do sistema bancário no próprio FED, a liquidez não flui e o crédito continua seletivo. Houve melhora apenas para empresas de muito bom *rating.* A atividade da economia mundial e americana nesse ano de 2009 atravessa uma recessão. Este último trimestre foi um trimestre de forte queda da americana mundial, da economia dos países desenvolvidos principalmente, e apenas um conjunto de economias emergentes, economias em desenvolvimento, especialmente China e Índia, e eu argumentaria aqui que o Brasil se juntará a este grupo de países, que começam a se recuperar, a sustentar o crescimento e a contribuir para que a recessão mundial não seja tão aguda. O próximo slide.

Eu queria mostrar aqui que os países emergentes vão contribuir e a sua participação tende a crescer na economia mundial. Essa tabela mostra a última projeção do Fundo Monetário para 2009 e 2010, é uma projeção razoavelmente pessimista, mostrando uma queda de quase 4% no PIB das economias desenvolvidas, um crescimento zero em 2010, enquanto de outro lado as economias em desenvolvimento não só mantém uma relativa diferença em termos de taxa de crescimento como ajudam a recuperação da economia mundial. Essa é a projeção mais recente do FMI. Eu quero sublinhar esse aspecto, que as economias em desenvolvimento podem gradativamente, mas especialmente lideradas pela China, cuja taxa de crescimento mínima será de 6,5%, o consenso de analistas já mostra que a China talvez consiga crescer 7%, a Índia cujo desempenho tem se mantido mais firme do que o esperado também, talvez o FMI tenha subestimado um pouco essas taxas de crescimento, inclusive a nossa, mas o consenso é que as economias em desenvolvimento ajudarão a puxar a recuperação global e, portanto, descolarão da recessão internacional. O próximo quadro.

Com relação à crise de crédito nos Estados Unidos, como eu disse, nessa curva azul aqui nós temos que ler desse lado. As taxas de risco das empresas de melhor qualidade *investment grade* americanas chegaram a bater em quase 300 pontos base; elas estão hoje um pouquinho abaixo de 200. É um nível ainda muito alto, mas é um primeiro indicativo de que as taxas de risco para as empresas de *investment grade* nos Estados Unidos começa a ceder. Por outro lado, todos os investimentos de alto risco ainda continuam, a leitura aqui, em taxas que chegaram a 2500 pontos base, portanto, 25 pontos de porcentagem encontram-

se ainda um pouco abaixo de 2000 pontos de porcentagem; são taxas de risco elevadíssimas para empresas ou investimentos de alto risco ainda no mercado americano, mostrando que a dificuldade financeira nos Estados Unidos ainda permanece muito aguda, muito séria. O próximo, por favor.

Um aspecto relevante que tem diferenciado o Brasil, graças à obtenção do *investment grade* e graças ao reconhecimento pelos mercados da solidez macroeconômica brasileira, tem sido a clara discriminação positiva que tem sido feita pelos mercados em relação ao risco Brasil. O risco Brasil, que sempre havia sido superior à média, após o *investment grade* ele começou a correr um pouquinho abaixo da média e agora no período de crise com um diferencial substancial abaixo da média, numa demonstração muito clara dos mercados do reconhecimento da solidez da economia brasileira. Eu diria que a economia brasileira ultrapassou de forma muito hesitosa um *stress test*, um teste de estresse, tendo conseguido manter reservas, conseguido manter condições mínimas de crescimento do sistema econômico, manter a integridade da sua política econômica, manter condições fiscais sobre controle. Várias dessas condições têm sido reconhecidas pelo mercado. O próximo, por favor.

Outro ponto importante, eu mencionei, é que os preços dos ativos pararam de cair. Aqui temos os preços das commodities. Nós temos aqui forte queda no preço das commodities e uma estabilização de preços num patamar bem mais baixo, um patamar médio que remonta a 2006, 2007, mas as commodities caíram, estabilizaram e em comuns casos as commodities começam a dar sinais de melhora. Obviamente nós temos que fazer uma análise individual de cada mercado, mas graças, em boa parte, à demanda representada pela China, as commodities chegaram a um certo piso de sustentação, o que tem sido bastante positivo para o desempenho comercial brasileiro. Da mesma forma as Bolsas de Valores, que sofreram uma forte queda, já estabilizaram e nos últimos dois meses mostram até um comportamento, talvez, excessivamente exuberante, talvez não correspondente ao quadro, talvez a Bolsa antecipando, eu vejo aqui talvez até uma minibolha, uma certa antecipação da recuperação à frente, mas mostrando que, pelo menos, do ponto de vista de precificação das bolsas, a impressão dos mercados é de que a crise já está sendo ultrapassada. O próximo.

Eu queria mostrar aqui uma coisa interessante com relação ao futuro do Brasil, quer dizer, o Brasil, historicamente, sempre cresceu acima da média mundial. De 1966 a 1981, se nós tomarmos de 1950 a 1980, enquanto a economia mundial crescia 5%, o Brasil cresceu 9,5%, quer dizer, o Brasil chegou a ter uma taxa de crescimento espetacular durante um período de quase trinta anos, uma média histórica muito alta, isso nos anos 50, 60 e 70. A partir dos anos 80, a hiperinflação, a desorganização das finanças públicas, a crise da dívida, a crise cambial, um período muito difícil, impôs à economia brasileira uma trajetória muito medíocre. Nos custou duas décadas e meia para superar essas dificuldades e o Brasil cresceu muito abaixo da média mundial. Foi devido ao esforço de reconstrução fiscal do País, que data desde o fim da conta movimento, passa por várias iniciativas, até a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a sustentação de um superávit primário firme durante um longo período, é que um dos fundamentos foi estabelecido. O outro fundamento, o Plano Real, que meio à década de 90 conseguiu estabilizar a economia, embora ainda um terceiro problema sério tivesse remanescido, que foi a alta vulnerabilidade cambial do Brasil. E a alta vulnerabilidade cambial do Brasil foi superada apenas entre 2005 para 2006 quando um forte movimento de acumulação de reservas permitiu ao Brasil desdolarizar a dívida interna e acumular um colchão de reservas muito superior ao passivo externo público brasileiro. Então eu diria que este processo de acumulação de ganhos que foram consolidando a macroeconomia brasileira, e é um processo que ultrapassa várias iniciativas de governos, de vários governos, ele já se refletiu, especialmente a partir do robustecimento cambial, ele já se refletiu no período de 2004 a 2008 numa taxa de crescimento média em que o Brasil cresceu igual ao mundo, abaixo ainda do nosso potencial, do potencial que nós desejamos. Eu acho que nós, brasileiros, a sociedade brasileira almeja crescer mais do que a média mundial, como um País em desenvolvimento, jovem, com grandes fronteiras de expansão, nós certamente podemos crescer mais do que isso, mas nós já melhoramos, estamos empatados. Porém, embora tenhamos acumulado todas essas vantagens, nos defronta nesse momento uma grave crise internacional e a expectativa de um crescimento nos próximos anos muito baixo da economia mundial. Provavelmente a economia mundial nos próximos anos ostentará uma taxa de crescimento média muito mais baixa, principalmente das economias desenvolvidas. Portanto, o Brasil terá que se descolar da economia global para aumentar e retomar uma trajetória de crescimento mais robusta. Nós precisamos, em síntese, sustentar a robustez macroeconômica brasileira, a robustez cambial, a estabilidade conquistada. Nós não podemos esquecer lições do passado, sustentar a nossa robustez, e precisamos fundamentalmente, na minha opinião, ampliar a capacidade de poupar e de investir do País. É a ampliação da capacidade agregada de

poupança e investimento do País, a elevação da taxa de investimento do País que nos permitirá realizar no futuro um crescimento mais alto do que a média mundial. Isso está ao nosso alcance e eu tenho convicção de que o Brasil poderá alcançar no futuro um crescimento superior à média mundial pelas razões que eu gostaria de expor a seguir. Por favor.

Primeiro, o Brasil tem um potencial de consumo e de demanda doméstica muito firme. As famílias brasileiras têm uma baixa alavancagem em dívida e qualquer melhora consistente do emprego e da distribuição de renda produz no Brasil um impulso muito firme ao consumo. Nós vemos aqui que a sustentação entre 2005 e 2008 de um crescimento firme do emprego resultou em taxas de crescimento muito firmes do consumo das famílias, taxas até em certos momentos excessivamente aceleradas, que nos preocupavam, especialmente o Banco Central, preocupava pela pressão inflacionária que poderia advir de um crescimento sobreaquecido do consumo, mas o que está por trás disso aqui é o seguinte: o Brasil tem um potencial de crescimento do consumo familiar no mercado interno muito firme. E nós estávamos num ciclo muito virtuoso em que o crescimento do investimento, que é essa barrinha azul, há vários trimestres consecutivos superava o crescimento do PIB e permitia que a taxa agregada de investimento da economia estivesse subindo. Esse é o tipo de crescimento saudável, liderado pelo investimento, que nós devemos buscar para a sustentação a longo prazo do crescimento econômico com estabilidade. Eu quero argumentar também que o Brasil é uma das economias que tem condição de sustentar um crescimento rápido e firme dos investimentos. O próximo.

Aqui no quarto trimestre há queda. Nós podemos saltar esse slide. Por favor, o próximo.

Eu queria sublinhar agora aqui o mercado interno brasileiro. Ele está sendo preservado. Nós temos aqui a curva de desemprego de 2008 e a curva de desemprego de 2009. O desemprego de 2009 está um pouquinho acima do de 2008, ainda muito abaixo da queda do desemprego, da curva de desemprego verificada desde 2004, quer dizer, houve uma queda do desemprego. O ajuste de produção realizado desde setembro produziu uma queda do emprego nos meses de outubro, novembro e dezembro, mas é relevante sublinhar que o emprego formal voltou a crescer no mês de março, 36 mil novos postos, e no mês de abril 106 mil novos postos. No caso do mês de abril, um crescimento forte da construção dos serviços e, também, uma neutralização da queda do emprego industrial. Eu não quero dizer com isso que a situação do emprego está superada, que a preocupação com a sustentação do emprego deva ser abandonada, mas eu quero dizer que há sinais objetivos de recuperação do mercado de trabalho brasileiro que, associado à melhora do salário mínimo e da renda previdenciária que está vinculada ao piso do mínimo, permitiu que a renda das famílias pudesse ter sido sustentada e, com isso, o consumo, especialmente nas vendas no varejo, vendas de supermercado, vendas em varejo, tenham exibido taxas reais de crescimento, de recuperação, o que é um fato importante, revelando a resistência do mercado interno brasileiro, a capacidade do mercado interno brasileiro de resistir ao processo de crise, o que é um fato muito importante para a nossa economia. Vamos em frente.

Isso se revela aqui no fato de se nós olharmos a massa salarial, na sustentação do aumento da massa salarial apesar da crise, ou seja, não houve uma quebra na massa salarial, embora tenha havido uma redução do emprego ali num período, ela foi compensada. Portanto, o mercado interno tem sido sustentado. O próximo.

Olhamos agora o lado do consumo que depende do crédito. O crédito sofreu de forma muito evidente, está aqui o sofrimento do crédito, embora o crédito, a pessoa jurídica desde setembro tenha sofrido mais do que o crédito para pessoa física, mas o crédito sofreu. Temos feito um esforço muito grande - podemos passar para o próximo - de sustentação do crédito. Desde setembro, se tomarmos um índice 100, os bancos públicos, até o fim de março, nós só teremos o número de abril do Banco Central anunciado hoje, por isso que eu não tenho a estatística incluindo abril, mas até março os bancos públicos tinham índice de concessões novas de crédito de 118,3 e o setor bancário privado de 102,1, ou seja, toda a expansão do crédito de setembro do ano passado a março deste ano, 82% da expansão do crédito foi providenciada pelo sistema bancário público e apenas 18% pelo sistema privado. Portanto, graças à existência de um sistema bancário público foi possível mitigar no Brasil a violência da crise de crédito observada em outras economias. Eu quero mostrar que o BNDES sozinho contribuiu com 34% do aumento de crédito nesse período. O próximo.

Então, em resumo, o crédito, eu sei que o Senador Dornelles me mandou algumas perguntas sobre o crédito, eu acho que a questão do crédito não está totalmente resolvida, nós podemos falar disso depois. Temos ainda um desafio de melhorar as condições de crédito para pequenas e médias empresas, é um desafio ainda pendente, não está totalmente resolvido, mas eu queria falar agora da questão do investimento, porque é que eu tenho uma visão otimista da capacidade brasileira de recuperar o crescimento olhando, agora, aquela parcela do investimento que, em geral,

é aquilo que os economistas chamam de investimento autônomo, ou seja, não é um investimento que depende da demanda do sistema econômico, é um investimento que depende de um cálculo de longo prazo e, em geral, de decisões autônomas do setor público. Os investimentos em geral, em energia, em petróleo e gás e em outras infraestruturas não foram afetados pela crise. Por quê? Porque esses investimentos dependem de ou iniciativas diretas do governo ou da oferta ao setor privado de concessões ou de autorizações para a construção e a operação de infraestruturas. Eu quero sublinhar, por exemplo, os planos. Esses levantamentos foram feitos pelo BNDES em agosto de 2008, antes da crise, e em dezembro de 2008. Então nós verificamos que em infraestruturas e em vários outros setores os investimentos foram não afetados ou muito pouco afetados pela crise. Por outro lado, investimentos que dependem muito do mercado externo, commodities de exportação que dependem do mercado internacional, por exemplo, na siderurgia é natural que os planos de investimentos tenham sido postergados em função de um cenário mundial muito adverso. Então houve, sim, uma postergação de planos de investimento, mas há uma parcela relevante de investimentos que não foi afetada pela crise. O próximo.

Nós podemos ver aqui ao contrário, que em determinados segmentos os sucessivos levantamentos realizados pelo BNDES, por exemplo, essa coluna aqui mostra o investimento efetivamente realizado no período de 2004 a 2007. Por exemplo, em petróleo e gás, 147 bilhões de reais. Ao fim de 2007, nos dois últimos meses de 2007, a projeção para o quadriênio 2007/2010 apontava 183. Ao fim de 2008, 202. Ao fim de 2008 apontava 269,7 para o quadriênio 2009/2012, ou seja, os sucessivos levantamentos que o banco tem feito de projetos nessas áreas que em geral passam, transitam pelo BNDES, revela, ao contrário do que se pensa, que esses investimentos no Brasil estão em expansão e não em retração. Os investimentos da cadeia de petróleo e gás estarão em expansão nos próximos anos graças à camada pré-sal, à preservação e o suporte à capacidade de investimentos da PETROBRAS. Posso dizer a mesma coisa em outros setores, por exemplo, na energia elétrica, que eu vou mostrar num outro slide, mas mesmo em alguns setores, por exemplo, como a petroquímica, os investimentos estão sendo mantidos. Os investimentos, porém, por exemplo, se nós tomarmos celulose e papel, a crise afetou e postergou planos de investimentos para o futuro. O próximo.

Mas há ainda um ponto curioso. Mesmo no setor automotivo, por exemplo, os investimentos sofreram, mas sofreram relativamente pouco por conta do potencial do crescimento da economia brasileira. Por exemplo, surpreendentemente nós temos um projeto de investimento em análise de 1 bilhão e 300 milhões de dólares de uma fábrica nova, de uma plataforma global nova de uma das grandes empresas montadoras, que está em grave crise, mas no Brasil ela tem um plano robusto de investimento. Então existem energias e potenciais da economia brasileira que nós precisamos reconhecer e que estão sendo, felizmente, confirmados. O próximo.

Se nós olharmos as infraestruturas nós vamos ver também que os planos de investimento têm se ampliado. Em energia elétrica, por exemplo, o realizado entre 2004 e 2007, o projetado para os próximos quadriênios tem se ampliado. Eu quero sublinhar, por exemplo, que as usinas do Madeira estão sendo executadas, embora em algum momento tenha sido objeto de ceticismo, e não estamos aqui computando, por exemplo, os novos projetos de Belomonte e Tapajós. Então, portanto, a fronteira de investimento em energia, ela tende a crescer e não a se contrair. As telecomunicações têm mantido firme os seus cronogramas de investimento em função da rápida expansão das tecnologias de banda larga. Os investimentos em saneamento, graças à recuperação de muitas das empresas estaduais de saneamento, e nós temos trabalhado muito firmemente para buscar recuperar essas empresas estaduais de saneamento, e graças também a vários dos projetos do PAC, os investimentos em saneamento tem crescido e tem se expandido. Resumindo, o Brasil tem fronteiras de investimento de alto retorno em várias áreas – pode passar o próximo – que nos assegura que uma parcela importante do investimento tem um componente autônomo que irá se expandir apesar do cenário adverso. E eu quero separar esse conjunto de investimentos, que representa mais ou menos metade da formação bruta de capital fixo, dos investimentos das milhares de médias e pequenas empresas que são induzidas pela demanda. São investimentos que dependem muito do nível de uso de capacidade produtiva. Esses investimentos que dependem do uso da capacidade produtiva foram afetados pelo ajuste de produção, os planos de investimento foram postergados, e nós precisaremos, se nós lembrarmos, por exemplo, o uso de capacidade industrial no ano passado, média, estava em torno de 84%, querendo chegar a 85%, que é um nível de perigo, digamos assim, do ponto de vista de inflação. O nível de uso de capacidade industrial caiu a quase 70%, está hoje em 76%, 77%. Ele está retornando. Mas será necessário que o crescimento do mercado interno se sustente para que a capacidade produtiva possa ser utilizada novamente, a ociosidade seja absorvida e na medida em que a ociosidade industrial venha a ser absorvida é natural que a grande massa

de pequenas e médias empresas volte a investir, e é esse o grande problema que nós precisamos ainda enfrentar. Nós temos que sustentar o crescimento do mercado interno brasileiro e providenciar condições de apoio às médias e pequenas empresas do País para que, na medida em que sustentemos o crescimento do consumo, possamos vir a incentivar e apoiar firmemente a retomada do investimento por parte da grande massa de pequenas empresas, porque o investimento dos grandes blocos produtivos em infraestrutura, energia, petróleo, gás e outras, que dependem de decisões de grandes empresas, nós já estamos em processo de suporte e temos perspectivas positivas. O BNDES tem feito um esforço muito grande de apoiar a formação de capital fixo no Brasil, nós estamos ampliando a nossa participação direta no financiamento ao investimento no Brasil, temos apoiado, e vamos continuar apoiando fortemente, provavelmente em 2009 a nossa participação continuará crescendo. O próximo.

Os desembolsos do BNDES continuam em ascensão, até abril nós desembolsamos quase 93 bilhões de reais. Agora em maio, junho e julho nós deveremos nos estar aproximando de um desembolso perto a 100 bilhões de reais em doze meses, e as nossas aprovações que caíram um pouquinho e me causaram alguma preocupação, felizmente nós vamos poder reverter. Eu queria mostrar o próximo slide, por favor.

Nesse próximo slide nós vamos mostrando que nesse quadrimestre de janeiro a abril desse ano, felizmente as consultas ao BNDES voltaram a crescer e os enquadramentos voltaram a crescer fortemente. Aqui tem o enquadramento da operação PETROBRAS, mas mesmo que eu deduza daqui o enquadramento da operação PETROBRAS, que é muito grande, ainda assim nós temos um crescimento no volume de enquadramentos, o que me dá tranquilidade que nós vamos... Como esses enquadramentos em larga medida se transformam depois em projetos aprovados--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E a PETROBRAS?

SR. LUCIANO COUTINHO: A PETROBRAS representa 25 bi, é o empréstimo a PETROBRAS desses 67. Portanto, ele representa um percentual importante disso aqui.

Mas nós temos o enquadramento agora em maio crescendo, então nós estamos com a melhora do enquadramento, o que me permite - podemos seguir adiante - confiança de que poderá continuar crescendo a atuação do BNDES em termos de aprovação de projetos.

Uma palavra a respeito do PAC. Nesse momento o BNDES tem 304 projetos do PAC que representam um potencial de financiamento de 124 bilhões de reais. Desses 124 bilhões, 100 bilhões já estão enquadrados e 50 bilhões já estão aprovados e contratados. O BNDES é o principal financiador do lado privado do PAC. Nós queremos dizer o seguinte: existe um lado do PAC que é o OGU, que é o investimento que vem do Orçamento Geral da União, e existe um outro lado que é o PAC privado, através das concessões e através de vários outros empreendimentos, que dependem do setor privado e que tem recebido firme apoio do BNDES.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, se por possível esclarecer enquadramento, o que é exatamente é, por favor.

SR. LUCIANO COUTINHO: Bom, o enquadramento--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A diferença, porque tem aprovação, enquadramento e desembolso.

SR. LUCIANO COUTINHO: Um processo no BNDES passa por vários comitês. Inicialmente o BNDES recebe uma consulta, uma Carta-Consulta, essa consulta é analisada. Se essa consulta está conforme as regras do banco, se a empresa tem condições de cadastro e de *rating* mínimo aceitável, esse projeto passa por um comitê de avaliação e é enquadrado. Um projeto enquadrado recebe uma determinada prioridade e passa a ser analisado pelo banco. A partir da análise ele pode ser aprovado pela diretoria, depois de uma análise, de uma formatação da melhor forma de apoio financeiro do banco, a definição das condições, definição de garantias, definição de taxas. Após a aprovação o projeto é contratado e após a contratação começam a ocorrer os desembolsos do projeto contra a realização do investimento. Então esse processo, desde a consulta até o enquadramento, até a aprovação, tem levado em média seis meses, considerando que em alguns casos, obviamente dependendo das linhas, algumas linhas são muito rápidas, alguns projetos pela sua complexidade são projetos que demoram mais ou porque a consulta precisa ser refeita em função das prioridades, mas há, digamos assim, uma espécie de linha de montagem de tramitação dos projetos dentro do banco.

Então o banco participa como um financiador importante do esforço do PAC. Podemos passar para o próximo.

Eu queria, em atenção aqui à Comissão de Agricultura, ao Senador, falar um pouquinho do apoio do BNDES à agricultura, que muitas vezes é subestimado. Eu queria dizer o seguinte, Senador: no ano passado a agricultura recebeu praticamente 25 bilhões de reais em apoios do BNDES, distribuído como está aqui mostrado, quer dizer, financiamento de caminhões,

uma parcela muito grande dos nossos caminhões vão para o setor agrícola, que depende de caminhões para a sua safra, e os demais programas, o Moderagro, o Modefrota principalmente, a soma dos programas do banco, além de outros pois diretos do banco, empréstimos diretos do banco a empresas do setor agrícola sob diversa formas. Portanto, é muito substancial. E o crescimento no ano passado foi de 63%, foi um crescimento até superior ao crescimento total do banco.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Investimento de crédito?

SR. LUCIANO COUTINHO: Do crédito para o setor agrícola. O crescimento do ano passado do banco estava em torno de 40%, quarenta e pouco por cento, para a agricultura superou. Então o banco tem sido muito ativo no suporte em agricultura. Agora depois da crise, de setembro a abril, comparando com o mesmo período, nós estamos mantendo um crescimento--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nesse valor aí está incluído o sucroalcooleiro?

SR. LUCIANO COUTINHO: Neste valor, o sucroalcooleiro, que está recém começando, tem muito pouquinho, mas vai estar incluído um aumento para o sucroalcooleiro, mas aqui dentro tem alguns preâmbulos diretos ao setor sucroalcooleiro.

Então nós estamos mostrando também que de setembro do ano passado a abril desse ano, depois da crise, nós já desembolsamos 17 bilhões para o setor agrícola como um todo. Então o BNDES tem tido, ao contrário do que se pensa ou que às vezes se diz sem conhecimento, um compromisso muito firme com o setor agrícola brasileiro, com os agronegócios brasileiros e não poderia ser diferente. A economia brasileira tem nos agronegócios um dos seus principais esteios. Não fora o agronegócio brasileiro, a nossa balança comercial seria uma balança fortemente deficitária; o Brasil depende do seu agronegócio para sustentar a sua robustez cambial e seria inteiramente ilógico e irracional que nós estivéssemos afastados ou não tivéssemos atenção ao setor agrícola como um todo e ao setor de agronegócios, agroindústrias, como um todo. Então nós teremos muita satisfação, depois, de olhar os programas. Eu sei que nós temos desafios pela frente em função da crise de crédito, das dificuldades que alguns segmentos importantes do agronegócio estão enfrentando, nós temos consciência disso, mas nós temos buscado trabalhar muito para superar essas dificuldades. Vamos em frente.

Quero falar também do papel do BNDES na área social. Entre janeiro e abril de 2009 o nosso desembolso na área social tem crescido fortemente numa ação anticíclica. Nós estamos apoiando mais metrô, saneamento, ou seja, nós estamos buscando acelerar o desembolso nos contratos relativos a toda a área social do banco. O próximo.

Quero falar um pouco sobre o emprego, porque essa é uma outra questão muito endereçada ao banco. Numa das questões do Senador Dornelles, que eu recebi, era a questão do emprego, Senador, o BNDES desenvolveu um cálculo muito conservador, usando a matriz de insumo do produto, para calcular o impacto dos investimentos financiados pelo BNDES sobre a criação de empregos. Então o que nós temos é o seguinte: no ano passado os desembolsos do BNDES para capital fixo, para novas fábricas e novas unidades, representaram a criação ou manutenção de 2 milhões e 860 mil empregos. Então o BNDES tem contribuído de forma persistente e expressiva para a geração de empregos. Há, obviamente, aí um pedaço de rotatividade do emprego e o saldo líquido de criação de empregos é diferente desse, mas o BNDES se preocupa e tem como um dos principais nortes da sua política operacional a criação e sustentação de empregos. O investimento, é muito fácil de entender isso. O investimento é o melhor instrumento de criação de emprego em qualquer economia, e como o BNDES é o principal financiador do investimento, é natural que o resultado da sua atuação seja muito favorável em termos de criação de emprego. O próximo.

Mas mais do que isso, há um estudo recente feito pelo IPEA, um estudo muito interessante. Ele toma amostras de empresas comparáveis, empresas do mesmo porte e dos mesmos setores, e analisa essas duas amostras. Essas amostras cobriram o período de onze anos, de 1995 a 2006. Amostras de empresas apoiadas versus amostras de empresas não apoiadas pelo BNDES. Então amostra de empresas apoiadas pelo BNDES revela que no primeiro ano elas tinham 14% mais emprego e no terceiro ano 27% mais emprego do que a amostra das empresas não apoiadas. Se nós olhássemos remuneração média, também. Se nós olharmos escolaridade e produtividade, não está aí, mas o BNDES tem um efeito qualitativo: não só ele queria emprego, ele ajuda a criar emprego, mas o desembolso do BNDES tem tido um papel positivo de melhora qualitativa da estrutura empresarial brasileira. O próximo.

Quero falar agora também, em atenção ao setor de agronegócios, sobre a nossa compreensão relativa a um setor tão importante. Nós sabemos que as linhas de crédito ficaram muito escassas num período recente, especialmente o financiamento que era oferecido por *tradings*, que desapareceu, e o financiamento oferecido por alguns bancos, especialmente bancos pequenos e médios que saíram do crédito e, na verdade, resgataram e sufocaram o crédito para empresas do agro-

negócio em várias regiões. Além disso, houve queda na demanda internacional e houve, em alguns casos, a produção que ia para o mercado internacional foi jogada no mercado interno com queda de preço. Em outros setores houve um ciclo muito forte de investimento que, colhido pela crise, produziu uma ociosidade que afetou várias empresas; foi especialmente o caso do setor de frigoríficos. Enfim, isso levou, felizmente, um conjunto limitado de empresas importantes para a recuperação judicial. Nós temos trabalhado arduamente para tentar encontrar soluções dentro da Lei de Recuperação Judicial para a solucionar o caso dessas empresas, porque nos interessa... Esses ativos empresariais, vários deles, são ativos empresariais de alta qualidade, essas empresas precisam ser recuperadas. E eu quero dizer muito claro aqui, quando a gente quer dizer que precisamos recuperar as empresas, não quer dizer que nós vamos salvar ou recuperar os controladores das empresas. Se as empresas ainda têm patrimônio positivo, é lícito que os controladores tenham a sua fatia correspondente ao patrimônio positivo, mas se as empresas têm patrimônio negativo, trata-se de orquestrar, dentro da Lei de Recuperação, seguindo as normas da Lei, a busca de investidores que possam recuperar a empresa, comprar a empresa em recuperação, apresentar um novo plano de negócio e recuperar essas empresas dentro da Lei, porque empresas são instituições muito valiosas para serem sacrificadas, especialmente empresas que têm um acervo de tecnologia, de capacidade produtiva; isso precisa ser recuperado. Então nós estamos muito empenhados em apoiar o processo de recuperação judicial buscando atrair investidores, apoiar esses novos investidores para que eles possam recuperar a empresa. Podemos seguir adiante.

No caso do açúcar e álcool, felizmente, os preços estão melhorando em função de uma frustração de produção na Índia e de sustentação da demanda. No caso do etanol, nós sofremos com o mercado a partir da redução de vendas de veículos, a partir de uma certa redução do consumo e também das exportações. Entretanto, com o Programa de Orentagem(F) do Álcool nós vamos poder estocar e impedir que o preço continue em queda livre, poder ajudar, e, também, maior destinação para o açúcar vai nos permitir acomodar. Nós temos a convicção de que o setor sucroalcooleiro superará essa crise, temos uma visão otimista quanto ao futuro setor sucroalcooleiro e temos apoiado a recuperação do setor. O próximo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem a perspectiva americana também.

SR. LUCIANO COUTINHO: Tem a perspectiva também, como o Senador está me lembrando aqui, de abertura do mercado americano.

Rapidamente, o BNDES tomou um grande número de medidas, eu não me lembro agora, eu acho que foram mais de quarenta e duas medidas contra a crise, desde a eclosão da crise, mas em resumo as principais medidas desde setembro. Primeiro, a entrada do BNDES firme em capital de giro. O BNDES tradicionalmente sempre financiou investimento ao longo prazo. Em função da crise, o BNDES abriu uma linha de giro que tem sido muito demandada e nós vamos estar executando, entre as diversas categorias de giro, algo próximo a 10 bilhões ou mais ao longo desse ano de 2009, o que é uma mudança importante nas linhas do BNDES. E nós temos produzido giro para a produção, para a exportação, através da ampliação do pré-embarque, e de empréstimos-ponte para projetos de infraestrutura, temos apoiado, porque o mercado tem sido muito seletivo na oferta de crédito a empréstimos-ponte para infraestrutura. O BNDES tem se empenhado muito em fortalecer as pequenas e médias empresas. Nós ampliamos o limite do Cartão BNDES, que era até 250 mil reais, para 500 mil reais. Ampliamos o prazo de três anos para quatro anos e baixamos a taxa de juro, sendo que o resultado é que o Cartão BNDES tem crescido 100% nesse quadrimestre, quer dizer, os desembolsos do Cartão. O Cartão está crescendo fortemente, ele é um precioso instrumento de apoio à pequena empresa que nós temos utilizado. Além disso, nós permitimos o refinanciamento de até 20% da carteira de pequenas empresas do banco. O refinanciamento era permitido para apenas 4% da carteira e nós flexibilizamos o financiamento para que os bancos possam refinanciar pequenas empresas em casos de necessidade de refinanciamento. Então temos buscado apoiar o refinanciamento para pequenas empresas. Um outro programa importante se destinou à manutenção da capacidade de investimento dos Estados da Federação. O Governo Federal ofereceu aos Estados um volume de 4 bilhões de reais para apoio à sustentação dos investimentos dos Estados. O BNDES também participa do apoio ao Programa Minha Casa, Minha Vida, o programa de construção, apoiando a cadeia produtiva, apoiando a expansão da cadeia produtiva e através de programas de apoio à qualidade. Podemos seguir adiante, por favor.

Com relação a programas que estão entrando em operação agora em abril e esperamos poder expandir fortemente, um deles é o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro, que é o Programa de Orentagem(F), ao qual eu já fiz referência. O Programa PROCAP Produção é um programa muito interessante. Esse pro-

grama visa financiar o cooperado para que ele possa capitalizar a sua Cooperativa. Esse programa permite a recapitalização de cooperativas através do financiamento ao cooperado, seja a cooperativa singular ou seja o próprio cooperado pessoa física. Quero sublinhar, também, o Programa Especial de Crédito Rural - PROCER, que é um programa de 10 bilhões de reais de crédito ao setor rural em diversas modalidades. E, também, o Programa de Giro – PEC/BNDES, que também está aberto aos setores de agronegócio. Esses programas todos são programas muito relevantes. Estes programas, o PAS e o PRÓCER, têm equalização de juros. O Programa PROCAP Produção é um programa em condições bastante favoráveis e o PEC também é um programa que tem como base uma taxa de 10,25%, uma taxa bastante favorável para o capital de giro. Podemos seguir adiante, por favor.

O Programa de Apoio aos Estados é um programa que foi também perguntado pela assessoria do Senador Dornelles. O Programa de Apoio aos Estados tem uma dotação de 4 bi e ele tem como distribuição, Senador, proporcional ao Fundo de Participação dos Estados que, como sabemos, é diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda per capta dos Estados. Então os Estados mais pobres, mais populosos, recebem mais do que os Estados mais ricos, de maior renda per capta. Portanto, esse é um programa que beneficia, a grosso modo, os Estados menos desenvolvidos do Brasil, com destaque para os Estados do Nordeste. Neste programa será oferecido TJLP + 3% e todos os Estados já apresentaram—

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Presidente, por favor.

SR. LUCIANO COUTINHO: Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Volte um pouquinho só.

SR. LUCIANO COUTINHO: Volte uma.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): São 4 bilhões?

SR. LUCIANO COUTINHO: 4 bilhões de reais. Está aqui a apresentação, Senador, ficará. Podemos seguir.

Esse programa todos os Estados já apresentaram, está todo enquadrado. Os Estados do Nordeste estão aqui, por conta da renda per capta mais baixa são os mais beneficiados e nós esperamos implementá-lo com grande agilidade para ajudar a sustentação dos investimentos dos Estados. Podemos seguir adiante.

Dentre as medidas mais recentes, Srs. Senadores, o BNDES obteve, um dos seus pleitos importantes atendidos, que era a redução da taxa do empréstimo de 100 bilhões ao BNDES. O empréstimo de 100 bilhões foi feito com TJLP + 2,5% de *spread* para o Tesouro. Ele foi arbitrado em um momento em que a Taxa Selic estava lá em 14,75%. Para reduzir o impacto sobre o Tesouro, sobre o subsídio implícito do Tesouro entre o custo de capitação do Tesouro e o custo de empréstimo ao BNDES, o empréstimo foi feito com TJLP + 2,5%. Ocorre que felizmente, graças à queda expressiva da Taxa Selic, esse aproximação da Taxa Selic da TJLP, tornou esse custo um custo extremamente incômodo, posto que o BNDES teria que repassar esse custo para o setor privado. Então atendendo a um pleito, o Ministro Guido e o Presidente da República houveram(F) por bem reduzir a taxa de 2,5% para 1%. Então o custo dos recursos do BNDES foi reduzido de 2,5%, TJLP + 2,5%, para TJLP + 1%. Em função dessa redução de custos nós anunciamos imediatamente uma redução dos custos de várias das linhas do banco que estavam muito onerosas. Por exemplo, o empréstimo-ponte que partia de 14,5% para infraestrutura foi reduzido para uma faixa entre 8,15% e 10%. O Programa Especial de Crédito, que é o Programa de Giro, a taxa saiu de 14,5% para 10,25%, isso para o sistema bancário, pois depois disso o sistema bancário coloca o seu *spread*, quer dizer, 10,25% é o custo básico e mais a remuneração do agente financeiro. E, finalmente, as taxas de pré-embarque à exportação que foram reduzidas. Além disso, toda a linha FINAME, as parcelas da linha FINAME e outros programas que tinham parcelas, especialmente o 20% adicional para chegar a 100%, que estava com TJLP + 2,5%, foi reduzido. Então o BNDES repassou para as suas linhas imediatamente a redução do juro. Então essas foram as medidas mais recentes. O próximo slide.

Eu quero concluir a minha apresentação dizendo que nós temos a convicção, Srs. Senadores, que a economia brasileira tem condições de crescer bem acima da média mundial nos próximos anos, ou seja, a economia brasileira tem condições efetivas de se descolar da crise e crescer acima da média. Este desempenho da economia brasileira estará calcado boa medida em seu mercado interno - eu já falei sobre isso. Eu quero sublinhar também o grande potencial da construção habitacional no Brasil. É um tremendo potencial que eu não fiz referência na exposição, mas o Brasil tem um grande déficit habitacional, especialmente nas classes de baixa renda. Tem uma baixa alavancagem no sistema financeiro do crédito imobiliário, há uma avenida para o crédito imobiliário crescer a partir da redução das taxas de juros. Então eu tenho uma visão muito otimista quanto ao potencial de crescimento do sistema de construção habitacional no Brasil. Além disso, como eu já expus, o investimento no Brasil será dinamizado por quatro grandes eixos: petróleo e gás, energia, logística e agronegócios, que são vetores mui-

to poderosos de sustentação do investimento. O que nós precisamos agora é apoiar as pequenas e médias empresas para que elas possam também recuperar os investimentos. E eu posso dizer aos senhores, além disso, que o BNDES tem um firme compromisso com a inovação tecnológica e com o meio ambiente, são dois compromissos muito firmes sobre os quais eu não falei, mas é importante deixar sublinhado aqui, além do nosso total empenho em suportar a economia. Muito obrigado pela atenção. Peço desculpas por ter me alongado demais na exposição.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu gostaria que me inscrevesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo pela exposição competente e objetiva que acabou de fazer. A sua presença na presidência do BNDES tem sido um marco da administração pública brasileira e o BNDES tem tido uma função extremamente importante num momento em que o País enfrenta essa crise financeira de empregabilidade.

Nós passamos agora aqui às inscrições. Foi adotado o critério daqueles Senadores que fizeram os requerimentos. O primeiro seria o Senador Suplicy, que aqui não está. Vamos fazer de três em três, se vocês concordarem. Em seguida, o Senador Tasso Jereissati. O Senador Arthur Virgílio não está presente. Inácio Arruda, Senador Valter Pereira e o Senador... Vamos aqui dar a palavra ao Senador Tasso Jereissati e em seguida ao Senador Valter Pereira.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Srs. Presidentes, Srs. Senadores, Dr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Primeiramente eu gostaria de parabenizar ao Presidente Luciano Coutinho pela exposição bastante clara, bastante transparente, que demonstra bem o importantíssimo papel que o BNDES tem desempenhado ao longo de toda a sua história, mas, principalmente, recentemente durante essa crise econômica que afetou o mundo inteiro; realmente o BNDES tem tido um papel fundamental. Gostaria de ressaltar que, apesar de Senador de oposição e ser um crítico constante do governo que aí está, a minha admiração e respeito pelo Luciano Coutinho pelo que ele representa, um homem sério, competente e que tem uma história que honraria qualquer governo em qualquer época no Brasil.

Algumas coisas, no entanto, Presidente, eu gostaria de ver esclarecido e eu não vejo com o mesmo otimismo que V. Sa. vê no quadro que aí foi entregue. Por exemplo, o papel do BNDES tem sido fundamental, sem dúvida nenhuma. Mas observando o desenho e mesmo confirmado aqui pelo desenho que V. Sa. fez, tem sido investido um volume de recursos muito mais naquilo que vocês estão chamando de operações estruturadas, ou seja, salvar ou ajudar ou suportar empresas em dificuldades do que propriamente novos investimentos que vão promover novos empregos, crescimento industrial, etc. Não que o salvamento não seja necessário, mas, a meu ver, esses últimos recursos e essas últimas grandes operações feitas pelo BNDES têm sido concentrada basicamente nessas operações, chamadas operações estruturadas. Por exemplo, as cinco maiores operações de empréstimos feitas pelo BNDES foram para quatro frigoríficos e uma empresa de cana-de-açúcar nos últimos tempos, todas operações estruturadas, todas operações no sentido de resolver problemas financeiros dessas empresas, empresas, aliás, que boa parte merece. Em algumas delas o BNDES inclusive passou a ser coproprietário, em algumas delas o BNDES passou a ser coproprietário. O investimento, outro volume fundamental, foi para a PETROBRAS, que deixou, enfim, de ter condições de obter recursos lá fora e praticamente, pelo que foi mostrado ali, 40% foi para a PETROBRAS. Isso é o Grupo PETROBRAS, Presidente Coutinho, quando fala aqueles 25%? É o Grupo PETROBRAS como um todo? Porque há uma mudança de critério também para efeitos de referência, no BNDES, em que passa a considerar não a PETROBRAS como um grupo para efeito de risco, de empréstimos à mesma empresa, não é isso? Há uma mudança de critério, há uma mudança de critério aí que me parece que foi feita sob medida para a PETROBRAS, para que o banco pudesse atender a PETROBRAS. E aí também me parece que há uma nova autorização, que eu não entendi direito, e gostaria que V. Sa. me explicasse, que para as empresas estatais, me parece também que aí é feito sob medida para a PETROBRAS, que para as empresas estatais o BNDES poderia repassar para essas empresas não em dinheiro, não em moeda corrente, mas em títulos públicos, o que eu também não entendi, porque está se criando uma nova moeda, uma moeda paralela, e essa empresa poderia pagar ao BNDES em títulos públicos depois de volta ao invés de pagar... Pagaria em títulos públicos. Isso, por que é que isso só vale para as estatais e não vale para as outras empresas? Porque aí a gente estaria criando um mercado de títulos públicos e eu gostaria de entender essas duas modificações também, ou seja, a questão de concentrada em operações estruturadas e a questão dessas duas modificações que foram feitas.

Dessas operações estruturadas me chama a atenção uma especial e aí V. Sa. vai me explicar porque, talvez, tenha capacidade de entender melhor do

que eu. Segundo o Presidente Lula, as pessoas que fizeram operações de derivativos foram os "picaretas", não é isso? "Picaretas" ou "pilantras".

SR. LUCIANO COUTINHO: Como os Deputados.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Que usaram o termo, foram os "picaretas". Segundo uma explicação aqui muito bem feita pelo Presidente Meirelles, o lucro entre quem perdeu e quem ganhou naquelas operações de derivativos, boa parte dos ganhos concentrou-se no Banco Central, foi o Banco Central que ganhou. O Banco Central, por sua vez, repassou para o Tesouro como o lucro do Banco Central que foi repassado para o Tesouro. O tesouro repassou esse dinheiro para o BNDES nesses empréstimos e o BNDES repassou para os "picaretas" de volta, nessas operações estruturadas, algumas delas; os "picaretas", eu não concordo, os "picaretas" conforme o que o Presidente Lula chamou, não é isso? – [risos]. Eu queria explicar que o Presidente Luciano Coutinho, eu me considero amigo dele há uns vinte anos, ele está olhando feio para mim, mas é mais ou menos isso, porque ele foi professor e quando eu era jovem lá no CIC(F) no Estado do Ceará, várias vezes, e ainda jovem, várias vezes ele foi me explicar algumas operações que ele não entendia. Agora eu estou pedindo que ele, como professor brilhante que é, me explique esse círculo vicioso que começa com "picaretas" e termina com "picaretas", segundo o Presidente Lula, não é a minha opinião sobre o assunto. Mas me parece que a gente fez uma cirandinha aí, porque parte desse dinheiro voltou para os "picaretas".

Então são essas as questões... "Picaretas", eu não concordo com isso, é preciso explicar, que com certeza o Presidente Luciano Coutinho vai me explicar também, ele que sempre foi um grande professor de economia, talvez, agora, venha a ser também mestre em semântica, explicar um significado diferente sobre a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. Passo a palavra agora ao Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu acho que a vinda do Dr. Luciano Coutinho a esta Comissão multidisciplinar enriqueceu o debate acerca da crise e mostrou perspectivas que realmente estavam em todas as nossas expectativas. Não nos surpreendeu o depoimento dele, dada a sua notável biografia. Conheço a história do Dr. Luciano Coutinho e sei que o BNDES não poderia ter um comando melhor, especialmente nesse momento de crise, e os dados trazidos à colação demonstram claramente isso. O BNDES tem sido o braço direito do fomento da economia brasileira e, indiscutivelmente, tem sido o grande amortecedor dos efeitos da crise na economia brasileira. Portanto, eu quero inicialmente cumprimentar o Dr. Luciano Coutinho pelo equilíbrio, pela descrição com que o banco tem se conduzido e pela firmeza em momentos tão graves pelos quais nós passamos e que ainda não terminamos. Mas, a par disso, algumas dúvidas eu gostaria que fossem esclarecidas.

Uma delas, que diz respeito a uma atividade que afeta profundamente o meu Estado, que é o agronegócio. O Dr. Luciano Coutinho demonstrou que houve um efetivo incremento na disponibilização de crédito para esse segmento da economia que se reveste da maior importância, até porque contribui na formação do PIB com mais de 1/3 e, portanto, é um setor que precisa efetivamente de todo o apoio creditício, de todo o incentivo do governo. Recentemente, Dr. Luciano Coutinho, o segmento sofreu o impacto de fechamento de frigoríficos. Para a economia de um Estado como o Mato Grosso do Sul, acredito que Mato Grosso e Goiás, menos do que os dois primeiros, enfim, a região Centro-Oeste, o abalo no setor frigorífico causa um efeito em cadeia, porque afeta o produtor, afeta a produção, afeta duramente o emprego e afeta, sobretudo, o setor público, onde tem, nas unidades frigoríficas, às vezes, a única ou uma das poucas fontes de emprego. Eu conheço Municípios que o fechamento do frigorífico significa o colapso total da economia e da arrecadação do próprio Município. A crise dos frigoríficos levou ao fechamento de mais de vinte unidades só em Mato Grosso do Sul e um desemprego muito grande. Há algumas incertezas ainda, porque o BNDES tem pautado, aliás, com louvor, por uma conduta discreta, diferentemente de outros segmentos que são espalhafatosos com as suas ações. E no caso do setor frigorífico, há uma inquietação sobretudo por parte daqueles que forneceram para o setor e que estão ainda passando e amargando dificuldades porque não receberam os seus créditos.

Então nós queríamos que o senhor esclarecesse exatamente até onde foi socorrido o setor, até onde poderá ser socorrido e, principalmente, levando em conta que em alguns casos desses financiamentos o BNDES investiu inclusive com a participação societária, embora, reconheça-se, com um patrão minoritário, dentro de uma faixa de acionista ou de cotista minoritário. Então é claro que se o BNDES tem uma participação nesses investimentos, o objetivo deve ser salvar os investimentos. Então nós queremos que o senhor esclareça sobre a efetiva participação nesse segmento e qual a perspectiva que tem de salvar aquilo que existe no segmento frigorífico, que tanto interessa

no agronegócio de Mato Grosso do Sul e de toda a região Centro-Oeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Valter Pereira. Eu passo a palavra agora ao autor do primeiro requerimento e o terceiro orador, dentro daquela ideia de fazer três Senadores de cada vez, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu precisei ausentar-me por instantes para receber o Presidente do Senado da Bolívia com o Presidente Sarney, mas gostaria de cumprimentar ao Presidente Luciano Coutinho, do BNDES, pela excelente exposição e, sobretudo, ao mostrar que o BNDES vem tendo um papel fundamental para fazer o Brasil enfrentar adequadamente e da melhor maneira possível a crise internacional. Eu gostaria de formular algumas perguntas pontuais com respeito a alguns casos que aconteceram.

Em primeiro lugar, o caso da EMBRAER, que o BNDES tem uma relação de apoio. Eu gostaria de que pudesse nos dizer qual a natureza, seja com participação acionária, seja através de empréstimos, e que diálogo teve a direção do BNDES com a própria direção da EMBRAER e com a representação dos trabalhadores que solicitaram o apoio do próprio Presidente Lula e da própria presidência do BNDES para que pudesse haver um diálogo no sentido de minorar quaisquer problemas para o conjunto dos que trabalham na EMBRAER.

Segundo, um outro episódio importante e recente, até mencionado não oralmente, mas por escrito na sua exposição, que levou o BNDES a acompanhar a fusão da Perdigão com a Sadia. Agradeço se puder nos dizer qual foi a natureza da ação realizada junto a estas duas empresas que agora constituem a Brasil Foods, operação esta que inclusive deverá ser objeto ainda de exame por parte dos órgãos que examinam o procedimento de concorrência no Brasil, como o CADE, a Secretaria de Direito Econômico. Então agradeço se puder nos dar uma informação sobre isso.

Em terceiro, como o BNDES já há anos vem avaliando como importante também apoiar as operações de microcrédito e como as operações de microcrédito constituem também um dos importantes braços de apoio à resolução de problemas sociais com a criação de oportunidades para o pequeno empreendedorismo, mas com experiências muito positivas, então eu agradeceria se puder nos dar uma informação nesta área.

Quarto, com respeito à reflexão que o BNDES tem feito relativamente ao estabelecimento do marco regulatório que está por ser criado, especialmente no que diz respeito à exploração do petróleo no pré-sal, nas profundezas do pré-sal.

E, finalmente, quinto, atendendo ao Presidente Francisco Dornelles, agradeceria se puder nos dar uma evolução de quaisquer têm sido as principais fontes de recursos do BNDES que de alguma forma tem o seu lado do ativo apoiado por recursos, sejam eles de alguma monta provenientes do PIS/PASEP, seja do FAT, seja de outras fontes, eventualmente do Tesouro e das próprias aplicações do BNDES, como tem evoluído as fontes de recursos do BNDES, quais são as principais, inclusive para que tenhamos uma noção de como é que a evolução da economia brasileira afeta positivamente ou não as suas fontes de recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, passo a palavra ao senhor e perguntaria apenas se poderia abordar se o governo brasileiro ou o banco, o BNDES, tem alguma política própria ou específica para garantir as exportações de manufaturados do Brasil para os países da América Latina que constituem hoje o principal mercado do País nessa área. Muito obrigado.

SR. LUCIANO COUTINHO: Bom, eu queria agradecer aos Senadores, saudar a Senadora Rosalba, o Senador João Pedro, o Senador Augusto Botelho, o Senador Suplicy, o Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Tasso, o Senador Sérgio, o Senador Tião, meu querido Senador Pedro Simon. Eu vou tentar responder aqui com brevidade as questões.

Senador Tasso, eu queria dizer, primeiro, com relação à questão das operações estruturadas do BNDES. Uma parcela muito importante dessas operações foram feitas antes da crise. Portanto, elas não estão relacionadas a nenhum tipo de socorro à empresa. Notadamente várias operações feitas para empresas de agronegócios em que o BNDES atuou como um indutor do desenvolvimento, da formalização da governança e da abertura de capital dessas empresas, percebendo que em vários agronegócios, tomando especificamente o caso dos frigoríficos, percebendo o enorme potencial de competitividade brasileira nessa área e de outro lado a existência de um quadro relativamente pulverizado de empresas sem conformidade, às vezes com práticas de informalidade, etc., a atuação do banco no sentido de estimular a formação de grupos com grande competência industrial, por desenvolver essa competência industrial e tecnológica e, ao mesmo tempo, estruturas empresariais que pudessem migrar sucessivamente dentro do mercado de capitais para a condição de empresa de novo mercado. Nós buscamos estimular isso, até porque toda a política de participações acionárias do BNDES não pode se não que almejar que as empresas deem passos mui-

to firmes na direção da melhoria de sua governança para que elas tenham liquidez no mercado, ou seja, não faria nenhum sentido um banco público congelar capital em empresas fechadas de natureza não líquida, etc. Então é importante que o banco seja um promotor do mercado de capitais. Essa é uma das razões pelas quais o banco precisa ser um promotor firme do desenvolvimento do mercado de capitais do Brasil e um promotor firme do desenvolvimento de APS(F) e de progresso em matéria de governança corporativa no Brasil. Então muitos apoios foram feitos a partir de um diagnóstico de competitividade. Eu acho que a economia brasileira tem muita competitividade em muitos setores. Essa competitividade, às vezes, é imbatível, mas ela requer o desenvolvimento de estruturas empresariais muito mais modernas e competentes para isso. Então uma grande parte das operações estruturadas, na verdade, dá BNDES-PAR, se refletiram num processo de desenvolvimento e de investimento das empresas. Quando o banco entrou no capital de algumas empresas, ele não o fez sem examinar todo o programa de investimentos da empresa. E o financiamento via renda variável, portanto, não significa uma prática que é realizada sem critério, ao contrário, ela é realizada dentro de critérios muito claros de interesse para o desenvolvimento da economia. Muito bem. Posteriormente à crise, Senador, foram muito poucos os casos em que o banco apoiou a reestruturação de empresas através de operações de capitalização ou de empréstimos através de debêntures; foram poucos os casos. E esses poucos casos só foram efetuados após uma condição preliminar absolutamente imprescindível, qual seja, de que os prejuízos derivados das operações com derivativos fossem previamente refinanciados pelos bancos que originaram esses prejuízos. Eu queria talvez, Senador, aqui distinguir duas coisas, quer dizer, os ganhos que o Banco Central teve no mercado futuro, porque ele estava curto em dólar, ele estava operando e ele teve ganhos, dos ganhos realizados por bancos que venderam produtos de derivativos duplamente indexados ou alavancados, derivativos que repicavam sempre que a taxa de cambo depreciava e que provocou... Eram produtos muito perigosos, produtos que eu considero tarja preta, que deveriam inclusive ser objeto de supervisão prévia, produtos que produziram prejuízos muito expressivos e em grandes empresas exportadoras. A condição prévia, absolutamente imprescindível, é que essas empresas renegociem com os bancos o refinanciamento com carência e o refinanciamento ao longo prazo desses prejuízos. Por que razão? Pela razão óbvia, Senador. Nós não poderíamos aportar capitais ou créditos para que essas empresas dessem saída ao lucro dos bancos, ou seja, nós não poderíamos financiar(F) o pagamento desses prejuízos aos bancos. Então, na verdade, as empresas terão que... Essa condição foi honrada em todos os casos, esses prejuízos foram refinanciados a longo prazo e apenas depois que esses prejuízos foram refinanciados pelo sistema bancário privado é que o BNDES se dispôs a participar de operações de mercado para recapitalizar essas empresas com o objetivo de fortalecer novamente a sua capacidade de investimento, porque não faria sentido, por exemplo, abandonar empresas de alta qualidade à sua própria sorte e impedi-las de continuar investindo. Então a atuação do banco, eu quero sublinhar que a atuação do banco foi feita estritamente em condições de mercado. Nós não oferecemos recursos em TJLP, recursos do FAT para operações de reestruturação. Essas operações foram todas operações realizadas com recursos da BNDES-PAR em condições de mercado, recursos até absolutamente com taxas exatamente iguais às taxas de mercado. Foram operações de mercado e que nós esperamos que revertam em lucros para a própria BNDES-PAR na medida em que essas empresas demonstrem recuperação. Então eu creio que essas operações têm mérito e elas não representam uma parcela tão grande.

Obviamente, com relação à PETROBRAS, Senador, um esclarecimento importante da sua questão. O empréstimo à PETROBRAS é um empréstimo de grande escala. Ele foi aprovado, ele está em processo final de contratação, ele ainda não foi desembolsado e contratado. O objetivo desse empréstimo foi assegurar ao mercado a financiabilidade do Plano de Investimentos da PETROBRAS. É um Plano de Investimento de grande escala e, portanto, com a crise internacional de crédito, a PETROBRAS, que tinha facilidade de refinanciamento no mercado internacional de crédito, é conhecido, com o fechamento do mercado internacional a PETROBRAS, inclusive, pressionou durante alguns momentos o sistema doméstico de crédito. Esse empréstimo visa ancorar a capacidade de financiamento da PETROBRAS ao longo prazo. E, de fato, após o anúncio desse empréstimo a PETROBRAS obteve mais consultas e mais facilidade em financiar o seu Programa de Investimento. Esse é o objetivo. É um empréstimo de longo prazo que reflete a curva de juros do Tesouro e do BNDES, portanto, a curva de longo prazo de uma operação em moeda estrangeira, então é uma operação de mercado, com taxas de juros de mercado, e o fato de que ela é feita... Eu vou explicar agora apenas a questão dos títulos, que foi objeto da sua curiosidade corretamente. Como essa é uma operação de grande escala, primeiro eu quero dizer o seguinte: é uma operação feita refletindo

a curva de juro em moeda estrangeira, então é uma operação feita em moeda, é um crédito feita em moeda, a PETROBRAS não vai nos pagar de volta em títulos. Apenas o repasse inicial é feito em títulos por uma questão de conveniência de mercado, que o senhor poderá entender facilmente pelo seguinte: se o BNDES recebesse recursos do Tesouro, monetizar os títulos, entregar em dinheiro para a PETROBRAS, a PETROBRAS, como não vai utilizar imediatamente todos os recursos no seu Programa de Investimento, ela irá outra vez aplicar parcela do recurso em títulos para que ela possa monetizar ao longo do Programa de Investimento. Então é por pura conveniência e para evitar pressão sobre o mercado de títulos que o repasse inicial pode ser feito em títulos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUCIANO COUTINHO: Ele pode ser feito por tranches ou ele pode ser feito... Isso nós estamos exatamente na fase final de contratação do empréstimo, se ele pode ser feito por tranches de títulos, mas ainda assim como a PETROBRAS pode não ter utilização imediata daquela tranche, para evitar que você monetize e reaplique em títulos, a PETROBRAS então fica com... E como a PETROBRAS trabalha com um pessoal de bancos, ela pode ir monetizando essas tranches à medida em que ela tenha necessidade de desembolso. É por uma simples questões de conveniência e de não afetar o mercado de papéis públicos por operações repetidas de monetização. Era apenas por essa questão, não há nada além dessa conveniência. Mas é uma operação de crédito padrão, não haverá nenhuma nova modalidade de empréstimo em que você retomará o empréstimo em títulos, então não haverá um circuito de empréstimos em títulos, como era a sua preocupação, é apenas isso e nós--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUCIANO COUTINHO: Pois não. O BNDES tem um patrimônio de referência em torno de 45 bilhões de reais. Então esse patrimônio de referência, ele foi ampliado, mas os limites para empréstimo a empresas tinham ficado muito pequenos. Então nós ampliamos os limites para empréstimos, mas esses limites estão dentro de parâmetros de confiabilidade, considerando o patrimônio de referência do banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O empréstimo para a PETROBRAS ficaria mais de 50%, que é 25 bi?

SR. LUCIANO COUTINHO: Vinte e cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E o patrimônio de referência 45 bi?

SR. LUCIANO COUTINHO: 45 bi, mas o patrimônio de referência do banco está sendo ampliado ao longo desse ano. Nós estamos capitalizando e estamos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUCIANO COUTINHO: O banco tem que cumprir regras de Basiléia, nós cumpriremos regras de Basiléia, nós estamos sob regulação do Banco Central. O banco tem uma alavancagem muito baixa considerando Basiléia, nós mostramos isso numa apresentação aqui na CAE um tempo atrás. Então nós seguimos totalmente a regulamentação de Basiléia, nós estamos submetidos à supervisão do Banco Central anualmente, aliás, o Banco Central teve até essa semana a missão, a supervisão bancária esteve no banco, então nós estamos dentro das regras.

Agora é importante considerar também que um empréstimo desse tipo, ele é um empréstimo que pode ter, parte desse empréstimo, é para uma empresa cujo controlador é o Tesouro Nacional que, também, é o controlador do BNDES. Então esse é um fator mitigador de risco importante, nós temos autorização do Tesouro para realizar essa operação.

Com relação, eu não sei, eu acho que eu toquei todas as questões levantadas pelo Senador Tasso Jereissati, a quem quero agradecer ao seu elogio pessoal, Senador, também lhe tenho em grande conta como Senador e como pessoa pública. V. Exa. conta com a minha admiração, temos um relacionamento pessoal muito cordial, que eu espero que possamos preservar ao longo das nossas vidas porque amizades são coisas que são muito preciosas. Então eu quero agradecer ao seu elogio.

Senador Valter Pereira, eu quero lhe dizer o seguinte: nós consideramos realmente extremamente grave a questão do setor de frigoríficos. Nós sabemos que muitos frigoríficos pequenos estão sofrendo graves dificuldades, vários fecharam. Nós temos tentado atuar junto com o Banco do Brasil e com a rede de bancos que apoiam o setor agrícola para através das linhas, especialmente das novas linhas de crédito criadas para a agricultura, especialmente a linha PROCER, para o refinanciamento de frigoríficos que estão em situação solvente, que tem que ter aquela diferença entre problema de liquidez e problema de solvência. Para empresas que têm problema de liquidez, apenas problema de liquidez, nós temos obrigação de emprestar para que elas ultrapassassem o problema de crédito. Agora existe um conjunto de casos, infelizmente, de insolvência que nós temos que trabalhar para solucionar. Especialmente há um caso mais importante de recuperação judicial de um grande frigorífico, nós

estamos trabalhando em conjunto com os credores na apresentação de um plano de negócio. Existe engajamento aí de bancos de investimento e advaisers financeiros buscando a atração de investidores que possam assumir o negócio, através da apresentação de um Plano de Recuperação, porque nós entendemos que a Lei de Recuperação Empresarial, a Lei de Recuperação de Empresas existe exatamente para tratar desses casos de insolvência e a Lei de Recuperação é muito clara no sentido de que na insolvência se deve separar o tratamento dado aos controladores do tratamento dado à instituição enquanto empresa. Salvar o fundo de comércio e salvar o negócio é meritório através de ingresso de investidores ou através de capitalizações de mercado, enquanto que os controladores que originaram o problema devem arcar com as suas consequências. Então esse processo, que é previsto na Lei, é um processo lícito e que nós teremos a obrigação de, como Banco de Desenvolvimento, lutar para a recuperação de empresas, está certo? Eu acredito que seria uma irresponsabilidade, enquanto Banco de Desenvolvimento, cruzar os braços diante dessa situação. Nós temos obrigação, portanto, de lutar muito e nós estamos empenhados em buscar a recuperação das empresas dentro dos preceitos da Lei.

Nós estamos abertos ao diálogo com o setor de frigorífico, nós estamos tentando ajudar, que os frigoríficos que estão em melhor situação possam auxiliar os outros através da aquisição de projetos ou da aquisição de novas plantas ou de plantas que estão ociosas em determinados projetos, de tal maneira a permitir aos grupos que estejam insolventes de ter a oportunidade de recuperação através da venda de ativos isolados. Então esse é um trabalho bastante exaustivo. Eu confesso ao senhor que eu tenho, nos últimos meses, a minha jornada de trabalho tem sido exaustiva, eu tenho trabalhado aí *over time*, trabalhado excessivamente por causa que a construção dessas soluções é trabalhosa e exige muito empenho, mas nós estamos empenhados nisso e vamos trabalhar nessa direção.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade, se me permite, pela ordem aqui, Senador Jayme Campos, eu queria fazer apenas um adendo naturalmente à pergunta do Senador Valter Pereira feita ao ilustre Presidente Luciano Coutinho, em relação a essa mesma matéria da pergunta, do questionamento em relação à área frigorífica.

Presidente Luciano, me causa muita preocupação e estranheza na medida em que o BNDES está hoje associado, ou seja, compor(F) alguma participação de algumas empresas frigoríficas do Brasil. Eu não vou me referir o nome, até porque não interessa. Todavia, têm alguns frigoríficos, o Frigorífico Independência, vamos se referir a ele aqui, que em princípio tinha feito uma engenharia financeira e o BNDES tinha comprado 28%, se não me falha a memória, até 30% dentro da sua participação nessa empresa. Entretanto, o BNDES liberou na primeira parcela, de um total de 480 a 500 milhões de reais, se não me falha a memória, 250 milhões, e num determinado momento, no mês de dezembro, se não me falha a memória, a empresa já não vinha andando tão bem como o banco esperava, eu imagino que fosse assim. O banco não liberou a segunda parcela. Feito isso, uma das ponderações que esta empresa faz, ou seja, leva ao conhecimento dos seus credores, sobretudo os credores que forneceram boi para a sua atividade econômica, no caso especificamente do Mato Grosso, que eu posso falar com mais perfeição, de que um dos motivos em que não foi, ou seja, pago a esses fornecedores, foi tendo em vista que o BNDES não cumpriu com a segunda participação, ou seja, da segunda liberação. Mas o que eu fico mais preocupado, Luciano, é de que se o banco, num primeiro instante, comprou 28% do ativo e do passivo do Grupo Independência, eu imagino também que neste caso, como a empresa pediu recuperação judicial, o banco também é responsável em 28% deste passivo junto aos nossos fornecedores. Eu pergunto a V. Exa.: Como é que está o andamento dessa engenharia financeira deste grupo para que ele possa quitar o seu passivo junto aos seus fornecedores, sobretudo rebanho bovino, que até governo nenhuma resposta nós, do Mato Grosso, não temos em relação, naturalmente, a essa pendência que existe com os pecuaristas daquele Estado e, com certeza, há algumas centenas vivendo em situação difícil por falta de quitação desde pagamento. Essa é a minha indagação, Presidente Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO: Obrigado, Senador. Eu vou responder com muito cuidado porque nós estamos falando de um caso específico e eu estou sujeito à regra de sigilo bancário. O senhor levantou um caso que é público de uma empresa cujo processo de perda de substância foi muito rápido e inesperado. Era uma empresa modelo em termos de governança, de liquidez muito reputada no mercado.

O fato do BNDES não ter podido integralizar a segunda parcela deveu-se ao fato de que várias das cláusulas do contrato com o banco não puderam ser honradas pela empresa em função da sua situação financeira. Além disso, a empresa entrou em recuperação judicial, o que também é mais um dos processos e que os regulamentos do banco impedem uma operação de capitalização de uma empresa que está em processo de recuperação judicial sem que tenha um Plano de

Recuperação Judicial aprovado, quer dizer, não seria consistente com a própria Lei de Recuperação. Então nós temos que aguardar. Eu sei, Senador, das aflições, das dificuldades sérias e das repercussões que têm tido em vários Estados, mais especialmente no seu Estado, Senador Jayme Campos. Mas nós estamos trabalhando, o que eu posso lhe dizer é que nós estamos trabalhando junto com os credores num Plano de Recuperação da empresa e nós esperamos encontrar um caminho dentro da Lei de Recuperação para que a empresa possa retomar suas atividades e que os fornecedores, especialmente os pequenos fornecedores, que estão amargando sérias dificuldades, possam ser ressarcidos. Nós estamos trabalhando firmemente aí nessa direção.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria apenas um minuto só, Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero dizer que temos vários inscritos. Estão inscritos aqui o Senador Tião Viana, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, Sérgio Guerra, de modo que, para mim, seria difícil não respeitar essa ordem.

SR. LUCIANO COUTINHO: Respondendo às questões do Senador Suplicy, Senador, depois nós gostaríamos de conversar pessoalmente consigo, viu? Eu entendo a sua aflição e gostaria de conversar pessoalmente.

Senador Suplicy, relativamente à EMBRAER, o BNDES tem uma participação residual no capital não votante da EMBRAER resultante do passado, ele não participa do bloco de controle da EMBRAER, a EMBRAER é uma empresa puramente privada e tem um bloco em que o BNDES não participa. O BNDES não financia a EMBRAER nos últimos anos. A EMBRAER se financiava estritamente no mercado e felizmente o mercado era suficientemente líquido para financiar a EMBRAER. Depois da crise, porém, o BNDES tem financiado não a EMBRAER, mas os compradores da EMBRAER. O BNDES tem ajudado a EMBRAER a vender. Nós realizamos operações no ano passado importantes, são públicas, para a British [ininteligível], para o Grupo Air France e para outras grandes empresas americanas para comprarem aeronaves da EMBRAER. E vamos ter que continuar a fazer isso mais intensamente na medida em que o sistema bancário internacional não tem oferecido crédito à EMBRAER; nós temos que apoiar as vendas da EMBRAER. Mais recentemente, Senador, nós estamos estruturando operações em reais para que a EMBRAER seja capaz de vender no Brasil suas aeronaves e que possamos apoiar o desenvolvimento da aviação regional no Brasil. Nesse sentido nós apoiamos projetos da AZUL e ontem, na reunião de diretoria, o BNDES aprovou um projeto para a compra de aeronaves pela TRIP, que nós estamos esperando poder ampliar, porque a aviação regional precisa se desenvolver no Brasil com um modelo de negócio consciente e nós vamos continuar apoiando. Eu acho que é nossa obrigação apoiar as vendas da EMBRAER, sem as quais a questão do emprego na empresa fica complicado. Eu quero lhe dizer que, atendendo à solicitação de V. Exa., eu recebi o sindicato, eu atuei como mediador no sentido de solicitar à empresa que abrisse uma negociação com o sindicato para que houvesse uma... Essa negociação terminou sendo propiciada pela intervenção do TRT, porque o TRT forçou um processo de entendimento, e desse processo de entendimento resultou uma melhoria das condições no processo de dispensa dos funcionários da EMBRAER. Mas eu quero lhe dizer que, no que dependeu de nossa intervenção, nós buscamos sensibilizar a empresa para um diálogo com o sindicato e para que as condições originais do processo de demissão fossem melhoradas, fossem substancialmente revistas e melhoradas.

Relativamente à Sadia e Perdigão, eu agradeço a pergunta porque eu gostaria de esclarecer que esse processo de fusão não transitou pelo BNDES; esse foi um processo negociado entre as partes privadas. O BNDES não financiou a aquisição de uma pela outra, de nenhum processo neste caso, e como a empresa resultante, a Brasil Foods, precisará de uma capitalização para a redução de dívida, essa capitalização será feita através de uma operação de mercado. Essa operação de mercado será, em boa medida, garantida pelos próprios acionistas da empresa e, portanto, ela tem tudo para ser uma operação de mercado muito bem sucedida. O BNDES poderá examinar e participar dessa oferta pública se considerar isso uma operação vantajosa. Nós, possivelmente, poderemos participar disso. Eu tenho dito que poderemos participar, mas esperamos que o mercado reaja muito favoravelmente e a nossa participação pode até ser pequena, residual ou até não acontecer, porque nós só iremos participar em condições que sejam vantajosas para o BNDES. Então é uma demonstração até que nem sempre essas operações dependem do BNDES, que felizmente o Brasil tem um mercado de capitais pujante, que está se recuperando e que pode, muitas vezes, solucionar esses problemas, o que para nós é uma demonstração de vitalidade do Brasil. Nós estamos muito satisfeitos com essa solução. Considero também, Senador, que dado às implicações para a concorrência o sistema brasileiro de defesa da concorrência deve examinar a questão concorrencial com muito cuidado e deve eventualmente sanar os impactos sobre a concorrência

sem prejudicar os ganhos de sinergia que uma grande empresa brasileira, como essa, pode vir a ter no desenvolvimento das suas exportações e na presença brasileira em outros mercados.

Em relação ao microcrédito, é uma pergunta desafiadora, Senador. É um desafio fazer microcrédito no Brasil. O BNDES, particularmente para o BNDES, que é um banco de atacado, digamos assim, tem apenas a sede no Rio de Janeiro, nós temos buscado trabalhar com várias instituições. O Banco do Nordeste, principalmente, tem uma experiência muito interessante em microcrédito, nós temos nos associado ao Banco Nordeste, repassado recursos para o Banco Nordeste operar em microcrédito, e nós temos buscado atuar com pequenos bancos ou instituições credenciadas por pequenos bancos especializadas em microcrédito. É uma tarefa difícil e nós esperamos que com a redução de taxas de juro e, especialmente, com a criação de mecanismos de mitigação de crédito, de risco de crédito, o microcrédito possa se tornar um instrumento mais efetivo no Brasil, porque ele é muito caro. E aqui há uma necessidade de a criação de mecanismos de aval e de garantia. É uma matéria complexa. Eu chamaria a sua atenção para uma experiência muito hesitosa em países da América Latina, que é o desenvolvimento de sociedade garantidoras de crédito comunitárias. Nós estamos muito interessados em apoiar o desenvolvimento dessa sociedade comunitária garantidora de crédito porque fundos de aval de cima para baixo não têm se revelado muito eficiente, mas é uma matéria que gostaríamos em outra oportunidade de aprofundar consigo. É uma matéria complexa que demandaria muito tempo explicar.

Fontes de recursos para o BNDES. O BNDES tem fundamentalmente o FAT e o Retorno. A carteira do FAT é uma carteira importante, o Retorno dos recursos do FAT, que representam um potencial de cerca de 55 bilhões/ano de financiamento para o BNDES. Como a escala do BNDES cresceu, o Tesouro Nacional nos propiciou este empréstimo de grande cala escala que eu, na minha apresentação, fiz referência, cujo custo foi felizmente reduzido recentemente. Então nós temos recursos do FAT, os recursos do Tesouro. Além disso, o BNDES tem obtido com sucesso captações de moeda estrangeira das instituições multilaterais de crédito. Nós temos merecido créditos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco Mundial, créditos de grande escala. Nesse ano mais de 3 bilhões de dólares em créditos das instituições multilaterais e, além disso, nós estamos captando em outras instituições, no Japão, na Alemanha, em vários bancos internacionais que têm honrado o BNDES com empréstimos bastante convenientes. Além disso, o BNDES tem sido procurado insistentemente pelo mercado, na medida em que o risco Brasil tem crescido o BNDES tem sido instado pelo mercado. Eventualmente o BNDES poderá voltar ao mercado e captar no mercado internacional a taxas convenientes. É importante que a gente se mantenha no mercado e tenha uma curva de juros de mercado que reflita a qualidade do crédito do BNDES, que é muito boa. Então o BNDES se emparelhou até um pouquinho melhor do que a PETROBRAS nos seus lançamentos. Então nós temos que zelar pela reputação, pela qualidade do BNDES nas captações internacionais. Então nós temos nos desdobrado para manter a capacidade de investimento do banco para fazer face aos desafios. Eram essas então as questões.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado. Obrigado pela atenção também com respeito à questão da EMBRAER.

SR. LUCIANO COUTINHO: Tem uma última questão do Senador Dornelles. Desculpe, Senador, mas a questão a respeito de garantias na exportação para a América Latina. Essa é uma pergunta muito importante.

Senador, o senhor sabe que erroneamente às vezes se pensa que o BNDES financia países da América Latina como se nós estivéssemos dando um crédito em aberto para a Argentina ou para a Colômbia, etc. O que na verdade o BNDES faz é que ele financia a exportação de bens e serviços acoplados a um projeto. Se uma empresa brasileira construtora ganha um projeto ou se uma empresa fornecedora brasileira ganha um contrato de fornecimento de equipamentos de um determinado projeto, o BNDES pode financiar a exportação desses bens e serviços através de um contrato de exportação. Esse contrato, em geral, só é desembolsado contra a execução e a entrega do serviço depois de estarem devidamente auditadas e atestadas. Nesses contratos, em geral, o BNDES busca que eles tenham garantias sólidas. Felizmente, todos os contratos do BNDES têm um nível de garantia muito firme, principalmente através do Convênio de Créditos Recíprocos. O Convênio de Créditos Recíprocos é uma instituição, é um convênio entre Bancos Centrais de toda a ALADI, é um convênio que tem mais de quarenta anos, nunca teve nenhum inadimplemento, é uma garantia de pagamento muito sólida, muito firme, e que tem sido honrada por todas as economias. Em geral isso significa que o coletivo dos Bancos Centrais honra se um determinado Banco Central não executar o pagamento. Então é uma garantia muito firme, é uma garantia coletiva. Em geral os Bancos Centrais podem cursar os títulos de dívida no CCR construindo garantias domésticas para isso ou garantias das dadas por seus respectivos Tesouros ou por outras formas, mas é um mecanismo de garantia

muito eficiente e nós temos buscado, em toda a nossa exportação de serviços, ter a cobertura de garantias dessa natureza. Então, portanto, nós operamos com conforto, com relativo conforto, digamos assim, de ter a cobertura de garantias adequadas.

Muito obrigado, Senador, desculpe, as perguntas são difíceis e às vezes é difícil dar respostas muito sintéticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Mas a V. Exa. só podem ser apresentadas perguntas difíceis, porque V. Exa. tem competência para responder todas elas.

Nós temos agora o Senador Tião Viana, o Senador Antônio Carlos Valadares e o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente Senador Francisco Dornelles, Srs. Senadores. Eu serei muito objetivo. Primeiro meus cumprimentos ao Dr. Luciano, que é uma referência quando o assunto é política de desenvolvimento, resistência do Brasil, a capacidade do Brasil em resistir a esse momento difícil da economia mundial e o melhor de tudo é nós observarmos a instituição BNDES saindo de uma condição de instituição hermética, que estava vinculada basicamente a um restrito setor empresarial brasileiro, vinculada a uma espécie de partidarização da vida econômica brasileira e hoje voltada para o desenvolvimento e associada ao País naquilo que há de mais essencial, que é o suporte à sensibilidade que a economia tem de um modo geral. Hoje o BNDES, eu digo com muito orgulho e reconhecendo isso como um tributo ao Dr. Luciano Coutinho, ele está presente no Brasil inteiro, ele chegou às regiões brasileiras. Ele está do meu Estado do Acre ao Rio Grande do Sul. Ele faz parte da vida econômica e do desenvolvimento das diversas regiões brasileiras. Então é uma grande evolução que essa instituição financeira passa nos últimos anos. É um banco que está associado nesse momento de resistência do Brasil à crise, à apreciação cambial, a expansão de crédito, o aumento da demanda interna, investimentos e consumo, a aceleração do crescimento, em tudo isso o BNDES estava vivamente interligado ao Brasil.

Eu faria apenas, Dr. Luciano, considerações que, primeiro, não divergem do agradecimento que eu tenho com a minha região, com o meu Estado. Eu sei da luta que o senhor pessoalmente teve com a sua equipe toda de dirigentes em olhar para o desenvolvimento dos Estados brasileiros nas regiões onde não havia chance de chegada do BNDES. O Acre hoje está muito bem, muito sólido e em expansão do seu investimento público, sobretudo para assegurar uma economia própria, independente, com incorporação tecnológica, com afirmação do emprego formal e com integração a uma visão de mercado, que a América Andina se afirma na nossa região, com a consagração da Rodovia Bioceânica e tudo. Mas tinha alguns itens que eu gostaria de considerar e ouvi-lo.

Um é sobre as Prefeituras. Por exemplo, nós temos há anos a capital do Acre, Rio Branco, que é um Município que detém mais da metade da população, com projetos aprovados no BNDES da ordem de 70 milhões, um agora de 36 milhões, aprovado há mais de três anos, francamente aprovado, o BNDES estimulou, acolheu o Município, reconheceu o mérito e aprovou tecnicamente o financiamento, mas ele não anda. Não anda porque me parece que é entrave do superávit primário ainda. Aí eu vejo essa mudança que houve do superávit primário. Eu vejo o Brasil no PAC, o governo abrindo uma linha de crédito para as chamadas cidades sedes da Copa de 2014. Então eu vejo que há uma movimentação e uma dinâmica própria, mas o empréstimo continua retido e eu lhe confesso que esse empréstimo seria uma alavanca fundamental para a vida municipal do Estado. Se outros Municípios da região não conseguiram, alguns conseguiram, mas nós vimos agora aquela linha robusta de crédito que o senhor se referiu, só para o meu Estado, de 137 milhões a mais, além de se eu for falar, nós vamos ter quase 3 bilhões em financiamentos para o Acre e isso é muita coisa para um Estado da proporção econômica do Acre, mas nós temos a margem dessa natureza na política de financiamento dos Municípios. Então se o senhor puder considerar se há no horizonte uma desobstrução para assegurar crédito que vai ser pago pelo Município, não é recurso de outra natureza, não é do Governo Federal, é BNDES, Prefeitura, eu gostaria de ouvir, e com uma consideração sua sobre essa ótica sempre vinculada diretamente ao desenvolvimento, que é de fato a razão do BNDES. Mas hoje, quando se olha a Índia, metade da economia da Índia depende de serviço, ela não depende de investimento produtivo direto. Então há um olhar nesse sentido, nós podemos mudar e ampliar o olhar? O senhor falou em suporte energético, falou em ações da PETROBRAS, o senhor falou em linhas de habitação, mas serviços, nós temos linhas fortes ou crescentes nessa área, que é algo que me parece muito importante e que pode dar uma resposta econômica de baixo período, curto período e ser fundamental para a geração de emprego? Então isso é um item que me chama a atenção. E debatendo recentemente com técnicos do BNDES no Estado eu alertava para um item que hoje é o segundo grande componente da economia americana. A primeira indústria americana é a de armas; a segunda é a do conhecimento. Nós não temos uma linha de fi-

nanciamento para o conhecimento no Brasil. Quando olhamos para as academias, elas vivem minguando, correndo atrás e implorando financiamento como se fosse um ônus ao País. Os americanos têm metade dos estudantes de pós-graduação do planeta, vão para lá gerando um forte circuito econômico e de expansão da economia local. Então em que é que o BNDES pode contribuir para financiar conhecimento, cursos de especializações e gestão, cursos de especialização e política de desenvolvimento regionais, porque me parece que não é algo claro para as Prefeituras e para os Governos Estaduais.

No mais, é franca admiração e respeito à sua condução à frente do BNDES. É um tributo dado ao presente e ao futuro do Brasil que a sua gestão promove.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado, Senador Tião Viana. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho. Em primeiro lugar eu gostaria de, a exemplo do Senador Tião Viana, enaltecer o trabalho concreto e efetivo que vem realizando o BNDES para promover o desenvolvimento no nosso País, notadamente nesse momento de crise em que há uma retração econômica, não só aqui, como no mundo inteiro, e se não fosse a participação de instituições financeiras brasileiras, como o BNDES, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, certamente que as dificuldades seriam muito maiores, muito mais acentuadas do que as que estão vivenciando neste momento.

Eu, sem dúvida alguma, estou muito satisfeito com a inclusão, entre os programas prioritários do BNDES, a aprovação de financiamento direto aos Estados visando a realização de obras de infraestrutura urbana, rural, nos Municípios dos Estados brasileiros. Em primeiro lugar, como se trata de um programa da mais alta magnitude do ponto de vista social, eu gostaria de que V. Exa. fizesse um comparativo, uma vez que há uma reclamação da oposição de que o BNDES direciona mais os seus recursos mais para o Sul e o Sudeste, que no que se relaciona a esse programa de financiamento aos Estados para obras de infraestrutura, confio em V. Exa. com relação a Sergipe, o Governador Marcelo Déda muito agradece à atuação do BNDES no que diz respeito a esse projeto, a esse programa que já foi assinado, e eu compareci, tive o prazer de comparecer ao lado do Governador e de outros parlamentares no Rio de Janeiro, na assinatura deste Programa Sergipe Cidades. Então eu gostaria que V. Exa. fizesse um comparativo com relação a esse programa, como está agindo o BNDES em termos de aplicação, uma comparação entre o Sul e Sudeste e o Norte e Nordeste.

Nós estamos acompanhando aqui pela internet de que está havendo um aumento do nível de inadimplência em relação às empresas, não em relação às pessoas físicas, mas no que se refere às pessoas jurídicas houve um aumento da inadimplência nesses últimos meses. Então eu gostaria de saber se mesmo com a redução do *spread*, porque houve realmente uma redução do *spread*, se isso vai implicar na redução do nível de financiamento às empresas no âmbito do BNDES.

E, por último, nós sabemos que entre a iniciativa da empresa em procurar uma instituição financeira e a liberação do recurso, decorre um tempo que às vezes ultrapassa aquilo que a empresa esperava. Eu tenho exemplos lá no meu Nordeste não com o BNDES, mas com outras instituições nossas, de que o crédito para ser liberado ou o financiamento para ser concedido tem uma burocracia enorme. A empresa tem que obedecer a determinados trâmites que, na prática, isso desanima aqueles que pretendem um financiamento. Então eu gostaria de saber, no que diz respeito a esse problema da liberação do recurso, desde o início qual o tempo médio que uma empresa leva para obter o financiamento tão desejado? Se a burocracia, não por culpa da entidade, mas por culpa dos órgãos fiscalizadores; por culpa não, por obrigação dos órgãos fiscalizadores, tipo Tribunal de Contas da União, até exigências do Ministério Público, da CGU, enfim, V. Exa. tem que cumprir um ritual e também obedecer ao Tesouro, que transfere recursos para o BNDES. Eu gostaria de saber o tempo necessário, o tempo médio para um financiamento às empresas brasileiras no BNDES.

Obrigado a V. Exa., meus parabéns pelo seu trabalho primoroso, que sem dúvida alguma vai repercutir no futuro da economia do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Santo Antônio Carlos Valadares. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti e, em seguida, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de cumprimentar a todos os Presidentes, especificamente o Senador Dornelles, em função dos resultados obtidos na Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade. Tem passado por aqui, por esta Casa, em Audiência Pública, os maiores gestores da economia brasileira, economistas, e nos têm dado um grande enriquecimento. V. Sa., Dr. Luciano Coutinho, não pode imaginar, nós, Senadores, como temos sido enriquecidos com estas audiências. E até temos o lado positivo que seria, talvez, o pé quente

do Senador Dornelles, que a crise é a boa crise. Eu considero uma crise que está sendo superada e uma crise que gerará oportunidades e dará ao Brasil uma projeção no futuro maior do que quando o Brasil foi envolvido globalmente nessa crise.

Quanto ao desempenho do BNDES e do gestor Luciano Coutinho, eu transfiro minhas palavras e repito as palavras do Senador Tasso Jereissati, que é empresário e é crítico do governo. Então ninguém melhor do que Tasso Jereissati para ter feito os elogios a V. Sa., que eu faço parte da base do governo e poderia ficar supostamente comprometido com elogios de base de governo, mas não, na verdade o Senador Tasso Jereissati não poderia ter feito maiores e melhores referências do que as que foram feitas por ele.

Também um ponto que eu gostaria só de ressaltar é que a gestão brasileira no serviço público nos envaidece. Veio hoje V. Sa., tem vindo aqui Presidente do Banco Central, Presidente de PETROBRAS, Ministro de Estado e, na verdade, o Brasil está em boas mãos. Eu digo isso como empresário, com a capacidade que nós temos de avaliar gestores. Eu considero que o Brasil, esse elogio não se prende ao governo somente Lula, pode se estender aos governos outros passados, mas na verdade o Brasil tem evoluído a nível de gestão e isso é muito importante.

Agora eu vou pontuar assim três perguntas que eu gostaria que fossem esclarecidas.

No tocante ao empréstimo da PETROBRAS, eu posso estar enganado, mas o que eu consegui entender é que a liberação do empréstimo aconteceu de forma total. Foi tomado o empréstimo e o BNDES liberou a totalidade do valor do empréstimo, mesmo sabendo que as aplicações desse empréstimo eram frutos de um cronograma de aplicação ao longo de um tempo, razão pela qual até foi explicado a possibilidade da própria PETROBRAS reverter esses valores para títulos de governo, títulos outros, dentro da operação da não necessidade de estar com esse dinheiro em caixa. Eu pergunto se este procedimento é um procedimento normal, usual, ou se, como empresário, eu sempre me habituei a assistir aos empréstimos do BNDES através de um cronograma de desembolso, na qual a empresa, digamos, é creditada num valor de 10 milhões e vai liberando de milhão em milhão na medida em que vai comprovando as aplicações. E a justificativa, se eu não estou enganado, razões pela qual nesse caso da PETROBRAS o desembolso aconteceu de uma só vez.

Um outro assunto, eu gostaria de pegar mais carona no talento de V. Sa., é no tocante do dólar como moeda de referência, principalmente nas operações da América Latina. A moeda dólar é uma moeda que é âncora das transações internacionais, mas estranhamente é uma moeda que, digamos, se a moeda de referência internacional fosse o Real e se o Brasil tivesse passado pela crise econômica que passou ou está passando os Estados Unidos, internacionalmente o valor do Real teria ido para o espaço. E, na verdade, nós continuamos mantendo, num País em crise, a moeda de referência daquele País. Então eu gostaria, como foi referenciado que V. Sa. é professor, eu gostaria de aprender qual a tendência mundial em termos dessas transações internacionais.

E, por fim, só fazer uma referência. No material distribuído a nós, Senadores, estão aqui os volumes de recursos que foram alocados no Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e Distrito Federal, abreviado como PEF, e curiosamente, eu gosto muito de garimpar números, nós, que estamos habituados ao eixo da grande economia brasileira, que é São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, esses cincos Estados, somados, estão alocados para eles 351 milhões. E unicamente para o Estado da Bahia está alocado 376 milhões. Significa que para o Estado da Bahia está alocado mais recursos do que para a totalidade desses cinco grandes Estados brasileiros. Eu gostaria só de entender a motivação e dizer que fui em busca desse número tentando defender a Paraíba, eu sou Senador pelo Estado da Paraíba, e não pude nem reclamar, porque proporcionalmente aos outros Estados, o que está alocado para o Estado da Paraíba está dentro de uma dimensão justa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao Senador Roberto Cavalcanti. Passo a palavra à nossa prezada Presidenta, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador Francisco Dornelles, V. Exa. que com muita competência vem conduzindo os trabalhos da Comissão de Controle à Crise Econômica, que o Brasil e o mundo vem vivenciando, de acompanhamento da crise. Quero cumprimentar ao Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento, o Dr. Luciano Coutinho, e os Srs. Senadores aqui presentes, Senador Gilberto, Senador Botelho, Senador Valadares e Senador Roberto Cavalcanti.

Sr. Presidente, claro que como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais as nossas indagações serão voltadas para essa área. Nós temos o maior respeito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social pelo trabalho que ele realiza, até porque eu sei que a nível social já existe inclusive um prêmio que é voltado para aqueles projetos que são apresentados

a nível de Municípios, de Estados. Eu digo isso com muita propriedade porque participei, quando Prefeita da cidade de Mossoró, e fui premiada duas vezes. Era um programa que o BNDES fazia com a Fundação Ford e com a Fundação Getúlio Vargas. E os projetos que eram aprovados, eles recebiam um valor para poder fazer crescer, reaplicar dentro daquele objetivo do projeto. Então eu lembro que foi o nosso Projeto Água Viva Luz do Sol, quando nós tínhamos, e ainda existe lá na nossa cidade, começamos uma experiência que foi muito exitosa de poços tubulares que eram movidos a energia solar, com desalinizadores, onde nós levávamos a água potável para as comunidades e através do rejeito, da água salobra, também era aproveitada em outras atividades. E fizemos também pequenas adutoras, também movida a energia solar. Por isso o nome é Água Viva Luz do Sol, porque muitos dos poços tubulares eram voltados para o pequeno irrigante, gerando emprego, gerando renda. Durante dois anos nós tivemos a oportunidade de participar e de sermos premiados. O senhor ainda não era o Presidente, mas eu espero que isso esteja continuando, porque realmente é um incentivo, estimula a todos a que tenhamos o reconhecimento de projetos que são bons e que são, vamos dizer assim, inovadores.

Mas eu gostaria aqui de falar sobre os desembolsos da área de inclusão social dentro do projeto da sua exposição. Aqui o senhor colocou que os desembolsos sociais de janeiro a abril de 2009 cresceram 177% ante o igual período de 2008. Desde já eu quero parabenizá-lo, porque é muito importante que esses desembolsos para a inclusão social realmente sejam crescentes. Mas observando bem, do total de 788,8 milhões, 686 milhões praticamente foram investidos para metrô, saneamento e rodovias. Na área de economia solidária, educação... Educação, inclusive, foi o menor investimento: 0,1; ações sociais: 0,7; economia solidária: 6,9 - e aqui eu gostaria de saber se dentro dessa economia solidária também está incluído os microcréditos, microcrédito de apoio.

SR. LUCIANO COUTINHO: Está.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, então eu queria fazer essa observação porque, na realidade, eu sei da importância social que é o metrô. O saneamento, eu quero inclusive parabenizá-lo, porque a saúde aqui está apenas com 19,4. 19,4 milhões, não é apenas isso quando você soma com 232 milhões de saneamento, que é a saúde, que é ação voltada para a saúde. Mas fica aqui essa observação. Que projetos são esses que a educação só teve direito a 0,1? As ações sociais a 0,7? Seção de inclusões sociais, eu acho que de certa forma para metrô, saneamento, rodovias, já existem outras linhas de crédito, inclusive voltadas para investimentos, que são empréstimos que os próprios Estados, na sua grande maioria, hoje têm acesso. Como o senhor aí anunciou, mais 4 bilhões para financiamento aos Estados dentro de condições especiais. E como os Estados estão tendo essas condições especiais, eu gostaria também de perguntar: há algum programa também semelhante para os Municípios? Porque nós sabemos que temos Municípios de médio porte com capacidade de endividamento, com necessidades prementes na área social, na área de infraestrutura, no desenvolvimento urbano, e que muitas vezes ficam impossibilitados de realizá-los, inclusive Municípios que podem dar garantias, e aí eu vou me dirigir inclusive pela minha região, pelo meu Estado. Muitos Municípios, como o Município de Mossoró, que são Municípios da área produtora de petróleo, o Município de Açu, que é de uma região altamente produtiva de fruta, de cassinocultura e também de petróleo, onde está Açu(F), mas que passa por uma situação muito difícil em função de duas enchentes que foram seguidas. Então, há necessidade de maiores investimentos. Se também Municípios dessa natureza, desse porte, se existem financiamentos voltados com condições especiais, porque aos Estados, desculpa eu dizer, surgiu de repente, agora, um financiamento há um ano dos Governadores terminarem o seu mandato, inclusive o nosso Estado já está autorizado para um pedido de 300 milhões, e nós sabemos que em um ano para obra de infraestrutura muitas vezes não dá tempo nem para fazer o projeto, quanto mais para utilizar o recurso. Então parece assim que está chegando no final do mandato para que possam desenvolver. Claro que nós queremos sempre mais recursos, vou defender, se precisar da minha aprovação eu darei, porque é recurso para o meu Estado, não é para governante A ou B, é para que seja realmente utilizado no Estado, mas aí nós queremos um acompanhamento.

Gostaria também de fazer uma solicitação ao Sr. Presidente com relação ao Fundo Social. O Fundo Social que nós sabemos que é formado por rendimentos do lucro do próprio BNDES. Então eu gostaria, Sr. Presidente, se é possível, até essa solicitação será da própria Comissão de Assuntos Sociais, que nos fosse enviado relatório da aplicação do Fundo Social e seus valores, porque eu considero importantíssimo, mas sabemos que inclusive que Projeto de Lei que já tramitou nessa Casa, de autoria do Senador Tasso Jereissati, cujo Relator, se eu não estou enganado, foi o Senador Marcos Maciel, falava, inclusive foi aprovada, que na distribuição mais justa desses recursos do Fundo Social sendo voltadas para regiões mais pobres, mais carentes e, consequentemente, todos nós sabe-

mos que é o Norte, o Nordeste e, em terceiro lugar, o Centro-Oeste.

Então ficam aqui essas nossas solicitações, nossas indagações e queremos, como colocou o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Tasso, aprender mais com o senhor. Na realidade eu sempre digo que da parte de economia o meu professor nessa Casa é o Senador Dornelles, é o Senador Tasso, o Mercadante, são muitos Senadores que tratam dessa área. A minha área muito mais é o social porque a minha formação é médica pediatra, mas tive a experiência de administrar um Município três vezes. E a economia doméstica, toda mulher tem uma noção de economia, porque nós somos realmente quem melhor sabe tratar da economia doméstica. Então era isso que eu queria colocar e muito obrigada por ter atendido ao nosso convite de fazer essa Audiência conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Nós temos aqui, como já anunciei, os Senadores Augusto Botelho, Gilberto Goellner e Sérgio Guerra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de elogiar o Presidente da Comissão porque nós estamos tendo uma aula aqui importante.

Mas, professor Luciano Coutinho, eu queria chamar a atenção que realmente nesse seu quadro de programa social, ainda é pouquinho, mas dá para incluir a agricultura familiar. É um programa familiar, está aqui incluído no agronegócio, mas é uma coisa extremamente social. Eu gostaria de parabenizar a sua gestão porque no ano passado variou 75% e no mesmo período agora já variou 131%. Eu queria saber como é que o BNDES chega na agricultura familiar, porque na minha cabeça e na cabeça da maioria pessoas do Brasil o BNDES é um banco de grandes, de grandes empresas. A agricultura familiar é a pontinha da nossa agricultura e essa expansão de 131% significa que realmente a gestão de V. Exa. está se preocupando com o social. Espero que continue nessa curva ascendente, porque realmente 80% das pessoas que vivem no campo estão incluídas em agricultura familiar e são as pessoas que têm mais carência de crédito e mais dificuldades de acesso a isso. Eu queria elogiar a V. Exa. pela atitude e saber como é que está chegando no agricultor familiar esse PRONAF do BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente do BNDES, que muito nos honra aqui no Senado hoje nessa Audiência Pública. Eu tenho duas questões que vejo como prioritárias, Sr. Presidente, em relação à participação efetiva do BNDES. Uma é no setor de transporte de cargas do País. O Estado de Mato Grosso, da qual eu represento, nós temos uma característica diferenciada de outros Estados, onde a logística ainda se faz por caminhões, e o BNDES aplicou, tem uma carteira, vamos dizer assim, em 2008, acima de 6 bilhões no financiamento de caminhões. Em 2006 já tivemos uma pequena crise nesse setor, ocasionada pela dificuldade de renda dessas transportadoras. Existe no Mato Grosso transportadoras que estão congregadas em associações muito fortes, onde eles treinam os motoristas, eles dão assistência social, a família do motorista que se ausenta da sua residência, enfim, tem um programa muito auspicioso, mas todas elas passam por um momento de falta de renda e a dificuldade de pagar os empréstimos, auspiciosos. Foi criado, então, em 2006, esse programa extraordinário de apoio ao setor de transporte rodoviário de carga dentro do BNDES que facilitou, propiciou uma carência e as prestações inadimplentes foram refinanciadas. Eu proporia, dentro da solicitação dessas associações de transportadores, que fosse dado, nesse momento difícil por que passam as transportadoras, que têm o seu custo alicerçado praticamente em cima do combustível óleo diesel, aonde 50% a 60% do custo do transporte rodoviário de carga é feito em cima do óleo diesel, eles estão com muita dificuldade, dificuldade de renda, dificuldade de quitar as prestações do BNDES. Então nesse momento, se fosse reativado esse programa, ajudaria muito as empresas a se recompor, não perder os seus caminhões e nós termos, então, garantido os empregos tão necessários em toda essa cadeia de logística.

O segundo diz respeito à situação porque passa a pecuária brasileira que teve essa dificuldade financeira dos frigoríficos, da indústria de carne, e recaiu agora na recuperação judicial, aonde existe um papel fundamental aqui no Congresso que é remodelar a Lei de Falências. A Lei de Falências hoje, como se constitui no País, como ela está constituída, ela permite à empresa solicitante dessa recuperação judicial a dar prioridade de recompor os créditos trabalhistas, mas deixa de fora os ativos, aquela entrega de bovinos, de suínos, de aves ou uma *trading* que esmaga soja, a de soja ou a de milho, eles ficam fora. Então essas empresas, intencionalmente ou não, nos trinta dias que antecede, como o pagamento é à prazo, adquiriram para pagamento a prazo e deixaram os pecuaristas sem receber, e dentro da recuperação judicial de dez, quinze, vinte anos, dá uma quebradeira. Então a crise hoje não é dos frigoríficos, é da pecuária brasileira, daqueles que forneceram os ativos que tinham e ficaram na mão. A minha pergunta é: além de nós termos uma

obrigação aqui de mudar essa Lei, colocando então esses ativos também como prioritários, e dentro desse processo nós estamos estudando inserir Emendas de Medidas Provisórias para acelerar esse processo de revisão da Lei de Falências, mas eu vejo que a concessão de crédito de empresas que estão pleiteando novos créditos, e créditos necessários, porque essas plantas precisam ser reativadas, se há condições do BNDES também dar prioridade para que esses recursos novos emprestados, deem preferência também à recuperação desses produtores rurais, esses pecuaristas, que estão hoje numa situação penosa, porque são pequenos, médios produtores de toda a natureza, que quebraram praticamente. Então nós não podemos estar recuperando uma empresa e deixando toda uma cadeia produtiva na mão sem solução de recuperação. É nesse sentido que eu pergunto se é possível fazer, eu diria assim, um auxílio para que também essa cadeia produtiva pudesse voltar a produzir, dando preferência de pagamento dos créditos ativos que foram entregues a esses frigoríficos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao Senador Gilberto Goellner. Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente Luciano, Presidente Dornelles. Todos conhecemos a história de uma refinaria lá em Pernambuco por muitas razões. Me lembro de muito tempo atrás ter ido à Venezuela cuidar disso com o atual Governador Eduardo e com outras pessoas pernambucanas. Desde aquele momento havia uma intenção clara dos venezuelanos, na época com uma empresa bastante estruturada, de trabalharem o projeto de uma refinaria no Nordeste, de uma maneira especial em Pernambuco. Essa questão da refinaria, depois, virou uma discussão extremamente pitoresca. Um belo dia o Presidente disse que precisava fazer várias refinarias, foi o atual Presidente do Senado, o nosso amigo José Sarney. Outra vez havia uma decisão de examinar a possibilidade de uma refinaria fora do Brasil e por muitas razões, por muito tempo isso não foi resolvido. O Presidente Lula tem um mérito grande nisso. Primeiro, porque decidiu pela instalação de uma refinaria no Nordeste. E, segundo, porque decidiu para que essa refinaria se instalasse em Pernambuco. No contexto deste acerto, uma associação com a PEDEVESA. Eu vou ser bastante breve, até por conta do tempo. A PEDEVESA, como se sabe, ela não tem tido a colaboração do governo venezuelano, ao contrário, é uma empresa que perdeu racionalidade, governança ao longo do período do atual Presidente. Eu fui ao ato de lançamento, foram vários já os atos de lançamentos da PEDEVESA, até mesmo antes da campanha eleitoral que já começou. Eu fui num ato de lançamento em que o Presidente Chávez falou três horas e o Presidente Lula uns quarenta minutos. O ato durou umas seis horas e de vaias intensas para os não petistas. Jarbas ainda era o Governador de Pernambuco. O fato concreto é que a refinaria começou no projeto junto com a PEDEVESA, com o discurso da PEDEVESA, por isso chamou Abreu e Lima. Muito tempo depois, acompanhando isso com distância regulamentar, eu fui à PETROBRAS cuidar de outro assunto. Sendo pernambucano, encontrando pernambucanos, perguntei pela relação da PEDEVESA com a PETROBRAS no projeto pernambucano. O consenso de muitos que eu ouvi é de que a PEDEVESA era um péssimo parceiro e que, além do mais, não tinha cumprido nada do que tinha acertado, não tinha confirmado pagamentos que devia ter feito e fazia exigências para lá de pitorescas, nada que tivesse conteúdo, racionalidade, que pudesse ser apropriado como um elemento importante numa negociação. Nem para isso prestava as exigências feitas. A explicação mais comum é que como o Brasil tem uma relação de trocas bastante positiva com a Venezuela, havia um grande interesse do governo, de uma maneira geral, e do Presidente, em particular, em manter essa expectativa de entendimento com a PEDEVESA. O mercado sabe que a PEDEVESA não caminha bem, que a PEDEVESA não é um bom parceiro, que a PEDEVESA tem momentos graves de falta de liquidez. Esse fato, tudo isso veio a se confirmar nessa expedição à Bahia, na qual o Presidente disse e os Presidentes disseram que não tinha colaboração real e provável da PEDEVESA com a PETROBRAS no projeto de Pernambuco e que a PETROBRAS vai fazer o projeto sozinha, o que talvez fosse até a vontade íntima e justificada da PETROBRAS.

A minha pergunta ao Presidente Luciano, que é uma pessoa que eu conheço desde jovem, que estimo desde jovem, que admiro o tempo todo, devo lhe dizer que se o governo atual tivesse muita gente como o Presidente Luciano Coutinho, as relações da oposição com o governo seriam outras. Nós não temos nenhuma dúvida sobre o BNDES como temos sobre a PETROBRAS, entre muitas razões pela sua condução, e outros companheiros, outras pessoas que eu conheço de lá, que formam uma estrutura de alta qualidade, importante para o Brasil, como também é importante a PETROBRAS, porém, infiltrada por gente que não devia estar lá. Isso tudo não é assunto do Presidente Luciano Coutinho. Porém, Presidente, eu pergunto o seguinte: eu leio que o banco vai financiar empresas venezuelanas que têm parceria com empresas brasileiras em projetos na Venezuela. Uma pergunta é: Essas empresas são como a PEDEVESA ou essa empresa

é a PEDEVESA? Será que essas parcerias são de qualidade ou será que há nisso um conteúdo político mais exacerbado e que foge rigorosamente ao escopo de uma operação bancária racional e com a lógica de uma operação de um Banco de Desenvolvimento, um banco da qualidade e da importância estratégica do BNDES para todos nós? Essa é uma pergunta.

A outra pergunta bastante rápida, apenas para um esclarecimento, esses 100 bilhões que foram para a PETROBRAS são recursos que vieram do Tesouro. O governo paga pelos recursos que está captando no mercado em torno de 12%, agora eu agora eu acho que um pouco menos. Esses recursos estão sendo emprestados à PETROBRAS por algo em torno de 8%. Isso é um subsídio, isso justifica, por que é assim?

São essas duas perguntas que eu faço ao Presidente Luciano, dizendo que eu tenho muita satisfação de vê-lo Presidente do BNDES, como brasileiro, como pernambucano e como quem lhe conhece como quase desde menino. Receba essa palavra como um elogio não apenas meu, mas do meu partido todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Luciano, a palavra lhe pertence.

SR. LUCIANO COUTINHO: Eu enviarei depois para os Senadores que se ausentaram as respostas Às suas respectivas perguntas, ao Senador Valadares, ao Senador Tião, depois eu responderei.

Senador Roberto Cavalcanti, primeiro dizer que o empréstimo da PETROBRAS ainda não foi desembolsado, nós ainda estamos finalizando. Ele foi aprovado, mas ainda não desembolsado. Portanto, a sua hipótese de que não é exatamente como o senhor imaginou, quer dizer, nós vamos ter um programa de investimentos, nós vamos supervisionar a execução do programa e nós estamos fazendo as tratativas finais para a formatação do crédito à PETROBRAS, que será em moldes tradicionais do BNDES. Apenas em determinadas tranches, a ideia que eu expliquei ao Senador Tasso, de repassar em títulos, é para evitar que numa determina tranche fique um excesso, mas não há nada de extraordinário nisso.

A sua questão sobre o dólar como moeda referência é uma questão muito complexa e demandaria muito tempo para explicar, mas a minha convicção é o seguinte: o dólar é uma moeda em processo de enfraquecimento. O grande déficit fiscal americano nos próximos dois anos, três anos, vai provavelmente debilitar o dólar, mas por outro lado ela é a moeda que tem a maior abrangência nas transações de comércio e de mercados de capitais inclusive. Então é difícil substituí-la enquanto moeda. Então nós vamos viver um período em que nós temos uma moeda mundial em processo de debilitação, o que pode produzir pressões de inflação, produzir pressões especulativas. É uma coisa complicada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas a preocupação existe?

SR. LUCIANO COUTINHO: Existe. Essa preocupação, nós deveríamos olhar para outros ativos alternativos, particularmente no que diz respeito à gestão das reservas externas brasileiras, poderíamos levar em consideração esse aspecto, como outros Bancos Centrais ou outros países ou outros... Obviamente o setor privado fará as suas opções, mas obviamente ela é uma moeda reserva, continuará sendo por muito tempo, difícil de substituir, mas é muito provável que ela se debilite.

A sua questão a respeito do programa dos Estados, a sua curiosidade, é muito simples. O programa foi distribuído com base nos mesmos critérios do Fundo de Participação dos Estados, cuja determinação em Lei estabelece que o Fundo de Participação é distribuído de maneira proporcional ao tamanho da população e inversamente proporcional à renda per capta. Então Estados mais pobres, menos desenvolvidos, corresponde aos do Nordeste, têm maior parcela no Fundo de Participação dos Estados pela renda per capta, e os mais populosos, é o caso da Bahia, têm uma participação por conta da população. Em contrapartida, os Estados do Sul e Sudeste, que têm renda per capta mais alta, recebem menos. Então é estritamente dentro da regra do Fundo de Participação que estão refletidas nessa distribuição. Não é uma distribuição arbitrária, ela segue a regra da própria legislação brasileira.

Senador Augusto Botelho, quero lhe dizer que a agricultura familiar, nós estávamos olhando aqui a tabela dos investimentos da área social, o Fundo Social, inclusive, mas eu queria chamar a atenção que a agricultura familiar tem sido fortemente apoiada e eu não sei se na Tabela 22, no Slide 22, nós vemos aqui, que é o anterior, nós vemos aqui que o PRONAF recebeu desembolsos em 2008 de 539 milhões de reais e de setembro a abril desse ano já recebeu 615 milhões, quer dizer, a rubrica que mais teve expansão nos últimos meses foi exatamente o apoio à agricultura familiar. O BNDES se engajou muito firmemente no Programa Mais Alimentos, tem trabalhado com estreitada parceria com o MDA e isso se reflete no firme apoio à agricultura familiar, que está aqui registrada.

Senador Gilberto, a sua preocupação com o setor de transporte de cargas é uma preocupação extremamente válida. Nós melhoramos muito as condições de financiamento aos transportadores. Nós passamos, depois da crise, a financiar veículos usados, coisa na hora que era feita. Ampliamos a cobertura a 100%.

Passamos a financiar *leasing* também, especialmente para pequenas empresas que têm dificuldade com o CND, através do *leasing* o mecanismo torna acessível o financiamento. Nós fizemos vários apoios. Eu vou levar em conta a sua sugestão. Nós estamos trabalhando no aperfeiçoamento do Programa Pró-Caminhoneiro, então nós esperamos olhar para o pequeno transportador, que é principalmente a sua preocupação, e encontrar maneiras de tornar mais acessíveis os programas. Nós estamos aguardando um instrumento de mitigação de crédito, que será o Fundo de Garantia ou FGPC, uma transformação do FGPC, para poder criar instrumentos ainda mais eficazes de apoio aos pequenos transportadores de carga. Então eu acho que o senhor está vindo ao encontro de uma preocupação sobre a qual nós já estamos trabalhando e poderemos depois lhe esclarecer.

Sobre a Lei de Falências, eu estou de acordo consigo que os créditos trabalhistas devem ser protegidos, mas o pequeno fornecedor fica esquecido. Eu estou de inteiro acordo que a recuperação de qualquer empresa precisa priorizar os pequenos fornecedores e a recuperação da cadeia fornecedora. Então, portanto, não pode ser punitiva com a cadeia de pequenos fornecedores. Em qualquer recuperação que extremos apoiando, nós vamos ter como critério que o sacrifício deve ser feito, primeiro, pelos controladores, pelos investidores, segundo, pelos financiadores, pelos bancos, e só em último caso pelos fornecedores. E para os pequenos fornecedores não faz sentido impor um sacrifício, porque eles são o alimento, são eles que de fato permitem o funcionamento das empresas. Então nós temos que tratar com justiça nos processos de recuperação os pequenos fornecedores. Eu estou de acordo com a sua preocupação.

E, finalmente, às questões da Senadora Rosalba. Senadora Rosalba, eu fico muito contente da sua avaliação do Água Viva Luz e Sol, eu prometo que vou olhar como o programa está sendo executado, certamente é um programa de mérito. Eu quero lhe dizer que o governo fez para Municípios uma política semelhante à que fez para os Estados, mas o governo fez no caso dos Municípios um ressarcimento integral do Fundo de Participação dos Municípios garantindo o mesmo nível de arrecadação de 2008 no ano de 2009, ou seja, impedindo que haja uma queda do Fundo de Participação. No caso dos Estados, isso está sendo feito através de um refinanciamento. No caso dos Municípios é através de uma transferência. Portanto, é mais até favorável aos Municípios o que está sendo feito.

Com relação ao Fundo Social, eu terei muito prazer, Senadora, de nós lhe enviarmos todo um relato de toda a atuação social do BNDES. Eu quero lhe dizer que o BNDES está com uma preocupação muito grande com a educação e saúde, mas naqueles números ali nós temos uma dificuldade, pois como nós não podemos emprestar diretamente para Estados e Municípios sem autorização do Tesouro Nacional, em geral os Municípios e Estados nos procuram para projetos grandes, para projetos mais onerosos. Então são as infraestruturas de grande porte, as rodovias ou o saneamento, os programas de saneamento que nos ocupam. Os Estados usam os seus limites. Mas nós estamos interessados em apoiar projetos integrados. É o caso do Acre, é o caso de Sergipe, em que nós estamos apoiando ações integradas nas cidades e no sistema de cidade, apoiando educação, saúde, apoiando matadouros, apoiando criação de galpões para artesanato e para pequenas indústrias, fazendo um apoio multisetorial, além das pequenas estradas e vias. Então nós estamos inaugurando uma atuação mais próxima ao que a senhora quer e nós também estamos desenvolvendo linhas novas para apoiar o setor privado na saúde e na educação, porque também são setores que merecem o nosso apoio. Então nós poderemos, em algum momento, fazer com que a nossa diretoria da área social lhe faça uma visita de esclarecimento, teremos muito prazer com isso.

E, por fim, prezado Senador Sérgio Guerra, eu não vou fazer comentários a respeito da questão da refinaria, pois é uma questão atinente à PETROBRAS. O que eu sei apenas é que a PETROBRAS tem uma disposição de levar adiante o projeto da refinaria a despeito das eventuais dificuldades com a PEDEVESA. O projeto está assegurado, será desenvolvido.

Agora com relação à exportação brasileira, a questão das exportações para países da América Latina ou a Venezuela, especificamente, eu queria esclarecer o seguinte. Primeiro, o BNDES não financia empresas dos outros países. O que o BNDES faz é financiar a exportação de bens e serviços do Brasil por empresas brasileiras. Isso significa que uma empresa brasileira precisa ter um contrato no exterior, ou se é uma empresa de equipamentos, por exemplo, um hidrogerador ou uma composição ferroviária, que a empresa brasileira tenha ganho a licitação e tenha o contrato de fornecimento lá fora, ou se é uma construtora, que a construtora brasileira tenha ganho contrato de [ininteligível] de prestação de serviço, de construção e conclusão da obra lá no exterior. Então a empresa brasileira tendo um contrato, nós podemos financiar a exportação brasileira contra a comprovação e, em geral, nós financiamos o contratante, através do contratante, com garantias. Nós exigimos garantias muito firmes. Uma garantia do Fundo Garantidor de Exportação, portanto, uma garantia do Tesouro brasileiro, que

cobra taxas de mercado para o seguro, e dependendo do *rating* do País é um seguro bastante oneroso, ou se o País preferir mitigar o risco, ele pode optar por cursar esses pagamentos no convênio de créditos recíprocos, que é um convênio entre Bancos Centrais da ALADI, funciona há mais de quarenta anos, nunca houve um inadimplemento e é um mitigador de risco muito poderoso, porque se um determinado Banco Central não honrar, todos os outros vão honrar em nome dele e exercem pressão para que ele o faça. Nós tivemos aqui, por exemplo, no caso do Equador, tem honrado porque os créditos estão sendo cursados dentro do CCR. Então, no caso da Venezuela, os empréstimos do BNDES deverão cursar pelo CCR, eles deverão ter a garantia CCR ou deveremos construir outro tipo de garantia muito sólida que assegure ao BNDES absoluta confiabilidade no financiamento à exportação. Eu quero dizer aqui que o BNDES se orgulha da sua excelência na concessão de empréstimos. Falou-se que o BNDES às vezes demora, demora. O prazo médio às vezes de uma tramitação é de seis meses, era muito mais, a gente reduziu, estamos lutando para reduzir abaixo disso, mas a gente se orgulha que o BNDES tem uma taxa de inadimplência baixíssima, muito abaixo do setor financeiro privado. A taxa de inadimplência do BNDES no último relato é de 0,15%, porque nós somos zelosos com o uso dos recursos públicos, os usos dos recursos do FAT, e nós temos obrigação de assim ser. Então, Senador, eu posso lhe tranquilizar que nós não iremos, em nenhum caso, por em risco a credibilidade e a segurança das operações de financiamento externo que o BNDES realiza. Para qualquer País nós esperamos que essas condições sejam atendidas para que esses financiamentos eventualmente possam ser executados. Era isso que eu teria a dizer.

Eu não sei se tinha uma outra questão. Seria a respeito da PETROBRAS, subsídio da PETROBRAS. Eu posso lhe assegurar que não há subsídio na operação da PETROBRAS. Dentro dos recursos do banco há uma discriminação. No caso dos recursos à PETROBRAS, será feito o seguinte: nós vamos repassar à PETROBRAS em moeda estrangeira na curva internacional do Tesouro. Então nós vamos tomar recursos a custo de mercado, usando a curva de longo prazo como referência, e, portanto, o Tesouro vai repassar ao banco, o banco cobrará um pequeno *spread* e nós vamos repassar à PETROBRAS em condições de mercado. Portanto, no caso da PETROBRAS, é uma operação de mercado, em condições de mercado, refletindo a curva de longo prazo, o custo de longo prazo do Tesouro Nacional. Portanto, há zero de subsídio, ao contrário, essa operação gerará algum pequeno *spread* natural na operação com o BNDES. Então não há nenhum subsídio.

É isso que eu teria a esclarecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente. E para encerrar, vamos encerrar com chave de ouro, passo a palavra ao nosso querido Presidente Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente Luciano Coutinho, Sr. Presidente Francisco Dornelles, Senadora Rosalba. Eu quero perguntar o seguinte: as medidas anticrise que foram adotadas pelo BNDES, algumas delas por óbvio deverão continuar, por exemplo, ampliar o nível de participação do BNDES no investimento. Mesmo que a crise passe, o BNDES não vai deixar de aumentar os financiamentos para investimentos. Mas eu pergunto se uma dessas medidas, por exemplo, ampliar a oferta de capital de giro, produção, exportação, empréstimo-ponte, quando a crise passar o BNDES vai prosseguir com essa oferta? Manutenção da capacidade de investimento dos Estados da Federação, apoiar o setor de construção civil, qualidade de construção industrializada, aumentar o apoio por intermédio da renda variável, consolidação e maior participação no capital das empresas, será que essas medidas são apenas emergenciais e o banco não vai considerar que algumas deles vieram para ficar? Vão continuar a serem adotadas? E a outra pergunta, o senhor já deve estar esperando por ela, que diz respeito... Inclusive a Senadora Rosalba está saindo, mas se ela não estivesse saindo, ela ia me apoiar nessa pergunta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já voltei, Presidente, para lhe apoiar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diz respeito ao aeroporto, ao modelo de construção, de concessão do Aeroporto de São Gonçalo que está em construção no Rio Grande do Norte, no início apenas, e que parece ser uma pergunta assim que interessa só ao nosso Estado, uma pergunta paroquial, mas que na verdade não é porque é um aeroporto que tem uma posição estratégica, uma vez que nós estamos na esquina do continente americano, do continente europeu, do continente africano, e esse aeroporto poderá até proporcionar, vamos dizer assim, uma redistribuição de cargas. Então eu perguntaria a V. Sa.: Como vão essas tratativas junto ao BNDES com relação ao financiamento desse aeroporto? Está sendo estudado por ora o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO: Exmo. Senador Garibaldi, obrigado por suas perguntas. Eu quero lhe dizer o seguinte: algumas das ações emergenciais do BNDES, nós esperamos que o mercado de crédito retome e possa suprir, principalmente no que diz respeito à oferta de capital de giro e à oferta de algumas linhas de giro. O BNDES, certamente, continuará oferecendo capital de giro quando ele é associado ao investimento. Então o giro associado ao investimento, é natural que o BNDES continue financiando, como sempre fez. Mas esse giro emergencial, nós esperamos que o mercado de crédito se normalize e que ele possa voltar a ocupar o seu papel no sistema bancário. Mais do que isso, nós temos a esperança de que a redução dos *spread*s de crédito possa prover capital, junto com a queda da SELIC, a redução dos *spread*s, permita que o setor bancário privado possa suprir crédito ao Brasil a custos razoáveis, como em todo o lugar do mundo. Esse é o nosso objetivo, quer dizer, não é o objetivo do BNDES ficar substituindo o mercado de maneira permanente. Nós estamos fazendo um esforço e esperamos que esse esforço tenha um prazo para terminar.

Agora com relação aos Estados, também nós estamos fazendo nesse momento um aporte emergencial que nós não esperamos seja necessário repetir na medida em que a economia volte a crescer e que os Estados voltem a ter a sua receita crescendo, mas certamente do ponto de vista do desenvolvimento nós queremos continuar emprestando aos Estados brasileiros para que eles desenvolvam suas infraestruturas. Então o BNDES continuará sendo um parceiro de todos os Estados brasileiros. Obviamente o BNDES tem que avaliar o *rating* dos Estados, a capacidade financeira dos Estados, e tem que obedecer ao Tesouro Nacional. Nós só podemos financiar aquilo que estiver dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro da capacidade de pagamento dos Estados e autorizado pelas Resoluções do Senado e pelo Tesouro Nacional. Dentro dessas condições, não há nenhuma razão para que o BNDES... Ao contrário, o BNDES deve apoiar o desenvolvimento das infraestruturas dos diversos Estados da Federação e nós temos tentado fazer isso, inclusive com uma abordagem mais completa para não ficarmos sempre prisioneiros de apoiar aqueles grandes projetos sem olhar o entorno econômico e social dos projetos. Esse é um ponto.

Com relação ao setor de construção, Senador, a sua pergunta é muito boa. É claro que nós temos que ter uma divisão de trabalho. A Caixa Econômica, no Brasil, é que é a grande responsável pelo apoio ao setor de construção, especialmente da construção habitacional. Mas algumas áreas da construção não podem ficar órfãs e nós temos tido um papel muito forte recentemente em apoio à construção: ou completando a ação da Caixa Econômica, como parceiros da Caixa Econômica, como financiadores da cadeia produtiva, porque a construção comanda uma enorme cadeia produtiva, do cimento ao vidro, os plásticos, as cerâmicas, ao material elétrico, a imensa cadeia produtiva que a construção não existe sem ela, que nós é que apoiamos a cadeia produtiva, e, além disso, nós temos que apoiar, sim, a construção de infraestrutura comercial, industrial e outras infraestruturas, de turismo, infraestrutura de escritórios, shopping centers. Então este tipo de infraestrutura de construção, por exemplo, a nossa linha de shopping centers está sendo muito demandada, o apoio ao varejo, nós temos obrigação de apoiar, estamos apoiando, ela tem sido muito bem sucedida e certamente é uma linha permanente de atuação do banco.

Relativamente à renda variável, ao papel do BNDES-PAR, o BNDES-PAR é um banco de investimentos extremamente bem sucedido, ele continuará operando, continuará fortalecendo o capital das empresas brasileiras, continuará ajudando setores que ainda não tenham um grau de amadurecimento, de governança, a se tornarem empresas firmes, sólidas, de capital aberto com liquidez e com boas estratégias, nós continuaremos apoiando as empresas, mas nós não queremos substituir o mercado, o que nós queremos é fazer isso junto com o mercado. Nós queremos fortalecer o mercado brasileiro de capitais, até porque para a gente apoiar as empresas é preciso que elas tenham liquidez. O BNDES, como eu disse, não pode engessar recursos em empresas fechadas e ilíquidas, ele tem que ter liquidez, então o BNDES é um grande apoiador e continuará sendo um grande apoiador do mercado de capitais e nós faremos esse apoio de maneira coordenada com o mercado de capitais.

A sua última questão, Senador, o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Nós consideramos um projeto prioritário para o BNDES. A consultoria concluiu o projeto e nós estamos fazendo aperfeiçoamentos no projeto para que ele tenha absoluta segurança. Nós já temos prospectado interessados, nós sentimos que o setor privado tem grande interesse em concorrer numa eventual licitação da concessão do aeroporto. A ANAC está trabalhando num modelo de concessão, nós precisamos que ela conclua o seu trabalho, sob a orientação do Ministério da Defesa, e nós temos certeza que esse é um projeto que será vitorioso, porque pelo interesse privado já manifesto no aeroporto eu acredito que ele é um projeto que terá viabilidade e que poderá inclusive, obviamente, o escalonamento do projeto pode ser repensado em função da crise internacional, o projeto é modularizável, quer dizer, ele

tem um investimento grande que é a pista, mas toda a infraestrutura ao redor pode ser modularizada conforme o desenvolvimento do projeto, isso facilita muito. É um projeto fundamental para o Brasil, não é fundamental só para o Rio Grande do Norte, é fundamental para o Brasil, nós vamos apoia-lo e temos um grande interesse em torná-lo um paradigma importante de operação aeroportuária no Brasil.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um minutinho, Sr. Presidente, eu queria pedir permissão, o senhor me desculpe, eu não sei se regimentalmente eu posso fazer aqui só uma observação. Presidente Luciano Coutinho do BNDES, realmente esse projeto, como o Senador Garibaldi disse: Senadora Rosalba, eu voltei porque quando fala do Aeroporto de São Gonçalo, nós sabemos que é algo importantíssimo para o Brasil e para o nosso Estado. Eu queria só uma previsão, pela sua experiência, a esses estudos que ainda precisam ser concluídos, tem uma ideia do tempo que isso pode demandar ainda?

SR. LUCIANO COUTINHO: Nós estamos querendo trabalhar, Senadora, para ter a licitação desse projeto no máximo em setembro ou outubro, se depender de nós. Ele, obviamente, precisará da formatação do edital e da modelagem de concessão privada pela ANAC, a aprovação pelos Conselhos. O projeto depois terá que transitar pelo Tribunal de Contas para que o Tribunal autorize a licitação. Agora no que depender do BNDES, nós somos um fator, estamos trabalhando estreitamente ligados ao Governo do Rio Grande do Norte. Nós não seremos fator de atraso do projeto, nós estamos empenhados em ver esse projeto licitado o quanto antes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Presidente. Essa notícia nos deixa bastante confortável, felizes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Garibaldi Alves, Senadora Rosalba, foi uma honra muito grande ter presidido a reunião ao lado de V. Exªs., foi uma satisfação muito grande tê-los aqui. Eu quero saudar aos Senadores, o Senador Inácio Arruda que aqui chegou.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu estava substituindo V. Exa. na Comissão de Justiça--

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --para a votação de catorze representantes do Conselho Nacional de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): É verdade, eu agradeço muito. Presidente Luciano Coutinho, a sua presença aqui é um marco das Audiências dessa Comissão, objetividade, clareza, foi uma verdadeira aula que V. Exa. acabou de dar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, a oposição chegou na Comissão de Justiça elogiando bastante a apresentação do Presidente Luciano Coutinho. E na situação atual do Brasil nós não podemos desconfiar disso, eu acho que a oposição está convencida mesmo de que nós estamos com uma gestão elevadíssima do ponto de vista da sua qualidade no BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado. Encerramos assim a Sessão. Agradecemos a sua presença, Presidente, como sempre foi um marco muito importante. Amanhã teremos aqui o Ministro Guido Mantega, às dez horas, em Sessão Conjunta dessa Casa.

Sessão encerrada às 13h39.

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Conjunta com a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 10ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, Da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada em 28 de maio de 2009, às 10:00 horas, na sala nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e nove, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO, MARCONI PERILLO, JAYME CAMPOS, EFRAIM MORAIS, DELCÍDIO AMARAL, JOÃO RIBEIRO, EDUARDO SUPLICY, FRANCISCO DORNELLES, ELISEU RESENDE, GILVAM BORGES, INÁCIO ARRUDA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, WELLINGTON SALGADO, ROSALBA CIARLINI, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, ARTHUR VIRGÍLIO, GILBERTO GOELLNER. Compareceu ainda o Senhor Senador não-membro César Borges, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Romero Jucá, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Romeu Tuma.** Deixam de comparecer os demais Senadores**.** Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitu-

ra das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. **PARTE 1 –** Audiência Pública - Em atendimento ao Requerimento nº 03/09-CI, de autoria do Senador Inácio Arruda, Requerimentos nºs 05, 06, 07, 12 e 13-CAE e aditamento ao Requerimento nº 29/09-CAE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Aloizio Mercadante, César Borges e Flexa Ribeiro, e 04/09-CAS, de autoria do Senador Inácio Arruda. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre os temas "A desvalorização da moeda brasileira; a crise econômica; os efeitos da redução de IPI sobre a arrecadação da união, dos estados e dos municípios; e sobre as mudanças no rendimento da caderneta de poupança", com a presença, como expositor, do **Excelentíssimo Senhor Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda. Após a exposição do convidado, usaram da palavra os Senhores Senadores **Tasso Jereissati, Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Wellington Salgado, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Eduardo Suplicy e Francisco Dornelles**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada, – **Senador Eliseu Resende**, Vice-Presidente.

15ª Reunião Extraordinária da Comi8ssão de Serviços de Infraestrutura, Conjunta com a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, com a 15ª Reunião Comissão de Infraestrutura, com a 20ª Reunião Comissão de Assuntos Sociais e com a 10ª Comissão de Acompanhamento Da Crise Financeira e da Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada em 28 de maio de 2009, às 10 horas e 24 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e a 10ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª legislatura, a realizar-se em conjunto. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. As Atas, então aprovadas, serão publicadas no Diário do Senado Federal. [soa a campainha].

Essa Audiência Pública, para discorrer sobre a desvalorização da moeda brasileira, a crise econômica, os efeitos da redução de IPI sobre a arrecadação da União, dos estados e dos municípios e sobre as mudanças no rendimento da caderneta de poupança, conta, para a honra nossa, com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Guido Mantega, em atendimento aos requerimentos nº 05, 6 e 7, 12 e 13, de 2009, e aditamento ao Requerimento nº 29/09, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Aloizio Mercadante, César Borges e Flexa Ribeiro, e ao Requerimento nº 03/09, da Comissão de Infraestrutura, e 04/09, de autoria do Senador Inácio Arruda. S. Exa., o Sr. Guido Mantega terá o tempo que desejar para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos à fase dos debates, concedendo a palavra às senadoras e senadores inscritos. Antes de conceder a palavra ao nosso ilustre convidado, o Ministro Guido Mantega, teremos a palavra do Senador Eliseu Resende, que representa aqui a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, Sras. e Srs. Senadores, a nossa presença aqui, Sr. Presidente, Sr. Ministro, é para representar o Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Fernando Collor, que está afônico e não pôde comparecer. Desejar boas-vindas ao Ministro e ouvi-lo atentamente, junto com os demais senadores, porque são extremamente importantes e relevantes as questões que serão discutidas e debatidas aqui, ouvindo o Ministro da Fazenda Guido Mantega. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero registrar a presença na Mesa do Senador Francisco Dornelles, Presidente da Comissão que faz o acompanhamento da crise financeira e empregabilidade. E vou ter a honra, agora, de conceder a palavra ao Ministro Guido Mantega, para fazer sua exposição a respeito da crise financeira e as suas implicações com relação ao nosso país. Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Garibaldi Alves, Presidente da CAE, o Senador Eliseu Resende, presidindo a Comissão de Serviços de Infraestrutura, e o Senador Francisco Dornelles, que preside a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade. Agradeço ao convite para vir aqui a esta Casa, para poder explicar a situação da crise mundial e da economia brasileira, cumprimento os demais senadores e senadoras que estão aqui presentes, os técnicos, jornalistas, assessores, e vou fazer uma breve

exposição da situação da crise internacional e as suas repercussões sobre a economia brasileira.

Nós produzimos um PowerPoint que foi disponibilizado aos Srs. Senadores e Senadoras para que possam acompanhar melhor a minha exposição. Às vezes, a gente passa algum gráfico pouco visível. Com o texto na mão, fica mais fácil de acompanhar. Nós temos visto, nas últimas semanas, sinais de melhoria da crise internacional. Esses sinais são positivos, são bem-vindos, porém, devemos ter em mente que a crise não acabou, talvez apenas tenha passado o pior momento dela e já estejamos retornando para níveis de normalidade maior em relação aos últimos meses. Um dos fatores que está trazendo esta melhoria é a consolidação do Governo Obama e o aumento da confiança dos mercados mundiais nas ações dos vários Governos. Isso não significa que os problemas centrais da crise financeira tenham sido resolvidos. Por exemplo, os ativos tóxicos que enfraquecem os grandes bancos continuam presentes, ainda não foram digeridos, não foram absolvidos. Os bancos ainda não estão liberando volume de crédito suficiente para mover as economias. Então, ainda falta crédito, e o crédito continua caro e de difícil acesso para vários segmentos da sociedade. Mas, de qualquer forma, em relação ao quadro bastante crítico, bastante grave, que nós observamos no final do ano passado, começa a haver algum distencionamento do crédito. O crédito está voltando para alguns segmentos do setor financeiro, os bancos que, antes, tinham total desconfiança, entre eles mesmos e em relação ao consumidor, estão voltando a atribuir crédito, estão liberando o interbancário, e, com isso, nós podemos ter algum alívio naquela situação difícil. Porém, nada impedirá que o ano de 2009 seja um ano de recessão para as principais economias do mundo.

Então, uma recessão forte em vários países, principalmente nos países avançados. Mas essa recessão, ela será mais forte nos primeiros trimestres desse ano, e, no final do ano de 2009, já notaremos uma mudança e, provavelmente, algumas economias já estarão trabalhando no positivo, já estarão com PIB positivo. A trajetória esperada do PIB mundial é aquele que está representado naqueles gráficos. Nós podemos ver o gráfico azul. A linha azul representa o comportamento das economias avançadas. Os senhores podem notar que, em 2009, as economias avançadas, elas têm uma queda do nível do PIB. A queda deve ser em torno de 4%. Ou seja, o PIB médio das economias avançadas será menos 4%, em 2009. A boa notícia é que já está em curso uma recuperação, mas que começa lá debaixo, porque a queda foi forte, e essa recuperação se dará ao longo do ano 2009, de modo que, em 2010, os países, mesmo os países avançados, já estarão com resultados positivos no seu PIB. Modestos, porém positivos. Nós esperamos que, ainda durante os dois, três anos, o PIB terá um comportamento fraco nessas economias avançadas. Já nas economias emergentes, que são representadas pela linha vermelha, os senhores podem ver que, também, elas sofrem uma queda no nível de atividades, porém tendem a ficar positivas, produto positivo, e a recuperação se dará, também, ao longo de 2009, de modo que, em 2010, essas economias estejam de volta com os índices de crescimento que tinham antes da crise. Portanto, recuperação mais rápida das economias emergentes, recuperação mais demorada nas economias avançadas.

Então, esse gráfico mostra também que nós temos um distanciamento entre as economias avançadas, que tendem a ter um desempenho inferior, um desempenho mais fraco, e as economias emergentes, que tendem a ter um desempenho mais forte. Passamos adiante. Bom, o que está acontecendo no Brasil? No ano passado, nós tivemos um excelente desempenho da economia até o terceiro trimestre, e, no quarto trimestre, tivemos uma forte desaceleração, de modo que o resultado final do ano de 2008 foi de um crescimento de 5.1. Então, estão equivocados aqueles que dizem que nós tivemos recessão no ano passado. O ano passado foi um ano de excelente crescimento para o Brasil, com exceção do último trimestre, quando nós acompanhamos, logo depois da quebra do Lehman Brothers, a desaceleração forte da economia internacional.

No primeiro trimestre deste ano, a economia brasileira ainda passou por um período fraco, de desempenho bastante fraco da economia, porém, no final do primeiro trimestre, já temos sinais de recuperação, de modo que a crise começou mais tarde no Brasil do que em outros países, pela sua situação econômica melhor e deve ser mais curta, deve terminar mais rapidamente no Brasil do que em outros países. Essa pequena melhora que nós observamos nos mercados financeiros internacionais, nas últimas semanas, já se refletiu no Brasil, com uma retomada do fluxo de capitais. Então, essa melhora, esse aumento da disponibilidade financeira, se traduziu, nessas semanas, no aumento do investimento direto externo, da entrada de capitais em busca da Bolsa de Valores e outras aplicações na economia brasileira. Passamos adiante.

Nós podemos ver, por este quadro, a diferença de comportamento da economia brasileira em relação a outras economias. Nós colocamos aí as principais, e cada uma daquelas torres representa um trimestre econômico. Nós temos aí cinco trimestres representados, e, quando a torre está acima da linha zero, significa um crescimento positivo do PIB no trimestre, e, quando está baixo da linha zero, um crescimento negativo. Os

senhores podem ver que o Brasil é o país que teve o maior desempenho, porque, no ano passado, nós temos, ali, a partir do primeiro trimestre do ano passado, nós tivemos o Brasil, que é o último à direita, três trimestres de crescimento bastante expressivo, em torno de 6, 6,5% de crescimento do PIB, em cada um dos três trimestres, e, finalmente, no último trimestre, uma queda forte do produto, conforme os senhores podem observar. Mas o Brasil tendo um desempenho melhor do que os demais países.

Nós notamos também o aumento de confiança na economia brasileira, que é representado pelo índice de risco-país. A curva vermelha representa o risco dos países emergentes como um todo e a curva azul, o risco do Brasil. Os senhores podem ver que os níveis de risco caminharam muito próximos até, mais ou menos, outubro do ano passado. Setembro, outubro do ano passado foi quando ocorreu a crise, que dá aquele pico de risco, aumento do risco dos países emergentes de modo geral. Porém, de lá pra cá, nós podemos notar que o Brasil vem apresentando um risco menor do que os demais países emergentes, demonstrando uma confiança maior que há no Brasil. Passamos adiante.

Podemos ver essa confiança a partir de uma pesquisa feita pela Emerging Markets Private Equity Survey, que diz que o Brasil é o segundo mercado mais cobiçado pelos investidores estrangeiros. Nós temos aí o quadro de 2008, a situação em 2008, a coluna 2008, que mostra que o mercado emergente mais atraente é a China, em primeiro lugar, e o Brasil estava em quarto lugar. Porém, passando para 2009, nós podemos ver que o Brasil passou em segundo lugar, passou na frente da Índia, da Rússia e de outros mercados emergentes, em termos de atratividade. Portanto, de confiança. Passamos adiante.

Nós temos aqui a representação do desempenho da indústria automobilística, que continua sendo uma indústria importante em vários países, porque representa uma parte expressiva do PIB. Aqui, no Brasil, a indústria automobilística representa cerca de 23% do PIB industrial brasileiro. E os senhores podem ver, numa comparação do primeiro trimestre de 2009 em relação ao primeiro trimestre de 2008, que a recuperação da produção de veículos leves, o Brasil é o último, ali, colocado. Nós tivemos, em vários países, uma queda importante da produção de veículos leves, nos três meses, de janeiro a março de 2009, em relação a janeiro a março de 2008. Estados Unidos, por exemplo, teve uma queda de 38% na produção; Japão, 23. Apenas a Alemanha teve uma expansão, França caiu, Itália também, Espanha, 44% a menos, e o Brasil já recuperou e já está produzindo mais veículos do que estava produzindo em igual período do ano passado. Portanto, houve uma queda e, depois, uma recuperação forte, em função das medidas que foram tomadas na economia. Passamos adiante.

Podemos ver que um dos sustentáculos da economia brasileira, uma das razões pelas quais o PIB brasileiro, ele fica mais forte, ele cai menos, em relação a outras economias, é que o Brasil... A economia brasileira depende mais do mercado interno do que do mercado externo. O mercado externo é representado pelas exportações, e as exportações brasileiras representam 13% do PIB. Portanto, quando cai o nível de atividade internacional, o Brasil é menos atingido do que, por exemplo, a Alemanha, cujas exportações representam 40% do PIB, ou o Japão, que representa mais ou menos a mesma coisa. Existem economias na Ásia, no leste europeu, cuja exportação representa 50, 60% do PIB. Então, quando cai a atividade internacional, todas elas têm uma retração forte do PIB. Já o Brasil, como tem o mercado interno que se manteve forte, graças à massa salarial, os senhores estão vendo ali, em 12 meses, de abril a abril, 7,3% de crescimento da massa salarial, nós mantemos uma capacidade de consumo e um mercado mais forte aqui no Brasil. Pode passar adiante, pode pular essa.

Bom, outro fator que dá robustez à economia brasileira, solidez à economia brasileira é o nosso desempenho fiscal. O Brasil tem tido um bom desempenho fiscal, ao longo dos últimos anos, e consegue manter esse desempenho fiscal durante a crise, o que é difícil de ser visto nos outros países, todos eles com uma forte deterioração da sua situação fiscal. Nós reduzimos o nosso superávit primário em 2009, para poder fazer mais política anticíclica, e, mesmo assim, o nosso resultado fiscal, ele é bastante satisfatório e um dos melhores, quando comparado com outros países. Os senhores podem ver aí a comparação do resultado fiscal, que é esperado para o ano de 2009, projetado pela Economist Intelligence Unit's, que é da Revista The Economist, que mostra que o Brasil é o penúltimo país, ele tem o segundo melhor desempenho fiscal de todos os países do G 20. Terá, portanto... Prevê-se um déficit nominal de 2.1% neste ano. Não fosse a crise, nós estaríamos muito próximos do déficit nominal zero. Mas, como tivemos que reduzir o primário, então nós ficaremos com 2.1, um resultado bastante satisfatório. Se nós olharmos a dívida pública, que é um indicador fiscal fundamental, vamos ver, ali, o Brasil tendo um pequeno aumento da dívida pública, mas, na verdade, aquele aumento de 36.8 para 40.9 se deveu ao fato que nós tiramos a PETROBRAS do resultado fiscal da União. Porque é só recolocar a PETROBRAS que nós estaríamos com os 36. A PETROBRAS significava es-

ses 3% de diferença que estão ali. Então, não houve nenhuma piora na dívida pública brasileira em função da crise. E se nós olharmos os outros países, vamos ver que os outros países todos estão com aumento expressivo da sua dívida pública, mesmo os países considerados mais sólidos, como o Reino Unido, os Estados Unidos, o Japão, todos eles com um crescimento expressivo da dívida pública.

No próximo quadro, nós podemos ver a projeção desta dívida para o ano de 2010. Em 2010, vamos pegar ali o Brasil, essa dívida bruta. Portanto, não estão deduzidas as reservas. Como os outros países eu não tinha dívida líquida para 2010, eu tive que usar a base de comparação de dívida bruta. Então, a dívida bruta do Brasil, ali, teria sido, em 2008, de 60%; 2009, 57%; 2010, 54%. Portanto, a nossa dívida está caindo, continua caindo, e a da maioria dos outros países está subindo, e subindo para patamares bastante elevados. Estados Unidos, por exemplo, em 2010, deverá atingir uma dívida de 77% do PIB. Perdão, 79% do PIB. Alemanha, 74% do PIB. Portanto, a nossa dívida é menor do que a dívida desses países. Então, não se pode pôr em dúvida a solidez fiscal das contas públicas brasileiras. Uma das razões da nossa solidez é que nós diminuímos a vulnerabilidade externa do país ao longo do tempo.

No próximo gráfico, nós podemos ver que as reservas internacionais do Brasil não só se mantiveram no patamar que estavam pré-crise, como, agora, estão sendo expandidas, porque nós voltamos a comprar reservas. Voltamos a comprar dólares, portanto aumentar as reservas internacionais. Estamos com 205 bilhões. Muitos países que tinham reservas elevadas já estão com menos reservas do que estavam, quando a crise se iniciou. Portanto, isso também é um fator importante de solidez da economia brasileira. Outro fator importante é que, ao contrário de outras economias, o sistema financeiro é sólido. Ele é menos alavancado, nós temos ali o índice de Basiléia, a relação entre o capital e os empréstimos. No caso, Basiléia recomenda 8%, e, no Brasil, nós temos 17,6%. Portanto, nós temos um risco menor, uma alavancagem menor dos bancos brasileiros. Além disso, os bancos brasileiros são submetidos a uma regulação muito mais forte do que a regulação de outras economias. E, além disso, nós temos, no Brasil, bancos públicos que têm um comportamento fundamental durante a crise, porque eles podem aumentar mais o crédito e baixar as taxas de juros. Passamos adiante.

Qual é a diferença do Brasil em relação à crise de hoje e em relação a crises do passado? No passado, quando o Brasil era uma economia mais frágil, quando ocorria uma crise, até menor do que esta, porque esta crise é uma crise de grandes proporções, é uma crise mundial, uma crise de grande envergadura, mas, mesmo nas crises menores que tivemos no passado, como a economia brasileira estava fragilizada, não tinha reservas, o Governo, para impedir a fuga de capitais, era obrigado a elevar a taxa de juros, e a taxa de juros era elevada de forma extraordinária. Ao elevar a taxa de juros, o déficit público aumentava, e a dívida pública também, porque é um custo financeiro para o estado. Em função disso, o Governo tinha que fazer ajuste fiscal. Cortar gastos, cortar investimentos no meio da crise. Então, a ação do Governo acabava levando o país a uma recessão. Redução de investimentos, redução de empregos, etc. Portanto, o Governo não podia fazer uma política anticíclica. Fazia uma política praticamente pró-cíclica, para se defender dos problemas que uma economia vulnerável e fragilizada enfrentava.

Mas, hoje, no gráfico seguinte, nós podemos ver que o país que tem uma solidez macroeconômica pode enfrentar a crise de uma outra maneira, fazendo uma política anticíclica. Então, ao invés de elevar o juros, nós podemos diminuir os juros. Ao invés de restringir o crédito, nós podemos aumentar o crédito, que é o que está sendo feito com a política monetária de crédito, liberando compulsórios, fazendo cortes nas taxas de juros básicas... Enfim, criando mecanismos, de modo a atenuar a escassez de créditos que essa crise provocou. Na política fiscal, também uma política fiscal anticíclica. Nós, antes, tínhamos que subir impostos para poder equilibrar as contas públicas, e, hoje, nós podemos reduzir tributos, de modo a estimular a atividade econômica. Manter os programas sociais, sem desativá-los, manter o investimento público e até elevá-lo, podendo nos dar ao luxo de diminuir provisoriamente o superávit primário, para poder fazer essa política anticíclica. Dessa maneira, a gente atenua o impacto da crise. Ao invés de aumentar, amplificar, nós atenuamos, e a crise pode ser de mais curta duração.

Então, em síntese, por que o Brasil está... Por que a situação já está melhorando no Brasil? A nossa conjuntura financeira está melhorando gradualmente, ainda está longe de estar normalizada, porém, apresenta algumas melhorias. A política anticíclica tem dado resultados, as reduções de tributos para o setor automotivo, para a linha branca, para o setor de material de construção, o programa habitacional já dá resultados, o financiamento habitacional está crescendo, está havendo negócios, o setor não está demitindo. Então, a política anticíclica dá resultados mais rápidos no Brasil. E, além disso, nós reunimos confiança. O mercado acredita que o Brasil reúne melhores condições para sair da crise. Digo o mercado, porque, além

de nós acharmos isso, é importante também qual é o conceito, a reputação que o Brasil tem e adquiriu. E, portanto, a confiança no país, isso ajuda a nós sairmos mais rapidamente da crise. O Brasil oferece condições mais seguras e mais atraentes para a vinda de capitais. Nós podemos, no gráfico seguinte, ver alguma melhoria, por exemplo, no preço das commodities. O Brasil é um grande exportador de commodities, portanto isto interfere, sobretudo, com a nossa agricultura. Havendo melhoria do preço das commodities, a agricultura continua funcionando bem, e nós podemos ver que, depois de ter tido aquela alta, o choque de commodities, os senhores estão lembrados do ano passado, que nós tivemos uma alta forte do preço das commodities, depois tivemos uma queda, e, agora, nós já estamos com recuperação de preço de commodities, o que é bom para a nossa balança comercial, é bom para o setor agrícola. Podemos ver o reflexo disso também na Bolsa de Valores, no gráfico seguinte.

A nossa Bolsa de Valores, que sofreu o impacto da crise, sofreu perdas no primeiro momento, mas já está em processo de recuperação. Somente no mês de maio até o dia... Do início até o dia 21 de maio, houve um ingresso de investimentos, no exterior, na bolsa, de 4,2 bilhões de reais. Logo mais, as empresas brasileiras poderão estar fazendo ofertas de ações na bolsa, poderão estar captando recursos para fazer seus investimentos na Bolsa de Valores, como vinham fazendo antes da crise começar, fazendo IPOs, porque terão disponibilidade de recursos, terão interessados na aquisição das suas ações. Nós podemos ver uma comparação do desempenho das principais bolsas do mundo e a bolsa brasileira. Aí está o período compreendido de setembro até maio deste ano, e podemos ver que as perdas da bolsa brasileira, computado esse período, são entre as menores da série que está aí colocada. As bolsas americanas perderam muito mais, as principais bolsas européias também, o Brasil tem uma perda de 3% em relação a setembro. Sem falar que, antes de setembro, a bolsa brasileira tinha subido vários pontos percentuais. Portanto, ainda está no lucro. Para quem estava lá dois, três anos, está no lucro.

Se nós olharmos o período mais recente, a curva azul é a curva da Bovespa, no período... Os senhores podem ver. A partir de março, nos últimos dois meses, portanto, um crescimento permanente da bolsa brasileira comparada com a Dow Jones, que não tem o mesmo comportamento. Deu uma melhorada também, mas uma melhorada inferior ao desempenho da bolsa brasileira. Passamos adiante. E podemos ver o movimento cambial. Nos meses de crise, houve saída de capitais, e a situação, o resultado do balanço de pagamentos não foi tão bom quanto era no período anterior. Chegamos a ter déficit financeiro, ou seja, saíram mais recursos do que entraram, durante vários meses, porém, nós já demos a virada. No mês de maio, nós já temos um resultado positivo, ainda aí estamos até o dia 22 de maio, não completou o mês, mas nós já temos um saldo financeiro positivo, juntamente com o saldo comercial positivo. Então, o Brasil já está se refazendo desse período. O investimento direto voltou a crescer também. Os senhores podem ver ali, essa curva é o investimento anualizado, em 12 meses, 41 bilhões nos últimos 12 meses. O ano passado foi um ano excepcional, nós tivemos ingresso de 45 bilhões de dólares de investimento externo, e, no mês de abril, nós tivemos 3,4 bilhões de dólares de investimento externo. Portanto, o investimento externo está voltando à economia brasileira.

Bom, do ponto de vista do comportamento do sistema financeiro, o que nós podemos ver ali é que a curva vermelha é a curva do crédito à pessoa física, é a evolução do crédito à pessoa física. E a curva azul é da evolução do crédito à pessoa jurídica. Podemos ver que, depois de termos atingido um ápice de volume de crédito à disposição, mais ou menos em abril, maio do ano passado, passou a haver uma queda do crescimento do crédito, uma queda forte no último trimestre até janeiro deste ano e começou a haver uma recuperação do volume de crédito. Então, podemos ver que houve uma recuperação maior na pessoa física, voltando aos patamares anteriores à crise, mas a pessoa jurídica ainda está aquém daquilo que é necessário. Portanto, o crédito está voltando, mas não é suficiente para suprir as necessidades da economia brasileira.

Nesse quadro seguinte, nós podemos ver a evolução do crédito, desmembrado entre a participação dos bancos públicos, bancos privados nacionais e bancos privados estrangeiros. A curva marrom representa o crédito aportado pelos bancos públicos e podemos ver que os bancos públicos têm aumentado o volume de crédito na economia. Então, eles é que, de certa forma, sustentaram uma retomada do crédito, a manutenção de um certo nível de crédito. Já os bancos privados nacionais diminuíram, é a curva verde. Em relação ao patamar de setembro, eles diminuíram a liberação de crédito, e os bancos privados estrangeiros também diminuíram, que é a curva marrom claro. Então, essa curva ainda é insatisfatória para as necessidades da economia brasileira, mas nós temos notado, nas últimas semanas, uma reação maior do sistema financeiro. Me parece que, finalmente, está havendo uma competição maior no sistema financeiro, onde os bancos públicos estão ofertando crédito em volume maior a taxas menores. O sistema privado também está fazendo o mesmo, está começando a fazer o mesmo, está

havendo um alongamento do prazo de crédito, porque tinha havido o encurtamento. Quando a crise começou, o crédito foi reduzido e foi encurtado no tempo, os financiamentos que eram de 50 meses, 60 meses, passaram para 30 meses, para 20 meses e assim por diante, e, agora, está havendo uma recomposição dos prazos que eram praticados antes. Então, no caso do setor automobilístico, nós já estamos vendo ofertas de crédito para prazos de 60 meses, 70 meses, até 80 meses, o que é uma novidade no período recente. Portanto, há uma recomposição no período mais recente. Porém... Passa adiante.

Porém, o spread, que é cobrado pelo setor financeiro, ainda é extremamente elevado no Brasil. Aliás, esse é um problema crônico, é um problema antigo, e, no período de crise, ele se agravou. Os senhores podem ver. A curva azul é o spread cobrado da pessoa jurídica. E o spread e a curva vermelha é o spread cobrado da pessoa física. A curva vermelha deve ser lida à direita. Então, nós podemos ver que o spread para o crédito da pessoa física chegou a 45% acima do juro, do juro básico. Só o spread. Não é o juro final para o tomador. É 45% acima dos juros. Portanto, exorbitante. Mas está com o comportamento benigno caindo para cerca de 37,5%. É melhor do que estava, porém, ainda, muito alto. No caso da pessoa jurídica, os spreads continuam bastante elevados e têm que ser reduzidos para permitir uma retomada mais forte, mais firme da economia brasileira. Na semana passada, foi aprovado o cadastro positivo na Câmara dos Deputados. Eu acredito que essa matéria já esteja entrando na pauta do Senado e seria extremamente positivo que nós pudéssemos aprovar rapidamente o cadastro positivo, que é um compromisso dos bancos para que eles reduzam as taxas de spread, porque, segundo eles, vai diminuir a incerteza e a possibilidade de inadimplência no setor financeiro. Passamos adiante.

Bom, podemos ver aí o comportamento do câmbio no Brasil e nos outros países e podemos ver ali que houve, nos últimos três meses, uma valorização do câmbio, no sentido contrário do que tinha havido, logo depois do início da crise, a partir de setembro, que houve uma desvalorização do câmbio, uma valorização do dólar e desvalorização das outras moedas. Aqui, nós estamos numa direção inversa. Está havendo uma desvalorização do dólar e, portanto, uma valoração de várias moedas. E o Brasil está lá, com uma valorização, nos últimos três meses, de 17,66%. Mas não é o único. Se fosse o único, seria... O real estaria se valorizando frente o dólar e outras moedas, mas é, fundamentalmente, frente ao dólar. No quadro seguinte, nós podemos ver o comportamento dos últimos 30 dias, quando o real, é ali, a faixa verde mais clara, teve uma valorização de 9,84. Mas os outros países também tiveram valorizações menores, a maioria menores do que a brasileira, mas isso também é explicado não só pela desvalorização do dólar, mas é explicado também pela confiança que existe no Brasil, pela atratividade que o Brasil representa para os investidores externos. É um sinal positivo para a economia brasileira. Mas, como toda moeda tem duas faces, tem uma face negativa essa valorização, porque ela diminui, ou ela diminui as vantagens do setor exportador. As vantagens que haviam sido adquiridas com a desvalorização do real, barateando os produtos brasileiros, com esta valorização, você encarece o produto brasileiro e há um prejuízo para o setor exportador. Então, é uma moeda de duas faces. Tem um lado bom, que é o lado de que há um reconhecimento de que o Brasil é uma economia sólida, que vai se recuperar rapidamente e com o auxílio do ingresso de capitais, porém, isso tem um prejuízo para o setor exportador. Passamos... Pode passar adiante.

Se nós compararmos o real com uma cesta de moedas, a cesta das moedas dos países com os quais nós mais transacionamos. Então, vamos ver que a situação não é tão dramática do ponto de vista do câmbio. Nós podemos ver a trajetória desde 95, quando houve uma valorização do real, depois desvalorização... Depois... Perdão, uma valorização, depois desvalorização, e, no período mais recente, os senhores estão vendo ali setembro de 2008, nós temos uma valorização da moeda... Perdão, uma desvalorização e uma valorização no período mais recente. Esse quadro, ele abrange um período muito longo, então fica difícil de ver com clareza as variações. Mas a variação é essa: de setembro em diante, houve uma desvalorização da moeda, e, a partir dos últimos dois meses, três meses, houve uma valorização. Passamos adiante.

Eu acredito que esta crise, embora traga uma série grande de problemas para a economia brasileira, ela também pode ser vista como oportunidade. Os países que estão melhor posicionados, que reúnem condições melhores, podem até tirar alguma vantagem da crise. Por exemplo, se está havendo uma valorização da moeda brasileira, significa que está havendo entrada maior de recursos estrangeiros, é o momento de aumentar as nossas reservas, que tão bem fizeram para a economia brasileira, nesse período mais recente. Quando, em 2006, nós argumentamos fortemente, no sentido de que deveríamos aumentar as reservas que estavam estagnadas em 58 bilhões de dólares, alguns até criticaram este caminho. Quando chegamos a 100 bilhões de dólares de acúmulos de reservas, alguns diziam que era muito, que não precisávamos ir além dos 200 bilhões. Chegamos aos...

Além de 100 bilhões. Chegamos aos 200 bilhões, e a crise justamente nos colheu no momento que nós tínhamos uma situação confortável, portanto ficou demonstrado que ter reservas é um bom negócio para o país. É seguro, aumenta a estabilidade da economia, reduz a vulnerabilidade externa, o que foi comprovado no momento de crise.

Portanto, eu acredito que o Brasil, pelo porte da sua economia, poderá ter reservas mais elevadas que os 205 bilhões que temos hoje. E temos que encaminhar nessa direção. Mas a crise, como eu dizia, ela pode trazer algumas oportunidades. Por exemplo, acelerar algumas mudanças importantes que vinham ocorrendo na economia internacional, no sentido de dar um destaque maior para o desempenho dos países emergentes. Então, nós estamos vendo nitidamente que os chamados países avançados vêm perdendo terreno em relação aos emergentes, têm um dinamismo menor, têm um mercado que cresce menos, têm menos condições, e, portanto, nós estamos assistindo a um enfraquecimento do dólar, do euro, da libra e do iene, que eram as moedas dominantes, ou são as moedas dominantes, nas transações internacionais. E temos visto o surgimento de novos países e novas moedas. O iuan, chinês evidentemente, terá um papel cada vez mais importante, e o real também é uma moeda respeitável, que já é utilizada em transações internacionais.

Portanto, o resultado desta crise poderá ser que os chamados brics, o Brasil, Rússia, Índia, China, sairão desta crise mais fortalecidos ou menos chamuscados do que outros países e poderão sair na frente dos outros países, se nós soubermos fazer as políticas econômicas adequadas.

Passamos adiante, para finalizar. Então, quais são os novos protagonistas no cenário internacional? Os novos protagonistas são justamente os países emergentes, aqueles que têm tido um dinamismo econômico maior, taxas de crescimento maiores que as taxas de crescimento dos países avançados, que modernizaram a sua estrutura positiva, aqueles países que têm contas públicas externas mais equilibradas e não que têm desequilíbrios, por exemplo, que tem a economia americana, a economia japonesa, que têm recursos naturais abundantes, energia principalmente. O Brasil possui grandes reservas de energia ainda a serem exploradas, que nos dão uma solidez de perspectiva de mais reservas, e grandes produtores de alimentos. E o Brasil é um grande produtor de alimentos. Então, nós combinamos essas condições mais, digamos, convenientes, e, além disso, nós temos, à semelhança da China, da Índia, um grande mercado consumidor que ainda pode crescer muito, ao contrário de outros países, cujo mercado consumidor já atingiu sua potencialidade máxima. É por essas razões que nós acreditamos que o Brasil já está saindo da crise, sairá mais rapidamente do que outros países e poderá ocupar uma posição privilegiada num cenário econômico internacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradecemos ao Ministro Guido Mantega, pela sua exposição brilhante, objetiva, a respeito da crise financeira e suas repercussões no nosso país, uma exposição num tom bastante otimista. E, dentro do que está convencionado, vamos dar a palavra, agora, aos senadores que foram autores dos requerimentos de convite ao Ministro. Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, Senadores Garibaldi, Dornelles, Eliseu Resende, Presidente das comissões que aqui recebem o Ministro Guido Mantega, Ministro Guido Mantega, senhores, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Ministro Guido Mantega, hoje, os jornais noticiam aquilo que já se sabia, mas, oficialmente, agora, declarado pelo comitê da Fundação Getúlio Vargas, composta dos economistas notáveis, encarregados de estudarem os ciclos econômicos no Brasil, mas noticiam que o comitê diz que o Brasil está em recessão desde o final do último trimestre do ano passado. Ou seja, nós estamos no meio de uma recessão. Passado o primeiro trimestre, já estamos no segundo e, com certeza, a probabilidade de que nós continuemos diminuindo o tamanho da economia este ano é bastante grande. Todos os analistas falam, alguns entre zero e 1,5% deve ser o recuo da nossa economia. É importante notar que esse recuo não é pouco. Se nós pegarmos o recuo de 3%, 4%, na economia européia ou americana, nós estamos falando de países que têm baixíssimo, quase uma estabilidade de crescimento demográfico e uma renda per capita já bastante elevada, o que é ruim para esses países, mas não é trágico.

No caso do Brasil ou país como a China, por exemplo, que tem crescimento demográfico elevado e renda per capita baixa, o encolhimento da economia é trágico. A primeira pergunta que faço, e tem ainda relação com uma pergunta que vou fazer, apresentando algumas tabelas aqui... Não seria melhor, Ministro Mantega, que nós assumíssemos os problemas, a recessão, as dificuldades, como estão fazendo todos os países do mundo, do que ficarmos dizendo, como dissemos alguns meses atrás, no ano passado, primeiro que era uma marolinha, que não iria afetar o Brasil, que era problema do Bush, do outro lado do Atlântico... Depois, insistindo no crescimento de 4%, depois insistindo no crescimento de 2%... Enfim, essas

coisas todas levam a uma certa incerteza sobre que cenário nós estamos realmente vivendo. Eu acho que nós deveríamos fazer como os outros países: assumir, assumir os problemas, fazer contas reais, que a gente possa chegar e rechecar na frente, para que nós possamos realmente ter a postura necessária à crise que nós estamos vivendo. Por esta razão, contando esses números que a gente quer entender o que está acontecendo, o que é realidade, o que é recessão, o que que não é, é que nós, eu, junto com minha assessoria, encontramos alguns números que nós precisamos de uma explicação para que nós possamos entender. Nos dados do SIAFI, que V. Exa. está vendo ali, nós vamos encontrar uma discrepância tremenda entre a média de restos a pagar, processados da Previdência, entre todos os anos, que é 79 milhões, 90 milhões, sempre na casa dos milhões... Na maioria das vezes, não chegando nem na casa de centena de milhões. De repente, em 2009, esse número pula para 16 bilhões. Ou seja, restos a pagar da Previdência de 16 bilhões. Isso, por si só, já é estranho, porque restos a pagar de Previdência não é normal. Uma obra, uma coisa, tudo bem. Mas, da Previdência, isso não é normal. Então... E, ali, a linha histórica mostra realmente essa discrepância gigantesca, que a gente sai da casa... Nos últimos três anos, 82 milhões, 32 milhões, 35 milhões para 16 bilhões. O que é que explica esse 'restos a pagar' passando para um número bem a gosto do nosso Presidente, nunca visto antes na história desse país? Ainda em relação a esse mesmo ponto, esse 'restos a pagar', consultando o SIAFI, refere-se a pagamento de benefícios e pensões de dezembro, que deveriam ter sido pagos, na melhor das hipóteses, em janeiro. Não é isso? Se tivesse sido, não houve uma mudança e se jogou esse pagamento para janeiro? Porque, com certeza, os aposentados receberam. Não há hipótese de não terem recebido. Mas se jogou esse pagamento para janeiro. Mas, no SIAFI, esse pagamento também não aparece em janeiro. Esse pagamento aparece só em fevereiro e no montante inferior ao saldo de 16 bilhões. Não se paga nada em janeiro, e, em fevereiro, há um pagamento de 11 bilhões, ficando um saldo ainda de cinco bilhões, o que é profundamente estranho. Porque, também, se não foi pago em janeiro, se não foi pago em dezembro, deveria ter sido pago em janeiro, e, no entanto, só foi pago em fevereiro e num saldo ainda que não bate com aquele número de 16 bilhões. Esse valor...

Vamos supor que esses 11 bilhões tenham sido pago em fevereiro, que também não dá para explicar. Esses cinco bilhões que nunca foram pagos da Previdência de Benefícios e Pensões, o que representa esses cinco bilhões que ainda não foram pagos, aparentemente não foram pagos até agora? Achando isso completamente surrealista, nós consultamos o balanço geral da União, e, no balanço geral da União e nos relatórios do Governo da Lei de Responsabilidade Fiscal, mostram os 16 bilhões de restos a pagar da Previdência. A pergunta é o seguinte: o que é que está errado? O balanço geral da União ou o SIAFI? Mesmo descontando o valor já pago de restos a pagar na Previdência, de 11 bilhões, pago em fevereiro, o saldo do 'restos a pagar', processado no início de 2008 para o início de 2009, passou de três bilhões para 13 bilhões; um crescimento de mais de 300%. Como explicar um crescimento tão grande de restos a pagar processados, mesmo excluindo os 11,7 bilhões da Previdência, pagas em fevereiro, que também ainda não entendi por que que foi pago em fevereiro o relativo a dezembro. Esse crescimento de 10 bi nos 'restos a pagar' processados, já excluindo o pagamento de 11 bi para a Previdência em fevereiro, tem algum impacto no cálculo do superávit primário? Essa é uma pergunta muito importante, ministro, que eu gostaria de ver esclarecido. Isto é, o primário efetivamente realizado teria sido menor, no montante dos 10 bi, antes mencionado? Quer dizer, a meu ver, nós temos três alternativas. O primário, o superávit primário foi menor, em 10 bi, o SIAFI está completamente errado e ainda não foi acertado, porque... Ou a outra alternativa é que parte dos beneficiários não tenham recebido esses recursos. Eu gostaria de ver explicado isso, ministro, e saber da sua projeção de crescimento do PIB para esse ano e quando nós vamos sair da recessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se o plenário concordar, nós vamos fazer a chamada de três senadores...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria que o Ministro, como é uma pergunta muito detalhada, pedir, no caso, que houvesse uma explicação, porque, a meu ver, são explicações de assuntos graves. Ou o SIAFI está errado, ou o superávit primário está errado... Se V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quer uma resposta imediata. O Ministro concorda?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, com a palavra o Ministro Guido Mantega.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Senador Tasso, em primeiro lugar, fazer um comentário sobre a recessão da economia brasileira. De fato, no último trimestre do ano passado, a economia brasileira sofreu uma queda forte do nível de atividade. Isso eu mostrei ali no quadro e não podemos negar esse fato. E o

primeiro trimestre desse ano deveremos também ter crescimento negativo. Não sabemos ainda de quanto, o número vai sair no dia 9 de julho, e, portanto, até lá... Mas nós já sabemos que houve, de fato, um crescimento negativo. Com isso, não dá para concluir nem que nós tivemos uma recessão no ano passado, porque, no ano passado, tivemos crescimento, sim, mas uma queda no final do ano--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A partir do último trimestre do ano passado e agora estamos em recessão.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Aí estamos misturando dois anos. Então, esse conceito de recessão técnica, me desculpem os economistas, sou um deles, são conceitos que podem ser adotados ou não. Eu não vou questionar a fundação da qual eu pertenço. Sou professor da fundação há muitos anos. O conceito que alguns economistas adotaram é que dois trimestres consecutivos representam uma recessão técnica. Agora, o que isto significa? O que interessa é: o que significa do ponto de vista econômico? Significa que dois trimestres consecutivos você teve um crescimento negativo. Não diz nada do que está acontecendo na economia agora ou no trimestre consecutivo. Então, nós estamos olhando com o retrovisor. Com o retrovisor, de fato, nós tivemos esse período de baixo nível de atividade. Como eu mostrei ali, o Brasil foi um dos países menos afetados pela crise internacional. Até setembro, ninguém sabia a violência desta crise. Com uma ou outra exceção, talvez o Rubini, que, agora, é um economista que está na moda aí, o Rubini tinha previsto, mas 99% dos outros não tinha previsto uma crise dessa magnitude. Portanto, em agosto do ano passado, não ia fazer aqui terrorismo econômico, dizer: "Olha, estou achando que vamos afundar ali adiante". Não dava. A economia estava bem. Até setembro do ano passado, a economia crescia 6,5% o PIB trimestral. Todos os setores estavam indo muito bem. As outras economias já estavam desacelerando. Até a chinesa, que é considerada uma economia forte, uma economia bastante resistente, ela já estava com desaceleração desde o início do ano. Nós estávamos resistindo aqui, graças a uma combinação de fatores favoráveis ao Brasil. O mercado interno continuava se expandindo, estávamos já perdendo algum mercado externo. Então, aquilo que dizíamos estava correto. E, em 2008, não dava para prever, e não havia previsão dos economistas, que 2009 teríamos crescimento negativo. Pode ver as estatísticas, pode ver as previsões. Pegue 10 previsões aí, no ano passado, todo mundo dizia: "Vamos crescer 4%, 5% o ano que vem". A crise foi de uma violência maior que todos esperavam e aí mudamos as previsões. Nós mudamos, eles mudaram.

À medida que a crise foi tomando forma, tomando corpo, nós não só admitimos a sua violência como tomamos as medidas à altura, para combatê-las. E acho que isso foi bem sucedido. O importante é a capacidade de resistência maior da economia brasileira e a superação dos problemas apresentados. Essa crise serviu para pôr o Brasil à prova. E acho que nos saímos muito bem dessa prova, e, agora, não adianta nós ficarmos dizendo: "Ah, mas lá, no último trimestre, foi bem, ou não foi bem, foi pior ou foi melhor". O importante é que já estamos em processo de recuperação, olhando pra frente, sem olhar com o retrovisor. Olhando pra frente é que nós estamos no processo de recuperação. Temos vários problemas para resolver, e eu mencionei aqui um sério, o crédito ainda não é suficiente. Tem empresa que ainda não tem acesso ao crédito. A taxa de juros é muito elevada no Brasil, e isso atrapalha a produção. Está melhorando? Está melhorando. Está dilatando os créditos? Está dilatando. Mas ainda estamos longe e temos que enfrentar esses problemas.

Portanto, eu tenho assumido as dificuldades, e, mais do que isso, temos tomado medidas muito rapidamente para enfrentar esses problemas da melhor maneira possível. Portanto, claro, não dá para nos cobrar as previsões que foram feitas no início do ano passado para este ano, porque não vai dar certo para nenhum analista. Outro dia, tem aí um articulista que falava que eu errava as previsões econômicas e citava como exemplo o ano de 2003. O sujeito dizia: "Ah, o Ministro, em 2003, tinha projetado um crescimento de 0,8 ou 1%, e o crescimento foi 0,5, alguma coisa". Então, fez lá até um cálculo matemático, dizendo: "Quando o Ministro projetar 1%, você dá um desconto de 40% na projeção". Eu achei muito engraçado, só que ele só pegou o pior ano, o ano em que eu não acertei. Esqueceu de pegar 2006, que eu era Ministro da Fazenda, 2007, 2008, onde nós acertamos as previsões de crescimento econômico.

Em 2006, senador, no início de 2006, talvez eu era o único que dizia que íamos ter 4% de crescimento em 2006. E teve 4% de crescimento em 2006. Todo mundo dizia: "Ah, é o Ministro fazendo propaganda eleitoral, porque é ano eleitoral, contando vantagem e tudo mais". E de fato, porque nós estávamos inclusive tomando medidas governamentais, de modo a estimular esse crescimento. 2007 acertamos e 2008 também. Agora, 2009 é um ano de grande volatilidade, onde todos os analistas estão revendo suas projeções. Tem analista que muda de semana por semana, mês a mês. O fundo monetário, cada mês, solta uma nova previsão. É muito difícil acertar, e eu tenho errado como outros podem errar também. A previsão de 2009 é muito mais difícil de fazer do que as previsões dos outros anos. Então,

podemos errar, podemos acertar... Então... Passando para a questão do SIAFI que o senhor mencionou ali. O que houve no SIAFI, na Previdência, é uma mudança no sistema de contabilidade. O sistema de contabilidade do Governo vem sendo reformulado ao longo do tempo, modernizado ao longo de todos esses anos. E é, diga-se de passagem, um dos mais modernos do mundo. Mas o setor de Previdência não costumava contabilizar restos a pagar, pagamentos que eram empenhados em dezembro, mas pagos no ano seguinte. Isso é absolutamente normal na administração pública. Pagamentos de... Empenhos feitos em dezembro, você não consegue executá-los em dezembro. Projetos é muito comum, os senhores sabem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu vou chegar lá. É um projeto... Está lá o recurso disponível, o Congresso autorizou, tem a dotação, faz o empenho e depois vai executar. Então, pode executar e pode não executar. E nós temos cancelado o 'restos a pagar'. Em março desse ano, cancelamos vários milhões de resto a pagar de obras não realizadas. Mas, quando se trata de despesa de pessoal, aí é diferente, porque a despesa de pessoal, ela vai se realizar. Então, no orçamento da União, por exemplo, a folha de salário da União funciona assim também. Você empenha o salário de dezembro, porém você só faz até a liquidação, porque a liquidação ainda não é o pagamento, e, finalmente, faz o pagamento em janeiro. Dia 2 de janeiro, dia 3 de janeiro. Então, você está pagando ali. No caso da Previdência, é a mesma coisa. Você faz o empenho em dezembro e liquida o pagamento em janeiro. Não há possibilidade de não ter feito o pagamento de janeiro porque você--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas não aparece o pagamento.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Pois é, vou explicar. Senão, os aposentados já estariam aqui, cercando os Ministérios, para a gente fazer o pagamento. Então, não tem essa possibilidade. Só que o sistema contábil da Previdência, ele era pouco menos desenvolvido, digamos, mais atrasado do que o sistema de outros Ministérios, onde nós procedemos naturalmente a um pagamento imediato. Então, nós introduzimos, na Previdência, no ano de 2008, o procedimento de restos a pagar. Não era contabilizado como restos a pagar. Era como se fosse... No mesmo procedimento, você fazia empenho e, depois, o segundo procedimento era liquidação e pagamento. Juntos. Sendo que são duas operações distintas. Porque liquidação é você botar o dinheiro no caixa. Mas não pagou ainda. Você fazendo único procedimento contábil.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, eu não quero lhe interromper, mas só para esclarecer--

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não, mas deixa... O senhor vai entender, se eu der a explicação completa. Portanto, houve uma mudança no padrão contábil, uma melhoria, onde nós passamos a explicitar o que, de fato, era restos a pagar. Então, aquilo que não foi, de fato, desembolsado em 2008 teria que ter sido inscrito em restos a pagar e liquidado, pago, no ano seguinte, na contabilidade do ano seguinte. Do ponto de vista do regime de caixa, é o melhor. Porque o outro era regime de competência. O regime de competência é uma despesa, é o salário de dezembro. Então, você contabiliza em dezembro. Mas, como você só paga em janeiro, não sei se é uma minúcia técnica, mas o Banco Central, que é o responsável pelo resultado primário, não está interessado no regime de competência, ele está interessado no regime de caixa. Ou seja, aquilo que é pago e o que não é pago. Então, pelo regime de caixa, o pagamento só se dá no ano seguinte. Então, nós dissemos: "Vocês têm que contabilizar como restos a pagar, porque vocês não pagaram, têm que entrar em 2008 como restos a pagar, quando vocês farão a liquidação". Do ponto de vista do pagamento, não mudou nada. Até teve uma pequena mudança, que, em 2007, nós antecipamos uma parte do pagamento, pagamos em dezembro. É 16, porque a folha é 20. A folha total do setor é de 20 bilhões. Mas, em 2007, nós antecipamos o pagamento dos aposentados que recebiam até um salário mínimo. Então, foi pago em 2007. Sobrou 16 para serem líquidos e pagos em 2008. Por isso que aparece, em 2009, o 'restos a pagar' que foi feito em 2008, por esse movimento contábil. É meramente uma mudança de contabilidade. Não muda o superávit primário.

Eu posso lhe dar aqui um relatório, dizendo quais foram as mudanças que foram feitas de natureza contábil, desmembrando a operação que antes era liquidação e pagamento numa única, então ficou liquidação uma coisa, pagamento é outra, como é em outros Ministérios, surgiu a figura do 'restos a pagar', que, daqui pra frente, se o senhor olhar, nos próximos anos, vai continuar aparecendo esse valor de 16 bilhões de restos a pagar. Então, não afeta o primário de modo nenhum. Zero. Não tem impacto no primário nenhum. Não foi feita nenhuma mudança que impactasse o primário. Apenas uma mudança contábil. Aí o senhor vai dizer... Por acaso, ainda, nesse ano, a contabilidade falhou em janeiro. O pagamento foi feito, mas houve uma falha aqui. Vou ler até o que me foi passado. A competência das despesas dos benefícios previdenciários do mês de dezembro, cujos pagamentos ocor-

reram entre os dias 25 de dezembro de 2008 a 24 de janeiro de 2009, foi totalmente registrado no mês de dezembro. Aproximadamente, 21 bilhões. Desse total, cerca de 4,5 bilhões foram pagos em dezembro, aí sobrou os tais 16. Sendo inscritos em 'restos a pagar processados' o valor aproximado de 16,6 bilhões, bem como na conta de passivo financeiro. No período de 01 a 20 de janeiro de 2009, foram emitidas diversas ordens bancárias, utilizando-se do saldo constante do passivo financeiro, totalizando 11,7 bilhões. No entanto, por falha na rotina contábil, tais ordens bancárias não deixaram saldo registrado na conta de restos a pagar, processados a pagar. Então, houve uma falha de rotina de contabilidade da Previdência, fato esse identificado e corrigido em fevereiro, por meio de nota de lançamento. É isso. Então, do ponto de vista do primário, zero. Não tem alteração nenhuma. Do ponto de vista contábil--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Está lançado em alguma outra conta compatível com isto. Mas do ponto--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, o senhor me desculpe, mas nós não podemos ficar analisando contas que a contabilidade não bate, e ela falha e deve estar lançado... Não pode estar lançado em outra conta. Contabilidade é contabilidade.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Mas, senador, o senhor me faz uma pergunta extremamente técnica, detalhada, me coloca... O assunto aqui não era contabilidade da Previdência do SIAFI e quer que eu responda minuciosamente. Até dei-lhe uma resposta conceitual, dizendo ao senhor: "Não tem mudança no superávit".

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu concordo, então. Eu entendi. Mas há falhas... O que V. Exa. está dizendo aqui é que existem falhas na contabilidade do Governo?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Houve uma falha na contabilidade--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, duas. Duas porque tem cinco bi que não está aparecendo ali.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Deve estar contabilizado numa conta compatível. Nós não tivemos tempo de levantar...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não aparece em lugar nenhum, Ministro. Eu procurei, procurei...

MINISTRO GUIDO MANTEGA: O valor de 4,8 bi na conta de restos a pagar, processados a pagar, está registrado no passivo compensado. O financeiro já foi pago. Falta fazer a baixa contábil. A data prévio e o INSS farão a baixa contábil em maio. Então, isso está lá, nessa conta, no passivo compensado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Falta fazer a baixa, o lançamento contábil. Pelo amor de Deus, Ministro.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Isso aqui não interfere nas contas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas, ministro, se a gente não pode confiar nos números da contabilidade porque existem faltas, é preciso fazer uma reformulação séria nesse sistema contábil do Governo, porque--

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nós estamos aqui, com o sistema contábil de muitos anos, que foi implantado por outros Governos, é verdade, e tem que ser modernizado a cada momento. Ele pode representar uma ou outra falha. Nós podemos ter mais do que essa falha, provavelmente, mas, no essencial, que é qual é o primário, o que o Governo efetivamente pagou, para quem pagou, isso não tem falha nenhuma, isso é absolutamente preciso. Então, se houve uma preocupação do senador quanto ao resultado primário, posso lhe afiançar que não houve nenhuma interferência desse problema contábil.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, eu realmente... Eu gostaria de ter mais conhecimento, se fosse possível, desses números, porque eu fico extremamente preocupado de saber que os números do SIAFI não são confiáveis.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Os números do SIAFI são confiáveis, mas, como todo sistema, ele admite um pequeno número de falhas. Se nós pegarmos o sistema do Senado, sistema da Câmara, qualquer sistema, qualquer empresa privada, certamente nós vamos encontrar alguma pequena falha, que não tem importância nenhuma. Deve ser corrigido, é verdade, deve ser modernizado, e nós temos nos preocupado em modernizar o nosso sistema de folha de pagamentos, etc., para evitar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Contabilidade é um sistema centenário, mais do que centenário, seculares, e lançamento contábil é lançamento contábil, ministro. Isso não é por causa de sistema, mudança de sistema. Na verdade, eu não vou insistir no assunto, mas eu gostaria só de, se V. Exa. permitir, que seus técnicos me expliquem isso melhor, porque essa conta está muito... Essa conta está muito...

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Perfeito, nós podemos mandar um relatório completo para o senador, com todas as explicações.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E eu gostaria de ver a questão do SIAFI também, da confiabilidade dos números do SIAFI.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Pode ficar tranquilo, que o SIAFI--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ministro Guido, Sr. Presidente, Dornelles, da nossa Comissão de Acompanhamento da Crise, da Comissão de Assuntos Econômicos, nosso representante da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Inácio Arruda, demais senadores presentes. Eu acho que é inquestionável, hoje, por todos os analistas responsáveis, independentes, que estão olhando os números com mais rigor, que o Brasil demonstrou uma capacidade de resistência a essa crise surpreendente, para aqueles que não acompanhavam de forma mais atenta. Surpreendente porque, se nós compararmos a resposta que o Brasil está dando a esta crise com as outras crises que nós passamos - e essa é uma crise muito mais profunda do que as outras crises recentes que o Brasil atravessou -, o desempenho da economia brasileira é absolutamente reconhecido internacionalmente, não apenas pelos analistas, mas pelo mercado, pelos investimentos, pelos resultados que estão aparecendo. E os indicadores de comparação com as principais economias do mundo demonstram isso. Não é só a capacidade de resistência.

Eu acho que o que nós precisamos debater no Brasil é que as nossas condições de sair na frente nessa crise, de sair melhor nessa crise, de ter uma perspectiva de futuro cada vez mais consolidada, se destaca, de forma muito visível, em relação às principais economias do mundo. Eu vejo, Ministro Guido, eu sou bastante pessimista em relação aos desdobramentos dessa crise, no que se refere à economia americana, ao leste europeu, e, especialmente, ao Japão, na Ásia. Pessimista porque nós tínhamos um modelo em que a economia americana consumia muito mais do que produzia, ela se financiava através de um sistema financeiro sofisticado, alavancado, sem nenhuma prudência, e foi embutindo ativos tóxicos de grande magnitude, e as empresas, as famílias, o Estado e a sociedade se endividavam brutalmente para sustentar esse padrão de consumo. Esse modelo acabou. Acabou e deixou como herança ativos tóxicos que não foram totalmente contabilizados, nós não sabemos qual é o custo de você absorver, e, sobretudo, como o endividamento das famílias e das empresas permanece, e o endividamento médio de uma família americana é uma vez e meia a renda disponível anual, então, não há uma perspectiva de uma recuperação forte da economia americana, nem da economia da União Européia, especialmente porque a Ásia, o leste europeu é, nesta crise, o que a América Latina foi nos anos 80, e o Japão, que já vinha numa situação de baixo crescimento, agora aprofunda a trajetória de recessão, com projeções de queda de PIB de até 6%.

Bom, num quadro como esse, é uma ingenuidade imaginar que os países emergentes que estão bem posicionados, China, Índia e Brasil, possam recuperar a economia mundial. Não há menor possibilidade. Quer dizer, o rabo não vai abanar o cachorro. Enquanto os Estados Unidos, Europa e Japão não se recuperarem, nós não teremos um ambiente de crescimento acelerado, nem para o Brasil, nem para a China, que caiu de um patamar de 15, 16, 14% de crescimento para 7, 6, nem para a Índia. O que nós podemos fazer, e estamos fazendo com competência, é resistir. Acho que o Governo tomou medidas muito importantes, a redução do IPI de automóveis, redução de IPI de linha branca, a redução de IPI da construção civil, o programa 'Minha casa, minha vida', que é um grande desafio para alavancar a construção civil, que é um setor que está empregando, nos últimos 12 meses, 18 mil pessoas, contratação nova. Então, muito importante essa resposta. A manutenção do PAC... Então, acho que nós estamos resistindo... [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. [soa a campainha]. Silêncio, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque temos um mercado interno de massas, fizemos uma forte inclusão social, mantivemos o salário mínimo, o Bolsa Família, o emprego já se recuperou, e isso nos dá um diferencial em relação aos outros países. O que é a minha preocupação fundamental nessa conjuntura? Primeiro, o câmbio. Quer dizer, a relação... O mix da política econômica, câmbio e juros. É verdade que a taxa de juros vem caindo consistentemente, acho que o Banco Central atrasou a queda da taxa no final do ano passado, mas ela vem caindo e é importante que ela continue caindo. Porque, se nós assistimos uma apreciação do câmbio, nesse quadro de retração do comércio internacional, nós perderemos competitividade no momento que nós temos que ocupar mercado para defender o nível de atividade. Então, a recuperação de reservas... Nós perdemos um pouco de reserva, acho que o Banco Central pode atuar mais fortemente não só no mercado futuro, como vinha fazendo, mas no mercado pronto, e vejo que a queda da taxa básica e o esforço da redução da Selic, acho que o Banco do Brasil agora está numa posição mais agressiva, são muito importantes pra gente poder continuar tendo

esse desempenho, eu diria, reconhecido globalmente, exitoso no enfrentamento dessa grave crise.

A segunda preocupação que eu queria demonstrar é com a questão fiscal. Se é verdade que a reunião do G 20 foi muito importante, quero parabenizar V. Exa., que ajudou a articular, junto com o Presidente Lula, aquele fórum, que foi uma inflexão na crise mundial, sinalização de apoio ao FMI, que está correto o Brasil ter participado desse esforço, de ampliar os investimentos no gasto público, fazer uma política anticíclica global, a idéia da regulação, do controle do sistema financeiro internacional. Acho que foi uma inflexão, o ambiente melhorou em todos os sentidos depois do G 20. Mas o déficit público americano, este ano, é 12% do PIB. O déficit público da União Européia é 10% do PIB. Se nós colocarmos as garantias bancárias, estamos falando de um déficit anual que pode chegar a 26% do PIB, na União Européia, e pode superar 26% do PIB nos Estados Unidos. Evidente que nem toda garantia, espero, que seja executada, mas nós teremos um déficit superior a 12% e 10%, na União Européia. E o Japão na mesma direção. O que que isso representa? Representa que, quando nós saímos da crise, a inflação volta. Quando nós saímos da crise, a taxa de juros internacional vai subir. Quando nós saímos da crise, esses Governos vão ter que cortar gasto, cortar subsídio, cortar incentivo e aumentar a carga tributária. Coisa que nós conhecemos, que nós vivemos isso muitas vezes. O Brasil recuperou a condição de fazer política anticíclica. É muito importante que, nesse esforço fiscal de amenizar a recessão e fazer uma política anticíclica, criar condições para a recuperação, o Brasil não perca o horizonte do equilíbrio fiscal. Para que, na saída da crise - nós devemos sair primeiro -, a gente possa manter o juros baixos, vamos ter um grande ganho de competitividade, se nós preservarmos isso, e possamos manter a capacidade de investimento, sem ter que voltar à política recessiva que nós tínhamos no período anterior, ao longo dos últimos 20, 25 anos. Pela primeira vez, nós recuperamos essas condições. E nós temos que dosar, quer dizer, no momento imediato, a política antirrecessiva, olhando pra frente, pra que a gente mantenha essa liberdade que foi duramente conquistada, V. Exa. ajudou muito a construir esse cenário, e acho que é um período que demonstra que nós ganhamos liberdade da política econômica e devemos preservá-la, para sair sustentadamente na recuperação do crescimento. Muito obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É apenas para saber como fica a minha... Eu era um dos requerentes--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. é um privilegiado. Vai falar agora.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É o único momento que sou privilegiado nessa Casa, Sr. Presidente. Ministro, aqui, eu tenho a maior dificuldade para falar, sabia? É verdade. Mas olhe, Presidente, eu estava ouvindo, em casa e no carro, esta reunião, que eu julgo tão proveitosa, e gostaria, antes de mais nada, de fazer um reparo. Quando a gente fala dos emergentes, acho que o Brasil... Até porque a crise não foi diretamente aqui, o Brasil tem, de certa forma, resistido à crise. Não com a força e com o otimismo que V. Exa. pregava, e V. Exa. chegou a falar de crescimento de 4%, quando eu falava que não ia a 1, e V. Exa., depois, dividiu por dois, 2%, e eu digo: "Não vai a 1 mesmo. Vai ser crescimento negativo, enfim". E, agora, V. Exa. fala de 1 a 2, e eu continuo dizendo que não vai ser de 1 a 2, vai ser menos do que um, e, se chegar a zero, é para nós todos reunirmos num belo *happy hour* e comemorarmos isso, porque as mais otimistas previsões falam em 0,45 de crescimento negativo, e a gente tem que enfrentar a realidade.

Eu tenho, Presidente, uma queixa... Não é uma queixa, é algo a lamentar. Porque, em nenhum momento dessa crise, houve uma reação de Brasil. Não houve. Houve sempre a preocupação do Governo de salvar sua própria pele. Em nenhum momento, apelo à União Nacional, algo que foi, por mim, proposto, da Tribuna do Senado, e aí começa esse jogo de números e começa esse jogo de repassar a responsabilidade para alguém. Eu gostaria de fazer um reparo ao meu amigo Aloizio, porque, quando se mistura... É uma coisa esperta. A gente põe pra fora a Rússia, que a gente sabe que está mal, pôr pra dentro, ela enfearia o clube, e a gente se referindo ao restante dos brics, a gente diz: "Brasil, Índia e China...". Só que o Brasil, e o IBGE é muito confiável, muito mais confiável que o IBGE da China, até porque, aqui, é uma democracia, graças a Deus, e a China não é... Então, qualquer ditadura, de qualquer latitude, mente. Na democracia, o pessoal mente, imagina na ditadura. O IBGE diz hoje: "O Brasil está em recessão desde o ano passado". E a gente sabe que as perspectivas são, se Deus quiser, de terminarmos o ano com viés de crescimento, mas com resultados bastante danosos para o emprego, bastante danosos para a vida dos brasileiros. A gente

tem que separar, porque, embora crescendo menos do que precisa para sustentar um bilhão e 400 milhões de bocas, a China está crescendo, e a mesma coisa se aplica à Índia, que precisa crescer muito. Se o Brasil cresce quatro, significa mais do que sete na Índia, enfim, na China. Mas o fato é que esses dois países conseguiram, apesar dos pesares todos, manter níveis de crescimento. Nós, aqui, não. Nós simplesmente... E se nós unificarmos os métodos, classificarmos, analisarmos a questão do desempenho econômico, pelos mesmos parâmetros americanos, por exemplo, nós vamos ter resultados muito mais duros do que os que estão sendo apresentados, enfim. Não critico o método. Só estou dizendo que não foi pouco o que o Brasil perdeu, do ponto de vista da sua capacidade de produzir riqueza neste ano.

E me intriga, ministro, essa questão que foi levantada pelo Senador Jereissati já há muito tempo. Me chamou atenção quando V. Exa. disse algo parecido, se não estou enganado, algo parecido com... Uma questão técnica, como essa, surpreende. A questão técnica, nessa sessão, ela não pode surpreender, porque surpreenderia se nós, aqui, levássemos a conversa para o lado da passeata, que alguns gostam tanto, enfim. Nós nem tanto. Nós não estamos querendo fazer passeata nenhuma. Queremos, simplesmente, discutir algo que nos preocupa. Primeiro, quando eu vi assim restos a pagar, primeiro números insignificantes há tempos atrás, depois restos a pagar de mais de 16 bilhões, eu falei: "Meu Deus, restos a pagar!". Eu pensei logo no Ministro Andreazzi(F). Eu falei: "Restos a pagar da ponte Rio-Niterói. Aí eu compreendo. Mas restos a pagar da Previdência? O que foi? Não pagaram os velhinhos? Não foi isso, porque não vi nenhum velhinho reclamando". Então, teria sido uma brutal à sua revelia que o tenho e sei como uma pessoa de bem, uma brutal fraude contábil? Restos a pagar da Previdência é uma coisa nova. Sinceramente, é nova, não é uma coisa velha, não é uma coisa... Habitual, inclusive. Aí eu fiquei ainda embasbacado, porque nós temos... De qualquer maneira, quando se faz toda essa tentativa de resposta, sobra aqueles tais cinco bi, não houve informação sobre as alterações que estariam sendo processadas para a nação brasileira, isso é que caracteriza uma democracia, nós informarmos o que está se passando na vida econômica do país, e, por outro lado, ministro, me preocupa muito alguns dados que nós vamos recolhendo aí do desempenho da economia brasileira, que... Por exemplo, essa queda, em abril, de 22% da indústria de base, a gente sabe o quanto isso reflete no emprego e a gente sabe que esses setores vão começar a pressionar agora o Presidente da República para obterem as benesses que foram concedidas, por exemplo, ao setor automotivo. E eu aqui já faço uma observação. Não gostaria, de forma alguma, que fosse via IPI, porque o Governo tem as suas contribuições e o Governo tem o seu caixa, me parece que bastante mais bem fornido do que os demais caixas dos outros entes federativos. Que faça qualquer concessão que tiver que fazer, se tiver que fazer a concessão, que faça usando as contribuições que são de benefício exclusivamente federal. Porque deu um desgoverno, que não sei como vai ser resolvido. A concessão via IPI desgovernou a vinda de 4500 Prefeituras e complicou a vida das mil restantes. O Governo está buscando repor, correndo atrás do prejuízo, isso é uma coisa louvável. Eu peço aos governadores, inclusive, que reponham do ICMS o que os municípios têm perdido, até porque foi um bom exemplo do Governo Federal, mas eu prego, ministro, que esqueçam os impostos, e, portanto, os tributos compartilhados, e se lembrem das contribuições que são apenas federais. A insistência que eu tenho em localizar os cinco bi que não consegue aparecer, que, de repente, desapareceram, enfim, gostaria de ver, V. Exa., se possível, até porque não estava na sessão, repetindo, que providências tópicas vai tomar para nós esclarecermos essa história dos restos a pagar, enfim, e como ver a evolução do emprego no país, ou do desemprego, levando em conta que nós temos esses 22% de queda da indústria de base, dos números da indústria de base no mês de abril, e a gente sabe o quanto isso reflete no nível de emprego do país.

Eu pergunto à V. Exa. se V. Exa. concorda que o desemprego poderá atingir os dois dígitos, e aí, ministro, de brasileiro para brasileiro, eu tenho a impressão que nós temos que chegar a números verdadeiros. E mais, uma crise que não interessa a ninguém, não interessa a oposição, porque herdar uma massa falida não é uma coisa boa. Eu entendo que nós interrompemos algo que... E, aqui, para nós, vou fazer justiça, que não era ignorado pelo Ministro Palocci. O Ministro Palocci sempre fazia... E eu tenho por V. Exa. muita estima pessoal, e acho que V. Exa. pode perfeitamente entrar nesse mesmo ritmo. O Ministro Palocci, ele sabia trabalhar o Brasil como uma sequência. Ele não inventou o Brasil em 2003. Certa vez, o Marcos Lisboa, aqui, para desespero do Aloizio Mercadante, o Marcos Lisboa chegou a dizer que tinham que erguer uma estátua para o Pedro Malan. E olha que eu achei um exagero porque eu nunca pensei em erguer uma estátua para o Malan, embora ele seja um fraterno amigo meu. Mas o Marcos Lisboa disse que queria essa estátua, enfim. Eu, também, me opor, não me oponho. Ou seja, ontem, Aloizio dizia: "A política de recuperação do salário mínimo...".

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Três artigos 14 já, Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É o art. 42, é o que sempre ele pede, enfim. Ele multiplica por três, aí ele... Mas, veja bem, política de recuperação do salário mínimo. Do jeito que fala, parece que começou em 2003. Foi uma constante do Governo passado a política de recuperação do salário mínimo, e essas políticas de recuperação do salário mínimo, V. Exa. sabe melhor do que eu, não são causas, mas consequências de um processo de estabilização que vem de tempos e tempos atrás. Aí eu louvo o Presidente Lula, por ter mantido isso, como eu louvo o Presidente Itamar, por ter dado o pontapé inicial e louvo o Presidente Fernando Henrique, por ter consolidado a estabilidade econômica. Se nós continuarmos contando as histórias sempre pela metade, nós vamos ter dificuldade de compor o consenso de Brasil. A gente vai ter dificuldade de encontrar pontos em comum, porque parece que é uma eterna disputa e parece que a disputa seria eu torcendo para o senhor ir mal, e, futuramente, o senhor torcendo para eu ir mal, e eu não quero que o senhor vá mal e sei que o senhor não tem a perversidade cívica de querer que eu vá mal amanhã, se for o caso de eu voltar... Eu, quando digo eu, o meu partido. Voltar a exercer uma função de poder aqui. Eu tenho a impressão que nós tínhamos que buscar política de Brasil e noção do quanto já se fez na história. Ontem, eu fiz justiça ao ex-Presidente Fernando Collor. A abertura da economia foi muito importante, muito criticada por tantos, mas foi um pontapé inicial. O Presidente Sarney, lá atrás, procurou modernizar o Banco Central, tomou algumas atitudes, que, depois, reverteram em outros avanços. Aí vem o Presidente Itamar, faz o que fez, vem o Presidente Fernando Henrique, faz o que fez, vem o Presidente Lula e faz o que fez. Eu tenho muita admiração pelo primeiro mandato do Presidente Lula, em relação à política fiscal dele. Muita admiração. E reclamo muito da política fiscal atual, que eu julgo flácida, julgo frouxa, julgo que essa política fiscal planta as bases para uma crise brasileira futura, se nós não... Nós não podemos admitir que seja normal a arrecadação cair por quatro, cinco meses seguidos, e os gastos correntes crescerem quatro, cinco meses seguidos. Não dá certo nem na vida da sua família, nem na minha, e, se não dá certo na sua família e nem na minha, obviamente que não dá certo na família de todos nós, que é o Brasil.

Portanto, eu queria aqui fazer não essa reclamação, mas essa... Dizer uma certa amargura, porque, numa hora de crise como essa, a gente não consegue parar de se antagonizar. A gente não conseguiu fazer uma reunião ampla em que se dissesse: "Olha, é uma crise séria que está por aí, vamos juntar todos, e todas as contribuições. Esqueçamos essa história de quem vai vencer, quem não vai vencer, e vamos também esquecer o escamoteamento de números, vamos esquecer esse jogo, que, pra mim, é um jogo menor, é um jogo miúdo, de ver se eu levo vantagem: 'Olha, eu não perdi, a minha popularidade não baixou, e não sei o que... Ou baixou por causa deles, porque eles não sei o que...'". Ou seja, isso tudo é pequeno em relação ao país. Era hora da veia do estadista saltar e se ressaltar.

Portanto, eu, que jamais desacreditei da boa-fé de V. Exa., eu estou apenas preocupado com as preliminares, aqui levantadas, com a denúncia feita já há tempos atrás e, estranhamente, sem resposta, deveria ter vindo uma resposta imediata. Pelo menos, uma vez, o Ministro Jobim, quando nós dissemos algo que não consultava a realidade aqui, um site disse que estaria havendo um contrabando de armas para a Venezuela, eu próprio levantei isso da Tribuna, porque era meu dever levantar essa lebre, como líder do partido de oposição. Ministro Jobim veio aqui, com uma rapidez brutal. Mas essa rapidez não foi copiada, depois, nem por ele mesmo e nem pelos demais. E eu pensei que nós tínhamos instaurado um 'padrão Jobim' de comportamento para todos os ministros. Então, essas coisas de a gente fazer no arroubo e fazer no arranque, de repente, não é assim. O Senador Tasso faz a denúncia grave, essa denúncia não é respondida por V. Exa., não é respondida por nenhuma autoridade da equipe econômica, e, por outro lado, nós estamos aqui, vendo V. Exa. se dizer surpreendido. Surpreendido com uma denúncia de semanas atrás. E, finalmente, uma figura que foi meu colega de Câmara, meu querido amigo, ele não pisou na bola, nem no tomate, pisou no tomateiro todo, foi o Ministro Paulo Bernardo, com aquela história de dizer que nós estávamos solicitando CPI da PETROBRAS para privatizar a PETROBRAS. Primeiro, poucas pessoas tinham tanta afinidade com a política do governo passado quanto o secretário de finanças do Governador Zeca, do PT, quanto o Paulo Bernardo. O Paulo Bernardo tinha entrada mais livre no Palácio do Planalto do que eu, naquela época, enfim, e obtia o que queria por lá. Então, é abaixo dele isso. Essa conversa é para os passeateiros(F), essa é abaixo dele. Essa história de dizer que vai privatizar a PETROBRAS nos obriga a dizer uma coisa dura: que a gente quer desprivatizar a PETROBRAS, que a gente quer restatizar a PETROBRAS, quer colocar a PETROBRAS nas mãos e no interesse do Estado Brasileiro, não nas mãos de pessoas que podem estar fazendo malversações lá dentro. Dizer que ela está acima do bem e do mal e que não pode ser in-

vestigada, ela pode, pelo Ministério Público, ela pode, pela Polícia Federal, ela pode, pela Justiça brasileira, ela pode, pelo Tribunal de Contas da União, mas não pode por mim, senador, não pode pelo Senador Mercadante, não pode por nenhum senador que temos a precípua obrigação de investigar administração direta e administração indireta do país.

Então, é outro tema que, se a gente jogar com a adrenalina lá embaixo, colocar a bola no chão e conversar em termos de país, Presidente Garibaldi, nós vamos poder chegar a resultados bons para a PETROBRAS. Ruins talvez para um ou outro, mas bons para a PETROBRAS como um todo, sem essa tentativa de estigmatizar... Em outras palavras, eu vejo V. Exa. uma figura serena, uma liderança serena, que tem tudo para influenciar no Governo, em relação às coisas gerais, que não têm a ver com que V. Exa. se responsabiliza. V. Exa. não tem que se responsabilizar pela piada de mal gosto do seu colega Ministro Paulo Bernardo, mas V. Exa. pode perfeitamente nos explicar como vê o desemprego e como estão... E esses cinco bi, que não pode virar aquela Conceição, do Cauby Peixoto, aquela que ninguém sabe, ninguém viu. Eu lhe dou um abraço muito afetuoso e aguardo a sua resposta. Obviamente que já tem os 142 artigos aí do Mercadante, que possibiltarão, certamente, mas, pelo menos, um 14 meu, eu imagino.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero ser muito breve, para respeitar os outros inscritos, mas queria basicamente dizer o seguinte: eu concordo com uma parte da intervenção do Senador Arthur, que nem é tão compatível com outra parte da intervenção, mas é uma parte relevante, que nós temos que reconhecer o que foi feito historicamente no Brasil. É discutir os erros e equívocos e apontar o que foi feito corretamente. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve no Fórum Econômico Mundial um dia antes de eu participar, e, lá, publicamente, com toda a imprensa internacional presente, elogiou a política econômica do Brasil, dizendo que o Brasil estava respondendo muito bem à crise, que as medidas que estavam sendo tomadas eram positivas, e eu, no dia seguinte, disse: "É verdade, eu também penso dessa forma e parte do que é possível fazer, hoje, também foi construído no Governo anterior, onde tivemos algumas medidas, por exemplo, em relação a equacionar o problema fiscal no Brasil, a buscar criar parâmetros novos que foram importantes". Eu discordava da política de privatização, eu tinha divergência, mas tinha pontos muito positivos que tinham que ser, evidentemente, reconhecido. Agora, no debate que nós estamos fazendo hoje, essa atitude significa reconhecer o diferencial do Brasil no enfrentamento dessa crise. Ora, os Estados Unidos estão em recessão há 17 meses. E nós vimos, há 21 meses de crescimento, de trimestres crescendo, o mais longo período desde 1980, desde o início da crise. Crescemos 30% do PIB nesses 21 trimestres consecutivos. A crise nos atingiu tardiamente. Nós ficamos aí, é verdade, dois trimestres com queda do PIB, mas o primeiro trimestre de 2009 é melhor que o último trimestre de 2008, e, cada mês que passa, o desempenho é melhor. É só olhar, por exemplo, o mercado de trabalho. Nós tivemos 600 mil desempregados líquidos, no final do ano, em dezembro, mas, fevereiro, tivemos nove mil positivo; março, tivemos 35 mil positivo; abril, tivemos 126 mil positivo. O mercado de trabalho voltou, está se recuperando.

Vamos olhar a indústria automotiva. Nos Estados Unidos, a produção automotiva caiu de 17 milhões de veículos para sete milhões. Cinco milhões e meio de trabalhadores foram desempregados nos Estados Unidos. A nossa indústria automotiva, só a China, a Alemanha e o Brasil, ela conseguiu voltar. E nós já estamos com dados positivos no mercado de trabalho. E o mais importante: algumas políticas sociais, e eu quero elogiar também a oposição, reconhecer, hoje, o êxito, porque elas foram muito criticadas no passado e o salário mínimo vem de antes, mas tem uma política continuada, sustentada, com acordo com todas as centrais sindicais. Ontem, inclusive, votamos Medida Provisória, uma coisa muito importante essa conquista. O Bolsa Família que distribui mais renda que o salário mínimo. A pobreza não aumentou nessa crise; ao contrário, as políticas de proteção social, as políticas de inclusão social estão permitindo continuar aumentando a renda do setor mais pobre, em termos reais, e isso ajuda a criar um mercado interno forte, ajuda a amenizar a crise.

Então, eu acho que nós precisamos realmente apontar as dificuldades, como eu tentei apontar, o câmbio, o juros, apontar o desafio fiscal, o equilíbrio das finanças públicas, e reconhecer os avanços. Eu acho que nós vamos ter um debate qualificado sobre essa matéria, só engrandece a oposição, o Governo, engrandece o Brasil e mostra, também na democracia, que nós estamos melhores do que China, socialmente melhores do que Índia, e isso tudo, social, político e econômico, coloca o Brasil num rumo extremamente promissor. E esse é um reconhecimento internacional e do povo brasileiro. Por isso, para quem achava que o Lula ia quebrar a cara nessa crise, ele virou o cara. Por tudo isso que o Brasil é como nação, além das qualidades que o nosso Presidente possui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, art. 14 também, por tempo brevíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo o art. 14, mas três minutos só.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Eu sei que esse debate... Eu já conheço esse debate há muito tempo entre o Senador Mercadante e o Senador... Deu um branco agora, rapaz. Arthur Virgílio. Então, veja bem. Agora, eu queria saber se eu tenho uma inscrição. Acho que é válido o art. 14 também, mas eu queria ver se V. Exa...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas vai ser breve, vai ser breve, vai ser bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São três minutos só.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É para elogiar a intervenção do Senador Aloizio, porque, precisamente, isso, a meu ver, vai criando um clima bom para se chegar a conclusões de Brasil, e não de facções, com algumas observações. O Senador diz... Reconheceu o mérito, acho que isso é fundamental, eu acabei de reconhecer méritos, considero... Sou admirador da gestão econômica do Governo Lula, no geral. Agora, muito especialmente quando ele teve que enfrentar a crise de 2003 e foi rígido no fiscal, e, a meu ver, foi acertado no monetário. Agora, quando o Senador fala nas privatizações, elas continuaram. As concessões de estradas, enfim, não se privatizou o IRB, porque houve a queda do Palocci, mas estava lá o Marcos Lisboa, já, deslocado da sua função estratégica de secretário de política econômica, para coordenar a privatização do IRB. Ou seja, nem nisso, o Presidente Lula se diferenciou.

Agora, é verdade que os Estados Unidos estão em recessão há 17 meses, e o Brasil tem enfrentado melhor. É uma boa autocrítica. E o PROER, que o Presidente Lula já tem tanto orgulho dele, a ponto de tê-lo oferecido ao Presidente Bush como solução para os males do sistema bancário brasileiro. Foi tão criticado. A Lei de Responsabilidade Fiscal, tudo isso que o Senador Aloizio acaba, agora, de elogiar, enfim. Por outro lado, não dá para o Brasil se colocar como vítima, dizendo que o Brasil crescia sem parar, de repente o mundo atrapalhou. Ora, desculpe, mas eu pergunto: e o Brasil não crescia sem parar, também, por causa do mundo, do mundo benigno? Então, nós temos é que estar preparados para dar as nossas respostas internas. E no mais, dizer que concordo, outra vez, com o senador, quando ele diz que o Brasil é o melhor dos brics. Se formos colocar no computador as qualidades e os defeitos de cada país, nós temos a mais sólida democracia, nós temos as instituições mais fortes, nós temos, por mais que a imprensa não acredite, o melhor dos três parlamentos, dos quatro parlamentos, nós temos, enfim... Há muito tempo, já há 16 anos, nós temos estabilidade econômica... Eu não confio em dados que ditadura me dê. O Brasil está muito melhor socialmente do que a Índia, é verdade, e a China é governada por uma figura que segue a tradição autoritária, que vem desde os tempos da esquerda, na União Soviética. [soa a campainha].

Eu encerro, Presidente, dizendo que concordo com essa última assertiva do Senador. O Brasil, pra mim, é o melhor dos brics e ele precisa de acertos agora. Eu recomendaria muita atenção à parte fiscal. Porque, pra mim, o grosso dos problemas brasileiros está na parte fiscal. Quando se fala em política contracíclica, a gente faz sempre aumentando o endividamento. Ontem mesmo, o dinheiro do BNDES significa o tesouro captar caro e dar para o BNDES, que tem que fazer isso e faz, o BNDES, emprestando barato. Tem aí um buraquinho fiscal que não existiria se nós tivéssemos poupado dinheiro na época da bonança. E o Brasil não poupou investimento público, que está num nível baixo, enfim, mas, no geral, acredito que foi uma boa intervenção a do Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E, quando ele fala bem, V. Exa. não deixa ele falar mais. Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro que o Ministro Guido Mantega veio mais para falar do que pra ouvir. Com a palavra o Senador Inácio Arruda--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pelo menos essa era a idéia do conjunto dos requerentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O terceiro do primeiro grupo. Terceiro orador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor me desculpe, Presidente. Eu não entendi o que foi o abraço dos dois líderes. O que que significou?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. está com ciúmes, mas será cumprimentado também, com o mesmo entusiasmo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Um dia, pode ser.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Um dia ele pode conseguir...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria fazer, assim, duas indagações que eu considero muito significativas para o Brasil, desse esforço do Brasil. Uma é

relativa a essa questão do superávit primário. Eu lembro que essa é uma questão, do ponto de vista histórico, no campo da economia, recente no Brasil. Nós não tínhamos esse instrumento de política econômica até alcançarmos os idos dos anos 90, quando se impôs, no mundo, o famoso consenso de Washington, e, portanto, o advento veloz da política, chamada de novo liberalismo ou o famoso neoliberalismo. Surgiu aqui a questão do superávit primário, com o intuito de criar reservas internas para suprir o pagamento principalmente da dívida, que, cada vez, era mais estonteante, que continua sendo. Quer dizer, os compromissos do país continuam muito graves, em relação a pagamentos de juros.

Então, esse instrumento de política econômica, o superávit primário, também não seria a hora de nós revisarmos, já que ele foi instrumento desse advento? Ele surgiu nos anos 90 com essa força do... No Brasil, com essa força do movimento neoliberal. Não era a hora de nós revisarmos? Porque eu tenho examinado que nós fazemos uma conjunção de juros que se mantêm muito altos. Mesmo com as reduções recentes, os juros brasileiros, a Taxa Selic é muito elevada, se associarmos a isso... V. Exa., mesmo, mostrou aqui nas tabelas, mesmo caindo, os spreads, tanto para a pessoa física como para a jurídica, são muito elevadas, é uma... Isso, sim, são verdadeiros escândalos nacionais. É pouco explorado midiaticamente, mas são escândalos brutais para a economia brasileira.

Então, associamos, conjugamos Taxa Selic elevada, isso puxa também o spread, spreads elevados, superávit primário e o câmbio pelas razões que V. Exa. levantou, pode, numa hora, entrar em recursos, digamos assim, uma confiança muito grande na economia, recursos externos, mas, grosso modo, nesses últimos anos, tivemos uma valorização cambial, e essa valorização... Quando nós arguirmos que é necessário você trabalhar mais, melhorar o desempenho do Brasil na exportação, exportar menos primários, ter mais manufaturas, competir mais nesse mercado internacional, quando você cria essas condições melhores para exportar, o câmbio talvez, muitas vezes, nos cria dificuldades. Então, nós temos uma conjunção de fatores de política macroeconômica, que, a meu ver, estabelecem dificuldades para a economia brasileira, para a economia nacional. A crise está mostrando que é possível nós revertermos essa situação. Nós podemos reduzir Taxa Selic mais... Até na velocidade maior, controlar a inflação e também reduzir o superávit primário, que seria, digamos assim, a situação mais favorável para retomar a economia nacional.

Então, eu olho essas questões e vi, na mudança apresentada na LDO... A primeira parte da mudança é exatamente redução de superávit primário. Mas, logo em seguida... E também de juros. Mas, logo em seguida, para 2010, a LDO já aponta para 2010, 2011 e 2012 a elevação do superávit primário e elevação da Taxa Selic. Quer dizer, já aponta no caminho da elevação da Taxa Selic e do superávit primário. Não era o caso de nós invertermos isso? Criarmos uma situação em que vamos reduzindo, em 2009, 2010, 2011, 2012, Taxa Selic e também superávit primário, para favorecer o desempenho do Governo, dos seus investimentos, que têm sido um dos principais alavancadores da economia nacional? Notadamente, os investimentos da PETROBRAS, que saíram do superávit primário, acho que já foi um ganho significativo, não deixar a PETROBRAS amarrada aqui, porque ela é o grande alavancador, um dos grandes alavancadores da economia e que puxa o setor industrial também no país. Me preocupa essas questões, aqui, centrais. Depois, exatamente, função da Taxa Selic, nós criamos, em um dos instrumentos de busca, de apoio para o desenvolvimento da economia, que é a poupança, nós também sempre ficamos nessa dificuldade. Se cai a Taxa Selic, nós temos que examinar o problema da poupança. Porque a poupança e principalmente os pequenos e médios poupadores, que fizeram apostas na poupança, perdendo em relação a outros títulos que estavam mais vantajosos, na hora de ganhar um pouquinho, vão ter que se contentar também com redução dos ganhos na poupança.

E, por último, o problema da política fiscal, utilizada para alavancar determinados setores da economia. Eu considero que o Governo acertou. Ele fez certo. E pode fazer mais. Na área da mobilidade e do transporte de pessoas físicas no Brasil... Quer dizer, reduziu no automóvel, depois foi para um setor da economia muito significativa, que é a chamada linha branca. Nesse setor de locomoção, acho que faltou, mas, também, porque entramos até... Até as motos entraram. Inclusive um programa recente foi aprovado e apresentado para empréstimos para a renovação da frota de motoqueiros que utilizam a moto como instrumento de trabalho. Mas ficou fora um dos instrumentos de mobilidade das pessoas, que representa 10% da locomoção de trabalhadores, que é exatamente a bicicleta. Eu fiz uma proposta, que está em discussão aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós somos o terceiro maior produtor de bicicleta no mundo. Terceiro maior do mundo. Só não estamos produzindo a famosa bicicleta elétrica, que ainda importamos essa bicicleta. É uma cadeia produtiva muito interessante, muito interessante, porque mexe com as pessoas mais simples e mais pobres, do ponto de vista da locomoção, além de ter alguns nichos de mercado, destinados a um setor de classe média que usa a bicicleta como esporte, como

lazer, como recuperação física, etc. Então, você tem possibilidades, também, de avançar para a questão da bicicleta, do ponto de vista da mobilidade urbana, porque esse é um importante instrumento da mobilidade urbana. Acho que nós podemos usar esse instrumento. E eu propus que fizéssemos alteração aqui, não só no IPI, para não prejudicar demasiadamente, porque o impacto é insignificante nesse caso das bicicletas, do IPI, na repartição dos tributos. O único... A única pendência que poderia surgir seria no caso de Manaus, que tem um pólo de produção que, em termos relativos, você pode dizer que tem um peso, e que já tem algumas vantagens e que os outros todos teriam a mesma vantagem, pelo menos. Ou vantagens iguais. Mas não é tão significativo que impeça a Fazenda e o Governo. Eu tomei a iniciativa do ponto de vista Legislativo. Mas eu estou propondo que o Governo faça. Que é uma coisa positiva, é para a população mais carente, mais pobre do país, que pode adquirir a bicicleta. Tem um programa do Ministério das Cidades, junto com os Correios, de produção de bicicletas de baixo custo, que seriam entregues diretamente pelos Correios, na casa do cidadão, um programa excepcional, e que pode ser entregue com um custo bem menor, se nós fizermos essa redução e ajudarmos a alavancar ainda mais esse setor. E eu propus, então, que fizéssemos IPI, PIS e COFINS. Porque ele mexeria também em dois tributos que são do Governo Federal e que ele pode dispor para poder alavancar um setor da economia tão significativo como a cadeia de produção da bicicleta, que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Inácio Arruda, V.Exa. está indo de bicicleta mesmo. Vamos ver se acelera mais.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não. Eu sou antipoluente. Não podemos poluir o ambiente, principalmente o ambiente econômico.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Ministro Guido Mantega.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ministro Guido Mantega, queria perguntar à V. Exa. que, nessa sua resposta que V.Exa... V. Exa., embora sabendo que é um assunto complexo, difícil e delicado, acho que V. Exa. podia aproveitar e abordar as consequências, como está vendo as consequências dessa valorização do câmbio a curto e a médio prazo. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem, antes do Ministro, por favor. Tem quantos inscritos mais? Porque, aí, de repente, o ministro matava tudo no final. Tem muita gente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas ainda tem seis inscritos.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado, Presidente. Eu também concordo com o Senador Mercadante de que, nos Estados Unidos e Europa, nós continuaremos tendo uma situação difícil, embora, nas últimas semanas, nós tenhamos observado alguns sinais de melhoria. O que podemos dizer é que parou de cair, mas será um longo processo de recuperação. Então, o seu pessimismo acho que é fundamentado. Porém, embora a crise seja muito violenta, a maioria dos analistas, ou os mais conceituados, estão dizendo que, já em 2010, mesmo esses países já terão crescimento positivo. Pequeno, mas terão. 1,5%. E ficarão com esse crescimento baixo até digerirem os problemas que ainda não foram solucionados: ativos tóxicos, a robustez do sistema financeiro, falta de regulamentação e assim por diante. Então, concordo, e concordo também que isso, de certa forma, vai nos afetar, porque o Brasil tem uma parte da sua economia voltada para o mercado interno e outra parte voltada para o mercado externo. Nós dependemos, também, das nossas importações, do comércio internacional. E se ele continuar fraco, isso vai comprometer uma parte do nosso crescimento. Por isso que eu considero que nós vamos nos recuperar, porém, vamos ficar com crescimento, em 2010, aquém daquele que tivemos em 2007 e 2008. 2007, tivemos 5.7%; 2008 até o terceiro trimestre, 6,5. Então, certamente, não vamos ter. Calculo algo como 3 a 4% de crescimento para o Brasil, no ano de 2010. Portanto, uma recuperação maior. Por quê? Porque dependemos mais do nosso mercado interno e dependemos das políticas anticíclicas que o Governo está promovendo.

Concordo que devemos manter o equilíbrio fiscal, mas, no ano de 2009, não poderemos fazer diferente do que pôr em prática políticas anticíclicas, porque, senão, fica pior. Se você não faz a política anticíclica, você acha que está gastando recursos ou deixando de arrecadar, quando você faz uma desoneração de IPI, só que você está enganando, porque, se você não fizer aquela medida, o nível de atividade, ela vai cair mais

do que cairia. Espontaneamente, cairia mais. Portanto, teríamos mais desemprego, menos recolhimento da Previdência, teríamos que pagar salário-desemprego para os trabalhadores, teríamos desmontes de cadeia produtiva. E, quando você faz a desoneração, você consegue recuperar mais rapidamente. Então, mesmo que o Governo Federal, mesmo estados e municípios, tenham alguma perda naquele tributo, em compensação com a atividade econômica, que é estimulada pela redução, você acaba tendo uma vantagem.

Então, eu não sei se os Governos avançados, as economias avançadas vão subir os juros, tão logo essa crise esteja mais calma, possa amainar. Acredito que os Governos fizeram uma opção, que eu chamaria de política keynesiana. Todos nós aprendemos com as crises anteriores, e principalmente eles, que sofreram a depressão dos anos 30, e sabem que, se bobear na política econômica, vão jogar a economia para baixo. Então, eu tenho confiança no bom senso das economias avançadas, que, mesmo passado o momento mais traumático, continuarão fazendo políticas anticíclicas e políticas de estímulo à economia, de modo que a recuperação será mais rápida. Eu sei que tem economias com graves problemas para resolver. Os desequilíbrios da economia americana, desequilíbrio fiscal, desequilíbrio nas contas externas, que eles terão que resolver. Mas terão que resolver gradualmente, senão, o Presidente Obama vai jogar fora o mandato dele, com crescimento medíocre de 2, 3% e olhe lá. Eu acredito que isso não vá acontecer.

Eu acho interessante a proposição do Senador Arthur Virgílio, no sentido de que nós deveríamos ter, se não um pacto nacional, mas uma ação conjunta, mesmo, de toda a nação, de todo o Parlamento, dos economistas. Acho que, em certa medida, isto houve. Porque eu vim muito mais vezes aqui, ao Congresso, dialogar com os senhores, recebi críticas, estímulos de todos, inclusive da oposição, levei tudo em consideração, mandamos uma série de Medidas Provisórias, para podermos viabilizar a política anticíclica, que foram aprovadas aqui, pelo Parlamento, portanto houve uma colaboração, houve uma participação conjunta, e eu até gostaria que fosse maior. Então, eu concordo com a sua linha de raciocínio, com a sua proposição de que, no momento em que o país é acometido por uma grave crise internacional, nós devemos nos unir pelos interesses do país, e não pelos interesses de uma agremiação política. Então, eu estou de acordo com isso e apoiarei o seu trabalho nessa direção.

Eu fiquei um pouco em dúvida quanto a sua avaliação do nosso desempenho fiscal e quanto às medidas anticíclicas que nós tomamos. Porque o senador fala em benesses concedidas à indústria automobilística, quando, na verdade, nós não demos nenhuma benesse para a indústria, demos benesses, talvez, para o consumidor, que foi a redução de preços. Exigimos redução de preço e manutenção de empregos, para fazermos aquelas medidas de desoneração. Renunciamos, portanto, a uma arrecadação e usamos principalmente os tributos regulatórios, conforme indica a Constituição, que são justamente o IPI. O IPI é o melhor tributo regulatório. Então, mesmo para usar outros tributos é mais difícil. O único caso que nós usamos o PIS/COFINS, veja o senador, foi no caso das motos, para beneficiar o seu Estado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, permite? Eu acabei de deixar um bilhete, porque eu não queria ser acusado de falar demais. Então, vou repetir aqui, agora. A informação que tenho é que beneficia pouco o meu estado, porque restringe aos 8% dos motociclistas que, trabalhadores, têm carteira assinada. Ou seja, aqueles que estão no emprego informal e que merecem atenção... Eu lhe fiz um apelo para fazer [ininteligível], junto ao Governo, no sentido de mexer nisso. Porque os que estão no trabalho informal estão excluídos desse benefício. E eu retiro a palavra benesse. Eu apenas gostaria de discutir se o IPI seria a melhor forma de se conceder. Porque prejudicou enormemente os municípios, agravou uma crise que começa onde o cidadão mora, e, se pudéssemos encontrar, ao beneficiar qualquer setor, visando - eu concordo com V. Exa., beneficiar ao consumidor e reativar a economia - algo que não mexa com a já complicada e delicada situação dos municípios. E o benefício para o pólo industrial de Manaus, para ser completo, precisaria que também vissem os trabalhadores do emprego informal, e que estão fora. Apenas... 92%, mais ou menos, estão fora do benefício que o Governo, com boa-fé, certamente concedeu.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nós podemos aperfeiçoar aí esse instrumento em relação às motos. O fato é que nós conseguimos fazer um acordo com as empresas de não demissão. E isso é muito importante para o Estado. Agora, o instrumento mais adequado é o IPI, porque ele já é considerado um tributo regulatório.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas o Presidente chegou a dizer que não ia mexer mais nisso. Eu li, uma vez, o Presidente Lula dizendo: "Não vou mais mexer no IPI".

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nesse momento, não há nada em vista para se mexer no IPI. Então, ele é um instrumento regulatório. Ele traz algum prejuízo para os estados e municípios? Traz, porque nós dividimos, nós compartilhamos o IPI e o Imposto de Renda com estados e municípios. Porém, se nós pegarmos os

últimos quatro anos, vamos observar o quanto aumentou o fundo de participação dos municípios e fundo de participação estadual; 40% em valores reais, graças a esse crescimento forte que a economia brasileira pôde percorrer nesses últimos anos. E, além disso, o Governo garantiu que os municípios receberiam, em 2009, uma complementação de recursos do orçamento da União, que pudesse manter o mesmo patamar, o mesmo valor nominal de arrecadação que eles tinham em 2008. 2008 foi o ápice. Portanto, eles tinham ganhado muito, eles estavam com os cofres cheios em 2008. Claro que assumiram compromissos, fizeram gastos, investimentos, e daí passaram por dificuldades que nós reconhecemos, e, em função disso, fizemos essa medida, que garante que eles terão o mesmo recurso nominalmente. Mas nós preferimos, os gestores, não sei se o Ministro Dornelles também preferia, usar esses tributos, porque eles já foram feitos com essa finalidade. O IPI, o IOF, o imposto de importação, o imposto de exportação, que são os tributos regulatórios. Os demais tributos têm outra natureza. E nós reduzimos também o Imposto de Renda para pessoa física, fizemos uma nova tabela de Imposto de Renda para pessoa física.

Eu acho que, no final das contas, os municípios e os estados não vão perder com isso, porque nós estamos aumentando o poder de compra da população, segurando o mercado interno, que é um valor que nós temos hoje. E, por isso, vai haver uma repercussão positiva para os estados e municípios, que o cidadão, ele está gastando é no município. Se ele tem mais... A nossa desoneração foi da ordem de cinco bilhões para o Imposto de Renda, que será apurado no final do ano. Cada mês, o cidadão está pagando menos Imposto de Renda, ele tem um poder aquisitivo maior; até o final do ano, são cinco bilhões. Esses cinco bilhões, eles são gastos pela população, eles ativam a economia dos municípios; portanto, é um poder aquisitivo maior que nós estamos fazendo.

E fizemos tudo isso, Srs. Senadores, sacrificando o menos possível o resultado das contas públicas. E aí eu quero dizer que, talvez, haja um equívoco do senador, quando ele diz que nós não estamos praticando uma boa política fiscal. Aliás, política fiscal que começou no seu Governo. E eu não estou dizendo aqui só porque houve uma cobrança sua, direta ou indireta, e já houve uma resposta do Senador Mercadante, mas porque, na última vez que aqui eu vim, neste Plenário, acho que na própria CAE, eu reconheci os méritos dos Governos anteriores em colocar a economia brasileira em situação mais adequada, mais forte. E ela, hoje, se encontra nessa situação, graças ao trabalho de muitos governos, e, principalmente, dos últimos dois. Vamos reconhecer.

Portanto, estamos reconhecendo, sim, aquilo que foi feito pelos outros Governos, a política fiscal começou, e eu acho que nós fomos a fundo. Porque, quando nós pegamos o Governo, em 2003, nós tínhamos uma dívida de 53% do PIB, e ela foi reduzida até 36% do PIB. O senador elogiou o Ministro Palocci, senti que ele tem uma preferência, nutre uma preferência que me deixou, assim, um pouco enciumado, digamos assim, mas a questão de gosto não se discute.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não fique enciumado, porque diz que ciúme de homem é a pior coisa do mundo. Não fique, não. Mas, ao contrário, eu vejo V. Exa. como uma pessoa doce, uma pessoa correta. É verdade, tenho estima pessoal mesmo. Cheguei a ter o prazer de conhecer sua esposa, enfim, e tenho por V. Exa. uma admiração e respeito muito grande. E não fique enciumado, mesmo, porque eu apenas digo que, talvez, a diretriz do Governo tenha sido... Eu vou dizer o que eu penso. A diretriz pode ter sido o seguinte: durante aquela primeira etapa, que foi a etapa dura de enfrentar a crise de 2003 e de dar credibilidade ao Governo, o jogo foi mais duro. Depois, com a benesse do mundo, com a benignidade do mundo e as coisas todas dando certo, talvez tenha dito assim: "Poxa, a gente está indo tão bem que não precisa fazer reforma mais... A gente está indo tão bem que dá para aumentar os gastos correntes...".

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu só queria completar o meu raciocínio, pra dizer que não foi isso que nós fizemos--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas só não fique enciumado, ministro, porque eu tenho um carinho por você muito grande.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado. Agora, já estou recuperado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ciúme de homem é pior do que ciúme de mulher.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu falei. Eu falei isso agora. Eu estou morrendo de medo disso.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: É que eu também percebi alguma coisa com o Mercadante, também... Então, não sei.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, dito desse jeito, isso vai me deixar muito bem em certa parte do eleitorado do Amazonas e mal na outra. Eu queria juntar as duas, que eu disputo eleição majoritária.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Mas eu queria dizer que o nosso resultado fiscal, acho que o senhor

não teve ocasião de vê-lo, mas foi passado um texto para dizer que o nosso... A nossa situação fiscal hoje é a melhor de todos os tempos. Nós fizemos o ano passado o maior primário de todo o nosso Governo. E de toda a série histórica. E ainda sem computar o fundo soberano que alguns até não gostavam, mas ele está com uma poupança de meio por cento do PIB, que não foi gasta. Nós deixamos de gastar aquela poupança.

Portanto, eu acho que nós prosseguimos na diretriz que o Ministro Palocci iniciou no seu Governo e fomos além até. E o único ano que nós estamos com primário menor é este ano de 2009. Mas eu acredito que se o senhor estivesse no meu lugar estaria fazendo igual ou melhor, certamente, e também diminuindo o primário para poder fazer uma ação anticíclica, que aliás todos os países do mundo estão fazendo. E mesmo fazendo essa ação anticíclica, nós vamos manter a dívida PIB na mesma posição. Na mesma posição. E no ano que vem a nossa proposta é fazer o mesmo primário do ano passado. Portanto, mantendo ano eleitoral nós vamos propor, estamos propondo que o Governo central faça o mesmo primário que fez... O mesmo primário que está na LDO proposto pelo Governo ano passado.

Portanto vamos manter o equilíbrio fiscal de forma bastante rigorosa. Nós cuidamos disso e damos importância e, portanto nossa dívida vai continuar caindo. A nossa previsão é que ela continuará caindo e será uma das menores do mundo dos países mais importantes.

O Senador Arruda menciona se nós deveríamos ter um primário nessa... Dessa magnitude. E Senador, posso lhe afiançar que eu nunca fui conservador, neoliberal e mantenho as mesmas crenças e mesma... Mesma orientação teórica que eu tinha no passado. Eu acho que foi necessário um período de austeridade fiscal maior no Brasil porque as nossas contas estavam desequilibradas, haviam sofrido problemas inflacionários e era necessário um saneamento das nossas contas. Eu também não gosto de fazer superávit para pagar juro. Agora, o Brasil hoje é credor líquido na área internacional. Então, nós não estamos pagando juros lá para fora. Porque antigamente, no passado o Brasil pagava um monte de juro para o capital estrangeiro, para a dívida externa brasileira. E nós, praticamente, neutralizamos, porque nós temos hoje mais reservas do que a nossa dívida interna. A dívida do Governo Federal é de 61 bilhões de dólares. E nós temos 205 bilhões de dólares de reserva. Então nós somos credores, e não devedores. Então hoje nós estamos tranquilos, não estamos pagando juros lá para fora. Ou estamos recebendo mais do que estamos pagando. Os títulos brasileiros são colocados no mercado internacional. Então, essa fase passou.

O superávit é importante porque o Brasil ganhou solidez fiscal, e não deixamos de fazer nada que fosse necessário em nome do superávit. Essa é a diferença que no passado muitas vezes quando se fazia o superávit primário para pagar juros, sim, era em detrimento de programas sociais, em detrimento de investimentos do Governo, da infraestrutura. E hoje não é isso que se faz. Nós conciliamos um superávit, uma situação robusta com investimentos públicos, com programas sociais, de modo que eu diria que a melhor situação possível é essa. É você ter um equilíbrio fiscal, mas também estar atendendo a população nas suas necessidades.

Eu concordo que os *spreads* são muito elevados, eu mesmo tinha mencionado isso, estou de acordo, e que nós temos ainda uma situação anômala do ponto de vista dos juros no país. Mas eu acho que até caminhando para a normalidade. Nós já tivemos Selic aqui de 40%, 50%, sei lá quanto. E hoje... 52. E hoje nós caminhamos para uma normalidade. Ainda está acima, ainda é, digamos, algo que nos distingue de outros países. E não tem sentido, porque o Brasil ele já está equilibrado em todos seus parâmetros econômicos. Falta termos uma taxa básica normal. Estamos caminhando nessa direção, agora que a inflação está sob controle... Agora que você tem as contas que a inflação está sob controle, você tem espaço para poder reduzir a taxa básica e eu acredito que nos próximos dois anos, não estou dizendo agora nem no próximo COPOM, porque eu não falo desse assunto, mas no futuro próximo, nos próximos dois anos o Brasil deverá ter taxas básicas semelhantes aos países que, com as mesmas condições brasileiras, estamos caminhando para isso vamos alcançar essa situação e é justamente porque estamos mudando o patamar da nossa taxa básica de juros que mudanças têm que ser feitas na economia. Resquícios do período inflacionário tem que ser eliminados. Indexações que ainda existem tem que ser suprimidas, porque senão a taxa não consegue baixar. Você continua contaminando a inflação futura com a inflação passada. E nós estamos caminhando para isso. Por isso que nós tivemos que fazer mudanças na poupança, foi mencionado aqui, preservando aqueles que dependem da poupança. Os pequenos poupadores foram todos preservados. Agora, não é possível que você tenha todas as taxas baixando e você manter uma única taxa elevada segurando a Selic, porque se você não reduz o rendimento da poupança, você acaba impedindo que a Selic caia. Você cria um piso para a Selic. Então, o que nós fizemos? Fizemos algo para que não prejudicasse a esmagadora

maioria dos poupadores; 99% dos poupadores foram poupados, porque eles continuarão com os mesmos privilégios, mas mesmas prerrogativas, o rendimento continuará alto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

MINISTRO GUIDO MANTEGA: São 50 milhões... Desculpe, 50 mil... Até 50 mil, que são 99% das cadernetas, 99 são até 50 mil. Então, 50 mil continuará no *status quo* atual. Acima disso, gradualmente, pagarão tributo, principalmente nosso objetivo é atingir os grandes poupadores, os grandes investidores que tem alternativa e que hoje já quando aplicam no sistema financeiro pagam Imposto de Renda. Quando aplicam em fundo de renda fixa, aplicam em outros... Até aplicam em ações, pagam Imposto de Renda. Agora, nós não queremos que esses grandes que aplicam um milhão, dois milhões, três milhões, quatro milhões, dez milhões, entrem na caderneta porque ela se torna mais rentável e fujam a tributação. Então estabelecemos uma tributação bastante moderada que será aplicada se a taxa de juros básica cair, porque aí aproxima os rendimentos de ambas as aplicações. Acho que fizemos a coisa... Nós, digamos, mantivemos a poupança com uma melhor aplicação para o pequeno poupador brasileiro. Ele vai estar ganhando mais, inclusive. À medida que todas as taxas caem, o pequeno poupador ganha mais. E os grandes tem opção. Se quiser ir para a poupança, vão ter que pagar o imposto, que é justo que pague imposto que são grandes tributos. São grandes recursos.

O Senador Dornelles me pergunta das consequências da valorização do câmbio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

MINISTRO GUIDO MANTEGA: As bicicletas eu não tinha conhecimento. Eu gostaria que o senhor me trouxesse essa proposta a conhecimento de modo que a gente possa ver se é viável fazermos um plano para estimular a utilização de bicicleta no país. Acho que me parece que a ideia é bastante interessante.

Em relação ao câmbio, também eu tenho uma preocupação quando o câmbio brasileiro se valoriza. É claro que nós não podemos esquecer quais são as razões pelas quais o câmbio se valorizou. Primeiro são por fatores positivos. Demonstram que o dólar é que está se desvalorizando e que o real é uma moeda valorizada. É uma moeda que atrai investimentos e capitais externos. Portanto, ela é uma vantagem que o país tem. No momento que vários países amargam a perda de capitais e há saída de capitais de vários países ainda, já foi maior, mas ainda há saída de capitais, nós temos o privilégio de termos entrada de capitais. Já temos no mês de maio saldo líquido de capitais. O que é bom. Claro que desde que sejam capitais que vão para o investimento e uma parte deles é para investimento, tivemos 3,4 bilhões já de investimento, e que venham depois para aumentar o financiamento, aquele financiamento que havia antes da crise, que entrava na bolsa e comprava novas ações, lançamento de ações IPO de novas empresas. Esse é o lado bom. O lado problemático é que ele diminui a competitividade do produto brasileiro, das exportações brasileiras. Portanto, atrapalha um pouco as exportações, diminui a nossa competitividade. Apesar disso, não recomendo uma mudança de regime cambial. O Governo não cogita fazer nenhuma mudança. O câmbio flexível é a melhor modalidade de câmbio. Apenas temos que aproveitar o momento para comprarmos mais reservas, para que aumentemos as reservas do país. É uma maneira de você dar um alívio a esse mercado que está pressionado pelo dólar. Mercado vendedor de dólar você enxuga comprando mais reservas. É por isso, o Banco Central já voltou a comprar reserva e poderá comprar muito mais. E nós sabemos que a reserva é um seguro que o Brasil tem. É um seguro diante de crise. Porque na crise que o cidadão que está com dinheiro dentro do país fala: Olha, o país aguenta uma saída de capitais? Aguenta um ataque especulativo? Se você não tem reserva, você não aguenta. E acontece o ataque especulativo e acontece a saída de capitais. Mas se você tem reservas como tínhamos, aí o pessoal fala: Bom, esse país consegue sustentar uma saída de capitais. Então, nem adianta sair que não vale a pena. Vamos continuar aqui. E, portanto é isso que eu vejo em relação à questão cambial. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os próximos Senadores que vão dirigir indagações ao Ministro serão o Senador Wellington Salgado, o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Renato Casagrande, sendo que o Senador Renato Casagrande teve que se ausentar.

Eu concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Presidente Garibaldi. Senador Francisco Dornelles, Senador Inácio Arruda, Ministro Guido Mantega.

Eu, inclusive, queria colocar para o Ministro Guido Mantega que eu acho que V. Exa. é um injustiçado. E realmente, sem querer aproveitar o ponto do carinho do Senador Arthur Virgílio com V. Exa. Por que é um injustiçado? Porque toda vez falam dos Ministros anteriores. Só que ninguém viveu uma grande crise como essa, que estamos vivendo. E quem está pilotando a máquina é o Ministro Guido Mantega. Pilotando nesse

momento, se saindo muito bem, tive a oportunidade de viajar a Nova Iorque, pago do meu bolso, Presidente Garibaldi, para que não possa haver nenhuma especulação a respeito, quando o Presidente Gabrielli da Petrobras foi receber o prêmio de grande empresário da Câmara Brasil- Estados Unidos esse ano. E aqui eu cito muitas vezes uma covardia muito grande em comparar e nos colocar... Colocar o Brasil no BRIC por quê? Porque se nós tivéssemos, Senador Arthur Virgílio, na Rússia, ele já estaria na Sibéria. Na China decaptado, e a Índia... A Índia é um país onde a mão de obra é barata demais e não é esse o plano do Brasil. O Brasil hoje tem proteção para com a mão de obra.

Eu vejo esse momento como um momento maravilhoso para o Brasil mesmo tendo a crise. Por que, Presidente Garibaldi? Eu estive com o Presidente da Petrobras em Nova Iorque, onde ele acabava de chegar com a China com um cheque de dez bilhões de dólares. Se eu estiver errado o Ministro Mantega me corrige. Um cheque de dez bilhões dado pela China para investir no pré-sal onde nós vamos pagar com o petróleo. Não sei se é justamente isso, mas foi isso que o Presidente me falou. Ora, se o meu banco a quem eu trabalho há muito tempo me desse um dinheiro para abrir uma empresa e fosse pagar ao banco com o produto dessa empresa e não o dinheiro, é o melhor negócio do mundo. E eu cito também que a China hoje está muito preocupada com investimento em títulos, em títulos americanos. Então ela começa a diversificar, o que os economistas chamam de *portfólio*, colocar em outros países. E está começando a colocar no Brasil. Muito bem, nesse momento que a China começa a diversificar a sua aplicação de recursos, começa a colocar no Brasil, nós temos aqui algo legítimo da democracia brasileira que é uma CPI junto... Em cima da Petrobras. Uma CPI que é legítima. É assim que funciona o Congresso Brasileiro. Porém, vejo algumas situações que acabam acontecendo no momento de toda essa... Esse momento maravilhoso para o Brasil internacional. Temos a questão da Petrobras mudar o sistema de lançamento e a receita também questionar. É legítimo a Petrobras mudar, é legítimo a receita questionar e atuar. O que não é legítimo é isso ir para a primeira página dos jornais. Isso não pode acontecer. A Receita Federal ela tem que resolver as questões administrativas na Justiça, mas não pode jogar na primeira página de jornal. Acho que isso vai acabar no momento que o Supremo também vai ter que fazer algo como fez com as algemas com a Polícia Federal, vai ter que tomar uma atitude com a Receita Federal.

Muito bem, Ministro. Eu estive... Eu recebi da FIEMG, por acaso ontem chegou ao meu gabinete uma análise de tudo que está acontecendo em Minas de janeiro a março de 2009. Eu não vou ficar lendo cada item porque ela fala em produção, produtos finais, emprego... Satisfação com a situação financeira... Mas eu vou falar nos principais problemas que a FIEMG identificou. E por que vou colocar aqui os principais problemas, Ministro? Porque como foi colocado por V. Exa. e também por alguns Senadores, colocam aqui o *spread* e a taxa de juros como principal problema junto da economia. Só que o que a FIEMG me manda não coloca. Essa questão da taxa de juros aparece como quarto item dos principais problemas das indústrias de Minas Gerais. Qual o principal problema? Elevada carga tributária: 61,3% dos empresários colocam esse como principal problema. Segundo, falta de demanda. Claro que é fruto dessa crise que nós estamos vivendo. Terceiro, acompanhei acirrada de mercado. Por quê? Se existe falta de demanda, todo mundo baixa o preço e aí é a lei da sobrevivência. E o quarto item é a taxa de juros elevada: 32% responderam. Quinto item, falta de capital de giro, ou seja, não há disponibilidade de recursos para os empresários. Quinto item, 21,2%. Inadimplência dos clientes. Sexto item, 15,1. Alto custo da matéria-prima. Sétimo item, falta de financiamento de longo prazo, é o BNDES que só financia empresa grande. Acaba não financiando empresa pequena. Taxa de câmbio, falta de trabalhadores. Então, esses são os principais problemas enfrentados pelas empresas em Minas Gerais. Eu vou pedir ao meu gabinete, depois mandem uma cópia. Talvez V. Exa. até tenha que a FIEMG deve ter mandado. Eu vou encaminhar porque é um documento muito importante que a FIEMG me colocou.

Agora, Ministro, eu fico muito preocupado e o Senador Garibaldi que me diga quando eu estiver elevando o meu tempo, pode tocar a sineta que eu vou parar. Mas eu vejo o seguinte, o momento internacional do Brasil é um momento maravilhoso. Nós temos um Presidente que tem conseguido trazer recursos no prestígio pessoal, na sua credibilidade interna que está passando para o exterior. Veja algumas mudanças com relação ao encaminhamento do capital. Hoje tem muita gente descobrindo o Brasil. Então, nós temos que ter uma atenção especial com esse momento.

Falaram que o Presidente Lula era um homem de sorte. Ele perdeu um monte de eleição até ganhar. Mas diziam que ele tinha sorte. Depois não tinha crise nenhuma e vem a pior crise do mundo em cima do Governo dele. E, no entanto, Ministro, eu vejo que a sua equipe, junto com o também Meirelles, tem coordenado muito bem essa crise. É claro que oposição usa a todo momento a frase do Presidente da marolinha. Mas se for comparado com lá fora, não vou chamar

de marolinha, mas a crise aqui dentro foi muito bem administrada comparado com que está acontecendo lá fora. Isso dentro de uma democracia. Não é uma ditadura, não é como na Rússia, não é como na China. Aqui a oposição fala, a oposição traz V. Exa. aqui e V. Exa. vem sempre, senta e explica humildemente com a sua equipe. Isso não era comum acontecer, não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Diz que a oposição da China é em Washington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso não era comum acontecer aqui, não. E V. Exa. sujeita democraticamente às perguntas, dá as soluções... Quando encontra erro fala que existe erro... Porque normalmente nenhum Ministro falaria que tem erro no balanço, não, como foi apresentado aqui. Esconderia, falaria que iria ver e não responderia. V. Exa. fala: "Não, houve um erro, a oposição entende isso", critica, mas V. Exa. entende o que tem que ser dito, tem que ser dito a verdade. Esse, talvez, seja o melhor momento da democracia brasileira.

Então, Ministro Guido Mantega, vou passar para V. Exa. o relatório que a FIEMG me mandou para a sua assessoria, para que possa dar uma olhada, sei que é uma assessoria muito boa. Agora, V. Exa. tem sido realmente injustiçado. Eu participei de algum momento com V. Exa. lá atrás no CPMF, tive algumas críticas políticas, e de lá para cá venho acompanhando o trabalho de sua equipe e tem se saído muito bem. A própria oposição fica em situação difícil porque a economia, com toda a crise internacional, está indo muito bem.

Então, espero ser o primeiro a parabenizá-lo a V. Exa., a sua equipe, como vem conduzindo essa crise, com o Presidente Lula... Muitos vão falar depois. A oposição não aceita mas é uma covardia o que estão fazendo com V. Exa. Porque V. Exa. realmente é um homem... Um grande Economista está segurando o navio, está segurando muito bem em mar revolto.

Então, Presidente, era isso que eu queria colocar, a questão da Petrobras eu acho que pode acontecer, vejo momento inoportuno, só isso, pode criar dificuldades internacionais pra gente porque nós temos os recursos que estão mudando de posições internacionalmente. O Brasil hoje é a namorada. Todos podem vir para cá. A noiva, como V. Exa. gosta de falar. A noiva.

Então, Ministro Guido Mantega, parabéns para vossa equipe, como vem conduzindo esse momento, e espero que conduza até o final do próximo Governo que virá por aí. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Wellington Salgado e concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Garibaldi Alves, parabéns por mais esta reunião, essa Audiência. O nosso abraço, nossas boas-vindas ao Ministro Guido Mantega, me acosto a tudo que foi dito sobre a gestão de V. Sa., e espero que o Brasil continue em boas mãos.

Uma contestação, uma evidência que nós temos tido nessas comissões aqui no Senado, essas Audiências Públicas se arrastam por horas, mas a presença da gestão do Governo Brasileiro, do Governo Lula, ela tem demonstrado um extraordinário nível de competência. Por aqui passaram diversos outros Ministros, Presidente de Petrobras, Presidente de Banco Central, e eu me orgulho como brasileiro do Brasil estar em boas mãos. Minha avaliação é mais empresarial, que é minha origem, então, quando se é empresário se avalia os homens sempre torcendo que a gestão seja profissionalizada, a gestão seja o ponto forte. E na gestão brasileira não se percebe "jabutis", como dizem. Não tem ninguém colocado em cima de uma cerca, tem sim pessoas de alta competência. Então me acosto às referências. Eu vou talvez ser um pouco... Assim... Rasteiro na explicação inicial em respeito à audiência da TV Senado. A TV Senado tem uma audiência muito forte e tenho certeza, V. Exas, Senadores e Sr. Ministro jamais necessitaria de que eu iniciasse o meu questionamento da forma que vou questionar e no final farei somente duas perguntas. Então, na verdade, se fala muito, já foi falado hoje aqui sobre o problema do dólar. E os jornais de hoje, inclusive, citam a referência que o dólar, psicologicamente, furou a barreira dos dois reais... É um aspecto mais psicológico, mas na verdade ele influencia nas taxas.

Existe de um lado os exportados brasileiros preocupados e o Governo, o próprio Governo Brasileiro preocupado com a balança comercial, que é a troca entre importações e exportações. A crise global ela afetou sem dúvida as exportações e os exportadores. Uma série de fatores. Os preços internacionais mais baixos, os volumes menores, esse câmbio variado, uma série de fatores faz com que a atividade de exportação no Brasil esteja com nível de preocupação elevado. Os Estados Unidos, na verdade, foi o grande responsável pela deflagração dessa crise global. Se não fosse a crise americana, bancos americanos, carteiras imobiliárias americanas, o conjunto dos danos à economia global foram motivados sem dúvida pelos Estados Unidos, ou pelo menos com a maior intensidade provocada pelos Estados Unidos. A moeda nos Estados Unidos é dólar. Então, automaticamente se um país tem uma crise ou passa por problemas econômicos, a sua moeda tende a se desvalorizar. Então, a tendência da moeda americana é perder valor, é ser depreciada.

No contraponto o Brasil tem sido afetado pela crise global, porém ele, talvez, seja dos países que de menor forma foi afetado pela crise global. Uma série de fatores fizeram com que o Brasil assim se comportasse. A política econômica correta do Governo Brasileiro, a saúde financeira do Banco Central brasileiro e da rede bancária brasileira, a autossuficiência de petróleo, o mercado interno forte, um mercado externo pulverizado. Na verdade o Brasil hoje não é dependente de nenhum país no tocante as exportações e vários outros fatores inclusive o clima interno brasileiro, o clima político interno com um Governo com aprovação de 80%. Então, quando se tem uma saúde psicológica dentro do país, automaticamente esse país tem uma tendência a se alavancar mais. Moeda. Moeda brasileira real, a tendência da sua moeda tendo em vista que o país vai bem é a moeda pelo menos manter seu nível de valor.

Eu fiz essa explicação para que o público entenda o que está se passando. O dólar, nesses últimos cinco meses, ele perdeu 13,67%, que é expressivo, é um valor expressivo a nível internacional. Nós brasileiros estávamos mal acostumados com as inflações altas de tempos atrás, 13% talvez não significasse tanto. Porém, em economias estáveis, como é o caso da economia brasileira, 13,67 é um valor extremamente forte.

Então, como o dólar é uma moeda de referência das trocas internacionais, eu perguntaria a V. Exa. o seguinte: Se concorda que existe uma tendência da depreciação do dólar internacionalmente. Vamos esquecer Brasil. Dólar em relação a moedas de outros países. E como o Brasil poderia enfrentar a circunstância de ter uma economia estável, uma moeda estável, não desvalorizando o dólar que internacionalmente está depreciado? Eu digo não desvalorizando o dólar porque na verdade nós temos que aceitar a regra do mercado, que é a tendência de valorização ou desvalorização de moedas internacionais, porém a nossa referência internacional de trocas nas importações e exportações é o dólar.

Então eu gostaria de saber qual a opinião de V. Exa. no sentido do que fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. O último orador inscrito. Senador Augusto Botelho não está inscrito e nem quer se insscrever? Não. Então, Senador Eduardo Suplicy. O último orador inscrito presente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Presidente Francisco Dornelles, da Comissão de Acompanhamento, prezado Ministro Guido Mantega. Agradeceria se puder nos informar como tem sido o resultado da medida anunciada no início do ano sobre a aplicação de parte das reservas em direitos especiais de saque no Fundo Monetário Internacional, se foi efetivada com que valor, aproximadamente, a sua proporção em relação às reservas hoje de 205 bilhões de dólares, e se já se pode ter uma avaliação dos resultados que estavam sendo preconizados na medida que eu avaliei como muito positiva. E ainda que o Senador Francisco Dornelles tenha já feito, formulado a pergunta, mas agradeceria se puder nos aprofundar um pouco mais a análise sobre qual a melhor combinação do objetivo de se reduzir gradualmente as taxa de juros, conforme V. Exa. mencionou que espera que em dois anos o Brasil tenha uma taxa de juros bem menor que a presente com a acumulação de reservas de moedas externas, de tal forma que se possa ajudar o crescimento dos investimentos com a menor taxa de juros, assim estimular o crescimento da economia, do nível de emprego, e evitando-se a não valorização do real com o objetivo de portanto estimular as exportações. Ou seja, como realizar isso de forma harmônica e procurando manter os objetivos tanto da estabilidade dos preços ou da moeda, bem como os objetivos de melhor crescimento da atividade econômica e das oportunidades de emprego?

Eu gostaria de ressaltar, Ministro, hoje não veio nos seus dados, mas, inclusive, cumprimentar V. Exa. e o Governo do Presidente Lula no seu todo pelos resultados alcançados em conseguir ano a ano, desde o início do primeiro Governo de 2003, porque desde 2002 até agora todos os anos registrou-se na análise dos dados do IBGE a diminuição da pobreza absoluta, bem como do índice de desigualdade socioeconômica, passando da ordem de 0,59 em 2002 para 0,55, aproximadamente, acho que é o último dado, a não ser que V. Exa. tenha uma informação ainda mais recente de diminuição com respeito aos últimos dados. E... Mas em que pese isso, nós ainda temos um quadro de pobreza bastante acentuado, inclusive de fome.

Eu tive a oportunidade, Ministro Guido Mantega, de anteontem assistir um filme que eu recomendo a todos os colegas e a todo o povo brasileiro do cineasta José Padilha, o mesmo de *"Tropa de Elite"*, de "*Ônibus 174"* e outros filmes que... *"Os carvoeiros"*, e da mesma produtora é o filme *"Estamira"*, são todos filmes que tratam dos principais problemas sociais hoje vigentes no Brasil, e o filme a que me refiro se chama *"Garapa"*. Retrata a vida de três famílias no Ceará. Uma na grande Fortaleza, outra numa cidade média, numa cidade menor e outra ali no setor rural. O cotidiano durante um mês das três famílias com muitos filhos, em casas muito carentes, muito pobres, destituídas até dos móveis básicos que normalmente há em cada

casa. Mas ali estão essas famílias vivendo em 2005, uma delas já era inscrita no Programa Bolsa Família, segundo depoimento ali expresso por 12 dias nos 30 do mês aquilo ajudava muito, mas depois ficava a situação tão difícil.

O nome *"Garapa"* tem a ver com aquilo que famílias pobres no Nordeste muitas vezes tomam para suprir as suas necessidades de fome e sede, água com açúcar natural, mascavo, ou, portanto muitas vezes é o que resta para eles. Mas é importante notar que a melhoria do coeficiente DINE(F) de desigualdade se deu apesar das taxas de juros altas que muitas vezes tem caracterizado a economia brasileira e que, obviamente, representa uma remuneração alta para o capital. Mas, o que eu gostaria de lhe perguntar, Ministro, é como é que estão as perspectivas para os próximos anos tendo em conta que o Brasil, segundo o próprio Presidente Lula tem anunciado, muitas vezes dizendo até que parece que Deus é brasileiro, veio morar no Brasil e ajudou a Petrobras a encontrar lá no fundo do oceano Atlântico, na camada do pré-sal extraordinária reserva petrolífera.

Então, como é que... Tendo em conta que o Brasil poderá dispor destes resultados decorrentes da exploração de recursos naturais, como será possível assegurar tanto a boa oportunidade educação para todos, conforme o Presidente Lula tem expresso, e a erradicação da pobreza absoluta? E lhe faço uma pergunta, um apelo pessoal sobre como é que está a proposição do Fundo que irá administrar esses recursos?

No início desse ano, caro Ministro Mantega, a Ministra Dilma Rousseff teve um diálogo comigo e dizendo que era importante que eu pudesse estar dialogando com a equipe no Governo, inclusive o secretário de política econômica, Nelson Barbosa, a respeito desta reflexão sobre o que vai ser feito com o pré-sal, assim como com... A respeito do projeto que cria o Fundo Brasil de Cidadania, conforme V. Exa. tem conhecimento se trata de um projeto aprovado por todos os partidos aqui no Senado Federal, já aprovado na Câmara dos Deputados, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e da Família, tramita na Comissão de Finança e Tributação, onde o relator designado é o Deputado Ciro Gomes... Vou pedir, senão não vou conseguir. Eu espero. E o Deputado Ciro Gomes, ainda há duas semanas me disse que aguarda a sinalização do Governo para completar o seu parecer que ele gostaria até que possa ser favorável, mas com todas as sugestões que o Governo, especialmente o Ministério da Fazenda, o Ministério de Minas e Energia e outros, do Planejamento. Então gostaria de solicitar a V. Exa. que possa analisar e prover ao Deputado Ciro Gomes das informações necessárias para que ele possa completar o seu parecer em harmonia com o Executivo.

E finalmente gostaria de lhe encaminhar um estudo da rede Renda Básica de Cidadania, da rede Renda Básica da Espanha que, recentemente, divulgou um manifesto que me parece muito interessante. O Presidente da rede Renda Básica é o Economista Daniel Raventós, membro da Basic Income Earth Network e justamente um manifesto sobre uma Renda Básica na situação atual da crise econômica e aqui nos dá uma informação mais específica para a Espanha, mas de como tal instrumento poderia muito, em tese, ajudar a resolução de problemas. Então isso aqui é uma contribuição que eu encaminho a V. Exa. Então, muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro Guido Mantega.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado, Sr. Presidente. Queria começar agradecendo a generosidade do Senador Wellington Salgado. Certamente ele ultrapassou os méritos que me são devidos. E se há um êxito na política econômica que o Brasil está praticando hoje, ele se deve em primeiro lugar à condução do Presidente Lula, em segundo lugar a ação dos trabalhadores brasileiros que conseguem continuar mantendo o otimismo, enquanto o mundo todo está se despencando, está se desesperando. Aqui a confiança é maior e a capacidade de trabalho, a tenacidade do brasileiro. Em terceiro lugar, dos empresários que se mantiveram também confiantes, estão trabalhando. E em quarto lugar o Governo, o Legislativo, todos que estão colaborando para que o Brasil enfrente esse grande desafio. De fato você mencionou, essa é a maior crise que a nossa geração já assistiu. Ela não parece tão grande aqui no Brasil porque nós todos, que eu citei, estamos minimizando essa crise. Mas lá fora é assustadora. Você esteve lá fora e pôde verificar, por exemplo, nos Estados Unidos lojas vazias. Eu estive lá várias vezes, reunião do Fundo Monetário, reunião do G20, você sai na rua e as lojas estão às moscas. Ninguém fazendo compra. Muitas casas sendo abandonadas, prédios inteiros vazios que não se sabe que destinação terão. 500, 600, 700 milhões de desempregados a mais por mês, já acumulando seis, sete, oito milhões de desempregados. E essa também é a realidade do Reino Unido, realidade dos países europeus, do leste europeu e tudo mais. Não tem nada a ver com o cenário que nós olhamos aqui no Brasil. O cidadão vai lá fora, parece que está num outro mundo. Aqui no Brasil sentimos, claro, algumas consequências da crise, porém elas são muito menores do que verificamos lá. E mesmo quando nós citamos os países mais

bem sucedidos, no caso a China, a Índia, nós podemos ver, não é verdade que a China não foi afetada, ou que ela foi afetada menos que o Brasil. O PIB da China estava crescendo 12%, e agora está crescendo 6%. Portanto, ela perdeu seis pontos percentuais de crescimento. Metade. E na China eles têm que dar emprego para milhões e milhões de trabalhadores. E, portanto, mesmo comparado com a China, eu diria que nós estamos saindo razoavelmente bem. Em relação à Rússia, melhor ainda. E à Índia.

Portanto, acho que o Brasil está sendo reconhecido pelo trabalho de todos e pela construção do país. É um trabalho de construção de um novo país que foi feito e que está tendo resultados. E tem reconhecimento lá fora. Os empresários que vão lá fora, que vão participar de Congressos, Seminários, são assediados. Eu tenho vários relatos de empresários que são assediados por outros empresários para poder fazer associação, fazer investimento. Eles querem investir no Brasil, querem trabalhar no Brasil. Então isto é um excelente sinal e acho que o Senador captou muito bem aquilo que acontece aqui e lá fora. E uma das razões pelas quais o Brasil também tem essa aceitação é que tem empresas como a Petrobras. A Petrobras é a maior empresa brasileira é quem faz maior volume de investimento por ano no Brasil. Não tem nenhuma outra que faz esse volume. Esse ano são 66 bilhões de investimentos, estimula uma cadeia produtiva longa, cria empregos, indústria naval, bens de capital, metalúrgica... E, portanto, é uma empresa que deve ser valorizada. A empresa que hoje tem destaque internacional. Acho que na área do petróleo e gás, é a empresa que hoje mais investe no mundo, que as outras reduziram seus investimentos. E nós continuamos investindo que temos lá o pré-sal que é uma riqueza nacional.

Eu só queria esclarecer, Senador, que a Receita Federal não se manifestou em nenhum momento em relação à Petrobras. Em nenhum momento ela se manifestou, mesmo porque não poderia fazê-lo. Por uma questão de sigilo tributário, sigilo fiscal. A Petrobras como qualquer empresa brasileira tem o privilégio do sigilo tributário. E seria um descumprimento à lei se tivesse havido alguma coisa. O que houve é que, digamos, más interpretações dos fatos. O que aconteceu é que a Petrobras foi consultada por um jornalista ou uma jornalista que é um contribuinte como qualquer outro que lhe pediu explicações sobre a Medida Provisória 2158/35, de 2001. Que é a Medida Provisória que rege a contabilidade das empresas quando há uma variação cambial grande e que permite que as empresas transitem do regime de competência para o regime de caixa, que está totalmente correto porque são empresas que possuem ativos no exterior e que por uma simples mudança de câmbio, ou seja, não mudou nada. O patrimônio é o mesmo. Se tem um prédio lá fora, é o mesmo prédio. Mas quando valoriza o dólar, as empresas têm que lançar no balanço do Brasil, traduz de dólar em real, parece que o patrimônio aumentou. Foi apenas uma mudança do câmbio. Teria que pagar tributo, Imposto de Renda, como se o lucro fosse. Mas na verdade é uma variação cambial. Sabiamente o Governo anterior fez esta Medida Provisória que diz que as empresas poderão transitar de um regime de competência para regime de caixa. Ou seja, você só poderá--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Poderia repetir? Foi o Governo anterior que fez, Ministro?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Foi o Governo anterior que fez essa lei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não é desse Governo?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não é desse Governo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então a Petrobras utilizou um artifício criado no Governo anterior?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu não chamaria artifício.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Usou uma Legislação?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Usou a Legislação que lhe permitia mudar a contabilidade, proceder... Em vez de fazer a contabilidade por competência... Competência o que é? Ela teria que no final daquele ano contábil registrar como lucro e pagar o Imposto de Renda como lucro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Variação patrimonial. Agora, quer dizer que não foi feito nesse Governo essa mudança?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não, não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vem lá de trás?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Foi feito... Exatamente a primeira Medida Provisória de 99. E foi feita por ocasião da grande variação cambial que se deu em 99. As empresas poderiam ter sérios problemas de balanço, porque houve uma desvalorização de 66% da nossa moeda. Eles teriam lucros... Então, não estava... Eu acho até que estava certo, porque as empresas não tem um lucro efetivo. E quando o câmbio vira, aí teria um prejuízo. Então falou: "Não, não é nem lucro nem prejuízo". O que acontece? Passa para o regime de caixa... Só quando... Se você vender aquele ativo,

aí você realiza o lucro e aí você paga. Então, a Legislação existe e foi feita no Governo anterior.

Apenas a Receita se manifestou para o contribuinte que a consultou sem mencionar qualquer empresa, porque não poderia, e não mencionou a Petrobras. Apenas repetindo o que reza essa Medida Provisória, dizendo, o art. 1º diz*: "A partir do dia 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias de direitos de crédito e obrigações em função da taxa de câmbio serão consideradas para efeito da determinação da base de cálculo do Imposto de Renda pelo regime de caixa"*. Ou seja, permite a mudança contábil. Só isso. A receita tem mais dois parágrafos que não vou repetir. Só falou isso. Algum jornal pegou e disse: "Olha, a Receita está censurando a Petrobras". Coisa que não fez e não poderia fazê-lo porque seria punida. Porque vários contribuintes fizeram a mesma coisa. Todas as empresas que tem ativos no exterior fizeram a mesma coisa. Devem ter usado. Se usaram da maneira adequada ou não a Receita estará investigando, como investiga todos os contribuintes, principalmente os grandes, e com as consequências devidas.

A Receita emitiu uma nota de esclarecimento que eu vou ler rapidamente porque pelo visto, assim, as manchetes de jornais todo mundo vê, mas as notas de esclarecimento ficam lá na 52ª página, no final do caderno e ninguém enxerga.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas se precisar, Ministro, esclarecimento da Receita porque está passando uma informação, desculpe, Presidente, sem pedir autorização a V. Exa., está passando uma informação de que a Receita teria vazado isso. O que não é verdade. Então se puder me mandar...

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não, ela não vazou, ela deu uma nota oficial. Foi consultada como qualquer contribuinte se você Senador quiser um esclarecimento sobre... Sei lá, a Medida 443, como é que ela se aplica, quais são os artigos... A receita vai lhe responder. A qualquer contribuinte ela responderá. Sem mencionar... Olha a nota de esclarecimento aqui. *"A respeito da controvérsia gerada a partir da divulgação pela imprensa de matérias jornalísticas questionando procedimentos supostamente adotados por contribuintes relativamente ao reconhecimento de variações cambiais para fins de tributação a Receita Federal do Brasil esclarece: Não se manifestou sobre a situação fiscal de quaisquer empresas, nem quanto a existência ou não de procedimentos instaurados, resultados apurados, teses existentes ou efeitos dela decorrentes. Nem poderia fazê-lo, conforme expressamente estabelece o art. 198 do Código Tributário Nacional, que assegura o sigilo fiscal. Não divulgou nota oficial sobre qualquer empresa, ao contrário do que foi dito por alguns órgãos da imprensa..."*. E assim vai. Está certo?

Então, veja, houve um equívoco. A receita não se manifestou, não poderia fazê-lo, e naturalmente ela pode agir, ela deve estar examinando de todas as empresas para ver se foi procedimento correto ou não e a empresa tem direito de defesa, de apelação e tudo mais. Foi isso que aconteceu.

Bom, eu vou examinar aqui as demandas da FIEMG, as questões colocadas pela FIEMG, a elevação da carga tributária... Nós concordamos sempre que o Brasil possui uma elevada carga tributária, é uma das razões pelas quais apresentamos o projeto de Reforma Tributária que vai... Acredito, será votado na Câmara em breve e virá para esta Casa também em breve, e nesse ínterim temos feito muita redução tributária. Tem uma lista inteira das reduções de nossa responsabilidade nesse período. Temos feito. Inclusive na crise já aproveitamos e fizemos mais reduções. Falta de demanda e também nós procuramos consertar com crédito e redução tributária e capital de giro que acho que é um dos problemas principais, principalmente pequenas e médias empresas e nós também criamos várias linhas nesse sentido.

O Senador Cavalcanti coloca uma questão muito interessante neste momento, porque ele parte da premissa correta de que a desvalorização do dólar que se dá por motivos que ele muito bem explicou aqui, prejudica os exportadores brasileiros. Fato com o qual nós concordamos. Mas aí ele faz uma reflexão mais profunda sobre qual é o destino do dólar enquanto moeda de troca internacional e reserva de valor, eu acrescentaria. Muito bem colocada, Senador, porque o que eu acho que vai acontecer é o seguinte, vai haver um enfraquecimento do dólar como moeda hegemônica no cenário internacional. Não só do dólar. Do dólar, da libra esterlina, [soa a campainha] que é segunda também moeda, do euro e do yen. Por quê? Porque as moedas, em parte, refletem o dinamismo das economias. A situação do país. Então, o país que está com um déficit fiscal de 17... Não é... A previsão apreciando é de 13.7 para os Estados Unidos. Déficit fiscal 13.7. Já pensou, Senador Dornelles, se tivéssemos aqui no Brasil 13.7 de déficit? Seria o final do mundo. Mas nos Estados Unidos eles emitem...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Tem muita troca para se trocado.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: É, tem muita troca. Então, de fato a tendência do dólar é que ele vá perder espaço no cenário internacional e que outras moedas passem a ter um protagonismo maior, aonde nas trocas internacionais, reserva de valor... O real é

uma delas. É reconhecido. As transações em real vem aumentando consideravelmente. Hoje nós colocamos título em real. Oferecemos aplicações financeiras em real, que os aplicadores internacionais o fazem. E, portanto, no futuro haverá o rebalanceamento, vamos chamar assim, uma nova correlação de forças com o dólar tendo um papel menor.

Agora, aproveito para responder a questão do direito especial de saque que me foi perguntado. Entre as novas moedas ou novas formas de reserva de valor que surgirão, estão os direitos especiais de saque. O que é o direito especial de saque? Ele foi inventado curiosamente numa reunião do Fundo Monetário feita no Brasil em 1969, uma sugestão feita aqui no Brasil. Que o fundo emitisse direito especial de saque. O que é? Ele é um direito de saque. Como diz o nome, você emite o título, eu sou o Fundo Monetário, eu tenho aqui um país emergente e emiti o título e dei para esse título aqui direito especial de saque. Um bilhão. Isso aqui permite que ele, se precisar, o país transforma isso nas quatro moedas oficiais do Fundo Monetário, que são o dólar, o yen, a libra e o euro. Então, o país que possui o direito especial de saque ele pode trocar por uma dessas moedas ou então mantê-lo nas suas reservas. E é a reserva de valor. Portanto, nós na última reunião do G20 fizemos uma proposta que foi acatada pelos demais membros do G20 de que o Fundo Monetário emitisse 250 bilhões de dólares em direitos especiais de saque e os distribuísse para os membros do Fundo Monetário, dos quais o Brasil faz parte, e que os membros pudessem transacionar com esse direito de modo a... O país, por exemplo, os Estados Unidos não precisa. Ele passa para um outro país que precisa. O Brasil poderia fazer isso. De modo a injetar 250 bilhões nessa nova modalidade. E com isso está valorizando uma alternativa de uma moeda internacional... Não é bem uma moeda, é uma espécie de um título, uma quase moeda, vamos chamar assim, mas que poderá ter curso internacional se nós criarmos um mercado secundário de direitos especiais de saque que ele tem uma rentabilidade. É um avanço que poderá ser obtido no futuro a partir dessa crise, a crise não traz só coisa ruim, traz também algumas coisas boas que vai levar a essa moeda que valoriza o yuan, o próprio real. Porque o próximo passo será exigir que ele seja também trocado por direitos... Por real, por yuan, e não só pelo yen e pelas outras moedas. Então será o próximo passo.

Outro passo que estamos dando é que estamos oferecendo créditos para países da América Latina, em reais. Crédito em reais para Argentina, para o Uruguai, para o Paraguai e os países da América Latina. Não é dólar. A gente abre uma conta de crédito, eles têm que abrir uma outra conta de crédito lá na moeda local e claro que eles vão usar essa moeda para comprar produto brasileiro e estimular o intercâmbio. Nós fortalecemos a economia, porque ela tem uma reserva em real, fortalecemos o real como moeda de troca e fortalecemos o intercâmbio comercial entre os países. Então é uma ação regional que fortalece o real como moeda internacional. Então, acho que essas questões são muito importantes e pertinentes.

E para finalizar, o Senador Eduardo Suplicy pergunta sobre se eu tenho informações sobre os dados da desigualdade da pobreza, eu lhe digo que não tenho além dessas informações oficiais, porque são dados que demoram a sair. Que ela depende de uma pesquisa chamada pesquisa nacional de domicílios, PNAD, que faz o IBGE. Ela demora acho que dois anos para sair. Então deve sair agora a PNAD de 2006.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 2007.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: De 2007. Mas eu tenho certeza absoluta, Senador, que nesta pesquisa haverá uma melhoria dos dois indicadores que o senhor mencionou. O índice de Gini vai melhorar, ou seja, a diminuição da desigualdade; nós estamos com 0,53, se não me engano. Estávamos com 0,58, estamos em 0,53. Vai melhorar o índice de Gini, ou seja, a desigualdade diminui e a pobreza vai diminuir ainda mais, como tem havido de modo que nós estamos... Nós estamos completando as metas do milênio num prazo muito mais curto. Metas que estabelecidas pela ONU para o Brasil até 2015, já estão sendo cumpridos agora. Então, tenho certeza que esses dados vão melhorar e para lhe informar.

Quanto ao desemprego foi perguntado aqui, o Brasil é um dos países que menos está aumentando o desemprego. Nós temos uma sazonalidade do desemprego, o último indicador aponta que o desemprego está em 8.9. Não é muito diferente do ano passado. Podem ver as curvas. É menor do que o desemprego do ano retrasado e de 2005 e 2006. Portanto, apesar de tudo, apesar da crise, nós tivemos, é claro, um número maior de demissões em dezembro, aqueles 600 mil... Se bem que 300 mil eram sazonais, mas nós já estamos criando empregos. O saldo já é positivo. Na última CAGED, ali está o quadro para os senhores verem, nós tivemos ali aquela torre para baixo vermelha é dezembro, que foi 600, janeiro costuma haver negativo, talvez foi um pouco maior; fevereiro já foi positivo e agora em abril, nós tivemos 106 mil novos empregos criados. Ou seja, a diferença entre admissão e demissão foi positiva em 106 mil empregos. Portanto, uma situação diante de uma crise bastante razoável, ou seja, mesmo num ano de crise nós vamos ter um balanço de emprego positi-

vo no final deste ano, coisa que pouquíssimos países terão. E no ano que vem vamos recobrar a criação de empregos que é necessária para o país.

Eu não sei se consegui responder a todas as perguntas, mas eu queria--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só... Eu queria... Se me permite, Sr. Presidente. Com respeito ao IPI, eu perguntei, o Senador Inácio Arruda e sua Assessoria confirmou, sobre as bicicletas. Seria de 10%. Mas também a Assessoria informou que como quase todas as bicicletas hoje no Brasil são produzidas em Manaus, elas são já isentas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eram. Eram produzidas em Manaus.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eram?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Hoje tem menos de 20% da produção.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ah, bom. Então aí seria relevante. Que me parece interessante, Ministro, gostaria de... De propor que se para os automóveis foi considerada esta isenção, ou diminuição de IPI, me parece de bom senso que para as bicicletas possa ser considerado isto por causa da... Dos efeitos benéficos da mesma.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador... Atendendo a um apelo do próprio Ministro, que tem um compromisso agora, nós vamos ter que encerrar essa Audiência Coletiva. O Senador Wellington Salgado...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, rapidamente. É que eu deixei de falar aqui nesse relatório da FIEMG, tem... Sobre a economia brasileira, é rápido. Ele diz, o que os empresários dizem, Ministro, e é bom para V. Exa. *"Após dois trimestres de pessimismo, executivos da indústria mineira voltaram a mostrar confiança na economia nacional, de acordo com indicador de 51.5 pontos. Mesmo diante do cenário da crise mundial os empresários acreditam numa melhora no ambiente econômico nos próximos meses. Empresas de todos os portes pesquisadas compartilham do mesmo sentimento, com indicadores de 50.5, 52.7 e 51.4 pontos para pequenas, médias e grandes empresas respectivamente."*

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Ministro Guido Mantega, meus cumprimentos pela belíssima exposição que V. Exa. fez nas comissões, meus cumprimentos também pela competência como V. Exa. vem conduzindo o Ministério da Fazenda. Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu também quero agradecer ao Ministro... Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Antes de V. Exa. agradecer, em agradecimento a presença e a palestra que ele ofereceu à Comissão, eu quero fazer a entrega do projeto que eu tive a felicidade de tomar iniciativa, mas representa o pensamento de muitos Senadores, para o Ministro poder dar uma examinada. Eu não quero esse privilégio. Se V. Exa. junto com o Governo considerar que é uma ideia boa, adotem, independente da nossa iniciativa no Parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ministro, muito obrigado pela presença aqui, V. Exa. está de parabéns, não deixou nenhuma pergunta sem resposta, foi claro, foi objetivo, ficou à vontade como não é a primeira vez, como sempre acontece nesse debate, e eu só espero que V. Exa. possa voltar. E quando voltar a crise não esteja ainda tão grande.

Sessão encerrada às 13h43.

Ata 16ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 4 de junho de 2009, quinta-feira, às 8 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às oito horas e trinta minutos do dia quatro de junho de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **PAULO DUQUE, JOÃO DURVAL, GILBERTO GOELLNER, ROSALBA CIARLINI, ELISEU RESENDE, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, DELCÍDIO AMARAL, JOÃO RIBEIRO, EFRAIM MORAES, FRANCISCO DORNELLES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MARCONI PERILLO, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO E EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. **PARTE I –** Comunicados da Presidência **-** O Presidente da Comissão procede a leitura dos Comunicados da Presidência, destacando-se: **"Abertura de prazo para apresentação de Emendas, na CI, ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO-2010**

(PL. nº 07/2009-CN), até dia 09/06/2009, terça-feira, às 18 horas, impreterivelmente"; "Mensagem de agradecimento e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por esta Comissão , no sentido de ajudar na fiscalização, no incentivo e sobretudo na sugestão de outras iniciativas que poderão ser adicionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC- que já está em andamento", enviada pela Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff às senhoras Senadoras e aos senhores Senadores desta Comissão, por intermédio do Senador **Fernando Collor**. **PARTE II** – Deliberação de matérias - **ITEM 1** – Decisão Não terminativa - **PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 44, DE 2009** "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica". **Autor :** Senador **Flávio Arns**. **Relator:** Senador **Jayme Campos**. **Parecer** favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Foi designado Relator **"*ad hoc*":** Senador **João Durval**. **Resultado*:* Aprovado o parecer favorável ao projeto com as emendas 01 e 02 - CI**. O voto do Senador Efraim Moraes foi favorável com ressalvas. **ITEM 2** – Decisão Não Terminativo - **OFÍCIO "S" Nº 9, DE 2009** "Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à parceria público-privada realizada pelo Estado de Pernambuco destinada à exploração mediante concessão administrativa do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga. **Autor:** EXTERNO - **Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco**. **Relator:** Senador **Jayme Campos**. **Parecer:** Para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento, e posterior remessa do processado ao arquivo, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente. Foi designado Relator "ad hoc"o Senador **Paulo Duque**. **Resultado: Aprovado o parecer do Relator**. **ITEM 3 -** Decisão Terminativa - **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2006** "Dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença."**Autor:** Senador **Marcos Guerra**. **Relator:** Senador **Gilvam Borges**. **Parecer:** favorável ao projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado: retirado de pauta, à pedido do Senador Delcídio Amaral. ITEM 4** - **PETIÇÃO (SF) Nº 8, DE 2004** que**, "** Encaminha ação popular promovida contra a Agência Nacional de telecomunicações, visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para exploração de Serviço Móvel Especializado (SME), e suas respectivas radiofreqüências, do Grupo Mcomcast S.A. para a Nextel Telecomunicações S.A., **Autor:** EXTERNO - **Aluisio François do Amaral**. **Relator:** Senador **Wellington Salgado**. **Parecer:** pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Foi designado relator "ad hoc" o Senador **Efraim Moraes**. **Resultado: Aprovado o parecer**. **ITEM 5** - **REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009** que, "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas no Semi-Árido Nordestino – 100 anos do DNOCS." **Autor:** Senador **Inácio Arruda**. **Resultado: Adiado**. **EXTRAPAUTA, ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 35 , DE 2009-CI** que,. "Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para se debater sobre a "Modernização e Expansão da Infraestrutura Aeroportuária e Regulamentação do Transporte Aéreo de Passageiros", e para a qual deverão ser convidados os seguintes expositores, sem prejuízo de novas indicações: **Dra. Solange Paiva Vieira**, Diretora-Presidente da Agência nacional de Aviação Civil – ANAC; **Dr. Carlos Roberto Rebouças**, Diretor de Aeroportos de Porto Seguro, Vitória da Conquista, Lençóis e Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia; **Dr. Renato A. Flores**, representante da Airports Council International para a América Latina e Caribe; e **Tenente Brigadeiro do Ar Cleonilson Nicácio Silva**, Presidente da Infraero. **Autores:** Senadores **Fernando Collor, Gim Argello e Francisco Dornelles**. **Resultado**: **Aprovado. EXTRAPAUTA - ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009-CI** que**,**. "Requer, nos termos regimentais, que a audiência pública a ser realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, no dia 16 de junho deste ano, para debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 81 de 2008, que dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível, seja realizada em conjunto com esta Comissão de Infraestrutura – CI. Para debater o projeto foram convidados: **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível** – ANP, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**, **Ministério do Meio Ambiente – MMA, Eng. Paulo Morais, Diretor da Suner Engenharia e Biocombustíveis e Dr. Marcio Turra de Ávila**, pesquisador da EMBRAPA." Autor: Senador **Gilberto Goellner**. **Resultado: Aprovado**. Usaram da palavra as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Paulo Duque, Eliseu Resende, Rosalba Ciarlini, Gilberto Goellner, Delcídio Amaral, Efraim Moraes e Serys**

Slhessarenko. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, e após agradecer a presença de todos, o Presidente declara encerrada a reunião às dez horas e doze minutos, lavrando eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Fernando Collor,** Presidente.

16ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços e Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no dia 4 de junho de 2009, às 08 horas e 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A Presidência informa aos Srs. Membros da Comissão, que o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Presidente do Conselho Diretor da Anatel, enviou para conhecimento desta Comissão um exemplar da publicação Relatório Anual 2008, com o balanço das atividades resumindo as principais ações da Agência Nacional de telecomunicações, Anatel, no exercício de 2008, relatando os fatos mais importantes das atividades daquela agência, bem como a evolução e o estágio das telecomunicações brasileiras no final de 2008.

Informo aos Srs. e Sras. Membros desta Comissão, que exemplares da publicação do Relatório da Anatel, relacionados às atividades de 2008, estão à disposição da Secretaria na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Informamos também às Sras. e Srs. Senadores, a abertura de prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, PLDO/2010, PL nº 07/2009, CN, nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura. O prazo será encerrado, impreterivelmente, às dezoito horas do dia nove de junho, próxima terça-feira.

Esclareço aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que as emendas devem ser encaminhadas a esta Comissão pelo sistema de emendas, já disponibilizado pelo PRODASEN e a via imprensa assinada pelo Senador membro, entregue na Secretaria da Comissão. Alertamos para o fato de que as emendas enviadas fora do prazo estabelecido, não serão consideradas.

Ontem compareci ao 7º Balanço do Programa de Aceleração de Crescimento apresentado pela Sra. Ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, em que ela trouxe, apresentou o relatório de atividades do PAC nesses primeiros dois anos e meio de ação. Cada um desses exemplares deste relatório estão aqui à disposição das Sras. e Srs. Senadores e eu peço à Secretaria, que faça distribuir aos Srs. Membros desta Comissão. O balanço referiu-se a janeiro e abril de 2009.

Alguns dados da apresentação, eu gostaria de passar às Sras. e Srs. Senadores. Com a crise internacional de investimentos privados é claro que os recursos se retraíram, para manter o país na rota do desenvolvimento a resposta do governo foi aumentar os investimentos com medidas que todos nós tomamos conhecimento. Dentre eles, a não paralisação de nenhuma obra do PAC e, ao contrário, o reforço de caixa para que essas obras sejam aceleradas.

A estimativa do PAC passou de 504 bilhões, para 646 bilhões. Em março foi lançado o "Minha Casa, Minha Vida", programa que tem a meta de construir um milhão de moradias com a aplicação de 60 bilhões de reais, sendo 28 bilhões em subsídios.

Os investimentos da Petrobras saltaram de 1.3 para 1.7% do PIB. União e estatal, juntas deverão responder neste ano de 2009, por 0,7% no crescimento do produto interno. O governo força a redução dos juros bancários, recupera a liquidez no mercado de crédito, além de garantir recursos para que alguns ramos empresariais atravessassem a turbulência desta crise mundial e o setor privado pudesse continuar investindo.

Os resultados começam a aparecer. A criação de 652 mil novos postos de trabalho nos últimos 12 meses são um exemplo. No mesmo período, o rendimento médio do trabalhador assalariado subiu 4,2% e os empregos com carteira assinada atingiram 49,7% do total de empregados.

O volume de crédito bancário ultrapassou os 40% do PIB, no mês de abril passado. Nos primeiros meses do ano, os investimentos do Orçamento da União no PAC chegaram a 7,7 bilhões de reais. O valor comprometido é 76% maior que o de 2008, no mesmo intervalo de tempo.

O pagamento efetuado de 3,7 bilhões de reais é 20% superior ao igual período do ano de 2008. Em 12 meses, tanto o valor empenhado 40.7 bilhões de reais, quanto o pago 22,5 bilhões de reais, dobraram.

Em abril, o Comitê Gestor do PAC monitorava 2.446 ações, sem contar as de habitação e saneamento, que estão fora desse conjunto. O número de empreendimentos concluídos saltou de 270 em dezembro de 2008, para 335 no mês passado. Isso cor-

responde a 15% do total e a investimentos de 62,9 bilhões de reais.

As ações com o ritmo de execução adequado, obras que estão com o seu andamento normal dentro do cronograma de execução físico financeiro, eram 79% em valor ou 77% em quantidade, 63% destas ações estão no estágio de obra e 23% em licitação, licenciamento, ou projeto.

Apesar da retração inicial, as perspectivas são de recuperação da economia ao longo de 2009 e, nesse contexto, o PAC está fazendo a sua parte, no esforço para garantir que o país esteja preparado para crescer ainda mais, quando a crise foi superada.

A participação da Comissão de Serviços de Infraestrutura no acompanhamento, fiscalização e de sugestões às obras que são elencadas no Programa de Aceleração do Crescimento é de fundamental importância para o êxito deste programa.

Ainda ontem, a Ministra-Chefe da Casa Civil pediu-me que transmitisse às Sras. e Srs. Senadores Membros desta Comissão, os agradecimentos e o reconhecimento que S.Exª. faz ao trabalho desenvolvido por esta Comissão, no sentido de ajudar na fiscalização, no incentivo e, sobretudo, na sugestão de outras iniciativas, que poderão ser adicionadas ao programa, que já está em andamento.

Informo ainda aos Membros desta Comissão, que recebemos convite, esta Comissão recebeu convite da Câmara Americana de Comércio, por meio do Presidente, do seu Conselho Regional, para um encontro com o intuito de debater e ouvir sugestões dos membros do Comitê a respeito do texto da nova lei das agências reguladoras, especialmente, no que se refere à Agência Nacional de Energia Elétrica. O documento está na Secretaria desta Comissão à disposição das Sras. e Srs. Senadores, que tive em interesse em participar.

Quero também registrar, conforme informado em nossa última reunião, que realiza-se amanhã, dia cinco, em São Paulo, o 2º Encontro Latino Americano da Construção e Mineração, promovido pelo Instituto Brasileiro de mineração - IBRAM, com o qual nos reunimos juntamente com alguns Senadores e Senadoras, aqui presentes e que participam da Comissão de Infraestrutura. Em Brasília, no último dia 19 de maio, encontro este já relatado na reunião da semana passada.

A nossa pauta de hoje inicia-se com o Projeto de Lei nº 44 de 2009, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica." Autor, Senador Flávio Arns. Relator Senador *ad hoc* João Durval. Parecer favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observação: Reunida a Comissão em 21 de maio de 2009 e sendo designado o Relator *ad hoc,* o Senador João Durval, foi lido o relatório e concedida vista coletiva ao projeto, nos termos do § 1º, do art. 132 do Regimento Interno, sem manifestação. A outra observação é que o projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de sua tramitação.

A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório do Senador João Durval, que conclui pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Gostaria Sr. Presidente, de um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sobre essas duas emendas. Primeiro uma curiosidade, existe hoje no Brasil carros movidos a eletricidade?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Existem carros movidos a eletricidade, não em escala industrial, mas já em escala experimental e em utilização...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Por exemplo, esses carrinhos que a gente vê aqui com alguns Senadores com debilidade até, esse tipo de carrinho elétrico, ou a gasolina. Esse é um.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim senhor. É verdade.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Se fez esse pode fazer um maior?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ah bom, estão já existe e estamos aqui com dois ou três exemplos que a gente tem visto aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Inclusive, o Senador Epitácio Cafeteira, isso é interessante. Quer dizer, daqui para frente, tudo indica que há uma expansão desse tipo de condução, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Exatamente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A emenda do V.Exª. concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos, tração elétrica dos veículos de categoria mini

carros, das condições que específica. Eu concordo plenamente com essa emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Paulo Duque. Com a palavra, o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É interessante levantar aqui essa questão e dizer que o veículo movido à eletricidade, não ganha do veículo movido a combustível automotivo, que nós temos usado como a gasolina e o diesel em termos econômicos. É muito mais caro o veículo elétrico.

Há pesquisas que se desenvolvem no mundo inteiro, mas o fator econômico é importante. Acredito que, até mesmo que a isenção do IPI que está sendo proposta aqui, com a qual estamos de acordo, não dará economicidade ao veículo movido à eletricidade comparado com o veículo movido à gasolina ou diesel.

De qualquer maneira, pode ser que avanço tecnológico se dê de uma forma acentuada. E, ao longo do tempo, haja uma competitividade e haja também uma infraestrutura de abastecimento da carga elétrica nos carros, para que haja a viabilidade da sua adoção. Por enquanto, a análise econômica não favorece aos veículos movidos por baterias elétricas, mas de qualquer maneira, a isenção do IPI deve ser aprovada aqui por esta Comissão, porque ao longo do tempo, o veículo pode tornar-se competitivo. É importante registrar isto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Senador Eliseu Resende, obrigado. Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, claro que nós sabemos que ainda não é viável e ainda não está havendo uma produção em escala que, realmente, já justificasse, mas nós sabemos que o mundo hoje anda tão rápido que, de repente, o que hoje parece que é um custo altíssimo, eu lembro das TVs, a TV tela plana que, quando surgiu era um custo altíssimo, de repente, hoje já é uma coisa tão comum, no país se encontra formas de se viabilizar.

Mas eu queria aqui fazer uma pergunta ao Ministro Eliseu Resende, porque nós sabemos que teve experiências de veículos movidos a gás, já no nosso país nós já tivemos já alguma, algo nesse sentido. E, como aqui também, eu vejo a justificativa do autor e do próprio Relator é muito focada na questão da energia limpa de não ser poluente, o Sr. Ministro que, para nós é um professor, sempre está bastante envolvido com todas essas questões e é um estudioso, a experiência com veículos a gás, qual é a sua visão nessa questão?

SR. ELCIO BATISTA: Já há veículos a gás [falha do áudio] Há uma experiência já bastante ampla do veículo a gás. Ele não compete com o veículo a gasolina e a diesel, particularmente, pela facilidade do abastecimento do gás, que não é tão grande quanto à facilidade do abastecimento nos postos de gasolina, nos postos de óleos e lubrificantes de combustíveis, tal como se verifica no abastecimento de diesel e gasolina.

De qualquer maneira, o veículo a gás já é um veículo existente, vitorioso e chega a ser mais ou menos competitivo, mas ainda não ganha na competição como nos veículos a gasolina e a diesel.

É importante registrar, Senadora Rosalba Ciarlini fez uma referência importante aí, que o carro elétrico corresponde a uma energia, a um consumo de energia limpo, é a grande vantagem de ter o carro movido a eletricidade, não vai produzir gases para poluir a atmosfera, tem um grande sentido aí sobre esse aspecto é uma energia limpa. Mas, infelizmente, não disputa tecnologicamente competitivamente do ponto de vista econômico, com as outras modalidades de veículos movidos a gasolina e diesel.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu coloquei essa questão do gás, porque eu queria ouvir a opinião do senhor. Até porque, na nossa região é muito comum, nós temos cada vez mais crescentes, até porque somos produtores de gás e há, o custo relativamente é muito mais barato que o país encontra. E, também, por essa visão, porque também é mais limpo e também tem esse detalhe.

Então, mas nós sabemos também que o Brasil, hoje está importando gás, daqui a pouco nós não vamos ter condição se aumentar muito a frota de termos esse abastecimento. Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em relação a esse ponto aqui colocado, eu me permitiria fazer alguns comentários.

Lembro-me que no exercício da Presidência, 1991, nós iniciamos o Programa Nacional de Gás, como para abastecimento de veículos automotores. Isso foi iniciado no Rio de Janeiro, com o problema, como sempre, era que nós alcançássemos um número razoável de postos que pudessem abastecer, inicialmente, a frota de táxis do Rio de Janeiro.

Esse foi um projeto que se iniciou com muito sucesso, localizadamente no Rio de Janeiro e a antecedeu esta iniciativa e esta medida à Conferência do Meio Ambiente do Desenvolvimento, que se realizou no ano seguinte, em 92, no Rio de Janeiro.

Hoje, nós vemos carros a gás, carros movidos a gás natural, trafegando pelas nossas cidades, no Nor-

deste, como disse a Senadora Rosalba Ciarlini é muito normal, é muito comum nós vermos esse tipo de veículo movido a gás. E a competitividade dele depende muito da variação dos preços do álcool e da gasolina.

Lembro-me também, Senador Ministro Eliseu Resende, quando do lançamento do Programa Nacional do Álcool, que a grande dúvida dentre outras que se colocava era se haveria abastecimento suficiente, quanto às fábricas, qual o mercado que iriam atingir, quantos carros deveriam ser fabricados, quantos litros de álcool teriam que ser produzidos para abastecer esse número de veículos a serem colocados em circulação nas ruas e assim por diante. Mas foi um programa vitorioso, depois teve um recesso, hoje ele volta, os carros já com motor flex. E com o preço bastante reduzido e com condições de competitividade.

Em relação à energia, ao carro movido a energia elétrica, sem dúvida, como disse o Ministro Senador Eliseu Resende, no momento, se colocar um carro movido a energia elétrica o preço vai ser bastante alto, mas no momento em que se disseminar a utilização de veículos movidos a energia elétrica, o custo vai baixando até que se chegue a um preço acessível ao bolso do consumidor brasileiro.

De modo que, como os Srs. e Sras. Senadoras que aqui se pronunciaram, mesmo no exercício da Presidência, eu me permitiria me colocar inteiramente de acordo com o que aqui foi colocado e com o Parecer do Relator Senador João Durval.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, continuamos em discussão. Voltando eu me apressei em colocar em votação, continuamos em discussão. Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Apesar da procedência da discussão sobre as alternativas de combustível para o País. Nós temos um projeto, de minha autoria, que encaminha o uso e a comercialização de biocombustível, especialmente o óleo vegetal puro, refinado.

Ele é um não poluente, ele não agride o meio ambiente, ele é uma solução em países já que o conhece e utilizam e o aprovaram há mais de dez anos. Aliás, ele é um substitutivo hoje ao óleo diesel, mas ele foi que iniciou o processo dos motores movidos a diesel, começou com óleo de amendoim, no início do século.

Hoje, a alternativa que se tem é de misturar o B100, que é um óleo vegetal transisterificado, ao óleo diesel, ao diesel puro. Então, nós estamos na fase do B3, vamos entrar na B4, e vamos chegar na B5.

E ele é limitado é um combustível que, para o meio ambiente, ele é limitado. O óleo vegetal puro, ele se constitui hoje numa melhor solução em substituição ao óleo diesel. E o Brasil possui amplas condições de fornecimento, principalmente nas frotas urbanas e no meio rural, porque ele é produzido regionalmente por diversas leguminosas que fornece o óleo esmagado, fornece o óleo.

O país hoje é um exportador, mais de 40% da sua produção de oleaginosa é exportado, isso poderia ficar aqui dentro. Fornecer o óleo necessário, deixar o país de importar 5,1 bilhões de litros, que custam ao país, cinco bilhões de dólares.

Então, nós estamos encaminhando uma grande Audiência Pública, na qual eu gostaria como eu vi que é um assunto afim a essa Comissão, gostaria também de encaminhar ainda no dia de hoje, para que fizéssemos em conjunto com a Comissão de Agricultura, no dia 16, já está marcada esta Audiência, numa terça-feira pela manhã, uma Audiência Pública com o pessoal da ANP, o pessoal de pesquisa da ANFAVEA, diversas entidades especializadas nesse combustível. Como eu já frisei amplamente utilizado em outros países e que poderia ser introduzido aqui e aprovado.

Claro que ele é um substitutivo integral ao óleo diesel ele é concorrente do óleo diesel, mas ele hoje é a solução e vai fazer parte, inclusive, de um projeto com o Ministério dos Esportes, junto com a Comissão de Mudanças Climáticas aqui da Casa, aonde se desenha uma copa sustentada, uma copa limpa.

Então, o uso do óleo vegetal na frota de ônibus, nas grandes cidades, durante a Copa do Mundo, quer dizer esse preparo até lá trará ao Brasil uma outra imagem, uma imagem de sustentabilidade e de promoção de qualidade de vida, principalmente nas cidades que sediarão essa copa.

E quiçá, isso seja desenvolvido e ampliado para as frotas de caminhões, os poluentes, já que o óleo diesel produzido aqui no país pela Petrobras, ele é altamente poluente por conter partículas de enxofre muito nocivas. E em outros países, ele já é muito mais adaptado, quase zerado esse componente de enxofre, eles produzem o S15, estão chegando no S1, e o Brasil produz o S500 e o S1800. Então são 120 vezes mais que o S500, que é o normal produzido pela Petrobras, na capital, Natal, se usa o S1800, altamente poluente e a Petrobras, agora pretende melhorar esse refino e chegar ao S50 no país. Mesmo assim, estaríamos mais de três vezes com o diesel três vezes ainda pior se passarmos de 500 para 50, três vezes pior do que o diesel usado em todos os países mais desenvolvidos.

Então, eu coloco essa referência do óleo vegetal in natura e quero encaminhar, já que eu vi que é um assunto que também interessa a essa Comissão, para que fizéssemos essa, participássemos dessa Audiência Pública, que trará maiores informações, inclusive para subsidiar a aprovação do projeto de uso e comercialização e regulamentado em qualidade de óleo pela ANP, do óleo vegetal in natura, em substituição, quer dizer, um componente diferente juntamente com os demais biodiesel e outros óleos e o óleo vegetal e o óleo diesel, na frota de veículos movidos a diesel.

Então, eu vou encaminhar essa, ainda agora, durante... Ver se seria possível nós aprovarmos, se assim todos concordarem, para que a gente obtenha maiores informações a respeito desse combustível.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Mesa aguarda a apresentação do requerimento de V.Exª., Senador Gilberto Goellner. Continua em discussão. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A maior importância, sobretudo para o Estado de Rio de Janeiro, para a grande concentração de veículos. Já existe, permite essa pergunta, já existe alguma fábrica desse combustível no Brasil? Já existe? Sabe V.Exª. informar isso?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Existe a possibilidade de se adaptar um kit de adaptação muito barato, que permite então aos motores movidos a diesel o uso desse novo combustível. Na Alemanha, já existe nos postos bombas com óleo vegetal puro, com B100, que o usuário usa, faz a mistura que quer com o óleo diesel e o óleo diesel. Ele não é mais utilizado, já existe mais de 30 mil veículos com essa adaptação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Na Alemanha?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Na Europa toda e de cada três automóveis da Europa, hoje, a tendência é que dois já estejam movidos a óleo vegetal, óleo diesel e biodiesel, que é a mistura do...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, mais uma pergunta, Senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): E a adaptação, sobre a adaptação, já existe motores de tratores que já vem de fabrica com garantia de dois anos e é uma questão de, assim como começou aqui com a gasolina a introdução do álcool, que foi uma revolução para o mundo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sem dúvida.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Foi uma tecnologia nacional, assim também esse óleo vegetal vai ter uma adaptação normal das empresas no futuro, desde que tenha demanda e viabilidade econômica também.

Hoje, ele tem o mesmo preço, praticamente, nas grandes capitais do que o óleo diesel, mas nas regiões produtoras ele tem o diferencial de 20% mais barato. Então é uma questão só de adaptação o kit, não precisa mudar o motor é igual aquele kit que se usava com gasolina e com álcool de transferência, só uma chave que transfere de um combustível para outro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, esse combustível, Senador, que está sendo utilizado hoje da Europa e em alguns países, ele é oriundo do Brasil?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não. Não, ele é importado também, o Brasil pode vender o B100, mas hoje ainda não é uma commodity, então está difícil, assim como o álcool também não é. Mas ele é produzido em outros países, a partir do óleo do canola, que é uma planta que se produz lá no inverno. Então, aqui no Brasil tem várias opções que é pião manso, é girassol é dendê, é algodão, é soja. Então, nós temos, eu vejo que tem condição de se produzir o suficiente não para toda a frota nacional.

Agora, a frota nacional vai chegar a quase dois bilhões de veículos movidos a diesel. Eu vejo que, para a metade disso aí, principalmente nas grandes cidades para zerar a poluição dessa parte de veículos, é possível hoje, se tem condição só deixar de exportar e utilizar internamente o produto.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Satisfeito, Senador Paulo Duque. Continua em discussão. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, é exatamente sobre essas informações que está nos trazendo o Senador Gilberto Goellner.

Nós tivemos uma reunião, agora, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que a Senadora Ideli Salvatti preside, eu fui inclusive participei, até porque era com o Ministro do Esporte, com representante da FIFA, representante da Confederação Brasileira, da CBF e, também, com o representante do Ministério do Turismo, que foi o foco. Foi exatamente já que vamos ter a copa, estão definidas as cidades e Natal, a nossa capital, está entre as cidades. E realmente era uma grande expectativa e tivemos essa vitória.

Mas foi levantada essa questão exatamente uma copa limpa, uma copa onde nós vamos ter uma visibilidade muito grande. Claro que vocês sabem que a mídia numa Copa do Mundo, talvez seja das maiores do mundo mesmo. Então foi essa preocupação que

foi debatida foi de darmos visibilidade a preocupação que no Brasil temos e do que já avançamos e das nossas questões em termos da preservação do meio ambiente.

Porque nós temos uma imagem, que precisamos mostrar que é diferente lá fora.

Muitas vezes, quando nós participamos de alguns encontros, a imagem é que os brasileiros não estão valorizando as nossas florestas, valorizando as nossas riquezas que temos e a preservação do meio ambiente. Problemas nós temos, mas em comparação até com países mais desenvolvidos, nós destruímos muito menos. E nós estamos tendo essa consciência.

Então, eu acho que esse momento da copa vai ser fundamental para que a gente possa mostrar essa consciência que hoje toma conta dos brasileiros, essa preocupação. E está aqui o Senador Gilberto Goellner, mostra algo que o Brasil é possível fazer, que é possível melhorar a poluição. Na copa limpa foi bastante discutida a questão da energia solar.

Eu vi uma experiência, Senador Eliseu Resende, não sei onde, alguma revista, algum jornal, alguma matéria, falando inclusive do carro elétrico, com a possibilidade de ser mantida a energia ser exatamente utilizada energia solar, já existem algumas experiências, claro que isso aí... Mas como o mundo está, vai...

Hoje, para você ter a energia solar não precisa as placas já estão ficando menores, vai tudo com o computador, antigamente era do tamanho dessa sala, hoje, a gente põe no bolso, não é? Então, tudo isso vai acontecendo, então, esse vai ser o momento.

A energia eólica que nós temos já algumas experiências exitosas, em Rio do Fogo no Rio Grande do Norte, no Ceará, ali pertinho de Fortaleza, na Prainha, nós temos essas experiência. Então são essas coisas que nós temos que dar bastante visibilidade e mostrar o potencial que existe.

E o Senador aqui está exatamente nos dando essas informações, que são informações inclusive que gerariam bastante emprego e renda, porque seria o girassol, a própria soja, o algodão que, infelizmente, o bicudo, eu espero que não volte mais, que está retomando a cultura do algodão, pião manso.

São muitas expectativas, então, eu acho que esse é o momento. O Brasil é movido, realmente, a futebol, a carnaval e, agora, o futebol está chegando com força total para o mundo é hora de a gente mostrar que não somos bons só de bola, não. Somos bons também na preservação do meio ambiente e temos que dar esse exemplo.

SR. ELCIO BATISTA: [falha do áudio] Se me permitisse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Permito, Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de dizer uma palavra final talvez sobre essa discussão, que é uma discussão muito bonita, fontes alternativas de energia. A palavra final na opção, na prática, no uso é a ordem econômica.

Nós temos vários tipos de energia, energia simples como a energia solar eólica a bioenergia, nós temos que examinar o problema econômico em comparação com a queima de derivados de petróleo e com a energia elétrica, o que é muito importante é o aspecto econômico.

É mais barato, por enquanto, queimar petróleo. Temos que ter muito cuidado com a queima de petróleo que isso produz outros efeitos, primeiro que nós não sabemos se as reservas petrolíferas vão durar muito tempo, segundo que é porque nós desperdiçamos petróleo, nós desperdiçamos o uso de derivados de petróleo.

O Presidente Collor foi o Presidente da República tratou dessa matéria com muita profundidade. E eu quero afirmar aqui que, no seu governo, eu era o Presidente da Empresa Furnas Centrais Elétricas, que construía o conjunto de usinas nucleares em Angra, o Presidente Collor dava um apoio muito grande a esse programa e ele teve a oportunidade de colocar em operação a usina de Angra dois, deu uma contribuição importante.

A usina nuclear também é uma opção, depende muito do custo à comparação dos preços. Quando nós lançamos o programa do álcool, viu Senador Gilberto Goellner, havia uma expectativa de que o álcool substituísse também o diesel, não apenas a gasolina. Acabou não substituindo a gasolina totalmente. É importante a mistura do álcool na gasolina, porque enriquece o produto e produz uma economia razoável de consumo de derivados de petróleo.

Achávamos que o álcool poderia ser no futuro, num futuro próximo, também misturado com o diesel ou o substitutivo do diesel. Não deu certo. As pesquisas não chegaram a um resultado satisfatório. Vem agora o óleo vegetal, na ideia de ser misturado com o diesel. Também é importante o aspecto econômico, além do aspecto poluidor. Então, nós queremos a energia maio barata e a energia menos poluidora.

Eu costumo dizer e nós temos um Senador aqui que foi Diretor da Petrobras e Ministro de Minas e Energia, o Senador Delcídio Amaral, que temos muito a fazer com relação a uso dessas energias alternativas, particularmente, dos derivados de petróleo.

Se nós tivéssemos um programa, nós nunca tivemos um programa de conservação de energia do petróleo. Já desenvolvemos muitos programas da conservação de energia elétrica, na economia de consumo de eletricidade, mas ninguém pensou neste país em lançar um programa de economia de consumo de petróleo.

Temos muitos investimentos a fazer, particularmente no campo da infraestrutura automotiva, na área dos transportes, onde nós gastamos enormemente a gasolina e o diesel que são os principais responsáveis pelo craqueamento das refinarias do Brasil.

Há um desperdício enorme, então, o Brasil devia pensar também num programa de conservação de energia do petróleo, evitando se possível e vem aí a Copa do Mundo em 2014, precisamos tratar das nossas metrópoles e a mobilidade urbana ou metropolitana é precaríssimas no Brasil. O que se gasta de gasolina nos congestionamentos de tráfego, com os carros parados e os motores ligados poluindo a atmosfera é uma coisa enorme. Os estudos técnicos mostram que, se nós consertamos as estradas do Brasil, eliminássemos os buracos e eliminássemos os congestionamentos, nós reduziríamos o consumo de diesel e gasolina em 30% do consumo atual.

Como o Brasil está quase que auto-suficiente na produção de petróleo, ele poderia exportar gasolina e diesel e passaria a ser exportador líquido na indústria do petróleo. Nós praticamente poderíamos pertencer a OPEP, não o fazemos, não temos essa prerrogativa por causa do consumo desperdiçado pela infraestrutura que consome gás e queima gasolina e diesel, sem necessidade de produção de energia correspondente.

É uma matéria que deve ser muito bem estudada, já vem sendo tratada, há muita coisa a fazer do ponto de vista de pesquisa tecnológica e do ponto de vista da análise econômica, para chegarmos a uma matriz energética mais adequada.

Hoje, nós estamos misturando álcool na gasolina, essa é uma ação válida, economicamente produtora de resultados, mas a opção entre o óleo vegetal, o diesel, o álcool, a gasolina comparada com o petróleo e com a eletricidade traz um contexto de matriz energética que tem que ser estudado mais profundamente. Não apenas no Brasil, esse problema não é só nosso, há essa dificuldade de obtenção da matriz energética ideal em outros países do mundo, inclusive os mais avançados.

Acho que valeu a pena fazer essa observação, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida, Senador Ministro Senador Eliseu Resende, a contribuição de V.Exª. nas discussões que são travadas aqui, no âmbito da Comissão, são extremamente válidas e esclarecedoras. Muito obrigado.

Eu passaria a palavra ao Senador Delcídio Amaral, para discutir.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr. Vice-Presidente, Senador Eliseu Resende.

Eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de fazer alguns comentários, já que nós estamos conversando aqui um pouco, dialogando sobre a questão energética brasileira e essa é a Comissão mais adequada para se fazer esse grande debate. Primeiro, da minha expectativa otimista com relação à matriz energética brasileira.

Ontem, coincidentemente ou não, eu fui tratar de um outro assunto, que é a questão de uma instrução normativa relativa ao carvão mineral e uma instrução normativa que, possivelmente, deva ser discutida no mês de julho, no CONAMA.

E eu participei ontem de um evento histórico na sede do IBAMA. Eu fui tratar de um assunto que hoje aflige todo o setor de energia elétrica no Brasil e acabei, atirei no vi e acertei no que não vi. E presenciei ontem a assinatura pelo Dr. Roberto Messias, que é o Presidente do IBAMA, do licenciamento da Usina de Jirau. Esse era um grande desafio, havia uma expectativa muito grande com relação a esse licenciamento. E isso demonstra claramente toda a articulação da Ministra Dilma e do Governo, para que esses projetos que são parcerias público privadas, para que esses projetos deem resultados.

É importante destacar que Jirau e Santo Antonio são projetos que juntos vão gerar seis mil megawatts, metade de Itaipu, são projetos também pioneiros, porque são usinas bulbo, com turbinas bulbo, é uma inovação. São turbinas de 70 megawatts, são turbinas que trabalham com o próprio fluxo do Rio Madeira. E eu tive a oportunidade de participar e ver a consolidação de uma matriz energética, principalmente embasada nas energias renováveis.

O governo acha que está dando um passo importante, até porque, Sr. Presidente, nos últimos leilões de energia, nós tivemos quase que 60% da energia contratada nos leilões a base de óleo diesel e óleo combustível.

E eu acho que, pelas considerações que foram aqui feitas e pelo potencial que o Brasil efetivamente tem, nós precisamos fazer um esforço muito grande para trabalhar nessa questão das energias renováveis. Eu não sou contra a geração termoelétrica, muito eu acho que ela tem um papel dentro da matriz energética brasileira, mas nós precisamos dentre as alternativas

escolher as melhores alternativas, porque como nós temos um sistema absolutamente hídrico, ou boa parte da nossa geração de energia hídrica, nós precisamos ter uma complementação térmica.

Eu acho que a despeito dos leilões e o governo também, claro, se preocupa no suprimento de energia ao Mercado Brasileiro, V.Exª. conhece muito bem o setor e sabe o que representa o racionamento de energia para um país, o quanto nós perdemos no racionamento de energia de 2001. Todos nós perdemos, perdemos no crescimento do PIB, no momento que a economia vinha bem. Quantos industriais perderam, as companhias de energia perderam, todas as energias, todas as companhias de energia fecharam com seus balanços no vermelho. Foi criada até pela ANEL uma revisão tarifária extraordinária para tentar compensar as perdas, porque o mercado desequilibrou completamente, em função da racionamento e em função de medidas de racionalização e eficientização de consumo de energia elétrica, como disse muito bem o nosso Ministro Senador Eliseu Resende.

Mas nós precisamos estar muito atentos na construção de uma matriz energética, que projeta o Brasil como um dos países de ponta nessa questão. Eu entendo que quem tem energia tem futuro. E o grande desafio nosso hoje, brasileiro, é a infraestrutura e, especialmente, a questão energética. Então, eu vejo passos como esses como passos importantíssimos.

Eu quero aqui reiterar, Sr. Presidente, que no meu ponto de vista, as usinas do Rio Madeira estão já em evolução. Eu fiquei impressionado, eu fui a Porto Velho, recentemente, para a discussão do orçamento, fiquei impressionado com a celeridade das obras.

Eu estive em Santo Antonio e Jirau agora se inicia, mas nós não podemos esquecer, Sr. Presidente, em discutir isso aqui nessa Comissão, Belo Monte. No meu ponto de vista, a Usina de Belo Monte é o melhor aproveitamento de todos. Eu conheci, Belo Monte, Presidente, quando vivia na Amazônia e eu comecei, nós começamos a estudar Belo Monte da época de bararao e babaquara, lá atrás. E esse projeto ele foi sendo aperfeiçoado, até que se transformou em Belo Monte e é um projeto que hoje em termos de reservatório ocupa única e exclusivamente a calha do Rio Xingu.

É naquele trecho do Rio Xingu chamado Volta Grande do Xingu. Existem questões que estão sendo discutidas de caráter ambiental, eventualmente interferências com etnias indígenas, mas esse projeto no meu ponto de vista é o melhor projeto brasileiro de hidroeletricidade a ser construído nos próximos anos. Está faltando a licença. E algumas outras dificuldades, que eu já aqui numerei. Portanto, Sr. Presidente, esse debate da matriz energética brasileira, ele é fundamental.

E eu quero aqui registrar também, no meu ponto de vista, de extrema relevância, nós fazemos um debate sobre geração nuclear. Angra 01, teve problemas, o Ministro Senador Eliseu Resende era Presidente da Petrobras, quando começou a dar problemas no gerador de vapor de Angra 01, que foi substituído agora por um novo gerador de vapor francês, e que possivelmente vai eliminar as dificuldades da Angra 01. Mas Angra 02 é um projeto excepcional. Angra 02 está operando com 1300 megawatts na base, perto do Centro de Carga, que é o Rio de Janeiro. E nós temos aí o desafio de Angra 03.

E interessante, Sr. Presidente, depois daqueles acidentes nucleares, especialmente Chernobyl, que é uma tecnologia absolutamente ultrapassada, os reatores alemães de origem Soviética, todos eles foram paralisados, mas a energia nuclear avança novamente. Porque em função do efeito estufa, emissão de CO2 e outras coisas mais, o mundo volta a discutir a questão nuclear e nós temos a Angra 03 aí.

Na nossa frente, na Região Sudeste, que é irmã de Angra 02, Angra 03 que é irmã de Angra 02, ou seja, muito possivelmente com desempenho tão bom quanto de Angra 02.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Chamar a atenção do Senador Delcídio Amaral, de que é o mesmo projeto.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É o mesmo projeto.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Angra 03, Angra 02 é o projeto um por um para produzir Angra 03. Então, ao invés de fazer o projeto, constrói o modelo para fazer outro igual, Angra 02 e Angra 03 são a mesma coisa, a tecnologia é a mesma, a Tecnologia Siemens.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Siemens.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Enquanto Angra 01 é a Tecnologia da Westinghouse.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Westinghouse.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E tivemos problemas como você acentuou. Eu acho que continuar num programa de usinas nucleares é um elemento, é também um fator importante na análise da matriz energética ideal para o Brasil.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu gostaria também de acrescentar a questão do biodiesel, a questão do etanol.

Nós somos ponta, sob o ponto de vista tecnológico, no mundo e são programas de extrema relevância

para o país. Nós temos a despeito das dificuldades que tem surgido a assinatura do Protocolo de Kyoto pelos Estados Unidos. A realidade é a seguinte, os Estados Unidos não assinou o Protocolo de Kyoto, mas os Estados Americanos, todos eles estão assinando, todos eles.

E, basicamente, eu quero citar aqui a Califórnia, a Califórnia que acho que entre os PIBs mundiais deve ser o terceiro ou quarto PIB do mundo, um Estado Americano só. Portanto, a importância desse tema e a importância do etanol nessa nova matriz energética, nessa mistura que vai efetivamente acontecer, não só nos Estados Unidos.

Houve inicialmente uma preocupação com o Presidente Obama, parece que as coisas agora estão começando a postura Americana está se tornando mais flexível, porque havia uma pressão muito grande dos produtores de etanol, a partir do milho, que tem uma eficiência muito menor, um custo muito maior. E, portanto, o Presidente Obama está olhando isso com absoluta atenção, pragmaticamente.

Os países Asiáticos, eu vou citar especificamente o caso da Japão, que sem dúvidas nenhuma, através da Petrobras, o Japão, com as garantias que a Petrobras oferece e com as *tradings* japonesas, nós vamos efetivamente criar um mercado muito forte no Japão. A Europa olha isso também com bastante atenção e dentre essas vantagens na produção etanol, Sr. Presidente, tem a queima do bagaço de cana, que é outra fonte de energia renovável.

Só o meu Estado, no futuro, vai gerar quase dois mil megawatts, ou seja, ele de importador de energia, vai virar importador de energia para o sistema interligado. Então, V.Exª. e os demais Senadores, nós estamos diante de um quadro extremamente importante, um quadro que nos estimula na Comissão de Infraestrutura a fazer esse debate, essa discussão da matriz energética brasileira.

E, Sr. Presidente, eu também não posso perder essa oportunidade para falar da energia eólica. Energia eólica no Brasil, ela tem que ser olhada com muita atenção. Eu acompanhei o programa alemão de geração de energia eólica, o programa espanhol, fora os países escandinavos também que tem um cabedal violento nisso. Nós temos um potencial, especialmente no Nordeste, intenso de produção eólica.

Eu me lembro quando eu estava na Petrobras, nós fomos os pioneiros a começar a introduzir a geração eólica no Brasil, em alguns Estados Brasileiros, projetos pilotos, mas já olhando o futuro.

E importante para nós, Sr. Presidente, é que como nós temos, nós dependemos da hidrologia, do comportamento dos rios, uma coisa interessante, a geração eólica, ela é complementar a geração do Sul/Sudeste.

Quando tem muita água no Sudeste tem pouco vento do Nordeste e quando tem muito vento no Nordeste tem pouca água no Sul/Sudeste. Portanto, essa operação interligada, ela vai ser complementar e, portanto, uma fonte otimiza a outra.

E eu acho que nós temos que discutir também, Presidente, é essa modelagem dos leilões de energia eólica. Os leilões estão se frustrando não tem parecido propostas, por quê? Os aero geradores, hoje nós temos uma fábrica só em São Paulo, a Volben(F), nós precisamos estimular esses grandes fabricantes a trazer o *know-how* que tem de aerogeradores para produzir aqui no Brasil. Porque equipamento lá fora é muito caro, ele é comprado em moeda estrangeira, portanto o investidor fica mais do que nunca, fica exposto à variação cambial, os preços não são preços compatíveis.

É curioso, a energia termoelétrica a óleo, que é cerca de 247 reais o megawatt/hora, mais ou menos nesse nível, ela tem se, aliás, 140 ou 150 reais o megawatt/hora, ela tem evidentemente vencido os leilões, porque diz assim: A eólica é 250, não é competitiva, mas na verdade os 130, os 140 é pagar pela reserva, porque se despachar dá 400, 500 reais o megawatt/hora gerado a óleo.

Então, nós precisamos criar condições para estimular os investidores em energia eólica, no meu ponto de vista. É importante, também, ajustar a questão do financiamento, estender o prazo para pagar financiamento para 16 anos, como já se faz no BNDES com as hidrelétricas e, ao mesmo tempo, estimular a fabricação de aerogeradores no Brasil, Presidente.

E eu também gostaria de destacar, Presidente, o Ministro Senador Eliseu Resende falou sobre conservação de energia, que é uma coisa muito importante. V.Exª. quando foi Presidente teve uma atenção especialíssima com essa questão de qualidade total de gerenciamento e de racionalização energética, eu mesmo acompanhei isto.

Nós temos alguns programas extremamente importantes, um é o PROCEL(F), que foi citado aqui pelo Ministro Senador Eliseu Resende, que é da Eletrobrás, que foi desenvolvido lá na ilha do fundão, lá no CEPEL, no laboratório de energia elétrica da Eletrobrás. Mas eu também quero registrar, Ministro Eliseu Resende, que a Petrobras tem um programa de racionalização extremamente agressiva chamado COMPETE(F).

Esse programa, ele estava meio que balançando alguns anos atrás, talvez seja por essa razão que V.Exª. tenha feito o comentário, mas há um programa muito agressivo de conservação de energia nas insta-

lações da Petrobras. Nas refinarias, em todas as instalações, nos próprios prédios administrativos é uma série de inovações, no sentido de baixar o consumo de energia.

E a Petrobras, da mesma maneira como a Eletrobrás faz ela está trabalhando com os fabricantes. Eu estava conversando com o Delman(F) aqui, ela está trabalhando com os fabricantes de veículos, exatamente para tornar os veículos cada vez mais eficientes, como a Eletrobrás está fazendo com geladeira, essas geladeiras de baixo consumo, com luminárias.

Está aí o programa, um programa da Eletrobrás que pouca gente acompanha que é o Reluz, que é um programa que financia prefeituras, com taxas de juros muito pequenas e que eu posso trocar vou gastar menos energia e com a economia eu não só pago o financiamento, mas amplio a iluminação dos municípios.

Então, eu acho que essa questão de conservação de energia é muito importante, isso é o reflexo de um país que pensa em ser um país grande, um país cidadão e racionalização de energia é, mais do que nunca, o resultado da cultura de um povo, da cultura de nossa gente e nós precisamos investir nisso.

Portanto, eu acho, Presidente, a discussão aqui é sobre IPI de carros elétricos, ela abriu mais até em função da participação dos demais Senadores e eu acho que é importante nós tratarmos essa questão, como também é importante, já que nós estamos falando de energia como um todo, nós discutirmos aqui o Pré-sal eu acho que o governo, logo, logo, encaminha, Sr. Presidente, os novos marcos regulatórios.

Eu não tenho aqui esse material, encaminha os novos marcos regulatórios e nós vamos ter que discutir o modelo atual da 9.478 de concessão, ou modelo de partilha. Pelo que se prevê o governo trabalha na criação de uma empresa estatal, semelhantemente ao que se faz na Noruega, e existem questão questões relativas a unitização de reservas, ao papel da Petrobras nesse processo. Então, eu acho que nós vamos ter aí essa sessão de hoje, ela nos ajuda muito a fazer essa discussão, porque acho que essa Comissão vai ser fundamental nos próximos meses para debater o modelo da matriz energética e debater especialmente o Pré-sal que vai nos conduzir definitivamente, Presidente, a uma situação de, nós vamos ser ponta nesse ranqueamento dos países ricos na produção de petróleo, não tenho dúvida nenhuma disso.

E já estamos com a uma experiência piloto, a Petrobras fazendo agora lá no Campo da Iara. E é importante destacar a Petrobras em três anos já está fazendo uma experiência piloto, sob o ponto de vista tecnológico já houve um avanço enorme no que se refere a materiais. O que a Petrobras está olhando? Como é que o reservatório se comporta, porque ela vai furar agora sete mil metros de profundidade, então precisa ver como é que o reservatório se comporta. Há uma produção grande de CO2 também. Então, a Petrobras pretende reinjetar o CO2 exatamente em função dos aspectos ambientais.

Então, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer essas observações que eu entendo como uma contribuição minha, uma contribuição no sentido de discutir com os demais Senadores esses temas, porque esses temas acho que vão tomar, vão ser tema referenciais nos trabalhos do Comissão de infraestrutura.

Sr. Presidente, só para também concluir. Eu só gostaria de solicitar a V.Exª. se nós poderíamos retirar de pauta o Item 3º, a lei do Senado de nº 245, porque há uma divergência entre o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil, o Ministério do Meio Ambiente é favorável, mas a casa civil ainda não tem uma posição já bem definida.

E eu aproveitaria a oportunidade, Presidente, para pedir a V.Exª. se nós poderíamos retirar para reapresentar já na próxima semana o Item 3º da pauta, o Projeto de Lei do Senado de nº 245.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral, pela sua contribuição, grande contribuição ao nosso debate. A solicitação de V.Exª. de retirada de pauta do Item nº 03, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado de nº 245 de 2006, foi acatada pela Mesa, então fica sobrestada para uma outra oportunidade.

Sobre o que aqui foi dito em relação à questão da matriz energética, essa Comissão, como disse o Senador Delcídio Amaral, vai ser extremamente importante nessa discussão. Dentro de mais 60 dias, o Governo Federal deverá estar apresentando o marco regulatório do Pré-sal. E, neste momento em que estamos discutindo agora energia elétrica para como fonte de abastecimento de veículos automotores, da volta da questão da energia nuclear e sobre esse aspecto há um depoimento muito importante de um dos ambientalistas mais reverenciados do mundo, chamado James Lovelock, que criou o termo Gaia, explicitando Gaia o Planeta Vivo, e ele era um ardoroso opositor da energia nuclear.

E, hoje, ele se transformou num dos maiores defensores da energia nuclear, porque segundo ele, o lixo atômico, que é o que dentre outros fatores atemorizavam as populações, em relação aos efeitos de uma usina nuclear, esse lixo atômico depois de X anos, ele é infinitamente menos poluente do que o CO2, que é jogado, despejado na atmosfera, anualmente.

Então, esta comparação e com outras considerações de ordem técnica e ética, segundo ele, ele coloca

claramente hoje a sua posição francamente favorável à expansão da energia nuclear, que é uma parte integrante da grande discussão que vai ser travada aqui, como disse o Senador Delcídio Amaral, sobre a matriz energética do nosso país nos próximos meses, próximos dois anos.

Encerrada a discussão.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu só para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra V.Exª., Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Agradeço a V. Exª. e serei rápido, Sr. Presidente.

Na realidade, o Senador Flávio Arns procura no seu projeto fomentar a nossa indústria, mas eu tenho sempre um receio em relação a essa questão de estarmos dando benefícios fiscais, principalmente isenções que diz respeito a IPI.

Nós já estamos com um problema muito sério com essa questão de IPI. As prefeituras de nosso país, independente de região começam a passar por uma situação difícil, em função inclusive por isenção de IPI. Para tentar resolver o problema de um determinado grupo, para se resolver o problema de uma grande empresa, e de uma grande montadora se tira esse recurso de milhões de brasileiros, que dependem da ação das próprias prefeituras.

E é bom que se chame a atenção de que, mais uma vez aqui, vem o IPI e é claro que algo que vai acontecer e vai melhorar daqui para fala, vai ter folga se nós investimos na indústria e ao invés de cobramos IPI para melhorar a situação tanto dos Estados como das prefeituras. E o governo faz a famosa promessa de que vai recompor.

E há quem diga, ele recompôs. Não. Quem teve o cuidado de observar e eu chamo a atenção dos Srs. Senadores é aquela história, Senador Fernando Collor, Presidente dessa Comissão, ele deu com uma mão e tirou com a outra. O governo repassou recursos que prometeu aos Prefeitos, prometeu aos governadores que esse Congresso votou e, por outro lado, retirou recurso do FUNDEB.

Eu vou dar um exemplo da Paraíba. A Paraíba teve um prejuízo de 32 milhões de reais, se nós fizermos o encontro entre os recursos que foram repassados do FPM e FPE e o que foi retirado do Estado e dos municípios, num prejuízo em torno de 32 milhões de reais.

Então ficou pior a situação, porque o governo deu menos do que retirou e a situação é que as prefeituras da Paraíba, o governo da Paraíba teve um prejuízo de 16 milhões de reais. E as prefeituras, em torno de 17 milhões de reais.

Então, eu queria chamar a atenção que a matéria não terminativa, a matéria ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, nós vamos discutir essa matéria.

Eu acho que o objetivo é importante, mas temos que encontrar outra forma de incentivar esse tipo de investimento na indústria de fomentação, na nossa indústria, sem olhar sempre e tirando de quem está precisando. Porque aqui se tira, se resolveu o problema do IPI se resolveu o problema das grandes montadoras e os milhões de brasileiros que dependiam das ações das prefeituras e dos Estados, principalmente do Norte e do Nordeste e como fica?

Então é preciso ter cuidado daqui para frente. Não vamos resolver os problemas de montadoras, de grandes empresas e de bancos e, depois, se esquecer de que lá na ponta, onde mais se precisa, nós estamos prejudicando os Estados e municípios. Eu volto com ressalva, porque vou ter o direito de discutir lá na Comissão de Assuntos Econômicos a matéria, mas entendo que estamos preparando uma oportunidade para o futuro, mas já retirando de milhões de brasileiros que vão depender desse IPI, que deixa de ser arrecadado.

Agradeço a V.Exª. Vou votar favorável a matéria, com restrição, agora evidente que vou fazer uma análise já que a própria, além do mais, nós temos emendas. Emendas que colocam carro híbrido também.

Então é preciso que se entenda que vai ser mais próximo, o carro híbrido elétrico e de gás e elétrico com biocombustível vai ser mais rápido, então é uma novidade, novidade essa que aqueles que dependem de uma ação social de prefeituras e Governo de Estado, principalmente dos mais pobres, não vão beneficiados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Efraim Morais. Com a palavra para discutir a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Eu cheguei a pouco, mas eu gostaria inclusive, Sr. Presidente, de comunicar que, na próxima semana, nós vamos estar numa debate, que já vem a dois anos acontecendo a nível internacional, em nível do G8 e do Mais Cinco e a última inclusive já abrangeu Parlamentares do G20 foi em Washington no mês de março, essa agora vai ser na Itália, na próxima semana, quarta-feira, sexta-feira e sábado da próxima semana. Exatamente, sobre essas questões que vai de energia renovável a tantas outras questões.

E o Brasil, nós temos discutido muito com vistas ao Protocolo de Kyoto, Kyoto que o senhor tem envolvimento bastante grande com essa questão também de meio ambiente.

E Kyoto termina em doze e esse debate tem sido nesse sentido, de ver o que, em termos, uma das questões, em termos de energia renovável é possível ser feito pelo mundo como um todo. E o Brasil tem despontado seguramente, porque é o país que tem o mais alto percentual de energia renovável do mundo, 47.8. Segue-se depois o próximo país com 30% e depois com 16 e tudo abaixo disso aí. Então, o Brasil está muito distante, muito distante para melhor, positivamente, quase 50% de energia renovável.

E, agora, os debates têm sido no sentido de buscar os países que estão com a crise econômica, buscar recuperação econômica junto com segurança energética e com mudanças climáticas. É tentar fazer com que a recuperação econômica venha, se dê a partir com segurança energética e com mudanças climáticas.

Como o Senador Efraim Morais colocou que a segurança energética não prejudique os mais desfavorecidos. E aí vêm as mudanças climáticas tentando trazer para a sociedade, como um todo, inclusive, questões, só um exemplo pequeno, vamos dizer assim, de construção de casas populares. Que essas casas populares já sejam feitas com energia solar, com calhas e etc e tal, para que ao melhorar a qualidade de vida das pessoas mais despossuídas, isso seja feito com segurança energética e já com recuperação econômica também, para a melhoria da qualidade de vida de todos e de todas.

Então, eu queria inclusive comunicar à Comissão, que na próxima semana e na outra eu não estarei aqui, porque eu estarei em Roma e em Madri, debatendo essa questão de mudanças climáticas e, também, a convite a ONU e da UNIFEM, em Madri, discutindo a questão de gênero, que é um outro problema, a discriminação contra a mulher, todo o tipo de discriminação, mas principalmente contra a mulher.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Esta Comissão se sente muito honrada com a presença de V.Exª. nesse encontro de tamanha magnitude e envergadura, Senadora Serys Slhessarenko.

Encerrada a discussão, colocada em votação o Projeto de Lei do Senado nº 44. Em votação o relatório que conclui, relatório do Senador João Durval, que conclui pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de sua tramitação.

Encontram-se sobre a Mesa dois requerimentos. Um deles nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com os art. 90 e 94 do Regimento Interno do Senado Federal: "Requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para se debater sobre a modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária e regulamentação do transporte aéreo de passageiros. E, para o qual deverão ser convidados os seguintes expositores, sem prejuízo de novas indicações 1. Dra. Solange Paiva Vieira, Diretora Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. 2. Dr. Carlos Roberto Rebouças, Diretor de Aeroportos de Porto Seguro, Vitória da Conquista, Lençóis e Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia. 3. Dr. Renato A. Flores, representante da Airports Council International para a América Latina e Caribe e 4. Tenente Brigadeiro do Ar, Cleonilson Nicácio Silva, Presidente da Infraero". Há justificação. E esse requerimento é assinado pelos Senadores: Senador Gim Argello, Senador Francisco Dornelles e Fernando Collor. Em votação o requerimento.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de dar uma palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A respeito da importância dessa discussão, desse debate sobre o sistema aeroportuário, exatamente no momento em que está sendo votado na Câmara agora, o novo Plano Nacional de Viação, Sistema Nacional de Viação envolvendo as rodovias, as ferrovias, as hidrovias, os portos e, particularmente, os aeroportos.

Esses aeroportos são listados e distribuídos entre aeroportos domésticos e internacionais. Acho que esse debate com as autoridades do transporte aéreo no Brasil será muito importante para conferir se o nosso Plano Nacional de Aviação na área aeroportuária está adequado.

Então, conte com o meu apoio e o meu voto favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Senador Eliseu Resende.

Continua em discussão. Em votação o requerimento. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

O outro requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner, que requer nos termos regimentais, Audiência Pública a ser realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no dia 16 de junho deste ano, para debater e instruir o Projeto de Lei do Senado de nº 81 de 2008, que dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível, seja realizada em conjunto com a Comissão de Infraestrutura.

Para debater o projeto foram convidados: a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural de e Biocombustíveis, a ANP; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministério do Meio Ambiente; o Engenheiro Paulo de Morais, Diretor da Suner Engenharia e Biocombustíveis; e o Dr. Márcio Turra de Ávila, pesquisador da EMBRAPA.

Requerimento do Senador Gilberto Goellner, para que a Comissão de Infraestrutura se associe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para a realização desta Audiência Pública no próximo dia 16 de junho deste ano. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item nº 2 da pauta. Ofício "S" nº 9, de 2009. Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à parceria público-privada realizada pelo Estado de Pernambuco, destinada à exploração mediante concessão administrativa do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga.

Autor: Externo, Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco. Relator *ad hoc*, Senador Paulo Duque. Parecer: Para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 9, de 2009 e proceda o seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente.

Concedo a palavra ao Senador *ad hoc,* Senador Paulo Duque, para proferir o seu relatório.

SENADOR PAULO DUQUE (PMD-RJ): Presidente, eu, em geral, quando não estou bem inteirado a respeito de um determinado assunto costumo pedir umas informações na hora.

Por exemplo, o Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga, eu queria saber alguma coisa sobre esse Centro, honestamente, que eu não sei. Fica isso em Pernambuco, não temos aqui nenhum Senador pernambucano disposto a nos esclarecer, a fim de que possamos votar com bastante consciência, que essa Comissão está sendo um ponto novo de referência aqui nesse Senado, eu não tenho dúvida nenhuma.

Então, eu queria saber de V.Exª. que também faz parte ali daquela região de Alagoas e etc., esse Centro de Ressocialização de Itaquitinga, deve ser bem no interior de Pernambuco, mas eu ignoro completamente isso.

Eu gostaria de pedir talvez uma transferência dessa decisão para uma próxima reunião, a fim de poder, eu sei que seria fácil dizer aqui favorável, mas eu gosto de votar com bastante conhecimento de causa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como V.Exª.

SENADOR PAULO DUQUE (PMD-RJ): Eu não digo que vou lá em Itaquitinga, não digo que vou lá para ver de perto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Esta é apenas uma comunicação, como V.Exª. desejar, Senador Paulo Duque será feito, mas esta é apenas uma comunicação que nos é feita para conhecimento desta Casa, não nos cabendo arbitrar sobre esta matéria. Dando conhecimento inclusive de uma parceria público privada na construção desse Centro de Ressocialização, que, aliás, não é somente no Município de Itaquitinga, mas em vários outros municípios brasileiros.

SENADOR PAULO DUQUE (PMD-RJ): Nesse ponto, longe de mim atrasar um projeto desses de ressocialização. Então, o meu parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Paulo Duque.

Então eu vou colocar em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. O relatório de autoria do *ad hoc* Senador Paulo Duque, que conclui para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do ofício "S" nº 9, de 2009, e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para, na forma do § 1º, do art. 28, da Lei 11.079 de 2004 dar ciência ao órgão competente.

Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

O item 4º da pauta, já que o item 3º, por solicitação do Senador Delcídio Amaral foi retirado e fica para uma outra reunião. O item 4º da pauta trata-se da petição SF nº 8, de 2004, que encaminha ação popular promovida contra a Agência Nacional de Telecomunicações, visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para exploração de Serviço Móvel Especializado - SME, e suas respectivas radiofrequências, do Grupo Mcomcast S/A, para a Nextel Telecomunicações S/A.

Autor: Externo, Aluisio François do Amaral. Relator: Senador Efraim Morais. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Observação: Em 1º de março de 2005, a Comissão de Educação aprovou parecer pelo arquivamento da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, para proferir o seu relatório.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, vamos tratar sobre a petição nº 8 de 2004, que encaminha ação popular promovida contra a Agência Nacional de Telecomunicações, visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para a exploração de serviço móvel especializado e suas respectivas rádios frequências do Grupo Mcomcast S/A, para a Nextel Telecomunicações S/A.

O relatório é do Senador Wellington Salgado, que estudou a matéria. E, como se trata de uma CI, não há maiores novidades e o voto é pelo conhecimento da matéria e a remessa do processo ao arquivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório do *ad hoc* Senador Efraim Morais, que conclui pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Item nº 5 da pauta, o autor não está presente que é o Senador Inácio Arruda e que trata da solicitação de uma Audiência Pública em comemoração aos cem anos do Departamento Nacional de Obras contra a Seca. Deixamos isso, então, para outra reunião, quando aqui estiver presente o autor do presente requerimento.

Gostaria de comunicar as Sras. e Srs. Senadores, que aquela agenda de Audiências Públicas, que foi tratada logo nas duas primeiras três reuniões desta Comissão, ela já está devidamente formatada, de acordo com o que aqui foi aprovado.

Havia inclusive uma preocupação do Senador Paulo Duque, eu gostaria de tranquilizá-lo que todos aqueles que foram convidados aceitaram o convite para essas Audiências Públicas, autoridades acadêmicas de grande renome nacional e internacional. E estaremos iniciando esse ciclo de audiências no próximo dia 10 de agosto e a cada sete dias uma nova Audiência Pública. Que serão realizadas é uma série que já está completada no mês de agosto e mês de setembro. Essas audiências serão então realizadas todas as segundas feiras às 18h00.

Então, Senador Paulo Duque fique tranquilo, que eu acredito que o êxito desta agenda que a Comissão de Infraestrutura aprovou lá no inicio das nossas reuniões está praticamente garantido, devido à confirmação feita por aqueles nomes que aqui foram escolhidos por integrantes dos diversos Partidos, que compõe esta nossa Comissão.

Com a palavra, o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMD-RJ): [falha no áudio] Pode talvez nos rememorar alguns desses nomes iniciais, principais, os primeiros?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pergunto à Assessoria se tem aí já a relação, mas eu posso encaminhar a V.Exª., Senador Paulo Duque. Não trouxeram? Então, enquanto aguardamos aqui para responder... Não, eu quero ver a relação que foi vista ontem. Estamos aguardando aqui para dar informação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMD-RJ): Enquanto aguardamos, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMD-RJ): Nós temos lá na... Outro dia V.Exª. até esclareceu um ponto importante para mim, na Comissão de Relações Exteriores um grande mapa mundial. Um grande mapa mundial, que uma questão sobre onde ficava determinado país, V.Exª. nos mostrou no mapa. V.Exª. lembra disso? Nauru, com 13 mil habitantes, um convênio que assinou com o Brasil.

Eu queria ver se V.Exª. poderia mandar colocar naquela parede de um mapa grande do Brasil, uma questão dessas por exemplo, de Iquatinga.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Itaquitinga.

SENADOR PAULO DUQUE (PMD-RJ): Itaquitinga. Seria interessante saber onde fica essa e outras localidades brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, eu vou solicitar à Secretaria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMD-RJ): Um mapa bem grande. Bem grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que providencie, solicitar à Secretaria desta Comissão, que providencie por favor, a posição aqui de um grande mapa do Brasil, para que possamos localizar os municípios que estejam indicados em algum requerimento, ou em algum relatório dos Srs. Senadores.

Então respondendo a pergunta do Senador Paulo Duque, Comissão de Serviços de Infraestrutura, agenda 2009, o primeiro desafio: "infraestrutura para inovação e desenvolvimento". Desafios estratégicos setoriais: temário. 1. A indústria e a infraestrutura, inovação e competitividade. 2. O atraso e as demandas, setores que avançam além da crise. 3. Os programas governa-

mentais. 4. Diagnóstico, avaliação e perspectivas das agências e dos setores regulados pela Comissão.

Então, dia 10 de agosto, para o dia 10 de agosto está prevista a nossa primeira Audiência Pública, 10 de agosto, segunda-feira às 18h00, aqui no Plenário da nossa Comissão.

Convidados: Dr. Glauco Arbix, Sociólogo, Professor da USP, Ex-Presidente do IPEA, Especialista em Ambiente e Cultura da Inovação Industrial; Dr. José Márcio Camargo, Economista, PHD em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), foi Consultor do Banco Mundial e da OIT e é Professor da PUC Rio; Pedro Wongtschowski, Doutor em Engenharia Química, Diretor Presidente do Grupo Ultra; E o Dr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Economista, Professor Emérito da UNICAMP, foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e Secretário de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Especialista em Economia Política e em Macro Economia. Esses são os convidados para a apresentação do desafio, no dia 10 de agosto, serão esses os debatedores.

Depois, nós temos o dia 17, também, já confirmado será a infraestrutura e a retomada do crescimento. No dia 24, recursos energéticos e desafios estratégicos, dia 24, também segunda-feira às 18h00.

Depois também todos esses já confirmados e aqui estão os nomes: "Petróleo, etanol e biocombustíveis, diferenciais estratégicos", que foi hoje um tema da nossa discussão aqui será no dia 31 de agosto, segunda-feira, às 18h00.

Depois, a próxima Audiência Pública: "Sistemas integrados de meios de transporte", dia 14 de setembro, segunda-feira às 18h00, também com os conferencistas já devidamente confirmados, de acordo com os nomes sugeridos e indicados pelos membros desta Comissão.

No dia 21 de setembro, segunda-feira, às 18h00: "Novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos. E, por último, a "Telecomunicações, acessibilidade, tecnologia da informação e comunicação e inovação", dia 28 de setembro, segunda-feira, às 18h00.

Nós continuaremos nos meses de outubro e novembro, só não complementamos ainda, porque como está muito distante, fica um pouco difícil para os conferencistas convidados terem uma visão mais acurada do momento em que eles estarão, onde eles estarão nesses meses. Mas já no início do mês de agosto, nós estaremos fazendo esses contatos para preenchermos as agendas das Audiências Públicas, referentes aos meses ou para os meses de outubro e novembro de 2009, referentes a essa grande pauta da agenda 2009, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal houve por bem idealizar para colocarmonos a par da visão acadêmica e da iniciativa privada sobre esse tema que aqui foram abordados.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco os senhores membros.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pedir autorização a V.Exª., antes de encerrar esta reunião.

Primeiro, eu não vou pedir desculpa pelo atraso, porque não existe desculpa, apenas justificar que, eu como Presidente do Partido, tive problemas específicos que eu TV que reunir.

Eu queria dizer a V.Exª. e a esta Comissão, Sr. Presidente, que o Jornal O Globo, no dia 28 de março publicou uma grande reportagem mostrando a situação e problemas que existem no Aeroporto Santos Dumont no Rio, inclusive com alguns riscos em determinadas ocasiões.

Então, eu queria a V.Exª. e comunicar apenas que, como Senador do Rio de Janeiro, eu estou entrando na segunda-feira, com uma notificação em cartório, se V.Exª. permitir é de uma página só, em relação eu vou ler.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): A ilustríssima Diretora Presidente da ANAC. Na condição de Senador da República, representante do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a matéria publicada no Jornal O Globo intitulado 'Santos Dumont no limite' venho notificar a V.Sª. nos seguintes termos. Segundo denúncia do Sindicato Nacional dos aeronautas, a camada porosa da única pista do Santos Dumont está vencida desde dezembro de 2007 aumentando o risco de acidentes. Ainda de acordo com a publicação, a ampliação do aeroporto esqueceu a parte operacional. Diante da gravidade e da credibilidade do Jornal O Globo estão reforçadas as preocupações externadas pelo notificando em pronunciamento público, no que concerne ao uso do aeroporto Santos Dumont, ficando evidente como noticiado pelo Jornal O Globo, que o acréscimo de número de vôos permitido pela ANAC está elevando o risco operacional do aeroporto.

Pelo aduzido serve a presente para notificar a V.Sª. a fim de que adote com a máxima urgência, em face da denúncia do Sindicato Nacional de Aeronautas, as providências cabíveis, objetivando imprimir medidas de segurança necessárias ao uso operacional do Ae-

roporto Santos Dumont, comunicando ao notificante, no prazo de 15 dias, as providências adotadas.

Na ausência da adoção das referidas medidas de segurança e de comunicação ao notificante considera-se V.Sª. responsável pelo que venha ocorrer no Aeroporto Santos Dumont. Sr. Presidente, eu queria colocar aqui a Comissão, informar dessa medida, dessa representação, notificação que eu estou entrando em cartório em relação à Presidente da ANAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

E também lembrando a todos os membros desta Comissão, de que há o requerimento aprovado de autoria do Senador Francisco Dornelles, subscrito por mim e pelo Senador Gim Argello, para Audiência Pública sobre a modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária e regulamentação do transporte aéreo de passageiros.

Nessa Audiência Pública estaremos, a pedido do Senador Francisco Dornelles, o mais rapidamente possível, agendando a vinda dos expositores e para esta Comissão, que são: a Dra. Solange de Paiva Vieira, Diretora Presidente, o Dr. Carlos Alberto Rebouças, Diretor de Aeroportos e o Dr. Renato A. Flores e o Tenente Brigadeiro do Ar, Cleonilson Nicácio Silva.

Então, eu gostaria de comunicar ao Senador Francisco Dornelles, que a seu pedido já estávamos tratando de, tão cedo quanto possível, realizar esta Audiência Pública. E essa iniciativa de V.Exª. em função da emergência em que V.Exª. se referiu é perfeitamente acatada por todos os membros, seus companheiros desta Comissão.

Algum Senador ou Senadora gostaria de fazer algum pronunciamento? Alguma observação? Então, antes de encerrarmos a presente reunião, eu convoco os senhores membros para a próxima Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 18 deste mês, neste Plenário.

Está encerrada a Sessão.

Muito obrigado aos Srs. e Sras. Senadores presentes à reunião de hoje.

Sessão encerrada às 10h12.

Ata da 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura Conjunta com a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada dia 16 de Junho de 2009, às 9 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e cinqüenta minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e nove, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença das Senhoras Senadoras e Senhores Senadores: **ADELMIR SANTANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, CÉSAR BORGES, CÍCERO LUCENA, DELCÍDIO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, EFRAIM MORAIS, ELISEU RESENDE, FÁTIMA CLEIDE, FLEXA RIBEIRO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, INÁCIO ARRUDA, JAYME CAMPOS, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, MARCONI PERILLO, NEUTO DE CONTO, ROMEU TUMA, ROSALBA CIARLINI E VALDIR RAUPP.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Sr. Presidente, **Senador Valter Pereira**, informa que a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 36 de 2009-CI, de autoria do Senador Gilberto Goellner e aos Requerimentos nºs 15 e 23 de 2009-CRA, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de instruir o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2008**, que "dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências", com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Waldyr Gallo** – Assessor da Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – **ANP; Sr. Denílson Ferreira** – Coordenador-Geral de Agroenergia da Secretaria de Produção e Agroenegia – **MAPA; Sr. Oswaldo Luiz Ceotto** – Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – **MMA; Eng. Paulo de Morais** – Diretor da Suner Engenharia e Biocombustíveis; **Dr. Marcio Turra de Ávila –** Pesquisador da EMBRAPA. Após as exposições dos Senhores convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **Eliseu Resende, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Gerson Camata, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Valter Pereira**, Presidente.

17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em Conjunto com a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 16 de junho de 2009, às 09 horas e 50 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 18ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores que, com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento aos Requerimentos nºs 15 e 23, da CRA e da CI, todos de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que "dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, mortes, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências", com a presença dos seguintes convidados que desde já convido para compor a Mesa: o Sr. Waldyr Gallo, Assessor da Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; o Sr. Denílson Ferreira, Coordenador-Geral de Agroenergia da Secretaria de Produção de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; o Sr. Osvaldo Luiz Ceotto, Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Engenheiro Paulo de Morais, Diretor da SUNER Engenharia e Biocombustíveis; e o Sr. Márcio Turra de Ávila, Pesquisador da EMBRAPA.

Eu passo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, que é o autor da propositura para esta Audiência conjunta.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O senhor me permite, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Ministro Eliseu Resende, nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É uma palavra inicial, Senador Valter Pereira, para dizer da ausência aqui na reunião do Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Fernando Collor. Ele me pede para estar presente, eu estou aqui representando a Comissão de Infraestrutura e acho que este é um evento importante, proposto pelo Senador Gilberto Goellner, quando nós vamos estudar a matriz energética com a inserção dos óleos vegetais atuando como combustíveis. Acho que é uma contribuição importante que as duas Comissões, a Comissão de Agricultura, presidida por V. Exa., e a Comissão de Infraestrutura, presidida pelo Senador Fernando Collor, para que nós tenhamos um avanço expressivo. Isso já foi discutido aqui na Comissão de Infraestrutura, na matriz energética brasileira para absorver os óleos vegetais.

É a palavra que eu queria dar inicialmente, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a sua manifestação e, sobretudo, a sua presença. Estando V. Exa. representando a Comissão de Infraestrutura, estará este órgão exemplarmente representado pela abalizado conhecimento que V. Exa. traz da área de infraestrutura para esta Comissão. Com a palavra o ilustre autor do requerimento, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, Sr. Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Eliseu Resende, demais convidados.

Eu gostaria de traçar a motivação que nos levou a inserir um Projeto de Lei, já em 2005, quando eu substituía nessa Casa o Senador Jonas Pinheiro. Esse projeto teve uma paralisação natural devido à minha ausência do Senado, mas agora em 2008 nós o reencaminhamos e eu vejo que o País, o Brasil, hoje, é um modelo de renovação na área de combustível com o Programa do PROÁLCOOL, que se tornou referencial no mundo, que o Brasil possui todas as condições de produção de cana-de-açúcar, que é o grande componente, é o único componente hoje do etanol, o álcool, aqui no Brasil. E mais de 55% já, estamos em 55% do uso de álcool em substituição à gasolina. Da mesma forma a dependência que o País tem do combustível que é o óleo diesel, dos motores a diesel, é muito grande. O Brasil iniciou esse processo instituindo o Programa de Biodiesel que deu o passo inicial, é muito importante, nós estamos apenas agora com 3%, existe uma capacidade instalada no País muito grande de usinas de transesterificação que transformam o óleo vegetal em óleo biodiesel e que pode ser então misturado ao óleo diesel. Já vamos a partir agora para o B4 e em curto espaço de tempo podemos ter o B5. Porém, essa iniciativa não é suficiente. Eu vou entrar com o Projeto de Lei nessa Casa para já colocar o B10, o B20, como existe em outros países, para nós aos poucos tirarmos a dependência do uso do combustível fóssil, que é o petróleo. E o País hoje tem, nessa modalidade do óleo vegetal *in natura*, uma segunda opção ao biodiesel. Ele

já é amplamente utilizado na Europa, inclusive em automóveis movidos a diesel, automóveis, nos Estados Unidos também, e só não é mais amplamente utilizável possivelmente pelo alto custo de produção da principal cultura oleaginosa lá, que é a colza. E o País aqui têm várias opções, nós temos palma que fornece o dendê, nós temos o pinhão-manso, temos o girassol, soja, algodão, várias outras oleaginosas e temos áreas disponíveis sem desmatar, sem entrar em ocupação de novas áreas. Nós temos áreas disponíveis de pecuária que estão defasadas, que estão mal utilizadas, e nós poderemos hoje iniciar esse processo de contribuição com vários ganhos, ganhos econômicos, porque nós descentralizaríamos a produção nas zonas produtoras, acabaria com esse passeio do óleo diesel, que às vezes é levado até um local para depois misturar com o óleo vegetal, para tornar o B3, e depois retorna para algumas regiões. Então é um custo altíssimo, tudo por estrada, não tem nada por navegação, possivelmente, nem por ferrovia, muito pouco por ferrovia. Então isso daí está encarecendo o custo desse combustível e essa produção local vai ser um grande diferencial para o País para reduzir o custo. E os ganhos que eu vejo de qualidade do ar, ganho social, é intenso, é muito intenso devido às péssimas condições do óleo diesel produzido aqui no País, porque as normas aqui ainda hoje permitem alto teor de enxofre, algo que em outros países não existe. Esses índices, possivelmente os técnicos aqui darão maiores explicações, mas é uma vergonha o óleo diesel, ele está poluindo as cidades. Às vezes 10% da frota consegue ser responsável por 45% das emissões de efeito estufa nas grandes cidades e o Brasil pode ser um exemplo para tudo isso daí com a introdução e a ANP podendo normatizar esse novo combustível e se adaptar então os motores para o referido uso.

Então foi essa a motivação que nos levou a apresentar esse Projeto de Lei, e o Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator do projeto, ele está vindo de viagem, eu gostaria que ele analisasse também todas as palestras aqui e eu até proporia numa segunda etapa, Presidente, nós convidarmos também a ANFAVEA, numa segunda Audiência Pública, juntamente com a sua solicitação que já foi na semana passada da avaliação do pinhão-manso como alternativa. Eu vejo que nós precisamos encontrar alternativas para fugir dessa dependência que o País tem desse óleo finito que é o petróleo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Vamos reservar agora para o período posterior à exposição os debates sobre as virtudes e defeitos que eventualmente possam trazer essa alternativa sugerida pelo Senador Gilberto Goellner.

Nós vamos passar a palavra agora ao primeiro expositor, que é o Diretor da SUNER Engenharia e Biocombustíveis, Sr. Paulo de Morais.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Quantos minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dez minutos.

SR. PAULO DE MORAIS: Bom-dia Srs. Senadores, senhoras e senhores. É uma satisfação grande estar aqui e poder compartilhar com vocês uma série de dados que mostram todo o alcance do uso de óleo vegetal *in natura* como combustível. O próximo.

Matéria publicada na Folha de São Paulo, no dia 05 de março agora de 2009, apresenta que a "Poluição acelera morte de 20 pessoas por dia". Isso foi feito através de uma pesquisa realizada pela USP. Uma outra pesquisa, também feita pela USP e publicada pela Rede Globo no Jornal Nacional em 2007, mostra que a concentração de partículas finas no ar na cidade de São Paulo está em 30 microgramas por m³, quando o limite considerado seriam 10 m³. Nesse mesmo estudo também é indicado que 10% dos veículos que rodam nas grandes capitais são movidos a diesel e esses 10% são responsáveis por 45% das emissões de fumaça. O grande responsável por esse processo é o teor de enxofre contido no diesel. Nós aqui no Brasil utilizamos o diesel até com 1800 partes por milhão, enquanto que na Europa e nos Estados Unidos é de 15 e até em algumas outras situações com dez partes por milhão. A consequência é essa fumaça que nós conhecemos, que esse é o material particulado fino. Não resolve nós trazermos motores de última geração porque o problema está ligado ao combustível com alto teor de enxofre.

Os biocombustíveis que poderiam dar solução são esses: para os veículos leves nós temos derivado de petróleo, a gasolina, teríamos o álcool; para os veículos pesados o diesel e as alternativas são o óleo vegetal ou biodiesel; e mesmo para a aviação, para o querosene de aviação, nós podemos utilizar o óleo de pinhão-manso ou jatrofa, que é substituto.

Para reduzir as emissões a solução é utilizarmos combustíveis isentos de enxofre e as alternativas podem ser óleo vegetal ou biodiesel. O óleo vegetal *in natura*, ele pode ser de soja, pinhão-manso, que é não comestível, girassol, palma e outros óleos.

Só uma pequena demonstração do que é o processo do biodiesel. O processo de transesterificação começa com o óleo vegetal adicionado com 15% de metanol ou etanol e ele se transforma em biodiesel e mais a glicerina. O custo desse processo de transfor-

mação do óleo vegetal em biodiesel é de 40 centavos por litro. Hoje nós temos uma limitação em função do biodiesel ser um produto extremamente forte como o solvente, então isso impõe uma limitação ainda nos motores de 5% no máximo de adição ao diesel. Hoje nós estamos trabalhando com o B3, que na realidade é 3% de biodiesel e 97% de diesel. Dessa forma, hoje é impossível utilizar 100% de biodiesel por questões técnicas nos motores, além de um preço bem mais alto que o do diesel, e a utilização de 100% de óleo vegetal é viável técnica e economicamente.

O óleo vegetal *in natura* já vem sendo utilizado há mais de dez anos na Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, através de um kit do mesmo formato como um kit de gás; você tem um motor a gasolina, não precisa fazer nenhuma alteração e, através de um kit, você permite utilizar um combustível ou outro.

Esse é um exemplo na Alemanha, a empresa vem utilizando há mais de dez anos em ônibus e tem ônibus já com mais de um milhão e 100 mil quilômetros, com motores das marcas Scânia, Volvo, Mercedes. Aqui está a situação em que ele utiliza um tanque de óleo vegetal e outro tanque de diesel.

Também na Alemanha encontramos a situação que nos postos de combustíveis nós encontramos três bombas: uma com diesel, outra com biodiesel - B100 puro e óleo vegetal também.

Em 2007, essa empresa Doits(F) apresentou um trator já produzido de fábrica para 100% de óleo vegetal, utilizando esse sistema desse kit com o segundo tanque. Esse trator já sai com garantia de dois anos ou duas mil horas e, dentro desse processo, já há uma normatização do óleo vegetal como combustível na Europa.

Um outro exemplo é nos Estados Unidos. Aqui um Volkswagen Jetta, com motor 1.9 da Volkswagen, fazendo 21 quilômetros por litro com o óleo vegetal.

Uma outra situação, uma Pick-Up, uma Ford F-350, na cidade lá de Filadélfia, inclusive utilizando isso para coleta de óleo em mais de mil restaurantes na cidade. Esse óleo passa por um processo só de filtragem e abastece uma transportadora de caminhões pesados. Isso já ocorre há mais de dez anos.

Aqui em Goiás fizemos uma experiência instalando um kit desse num trator e fizemos a apresentação aqui para o Governador de Goiás. Esse trator, levamos ele para trabalhar numa usina de álcool em Pontalina, Goiás. Fizemos algumas medições de opacidade, que é a fumaça, e os resultados que encontramos foram esses: A primeira medição: 4,45; a segunda: 2,66. Aí quando viramos depois dessa medição para essa, com intervalo de quatro minutos entre uma e outra, tivemos esse resultado de 0,33.

Esse quadro só mostra quais foram os números, que está confirmando aqueles dados lá.

Aqui é na Alemanha, um Volkswagen, um Golf, com motor diesel 1.9. Se fizermos um comparativo desse Golf nas mesmas condições, se ele estivesse usando álcool estaríamos aqui com um consumo de nove quilômetros por litro; com gasolina, 12; se ele estivesse utilizando diesel, 20 quilômetros por litro e também com o óleo vegetal.

Aqui só fazendo um comparativo de preço dos combustíveis: biodiesel a 2,31, que é o preço do último leilão; temos aqui o diesel, o óleo de soja e o álcool.

Quando analisamos aqui agora o custo por quilômetro rodado com esses combustíveis, chegamos a essa conclusão: nós temos aqui o álcool e temos aqui com o óleo de soja nesse valor.

Há uma tendência hoje do uso de motores diesel na Europa: de cada três veículos vendidos, dois são com motor diesel. Esse uso também de motores diesel já veio para as competições de automóveis. Nesse último campeonato de turismo os quatro primeiros colocados foram com motores diesel. Também nas 24 Horas Alemãs, nos três últimos anos, inclusive esse ano, os vencedores foram veículos com motores diesel.

Goiânia teve um Plano Diretor aprovado agora em 2007. Nesse Plano Diretor já foi estabelecido que deverá haver utilização de combustíveis com menor emissão de poluentes e menor utilização de combustíveis não renováveis. Houve um novo contrato de concessão do uso do sistema de transporte coletivo e dentro desse contrato já foi estabelecido que deverá haver uma redução de 20% em peso ou em volume dos poluentes emitidos pelos ônibus e num prazo de cinco anos deverá ser atendida essa meta.

Goiânia tem uma frota de 1.600 ônibus com o consumo de 60 milhões de litros por ano. O Prefeito Íris Rezende, em 2007, já tomou algumas providências solicitando estudos e implementação de algumas medidas visando essa utilização de óleo vegetal. Foi solicitado, a ANP já fez uma autorização para a realização de testes, seriam com quatro ônibus com óleo vegetal e quatro ônibus com diesel durante um período de um ano para se fazer a avaliação de desgaste e durabilidade dos componentes. O IBAMA também foi consultado, já concedeu autorização para a realização dos testes.

A utilização de 100% de óleo vegetal *in natura* permite a obtenção de crédito de carbono. No caso específico de Goiânia, a substituição de 60 milhões de litros por ano, considerando o crédito de carbono a dez Euros a tonelada quando o mercado tem valores na ordem de 16 a 22 Euros, mas mesmo considerando só dez Euros teríamos uma receita de 35 milhões

de Euros durante 21 anos. Essa iniciativa partiu do Prefeito Íris Rezende, juntamente com o Secretário de Turismo Euler Morais, para a implantação desse processo em Goiás. O Senador Gilberto Goellner fez uma visita ao Prefeito de Goiânia visando um esforço conjunto para a implantação do sistema com óleo vegetal nos ônibus urbanos.

Na Copa do Mundo que nós teremos em 2014, 12 cidades irão sediar os jogos e seria uma oportunidade de demonstrarmos ao mundo que nós temos mais uma outra vertente, além do programa de álcool, do programa de biodiesel e, também, do uso de óleo vegetal *in natura* como combustível.

Cuiabá, que vai ser uma sede da Copa, o Senador Gilberto já esteve lá com o Prefeito Wilson Santos e já começaram a estabelecer parcerias no sentido de promover a introdução também dessa matriz na capital do Mato Grosso.

Esteve também em São Paulo com o Prefeito Gilberto Kassab, que também já iniciou o processo para a realização de testes na capital paulista.

Aqui fazendo a avaliação das produtividades das oleaginosas que nós temos em maior quantidade no Brasil. No caso a soja, conseguimos aqui 500 litros de óleo por hectare; com o girassol 800; o pinhão-manso tem um potencial de dois mil litros de óleo por hectare; e a palma, que é o nosso dendê, cinco mil litros.

Aqui o preço desses óleos vegetais e combustíveis. O pinhão-manso tem uma viabilidade na ordem de 1,70 por litro; a soja é 1,77; temos aqui o girassol a 3,80; e a palma com cinco reais por litro.

Eu estou fazendo menção aqui ao pinhão-manso porque é o que apresenta os valores mais baixos aí. O pinhão-manso, ele produz um óleo que não é comestível. É possível fazer o plantio dele consorciado com capim para a criação de gado, portanto, sem fazer qualquer deslocamento na pecuária; o gado não come o pinhão-manso. Já está em desenvolvimento o processo de colheita mecanizada. O óleo de pinhão-manso também já foi testado como combustível substituto do querosene de aviação.

Esse eixo onde está sendo construída a Ferrovia Norte-Sul, ligando Anápolis até São Luís do Maranhão, ele é bastante promissor para a produção de pinhão-manso até sem deslocar a produção pecuária nessa região.

E, por fim, fechando todo esse processo, para se tornar viável essa utilização, o Projeto de Lei do Senador Gilberto Goellner.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Se fosse o Senador Demóstenes, ele iria chamar a atenção aqui por causa das manifestações. Como essa Comissão aqui é um pouco mais democrática... [risos]

Bom, vamos passar a palavra a seguir, eu agradeço aqui ao Dr. Paulo, fez uma bela exposição, tanto agradou que houve essas manifestações. Nós vamos passar a palavra ao segundo expositor, vamos um de lá e outro de cá, vamos com o Denílson, que é o Coordenador-Geral de Agroenergia da Secretaria de Produção de Agroenergia do Ministério da Agricultura e Pecuária.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de ouvir do senhor se é possível só tirar uma duvidazinha aqui, fazer uma indagação ao Dr. Paulo, que é bem pragmática a minha pergunta aqui.

Dr. Paulo, o senhor disse o seguinte: que se usa 15 partículas, eu não sei se eu bem entendi, de enxofre lá nos Estados Unidos do óleo diesel e que aqui no Brasil me parece que é 1800. Eu queria saber de V. Sa. por que dessa diferença tão grande entre 15 nos Estados Unidos da América e 1800 aqui no Brasil?

SR. PAULO DE MORAIS: O nosso petróleo ele já, naturalmente, possui um teor de enxofre bem superior ao que é utilizado lá fora. Adicional a esse fato, há o problema também das refinarias. Esses são os dois pontos básicos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Era possível se extrair naturalmente desse petróleo nosso aqui, desses 1.800, baixar para 200, para 500? É possível ou não é?

SR. PAULO DE MORAIS: É possível. Ele tem um custo adicional, mesmo em um pesado investimento nas refinarias, mas é possível.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Outra perguntinha rapidão. Um litro de óleo comestível você pode usar em automóvel, que eu já vi usar em Mato Grosso, estão usando muito naquela região, em Poconé, que o Senador Valter, V. Exa. conhece. Lá os carros de pessoas amazônidas, vão num bolicho daquele lá, num armazém, compram dez latas, 15 latas de óleo, abre, vai lá e despeja no tanque para andar. Me causou bastante curiosidade porque nesse caso, particularmente, é bem mais barato um litro de óleo comestível diante do litro de óleo combustível, certo? Qual que é a diferença? Por exemplo, um litro de óleo comestível anda a mesma distância ou quilometragem do o óleo combustível ou há uma diferenciação de quilometragem?

SR. PAULO DE MORAIS: No caso do óleo de soja, ele tem um poder calorífico na ordem de 9.200 Kcal, enquanto que o diesel tem 9.800 Kcal. Então essa quantidade menor de energia acaba gerando um consumo levemente acima, mas alguns testes já realizados com óleo de pinhão-manso, devido a outras características que ele tem melhor do que o diesel, os dois acabam tendo praticamente o mesmo consumo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Só com a diferença que o óleo comestível é mais barato do que o óleo combustível; eu imagino que seja.

SR. PAULO DE MORAIS: Perfeito.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu acho que seria necessário também acentuar que há necessidade de um kit, porque alguém que ouviu a exposição pode amanhã cedo meter o óleo de soja no tanque do carro dele e dar um pepino no motor se ele não tiver um kit; eu acredito que tem que ter uma adaptação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, Senador Gerson Camata, lá no Mato Grosso, eu vi uma região lá, o cara vai, compra no bolicho, fura, joga no tanque do motor e sai rodando, queimando gasolina. Agora é prejudicial ao motor? Eu imagino que seja, mas que anda, anda. Eu vi cara comprando dez latas, abre na porta do bolicho lá, já fura, coloca no tanque e sai rodando. É incrível.

SR. PAULO DE MORAIS: Senador Camata, não deve ser utilizado o óleo vegetal misturado no mesmo tanque de diesel porque, se assim o fizer, vai haver uma série de problemas técnicos: vai haver contaminação do óleo lubrificante do motor, vai haver carbonização. Com a doação de um kit, um segundo tanque, é dado partida com o óleo diesel e após alguns minutos, após a câmara de combustão já estar em alta temperatura, já é possível introduzir o óleo vegetal sem gerar nenhum problema. Mas, então, é essencial a utilização desse kit.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, prestado--

SR. PAULO DE MORAIS: Algumas experiências foram feitas, inclusive mesmo no Mato Grosso, no Estado de Goiás, muitos produtores chegaram a misturar, mistura na ordem de 30% a 50% de óleo vegetal misturado ao diesel e tiveram motores danificados, mas com esse kit não há nenhum problema.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, agora com a palavra o Sr. Denílson Ferreira, do MAPA, do Ministério da Agricultura e Pecuária.

SR. DENÍLSON FERREIRA: Exmo. Senador Valter Pereira, Senadores presentes, demais presentes, bom-dia. É uma honra para nós, da Secretaria de Produção e Agroenergia, poder dar essa contribuição com o projeto do Senador Gilberto Goellner, o qual nós parabenizamos pela iniciativa que visa a diversificação da matriz energética e utilização de todas as potencialidades energéticas existentes em nosso País. Eu vou ser bastante breve, muito provavelmente eu vou cumprir os dez minutos.

Bom, o contexto contemporâneo da agroenergia se baseia em cinco pontos. O primeiro diz respeito ao modelo de desenvolvimento econômico que necessariamente se consolidou a partir da Revolução Industrial, onde o petróleo, a partir daí se consolida como fonte abundante e barata de energia para mover todo o processo de desenvolvimento econômico, que também é fundamentado fortemente no consumo que leva, necessariamente, à necessidade de recursos naturais, tanto para a matéria-prima, produção de alimentos, mas, fundamentalmente, para a produção de energia para movimentar esse modelo de desenvolvimento econômico. Associado a isso todo o processo de evolução do conhecimento humano possibilita, entre outros fatores, uma explosão demográfica que faz com que em menos de dois séculos a população passe de pouco menos de um bilhão de habitantes para os quase sete bilhões atuais, quer dizer, isso é um ponto determinante no sentido de tencionar esses recursos naturais. E nesse contexto, associado à perspectiva de desenvolvimento econômico de diferentes regiões do planeta, tem que se levar em consideração também o aumento de consumo necessariamente que esse desenvolvimento econômico acarreta. Nós temos entre América Latina, África e Ásia aproximadamente 70% da população mundial consumindo cerca de sete, oito vezes menos per capta do que se consome um americano do ponto de vista do consumo energético *per capita*, ou quatro vezes, três vezes menos do que consome um europeu. Então na medida em que há um desenvolvimento econômico, há um tensionamento necessariamente do ponto de vista de demanda energética. Daí a necessidade de cada vez mais buscarmos alternativas. Associado a isso há um movimento constante e crescente de aumento da consciência coletiva em relação aos aspectos ambientais. Esse fenômeno, ele é visível. Há poucas décadas era, digamos assim, um elemento positivo na visão da sociedade ou uma visão de progresso você chegar e desmatar, enfim,

colocar indústrias, fábricas. Essa visão da sociedade passa a ser alterada significativamente com o avanço também do conhecimento humano, com o avanço da ciência no sentido de amenizar os impactos ambientais da ação antropogênica, especialmente aquela derivada do desenvolvimento econômico. É exatamente nesse ponto que, digamos, se fundamenta todo o modelo de diversificação da matriz energética europeia, a preocupação com as questões ambientais, com as questões relacionadas a aquecimento global, com as questões relacionadas à qualidade do ar, já muito bem mencionada pelo engenheiro Paulo, nas grandes metrópoles. E aí nós temos um outro elemento fundamental, que é a possibilidade da escassez de petróleo - e há muita controversas a esse respeito -, mas pelo menos a possibilidade de escassez do petróleo enquanto fonte barata e abundante como nós pudemos ver nos últimos três anos, uma escalada do preço dos petróleos e das *commodities*, por consequência. E, também, a questão da insegurança no abastecimento, dado que as grandes reservas e as grandes regiões produtoras de petróleo no mundo têm, digamos assim, problemas geopolíticos evidentes. Aqui se baseia o Programa de Biocombustíveis Americanos, exatamente para consolidar um contexto de segurança energética.

Associado a todos esses elementos nós colocamos as condições favoráveis que o nosso País possui em relação a toda essa discussão, tanto pela experiência já acumulada ao longo de anos, com processo de produção de etanol e, também, de biomassa de um modo geral, porque afinal de contas aproximadamente 13% da matriz energética brasileira é proveniente de linha e carvão vegetal, nós temos a matriz energética certamente mais limpa do planeta. Temos, também, um domínio científico-tecnológico de agricultura tropical como nenhum outro País possui, além da disponibilidade de terra que, comparadamente, nenhum outro País possui. Então nós vemos aí uma grande oportunidade e é nesse sentido, aproveitando exatamente as orientações estratégicas do Governo, a orientação estratégica do próprio Ministério da Agricultura e Pecuária, que se consolida a Secretaria de Produção e Agroenergia, exatamente para tentar buscar essas potencialidades, concretizar essas potencialidades agroenergéticas dentro de um contexto de sustentabilidade. Pode passar, por favor.

Aí cabe, também, destacar que há cerca de três anos foi criada a EMBRAPA Agroenergia, exatamente para dar suporte a essa política do Ministério da Agricultura e do Governo, por consequência, de desenvolver o setor agroenergético brasileiro. Por consequência disso, nós desenvolvemos um Plano Nacional de Agroenergia, que é fundamentado nessas diretrizes, que eu vou discutir uma a uma, exatamente a partir de uma elaboração conjunta com a EMBRAPA Agroenergia, que leva em consideração essa necessidade de desenvolvimento da agroenergia exatamente para aproveitar essas potencialidades e essas oportunidades existentes para o agronegócio brasileiro, para a agricultura de um modo geral no Brasil, levando em consideração a necessidade da produção de alimentos e o impacto que isso tem para a sociedade de um modo geral e, no mundo como um todo, como é simbólica essa discussão. Há necessidade do desenvolvimento tecnológico para que essa produção agroenergética seja uma produção necessariamente eficiente, que se leve em consideração a autonomia energética comunitária numa lógica de geração descentralizada e, necessariamente, com a geração de emprego e renda associada a essa produção agro energética. Aqui um elemento fundamental dessas diretrizes, que não é compatível com o desenvolvimento da agroenergia no Brasil com degradação ambiental, com o desmatamento. Necessariamente esse desenvolvimento deve levar em consideração as áreas existentes, as áreas antropizadas, buscando a otimização das vocações regionais. [soa a campainha] O engenheiro Paulo já comentou da possibilidade do pinhão-manso, mas nós trabalhamos com uma gama de oleaginosas e buscamos foco naquelas que são mais eficientes do ponto de vista da produtividade, num programa de desenvolvimento de agroenergia coordenado pela Secretaria de Produção e Agroenergia, trabalhamos em conjunto com a EMBRAPA Agroenergia focado em cinco matérias-primas produtoras de oleaginosas que tenham potencial de produção acima de duas mil toneladas de óleo por hectare. Aí eu cito: o pinhão-manso, que é uma aposta para o médio e longo prazo. Cito aí também algumas palmáceas. O dendê, ainda temos a dificuldade em relação aos preços praticados nos mercados. Temos aí a macaúba, inajá, tucunã(F), enfim, algumas palmáceas aí que também são apostas para o médio e longo prazo. Também dentro dessa diretriz, exatamente buscar e consolidar uma liderança internacional nessas discussões a respeito dos biocombustíveis, que o Ministério da Agricultura tem buscado constantemente estar presente em todos os fóruns internacionais que envolve essa discussão dos biocombustíveis. Aí dá para citar o GEBEPE(F), que discute a sustentabilidade desses biocombustíveis, as discussões relacionadas à certificação de biocombustíveis, e demais fóruns internacionais que tratam do tema. Todo esse desenvolvimento do setor agroenergético tem que estar aderido à Política Ambiental Nacional. Pode passar, por favor.

Ainda cabe destaque para o nosso Plano Nacional de Agroenergia, que trabalha com quatro vetores fundamentais de desenvolvimento agroenergético, que são: a produção energética derivada da cana-de-açúcar, hoje necessariamente consolidada no etanol e na bioeletricidade, mas com uma perspectiva forte de produção de diesel a partir do etanol, a partir da cana, numa perspectiva diria até de curto prazo em relação aos resultados que vêm sendo apresentados por algumas empresas; outro vetor é o vetor da biomassa, da dendroenergia e, especificamente, com a política específica de desenvolvimento para as florestas energéticas e para o manejo sustentável de florestas públicas; um terceiro vetor é o aproveitamento de resíduos e dejetos da agricultura, como é o caso do biogás proveniente de frigoríficos e produção de aves, entre outras possibilidades; e, por fim, as fontes lipídicas e que cabe exatamente essa discussão proposta pelo Senador Gilberto Goellner, tanto para a produção de biodiesel e o aproveitamento energético de um modo geral dessas fontes lipídicas.

As nossas considerações - que eu daria contribuições - da nossa Secretaria para a discussão do projeto. Nós entendemos que trata-se de um projeto que necessariamente vai aumentar a renda do produtor, que é algo que é fundamental no contexto daquelas diretrizes, até eu fiz questão de citar as diretrizes exatamente para mostrar que o projeto se encaixa em muitos aspectos daquelas diretrizes exatamente em função da diminuição dos custos, porque parte significativa do processo, dos custos produtivos, é derivado de combustíveis, portanto, agregando valor ao agronegócio, criando um mercado que hoje inexiste; os ganhos ambientais já foram muito bem esclarecidos aqui pelo engenheiro Paulo, não cabe discutir; a diminuição da dependência externa aqui no caso específico do diesel, mas é importante salientar também que com os investimentos da PETROBRAS, muito em breve por anúncios até da PETROBRAS se diminuirá significativamente essas importações e, no caso, talvez de zerar essas importações. É importante destacar esse elemento porque numa discussão entre o *trade-off* exportar óleo, que é em muitos momentos da história o óleo esteve mais caro que o diesel, há que se levar isso em consideração, se não é o caso de exportar o óleo ao invés de produzir diesel, dado que o diesel, em muitos momentos, é mais barato que o óleo nesse contexto.

Há algumas preocupações em relação ao projeto, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de controle, e aí é fundamental a participação do órgão regulador que cuida exatamente da cadeia como um todo, a preocupação em relação à qualidade e, digamos assim, misturas inadequadas. A preocupação aqui com a inclusão da indústria automobilística no contexto dessa discussão, que o Senador Gilberto Goellner já fez referência à ANFAVEA, porque no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, todo o processo de acréscimo, de utilização de biodiesel é acompanhado de testes realizados através de política do MCT em conjunto com a ANFAVEA certificando tecnologicamente essa possibilidade, em que pese o fato que essa tecnologia já está consolidada em muitos mercados.

Outro aspecto importante e que pode ser um obstáculo certamente duro [soa a campainha] é a questão dos órgãos fazendários, como é que você estabelece a estrutura tributária nesse contexto. Esse é um elemento, digamos assim, que impede muitas vezes essa discussão da venda direta no caso do etanol, que é uma indústria já consolidada, uma indústria madura no Brasil.

E uma preocupação, talvez essa seja a mais relevante, em relação aos preços e necessariamente à questão do abastecimento. Se nós olharmos para os volumes de diesel consumidos no Brasil e fizermos uma conta rápida da necessidade de óleo para abastecer esse mercado, é claro que nós não trabalhamos aqui com as perspectivas de substituição total, mas qualquer quantidade, dado esse volume tão grande, é uma quantidade significativa e aí é necessário olhar não só para a capacidade de produção existente, porque o aumento de produção exige investimentos que levam um certo tempo para ter uma maturidade e, também, o fomento necessário à produção de oleaginosas e outras fontes alternativas. Isso certamente é fundamental. Então imaginamos que uma política desse porte deva considerar necessariamente uma lógica de aumento de produção de oleaginosas no Brasil. Pode passar, por favor.

É isso, eu agradeço a atenção de todos, essa é a nossa contribuição para a discussão e estamos à disposição para dúvidas, enfim. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Esta presidência agradece o Sr. Denílson pela exposição, que acho que foi muito oportuna. Passamos a palavra ao terceiro expositor, que é o Dr. Márcio Turra, que terá dez minutos, prorrogável pelo prazo que for indispensável para concluir a sua exposição.

SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA: Bom-dia a todos os presentes, Senadores, senhoras e senhores. A nossa exposição vai ser eminentemente técnica dada a nossa função na EMBRAPA como pesquisador de agroenergia e formação em engenharia mecânica,

especialização em motores de combustão interna. O próximo, por favor.

Fizemos um relato bem rápido a respeito de bibliografia, desde mais antigas até mais atuais. Isso é um pequeno resumo que dão conta de várias questões relacionadas ao uso de óleos vegetais em motores de ciclo diesel. O primeiro grande ponto é a alta viscosidade, que se configura como um problema que precisa ser contornado. Mas junto a isso existem outros aspectos relacionados: facilidade de oxidação do combustível; formação de resíduos na câmara de combustão; a necessidade de pré-aquecimentos; alto índice de odor dos gases emitidos pelo escapamento; a ausência de volatilidade por ser um óleo e de alta viscosidade; redução da potência do motor quando comparado ao diesel convencional; aumento, portanto, de consumo, porque existe uma diferença de poder calorífico; dificuldade de partida a frio em função também da viscosidade; e uma característica que é amplamente variante em função das várias oleaginosas que existem no País, no caso. O próximo.

Esse trabalho é um trabalho recente que nós coletamos há poucos dias e que dá conta de algo que nós não conhecíamos, que é, na verdade, o efeito de mutação genética em seres vivos. Foi utilizada uma bactéria, a Salmonella, ela foi colocada num ambiente no qual foi inserido gás proveniente da queima de vários tipos de combustíveis e comparativamente os óleos vegetais produziram compostos que aumentaram o teor de mutação desses seres vivos. É muito importante essa referência para que a gente não perca de vista esses aspectos quando se pensa em utilização de um combustível, principalmente em grandes centros aonde existem milhões de vidas envolvidas. O próximo.

Agora nós vamos relacionar experimentos específicos, testes práticos com o óleo vegetal em motores de ciclo diesel.

O primeiro caso é o emprego de óleo de girassol bruto como combustível no motor MWM de injeção direta. É muito importante frisar, injeção direta, porque existem diferenças de comportamento entre o motor de injeção direta e o motor de injeção indireta. Esse trabalho foi feito pelo Dr. Maziero, do Instituto Agronômico de Campinas na Seção Jundiaí. Os resultados estão aí de uma maneira resumida: perda de potência em relação ao uso do diesel - 7% menor; acúmulo de carvão nos bicos injetores, pistões e cabeçotes; deterioração do óleo lubrificante; danos ao motor com pouquíssimo tempo de uso - 63 horas. Isso num veículo mais ou menos de rua seria um torno de seis mil quilômetros.

Aí passamos a mostrar o resultado do Dr. Maziero utilizando o óleo bruto de girassol: o topo do pistão totalmente carbonizado; o bico injetor igualmente carbonizado; essa é uma fotografia da parte inferior do motor, a tampa do cárter foi retirada e ali a gente vê capa de biela, o eixo, o óleo lubrificante virou uma goma. A tampa do--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso foi com a soja?

SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA: Isso foi com óleo bruto de girassol. A tampa do cárter também mostrando o óleo lubrificante totalmente empastado; o bloco do motor igualmente empastado; e os componentes móveis, o eixo do virabrequim, o eixo comando também cheios de goma por contaminação do óleo lubrificante com o óleo vegetal utilizado; essa é a capa de biela. Ela engrossou, ela ficou absolutamente incrustada de compostos provenientes da queima incompleta do óleo vegetal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Estoura o motor?

SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA: Na verdade com o tempo, nesse tipo de injeção, que é a injeção direta, o Dr. Maziero chegou à conclusão que o resultado é muito ruim.

Esse é o pescador do óleo lubrificante. Existe um filtro aí, o filtro está todo colapsado, todo fechado, e a goma entupiu o pescador, como a gente pode ver.

Essa tabela mostra as propriedades resumidas de três combustíveis: do óleo de girassol, do biodiesel de girassol e do diesel convencional. A gente vê em amarelo que o grande problema é a viscosidade. A viscosidade chega a ser quase dez ou até dez vezes maior que a do diesel convencional e isso causa um problema muito sério no processo de combustão intracâmara.

Vamos apresentar agora o segundo caso. Esse estudo foi feito pelo Professor Schosler(F) da Federal de Santa Maria, é um motor de injeção indireta, que é um outro resultado. O motor de injeção indireta apresenta um resultado um pouco mais favorável e o Professor Schosler(F) usou misturas pré-questionadas. Uma observação: no caso anterior, do estudo anterior, o óleo bruto de girassol foi usado a frio, sem aquecimento. E no caso daqui do Professor Schosler(F) foi feito um pré-aquecimento do óleo de soja cru - que ele chamou. Os detalhes do experimento: ele fez vários testes de misturas, 10% e 90%, 30% e 70%, 50% e 50%, 70% e 30%, são misturas volumétricas com o diesel puro e com o óleo de soja puro, sendo que aqueceu em dois níveis de temperatura: 57 e 68 graus. O detalhe é que ele não fez teste de durabilidade como o Dr. Maziero fez no IAC. Os resultados que ele obteve foram significativamente melhores. Por exemplo, o consumo específico médio com o óleo de soja cru aquecido e nessas

misturas, 70% de óleo de soja e 30% de diesel, depois 10% de óleo de soja e 90% de diesel, também óleo de soja puro, foi menor ou igual ao consumo do diesel convencional. A potência esteve ligeiramente superior, até 8,7 superior, e isso, voltando a dizer, no motor de injeção indireta e com o óleo aquecido.

Um terceiro caso de experimento: emprego de óleo bruto de girassol como combustível feito pela CATI da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Eles prensaram as sementes a frio e fizeram a filtragem por gravidade. Num primeiro teste da CATI foi usado um trator Massey Ferguson 235 com motor de injeção indireta, que é o motor mais favorável para a utilização de óleos vegetais viscosos. Eles rodaram 690 horas, com 100% de óleo bruto de girassol, com o consumo de 2,8 litros por hora, pistões e cilindros não apresentaram disposição de carvão ou resíduos, gomas, e o lubrificante, após 100 horas de uso, não apresentou perdas de qualidade, segundo análises do engenheiro Sylmar Denucci, que é quem coordena esses trabalhos na CATI.

Num segundo teste foi usado um trator Valmet de injeção direta, que é um motor mais problemático para o uso de óleo vegetal. Eles utilizaram uma mistura de 50% de óleo bruto de girassol e 50% de óleo diesel de petróleo. Nesse tipo de motor de injeção direta nós tivemos: disposições com resíduos nas camisas, formação de gomas nos canais de lubrificação e o indicativo de combustão incompleta, apesar do uso de misturas de óleo diesel de petróleo com óleo bruto de girassol.

Aqui nós temos fotografias comparando os pistões quando rodam com o óleo vegetal, no caso óleo de soja em injeção indireta e os mesmos pistões num motor de injeção direta também movido a óleo de soja. A formação de carbono ou de carvão é muito maior no motor de injeção direta. Isso é fácil de explicar porque o tempo que o combustível tem dentro do motor é muito menor no motor de injeção direta. A queima no motor de injeção indireta é mais completa e, portanto, a formação de carvão é menor [soa a campainha].

Num terceiro teste, nós temos aqui a apresentação de misturas também feitas na CATI de 30% de óleo vegetal, 65% de diesel de petróleo e 5% de gasolina. É um texto muito interessante porque o Engenheiro Denucci faz uma diluição com gasolina dessas misturas buscando ter uma melhor viscosidade, mais baixa, no caso, e uma melhor queima. E todos os motores ensaiados, inclusive com muitas horas, tanto os de injeção direta como de indireta, não apresentaram nenhum problema e apresentaram um consumo bastante razoável.

Como conclusão a gente gostaria de salientar: em função dessa maior viscosidade dos óleos vegetais, eles apresentam um problema muito sério de combustão dentro do motor, dados os tempos extremamente curtos que o motor apresenta para essa combustão. Uma das possibilidades para essa combustão de óleos vegetais seria o aquecimento das misturas. A outra possibilidade seria a formação de misturas com compostos menos viscosos, portanto, diluidores dessas misturas para promover uma melhor combustão. O próximo.

A minha apresentação é essa. Eu agradeço a atenção e, também, gostaria de salientar que junto comigo está o colega César de Castro, que é agrônomo e que pode estar respondendo questões a respeito das várias oleaginosas que são usadas aí como combustível. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Dr. Márcio Turra. Precisava alguém para botar um pouco de gosto ruim no tempero do óleo vegetal para combustível. Ele acabou colocando um pouquinho desse gosto [risos], dando o tom para essa reunião. Pena que o Senador Gilberto não estava aqui para assistir a essa exposição, que foi o contraponto que foi feito nesta reunião até agora.

Nós vamos passar para o próximo palestrante, que é o Sr. Osvaldo Luiz Ceotto, que é Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.

SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO: Bom-dia a todos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Permite, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria primeiro dizer que a família Ceotto é uma família tradicional do Espírito Santo, bem-vindo aqui, e dizer que eu tive uma luta no ano passado inteiro para liberar, não tornar obrigatório o uso do paletó. A minha proposição foi derrubada por unanimidade porque disseram onde que estaria a solenidade da Casa sem o paletó. Ele está aqui solene, cheio de dignidade, sem paletó, de modo que eu quero dizer que é uma prova de que a pessoa pode vir aqui e... Eu vi na TV Record, no sábado, na Record News, o Ban Ki-moon, Secretário-Geral na ONU, no Conselho de Segurança da ONU falando sobre as eleições no Irã de manga de camisa igual ele está ali, cheio de dignidade também.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eis aí mais um contraponto na nossa reunião.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria mais uma vez acentuar aí. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então com a palavra o Ceotto.

SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO: Bom-dia a todos. Eu fico muito feliz por dois motivos: primeiro, por estar participando dessa iniciativa tão importante. Eu acho que questões como essa de minimizar os problemas ambientais são muito importantes. E, por outro lado, e vejo o Exmo. Sr. Senador Gerson Camata, que trabalhou com o meu pai durante muitos anos, inclusive ele está vivo ainda. Eu fico muito feliz.

Eu fui pego de surpresa, não tenho apresentação, mas eu acho que as questões ambientais também devem ser incluídas nesse contexto. Eu vejo que a questão não pode passar sem ser analisado os aspectos de desmatamento, as questões também do zoneamento ecológico e econômico, que são muito importantes.

Eu vejo alguns problemas nesse Projeto de Lei que são mais relacionados à parte de regulação. Eu vejo que os aspectos de regulação devem ser bem vistos.

Por outro lado, eu vejo também que a parte de comercialização precisa ser bem analisada, porque, como diz o Parecer, a questão deve ser bem vista, principalmente pelo Ministério da Agricultura.

Agora em termos ambientais, eu acho que minimizar efeito estufa é muito importante, diminuir a questão das emissões de GEE.

Eu, realmente, posso contribuir dessa maneira porque eu fui pego de surpresa e não fiz nenhuma apresentação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O Dr. Ceotto acabou propiciando aí mais tempo para os próximos. Nós agradecemos aqui a atenção que ele teve de vir aqui mesmo sem ter feito a pesquisa para fazer a sua apresentação.

O próximo é o Dr. Waldyr Gallo, Assessor da Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

SR. WALDYR GALLO: Bom-dia, Srs. Senadores. Em primeiro lugar eu preciso, em nome do Diretor-Geral da ANP, o Haroldo Lima, desculpar a ausência dele nessa reunião, pois foi impossível por motivos de sua agenda. Eu espero poder, em nome da ANP, dar as respostas ou, pelo menos, as indicações que os senhores estão buscando.

Me apresentando rapidamente, eu sou assessor direto do diretor Aroldo e tenho também, aí eu tenho que chamar esse aspecto, sou professor de engenharia mecânica na UNICAMP, trabalhando na área de motores. Então eu estou me sentindo, assim, muito a vontade de falar a respeito do tema do uso de óleos vegetais em motores diesel.

Aqui um sumariozinho do que nós vamos falar. Vamos avançar, por favor.

Aqui uma definição do que são biocombustíveis. A minha veia de professor insiste em apresentar definições. Na verdade os biocombustíveis, a gente está falando em biomassa, onde essa energia solar que foi guardada nessa biomassa que cresceu através da fotossíntese, ela vai ser liberada especificamente através de um processo chamado combustão. Então biocombustíveis significa que essa energia vai ser liberada pela combustão e a combustão é uma forma complicada de obter energia do ponto de vista ambiental, qualquer que seja a matéria-prima usada como combustível. Então não é pelo fato de eu estar usando um biocombustível que a combustão será limpa; essa é uma primeira questão que nós precisamos deixar muito clara. Por favor.

Aqui um pouco de dados de vários países. Na verdade os grandes biocombustíveis líquidos para uso em veículos hoje em dia são o etanol e o biodiesel. Na América do Norte e na América Latina fundamentalmente etanol e na Europa principalmente o biodiesel. Na Ásia é, mais ou menos, meio a meio os volumes de biodiesel e... Pode passar.

Aqui essa tabela mostra um pouco a produção mundial de óleos vegetais. O óleo de soja perdeu o posto de ser o óleo com maior volume de produção no mundo, a palma hoje em dia é produzida em maior quantidade, e os preços internacionais da palma costumam até ser mais baixos que o da soja. Aqui no Brasil, acho que por conta do dendê ser tão interessante para fins culinários, os preços não se refletem dessa maneira no Brasil, mas internacionalmente o óleo de palma é, em geral, mais barato que o óleo de soja. São três óleos em nível mundial que têm produção em volumes grandes: palma, soja e colza, na Europa, principalmente por causa da utilização como biodiesel. Por favor.

Esse quadro vai ser difícil da gente chegar, mas eu não preciso me deter muito nele não. Na verdade o Dr. Márcio Turra, da EMBRAPA, já mencionou o principal aspecto que eu queria levantar, que é o aspecto da viscosidade dos óleos vegetais. Os óleos vegetais não podem ser usados diretamente em motores diesel sem que a gente tome algumas providências por conta de sua viscosidade; é incompatível com a viscosidade do óleo diesel que foi usada para desenvolvimento dos motores. Pode passar.

Aí eu estava apontando várias características. Pode passar.

Óleos vegetais, basicamente, são compostos por triglicérides. Triglicérides são moléculas quimicamente muito específicas. A gente vê que dos óleos vegetais em torno de 95% são triglicérides e a gente tem também monoglicérides. Pode passar.

Essa é uma molécula típica de um triglicéride de um óleo ou de uma gordura. É uma cadeia carbônica muito grande e aqui na beirada a gente têm as ligações com a chamada ponte de glicerina e a presença de oxigênios. Então essa é uma molécula típica de um óleo vegetal, é claro, cada óleo tem uma mistura de diferentes moléculas, mas com esta cara. Essa daqui é a chamada ligação dupla ou insaturação do óleo. Então essa é uma molécula, em particular, monoinsaturada; a gente vê isso muito em embalagem de alimentos, óleo mono ou poli-insaturada. Isso tem efeitos sobre a saúde humana e isso tem efeito sobre a combustão. A molécula típica do diesel está aqui abaixo. Notem que se eu passasse uma tesoura aqui, olha, eu teria três moléculas muito parecidas com a do diesel e na verdade essa que é a ideia básica que está por trás do biodiesel. Pode passar.

Essa tabela aqui também a gente poderia olhar em detalhe, mas eu vou passar bastante rápido. Fundamentalmente por conta da questão da viscosidade, os óleos vegetais, quando usados diretamente em motores diesel, tendem a formar depósitos, já foram mostradas algumas fotografias, em particular eu tenho algumas fotografias que são exatamente as mesmas do Márcio sobre deterioração do motor. Agora é possível tecnicamente, a gente tem aqui os problemas, as causas prováveis desses problemas e as soluções potenciais para dar conta. Então se a gente olha as soluções, a gente vê que o tempo todo está se falando em aquecimento do óleo, aquecimento do óleo. Então ao aquecer o óleo, a viscosidade dele diminui e as condições dele trabalhar no motor melhoram substancialmente. Além disso, também se trabalha com mudanças de filtros. Os filtros para que esse óleo possa ser usado como combustível são filtros mais finos; a gente precisa tomar cuidado com a filtragem do óleo. Pode passar.

Essa é uma foto de um pistão: depósito carbônico num pistão causado pelo uso de óleo vegetal sem aquecimento, enfim, sem a presença de uma forma especial de usar esse óleo. Essas figuras aqui, eu não sei por que é que sumiram, mas, enfim, coisas da informática. Elas sumiram, porém, elas são exatamente as mesmas figuras que já foram apresentadas pelo Márcio, aquelas figuras de formação de depósito no bico injetor do motor e etc. Então a perda não foi tão grande. Pode passar, por favor.

Na verdade os óleos vegetais, para serem usados em motores diesel, eles precisam sofrer modificações no motor: redução da viscosidade é o fundamental. Isso pode ser obtido através do aquecimento do óleo vegetal antes da injeção; mudança e cuidado com filtros de combustível; para otimizar esse motor e aí, para não ter perda de desempenho, é necessário eventualmente trabalhar com a mudança na pressão de injeção ou com o ponto de injeção, e aqui são mudanças mais sérias no motor; trabalhar sempre fazendo a partida do motor a frio com diesel, esperar o motor esquentar para só então passar a consumir o óleo vegetal; da mesma maneira ao desligar o motor, tem que mudar para diesel até que todos os filtros e linhas de combustíveis estejam já sem o óleo vegetal; trabalhar com um tanque adicional para o óleo vegetal, ou seja, não fazer a mistura, não fazer a mistura com óleo diesel, mas trabalhar em tanque separado. Essa adaptação tem que ser feita de forma profissional para que não haja prejuízo ao motor. Uma coisa que é extremamente importante: as propriedades do óleo vegetal não podem mudar muito a cada lote, porque se houver mudanças grandes nas propriedades do óleo vegetal todo o trabalho anterior que foi feito de ajeitar, qual é a melhor temperatura, qual é o melhor ponto de injeção e etc., esse trabalho se perde por conta da variação das propriedades do óleo vegetal. Fazer a distribuição de óleo vegetal também é complexo, na medida em que eventualmente, particularmente em lugares de clima mais frio, a gente pode ter até que a necessidade de aquecer os tanques. Por fim, misturas de óleo vegetal com diesel devem ser evitadas, porque o óleo vegetal a frio com o diesel vai tender a formar carbonização.

O Márcio até comentou sobre a questão dos motores de pré-câmara. Os motores de pré-câmara são mais adaptados a consumir óleo vegetal. O problema é que hoje em dia a indústria automobilística praticamente não fabrica mais motores de injeção indireta. Era uma tecnologia muito usada do ponto de vista agrícola, mas isso tudo está mudando para a injeção direta, ou seja, a mensagem que eu queria dar aqui é a seguinte: a gente ou mantém o óleo vegetal sem modificações, mas aí é necessário modificar o motor diesel através de um kit, uma série de ações, ou, então, modificar o óleo vegetal, que é a filosofia que se usa quando trabalha com o biodiesel, eu modifico o óleo vegetal para que o motor diesel possa ser usado sem alterações. Pode passar.

Aqui a gente tem um pouco o marco regulatório do programa de biodiesel. Eu não vou entrar, não vou discutir cada uma dessas Leis, Decretos, mas só para a gente ver que para a gente poder introduzir comercialmente um combustível na matriz energética é necessária uma série de providências do ponto de

vista legal, não só a criação da Lei para introduzir esse produto, mas é necessário que a gente tenha regras de comercialização, trabalho sobre qual é o modelo tributário, quais são as alíquotas de impostos federais, enfim, tem toda uma preparação que precisa ser feita até que se possa entrar no uso comercial desse combustível. O próximo.

Aqui a situação do biodiesel no mundo. Só como uma explicação, quer dizer, o biodiesel, pelo fato de não precisar mexer com o motor, a solução do biodiesel é a mais aceita pelos fabricantes do que usar o óleo vegetal *in natura*, porque implica em pouca mudança. Então a gente tem aqui um panorama da utilização [soa a campainha] do biodiesel no mundo. Por favor.

O esquema de comercialização. Essa é uma atividade que é regulada pela ANP, isso serve tanto para os derivados de petróleo, para a gasolina, para o diesel, como, também, para o biodiesel e para as destilarias. Então eventualmente no caso de óleo vegetal passar a ser comercializado, a gente teria que botar aqui um terceiro ator, que seria o fabricante do óleo, e a partir daí uma série de regras de comercialização precisam ser estabelecidas. Pode passar.

Eu mostro aqui como exemplo o biodiesel, a gente verificar que a parte agrícola e a parte de extração do óleo, o esmagamento do grão, essa parte não é regulada pela ANP; a ANP regula a partir da fábrica que vai produzir o biodiesel. Então daqui para frente existe toda a regulação da comercialização cheia de regras e que basicamente essas regras de comercialização se destinam fundamentalmente a proteger o consumidor quando à qualidade, proteger os vários comerciantes e agentes econômicos envolvidos contra a concorrência desleal e evitar fraudes de natureza fiscal, por isso que existe uma série de regras aqui de comercialização. Eu não vou me deter em detalhes. Por favor.

Para concluir eu queria deixar as seguintes observações: o uso de óleos vegetais em motores diesel é tecnicamente possível, desde que o motor sofra as adaptações necessárias. Então a primeira mensagem não é para sair botando óleo vegetal em motor diesel sem nenhuma outra providência, que existe um risco grande de dano, existe um risco grande de redução de durabilidade.

Os fabricantes de motores podem suspender a garantia dos seus produtos caso se empregue combustíveis não especificados. Esse é outro detalhe, se for constatado o uso de um combustível não autorizado o veículo perdeu a garantia.

Aqui a posição da ANP a respeito dessa discussão atual aqui no Senado. A comercialização pública de óleos vegetais em postos revendedores, na nossa visão, ela não pode ser estabelecida a curto prazo porque não há como defender o consumidor contra essa questão que está aqui em vermelho. Óleos vegetais de diferentes procedências, com diferentes graus de purificação, com diferentes propriedades, podem danificar os motores dos consumidores, mesmo no caso de motores preparados para um dado tipo de óleo vegetal. Então é muito difícil fazer uma garantia, quer dizer, o motor foi otimizado para usar o óleo de soja, se ele for mais abastecer com o óleo de amendoim ele não vai estar funcionando na condição ótima, ele vai aumentar a poluição e, eventualmente, pode causar dano no motor. Então a questão da proteção do consumidor aqui é fundamental para a gente ter um ceticismo quanto a essa comercialização de óleo vegetal a curto prazo e aqui nós estamos falando de venda em posto revendedor.

Porém, existe uma questão que é absolutamente possível, que é a comercialização feita por autorização da ANP entre o produtor do óleo e a empresa que está interessada em consumir esse produto em frotas cativas, ou seja, não pela distribuição através de postos, mas em frotas cativas. No caso de frotas cativas, desde que atendida a Resolução da ANP nº 19, que trata de combustíveis não especificados, não teria problema nenhum. Então uma frota de ônibus urbano, ela vai ter que entrar em acordo com o fornecedor de óleo, eles vão concordar, eles vão fazer uma negociação e a questão da qualidade será gerenciada pelas partes, duas empresas. Então nessas condições não tem problema nenhum, isso já pode ser feito a partir de hoje, não tem... Inclusive na apresentação do Sr. Paulo, ele até mostrou uma autorização da ANP para um teste em quatro ônibus em Goiânia utilizando óleo vegetal. Então esse tipo de comercialização feito entre empresas ou o Poder Público, enfim, não tem problema nenhum. Do ponto de vista do consumidor individual que para o seu veículo num posto para abastecer, a gente tem uma séria dúvida se isso pode ser feito a curto prazo por conta essas questões que foram levantadas, ou seja, é possível usar o óleo vegetal em motores? É possível, mas a gente precisa tomar, primeiro, as providências técnicas necessárias, que já foram ressaltadas anteriormente, e do ponto de vista regulatório, do ponto de vista da proteção do consumidor, isso não deve ser feito em postos revendedores, isso deve ser feito prioritariamente por entrega direta do produtor do óleo ao consumidor em frotas cativas. Nesse aspecto não há nenhum problema. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Dr. Waldyr Gallo que, obviamente, também botou um pouquinho de gosto ruim nessa questão do óleo, mas mostrou alguns caminhos que podem ser percorridos. A verdade

é que essa alternativa é um caminho ainda que tem muito a se percorrer, não é isso? É preciso, sobretudo no campo da tecnologia, desenvolver uma forma de compatibilizar esse novo combustível com os carros, os veículos disponíveis.

Eu gostaria aqui de fazer algumas perguntas, nós vamos passar aqui aos debates. Você tem alguma pergunta para fazer, Gilberto?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu faço em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de saber o seguinte: essa dificuldade que foi apontada pelo Dr. Gallo com relação aos tipos de óleos que podem trazer transtornos, quer dizer, a mudança de um determinado tipo de óleo para outro que afetam duramente a condição do motor e a questão ambiental que foi também alertada aqui pelo Ceotto, será que poderia ser superada caso haja uma tecnologia que leve a uma padronização desses óleo ou essa tecnologia também é distante? Como é que o senhor enxerga isso?

DR. WALDYR GALLO: Um pouco me metendo em seara alheia, porque realmente eu não sou da área agrícola, então para falar sobre a variabilidade das propriedades dos óleos seria talvez mais adequado a alguém da área agrícola ou agroindustrial. Mas pelo que eu conheço, pelo que a gente tem visto, os óleos vegetais variam bastante, quer dizer, cada partida de óleo sai com propriedades muitas vezes bastante diferentes e que para uma série de utilizações essas diferenças são irrelevantes. Do ponto de vista de usem motor, a gente precisa tomar alguns cuidados, por isso que eu fiz essa observação. Eu não sei, porque não é a minha especialidade, eu não sei se existe a possibilidade de padronizar o óleo. Certamente alguns processamentos, por exemplo, o óleo a ser usado como combustível tem que ser necessariamente degomado ou pode ser óleo cru? Então essa é uma decisão que certamente pode ser tomada e é um início de padronização, mas de qualquer maneira eu acredito que a própria natureza, ao produzir os óleos, os produz com uma certa variabilidade que no caso de otimização de motores pode atrapalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu gostaria de ouvir o Dr. Paulo e o Dr. Márcio também sobre essa mesma hipótese, que eu acho que aí é um gargalo bem complicado.

DR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA: Em relação aos tipos de óleos, por exemplo, nós temos um óleo específico, que é o óleo de dendê, que inclusive o colega César de Castro, que é agrônomo, pode até responder isso com maior propriedade, é um óleo cujo perfil de ácido graxo se dá bem em regiões quentes. Portanto, ele tem uma fluidez, ele flui em dutos e, portanto, poderia ser usado com um motor, claro, adaptado, em regiões mais quentes, porque uma das propriedades de combustíveis para motores diesel é a fluidez em regimes de tempos frios. Por exemplo, nos temos Estados no Brasil abaixo do Trópico de Capricórnio que são de região temporada e no inverno as temperaturas, como nós estamos verificando agora, caem muito. O óleo de palma, se for utilizado nessa época do ano, na Região Sul, fatalmente causará problema. Então dependendo do tipo de óleo, cada tipo de óleo tem o seu perfil de ácido graxo, temos aplicações para áreas, para regiões específicas em função da questão climática.

SR. PAULO DE MORAIS: Com relação às diversas possibilidades de utilização de óleos vegetais, tem uma coisa que se impõe, que é o aspecto econômico. Apesar de nós termos possibilidade de óleo de palma, óleo de girassol, óleo de amendoim, todos eles têm um valor de mercado muito elevado e, com certeza, não são viáveis economicamente serem utilizados para a substituição do diesel, que tem um valor muito mais baixo. Então basicamente nós já ficamos restritos a uma matriz basicamente com o óleo de soja em função do aspecto econômico. E dentro dos óleos de soja, as experiências que eu pude constatar na Alemanha são de que não há uma variação tão significativa de características. Estamos com a possibilidade de vir a ter o óleo de pinhão-manso, que também tem características relativamente estáveis. Então hoje eu enxergo num primeiro momento de utilização basicamente com o óleo de soja e, talvez, num próximo momento, o óleo de pinhão-manso. Os demais óleos, eu acho que não têm viabilidade econômica.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem. Eu gostaria de perguntar ao Dr. Gallo sobre o Programa de Biocombustíveis, se também não está ocorrendo a mesma situação por falta de condições econômicas de se produzir um óleo substituível ao óleo de soja, como o óleo de pinhão-manso, mamona, que foi o que levou o Governo a introduzir essa política de biodiesel para incentivar a agricultura familiar, dar uma renda diferente, inclusive o óleo de palma também, que é altamente rentável, poderia estar sendo desde que concretamente amparado no sistema de produção, ele poderia ser altamente vantajoso economicamente para quem fizesse então esse sistema de produção. Mas, infelizmente, devido à situação de se produzir o B3, as indústrias instaladas, a urgência de se tocar as indústrias para não terem problema de continuidade, viabilidade econômica prejudicada, porque são normalmente indústrias que foram financiadas e que

precisam ter a sua rentabilidade resolvida, também está se usando praticamente óleo de soja, óleo de algodão, porque não tem tempo hábil de se produzir aquele óleo que a agricultura familiar teria que estar atendendo a demanda, inclusive dentro da orientação do Programa do Selo Social. Infelizmente, então, a cultura que mais tecnicamente responde, apesar que é a que menos óleo produz por hectare, ainda é a soja. Mas, independente disso, essa pergunta que eu lhes ponho, se também não está ocorrendo o mesmo no Programa de Biodiesel.

SR. WALDYR GALLO: Perdão, Senador, ocorrendo o mesmo problema de qualidade?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não, da utilização praticamente de todo o programa de biodiesel de 1,2 bilhões de litros que hoje são consumidos--

SR. WALDYR GALLO: Estarem fundamentalmente na soja?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Fundamentalmente é a soja que está viabilizando essa compra pela ANP nos leilões, porque é o óleo mais barato hoje, que melhor tecnologia nós temos de produção em todo o País.

SR. WALDYR GALLO: Na verdade, arredondando os números e sem ser muito preciso, da ordem de 80% do biodiesel produzido no Brasil é biodiesel produzido a partir de soja, porque é a cultura que tem os grandes volumes de produção, já tem uma cadeia toda de esmagamento bem estabelecida. As outras culturas, talvez com o tempo, venham a substituir a soja paulatinamente. O próprio pinhão-manso é, assim, uma aposta que muita gente faz, mas que ele vai ter um tempo de maturação ainda pela frente. Então hoje o Senador tem razão, o biodiesel, o programa todo de biodiesel, 80% do biodiesel é fabricado a partir do óleo de soja. É importante também ressaltar que os outros 20% não estão muito igualmente distribuídos não. 15%, então falamos em 805, mais 15%, ou seja, chegamos já em 95%; esses 15% são de biodiesel fabricado a partir do sebo animal, em geral ligado a grandes frigoríficos, grandes abatedouros, que é um óleo mais barato até um pouco que a soja, apesar de ter alguns problemas um pouco mais... Traz alguns problemas para o biodiesel, inclusive ele raramente é usado sozinho, ele é usado sempre em associação com a soja; os outros 5% restantes da produção de biodiesel se dividem entre o óleo de girassol, o óleo de algodão e alguns resíduos oleosos como, por exemplo, o óleo usado de restaurante, enfim, óleo de reciclagem. Respondi? Eu não sei se eu respondi à sua pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer um questionamento aqui. Não vou especificar a quem, mas aquele que tiver condições de responder que o faça, que eu acho que é importante para a Comissão saber onde está pisando.

Pela Audiência Pública que nós realizamos para discutir especificamente a questão do pinhão-manso e pelo depoimento que nós ouvimos hoje, especialmente do Dr. Paulo Morais, deu para se perceber que a iniciativa privada está correndo mais do que o Poder Público nas pesquisas para o desenvolvimento do biodiesel a partir dessa cultura. A pergunta que eu faço é a seguinte: o Poder Público, que está mais lerdo que a iniciativa privada, tem contribuído através de suas instituições, como BNDES, Banco do Brasil, financiando a iniciativa privada, dando condições para que ela possa desabrochar nessa busca de respostas? Principalmente no campo tecnológico eu acho que tem que vencer muito para que a produção e a produtividade alcancem os objetivos que se buscam. Essa é a pergunta, ou seja, como é que está o setor público se relacionando com o setor privado nesse campo da pesquisa e no fomento à produção?

SR. WALDYR GALLO: A pergunta talvez seja assim um pouco grande, um sanduíche um pouco grande demais para a nossa boca, que somos técnicos, para falar assim em nome de uma articulação maior do Governo Federal, enfim, dos órgãos públicos, mas eu queria só lembrar uma coisa que é verdade e que existe do ponto de vista da Agência Nacional do Petróleo. É que o petróleo, quando é extraído de grandes jazidas, ele gera recursos para a pesquisa. Esses recursos são geridos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, pelo MCT, através de um Fundo, um Fundo proveniente de recursos de exploração do petróleo, e as diretrizes para a utilização desses recursos passam, evidentemente, por pesquisas na área de petróleo, mas também são apropriadas e também são aprovadas linhas de pesquisa na área de biocombustíveis. Então o MCT/FINEP tem recursos, tem recursos que podem ser usados para pesquisa. Do ponto de vista do financiamento direto a empresas aí, BNDES e Banco do Brasil, apoio bancário a financiamento de pesquisa, eu realmente não tenho muitas informações, mas do ponto de vista de ciência e desenvolvimento científico feito através do MCT, o próprio petróleo joga um dinheiro no MCT que pode ser usado também para pesquisa em biocombustíveis.

SR. DENÍLSON FERREIRA: Eu gostaria de fazer um comentário também. Especificamente em relação ao pinhão-manso, há um programa intensivo de pesquisa no contexto da EMBRAPA Agroenergia com recursos do MCT, com recursos do Ministério da Agricultura. Esse é um dado. Em relação ao contexto do financia-

mento da cultura através da política agrícola, através dos bancos que financiam a agricultura no Brasil, em que pese o fato que nós já temos conhecimento que algumas instituições bancárias financiaram o cultivo do pinhão-manso, há que se relatar que o Ministério da Agricultura não pode fazer essa indicação nesse momento pelo fato de nós não possuirmos ainda o Valor de Cultivo e Uso. Nós temos um registro no Ministério da Agricultura para o pinhão-manso que é um registro, digamos assim, provisório de cultivar exatamente dentro desse contexto estabelecido da pesquisa, mas nós não podemos indicar para os agricultores, fazer o plantio e o financiamento porque os riscos não estão estabelecidos, exatamente porque não existe, ainda, esse Valor de Cultivo e Uso. Então é fundamental o avanço das pesquisas que estabelecerá o chamado VCU para que possa ser incluído dentro do contexto da política agrícola nacional.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria, só para não perder o embalo dessa indagação, pedir ao Dr. Paulo que responda se esse valor do cultivo e uso, que é apontado pelo Denílson, se está dentro de um cronograma aceitável, se realmente no caso da iniciativa privada, se ele acha que está caminhando na velocidade ideal ou se está atrasado também, se realmente o Poder Público poderia acelerar mais.

SR. PAULO DE MORAIS: As presenças experiências que eu tenho dito e em contato com a Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão-Manso, fica muito claro que a iniciativa privada, principalmente com algumas multinacionais europeias, estão fazendo investimentos aqui no Brasil e não contam com o apoio oficial. Não estão aguardando pelas pesquisas dos órgãos oficiais, mas estão fazendo investimentos. Se houvesse já uma disponibilidade a nível de financiamento, nós já estaríamos com plantios em escala bem maiores do que nós temos atualmente, que todas estão sendo feitas com recursos privados.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Há um número considerável de pesquisas nessa direção, que já seja capaz de convencer todos os segmentos que estão interessados em acompanhar o desenvolvimento dessa cultura?

SR. PAULO DE MORAIS: A iniciativa privada, nessas pesquisas que têm sido feitas, ela tem disponibilizado de uma forma geral ao público, inclusive realizando diversos dias de campo e abrindo, de uma forma geral, todos os desenvolvimentos que eles têm obtido. Por outro lado, vamos dizer, as pesquisas oficiais não têm sido da mesma forma aberta aos interessados em produzir.

SR. DENÍLSON FERREIRA: Eu gostaria só de fazer um comentário em cima do que foi falado. Inclusive esses dias de campo que estão sendo executados pela Associação Brasileira de Produtores do Pinhão-Manso, do meu amigo Mike Lu, é uma ação do Ministério da Agricultura, lá da Coordenação-Geral de Agroenergia, com o apoio da EMBRAPA Agroenergia. O que é que ocorre? É que trata-se de uma cultura perene, ou seja, uma cultura que demora um número X de anos para produzir. Não é uma cultura que numa safra você tem todo o controle para estabelecer todos os parâmetros de pesquisa a serem considerados. Então esse processo, digamos assim, ele pode ser encurtado até certo ponto, porque é uma cultura que leva três anos para ter maturidade, ou seja, e as previsões estabelecidas pela EMBRAPA Agroenergia seria que em dez anos, isso há uns dois anos atrás, quando se iniciou todo o processo, nós teríamos esse cultivar com o Valor de Cultivo e Uso para daí entrarmos num outro processo de melhoramento genético. Esses prazos estão sendo antecipados com toda a rede de pesquisa de EMBRAPA e com todos os--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então há um cronograma?

SR. DENÍLSON FERREIRA: Há um cronograma, eu tenho até aqui um encarte que eu posso deixar com o Senador e que trata um pouco disso. Fora as iniciativas da EMBRAPA Agroenergia, há um contexto de iniciativas inclusive que envolvem a iniciativa privada através dos associados da ABPPM, que envolve as Universidades Federais, as Universidades Estaduais, financiadas pelo MCT. Então não dá para dizer que o Poder Público está ausente dessa discussão, pelo contrário, estamos até o último fio de cabelo envolvidos nessa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, na verdade, a falta da definição desse Valor de Cultivo e Uso acaba acarretando também uma dificuldade de crédito para a própria produção?

SR. DENÍLSON FERREIRA: Exatamente, Senador, porque aí é que se estabelece o risco, porque o Valor de Cultivo e Uso determina a homogeneidade do processo produtivo, estabelece as variedades. São questões mais técnicas agronômicas, mas que possibilita ao agente financeiro estabelecer exatamente qual é o risco, porque hoje nós temos problemas de homogeneidade. Esse processo de colheitadeira que foi demonstrado aqui na apresentação eu conheço, é do Sr. Tominaga, lá da BIOJAN, se eu não me engano de Barbacena, que é uma adaptação de uma

colheitadeira de café, mas tem um problema porque os frutos não amadurecem no mesmo período. Então tem um processo intenso de pesquisa para a gente poder avançar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deixa eu fazer uma pergunta bem objetiva: de um a dez, qual a distância que foi percorrida na direção de se definir o Valor de Cultivo e Uso?

SR. DENÍLSON FERREIRA: Eu acredito, não sou a melhor pessoa para dizer, eu gostaria de ter aqui o Dr. Frederico Durães da EMBRAPA e Agroenergia, mas eu acredito em quatro, acredito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quatro?

SR. DENÍLSON FERREIRA: Exatamente, e os resultados dessas pesquisas estão sendo publicados em diversos eventos relacionados à pesquisa agroenergética. Está previsto um Congresso Mundial de Pesquisa e Desenvolvimento em Jatrofa no México, agora no mês de julho, quer dizer, há uma discussão internacional intensa pelas possibilidades, como foi mostrado aqui os testes com a Japan Airlines com o querosene de aviação exatamente por essas características propícias ao biocombustível da jatrofa que se avança nessa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de ouvir primeiro, para depois fazer a minha pergunta, o Dr. Márcio.

SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA: Senador, é o seguinte, eu pediria a palavra do Dr. César de Castro, que é agrônomo, colega nosso na EMBRAPA Soja, que poderia fazer considerações bastante pertinentes a respeito da cultura do pinhão-manso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então vamos chamá-lo para cá. Nós estamos, na verdade, quase que prosseguindo da Audiência anterior, que foi convocada para o pinhão-manso. Dr. César de Castro, que é Pesquisador da EMBRAPA.

SR. CÉSAR DE CASTRO: Bom-dia e obrigado. Eu sou pesquisador da EMBRAPA Soja. A EMBRAPA Soja trabalha com basicamente a segunda e a terceira cultura que mais produz óleo, que é a soja e girassol. Só perde, na verdade, para o dendê, que é uma cultura perene. Então com essas culturas a EMBRAPA Soja tem dado respostas à altura.

Com relação ao pinhão-manso, a EMBRAPA tem a EMBRAPA Agroenergia, como foi bem citado pelo Dr. Denílson, a EMBRAPA Agroenergia tem trabalhado bastante nisso e eu acredito que justamente o espaço percorrido, numa escala aí de zero a dez, está na ordem de três a quatro, é uma cultura ainda relativamente nova em que eu percebo que existem bastante problemas. O agricultor vai ganhar basicamente o dinheiro só com a venda do óleo, tendo em vista que a torta não é utilizada para a alimentação animal, isso é um empecilho principalmente para o pequeno produtor, ele precisa ter essa fonte de renda advinda também da produção da torta. Mas eu acho que com relação às pesquisas, a EMBRAPA, junto com os seus parceiros, tem dado resposta à altura. Eu volto a dizer a questão da soja. A cultura produz em torno de 20% de óleo, mas temos 22 milhões de hectares de soja. Mas não foi ontem que começou isso, a EMBRAPA já está há 30, 35 anos trabalhando. Não vai precisar desse tempo todo para se trabalhar com o pinhão-manso, mas já tem também pesquisas com outras culturas, como o dendê. Por que a gente esquecer do dendê, que é a cultura que mais produz óleo no mundo e basicamente por poucos países do Sudeste Asiático e alguns da Costa Oeste da África, países de colonização francesa. O dendê é um fato, não tem porque nós não dedicarmos mais atenção ao dendê, não é nem questão de pesquisa, talvez seja questão fundiária, questão legal, qualquer outra coisa.

Eu gostaria de aproveitar, com relação ao que foi perguntado antes, por que é que vai variar a composição do óleo de uma cultura para outra, eu diria mais, ele vai variar se for produzido no Rio Grande do Sul ou no Estado de Roraima, por exemplo. Quanto mais calor a planta tiver, de um modo geral ela vai ter óleos com menor quantidade de duplas e insaturações. Por exemplo, se mostrasse aquela figura do triglicerídeo, quanto mais dupla ligação tiver, por exemplo, um Omega 3, mais líquido vai ser esse óleo. Então o que eu quero dizer é que um óleo produzido no Brasil de girassol, ele vai ser mais fluído do que esse mesmo óleo produzido com o mesmo híbrido, inclusive, em Roraima. Isso se acontece dentro da mesma planta, acontece muito mais com plantas distintas ou até quando a gente produz biodiesel advindo de sebo, como foi dito. O biodiesel vai ter a mesma característica do ácido graxo que compõe esse triglicerídeo. O sebo, ele é sólido à temperatura ambiente, por isso que ele é gordura, não é óleo. Então esse biodiesel vai ter problema, vai ter que passar por algum processo melhor. Então o Brasil, ele tem condições de produzir biodiesel de diversas coisas, quer dizer, entre o Trópico de Câncer e Capricórnio, onde basicamente não existe País do Primeiro Mundo, à exceção de parte da Austrália, é aonde tem a maior quantidade de plantas, mas também onde tem poucas pesquisas. Se nós pensarmos bem, na soja é que foi investida uma grande quantidade de pesquisa. O pinhão-manso é uma coisa de poucos anos, então

vai demorar um pouco ainda a se ganhar espaço para essa cultura que é importante. Mas é importante também outras: a macaúba, por exemplo, o patuá, que na Segunda Guerra Mundial o Brasil exportou óleo de patuá para a Europa porque tem um perfil de ácidos graxos semelhante ao azeite de oliva, ou seja, não nos falta cultura, o que falta é investimento e tempo para que as pesquisas respondam sem partido, sem ser partidário ou paixão, qual é a cultura que é melhor. O pinhão-manso é uma promessa e o fato é que atualmente é a soja, mas pode ser o girassol também. Foi colocado o preço bastante alto do girassol, porque a qualidade do ácido graxo dele é melhor, ou seja, para o consumo humano, mas nós temos o quê? Uns 150 mil ou 200 mil hectares só de girassol no Brasil. E a Argentina, que nos avizinha ao Sul, é o segundo maior produtor, só perde para a Rússia, quer dizer, o que falta é investir aqui dentro para produzir, mas poderíamos produzir óleo combustível e o óleo para a alimentação humana por diversas culturas. O que falta realmente é tempo e isso começou, assim, de uma forma muito rápida de se dar respostas. Acredito que a questão de colocar esse óleo dentro do motor, ele vai depender de escolher qual é a planta que produz mais e de forma mais racional, e modificando eu acho que o motor, com algumas modificações. A gente tem acompanhado diversos kits que aumentam a temperatura, kits que aumentam a fluidez misturando substâncias mais fluídicas no óleo de girassol para fazer isso, trabalhos que o Márcio Turra inclusive fez no Doutorado dele. O que nós temos que dar é um tempo para isso aí. Eu acredito que as colocações do Dr. Gallo de que ou deva se mudar o óleo ou deva se mudar o motor são bastante pertinentes no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, estava escondido ali, prestou um belo depoimento. Márcio, você gostaria de fazer algum comentário também? Já terminou?

Senador Flexa, que é o Relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bomdia Presidente Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, senhores convidados.

Eu quero, primeiro, justificar ter chegado já após as exposições. É que lamentavelmente a TAM resolveu atrasar hoje o voo por duas horas e meio de Belém; tinha que sair as seis, saiu às oito e meia.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Faltou querosene e não tinha o óleo de pinhão-manso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi por problema meteorológico, mas eu vou, depois, solicitar as notas taquigráficas para poder fazer a leitura das exposições, que tenho certeza que foram bastante importantes.

Como V. Exa. bem ressalvou, Presidente Senador Valter Pereira, eu tenho o privilégio de ser o Relator do PLS 81, do Senador Gilberto Goellner, que propõe a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustíveis para vários equipamentos, inclusive para também transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário.

Eu tenho me debruçado sobre essa questão há muito tempo. Em 1995 eu fiz uma visita, estava Presidente da Federação das Indústrias do Pará e com o então Governador Almir Gabriel nós buscávamos verificar nos países de clima tropical, na faixa dos trópicos, aqueles desenvolvidos e para que a gente pudesse fazer uma visita na intenção de importar tecnologia. Nos deparamos com a Malásia, a Malásia que tinha ao longo de trinta e poucos anos, naquela altura, se transformado de um País pobre num Tigre Asiático, já hoje acendendo quase que a um País de Primeiro Mundo. As culturas que levaram a Malásia nessas três décadas e meia a fazer essa transformação: borracha, dendê, pimenta do reino e cacau, exatamente as culturas que nós tínhamos na Amazônia e, em especial, no Pará. Nós fomos até lá, Senador Valter Pereira, passamos 20 dias percorrendo a Malásia por inteiro. Com o que nos deparamos nos trouxe a certeza de que o caminho tinha realmente que ser, evidentemente mantido os acertos e corrigidos os erros que foram cometidos nessa mudança lá naquele País, mas que nós teríamos que adotar no Brasil. Em seguida, trouxemos uma comitiva do Governo e de empresários de Malásia com o interesse de investir no Brasil e, em especial, na Amazônia, em função do clima e por ser propício para a cultura. Lamentavelmente essa comitiva entrou no Brasil por Brasília e aqui, numa Audiência com o Ministro do Meio Ambiente à época, foi orientada a não fazer negócio no Brasil, ou seja, em outras palavras, não me foi dito isso, mas "vocês não são bem-vindos ao Brasil, vocês são considerados como predadores e, então, por isso, nós não achamos interessante fazer negócios no Brasil e, em especial, na Amazônia". Eles estiveram conosco na Amazônia, disseram isso, acharam lamentável terem sido recebidos no Brasil desta forma e disseram que se não fosse possível fazer investimento no Brasil, porque já naquela altura a Malásia era a maior produtora de óleo de palma do mundo com dois milhões e meio de hectares plantados e não tinha mais nenhum palmo de terra para poder plantar. Então ela tinha tecnologia, tinha capital e não tinha terra, estava buscando um espaço no resto do mundo em áreas propícias para fazer esse plantio. Eles disseram abertamente lá no Pará: "Se o Brasil

não nos quer, nós vamos buscar outros dias mercados, nós vamos para o Peru, nós vamos para a Bolívia, nós vamos para a Colômbia, nós vamos para o México, nós vamos para outras áreas aonde também podemos fazer esse cultivo".

Isso já remonta, de 1995 para cá nós temos quase que 15 anos, 14 anos. Eu tenho levantado essa bandeira com várias propostas, inclusive desde os governos passados até nesse Governo, para que pudéssemos fazer a produção do óleo de palma, em especial do óleo de palma, porque seria o mais propício na minha região e no meu Estado. Só no Pará, numa área, num raio de cem quilômetros de Belém, você tem áreas propícias da ordem de dois milhões de hectares para o plantio do dendê, ou seja, o Pará sozinho, sem devastar, sem derrubar uma única árvore, esse é o ponto fundamental, só em áreas antropizadas, áreas já alteradas, poderia se tornar o maior produtor de óleo de palma do mundo. E lamentavelmente, passados 15 anos disso aí, nós temos hoje plantado menos de 100 mil hectares na Amazônia e no Pará, apesar da EMBRAPA possuir um centro de pesquisa de produção de sementes na região de Urubu, no Amazonas, que estava totalmente abandonado, e que hoje, através de uma parceria com o setor privado, está retomando a produção de semente, porque a maior dificuldade na realidade também para aqueles que querem produzir é conseguir a semente, porque tem que ser importada. E aí, lamentavelmente, o projeto que eu apresentei há quatro anos e meio aqui no Senado Federal que permitia a utilização, flexibilizava o Código Florestal permitindo a utilização das áreas antropizadas para em 30% dela ser utilizada para o plantio de palmácea e de outras espécies exóticas ou nativas, ele, apesar de aprovado por unanimidade no Senado Federal, ele está empacado até hoje lá na Câmara e não anda, não tem jeito de andar porque os ambientalistas acham que o projeto é floresta zero, apelidaram de floresta zero, mas ele não derruba uma única árvore, pelo contrário, ele preserva a Amazônia, ele não permite o avanço sobre a floresta, ele não permite usar nessas áreas antropizadas a compensação em áreas de preservação para a produção de grãos, para a produção de pecuária, nada; é só para reflorestamento com espécies nativas ou exóticas. Lamentavelmente o dendê é exótico, está há 500 anos no Brasil, como também são exóticas o boi, a galinha, o peru, está entendendo? [risos] Nós, nós somos exóticos, os índios é que não nativos, nós todos somos exóticos, então não teríamos o direito nem de estar aqui, nem de estar aqui representando o povo brasileiro. Mas lamentavelmente eu não consigo vencer a barreira ideológica feita pelas Organizações Não-Governamentais ligadas à área ambiental. Eles têm uma mídia impressionante, tem recursos externos e bloqueiam o projeto de toda maneira.

Agora recentemente o Ministro Reinhold Stefani, me perdoe Senador Valter Pereira, eu preciso fazer esse relato para ver como é difícil a gente estar aqui, o Senador Gilberto Goellner também é um defensor da produção de biocombustível, mas como é difícil a gente avançar. Acho que a gente dá um passo à frente e dois para trás e não consegue sair da mesmice. O Ministro Reinhold Stefani assumiu de público agora, assumiu de público que a solução para que o Governo do Presidente Lula atenda o que ele pretende fazer, de usar até 2013 parece que 5% na mistura, para isso ele tem que produzir, tem que ter. E a mamona, que era o carro chefe do governo, se fazia loas para o plantio da mamona, já se mostrou inviável economicamente, não dá para fazer produção de biodiesel, de biocombustível, em escala com a mamona. Há possibilidade do pinhão-manso e pelo dendê, que é comprovadamente, já exaustivamente comprovada, como sendo o caminho natural para se poder atender, até porque, até porque o biodiesel produzido do dendê é subproduto, ele passa por uma cadeia que vem desde o óleo bruto, passa pelo óleo refinado, vem para o óleo comestível, vem para as margarinas. O que era colocado como alimento animal, que era o final do processo, dali você ainda consegue tirar o óleo para produzir o biodiesel, ou seja, não há nenhum impacto na cadeia alimentícia, nenhuma concorrência com a cadeia alimentícia, que é uma preocupação de todos evidentemente que o biocombustível não venha impactar a produção de alimentos para o mundo.

Então hoje o Ministro Reinhold Stefani defende, mas não consegue avançar também. Ele esteve visitando e era importante, Senador Valter Pereira, que o Senado Federal, a Comissão de Agricultura, tão bem presidida por V. Exa. , pudesse visitar um projeto experimental feito no Município de Moju, no Estado do Pará, com um assentamento do INCRA totalmente abandonado. Existiam lá 150 famílias que não tinham do que subsistir. Viviam, eu acho, que abaixo da linha da miséria, pior que animais. Esse experimento, através do Governo do Estado, do Governador de então Almir Gabriel, com o financiamento do BASA pelo PRONAF, com a assistência técnica da empresa que é hoje a maior produtora de óleo de palma do Brasil, que está no Estado do Pará, da AGROPLAMA, eles fizeram que as 150 famílias de assentados plantassem, em cada lote de 25 hectares, dez hectares de dendê. A planta para poder produzir leva de dois anos e meio a três. Durante esse tempo os assentados recebiam um salário mínimo e mais a assistência para agricultura de subsistência para plantar mandioca, para criar galinha,

para poder subsistir enquanto a empresa dava assistência, cedeu a semente e dava a assistência técnica. Bom, hoje, passado já cinco anos, em plena produção, talvez seja o único financiamento do PRONAF, seria bom o Senado até fazer uma solicitação para saber se isso é verdadeiro ou não, que tenha retorno para o órgão financiadora, porque a empresa compra os cachos das famílias, retém 25% desse valor para pagar o BASA, o financiamento do BASA, e tem hoje uma renda familiar da ordem de 2.500 a três mil reais por família, por família daquelas que estão lá assentadas.

Com este exemplo eu já percorri o Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente para transformar os assentamentos do INCRA em modelo daquilo que pode ser feito, evidentemente na área propícia ao plantio, não consigo avançar, mas não vou desistir.

Eu acho que esse projeto do Senador Goellner é importante e eu gostaria de fazer duas ou três questionamentos, porque o projeto do Senador Goellner propõe, e eu, como Relator, preciso ter essas informações, ele propõe que seja usado o óleo vegetal *in natura* nas fazendas para o trator, colheitadeira. Até aí, conversando com ele já várias vezes, não há nenhum problema, eu acho que se você produzir o óleo e usar no seu equipamento, ele adaptado para aquele tipo de combustível, não há problema. Só que ele pretende ir mais longe. Eu acho que ele está correto. Aí ele já me trouxe aqui exemplos dos países da Europa de que você tem bomba de óleo vegetal para abastecer os veículos. Então você tem lá o óleo vegetal, você tem o diesel, você tem a gasolina, você pode até mixar qual a proporção que você quer fazer aqui, se é o de 5%, 10% ou o 100%.

O questionamento que eu queria fazer, principalmente ao Dr. Gallo, da ANP, que conversando com o Senador Goellner, eu acho, eu penso que para que isso possa realmente chegar aos postos de distribuição tem que ter uma regulação por parte da ANP como tem os outros combustíveis. Você não pode chegar no fazendeiro, colocar um posto para vender óleo vegetal na porta da sua fazenda, passa um caminhão, ele abastece; não há como ser isso, então nós precisamos ter essa regulação. É evidente que precisamos ter escala industrial para que possa abastecer essa rede que seria, eu penso, seria como foi o caso do etanol, quer dizer, o etanol hoje já é um combustível usado em todo o Brasil e aprovado, então isso num futuro próximo seria também a possibilidade de se ter. Mas eu gostaria de perguntar à ANP: Como é que nós caminharíamos no Parecer para que pudéssemos atender... Eu sou favorável ao projeto do Senador Gilberto Goellner, só que precisamos fazer algumas Emendas no sentido de poder ter essa comercialização regulada, porque aí nós temos que ter qualidade. É importante, eu ouvi aqui, numa Audiência Pública que houve em abril de 2007, o Dr. Arnoldo de Campos, ele diz que não existem regras internacionais de padronização para o biodiesel. Isso realmente é uma dificuldade para que você possa transformar isso a nível internacional. E, também, identificar quais as matérias-primas que permitam alto rendimento por unidade de área cultivada, que é isso que nós estamos vendo aí, é o caso do pinhão-manso, é o caso do dendê; não adianta insistir com mamona, eu não sei o girassol, eu não conheço o girassol, não sei se tem essa possibilidade.

Mas eu queria perguntar também, tinha aqui algumas perguntas, eu gostaria de perguntar ao Dr. Osvaldo, que é Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, eu não sei se o senhor conhece o Projeto 6.424, que é esse que de minha autoria que tramita lá no Senado. Eu gostaria de ouvir de V. Sa. se realmente esse projeto é nocivo ao meio ambiente, se ele traz algum dano ao meio ambiente quando ele permite que 30% das áreas alteradas sejam reflorestadas com espécies nativas ou exóticas e possa fazer a sua compensação em áreas de preservação, segundo o zoneamento econômico e ecológico. Eu quero deixar aqui também bem claro de que no meu entendimento a reserva legal por propriedade não é inteligente. Você faz com que cada vez mais se agrida a floresta. Na Amazônia você só usa 20% da área, então para você ter uma área razoável, você tem que entrar cada vez mais avançando sobre a floresta. Então eu acho que mantida... É uma outra inverdade que os ambientalista dizem do meu projeto, que ele altera a reserva legal, ele não altera, ele mantém a reserva legal de 80% na Amazônia, ele apenas permite que essa reserva seja feita em área de preservação. Então eu defendo o zoneamento econômico e ecológico de todos os Estados brasileiros, em especial da Amazônia, e que a gente possa ter definitivamente quais as áreas que são de preservação, quais as áreas de uso por manejo semi-intensivo e quais as áreas de uso intensivo que seriam aquelas áreas já antropizadas, aqueles áreas já alteradas.

Eu teria outras perguntas, mas eu gostaria de ouvir esses dois pontos, que eu acho importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Flexa, eu acho que se V. Exa. pegar as notas taquigráficas e examinar as advertências que foram feitas aqui com relação ao uso do óleo vegetal *in natura* terá informações suficientes e sobejas para produzir um belo Parecer nesse projeto. Aqui, pelo que eu senti, é admissível sim o uso do óleo vegetal, mas há riscos que precisam ser superados e para isso medidas têm que ser adotadas. Eu

acho que se V. Exa. pegar as notas taquigráficas vai encontrar um manancial de informações úteis para o seu Parecer. Mas, de qualquer forma, V. Exa. fez duas perguntas--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria que os nossos convidados pudessem enriquecer as questões.

SR. WALDYR GALLO: Na verdade, a manifestação que a ANP trouxe para essa reunião de hoje tem como uma das preocupações a questão da comercialização. A comercialização em larga escala a gente vê como problemática, pelo menos num primeiro momento, pelo menos a curto prazo. A gente lembra que, por exemplo, a Alemanha tem essa comercialização, foi mostrado inclusive bombas de óleo, mas a Alemanha tem um clima e o óleo que é usado para fins combustíveis é exclusivamente colza, no caso da Alemanha, numa área assim geográfica, climática e de solos muito parecido. Então eles conseguiram fazer uma especificação, uma especificação técnica para o óleo de colza poder ser usado nos motores.

A gente entende que isso é muito mais difícil no Brasil, que tem uma diversidade de climas e culturas de oleaginosas muito diverso. Para que haja a proteção do consumidor, para que ele tenha não tenha prejuízo nos seus veículos, que não tenha, enfim, não sofra algum tipo de prejuízo, a gente entende que a gente tem um longo caminho a percorrer para poder fazer essa comercialização em larga escala. Porém, e eu acho que isso é muito importante, o uso do óleo vegetal, ele pode ser usado em nichos de mercado, em regiões específicas onde a comercialização tem que passar por uma autorização da ANP, já existe a regulamentação pronta para isso, e aí é uma negociação direta para o produtor do óleo e o frotista ou o agricultor que vai usar esse produto, eles precisam negociar, eles precisam se colocar de acordo sob responsabilidades mútuas, se houver problema no motor como é que é, como que não é, quem vai garantir a qualidade do óleo, mas é uma negociação entre dois agentes econômicos e isso é perfeitamente possível já nos dias de hoje. Eu não sei se eu respondi a sua questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ou seja, a ANP já autoriza, dá essa autorização para a comercialização entre dois entes, o produtor e o frotista?

SR. WALDYR GALLO: É, não só no caso do óleo vegetal, isso vale para qualquer combustível não especificado que queira ser usado em substituição ao diesel ou à gasolina. Em geral essa autorização também necessita de um Parecer ambiental que eu acredito que, no caso do óleo vegetal, não deve ser muito difícil de ser obtida, mas que em outras propostas que a gente já escutou na ANP, de usar substâncias malucas como substitutivo e que houve veto do Meio Ambiente por conta dos efeitos sobre a saúde humana. Então com um Parecer favorável de órgão do meio ambiente e, assim, seguindo a receita que está nessa regulamentação já pronta da ANP, já é possível fazer a comercialização hoje entre agentes específicos; não pode ser feito assim na distribuição em postos de gasolina.

SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO: Da parte do Ministério do Meio Ambiente eu vejo que o Ministério não é impedimento à atividade produtiva. Eu acho que a gente tem uma ideia, não todos, mas um pouco equivocada de que o Ministério do Meio Ambiente quer atrapalhar e, na realidade, ele não quer; nós queremos é sustentabilidade e isso é muito importante. Nós temos um Código Florestal que realmente precisa ser revisto, atualizado. Agora isso depende não somente do Ministério do Meio Ambiente, depende também de todos os outros órgãos, da Agricultura, de Minas e Energia; eu vejo por esse lado. Nós temos problemas sérios de desmatamento, agora eu acho que se existem áreas antropizadas, elas podem muito bem ser utilizadas; isso é uma questão de bom-senso, não precisa nem ser ambientalista para ver, agora tudo dentro do seu limite, tudo dentro da sua possibilidade. Quantos por cento nós vamos utilizar? Esse que é o detalhe. 100% dessa área degradada? Aí é até uma questão científica, técnica. E a questão das APPs, dessas áreas que foram devastadas? Nós temos também que recuperar. Então eu acho que a gente ter o bom-senso e negociar nesse aspecto, a gente não pode ver o Ministério do Meio Ambiente como querer atravancar o processo, pois não quer; eu acho que a gente tem que trabalhar juntos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, se me permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Sr. César gostaria de fazer uma intervenção em cima do que foi dito.

SR. CÉSAR DE CASTRO: Em cima da questão do cultivo de dendê, eu acho bastante interessante. Toda essa produção de óleo de palma e palmiste, que advém da mesma planta, ela é feita basicamente em oito milhões de hectares ou nove milhões de hectares. Só a soja no Brasil tem vinte e dois milhões de hectares. Para cada hectare de dendê que entra em produção, ela é equivalente a dez hectares de soja. Então é uma planta extremamente eficiente e vai ao encontro daquela questão que foi dita de produção de energia por área, quer dizer, produzir dendê é uma questão inteligente. Um plantio de dendê, quem já viu o plantio de dendê, ele é todo coberto, ou seja, a cobertura com [ininteligível], por exemplo, há 20 anos atrás eu

trabalhei na Amazônia, era dessa forma e fica uma área bastante interessante. Então trabalhar com isso eu acho que é bom, principalmente por economia de área, porque cada hectare de dendê que entra em produção ele equivale a aproximadamente dez de soja; é só de nós vermos quando foi que o dendê passou a soja na produção mundial de óleo. Então seria algo bastante interessante aproveitar essas áreas antropizadas, respeitando o Código Florestal e respeitando as condições edafoclimáticas para a planta. A EMBRAPA já teve inclusive um centro, o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê em Manaus, ou seja, existe um pacote tecnológico que pode ser para atender a esses agricultores. O senhor citou bem esse exemplo de Moju, que eu também conheço, acho bastante interessante. Eu não conheço especificamente esse projeto, mas toda essa região do Pará eu conheço.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Denílson gostaria de fazer um comentário também em cima desse assunto só para aproveitar.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Só pela ordem, antes eu gostaria de... Eu preciso me ausentar, existe uma votação numa outra Comissão. Eu queria parabenizar a todos os expositores, eu vejo que todos se ativeram muito bem ao tema, apresentaram sugestões valiosas que serão analisadas pelo Relator. Eu acho que de uma forma conjunta aí nós podemos tirar proveito de subsidiar esse projeto, melhorá-lo ainda mais. Eu gostaria de agradecer a todos que deram uma força muito grande a esse evento aqui, a essa Audiência Pública, que eu acho que é nessa discussão técnica que se consegue então as soluções para o País, já que o País é um País de vanguarda na área de biocombustíveis.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, Denílson.

SR. DENÍLSON FERREIRA: É só um breve comentário em acordo com o Senador Flexa Ribeiro, que tratou a respeito do óleo de dendê. O óleo de dendê é o óleo mais comercializado no mundo hoje, com um valor agregado altíssimo. E é verdade, o Ministro Reinhold Stefani está bastante sensível à questão, nos deu essa difícil tarefa de buscar mecanismos de incentivo à cultura e dentro do governo nós estamos trabalhando nesse sentido. Não há ainda resultados a serem mostrados, porque é uma coisa bastante recente, mas nessa tarefa, imediatamente à minha chegada do Ministério da Agricultura, nós fomos visitar todo esse projeto lá da AGROPALMA, em Moju e tal, e é realmente excepcional. Esse projeto que nós buscamos é para além do uso energético, não é exatamente em função desse mercado potencial imenso que existe, e não existe no mundo País com potencial de aumento de produção de dendê como o Brasil tem disponível com condições edafoclimáticos. E nesse sentido nós já imediatamente, a partir de uma iniciativa conjunta com a EMBRAPA Solos, iniciamos um processo de zoneamento agroecológico para identificar quais são essas áreas potenciais para o cultivo do dendê no País. Além da Região do Sul da Bahia, ali aquela região cacaueira, já identificamos uma área na Zona da Mata Pernambucana, além daquela região lá no Pará, que está sendo feito um zoneamento também agroecológico a partir de uma iniciativa também do MCT para identificar quais são as melhores áreas para aumentar a produtividade. E dentro dessa mesma iniciativa já realizamos no início desse ano uma reunião lá na EMBRAPA, na sede da EMBRAPA, onde nós congregamos todos os agentes envolvidos nessa discussão exatamente para intensificar o processo de pesquisa e desenvolvimento exatamente nesse segmento, inclusive com iniciativas importantes lá para a Estação Experimental do Rio Urubu e para o processo de aumento de produção de sementes e no combate a uma praga que atinge a região, que é o amarelecimento fatal, que precisa ser visto, há avanços nesse sentido. E, também, na busca de uma solução dentro desse contexto do Código Florestal, a partir de um híbrido interespecífico que permite uma espécie que é nativa, você faz o híbrido e aí permite, digamos assim, a exploração econômica daquilo, digamos assim, que estaria na reserva da propriedade.

Era esse o meu comentário.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, quando eu puder, gostaria de dar uma palavrinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Antonio Carlos Valadares, que não usou da palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só queria fazer um comentário ainda sobre as respostas, se o Senador Valadares me permitir; é um comentário sobre as respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um comentário breve?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É. Eu gostaria, Dr. Osvaldo, que as respostas que V. Sa. nos deu sobre os questionamentos dizendo ser favorável

à utilização das áreas alteradas, não é na totalidade, eu me referi a 30% delas, preservada APPs, matas ciliares, nada disso será mexido, se tiver sido mexido terá que ser recomposto.

Eu pediria a V. Sa. se conseguisse marcar uma Audiência com o Ministro Carlos Minc e que pudesse ir em minha companhia para que nós pudéssemos conversar com o Ministro. É difícil. O Ministro, quando assumiu o governo, me parecia ser uma pessoa de diálogo, aberta às negociações; ele mudou completamente. Eu estou aguardando. Já solicitei, Senador Valter Pereira, uma Audiência com o Ministro, mas, lamentavelmente, eu acho que a agenda dele está muito atarefada. Eu pediria auxílio a V. Sa. para que pudesse agendar e pudéssemos ir juntos ao Ministro.

SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO: Bom, eu sou apenas um funcionário do Ministério do Meio Ambiente, aliás, um funcionário do Governo, então nós estamos no mesmo barco. Se for possível, poderei fazer isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, ilustres convidados, debatedores. Qualquer pessoa, por mais leiga que seja, ao tomar conhecimento de que existem projetos no Brasil de utilização do óleo vegetal *in natura*, do óleo vegetal natural para a movimentação de veículos, fica realmente impressionado porque... Deixa o Papa aí terminar que depois eu continuo?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V. Exa. contribuir, não vai perturbar o raciocínio do Senador Flexa Ribeiro, que está ali fechando um assunto importante com o Senador Suplicy.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Está tudo fechado? Graças a Deus.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu queria transmitir ao Senador Flexa Ribeiro que, se ele está tendo dificuldade em dialogar com o Ministro Carlos Minc, eu me disponho a colaborar, ligarei para o Ministro Carlos Minc para que ele possa receber sim o Senador pelo Estado do Pará, com toda a cooperação do Sr. Osvaldo Luiz Ceotto. Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero agradecer ao Senador Suplicy, vou cobrá-lo diariamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, então inteiramente justificada a interrupção.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas é lastimável que um Senador da República tem que valer-se do seu colega de outro Estado, do Estado de São Paulo, para conseguir uma Audiência com o Ministro do Meio Ambiente. Realmente é uma figura exótica [risos] esse Ministro, nós temos que reconhecer isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu nunca tive dificuldade em conversar com qualquer Ministro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Parabéns, Senador Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nem quando era da oposição.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --porque nós somos da base e temos muita dificuldade em falar com alguns Ministros, nem todos, mas alguns Ministros eu só vejo na televisão e olhe que eu sou vice-líder do Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Têm uns que nem na televisão V. Exa. consegue--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só no papel. Como?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um monte nem na televisão V. Exa. consegue--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, até o nome para mim é estranho, porque são tantos, mas isso não vem ao caso.

Estamos discutindo uma matéria da mais alta importância, que é o Projeto de Lei 81, de 2008, do nobre Senador Gilberto Goellner que, sem dúvida alguma, propõe a utilização do óleo vegetal natural não só em tratores, também até em transporte coletivo. Eu estou lendo aqui que há em Goiânia o Projeto Goiânia com a utilização de 100% de óleo vegetal substituindo 60 milhões de litros de por ano, quatro empresas já estão adotando este projeto e São Paulo também estuda a possibilidade da adoção dessa ideia, dessa iniciativa do nobre Senador Gilberto, que tem como Relator um Senador muito atuante, eu tenho certeza que ele vai dar conta do recado, que é o Senador Flexa Ribeiro. Além disso, além de proporcionar uma grande novidade no Brasil, fortalecer a nossa agricultura, vai contribuir, sem dúvida alguma, se esse projeto se elastecer, se expandir para todo o Brasil, como eu espero, vai contribuir, sem dúvida alguma, para a redução dos gases do efeito estufa, para a redução do enxofre que causa tantas doenças. Em São Paulo mortes ocorrem mensalmente por causa deste produto altamente tóxico que é o enxofre e, além disso, proporcionando mais emprego e renda no campo, fixação do homem ao seu lugar de trabalho, vantagens inúmeras existem. Em relação ao meio ambiente, a vantagem é 100%, que enquanto o diesel é altamente poluidor, o óleo vegetal natural praticamente não tem poluição nenhuma,

a fumaça é a mínima possível na hora da utilização do seu consumo.

Por isso, eu gostaria de parabenizar ao seu autor e, muito embora não tenha comparecido ao debate inteiramente porque estava e tenho que voltar para a Comissão de Assuntos Econômicos onde votaremos alguns projetos em fase terminativa, eu gostaria de enaltecer a iniciativa do Senador Gilberto Goellner como, também, parabenizar a todos os participantes deste evento e ao Presidente Senador Valter Pereira, uma pessoa sempre voltada para o fortalecimento da agricultura em nosso País, sendo que ele tem dado esse demonstrativo através de várias relatorias onde prepondera sempre o seu pensamento de que é através da agricultura que nós iremos fortalecer a nossa economia, podemos competir com o mercado externo em condições de igualdade. Agora mesmo o Brasil está dando um banho de competência quando a crise financeira se alastrou pelo mundo inteiro e a nossa agricultura, principalmente a agricultura onde há um consumo interno intenso, em virtude da queda das exportações o nosso consumo é capaz de dar à agricultura a sustentabilidade necessária para a continuação de suas atividades, quer dizer, não fosse a preocupação com o mercado interno nós estaríamos em maus lençóis hoje. Então aquilo que é temporário, que é esta crise, o setor está aguentando como pode porque a nossa população, através de programas sociais, através de atitudes do Governo Federal de redução, por exemplo, do IPI, do Imposto de Renda, quer dizer, está havendo um grande consumo da população e este grande consumo também dá suporte não só à indústria como também à agricultura. Por isso, acho que a utilização dessa iniciativa é importante para o desenvolvimento da agricultura e, também, a correção das distorções em relação ao meio ambiente. Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Senador Valadares. Antes de encerrarmos esta reunião, nós vamos ter aqui a apreciação de um requerimento de autoria do Senador Augusto Botelho e do Senador Eduardo Suplicy que visa convocar uma Audiência Pública para tratar do processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, em data a ser determinada por esta Comissão.

Eu vejo um problema aqui, Senador Suplicy, e gostaria de contar com a colaboração de V. Exa. para administrá-lo. São 12 palestrantes sugeridos. Para isso aqui nós precisaríamos de um dia inteiro ou de dois dias para administrar. Veja o seguinte: hoje nós tivemos cinco e com cinco nós já estamos avançando no horário aqui, já próximo ao meio-dia e meio. Então eu sugeriria a V. Exa. que entrasse em articulação com a CAE para reduzir a quatro ou no máximo cinco palestrantes; aí nós poderíamos votar o requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a sugestão de que como o requerimento envolve a CAE, a Comissão de Agricultura e se solicita a representação do CADE, do STE, dos citricultores de um lado e dos produtores de suco de laranja que justamente têm a concentração observada. Mas o que poderia ser feito é, aprovado o requerimento, a Secretaria de ambos e em colaboração com comigo próprio, com V. Exa., o Presidente, nós procuraríamos junto, por exemplo, aos citricultores de um lado e aos produtores de suco de laranja de outro que eles acordassem em qual a pessoa que viria representá-los, um ou dois no máximo, além dos representantes das entidades governamentais como o CADE e o STE na linha do que V. Exa. está falando, porque como o requerimento já foi aprovado na CAE, mas justamente o Presidente avaliou que seria próprio que fizéssemos em conjunto com a Comissão de agricultura, o espírito daquilo que V. Exa. está sugerindo, uma vez aprovado o requerimento aqui, pode ser observado na forma de conduzi-lo. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós poderíamos aprová-lo com quatro expositores a serem designados nas tratativas com os interessados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De comum acordo entre eles. Eu pediria a V. Exa. que fizesse de quatro a seis, porque conforme for nós--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não vamos a seis, que seis--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Porque hoje tem seis aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas aqui, na verdade, foram só cinco que participaram, aqui foi um contrabando que chegou de última hora e fez uma intervenção muito oportuna, mas, na verdade, curta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem. Eu quero, Sr. Presidente, cumprimentar a todos aqueles que deram aqui uma contribuição tão significativa para que nós, Senadores, venhamos a aprender sobre a utilização do óleo vegetal, do biodiesel. Infelizmente eu estava em outra Comissão simultaneamente atendendo a responsabilidades que temos que fazê-lo, mas cumprimento a todos que aqui colaboraram. Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Antonio Carlos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu já tive ocasião de pessoalmente fazer essa reivindicação, mas eu gostaria de que ficasse registrado em Ata este pedido.

É que eu sou autor de uma proposta que eu considero da maior importância porque valoriza o setor agropecuário no nosso País, a agricultura, que é o projeto que trata do Estatuto do Produtor Rural, da minha autoria. Ele está aqui há mais de dois anos. Esse Estatuto do Produtor Rural, inicialmente, foi designado como Relator o nobre Senador, o inesquecível Senador Jonas Pinheiro, que deu Parecer favorável, mas nesse ínterim, antes da aprovação da matéria, ele faleceu. E o então Presidente, que não foi V. Exa., designou como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que é uma Senadora da mais alta competência, todos nós sabemos o brilhantismo com que ela desenvolve o seu trabalho aqui no Senado Federal. Entretanto, talvez devido às ocupações que ela têm hoje como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ela não tenha tempo de relatar a matéria, tanto que está há quase dois anos na mão dela e essa matéria não sai do gabinete da Senadora Kátia Abreu, lamentavelmente. Então eu gostaria que V. Exa. de imediato, devido à importância da matéria e ao intercâmbio com que V. Exa. mantém com os produtores do Brasil e nós todos aqui nessa Comissão, que V. Exa. designe outro Relator que tenha interesse em encaminhá-la e fazer a sua tramitação normal.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então eu determino, atendendo a V. Exa., determino ao Secretário da Comissão--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa., Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --que peça a devolução do projeto a fim de que nós possamos redistribuí-lo a outro relator.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já que não há um interesse da Senadora em relatar a matéria. Dois anos na mão, isso é significativo, é um tempo bastante suficiente para dizer a nós todos que ela não tem interesse em relatar a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Agora em votação esse requerimento com a convocação de cinco dos citados aqui nesse requerimento que já foi aprovado também pela CAE.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que os próprios produtores de suco de laranja de um lado e de laranja do outro definam os seus representantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Em votação. Não havendo divergência, está aprovado por unanimidade.

Eu consulto aqui se algum dos expositores deixou alguma resposta pendente e que gostaria de prestar nesse momento. Sr. Paulo Morais.

SR. PAULO DE MORAIS: Eu gostaria só de ressaltar que haveria possibilidades aqui no Brasil já de estarmos avançando na produção de óleos vegetais, talvez em passos mais largos, através da iniciativa privada. Particularmente eu estive, fui consultado por um grupo norte-americano pretendendo fazer a implantação aqui da produção de óleo de pinhão-manso, mas devido a embargos por parte do Banco do Brasil, mais especificamente, não houve possibilidade de haver uma inversão de recursos significativos aqui no Brasil com tecnologia deles e com risco deles. Esse tipo de situação eu acho que trava muito o nosso desenvolvimento. Nós estamos realizando uma série de pesquisas para fazer o desenvolvimento da produção de óleo, mas enquanto há recursos disponíveis e instituições dispostas a bancarem esses riscos, nós estamos restringindo esse processo aqui dentro do País.

Era isso que eu gostaria de complementar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Bom, não havendo mais assunto a tratar, eu gostaria de encerrar esta reunião, sem antes fazer os nossos agradecimentos, agradecimento de toda a Comissão aos expositores Waldyr Gallo, Denílson Ferreira, Osvaldo Luiz Ceotto, Engenheiro Paulo de Morais, Dr. Márcio Turra e Dr. César Castro.

Declaro encerrada, portanto, esta reunião.

Sessão encerrada às 12h27.

Ata da 19ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 02 de julho de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, sala 13 da ala Senador Alexandre Costa, Anexo Ii.

Às oito horas e trinta minutos do dia dois de julho de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores **PAULO DUQUE, ELISEU RESENDE, HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, ROSALBA CIARLINI, DELCÍDIO AMARAL, MÃO SANTA, JOÃO DURVAL, ANTONIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY, WELLINGTON SALGADO, INÁCIO ARRUDA, ADELMIR SANTANA, MARCONI PERILLO.** Justificam a ausência os Senadores **GILBERTO GOELLNER E JAYME CAMPOS**. **Comparece ainda o Senhor Senador não-membro**

Renato Casagrande. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. **PARTE I** - A Presidência procede a leitura dos comunicados da presidência e os expedientes a seguir: Ofício nº 1038/09, de 23 de junho de 2009, de autoria do Senador Mão Santa, que em resposta ao Requerimento nº 298, de 2009, de iniciativa desta Comissão, que encaminha cópia do Aviso nº 90/2009, de 16 do corrente, do Ministro de Estado das Comunicações – **Sr. Hélio Costa**, contendo o relatório anual da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofício nº 934/2009, de autoria da primeira Secretaria, comunicando o recebimento do Aviso nº 78/09, 8 de junho 2009, do Ministro de Estado dos Transportes – **Sr. Alfredo Nascimento**, que encaminha relatório das atividades da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, relativos ao ano de 2008, em resposta ao Requerimento nº 301/2009; de autoria desta Comissão; Oficio 1083/2009, de 1º de julho de 2009, de Autoria do Senador Mão Santa, no exercício da Presidência do Senado, que envia ao Presidente desta Comissão, cópia do Aviso nº 128/2009, de 29 de junho, do Ministro de Minas e Energia – **Sr. Edson Lobão**, solicitando dilatação de prazo por mais 30 dias para entregar resposta ao Requerimento nº 30, de 2009, de iniciativa desta Comissão; Aviso nº 72 do TCU, de 23 de junho de 2009, de autoria do **Ministro Ubiratan Aguiar**, Presidente do Tribunal de Contas da União, que, em cumprimento ao disposto no § 5º do art. 97 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO 2009), comunica que o Presidente do Congresso Nacional foi informado de que foram adotadas as medidas cautelares suspensivas de atos relativos às seguintes obras: Usina de Itaparica- BA – Irrigação de Lotes (20.559 há) e BR-364/MT – Construção de subtrecho: Novo Diamantino – Entr. MT – 170 (Itanorte). A Presidência procede a leitura o seguinte requerimento: **EXTRAPAUTA – ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CI –** Nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 e 93 do Regimento Interno do Senado, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, para debater o Programa Habitacional do governo denominado " Minha Casa , Minha Vida, com enfoque a ser dado nas condições, prazos, abrangência, montante do financiamento e respectivos requisitos e consequências para a Infraestrutura Nacional. Para o encontro, deverão ser convidadas as seguintes autoridades:1 - Sra. Inês Magalhães – Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e 2 - Sr. Jorge Hereda – Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal. **Autor:** Senador **Fernando Collor**. **Resultado: Aprovado. PARTE II** – **Audiência Pública:** Em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2008–CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes, e ao Requerimento nº 37, de 2009–CI, de autoria dos Senadores Jayme Campos e Mão Santa com a finalidade de prestar informações acerca da situação do Porto de Luís Correia, no Estado do Piauí e, da possibilidade de se incluir essa obra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com os seguintes convidados: **Ministro Pedro Brito do Nascimento**, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, e **Dr. Elói Portela**, ex-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Engenheiro Civil com especialidade em Portos e Vias Navegáveis. A Presidência convida os participantes a comporem a mesa e concede-lhes a palavra para as considerações iniciais. O Senador Heráclito Fortes requereu informações sobre a Empresa Petcom (Empresa contratada para realizar o Projeto Executivo do Porto de Luis Correia). Foi solicitado, também, pelo Senador Heráclito Fortes a publicação, nos Anais do Senado Federal, da reportagem transcrita a seguir: **"Porto de Luis Correia, o retorno da Fênix - O governador Wellington Dias (PT) anunciou hoje (30) que o Porto de Luis Correia foi incluído nas obras do PAC e que será concluído até o final de 2010. A confirmação foi dada por telefone pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), um dia após o governador anunciar que aceitou coordenar a campanha presidencial de Dilma no Nordeste. "Nós recebemos a confirmação oficial que o Porto de Luís Correia entrou para o PAC, e inclusive terá ampliação do seu calado de 10 a 11 metros com obras de dragagem, e que poderá receber embarcações de turismo, e de granéis líquidos", afirma o governador. O porto de Luís Correia é uma obra importante para o Estado e há quase 27 anos, desde agosto de 1982, o impasse se estende."** (extraída do endereço - http://180graus.brasilportais.com.br). O Secretário de Transporte do Piauí, Sr. Luciano Paes Landim, prestou esclarecimentos a respeito do Porto de Luis Correia, por solicitação da Presidência. **PARTE III** - Deliberação de matérias: Os itens de 1 a 8, constantes da pauta, ficam adiados. Usaram da palavra a Senhora Senadora e os Senhores Senadores **Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Mão Santa, Heráclito Fortes, Delcídio Amaral, Wellington Salgado e Renato Casagrande**. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata

que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Fernando Collor,** Presidente.

19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 02 de julho de 2009, às 08 horas e 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

A Presidência informa aos senhores membros da Comissão o recebimento do Ofício 1.038/2009 do Senador Mão Santa, membro desta Comissão e 3º Secretário do Senado Federal, no exercício da primeira secretaria, encaminhando cópia do Aviso nº 90/2009 de 16 de junho de 2009 do Ministério das Comunicações, assinado pelo titular, Senador e Ministro Hélio Costa, encaminhando resposta ao requerimento de informações nº 298/2009, de autoria desta Comissão, qual seja o relatório anual da Agência Nacional de Telecomunicações, encaminhado pelo seu presidente, Sr. Ronaldo Mota Sardenberg. As informações estão à disposição das Sras. e Srs. Senadores na secretaria desta Comissão.

A primeira secretaria da Casa, também através do Ofício 934/2009 comunica o recebimento do Aviso nº 78/2009 de 08 de julho de 2009 do Ministro de Estado dos Transportes, e encaminhando, da mesma forma, relatórios de atividades da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, da ANTAC, e também do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, relativos ao ano de 2008 em resposta ao requerimento de informações nº 301/2009, também de autoria desta Comissão de Serviços de Infraestrutura. As informações, do mesmo modo, estão à disposição das Sras. e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão de Infraestrutura.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dessa resposta logo, logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Imediatamente.

Eu pediria ao Sr. Secretário desta Comissão que fornecesse, imediatamente, ao Senador Paulo Duque a resposta encaminhada pelo Ministro dos Transportes, a respeito dos relatórios de atividades da ANTT e da ANTAC e também do DNIT.

Eu peço o secretário que forneça agora ao Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Essa Agência, Presidente, eu tive a ocasião de comparecer na sede, aqui em Brasília mesmo, é de uma amplitude extraordinária, envolvendo todos os rios, basicamente, do País. Nós temos no Rio de Janeiro uma Agência e calculo, imagino, que em outros Estados da Federação, existam também determinadas agências vinculadas a esse empreendimento, a essa empresa, e etc. Por isso foi muito bom V. Exa. ter providenciado esse mapa que temos uma visão, vamos dizer, fluvial do que acontece hoje no Brasil, e esta resposta aqui é alentada, pelo que eu estou vendo, demora, no mínimo, um dia para ser lida. Eu vou pedir até permissão, se for possível, de levá-la, e com a promessa de devolvê-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Daqui desse relatório, praticamente, 90% desse relatório se refere ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, o DNIT, e o restante é em relação à ANTAC e à ANTT.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem interesse no relatório--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu tenho tido dos rios, no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Da ANTAC então, especificamente?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Da ANTAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, seria cópia somente do relatório enviado pelo Ministro dos Transportes, referente à Agência Nacional de Transportes Aquaviários?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exatamente. Eu gostaria muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso será atendido, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Do mesmo modo o recebimento do Ofício 1.083/2009 da Presidência do Senado Fede-

ral enviando cópia do Aviso 128/2009 do Ministro de Estado das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, solicitando dilatação de prazo por mais 30 dias para entregar resposta ao requerimento de informações nº 300/2009, de iniciativa desta Comissão. A solicitação de S. Exa., o Sr. Ministro Edison Lobão foi aceita.

Comunico ainda o recebimento do Aviso nº 72 do Tribunal de Contas da União, do Presidente do Tribunal de Contas, Ministro Ubiratan Aguiar, informando que o presidente do Congresso Nacional foi por ele ministro-presidente do TCU informado de que foram adotadas medidas cautelares suspensivas de atos relativos às seguintes obras de interesse desta Comissão: Usina de Itaparica na Bahia, irrigação de lotes que perfazem um total com 20 mil, 559 hectares, foi também adotada a medida cautelar suspensiva da obra, da BR-364 em Mato Grosso, construção do Subtrecho Diamantino entre a MT-170, a chamada Itanorte. As medidas decorrem da constatação, segundo o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, da constatação de novos indícios de irregularidades graves em processos que se enquadram no § 3º do art. 97 da LDO de 2009 e acrescenta que aquela corte manifestar-se-á conclusivamente sobre os indícios apontados após a apresentação das justificativas dos gestores responsáveis. E esta comunicação também está na secretaria à disposição dos Srs. Senadores que tiverem interesse em conhecê-la nos seus detalhes.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu gostaria realmente de conhecer--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): --pelo seguinte. Se não me engano, existe em tramitação na Casa de um projeto estabelecendo determinadas condições para que uma obra seja paralisada pelo Tribunal de Contas, de fato, nós sabemos, por experiência, que o Tribunal é um órgão muito burocrático, muito mais burocrático do que fiscalizador e não tem uma estrutura como técnica capaz de, minha opinião, capaz de mandar parar uma obra, porque aqui essa medida não está certa, não sei o que. Eu acho um absurdo isso. Podia até multar, paralisar, notificar, mas mandar parar uma obra, de repente, o Tribunal de Contas. Não sei se ele tem estrutura técnica para isso. E eu gostaria muito de ver também, ter uma cópia disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu pediria à secretaria da Comissão que, por gentileza, tirasse cópia desse ofício encaminhado pelo Ministro Ubiratan Aguiar ao Presidente do Congresso Nacional, e também para a Comissão de Infraestrutura e distribuísse a íntegra desse documento para todos os Senadores desta Comissão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Obrigado. Já imaginou, Presidente, Ponte Rio-Niterói, em construção, de repente vai o Tribunal de Contas e acha que para. Não dá. É preciso que haja, realmente uma justificativa, e muito forte, para paralisar uma obra pública, pelos prejuízos que isso causa à população.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Naquela última audiência que aqui realizamos com os técnicos do Tribunal de Contas da União que foi muito elucidativa, os próprios técnicos manifestaram essa preocupação de que ao encontrarem problemas em determinadas obras, problemas que vão desde sobrepreço, passando por falta de projetos executivos, passando por falta de contrapartida do Estado ou do Município, e outros, problemas de um modo geral, que eles estavam estudando uma fórmula de criar um fundo para cada licitação, além do preço estabelecido pela licitação como custo da obra e estabelecer um fundo que seria uma garantia no caso de haver alguma irregularidade detectada no decorrer desta obra por parte dos técnicos, esse fundo serviria para ressarcir se ficasse comprovada aquela irregularidade, de modo a que não sofresse solução de continuidade a execução das obras, porque está é a grande pergunta que ainda precisa ser respondida. O que é que sai mais caro é nós continuarmos as obras e, ao mesmo tempo, mantermos essa fiscalização e fazermos a cobrança ou nós paralisarmos as obras e retomarmos essas mesmas obras 'X' anos depois quando aí a estrutura já está comprometida--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já mudou o Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --Já mudou. Aqui foi apresentado também um e-mail que eu recebi de uma ponte muito bonita, construída no interior de Minas Gerais, é uma ponte que foi edificada na época do Presidente Juscelino Kubitscheck, e essa ponte não ligava nada a coisa nenhuma, faltavam as alças viárias, faltava tudo para dar a ela, enfim, a consequência natural da sua construção. De modo que naquela audiência pública nós sentimos e percebemos que há um interesse também do Tribunal de Contas, entendendo que uma paralisação de uma obra por determinado tempo causa um prejuízo grande ao erário de encontrar uma fórmula que minimize esse custo. Ao mesmo tempo, como V. Exa. acaba de informar, tramita nesta Casa ou está em vias de começar a sua tramitação um projeto que, mais ou menos, regulamenta a atuação--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Procura sanar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --Para sanar esse tipo de pro-

blema. Mas de qualquer maneira chegará as suas mãos o ofício encaminhado pelo Ministro, o presidente do Tribunal de Contas da União.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ainda sobre esse assunto da questão de fiscalização, de paralisação de obras. Eu gostaria aqui de colocar uma questão que nós vivenciamos, na realidade. É que, muitas vezes, muitas vezes, não, na grande maioria, na totalidade, não existe realmente uma fiscalização preventiva, podemos assim dizer, eu vejo as questões de obras até menores, obras que são realizadas no município pelos próprios prefeitos com recursos federais que passam, ao finalizar as obras, para que possam ser pagas as medições, há uma necessidade e está dentro do cronograma da forma de que esse recurso chegue para o pagamento, que a própria Caixa Econômica faça a fiscalização, veja se aquela medição está correta. Existem obras, inclusive, finalizadas e que as empresas, muitas vezes, pequenas empresas lá dos municípios estão praticamente falidas, porque não conseguiram receber nada em função da demora de fazer uma medição com recurso já da Caixa--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --ouvindo a conversa. Então veja como tudo isso é muito difícil. Eu tenho outro exemplo, lá na cidade Jardim do Seridó um hospital de porte médio, pequeno, médio, que começou a ser construído ainda há mais de dez anos, e está lá o esqueleto, houve problemas. E aí esse esqueleto está também deteriorando. Ali foi dinheiro do povo. Se houve problemas, se o Tribunal da Contas não encontrou essas questões, mas tem que existir uma forma de que essa obra pudesse ser continuada por outra empresa, já é algo que chama atenção, que fica a população indignada que está perdendo um hospital por coisas que eles até desconhecem o que foi que aconteceu que não chegou mais recurso, que a obra parou ali, e isso já está há praticamente dez anos, então veja o prejuízo para a população, que, muitas vezes, esse hospital, o prejuízo do que já foi investido, foi dinheiro jogado fora, e o que foi feito está se acabando, para começar de novo vai ter que derrubar.

Então, são essas questões. Se houve ali algo que, realmente, não foi correto, que se puna, mas que a obra possa ser continuada de outra forma, por outra empresa, mas o que não podemos é ver esses prejuízos que acontecem. E olha que são questões, não estou falando aqui de obras imensas, como a transposição do rio São Francisco, como a Transnordestina, estou falando de obras que param o Governo Federal, relativamente, são as pequenas, mas que quando você soma as pequenas aí é um oceano--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --de dinheiro jogado fora, e que não chegou aquele benefício para a população. Não sou a favor, jamais, acho que tem que ter um controle rigoroso, uma fiscalização, mas essa fiscalização tem que ser também de forma preventiva para que não venham acontecer os fatos que levam a que realmente essas obras sejam paralisadas, e paralisadas elas nunca mais aconteçam. Aí é um absurdo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Esse propósito, Senadora, a Ministra Chefe da Casa Civil, a Ministra Dilma Rousseff vem manifestando, continuamente, uma preocupação muito grande sobre esses empecilhos que vêm sendo encontrados na execução das obras relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento. O cronograma de execução das obras sofreu um atraso, não em função da falta de recursos e dos desembolsos que estão disponíveis para serem feitos, tão logo seja o cronograma físico que venha sendo executado, mas em função desses problemas, seja com a legislação ambiental que é algo muito... É uma legislação muito intrincada e que em várias oportunidades paralisam essas obras, seja por falta de projetos executivos, seja por falta de uma contrapartida do Estado ou do Município, seja por conta até de um sobrepreço, seja por conta de uma ação pública ou do Ministério Público, ou uma ação civil pública. Então, esses empecilhos, e também a burocracia da Caixa Econômica que é uma burocracia muito antiga, pouco atualizada para o momento que o Brasil vem vivendo, e que cria essas dificuldades, por exemplo, a exigência desse cal que para cada instante em que vá ser feita uma nova medição. Isso retarda muito as obras, a falta também de pessoal para fazer a fiscalização a que a senhora se refere, muitas vezes, tem que esperar meses para que venha um fiscal, ou anos, como a senhora afirma num caso específico que V. Exa. conhece bem no seu Estado, e isso, naturalmente, causa um grande prejuízo.

Em função disso eu aproveitaria o momento para apresentar a V. Exas. o requerimento de minha autoria, vazado nos seguintes termos, Requerimento nº tal de 2009 nos termos do art. 58, § 2º da Constituição Federal, combinados com os arts. 90 e 93 do regimento interno do Senado Federal requeiro a realização de audiência no âmbito desta Comissão de Serviços de

Infraestrutura para se debater o Programa Habitacional do Governo denominado Minha Casa, Minha Vida com enfoque a ser dado nas condições, prazos, abrangência, montante do financiamento e respectivo requisitos e consequências para a infraestrutura nacional. E, naturalmente, dentro disso nós poderemos tratar dessas questões que aqui foram levantadas.

Para o encontro deverão ser convidadas as seguintes autoridades, que são as duas maiores autoridades nessa área na Caixa Econômica e no Ministério das Cidades, que são a Sra. Inês Magalhães, Secretaria Nacional de Habitação nos Ministério das Cidades e o Sr. Jorge Hereda que é vice-Presidente da Caixa Econômica Federal.

Então, eu coloco em votação o presente requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. Eu espero...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Gostaria, Sr. Presidente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): --de citar dois exemplos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não. Depois o Senador Flexa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E bem conhecidos. A nossa ilustre Senadora é médica, V. Exa. é do Rio de Janeiro, e de Alagoas, ao mesmo tempo. Lembra-se da Universidade Federal na Ilha no Governador, quanto tempo, quantos anos, todo mundo conhece aquilo, e até hoje ainda não está definitivamente concluída. Esse é um exemplo. Outro exemplo de hospital que a Senadora citou é o hospital situado no Município de Queimados, há 20 anos, não obstante os esforços do Senador Nelson Carneiro, há 20 anos que esse hospital está sem dar continuidade às obras, está o esqueleto lá para quem quiser ver. Queimados no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A própria Universidade Federal passou muitos anos somente no esqueleto. Quando íamos para o Galeão--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Presidente Castelo Branco foi quem conseguiu mandar que as obras continuassem. A verdade é essa, e até hoje não concluiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Há um interesse muito grande, realmente e nós temos já notado que vários desses empecilhos foram destrinchados e equacionados no âmbito da coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento, que tem à frente a Ministra Dilma, mas ainda resistem algumas áreas que precisam de um esforço adicional, que é o que vem sendo feito e com a presença da Dra. Inês e do Dr. Hereda aqui numa audiência pública que será marcada, o mais breve possível, nós poderemos levantar essas questões e saber o que no âmbito da Caixa Econômica vem sendo feito, efetivamente, para se reduzir da burocracia e para se agilizar nos procedimentos com vistas à liberação desses recursos e, desse modo, impedindo que obras fiquem inacabadas.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Sr. Senador Fernando Collor, vice-Presidente Senador Eliseu Resende, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, primeiro quero parabenizá-lo pelo Requerimento. Acho da maior importância que possamos fazer uma audiência pública para que façamos uma avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida, um programa, eu diria, audacioso que pretende construir um milhão de unidades habitacionais, e que há muito tempo era necessário haver investimento, principalmente, na habitação popular, de baixa renda. Apesar do programa contemplar todos os níveis, mas o foco é na habitação popular.

Preocupa-me a forma açodada como são feitos esses programas federais, não só esse, eu diria, para não exagerar, quase todos. Nós estamos discutindo já há bastante tempo uma revisão na Lei de Licitação Pública, é necessário que se faça essa revisão. Há pouco a Senadora Rosalba disse algo que é verdadeiro, e eu próprio tenho conversado com o Tribunal de Contas da União de que a fiscalização se faz após o fato acontecido, quando ele deveria acompanhar a obra, e mais, ele deveria acompanhar desde o processo licitatório, para que não restasse dúvidas após o processo licitatório se houve ou não desvio de conduta. Então, o que eu verifico, Presidente Collor, é que, lamentavelmente, quando os programas são midiáticos, como têm sido os programas do Governo Federal, eles não têm, e V. Exa. fez referência, não tem, por falta de tempo, condições de terem projetos executivos. Então, são feitos projetos que são meros esboços daquilo que se pretende fazer, o que leva, no futuro, a possíveis irregularidades ao longo do desenvolvimento do trabalho. Eu próprio apresentei um requerimento na Comissão de Controle e Fiscalização de que a Controladoria-Geral da União detectou desvio de obras do PAC, no meu Estado, de superfaturamento, de direcionamento no processo licitatório. Então, é isso que se vê acontecer no Brasil inteiro, no Brasil inteiro. Então, eu acho que V. Exa. poderia fazer uma audiência com o Ministério Público junto com a Comissão de Controle e Fiscaliza-

ção, de tal forma que se possa fazer essa fiscalização de forma contínua e, talvez até antecipada, eu diria desde o processo licitatório.

Eu lamento, Presidente Collor, eu tenho um requerimento aprovado aqui na Comissão de Infraestrutura, V. Exa. não instala a subcomissão para acompanhamento físico e financeira das obras do PAC. Para mim, eu diria, que é uma situação desconfortável, porque todos nós Senadores de todos os Estados e a Comissão ela não diminui a Comissão de Infraestrutura, ela apenas dá condições que a Comissão possa, com seus membros, na sua totalidade, possa ter o deslocamento para verificar, para que se verifique *in loco* o acompanhamento dessas obras. O que se vê, e o que se ouve é que os relatórios apresentados pelo governo não corresponde com a verdade, verdade visual, física, no local. Isso acontece no Estado do Pará. Valores ínfimos. V. Exa. mesmo se referiu que deveriam ter sido aplicados, não são, são valores ínfimos, como disse, de aplicação, por todas as dificuldades, dificuldades de execução, de projeto, a questão ambiental é uma questão gravíssima que empaca o processo, não somos contra a fiscalização ambiental, acho que tem que haver as ações mitigadoras, mas é preciso que haja o bom senso entre se fazer a obra e se atender ao desenvolvimento sustentável.

Então, eu pediria a V. Exa., primeiro farei um requerimento e encaminharei à Comissão para que se possa fazer essa Audiência Pública com o Tribunal de Contas, de tal forma que possamos ver de que forma melhorar, eu diria até, impedir que essas obras sejam paralisadas no seu andamento, porque se elas forem acompanhadas desde o início, não haverá essa paralisação, e a obra mais cara é aquela obra que não é feita, é a que fica sofrendo reajustes e sofrendo complementos financeiros, e acaba saindo pelo dobro, pelo triplo do preço previsto.

E segundo, pediria, mais uma vez, a V. Exa., que pudesse fazer a instalação da subcomissão para que todos nós, todos nós, quem tivesse interesse de ir ao Rio Grande do Norte, iria, quem tivesse interesse de ir às Alagoas, iria, quem tivesse interesse de ir ao Pará, iria, e nós pudéssemos visitar as obras, verificar a realidade das coisas, a realidade das coisas. No Estado do Pará, eu quero dizer aqui que, lamentavelmente, eu gostaria que todos os investimentos do PAC no Estado do Pará, todos, ficassem prontos, porque isso seria benefício para a população do Estado, mas apenas um, apenas um que é a Eclusa de Tucuruí está caminhando para a conclusão, os outros todos que são ditos no relatório do Governo, como normal, com andamento de acordo, nem começaram, é o caso do asfaltamento da Santarém-Cuiabá, é o caso do asfaltamento da Transamazônica, são obras importantes não para o Pará, mas para o Brasil, é caso da Hidrovia Araguaia-Tocantins que só está se fazendo eclusa, quando eclusa é um ponto mínimo da hidrovia.

Então, pediria a V. Exa., Senador Collor, V. Exa. que já presidi o Brasil, sabe das dificuldades que é fazer com que esse País possa se desenvolver como todos nós queremos, que a Comissão de Infraestrutura possa, efetivamente, fazer esse acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria aqui só de acrescentar, com a permissão do Presidente, porque eu gostaria de subscrever--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --esse seu requerimento, Senador, V. Exa. permitir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com muita honra, V. Exa. subscreverá o requerimento para instalação da Subcomissão de Acompanhamento das Obras do PAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em relação à questão da Subcomissão de Acompanhamento das Obras do PAC, esta Comissão de Infraestrutura já tem como sua atribuição o acompanhamento, não somente, das obras relacionadas ao PAC, mas também em relação a todas as obras que são executadas no País e que dizem respeito diretamente à infraestrutura. Então, a criação de uma subcomissão, *data venia*, e com todo o respeito que merece a proposição feita pelo Senador Flexa Ribeiro me parece que seria sobrepor uma atribuição que já é inerente a esta Comissão. Por exemplo, se criássemos uma Subcomissão para Acompanhamento das Obras do PAC, aí haveria outra solicitação para acompanhamento das obras ferroviárias, depois uma subcomissão para as obras rodoviárias, e assim por diante, nós faríamos uma comissão extremamente fatiada. O que eu coloquei no começo, logo das nossas reuniões aqui da Comissão de Infraestrutura, é que cada um de nós Senadores sejamos os fiscais das obras que estão sendo executadas nos nossos Estados. Por exemplo, eu tenho melhores condições de saber como estão as obras relacionadas ao PAC, ou não, e que estão em execução no meu Estado Alagoas, do que no Estado do Pará, de V. Exa., ou no Estado do Rio Grande do Norte, da Senadora Rosalba, porque os senhores é que conhecem essas obras. Então, eu tenho melhores condições porque me avisam. Eu pergunto: "Como é que está a obra?" "Ah, está indo bem". "E a outra?". "Não, parou". "Por quê?". Eu vou procurar saber, mando tirar uma foto. Hoje com essas câmeras todas, máquina fotográfica, qualquer um tira uma foto,

tira foto da placa, tira foto disso e se traz à Comissão. Ou seja, cada um de nós Senadores somos os verdadeiros fiscais do andamento dessas obras. Agora fazer uma subcomissão para que vá Senadores da região Nordeste e ir ao Sul, no extremo Sul para fiscalizar as obras que estão sendo lá realizadas, a gente fica meio como um peixe fora d'água.

Então, em relação às obras do Estado do Pará, ninguém melhor do que V. Exa., Senador Flexa Ribeiro, para trazer ao conhecimento dessa Comissão todas as obras que estão sendo executadas e que estão tendo, eventualmente, problemas, porque aí, sim, aqui V. Exa. tem a tribuna, V. Exa. tem como fazer essa avaliação e essa apreciação, e nós teremos como dar consequência à solicitação de V. Exas. em relação a algum atraso verificado em alguma obra realizada no âmbito do seu Estado.

É por isso que eu gostaria de colocar esse ponto à reflexão dos Srs. e Sras. Senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permita-me, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Somente concluindo, Senador Flexa.

Em relação ao Tribunal de Contas da União, nós fizemos aqui audiência pública. O Senador Flexa Ribeiro, inclusive, avisou que não poderia estar presente, porque foi designado para uma missão no Senado, mas essa audiência pública foi muito interessante e foi muito produtiva, porque todas essas questões foram levantadas pelos Senadores, aos técnicos que aqui estiveram. E eram técnicos extremamente preparados e que deram respostas a todas as indagações que foram feitas, inclusive, dando razão à reclamação de nós Senadores quanto à paralisação de diversas obras no País que faz com que essas obras acabem saindo mais caro do que se elas tivessem continuado com uma fiscalização acurada, e aí foi que surgiu a ideia deles, dos técnicos do Tribunal que já estava sendo gestada no Tribunal de Contas da União para que quando fosse feita uma licitação se criasse para essa licitação um fundo que serviria para cobrir eventuais irregularidades que fossem detectadas pelos fiscais do Tribunal de Contas no decorrer das obras.

O critério que eles disseram que eles adotam para fiscalização das obras, de um modo geral, são obras que demandam maior volume de recursos. Então, as obras que demandam maior volume de recursos são aquelas obras que têm prioridade na fiscalização, e eles nos deram um dado aqui muito importante, dos problemas que eles detectaram na fiscalização realizada nas obras relacionadas diretamente ao PAC, por exemplo, eles detectaram problemas em apenas 15% dessas obras, em apenas 15% dessas obras, passando por problemas dessa natureza, falta de um projeto executivo que não é do Governo Federal que falta projeto executivo, é do Estado ou do Município que apresenta um projeto incompleto, e hoje isso já não acontece mais, porque a coordenação do PAC, a Ministra Dilma agora só estão aceitando o projeto realmente pronto, mas no começo, realmente acreditando e com a reta intenção de que a coisa fosse feita o mais rapidamente possível, os prefeitos, os governadores diziam: "Não, esse projeto já está praticamente concluído e tal" e nisso foi se acreditando e foi se liberando para realizar a obra, e logo depois se viu que o projeto não estava concluído e aí o Tribunal de Contas exigia que o projeto fosse apresentado.

Então, os técnicos disseram que em apenas 15% das obras executadas no âmbito do PAC, em apenas 15% desse total de obras foram detectados problemas. E aí perguntamos: "Mas em relação às outras obras que não do PAC, qual esse percentual?". E eles disseram: "O percentual chega a ao 50%". Então, o que está havendo hoje aqui no Senado, foi comentado a pouco pelo Senador Paulo Duque, está sendo tratado, aqui dentro do Congresso Nacional, está sendo tratado a elaboração de um Projeto de Lei que se estabeleça uma maior facilidade para que essas obras não tenham solução de continuidade, e com isso não tragam a sua paralisação, não traga prejuízos para o erário, de modo, Senador... E aqui está, por exemplo, esse foi o relatório também entregue, acho que há duas reuniões que é o 7º balanço do PAC, de janeiro a abril, e aqui estão todas as obras realizadas.

Nós temos, por exemplo, Usina hidroelétrica de Belo Monte, aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu, unidades da Federação Pará, data prevista de conclusão: de 30 de abril de 2014, investimento previsto é de 2,3 bilhões de reais, até 2010, investimento previsto após 2010 mais 4 bilhões e 200 milhões, e empreendedor responsável pelos estudos é a Eletrobrás. Resultados: o CNPE publicou em 16 de julho de 2008 a Resolução nº 06 sobre as diretrizes da Revisão do Inventário do rio Xingu, a Aneel aprovou a revisão do Inventário do rio Xingu em 28 de julho de 2008, a Eletrobrás protocolou o EIA/RIMA que é o Relatório de Impacto Ambiental, no Ibama, no dia 27 de fevereiro de 2009, a Eletrobrás protocolou a revisão do EVTE na Aneel em 20/03 desse ano de 2009, a Eletrobrás protocolou os estudos eletroecológicos na FUNAI no dia 13/04/2009. Providências: a FUNAI falta emitir o parecer sobre os estudos e a FUNAI disse que entregará esses estudos até o dia 30 de agosto desse ano. A Aneel falta aprovar os estudos, esses estudos relacionadas à área dela, e aqui está também, até o dia

30 de agosto, deverá apresentar seu relatório final. A obtenção da licença até o dia 30 de julho deste ano, e realização do leilão no dia 30 de setembro de 2009.

Então, o que nós verificamos é que pelo relatório, se nós formos ler o relatório relacionado às obras que nos digam respeito, seja pelo nosso interesse específico, numa área, qual seja uma área hidroelétrica, ou pelo Estado que nós representamos, nós temos aqui um espelho de como anda, ou de como estão caminhando essas obras, o estágio em que elas se encontram. E é somente nós compararmos isso com o que está, de fato, acontecendo. Então, eu, por exemplo, aqui em relação ao Estado de Alagoas e aqui outros Estados que eu tenho interesse em saber de determinadas obras, porque algumas até foram iniciadas lá atrás no período em que exerci a Presidência da República, então eu vou verificando e vou acompanhando, e realmente as informações que aqui são fornecidas pela Chefe da Casa Civil, batem exatamente com o que está acontecendo lá. Por exemplo, lá em Alagoas há uma grande obra, uma obra de muita importância chamada Canal do Sertão, e o Canal do sertão, esta obra está paralisada, porque foi detectado um sobrepreço, e estão tentando encontrar uma fórmula de se resolver essa questão, e estão trabalhando nessa solução, tanto o Tribunal de Contas da União, como também a Ministra-Chefe da Casa Civil para encontrar uma fórmula, porque a obra já está concluída, 40% dela já está concluída, faltam 60%, e é uma obra que se nós não resolvermos rapidamente, equacionarmos rapidamente esse problema, ela ficará deteriorada e o prejuízo será enorme, não somente material, mas também para a população que vai necessitar desta água para trabalho de irrigação e até mesmo, como nós dizemos lá, água para beber.

São essas as explicações. E passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Collor, V. Exa. é um regimentalista por excelência. Com relação às subcomissões, está no regimento do Senado Federal e das Comissões que as Comissões podem instalar até três subcomissões por sessão legislativa. Todas as comissões usam esse processo, todas. Evidente que a amplitude das funções e das obrigações de uma comissão leva que alguns setores tenham um tratamento diferenciado, como é o caso das obras do PAC. E isso não diminui a Comissão de Infraestrutura, pelo contrário, ele complementa a Comissão de Infraestrutura. Então, existem subcomissões em todas as Comissões instaladas do Senado Federal, todas, todas; só me parece que aqui é que elas não estão instaladas.

Agora, quero dizer a V. Exa. que eu insisto na Comissão porque é regimental, na subcomissão, é regimental. Lamento que o Governo blinde a subcomissão, talvez porque não tenha interesse em transparência. Os 15% que V. Exa. se referiu de desvio das obras eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): De problemas, de modo geral.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Problemas, desvios, desvios são problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, não, não é somente questão de sobrepreço, vai desde--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, desvio de projeto, qualquer que seja o tipo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Falta ausência de projetos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Licença ambiental.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso é um universo, os 15% é sobre um universo das obras que foram auditadas, não quer dizer que os 100% das obras foram auditadas. Era importante que V. Exa. dissesse ao Brasil, esses 15% representam quanto das obras auditadas. Pode ser que... Eu espero que não seja, que esses 15% corresponda, no exagero, a 100% das obras auditadas. Não é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas tem que completar a informação. A informação não pode ser dada à sociedade pela metade. Até porque pela credibilidade que V. Exa. tem, na hora que V. Exa. diz: "Só 15% das obras do PAC tem irregularidade", parece que as outras 85 estão dentro da regularidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa, eu estou apenas transmitindo o que técnicos do Tribunal disseram aqui em audiência pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É. Aí deveria. Eu, lamentavelmente, não estive na audiência pública, como vou ter, e peço desculpas a V. Exa. e aos meus pares, eu vou ter que me ausentar desta reunião, porque eu estou pegando um avião da FAB agora, às 10 horas da manhã, para uma Audiência Pública no Estado do Pará, da Comissão de Agricultura do Senado com a Comissão de Agricultura da Câmara, com o Ministério Público Federal, o Governo do Estado para que se consiga encontrar uma solução para o problema que engessou o Estado, que é a questão das autuações que o Ministério Público Federal fez, corretamente, porque como fiscal da lei ele tem que exigir o cumprimento da lei. Agora aqueles produtores

rurais que estão hoje à margem da lei, foram lançados à margem da lei pelo Governo Federal, não agora, em outros governos, por quê? Porque, anteriormente, a reserva legal na Amazônia era de 50%, pior ainda, para que se tivesse o título definitivo da terra, o INCRA exigia que o futuro proprietário fizesse corte raso de 50% da floresta, senão não tinha o título. Então, ele era obrigado a fazer o corte para que pudesse ter o título, daí é que surgiu no Pará a indústria madeireira para aproveitar essa riqueza que era queimada. Depois disso governos posteriores aumentaram a reserva legal para 80%, ou seja, só podem utilizar 20%, quem estava utilizando 50, dentro da lei, passou a estar à margem da lei. E o governo não deu condições para que ele pudesse fazer a recomposição. Então, todo o setor agrícola do Estado deve estar, estará à margem da lei porque não fez a recomposição. Aí o Ministério Público como fiscal da lei autuou 21 fazendas, e mais do que isso, orientou que a cadeia produtiva da carne, os frigoríficos, os curtumes, as indústrias de calçados não transacionassem com essas fazendas, ou seja, ele engessou todo o setor, todo o setor. Nós estamos indo buscar uma solução, e a solução é muito simples, é fazer uma flexibilização no Código Florestal, não se precisa derrubar uma única árvore na Amazônia, basta que se use as áreas já consolidadas que são em torno de 18% da área territorial, pelo menos, no Estado do Pará, em outros Estados, como o Estado do Amazonas é muito maior a área de floresta.

Então, que se faça compensação dessas áreas já alteradas com áreas de preservação. Essa é uma solução que nós vamos tentar aprovar aqui, depende de nós, depende do Congresso Nacional. Só que a área ambiental, lamentavelmente, a atitude incorreta do Ministro Carlos Minc, diz uma coisa aqui e faz outra coisa lá fora, nos leva a essa dificuldade de termos que ir. Dez Senadores, 20 Deputados Federais estão se deslocando hoje de Brasília para o Estado do Pará, daqui a pouco para que possamos fazer a Audiência Pública.

Então, eu peço a V. Exa., Senador Collor, reflita, vamos instalar a subcomissão, vamos ajudá-lo para que nós possamos, efetivamente, fazer o acompanhamento dessas obras que são importantes para o desenvolvimento do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro pelas suas palavras e pela sua participação, sempre muito positiva.

Antes de iniciarmos a nossa Audiência Pública eu passaria à leitura de mais três ofícios de Senadores que integram esta Comissão, e que apresentam razões da sua ausência, no dia de hoje. A Senadora Serys Slhessarenko que pede a retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado nº 186/2009 que é o Item 05 da nossa pauta. Eu peço ao secretário que providencie. E a matéria vai voltar ao exame da relatora, que é a própria Senadora, como foi dito, Serys.

A outra solicitação vem da parte do Senador Gilberto Goellner que ele participa hoje de diligência promovida pela Comissão de Agricultura no Pará, esta que o Senador Flexa Ribeiro acaba de se referir, o Senador Gilberto Goellner também irá participar. Então, ele lamenta não estar presente no dia de hoje, e solicitando que fossem designados relatores *ad hoc* para os respectivos projetos dos quais ele é o relator, são os Itens 04 e 06 da nossa pauta de hoje.

E o Senador Jayme Campos solicita nos termos do art. 13 do regimento interno do Senado que seja considerada como missão política de interesse parlamentar a ausência dos trabalhos desta Casa nos dias 30 de junho, 1º e 2 de julho do ano em curso, quando ele participará de reuniões político-partidárias no Estado do Mato Grosso.

A presente reunião, em sua parte segunda, destina-se à realização de ausência com a finalidade de prestar informações acerca da situação do Porto de Luís Correia no Estado do Piauí e da possibilidade de se incluir essa obra no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conforme Requerimento nº 11/2008 da Comissão de Infraestrutura de autoria do Senador Heráclito Fortes, e Requerimento nº 37/2009 da Comissão de Infraestrutura de autoria dos Senadores Jayme Campos e Mão Santa.

Eu gostaria de chamar, para que tomem assento à Mesa, o Exmo. Sr. Ministro Pedro Brito do Nascimento, Ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, bem como o Senador Elói Portella, ex-Presidente desta Comissão de Serviços e Infraestrutura, quando neste Senado representava o Estado do Piauí em 1998. Sejam os senhores convidados, bem-vindos a esta Comissão.

E eu passo a palavra ao Sr. Ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, o Dr. Pedro Brito do Nascimento para fazer a sua exposição. V. Exa., Sr. Ministro , terá dez minutos para fazer a sua exposição, e se necessitar de alguns minutos excedente nós teremos o prazer de lhe conceder.

Com a palavra o Sr. Ministro da Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito bom-dia a todos. Meu caro Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão de Infraestrutura, Senador Eliseu Resende, vice-presidente, Senador Elói Portella que também foi presidente desta Comissão de Infraestrutura, cumprimento também os autores do

Requerimento, Senadores Heráclito Fortes, Mão Santa e Jayme Campos, cumprimento todas as Senadoras e Senadores presentes.

Para mim, Presidente, é um motivo de muita satisfação, de muita alegria poder comparecer aqui à Comissão de Infraestrutura, certamente, uma das mais importantes desta Casa para discutir um assunto de grande relevância que é a situação do porto do Estado do Piauí. O Estado do Piauí é o único Estado brasileiro que tem frente para o oceano que não tem porto, e esta é uma situação absolutamente inadmissível, tendo em vista, as necessidades que tem o Estado do Piauí e as possibilidades de desenvolvimento que estão sendo tomadas do Estado do Piauí por ele não ter equipamento tão importante para o desenvolvimento econômico regional, quanto um equipamento portuário.

O Estado do Piauí tem uma costa, apenas para fazer um paralelo interessante e curioso, o Estado do Piauí tem uma costa de 59km que, coincidentemente, é o mesmo tamanho da costa da Bélgica, a Bélgica é um país muito pequeno, mas muito rico, um país que tem uma renda per capa hoje de 38 mil dólares, e que fez fama e fortuna exatamente com a decisão estratégica de centrar toda a sua atividade econômica nos seus equipamentos de logística e, em especial, nos seus equipamentos portuários. Um estado tão pequeno como a Bélgica tem três portos importantíssimos hoje para o mundo inteiro. Apenas o Porto de Antuérpia que é um dos maiores portos do mundo, sem falar no Porto de Ghent, sem falar no Porto de Zeebrugge que são portos igualmente importantes, mas apenas o Porto de Antuérpia tem um cais de 160kms, então um País com uma costa de 59kms, igual a costa do Piauí tem um porto, um único porto entre os três grandes que é o Porto de Antuérpia que tem um cais total de 160kms, portanto, um cais que mede quase três vezes toda a costa do país, a partir dos sistemas--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O calado?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: O calado varia entre 14 e 15ms. E essa possibilidade se deu pela engenharia, hoje disponível, de se construir dársenas, de se construir sistemas que permitam equilibrar o desnível entre a costa da Bélgica e o mar, que em certos pontos é mais alto, como se sabe.

Então, eu citando isso apenas para dar um exemplo muito eloquente de como uma decisão estratégica de investir em infraestrutura, no caso específico, de investir em logística portuária, dar a um país uma condição tão importante de se desenvolver, e a mesma coisa nós poderíamos fazer análise para a Holanda, com o seu Porto de Roterdã e, assim por diante. E eu estou pontuando isso muito mais para dizer o seguinte, que não é o fato de ter uma costa pequena, como é o Estado do Piauí que justifique qualquer argumento para dizer que o Estado pode ter postos de áreas vizinhas, o Estado do Piauí, assim como qualquer região que pretenda se desenvolver tem que ter o seu equipamento portuário. E no caso do Piauí essas obras do porto tiveram início há mais de 30 anos, essas obras do porto do Piauí tiveram início em 1976, foram investidos a preços de hoje, 390 milhões de reais que já estão investidos lá no Estado do Piauí sem nenhuma serventia.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Desculpe-me interrompê-lo, Ministro.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Pois não.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): À bem da verdade é o seguinte. Aqui eu estou com o livro de 1920, foi do engenheiro Souza Bandeira, o livro é de 20, e ele diz que em 1918 a mandado de Epitácio Pessoa ele começou a estudar, então V. Exa... E de lá para cá eu sei todos os dias, o Porto de Amarração está aqui ele descrevendo no livro, em 1918 quase secular. É uma vergonha!

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: O senhor tem toda razão. Os estudos começaram em 1918 e as obras em 1976, foram construídos, lançados ao mar mais de dois milhões--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Quando? As obras quando?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Setenta e seis.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Estamos perdidos, Presidente Collor, daí eu tenho como dado o Elói, eu não. Eu assisti o Presidente Getúlio Vargas em agosto de 50 na Praça da Graça às 10 horas de manhã: "Se eleito for farei o porto". O porto já tinha. E eu menino vi Joaquim Pires o Senador lá, isso muito antes de 50, ele disse que ia concluir em 50. Então, aí Presidente Collor, eu tenho a lamentar o desamor ao Piauí. Chegar ao ponto do Ministro não ter o mínimo conhecimento da história do porto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu pediria aos Srs. Senadores que...

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não, não, não tem não. É um século a briga. Vocês são bons de briga e não admito desrespeito que o Piauí está sendo tratado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu pediria às Sras. e Srs. Senadores que nós permitíssemos e descemos a oportunidade de o Sr. Ministro--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, não. O negócio é esculhambação. Bote aí. O homem não sabe nem a história do porto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, o senhor, o ministro--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Acabou a farsa. O Senado traz o ponto favorável. O homem não sabe é nada do porto. Vamos dar logo a palavra ao Elói Portella que é de lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Senador, eu peço a V. Exa.--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Em 1978, mocinho, é hora da... É metido a negócio, também eu sou... Em 1978, eu deputado estadual, e ainda lhe digo antes. O deputado federal que fez o dia do Piauí. Como é Heráclito?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): "Eu quero morrer e dizem que a vida é um naufrágio, e farei um esforço de vir á tona para ver as luzes do Porto de Luís Correia". Em 1978 eu aqui, deputado estadual, vice-líder do governo Lucídio Portela, esse João Paulo Reis Veloso arrancou tanto dinheiro lá que chegou a marcar a inauguração, aí foram ver, tal... E isso porque temos que corrigir, eu sou médico é na etiologia. Tal despreparo... Aí a primeira vez eu ouvi falar, não, não dá certo, porque eram 7ms, e foram medir era 3,5. Assoreou. Eu não sabia nem o que era isso. Fui ver... Água. Então, enfim, chegou a ser marcado a inauguração. Então, não vai. Se V. Exa. não se debruçou, essa reunião foi para nós termos mesmo seriedade, enganação nós já tivemos muito. Esse eu vi o governador dizendo que ia terminar em dezembro e não botou uma pedra, e traz V. Exa. que não teve nem tempo de aprender, daqui para dezembro, a história do porto de Piauí, a sua engenharia e a sua... Acabou, Collor. Acabou essa enrolada aqui. O Senado é para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nós entendemos a manifestação, esse desabafo do Senador Mão Santa. Mas queremos garantir a palavra de S. Exa., o Sr. Ministro dos Portos que veio à convite desta Comissão fazer a sua explanação e logo depois--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Nós fizemos pensando que viria alguém capaz, debruçado, sério, honrado e honesto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nós entendemos perfeitamente a manifestação do Senador Mão Santa que demonstra o seu amor ao Estado do Piauí e a indignação--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): E a minha desconfiança era grande, porque eu sugeri o Elói Portella, ele sabe bem mais do que eu. Eu me curvo para quem sabe mais do que eu. Mas a ignorância é audaciosa. Vir para Senado para negócio de mentira acabou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E S. Exa. o Sr. Ministro Secretário Especial da Presidência da República ele aqui está, a nosso convite, a convite de todos os senhores membros desta Comissão, e eu pediria que nós o respeitássemos e que nós pudéssemos ouvi-lo--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): A verdade não é desrespeito, não, Presidente. Eu busco a verdade. Isso aqui tem que ser a Casa da verdade. Eu sou respeitador de todo mundo aqui. Ele não pode é desrespeitar o Piauí e nós os piauienses que há um século estamos aqui. Essa Casa foi dirigida bem quando era um piauiense, Petrônio Portella, esse País só prestou quando o Ministro era, segundo o IPND João Paulo dos Reis Velloso e quando era ministro, o outro piauiense, o nosso jurista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Então nós não vamos... Nós já cansamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A palavra está garantida ao Sr. Ministro que terá o seu tempo agora adicionado, em função da intervenção do Senador Mão Santa, com a sua santa indignação. Ministro, V. Exa., é muito bem vindo a esta Comissão e, por favor, pode continuar a sua explanação. E a lista de inscrição dos Srs. Senadores que quiserem inquirir o Sr. Ministro está aqui aberta, bem como também ao próximo expositor que é o Senador Elói Portella.

Com a palavra, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito obrigado, Presidente. Pois bem. As obras do porto, conforme os dados nós temos, iniciaram em 1976, segundo as palavras--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Totalmente mentira! Não me repita isso. Aqui não é Casa de mentira. Eu era menino, eu vi lançar, eu vi o Joaquim Pires, Senador, a casa do meu avô, a praia foi prejudicada por isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Uma questão de ordem, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero compartilhar da indignação do Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu era menino, Collor, era em frente à casa do meu avô, tirou a nossa praia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A praia, o Porto de Luís Correia--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Foi feito na casa do meu avô.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Porto de Luís Correia em homenagem... É avô ou tio?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Luis Correia é irmão do meu avô. E vem contar essa história.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele já fazia cabotagem no rio--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Tem a palavra o Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No Porto de Luís Correia na década de 50. Chegou a ter os dois primeiros navios de transporte, ele era um grande industrial e tinha uma empresa--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Tem Georgiano de Moraes, ainda vi lá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --no Rio de Janeiro e fazia esse transporte, e o porto já existia, só que era um porto preliminar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O que eu estou falando, Senador, são nas obras de enrocamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, aí é outra coisa.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: É isso que eu estou falando.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Ministro Reis Velloso--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu era menino, eu nasci em 42. Eu vi o Senador Joaquim Pires.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quando Ministro do Planejamento resolveu então fazer outra obra, mas a realidade que o Senador Mão Santa diz, isso é um projeto que passou pelo Dr. Mariote, que passou... O Dr. Elói, depois historicamente, poderá contar. V. Exa., evidentemente, está baseado apenas em dados técnicos, que recebeu do Ministério, talvez, não tenha culpa de ter recebido esses dados errados. Agora a indignação é exatamente essa. Porque esse porto é aguardado há um século, e, na realidade, a década de 70 foi uma etapa, talvez, tenha sido uma etapa decisiva, onde tivemos recursos orçamentários definidos. Agora houve o início do Governo Epitácio Pessoa, depois no Governo de Getúlio a obra foi retomada, então esse porto, na realidade, tem várias etapas. Apenas um esclarecimento.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: E, de fato, o porto tem várias etapas... Posso continuar, presidente? O porto tem várias etapas, e a história é essa mesma. As obras as quais eu estou me referindo são as obras de enrocamento, são os dois milhões de toneladas de pedras que foram lançadas, e, de fato, isso foi iniciado em 1976, todos os registros estão nas pastas dos Ministérios responsáveis. Então, isso aqui não se trata, portanto, de nenhuma adivinhação, são contratos que estão assinados a partir de 1976 para lançamento das pedras que começaram a fazer o enrocamento do Porto de Luís Correia. E eu, naturalmente, não era nascido em épocas tão distantes, mas eu conheço, muito bem, Parnaíba desde menino, porque eu lá passava as minhas férias lá em Parnaíba, a família da minha mãe é de origem de Parnaíba, é de Parnaíba e eu conheço, portanto, muito bem a região, desde criança também quando lá estive, tomei banho igualmente lá nas praias de Parnaíba e de Luis Correia. Portanto, eu conheço essa região, não só por estudar a região, mas por ter estado lá desde criança, e, inclusive, agora, recentemente, em várias ocasiões, conheço muito bem o Estado do Piauí e me orgulho disso, é um Estado importante, e defendo o Piauí, igualmente a todos os piauienses pela importância que tem o Estado, e aqui estou, como me reportei desde o início, defendendo as obras para o Porto de Luís Correia, pela importância que essas obras têm como equipamento portuário. E estou me referindo novamente para ficar muito claro, muito preciso, que em 1976 começaram as obras de enrocamento do Porto de Luís Correia. Lá foram lançados dois milhões, mais de dois milhões de toneladas de rochas, o Governo Federal fez um investimento equivalente, hoje, a cerca de 360 milhões de reais e foram gastos mais 30 milhões de reais no início da construção do cais. Hoje, o que é que tem pronto lá em Luis Correia? Tem um enrocamento de proteção de pedras de cerca de 5kms que são os acessos e a proteção para construir o Porto e mais o início da construção de um cais em torno de 100ms, num valor total de 390 milhões de reais. Infelizmente, essas obras não dão qualquer condição operacional ao Porto.

Então, por isso, em 2007 nós assinamos um convênio com o Governo do Estado no valor de 12 milhões de reais para se dar reinício à retomada das obras. Que obras são essas? Nós vamos concluir o cais que hoje tem apenas 100ms e 100ms é inservível para qualquer uso operacional, nós vamos construir mais 100ms para que se tenha um cais total de 200ms, vamos fazer a dragagem para retomar a pro-

fundidade anterior de 7ms, e esse investimento complementar precisa de um total de 54 milhões de reais, dos quais 12 milhões de reais já estão garantidos por esse convênio. Esse convênio que já está assinado já foi dada uma ordem de serviço para ele que compreende mobilização, canteiro de obras, projetos executivos, sondagens geotécnicas, avaliação estrutural da plataforma de cais já existente e mais a prova de estacas que já estão lá. Esses 12 milhões nós estamos esperando apenas a concessão da licença ambiental para poder iniciar essas obras. Com esses 12 milhões nós vamos reiniciar as obras para complementação do cais em mais 100ms e projetos ambientais e mais os projetos de engenharia. Para completar esses 100m de cais os recursos necessários, adicionais são mais 42 milhões de reais que são recursos que o Governador Wellington Dias já falou com o Presidente Lula e o Presidente Lula já garantiu incluí-los no PAC, de modo que nós possamos concluir até o próximo ano esse restante de cais, e mais 10 milhões de reais para dragagem de manutenção que vai levar à profundidade de 7ms. Nós temos que, para completar a obra, fazer também a dragagem de aprofundamento para dar um calado de 10ms ao porto com a necessidade adicional de mais 20 milhões de reais.

Para concluir, Presidente e agradecendo a oportunidade de estar aqui nesta Comissão e já me ponho à disposição para estar aqui tantas quantas forem às vezes necessárias para discutir todos os assuntos de interesse do País, da Comissão e do Congresso, de um total, de uma obra total de 474 milhões de reais compreendendo os enrocamentos os acessos, a dragagem e a construção desse berço de 200ms que dará ao Porto de Luís Correia condições operacionais de atender ao Estado na sua necessidade, por exemplo, de combustíveis e de derivados de petróleo, na sua necessidade de exportação de camarão, na sua necessidade de exportação de frutas. Hoje o norte do Piauí paga o combustível mais caro do País exatamente por falta desse tipo de equipamento, e o que se produz lá não tem condição de escoamento, exatamente por falta desse tipo de equipamento.

Portanto, eu acho vital, do total de 474 milhões, 390 já foram investidos, 12 já estão garantidos nesse convênio e nós precisamos, portanto, de mais 70 milhões de reais, apenas para concluir, ou seja, menos de 15%, em torno de 15% do total de uma obra que já está lá, pronta, quase pronta, semipronta, com mais 70 milhões de reais se conclui. E há, portanto, todo o nosso empenho. Nós já fizemos a apresentação do projeto no grupo técnico do PAC, na Presidência da República, [soa campainha] essa apresentação está concluída e nós, portanto, estamos agora trabalhando para incluir o restante desses recursos no PAC e concluir, até o final de 2010, todas essas obras do porto.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Ministro, pela sua exposição.

Passo a palavra agora ao Senador Elói Portela que terá dez minutos para fazer a sua explanação.

SR. ELÓI PORTELA: Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Sr. vice-Presidente também da Comissão, Srs. Senadores, meus senhores e minhas senhoras. A minha primeira observação, me permitam os senhores, é de declinar os portos organizados da costa brasileira. Nós temos no Amazonas o Porto de Manaus; no Pará o Porto de Belém, Vila do Conde e Santarém; Amapá, Porto de Macapá; Maranhão, Porto de Itaqui, Ponta da Madeira e Alcoa; Ceará, Porto de Fortaleza e Pecém; Rio Grande do Norte, Porto de Natal; Paraíba, Cabedelo; Pernambuco, Porto de Recife e Suape; Alagoas, Maceió; Sergipe, Porto de Aracaju e Barra do Coqueiro; Bahia, Porto de salvador--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dr. Elói, V. Exa. poderia colaborar repetindo novamente o nome desses portos e os respectivos calados de cada um? Se tiver. Os que tiverem.

SR. ELÓI PORTELA: Eu tenho, mais ou menos, os calados--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais ou menos.

SR. ELÓI PORTELA: --que eu não completei esses dados.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Eu posso responder de todos, se o senhor quiser.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pode?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Posso.

SR. ELÓI PORTELA: Porto de Manaus, é o um porto franco--

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Manaus 12ms.

SR. ELÓI PORTELA: Belém deve dar--

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: O Porto de Belém hoje é--

SR. ELÓI PORTELA: Seis a oito metros.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: --Praticamente, inoperante, hoje quem atende a região do Pará é o Porto de Vila do Conde.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Barcarena.

SR. ELÓI PORTELA: Vila do Conde é em Barcarena. Vila do Conde que deve ter o que? Uns--

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Vila do Conde tem--

SR. ELÓI PORTELA: Doze metros e pouco.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Doze metros.

SR. ELÓI PORTELA: Amapá, Macapá.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Macapá também não tem operação hoje.

SR. ELÓI PORTELA: Porto de Itaqui.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: O Porto de Itaqui é um porto que tem um calado natural entre 16 e 17ms.

SR. ELÓI PORTELA: E Ponta da Madeira deve ter mais de 20.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Vinte metros.

SR. ELÓI PORTELA: Porto de Fortaleza deve ter dez.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Fortaleza tem 10ms.

SR. ELÓI PORTELA: E o Pecém.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Pecém 16ms.

SR. ELÓI PORTELA: Rio Grande do Norte, Porto de Natal deve ter...

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Natal tem 12ms.

SR. ELÓI PORTELA: Cabedelo.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Cabedelo tem 10.

SR. ELÓI PORTELA: Pernambuco, Porto de Recife.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Recife tem 12ms e Suape entre 16 e 19.

SR. ELÓI PORTELA: Dezenove. Maceió, dez.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Maceió 10ms.

SR. ELÓI PORTELA: Aracaju e Barra do Coqueiro.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Doze.

SR. ELÓI PORTELA: Porto de Salvador Aratu e Ilhéus.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Doze metros.

SR. ELÓI PORTELA: Porto de Vitória.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Vitória está com variando entre sete e 11ms. Eu queria fazer só um reparo, que esses calados que eu estou dando são os calados que existem hoje, mas estão todos sendo aprofundados, dentro do Programa Nacional de Dragagem, todos eles.

SR. ELÓI PORTELA: Para a profundidade de projetos.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Então essas profundidades são as que existem hoje, as atuais.

SR. ELÓI PORTELA: E Praia Mole? Praia Mole deve ter uns 12.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Praia Mole tem 16ms.

SR. ELÓI PORTELA: Capuaba?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Também a mesma coisa.

SR. ELÓI PORTELA: E Barra do Riacho.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Barra do Riacho 12ms.

SR. ELÓI PORTELA: Agora o Porto do Rio de Janeiro deve ter uns dez.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: O Porto do Rio de Janeiro tem entre dez e 12.

SR. ELÓI PORTELA: E Sepetiba deve ir a 15.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Sepetiba 15ms.

SR. ELÓI PORTELA: Porto de Paranaguá.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Paranaguá está entre 11 e 12m, mas também está sendo aprofundado.

SR. ELÓI PORTELA: Antonina?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Antonina, dez.

SR. ELÓI PORTELA: São Francisco do Sul em Santa Catarina?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Entre dez e 12.

SR. ELÓI PORTELA: Itajaí, Ibituba e Laguna. Laguna está desativado. Ibituba.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Ibituba está com 11ms.

SR. ELÓI PORTELA: Itajaí deve ter...

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Itajaí 11 também.

SR. ELÓI PORTELA: Em Porto Alegre nós temos o Pelotas e o Rio Grande.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: O Porto de Rio Grande é o porto que funciona.

SR. ELÓI PORTELA: Deve ter uns 12ms de calado.

Então, como nós podemos ver, os Estados, no princípio do século, começaram a proliferar os portos marítimos, mas o Piauí ficou imprensado com uma orla pequena, mas sem a atenção do Poder Público. A obra portuária é uma obra muito cara, então ela tem que ser bancada pelo Poder Público, em todo mundo é assim. Muito difícil você ter um porto privado, quem

aplica é o Governo Federal, porque realmente é uma infraestrutura cara e que não tem retorno financeiro na operação dele. Então, o que é que aconteceu? Os portos de toda a orla marítima começaram a ter necessidade de calados maiores. Então, no Ceará teve o Pecém, no Pernambuco teve o Suape, no Rio teve Sepetiba. Então, foi quando começaram a expandir e fazer portos mais modernos, maiores para, realmente, ter uma resposta melhor ao comércio exterior que é a causa do desenvolvimento de um País, o comércio exterior, em 97% desse comércio exterior, se faz através dos portos, das cargas e eles movimentam. Então, é um negócio muito importante, o porto é uma questão muito importante.

Agora o Piauí não tinha... Agora vem um pouco da história, não tanto quanto o Senador Mão Santa conhece, mas peguei alguns dados históricos, foi o seguinte: o Piauí não tinha orla marítima, e fez uma negociação com o Ceará de trocar a região de Crateús--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Governador Firmino de Souza.

SR. ELÓI PORTELA: Em 1880.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Então, em 1800--

SR. ELÓI PORTELA: E oitenta.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Quando o Epitácio mandou já era o Luis Correia--

SR. ELÓI PORTELA: Já tinha.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não era o nome, se chamava amarração que as embarcações se amarravam só naquele local.

SR. ELÓI PORTELA: Perfeito.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Então, o Epitácio Pessoa mandou o engenheiro em 1918. Olha que para mandar um engenheiro, preparado, sabido para dar essas informações que estão no livro, é dinheiro, é recurso. Então, há quase um século se gasta. E eu quero aqui, eu vim aqui para dizer as soluções. Eu sei. Vocês podem dizer... Eu sei que os senhores são engenheiros, o Juscelino era cirurgião e, às vezes, dá certo. Está aqui, nós estamos... Eu sou como elo, medicozinho, até caçado nós fomos, você entendeu? E eu tenho a solução, é para orientar, esta Casa tem que ser o pai da pátria, não é para se curvar a qualquer técnico. É isso. Eu estou aqui porque eu sei. Eu quero a solução, porque eu sei e vim dar, se o Governo segue no tempo... Pedro II vinha ao Senado deixava a coroa e [ininteligível] e ficava sentado ouvindo, porque nós somos da [ininteligível]; eu sou um deles, eu estou preparado. Aliás, eu quero é o lugar do Luiz Inácio, o Brasil estaria melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Mão Santa. Por favor, com a palavra o Senador Elói.

SENADOR EDUARDO SUPLICI (PT-SP): Para o Senador Mão Santa...

SR. ELÓI PORTELA: Continuando aqui. A partir dessa troca, dessa permuta de orla serrana que, diga-se de passagem, foi a primeira vez que o piauiense levou vantagem com cearense, foi essa que trocou a orla pela serra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E única.

SR. ELÓI PORTELA: É única.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Foi a única vez que um piauiense levou vantagem de um cearense, trocou por Crateús.

SR. ELÓI PORTELA: Exatamente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): De lá pára cá eles só nos enrolando. Até nisso. Quando ele foi enfatizado foi uma empresa lá do Ceará. Ele queria era dinheiro e usou muito, e ganhou muito dinheiro, um governador passado, privatizou e aquilo chegando na Europa dizendo que tem um porto, o porto mais próximo de Portugal, mais próximo de Miami. Então, nós fomos sempre enganado. Daí a minha indignação que já... O homem morreu, o José [ininteligível] sonhando: "Eu quero morrer a um naufrágio se a vida for um naufrágio a morte, faço um esforço de ver as luzes do Porto de Luís Correia". Eu não vou morrer não. Esse bicho sai é agora.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [interrupção no áudio] de Abreu conheceu Gonçalves Dias, piauiense, no caso.

SR. ELÓI PORTELA: Mas Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, Senador, eu pediria o Senador Elói Portela que continuasse a sua exposição, por gentileza.

SR. ELÓI PORTELA: Mas o que ocorreu foi o seguinte. Depois dessa abertura do Piauí ter a orla, aconteceram várias correspondências, várias tentativas de reinício, de iniciar o porto marítimo de Luis Correia, mas a mais expressiva surgiu em 1936, dezembro de 36 que foi uma exposição de motivo muito bem feita, por sinal, muito pormenorizada da bancada federal do Piauí, incluindo Câmara e Senado, solicitando ao então presidente Getúlio Vargas que construísse o Porto de Luís Correia. Essa exposição de motivo foi postergada, postergada, postergada quando surgiu, inclusive, essa alusão que o Senador Mão Santa falou sobre a atitude do presidente que disse que iria construir e iniciou--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Getúlio não: "Vou concluir o Porto de Luís Correia". Eu ouvi.

Eu sou testemunha da história. Agosto de 50. O Collor não tinha nascido. O meu tio, o João Orlando de Morais Correia era o prefeito de cidade, está lá escrito: *"Em agosto de 50 hospedou-se nessa casa Getúlio Vargas"*. Eu vi o [ininteligível], o Getúlio com o charuto na rede.

Então em agosto de 50 ele disse: "Vou terminar o Porto de Luís Correia".

SR. ELÓI PORTELA: Mas o que aconteceu--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, eu pediria, ao invés, de travar um diálogo com os Senadores, que o senhor fizesse uma exposição de forma genérica para que depois nós déssemos início aos debates.

SR. ELÓI PORTELA: Então, o que aconteceu, o Presidente Getúlio Vargas disse que ia terminar e, realmente, começou, iniciou e fez um enrocamento à margem direita do igaraçu, um enrocamento que ainda hoje existe lá, mas muito pequeno, muito pequeno. E o que aconteceu foi que passou a primeira guerra mundial, atrapalhou a construção do Porto, a segunda guerra atrapalhou a construção do porto, e em 1965 foi feito através do Mariote, o engenheiro Mariote foi ao governador, e pediu ao governador que fizesse um estudo de laboratório no INPH Instituto de Pesquisas Hidroviárias no Rio de Janeiro, fizesse um estudo do rio pormenorizado para fazer, de lá, elaborar um projeto com a viabilidade econômica e técnica. Foi feito, então um estudo de um porto *offshore* que era moderno, para a época, muito moderno, foi estudado no INPH com a colaboração do engenheiro Mariote, e quando surgiu exatamente este projeto que em 76 foi iniciado pelo Ministro Reis Velloso, o então Ministro do Planejamento. Quando eu digo que o Ministro Reis Velloso iniciou, porque foi ele quem mandou o dinheiro, mas quem fez foi o órgão responsável pela construção de porto que era a Portobrás do Ministério dos Transportes.

Então, foi feito em 1976 a 1979 foi concluída. E aí é o seguinte, mas foi contratado, porque com esse primeiro contato, foram contratadas só as obras de abrigo, o cais acostado não foi contratado, ficou para outra etapa, na outra etapa em 1982 foi assinado, já depois de licitação pública, foi assinado o contrato para o cais, propriamente dito...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, não. Há um engano aí, porque eu recebi um mandato de deputado, porque eu era vice-líder. Um dos homens mais honrados que eu conheci na história política, o Dr. Lúcio Filho Portela e o João Paulo Reis Velloso é da minha intimidade. Ele, Presidente Collor, quando fala de trabalho infantil, os maiores homens, ele com nove anos começou a abrir a fábrica do meu avô, e depois foi aí mania de primeiro [ininteligível] que todo mundo conhece, deixou para o segundo irmão que morreu, Francisco, Francisco deixou o emprego para o terceiro irmão, Antônio Augusto Reis Velloso que deixou para o quarto irmão que é, mais ou menos, da minha... Raul Velloso que é o maior entendimento. Então, eu deixei de ser... E houve essa cena. Nós chegamos a marcar com o ministro a inauguração, e era no governo do [ininteligível] Portela.

Então, 82 aí é que eu quero esclarecer V. Exa., por isso essa seriedade, ninguém vai mais se enganar aqui não. Aí foi esse negócio de assoreamento, ele ficou perplexo, ele pensava, sonhava em inaugurar. Aí assoreou de 7ms, e foram medir e deu 3,5. Mas quero dizer a V. Exa., [ininteligível], eu era presidente do Rotary Club, aí um estrangeiro que eu não recordo o nome, todo mundo sabe que é o Rotary, ele disse que tinha feito alguns portos no mundo e que ali não era um bom lugar, que o bom lugar era Timonha [soa campainha] que é o limite do Piauí com o Ceará, porque tinham as condições natural. Quando daí já depois se anunciou um assoreamento.

Então, esse negócio tem que ser levado a sério, porque nós só estamos sendo enganado há quase um século.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Senador, o senhor tem mais dois minutos para concluir.

SR. ELÓI PORTELA: Em 1982 quando foi assinada a segunda etapa, a feitura do cais, porque era quando tornaria o porto operacional, porque até então era só obra de abrigo. Quando foi em 1982 que foi assinado, eu tenho até a sua fotografia de médico ainda, de branco nessa solenidade de assinatura, em 1982. Em 86 foram paralisadas as obras por falta de recursos. E a empresa, inclusive, estava em má situação financeira e foi sub-rogado esse contrato para a Camargo Corrêa que era uma firma grande, e a Camargo Corrêa também declinou de concluir o porto porque realmente não tinha recursos.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas não tinha recursos porque o Governador Alberto Silva pediu ao Presidente Sarney e foi privatizado para uma empresa do Ceará, não é uma empresa que constrói navio, [soa campainha], o nome eu não estou--

SR. ELÓI PORTELA: Inace.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Inace. E, realmente, eu quando governei... Todo mundo... Não consegui, era tudo comprometido com o orçamento e tinha esse embaraço, ela estava privatizada e para desprivatizar eles queriam era dinheiro, quer dizer, esse é o rolo do Brasil. Mas agora ele pertence, voltou à República, agora eu tenho me debruçado, a prova estava aqui, o nosso Delcídio Amaral é testemunha

quando ele doou orçamento a inúmeras vezes que eu importunei para botar dinheiro e recurso para o Piauí. Então, diante da lei, se esse fosse um país de moral, um partido organizado tem recurso, porque eu tenho alocado todos os anos, o Heráclito é testemunha que é companheiro da bancada do Piauí, e o Delcídio Amaral que foi um dos presidentes idôneo, competente que viu a nossa luta que não fosse cortado o recurso para o Porto de Luís Correia.

SR. ELÓI PORTELA: Esse porto em 1900--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Concluindo, Sr. Senador, por favor.

SR. ELÓI PORTELA: Vou concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

SR. ELÓI PORTELA: Em 1989 pelo Decreto 97.216 de 13/12/89 foi exatamente rescindido o contrato com essa empresa Inace, foi rescindido o contrato e passou o porto para--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ELÓI PORTELA: Em 89.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Que aí privatizou.

SR. ELÓI PORTELA: Ele privatizou e voltou para a União. Voltando para a União o que é que aconteceu--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ele só voltou para a União agora, Elói, agora no governo Hélio Dias. Ele ficou privatizado daí do Governo Sarney com o governo Alberto Silva até uns dois anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se o Senador concluiu a sua exposição. O primeiro inscrito para fazer perguntas aos expositores é o Senador Heráclito Fortes. E eu gostaria de colocar, e, em seguida, o Senador Mão Santa. E, originalmente, o Requerimento foi feito pelo Senador Heráclito Fortes, para o conhecimento dos Srs. Senadores, eu vou aqui ler a justificação apresentada pelo Senador para o convite feito ao Secretário Especial de Portos da Presidência, o Sr. Pedro Brito do Nascimento e do Sr. Elói Portela foi por solicitação, Requerimento apresentado pelo Senador Mão Santa. Mas na justificação do Senador Heráclito, apenas para que os Srs. Senadores tenham uma ideia precisa do objeto ou do objetivo desta audiência pública, é o seguinte: No último dia 27 de março esteve em Parnaíba, em Luis Correia, uma comitiva presidida pelo Governador Wellington Dias com a presença do Ministro Pedro Brito. Foram anunciar a retomada das obras do Porto de Luís Correia. "Todos sabemos da importância daquele porto para o meu Estado e para a região. É um sonho que vem de Epitácio Pessoa, mas a obra esteve, alguns anos, paralisada. Nos governos militares quando o piauiense Reis Velloso era Ministro do Planejamento as obras foram reiniciadas. 80 milhões de dólares a época para lá foram destinados e investidos. O Porto avançou, cerca de 70 a 80% de sua estrutura básica foi feita, faltando a complementação. Tivemos paralisações por vários motivos, ao longo dos anos. De dez anos para cá, numa tentativa, penso eu", continua o Senador Heráclito Fortes, "bem intencionada, houve a cessão do Porto por parte do Governo Federal para o governo estadual e por consequência do governo estadual para uma empresa privada de nome Inace. Essa empresa assumiu o Porto com o compromisso de terminá-lo e de colocá-lo em funcionamento. Mas durante todo o período em que esteve administrando o Porto, nada foi feito, pelo contrário, permitiu invasões, não corrigiu com dragagem e assoreamento que é constante e natural e a obra ficou completamente paralisada. Agora anunciam-se a retomada e a posterior conclusão das obras, cogitando-se, inclusive, a utilização de recursos oriundos do PAC", conforme aqui já afirmou o Sr. Ministro. "Todavia, não há menção ao Porto de Luís Correia naquele programa, fato que impõe ao Senado Federal, por força da função fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, mais precisamente a Comissão de Infraestrutura, iniciativas que permitam conhecer os detalhes de viabilidade desse importante e complexo empreendimento. Assim parece-me imprescindível que convidemos o Sr. Ministro Pedro Brito para que possamos, em audiência pública, debater o tema com aquela autoridade". Sala das Comissões.

Senador Heráclito Fortes, a quem passo a palavra como primeiro inscrito para as indagações a serem feitas aos nossos palestrantes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Fernando Collor, Sr. vice-Presidente Eliseu Resende, Ministro Pedro Brito, ex-Senador Elói Portela. Evidente que a construção do Porto de Luís Correia, é para todos nós piauiense, um sonho que desejamos ver realizado. Essa obra é uma promessa secular, é uma promessa secular que tem ímpetos de início e paralisações ao longo de todo esse tempo. Evidente que qualquer ação no sentido da sua conclusão recebe de todos nós da bancada piauiense ou no Congresso Nacional apoio, incentivo e um engajamento automático numa luta dessa natureza. Lamentavelmente, é a quarta vez que o Ministro Pedro Brito tinha sido convidado a vir a esta Casa, o Presidente Fernando Collor teve mais força, porque os anteriores não conseguiram em nenhuma delas, o Ministro sempre tinha algo mais importante do que vir a esta Casa do Congresso. Aliás, o convite era para que ele viesse, juntamente, com o

Governador Wellington Dias exatamente para que pudéssemos dirimir algumas dúvidas por quê? O ministro Pedro Brito, o ano passado, esteve no Porto de Luís Correia, na companhia do Governador Wellington Dias, quando anunciou a retomada das obras deste Porto e a sua inauguração em dezembro, agora, de 2009. Quando eu coloquei em dúvida a inauguração em tempo tão rápido fui bombardeado por setores do governo do Piauí que disseram, inclusive, que com aquilo eu estava contra o Estado do Piauí. Quando, na verdade, a minha dificuldade era de aceitar uma promessa irresponsável como a que foi feita, sem nenhuma condição de ser executada no tempo prometido e a irresponsabilidade foi mais além, porque disseram que o Porto, além, de entender as demandas locais, as demandas do Estado do Piauí, iria atender... Está tudo aqui. Iria atender também o escoamento da produção do Estado da Bahia. Ora, aí já era uma obra que não era nem da responsabilidade do Ministro, mas era uma obra que envolvia também estrada de ferro, a Transnordestina, e sem nenhuma avaliação do custo do que seria essa integração que para o Piauí seria o segundo sonho. Imagine o Estado do Piauí, carente de escoamento, tendo em 2009 o Porto e a interligação via ferrovia ou até transporte rodoviário com a Bahia possibilitando economicamente esse escoamento.

Criou-se uma euforia, foi uma festa em Teresina. O Ministro foi a Luis Correia, outra festa em Luis Correia, principalmente, porque todos sabiam que o Ministro com ligações ao Piauí, tendo passado a infância, conforme ele disse, seria, ele, o primeiro a se empenhar para o cumprimento desse fato. A primeira ducha de água fria veio porque mês depois ou menos de um mês depois S. Exa. viaja à Europa aonde assinou um grande contrato onde colocaria recursos para recuperação, construção de vários portos brasileiros, e o querido Piauí da infância dele foi esquecido. Mas a questão vai mais além. O Ministro anunciou, lá, que a obra seria feita pelo Batalhão de Construção, com afirmativa arriscada, até porque o que me consta, o Batalhão de Engenharia e Construções do Brasil, o BEC, o famoso BEC não tem tecnologia de trabalho na área, e o pouco que possuía estava já todo comprometido com transposição do rio São Francisco. As declarações estão todas aqui. Depois o governador veio a esta Casa e declarou que num entendimento com V. Exa. os recursos estavam assegurados, e o Porto de Luís Correia que hoje está entre 2,5, 3,5 de calado por causa do assoreamento, pelo abandono, provocado pelo abandono, os senhores não recuperariam mais entre sete e dez metros, mas iriam para entre 15 e 17. Declarações de S. Exa. aqui.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Minha?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, declaração do governador dizendo que tinha tido um entendimento com V. Exa. Aqui no depoimento dele prestado aqui com muita euforia. E eu fiquei achando que nós iríamos conviver com grandes transatlânticos, mas um custo, Senador Elói, para adequação desse calado era uma coisa despropositada, uma vez, que nós estávamos lutando para ter um porto que atendesse as demandas do Estado do Piauí.

Depois já não era mais o Batalhão de Engenharia e Construção que ia fazer a obra, apareceu aqui declarações do governador corroborada pelo secretário, o Sr. Luciano Parlandin. A empresa vencedora chama-se Petcom. Quem é a Petcom, Ministro? Que obras a Petcom construiu na área? De onde nasceu a Petcom? Empresa dita aqui no depoimento do... Agora, recentemente, V. Exa., novamente, tem uma fotografia onde aparece, mas eu acho que não tem nada a ver com a obra, mas, evidentemente, que a sua secretaria conhece. A obra vencedora é uma empresa paraense chamada Paulo Brígido Engenharia consorciada com a empresa piauiense de nome Staff. Eu gostaria de que como homem da área, nos desse informações sobre essas duas empresas com atuação em áreas de porto. Qual o patrimônio dessa empresa? Por que essas empresas ganharam e qual foi o critério de ganho? E terceiro lugar por que é que a obra foi subdividida em três etapas? Será que foi para que essas empresas pudessem entrar pelo seu tamanho? É um dos fatos que mais me interroga aqui, Sr. Presidente. Uma obra desse porte ter sido seccionada em três etapas e ganhado essa empresa paraense. Por que é que as grandes empresa saíram? As empresas com tecnologia, Senador Eliseu Resende? Exatamente porque ela foi dividida em três etapas. Por que essa divisão? É uma prática da sua secretaria?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não, essa obra não está sendo feita pela secretaria, está sendo feita pelo Estado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pelo Estado? Por delegação?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Isso. O convênio delega ao Estado a obra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Governo dele... Mas a secretaria não acompanha--

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Quem está fazendo a licitação da obra é o Estado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas a Secretaria não fiscaliza, não acompanha? Simplesmente a empresa--

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Quem fiscaliza são os órgãos de controle, a Secretaria não é órgão de controle fiscalizador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é órgão?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Nós acompanhamos as prestações de contas, acompanhamos o processo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria requerer que V. Exa. pedisse, em nome da Comissão, informações técnicas sobre esse Petcom e sobre esses empresas vencedoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A solicitação de V. Exa. será atendida, Sr. Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São recursos públicos. E eu pensei que pelo zelo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu peço à secretaria que providencie.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pelo zelo da Secretaria de Portos, com o dinheiro público, pelo menos, passasse, passava na minha cabeça que a Secretaria faria um acompanhamento com relação a isso. Outra pergunta que eu gostaria de fazer. É o imbróglio envolvendo o porto e a empresa Inace. O secretário e o governador declararam aqui que iriam anular o contrato. Só que contrato você não anula unilateralmente. Esse é um contrato frouxo, é um contrato vergonhoso que foi feito num passado, e essa empresa por questões que desconheço não cumpriu, mas, no entanto, essa empresa ainda tem, segundo ela, alguns direitos, uma vez que o Estado, ao longo do tempo, não cumpriu com a sua parte contratual. Eu não conheço, quero crer que o Estado até tenha razão, mas é preciso, pelo menos, que essa questão seja dirimida porque o que eu houve lá, Presidente Collor, foi uma sequência de inconsequência. O porto era federal. Acho que foi na extinção da Portobrás, não é isso Senado Elói?

SR. ELÓI PORTELA: Não, não é.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E aí se colocou para o Estado do Piauí administrar, e o Estado do Piauí passou para uma empresa privada. O que me causa espécie é que durante esse processo o Governo Federal não tomou nenhuma providência, não pediu anulação daquela cessão, porque era cessão da cessão, e aí essa empresa, que me parece que é muito competente na área de construção de barco, de navio, mas que não tem pedigree, que não tem tradição em administração e construção de portos.

Então, o Porto de Luís Correia se encontra nessa situação. Era muito importante esse esclarecimento sobre o por quê o Batalhão de Engenharia e Construção não...

Agora vamos para o prático. O Ministro aqui falou sobre os recursos. Eu quero lembrar que a Ministra Dilma Rousseff, até V. Exa. sabe disso, retirou o Porto de Luís Correia do PAC. Estou cometendo alguma calunia contra a Ministra?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não retirou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Retirou.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não, não retirou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por que é que foi incluído e não ficou no PAC?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Nós fizemos a apresentação técnica na Casa Civil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por que é que não ficou?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não houve retirada, porque não entrou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Houve retirada. O governo do Piauí pediu, a bancada toda pediu.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Pediu. Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E se não está foi retirada.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não, não entrou ainda, não é que foi retirada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ela pode agora voltar a colocar, mas na época foi retirada. Era uma das poucas reivindicações do Estado do Piauí, naquele período, era essa obra e foi retirado. No entanto, embora, retirado os senhores iam para o Piauí prometer e assegurar que a obra estava no PAC, o que era uma doce ilusão, uma maneira de enganar os piauienses, e daí a nossa revolta.

Até o momento não há nenhuma execução orçamentária. Os recursos alocados são exclusivamente recursos de bancada. Eu quero fazer justiça a todos aqui com o Senador Mão Santa. Os 12 milhões [ininteligível] e mais um segundo, não é Mão Santa? Está aqui o coordenador da bancada encaminhando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São 17 milhões.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dezessete milhões e 12 milhões. Agora, 17 milhões em 2008 e 15 milhões em 2009. A execução é zero. Não sei se é da sua Secretaria, não quero ser injusto, ou se é incompetência do governo do Piauí que não viabilizou a liberação desses recursos. E por que é que

ficam prometendo a inauguração do Porto para 2010? Uma promessa eleitoreira, uma promessa sem nenhuma consistência. A enganar o povo do Piauí--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Isso é revoltante. V. Exa. é contra comissões. Mas eu queria lhe fazer um apelo em caráter extraordinário e excepcional. Forme uma comissão. Eu queria até que V. Exa. fosse, o Piauí lhe quer muito bem, mas se não pudesse ir pedisse ao Ministro Eliseu Resende que é homem que conviveu com obra dessa natureza para ir ver o que é que o Piauí está sendo... O Piauí está sendo vítima de um calote. Os recursos estão aqui, e isso aqui é orçamento. Isso não é balela, isso não é brincadeira. O dinheiro colocado, que é produto da bancada, o Governo Federal não se mobilizou, não há um dinheiro... Estão aqui os dois recursos remetidos por obra e graça da bancada federal, e a execução? Nenhuma. Eu já não vou falar do de 2007 porque esse já está perdido, e esse de 2008, dificilmente, poderá ser resgatado.

A presença do Ministro Pedro Brito aqui, tem alguns objetivos, o primeiro deles: é ver se reacende no seu espírito telúrico o amor ao Piauí. V. Exa. se lembra dos banhos que tomou nas águas de amarração de Luis Correia, de ter ficado no colo da vovó contemplando aquela beleza, em respeito à querida vovó que perdeu, leve essa obra como sua, pegue o seu lado piauiense. Porque se depender do que está aqui, isto é uma embromação. O governo do Piauí está enganando o povo, Sr. Ministro. E acho que V. Exa. com compromisso... Eu não estou dizendo que V. Exa. é o culpado dessa coisa, mas V. Exa. foi conivente, porque foi lá, não esclareceu que não era possível a obra ser inaugurada em 2009, criou a expectativa. E o mais grave, a área do Porto está toda invadida. Não se tomou até agora nenhuma providência, presidente Collor. Casos... Eu mostro aqui fotografias. Se V. Exa. for ver aqui o trilho, o trem. Eu quero entregar a Comissão para que V. Exa. veja a situação como está. Fizeram, inclusive, construíram obras públicas em cima do trilho. Como é que você vai pegar e refazer essa obra e torná-la viável para levar, pelo menos, para a velha estação de passageiro de Luis Correia?

Presidente Collor, eu queria que passasse às suas mãos essas fotografias. Isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha o que está acontecendo! [ininteligível] e quero aqui que o Senador Suplicy que, de repente, se tornou um apaixonado telúrico pelo Piauí. Vai para lá, inclusive, passou férias, hoje é um enamorado, inclusive, pela poesia da nossa Aury(F). Se junte a nós numa questão como essa. Essa questão não é política, essa questão não é ideológica, essa questão é uma questão de sobrevivência, de um povo que espera este porto. Daí porque, Presidente Collor, eu agradeço a V. Exa. ter podido, ter conseguido trazer o Dr. Pedro Brito, quando o meu objetivo é de que ele se alinhe a essa luta dos piauienses, mas se alinhe com fatos concretos, com fatos objetivos. Sei que o Ministério dele tem muitos recursos. Mas contemple o Piauí com alguma coisa, acorde o Governo do Estado, porque o Governo do Estado está blefando, blefando.

Eu queria saber, V. Exa. conhece essa empresa que ganhou as obras?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Essa empresa Petcom não é empresa de obra, isso aí é uma empresa de projeto, ela foi contratada pelo Estado para fazer o projeto executivo, e esse projeto é que foi usado também pelo Estado para fazer a licitação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu agradeço a V. Exa. pela informação, porque a incompetência da informação dada aqui foi pelo governador e pelo secretário que colocam a Petcom como uma empresa de construção. Eu fiz aqui a pergunta: São as obras? Não. E essa segunda empresa Paulo Brígido Engenharia. V. Exa. conhece como trabalhando em área de porto?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não, não conheço.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não conhece?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A empresa Staff? V. Exa. poderia pegar na Secretaria e remeter para cá um diagnóstico, um patrimônio, o que é que ela possui--

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Claro que sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): **--**de máquina, o capital que construíram. São as duas empresas responsáveis por essa obra. E nós estamos traumatizados no Piauí por insegurança de obra, porque nós fomos vítimas agora não da obra de engenharia original. Mas nós fomos vítimas, agora, Senador Eliseu, de um desastre que aconteceu com a Barragem de Algodões, que por falta de responsabilidade dos governantes causou mortes e um grande prejuízo ao Estado do Piauí. [soa campainha]. O concreto é o maior amigo do homem, ele não trai o homem, ele dá aviso, o ruim é quando o homem não escuta os avisos que concreto dá. Essa Barragem de Algodões deu vários avisos, e o governador o que é que faz? Apoiado nessa mesma equipe irresponsável que está

aqui, que participa desse tipo de obra manda que os moradores votem ao leito da barragem, e deu no que deu: morte, destruição. E nós não queremos que aconteça isso, Ministro Pedro Brito. Acho que seria um sonho, realmente, se V. Exa. está comprometido é hora de esclarecer em elevar o Porto de Luís Correia para 15ms de calado. Mas de onde é que virão esses recursos? Ou será que o Piauí vai ser, mais uma vez, enganado? Agora mesmo criaram uma expectativa, Presidente Collor, de um aeroporto internacional em São Raimundo Nonato, e foi inaugurada uma pista de 1600ms sem iluminação, sem casa de passageiros e sem os equipamentos necessários como alfândega, nada. Faz-se uma rearrumação e depois se marca a inauguração. Eu estou com medo, Ministro, e daí o meu cuidado é que V. Exa. seja envolvido a inaugurar lá um remendo a meia sola de um porto apenas para recebimento de líquido, de petróleo. Não é isso que os senhores prometeram. Os senhores prometeram um porto para escoamento da produção do Piauí, e aqui está V. Exa. participando desse lançamento, fotografia, declarações. Vou passar tudo para a Comissão.

O meu apelo aqui é, [soa campainha] em primeiro lugar, não enganem mais o Piauí, segundo lugar, vamos trabalhar com fatos reais, com fatos concretos. O Piauí precisa desse porto, agora precisa desse porto em pedra e cal, precisa desse porto produzindo, não apenas de promessas eleitorais, principalmente, quando os pleitos se aproximam.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado Senador Wellington(sic).

Com a palavra o Ministro.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito obrigado, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Wellington, não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele já está magrinho, mas nem tanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe-me, Senador. Muito obrigado ao Senador Heráclito pela sua exposição. E me desculpe, é que falando...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A minha dúvida é quando V. Exa. me chamou de Senador Wellington, eu não sabia se é esse aqui ou se é o outro que já está em campanha, naturalmente. Foi o subconsciente de V. Exa., sabendo que isso é matéria eleitoreira, já antecipou. De forma que eu queria apenas esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Peço desculpas a V. Exa., Senador.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito obrigado, Presidente Collor--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E é campanha mesmo, o subconsciente... [risos].

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Em primeiro lugar, Presidente, eu queria me ater exclusivamente à matéria do convite para comparecer aqui, eu não gostaria de entrar aqui nas discussões...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permitiria só, Presidente... Ou V. Exa. que seja colocado aqui no Google, na tela do Google o Porto Luis Correia? Enquanto ele vai falando. Não atrapalha. Apenas para...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, pode colocar.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Então, eu não gostaria de entrar nas discussões locais, presidente, da política local, porque nós estaríamos fugindo aqui à matéria da convocação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Alto lá. Em momento algum eu coloquei V. Exa. nas questões locais. Eu estou colocando V. Exa. apenas no que V. Exa. participou.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não, é que o senhor colocou aqui que falou que, às vezes, comentam pelo Estado da Bahia, de calado 17ms, batalhão de construção e, realmente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas o que é que tem isso da questão local?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Local assim, essas declarações eu não sei a quem o senhor está atribuindo. Eu não fiz nenhuma declaração que nós iríamos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estava lá em todas elas. As fotografias estão aqui.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Eu não fiz nenhuma... A minha fotografia pode estar em qualquer lugar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então não são verdadeiras?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: --mas isso não significa que a minha fotografia estando aí que eu dei declaração que nós vamos escoar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não. Muito obrigado. Então, o simples fato de o senhor dizer que elas não são verdadeiras já justifica a sua presença aqui.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Eu não sei quem deu e nem me responsabilizo por elas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não se responsabiliza?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto. Muito obrigado.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não assumo qualquer responsabilidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Eu queria, portanto, me ater exclusivamente às questões técnicas do Porto e respondendo, objetivamente, as perguntas.

Nós fizemos... Com a paralisação das obras nós fizemos um convênio com o Estado do Piauí, um convênio de 12 milhões de reais, esse convênio está em vigor, esse convênio foi usado para mobilização, canteiro de obras, projetos, licencia ambiental e início das obras do cais. O valor total dessa primeira etapa, naturalmente, não é de 12 milhões, o valor total é de 54 milhões. Nós já fizemos um convênio de 12 milhões e precisamos de mais 42 milhões para fazer exatamente o quê? Como eu disse, as obras que iniciaram em 1976 de enrocamento que é garantir o acesso ao porto e os enrocamentos de proteção, essas obras, em 1983, foram complementadas com o início de um cais. Então, a fotografia ali não está clara, mas hoje nós temos, além, dos enrocamentos, nós temos um cais iniciado de 100ms. Então, o que é que nós estamos fazendo, Senador Heráclito Fortes? Nós estamos concluindo esse cai, o cais vai passar de 100 para 200ms e vamos fazer a limpeza da área com a dragagem de manutenção, restaurando os 7ms de profundidade que tinha, inicialmente, o porto. Então, a obra no valor de 54 milhões compreende a reconstrução do cais para 200ms e mais dez milhões para limpeza do assoreamento que foi feito. Então, nós estamos falando, nessa primeira fase, um valor total de 64 milhões de reais, sendo que 12 já estão garantidos por um convênio, além disso, nós temos que fazer uma dragagem de aprofundamento para o porto poder operar dando um calado de 10ms. Então, portanto, essa história de 17m isso não tem, absolutamente, o menor sentido técnico, nem prático e nem nenhuma necessidade de se ter em Luis Correia uma profundidade da 17ms. Não há nada que justifique, do ponto de vista, de mercado ter calado de 17ms, não há nenhuma necessidade e nem--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nem 15.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Nem 15. Não há carga para isso que justifique um calado dessa natureza.

Sobre a Inace que foi a empresa que recebeu há 17 anos a concessão que foi feita pelo Estado do Piauí, logo que nós assumimos a Secretaria Especial de Portos, nós colocamos para o Estado do Piauí que a condição inicial para que esse convênio fosse feito, para que nós pudéssemos retomar a obra era a condição do Estado do Piauí desfazer esse convênio que tinha sido feito com essa empresa. Então, o Estado do Piauí tomou as providências para denunciar a convênio. Então, essa foi a nossa primeira exigência.

Então, esse é o estado da obra, tudo mais ou é fantasia ou são discussões que não são técnicas e não me cabem analisar ou emitir opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Heráclito está satisfeito com as respostas?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dizer que o Secretário de Obra, o Sr. Parlandin, diz aqui no depoimento que V. Exa., inclusive, entrou em contato pessoal com a Inace com quem teria ligações.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Para extinguir o contrato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas não foi extinto até agora.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: As informações que eu tenho do Estado do Piauí é que o contrato está desfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só que você só desfaz um contrato depois de assinado, e a família lá, é uma senhora, e, ultimamente, ela não tem me ligado, ela quer garantias de que também não será acionada pelo Estado no futuro.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: O Secretário, se não me engano, está presente, ele mesmo poderia nos informar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe. O secretário... Com licença. O secretário de onde, de quê?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Do Estado do Piauí, Secretário de Transporte do Estado do Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Secretário de Transporte do Estado do Piauí para dar a explicação solicitada pelo Sr. Ministro e pelo Sr. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está assinado, Secretário?

SR. LUCIANO PARLANDIN: Como?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O distrato está assinado?

SR. LUCIANO PARLANDIN: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Use o microfone ao lado, por gentileza.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu acho até que...

SR. LUCIANO PARLANDIN: A nossa Procuradoria-Geral do Estado, Senador Collor, tomou as providências junto a Inace, abriu competente processo administrativo, a empresa foi notificada, não respondeu, não fez a sua competente defesa no prazo legal, e assim a nossa Procuradoria-Geral do Estado rescindiu o contrato, e até o momento não tivemos nenhum questionamento jurídico por parte da Inace. E, nesse sentido, a assessoria jurídica do Governo do Estado do Piauí entende que a questão está resolvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Juridicamente pode ser considerada resolvida essa questão?

SR. LUCIANO PARLANDIN: Sim, até porque a empresa não se manifestou no prazo legal no processo que foi aberto, porque se nós temos resolvido essa questão o convênio nem poderia ter sido assinado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, esse contrato o Estado acha que tem poderes, o pessoal acha que pode muito. E de rescindir um contrato unilateralmente. Eu queria chamar a atenção, inclusive, de V. Exa. para a gravidade desse problema. Aliás, o Secretário quando foi aqui, está aqui, ficou de mandar a rescisão desse contrato em 10 dias que já estaria tudo resolvido. E aí trouxe no bolso do colete um lobista chamado Neto Camaço(F). Lembra disso? V. Exa. trouxe o Neto Camaço(F) que era um treinador de futebol, mexia com time de futebol e que estaria tratando também desse assunto e que teria aqui. Agora enquanto nós não tivemos o contrato rescindido com a Inace esse contrato não está em vigência, Secretário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu solicitaria, então ao Sr. Ministro, em nome da Comissão, a pedido do Senador Heráclito, que V. Exa., por gentileza, entrasse em contato com o governador e pedisse a rescisão desse contrato, para evitar, inclusive, a participação do Secretário que não está com as informações, talvez, em dia.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque tem que haver uma audiência de conciliação. Houve audiência de conciliação entre as partes?

SR. LUCIANO PARLANDIN: Senador Collor, o Poder Público não pode renunciar ao fato de poder acionar qualquer ente que aí tenha dado prejuízo, como o próprio Senador falou, a empresa não cumpriu com o seu contrato de concluir o porto. Então, o Poder Público não pode renunciar a qualquer medida judicial no futuro. Então, nós não podemos assinar um documento renunciando a um interesse público que é indisponível, que não é particular. Então, nós não temos como renunciar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E talvez solicitar também, talvez solicitar um parecer da Procuradoria-Geral do Estado sobre esse contrato, e que fosse enviado aqui a esta Comissão para que desse o parecer legal, porque esse é um assunto jurídico, legal, bem específico. Então, que desse um parecer do ponto de vista legal sobre em que pé se encontra esse contrato, se foi rescindido, se não foi rescindido, se cabe algum recurso, se não cabe mais nenhum recurso, com quem está hoje essa concessão, se voltou para o Estado, se está com essa companhia, enfim, essas indagações eu pediria ao Sr. Ministro... que fizesse e encaminhasse.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas para colaborar com o Sr. Pedro Brito, presidente. O que eles alegam é que eles não cumpriram a parte dele, mas o Estado também não cumpriu a sua. É uma questão jurídica que está na mão de advogado, advogado quer ganhar dinheiro. Enquanto essa questão não for resolvida, eu não sei como é que a sua Secretaria vai repassar recursos para uma obra dessa natureza. Aliás, o Secretário que está aqui podia até facilitar, poderia nos dar informações sobre essa empresa que ganhou, essa empresa... Poupava até o Ministro Pedro Brito, quantos portos, essas duas empresas que ganharam e por que dividir a obra em três etapas. Porque ganharia tempo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Poderíamos fazer isso mediante a um requerimento, pedido de informações, mas se V. Exa.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se ele estiver preparado. O senhor está com as informações?

SR. LUCIANO PARLANDIN: Senador Heráclito, neste momento houve aqui uma licitação, mediante o projeto foi feito, uma licitação em torno de dez milhões, e é normal que no mercado, o senhor falou em grandes empresas, com a quantidade que obras que o País hoje possui, uma obra de dez milhões não vai chamar atenção de uma Odebrecht ou de outras grandes empresas desse País, é uma obra de valor financeiro--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas por que é que ela foi dívida em três e não foi feita de 30 a licitação?

SR. LUCIANO PARLANDIN: O projeto que nós tínhamos no momento era para o cais, o convênio é para o cais. Então, nós estamos tratando a parte do cais do porto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O secretário podia mandar tecnicamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Heráclito, eu poderia sugerir--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --quantas obras fizeram. Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu poderia sugerir que nós solicitássemos isso oficialmente e que essas informações fossem passadas, por escrito, por parte do governo do Piauí por intermédio da Secretaria, do Ministro Secretário Especial de Portos da Presidência da República.

SENADOR EDUARDO SUPLICI (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICI (PT-SP): Tendo em conta as perguntas do Senador Heráclito, é possível que eu tenha perdido a exposição inicial do Ministro Pedro Brito, mas eu agradeceria, porque daqui a pouco tenho que estar na CRA, Sr. Pedro, para uma questão que ambos os Senadores colocaram, se, de fato, será possível então a conclusão das obras do Porto e qual é a data prevista. Se puder nos dar essa informações, já que ambos os Senadores do Piauí querem muito que o Senador de São Paulo acompanhe o andamento das obras do Piauí também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O segundo inscrito é o Senador Mão Santa. mas V. Exa. permite que seja dada resposta ao Senador Suplicy?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu não posso admitir, ele vai ter que compreender que eu sou pelo Senado, por quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. compreende, Senador?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Vou dizer por quê.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Mão Santa que é o segundo inscrito.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Deus escreve certo por linhas tortas. Ele deu o quadro porque a grandeza do Senado nos permite isto, é a federação, é a igualdade, se não tiver o Senado, São Paulo que já é forte leva tudo, junto ele, Minas e fica com o orçamento. Então, eu estaria abdicando a Federação à existência do Senado, essa igualdade. Então, eu estava inscrito... Primeiro, Ministro Pedro, meu respeito, minha admiração por V. Exa., V. Exa. não tem contra, a imagem que eu tenho do senhor por informação, é a melhor possível. S. Exa. está aí como Pilatos, está como eu estou num rolo na Mesa Diretora do Senado, que eu também não tenho nada a ver com o que fizeram, e são coisas que a gente tem que sair.

E eu pediria que o senhor também... Não saia daqui essa imprensa placa branca, dizer que eu fui agressivo não. Cristo que é Cristo ele pegou foi o chicote e se indignou e botou os vendilhões para fora. Jamais eu pediria o chicote, eu faço é convidá-lo para tomar o meu peixe na praia. Mas vamos e venhamos. Olha, a indignação é normal, aliás, o líder da minha geração, e eu votei no Presidente Collor para Presidente da República, não me arrependi não, e votei para V. Exa. aí Presidente, tal a convicção. Mas o líder da minha geração, da geração mundial não foi V. Exa., foi um médico meu, eu sempre simpatizo com médico. E ele disse: "Se é capaz de tremer de indignação por uma injustiça ocorrida em qualquer lugar do mundo és um companheiro". Então, eu estou mostrando tudo. Isso é uma indignação. E o meu comportamento é de piauiense, tem essa variedade. O melhor Senador desta Casa foi Petrônio Portella, moderado, e o bravo irmão dele Lucídio Portela que era assim como eu, impetuoso. Então, eu sou o meio dos dois, a virtude está no meio.

Mas, Presidente Collor, eu conheço suas reações, V. Exa. naturais, mas na hora é firme.

Heráclito, desculpe, mas vou aumentar a sua indignação. Luiz Inácio não tem nada a ver com isso. Eu votei nele em 94, defendi, dizia: Lula lá e Mão Santa cá, Lula lá e Mão Santa cá. Atentai bem, mas os aloprados que têm lá que só faz mentir. Eu nunca vi. Aquilo é desgraceira que está aí provado. Não tem nada contra ele. Outro dia: "Mas você fala mal dele". "Não". "Você falou mal da esposa". "Não". Eu disse: "D. Marisa que me lembra Marta Rocha, eu disse com admiração, com respeito que era a figura mais encantadora". Está aí o herói, com respeito e é uma senhora. Nunca atingi família, pelo contrário, só é contrário quem mete família nesse negócio. Ontem mesmo eu fiz um pronunciamento. Mas olha aqui Brasil, desculpe, o Suplicy é gente boa, tem ajudado o Piauí no PRODETUR. [soa campainha].

Casagrande, olha essa imoralidade aqui: "Obras do Porto de Luís Correia se transforma em motel". Eu não sou contra motel não. Dizem, dizem, porque

a melhor sala, para mim, a melhor sala é de cirurgia, mas dizem, e eu ouvi dizer que a de motel é melhor. Mas olhem aqui, esse é o melhor jornal, e aí é o deboche. Nós não podemos. Que bote, Pedro Brito, pela sua vó, isso aqui como levou. E a reportagem é crime. Não vou perder tempo. Mas aí já debochou demais. Pedro Brito, agora...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, é porque estão usando como motel, vão para lá os casais. Tem crime, tem toda coisa. Está aqui, está riscado, mas é perder tempo. Tem caso, é crime, é violência. Hoje é o motel da praia lá. As pedras, a estação [ininteligível], tem as descrições. Então, nós nosso vamos, mas aí já é deboche demais.

Mas o Ministro que é amigo do Heráclito, o Jobim, ele entrou e botou: "Não se queixe, não se justifique, não se explique, haja ou saia". O que importa é o resultado. Mas não é dele, não. Essa frase é de Benjamim D'Israeli. Ele cantou para o Luiz Inácio. Ouviu e achou que o homem era culto, mas não era não. Então, eu quero dizer, o que o que importa é resultado, e eu sou cirurgião, realista e tal.

Eu fui... Ali em Santa Catarina tem três portos: Laguna, um pesqueiro, São Francisco, Itajaí e [ininteligível]. E sei mesmo, não é Dr. Pedro Brito. Eu quero é o lugar do Luiz Inácio. O Collor já ganhou, não continua, mas eu sou candidato, eu quero ser, pode não ser, mas que eu quero sei, porque eu sou preparado, sou. Entendeu o negócio? Eu quero, não escondo não. Todo soldado quer ser general, todo padre quer ser papa. Eu quero é o lugar do Luiz Inácio e é melhor para o Brasil, para você, Pedro Brito, para você, porque eu vou botar esse país para estudar e para trabalhar.

Mas quero lhe dizer o seguinte: Vamos ser francos, eu sei o que é porto. Eu estudei muito, eu acredito no estudo. Se o Luiz Inácio não acredita... Eu votei nele, ele tem a intuição, a genialidade. Tem músico famoso que toca pelo ouvido. Mas eu não, foi do estudo, eu vim de Petrônio Portella. Olha, só tem retrato no meu gabinete, do papa, [ininteligível] do Petrônio, tudo morto, e do Ramez Tebet. Então, eu vim do Petrônio, [ininteligível] mas porto, porto é para... O transporte marítimo é para longa distância e para carga pesada. Nós não temos mais longa distância. Eu sou cirurgião, eu sei fazer, resolver o problema. Existem técnicas cirúrgicas quando está tudo direitinho, quando o nervo é branco, a artéria vermelha, a veia azul. Mas tem uma hora que enrola e o sujeito puxa a tática cirúrgica. Então, eu sei resolver. [soa campainha].

Então, Collor, não tem nem longa distância. O Sarney, Presidente, diante de mim, ele fez o Itaqui, eu tinha feito o Luis Correia, o Ceará já vai para o segundo porto. Então, nós não temos longa distância e nem carga pesada. Isso é contra a definição e nós sabemos o que é definição, uma cadeira de quatro pé, com equilíbrio para gente se sustentar. É difícil, às vezes, a gente definir as coisas. Como fofo, todo mundo sabe, mas vai definir é... Mas aqui quanto à definição não vale. Carga pesada e longa distância. Mas vamos tirar lucro dos prejuízos. Não é verdade? Então, tem lá, encravado como V. Exa. disse certamente. São mais de 100 milhões de dólares, 300 e tantos milhões, todas suas informações técnicas, corretas. E V. Exa. é como eu, nós podemos ser... Muito bem. Estou dizendo que você tem esses ideais de pureza, eu também.

Mas queria dizer o seguinte. Então vamos lucro do prejuízo. Esse negócio... O Heráclito está pleno de direito, e eu o sigo. Ele se indignou logo, porque ele tem muitos quilômetros rodados aqui neste Congresso. E falasse 14ms, calado, porto internacional, aeroporto e não sei o que, ele se indignou. BEC, que fui governador, eu sei as limitações do BEC, para consertar uma estrada, mas um porto que já vem de erros seculares. Então, a indignação do Heráclito foi essa, e eu sempre defendi justa e correta.

Daí ter buscado o Elói Portela que eu acho ponderado, foi Senador, foi Presidente, está ali o retrato dele e trabalhou uma vida toda e amou e é ponderado, o melhor. Nós temos. Mas queria dizer, vamos fazer e resolver esse negócio. Não acredito no governo do Piauí, porque esse negócio... Eu acredito no estudo, ele fica só naquele negócio, ele pensa que governar é [ininteligível], mentir, mentir, se torna verdade. Não se torna verdade. Eu ouvi ele dizer que ia terminar esse porto em dezembro. Dois aeroportos internacionais na minha cidade, não tem nem teco-teco. A imprensa dizia que eu disse teco-teco, é na minha cidade, e eu menino indo de lá para o Rio de Janeiro. Eu era menino e... O aeroporto que está lá foi construído pela revolução inaugurado por João Paulo Reis Veloso, eu estava lá e era governador e [ininteligível] não tem mais nem teco-teco. E agora foi o segundo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não. O último que eu estava no momento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Dirceu sucedeu. Está certo. Mas... Dinheiro. Dinheiro está aqui, no orçamento, inclusive, eu troquei correspondência com V. Exa., dá muito mais de 40 bilhões, está a sua disposição, orçamento, inclusive, em termos de correspondência está aqui. Tem mais de 40 milhões que nós

conseguimos com a bancada incluir no orçamento, é como o Heráclito disse.

Mas queria dizer o seguinte. Vamos à realidade, a realidade é essa, e esta é a Casa da verdade, e o senhor foi como eu estou também. Eu estou na Mesa Diretora. Que diabo que eu tenho que com aqueles rolos todos? Tive que pedir Senador para devolver dinheiro, três não é mole, você sabe que não é. Ministro para devolver dinheiro, negócio de rolo de apartamento e o Heráclito está num muito maior. Então, o senhor também entrou nesse. Compreende. São momentos. Mas nada pessoal, pelo contrário, eu vi com admiração que o senhor construiu, a sua imagem é essa, e merece respeito e admiração, mas a verdade não pode.

Então, vamos sair para a verdade porque eu sou cirurgião. Primeiro, vamos para a verdade. Lá não tem verdade. O PT de lá é uma desgraceira total, é uma mentira e eu não acredito. Eu saí não foi pelo Luiz Inácio não, foi por lá mesmo. Eu votei nele. Mas quero lhe dizer o seguinte, vamos para a realidade. Tirar lucro de prejuízo. O que o Heráclito disse é verdade. Está ruim para a Dilma. E esse País é cheio de rolo e gente querendo ganhar dinheiro. Não é só no Executivo, não, aqui. Eu fui governador do Estado e [ininteligível]... Gaspir, o primeiro presidente foi o irmão do Cleber, [ininteligível]; assinei um contrato. O Geisel saía de Fortaleza para São Luiz. Eliseu Resende uma reta, não é a melhor obra? E de São Luiz à Parnaíba está no meio, a minha cidade, Mateus [ininteligível] e de Parnaíba ia para Teresina. Eu vi as escavadeiras, [ininteligível]. Agora, [ininteligível] tudo, o Xavier tem discurso acusando, eu vou lhe mostrar, convido a Ministra. Vai de Fortaleza para Teresina, e Teresina para São Luiz. Quer dizer, esse é o país [ininteligível].

E eu queria então dar objetividade a esse porto. Primeiro foi dito aqui, nós sabemos, mas temos é que fazer, o resultado. Olha o que disse Benjamim. "O que importa é resultado". Primeiro, um terminal de combustível. V. Exa. disse que a gasolina e o petróleo mais caro, e o é. Porque ele sai de Fortaleza, vai para Teresina e vem para o nosso litoral, ou de São Luiz vai para Teresina e vem. É o combustível mais caro, consequentemente, o turismo fica difícil, consequentemente, a indústria pesqueira. O maior pescado hoje, o Heráclito está vindo de Belém, porque eu mesmo dei mais de 60 barcos para aqueles pequenos para pescador. Mas eles não podem concorrer, porque o combustível é mais caro, Camuci, então eu vim para Curu, uma cidade de Fortaleza, aquilo é simples, aquilo é simples. Nós dois fazemos, eu você e o Elói, vocês e eu dando corda. Terminaram. Então, que aquilo se transforme logo, urgente num terminal de petróleo. Olha o benefício. A ferrovia consertar que o governador disse, levou Luiz Inácio que não tinha culpa e o prefeito disse: "60 dias..." Está aí o Heráclito que mostrou a ponte, "Eu boto para Luis Correia", essa da praia Parnaíba. Quatro meses para Teresina, qualquer mestre de obra faz, porque é uma planície, eu não sou engenheiro, não tem acidente. Mas não trocaram um dormente. Só mentira. Então, vamos terminar aquilo como terminal de combustível, com um terminal de um porto pesqueiro, tem pesca, tem litoral, delta. Eu vi. Aí eles estão morrendo por causa do combustível alto. Camuci, Heráclito, pesca mais do que o Piauí todo, o Piauí tem 19 rios, seis perenes, 100 lagoas. Camuci, era até feio eu dizer, mas uma homenagem à verdade [ininteligível], por quê? Porque eles têm terminal petrolífero. Então, nós temos o mais caro. Então, isso é simples, é barato, o resto é mentira e querem enganar. E nós não suportamos mais.

Aí vem o porto pesqueiro e um porto misto. Como era aeroporto, aquilo não é era para ser... O aeroporto são linhas mamárias, é que ligue. Vergonhoso com essas mentiras de dizer que o Piauí tem dois aeroportos internacionais. Eu recebo. O povo do Piauí acreditam em mim e no Heráclito, os e-mails dos empresários para ir para São Luiz. Todo brasileiro, o governador é de pouco estudo, mas toda pessoa [soa campainha] sabe que São Luiz para Teresina, hoje para se ir para São Luiz de Teresina, se vem para Brasília, passa três horas e volta. Então, e aí mente dizendo... Não tem mais nem voo, e se resolve isso. Sabe como é que se resolve, Elói? Eu estou aqui porque eu sei, eu estou é preparado, eu sou discípulo do Petrônio e Lucídio.

Você conhece o Ariston? Ele tem uma companhia área, a TAF de Fortaleza. Basta ir lá, se fosse sério, se fosse um governo sério, não fosse mentiroso, não gastasse... Ia a Fortaleza e fazia um convênio que já houve, a linha Parnaíba, Sobral, grande cidade, Fortaleza, Sobral, Parnaíba é rentável, já teve. Teresina e São Luiz voltava e estava resolvido.

O desabafo da gente é porque não resolve nada, só faz mentir. O senhor não tem culpa nenhuma. As minhas desculpas, não, os meus aplausos pelo comportamento de V. Exa. Mas é a verdade.

Então, transformaria rápido num porto combustível, num terminal e ficaria um porto místico, como tem em Itajaí. Laguna é só pesqueiro. Aquela cidade lá de Portugal, eu fui lá. É porto pesqueiro, são coisas reais. Agora mentira para propaganda, nós vamos comemorar 100 anos de enrolação.

Então são esses os nossos apelos. O que nos une é o amor ao Piauí, é o progresso e eu e o Heráclito não temos nada. Agora, contra a mentira, o engodo nós não estamos para aqui, nós estamos no Senado porque ele dá igualdade, então o Piauí não pode ver

e não aceita o que foi dito aqui. É o único Estado que não tem um porto. E pior, que eu não tenho nada contra, mas não transformar o porto, o sonho de José Auto de Abreu ver as luzes de Petrônio Portella, o sonho de João Paulo Reis Velloso e nosso se transformar num hotel(F). Desculpe qualquer coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de cumprimentar o Senador Mão Santa pelas palavras com que ele se referiu ao Ministro Pedro Brito, agora nesse final. Naturalmente se explicando um pouco da sua indignação, mas o Ministro merece, como disse o Senador Mão Santa, todo o respeito de cada um de nós Senadores e desta Comissão.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro. Eu tive a oportunidade de acompanhar o Ministro até o início desta sessão, Sr. Presidente, mas como eu não sou membro desta Comissão, sou membros das outras Comissões, e estive que estar presente nas demais Comissões, mas eu quero aqui também como Senador agradecer a presença do Ministro. E vi parte das declarações do Senador Mão Santa e uma parte a minha assessoria me relatou e acho que as palavras dele, no final agora, corrigem parte do nível de agressividade que foi feito no início.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não houve nenhuma e [ininteligível] eu não aceito desaforo. Eu fui cumprindo o meu dever.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, Sr. Presidente, estou querendo a minha palavra só(F).

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Nem V. Exa. porque o Espírito Santo, o Espírito Santo aquele que pousou em mim. O divino Espírito Santo providenciai. V. Exa. não tem essa oportunidade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Senador Mão Santa, só para dar continuidade. Acho que, de fato, a luta por ter um porto no Piauí é importantíssima, porque todos nós sabemos disso, o Piauí merece e precisa de um porto. Não tenho o conhecimento como tem o conhecimento dos Senadores do Piauí. Mas eu sou uma liderança política e vivo num Estado portuário, o Estado do Espírito Santo, que o Ministro acabou de visitar, nessa semana, é um Estado que tem atividade portuária e comércio internacional como uma atividade e um comércio importante para a economia capixaba e brasileira.

E eu só queria fazer um relato rapidamente da importância da Secretaria do Ministério de Portos, porque, presidente Collor, V. Exa. já foi Presidente da República e sabe que nós estamos tendo um nível de investimento na área portuária agora, não sei se na história do Brasil nós tivemos esse nível de investimento num espaço tão curto. Naturalmente, o Presidente Lula soube ter sensibilidade pela importância de uma estrutura na área portuária. A área de portos era uma área que ficava no terceiro ou quarto escalão no Ministério de Transportes, e agora a área de portos está no primeiro escalão do Governo e coordenando um programa de investimento na área portuária. Então, temos que reconhecer isso. Eu acho que a luta dos Senadores do Piauí para ter o porto lá é totalmente legítimo e tem que contar com o nosso apoiou desta Comissão e do Senado. Mas é fundamental que a gente reconheça o que está sendo feito no Brasil, porque há muito tempo não se tinha um plano de investimento na área portuária. E o Ministro Pedro Brito está coordenando este trabalho.

Então, nós temos que reconhecer, o Ministro está aqui para discutir um assunto específico, mas como este assunto extrapolou o Piauí e foi para um debate de gestão de governo, de proposta de governo e programa de governo, e eu quero aqui dar o meu testemunho, o meu reconhecimento dos investimentos que estão sendo feitos em muitos Estados brasileiros, inclusive, no Estado do Espírito Santo que é o Estado que eu milito e tenho a minha origem. E aqui parabenizo o Ministro pelo trabalho que ele tem feito à frente da Secretaria de portos.

Obrigado, Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Renato Casagrande, pela sua contribuição aos debates travados aqui na Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra o Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não foi positiva para esta audiência a intervenção do nosso querido Senador Renato Casagrande, porque ele só aumenta a raiva, a revolta dos piauienses. Ele disse muito bem, o Espírito Santo está sendo atendido por programas patrocinados pelo Governo Federal, e o Piauí nada. V. Exa. só aumentou e eu fiquei aqui feliz pela sua felicidade, e tomado de tristeza porque para o Piauí nada. Nós estamos vivendo de promessas e de enganação. Até a ferrovia Transnordestina prometida ao Piauí que será fundamental, entregaram a uma PPP e aí sabendo V. Exa., Presidente Collor, que será comandada pelos interesse comerciais e empresariais de quem ganhou a concorrência. Nem isso o Piauí teve direito. Barragens que nós precisamos, inclusive, para acontecer um [ininteligível] como é o caso da Barragem de Castelo, está há 20 e tantos anos parados.

V. Exa. fique certo que a minha inveja é uma inveja santa, é uma inveja positiva, e eu vejo realmente os indicadores econômicos de Santa Catarina crescer estruturado na base desse porto. Eu esperava... Ou, do Espírito Santo. Eu esperava que no momento em que o Piauí deu o exemplo e lá na primeira eleição do Presidente Lula foi o único Estado nordestino que fez um governador do Partido, o Piauí fosse nadar em obras, obras no Piauí, Dr. Pedro Brito, é como a linha horizonte, a gente sabe que existe, e vê, mas nunca alcança, quanto mais procura chegar perto, mas ela se distancia.

Agora, Presidente Collor, eu queria aproveitar e pedir ao Dr. Pedro Brito que falasse de maneira bem clara o que é que tem de recursos para o Porto de Luís Correia fora as emendas parlamentares? Procuramos aqui e não tem medida provisória, o Governo não mandou nenhuma medida provisória. O que é que nós temos de concreto para o porto. Nós temos aqui esses recursos e esses recursos serão perdidos, porque não há ação. V. Exa. agora esclareceu, não é a sua Secretaria que está tratando desse assunto, quem está tratando é o Governo do Estado do Piauí.

Por último, Presidente Collor, eu vou passar para o Dr. Pedro Brito o depoimento do Governador Wellington Dias aqui. Eu queria que V. Exa. visse.

Agora eu queria também pedir a V. Exa., aqui eu vi diligente como é. Nós temos aqui no depoimento do Governador Wellington Dias alguns compromissos assumidos com essa presidência, com esta Comissão dele e do Secretário que, por sinal, está aqui, Luciano Parlandin, de mandar as informações, uma semana, dez dias. Essa audiência foi no dia 02 de julho e não remeter isso é um desrespeito ao Senado da república, é um desrespeito a essa... V. Exa. poderia pedir à sua assessoria que elencasse essa falta de respeito que se tem para com o Senado da República e com esta Comissão e tomar medidas duras cobrando essas respostas. Talvez se essas respostas tivessem sido trazidas não fossem nem necessário a vinda do Dr. Pedro Brito hoje aqui. Mas vem, dizem o que quer, mentem, sofismam, e depois os documentos que assumem compromisso na Comissão de remeter não fazem.

Então, eu queria alertar V. Exa. e pedir que tome providência com relação a isso.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Collor, art. 14...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A sua solicitação será atendida?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu quero a palavra pelo art. 14, fui citado, embora, o Senado.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Primeiro, a bem da verdade--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem a palavra, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): --eu sigo muito Cristo. Cristo falava: "De verdade em verdade eu vos digo". Então, de verdade em verdade eu digo, primeiro o Senador Casagrande, que eu estimo, é raro humano é, ele errou, eu devo ter cometido dezenas de erro para ele, é um critério dele--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim. Mas ele errou. Errar humano é. Presidente Collor, então eu queria, primeiro ele não é da Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas é colega.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ele é do Governo, qualquer um pode entrar. Eu sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas ele não tem direito a voto, mas tem direito à voz.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ele disse que era da Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas ele é do Governo, ele veio governo, fez a defesa e foi embora. E eu quero dizer que eu devo ter errado dezenas de vezes, eu, o meu comportamento, mas ele errou essa para mim. Eu conheço a capital dele e vi a riqueza do porto. Então, não tenho nada contra, e eu dei esse testemunho contra... Se há joio e trigo, V. Exa. é trigo nesse Governo. Apenas cada vez eu tenho maior indignação da maneira como estão tratando o Piauí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há a indagação sobre o recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por gentileza, Sr. Ministro, há uma indagação ainda do Senador Heráclito Fortes em relação aos recursos que constam do orçamento para o porto de Piauí.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Eu já expliquei, mas eu falo de novo, sem problema nenhum. Essa obra do cais, Senador, os 100ms que faltam para construir, para deixar o cais pronto para operar, é uma obra de 54 milhões de reais. Nós temos garantidos apenas 12 milhões que é o convênio que já está feito com o Estado do Piauí, o restante, os 42 milhões restantes é a proposta que nós já apresenta-

mos e defendemos tecnicamente no grupo que faz a destinação dos recursos do PAC, é para incluir no PAC, os 42 milhões restantes para a conclusão do cais, bem como, os 100 milhões necessários para fazer a dragagem de manutenção para 7ms e mais dos 20 milhões para a dragagem de aprofundamento para os 10ms. Então, em resumo, nós precisamos, para concluir o porto e deixá-lo com condições operacionais, nós precisamos de 27 milhões de reais e a nossa proposta é incluí-los no PAC, proposta essa já defendida lá no grupo técnico da Casa Civil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. aceita uma sugestão?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Claro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. tem 1 bilhão e 300 milhões, 1 bilhão e 200 no orçamento da sua Secretaria, dos quais gastou apenas 1,8%. Por que é que não destina ao Piauí, pelo menos, 50 milhões do seu orçamento para essa obra?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Essa é a minha proposta, como eu estou dizendo para o senhor. Porque todos esses recursos são recursos que já estão no PAC e já destinados às diversas obras que estão ou em licitação ou em andamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas esse 1 bilhão e 300 tem que ser para o PAC, exclusivamente, para obra do PAC?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Exatamente. E a minha proposta é incluir essa obra no PAC para contemplar esses 72 milhões. Essa é a minha proposta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque nós não temos orçamentariamente aqui, nós não temos... Uma medida provisória, Senador Eliseu, poderia resolver. A partir de 20 milhões qualquer recurso precisa de tramitação, e nós não temos nada. O que me angustia é isso. E eu não quero que o governador, de todo, seja desmoralizado. Ele disse que ia inaugurar agora em 2009. Quando eu vi o Secretário aqui, a minha sensação é que ele vinha trazer os convites, e no desafio que me fizeram na época, vir trazer os convites para a inauguração agora em dezembro de 2009. Mas já que é para... Pode trazer o convite para 2010, eu aceito com muito bom grado. Eu quero ir à inauguração desse porto. Agora, eu não quero é que fique se fazendo proselitismo em cima de uma obra que, no momento, não tem nada de concreto, de palpável e nem se pode estar marcando prazo, até porque ainda existem questões seriíssimas para serem resolvidas junto ao Ibama e V. Exa. sabe muito bem disso.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ministro Pedro, para encerrar. Eu acho mais brilhante a ideia do Inácio, porque depende só de V. Exa. o orçamento e V. Exa. cantou e é verdadeiro o amor pelo Piauí, a sua pureza de técnico.

Mas eu queria dizer que aqui tem documentado, inclusive, correspondência com V. Exa. quando era presidente, vamos dizer, coordenador da nossa bancada, [ininteligível] e agora é Júlio César, e eu coloquei, mas não ia colocar isso, porque o Piauí já é tão pobre. Eu antes fui apalavrado com o governador do Estado, que eu colocasse no orçamento, que ele era da linha do presidente e eu liberava, aqui tem muito, muito mais do que V. Exa. diz que é necessário, aqui legalizado na Casa que é para fazer a lei, o orçamento, e no governo que é do Partido... E ele se apalavrou. Então, V. Exa. disse que deu 12 do orçamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O dinheiro é do orçamento do Congresso.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, dele, do contrato. E faltava 40 e tanto. Aqui em documentação na Lei do Orçamento tem mais.

Então, nós agradecemos e desculpe por qualquer mazela. Eu desejo muita felicidade, e tenho a gratidão de brasileiro pelo empenho que V. Exa. está tendo no Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelas suas palavras. E faço das palavras do Senador Mão Santa, de cada um de nós desta Comissão que temos respeito e consideração pelo Ministro Pedro Brito.

Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, primeiro saudar o Ministro Pedro Brito pelo trabalho competente. Eu acompanho sistematicamente o trabalho do Ministro Pedro Brito e que se honrou o Governo do Presidente Lula, não só quando esteve na Integração, como também agora como Ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência. Cumprimentar também o Senador Elói Portella, ex-presidente desta Comissão de Infraestrutura, também, pelo seu conhecimento que honrou o Estado do Piauí. Eu sou testemunha do trabalho, especialmente, do Senador Mão Santa e do Senador Heráclito, e também do Governador Wellington no sentido de buscar uma solução para o Porto de Luís Correia. Eu mesmo já vi o Senador Mão Santa inúmeras vezes no plenário, na Comissão de Orçamento manifestar preocupação dele com o Porto de Luís Correia. Tanto essa ideia está sedimentada aqui no Senado, que uma das prioridades que foi dada, quando nós elaboramos o orçamento de 2009, e eu fui o relator geral do orçamento, foi o Porto de Luís Correia, quando nós conversamos com a bancada do Piauí e, especialmente, com o Senador Mão

Santa. Então, eu entendo a preocupação, eu entendo as ponderações, às vezes essa forma muito sincera, muito direta do Senador Mão Santa e do Senador Heráclito, também, mas que eles representam um povo, representam um município importante do Piauí e do Brasil. E esse Porto é quase uma... É um sonho de toda aquela região, e, especialmente, do Estado do Piauí, especialmente, de Parnaíba.

Foram colocados, Ministro Pedro Brito, como V. Exa. confirmou, recursos no orçamento geral de União na emenda de bancada do Piauí, agora eles não são suficientes, como V. Exa. assim colocou. Nós precisamos fazer um esforço muito maior, porque não só tem a conclusão do cais, mas tem serviços de dragagem, como foi dito aqui por todos que me antecederam. Então, eu acho que é importante colocar essa prioridade. Vai ser importante para o Governador Wellington, vai ser importante para a população do Piauí, e é a concretização de todo um trabalho feito pela bancada do Piauí e, especialmente, pela bancada dos Senadores.

E eu também, Presidente, quero registrar o trabalho do Ministro Pedro Brito, e a importância de se destacar, se ter uma área para se tratar de portos no Brasil. Hoje o maior desafio do Brasil, isso aqui já foi discutido inúmeras vezes é a infraestrutura, é a logística. Nós temos produtores eficientes, competentes que podem disputar mercado em qualquer lugar do mundo, mas nós estamos perdendo na logística, e por mais que os nossos produtores, nossos industriais sejam cada vez mais eficientes, produzam com um custo cada vez menor, os custos de logística, de transporte no Brasil crescem exponencialmente. Então, a iniciativa de uma Secretaria Especial de Portos é muito importante, como também aqui, recentemente, discutimos um projeto do Senador Eliseu Resende, o Ministro Eliseu Resende sobre as eclusas, que é outra questão extremamente relevante e importante para consolidar o modal hidroviário no Brasil, que é um modal extremamente competitivo e mais, um modal... Deus deu ao nosso País um potencial gigantesco sob o ponto de vista hidrográfico, e nós temos que aproveitar isso também, como temos que aproveitar, como é o caso que nós estamos discutindo os portos de mar.

Eu tive, Sr. Presidente. A oportunidade, e estava até conversando aqui também, agora há poucos minutos com o Dr. Sebastião Carneiro da ANA, eu acompanhei de perto quando vivi na Amazônia, eu acompanhei de perto a construção dos portos de Vila do Conde, Ponta da Madeira no Maranhão, Itaqui; eu estou agora acompanhando o Porto de Itaguaí, que é um porto muito bom, são portos de primeira linha, como se diz, o de Vila do Conde já tem um calado menor, mas já há um esforço grande do Governo brasileiro no sentido de, realmente fazer com que os portos desempenhem o seu papel. Muitos dos portos nossos operados de uma maneira ineficiente atrasando o carregamento de navios, um navio parado, por exemplo, vou dar um exemplo no Porto de Paranaguá custam 40 mil dólares/dia. V. Exa. imagine um navio desse parado aguardando carregamento o que é que isso vai encarecer o produto final quando for colocado na Europa, for colocado nos Estados Unidos e for colocado na Ásia.

Então, a iniciativa do Presidente Lula é fundamental e o Ministro Pedro Brito é um homem competente para fazer esse trabalho. E acho que essa audiência foi muito importante, porque o Ministro Pedro Brito disse aqui, afirmou textualmente que pretende incluir no Programa de Aceleração do Crescimento o Porto de Luís Correia. Portanto, eu acho que esta audiência pública, apesar de ter começado um pouco agressiva, com os nervos um pouco mais a flor da pele, eu acho que ela está atingindo o seu objetivo que é a inclusão do Porto de Luís Correia no Programa de Aceleração do Crescimento, e isso é muito importante, importante não só para o País, mas importante para o Brasil e, especialmente, em função desse compromisso assumido pelo Ministro Pedro Brito, que é um homem que tem honrado o Governo do Presidente Lula com seu trabalho.

Muito obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Delcídio. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Delcídio, V. Exa. vai entender um pouco da minha indignação e a do Senador Mão Santa. Aliás, o Secretário de Transporte está aqui, do Piauí, o Dr. Parlandin, eu o considero até um homem competente. Mas veja bem, eu coloquei no orçamento, salvo engano, 2007 recursos, embora, sendo adversário do governador, recursos em comum acordo com o governador para a construção de oito aeroportos de pequeno porte no interior do Estado. O governador tem todo prestígio com o Presidente Lula, bate na barriga do Presidente Lula, eu vi, ninguém me mostrou, eu vi, esses aeroportos nunca foram feitos, esses recursos não sei onde é que andam. Não sei, o Secretário deve saber onde é que andam os recursos para a construção desses dez aeroportos. Sabe, Secretário?

SR. LUCIANO PARLANDIN: Até onde eu sei foram liberados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Veja que coisa revoltante. O governador me garantiu coloque que eu asseguro. Eu vi, inclusive, a correspondência dele para o Ministro José Múcio, pedindo e até agora nada. Então, veja bem, eu sou da oposição, todos os anos liberam os meus recursos, o único ano que eu fiz um acordo com o governador que era uma obra de interesse dele, inclusive, a construção dos aeroportos estão lá, oito ou dez, eu preciso... Nada foi feito. Então é isso.

Mas, veja bem, eu quero finalizar, atentai bem, Mão Santa. Matéria dos 180 graus do dia 30 agora. Dilma promete: "Porto de Luís Correia é o retorno da Fênix. O governador Wellington Dias anunciou hoje que o Porto de Luís Correia será incluído nas obras do PAC e que será concluída até 2010. A confirmação foi dada por telefone pela Dilma da Casa Civil, um dia após o governador anunciar que aceitou ser o coordenador da companhia presidencial de Dilma no Nordeste". É a mistura de uma questão administrativa com uma questão política. Isso é o que desmoraliza. Isso é o que desmoraliza, presidente. É transformar um fato como esse em obra eleitoreira. Está aqui. E aí vai mais. "Nós recebemos a confirmação oficial que o Porto de Luís Correia entrou para o PAC". Cadê essa confirmação oficial? Onde é que está? É mentira! Poderá até entrar, acho que agora diante dessas provocações, a sua visita aqui foi pedagógica. Por que não é possível que o Governo não sinta, pelo menos, a indignação da bancada com relação a isso. E, inclusive... Veja bem, Dr. Pedro Brito, aqui veja bem, e, inclusive, "Terá ampliação do seu calado de 10 para 11". Falou lá atrás em 17, depois baixou para 15, agora é de 10 para 11ms com obras de dragagem e poderá receber embarcações de turismo e de graneis líquidos, afirma o governador. "O Porto de Luís Correia é uma obra importante para o Estado e está há quase 27 anos, desde agosto de 2002 com o impasse que se tem". Está aqui, presidente. Eu gostaria também de que essa nota ficasse nos anais desta Comissão.

E aqui está a maneira clara demonstrada de como se envolve candidaturas presidenciais à obra dessa natureza.

Portanto, o que eu quero que todos que estão nos ouvindo, que todos compreendam a nossa posição, essa posição é de indignação. Não se pode brincar com um Estado como o Estado do Piauí. O secretário, por exemplo, junto com o governador prometeu cinco barragens.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Cinco hidroelétricas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Cinco hidroelétricas no leito do rio Parnaíba e nada. Nós estamos vivendo de promessa e de embromação, ao ponto do Presidente Lula ter ido nas enchentes de Teresina e anunciar 12 milhões, e depois descobrimos que os 12 milhões era da enchente passada que o governo não tinha pago ainda.

Eu quero só fazer esse registro, Dr. Pedro Brito. Não há nada de pessoal, V. Exa. Não é meu estilo, eu trato dessas questões de interesse do Piauí. Agora, o que eu achei, se V. Exa. tiver tempo de ler, essas notas que vou passar à sua mão e o depoimento do governador, V. Exa., vai ver que foi usado, o seu nome foi usado, colocaram na sua boca, porque V. Exa. agora foi muito claro em falar no calado, na extensão e nas características da obra. Então, V. Exa. pagou lá no Piauí o preço de afirmações que, na realidade, estão esclarecidas hoje, não foram suas.

Eu volto a lhe ter na conta de um piauiense que ama a terra, e a boa prova vai ser agora dar seu sangue e sua alma no sentido de que o Porto de Luís Correia seja construído, primeiro por homem público que V. Exa. é, segundo pelo lado do telurismo em homenagem à sua vó, que lhe balançou no colo, vendo as águas de amarração ir e voltar na esperança de que um dia elas trouxessem para cá esse porto que nós estamos esperando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador.

Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Para encerrar. É porque eu tinha dito em respeito ao Ministro Pedro Brito, e eu aprendi muito com V. Exa., mas V. Exa... É assim mesmo, não poderia vir ao Senado sem aprender, aqui somos parte da pátria.

Então, eu disse que em setembro de 1934 a assessoria competente, Senador Joaquim Pires, eu vi, o Elói sabe e V. Exa. O meu avô Josias Moraes Corrêa, irmão de Luis Morais Correia, nasceram ali na nossa casa de praia aonde tem hoje a ipeceia(F), era em frente à nossa praia. Então, eu menino e sempre gostei de político, fui atraído por um velhinho Senador da República. Então, em setembro de 1954 ele estava naquele primeiro que foi falado trapiche, aquelas pedras que tirou até a nossa praia. A gente tomava banho ali, por isso que as casas são ali na amarração. Então, eu vi o velhinho buscando... Eu não sabia que ele tinha sido chefe de gabinete do Floriano Peixoto, o velhinho foi chefe no Marechal Floriano Peixoto, general de aço como chamava Marechal, que é de lá das suas bandas. Então, ele foi chefe, foi diretor da coordenação nacional, advogado, jornalista e foi senador. Então, em 1954, eu com 12 anos, o vi, sou testemunha da história, ele em cima daquilo que ele já tinha conseguido e ia continuar. Então, é a bem da

história que esse porto é secular. Foi iniciado por Epitácio Pessoa. Mas nós estamos confiados agora. Nós já achamos que Deus não ia faltar com o Piauí, assim como ele buscou Davi para vencer Golias, como ele buscou Moisés para... Ele buscou V. Exa. Pedro Brito que vai ser mais importante para nós do que Pedro Álvares Cabral, Pedro Álvares Cabral foi para o Porto Seguro na Bahia, e V. Exa. vai concluir o nosso Porto de Luís Correia do Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem, Senador Mão Santa.

Eu gostaria também de colocar a respeito da nota que lida pelo Senador Heráclito, essa nota atribuindo declarações da Ministra Dilma, eu gostaria de colocar a mínima dúvida sobre essas afirmações, Senador. Porque não é do estilo da Ministra Dilma falar nesses termos tão contundentes de prazos e deixar de cumpri-los. Isso, do mesmo modo, que aqui nós assistimos o Ministro afirmar que aquelas declarações a ele atribuídas ele jamais havia dito. Então, a gente tem que levar um pouco em consideração que muitos desses blogs, dessas notícias que saem, nem sempre correspondem 100% à realidade dos fatos, e eu tenho certeza que diante dessa leitura desta nota, a Ministra Dilma irá entrar em contato com V. Exa. para dizer exatamente o que ela afirmou, se é que ela afirmou em relação ao Porto de Luís Correia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dizer a V. Exa. que fique certo que as mentiras sobre o Governo Federal que saem no Piauí têm origem no governo estadual. Eu não estou querendo contaminar o governo não, e eu acho que, pelo que eu conheço da Ministra Dilma, que também a frase não é dela, mas está aí e saiu da boca do governador, como saiu da boca do governador a inauguração do Porto de 2009, a extensão para a Bahia, tudo. O governador é pródigo em prometer aquilo que sabe que não tem condições de atender, e fica iludindo, infelizmente, o povo do Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Heráclito.

Para as considerações finais, o Ministro Pedro Brito e depois o Senador Elói Portella.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito obrigado, Sr. Presidente Collor, cumprimentando o senhor, o Senador Mão Santa, o Senador Heráclito Fortes, meu caro Elói Portella. Eu queria, Presidente Collor, agradecer a chance de ter vindo aqui apresentar qual o projeto que nós temos para o Porto de Luís Correia, dizer da minha absoluta convicção da imperiosa necessidade que tem o Estado do Piauí em relação a esse porto, concordar que esse é um sonho que os piauienses alimentam há, pelo menos, um século, conforme está muito claramente demonstrado aqui, obras concretamente iniciadas em 1976, portanto, há mais de 30 anos com cerca de 390 milhões de reais lá colocados sem nenhuma serventia, porque na forma como o porto está não serve para absolutamente nada. E mostrar realisticamente qual o projeto que o Governo Federal tem para Luis Correia que é a conclusão de um cais, aprofundamento para dez metros, e isso dá ao Porto de Luís Correia com apenas mais 70 milhões em cima dos 390 que já foram ali investidos, portanto, com cerca de apenas 15% do que já foi lá colocado, nós podemos dar ao Piauí, ao Estado do Piauí a condição que ele precisa ter de um dos equipamentos mais importantes para o desenvolvimento regional de qualquer parte do mundo, que é um porto.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado pela presença aqui na nossa Comissão, Ministro Pedro Brito. A sua explanação foi muito elucidativa, prestigiou esta Comissão com a sua presença, nos permitiu tomar conhecimento desse pleito secular que o Estado do Piauí tem, ouvir aqui as considerações do Senador Mão Santa, do Senador Heráclito, enfim, eu acho que foi uma audiência muito concorrida, e que serve para cada um de nós ter a noção exata do que acontece, e, sobretudo, a certeza de que com o empenho de V. Exa. e com a garantia de que esse porto vá fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento, nós vejamos esse sonho realizado dentro de um curto espaço de tempo.

Saiba o senhor da consideração que todos os integrantes desta Comissão tem por V. Exa., pelo seu trabalho, em respeito a sua pessoa e em respeito a investidura do cargo que o senhor hoje tem.

Senador Elói Portella, as considerações finais, por favor.

SR. ELÓI PORTELA: Sr. Presidente, eu gostaria muito de agradecer a oportunidade que me foi dada em voltar a esta Comissão para um assunto tão nobre e tão querido que é o Porto de Luís Correia, e vê os resultados que elas deverão trazer futuramente.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, também ao Senador Elói Portella que nos honrou com a sua presença nesta Comissão, o Senador participou desta Comissão na condição também de presidente, a sua presença aqui foi aprovada por unanimidade por solicitação em Requerimento de Senador Mão Santa, então o senhor sinta-se também, inteiramente, à vontade para termos outros encontros na medida em que esta Comissão

necessite dos seus esclarecimentos, do seu conhecimento e da sua experiência de homem público. Muito obrigado a V. Exa. pela sua presença.

As matérias constantes da pauta de hoje ficam adiadas para a próxima reunião e dou por encerrada a presente, convocando para a próxima quinta-feira, às oito e meia, neste mesmo local, a nossa Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestruturas do Senado Federal.

Muito obrigado a presença das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores e de toda equipe que acompanha o Ministro e também dos integrantes do governo do Piauí que aqui se fizeram presentes.

Obrigado, e está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 11h25.

Ata da 20ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços De Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 09 de julho de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, sala 13 da ala Senador Alexandre Costa, Anexo Ii.

Às oito horas e trinta minutos do dia nove de julho de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador FERNANDO COLLOR, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, FRANCISCO DORNELLES, GILVAM BORGES, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, VALDIR RAUPP, GILBERTO GOELLNER, ELISEU RESENDE, HERÁCLITO FORTES, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, JOÃO DURVAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY, ROSALBA CIARLINI E DEMÓSTENES TORRES. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. PARTE I – Comunicados da Presidência - A Presidência procede a leitura dos comunicados da presidência, destacando: o recebimento do Ofício Nº 1038/2009-GPR, do Presidente Nacional da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Cezar Britto, acerca do Projeto de Lei da Câmara Nº 06, de 2009, que "Estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência", indicando como representantes daquela instituição os advogados: Dra. Neide Teresinha Malard, e Dr. Ricardo Noronha Inglez de Sousa. O presidente faz a seguir um balanço das atividades da Comissão durante o primeiro semestre de 2009. PARTE II – Audiência Pública: Atendendo ao Requerimento nº 35, de 2009–CI, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Gim Argello e Francisco Dornelles, para debater sobre a "Modernização e Expansão da Infraestrutura Aeroportuária e Regulamentação do Transporte Aéreo de Passageiros", com a presença dos convidados: Dra. Solange Paiva Vieira, Diretora-Presidente da Agência nacional de Aviação Civil – ANAC; Dr. Carlos Roberto Rebouças, Diretor de Aeroportos de Porto Seguro, Vitória da Conquista, Lençóis e Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia; Tenente Brigadeiro do Ar Cleonilson Nicácio Silva, Presidente da Infraero. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Às dez horas e vinte minutos, o Presidente passa a Presidência ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Eliseu Resende. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra a Senhora e os Senhores Senadores Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Paulo Duque, Eliseu Resende, Serys Slhessarenko, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Fernando Collor,** Presidente.

20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 09 de julho de 2009, às 08 horas e 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

A Presidência comunica o recebimento do ofício nº 1038/2009, do Presidente Nacional da OAB, Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. César Brito, acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 06/2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, indicando representantes daquela instituição os advogados: Dra. Neide Teresinha Malard e Dr. Ricardo Noronha Inglez de Souza. Esclareço que o referido projeto encontra-se tramitando no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, tendo sido designado para esta matéria, como Relator, o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Registramos o recebimento do ofício nº 09/2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Sub-

comissão Permanente da Amazônia e da Faixa da Fronteira, solicitando identificar os projetos de lei do Senado e da Câmara que tramitam nesta Comissão e que versem sobre a Amazônia. Essa Comissão, Subcomissão Permanente da Amazônia, funciona com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E as informações, de acordo com a solicitação do Senador Mozarildo Cavalcanti, foram devidamente prestadas à S. Exa.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, considerando a proximidade do fim do primeiro semestre desta Sessão Legislativa, gostaria de fazer um breve balanço das atividades desta Comissão. Neste período - e observando que tivemos a nossa instalação no dia 04 de março passado -, foram realizadas vinte Reuniões, incluindo esta, sendo quinze reuniões extraordinárias e cinco reuniões conjuntas, incluindo-se aí dez audiências públicas. Dentre as 80 matérias pautadas, deliberamos 67 proposições, mais as oito Emendas apresentadas pela Comissão ao PL nº 07/2009, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010.

Foram apreciadas três mensagens de indicação para os cargos de Diretor da ANTAC - Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Diretor da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, e Membro do Conselho Diretor da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações.

Vale ressaltar alguns dos temas e assuntos aqui discutidos e deliberados, referentes a transportes de terra, mar e ar: a Comissão aprovou projeto que caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, e dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos.

Projeto que concedeu isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, aos veículos de passageiros e mistos, movidos a tração elétrica; projeto que inclui a declaração de inaptidão da inscrição do CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterados.

2. Referentes a obras públicas em geral: PLS 295/2008, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de proibir a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos da população, enquanto não forem finalizados os serviços de infraestrutura e instalações operacionais e o saneamento básico respectivo estiver efetivamente prestado à população. Foi aprovado o PLS por esta Comissão.

PLC 13/2004, que proíbe a cobrança de qualquer valor a título de religação de serviços por concessionários de distribuição e de serviços de abastecimento a água e saneamento. PLC também aprovado por esta Comissão.

Projeto referente a recursos geológicos, PLS 29/2008, estabelecendo que a parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada beneficiário, será aplicado em infraestrutura. O PLS foi rejeitado por esta Comissão.

A presente Reunião, em sua parte segunda, ela destina-se à realização de audiência pública, com a finalidade de debater sobre a modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária e regulamentação do transporte aéreo de passageiros, atendendo ao Requerimento nº 35/2009 desta Comissão, de autoria dos Francisco Dornelles, Gim Argello e Fernando Collor.

Gostaria de chamar, para que tomem assento à Mesa, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cleonilson Nicácio Silva, Presidente da Empresa Brasileira da Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; a Dra. Solange Paiva Vieira, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e o Dr. Carlos Roberto Rebouças, Diretor de Aeroportos de Porto Seguro, Vitória da Conquista, Lençóis e Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia.

O tempo destinado a cada expositor será de 15 minutos, e eu pediria a compreensão e a capacidade de síntese dos senhores expositores, para que houvesse disponibilidade de tempo aos Srs. Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, para as indagações que terão fazer aos senhores expositores.

Após as exposições, então, abriremos aos senadores a fala para discussão. Comunico que a lista de inscrição já se encontra aberta sobre a Mesa e a prioridade para as perguntas será dada àqueles que assinaram o Requerimento de convocação dos senhores expositores, no dia de hoje.

Como primeiro expositor--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria, praticamente, quando nós chegamos ao final desse primeiro semestre, cumprimentar V. Exa. pela competência como V. Exa. conduziu os trabalhos desta Comissão, presente em todas as Reuniões, com a pontualidade que não é própria do Legislativo brasileiro, V. Exa. exprimiu uma grande capacidade de liderança, de comando, trazendo os assuntos da mais alta complexidade para essa Comissão e sempre discutindo de forma muito aberta e muito profunda. De modo que eu estou, há alguns anos, aqui, no Congresso, e devo dizer à V. Exa. que nunca vi uma Comissão tão bem dirigida e conduzida como a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Parabéns a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Francisco Dornelles pelas suas palavras tão generosas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E eu assino embaixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E também ao Senador Paulo Duque, pelas palavras que me deixam lisonjeado. Afinal de contas, todos nós, senadores e senadoras, aqui presentes, temos em conta o alto apreço ao Poder Legislativo do qual nós fazemos parte e especialmente as Comissões permanentes desta Casa, onde debates extremamente produtivos para a nação, para o país, são realizados. Dentre essas Comissões, destaco a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República, que, hoje, tem, dentre suas atribuições, algumas das mais importantes no sistema organizacional do Estado Brasileiro e adicionando-se, agora, o Programa de Aceleração do Crescimento, também, na execução de obras muito importantes para alavancar o desenvolvimento econômico do país.

V. Exa., Senador Ministro Francisco Dornelles, honra e orgulha esta Casa com sua presença, bem como o Senador Paulo Duque, que Parlamentar que é, há longos anos, traz a sua experiência também para abrilhantar os trabalhos desta Comissão. Muito obrigado a V. Exas. pelas palavras que acabaram de proferir, que eu transfiro a cada um dos membros desta Comissão, que vem nos auxiliando no trabalho de levar, com êxito, as Reuniões aqui realizadas.

Passo a palavra, como o nosso primeiro expositor, ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cleonilson Nicácio Silva, Presidente da Infraero... Pois não, temos como primeiro inscrito o Senador Ministro Francisco Dornelles e, em seguida, o Senador Paulo Duque, para as indagações ao expositor, que tem, agora, a palavra, durante 15 minutos, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cleonilson Nicácio Silva.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, Srs. Membros da Mesa, Srs. Senadores, Dornelles, Paulo Duque, minhas senhoras, meus senhores. Inicialmente, eu agradeço a oportunidade de a Infraero estar aqui, presente nesta Comissão, para apresentar a todos os senhores a infraestrutura aeroportuária brasileira, sob a responsabilidade da Infraero, para que os senhores possam ter uma ideia da dimensão nacional dessa gigantesca estrutura que o povo brasileiro, com seu esforço diuturno, conseguiu criar, estruturar e operar ao longo desses últimos 36 anos de existência da nossa Infraero. Pode passar, por favor.

Nós faremos falar rapidamente sobre o que é a nossa empresa, Infraero, a nossa Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, e, em seguida, uma passagem bastante rápida sobre os aeroportos que estão sob a responsabilidade desta empresa.

A nossa empresa, ela é criada em 1972, com personalidade jurídica de Direito Privado, tem patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, inicialmente vinculada ao Ministério da Aeronáutica, hoje vinculada ao Ministério da Defesa. A finalidade da nossa empresa é implantar, administrar, operar e explorar, industrial e comercialmente, a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação área - isso é importante - e prestar consultoria e assessoramento na construção de aeroportos.

A nossa empresa está organizada com uma sede em Brasília, aqui no setor comercial, quatro Superintendências Regionais, uma em Manaus, uma em Recife, uma no Rio de Janeiro e outra, em São Paulo. Pode passar. Os 67 aeroportos, sendo 38 internacionais e 29 apenas nacionais; 34 terminais de logística de carga; 88 unidades de apoio à navegação aérea em complementação ao sistema de controle do espaço aéreo, o que nos permite dizer que a nossa empresa está distribuída em todo o território nacional, seja em Iauaretê, seja em Pelotas, seja em João Pessoa ou em Cruzeiro do Sul.

O negócio da nossa empresa, recentemente redefinido, é a segurança e o conforto e a infraestrutura aeroportuária. A visão dessa empresa, hoje, é de ser reconhecida pela excelência da infraestrutura e dos serviços aeroportuários prestados à população brasileira e tem como missão, para todos nós, da Infraero, prover infraestrutura em serviços aeroportuários com segurança, conforto, eficiência e comprometimento com a integração nacional; como nós veremos, temos aeroportos que fazem parte dessa rede de integração nacional.

Os aeroportos, nós estamos distribuídos hoje em cinco diferentes grupos: o grupo especial é o grupo dos grandes aeroportos brasileiros, são os cinco maiores aeroportos, e nós iremos fazer uma passagem para que os senhores possam ter ideia do que já existe, hoje, implantado no país, com uma foto inicial de cada um dos 67 aeroportos. E, em seguida, nós apresentaremos as demandas de passageiros, que ocorreu em 2008, que foi perfeitamente atendida pela infraestrutura existente, e a previsão que nós temos para 2015, e os investimentos, eles estão todos direcionados para que nós possamos atender a essa demanda em 2015, 2020 e 2025. Pode voltar um pouco, por favor.

Aqui, nós temos os investimentos em Guarulhos, escritos no PAC para o TPS 3; a revitalização do sis-

tema de pistas, que é obra que foi interrompida, que nós estamos retomando, dentro de mais alguns meses, com o Exército, e a construção de saídas rápidas na pista de Guarulhos, para permitir uma maior utilização operacional daquela estrutura. Pode passar.

Esses aí são investimentos que serão feitos até 2015, com recursos da Infraero; os terminais de edifícios e garagem para os dois terminais existentes, mais alguns outros investimentos e mais alguns outros investimentos, necessários, inclusive, para receber a aviação executiva que virá para a Copa do Mundo de 2014, com investimentos previstos para Guarulhos, nesse período, de 2.5 bilhões de reais.

O Aeroporto de São Paulo, Congonhas, o aeroporto que passou por uma reforma e ampliação recentemente; nós operamos 13 milhões de passageiros em 2008, esperando 15 milhões em 2015, face a reformulação que foi feita em conjunto com o DAC, ANAC e Infraero. Temos investimentos no pátio de autoridades da nova torre, são investimentos que estão no PAC e mais vários outros investimentos para melhorar a infraestrutura de Congonhas, inclusive com a criação da área de *check-in*, com previsão de investimentos de 359 milhões de reais.

O Aeroporto Internacional do Galeão, um dos maiores aeroportos que nós temos no país, após Guarulhos... Nós operamos, em 2008, após a recuperação do movimento de Galeão, com 10 milhões, e chegaremos quase a 20 milhões, em 2015. Para isso, o Galeão passa por uma série de investimentos, e é, talvez, o aeroporto que, neste momento, concentra maior nível de investimentos da Infraero, inclusive com recursos do PAC, na modernização do TPS 1, do primeiro terminal, o mais antigo, na recuperação de pistas e adequação do terminal de carga, com obras do PAC e várias outras obras que estão sob a responsabilidade da Infraero, importando investimentos da ordem de 1 bilhão de reais, nos próximos anos, e, ali, na última coluna, nós temos a data prevista de conclusão destes investimentos.

O Aeroporto da Brasília, um aeroporto que cresce em ritmo vertiginoso; nós operamos com 10 milhões de passageiros em 2008, chegando a 20 milhões, em 2015, praticamente dobrando. Nós temos a expansão do terminal de passageiros, com 439 milhões, adequação do atual terminal, obra que começará ainda no início do próximo ano, com obras do PAC e mais várias outras obras para adequação da infraestrutura ao longo do período, importando em cerca de 660 milhões de investimento.

O Aeroporto de Viracopos, Campinas, hoje, é o maior aeroporto de carga do país, será o maior aeroporto da América Latina, na década de 2020. Nós operamos com um milhão de passageiros o ano passado, e a demanda prevista para 2015 chega à ordem de 12 milhões de passageiros, operando a partir de Campinas.

É um aeroporto que tem uma previsão de investimentos gigantesca por ordem do PAC; todos esses investimentos são investimentos de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, os demais são investimentos da própria Infraero, perfazendo um investimento da ordem de 3.1 bilhões de reais, inicialmente em Campinas. Campinas, ao término da sua construção, ele operará com cerca de 80 milhões de passageiros/ano.

O Grupo 1, que são aos aeroportos grandes, mas não aqueles de maior... Gigantescos, como são os anteriores; nós temos o Aeroporto de Salvador; operou com seis milhões de passageiros em 2008; a previsão para 2015 é de 10 milhões. Temos investimentos da ordem 31 milhões de reais... Pode continuar. Aeroporto de Confins, aeroporto que cresceu muito depois dos desvios dos voos de Pampulha para Confins; ele operou 2008 com cinco milhões de passageiros, chegando a quase sete milhões em 2015. Nós temos investimentos do PAC em execução, que é o estacionamento das viaturas e mais a reforma e ampliação do terminal de passageiros, mais a pista de pessoa com investimentos da ordem de 342 milhões de reais.

O Aeroporto Internacional de Recife, em Guararapes, é um aeroporto que operou com quatro milhões de passageiros o ano passado; chegará a quase sete milhões em 2015. Esse é o aeroporto, o primeiro aeroporto a ficar pronto para a Copa do Mundo em 2014; ele estará completamente pronto, no que diz respeito ao processamento de passageiros em fevereiro de 2010, com a conclusão do conector e a incorporação de mais quatro pontes de embarque.

Aeroporto de Porto Alegre, pode passar... Operou com quatro milhões em 2008, chegando a oito milhões em 2015. As duas primeiras obras, a pista de pouso e terminal de logística são obras do PAC e as demais obras são obras com recursos Infraero. O investimento em Porto Alegre será da ordem de 263.5 milhões de reais.

O Aeroporto da Curitiba, o aeroporto que operou 2008 com quatro milhões de passageiros, chegará a seis milhões em 2015; é um aeroporto que está a receber sérios investimentos de ampliação. É um aeroporto-chave para o transporte em direção ao MERCOSUL, e nós estamos com duas obras no PAC, e mais várias obras por conta da Infraero, com investimentos, para ampliação, de 222 milhões de reais.

O Aeroporto de Fortaleza, que é um aeroporto novo, operou com três milhões em 2008; chegará a seis

milhões e meio em 2015. Nós estamos hoje com obras com recursos do PAC, preparando projeto de ampliação do terminal de passageiros; temos duas obras do PAC também prontas, que é o novo terminal de cargas e a nova torre de controle. Temos mais alguns investimentos com recursos da Infraero, e Fortaleza receberá mais um outro terminal de passageiros com investimentos totais da ordem de 534 milhões de reais.

O Aeroporto Santos Dumont acabou de passar por uma reforma e ampliação e modernização. Operou com três milhões de passageiros, em 2008; chegará a cinco milhões em 2015; nós temos hoje conclusão da reforma do outro terminal de passageiros com recursos PAC e mais serviços de pista com recursos da Infraero, num total de investimentos de 170 milhões de reais no Aeroporto Santos Dumont.

Esta é a maquete do novo Aeroporto da Manaus. Esse projeto está em desenvolvimento neste momento, está com cerca de 40% pronto. E nós operamos Manaus com dois milhões de passageiros em 2008; a previsão é de 3,5 em 2015. E com obras, nesse particular, da ordem de 811 milhões de reais em Manaus.

O Aeroporto de Belém, Val de Cans, é um aeroporto bastante... Muito moderno. Operamos com dois milhões de passageiros em 2008, passando a três milhões e 400 em 2015. Com investimentos relativamente pequenos em relação ao resto da rede, mas é um aeroporto que se encontra pronto, 13 milhões de reais.

Essa é a maquete do novo Aeroporto de Florianópolis; o projeto executivo desse aeroporto está hoje contratado e em execução o seu ajuste final para a contratação da obra; operamos com dois milhões em 2008, com sérias dificuldades, e chegaremos a três milhões, um pouco mais de três milhões em 2015. A construção do novo terminal está com recursos do PAC, da ordem de 295 milhões de reais, e apenas a recuperação de pátios e pistas com mais dois milhões.

Essa é a maquete do novo Aeroporto de Vitória, que deveria estar pronto, se não tivessem havido problemas de ordem legal. Operamos com um milhão, quase dois milhões em 2008, chegando a quase quatro milhões em 2015, e esse é um investimento previsto, para Vitória, de 455 milhões de reais. Esperamos retomar essa obra, agora, no próximo ano, primeiro semestre do próximo ano.

O grupo dois são os aeroportos de porte um pouco menor, e aí está o Aeroporto da Natal, Augusto Severo, um aeroporto que operou com um e meio milhão em 2008; passa a 3.5 milhões em 2015. Teremos investimento de 23 milhões de reais ainda no Aeroporto em Natal, sabendo que nós não estamos preparando o Aeroporto Augusto Severo para a copa de 2014 [soa a campainha]. A Copa de 2014 será tratada pelo aeroporto, novo aeroporto São Gonçalo do Amarante, que faz parte do plano de privatização de novos aeroportos em construção no país.

Essa é a maquete do novo Aeroporto de Goiânia, que já deveria estar pronto, mas com os problemas com o TCU, ficou suspensa a obra; nós imaginamos retomá-la no próximo ano. Essa foi a demanda em 2008, um milhão de passageiros, passando para dois milhões de passageiros em 2015. As obras estão todas com recursos garantidos, da ordem de 359 milhões de reais para dotar Goiânia de um aeroporto compatível com aquela cidade.

O Aeroporto de Cuiabá, nós operamos com 1.3 milhões em 2008, chegando da 2.2 milhões em 2015; Cuiabá... Nós tínhamos a previsão fazer a complementação do aeroporto que, parte do aeroporto que já tinha sido feita, mas como Cuiabá foi incluída como uma das cidades sedes da copa, nós estamos revendo todo o planejamento o aeroporto será acrescido de novas instalações, inclusive com a instalação de pontos de embarque para prepará-lo para a Copa de 2014.

O Aeroporto de Maceió é um aeroporto novo. Pode voltar um pouquinho, por favor. É um aeroporto novo, completamente operacional; eu fico tranquilo porque, quando eu cheguei na Infraero, ele já estava pronto. Se fosse... Diziam que era que eu tinha feito, não é nada disso, já estava pronto. Nós temos 2008, foi quase um milhão de passageiros, prevemos um milhão e 700 em 2015, mas este aeroporto está completamente pronto para atender a essa demanda; apenas hangares para a aviação geral que serão disponibilizados.

O Aeroporto de São Luís, um aeroporto recentemente construído e ampliado, está em boas condições de operação, e passa de 870 mil para um milhão e 400 mil passageiros em 2015, e as obras, em São Luís, são poucas porque o aeroporto está em ótimas condições para atender às necessidades.

O Aeroporto de Campo Grande, nós estávamos trabalhando na ampliação do terminal de passageiros, junto com o Governo do Estado, nós vamos juntar esforços a incorporar uma área que eu diria até gigantesca para um novo aeroporto. Será construído um novo aeroporto com duas pistas paralelas, dotando Campo Grande de uma estrutura aeroportuária capaz de enfrentar os próximos 30, 40 anos. Então, nós temos aqui apenas início em estudo à construção do novo Aeroporto de Campo Grande.

O Aeroporto de Foz de Iguaçu, um aeroporto de atração turística bastante grande na nossa rede, ele operou com quase 800 mil passageiros em 2008. Há previsão de um milhão e 300 mil em 2015, e nós estamos, neste momento, trabalhando no projeto para

ampliação e modernização desse terminal e mais alguns outros investimentos. Pode passar.

O Aeroporto de Aracaju, esse aeroporto que existe, operou com 600 mil passageiros em 2008; a previsão, em 2015, é um milhão e 200 mil; nós temos já em acordo com o Governo do Estado, a construção do novo Aeroporto de Aracaju, dotando aquela cidade de aeroporto com pontes de embarque compatíveis com todos os outros aeroportos da área litorânea brasileira.

O Aeroporto Pampulha, em Belo Horizonte, nós operamos com 560 mil passageiros em 2008, passando a um milhão e 200 mil em 2015, e alguns ajustes serão feitos nesse aeroporto, mas não prevista uma utilização intensa desse aeroporto daqui para frente.

O Aeroporto de Teresina, o existente, esse é o existente... Pode passar. Nós trabalhamos o ano passado com 466 mil passageiros, previsão de 744 mil em 2015; nós estamos hoje já contratados o projeto para um novo terminal passageiros de Teresina, inclusive com a instalação de pontes de embarque.

A Aeroporto de Macapá, que teve a sua obra interrompida; esta é a situação que a obra se encontra nesse momento; nós já trabalhamos na contratação de cobertura desse terminal para evitar o desgaste na estrutura que foi construída e deveremos chegar, em 2015, a quase um milhão de passageiros ano. E como é uma obra, a construção do novo terminal [soa a campainha]... A obra do PAC, nós temos, hoje, 166 milhões para completar essa obra.

Londrina é um aeroporto em excelentes condições, para um milhão de passageiros em 2015, ele está... Pode passar. O Aeroporto de Uberlândia, pode passar... Para 700, quase 800 mil passageiros em 2015, e alguma obras, e um novo terminal em estudo para construção em Uberlândia.

João Pessoa, um terminal que acabou de ser construído e inaugurado, está em perfeitas condições de uso para um milhão de passageiros em 2015, pátio e reforço da aviação geral. Pode passar.

O grupo três são aeroportos de menor porte; Porto Velho está pronto para ser utilizado, não tem grandes investimentos a fazer, para quase 700 mil passageiros em 2015.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Presidente, como é uma região muito chuvosa, não poderia se construir os *fingers* lá do Aeroporto de Porto Velho, chove muito lá durante cinco meses do ano.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Senador, nós estamos, hoje, trabalhando para que todos os aeroportos que venham a receber obras, daqui para frente, tenham pontes de embarque instaladas. Nós estivemos com a FIESP esta semana, tentando mobilizar a FIESP para que nós possamos construir estas pontes no Brasil; todas elas são importadas, de forma que nós possamos... A nossa previsão é que nós precisaremos cerca de 300 a 350 pontes de embarque nos próximos cinco a 10 anos. Isso aí já faz parte do planejamento básico da empresa.

O Aeroporto de Santarém, um aeroporto que vai... Essa é a maquete deste aeroporto, o projeto que está em desenvolvimento nesse momento. Esse aeroporto, esse projeto será replicado em várias outras cidades do Brasil, reduzindo custo e aumentando a velocidade da resposta da empresa a essas necessidades da infraestrutura. Está sendo concebido para cerca de 700 mil passageiros em 2015.

O Aeroporto de Ilhéus, esse é o aeroporto antigo, nós estamos, hoje, com o governo da Bahia trabalhando no novo Aeroporto de Ilhéus, ao Norte de Ilhéus, em Itacaré, onde será construído um novo aeroporto. Esse aeroporto tem sérias restrições, que não tem como retirá-las. Ok? Pode passar.

O Aeroporto Navegantes, Santa Catarina, passará por ampliação do terminal, 700 mil passageiros em 2015, e nós estamos hoje recuperando a pista de pouso e fazendo mais algumas obras, dentro de Navegantes. Pode passar.

Esta é a concepção artística do novo terminal de passageiros de Macaé, que é um piores que nós temos na rede, que atenderá à demanda da PETROBRAS e de todos que se dirigem a Macaé. O projeto está hoje sendo terminado para ser contratada a obra ainda no próximo ano, ok? Pode passar. Os investimentos em Macaé, pode passar.

O Aeroporto de Rio Branco, um aeroporto que é importante porque praticamente um dos pontos de chegada e de saída do Acre. Nós estamos prevendo 517 mil passageiros em 2015, com possibilidade de aumentar bastante. E é um aeroporto que nos preocupa muito porque a interdição de uma pista em Rio Branco significa praticamente o corte da comunicação do Acre com o resto do país. Então, é um dos Estados que removerá a segunda pista, será realmente, nesse momento, já planejada a segunda pista de Rio Branco e a segunda pista da Manaus, que vai receber uma unidade da caça de interceptação dentro de pouco tempo.

O Aeroporto de Palmas, um aeroporto belíssimo, pronto, operando em perfeitas condições; 500 mil passageiros é a previsão em 2015... Pode passar, por favor. E o investimento lá é pequeno porque o aeroporto está pronto. Pode passar.

Marabá receberá também aquele mesmo projeto de Santarém, será mais uma replicagem desse termi-

nal, 300 mil passageiros em 2015, e o novo terminal de passageiros.

O Campo de Marte é um aeroporto que, nesse momento, nós estamos trabalhando para... Pode passar... Para recuperação de sua pista de pouso, que não está em boas condições.

O Aeroporto de Joinville, em Santa Catarina, um aeroporto importantíssimo naquela região; uma previsão de quase 400 mil passageiros, em 2015, e ampliação da pista de pouso e decolagem, que está em estudo junto com o governo municipal e estadual.

O Aeroporto de Boa Vista que acabou de ficar pronto, está pronto para inauguração pelo Sr. Presidente da República. A previsão de 355 mil passageiros em 2015. Apenas detalhes de implantação de sinalização, o resto está todo pronto.

O Aeroporto de Imperatriz, que também receberá um novo terminal igual ao de Santarém para uma previsão de quase 400 mil passageiros em 2015; o novo terminal está em orçamento. Pode passar. Juazeiro do Norte [soa a campainha], um aeroporto importantíssimo para aquela região do Cariri, receberá também um terminal novo, da mesma forma que Santarém, será o mesmo projeto. Pode passar. Ok.

O Aeroporto de Petrolina, um aeroporto que está pronto; nós precisamos ampliar apenas as salas de embarque e desembarque; mais para 400 mil passageiros em 2015, pode passar rapidamente.

Jacarepaguá é um aeroporto que será importantíssimo para o Rio de Janeiro por ocasião da Copa, devido ao afluxo de aviação executiva em direção ao Rio de Janeiro. Então, ele receberá bastante investimento para a ampliação de pátio, principalmente pátio e hangares em Jacarepaguá.

O último grupo de aeroportos, aeroportos pequenos, por isso passaremos rapidamente, para os senhores terem uma ideia apenas. Cruzeiro do Sul, aeroporto novo, ficou pronto agora e foi inaugurado pelo Presidente há um mês e pouco atrás.

Aeroporto de Uberaba, também um aeroporto novo, e foi inaugurado um novo terminal no ano passado. O Aeroporto Montes Claros receberá também um terminal igual de Santarém porque o terminal atual não atende às exigências e às necessidades da cidade. Pode passar. O Aeroporto Altamira também receberá o mesmo terminal de Santarém. Ok, pode passar.

O Aeroporto de Campinas, grande, está pronto, precisa apenas aumentar um pouco as salas de embarque e desembarque. O Aeroporto São José dos Campos atende a uma necessidade pontual daquela cidade; é um convênio com o comando da Aeronáutica. Pode passar. E nós estamos tratando da pista de pouso e decolagem.

Bacacheri é um Aeroporto importante lá na região de Curitiba, mas receberá um novo terminal de passageiros, tendo como base o terminal de Macaé. O Aeroporto de Tabatinga é um aeroporto de integração nacional, na fronteira com o Colômbia, e receberá também uma reforma e ampliação no terceiro terminal de passageiros.

O Aeroporto de Carajás é um convênio com a Vale do Rio Doce e será provavelmente repassado de volta à operação da Vale. O Aeroporto Júlio César, em Belém, que concentra toda a aviação de pequeno porte, desafogando o aeroporto principal, que é o Val de Cans, receberá também uma nova torre de controle.

Corumbá é um dos aeroportos de integração nacional, que encontra-se perfeitamente pronto e recentemente construído. O Aeroporto de Tefé é outro aeroporto de integração nacional, que receberá melhorias na pista e no seu terminal de passageiros. O Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte, ele receberá, e nós estamos, nesse momento, fazendo um novo Plano Diretor para ampliação das instalações hoje existentes em Carlos Prates.

O Aeroporto de Criciúma, em Santa Catarina, é um convênio com Governo do Estado, que prevê, por isso nós estamos com zero em 2015, porque o governo prevê que, no momento em que Jaguaruna estiver operacional, o convênio com Criciúma é automaticamente rescindido.

O Aeroporto de Campos existe um desejo, talvez, da Prefeita, um convênio com a prefeitura, de repassá-lo de volta à Prefeitura de Campos. O Aeroporto de Pelotas, também é aeroporto de integração na fronteira do Rio Grande do Sul; é um aeroporto de pouco movimento, mas que nós mantemos dentro do espírito da integração nacional.

O Aeroporto de Paulo Afonso, um aeroporto de pouco movimento, mas que também faz parte da rede de integração de Infraero. O Aeroporto da Ponta Porã, está todo pronto, foi recentemente reformado; é também um dos aeroportos da rede de integração nacional da Infraero, na fronteira também.

Uruguaiana também é um aeroporto de fronteira de integração nacional, com pouco movimento, mas que nós estamos melhorando as condições do terminal de passageiros. O Aeroporto de Bagé faz parte também da rede de integração na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, não tem nenhuma linha regular para lá, mas nós mantemos toda a estrutura dentro do espírito da integração.

O Aeroporto da Parnaíba é um aeroporto que, hoje, está em obras. Nós temos a previsão de três mil passageiros, em 2015, e estamos ampliando a pista e o pátio com verbas do PAC e faremos, também, uma

reformulação do terminal, para que nós possamos dar condições de processamento de passageiros naquele aeroporto.

O Aeroporto da Zona da Mata é um aeroporto que ainda está em processo de absorção junto ao governo de Minas Gerais e que nós imaginamos, dentro de mais algum tempo, estar operacional.

Aqui, apenas rapidamente, para que possam ter uma ideia da dimensão da nossa empresa, nós operamos 2008 com 113 milhões de passageiros [soa a campainha], com a receita bruta da empresa da ordem de 2.5 bilhões de reais. A previsão, esse ano, 2010, é chegar a três bilhões de reais.

Na empresa do mundo, nós somos a segunda maior rede de aeroportos do mundo, apenas atrás da Índia, e a terceira maior empresa em passageiros embarcados e desembarcados, atrás, apenas, da Inglaterra e da Espanha. A empresa luta, trabalha dia a dia para ser a maior empresa e ter o melhor serviço aeroportuário do mundo. Esse é o pensamento e o desejo de todos os 11 mil funcionários orgânicos da empresa e de todos os 20 mil contratados.

Senador, eu agradeço, foi rápido, mas a dimensão do Brasil e da empresa é realmente gigantesca. Espero ter preenchido a expectativa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, S. Exa., o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cleonilson Nicácio Silva, pela sua exposição. Passo a palavra imediatamente ao Senador Ministro Francisco Dornelles, como o primeiro inscrito. Ou, então, desculpe, eu gostaria de fazer uma consulta aos senhores, senadores e senadoras, se faremos a exposição dos três e, em seguida, as perguntas, ou faremos individualmente.

É melhor a exposição dos três. Perfeitamente, com a palavra, o segundo expositor, que é a Dra. Solange Paiva Vieira, Diretora Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. V.Exa. dispõe de 15 minutos para sua explanação.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Bem, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, muito obrigada pela oportunidade de estar aqui; é um prazer estar nessa Casa sempre podendo falar e discutir sobre a infraestrutura aeroportuária do Brasil. Bom dia, Srs. Vereadores, a todos os presentes.

Eu vou fazer uma apresentação basicamente falando da ANAC e uma visão geral do trabalho que a gente tem desenvolvido dentro da Agência. Pode passar, por favor.

Bem, a ANAC cuida basicamente, não só de aeroportos, mas também da parte de certificação de produtos aeronáuticos, em que entra um grande trabalho da Embraer, que a gente certifica todas as aeronaves e produtos fabricados na Embraer. Certificação da produção da manutenção das empresas áreas, das empresas de manutenção em geral, emissão de diretrizes de aeronavegabilidade para as companhias aéreas. A gente cuida de todo o registro de aeronaves. Aqui, funciona um pouco como um DETRAN, que está para os carros... A ANAC está para o registro e controle de aeronaves.

A gente cuida de toda a certificação de empresas e demais operadores do setor aéreo. A fiscalização de operadores de aviação geral; licenciamento de pessoal; aprovação de centros de instrução de aviação civil e treinamento; certificação de aeroportos, facilitação dos aeroportos e a segurança, que, no caso, em segurança contra atentados e o ingresso, o acesso das pessoas as aeronaves é controlado também pela ANAC.

Autorizações para serviços de transporte aéreo público; fiscalização da prestação de serviços de transporte aéreo; as relações com o consumidor; treinamento; pesquisas econômicas; acordos, tratados e convenções bilaterais internacionais estão também responsabilidades da ANAC; coordenação das atividades junto a ICAO, que é o organismo de auditoria internacional que baliza todas as normas de aviação civil internacional.

A gente cuida também da *compliance* de recomendações na área de investigação de acidentes aeronáuticos, do controle e avaliação de risco da aviação civil, e faz análises de tendência do setor.

Bem, em números, a aviação brasileira, hoje, conta com 12 mil aeronaves, cerca de 1.300 helicópteros, 3.500 aeródromos, dos quais 742 são reconhecidos como aeroportos públicos. Temos 25 companhias aéreas, entre companhias de passageiros e cargas; cinco companhias de cargas. Temos cerca de 4.600 pilotos privados e 431 de helicópteros e pilotos comerciais; 6.320... Aqui são pilotos que atendem à aviação geral, e aqui 5.100, os pilotos que atendem as companhias aéreas regulares, e aqui os respectivos níveis de pilotos de helicópteros.

Comissários, nós temos cadastrados na ANAC... A ANAC também cuida de todo o cadastramento e teste dos comissários que trabalham nas companhias aéreas. Nós temos 8.500; mecânicos de voo, 81; 155 escolas e 154 aeroclubes. Este é o universo que a ANAC fiscaliza.

Aeroportos, nós temos 742, que a ANAC tem responsabilidade de supervisionar, dos quais 66 são da Infraero; 303 ainda estão com o COMAR; 192 com o Estado; 167 com Municípios, nove aeroclubes, dois com empresas e três com o Exército. Desse universo de aeroportos, 31 são internacionais.

Aqui é o universo de todos 742 aeroportos públicos dos quais a ANAC tem responsabilidade sobre todos eles. E, aqui, o Brasil é grande, a gente tem alguns vazios de voos em algumas regiões, mas a gente observa que a malha aérea regular de aeroportos é, mais ou menos, razoável, cobre todo o país. Aqui são todos os aeroportos que apresentam voos regulares da aviação regular.

Bem, aqui, nós temos o embarque e desembarque doméstico no Brasil, como é que tem sido a evolução nos últimos anos. O Brasil vem crescendo. Aqui 2007, 2008, a gente deu uma redução no crescimento. 2009 deve fechar, também, mais ou menos, estável, decorrente da crise internacional. A aviação civil brasileiro, como o mundo todo, está sentindo também o problema da [soa a campainha] gripe suína. Então, aqui, a evolução do mercado doméstico pode passar... Aqui, a gente tem a evolução do mercado doméstico, em 2009. O Brasil tem uma taxa de evolução melhor do que o mercado internacional. O mercado internacional sentiu mais a crise do o que nosso mercado doméstico. Pode passar.

E aqui o mercado internacional também... Nós temos evoluindo de forma... Crescendo... A aviação internacional teve salto significativo no início da década de 2000, mas aqui já teve uma redução proveniente da queda dos voos da Varig, agora, aos poucos, estamos retornando, mas o mercado internacional não é um mercado de grandes saltos que, às vezes, a gente observa no mercado doméstico. Pode passar.

Aqui, a evolução no mercado internacional, a gente tem uma sazonalidade aqui, janeiro e fevereiro, sempre é mais forte que os outros meses, período de férias, e aqui também um pouco a crise internacional e a gripe suína, que tem afetado muito os nossos voos para a América do Sul.

O percentual de crescimento 2006/2007 e 2007/2008, o mercado doméstico cresceu significativamente de 2006 para 2007. Em 2007/2008, ficou mais ou menos instável, como a gente mostrou anteriormente, e a taxa internacional se mantêm com um crescimento menor, mas, na média, mais sustentável.

Isso aqui é para a gente ter uma ideia de onde o Brasil se insere, a nível internacional, a gente já é o nono país do mundo em movimento de passageiros. Isso aqui, a fonte é o *World Airport Traffic Report*, que está atualizado até 2007, e aqui a ordem... Estados Unidos é o maior país, quase quatro, cinco vezes maior do que a China.

O *"marketing cher"* da aviação regular doméstica, como é que está a distribuição? A gente pegou o acumulado de janeiro a maio desse ano, embora tenha saído notícias que a Azul já ultrapassou a Webjet, ela ultrapassou só no último mês; no acumulado do ano, a Webjet é a terceira companhia; a *Ocean Air* seguida da Azul, e aqui 1.9 as demais companhias, TAM e Gol disputam a primeira colocação, participação no mercado, com a TAM com uma vantagem de quase 9% sobre a Gol.

Aqui são as demais companhias. Aquele 1.9%, basicamente, aqui se inserem as companhias que tem operações com aviões menores e por isso elas transportam um volume de passageiros menor. Em termos de malha área, a Trip tem uma cobertura representativa, em nível de Brasil, e ela é a companhia com maior participação nesse mercado, com 66%, seguida da Passaredo e Pantanal.

Aqui o *"marketing cher*" da aviação internacional: a TAM ocupa 86% do mercado; a Gol, 14%. A TAM é a companhia que opera todos os destinos praticamente, Europa, Estados Unidos, e a Gol optou numa estratégia de mercado em ficar na América do Sul.

O faturamento das companhias, a receita de voo, em 2008, distribuição entre o que é receita de mercado doméstico, o que é receita de mercado internacional... A gente observa que o grosso de toda a receita de nossas companhias é mercado doméstico; na Gol, 88%; na *Ocean Air,* 96%. Aqui a gente colocou só as que tem alguma operação internacional em 2008. A Taf, 87% em doméstico; a TAM, 66% em faturamento doméstico, e outras companhias que tiveram alguma operação, a distribuição é 82% no mercado doméstico.

Aqui é a evolução dos atrasos no Brasil; aqui foi o pico da crise aérea, com o acidente da TAM, em julho, mais ou menos, de 2007. Depois, a gente teve aqui outro... Voltou a crescer, foi crescendo e aqui foi que teve a mudança da Diretoria toda, que está na ANAC atualmente, entrou aqui, nesse corte aqui. A gente observa que dezembro é sempre um mês de sazonalidade, dezembro aumenta muito o movimento e as companhias aéreas tem uma certa dificuldade em se adaptar a isso. E a gente tem, naturalmente, por problemas climáticos e por um aumento muito grande da demanda, um aumento, em dezembro, de volume de atraso, mas a gente observa que em de 2008 foi muito melhor que dezembro de 2007, tem uma redução de quase seis pontos percentuais aqui, quase 50, 70% de redução. E a gente continua numa trajetória, num esforço grande de redução nível de atrasos. E agora a gente... Pode passar.

E agora a gente vai ver os atrasos de 30 minutos, a gente teve os picos, se repetem no mesmo ponto, e a gente continua com esforço de redução, atrasos acima de 30 minutos, esse ano, desde fevereiro, está gerando abaixo de 1º%; agora, os atrasos de 15 minutos também a gente já está melhor que o padrão

Estados Unidos e Europa, que o atraso gira em torno de 20% aqui, quando o referencial é 15 minutos. Pode passar.

Aqui são recomendações de segurança operacional, que a ANAC recebe de CENIPA, após a investigação de acidentes aeronáuticos; a gente pode segui-las ou não, mas a gente precisa dar uma explicação se não segue, por que não a segue. Quando a gente chegou à ANAC, o nível de cumprimento de análise das recomendações estava muito baixo, que é a evolução. A gente está fazendo um esforço grande, começou em 2008 e continua em 2009, de receber as recomendações, analisar e prescrever novas recomendações para o setor.

Aqui em 2009, a gente analisou... Das que foram recomendadas no ano de 2009, foi uma, a gente já analisou 42, porque a gente está pegando o estoque também existente do ano anterior. Então, a gente já analisou 4200% das recomendações recebidas.

Distribuição da força de trabalho da ANAC por Estado, a gente vê que o que Rio de Janeiro é aonde concentra o maior volume de pessoal da força de trabalho da Agência. Isso é fruto da estrutura da aviação brasileira; o DAC era sede de onde a ANAC é origem no Rio de Janeiro, o controle de tráfego aéreo é no Rio de Janeiro. A Varig era uma empresa basicamente Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; tem muitas coisas ainda no Rio de Janeiro. Então, a nossa opção tem sido em crescer Brasília e estruturar esse escritório do Rio de Janeiro, de forma que as atividades ligadas à segurança permaneçam próximas ao controle de tráfego aéreo, que está no Rio de Janeiro. E Brasília deve crescer ainda um pouco, a gente tem também esse escritório de São Paulo que deve crescer bastante, porque a gente tem uma demanda de aviação geral. Quase toda a aviação geral do Brasil [soa a campainha], 70% dela se encontra em São Paulo. Pode passar.

Aqui é a estrutura que a gente lida na ANAC. Ainda temos dificuldade com isso, a gente tem todos os tipos de contrato de trabalho, fruto de uma Agência que só tem três anos de existência. A gente... Aqui é o nosso corpo efetivo, a gente está trabalhando em concurso público para que isso aqui se torne praticamente 90% da Agência, ficando só os cargos comissionados e o efetivo próprio. Então, a gente ainda tem uma longa jornada aqui, vocês podem observar, para caminhar para reduzir essas outras parcelas aqui. Pode passar.

A gente já teve autorização de um concurso público esse ano, que vai está sendo realizado, se não me engano, dia 19 desse mês. Aqui estão as vagas autorizadas pelo Ministério do Planejamento e aqui o número de candidatos inscritos, a gente tem 365 vagas, tiveram 82 mil inscritos. O último concurso que nós tivemos sobrou vaga. Eu acho que agora, dessa vez, nós não vamos ter esse tipo de problema.

Pessoal treinado, a gente também tem procurado investir bastante em pessoal treinado. A gente fez um esforço grande, em 2008, de aumentar as atividades de treinamento na ANAC muito, e isso é muito importante para a Agência, em virtude da gente ter um quadro pessoal novo, que está chegando e, por conta da aviação ser uma carreira muito específica e que não é fácil encontrar profissionais já treinados no mercado para ingressarem na Agência.

Na parte da segurança operacional, o nosso esforço foi maior ainda; é uma área muito importante para a Agência e a gente concentrou, a gente observa que dobrou o número de pessoas treinadas nessa área.

Números gerais de fiscalização da Agência, a gente realizou 1.519 vistorias em aeronaves em 2008; 454 em oficinas; 273 vistorias em empresas de táxi aéreo; 2.694 novas carteiras concedidas para pilotos, 660 licenças de mecânicos; 11 mil autos de infração emitidos; 159 inspeções em aeródromos públicos; 36 em aeródromos privados, e 96 inspeções em helipontos.

Isso aqui é uma questão muito particular de São Paulo, São Paulo tem uma peculiaridade de tráfego aéreo de helicópteros muito grande. E tem vários helipontos que têm que ser constantemente inspecionados, que abrem sem à Agência, às vezes, nem ter conhecimento que entrou em operação.

Desempenho do Brasil, a gente foi auditado pela auditoria ICAO internacional, OACI, em português. A gente fez um esforço grande para conseguir uma nota boa para o Brasil. Essas aqui são as notas da Agência, e aí eu vou pedir o esforço do Congresso; aqui a gente precisa da ajuda de vocês, onde foi a nossa pior nota. Isso aqui é o percentual da conformidade, é como se, em 100, a gente tirou 95, 90, 89, 76, nesses quesitos específicos que a Agência tem controle. A parte da organização e legislação está muito associada, além da Agência ao CBA, e a forma de interação dos órgãos e isso tudo precisa ser revisado esse marco regulatório, que já é antigo. E aqui concentrou as piores notas, que puxaram a média do Brasil. Pode passar.

Mesmo com os problemas na parte da legislação, o Brasil, entre os países auditados pela auditoria internacional, é o nono país do mundo, nos países já auditados pela ICAO, aqui estão as notas, e os países que ficaram à frente do Brasil no setor aéreo internacional.

Bem, era isso, muito obrigada. Espero não ter ultrapassado o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agradeço, em nome da Comissão

de Infraestrutura, a exposição feita pela Dra. Solange Paiva Vieira, da Agência Nacional... Diretora Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

E passo agora a palavra ao Dr. Carlos Roberto Rebouças, Diretor de Aeroportos de Porto Seguro, Vitória da Conquista, Lençóis e Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia. V.Exa. terá 15 minutos para sua exposição.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Exmo. Presidente Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, Exmos. Srs. Senadores, autoridades que compõem a Mesa, minhas senhoras e meus senhores, antes de qualquer coisa, o nosso agradecimento pelo honroso convite que foi dirigido pessoalmente a nós e à SINART, como uma empresa privada administradora de aeroportos, e a oportunidade de estar nessa excelsa instituição para poder era expor o nosso ponto de vista de vista.

A nossa exposição procura tratar o tema de maneira mais globalizada porque, se nós individualizássemos, então, seria uma redundância com a exposição da Infraero. Então, focamos o provável desenvolvimento do tráfego aéreo no mundo, o reflexo no Brasil, a nossa posição, e a defasagem entre e o que nós temos e o que precisaremos ter, no horizonte de 2015 e 2025, e depois um breve histórico sobre que é a SINART.

Então, por favor, vamos voltar ao sumário. Isso está aqui no sumário, equipamentos e aeronaves do futuro, projeções da demanda no mundo, como eu disse, necessidade de modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária, que é o nosso tema, série histórica de movimento de tráfego no Brasil, a nossa capacidade de investimento, a SINART como uma empresa privada e alternativa de solução.

Então, os senhores veem aí um projeto do Boeing, é 797, aeronave prevista para mil passageiros, então, o que se antevê para o que vai acontecer com a aviação no mundo. Essa é uma maquete, não chegou a ser produzida essa aeronave. Esse aqui é um helicóptero com quatro andares e uma capacidade de transporte muito grande. Então, as projeções de demanda no mundo... Nós temos que o crescimento econômico cresce... Vai crescer, em média, no horizonte de 2006 a 2026, cresce 3.1; o número de passageiros 4,5%, crescimento anual. O tráfego aéreo 5%, que é a quantidade de passageiros multiplicada pela milhagem voada, e a carga aérea cresce 6.1%.

Uma projeção da *Airbus*, ela define essa projeções, colocando a América do Norte, Europa, Oriente Médio, Ásia, África... A projeção mundial e a nossa América Latina, que vai ser da ordem de 5.5%. E, na América Latina, o Brasil representa 40%. Tem uma previsão da *Airbus* também de colocação no mercado, de até 2025, de 22 mil, 660 aeronaves, não dela, todos os produtores de aeronaves no mundo colocarão, até 2025, essa quantidade de aeronaves. E ela faz também essa regionalização, América do Norte, Europa, Oriente Médio e tal, e a América Latina prevê para de 2005 a 2015, 696 aeronaves; de 2016 a 2025, mais 702, e dando um crescimento médio de 6% ao ano. Então, o que vai acontecer? O Brasil vai receber, até 2015, 40% disso aqui.

Nós vemos aqui uma modificação de linhas aéreas e de aeronaves que ainda estavam em serviço. Aqui nós temos o turbo-hélice, que em 95, nós tínhamos 1908 rotas com 1500 aeronaves de turbo-hélice, isso é reduzido drasticamente, perdão, é, exato, 1995 para 2005 reduz drasticamente. Esse adensamento aqui fica rarefeito porque cai de 1900 para 900 e as rotas de 1598 para 740.

Nos Estados Unidos, a mesma coisa, nós tínhamos aqui o jato puro, isso em termos de avião regional, que, de 180 rotas, aumenta para 2.880, então, uma relação totalmente inversa, o que diminuiu aqui aumentou. Vejam o adensamento aqui no leste dos Estados Unidos, de 36 rotas apenas, passamos para 1300 e alguma coisa.

A Europa também sofreu esse mesmo processo, os turbo-hélices diminuem não na mesma proporção do jato puro, mas o jato puro cresce de 273 aeronaves para 1722. Isso traz um impacto em cima dos aeroportos, sem dúvidas.

Então, nós vemos aqui uma aeronave já produzida pela *Bombardier*, ecologicamente correta, com menos poluição, menos... Irlandesa, e que voa na Europa com menos nível de ruído com a parte da poltrona já com toda... Todo um estudo ergométrico para mais conforto aos passageiros.

E vemos aqui o A-380. Essa aeronave é uma aeronave para... Uma aeronave de grande performance e chamada de New [ininteligível], aeronaves grandes, de grandes transportadoras. E ela já em operação, esta aqui é uma aeronave dos Emirados Árabes e, com a versão econômica, para 800 passageiros e essa versão aqui é para 580... E nós não temos, no Brasil, hoje, nenhum aeroporto capacitado, podemos até adaptar, mas, por enquanto, agora, com esse sistema de três pontes ao mesmo tempo, para possibilitar o desembarque e o embarque desse tipo de aeronave.

Aqui é o nível de conforto que ela apresenta, poltronas individuais, verdadeiros casulos aqui, que dá até para a primeira classe você dormir na poltrona. Então, nós vemos o quê? A necessidade da de modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária no Brasil.

Isso aqui seria... É uma visão futurista do que possa ser um aeroporto, estacionamento, todo o ter-

minal de passageiros, pátios, aqui ao redor de estacionamento de aeronaves. Quer dizer que a gente não segue a essas concepções, mas, na verdade, nós precisamos fazer alguma coisa para a infraestrutura que nós temos.

O Brigadeiro foi pródigo em mostrar aí uma série de providências que o Infraero vem adotando, mas esta é a nossa frota. Então, nós temos 250 aeronaves de jato puro e temos mais 28 de turbo-hélice, que dá 278, e de aeronaves cargueiras, mais 28, o que totalizaria 300 aeronaves.

Mas, pela previsão da Airbus, a América Latina recebe 696 e 40% é Brasil. Até 2015... 2015 já está bem próximo de 2014, que é a nossa Copa do Mundo, então, isso vai implicar mais 240 aeronaves, somadas a essas 300 que nós já possuímos, o que significará quase 100% no aumento da frota. E, para 2025, nós vamos para 200% de aumento da frota.

Uma série histórica de movimentos no Brasil e a gente se vale aqui do site da Infraero, sem dúvida, porque a Infraero é a nossa grande administradora de aeroportos e, fazendo-se uma média de 2003 a 2007, não é? Nós vamos ter um crescimento de 12%, nos passageiros domésticos, de 6%, nos internacionais, mas o ano de 2007 movimentou 110 milhões de passageiros entre domésticos e internacionais.

O movimento de aeronaves, que significa um pouso e uma decolagem; nós vamos tomar aqui por base o ano de 2007, chegamos a dois milhões de operações. A aérea, em toneladas, também cresceu, quer dizer, essa média aqui, de 2007, a doméstica foi de menos 1%, mas a internacional cresceu 6% com o movimento de um milhão, e 328 toneladas de carga aérea total.

Bem, de todos os aeroportos, a Dra. Solange mostrou que nós temos 740 aeroportos... Em condições de operar a jato, nós temos 89 e turbo-hélice, 20. Então, toda a nossa rede aeroportuária estaria em torno de 109, dos 742 homologados, com uma agravante no sentido de planejamento. É que todo esse tráfego, 90% desse tráfego é movimentado em apenas 20 aeroportos, os principais, né? Guarulhos, São Paulo, Brasília, Galeão, Salvador e por aí afora, há uma grande concentração.

Aqui nós temos também um trabalho, que é do ITA, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica e Infraero, que dá a movimentação de passageiros. Então, a gente prevê uma saturação de passageiros. Temos, tomando São Paulo, por exemplo, nós temos uma capacidade instalada de 12, em 2004, já movimentou 13 milhões e meio. Então, para 2007, 15 milhões. Para 2015, ela estaria movimentando 30 milhões e 200 mil passageiros, já com um déficit de 152%. Vamos tomar aqui Salvador, por exemplo, que a gente conhece de perto, tem uma capacidade instalada; até 2004, tinha uma folga relativa, estava só com 69% de nível ocupacional, aí, em 2007, já beira essa... Ultrapassa, perdão, já beira essa capacidade instalada, mas, em 2014, Salvador... 2014 vai para oito milhões e 600 também ela aí, novamente, ultrapassa em 143% a sua disponibilidade.

Isto de referência a terminais passageiros, vamos olhar um pouco a parte de pátio de aeronaves. Tomando São Paulo, que tem uma capacidade instalada para 25 aeronaves simultâneas, já tem uma necessidade de 60, já há um déficit de 172%. Isto, em 2015, iria para 152, com 600%... De 500% de déficit, perdão, 600% de déficit. Então, se a gente pegar Salvador, voltando só um pouquinho, tem capacidade instalada para 15 aeronaves; necessitaria... É 15, é porque tem a defasagem nessa linha. 20 aeronaves, em 2004, já um pouco saturada e crescendo para 33 em 2015, também com 142% de saturação.

No que concerne à pista de pousos, a gente ainda tem uma razoável comodidade, porque São Paulo tem capacidade instalada para 229 mil operações; há necessidade, em 2004, de 218, ainda teria 5% de ociosidade. Já em 2007, ainda tem capacidade disponível, mas, para 2015, já apresenta 50% de déficit. E eu sempre lembro que 2015 dá muito próximo de 2014, que vai ser a nossa Copa do Mundo.

Então, a capacidade de investimento. Bem, a gente se vale também do site da Infraero, são dados públicos e nós demos aqui o desempenho da Infraero, apesar de toda a capacidade técnica e administrativa da Infraero, ela fecha aqui uma média, a gente abstrai 2008, e desprezando os investimentos, uma capacidade um lucro de 201 milhões, um lucro médio anual.

Então, nós tomamos aqui o Plano Diretor de Salvador, que prevê, até 2025, um investimento de um bilhão e 200 milhões. Então, isto significaria, num raciocínio muito linear e matemático, a necessidade de 30 anos, de... Perdão, seis anos de lucro para poder fazer face a esse investimento.

No caso de Campinas, por exemplo, que não tem prazo [soa a campainha], há uma previsão de seis bilhões de investimento, e isso seriam 30 anos, dentro desse raciocínio linear e matemático.

Ora, nós chegamos à conclusão de que a Infraero sozinha, a Infraero sozinha, veja o termo, ela não terá capacidade da fazer face aos investimentos que a infraestrutura vai demandar ao longo de 2015 e posteriormente até 2025, nada obstante a discutível capacidade técnica, a expertise que a Infraero tem, vamos dizer assim, o embasamento, a experiência em aeroportos, que é a segunda do mundo ou a terceira do mundo, sozinha não tem condições de fazer isso.

Então, nós vislumbramos a alternativa da iniciativa privada, e que não basta conceder aeroportos existentes, então, devem ser autorizados e incentivados investimentos em novos aeroportos. Aliás, tem uma resolução do CONAC que prevê isso aqui, é que o Conselho Nacional de Aviação, ele diz o que o Plano Aeroviário Nacional deverá estimular a construção, exploração e operação da aeródromos públicos pela iniciativa privada, observado o devido processo de homologação.

O CONAC é o órgão da assessoria direta do Presidente da República, integrado por todos os Ministros e o Comandante da Aeronáutica, e onde, nas reuniões são convidados ANAC, Infraero, DECEA e o CENIPA, que são órgãos também de assessoramento.

Um pouco da SINART, ainda na prorrogação; a SINART é uma empresa privada, que foi fundada em 72, foi a primeira PPP, num momento em o que país vivia uma economia de Estado, 72, e foi feito um consórcio Odebrecht/Corrêa Ribeiro, para a construção da rodoviária de Salvador. Uma rodoviária que foi construída, a conclusão em 74, e que até hoje funciona dentro de uma visão proativa extremamente competente. Daí, ela passa a administrar terminais rodoviários, hidroviários e aeroviários, por delegação, por concessão do governo da Bahia; opera estações permissionárias de telecomunicação e tráfego aéreo na Chapada Diamantina, Lençóis e em Juiz de Fora; ela tem um braço também em hotelarias, estacionamento, Zona Azul, Agências de viagens e empresa auxiliar de transporte aéreo.

Aqui uma visão das rodoviárias; aqui dos aeroportos de Lençóis na Chapada, um aeroporto com três mil metros de pista, com PCN de 52, apta a receber aeronaves tipo A-319, para o turismo na Chapada, e aqui nós vemos Juiz de Fora. Aqui uma estação de rádio nossa operando, aqui uma rede de hotéis, na Chapada Diamantina, em Valença e em Salvador.

Nós atuamos nesses Estados da Federação, com 1500 colaboradores diretos, temos o programa de qualidade ISO 9002. Aqui a perspectiva do aeroporto da Porto Seguro, como vai ficar depois de pronto, nós estamos fazendo uma reforma e ampliação. Esse contrato é um contrato de concessão, é uma chamada licitação, é onerosa, de uso de bem público, onde a empresa, as licitantes, atendida a parte, a qualificação técnica, vem a proposta financeira de um tipo de outorga para poder administrar o equipamento público colocado em licitação.

Como resultado da nossa gestão privada, a gente tem o certificado de qualidade máxima conferido pela Embratur, e temos aqui, rapidamente, antes da SINART assumir, nós tínhamos somente voos da Argentina; hoje nós temos outros destinos que aportam lá em Porto Seguro, além de Argentina, Uruguai, temos Portugal, Holanda, Itália França e Chile, tudo isso em voo de fretamento.

O serviço de alfândega e Polícia Federal, imigração, que operavam só oito horas, hoje são 24 horas por dia. O movimento de passageiros era de 300 mil e hoje nós temos 800 mil, e as instalações, nós não tínhamos esse equipamento de raio X, tudo aquilo que a Dra. Solange falou, para inibir atos ilícitos contra a aviação civil. Então temos raio X, salas climatizadas, detectores de metais, serviços médicos, equipamento contra incêndio, C5 e no nível 09, para atender o A-330, que já pousa lá na *Star Airlines,* que é uma empresa francesa que opera com o A-330, e a Aero Itália, que opera também de Milão e a *Livingston,* com o A-330.

Enfim, a SINART se prepara para a expectativa de novos investimentos em 2009, e, no próprio Aeroporto de Porto Seguro, execução de acesso, ampliação do desembarque internacional, dos serviços federais e ampliação da parte de *check-in* das empresas e da ala internacional.

Bom, no cenário de privatização, ela também estaria apta a realizar propostas; percebe a necessidade de investimentos porque ela sozinha também não pode atender a esse desafio, não é? Para reformas, tornando as operações rentáveis e buscar identificar parcerias locais ou internacionais, com capacidade de alavancagem financeira e experiência em concessões. Esse é o desafio.

Aqui são os nossos contatos, que nós deixamos aí e, lamentavelmente, eu trazia também, trouxe um CD para passar sobre a SINART, mas o tempo está um pouco curto, é um CD de 10 minutos, se me fosse permitido, eu colocaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O tempo está muito curto, Dr. Teixeira, mas nós pediríamos que deixasse o CD, que nós tiraríamos cópias e enviaríamos a cada um dos senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Muito obrigado.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Então, mais uma vez, agradecemos essa deferência do Presidente e damos por encerrada a nossa exposição e estamos no aguardo das perguntas que possam advir do que nós colocamos aqui. Muito obrigado pela atenção de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Sr. Carlos Roberto Rebouças. Passo a palavra ao Senador Ministro Senador Francisco Dornelles para as indagações que tenha a fazer.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar ao

Tenente-Brigadeiro Cleonilson Nicácio Silva, reiterar a ele o maior respeito e a maior admiração. Pessoas como V. Exa. muito honram a Força Aérea Brasileira.

Eu queria perguntar a V. Exa. três pontos. Em primeiro lugar, nós tínhamos, no Rio de Janeiro, dois aeroportos, Santos Dumont, o Galeão, tecnicamente equipado, uma pista de tamanho normal, e o Santos Dumont, que era aeroporto de menor porte. Investimentos maciços foram feitos no Santos Dumont e abandonado o Galeão. De modo que hoje nós temos um Galeão em estado da calamidade, o Santos Dumont também as obras não terminaram, por que motivo houve a prioridade dos investimentos da Infraero no Santos Dumont e não no Galeão?

Segundo ponto, Sr. Presidente, o jornal O Globo, que é um dos jornais de maior credibilidade da imprensa brasileira, trouxe uma reportagem que nos assusta muito, sobre a situação que existe hoje no Galeão. Ele trouxe uma denúncia do Sindicato Nacional dos Aeronautas, em que ele diz que a camada porosa da única pista em uso no aeroporto Santos Dumont está vencida desde 2007, aumentando os riscos de acidente.

Ainda de acordo com a publicação e da denúncia do Sindicato Nacional dos Aeronautas, a ampliação do aeroporto esqueceu a parte operacional, deixou obras inconclusas, que estão gerando enormes dificuldades para as operações de aeronaves, existem dificuldades no momento de chuvas de que empresas aviões desçam no Santos Dumont. V.Exa. confirma essa denúncia do Sindicato dos Aeronautas, publicada pelo jornal O Globo?

Terceiro ponto, Sr. Presidente, nós ouvimos agora uma exposição do Dr. Carlos Roberto Rebouças, em que ele mostra claramente que o Estado não tem dinheiro, não tem recursos para os investimentos necessários que o Brasil exige hoje no campo da aeroportos. A Infraero examina a possibilidade ou tem em mente a situação de permitir que empresas privadas ou que o setor privado explore ou tenha a concessão de aeroportos brasileiros?

E, no último caso, Sr. Presidente, o senhor sabe que, na política, existe um ditado que diz que o macro dá projeção, mas é que o micro que dá voto. Então, eu vou colocar o micro caso da situação dos carregadores do Aeroporto Galeão, que é um desrespeito, Sr. Presidente. O senhor sabe que as pessoas descem no Aeroporto de Salvador, qualquer aeroporto do Brasil, e ali tem, nas esteiras, possibilidade da utilizar um carro ou recorrer a um carregador. Senhoras idosas, que não tem condição de tirar as malas das esteiras, não podem recorrer aos carregadores porque a Infraero proibe que esses carregadores entrem nas esteiras do Santos Dumont. É uma coisa inacreditável, é um micro caso [soa a campainha], mas que eu considero um desrespeito com as pessoas que trabalham naquele aeroporto.

Sr. Presidente, em relação à Sra. Presidente da ANAC, Solange Vieira, eu, primeiro, quero reconhecer que houve uma melhora muito grande na administração de V. Sa. em relação aos atrasos nos aeroportos; eles diminuíram bastante, e eu tenho que cumprimentar a Diretoria da ANAC pelas providências.

Segundo, eu queria dizer a seguinte situação, vamos imaginar que o Governo Brasileiro reduzisse de 35% para zero o imposto de importação de carros, de automóveis, haveria uma festa no Brasil; todo mundo teria condições de comprar um carro importado por um preço muito mais barato que um carro nacional. O primeiro momento era de euforia, mas a indústria automobilística brasileira iria virar pó, com graves consequências nos níveis de renda de empregos no Brasil.

Pois bem, nós não temos hoje, no campo da área de serviços, medidas protecionistas, não existe medida de *dumping*, por exemplo, no acho de serviços. Então, é necessária uma certa regulamentação do setor, e eu afirmo que a ANAC afirma uma desregulamentação completa do setor de Aeronáutica.

Então, o que nós temos hoje? Se uma empresa brasileira se sente prejudicada pela entrada de produtos com prática desleais de comércio de *dumping* ou de subsídios, ela recorre ao Departamento Comercial e medidas *antidumping* são colocadas. Agora, se no momento em que houver uma desregulamentação completa do setor aéreo, uma empresa estrangeira entrar com uma operação completa de *dumping,* que medidas a ANAC tem para impedir essas prática de *dumping* contra empresas nacionais? Nós correrms o risco de acabar com as empresas brasileiras de navegação aérea como perdemos a marítimas, em decorrência desses princípios liberais de simplesmente desregulamentar o setor, e permitir a livre concorrência num setor em que realmente as empresas estrangeiras estão praticando *dumping* e práticas desleais da comércio.

Segundo ponto, a ANAC vem anunciando uma política de céu aberto; é muito interessante ver empresas estrangeiras, que os custos tributários, os custos de Previdência, os custos sociais, a taxa de juros é muito melhor voar de um ponto a outro no Brasil, competindo com empresas estrangeiras. Qual é o país desenvolvido do mundo que adota política de céu aberto? E quando a ANAC fala em política de céu aberto, ela fala em reciprocidade? Nós vamos abrir o céu do Brasil para todas as companhias estrangeiras, sem impedir que eles façam a mesma coisa com as

empresas brasileiras? Qual o... O que está por trás disso? O que justifica?

Então, a minha posição é o seguinte, no caso de *dumping* de empresas estrangeiras contra empresas brasileiras em decorrência da desregulamentação, qual é o... O que a ANAC pode fazer ou pretende fazer para anular essas práticas de *dumping*?

E para última questão, Excelência, eu considero que V.Exa., as políticas de V.Exa. são contra os interesses do Rio de Janeiro. V.Exa. prejudica o Rio de Janeiro com a decisão tomada de deslocar do Santos Dumont para o Galeão uma grande quantidade de voos. A pessoa, quando está num local do Brasil e deseja viajar para o exterior, ela quer tomar o avião em Porto Alegre, em Belo Horizonte, e descer naquele aeroporto de onde sai o mesmo para o exterior.

Sem que existisse nenhuma razão, V.Exa. deslocou os voos do Galeão para o Santos Dumont, trazendo enormes prejuízos ao movimento de conexão e prejudicando enormemente o Rio de Janeiro e beneficiando o Estado de São Paulo. Eu não tenho nenhuma objeção com esse benefício a aeroportos de São Paulo, mas o Galeão foi extremamente prejudicado, e eu considero que a política adotada pela ANAC em relação ao problema do Galeão é prejudicial aos interesses do Estado do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Francisco Dornelles. Passo a palavra ao Tenente-Brigadeiro Cleonilson Nicácio Silva, Presidente da Infraero.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Bom, Senador Francisco Dornelles, eu gostaria de agradecer as perguntas feitas por V. Exa., que nos permitem esclarecer alguns pontos com relação aos aeroportos do Rio de Janeiro.

Nós tivemos, no passado, por ocasião do Pan-Americano no Rio de Janeiro, um investimento maciço de recursos no Aeroporto Santos Dumont, que era realmente um dos aeroportos previstos para receberem um fluxo de tráfego substancial naquele momento em relação aos jogos Pan-Americanos. E isso foi feito e aquela instalação que hoje lá se encontra foi tudo aquilo que foi possível fazer, entre aquela tomada de decisão e o início dos jogos Pan-Americanos, o que realmente permitiu ao Santos Dumont processar os passageiros que chegaram para os jogos Pan-Americanos.

Naquele momento, nós ainda tínhamos, a partir dali, o planejamento de fazer a restauração do corpo central do Aeroporto Santos Dumont à condição inicial histórica daquela instalação, coisa que nós estamos trabalhando no projeto de restauração, e também a complementação da parte que hoje é o desembarque do Santos Dumont. Tudo isso está sendo processado, dentro das prioridades e da disponibilidade de recursos que, a partir do momento que os recursos forem alocados via PAC, nós estamos numa velocidade bastante acelerada de conclusão da reforma completa do Aeroporto Santos Dumont.

O Aeroporto Galeão, ele realmente passou uma temporada bastante grande sem investimentos, isso foi... Iniciada a reversão dessa tendência no início da administração do meu amigo Sérgio Gaudenzi como Presidente, quando eu fazia parte da Diretoria de Operações, mas o Galeão tem uma particularidade: A partir do momento em que o Aeroporto de Guarulhos ficou pronto para o tráfego internacional, houve um deslocamento maciço de empresas, principalmente internacionais, em direção ao Aeroporto de Guarulhos, por um motivo muito simples, o grande pólo gerador de tráfego aéreo do país é São Paulo.

O que acontecia no passado é que essa geração, esse tráfego intenso se deslocava para o Rio de Janeiro para embarcar a partir do Galeão, que era o grande Aeroporto Internacional da época. Campinas também operava alguns voos internacionais, mas numa dimensão bastante reduzida. Então, houve o esvaziamento das empresas do Galeão em direção a Guarulhos; isso fez com que realmente houvesse uma redução substancial do movimento no Galeão.

E, por decisões do passado, que não tenho como analisar as circunstâncias que cada um decidiu... certamente analisou, a equipe analisou isso tudo, e parou-se... Suspendeu-se investimento no Galeão. Quando o Sérgio Gaudenzi assumiu a Presidência da Infraero, nós estávamos como Diretor de Operações, vimos a situação do Galeão, a necessidade de recuperação rápida do Galeão [soa a campainha], tínhamos a condição de fazer um grande projeto de recuperação do Galeão e esperar esse projeto ficar pronto para começar as obras, isso não seria desejável no Galeão... O que foi feito? Nós seccionamos aquele grande projeto em várias etapas e muitas dessas etapas, cerca de 10 a 12, já estão em execução, algumas já concluídas, o que melhorou a condição do Aeroporto Galeão. Eu estou indo hoje à noite para lá, exatamente para acompanhar, que eu acompanho isso pessoalmente o Galeão, desde que assumi a Diretoria de Operações.

Então, o Galeão está se recuperando e nós já notamos esse ano uma redução de tráfego aéreo em Guarulhos, em benefício do Galeão e do Santos Dumont... É o mercado que faz isso.

Com relação à camada porosa do Santos Dumont, nós detectamos que havia necessidade de refazer a camada porosa do Santos Dumont, contratamos uma empresa que já tinha feito anteriormente; não

conseguiu alcançar os níveis desejados e exigidos pela empresa e pela ANAC. Essa empresa foi retirada do Santos Dumont; foi feito um outro contrato, até emergencial, com uma empresa de maior capacidade. Essa empresa teve sérias dificuldades para conseguir alcançar o nível desejado, alcançou agora. A pista auxiliar do Santos Dumont fica pronta dentro de mais alguns meses; tão logo seja concluída a pista auxiliar, a pista principal entra em obras para a recomposição da camarada porosa.

Hoje o nível de atrito da camada porosa da pista principal do Galeão atende perfeitamente às normas de segurança estabelecidas pela ANAC. E, como alerta aos pilotos... Porque quem decide pousar ou não pousar é o piloto. É a única pessoa que decide se vai pousar ou se não vai pousar... Fica o alerta, já com o NOTAM , é uma notificação que todos os pilotos olham antes de embarcar no avião, antes da fazer o voo, para que, em caso de pista molhada, a torre alerta que a pista está molhada, a decisão de pousar é do piloto. Em alguns casos, o piloto se dirige ao Galeão, mas tudo que é possível fazer para recompor a camada porosa das duas pistas do Galeão está sendo feito. E o Galeão... O Galeão não, o Santos Dumont, opera em perfeitas condições de segurança. O que eu posso dizer o senhor é o seguinte, essa denúncia do sindicato não tem fundamento, técnico, não tem fundamento. E nós discutimos com o sindicato, com a nossa Engenharia e com a ANAC, em qualquer momento que o sindicato assim desejar.

Com relação ao recurso, aos recursos para fazer frente aos investimentos futuros na infraestrutura brasileira, a empresa e o próprio governo já viram a necessidade de aumentar a captação de recursos pela Infraero, tanto que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social está contratando um consórcio de consultoria internacional para preparar a abertura de capital da Infraero. A abertura de capital proporcionará a condição de a empresa ir buscar recursos no mercado, mudando completamente a forma de gestão da empresa. E o que a empresa deseja é que isso aconteça o mais rápido possível para que nós possamos, e esse é o nosso modelo, nós queremos ser a PETROBRAS da infraestrutura aeroportuária. Nós queremos ter a condição de captar recurso no mercado e queremos [soa a campainha] ter a liberdade de ir ao exterior buscar aeroportos para serem administrados por nós.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A PETROBRAS já perdeu o monopólio.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: E nós também. Nós também já perdemos, aliás, nunca tivemos monopólio na realidade. Nós temos os grandes aeroportos brasileiros, que foram transferidos para nós pelo Ministério da Aeronáutica de então, mas, em nenhum fomento, foi proibida a construção ou a Infraero se colocou contrária à construção de aeroportos pela iniciativa privada e à exploração desses aeroportos pela iniciativa privada, coisa que já existe hoje, e a SINART é um exemplo desse não monopólio na área de transporte aéreo.

Quanto aos carregadores de bagagem do Rio de Janeiro e do Galeão, é um caso particular que nós temos que trabalhar dentro do Programa Nacional de Segurança de Segurança da Aviação, PNAVSEC, e o acesso de pessoas à área restrita dos aeroportos, partir de 2001, passou a ter um controle muito diferente do que havia anteriormente.

Eu posso dar um exemplo meu, particular, que eu fui adido Aeronáutico em Paris e na Bélgica, eu tinha a autorização permanente para entrar em toda a aérea dos aeroportos de Paris e de Bruxelas, e hoje os adidos não têm mais essa autorização, em função das restrições que surgiram após 2001. Mas tudo o que é possível fazer nós estávamos estudando uma solução para isso. Eu sei disso, eu sei disso.

Existem sérias restrições que nós estamos com áreas de segurança nossa--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Exato. É, eu sei, Senador. Nós temos... Por ocasião das altas temporadas, nós temos colocado funcionários nossos para ajudar lá no Galeão. É o que nós estamos fazendo... É uma forma de evitar que a pessoa idosa não tenha o atendimento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Eu tenho que cumprir a legislação internacional, Senador, realmente isso é legislação internacional que a ANAC tem que cumprir, que nós temos que cumprir, para poder ter condições de ter aviões nossos demandando, principalmente Estados Unidos e Europa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite--

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Espero poder ter contribuído--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite. Assim, muito brevemente.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não haveria possibilidade de estes carregadores que há muito tempo trabalham lá, atender às exigências internacionais, através de um procedimento que a própria

Infraero teria junto a eles, uma coisa que talvez possa ser simples de se chegar a um entendimento?

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: O que nós estamos procurando buscar uma solução para isso, junto à área de segurança e também junto ao órgão regulador, que é a ANAC, que tem que cumprir, nos fiscaliza e que nós temos que cumprir a legislação, como tivemos que cumprir agora na inspeção, na vistoria da ICAO, que acabou de se realizar aqui no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Talvez a Presidente da ANAC possa também ajudar na resposta à pergunta formulada pelo Ministro Francisco Dornelles em relação especificamente à questão lá do Galeão, bem como à posição do Senador Paulo Duque.

Agora passo a palavra para responder às indagações feitas pelo Senador Ministro Francisco Dornelles à Dra. Solange, Presidente da ANAC.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Bem, Senador, é ótimo... As perguntas, que a gente pode esclarecer ponto que, às vezes, no começo, não são muito claras as intenções. Bem, quanto a números do Santos Dumont, eu queria aproveitar... Eu trouxe a apresentação aqui com comuns números, que a gente, na verdade, teve uma diferença de análise técnica quanto ao desenvolvimento do Rio de Janeiro. A ANAC o tempo inteiro acreditava que a liberação do Santos Dumont traria mais voos e mais movimento para o Rio de Janeiro e alguns técnicos do Governo do Estado tinham dúvidas dessa questão e se posicionaram diferente... A abertura do aeroporto, independente dessa questão, estava ligada a um cumprimento do marco regulatório da Agência. A Agência não pode fazer restrição a voos, a não ser que essas restrições sejam baseadas em questões da segurança.

Este foi o que a lei da ANAC estabeleceu na aprovação dela, aqui no Senado e no Congresso, o slide, por favor. Agora a gente não está mais falando do que a equipe técnica da ANAC achava ou a equipe técnica do Governo e sim o dos números. Abril e maio de 2008, o Santos Dumont cresceu em 19% o volume de passageiros. O Galeão cresceu em 4%. Rio de Janeiro como um todo cresceu oito. E o Brasil caiu 2%. Esses são os números que nós temos do Rio de Janeiro, após a abertura do Santos Dumont.

Quanto à questão [soa a campainha] da proteção das companhias aéreas estrangeiras, a gente está trabalhando na Agência; com relação à questão da combatível, a gente está montando um grupo de trabalho para discutir com a Fazenda o que dá para liberar em termos tributários nessa questão. A ANAC, o que ela pode fazer sozinha ela já fez; nós extinguimos o COTAC o ano passado, que era uma etapa de importação de equipamentos que tinha uma reclamação grande das companhias aéreas e a gente tem feito um esforço muito grande de reduzir o tempo médio de qualquer processo interno dentro da Agência. A gente tem procurado simplificar o máximo a vida das companhias, de forma a reduzir custo de tempo de análise de qualquer coisa.

A desoneração fiscal também é uma coisa que está sendo discutida para o setor; isso não é em nível de Agência e sim em nível de Ministério da Defesa. O Ministro Jobim está conduzindo essa análise. E com relação à prática de *dumping*, a regulamentação, aqui no Brasil, é que ANAC lida, é comunicar ao CADE e à Secretaria de Acompanhamento Econômico problemas que eventualmente surjam no setor.

A gente só fez comunicação até hoje, desde que eu estou na Agência, de acordos de *could chair* de companhias brasileiras e a gente tem um contrato de parceria assinado com esses dois órgãos, que são os órgãos, no Brasil, responsáveis por analisar esse tipo de questão. A questão de *open sky* é uma questão que o assunto surgiu por uma demanda das nossas companhias para que esse assunto fosse discutido em nível de América do Sul. Tanto a TAM quanto a Gol têm pressionado muito a Agência para que a gente consiga negociar *open sky* na América do Sul; nós temos todo o interesse em ter tráfego livre com a Argentina e tem a restrição desse país em permitir isso. E, à medida que esse assunto começou a ser discutido na América do Sul, Europa e Estados Unidos mostraram interesse também em discutir esse assunto conosco.

A ANAC, hoje, trabalha nesse assunto somente produzindo estudos técnicos de análise; essa é uma decisão de governo, não é uma decisão que a Agência vá tomar sozinha e que provavelmente vai vir para ser discutida nesta Casa, quando se achar pertinente que tem que ser discutido. E, com relação aos países que já praticam *open sky*, Estados Unidos tem um acordo de *open sky* com a Europa.

Depois que aconteceu esse processo de liberação de voos internacionais entre os dois países, os registros de números que se tem é o aumento do número de voos, aumento dos números de cidades atendidas e redução do preço de passagem. E Austrália e Nova Zelândia, também tem completa política de *open sky* entre esses dois países. Acho que eu cobri todos os...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro, o senhor está satisfeito com as respostas?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, Sr. Presidente. Eu queria saber, V.Exa., quando fala em operação de céu aberto, fala sempre em acordos;

o Brasil está fazendo unilateralmente, sem acordos? Vamos dar céu aberto brasileiro sem pedir contrapartida? Foi essa insinuação que V.Exa. deu.

Agora o objetivoo é o seguinte, V.Exa. quer desregulamentar o setor e não disse que medidas que vão ser tomadas, podem ser tomadas por V.Exa. para impedir operações de *dumping*, de empresas estrangeiras contra empresas brasileiras. Primeiro, vamos desregulamentar, abrir, deixar elas fazerem o Carnaval aqui dentro, e depois é que vamos estudar como é que tomar essas medidas *antidumping*?

V.Exa. não acha que no momento que nós entrássemos numa desregulamentação, essas medidas ou proteção *antidumping* deveriam estar prontas?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dra. Solange, por favor.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Senador, eu não tenho conhecimento, aí a gente tem que separar um pouco, quando a gente fala de open sky, a gente está falando só de tráfego aéreo internacional, então, é sempre bilateral; não existe nenhuma discussão de tráfego aéreo internacional que não seja com contrapartida, mesmo porque a Constituição estabelece assim.

Então, sempre... Por isso que eu falei, a gente está discutindo com a América do Sul porque aqui tem o bloco da América do Sul. Então, aqui, não bilateral, e, sim, multilateral. Se essa discussão for iniciada em algum momento com a Europa, também vai ser multilateral, porque a Comunidade Europeia é que quer conversar sobre esse assunto. E com os Estados Unidos seria bilateral e é sempre com contrapartida. E a ANAC se limita nisso, a fazer estudos e mostrar informação; é uma decisão de governo e não da Agência se vai fazer isso ou não. E é só tráfego aéreo internacional.

Em nenhum momento, desde que eu estou na Agência, eu nunca ouvi ninguém, na Agência, e nem ninguém no setor falar em liberação do tráfego doméstico, em cabotagem.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu não estou falando doméstico não. Eu estou falando internacional. Quais são as medidas objetivas? Empresas estrangeiras começam a praticar *dumping,* o que vai fazer a ANAC?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: A ANAC comunica ao órgão de acompanhamento econômico Ministério da Fazenda e ao CADE, que é quem, no Brasil, é responsável por regular essas práticas.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quer dizer, em termos objetivos, praticamente V.Exa. primeiro autoriza o *dumping* e depois comunica. No momento que entra a desregulamentação e libera os preços, está dando as condições para o *dumping* sem que exista alguma proteção.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Eu não passei por essa experiência na Agência, mas a liberação de preços do mercado doméstico que aconteceu--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Internacional, eu não estou no doméstico, não--

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: --o *dumping...* Foram comunicadas algumas práticas da empresa Gol ao CADE e o CADE julgou isso prontamente e julgou que não eram práticas de *dumping*. É o único exemplo que eu tenho concreto para--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu estou no internacional, eu não estou no nacional não.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: O internacional seria o mesmo procedimento que foi praticado no mercado doméstico.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Coitado do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O senhor terminou o--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Estou contente e lamentando profundamente a situação caótica... Nós, que perdemos as nossas empresas de navegação marítima, com essa política da ANAC de céu aberto, de desregulamentação, antes de ter um esquema protecionista de *dumping*, vamos acabar e perder, a médio prazo, as empresas brasileiras de navegação aérea.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Ministro Francisco Dornelles, pela sua importante participação. E como autor do requerimento de convite aos expositores aqui presentes.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agora, vamos fazer bloco de três Senadores, constituir bloco de três Senadores para a formulação das perguntas aos senhores expositores. Nesse primeiro bloco, estão incluídos o Senador Paulo Duque, o nosso cumprimento muito especial ao Senador; o Senador Ministro Eliseu Resende, e o Senador Jayme Campos.

Eu vou pedir licença a V.Exas. e passar a Presidência a S.Exa. o Senador Ministro Eliseu Resende por ter um compromisso agora, ao lado, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e passaria a Presidência desses trabalhos, cumprimentando a todos os senhores expositores e agradecendo a presença do senhor Brigadeiro, Tenente-Brigadeiro-do-ar, do Dr. Teixeira e da Dra. Solange. Por favor. Senador Paulo Duque, com palavra e, em seguida, os outros dois Senadores.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Brigadeiro, eu vou ser bastante rápido nas minhas indagações. A primeira é a seguinte: O senhor disse que o Aeroporto de Goiânia está com as obras suspensas, da mesma maneira o que Aeroporto de Macapá, são dois grandes aeroportos, pistas. Suspensas, por quê? Pelo Tribunal de Contas? E há quanto tempo? Quantos anos? Quantos meses mais ou menos? Mais ou menos?

Eu estou perguntando isso porque um dos assuntos que nós temos debatido muito no Plenário tem sido o Tribunal de Contas da União suspender uma obra e recomeçar, dois anos depois ou três, com prejuízos terríveis para o Brasil. E você está me dando dois fatos concretos, Aeroporto de Goiânia e Macapá, é verdade?

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós gostaríamos que o Senador completasse a sua exposição e as suas perguntas para a resposta da Mesa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está bem, eu vou para outra, então. O aeroporto que passou aí, de uma cidade importante, se não me engano, Júlio César... Então, eu fico perguntando, mas quem terá sido Júlio César, eu não sei sem é? Eu gostaria de ter uma resposta. Deve ter sido um benemérito do Estado, é claro que não foi o Imperador, não? Eu gostaria de saber quem foi esse Júlio César.

Terceiro, não ouvi o senhor Brigadeiro falar sobre o Aeroporto de Cabo Frio, que hoje é um aeroporto importantíssimo, a pista enorme. Búzios turismo... Não ouvi. Honestamente, não ouvi. E a última indagação: As bases aéreas todas tem uma boa pista, os Afonsos tem e outra bases, a de Natal. Essas bases poderiam eventualmente servir para auxiliar o tráfego, cada vez maior, o tráfego aéreo do Brasil, comercial? São simples indagações. Ah, e outra coisa, Brigadeiro, o senhor disse que nós somos a segunda maior rede... A Índia está à nossa frente e nós estamos na frente dos Estados Unidos e do Canadá? E da China? Somos a segunda em matéria de aeroportos, isso é surpreendente e altaneiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra, o Sr. Cleonilson. Nós vamos completar o bloco de três para depois dar a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, eu vou para fazer indagações à Dra. Solange. Dra. Solange, a senhora falou que nós temos 742 aeroportos, mais ou menos isso, não foi? Mas nós temos é muito mais, não?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: É porque a gente tem aeródromos e helipontos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aeródromos?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Aeródromos são três mil e pouco.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Três mil e poucos.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: 3490.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu achei muito pouco, realmente, viu? Na realidade, são mais de três mil aeroportos, não é? A Agência é oriunda do antigo DAC ou é a Infraero? Departamento de Aviação Civil, que era vinculado ao Ministério da Aeronáutica, não é isso?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: É.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Essa é a sua Agência hoje?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Essa é a Agência da qual eu faço parte.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Herdou o acervo, aquela coisa toda, funcionava até ali dentro do próprio Ministério da Aeronáutica, não é?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Funcionava, eu acho que no Santos Dumont, no Rio.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): No início... Essa empresa Trip e Passardo, falou nisso também?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Passaredo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Passaredo. Elas são muito recentes, não? Foram...

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Não. Elas já são antigas, mas são empresas que estão ocupando uma fatia do mercado de menor porte de aeronave grande.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei, mas elas vêm à Brasília também?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Trip? Não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu nunca viajei por ela. Já viajou ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de pedir ao Senador Paulo Duque que completasse suas perguntas, por favor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já completei. E finalmente eu vou ali para o Dr. Botelho... Desculpe, Dr. Rebouças, o seguinte: o senhor dirige quatro aeroportos na Bahia?

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Quatro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E falou muito na SINART. O senhor... A SINART é algum órgão privado ou órgão governamental? Eu fiquei na dúvida, honestamente.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Privado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós daremos a palavra para a resposta à sua pergunta, se o Senador, pudesse completar...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Brigadeiro. Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Já está completa?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É só. É coisa rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem, muito obrigado pela sua participação, Senador. Vamos cumprir aqui a distribuição dos debates em blocos de três... Três Senadores, então, o primeiro bloco, o Senador Paulo Duque, que acabou de se pronunciar; o Vice Presidente da Comissão, Senador Eliseu Resende, e o Senador Jayme Campos.

Eu vou aproveitar fazer uma colocação rápida aos expositores, mais relacionado com o problema dos marcos regulatórios do setor aéreo, transporte aéreo e o setor aeroportuário. Isso foi colocado, em várias passagens aqui, pelo Senador Francisco Dornelles, e nós achamos que há uma lacuna na parte legislativa do setor. Isso foi comentado pela própria Dra. Solange, quando se referiu ao processo da legislação do setor. Era importante saber a caracterização do transporte aéreo como prestação de serviço público, no caso de transporte regular passageiros. E a Constituição preceitua que, quando se trata de prestação de serviço público, o poder concedente haja mediante outorgas de concessão ou permissão, mediante licitação, ficando a autorização para a outorga desregulamentada.

Isso vem sendo discutido no transporte aéreo, particularmente no transporte de passageiros, no transporte regular de passageiros. Há uma dúvida sobre saber como a ANAC conduz o processo de concessões ou outorgas do transporte aéreo de passageiros, se é o regime de concessão/permissão ou de autorização.

Parece que há uma decisão em estudos, na CONAC, o Conselho de Aviação Civil, no sentido de transformar o processo atual em processo de autorizações que corresponde à desregulamentação, Senador Francisco Dornelles, onde não há tarifa preceituada, onde os preços são à revelia do prestador de serviços, e também o prazo de concessão, que não é dado, não é fixado, é um transporte outorgado, sem regulamentação.

A primeira pergunta que eu faço, particularmente à Presidente da ANAC, é, no caso da concessão... Da outorga de serviço de prestação de transporte aéreo, qual é o procedimento hoje? Não, eu vou completar as minhas perguntas todas. V. Exa. responde após isto. Se continua... Se pretende colocar autorização? Se é o caso de fazer contratos de concessão ou permissão, mediante licitação, onde se envolve a política tarifária ou se pretende desregulamentar o setor através da autorizações? Gostaria da resposta comparando o que nós temos hoje com o que está sendo programado possivelmente pela ANAC, pelo Ministério da Aeronáutica, pelo Ministério da Defesa, sob a forma de outorga no futuro.

A outra colocação eu faço na mesma direção do que diz respeito à infraestrutura aeroportuária. O nosso Senador Francisco Dornelles falou aqui rapidamente sobre a política de privatização dos aeroportos. No marco regulatório, na legislação que cria a ANAC, dá a ANAC o papel de poder concedente da área aeroportuária. Nós gostaríamos de obter esclarecimentos, no que diz respeito a essa legislação, qual é o procedimento que envolve a atuação da ANAC face à atuação da Infraero?

Hoje a Infraero é responsável pela administração de todos os aeroportos, dos aeroportos principais do Brasil. Se faz isso cobrando a forma de pagamento da prestação de serviço nos aeroportos e fazendo os investimentos públicos nos aeroportos? A Infraero, como disse o seu Presidente, administra aeroportos, há aeroportos superavitários, que dão lucros; esses recursos provenientes desses lucros, a nossa pergunta é se são recolhidos ao Tesouro ou fica no âmbito da Infraero e se, com isso, a Infraero pode investir nos aeroportos deficitários? Ou se é o caso de partir para a concessão da administração aeroportuária concedida ao setor privado.

Nós temos vários exemplos no mundo inteiro de aeroportos administrados pelo setor privado, através do regime de concessão, e a ANAC seria responsável pela licitação das concessões de administração dos aeroportos do Brasil, de acordo com a legislação existente. A minha pergunta é se esse processo de privatização dos aeroportos está previsto para acontecer e se, nesse caso, se a iniciativa e a administração desse processo serão feitas pela Agência Nacional de Aviação Civil e como fica a Infraero nisto? Se ela se transforma numa concessionária da Agência Nacional de Aviação Civil ou se fica desprendida para a realização dos investimentos públicos, ficando a Agência para conceder a administração dos aeroportos no país, em decorrência de investimentos privados para gerar recursos para os investimentos públicos, através da Infraero, nos aeroportos deficitários.

É importante termos essa política, e a pergunta que faz é como essa política está sendo trabalhada pelo setor, pelo Governo, na área do transporte aéreo,

porque isso responde muitas perguntas... A pergunta da questão tarifária, se ela é licitada, e a desregulamentação, que pode dar efeito ao que o Senador Francisco Dornelles acaba de dizer, que é uma prática de *dumping,* que seria condenada. Quando há simples autorização, a prática de *dumping* tem que ser olhada como uma operação normal porque as tarifas e os fretes cobrados ficam por conta de uma competição livre, aberta e não regularizada, através de contratos decorrentes de licitação, que levam em conta a política tarifária.

Estas são as colocações que faço, eu gostaria de ouvir--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Como autor de requerimento da Reunião que se inicia nesse instante na Comissão de Relações Exteriores, me permitiria apenas fazer uma brevíssima observação para que eu possa me ausentar... Eu não farei perguntas--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador, eu me sinto na mesma situação--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu também--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se nós tivermos aqui a figura do Senador de primeira classe e segunda classe--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, é porque eu sou autor de requerimento lá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu também participo, evidentemente que o meus interesses na Comissão de Relações Exteriores não são exatamente os vossos, mas eu me sinto... Eu gostaria de que fosse--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A minha observação é de 30 segundos, se me permite, eu não vou fazer arguição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aí, cabe ao Presidente, eu gostaria apenas de--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, eu pedi a ele.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós podíamos--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pedi a ele e cabe decidir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, e ele--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós vamos dar sequencia, desculpa, Senador Eduardo Suplicy. Está programada aqui uma lista que nós temos que respeitar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se houver tempo, ficarei no final, agradeço a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agradeço a atenção do Senador Heráclito Fortes. Eu só queria observar que me estranhou um pouco por que o Senador Francisco Dornelles avaliou que a senhora Solange--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É melhor V. Exa. dar logo os 30 segundos ao Senador Eduardo Suplicy porque ele é irredutível--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --era contra o Rio de Janeiro, porque eu não percebi razões... As proposições foram tão bem respondidas, inclusive pelo Presidente da Infraero, relacionadas à questão dos dois aeroportos principais do Rio de Janeiro. Então, eu fiquei um pouco preocupado porque, afinal--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica registrada a sua intenção, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Fica o registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós vamos dar sequencia ao bloco de três, o Senador Jayme Campos estava inscrito e pediu que falasse no lugar dele a Senadora Serys Slhessarenko.

Com a palavra, a Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Presidente. Senhores que compõem a Mesa, senhoras que compõem a Mesa, Srs. Senadores. Agradeço ao Senador Jayme Campos, que acabou de fazer essa troca conosco.

Eu teria algumas questões a serem colocadas, uma delas, desculpe, mas eu não me recordo se foi o Dr. Roberto, se foi o Dr. Carlos Roberto, se foi o Dr. Cleonilson que falou sobre a A-380. Ah, foi o Dr. Carlos Roberto, Roberto Carlos... Carlos Roberto. Eu gostaria de alguns detalhes, maiores detalhes, que aeroportos no Brasil teriam mais facilidade, talvez, com alguns aperfeiçoamentos para receber o A-380. Que aeroportos teriam esse potencial e quais seriam os reajustes, enfim, as necessidades de serem complementados, aperfeiçoados para receber o A-380?

Quero fazer aqui, também, um justo elogio à Presidente Solange, por sua atuação à frente da ANAC. Lembro os Srs. Senadores que ela assumiu a Presidência no auge do famigerado caso caos aéreo. Quando pessoas se amontoavam nas salas de embarque, filas intermináveis em todos os lugares, horas e horas de atraso, nervosismo, aquele caos que foi estabelecido... E ela conseguiu gerenciar a crise, restabelecer a ordem e tornar a crise algo superado.

Acompanhamos várias vezes, Dra. Solange, pela imprensa, na época, mostrando toda aquela problemática, e a senhora, às vezes, em altas madrugadas por lá, nos aeroportos principais desse país, comandando diretamente as operações e fez se superar. Isso realmente nos orgulha, nos orgulha porque ver uma mulher diante de determinados cargos é tão difícil e quando a gente vê uma mulher com tamanha competência e compromisso, realmente, a mulheres do Brasil se sentem orgulhosas...

Tem que falar sim porque é tão raro à gente conseguir um espaço, não? [risos]. Eu queria aproveitar a oportunidade, Dra. Solange, para perguntar sobre os controladores de voo. A senhora mostrou rapidamente aí a questão do concurso público que está sendo realizado. Eu perguntaria: Estão sendo preenchidas vagas de controladores de voo? Há carência de pessoal?

Eu sou relatora, aqui nessa Comissão, do PLS 186/2009, que revoga o dispositivo de lei da ANAC que obriga a devolução do efetivo militar em 20% ao ano. A ANAC já comporta essa devolução ou realmente nós necessitamos retirar esta obrigatoriedade? A resposta a esta pergunta, para mim, é muito importante porque eu sou Relatora do projeto, do PLS 186, e eu preciso, eu tenho discutido com vários setores da área, e eu estou tendo um pouco de dificuldade para tomar essa decisão.

Gostaria também, e aí eu acho que foi o Dr. Cleonilson, foi... Dr. Cleonilson que nos explicasse melhor as obras do nosso Aeroporto de Cuiabá, porque hoje nós temos menos da metade do aeroporto, só tem um pedacinho do aeroporto inicialmente projetado. E, como o senhor muito bem colocou, com a definição de Cuiabá como uma das sedes da Copa de 2014, o projeto será alterado, será completado? Quais serão essas alterações? O senhor até já falou inclusive na questão das pontes, o que nos alegrou muito, né? Eu gostaria de saber muitos detalhes porque a população de Mato Grosso está muito ansiosa pelos detalhes de como este aeroporto vai ficar, o que virá etc. e tal, quando virá etc. e tal, quais são os investimentos que estão projetados para lá etc. e tal.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senadora. Eu gostaria de solicitar à Dra. Solange e ao Dr. Carlos Roberto Vieira Rebouças e ao Dr. Cleonilson que respondessem às perguntas do Senador Paulo Duque, Senador Eliseu Resende e Senadora Serys Slhessarenko.

Com a palavra, inicialmente, a Dra. Solange.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Senadora, muito obrigada pelas suas palavras, não poderia deixar de falar também que é muito orgulho para mim, ver uma mulher sentada na Mesa do outro lado, a única sentada também. Eu sei o quanto é difícil esse espaço e os nossos ônus e bônus da posição.

Bem, quanto à questão de controle de tráfego aéreo, o controle de trafego aéreo não está na competência da Agência; a questão de números e dados e informação tem que ser obtida diretamente com a Aeronáutica; nós não temos informações de se o quantitativo de pessoal está adequado ou não. E, na questão de tirar obrigatoriedade, é sempre bom, se a gente pode ter a prerrogativa de não devolver ou devolver, para a gente, facilitaria.

Eu tenho procurado cumprir tudo que precisa ser cumprido. A ANAC está se organizando para cumprir a lei, conforme ela está hoje. É claro que se isso for flexibilizado, isso vai dar certo conforto para a gente, porque eu estou trabalhando com nada podendo dar errado. O concurso não pode atrasar um dia. A gente tem que poder fazer concurso, e fazer outro no ano seguinte; se alguma coisa sair fora do cronograma, a gente vai ter problemas. Então, se puder ter a flexibilidade, tanto melhor.

Com questão ao Senador Eliseu Resende, a questão da flexibilização tarifária, apesar... A ANAC hoje faz concessão para as empresas aéreas... Apesar da lei da ANAC, aprovada no Congresso, já colocar a liberdade tarifária. Os preços domésticos já são completamente livres; os preços das tarifas internacionais estão em processo de liberação, independente da forma ser a forma de concessão, foi feito... O processo de concessão é um processo sem equilíbrio econômico-financeiro de tarifas, é assim que ele é operacionalizado.

O que o CONAC aprovou ontem é uma resposta ao Tribunal de Contas da União... O Tribunal de Contas da União, fiscalizando a Agência, ele detectou que o marco regulatório que diz que a gente faz concessão para as empresas aéreas, não está adequado e que a Agência deveria rever isto, e a Agência se posicionou que ela não tem competência para isso, e encaminhou isso ao CONAC, que agora está fazendo a sugestão de encaminhamento disso para o Congresso.

Então, o que foi aprovado no CONAC ontem é a sugestão de que se mude o dispositivo de concessão e que isso seja encaminhado ao Presidente da República, Casa civil, para o encaminhamento ao Congresso para ser aqui discutido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É importante registrar, Dra. Solange, que essa questão de concessão é ditada pela Constituição, que fala que, quando há concessão e permissão, isso é sempre precedido de licitação, com a política tarifária definida.

Nesses estudos, então, esperamos que esse assunto seja conduzido adequadamente e, se for necessário, até uma Emenda Constitucional, o Congresso estaria pronto para a estudar matéria aqui, mas é um assunto que deveria ser resolvido.

Nós damos a palavra agora ao Dr. Carlos Roberto Rebouças para resposta às perguntas dos três Senadores.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Duque, pela pergunta e, respondendo objetivamente, informo que a SINART é uma empresa privada, de capitais totalmente privados. E, como foi colocado aqui, ela começou com a primeira parceria público-privada; eu acho que se exercitou no Brasil, porque foi em 72, com a construção da Rodoviária de Salvador, quando o país vivia um cenário de uma interferência governamental muito grande no sistema econômico. E, ainda assim, a Bahia fez essa parceria público-privada com a Construtora Norberto Odebrecht e Corrêa Ribeiro. E construíram a rodoviária, em 74 foi a conclusão, e ela até hoje vem funcionando bem, mediante algumas adaptações, e ressaltei a visão prospectiva do Governo daquela época.

Então, ela se expandiu; passou a gerir também administrar terminais hidroviários e rodoviários, além... Perdão, rodoviários, aeroviários e aeroportuários. Então, os terminais aeroportuários que ela administra, que são três lá na Bahia, Excelência, e um em Minas Gerais, o de Juiz de Fora. Nós temos Porto Seguro, que é o mais expressivo dos quatro; temos Lençóis, na Chapada Diamantina, e temos Teixeira de Freitas, no extremo Sul.

É o que Governo do Estado da Bahia tem um convênio... Ele tem um plano aeroviário do Estado da Bahia e tem um convênio com a Aeronáutica, com o comando da Aeronáutica [soa a campainha]. Então, por esse convênio, ele administra esses aeroportos, mas o patrimônio continua da União, não se interfere, e nós lá praticamos, seguimos toda a regulamentação tarifária e nós cobramos as mesmas tarifas de um aeroporto de nossa categoria, que é a segunda categoria, para efeito de classificação de tarifa, como assim cobra a Infraero. É o mesmo padrão. E o Estado não perde, em nenhum momento, a sua capacidade de regulamentar, de fiscalizar. E o que acontece? Além disso, informamos que essa concessão foi feita através de uma licitação onerosa de uso de bem público, onde, atendidas as qualificações técnicas das empresas licitantes, na oportunidade foram 11, passou-se à segunda etapa, para que aquela que oferecia a maior oferta, um tipo de outorga pelo direito de administrar, mas subordinada à regulamentação do Estado.

Não sei se atendi o que V. Exa. queria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Claro, desde 1972?

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Não, 72 foi o início. Foi em 99.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Em 99.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Em aeroportos, nós estamos há dez anos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu pergunto o seguinte, 11 empresas concorreram?

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Naquela altura.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Naquela altura?

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Para o aeroporto de Porto Seguro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E a SINART foi a vencedora?

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Foi a vencedora.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Só lá que tem essa [ininteligível] ou tem em algum outro Estado?

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Não, em aeroportos, é lá e em Minas Gerais, agora, em outras atividades, nós estamos em seis Estados da Federação: Amazonas, Pará, Rio, São Paulo, com as diversas atividades dela, né? Minas Gerais...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Lá no Rio, não tem nada?

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Temos, no Rio, a rodoviária de Petrópolis, construída pela SINART, toda construída, o investimento total da SINART. A rodoviária de Petrópolis.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E está funcionando bem até hoje?

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Sim, sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Nós que agradecemos. E agora a Senadora Serys, sobre o A-380. Bem, é uma aeronave que nós inferimos que ela vai determinar certos pré-requisitos, porque a aeronave, embora ela tenha um peso máximo de decolagem muito grande, mas cada aeronave tem o seu ACN, que é um fator de cálculo desse PMD, que é o peso máximo de decolagem.

E, como ela tem uma distribuição por trens de pouso, por rodas do trem de pouso, pelo PCN solicitado; o PCN já é o suporte de pista, ela poderia perfeitamente operar, mas o que nós entendemos que ela vai

penalizar são exatamente nos terminais de passageiros, onde essa aeronave aportar, as facilitações para os passageiros.

Mas sobre isso, eu pedia ao nosso Brigadeiro Nicácio, até não seria ético eu falar, porque os grandes aeroportos pertencem à Infraero. Então, ele já deve, como previdente que é, já deve ter uma visão prospectiva de como vai autuar nessa situação.

Por favor, Brigadeiro, me ajude aí para atender a nossa Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Terminadas as respostas do Dr. Carlos Rebouças, nós daremos a palavra ao Tenente Brigadeiro Nicácio, voltando a insistir numa definição, acabei de conversar aqui com a Presidente da ANAC, com relação ao marco regulatório para o sistema aeroportuário. As colocações feitas de concessões lá na Bahia podem servir como um exemplo de uma sistemática a ser adotada.

Foi falado aqui que os aeroportos foram primeiro delegados ao Estado para o Estado tomar a iniciativa de licitar, mas o patrimônio continua pertencendo à União, e as regras de licitação da concessão de prestação de serviços públicos de transporte aéreo são as mesmas regras prevista na legislação federal.

Eu gostaria que o Brigadeiro Nicácio pudesse dar uma palavra a respeito dessa matéria também, para ver como que fica o papel da Infraero neste contexto, uma vez que a Infraero hoje é a administradora dos aeroportos, em geral, no Brasil, e existe essa, talvez, conveniência de privatização dos aeroportos, tal como se privatizam os terminais rodoviários, o que é um exemplo que a gente verifica a existência deles em vários países do mundo.

Eu gostaria de dar a palavra ao Brigadeiro Nicácio.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Eu agradeço, Sr. Presidente, Senador Eliseu Resende, a oportunidade de nós podermos esclarecer alguns pontos que foram aqui colocados pelos Senadores.

Senador Paulo Duque, com relação a Goiânia e Macapá, realmente o Tribunal de Contas da União fez auditorias nesses aeroportos, como também fez em Goiânia e Guarulhos; pelos critérios do TCU, foram encontradas não conformidades e irregularidades. Com isso, as obras foram suspensas pelos consórcios, exatamente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vitória também, salvo engano, Brigadeiro?

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Vitória também está suspensa a obra temporariamente. E, ao longo desse tempo todo, desde que começou esse assunto, a Infraero tentou, de alguma forma, conciliar as restrições colocadas pelo TCU às exigências do consórcio e às possibilidades da empresa. Isso aí não foi possível e, quando... Esse assunto já vem evoluindo bastante nos últimos meses, nos últimos anos aí. E, quando nós assumimos a Infraero, em dezembro do ano passado, dia 19 de dezembro, em conversa com o Ministro Jobim, nós éramos partidários de uma rescisão desse contrato, para quê? Para que nós pudéssemos deixar tudo que existe de problemas detectados a serem analisados pelo Poder Judiciário e para que nós pudéssemos retomar a obra, concluindo os projetos executivos e retomando essas obras.

Esse trabalho foi desenvolvido, foi aceito pelo Ministro e também pelo Presidente, pela Casa Civil, que todos eles são recursos do daqui. Então, nós já fizemos a rescisão do contrato de Vitória, já fizemos rescisão do contrato de Guarulhos e já fizemos a rescisão do contrato de Macapá; resta apenas o contrato de Goiânia, que nós estamos trabalhando no laudo pericial a ser definido pelo perito designado pelo Juiz. E, tão logo isso aí seja possível, nós estamos retomando as obras. O planejamento da Infraero prevê a retomada de todas essas obras, algumas já esse ano, que é o caso da Guarulhos, que será executada pelo Exército, e as outras a licitação imediatamente, após a liberação pelo Juiz do processo de continuação dessas obras.

Realmente causa um dano bastante grande a interrupção de uma obra, mas eu diria que, talvez, uma solução de futuro seria nós buscarmos uma maneira de chegarmos a um acordo sem interromper a obra. Eu sei que é uma engenharia bastante difícil de chegar a essa conclusão, mas nada que a mente humana não consiga, com criatividade, resolver.

O segundo aspecto que V. Exa. nos perguntou, sobre Júlio César; o Aeroporto Júlio César é uma aeroporto que atende à aviação de pequeno porte em Belém. É uma homenagem de Belém a um paraense, chamado Júlio César Campos, que foi balonista e pioneiro de dirigível nos primórdios da aviação. Então, é uma justa homenagem a um nobre paraense.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Júlio César Campos?

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Campos. Com relação a Cabo Frio, eu não abordei--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, permite?

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Sim, senhor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, só para dizer ao nobre Senador Paulo Duque que eu vou encaminhar a biografia do Júlio César para que ele possa tomar conhecimento da importância que ele teve na aviação, não digo nem brasileira, mundial,

e a homenagem que leva... Dá o seu nome ao Aeroporto de pequeno porte no Pará. E ele vai, com certeza absoluta, aplaudir essa iniciativa que deve ser até estendida.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Bom, dando continuidade, com relação a Cabo Frio, eu não abordei Cabo Frio porque é um aeroporto que não faz parte da rede Infraero, é um aeroporto de operação privada, razão pela qual eu me concentrei nos 67 aeroportos da rede, que já era uma quantidade da informação significativa de uma única vez.

Com relação às bases aéreas, na realidade, todos os nossos aeroportos, praticamente, derivam das bases aéreas que foram instaladas no início do século passado, ao longo de toda a costa brasileira e no seu interior. Então, foram campos de pessoas, depois bases aéreas, depois é que realmente a aviação comercial passou a trabalhar e a operar continuamente.

Existe um perfeito entendimento entre a Infraero e o comando da Aeronáutica, como não poderia deixar de ser, principalmente durante esse meu período lá, porque eu sento na Presidência da Infraero e sento na reunião do alto comando. Então, o entendimento é perfeito, eu diria, entre o alto comando da Aeronáutica e a Infraero.

Mas, para o que senhor possa ter uma ideia, o Aeroporto da Guarulhos, ele foi construído em cima da antiga base aérea de Cumbica; tudo aquilo que é hoje é o Aeroporto de Guarulhos era a parte... A base Aérea de Cumbica e as unidades aéreas da base ficavam situadas ali, onde hoje estão os terminais.

A Base Aérea de Fortaleza cedeu todas aquelas instalações onde hoje está instalado o novo terminal de Fortaleza e onde será implantado o segundo terminal de Fortaleza.

Florianópolis. Nós acabamos de negociar com o Brigadeiro Saito toda a área que o comando da Aeronáutica cedeu, lá em Florianópolis, para a construção do novo terminal, do novo Aeroporto de Florianópolis, em contrapartida a uma área da Infraero em Manaus, do outro lado da pista, para quem já esteve lá em Manaus, onde será construída a base de apoio à unidade da caça de interceptação de F5, que será a primeira unidade da caça de interceptação a ser baseada na Amazônia.

E eu diria que, no que diz respeito às bases aéreas, existe um perfeito entendimento. Quanto à rede, na realidade, nós somos a segunda maior rede de aeroportos do mundo, operado por uma empresa; a empresa indiana opera 87 aeroportos; não há condição de comparar com Estados Unidos porque os Estados Unidos, hoje, todos os aeroportos, com exceção de Midway em Chicago, são estatais das prefeituras locais, todos. Atlanta, os grandes aeroportos de Atlanta, Chicago O'Hare, John Kennedy, JFK, lá em Nova Iorque, são operados, são estatais e operados pelas prefeituras respectivas. Acredito que anotei os pontos que o senhor tinha nos perguntado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E Cabo Frio?

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: E Cabo Frio é um aeroporto privado. Aí, nós não abordamos porque realmente... Eu visitei pessoalmente os 67 aeroportos da rede e mais dez agrupamentos da navegação aérea na Amazônia. Não visitei Cabo Frio porque não é um aeroporto da rede, mas terei grande prazer, se for convidado a visitar o aeroporto. Como também lá na Bahia, se eu receber um convite aqui, irei.

Ao Senador Eliseu Resende, eu diria o seguinte: Os recursos que são arrecadados por meio das tarifas e das... Dos preços comerciais cobrados da operação comercial dentro do aeroporto e no entorno do aeroporto, eles ficam na Infraero, com esses recursos ele não vai para o caixa único do Tesouro, eles ficam dentro da empresa. Esses recursos são utilizados no custeio e no investimento da empresa.

Para 2010, nós acabamos de preparar o plano de dispêndios globais para 2010, ontem à noite, na reunião da diretoria, e nós prevemos 500 milhões de reais de investimentos, só nos aeroportos não PAC, em 2010. Que são os demais aeroportos, muitos deles muito deficitários, mas que nós mantemos operando nas mesmas condições de segurança dos grandes aeroportos e no mesmo padrão de qualidade, exatamente por serem aeroportos de integração e pelo interesse que nós temos a obrigação de prestar o mesmo serviço de mesma qualidade, seja em Bagé, seja em Tefé, seja em Paulo Afonso. Então, o recurso fica.

E o marco regulatório para os aeroportos, eu gostaria de colocar que a Infraero é uma grande empresa, à semelhança da Petrobras. A Petrobras é a grande empresa brasileira de energia; a Infraero é a grande empresa brasileira de... Operadora de aeroportos, lógico que compete ao Governo definir o que ele quer com a Petrobras, o que ele quer da Infraero também. E nós cumprimos aquilo que o Governo decidir fazer com a Infraero.

Defendemos que haja abertura de capital da Infraero, que ela se fortaleça, que ela possa ser uma Petrobras; é esse o pensamento que existe hoje na empresa. Todos estão trabalhando para serem, um dia, uma Petrobras da infraestrutura aeroportuária, tendo serviço de qualidade excepcional no país, e operando no exterior e disputando a administração de aeroportos no exterior, da mesma forma que a SINART disputa no

Brasil e outra empresas estrangeiras querem disputar aqui também no Brasil.

Gostaria de dizer que a qualidade dos serviços prestados pela Infraero está entre os melhores do mundo. Nós fizemos, colocamos três dos nossos aeroportos: Guarulhos, Brasília e Salvador, no *benchmarking* desenvolvido pelo Conselho Internacional dos Aeroportos, no terceiro trimestre do ano passado. Os nossos aeroportos, avaliados pelos seus usuários da mesma forma, na mesma sistemática de outros 118 no mundo, os nossos aeroportos alcançaram *rankings* superiores aos Aeroportos de Madri, a Hamburgo, de Frankfurt, do Charles de Gaulle, de Orly, em Paris, de Roma-Fiumicino e vários outros. Então, o serviço prestado pela Infraero está no mesmo nível de qualquer grande empresa internacional.

E quanto à competição com aeroportos que venham a ser construídos, eu diria que a empresa brasileiro está pronta para competir com qualquer outra empresa no Brasil no exterior. Esse é o pensamento que norteia todo o trabalho da empresa nesse momento.

Com relação à Senadora Serys, o A-380, nós já tivemos apresentação e a operação desse avião aqui no Brasil. Ele já esteve em Guarulhos, já operou duas vezes em Guarulhos, ele chegou do Oriente Médio, fez um pouso, operou, transportou pessoas, nossas, convidadas para fazer um voo, sobrevoo da área de São Paulo. E o que nós temos hoje? Nós já definimos na empresa que dois aeroportos receberão o A-380, Guarulhos e nós estamos hoje com uma licitação internacional para o projeto do terceiro terminal de Guarulhos, projeto que nós já tínhamos praticamente ele pronto, mas, com a evolução do mercado internacional e a entrada do A-380, esse projeto se tornou inadequada.

Então, Guarulhos, o TPS-3, em Guarulhos, terá duas posições com três pontes de embarque semelhantes àquele que foi mostrado aqui e que nós fomos pessoalmente a Dubai ver a operação do A-380 no novo terminal da Emirates, em Dubai. Nós teremos duas posições para receber o A-380. Tivemos que reformular a concepção do terminal 3 de Guarulhos porque essas empresas do Oriente Médio, elas trabalham com todo o *deck* superior do A-380, como primeira classe e executiva. Isso significa que nós teremos apenas com dois aviões desses pousados em Guarulhos, nós teremos cerca de 300 pessoas para tratamento vip.

Então, o terminal 3 de Guarulhos terá um terceiro piso em cima só para atender passageiros vip, significa primeira classe, classe executiva, nos preparando exatamente para esses A-380, que chegam aqui.

O outro aeroporto que receberá o A-380 será o Galeão, e dentro do que estamos hoje trabalhando na infraestrutura de pistas e pátios do Galeão, nós já estamos trabalhando as pistas, de forma a permitir o táxi desses aviões. Porque os aviões que existem até hoje, eles transitam com tranquilidade no Galeão; esses aviões precisam de um raio de curva um pouco maior.

Então, em determinados pontos do Galeão, se ele fosse fazer a curva para chegar no terminal ou sair do terminal, ele cairia fora da pista. Então, nós estamos trabalhando já isso, é um projeto que já está sendo executado no Galeão, são os famosos *filets*(F) do Galeão, uma das obras do PAC. Então, o A-380, eu diria que está perfeitamente equacionado.

Quanto ao Aeroporto de Cuiabá, como eu falei rapidamente, não podia ser de outra forma... Nós estivemos várias vezes em Cuiabá; a parte do embarque que foi feita, está muito bem feita. Aquele terminal ali, ele já foi preparado para receber ponte de embarque; eu não preciso fazer nenhuma mudança natural naquele terminal para colocar pontes de embarque. Mas o projeto original previa apenas a complementação do desembarque que é aquela área que hoje a senhora passa por lá e está sem nada, ali ao lado do terminal que existe. Então, com esse novo quadro que se desenhou com a inclusão de Cuiabá, sendo uma das cidades sede da copa, a nossa área do planejamento aeroportuário da empresa já retificou essa ideia. Nós não vamos executar essa construção; nós vamos partir para uma ampliação do terminal, desalojando até mesmo a administração, que fica um pouco ao lado, onde era o antigo aeroporto, que hoje nós estamos usando para desembarque temporariamente; tudo aquilo ali vai ser englobado na ampliação do terminal, de forma que nós tenhamos condições de proporcionar um serviço de qualidade durante a Copa do Mundo, e eu espero que o...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): [pronunciamento fora do microfone].

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Bom, a Infraero hoje está trabalhando com um *deadline* de primeiro semestre de 2013, para que todas as obras relativas à Copa do Mundo estejam prontas. Isso para quê? Para que nós possamos ter uma margem de segurança, que qualquer problema que ocorra durante a própria execução da obra, nós tenhamos uma margem de segurança para um atraso possível. De forma que nós estabelecemos o primeiro semestre de 2013 como *deadline*, tendo um ano para qualquer atraso que possa se desenvolver durante a execução dessas obras.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): [pronunciamento fora do microfone].

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Não, nós começamos agora já o projeto, os requisitos para con-

tratar o projeto, que terá que ser um novo projeto para o terminal lá de Cuiabá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, eu vou pedir licença porque eu estou na outra Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, Brigadeiro. Eu gostaria apenas de lembrar que, na comparação da Infraero com a Petrobras, a Petrobras é uma concessionária na área de petróleo. E ela assina contratos de concessão com a Agência Nacional do Petróleo, esses são os marcos regulatórios.

Fica essa indagação porque nós reparamos aqui a legislação dos marcos regulatórios para os investimentos em infraestrutura e nós achamos que, no caso do transporte aéreo, assim como no caso dos transportes, coletivos de passageiros, rodoviários também, transportes rodoviários, nós precisamos de aprimorar os nossos marcos regulatórios.

Nós completamos aqui um bloco. Com a ausência do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Gilberto Goellner... Nós temos os bloco seguinte, composto pelo Senador Heráclito Fortes, Senador Flexa Ribeiro e o Senador Demóstenes Torres, se estiver presente.

Com palavra, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres colegas. Primeira coisa eu quero felicitar a Comissão por ter trazido aqui a Presidente da ANAC, o Presidente da Infraero e um representante da iniciativa privada, da administração de aeroportos no Brasil. Eu acho que esse é um modelo que deve inclusive caminhar conjuntamente com a Infraero, e tenho certeza que prestará um grande serviço ao Brasil.

O positivo dele é porque a maior parte dos Senadores aqui não conheciam esse trabalho feito. Eu já tinha ouvido falar, mas a presença dele aqui, com os dados que ele apresentou, eu acho altamente positiva e acho que essa Comissão de Infraestrutura deveria ser aprofundar um pouco mais nesta questão.

O Brigadeiro falou aí sobre os investimentos da estrutura aeroportuária para a Copa do Mundo de 2014. Eu tenho uma preocupação muito grande, Brigadeiro, porque a minha preocupação é que algumas inversões de prioridades serão feitas. Esses aeroportos serão preparados para um evento e, no dia seguinte? Quem vai arcar com os e prejuízos desses investimentos feitos?

A minha preocupação é com a situação da Infraero, porque nós vamos preparar aeroportos para um evento, mas você tem o dia seguinte O dia seguinte, aonde o fluxo de passageiros voltará ao normal. E o retorno desse investimento? A minha preocupação é com a saúde financeira da Infraero. Aliás, acho que o Brasil, depois eu vou até para a tribuna falar um pouco sobre isso, o que nós estamos fazendo, com relação à Copa do Mundo, é uma irresponsabilidade. Um país que está se recuperando financeiramente e economicamente um país que saiu de dívidas, Senador, Presidente, como V. Exa. sabe, vai fazer agora um festival de estádios novos; nós vamos reviver a Copa de 70.

Eu sou de um estado pobre, que se construiu um estádio que ainda hoje, 30 anos depois é um belo antônimo. E isso se fez no Brasil inteiro, colocando-se fora de prioridade, saúde, saneamento educação e etc. E essa minha preocupação também vale para a saúde financeira da empresa que V. Sa. dirige.

Dra. Solange, eu queria perguntar a V. Sa. sobre aeroclubes. Foram citados e vi que apenas hoje, dois aeroclubes, possuem aeroportos, depois ou três, aqui na sua explanação. O Assis Chateaubriand, com aquele espírito dele, empreendedorista a qualquer custo, é bom que se diga, distribuiu pelo Brasil afora àquela época, 150 e tantos aviões paulistinha, e o Brigadeiro sabe muito bem, fez-se uma escola fantástica de aviação no Brasil e isso minguou.

Os aeroportos, os aeroclubes do Brasil hoje estão em petição de miséria eu cito o encanto da moça e cito o de João Pessoa que perderam a guerra para a iniciativa privada, aí a burocracia trabalha contra os tais aeroclubes. Permite ter a construção de torres impedindo o tráfego aéreo nessas áreas. A minha indagação é se existe algum programa para fortalecer esses aeroclubes. Nada como o paternalismo que era até então.

O governo sempre injetando esses aeroclubes, na sua grande maioria, mal administrados, injetando recurso. Mas uma maneira mais dinâmica, hoje com a tecnologia moderna, quem sabe com simuladores de voo ou coisa que o valha, porque o que a gente vê é que com o crescimento do Brasil e, acima de tudo, com a qualidade técnica dos pilotos brasileiros. Nós temos pilotos hoje trabalhando em companhias aéreas do mundo inteiro. Nos falta escola.

Talvez, se conveniados com SESC, SENAC, sei lá, um modelo moderno, mas que nós tivéssemos... Inclusive a Comissão de Infraestrutura pode trabalhar em cima disso, através do Orçamento da União, nós pudéssemos recolocar na Ordem do Dia a formação de novos pilotos.

O Ministro Jobim anunciou aqui, logo numa das suas primeiras vindas, rever o espaçamento entre cadeiras. Eu estou lhe fazendo essa pergunta porque eu recebi vários telefonemas, a gente que compõe o universo de maior do que a média do Brasil sofre muito. As cadeiras, pelo contrário, continuam sem espaço,

é um inferno, é um sacrifício para quem viaja. E eu vi uma revista dessas especializadas em aviação, a semana passada, mostrando que, na década de 60, 70, nós tínhamos espaço definido, esse espaço hoje não existe mais.

Uma pergunta que eu queria fazer, até se a senhora pudesse responder, para dar continuidade, quantos aeroportos internacionais estão em processo de liberação? Quantos pedidos para aeroportos e aonde é que estão esses aeroportos? Eu gostaria, só para que eu possa dar continuidade mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Peço ao Senador Heráclito Fortes se pode completar as suas perguntas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu sei, eu estou pedindo para que ela me responda esse item porque é para que eu dê continuidade. Aonde ficam?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra, a Dra. Solange.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Tem o Aeroporto de Rio Branco, está em processo e tem dois aeroportos no Nordeste que eu não sei o nome, que estão sendo solicitados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sua Assessoria teria condições de...

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: De checar?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Examinar. Eu agradeceria. Eu estou preocupado porque nós temos o governo do Piauí anunciando dois aeroportos internacionais, o de Parnaíba e do Serra da Capivara... São lá?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Não, ele já está confirmando que esses dois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E o Serra da Capivara, eu estou aqui com a portaria assinada pelo superintendência aeroportuária da ANAC, que libera um aeroporto de categoria 3C. Um aeroporto de 1.600 metros.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Não é internacional.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidente. E a categoria 3C possibilita aeronaves com até 50 passageiros, de forma que é um anúncio... O outro anúncio é o Aeroporto de Parnaíba. O Aeroporto de Parnaíba esse está sob a responsabilidade da Infraero. As informações que eu gostaria, Sr. Brigadeiro, é o que há de concreto realmente, se esses 20 bilhões anunciados aqui estão no orçamento da Infraero, se essa obra será concluída, porque isso é um sonho de todos nós, piauienses. Eu falo isso, o Senador Mão Santa também, como piauiense, deverá falar também sobre a questão, mas nós estamos vivendo esse *pub* de falsa felicidade, aonde voos são anunciados, voos italianos fazendo a conexão de Milão com Parnaíba... Tem um outro já conhecido como PA/PA, que é Paris-Parnaíba, nós esperamos isso com muita... E até agora esses fatos não são concretos.

O Aeroporto de Teresinha. O Aeroporto de Teresina foram anunciados recursos, eu não sei o número, mas sempre os números do Piauí são grandes. O da Infraero para a construção de um novo aeroporto em Teresina. Eu acho que, se a Infraero fizer naquele local, cometerá um crime, porque nós não temos, Brigadeiro, mais espaço da ampliação, a não ser com custo altíssimo. Nós temos ali, no final da pista, nos dois sentidos, granjas, açougues e uma certa... V. Exa. deve saber isso mais do mais do que ninguém, a quantidade de acidente que nós já tivemos envolvendo urubus, e aeronaves, aeronaves de grande porte, de pequeno porte. E acho que aquela região está totalmente saturada.

E o que me preocupa mais é que o anúncio é que a Infraero vai transferir para Teresina um projeto que não deu certo para Macapá; tirando o escândalo que deu Macapá, eu acho que Teresina não merece uma solução de meia sola. Teresina merece uma solução porque nós somos hoje um centro de convergência regional; nós temos vários voos das empresas aéreas e nós precisamos de uma solução segura. Daí por que eu gostaria de informações nesse sentido, e uma informação segura, porque eu recebo permanentemente correspondência dos moradores daquela área, uns, temendo ampliação, outros, temendo o aumento do tráfego. Realmente, o aeroporto, V. Exa. conhece bem, é um aeroporto crítico, e fazer investimento ali naquela aérea é uma temeridade. Eu acho que deve-se negociar, não sei a quem pertence a aérea do aeroporto, mas negociar com a empresa privada a troca de aéreas para que se possa Teresina ter um aeroporto confortável.

Eu digo isso porque, quando Prefeito, tratei desse assunto com a Infraero à época, e a Infraero disse que a solução era transportar para outro local, 20 anos depois. Nós já chegamos aos 20 anos. Então, eu acho que é o momento de se dar uma solução.

Tivemos inauguração do aeródromo da Serra da Capivara com uma pista de 1.600 metros. E aí foi para lá prestar serviços, eu queria saber se o Dr. Carlos Roberto conhece Esaero Soluções Aeronáuticas, diz que trabalha com... É especializada em operação de vários aeroportos, com base em vários Estados. Esaero. Acho que é picaretagem, não quero afirmar não, mas acho que é picaretagem.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Não conheço.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É. Foi lá, agora veja a senhora, Dra. Solange, que essa empresa vai para lá; é responsável por segurança de voo... Eu já fui buscar na Junta Comercial de Pernambuco... Nada, nada a respeito dessa empresa. O rapaz chegou lá com uma estrelinha vermelha, eu acho que é alguma coisa dele. Barba feita, estudou no Canadá, é um negócio meio esquisito e eu gostaria que os senhores apurassem isso, Dra. Solange.

Esta empresa que está aqui, pasmem, o Aeroporto Internacional, que é do Serra da Capivara, tem uma das melhores pista do mundo, até concordo 1.600 metros, tudo... Agora, eu estou muito preocupado com essa empresa que está assumindo a segurança de voo lá, chama-se Esaero Soluções Aeronáuticas; o Diretor chama-se Antônio Mesquita. Estou aqui com os dados, eu realmente estou profundamente preocupado porque eu acho que isso pode ser uma experiência leviana de se trabalhar com uma coisa estão séria como essa.

Sr. Presidente, pode ser que eu ainda queira voltar, o senhor sabe, eu tenho a impressão que na outra encarnação eu fui piloto, então, pode serem que eu ainda queira voltar a tratar sobre esse assunto, mas eu gostaria de, no momento, parar nessas três.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Vamos dar a palavra, a seguir, ao Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, senhores convidados, eu fiz questão de vir aqui porque eu fui o Relator da chamada CPI do Apagão Aéreo e que acabou por desencadear uma série de mudanças dentro da Infraero, da própria ANAC. E, naquela ocasião, além do apagão propriamente dito, se constatou uma gama de corrupção muito grande dentro especialmente da Infraero e uma série de desmandos dentro da ANAC.

Aquele relatório que eu fiz, com mais de mil páginas, acabou se transformando numa série de ações civis públicas propostas aqui pela Procuradoria da República, através de um Procurador que atua no Distrito Federal, chamado Bruno Caiado, onde se comprovou, realmente, que havia uma gangue que tinha tomado conta da Infraero e que ali, desde de superfaturamento de preço a sempre sobrepreço, a pagamentos indevidos, a projetos ampliados. Por exemplo, Goiânia começava com uma proposta de ampliação de 50 milhões de reais, e terminava com quase 400 milhões de reais. E ali houve desvios imensos. E a minha vida aqui, Presidente, foi para reconhecer o trabalho que V. Exa. tem feito ali à frente da Infraero. V. Exa. conseguiu moralizar; pode não ter resolvido os problemas todos porque isso não é varinha de condão.

Fiz questão de vir aqui, não tenho contato nenhum com V. Exa., nós não temos qualquer tipo de relacionamento, nem profissional, mas eu tenho certeza hoje, pelas informações que eu disponho, que a Infraero está num outro tipo de caminho, ela está numa outra direção, ou seja, aqueles problemas todos são coisas do passado, muito resolvidos pelo seu antecessor e muitos resolvidos por V. Exa. Estive conversando recentemente com os Procuradores da República que atuaram no caso, com os membros do Tribunal de Contas da União, e a Infraero hoje segue um outro caminho. Eu gostaria de fazer esse reconhecimento de público, assim como daquela vez tive que enfrentar, e muita pessoas hoje saíram desgastadas, o Poder Judiciário hoje julga, mas eu tenho certeza que foi uma mudança que começou pelo próprio Ministério, que o Ministro Nelson Jobim, que também é um adversário político, mas que eu reconheço toda a competência nessa área, e as mudanças que ele fez e que V. Exa. também patrocinou, acabaram por, digamos, regularizar a vida administrativa da Infraero.

Eu gostaria, Dr. Solange, de fazer um questionamento a V. Exa. Hoje... Eu nunca acreditei que a ferrovia Norte-Sul fosse concluída porque era um projeto que sempre esteve no papel. Mas agora, felizmente para o Estado de Goiás, eu estou verificando que ela realmente vai ser concluída. E que deve ser concluída até meados do ano que vem, esse trecho goiano, que chega até Anápolis e depois outros trechos seguirão até Rio Verde, a Itumbiara etc., Quirinópolis, a região produtora, o que vai baratear muito o transporte de grãos no nosso Estado, e para o Brasil de uma forma geral, para a exportação etc.

Essa ferrovia, como sabe V. Exa., o trecho que interessa ao Brasil, então, parte ali de Anápolis e vai até Palmas, atravessa todo o Norte de Goiás, atravessa todo o Estado de Tocantins, e depois acaba no Porto de Itaqui, e o que acontece? Nós temos lá a ampliação do aeroporto de Goiânia, que já é uma realidade, vai ser retomado esse projeto, de uma forma geral. Mas acontece que hoje também se tornou prioritária para o Estado de Goiás a construção do aeroporto de cargas que V. Exa. analisa na ANAC... A sua Diretoria, os seus Assessores estão com esse projeto lá para analisar. E por que é importante? Com essa visão do passado, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado lá o porto seco. A ferrovia agora está sendo concretizada, e esse aeroporto de cargas, que ele tem um custo, segundo o Governo de Estado, eu tive hoje a oportunidade de conversar com o Secretário de Planejamento do Estado de Goiás, Otto Nascimento

e com alguns membros da Associação Comercial e Industrial de Anápolis, tem um custo estimado entre 90 e 110 milhões de reais, que o Estado vai custear uma parte. Quer dizer, um custo relativamente barato para um benefício extraordinário, que vai acontecer para toda a região Centro-Oeste e, claro, que para o Brasil. Porque ali, muitos produtores que hoje chegam aí para a Paraná ou para o Espírito Santo ou para São Paulo, vão poder despachar por Itaqui, com um ganho muito alto para o Brasil.

E mais, com esse aeroporto de cargas, nós poderemos também ter... Não utilizar somente Cumbica, que hoje é utilizado pela região Centro-Oeste; nós vamos ter um aeroporto que eu chego a dizer que, no futuro, pode ser inclusive mais movimentado do que Cumbica.

Eu queria só uma posição de V. Exa. sobre como anda a análise desse projeto e se ele pode ser... Se essa análise pode ser priorizada em consequência também da quase conclusão desse trecho Goiânia da ferrovia Norte-Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores, Dra. Solange, Dr. Cleonilson, Dr. Carlos Roberto, nossos convidados da Audiência Pública de hoje, eu quero primeiro, Presidente Eliseu Resende, tranquilizar o Senador Heráclito Fortes, ele, há pouco, fez referência à questão dos espaços entre as poltronas na aviação comercial brasileira. Realmente houve aqui um compromisso de que isso seria revisto para que houvesse mais conforto aos passageiros. Como não foi atendido, até hoje, Dra. Solange, o Senador Heráclito Fortes, resolveu o problema para ele próprio, fazendo uma cirurgia de redução estômago para perder peso e poder acessar mais facilmente as poltronas--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Infelizmente não atinge o tamanho das pernas, companheiro. Eu pago o preço é na perna, não é na barriga, não.

[risos].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, Senador Heráclito Fortes, eu sou solidário a V. Exa. e como é a semana passada, nós fizemos uma homenagem na Comissão de Relações Exteriores, e foi inaugurado o quadro com a foto do Senador Heráclito Fortes como Presidente e ele próprio, na cerimônia, disse que: "Daqui a dois anos, vão ter que trocar a minha foto". Então, já está preparando um novo quadro lá para as Comissões.

Mas eu quero primeiro, Presidente, dizer aquilo o que Senador Francisco Dornelles, ao iniciar, fez referência, parabenizando a direção de hoje da ANAC, por ter feito correções ao longo dessa gestão atual. Como o Senador Demóstenes Torres colocou aqui, a CPI do Apagão Aéreo foi um trauma que o povo brasileiro passou e que eu espero que não haja mais a menor possibilidade daquilo voltar a acontecer. E hoje, realmente, nós temos visto que o usuário da aviação comercial tem, dentro dos padrões internacionais, sido atendido, em nível de horário de voo, de segurança de voo... Mas eu queria perguntar, o Senador Eliseu Resende fez uma referência à questão da concessão de serviços públicos, como no caso do regulamentação que precisa ser feita, inclusive, Senador Eliseu Resende, nós poderíamos tomar essa iniciativa pela própria Comissão de Infraestrutura que V. Exa., como Vice Presidente, junto com o Senador Fernando Collor, tão bem coordena.

Não havendo ainda essa figura da concessão do serviço público, eu gostaria de saber como é que, juridicamente, é feita a administração do Aeroporto de Salvador, pela iniciativa privada, qual é o contrato, qual é a forma jurídica dessa participação da iniciativa privada, que eu apoio, eu acho que deva ser feita, mas como é que está sendo e quem custeia essa administração, a Infraero, através das taxas cobradas ou o Governo do Estado?

Eu quero me colocar focalmente na Amazônia, e em especial no Pará. O Senador Francisco Dornelles disse que o macro dá manchete e o micro dá voto. Então, eu me preocupo muito com a questão do transporte aéreo na Amazônia. Nós avançamos, Dra. Solange, na questão da segurança, com a implantação dos projetos Sivam para controle do espaço aéreo da Amazônia. Mas a nossa rede de aeroportos, aí eu vou falar no Estado do Pará, ela é muito precária. Ela é muito precária e, na Amazônia, o perto é muito longe; nós, às vezes, o Brasil inteiro talvez não tenha conhecimento quanto é difícil você fazer uma campanha política num Estado como o Estado do Pará, em que, para que você possa se deslocar para alguns dos 143 municípios, nós saímos de Belém para o Oeste ou para o Sul, tomamos um avião a jato, ficamos uma hora de voo e descemos em Santarém para o Oeste, ou em Marabá para o Sul, e aí ainda estamos no meio do Estado. E temos que pegar um outro avião menor para chegarmos à Santana do Araguaia, no Sul, um bimotor pequeno e viajamos mais duas horas e meia para chegar, e ainda estamos dentro do Estado do Pará. E a situação das pistas desses municípios, ela é de uma insegurança total.

Então, eu perguntaria se há um projeto de Governo no sentido de se dar uma rede aeroportuária para a Amazônia, que dê segurança, não só nas ca-

pitais, mas também nos municípios onde realmente o transporte aéreo é de fundamental importância, muitas das vezes, para salvar vidas humanas, porque o outro meio de transporte, que é o fluvial, é demorado demais e o rodoviário, as nossas estradas também não estão sendo mantidas em condições de tráfego pelo Governo.

Eu estive, Dra. Solange, numa reunião no Aeroclube de Belém, com os pilotos e os empresários de táxi aéreo regional, e fiquei de retornar, pedi a eles que levantassem algumas informações para que eu fizesse um pronunciamento, aqui no Senado, em apoio ao que foi dito aqui basicamente pelo Senador Heráclito Fortes, da necessidade de se estruturarem os aeroclubes, que estão em fase realmente de dificuldade, de fechamento, e também de diferenciar o tratamento para aviação de menor porte, para a aviação regional, na Amazônia pelo menos, porque, como eu disse, ela é de fundamental importância para a nossa região e para o meu Estado, o Estado do Pará. De que forma nós poderíamos fazer esse fortalecimento, diminuindo o custo. E aí objetivamente a Infraero. Me foi informado lá que uma aeronave de pequeno porte, para que possa fazer um trajeto de Belém a um município da Ilha de Marajó, coisa de meia hora de voo, ela tem taxas que inviabilizam o custo do transporte em função da cobrança pela Infraero de comunicação com a torre, quando cada... Eu não tinha conhecimento disso... Cada comunicação que é feita com a torre, pelo piloto, é cobrada taxa; quando o piloto pede licença para taxiar, quando o piloto pede autorização para decolar, quando o piloto informa a posição de voo, quando o piloto diz... Quando pede licença para pousar. E esses valores, segundo me deram uma tabela, e eu estou pesquisando, são valores que tornam, em relação ao tempo de voo e ao custo do frete, oneram demais e prejudicam a viação no Estado.

Por último, Presidente, com relação ao aeroporto de Belém, o então Governador Almir Gabriel, quando, no seu primeiro mandato, ele fez uma parceria com a Infraero e construiu o novo Aeroporto de Belém, 40% de recursos do Estado, 60% da Infraero, está lá o aeroporto e que eu espero que nós possamos, Dra. Solange, ter a possibilidade de voltar o Aeroporto de Belém, ser um aeroporto internacional, que ainda o é hoje, mas só com linhas para o Suriname. Mas possa voltar a ser o que foi no passado, com voos diretos para a Europa, para os Estados Unidos e que, lamentavelmente, ao longo do tempo nós perdemos esse espaço e temos apenas vias como meio de escala.

Mas eu queria perguntar ao Presidente da Infraero a questão do terminal de cargas de Belém. Quando foi construído o aeroporto, na sua nova implantação, a parte do terminal de cargas foi incorporada, demolida e incorporada. Fizeram lá uns galpões provisórios de lona e já se vão oito, quase dez anos e continua, o que era improvisado, continua funcionamento no terminal de carga. Há algum projeto da Infraero para que seja realmente construído e completado o projeto do terminal de cargas do Aeroporto de Belém?

Eram estas as indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Nós terminamos o último bloco de três Senadores. Eu gostaria de incluir o último signatário, que é o Senador Mão Santa.

Com a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu agradeço. Está no livro de Deus, "os últimos serão os primeiros".

Senador Eliseu Resende e convidados, olha, eu estou muito à vontade, eu não sei, primeiro, a mais corajosa intervenção que eu vi foi do Senador Heráclito Fortes, que é do meu Piauí, advertindo o Governo Federal que nesse sonho de Copa quando à mazela, na segurança, na educação e na saúde é palpável, como nunca antes, como diz o nosso Presidente, e nunca dantes, Camões. Mas eu quis ser aviador, viu, Brigadeiro? Mas, naquele tempo, tinha um negócio quem usa óculos está fora, aí eu fiquei frustrado, mas eu voei lá da Parnaíba para contar a verdade aqui.

E o Senador é necessário e vou dizer por que. Porque é um esmagamento, se a gente vê mesmo o dinheiro dos outros, do Piauí, é irrisório, é ridículo, no Piauí, só vai a mentira. Eu votei em Luiz Inácio em 94 e no Governador. Aí, eu tenho que me penitenciar, mas Deus me ensinou e me inspirou a dizer uma reza: "A gente tem três coisas que a gente só faz uma coisa na vida: é nascer, morrer e votar no PT". O Senador Heráclito Fortes não tem que pedir esse perdão, mas eu tenho que... Primeiro é mentira.

Eu nasci, e eu sou médico cirurgião, às vezes, dá certo. Juscelino Kubitscheck era médico cirurgião e nós estamos por aqui por ele. Mas vamos ao seguinte: Eu nasci lá nessa Parnaíba, Senador Eliseu Resende, Aeroporto Internacional. Olha, como é que a gente vai fazer uma cirurgia, transplanto cardíaco, sem fazer um apêndice uma hérnia e uma fimose.

O Aeroporto de Parnaíba hoje não tem nem teco-teco, só mentira do PT. Eu sou de lá e lamento. E o pior, já teve. Entende? Eu era menino, desculpe, eu não posso perguntar à Solange, eu sei que ela tem 15 anos, 20 anos, é encantadora, e eu sou e o Senador Heráclito Fortes gosta de avião, e eu também. Eu, para a mim, a maior invenção do mundo é avião. Esse negócio de computador eu tenho é raiva porque os meus

netos sabem mais do que eu: "[ininteligível] vô burro". E aí vai. Avião, aí eu acho que eu estou com a razão, porque vai uma mulher bonita: "Olha, um avião"; está aí um avião, é a Solange.

Bom, olha, sim, mas vamos o seguinte, a verdade, Brigadeiro. Eu era menino, a idade de perguntar a V. Exa., eu posso. Quantos anos o senhor tem?

Eu não fui também Coronel, Brigadeiro, por causa dos óculos, eu uso lente de contato, eu não vou esconder não, mas tinha esse negócio, eu fiquei frustrado com a Aeronáutica o que é isso, Santos Dumont, a maior injustiça, nos 100 maiores, ele não está nem aqui, estão os Irmãos Wright, né? Mas eu conheço isso.

Senador Eliseu Resende, o Aeroporto de Parnaíba foi criado, eu estava lá por acaso, foi no período de revolucionário, eu não estou falando de liberdade, eles realizaram muito e eles fizeram aqueles aeroportos, eles condenaram até o nosso Niemeyer, que era meio rodonga(F), era comunista, fizeram esses caixões, tudo igual por aí. Hein? Todos caixões iguais, é igual de Teresina, o mesmo modelo, João Paulo Reis Veloso estava lá, Albertinho e eu estávamos no aeroporto com Dirceu Arcoverde, agora, menino, tinha avião, hoje, não tem teco-teco, tem mentira que tem aeroporto internacional. Eu sou de lá, terra grandiosa de João Paulo Reis Veloso, Evandro Lins e Silva e outros ilustres, os avós do Senador Heráclito Fortes eram de lá, não é?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Materna.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Olha, uma avó materna. Então, eu voei na *PanAir*, nas Aerovias, Aeronorte, Aerobrasil, e ela nem tinha nascido, a Solange. Não sabe. Não tinha não, era PanAir, né? E tinha mais uma da Pará, o Senador Flexa Ribeiro vai ficar danado, Paraense Transporte Aéreo, PTA, e a turma dizia "prepara tua alma". [risos]

Sim, mas a gente saía, era bom, Senador Eliseu Resende, porque aprendia geografia, saía pingando ali nas capitais, Fortaleza, não sei o quê, Mossoró não é capital, mas Natal é, não sei o que, e Recife, e aprendendo. Último era Salvador, naquele Douglas, né? Um avião bom. Aí chegava no Rio de Janeiro. Eu fiz isso muito.

Hoje não tem teco-teco. Não tem esse teco-teco, eu chamo teco-teco aquele avião que só tem uma hélice e pequenininho. E aí está na imprensa do mundo que tem aeroporto internacional. Então, mentira. E agora criaram esse de São Raimundo Nonato. Olha, tem a moita e a mata para os turistas atenderem as necessidades fisiológicas. Está na imprensa toda e é assim, aquela de [ininteligível] "uma mentira repetida se torna verdade..." Mas a mentira tem perna curta, mas eu quero ser objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria que o Senador fosse objetivo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É só um pedido aqui, eu não sei qual o responsável. Olha ali o mapão do Brasil, ali, Senador Eliseu Resende conhece todinho, andou tudo, construiu o maior Ministro que teve.

Olha ali, então, atentai, bem. São Luís e Teresina, duas capitais do nordeste. Olha a palhaçada, se fala em voo internacional, uns inconsequentes desse Partido mentem. E eu recebo e-mail, como o Senador Heráclito Fortes, o voo, quem quiser comercializar com São Luís e Teresina, eu recebo os representantes.

Outro dia, o José Elias [ininteligível] vai para Brasília. Olha o mapa, Senador Eliseu Resende, olha ali, eu sei que o senhor sabe tudo, mas é bom relembrar. Sai de Teresina para Brasília, para ir para São Luís. Isso é uma palhaçada, isso é ridículo, e é incompetência. Por isso eu advirto é o país. A gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

E são incompetentes, eu quero sugerir um dos responsáveis, eu estou no Senado é para isso, é para garantir a igualdade. O Piauí está humilhado aqui no dinheiro, um quadro vale por dez mil palavras. Os recursos que tem aqui para o Piauí são humilhantes, mas eu vou dizer já como é que é resolve isso, Brigadeiro, aquelas linhas mamárias e tudo.

Bem aí em Fortaleza, bem aí em Fortaleza, tem uma empresa TAF, de um tal Aristó(F), se o senhor, com sua autoridade e objetivo, e eu tenho inveja porque o senhor é Brigadeiro e eu desejei ser, com sua autoridade e objetiva, lembrando Eduardo Gomes, mandem Eduardo Gomes, que eu quero fazer uma homenagem aqui, ele disse que o preço da liberdade democrática é a eterna vigilância. E nós estamos aqui, o Senado pega pancada de todo dia porque ele é essa vigilância. Nós é que somos a pátria e a pátria é com coragem.

Mas, lá tem a TAF, então, se o senhor fizer uma linha Fortaleza-Sobral, grande cidade, desses Gomes, Patrícia é de lá, e Parnaíba, minha cidade de Reis Veloso, João Paulo, melhor Ministro de Planejamento da história desse país, e Teresina... E Teresina e São Luís e voltar e resolver o problema. Não fazem, só querem mentir, esses aloprados aí, enganados e tudo. Está aí uma linha simples, e eu sei, ele é bom de negócio, tem que cumprir. O Governo do Estado tem que entrar com a publicidade para garantir a linha, para anunciar, aqueles negócios... Uma passagem num dos Secretários. Então, isso eu quero atender que isso daí é a

nossa vinda, daí o Senado dar igualdade, aliás, é isso que é que garante a Federação, São Paulo não está aqui, mas o Piauí está brilhantemente, representado por Senador Heráclito Fortes e medianamente por mim. Mas com coragem do homem do Piauí que, em batalha sangrenta botou os portugueses para fora.

Mas eu quero lhe dizer o seguinte, Ariston, não tem nada, eu não tenho interesse, está entendendo? Mas vamos resolver problema, é o comércio é a dependência cultural de São Luís, Teresina, porque São Luís é mais antigo e tal. É ridículo, e vem com negócio, entendeu? São Luís para Teresina. Vamos ter menos... Eu sou cirurgião, uma coisa de cada vez. Isso nós nos daremos por satisfeito.

E o Senador Heráclito Fortes teve a coragem de advertir o país, só com demagogia com campo de futebol, a segurança está aí uma porcaria, a educação está aí. E a saúde só está bom para nós, que temos aí um sistema, o que eles fazem é telefonar: "Não quer ir para São Paulo, não? Se tratar?" Mas, para o pobre, está difícil. E ficam sonhando negócio, enganando, aproveitando, não é? Essa tradição do circo, do que o Nero disse: "Pão e circo" e o nosso circo de futebol só de benefício e está aí uma medida simples.

Então, eu estou confiado em V. Exa. Eu o vejo como eu vi na [ininteligível] Brigadeiro Eduardo Gomes, que combateu a primeira ditadura desse país.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Mão Santa, eu, como cidadão honorário de Paranaíba--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Reitero as palavras de V. Exa., dizendo que essa colocação deve ser feita à Dra. Solange, a Diretora Geral da ANAC, e não à Infraero.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não. É porque a doutora eu queria convidar ela para ser Miss Piauí.

[risos].

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Antes de dar a palavra aos expositores, o autor do requerimento, Senador Francisco Dornelles, pede uma reverência adicional, por favor.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria realmente, como autor do requerimento, levantar os seguintes pontos. Eu queria dizer à Dra. Solange se uma empresa situada em Minas Gerais ou São Paulo fizer uma prática de *dumping* contra outra colocada no Brasil, pode recorrer ao CADE, pode recorrer a uma Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Fazenda.

Agora, se uma indústria chinesa invadir o Brasil com produtos subsidiados, o CADE não tem nada com isso. Nem a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Fazenda, isso cabe à CAMEX, Conselho de Comércio Exterior, que só pode colocar *antidumping* no caso de mercadoria.

Então, as empresas de serviços brasileiras estão desprotegidas; se houver a política de céu aberto e da liberação da tarifas, nada impede as empresas brasileiras não terão instrumento para se proteger contra medidas de *dumping*, praticadas por empresas estrangeiras. O CADE não tem nada a ver com isso, se a senhora comunicar ao CADE que, havendo práticas *antidumping* de empresas estrangeiras é comunicar para quem não tem competência.

Em segundo lugar, eu queria falar também ao ilustre Brigadeiro, quando V. Exa. disse que cabe ao piloto saber onde é que ele vai descer, se é o Galeão ou o Santos Dumont, o senhor está dizendo que o Santos Dumont não tem segurança. Porque, se tiver, ele sai daqui para o Santos Dumont, e lá ele decide que ele não vai parar no Santos Dumont, por que razão? É porque realmente a reportagem feita pelo Globo, que transmitiu a preocupação do Sindicato da Aeronáutica tem alguma veracidade. Porque sai um piloto aqui, "vou para descer no Santos Dumont", lá, o piloto diz: "Não, lá eu não desço porque não tem segurança". Ou tem ou não tem! Eu acho perigoso, eu, como Presidente... Eu devo até que eu fiz uma notificação à ANAC e à Infraero, responsabilizando pela segurança do Aeroporto Santos Dumont, porque a ANAC inundou o Santos Dumont de voos e todos reconhecem, tanto os sindicatos, porque não existe segurança plena para essa quantidade de voos que estão descendo no Santos Dumont.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles. Vamos dar a palavra, a última palavra aos expositores, inicialmente, a Dra. Solange.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Bem, Senador Heráclito, nós já tivemos oportunidade de conversar algumas vezes sobre a questão dos aeroclubes; é uma preocupação nossa. A Agência está tentando se adaptar ao modelo oriundo do DAC, que era um modelo, como V. Exa. mesmo apontou, um modelo que começou com Assis Chateaubriand e que, na conjuntura atual da Agência e da estrutura e capilaridade da Agência, nós temos montado projetos um pouco diferentes, e o principal projeto de incentivo aos aeroclubes e à formação de pilotos tem sido bolsas de estudos. A ANAC criou um projeto de bolsas de estudos, que foi piloto no Rio Grande do Sul, teve grande sucesso. E agora

a gente está expandindo para todo o Brasil, onde a ANAC financia até 100% do curso no aeroclube. E aí, para isso, o aeroclube tem dia tem que estar ok.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Nordeste já entrou no projeto?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: O Nordeste já entrou no Nordeste, o projeto já começou esse ano a funcionar para todo o Brasil--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Para você ver, Parnaíba, tinha aeroclube quando eu era menino.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: E eu acho que esse não vai ser o único projeto que nós vamos lançar; nós estamos estudando outros projetos para serem desenvolvidos. A gente deu prosseguimento, a gente tem aviões ainda que funcionam nos aeroclubes, mas a gente tem dado... Tido uma tendência de evitar esse tipo de contato e financiamento direto com os aeroclubes porque nós tom somos os ente fiscalizador dos aeroclubes.

Então, a gente está modificando um pouco os procedimentos por conta disso. A questão do espaçamento das cadeiras--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Falta sobre o aeródromos, os aeroclubes, as pistas privativas de aeroclubes.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Quando a gente falou ali dos aeroportos, essa é a diferença de 3.400 e poucos aeródromos para 742 aeroportos; os aeroportos tem que ter instalações para embarque e desembarque de passageiros. Então, esta é a diferença de aeroportos e aeródromos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não. O questionamento que eu fiz, Dra. Solange, é sobre a invasão da especulação imobiliária nessas pistas, sem que providências sejam tomadas. Nós temos vários locais no Brasil aonde a especulação imobiliária avançou sobre as pistas.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Isso é uma preocupação séria, importante. A ANAC, nessa questão, ela funciona como registro. A gente é cartório, que registra a área do aeroporto, o sítio aeroportuário, mas a responsabilidade de não permitir a invasão é Municipal. É uma regulamentação Municipal, e o aeroclube ou o aeroporto tem que acionar a Justiça local, e aí a Justiça nos pede informação se aquela é uma área a aeródromos. A ANAC não cuida dessa proteção, ela cuida do registro disso e da informação, se for acionada a proteção. A gente tem problemas de invasão inclusive em aeroportos da Infraero.

Com questão às cadeiras, que é uma demanda geral, o Ministro Jobim prometeu, e eu tenho que fazer a minha *mea* culpa aqui, o Ministro Jobim me cobra isso todo mês, toda semana, quando a gente tem reunião, ele pergunta sobre essa questão.

A questão é que a ANAC está tentando solucionar isso sem também, por outro lado, encarecer custo de passagem aérea, na média, e a regulamentação hoje existente, ela admite um espaçamento... O espaçamento mínimo que tem que ser cumprido pelas companhias é um espaçamento ligado à questão de segurança. É uma questão da segurança da aeronave para, no caso de escape... Saída de emergência, evacuação rápida da aeronave. Essa questão de segurança é atendida. Quando a gente vai discutir um grau de conforto, a gente começa a entrar numa questão que pode impactar custos e pode ter opiniões diferentes com relação a essa questão.

Então a opção que a ANAC adotou, acho que tem entrevista hoje, se não me engano, foi dada para o Bom Dia Brasil, dos nossos técnicos anunciando, a ANAC vai criar um selo ANAC, onde as aeronaves que tiverem, e aí a gente está adotando um padrão de medida não associado à segurança, mas sim a conforto, que a gente pegou os melhores padrões de conforto internacional, está internalizando. E as companhias que tiverem esse espaçamento em suas aeronaves vão ter um selinho da ANAC, e aí o passageiro vai poder escolher em qual companhia ele quer voar.

Existem companhias, no Brasil, que tem esse padrão de espaçamento e existem companhias, no Brasil, que não tem esse padrão de espaçamento, não vão receber o selo.

Com questão... O Senador Demóstenes Torres, eu já respondi para ele, quando ele passou aqui, o aeroporto está sendo analisado, já foi dada entrada no pedido, e a gente deve estar tendo essa informação em três meses.

Com questão ao transporte na Amazônia, a gente nota que há um problema regional importante, que tem que ser resolvido, a acessibilidade às cidades, tem uma questão de deslocamento. Isso não... É um assunto de política de aviação e, portanto, não é um assunto que a ANAC tenha competência para propor alguma coisa sobre ele. A gente tem participado dos debates que foram iniciados pelo Ministro Jobim no Ministério da Defesa com informação técnica. E eu acho que, muito em breve... Ontem, o Ministro inclusive anunciou, na reunião do CONAC, que, na próxima reunião, ele pretende já estar encaminhando uma proposta de projeto para ser encaminhada ao Congresso, onde vai ser possível subsidiar linhas para regiões onde se haja um interesse estratégico de desenvolver essas linhas.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Dra. Solange, a senhora imagina para, do Rio de Janeiro para São Paulo, se tivesse Rio-Brasília-São Paulo, eu inda-

go Teresina-São Luís, como é que está obrigando o povo de Teresina, trabalhador, empresário, ir de Teresina, Brasília, volta para São Luís. Era a mesma coisa, eu sei que vocês são grandes, mas o Senado é para quebrar essa grandeza, aí a Federação--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Dra. Solange, tem um minuto a mais para responder ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É pouco. Como entra na cabeça de alguém, Teresina... E, no passado, e o passado era melhor, então, esse governo está atrasando tudo. Nós temos que depor ele logo, porque para ter... Imagine, eu sei que vocês são grandes, em São Paulo, mas a Federação nos garantiu a igualdade. Imagine, a senhora sair do Rio de Janeiro para ir para São Paulo, ter que ir a Brasília e ir para São Paulo. São Paulo-Brasília-Rio de Janeiro, isso estão fazendo com piauiense e maranhense. Você quer ir de São Luís para Teresina, um Centro médico de Teresina é por excelência, é por excelência, lá, se faz transplante cardíaco com êxito. Então, o maranhense quer ir de São Luís para isso, ele tem que ir para Brasília e ir para lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Dra. Solange.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Então, nós queremos uma solução.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria apenas pedir à Dra. Solange, eu deixei uma questão, levantei uma questão aqui com relação a essa Esaero Soluções Aeronáuticas, porque a empresa está atuando como apoio a aeroporto, como infraestrutura de navegação, e eu acho isso uma temeridade saber se a ANAC tem conhecimento se essa empresa é uma empresa registrada na ANAC e onde opera, isso que eu gostaria, evidentemente que V. Exa. não tem condições de responder agora. Mas eu gostaria que mandasse para a Comissão quais são os Estados, quais os aeroportos onde é que essa empresa atua...

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Senador, isso eu vou tratar como uma denúncia. Vamos analisar administrativamente dentro da ANAC; a ANAC autoriza todas as empresas, e a gente vai checar, eu posso te dar essa resposta se essa empresa está registrada ainda hoje, no final do dia.

Com relação aos aeroportos do Piauí, que me perguntou, não tem nunca pedido de autorização para aeroporto internacional no Piauí sendo analisado na ANAC no momento. Eu já recebi essa informação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado. V. Sa. presta um grande esclarecimento ao povo do Piauí.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): E a perspectiva da ligação, que sempre houve Teresina-São Luís, são 400 quilômetros, era como se obrigasse o carioca vir a Brasília para ir para São Paulo.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Senador, eu entendo que essa questão de ligação de linhas estratégicas, em que as comunidades locais tenham interesse vai fazer parte do projeto que está analisando a questão também de ligação na Amazônia, porque a proposta do projeto está sendo formulada de forma que essa Casa, que representa a população, vai decidir quais são as linhas estratégicas que comercialmente não conseguem sobreviver por si só e precisam de algum subsídio para que elas existam e que elas são importantes para a comunidade local. Eu acredito que esse projeto vai atender esse desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Dra. Solange.

Com a palavra, o Dr. Carlos Roberto Rebouças, se tiver alguma palavra em resposta aos últimos Senadores que fizeram suas apresentações.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Excelência, não tem nenhuma resposta--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nos agradecemos.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Perdão, não teve nenhuma pergunta dirigida a nós.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu fiz a indagação se V. Sa. conhecia a Esaero, já que o senhor é um homem dessa área.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: Perdão, desculpe, Senador, desculpe.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É.

SR. CARLOS ROBERTO REBOUÇAS: É que, no meu aceno negativo, supus que... Mas a pergunta merece uma resposta clara e precisa. Não tenho nenhum conhecimento dessa empresa e não sei onde ela atua. Qualquer empresa que deva ou que presenciada atuar em qualquer campo da aeronáutica civil, há de se cadastrar, conforme disse a Dra. Solange, na ANAC, e a ANAC terá meios, sem dúvida, de localizar e dar informação para V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Talvez a Infraero tenha o registro dela, quem sabe?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra, o Presidente da Infraero, Brigadeiro Nicácio.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Muito obrigado pelas perguntas que foram dirigidas a Infraero, que nos permite esclarecer mais alguns pontos bastante importantes. E eu vou seguir a sequencia até das perguntas, primeiro ao Senador Heráclito Fortes, com

relação à Copa do Mundo, nós na Infraero evitamos e não trabalhamos para resolver situações pontuais dentro do país. Nós trabalhamos em cima de uma expectativa de demanda futura, que determina o investimento racional em cada um dos nossos aeroportos.

Nós tivemos a satisfação de verificar que, no momento em que a FIFA definiu as cidades que seriam sedes de jogos da Copa do Mundo, nós estávamos investindo em 11, 10 das 12 capitais escolhidas. Não estávamos investindo com o objetivo de aumento de capacidade em Natal porque o futuro aeroporto de Natal será são Gonzalo do Amarante e nós não consideramos o atual Aeroporto Augusto Severo como solução para a Copa do Mundo; a solução de Natal será uma solução privada. E não estávamos investindo na dimensão requerida pela Copa do Mundo, no caso particular de Cuiabá, embora já estivéssemos pensando.

Nas outras dez cidades, todas elas já estavam com investimentos pesados para que nós possamos ter o atendimento da demanda futura de passageiros em todas essas dez capitais. Mesmo em capitais como São Paulo, que tem três grandes aeroportos nas nossas mãos, nós estamos investindo, já estávamos planejando, já estávamos investindo nesses três grandes aeroportos de São Paulo e das outras capitais.

Então, eu não de preocupo com o dia seguinte com o *day after* da Copa porque não foi a Copa que determinou esse investimento e esse planejamento. Fica uma situação bastante confortável para nós.

Com relação ao Aeroporto de Parnaíba, nós estamos hoje em obras em Parnaíba, na pista, de reforço da pista e aumento do cumprimento da pista para permitir operações de aviões de maior porte, com recursos do PAC assegurados, não tem nenhum problema para o pagamento das obras que venham a ser concluídas lá em Parnaíba. Estamos, nesse momento, no final do projeto executivo do novo pátio de estacionamento de Parnaíba. Porque o pátio que existe hoje, se nós colocássemos lá uma aeronave de maior porte, como o A-320 da TAM, ele feriria os requisitos exigidos pelo anexo 14 da ICAO, então, nós deslocamos o pátio para um outro local, que permite o aeroporto operar sem restrição. E essas duas obras estão com recursos do PAC.

E nós estamos... Ontem autorizamos já a contratação final do projeto e da obra de adaptação do Terminal de Parnaíba para que nós possamos processar os voos. O *layout* hoje de Parnaíba, eu estive lá pessoalmente, vendo tudo isso, não permite o processamento de passageiros, dentro dos requisitos hoje existentes, pelas autoridades de aviação civil internacionais e também a nossa, a própria ANAC.

Com relação à Teresina, nós estamos, nesse momento, contratando um projeto básico executivo para o aeroporto de Teresina. Era nossa intenção aplicar o terminal que será desenvolvido, em curtíssimo prazo, para a Aracaju, replicá-lo em Teresina. Não é possível, pelo formato do sítio aeroportuário de Teresina, então, nós estamos contratando um projeto específico para Teresina.

Com relação à localização, o que ficou definido junto ao Governo do Estado e à Prefeitura, foi a construção exatamente naquele lado da pista, de um terminal que vai atender a uma demanda futura de Teresina, mas, que eu diria que o próximo grande investimento em Teresina, no futuro, certamente deverá ser em outro sítio, mas aquele sítio ainda é passível de aproveitamento durante bastante tempo, muitos e muitos anos, o que vai permitir dotar Teresina de um terminal compatível com os demais do país, num curto espaço de tempo, e vai trazer conforto durante muito tempo e segurança também. Então, nós faremos esse investimento no atual sítio aeroportuário da Teresina--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o aumento da pista?

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: A pista é previsto um pequeno aumento da pista, mas nós estamos trabalhando com a Prefeitura e com o Governo do Estado porque algumas obras lá dependerão de desapropriação, e isso nós estamos negociando, tanto com o Governo quanto com a Prefeitura.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aí, Brigadeiro permita V. Exa...

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o que eu acho um desperdício porque o aeroporto está completamente saturado. Para fazer essa ampliação, nós vamos desapropriar centenas e centenas de casas, no bairro do Itapiru, e a insegurança para aquela região. Aquela região está totalmente contaminada por urubus, nós já tivemos casos gravíssimos. E um investimento ali, no momento, eu acho não é um melhor caminho, se partíssemos já para uma solução definitiva, já que uma das intenções é construir uma nova casa de passageiros--

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Exato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já se faria em outro local. Eu acho que a Infraero deveria voltar sua prioridade para esta localização e para a negociação dessas áreas. Eu acho que essa área hoje para conjunto habitacional, para construir moradia popular de renda média, enfim, só que aquela área, Brigadeiro, ela está completamente saturada.

E essa questão de acidente V. Exa. deve ter aí estatisticamente a quantidade de acidentes que nós

temos todo ano, envolvendo aeronaves lotadas de passageiros, dando prejuízo às companhias, dando prejuízo, nós temos um avião da West Air Táxi Aéreo, que teve um acidente gravíssimo lá. Então, a minha preocupação é com a segurança também não só dos passageiros, mas das pessoas que moram naquelas imediações.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Sim, senhor. Senador, eu agradeço a sua intervenção. Eu tenho pessoas aqui da nossa equipe, da área de planejamento aeroportuário, que já copiaram essa sugestão e nós vamos posteriormente retornar ao senhor com informações mais consistentes.

Nós gostaríamos... Eu gostaria, em nome de todos os empregados da Infraero, são onze mil pessoas espalhadas por todo o país, em locais que até desconhecemos os nomes, muitas vezes, de agradecer as palavras gentis Senador Demóstenes Torres. Dizer que todos esses brasileiros estão trabalhando para melhorar cada vez mais o serviço aeroportuário prestado aos brasileiros que se deslocam usando o transporte aéreo no país.

Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de explicar que, com relação ao transporte aéreo na Amazônia, os aeroportos que estão sob a responsabilidade da Infraero, todos eles cumprem todos os requisitos de segurança determinados pela ANAC. Nós estamos investindo em todos esses aeroportos para proporcionar o mesmo nível de conforto, compatível com os grandes aeroportos do país; essa é a diretriz geral da empresa.

Conheço e sei a preocupação que o senhor, quando o senhor falou, eu sabia a preocupação que rondava o seu pensamento porque eu comandei o 7º Comando Aéreo Regional em Manaus, durante dois anos. Visitei inúmeros locais da Amazônia, participei, com o General Figueiredo, de escolha de sítio para novos pelotões especiais de fronteiras, onde praticamente ninguém quase chegou até aquela data. E eu sei a preocupação com o apoio ao homem na Amazônia. O apoio àquelas comunidades isoladas. Nesse particular, a Infraero cumpre a sua parte com seus aeroportos. O comando da Aeronáutica, através da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, que é a COMARA, ela constrói, ininterruptamente, pistas na Amazônia.

Os pelotões de fronteira e hoje essa é a diretriz do Brigadeiro Saito, todos os pelotões de fronteira, por mais afastados que estejam, eles terão uma pista de, no mínimo, 1.500 metros, com 30 de largura, com capacidade de suporte para receber um C-130. Então, esses dois órgãos trabalham dessa forma.

E eu acompanhei também o trabalho de vários governos de Estado e investindo recursos do BNDES e até do Banco Mundial, melhorando a capacidade das pistas. Eu acho que é uma preocupação geral na reunião e acredito que a continuação desses programas permitirá à Amazônia dispor uma rede de aeroportos capaz de atender a essas comunidades isoladas.

Quanto às tarifas de comunicações, as tarifas de comunicações são cobradas pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo, e o DECEA é o responsável por isso, e até selecionei aqui um dado importante para os senhores, com relação às tarifas. As tarifas, pelo menos as operacionais, as que dizem respeito a aeroportos, o Brasil, ele representa cerca de 1.57% do custo da empresa. A média do mundo é 3.80.

Então, as tarifas, tanto as tarifas de comunicações, que fazem com que o sistema de controle do espaço aéreo se sustente, e as tarifas operacionais que trazem a sustentação aos aeroportos, elas hoje, no Brasil, elas estão defasadas em relação à média mundial.

Ainda com relação ao Senador Flexa Ribeiro, com relação a Belém, o Aeroporto de Belém, a recuperação de voos internacionais, nós sabemos tem apenas uma linha que serve o Suriname, mas isso aí depende também, e muito, de uma atuação da área de turismo do Estado em busca de voos internacionais, ou até domésticos, que demande aquele aeroporto, aquela cidade. Eu diria q é um trabalho, entre o turismo e nós e a ANAC, seria de todo recomendável para recuperar esses voos.

Com relação ao terminal cargas de Belém, nós acabamos de assinar um acordo com o Comando da Aeronáutica para a cessão de uma área onde estão aquelas áreas, aqueles armazéns lonados, que nós chamamos, para podermos construir o terminal de carga definitivo de Belém.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual é a previsão, Presidente?

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Nós estamos, nesse momento, fechando o acordo com o Comando da Aeronáutica, exatamente para reduzir custos e aumentar a velocidade de resposta da empresa, nós já temos padrões de terminais de carga área e lançamos mão de um desses projetos para transporte, para a adaptação, para o projeto executivo daquele local e a construção num menor espaço de tempo possível.

Com relação, e agora agradeço ao Senador Mão Santa, eu diria que, nesse particular do aviador, eu dei um pouco de sorte, consegui passar nos crivos dos instrutores da Academia da Força Aérea, e acabei aprendendo um pouco a voar e conheci bastante do Brasil e conheci muito do interior do Piauí, fazendo

missões do CAM, atendendo... Com atendimento médico naquelas várias localidades.

Essas linhas, como a Dra. Solange falou, elas dependem muito das empresas, da montagem das suas malhas, e o que ela falou, o Ministro já está preocupado com isso, para buscar uma solução, de forma que nós possamos dar também ao Brasil uma possibilidade de transporte no sentido Leste-Oeste, porque a análise que nós fizemos, e a Solange participou também nisso aí e fortemente, a malha aérea brasileira, ela segue, como o Ministro sempre fala, o Tratado de Tordesilhas; ela é sempre Norte-Sul. Se nós analisarmos a malha aérea brasileira; ela se desenvolve no sido Norte-Sul, e a comunicação Leste-Oeste, ela é extremamente prejudicada. Mas isso já é um trabalho que está sendo feito no Ministério da Defesa, com a participação da ANAC, em busca de--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [ininteligível] Norte-Sul.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Mas, quando eu falo Teresina--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Teresina-São Luís.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Teresina-São Luís, nesse deslocamento Leste-Oeste, isso é extremamente difícil e no Brasil todo. Se eu sair da Maceió a Campina Grande, provavelmente eu vou ter que ir a São Paulo, e isso aí realmente acontece.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É, mas, no passado, então, a civilização é para melhorar. No passado, eu, que era de Parnaíba, os meus pais... O meu pai é de São Luís, então, eu era garoto, passava as férias, eu... Já perdemos, aí está certo, aí entra no Leste-Oeste, mas, a grosso modo, em relação a São Luís, Teresina é Sul. É geográfico, olha aí, não tem justificativa, já houve... É como, imagine, vamos botar num quadro, um quadro ali desenhado, sair do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, não é mesmo?

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Exato.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Olha, o prejuízo da economia local.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Isso aí, realmente já está sendo buscada uma solução para o Brasil, no que diz respeito a isso.

E agora, voltando ao Senador Francisco Dornelles, agradeço que o senhor tenha voltado a esse assunto, isso é muito importante, porque eu acabei de receber uma comunicação, a pista auxiliar do Santos Dumont está em processo de recebimento, conclusão da obra; no dia 1º de agosto começa a obra de recomposição da camada porosa da pista principal.

As medições de atrito, que foram feitas no Santos Dumont, o Santos Dumont está perfeitamente dentro das normas de segurança; não existe nada que represente insegurança às operações do Santos Dumont, mesmo porque eu, como aviador, jamais permitiria que isso acontecesse, porque eu sei como se sente um aviador, na cabine de um avião, no momento de um pouso com um avião Boeing, como eu voei muitas vezes com o Presidente da República.

Então, eu asseguro ao senhor e a todos os brasileiros que não existe problema de segurança no Santos Dumont. Se um dia houver um problema de segurança no Santos Dumont, a primeira pessoa a suspender as operações serei eu.

Quanto à quantidade de voos no Santos Dumont, antes da liberação do Santos Dumont foi feito todo um trabalho para permitir a exploração do terminal com um fluxo de voo maior, fosse ele de ponte, fosse ele fora da ponte aérea Rio-São Paulo, sem prejudicar o conforto dos passageiros.

Então, o desenho que foi feito para o Santos Dumont previa um desembarque a cada 15 minutos, pelo perfil dos passageiros e pelas condições da aérea de desembarque do Santos Dumont, que é hoje o ponto de restrição maior do aeroporto. Razão pela qual nós estamos já com o projeto praticamente pronto, para recuperar e refazer a aérea de desembarque do Santos Dumont. Mas o Santos Dumont tem capacidade de receber um voo a cada cinco minutos, e isso significa que ele também despacha um voo a cada cinco minutos. Isso dá cerca de 24 movimentos por hora, e as limitações de tráfego aéreo, no aeroporto Santos Dumont, limitam essa operação a 23 movimentos/hora.

O Aeroporto Santos Dumont, nesse momento, não tem autorização de trânsito superior a esse valor. Nós estamos, nesse momento, ainda abaixo de 23 movimentos, que é o limite do controle do espaço aéreo e que é o limite do setor do desembarque do aeroporto. E, quanto a isso, o senhor pode ter absoluta certeza que a Infraero jamais permitirá, e a ANAC, juntos, e o DECEA também, porque nós trabalhamos juntos, desde o início do nosso trabalho dessas três organizações, desde 2007, nós trabalhamos absolutamente juntos. Não haverá, em hipótese alguma, um acúmulo de tráfego no Santos Dumont, que venha a repetir aquilo que houve no passado, que era inconcebível realmente.

Então, era isso que eu gostaria de trazer ao senhor e agradecer pela pergunta, que me permitiu trazer essa noticia que eu recebi agora, do término da obra da pista auxiliar.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu estou recebendo aqui um documento do Senador Marcelo Crivella, que é membro dessa Comissão e é meu companheiro do Rio, dirigido, que eu peço licença a V. Exa., que eu vou ter que ler.

SR. CLEONILSON NICÁCIO SILVA: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pois não, Senador. Faz favor.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): "Exmo. Sr. Francisco Dornelles, tomo a liberdade de sugerir a V. Exa. que formule, apresente a seguinte situação à Dra. Solange Vieira: O Senador Marcelo Crivella que, nos últimos meses, por diversas vezes, tentou lhe falar sem qualquer sucesso, quer saber como ficará a situação de segurança de voo no Brasil, após o dia 31 de julho, quando se dará a dispensa compulsória de 67 funcionários contratados da ANAC, uma vez o que concurso público para repor esse contingente será realizado somente em 19 de julho, com previsão de posse para outubro. Isso implicará em inevitável solução de continuidade do serviço por ele prestado. Alerto para o fato de que a auditoria da organização de aviação civil internacional constatou que esses funcionários são imprescindíveis à ANAC".

E, para terminar, Sr. Presidente, eu estou encaminhando a V. Exa., para que figure nos anais dessa reunião, o documento que me foi trazido pela Federação Nacional dos Trabalhadores de Aviação Civil, ligado à CUT, "A quem interessa os céus abertos?", em que mostra em que a política de céu aberto, em desregulamentação do setor aéreo brasileiro, vai simplesmente acabar com as empresas brasileiras de navegação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles. Nós queremos agradecer aos expositores, à Dra. Solange Paiva Vieira, Diretora Presidente da ANAC; ao Dr. Carlos Roberto Rebouças Diretor de Aeroportos, e ao Tenente-Brigadeiro Nicácio Silva, Presidente da Infraero.

Antes de encerrar a presente Sessão, eu informo ao Srs. Senadores que não haverá Reunião na próxima semana. Convoco para a próxima Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 06 de agosto, às oito horas e 30 minutos. Lembro aos senhores membros desta Comissão que no dia 10 de agosto, segunda-feira, às 18 horas, neste Plenário, daremos início ao ciclo de palestras desta Comissão, que será inaugurado com o tema "Infraestrutura para inovação e desenvolvimento, apresentação do desafio", tendo como palestrantes os Srs. Professor Glauco Arbix, professor José Márcio Camargo, Dr. Pedro Wantishovsky(F), e professor Luís Gonzaga de Melo Pelluzo.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h23.

Ata 21ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 06 de agosto de 2009, quinta-feira, às 8 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, ala Senador Alexandre Costa.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia seis de agosto de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador FERNANDO COLLOR, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores, ELISEU RESENDE, JOÃO DURVAL, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, PAULO DUQUE, DELCÍDIO AMARAL, SERYS SLHESSARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, INÁCIO ARRUDA, ADELMIR SANTANA, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, FLEXA RIBEIRO. Compareceu ainda o Senhor Senador não-membro Gerson Camata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senador Fernando Collor declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. PARTE I – Comunicados da Presidência – O Presidente procede a leitura dos comunicados da presidência. PARTE II – Deliberação de matérias – A Presidência propõe a inversão de Pauta, que é acatada pelos membros da Comissão, passando a apreciação do item 5. ITEM 5 - Decisão Não Terminativa - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2009."Altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para revogar a exigência de que 20% dos militares em exercício na Agência retornem ao Comando da Aeronáutica a cada ano." Autor: Comissão de Assuntos Econômicos (SF). Relatora: Senadora Serys Slhessarenko. Parecer: Pela Rejeição do projeto. Resultado: Aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto. ITEM 1 - Decisão Não Terminativa - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 597, DE 2007 - "Isenta o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-combustíveis)." Autor: Senador Marconi Perillo. Relator "ad hoc": Senador Jayme Campos. Parecer: Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CRA aprovada na Comissão de Agricultura e reforma Agrária. Resultado: Aprovado. A Presidência propõe a inversão da Pauta, que é acatada pelos membros da Comissão e passa a apreciação dos itens 10, 6, 8, 7 e 13. ITEM 10 - Decisão Não-Terminativa. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2009. "Altera o art.

1º da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, que "dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências", para determinar que a produção de biocombustíveis seja regida por critérios socioambientais."Autor: Senador Valdir Raupp. Relator: Senador Gilberto Goellner. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado. ITEM 6 - Decisão Não Terminativa - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2009."Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para permitir a dedução, do imposto de renda das pessoas físicas, das despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal, bem como permite dedução idêntica do imposto de renda das pessoas jurídicas." Autor: Senador Expedito Júnior. Relator: Senador Gilberto Goellner. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida Vista ao Senador Antônio Carlos Valadares, pelo prazo regimental. ITEM 8 - Decisão Não Terminativa - AVISO Nº 9, DE 2009 (Aviso nº 120, de 18/02/2009, na origem). "Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 241/2009, proferido nos autos do processo nº TC 002.811/2006-6, referente ao acompanhamento de licitação para concessão de serviço de transporte de passageiros por meio de Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho compreendido entre os Municípios de Rio de Janeiro e São Paulo." Autor: EXTERNO - Presidente do Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador João Durval. Parecer: a) pelo conhecimento, por esta Comissão, da matéria constante do Aviso nº 9, de 2009, do TCU, e pelo seu posterior arquivamento; e b) pelo encaminhamento, à Mesa do Senado Federal, do anexo Requerimento de Informações ao Ministro de Estado dos Transportes. Resultado: Aprovado. Às 10 horas e 38 minutos, o Presidente passa a presidência ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Eliseu Resende. ITEM 7 - Decisão Não Terminativa - OFÍCIO "S" Nº 13, DE 2009 (Ofício nº 1477, de 15/12/2008, na origem). "Encaminha, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes a parceria público-privada realizada pelo Distrito Federal." Autor: EXTERNO - Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan. Relator "ad hoc": Senador Paulo Duque. Parecer: Para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 13, de 2009, devendo-se enviar cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para dar ciência ao órgão competente, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004. Resultado: Aprovado. ITEM 13 - Decisão Não Terminativa. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2009. "Altera o art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para estabelecer a necessidade de outorga de direito de uso de recursos hídricos para a lavra de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários." Autor: Comissão de Assuntos Econômicos (SF). Relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator. EXTRA-PAUTA - ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009-CI – "Nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 e 93 do regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, dentro da programação da Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais – para se debater o Marco Regulatório do Pré-sal, no mês de outubro deste ano". Autor: Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovado. Os demais itens 2 a 4, 9, 11 e 12, constantes da pauta, ficam adiados. Usaram da palavra a Senhora Senadora e os Senhores Senadores Gerson Camata, Jayme Campos, Gilberto Goellner, Delcídio Amaral, Eliseu Resende, Serys Slhessarenko, Paulo Duque, Antônio Carlos Valadares. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, e após agradecer a presença de todos, o Presidente declara encerrada a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Fernando Collor**, Presidente.

21ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 06 de agosto de 2009, às 08 horas e 32 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Informo às Sras. e Srs. Senadores o encaminhamento, por parte desta Presidência, dos Ofícios nºs 69 e 70, de 2009, de 15 de julho, aos Excelentíssimos Srs. Ministros, Dilma Rousseff, Ministra Dilma Rousseff da Casa Civil e Paulo Bernardo, do Planejamento, solicitando uma especial dedicação para solucionar a situação da carreira funcional dos analistas e especialistas em infraestrutura, profissionais de serviço público que hoje atuam em diversos ministérios, diretamente envol-

vidos no planejamento de gestão de políticas e planos de infraestrutura. Observo que esta, realmente, é uma justíssima reivindicação, trazida pela ANEInfra, que é a entidade de representação da categoria.

Quero ainda lembrar aos membros desta Comissão e a todos os interessados que na próxima segunda-feira, dia 10 de agosto, às 18 horas, neste Plenário, daremos início aos ciclos de palestras e debates sobre Desafios Estratégicos Setoriais. Agenda 2009-2015, com a abertura do Painel nº 1, referente ao primeiro desafio, será o tema, portanto, deste primeiro painel, que tratará da infraestrutura para inovação e desenvolvimento. Esta audiência será dedicada à apresentação deste desafio, com a participação dos seguintes palestrantes. Professor Glauco Antonio Truzzi Arbix, Professor da USP e Coordenador Executivo do Observatório da Inovação e Competitividade, do Instituto de Estudos Avançados da USP. Professor Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Professor da Unicamp e Ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. E o Dr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, economista, Professor Emérito da Unicamp, Ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Ex-Secretário de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e especialista em economia política e macroeconomia.

Ressalto a importância da presença e participação de todos os senhores neste que será o primeiro, de um total de 13 painéis que faremos ao longo do 2º semestre, sempre às segundas-feiras, às 18 horas, no Plenário nº 13, neste Plenário, na Ala Senador Alexandre Costa, conforme já aprovado e divulgado em reuniões anteriores, com base na proposta do Grupo de Trabalho criado na Comissão de infraestrutura, especialmente, para a organização da agenda. Do Grupo de Trabalho, apenas para lembrar os Srs. Senadores, fizeram e fazem parte os Senadores Delcídio Amaral, Gim Argello e Flexa Ribeiro. Já temos os primeiros sete painéis do primeiro desafio, totalmente fechados, para os meses de agosto e setembro. Sempre com a participação de especialistas de notório reconhecimento. Além disso, quero informar que proponho apresentar mais um painel na agenda para tratar, exclusivamente, da questão do marco regulatório do pré-sal, agora no próximo mês de outubro. Solicito, inclusive, que o Grupo de Trabalho da agenda comece a pesquisar e nos encaminhe a indicação de palestrantes especialistas neste assunto.

O Requerimento tratando deste painel já está sobre a Mesa para a deliberação do Plenário. Os demais painéis que compõem os três últimos desafios, com realização de outubro até dezembro, outubro, novembro e dezembro, já estão em fase final de organização e agendamento. E os Srs. Senadores estarão sendo informados *pari passu* do andamento dos trabalhos, acerca do andamento dos trabalhos.

Passo agora à leitura do requerimento. Requerimento nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, dentro da programação da agenda 2009-2015, Desafios Estratégicos Setoriais, para se debater o marco regulatório do pré-sal no mês de outubro deste ano. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo com este requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

A Presidência também informa aos senhores membros da Comissão o recebimento por despacho da Mesa Diretora do Senado Federal dos seguintes expedientes: Ofício nº 62/08, do Sr. José Márcio de Araújo, Prefeito do Município de Martinho Campos, Minas Gerais, solicitando a intercessão junto ao DER de Minas e ao DNIT, visando a demarcação das faixas de domínio das rodovias federais e estaduais, com a finalidade de criar leis para melhor aproveitamento das terras às margens de nossas rodovias. Eu quero informar também as Sras. e Srs. Senadores que eu faço questão de ler esses ofícios no início dos trabalhos da Comissão, porque alguns Senadores de alguns dos estados, dos remetentes, possam ter, eventualmente, interesse e querer saber do andamento da obra que o remetente trata, ou das iniciativas que está tentando implementar na sua área de atuação. E, por isso, possa merecer algum interesse de um dos senhores membros integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O segundo ofício, de 06 de abril de 2009, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, encaminhando algumas observações sobre a licitação de linhas de ônibus interestaduais e internacionais e requerendo a realização de novos estudos com relação à redução da frota de veículos para o transporte público. Tem ele a preocupação com a questão ambiental e com a redução das emissões de gases efluentes. Ofício da Câmara Municipal de Muzambinho, Minas Gerais, que manifesta sua apreensão com relação ao novo modelo de transporte de ônibus interestadual, adotado pela ANTT, e solicita a suspensão do processo de alteração nas linhas de Muzambinho e região, com a finalidade de reestudar a situação. Ofício da Câmara Municipal de Guariba, São Paulo, encaminhando requerimento aprovado por aquele legislativo municipal, solicitando que seja intensificado o processo de privatização das rodovias federais, para torná-las melhores e mais se-

guras. Outro ofício, de 08 de junho de 2009, do Sr. Antonio Augusto Junho Anastásia, Governador do Estado de Minas Gerais, em exercício, que encaminha informações relativas às despesas com parcerias público-privadas contratadas por aquele Estado.

Ofício de 09 de abril de 2009, do Dr. Emidio de Souza, Prefeito do Município de Osasco, informando que aquela Prefeitura procedeu à contratação de parceria público-privada nos termos da Lei Federal nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004. Ofício de 13 de maio de 2009, do Sr. Renato Reimann, Presidente da Câmara Municipal de Toledo, no Paraná, solicitando a realização de estudos de redução do preço dos combustíveis, com o objetivo de fomentar o transporte rodoviário de cargas e a agricultura. Ofício nº 15 de junho de 2009, do Dr. José Luiz Mota Menezes, Vice-Presidente em exercício do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, CONFEA, informando que em 29 de maio, o Plenário daquele Conselho aprovou manifesto de recomendação da Petrobras como operadora do pré-sal. Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Campinas, Sr. Aurélio Cláudio, encaminhando cópia da Moção nº 97/09 de repúdio contra o aumento da tarifa de energia elétrica aprovado em 07 de abril passado, pela ANEEL, proposto pelo Vereador José Gélio(F)

Informamos que as referidas correspondências estão à disposição das Sras. e Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão. Informo ainda o recebimento do Ofício 1.246/09 do Primeiro Secretário em exercício, Senador Mão Santa, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa, Dr. Nelson Jobim, em resposta ao Requerimento de informações nº 299/09, de iniciativa desta Comissão, sobre os relatórios de atividades do ano de 2008, da Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC. Registramos ainda o recebimento dos seguintes expedientes do Tribunal de Contas da União, TCU.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, V. Exa. me permite, antes que V. Exa. entre--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu percebi, V. Exa. fez a leitura de um ofício, um Presidente da Câmara Municipal sobre o problema do óleo diesel na agricultura. E eu queria sugerir a V. Exa., porque no início desta... Deste ano, a Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ela fez um levantamento, se a gente reduzisse 10% o preço do óleo diesel, nós injetaríamos este ano 11 bilhões de reais na agricultura brasileira. Numa época de crise, de dificuldade. E a agricultura, Sr. Presidente, é interessantíssimo isso. Se eu tenho uma fábrica de automóveis e vejo que não estou vendendo automóveis, eu posso reduzir a minha produção de automóveis. Na agricultura, se eu reduzir a propriedade pode ser desapropriada, porque ela não atingiu os níveis de produção exigidos pela legislação agrária. Ele tem que produzir mesmo que ele não consiga vender.

Então, há uma maneira de se auxiliar a agricultura, e V. Exas. participaram dessa sessão, seria baixar. Esses preços do óleo diesel foram fixados com o petróleo a 140 dólares. Está a 60. A Petrobras há poucos dias anunciou, a Agência Nacional de Petróleo, que ia haver uma redução e não reduziu um centavo, Excelência, em nenhum posto de gasolina no Brasil. Nós levamos na bancada do PMDB, o Ministro Lobão que é do PMDB, levamos o Ministro da Agricultura, que é do PMDB, para que atuassem junto do Governo, junto da Petrobras para que pudesse haver essa redução, essa injeção de recursos. Porque eu costumo dizer o seguinte, o Brasil é autossuficiente em petróleo. Maravilha! Mas para o que serviu isso ao povo brasileiro? Nada. Pagamos a gasolina mais cara do mundo e o petróleo mais caro da América Latina. A Venezuela é autossuficiente e os preços lá são um décimo do preço do Brasil. O povo venezuelano se aproveita do fato de serem autossuficientes em petróleo. Para nós não adiantou nada. Para o brasileiro não adiantou nada.

Ontem na Comissão de Justiça, Sr. Presidente, foi aprovado um projeto meu. Há dez anos eu luto por isso. Eu fui ao Uruguai, nas primeiras reuniões do Mercosul, aluguei um carro, um Corsa, diesel, 25 quilômetros com um litro de óleo diesel. Quando fui devolver, disse: Maravilha. Onde esse carro... É fabricado no Brasil. Quer dizer, o Brasil fabrica o carro, vende para o argentino, para o chileno, e o povo brasileiro é proibido. Só pode usar carro diesel no Brasil quem é rico e pode importar uma *van*, essas caminhonetonas, essas enormes. O povo brasileiro está privado de ter um carro econômico que faça 25 quilômetros com litro de óleo diesel porque é proibido. Então, Presidente, eu apresentei uma lei que foi a grande a promessa na época da liberação da política de petróleo, que aí não, aí nós poderemos ter carros diesel para o povo, mais econômicos. Não se cumpriu isso.

Então, não adianta nós sermos autossuficientes em petróleo se o agricultor brasileiro não pode usar o petróleo mais barato, se o povo brasileiro paga o petróleo mais caro do mundo. Para que ser autossuficiente? É melhor comprar dos outros mais barato do que ser autossuficiente e pagar o preço mais caro do mundo.

Eu acho que esta Comissão de Infraestrutra devia pegar esse ofício desse Presidente de Câmara, Sr. Presidente, e iniciar uma batalha junto a todos nós. Nós não podemos engolir o preço que a Petrobras en-

fia pela goela da gente abaixo, o mais caro do mundo. Não podemos engolir esses tributos milionários que o Governo impõe em cima do petróleo, fazendo com que nós brasileiros, orgulhosamente autossuficientes, não aproveitemos nada dessa autossuficiência. V. Exa. deveria entrar nessa luta também para que os brasileiros pudessem usufruir o fato de serem autossuficientes em petróleo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, Senador Gerson Camata.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, demais Senadores. Eu quero apenas associar a fala muito pertinente do Senador Gerson Camata que, brilhantemente, aqui discorreu relação assunto diesel. Lamentavelmente o que V. Exa. acabou de colocar é pura realidade. E para a minha tristeza muito mais, Senador Gerson Camata, falando especificamente do meu Estado Mato Grosso, um dos petróleos mais caros do mundo. E, sobretudo, aqui no Brasil, eles são comparados com o Estado do Acre e Estado do Amapá. Nós pagamos hoje lá 2.59 o litro de diesel. Significa o quê? Quase 35% da nossa despesa, ou seja, dos nossos custos em relação à nossa produção. O diesel está matando. E vou, ainda há muito mais, o ICMS(F) nesse Brasil aqui há uma dicotomia em relação a um Estado e a outro. Mato Grosso se paga 17%, Presidente Collor. Isso fez substituição tributária, ou seja, na fonte já recolhida você paga antecipadamente.

Então, acho que V. Exa. veio tocar num assunto aqui que nós, aqui desta Comissão, sobretudo capitaneado, liderado pelo Presidente Collor, temos que fazer alguma coisa no sentido de que a Petrobras reveja os preços. Preços esses que eram praticados quando era 130, 140 dólares o barril de diesel, de óleo. Nesse caso, agora, caiu para 60, 58, 55, e nada dos brasileiros aproveitarem. Não. Dizem: "A Petrobras é orgulho do povo brasileiro." Eu confesso que, realmente, sentimos orgulhosos de ter uma das maiores empresas petrolíferas do mundo. Todavia, nada se traz de resultado para o povo brasileiro. O que se vê apenas, me parece, um instrumento, uma ferramenta política, patrocínios de festa e cabide de emprego, etc, etc. Portanto, eu faço um apelo a V. Exa., conhecedor profundo também da matéria, como ex-Presidente, como brilhante Senador da República que esta Comissão tome alguma providência, sobretudo, convidando o Presidente Gabrielli da Petrobras, para ver quais as providências que estão sendo tomadas.

Essa matéria está sendo debatida já há algum tempo, o Senador Gerson tem, com muito conhecimento de causa, falado nos pronunciamentos em relação aos carros brasileiros que são importados e usados no Uruguai e nós brasileiros não temos essa oportunidade. Se queremos comprar um carro a diesel, nós temos que comprar um carro importado. Comprei, na semana passada, o carro, estou assombrado de ver o preço de quanto custa. Entretanto, eu imagino que algo tem que ser feito para que nós brasileiros possamos usufruir dessa riqueza da Petrobras, riqueza petrolífera, dessa riqueza que nós temos no Brasil que é um privilégio, todavia, brasileiros não têm sido, com certeza, os culpados ou, pelo menos, tirado um pequeno proveito no sentido de melhorarmos, com certeza, não só a atividade econômica, mas, certamente, a questão do lazer da nossa sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, Senador Jayme Campos. Hoje será instalada às 10 horas da manhã, a CPI da Petrobras. Como integrante titular da CPI, eu me coloco à disposição dos Srs. Senadores desta Comissão e, particularmente, do Senador Gerson Camata, Jayme Campos e outros que têm preocupação com esse problema especificamente, como é o caso do Senador Gilberto Goellner, de ser um portavoz dessa reivindicação, dessa justa reclamação que aqui foi feita em Plenário e levá-la à CPI da Petrobras, para os senhores dirigentes dessa estatal poderem oferecer uma resposta ou uma ação, no sentido de fazer com que ao Brasil seja concedido o direito, que o povo brasileiro tem de acesso a um combustível mais barato, como o diesel para carros que não sejam de transporte pesado.

Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria também de manifestar a minha preocupação sobre o custo dos combustíveis brasileiros, especialmente, o óleo diesel, que agora, também encarecido em parte pelo Programa de Biocombustíveis. Dentro do Programa de Biocombustíveis, o país, agora com o B4, representa praticamente uma... Um adiantado ao planejamento inicial, porém a forma de... A proposta inicial do Governo era de que esse biodiesel, esse biodiesel de oleaginosas viesse da agricultura familiar. Entretanto, nem sempre foi possível. Inclusive, as unidades em que a Petrobras Biocombustíveis instalou as suas usinas, concorrendo inclusive com a iniciativa privada, que se viu ameaçada devido aos maciços investimentos que a Petrobras está fazendo, e a tendência que existe da Petrobras tomar conta dos biocombustíveis deixa preocupado o investidor privado que investiu para fazer o B100, que vendido à Petrobras é tirado 4% vai para... Desse B100 do componente do

biocombustível que é o B4, que hoje é comercializado no país. E, nesse sentido, eu estive junto à Diretoria de Biocombustíveis da Presidência da República, junto com a Dra. Tereza Campelo, e mostrei que nós poderíamos utilizar no país um combustível mais barato, que é o óleo vegetal refinado.

E, realmente, para todos terem uma ideia, esse combustível na zona produtora fica ao redor de R$ 1,60 o litro... R$ 1,60 o litro. Vejam bem, na hora que ele é transformado em biodiesel, ele já fica onerado em R$ 2,00, R$ 2,10. Vai pra R$ 2,00, R$ 2,10. E algumas regiões produtoras ele custa R$ 2,20, R$ 2,30. E é comercializado, comprado pela Petrobras que ela entra como vendedora numa ponta e compradora também, quer dizer, estragando os leilões, e colocando o preço que ela quer, ela quer comprar mais barato. Na realidade, ela adquire por R$ 2,35, R$ 2,37 nos leilões e esse diesel, esse biocombustível termina custando até R$ 2,70 para a Petrobras. Então, um programa que onerou. Ele foi para ajudar a agricultura familiar e terminou onerando, porque ele é misturado ao diesel. Se ele fosse utilizado como existe o nosso projeto aqui, ele refinado puro e apenas uma pequena, um *kit* nos motores e a adaptação das indústrias, porque as indústrias podem se adaptar como foram adaptadas na Europa, nos Estados Unidos, existe um *kit*, nós poderíamos estar utilizando um combustível, um biocombustível que é o óleo vegetal refinado, mais barato, viável do ponto de vista ambiental, porque ele zera a poluição, praticamente, ele não tem partículas de enxofre, e ele poderia ser uma solução de imediato, principalmente, para os grandes centros urbanos. E também para a zona de produção brasileira. Inclusive, barcos, na Amazônia que são tocados com motores a diesel, poderia ser utilizado produtos oleaginosos, sementes próprias para fazer o seu combustível local. E ser alimentado então esses... Esses barcos e esses motores com esse óleo vegetal puro, refinado.

Acontece que a preocupação do Governo é de que a aprovação ou o incentivo a um projeto de óleo vegetal puro poderia desencadear a competição com o óleo comestível, de fritura, ou também até uma complicação internacional que daria mostras de que o Brasil estaria capacitado, tem tecnologia, pode produzir barato um combustível competitivo ao óleo fóssil do petróleo e, com isso, vir a desencadear, quem, sabe uma corrida para o plantio na Amazônia. Eu descarto essa preocupação, isso não existe, não é verdadeiro. A Amazônia está sendo preservada, existe legislação, existe preocupação dos órgãos estaduais, do Estado do Pará, do Amazonas, do Mato Grosso, de todos os Estados que compõem a Amazônia Legal e há agora, nos últimos dois anos, houve uma conscientização muito grande concernente a desmatamento. E isso é essencial. Porque, inclusive, hoje estaremos aqui analisando um projeto que prevê, do Senador Valdir Raupp, que prevê a produção de biocombustíveis essencialmente em respeito, com sustentabilidade socioambiental e em respeito ao não desmatamento. Tanto biocombustíveis para mistura ao diesel, ao biocombustível puro, como etanol, como o óleo vegetal, e que é imprescindível, então, que a gente coloque isso aí em observação para o mundo, que o Brasil exporta dois bilhões de litros de óleo vegetal e que poderiam ser canalizados como combustível internamente, com muito proveito--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Isso. Então, é nesse sentido que eu me uno, porque nós precisamos diminuir o preço do combustível, inclusive, movendo daí automóveis a diesel. Porque na Europa, de cada três automóveis, a tendência já é que dois sejam diesel. Eles andam 20 quilômetros por litro. Já imaginou o óleo a R$ 2,00, mais barato que um óleo vegetal, em São Paulo a R$ 2,00, movido a diesel, porém, um diesel que não polua, não o diesel brasileiro, onde a Petrobras não está adaptando suas usinas para fazer um diesel com menos partículas de enxofre. A Petrobras tem usinas que largam diesel com 500 partículas e com 1800, quando na Europa era 50 e vai ser 10 partículas por milhão. Isso é para a preservação da saúde. Então, essa é a consideração que eu gostaria que... Além de a Petrobras precisar se adaptar, colocar um diesel melhor e oferta para a população brasileira, para o consumidor, nós precisamos também utilizar o combustível de origem vegetal, puro, refinado, que é mais econômico, não polui e tem competitividade, principalmente, como diria, nas regiões produtoras, poderia estar diminuindo o custo de produção de todo o transporte, tanto urbano, quanto rural, que é produzido pelo país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Gilberto Goellner. Então, como eu havia dito aos Srs. Senadores da Comissão, eu me coloco à disposição para ser o porta-voz deste pleito de V. Exas. na CPI da Petrobras que hoje será instalada e eu entrarei em contato com o relator e com o Presidente para que um requerimento em torno desse assunto, eu já pedi à Assessoria Técnica que preparasse esse documento, para que tão logo os trabalhos fossem iniciados, nós déssemos... Avançássemos na discussão desse tema, no âmbito da CPI. E também lembrando ao Senador Gilberto Goellner que o Painel nº 4, da nossa agenda 2009-2015 vai

tratar, exatamente, dessa questão do petróleo, etanol e biocombustíveis, diferenciais e estratégicos, inclusive, por sugestão de S. Exa., o Senador Gilberto Goellner, com participação do Dr. Adriano Pires, Dr. Marcos Yank(F), Professor Valdir Bejai(F) e da Dra. Elizabeth Maria Mercier Farina. Dando continuidade...

Bom, interessante notar, Senador Gerson Camata, Srs. Senadores, é como um ofício que vem do Presidente da Câmara Municipal de Toledo, no Paraná, solicitando a realização de estudos de redução do preço dos combustíveis, encontra tanta ressonância nesta Casa, na Câmara alta do Senado, na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Por isso, que eu faço questão de trazer ao conhecimento dos senhores todos esses ofícios que nos são encaminhados porque, de repente, suscita um debate tão importante como este e que, seguramente, vai desaguar dentro da CPI da Petrobras e esperamos que a companhia, essa grande companhia que é a Petrobras possa oferecer uma solução adequada a essas solicitações. Continuando... Continuando... Registramos também o recebimento, como dizia, dos seguintes expedientes do TCU. Aviso nº 930, Plenário, do Vice-Presidente no exercício da Presidência do TCU, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC nº 006734/2003-9 pelo Plenário daquela Corte que tem como objetivo identificar o custo direto da crise energética ocorrida em 2001 e de verificar os procedimentos efetuados pela Agência Nacional de Energia Elétrica, para o cálculo, homologação e pagamento desse valor.

Aviso nº 1.047, também do TCU, de autoria do Vice-Presidente no exercício da Presidência, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 014.698/2002-7, sobre o monitoramento atinente ao subsídio da tarifa de energia elétrica concedida, denominada subclasse residencial baixa renda, entre aspas, nos termos delineados pela Lei nº 10.438/02.

A Presidência comunica ainda que, com relação à identificação de indício de irregularidades em obras de interesse desta Comissão, recebemos do Vice-Presidente no exercício da Presidência do TCU, Ministro Benjamin Zymler, os seguintes avisos: Nº 840, TCU, de 21/7/09, informando que foram constatados novos indícios de irregularidades graves na obra de ampliação de subtransmissão de energia elétrica em Manaus, Amazonas, e o Aviso nº 878, do TCU, comunicando que o Presidente do Congresso Nacional foi informado de que foram constatados novos indícios de irregularidade grave na obra de construção de Refinaria Abreu e Lima, em Recife, Pernambuco. Os referidos avisos ficarão à disposição dos senhores membros por 15 dias na Secretaria desta Comissão antes de irem ao arquivo.

Antes de iniciarmos a nossa Pauta, recebi aqui, recebeu a Comissão um ofício do Ministério do Meio Ambiente. Os senhores se recordam que nós realizamos uma Audiência Pública com a participação decisiva dos funcionários e técnicos desta Casa, que se mobilizaram, fizemos uma Audiência Pública no auditório do Interlegis, uma Audiência Pública *on-line* com 17 Assembleias Legislativas do Brasil, para tratarmos de assuntos referentes à questão ambiental, à questão do desmatamento, à questão desse implicamento que existe entre o processo de desenvolvimento e a legislação ambiental que, por ser muito complexa, implica na paralisação de obras que são muito importantes para o nosso país, e foi convidado o Presidente do IBAMA e de outros órgãos do governo e o Presidente do IBAMA, naquela oportunidade, não só não compareceu como substabeleceu para um, seu assessor, entendo que extremamente gabaritado, embora um assessor de quinto escalão, e esse assessor enviou à Comissão um ofício no dia da reunião, minutos antes do início da reunião, em que ele lamentava não poder comparecer porque havia sido chamado para um encontro em Cachoeiro de Itapemirim, sem desmerecer o encontro em Cachoeiro, naturalmente, mas pela forma abrupta e inusitada como esse comunicado nos foi feito a esta Comissão. No dia da realização da audiência, pouco antes de nós iniciarmos essa mesma audiência. Em função disso--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [ininteligível] é a capital secreta do mundo, não é? Então, vale a ida do Presidente do IBAMA àquela cidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida. Mas eu digo mais pela forma como o comunicado foi feito, ou seja, no dia da realização da Audiência, minutos antes de nós abrirmos a sessão. E agora eu recebo um expediente do Sr. Ministro que eu quero colocar à deliberação dos senhores para saber dos senhores e nós todos deliberarmos se continuamos a ter interesse na presença dele aqui na nossa Comissão ou não.

O expediente... O ofício que ele nos enviou, datado do dia 10 de junho, e que nos chegou recentemente, diz: "Assunto Audiência Pública. Sr. Senador, no intuito de prestigiar os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito desta Comissão, incumbiu-me o Sr. Ministro Carlos Minc...", aliás, muito gentilmente ele pede que quem assine seja o Chefe da Assessoria Parlamentar, o que nós todos elogiamos porque é uma forma que o Ministro encontrou de prestigiar a sua Assessoria. Então, se dirige ao Senador por intermédio do ofício... Por intermédio do seu Assessor Parlamentar o que todos

nós nos sentimos homenageados por isso... "No intuito de prestigiar os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito desta Comissão, incumbiu-me o Sr. Ministro Carlos Minc de comunicar a V. Exa. que cancelou outros compromissos oficiais para participar da Reunião de Audiência Pública agendada para o dia 13 de agosto de 2009, com a finalidade..." Ele aqui errou, o Assessor Parlamentar... "Com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca do processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. Esta Assessoria parlamentar coloca-se à disposição para outros esclarecimentos julgados necessários."

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Vai ter alguma passeata de maconha [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Assinado Ronaldo Alexandre, Chefe da Assessoria Parlamentar. Então eu quero colocar em votação. Se a Comissão entende ser importante que a presença do Ministro Carlos Minc para debater sobre essa... Esse processo de licenciamento ambiental das obras do PAC. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a presença do Sr. Ministro no próximo dia 13 de agosto, conforme ele se coloca à disposição para discutir essa questão tão importante, qual seja do processo de licenciamento ambiental para as obras do PAC e outras, que ele aqui esteja presente e que nós aceitemos a presença dele, permaneçam como estão. Então, aprovado pela Comissão a presença do Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, lembrando a ele que, por favor, o horário é às 8h30. Nós sabemos que ele costuma acordar meio-dia, pouco mais tarde, mas às oito e meia ele tem que estar presente aqui.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, me permite uma intervenção?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois, não.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exa. leu aí um ofício do Tribunal de Contas sobre fixação de tarifas de energia elétrica. V. Exa. sabe, o Brasil... Queria até cumprimentar o Presidente Lugo, do Paraguai, pela grande vitória que ele obteve, aumento de 1000% nos pagamentos que o Brasil vai fazer, energia que não usa, e que nós, vocês consumidores, nós todos, vão pagar. Vai aumentar a conta de luz nossa para dar mais recurso para o Paraguai.

Eu, desde o início dessas negociações, eu mandei até uma carta para o Presidente da República, falei nas Comissões, o Brasil concedeu tudo que o Paraguai queria e não impôs condição nenhuma. O que nós deveríamos pedir? O Paraguai tem que vigiar a entrada de arma para os bandidos do Rio de Janeiro e São Paulo. Essas armas passam todas pela divisa do Paraguai. Qualquer brasileiro vai ao Paraguai e compra a arma que quiser, metralhadora, bazuca, o diabo a quatro. O Paraguai não vigia isso. Tanto que, os Estados Unidos agora proibiram venda de armamento americano para o Paraguai, porque acaba tudo na mão dos bandidos.

Dois. Maconha e droga do Paraguai para cá. As autoridades paraguaias estimulam. Há um sindicato do crime com presença até no Parlamento paraguaio. O Brasil devia exigir, olha, nós vamos conceder isso, mas queremos em troca que a polícia paraguaia comece a tomar providências com relação às drogas, às armas. O roubo de carros brasileiros que são desmanchados e vendidos lá legalmente são legalizados. Deviam pedir uma lei paraguaia para isso, em troca. Nós vamos conceder o que vocês querem. Mas vocês, em troca, vão contribuir com o Brasil. Droga, armamento, que está matando a nossa juventude no Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, todas as nossas cidades. Elas vêm todas de lá. Quer dizer, o Brasil não exigiu nada. Concedeu que o Paraguai quis. Por que nós não exigimos isso também? Quer dizer, é um país frouxo. Nós pagamos contribuintes brasileiros, o Exército mais caro da América Latina. A Aeronáutica mais cara da América Latina. A Marinha mais cara da América Latina. E eles fazem isso com a gente. Enchem de droga, enchem de arma, roubam nossos carros e o Brasil, e o Brasil, até numa negociação que seria diplomática, olha, na contramão disso, vocês vão fazer isso por nós. Nós não exigimos nada. E continuam.

Agora sim, eles vão ter mais dinheiro para comprar mais arma, produzir mais droga e roubar mais carro dos brasileiros. Eu acho que o Brasil tinha que ter uma posição mais firme em algumas posições que tomam em relação a alguns vizinhos que não são dos melhores que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Senador Gerson Camata, me permitiria fazer algumas observações sobre o que V. Exa. acabou de falar. O grande problema que o Mercosul enfrenta hoje para a sua definitiva consolidação, além de uma melhor coordenação macroeconômica das políticas, dos diversos Estados membros dessa comunidade, nós temos o problema das assimetrias enormes, gritantes, entre os integrantes do Mercosul. Ou seja, o Brasil é um país, sem desmerecer nenhum dos nossos outros parceiros, é um país extremamente rico, extremamente forte, extremamente poderoso, comparativamente aos nossos parceiros. E nós não poderemos jamais alcançar uma integração total, sem que nós possamos fazer algum tipo de concessão para proporcionar o desenvolvimento desses países meno-

res. Nessa questão do... Que foi agora tratado entre... Que foi conversado entre o Presidente Lula e o Presidente Lugo, essas concessões que foram feitas, elas foram feitas sem que o tratado fosse de alguma... De alguma forma afetado. Foi apenas uma interpretação mais elástica e benevolente dos termos em que o tratado está vazado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E também acredito, Senador, que seja uma vitória do Brasil. Porque, fazendo os cálculos, se o Paraguai, por exemplo, fosse cumprir, como ele deve cumprir o que estabelece o tratado, no pagamento do que foi feito na construção de Itaipu por parte do Brasil, ele demoraria 300 anos. E, naturalmente, nesses 300 anos, ele não poderia alcançar níveis mínimos de desenvolvimento que fizesse com que eles, minimamente, pudessem gerar uma renda para satisfazer a expectativa da sua população. Então, acho que são dois assuntos... Assuntos distintos. O que V. Exa. colocou na falta de controle por parte do Governo paraguaio nessa questão de armamentos, de tráfico e tal, isso aí eu acho que teria que ser uma ação dos Ministérios da Justiça, Ministérios Federais que lidam com essas questões dos dois países. E aí sim, esses dois países, através desses órgãos, estabelecerem mecanismos de defesa mútua para que o Brasil não fosse alvo dessas investidas feitas, seja por traficantes de armas ou de drogas ou de... Ou de... Ladrões de veículos e de carros.

Esse é um assunto que deve ficar restrito à questão, acho eu, salvo melhor juízo, do Ministério da Justiça dos dois países e das Delegacias de Polícias Federais dos dois países. O importante é que nessa conversação mantida entre o Presidente Lugo e o Presidente Lula, esses assuntos, essas decisões, não diria decisões, mas esse entendimento a que eles chegaram, eles terão que passar pelo Congresso Brasileiro. Eles terão que ser submetidos ao Congresso Brasileiro, como também ao Congresso Paraguaio. E nesse momento, naturalmente, será o instante de nós discutirmos especificamente esses temas relacionados à questão do... Da linha de transmissão, dos financiamentos do BNDES, e assim por diante.

Senador Delcídio Amaral com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu até... Senador Gerson Camata já se adiantou e eu também gostaria de fazer um registro sobre a questão de Itaipu e do Paraguai. Que esta Comissão necessariamente vai discutir esse tema, não tenho dúvida nenhuma. E como disse V. Exa., li com bastante atenção o *paper* que V. Exa. preparou sobre essa questão de Itaipu, mas, é importante registrar alguns... Alguns itens desse futuro acordo que nós, necessariamente, vamos ter que avaliar aqui e nos aprofundar. V. Exa. cita no *paper* a questão da energia excedente. Acho que foi uma grande tacada. Acho que foi uma grande... Não prejudicando o Tratado de Itaipu, se trabalhar em cima da comercialização da energia excedente. Agora, importante, Presidente, é saber que energia excedente é essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A energia que foi fornecida em alguns momentos para a Argentina, naquela espécie de conta corrente feito com a Argentina, quando havia--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com aquele linhão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É, com aquele linhão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas eu fiquei um pouco preocupado, Presidente, porque falam da energia excedente de Itaipu. Aí existem duas questões. Uma é aquilo que é contratual. O Senador Eliseu Resende conhece bem isso e que está no Tratado de Itaipu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas isso não pode, porque aí está muito explícito no Tratado de Itaipu que não pode. Somente os dois países.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se a energia excedente ela... Ela pode surgir em função de se ter uma energia garantida maior, o que é bem possível, bem provável, porque Itaipu recebe a otimização dos principais cursos d'água que depois vão levar ao Rio Paraná, como também a energia excedente pela ausência de corpos. Porque a usina de corpos ia afogar mais Itaipu. Jusante de Itaipu. Se não existe a usina de corpos, a queda fica maior, consequentemente a energia da usina, a energia garantida é maior. Então, essas são questões importantes que nós precisamos discutir. E com esse cuidado de não ferir o Tratado de Itaipu e acho que um ponto importante do *paper* que V. Exa. preocupou é o veto à comercialização com países vizinhos. Que era um pleito apresentado pelo Presidente Lugo. Então, acho que nesse aspecto nós avançamos, no meu ponto de vista. O Paraguai, Senador Jayme é vizinho da Bolívia. Eu sou vizinho da Bolívia e sou vizinho do Paraguai. O nosso Estado do Mato Grosso do Sul ele tem... Ele faz divisa com a Bolívia e faz divisa com o Paraguai. E nós convivemos muito com as dificuldades todas das regiões de fronteira.

É importante destacar, o problema não é só do Paraguai ou da Bolívia, é do Brasil também. E o Senador Gerson Camata faz aqui uma... Manifesta uma preocupação grande, que é de todos, e eu tenho me

batido muito nisso, nós precisamos ter uma política de fronteira, Sr. Presidente. Nós não podemos mais, nós temos... A região de fronteira tem que ter um tratamento diferenciado. No ir e vir das pessoas, nos cursos das faculdades, das universidades que existem ali na região de fronteira. Se estudar, inclusive, alternativas específicas que só venham a existir ou venham a acontecer em regiões de fronteira. Nós temos a questão do idioma, nós temos a questão dos equipamentos comunitários de educação, de saúde. A minha cidade faz fronteira com a Bolívia. Corumbá. Nós vamos deixar de atender um boliviano de Puerto Soares que está doente no nosso hospital, como é que eu vou atender alguém que está na Bolívia ou aumentar o atendimento do nosso hospital, quando eu tenho um SUS que é igual ao restante do Brasil? Ou segue os mesmos critérios? Qual é a lógica disso daí? Então, nós precisamos... Isso eu já, desde 2003, eu falo sobre esse negócio de política de fronteiras, Ministro Ciro Gomes, que estava trabalhando nisso, depois vieram outros Ministros da integração, até hoje essa política não saiu.

Eu tomei até a iniciativa de apresentar um projeto, estando o Governo de acordo ou não, alguém precisa se movimentar. Porque essa fronteira é uma fronteira perigosa, como aqui foi dito, muitas coisas que acontecem nos grandes centros são oriundas dessa fronteira, do Paraguai e da Bolívia, e nós conhecemos bem porque convivemos naquela região de fronteira e, ao mesmo tempo, são países que têm um potencial de crescimento grande. Essa região do Paraguai, que faz fronteira com o Mato Grosso do Sul, especialmente naquela região de Porto Murtinho, é uma região rica, de terras ricas e que se nós implementarmos políticas de desenvolvimento, de infraestrutura para aquela região, porque o Brasil também vai ser beneficiado, nós vamos ter aí novas frentes de desenvolvimento para a América do Sul.

Então, é muito importante isso. Quer dizer, nós temos que discutir essas questões todas e preocupados com a situação dos países vizinhos. Porque se os países vizinhos não se desenvolverem, eles vão trazer as suas dificuldades e os seus problemas pra dentro do Brasil. Então, nós precisamos olhar de uma maneira ecumênica, holística, uma política maior para a América do Sul, especialmente, para esses países mais carentes. A despeito de todas as vicissitudes e todas as dificuldades. Acho que esse tema de Itaipu é um tema muito importante e eu não poderia deixar de registrar, Presidente, a questão dos *"brasilguaios"*, V. Exa. colocou aqui no texto. Nós temos muitos brasileiros que vivem no Paraguai. E nós... O Governo Brasileiro tem se mostrado sensível às reivindicações do Paraguai. E, consequentemente, como de outros vizinhos nossos e, consequentemente, nós temos que olhar a questão dos *"brasilguaios"*, até porque, ao longo da campanha eleitoral no Paraguai, foi feito um discurso extremamente hostil aos *"brasilguaios"* que foram lá trabalhar, como também existem paraguaios que vivem no meu estado e trabalham e que são pessoas muito úteis à nossa sociedade. Então, eu acho que esses temas não podem ficar... Nós temos que aproveitar essa oportunidade da discussão de Itaipu para fazer uma discussão mais ampla, de Brasil, de Paraguai, de Bolívia, de América do Sul.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem, Senador Delcídio. Em relação a essa questão dos "*brasilguaios"*, que é uma preocupação que nos irmana a todos, nas conversas que o Presidente Lula manteve com o Presidente Lugo, esse ponto foi tratado. Da regularização das terras dos brasileiros que estão trabalhando pelo desenvolvimento paraguaio em território do Paraguai. E o Presidente Lugo reafirmou ao Presidente da República que iria regularizar a situação de todos esses brasileiros. Isso é o que nós esperamos que realmente aconteça, porque tudo isso que V. Exa. falou é verdadeiro. Houve nas últimas eleições dos Presidentes do Paraguai e da Bolívia uma campanha muito injusta em relação ao Brasil e em relação aos brasileiros que trabalham, tanto do lado da Bolívia, como do lado do Paraguai. E nós precisamos dar uma proteção grande a esses brasileiros.

Outro dia, numa Audiência Pública em que esteve presente o Embaixador Otto Agripino Maia, que é o Subsecretário que trata das questões relacionadas a brasileiros que vivem fora do nosso território, esse assunto foi abordado. Mas a boa notícia que todos nós recebemos foi que desse encontro entre os Presidentes Lugo e o Presidente Lula, o Presidente Lula manifestou a sua preocupação e, no momento em que fez esse gesto de boa vontade, para com um país amigo como o Paraguai, de ajudá-lo no processo seu desenvolvimento, ele também colocou como ponto de honra do Governo Brasileiro de que os *"brasilguaios"* sejam devidamente atendidos e respeitados, sobretudo, porque estão trabalhando pelo desenvolvimento também daquele país.

Mas agradeço e pediria que V. Exa., Senador Delcídio, mudando um pouco de assunto, mas podemos voltar ao mesmo tema logo em seguida, apenas para que eu não me esqueça, que na próxima segunda-feira haverá aqui o nosso primeiro painel. V. Exa. é o coordenador do Grupo de Trabalho que elaborou esta agenda, inclusive, com a sugestão dos nomes que desta agenda estarão participando agora, nos me-

ses de agosto e setembro. A nossa primeira... Nosso primeiro painel será a apresentação do desafio com a presença do Professor Glauco Arbix, do Professor Júlio Cezar de Almeida e o Professor Belluzzo. Então, eu pediria a V. Exa. que fosse, em nome da Comissão de Infraestrutura, que fosse o mediador desse debate, do nosso primeiro painel. E, ao mesmo tempo, foi votado aqui também um requerimento para que nós incluíssemos na agenda 2009-2015, Desafios Estratégicos e Setoriais, para o mês de outubro, um debate, Audiências Públicas tratando sobre a questão do marco regulatório do pré-sal.

Eu acho que, mais ou menos, nessa oportunidade o Governo Federal já terá, mais ou menos, o seu estudo completado sobre esse tema e seria muito oportuno que nós trouxéssemos à baila essa questão aqui no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura. E eu pediria a V. Exa., como coordenador desse Grupo de Trabalho, que nos ajudasse na elaboração dessa agenda, não somente nos temas, em relação aos temas específicos a serem tratados, mas também na sugestão de nomes que poderiam colaborar nesse debate. Da Comissão do Grupo de Trabalho que foi aqui votado na primeira ou segunda reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, fazem parte, além do Senador Delcídio Amaral, que é o coordenador, fazem parte o Senador Gim Argello e Flexa Ribeiro. Então, essa solicitação e esse apelo que eu faria a V. Exa., Senador Delcídio, para que na próxima segunda-feira, às 18 horas, estivesse aqui conosco para ser o mediador dessa Mesa de debates que vai apreciar o primeiro grande desafio que é a inovação tecnológica e desenvolvimento. Tem sobre a Mesa um requerimento... Podemos contar com V. Exa.?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou... Como eu fui surpreendido com o convite, Sr. Presidente, para essa segunda-feira, então eu vou rearrumar minha agenda para estar presente aqui, às 18 horas, e gostaria também, Presidente, de registrar que essa questão do pré-sal vai ser muito importante aqui. E o foro é a Comissão de Infraestrutura. Percebo que ainda há divergências dentro do Governo com o modelo que está sendo proposto ou sendo veiculado na imprensa, mas esse é um tema crucial para o Brasil e para o futuro do país.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Gostaria de ter uma intervenção aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Ministro.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É importante, Senador Delcídio Amaral, que para discussão da modelagem do pré-sal nós teremos a mensagem do Executivo. É um assunto de extrema importância e de grande complexidade, que afeta a toda legislação existente e os marcos regulatórios e o papel das agências. Aí, no caso, particularmente, a Agência Nacional do Petróleo afetando a empresa operadora que é a Petrobras. Esse é assunto de grande relevância, V. Exa. trabalhou na Petrobras, foi um dos diretores da Petrobras, o Presidente tem razão ao dizer que a Comissão de Infraestrutura do Senado tem de desempenhar um papel importante nesse setor, sobre essa matéria, mas é preciso que haja por parte do Executivo a tomada de posição para que nós possamos discutir aqui a modelagem com bastante objetividade.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Ministro. Pela ordem, Senador Gilberto para nós encerrarmos a nossa agenda--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria de... Só de...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por gentileza, Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só para concluir. Então, eu acho que esse tempo dado até outubro, no meu ponto de vista já é o suficiente para o governo fechar a modelagem que vai apresentar ao Congresso e muito provavelmente uma modelagem de partilha com a nova estatal, com a Petrobras operando os campos do pré-sal, e tendo eventualmente sendo contratada diretamente dependendo do perfil do campo a ser explorado e, consequentemente, a produzir dentro desses... Dessa... Dessa nova era que nós, o Brasil, mais do que nunca, vivencia com o pré-sal.

Então, Sr. Presidente, acho que até outubro é suficiente, mas eu já vou me adiantar e já vou indicar algumas pessoas, inclusive, para se fazer o contraditório, pessoas que defendem o regime de concessões hoje, *vis à vis* com o regime de partilha e pessoas também... Acho que, trazer grandes empresas que operam pelo mundo nos países do oriente médio, da África, enfim, até pra que a gente ouça a experiência de cada um, a Noruega, algum representante que tem escritório aqui no Rio de Janeiro, então, isso seria muito bom. Vou preparar isso rapidamente, junto com a equipe que vai coordenar a indicação dos nomes e dos temas. E Sr. Presidente, só fazendo coro e eu cometi um ato falho, que o problema não é só com os *"brasilguaios"*. V. Exa. lembrou bem, é com também quem está na Bolívia. E a minha cidade é diretamente impactada por esse problema também que acontece na Bolívia. Então, nós precisamos encontrar uma saída, encontrar uma solução.

Sr. Presidente, só por uma questão de ordem, porque daqui a pouco começa também a CPI da Petrobras, V. Exa. também é titular, eu estou pedindo a retirada, eu já... Através da minha Assessoria já solicitei a retirada do Item 13 da pauta, que eu sou o Relator, até porque o Ministério de Minas e Energia pediu um tempo para fazer algumas discussões conosco, com a Comissão de Infraestrutura, então, pediria só a retirada de Pauta do Item 13.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O pedido de V. Exa. será atendido, Senador Delcídio.

Com a palavra Senador Gilberto... Pela ordem, que havia pedido. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu solicitaria à Mesa que informasse se nos painéis de setembro e outubro estão previstos... Está previsto algum painel que diga respeito à navegação fluvial brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim, está previsto. Está previsto. Hidrovias, navegação fluvial... Já está previsto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de colocar a nossa preocupação, da bancada do Estado do Mato Grosso que tivemos, nessa semana, audiências, com os principais Ministérios envolvidos, que tem um Grupo de Trabalho no sentido de compatibilizar uso múltiplo dos recursos hídricos, objetivando os potenciais hidráulicos, as eclusas e a dificuldade que se tem hoje de compatibilizar isso aí, principalmente, no caso da importância do Complexo Teles Pires, Tapajós para a infraestrutura de logística do Estado do Mato Grosso e do Pará. Então, nesse sentido, eu gostaria de contar com a participação... Do Senador Delcídio Amaral, que é o coordenador desses painéis, para nós reavaliarmos o painel que está proposto, no sentido de se adaptá-lo às necessidades que no momento estão presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O pedido de V. Exa. será atendido, Senador Gilberto Goellner, e o coordenador do Grupo de Trabalho, Senador Delcídio Amaral estará tomando as providências devidas, inclusive, com a participação do Sr. Ministro Vice-Presidente desta Comissão, Ministro Eliseu Resende, como todos nós sabemos, é um profundo conhecedor, um mestre nessa questão, particularmente, no setor de transportes fluviais, questão de eclusas e assim por diante.

Eu passo a palavra para nós iniciarmos logo em seguida a apreciação da nossa Pauta ao Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A minha palavra é exatamente sobre a Pauta, Sr. Presidente. Acompanhando as discussões aqui, foi muito focalizado o problema do óleo diesel, e a sua... Como ele onera a produção agrícola nas suas diferentes finalidades. A pauta tem aqui, Sr. Presidente, o Item nº 01. Um projeto de lei de autoria do Senador Marconi Perillo com o relator, o Senador Efraim Morais. O relator não está presente. Achamos que essa matéria deveria ser discutida hoje, talvez, V. Exa. possa designar um relator *ad hoc*. E eu quero tecer uma consideração rápida, por que eu dou esse destaque a esta lei? É um projeto de lei que tem muito mérito, porque há uma tributação que onera o preço do óleo diesel. O óleo diesel tem aplicações múltiplas. Ele é usado como combustível automotivo. E é responsável pelo deslocamento de todas as cargas no Brasil. Qualquer que seja o deslocamento. Seja por caminhão, seja por composição ferroviária acionada por locomotivas, seja através dos motores dos navios.

Então, há uma relação direta entre os fretes brasileiros aplicados às cargas que se deslocam e o preço do óleo diesel. O Governo, dentro da doutrina tributária, aplicou aqui, pela primeira vez na história tributária do país, um tributo que é preconizado pela Constituição, chamado contribuição de intervenção no domínio econômico. Que nós simplificadamente chamamos de CIDE. É a CIDE sobre combustíveis. É uma pena que nós não possamos, não tenhamos usado a CIDE para outras aplicações. Porque é um tributo, na maneira como ele é colocado na legislação tributária, de grande eficiência. É uma intervenção econômica através de um tributo novo para regular o mercado daquela atividade.

No caso específico do óleo diesel chegou-se à conclusão de que a infraestrutura viária de transportes do Brasil é extremamente deficiente e implica num consumo excessivo ou talvez desperdiçado de combustível automotivo, particularmente, de óleo diesel. São as estradas estragadas, e existem estudos que mostram que quando se transforma uma estrada esburacada numa estrada de superfície lisa, nós fazemos uma economia de quase 25% no consumo de óleo diesel e de gasolina no Brasil. Portanto, introduziu-se esse tributo, CIDE, sobre os combustíveis automotivos para gerar recursos. É claro que o tributo onera o usuário do transporte. Mas quando o tributo é aplicado de acordo com a lei e a Constituição, aperfeiçoando, vinculadamente ao setor, o sistema viário, então, há uma redução de consumo. As consequências de benefícios econômicos dessa redução de consumo desonera a economia e desonera o usuário em montantes suficientes para cobrir o efeito do tributo ou o prejuízo do tributo, em favor da economia, para o usuário e, particularmente, a economia da nação. Foi introduzida então a CIDE, e

está funcionando. Nós pecamos, entretanto, em alguns aspectos. Primeiro, essa vinculação nem sempre é respeitada. E há o chamado contingenciamento aplicado dentro da própria CIDE que foi criada para produzir o seu efeito dentro da doutrina tributária.

Outro ponto que se destaca é uma falta de sintonia e de racionalidade na aplicação do tributo ao óleo diesel. Porque o óleo diesel como combustível para o transporte deve ser taxado com a CIDE. Mas o óleo diesel tem outras aplicações. Ele é utilizado como insumo ou como fator de geração de energia termoelétrica. E é usado na produção agrícola. Não é justo, portanto, que o óleo... que a CIDE se aplique sobre o diesel consumido na produção agrícola e o diesel consumido na geração térmica. Isso tem que ser alterado e o Executivo tem de produzir um mecanismo próprio para que a isenção recaía sobre a produção térmica e a produção agrícola sem recair sobre o combustível automotivo. Há esse Projeto de Lei que está aqui, de autoria do Senador Marconi Perillo, que é de grande mérito. O relator é o Senador Efraim Morais.

Eu quero antecipar, Sr. Presidente, para enaltecer que esse tema é importante e deve ser aprovado com a brevidade possível, em decorrência da discussão dessa matéria aqui nas preliminares dessa reunião. E que isso se transforme em lei imediatamente para que nós possamos racionalizar a aplicação tributária sobre o óleo diesel para evitar as distorções na produção agrícola e na produção térmica. Temos outras distorções. Recentemente nós analisamos aqui na Comissão de Infraestrutura a CIDE aplicada sobre a gasolina com a isenção do querosene para aviação. O querosene para aviação não paga CIDE, mas a gasolina paga. No entanto, existe a aviação mais... Menor, de pequeno porte, que é acionada por gasolina de aviação. Então, neste caso também nós temos que tirar da gasolina a CIDE quando ela é consumida na Aviação Civil. Eu queria chamar atenção desse aspecto para que isso possa presidir a discussão da matéria relacionada aí com este Item 01 da pauta.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Ministro, Senador Ministro Eliseu Resende. Sobre a Mesa há uma solicitação da Senadora Serys para inversão da pauta para que votemos primeiramente o Item nº 05. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Com a palavra a Senadora Serys, e em seguida passaremos ao Item 1º e eu solicitaria saber... Eu gostaria de saber do Senador Jayme Campos se ele aceitaria ser o Relator *ad hoc* desta matéria. Em seguida estaremos então tratando do Item nº 01, tendo como Relator ad hoc o Senador Jayme Campos.

Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Projeto de Lei do Senado nº 186/09 que altera a Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005 que cria a Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC, e dá outras providências para revogar a exigência de que 20% dos militares em exercício na agência retornem ao comando da Aeronáutica a cada ano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores. O projeto em análise pretende revogar dispositivo da lei de criação da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, determina o retorno à Aeronáutica dos militares da ativa em exercício na agência. A razão mínima é de 20% ao ano. É feito ainda ajuste em outro dispositivo que faz emissão àquele que se pretende revogar. Apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto tem origem no relatório final da Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios. Na justificação argumentos que prazo de cinco anos a razão de 20% ao ano para substituição dos militares em exercício na agência dos servidores civis concursados é muito curto, tendo em vista a carência de quadros civis e a necessidade de convivência entre servidores novos e antigos, necessária para que as rotinas e o conhecimento adquiridos ao longo do tempo não se percam.

Tendo em vista que muitos desses profissionais desempenham atividades críticas para a segurança Aeronáutica, considera-se que a aplicação dessa regra pode comprometer gravemente o funcionamento da agência. Assim sendo, a revogação desse dispositivo permitirá que a substituição de militares por civis seja feita de forma gradual de modo a não colocar em risco a segurança dos passageiros. O projeto foi distribuído às Comissões de Serviço de Infraestrutura e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Análise. Criada pela Lei nº 11182, de 27 de setembro de 2005, a ANAC substitui o departamento de Aviação Civil do comando da Aeronáutica tarefa de regular e fiscalizar as atividades de Aviação Civil e de infraestrutura Aeronáutica e aeroportuária. O quadro demonstrativo dos empregos e cargos efetivos da agência constante no Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional foi vetado pelo Presidente da República. A estrutura de Recursos Humanos da ANAC foi fixada pela Medida Provisória nº 269/05 posteriormente transformado na Lei 11.292/2002. O quadro de servidores efetivos previstos seria 922 especialistas em regulação de Aviação Civil, 394 técnicos em regulação da Aviação Civil, 307 analistas administrativos e 132 técnicos ad-

ministrativos, além da distribuição de 50 procuradores federais. Além desses cargos efetivos, foram criados 394 cargos comissionados. Como medida de transição, a lei determinou o exercício imediato na agência dos militares que estivesse exercendo as atividades que lhes foram atribuídos. Para obrigá-los foram criados... Para abrigá-los, foram... Desculpe. Para abrigá-los foram criadas 209 gratificações de exercício em cargo de confiança reservados aos oficiais generais e oficiais e 108 gratificações de representação pelo exercício de função reservados aos graduados. Esses profissionais militares devem, entretanto, retornar à Força Aérea ao longo de cinco anos a contar da data da instalação da agência, a razão de 20% ao ano com que as respectivas gratificações são extintas.

Tendo em vista que a instalação da agência se deu por meio de Decreto nº 5731 de 20 de março de 2006, conclui-se que a data final para o retorno de todos os militares à Aeronáutica é 21 de março de 2011. Apesar de iniciativa louvável que demonstra preocupação da Subcomissão de Marcos Regulatórios com a garantia da prestação de serviço público com qualidade em um ramo que requer toda a estrutura para funcionar ao controle do espaço aéreo da aviação comercial, a medida não merece prosperar por padecer de vício de iniciativa.

Pela proposta que ora se analisa, a existência de militares da Aeronáutica trabalhando por tempo indeterminado na ANAC é inconstitucional por contrariar o Estatuto dos Militares. O estatuto prevê excepcionalmente o afastamento de militares por até dois anos, inciso XV, do art. 98 da lei nº 6880 de 1980. A lei da ANAC já excepcionou esta regra fixando prazo de até 60 meses dispositivo temporal, justamente para transição das atividades do Departamento Aviação Civil, DAC, órgão que integrava o comando da Aeronáutica para aquela agência. Além disso, interfere na autonomia administrativa da ANAC pelo Poder Legislativo estar impondo à administração pública Federal regras para a sua organização especialmente no que se refere ao quadro funcional.

Em que pese o mérito da proposição não podemos acatá-la por inconstitucionalidade formal visto que a competência para dispor sobre administração pública é do Poder Executivo.

Ante o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 186/09.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro... Desculpe.

Com a palavra o Senador Presidente da Comissão de Ética do Senado Federal, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente Fernando Collor, eu acompanhei com a maior atenção a análise feita pela Senadora Serys e me parece, tenho certeza que ela foi a fundo na questão. De fato, não pode esta Comissão, por mais bem intencionada que seja a proposição ou ao projeto, ele acolher uma proposta inconstitucional.

A minha indagação à Senadora é se este projeto já passou pela Comissão de Justiça. Não foi. Não foi. Mesmo assim... Vai agora?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Vai agora. É, eu [ininteligível] aqui nele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Votando essa matéria aqui, em seguida ela irá à Comissão de Constituição e Justiça.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Foi distribuída à Comissão de Infraestrutura.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Foi distribuída também à Comissão de Justiça? Que ainda vai à Comissão de Justiça. O alerta de V. Exa. [ininteligível] e que acaba de nos dar essa lição. Que a matéria é inconstitucional. E eu apóio V. Exa. Obrigado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório que conclui pela rejeição do projeto. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passamos agora ao Item nº 01 da pauta, do projeto... Trata do Projeto de Lei do Senado nº 597/07, que tem como relator *ad hoc* o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Se me permite, Sr. Presidente, queria até fazer um adendo retroagindo as palavras do Senador Gerson e Senador Delcídio em relação aos benefícios e os prêmios que o Governo Federal tem dado a alguns países, sobretudo ao Paraguai agora e deu lá atrás à Bolívia com a expropriação da Petrobras naquele país.

Complementando aqui as palavras do Gerson, quando mostra sua indignação em relação a não cobrança do Governo Brasileiro em relação ao Governo do Paraguai, nós fazemos divisa com a Bolívia. São 700 quilômetros de divisa seca. Não temos nenhuma presença do Governo Federal através das tropas federais. Só para dar um exemplo aqui, Delcídio, só no sábado retrasado, na capital do Estado, Gerson, foram roubados 25 caminhonetes em Cuiabá. Foram 25 caminhonetes em Cuiabá. Das 25 caminhonetes, 24 foram para a Bolívia, para São Matias. E por incrível que pa-

reça, existe agora uma agência, ou seja, agenciador. Se nós mato-grossenses queremos ter de volta o nosso veículo, nós temos que ir lá procurar um agenciador e esse agenciador nos cobra e aí retorna o carro muitas vezes pagando... Isso é claro, por isso estou assombrado. Você vai lá paga 20% do carro, 25%, aí você tem de volta o seu carro. A compactução de Governo Brasileiro, acho que até certo ponto as próprias polícias nossas e, sobretudo o Governo boliviano. É um escanio(F). É uma vergonha. Lamentavelmente, nós não temos nenhum instrumento, uma ferramenta, a presença das tropas federais que podia fazer até de forma precária porque nós não podemos esclarecer... São 700 quilômetros de divisa seca. Então só pra dar um exemplo a V. Exa. da... Do estado de petição e miséria que nós vivemos em relação a essa política fronteiriça do Brasil com a Bolívia, com o Paraguai.

Mas vamos, especificamente, concluindo aqui pedir ao valoroso companheiro Delcídio Amaral que entende, que é professor do assunto, Mato Grosso tem um potencial fantástico que V. Exa. conhece e demais conhecem aqui. Está se lançando agora a concorrência, ou seja, já teve as audiências públicas e agora efetivamente vai concretizar. São cinco usinas elétricas no longo do rio Teles Pires, Tapajós. Nós mato-grossenses, Presidente Collor, não podemos concordar que aquele potencial hidráulico fantástico não vai ser permitido a navegabilidade do seu rio por falta de algumas eclusas. Na medida, Delcídio, nós tivemos lá algumas eclusas que tem um valor estimado da ordem de 2.5 bilhões de reais, nós vamos permitir a sua navegabilidade saindo até [ininteligível] do Tapajós e isso diminui, sobremaneira, os nossos custos. Só pra dar um exemplo, Presidente Collor, se nós construirmos essas eclusas lá ou corredores, nós vamos melhorar sobremaneira no sentido de reduzir os nossos custos de produção no nosso transporte.

Este ano o Governo Federal está dando de prêmio para subsidiar o... Prêmio para fazer um complemento do preço mínimo do milho, algodão, etc., um bilhão de real só. Em três anos, nós gastando um bilhão por ano, em dois anos, três anos, está pago. Está pago essa obra que o Governo Federal vai fazer. E para a minha tristeza, de quando a nossa bancada esteve com o Ministro Edison Lobão esta semana, lamentavelmente nenhum sinal de boa vontade. Parece deu entender que o Governo Brasileiro é um diferenciado do outro. O Governo Brasileiro é um só, nós temos que fazer um trabalho conjugado, Ministério dos Transportes, junto com o Ministério de Minas e Energia, ANAC, ANTAQ, etc, etc, etc. Eu imagino que a Comissão de Infraestrutura, liderado por V. Exa., nós temos que fazer alguma coisa. Tanto é verdade que depois de 20 anos [ininteligível] agora fazendo lá uma eclusa que talvez, que na oportunidade, nós gastaríamos apenas 30% do valor que está sendo gasto hoje. Na época se fazia com 300 milhões. Hoje está gastando 850 milhões de reais. Então imagina que a Comissão de Infraestrutura tem o poder de interferir. Não é possível que agora estão dando essas quatro, cinco concessões no leito do rio e Mato Grosso lamentavelmente vai ficar à margem certamente daquele... Daquela logística que fundamentalmente seria... Eu acho que a grande conquista do século de todos nós que estamos no longo daquela área de produção na região Brasil central que certamente que tem contribuído muito com a nossa balança comercial.

Um apelo que faço a V. Exa., se possível nós convocarmos aqui o Ministro Edison Lobão para dar uma explicação do porque não o mínimo de participação de boa vontade por parte do Ministério de Minas e Energia em relação a essas hidrovias que certamente poderão ser feitas nos leitos dos nossos rios brasileiros.

Mas, Sr. Presidente, efetivamente na matéria, tendo em vista que já se encontra aqui nesta Comissão, eu vou à fase da análise. É muito louvável o propósito do Senador Marconi Perillo de procurar conter a alta de custo de duas importantes atividades da economia brasileira. Sabe-se que o preço do diesel tem grande impacto no custo da geração das termoelétricas e também da produção agrícola. A CIDE, atualmente cobrada sobre o diesel a razão de 390 metros cúbicos, segundo a lei 10.636/02, constituiu ônus significativo para a produção agrícola. Conforme cálculo apresentado ao parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o diesel paga 0,39 por litro relativamente a CIDE, e no caso da soja isso representa um custo adicional de 23.40 por hectare. A contribuição pode corresponder a mais de 1% do faturamento na produção de soja. As explicações de isenção proposta para os preços dos alimentos são evidentes. Poder-se-ia obter uma redução de preços para o consumidor sem precisar comprometer a margem de lucro dos produtores. Ademais, quando se compara a alíquota da CIDE sobre o diesel, com a alíquota cobrada sobre os outros combustíveis, observa-se que o diesel está em posição de desvantagem em relação ao álcool etílico que paga 37.20 por metro e o óleo combustível que paga 40.90 por tonelada. Isto significa que o produtor tem um incentivo para usar o álcool, óleo combustível em suas máquinas, às vezes em prejuízo do funcionamento eficientemente em seus equipamentos.

Em relação à geração de termoelétrica, a isenção da CIDE também é vantajosa para o consumidor. Com uma parcela importante do valor arrecadado, é utilizado para subsidiar o combustível utilizado da ge-

ração termoelétrica, a não cobrança da contribuição significará que o diesel ficará mais barato e, portanto o volume de subsídios financiados pela CIDE também poderá ser reduzida. O impacto sobre os preços não deve assim ser tão significativo.

Voto, Sr. Presidente. Em face do exposto somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 597/07 com a emenda da redação nº 01, CRA aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto com a emenda nº 01 da Comissão de Reforma Agrária, aprovada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como estão. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos passar ao Item nº 10 da pauta, cujo relator é o Senador Gilberto Goellner, é o Projeto de Lei do Senado nº 213 de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de passar a palavra ao relator, Senador Gilberto Goellner, questão de Ordem, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu estava ligeiramente desatento. O Deputado(sic) Delcídio havia combinado comigo, pedir vistas do Item 9. Eu não sei se foi esse que foi aprovado agora. Não? Ainda não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, não. Irá depois. Assim que seja dado conhecimento do relatório, Senador Paulo Duque, assim que seja dado conhecimento do relatório.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está certo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, relator do Item 10 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 213/09.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Trata-se do Projeto de Lei nº 213/09 que altera o art. 1º da Lei 9478 de 06 de agosto de 1997, para determinar que a produção de biocombustíveis seja regida por critérios socioambientais.

Relatório. Vem à apreciação dessa Comissão de Infraestrutura o Projeto de Lei nº 213 de autoria do Senador Valdir Raupp. A proposição visa determinar que a produção de biocombustíveis seja regida por critérios socioambientais e para tanto altera o art. 1º da Lei nº 9478 que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política energética e a Agência Nacional de Petróleo e dá outras providências. O PLS nº 213 está estruturado sob a forma de dois artigos. O primeiro, que é o art. 1º, acrescenta a esse Parágrafo Único, um Parágrafo Único por meio do qual se estatui que a produção de biocombustíveis deva ser realizada com a produção de critérios socioambientais. O dispositivo proposto cita como exemplo a não utilização de trabalho infantil ou escravo e a evitação do desmatamento de florestas ou de vegetação nativa. O art. 2º da proposição faz com que a lei entre em vigor na data de sua publicação. A matéria foi lida em Plenário em 26 de maio de 2009 e remetida às Comissões de Infraestrutura, controle... Meio ambiente e cabendo a última decisão terminativa.

Análise. A cadeia de produção dos biocombustíveis especialmente do bioetanol, neologismo setorial que identifica o etanol renovável produzido a partir da biomassa vegetal, cana-de-açúcar, vem sendo alvo de exigências cada vez mais rígidas quanto a critérios de sustentabilidade. O mercado mundial, especialmente o europeu, associa-se à busca de garantias exigidas pelas organizações governamentais e não-governamentais de diversos países interessados em cobrar dos produtores de biocombustíveis a adoção e prática de critérios socioambientais em sua cadeia produtiva. Essas garantias para a grande maioria dos que as exigem devem ser atestadas por meio de mecanismos confiáveis, capazes de assegurar que a utilização de processos agroindustriais para a produção desses combustíveis não vá de encontro aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto a não utilização de trabalho infantil ou escravo é um dos critérios mais frequentemente citados nas reuniões internacionais. E muitos desses encontros sobre o comércio exterior e com motivações diversas, essa linha de argumentação utilizada para justificar barreiras não tarifárias. Deve-se lembrar que o protecionismo nas economias centrais e a pressão de indústrias transnacionais de alimentos configuram uma atuação marcada por interesses políticos que guardam estrita imbricação com a louvável preocupação acerca dos impactos socioambientais das cadeias produtivas dos biocombustíveis, em especial a do bioetanol.

Assim, os biocombustíveis exportados pelo Brasil que não atenderem aos critérios estabelecidos,

poderão encontrar cada vez mais dificuldades de inserção no mercado internacional, além de não serem contabilizados no cálculo relativo ao atendimento das metas de adição de combustíveis renováveis a combustíveis fósseis. Portanto, o país necessita dar respostas consistentes à comunidade internacional por meio da regulamentação de critérios socioambientais rígidos para a produção de biocombustíveis. O PLS nº 213 ao estatuir que a produção de biocombustíveis deva ser realizada com observação de critérios socioambientais, enfatizando a não utilização de trabalho infantil ou escravo e a evitação do desmatamento de florestas ou de vegetação nativa, é uma iniciativa inovadora. Coerente com a visão estratégica de oferecer garantias capazes de reduzir ou eliminar eventuais resistências da comunidade internacional aos biocombustíveis produzidos no país, a proposição materializa o sentimento nacional de que nosso desenvolvimento econômico seja construído em bases sustentáveis e socialmente justas. Por isso, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 213, de autoria do nobre Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, acho altamente louvável e consistente a apresentação dessa proposta da iniciativa do Senador Valdir Raupp e assim também o relatório substancioso proferido pelo Senador Gilberto Goellner. Trata-se realmente de uma matéria que é apresentada inteiramente em harmonia com o pensamento do Brasil, já edificado em conferências internacionais, como por exemplo, a Eco 92 do desenvolvimento sustentável realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, que depois teve consequência numa outra conferência internacional realizada em Istambul, se não me engano no ano 2000, que ficou estabelecido que o desenvolvimento ele tem que ser feito em bases substanciais, observando o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e o meio ambiente.

Então, esse projeto ele se coaduna com esse espírito de observância do pensamento do Brasil e de organismos internacionais que tratam do desenvolvimento sustentável, mas atendendo aos ditames da evitação de desmatamento de florestas ou de vegetação nativa, ou seja, isso configura desenvolvimento sustentável. Por isso eu quero parabenizar e dizer que votarei favorável ao parecer do eminente Senador Gilberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir... Desculpe, Senador Paulo Duque com a palavra para discutir.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O projeto, pelo visto, e o parecer, falam aqui em não utilização de trabalho infantil ou escravo. São duas noções, Presidente, que os políticos brasileiros, principalmente o Senado, que representa o Brasil, tem que levar a ferro e fogo essa questão. Trabalho infantil, isso é um absurdo para o Brasil de hoje, com a comunicação fácil, com os meios de comunicação. Trabalho escravo, então, nem se fala. É evidente que... Esta prevenção ou este alerta sai do Senado em boa hora com esse parecer. Muito boa hora. E cada vez mais nós temos que zelar pelo futuro das nossas crianças e pela extinção total de um vício que não se coaduna mais com o patriotismo, com o Brasil de hoje, com o Brasil moderno. O trabalho escravo, inconcebível hoje. Uma hora que pensa-se em até em reduzir a jornada de trabalho. De maneira que foi bem oportuno esse parecer do Senador Gilberto Goellner tão interessado e tão conhecedor dos problemas do campo e que nós do asfalto tanto ignoramos. Eu quando vejo aqui o debate sobre as fronteiras, Mato Grosso, 700 quilômetros, as eclusas, etc e tal, estou imaginando nós do Rio de Janeiro e V. Exa. também, Senador por dois Estados, por Alagoas e pelo Rio, fica imaginando como é que seria aquilo lá, nós que não conhecemos bem. Eu pelo menos que não conheço bem aquilo lá. Temos que apoiar, nós do asfalto apoiar com intensidade, com entusiasmo e permanentemente essas questões que vem do interior e que são desconhecidas por nós.

Era isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Senador Paulo Duque. Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Gilberto Goellner de matéria cuja autoria é o Senador Valdir Raupp que conclui pela aprovação do projeto. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Passamos ao Item número...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de solicitar inversão de pauta e colocar o Item 6 que também é não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Gilberto Goellner solicita a inversão da pauta. Aqueles que estiverem de

acordo com a votação agora do Item nº 6 permaneçam como estão. Aprovado.

Em votação o Item 6 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 37/09 de autoria do Senador Expedito Júnior, relator Senador Gilberto Goellner. Com a palavra o relator.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, gostaria que o Senador Eliseu Resende estivesse presente, parece que ele teve que se ausentar, mas ele volta, porque ele já externou a sua posição a esse projeto. Esse projeto é de autoria do Senador Expedito Júnior, que é o projeto... PLS nº 37 e que ele altera a Lei 9250 e a Lei 9532 para permitir a dedução do Imposto de Renda das pessoas físicas, das despesas com pagamento de pedágio em rodovia Federal, bem como permite dedução idêntica do Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

A proposição possui cinco artigos. O primeiro insere inciso VIII no art. 12 da Lei nº 9250 para possibilitar na forma do regulamento a redução do Imposto de Renda devido pela pessoa física das despesas comprovadamente realizadas no ano calendário com o pagamento do pedágio em rodovia Federal até o limite de 80% do valor do imposto sobre o IPVA, efetivamente pago, relativamente a veículo de probabilidade do contribuinte.

O art. 2º altera o art. 22 da Lei 9532 para estabelecer que a nova dedução fica inserida no limite global de até 6% do imposto devido, atualmente fixado para o somatório das deduções referentes aos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, bem como os projetos culturais e as atividades audiovisuais.

O art. 3º estende o benefício às pessoas jurídicas que apuram Imposto de Renda pelo lucro real. O art. 4º determina que o Poder Executivo faça estimativa do montante da renúncia de receita originada pela aprovação da norma com o objetivo de cumprimento da Lei nº 101.

O art. 5º estabelece entrada em vigor da lei na data de sua publicação. Mas o seu Parágrafo Único suspende a eficácia do benefício fiscal até 1º de janeiro do ano subsequente a aquele que foi implementado o disposto no art. 4º.

Segundo a justificação, a política de concessão de rodovias e de instituição de pedágio pela sua utilização, vem sendo cada vez mais difundida. Dessa forma o cidadão está sendo duplamente onerado, pois além de pagar os tributos devidos, mormente o IPVA, ainda se vê obrigado a arcar com os custos do pedágio. Assim, assevera que a circulação de bens e pessoas num país de extensão do Brasil, em que o transporte ferroviário é essencial, está sendo crescentemente onerado.

O projeto, portanto, tem como objetivo reduzir o ônus do cidadão compensando no Imposto de Renda parte da despesa oriunda do pagamento de pedágio em rodovias federais.

Não foram apresentadas emendas ao PLS. Após a análise por essa Comissão a proposição segue para a Comissão de Assuntos Econômicos onde será apreciada em caráter terminativo.

Nós expusemos nosso voto favorável. Eu já me manifestei há pouco, Sr. Ministro Eliseu Resende, o Senador Eliseu Resende já deu a sua contribuição numa sessão anterior dizendo que esse projeto do qual foi pedido vistas e não foi acrescentado nada, ele estaria em... em desacordo, porque ele... Dificuldade na área de tributação. Então, mesmo que se saiba que esse projeto irá reduzir o custo, o custo Brasil, beneficiando tanto pessoas físicas como jurídicas, no concernente ao custo do pedágio que seriam descontados quando da... do pagamento dos impostos de renda dessas duas pessoas física e jurídica, a nossa manifestação foi pela aprovação do projeto, o qual eu submeto à apreciação dessa Casa, dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu indago... Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de saber se V. Exa. confirma que esse projeto já... Alguém já pediu vista anteriormente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, não foi pedido vista ainda do projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então eu tenho dúvidas sobre a constitucionalidade dessa matéria muito embora nós saibamos no Brasil que a carga tributária seja bastante alta e tem atingido um patamar histórico que incomoda a todos os contribuintes brasileiros. Eu quero crer que do ponto de vista legal ela... Essa... Essa matéria é de duvidosa constitucionalidade.

Entretanto, em atenção ao autor e o relator, eu peço vista para fazer um estudo mais acurado, mesmo porque há uma recomendação do Ministério da Fazenda de que essa matéria deva ser estudada com mais cuidado. Por isso que eu vou dar oportunidade do Ministério com a aquiescência de V. Exa., Ministé-

rio da Fazenda para fazer o estudo sobre a matéria. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu concedo a vista solicitada pelo Senador Antonio Carlos Valadares sem prejuízo da observação que o Senador Ministro Eliseu Resende gostaria de fazer a respeito da matéria.

Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de fazer uma observação, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Essa matéria já foi discutida também, salvo melhor juízo, na Comissão de Assuntos Econômicos. Ela dá isenção do pagamento do pedágio mediante desconto ou dedução do Imposto de Renda. A minha opinião é de que isso tem um caráter que afeta bastante a Justiça Tributária. Aqueles que pagam Imposto de Renda pode descontar o pedágio do Imposto de Renda pela lei. Mas e aqueles que tem isenção do Imposto de Renda porque recebem pouco, tem uma renda baixa? Esses vão pagar pedágio. Então, nós estamos isentando do pedágio quem tem renda maior e estamos obrigando a pagar pedágio aqueles que tem isenção do Imposto de Renda. Eu acho que isso constitui por si e de per se um fator importante para que essa matéria, pelo menos na minha opinião, não seja aprovada.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende, pelas suas considerações. Não continua em discussão porque o Senador Antonio Carlos Valadares pediu vista do... Pediu vista do Projeto de Lei nº 37, cujo relator Senador Gilberto Goellner acabou de proferir seu relatório. Com vistas pelo prazo regimental de cinco dias ao Sr. Senador Antonio Carlos Valadares.

Em relação... Agora passamos ao Item 8 da pauta, não terminativo, aviso nº 9/09, baseado na origem no aviso nº 120 de 18 de fevereiro de 2009, como disse, não terminativo, e eu gostaria... Encaminhe ao Senado Federal cópia do acórdão 241/09, proferido nos altos do processo do Tribunal de Contas nº 002.81/2006-6 referente ao acompanhamento de licitação para concessão de serviços de transporte de passageiros por meio de trem de alta velocidade no trecho compreendido entre os Municípios de Rio de Janeiro e São Paulo. O autor é o Presidente do Tribunal de Contas da União, relator *ad hoc* Senador João Durval.

Com a palavra o Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Relatório. O aviso nº 9/09, aviso nº 120 de 18/02/2009, na origem, do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão nº 241/09, bem como do relatório e do voto que o fundamentam. Proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas nº 0028112006-6, instaurado para acompanhar o processo de licitação conduzido pela empresa pública VALEC, Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, para concessão do serviço de transportes ferroviário de passageiros a ser operado com trens de alta velocidade entre as capitais do Estado do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo.

Dos termos do mencionado acórdão, o Plenário do Tribunal de Contas da União deliberou no sentido de: A) considerar prejudicada a análise da concessão de outorga dos serviços de TAV entre Rio de Janeiro e São Paulo, em virtude de alterações ocorridas no projeto originalmente apresentado ao Tribunal de Contas da União e da desatualização dos estudos de viabilidade da referida concessão.

Da ciência dessa decisão, a VALEC condicionando a retomada do processo apresentação de novos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e demais documentos previstos na Instrução Normativa nº 27/1998 para o acompanhamento da concessão em tela. Encaminhar cópia do acórdão aos diversos órgãos e autoridades com interesse na matéria, com destaque para as duas Casas do Congresso Nacional e no âmbito do Poder Executivo, o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. Determinar ao setor competente do Tribunal de Contas da União que acompanhe a apresentação dos novos estudos de que trata o Item B. Nesta Casa, o aviso nº 9/09 do Presidente do Tribunal de Contas da União foi distribuído à Comissão de Serviços de Infraestrutura e à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Anteriormente ao acórdão de que trata o aviso em pauta, o acompanhamento da licitação para a concessão de outorga aos serviços de TAV entre o Rio de Janeiro e São Paulo foi objeto de outra decisão do Tribunal de Contas da União, acórdão 693/07-TCU, Plenário, de 25/04/07 que aprovou com ressalvas o primeiro estágio do processo.

Da decisão. Foram certificados os responsáveis pelo projeto. Passados mais de 18 meses de comunicação oficial, o Tribunal de Contas da União não havia recebido da concedente, a VALEC, qualquer nova documentação relativo ao segundo estágio da outorga, o que reflete a falta de desdobramentos do processo da concessão. Decidiu aquela corte, então, nos termos do acórdão nº 24/09-Plenário, considerar prejudicada a análise da referida concessão, tendo em vista a ausência dos pressupostos de desenvolvimento válido

e regular do processo de acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União decorrente das evidências de alteração do processo originalmente apresentado a esse Tribunal e da desatualização dos estudos de viabilidade relativos à concessão. Assiste razão ao Tribunal de Contas da União quanto à inexistência de condições para continuidade do acompanhamento, já que a documentação originalmente encaminhada ao Tribunal de Contas com essa finalidade encontra-se desatualizada e o projeto descaracterizado em função de alteração de traçado posteriormente introduzido.

Com efeito, os estudos fornecidos no início do processo consideravam que a ligação ferroviária em questão teria como extremos a Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e a Estação da luz em São Paulo. E como pontos de passagem as localidades de nova Iguaçu, Barra Mansa, Resende, Cruzeiro, Guaratinguetá, São José dos Campos e Mogi das Cruzes, conforme descrito no art. 6º da Lei nº 11.297 de 09 de maio de 2006. Já pela Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008 que modificou o traçado da ligação após o Tribunal de Contas da União ter concluído a primeira etapa do processo de acompanhamento e apresentado suas conclusões por meio do acórdão nº 693/07, o ponto final da ferrovia em território paulista foi deslocado da capital para o Município de Campinas.

Diante disso, restou comprometido, como bem avaliou o Tribunal de Contas da União, todo o trabalho anterior desenvolvido com base em estudos cujos parâmetros precisam ser inteiramente revisados. Não apenas em face da alteração promovida no traçado, mas também do longo tempo transcorrido desde o início dos trabalhos sem que a empresa concedente tenha dado qualquer andamento ao processo ou feito qualquer atualização junto àquele Tribunal.

Nesse sentido estamos anexando sugestão de requerimento dirigido ao Ministério dos Transportes ao qual se vincula a VALEC com o propósito de solicitar informações sobre as providências adotadas pela empresa quanto à elaboração e ao encaminhamento do Tribunal de Contas da União dos estudos mencionados no Item 9.2 do acórdão nº 241/09, TCU, Plenário, ora sob exame dessa Comissão.

Em face do exposto, concluo pelo conhecimento por esta Comissão da matéria constante do aviso nº 9/09 do Tribunal de Contas da União e pelo seu posterior arquivamento. E B) pelo encaminhamento à Mesa do Senado Federal do anexo. Requerimento de informações ao Ministro de Estado dos Transportes. Sala das comissões, etc e tal.

Requerimento. Requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Nos termos do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes que preste informações acompanhadas de documentação correspondente se houver sobre as providências adotadas pela VALEC, Engenharia, Construções e Ferrovias, empresa pública vinculada a este Ministério com relação ao disposto no Item 9.2 do acórdão nº 241/09, TCU, Plenário, por meio do qual o Tribunal de Contas da União comunica aquela empresa a necessidade da apresentação de novos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e dos demais documentos previstos na Instrução Normativa nº 277/1998. Com vistas ao acompanhamento da concessão de serviços de transporte ferroviário de passageiros por meio de trens de alta velocidade a ser implantado na ligação entre as capitais dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sala das sessões, Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador João Durval, relator *ad hoc* do aviso nº 9/09 do Tribunal de Contas da União. Está em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas uma observação, Sr. Presidente. No momento que essa Comissão toma conhecimento dessa matéria relacionada com o trem bala, nós gostaríamos de manifestar aqui no sentido de que a Comissão de Infraestrutura do Senado tem uma participação mais atenta ao desdobramento desses projetos.

No sistema nacional de aviação e nas atividades da VALEC, se estabeleceram três trens bala, parece que de Belo Horizonte a Curitiba também, de Curitiba a Porto Alegre, além do trem bala do Rio a São Paulo. É um assunto de extrema importância e seria bom que a Comissão de Infraestrutura do Senado fizesse um estudo se dedicasse a estudar essa questão para dar subsídios ao Congresso Nacional para aprovação dos orçamentos plurianuais e dos orçamentos anuais que trata-se de projeto extremamente oneroso que transcende talvez a capacidade nossa de investimento público. Teremos de partir para uma parceria público-privada e para a participação de concessionária, talvez não apenas concessionários nacionais, mas concessionários estrangeiros. Porque a tecnologia não é uma tecnologia totalmente adotada ou coberta pela engenharia nacional. E há uma questão relacionada com a viabilidade econômica, com estabelecimento das prioridades. Investimento tão grande que pode afetar outros investimentos no setor, e eu destaco particularmente os investimentos nos metrôs que estão paralisados, metrô de São Paulo, metrô do Rio, metrô de Porto Alegre, de Belo Horizonte, de Salvador, de

Recife e de Fortaleza, que requerem grandes investimentos em confronto e em face vis-à-vis os investimentos nos trens bala.

Então é importante aqui uma análise de viabilidade econômica mais profunda para que haja uma decisão mais objetiva e mais justa da aplicação dos investimentos nacionais nesse projeto. Há trens de alta velocidade no mundo inteiro, o Japão tem trens de alta velocidade, a Europa tem, os Estados Unidos não estão aplicando muito nesse setor, preferem trens tradicionais de velocidade média. Então é muito importante que haja uma análise mais profunda e detida da decisão brasileira de implantar esses projetos de trem bala. Essa análise... Desenvolvendo também a pergunta se a VALEC é o órgão adequado para representar o poder concedente nesses investimentos de parceria público-privada.

Eu chamo atenção, Sr. Presidente, para que a Comissão fique atenta aos desdobramentos desses projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende. Eu solicito à Secretaria da Comissão que, independentemente das providências normais que serão tomadas a partir do fim da discussão dessa matéria, que essa matéria seja guardada na secretaria e colocada como subsídio, quando da discussão de temas relacionados ao trem bala dentro da agenda 2009- 2015, desafios estratégicos setoriais da Comissão de Infraestrutura como subsídio para a discussão que será travada naquele momento.

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão. Em votação o relatório que conclui, primeiro: A) pelo conhecimento por esta Comissão da matéria constante do aviso nº 9/09 do TCU e pelo seu posterior arquivamento. E B) pelo encaminhamento à Mesa do Senado Federal do anexo requerimento de informações ao Ministro de Estado dos Transportes. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, de Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item 7 da pauta. Ofício 'S' nº 13/09 encaminha em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei 11.079/04 informações referentes à parceria público-privada realizada pelo Distrito Federal ao externo Presidente da companhia de planejamento do Distrito Federal, CODEPLAN, relator *ad hoc* Paulo Duque.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque para proferir o relatório.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores. Relator original seria Senador Gim Argello. Substituindo, passo a ler o relatório que está preparado. É sobre o ofício oriundo do Distrito Federal, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privadas, PPP, no âmbito da administração pública. Ofício trata do processo de contratação pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal chamada CODEPLAN, na modalidade de concessão administrativa para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal. O objetivo do ofício é demonstrar que os limites e parâmetros contidos na lei das PPPs estão sendo cumpridos pelo Governo do Distrito Federal. Com subsídio para o processo decisório, esta Casa recebeu vários documentos, ofício da CODEPLAN, a nota técnica sobre a concorrência, investimento para a construção do Centro Administrativo, prestação de serviços de manutenção do centro. O contrato prevê o pagamento mensal total, pagamento mensal total de 12 milhões, 698 mil reais, sendo composto por uma parcela fixa de sete milhões e uma parcela variável de cinco milhões. A parcela fixa destina-se à amortização dos investimentos da contratada para a construção das estações do Centro Administrativo. A parcela variável será paga contratada pela prestação de serviço de manutenção e operação do mesmo Centro Administrativo.

Outro aspecto destacado é a estimativa de redução das despesas mensais continuadas na ordem de nove milhões e 500 mil reais, uma vez que as despesas atuais com a manutenção, aluguel e outros gastos com o funcionamento da máquina administrativa, atinge acima de 14 milhões.

Em resumo, são essas principais informações contidas na documentação recebida pelo Senado Federal. Na forma do art. 104, inciso I do Regimento Interno, compete à CI analisar os aspectos técnicos desse aspecto almejado pelo Distrito Federal. O compartilhamento almejado não encontra correspondência nas modalidades tradicionais de contratação de obras e serviços pelo setor público, disciplinados pela Lei 8666/93 ou nos regimes de concessão e permissão de serviços públicos.

Do ponto de vista orçamentário, a contraprestação devida constitui despesa obrigatória de caráter continuado a qual é definida pelo art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, os projetos como esses, [ininteligível] subnacionais, não diferem do ato de recrutar pessoal permanente ou de expandir os serviços prestados diretamente pelo setor público.

Em outras palavras, constituídas as novas despesas caberá aos tesouros dos Estados, dos governos envolvidos, prover nos exercícios subsequentes adequada cobertura orçamentária. Assim, entendemos

que não cabe a esta Casa, diz o relator do projeto, aprovar ou desaprovar as contratações de PPS por entes subnacionais. Como será explicado adiante, as informações recebidas prestam-se tão-somente a subsidiar eventuais análises pelos órgãos competentes da capacidade dos governos envolvidos para ampliar o seu nível de endividamento ou para receber transferências voluntárias. Evidentemente, qualquer empreendimento estadual ou municipal que requeira a contratação de operação de crédito pela administração pública direta, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, precisará observar os limites e as condições fixadas por esta Casa no exercício de suas competências constitucionais, segundo a nossa Constituição Federal, art. 52, e ainda consubstanciada nas resoluções do Senado Federal nº 40 e 46.

No entanto, como são os parceiros privados que devem obter os empréstimos requeridos pelas PPPs(F), pensa que essa modalidade não está sujeita aos controles prévios definidos pelas normas setoriais. O mesmo ocorre com as regras de contingenciamento do volume de crédito das instituições financeiras em favor do setor público contidas na resolução do Conselho Monetário Nacional. Justamente pela capacidade que as propostas têm de elidir o monitoramento tanto do Conselho Municipal como do Senado Federal e do Ministério da Fazenda, a Lei nº 11.079/04 fixou limites prudenciais de comprometimento da receita corrente líquida com as despesas de caráter continuado, derivadas do conjunto de parcelas contratadas. São eles: 1% da RCL observada no exercício anterior, 1% da RCL estimada para os dez exercícios subsequentes. Trata-se de coibir eventuais excessos gestores públicos em prejuízo da gestão orçamentária dos futuros governos estaduais e municipais. O ente que não observe os limites citados está sujeito a seguintes sanções, o seu relacionamento de conduta com a União, não receber garantias para a realização, realizar operações de crédito, não receber transferência involuntária. Desta forma, admitindo-se o argumento de que os valores pagos a título de amortização a construção do Centro Administrativo do Distrito Federal, devem ser classificados como despesa de capital ou investimento, o limite fixado para as despesas de caráter continuado.

No entanto, caberá à STN classificar os pagamentos a serem afetuados pelo GDF, segundo a melhor técnica contábil. O voto do Senador relator, que é o Senador Gim Argello, é o seguinte: Em face do exposto, voto para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do ofício 'S' de 13 de 2009, devendo-se, ademais, enviar cópia do presente... Da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar onisciência ao órgão competente nos termos da Lei 11.709/04. É um pedido simples, para minha opinião, essa Comissão tomar ciência, conhecimento desse ofício que na minha opinião também deva ser distribuído para todos os membros integrantes dessa Comissão, devendo-se, ademais, enviar cópia da deliberação ao Ministério da Fazenda.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Paulo Duque. A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui para que essa Comissão de Serviço de Infraestrutura tome conhecimento do ofício 'S' 13/09 devendo-se enviar cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para dar ciência ao órgão competente nos termos na forma do § 1º do art. 28, da Lei 11.079/04. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Comunico ao Plenário da Comissão que o Relatório do Item 2, da pauta da reunião realizada em 18 de junho de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges, foi dado como lido.

Antes de encerrarmos a presente reunião, volto a lembrar aos senhores membros da próxima Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 10 de agosto de 2009, neste Plenário, quando daremos início à nossa agenda de desafios estratégicos setoriais 2009-2015, com a apresentação do primeiro desafio sob o título "Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento".

Gostaria de solicitar a indispensável presença das Sras. e Srs. Senadores membros dessa Comissão, bem como de convidar todos os interessados na matéria que vai ser exposta no seminário.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 10h48.

Ata da 22ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 10 de agosto de 2009, às 18 horas, no plenário da comissão, sala 13 da ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dezoito horas e trinta e três minutos do dia dez de agosto de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador FERNANDO COLLOR, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores DELCÍDIO AMARAL, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP E EDUARDO SUPLICY. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a

dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência anuncia o motivo da Reunião, informando que a Audiência Pública atende à Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, proposta pelo Senador Fernando Collor, e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello. Compondo o primeiro desafio: "Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento", apresenta-se o PAINEL 1 – "Apresentação do Desafio", com a presença dos seguintes convidados: Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida – Professor da UNICAMP/SP, ex- Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Prof. Glauco Antonio Truzzi Arbix - Professor da USP. Coordenador Executivo do Observatório da Inovação e Competitividade - Instituto de Estudos Avançados (IEA) – USP. O Presidente convida o Senador Delcídio Amaral para ser o mediador dos debates. O Senador Fernando Collor concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores Delcídio Amaral, Inácio Arruda e Eduardo Suplicy. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Fernando Collor**, Presidente.

22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 10 de agosto de 2009, às 18 horas e 33 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à inauguração ou abertura do ciclo de audiências públicas, promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, intitulado Agenda 2009 - 2015, Desafios Estratégicos Setoriais que a infraestrutura precisa superar para que o Brasil retome e potencialize o seu crescimento econômico. A agenda 2009 - 2015 abordará quatro grandes desafios identificados. Quais sejam? Infraestrutura para inovação e desenvolvimento, é o desafio objeto do painel de hoje; O Atraso e as Demandas, setores que avançam além da crise; Os Programas Governamentais; Diagnóstico, Avaliação e Perspectivas das Agências e dos Setores Regulados pela Comissão. Cada desafio, apresentado em painéis específicos, contará com a participação de especialistas de notório reconhecimento em suas áreas de estudo e atuação. Aos Srs. Senadores, Senadoras, convidados e palestrantes, apresentamos aqui o folder que os senhores já tem em mãos, com a programação dos primeiros sete painéis que compõem o primeiro desafio: Infraestrutura para inovação e desenvolvimento. Hoje com o painel apresentação do desafio, abrimos a Agenda 2009 - 2015, Desafios Estratégicos Setoriais com os seguintes participantes, que aproveito convido e já estão aqui ao nosso lado, tomando assento à Mesa. O Prof. Glauco Antônio Truzzi Arbix, Professor da USP, Coordenador Executivo do Observatório da Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados, IEA, da USP. Seja bem-vindo, professor. E o Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, ao lado do Senador Delcídio, Professor da Unicamp em São Paulo, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Seja bem-vindo, Prof. Júlio Sérgio.

O tempo destinado a cada palestrante será de 20 minutos, com cinco minutos de tolerância. Após as exposições, o senador destacado para fazer as primeiras perguntas, por ordem de inscrição, terá até três minutos para formular os questionamentos a todos os expositores, e estes, a seu turno, terão cinco minutos cada para a resposta, permitida a réplica em bloco de até dois minutos pelo inquiridor, seguido de mais dois minutos de tréplica, enfim, vamos fazer isso com uma certa flexibilidade. Após todos os senadores haverem formulado seus questionamentos, o senador mediador, hoje o Senador Delcídio Amaral, tecerá comentários finais a guisa de conclusão de discussões realizadas. E além disso, o Senador Delcídio Amaral, ele depois de cada uma das exposições, por exemplo, a partir da exposição do Prof. Glauco, a palavra será dada ao Senador Mediador Delcídio Amaral para que ele faça os comentários que ele julgar convenientes à exposição do Dr. Glauco e após isso será dada a palavra aos Srs. Senadores inscritos para as formulações que desejem fazer. Comunico que a lista de inscrição já se encontra aberta sobre a Mesa. Convido o Prof. Glauco para proferir a sua palestra.

SR. GLAUCO ANTÔNIO TRUZZI ARBIX: Obrigado, Presidente, Senador Fernando Collor, Senador Delcídio Amaral, meu colega Júlio de Almeida, todos os presentes. Obrigado pelo convite e pela oportunidade de apresentar minhas ideias e uma parte do trabalho que a gente desenvolve na Universidade de

São Paulo no que se refere à inovação e à infraestrutura de inovação.

Eu gostaria de deixar bem claro, no início dos meus trabalhos, o Brasil vive um momento muito especial na sua história, não apenas do ponto de vista político, não é essa avaliação que estou fazendo, mas do ponto de vista da necessidade de tomar decisões que não são decisões de curto prazo e, na maior parte das vezes, nem mesmo de médio prazo. O Brasil precisa amadurecer e expressar esse amadurecimento tomando decisões de longa duração. Ninguém constrói um país, a não ser de forma tortuosa, se a gente pensa apenas no curto prazo ou nos ciclos eleitorais ou na visão mais ou menos míope que muitas vezes rege o setor público, o setor empresarial e também a Academia Brasileira.

Eu estou falando de uma maneira bastante desprendida, se vocês me permitem, esse é um problema que afeta a todos nós e a mim também e ao nosso observatório, mas a nossa preocupação é exatamente despertar a necessidade de se pensar a longo prazo, tomar medidas que tenham longevidade, que consigam ter continuidade e que deem substância para aquilo que a gente faz no país.

Então, se a gente olhar para o PAC ou para PDP, a Política de Desenvolvimento Produtivo, são grandes planos governamentais ou mesmo para a ação das entidades de classe do empresariado brasileiro, nós vamos ver que tem muita movimentação, o Brasil mudou muito nos últimos 15 anos, se a gente pensar na nossa infraestrutura, em especial na infraestrutura de inovação, não é a mesma coisa, há toda uma dimensão da infraestrutura que diz respeito às estradas, aos portos, aos aeroportos, a tudo aquilo que faz o país produzir, gerar riqueza, gerar empregos, isso é super importante, é super necessário, mas vou falar de uma maneira bem clara para vocês, apesar de todo meu empenho na aceitação dele, eu acho que isso não é suficiente. Isso faz um pouco das vezes da lição que nós temos que fazer. Nem sempre nós fazemos o Brasil, eu sei disso, nem o setor público nem o setor privado, mas eu acredito que nós precisamos ir além e pensar pouco mais naquilo que se coloca um grande desafio para nós. O Brasil está pressionado pelos países mais avançados por aquilo que é chamado de sociologia ou da economia do conhecimento, por aquilo que é chamado a economia que está trabalhando com uma série de bens que são chamados de intangíveis, que colocam desafios completamente novos para todo o país.

As economias, hoje, já são, nos países avançados, majoritariamente, movidas por essas áreas, por essas áreas muito sensíveis. É a economia ligada à informática, é a economia que está ligada à biotecnologia, nanotecnologia, a economia exatamente do futuro. É claro que, sem a infraestrutura básica, o país não anda, mas, sem essa perspectiva de futuro, o país não andará. Se eu puder contribuir para alguma coisa, é exatamente naquilo que vou falar para essa área, e não para a primeira área, que eu acho que tem gente muito mais capaz, tem a própria Comissão aqui, do Senado, que tem planos de Governo, tem Ministérios ligados a isso, mas nem sempre há Ministérios ou áreas do setor público, nem mesmo do privado, interessados, muito interessados, em pensar essa outra dimensão, que é fundamental e essencial para o desenvolvimento do país.

Quando eu disse que o Brasil está pressionado a tomar decisões, está pressionado pelos países avançados, porque eles caminham, de forma acelerada, para essa economia, que é uma economia de tipo e natureza diferente daquela que estamos acostumados. Ela não é tão intensiva em recursos naturais, ela não é tão intensiva em trabalho, ela precisa de mão-de-obra muito mais qualificada do que aquela que a gente normalmente encontra. Ela precisa de equipamento, ela precisa de pesquisa, ela vive de forma completamente distinta, ela se estrutura de forma distinta na sociedade do que ela se estruturou, a outra economia se estruturou. Só para dar um exemplo para vocês, quando a gente está acostumado a falar em automóvel, que é aquilo que move ainda nossas empresas, o automóvel tem, até hoje, cerca de 70% que está diretamente ligado à força de trabalho, o trabalho humano. Se você pegar um chipizinho de computador, ele tem 0,02% de trabalho humano ligado lá. O que ele tem a mais, que está embebido nele, com um chip, é exatamente conhecimento que você dificilmente consegue medir.

Então, isso coloca uma série de desafios pra gente, porque a economia, cada vez mais, tende a trabalhar nessa área. Então, pensar no futuro significa pensar nessa área. E a pinça, a qual nós estamos submetidos hoje, diz respeito aos avançados e também aos atrasados. Porque, se a gente, algum dia, pensou que nós podemos ou poderíamos construir um país, baseado em salário mais baixo ou em má qualidade de produtos, nós estamos mal das pernas, porque há vários países que competem conosco, e melhor, para oferecer esse tipo de item. Há países que oferecem salários muito mais baixos que os nossos, há países que oferecem produtos de baixa qualidade muito piores do que os nossos, então essa pinça que pressiona o Brasil nos empurra exatamente para desenvolver uma série de vocações, seja aproveitando as nossas vantagens, que são a nossa área cultivável, os nossos minérios, a nossa capacidade de produzir no agronegócio, mas também fundamentalmente a nossa capacidade de

manufatura avançada e mais ainda pra gente caminhar nas áreas exatamente portadoras de futuro. São áreas que conseguem pensar a pauta de exportação brasileira, não para o hoje ou para daqui cinco anos, mas para daqui 15, 20 ou 30 anos. Se nós tivéssemos pensado dessa maneira há 20 anos atrás, talvez não tivéssemos com balanço de pagamentos tão ruim na área de micro eletrônica, por exemplo, na área de fármacos, porque não pensamos há 20 anos atrás. Não adianta tomar decisão hoje, porque não vai valer para os próximos três ou quatro anos, vai valer para daqui a 15, 20 anos.

Eu acho que essa que é a contribuição que eu poderia dar para vocês. Então, falando sobre isso... Eu vou passar rapidamente, para não atrapalhar o debate. O Brasil avançou muito mais. Nós temos competidores diretos na China, Índia, países de dimensões gigantescas, com população muito maior do que a nossa, e que, ao mesmo tempo que tentam basear sua economia em áreas que são muito próximas da nossa, eles também investem em educação e entram em áreas muito embebidas de conhecimento e de forma, e, muitas vezes, de forma mais agressiva do que aquela que nós estamos entrando.

Então, eu acredito que o principal desafio pra gente é aumentar o investimento nosso, isso o Governo está cuidando, o setor produtivo está cuidando, mesmo com a crise, é verdade. Mas nós precisamos elevar a produtividade do nosso trabalho e precisamos diversificar a estrutura da economia. Não estou falando nada de novo para vocês, mas são três, é um tripezinho: investimento, produtividade e diversificação, que estão na raiz daquilo que nós fazemos. Não adianta falar que nós vamos aumentar a produtividade do trabalho se nós pensamos em aumentar a produtividade, aumentar nossas exportações apenas trabalhando com câmbio ou então trabalhando com a diversificação da economia com subsídio. A era do protecionismo acabou, ou deveria ter acabado, eu acho que isso estimula o país a avançar pra frente quanto mais a gente aceitar o desafio exatamente da competição.

Eu acho que os avanços, eles estão exatamente ligados à qualidade da nossa educação. A nossa educação é ruim em todos os níveis, e nós temos que melhorar a qualidade de educação. Não há como falar em inovação. Inovação não é uma invenção ou não é uma ideia que fica no laboratório, perdida dentro de uma gaveta; inovação é uma ideia que adquire corpo, que se transforma em algo, no mercado, que movimenta a economia. E, desse ponto de vista, pra gente transformar a nossa economia, uma economia conservadora, que é a que nós temos hoje, numa economia inovadora, nós precisamos, antes de mais nada, investir nas pessoas. Melhorar a qualidade e a qualificação das pessoas, dentro e fora das fábricas, dentro e fora dos setores e das empresas ligadas ao setor de serviços, dentro e fora do setor público. O investimento na qualidade das pessoas é fundamental.

Segundo lugar, de onde vou falar, exatamente o ponto que vou me concentrar, nós precisamos de um salto no sistema de tecnologia e inovação. Eu estou reproduzindo para vocês de uma maneira muito breve, eu vou deixar isso para vocês aqui, é a estrutura do Sistema Nacional de Inovação, eu dividi em três grandes itens, aquisição e absorção de conhecimento e tecnologia, que é o primeiro item, o segundo é geração de conhecimento e tecnologia e inovação, o terceiro é disseminação e uso do conhecimento de tecnologias já existentes. Nos três itens, tem uma sequência enorme de problemas que, se a gente olhar para o Brasil, nós vamos encontrar e nós poderíamos passar aqui uma semana falando dos problemas que a gente enfrenta, eu vou tentar me concentrar em alguns deles que eu considero que são os nossos gargalos, são os pontos mais importantes. Em primeiro lugar é que nós temos que ter um ambiente econômico e social e institucional, mais amigável à inovação e aos negócios. Ou seja, a nossa economia precisa conseguir remunerar a inovação. Se eu, com produto velho, de baixa qualidade, consigo a mesma remuneração que eu consigo apresentar um produto novo, eu vou ficar com o produto velho, porque eu não corro risco, eu não preciso investir em gente, eu não preciso ter funcionário de melhor qualidade. A nossa economia em geral ou aquilo que se chama a infraestrutura de inovação no Brasil é precária, ainda é, e nós precisamos transformá-la em mais amigável aos negócios e à inovação, ou seja, tudo aquilo que contribuir para que diminua o peso sobre as empresas, para que as empresas consigam contratar gente mais qualificada e consigam diversificar os seus produtos e seus serviços e consiga exportar mais e penetrar nos mercados mais avançados e sofisticados, competir e ganhar, tudo isso deve ser aprovado e incentivado. Por favor.

Avançar na estabilidade da economia... A estabilização da economia deu à gente uma previsibilidade muito grande, o que permite aumentar muito os investimentos. O Brasil tem uma estrutura de impostos muito alta, é verdade, e vai continuar por um longo período, mesmo que digam ao contrário. Como eu não sou candidato a nada, posso falar bem claramente, vai continuar por um longo período, porque o Brasil tem uma estrutura que precisa de impostos altos. O que eu acredito é que nós temos que concentrar esforços para eliminar e chegar até o limite e eliminar os impostos nas áreas sensíveis de inovação. Ou seja,

não tem sentido uma empresa que quer investir em conhecimento novo, em produto novo, em pesquisa e desenvolvimento e ela ser taxada por impostos nessa área. Nós temos que liberar e trabalhar para que haja uma progressiva eliminação, e isso vem sendo feito aos poucos, mas precisamos acelerar porque tempo é muito precioso, acelerar o processo exatamente que reduz os impostos, as taxas, a burocracia exatamente nas áreas sensíveis que geram conhecimento, produtos novos e serviços novos.

Nós temos que, segundo lugar, avançar na abertura da economia. Isso é uma polêmica muito grande. Uma parte do empresariado não gosta da abertura da economia. Eu não estou propondo uma abertura sem critérios, mas a competição é fundamental pra gente imaginar ou pensar um país que tem futuro. Aliás, diga-se de passagem, muitas empresas brasileiras aceitam e assumem a competição e estão se dando muito melhor do que as outras no cenário. Então, eu acho que é fundamental pra gente pensar que o Brasil ainda é um país bastante fechado, e nós temos que trazer essa abertura porque isso faz bem, não só pela competição, mas porque a abertura da economia significa fluxo de conhecimento. Nós importamos, nós exportamos. Nós trazemos aquilo que eles fazem de bom lá fora, nós aprendemos com eles, nós imitamos eles aqui dentro e nós conseguimos, muitas vezes, a partir da imitação, fazer melhor. Esse é o processo típico e tradicional dos países que avançaram e que deram certo.

Terceiro item é regulamentar a contratação de mão-de-obra e de terceiros. Isso é um ponto muito sensível, sei que é ultra polêmico, não quero tirar direito de ninguém, geralmente quando a gente fala isso, há um movimento sindical que estrila, uma série de gente estrila, acho bom estrilar, faz parte da democracia, mas eu queria falar bem claro para vocês. A política industrial definida pelo Governo, que inclui o setor de software como uma de suas prioridades ou biotecnologia, ou nanotecnologia, ou mesmo na área de energia alternativa, energia limpa, *clean energy*. Queria falar bem claro para vocês: é impossível que alguém, que um país se desenvolva, se as empresas não tiverem segurança jurídica para contratar terceiros para suas atividades. Por que eu falo isso para vocês? Porque contratar terceiros significa que eu quero me livrar de um encargo e pagar um salário menor. Se tem empresas que fazem isso, tudo bem, regulamentemos para impedir que elas façam isso. O problema é que ao contratar terceiros, estou contratando competência de terceiros. Estou contratando aquilo que eu não consigo fazer. E falo bem claro, inovação é uma atividade de encruzilhada. Inovação exige visões múltiplas, histórias múltiplas, culturas múltiplas. É impossível a gente pensar como antes, que uma empresa consegue ter no seu corpo funcional a quantidade e a qualidade de pessoas capacitadas para inovar, não vai ter. Nós vamos ser obrigados a diversificar, por isso que o mundo hoje trabalha em rede, as grandes empresas trabalham em rede. Então, a ideia de você ter segurança jurídica para contratar não é para aviltar o trabalho, não é para diminuir o salário e contratar alguém porque pago mais barato. Mas é para você exatamente permitir o livre fluxo de conhecimento e fazer com que uma empresa que eu contrate para fazer um software, que eu jamais vou ter a expertise ou o conhecimento dela, e que eu consigo fazer que eu não seja acionado amanhã por uma espécie de trabalho disfarçado, relação de trabalho disfarçado, que é o que acontece no Brasil. Então, veja, eu não estou defendendo as empresas que tentam aviltar, se utilizando da terceirização, tentam aviltar o mundo do trabalho, mas estou defendendo que a gente tenha uma regulamentação, e acho que isso cabe ao Senado e cabe aos poderes da República, ao Congresso Nacional, exatamente regulamentar para impedir esses abusos, mas que a gente permita o livre trânsito de conhecimento e que eu utilize, como empresa, a capacidade que está diversificada pelo país. Se eu não tivesse segurança, o que vai acontecer? Eu não vou contratar, eu não vou terceirizar, e o meu produto vai ter uma qualidade inferior, e nós não podemos dar o luxo de ter empresas produzindo com qualidade inferior, hoje, no Brasil.

O segundo ponto que eu queria levantar, ampliar a abertura da economia significa exatamente aumentar a competição, já falei sobre isso, e facilitar fluxos de bens e tecnologia, mas significa antes de mais nada, estimular as empresas brasileiras a se internacionalizar. Essa é uma questão chave, quando uma empresa se dispõe a se internacionalizar, desde o primeiro momento, quando ela procura exportar, significa que ela está tentando disputar com produtos de melhor qualidade, porque se ela não tiver produtos de melhor qualidade ou serviços de melhor qualidade, ela não consegue entrar em mercados sofisticados. Internacionalizar, nós precisamos dar o segundo passo, o Brasil já entrou nessa era. O Brasil não conta hoje com nenhum Programa Nacional público de incentivo à internacionalização das empresas brasileiras, com exceção de uma linha recém criada pelo BNDES, mas é fundamental que as empresas brasileiras migrem para outros países. É errado falar que elas vão gerar emprego somente lá, as empresas precisam se internacionalizar para melhorar a qualidade do que elas fazem aqui no Brasil, foi assim que as grandes nações, as grandes economias se construíram. Claro

que muitas delas se aproveitam e vão atrás do salário mais baixo. Mas não é o caso no Brasil, quando a segunda maior siderúrgica dos Estados Unidos, hoje, é brasileira, quando a maior fábrica mundial de carrocerias de ônibus é uma empresa brasileira, quando nós temos uma EMBRAER, quando nós temos uma série de empresas que estão conseguindo ter sucesso lá fora, porque estão se internacionalizando, isso tem um impacto gigantesco aqui dentro, porque elas qualificam as suas empresas, elas melhoram a qualidade daquilo que elas fazem e elas exatamente conseguem elevar o salário de seus funcionários, elas pagam melhor seus funcionários, elas mantêm uma relação mais duradoura com seus funcionários, porque elas valorizam experiência e qualificação, e elas conseguem melhorar a qualidade daquilo que elas oferecem como produto ou como serviço.

O terceiro elemento, que é exatamente uma continuação do primeiro na internacionalização, exatamente ter um estímulo e um incentivo à aquisição de empresas brasileiras no exterior. Falo claramente, eu voltei agora do estágio na Universidade de Columbia, em Nova York, e o que eu vi e trabalhando com professores que estão ajudando os governos chineses e indianos, é o seguinte, no meio da crise, quando todo aquele movimento em que as grandes empresas, seja no Vale do Silício, na Califórnia, nos Estados Unidos, que é o centro da indústria de software, ou na área da Bahia de São Francisco, que é o centro da indústria de biotecnologia, antes da crise as empresas americanas, as grandes, as gigantes, compravam empresas pequenas nascentes. A Google fazia isso, a Cisco, a Sun, a Oracle, a Microsoft, todas elas faziam na área de biotecnologia. Com a crise, elas pararam de comprar. Significa que as empresas com ideias novas, que são absolutamente inovadoras nascem e não conseguem ter futuro porque a crise impediu que as grandes comprassem elas e elas se reciclassem e depois fossem fundar outras empresas, porque é assim que se movimenta a economia. Você sabe quem que está comprando as empresas? Chineses e indianos. Os brasileiros estão comprando quase nada. Claro que isso tem a ver com o setor privado, antes de mais nada. Tem a ver com dupla taxação. Nós cobramos dupla taxação de impostos para quem se internacionaliza. O Brasil tem várias decisões, tem várias estruturas que, na verdade, tendem a forçar o empresário brasileiro a olhar pra dentro. Faz parte da nossa tradição de 50 anos, a gente só olha para o mercado interno. É importante o mercado interno? É chave, é fundamental, tem que aumentar a renda das pessoas, das famílias, é ótimo isso, mas nós precisamos também olhar para fora, porque senão nós podemos... Pensamos que nós podemos construir um país com base em nós mesmos. E esse mundo, esse tempo acabou.

O terceiro ponto, são quatro pontos apenas, desculpe, o terceiro ponto que é gerar e comercializar conhecimento e tecnologia, eu estou levantando aqui. Nós temos o Brasil... Eu coordenei uma pesquisa na USP para o Ministério do Desenvolvimento, via Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, tentando captar as estratégias de inovação em sete países: Estados Unidos, Canadá, França, Reino Unido, Irlanda, Finlândia e Japão. Países diferentes, com estrutura social econômica muito diferente do nosso, não dá para comparar diretamente, a Finlândia com país altamente civilizado, praticamente com todo respeito uma tribo perto do Brasil porque um país com quatro, cinco milhões de habitantes, mesma coisa a Irlanda. Mas há muita coisa que a gente tem que aprender daquilo que a gente consegue olhar fora e captar como tendência. Em primeiro lugar, o Brasil tem uma estrutura institucional extremamente avançada que foi feita em 2001, que se chama Fundos Setoriais, eles estão voltados para inovação, é super importante. Mas quando a gente vai olhar exatamente o que acontece com os fundos, a gente vê que tem problemas, nós estamos melhorando, mas tem problemas ainda. Primeiro, que há contingenciamento, então, muitas vezes o investimento em ciência e tecnologia e inovação é contingenciado. Isso vem melhorando, há um esforço muito grande do Governo, há um esforço muito grande do Ministro Sérgio Resende, em ciência e tecnologia, eu sei, eu acompanho isso, eu sou membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, eu acompanhei isso de perto, vem melhorando, mas ainda existe essa restrição, o que é muito ruim. Mas, o segundo ponto que é mais importante, minha maneira de ver, isso não é consenso, é que na verdade os fundos setoriais, muitas vezes eles têm um viés que é muito acadêmico, o que significa isso? Ele está muito voltado para as universidades. Eu sou da universidade, eu sou professor universitário, estou na USP há muitos anos, eu não estou falando contra a universidade. A universidade é essencial. Mas eu acredito que o Brasil precisa exatamente que a universidade entre em sintonia com os seus esforços, a universidade não pode ficar enclausurada e fechada numa torre de marfim, a universidade tem que se relacionar com o setor privado, com as empresas. Não para que a pauta da pesquisa universitária seja dirigida, controlada, a universidade tem que ter autonomia, a universidade tem que ter a curiosidade, procurar da maneira mais livre possível as vias de produzir conhecimento novo. Mas a universidade tem que dar a relevância para aquilo que pesquisa, ela tem que participar do esforço nacional, ela tem que parti-

cipar do esforço das empresas. E há também, é bom lembrar, se é verdade que há preconceito da parte da universidade brasileira contra as empresas ou contra as instâncias de mercado, é verdade que há preconceito, também o contrário é verdadeiro, há muito preconceito da parte dos empresários em relação à universidade. Então, pondo os preconceitos à parte, o que é difícil, seria muito importante que a gente encontrasse um meio termo para fazer com que esse casamento dê certo. Você sabe, casamento é difícil na vida real, casamento entre duas instituições do tipo da universidade e uma empresa que têm objetivos e missões completamente distintas, é mais difícil ainda. A gente está melhorando, mas é possível melhorar muito mais nesse requisito, é possível porque se a universidade consegue trabalhar mais junto com as empresas, há uma qualificação do mundo empresarial que nós estamos longe de imaginar. O Brasil tem potencialidades gigantescas nas empresas e na universidade.

Avançar na regulamentação de item chave da lei de inovação. A lei de inovação de 2005 foi um avanço muito grande, que ela possibilita e facilita que as universidades consigam produzir conhecimento novo, inovação juntamente com as empresas, mas há muitos itens que permanecem ainda sem regulamentação e há um item especial que é totalmente questionado pelas instâncias da República, ou seja, quando a gente pensa que o dinheiro público passa a ser questionado quando ele está orientado para uma determinada pesquisa porque vai para a empresa caracterizado como dinheiro público não vai para o setor privado, nós voltamos atrás 30 anos na história. O dinheiro público pode ir em qualquer lugar, desde que controlado e bem utilizado, e desde que haja retorno para o setor público. Então, se há retorno, se nós conseguimos colher os frutos disso, se nós conseguimos fazer com que esse conhecimento se espalhe para o conjunto da indústria, para o conjunto da área de serviços, comércio, para os exportadores, na agricultura nossa, não há porque investir. A lei de inovação permite isso. Mas, permanentemente, há insegurança, assim como, na contratação, há insegurança jurídica, porque, muitas vezes, esse tipo de investimento é questionado, as empresas ficam com pé atrás, ficam reticentes e nem sempre conseguem aproveitar as benesses, os benefícios que estão planejados e orientados e fixados pela lei de inovação. O mesmo na Lei do Bem. A Lei do Bem prevê... A lei do Bem, depois que auxilia que as empresas contratem gente, ela também prevê essa contratação jurídica da terceirização, mas, por exemplo, como eu já falei para vocês, ela passa a ser questionada e fica uma situação que fica um cipoal de leis, um nega o outro, o judiciário muitas vezes tem uma interpretação diferente, o Tribunal de Contas a mesma coisa, então nós ficamos numa situação muito difícil. É isso que eu chamo essa confusão que gera insegurança e incerteza. Insegurança e incerteza são inimigos número um da inovação, do investimento, inovação significa investimento nas pessoas, investimento em novos produtos, em novos processos, novos negócios. Se nós temos insegurança, se nós não temos previsibilidade, se nós corremos o risco de adquirir ou de utilizar o estatuto de uma lei ou um item ou uma cláusula de uma legislação que depois vai ser questionada e vai colocar a minha empresa contra a parede, nós vamos ter a realidade que essa empresa vai parar de investir. Então, o Brasil, nós temos condições de melhorar isso. É complicado? É bastante complicado, que os poderes são distintos, a maneira, os interesses são diversificados, mas, assim como nós estamos avançando, e nós vimos avançando nos últimos anos, eu acredito que é possível avançar mais ainda.

O terceiro ponto que eu gostaria de levantar como parte da nossa tradição bastante voltada para o mercado interno e também bastante voltada para ser um país que trabalha sempre com mais conservador e não com aquilo que é mais avançado, nós temos o mercado de *Venture Capital*, ou seja, mercado que possibilita o investimento em empresas nascentes de tecnologia muito, muito, muito incipiente. E muito aquém daquilo que nós precisamos. É bom que vocês saibam, na maior parte dos países avançados as empresas pequenas, as micro, são exatamente as empresas inovadoras. Elas não têm muito a perder, elas estão no mercado para fazer valer a sua ideia, o seu produto, o seu serviço. No Brasil, diferentemente, as grandes empresas, pelo menos pelos indicadores que nós temos, acabando sendo mais inovadoras do que as pequenas. Talvez seja o problema do termômetro, ou seja, a gente não está conseguindo aferir exatamente o quão inovador, o quão inovadoras são as pequenas empresas, mas em qualquer hipótese há um problema. Nós temos dificuldade... Eu não vou repetir isso para vocês, vocês já sabem melhor do que eu, a dificuldade de você montar uma empresa, a dificuldade para que essa empresa possa contratar, os custos são muito altos, há uma série de dificuldades que faz com que a gente pense 500 vezes antes de abrir uma nova empresa. Abrir uma nova empresa significa ter iniciativa, significa ter uma ideia na qual eu acredito e colocar uma ideia nova no mercado. Enquanto a gente não resolver esse problema, nós vamos ter muita dificuldade em ter uma economia inovadora. Essa questão é crucial. É chave para todos nós. O SEBRAE faz um trabalho, apesar da dimensão do SEBRAE, ainda é pequeno, várias entidades fazem trabalho nessa

área, mas eu queria dizer bem claro para vocês: Ou nós temos uma explosão de pequenas empresas no Brasil, em especial de pequenas empresas de base tecnológica, ou nós não vamos ter um país com uma economia inovadora. Um país com economia inovadora, só para lembrar vocês, é aquele que sai da crise mais rápido, aquele que responde mais rapidamente, aquele que paga melhor, aquele que cresce mais rápido, aquele que consegue crescer o suficiente pra gente pagar o débito que nós temos, social, superar pobreza, superar as desigualdades, desigualdades regionais, de renda, que nós temos e que muitas vezes deixam a gente vermelho de vergonha.

O último ponto. Disseminação do uso de tecnologias. Nós temos que facilitar os processos de transferência e absorção de tecnologia. Nós temos que ampliar os serviços ligados às tecnologias de informação, isso é chave, sem isso não há futuro. E nós temos que desenvolver um programa de porte nacional para preparar as pequenas empresas para absorção e o uso de tecnologia. Eu vou sintetizar em três grandes heranças para que vocês... Veja o primeiro, o setor privado precisa romper com a tradição protecionista e investir forte e sistematicamente em inovação, evidentemente para isso ele tem que ter condições de fazer. O segundo, setor público que precisa concentrar seus esforços na capacitação das empresas para inovação. Inovação ocorre em qualquer lugar na universidade, aqui no Senado, em qualquer lugar, mas a empresa é exatamente a instituição chave para a inovação, é ela que inova, ela que coloca o produto no mercado, ela que contrata gente de melhor qualidade. Evidentemente a baixa qualidade no ensino básico está no centro dos problemas da baixa produtividade e da competitividade da economia brasileira. Pra gente superar esses três, o investimento e educação é chave. E termino, é o último item, se a gente quiser patinar, acho que tem que priorizar a curto prazo, manter uma visão protecionista que é difícil a gente se livrar dela, por décadas e décadas, nós temos que vender, patinar significa vender ativos estratégicos, como aconteceu recentemente com duas grandes empresas de biotecnologia que foram criadas e depois foram vendidas inclusive para a Monsanto. Nós temos que concentrar investimentos em áreas de grandes empresas maduras, isso significa patinar, só concentrar o investimento em áreas de grandes empresas maduras. Patinar significa dificultar expansão externa das empresas em defesa do emprego aqui dentro do Brasil, porque não é uma verdade isso. Patinar significa manter o foco no mercado interno, só no mercado interno. Patinar significa manter a rigidez nas relações de trabalho, patinar significa enclausurar nossas universidades, contemporizar com processos de segurança jurídica e dificultar e encarecer o ambiente de negócios. Acelerar, que é a minha sugestão, minha modesta sugestão, espero que ajude algum senador pelo menos a pensar exatamente nessas questões, acelerar significa preparar-se para longo prazo, mais abertura e competição, adquirir ativos estratégicos fora do Brasil, urgente, inclusive a crise vai acabar já, já e de repente vai ficar mais difícil. Estimular a explosão de pequenas e médias empresas, de micro e pequenas empresas, estruturar o mercado de *Venture Capital*, acelerar significa diversificar e focalizar nas áreas intensivas em conhecimento e buscar o mercado externo para qualificar o mercado interno, flexibilizar contratações para diversificar competências, sintonizar as universidades com esforços do país e tornar a economia nossa mais amigável aos negócios em inovação.

Eu acredito que o setor público, esse Senado, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, a Presidência da República, eu acho que eles podem ajudar e trabalhar, junto com o setor privado, para dar um salto na competitividade brasileira. Obrigado e desculpe se eu falei e passei do meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Prof. Glauco Arbix.

Passo a palavra ao mediador do nosso debate, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bom, primeiro, eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Fernando Collor, pela iniciativa. Essa é a primeira dessas reuniões que a Comissão de Infraestrutura realizará todas as segundas-feiras, cumprimentar o Prof. Glauco Arbix, cumprimentar o Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, cumprimentar os senadores aqui presentes, Senador Inácio Arruda, Senador Raupp, enfim, todos aqueles que nos acompanham aqui.

Eu quero dizer, professor, que uma exposição objetiva e absolutamente sensível, que toca em alguns pontos, eu listei vários itens aqui, mas eu gostaria de resumi-los. Primeiro com relação à mudança desses últimos 15 anos e a economia do conhecimento. Se nós não acordamos para isso, nós, infelizmente, vamos ficar para trás novamente. É uma economia totalmente diferente daquilo que nós já nos acostumamos a ver, o senhor citou aqui biotecnologia, nanotecnologia. É uma tecnologia que usa menos recursos naturais, portanto é muito mais inteligente, é um processo muito mais apurado porque leva em consideração inclusive qualificação de mão-de-obra, quer dizer, uma mão-de-obra com nível de exigência muito maior do que aquele que muitos países até então praticam. O senhor falou uma coisa importante, que muitas vezes nós buscamos a competitividade usando subsídio, que vai sumir no

mundo, e ao mesmo tempo câmbio, usar as oscilações do câmbio para tentar disputar mercado internacional ou para aumentar as vendas do país.

Eu acompanhei atentamente algumas medidas aqui que o senhor propôs, como, por exemplo, redução de impostos, especialmente voltados para desenvolvimento, para pesquisa, enfim, e para inovação. Alguns temas aqui, que chamam atenção, é que são os grandes desafios que, no meu ponto de vista, nós vamos ter que avançar. É a cultura, é a cultura brasileira, a nossa cultura. O senhor falou aqui em questões relativas à legislação trabalhista, que é um tema ainda estocável no Congresso e nós temos que ter a coragem de fazer essa discussão. O senhor fala em terceirização, o senhor fala em abertura de mercado. Há uma alergia, não vou generalizar isso, mas há uma alergia por parte de muitos, de parte do setor privado no sentido de abertura. Eu não estou fazendo juízo de valor aqui das coisas, eu estou citando aquilo que foi colocado, e boa parte do que foi aqui apresentado eu concordo em gênero, número e grau.

Uma questão muito importante também é o investimento em pequenas empresas. O Vale do Silício, a Califórnia, é um exemplo disso. Essa mudança de aquisições, depois da crise, é preocupante, porque os chineses e indianos estão entrando intensamente, as empresas americanas tiraram o pé do acelerador. É importante destacar, o senhor citou a Califórnia... A Califórnia, se não me engano, acho que é o terceiro PIB do mundo ou quarto, eles perdem acho que para os Estados Unidos, para o Japão ou para a Alemanha, e, depois, um estado americano, que é a Califórnia, que é um estado voltado para esse tipo de economia. A questão de investimentos em pequenas empresas, que o senhor se refere como *Venture Capital*, e no meu ponto de vista o senhor toca num ponto fundamental, que é a questão da insegurança e incerteza. Acho que o maior problema que o Brasil tem hoje é insegurança e incerteza. É a legislação que dá brechas para que quem queira investir fique de certa maneira patinando, como foi a expressão que o senhor apresentou, exatamente porque a qualquer momento pode ser surpreendido com alterações, com mudanças e consequentemente o capital foge quando percebe que há algum tipo de incerteza, há algum tipo de insegurança na legislação. E aí eu quero só, também, para abreviar aqui a minha fala, o senhor mostrou aí o setor privado, aquilo que, na leitura do senhor, o setor privado deveria fazer, o setor público, a educação, quero aqui registrar que um dos grandes complicadores hoje, no Brasil, é o seguinte, não pode... "Ah, eu vou botar dinheiro público em empresa privada". Isso aí virou uma verdadeira... Isso aí virou uma... A reação a esse tipo de investimento é brutal, quando na verdade acho que se isso for, como o senhor falou, for muito bem controlado, acompanhado, monitorado e bem planejado, eu não tenho dúvida nenhuma que isso vai beneficiar o país. Mas há também, esse é um outro tema que muito polêmico no Brasil.

E aí, dentro daquilo que o setor privado precisa fazer do setor público e a questão da educação, eu vou fazer uma pergunta depois, acho que nós vamos ter oportunidade com os debates de apresentar outras, Prof. Glauco Arbix, quando é que nós vamos ter uma política de país clara, determinada e planejada, com essa integração entre os vários setores que vão conduzir o país, que vão conduzir o Brasil para esse novo tipo de economia? O senhor falou aqui biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis. Hoje, pelo menos a impressão que eu tenho, o senhor é do Conselho, também, de Ciência e Tecnologia... Hoje, o que nós percebemos é o seguinte: são ações aparentemente isoladas ou atendendo a determinados grupos de interesse. E eu quero, aqui, tocar para fechar a questão do longo prazo, é um planejamento de país. Eu acho que o planejamento no Brasil é feito de uma maneira muito pontual, muito circunstancial, com uma visão de curto prazo, talvez até de médio prazo. E eu concordo em absolutamente, praticamente, tudo que o senhor aí apresentou, mas como é que nós conseguimos ajustar, integrar e tornar concomitantes ações de áreas estratégicas para levar a esse desenho de um novo país? Porque eu não consigo entender bem se existe um programa macro que faz essa interligação. A gente vê áreas de inteligência, vê a PETROBRAS, por exemplo, lá no SEMPS, vê a Eletrobrás, por exemplo, no CEPEL, vê o papel das universidades, eu quero aqui registrar também, o papel da universidade não única e exclusivamente como centros de muitos estudos teóricos e pouco práticos, mas a universidade alinhada com aquilo que é a necessidade de um país. Quer dizer, como é que o senhor enxerga essa interrelação, principalmente das áreas mais diretamente atingidas por esse novo modelo, para que efetivamente o Brasil venha a seguir uma proposta clara e que leve o país a se mobilizar para entrar efetivamente no mundo competitivo, como o senhor disse, que se recupere mais agilmente, mesmo diante de uma crise, porque eu não consigo enxergar, e mais, há um outro complicador, nós estamos falando em legislação específica para pesquisa, desenvolvimento e inovação, mas eu acho que nós estamos falando na regulamentação que é um outro grande problema, a lei de inovação foi um grande avanço desse Governo, mas agora está pecando na regulamentação, portanto tem-se uma ideia excepcio-

nal e não caminha porque nós vamos morrer na praia. Ou seja, a gente morre na Xerox.

Nós acabamos não regulamentando aquilo que é essencial para o país. Quer dizer, como integrar isso e como também, na visão do senhor, e tendo em vista... Eu fui relator do orçamento do ano passado, tive muitos debates com o Ministério de Ciência e Tecnologia por causa de cortes orçamentários, apesar do Ministério de Ciência e Tecnologia ter recebido esse ano recursos muito mais num volume muito maior do que aconteceu em outros períodos. Mas como é que a gente faz essa integração? Quer dizer, qual é o papel de cada um? Como é que nós podemos construir uma peça que venha ser seguida e nós não venhamos ser seguidos por contingenciamento, por falta de regulamentação, por insegurança jurídica? O que falta sob o ponto de vista do Congresso, pelo menos em termos de prioridade, pra que a gente execute em termos de Poder Executivo? É uma pergunta meio complicada, professor, mas...

SR. GLAUCO ANTÔNIO TRUZZI ARBIX: O senhor estava fazendo as perguntas e eu pensei até em me candidatar ao Senado, para ver se consigo responder algumas delas. Senador, muito obrigado pelos comentários, e eu queria só dar a minha opinião sobre a questão da integração. Veja, eu fui Presidente do IPEA quatro anos, e vivi um pouco aqui em Brasília esse problema da fragmentação dos projetos e dos programas. O problema todo é que nós não... O problema nosso não é mais um papel, não é mais um documento. O problema todo é fazer com que se algum documento vier a ser gerado, que ele tenha força substantiva capaz de sustentar esse programa. Então, veja, o Governo atual divulgou em 2004 uma política industrial. Depois em 2008 foi gerada a PDP que tem o BNDES como seu pilar, que é a Política de Desenvolvimento Produtivo, que é mais avançado, que consegue inclusive superar uma série de problemas que tinha na primeira, avança mais, é mais completa. Essa integração, num certo sentido, ela existe nos planos e programas. Se a gente olhar a PDP, inclusive na articulação da Política de Desenvolvimento Produtivo, com o próprio PAC, porque o PAC era uma ideia de você acelerar o crescimento e foi super importante, revitalizou a ideia de ter um projeto nacional, um programa... O grande problema está em fazer com que essa integração, que veja, no Brasil dos últimos anos está mais do que apenas no papel, mas ainda continua em grande parte no papel. Entende?

Eu visitei quatro países nessa pesquisa e nós éramos sete. A engenharia institucional dos fundos setoriais brasileiros, ela não fica nada, nada a dever à engenharia institucional que tem no Canadá, que tem na Finlândia, que tem na Irlanda, aliás é melhor do que a Irlanda, a Irlanda está olhando para nós para ver como é que faz. Então, existem avanços muito fortes. Então, como engenharia institucional, isso está dado. Então, vamos dizer assim, o papel, o programa está dado, o problema é que quando esse papel e esse programa se transforma em alguma coisa a ser implementado na vida real, aí é um mundo diferente, porque daí se tem o cruzamento dos vários poderes, você tem o cruzamento da política, você tem o cruzamento dos Ministérios, você tem a competição entre os Ministérios, a competição de projetos, você tem a fragmentação dentro de cada partido, não é só entre os partidos no Brasil, o Brasil tem essa peculiaridade, não é só um partido que disputa com o outro, os partidos entre si, brigam entre si. Então, você tem projetos diferentes. Como você vai abricar, tua mão fica mais pesada se você gosta mais de uma coisa ou de outra. Então, aqui tem um problema de... Uma espécie da construção de um... Estou usando de propósito, a construção de um consenso político e estratégico, que é muito difícil. Não é fácil fazer isso. Veja, muitos problemas que nós caracterizamos como problemas brasileiros, não são brasileiros. Brasileira é a jabuticaba, mas olha, o problema de gestão existe em qualquer um desses países que a gente visitou.

O problema de fragmentação, é verdade que nós exageramos de vez em quando. Tem um certo exagero, a gente tem uma gestão pior do que a que precisava... Mas, esse desconserto das instituições da República não tem uma varinha mágica, vocês que estão no mundo da política, entre outras coisas, sabem muito melhor do que eu fazer isso, essa é uma articulação, essa criação e construção do consenso, ela é antes de mais nada eminentemente política, veja o caso do empresariado. Depois o Júlio vai falar, com certeza vai divergir de mim em muitos pontos, mas o Júlio vai falar sobre o empresariado, a gente não tem depois de quatro anos de política industrial no Brasil, você não encontra um empresário no Brasil que não fale que inovação é importante. É qualquer empresário, qualquer esquina, qualquer lugar. Daí se faz o teste, o senhor que coordenou a Comissão de Orçamento, fala assim: "Mas quanto que está no orçamento da sua empresa o aumento do orçamento para qualificar gente, para contratar gente mais qualificada, para desenvolver produtos?" Daí ele fala assim: "Bom, vamos... obrigado, não fumo", a resposta nunca é muito clara. Claro que você tem uma parte do empresariado que adere a isso, mas tem outra parte que não. Você precisa construir, o Brasil é um país que precisa construir. O Brasil não é uma tribozinha, o Brasil é muito grande, muito complexo, você sabe disso muito melhor do que eu. Eu

vejo na universidade, a universidade é um mundo, se a gente não souber como trabalhar e com quem trabalhar e ganhar a universidade para fazer essa ponte com a sociedade, com o setor público, a universidade vai se fechar mais ainda. Então, a gente já... Só gera reações em contrário. Então, eu digo, acho que nós avançamos do ponto de vista da fragmentação e do combate à fragmentação, há vários planos e projetos para isso, mas é preciso avançar muito mais na construção desse consenso. Isso chama-se maturidade política. Quando você encontra... Eu fui na Finlândia, você encontra o ex-Primeiro-Ministro dirigindo uma instituição chave da República Finlandesa, e eu falei: Mas o senhor acabou de concorrer à Presidência da República, o senhor perdeu, o que o senhor está fazendo aqui? Ele fala assim: "Nós somos um país pequeno, nós não temos como desperdiçar inteligência".

Então, veja, ele concorreu a Presidência, perdeu e dirige uma instituição chave da República, no que se refere à inovação. Esse Primeiro-Ministro chama Esko Aho, foi uma figura chave na União Europeia, tem relatório sobre inovação com o nome dele, ele dirige uma instituição apesar de ter perdido a eleição e concorrido, a gente concede isso no Brasil?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Prof. Glauco. Vamos, agora, ouvir... Muito obrigado ao Senador Delcídio pelas suas considerações sempre muito pertinentes e muito lúcidas.

E eu passo, agora, a palavra ao Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Bom, em primeiro lugar, agradeço ao Presidente Collor o convite, a iniciativa do debate, Senador Delcídio, a todos aqui, presentes.

Eu vou mudar um pouco a minha apresentação, ela é muito vinculada à retomada do crescimento, o que está acontecendo no mundo e a questão do Brasil e a infraestrutura nesse processo, mas provocado pelo Arbix, pelo Senador Delcídio também, deixa eu falar um pouquinho de inovação do empresário nacional, porque acho que é um tema extremamente importante, precisa observar o seguinte: No que diz respeito a legislação, Presidente Collor, nós não ficamos devendo a ninguém em termos de boa legislação na área de Ciência e Tecnologia hoje. Hoje. Ou seja, a nossa infraestrutura legal para tratar do tema de ciência e tecnologia, ela é bastante avançada, acho que o Glauco concorda muito. Desde que nós tivemos a criação dos fundos setoriais, que é uma inovação fabulosa, a lei de inovação, e tiramos as amarras por diversos fatores, como foram observados aqui, das restrições de orçamento para ciência e tecnologia, hoje não existe mais nenhuma. Pelo menos, enquanto eu estava no Ministério, na Fazenda, a gente acabou com tudo, a menos que tenha voltado. Eu acho que não. Tem, efetivamente, uma herança de recursos que estão bloqueados, através dos mecanismos de retenção que haviam no passado, com contingenciamento, que o Ministério de Ciência e Tecnologia pleiteia sempre esses recursos. Mas, digamos assim, no fluxo, nós não temos mais nada disso, as empresas têm muita liberdade de contratar gente, PhDs, por exemplo, uma empresa qualquer pode contratar um PhD com recurso público, do exterior e trazê-lo aqui e fazer uma bolsa, fazer uma pesquisa. Então, o que falta muito no Brasil é a gente dar aquele pulo para transformar um arcabouço duramente conquistado, duramente feito, levou anos para ser feito isso. Ah, sim, eu esqueci de falar, deixa eu complementar.

E, na parte de financiamento e juros para a inovação com o PDP, nós demos um avanço extraordinário, o BNDES hoje praticamente dá de graça, em termos de custo de juros, recursos para em muitos casos para inovação. Então, realmente, um ambiente fabuloso. O que nós temos que fazer, e essa é a grande dificuldade presente na exposição anterior, presente nas observações do Senador Delcídio, é aquele pulo do gato se transformar um bom arcabouço institucional, teórico, legal, numa coisa que funcione. Eu concordo muito com o Glauco, nós temos que fazer um processo muito relevante de inserir a nossa micro e pequena empresa nesse processo. Aí também o nosso arcabouço não é ruim, que nós temos uma rede de empresas emergentes, de incubadoras que pouca gente tem, o Brasil não fica a dever a ninguém nessa situação também, não.

Mas nós temos uma instabilidade na nossa micro e pequena empresa, que, no meu ponto de vista, é motivo central da sua incapacidade de fazer aposta, toda inovação é uma aposta, razão pela qual ela sai muito do parâmetro de uma empresa que pode apostar em inovação. Eu penso que nós estávamos no caminho em 2008 para ter um pulo do gato na estabilidade da questão da empresa, da micro e pequena empresa, em dar condições para que ela fizesse apostas mais ousadas em termos de inovação e a gente saísse com ganhos maiores nesse processo, digamos, a crise internacional que abortou esse processo, ia ser talvez a primeira vez, uma coisa que a gente esquece, em que a nossa economia não alternou momentos de muita gravidade pra baixo com momentos de muita expansão e teve aí três, quatro anos de crescimento. Eu gostaria muito de ver esse arcabouço todo que foi montado, inclusive para a rede de pequenas e médias empresas funcionando quando a gente tivesse, digamos assim,

cinco anos, só. Só cinco anos de crescimento econômico, de uma economia mais estável para ver se esses processos se transformam. Eu acho que sim. Eu acho que dá resultado.

Na questão da grande empresa, eu acho que a questão é extremamente delicada e grave. Se pergunta aos empresários se eles têm problema de tecnologia, eles dizem que não. Tecnologia é um problema para a sua empresa? Eu, há pouco, fiz uma pesquisa junto aos grandes empresários brasileiros, perguntando quais seriam os grandes problemas numa hierarquia provocada, questões de acesso a mercados de capitais, questões de financiamentos de longo prazo, questões trabalhistas de formação de mão-de-obra, mas também questões relacionadas a acesso à tecnologia e ninguém coloca o acesso a tecnologia como uma coisa relevante, porque a gente está falando coisas diferentes. Para o empresário, acesso a tecnologia é ele produzir aquilo que é no mundo o padrão internacional, a referência internacional no seu setor, no seu ramo, e isso o nosso empresário, o nosso empresário não tem a menor dificuldade, ou seja, ele tem absoluta capacidade de acompanhar o processo tecnológico porque ele compra tecnologia. Tecnologia é uma mercadoria que qualquer um compra. Mas, quando a gente fala em inovação, nós não estamos falando nisso. Nós estamos falando num processo que a empresa tem em que a inovação... Aí deixa eu colocar o tema fundamental que me parece relevante, em que a inovação é a arma da concorrência. É isso que falta pra que a gente dê, aí, o outro pulo do gato, não na micro e pequena empresa, mas na grande empresa, e transformar todo esse arcabouço que nós fizemos numa coisa realmente produtiva para o país.

Como é que você transforma a grande empresa numa empresa inovadora e a nossa empresa não é? Quando eu falo isso, estou cometendo uma injustiça enorme com muitas empresas brasileiras, o Glauco falou alguma coisa nesse sentido, Marcopolo é a maior empresa produtora de ônibus no mundo, mas a WEG também é a maior empresa produtora de motores elétricos no mundo. A Coteminas é a maior empresa, no setor, no mundo. A associação agora da Perdigão com a Sadia vai formar, senão a maior empresa, uma das maiores empresas do mundo, e assim vai. Nós temos inovações tecnológicas extremamente importantes em vários setores. Mas não está na circulação sanguínea da nossa empresa ainda, isso é muito difícil. Extremamente difícil. O que os outros países fizeram, penso eu, foi jogar as empresas do seu país numa terrível concorrência internacional em mercados internacionais, mas não da forma passiva, de abrir a economia, que é decisiva por outros motivos, mas sim dando muito incentivo para que ela exportasse e aí o Brasil fica muito a dever. Eu acho que o que a gente precisa no Brasil para desenvolver muito a inovação das nossas empresas é fazer uma política extremamente séria, extremamente importante, extremamente agressiva, no que é possível fazer política agressiva de exportação hoje no mundo, porque também tem muitas amarras nesse processo hoje em dia na área de exportação.

A PDP é muito ousada na área da articulação do setor, sobre o comando do BNDES. Ela foi muito ousada em ampliar o recurso do BNDES, isso é muito importante para que, hoje, inclusive, nós saiamos da crise talvez antes de outros países. Ela foi muito importante em fazer investimentos, desculpa, em reduzir custos e aumentar recurso para financiamentos nas empresas na área de inovação, mas ela é, da mesma forma que ela foi ousada nesses pontos, tímida, modesta nos seus objetivos de exportação. Nós temos que pegar a PDP, do meu ponto de vista, e fazer uma segunda rodada da PDP só para exportação e articular inovação com exportação, não conheço outros países, com exceção dos Estados Unidos, que fez um desenvolvimento muito pra dentro e com uma concepção de tecnologia, de inovação, de concorrência extremamente própria, extremamente peculiar, não conheço nenhum país que fez as suas empresas se transformarem em empresas inovadoras sem que tivessem jogado essas empresas duramente, mas com muito incentivo, numa área de internacionalização, concordo inteiramente com o que foi dito aqui a esse respeito de internacionalização, mas também jogar com a exportação.

Aí um pouquinho de discordância na área do câmbio. O câmbio certamente não é a arma fundamental para esse processo, mas um câmbio valorizado prejudica muito. Então, não é uma questão tanto de você fazer ou de reeditar políticas extremamente ousadas, agressivas na área cambial. E muita gente fez isso também. Não vamos deixar de colocar isso, não. Chile fez, China fez e faz nos seus momentos, Japão fez, Alemanha fez nos seus momentos, enfim, todo mundo de alguma forma usou a política agressiva, nem chega a tanto, mas pelo menos o câmbio não seja tão penalizador da exportação, porque aí eu entro num outro tema, porque aí as compensações terão que ser muito maiores. Como por exemplo, na infraestrutura. O Brasil hoje em dia ele perdeu, para os senhores terem uma ideia, 50% das exportações de automóveis, com a crise. Perdeu na área de motores elétricos, que eu falei que nós somos campeões mundiais na produção e exportação nessa área, 60%. Na indústria do aço nós perdemos 50% de novo nas exportações de manufaturados. Em calçados, 40%. Então nós estamos falando

de uma perda de competitividade motivada pela crise absolutamente espantosa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Mesmo... Exatamente. E agora, com a valorização do real, prejudica ainda mais essa capacidade. Então, nós estamos numa situação extremamente difícil na nossa indústria, que é a de que, a duras penas, a nossa indústria manteve a sua participação internacional nos últimos 20 anos. O que fez, por exemplo, da China ser a China, o que fez a Coréia, em tempos anteriores, ser a Coréia, o que fez o Japão ser o Japão, mais atrás até, foi evidentemente uma estratégia mais agressiva do que essa de apenas manter a sua participação no cenário internacional. Nós mantivemos a nossa participação no comércio mundial de produção de manufaturados e na produção mundial de manufaturados, pelo menos não perdemos terreno. Mas agora eu penso que nós corremos um risco muito sério de perder essa nossa condição.

Se não podemos usar o câmbio, tudo aquilo que a gente fala que melhoraria a situação da nossa indústria, eu vou enumerar, porque é um processo com que eu trabalho já há muito tempo, e sei de cor e salteado. Nós temos uma estrutura tributária, Presidente, que pune a empresa que transforma o produto, quer dizer, o nosso sistema tributário, se a empresa, ela dá um grau a mais de transformação na sua produção, ela é punida por esse processo do ponto de vista tributário. Já foi muito mais, mas ainda é. Nós temos, isso de um lado, nós temos, no caso das empresas exportadoras, eu acredito que uma cifra como 20 bilhões de reais de recursos só do ICMS retidos e que deveriam retornar às empresas que exportam, porque pela Constituição a nossa empresa exportadora, ela não exporta tributo, ela recolhe novamente a tributação.

Segundo lugar, nós retiramos todos os impostos em cascata que havia na economia brasileira. Inclusive a CPMF, o último imposto em cascata que havia. Mas nós temos um que penaliza terrivelmente, não é um imposto, é uma contribuição, mas que penaliza terrivelmente essa empresa que faz a transformação adicional, que é o encargo trabalhista sobre a folha de salários. Esse encargo que as empresas pagam 20% para o INSS, e eu não tenho nada contra financiamento do INSS, pelo contrário, mas é um imposto cumulativo e que tira muita competitividade das nossas empresas, ele hoje é um fator de competitividade que se você não tem câmbio, você tem que voltar a pensar nele. Na época que nós debatíamos muito, isso no Governo, na época do PAC, havia uma ideia de mudar essa contribuição pelo menos uma parcela disso e agora voltou o tema no Governo, para um imposto geral da sociedade, no entendimento de que a Previdência é alguma coisa que deve ser financiada, não por aquele que emprega o trabalhador, mas sim pela sociedade como um todo que deve bancar os custos da Previdência. Não vingou essa ideia, o Governo agora novamente voltou ao tema, quer fazer uma redução dessa alíquota de contribuição das empresas e eu penso que o tema é extremamente importante.

Terceiro tema é a infraestrutura. Presidente, nosso país já foi o campeão de competitividade em muitos setores por ter energia elétrica abundante e barata. Não preciso dizer que não é mais. O nosso custo de energia é equiparado ao custo de energia de outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, China, o padrão é mais ou menos igual. Energia de modo geral. Energia elétrica muito especialmente pela nossa matriz. Faço um trabalho agora comparando ao setor de vestuário, nossa competitividade, China, Brasil, esses fatores que eu falei, jogam pra baixo a nossa competitividade num percentual que chega a 100%, 100%. Tem um pouco de câmbio aí, tem um pouco de rebate deles, ou seja, um pouco de subsídio deles no que diz respeito a sua exportação, mas basicamente é o custo do encargo trabalhista, é o custo tributário, que o exportador não consegue desonerar e o custo da infraestrutura.

Na questão da infraestrutura, nós sabemos que o grande problema, nesse caso, é a qualidade na nossa infraestrutura, que é muito ruim, conversávamos sobre o custo que é você carregar do Mato Grosso uma carga até os portos de exportação, e que decididamente no ambiente de pós crise que nós temos, num ambiente que nós não temos câmbio, nós temos que repensar esse processo todo. Questão da infraestrutura, coloca isso no Brasil, hoje do meu ponto de vista de duas maneiras. Primeiro, como um coadjuvante, mais eu diria um... Melhor dizendo, um protagonista junto com os outros setores, os outros segmentos que eu falei, para nós termos competitividade, ou do contrário a nossa indústria, a nossa economia vai se reduzir bastante num ambiente pós crise. Absolutamente fundamental. O Governo pensa muito na questão da infraestrutura e o PAC foi muito importante nesse sentido, se não tivéssemos tido o PAC nós estaríamos hoje aqui pensando num PAC. Num PAC de emergência, porque teríamos que ter uma resposta à crise. Pelo lado quantitativo, pelo lado da oferta dos serviços de infraestrutura, mas nós temos que pensar muito no custo também. Nós temos que voltar a ter alguma competitividade ou algum diferencial de competitividade, por termos energia limpa, energia relativamente barata, energia relativamente abundante pelas fontes naturais e eventualmente agora com o pré-sal. Se eu tivesse alguma sugestão a dar

nesse debate é que a gente resgatasse a questão do custo de energia também como uma questão prioritária, além da questão da oferta de energia que é crucial, evidentemente, para o país. Na verdade uma questão está relacionada à outra, se você tem uma qualidade maior de energia, você barateia também esse processo todo para o nosso produtor.

Uma terceira questão que eu queria colocar, aproveitando a oportunidade, é o papel do investimento em infraestrutura na crise atual, a nível mundial, e na brasileira. Não vamos nos enganar que na crise atual esse momento de bonança que nós atravessamos, ou seja, que o FMI revisa as suas perspectivas de crescimento para o ano que vem, esse ano de 2009 está perdido. As revisões são sempre para pior. Mas para o ano 2010 revisa as projeções para melhor, a Europa também tem sinais de melhora, em que a China mostra que respondeu tão positivamente à crise, todos esses processos foram através da infraestrutura. É claro que os países também se utilizaram de políticas extremamente agressivas na área dos Bancos Centrais, na área do socorro aos bancos. Mas, digamos, daquele lado que diz respeito à economia real, mais proximamente a economia real, que permite hoje ter expectativa de voltar a crescer, é investimento público, é investimento na infraestrutura.

Por que, aliás, a infraestrutura tem esse papel relevante? Bom, em primeiro lugar porque é um gasto autônomo, é um gasto muito comandado ainda, tem uma fração privada importante pelo Governo. Em segundo lugar, porque é um gasto sem contra indicações. Talvez até tendo alguma contra indicação por excesso, por exemplo, no Japão não dá pra fazer mais infraestrutura, está tudo feito. País que há tanto tempo atravessa, há 20 anos atravessa um período ou de crise ou de estagnação econômica, não tem mais que fazer infraestrutura. Por que é feita infraestrutura? Porque não tem contra indicações, aumenta a produtividade sistêmica, reduz o custo sistêmico das economias, é uma lição pra gente. O investimento em infraestrutura, ele não tem contra indicações. Agora, qual foi a novidade nossa do Brasil? Não foi tanto da crise, foi um pouco antes, a ideia do PAC. Qual foi a grande novidade do PAC? Foram os projetos? Alguns sim, mas nós sabemos que o PAC foi uma reunião de projetos existentes, aliás, não poderia ser diferente, vai inventar projetos de infraestrutura? Talvez nós inventemos daqui pra frente. A grande inovação do PAC foi da gente ter dito, a gente eu digo, os brasileiros, que projetos bons de infraestrutura serão financiados. Tem uma regra em economia que nem sempre é validada, é correta, de que se há um bom projeto, não se perturbem com o seu financiamento. Pode ser público, privado, pode ser de qualquer origem, que um bom projeto terá financiamento. Eu não concordo muito com essa tese em geral, mas no caso de projetos de infraestrutura, ele sempre terá financiamento e o Governo fez a grande inovação de dizer que para infraestrutura com bons projetos não faltará investimento.

Qual é o problema do PAC? O problema do PAC é que ele aumenta... No PAC orçamento, porque tem o PAC das empresas estatais que evidentemente é oriundo do próprio movimento das empresas estatais, o PAC acelera esses investimentos, dá força ao investimento, por exemplo, de uma PETROBRAS, mas eu me refiro mais ao PAC orçamento. PAC orçamento é meio por cento do PIB. Então, nós investimos meio por cento, chegamos a investir 4% do PIB em termos de orçamento da União, fora estatal, 4%, com estatais ficava muito maior. Nós reduzimos a meio por cento. Grande parte do investimento público é investimento em infraestrutura. O PAC é um grande plano, fundamental plano, mas só aumenta meio por cento desse processo. Pelas minhas pobres contas, eu acho que o Brasil deveria hoje investir 2% do PIB em infraestrutura, sobretudo, ou seja, o seu setor público orçamento deveria ter pelo menos 2%, o que equivaleria a fazer três PACs. Então, esse é outro ponto que queria chamar atenção, o nosso atraso no que diz respeito ao problema de infraestrutura.

Se eu tiver mais dois minutos, falarei um pouquinho sobre o pré-sal. Conversava, há pouco, com o Senador Collor, na ante-sala, sobre a questão do pré-sal. É uma questão tão decisiva que eu gostaria de traçar duas ou três observações. Quem descobre uma riqueza como o pré-sal ganha uma riqueza potencial magnífica. Pode ser a grande solução para vários problemas da economia brasileira. Mas você enfrenta um problema terrível, que se você falhar em quatro ou cinco pontos, você está rigorosamente lascado. Alguém conhece um exemplo de riqueza de país que se tornou desenvolvido com o petróleo? Vamos pensar. Noruega não vale, porque já era desenvolvido com o petróleo. Inglaterra, quando desenvolveu também. Aliás, parece que o melhor da história é isso, é quando você descobre petróleo e é rico ou tem uma estrutura econômica mais sedimentada, e faz um belo plano de aproveitamento dessa riqueza, você tem alguma chance de dar certo. É a chamada riqueza maldita. E é riqueza maldita porque, de novo, se não for estruturado um modelo todo especial para tomar conta dessa riqueza que aparece, que é uma dádiva dos céus, ela se transforma num problema extremamente sério.

Em primeiro lugar, nós temos o problema do modelo de exploração. Eu gosto muito do nosso modelo antigo, o nosso modelo de concessão. Eu gosto mui-

to do nosso... Eu não gosto da repartição. Eu sei que é um tema muito polêmico, repartição com estados e municípios, mas eu gosto do nosso modelo porque a concessão é muito boa, olha só, para quem não tem petróleo. Então, você incentiva os produtores privados a competirem e a fornecerem preços em concorrência para descobrir o petróleo. Agora, quem descobre o petróleo não continua com o modelo de concessão. Em economia a palavra oportunista não é um palavrão, ela tem um significado relevante, e os governos são muito oportunistas quando se descobrem potenciais reservatórios de uma riqueza como o petróleo. Eu penso que o Brasil é inevitável a passagem por um modelo de repartição.

O que é um modelo de repartição? Vamos imaginar isso. É a partilha. O que seria um modelo de repartição ou de partilha concebido, digamos, de uma forma pura? O investimento deixa de ser privado para ser um investimento do dono da riqueza, porque o dono da riqueza, aliás, se for descoberto por qualquer um é da União. No regime de concessão, ele cede aquela exploração para quem investiu, para quem fez os furos, para quem pesquisou, para quem descobriu. Corretíssimo, dentro da regra do jogo qualquer conquista por concessão deve ser mantido no pré-sal. Porém, o modelo de repartição ou o modelo de partilha significa que o investimento passa a ser do dono da riqueza. Que apenas e tão-somente contrata, pode ser também uma contratação, contrata um produtor para ele não ser o produtor. Contrata um produtor e arranja, acorda uma forma de repartir os ganhos oriundos daquela exploração, sabendo que quem fará os investimentos para aquela descoberta é o estado. De novo, todo bom projeto, sobretudo nessa área, vai ter o seu bom financiamento. Penso eu. Essa regra é uma regra na economia que não é sempre válida. Tem gente aqui que conhece economia, esse é o teorema de Modigliani-Miller, que tem 40 anos e é criticadíssimo, eu, por exemplo, o critico, mas é válido para esse caso. Ou seja, sendo um projeto de uma riqueza como essa, ele é financiado. Mesmo sendo de um estado que tem dificuldades financeiras. O modelo de partilha, como eu falei, é um modelo típico de país que descobre a riqueza, ou seja, que já tem descoberta a riqueza do petróleo e não tem que levar o produtor privado num processo de concorrência a descobrir a riqueza. Nós podemos fazer um modelo misto. Ou seja, se você fizer investimento, iniciativa privada, investimento que o Governo tem dificuldade, porque não tem recurso, se bem que acho que é financiável, sempre. Se você fizer um investimento e der certo, nós repartimos ou partilhamos a riqueza do petróleo com uma certa proporção. Eu acho inevitável que nós pensemos num modelo de partilha para maximizar a apropriação de riqueza. De novo, esse é um fator fundamental porque é uma riqueza descoberta, que pertence à nação. Hoje em dia, tenho tabelas, Senador, se for o caso eu envio para o senhor de um estudo que fizemos na Unicamp, em que mostra a apropriação dos vários países do rendimento do petróleo. A nossa apropriação está por volta de 50, 60%. Ou seja, uma PETROBRAS, por exemplo, paga ao Governo entre Imposto de Renda, royalty, contribuições especiais alguma coisa como 50, 60%, tem países que chega a 90%, 80%. Nós Brasil podemos pensar, isso é outro ponto extremamente relevante, em aumentar significativamente a apropriação pelo estado dos recursos do petróleo. Isso não é nenhum palavrão, está na regra do jogo, não tem problema.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Não, não. É geral. Em modelos estatais e em modelos privados. Como é que nós apropriamos, nós Brasil? Através de royalties e através de contribuições especiais. Tem também o Imposto de Renda que entra nessa conta. Por que o modelo de partilha me parece que deve ser avaliado com muito cuidado? Porque o nosso modelo, e aí vai uma crítica ao modelo nosso original da lei do petróleo, o nosso modelo, ele é muito envolvente com os estados na repartição desses recursos. Se o pré-sal confirmar a riqueza que tem, que deve ter, mantido esse modelo de repartição, vai transformar certos estados brasileiros e certos Municípios em Eldorados. O modelo de partilha, eu acho que ajuda a gente a pensar num modelo mais centralizado. Tem dois minutos, Senador? Um modelo mais centralizado.

E aqui vai o segundo ponto da questão do petróleo. Qual foi a sabedoria de uma Noruega em seu processo? Por que nós temos esses fundos soberanos proliferando no mundo todo, um poder enorme? Porque a sabedoria está em pegar essa riqueza que muitas vezes é conquistada pela exportação da exploração dessa riqueza e não trazer o dinheiro pra dentro, e sim deixar o dinheiro lá fora. Isso se chama fundo soberano. Só isso. Falar é muito fácil, fazer é muito difícil, porque quem é que não quer trazer, numa velocidade de cruzeiro, uma conta que nós fizemos relativamente baixa, dá alguma coisa como 100 bilhões de dólares/ano para o Brasil de exportação? Só de pré-sal. Quem é que não quer trazer essa riqueza para aqui, esse fluxo de riqueza aqui para dentro, e fazer programas num país como o nosso? País como Angola, num país como qualquer um, em escolas... Enfim, daqui a pouco a gente fala sobre isso, em tecnologia, etc. Todo mundo quer. A sabedoria fala que a gente deve trazer não isso, deve manter o fundo lá fora e trazer no máximo

o rendimento dessa riqueza, porque também tem que ter alguma coisa para se fazer, para transformar essa riqueza, que é uma riqueza natural finita, em benefícios para a sociedade. Por que não se pode trazer tudo? Porque se trouxer tudo, bom, aí essa valorização que a gente reclama tanto do real vai ser muito pequeninha perto do que vai ser.

Na verdade, os fundos soberanos são uma forma distinta de se fazer política cambial. Por quê? Porque quem descobre uma riqueza dessa, ela é tão forte, ela é tão significativa, se é forte e significativa, que se ela vem toda para usufruto da sociedade num primeiro momento, ela liquida, ela abafa as demais atividades. Transformar um produto, aplicar trabalho, aplicar tecnologia, essa trabalheira toda da gente fazer essas coisas? Por que, se a gente tem essa riqueza? Sabedoria manda que a gente use parcimoniosamente a riqueza do petróleo através, como regra, na criação de fundos soberanos, uma mudança no regime cambial fundamental, ou do contrário a moeda se valoriza numa intensidade enorme, mata todas as demais atividades e pica essa riqueza, porque no detalhe, ela é finita, e quando ela acabar? Quantas vezes a gente já esteve com o pessoal do México, por exemplo, com o petróleo, que tem uma taxa, uma taxa de impostos da ordem de 12%, que maravilha. É porque o petróleo financia o resto. E quando acabar isso? Nós vamos ter que pensar também num fundo fiscal. Olha a complexidade. Porque se o preço do petróleo passa a ser um preço bom, todos vão ganhar, a União, os estados e municípios. Mas quando tiver mal vão ficar numa pindaíba... O Congresso Nacional vai ter um trabalho danado.

Quarto. Primeiro é o modelo, segundo é o fundo soberano, terceiro é um fundo fiscal, esse é um fundo de estabilização. Quarto. O fundo para o aproveitamento interno desse recurso tem que ser pensado de uma forma extremamente cautelosa, por exemplo, na Noruega é para bancar a longo prazo um sistema de previdência que é muito bom, muito benevolente. Nós temos que pensar o que fazer com esse dinheiro. Educação, saúde, inovação, eu acho que a infraestrutura tem que ser, do ponto de vista mais econômico, digamos assim, com inovação de prioridade. Eu faria programas de universalização de educação, saúde e saneamento e faria programas de universalização dos sistemas de inovação e, sobretudo, do sistema de infraestrutura.

E para concluir, o exemplo da Noruega, da empresa estatal norueguesa é um modelo que a gente deve pensar. Realmente vou acabar em dois segundos. A gente deve pensar. A Noruega tinha uma PETROBRAS totalmente estatal, chamado Statoil, então, ela não tinha nenhum conflito entre ser uma riqueza da nação e explorada por uma empresa 100% da nação. A Statoil só virou uma empresa de capital aberto muito depois. Eles fizeram isso, Senador, a criação da outra empresa, a Petoro, que é a empresa digamos assim correspondente a que seria criada no Brasil, porque acharam que a Statoil tinha muito poder, porque dona produtora dessa grande riqueza se transformou numa empresa muito poderosa. Criaram a Petoro como empresa de inteligência, não como uma empresa produtora ou uma empresa cheia de gente. Uma empresa que administra essa riqueza, por exemplo, ela dá as coordenadas do fundo soberano, mas quem opera o fundo soberano é o tesouro, não precisa ter operador, deixa o tesouro operar. Essa empresa, ela também administra reservas, para evitar aqueles problemas que vira e mexe a gente encontra, de que ora a exploração de um país por empresas privadas não é acelerado suficiente, ora é acelerado em demasia, a ponto de esgotar a riqueza rapidamente, é uma questão de estado. Essa empresa também faz a política industrial norueguesa, que não precisa tanto disso, mas nós precisaríamos no Brasil. Se não der para criar uma estatal, então dá para o BNDES fazer esse processo junto com o tesouro, eu acho que nós ganharíamos muito. Mas enfim, são quatro ou cinco coisas, se a gente errar numa delas, se transforma numa riqueza maldita. Se a gente acertar nas cinco, temos uma chance grande de transformar essa riqueza uma riqueza bendita e ser mais uma vez uma exceção. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Professor Júlio Sérgio Gomes de Almeida, sobretudo nessa parte final, que ele dedicou os seus comentários em relação ao pré-sal, que, da forma como a Comissão já decidiu, a Comissão de Infraestrutura, em outubro, mês de outubro, já estaremos dedicando uma série de painéis à discussão do marco regulatório do pré-sal, e, nesta oportunidade, já em outubro, imaginamos ter, por parte do Governo, a sua proposta, proposta esta que será enviada ao Congresso Nacional. E, na oportunidade, professor, talvez necessitemos novamente da sua presença aqui, para voltarmos a tratar do assunto.

Eu passaria a palavra ao Senador Delcídio Amaral, mediador deste debate.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Também parabenizar o Prof. Júlio Sérgio de Almeida.

A questão da inovação, acho que as duas exposições elas convergem, e eu também não vou me estender muito, porque com o Prof. Glauco Arbix nós tivemos oportunidade de falar mais intensamente sobre isso, mas registrar, Prof. Júlio Sérgio, a questão da... Esses três vértices aí, questões trabalhistas, tributárias

e infraestrutura. Eu acho que o senhor tocou em três pontos absolutamente fundamentais, e alguns deles que nós discutimos, que é a exaustão aqui, no Congresso, e o avanço é praticamente zero. Ultimamente, então, a situação é ainda pior. Mas eu vou fazer um registro que... Gostaria de fazer um registro, primeiro a questão do custo da energia. É uma atenção grande que nós temos que nos concentrar, porque a energia como um todo e principalmente a energia elétrica, até pela matriz energética brasileira, ela é grandemente influenciada pela energia hidroelétrica, e pelos aproveitamentos que temos, e isso é um ponto muito importante sob o ponto de vista de vantagem competitiva.

Eu gostaria até de registrar, também, as impressões que o senhor... Eu tinha registrado aqui, acabei não comentando, a questão do câmbio, o foco que o senhor adotou, que é extremamente coerente e extremamente pertinente também.

Mas voltando à questão da energia, esse é um diferencial para nós. Especialmente energia elétrica. Basta ver que muitos projetos industriais foram concebidos no Brasil, exatamente em função da competitividade da energia elétrica produzida aqui. Eu vejo com muitas preocupações, eu volto a falar da questão do planejamento. Hoje, nós estamos caminhando para uma matriz mais cara. Se a gente acompanhar os leilões, os últimos leilões, principalmente de termoeletricidade, que eu volto a insistir aqui, é absolutamente necessário para otimizar os reservatórios, mas nós estamos caminhando no sentido de óleo. Óleo diesel, óleo combustível. E acho que nós temos outras alternativas, além de tecnologias, que ainda necessitam de escala para que elas venham a ser implantadas no país. Então, acho que é um registro muito importante. Eu fui o relator do orçamento e esse número de meio por cento do PIB é... Do OGU, o Orçamento Geral da União, é um número baixíssimo. Tanto é que o PAC, ele é inflado pelas estatais, especialmente com a PETROBRAS. Acima de tudo, e o senhor falou de energia, o PAC é um programa de energia, principalmente. Acho que mais de 45% do PAC, 47% do PAC é energia. Energia numa concepção mais ampla, energia do petróleo, do gás natural, energia elétrica, enfim, é um programa que olha acima de tudo a questão da energia como foi muito bem registrado aqui pelo Prof. Júlio Sérgio, fundamental para o país nesses três itens, quer dizer, nesses três desafios que foram colocados.

E eu queria me concentrar um pouco mais, professor, nos comentários que o senhor fez sobre o pré-sal. Aliás, seria importante que nós estimulássemos esse debate só por alguns minutos que o senhor falou sobre essa questão, ficou muito claro para todos nós o desafio que o país enfrenta com relação a um novo modelo, um novo modelo que ele sai... Aliás, ele na verdade nós vamos ter dois modelos. Para onde há áreas de risco, concessão, como o senhor falou muito bem aqui. E no outro caso, quer dizer, onde existe efetivamente petróleo, partilha. Pelo que eu entendi, o senhor está de acordo com essa modelagem de partilha, manifestou as preocupações, acho que esse é um outro debate que nós vamos ter que fazer, que é a questão dos royalties, essa repartição das riquezas, e acho até que se nós discutirmos, Presidente, modelagem com royalty juntos, aí nós vamos ficar igual a Reforma Tributária, nós não vamos avançar em absolutamente nada, que aí vão entrar outras questões de caráter político dos estados e dos municípios. Esse comentário que o senhor fez é muito importante. Quer dizer, se essa lição de casa não for bem feita, o desequilíbrio que nós vamos... Nós vamos criar Emirados na Região Sudeste, parte do Nordeste, o restante do Brasil infelizmente numa situação de penúria. Então, esse é um dos temas muito, que são até fundamentais nesse desafio.

Quero também registrar a leitura do senhor com relação aos vários fundos, me lembrou aqui a doença holandesa, a questão do que entra de dólar no país e os impactos que isso traz, ou seja, a necessidade até da mudança do regime cambial. Esse fundo soberano, depois o fundo fiscal, que é o problema, porque ter petróleo é uma maravilha, agora, o petróleo como já chegou em alguma... Pode chegar a 140, e o petróleo pode chegar a 35, como chegou agora na época da crise. Então, qual é o colchão que nós vamos ter para administrar isso? Ou nós só vamos viver quando nós tivermos com o petróleo a um preço elevado, depois disso é penúria geral.

A questão desse fundo para políticas públicas, essencial. O Prof. Glauco Arbix falou sobre... Nós falamos sobre essa integração, eu acho até que inovação tem que ter um PAC especial, tem que ter um programa de aceleração especialíssimo e voltado para a questão de inovação tecnológica, até para que se tenha um pulso maior e um controle maior de uma política de Governo.

E eu gostaria de fazer... Entendi também, aí o senhor me corrija se eu estou com uma visão equivocada, que o senhor entende que é necessária a criação dessa nova estatal. E aí eu queria fazer duas perguntas para o senhor. A primeira, como é que o senhor vê a contratação direta a ser feita da PETROBRAS em função do bloco ou em função do campo a ser explorado e produzido? Como é que o senhor enxerga essa, vamos dizer assim, essa vantagem da PETROBRAS numa possibilidade de contratação direta? E o segundo ponto, a questão da PETROBRAS

como operadora de todos os campos do pré-sal, que é uma tese que surgiu agora poucas semanas atrás, ganhou dimensão, isso a imprensa tem divulgado intensamente, até porque, pelo que eu tenho percebido, algumas empresas, as *majors*, os grandes *players* internacionais na área de petróleo veem isso com desconfiança e entendem isso como um desestímulo a investimentos aqui. Alguns dos argumentos é que como essa estatal teria uma função de inteligência até para graduar efetivamente a produção do pré-sal, que é estratégico para um país, havendo encaminhamento nesse sentido, se o pré-sal não vai alongar um pouco mais ou se só a União monetizando as reservas tem condição de bancar todos os financiamentos, e portanto nós podemos praticamente correr numa carreira solo, sem a participação de ninguém? Acho que essas são as duas perguntas que eu gostaria de fazer ao senhor, e mais do que nunca, parabenizá-lo pela exposição didática, ampla e absolutamente importante no momento especial que o Brasil vive.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Prof. Júlio Sérgio.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Obrigado. Eu continuo achando que para um bom projeto, com uma boa exploração de boa riqueza você tem financiamento. Eu acho que o pessoal--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mesmo sendo só o Estado?

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Mesmo sendo só o Estado. E acho que, como eu falei, falando pela terceira vez, esse é um teorema da teoria econômica que eu gostaria de renovar. Não concordo muito com ele, mas nesse caso acho que é importante.

Acho que é uma falácia dizer que não teremos financiamento para o pré-sal. Acho que é maximizar um problema que não existe. Acho, todavia, que nós não devemos abrir mão de uma boa concorrência nesse setor, mas ao mesmo tempo privilegiar a PETROBRAS, porque não vamos esquecer, quem fez esse processo todo em grande parte dar certo, se é que ele vai dar certo, porque ainda temos desafios tecnológicos, de logística, aliás, extremamente graves, se deve à PETROBRAS. O grande problema da relação com a PETROBRAS, que não havia no modelo mais exitoso que foi o modelo da Noruega, que a PETROBRAS abriu seu capital, razão pela qual... E a Noruega, não, a Statoil é uma empresa estatal, hoje está aqui no Brasil, inclusive querendo uma participação justa, aliás, no modelo como um todo, mas lá, na época, não havia isso, não. Lá na época era um modelo fechado, de estatal. Sem abertura de capital. Com a abertura de capital da PETROBRAS, sendo a PETROBRAS uma empresa de capital aberto, evidentemente nós temos que dosar esse processo. Nada que não seja obtido com uma regra de taxação correspondente, ou uma regra de repartição, como eu falei antes, que seja relativamente modulada de acordo com os interesses. Então, se bem que é possível ter financiamento para esse bom projeto, e não faltará recurso, mesmo com dívida, porque uma dívida, ao contrário do que muita gente critica, será primeira vez que o Governo Brasileiro faz uma dívida sabendo que é pra criar uma riqueza que certamente valerá mais do que essa dívida. Então, não será um problema. Mas, mesmo assim, o Governo pode ter capacidade para fazer financiamento para outras coisas e eventualmente se utilizar de empresas que tenham uma capacitação financeira e técnica para fazer os investimentos que o dono da riqueza deveria fazer. Não vamos esquecer que por outro lado o modelo norueguês se vota no orçamento, aliás, o recurso para investimento do Governo na área da exploração. Nós podemos, eventualmente, reduzir esse processo, jogando num acordo de repartição, de partilha, com uma PETROBRAS, ou com uma outra empresa qualquer, o sistema. Eu preferiria um sistema de preferência notório para a PETROBRAS, mas com uma prerrogativa do Governo negociar com outros grupos, caso você não tenha um sistema de partilha que favoreça a maximização para a população dessa riqueza, porque não vamos ter dúvida, descoberta a riqueza, oportunismo não é um palavrão em economia, o Governo toma conta em nome da sociedade dessa riqueza, respeitando claramente os contratos, mas estabelecendo novas regras para aquela riqueza, buscando maximizar a absorção dessa riqueza por parte da população.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado mais uma vez ao Prof. Júlio Sérgio.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente Fernando Collor, quero agradecer a oportunidade de podermos dialogar nesta Mesa inicial, que ela é exatamente o desafio que o Glauco e o Júlio têm essa responsabilidade aqui, nessa Comissão, e de não deixar a gente sair com mais um papel. Porque acho que é fato, nós temos produzido bastante, nós temos uma legislação, você examina que, na área da inovação, então, nós estamos com uma legislação avançadíssima. E até, mesmo que, no Brasil, nós pudéssemos dizer que temos país continental, então difere muito de você pegar um exemplo, às vezes, menor, mas, às vezes, um país pequeno dá para você examinar com mais acuidade o que você pode extrair como benefício para um país continental. Mas só assim a tipo de

a gente brincar com essa realidade, eu lembro que o Ministro de Ciência e Tecnologia no Governo anterior fez a primeira conferência de Ciência e Tecnologia. E há pouco tempo nós votamos aqui, fizemos uma sabatina e votamos a indicação do ex-Ministro para ser dirigente da ANATEL, e hoje é dirigente da ANATEL. O Sardenberg foi eleito por nós aqui, tanto na Comissão, eu lembro que quando ele foi indicado, ele estava até nas Nações Unidas, que também foi indicado para as Nações Unidas no atual Governo para ser o representante da missão brasileira nas Nações Unidas. Quando ele foi indicado, fruto da relação anterior na Ciência e Tecnologia e da primeira conferência, eu liguei para o Sardenberg, para dar os parabéns antecipadamente, antes mesmo da sabatina, porque sabia que a sabatina nossa ele ia tirar de letra, digamos assim, e foi indicado para a ANATEL. E está lá como dirigente da ANATEL, hoje acho até está com a expectativa de que chegue até a direção geral daqui a pouco, o rodízio, vai ter um rodízio. Já é hoje o Diretor-Geral no lugar do... Acho que era o Kelman. Ah, não, ANATEL, o Kelman é da outra, de energia.

Então, você vê que mesmo a gente tendo um potencial muito maior, quer dizer, tem muita gente boa, muita gente boa na universidade brasileira que pode ser aproveitada num Governo novo, você pode ter dois ou três governos, digamos assim, no Brasil, mas a necessidade da experiência leva você buscar esses cérebros para contribuir com o seu Governo. No caso do Lula então, citei um da área de Ciência e Tecnologia e podemos citar aqui no caso do Senado que o líder do Governo era o líder também do Governo Fernando Henrique. Então, você tem uma busca de aproveitar, otimizar o aproveitamento dessas personalidades.

Uma batalha que acho que nós travamos na área da inovação, que precisa, de fato nós conseguirmos romper, que acho que vale diretamente para a inovação e vale para a busca do projeto mais amplo na área de infraestrutura. Acho que está casado as duas coisas. Uma é que na... A cultura que o Glauco levantou aqui na área das grandes corporações, delas de fato investirem, elas virem para o investimento, e das pequenas conseguirem se sustentar no tempo. Eu há poucos dias, tive que discutir isso com a FINEP, que financia projeto de pesquisa e tem uma linha para pequenas empresas, incubadoras, inovadoras, etc., mas tem o problema de como você sustentar essas pequenas empresas, e como fazer a explosão de pequenas empresas, que tem mais, digamos que as pequenas empresas, elas tem mais velocidade, elas tem mais capacidade dessa velocidade. Elas precisam das grandes, as grandes tem que entrar nesse negócio, tem que quebrar essa cultura de que eu posso comprar, eu vou lá fora e compro. Aí você compra de um concorrente poderosíssimo, que já está lá fora sentado nos grandes mercados. Então, para romper as grandes, nós precisamos e precisamos explodir nas pequenas. Só que as pequenas hoje sofrem com esse problema da sustentação. Mesmo com os financiamentos mais baratos, o preço do dinheiro hoje está... Tem alguns casos que está sendo dado o dinheiro, você não tem que pagar juro nenhum, na prática. Mesmo nessa situação, nesses momentos de crise para um país como o nosso, como é o caso do Brasil, ora veja, se os americanos na crise, deixaram de comprar as inovações das pequenas empresas, dos chineses e indianos que estão comprando, você imagina um país como o nosso ainda, quer dizer, acho que a gente tem mais dificuldade de sustentar, de manter essa grande rede de pequenas empresas, acho que a gente precisa aqui trabalhar mais os fundos setoriais, nós passamos um tempo desde sua criação até hoje nós ainda temos problemas com os fundos setoriais, porque uma boa parte do tempo nós usamos os fundos setoriais para reforçar o superávit primário, como ancoradouro de reforço do superávit primário. Acho que nós perdemos esse tempo, perdemos razoavelmente esse tempo.

Então, vejo como nós vamos combinar, porque o projeto mais arrojado de desenvolvimento, de crescimento da economia, que incorpore milhões de brasileiros ainda que precisam melhorar sua qualidade de vida, ele exige uma relação muito forte entre produção na área de ciência e tecnologia, investimento mais maciço na área de produção de ciência e tecnologia e na área de infraestrutura. É como se uma respondendo a outra, sempre.

Você veja no problema nosso da área de energia. Embora o Brasil tenha comprado muita tecnologia nessa área, mas foi vital o investimento, digamos assim, do Estado Brasileiro na energia desde o petróleo até a hidrelétrica. Hoje, digamos assim, o *know-how* brasileiro na área de geração hidroelétrica é muito respeitado pelo mundo afora. E na área da produção de petróleo, quando nós fomos para o mar, buscar o petróleo no mar, nós tivemos que fazer investimentos maciços em tecnologia, que nós não tínhamos. E pouca gente vende. Essa é uma área que se no setor de grandes empresas em determinados setores você pode comprar a tecnologia, nessa ninguém compra. Uma outra área extraordinária que eu vejo em perspectiva, nós temos aqui a energia exigindo da produção científica e da inovação tecnológica um esforço extraordinário em investimentos maciços lá na área de ciência e tecnologia, nós temos área de energia e nós temos a área, digamos assim, da... Espacial, que nós investimos enormemente, eu acho que o CTA foi um grande

investimento, foi uma luta tenaz, mas que deu resultados positivos, basta ver hoje seus frutos dos vários institutos e empresas que se criaram a partir dali, e muitas empresas pequenas, médias, e a grande empresa, que é o caso a EMBRAER, até agora uma luta intensa para você ocupar esse território da venda de informações a partir da sua presença no espaço.

Então, é uma outra área de conquista, de desafio, que nós temos que pôr na nossa mão. Nessa área, também, ninguém vende tecnologia. Essa é uma área que ninguém vende. Quer dizer, não tem empresa nossa que diz: "Olha, então me vende aí essa tecnologia". Eu lembro o episódio recente, no caso de uma tentativa nossa lá, no Estado do Ceará, que uma empresa montou uma montadora, construiu uma montadora de automóvel para um nicho de mercado, quer dizer, "Eu vou atuar só aqui para diminuir os atritos, as áreas de atritos no mundo afora", montou a empresa, mas teve que comprar uns pedacinhos de tecnologia lá fora. Então, ela levou aquele tombo primeiro, assim que o jogador de futebol leva assim para sair na lateral, então você sai na lateral, mas você é teimoso, você volta, então o cara diz: "Bom, então é o seguinte: já que você voltou, só tem um jeito, você tem que me vender a empresa". E inicialmente era vender para fechar. Nós participamos dessas negociações na Mesa com o Presidente Lula, que teve que chamar a grande montadora para sentar com a nossa pequena montadorazinha de nichinho de mercado, para poder garantir que ela continuasse existindo, já nas mãos da grande montadora, que foi o caso da Troller, lá no Ceará. Porque ela tinha um pedacinho só de tecnologia, mas eles não estavam dispostos a transferir essa tecnologia para eles. Então eu acho que aqui nós temos, uma parte da tecnologia se compra. Uma parte. Uma outra parte, ou você se embrenha para poder produzir essa tecnologia, ou você não terá. Por isso que o nosso desafio aqui, ele é muito exigente, digamos assim.

Nós precisamos de um esforço, que aí eu chego numa outra questão, levantada aqui, também, pelo Glauco, que é o problema do consenso, que não é fácil. Eu dei esse exemplo aqui, mas é uma brincadeira, de que o Sardenberg terminou... Que a gente indicou aqui o Sardenberg, votou para que ele fosse para a ANATEL. Mas não é fácil o consenso, porque o consenso, ele tem que romper também com um determinado caminho que você estabeleceu há muitos e muitos anos, há décadas. Então, você garantir um consenso que conduza o nosso país para um projeto de desenvolvimento mais avançado, não é tarefa simples, não é tarefa fácil. É um esforço extraordinário, que um governante, uma liderança com estatura pode conduzir, acho que o Lula tem buscado fazer esse trabalho, você imagina que o Lula buscou formar um Conselho de Desenvolvimento Econômico para dialogar diretamente com os grandes empresários brasileiros, com os pesquisadores, grandes pesquisadores estão ali naquele Conselho, mas ele sabe perfeitamente que aquilo não... Para produzir o efeito, demora, leva tempo.

E por último, como comentário, esse problema do investimento... O orçamento nosso no investimento de infraestrutura, que é algo... Para as condições da necessidade nossa, do Brasil. É como se fosse uma coisa meio vexatória. Quando você olha... E o que fica contingenciado depois. Porque meio por cento é o que é no orçamento, mas e o que fica contingenciado durante o ano inteiro para depois no final do ano ficar aquele desespero, "agora vamos liberar..." Do meio vamos liberar que a metade... E é um desespero. Porque os projetos arranjados e que estão na estrutura do PAC, que a maior parte é realmente na área de energia, PETROBRAS e Eletrobrás, majoritariamente, porque essas empresas têm uma trajetória, tem um projeto de mais longo prazo. Mas os que estão fora dessa área são coisas que você tinha que... Quase que às vezes o... Nas reuniões lá do Conselho Político, o Lula olhava e ficava dizendo o seguinte: "Puxa vida, vamos ter que arranjar projeto de algum lugar", porque esses projetos não tinham, não existiam, eram poucos. Esse projeto de transposição de águas, Transnordestina, estavam no papel anos e anos e não tinha projeto de engenharia, não tinham nada, para depois você produzir mesmo, dizer assim: "Está aqui o recurso, é um bom projeto, vamos financiar. Cadê o projeto de engenharia?" Você não tinha. Acho que o PAC ainda está muito aquém da nossa necessidade, mas quando você colocar mais meio por cento, nós ainda vamos estar na situação de que não tem projetos suficientes para mais meio por cento. Nem tem, se você chegar a 1,5, 2%, você não tem pessoal para tocar os empreendimentos.

Então, acho que nós temos que trabalhar também duas grandes vertentes do desafio, o consenso político, que é tarefa árdua, não é fácil, basta ver os conflitos, basta ver os conflitos do Senado para compreender, pra gente não ficar achando que o conflito é moral. Porque pode alguns incautos ficarem achando que é, mas é um conflito da natureza política, da disputa política, porque não tem o consenso ainda em torno de um grande projeto. Então, tem que se engalfinhar mesmo. Então, você tem a necessidade desse consenso político, intenso, você tem a necessidade de investimento fortíssimo em ciência e tecnologia, você tem que ir para o ensino básico, o Glauco levantou isso lá atrás no começo do debate, maciço, maciço, não considerar isso gastança no discurso, porque de vez em quando um discurso meio midiático, isso é gastan-

ça, isso é agigantar o Estado... Quer dizer, o Estado aqui é capenguíssimo, é capenguíssimo esse Estado. Então, tem que ter investimento maciço nessas áreas para que a gente possa, digamos, aproveitar essa última parte, que é a riqueza extraordinária que pode vir de uma descoberta. Se a gente tiver com essas coisas assim mais ou menos trabalhadas, o consenso na área política, o investimento maciço na área de ciência e tecnologia, novas áreas você tem, eu citei aqui o caso da exploração do espaço como um outro ponto significativo, mas tem outras áreas da química verde, quer dizer, é um conjunto de áreas que exigem investimentos maciços na área de ciência e tecnologia para que a gente possa enfim fazer o uso adequado dessa riqueza fabulosa que o Brasil passa a ter na questão do pré-sal, mas nós temos outras grandes riquezas, que se a gente usar bem o pré-sal, elas também vão aflorar, essas outras riquezas também vão surgir, vão se apresentar.

Acho que nós vamos ter um bom debate aqui sobre essa questão do pré-sal. Um bom debate. Acho que esses indicativos que o Júlio levanta são muito importantes para nós. Muito importantes. Não errar, não errar. Porque nós temos os exemplos já dos erros. Os nossos vizinhos, está aqui à nossa frente a Venezuela. Quantos anos, tem um estudo do Celso Furtado de 57 sobre a situação da Venezuela com a riqueza fabulosa já, o festival de divisas que em muitos locais no Brasil a gente fica clamando pelas divisas, pelas divisas, pelas divisas, só que essa quantidade de divisas aqui pode ser inesperadamente uma tragédia do ponto de vista também econômico. Então, como acertar bem o passo no uso, na regulamentação e como distribuir melhor, como partilhar melhor essa riqueza fabulosa que é o pré-sal.

Então, Sr. Presidente, eu estou satisfeito com essa Mesa, acho que foi muito boa, elas são... Embora pareça que possa ter assim grande divergência, mas acho que são complementares, elas nos ajudam. E satisfeito com a iniciativa, acho que essa iniciativa vai render bem para nós, porque elas nos ajudam no debate das matérias que vem para discussão. Porque vai chegar aqui essa questão do pré-sal. É uma das matérias que a gente debate. A outra são alterações na legislação de inovação, que nós podemos fazer para ajustar melhor e quem sabe até chegar um ponto de se impedir totalmente o contingenciamento dos fundos setoriais. Você vai ter volume de recurso também muito grande. É uma espécie de inundação de recurso na área de produção científica e tecnológica no país. Quer dizer, se tivermos preparados, vamos ter recursos disponíveis em grande quantidade. Acho que são medidas que a gente pode adotar a partir das discussões, dos debates promovidos pela Comissão de Infraestrutura nesse conjunto de seminários que vamos ter iniciados por hoje como desafio.

Então, quero agradecer a V.Exa. e dizer que estou satisfeito com as duas apresentações, acho que foram muito boas. Eu como aprendiz, estou muito satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Gostaria de perguntar ao Prof. Glauco se gostaria de fazer algum comentário. Prof. Júlio Sérgio, algum comentário? Por favor, com a palavra.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Hoje, nós gastamos... Com o PAC agora um pouquinho maior. Não é uma crítica que eu fiz, não, porque a gente quebrou a cabeça lá para chegar a um valor. Porque aquilo que tinha que ser fora do déficit público, então tinha uma questão de mercado, que o mercado não ia gostar, a gente reduzir superávit.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você lembra que no começo teve que ter até um acordo com o FMI para poder tirar uma parte dele.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Tira uma parte, bota para cá, joga para não sei aonde... Vendo depois fica muito fácil. Mas, na época, então, se chegou a um consenso que meio por cento era palatável. Mas você colocou, senador, um tema fundamental, não tem estrutura para gastar meio por cento. Não tem projeto, não tem gente para tocar. Nós estávamos conversando sobre esse ponto, isso é um aprendizado também. Então, o PAC tem que ser colocado, PAC orçamento, como um reaprendizado brasileiro de como se faz investimento. Tem que ter projeto, tem que ter gerente, tem que ter gestão desse projeto, tem que ter um cronograma, e o máximo que ele fez foi dizer não, se tiver projeto financia. Foi o que a Fazenda fez. Então me arrumem projetos. E muitas vezes não existe projeto não se consegue fazer o projeto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Essa questão da falta de projetos executivos é realmente de se notar. Em algumas oportunidades, conversando com a Ministra Chefe da Casa Civil, ela dizia que um dos gargalos que ela encontrava para prosperar com o PAC era exatamente a falta de projetos executivos para essas demandas.

Mas eu teria algumas perguntas a fazer, a formular, ao Prof. Glauco e ao Prof. Júlio Sérgio. Ao Prof. Glauco, como nós poderíamos transformar os nossos conhecimentos científicos em inovações? E depois, como fazer essa transição do conhecimento entre a universidade e as empresas? Se o senhor teria alguma sugestão a fazer. E também, se houver alguma medida legislativa, no seu entender, que nós possamos iniciar

dentro da Comissão de Infraestrutura para favorecer o processo de conhecimento e inovação.

SR. GLAUCO ANTÔNIO TRUZZI ARBIX: Obrigado, Presidente. Essa questão, são duas questões que estão muito relacionadas, evidentemente, mas eu queria dizer o seguinte: a Lei de Inovação, assim como a Lei do Bem, elas já abriram uma avenida enorme no Brasil. Até a lei de inovação era muito difícil fazer exatamente esse trânsito do conhecimento que é gerado na universidade para as empresas. Vou dar um exemplo muito simples. Uma empresa contratava a universidade para investir numa colher de café mais eficiente e quando a universidade conseguia fazer isso para aquela empresa que tinha financiado, a universidade era obrigada a abrir uma licitação. Uma licitação pública. E eu que não investi nada, sou de outra empresa, eu ia lá e comprava aquilo. Sua empresa que havia investido para fazer a colher, ficava chupando o dedo. Me desculpe, mas ficava sem... Por quê? Porque você tem o sistema todo, existia um sistema todo que está baseado na ideia genérica, a princípio é atraente para todo mundo, dinheiro público para coisa pública e dinheiro privado para a coisa privada, então, tem que ter uma separação brutal. As coisas são mais complicadas. Eu não estou propondo o contrário sem critério e sem regulamentação, eu estou propondo que se abra a possibilidade, que é isso que a Lei de Inovação faz, de que você tenha contratos especiais, acordos especiais, e tenha a possibilidade de fazer esse intercâmbio e essa cooperação. Essa questão, por exemplo, apesar da lei de inovação ter recolocado e relançado esse relacionamento num patamar diferente, ela permanece inconclusa. Tem vários estados e várias decisões do judiciário brasileiro que acabam fazendo voltar atrás nessa posição. Há ações do Ministério Público que questionam abertamente essa questão.

Então, eu estou dando apenas um exemplo, eu não estou querendo reduzir a pergunta que o senhor fez a um problema da legislação. Tem problema de cultura da universidade, que muitas vezes não quer se relacionar com nada que tem a ver com mercado, tem o problema das empresas, que tem muito preconceito quanto a universidade e de fato você tem ritmos diferentes. A universidade está lá para produzir conhecimento novo. A empresa para fazer seu trabalho, conseguir lucro. Precisa encontrar o ponto certo. O que eu acho que é que além da Lei de Inovação é preciso regulamentar concretamente todos os itens que estão pendentes. Essa insegurança, essa incerteza, ela inibe investimento e ela dificulta essa integração e esse trânsito. Isso é claro. Veja, essa é uma parte do problema. A outra parte, eu queria lembrar o seguinte, nem toda inovação é uma inovação tecnológica, você tem inovação de vários outros tipos e que para isso nós temos o terreno aberto. Aí se a gente vai enfrentar questões de cultura, de hábito, mas fundamentalmente, eu acredito, é que se precisaria eu acho que a gente seria super importante se nós tivéssemos movimento, que eu chamo de movimento mesmo, que envolvesse as empresas e as universidades e eu só vejo o setor público como sendo o patrocinador disso aí, para que houvesse uma espécie de um mutirão nacional. porque essa questão é o que foi feito em todo lugar. Nos Estados Unidos, eles fazem isso. Na Finlândia, eles fazem isso. Na Irlanda, fazem isso de maneira aberta. É de envolvimento. Porque é assim que a gente quebra hábito, a gente quebra os maus costumes, vamos dizer assim. Porque nós temos 40 anos, 50 anos, de uma economia fechada, em que a inovação era um bicho, era um luxo. E o problema é que, agora, ela virou uma necessidade, é esse o problema de fundo.

Então, se o Brasil não acordar para isso, nós não vamos conseguir competir, por isso que eu fiz a imagem da pinça. Os países avançados estão entrando aceleradamente numa economia muito carregada de conhecimento e os países que competem conosco, eles estão fazendo os dois jogos. E nós fazemos mal o segundo. Nós temos que entrar nisso aí de maneira muito pesada, eu não vejo nenhum motivo, nenhum, nem institucional, nem político, nem em termos de capacitação para a China e para a Índia exibirem um desempenho melhor que o brasileiro. Aliás, eu vejo o contrário. A China, ela é um país que não tem democracia, que tem um partido único, que tem um regime, tem as suas vantagens, tudo isso traz vantagens para tomar as decisões, para você acabar com uma favela ou invadir uma área de manancial, quando você tem um regime centralizado, você faz isso tranquilamente. Aqui, pra gente conseguir passar uma estrada ou um viaduto numa região que tem dois assentados você consegue... É o preço da democracia, nós estamos dispostos a pagar, é uma escolha da sociedade. Acho justo isso. Mas, do ponto de vista institucional, nós estamos muito bem aparelhados. A Índia, quem conhece a Índia, com todo respeito à Índia, eles são muito mais atrasados do que o Brasil do ponto de vista institucional. Então, eu vejo uma possibilidade enorme.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas não do ponto de vista do conhecimento.

SR. GLAUCO ANTÔNIO TRUZZI ARBIX: É verdade. Mas tem várias áreas que nós estamos mais avançados do que eles, Presidente. Várias áreas. Podia falar muito tempo aqui. Veja, inovação mais uma vez não é só fruto de tecnologia e de alta tecnologia. Porque se for assim, nós vamos perguntar qual é a tecnologia crítica que a China controla? Nenhuma. Desculpe falar

assim. Nenhuma. A China é mais avançada do que o Brasil na área nuclear, por uma decisão de Estado. Se o Estado Brasileiro tomasse essa decisão, certamente faria isso rapidamente. Não tem nenhuma área, nenhuma área crítica de tecnologia que a China está mais avançada do que o Brasil. Nenhuma. No caso da Índia, já é um pouquinho mais complicado, porque, na área de software, realmente eles avançaram muito mais do que a gente, mas nada que o Brasil não saiba manejar. Eles estão mais avançados, mas quando a gente tem um incentivo no lugar certo, e quando a gente faz esse casamento, que é difícil, eu acho que a gente tem... A gente consegue mostrar que o Brasil tem condições de acelerar brutalmente aquilo que está fazendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Prof. Glauco. Prof. Júlio Sérgio, gostaria de colocar para o senhor a seguinte questão. Foi colocado pelo senhor, na sua exposição do peso dos impostos sobre a questão da contratação de mão-de-obra. A Alemanha, ela paga a um programador, a um programador de software, ela paga aproximadamente o equivalente a 30 dólares a hora, seis semanas de férias anuais e mais um bônus equivalente a dois salários, ao final do período. Com isso, houve uma grande saída de capital da Alemanha para a Índia. Começaram a contratar em Bangalore, na Índia, as empresas alemãs que se dedicavam à produção de software, começaram a comprar em Bangalore, na Índia, o mesmo trabalho realizado por um trabalhador alemão por um terço do preço. Eu gostaria de saber do senhor como o senhor vê essa descompensação. A Índia estaria ganhando mais? A Alemanha estaria perdendo alguma coisa? E caso haja essa descompensação, como isso poderia ser resolvido, equacionado?

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Eu me referia mais aos encargos, por uma questão técnica que vou voltar daqui a pouco. A questão, Presidente Collor, é fundamental. Existe a todo momento. Você tem quase que no mundo uma fronteira da exploração, vamos usar esse termo, para não ter segredo. Ou seja, você tem muitos setores, você tem aquele país que oferece, por ter uma condição de uma oferta grande de mão-de-obra, por ter um processo extremamente forte de urbanização, por exemplo, o caso da China. Então, nem se apresenta alternativa nesse país senão oferecer essa mão-de-obra muito barata, ou do contrário você não faz o processo de urbanização que precisa fazer. Eu falo isso porque é um processo que vários países estão fazendo, a China em especial. O Brasil fez lá nos anos 50, 60, parte dos 70, e a gente se lembra o que foi necessário, uma industrialização muito rápida, ou do contrário você não faria aquilo que foi um avanço importante da sociedade brasileira. Você sempre tem isso. Eu acho que é uma escolha, de novo, usando a expressão que o Glauco colocou, é uma escolha da sociedade, você paga mais ao engenheiro de software na Alemanha, dentro desse contexto você vai ter alguém que eventualmente vai te produzir, vai te vender por um preço menor. Eu não acho isso ruim, exatamente. Cria um problema para a Alemanha, cria eventualmente uma solução para a Índia, ela coloca a sua mão-de-obra, a Alemanha com uma flexão forte, com um problema social, eventualmente localizado, mas vai solucionar de alguma maneira.

O problema que eu vejo no Brasil, Presidente, é um problema de que o encargo sobre a mão-de-obra é um imposto cumulativo. Deixa eu voltar a esse tema técnico, porque significa o seguinte: o que é o imposto cumulativo? Que se você faz mais uma etapa na transformação, esse imposto vem de todo, e não é compensado. Ao contrário do ICMS, ao contrário do PIS COFINS. PIS COFINS e ICMS, teoricamente, eles têm problemas na sua execução, digamos assim, mas são impostos corretos, do ponto de vista de agregação de valor. Ou seja, se você faz mais uma etapa de produção, você abate esses impostos e o imposto incide sobre a diferença que você agrega, não esse imposto ou essa contribuição sobre o trabalho. O que significa dizer, por exemplo, me referi a um estudo que a gente está elaborando na área têxtil, que o setor têxtil brasileiro é totalmente competitivo com o chinês, mas tem poucas transformações, tem poucas transformações como essa. Quando você agrega setores que tem mais transformações, você tem mais uma etapa de transformação ou duas etapas, uma camiseta ou um jeans, a nossa competitividade, mesmo sendo setores que nós temos teoricamente competitividade, vai por água abaixo. Então, seria um caso, já que nós eliminamos vários impostos cumulativos, nós eliminemos também, num esforço da sociedade, quem sabe aí o recurso do pré-sal pode fazer isso. Seria um bem danado para financiar uma previdência que precisa ser financiada, é diferente de tese que diga: "Não, muda o sistema de Previdência", não é isso, é para ser financiado com outro sistema e dar competitividade àqueles setores brasileiros que fazem a transformação. Nós estamos muito preocupados no IEDI, que é um Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, com a seguinte questão, por que nossos setores de pouca transformação, não é demérito nenhum, tem uma grande competitividade internacional? E quando você agrega um *plus* de transformação, que é bom, porque gera mais impostos, gera mais emprego, gera mais exportação, diversifica, quando você agrega um *plus* de transformação ou agrega dois *plus* de transformação, você

perde competitividade e não tem mais. Aí precisa de câmbio, precisa disso, precisa daquilo, precisa daquilo outro. Bom, são vários fatores. A estrutura escassa é um deles, porque aí gira o movimento, o movimento de mais uma transformação é custo. O sistema tributário e o sistema também na área de encargos trabalhistas. Então, seria essa a consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Prof. Júlio Sérgio. Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, em função de trabalhos que precisei estar realizando em São Paulo, em simpósios promovidos pelo Prof. Ladislau Dowbor, na coordenação da Presidência da República em São Paulo com a presença do IPEA, inúmeros institutos, e também debate na Assembléia Legislativa sobre a questão das cotas raciais, projeto que tramita aqui, eu não pude estar no começo, ainda além de ter participado da sessão do Senado ao final do dia ou início da noite. Então, me desculpe de não ter podido assistir a exposição do Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida e o Prof. Glauco Antônio Truzzi Arbix. Eu os conheço há muito tempo, do Glauco, uma pessoa que tenho uma relação de amizade há muitos anos, assim como meu colega, Senador Delcídio Amaral. Prezados Senadores Inácio Arruda e Francisco Escórcio.

Mas, como o Presidente Fernando Collor, há pouco, fez uma pergunta sobre a questão da remuneração de trabalhadores nos países desenvolvidos, eu gostaria de entrar um pouco neste tema e pedir uma reflexão sobre ambos. Porque eu avalio que nós brasileiros, sejam os empresários, sejam os trabalhadores ou professores, senadores, precisamos estar conscientes dos sistemas de transferência de renda que acontecem nos países desenvolvidos. Porque avalio que eles têm uma grande influência sobre a competitividade de nossas economias. Por exemplo, Senador Fernando Collor, quanto ganha hoje um trabalhador que recebe o salário mínimo nos Estados Unidos, que até junho último estava em seis dólares e 95 por hora, agora aumentou para sete e poucos. Mas digamos que seja em torno de sete dólares por hora, se ele trabalhar 160 horas por mês e 12 meses por ano, ele vai receber algo como 12 mil dólares anuais. Um trabalhador que, nos Estados Unidos da América recebe 12 mil dólares anuais tem direito a um complemento de renda denominado *Earned Income Tax Credit*.

A sociedade norte-americana arrecada recursos para o seu... Pela forma como arrecada impostos, e transfere numa forma de Imposto de Renda negativo, na verdade um crédito fiscal por remuneração recebida para aqueles que trabalham, mas não conseguem atingir um certo patamar. Então, se a pessoa for solteira, é um tipo de patamar. Se a pessoa tiver mulher e uma criança é outro patamar, se tiver... Se a família tiver homem, mulher, duas ou mais crianças, então digamos, se ele recebe cerca de 12 mil dólares anuais, ele tem direito a 40% a mais sobre o que recebe. Então, vai receber quase cinco mil dólares a mais e sua remuneração vai para cerca de quase 16 a 17 mil dólares. É um sistema pelo qual até certo patamar recebe 40% do que ganha, de um patamar digamos de 11,5, 12 mil dólares por ano até cerca de 12, 13 mil vai a esse patamar máximo que é, digamos, 40% dos cerca de 12 mil, e daí vai decrescendo até quando chegar lá em cerca de 34, 35 mil dólares por ano, zera, e a partir daí ele passa a pagar Imposto de Renda. Mas, o que eu perguntaria? Bom, na verdade, o que acontece? Qual o efeito disso? Do ponto de vista do trabalhador, ele invés de receber 12 mil, recebe 16 a 17 mil. Do ponto de vista do empresário, ele, o empresário paga os 12 mil e a sociedade como um todo complementa. Ele está mais satisfeito, o trabalhador, e possivelmente tem uma produtividade maior. E isto foi instituído nos Estados Unidos depois de um grande debate ao longo dos anos 60 sobre o que poderia ser uma garantia de renda mínima através de um imposto negativo, naquela forma não foi aprovado, mas em 74 o Senador Russell Long, democrata de Louisiana fez essa proposição, já que não querem Imposto de Renda negativo para quem inclusive tem renda zero, passemos a remunerar com um complemento, uma forma de Imposto de Renda negativo, quem trabalha mas não alcança determinado patamar. Isto foi aprovado por uma iniciativa democrata no Governo Gerald Ford, republicano, continuou no Governo Ronald Reagan, no Governo George Bush pai, e no Governo Bill Clinton, se notarem a biografia de Bill Clinton, *My Life*, no seu glossário, há 17 citações sobre o EITC. E muitos se lembram, o Bill Clinton em 92 colocou na sua campanha as pessoas em primeiro lugar, era o slogan. E correspondente ao slogan, ele dizia que queria mais do que dobrar o valor do *Earned Income Tax Credit*. Por que eu avalio que isto é consistente com maior competitividade da economia norte-americana vis-à-vis às outras? A taxa de desemprego, quando o Bill Clinton iniciou, estava em 7,5%. No ano 2000, quando ele deixou, passou para 3,5%. Portanto, a expansão do EITC foi consistente com maior competitividade da economia norte-americana.

Outro indicador foi que, quando chegou no ano 2000, o Governo de uma economia que tanto interage com a norte-americana, a do Reino Unido, o Primeiro Ministro Tony Blair resolveu instituir o que se denominou o *Family Tax Credit*. Um trabalhador em Londres,

trabalhando por 800 libras esterlinas, passa a ter o complemento igual a 50% das 800 libras esterlinas e passa a ganhar 1200 libras esterlinas, com 50% a mais. Portanto, tem um efeito semelhante ao que o EITC tem nos Estados Unidos da América. Então, se nós não nos apercebemos disso, seja a CUT, a Força Sindical, as demais centrais, seja a FIESP, a Confederação Nacional da Indústria e demais empresários, nós não estamos prestando atenção sobre um instrumento que torna mais competitiva aquelas economias.

O que deveríamos fazer? Esta é a minha pergunta. Deveríamos ir à OMC dizer que esses governos estão subsidiando seus trabalhadores, ou deveríamos fazer... Introduzir algo semelhante senão melhor e mais eficaz? O Congresso Nacional já aprovou o que é mais eficaz, no meu entender, só falta implementar. E os senhores sabem, o Glauco sabe mais do que o senhor, porque quando ele era Presidente do IPEA, eu volta e meia conversava com ele, mas como amigo mais pessoal assim dele, mas acho que o senhor já sabe também a resposta. Eu tenho a convicção, depois de muito refletir, que é melhor ou implementarmos algo semelhante ou ainda melhor, e qual é a melhor proposição? É a renda básica de cidadania. E como demonstrar isso? Presidente Fernando Collor, onde está a demonstração de que é melhor a renda básica de cidadania? Eu lhe pergunto, antes de... Se me permite perguntar. Onde está a prova?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em primeiro lugar precisaríamos implementar esse seu projeto que em boa hora foi aprovado pelo Congresso. Mas esse exemplo que V.Exa. nos traz aqui do caso americano, me parece que é algo muito assemelhado a isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas permita então que eu possa responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A resposta de que um instrumento melhor é uma renda básica paga incondicionalmente a toda a população, está nos Estados Unidos da América, aonde no lugar do mundo onde se tem isso efetivado. Se me permite então, brevemente contarei, mas depois eu quero saber a opinião dos professores Glauco e Júlio Sérgio, tá bom? Se eles estão de acordo com a minha convicção.

No início dos anos 60, o Prefeito de uma pequena vila de pescadores observou que de lá saiu uma grande riqueza na forma da pesca. Mas muitos eram pobres e o Prefeito disse: "Então vamos criar o imposto de 3% sobre o valor da pesca, para instituir um fundo que a todos pertencerá". "Mais um imposto, sou contra!" Teve enorme dificuldade, demorou cinco anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituída, deu tão certo que então 10 anos depois este Prefeito, Jay Hammond, se tornou o Governador do Estado do Alasca. E o Alasca havia recém descoberto ao final dos anos 60 enorme reserva petrolífera, como nós aqui achamos agora no fundo do oceano Atlântico, no pré-sal. Então, disse em 1976 aos seus 300 mil concidadãos, Jay Hammond aos seus habitantes do Alasca: "Precisamos pensar não apenas na geração presente, mas na futura. Vamos... Porque o petróleo não é renovável, como outros recursos naturais, separemos 50% dos royalties decorrentes da exploração de recursos naturais para formar um fundo que a todos pertencerá". E assim o fez. Quis que fosse aprovado por referendo, 76 mil disseram sim, 38 mil disseram não. Dois para um, venceu. Aqueles recursos por quatro anos eles debateram como iriam administrar o fundo. Alguns disseram: "Vamos criar um banco de desenvolvimento". Outros alertaram: "Cuidado, será uma maneira de destinar recursos subsidiados aos empresários que já detém patrimônio acumulado, e então vai gerar concentração de riqueza", como nós conhecemos no Brasil. "Tá bom, então façamos igual para todos". E assim o fizeram. E desde o início dos anos 80 aqueles recursos passaram a ser investidos em título de renda fixa, *US Bonds*, ações de empresas do Alasca, contribuindo para diversificar sua economia dos Estados Unidos, internacionais, inclusive das 30 empresas mais rentáveis do Brasil como a PETROBRAS, a Vale do Rio Doce, o Itaú e o Bradesco, dentre outras. Portanto, nós colaboramos para que isso exista lá e empreendimentos imobiliários. E o valor do fundo permanente do Alasca evoluiu de um bilhão de dólares nos anos 80 para 40 bilhões de dólares hoje. E cada pessoa residente no Alasca, por exemplo, vamos supor que o Glauco Arbix e Helena Kerr do Amaral, sua querida esposa, e já estivesse valendo o mesmo aqui. Então, ambos preencheriam formulários, "Sr. Glauco, sou professor na USP, resido em tal endereço..." são quantos filhos? Dois filhos, né? Então, não precisar declarar seu rendimento, seu patrimônio. Se viajou no ano passado, fomos até o Alasca verificar se o que o Senador Suplicy nos contou realmente funciona e de fato funciona. Poucas perguntas adicionais. Duas pessoas testemunhas, a declaração é verdadeira, responde pelas crianças até 18 anos, daí pra frente cada uma por si. Quem assim procedeu na última semana de setembro, o primeiro é de outubro, por transferência eletrônica na sua conta bancária ou se quiser por cheque enviado à sua residência foram recebendo a cada ano primeiro 300, depois 400, 500, no ano passado 2609 dólares por pessoa na família de quatro pessoas do Glauco e da Helena, então seriam cerca de... Mais

de 10 mil dólares por ano pelo direito de participar da riqueza da nação.

Sabe, querido Delcídio, em 2004, eu fui aos Estados Unidos e participei do Congresso internacional U.S. Basic Income Guarantee e eu contei na evolução da proposta no Brasil e o Jay Hammond, que infelizmente faleceu há três anos atrás, aos 84 anos, contou isto que acabo de lhes dizer. Então, eu quando ouvi aquela história, eu disse ao Governador Jay Hammond: "Quando o senhor fez a proposta em Bristol Bay e, depois, para a população do Alasca, o senhor tinha já lido Justiça Agrária, *Agrarian Justice*, de Thomas Paine, de 1795?". Ele falou: "Não". "Pois bem, o senhor aplicou a ideia de um dos maiores ideólogos da revolução americana e francesa. Está lá muito bem exposto como todos devem compartilhar da riqueza da nação, todos tendo direito a um capital básico e uma renda básica como um direito de todos habitantes de um país", e o que aconteceu graças a isso, Senador Collor, de 89 a 99 nos Estados Unidos da América, inclusive graças às políticas adotadas pelo Presidente Bill Clinton, houve um crescimento acentuado, e as famílias 20% mais ricas tiveram crescimento da sua renda familiar média da ordem de 26%. As famílias 20% mais pobres tiveram crescimento da sua renda familiar média de 12%. Portanto, em que pese ter havido lá desde o ano 1935 o *Assistance for Families with Dependent Children*, que o Bill Clinton modificou para *Temporary Assistance for Needy Families* em 96, o Seguro Desemprego, o *Food Stamps Program,* que Lyndon Johnson aplicou, o *Insurance Security* mais o EITC, que beneficia hoje cerca de 22, 23 milhões de famílias com uma transferência de renda maior do que o programa Bolsa Família, portanto o nosso programa não é maior que o EITC. Às vezes se diz maior programa de transferência de renda no mundo, não. O EITC é maior quase duas vezes maior que o nosso Bolsa Família.

Em que pese tudo isso, houve essa tendência de concentração de riqueza nos Estados Unidos. No Estado do Alasca, entretanto, que além de ter os programas que eu mencionei também tem um dividendo igual pago hoje aos seus 700 mil habitantes com a única condição de estar residindo há um ano ou mais, qual foi o comportamento? As famílias 20% mais ricas também progrediram 7% em 10 anos, na sua renda familiar média, as famílias 20% mais pobres graças a ter distribuído igualmente 6% do valor do PIB para todos os... No ano passado foram 611 mil habitantes. E note que a Governadora Sara Palin foi a que distribuiu o maior dividendo até hoje pago, 2609, diz o Economista Scott Goldsmith, numa análise de todo o histórico num artigo que conheci, que hoje constitui suicídio político para qualquer liderança no Alasca propor o fim do sistema, que quando por referendo, foi vencido por dois a um. Hoje eu mesmo verifiquei, acho que seria oito ou nove a um ou a dois de preferência dos próprios alasquianos. Eu estive lá por sete dias em 95 e constatei pessoalmente. Hoje a avaliação é ainda mais positiva. Portanto...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, só para ressaltar. Nos 50 estados norte-americanos, de 89 a 99, as famílias 20% mais ricas progrediram 26%. As 20% mais pobres, 12%. No Alasca, graças à instituição de um dividendo igual pago a todos os seus habitantes, única condição de ali residir a um ano ou mais, o comportamento para... O progresso para as famílias 20% mais ricas foi positivo, 7% em 10 anos. Aumento da renda familiar média. Das famílias 20% mais pobres, 28%, quatro vezes mais. Como todos na Mesa estudaram matemática, se fosse lá nos Estados Unidos teríamos escrito ao final, *quit*, conforme queríamos demonstrar, ou CQD conforme escrevíamos nos nossos teoremas, na prova final dos teoremas.

Eu tenho essa convicção, mas agradeceria muito se os professores Glauco Antônio Arbix e o Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida acham que eu tenho razão em dizer ao Presidente Lula e a quem for a próxima Presidente ou o próximo Presidente, já é lei, só falta colocar em prática, como um avanço do Bolsa Família. Porque quando foi sancionada a lei, o Ministro Antônio Palocci disse ao Presidente: "Como é para ser instituído por etapas gradualmente a critério do Poder Executivo, pode sancionar". E ainda tem... Começando pelos mais necessitados, até que um dia será igual para todos. Claro, os que temos mais, contribuiremos para que nós mesmos e todos demais venham a receber. Mas daí as vantagens tão relevantes da proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Suplicy. Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida. Comentário, por favor, sobre a exposição do Senador Suplicy.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Começou a falar e eu escrevi aqui o fundo do Alasca. Porque o fundo do Alasca, Presidente, é um fundo pioneiro nos fundos... Não é exatamente um fundo soberano porque é um fundo estadual, como se fosse aqui um fundo estadual que aplica os seus recursos de royalty do petróleo, em títulos do governo americano e em outros. Mas, para quem estuda a ideia de fundo soberano, vou mandar o trabalho se me permitir. O Alasca é pioneiro nesse processo e confirma, senador, o que a gente estava colocando aqui antes, numa discussão antes da sua presença. O segredo disso é a aplicação consistente dos recursos originados da riqueza. Que a

distribuição é do rendimento da riqueza aplicada. Exatamente o ponto que a gente está colocando. O fundo do Alasca é um símbolo desse processo, que permite que um cheque seja dado às pessoas anualmente, e é um complemento de renda muito importante. Eu acho até que é uma belíssima de uma lembrança, eu fiz o trabalho sobre o Alasca, estudei, etc., etc., mas não estive, infelizmente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Pois é. Mas o exemplo é fabuloso para a gente voltar ao tema da pertinência de como se aplica esse dinheiro dessa riqueza. Como o senador colocou, retratando o problema discutido lá, você ao discutir uma riqueza finita, que por mais que a gente imagine que o pré-sal, eu penso que possa ser uma exploração de 70 anos. Então, é um longuíssimo prazo. Mas por mais que seja longínqua essa exploração, ela é finita. Então, o grande segredo da sociedade que tem esse recurso e maximiza a apropriação desse recurso, foi outro tema que a gente discutiu, é como perpetuar essa riqueza, ou seja, você transforma uma riqueza finita numa riqueza infinita. E aí é a técnica da boa aplicação, você aplica numa PETROBRAS muito bem aplicado, aplica num título de um governo, quer dizer, faz aplicações de longo prazo que vai permitir à população do Alasca receber esse dividendo, que é um dividendo, usou a palavra corretíssima o Senador Suplicy, para o resto da vida. Sua, de seus filhos, seus netos, seus bisnetos, etc., etc. É um exemplo fabuloso, muito bem lembrado, de como se aplicar bem você perpetua essa riqueza. Ponto. Só que não é esse o único meio de você perpetuar riqueza.

Então, tem outras maneiras de você também pensar, porque aí é uma situação do Alasca e que permitiu um ganho extraordinário para a sua sociedade. Nós temos que pensar na nossa infraestrutura, porque é um ganho permanente, para a nossa e para as próximas sociedades, o ganho da educação, o ganho da inovação, e assim sucessivamente. Mas o ganho de complementação de renda, eu pensaria muito seriamente em fazer para o Brasil com dividendos do pré-sal. Mas separando o que é o dividendo do que é o rendimento corrente. Porque se a gente gastar o nosso salário... [riso] o rendimento que é bom, a riqueza não vai ficar perpetuada. Vamos viver uma boa vida, mas será uma boa vida finita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, e antes de passar a palavra ao Prof. Glauco Arbix, eu queria informar ao Senador Eduardo Suplicy que no mês de outubro já a nossa Comissão, por deliberação de todos nós senadores que pertencem à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nós deliberamos reservar o mês de outubro à realização de diversos painéis discutindo... Que irá discutir em cada um desses painéis o marco regulatório do pré-sal. Entendemos que, até lá, o Governo já tenha pronto a sua proposta que será enviada aqui, ao Congresso Nacional. Hoje, nós avançamos um pouco além da questão de conhecimento e inovação na área de infraestrutura, avançamos um pouco nessa questão do pré-sal, por intermédio do Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, que já está estudando esse assunto e de antemão já está convidado para em outubro voltar aqui e para fazer a sua exposição.

Eu gostaria de passar a palavra ao Prof. Glauco.

SR. GLAUCO ANTÔNIO TRUZZI ARBIX: Obrigado. Obrigado, Senador Suplicy. Eu acho que a discussão que o senhor coloca já era procedente antes do pré-sal, e acredito que, com o pré-sal, ela adquire uma dimensão nova, porque o debate muitas vezes fica tortuoso entre... O Governo quer pôr a mão nas nossas riquezas, agora quer acabar com o sistema que conseguiu viabilizar o pré-sal, ou conseguiu descobrir o pré-sal, e eu tenho a impressão que quando a gente discute exatamente os objetivos de você ter riqueza, ou seja, quando se discute concretamente que as pessoas, a população do país, ela é o alvo prioritário da descoberta de qualquer riqueza, eu acredito que o debate adquire uma dimensão nova, diferente. Acho que ele fica mais simplificado e menos ideológico no maior sentido ou menos catalogado, vamos dizer assim. Então, eu acredito que a sua proposta e a proposta que foi aprovada pelo Congresso poderá adquirir uma dinâmica bastante nova a partir de agora, eu tenho a impressão. Ela já tinha uma consistência anterior, mas agora eu acho que ela tem uma... Está numa situação nova. E eu sei que o senhor não vai perder a oportunidade de falar sobre isso, mas eu acredito que tem força renovada, tem força nova no pedaço. Sou totalmente a favor e acho que esse é o objetivo primeiro da gente fazer com que a vida das pessoas seja melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Prof. Glauco Arbix. Eu passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, mediador deste nosso encontro.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só para, primeiro mais do que nunca registrar a iniciativa de V.Exa. como Presidente da Comissão de Infraestrutura. Começamos muito bem e acho que vamos desenvolver temas que a sociedade brasileira espera que nós venhamos a discutir aqui, e especialmente num momento importante para o país. É funda-

mental, é importante destacar o nível desse debate, das apresentações tanto do Prof. Glauco quanto do Prof. Júlio Sérgio, as ponderações apresentadas pelo Senador Inácio Arruda, os comentários feitos pelo meu querido companheiro, amigo, Senador Suplicy, que você chegou no final, Eduardo, mas ajudou muito, que uma das questões que nós discutimos foi o fundo soberano dentro da modelagem do pré-sal. Então, foi muito feliz quando você tratou da renda básica da cidadania, foi muito feliz o teu exemplo do Alasca, porque esse foi um dos temas que antes de você chegar nós aqui debatemos. Então, eu para também não me estender muito, é um resumo muito rápido, porque isso depois eu entendo, Presidente, vai ser colocado na forma de um relatório, item a item--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vamos fazer uma publicação sobre todos--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inclusive com o apoio da consultoria do Senado, a competente consultoria do Senado, também todos os técnicos, a assessoria técnica da Comissão de Infraestrutura.

Mas só fazer alguns registros rápidos que nós vamos, depois, desenvolver e que é importante lembrar. Primeiro a questão do planejamento, ou seja, da integração e de uma política clara que coloque os principais *players* no processo, de tal maneira a trabalhar pela inovação. Como disse muito bem o Prof. Glauco, inovação não é só tecnologia, é uma leitura muito mais ampla e é fundamental esse planejamento. O planejar no Brasil. Nós perdemos um pouco, lamentavelmente nós perdemos um pouco essa capacidade de planejar, perdemos vários instrumentos de Governo que olhavam o país no médio e longo prazo e consequentemente em função do planejamento bem feito, nós vamos ter condição de implementar políticas que vão ser fundamentais para o futuro do Brasil.

O segundo ponto é a questão do orçamento. Esse é um tema que nós já... Muitos discursos eu ouvi, muitos discursos eu também fiz, Presidente Collor, mas definitivamente nós precisamos depois reavaliar a sistemática adotada e os procedimentos e as regras que definem o orçamento. Nós não podemos construir um orçamento cada ano e terminar o ano com orçamento a 180 graus daquilo que nós tínhamos imaginado inicialmente. Como nós verificamos, e aqui foi dito, primeiro contingenciamento, os cortes. E eu vivi isso, eu discuti isso com o Ministro da Ciência e Tecnologia, em algumas situações até, Prof. Glauco, de uma forma assim um pouco mais acalorada, essa é a expressão correta, mas nós precisamos rever essa questão do orçamento. Não dá mais.

Nós falamos aqui de regulamentação, nós falamos aqui de incertezas, enfim. Agências reguladoras eu recolho na conta de luz, por exemplo, aquele percentual que vai ser encaminhado ou destinado, melhor dizendo, à Agência Nacional de Energia Elétrica, isso é contingenciado. A ANP vai fazer estudo sísmico, vai fazer estudo geológico, não tem dinheiro. Deveria ter, porque o dinheiro foi recolhido, mas evidentemente, o contingenciamento. Isso não é de agora, isso é uma coisa que já vem de muitos e muitos anos e muitos governos. Mas nós precisamos rever essa questão do orçamento. Não... Eu não sei se a gente chega ao orçamento impositivo, mas nós temos que olhar algumas questões que afetam fortemente as políticas públicas no país.

SR. GLAUCO ANTÔNIO TRUZZI ARBIX: Uma pergunta. O senhor sabe melhor do que eu, mas a Legislação brasileira proíbe o contingenciamento de qualquer item orçamentário para a educação, Ciência e Tecnologia. O problema é que o mundo dos advogados inventou a reserva de contingenciamento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Que é uma chicana jurídica. Lamentável isso, professor. E é... Conseguiram descobrir, driblar a Legislação. Um outro ponto também importante, que aí é fruto da lei de inovação que nós aprovamos aqui é a regulamentação. Infelizmente muitas leis nós temos aprovado extremamente importantes, mas nós morremos na regulamentação. Então acho que esse é um ponto a destacar.

A outra questão também, os encargos sobre a folha. Isso aqui, nós já, em outros debates, inclusive na Comissão de Assuntos Econômicos, outros convidados insistiram nisso, para trazer competitividade, para trazer um outro clima, especialmente nas empresas, e esse tema é fundamental vis-à-vis com a Reforma Tributária, é o Prof. Glauco uma posição muito árida com relação à redução dos impostos. Mas esse tema da Reforma Tributária, se ele não vale mais para esse Governo, ele será retomado. Quando, eu acho que no momento devido, muito possivelmente em início de Governo, Presidente, sabe muito bem que início de Governo é mais fácil, depois as coisas se complicam bastante.

A questão da infraestrutura, que ainda apresenta alguns gargalos em regulamentação, em vários setores, e dentro desse triângulo aí importante, registrado pelo Prof. Júlio Sérgio, que eu fiz questão aqui de registrar, a questão dos encargos trabalhistas, tributos e infraestrutura. Acho que nós somos... Nós temos ainda muito trabalho a fazer, especialmente na Legislação das áreas de infraestrutura e especialmente das agências reguladoras, que é um outro problema, um

projeto que está lá na Câmara dos Deputados que até agora ele não caminhou, e isso é muito importante. E a questão do pré-sal, por tudo aqui que foi colocado e pela oportunidade que teremos de fazer essa discussão mais detalhada em outubro.

Mas mostra, Prof. Júlio Sérgio, a sofisticação desse debate. Não é um debate como quem vai às uvas. É um debate que vai exigir muito do Congresso, vai exigir audiências públicas, porque é um fator fundamental, e quero até copiar o senhor, o senhor vai ver no meu Twiter hoje, uma pergunta que o senhor fez, qual é o país que descobriu o petróleo, tirando Noruega, Inglaterra, assim por diante, lá no mar do norte, que realmente virou a página na sua história. É uma coisa que tem que pautar essa discussão nossa, porque é uma grande preocupação. Por isso é que isso aqui não pode ser feito de chofre. Esse assunto tem que ser discutido à exaustão, porque nós vamos discutir o futuro do Brasil.

É isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de resumir aqui, rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de agradecer a presença do Prof. Glauco Antônio Arbix, pelas luzes que jogou em torno do assunto e do tema hoje tratado. Agradecer o Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, também pela sua participação que engrandeceu os nossos debates, e agradecer ao Senador Delcídio Amaral, mediador deste encontro e coordenador do Grupo de Trabalho que elaborou a Agenda 2009- 2015, Desafios Estratégicos Setoriais.

Agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras, aqui presentes, encerramos a presente sessão, convocando os senhores membros para a próxima Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 13 de agosto, quinta-feira próxima, às 8h30 da manhã, neste Plenário nº. 13, Ala Senador Alexandre Costa, sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, com a presença do Exmo. Sr. Carlos Minc, Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 21h35.

Ata da 23ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 13 de Agosto de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia treze de agosto de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO, ELISEU RESENDE, FRANCISCO DORNELLES, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, DELCÍDIO AMARAL, ROSALBA CIARLINI, SERYS SLHESSARENKO, WELLINGTON SALGADO, EFRAIM MORAES, VALDIR RAUPP, CÍCERO LUCENA, EDUARDO SUPLICY, MÃO SANTA, JOÃO PEDRO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, GILVAM BORGES, HERÁCLITO FORTES, E DEMÓSTENES TORRES**. **Compareceram ainda os Senhores Senadores não-membros Romeu Tuma e Augusto Botelho.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. **PARTE I –** Comunicados da Presidência – A Presidência procede a leitura dos comunicados da presidência. **PARTE II –** Audiência Pública – Em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2009–CI, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que convoca o **Exmo. Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente**, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura desta casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – (PAC). O Presidente expõe os motivos da convocação e convida o participante a compor a mesa. Concede-se a palavra ao Ministro para suas considerações iniciais. A Presidência suspende a sessão das onze horas e dois minutos, às onze horas e seis minutos, e das doze horas e trinta e sete minutos, às doze horas e quarenta minutos. Às treze horas e onze minutos, o Presidente passa a presidência da Comissão ao Senador **Heráclito Fortes**. Às treze horas e dezesseis minutos, o Senador **Fernando Collor** reassume a presidência da Comissão. **PARTE III –** Deliberação de matérias: Os itens de 1 a 7 constantes da pauta ficam adiados **ITEM 8 –** Decisão Não Terminativa. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2009**. "Altera o art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para estabelecer a necessidade de outorga de direito de uso de recursos hídricos para a lavra de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários." **Autor: Comissão de Assuntos Econômicos (SF). Relator:** Senador **Delcídio Amaral**. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame. EXTRAPAUTA – ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 – CI.** Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do regimento Interno do senado federal, seja realizada audiência pública conjunta, no âmbito desta Comissão

de Serviços de Infraestrutura – CI, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para debater o Projeto de lei da Câmara nº 006, de 2009, que "Estrutura o sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto – Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei n° 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", tendo como convidados: Arthur Badin, presidente do CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico;Representantes das Agências Reguladoras e Representantes da Casa Civil. **Autor:** Senador **Delcídio Amaral. Resultado: Aprovado**. Usaram da palavra a Senhora Senadora e os Senhores Senadores **Francisco Dornelles, Eliseu Resende, Flexa Ribeiro, Rosalba Ciarlini, Efraim Moraes, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Delcídio Amaral, João Pedro, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Heráclito Fortes e Mão Santa**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às quatorze horas e um minuto, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 166/2009, Gabinete do Ministro das Minas e Energia, do Sr. Ministro de Estado Edison Lobão, encaminhando o ofício nº 080/2009, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a... A ANP, em atendimento ao ofício nº 722, do Senado Federal, e em resposta ao Requerimento de Informação nº 300, de 2009, de autoria desta Comissão de Serviços de Infraestrutura. Cópias do Relatório de Gestão da Agência Nacional do Petróleo, referente ao ano de 2008, estarão à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras, por 15 dias, na Secretaria da Comissão, antes de serem enviadas ao arquivo.

Gostaria de lembrar a todos que, na próxima segunda-feira, dia 17, às 18 horas, neste Plenário, na sala nº 13, do Corredor das Comissões, realizaremos o segundo painel da nossa agenda 2009/2015, sobre os desafios estratégicos setoriais, com o tema *Infraestrutura e Retomada do Crescimento: Visões da Crise*.

O encontro contará com a participação dos seguintes palestrantes: Dr. José Márcio Camargo, economista, PhD em Economia pelo MIT, ex-consultor do Banco Mundial e da OIT e, atualmente, professor da PUC, Rio de Janeiro. Também contaremos com a presença do Dr. Ralph Lima Terra, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. O Dr. Eduardo de Freitas Teixeira, economista, Sócio-Diretor da empresa Creta Planejamento.

Volto a ressaltar a importância da participação de todos os membros da Comissão e demais convidados, dada a oportunidade que a crise econômica nos traz para investir na superação dos gargalos da infraestrutura, como preparação da retomada do crescimento econômico.

Devo lembrar que, na última segunda-feira, dia 10, realizamos o primeiro painel, com especialistas na área de inovação e desenvolvimento, dentro da apresentação do desafio *Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento*, com a qualificada mediação do Senador Delcídio Amaral, membro desta Comissão.

Na oportunidade, tivemos, também, um interessante debate sobre o marco regulatório do pré-sal, antecipando o tema que já foi incluído em nossa agenda e que será objeto de audiências no mês de outubro, quando já teremos em tramitação, aqui, no Congresso, a proposta do Governo a ser encaminhada, acredito eu, já nas próximas semanas. Estamos, inclusive, no aguardo da indicação dos nomes dos palestrantes por parte do Grupo de Trabalho, especialmente criado para este fim, constituído pelos Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.

Quero, também, salientar que, para cada painel, nós teremos um relatório específico dos debates ocorridos, elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado, a quem, mais uma vez, eu agradeço a excelência dos serviços que vem prestando a esta Comissão.

Ao término de cada desafio, faremos uma publicação oficial da Comissão, com base nesses relatórios, e, ao final de toda a agenda, teremos, então, o produto de todo esse ciclo de audiências da agenda 2009/2015, com a publicação especial dos trabalhos realizados.

Informo também que a TV Senado, além da transmissão ao vivo das audiências nas segundas-feiras, a

TV Senado reapresentará, de forma fixa em sua programação, cada painel de discussão, sempre às sextas-feiras, após o noticiário que vem logo em seguida ao término da Sessão Plenária no Senado.

Portanto, Sras. e Srs. Senadores, iniciamos bem a agenda 2009/2015, e estamos com todos os instrumentos e condições para, no final dos trabalhos, alcançarmos plenamente o objetivo desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, obtendo um excelente produto, de debate especializado para reflexão e apresentação de recomendações e propostas legislativas.

A presente reunião destina-se à apreciação de alguns projetos que constam da Pauta do dia de hoje; mas, sobretudo, destina-se, em sua parte inicial, à realização de Audiência Pública em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2009, da Comissão de Infraestrutura, que convoca o Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura a fim de prestar esclarecimentos acerca do processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Convido, portanto, Excelentíssimo Sr. Ministro do Meio Ambiente, Professor Carlos Minc, para que ocupe seu lugar à Mesa dos trabalhos.

O Sr. Ministro está terminando de conceder uma entrevista e, em breve, se fará presente à Mesa dos trabalhos.

Enquanto isso, gostaria de comunicar às Sras. e Srs. Senadores o recebimento de um ofício do Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, nos seguintes termos: "*Brasília, 12 de agosto de 2009. Sr. Presidente, nos termos regimentais, indico o Senador Arthur Virgílio para integrar como titular a Comissão de Serviços de Infraestrutura, em substituição ao Senador Mário Couto, que passará a integrar a Comissão como suplente. Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração. Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB*"; e eu peço à Secretaria desta Comissão que tome as providências necessárias para fazer a substituição, requerida pelo líder do PSDB.

Sr. Ministro Carlos Minc, seja muito bem vindo à nossa Comissão.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bom-dia, Senador!

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Bom-dia!

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bom-dia!

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [ininteligível]. O Ministro Carlos Minc, muito gentilmente, aceitou o nosso convite, uma quase convocação, para que ele, aqui, pudesse estar, debatendo conosco os principais problemas na área de meio ambiente, que o setor de infraestrutura do país vem encontrando, notadamente as obras relacionadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, e que nós...

O que nós buscamos, tanto o Sr. Ministro na sua área como os demais Ministérios envolvidos nessas obras do Programa de Aceleração do Crescimento, desejamos encontrar fórmulas que compatibilizem o desenvolvimento com as obras de infraestrutura necessárias, como o fator indutor do desenvolvimento econômico que todos nós desejamos ao passar esta crise. Ou seja, em duas palavras, o desenvolvimento sustentável.

Há uma série de leis, no campo ambiental, que muitos ainda não conseguem compreender, porque, em muitos momentos, elas conflitam entre si, e, para isso, aqui está o Ministro Carlos Minc, que vem em alguns momentos demonstrando que tem muito interesse em poder colaborar com o Governo Federal ao qual ele serve com denodo e dedicação, para que esse processo iniciado com o Programa de Aceleração do Crescimento não tenha uma solução de continuidade a ponto de comprometer as obras que já foram iniciadas.

Portanto, Sr. Ministro, ao mesmo tempo em que lhe damos as melhores boas-vindas a esta Comissão, eu passo a palavra a V. Exa., V. Exa. disporá de 30 minutos para a sua exposição inicial, depois abriremos o período para interpelação por parte dos Srs. Senadores, que terão cinco minutos para fazer as suas perguntas, assegurando igual prazo para a resposta do Sr. Ministro, após o que esse poderá ser contraditado pelo máximo de dois minutos, e assim por diante. E aí, a partir daí, as questões serão colocadas de acordo com a própria dinâmica da reunião.

Portanto, com a palavra o Sr. Ministro... Pois não, pela ordem Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria pedir autorização a V. Exa. para quebrar um pouco esse protocolo e apresentar à V. Exa. os nossos cumprimentos pelos seus 18 anos completados no dia de ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [risos]

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E desejar muito sucesso em todas as iniciativas e todas as ações que V. Exa. vier a tomar.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, muito obrigado, Sr. Senador Ministro Francisco Dornelles, pelas suas palavras, e, sobretudo, pelos 18 anos.

Com a licença--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Que estes 18 anos se reproduzam por muito anos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): É isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [risos] Se eu puder chegar até lá.

Bom, com a permissão das Sras. e Srs. Senadores, passaremos, então, ao objeto da nossa reunião de hoje, que é a participação do Ministro Carlos Minc, fazendo uma exposição sobre as ações do seu Ministério, *vis-à-vis* as questões que envolvem as obras de infraestrutura que essa Comissão regula e fiscaliza.

Com a palavra o Sr. Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: [interrupção no áudio]. Alô. Está bom. Bem, então, bom-dia a todos; bom-dia, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, Senador Gilberto Goellner, de Mato Grosso, Senador Francisco Dornelles, meu companheiro do Rio de Janeiro e senhores e senhoras aqui, assessores, imprensa, interessados, em suma.

Senador Collor, primeiro queria agradecer o convite, porque acho que é um tema que interessa ao país. Hoje em dia, a questão ambiental, cada vez mais, é um tema importante, internamente, externamente. O mundo está preocupado com isso, e a questão do desenvolvimento não menos importante.

E quando nós falamos de infraestrutura, estamos falando de transporte, estamos falando de energia, estamos falando de portos, estamos falando de obras que são essenciais à criação de emprego, a possibilidade do país realmente se desenvolver gerando energia, de preferência energia renovável, tendo uma forma boa de transportar as suas mercadorias, de preferência emitindo o mínimo de CO2 possível e os nossos portos são a garantia das exportações; em suma, eu vejo isso dessa maneira.

Eu queria dizer a V. Exas. o seguinte: eu estou há um ano, cerca de um ano e dois meses no Ministério do Meio Ambiente e, antes disso, eu fui Deputado Estadual por mais de cinco mandatos. Então, estou no exercício do sexto mandato. Então, a primeira coisa que eu quero dizer é que eu prezo muito o Parlamento, eu não sou do Parlamento Federal, mas sou do Parlamento Estadual, reconduzido seis vezes, então eu queria dizer que eu respeito muito aqueles que representam o povo através do voto.

Eu sei o que é isso porque me submeti várias vezes às eleições e quero dizer que, quando deputado, fiz exatamente o que V. Exas. estão fazendo, exerci meu mandato, chamando várias vezes os responsáveis, no caso, pelas políticas estaduais, para explicarem as suas políticas, os seus comportamentos no Parlamento e eu faço isso com muita satisfação.

Quero dizer a V. Exas. que essa aqui é a 32ª vez que eu venho ao Parlamento, nesse um ano e dois meses, contando tanto o Senado, quanto a Câmara, quanto sessões conjuntas, discutindo os mais diversos aspectos, a questão... A questão... Bom dia... A questão climática, a questão da Amazônia, a questão da agricultura, discussão do Código, em suma.

E que eu faço isso com muita satisfação e com muito respeito, porque, no fundo, eu me sinto realmente um parlamentar. Eu sou Ministro hoje, amanhã você não sabe o que é. Mas parlamentar, você tem um mandato, que V. Exas. têm, que eu também tenho e eu prezo muito isso.

Eu queria dizer que sempre, em qualquer momento, os momentos melhores, os momentos mais difíceis, nós temos que lembrar que os parlamentos são a expressão da vontade popular.

E eu vejo dessa maneira e fico muito contente de ter uma oportunidade de esclarecer aqui, num espaço que é um espaço republicano, um espaço da democracia, as questões que me foram propostas pela Comissão.

Bem, antes de entrar exatamente na questão do PAC, do licenciamento do PAC, eu me permito, Presidente Senador Collor, voltar um pouco aqui na questão do Rio de Janeiro, onde eu era Secretário Estadual do Ambiente no Governo Sérgio Cabral, um governo de coalizão e... Bom dia, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só assim eu vejo V. Exa.. Como é que vai V. Exa.?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: [risos] Bom-dia!

Então, no Rio de Janeiro, a minha primeira experiência administrativa foi exatamente essa, ser Secretário de Estado do Ambiente no Governo Sérgio Cabral.

E o primeiro grande desafio foram as grandes licenças de obras do PAC no Rio de Janeiro, que foram licenciadas por nós. Foram mais de trinta obras, mas eu vou me referir apenas a duas delas, do ponto de vista paradigmático, para ver como é que nós enfrentamos a situação lá e o esforço que nós temos feito aqui, nesse mesmo sentido, de dar licenças mais ágeis e mais rigorosas.

[soa a campainha].

Obrigado.

Então, o primeiro grande desafio foi o licenciamento do COMPERJ, complexo petroquímico da PETROBRAS de Itaboraí, maior licenciamento ambiental da América Latina. Um licenciamento... Cerca de 50 unidades, algo em torno de 18 bilhões de reais. É a maior obra do PAC, do país. Maior licença ambiental da América Latina. E V. Exa. vê a responsabilidade, nunca tinha tido nenhuma experiência administrativa e

a primeira licença que eu tinha que enfrentar era logo a maior delas todas.

E uma grande expectativa em relação a mim, porque ambientalista há muitos anos, autor de mais de cem leis estaduais, metade das quais sobre o meio ambiente, política de tratamento de resíduos, tratamento de esgoto, tecnologias limpas, educação ambiental, em suma, política de recursos hídricos, várias leis, e uma atuação muito forte de defesa ambiental. Então, eu passando para o outro lado do balcão, imaginem V. Exas. a expectativa que havia em relação a isso.

Bem, então nós encaramos essa obra do COMPERJ da seguinte maneira: primeiro, nós já começamos inovando na elaboração da instrução técnica. O que é instrução técnica? São as respostas que têm que ser respondidas pelo EIA/RIMA. E na verdade, Senadores, às vezes o fundamental é fazer as boas perguntas. Porque se você não faz as boas perguntas para o EIA/RIMA responder, impacto na atmosfera, nos rios, no pulmão das pessoas, muitas vezes lá adiante o Ministério Público ou a Justiça podem parar todo o procedimento.

Então, a primeira inovação que nós fizemos, ao invés do órgão estadual sozinho determinar a instrução técnica, nós fizemos uma reunião prévia, chamando naturalmente a PETROBRAS, o IBAMA, que era o órgão Federal, na época o órgão estadual era a FEEMA, e a universidade.

No início a PETROBRAS ficou preocupada, porque falou: "Bom, se as licenças já demoram imenso, imagina ainda fazendo uma reunião para discutir o que que deve constar na instrução técnica." Imaginaram que isso seria um fator de atraso.

Bem, nós inovamos de uma segunda maneira. Nós encomendamos também um estudo que se chama AAE, Avaliação Ambiental Estratégica. Para um empreendimento de 18 bilhões com 50 unidades, o impacto não é aquele apenas de uma unidade *per si*, claro que isso vai gerar uma onda de indústrias de segunda e terceira geração, pessoas que chegam à região, portanto, 40 mil, 80 mil pessoas, e isso implica uma discussão sobre saneamento, sobre água, sobre transporte aquaviário, o fundo da Bahia. Então, foi a segunda inovação.

A terceira inovação que nós fizemos foi criar um Grupo de Trabalho envolvendo a Secretaria Estadual, que, à época, eu era o titular, o IBAMA e a PETROBRAS para acompanharmos, a cada duas semanas, a elaboração do EIA/RIMA. Por que que isso é importante? Muitas vezes o órgão ambiental espera se produzir em um ano um EIA/RIMA de cinco mil páginas, aí lê o primeiro capítulo, está ruim, manda para trás, e assim sucessivamente. Imaginem V. Exas. o tempo que se perde com isso.

Então, o que nós fizemos? Nós acompanhamos, durante o processo, de tal maneira que, quando chegou o EIA/RIMA, ele não era um ET, não era um ser extraterrestre, e já estava devidamente corrigido ao longo do procedimento.

Bom, resumindo: a PETROBRAS, que imaginava que ia conseguir esse licenciamento em um ano e dois meses – e, no fundo, pela experiência, eu sabia que isso era absolutamente impossível -, quase caiu para trás, quando a licença saiu em seis meses.

E por que saiu em seis meses? Não só porque as perguntas foram as perguntas certas, não só porque a avaliação ambiental estratégica gerou a necessidade de vários órgãos do Governo Federal e do Governo Estadual, como por exemplo o Ministério das Cidades, o BNDES, a Caixa, em suma, vários Ministérios tiveram que se reunir para prever o que que... Como organizar a parte de transporte, de escolas técnicas, para formar pessoas para trabalharem no polo, etc., etc.

Bem... Nós fizemos cinco audiências públicas, com mais de duas mil pessoas cada uma, e 42 exigências fortes para o empreendimento. Eu vou mencionar apenas três delas, para não cansarmos a todos, até porque o meu convite aqui não é para eu falar do Rio de Janeiro, é para falar da minha atuação no Ministério. Mas eu falo desse porque também é uma obra do PAC e porque esse princípio nós levamos depois aqui para fazer o "Destrava 1" e o "Destrava 2" do IBAMA e temos dado em um ano 40% a mais de licenças ambientais do que o mesmo período do ano anterior.

Então, nesses... Nessas exigências que nós fizemos à PETROBRAS, e a PETROBRAS concordou com elas todas, eu vou mencionar apenas três delas.

Primeiro, nós fizemos uma licença muito rápida, e os ambientalistas não questionaram porque os padrões, o rigor, foi maior que o padrão nacional. Sabem V. Exas. que o Estado não pode exigir um rigor menor do que aquele exigido a nível nacional, pelas leis federais ou pelo CONAMA. Mas pode, sim, ser mais rigoroso; pode ser mais rigoroso. E nós fomos.

O padrão de emissão atmosférica, por exemplo, que nós exigimos para o COMPERJ, o Senador Dornelles acompanhou esse processo de perto, foi duas vezes mais rigoroso que o padrão CONAMA de emissão atmosférica. Apenas um dos equipamentos que nós exigimos da PETROBRAS para o COMPERJ se chama um denitrificador, que é um equipamento que custa a bagatela de 200 milhões de dólares e elimina 90% das emissões de NOX, que são os óxidos de nitrogênio.

Esse tipo de padrão, de eliminar 90% dos óxidos de nitrogênio não é uma exigência nacional, mas foi uma exigência do COMPERJ, dentro da lei que nos faculta sermos mais rigorosos.

Uma outra exigência que nós fizemos foi efluente zero na Baía de Guanabara. Ou seja, exigimos circuitos internos de refrigeração, tratamento, de tal maneira que o efluente, portanto, o efluente líquido que saía, era com zero contaminação. Portanto, zero contaminação na baía.

Em relação, vou dar só um último exemplo, a questão da água. Essa região, para quem conhece, São Gonçalo, Itaboraí, Niterói, já é uma região que tinha problema de água, volta e meia faltava água na estiagem. Então, ela tinha apenas seis metros cúbicos por segundo. Então, uma das nossas, imagina, já faltava água antes do COMPERJ, imagina o COMPERJ, mais 80 mil pessoas chegando. Então, uma das exigências foi um sistema com uma barragem, dobrar a disponibilidade hídrica da região, às dispensas do empreendedor, de seis para doze metros cúbicos, alimentando o Sistema Imunana-Laranjal, lá em São Gonçalo, e a PETROBRAS aceitou tudo.

Bom, então, antes disso, nós tínhamos feito na FEEMA, no órgão estadual, um procedimento que a gente chamou de "Destrava FEEMA", que nós vimos que os procedimentos ambientais, eles poderiam ser mais ágeis, menos burocráticos, mas nem por isso, Senadores, menos rigoroso. Não há uma contradição.

Aliás, a recíproca também é falsa, não é porque uma licença demora três anos para ser dada, que isso atesta a sua qualidade. Você pode demorar três anos para dar uma licença ambiental e o resultado não ser satisfatório, a qualidade ser fraca em relação à defesa da saúde das pessoas, dos recursos hídricos, das emissões atmosféricas.

Bom, então nós fizemos esses procedimentos... Para V. Exas. terem uma ideia, lá no órgão estadual, na FEEMA, antes de chegar na mão do primeiro analista ambiental, o processo passava por 16 pessoas. Uma incongruência, não havia essa necessidade. Depois da mudança passou para uma pessoa verificar toda a conformidade da documentação e depois ia direto na mão de quem interessava, que eram os analistas ambientais.

Bem, usamos o mesmo procedimento para licenciar o arco metropolitano, uma obra de infraestrutura importante, também do PAC, e licenças importantes como a da CSA, talvez o maior empreendimento privado do país, uma grande siderúrgica na Baía de Sepetiba, em Itaguaí, vários capitais, capitais alemães, capitais... 10% da Vale, em suma, uma grande... A maior siderúrgica em construção também da América Latina. Também licenças complexas. Licenças de muita complexidade. E que foram... E que foram dadas.

Muito bem. Então, nós chegamos aqui no Ministério do Meio Ambiente, como eu disse, há um ano e dois meses atrás, e havia um grande desafio essa história da questão do licenciamento ambiental e da proteção ambiental, colocados muitas vezes como antagônicos, e nós não víamos dessa forma.

Eu quero dizer, voltando ainda para o Rio de Janeiro, que, assim como nós demos várias licenças, e muito rápido, e mudamos o processo de licenciamento, agilizamos, também nós dissemos não a alguns empreendimentos que eram completamente danosos ao meio ambiente.

Mas também dissemos não rapidamente, não ficamos enrolando dois anos para dizer não, até porque isso levaria o empresário a perder rios de dinheiro e gerar expectativas e ter reuniões com administradores, com parlamentares, para tentar ver se resolvia ou não, que é natural, qualquer um que tem um empreendimento... Vou citar pelo menos um grande caso que nós negamos... Sequer a tramitação, que foi uma térmica a carvão em Sepetiba, investimento de 1 bilhão de dólares, o Governador Sérgio Cabral, que é meu grande amigo, meu parceiro, ele... Confia em mim, nós fomos parlamentares juntos, fizemos várias leis em comum, leis conjuntas, de co-autoria nossa, sobre cultura, estudantes, em suma, várias leis.

E os técnicos disseram que a bacia aérea de Itaguaí-Spetiba estava saturada, até por conta de empreendimentos que já existiam e outros que nós estávamos licenciando, como a CSA, CSN, e outros. O que significa isso? Com a formação tipo anfiteatro, você com uma bacia aérea saturada fazer uma térmica a carvão numa localidade dessa podia repetir o efeito Cubatão, então criar realmente um desastre ambiental, as pessoas lembram, Cubatão, crianças nasceram em anencefalia, portanto descerebradas, por causa da concentração da poluição, isso há muitos anos atrás, depois já houve um processo de despoluição, de mudança de tecnologia, que é conhecido.

Então, nós simplesmente em vista do parecer técnico, não é que nós negamos a licença, nós sequer aceitamos o processo tramitar. O Governador ficou naturalmente espantado, que Governador não quer um projeto de 1 bilhão de dólares no seu Estado? Geração de emprego, impostos, etc.

Eu expliquei para ele, falei: "Governador, nós estamos licenciando o COMPERJ, a CSA, a CSN, o arco metropolitano, e vamos licenciar na metade do tempo". Agora, esse a gente nem vai aceitar a tramitação, porque tem um parecer técnico que diz que a bacia já está saturada antes de uma térmica dessa

dimensão, o que dirá depois. Então, foi liminarmente recusado. Muito bem.

Então, aqui no Ministério do Meio Ambiente. Com um mês, aproximadamente, de Governo, eu e o Presidente do IBAMA, Roberto Messias, nós lançamos o que ficou popularmente conhecido como "Destrava", "Destrava" IBAMA. Depois, eu vi que o termo politicamente correto era acelera, e não destrava, mas o que ficou foi o destrava.

Então, foram 12 pontos nesse primeiro, mudanças de procedimento, informatização de processos, simultaneidade, ou seja, ao invés de você tratar primeiro o "A", depois o "B" e depois o "C", grupos distintos, em alguns casos isso é possível, não todos, mas na maioria dos casos você podia tratar simultaneamente os três. Alguns, não; alguns você só pode tratar do "C" depois do "A" e o "B". Mas outros, não, você pode processar simultaneamente.

Então, vários, vários procedimentos de... Nenhum deles de mudança de lei, porque obviamente mudança de lei é com o Parlamento, mas procedimentos administrativos. Portaria, instruções normativas, instruções técnicas, que diminuíram o número de etapas, diminuíram o tempo de cada etapa, informatizaram processos e permitiram a tramitação simultânea de vários desses procedimentos.

O resultado disso foi que nesse ano... Portanto, nesse primeiro ano nosso, que encerrou, portanto, há dois meses atrás, nós demos 472 licenças, 40% a mais do que o mesmo período do ano anterior. Das quais 213 foram obras do PAC, ou seja, 213 de 472, pouco menos da metade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Todas obras do PAC. Depois eu vou pedir... Inclusive, o nosso diretor de licenciamento, Sebastião, está aqui, presente, está aqui a lista delas todas. Eu vou, depois, fornecer, Presidente Senador Collor, à V. Exa., que, depois, naturalmente, fornecerá a quem de interesse ou publicará, mesmo, na Comissão, a lista das principais... Bom, aqui estão as listas das licenças emitidas. Essas são só do ano 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pode deixar que eu tiro agora fotocópia, continue a exposição...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Vou me referir só a algumas delas e, logo em seguida, passo à V. Exa..

Então, essas aqui, essas que eu falei, que são as 472, são em um ano. Mas essas que eu trouxe aqui são no ano de 2009; portanto, de janeiro a agosto, agora, de 2009. Então, essas aqui são 130 licenças. E está aqui um resumo, um resumo das... Não sei se está aqui o resumo delas, por setor, não está aqui um resumo por setor.

Bem, mas aqui vou mencionar algumas delas aqui, por exemplo, ligadas ao setor...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Hidrelétrico.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Ao setor hidrelétrico, por exemplo. Então, nós temos... Eu vou seguir aqui a ordem. Petróleos, petróleo, bacia de Camamu. Rodovia BR 101, trecho Palmares-São Miguel. Licença prévia. Porto São Francisco do Sul, Porto São Francisco do Sul, ponte sobre o Rio Madeira, ferrovia, variante ferroviária do Camaçari, Ferrovia Transnordestina, trecho Salgueiro-Suape. Ferrovia Transnordestina, trecho Missão Velha-Pecém, e assim sucessivamente.

Depois, linhas de transmissão, duto, rodovia, ferrovia. FERRONORTE, Ferrovia Norte Brasil. Várias de petróleo, rodovias, linhas de transmissão, dutos... Bem, logo no... Deixa eu ver aqui mais algumas significativas. Gasodutos... Hidrelétrica, licença de Jirau. Bom, antes também está a licença da outra... Santo Antônio, também as duas do Rio Madeira, em Rondônia, Angra III...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Belo Monte?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: A licença de Belo Monte, o que aconteceu com a licença de Belo Monte? Nós preparamos os termos, o IBAMA preparou os termos, marcou as audiências públicas e houve uma ação, uma ação da Justiça Federal, uma liminar concedida a um Procurador Federal sustando as audiências públicas.

Eu confesso que eu fiquei... Eu fiquei perplexo, porque audiência pública é exatamente aquele momento que as pessoas podem se esclarecer, questionar, uma universidade, um Ministério Público, um morador, os empresários, um bispo, um Prefeito, em suma, é um espaço democrático para esclarecimento.

Agora, essa liminar foi cassada e foram remarcadas as audiências públicas, inclusive algumas para esse mês e para... De 04 a 10 de setembro. Foram... Quatro audiências, quatro audiências públicas, de 4 a 10 de setembro e naturalmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: É um bom projeto, inclusive eu quero falar, Presidente Collor, sobre isso o seguinte: inicialmente estavam previstas quatro hidrelétricas no Xingu.

E havia muita contestação de comunidades, prefeitos, ambientalistas, índios, religiosos, em suma. E

nós verificamos que, das quatro, uma era a essencial, que era Belo Monte. E as outras três não eram tão essenciais assim, mas, no seu conjunto, realmente prejudicavam a questão do rio, da pesca, etc.

Então, nós conversamos com o Ministro Lobão e levamos ao Conselho Nacional de Política Energética, que naturalmente eu tenho assento enquanto for Ministro, cancelar as outras três para centrarmos e facilitar a aprovação da mais importante que era Belo Monte.

No início, o Ministro Lobão falou: "Ministro Minc, nós não costumamos votar o que a gente não vai fazer, a gente costuma votar o que a gente vai fazer." Eu falei: "Olha, mas nesse caso é uma coisa importante porque há ideia de que são quatro e realmente uma é a mais importante e as outras três menores acabam contaminado a discussão dessa, porque realmente as quatro saturam aquela situação, tanto ambientalmente, quanto em matéria de área alagada, disponibilidade hídrica, pesca, etc., etc.."

O Ministro concordou, foi a voto e o Conselho aprovou para garantir que a mais importante ficaria. Depois, esse projeto foi modificado. Entre o projeto original e esse, há uma diminuição de cerca de 60% da área alagada. E depois foram colocadas várias outras condicionantes do tipo, prévio reassentamento das pessoas, o aumento das compensações e mitigações, compensações ambientais para a população do entorno, para evitar...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente. E além disso, a construção de uma escola técnica de Engenharia da Floresta, de produtos da floresta, de... Para as pessoas poderem até tirar o proveito, sem destruir a floresta, de ter uma vida digna, processando os produtos de base florestal e permitindo a economia e o emprego e através da qualificação e da tecnologia, mantendo a floresta em pé.

Então, o projeto que vai à audiência pública, agora informou o Diretor de Licenciamento, o Dr. Sebastião, nessas audiências de 4 a 10, então está aqui o Senador Flexa Ribeiro que é da região, importante as pessoas conhecerem e participarem da audiência...

Deixa eu cumprimentar também o Senador Delcídio.

Bom, então, Senador Collor, então passo às suas mãos as licenças desse ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bem... Em suma, esse ponto que V. Exa. tocou, de Belo Monte, e isso daí poderia ser dito para outras também, as hidrelétricas do Madeira, e mesmo as exigências que nós fizemos em relação a Angra 3, eu quero dizer que eu, pessoalmente, eu, pessoalmente, não sou favorável... Não acho que a energia nuclear seja uma boa saída para o Brasil, mas, na verdade, não sou eu que vou decidir isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente. Mas, então, eu continuo achando que não é a melhor solução para o Brasil, é mais cara, mas a minha função, no caso... Não é uma decisão que compete a mim.

Uma vez o Governo decidindo isso, o Conselho Nacional de Política Energética, nós fizemos foram exigências pesadas em relação à questão das estradas, do saneamento, do lixo atômico, do resíduo nuclear, exigências que não haviam sido feitas antes.

Inclusive, Senadores, uma das exigências que nós fizemos no licenciamento de Angra 3 que eu reputo importante foi a ideia do monitoramento independente, ou seja, antes era a própria operadora que dizia se havia ou não vazamento, se havia ou não fuga de água do circuito primário de refrigeração do núcleo do reator, etc.

E na verdade, agora, por essa licença ao contrário de Angra 1 e Angra 2, Angra 3, mas isso vai valer para todas, a Eletronuclear vai ter que contratar um órgão independente, pode ser da COP, da USP, uma fundação, e esse órgão, como acontece em outros países da Europa, em países da Europa, é que vai analisar e informar para a população como um todo, ou seja, para o prefeito, parlamento, em suma, para o órgão de saúde, se houve ou não problemas ambientais, vazamento de material radioativo, contaminação, problemas de qualquer tipo. E esse princípio me parece correto, até porque no passado nós verificamos que grande parte das informações que nós tínhamos sobre acidentes ou incidentes, não vinham oficialmente, vinham de engenheiros de dentro que informavam como aconteceu em vários períodos, então nós inovamos.

Eu chamo atenção disso pelo seguinte: muitas vezes as pessoas que não tenham conhecimento da atividade do licenciamento analisam licenciamento apenas com uma variável, que é o tempo, ou seja, quanto tempo demorou a licença? Atrasou ou não atrasou? Foi rápido ou foi lento? Quando na verdade eu acho que a boa pergunta é: em quantos casos e em que medida o processo do licenciamento ambiental aperfeiçoou o projeto inicialmente proposto?

Se a localidade que passou a ser considerada, se a tecnologia que passou a ser considerada, se os

mecanismos de redução das emissões atmosféricas, dos efluentes líquidos ou do resíduo, mesmo do ambiente interno de trabalho, do impacto nos rios, nas florestas, em comunidades tradicionais, se as mudanças tecnológicas e locacionais aperfeiçoaram o projeto ou não?

Então, eu proponho, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, e colegas Senadores, membros dessa Comissão, esse outro olhar. Eu não estou com isso tirando o foco, e V. Exa. sabe, eu vou trazer aqui, tem aqui e vou também passar às mãos do Senador Collor, tanto as ações, o "Destrava 1", eu não sei se tem aqui o "Destrava 1", mas o "Destrava 2" está aqui na minha mão, que eu não falei sobre isso, que acerca de um mês atrás, quando fizemos uma análise do "Destrava 1", que foi interessante, porque reduziu 50% o tempo, aumentou 40% as licenças, mas ainda assim nós não achamos que tenha sido suficiente.

Então, nós, há um mês atrás, fizemos o "Agiliza 2", agora com o nome politicamente correto, o "Agiliza 2" com mais 10 medidas modificando vários pontos, desde a questão das estradas até a questão da coleta de fauna, e aqui diz, é um resumo, quanto foi o ganho em meses de cada uma dessas medidas.

Por exemplo, essa simplificação das rodovias, há ganhos de seis meses. No sistema eletrônico para autorização de coleta de fauna. Às vezes para uma pessoa fazer o EIA/RIMA de uma estrada ou de uma linha de transmissão, demorava 10 meses para ter licença de coletar fauna para fazer o EIA/RIMA para ser aprovado. Isso não é razoável.

E nós mudamos o procedimento, reduzimos a burocracia, simplificamos o processo e só aí tem ganho de seis meses com as decisões. Essas decisões não foram as de um ano atrás, foram as de um mês atrás, foi o "Destrava 2". E assim sucessivamente.

Várias medidas em relação à estrutura, em relação ao novo escritório de petróleo e gás no Nordeste, que nós estamos lançando agora em Aracaju nesse mês que vem, em setembro, porque a gente só tem um escritório de petróleo e gás no Brasil, que é no Rio.

Então, o que acontece? Como as prioridades são Bacia de Campos, Bacia de Santos, Pré-sal, os empreendimentos geralmente menores, do Nordeste, por exemplo, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Bahia, entravam sem prioridade e demoravam um, dois anos. E não é razoável que os empreendimentos do Nordeste venham se licenciar no Rio de Janeiro.

Então, com base nisso nós aprovamos a estrutura e isso deve estar sendo... As instalações ficaram prontas e nós vamos estar lançando isso no próximo mês em Aracaju.

É curioso que alguns funcionários nossos, do licenciamento ambiental do petróleo do Rio, entraram na justiça contra nós por essa decisão; porque acharam que isso ia diminuir a qualidade do licenciamento, ou que algumas pessoas iam ter que se transferir do Rio para o Nordeste. Em suma, só para mostrar para V. Exas. como é que você acaba tomando medidas e cada uma delas gera reações nem sempre racionais.

Eu queria dizer ainda, antes de concluir o meu tempo, eu fui informado e estamos terminando essa rodada, mas vamos ter várias oportunidades de esclarecer as questões levantadas pelos senadores da Comissão, que mesmo tomando todos esses cuidados, mesmo cumprindo rigorosamente a lei, vários dos casos foram judicializados.

Apenas o nosso Presidente do IBAMA, o Roberto Messias, tem cinco processos em relação a ele, como pessoa física. Porque a lei permite que o Ministério Público ele processe não o órgão, mas o gestor, ameaçando indisponibilidade dos seus bens, etc., etc.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: E depois é uma coisa curiosa, porque uma vez provado que o procedimento estava errado, ou seja, que o gestor foi correto naquele processo de licença, nada acontece com quem fez a acusação indevida, o que é uma situação.

Quero dizer que o Presidente Messias, ele teve três problemas cardíacos nesse período de um ano e dois meses, três problemas cardíacos, felizmente de pouca monta, está aí inteiro, firme, resistindo, mas depois, no caso de Belo Monte que V. Exa. levantou, esse procedimento não foi só contra ele, foi contra funcionários de terceiro escalão, porque deram pareceres intermediários e também foram acionados como pessoa física, e tiveram que se defender.

Quer dizer, no caso de um procedimento apoiado pela AGU, pela Advocacia Geral da União, ela defende.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Sim, mas o problema é que muda o Governo, a pessoa sai do Governo. Então, hoje em dia, há uma questão que, no limite, ninguém vai querer assinar coisa nenhuma, porque as pessoas são acionadas diretamente, como pessoas físicas, mesmo cumprindo todos os procedimentos.

É uma questão que eu acho que nós todos, em algum momento, devemos refletir a respeito disso.

Para encerrar essa etapa e me colocar à disposição de todas as questões que V. Exas. queiram

levantar, quero dizer o seguinte: o processo de licenciamento é um processo complexo. O que quer dizer, o que é o licenciamento ambiental? É um instrumento para garantir que você vai preservar o meio ambiente, o rio, o ar, a saúde das pessoas, mas vai poder ter empreendimentos que geram emprego, renda, portos, estrada, infraestrutura, energia, etc.

Então, na verdade, o primeiro afã de qualquer governante é licenciar tudo o mais rápido possível. Eu não estou dizendo que todos procedem assim, mas digamos assim, esse é o primeiro impulso. Pelo lado dos ambientalistas [soa a campanhia], e eu conheço bem esse assunto porque durante muitos anos atuei nessa fronteira e me considero também um ambientalista, a primeira reação é exatamente oposta a essa, é que a princípio, a princípio, "há hidrelétrica *soy contra*".

A princípio, qualquer impacto é visto como impeditivo e não pesados os impactos positivos e negativos... Positivos e negativos de cada obra. Então, vejam vocês, então, só para pensar em hidrelétrica, só para pensar em hidrelétrica. O Governo quer licenciar todas. Os ambientalistas são contra todas, grande parte dos processos são judicializados. Então, como escapar dessa guerra? Porque daqui a pouco você perde mais tempo na contestação judicial do que no próprio processo de licenciamento. E erroneamente isso cai nas costas do lado ambiental, como se fosse, por exemplo, no caso de Belo Monte, como se fôssemos nós os responsáveis pelo atraso de quatro meses no caso dessa liminar, que caiu agora e as audiências estão marcadas.

Então, nós resolvemos, senadores, tentar tratar isso por bacia hidrográfica, para dar mais racionalidade. Então, o primeiro caso nós fomos discutir a bacia do Araguaia-Tocantins, e levamos a voto no Conselho Nacional de Recursos hídricos.

Então, você vê, 40 possibilidades, quais são as melhores? Quais são as melhores? São aquelas que geram mais energia, inundando menos área, portanto gerando menos impacto. Ou seja, a relação energia gerada *versus* área alagada é altamente favorável. E qual é a má hidrelétrica? A má hidrelétrica é que gera pouca energia, alaga uma quantidade brutal de área, não usa a tecnologia moderna dos geradores bulbo, do fio da água, etc., etc., que permitem minimizar o impacto e garantir uma boa quantidade de energia renovável.

Eu, inclusive, muitas vezes, falo com meus colegas ambientalistas de que você obstruir todas as hidrelétricas significa mais térmicas a óleo e a carvão que emitem muito mais, poluem muito mais e que podem significar descumprir o plano de mudanças climáticas, porque antes o Brasil não tinha um plano, não tinha metas de redução de CO2 e não tinha Fundo Amazônia.

E nós podemos dizer, na nossa gestão, dos nossos orgulhos, nós temos Plano, o Presidente Lula assinou, no dia 1º de dezembro, nós temos metas de redução e nós temos Fundo Amazônia, também assinado pelo Presidente Lula, apenas um país, a Noruega, se comprometeu com 1 bilhão de dólares de doação, a fundo perdido, os quais 200 milhões de reais já estão em caixa e estão sendo empregados em projetos para a Amazônia.

Então, essa ideia de tratamento em conjunto por bacia hidrográfica dá uma racionalidade. Porque no Conselho de Recursos Hídricos, Senador Collor, tem assento não apenas o Governo, tem assento os governos estaduais, ambientalistas, empresários, universidades.

Então, o que é aprovado e o Plano do Araguaia-Tocantins foi aprovado no voto, por 98 a 1 no Conselho, isso dá muito mais legitimidade. Isso não significa que elas serão automaticamente licenciadas. Mas, para contestar, para um Juiz dar uma liminar é mais difícil, porque passou por um projeto de dizer: "Olha, tais hidrelétricas não são ideais e tais outras são excelentes e são aconselhadas." [soa a campanhia].

Então, temos tentado inovar, inovar nisso, sem perder o rigor, mas ganhando em agilidade, e é claro que sempre alguém vai discutir: "Não, a estrada tal está atrasada, o projeto tal está atrasado." Sim, aí há casos concretos, específicos, eu não quero com isso dizer, longe de mim, que todos problemas ambientais foram resolvidos, que a racionalidade impera em todos os casos, que esse assunto já é uma página virada.

Nada dessas afirmações, nenhuma dessas afirmações é verdadeira. Persistem problemas. Tanto estruturais quanto pontuais no licenciamento de algumas obras complexas que envolvem terras indígenas, aí a FUNAI, governos estaduais, TCU, no caso de algumas licitações há atrasos não por causa da área ambiental, mas por causa de discussões dos termos da licitação, alguém que perdeu uma licitação entra com uma ação na justiça, contesta o resultado, muitas vezes isso também atrasa as obras, e muitas vezes todos esses problemas são debitados nas costas da área ambiental, quando na verdade são um conjunto de questões que envolvem Ministério Público, Justiça, TCU, FUNAI, a questão estadual.

Mas, ainda sim há problemas que nós reconhecemos e estamos, obviamente, dispostos a encará-los.

Agradeço a oportunidade e essas seriam as minhas palavras da intervenção original. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa.... Mui-

to obrigado a V. Exa., Ministro Carlos Minc, pela sua exposição.

Na relação... Na lista de inscrição para uso da palavra, estão inscritos sete senadores. O primeiro deles--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Ministro Eliseu Resende. Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a V. Exa., ouvidos os membros da Comissão, que nós pudéssemos fazer os questionamentos, em bloco, de, pelo menos, três senadores, para que pudéssemos agilizar o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se V. Exas.... Vou colocar em votação a solicitação, o requerimento do Senador Flexa Ribeiro. Senadores, que estiverem de acordo em que as perguntas sejam feitas em bloco de três senadores, permaneçam como estão. Aprovado.

Então, o primeiro senador inscrito, o Senador Ministro Eliseu Resende, com a palavra.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Ministro Carlos Minc, Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, Sra. Senadora.

Ministro, V. Exa. tem pela frente um trabalho da maior importância; e que requer um tratamento dessa matéria de melhoria da qualidade de meio ambiente de uma forma muito atenta, muito cuidadosa, e nós temos tido informações a respeito da sua administração exitosa, na procura da solução desses problemas complexos.

V. Exa. enfrenta um problema delicado. Melhorar a qualidade do meio ambiente sem prejuízo do esforço de desenvolvimento econômico. Aqui no caso da Comissão de Infraestrutura, desenvolvimento econômico esse sustentado, ancorado num programa de expansão da infraestrutura nacional necessária ao desenvolvimento da economia e ao atendimento das necessidades do país. É muito delicado.

V. Exa., na sua exposição, trouxe considerações importantes a respeito... A exemplo do setor energético. Os projetos de geração de hidroeletricidade têm de levar em conta as questões ambientais... Ele, *per si*, já é complexo, pegar a vertente do Tocantins-Araguaia sozinho como V. Exa. citou, é um problema difícil, porque às vezes não se pode tratar de uma usina hidrelétrica isolada, e sim estudar o sistema interligado.

Porque, para a eficiência do setor de energia elétrica, uma coisa é construir Tucuruí sozinha, outra coisa é construir Tucuruí, Santa Izabel e Lajeado, e a as usinas que formam a cadeia de usinas, para com eficiência gerar mais energia, preservando, da melhor maneira, a qualidade do meio ambiente.

V. Exa. citou as usinas do Madeira, a Santo Antônio, a Jirau, e especificamente o problema de Belo Monte. São problemas extremamente complexos na definição da matriz energética brasileira, que se acrescentam agora o tratamento particular da questão ambiental.

Nós trabalhamos, temos uma história, eu, particularmente, na minha vida pública, de trabalho, no lançamento da infraestrutura viária do país. Construí muitas estradas. Não se dava, na época, a atenção devida à questão ambiental. Eu participei, Sr. Ministro, da construção da Transamazônica, da famosa BR 319, que V. Exa. conhece o debate a respeito da sua implantação, ligando Porto Velho a Manaus. Uma estrada importante para a integração da América do Sul.

Nós precisamos de ter a estrada ligando Cuiabá a Porto Velho, Porto Velho a Manaus, Manaus a Caracaraí, e para aí a Venezuela, e formaram uma chamada estrada transcontinental para a integração das três Américas.

Hoje, a questão ambiental assumiu uma dimensão diferente. Antigamente a gente construía a Rio-Santos entrando na Mata Atlântica, e invadindo áreas paradisíacas, com vocação turística, sem a atenção devida à questão ambiental. Nós hoje vivemos uma época diferente, repetindo.

E eu gostaria de fazer uma ponderação especificamente a respeito da questão do sistema viário. O Brasil precisa de estradas, portos, ferrovias, rodovias.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E hidrovias. Para a integração das modalidades de transporte. Para a integração nacional. Para a interiorização do desenvolvimento e a expansão das fronteiras agrícolas [soa a campainha].

Isto tem de ser equacionado e planejado sem prejuízo da qualidade do meio ambiente. Nessa área nós enfrentamos, em tese, um problema grande. Nós não temos um programa de conservação da energia de combustíveis automotivos no Brasil, programa de conservação do consumo de petróleo e seus derivados.

E é um fator importante da poluição ambiental no Brasil a contaminação atmosférica decorrente da queima de combustíveis automotivos no setor dos transportes. Há um desperdício na queima de diesel e de gasolina ao longo das estradas brasileiras [soa a campanhia], pela situação da superfície dessas estradas.

Estudos técnicos e econômicos demonstram que quando você tem uma estrada pavimentada de superfície lisa e compara aquilo com uma estrada esburacada, cheia de curvas e lombadas, então há um consumo de combustível automotivo, uma queima de combustível na atmosfera que supera 25% aquilo que teria sido, que seria queimado no caso de uma superfície lisa.

De outro lado, nos congestionamentos de tráfego nas regiões metropolitanas do país, particularmente, nós temos uma emissão de CO2 contaminando a atmosfera de uma forma desperdiçada, que produz uma ineficiência do setor, ao lado da contaminação ambiental da maior importância. Nós temos nos congestionamentos de tráfego carros parados com motores ligados emitindo gazes na atmosfera. Talvez esse seja o problema maior quando se trata das questões ambientais voltadas para a área de infraestrutura viária, verificar o consumo e o desperdício da queima de combustíveis e passar-se a ter um programa de conservação de energia nessa área.

Nós precisamos das estradas. Citei o exemplo da BR 319. É um exemplo conhecido quando nós discutimos a questão do meio ambiente na área de transportes, particularmente na área das rodovias. Nós discutimos recentemente aqui uma Medida Provisória que tentaria simplificar este problema, para permitir um licenciamento mais expedito e mais simples, para obras de restauração das estradas, dentro das suas faixas de domínio.

Essa Medida Provisória foi discutida e não se chegou a bom termo aqui no Senado e ela agora está sustada [soa a campanhia], para voltar numa nova mensagem governamental.

Trabalhamos muito no sentido de ver se era possível um progresso no licenciamento ambiental dessas obras de restauração de estradas dentro de um entendimento de que a estrada existe, seria apenas uma questão de recapeá-la, restaurá-la para tornar mais liso a sua superfície, o que dispensaria o processo de licenciamento ambiental mais simples.

Nós gostaríamos de obter a sua interpretação a respeito deste problema, com seus técnicos, particularmente o IBAMA que está voltado para o licenciamento desses projetos [soa a campanhia], se seria possível, no caso das estradas, das obras rodoviárias de restauração do que existe, não se trata de estrada nova, dentro da faixa de domínio. Se neste caso nós poderemos ter um licenciamento ambiental mais expedito?

E gostaria que tecesse V. Exa. também uma consideração a respeito do processo de licenciamento, porque como os Srs. Senadores sabem, nós temos três licenças: o licenciamento prévio, o licenciamento de instalação e o licenciamento de operação. A minha pergunta é se essas três fases de licenciamento não poderiam ser pensadas ou adotadas numa sequência mais simples, mais reduzida, para que nós tenhamos o licenciamento das obras de uma forma mais expedita, para que com isso nós tenhamos o PAC, que foi aqui mencionado, e as outras obras que se destinam à aceleração do crescimento da economia para trazer ganhos econômicos para a nação, executados com a brevidade que for possível.

Eu gostaria da palavra de V. Exa. a respeito dessas questões que são aqui... Estão sendo aqui levantadas em tese, mas que serão esclarecedoras para o Plenário dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende.

Com a palavra o Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Fernando Collor, Ministro Minc, tive o prazer de, ao seu lado, participar de várias campanhas na defesa da pesca artesanal na Região dos Lagos e vejo com muita alegria a sua permanência do Ministro, no Ministério.

Queria lhe perguntar o seguinte, Ministro: com as exigências feitas em relação a Angra 3, será possível concluir a obra? Não foram demasiadas... A impressão que se tem, que se vê, é que, com as exigências feitas para Angra 3, é quase impossível ter a obra concluída.

Segundo ponto é o seguinte: eu vejo uma ação muito grande do Ministério em relação a uma política que eu chamo defensiva. Defesa, licença ambiental. Não existe da parte do Ministério uma política que eu chamaria ativa, uma política de iniciativa de preservar e de defender ou recuperar certas áreas degradadas. Por exemplo, dou o exemplo, pegar no Rio, que meu conhecimento é restrito, mas que deve ser o mesmo Brasil. O Ministério do Meio Ambiente pensa em ação, por exemplo, recuperar o Paraíba? Despoluir ou diretamente ou em trabalho... A região... As lagoas da Região dos Lagos?

Ou seja, existe da parte do Ministério uma política ativa, não digo só no rio, em todo Brasil, no sentido de evitar ou de impedir ou de identificar áreas degradadas que deveriam ser recuperadas? Eram essas as minhas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Francisco Dornelles. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Fernando Collor, Vice-Presidente Senador

Eliseu Resende, Srs. Senadores, Sr. Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc.

Primeiro, quero dizer da satisfação em encontrá-lo pessoalmente. Lamento, Ministro, que haja uma desatenção, por parte de seu Gabinete, em responder as solicitações de audiência por parte deste Senador. Eu busco ter o contato com V. Exa. e lamentavelmente nem resposta obtenho do seu Gabinete.

Quero dizer a V. Exa. que quando V. Exa. assumiu o Ministério eu fui um dos primeiros a acreditar que um novo momento estaria se iniciando, Presidente Collor, com mais objetividade, com mais discernimento para que pudéssemos trabalhar pelo Brasil.

Depois, esse momento inicial se transformou numa grande frustração. Porque o Ministro me parece que tem dois momentos. O momento em que ele fala como Ministro, e depois o momento quando ele fala como ambientalista, ou melhor, como agente das organizações não governamentais estrangeiras. Agente das ONGs estrangeiras, que dominam, lamentavelmente o Ministério de Meio Ambiente.

Ministro... Ministro, V. Exa. acho que entende melhor do que qualquer um, pela função relevante que exerce, de que não há como dissociar o homem da questão ambiental. Aí nós estaremos realmente tratando de meio ambiente, e não do ambiente por inteiro. E V. Exa., lamentavelmente, tem se postado de forma... A nosso ver, Presidente Collor, equivocada.

Todos nós, e aí é importante que possamos partir dessa premissa, todos nós brasileiros, especialmente os amazônidas, somos favoráveis e defendemos o desenvolvimento sustentável. Lutamos para que nós possamos levar para a Amazônia melhor condição de vida para aqueles 23 milhões de brasileiros que lá habitam.

E isso é possível. Com ciência, tecnologia, inovação e investimento. Não com engessamento, como V. Exa. pretende fazer. V. Exa... Eu ontem fiz um pronunciamento da Tribuna do Senado e disse que V. Exa. estaria talvez numa função equivocada. Talvez se estivesse comandando um programa da Rede Globo, dos sábados à tarde, poderia estar distraindo a nação brasileira com muito mais êxito do que fazendo ações de pirotecnia e midiáticas, como V. Exa. comumente faz.

Eu até estranho de V. Exa. não estar aqui, travestido do personagem que V. Exa. incorpora quando faz as viagens às regiões do Brasil, em especial do meu Estado do Pará. V. Exa. já esteve lá e, lamentavelmente, com o apoio da Governadora, que deveria ter a mesma ação que teve o Governador Blairo Maggi, quando V. Exa. quis fazer a operação midiática do Arco de Fogo e que o Governador Blairo Maggi disse que lá V. Exa. não entraria.

Me parece que agora ele... Me disse aqui o Senador Gilberto Goellner, que ele parece que está se filiando ao Greenpeace. Não sei se é verdade. Mas eu diria a V. Exa. que naquela altura V. Exa. esteve em Tailândia, em Paragominas, e V. Exa. sabe e tem que reconhecer que Paragominas é hoje reconhecido como um... Município exemplar na questão ambiental no Brasil. Eu estarei hoje à noite lá. Adiei minha viagem que iria ser agora às dez horas, para poder estar aqui nessa Audiência Pública e não poderia perder essa oportunidade de vê-lo pessoalmente, que eu só o assisto pela televisão. E... Aí que pudesse dialogar com V. Exa..

V. Exa. esteve, dia 11, em Novo Progresso, novamente em uma ação midiática. Eu pergunto a V. Exa., então, objetivamente, da questão da FLONA Jamanxim. V. Exa. fala em 'boi pirata'. V. Exa. diz que, agora, os 'bois piratas' vão virar churrasquinho para o Fome Zero. V. Exa. tem frases que são bastante fáceis de serem utilizadas pela mídia, acho que isso faz o personagem que V. Exa. muito bem encarna.

Mas eu diria... V. Exa. tem conhecimento e V. Exa. me fez um convite para eu estar presente à Audiência Pública de Belo Monte, agora a partir de 3 e 4 de setembro. Eu pergunto a V. Exa.: [soa a campanhia] as decisões das audiências públicas são respeitadas pelo Ministério do Meio Ambiente? São respeitadas? Eu digo... Vou responder antecipado a V. Exa. dizendo que não.

A FLONA do Jamanxim foram... Para a definição da FLONA do Jamanxim, ocorreram várias audiências públicas, todas elas contrárias. Todas elas contrárias. Mesmo assim, ela foi, em 2006, demarcada.

Desde lá, existe uma ação parlamentar, no sentido de atender quase mil famílias de produtores, pequenos produtores, que estão à margem da FLONA e que estão sendo ameaçados por V. Exa., que esteve lá, de serem expulsos da região. Aqueles que estão com... Fazendo a... Sustenta das suas famílias com dignidade. E chega lá V. Exa. com o braço armado da Polícia Federal, da Força Nacional [soa a campanhia], da Polícia Militar do Estado do Pará, do IBAMA, para intimidar, aterrorizar aquelas pessoas que estão lá de boa-fé.

Evidentemente, se existem aqueles que estão desmatando, V. Exa. tem todas as condições técnicas de identificar e punir aqueles que estão devastando, que não tem o apoio de nenhum parlamentar. De nenhum paraense. Aqueles que estão contra aquilo que foi definido, têm que ser punido, têm que ser autuado. Agora, V. Exa. generaliza. V. Exa. para dar à mídia nacional e internacional, V. Exa. coloca todos no mesmo nível.

E aí eu pergunto a V. Exa. se esse trabalho de um ano e meio, junto ao IBAMA, junto ao ICMBIO, se vai ser usado ou não? Está aqui, vou passar às mãos de V. Exa. a minuta pronta, entregue pelo ICMBIO e pelo INCRA, de um acordo, um Termo de Ajuste de Conduta, que será assinado pelos dois órgãos, pelos... As associações lá da FLONA do Jamanxim e terá a anuência de todas as famílias lá assentadas.

Nesse acordo, que está pronto para ser assinado e V. Exa. faz uma operação midiática, novamente, no início da semana, nesse acordo, diz o seguinte: "*O ICMBIO autorizará a continuidade de todas as atividades já existentes na Floresta Nacional dom Jamanxim durante a vigência desse TAC, com as ressalvas às cláusulas 2ª, item III, IV, VI e 3ª, item I*."

Mais adiante [soa a campanhia]: "*Não realizar novas autuações por desmatamento realizados até novembro de 2007, suspendendo-se a contagem do prazo prescricional pelo período de vigência do presente TAC*".

Ou seja, isso aqui é um documento que foi motivo de discussão de mais de um ano, ô Ministro, e que V. Exa. não tem a consideração de levar a bom termo aquilo que está discutido pelos órgãos ligados ao seu Ministério também.

Eu pergunto: isso vai valer ou não vai valer? Se vai valer, mais uma vez eu quero repetir, o que V. Exa. foi fazer anteontem no meu Estado é mais uma ação midiática e de pirotecnia. Não há nenhum motivo. Eu tenho... Recebi aqui *e-mails* constrangedores para V. Exa.. V. Exa. conhece a Sra. Preta. A chamada Preta, lá; ela diz que V. Exa. lembra bem dela. É uma liderança lá da FLONA do Jamanxim. Ela passou um *e-mail*, aqui que foi respondido pela Sra. Raquel Rech. Conhece? Conhece a Sra. Raquel? É relações públicas do seu Ministério. Diz assim: "*Estamos passando por uma*..." A Sra. Nelci, conhecida por Preta, "*Estamos passando por uma grande transformação aqui na BR 163. O Excelentíssimo Sr. Ministro esteve na região dia 11 do corrente mês e está generalizando tudo aqui. Eu preciso que ele me atenda urgente. Estarei em Brasília segunda-feira*."

V. Exa. sabe que Castelo dos Sonhos fica a 1.100 quilômetros da sede do Município de Altamira. Eu estive lá há duas semanas atrás, viajei cinco horas de bimotor para poder chegar em Castelo dos Sonhos, Presidente Collor, e é um desrespeito que é feito com aquelas famílias lá, que estão cumprindo aquilo que acertaram com o Instituto Chico Mendes e com o IBAMA. Cumprindo.

Aí chega o IBAMA lá, desconhece tudo que está sendo tratado e começa uma ação midiática de autuar generalizadamente, como diz. Se fosse atuar de forma pontual, aqueles que estão realmente desmatando, corretamente, nada contra. Nós queremos não preservar, queremos conservar a floresta. Porque preservar é isolar. É isso que o Ministério do Meio Ambiente quer fazer, engessar a Amazônia. E nós não vamos deixar.

Nós vamos conservar a floresta, porque a floresta é uma herança que nós vamos deixar para nossos filhos, nossos netos e nossos bisnetos, e ela tem que ficar em pé, gerando riqueza e melhor condição de vida para a população da Amazônia.

Então, pede a Sra. Nelci: "*Segunda-feira próxima estarei em Brasília. Sou aquela mulher*", ela diz para a sua secretária e para chegar a V. Exa. [soa a campanhia], "*que fez a primeira pergunta na coletiva do lançamento do Arco Verde, terra legal. Ele já me conhece de longe. Pelo amor de Deus, me atenda, estou desesperada. Sou mãe de família e trabalhadora. Não sou grileira, não*."

Então, eu pediria a V. Exa. que atenda em audiência as pessoas, pequenos produtores que vão vir lá de Castelo dos Sonhos, que vão vir da FLONA do Jamanxim, para que V. Exa. possa ter um diálogo, pelo menos, possa ter um diálogo. E eu gostaria de estar presente nisso [soa a campanhia].

Mas gostaria, concluindo, Presidente Collor, concluindo, gostaria de perguntar a V. Exa. que... V. Exa. tem se colocado em vários... Várias declarações a favor, como... Senador Eliseu Resende fez uma pergunta a V. Exa. sobre a questão da BR 319 e não especificamente sobre a 319. Aí entra a BR 230, a Transamazônica, entra a BR 163, Santarém-Cuiabá, que é a legislação que estava na Medida Provisória, que permite a flexibilização das licenças ambientais para estradas já consolidadas.

V. Exa. deu declarações, e eu li as suas declarações da Tribuna, favorável à flexibilização. V. Exa. disse, e eu quero saber se foi o jornal que colocou como inverdade ou se V. Exa. realmente disse, que realmente entendia que nas estradas já abertas, já consolidadas, não teria que ter as mesmas exigências para uma estrada que fosse abrir a floresta, e aí sim, eu concordo com V. Exa., teria que ter todos os cuidados necessários.

Então, eu pergunto: V. Exa. é a favor ou contra a flexibilização das normas ambientais para as estradas já consolidadas? Pergunto também a V. Exa.: se... Quem é... Se V. Exa. é a favor ou não da reserva legal mantida em 80% [soa a campanhia] na Amazônia, que ela seja feita em bloco, e não por propriedade?

Fazer na Amazônia um tabuleiro de xadrez, mantendo reserva legal por propriedade, é inconcebível nos dias de hoje. Então, se V. Exa. é a favor ou contra a reserva legal por bloco, com compensação das áreas

já antropizadas, não se derruba uma árvore sequer. V. Exa. tem, aqui, um defensor, um defensor de desmatamento zero. Desmatamento zero.

Mas V. Exa. tem que concordar que as áreas já antropizadas, já consolidadas, precisam ser utilizadas com inteligência, com tecnologia, com investimentos para aumentar, sem devastar, sem derrubar a floresta, a produção de alimentos para o Brasil.

E por último, Presidente Collor, sei que V. Exa. já me... Me chama atenção pelo tempo, mas eu aguardo com tanta ansiedade essa oportunidade de encontrar o Ministro Minc que eu fico exagerando e pedindo desculpa a V. Exa. pelo prazo.

Eu pergunto a V. Exa.: V. Exa. é a favor de que se faça com consciência dentro da... Porque meio ambiente pra mim é tecnologia, não é dogma, uma revisão da definição da FLONA do Jamanxim? Ou seja, de forma que se possa atender essas famílias preservando a área, ou seja, fazendo só uma readequação, sem que haja diminuição da área de preservação.

E por último, ainda naquela região que V. Exa. tão bem conhece, que V. Exa. tão bem conhece, lá existe uma REBIO. A REBIO, V. Exa. sabe que é talvez das áreas de conservação a mais engessada. Não se pode fazer nada. Lá na área do Cachimbo. Então, há [soa a campanhia] por solicitação dos habitantes, que se possa mudar a destinação da área, ao invés de se transformar, de ser uma REBIO, que seja transformado numa APA e num parque florestal, permitindo, dentro do que V. Exa. defende, o uso sustentável da área para o turismo e para ações extrativistas. Apenas a mudança de qualificação.

Eram essas as perguntas, e por último, Ministro Minc, quero--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parabéns, Flexa, parabéns.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Senadora Rosalba vai perder o avião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero fazer pela TV Senado aqui, porque o povo do Pará está nos assistindo. Quero pedir a V. Exa. que marque uma audiência para que este Senador possa ir até o seu Gabinete e ter tempo, sem prejudicar os meus pares, de conversar com V. Exa., para que possamos nos entender.

Porque acho que V. Exa. quer o que eu também quero, desenvolver o Brasil e desenvolver a Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por solicitação... Por solicitação-

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --Da Senadora Rosalba Ciarlini, com a aquiescência do Senador Gilberto Goellner, passo a palavra à Senadora, por favor.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vou ser muito rápida, até porque eu entendo que o Senador Flexa com certeza ainda vai ter réplica, tréplica, ele vai fazer ainda mais perguntas, é muito justo, ele é da Região Amazônica, mas eu estou aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dois nordestinos.

Sr. Ministro, nós sabemos da importância e somos a favor, defensores da transposição do Rio São Francisco.

O Senador Efraim que é da Paraíba conhece e, como eu, sabemos que esse sonho secular finalmente começou a ser realizado. Mas há também uma preocupação. Existe uma Subcomissão nessa Casa de acompanhamento das obras da transposição, e eu sou... Da qual nós fazemos parte, eu e o Senador Efraim.

Eu sou relatora nesta Comissão. E já tive oportunidade de visitar essa obra, mais de uma vez, na região de Salgueiro, de Cabrobó... Claro que se a obra está andando, as licenças foram dadas. Mas nós sabemos, eu conheço, sei que não é apenas essa etapa que está sendo realizada. A etapa que vai beneficiar, por exemplo, a Bacia do Rio Apodi-Mossoró, ela ainda não foi licitada, ela ainda está sendo analisada, como também do Rio Piranhas-Açu, com reservatórios importantes que serão barragens que vão acontecer no meu Estado e também áreas que vão beneficiar o Estado da Paraíba.

Eu gostaria só de perguntar uma coisa, até pela minha preocupação, é uma obra de um investimento tão alto, de mais de 5 bilhões, que nós não queremos vê-la paralisada em momento nenhum, por qualquer razão. Nós estamos acompanhando, fiscalizando, para que esses recursos sejam muito bem aplicados. Mas nós sabemos o quanto isso vai ser fundamental para o nosso semi-árido, para dessedentar milhões de nordestinos e para levar oportunidades de renda, de trabalho.

Então, Sr. Ministro, fica aqui só... Mais do que uma pergunta, é um apelo. Para que as licenças dessas etapas que ainda não foram licitadas mas que são

fundamentais, porque não adianta fazer o projeto só para beneficiar a área de Pernambuco e um pouco do Ceará, nós queremos que ele seja feito por inteiro e completo, como foi projetado, eu quero só saber como andam essas licenças, para que todo esse projeto possa ser licitado e que se as obras não venham a ser paralisadas em 2010 ou 2011, isso não pode ser uma ação de uma pessoa. Isso é um projeto de Governo. É um projeto do Brasil.

Que ele... E nós sabemos que não será concluído agora, no final do mandato do Presidente Lula, daí por que a minha preocupação, aí por que a nossa preocupação, para que esse projeto tenha continuidade e não aconteça como já aconteceu em outros momentos no Brasil. Projetos da maior importância, milhões, bilhões são jogados, e de repente é paralisado por falta de uma licença, por uma questão que não foi bem analisada, bem avaliada.

Então, agora é a hora, e eu gostaria só que o senhor nos desse essa tranquilidade de que todo estudo de viabilidade, todas as licenças ambientais, todos os impactos estão devidamente sendo analisados, e, claro, nós queremos a transposição, mas queremos também a preservação do nosso meio ambiente.

Muito obrigada, Sr. Ministro.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senadora Rosalba.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, Senador Efraim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Efraim, com a palavra.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Para ser rápido e também possamos aproveitar o mesmo raciocínio da Senadora Rosalba, eu faço das palavras da Senadora as minhas palavras.

A mesma preocupação, com o mesmo pleito, em nome, evidentemente, da Paraíba. Então, eu deixo ao Ministro a mesma preocupação para que essa obra seja realmente uma obra de todos [soa a campainha]. Uma obra de todos, como a própria... Programa... A própria propaganda do Governo. Então, que seja uma obra de todos.

Então, eu reitero, Ministro, as palavras da Senadora Rosalba, em nome, evidentemente, da minha Paraíba, já que participamos, tanto eu como a Senadora Rosalba, como o Senador Cícero Lucena, participamos da nossa Subcomissão que acompanha essas obras.

Eu agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Efraim Morais.

Passo a palavra agora ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para fazer as suas considerações sobre as perguntas feitas pelos Srs. Senadores no primeiro bloco em que quatro Senadores se pronunciaram.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Obrigado, Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor.

Vou passar, então, à primeira rodada de respostas às questões que me foram colocadas pelos Senadores. Vou seguir a ordem das questões apresentadas.

Primeiro, o Senador Eliseu Resende, que tem um enorme conhecimento da questão de infraestrutura, já lidou com isso do lado do balcão do Executivo, sabe a dificuldade e também colocou de forma muito transparente que em outras épocas não era se dada a devida importância para a questão ambiental e que hoje as pessoas atentam a isso.

O Senador Eliseu Resende falou da importância do setor energético, do setor hidrelétrico, concordou do tratamento integrado. No caso, o exemplo que eu dei do Tocantins-Araguaia, falou da questão da infraestrutura viária, falou da questão, também, da hidrovia e concluiu com a questão do petróleo, da poluição atmosférica, do diesel e de várias questões ligadas à saúde e às emissões também.

Bem, Senador Eliseu Resende, primeiro que, no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, nós apontamos no sentido de retomar a tradição hidrelétrica que faz com que o Brasil tenha uma das matrizes elétricas mais limpas do planeta, e mais renováveis do planeta.

Então, nós estamos mesmo com essa posição, não só a parte da hidroeletricidade, mas também a questão das energias alternativas, como a energia dos ventos, a energia solar. E dou dois exemplos: eu estive recentemente em Natal, com 20 secretários estaduais de energia, também a Governadora, Presidente do Banco do Nordeste, várias autoridades, lançando o que se chamou de “Carta dos Ventos”. São 12 medidas para simplificar e estimular a energia eólica. Um deles é a desoneração do IPI em cima de equipamentos eólicos e solares.

Mas é claro que a questão hidrelétrica, para nós, é muito importante. Por isso, nós estamos empenhados nas licenças e no aprimoramento dos projetos. Há projetos já decorrentes dessa nossa discussão com o Ministério de Minas e Energia, com a EPE, Empresa de Planejamento Energético, que é um conceito novo de hidrelétrica que talvez seja aplicado em algumas hidrelétricas do Tapajós, que é o conceito de usinas-plataforma.

Então, o que que seriam essas usinas-plataforma? Esse termo, Senador Dornelles, vem da comparação com o petróleo, a plataforma de petróleo. Então, a plataforma de petróleo você faz, opera e tira e não cria as chamadas estradas vicinais(F), ou que também são conhecidas como "espinhas de peixe", que acabam sendo vetores de desmatamento e de degradação ambiental.

Então, essas usinas-plataforma implicam, talvez, num custo maior na fase de instalação, mas, depois, ela não gera uma cidade, uma estrada, e a energia é operada por poucas pessoas e jogada na rede. Daí a similitude com a ideia de uma plataforma.

Então, você pode aproveitar um potencial hídrico para a geração da energia limpa e renovável da hidroeletricidade, sem gerar um grande impacto numa região protegida.

Então, nós não só estamos licenciando com rigor, estamos licenciando grandes obras, estamos estimulando a energia renovável, a energia alternativa, mas também pensando em modelos que, para o futuro, as exigências serão cada vez maiores e as necessidades de energia também.

Então, essa é apenas uma das modalidades que você pode gerar mais energia limpa e será testada, pela primeira vez, no licenciamento de algumas hidrelétricas, no caso do Tapajós. É um trabalho que a gente tem feito junto com a Eletrobrás e a EPE.

Bem, V. Exa. tocou num tema que me é particularmente caro, importante, que é a poluição atmosférica. Eu quero dizer que isso... Isso é tão importante... A simples vistoria dos veículos, a vistoria veicular, ela reduz a emissão. Um carro desregulado, ele pode emitir 40, 50% a mais. E isso faz mal para os pulmões, mal para o clima e mal para o bolso, porque gasta mais gasolina, porque ela não queima corretamente, não carbura corretamente.

O único Estado que tem uma lei específica de vistoria em vigor é o Rio de Janeiro. Tem uma lei há 10 anos, por coincidência uma lei de minha autoria, que depois a COP comprovou, a COP da UFRJ, que houve uma redução de 30 a 40% das emissões veiculares, por conta da lei de vistorias. E nós devemos na próxima reunião do CONAMA ampliar essa questão para os demais Estados.

Quero dizer a V. Exa. também que falou no diesel, e V. Exa. tem razão.

Eu pediria, Senador Collor, um pouco de atenção aqui do... [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de pedir aos presentes que fizessem silêncio, para que nós ouvíssemos as respostas do Sr. Ministro Carlos Minc a respeito das indagações feitas pelos Srs. Senadores.

É importante que o silêncio seja mantido para que seja muito bem entendida a mensagem que o Ministro Carlos Minc deseja passar aos Srs. e Sras. Senadoras, aos senhores que estão presentes à Audiência Pública e àqueles que estão assistindo a TV Senado no momento, para um tema de tamanha importância como é a questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Sr. Ministro.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Obrigado, Senador Collor.

Então, eu avançava na parte final do questionamento do Senador Eliseu Resende, falando da questão da vistoria veicular.

E falo de um outro ponto importante, Senador, que foi uma resolução que nós aprovamos ainda no ano passado no CONAMA, instituindo uma nova etapa em relação do PROCONVE, em relação ao diesel, o nosso diesel comparado com outros países era de muita má qualidade, em relação da composição de enxofre, do teor de enxofre.

Então, nós temos um diesel urbano com S500, portanto 500 partes de enxofre por milhão, estamos implantando nos estados o S50, que é um diesel 10 vezes menos poluente, portanto com 10... Com 50 partes de enxofre por milhão, e nós aprovamos, foi uma iniciativa do Ministério que foi aprovada no CONAMA, para 2011 o S10, que é um diesel [soa a campanhia] com apenas 10 partes de enxofre por milhão. O enxofre, ele, além da poluição, ele causa muitas doenças respiratórias e creio que vamos avançar com isso.

Em relação às hidrovias, eu quero dizer a V. Exa. que eu sou um fã de carteirinha das hidrovias. E não entendo como um país como o Brasil tenha tão poucas hidrovias. Eu tive uma reunião com dirigentes da ANA, Agência Nacional de Águas e com a ANTAQ, do transporte hidroviário, e depois dessas reuniões eu me convenci que no Brasil quando se fazem as hidrelétricas, você não faz simultaneamente as eclusas que garantiriam as hidrovias.

Se você faz as eclusas concomitantemente com a hidrelétrica, você tem um ganho de recursos e de tempo incrível. Você consegue fazer na metade do tempo, com a metade do recurso, se faz um tratamento casado. Você faz o sequeiro para construir a hidrelétrica e esse é um bom momento para avançar com as eclusas para regularizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente. Agora, eu tive entendimentos com o Ministério dos Transportes e também com o Ministério de Minas e Energia, e nós decidimos que, a partir de agora, as novas hidrelétricas, uma vez definido o marco regulatório das responsabilidades, da previsão orçamentária para tal, e não é todas as áreas que são favoráveis para hidrovia, mas a maioria é, a maioria é. Então, nós vamos avançar muito nesse sistema, casando mais energia com mais hidrovia.

Para o meio ambiente, a hidrovia é ótima, porque você desmata menos, não tem asfalto, não tem caminhão jogando diesel, e você pode, inclusive, para a agricultura baratear o custo de transporte dos grãos. Uma hidrovia, hoje, custa cerca de três vezes menos para o transporte da soja, por exemplo, do que o transporte por caminhões. Além de ser mais caro, jogando diesel para o meio ambiente.

Então, quero dizer que não só estou de acordo com questões que V. Exa. levantou em relação à poluição atmosférica [soa a campanhia] e a questão das hidrovias, como tomamos uma série de medidas em relação a isso. Foi aprovado o S10, vai a voto a vistoria em todos os estados e aprovamos com outros Ministérios essa idéia, que naturalmente falta regulamentar o marco do financiamento, de você fazer concomitantemente as eclusas com as hidrovias.

Em relação à questão de estradas, V. Exa. talvez seja um dos maiores especialistas, eu quero dizer em relação, por exemplo, a uma das estradas do Estado do Amazonas, a 317, que não tem grande impacto ambiental, essa licença deve ser entregue nessa segunda-feira; ou na terça-feira.

Em relação à 319, que é um tema também importante, V. Exa. falou já. Eu quero dizer que o processo de licenciamento, ele está em curso. Nós, no ano passado, em vista dessa estrada atravessar a área mais preservada da Amazônia, nós criamos um Grupo de Trabalho com o Ministério dos Transportes, Meio Ambiente e Cidades, com os governos estaduais do Amazonas e de Rondônia, com a Universidade Federal do Amazonas e com o IBAMA e com o Chico Mendes.

E esse Grupo de Trabalho resolveu tomar uma série de medidas preventivas, medidas essas que foram publicadas no D.O. de novembro do ano passado, que é a instalação prévia de unidades de conservação e implantação delas. Ou seja, sede, demarcação, etc.

Por que que essas medidas foram tomadas e não foram contestadas à época? E não foram pelo Ministério do Meio Ambiente, foram por três Ministérios, dois governos estaduais, alguns órgãos e a Universidade Federal.

Porque nós verificamos o que aconteceu na BR 163. Quer dizer, a LP, a Licença Prévia, foi dada pela então Ministra Marina Silva em 2005. E foi previsto um distrito florestal, na época concebido pela Ministra e também pelo então Ministro Ciro Gomes, na época, da Integração. Só que não houve a prévia implantação dessas unidades. Por implantação se entende... Ela não existia apenas no papel, ela está implantada no terreno.

Ou seja, ter demarcação, regularização, sede... O fato de que a LP da 163 saiu em 2005 e agora estão sendo dadas as licenças, foram dadas as licenças de asfaltamento de vários trechos dela, depois que saiu agora o Zoneamento Econômico Ecológico da área da 163, que nós aprovamos uma lei estadual, que depois nós aprovamos no CONAMA, o desmatamento da 163 quadruplicou nesse período.

Pelo fato de ter saído a licença, a previsão das unidades de um lado e de outro, mas não a sua implantação efetiva. Então, aprendendo com os erros, aprendendo com os erros, este Grupo de Trabalho, com esses Ministérios, governos estaduais e Universidade, determinou como pré-condição a implantação desses distritos para que isso não destrua a área mais preservada da Amazônia. E o Ministério dos Transportes, com o apoio do governo estadual, do Exército, está tratando de colocar essas questões em plano.

É bom que se diga que no caso da 319, o próprio Governador do Amazonas, também o Governador de Rondônia, num período anterior, defendeu uma ferrovia, e não uma estrada. Houve também quem defendesse uma hidrovia. Mas o certo é que... E eu também achava que eram soluções menos impactantes.

Mas o Governo tendo decidido por uma estrada, então... Que não é uma decisão do meu Ministério, cabia a nós, em conjunto com outros Ministérios, os governos estaduais e a Universidade determinar medidas que impedissem o aumento do desmatamento e, portanto, a descaracterização do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que tem meta de redução do desmatamento, que hoje é a nossa principal causa de emissão, 75% das nossas emissões atmosféricas vêm do desmatamento, sobretudo da Amazônia, sobretudo da Amazônia, e também você tomar medidas descuidadas iam seguramente arruinar o Fundo Amazônia, que nós estamos recebendo recursos importantes até para financiar atividades sustentáveis na região.

Bem, em relação ao Senador Francisco Dornelles, que lembrou atividades conjuntas nossas de defesa da pesca artesanal e também das lagoas em várias ocasiões que atuamos em conjunto.

Primeira pergunta do Senador Dornelles, a questão de Angra, se as exigências são desmedidas. Não

são desmedidas, foi dada a LP, foi dada a LI já, os municípios colocaram exigências a mais, sobretudo o Município de Angra, já houve esse acerto, e uma das principais exigências que nós fizemos em relação ao tratamento do lixo atômico, do resíduo nuclear, ela não é para essa etapa, mas é para... Prévia à licença de operação, que vai ser daqui a cinco anos.

Então, a licitação está em curso, digo isso embora não seja enfático defensor da obra, mas a sua pergunta objetiva é se as licenças não seriam razão de empecilho; não são, não são. Foi dada a LP, a LI se acertou com os municípios e está em fase de... A licitação deve entrar agora, se não me engano, em setembro, já para definir as empresas que vão participar da construção da obra.

A segunda pergunta do Senador Francisco Dornelles era dizer que o Ministério tinha uma política defensiva, por que não ter uma política mais forte de recuperação de áreas degradadas, citou o rio Paraíba do Sul, citou as lagoas da Região dos Lagos do Rio de Janeiro, entre outras.

Bom, quero dizer que, exatamente, a posição é a prevenção. Então, antes, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente, ele não era voz ativa na política de saneamento ambiental, só para dar um exemplo. Quando o Presidente Lula nos convidou e antes ainda de aceitarmos, nós colocamos vários pontos, um deles foi a questão do saneamento ambiental.

Como o esgoto sem tratamento é a principal forma de contaminação de rios, lagoas, baías, não é razoável que o Ministério do Meio Ambiente ficasse fora disso. Nós não estamos falando de recursos, licitações, fora da definição. O Presidente Lula aqueceu e quero dizer que nós temos um Grupo de Trabalho conjunto...

Saúdo a chegada do Senador Suplicy à audiência.

E nós temos um trabalho conjunto com o Ministro Márcio Fortes, das Cidades, e na brevidade, Senador Collor, nós vamos apresentar à nação um plano decenal de saneamento ambiental, aonde há previsão de duplicar em 10 anos o volume de esgoto coletado e tratado, inclusive com estudos de vulnerabilidade por bacias, corpos hídricos contaminados, população sem o saneamento, lembrando a todos, Senador Delcídio, que no Brasil a primeira causa da mortalidade infantil ainda é... Ainda são as doenças de veiculação hídrica, ou seja, contaminação da água.

No Rio Paraíba do Sul nós temos investimentos federais e estaduais em tratamento de esgoto, investimentos estaduais do FECAM, que nós colocamos na Constituição Estadual, que é uma porcentagem dos *royalties* do petróleo e investimentos federais do Ministério das Cidades, também com orientação do Ministério do Meio Ambiente, estão andando bem os sistemas de tratamento de Volta Redonda, de Barra Mansa, de Resende.

Nós inclusive criamos mini-estações de tratamento no Rio Preto, lá na área de Visconde de Mauá, que é um dos afluentes do rio Paraíba do Sul. Estamos cobrando dos poluidores da bacia medidas preventivas.

No caso da CSN, por exemplo, ela depositou muitos anos em juízo e agora a justiça encerrou, e ela vai ter... Portanto nós vamos sacar, recursos para o fundo de recursos hídricos da Bacia do Paraíba do Sul, para o Comitê de Bacia, onde tem assento prefeitos, empresários, possa monitorar melhor, estações de tratamento, repovoamento de espécies nativas nas margens, nas cabeceiras.

No caso da área do Rio Guandu, que hoje em dia se origina das águas do Paraíba, digo hoje em dia porque antes ele era... Ia no sentido do Paraíba, houve uma transposição e hoje o Guandu vai do Paraíba para a Baía de Sepetiba e abastece nove milhões de pessoas.

Eu e o Governador Sérgio Cabral nós instituímos um serviço de pagamento por serviços ambientais para os agricultores ao longo dos... Do Guandu e dos afluentes do Guandu, para reflorestarem. Esse conceito, Senador Collor, é muito interessante, porque antes as pessoas cortavam [soa a campanhia] e ganhavam por isso, e agora plantam e ganham por isso.

Então, nós cadastramos os agricultores, eles se comprometeram com o plantio de determinada área e determinado número de árvores; comprovado isso nós entregamos os cheques, 18 mil, 20 mil, 21 mil, para as famílias que reflorestaram as margens do Guandu.

Bem, então essa ideia do Senador Dornelles é também a nossa ideia, atuar preventivamente. Uma das formas de defender os recursos hídricos é dar mais força para os planos de bacia, para os comitês de bacia.

O que nós fizemos então recentemente pensando nisso? Um comitê de bacia, que cobra taxa, por lei aprovada por essa... Por esse Parlamento, digamos que ele arrecade 20 milhões por ano, de taxa de recursos hídricos. Só que os prefeitos e os agentes econômicos da região não precisam de 20 milhões, precisam de 200 milhões a curto prazo, porque os programas de saneamento ambiental, como se sabe, são caros.

Então, o que nós fizemos? Fizemos um acordo com a Caixa Econômica Federal muito interessante. Então, nós depositamos os recursos do fundo de bacias, da taxa de recursos hídricos, na Caixa e a Caixa antecipa 10 vezes mais. Ou seja, os prefeitos daquela bacia não vão ter os 20 milhões que o comitê arrecada, mas 200 milhões. E para a Caixa não há risco,

porque nos outros anos a taxa de recursos hídricos será depositada.

Então, me pareceu um bom acordo, um bom acordo, aonde decuplica os recursos que aquele comitê de bacias vai ter para ações saneadoras e reparadoras em defesa do corpo hídrico, dos recursos hídricos e também do saneamento ambiental e da recomposição das matas ciliares, que protegem a quantidade e a qualidade de água.

Bem, então, terceiro, o Senador Flexa Ribeiro, que fez as mais diversas considerações, queria dizer Senador Flexa Ribeiro, que além de vir aqui, nesse período, ao Parlamento, mais de 30 vezes, nesse período nós recebemos cerca de 200 parlamentares, individualmente ou em grupos, para os mais diversos assuntos.

V. Exa. mesmo foi recebido no dia 21/10, e no dia 07/05... 21/10/2008, o assunto era palmáceas, e no dia 07/05/2009 e o assunto era código palmáceas, Jamanxim, que é outro assunto que V. Exa. levantou hoje aqui.

Naturalmente há uma impossibilidade física de atender simultaneamente todos os deputados e senadores, mas nós temos atendido. Eu devo ser, Senador Collor, talvez um dos Ministros que nesse período mais vezes veio ao Parlamento e seguramente um dos que mais recebeu parlamentares.

Não posso receber múltiplas vezes todos parlamentares, são mais de 500 deputados, 81 senadores, e quero dizer que um dos Senadores que mais foi recebido foi exatamente o Senador Flexa Ribeiro. Agora, em relação aos outros pontos que o Senador levanta, mais relevantes que esse, se as ONGs estrangeiras mandam no Ministério.

Isso daí realmente não é verdade. É uma forma de desqualificação que eu não posso aceitar, não corresponde aos fatos.

A política do Ministério é definida pelo Ministério, pelo Governo. Vários pontos coincidem com questões levantadas por ONGs nacionais e outras que atuam em vários países e vários pontos são contraditórios. Por exemplo, os licenciamentos de hidrelétricas, mesmo o licenciamento de Angra 3 e vários outros, nós fomos criticados e isso obviamente faz parte da democracia, não há nenhum tipo de domínio, seja quem quer que seja, nem de pecuaristas e ruralistas, nem de ONGs nacionais ou estrangeiras.

A política do Ministério é dada pelo Presidente Lula e no que me cabe, a mim também pelo Ministério com diálogo amplo, com vários setores, inclusive V. Exa., que me deu a honra de duas visitas e também nos encontramos em várias oportunidades quando tivemos, por exemplo, em Belém, discutindo a questão do Pacto da Madeira Legal, e em outras oportunidades também.

Quanto às questões, as ações mediáticas que V. Exa....

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Midiáticas.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Midiáticas, que V. Exa. critica e ironiza com a sua... O seu tradicional calor e ênfase que dá às suas palavras, nos seus discursos muito fortes e bastante longos também, que costumam preencher as páginas do Diário Oficial.

Eu quero dizer a V. Exa. que eu, já não de agora, há bastante tempo, eu tento dar divulgação às ações, dei como Deputado, como Secretário e como Ministro.

Primeiro, porque não me envergonho delas. Há quem tenha ações que se envergonhe e portanto queira o mínimo de publicidade possível. Depois, porque eu sei que as pessoas não lêem Diário Oficial. Então, desde cedo, lá no Rio de Janeiro, onde eu tive a oportunidade de aprovar mais de 120 leis, eu percebi que a população conhecia ela quando você dava divulgação a ela e as pessoas cobram seus direitos quando sabem que têm direitos, e sabem dos seus direitos não pelo Diário Oficial, que ninguém lê, apenas nossos assessores e alguns outros que vão lá atrás de decisões que lhes interessam, mas grande parte da população não lê Diário Oficial.

Então, várias leis que nós fizemos em benefício dos estudantes, do meio ambiente, etc., nós tratávamos de dar grande divulgação. E realmente essa é uma característica.

Eu não acho razoável que o Ministro do Meio Ambiente fique no seu gabinete, no ar-condicionado dizendo para os nossos companheiros do IBAMA: "Vão para lá, façam isso, façam aquilo." Eu gosto de participar diretamente das operações, essa que V. Exa. se referiu em Jamanxim anteontem, foi a 19ª operação que eu participei diretamente, apenas na Amazônia.

Mas participei de muitas outras no Nordeste, em relação a Caatinga, no Rio de Janeiro, por exemplo, em relação ao Rio Paraíba do Sul, Senador Dornelles, haviam dragas sem licença tirando ouro e jogando mercúrio no Rio Paraíba do Sul, nós tivemos que apreender essas balsas. Em várias outras áreas, no Cerrado, no Pantanal, eu acho muito bem isso.

Por exemplo, V. Exa. citou Paragominas, foi um local que eu participei também de operações. É verdade, V. Exa. tem razão, nesse caso pelo menos, que o Prefeito de Paragominas e várias forças locais são proativas, tem projetos ambientais.

Mas o que aconteceu foi que quando o IBAMA, no ano passado, detectou roubo de madeira de terra

indígena, e embargou caminhões que estavam roubando madeira de terra indígena, bom, os caminhões não estavam roubando, estavam transportando, quem estava roubando era o madeireiro dono desses caminhões, houve algumas forças locais que incitaram a população, num domingo, depois de muita bebida, a queimarem a sede do IBAMA, os carros do IBAMA e jogarem coquetel Molotov nos funcionários do IBAMA.

Isso efetivamente aconteceu em Paragominas no ano passado, uma agressão covarde, criminosa, inaceitável e, obviamente, dois dias depois eu estava lá ajudando a Polícia Federal a prender todos aqueles madeireiros irresponsáveis e criminosos, e como isso tudo foi filmado e gravado, porque havia uma filmadora que detectou essas imagens, foram vistos os madeireiros distribuindo galões de gasolina para um grupo grande incendiar a sede do IBAMA, os carros do IBAMA e jogar coquetéis Molotov no hotel aonde esses funcionários estavam alojados, o que é um crime, funcionários que são servidores públicos, podiam ser parentes de qualquer pessoa, podiam... São pessoas dedicadas, estão defendendo o Brasil, estão defendendo a política do meio ambiente e, naturalmente...

Eu quero dizer que eu chamei o Prefeito no meu Gabinete antes de ir lá, ele foi lá, nós fizemos um pacto, e o pacto que a gente fez é que a madeira apreendida, parte dela voltaria para a Prefeitura, nós não puniríamos o Município como um todo, mas o Prefeito, ele cassaria o alvará daquelas empresas ilegais inclusive que os proprietários foram filmados distribuindo galão para aquela turba queimar e praticar esses atos.

Eu quero dizer que eu não me arrependo absolutamente disso, tive uma excelente ideia do Prefeito, ele cumpriu o acordo, no dia que eu fui lá tive uma reunião com os Vereadores na Câmara e ele assinou a cassação dos alvarás das madeireiras piratas, ilegais e criminosas que estavam roubando a madeira das nações indígenas.

Em relação à questão que V. Exa. levanta da FLONA Jamanxim, eu estou aqui com um mapa [soa a campanhia] das operações de anteontem.

A área... Primeiro eu quero dizer que os satélites do INPE, que nos dão informações a cada 15 dias através de um sistema chamado DETER; essa palavra DETER, Senadores, tem um duplo sentido. Por um lado é Detecção em Tempo Real, por outro lado é deter no sentido de deter a devastação. Então, tem esse duplo sentido.

Então, as últimas três informações do DETER mostram que em todo... Em toda a Amazônia o pior foco de desmatamento é exatamente em torno de Novo Progresso. Não desmatamento de anos atrás, estou dizendo desmatamento atual. Ou seja, há três anos, há muito tempo atrás, o Mato Grosso ele era o campeão do desmatamento. Chegou a ter 15 mil, 12 mil quilômetros quadrados/ano. O Mato Grosso caiu bastante, na última vez estava com 2.500, portanto, de 12 mil para 2.500 houve uma redução acentuada e o Pará, há três anos, ele está à frente do desmatamento em torno de 5 mil quilômetros quadrados/ano, que é uma enormidade.

É claro que o Pará também é o maior estado da região, maior exportador de madeira, tem o maior rebanho, tem a Transamazônica, a 163, a Belém-Brasília, em suma, também não é por acaso. É o maior praticamente em tudo. Mais estrada, mais madeira, mais gado.

Agora, dentro do Pará, várias áreas houve uma diminuição sensível de desmatamento. Inclusive uma área aonde no ano passado nós fizemos aquela Operação Boi Pirata, que tanto desagradou V. Exa., na Reserva...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: A Estação Ecológica de Terra do Meio, aonde não só nós apreendemos e leiloamos 3.200 cabeças de gado, como mais 20 a 30 mil cabeças saíram da região para São Félix do Xingu.

O IMAZON e outros institutos fizeram um estudo do desmatamento nos municípios em torno e houve uma queda, Senador Suplicy, acentuada. Não só por essa razão, por várias outras. Ou seja, a operação, combinada com o corte de crédito aos desmatadores e o aumento da fiscalização, ela surtiu efeito.

E agora, nessa área da FLONA Jamanxim, aonde é verdade que há em curso um entendimento, mas para as áreas de ocupação antiga, mais ao sul. Essa senhora que foi mencionada eu a conheci em outra operação, em torno de Castelo dos Sonhos, portanto mais ao sul da FLONA.

Essa área que foi objeto da nossa ação foram aquelas áreas que o INPE detectou que estava havendo agora desmatamento. Agora, o mês passado, esse mês e o mês anterior. Não antes de 2007, em regiões já consolidadas ou até anteriores à própria demarcação da FLONA.

Então, quero dizer que uma coisa é o entendimento, que está mantido, em áreas consolidadas próximas da 163 e sobretudo ao sul, próximo de Castelo dos Sonhos, outras comunidades, Vila Isol, comunidade da igreja, outras no trecho sul em relação à FLONA Bom Futuro.

E que essas ações que nós fizemos, de confisco do gado e outros foram intimados, retiraram o gado, anteontem quero dizer que a 163 tinha dezenas de

caminhões retirando gado de áreas que estão sendo objeto de desmatamento, que era o objetivo da operação. Nós fizemos um bom acordo com a soja, com a Biove Exportadora de Óleo Vegetal, com a Nec e esse acordo foi cumprido.

Nós fizemos um monitoramento, o Governo, as associações de exportadores de cereal e de soja, em 96% dos casos, Senador Collor e Senador Eliseu Resende, em 630 polígonos, eles cumpriram a moratória da soja. Ou seja, a soja deixou de ser fator relevante de desmatamento da Amazônia. Foi um ótimo acordo, que foi cumprido.

Com a madeira, o acordo está avançando nem tanto. E a pecuária é, infelizmente, ainda o setor que está mais fora de controle e responsável pelo maior desmatamento.

Portanto, a operação que nós fizemos ontem foi absolutamente legal, foi bem sucedida, não houve nenhum problema, se bem que nós soubemos, há dez dias atrás, que havia uma mobilização incentivada também por algumas pessoas, a respeito do que aconteceu em Paragominas no ano passado, que estavam querendo queimar a sede do IBAMA, o escritório do IBAMA de Novo Progresso.

Nós soubemos disso através do nosso serviço de inteligência e colocamos 18 policiais do Batalhão de Choque de Belém para impedir que algumas pessoas incentivassem a degradação... A destruição da sede, mais uma ação criminosa, só que nesse caso nós agimos por antecipação e evitamos isso.

Houve também um juiz estadual que determinou a interrupção da operação, mas o Tribunal Regional Federal, 1ª Região, Presidente do Tribunal cassou essa liminar e determinou o prosseguimento da operação, o que foi secundado depois por duas desembargadoras federais aqui e mais, determinou que [soa a campanhia] a Justiça Estadual não atue no sentido de interromper ou obstacularizar ações federais em toda a região da Amazônia.

Foi uma vitória muito importante, que impede que forças locais obstruam um projeto nacional, que é evitar a destruição da Floresta Amazônica, não o que está consolidado há 10 anos atrás, o que está sendo desmatado e que o satélite detecta nesse mês e no mês anterior, foi exclusivamente nessas áreas da nossa ação.

Quero dizer que a nossa assessoria já entrou em contato ontem mesmo com a senhora que V. Exa. referiu, reafirmou o acordo que está em curso com o ICMBIO, que não mudou nada e nós estamos autuando quem está desmatando agora, e não o que foi consolidado, e tirando o gado, já saíram da região 6 mil cabeças de gado, 1.700 foram apreendidas, mais 10 mil serão retiradas porque estão, nós vimos, nós sobrevoamos a região e vimos muitas queimadas, quer dizer, primeiro tiram a madeira, depois queimam para meter o pasto e é isso que está realmente sendo fator determinante de destruição da Amazônia.

Por fim também a... A Senadora... Deixa eu ver onde é que eu anotei aqui. A Senadora--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: --Rosalba que teve que--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente Collor.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu gostaria de continuar minhas respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, Senador Flexa, eu pediria a V. Exa. só que permitisse ao Ministro concluir a sua fala.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu gostaria realmente de concluir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só pediria a V. Exa., Presidente Collor, o meu vôo era às 10h00 da manhã, transferi para as 11. Eu gostaria só de fazer uma pequena observação para poder me retirar. Se V. Exa. permitir eu farei isso e deixarei--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Senador, gostaria de concluir a minha fala, para não perder o raciocínio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): De acordo com o nosso regulamento aqui, Senador Flexa Ribeiro, cabe ao Ministro fazer--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Ministro disse que eu sou longo. Eu não sou tão longo quanto ele.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Muito bem. Então eu gostaria de concluir, Senador Collor, as questões levantadas pela Senadora Rosalba Ciarlini, do Rio Grande do Norte, que levantou um tema fundamental também, que é a questão do Rio São Francisco, tanto as obras de integração de bacias, quanto o esforço pela revitalização e recuperação do Rio São Francisco.

Quero dizer que nós estamos acompanhando isso de perto, nós fizemos um acordo com o Governo de que as obras de interligação das bacias, anteriormente chamadas de transposição, que as obras de recuperação do Rio São Francisco não tivessem menos recursos que as obras de interligação, ou de integração de bacias. Que tanto o Presidente Lula, a Ministra Dilma e o Ministro Geddel, da Integração, que é quem está com a responsabilidade maior à frente dessa obra,

concordaram com isso, o que significa que aumentou o recurso para a parte de recuperação.

E nós lançamos também um projeto que se chama Parque Fluvial do São Francisco, a exemplo do que nós fizemos lá no Rio de Janeiro, no Guandu, Parque Fluvial do Guandu, em outras áreas do Rio de Janeiro, Parque Fluvial do Macacu, do Piabanha.

Então, esse conceito de parque fluvial não é uma unidade de conservação do Chico Mendes, é outro conceito. É um conceito aonde há reflorestamento, tratamento do lixo, tratamento do esgoto, educação ambiental, turismo e lazer, que a população possa ter mais acesso ao rio e esses projetos nós começamos por 15 municípios, 15 municípios dos vários estados atravessados e banhados pelo Rio São Francisco, da bacia hidrográfica do São Francisco, uma das principais bacias do país também chamada de Integração Nacional e já tivemos os projetos, nós financiamos cada um dos municípios que contratasse projetos específicos, valorizando o rio, porque tem aquela ideia que revitalização é só saneamento. Não é. O saneamento é um dos pontos mais importantes, mas não é o único.

Tem a questão dos consórcios intermunicipais de lixo, que o chorume contamina o rio.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Os municípios ribeirinhos, Ministro. Só para esclarecimento, municípios ribeirinhos.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente isso. Municípios ribeirinhos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O problema da Senadora, que trata do Rio Grande do Norte e da Paraíba, é que ela está concentrada. E parou para baixo. Então, aonde nós pretendemos chegar, que é beneficiar exatamente os estados que nós nos referimos.

Então, está sendo feito os ribeirinhos e parou para baixo.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, deixa eu lhe dizer. São duas questões diferentes. Uma são os dois ramais principais dessa grande obra que visa minimizar o problema da seca, aumentar a disponibilidade hídrica, foram tomados uma série de cuidados em relação a quem vai se beneficiar, inclusive garantindo a pequenos agricultores, a agricultura familiar, projetos de irrigação, abastecimento de água em Campina Grande e vários outros projetos relevantes.

Eu quero dizer que em relação ao trecho que está em andamento, nós temos a informação segura que não há nenhuma licença atrasada. Todas as licenças estão em dia, inclusive nós demos a LI, a licença de instalação, para o projeto como um todo. E agora está havendo licenças de supressão, supressão de vegetação em alguns pontos específicos e não há atraso por causa da questão ambiental.

Ao contrário, nós garantimos mais recursos para o saneamento, triplicamos os recursos para aterros sanitários intermunicipais e estamos agora com o projeto do Parque Fluvial do São Francisco, envolvendo os governos, prefeituras de vários estados e também o Ministério da Integração Nacional, que cuida desse tipo, que cuida, que está à frente dessa obra.

Para nós houve uma discussão muito forte no passado em relação a essa obra. Na verdade, o que vai se captar de água é cerca de 2% da vazão a 200 quilômetros ou 250 quilômetros antes dessa água chegar no mar. Então, do ponto de vista ambiental, os problemas maiores seriam a salinização, mas é muito pequena, por causa que o volume que está se retirando, não está se retirando metade do volume da água. Está sendo de 2% da vazão.

E o problema da recuperação, que é importante, da revitalização, nós conseguimos... Antes da revitalização tinha cerca de um quarto ou um terço dos recursos. E agora o recurso é igual para as duas vertentes. Há integração das bacias e a recuperação do velho Chico, do São Francisco, essencial para tantas regiões do país.

Então, também com isso encerro essa segunda etapa, que foram as quatro questões levantadas pelos Senadores e me coloco à disposição para a rodada seguinte.

[soa a campanhia].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agradeço ao... Agradeço ao Ministro Carlos Minc e passaremos agora a palavra imediatamente ao Senador Gilberto Goellner.

Pediria apenas aos Srs. Senadores que na formulação de suas perguntas fossem os mais concisos possíveis, para que nós déssemos rendimento a essa Audiência Pública.

Senador Gilberto Goellner com a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Ministro, Sr. Presidente dessa Comissão, Fernando Collor, Sr. Ministro Minc.

A primeira pergunta, eu vejo que nós estamos aqui falando de licenças ambientais de infraestrutura. Então, nesse sentido a minha primeira pergunta vai: a integração dos Ministérios que compõem os interesses dos recursos hídricos brasileiros, a utilização desses recursos de forma integrada, com hidrelétrica, sim, é prioritário para a nação a energia, mas com as eclusas a serem feitas pelo Ministério dos Transportes, para que não recaia ao Ministério de Minas e Energia, onerando o custo ao consumidor brasileiro.

Mas, principalmente, a integração com o Ministério dos Transportes, com o DNIT, e com os órgãos, como a Agência Nacional de Águas e a ANTAQ, especialmente da Hidrovia Teles Pires-Tapajós e da hidrovia Paraguai-Paraná, há uma necessidade urgente, Ministro, de integrarmos o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Meio Ambiente, Ministério dos Transportes, DNIT, Ministério da Agricultura, a ANA e a ANTAQ.

E darmos sequência à portaria ministerial, que foi iniciado o estudo com os secretários executivos, nós tivemos Mato Grosso entrou com uma solicitação de que junto a esses Ministérios, e criou-se lá no Estado um movimento pró-logística, o Estado não pode mais continuar nessa situação de abandono dos modais de transporte.

Está aí o custo que o Governo está tendo hoje na subvenção de preços aos produtos agrícolas. O Governo já gastou 4,2 bilhões, estão previstos gastar esse ano. Estão faltando recursos agora para o milho, para escoamento do milho, remoção de milho de safras passadas. O milho hoje não atende o mínimo, que seria 13 reais e 40, está sendo comercializado a 8, 9 reais, é ínfimo o preço para uma saca de milho, não cobre nem 50% do custo de produção.

E isso tudo está sendo subvencionado por um lado, quando poderia via logística ser resolvido.

Então, os ganhos econômicos, mas principalmente também Ministro, os ganhos ambientais, porque a gente sabe que o efeito negativo dos efeitos das emissões de gases dos caminhões a diesel, que transportam a safra brasileira, principalmente do Centro-Oeste, está hoje de uma forma a contribuir ao aquecimento do efeito estufa.

Então, nesse sentido eu peço encarecidamente que se priorize a navegação, a forma da infraestrutura de navegação, de tal forma que quando se faça uma licença, quando a ANA, o Ministério de Minas e Energia licencie uma hidrelétrica, se faça um estudo preliminar da navegação.

Nós sabemos hoje que somente eclusas, possivelmente dentro do modal de fazer a hidrelétrica no modelo de fio d'água, onde estaria menos bacia de alagamento, com menor efeito ao meio ambiente, de impacto ambiental, mas com canais laterais às vezes se consegue transpor os declives que existem principalmente no Rio Teles Pires.

E se faça a ordenação das licenças, das... Das... Das... Das hidrelétricas de tal forma a que se priorize também a navegação. Da nascente para a foz, de jusante à foz e não ao contrário, prejudicando então qualquer viabilidade de navegação.

E que se proceda, realmente como tem interesse o Ministério dos Transportes e o DNIT, de realizar o primeiro grande estudo daquela hidrovia, e também a integração nos países do sul, da América do Sul, Argentina, Paraguai e Uruguai e Brasil, que tem maior... E Bolívia também, que tem [soa a campanhia] maior interesse de usar o Rio Paraguai e o Paraná.

Então, isso tudo está integrado com as licenças ambientais e com uma integração desses Ministérios, a qual eu vejo que é a única forma de nós contornarmos isso aí. E não estancamente faz-se um estudo no DNIT ou no Ministério de Minas e Energia, aliás, de uma hidrelétrica, e depois se proceda a licença da hidrelétrica, e esquece-se a possibilidade de utilizar o rio navegável para escoar os produtos de que tanto precisa o Brasil e o mundo.

A segunda, Ministro, em relação agora que eu já vejo que é uma pauta essencial de Copenhagen, que a agricultura brasileira, o agronegócio se propõe, o Governador Blairo Maggi também vai estar presente, porque o agronegócio nada mais é do que toda a sequência da agricultura, tanto da agricultura familiar, como da empresarial, porque são serviços, são a distribuição, é a agroindustrialização, essa... Esse é o termo verdadeiro de agronegócio, porque ele serve tanto a agricultura familiar quanto a agricultura empresarial.

E o desejo desse segmento é transformar o desmatamento, as queimadas, em créditos de carbono. Para isso eu diria que o Itamaraty teria que ter, por vosso intermédio, um apoio fundamental de colocar na pauta, como prioridade, como prioridade, nessa conferência de partes em Copenhagen, vai se realizar em dezembro, como uma agenda de caráter político prioritário.

Esse... Essa... Esses serviços de crédito de carbono. A exemplo do Programa Brasil Mata Viva, que nós estamos instalando já na área de Xingu, com a ONG Brasil Mata Viva, e queremos instituir também na nossa região de Dom Aquino, na grande região de Dom Aquino no Estado do Mato Grosso, e que vai possibilitar então os créditos de carbono de todo o manejo produtivo.

[soa a campainha].

A terceira questão diz respeito às operações que estão acontecendo no Estado do Mato Grosso, de madeireiras que fraudaram o Sistema de Licenciamento Ordenado de Transporte, fraudaram o SISFLORA, que é as guias florestais.

Então, nada mais coerente do que o IBAMA ter feito essa operação. Porém, eu vejo que nós devemos fazer com que essa operação seja permanente, Ministro. Permanente. E de que forma integrar isso? Obtendo a colaboração das prefeituras, dos municípios, para que ela seja permanente. Comprometendo esses municípios, comprometendo as pessoas que vivem naquela

região. Além do estado, um município, porque senão nós vamos continuar com fraudes, com transporte e com retirada de madeira de áreas indígenas e áreas de reserva do INCRA.

[soa a campainha].

O... A quarta solicitação, Ministro, é que se promova mais atenção ao manejo florestal nesse país, tanto da Mata Atlântica, quanto da Caatinga, quanto do... Principalmente eu diria que a Mata Atlântica hoje, da forma da lei, como está, ela não permite o manejo sustentável daquele bioma, principalmente das áreas de Araucária que foram plantadas. Há necessidade de se fazer o manejo sustentável, e também das florestas plantadas, há de ter uma atenção maior nesse sentido.

E a última... Eu gostaria de colocar às mãos, um pequeno trabalho que foi feito, um pouco apressadamente, que é um modelo, uma distribuição que nós vamos fazer no Estado do Mato Grosso, do Novo Código Ambiental, proposto em Projeto de Lei, que é o Projeto de Lei 5.367, de 2009, que vai iniciar a tramitação na Câmara Federal, que propõe ao país um projeto primoroso de meio ambiente, um Novo Código Ambiental, descaracterizando então realmente algumas leis da forma como elas estão, porém, dando um ambiente jurídico mais saudável, fazendo com que se obedeça o zoneamento e que se confira aos estados o poder concorrente de legislar e fiscalizar sobre o meio ambiente.

Então, sem criar falsas expectativas, nós, no dia 14, sexta-feira, vamos estar movimentando, discutindo em conjunto com o MT Legal a possibilidade de nós mudarmos essa legislação, Ministro. Nós precisamos urgentemente dotar o país de uma segurança jurídica nessa área ambiental.

Então, nesse sentido eu vou lhe entregar esse... O senhor já deve ter conhecimento, do Código, mas as observações iniciais que eu coloquei aqui e que visam, essencialmente, em conjunto, setor produtivo e o setor ambiental para cada vez mais, como o senhor sempre propôs, maior produção com maior preservação.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Gilberto Goellner. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Fernando Collor, Sr. Vice-Presidente, Senador Eliseu Resende, Sr. Ministro Carlos Minc.

Eu serei bem prático e pragmático nas minhas indagações e nas minhas observações a V. Exa.. Entretanto, aqui não posso, em hipótese alguma, deixar de reconhecer que, graças a Deus, o IBAMA realmente está destravando, ou... Ou melhor encaminhando, naturalmente, a sua prestação de serviços.

Eu tive oportunidade ímpar de poucos dias atrás estar lá com uma comissão de parlamentares de Mato Grosso e confesso aqui de público de que o tratamento ora dado a nós, homens públicos, e sobretudo à própria sociedade brasileira, é um tratamento diferenciado em um passado bem recente. Eu tenho aqui de público cumprimentar ao Dr. Roberto Messias e o Dr. Sebastião, dois diretores que estiveram conosco lá e aqui eu quero cumprimentá-los, de público, pela forma responsável e acima de tudo a presteza em que nos atenderam.

Até porque tudo aquilo que foi combinado naquela audiência realmente foi cumprido, foi em relação à LI da FERRONORTE, como também da BR 158, e que foi com certeza cumprido literalmente aquilo que foi combinado.

De forma que eu quero cumprimentar aqui o Dr. Sebastião e o Dr. Roberto Messias.

Todavia, Sr. Ministro, eu tive a oportunidade de ouvir aqui vários oradores preocupados, vários Senadores preocupados em relação às liberações das nossas licenças. Todavia, Sr. Ministro, eu vejo hoje aqui numa reportagem do jornal O Globo, V. Exa. já deve ter visto, de que o Ministro Carlos Minc baixou uma portaria do Ministério e no próprio IBAMA, dizendo que vai consultar agora, a partir de agora, a CUT, vai consultar também alguns sindicatos, em relação à emissão, eventualmente que vai acontecer, de alguma liberação para implantação de algumas indústrias ou empresas que certamente dependem da liberação de...

V. Exa. disse aqui que o IBAMA melhorou a performance em relação a outros anos em 40%. Acho que já foi intento realmente extraordinário. Mas me causa muita preocupação, na medida em que se essa portaria realmente prevalecer e for consultado CUT e demais entidades de classe, eu imagino que vai voltar a causar um entrave violento, naturalmente, no que diz respeito a implantação dessa indústria.

Eu imagino que tem que ser de forma criteriosa para que não [ininteligível], coisa parecida o impacto do andamento, da velocidade, que certamente precisa ser dado em relação a essa matéria que vejo aqui, que particularmente até o meu partido, o DEM, está ingressando no Supremo Tribunal Federal, arguindo inconstitucionalidade em relação a esta matéria.

Por outro lado, Sr. Ministro, V. Exa. tem uma preocupação muito grande com a Amazônia, como todos nós temos. São 23 a 25 milhões de brasileiros que moram nessa vasta região do Brasil. E, lamentavelmente, o que precisamos ter a consciência é de que nós

precisamos de políticas públicas em relação a essa região do Brasil.

Isso é claro, nítido, transparente, de que enquanto o Governo Federal não tiver uma política definida para essa região do Brasil, certamente o Poder Público será impotente para resolver essas demandas, que é o caso do desmatamento que possa estar acontecendo e outras coisas que acontecendo que nós temos consciência.

O Governo Federal precisa ver a região amazônica como o Brasil num todo. Nós estamos lá ocupando essa região há milhares de anos. Alguns foram para lá induzidos pelo próprio Governo Federal e lamentavelmente hoje não temos nem segurança jurídica para assegurar que nós somos de fato proprietários daquela propriedade, seja grande ou pequena ou média.

Por outro lado, há poucos dias atrás, V. Exa. tem conhecimento, foi aprovada aqui uma Medida Provisória para buscar a regularização fundiária de 63 milhões de hectares naquela região. Eu confesso aqui de público e faço quase uma aposta aqui, de que isso não vai ser concretizado enquanto, Presidente Collor, nós não tivermos a regularização fundiária dessas 63 milhões, com certeza ainda vai continuar tendo o desmatamento.

Até a questão de sobrevivência, muitas pessoas, muitas das vezes, por força de questão de políticas públicas, ele é obrigado a avançar na floresta para tirar uma árvore, duas árvores, vinte árvores [ininteligível] para dar de comer à sua família, até porque ele não tem o título da terra, ele não pode em nenhuma instituição de banco pleitear um financiamento.

Nesse caso, particularmente, o Governo tinha que priorizar a regularização fundiária, ter políticas públicas, com certeza, bem definidas para aquela região e aí sim, nós poderíamos, com certeza, buscar a preservação das nossas florestas.

Quando se fala em fazer preservação das florestas, eu imagino que nós tínhamos que ter a garantia absoluta, Ministro Minc, do pagamento também do serviço ambiental. Hoje não tem-se nada. Se propõe a fazer o quê? A preservação, a conservação, mas não se propõe também dar nada em compartilhada aos milhares de brasileiros que estão ali naquela região do nosso país.

Concluindo, Sr. Presidente, eu quero apenas fazer aqui uma observação ao Ministro Minc. Ministro, V. Exa. tem acompanhado de perto, já esteve no Mato Grosso, em relação à discussão da política do zoneamento. O zoneamento será aprovado agora até setembro pela nossa Assembléia Legislativa.

Entretanto, faço aqui um questionamento ao senhor: será que até o mês de dezembro, através do CONAMA, estará aprovado para que o Ministério, o próprio Governo de Mato Grosso leva nessa conferência lá em Copenhagen? A parte da Assembléia, ela será feita, agora, precisamos ser feito aqui a nível... O zoneamento.

Quero consultar V. Exa., será possível aprovar aqui a nível de CONAMA e levarmos a Copenhagen esse zoneamento que tem causado a insegurança jurídica muito grande, tendo em vista que até alguns investimentos previstos está, naturalmente, à mercê, naturalmente, dessa aprovação do zoneamento aqui e também, naturalmente, a nível de CONAMA e aí sim nós poderemos ter regras claras, definidas em relação à política ambiental do nosso estado.

De forma que concluindo aqui, eu cumprimento V. Exa., imagino que V. Exa. tem toda boa vontade e imagino que agora o IBAMA tem uma nova visão [soa a campanhia], sobretudo de pessoas respeitosas, de pessoas que tem uma visão diferenciada, pensando não só a nível, naturalmente, de desenvolvimento, mas acima de tudo pensando no Brasil próspero, desenvolvido, mas, acima de tudo, com justiça social.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado Senador Jayme Campos. A sessão fica suspensa por três minutos para que os Senadores atendam os celulares e retomaremos em seguida com a pergunta do Senador Delcídio Amaral.

Três minutos a sessão ficará suspensa.

[Sessão suspensa às 11h04].

[Sessão reaberta às 11h06].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sras. e Srs. Senadores, está retomada a nossa sessão.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral para formular a sua pergunta ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senhor Presidente, eu só gostaria... Presidente, tem um Requerimento à Mesa, com relação a uma Audiência Pública envolvendo a Comissão de Ciência e Tecnologia, a Comissão de Fiscalização e Controle e a Comissão de Infraestrutura, sobre o CADE.

Então, eu gostaria que se nós pudéssemos aprová-la ainda nessa sessão, seria muito importante. Até para fazer essa discussão, que é uma discussão, no meu ponto de vista, fundamental para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, Senador Delcídio. Colocarei ainda hoje o Requerimento em votação. Pergunto a V. Exa. se tem alguma formulação a fazer

ao Senador Carlos Minc... Ao Ministro Carlos Minc. Por favor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Primeiro, cumprimentar o Ministro Carlos Minc. Eu sou assíduo frequentador do Gabinete do Ministro Minc, e... Ministro, eu... Eu... O senhor sabe do respeito que tenho por V. Exa., pelo trabalho que V. Exa. desenvolve, não é um trabalho fácil, é um trabalho extremamente difícil, porque de um lado nós estamos falando em desenvolvimento, nós queremos fazer estradas, ferrovias. Implementar, viabilizar hidrovias, fazer usinas hidrelétricas. E há o contraponto. Que é o que o senhor faz, e com competência, não tenho dúvida nenhuma disso.

Eu estive com o Dr. Roberto Messias num dia histórico. Foi uma coincidência, eu estive com o Dr. Roberto Messias para tratar de um assunto específico do meu estado, quando eu assisti a assinatura do licenciamento da usina do Madeira. De, se não me engano, acho que Santo Antônio ou Jirau, uma das duas.

E eu sei das dificuldades, Ministro. Eu sei... Eu sei o quanto é árduo essa tarefa. E V. Exa. tem... Tem... Tem tido um desempenho à altura do que nós esperávamos e ciente das dificuldades. Inegavelmente.

E como é uma matéria polêmica, gera... Um assunto polêmico gera polêmicas. Mas eu quero fazer esse registro pessoal aqui, até de quem acompanha muito de perto o trabalho do Ministério do Meio Ambiente.

Quero também, Ministro, aproveitar a oportunidade [soa a campainha] para ressaltar, V. Exa. falou rapidamente sobre o Pantanal, mas o que representa o Pantanal para os dois estados, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Eu sou dessa região, sou pantaneiro, sou nascido em Corumbá, e o Ministério do Meio Ambiente, a política ambiental brasileira, assim como olha a Amazônia com muita atenção, precisa olhar o Pantanal com a mesma atenção.

E eu entendo que V. Exa. também está focado nisso. Mas eu queria fazer perguntas bem objetivas.

A primeira, Ministro, e sei que V. Exa. vai nos dar a honra de visitar o nosso estado agora nos próximos dias, a primeira pergunta Ministro, é com relação ao Projeto Taquari, o Rio Taquari. O Rio Taquari, eu vejo muito falarem de Amazônia, com justa razão, eu vejo aqui falarem de vários temas. Mas, o Rio Taquari é o maior desastre ambiental do Brasil. Do Brasil. Por isso que eu estou insistindo em falar sobre o Pantanal. É o maior desastre ambiental do Brasil.

O Rio Taquari é um rio hoje completamente assoreado, um rio que degrada paulatinamente a fauna e a flora da região que o Rio Taquari atravessa, e eu cito especificamente o meu Estado e a Região Norte.

Nós, através da Ministra Dilma, da Casa Civil, nós... Hoje existe um grupo, foi criado um Grupo de Trabalho para estudar o alto, o médio e o baixo Taquari. Eu fui relator do orçamento, eu, inclusive, nós empenhamos 54 milhões para atender as primeiras medidas relativas ao Rio Taquari.

Agora há um estudo intenso no sentido de promover as ações necessárias para resolver a questão do rio Taquari, e portanto eu queria só fazer um registro, Ministro. Nós precisamos muito do Ministério do Meio Ambiente.

[soa a campainha].

É absolutamente fundamental a participação do Ministério do Meio Ambiente nesse desafio. Porque hoje nós temos problemas ambientais e socioeconômicos decorrentes do assoreamento do rio Taquari. Mas eu gostaria, Ministro, e aí objetivando a minha... A minha fala aqui, primeiro ouvir de V. Exa.... Nós temos um grande debate em Mato Grosso do Sul sobre usinas na Região Norte do Estado. E já conversei com V. Exa. algumas vezes sobre essa questão e gostaria muito de ouvi-lo, especialmente no que se refere ao posicionamento do Ministério com relação a projetos na Região Norte, ligados a açúcar e álcool, uma vez que há aparentemente uma contradição.

No nosso estado isso é proibido e, no Mato Grosso, que é uma bacia... Que é a bacia do Pantanal, no Mato Grosso existem projetos nesse sentido. Essa é a primeira pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exa..

O segundo ponto, eu ia falar de rodovias, mas o Ministro Eliseu Resende, o Senador Eliseu Resende foi muito claro, portanto eu não vou fazer nenhuma grande abordagem sobre essa questão, porque isso aqui já foi aqui amplamente discutido.

Eu vou focar na questão da energia.

Primeiro, Ministro, nós sabemos que o Pré-sal, como tudo na vida que é bom, tem suas coisas ruins. E o Pré-sal tem um grande desafio tecnológico, que é a grande produção de CO2. E eu gostaria muito de ouvir a opinião de V. Exa. com relação a essa questão que, naturalmente, o Ministério do Meio Ambiente vai ter que se debruçar sobre isso. Como já está.

A segunda... A segunda questão que eu gostaria de apresentar a V. Exa.--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Essa já é a terceira.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Aliás, é a segunda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É a terceira.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É a terceira?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Na minha conta é.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, não, a primeira foi só uma... Um registro e um pedido. É a segunda pergunta.

A segunda pergunta, Ministro, é com relação à matriz energética brasileira. Nós temos uma matriz amplamente renovável. Está aí a hidroeletricidade, daqui a pouco... Eu vi V. Exa. falar aí desse acordo dos ventos, eu me lembrei do mapa dos ventos, que fez um levantamento no Brasil inteiro do potencial eólico. Esta aí a energia solar, mas ainda que peca pela questão da escala e do custo.

Portanto, no meu ponto de vista nós vamos ter que ter uma complementação térmica, Ministro, para otimizar os reservatórios. Quer dizer, o tema segurança energética, ele é muito importante para o país. Todo mundo sabe, e nós sofremos com isso, com o racionamento de 2001, o estrago que o racionamento traz é alguma coisa de inacreditável.

Então, Ministro, eu gostaria que o senhor fizesse uma avaliação da complementação térmica. Nós temos complementação térmica a gás natural, a óleo diesel, e a carvão.

Recentemente foi publicada uma instrução normativa criando uma série de exigências com relação ao carvão mineral. Acho que nós inexoravelmente vamos precisar de ter complementação técnica, incluindo carvão, mas associado a novas tecnologias. E as imposições dessa IN, ela praticamente inviabiliza os projetos a carvão mineiral que estão se estruturando no país, não só na Região Sul através do carvão mineral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas também projetos no Nordeste, que trazem, como o navio volta no lastro, traz carvão mineral da Colômbia, se não me engano, que é um carvão que tem menos enxofre, que tem menos cinzas.

E eu queria também ouvir a opinião de V. Exa. com relação a essa questão da IN que eu sinto há uma dificuldade grande e no meu ponto de vista até nós poderíamos fazer uma discussão mais ampla para estudar compensações, como V. Exa., como secretário do meio ambiente do Rio de Janeiro já o fez, inclusive em projetos a carvão mineral no Rio de Janeiro.

Eu acho que esse tema é muito importante, porque claramente o meio ambiente, ele vai ter uma interferência fundamental na matriz energética brasileira, como já tem hoje.

E Ministro, para encerrar, a leitura do Ministério do Meio Ambiente com relação ao lixo... V. Exa. falou muito rapidamente, mas quais as alternativas que o Ministério do Meio Ambiente vislumbra, especialmente com relação ao lixo atômico, de Angra 1, de Angra 2? E, evidentemente, agora com a LI de Angra 3, Angra 3 deve operar nas mesmas condições de Angra 2, que diga-se de passagem, sob o ponto de vista operacional, tem um excelente desempenho, e é curioso que depois de muitos problemas na área de energia em vários continentes, a energia nuclear volta a crescer novamente a sua participação, sem falar no carvão mineral que tem uma participação importante também na matriz energética de vários países desenvolvidos.

Eu cheguei a ir a Berlim, Presidente Collor, uma usina no centro de Berlim, a carvão mineral, com o leito fluirizado. Espetacular a operação.

Portanto, Ministro, basicamente são essas três questões. A questão das usinas de álcool e açúcar na Região Norte do meu Estado, Mato Grosso do Sul, o segundo ponto é a questão... O segundo ponto a questão do CO2 no Pré-sal e o terceiro ponto a matriz energética brasileira, especialmente a complementação térmica, destacando, especificamente, essa IN recém publicada, relativa ao carvão mineral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Delcídio Amaral.

Eu me permitiria agregar ao que o Senador Delcídio Amaral colocou, Sr. Ministro, duas... Dois... Não diria nem reforços, mas dois complementos ao que foi colocado pelo Senador Delcídio.

Primeiro, em relação à questão da energia nuclear, porque o James Lovelock, que criou, como V. Exa. conhece muito bem, o Conceito de Gaia, ele era um empedernido opositor da energia atômica. E hoje ele se coloca numa posição de defensor da energia nuclear. Inclusive ele cita que a tonelada de CO2 comparativamente com "X" gramas de lixo nuclear polui muito mais do que o lixo nuclear poderia, poderia poluir.

E o segundo ponto que colocou o Senador Delcidio, muito importante, é a questão do Pré-sal. No mês de outubro, a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal decidiu dedicar uma série de painéis para debater o marco regulatório do Pré-sal. E naturalmente essa preocupação manifestada pelo Senador Delcídio Amaral é uma preocupação que permeia a grande maioria dos integrantes desta Comissão, porque isso vai gerar emanação de gases poluentes num momento em que todos nós estamos tentando combatê-los.

Apenas agregaria isso e passaria a palavra ao Sr. Ministro Carlos Minc para responder as três perguntas.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria só...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Rapidinho. Só quero fazer uma indagação ao Ministro em relação ao EIA/RIMA da Usina de Belo Monte, Sr. Ministro, ele foi entregue há mais de 30 dias pelo IBAMA. Queria saber de V. Exa. qual a perspectiva da aprovação dessa LP. Só isso aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Carlos Minc vai reafirmar o que já disse aqui.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Obrigado, Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor.

Vou passar então à segunda rodada de respostas às questões aqui levantadas.

Tenho aqui o...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Gilberto Goellner.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente o Gilberto Goellner... Deixa eu ver aqui as outras... O Senador... Espera aí. Aonde é que eu anotei? Está aqui. O Senador Jayme Campos e Delcídio Amaral. Então são três.

Bem, Senador Gilberto Goellner, primeiro, o Senador insiste num ponto que eu sou completamente favorável, eu já falei, mas vou ir mais além. A questão da integração dos Ministérios, defesa dos recursos hídricos e a questão da hidrovia como um fator que é bom para o meio ambiente, é bom para a agricultura, está lá o leito dela, tem que ser aproveitado.

Eu quero reafirmar que nós somos favoráveis a hidrovias. Inclusive, na licença de Santo Antônio e Jirau, a ANA, Agência Nacional de Águas, chegou a exigir isso. Mas, como estava numa fase muito avançada, o Ministério de Minas e Energia colocou que não podia pensar nesse assunto, não foi planejado antes, e, nesse momento, nós reunimos os três Ministros, por minha iniciativa, a partir de uma provocação da ANA, do Presidente da ANA, o José Machado, que conhece bem o problema. Ele foi Prefeito de Piracicaba, foi presidente de um comitê de bacia, o mais antigo comitê federal do país, então, ele está ligadíssimo nisso.

Então, tivemos uma reunião, os três Ministérios, Minas e Energia, Transportes e Meio Ambiente, e nós realmente combinamos isso, que íamos tratar de forma integrada os licenciamentos. Depois eu tive uma outra reunião com os diretores da ANA e da ANTAQ, para ver como padronizar isso e criar um procedimento unificado no licenciamento tanto da hidroeletricidade, quanto da hidrovia a partir de eclusas.

Em relação especificamente--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ministro, o senhor me permite um aparte?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Com certeza.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Como eu acompanhei esse assunto nessa semana, o que o movimento pró-logística do Estado do Mato Grosso constatou nessa... Que o Ministério de Minas e Energia, o Ministro Lobão, ele não quis assinar a portaria aonde V. Exa. já havia assinado, e haveria que se fazer uma nova gestão, no sentido dos secretários e os Ministros se reunirem para interagir conjuntamente nesse caso específico da hidrovia Teles Pires-Tapajós.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bem, então, em relação à Teles Pires, a EPE está elaborando os estudos ambientais para entregar o EIA em outubro de 2009. Quer dizer, o EIA/RIMA a gente nem pôde licenciar, porque nem chegou ainda, o EIA/RIMA. Está em projeto de elaboração.

E quero dizer que nós já estamos pensando em procedimentos também expeditos e simplificados para as hidrovias, até porque em grande parte dos casos o impacto ambiental é positivo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas sem o estudo?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não. A EPE, com base no estudo, está com a previsão de entrega do EIA em outubro de 2009, aonde então a gente vai começar o processo de licenciamento.

A gente só pode... Nós só podemos começar o processo de licenciamento a partir que o EIA/RIMA for entregue, e não foi ainda e a previsão é outubro.

Em relação à hidrovia Paraná-Paraguai, o outro tema que V. Exa. levantou, ela está licenciada no alto Paraguai, uma área de 150 quilômetros. E... No caso do médio Paraguai ainda está em processo de finalização dos estudos ambientais.

Mas a nossa visão, do Ministério, é completamente favorável, tanto a uma quanto a outra. E quero dizer, inclusive, que quando nós aprovamos pela primeira vez, eu fiz questão de levar a voto no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Plano de Bacias do Araguaia-Tocantins, a discussão não foi como eu mencionei, Senador Collor, na minha primeira intervenção, apenas a questão das hidrelétricas, porque um plano de bacia, ele tem a parte de saneamento, tem a parte de irrigação, tem a parte de hidrovia, tem a parte de hidrelétricas, turismo, praias de rio, tanto áreas que não são aconselháveis hidrelétricas lá, em algumas áreas por exemplo do médio Araguaia, porque prejudicariam muito várias atividades de lazer, de emprego, de renda ligada a pesca, ligado ao turismo, etc, etc.

E, por exemplo, nós detectamos nesse plano de bacias do Araguaia-Tocantins áreas que podiam ser irrigadas da ordem de 1 milhão de hectares quando a atual irrigação é de apenas 150 mil hectares. Porque... Alguém vai dizer: "Mas por que o Meio Ambiente está preocupado com isso? Isso deveria ser uma preocupação da agricultura." Não é verdade.

Se você intensifica a preocupação numa determinada área, você diminui a pressão para o aumento de desmatamento em áreas ainda virgens e preservadas dos biomas. Portanto, essa é uma indicação interessante. Áreas que pode haver a intensificação da produção na mesma área, via irrigação, e, dessa maneira, diminuindo a pressão pela expansão horizontal da agricultura.

E nesse plano de bacias que foi aprovado, a primeira vez que foi aprovado um plano de bacias dessa monta no Conselho, há várias hidrovias previstas e algumas importantíssimas que não estavam sendo feitas e que houve uma indicação forte e já foi levado para o Presidente Lula.

A gente fez uma exposição do plano de bacias, aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o Presidente Lula, Ministra Dilma, vários outros Ministérios, para que aquilo não vire um papel, que aquilo vire realmente uma orientação real para os Ministérios tocarem a boa hidrelétrica, a boa irrigação, a boa hidrovia, o bom saneamento, etc., etc.

Bom, retomando então, Senador Goellner, outros temas que V. Exa. mencionou.

A questão do agronegócio, Copenhagen, crédito de carbono. Eu quero dizer que o Ministério do Meio Ambiente é completamente favorável a isso. Nós criamos, antes apenas o Itamaraty, ele se pronunciava sobre questões internacionais. E nós criamos agora um chamado G3, com o Ministro de Ciência e Tecnologia Sérgio Resende, com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Relações Exteriores, para definir as políticas que realmente o Brasil, além da discussão que já houve sobre o plano de mudanças climáticas, vai levar para Copenhagen.

Então, nós estamos avançando. Por exemplo, em relação à questão do REDD, chamado REED, quer dizer, no fundo é redução das emissões através da redução do desmatamento, portanto remissões de CO2 evitadas pela redução do desmatamento.

Como é que está o debate hoje entre os Ministérios para a posição brasileira? O Itamaraty, ele não se opõe a isso. Qual é a preocupação do Itamaraty? É que os países mais ricos não façam seu dever de casa e transfiram recurso, muito menor, para que os países em desenvolvimento, como é o nosso caso, mas dezenas de outros, façam o dever de casa que eles não estão fazendo, e de uma forma mais barata, porque eles querem pagar entre 5 e 10 dólares por tonelada de CO2 evitado. Para eles reduzirem isso na área de indústria, transporte e energia pode ser quatro, cinco, seis vezes esse valor.

Então, qual é a posição que a gente está partindo para um certo consenso, que não está 100% construído, mas está mais de 80% construído? É que esse esforço do REDD, tanto de recursos para quem evita o desmatamento e protege as florestas e diminui as emissões, ele não seja em troca da redução do esforço dos países ricos, desenvolvidos. Seja um complemento.

Vou dar um exemplo: na semana passada eu tive encontros com o Ministro do Clima da Inglaterra e do Ministro do Clima dos Estados Unidos, o Todd Stern, da Inglaterra o Ed Miliband. Então, esse tema foi discutido com eles.

Para a Inglaterra, ela prevê reduzir 37% das emissões até 2020. Isso não vai ser... Segundo a posição brasileira, isso vai ser insuficiente. E a Inglaterra é o país desenvolvido que apresentou a melhor meta. Nós achamos que o conjunto dos países desenvolvidos tem que reduzir, no mínimo, 42% até 2020.

Então, a Inglaterra diz que vai reduzir 37. Digamos que, na negociação entre os países ricos, chegue que ela tem que reduzir 10% a mais, porque outros países ricos ou desenvolvidos, ou europeus, como a Polônia, por exemplo, ou outros que dependem muito do carvão, não vão conseguir reduzir isso tudo.

Então, que ela reduza a mais do que os 37, que uma parte desse *plus* possa ser então convertida em REDD, em apoio aos países em desenvolvimento, como o Brasil, Índia, México, vários outros, para...

E nós também. Nós vamos ter... Isso vai ser uma novidade também, o Brasil vai apresentar metas. Mas nós vamos apresentar metas diferenciadas, muito mais modestas que os países ricos, que tem a responsabilidade histórica e nós vamos dizer que recebendo mais tanto de recurso e tecnologia, nós então vamos mais além.

Então, a gente está tentando fazer, o Brasil está tentando uma certa ponte, que hoje é uma quebra de confiança e um risco da negociação de Copenhagen não ser bem sucedida.

Tenho participado de vários encontros internacionais com Ministros de meio ambiente, em Bali foi assim, mas eu quero dizer que o acordo ainda não está óbvio. Mas ao contrário nós vamos... O Brasil vai ter uma posição de maior protagonismo, como tem que ter nesse caso, V. Exa. conhece minha posição e sabe que eu sou favorável a esse mecanismo.

V. Exa. mencionou também as madeireiras no Mato Grosso que fraudam o SISFLORA, que o IBAMA tem que ser, tem que ser mais permanente nessas fraudes.

Quero dizer que, logo que nós chegamos, uma das primeiras medidas que nós adotamos foi acabar com o DOF de papel. DOF é o Documento de Origem Florestal, que era falsificado. Então, agora, nós temos um DOF eletrônico. Quando ele é emitido, ele entra automaticamente no sistema. Não pode alguém falsificar o documento, porque ele já está no sistema.

Mas, V. Exa. tem muita razão quando fala dos planos de manejo, da importância deles e dos que estão sendo fraudados. Nós, às vezes, chamamos plano de manejo piratas. Porque o plano de manejo é fundamental. Nós, inclusive, com base na lei federal das florestas públicas, que esse Parlamento aprovou alguns anos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Alguns de vocês, seguramente a maioria, votou isso, permite que, em algumas áreas, não em todas as unidades federais, em FLONAS, por exemplo, Florestas Nacionais, que haja licitação, não de toda área da FLONA, de parte da FLONA, segundo o plano de manejo indique, que haja licitação para a produção de madeira legal. Na nossa forma de ver, Senadores, a melhor maneira de combater a madeira ilegal é aumentando a oferta da madeira legalizada, de origem conhecida e licenciada de Planos de Manejo [soa a campainha].

Então nós já fizemos duas licitações, uma em Rondônia, na Flona Jamari, e outra entre o Amazonas e o Pará, na Flona Taquera, uma com cerca de 200 mil hectares e outra com cerca de 250 mil hectares que serão manejados. Não significa que vai tirar isso de uma vez. Você divide em 40 lotes, cada ano você não faz corte raso, faz corte seletivo, usa a madeira, gera emprego e daqui a 40 anos a floresta vai se recuperando e você pode, como a Finlândia, que exporta móveis de alta qualidade para o mundo inteiro e que hoje tem a mesma cobertura vegetal que tinha há 100 anos atrás.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Dinamarca também.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: A Dinamarca também.

Então o Plano de Manejo pirata é um problema seriíssimo, que, além de ser um crime, ele desmoraliza o Plano de Manejo como uma forma de gerar emprego, renda, móveis, em suma, tudo que é necessário sem destruir.

Então o que é que acontece? Muitas vezes um órgão ambiental, pode ser de Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, e não é por maldade, recebe de áreas privadas mil pedidos, que acabam sendo licenças, para Plano de Manejo. Vários desses mal feitos, vários fraudulentos e muitas vezes o órgão ambiental não tem condições de licenciar isso tudo e muito menos de fiscalizar. Então o sujeito consegue a licença de um Plano de Manejo que ele poderia manejar e transportar tantos metros cúbicos de madeira originadas de uma determinada área. E pega de outra área, de área de floresta nacional, de floresta indígena, de área não, de terra indígena, de reserva indígena, etc. Então nós estamos de olho, estamos com um esquema muito forte em relação a isso, com o apoio inclusive do Instituto de Pesquisas Espaciais, do INPE também.

Bem, depois de V. Exa. mencionou o Mato Grosso, o MT Legal.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não, antes disso--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, o MT, o código que V. Exa. me deu.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A araucária.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Araucária. Eu quero dizer que nesse ponto V. Exa. não tem razão, porque o Decreto que nós preparamos para regulamentar a Lei da Mata Atlântica, que essa Casa aprovou depois de 14 anos de tramitação, nós preparamos, o Presidente Lula assinou, se eu não me engano, em novembro do ano passado, em São Paulo, o Decreto que regulamenta a Lei da Mata Atlântica. Neste Decreto há a previsão do manejo de espécies ameaçadas como a araucária na seguinte situação: o proprietário, ele registra previamente no órgão ambiental, ele planta e ele vai poder manejar aquilo que ele plantou, segundo um Plano de Manejo autorizado. E nós agora queremos estender a especificação disso para todas as regiões, porque claro que o Decreto de regulamentação da Mata Atlântica é específico para a região aonde se encontra a Mata Atlântica, sobretudo no nosso litoral.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas no Paraná, as áreas plantadas.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: As áreas plantadas que foram registradas previamente, tipo uma pessoa chega para o órgão ambiental e fala: “Olha, nesta terra aqui, que é minha, eu vou plantar araucária”. Ele registra e planta. Quando tiver na idade, ele diz: “Olha, eu tenho um Plano de Manejo, eu posso cortar essas dez aqui, no outro ano outras e replantar outras tantas”. Isso é o manejo. Isso está precisado e definido pelo Decreto da Mata Atlântica e não está para as outras regiões, que é uma das medidas que

na discussão mais ampla, que V. Exa. é um dos protagonistas, temos pontos de divergência e pontos de convergência.

E aproveito para dizer, lembrar, muitos já sabem, Senadores, Senador Eliseu Resende, Senador Collor e Senadores da Comissão, que o Ministério do Meio Ambiente, com o apoio do MDA, assinou recentemente um pacto com os representantes da agricultura familiar, que são responsáveis por cerca de 80% da força de trabalho na agricultura, que resolve a maior parte dos assuntos ligados a esses pontos e que nos preocupam há tanto tempo, V. Exa. é um deles que está preocupado com isso, que é a questão APP, reserva legal, a questão das encostas, as questões das vargens; nós resolvemos esse assunto. E agora o Presidente Lula determinou à Ministra Marina, estão tendo reuniões com os quatro Ministros, portanto, Meio Ambiente, MAPA, MDA e Casa Civil [soa a campainha] para ver quais desses pontos vão ser também ampliados e que contorno terá a proposta do Governo para a agricultura como um todo, incluindo a média agricultura e a grande agricultura.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Seria no sentido de consolidar as áreas ocupadas dentro de um marco regulatório?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bom, em relação a esse ponto, em relação a esse ponto eu quero dizer o seguinte: o nosso Ministério tem uma visão muito clara que você não resolve a questão do desmatamento com ações apenas de controle: Exército, Polícia Federal e IBAMA; não resolve. Você pode resolver por algum momento em alguma região, mas você não resolve um problema econômico com uma medida extraeconômica. Hoje, infelizmente, é mais fácil e mais barato fazer a coisa errada. A pessoa entra na terra que não é dela, não assina carteira, não paga imposto, não paga multa. E a pessoa que vai fazer tudo certo, recuperar uma área degradada, pegar um crédito, fazer direito, assinar carteira, para isso tudo é difícil. Então enquanto a equação for essa, a guerra está perdida.

Então como inverter essa equação? Primeiro, mostrar que o crime não compensa. E quando a gente faz leilão do boi pirata ou da madeira pirata é para impedir que uma pessoa enriqueça com o produto do crime ambiental. Nós acabamos de simplificar o procedimento das multas, que antes tinha recurso até para o CONAMA, que demorava até sete anos, agora um boleto eletrônico vai para a tua casa como conta de luz e em um ano está resolvido isso. Para o bem ou para o mal, tem o direito de recurso. Não vai ser mais seis anos, até porque o CONAMA é um órgão Colegiado que se reúne a cada três meses, não pode ser instância de recurso para infração, não tem o menor cabimento, isso já foi suprimido.

Segundo, nós vamos concluir, Senador, o Zoneamento Econômico e Ecológico de toda a Amazônia até o final do ano, mais tardar janeiro ou fevereiro, não passa disso. Nós estamos nos empenhando, colocamos mais gente, mais dinheiro, mais recursos, e aqueles que são aprovados nós levamos para o CONAMA e aprovamos. Foi assim recentemente com as ZEEs do Pará da Transamazônica e da 163. Eu fui inclusive incompreendido, eu fui criticado por alguns ambientalistas, mas esse zoneamento é muito bom. Já vínhamos no zoneamento do Mato Grosso e o zoneamento do Amazonas que estão para ser aprovados nas respectivas Assembléias, já nos comprometemos com os Governadores que eles serão prontamente levados em regime de urgência para o CONAMA para a sua aprovação.

Assim como a regularização fundiária, que V. Exa. é descrente e eu não sou... Desculpe, eu estou confundindo, quem falou disso foi o Senador Jayme Campos, isso é verdade, desculpe, eu estou lhe atribuindo algo que não foi da sua lavra. Mas aproveito para avançar aqui, porque o tema é conexo, que é o seguinte: eu estou apostando, Senadores, em quatro linhas para que o ano que vem a gente possa levar o combate ao desmatamento a um outro patamar e que, claro, não descuidando da fiscalização, que o eixo não seja a pancada, mas seja a alternativa. Então eu estou acreditando na Operação Arco Verde – e vou falar disso -, na regularização fundiária, no Zoneamento Econômico e Ecológico, no Fundo Amazônia e em várias outras atividades. Eu acho que a gente combinando essas quatro, o que é que a gente vai ter?

Regularização fundiária. Bom, nas operações que nós fizemos do Terra Legal junto com o Arco Verde, o que é que é o Arco Verde? O Arco de Fogo é a repressão e o Arco Verde são as alternativas. Então o Arco Verde existe teoricamente há dois anos, mas na prática não acontecia. E alguns Governadores reclamavam, nesse caso com razão, que chegava a medida repressiva, mas aquela das alternativas com crédito do Banco do Brasil, do BASA, piscicultura, manejo florestal, atrasavam em relação à primeira. Muitas vezes a nossa ação repressiva criava um certo tipo de desemprego, quando você fecha uma carvoaria ilegal ou uma madeira ilegal, mas a alternativa não estava posta. Então isso criava realmente, cria um problema social nessas áreas.

Muito bem. Então nós batemos na porta de todos os Ministérios, convencemos, e então há cerca de dois meses atrás o Presidente Lula e dez Ministros, junto com os Governadores, nós lançamos a Operação Arco

Verde simultaneamente em várias cidades da Amazônia, em três. Eu estava com o Presidente Lula em Alta Floresta, com o Ministro Pimentel e outros Ministros, a Ministra Dilma estava com outros Ministros e o Governador em Porto Velho, Rondônia, e o Ministro Cassel, a Governadora Ana Júlia e vários outros estavam em Marabá. Isso foi há dois meses. Nós temos a cada semana feito três municípios daqueles 43 que são os que mais desmatam, já concluímos 21 municípios, portanto, metade, fizemos mais de 100 mil atendimentos, entre os quais quatro mil foram de regularização fundiária, Senador Jayme Campos. E os outros, operações do Banco do Brasil, do BASA, manejo florestal, vários outros tipos de operações simultâneas, totalizando 100 mil operações... 100 mil operações não, 100 mil atendimentos, é diferente, 100 mil atendimentos em dois meses, o que é uma boa marca. Isso vai continuar e mesmo quando a gente acabar os 43 municípios do Arco do Desmatamento, nós vamos continuar para os outros municípios, quer dizer, o Arco Verde não é só para esses 43, começa com os 43. Eu tenho muita esperança.

Então a nossa expectativa é: avançar com a regularização fundiária, que foi votada nesse Parlamento--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Até quatro módulos.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não só até quatro módulos, porque tem de quatro a 15, que é um leilão--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): [pronunciamento fora do microfone]

[sobreposição de falas]

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Tudo bem, mas nisso aqui o que eu quero dizer é o seguinte, não vou eu agora abrir uma discussão de fundo, até porque V. Exas. participaram e votaram e o Presidente Lula sancionou com apenas um veto, no art. 7º. E eu próprio coloquei várias questões no art. 15 para garantir que essa regularização não vá aumentar o desmatamento, para aquele que receber a terra, ele não pode desmatar, senão perde. Já está ganhando de graça uma terra pública federal, o mínimo é cumprir a Lei; me parece razoável.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Está pagando, até quinze tem que pagar.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente, um valor, em alguns casos, até simbólico. E depois, acima de 15, é que é uma licitação.

Bem, mas o importante da regularização fundiária é que hoje nós vamos fazer uma ação de fiscalização no Pará, por exemplo. Cada terra tem cinco donos, cada cartório tem cinco andares, cada papel alguém, sabe-se lá como, ajudou a esquentar. Como é que você vai saber quem é que você vai punir, quem é que você vai embargar e quem é que você vai ajudar com crédito para recompor a APP e a reserva legal? Então a regularização fundiária, ao contrário do que alguns colocaram, eu acho que é um inibidor da violência no campo, porque ela diminui a guerra e as mortes na luta pela terra, porque se ninguém tem papel, alguém contrata um jagunço para matar alguém e fica com o papel. Mas se o papel está registrado, isso não funciona e, portanto, é um inibidor da violência. E para nós que controlamos o desmatamento saber quem é o dono da terra é melhor, porque você sabe quem você vai orientar, ou para multar ou para dar crédito para recuperar o dinheiro a fundo perdido, pagamento de serviços ambientais, por exemplo.

V. Exa. levantou várias outras questões. Bom, em relação ao MT Legal eu queria também dizer o seguinte e aqui fazer um testemunho. Logo que eu comecei no Ministério eu tive muitos conflitos com o Governador Blairo Maggi. Uma das minhas frases foi que, se deixasse, ele plantava soja até nos Andes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não mentiu.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não menti. Bem, mas o que é certo é que o Governador se opôs a algumas medidas nossas, por exemplo, corte de crédito, o corte de crédito aos que estavam ilegais ou irregulares do ponto de vista fundiário ou ambiental e, também, as operações de fiscalização mais forte do Decreto de Crimes Ambientais, leilão do boi pirata, o Governador Maggi não gostava de nada disso. Quando ele viu com outros colegas Governadores que não iam afrouxar as medidas que a gente estava tomando, ele partiu para uma outra linha, que foi tentar resolver através do MT Legal e outros procedimentos. E é curioso que ao contrário de outros Governadores do Sul, por exemplo, o Governador Maggi foi três vezes no Ministério com os seus Procuradores para adequar a Lei Estadual, a Lei Federal e, também, o Zoneamento Econômico e Ecológico. E eu, que tive tantos confrontos com o Governador Maggi e mantive a posição de cortar créditos dos desmatadores, manter o leilão da madeira ilegal, triplicar as ações de fiscalização do Arco de Fogo, quando eu vi que ele acertou a Lei Estadual com a Lei Federal e com o Zoneamento, eu fiz questão de ir para Cuiabá e assinar com ele um Termo de Cooperação em que a gente deu recursos, gente e apoio técnico. Eu fui até criticado por alguns ambientalistas que disseram: "Poxa, o Ministro Minc vivia guerreando com o Governador Maggi, foi lá para Cuiabá, virou amiguinho dele. Que história é essa? Eu disse: "Olha, uma guerra não tem como objetivo a guerra, mas tem como objetivo uma

mudança de comportamento". A partir do momento que essa mudança de comportamento se concretizou, eu achei mais do que correto eu ir lá assinar, tinham outros Governadores, assinar com ele um Termo de Cooperação botando recursos, pessoal e tecnologia para o licenciamento ambiental rural, cadastramento das propriedades rurais, cadastramento ambiental, etc., etc. E quero dizer que isso ficou tão direito, depois dessas três rodadas com os Procuradores Estaduais e Federais, que tanto a Governadora Ana Júlia quanto o Governador Jacques Wagner, da Bahia, deram entrada nos seus Estados em Projetos de Lei muito semelhantes não ao MT Legal original, mas aquele MT Legal já aperfeiçoado com o entendimento que houve, que eu acho que deve ser saudado. Então para dar esses esclarecimentos ao Senador Gilberto.

Passando agora ao Senador Jayme Campos, que fez um reconhecimento ao IBAMA, pelo qual também agradeço, e, também, fez uma das suas primeiras vezes questões, foi bom ter levantado, porque está nos jornais de hoje, a questão da nossa Portaria sobre os sindicatos poderem acompanhar o licenciamento ambiental, que foi objeto de uma ação de inconstitucionalidade, se eu não me engano, protocolada ontem pelo DEM no Supremo. Sobre isso eu tenho a dar vários esclarecimentos, que eu acho que é importante que essa Casa--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ministro, o Senador disse que Mato Grosso está tudo destravado. Foi isso, eu o ouvi aqui muito bem. Ele disse que está tudo--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, V. Exa. disse que o IBAMA em Mato Grosso está tudo destravado. Eu anotei aqui, está gravado, quer dizer, eu importante isso, que vai chegar no Amazonas esse momento de ficar tudo destravado.

[risos]

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Muito bem. Mas então, Senador Jayme Campos, sobre esse ponto interessantíssimo que V. Exa. levantou, que até está nos jornais de hoje, está nos jornais de hoje. O que é que eu tenho a dizer sobre isso?

Primeiro, esta Portaria, que eu tenho aqui a cópia, ela em nenhum momento coloca a participação dos sindicatos no licenciamento, até porque isso seria completamente ilegal. Quem licencia são os agentes públicos concursados que a Lei lhes assignou tal atribuição, intransferível. O que consta no texto, eu tenho aqui o texto, que, aliás, foi republicado hoje no Diário Oficial com pequenas modificações, que eu também vou referir as modificações, o que é que diz, o que é que acontece hoje na fábrica? O trabalhador não sabe o que é que ele respira lá dentro, ele não sabe quais são as condicionantes ambientais de uma licença, porque hoje você dá uma licença para uma fábrica que está escrito: *L.O. – Licença de Operação: cinco anos*. E aqui no verso está inscrito: *Em seis meses deve reduzir a poluição sonora; em um ano deve melhorar a estação de tratamento para reduzir os efluentes, não sei quantos; em um ano e meio deve criar mecanismo para diminuir a exposição à alta temperatura nos altos fornos, que liquidam o sistema nervoso central dos trabalhadores*. Normalmente as pessoas colam na parede os condicionantes assim, atrás, então aqui está a L.O. com os anos de licença. E os condicionantes são grudados na parede, ninguém fica vendo. Então os sindicatos, sobretudo as CIPAS, que são as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, de Proteção Ambiental: 1º: Não tem ideia do licenciamento; 2º: Não são nem comunicados; 3º: Não é um capítulo de mitigação tecnológica dos efeitos sobre a saúde do trabalhador, por exemplo, em relação à exposição ao ruído, à temperatura ou às emissões atmosféricas dentro. As áreas contaminadas do entorno, geralmente o trabalhador é contaminado dentro da empresa, no caminho e no local que mora, aonde muitas vezes é despejado o lixo químico, efluentes sem o devido tratamento.

Então por que é que no licenciamento ambiental você tem que mitigar o impacto na fauna, tem que mitigar o impacto na flora e não tem que ter medidas mitigadoras e preventivas em relação à saúde do trabalhador? Então nós colocamos essas questões, isso não vai atrasar um dia o processo de licenciamento ambiental, o sindicato não participa do licenciamento, ele apenas tem direito a ser ouvido, a ter a informação, a saber do cumprimento dos condicionantes ambientais e o empreendedor passa a ter também que ter um programa de mitigar, como ele já tem com a fauna e com a flora, o que tem a ver com o pulmão do trabalhador. Eu acho que o que a gente está fazendo, inclusive é curioso, porque muitas vezes nós somos criticados por setores que dizem o seguinte: "Vocês estão olhando a floresta, mas não estão olhando o homem na Amazônia; vocês estão preocupados com as árvores e com os animais, mas não estão preocupados com os moradores". E agora quando a gente diz: "Não, a gente está preocupado com a fauna e com a flora e também com o trabalhador que está sendo contaminado lá dentro", para ele pelo menos saber o que ele está respirando e a empresa ter que ter um programa de redução das emissões. E agora nós passamos a ser aqueles que querem travar. Nessa nova versão que está hoje no Diário Oficial--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, isso é a republicação da Portaria conjunta IBAMA/MMA nº 259, de 07 de agosto. Nós precisamos que o período que alguma central tem para se manifestar é de trinta dias e acrescentamos *durante os quais todas as etapas do licenciamento terão prosseguimento*. Então nós fizemos questão de acrescentar esse ponto para dirimir qualquer especulação de que a pessoa, sabendo da informação e podendo saber quais são as condicionantes [soa a campainha], se elas estão sendo cumpridas ou não, todos os outros pontos do procedimento ambiental são tocados adiante, independente da posição favorável ou contrária nesses trinta dias que o sindicato poderá se manifestar, é o direito da manifestação. Quem toma a decisão é o agente público e continua trabalhando.

Então eu espero, Senador Jayme Campos, que com essa precisão melhor na Portaria que foi hoje republicada, que o DEM retire essa representação, até porque os ambientalistas, como eu disse, muitas vezes são criticados porque olham a fauna e não olham a pessoa. Quando a gente começa a dizer que o pulmão dos trabalhadores tem que no mínimo ter equiparação à fauna e à flora, nós somos criticados e até arguidos para derrubar uma medida. Eu acho que é um avanço você incorporar a saúde e a tecnologia limpa também no que nós chamamos de ecologia humana, de ecologia humana. Então aqui está não só o esclarecimento, como uma notícia boa, que é esclarecedora em relação--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Serei porta-voz de V. Exa. como Secretário-Geral do partido nacional, comunicarei agora à presidência do partido em relação ao esclarecimento que V. Exa. está nos prestando aqui.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Da mesma forma, Sr. Ministro, serei um defensor da sua medida, porque agora realmente o senhor conseguiu nos explicar, eu vejo com coerência essa Portaria, porque ela vai auxiliar e colaborar para que os trabalhadores possam ser preservados.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Muito obrigado, Senador.

Como último ponto, o Senador Jayme Campos falou da licença de Belo Monte. Eu não sei se V. Exa. estava quando eu comecei a minha exposição inicial, eu mencionei esse ponto falando até que a Justiça tinha sustado, por cerca de três meses, mas foi derrubada a liminar, as audiências estão previstas para entre 04 e 10 de setembro e há uma previsão, que depende de muitas coisas, inclusive da Justiça, mas há uma previsão para o final de outubro a LP. Então respondendo de forma bem objetiva ao vosso questionamento.

Bem, então agora o Senador Delcídio Amaral, que nasceu em Corumbá e é um defensor do Pantanal, entre outras causas, esteve realmente comigo várias vezes e eu quero dizer, Senadores da Comissão, Presidente Fernando Collor, Vice-Presidente Eliseu Resende, que até um ano atrás o Ministério só monitorava um bioma, que era a Amazônia. Por isso, inclusive, no 1º Plano Nacional de Mudanças Climáticas só há metas para a redução das emissões no bioma Amazônia. Você não tem uma série histórica, você não pode saber quanto é que você vai reduzir. E que a partir do ano passado nós estamos monitorando todos os biomas brasileiros: Pantanal, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa, além da Amazônia, é claro. E na próxima versão do Plano de Mudanças Climáticas, que será em junho de 2010, para o que haverá Consulta Pública e o Parlamento terá uma voz ativa em sugestões para aperfeiçoamento do 1º Plano Brasileiro de Mudanças Climáticas, haverá metas de redução para todos os biomas, inclusive o Pantanal. Eu estive recentemente participando do lançamento do S.O.S. Pantanal.

E em relação à questão que V. Exa. levantou do Zoneamento Econômico e Ecológico da cana, do Zoneamento Agroecológico da cana, inclusive na região do BAP, da Bacia do Alto Paraguai, que pega tanto o Mato Grosso do Sul quanto o Mato Grosso. Bom, então eu quero dizer a V. Exas. o seguinte: que eu participei ativamente, desde o início, junto com a EMBRAPA, o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes e outras pessoas da elaboração do Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, que o Presidente Lula deve anunciar esse mês de agosto, mais tardar no início de setembro, já tem um atraso bastante grande. Então que esse trabalho foi muito importante porque nós, primeiro, levantamos 250 milhões de hectares de terras possíveis e colocamos vários critérios: a terra deve ser boa para a agricultura, portanto, sua capacidade de fundo de fertilidade do solo, características agronômicas; boa precipitação, a parte da pluviometria; tinha que ter menos de 12 graus de inclinação para garantir a mecanização e o fim das queimadas, inclusive permitindo aproveitar a palha da cana para a energia renovável da biomassa, que é uma previsão do Plano Brasileiro de Mudanças Climáticas. Você ganha três vezes: você deixa de poluir o pulmão, deixa de emitir e ainda aproveita a palha para gerar energia renovável da biomassa; a previsão é não entrar em área de supressão de nenhuma vegetação de proteção permanente, nenhuma vegetação primária; usar áreas degradadas, áreas de pasto, várias outras áreas. Nós então chegamos a 42 milhões de hectares [soa a campainha]. Fomos reduzindo de

250 até 42. A Ministra Dilma colocou também que não entrasse em áreas de produção de alimentos, era uma outra restrição. Então os 250 potenciais viraram 42. Como hoje a cana ocupa sete milhões de hectares, aproximadamente, e o plano é dobrar em alguns anos, passar para mais sete milhões de hectares, tendo 42, o nosso problema é quase que ao contrário, a gente tem seis vezes mais terras aptas, que cumprem todos os critérios, do que aquelas que nós precisamos para os novos sete milhões de hectares. E um dos critérios é não novas usinas de cana no Amazônia e no Pantanal, e o ponto que ficou aberto, porque havia realmente essa divergência, era na Bacia do Alto Paraguai, o chamado BAP. Há uma Lei que V. Exa. mencionou, uma Lei Estadual do Mato Grosso do Sul, que proíbe usinas de cana nessa área, e há uma Resolução do CONAMA de 1985 que diz a mesma coisa, tanto para o Mato Grosso do Sul quanto para o Mato Grosso, fala da Bacia Hidrográfica do Pantanal.

Então nós conversamos inclusive, Senadores, com o Presidente da UNICA, que são os produtores de açúcar e álcool, inclusive a UNICA tem tido um papel relevante, tem participado de fóruns internacionais, e o Presidente da UNICA, ele manifestou uma preocupação. Eu sou um defensor do etanol brasileiro. E lá fora, até por razões comerciais, criticam muito o etanol com um argumento que pode ser válido para outros países, mas não para o Brasil: que a expansão do álcool vai entrar em área de produção de alimentos, que vai entrar na Amazônia, que é antiecológico, e nós defendemos que o nosso etanol pode e será cada vez mais um etanol verde, um etanol verde que não use queimadas, não jogue o vinhoto no rio, que não entre em áreas de preservações, etc., etc. e etc. No Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, eu pedi para fazer um levantamento, entretanto essa área do BAP, há seis milhões de hectares no Mato Grosso e nove milhões de hectares no Mato Grosso do Sul aptos para a cana, seguindo todo o critério da EMBRAPA, ou seja, estão dentro daqueles 42 milhões. Então nós não precisamos desses 2,5 milhões do BAP, porque isso... A UNICA está preocupada também, porque isso vai contaminar todo o etanol brasileiro, vai dar um argumento ambiental para contra o nosso etanol se erigirem barreiras comerciais, comerciais.

Então a nossa posição é essa, o Presidente Lula vai decidir, nós temos 95% de acordo e convergência e há este único ponto de divergência entre os Ministérios, Meio Ambiente e Agricultura, que será decidido então pelo Presidente Lula na brevidade, provavelmente até o final desse mês. E garantindo, já conversei com os dois Governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mostrando para eles que digamos que dê sete milhões, digamos, numa hipótese, que fique um milhão em Mato Grosso e um milhão em Mato Grosso do Sul. Há terras mais do que suficientes fora da Bacia Hidrográfica do Pantanal, incluindo a Bacia do Alto Paraguai, porque em relação à Bacia do Paraná não há problema; o problema é aqui, a parte que desce, que seria agrotóxico, vinhoto, sedimento, tudo que acontece aqui em cima no planalto pantaneiro acaba caindo para cima do Pantanal, que é um bioma ímpar, um dos mais importantes do mundo, que a gente tem que defender com unhas e dentes. E no caso a racionalidade pode se aplicar porque a gente tem terras mais do que suficientes para ampliar tudo sem entrar nesse local. Essa também é a posição da UNICA.

Bem, ainda o Senador Delcídio levanta a questão das térmicas a carvão e térmicas a óleo, etc., etc. Bem, o Brasil tem uma matriz mais limpa e mais renovável. Ultimamente tem aumentado as térmicas a óleo, a carvão no Brasil. Eu tenho uma posição crítica em relação a isso. Eu conversei com a Ministra Dilma que nós não podemos sujar a matriz brasileira, que é bastante limpa. Então para isso nós temos que: licenciar mais hidrelétricas, que eu tenho me empenhado, até porque sei que se não licenciarmos elas haverá mais térmicas a óleo e a carvão; temos que desbloquear a energia eólica e daí a nossa participação ativa na elaboração da Carta dos Ventos, que foi lançada em Natal; e temos que incentivar o bagaço de cana, o solar, a palha, em suma, tudo. A palha de cana é para a energia renovável.

Em relação às térmicas, nós fizemos uma Portaria... No Rio de Janeiro, quando eu era Secretário, a gente criou, e V. Exa. lembrou agora, um Decreto que o Governador Sérgio Cabral assinou criando o princípio da compensação energética, ou seja, quem gerasse energia suja, poluente, como o carvão e o óleo, teria que produzir energia limpa renovável numa fração de 6% a 9%, eram valores menores. Eu conversei isso vários meses com o Ministro Lobão e com o Maurício Tolmasquim, da EPE, que me prometeram adotar essa medida, o que não aconteceu. Então, em vista disso, nós tomamos uma posição que é legal, porque a Lei diz que tem que mitigar. Como antes a gente só falava de poluição, as empresas tinham que mitigar a sua posição, ou seja, abater de alguma maneira. Por que é que não se falava do CO2? Porque o CO2 não é um gás poluente, ele não afeta. Ele é um gás do aquecimento global--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Necessário à vida.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: --e é necessário à vida, lembra o Senador Collor, mas é, infelizmente, o gás do efeito estufa, porque esse gás aumenta a tem-

peratura, derrotem as geleiras, sobe o nível do mar e várias ilhas vão para o brejo. Então o que nós fizemos com essa Portaria, com essa Instrução Normativa do Ministério e do IBAMA, foi obrigar as térmicas, não a gás, a gente escolheu porque foi uma negociação que envolveu o Ministério de Minas e Energia, a Ministra Dilma, a PETROBRAS, as térmicas a carvão e a óleo mitigarem. Bom, é claro que a gente botou um volume muito grande e mandamos também para o CONAMA, para o CONAMA deliberar sobre isso. Houve uma reação do setor, como era de se esperar, e nós estamos num processo de negociação aonde essa exigência já caiu aproximadamente para a metade. A Ministra Dilma chamou esse assunto para ela, nós tivemos já reuniões com o Ministro Lobão, sustamos a votação no CONAMA até que haja, pelo menos dentro do Governo, um consenso sobre isso, e o nosso consenso, que está sendo construído, é que haverá uma mitigação ao longo do tempo, um pouco menor, mas haverá, até porque o Plano de Mudanças Climáticas determina isso, até porque você tem que ter as alternativas funcionando, ou seja, a gente tem que liberar mais rápido a hidroeletricidade eólica e outras para... A preocupação era não inviabilizar uma, ainda que suja, antes que as outras estejam--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ministro, só dentro do raciocínio de V. Exa.--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Com certeza.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --será que em função desse avanço nesse diálogo, nessas reuniões, não seria talvez mais sensato a suspensão da IN para que se faça uma nova IN que reflita esse entendimento que começa a acontecer?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Olha, foi levantado isso. Eu não julguei oportuno porque eu não tenho muita experiência executiva, mas tenho longa experiência parlamentar. Então eu acho bem, até porque isso pode se resolver rapidamente, porque se a gente tira esse negócio da IN então vamos ficar mais dois anos em discussão sobre isso. A gente mantém a IN e vamos ver se em um mês a gente resolve essa parada. Eu acho bom manter a pressão ecológica para não esquecerem do assunto, mas brevemente vamos fazer uma coisa que seja razoável.

Eu quero dizer também, complementando a V. Exa., que o Plano de Mudanças Climáticas, ele está incompleto, não só em relação aos outros biomas, mas em relação a vários setores industriais. A gente agora está fazendo negociação de um por um com os setores. Um deles é a siderúrgica. Hoje em dia, Senador Collor, o setor siderúrgico nacional, ele só planta metade das árvores que precisa para a geração de carvão vegetal. O carvão vegetal é uma solução melhor, porque do ponto de vista de carbono, ele absorve o carbono e quando ele vai para dentro do aço, ele fica lá cristalizado mil anos. Agora o ruim é que a metade que não é plantada, significa que a outra metade cortam mata nativa do Cerrado, do vosso Pantanal, da Caatinga para virar carvão vegetal em siderúrgicas de Minas, do Espírito Santo ou outras áreas. Então nós estamos em uma forte negociação com o setor siderúrgico, apoiados pelo Secretário de Meio Ambiente e de Minas José Carlos Carvalho, com quem eu estive recentemente em Belo Horizonte agora falando inclusive desse assunto, e a nossa negociação está para que esse setor, em oito anos, plante todas as árvores que precise para a geração de carvão vegetal. Vai ser um grande avanço, não só diminuir as emissões, como proteger a biodiversidade desses biomas que estão virando carvão por falta do plantio dele [soa a campainha].

Então o Senador... Deixa eu ver.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Encerrou o bloco.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Encerrou o bloco? Então está bom.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O CO2 no pré-sal e a energia nuclear ou resíduo.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Então o CO2 do pré-sal. Houve uma reunião ministerial há pouco tempo, cerca de um mês e pouco, do Presidente Lula com todos os seus Ministros. Um dos temas era o pré-sal, mas o tema central não era a questão ambiental, era a questão do modelo. V. Exas. seguramente vão discutir isso. Então eu dei uma informação que a maior parte dos Ministros não tinha, que o pré-sal, ele emite de três a quatro vezes mais CO2 do que os campos normais. Por exemplo, um campo normal, não do pré-sal, emite cerca de 3% de CO2 no seu gás. E o gás que vem do pré-sal, lá debaixo, o Campo Tupi, para pegar um exemplo que a gente conhece, cada um é diferente do outro, eles não são idênticos, mas o Tupi, que é um que o IBAMA já licenciou várias etapas, ele tem de 12% a 15% de CO2, o que significa quatro a cinco vezes mais. E existe hoje, existem no mundo várias tecnologias, a mais conhecida é a chamada CCS – captura e estocagem do carbono. Ela não está, digamos assim, 100% definida, vários países estão com isso muito adiantado, o Canadá, Noruega, Austrália. A PETROBRAS há seis anos pesquisa isso com a CENPES, com a PUC do Rio Grande do Sul, com a COPPE, não é nenhum mistério, não é nenhuma novidade. A questão é que não estava se falando disso e eu resolvi falar disso, a Ministra Dilma me orientou de eu procurar os setores da PETROBRAS e do CENPES, que estão tratando desse assunto, e uma das questões mais importantes é a certificação. Como é uma tecnologia nova esse CCS,

ela tem que ser certificada. Não existe no mundo nenhuma certificação. Na Austrália, cerca de dezesseis países e quarenta empresas estão tratando de criar uma certificação internacional. O Brasil, num primeiro momento, se recusou a participar disso, embora fosse gratuito e eu não sei o porquê. O Ministério do Meio Ambiente defende que o Brasil participe, junto com a Austrália e com esses países, do processo de certificação dessa tecnologia CCS, de captura e estocagem do carbono. Essa estocagem é lá no fundo da terra. Tem problemas: Em quantos anos isso vai acontecer? Vai ter que ter um seguro? E áreas aonde o campo de estocagem é distante do campo de prospecção? Há problemas. Nós já tivemos vários contatos com a PETROBRAS e a PETROBRAS sabe que vai ter que partir para isso, mas até para o IBAMA licenciar, isso tem que estar certificado.

Então a gente está vendo como é que vai ser, porque não pode ser a própria PETROBRAS que se certifique a ela própria, tem que haver um mecanismo independente de certificação em relação à tecnologia e outro para monitoramento, para garantir que não vai haver fuga, porque o pré-sal é uma oportunidade para o País de riquezas, é muito carbonizada, até eu gostaria que fossem outras as nossas vias, mas havendo essa é praticamente impossível que o Brasil abra mão disso. Agora essa riqueza, que também vai reverter para o lado social, como quer o Presidente Lula e a Ministra Dilma, em suma também para a educação, ela não pode ser acompanhada de uma explosão nas emissões de CO2. E como há tecnologia conhecida, que infelizmente também não é barata, mas ela existe, então nós estamos em fase avançada de afinar a tecnologia e o mecanismo regulador do CCS.

Em relação à questão nuclear, V. Exa. levantou e o Senador Collor complementou. Veja, hoje no mundo não há uma solução definitiva para o lixo atômico, aliás, essa é uma das críticas que os ambientalistas fazem. Alguns ambientalistas, o Senador Collor mencionou, eles deixaram de ser tão críticas, alguns passaram até a defender em função das emissões, porque há muito tempo você não vê na televisão um acidente como o Three Mile Island ou Chernobyl e você vê na televisão as geleiras derretendo por causa do CO2.

Bem, na verdade o que os países europeus fazem já há bastante tempo e os Estados Unidos também é uma situação de longo prazo, mas não 100% definitiva, porque 100% definitiva ainda não existe, essa é uma das nossas críticas. A outra é o preço. Hoje no Brasil o megawatt nuclear custa o dobro do megawatt da hidroeletricidade e a duração do lixo átomo, a meia vida dele é de cerca de 150 mil anos; césio, plutônio, em suma, todos os componentes do lixo nuclear.

Bem, o que nós definimos como um dos condicionantes de Angra 3 é que a L.O., a Licença de Operação daqui a cinco anos, que esteja começando a ser construída uma situação de destinação de longa duração. Como é que os países fazem? Eles colocam isso em containers completamente herméticos de aço, de cimento, completamente isolados, e enterram isso a mil metros numa velha mina de sal ou numa localidade como essa que tenha estabilidade geológica e garantia que aquilo não vai estourar e sair, até porque a duração disso não são 100 anos, são 150 mil anos. Então essa que é a questão central, essa que é a questão central. Não há solução definitiva e o que nós estamos exigindo é uma situação intermediária de longa duração, como os países ricos procedem. No Brasil não procedia dessa maneira, todo o lixo ficava nas piscinas no interior de Angra 1 e Angra 2, inclusive ao nível do mar, em frente à Ilha Grande. Com a simples elevação do nível do mar nos próximos anos, é óbvio que essa solução não é razoável. Construir as usinas em frente da Ilha Grande já considero uma situação meio inaceitável, agora manter o lixo atômico em piscinas ao nível do mar quando nós sabemos que o nível do mar vai se elevar nos próximos anos, não é razoável.

Então essa foi a natureza da nossa exigência, que depois de algumas idas e contra idas, a Eletronuclear e a CNEN acabaram por aceitar e já tem um grupo específico planejando esse procedimento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Delcídio, por favor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu acho que o Ministro Minc foi bastante claro nas respostas e já que o Ministro Minc citou a minha cidade, Corumbá, que V. Exa. também conhece muito bem, convidar o Ministro Minc, eu sei que a agenda de V. Exa. agora ser uma agenda muito rápida e leve, mas quando o senhor puder ir a Corumbá visitar lá, nós estamos adotando uma experiência inovadora lá em Corumbá, a Plataforma de Diálogo, com participação da comunidade, dos investidores, do meio acadêmico e, importante, das ONGs.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu conheço, inclusive, os professores que ajudaram, o Professor Emílio da COPPE e vários outros que falam maravilhas da plataforma.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Exatamente, que é uma experiência pioneira e eu acho que deveria ser um modelo a ser adotado no País inteiro. Muito obrigado, Ministro. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Delcídio.

Agora vamos passar aos três últimos Senadores a fazerem perguntas ao Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, começando pelo Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Senador Fernando Collor, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, prezado Ministro Carlos Minc.

V. Exa. assumiu o Ministério com uma responsabilidade muito especial em decorrência de nos primeiros seis anos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva ter sido Ministra a Senadora Marina Silva, que se tornou como que um símbolo da causa do meio ambiente, inclusive pelo fato de ela ter se empenhado muito para que o Ministério do Meio Ambiente se tornasse também como que um propulsor, um estimulador da educação das pessoas, inclusive dos jovens, relativo a essa questão. Dentre uma das iniciativas interessantes que ela adotou foi a chamada Conferência Nacional do Meio Ambiente, da qual V. Exa. inclusive antes de ser Ministro algumas vezes participou e testemunhou, inclusive com o estímulo para que em todas as escolas brasileiras, desde as crianças, os jovens, as pessoas ao nível do ensino médio pudessem ser estimuladas a realizar trabalhos que muito vêm despertar a atenção dos brasileiros e brasileiras em geral para o meio ambiente. A Senadora Marina Silva também foi como que uma discípula de Chico Mendes, que também foi para V. Exa. uma marca tão importante e para todos nós, sobretudo no que diz respeito a como combinar a preservação da floresta amazônica, em especial com a sua exploração, a exploração da riqueza, ao mesmo tempo preservando, não destruindo, seja a floresta, seja as águas dos rios e assim por diante.

Então eu gostaria de perguntar a V. Exa. em que medida o Ministério vem dando continuidade a estas iniciativas positivas, inclusive no que diz respeito ao aperfeiçoamento do Código Florestal, de como estimular os próprios trabalhadores rurais, os trabalhadores ali na floresta, a terem a preocupação seguindo estes ensinamentos de Chico Mendes. Quando V. Exa. há pouco aqui explicava a importância de proporcionar aos Sindicatos e às Centrais Sindicais a preocupação com o meio ambiente, acho que isto está na direção desta questão, desta preocupação, que inclusive é educacional. Nós teremos maior cuidado com as nossas florestas, com as nossas águas e tudo na medida em que houver este aspecto educacional de enorme relevância e desde a infância, a adolescência de todos que são os brasileiros.

Também gostaria de perguntar em que medida, uma vez que V. Exa. diagnosticou quando chegou no Ministério que havia a necessidade de mais recursos humanos e materiais adequados para realizar o trabalho do licenciamento ambiental rigoroso e mais ágil, mas em que medida hoje o Ministério conta já com uma estrutura de recursos humanos e materiais adequados para fazer isso, qual foi a evolução que aconteceu desde então?

Com respeito aos efeitos da Medida Provisória 458, que V. Exa. já fez aqui uma referência, pois haverá transferência da ordem de 67 milhões de hectares, ainda mais com a provável retomada de crescimento, então dada a importância desses cuidados com o que é que as pessoas que estarão com a propriedade, agora melhor formalizada dessas áreas, que cuidados estão sendo tomados? V. Exa. já fez referência a isso, mas eu agradeceria se puder especificá-los.

E, finalmente, houve uma preocupação, avalio muito importante de V. Exa., com respeito a este transporte de lixos, lixo que veio da Europa, veio para Santos, para portos do Rio Grande do Sul e outros lugares do Brasil, algo que nem todos estávamos cientes de que isso estava ocorrendo.

Então agradeceria se pode nos dar uma breve informação sobre, primeiro, como é que surgiu esta forma de empresas dos países europeus, de outros países do mundo, de resolverem trazer o lixo para aqui serem de alguma forma armazenados e terem que tipo de destinação? Como é que avaliou que isto deveria ser sustado? Quais são as medidas que estão sendo aplicadas? E no que diz respeito ao nosso próprio lixo, que tipo de disciplina, quais são as diretrizes dadas às empresas brasileiras que, por ventura, tenham um enorme volume de lixo? Então que orientação o Ministério do Meio Ambiente dá para as nossas empresas, para jogar aonde? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Ministro.

Eu gostaria de me referir especialmente à situação dos ribeirinhos do Rio São Francisco. Lá no meu Estado de Sergipe, como também no Estado de Alagoas, há uma preocupação entre os pequenos pescadores, aqueles que ainda restam nesta atividade produtiva, com o anúncio de que a ELETROBRAS e, mais de perto, a CHESF, desejam fazer uma redução substancial na vazão do Rio São Francisco, que é regulada pela Barragem de Sobradinho, construída em 1977, justamente para regularizar o índice de volume de água ou a vazão do Rio São Francisco. Eu gostaria de saber se o eminente Ministro tem algo a me dizer sobre esta redução, se ela realmente vai ocorrer de

1300m³ por segundo para 700m³ por segundo, o que implicaria, sem dúvida alguma, em prejuízos incomensuráveis aos Estados de Sergipe e Alagoas, que sofreriam um impacto tremendo caso venha a ocorrer esta redução.

O segundo assunto, o segundo tema, é a respeito de uma proposta que foi aprovada em 2002 pelo Senado Federal por unanimidade: a criação do Fundo de Revitalização do Rio São Francisco. Essa proposta foi à Câmara dos Deputados e depois de negociações, as mais diversas, com o Governo e com os partidos de oposição e da base do Governo, como também com ambientalistas, o Relator Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, chegou a uma proposta consensual. Nesta proposta consensual haveria a incidência de percentuais definidos da união dos Estados e dos Municípios banhados pelo Rio São Francisco sobre a receita, por exemplo, da arrecadação oriunda dos *royaltys* da energia elétrica, que foi uma das saídas encontradas pelo Relator.

Ocorre que isso aconteceu em 2006, quer dizer, a proposta está lá desde 2002, são sete anos. Depois de tudo acertado e quando parecia, Presidente Collor, que haveria realmente a criação do Fundo, vinte anos para revitalizar o rio, o Governo entrou com uma outra proposta em cima daquela que foi aprovada pelo Senado e que já tinha sido objeto de negociação no âmbito da Câmara dos Deputados, aprovada pela Comissão de Justiça, pela Comissão Especial, já em pauta para votar e o Governo atravessa com uma proposta que desvirtua completamente a proposta originária e, também, a negociada pelo Relator Fernando Ferro. Significando dizer o seguinte: que quando alguém não quer aprovar um projeto, basta apresentar um outro polêmico, principalmente quando nasce no âmbito do Governo. E eu estranho esse comportamento do Governo, que eu sou da base, porque o Presidente Lula lá em Sergipe, em 2006, com aquela greve do bispo, greve de fome do bispo, ele disse lá em Sergipe e também disse a nível nacional que iria se empenhar pela aprovação da PEC do Rio São Francisco, a 524, de 2002. Enquanto o Presidente quer e diz publicamente que quer a aprovação da PEC da Revitalização, o Ministério da Fazenda age de outra forma e faz uma proposta que realmente embaralhou o andamento na Câmara dos Deputados e até agora não tem nenhuma definição, não sei o que vai ser aprovado, porque, ao invés de percentuais definidos, o que se propõe agora, Presidente Collor, é que anualmente o Governo colocaria uma dotação específica no orçamento em favor da revitalização do Rio São Francisco. Ora, isso já existe, o Governo já está colocando eu acho que até em torno de uns 600 milhões para a revitalização, muito mais.

Pois bem. Na nossa proposta o máximo é 250 milhões que pode chegar. Então por que essa resistência do Governo, já que o próprio orçamento da União, como V. Exa. confirma, tem mais de 600 milhões de reais para a revitalização? A nossa proposta é de 250 milhões. Por que essa resistência? Por que esse trabalho para prejudicar o andamento de uma proposta que é consensual na Câmara dos Deputados e no Senado Federal? Eu sei que a Secretaria Executiva do Ministério já vem de algum tempo acompanhando, e que V. Exa., que é um Ministro interessado também nesta causa, irá se empenhar no sentido de mostrar ao Governo que é uma coisa absurda, equivocada e estranha, já que o Governo se propõe a colocar três vezes mais recursos no orçamento para fazer a revitalização e não deixa aprovar uma proposta exequível: durante vinte anos o Governo ficará à vontade. Por que essa necessidade da criação do Fundo? Foi graças à existência de um Fundo como este, semelhante a este, que nós tivemos ao longo de muitos anos, sob a égide da Constituição de 1948, a criação de uma empresa, eu digo de um órgão diretamente voltado para o Rio São Francisco, para o Rio São Francisco. Eu esqueci até do nome. Foi criado o Vale do Rio São Francisco, alguma coisa assim, uma empresa especialmente voltada para atender às necessidades do Rio São Francisco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A CODEVASF [ininteligível].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, a CODEVASF foi depois; foi antes. Então foi a Comissão do Vale do Rio São Francisco, alguma coisa assim, para proteger o rio. Então graças a isso é que muita coisa de boa aconteceu durante os anos em que permaneceu esse Fundo.

Então a criação deste Fundo aí, Ministro, seria vital para resolver a questão ambiental do Rio São Francisco. Sua opinião sobre esse assunto e gostaria de saber se V. Exa. continuará se empenhando para a aprovação dessa proposta que tem o apoio do Senado, da Câmara dos Deputados. Só falta um sinal verde do Governo. Do Presidente já tem, que eu não acredito que o Presidente Lula vá retroagir, voltar atrás, mormente depois que ele prometeu ao próprio bispo que estava morrendo: "Sr. Bispo, não morra que o Rio São Francisco não vai morrer e a PEC do Rio São Francisco vai ser aprovada". Aí ele acabou a greve de fome e a proposta não foi aprovada, quer dizer, eu acho que o Presidente é um homem de palavra.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Com certeza.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não tenho a menor dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Vala-

dares. A Sessão fica suspensa por dois minutos e meio.

[Sessão suspensa às 12h38].

[Sessão reaberta às 12h41].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Sessão está reaberta. Com a palavra o Senador João Pedro para fazer a sua pergunta ao Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Carlos Minc. É claro que o foco é o PAC, as grandes obras, mas eu quero discutir isto e a nossa Amazônia. Mas discutir, levantar uma premissa histórica da relação do Estado brasileiro com este território muito especial, que é a Amazônia.

Sempre, e nós reclamamos na Amazônia, que desde o início da ocupação desta região as populações que vivem na Amazônia, elas recebem, elas confrontam com políticas que vieram de fora da Amazônia. Portugal decidia e ia para a Amazônia, naquele imenso vazio amazônico, e não enxergava as populações indígenas. O Estado brasileiro vem com essa lógica, decide e impõe uma política para a Amazônia. Uma que foi emblemática: a Transamazônica.

Por que é que eu faço essa reflexão das políticas de fora para a Amazônia sem a consulta, sem a construção? O nosso Governo quebrou paradigmas nisso, tem uma relação de construir, muitas políticas são construídas com vários Ministérios, então é muito sensível isso. Ainda ontem eu estava numa Audiência Pública aqui discutindo um Projeto de Lei, a Audiência Pública: "A mobilidade da Polícia Federal e das Forças Armadas em terras indígenas". Eu não quero proibir que as instituições, que o Estado perpasse com terras indígenas, com as fronteiras, mas nós temos que discutir como que as instituições vão passar por dentro de um território indígena, sob pena de nós adotarmos medidas autoritárias, sem levar em consideração as condições sociológicas, antropológicas, culturais. Por que é que eu quero colocar isso? Porque tem um setor de brasileiros, um segmento que vive na Amazônia, que são as populações tradicionais. Muitos ainda não têm a carteira de identidade, Presidente Collor, Senador Collor, não possuem o CPF. E aí eu quero colocar, dar um exemplo para o Ministro Minc.

Na fronteira do Amazonas com o Pará e Mato Grosso, já no nosso Governo... Eu vou fazer uma pausa aqui para a saudação ao Senador Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V. Exa. é o Corregedor, eu não posso esquecer nunca disso [risos].

Ministro Minc, concretamente: na fronteira do Estado do Amazonas, no sul do Amazonas, no Município de Apuí, no Município de Apuí com Mato Grosso e Pará, no nosso Governo nós criamos o Parque Juruema. Mas em 2006 o INCRA criou um Projeto Agroextrativista chamado São Benedito. Oitenta famílias ali, populações tradicionais. Veja como nós precisamos sempre discutir bastante a Amazônia para finalizarmos, mas não esquecermos nunca desse território especial, principalmente das populações que vivem ali. Então eu estou falando aqui e essa é uma particularidade do meu mandato, defender essas populações, populações tradicionais do meu Estado, da Amazônia. Então nós precisamos resolver isso.

O INCRA hoje tem um crédito de em torno de 18 mil reais para fazer a habitação ou fomento. Essas pessoas, essas famílias ficam impedidas de ter acesso às políticas do nosso Governo por conta de não acordarmos, de não definirmos levando em consideração a vida dessas famílias. Vivem no Projeto Agroextrativista São Benedito de setenta a oitenta famílias e o IBAMA criou o Parque Juruema. Nós precisamos ter um entendimento sobre isso, Ministro. Isso é um ponto, mas isso é a Amazônia. O que é que eu quero dizer? O Estado precisa definir levando em consideração as realidades da nossa região. Eu gostaria de fazer um apelo nesse sentido.

Para chegar nas nossas... V. Exa. já falou, eu perdi as primeiras duas horas, mas já estou aqui há mais de duas horas, duas horas e quarenta e oito minutos, cheguei às dez horas aqui, mas quero voltar à BR-319. A BR-319, Ministro, ela ganhou um debate, ela acumulou um debate ambiental forte e eu quero dizer da minha concordância. Agora tem um debate da recuperação da BR-319 que foi pouco discutido e que é a questão social: as pessoas que vivem na BR-319. E se coloca na BR-319 o perfil econômico da 163, que não tem. Eu quero dizer que o meu Estado produz celular, o meu Estado produz motos, o meu Estado produz produtos eletrônicos. O Amazonas não tem, e por isso que é o Estado mais preservado, por conta do modelo da Zona Franca.

Então o que é que eu quero dizer? Que a BR-319, que liga duas capitais, Manaus e Porto Velho, por que é que não podemos ter esta BR para atender as populações que lá vivem? Eu quero chamar a atenção. Tem um município de 50 mil habitantes ali, Humaitá, mas tem com Careiro Castanho, mas tem Careiro da Várzea, mas tem Beruri, Manicoré. Então por que é que o Estado brasileiro não pode ter uma BR, que eu considero estratégica na Amazônia? Você olha a Rússia toda interligada, você olha o Canadá todo interligado. Por que é que ninguém pode ter a BR-319 como uma

BR Verde, uma BR de Parques? E já tem no entorno, por exigência, 41 projetos, projetos tradicionais, assentamento 1, todos são unidades de conservação no entorno da BR-319. E acabou, alguns momentos dessa polêmica fica muito de baixo nível. Eu quero aqui discutir na dimensão de um ambiente que é o Senado da República, com o Ministro de Estado, com Senadores, discutindo a recuperação de uma BR que é emblemática do ponto de vista cultural, econômico e social. Eu acho que é possível, sim, nós fazermos a recuperação da BR cumprindo as exigências, mas sem negar que ali vivem crianças, professores, bancários, pequenos produtores; predomina a economia familiar na BR-319, predomina, até porque o INCRA tem um número expressivo de projetos, são quarenta e um projetos ali hoje criados. Eu penso que nós podemos recuperar essa BR e ter um padrão de exigência diferenciado. Se nós olharmos do Centro-Oeste para o Norte nós vamos encontrar a 163, nós vamos encontrar a 364, no sul do Amazonas, que liga Porto Velho a Rio Branco, 364. Depois a Transamazônica, que está lá, e depois a BR-319.

Então eu penso que a BR-319, nós podemos recuperá-la e impor, criarmos uma condição de um padrão para evitar a grilagem e o desmatamento, se é que a gente pode dizer: "Vamos recuperar, mas não vai ter ali nenhuma derrubada ilegal". Por que não construir a BR com esse compromisso do Estado brasileiro ter um controle com a presença da Polícia Rodoviária, da ANVISA, enfim, de todas as instituições que podem garantir a vida das pessoas que vivem ali? Tem populações indígenas, tem populações tradicionais, têm jovens, homens e mulheres no entorno dessa BR. O miolo, o meio, Ministro Minc, é que não tem a presença de populações.

Mas eu quero dizer da minha insistência nesse debate, sem que seja um debate estratégico eleitoral, não é nada disso, mas um debate para fazer justiça social com as populações que vivem no entorno desta BR. Ela foi construída lá nos anos 70, as populações têm uma esperança de que o Governo Lula faça isso. Não é do Ministro Alfredo o desejo de recuperar a BR, é um compromisso do Presidente Lula da recuperação da BR-319. E eu quero dizer que nós não podemos... Às vezes a mídia no Amazonas diz assim: "Isso é um pendenga, é uma disputa do Ministro Minc contra o Ministro Alfredo". Eu penso que isso é um debate menor. Eu acho que o debate deve ser como ocupar a Amazônia, como trabalhar vias na Amazônia com compromisso social e ambiental. Eu quero fazer esse debate.

Dizer que a soja, parte da soja do Norte de Mato Grosso, eles já providenciaram a saída da soja pelo Rio Madeira, eles têm a via da soja. O Rio Madeira foi todo balizado, todo trabalhado, tem um porto. Parte da soja de Mato Grosso sai pelo Rio Madeira. Isso é um argumento para dizer: "Olha, não vão passar, já investiram milhões no Rio Madeira". Então V. Exa. tem razão quando na discussão da recuperação da BR-319 levanta o perigo de ser uma BR que vai ser ocupada pela ilegalidade, pela grilagem, e eu quero abrir um parêntese aqui para dizer que eu também, como V. Exa., tenho uma experiência parlamentar. Antes de chegar aqui fui Vereador e Deputado Estadual lá no meu Estado e vivi no INCRA como servidor público. E tive na luta contra a grilagem, a grilagem, momentos dramáticos da minha vida como servidor, porque eu não aceito concessão à grilagem, às derrubadas ilegais. Eu acho que isso compromete o presente e o futuro do Brasil e daquela região. Então V. Exa. tem razão quando enfoca no debate da BR-319 este assunto, mas eu quero dizer que por conta das populações que vivem no entorno da BR-319 nós podemos recuperar essa BR e ter um padrão de rigor de vigilância, de controle, de fiscalização com os organismos, com as instituições que lá estão, como o Chico Mendes, o IBAMA, que precisa de mais apoio, do INCRA, que precisa de mais apoio, para executar políticas públicas de Estado, políticas públicas do nosso Governo [soa a campainha].

E, para finalizar, há uma reclamação, há uma ansiedade das populações que vivem na BR-317, que liga Rio Branco com Boca do Acre. O IBAMA já sinalizou que vai sair a licença, mas como três datas foram alteradas, disseram: "Vamos cumprir". Então tem uma sinalização para a próxima semana, eu gostaria que V. Exa. fosse mais preciso para que essa expectativa seja atendida e que todo mundo possa ter a alegria de recuperar esta BR, eu não sei nem se é BR, mas é a estrada que liga o Purus, esta região, com a capital do Acre, que é Rio Branco. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador João Pedro. Encerrando a lista de Senadores inscritos para formular perguntas ao Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr. Ministro Carlos Minc, Srs. Senadores. Eu vou fazer uma pergunta a V. Exa., mas pediria uma ajuda, é só se me confirmava uma informação.

Para o meu Estado, o Estado do Piauí, a construção da Transnordestina é fundamental. Aliás, nós temos duas obras fundamentais, que são a Transnordestina e o Porto de Luiz Corrêa. Nós temos tido debates aqui constantes sobre essa questão. Eu queria, preliminarmente, pedir apenas uma informação: o IBAMA já libe-

rou o impacto ambiental do porto e da Transnordestina com relação ao trecho do Piauí?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com relação ao trecho do Piauí também?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, o porto está Ok?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ainda em prazo. E a Transnordestina?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque a parte liberada é a parte de Missão Velha indo para Pernambuco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Missão Velha, isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A pergunta que eu faço é se o trecho do Piauí já está liberado, inclusive para prosseguimento das desapropriações.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, eu quero falar o trecho do Piauí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Essa é a próxima etapa agora que--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas não está liberado ainda?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Até o dia 30 de agosto é a previsão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Até 30 de agosto é esse trecho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. A previsão nossa é soltar a licença de instalação até o dia 30 de agosto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não está liberado?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Era só isso que eu queria, porque foi anunciado como liberado lá no Estado as duas obras, e eu quero colaborar com o PAC, o PAC precisa andar, Sr. Ministro. Dá-se uma informação errada, faz-se o lançamento no Piauí, inaugurasse pedra fundamental. Fez-se a inauguração da pedra fundamental dessa obra e deu-se como liberado o impacto ambiental, o que seria uma notícia extraordinária. Agora a informação é a partir de agosto, então nós vamos partir para as desapropriações e tudo. Era uma informação que eu queria, que é fundamental para nós no Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Então a partir de agosto se estudará o impacto ambiental com relação ao Piauí. Mas existe prazo para a conclusão?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A partir de agosto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Exatamente, até o dia 30 de agosto, até o dia 30 de agosto.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Até o dia 30 ele libera.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O trecho todo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Todo o trecho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu gostaria então, Sr. Ministro, que na hora que realmente fosse liberado, houvesse uma comunicação a essa Comissão. E o Porto de Luiz Corrêa, qual é a previsão?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] nós pedimos informações complementares.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque lá tem uma complicação, porque entra também a Chico Mendes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. É, tem a questão do Chico Mendes e nos estudos apresentados também houve a necessidade de apresentar informações complementares.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A minha preocupação é porque o porto está marcado para ser inaugurado agora em dezembro, Sr. Ministro, é uma preocupação.

Muito obrigado, Sr. Ministro. Eu estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Heráclito Fortes. Pela ordem, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Primeiro, cumprimentá-lo pelo aniversário de ontem, a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Cumprimentá-lo. Mas, Ministro, eu não sei, eu fui professor de biologia e eu acho que o estudo começou foi antes,

como começou a medicina, a política lá em Aristóteles. Muitos são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o homem. Daí eu acho que começou, não é o entendimento aí da nossa defesa da natureza.

Mas eu queria dizer o seguinte: eu governei o Piauí, está aí o MAPA. Carcinocultura: o maior criador do mundo era o Equador, uma cidade praiana, pequenininha, Manta. Eu fui lá. Lá deu uma patologia no camarão, Presidente Collor, vamos dizer uma vaca louca no camarão lá, ele ficou pálido. Então de repente caiu o mercado internacional da carcinocultura, que a base maior do mundo era o Equador. Eu era Governador do Estado e geograficamente a gente vendo, numa linha o Equador, o litoral do Piauí, você via ali, e de repente nós fomos. Como estava em queda a comercialização do camarão por essa patologia, muitos técnicos eu levei para o Piauí, eu fui o pioneiro da carcinocultura. E foi um eldorado. V. Exa. conhece o delta, o Rio Parnaíba sai arrastando, tem aqueles mangues, propicia. E o cultivo de camarão de tal maneira, está aqui o Heráclito Fortes que conhece tudo do Piauí, o maior orgulho nosso de riqueza é a exportação de cera de carnaúba, o meu avô foi exportador.

Então de repente, Presidente Collor, em pouco tempo a exportação do camarão de 66 quilômetros do litoral, não 58 como na Reunião passada o Ministro Fortes disse, 66 quilômetros, e eu facilitei mesmo. Só criei uma Secretaria, foi a de Meio Ambiente, só. Acho que Governadores extraordinários, Petrônio Portela já tinha criado um organograma suficiente. Só criei uma, a de Meio Ambiente, Heráclito.

Aí de repente apareceram umas dezesseis fazendas. Eu vibrei, aplaudi. Técnicos em crises, levei, passaram a morar lá. De repente a exportação igualou-se à cera carnaúba, que é secular, a minha família viveu, igualou-se, 30 milhões de dólares. E aí estamos.

Atentai bem. Daí eu fugi lá do governo do PT como o diabo da cruz. De repente 30 milhões de dólares, que era exportado, o Estado pobre, baixou para 10%, para três milhões de dólares. Eu sei que houve o problema do dólar, nós sabemos. Eu passei quatro anos aqui na CAE, então nós estamos quase como Adam Smith, seis anos dá entendimento da queda do dólar, mas não pode ser atribuído. Atribui à falta de bom senso do IBAMA. Eles chegavam lá multando. É muito difícil.

Olha, outro dia, Minc, eu encontrei esse Joaquim Costa, que é Vice-Presidente hoje da Federação das Indústrias, Heráclito, e ele serviu no meu Governo, Secretário, ele disse: "Mão Santa, a vida fora está difícil". Collor, que vida fora? Que vida fora? Ele disse: "Fora do Governo". Está me entendendo, está me entendendo? Ele é um rapaz brilhante, ele é Vice-Presidente hoje do [ininteligível]. Então os empresários, numa dificuldade extraordinária, num Piauí pobre, vê isso: se tivesse caído de 30 milhões de dólares para 25, para 24, para 23, mas a perseguição, a maldade, eles criam dificuldade para dar o golpe. O que multaram de tal maneira, tinha duas multinacionais: o KLABIN eu consegui fazer lá, mas já foram-se embora, está entendendo? O KLABIN que é do papel; é conhecida; e outra dos espanhóis, Heráclito Fortes, o Manoel Arreio(F). Tantas as dificuldades que hoje eu quero lhe dizer que só tem umas quatro fazendas e para nós isso foi uma perca muito grande.

Então eu aprendi e aprendi mesmo e estou aqui, só é pai da Pátria, o Collor já foi Presidente, eu acho que quem devia ser agora era eu. Eu quero dizer o seguinte: que essas coisas, Presidente, essas coisas só dão certo se a gente tiver responsabilidade administrativa e sensibilidade. O fato é que caiu, é um Estado pobre, há dificuldade, o desemprego e a pobreza mesmo.

Então eu peço que V. Exa. se debruce e tenha sensibilidade. A virtude está no meio, já que nós começamos lá com [ininteligível], não é também isso. Baixar de 16 fazendas para quatro é um tsunami, quer dizer, o Piauí não teve terremoto, maremoto, vulcão, mas o PT está fazendo essas coisas lá de tal maneira que nós regressamos, voltamos a ser os piores índices em todos de desenvolvimento no Brasil. E nós conseguimos vencer isso, vencemos de todo o Maranhão, Alagoas, Sergipe e voltou. Um perda dessa para nós é muito. Nisso é que eu queria que V. Exa. tivesse sensibilidade e, se pudesse, iria tomar um banho lá, que é bom, o mar é caliente, a natureza, verdes mares bravio, brancas dunas, ventos que não acariciam. Iríamos ver, conversar com os representantes. Duas capitais externos já... De tanta corrupção, multa, perseguição. A vida, olha o que disse o Joaquim Costa(F), olha aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pode pedir, viu Mão Santa, pode pedir a opinião ao Suplicy que ele é um frequentador assíduo das praias do Piauí, às vezes clandestinamente e outras vezes nem tanto.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim, mas V. Exa... Então quando eu vejo duas empresas do exterior que estava investindo lá, não estão mais, e a maioria voltou, porque eles venceram a patologia no Equador, viu, Minc? Você sabe, eu sou médico, eles venceram. Então aqueles técnicos que eu tinha levado, o senhor entendeu, há anos atrás, há quase dez anos, já não estão mais lá, porque o Equador venceu, como era de se esperar, a patologia. Então não tem mais aqueles técnicos.

Então eu queria que V. Exa. despertasse aí uma sensibilidade e veja. Eu acho que tem que preservar a

natureza, mas o homem ficou desempregado. E camarão é bom mesmo, a gente toma ali com *whisky*, com logo(F) para comemorar também. Diminuiu lá essa riqueza, que era o ouro que nós tínhamos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador João Santa.

Com a palavra o Ministro Carlos Minc para as respostas aos Senadores que formularam as suas perguntas.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Então, Senador Collor, Senadores, vão passar a última rodada de respostas. Temos aqui, para ver se eu estou começando do lugar certo, o Senador Suplicy, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador João Pedro, também o Senador Heráclito Fortes e o Senador Mão Santa.

Muito bem. Então, o Senador Suplicy. A primeira questão que o Senador Suplicy levanta é em relação à gestão da Senadora Marina Silva, então Ministra do Meio Ambiente por cinco anos e meio, a sua preocupação com a educação, com o envolvimento da população, com o extrativismo, com todas essas questões e como essa nossa gestão se coloca em relação a esse legado, a essa herança da Senadora Marina Silva.

Bem, eu classifiquei desde o início a nossa gestão como uma gestão de continuidade. Então nós mantivemos os programas principais, mantivemos vários dos dirigentes do Ministério também, cerca de 40% da equipe da Senadora. Claro que imprimimos uma dinâmica própria, porque cada pessoa tem o seu perfil, cada pessoa tem o seu perfil, naturalmente a gente investiu muito na questão urbana e industrial, água, esgoto, lixo, também na questão do clima, tanto que houve algumas modificações. Mas em relação às questões que V. Exa. levanta, elas foram mantidas e intensificadas.

Então eu vou dar um exemplo. Por exemplo, a questão da educação ambiental. Nós incorporamos, nós lançamos um Programa Nacional de Educação Ambiental, nós criamos mecanismos que em todo grande licenciamento, algum recurso para a educação ambiental da área do entorno, em cada unidade do Instituto Chico Mendes uma área de educação ambiental para envolver as populações do entorno, os alunos das escolas públicas. Os nossos alunos muitas vezes não conhecem a nossa fauna e a nossa flora. Conhecem a girafa e o elefante, que são bichos até muito simpáticos, mas que a gente só tem aqui no jardim zoológico e não conhecem. Então agora a gente está fazendo muitas visitas guiadas nas unidades de conservação.

Bem, além disso, em relação à questão do extrativismo e dos seringueiros, castanheiros, que era uma das questões emblemáticas da Senadora Marina, era e é. Bem, logo que nós chegamos, Senador Suplicy, nós vimos que havia 56 reservas extrativistas, das quais apenas três tinham Plano de Manejo. E muitos seringueiros, castanheiros e outras categorias de extrativistas, eles estavam na miséria. Então muitos deles estavam cortando madeira e vendendo para madeireira ilegal e deixando o gado entrar na sua colocação na reserva extrativista para ficar com um bezerro de três nascidos vivos. Bem, então uma das nossas principais preocupações foi, primeiro, dar viabilidade para essa área, viabilidade econômica para impedir a decadência e o empobrecimento. Então o Presidente Lula assinou, também a nosso pedido, os preços mínimos para dez produtos extrativistas. Isso é uma coisa importante, porque no Brasil sempre houve preço mínimo para soja, algodão, açúcar, mas não tinha preço mínimo para castanha, borracha, pequi, babaçu, etc. Então nós garantimos isso. E mais: foi assinado... Depois eu tive que acompanhar a votação de cada um destes no Conselho Monetário Nacional, que é um subsídio implícito.

Bom, depois nós criamos também, conseguimos recursos, para uma rede de apoio à sociobiodiversidade, não só da Amazônia, mas também da Caatinga, do Cerrado, pessoas que vivem da biodiversidade sem destruí-la, desde do mel, de plantas, de essências, de fibras e até do processamento de óleos, xampus, cremes, questões essenciais para essa linha.

Então, como eu disse, só três reservas extrativistas tinham Plano de Manejo e não havia preços mínimos. Hoje nós temos os preços mínimos dos dez produtos e nós vamos concluir no ano que vem os Planos de Manejo de todas as reservas extrativistas e de 100 unidades de conservação.

Estamos numa linha também de apoio, por exemplo, tecnologias simples como TECBOR, que é a tecnologia da borracha, que até foi criada aqui na Universidade de Brasília, que é um equipamento que custa entre 16 e 18 mil reais e permite ao seringueiro não vender a bola da borracha, mas transformá-la numa lâmina fina, vender numa fábrica de sapatos, de calçados, de Manaus, de Belém ou de outro local e, com isso, melhorar a sua renda, garantir uma renda digna.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Em vários projetos, Ministro, têm acontecido isso, estão trabalhando.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Tem acontecido.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eles estão trabalhando.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Tem acontecido, eu sei disso.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Inclusive no meu Estado, no Amazonas.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: No seu Estado também, tem acontecido isso com certeza.

Então uma outra questão importante que nós fizemos foi junto com o Ministro Cassel. Nós assinamos uma Portaria conjunta garantindo aos trabalhadores do extrativismo, que são centenas de milhares, os mesmos direitos de um assentado da reforma agrária, ou seja, assistência técnica, financiamento da habitação, etc., que antes o extrativista não tinha e que a partir dessa Portaria conjunta do MMA e do MDA, do Ministro Guilherme Cassel, esses extrativistas passaram a ter então esses direitos, incluindo a assistência técnica e habitação.

Bem, V. Exa. também vê a questão, em suma, a questão social, a preocupação com vários aspectos. Eu quero dizer que nós conseguimos... A área ambiental estava muito isolada, por exemplo, da área da agricultura familiar e da área do sindicato. Então os nossos interlocutores eram basicamente as ONGs. E recentemente, também junto com o Ministro Cassel, nós firmamos um pacto com a agricultura familiar, com a CONTAG, com a FETRAF e com a MPA resolvendo praticamente todos os problemas em relação à reserva legal, APP, várzea dos rios para poder plantar o arroz na vazante, encostas para garantir as frutíferas plantadas e vários outros pontos que não estavam claros ou explícitos no Código Florestal. E recentemente, então, tivemos com os sindicatos, com a CUT, depois com outros sindicatos, garantindo um ponto, que eu já expliquei, que é a transparência, o direito de informação e de ser ouvido no processo de licenciamento. Com isso eu acho que a gente ampliou a base de interlocução do Ministério para além das ONGs com a agricultura familiar e, também, com a área sindical, que é muito importante, porque afinal o meio ambiente não é uma questão de grupo pequeno. Os sindicatos, a CONTAG, a FETRAF pegam milhões de agricultores familiares e milhões de agricultores sindicalizados e para cada um desses a ecologia é uma coisa diferente. A ecologia na Amazônia é reserva extrativista; para um trabalhador é tecnologia limpa; para um agricultor também é a agricultura orgânica e, também, a possibilidade de ele ter uma técnica para recuperar as suas nascentes e as matas ciliares e daí o pagamento por serviços ambientais tão importantes, que é o nosso pedido, o Presidente Lula também assinou essa Mensagem no dia 05 de junho desse ano.

Bem, V. Exa. também pergunta em relação aos recursos humanos. Nós conseguimos fazer um concurso para 400 pessoas, 225 para o IBAMA e 175 para o Chico Mendes. E o Presidente Lula também nos prometeu para a área de fiscalização, que está muito fraca, aliás, a fiscalização está puxando gente de outras áreas. Agora no combate ao desmatamento na Amazônia, que são os piores meses, junho, julho e agosto, nós tivemos que botar gente do IBAMA do Nordeste, de Brasília, do Cerrado, de várias áreas. É a teoria do cobertor curto, você não pode desguarnecer esses outros biomas, essas outras regiões como a Caatinga e outras que também estão sendo ameaçadas, no meu modo de ver, num ritmo até mais forte do que da própria floresta amazônica. Bem, então nós temos, sim, necessidades. Uma parte foi contemplada, esses mil foram prometidos, houve grandes discussões com o planejamento, hoje essa Mensagem está na Casa Civil, espero que seja enviada em breve para o Congresso e conto com o vosso apoio para podermos aprovar esse reforço.

V. Exa. falou também da MP 458, da regularização fundiária, quais eram as nossas expectativas e os cuidados. Eu quero dizer que o Ministério participou muito diretamente disso, nós colocamos o art. 15, que tem vários pontos da questão ambiental, o beneficiário vai ter que marcar a reserva legal, a APP, quem receber a terra e desmatá-la vai perder a terra, então há uma série de constrangimentos e incisos com preocupações ambientais, sobretudo no art. 15, que alguns Parlamentares tentaram destacar para derrubar, mas não foi derrubado, foi mantido o art. 15, que dá a defesa ambiental para a MP 458, da regularização fundiária.

Em relação a um dos pontos que foi muito criticado, nós e o Ministro Cassel, outros Ministros, pedimos para o Presidente Lula vetar e ele vetou o art. 7º, que não estava na Mensagem original, foi acrescentada no Congresso, que garantia que empresas pudessem ser beneficiárias de terras públicas federais e, também, que a exploração indireta, quer dizer, uma pessoa está em São Paulo, tem três testas de ferro lá com terra de posse ou de grilagem em área federal da Amazônia, então se beneficiaria. Então o art. 7º foi vetado.

Então eu acho que como qualquer procedimento tem que se ter um cuidado direto, nós estamos acompanhando isso muito de perto, mas achamos que ao contrário do que foi dito, Senador Suplicy, que o essencial da Mensagem é positivo e não negativo, porque a regularização fundiária é um inibidor da violência do campo e a regularização fundiária ajuda a fiscalização do desmatamento. É claro que algumas coisas poderiam ser melhores, a questão da fiscalização, mas nós estamos em cima e o processo já deu início, começando por esses 43 municípios do Arco do Desmatamento, aonde, como eu já disse antes, 21 já foram atendidos, 100 mil atendimentos aconteceram e

cerca de cinco mil títulos foram dados, mas o objetivo são em três anos 300 mil títulos.

E a sua última questão, também muito importante, pertinente, foi a questão do lixo, tanto do lixo que veio aqui da Inglaterra quanto do nosso lixo doméstico. Bem, em relação à questão da Inglaterra, eu quero dizer que esse fenômeno é antigo, Senador Collor, infelizmente não é a primeira vez que isso acontece. Quando eu era Deputado Estadual no Rio, ainda sou, só que eu estou no exercício aqui, quando eu era Deputado Estadual, em 1991 eu fiz uma Lei proibindo o Rio de receber lixo químico de outros países. Foi aprovada a Lei. Em 1992, chegou um navio da Bélgica trazendo lixo químico. Dois portuários foram intoxicados no Porto do Rio de Janeiro. Eu mudei o meu gabinete para o porto durante uma semana, até que com as autoridades portuárias e com os dirigentes sindicais, estivadores, portuários, nós lacramos o navio e mandamos de volta para a Bélgica. E nos anos seguintes, entre 1996 e 1999, nós descobrimos em três localidades da Baixada Fluminense lixo químico enterrado em Queimados, Belfort Roxo e Nova Iguaçu, originado da Itália, dos Estados Unidos e da Alemanha. Por que é que acontece isso?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ministro, só para esclarecer: esse lixo apreendido agora da Inglaterra, ele não é químico, ele é sucata?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, é doméstico.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Doméstico, sucata.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: É doméstico. Então o que é que acontece? Os países desenvolvidos têm Leis mais rigorosas e custos mais elevados. Seja para dar uma destinação final adequada para o lixo hospitalar, para o lixo doméstico ou para o lixo químico, isso custa muito, pode chegar de 100 dólares a tonelada até no caso de metais pesados, ascarel, pode chegar a 250 dólares a tonelada. Você enfiar isso num navio e mandar para ser enterrada na África, na Ásia ou até no Brasil, isso pode custar 50 dólares a tonelada. Então a diferença entre 250 e 50, você vê aí um ramo perigoso da pirataria ambiental e do tráfico de lixo. Você tem um ganho, quer dizer, você deixa de gastar legalmente 200 dólares. Multiplica isso por 100 mil toneladas, você chega em 20 milhões de dólares. Por isso que há várias quadrilhas. Não é que os Governos desses países estimulem isso, é claro que não. No meu modo de ver eles não tomam as medidas rigorosas que deveriam tomar. Até porque eticamente não é razoável que países mais ricos, que têm mais meios materiais, têm mais recursos, têm mais recursos tecnológicos, nós já temos dificuldades de tratar do nosso lixo, agora só faltava a gente ter que tratar do lixo dos países mais ricos, seja ele doméstico, hospitalar ou químico. Eu estive agora no Porto de Santos e depois nos portos do Rio grande até mandar de volta para a Inglaterra esse navio com o lixo doméstico, mas ilegal, porque na declaração da importação não estava que era lixo. O que estava escrito era que eram polímeros de estireno, portanto, material utilizado para transformação de plásticos e resinas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, me permita. O Brasil dava um mau exemplo e facilitava muito essa questão com a importação de pneu velho.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: E que agora, felizmente, mudou com a decisão do Supremo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, exatamente, mas isso criou um costume, criou uma cultura. Eu estive, por coincidência, no recesso na Inglaterra e cobrei inclusive de Parlamentares sobre essa questão. Disseram que as primeiras cargas lá atrás vinham com pneu velho e para formar o gestante do lastro se começou a mandar lixo e passou a ser uma atividade altamente lucrativa. Felizmente se pegou isso agora, porque é um absurdo o que estava se fazendo.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Mas, Senador, deixa eu lhe esclarecer uma coisa. São duas coisas completamente diferentes. Essa importação de pneus velhos era uma importação que era legal até o Supremo proibir há pouco tempo atrás e ela era declarada pneu, portanto, a declaração correspondia à carga e ia para empresas recicladoras. Eu fui um dos que fui para o Supremo para pedir que o Supremo vetasse. Levei técnicos, levei dados mostrando que o Brasil sequer cumpre uma Lei Federal, que V. Exas. aprovaram, que obriga a recompra de 25% dos pneus por parte das fábricas produtoras, e como é que a gente não conseguia reciclar o nosso e não fazíamos uma rede de coleta do nosso pneu inservível ou descartado e por que é que a gente ia trazer esse pré-lixo, que era o pneu? Veja bem, eu fui contra, fui no Supremo defender contra, nós ganhamos e agora eu estou em cima disso. O que está no porto e não foi internalizado, vai voltar. O que está nos portos e não foi internalizado vai voltar para o País de origem, a partir da decisão do Supremo. Mas o que entrava antes, entrava legalmente, correspondia à declaração e servia para pneus reformados. Nesse caso é completamente diferente. Eu descobri em Santos 20 containeres que entraram em 2005, com chumbo e cádmio, vindo dos Estados Unidos e da Itália, e o que constava na guia era material complementar para a produção de defensivos agrícolas, ou seja: 1º: Foi ile-

gal; 2º: Foi uma fraude; 3º: Vinte vezes mais perigoso que esse do lixo doméstico.

Então eu quero dizer que não só eu estive no Itamaraty, estive em Santos, estive no Rio Grande do Sul, mandamos pela primeira vez esse navio de volta para a Inglaterra, eu participei muito diretamente disso tudo, mas fiz reuniões em Santos, no Rio Grande do Sul e aqui em Brasília com os responsáveis dos Portos, da Aduana, da Receita, da Polícia Federal, do IBAMA, da ANVISA e etc., e na reunião aqui de Brasília, com vinte e cinco dirigentes de órgãos [soa a campainha] ligados a esse assunto, nós vimos o problema e tomamos medidas para que isso não volte a acontecer. Por exemplo, 85% da carga passa no canal verde e não deixa nem documento, que é uma coisa grave. Nós temos poucos scanners e raio X e nós não temos um trabalho de investigação para botar no canal vermelho vários produtos químicos ou supostamente vindos para a produção de plásticos, agrotóxicos ou defensivos, etc.

Bem, eu quero dizer que várias medidas já foram tomadas, em outra oportunidade eu posso até esclarecer que medidas são essas, Senador Suplicy. Nós vamos ter muito mais scanner e raio X, não vai ser mais 85% de canal verde e eu tive a oportunidade na semana passada, encontrando com dois Ministros, o Ministro da Inglaterra do Clima e o Ministro americano do Clima, o Todd Stern, eu cobrei deles posições e o Brasil vai ter um papel de protagonismo nisso: nós vamos alertar a África, o que é que está acontecendo com a África, e cobramos desses países, pela Convenção de Basiléia que nós somos signatários, o seu art. 9º diz que, mesmo sendo feito por uma empresa, o País de origem é corresponsável e ele também pode ser punido pelo fato de que as suas empresas exportam ilegalmente lixo químico para ser enterrado ou queimado na África, no Brasil ou em outros países. A gente está muito firme em cima disso, tanto no *front(F)* interno quanto no *front(F)* internacional.

Em relação ao nosso lixo, Senador Suplicy, eu anteontem publiquei um artigo na Folha de São Paulo junto com dois parlamentares, o Deputado Jardim, Arnaldo Jardim, que é o Relator do Projeto de Lei sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, que V. Exa. conhece bem, que também é da mesma Comissão. E curiosamente o título desse artigo era "O nosso lixo e o deles", muito a ver com a sua última questão, aonde nós falávamos do caso da Inglaterra para dizer que a gente tinha que se aperfeiçoar não só para não perceber mais lixo de outros países, seja ele doméstico, hospitalar ou químico, e para nós cuidarmos do nosso. No Rio de Janeiro eu fui autor da Lei de Resíduos e lá nós estamos implantando aterros consorciados com recursos estaduais e da FUNASA, recursos federais, e essa Lei que está para ser aprovada, e eu faço um apelo ao Parlamento como um todo, ela está tramitando há quatro anos, o Substitutivo é muito bom, ela prevê várias coisas inovadoras, inclusive do processamento industrial desse lixo até gerar oportunidades, a logística reversa, ou seja, os comerciantes ou fabricantes serem também corresponsáveis para recuperar embalagens e outros aspectos e dar uma destinação, inclusive para pilhas, baterias, etc., e eu faço um apelo a esse Parlamento também no sentido que nós aprovemos essa Lei Nacional de Resíduos Sólidos, que tanto vai ajudar a tratar corretamente os resíduos no Brasil.

E, então, o Senador Antonio Carlos Valadares, do Sergipe, colocou várias questões, mas, sobretudo duas mais relevantes que chamou a atenção: os ribeirinhos do São Francisco, a redução da vazão de 1300 para 700 no Sobradinho. Eu quero dizer, Senador Valadares, que eu estou tão preocupado como V. Exa. e determinei à ANA – Agência Nacional de Águas, que é uma agência, mas faz parte do nosso Ministério, que não aceite isso, que faça Audiências Públicas, que veja os estudos técnicos e, se for para reduzir e aumentar a geração de energia ou a disponibilidade hídrica, veja se é possível passar de 1300 para 1200 ou 1100; seguramente passar de 1300 para 700m³ por segundo, seguramente vai inundar uma área muito grande. Eu determinei todo o cuidado à ANA, que não aceite esses números, que proceda a Audiências e que trabalhe com as simulações dessas populações, os Prefeitos da região, que trabalhe com dados técnicos definitivos. Que o setor elétrico precisa de mais água, é razoável. Agora que isso seja feito inundando grandes áreas e afetando a população, não é razoável e tem que se encontrar um termo que melhore essa disponibilidade hídrica, mas não inunde a população. Eu estou ligadíssimo nesse assunto, dei instruções precisas--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): No caso aí não é inundação, é ao contrário.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: É ao contrário, ou seja, a inundação é na construção da cheia e no caso seria faltar, porque você vazaria muita água e diminuiria o tamanho dos depósitos, o tamanho obrigatório dos depósitos. Mas, então, seja pela disponibilidade hídrica, tanto água para o consumo, água para a geração de energia, seja o impacto ambiental na região do entorno aumentar ou diminuir, no caso a proposta inicial do setor elétrico, que nos surpreendeu, é muito forte, que é praticamente passar para a metade. E nós demos uma orientação tanto para a ANA quanto para o IBAMA que não tomem nenhuma medida sem

ouvir os Prefeitos, fazer Audiência e consultar os dados técnicos.

Por fim, Senador Valadares, em relação ao Fundo de Revitalização do São Francisco. Eu quero dizer que eu sou favorável, eu sou favorável ao Fundo, nós já estamos gastando na revitalização muito mais do que 250 milhões, esse ano deve ter sido cerca de 1,5 bilhão com obras de saneamento, de recuperação. Então realmente esse Fundo deveria ser ampliado o valor dele e não deixado de se aprovar. V. Exa. pode estar certo que eu vou falar com o Presidente, com as nossas autoridades, se bem que é uma questão que está no Senado, na Câmara, no Congresso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E o Presidente, Ministro, tem um compromisso público.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: V. Exa. falou que foi público na região. Agora eu quero lembrar a todos que essa matéria está na Câmara, está no Senado, está no Congresso, e que, é claro que nós não somos ingênuos, claro que uma palavra do Executivo ajuda, agora não vamos imaginar... A gente tem que manter também a independência dos Poderes, não vamos imaginar que é o Executivo que vai fazer ou deixar de fazer com que uma matéria seja aprovada. Agora da minha parte eu posso me empenhar que o Presidente Lula pelo menos sinalize para os seus líderes no Congresso, essa era a sua reivindicação, porque não cabe a nós, do Poder Executivo, dizer o que é mais e o que é menos importante, impor um ritmo ao Parlamento.

Ao Senador João Pedro, meu companheiro do PT do Amazonas, estivemos várias vezes juntos em várias questões relevantes. Ele levanta várias questões, questões de ordem geral, filosóficas, políticas ambientais relevantes, política a ser definida de fora como o caso da Transamazônica, que o Governo Lula rompeu com esse paradigma, a questão das Forças Armadas em terras indígenas. Eu concordo com isso. Nós temos discutido com as Prefeituras, por exemplo, no final do ano passado, início desse ano, o Presidente Lula pediu que eu falasse com os quarenta e três Prefeitos das áreas que mais desmatam. Nós fomos lá falar e isso foi uma das bases da Operação Arco Verde. Nós temos tido muitas discussões com os assentamentos, com o INCRA e com o MDA no sentido que os assentamentos façam a reserva legal sob a forma de corredor florestal e não só sob a forma de tabuleiro de xadrez, temos conversado também com a questão das terras indígenas, abrimos uma carteira indígena dentro do Ministério, assim como uma carteira de desertificação, temos essa ideia. V. Exa. falou do Parque de Juruema, eu estive no Parque de Juruema, um Parque Nacional, lá dentro tem garimpo ilegal, gado ilegal, fábrica ilegal de palmito, desmatamento ilegal, dentro de um Parque Nacional. Por aí a gente vê o descalabro que existe no País.

V. Exa. fez longas considerações sobre a BR-319, longas considerações sobre a importância dessa BR, sobre a questão das populações que vivem no entorno dela e na questão, em suma, de compatibilizar. Eu quero dizer em relação a isso, Senador João Pedro, já falamos sobre esse assunto várias vezes, temos uma Audiência marcada sobre esse assunto com V. Exa. e com a bancada do Norte. Eu quero dizer a V. Exa. o seguinte: eu, como até um passado recente, o Governador Eduardo Braga tinha uma ideia e até recentemente também o Governador Cassol, de Rondônia, tinha uma ideia que seria mais interessante uma ferrovia, que a ferrovia não gera a espinha de peixe. Muito bem. E, talvez, até também uma hidrovia melhorando as condições do Madeira, fazendo algumas obras, contratando barcos de fundo mais velozes, mais eficientes, de menor calado para poderem também trafegar na época da estiagem, da seca, mas o Governo resolveu essa história da estrada. Então isso aí está acima de mim. E a partir daí nós criamos, como eu disse, um grupo de trabalho do qual participou o Governo do Amazonas, a Universidade Federal, o Governo de Rondônia, três Ministérios, o IBAMA, o Chico Mendes, etc. Esse grupo de trabalho, em novembro, publicou as pré-condições. Eu sei que a BR-163 não é idêntica à BR-319, até porque a BR-319 tem 820 quilômetros, dos quais 200 quilômetros de cada ponta continuaram com asfalto e nós até licenciamos melhorias nas duas pontas. Nós estamos falando daqueles quatrocentos e poucos quilômetros no coração dela, que já existiam no passado, mas que a floresta tomou conta, que é essa que exigia um cuidado especial.

Então o que eu tenho dito, e eu quero dizer que nunca ofendi ninguém, nem fui para frente, nem fui para trás, é porque as pessoas acham às vezes que a licença vai sair de qualquer jeito, vai sair no grito, vai sair no tranco, mas isso realmente não vai acontecer. O que eu disse é o seguinte: que foram estabelecidas regras e que uma vez essas regras sendo cumpridas sairia a licença. O porquê dessas regras é porque essa região é a região mais preservada da Amazônia e nós temos agora um Plano de Mudanças Climáticas que prevê a redução do desmatamento, temos um Fundo Amazônia que já está com um bilhão de dólares e não podemos destruir isso tudo, vamos ter uma posição agora em Copenhagen, então essas normas vão ter que ser cumpridas. Então em relação à questão do licenciamento--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O Fundo pode ser aplicado aí nesse território, não pode?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, o Fundo é para ser aplicado em projetos da Amazônia, é um fundo perdido, os Governos têm assento, o Governo do Amazonas, que é o seu Estado, será seguramente um dos primeiros contemplados com recursos do Fundo Amazônia, com o pagamento de serviços ambientais, para a construção de corredores da biodiversidade, já comuniquei isso ao Governador Eduardo Braga, entidades como o Museu Goeldi, o INPA e vários outros também serão contemplados porque a ciência e tecnologia é fundamental para um outro modelo de desenvolvimento sustentável da Amazônia. O que eu quero dizer--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ministro, é possível aí nisso o Conselho Nacional do Seringueiro--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Tem assento no Fundo da Amazônia.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --ter acesso a esse recurso, o Conselho?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Claro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A COIAB, dos índios?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: A COIAB, ela tem assento e voto no Fundo Amazônia, Senador. O Presidente, se V. Exa. me permite concluir esse--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou perguntando o seguinte: o assento eu conheço aqui, nós vamos aqui, eu fui o Relator.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: O projeto, V. Exa. foi o Relator.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero saber se essas instituições de lá podem ter acesso a projetos.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Claro, os projetos, veja bem, já houve quatro reuniões do Fundo Amazônia, o COFA, que é o Comitê Orientador do Fundo Amazônia. O agente que aplica o recurso é o BNDES. O Fundo Amazônia é um Fundo privado que está dentro do BNDES. A gente fez isso para não ser contingenciado e também foi aprovado em Lei para não pagar imposto. Eu quero dizer que o modelo está no site do BNDES, o Fundo Amazônia. Nós agora estamos, os nossos dirigentes do MMA e do BNDES, estão indo para a Amazônia para mostrar para a Prefeitura e para as populações como fazer projetos para serem financiados pelo Fundo Amazônia. Então todas essas reuniões do COFA, que eu presido, foram para estabelecer critérios mais específicos. O critério geral consta no Decreto do Presidente, que diz que o Fundo Amazônia pode ser para sete coisas: projetos extrativistas, pagamento por serviços ambientais, empreendimentos de baixo impacto, recuperação de áreas degradadas, implantação de unidades de conservação com ecoturismo, etc. e etc., ou seja, a finalidade geral está no próprio Decreto que o criou. Agora o específico, como apresentar, em que modelo apresentar, o que é que pode, o que é que não pode, foi discutido, está no site e também o nosso pessoal está levando para a Amazônia para explicar melhor para os potenciais preponentes, Fundações, Prefeituras, Governos Estaduais, iniciativa privada, seringueiros, como V. Exa. mencionou.

Então, Senador João Pedro, eu gosto bem que V. Exa. tenha colocado essa questão, que me permite esclarecer mais uma vez um ponto. Na verdade eu, apenas de não achar que essa é a melhor solução para aquela área, uma vez tendo uma definição do Governo nós passamos para fazer um licenciamento de alta qualidade e baixo risco. Eu também não era favorável a Angra 3 e nós licenciamos colocando vários condicionantes fortes e necessários. Nesse caso, igual, só que não fui eu quem determinou as condicionantes. Algumas das pré-condições foram estabelecidas por um grupo de trabalho, foi publicado no D.O. e eu anexei ao processo. O que acontece é que essas condições são fortes mesmo. Por exemplo, você tem que implantar os dez Parques Federais, os nove Estaduais do Amazonas, os outros nove de Rondônia, implantar previamente. O que é que significa implantar? Não é um parque no papel, porque parque no papel foi o que aconteceu na 163, você criou um distrito no papel e quadruplicou o desmatamento entre a LP, dada pela Ministra Marina em 2005, e hoje quadruplicou o desmatamento exatamente porque as unidades não foram implantadas. Implantar significa... Demarcar significa colocar marcos, regularização fundiária, ter uma sede, ter gente para tomar conta, senão é uma unidade ficcional, é uma unidade no papel e assim você não protege, não defende a área mais importante.

Então o que está acontecendo é que o Ministério dos Transportes, que V. Exa. conhece, acompanha, o Ministro é da vossa região, o Ministro Nascimento, o DNIT, o Governo do Amazonas, porque agora o Governador, que era contrário à obra, passou a ser favorável à obra, está ajudando, o Exército que foi também contratado para ajudar a fazer a demarcação, e até o Chico Mendes que recebeu uma parte de um recurso para implantar as unidades federais, que é só uma parte, porque têm as unidades do Amazonas, de Rondônia e as federais e tudo isso tem que estar com gente tomando conta lá dentro, com a casinha com gente tomando conta. Isso foi publicado em novembro. Ninguém contestou na época. Agora eu sofri uma forte pressão, ela foi pública, no sentido de dar licença antes que as condições fossem cumpridas.

Eu quero dizer a V. Exa. que eu não farei isso, inclusive se o IBAMA fizer isso ele vai ser processado pela justiça, porque ele está amarrado àquelas condições. O dia que as condições forem cumpridas o processo de licenciamento pode avançar. Antes de elas serem cumpridas não há pressão política de órgão federal, de parlamentar, de quem quer que seja, que faça a gente dar uma licença na área mais preservada da Amazônia sem que as condições acordadas com o próprio Ministério do Trabalho, os Governos e a Universidade sejam previamente e completamente contempladas. Então eu não insultei ninguém, não me indispus com ninguém, apenas não aceito que a licença saia sem o cumprimento daquelas normas. No grito não sai a licença, tem que cumprir o que está lá. Não vamos permitir que aconteça com a 319 o que aconteceu com a 163. É diferente, é verdade, mas lá quadruplicou o desmatamento porque a licença que a Ministra Marina deu, a LP foi de 2005, não implantou previamente e quadruplicou. Então nessa a gente quer que previamente... A gente tem que aprender, a gente tem que aprender, se eu estivesse na época talvez eu fizesse a mesma coisa por inexperiência, mas agora a gente tem que aprender com os erros e aí vai mesmo cumprir à risca tudo. Se cumprir, tem a licença; se não cumprir, não tem a licença. Não há pressão política que nos faça desviar desse caminho. Isso não significa querer intervir na população, não significa de fora para dentro, não significa querer passar por cima de alguma vontade. Significa seguir à risca a norma que foi definida e publicada e consta dentro do processo de licenciamento.

E, por fim, então o Senador Heráclito Fortes, 12º--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ministro, antes de passar para ele, quem tem que cumprir? Quando V. Exa. fala--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: O empreendedor, é quem propõe a obra que tem que cumprir, é o empreendedor.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O Estado não tem que cumprir, não tem que fazer?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Todos têm que cumprir. Eu repito, eu já entendi a vossa pergunta, eu entendi a vossa pergunta e vou responder.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Porque aí V. Exa. fica numa posição muito cômoda. Desculpa.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, eu não estou numa posição cômoda, eu estou numa posição muito pouca cômoda, porque todos os dias eu recebo--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): No dia que cumprirem... Nós temos que dizer o seguinte: nós temos que cumprir, nós, Governo, ou tem Governo A, Governo B?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Senador João Pedro, eu vou--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V. Exa. é Ministro de Estado.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu vou esclarecer a V. Exa. Um empreendedor, público ou privado, ele apresenta um projeto. Pode ser de uma hidroelétrica, de uma estrada, de uma ferrovia, qualquer projeto. O órgão ambiental licenciador, ele coloca as condições: "Eu vou lhe licenciar, tome tais medidas de proteção". São diferentes, segundo a natureza dos empreendimentos propostos. Ou seja, quem é responsável por cumprir as exigências colocadas é o empreendedor. Para tal, em muitos casos ele tem que acionar outros órgãos, mobilizar recursos, como tem feito o Ministro Nascimento, que foi Senador dessa Casa, e o DNIT. O que é que eles fizeram? Conseguiram recursos, contrataram o Exército, o Exército está no terreno fazendo a demarcação. Passaram recursos para o Chico Mendes para fazer os abrigos ou as instalações até para os fiscais poderem estar lá, isso tem que ser licitado, tem que ser feito. É bom dizer, para V. Exa. ter uma noção, que essas normas, não foram feitas pelo nosso Ministério, mas por três Ministérios, dois Governos e a Universidade, foram publicados em novembro. O recurso que foi passado do Ministério, DNIT, para o Exército e para o Chico Mendes, por exemplo, para instalar apenas das dez unidades federais as instalações para que os fiscais possam atuar lá, esse recurso foi repassado deve ter sido aproximadamente há duas semanas, embora a norma tenha sido publicada em novembro do ano passado. Então quem é o responsável por cumprir as condições? O empreendedor. Para isso ele tem, empreendedor, que mobilizar o Exército, o Governo do Estado, o Governo do Estado de Rondônia, o Chico Mendes, em suma, todo mundo para que aquelas condições sejam cumpridas para permitir ter uma autêntica estrada parque que garanta acessibilidade sem destruir a Amazônia na sua área mais preservada, ou seja, a responsabilidade é do empreendedor. Para tal, ele mobiliza, como tem mobilizado de fato, no meu modo de ver com muito atraso, porque as coisas estão acontecendo agora e as normas são de novembro do ano passado, mas até cair a ficha que as exigências eram para valer mesmo, muitos achavam que iam conseguir a licença no grito, na pressão. Isso não vai acontecer. Então grande parte do *stress* que foi criado em relação a isso não foi de eu ser contra, porque eu também era contra Angra e licenciamos Angra. Estabelecendo as condições, elas têm que ser cumpridas. Nós fizemos uma vistoria em maio, uma

vistoria e maio e 90% das condições não estavam cumpridas. Tem que estar cumprida para cada unidade de conservação. Então essa é a questão.

E, por fim, o Senador Heráclito Fortes, que levantou também questões sobre a Transnordestina, que foram esclarecidas, a Transnordestina está licenciada em 70% e a parte do Piauí vai ficar licenciada até 30 de agosto. E o porto, que deu entrada agora, está em processo, está em processo de licenciamento.

Ainda o Senador Heráclito Fortes falou sobre outras questões relevantes, mas basicamente essas.

E, por fim, o último Senador, Mão Santa, do Piauí, falou sobre a carcinocultura, o camarão do delta do Parnaíba, que o IBAMA no passado chegava multando as 16 fazendas. Eu entendi que eram fazendas de camarão, portanto, de carcinocultura, portanto, fazendas subaquáticas, geralmente no litoral, que o Piauí tem fracos índices de desenvolvimento e que essas atividades têm que ser compatibilizada. Eu quero dizer que nós recentemente, por minha iniciativa, a pedido do então Secretário e hoje Ministro da Pesca, nós aprovamos no CONAMA uma Resolução simplificando todos os tipos de piscicultura e carcinocultura. E por que eu me empenhei tão pessoalmente nisso? Porque a pesca tradicional, sobretudo a pesca de arrasto e outros tipos de pesca, ela pressiona as espécies que estão sobreexplotadas, ameaçadas de extinção, no mar, nos rios. A aquicultura ou a piscicultura ou a carcinocultura ou a maricultura, no caso dos mariscos, também cultivados, ela é ótima, porque ela aumenta muito a produção de alimentos e não faz uma pressão nas espécies que estão no meio ambiente ameaçadas. Então nós combinamos com o Ministério da Pesca, nós tivemos uma árdua e longa discussão para a criação do Ministério, porque tinha competências do IBAMA, houve um stress, mas nós acabamos chegando a um ótimo termo com o Ministro Gregolin, que é um ótimo companheiro, com quem temos inclusive feito a fiscalização da pesca predatória da lagosta e de várias outras em conjunto, como deve ser. Então que é o que acontece? Nós fizemos a seguinte combinação: o Presidente Lula quer que em cinco anos praticamente dobre a produção do peixe, do pescado, e as pessoas ficaram preocupadíssimas, que várias espécies sobre estão sobreexplotadas e essa pressão poderia significar a queda deles, como aconteceu com a lagosta, que hoje a gente está com 40% do que estava há 12 anos atrás, sabe o Senador Collor, que é da região do Nordeste, que é importante, a lagosta já não está mais com os 14 cm, já está com 13, com 12, aí já não entra no mercado americano e a pesca predatória faz com que o filho do pescador não possa depois plantar(sic), porque você vai impedindo a reprodução dos estoques pesqueiros. Então o que é que aconteceu foi que a gente combinou, e pusemos isso no papel, que de todo o avanço da produção de pescado, que é fundamental para combater a fome e melhorar a nutrição, botar um peixe fresco e barato na mesa da população é um sonho, que 90% desse aumento seja em cima da piscicultura e não em cima das espécies que estão sobreexplotadas e que têm a sua reprodução ameaçada.

Então eu quero dizer para o Senador Mão Santa, que já não se encontra aqui, mas vai ver depois a transcrição dos anais, até o vídeo da TV Senado, que nós estamos simplificando o licenciamento [soa a campainha], claro, impedindo que se destrua os manguezais, porque uma parte pequena dessa carcinocultura, se instala numa área que tenha manguezal e acaba destruindo manguezal, isso não pode ser, mas preservando o manguezal nós somos completamente favoráveis, que gera muito emprego, aumenta a oferta de peixe sem afetar a reprodução das espécies e do meio ambiente que estão sobreexplotadas.

E, com isso, eu respondi aos 13 Senadores que me colocaram questões--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Está faltando, Ministro Minc, a BR-317.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Senador João Pedro, não sou eu que dou a palavra, quem dá a palavra é o Presidente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Da BR-317 eu fiz a pergunta, o licenciamento da BR 317.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: O licenciamento da BR-317, pelo que me foi informado agora o último prazo é segunda de tarde e eu quero dizer que os prazos anteriores me foram dados pelo IBAMA, mas o IBAMA acabou sendo atropelado, porque o Governo sempre põe em cima. A prioridade era a Transnordestina. Como a gente tem pouca gente, foi todo mundo para a Transnordestina. Está prometida a 317, que tem baixo impacto e vamos passar inclusive a fase da LI para o próprio Estado licenciar, já temos esse entendimento com o Governador Eduardo Braga.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): No início dessa semana que vem?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: No início dessa semana que vem. Está aqui o chefe do licenciamento, no início dessa semana que vem, o licenciamento da 317.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Segunda-feira, às 15 horas, nós estamos--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Então quem tem que assinar a licença está--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O Amazonas está assistindo e agradece.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Obrigado.

Presidente Collor, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, agradeço a oportunidade, o alto nível das questões e espero ter respondido pelo menos no essencial os questionamentos que a mim foram dirigidos. Agradeço ao seu convite, a sua presidência e a condução dos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal nós queremos agradecer a presença do Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, seis horas de reunião, de debates, de perguntas, respostas, eu acho que isso contribuiu, essa Audiência Pública contribuiu e muito para que fossem esclarecidas diversas indagações que cada um de nós, Senadores, tínhamos nesse aparente conflito entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico. E estamos vendo, pela disposição do Ministro Minc, que o Governo Federal está caminhando de uma forma célere para que haja um perfeito entendimento dessas duas facetas e que possamos, finalmente, chegar ao desenvolvimento sustentável que todos nós desejamos.

Antes de encerrar a presente Sessão, eu gostaria de colocar em votação o requerimento apresentado pelo Senador Delcídio Amaral que "Requer, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta no âmbito dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Comissão do Meio Ambiente, para tratarmos das questões relacionadas ao Conselho Administrativo de Direito Econômico, convidando para essa Audiência Pública os senhores Arthur Badin, Presidente da CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico, representantes das Agências Reguladoras e representante da Casa Civil". A solicitação da Audiência conjunta encontra-se justificada nos termos em que o Senador Delcídio Amaral apresenta, razão pela qual eu peço o apoio dos nobres pares a presente iniciativa.

Coloco em discussão o presente requerimento. Como não há quem queira discutir, coloco em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o requerimento do Senador Delcídio Amaral.

Antes de encerramos a presente Sessão, eu gostaria de lembrar aos senhores membros desta Comissão da nossa próxima Reunião, no próximo dia 17 de agosto, segunda-feira, às 18 horas, dentro do círculo de debates Agenda 2009/2015, com a presença dos seguintes expositores: Dr. José Márcio Camargo, Economista PHD em Economia pelo MIT, foi Consultor do Banco Mundial e da OIT e é Professor da PUC/RIO; Dr. Ralph Lima Terra, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base; e do Dr. Eduardo de Freitas Teixeira, Economista, Sócio-Diretor da Empresa CRETA Planejamento.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 14h01.

Ata da 24ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 17 de agosto de 2009, às 18 horas, No Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dezoito horas do dia dezessete de agosto de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador FERNANDO COLLOR, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores Gilberto Goellner e Mão Santa. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência anuncia o motivo da Reunião, informando que a Audiência Pública atende à Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, proposta pelo Senador Fernando Collor, e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello, e aprovada em 26/03/2009, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Ralph Lima Terra – Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base Dr. Eduardo de Freitas Teixeira – Economista, sócio diretor da empresa Creta. O Presidente convida os participantes a comporem a mesa.. O Senador Fernando Collor concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores Gilberto Goellner e Mão Santa. EXTRAPAUTA: ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009-CI Requer nos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Ministro de Minas e Energia, Édison Lobão, para discorrer sobre as tratativas e propostas do Marco Regulatório do Pré-Sal. Autor: Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovado Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às vinte horas e

trinta e cinco minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e publicada juntamente com a íntegra do registro da Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo e que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião, dentro do ciclo de audiências públicas promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, chamado: "Agenda 2009/2015, desafios estratégicos setoriais", destina-se à apresentação do nosso segundo painel: "Infraestrutura e retomada do crescimento econômico, visões da crise". Dentro do primeiro desafio que foi iniciado na semana passada, que tem como tema geral: "Infraestrutura para inovação e desenvolvimento".

A agenda 2009/2015, sobre desafios estratégicos setoriais que a infraestrutura brasileira precisa superar, para que o nosso país retome e potencialize seu crescimento econômico está dividido em diversos painéis, para cada grande desafio identificado, contando com a participação de especialistas de notório conhecimento em suas áreas de estudo e atuação.

Apresentamos aqui o nosso folder, que contém, onde está incluído o programa dos sete painéis que compõe o primeiro desafio, "Infraestrutura para inovação e desenvolvimento", aqui está nos meses de agosto, setembro.

Hoje, como disse, o painel é "Infraestrutura e retomada do crescimento, visões da crise", com os seguintes participantes, que eu convido para que tomem assento à Mesa. O Dr. Ralph Lima Terra, vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base e o Dr. Eduardo de Freitas Teixeira, ex-Ministro de Estado, ex-Presidente da PETROBRAS, Economista, Sócio-Diretor da Empresa Creta Planejamento. Por favor, Dr. Eduardo Teixeira.

O tempo destinado a cada Palestrante é 25 minutos, sempre com alguma tolerância. Após as exposições dos Srs. palestrantes, será facultado a palavra aos Srs. Senadores, que desejarem fazer as suas indagações e aí o tempo vai depender do interesse suscitado pelo tema, ensejado pelos Srs. palestrantes.

Passo a palavra, inicialmente, ao Prof. Ralph Lima Terra, para fazer a sua exposição.

SR. RALPH LIMA TERRA: Eu agradeço o professor.

Boa tarde, boa noite às senhoras e senhores. Inicialmente agradecer ao Senador Fernando Collor, o convite, a oportunidade de estar aqui apresentando para os senhores a visão da ABDIB sobre o andamento e o futuro da infraestrutura brasileira. Então, eu preparei aqui uma série de slides e, nos próximos 25 minutos, eu vou detalhar os principais segmentos de infraestrutura.

Bom, a ABDIB é uma entidade nacional, com sede em São Paulo, escritório no Rio de Janeiro e em Brasília, fundada em 1955, que tem como principal missão colaborar pra melhoria do ambiente de negócio e criar condições para estar investimento de todos os parceiros públicos e privados em torno da infraestrutura. É composta pelas principais empresas, que produzem bens e serviços para a infraestrutura e indústrias de base.

Em 2008 foram 144 grupos empresariais, que faturaram 345 bilhões de reais, o que correspondeu a, aproximadamente, 15% do PIB e com 318 mil empregos diretos. É importante frisar que o setor é altamente verticalizado e terceirizado. Aqui a nossa agenda permanente são cinco pontos, que é, digamos assim, o ideário que nós procuramos não nos distanciar.

A primeira coisa, a ratificação da importância do capital privado na infraestrutura. Não tem aqui nenhum preconceito quanto a importância do capital público, mas é que nós entendemos que será via a participação cada vez maior do capital privado, juntamente com os recursos públicos, que a infraestrutura vai se desenvolver no Brasil. Para isso é fundamental termos leis, marcos regulatórios estáveis, claros, representando compromissos formais entre o interesse público e o privado, muito fácil de falar e tem sido muito difícil de executar.

O terceiro, a consolidação da autonomia e independência dos entes reguladores, como órgãos de Estado, não como organismos de Governo, mas de Estado, do Estado Brasileiro. Isso para nós é fundamental.

Outra coisa importante, que conversamos agora a pouco com o Senador Fernando Collor, a ausência, para nós a agenda permanente é a definição de um conjunto de projetos estruturantes, isso é uma coisa que o Brasil perdeu ao longo dos últimos 20 anos. Nós temos que ter permanentemente um conjunto de projetos, de grandes projetos que ajudam a desenvolver o país.

E a criação de mecanismos alternativos para financiamento e captação do capital privado. O BNDES tem um orçamento, hoje, cada vez maior a cada ano

que passa, mas se mostra insuficiente para o tamanho do desafio brasileiro.

Há 15 anos atrás, mais precisamente 13 anos atrás, nós não tínhamos nenhuma dessas leis e nenhuma dessas agências. Começou com a lei de concessão de 1995, depois as agências reguladoras a nível Federal, hoje, nós já temos 21 agências a nível Estadual e cinco agências a nível municipal, isso é o início do desenvolvimento de uma nova era na infraestrutura.

Temos a Lei de Parceria Público Privada, que foi intensamente discutida e ainda muito pouco utilizada no país, ela já existe desde 2004. Temos finalmente, a Lei de Arbitragem, que era um tabu e que hoje faz parte de uma série de instrumentos reguladores, considerado importante, principalmente do ponto de vista do investidor privado internacional.

Nós temos a figura dos FIPs, que são os Fundos de Investimento em Participação, instrumento utilizado com muito sucesso na América do Norte e na Ásia e que agora começa a se desenvolver no Brasil. Nós já temos sete FIPs, ainda muito pouco, mas já é o início e uma série de regulamentos que dão sustentação a essa modelagem.

Aqui, o orçamento do BNDES. Eu não sei se está dando para todo mundo observar, desde 2001, nós acompanhamos na ABDIB, a evolução dos desembolsos do BNDES para o ramo de atividade. A gente observa que o total vem num crescendo em 2001 eram 25.2, em 2008 nós chegamos num total de 90.9. E já estamos em 2009, acumulado até junho em 41.9. A gente observa que os valores na área de infraestrutura crescem na mesma proporção, mas, ainda assim, insuficientes perto do tamanho do desafio brasileiro.

Aqui um quadro geral da evolução do crédito no Brasil. 98, 99 começou a cair, despencou até 2002 e, partir daí, começamos a recuperar e observem o desempenho nos dois últimos anos. 2008 chegamos a 41.3% do PIB, o que é um valor extremamente significativo.

Agora, eu vou rapidamente mostrar a participação do investidor privado em cada um dos principais segmentos de infraestrutura, sempre para a infraestrutura, a visão é sempre acompanhar a infraestrutura.

Aqui na área de energia elétrica, de 99 a 2008, a gente observa que foram efetivados 5.360 megawatts com os recursos públicos, 13.761 com recursos privados, o que dá acumulado de 99 a 2008, isso não é o estoque a existência do parque energético brasileiro, mas você observa, nós todos podemos observar que o capital privado teve um papel fundamental nesses dez anos na área de geração de energia.

Na área de transmissão mais ainda, 23 mil quilômetros, dos 32 mil que foram construídos com recursos privados e na área de distribuição um pouco menos, mas ainda assim, significativo, 66% privado e 34% público.

A questão das usinas na área de geração, a gente observa que, por exemplo, nos dois últimos anos, 2007, 2008, mais da metade, 51% em 2007 e 60% em 2008, com recursos privados, no caso 49 público e 40 recursos públicos em 2008.

Na área de energia renovável, foram identificados 3.299 megawatts pelo primeiro grande certame coordenado pela Eletrobrás. A gente pode observar que, com a divisão interessante em nível de PCH biomassa e eólica, uma quantidade de projetos muito grande, pequenos projetos, mas multiplicados em todo o país.

Veja a questão da linha de transmissão, mais de dez anos, a grande maioria com realizados com recursos privados, ou seja, é uma demonstração de que quando as regras são estáveis, claras e objetivas, o investidor privado vem. Era aqui uma participação, num primeiro momento, com empresas nacionais, mas numa segunda etapa, com forte participação de investidores estrangeiros: Espanhóis, portugueses, italianos de uma forma geral, ou seja, é altamente atrativo.

Aqui a questão do petróleo, que todos nós hoje estamos sob o impacto da discussão do pré-sal e o que isso vai significar para o país, mas antes do pré-sal, foram realizadas dez rodadas, sendo que a oitava não concluída, fora da zona do pré-sal e vocês observem a quantidade de empresas e grandes empreendedores internacionais na área de petróleo e gás, que vieram se estabeleceram no Brasil, firmaram os contratos e estão investindo.

Então, independente do pré-sal, essa atividade já vinha sendo muito importante para o desenvolvimento da economia brasileira e agora com o pré-sal, cada vez mais, não é?

A questão das rodovias. Mais uma vez, nos últimos dez anos, 30.6% com recursos federais e 69.2 com recursos na área Federal, na área Estadual e municipal. A próxima, nós vamos ver a concentração da participação.

Na área ferroviária, essa é uma área que não tem tido um bom desempenho. O nível de malha concedida não cresce há muitos anos, simplesmente foi feito um trabalho para recuperar a malha que já existia e que não estava sendo efetivamente utilizada.

Os portos. A gente repara que o desempenho bastante diferente, por exemplo, na área de energia, mas aqui os portos regime sob concessão, delegação e autorização, corresponderam a 99% do que foi feito

após 2007. Isso é uma área ainda, francamente, a ser desenvolvida.

Aeroportos. Hoje, praticamente, todos os aeroportos no país são administrados pela Infraero. Nós temos 67 aeroportos de passageiros, 32 de carga e 80 de suporte, todos eles carentes e necessitando investimento de forma significativa.

A área de telecomunicações, talvez tenha sido a área, percentualmente, que mais recebeu investimento no país, nos últimos 15, 20 anos. E, hoje, apesar de problema aqui e ali é uma área que está suficientemente bem instalada, continua necessitando de investimento, mesmo porque, o nível de obsolescência, desenvolvimento técnico é muito grande nessa área.

A questão do saneamento. Levamos 19 anos discutindo o marco regulatório, finalmente, a lei foi sancionada em janeiro de 2007 e a gente já começa a observar um desenvolvimento muito interessante, os valores ainda muito aquém daquilo que o país precisa, mas já dando demonstrações claras de crescimento e que os resultados vão aparecer.

Esse é um fleche de cada um dos setores. Agora, eu vou mostrar para os senhores, os números com os quais a ABDIB trabalha e acompanha anualmente o desempenho de investimento em infraestrutura no Brasil.

Parecer brincadeira, mas de 2003 e para cá, vem num crescendo com um perfil muito interessante. A ponto de 2008, nós conseguirmos contabilizar e identificar 106.8 bilhões de reais.

Com esse perfil, o público ainda prevalecendo sobre o privado. Observa que a diferença era muito pequena e começa a aparecer um pouco mais de investimento público, em função das altas somas de investimento na área de petróleo e gás. Apesar de não ser uma empresa pública, a PETROBRAS, para efeito de controle está sendo considerado como uma empresa de capital público aqui.

Agora por setor. O que o Senador, nós estávamos conversando ali há pouco. Telecomunicações, 100% privado. Saneamento, 95% público e só 5% privado. Geral, de uma forma geral, um pouco equilibrado, mas petróleo e gás 91% público e 9% privado. Destacar que, há 15 anos atrás, isso aqui era zero, era zero de um número bem menor, hoje já é 9% de um número bem maior. Olha a energia como prevalece o investimento privado. E transporte chegando perto, quase que meio a meio público e privado.

Esse é o quadro necessidade de investimento da infraestrutura no Brasil, ao longo dos próximos dez anos, para que, a fim desses dez anos, o país seja competitivo a nível internacional, para que tudo que seja produzido no país, essa é a premissa básica desse número, tenha condição de competir tanto produtos quanto serviços a nível mundial.

Vocês observam, eu mostrei no quadro anterior, em 2008, nós fechamos com 106 bilhões de reais, nós precisamos de 160. Então, nós estamos conseguindo realizar cerca de 65%.

Agora, olhe o conjunto de oportunidades que nós temos pela frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem o pré-sal, aquilo ali tudo sem o pré-sal.

SR. RALPH LIMA TERRA: Bem lembrado, absolutamente, sem o pré-sal, ou seja, como linguagem engenheiro, nas condições normais de temperatura e pressão, o pré-sal é outra coisa, além disso.

O anterior, por favor. Não tem pré-sal, ainda assim, o investimento na área de petróleo e gás é quase 50% do total da área de infraestrutura. Imagine com o pré-sal. Bem lembrado e é importante frisar isso, que independente do pré-sal, a vida continua e os investimentos na área de petróleo e gás são extremamente significativo. Isso serve para mostrar a dimensão do que é o pré-sal.

Plano Decenal, que depois de dez anos tendo sido interrompido voltou a ser feito e é uma ferramenta da maior importância para sinalizar e dar instrumentos para o desenvolvimento e planejamento estratégico do país, 2008, 2017. Nós temos em geração cerca de 50 mil megawatts já mapeados e identificados.

Na área de linha de transmissão, nós temos perto de 110 mil quilômetros, 36 mil quilômetros de linha de transmissão planejada e mais um volume enorme de sistema de transmissão e subestação, envolvendo só aqui 181 bilhões de reais, nesses próximos dez anos. Isso aqui não é desejo, gente, é Plano Decenal, são aproveitamentos identificados em que, ao longo dos próximos anos, serão ofertados através de licitação e implementados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Estão incluídos aí Santo Antônio, Jirau?

SR. RALPH LIMA TERRA: Santo Antônio, Jirau, já está aí, já em andamento, Belo Monte e outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Belo Monte também?

SR. RALPH LIMA TERRA: Belo Monte, também. Santo Antônio, Jirau, volta só um instantinho, por favor. Está aqui, porque é 2008, quando entrar 2009, Santo Antônio, Jirau, já não estão mais, porque eles já foram implementados e contratados. O nosso compromisso é olhar para frente.

Mais uma vez, petróleo e gás sem pré-sal, cinco anos e aqui são dólares, que é a moeda da área de

petróleo e gás, são os dólares, 188 bilhões de dólares. Só de projetos identificados e que estão sendo equacionados. E aqui divididos os mesmos 153 públicos divididos em exploração e produção, abastecimento, gás, energia e área de biocombustível, que têm um potencial imenso, mas ainda assim os valores são muito pequenos perto da área de petróleo e gás.

A área de transporte, rodovias, ferrovias, olha os aeroportos, estão previstos nos próximos 15 anos. Aqui, o Plano Decenal de Transportes é com o horizonte de 15 anos. Vem aí a Copa do Mundo, eu vou mostrar para vocês no fim, que nós precisamos modernizar pelo menos 12 aeroportos no país.

Saneamentos.

Podemos. Volta um instantinho, por favor. Portos. É o primeiro setor a ser, digamos assim, regulamentado com uma nova visão de entrada de investidor privado. E a nossa visão é de que é um setor que carece de uma, como se fosse uma segunda rodada, como uma atualização de todo o marco regulatório. O processo está em vias de ser anunciado e formalizado pela Secretaria Especial de Portos.

E a nossa visão, a visão da ABDIB é que tão logo isso seja anunciado, esse número aqui tende a crescer significativamente, porque é a porta de entrada e de saída de todos os produtos no Brasil. Então tem aí um conjunto de oportunidades, além disso, que eu estou mostrando, isto aqui é o que já está identificado e mapeado.

Saneamento. Nós trabalhamos nos últimos 20 anos, Senador, com uma média de, aproximadamente, valores atualizados, três bilhões de reais por ano de investimentos. E com um histórico de aproveitamento, não muito, digamos assim, interessante.

A nossa visão é que, ao longo dos próximo dez anos, nós temos potencial para aplicar nessa área 13.5 bilhões de reais por ano, para que possamos caminhar para a universalização dos serviços. Aqui tem um conjunto de oportunidades muito interessantes.

Telecomunicações, como eu já disse, talvez, de uma forma geral, seja o setor na área de infraestrutura, que mais recebeu investimento privado no país, nos últimos 20 anos. Ainda assim, a estimativa é que teremos investimento da ordem de 250 bilhões de reais, ao longo dos próximos dez anos.

Aqui nessa área é o seguinte. O que se apresenta como novidade hoje, daqui a dois anos já está superado. Então há necessidade de continuamente se reinvestir e melhorar a qualidade dos serviços.

Aqui, agora eu vou começar a abordar, Senador, o que nós consideramos na ABDIB, como sendo o grande desafio que nós temos pela frente é criar condições para que o investimento público, somado com investimento privado possa vir fazer frente a essa necessidade. Em nível de recebimento de investimento estrangeiro.

O Brasil, em 2005, era o quinto país em atratividade no mundo, a China é o primeiro e não perde essa posição ano após ano, agora, observa que o percentual tem diminuído em relação ao PIB, 7,9, a China já está com 6,4, ainda continua em primeiro lugar.

O Brasil, em 2005 era o quinto colocado, isso são dados oficiais da UNCTAD, a ABDIB só acompanha e arruma essas informações, caímos para sétimo, voltamos para quarto, com patamares de 1.6, 1.5, 1.9. E agora voltamos o ano passado à quarta posição e com percentuais de 2,9. Então começamos a crescer a nossa participação em relação ao grande volume de recursos a nível mundial.

O mais importante é esse número aqui, crescendo em relação ao volumes de recursos, que é disponibilizado para investimento no mundo inteiro, o Brasil passa de uma fatia em cinco anos de 1.6 para 2,9.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por que a China caiu assim?

SR. RALPH LIMA TERRA: Porque a China, o grosso de investimento em infraestrutura já foi feito nos últimos 20 anos, ainda tem muita coisa sendo feita, mas já não está, já não tem tanta atratividade como tinha há 15, 20 anos atrás.

Já o Brasil, por ter ficado para trás, ter dimensões continentais e com grande potencial em vários segmentos, começa muito devagar a, digamos assim, ser mais percebido pelo investidor privado.

Então, por isso é que esse desafio de criar instrumentos para que possamos absorver esses investimentos, a visão da ABDIB é a tarefa mais importante que teremos nos próximos dez anos.

Os fundos de investimento, que é outra ferramenta muito interessante. Em 2008, o Brasil foi o quarto país a chamar mais a atenção para esse processo e efetivar fundos. No primeiro semestre de 2009, nós já somos o segundo país. E olha como os números são, o crescimento é significativo.

Mais uma vez, a China ainda é a primeira, de forma destacada. A Rússia mal, quer dizer mal, volta, por favor. Ela aqui está em nono lugar, caiu de sexto para nono.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por quê?

SR. RALPH LIMA TERRA: Porque a crise financeira teve um efeito devastador lá, o principal produto de exportação da Rússia é o gás, é o gás para a Europa e a Europa foi a região que mais foi afetada com essa crise financeira. Diminui o consumo, ao diminuir o consumo diminui a compra do gás.

Então, isso afeta diretamente, os preços caem, aumenta a oferta diminui a procura, ou seja, a única regra de mercado que prevalece em qualquer lugar do mundo. Então, a Rússia está pagando um preço caro por isso. O PIB caiu mais de 10%.

É importante a gente acompanhar a evolução do Brasil perante esses indicadores em relação ao resto do mundo, para a gente permanentemente estar vendo o que está acontecendo no mundo.

Aqui, Senador, uma coisa que é importante, a cronologia do mercado financeiro, que no que diz respeito a infraestrutura, até o plano real era 100% capital público, sem a força de expressão, mas algo muito parecido com 100% recursos públicos.

E aí vem toda uma trajetória, diversas fases, a chega nesse período 2003, 2008 com o início da criação de um novo marco regulatório financeiro, a criação dos primeiros FIPs, os Fundos de Investimento em Participação, o acréscimo do investimento no BNDES, aceleração dos processos de APO que, infelizmente, foi interrompido com a crise financeira.

Agora, um ano depois dessa crise financeira, começa a oferecer alternativa para as empresas privadas se capitalizarem através desse instrumento. Então, é um novo ciclo que se inicia a partir da crise financeira.

Aqui mostra um dado da Fundação Getúlio Vargas, a quantidade de recursos em bilhões de dólares, que foram comprometidos com a visão de cinco anos no Brasil. Você percebe que, apesar da crise financeira, nós atravessamos essa fase e continuamos crescendo.

Ainda não conseguimos medir o primeiro semestre de 2009, mas a primeira avaliação é de que o Brasil tenha deu tido um comportamento diferente do que foi no resto do mundo.

Aqui é uma grande novidade, que já é sucesso na América do Norte, na Ásia principalmente há mais de 20 anos e que agora começa a chegar ao Brasil, que são os Fundos de Investimentos em Participação, no nosso caso, focados em infraestrutura. Nós já contabilizamos sete fundos operando e funcionando, ainda com valores pequenos, 697, o AG Angra, 740, 800, números ainda modestos, mas é o início de uma nova fase.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Todos em energia?

SR. RALPH LIMA TERRA: Praticamente, energia e logística, de uma forma geral, algumas exceções como esse da OFIP da Caixa Ambiental, que o Eduardo conhece bem, 400 milhões que começa a ter já valores contratados ainda pequenos, para o tamanho dos projetos de infraestrutura, mas aqui e gostaria de ressaltar o importante é o instrumento. Esse é um instrumento novo e a estrela da companhia é o FI, FGTS, que já tem perto de doze bilhões de reais contratados. Foi um projeto polêmico e que hoje é uma realidade importante.

Só PCH, são 265 milhões de reais.

Alguns desses FIPs têm valores encarteirados e não estão sendo contratados por falta de condições de mais competitividade. Taxas financeiras.

Hoje, infelizmente, no Brasil, é melhor aplicar, ainda é melhor aplicar no mercado financeiro do que em projetos de infraestrutura. Então é necessário que continuemos e criando condições cada vez mais competitivas para os projetos de infraestrutura.

O PAC é fundamental, depois de dez, 15 anos sem um programa consistente de investimento na área da infraestrutura. Foi criado o programa de aceleração de crescimento, basicamente, na área de infraestrutura logística, energética e social urbana. Nós da ABDIB consideramos como sendo fundamental. É claro o desempenho poderia ser melhor, as coisas poderiam acontecer mais rápido, de forma mais efetiva, mas ainda assim, é hoje de forma disparada o programa mais importante que nós temos no país.

Os números, começou com 503 bilhões de reais no período de 2007, 2010, depois foi feito um acréscimo, nós já temos hoje uma carteira de projeto da ordem de 646 bilhões de reais. Dos quais, aproximadamente, 7, 8% de obras já concluídas. Então é um número muito importante para o tamanho da infraestrutura brasileira.

Aqui, Senador, eu estou me permitindo colocar um tema, que é em princípio pouco tem a ver com a infraestrutura, mas no entendimento da ABDIB é uma oportunidade única para que a gente se prepare adequadamente, que é o desafio da realização do Copa do Mundo de 2014.

Então, nós firmamos um termo de cooperação técnica com o Governo Federal e com a CBF. Fizemos uma avaliação da infraestrutura das 18 cidades que se candidataram a serem sedes da Copa do Mundo, nove dimensões, portos, aeroportos, mobilidade urbana, energia elétrica, saneamento, telecomunicações, saúde, segurança e hotelaria.

Esse quadro explica bem, aqui estão as nove dimensões. A letra A hipoteticamente representa a situação em que cada uma das cidades se encontra em cada uma dessas dimensões, projetado.

Hipoteticamente, a letra B, mede independente da Copa do Mundo, o ponto em que cada um dessas dimensões vai estar em 2014 e, com isso, nós vamos conseguir identificar o que, além do que já está sendo feito, precisa ser feito a mais para que cada uma dessas cidades possa atingir os níveis mínimos e o nível

ideal, ou seja, aqui ter jogos de fase intermediárias e aqui ter jogos de abertura, quartas de final, semifinal e final.

A nossa visão é que a Copa do Mundo representa uma oportunidade, riscos e oportunidades, assim como outros países aproveitaram muito bem esse tema, na medida em que o mundo todo vai prestar cada vez mais atenção no Brasil nesses próximos anos, atrai um conjunto de investidores e possibilidades de financiamento muito grande.

Então é uma oportunidade para nós melhorarmos, mudarmos a imagem do Brasil, perante o mundo inteiro. Na medida em que o futebol atrai a atenção dos quatro cantos do mundo.

Aqui eu destacaria a questão do saneamento básico, transporte público urbano, que é um desafio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Saneamento básico é o que está mais atrasado.

SR. RALPH LIMA TERRA: Com certeza é o que está mais atrasado. Esse é o que está mais atrasado e isso está associado a turismo, o potencial turístico brasileiro que pode ser acrescentado, a partir do momento que nós tivermos um saneamento básico decente. Isso gera ingresso de recursos de moeda, depois da Copa do Mundo, em montantes altamente compensadores. A questão dos serviços públicos que serão antecipados para 2014 e a melhoria da capacidade aeroportuária, energética e de transporte.

E mais uma série de outros benefícios, redução da incidência de doença em função dos pesados investimentos, mais uma vez, de saneamento. A questão dos circuitos de arenas multiuso, que vão colocar o Brasil num roteiro mundial de eventos, é claro que isso aqui não se sustenta individualmente, mas é fundamental. A questão do turismo internacional e a promoção de desenvolvimento sustentável, mais uma vez, a partir de saneamento.

Olha, repara como aparece saneamento sempre, não é Eduardo? O Eduardo, que está acompanhando de perto essa área. Essa área, infelizmente, é o patinho feio da infraestrutura brasileira. É isso.

Eu gostaria de agradecer, eu estou deixando todo esse material, não só apresentação, mas com um suporte de todas as informações para a Comissão de Infraestrutura e me colocar à disposição, igualmente a entidade que eu represento, a ABDIB. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, ao Dr. Ralph Lima Terra, vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Infraestruturas e Indústrias de Base.

E eu teria primeiro um questionamento a fazer ao Dr. Ralf, qual seria a visão da ABDIB, em relação à questão ambiental? Ou seja, se a ABDIB já vem tomando providências ou iniciativas, no sentido de que todo esse processo de crescimento, que significa obras que tragam desenvolvimento, como isso vem permeando a preocupação que hoje é planetária, no que diz respeito à redução da emanação de gases, que afetam e causam o aquecimento global?

SR. RALPH LIMA TERRA: Essa questão do meio ambiente, Senador, é fundamental. Hoje é um dos comitês, se não o mais frequentado e com mais trabalhos do ambientes da ABDIB. Esse comitê tem cinco anos e vem num crescendo de atividade muito interessante. O pré-suposto é o seguinte, não tem investimento na área de infraestrutura que não mereça ter a questão, a dimensão meio ambiente tratada com muito equilíbrio.

A gente percebe que, mais uma vez, os dois extremos não são desejáveis, tem aqueles que acham que, em função do meio ambiente, nada pode ser feito. E tem no outro extremo, aqueles que entendem que entendem que a título do desenvolvimento, da necessidade do país, tudo pode ser feito.

Então, os dois extremos, nesse caso, mais uma vez, não representa a visão que nós entendemos que deva ser exercida em torno desse tema. Nós temos procurado adotar uma posição conciliatória, consciente do quanto é importante esse tema, mas, por outro lado, isso não pode ser o impedimento para o desenvolvimento do país.

O mundo todo se desenvolveu, criou, construiu as suas infraestruturas, o Brasil agora começa a intensificar esse processo, então, nós temos uma responsabilidade muito grande de tratar isso de forma consciente, com mais razão e menos emoção. Então é o que a gente tem procurado fazer através do nosso Comitê de Meio Ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E esse Comitê de Meio Ambiente, todas essas iniciativas da ABDIB, ela passa por esse comitê? E esse comitê opina em relação.

SR. RALPH LIMA TERRA: Opina, sugere--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sugere.

SR. RALPH LIMA TERRA: --dispositivos, regulamentos. Tem participado constantemente, aqui na Câmara, no Senado, de ações, discussões em torno desse tema. É a forma que a gente entende como sendo mais razoável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): As colaborações.

SR. RALPH LIMA TERRA: Para evitar as posições apaixonadas de parte a parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Ralph. Como Senadores inscritos, o Senador Gilberto Goellner. Por favor, Senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito obrigado, Presidente Collor.

Eu gostaria de externar a minha preocupação, Dr. Ralph, em relação à navegação pluvial. Os investimentos, realmente, que poderiam na área de logística serem melhor aproveitados, em conjunto com o uso múltiplo dos recursos hídricos.

A potencialidade que existe no país, principalmente, em dois, vou citar dois complexos hidroviários é o Paraguai/Paraná, a partir de Mato Grosso, a cidade de Cáceres, mais precisamente Morrinhos.

Isso aí interessa a quatro países e, simplesmente, recebemos aqui uma Comissão da Câmara Federal da Argentina e eles têm a nítida avaliação de que não é feito nada, nesse sentido, para não beneficiar a Argentina, o Paraguai, o Uruguai, que o país possui tantas opções, está levando via rodoviária daquele local ali, simplesmente, não é usado o transporte pluvial e é levado a 2000 km, nos portos de São Paulo.

Então, já tivemos essa última semana, foi criado no Estado do Mato Grosso, movimento pró-logística integrado por todas as entidades de classe do setor produtivo, Federação das Indústrias, Federação da Agricultura, dos Parlamentares, as entidades que se interessam pelo setor produtivo. E, realmente, a análise é de que se não for mudado o foco para o Estado do Mato Grosso, aproveitando também o Complexo Hidroviário Teles Pires-Tapajós, o Estado não vai se desenvolver. Não tem sustentabilidade econômica, a produção naquele Estado.

Porque eu vou citar um produto: Milho. O milho produzido na região do médio norte, próximo a uma possibilidade de se conduzir ao norte, a Santarém por navegação existe condições, nós tivemos o Ministério de Minas e Energia, na ANTAC, na ANA. Estivemos no Ministério de Minas e Energia em outros Ministérios, também Agricultura, no Meio Ambiente, inclusive o Meio Ambiente.

O Ministro Minc esteve aqui a semana passada, também confirmou que é viável, que ele sabe dos benefícios da navegação fluvial em termos de mitigação de meio ambiente, pelo não uso do diesel, do óleo diesel. E pela diminuição, nós diríamos que nós poderíamos estar diminuindo pela metade o custo do transporte.

Hoje, uma saca de milho produzida daquele Estado, uma região produtora, no meio oeste mesmo do Estado, região de cerrado, não é nem é a área de, nem bioma, floresta, na região de cerrado na BR 163, o valor dele é oito reais. Em São Paulo, no Paraná, onde ele é consumido, ele tem o preço de 22, 23 reais. Quer dizer, a diferença de oito ou nove, até 22, 23 é o custo do transporte. Isso é impossível e não tem renda para produtor, e mesmo assim.

Quer dizer, enquanto não se resolver essa alternativa de se integrar os Ministérios e dar, fazer as eclusas programar as eclusas.

SR. RALPH LIMA TERRA: Aí está o desafio.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Esse é o grande desafio. Tirar na área de energia esse custo. Viabilizar isso aí na área de transporte. Porque os custos de subvenção aos produtos no país envolverão esse ano, já envolveram três bilhões de reais, que aplicados na área de infraestrutura, na área de, toda a área de logística, ferrovia, hidrovia, principalmente, nós poderíamos estar dispensando essa subvenção futura dos próximos anos.

Então em dez anos serão trinta bilhões, com trinta bilhões, nós as eclusas do Teles Pires-Tapajós montariam em três bilhões, quer dizer, um ano de subvenção pagaria todo o investimento nessa infraestrutura.

Então, eu vejo que, dentro do possível, se a ABDIB, pudesse sempre integrar isso aí para o setor produtivo e achar investidores. Porque isso aí acha investidor privado, não tem investimento de retorno melhor do que o esse. É que não foram feitos estudos necessários e avaliação do custo beneficio.

Desde que concedido então o modal para o investidor, eu vejo que nem recursos públicos não seriam necessários. Então, dentro essa ótica, eu vejo que a área de logística deu para ver aqui que em portos fluviais e hidrovias está previsto até 2003, 12,9 bilhões dos 209 programados para o país. Quer dizer é muito pouco.

E, também, dentro de tudo que está programado pelo PAC, nesse período, dá para ver que a navegação foi deixada de lado no país. A navegação fluvial, onde ela deveria ser o esteio hoje, como foi o esteio, como é o esteio na Europa e, e é o esteio nos Estados Unidos, com um rio só o Mississipi. E nós temos vários Mississipis aqui no país.

SR. RALPH LIMA TERRA: E não aproveitamos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): E não aproveitamos.

SR. RALPH LIMA TERRA: Eu gostaria de fazer minhas as palavras do Senador Gilberto Goellner, e sugerir, acrescentar a todo esse estoque de argumentos que o senhor colocou, que eu não tenho nenhum reparo, o argumento que, de certa forma, explica o número modesto da aplicação de investimento na área pluvial,

se comparado com toda a questão logística. É que os investimentos são pequenos, de baixa monta.

É uma questão de priorização, é uma questão quase que conceitual. É importante a gente se recordar que, há cerca de 15 anos atrás, o setor empresarial tomou a frente e, com o apoio do Governo Federal e do Governo do Estado de São Paulo e do Paraná, nós desenvolvemos Tietê Paraná. Que era, digamos assim, absolutamente, não explorado, hoje tem um potencial muito grande, principalmente na área agrícola.

É uma questão cultural. Eu acho que se nós trabalharmos juntos e intensificarmos o esforço de buscar investidores, essa é uma área que pode ser melhorada e aumenta a competitividade do produto agrícola brasileiro, basicamente agrícola. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Ralph.

Eu passo agora, a palavra ao Dr. Eduardo Teixeira, ex-Ministro, ex-Presidente da PETROBRAS, que vem fazer aqui a sua explanação à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Senado Federal, Senador Fernando Collor, Exmo. Sr. Senador Gilberto Goellner, Exmo. Sr. Senador Mão Santa, senhoras e senhores.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui presente, na medida em que entendo que não apenas o tema é um tema importante crucial para o nosso país, mas como também ele é importante como nunca, dada a quadra que nós vivemos no nosso país nesse momento.

A nossa apresentação, ela versa sobre infraestrutura retomada do crescimento, visões da crise e nós optamos por dividi-la em sessões, porque entendemos que, antes de mais nada, deveríamos falar um pouco da situação do Brasil, na época em que a crise se instala, passando depois a própria crise, os impactos no Brasil, os impactos no exterior, as oportunidades e ameaças que vivemos no momento e o papel crucial da infraestrutura na superação, não apenas desse momento, mas como preparação do país para um ciclo longo de crescimento econômico sustentado.

Essa crise pegou o Brasil num processo de aceleração do crescimento notável, nós encaminhávamos para um crescimento de 7% do PIB, vindo de quase seis no ano anterior e acabamos fechando, pela própria violência que a crise abateu o Brasil no último trimestre do ano passado, em 5,1.

Esse forte processo de expansão, ele estava alicerçado, basicamente, fundamentalmente, da demanda interna, ao contrário de outros momentos que o país viveu. Na verdade, o componente comércio exterior não agregava diretamente nada ao crescimento econômico já de alguns anos.

Fundamentalmente, esse consumo em doméstico, ele foi estimulado pela baixa continuada da taxa de desemprego, aumento da massa salarial e do crédito doméstico.

Por outro lado, o investimento, ele cresceu sustentadamente, nos últimos dois anos, até o momento da crise, acima do próprio PIB. Portanto, nós tivemos uma expansão classicamente definida como baseada na demanda doméstica, o consumo estimulado pelo aumento do emprego, renda e expansão do crédito e o investimento em ritmo sustentado de crescimento.

Por outro lado, esse desempenho sempre foi apoiado em indicadores muito sólidos, tínhamos contas públicas saneadas. Aqui merece destaque o fato que o Brasil, ele ostenta superávits primários há longo tempo, há mais de dez anos e, não obstante a carga elevada de pagamentos de juros, tivemos resultados muito bons.

O nosso nominal aqui, em 2007, ele chegou a 2.8, que é um número muito, muito bom. Para vocês terem uma ideia, o tratado europeu obriga ter um número de 3% e as duas maiores economias do continente não tem, como Alemanha e França.

O resultado desse desempenho é que a dívida liquida do setor público, ela apresentou, também não obstante os elevados pagamentos de juros do período, um decréscimo constante e seguro.

Por outro lado, a inflação mostrou-se controlada. Vocês podem ver que não apenas ficou dentro do limite superior da meta, mas como à frente, nós veremos também em nenhum momento se configura como um problema no atual quadro.

E, por último, reservas internacionais em crescente volume, basicamente, o mais importante foi no ano de 2007, quando superou, quando chegou a 95 bilhões de aumento, fundamentalmente, pelas contas financeiras. Apesar de o comércio exterior ter sido, ao longo dos anos, um componente importante.

Agora, como eu disse, as taxas de juros permaneceram elevadas a trajetória de queda ela foi modesta e, principalmente, apesar de 2007 estar se configurando já um quadro de crise internacional, por outros motivos, o Banco Central optou num primeiro momento por subir a taxa de juros.

A crise. Eu chamo de esse século de "A era das bolhas", porque nós tivemos a bolha da bolsa de valores, se vocês lembrarem, a Bolsa de New York chegou a 14 mil pontos no verão de 2001.

Tem um livro famoso, que se tornou famoso, porque se tornou um pouco fora de propósito hoje em dia, que era "O Dow 36 mil". Foi escrito um livro dizendo

que a Dow ia chegar a 36 mil. Hoje está em onze mil. Em torno de onze mil, flutua um pouco para cima e um pouco para baixo.

E nós tivemos além detalha bolha das ações, depois a bolha habitacional. Essa chamada bolha habitacional, para simplificar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Foi essa última.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: --foi essa última. Para simplificadamente eu estou chamando de bolha habitacional, mas ela transbordou para todos os mercados de créditos, inclusive para fora dos Estados Unidos, como é sabido, ela teve um primeiro momento já, que pouca gente se lembra, de sinalização, quando o BNP Paribas, Banco Francês, suspendeu o saque de alguns dos seus fundos. As pessoas não lembram disso, mas é aí a primeira manifestação do problema.

Como nós sabemos o JP Morgan, por estímulo do Departamento de Tesouro do FED, comprou o Bear Stearns, posteriormente, você começou a ter um debate muito grande sobre que crise era essa, porque a natureza muito distinta das crises anteriores, você quebra – desculpe – em setembro de 2008, tem a quebra do Lemon. E as autoridades americanas tiveram o erro estratégico de não socorrer o Lemon achando que a crise poderia ser administrada pelo próprio setor privado, que é uma mudança de posição em relação a março do mesmo ano.

Logo depois, a IG é nacionalizada, que é uma nova mudança, eles viram o estrago na questão do Lemon. E, a partir desse momento, houve um processo incontrolável de desvalorização dos preços ativos e bloqueio dos canais de crédito. Em outras palavras, houve uma queima de riqueza acumulada no mundo inteiro muito grande, que o Brasil não ficou fora, e houve um bloqueio nos canais de crédito, que só reforçam a queima de riqueza.

Para termos uma ideia do impacto disso na economia global, esses são dados basicamente do FMI e do Banco Central. Você tem os Estados Unidos, vindo de 2.2 que já era abaixo dos anos anteriores. É importante notar que os Estados Unidos, no começo dos anos trinta chegaram a ter a taxa de desemprego de menos de 4%. A partir da superação da bolha de, da bolsa de valores de 2001, o desemprego ficou um pouquinho abaixo de seis.

O último número é 9,4 e todos nós sabemos que vai chegar em dez. Aliás, ao chegar em 9,4 foi surpreendente, os mercados fizeram uma leitura positiva, porque já se esperava dez agora.

Na bolha da bolsa de valores, quando ela estourou, mesmo posteriormente ao ser decretada o final da recessão dos Estados Unidos, o mercado de trabalho continuou se deteriorando, por quase dois anos, em seguida.

Esse é um dos principais problemas que se vê em termos de superação da crise para os Estados Unidos. As projeções são ruins, mas a grandes verdade é que essas projeções estão sendo rapidamente revistas. O impacto no Japão foi forte, na China houve uma desaceleração violenta, se você olharem.

No Brasil, nós vimos num crescimento, como mostrados os slides atrás, muito forte, encaminhava-se para sete, ficamos em 51. E esse ano tem uma hipótese de crescimento de 1,8, atualmente, menos 1,3, menos 1,1. Tem gente apostando em zero, ou seja, nem crescimento, nem recuo do PIB esse ano, porque os últimos indicadores começaram a melhorar.

Por outro lado, o comércio mundial sofre uma abrupta contração. No ano de 2009, o FMI espera 11% de contratação. É importante reter esses dados, porque eles que vão dar o viés da saída da crise para um país como o Brasil. Mais a frente nós vamos falar, voltar sobre isso.

Essa é a situação dos Estados Unidos, ele vinha de um crescimento no terceiro trimestre bastante alto, capotou de uma maneira extraordinária no passado. Esse número, em se tratando de economia madura, é muito, muito grande.

A explicação dessa queda está aí. O investimento privado doméstico, aí tem a coisa da construção, 9% de queda. É muito alto e é um ajuste muito violento e muito rápido, não apenas a dimensão do ajuste é dramático, a sua velocidade é dramática também.

A crise no Brasil. Nós tínhamos uma situação totalmente diferente, chegou-se mesmo a aventar que a crise no bateria aqui, que foi um problema de interpretação grave, que alguns profissionais tiveram. Nós tínhamos um sistema financeiro sólido, trabalhando com baixa alavancagem.

Nós tivemos como sempre, o contágio vindo do canal externo, não veio pelo sistema financeiro. Aliás, toda a crise no Brasil, o contágio vem do canal externo, não é novidade para nós.

A baixa alavancagem, porque a proporção de créditos sobre o capital próprio e reserva dos bancos era muito baixo, no fundo, os bancos privados, principalmente no Brasil, davam e dão pouco crédito.

As expectativas se reverteram rapidamente, tanto o índice de confiança da indústria, como no consumidor colapsaram, ficaram abaixo de qualquer média histórica, sendo que o do consumidor, então, volta mais rápido que da indústria, mas é fundamental para nós termos uma visão para a frente, do que será o gasto do investimento e o consumo das famílias. Que eu volto

a dizer sustentaram o ciclo recente de crescimento do PIB. Esse é um dado importante por isso.

À desaceleração forte do investimento do consumo das famílias, portanto é a consequência desse processo, nós temos uma forte retratação do PIB, no último trimestre, nós vamos passar adiante isso. A indústria recebe obviamente o impacto principal, houve saídas líquidas de recursos externos. Só no âmbito do crédito, nós tivemos uma reversão que chega a trinta bilhões num trimestre.

O Banco Central agiu, vendeu dólares, caiu as reservas, o real se ali depreciou rapidamente, ele chegou a 1.60, fechou o ano com 2.30 e o risco do Brasil chegou a 600 pontos, para fechar com 400 vindo de uma média de 180 a 200.

Essa última linha configura um quadro que todos nós já estamos acostumados, todas as crises externas, todas as crises brasileiras têm o conduto externo acontece isso. A novidade é que o Brasil superou muito rapidamente esse processo. Por quê? Porque tinha, como dito anteriormente, fundamentos sólidos macro econômicos.

Então, conteúdo, o Brasil apresentou, ao contrário de outras oportunidades, outros momentos da sua história, boa resistência à crise, justamente por isso. Tínhamos um setor externo ajustado mesmo enfrentando pressões, você teve perdas de reservas, mas interessante notar que essas reservas já voltaram ao nível pré-crise, esse ano.

A inflação que, normalmente, explodiria pelo próprio canal externo, pela contração do crédito, pelo bloqueio do comércio exterior, ela manteve-se baixa dentro da meta. As finanças públicas continuaram sob controle, mesmo tendo que fazer um pacote de medidas de estímulo, que nós detalhar um pouco mais à frente. E a taxa de desemprego e a renda, ela não caiu, flutuou um pouco para baixo, mas, também, ao contrário de vezes anteriores, não houve uma redução expressiva em termos reais.

Mesmo desemprego, o desemprego cresceu muito pouco, Presidente. Muito pouco. Era de se esperar mais, como a sustentação do crescimento é na demanda doméstica e as medidas foram feitas há tempo, automobilística, por exemplo, o desemprego cresceu muito pouco.

Algumas medidas ajudaram a mitigar os efeitos dessa crise. Primeiro houve uma expressiva redução da taxa de juros. Houve uma diminuição dos compulsórios, suprimento de liquidez e situação financeira de menor porte. Tanto o item 2º, quanto o item 3º, tem a ver com irrigar o canal de crédito no momento de fuga de recursos externos.

A garantia de depósito é fundamental, porque evitou que os bancos pequenos tivessem dificuldades ainda maiores. A facilitação de crédito, as instituições financeiras para a questão de carteiras de bancos com dificuldades e uso para tal dos bancos públicos. Porque aqui tem uma coisa interessante, alguns anos atrás, os bancos, os principais bancos privados brasileiros compraram carteiras de bancos pequenos a peso de ouro.

Porque o sistema financeiro brasileiro, ele trabalhava e trabalha com uma certa simetria, quem capta não empresta, mas quem presta não capta. Por isso que o interbancário é fundamental. Nessa crise, o interbancário travou. Daí as medidas do Banco Central, no sentido correto, de tentar irrigar o mercado de crédito.

Houve o tal empoçamento, que todos nós sabemos, etc. e tal, mas mesmo assim, aos poucos, a coisa melhorou e o seguro-garantia de depósito evitou fuga de depositantes das instituições menores.

Continuando as medidas, houve uma expansão de crédito e redução dos juros, notadamente, o sistema financeiro oficial.

Muito se fala contra bancos públicos no Brasil, nesse momento, os bancos públicos foram fundamentais para enfrentamento da crise. As estatísticas que eu vou mostrar aos senhores a seguir mostram isso sobejamente. As pessoas costumam confundir propriedade de capital com gestão. Essa é uma discussão ideológica, que deve ser superada nesse momento.

A criação de linha de crédito externa para auxiliar os exportadores foi necessária pelo próprio bloqueio do canal externo. O Banco Central vendeu dólares no mercado a vista. Foram definidas pelo Ministério da Fazenda, determinadas medidas de estímulo à indústria, no caso dos automóveis a redução de IPI é um sucesso, segurou emprego e as vendas domésticas, numa conjuntura que se configurava de redução dramática das vendas domésticas e, principalmente, das exportações.

Automaticamente haveria um desemprego pesado, porque esse é um setor que ajusta muito rapidamente, perfeitamente.

A desoneração de impostos sobre material de construção civil também foi muito importante, porque esta é uma cadeia que está sustentando o crescimento do PIB.

A redução do COFINS na indústria de motocicletas é importante também, porque esse é um setor de grande dinamismo no Brasil, hoje em dia. E, por último, uma medida importante foi ampliação do prazo de pagamento de tributos, porque isso significa capital

de giro para as empresas, qualquer que seja o setor de atividade.

Algumas das medidas estão sendo explicadas nos slides a seguir. A redução da Selic, ela foi, realmente, importante, ela caiu 500 pontos em oito, nove meses. Um pouco, porque estava alto demais, houve um aumento da Selic, mesmo com a crise instalada no mundo e um pouco, porque o Banco Central reviu suas posições e passou a dar prioridade a sustentação da economia.

Na verdade, em meados do ano passado, só dois bancos centrais importantes subiram a taxa de juros: O do Brasil e o europeu, sendo que o Presidente Trichet, em junho de 2008, deu uma declaração que está nos anais de qualquer livro de macro economia, ele disse que o problema ainda é a inflação.

O mundo explodindo e o problema era a inflação. O problema não era, não é, e não será nos próximos anos a inflação, seja aqui, seja na Europa nos Estados Unidos.

Aqui o que eu me referi anteriormente. A expansão do crédito. Usando setembro de 2008, com base cem, o setor privado está com um aumento de 3,45%, em 30 de junho.

Os bancos públicos 25.20%, sendo que o BNDES quase 20 e o setor habitacional a Caixa Econômica, como o Dr. Ralph lembrou há uns minutos atrás, que puxa essa expansão de acredito. Repito, nessa hora é muito bom ter banco público, não é?

A redução do IPI do automóvel foi uma medida absolutamente correta do governo O ajuste na produção veículos foi dramática, como vocês podem ver. Isso é uma conjugação de redução da demanda doméstica com bloqueio dos canais de exportação também, seja por falta de demanda ou por problemas de crédito.

Como vocês podem observar é fundamental perceber, que olha, a produção em julho desse ano foi basicamente 5% abaixo de outubro/08, que é um mês antecedente a crise, não na crise em termos, digamos, do calendário, mas até ali, as vendas estavam se expandindo, que é volto a dizer... Por que essas vendas se expandem? Elas aumentam dramaticamente nesse ano? Combinação de renda real, emprego crescendo e crédito. Sem crédito não existe economia capitalista.

Vivemos agora um momento de oportunidades e ameaças. Apesar da gravidade da crise que, longe de mim negá-la, as perspectivas da economia brasileira são muito positivas. Se nós tirarmos um pouco esse foco no curtíssimo prazo, os eventos que são, realmente, dramáticos, nós temos perspectivas muito positivas.

Primeiro, a crise aqui foi menos intensa, apesar do impacto na indústria, por exemplo, do que em outros países. E o país continua numa posição única em relação aos últimos 30 anos. E eu, como economista, eu não vivi um momento tão positivo para a economia brasileira, eu tenho 54 anos.

O Brasil caminha e continua, apesar da crise, a caminhar para se consolidar como uma economia de consumo de massa. Ele continua sendo estratégico para o investimento estrangeiro. A tabela que o Dr. Ralph mostrou ela comprova isso de uma maneira inequívoca. O Brasil é um porto seguro, o Brasil possui oportunidades de investimento e o Brasil receberá muito dinheiro externo, nos próximos anos.

Nós temos o espaço para aumentar o investimento, de um modo geral, vamos discutir um pouco mais a frente isso, mas notadamente infraestrutura econômica social. Eu chamo infraestrutura econômica social, eu coloco a infraestrutura social como a parte de saneamento, educação, saúde, não é? E, também, na habitação. Eu separo a habitação, porque ela tem uma dinâmica um pouco diferente.

Quais são as ameaças? Nós temos ameaças, a deterioração da estrutura do gasto público, ela tem que ser combatida, é importante a medida do Ministério da Fazenda de propor um limitador para o aumento do gasto de salários e também do gasto corrente, de um modo geral.

No caso do investimento público existe, no meu ponto de vista, apesar do PAC ser um avanço é um avanço muito positivo. Existe uma deficiência básica, que é o fato de que o sistema de planejamento do Governo Central, ele foi aos poucos sendo negligenciados. Não adianta ter projetos apenas e nós temos carência de projetos, muitas vezes, temos oportunidade, mas não temos às vezes projetos.

Tem que haver um Plano de Desenvolvimento que junte as coisas, que junte a logística utilizando a estrutura de rios do país. E junte também, dentro desse processo, para dar o exemplo que o Senador se referiu há alguns minutos atrás, crédito, apoio, não apenas creditício, mas tecnológico, para que aumente a produção agrícola nas áreas justamente que você está procurando escoar.

Está faltando isso é importante colocar isso como uma prioridade, acredito que essa Comissão teria um papel fundamental para detonar, deflagrar esse debate, mas eu reafirmo que o PAC é um avanço, mas o PAC não é um Programa de Desenvolvimento Integrado, erra quem pensa isso.

O investimento privado, neste momento, ele tem uma sinalização negativa. Por quê? Por aumento da capacidade ociosa da indústria, derivado da própria crise. E isto é um problema múltiplo, por quê? As exportações, elas serão também impactadas, tem o

excesso de capacidade global, o mundo está com excesso de capacidade global, ele vinha de um ciclo de crescimento, vinha aumentando a capacidade instalada, esse aumento da ociosidade não é no Brasil é no mundo.

No caso brasileiro, você tendo a valorização cambial, junto com o excesso de capacidade global, você tem uma dificuldade enorme de dinamizar via comércio exterior. Não será esse o nosso caminho, ao contrário das crises passadas, onde nós tivemos colapso de balanço de pagamento e, portanto, mandatoriamente, o ajuste teve que ser via comércio exterior.

Do outro lado da balança, as importações nós temos que tomar muito cuidado, vamos viver sim um momento no comércio, já estamos vivendo, desculpe, do comércio internacional de subsídios, benefícios escondidos e nós temos que tomar muito cuidado para não expor a nossa indústria, principalmente, numa conjuntura que o real tende a se valorizar novamente.

Quando eu falava da capacidade da indústria de transformação, os números são extraordinariamente claros. Bens de consumo, antes da crise, bens de capital esse então não nem se fala. Material de construção sofre um pouco menos que o bem de capital, porque tem o ciclo de desenvolvimento nesse setor, bens intermediários sofrem muito.

Aqui tem várias considerações a serem feitas, a primeira delas é o fato de que, realmente, o investimento privado na indústria não vai liderar recuperação nenhuma no curto prazo, pelo próprio fato que está se abrindo um espaço na estrutura já existente, para atender eventuais aumentos de demandas de curto prazo.

Vale notar também que aqui, não aqui propriamente dito, meses antes já tinha começado aquele velho debate no Brasil, que tinha que subir a taxa de juros, porque estava faltando capacidade para atender demanda corrente. Bom, essa que era uma tese discutível à época, hoje em dia se tornou absolutamente improcedente.

As perspectivas para os próximos anos, a economia brasileira mantendo o equilíbrio macro econômico e crescendo mais do que a média mundial, o dinamismo continuando a ser sustentado pela demanda doméstica, principalmente o consumo das famílias, infelizmente, num primeiro momento.

O investimento vai ser puxado por energia, com destaque em óleo e gás, mesmo sem o pré-sal, o programa de investimento da PETROBRAS é extraordinário, com o pré-sal, então, nem se fala.

E também tem um detalhe importante, que o setor de óleo e gás, o Brasil virou o foco de interesse mundial, as empresas querem vir para o Brasil, gostam de vir apoiadas, desculpe com parcerias com a PETROBRAS, mas mesmo várias estão vindo sozinhas.

Transportes, saneamento básico, agronegócios e habitação. Algumas projeções. A nossa dividida liquida do setor público tende a continuar na casa dos 40, a inflação absolutamente controlada e abaixo da meta, a meta é 4,50.

Crescimento do PIB, nós, aqui eu já estou com um número um pouco diferente do anterior, porque esse número não é nem do FMI e nem do Banco Mundial, está se falando entre 0,35 de decréscimo de redução do PIB a zero. Esse número tem mudado muito, porque as últimas informações são no sentido geral positiva.

Ano que vem já se trabalha com número bastante expressivo e nos próximos anos também. Esses números, eu insisto, são só indicativos, que os números dos FMI, por exemplo, eles têm uma tradição de errar sempre. Eles são muito competentes, eles não veem crise nenhuma, eles sugerem coisas para a economia brasileira que não fizeram com os Estados Unidos.

Provavelmente, se o programa de ajuste que eles propuseram a economia brasileira, várias vezes, nos últimos 20 anos tivesse sido aplicado nos Estados Unidos, nós não estaríamos vivendo esse momento tão desagradável.

A projeção, a taxa de investimento do Brasil para o setor, isso é, realmente, importante. Nós estamos com uma hipótese de trabalharmos, isso aí com o percentual do PIB de 19 para 20.8, sendo que a área de petróleo e gás tem um crescimento extraordinário. Porque, na verdade, nós estamos falando em crescer 40%, aqui oh, de 2.3, para 2.40 um pouco menos, desculpe, 30%.

A parte de infraestrutura também, ela precisa ser estimulada, porque, na verdade, essa é a grande questão no país, de dois para 2.7, um aumento de 35% e daí a nossa tese que são os setores que vão puxar.

Agora, a infraestrutura e recuperação da economia, que é última sessão que nós dividimos a nossa exposição. O Brasil tem graves deficiências na infraestrutura econômica social, muitas delas já foram mostradas aqui pela palestra do Dr. Ralph.

Agora, se por um lado isso,, realmente, é uma ameaça, a qualquer trajetória de crescimento sustentado é fato que o Brasil já esbarrou nos últimos anos em graves problemas de sustentação do crescimento derivado da infraestrutura.

Mas, por outro lado, primeiro, é justamente esse tipo de gasto que no curto prazo e médio prazo sustenta a demanda em tempos de crise e, também, deficiências de infraestrutura são oportunidades de investimento, seja em capital público ou privado.

Eu vou rapidamente falar de alguns setores, mesmo porque, eu sabia que o Dr. Ralph ia trazer uma palestra com detalhamento muito maior.

Na área de energia elétrica nós temos hoje uma potência outorgada de 107.713 megawatts, para os próximos anos, estamos trabalhando com 46.259. A fonte é a mesma, é a fonte da EPE. A Empresa de Pesquisa Energética, ela faz um planejamento decendial, fez o plano 2006 – 2015, 2007 – 2016 e agora soltou 2008 – 2017.

Merece destaque a expansão das fontes alternativas PCH, bagaço e eólica, que foi mostrada pelo na palestra anterior. Essas três fontes, elas são objeto inclusive de um programa especial do Governo Federal, chamado PROINFA, enquanto a Eletrobrás enquanto agente do programa, ela celebra PPAs, com os investidores e de posse desses PPAs os investidores fazem um Project Finance e vai financiar esses investimentos, fundamentalmente, no BNDES.

A questão é essa aqui ó. Mesmo com a crise há uma expectativa de aumento de consumo entre 4,9 e 5,4 até 2017. É um crescimento pesado. Os investimentos necessários para dar conta disso tudo é cerca de vinte bilhões/ano. Esse é um número, muito, muito precário. Portanto há uma necessidade, quase que uma fatalidade de desenvolver cada vez mais parcerias nos setores públicos e privados.

Quando eu falo em parceria aí, eu estou usando de propósito o termo parcerias, mas não se trata apenas de PPPs, existem outros instrumentos, que eu vou tentar falar ao final, muito interessantes, são termos desenvolvidos, mais uma vez, por quê? Hoje em dia, nós estamos superando aquela época de que a propriedade do capital definia se alguém é eficiente ou não.

Mesmo porque, os últimos eventos mostraram alguns empreendimentos privados, no Brasil e no Exterior, com graves problemas. Enquanto algumas empresas públicas tiveram resultados excepcionais, como vide aqui no Brasil resultado do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, recentemente apresentado.

Hoje, da Caixa, pela manhã e quinta-feira do Banco do Brasil, que se tornou novamente, como vocês sabem, o primeiro Banco do Brasil em ativos. Isso tem a ver um pouco com aquela tabela anterior, de que quem cresceu foi o crédito público e não o privado.

Existe um equilíbrio estável entre a oferta e demanda num futuro próximo, BNDES e o FI e o FGTS, bastante ativos no apoio financeiro.

O FI e o FGTS é um Fundo de Investimento em Infraestrutura com recursos do FGTS, que eu acredito que nos próximos anos vai ter um papel cada vez mais importante no suporte do investimento de infraestrutura. O Dr. Ralph participa do Conselho do FI e do Comitê de Investimento dele.

Óleo e gás. Esse é o setor com maior volume de investimento nos próximos anos. Até 2013, a PETROBRAS está estimando gastar 174.4 bilhões de dólares. Eu estou falando a PETROBRAS e não só setor... Não aí está o pré-sal sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já está?

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Está, é um número parecido com o seu, o pré-sal está com muito recurso ainda, aí, mas o pré-sal está aí sim.

O BNDES aprovou agora, recentemente, como todos sabem, o maior empréstimo da história do sistema financeiro brasileiro. Não é só da história do BNDES, ou só da história da PETROBRAS, 25 bilhões de reais é dinheiro em qualquer lugar do mundo e seria matéria de destaque do Wall Street Journal, ou Financial Times, ou o que seja. É uma grande empresa. E o BNDES é um grande banco.

O setor privado nacional, internacional, está procurando parcerias para investir no setor, porque o Brasil, na verdade é a fronteira de expansão da indústria mundial de óleo e gás. Essa é uma posição totalmente diferente de há 15, 20 anos atrás, onde nós éramos o patinho feio, não tinha petróleo.

A PETROBRAS, quando foi criada em 1954, o Brasil produziu seis mil barris por dia, agora está na casa de dois milhões e com o pré-sal, Deus sabe para onde vai. Na verdade, só comprava o acerto daqueles que aprovaram no Congresso Nacional a Lei do Monopólio, que criou a PETROBRAS e, depois, o acerto da superação desse estágio do desenvolvimento econômico, que foi a finalização do monopólio estatal de petróleo.

A PETROBRAS, quando caiu o monopólio, Sr. Presidente, ela não precisava do monopólio já de alguns anos, ao contrário, quando acabou o monopólio, a PETROBRAS é que sim começou a crescer muito acima da indústria mundial, não da indústria brasileira de petróleo, da indústria mundial e hoje é a maior empresa do Hemisfério Sul.

Transportes. Esse é um nó, porque os modais são totalmente diferentes, as necessidades de investimento no mesmo modal também são muito diferentes, os número das necessidades também dependendo da fonte são muito diferentes.

Mas qualquer maneira, se nós pensamos em ter nas cinco principais, cinco das principais regiões metropolitanas do Brasil, aqui está faltando... Não, está faltando só Salvador, mas na verdade Recife hoje é uma região metropolitana, tem trinta mil habitantes a mais do que a região metropolitana de Salvador, ape-

sar da cidade de Salvador ser muito maior do que a de Recife, aproximadamente 28 bilhões.

O Plano Nacional de Logística e Transporte, ele estima 50 bilhões só para recuperar a malha rodoviária brasileira, que tem problemas desde elevado prazo de vencimento da estrutura, ou seja, tem uma idade média muito alta, problemas de traçado, problemas de segurança. Na verdade, nos anos 50, Brasil tinha uma malha rodoviária que era padrão no mundo e hoje nós temos problemas sérios.

A rodovia que liga Rio a São Paulo é uma rodovia, apesar de ter privatizado, ainda nos anos 90 é uma Rodovia de risco, qualquer um que cruzar essa rodovia confirmará que o eu estou dizendo. Tanto assim, e totalmente exaurida sua capacidade é totalmente superada em alguns trechos, então são gargalos extraordinários. Tanto assim que já está se cogitando fazer uma nova Rio/São Paulo. Além do transporte ferroviário, uma nova Rio/São Paulo, talvez seja um caminho.

A infraestrutura aeroportuária, ela é deficiente não apenas por causa da estrutura os aeroportos, mas também por causa do controle de voo. Aí teve um problema de planejamento também, não foi só falta de investimentos.

A Infraero, tradicionalmente, na área de investimento estatal, a Infraero foi a última a perder fôlego, ela sempre teve muito dinheiro. Problemas de priorização, de que aeroporto você vai dar ênfase ou não, mas mesmo tirando isso, sempre teve muito dinheiro.

Nós que moramos em Brasília, ou habitamos essa cidade sabemos o que é a obra do Aeroporto Internacional de Brasília, que é um contrato firmado em 1989, 20 anos atrás e a obra não acaba e está havendo um novo debate se vai fazer ilha, se vai fazer um prolongamento do corpo do aeroporto ou não.

Mas o que explica a situação de deficiência desses aeroportos? Congonhas recentemente expandido, ele já está totalmente pressionado a demanda em alguns momentos, de manhã é tarde é um negócio absurdo, há dificuldades até de embarcar e desembarcar os passageiros, mas é porque o aumento do tráfego aéreo foi subestimado, o aumento está em dois dígitos, basicamente há quatro anos. Não, sem dúvida, concorrência, preço, crédito, Presidente, sempre faz bem, sempre faz bem.

E as empresas ganhando dinheiro. Você sabe que o balanço da TAM e da Gol, das duas principais do setor vieram muito bom em junho, uma valorização importante nas suas ações, mesmo no Brasil e também na Bolsa de New York, são empresas que têm condição de se desenvolver investir dar sustentação. Não havia necessidade de travar o sistema como durante muitos anos foi travado. Apesar de ser um setor problemático em termos mundiais, não esqueçamos disso, não é um negócio de grande rentabilidade.

Saneamento básico. Saneamento básico, eu acho que não apenas ele é importante por diversos motivos, a sustentação da demanda corrente, a redução da pressão sobre o sistema de saúde, melhora das condições de vida da população, mas ele é talvez o investimento socialmente mais urgente e uma sociedade organizada e democrática como a nossa tem obrigação de priorizar. Quer dizer, essa é uma obrigação nossa com os nossos patrícios, com os nossos cidadãos.

90% da população abastecida com água. A questão de água é menos grave, água tratada e regularmente colocada à disposição dos brasileiros.

O problema está aqui, menos de 50% da população é ligada a qualquer rede coletora de esgoto. O que eu estou me dizendo é o seguinte é fossa. O bairro mais rico do Brasil é o Lago Sul, a renda per capita mais elevada é fossa. O morador paga na conta, mas é fossa.

Menos de um terço destes 50% é coletada e tratada, isso é um problema de meio ambiente grave, é um problema de saúde pública grave, onde o esgoto não é tratado, qualquer estatística na área de saúde mostra que as condições de saúde são muito, muito piores que outros lugares.

Aqui, obviamente, você tem uma cobertura melhor nos Estados mais ricos, mas aqui é uma coisa importante, regiões mais ricas têm cobertura melhor, Estados mais ricos dentro das regiões mais ricas tem cobertura melhor e áreas mais ricas de Estados mais ricos têm cobertura melhor. Por quê? Por causa da lógica do próprio desenvolvimento do negócio.

O saneamento não é uma coisa que deva, ele é rentável é muito importante o setor privado estar junto, mesmo porque, como nós vamos ver adiante, não supera um gargalo desse sem o trabalho do público e do privado, mas a participação do setor público é indispensável, em alguns casos é Orçamento Geral da União, é fundo perdido é Orçamento dos Estados, é Orçamento dos Municípios.

Isso aqui é o sistema de estatística do setor, Sistema Nacional de Formação de Saneamento. Ele estimou que precisa 300 bilhões, até 2020, para universalizar o serviço. Obviamente, essa é uma meta que todos nós deveríamos nos colocar sabendo que ela não exequível no curto prazo, até 2020, mas é importante colocar esses números, para nós fazermos uma reflexão de que país nós queremos e que país é esse também.

A conclusão é elementar, o setor público e privado precisam trabalhar em conjunto e estão trabalhando em conjunto. Muita coisa está sendo desenvolvida

por aí. Nós temos dois obstáculos básicos, a baixa capacidade de investimento da maioria das companhias estaduais, com exceção de quatro a cinco, tem situação muito, é uma situação financeira muito ruim. São Paulo, Minas, Paraná, aqui em Brasília. Quando eu digo a capacidade financeira, a capacidade de investimento no curto e médio prazo.

O déficit maior, como eu me referi há alguns momentos atrás, está justamente nas áreas mais pobres. Menor condição de pagamento dos usuários, retorno de investimento mais longo, daí a afirmação que é também uma questão de gasto público primário. Gasto esse, que envolve a União, insisto, Estados e Municípios. Mesmo porque, como os senhores sabem, a prestação de serviço continuada, definição da Constituição de 88, é uma responsabilidade não Federal e sim do Estado.

No caso de saneamento, você tem sistemas isolados, desculpe-me, perdão, a Constituição define como os municípios sendo responsáveis, você tem contratos de longo prazo e tem companhias estaduais de saneamento em todos os Estados da União. Tem também sistemas isolados, esses sistemas, muitas vezes, são tocados através do próprio setor público, outras vezes não, são concessões ao setor privado.

Conclusão. A infraestrutura preparando o país para um novo círculo virtuoso de crescimento. As carências identificadas são, ao mesmo tempo, como eu disse, ameaça e oportunidade. Com tamanhas perspectivas e potencialidades para investimento em infraestrutura, eu estou vendo pelo lado da oportunidade. A discussão sobre quem deve fazer passa a ser secundária.

Existe oportunidade de investimento tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, momento único para se articular uma atuação conjunta, única forma de atender as necessidades atuais. Fundamental o resgate, por último, do sistema de planejamento do Governo Central e definir planos que articulem essas diferenciações.

Eu queria fazer um último comentário, antes de encerrar, tentando dar alguns exemplos do que eu chamo necessidade e oportunidade e o que está ocorrendo também entre as articulações, entre o setor público e o privado.

O Congresso Nacional fez a sua parte. Ele aprovou ainda no final de 2004, a lei nº 11.079 que trata das parcerias público privadas. Isso criou dois tipos, essa lei cria dois tipos a patrocinada e a administrativa. Cada o investidor privado tem a tarifa e tem um dispêndio do Poder Público complementando essa tarifa para viabilizar economicamente o empreendimento.

No caso da administrativa não, é só a contrapartida. A exigência que sejam investimentos de longo prazo, no mínimo cinco anos, o valor do pode ser obviamente pequeno tem que ser superior a 20 milhões. E a partir da Lei Federal, alguns Estados, muitos Estados da União aprovaram as suas leis, com destaque para São Paulo, Minas, Bahia, Pernambuco e aqui o Distrito Federal.

Têm alguns exemplos: A Linha 4 do Metrô de São Paulo, é uma concessão patrocinada, ou seja, vai ter tarifa e vai ter um dispêndio do tesouro Estadual. A Rodovia MG 500, também concessão patrocinada feita pelo Estado de Minas. O Sistema de Disposição Oceânica Jaguaribe, na cidade de Salvador, que vai fazer o segundo interceptor oceânico da cidade e vai justamente atender a região mais carente da cidade de Salvador é uma obra muito interessante feita por regime, aí sim, de concessão administrativa.

Ou seja, o investidor coloca o interceptor funcionando e todos os investimentos adjacentes, captação, reservatórios e tudo o mais, bota funcionando e a empresa Estadual de saneamento pagará a contra prestação mensal por um período de 183 meses, 15 anos e três meses.

Para citar um caso Municipal tem a concessão de saneamento de Rio Claro, Município localizado no Estado de São Paulo. Existem várias concessões, em vários municípios, em diferentes Estados da União, eu só estou dando alguns exemplos.

Agora existem também, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, senhoras e senhores, outros tipos de articulação entre capital público, recursos públicos e privados. Por exemplo, Minas Gerais, faz um programa na área de energia muito interessante, chamava-se "Programa Minas PCH". É um programa do Governo do Estado, é onde a CEMIG, que é a Companhia Estadual de Energia, talvez a maior empresa brasileira de energia se formos comparar a área de geração, transmissão e distribuição. Interesso agradecida maior, porque ela é integrada.

Ela tem um programa muito interessante que prevê aumento de 400 mega, só com PCH. E, nesse programa, o Estado, através da CEMIG é minoritário, você não está criando empresas estatais, você está fazendo parcerias com o setor público para desenvolver pequenos aproveitamentos. Usina de fio d'água, ou seja, não tem reservatório, não tem impacto com o meio ambiente é, realmente, um programa muito interessante.

E com isso, a CEMIG ganha o quê? Ele fecha o seu mercado e comanda sobre os 400 mega, que é um volume nada desprezível. Para o investidor privado é muito interessante, porque ele consegue fazer conjuntos de PCH, que baseados na oferta firme de compra da

CEMIG tem um negócio chamado, desculpe o termo inglês, eu não gosto muito, mas back de consumo.

Se você não colocar junto ao setor privado, a CEMIG compra essa energia e revende na sua área de atuação. Com isso, você estrutura um Project Finance. E esse programa é um sucesso.

Por outro lado tem o ProInfra, que eu me referi alguns minutos atrás, o Programa de Incentivo de Fontes Alternativas de Energia, basicamente PCH, eólicas e bagaço.

Esse é um programa do Governo Federal, muito interessante, que prevê aquele número de usinas que o Dr. Ralph mostrou na sua exposição. E a Eletrobrás é o agente do programa, a Eletrobrás faz um PPA, um contrato de garantia firme de energia com os empreendedores. Os empreendedores de posse desse contrato vão a BNDES, que aqui criou uma linha específica para tal, financiam pela modalidade do Project Finance e os projetos estão tocando. Na parte de PCH principalmente, Mato Grosso, Minas, muita coisa importante sendo desenvolvida.

Agora veja bem, tanto no caso Minas PCH, como PROINFA é uma articulação interessante, porque envolve o setor privado que leva capacidade de gestão, de empreendedorismo etc. e o setor público. Não apenas como investidor, caso da Minas PCH, mas como financiador ou garantidor de venda. O BNDES é fundamental em qualquer desses pacotes, assim como recursos do FGTS. Seja pela carteira específica, se possível pelo FGTS, o Dr. Ralph conhece melhor do que eu, como também agora desenvolvendo carteiras específicas, já tem a habitação e já tem de saneamento e, certamente, vão ser criadas outras.

E o que eu queria dizer dando esses exemplos que há um momento de explorar essas oportunidades e essa necessidade de investimento em infraestrutura que nós temos, que a oportunidade para o investidor é agora. Não é o momento de discussões ideológicas, marcar posições irredutíveis, o privado é melhor, o público é pior, o privado é pior, ou o público é melhor. Isso está superado.

Enquanto muitos que procuram por diversas razões sustentar posições radicais nessa matéria, continuam procurando sustentar, o setor privado e o setor público estão se entendendo. A PETROBRAS vira sócio minoritária de muitas Termas, e também outras ela compra, porque fez um mau negócio do passado.

Na área de energia, na área de saneamento, sendo que na área de energia em todas as suas dimensões. As coisas estão andando e não é só PPP.

A PPP abre um espaço adicional à mera compra de bens e serviços por parte do Estado e demanda junto ao setor privado. A Lei nº 8666. Além da PPP, nós estamos desenvolvendo mecanismos que se as pessoas puderam trabalhar, elas vão trabalhar e vão ajudar esse desenvolvimento. Associações de classe, os representantes do Poder Público, os órgãos de financiamento, as grandes empresas os, tesouros, seja Federal, seja Estadual. Mecanismos de garantia, mas as coisas estão se mexendo.

E a ideia de que o investimento em infraestrutura vai crescer para 2.9 do PIB é sustentada nesses princípios, que vai ser o Estado e o setor privado trabalhando juntos, diversas modalidades, mas trabalhando juntos. É isso que eu tinha a dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Eduardo Teixeira pela sua exposição.

E pelo que nós assistimos aqui tanto do Dr. Ralph, quanto do Ministro Eduardo Teixeira, foi ou foram visões extremamente realistas da situação, porque hoje passa o Brasil no que tange a projeção do seu desenvolvimento econômico.

Realmente é uma situação única, com a qual hoje nós nos de frontamos e, por isso, já temos todos esses motivos e temos que ter o otimismo reforçado para que possamos alcançar as metas, que a situação atual em que o país se encontra,apesar da crise, nos oferece.

Para que se tenha uma ideia, nos anos 80 ,os recursos públicos investidos em infraestrutura representavam 5.2% do PIB. Hoje, talvez não chegue a 1% do nosso produto interno.

O Ministro Eduardo Teixeira falou que nós teríamos como alcançar 2.5, 2.9, conforme foi mostrado ali no gráfico pelo Dr. Ralph, e isso é perfeitamente factível, desde que nós estimulemos essas parcerias que como aqui também foi dito.

O Ministro Eduardo Teixeira falou que não se trata de discutir se o público é melhor que o privado ou o privado é melhor que o público. O importante é saber o que é que funciona melhor, se o que funciona melhor é o público, vamos incentivar o público, se que o funciona melhor é o privado, vamos incentivar o privado. Se o que funciona melhor são as PPPs, vamos estimular as PPPs.

E isso eles próprios, essas próprias entidades, elas vão se conjugando, e elas vão encontrando maneiras de funcionar naturalmente, sempre sob o olhar atento e regulador do Governo.

Hoje, com relação às obras elencadas no âmbito do PAC. Dessas obras do PAC, para que os senhores tenham uma ideia, apenas 0.6% são obras cujos recursos que as financiam são oriundos do Orçamento Geral da União. Os restantes 99.4%, vêm de recursos das grandes estatais brasileiras, sobretudo a PETROBRAS

e a Eletrobrás. E isso determina a extrema concentração hoje, dos investimentos privados no Brasil, 82%, ou mais, 86%, se não me engano, dos investimentos privados realizados no país, estão concentrados nas áreas de gás, óleo e telecomunicações.

Isso sem falar no pré-sal. Imaginem o que isso significa em termos de volume de recursos.

De modo que eu, como Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, fico muito feliz por ter de duas personalidades de tamanha envergadura, de tamanho conhecimento e que estão hoje na iniciativa privada, que eles tragam, ou que eles venham trazendo essa visão que se tem do outro lado no balcão.

Esse é o objetivo maior desse ciclo de palestras, que nós estamos realizando no âmbito da nossa Comissão de Infraestrutura, que é exatamente de termos a outra visão, a visão da iniciativa privada sobre aquilo que vem sendo realizado no mundo oficial.

Eu passo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, para sua indagação, sua formulação. Em seguida, o Senador Mão Santa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de perguntar ao Dr. Eduardo Teixeira, dada a sua experiência.

São três considerações. A primeira. A experiência, que o senhor já viveu na PETROBRAS, há uma posição da PETROBRAS hoje de ingressar cada vez mais forte na área de biocombustíveis, dentro desse sentido, há previsão também que colocam que a PETROBRAS poderia até 2020 já, ser a única produtora de biocombustíveis no país.

Isso poderá se concretizar haja vista que vamos dividir em algumas áreas, etanol foram feitos investimentos maciços, o Brasil se consolidou hoje produz mais de 50% é etanol, 55 ao redor disso, 45 gasolina, os automóveis do consumo de combustível no país. Isso, de que forma a PETROBRAS poderia entrar drasticamente nessa área? Adquirindo ações das empresas produtoras? E na área de biodiesel também há uma perspectiva de se consolidar da mesma forma.

Mesmo que dentro da política atual houvesse investimentos praticamente iniciais só da iniciativa privada e as empresas, a exemplo da Ecodiesel, agora foi fortemente financiada pelo Banco Bradesco deu problemas sérios. Eles não são alto sustentáveis, esses projetos, esse é o grande questionamento dentro de uma política da agricultura familiar, da origem da matéria prima deu muito problema.

E, hoje, a PETROBRAS, dentro dos leilões, ela trabalha nas duas pontas, como compradora e como vendedora, e termina sendo um desastre para quem investiu nessa área de biocombustíveis no país. Então, isso aí na área de biocombustíveis.

Segunda, as PPPs nas estradas. Eu não tenho visto, nos últimos anos, uma obra específica do Governo Federal em estrada Federal custeada ou tendo interesses compatíveis dos dois setores públicos e privados. Eu vejo que o custo de uma obra, de uma PPP, ou até a concessão total de uma obra ao setor privado poderia ser uma grande solução também. Isso não está sendo ofertado, não sei de que forma, mas não está sendo possibilitado.

Nós temos péssimos projetos, projetos que estão demorando demais. Licitações mal feitas, obras que iniciam e já tem a sua continuidade obstruída por ações do TCU, pela fiscalização. Quer dizer são obras que já se iniciam mal. Existem empreiteiras despreparadas para exercer a função e, mesmo assim, elas vencem as licitações e as obras não estão saindo.

No Estado do Mato Grosso, principalmente, eu não vejo possibilidade de se expandir a área de rodovia, da forma como foi programada.

E a outra, sobre, como muito bem explicou o Presidente Collor, da aplicação dos recursos públicos em relação ao PIB, nas obras de infraestrutura de logística do país e a deterioração desses gastos públicos. Quer dizer, eu não vejo que nós vamos conseguir atender toda essa demanda, tanto nas áreas de saneamento como de logística, como... Principalmente, essas onde envolvem o setor público, dentro da atual estrutura de deterioração da capacidade do Estado em investir em obras públicas, da estrutura institucional do órgão público.

Seriam essas três considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Eduardo Teixeira.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: A PETROBRAS se tornar a única produtora eu não acredito, eu acho impossível. Eu acho que é importante que ela entre nesse mercado, como está dentro. Ela é uma empresa de energia e essa mudança de conceito, que ocorreu há alguns anos atrás, ela foi muito positiva para a empresa e para o país.

Agora, efetivamente, nas empresas de etanol, ela comprar ações. Eu, particularmente, eu preferiria que ela entrasse de sócia de empreendimentos que ela judicial gás dentro do seu programa estratégico adequado.

A compra de ações, ela pode até ocorrer desde que não seja para fazer, financiar a saída de atuais investidores. Isto é, outras palavras, eu não veria nenhum problema que a PETROBRAS aumentasse o capital de empreendimentos já existentes, desde que, evidentemente, isso fosse dentro do plano estratégico

dela, como deveria estar, mas nunca para dar saída de investidor atual, ou seja, sempre com o fito de aumentar a capacidade.

O gasto público, no meu ponto de vista, seja ele dos orçamentos públicos, seja através das empresas, ele deve ser sempre conectado a geração de renda e emprego, ou seja, de agregação de capacidade produtiva. Só em situações muito excepcionais, como crise sistêmica, você pode usar, no meu ponto de vista, ação dos tesouros como, aliás, está acontecendo agora nos Estados Unidos, inclusive no país sede do capitalismo, ou de suas empresas estatais para dar sustentação aos atuais acionistas.

Feita essa ressalva, eu, particularmente, não veria nenhum problema, ao contrário, eu acho que a empresa tem que entrar no mercado de etanol, nunca sendo a única produtora de etanol, por exemplo, de outros combustíveis que não os derivados de petróleo, mas sim é um negócio, é uma fronteira de expansão do investimento da empresa, ela deve explorar essas oportunidades.

A questão do biodiesel é mais complicada, porque a viabilidade econômico financeira foi prejudicada, ultimamente, há dúvidas a esse respeito. Por outro lado, você deixar que a empresa compre e venda dentro do próprio mercado não é positivo.

Eu acho que, talvez, seja o momento de pensarmos numa regulação mais estrita desses mercados, que hoje não são tão importantes na matriz energética brasileira, desculpe, produtos que não tão importantes na matriz energética brasileira, mas se quisermos desenvolver e melhorar essa matriz, eles por definição tem que aumentar a participação.

E, portanto, a regulação faz parte da regra do jogo, principalmente, onde você tem entes públicos e privados, como bem lembrou o Presidente da Comissão há alguns minutos atrás.

PPP nas estradas. Eu citei uma em Minas e deve ter outras também que podem ser citadas, tem outras que podem ser citadas. Alguns processos de licitação ocorreram em rodovias federais, recentemente, até trechos de rodovias federais. Agora é inegável que a PPP avançou mais nos Estados, de modo geral, do que na União.

Nas estradas isso é verdade, no saneamento nem conta, porque a União ela não é ativa no setor de saneamento, ela não é proprietária do capital, as empresas de saneamento do setor público são estaduais ou são municipais, mas ela pode ser ativa sim, mesmo nesses setores onde ela tem dificuldades institucionais maiores, na parte do financiamento e na parte da parceria público privada, que eu me referi há alguns momentos atrás, que é para desenvolver novos negócios. Seja através de recursos de entes estatais.

Um exemplo da PETROBRAS na área do biocombustíveis e também na área de energia, porque ela hoje tem participação em usinas térmicas, por exemplo, coisa que ela não tinha no passado. Comprou até algumas, porque fez um mal contratado, mas isso é uma outra história, mas ela tem participação enquanto investidora, mas ela pode perfeitamente, assim como outras empresas, a União pode direcionar as suas empresas para dar sustentação a isso, porque aqui tem uma separação, Srs. Senadores, no meu ponto de vista.

Uma coisa é a lógica mais geral do setor público e setor privado, outra coisa é o Governo Federal, enquanto controlador de uma empresa, pode sim, legitimamente, orientar o seu processo de investimento, desde que, obviamente, respeitada a regra da boa gestão, da transparência, do respeito aos outros acionistas, mas por que não? Só acionista privado que pode direcionar os investimentos de empresas privadas? Não.

A União, através de seus representantes nos Conselhos, ela tem essa obrigação. Quando você, eu já fui no passado, representa a União num Conselho de Administração, ou num Conselho Fiscal, você não está lá para receber jetom, você está lá para exercer, ser a voz das políticas públicas nesses ambientes. Muitas vezes falta, o senhor tem toda a razão.

Mas a PPP nas estradas, realmente, o senhor tem razão, ela está muito atrasada no Governo Federal, tem problemas de fiscalização, tem problemas também na área do meio ambiente. Nós temos uma espécie de armadilha, porque é fundamental a defesa do meio ambiente, sem isso não existe, não existe futuro para os nossos filhos, netos ou quem quer que venha depois da gente.

Mas, por outro lado, a presunção de que está tudo errado, quando você executa um projeto público, me parece inadequado. O Brasil, nos últimos anos, fica parecendo que tem sempre má observação de recursos, má destinação, isso não é necessariamente verdade.

Os órgãos têm que apurar as responsabilidades, punir quando tem que punir, mas tem que começar a elogiar como tem que elogiar. Tem muito gestor público aí que merece todo o elogio. O cara está lá, trabalha de sol a sol, dá um duro desgraçado, está entendendo? E só falam no lado ruim? Tem lado ruim, vamos apurar, vamos deixar o sol resolve isso, a luz do sol é a melhor coisa nesse momento, mas existem sim problemas nisso.

Eu quero falar uma frase, que eu tenho repetido nas minhas andanças, que é o seguinte. Quando você

é gestor privado, Senador, o fácil é falar não. O sujeito entra num cargo público, fica quatro anos dizendo não, não, não, não. Você chega lá e já fala não. Antes fazer o pedido é não. Sai como excelente gestor, o difícil... Excelente gestor, não, gestor vagabundo ruim. Desculpe o termo, perdão a impropriedade Sr. Presidente, mas um gestor ruim, mas sai com uma aura de um sujeito extraordinário, um bom gestor e tudo o mais. Como é verdade.

Porque eu acho no setor público o difícil é dizer não. Dizer não fundamentadamente. Dizer não, porque tem o compromisso com as políticas públicas do Governo, que esse eventual agente público está representando. Isso é que é difícil, isso está no meu ponto de vista segurando muito usa séries de investimento notadamente na área de infraestrutura.

Eu vou dar um exemplo que era muito engraçado. Há 20, 15 anos atrás, o sujeito ia fazer uma licitação para comprar computadores, levava tanto tempo para aprovar que quando ele comprava só tinha sucata e comprava sucata, mas é fundamental que os órgãos de controle sejam ativos, participantes, como tem sido os últimos anos, cada vez mais.

As aplicações dos recursos públicos, Sr. Senador, na verdade a União tem mostrado uma trajetória cadente, nos últimos dois, três anos com o PAC melhorou um pouco, mas quando eu coloquei aquele número de 2,9% do PIB, além dos Estados e Municípios, as empresas estatais. Aí a conjugação de PETROBRAS e Eletrobrás, como o Sr. Presidente nos lembrou é fundamental em posição única a PETROBRAS.

Eu tive oportunidade de trabalhar na PETROBRAS, por decisão do Presidente Collor. Uma história muito interessante, porque a coisa que melhor me aconteceu que eu pude confirmar de dentro o que eu achava como observador externo.

É uma grande empresa. É uma empresa que deveria ter um reconhecimento maior da população brasileira, independente de quem é o gestor, se é A, B, C isso passa, todos nós passamos, nós somos transitórios não temos tanta importância assim.

O que importa é que essa empresa, entre outros méritos, ao longo dos seus 50 e poucos anos de vida, 55 anos de vida, o Brasil passou por tudo, moratória, guerra, guerra no Oriente Médio, escassez de dólar absoluta, mas todos nós quando encostamos o nosso carro para abastecer no posto de gasolina lá tinha combustível. A PETROBRAS cumpriu com a sua missão ao longo dos anos, isso é um feito, no meu ponto de vista de vista, extraordinário.

Só para ilustrar, quando a PETROBRAS foi fundada, o Brasil fazia seis mil barris/dia de petróleo, hoje faz dois milhões e vai para quanto? Três, quatro, sei lá, ninguém sabe direito. Então é muito importante fazer esse registro, do meu ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Senador e Presidente, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu estava me lembrando quando eu comecei o mandato, eu ia saindo com Senador Tasso Jereissati, ali no corredor Petrônio Portela e disse: "Mão Santa, como tu está vendo isso?". Eu amigo: "Rapaz, eu estou vendo isso como se a gente está aqui fazendo um mestrado, um após graduado aqui". Acabamos de sair de uma CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, grupo menor, e acaba de tocar a sirene e nós vamos ali para o Plenário, ter o Diretor. Era o Sarney já o primeiro Presidente voltou a ser. Eu disse: "Não, eu to..." ele disse: "Rapaz é mesmo".

Eu aprendi muito. Lamento ter chegado atrasado aqui, aprendi muito com o Eduardo Freitas, mas estou encantado. É isso mesmo. Governar é como diz lá no Dom Quixote de La Mancha, que ele deu aquela Ilha de Barataria, para o Sancho aí depois voltou e ensinou o homem a governar e tudo: "Seja honesto, sua esposa direito, não sei o quê e tal". Só não tem jeito para a morte, mas vai ver, lá o homem da saudade, fala: "O que você acha, Sancho Pança?". E ele com a humildade dele, temente a Deus até que saiu mais ou menos: "É um golfo de confusão. É confusão muita e governo".

Mas o senhor foi muito claro, tem muita coisa certa, mas também a gente não pode ser otimista demais no momento que nós vivemos não. Eu fico com o Juscelino disse: "É melhor ser otimista, que ele pode errar o pessimista" Dizia o Juscelino "Já nasce errado, continua errado". É melhor ser, mas aqui eu não vejo assim.

Esse nosso país tem 509 anos. Aquele estudioso que é melhor, bem melhor do que eu, o Alvin Toffler, o primeiro ano, o segundo ano e o terceiro ano. A primeira onda foi quando o homem se fixou a agricultura, uns dez mil anos. Aí depois já foram os ingleses que inventaram a segunda onda industrial, 1760 deu uns 300 anos.

Então, a primeira onda nós pegamos ainda, embora dez mil anos nós... Eu acho até que nós saímos muito bem na pirâmide, não é? Porque foi na agricultura, o café foi uma explosão, a cana-de-açúcar a pecuária mesmo. Saímos até mais ou menos, nos primórdios.

A segunda onda, embora tenhamos começado, ela foi 700 e tantos e 1800 com Mauá, até que ela deslanchou, embora o Presidente Collor tenha repreendido que a gente tinha as carroças, aí, mas industrializou-se, tinha muita coisa boa, o SESI, o SENAI, essas institui-

ções que beneficiou até o nosso Presidente, que tinha, quer dizer, o pessoal tinha uma visão. Não é?

Mas me preocupa muito agora, esse negócio que ele disse que a gente entra numa terceira onda aí, dessa confusão desses eletrônicos, o diabo e a terceira onda que começou e nós estamos nela. Eu acho que nós estamos mal entrando nela, eu não vejo, vamos dizer, no passado estava melhor, que nós começamos com Mauá, mas quando a gente viu, embora o Collor reclamou tinha carro de qualquer jeito, tinha avião, tinha um bocado de... Eu não vejo o país, nessa terceira onda, eu acho que ele vai mal.

O senhor falou aí, então, nós vamos começar. Nesse rolo de desenvolvimento o Juscelino já dizia: "Energia e transporte". Energia nós fomos muito bem nessa valorização com as hidrelétricas são as melhores mesmo, esse negócio de eólica é um rolo que ninguém sabe, porque é caro.

É mesmo como eu disse, que a mamona não dava certo. Há quatro anos e o governo não nos ouviu e o Agripino tem três fábricas no Piauí falidas, desesperançadas, milhares de gente que acreditaram. Quer dizer, eu acho que o país está muito assim sem falta de pesquisa de estudo, caiu, caiu muito. Nós estamos assim como cego no tiroteio, nós não temos um rumo para a terceira onda.

O passado, o senhor disse é nós vimos aí, nessa energia ainda bem que tiveram visão e a melhor mesma é essa daí a hidráulica aí podem os ecologistas xingar era tal.

O que fizeram da mamona foi uma desgraceira doida. Fizeram muita propaganda, muita... Lá no Piauí foram três fábricas, só lá no Piauí e. Aqui nós dissemos que não dava certo, José de Agripino e eu economicidade. A gente sabe mais ou menos. Dissemos. Quer dizer é um governo meio porra loca, como se diz no Nordeste.

Aí foram, três fábricas no Piauí, não, mas é isso mesmo. A própria como é que pode você ter pesquisa as universidades tudo: "É verdade, nós estamos aqui, eu sou é o pai da pátria". Eu estou aqui é com um estudo de trabalho, não é com essa não. Então, absurdo. Como é que se mete num Piauí daquele o governo faz três fábricas de irresponsavelmente aí só deu de... dizer: "É mais de mil pessoas morrendo de fome".

Quer dizer nós não estamos para isso, tem que ter pesquisa. Então, eu não vejo preparo para essa terceira onda não. Aqui mesmo. Aqui mesmo no Senado, a nossa destruição, não é Sarney nada, somos nós. Nós estamos obsoletos, a terceira onda, segundo quem estuda e tem gente que estuda. Esse que eu estou dizendo aí o Alvin Toffler, aquele "O Mundo é Plano", já leu ali.

Nós estamos numa ignorância ousada, nós estamos cegos, nós não estamos pesquisando nada não, Senador Fernando Collor. Eu estou de dando um exemplo aí, três desgraceiras que fizeram no Piauí, muita propaganda, muito dinheiro e eu disse que não dava. Não sou pesquisador não, mas sou médico, eu sei o que sai um produto vegetal.

José Agripino, competente, preparado, ele foi Diretor, depois de Governador de uma multinacional do Estado e disse: "Economicidade". Deu no que deu. Quatro anos depois. Está entendendo o negócio? Então, eu vejo o país assim, nessas coisas que da terceira onda nós não estamos preparados. Essa aí, principalmente aqui, isso não é Sarney culpado não. Isso aqui está obsoleto.

A terceira onda foi uma desmassificação em comunicação, em religião ao mote que tem e liderança. Quem que é líder de quem aqui? Quem é que governa? Nós não estamos nem preparados politicamente e nem tecnicamente. Você vê nos outros países, você vê a Índia e a China, eles foram lá a mão-de-obra barata e eles entraram nessa onda.

Essa que eu não sei nem mexer. Esse mundo de computador, de nada, mas é uma realidade, nós não temos pesquisa em nada, em nada eu não vejo. Eu vejo nós entrarmos nessa onda, não posso ser otimista, como o Juscelino, porque eu não vejo. Eu vou lhe dar os exemplos, vamos logo nos transportes que o Ministro disse, energia e transportes.

As hidrovias não existem. Ferrovia. Transporte aéreo, decadente total, Presidente. O Presidente deixa a gente ridículo. Eu era menino, você não tinha nem nascido, Collor, eu só saía lá da Paranaíba, primeiro tinha a Aeronáutica daqui, tinha um CAN – Correio Aéreo Nacional, corria lá na frente pegava a FAB andava até de graça com o avião do governo, você pegava.

Eu, em 1966, estava em estudava em Fortaleza arrumei plantão lá, tinha um Sargento me arrumou para ver onde é que eu ia estagiar. Tinha até da Aeronáutica, voos. Planner, Aerovias, Aeronorte, Paraense Transporte Aéreo, caia e aí tu dizia: "Prepara a tua alma", PTA, mas tinha. A gente saía andava por aí. Saía lá de Parnaíba ia a Piguinandaí(F), Aeronorte, não é? Tapa, não sei o quê...

400 aeroportos funcionam. Hoje funcionam 100. Vamos à realidade. Eu vou dar do meu mano sul é a mesma coisa. Se tu quer vir lá de Londrina, tu tem que ir para Brasília para ir para São Paulo. Lá do Piauí você ficou de... Como Presidente, você não foi no Piauí não, não é? Foi não. Foi nas campanhas.

É o seguinte, Piauí, Teresinha, São Luís. Eu sou de Parnaíba. Eu estou passando minhas férias em São Luís, todo dia passava avião, Douglas, DC 3, eu

não sei sua idade, eu sou mais velho, quando anos você têm?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): 53.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu tenho 66. Passava ali, hoje, olha aí, atentai bem. Tem muita é propaganda. O sujeito para sair de Teresina para São Luís, São Luís você vem para Brasília, passa três, quatro horas no aeroporto e volta para São Luís de Teresina. Eu vim hoje, vim de [ininteligível] pesado.

Então isso tudo está dizendo, não passa não. Então, o governo está forte demais em mídia. Você entendeu? Uma imprensa falsa, mentirosa, saí lá de Teresina, um empresário vem para Brasília passa três horas e volta para São Luís. Não entra na cabeça de ninguém.

Ou o inverso. Teresina é muito mais avançado em medicina, muito mais. Teresina empata com Brasília em medicina, se faz transplante cardíaco. Eu coloquei o Estado Terra do Transplante, coração... Tem quatro faculdades, mas não é por um mérito meu não.

Porque na Ditadura Vargas ela botou tenente em todo lugar e, era tenente. E lá ficou um médico Leônidas Melo. Aí ele fez um grande hospital e botou nome de Getúlio Vargas na ditadura e apoio e de lá para cá, muitos governadores médicos estão.

Muito governadores médicos que estão, mas para o maranhense, que eles vão operar é lá mesmo. Para Teresina ele vem para a Brasília de São Luís, passa aqui uma três, quatro horas vai para a Teresina. 400 aeroportos funcionavam nesse país. Só funcionam 100. Hoje.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O senhor me permite? A população cresceu demais, nós não estamos conseguindo atingir a infraestrutura necessária, por isso que precisamos agora dar uma turbinada no PAC. Para ver se resolvemos tudo isso aí, não é Senador?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, não é PAC não. Eu estou falando de pesquisa, mesmo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A necessidade é muito grande.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): PAC não tem nada de pesquisa, não. Esculca(F), a revolução de culca(F), de inteligência, por isso que a Índia e a China está indo. Porque a grande tecnologia eles estão comprando coisa lá, está...

Eu vou teu dar um exemplo, eles enchem aqui de aparelhos de médico sofisticado demais. Tem um lá na Índia dando diagnóstico. Vai por essa parafernália de comunicação, computador vai para lá o cara e responde para o cirurgião.

Quer dizer, e as leis trabalhistas nós avançamos de forma que a mão ficou mais cara, a tecnologia está indo para esses países de mão-de-obra mais barata. Então, eu não sei, mas nós não estamos pensando em pesquisa em nada, nós não estamos avançando para entrarmos na terceira onda. Isso que você está falando é negócio ainda da segunda onda, eu quero saber é essa de desenvolvimento cultural, de maneira nenhuma.

Você lhe dar o exemplo, Presidente Collor, medicina, ampliaram. Ampliaram a Faculdade de Medicina na privada, um curso médico, essas faculdades de medicina é três mil reais por mês. Privado. Nos Estados Unidos dá certo de trabalho, porque ele paga ele ganha bem, não é? Ganha em dólar vai ser garçom aqui, se a mocidade for trabalhar o mais que ganha é um salário-mínimo, como é que vai pagar?

A Engenharia também o que está crescendo é o privado, o particular, mas pode falar, mas você tem que ver a realidade, como nós vamos entrar leia, eu sei que você já deve ter lido o bicho, o Alvin Toffler, não e o outro o Thomas Friedman, o mundo é plano. Nós estamos a exação.

Quando se vê um país que pensa só vamos, tudo preocupado demagogicamente vai ter a copa em mil novecentos... Que ano é? 14?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): 2014.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): E tudo. E ninguém fala em fazer pesquisa, em fazer se tivesse isso, o governo acreditasse no saber. Por exemplo, ele não tinha feito as três fábricas que eles fizeram no Piauí de mamona, e está tudo desempregado, lascado. O litro de óleo, faz, que produz energia, todos nós sabemos, mas sai mais de cinco reais o litros. Tu não vai comprar e botar no seu carro. Assim que estamos.

Então tem que encarar. Não é negócio só de PAC com o Governo, não. É o lado a culca(F), lendo a revolução, o saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem razão, Senador Mão Santa, em relação a questão de privilegiar sempre o saber. O Dr. Ralph Lima Terra, gostaria de aditar alguma, algo que V. Sa.Exa. acaba de dizer.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Olha, quando eu era menino eu sonhava--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E depois, o Dr. Eduardo Teixeira.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): --em ir para aquela a Engenharia da aeronáutica. Como é que chamava?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ita.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Cheia, aviador, porque tinha muito, mas eu não fui porque naquele tempo quem tinha óculos era despachado. Eu uso lente de contato, mas a Ita, nós não temos mais esses centros de pesquisa de avanço, eu não vi se criar nada no Brasil. Nesses últimos dez anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Dr. Ralf fez uma apresentação muito interessante.

SR. RALPH LIMA TERRA: Senador Mão Santa, eu gostaria só de fazer um pequeno comentário.

Eu concordo com a maioria do diagnóstico que o senhor fez, mas gostaria que o senhor refletisse um pouco para o que está acontecendo eu diria nos últimos dois, três anos e eu vou falar especificamente da área de infraestrutura.

O senhor sabe qual é a grande deficiência que nós temos hoje? Hoje, não é o futuro não. Mão-de-obra qualificada, portanto, estou concordando com o que o senhor está dizendo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é.

SR. RALPH LIMA TERRA: Eu estudei Engenharia, vi minha geração toda, hoje tem um monte de companheiro que estudaram Engenharia e são donos de padaria. Não tem nada contra padaria, pelo contrário, eu adoro pão. São donos de padaria, donos de vídeos clube, sabe? E que abandonaram a profissão, mas o que a gente percebe de dois, três anos e não mais do que isso é uma mudança de rumo.

Nós vamos pagar ainda, durante muitos anos, o preço de não ter desenvolvido uma série de programas, como o senhor citou aí vários, mas que o a gente percebe e aí eu vou falar, e me desculpem, não é otimismo é o que eu estou vivenciando na área de infraestrutura. O mundo todo começa a prestar muito mais atenção no Brasil.

Na área da infraestrutura, hoje, uma das grandes ocupações nossa, da entidade que eu represento, é de atender delegações estrangeiras de empresários interessadas em entender o que está acontecendo no Brasil. Eu não estou dizendo que isso aí vai mudar tudo e vai resolver todos os problemas.

O que a gente pode receber é uma inversão na curva do paradigma de que o Brasil, o tempo estava passando e agora a gente ganha, se eu pudesse resumir, ganha uma esperança, uma expectativa, com base do desenvolvimento dominante curto prazo, que já está acontecendo e no curto prazo um horizonte de cinco a dez anos, isso é curto prazo, pensando no desenvolvimento de um país.

Então, nós temos uma chance. Hoje, o Brasil é observado e acompanhado pelas grandes corporações empresariais e os países em desenvolvido. Então, a gente percebe isso claramente. Não só se traduzindo em atividade econômica, mas se nós continuássemos do jeito que estávamos, realmente, a Índia e a China, a Índia evoluiu muito nos últimos 20 anos, fez um grande programa de investimento de infraestrutura.

Eu tive oportunidade visitei várias vezes, nesses últimos vinte anos, e é visível a olho nu e o Brasil perdeu essa oportunidade. Agora, as coisas começam a acontecer com muita dificuldade, mas a gente percebe que mudou o paradigma, como o Presidente Collor falou.

Eu não quero fazer aqui nenhuma profissão de fé, de que vai tudo resolver, vai dar tudo certo, mas na minha área, na área da infraestrutura, que eu acompanho há vinte e tantos anos, eu percebo uma mudança de tendência, claramente.

Agora cabe a nós, a parte organizada da sociedade, aproveitar mais ou uma menos essas oportunidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Ralph. Ministro Eduardo Teixeira.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: [Interrupção do áudio] que é a preocupação todos em relação a investimento em conhecimento.

O senhor tem razão, os países que vão crescer mais aceleradamente nos próximos anos terão como alicerce principal a geração, difusão de conhecimento. Alguns países absorvem esse conhecimento, sequer sem pagar os royalties devidos, outros onde prima melhor o império da lei não se dão esse direito, portanto, procuram desenvolver domesticamente ou fazer contrato de absorção de tecnologia, como é o caso do Brasil.

Eu, Sr. Senador, por definição, eu não sou um homem otimista. Eu acho que todo o otimista não recebe notícia boa, porque ele já conta com as coisas antes das coisas acontecerem, mas também não sou propriamente uma pessoa muito pessimista, porque eu acho que o homem vindo de onde veio, estando onde está e com as perspectivas que tem, o ser humano de um modo geral, não dá para ser pessimista.

Agora, o senhor tem toda a razão. A questão do envolvimento tecnológico, recursos, investimentos em pesquisa e desenvolvimento e recursos humanos é crucial para o futuro de qualquer país, não apenas nosso, mas todos os países.

O que eu acho que o Brasil tem hoje nesse ponto, eu acho que nós vamos, realmente, entrar no ciclo virtuoso de crescimento é algumas vantagens, inde-

pendente de coisas pontuais como o caso do pré-sal e etc. e tal e aqui merece um registro. O maior Centro de Pesquisa do Hemisfério Sul é o da PETROBRAS localizado na Ilha do Fundão é o CENPES, Centro de Pesquisa da PETROBRAS.

E ele existe hoje, com a importância que ele tem, porque não obstante terem passado diversas administrações na PETROBRAS, todas elas privilegiaram a pesquisa. A PETROBRAS, provavelmente, além de dominar o ciclo tecnológico no Exproper, exploração, produção, perfuração, que é a parte fundamental de achar, tirar e processar o óleo, ela domina o seu ciclo, dá as condições geológicas compatíveis nas áreas que ela opera.

Tanto assim, que ela vende tecnologia, ela recebe royalties líquidos inclusive, exportando tecnologia e sendo parceira em áreas como África, que é um prolongamento no fundo da Bacia de Campos.

No entanto, o senhor tem toda a razão, o investimento em PID e RH no Brasil caiu muito. Ele caiu muito, porque, tradicionalmente, ele era suprido mais pelo sorte público do que pelo privado. O setor privado tinha poucos centros com de pesquisa.

Essa realidade mudou um pouco na área automotiva, por exemplo, nós temos hoje em dia centros de desenvolvimento de projetos no Brasil, bem sólidos e avançados, também tem na área do agronegócio, não apenas a própria e a grande EMBRAPA. A grande EMBRAPA, que desenvolveu hoje o cerrado é o que é graças ao trabalho anônimo de milhares de técnicos desse país.

Esse desbravamento do cerrado, a entrada da soja, utilização de áreas que nunca foram plantadas milho no passado. A gente passa aqui no Oeste da Bahia, ou no Mato Grosso, a mutação do trigo, Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, isso tudo tem o mérito da inteligência brasileira aplicada. O mérito de, insisto, muitos profissionais anônimos todos.

Mas, eu também queria dizer ao senhor, que é hora do Orçamento da União aumentar o gasto nisso. V. Exa. tem toda a razão, mas não apenas o Orçamento da União, mas os Estados e Municípios também.

A PETROBRAS, voltando ao exemplo anterior, ela é o que é hoje, porque sucessivas administrações não negligenciaram o investimento em pesquisa e desenvolvimento. Se não ela hoje não seria o tamanho, não teria a importância mundial que ela tem hoje. Porque o financeiro vem depois, primeiro eu tenho que ter o conhecimento, aplicar esse conhecimento.

Agora, eu sou otimista em relação ao país, Sr. Senador.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Collor, eu vou lhe dar um exemplo, Petrolina ali, eu fui lá e vi uma cena uma [interrupção do áudio] Petrolina deu certo, não deu?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Deu.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Milho.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Muito tem duas, três, quatro safras, parece.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Governador do Piauí e fui. Tem uma escola técnica em agricultura lá no Pernambuco, boa dirigida pelo... E tem uma... Por que deu certo? Aí que você tem que ver isso. Por que a Alemanha deu certo? Heidelberg nunca foi destruída. Duas guerras, respeitaram Heidelberg, deu certo, deu tudo. Isso que é você tem que meter na cabeça.

E eu fui Governador do Piauí, eu queria fazer uma faculdade lá no Sul, lá perto Corrente e Petrolina, não é? Êxito, não é? Até rio estão fazendo lá.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Sim e só.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Como é que está a irrigação e tal.

Aí, eu fui na Escola Técnica de Viçosa, que é muito bom aqui em Minas. E como você foi, olha tinha um monte de piauiense, fizeram questão, o Governador estava lá, cantaram o hino e aquele negócio todo.

Mas eu quero ir na Universidade em Juazeiro, na Agronomia. Olha, Presidente Collor, o senhor está novo, está bonito, pega um senhor assim forte, mais idoso, o senhor está com 50 anos, 60?

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: 64 eu estou velho já.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu vi o homem chorar. Chorar para vocês. Aí eu raciocinei lógico, passei o dia lá, comendo goiaba, aquele negócio todo, fui na coisa, eles estavam me esperando. Eu cheguei de noite, Governador, eu vi um homem assim biotipo do senhor, mas mais idoso é chato você ver um homem chorar.

Aí quando eu peguei o número lá, sabe por que aquilo deu certo, Collor? Por que não dá em outro lugar? Porque há 37 anos tinha sido criada essa Faculdade de Juazeiro na Bahia, de Agronomia. Aí eu vi conversei, para implantar no Piauí, eu digo: “Isso deu certo tudo a irrigação, porque o homem, a ciência chegou antes”.

Aí o Governo investiu tinha gente de três mil e tantos agrônomos que tinha lá, 2600 tinham sido formados lá. Então ficaram na região. Aí tu tem a uva sem caroço, tu tem o vinho, tu tem a goiaba do tamanho da sua cabeça que eu comi uma foi mesmo que almoço, deu certo, não é? Lá naquele deserto.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Melão, manga.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas é porque antes veio o homem. Aí eu disse: "Olha eu vi beleza, riqueza, aeroporto internacional".

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Logística de transporte, perfeitamente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Vi computador vendo os preços do mundo, do mundo todo ele saiba ali, seis hectares para cada um tudo. Eu digo, mas deu certo e os técnicos agrônomos foi vocês que formaram. Aí se levantou um dos fundadores lá do auditório e disse: "Olha, precisou o senhor vir aqui, Governador do Piauí, nós no começo há 37 anos eu nunca me esqueço, há 37 anos, a gente era tido como louco, como doido criar uma faculdade. E agora, o senhor reconheceu que todo esse desenvolvimento foi eles que formaram".

E ele disse: "Só dois nos respeitaram e vieram aqui". Porque eu fui fundar uma de Agronomia do Piauí que ficou modelo, não é? E João Alves que ia lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sergipe.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Você sabe.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Governador de Sergipe.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É o melhor livro do Nordeste é o do João Alves, então, se não tiver o saber não vale nada. Eu estou te dando exemplo que eu vi, deu certo Petrolina, porque essa faculdade tinha 37 anos.

Então, quando chegou o Governo, a energia e tal, tinha culca lá e por isso que eles estão aí.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Sr. Presidente, só agregando um pouco uma outra informação, Sr. Senador, e continuando a concordar totalmente com o senhor.

Investimento em ciência e tecnologia, recursos humanos, pesquisa de envolvimento econômico de um lado e a recuperação de sistema de planejamento público nas suas diversas instâncias é fundamental se queremos pensar esse país não nos próximos cinco anos, mas nos 50 e as gerações futuras.

Mas eu gostaria, realmente, de ressaltar que o Brasil tem, realmente, áreas onde nós somos muito avançados, tanto no setor privado como no setor publico. Eu citei a PETROBRAS, na área de Campinas tem a parte de tecnologia muito forte. Empresas privadas que lá se instalaram que desenvolvem tecnologia de classe mundial.

O Brasil, hoje, ele é, como o senhor lembrou, com toda a propriedade, ele é um centro tecnológico exporto da Agroindústria. Exportamos técnicos e fazemos convenio com diversos países do mundo, há 20 anos atrás, para o senhor ter uma ideia. Há 22 anos atrás, para ser preciso, eu fui a uma missão brasileira eu trabalhava no Governo Federal à época, nós fomos visitar a China como grupo que ia levar tecnologia aos chineses na área de agroindústria.

Hoje em dia, nem se fala. Nós temos, realmente, uma tecnologia muito avançada, nós temos grandes escolas, nós temos grandes médicos formados nesse país, que desenvolveram a sua capacidade através do estudo em grandes universidades. Temos grandes engenheiros também. O senhor citou o Ita, tem o IME na Praia Vermelha no Rio de Janeiro, tem grandes escolas nesse país.

É bem verdade que o número de vagas que foram abertas nos últimos anos nas universidades.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Itajubá.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Itajubá, cada uma perfeitamente é Agulhas Negras, tem vários, pois é.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [ininteligível].

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Perfeito, mas veja bem. Nos últimos anos o senhor tem razão que a grande maioria das vagas abertas no Ensino Superior Brasileiro foi setor privado, que o em si não é mal, desde que exista um controle de qualidade que o talvez precise é um aumento na fiscalização para que você não tenha profissionais de nível superior com a formação inadequada.

O que é ruim para a escola, a médio e longo prazo, e péssimo para o profissional e pior ainda para o país, isso sim eu acho que é uma coisa importante.

Por outro lado não é menos verdade que nos últimos anos tem sido feito um esforço na área da Universidade Pública do Governo Federal e também do Governo do Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo tem excelentes universidades públicas, a USP é um exemplo mundial, ela é considerada a melhor Universidade Brasileira pelos padrões internacionais, a UNICAMP é tão boa quanto. Eu tive oportunidade de estudar na UNICAMP, ao final dos anos 80, e me formei na Universidade Federal do Rio de e sou economista.

Tive uma honra eu acho uma honra ter cursado uma oportunidade pelo número pequeno de vagas e tive essa oportunidade e fui muito bem formado, no meu ponto de vista. Os defeitos são meus, eventuais qualidades foram da formação.

E sou uma pessoa que acredito, como o senhor, que a geração conhecimento a sua difusão é fundamental, mas eu sou otimista, eu acho que nós temos

ilhas de excelência muito importante, mas é necessário, o senhor lembrou muito bem, o aumento e investimento de todas as instâncias e também privado nessas áreas.

Só para terminar, eu gostaria de dizer ao senhor que tem um livro novo chamado "O mundo é curvo", que rebate.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O mundo é plano.

SR. EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA: Não, não mas rebate o livro do Friedman, que é o sujeito que é um articulista se não me engano do articulista, se não me engano, do Wall Street Journal ou do The New York Times. E esse livro é um livro que a crise tornou um pouco superado digamos assim, que ele acreditava que o mundo era unipolar e etc. e tal. E a realidade a complexidade das organizações humanas, o próprio ser humano cisma em negar razão a Fujikawa, que dizia a ideologia não existia mais e outras pessoas que acreditam no saber único e onipresente.

Eu digo isso com uma certa tranquilidade, porque como eu sou economista, se tem uma raça que acha que sabe tudo é a tal de economista e eu, apesar de ser economista, eu sou muito cético em relação a essas posturas.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, ao Ministro Eduardo Teixeira, ao Dr. José Márcio Camargo, ao Dr. Ralph Lima Terra.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de colocar em votação o requerimento minha autoria baseado nos seguintes termos: "Requeiro nos termos do § 2º, do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 93 inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Ministro de Minas e Energia Edison Lobão, para discorrer sobre as tratativas e proposta do marco regulatório do pré-sal. Sala da Comissão. Assinado, Senador Fernando Collor".

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Gostaria também de, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, agradecer a participação decisiva em nossos trabalhos de todos os profissionais que fazem o Jornal do Senado, pela cobertura isenta, correta que vêm dando aos painéis que aqui são realizados e as palestras que são proferidas. Agradecer também à Rádio Senado, à TV Senado, pela boa divulgação que vem dando aos trabalhos desta Comissão, bem como o corpo de consultores legislativos do Senado da República.

E quero estender esse elogio a todos àqueles que trabalham no Senado Federal, e que fazem com que o trabalho, ou melhor dizendo, com que a ação dos Srs. Senadores, possa ser melhor embasa e muito melhor entendida por todos aqueles que nos ouvem e nos assistem pela Rádio ou pela TV Senado.

A todos os profissionais a todos aqueles que trabalham no Senado da República, a homenagem dos Senadores, que compõem a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Convoco os Srs. Membros desta Comissão, para a próxima Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 20 de agosto, às 08h30 neste Plenário nº 13, Ala Senador Alexandre Costa, com pauta deliberativa.

E frisando que hoje o tema da nossa Audiência Pública, dentro da: "Agenda 2009-2015 desafios estratégicos setoriais", nós tratamos do Painel: "Infraestrutura e Retomada do Crescimento: Visões Crise."

E tenho absoluta certeza de que o conhecimento profundo dos Srs. Palestrantes e a participação dos Srs. Senadores, nos debates que aqui foram travados, serviram para tirar muitas dúvidas daqueles que estão acompanhando essa série de painéis realizados por esta Comissão.

Muito obrigado. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 20h39.

Ata da 25ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 20 de Agosto de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte de agosto de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Flexa Ribeiro, Eliseu Resende, Jayme Campos, Delcídio Amaral, Rosalba Ciarlini, Wellington Salgado, Gerson Camata (não membro), Expedito Júnior, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Antônio Carlos Valadares, Mão Santa, Efrain Morais, Serys Slhessarenko e Paulo Duque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. PARTE I – O Presidente procede a leitura dos comunicados da presidência. PARTE II – Deliberação de matérias: Por solicitação do **Senador Expedito Júnior**

a Presidência , após deliberação da Comissão, inverte a Pauta da Reunião, e passa a apreciação do Item 5. **ITEM 5: Decisão Não Terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009**. "Regulamenta a transmissão, a qualquer título, de permissão para a exploração de serviço de táxi." Autor: **Senador Expedito Júnior**. Relatora: **Senadora Rosalba Ciarlini.** Parecer: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: **Aprovado o Parecer, nos termos da Emenda nº 01 – CI (Substitutivo)**. **EXTRAPAUTA – ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 42, DE 2009 – CI**. Requer, nos termos regimentais, Audiência Pública junto a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal para debater o transporte coletivo do entorno do DF e cidades de Goiás, os valores das tarifas e o serviço prestado. Convidando o Excelentíssimo Senhor José Roberto Arruda – Governador do Distrito Federal, Excelentíssimo Senhor Alcides Rodrigues – Governado do Estado de Goiás, Senhor Bernardo Figueiredo – presidente da ANTT, Senhor João Pereira – presidente da Associação em prol da Luta dos Usuários de Transporte coletivo do Entorno – ALUTE, Senhora Lidiane Mendes – presidente da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo de Brasília e do Entorno – Autranc. Autores: **Senadores Marconi Perillo e Jayme Campos**. Resultado: **Aprovado.** A Presidência informa que os itens de 1 a 4, 6 e 7 constantes da pauta deliberativa ficam adiados. Usaram da palavra as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Eliseu Resende, Flexa Ribeiro, Rosalba Ciarlini, Jayme Campos, Delcídio Amaral, Expedito Júnior, Gerson Camata e Fernando Collor**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às nove horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 25 ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. e Sras. Senadoras, que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada. A Presidência informa aos senhores membros da Comissão o recebimento do Ofício do Senado Federal nº 1632/09, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 237/08 à Secretaria Geral da Mesa, para a leitura de Requerimento da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que o referido projeto seja encaminhado ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Esclareço que a matéria faz parte do Item nº 7 da Pauta de hoje. Informo ainda o recebimento do Aviso nº 948, do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas da União, assinado pelo Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, comunicando que foram constatados novos indícios de irregularidades na seguinte obra de interesse desta Comissão: distribuição de energia elétrica, Luz para Todos, no Estado do Piauí. Trata-se de auditoria realizada na Companhia Energética do Piauí S.A., Eletrobrás, Ministério das Minas e Energia, no período compreendido entre 05 de maio de 2009 e 08 de julho de 2009, no âmbito do Programa Luz para Todos. A cópia do referido relatório está à disposição dos senhores membros desta Comissão, aqui na Secretaria, pelo prazo de 15 dias, quando, então, seguirá ao arquivo do Senado Federal.

Também recebemos do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre, o DENIT, ofício encaminhando os mapas multimodais de 2009, Estado por Estado. Diz o Sr. Diretor de Planejamento e Pesquisa, Dr. Miguel Souza, no seu ofício: "Encaminhamos o material a seguir especificado, versão 2009, resultado do trabalho desta autarquia para o georeferenciamento da malha rodoviária". Então, ele remete uma coleção de mapas multimodais de 2009, como disse, Estado por Estado, está à disposição dos Srs. Senadores que tiverem interesse em conhecer essa malha rodoviária dos seus Estados, aqui, na Secretaria da Comissão. E ele conclui dizendo que: "Informamos que os mapas multimodais, ora encaminhados, também estarão disponíveis no sítio do DNIT, no endereço eletrônico: www.dnit.gov.br/menu/dpp/mapas". Esse endereço também a Secretaria pode fornecer aos Srs. Senadores que eventualmente estejam interessados em tê-los à mão.

Recebemos também ofício da FIESP, assinado pelo Sr. Presidente, Dr. Paulo Skaf , em que ele convida os membros desta Comissão para a cerimônia de abertura da mostra FIESP/CIESP, de responsabilidade sócio ambiental, que será realizado no dia 25 de agosto, terça-feira próxima, de 2009, às oito e trinta da manhã, no edifício sede, na Avenida Paulista, 1313, Teatro do SESI, no térreo inferior, São Paulo. Esse evento, diz ele, tem como objetivo reunir empresários, governos, organizações do terceiro setor e a sociedade civil organizada, comprometidos com a criação de novos modelos de gestão que prezem pela construção de uma sociedade mais inclusiva e pelo desenvolvimento sustentável, aliando o crescimento econômico à responsabilidade sócio ambiental.

O Congresso da mostra que ocorrerá no período de 25 a 27 de agosto, das 09 às 18 horas, no edifício

sede da FIESP, apresentará como tema geral a revolução industrial, econômica, ambiental, social e política no pós-crise mundial. Conclui, certo de contar com a presença dos Srs. Senadores desta Comissão, antecipa os agradecimentos e apresenta as expressões de apreço e consideração a todos os Srs. Senadores. Lembro também que a Comissão de Serviços de Infraestrutura vem promovendo o ciclo de audiências públicas, agenda 2009, 2015, com os desafios estratégicos setoriais que a infraestrutura precisa superar para que o Brasil retome e potencialize o seu crescimento econômico. Neste sentido, nós realizamos no último dia 17, segunda-feira, o segundo painel, intitulado *Infraestrutura e Retomada do Crescimento, Visões da Crise*, dentro do primeiro desafio, tema este que está incluído no primeiro desafio, *Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento*.

Foram aqui apresentados pelos senhores, Dr. Ralph Lima Terra, vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, e pelo Dr. Eduardo de Freitas Teixeira, ex-Ministro de Estado, ex-Presidente da Petrobras, economista e atual Sócio Diretor da Empresa Creta Planejamento, uma adequada, profunda e consistente exposição por cada um dos senhores palestrantes. Dando seguimento à agenda 2009, 2015, Desafios Estratégicos Setoriais, eu gostaria de convidar todos aqueles interessados, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado e Srs. Senadores, além dos segmentos envolvidos diretamente no tema a ser tratado, para o terceiro painel: *Energia, recursos energéticos e desafios estratégicos*, que será realizado no dia 24 de agosto, próxima segunda-feira, às 18 horas, com os seguintes convidados: Prof. Jerson Kelman, Prof. da Coordenação de Programação e Pós-Graduação em Engenharia do COPPE, ex-Presidente da Agência Nacional de Águas, ex-Diretor Geral da ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica; o Dr. Maurício(sic) Tolmasquim, especialista em planejamento em matriz energética e Presidente da empresa de planejamento em energia; o Prof. Adilson de Oliveira, Professor Titular e Diretor Executivo do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Finalmente, o Dr. Nelson Hubner, Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal Fluminense, foi Diretor da ABRADE e Chefe de Gabinete, Secretário Executivo e Ministro interino das Minas e Energia e, atualmente, é Diretor Geral da ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica.

Apresentamos aqui, também, mais uma vez, o folder, com a programação dos sete painéis que compõem o primeiro desafio e infraestrutura para inovação e desenvolvimento, especificando os painéis e apresentando os participantes e expositores. Gostaria aqui, Sras. e Srs. Senadores, de ressaltar a importância da realização dessas Audiências Públicas para, com o embasamento técnico, experiência comprovada e vivência dentro do seu seguimento de atuação, trazer à lume, além das dificuldades, entraves e gargalos, trazermos, sobretudo, soluções, planejamento, alternativas e encaminhamentos convenientes aos desafios existentes nos diversos setores da infraestrutura nacional, afetos aos interesses desta Comissão. Gostaria de passar a palavra ao Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, antes de pedir a inversão da Pauta, que eu gostaria de fazer um pedido a V. Exa. da inversão da Pauta, para que nós pudéssemos inverter e votar o Item nº 5, eu estou só aguardando a Senadora Rosalba Ciarlini, ela já está chegando. Acabou de me ligar aqui, já está na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Esperamos em seguida--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria só de fazer um comentário, me parece que um dos expedientes que esta Comissão recebeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, desculpe.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): V. Exa. leu aí, parece que um dos expedientes que foi o do Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Aviso do Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sobre a questão do Luz para Todos. Algumas falhas parece-me que na conclusão dessa obra. Eu gostaria de fazer um pedido, e V. Exa. que tem uma experiência dez vezes mais do que a minha...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Imagina.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria de fazer uma consulta ao senhor. O meu Estado, nós temos também esse projeto, esse Programa do Luz para Todos e há um cronograma de conclusão dessa obra. Inclusive, eu já fiz um pedido, no ano passado, e o Tribunal de Contas da União já está investigando essas questões do atraso do calendário, do não cumprimento, mas o problema maior que está acontecendo... Eu respeito enquanto o Tribunal de Contas está investigando e averiguando, mas o problema é que a luz não chega aonde deveria chegar. E eu volto ao Estado de Rondônia e a população me cobrando, a população nos procurando e preocupada

porque quer a energia, quer que chegue a energia lá na ponta da linha, onde é para chegar.

Então, qual seria... O que nós, da Comissão, poderíamos ajudar nesse sentido de cobrar agilidade, de cobrar que o calendário, que o programa seja feito com rigor, com responsabilidade? E qual é o objetivo dele? É atender o homem do campo. É chegar lá, para que nós não tenhamos um êxodo rural. Então, o que nós poderíamos, de repente, debater nessa Comissão, o que caberia na Comissão, o que eu poderia, de repente, entrar com requerimento... O que poderia ser feito para que nós pudéssemos, além de cobrar do governo, além de cobrar agilidade do Ministério de Minas e Energia, que nós possamos também cobrar da energia do meu Estado, que é uma empresa federalizada? Não é mais do Estado de Rondônia, ela foi federalizada. Portanto, é 100% de responsabilidade do Governo Federal. O que poderia, de repente, essa Comissão nos ajudar, para que nós possamos ter essa obra concluída no Estado de Rondônia?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A preocupação que o Senador Expedito Júnior apresenta é extremamente procedente. Realmente, em alguns Estados, nós temos sempre encontrado algumas dificuldades, não somente em relação a obras, como o Luz para Todos, mas, também, na área de saneamento básico, por exemplo, onde, pela falta de investimentos nos últimos 20 anos, nesta área, houve uma desarticulação do setor que produz os equipamentos necessários à elaboração do saneamento básico. E, para se ter uma ideia, em 1980, o investimento em infraestrutura representava 5.2% do PIB. Nós, agora, já estamos chegando a 0.6% do PIB, num esforço muito grande que o governo vem realizando, não somente no âmbito das obras do PAC, mas, também, no âmbito das obras que vêm sendo realizadas fora do elenco.

Esse tema Luz para Todos está incluído, por exemplo, no próximo painel que estaremos realizando, que anunciei agora há pouco, no dia 24 de agosto: *Energia, Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos.* E estarão presentes aqui o ex-Presidente da ANEEL, por exemplo, o Dr. Tolmasquim, que é especialista em planejamento de matriz energética, o Prof. Adilson de Oliveira e o Prof. Hubner que, inclusive, já foi Ministro Interino das Minas e Energia, Diretor Geral da ANEEL. Eu acredito que esse debate seja muito interessante para que nós possamos tratar desse assunto, para que eles possam nos informar do porquê, no entender deles, existem problemas nesse programa de vital importância, como o Senador Expedito Júnior acaba de informar, para o homem do campo, para que ele tenha uma melhor qualidade de vida. E que possa ter acesso a um bem que, hoje, é universalmente reconhecido como fundamental para a qualidade de vida das populações, que é o acesso à energia elétrica.

Se nesse painel, Senador Expedito Júnior, não ficar V. Exa. satisfeito com as explicações, aqui, oferecidas pelos senhores palestrantes, nós podemos, em seguida ou concomitantemente, mediante um requerimento de V. Exa., solicitar que o Ministério das Minas e Energia, com base no seu requerimento, possa informar a esta Comissão, especificamente no que diz respeito ao problema do seu Estado, o que está ocorrendo e qual a previsão que eles terão para concluir a obra no Programa Luz para Todos no Estado de Rondônia.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu não poderia já me antecipar e, de repente, já fazer esse requerimento ao Ministério de Minas e Energia?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. A Mesa aguarda o requerimento de V. Exa. e nós encaminharemos imediatamente ao Ministério das Minas e Energia.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Está certo, obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Jayme Campos, nós recebemos a informação que V.Exa estará tirando uma licença por 121 dias, para tratar de assuntos particulares. Deixará, então, a nossa Comissão de Infraestrutura por esse período, mas será substituído pelo senhor suplente que pertence ao Partido Trabalhista Brasileiro e, se não me engano, esta será a sua última reunião aqui, na Comissão de Infraestrutura. Eu passaria a palavra ao Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado Sr. Presidente, e Sras. e Srs. Senadores. Na verdade, já há algum tempo, nós já pensávamos em tirar uma licença de caráter particular, para tratamento. A princípio, de saúde e, depois, para assuntos pessoais e partidários. Mas o que me deixa muito feliz, Sr. Presidente, é que a presença de V. Exa. enriqueceu muito aqui, esta Comissão, na medida em que esses dois anos e meios, dois anos e sete meses em que eu faço parte desta Comissão, nós tivemos a oportunidade ímpar de discutirmos assuntos bastante pertinentes das nossas realidades, sobretudo pelo que representa toda esta Comissão em relação às políticas públicas na questão de infraestrutura no Brasil.

Todavia, após... Quando deixou o cargo aqui, o eminente Senador também e, com todo o respeito a ele, Senador Marconi Perillo, V. Exa. realmente inovou aqui, com um trabalho extraordinário, sobretudo trazendo aqui autoridades, com este painel que foi constituído por quase 90 dias, 120 dias, que vão ser discutidos nesta Comissão. Eu não tenho dúvida alguma de que

a Comissão da Infraestrutura está fazendo um trabalho louvável, meritório, que, sem sombra de dúvida, nós podemos dizer que vai acrescentar muito, principalmente nesse momento em que se fala nas obras efetivamente através do PAC. Eu imagino a importância que representa a Comissão da Infraestrutura. De modo que, quando eu me licencio por 121 dias, estará aqui, nesta Casa, no Senado Federal, outro valoroso companheiro, homem de [ininteligível], de quilate, de uma trajetória política também extraordinária do meu Estado, porque ele já foi Deputado Estadual por dois mandatos, duas vezes Deputado Federal, vice-Governador, Secretário de Educação do Governo de Mato Grosso e um brilhante homem público, que tem, com certeza, contribuído sobremaneira, a um desenvolvimento no nosso Estado.

E o PTB, com certeza, tem, na pessoa do Prof. Osvaldo Sobrinho, um grande representante do Mato Grosso, e desta feita aqui de forma orgulhosa. Eu tenho a certeza de que o Osvaldo vai muito bem me substituir, principalmente, se possível, participando aqui. Eu não sei a forma regimental, se é possível a permanência, também, do Prof. Osvaldo, na vagância da minha licença aqui, ele continuar aqui, no meu lugar, na Comissão de Infraestrutura. Eu imagino que seria da competência do partido indicar outro membro, mas eu imagino um acordo, partidariamente falando, com o companheiro, o nosso líder José Agripino. Será factível a indicação do Prof. Osvaldo Sobrinho aqui, como membros titular, também, da Comissão de infraestrutura.

De modo que eu deixo agora, no dia 26. Retornarei a partir de 02 de janeiro, naturalmente, no exercício do cargo de Senador da República, e continuarei sendo, com certeza, o torcedor permanente, no sentido que V. Exa. e demais pares aqui façam um trabalho exemplar, no sentido de concretizarmos tudo aquilo que é objetivo da Comissão de Infraestrutura, e fazermos com que o Brasil, certamente, tome o seu caminho, tome a direção da prosperidade do desenvolvimento e do bem-estar da sociedade brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Jayme Campos. O Senador Osvaldo Sobrinho será muito bem-vindo nesta Comissão. É claro que é uma decisão, como V. Exa. mesmo afirmou, Senador Jayme Campos, é uma decisão da liderança do partido de V. Exa., que é o Democratas, que tem. Exercendo a sua liderança, um grande senador e um querido amigo de todos nós, que é o Senador José Agripino. Eu não tenho dúvida nenhuma de que ele acatará a solicitação de V. Exa. para o seu suplente, embora de um partido diferente do seu, mas que permaneça aqui como integrante da nossa Comissão. Em nome do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, ao qual eu pertenço, também eu desejo as melhores boas-vindas ao senhor seu suplente, Senador Osvaldo. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, cumprimentar V. Exa., cumprimentar o nosso Ministro Eliseu Resende, cumprimentar aos demais senadores. Primeiro, Presidente, o seguinte, eu quero aqui justificar. Eu estava, inclusive, agendado na segunda-feira para estar presente aqui, nesse painel de nº 02, *Infraestrutura e Retomada do Crescimento, Visões da Crise,* mas, infelizmente, por questões meteorológicas lá no meu Estado, entrou uma frente fria e, quando entra frente fria em Mato Grosso do Sul, normalmente, não posa e nem decola avião nenhum. E eu só pude chegar aqui eram mais de nove horas da noite e não consegui... Pretendia chegar aqui. Ainda quando cheguei, ouvi pela Rádio Senado a exposição dos convidados, mas, praticamente, no caminho, foi encerrada a sessão, porque já eram nove horas da noite, aproximadamente. Mas eu quero justificar porque eu viria, mas nós não tivemos condição de sair de Campo Grande.

Quero registrar esse painel da próxima segunda-feira, com Jerson Kelman, Tolmasquim, Adilson de Oliveira e Nelson Hubner. Eu conheço os quatro, são profissionais de extrema competência em áreas estratégicas do setor de energia. Portanto, eu acho que os senadores que puderem comparecer, as senadoras, esse debate vai ser, esse painel vai ser de extrema relevância, como o painel seguinte também: *Petróleo Etanol e Biocombustíveis Diferenciais Estratégicos*, também com pessoas extremamente competentes e que conhecem a matéria. Então, eu quero só justificar a minha ausência na segunda-feira, por razões que fogem do nosso controle, mas, na próxima segunda, com certeza, estarei aqui, às 18 horas.

Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer um registro porque eu vou ter que sair um pouco antes do encerramento da Comissão, se V. Exa. me permitir, em função de uma agenda. Eu fiz um voto. Eu sei que o Senador Expedito Júnior, o competente Senador Expedito Júnior, pediu a inversão de Pauta. O meu... O Item nº 1 da Pauta, ele é, ele exige votação nominal. E eu quero só registrar, Presidente, que eu apresentei um voto em separado ao projeto que tem como relator o ex-Senador Marcos Guerra, e eu gostaria só de deixar muito claro, só ler um item específico dessa minha exposição, se V. Exa. me permite. Eu vou ao ponto crucial: esse projeto, ele propõe o desmembramento de áreas minerais, sem autorização do titular. Eu até entendo o propósito do ex-Senador Marcos Guerra e do próprio relator também, Gilvam Borges, mas isso vai criar um

problema, nessas áreas de mineração, incrível. Porque a partir... Se um projeto como esse passar, não há nenhuma confiança e nenhuma segurança de que alguém possa explorar, dentro de uma programação de longo prazo, reservas minerais.

Então, essa é a razão de eu ter apresentado um voto em separado, porque isso traz uma confusão, sob o ponto de vista administrativo, jurídico e de investimentos, que o país, que o Brasil vai sofrer muito. Portanto, eu não poderia deixar de fazer esse registro e apresentar o voto em separado. Eu não sei se poderíamos votá-lo hoje, mas eu não poderia de registrar, também, esse meu voto em separado no Item nº 1 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, Senador Delcídio Amaral. E complementando, em seguida, oferecerei a resposta a V. Exa., mas, em seguida, a palavra do Senador, Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de obter do Senador Delcídio Amaral, que conhece bem essa matéria, o que se propõe para desmembramento. Porque, hoje, já existe autorização de pesquisas, seguida da autorização de lavra. E quem requer a exploração mineral por um produto, pode explorar economicamente qualquer outro produto identificado na pesquisa. Eu gostaria de saber.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O problema... É muito pertinente a pergunta de V. Exa. A questão não é essa. A questão é que alguém pode requerer, solicitar ao DNPM a licença para explorar um bem mineral, dentro de uma área que tem uma concessão, a partir do momento em que se estabeleça um prazo pré-determinado para exploração dessas jazidas. Só que o problema, a questão mineral não é uma questão simples, ela não... A produção mineral... Vamos ver agora, olhando a crise, o que o aconteceu com a maioria das mineradoras? Tiraram o pé do acelerador, em função de uma fraca demanda internacional. Ou seja, é um mercado que oscila e tem uma série de diferenciais que, efetivamente, nós temos que considerar. E o DNPM considera, quando dá uma licença de lavra. E o que ele está sugerindo aqui é simplesmente qualquer pessoa entrar, fazer uma solicitação e explorar uma jazida. Eu acho que isso...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Isso pode ter repercussão até na área do petróleo porque é similar.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Evidentemente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Na hora da pesquisa do petróleo--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Claro, claro.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --se algum outro produto for identificado--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ou seja--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --tem de informar a Agência Nacional do Petróleo.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ou seja, se a moda pega, nós vamos, por rebatimento, entrar na área de petróleo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Senador Delcídio Amaral, muito obrigado a V. Exa., muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende à solicitação de V. Exa., até porque, também, como disse, como alertou bem V. Exa., necessita de *quorum* qualificado para a apreciação da matéria em Pauta e que V. Exa. apresentará um voto em separado. E, concomitantemente com a solicitação, apresentada pelo Senador Expedito Júnior, para inversão da Pauta, para que seja colocado como primeiro item de hoje o Item nº 5, que é decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009, eu coloco em votação a solicitação do Senador Expedito Júnior, para inversão da Pauta, para que o Item nº 5 possa ser o primeiro a ser apreciado por esta Comissão. As Sras. e Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos, então, colocar o Projeto de Lei do Senado nº 253 de 2009, que regulamenta a transmissão a qualquer título de permissão para exploração de serviço de táxi. Autor: Senador Expedito Júnior. Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini. O parecer da senadora é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que ela apresenta e algumas observações. A primeira delas: a matéria irá à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, para prosseguimento da sua tramitação. E dois: a matéria constou da Pauta da reunião dos dias 06 e 13 de agosto deste ano, tendo sido adiada a sua deliberação. Gostaria de, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, dar as boas-vindas aos taxistas.

[palmas]

Presidentes de cooperativas, associações e sindicatos. Registramos a presença da Presidenta do Sindicato dos Permissionários de Táxi e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal, a Sra. Maria do Bonfim Santana. Sejam muito bem-vindos.

[palmas]

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini para proferir o seu relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Sr. Presidente. Antes de iniciar a leitura do nosso relatório, relatório do Projeto de Lei do Senado nº 253 de 2009, de autoria do Senador Expedito

Júnior, eu gostaria, também, aqui de fazer uma referência especial a todos os taxistas brasileiros, homens e mulheres, que, no dia a dia, de forma honesta, digna, estão desempenhando suas funções. E por isso a nossa preocupação de trazer para essa categoria importantes avanços que tragam mais tranquilidade ao seu trabalho, ao desempenho das suas funções. E não poderia deixar aqui de registrar a presença da Presidenta, já que é muito importante ver como as mulheres estão atuando em todos os recantos desse país e nas mais diversas profissões e, com certeza, dantes exemplo de trabalho, de coragem e de determinação.

Então, eu quero, aqui, também, parabenizar as mulheres, na pessoa da Presidenta... O nome, agora, eu não estou lembrada, mas ela está aqui presente. Maria Bonfim, Mariinha, como é conhecida. E dizer que nós, mulheres, a nossa luta de igualdade, a nossa luta contra a discriminação não é, de forma nenhuma, uma luta para querer estar à frente dos homens. Nós queremos estar lado a lado, dividindo os mesmos espaços, os mesmos ideais, as mesmas lutas. Passamos agora ao relatório.

O projeto de lei em análise propõe-se a regulamentar a transmissão de permissão para a exploração de serviço de táxi. Disposto em cinco artigos, autoriza a transmissão da titularidade da permissão, a título oneroso ou gratuito, assim como sua locação.

Na hipótese da morte do titular, a titularidade transmite-se aos herdeiros. Veda-se às autoridades a imposição de qualquer restrição ao exercício desses direitos, salvo a cobrança de uma taxa de registros da transmissão. Seu autor, Senador Expedito Júnior, justifica a iniciativa, afirmando que a comercialização de autorizações para exploração de serviços de táxi é uma prática enraizada e socialmente aceita apesar de não estar prevista em lei. Isso nós sabemos, porque eu acho que, com a experiência, principalmente, aqueles que foram prefeitos como eu fui, nós sabemos que essa é uma das questões que, muitas vezes, cria muitos impasses, muitos problemas na Administração.

Então, eu acho que é muito justo que fique regulamentado e fique, de uma maneira definitiva, definido como tudo tem que se proceder. Na ausência de uma regulamentação, haveria um mercado informal, sujeito à demagogia e ao arbítrio das autoridades. A proposição em análise supriria a lacuna, propiciando confiabilidade jurídica a esse mercado, que se refletiria em maior segurança também para o consumidor. O projeto foi distribuído às Comissões de Serviço, de Infraestrutura, de Constituição Justiça e Cidadania, cabendo à Comissão de Constituição e Justiça a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas. Cabe à presente Comissão analisar o mérito da proposição. A avaliação de sua constitucionalidade e juridicidade será objeto da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Como bem aponta o autor do projeto, não há uma legislação federal abrangente sobre os serviços prestados por táxi no país. A Lei nº 6. 094, de 1974, faculta ao condutor autônomo de veículo rodoviário a cessão de seu automóvel, em regime de colaboração, no máximo, a dois outros profissionais, Art. 1º. A Lei nº 8.989, de 1995, concedeu isenção de IPI sobre os automóveis adquiridos por taxistas, caracterizados como motoristas profissionais, que exerçam, comprovadamente, em veículos de sua propriedade, atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel, táxi.

O Código de Trânsito Brasileiro, na Lei nº 9.503, de 1997, limita-se a determinar que a exploração, por meio de autorização, permissão ou concessão do serviço de táxi e passageiros em veículos de aluguel, seja condicionada às técnicas e requisitos de segurança, higiene e conforto, estabelecidos pelo poder concedente. Em realidade, o serviço de táxi é regulado pelo Município e pelo Distrito Federal, conforme sua legislação específica. Em geral, não há uma seleção transparente dos motoristas e os novos prestadores são obrigados a comprar o título dos antigos. A existência de um mercado como esse é resultado de restrições à oferta do serviço que cria uma renda de monopólio em favor dos titulares. A solução definitiva desse problema demanda uma reformulação profunda no modelo de regulação dos serviços que elimine restrições de entrada de novos prestadores, de tal modo a acabar com a reserva de mercado, existente em favor dos taxistas já estabelecidos.

Essa providência não apenas eliminaria o mercado de títulos de táxi, mas beneficiaria enormemente os usuários. Tarifas mais baixas atrairiam mais usuários para o táxi, em substituição aos seus automóveis particulares, o que também contribuiria para melhor regulamentação do trânsito. No contexto atual, entretanto, a proibição de transferências, como ocorre na maior parte dos Municípios, somente contribui para a criação de um mercado informal que, não estando sujeito à tutela do Poder Judiciário, fica vulnerável a todo tipo de fraude e violência. A legalização dessas transações, portanto, é uma medida, não apenas de Justiça, mas também de segurança pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um fato que acontece com muita frequência, o taxista que tem a concessão durante toda uma vida, 45, 50 anos desempenha sua função e, ao falecer, fica... Esse táxi,

muitas vezes, não pode continuar com a sua família, com filho, com alguém que dê continuidade ao serviço porque a concessão não era sua. Não que o Município não tenha e vai continuar a intervir, a ter normas, regulamentos para a concessão. Mas, nesses casos, fica... Eles perdem totalmente o direito porque não... Como eles falam popularmente: "A placa não é deles", perdem totalmente o direito, e algo que poderia, inclusive, ficar como um bem, que continuasse o trabalho, o que é muito comum e é tradicional. Geralmente numa família onde tem um pai taxista, em geral, nós temos também alguém que continua a atividade.

A fim de que essa providência seja plenamente eficaz, entretanto, é preciso disciplinar outros aspectos do serviço, de modo a evitar possíveis contradições com outros princípios legais. As permissões e concessões são formas de delegação de serviços públicos e, por exigência constitucional, somente podem ser outorgadas por meios de licitação. Sua alienação a terceiro seria incompatível, portanto, com a natureza do serviço público. A autorização, por outro lado, não é um instrumento de delegação do serviço público, mas de controle de uma atividade econômica, cujo exercício é livre a todos aqueles que satisfaçam os requisitos legais, independentemente de licitação.

Aqui nós temos também outro aspecto que é muito comum no nosso país, inclusive, a concessão de táxi, nós sabemos que, às vezes, é até moeda política. Aquele que está naquele órgão que se destina a controlar o serviço de táxi, muitas vezes, se torna, sim, utiliza esse meio para pressões políticas, para todo o tipo de trocas que são inadmissíveis num país democrático. Em um país que caminha para uma cidadania plena, nós temos que dar direitos iguais, e esse tipo de privilégio nós não podemos aceitar. Consideramos, portanto, indispensável que, em complemento à possibilidade de transmissão dos direitos do taxista, o projeto de lei fixe a autorização como instrumento de outorga do serviço. Propomos a caracterização como um direito pessoal de caráter patrimonial que pode ser objeto de qualquer negócio jurídico, mas que somente pode ser transmitida à pessoa que preencha os requisitos legais, exigidos para sua outorga.

Para harmonizar a terminologia, propomos a alteração correspondente no Código de Trânsito Brasileiro. Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 253/09, nos termos da seguinte emenda. Nós temos aqui o Projeto de Lei nº 253/09, que regulamenta a transmissão a qualquer título de autorização para exploração de serviços de táxi. O Congresso Nacional decreta: Art. 1º: "A exploração do serviço de táxi depende de autorização do Poder Público local, que será outorgada a qualquer interessado que satisfaça os requisitos legais relativos à segurança, higiene e conforto dos veículos e habilitação específica dos condutores." Parágrafo Único: "O Poder Público manterá registros dos titulares e autorização dos veículos vinculados ao serviço de táxi."

Art. 2º: "A autorização para exploração dos serviços de táxi é um direito pessoal de caráter patrimonial, que pode ser objeto de negócios jurídicos e integra a herança do seu titular." Parágrafo Único. "A autorização para exploração de serviço de táxi somente poderá ser transmitida à pessoa física ou jurídica que preencha os requisitos exigidos para sua outorga.

Art. 3º: "O Art. 107, da Lei nº 9. 503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação: art. 107: "Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros, deverão satisfazer, além das exigências previstas neste Código, as condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto, estabelecidos pelo poder competente para autorizar a exploração dessa atividade."

Art. 4º: "Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

É esse o nosso relatório e o nosso parecer é pela aprovação. Pedimos, inclusive, a esta Comissão que acompanhe o nosso parecer, a nossa vontade de ver aprovado este projeto, por ser muito justo, dando maior garantia ao trabalho dos taxistas no Brasil. Muito obrigada, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini. Em discussão a matéria. Para discutir a matéria, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente... Eu primeiro gostaria de cumprimentar a Senadora Rosalba Ciarlini, parabenizá-la pelo voto e por estar melhorando o nosso projeto. Eu, quando apresentei esse projeto, se o senhor olhar aqui e prestar atenção, a faixa de idade dos nossos trabalhadores já não permite, de repente, que não votemos um projeto como esse. Porque, se, porventura, vierem amanhã a deixar de existir no nosso meio, perderão também a placa, a placa não é um bem de família.

E esse projeto nasceu com uma pessoa, lá no meu Estado de Rondônia, que chegou para mim e falou assim: "Senador, eu tenho essa placa do carro, e essa placa não é minha". Eu falei: "Mas como não é sua?". Ele falou: "Não, a placa não é minha". Diferentemente de quem tem uma padaria, diferentemente de quem tem um boteco, de quem tem isso, de quem tem aquilo que, se, porventura, de um modo, de repente, não poder mais trabalhar ou deixar de existir no nosso meio,

eles vão continuar, porque aquilo vai passar de gerações para gerações, ou vai pra esposa ou vai para os filhos. Eu acho que mais do que justo. Eles contribuem, e V. Exa., quando foi Presidente, foi muito feliz quando trouxe a oportunidade para que nós pudéssemos melhorar os nossos automóveis brasileiros. E não tenha dúvida de que nós estamos corrigindo uma distorção que existe muito grande.

Eu, quando apresento os meus projetos aqui... Até hoje, eu nunca apresentei um projeto dando nome de rua, nome de escola, nome de aeroporto; muito pelo contrário. Todos os meus projetos que eu tenho apresentado... E eu quero aproveitar aqui e fazer uma '*merchandagenzinho'* para o meu Chefe de Gabinete, para o Wagner, eu quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo e, em nome dele, todo o corpo técnico aqui, do Senado, porque nós temos a melhor qualidade de servidores, nós, do Senado, porque ele me ajudou muito na elaboração desses projetos. E esse é um projeto de cunho social. Eu disse ontem para a Senadora Rosalba Ciarlini, quando ela estava na tribuna: "Este é o projeto que nós, aqui, na Casa... É a agenda positiva que nós tínhamos que estar fazendo aqui". Esta é a cara do Senado, é o povo aqui dentro, brigando pelos seus interesses, e, com certeza, nós os representando e representando muito bem.

Então eu quero parabenizar... Eu disse à Mariazinha, a Presidente do Sindicato, eu falei: "Olha, quem vai presidir a sessão é o Presidente Fernando Collor". Ela falou assim: "Mas, meu Deus do céu, é o Presidente Collor que vai presidir a sessão?". Eu falei: "É o Presidente Collor que vai presidir e com muito orgulho, porque V. Exa. é muito respeitado nos quatro cantos desse país e por esta categoria".

[palmas]

Então, nós estamos fazendo aqui uma correção, e fazendo Justiça. Justiça. Porque é mais do que justo, Presidente, que quem contribui, quem trabalhou aí 20, 30, 40 anos e, depois, já no final da vida, quando ele teria que estar aproveitando, simplesmente vai perder aquilo que ele ajudou a sustentar a família? Não é justo. Eu acho que é uma falha, é um erro, e ainda bem que nós estamos tendo a possibilidade de corrigir essa falha. E olha, Presidente, quando eu fiz o projeto, quando eu fui relator do projeto do mototáxi, e a Mariazinha falou assim: "Não toca nesse assunto, pelo amor de Deus!". De mototáxi , até porque foi um confronto com os taxistas. E eu tenho certeza que isso não vai acontecer aqui, no centro de Brasília, até porque os mototaxistas trabalham mais na periferia. E não é uma resposta que eu estou dando por causa do projeto do mototáxi. Eu também acho que era uma distorção nossa. Eu não consigo viver no meu Estado, no Estado de Rondônia, sem o serviço de mototáxi, não consigo ver o meu Estado, assim como a Senadora Rosalba, também, no relatório dela, foi muito feliz... Todos os Estados, no Mato Grosso, nós não conseguimos... É tapar o sol com a peneira achar que não tínhamos essa questão do mototáxi.

E eu não estou fazendo aqui... Por conta do projeto do mototáxi, querendo agradar, aqui, aos taxistas; muito pelo contrário, nós estamos corrigindo uma distorção, e seja ela de qual entidade, categoria, para ser apresentada, eu acho que é isso que nós temos que fazer. Esta é a nossa obrigação. Este é o nosso papel. Parabéns, Presidente Collor.

[palmas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para continuar a discussão da matéria, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Fernando Collor, Senador Eliseu Resende e vice-Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu quero parabenizar, parabenizar o autor do projeto, Senador Expedito Júnior, que faz um projeto da maior importância, eu diria, social, e que vem regulamentar, de uma vez por todas, a questão da transmissão de permissão para os serviços de táxi. V. Exa. tem toda a razão, quando diz que, se não houver essa regulamentação, os taxistas ficam à mercê do legislador do momento. E em um mercado que, por não ser regulamentado, é fraticida. Então, eu quero parabenizá-lo e parabenizar a Senadora Rosalba pelo parecer que, como bem disse o autor do projeto, enriqueceu a redação. E parabenizar os taxistas de todo o Brasil.

V. Exa. tem razão, quando todos nós lutamos e votamos pela regulamentação da profissão dos mototaxistas, que haveria um confronto entre os taxistas e os mototaxistas. E não há. No meu Estado do Pará, que tem também o serviço de mototaxistas sendo praticado em todos os municípios, porque é um Estado ainda em desenvolvimento, como são os nossos Estados todos, eles prestam serviços à população, e tenho certeza absoluta que os taxistas também, organizados como estão se organizando agora, em cooperativas, prestando serviços outros, inclusive, para a população, que terão agora, com o seu projeto que será aprovado, tenho certeza absoluta, regulamentada a questão da transmissão da permissão que nada mais é do que a chapa. Parabéns, Senador Expedito Júnior. Parabéns, Senadora Rosalba. Parabéns aos taxistas de todo o Brasil.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para discutir a matéria, continuando a discussão da matéria, eu passo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós entendemos o objetivo desse projeto de lei do Senador Expedito Júnior. É importante e dá segurança a quem tem a autorização para prestar o serviço público de táxi, na definição da outorga correspondente. Eu tinha preocupações de ordem redacional, que eu gostaria até de discutir com a relatora, a minha querida Senadora Rosalba. Ainda bem que o seu parecer define que a outorga aqui, no caso do táxi, é autorização e não permissão. Havia uma confusão na matéria que instruía esse projeto de lei e o parecer da Senadora Rosalba Ciarlini. É bom ficar caracterizado que se trata de autorização e não mencionar a palavra *permissão* ou *concessão*. Há uma definição constitucional do que seja permissão e concessão. A permissão e concessão são sempre precedidas de licitação, com a assinatura de um contrato de outorga, que define prazo de vigência da permissão ou concessão. Então, há uma diferença entre a proposição final da Senadora Rosalba, no seu substitutivo, e o texto do autor, que eu acho que é correta. E isso nos permite, então, aprovar a questão relacionada com a outorga. Ficar bem caracterizado que é autorização.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Certo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sem prazo determinado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Isso.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Como caracteriza a outorga, sem contrato.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Isso.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Isso ficou muito claro. O aspecto relacionado, que é chamado aqui de transmissão, normalmente, nas outras outorgas, concessão e permissão, a palavra usada é transferência. No final das contas, se a definição de transmissão estiver no corpo do projeto de lei, esse assunto fica superado. Também porque a transferência é sempre possível, a transferência da titularidade da concessão, ou permissão, ou autorização. Então, este ponto, que era um ponto de preocupação, também fica superado. Fica, aqui, colocado um adicional, que parece ser do maior interesse dos detentores das chapas, eu diria, dos detentores das autorizações vigentes, que é a questão da transmissão e a caracterização de bem patrimonial. Eu espero que esse assunto seja defendido profundamente pelo Senador Expedito Júnior. A matéria ainda tramitará pela Comissão de Constituição e Justiça. E é uma matéria que, certamente, será motivo de um debate especial lá. Eu gostaria de chamar a atenção--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Permite um aparte?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --tanto do autor do projeto quanto da relatora, com relação a esse aspecto do bem patrimonial, que será definido como transmissão de bens, na hipótese do falecimento do titular. Eu chamo à atenção apenas para colaborar e contribuir, efetivamente, para aprovação desse projeto--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Permite um aparte?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eliseu...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como relatora...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senadora?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ele tinha me citado no início.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu quero só...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, a relatora, já que ela foi citada pelo Senador Ministro Eliseu Resende. Em seguida, Senador Gerson Camata.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eliseu, eu fico muito gratificada com a participação de V. Exa., pela sua experiência. Eu já disse e volto a repetir: sempre que eu tenho uma oportunidade de ouvir o senhor, aqui, na reunião de Infraestrutura, ou nas reuniões do partidos, sempre eu aprendo um pouco mais, porque o senhor realmente tem uma experiência muito grande, além de que tem a forma de ver a praticidade, a questão de, realmente, encontrar caminhos para que a gente possa superar as dificuldades. Nós tivemos essa preocupação. Daí por que alguns termos foram alterados, foram trocados, já no substitutivo que apresentei. Mas, como aqui, nós estamos analisando o mérito, e o mérito, eu tenho certeza, merece de todos nós uma atenção especial e, com certeza, uma aprovação nessa questão. É esse o meu desejo e espero que seja também de toda a Comissão. Mas ele, daqui, irá para a Comissão de Constituição e Justiça, onde será o foro adequado exatamente para que se possa corrigir alguma falha que será necessário, para que seja um projeto que, realmente, venha para valer mesmo.

E o Senador Expedito Júnior, que é o autor, tem sido muito atuante, não somente em apresentá-lo,

mas também... V. Exa., desde que o relatório chegou à minha mão, que todo dia o senhor ligava, querendo saber como estava, o que era que eu já tinha feito... Expedito, tenha calma, eu tenho todo o interesse, até porque eu tenho um carinho especial e sei o quanto os taxistas merecem de todos nós o respeito, a atenção e a nossa luta. Então, muito obrigada, senador. V. Exa., como sempre, nos ajuda.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu quero agradecer. Não sou membro da Comissão, estou aqui assistindo a reunião que está me ensinando muita coisa aqui. O Senador Eliseu Resende deu uma aula aqui de autorização, concessão e permissão. Fora um pouco do assunto, se V. Exa. permite, eu queria fazer uma pergunta ao senador, se ele pudesse nos informar. Um indivíduo é proprietário de uma estação de rádio. Na falta dele, ele pode transmitir a outorga, a permissão, a concessão da rádio dele para o filho? Ou ele pode transmitir o transmissor, a sala, os estúdios, mas o canal público pode ser objeto de herança, de transmissão do bem público a um particular? É a pergunta que eu queria fazer.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A titularidade pode ser sempre transferida, Senador Gerson Camata, tanto no caso de uma concessão ou uma permissão. Agora, isso não quer dizer que os bens patrimoniais sejam transferidos automaticamente. Isso pode ser motivo de negociação entre o antigo concessionário, ou permissionário, ou autorizatário e o novo. Isso acontece, por exemplo, na construção de uma usina hidrelétrica. Vencida a concessão, há o retorno da concessão ao poder concedente que licita de novo. Mas o concessionário que esteve atuando na geração de energia naquela concessão, naquela hidrelétrica, tem direito à indenização dos bens que se devolvem à União e são, novamente, licitados, para que o futuro concessionário não seja beneficiado com o patrimônio que não lhe pertence e pertencia a outro. Então, há uma diferença entre a transferência da titularidade e a transferência dos bens utilizados para o exercício daquela atividade.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado a V. Exa.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Antes de mais nada, eu quero cumprimentar o valoroso e competente Senador Expedito Júnior, autor da matéria, como também a Relatora Senadora Rosalba. Naturalmente, isso é uma luta de já há algum tempo que está sendo travada aqui, no Senado Federal, e está chegando a bom termo. Já tivemos o privilégio, há poucos dias atrás, de aprovarmos, no Plenário da Casa, já este tão sonhado projeto de lei e, desta feita, aqui, um novo projeto, buscando dar segurança aos nossos mototáxis, mototaxistas, melhor dizendo.

Exato, taxista. Então, é o seguinte... Taxista. O que acontece? No entendimento, particularmente meu, quando vai a óbito, o cidadão, ele falece, vai, depois, se fazer o inventário. Tem o espólio da família. Todavia, hoje, por força de lei, é cobrado, naturalmente, o *intervivos,* ou seja, o Estado... Cobra-se... Qualquer inventário que for fazer, se tiver um imóvel, uma casa, um terreno, uma fazenda, você paga algo parecido pelos 5%, o valor, lá aferido, pela própria Secretaria de Fazendas Estaduais. Desta feita aqui, isto é uma concessão de caráter municipal.

Eu imagino que, na regulamentação desse projeto, é fundamental que nós saibamos qual vai ser o valor quando dessa outorga, porque, quando, evidentemente, essa pessoa falecer, ele vai para o espólio, essa concessão, obrigatoriamente. Nós temos que ver qual o critério que vai ser adotado. Eu não sei qual o mecanismo que vai ter que se buscar para saber o valor dessa outorga. Como vai ser o critério? Se vão ser as Câmaras Municipais, que vão ter que aprovar este valor, ou se é da prerrogativa da autoridade do Poder Executivo. Porque todas as vezes que se dá uma concessão, o Poder Público Estadual tanto Municipal, naturalmente, é da competência do Poder Executivo. Todavia, ela tem também uma legislação estadual ou municipal que, nesse caso, faz a regra em relação a qualquer concessão no setor, seja ele sistema de água, seja setor rodoviário, etc. e etc.

Então, só o que me causa preocupação... Porque, lamentavelmente, Presidente Collor, hoje, os Estados estão cobrando muito mais do que se vale o imóvel do cidadão. Lamentavelmente! E as pessoas chegam ao cúmulo do absurdo de não realizar ou fechar o seu inventário, tendo em vista que ele não tem nem o dinheiro para pagar, ali, à Secretaria de Fazenda o que é cobrado, e não é devido, muitas vezes, pelos valores muito a mais do que praticado no mercado. Isso está acontecendo, imagino, no Brasil. Lá, no Mato Grosso, lamentavelmente, é um escárnio. Eu tenho convivido lá, as pessoas me procuram, dizendo que o patrimônio dele, muitas vezes, é aquém daquilo que o Estado está cobrando. Então, nós temos que ter uma regra clara,

para que estas pessoas, que estão sendo beneficiadas por este projeto de lei, amanhã ou depois, não sintam dificuldade, naturalmente, de que essa concessão efetivamente fique no espólio da família, e ele possa usar, usufruir deste patrimônio, que eu posso chamar assim, essas pessoas usufruírem.

Portanto, Expedito, é só um alerta que eu estou dando aqui, senador, no sentido de ver qual... Se é na CCJ que nós vamos buscar essa... Eu acho que é o ideal, tendo em vista que é a Comissão de Constituição e Justiça, dentro da redação final lá, nós termos um instrumento lá, permitindo que nós saibamos, de fato, qual o valor que será cobrado dessa outorga, qual o critério que será praticado na cobrança dessa outorga. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Eu tenho a perfeita noção de que o projeto de autoria do Senador Expedito Júnior, e tão bem relatado pela Senadora Rosalba Ciarlini, tem como espírito defender os interesses daqueles e daquelas profissionais do volante, que, muito merecidamente, necessitam ter esta garantia de que, havendo algum tipo de problema, aí, na sua falta, seja garantida à sua família o dia de amanhã, de tranquilidade, de certo conforto. Esta questão, levantada pelo Senador Jayme Campos e também colocada pelo Senador Eliseu Resende, tem procedência. Mas a procedência do que eles aqui afirmaram é sempre no sentido de aumentar a defesa dos interesses das senhoras e dos senhores, profissionais do volante que aqui estão. E isso se dará no foro competente, que é a Comissão de Constituição e Justiça, e, lá, estaremos, todos, trabalhando, para que essas questões dos termos que precisam ser melhor colocados, para deixar isso com segurança e garantia para as senhoras e senhores profissionais do volante, que aqui estão, serão adotados.

Hoje, à Comissão de Infraestrutura cabe a deliberação desta matéria que dá esta garantia. E eu quero me associar à iniciativa, lembrando-me, nesta hora, que, quando Presidente da República, tive a oportunidade de conceder a isenção do IPI e, também, determinar à Caixa Econômica Federal o financiamento, naquela ocasião, em 24 meses, com os juros subsidiados, para todos os senhores taxistas que àquela época trabalhavam.

[palmas]

E naquele momento, naquele instante, eu me lembro que houve uma solenidade no Palácio do Planalto, se não me engano, com muitos presentes e foi... Houve, realmente, uma grande renovação da frota, já que a frota tinha, à época, em 1992. Tinha uma idade média de oito a nove anos. Portanto, uma frota já extremamente antiga e, inclusive, com gastos excessivos, em função da precariedade da sua mecânica. De modo que eu fico muito feliz, como Presidente desta Comissão, de recebê-los, todos que aqui estão neste dia, cumprimentando o Senador Expedito Júnior pela ideia iniciativa desse projeto, à Senadora Rosalba Ciarlini, pelo seu brilhante relatório, cumprimentar a todos os Srs. Senadores que aqui ofereceram as suas opiniões, no sentido de colaborar, de contribuir para que esse projeto chegue ao final de sua tramitação, atendendo às expectativas de todos os que aqui estão.

E encerrando esta discussão, não havendo mais quem queria discutir... Senador Wellington Salgado... Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que estiverem de acordo com o relatório da Senadora Rosalba Ciarlini, que conclui pela aprovação do PLS nº 253/09, nos termos da Emenda nº 1, substitutivo que apresenta, os que aprovam o parecer, permaneçam como estão. Está aprovado o Parecer da Senadora Rosalba Ciarlini ao projeto do Senador Expedito Júnior.

[palmas]

A matéria vai à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania para prosseguimento de sua tramitação.

Continuando a nossa reunião, eu coloco, aqui, à apreciação das Sras. e Srs. Senadores o requerimento de autoria do Senador Marconi Perillo e do Senador Jayme Campos, que aqui está presente. O requerimento é o seguinte: "Requeiro, nos termos regimentais, Audiência Pública junto à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, para debater o transporte coletivo do entorno do DF e cidades de Goiás, os valores das tarifas e o serviço prestado". Eu acho que essa é uma matéria também desse requerimento, do interesse das senhoras e dos senhores, aqui presentes. Requerimento do Senador Jayme Campos e do Senador Marconi Perillo.

Vou repetir para aqueles que não prestaram atenção. É o requerimento no sentido de realizar uma Audiência Pública, aqui, na Comissão de Infraestrutura do Senado, para debater o transporte coletivo do entorno do DF e cidades de Goiás, os valores das tarifas e o serviço prestado, convidando o Exmo. Sr. José Roberto Arruda, Governador do Distrito Federal; Exmo. Sr. Alcides Rodrigues, Governador do Estado de Goiás; Sr. Bernardo Figueiredo, Presidente da ANTT; Sr. João Pereira, Presidente da Associação em Prol da Luta dos Usuários de Transporte Coletivo do Entorno; Sra. Lidiane Mendes, Presidente da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo de Brasília e do Entorno. Sala das Comissões. Assinado: Senador Jayme Campos e Senador Marconi Perillo.

Coloco em discussão o presente requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

Em relação ao recebimento do Ofício do Senado Federal nº 1632/09, do Presidente do Senado, Senador José Sarney, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 237/08 [soa a campainha], à Secretaria Geral da Mesa, para leitura e requerimento da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que o referido projeto seja encaminhado ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, delibero que esse projeto, que faz parte, hoje, do Item nº 7, da nossa Pauta de trabalhos, seja anexado ao ofício e processado. E seja, consequentemente, encaminhado à Secretaria Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos a presente sessão, lembro aos Srs. Membros da Comissão de nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 24 de agosto próximo, segunda-feira, dentro do ciclo de debates, agenda 2009 e 2015, *Desafios Estratégicos Setoriais*, quando teremos a apresentação do painel "*Energia, Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos",* dentro do primeiro desafio, "*Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento",* com a presença dos seguintes convidados, expositores: Prof. Jerson Kelman, Prof. Dr. Maurício Tolmasquim, Prof. Adilson de Oliveira e Prof. Dr. Nelson Hubner.

Está encerrada a presente reunião, muito obrigado às Sras. e Srs. Senadores.

Sessão encerrada às 09h42.

Ata da 26ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 24 de Agosto de 2009, às 18 horas, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dezoito horas do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do **Senador FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos **Senhores Senadores HERÁCLITO FORTES, DELCÍDIO AMARAL E MÃO SANTA**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião. A Presidência anuncia o motivo da Reunião, informando que a Audiência Pública atende à Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, proposta pelo **Senador Fernando Collor**, e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos **Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.** Compondo o primeiro desafio: "Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento", apresenta-se o PAINEL III – "Energia: Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos" com a presença dos seguintes convidados: Prof. **Jerson Kelman** – Professor da Coordenação de Programação de Pós-Graduação em Engenharia – COPPE. Ex-Presidente da ANA e ex-Diretor Geral da ANEEL; **Dr. Maurício Tiomno Tolmasquim** – Especialista em Planejamento e Matriz Energética e Presidente da Empresa de Planejamento em Energia; **Prof. Adilson de Oliveira** – Professor Titular e Diretor Executivo do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e **Dr. Nelson Hubner** – Engenheiro eletricista pela UFF, ex-diretor da ABRADEE, foi Chefe de gabinete, Secretário Executivo e Ministro Interino do Ministério de Minas e Energia, é Diretor-Geral da ANEEL. O Senador **Fernando Collor** concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Senhor Senador **Delcídio Amaral**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às vinte e duas horas e cinco minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

A reunião de hoje integrando o ciclo de audiências públicas promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, chamada agenda 2009/2015, desafios estratégicos, setoriais; destina-se à apresentação do nosso terceiro painel que é Energia: Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos, dentro do primeiro desafio, que engloba todos esses outros, denominado Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento.

Como é do conhecimento de todos, a agenda 2009/2015 sobre os desafios estratégicos setoriais que a infraestrutura precisa superar para que o Brasil retome e potencialize o seu crescimento econômico, está dividido em diversos painéis para cada grande desafio identificado, contando com a participação de especialistas de notório reconhecimento em suas áreas de estudo e atuação, embora, nem sempre muito pontuais. Aos interessados em conhecer a primeira parte da agenda 2009/2015 apresentamos aqui o folder da agenda 2009/2015, a programação dos primeiros sete painéis que compõem o primeiro desafio que é Infra-

estrutura para a Inovação e Desenvolvimento, como aqui já afirmei.

Hoje nós iremos ter o seguinte painel: Energia: Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos, com os seguintes participantes: Dr. Nelson Hubner, engenheiro eletricista pela Universidade Federal Fluminense, foi diretor da ABRADEE, foi chefe de gabinete, secretário-executivo e ministro interino das Minas e Energia, é diretor-geral da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Professor Jerson Kelman, professor da coordenação de programação de pós-graduação em engenharia – COPPE, ex-presidente da ANA – Agência Nacional de Águas e ex-diretor geral da ANEEL – Associação Nacional de Energia Elétrica. Dr. Maurício Tolmasquim, especialista em planejamento e matriz energética e presidente da Empresa de Planejamento em Energia. Professor Adilson de Oliveira, professor titular e diretor executivo do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Antes de iniciarmos as exposições dos ínclitos palestrantes eu gostaria de fazer algumas colocações sobre algo que nos preocupa a todos os brasileiros em relação ao chamado pré-sal. No próximo dia 31 de agosto, S. Exa. o Presidente da República, irá fazer o lançamento oficial do programa em que ele estará apresentando a toda a população brasileira as bases, as diretrizes que irão nortear a exploração da camada de pré-sal.

Essa é uma medida extremamente importante porque corporificada vai ser num Projeto de Lei, será encaminhada ao Congresso Nacional o que permitirá um amplo debate da sociedade brasileira sobre os termos em que estiver escrito este mesmo projeto, porque todos nós sabemos da extrema importância que terá os recursos advindos da exploração do petróleo na camada do pré-sal.

Algumas perguntas, talvez fossem pertinentes colocar hoje aos quatro palestrantes que aqui estão, fora o tema que hoje será debatido e a opinião que cada um deles tenha sobre o tema que aqui será debatido, mas algumas perguntas, vamos dizer, de prospecção em relação a um futuro muito próximo que se avizinha em relação à questão do pré-sal. E eu colocaria algumas perguntas, a primeira delas: qual o modelo que os senhores palestrantes julgam mais adequado para a exploração do óleo e gás na camada do pré-sal? Seria o modelo de partilha ou o modelo de concessão como hoje a Petrobras utiliza? A segunda questão que eu colocaria aos palestrantes, se eles são favoráveis ou não a uma empresa pública para gerir a receita advinda da exploração da camada do pré-sal separando esta receita de outras receitas advindas de outras fontes do estado brasileiro. E terceiro lugar: a criação desta que seria uma nova empresa estatal para gerir esses recursos não poderia estar ferindo a lei do petróleo a Lei 9.478/97? E isso não poderia ser considerado um monopólio? Outra pergunta seria quanto aos royalties que não temos nenhuma dúvida que vai nos trazer um debate, sobretudo, político de grande monta, porque hoje nós sabemos que os royalties são distribuídos de acordo com uma fórmula baseado na produção tanto da nossa plataforma como em terra dos Estados e Municípios próximos onde estão sendo perfurados esses poços. E na questão do pré-sal será que a fórmula dos royalties, da distribuição dos royalties como atualmente é feita seria também adequada e adaptada aos recursos advindos da exploração do pré-sal? E por último, uma quinta pergunta: como nós poderíamos evitar a chamada doença holandesa? A doença holandesa, como os senhores e senhoras sabem, aconteceu em função de uma má elaboração por parte dos países baixos quando da descoberta de um amplo campo de gás e não souberam se valer desta grande riqueza, desta grande descoberta e dos recursos daí advindos, das receitas daí advindas para promover e alavancar o seu desenvolvimento. E isso causou uma série de problemas que afetaram duramente a economia holandesa nos anos 70. E aí como poderíamos evitar a doença holandesa? Seria fazendo com que o rendimento desse fundo que seria constituído pelas receitas do pré-sal fosse aplicado em infraestrutura, em educação, em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento, ou como veículo de estabilização cambial ou até mesmo uma distribuição da renda pela população como alguns aqui já manifestaram essa ideia em outros encontros que aqui tivemos? Ou talvez como ajuda ao Sistema Previdenciário e acoplada a uma reforma tributária e com isso desonerando a produção e liberando a economia para empregar mais e obter o maior grau de produtividade e, consequentemente, de maior produtividade, as outras questões também que gostaríamos muito que nos esclarecessem os nossos palestrantes seria em relação ao petróleo e ao gás que nós temos apenas para compararmos com a nossa realidade, com que alguns países da África têm. Se não me engano, são doze, onze ou doze países africanos que detêm petróleo e gás, a Nigéria é o mais conhecido de todos até pela excepcional qualidade do óleo nigeriano que chega quase a ser como uma gasolina, é um óleo de grande qualidade, e o Brasil vem importando da Nigéria 6 bilhões de dólares por ano em petróleo. A outra questão. Nós com toda essa crise pela qual o mundo passou e, inclusive, o Brasil, o nosso consumo de energia cresceu 5,8%, então com a retomada gradual ainda lenta da nossa economia e ainda com essa ociosidade da nossa capacidade instalada quando isso

for retomado a pleno será que o que nós hoje dispomos de oferta de energia será suficiente para atender a esta demanda a tempo de concluir Santo Antônio, Jirau e outras hidroelétrica que por aí virão?

De modo que eu gostaria de agradecer a todos os Srs. e Sras. Senadoras que participam da Comissão de Serviços de Infraestrutura pelo êxito que vem obtendo nesse nosso ciclo de palestras. E notadamente eu gostaria de fazer um agradecimento especial ao Senador Delcídio Amaral que é coordenador do grupo de trabalho instituído por esta Comissão para a formatação desses diversos painéis, painéis este que começaram, este é o terceiro e nós iremos com eles todas as semanas, às segundas-feiras às 18h neste mesmo plenário até dezembro e esperamos que em outubro esse tema do pré-sal já esteja devidamente esquentado, vamos assim utilizar a expressão, para que nós possamos, com conhecimento mais aprofundado desse ponto, possamos ajudar no aperfeiçoamento, se for o caso, do projeto que o governo da União estará encaminhando ao Congresso Nacional e ao Senado da República.

Eu passaria para as considerações iniciais a palavra ao Senador Delcídio Amaral e em seguida aos nossos palestrantes.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, primeiro cumprimentá-lo pela iniciativa, às segundas-feiras, principalmente, discutindo os desafios estratégicos setoriais, V. Exa. fez uma avaliação bastante objetiva dos principais desafios colocados, especialmente, na área de energia. E eu volto a insistir, o maior desafio do Brasil é infraestrutura, eu acho que a iniciativa dessas audiências públicas é fundamental porque ela vai nos ajudar muito a discutir os marcos regulatórios, as agências reguladoras, os vários setores de infraestrutura, portanto, o Senado contribuindo, principalmente, pelo perfil, pela capacidade e pela competência dos convidados em todas as segundas-feiras nós teremos condições de apresentar sugestões muito pertinentes e cumprindo esse papel do Senado, num momento que o Senado é tão questionado nós ficamos contentes de estar aqui fazendo um debate que é de interesse para todo o Brasil. E tendo a oportunidade também de, as segundas-feiras, levar essa audiência pública pela TV Senado para todo o País, que vai mais do que nunca contribuir com essa audiência pública e, ao mesmo tempo, também acompanhar temas que são de vital importância para o futuro do Brasil. Então, eu não poderia deixar de fazer esse registro, mais uma vez, parabenizá-lo, cumprimentar o nosso querido Tolmasquim, o presidente da EPE, e eu tive a honra de ser o relator no Senado Federal do novo modelo. Caro Jerson Kelman ex-ANEEL, ex-ANA, uma pessoa que também, como o Tolmasquim, tem prestado um serviço extraordinário para o País na área de energia, pessoas honradas, pessoas sérias, pessoas competentes e que têm espírito público. E o professor Adilson de Oliveira homem competente também, uma pessoa que eu já tive, ao longo da minha vida profissional, como engenheiro, já tive condição de, muitas vezes, ser aconselhado por ele, usá-lo, muitas vezes, como consultor até para nos ajudar no desenvolvimento de uma série de projetos e na discussão de uma série de questões importantes, especialmente, voltadas para a área de energia. Portanto, eu me sinto muito bem aqui e sei que hoje nós vamos ter uma audiência pública de primeiríssima qualidade até pelo perfil de cada um dos convidados.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e quero saudar, mais uma vez, os convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Delcídio Amaral. E eu passo a palavra ao professor Jerson Kelman para iniciar a sua palestra.

SR. JERSON KELMAN: Muito obrigado, Presidente Collor, muito obrigado, Senador Delcídio Amaral, meus colegas aqui de mesa, Tolmasquim e o professor Adilson.

Eu não sei se a área técnica do suporte conseguiu, tínhamos um problema de versão de power point e não sei se eles conseguiram. Mas eu começo, não sei se conseguiram, mas eu começo então--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria, como na semana passada eu não consegui, aliás, Campo Grande nós estamos agora andando descafando(F) na cidade porque chove torrencialmente em pleno inverno há não sei quantos dias e tem fechado sistematicamente o aeroporto. Semana passada não pude estar presente aqui, eu cheguei às 9h da noite aqui. E eu queria só pedir a assessoria se eu pudesse ter as cópias taquigráficas, as cópias gravadas da audiência pública da semana passada.

E aproveitar a oportunidade e pegar carona, já que nós estamos aqui diante de especialistas, se eles puderem deixar aí o CD da apresentação para que a Comissão de Infraestrutura reproduza também, isso vai ser muito importante para todos nós. Obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem, Senador Delcídio. Eu quero informar a V. Exa. que os palestrantes, todos aqueles que têm vindo aqui, em geral, tem nos deixado

a cópia das suas palestras, mas, independentemente, disso já determinaria à secretaria desta Comissão que forneça a V. Exa. os DVDs ou as notas taquigráficas da última audiência pública que, infelizmente, não podemos contar com a presença de V. Exa. pelas causas que V. Exa. já aqui anotou.

Então, com a palavra o Dr. Jerson Kelman.

SR. JERSON KELMAN: Eu acabo de ser informado pelo apoio aqui da Comissão de Infraestrutura que tem um problema pequeno de incompatibilidade de versões de software, power point, eu dispenso, depois eles vão fazer a conversão e será, naturalmente, distribuído aos interessados, senadores, e todos os interessados. De forma que eu peço então desculpas que não farei uso do power point, mas não haverá prejuízo à mensagem que eu quero trazer, o conteúdo.

Eu queria então, Senador Collor, com sua permissão começar resgatando algumas das promessas de campanha do Presidente Obama, que eu acho que é interessante nós fazermos um contraponto de que qual é o programa energético e ambiental nos Estados Unidos, como nós estamos aqui e depois mergulharmos na situação brasileira.

O presidente Obama quando ainda candidato divulgou um programa de governo que tinha várias metas, mas entre elas eu queria pensar aqui três objetivos muito interessantes para nós. A primeira que ele tem a intenção de formular um programa, de deslanchar um programa que reduz em 80% a emissão de gás que causa o efeito estufa até o ano de 2050, e isso 80% de redução em relação aos níveis de 1990 que é o que o Protocolo do Kyoto, é a base do Protocolo do Kyoto. Os Estados Unidos que não tinham assinado, não tinham aderido o Protocolo do Kyoto, então no programa do Presidente Obama adere uma forma muito ambiciosa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JERSON KELMAN: Eu acho que sim. Então, o primeiro objetivo muito ambicioso, reduzir em 80%, a segunda reduziria sim, talvez seja mais interessante para a nossa discussão atual, reduzir, fazer com que em 2025, 25% da eletricidade produzida nos Estados Unidos tenha origem em energia renovável, em 2025, 25% de energia renovável, eletricidade e não energia em geral. E, finalmente, que em 2020 tenha uma redução de 10% da emissão por combustíveis, que se usa o combustível, ele chama combustível com menos petróleo que é o nosso álcool, o nosso etanol, redução de 10%. Por que é que eu digo isso? Porque quando a gente olha a situação do Brasil comparado aos Estados Unidos nesses três objetivos, vê-se que o Brasil está numa posição extremamente confortável a começar pela questão da eletricidade, se lá o objetivo é chegar em 2025 com 25% de uso de fontes renováveis, nós hoje temos perto de 90% de fontes renováveis na poluição de energia elétrica, em termos de capacidade instalada não, nós temos 75, números redondos, 75% do nosso parque gerador é hidrelétrico, mas como as hidrelétricas funcionam mais tempo, as térmicas ficam desligadas muito tempo, então em termos de produção média é 80 e tantos por cento perto de 90%, quer dizer, nós estamos numa situação, o que eles querem atingir em 25% no ano de 2025 nós já somos 80 e tantos por cento agora. A questão do combustível nós estamos super confortáveis, eles querem chegar à redução de 10% em 2020, nós já temos o etanol, metade do combustível hoje nosso é etanol, estamos muito bem. E redução em geral, na nação como um todo de gás que causa o efeito estufa. Nos países envolvidos, Estados Unidos, Europa e tal, a maior parte da atividade econômica que emite gases é produção de energia, não no Brasil, no Brasil algo entre 60 e 70% dos nossos emissores tem a ver com deflorestamento que é uma questão que não interessa aos brasileiros, não serve ao Brasil deflorestar apesar de ser muito complexo é relativamente simples comparado com o problema energético, reduzir o deflorestamento, uma ação, no fundo é uma ação que combine que está sendo feita de combinar mecanismos de comando e controle de um lado e do outro lado mecanismos econômicos que façam com que a floresta em pé valha mais do que ela deitada, isso tanto não está sendo bem-sucedido que o Brasil em alguns anos chegou a ter taxa de desmatamento de 20 e tantos mil quilômetros quadrados por ano, hoje está na faixa de 11 milkm2 por ano, está muito bem, então está bom o que conseguimos aqui. Então, eu estou desse primeiro ponto programa energético ambiental do Obama.

Como é que o Presidente Obama, na época ainda como candidato, ele se propunha a resolver essa questão? É o método tradicional que era a proposta de Kyoto que a Europa adotou e tal que inglês se chama *cap and trade* quer dizer o quê? Você coloca um limite de emissão no país e... Primeiro você coloca um limite de emissão no país, normalmente, começa com o limite de emissão próximo ao atual e cria uma trajetória de diminuição global do país. E faz um leilão em que todos que emitem, todas as empresas que emitem CO2 têm direito a ter uma cota, compram cotas que cuja soma é emissão nacional, e depois essas cotas vão encolhendo e se cria um mecanismo de mercado para que as empresas, digamos, no fundo a intenção, isso não é novidade, foi como eu disse, é a ideia de Kyoto, é o que é aplicado na Europa, a ideia é fazer com que as empresas que tenham mais facilidade de

reduzir as suas emissões possam fazê-lo e vender os créditos de carbono para que elas tenham menos facilidade, de forma que economicamente você gasta o mínimo possível para atingir aquele objetivo.

Além disso, no programa do Presidente Obama tem lá a ideia de constituir um grupo de G8+5, são os oito países do grupo G8 e mais os cinco países que emitem muito em termos globais, em termos totais que é o Brasil, Índia, China, África do Sul e México. O que, de certa maneira, coloca o Brasil numa posição protagônica e ele explicitamente, esse programa reconhece algo que não está em Kyoto, mas aí é uma liderança mundial importante que é o Presidente Obama dizendo: "Olha, floresta em pé tem um valor e nós Estados Unidos vamos tentar ajudar a manter a floresta, acabar com o deflorestamento". Então, é um ambiente interessante para o Brasil fazer uma reflexão sobre o que é que melhor serve o país em termos desses limites de emissão. Se o Brasil fosse, se nós tivéssemos na Índia, por exemplo, talvez fosse difícil aderir a essas propostas de *cap and trade* por quê? Porque a Índia a maior parte de emissão dela é em carbono porque ela gera energia elétrica queimando carvão e ela não tem muitas alternativas, e a emissão per capta é muito baixa, é um país pobre com emissão muito baixa. Se colocarem um limite na emissão da índia ela terá um problema de desenvolvimento. Para nós pode ser o contrário, se nos colocarmos um limite de emissão, mas, ao mesmo tempo, permitirem que nós tenhamos possibilidade, primeiro considerar floresta de diminuição de emissão de queima de floresta como diminuição efetiva do nosso *cap*, o nosso *base line*, o nosso nível de referência tem que levar em consideração a quantidade da CO2 que é emitido quando se queima floresta. Então, isso tem que entrar na contabilidade. E se a partir daí nós formos recebendo crédito que possam ser comercializados internacionalmente por redução da queima de floresta, possivelmente, nós seremos um dos países que estarão vendendo crédito de carbono, em vez de comprar, portanto, não só faremos uma coisa boa, é um jogo ganha-a-ganha, como também ganharemos dinheiro. E isso, Senado, eu estou falando isso tudo porque isso não está na linha principal de pensamento do governo brasileiro para Kopenhagen, a linha principal do pensamento do Governo Brasileiro é defensável também, é de quem contribuiu para o efeito estufa foram as nações industrializadas que desde o século XVIII queimam carvão e não é razoável, não é justo que os países em desenvolvimento tenham que agora ter restrições. É um pensamento razoável, mas eu diria que aproveitando essa oportunidade num fórum tão privilegiado para dizer que no meu pensamento esse assunto deveria ser visto olhando para frente e não pelo retrovisor, então nós temos que olhar... Se nós aderirmos a esses limites o que é que vai ser bom para o Brasil para frente.

Então, agora olhando, ou seja, nós podemos ficar bem ambientalmente e ainda assim temos um bom resultado econômico no Brasil, e esse é o meu pensamento.

Como é que nós estamos hoje em termos agora entrando na questão da energia elétrica e alguns dos principais desafios? Nós temos uma capacidade instalada de 106 mil megawatts números redondos, dos quais eu já disse cerca de 75, 76% é hidroelétrica. O Brasil... Aí nós podíamos pensar o seguinte, será que esse é um mix ótimo ou não é? Qual é o mix entre fontes térmicas e hidroelétricas, às vezes, muito até o Tolmasquim que está aqui tem sido muito demonizado porque nos últimos leilões só surgem térmicas, tal a gente pode fazer a pergunta: será que seria desejável o Brasil só ter usinas hidroelétricas? E a resposta é não, porque não é possível só ter. E aí eu coloco o próximo slide que eu peguei emprestado do meu bom amigo Mário Veiga que é o presidente da PSR. O próximo slide, por favor. Esse slide aqui mostra o seguinte: no eixo horizontal nós temos a confiabilidade de um sistema hidrelétrico, imagino que seja uma única usina hidrelétrica, confiabilidade a gente pode variar, digamos, de uma confiabilidade de 95% o que é que é isso? É confiabilidade do ponto de vista hidrológico, qual é a confiabilidade da usina se ocorrer uma seca, não tiver água para gerar energia? Então, de 95% até quase 100%, 100% nunca se alcança. E qual é o conceito aqui? Quanto maior for a confiabilidade mais cara é a energia de origem hídrica e por que isso? Vamos pensar só numa usina. Temos uma usina se eu quiser que ela tenha uma baixa confiabilidade eu atendo cem unidades, uma demanda igual a cem falhando por falta de água, por uma questão hidrológica, porque São Pedro não cooperou, digamos, 5% das vezes, 5% dos anos, portanto, 95% de confiabilidade. Então, cem unidades de demanda para essa situação. Se eu disse, não 5% de probabilidade de ter um racionamento não é aceitável ou o que é equivalente 95% de confiabilidade é baixa, eu quero uma confiabilidade maior. Qual é a ação que eu faço? Essa mesma usina, não mudei a usina, o custo é o mesmo, a mesma usina, em vez de eu atender uma demanda de cem, no meu exemplo, eu vou atender uma demanda de 90, uma demanda menor porque aí fico mais seguro que eu vou ter água para atender aquela demanda menor. Como o custo é o mesmo e, vamos dizer, a quantidade de energia que eu estou vendendo é menor a razão sobe, então, o preço de energia sobe. Então, essa é uma situação geral. E aí nós poderíamos dizer o seguinte: então isso

foi recentemente a semana passada apresentada num seminário específico que eu achei interessante para trazer para esse aqui. Então, o próximo slide. Isso quer dizer o quê? Se quando a linha que fosse 150 reais por megawatt/hora que é o custo da térmica devia ser para menos, devia ser sempre hidroelétrica e para mais de confiabilidade 98% devia ser sempre térmica? A resposta é não. E aí o próximo slide. 98% de confiabilidade? A Resposta é não. Próximo slide.

Aqui é um exercício acadêmico que mostra um mix ótimo, quer dizer, no eixo horizontal a mesma confiabilidade e no eixo vertical qual é o componente de fonte térmica e fonte hidráulica? Então, o Brasil o que se vê é que à medida que aumenta a confiabilidade, deve diminuir a quantidade de hidroelétrica, o percentual de hidroelétrica chegando, digamos, a 99% de confiabilidade, você teria um percentual de hidroelétrica de 74, 3 e complementarmente de 25,7 de térmicas. Então, o que eu quero dizer com isso e aí eu sintetizo o que está aqui é que o Brasil precisa de uma mistura de usinas hidroelétricas e térmicas para ter uma energia a mais barata que for possível. Nas térmicas está tudo, está a termonuclear, não estou dizendo a fonte, é sob o ponto de vista hidrelétrico. Então quem são os [ininteligível], vamos olhar então o que é que precisamos para continuar tendo esse mix. Do lado da hidroelétrica, eu vou falar do hidrelétrico e depois das térmicas, ou seja, dizendo que nós temos que ter tudo, nós não podemos ter só hidroelétrica ou só térmica. O que se observa é que historicamente nós tínhamos as contratações de energia, as novas usinas que nasciam e tal obedeciam grosso modo essa proporção, era 20/80, 90/15 obedecia essa proporção. O que está causando muita preocupação ao setor e a todos, ao Brasil, como um todo, é que as últimas contratações, os últimos anos o que tem nascido, digamos assim, o que tem sido contratado, o que tem sido as novas usinas que estão nascendo são usinas predominantemente térmicas, ou seja, 70% grosso modo, se eu não estou errado, nessa ordem 70% da nossa nova energia, das novas usinas são térmicas comparadas com o passado. Se nós éramos, digamos, 20, 80 hidro e 20 térmico, 80/20 hoje nós somos o contrário quase, quase o contrário. Chegando... Saudação ao Dr. Nelson Hubner, diretor-geral.

SR. JERSON KELMAN: Para os telespectadores que não estão sabendo, Brasília que nessa época não chove, hoje tem um dilúvio aqui hoje, por isso que alguns chegaram um pouco atrasados. Então, por que... Eu estava dizendo, por que é que nos últimos anos só tem saído, só tem sido viabilizadas as usinas térmicas? Isso é bem conhecido, é basicamente pelas dificuldades que nós estamos tendo de ter novas usinas hidroelétricas, por duas razões, a primeira porque durante muito tempo não se fez inventários de usinas hidroelétricas que fizesse, que nos garimpasse novos lugares onde se pode fazer usinas hidroelétricas, e essa questão já foi solucionada pela criação da EPE, está aqui o presidente da EPE ao meu lado, e, do outro lado, por uma grande dificuldade... Eu saúdo o Senador Heráclito Fortes. E, por outro lado, uma grande dificuldade que temos para viabilizar as usinas hidrelétricas porque se de um lado até o passado recente tinha alguma dificuldade dentro do Executivo para licenciamento ambiental, a principal dificuldade, realmente, não é nem no Executivo, não é nem com órgão de licenciamento ambiental, é mesmo na justiça pela ação do Ministério Público que sempre tem, eu não diria nem do Ministério Público, eu diria de alguns elementos do Ministério Público que tem, digamos, uma postura anti-hidroelétrica e tem lá suas razões, em legislação ambiental e certa pressão sobre os licenciadores, tem várias razões que estão se tornando muito difíceis e mais caras as hidroelétricas, porque o risco do empreendedor é muito grande e quando tem um risco de um empreendedor grande diminui em quantidade de empreendedores, diminui a competição, diminuindo a competição os empreendedores têm possibilidade de pedir mais remuneração pelo seu capital, o que elimina o excesso e remuneração de capital é competição e competição só se dá num ambiente mais ameno em que você possa fazer o empreendimento sem o risco de ter o empreendimento parado, sem o risco de ter que fazer barganhas com autoridades, às vezes, locais e coisa dessa natureza.

Isso, então nós temos uma grande dificuldade com as hidroelétricas eu acho que isso é um erro histórico do Brasil. [soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mais cinco minutos.

SR. JERSON KELMAN: Então, eu vou direto. Paro por aí na questão das hidroelétricas. Na questão da... Então, se eu tenho só cinco minutos é melhor eu ir elencando... Eu cometi o erro inicial de não perguntar quanto tempo eu tinha, mas tudo bem, eu vou direto elencando o que me parece que são os principais desafios que temos hoje. O primeiro é que não só nós temos dificuldades para construir hidroelétricas, mas as novas hidroelétricas, praticamente não conseguem ter reservatórios e isso cria um custo muito alto para o Brasil, porque paradoxalmente tem menos... Reservatório para que é que serve? Serve para transportar água da época úmida quando chove muito para a época seca quando os rios estão baixos. Então, o reservatório é como a caixa de água na nossa casa, serve para manter uma vazão constante, uma posição

de energia maior das mesmas usinas, se nós não tivermos reservatórios na época de seca aquela água que não foi guardada para produzir energia na época de seca, essa energia tem que ser produzida por outra fonte, é a fonte térmica. Então, paradoxalmente, por uma preocupação ambiental de não construir reservatórios nós causamos um mal ambiental que é o acionamento das térmicas, é isso que tem acontecido no Brasil. Até poucos anos atrás nós tínhamos, digamos, um índice, eu não vou descrever o índice para não tornar muito longo, mas nós tínhamos um índice de reservação, de reservatórios que era 48% é a energia fluente sobre energia armazenável sobre energia fluente, é 42%, hoje está em 32%, nós caímos dez pontos percentuais nesse índice que mede a capacidade de armazenamento por quê? Porque as novas hidroelétricas não têm reservatório, e eu digo, repito, isso tem um efeito ambiental que não é considerado, o acionamento mais frequente das térmicas. O segundo item é que é preciso... Eu queria sublinhar e destacar que esta Comissão preparou um Projeto de Lei que eu acho super interessante que procura dar um tratamento especial a projetos de infraestrutura de interesse estratégico, essencialmente é preciso resolver algumas questões para que esses projetos andem. As idéias que tenham para complementar o Projeto de Lei que está aqui, foi aqui preparado(F), é de primeiro projetos muito importantes para o Brasil incumbir ao IBAMA a realização do estudo de EIA/RIMA, não é a primeira vez que faço essa proposta, eu fiz antes. Eu acho que não se deve deixar o empreendedor privado que fala um EIA/RIMA. Então, acho que deve ser, o IBAMA deveria dada a importância de grandes projetos, ele mesmo deveria fazer o estudo de EIA/RIMA e impedir... Nesse Projeto Lei eu sugiro que se introduza alguns artigos que impeçam a freqüência com que servidores públicos do Executivo são intimidados pela ação de alguns membros do Ministério Público e que façam com que eles se retraiam e tenham medo de dar licença e etc., isso ocorre frequentemente e acho que a maneira que o Senado poderia atuar para evitar isso seria um Projeto de Lei que impedisse esse tipo de atuação, uma coisa é, digamos, quando um servidor público toma uma atitude contra o interesse nacional, outra coisa é quando ele toma alguma ação contra a convicção de um membro do Ministério Público e esse membro do Ministério Público entra na justiça contra o servidor e isso cria uma inibição que é ruim, e eu acho que só no marco legal que isso poderá ser revertido.

O terceiro item como sugestões, eu fui direto às conclusões é de valorização do Projeto de Lei é o que andamos discutindo, Tolmasquim pela EPE, o Messias, Roberto Messias que é o presidente do Ibama, o Ministério esteve envolvido. Quem mais esteve envolvido? A ANA esteve envolvida que é um conceito que a grande discussão entre [ininteligível], entre, vamos dizer, uma visão energética de aumentar a produção de energia de um lado e, de outro lado, a preservação do meio ambiente, mas a preservação do meio ambiente numa visão holística, não é só aquela usina hidrelétrica é geral, nós temos que ver o conjunto, quer dizer, se não tiver usina hidrelétrica o que é que vai substituí-la e etc. Essa discussão que tem que sempre ser travada, deve ser travada no contexto de um inventário da bacia hidrográfica, não a bacia hidrográfica e não usina por usina, isso deve ser feito no conjunto. Se essa bacia tiver uma vocação para produzir energia que tenha, se ela não tiver vocação que não se faça nada.

[soa campainha].

Vou concluir, Senador. Já senti que estou abusando aqui do meu tempo. Portanto, essa discussão entre os objetivos ambientais, sociais e ambientais e os objetivos energéticos, econômicos devem travar na escala da bacia hidrográfica olhando o conjunto. De igual maneira, a discussão de um uso múltiplo de recursos hídricos, por exemplo, navegação deve se dá também nesse momento do inventário que se olha a bacia hidrográfica, como um todo, e olhar a hidrovia. Exemplo, a Hidrovia do Teles Pires que é a Fonte de Tapajós poderia talvez vir, tem que ser estudado, não estou afirmando, mas poderia, talvez, ecoar a produção de grãos e com eclusas. Então, nesse caso isso tem que ser visto de uma forma integrada no contexto da bacia hidrográfica. E isso casa bem até com uma sugestão recente do presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, também presidente da [ininteligível] que sugere que se dê a concessão da bacia, talvez isso seja um pouco difícil, talvez não, mas, enfim, ele pensou em todas as bacias, em todas as concessões, é uma ideia interessante e, particularmente, atraente quando se trata de novas concessões, porque aí não tem, digamos, as dificuldades das bacias que já existem. E, por último, alguma sinalização de que a modernidade que se observa nos países avançados no que diz respeito a uso eficiente da energia, e eu me refiro, em particular, a possibilidade do consumidor ter tarifas diferenciadas por horário, é uma coisa que o Nelson Hubner diretor da ANEEL que tem pensado nisso, que em inglês se chama *smart credit(F)* que é a possibilidade de ter uma medição horária, medição eletrônica que permita gerenciar o consumo de energia e fazer com que caia o consumo em algumas horas, em algumas épocas do ano, quando a energia estiver farta, porque os reservatórios estão cheios, pode se baixar o preço da energia, quando tiver faltando aumentos, dá um sinal para o consumidor, isso tudo se faz por

medição eletrônica, por modernidade, e eu quando fui diretor-geral da ANEEL enfrentei uma dificuldade enorme de introduzir modernidade no país, porque imagine, Srs. Senadores, que a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro fez uma CPI contra o medidor eletrônico, contra a introdução de medição eletrônica no Rio de Janeiro, porque ele lava os gatos e também porque tinha alguns erros que foram cometidos que deveriam, efetivamente, ser sanados. Mas, enfim, é preciso que haja um ambiente favorável à modernidade, à utilização de medição eletrônica e outros mecanismos que façam um mercado por si só, mecanismo de mercado por si só, induzam ao uso mais eficiente da energia.

Eu peço desculpas porque não dosei bem o meu tempo, pulei alguns dos assuntos que iria falar, mas a mensagem final eu dei completa. Muito obrigado pela oportunidade. E parabéns ao Senador Collor e aos demais senadores por essa iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao professor Jerson Kelman. Mas logo depois da exposição dos outros palestrantes, V. Sa. terá a oportunidade de complementar a sua exposição com as perguntas que serão formuladas.

Eu passo a palavra ao Dr. Nelson Hubner. V. Sa. dispõe de 20 minutos para a sua exposição.

SR. NELSON HUBNER: Boa noite. Gostaria, inicialmente, de agradecer ao Senador Collor por essa iniciativa, acho que a gente tem debatido isso em diversos locais no país esses temas, mas acho que aqui é o local adequado onde tem uma comissão tão representativa e tão importante, onde assuntos e que acabam remetendo por algum processo de mudança legal, deve se iniciar realmente nessas comissões.

Senador Delcídio que está aqui conosco, o Senador Heráclito que estão aqui conosco discutindo, os amigos presentes. Vou tentar passar mais rapidamente, embora, seja até uma apresentação grande, umas coisas que vocês já conhecem bastante.

Isso aqui é só uma noção de passar rapidamente numa participação de uma matriz do mundo que a gente pudesse fazer assim, onde que a gente tem energia renovável com a participação muito baixa, em torno de 13%, a predominância absoluta são de fontes não renováveis, são de fontes com base em petróleo ou gás natural, carvão mineral, urânio tem uma participação pequena, mas, principalmente, as outras fontes, basicamente carvão e derivados de petróleo e gás natural compõem realmente a grande parte da matriz mundial.

Seguindo. E aí acho que a gente quer mostrar. No Brasil tem uma situação bastante diferenciada usando aqui até tabelinha da EPE espero que o Tolmasquim vá botar de novo, senão já coloquei antes que é exatamente a oferta interna de energia no Brasil onde já tem uma situação bastante diferenciada e que acho que isso que eu estou colocando muito mais para gente não perder essa referência, até um pouco do que o Dr. Kelman tenha colocado, ou seja, primeiro ainda, embora, uma metade da nossa matriz com fontes também não renováveis, mas nós temos realmente co-diferença para o mundo extremamente gritante, no Brasil nós temos 46% de fontes renováveis, enquanto que no mundo é aquele 12.9 que eu mostrei e pegar os países que compõem a OECD ia ser em torno de menos de 7% de fontes renováveis, eu acho que é um referencial que deve continuar sendo base da expansão do nosso parque em termo de energia e exploração dos recursos energéticos no país.

Então, seguindo. Quando a gente fala em oferta de energia elétrica, isso o Dr. Kelman enfocou bastante na palestra dele, aí realmente a distância é brutal, ou seja, em termos de oferta, ou seja, a grande esmagadora maioria nossa é renovável, sendo que o peso substancial são os nossos recursos hídricos, quando a gente pega, de fato, até o que a gente necessitou para atender o nosso mercado, ou seja, temos aqui em termo de capacidade instalada uma capacidade grande de térmicas no Brasil. Mas quando a gente tem água, acho que esse ano até a gente deve estar vivenciando isso aí, a gente está vivendo com as enchentes em Brasília no mês de agosto que não é muito comum, mas temos aqui agora, nós esperamos continuar dando muito mais do que os 77 dessa capacidade instalada de recursos hídricos.

E então que recursos a gente utilizar no Brasil? Eu acho que os fatores preponderantes quando a EPE, com certeza, trabalha no planejamento dela, o Ministério define as políticas, eu acho que tem fatores que não tem como, primeiro tem que ter preço, porque o Brasil tem que ter competitividade, o setor industrial tem competitividade ia ter uma população com uma renda mais baixa que precisa ter recurso suficiente para pagar pela energia que usa, senão não adianta a gente fazer universalização e ele não conseguir pagar o custo da energia. Então, o preço é fundamental. Uma questão que no mundo de hoje não dá para gente esconder e fingir que não existe, é cada vez mais presente e talvez ficando, às vezes, com um aspecto preponderante de definição do recurso energético usado(F), é questão de sustentabilidade ambiental, a questão ambiental cada vez mais forte, e se por hoje a gente ainda não tem no Protocolo do Kyoto uma exigência, pelo menos, legal em nível de metas de redução de emissão de CO2 a gente não tem dúvida nenhuma que nos próximos acordos que serão celebrados,

alguma meta vai ser imposta também ao nosso País, embora, a gente tenha ainda uma situação bastante diante dos países mais desenvolvidos nesse quesito, como eu mostrei na matriz.

E outro aspecto fundamental que o mundo todo discute hoje, principalmente os países mais desenvolvidos é a questão de segurança energética, ou seja, o país não ter grande dependência como acontece com todos os países desenvolvidos que tem uma dependência imensa da importação, principalmente de derivados de petróleo e tudo na composição de sua matriz. Continuando. Tudo bem, mas e daí como é que nós vamos fazer? Primeiro se eu pudesse elencar aqui, primeiro, eu acho que a base nossa tem que ser em que? Em função de fontes renováveis mais baratas que o país seja auto-suficiente, e aí nós cumprimos aqueles três critérios que a gente colocou lá de que fonte utilizar, ou seja, quero uma coisa barata que tenha um aspecto ambiental relativamente reconhecido e que dê segurança energética ao País, ou seja, o País seja auto-suficiente.

Na sequência vou ter que procurar outra e aí agora tem toda uma lei de novas fontes renováveis e, de preferência, que eu sempre incorpore com uma tecnologia nacional para que a país também se não fica dependente do insumo energético, mas também não pode ficar dependente da tecnologia. Então, eu acho que isso é fundamental a gente reconhecer. E temos ainda muito espaço para térmicas que deverão ser complementares a toda essa base de fontes renováveis e nessa linha, nessas térmicas também nós devemos procurar térmicas com menores impactos ambientais e também com custos variáveis mais baixos, então isso aí cumpriríamos aquilo ali, então na teoria está todo mundo combinado, está fácil de resolver, aqui o que a gente vai fazer na prática. Então, no Brasil a gente, pelo menos, tem uma grande vantagem, tem uma gama imensa em termos de alternativas de recursos energéticos e a acho que a base principal nossa nas usinas hidroelétricas temos custos que varia de 60 a 120, compramos PCH que até separamos numa faixa de preço um pouco mais elevada, mas temos toda uma composição de, por exemplo, eólica que ainda estava um custo desse, eu acho que os leilões que a gente vai realizar esse ano, com certeza, já vamos estar baixando desses patamares aqui que já está uma tecnologia bem mais avançada, termonuclear, temos a gás natural, carvão, biomassa; tudo que eu estou falando aqui são recursos energéticos que o Brasil tem seus recursos, tem a sua base, tem a tecnologia que a gente pode atender o nosso mercado.

E aí quais são as principais nossa? Primeiro, a base nossa, de fato, tem que ser hidráulica por quê? Porque a grande vantagem competitiva que a gente tem é um recurso extremamente abundante no país, renovável e que tem um grande potencial ainda por aproveitar, aproveitamos muito pouco do potencial que a gente tem. Temos um recurso forte em termo de biomassa, temos o nosso carvão mineral que é um carvão de mais baixa qualidade, mas que tem um grande potencial no país ainda, temos todo um recurso nuclear que a gente vai pontuar um pouco mais para frente, o próprio gás natural, ou seja, naquela relação de alternativas que a gente tem, naquele nosso menu, tudo isso a gente tem, são todos os elementos que nós temos, por exemplo, gás que nós temos até um nível de reserva muito pequeno, isso aqui parece um número grande, mas em termos de reserva de gás é muito pequeno, mas que está mudando muito a situação do país com as recentes descobertas. Por que é a gente elenca o benefício de a gente usar uma fonte alternativa? No Brasil a gente tem uma característica, ou seja, com uma base nossa de energia elétrica é tudo muito em cima dos nossos recursos hídricos, a gente tem um comportamento que aí é a nossa que a gente chama de energia natural fluente, ou seja, depende da nossa hidrologia e da chuva, e a gente tem um comportamento que são essas três curvas aqui que são as curvas do Sudeste, Nordeste e Norte tem um comportamento muito semelhante, ou seja, a nossa hidrologia é muito semelhante no País nessas três regiões, aí tem um período de chuva bem definido, num período basicamente de verão brasileiro, e depois temos um período de seca bastante prolongado, e apenas o Sul do Brasil destoa disso e tem um comportamento bastante diferenciado, e eu não sei nem se a gente poderia dizer que tem esse comportamento que a gente colocou aqui, porque o Sul a cada ano tem um comportamento diferenciado, mas também tem muito pouca capacidade de reservatórios, os nossos grandes reservatórios estão nesses supermercados que têm essas nossas outras grandes usinas, só o Sudeste e Centro-Oeste que apresenta mais de 60% da capacidade de reservatório no Brasil, por isso que nós temos que garantir chuva nessa região aqui.

O Dr. Kelman até já enfocou na hora que eu cheguei aqui que ele estava falando isso. Nós tivemos no ano passado, ou seja, à medida que crescia a capacidade instalada, potência instalada no Brasil crescia também a nossa capacidade de armazenamentos e reservatórios, ou seja, tinha, principalmente, no centro sul, até pelas características de topografia, de tudo, regiões que eu poderia fazer e menos exigência ambiental que a gente tem tinha no passado, energias ambientais nós tínhamos uma capacidade de construir reservatório, usina sempre com grande capacidade

de armazenamento, e aí realmente a gente podia não depender de térmicas porque é o seguinte a gente tinha reservatórios que acumulava e tinha reserva para três anos, então reservatórios por anuais, se a gente tivesse um ano, dois anos com uma hidrologia ruim dava para gente segurar só ainda controlando a vazão e a geração de energia no nosso reservatório. A partir, praticamente, da década de 80 aqui, não se cresceu mais o nível de reservatório, em função, primeiro, de exigências ambientais e, segundo, até por uma característica natural de topografia, de tudo, ou seja, as nossas grandes reservas potenciais que nós temos hoje hídrico, estão não região norte do Brasil que tem uma topografia semelhante como nós temos no Madeira, por exemplo, nós já estamos fazendo reservatório lá, aonde é muito plano, uma área delicada do ponto de vista ambiental, aonde para gente aproveitar aquilo ali nós vamos ter que respeitar todos esses parâmetros, então nós vamos ter sempre usinas praticamente sem reservatório algum, usinas totalmente a fio de água, aonde então a tendência é continuar nisso daqui, ou seja, crescendo a capacidade sem crescer reservatório. E isso vai ser o quê? Que nós vamos ter que cada vez mais ter uma complementação térmica ou alguma outra fonte que permita fazer essa complementação.

Mas o que é que a gente tem isso aqui? Quando a gente opera uma energia no Brasil, ou seja, então a base nossa é a nossa hídrica. Quando eu não tenho recurso hídrico o que é que eu tenho? O ideal para gente é que eu tivesse a complementação através de algum recurso energético preferente custo próximo de zero, a gente fala zero, mas toda usina tem algum custo que a gente chama desse custo variável que é um custo de operação e manutenção que é como se fosse um custo baixo, que pesasse menos para o consumidor. Pode eu não ter esses recursos de alguma fonte eu teria que ter as térmicas onde também eu tivesse custos cada vez mais baixo e vão crescendo. E até uma situação que não é recomendação para gente, ou seja, se eu ao tenho isso e tenho que ter uma representação térmica mais alta eu vou ter que chegar a um ponto que eu vou ter que ter térmica a um custo variável muito elevado, mas a função é que eu consiga atender ao meu mercado, ou seja, o que a gente não pode deixar é faltar energia, porque isso aí é o pior cenário para o país como o nosso. Então, se a gente não está tendo, pelo menos, o pedaço que eu vi o Dr. Kelman colocando isso, ou seja, a gente está contratando até mais térmica, até os concursos variáveis mais elevados que a gente gostaria porque não está tendo a oferta adequada dessas fontes renováveis.

E aí o que é que a gente pode olhar? Quando a gente olha, por exemplo, a própria eólica, isso aqui são dados, inclusive, verificados, se você pegar uma eólica, por exemplo, no Nordeste, ela, de fato, tem também uma complementação com as usinas hídricas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eólica é azul?

SR. NELSON HUBNER: Exatamente, a eólica é azul. Então esse verdinho é energia acumulada em reservatório na região Nordeste. Então, o que a gente pega aqui que é exatamente vai chegando os períodos de seca, abaixou, chegou no nível, aumentou de novo, abaixa de novo no outro ano e aí a gente vê que, de fato, ela tem certa complementaridade que a gente não controla direitinho os eventos, mas a gente vê que se a gente faz um aproveitamento adequado eólica no Brasil, principalmente, na região Nordeste, vai nos permitir, pelo menos, diminuir a necessidade que a gente de térmicas a custo variável mais elevado, é aí que se encaixa, por exemplo, os leilões que a gente vai fazer até esse ano contratando essa energia como reserva, então a gente tem que ter esse aproveitamento.

Quando a gente pega a nossa biomassa da cana-de-açúcar é assim, é absolutamente complementar, ou seja, como é que é a biomassa da cana-de-açúcar? No início do ano, a partir de novembro e dezembro eu não tenho bagaço da cana-de-açúcar, eu não opero nas usinas de produzir açúcar e álcool porque é o período de chuva deles lá, eles começam a produzir açúcar no Brasil é abril e maio, a não ser no Nordeste que tem uma produção menor e tem uma produção também nesse início. Mas a grande produção que está no Sudeste e Centro-Oeste brasileiro, a biomassa produz exatamente entre abril e, praticamente, novembro que é exatamente o período aonde eu tenho os níveis mais baixos do nosso reservatório, é onde que não chove no Brasil. Então, essa é uma fonte que nós temos que usar porque ela tem custo competitivo e preço absolutamente complementar com o nosso grande recurso que a gente tem que são os nossos recursos hídricos. Então, o que é que nós temos que fazer? Primeiro, aproveitar o máximo esse potencial hidráulico, esse aqui nós já temos, temos uma faixa, o Brasil tem potencial de quase 260 mil megawatts que nós aproveitamos 30%, então a grande reserva nossa hoje está na região Norte. Então, o que é que nós temos que fazer? É ter capacidade de enfrentar todo esse discurso e ter a capacidade de desenvolver uns projetos com todos os requisitos ambientais que nós sejamos capazes da implantar os empreendimentos respeitando todas as restrições que a gente tem de ordem ambiental para utilizar esse recurso, essa riqueza que o Brasil tem nessa região, sem a gente ferir e destruir toda essa base que a gente tem em termo dessa biodiversidade brasileira que represen-

ta a floresta amazônica. Então, eu acho que esse é o grande desafio, um primeiro grande desafio que a gente tem no nosso país. Temos também esse nosso grande recurso que é o da biomassa, temos um potencial grande no Nordeste, um grande potencial, por exemplo, São Paulo com as usinas mais antigas, com a capacidade, quer dizer, com assumida característica diferente que precisarão ser revitalizadas e colocadas em condição de aproveitar também essa grande riqueza da biomassa que a gente tem que é absolutamente complementar, a todas as usinas que estão sendo hoje uma expansão que está sendo de biomassa, principalmente, triângulo mineiro, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, também uma parte, essas já estão sendo feitas com padrões extremamente favoráveis à utilização também, por exemplo, tanto do bagaço da cana, como posteriormente, até da palha para geração de energia ou até para produção de mais etanol e tudo com novas tecnologias, mas nessas regiões elas já são, todas as indústrias já são implantadas com a tecnologia bastante atraente que produz energia a preços extremamente competitivos, eu acho que um grande desafio nós temos nessa área é como prover, é ter condição de reciclar, todas essas usinas mais antigas que nós temos, principalmente, implantada em São Paulo e permitir que elas não conseguem competir, por exemplo, com essas novas instalações que são feitas no Mato Grosso e Goiás porque o custo realmente para geração de energia nessas indústrias novas *green feld(F)* são extremamente mais competitivos do que as mais antigas.

Seguindo. E aí nós temos um potencial nosso, por exemplo, de eólica que também está sendo estudado, hoje a eólica é uma tecnologia consolidada, não temos como não reconhecer, com certeza, não tem o Brasil a pressão tão grande que tem os países, por exemplo, europeus que não tem outra alternativa e aí prevalece muito mais o aspecto ambiental e o aspecto em termo de segurança energética, ou seja, o Brasil tem uma realidade bastante diferente da Alemanha, da Espanha, de outros países, eles não têm de onde tirar energia, eles têm que fazer térmica importando gás natural da Rússia ou do norte da África, sempre numa situação em termos de segurança energética extremamente comprometedora para aqueles países. E já tem requisitos em termos ambientais que eles têm que pagar, tem uma penalidade muito forte para implantar térmicas de combustíveis fósseis, então eles não têm alternativa, eles têm que botar a qualquer preço, então qualquer preço que eles colocarem... No Brasil não, mas só que também nós aproveitamos muito pouco, por exemplo, nós temos um potencial se pegar no Nordeste, mesmo nas regiões no Sul do Brasil, tem algumas regiões mesmo no interior do Nordeste aqui na Bahia e tudo, são potenciais extremamente elevados que nós temos fator de capacidade muito próximo de usina hídrica, em algumas regiões dessas, e hoje temos uma indústria consolidada que a gente tem que fazer e ir contratando isso adequadamente para a indústria nacional ter capacidade de fornecer, gerando emprego no Brasil e produzindo essa energia também complementar a nossa usina.

Outra fonte que nós temos. Isso aqui na minha avaliação está um pouco mais distante, mas acho que o grande desafio no país é botar as nossas universidades, botar os nossos pesquisadores, estudando e buscando, ou seja, para gente não perder também o passo, como o passo da história, porque é só lá, porque na hora que isso aqui, de fato, estiver ainda a preços competitivos, eu não tenho dúvida nenhuma que também o Brasil vai estar numa vanguarda disso aí por quê? Porque nós temos nível de capacidade de potencial para a energia solar no Brasil, você pegar os melhores lugares na Europa inteira, com certeza, vai ser pior do que os piores lugares nossos, no centro-sul do país aqui, de Santa Catarina, um pedaço disso aí. Então, o Brasil vai ter um grande potencial. A avaliação da gente é que isso está um pouquinho mais longe, mas o que a gente tem que ter nesse momento é uma possibilidade de ter uma inserção ainda bastante marginal disso e preparando uma indústria nacional e preparando, estudando tecnologia para gente poder, no momento adequado, inserir de uma maneira mais forte essa fonte na nossa matriz. E aí vamos ter, por exemplo, hoje tem centrais sendo estudadas, por exemplo, isso aí, modelos experimentais, principalmente, na Espanha que está [ininteligível], já aproximando de valores um pouco mais competitivos, parece uma coisa meio de ficção científica ainda e tudo, mas que hoje isso aqui já está sendo, de fato, implantado que são unidades pequenas. Isso aqui está falando aqui 11 megawatts que não vai resolver o problema de energia dele, mas que estão sendo feito bastante modelos experimentais e tem uma série de outros modelos que estão sendo colocados. Nós temos que acompanhar essa tecnologia aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Aqueles 5 a 7kms2 por ser um negócio.

SR. NELSON HUBNER: Exatamente. Que tem numa torre central que ele ocupa uma área, na verdade, você coloca uma área com uma série de espelhos e capta aquilo tudo e jogando tudo para uma torre central, aquece isso aqui, gera energia partindo de um processo convencional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O custo?

SR. NELSON HUBNER: Esse aí, na verdade, é o seguinte, eu acho que é muito mais, eles falam que ainda está chegando em torno de cento e tantos dólares, duzentos dólares; mas a gente não acredita de jeito nenhum. Tanto que a gente foi, eu fui, no ano passado, num seminário grande nos Estados Unidos que estavam todos os grandes fabricantes do mundo, porque os grandes fabricantes, na verdade, não estão nem na Europa, estão na Ásia, estão não Japão, estão na China, estão na Índia. E aí eu perguntava para todos eles: "Então vocês estão construindo isso na China, na Índia?" "Não, não, nós estamos vendendo para a Espanha e para a Alemanha. Todo mundo está vendendo para Espanha e para Alemanha". Então a Alemanha e a Espanha que estamos implantando isso. Estou falando, são países que para eles são absolutamente fundamental, eu acho que se o Brasil estivesse na situação daqueles países que não tem hídrica para construir, não tem outra fonte, nem eólica estão tendo mais, estão fazendo eólica fator de capacidade de 10%, como nós temos ainda para quase 40. Eu também estaria botando dinheiro adoidado nisso aí, e o seguinte, até gás para eu construir ainda tivesse, por exemplo, todo o nosso gás ainda tivesse vindo da Bolívia ainda eu também estaria partindo para qualquer solução que viabilizasse. Agora para gente está distante ainda na nossa avaliação.

E aí temos o nosso urânio que está nas outras escalas lá. Por que isso aqui ainda? E eu acho que nós temos que enfrentar esse debate, porque a nuclear nossa tem que enfrentar por quê? Porque nós pesquisamos 30% da nossa área, uma profundidade muito baixa, mesmo assim o Brasil tem a sexta reserva mundial de urânio, e hoje é uma fonte energética sendo colocada talvez como uma única alternativa para conter processo de mudança climática porque os países desenvolvidos só têm alternativa de desenvolvimento a melhor deles que eles têm é gás natural importado, que eles não querem ter dependência. Aí países com grande consumo de energia, a China com grande expansão e os Estados Unidos eles estão lá dependendo de carvão. Deixa-me correr. Dependente de carvão que eles têm os impactos ambientais e, ao mesmo tempo, custos também, que tem o custo mais baixo, eles têm toda esta dependência. E tem grande emissão, é 1 quilo de CO2 por kilowatts de hora gerada, ou seja, do carvão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): As reservas estimadas de urânio que nós temos no Brasil?

SR. NELSON HUBNER: É esse aqui, são 309.000 toneladas, que se a gente for comparar, essa comparação é interessante, o dobro da reserva de gás que a gente teria na Bolívia. Mas essa reserva nossa eu acho que é muito pequena, nós temos muito mais do que isso. E por que isso também? O Brasil hoje se você for olhar tem três países no mundo que tem reserva de urânio e domina todo ciclo, embora, o solo experimental que a gente tenha do processo de conversão aqui, o nosso [ininteligível] o Brasil tem a tecnologia. E tem hoje tem condição até com a implantação de Angra III, tem escala para gente produzir tudo no Brasil e a gente pode até decidir não construir mais, mas podemos decidir exportar combustível que vai ser, com certeza, um grande negócio porque o mundo está voltando a construir nuclear.

Outro aspecto importante que é um grande desafio para gente é o nosso famoso pré-sal, o Brasil, o país, de fato, é abençoado, ou seja, a única dependência grandes que a gente tinha de combustível é o nosso gás natural dependendo totalmente de importação, e hoje temos aí uma possibilidade de uma grande reserva tanto de petróleo e gás natural e tudo que também é uma alternativa que nós vamos ter que utilizar e os nossos desafios vão ser tecnológicos de que maneira adequada de utilizar esse grande recurso que a gente tem.

Então, para gente, eu acho que é um grande desafio que a gente tem é enfrentar o debate meio ambiente, desenvolvimento com maturidade, ou seja, não dá para gente ficar nesse debate que eu acho até meio passional mesmo, uma coisa absolutamente que leva o país a fazer péssimas opções em termos da expansão do seu parque de geração de energia, ou seja, obrigando a gente a contratar, e aí eu xingo o Tolmasquim: "Como é que você contrata tanta térmica eólico num leilão só, num leilão desse aí", e tudo e a gente briga. E ele naquele desespero que é o seguinte, nós temos uma obrigação na lei, nós temos que garantir energia elétrica hoje, por lei, contratado com cinco anos de antecedência e ajustado com três anos e a fonte que tiver. O ideal para gente é que eu tenha toda a nossa capacidade hídrica, e aí eu vou contratar a térmicas, as melhores térmicas, as alternativas de biomassa, eólica e tudo mais que eu tiver no Brasil num nível adequado definido por planejamento. O planejamento vai definir porque sempre nós vamos precisar de uma complementação das outras fontes para dar segurança energética que o Brasil precisa. Mas o ideal é que seria definido pelo planejamento, a EPE fez o seu planejamento e definiu o lado, olha, eu preciso desse tanto aqui de térmica e vou contratar isso. Mas hoje não é essa realidade, ou seja, a gente cata

tudo que tem de hídrica, tudo quanto é oferta que tem e essa nós contratamos todas e aí nós não conseguimos nem saber qual é o preço. As usinas nossas hoje. Eu acho que já sei o preço da expansão dos grandes empreendimentos que o Madeira já deu uma sinalização para gente. Mas das usinas médias no Brasil eu confesso para vocês que eu não sei quanto custa. Porque nós estamos contratando essas usinas num leilão aonde não tem competição, os competidores sabem que nós vamos ter que contratar, nós temos que fazer uma competição ali, mas não tem uma conceituação, de fato, e aí estão contratando a cento e pouco, cento e tanto. Custa aquilo? Não sei. Eu, sinceramente, acho que elas custam menos, mas que a gente não consegue contratar porque eu não consigo botar uma competição, porque eu não tenho estoque suficiente, porque na hora que eu tiver nós vamos saber, hoje eu acho que a gente não tem.

Eu acho que tem consolidar algumas informações no setor, acho que essa questão da inserção de novas tecnologias tem alguns aspectos na nossa legislação e regulamenta, nós vamos ter que enfocar, como é que nós vamos colocar a questão de solar... Tem uma série de questões de regulamentos nossos que nós vamos ter que ajustar, os sinais adequados que eu não vou colocar aqui embaixo, isso eu acho que tudo a gente tem que ajustar o processo nosso de leilão, cada vez que a gente faz isso, cada vez a gente vai vendo, isso podia estar um pouquinho melhor. Então, eu acho que tem uma série de questões nisso aqui que nós vamos ter que ajustar e prever. Eu acho que tem algumas fontes que são mais caras, por exemplo, você aproveitar um lixo urbano que são marginais em termos de volumes para energia, mas que são muito significativos do aspecto ambiental e tudo mais que eu acho que é importante para o país, e nós temos que prever alguma forma de inseri-los.

Temos um grande desafio pré-sal que esse já está na ordem do dia que todas as adequações da nossa legislação para a exploração e incorporação dessas fontes aí. Eu acho que o país tem uma grande oportunidade no processo de renovação das concessões que vence em 2015 e tem uma discussão e aproveitar isso aí que é um grande componente para melhorar as condições, inclusive, de tarifa no país e talvez prever até recursos por algum tipo de subsídio que eu acho que são válidos quando eu quero inserir [soa campainha] uma fonte diferente e tudo mais, e eu acho que temos que prever, ou seja, temos adequar a nossa política. O Dr. Kelman colocou um pouco isso que a gente está discutindo, tendo a estrutura tarifária, equipamentos adequados, medição eletrônica para permitir que a gente tenha também, conseguir alguma coisa, nós vamos ter que ter mudança legal para não ter, por exemplo, não adianta a gente pensar que a gente pode ter no Brasil uma legislação totalmente independente e liberal onde define a tarifa para uma determinada área de concessão equilibrando a receita daquele Estado com o custo de energia que tem naquela empresa, porque nós vamos levar a criar cada vez mais distâncias, ou seja, os Estados do Nordeste e do Norte tarifas cada vez mais elevadas e o centro-sul desenvolvido tarifa mais baixa. Isso não pode acontecer no país, eu acho que aqui junto com a renovação de concessão pode dar uma boa discussão, a gente criar algum mecanismo para permitir que a agência dê um equilíbrio nisso. E na ANEEL a preocupação nossa é essa, é aprimorar todos os aspectos... Cabe a Agência nessa regulação para gente ir mantendo esse rumo que foi definido para o Brasil, ou seja, para gente continuar tendo uma atratividade do capital para investir na expansão do nosso setor para que a gente consiga com isso equilibrar e ter uma modicidade tarifária. Eu acho que esses são os grandes desafios que a gente pede ter aí. Eu acho que é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Qual seria o mix da matriz energética ideal para o Brasil?

SR. NELSON HUBNER: Mas o ideal para gente aqui é que a gente mantenha totalmente a base nossa, manter na faixa de 75, 80% de hídrica e essa complementação como térmicas, diversas matrizes que a gente conseguiria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Essa é que seria a matriz energética ideal para o Brasil?

SR. NELSON HUBNER: Acho que hoje é isso. Isso vai evoluir com o tempo, cada vez mais que eu tenha menos reservatórios com mais demanda no país isso vai ter que mudar. Eu acho que vai ser um trabalho grande para o próprio EPE, o Tolmasquim pode até discutir um pouco mais isso que é exatamente verificar na medida em desenvolvemos isso aqui, senão daqui a pouco nós dobramos a nossa necessidade de energia no Brasil. Então, dobramos a capacidade instalada e temos a mesma capacidade de armazenamento, com certeza, nós vamos precisar de mais térmica para poder a gente não correr risco em termo de segurança energética.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Nelson Hubner pela sua explanação.

E eu passo a palavra ao professor Adilson de Oliveira.

SR. ADILSON DE OLIVEIRA: Boa noite a todos. Eu quero, inicialmente, agradecer o convite do Presidente Collor para estar aqui esta noite.

Eu vou, de certa forma, orientar a minha apresentação com um foco um pouco distinto, e eu vou pedir então a gentileza de passar a pergunta que eu acho que é a pergunta crucial do setor elétrico que nós vamos discutir.

Para mim a pergunta crucial é por que o [ininteligível] brasileiro deixou de ser competitivo? Essa é a questão central. O Brasil é um país que, tradicionalmente, tinha uma eletricidade extremamente competitiva, e nós sabemos que a eletricidade é um fator fundamental com uma vantagem comparativa fundamental para as economias, e o Brasil passou a ter uma energia elétrica que não é competitiva. Como explicar esse fenômeno e por que é que nós chegamos a essa situação e como é que a gente pode reverter, se é que é possível reverter a situação? Essa é a pergunta que eu acho que é a mais importante, então não vou focar muito na questão da matriz energética, mas, sim, qual é o mecanismo que pode ser adotado para isso.

E eu vou colocar alguns números aqui que eu acho que chama atenção para nós que eu acho que é muito importante. Essa é a tarifa média no Brasil, embaixo vocês têm a tarifa média nos Estados Unidos, ou seja, o dólar a dois reais essa tarifa já para o consumidor final. Vocês notem que o industrial brasileiro tem uma tarifa quase o dobro da tarifa industrial americano o que, evidentemente, chama atenção porque nós sabemos que é fundamental para a competitividade industrial você ter tarifas de um insumo essencial com intensidade uma tarifa tão competitiva. O que é que explica esse fenômeno? Essa que é a minha preocupação. Como é que a gente pode explicar isso, o que é que pode ser feito para resolver esse problema? Os suspeitos órgãos já sabemos qual é, é o que já foi aqui anunciado, é o meio ambiente. O meio ambiente é o grande problema e, portanto, o nosso problema está nos custos elevados e gerados pelo fato que o pessoal do Ministério Público, o pessoal do Meio Ambiente eles tornam a vida do setor elétrico um inferno – para usar uma palavra delicada.

Eu acho que, sem dúvida, a questão do meio ambiente é uma questão importante, não é irrelevante, mas eu acho que existem outras razões e talvez a gente tinha que começar a olhar para essas outras razões, porque se nós ficarmos em debate com o pessoal do Meio Ambiente, eu acho que nós vamos, provavelmente, a dificuldade de superar esse problema, porque a diferença é significativa. Quais seriam então os elementos que poderia nos ajudar a explicar esse fenômeno? Eu vou apontar três elementos: encargos setoriais, gestão dos reservatórios e mercado atacadista. Eu acho que esses são os elementos centrais que a gente deveria olhar com atenção. O sistema elétrico brasileiro tem encargos setoriais que são muito elevados, e eu usar uma apresentação da própria... Encargos, subsídios e tributo, esse conjunto. Eu não sei porque é que não está aparecendo as cores, mas eu vou dizer para vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quer que volte?

SR. ADILSON DE OLIVEIRA: Não, não está aparecendo as cores, não sei porque... Eu acho que aconteceu porque temos números ali. A conta que seria de, mais ou menos, 100 dólares por uma conta, e esse um dado que foi apresentado numa apresentação da própria ANEEL no passado, uma apresentação atual, mas grosso modo a situação é a seguinte, dos 100 dólares que custam ao consumidor médio no Brasil paga, 20 dólares vai para geração, cinco dólares vai transmissão e 24 dólares vai para distribuição, os outros 51 dólares, ou seja, 51% vai para 34% para tributos, 5% para subsídios e 12% para encargos; isso era há uns dois, três anos e hoje esses números devem estar maiores do que esses que eu acabei... Ou seja, a parte de encargo, tributos e subsídios cresceu nesse período.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Apareceu?

SR. ADILSON DE OLIVEIRA: Apareceu. É que tinha mais um. Então, isso mostra a que existe um problema sério primeiro, certamente, com os tributos, é um problema que tem que ser analisado com cuidado, mas não só os tributos, subsídios elevados e que tende a crescer na medida em que se pretende universalizar o uso da energia elétrica, na medida em que se quer equalizar tarifas em nível nacional, são tarifas, como foi dito aqui, que certas regiões têm tarifas mais elevadas do que outras e isso tudo leva a uma elevação crescente e mais os encargos do sistema que são encargos que, inclusive, na medida em que cada vez mais nós estamos usando térmicas, esses encargos tendem a crescer. Então, nós temos uma situação que, na verdade, o problema é olhar com mais atenção esses elementos, que eu acho fundamental, e aí entra a discussão sobre qual parque térmico mais adequado para o caso brasileiro.

Eu acho que o Dr. Nelson Hubner já chamou atenção aqui que o pré-sal deverá ter uma produção significativa de petróleo, mas com esse petróleo virá uma [ininteligível] também muito significativa de gás natural, gás natural esse que terá que ser consumido, porque, na verdade, ele sai junto com o petróleo e imagino que vai ser difícil a gente simplesmente

queimar isso no [ininteligível], o Dr. Delcídio sabe as dificuldades que isso provoca queima no [ininteligível] e eu acho que esse seria um grande equívoco. E, na verdade, esse gás natural, na minha percepção, tem um custo de oportunidade negativo, ou seja, ele vale menos que zero, não é que ele vale zero, vale menos que zero, é um gás para ser dado de graça para quem quiser consumi-lo porque ele vem junto com o petróleo, e ele tem que ser consumido de alguma forma, porque a gente quiser, claro, que alguma outra oportunidade elevá-lo até os Estados Unidos, significa que nós vamos ter que liquefazer esse gás, vamos ter que transportar e vamos chegar lá e vender a 4, 5 dólares [ininteligível] é só fazer a conta, que o custo da liquefação e tudo isso nós vamos chegar à conclusão que é mais barato simplesmente deixá-lo aqui no Brasil a custo, eu estou sendo um pouquinho exagerado, custo zero, mas 1 dólar, 2 dólares de BTU e aí se for um gás a 1 ou 2 dólares de BTU aquele preço da energia térmica a gás que foi apresentado pelo Dr. Rubens Hubner cai de 120 reais megawatt/hora para cerca de uns 40, 45, 50 reais por megawatt/hora, porque o gás entra praticamente de graça, é só custo do capital. Então, o gás é a melhor alternativa para a geração técnica do Brasil, na minha opinião, sem nenhuma dúvida para os próximos anos. Eu acho que o bom senso sugere que deva se usar passivamente o gás natural, em particular, na região Sudeste onde existe um volume grande de gás que virá.

Mas eu disse que esse é um primeiro problema, então os encargos podem ser substancialmente reduzidos, devem ser vistos e deve ser analisada essa questão porque nós já temos experiências como aconteceu na década de 70, e o Dr. Delcídio, talvez acompanhou isso com mais atenção na década de 80; 70, 80 quando foi feita a equalização tarifária no Brasil, o custo para o Tesouro Nacional foi de 26 bilhões de dólares no processo de reforma, quando veio a reforma, 26 milhões o Tesouro pôs com essa proposta da unificação das tarifas em nível nacional. Espero que a gente não esqueça a história e veja bem o cuidado que tem que se ter com propostas desse teor.

Vamos falar da gestão dos reservatórios. Vou passar ao segundo passo. O segundo elemento que eu coloquei a gestão dos reservatórios, e o Dr. Nelson e o Dr. Gelson também eu acho que já mostrou claramente. O grande problema dos reservatórios é a incerteza quanto ao fluxo de água, a gente não tem certeza se vai chover ou não vai chover e a gente, necessariamente, tem que pegar e administrar esse fluxo. Como é que feita essa administração hoje? Hoje essa administração é centralizada na burocracia do Estado, tem uma estrutura burocrática que organiza o sistema e despacha de forma que julga a mais adequada. Na prática o que é que isso tem provocado? Uma forte volatilidade no PLD, o preço de liquidação por diferença no mercado spot é uma coisa assustadora. Eu vou dar só alguns números no próximo slide que chama atenção para esse problema sério que ocorre. Por exemplo, em agosto de 2007 o PLD estava em 39 reais na região Sudeste, em janeiro, ou seja, quatro meses depois, cinco meses depois estava em 500 reais. E aí se passaram mais quatro meses e caiu para 68 reais, passaram-se mais alguns meses caiu para 30 de novo, ou seja, eu pergunto como é possível administrar um mercado com essas características para quem tem que comprar ou vender energia? É um problema realmente seríissimo. Então, essa incerteza é claro que é fruto da incerteza das águas, mas a gestão dos reservatórios tem um papel importante nesse processo e tornar esse elemento, essa volatilidade menor é um elemento fundamental. E o que chama atenção, pelo menos, de alguém que vem de fora, pesquisador, é que o Brasil é o país que tem melhores condições para exatamente não ter essa volatilidade por quê? Porque nós temos grandes reservatórios que permite exatamente estabilizar o sistema, ou seja, a instabilidade no PLD é, de certa forma, difícil de compreender para quem tem grandes reservatórios que permite exatamente dar estabilidade, e a gente sabe que os reservatórios, como foi colocado aqui, tem o objetivo exatamente de permitir a estabilidade, quando você tem grandes instabilidades deve ter algum problema na gestão dos reservatórios. Essa é a pergunta. O que é que se traz isso como consequência, quais são as consequências? As consequências é que foi bem dito aqui o PLD não sinaliza a necessidade de expansão, ou seja, ninguém olha para aquele número e fala: "Eu preciso expandir ou não preciso expandir", porque não sei que aquele número quando ele muda com tanta volatilidade em tão pouco tempo, não sei se ele está significando alguma coisa, e aí como foi bem colocado, ele não permite nenhum sinal de mercado. Como foi colocado pelo Dr. Gelson Kelman, o que acontece é que o PLD não sinaliza se eu devo consumir muito ou consumir pouco, se eu devo mudar o meu processo produtivo para usar mais uma coisa ou outra, se devo alterar, porque hoje é um preço, amanhã poderá ser outro, eu não posso tomar decisão porque, evidentemente, os grandes consumidores é que são elementos importantes não conseguem analisar esse processo com a devida necessidade.

E aí o planejamento, e aí o Maurício sofre lá no lugar dele porque com essa instabilidade ele tem que otimizar o sistema. Como é que ele otimiza o sistema? A melhor solução é ser otimista com relação à expan-

são, porque se eu for otimista com relação à expansão eu diminuo o risco de, eventualmente, essa gestão do reservatório gerar um problema que o Dr. Nelson Hubner chamou atenção e tem toda razão é de, eventualmente, nós termos algum tipo de efeito do ponto de vista de racionamento de energia elétrica, que é uma coisa que, evidentemente, não deveria ocorrer, não deve ocorrer e o otimismo acaba sendo a solução.

Qual é a consequência desse otimismo? A consequência desse otimismo é que a gente tem uma capacidade instalada que é maior talvez do que seria necessário. Só para dar um número, hoje como foi bem colocado aqui, nós temos 104 gigawatts de capacidade instalada e, no entanto, nós temos um fator de capacidade que está em 52%, no passado era 57, 58 e segundo alguns números já sugere que é 48%. O que significa isso? Significa que, na verdade, que eu tenho muito investimento, como colocou bem o Dr. Gelson Kelman, para a mesma quantidade de energia que eu estou gerando, evidentemente, os custos crescem, mais investimento, menor quantidade gerada, maiores os custos e isso também acaba gerando essa capacidade ociosa, crescente que eu ali coloquei.

Então, vejam bem que a gestão nos reservatórios é uma questão fundamental também nesse processo que eu acho que merece uma atenção mais adequada desta Comissão. E o terceiro ponto que, talvez, também importante, é a questão do mercado atacadista. O mercado atacadista, como todos sabem, está estruturada a sua forma de energia velha e energia nova, e essa energia velha, a maior dela vai espirar, essas concessões vão espirar agora até 2015, são 11 gigawatts num total significativo que terão que ser dar uma solução.

Vejam bem que a fim dessas concessões significa que grosso modo cerca de 40 bilhões de reais serão "negociados" dependendo da forma como vai ser feito, vão ter que ser negociados até 2015, porque espirando as concessões terá que ser dada uma decisão para elas, ou elas vão ser renovadas ou elas vão ser relicitadas, em qualquer circunstância são 40 bilhões de reais que terão que ser renegociados e, evidentemente, é um número bastante expressivo, 40 bilhões de reais não é um número que se possa olhar sem muito cuidado. E é importante porque a energia velha é a energia barata no nosso sistema. Vejam bem, que aquela tarifa nossa que já é elevada, se a energia velha foi licitada em preços maiores do que ela já foi licitada em 2004, 2005, aí a nossa tarifa vai explodir. Então, a discussão sobre essa renovação ou licitação, o que vai ser feito é fundamental para a competitividade da economia brasileira que é a minha preocupação inicial, que eu já coloquei como o meu elemento de partida, é fundamental que a gente pense muito bem o que vai acontecer, e são 40 bilhões de reais o que, evidentemente, gera interesses legítimos e significativos. O próximo slide.

O que é que a legislação diz? A legislação diz o seguinte: essas concessões terão que ser revertidas por Estado, porque elas já são vencidas, isso significa o seguinte, é o que diz a legislação, o que diz a Constituição, elas terão que ser revestidas, ao serem revestidas significa que deverá haver nova outorga de direitos de uso de bens públicos por quê? Não só o sítio hidrelétrico é um bem público, mas os ativos amortizados também são propriedades do Estado, porque eles já foram amortizados, foram pagos e agora são propriedades do Estado, então o Estado é proprietário de todo o sistema hidroelétrica que está sendo relicitado. E a comissão exige a licitação desse processo. O que vai ser feito? Essa é a pergunta que eu acho que devemos fazer. Evidentemente, todos nós vamos estar de acordo que isso devia ser feito no interesse público, não há nenhuma dúvida com relação a isso, devia ser um bem público, tem que ser do interesse público. Qual é o interesse público? Essa é a pergunta. É o Tesouro Nacional? O interesse público é que seja licitado e os recursos auferidos nessa outorga vão para o Tesouro Nacional que, evidentemente, é para onde flui os impostos e todos os benefícios, tudo que o Estado coloca à disposição da sociedade. Deve ser para os consumidores de energia elétrica? Se são consumidores que consumidores? Todos? Alguns? Grupos? Regiões? Como é que isso vai ser feito? Ou será que isso deve ir para os acionistas das concessionárias atuais? As concessionárias atuais, inclusive, as estatais têm acionistas privados. Então, para onde deve ir esses benefícios. Como é que vão ser repartidos esses benefícios? As alternativas são duas: a renovação das concessões que significa, na verdade, devolver as concessões, devolver não, manter as concessões com os concessionários atuais com todas as implicações que eu já disse. A outra é a licitação onerosa competitiva que significa maior oferta pela concessão, custo marginal de expansão, então os custos marginais estão na faixa de 120, 130 reais megawatt/hora, muito acima daqueles patamares se a usina for licitada, vai ter um choque tarifário significativo. Menor tarifa de suprimento. Aí significa para quem vai essa menor tarifa, o mercado livre, o mercado regulado, quem é que vai ficar com essa energia barata? Vai ser repartida entre todos, como repartir? E os novos consumidores que virão no futuro? Porque têm os consumidores atuais. E os consumidores futuros como é que eles vão ter acesso a essa energia mais barata? Porque novas empresas estão se implantando, novos consumidores

estão vindo. Como é que a gente faz isso? Então, problemas todos que terão que ser trabalhados.

Conclusões. Minha conclusão e aí estou terminando, Sr. Presidente Collor. É fundamental recobrar a competitividade do sistema elétrico brasileiro. Eu acho que esse é o ponto de partida. A discussão sobre a matriz não pode perder de perspectiva que o nosso problema não é meio ambiente, o nosso problema não é meio ambiente, como já foi colocado aqui, inicialmente, pelo Gelson Kelman, pelo contrário, do ponto de vista ambiental a nossa matriz é dez, como diria. Então, não é esse o problema, a discussão está como é que a gente faz a tarifa voltar para um patamar competitivo que vai dar à economia brasileira a competitividade no mundo que está extremamente agressivo do ponto de vista de conquistar mercados externos. Não é fácil conquistar, e o nosso parque industrial, dólar caindo, tarifa elétrica subindo, não é fácil para o nosso parque industrial sobreviver nesse mundo que vem por aí.

Então, é fundamental ter uma análise crítica desses incentivos, encargos, tributos e incentivos. Eles devem objetivar a eficiência econômica, não é simplesmente distribuir incentivos por razões outras que não seja buscar a melhoria da eficiência econômica, é preciso atentar para esse elemento. É preciso um novo regime para a gestão das águas. E nós temos uma oportunidade na [ininteligível] histórica porque na medida em que vai haver posse, o Estado vai tomar de volta as concessões. É possível separar os direitos e propriedade da usina dos direitos e propriedades dos reservatórios que são de usos múltiplos, como está sendo hoje claro. Então, é fundamental que a água não seja objeto da licitação, a água, o reservatório, perdão, deve ser separado da usina, é possível perfeitamente separar, inclusive, porque a gestão das águas no Brasil é feita de forma centralizada, não é feita usina por usina. Então, isso tudo sugere a possibilidade de que esse é o momento adequado para, inclusive, ajustar o uso dos reservatórios aos benefícios que são múltiplos e que são importantes.

O PLD, como foi aqui bem colocado pelo Dr. Rubens, eu acho, e também pelo... É fundamental que eles ofereçam um sinal para os agentes de mercado. Não é possível que PLD seja um elemento simplesmente de contabilização final de contratos, é fundamental que ele seja, e para isso é preciso ver como é que se usam as águas. Esse mecanismo atual gera volatilidade incompreensível. Os reservatórios têm que ser gerenciados com objetivos múltiplos, então é fundamental que isso seja feito e é. Eu acho que foi colocado aqui pelo Jerson Kelman e eu acho que a sugestão do Dr. Alquéres que eu acho que é muito positiva. É preciso pensar na gestão por bacia hidrográfica [soa campainha] e indo um pouco mais além, não só gestão dos reservatórios, mas também a própria expansão do sistema não pode ser feita em base nacional, As regiões têm características muito diferentes de disponibilidade e recurso, aqui foi colocada energia eólica, de carvão está noutra região, o gás está noutra região. Não é possível imaginar que você organiza o sistema nacional com realidades regionais muito distintas. É preciso repensar esse sistema de expansão que tenha características regionais.

E, finalmente, para completar, Sr. Presidente, e estou fechando, é o último, realmente, é preciso ver essa do mercado livre e mercado regulado. Hoje esses dois mercados não conversam, ou seja, eles trabalharam de forma praticamente isolado, e é preciso criar algum mecanismo de convergência desses mercados para que a expansão não seja fruto de conjunturas, ou seja, de repente, o mercado livre está sobrando energia, não há contratação. E aí esta faltando energia, é preciso fazer expansão, e essa conjuntura é uma conjuntura que é muito volátil, é muito mutável, perdão, [ininteligível] volátil, mas certamente mutável. É preciso criar um mecanismo de convergência para que daqui a algum tempo esse problema não exista mais. E o fim das concessões é que abre espaço para a discussão desse movimento. Então, eu acho que nós estamos num momento fundamental e crucial, e eu acho que o Senado tem um papel muito importante na discussão desses temas porque o fim das concessões não pode ser desconectado dessas questões que nós estamos colocando.

Eu agradeço, mais uma vez, o convite. E peço perdão... Quem me conhece sabe que eu sou sempre provocativo, não tenho postura do tipo acomodativa, eu acho que é a função do professor universitário e eu sempre fui e continuo sendo professor universitário é, essencialmente, gerar o questionamento e a discussão, e não, simplesmente, vir aqui para dizer o que as pessoas gostariam de ouvir, eu vim para dizer o que eu penso. Obrigado, mais uma vez, e agradeço, mais uma vez, o convite e a atenção de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao professor Adilson.

Passo agora a palavra ao Dr. Maurício Tolmasquim.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Obrigado. Queria saudar o Presidente Collor, meu caro amigo Senador Delcídio.

Algumas coisas já foram faladas antes. Eu vou passar rápido porque eu tenho uma apresentação um pouco extensa que eu vou ter que pular alguns slides.

Essa é uma apresentação que eu tinha feito e eu diminuí um pouco para o espaço daqui, então eu vou ter que pular mais transparência que eu ia pular porque é meio extensa, mas a base é a mesma.

Então vamos lá. Por que o título Brasil potência energética? Porque eu não tenho dúvida nenhuma que nós estamos num país que vai se destacar no mundo pela sua matriz energética, tanto pelo ponto de vista de sustentabilidade, como ponto de vista da segurança que vai trazer para o mundo em termos do pré-sal.

Então, nós vamos virar uma potência como eu vou mostrar aí. Quando a gente viaja para o exterior o maior orgulho que tem é falar da energia no Brasil, porque a matriz energética brasileira é, sem dúvida, um exemplo para o mundo. Isso fica claro pelas comparações que já foram feitas pelos meus colegas. Vamos pegar a matriz de produção de energia elétrica, se nós somarmos o que está ali hidráulica com importação, importação é basicamente Itaipu, que é energia hidráulica, dá 82% de energia hidráulica.

Se vocês olharem no mundo é apenas 19%. No mundo o cinza nós temos 41% de carvão e derivados que é o maior poluente que tem e no Brasil apenas 1,6% de carvão e derivado, ou seja, em termos de matriz elétrica não temos nada que aprender, temos muito que ensinar. Vamos ver em termos de matriz energética. Em termos de matriz energética a eletricidade combinada hidronuclear 15% no Brasil, no resto do mundo 8. Carvão mineral no mundo 26% para energia em geral, aqui não é apenas para geração de energia elétrica, o Brasil 6% que é, principalmente, o coc(F) para siderurgia, renováveis, resíduos, principalmente, por causa da cana 31%, no resto do mundo é 10%, ou seja, mais uma vez o Brasil se destaca. E qual é a consequência disso? O Brasil 46% da nossa matriz energética vem de fontes renováveis, no mundo apenas 13%. E nos países da OCDE que são conjuntos dos países desenvolvidos apenas 7%, menos de 7%.

Podemos fazer muito em termo de eficiência energética? Podemos, mas nós temos que entender que existe uma camada da população bastante própria que está, graças a Deus, e graças a ações do governo acendendo uma renda maior e que vai aumentar o consumo. Hoje o consumo per capta de energia no Brasil é igual ao do Uruguai e da Jamaica, daqui a dez anos cada consumidor no Brasil estará consumindo o mesmo que o Chile e Argentina consomem hoje, não que estarão consumindo daqui a dez anos, e estão muito longe do que consome cada americano, ou japonês. Então, o nível de consumo aqui é muito baixo. Vamos ao próximo. Isso ali era consumo de energia como um todo, agora em termos de energia elétrica idem. Estamos aqui ao lado da Jamaica hoje. Daqui a dez anos cada habitante no Brasil estará consumindo o que o Chile está consumindo hoje, muito menos, por exemplo, que a Grécia, a Itália, outros países consomem. Próximo.

Se nós formos ver em termos de emissão de gás do efeito estufa a posição do Brasil não é das melhores, nós somos o quinto país em termos de emissão, atrás de Estados Unidos, União Européia, China e Indonésia. Mas por que esse alto índice? Se nós formos ver a grande responsável, mudança do uso do solo e floresta, responsável por 60% das emissões que é o desmatamento, acompanhado pela agricultura. A energia elétrica representa apenas 2% da emissão de gás de efeito estufa no Brasil, 2%. Então, não é ali que nós vamos resolver o nosso problema. O nosso problema será resolvido se nós fizermos ações vigorosas de redução do desmatamento.

Agora vamos olhar então a emissão de gás de efeito estufa se nós pegarmos o setor de energia. A posição do Brasil que era a quinta caiu para 18º, mas 18º muito abaixa dos outros. Se nós formos ver o Brasil emite, o seu setor energético emite quinze menos que a China, emite onze vezes que a União Européia, emite dezessete vezes menos que os Estados Unidos.

Eu vou pular essa. Vamos pegar aqui em termos de emissões per capta. Cada habitante no Brasil emite 1,9 toneladas de carbono, nós somos 86º no ranking de emissão per capta, 86º alugar. Ou seja, cada habitante no Brasil emite dez vezes a menos em termos de consumo de energia que cada habitante nos Estados Unidos, supondo que cada habitante nesse planeta tenha direitos iguais, tenha uma distinção.

Vamos adiante, por favor. E o setor elétrico? O setor elétrico aí é até covardia falar. O Brasil emite 14 milhões de toneladas de CO2 pela produção e consumo de energia elétrica. Os Estados Unidos emitem 200 vezes mais do que o Brasil, a China, algo como duzentas vezes mais que o Brasil também, União Européia cem, ou seja, mais uma vez, não somos, creio que nós que estamos causando ou impactando, e não estamos contando aqui, é importante saber que as emissões do CO2 fica durante décadas na atmosfera, as emissões que foram feitas durante a revolução industrial da Inglaterra hoje estão afetando o clima, na realidade olhar apenas as emissões hoje é um olhar, porque no fundo é uma integral, é uma somatória ao longo do tempo, a mudança do clima é um efeito cumulativo das emissões ao longo do tempo. Se eu fizer isso aí é até brincadeira de fazer isso ao longo do tempo.

Vamos adiante. Aqui é interessante. Para produzir 1 milhão de dólares na China, você emite cem vezes mais para emitir 1 milhão de dólares no Brasil. Próximo. E se formos ver em termos de emissão do setor

elétrico, cada habitante no Brasil quando consome 1 megawatt/hora emite cem vezes menos que cada habitante nos Estados Unidos. Supondo, mais uma vez, que nesse planeta cada habitante tenha direito igual pelo uso do planeta, existe aí uma forte desigualdade no uso do nosso ecossistema.

Próximo. E temos condição? Como é que chegamos aí? Temos condição de continuar? Tem toda certeza que sim. Primeiro pela cana-de-açúcar. As perspectivas da cana são fenomenais, principalmente, graças a uma grande revolução tecnológica que é o carro flex fuel, que é uma coisa simples, mas que foi uma revolução. Hoje mais de 93% da venda de carros novos, são carros flex fuel aonde o consumidor vai à bomba e escolhe se quer botar álcool ou se quer botar gasolina. Isso deu um poder muito grande ao consumidor e uma credibilidade ao programa. Em 80 mais de 90% da venda de carros novos era álcool hidratado, houve um aumento do preço do açúcar no mercado internacional, faltou álcool nas bombas e a venda de carro hidratado caiu a zero, hoje o consumidor não é mais refém dos produtores porque se o preço aumentar ele bota gasolina e isso dá uma confiabilidade ao programa. Próximo.

Então nós estamos projetando que vamos sair de 25 bilhões de litros para 64 bilhões de litros em dez anos de produção de etanol, um aumento de 150%, isso é uma conta simples, são 3 milhões de carros, em média, de venda anuais, 93% de carros novos, carro flex fuel e hoje 75% quem é proprietário de carro flex fuel bota etanol e não gasolina. Fazendo essa conta a gente chega a esse valor. Próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está de acordo com a demanda prevista?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Exatamente. Está de acordo com a demanda prevista. Sendo que a grande parte vai para o mercado interno, desses 64 bilhões, apenas 8 bilhões vão para exportação, não por falta de mercado, mas que a gente vai ter um limite para isso. Próximo.

A questão é: temos terra? Temos terra para isso. Hoje se ocupa com a produção de etanol algo como 4 milhões de hectares, nós precisaremos de mais algo como 7 milhões de hectares para aumentar 150% a produção de etanol, que significa apenas 2,56% da área agriculturável do país. Nós vamos botar isso de outra maneira, mais minuciosamente. Hoje nós temos 90 milhões de hectares de fronteira agrícola. Vamos deixar esses 90 milhões de hectares para apenas agricultura alimentar e pecuária. Nós temos 220 milhões de hectares de pastagem que é ocupada, principalmente, com criação extensiva de gado, nós temos em média uma ocupação de uma cabeça de gado por hectare que é extremamente baixo, se nós pegarmos São Paulo é 1,3 cabeça de gado por hectare, que é muito menor do que a Europa, mas vamos pegar São Paulo como paradigma. Se o Brasil tivesse uma ocupação do solo igual São Paulo para pecuária, nós teríamos mais 70 milhões de hectares disponíveis que é dez vezes mais do que é necessário para aumentar em 150% a produção de etanol, ou seja, com essa área é brincadeira falar que produzir etanol ameaça a cultura alimentar ou vai ameaçar o desmatamento da Amazônia. E o fator importante, o aumento da produtividade. Aqui é como tem aumentado a produção de tonelada por hectare, porque tem que se produzir demais tonelada por hectare e mais litros de álcool por tonelada de cana. Então, aqui é um exercício interessante, essa é a área realmente cultivada, e essa é a área que seria cultivada se não tivesse havido aumento de produtividade, ou seja, o aumento de produtividade agrícola poupou a ocupação dessa área total aqui que é o que deixou de ser ocupado o gasto, a intensificação e a melhoria da produtividade agrícola. Próximo, por favor.

O aumento da produtividade agrícola e o aumento da produtividade industrial faz que nós tenhamos uma competitividade imbatível em nível mundial, 21 cento de dólar por litro, quanto, por exemplo, os Estados Unidos a partir do milho 40 cento dólar por milho. E mais, o álcool brasileiro a emissão é zero, porque você usa a biomassa da cana para produzir o calor que é necessário. Então, você não usa combustível fóssil, enquanto no milho você vai usar combustível fóssil para gerar o calor necessário ao processo. Próximo.

Agora a gente está caminhando de algo de algo que é do pró-álcool ao pró-cana. Próximo. A cana é uma planta maravilhosa, 1/3 do poder calorífico dela está no suco que produz o açúcar e o etanol 1/3 está no bagaço que era antes queimado de maneira eficiente, era visto como um problema pelo usineiro e 1/3 está na palha, nas pontas que com a mecanização a gente pode aproveitar mais isso.

Atualmente o bagaço que era visto como um problema pelo usineiro ele é visto como uma fonte de renda. Você gera o bagaço para gerar a bioeletricidade, e nós estamos produzindo. Próximo. Graças a isso fizemos sete leilões em que se comprou a energia bioeletricidade, hoje nós temos contratado através dos leilões que nós fizemos 3.467 megawatts. O que é 3400 megawatts? É uma usina do Madeira, mais do que uma usina do Madeira, é mais que um Jirau ou Santo Antônio que foi contratado de bioeletricidade, ou seja, bioeletricidade deixa de ser algo marginal, exótico para ser uma fonte importante. E com a questão da mecanização, o fim das queimadas nós vamos ter

também a possibilidade de gerar mais eletricidade com a produção desse bagaço dessa ponta. Próximo.

A outra fonte espetacular é a energia hidráulica que nos permite continuar renovadas. Próximo. O Brasil usou apenas 33%, apenas 1/3 do seu potencial. Próximo. Grande parte do potencial que falta ser aproveitado está na região Norte, é na região Norte que a nossa fronteira hidrelétrica que nós temos que saber aproveitar esse potencial preservando o meio ambiente e isso é possível não só porque preservando, porque hoje a hidroelétrica é um vetor de preservação do meio ambiente. Parte do meio ambiente está sendo destruído, são preservados gastos aos investimentos na preservação da mata ciliar dos rios, graças aos investimentos que são feitos em parques em reservas naturais, porque o empreendedor é obrigado a investir na preservação de reservas. Então, hoje a hidroelétrica... Além de um fato de desenvolvimento social trazendo riqueza para as populações que estão em volta. Próximo.

Aqui nós tínhamos um período que o planejamento do país foi abandonado, nós retomamos e nós deixamos, tínhamos deixado de conhecer o nosso potencial. Agora nós estamos fazendo os estudos dos inventários, então estamos estudando várias bacias na região Norte: Branco, Sucunduri, Araguaia Juruena e etc., aqui no sul, Tibagi. Próximo.

Então, ao todo nós estamos estudando, o que está sendo feito pelos empreendedores para cadastrar na ANEEL, 24 mil megawatt, 24, 25, e mais 21 realizados pela EPE, nós estamos falando de cerca de 46 mil megawatts de bacias que estão sendo inventariadas, lembrando que no Brasil a gente tem instalado cem mil megawatts, ou seja, é a possibilidade, eventualmente, de você aumentar em 50% com esses estudos a capacidade hídrica. Próximo.

Estão sendo feitos estudos de avaliação ambiental integrada. Estudos de viabilidade. Eu tenho que passar rápido porque tem outras coisas. Próxima.

E o total tem hoje 161 usinas que estão sendo estudadas, fazendo análise de viabilidade totalizando 25 mil megawatts. Próximo.

E aí veja bem, longe do bioma amazônico, 59% é ocupado pelas atividades econômicas pecuária, agricultura e etc., 25% são terras indígenas, 16% são unidades de conservação e apenas 0, 25% são as hidroelétricas existentes ou planejadas no momento. Então, nós estamos falando em usar cerca de 0,25% da área, não estamos falando... É pouco. Próximo.

Aqui é a usina espetacular, no Rio Xingu, Belo Monte que nós queremos botar em leilão agora final do ano. O que é significa, por exemplo, não poder leiloar Belo Monte. Como foi dito antes, o planejador tem que atender a segurança do país, ao menor preço e com a melhor qualidade, mas se não tiver fontes baratas ou de boa qualidade tem que botar, eventualmente, a cara e de má qualidade. Se não tiver Belo Monte uma das hipóteses? É, por exemplo, botar térmicas a gás, é claro são melhores que térmicas a carvão, térmicas a óleo, mas elas também emitem. Para substituir Belo Monte nós precisaríamos de dezenove usinas a gás de 500 megawatts, elas emitiriam algo como 19 milhões de toneladas de CO2 por ano. Em 2007 todo o sistema nosso emitiu 12 milhões de toneladas de CO2, ou seja, não fazer Belo Monte significa mais do que dobrar as emissões anuais atuais do sistema elétrico.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se for com carvão?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Se for com carvão é muito mais, com gás eu estou sendo aqui... Eu estou sendo aqui bastante otimista que a gente vai usar o gás e etc. o que, às vezes, a gente pode ser que não consiga. Próxima.

Característica das usinas. Eu quero passar, por favor. É uma usina que megawatt gerado, km2 por megawatt [soa campainha]. Ela ocupa 0,05km2 por cada megawatt gerado. A média brasileira para cada megawatt gerado se ocupa 0,54, 55 que é, mais ou menos, essas usinas aqui, ou seja, ela ocupa por megawatt gerado dez vezes menos que a média das usinas brasileiras. Da mesma que Santo Antônio e Jirau no rio Madeira foram usinas espetaculares. É claro que a gente tem um trade of que foi apontado, não tem reservatório o que significa que a gente tem que ter mais térmica e etc. Próximo.

Então, esse era o projeto reservatório anterior do projeto original, dada as restrições ambientais, o novo projeto praticamente usa apenas a calha do rio. Então, é uma usina a fio d'água, o que do ponto de vista ambiental é interessante, do ponto de vista energético nem tanto, mas a gente faz um trade of, a gente sabe que nós temos que abrir mão e terá períodos do ano que essa usina não gerará porque não tem reservatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Eu não tenho esse valor, Senador, mas, sem dúvida alguma, o outro seria muito mais interessante, muito mais interessante, porque o que acontece? O curso da usina não muda, mas ela passaria a ter uma regularização enorme, então ela geraria energia o ano todo, então a gente está falando em quase dividir...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em torno de 50%.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Sem dúvida. E mais, não é só em custo menor, o impacto ambiental em termo de emissão é pior aqui, porque no período do ano que a usina não tiver gerando eu tenho que acionar uma térmica, porque não tem jeito. Quando tinha o reservatório eu regularizava, como eu não tenho mais reservatório eu vos acionar uma térmica no período que não gerar. Já avisamos que existe isso, mas é importante entender. Não ter reservatório significa maior emissão de CO2 de térmicas, porque não tem jeito. Próximo. Aperte agora todos os botões porque tem que passar.

E foram feitas várias alterações no projeto, por exemplo, não havia previsão de transmissão para a cidade de Altamira o que era um absurdo, agora tem energia para Altamira. Antes a área de inundação era 1.225kms2, agora a gente dividiu é 516kms2. Antes inundava parte do rio Bacajá e afetava terras indígenas [ininteligível], Arara da Volta Grande e etc., agora não impacta nenhuma terra indígena. Próximo, por favor.

É uma usina importante que apresenta 10% da capacidade de geração, representa 38% no nosso plano. Próximo, por favor. E tem uma série de benefícios, gera cerca de 18 mil e 700 empregos diretos do pico da obra, dinamiza a economia regional. Hoje têm 25 mil pessoas que vivem em palafitas, toda vez que tem inundação é um terror a vida dessas pessoas. Vai se construir casas de alvenaria, ninguém mais vai viver em palafita, isso porque a usina vai levar essa questão para lá. Unidades de conservação, a usina hidroelétrica será obrigada a investir na preservação de unidades. Então, áreas que iriam ser desmatadas, poderiam ser desmatadas serão preservadas pelo investimento que será feito. Então, usina é um vetor de preservação do meio ambiente.

Participação, planejamento sustentável e tal. Vamos adiante. Valor de compensação financeira para Altamira, cerca de 35 milhões por ano que representa mais da metade que hoje é arrecadado, e no caso de Vitória do Xingu aumenta em quatro vezes a receita total do município, o Estado do Pará vai receber 65 milhões por ano pela ida da usina. Próximo.

A outra eólica. Próximo. A gente tem um potencial do Brasil muito grande, estimado em 143 mil megawatts que equivale a, mais ou menos, dez Itaipus. Próxima. Nós vamos fazer um leilão de eólica dia 25 de novembro, é um leilão para contratar energia a partir de julho de 2012, e que tem tudo para ser um grande sucesso. Para ter uma ideia nós temos 441 empreendimentos que foram cadastrados na EPE para participar, 13 mil, 341 megawatt, Itaipu tem 14 mil megawatts, ou seja, tem uma Itaipu de empreendimentos eólicos, espetacular e graças a isso eu tenho esperança que nós teremos um preço muito interessante. Que hoje eólica ainda é... Que a gente está contratando através do Proinfa é algo como 250 reais o megawatt/hora. É caro, mas com a competição Senador, eu diria que essa usina... É arriscado falar, mas vai sair certamente por menos de 200, quanto menos 200 vamos descobrir, mas nós, talvez, descubramos que eólica pode não ser tão cara assim graças à competição. Próxima.

Grande parte é no Nordeste do que se habilitar, é natural, o Nordeste tem um grande potencial de vento. No sul também tem um bom potencial. Próximo.

E os aerogeradores, a principal parte são aerogeradores de tamanho médio, tem 8 mil geradores que estão aqui na potência de 25 a 500 megawatts. Próximo.

A última que eu queria finalizar é o que eu estou chamando a energia que vem do mar. Próximo. Hoje 90% das reservas de petróleo, 80% do gás natural, 90% da produção, 70% do gás natural estão na área off-shore que é uma área de grande riqueza para o país. Próximo.

Hoje nós temos uma relação reserva produção em termos de petróleo 19 anos, de gás é 17 anos, e a tendência com as descobertas a gente aumentar essa relação que já é uma relação muito boa. Próximo. A gente tem, na realidade, o que o pessoal chama uma Amazônia azul, por que é uma Amazônia azul de riquezas? Porque a Amazônia verde que está na região norte são 4 milhões dekm2, a nossa Amazônia sul tem 4 milhões e 500 milkm2 também com muita riqueza, principalmente, na área de petróleo, aqui é a zona econômica.

O Brasil está tentando agora aumentar essa zona justamente e estar pleiteando na ONU dados que existem expectativas de ter riquezas além da nossa zona econômica exclusiva. Próximo. Aqui são as áreas onde já tivemos sísmicas 3D são as melhores locações. Próximo. Então, nós temos algo como 1.437 poços exploratórios nessa Amazônia azul, 2.055 poços em desenvolvimento, é algo realmente espetacular e graças a isso que foi possível ter essa descoberta do pré-sal que vai mudar a história do Brasil. Próximo.

Aqui as nossas projeções. Essa é a demanda de derivados, essa é a produção de derivados, ainda não nosso plano decenal que nós estamos fazendo, nós vamos aumentar essa previsão, isso é só com os poços já apresentados, já divulgados o que já faz o Brasil um exportador interessante de petróleo e importante, e o Brasil será, sem dúvida, um grande exportador do petróleo. Na área de gás, com os recursos descobertos como é que a gente vai aumentar a produção saindo dos 25 milhões de metros cúbico/dia para 58. Próximo. Depois tem a importação que além dos 30 milhões de

metros cúbicos da Bolívia nós temos ainda mais 35 milhões de GNL, então dando 65 milhões de metros cúbicos/dia, sendo que o GNL ainda existe possibilidade que venha a ser mais do que isso. Próximo. E mais o que vem das reservas contingentes. Próximo. E o que está por descobrir, as estimativas que vai se descobrir nós chegamos a um pouco mais de 160 milhões de metros cúbicos/dia, saindo de 60 para algo como mais de 160, aumentamos mais [soa campainha] de 100 milhões metros cúbicos/dia. Estou acabando. É a última agora. Então, pegando essa curva que é oferta, como é que a gente deve preencher essa oferta. Então, uma parte é demanda industrial e residencial, demanda não termoelétrica. Próximo. Aqui a demanda das térmicas a gás. Próximo. Aqui as demandas de biocombustíveis e ainda tem um excedente que pode ser alocado, eventualmente, para mais térmicas a gás ou para outros usos que se achar necessário.

Era isso, Senador, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Tolmasquim pela sua explanação.

E eu gostaria de iniciar o nosso debate, o nosso bate-papo, por assim dizer, melhor colocado, fazendo algumas perguntas ao Dr. Nelson Hubner.

Em relação à questão do marco regulatório do pré-sal. Está hoje sendo discutido no âmbito do governo uma apresentação no próximo dia 31 de agosto de um projeto que será enviado ao Congresso Nacional e que servirá como um modelo para que aqui seja debatido, no Congresso Nacional seja debatido e, eventualmente, melhorado. Eu perguntaria a V. Sa. qual seria o melhor modelo para a exploração do pré-sal, seria o modelo de partilha ou o modelo de concessão?

SR. NELSON HUBNER: Eu queria passar essa bola mais para o Tolmasquim, Senador, porque como agora na ANEEL eu estou mais restrito só à energia elétrica mesmo, ele está no grupo de trabalho que está montando essa estrutura, talvez pudesse ter mais uma informação mais atualizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dizer que o senhor queira escapar da pergunta, mas o Dr. Tolmasquim poderia nos adiantar algo sobre isso?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Olha, Senador, eu não tenho dúvida que o modelo de partilha é mais adequado para a nova descoberta que o Brasil tem. O modelo de concessão foi feito num momento em que a percepção de risco era muito grande. E hoje nós temos uma situação na área de pré-sal em que essa percepção de risco é muito menor. Então, existiu na economia um gráfico que fala, mais ou menos, o seguinte: quanto maior o risco mais eu tenho que dar de benefício para atrair os investidores, e menos o Estado tem que se apropriar dos benefícios daquela exploração. Quanto menor o risco menos eu preciso oferecer de benefício aos investidores, porque eles virão--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mesmo sem a tecnologia apropriada para se explorar a uma profundidade tão alta como essa, tão grande como essa?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: A tecnologia que nós temos hoje já é possível fazer a exploração. É claro que existe uma expectativa que possa melhorar para reduzir custos. Hoje já é possível extrair a custos relativamente competitivos, mas a expectativa que a Petrobras possa desenvolver tecnologias melhores para poder baixar custo, hoje o problema é mais essa questão... Mas hoje já existe tecnologia para explorar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Outra questão, Dr. Tolmasquim. V. Sa. entende que seria o caso de se criar uma estatal para administrar a exploração do pré-sal e essa estatal ser a gestora dos recursos daí advindos e fazer com que esses recursos possam ser aplicados em áreas importantes para o nosso desenvolvimento e crescimento econômico?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Uma das características do modelo de partilha é que esse modelo, os investidores são reembolsados por uma parcela de petróleo que cobre o que se chama o custo dele de exploração. E é importante que haja uma entidade que zele pelos interesses da União por quê? Porque se esse custo for sobreestimado diminui a parcela a ser apropriada pela União. Então, o papel dessa empresa é de justamente poder zelar pelos interesses da União e verificar se os investimentos que são feitos são adequados e se os custos também são adequados, porque esses custos depois de auferidos, de verificados eles redundarão em petróleo para as empresas que investiram lá. As empresas serão remuneradas em petróleo. Então, se houver uma sobreestimativa desse custo, se a União pagará mais, dará mais óleo do que seria necessário e ficaria com menos óleo, então é uma maneira da União se preservar e evitar problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Também V. Sa. é favorável a que esses recursos sejam destinados, objetivamente, a projetos que alicercem a nossa infraestrutura física e também a nossa infraestrutura do conhecimento científico para que possamos alavancar um processo de desenvolvimento compatível com as expectativas?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Sem dúvida alguma. A ideia é justamente que esses recursos, prioritariamente, vão sanar a grande dívida social

que esse país tem com uma parte da população, e para isso ele é investido em atividades que tenham rentabilidade, que pode ser atividades de infraestrutura, e os rendimentos servem justamente para um fundo social que vai sanar a questão da infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu falo, inclusive, dos rendimentos, o principal fica intacto, os rendimentos é que seriam aplicados em áreas como essas que V. Sa. concorda?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Sem dúvida alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E em relação à questão dos royalties, V. Sa. concordaria que o sistema hoje praticado na distribuição desses royalties venha a ser também aplicado quando da exploração do óleo na camada do pré-sal?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Eu queria pedir, Senador, se fosse permitido o seguinte, como o presidente vai anunciar agora dia 31 o projeto eu não queria me antecipar, seria deselegante da minha parte ao que vai ser anunciado, então se eu pudesse deixar, eu proporia vir aqui a qualquer momento para entrar em detalhes, mas eu acho que cabe ao Presidente que conduziu esse processo fazer primeiro o anúncio e apresentar e aí, eventualmente, nós estaremos todos que trabalhamos lá para auxiliar no processo, estaremos à disposição do Senado para tirar todas as dúvidas que sejam possíveis, mas queria fazer esse pedido para não criar nenhum constrangimento lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu digo isso porque esse vai ser, no meu entender, o problema crucial no debate que será travado no âmbito do Congresso Nacional sobre a questão do marco regulatório do pré-sal. Como redividir a questão dos royalties nos moldes em que hoje nós conhecemos, vai ser algo que precisará de muita engenharia política para que cheguemos a um acordo.

Tem algo interessante aqui que foi tratado em relação a esses fundos que diversos países adotaram com esse intuito de preservar os direitos das futuras gerações, em relação, por exemplo, à Noruega. A Noruega tem hoje um fundo cujo ativo é de 400 bilhões de dólares, e ela coloca aqui como restrições aos investimentos que devem ser feitos para dar rentabilidade a esse fundo, ela coloca que o fundo não pode investir em atividades onde há riscos de violação de direitos humanos, corrupção, danos ambientais ou quaisquer outras atividades que contrariem normas éticas fundamentais. A distribuição regional que a Noruega faz desses investimentos com base no fundo que ela constituiu é o seguinte: América e África 35%, Ásia 15% e Europa 50%. Eu vejo isso com muita satisfação, porque como contraponto nós temos a Nigéria que de 1970, 70 e poucos, até 2005 a Nigéria auferiu em termos de exportação de óleo cerca de 390 a 400 bilhões de dólares, o que dá quase 1 bilhão de dólares por ano, sabendo todos nós que a qualidade do óleo da Nigéria é quase que uma gasolina de tão pura. E esse 1 bilhão de dólares que a Nigéria recebeu por ano, nesse período de 70 a 2000, foi durante dez, quinze anos inteiramente desperdiçado, e somente muito recentemente é que eles acordaram para a necessidade de se constituir um fundo para que pudesse preparar o país em termos de infraestrutura para receber os investimentos que de necessita para resolver os problemas sociais da sua população e o desenvolvimento econômico que é a finalidade de todos aqueles que possuem recursos naturais dessa monta.

Agora pela inscrição, Senador Delcídio Amaral com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria cumprimentar, mais uma vez, a todos os convidados, o nosso querido Nelson Hubner diretor-geral da ANEEL, e já havia cumprimentado os demais convidados também.

E quero registrar aqui o número de informações dessa audiência. E aí a amplitude dos temas, uma audiência pública ecumênica, porque quando a gente fala em energia a visão é holística. Então, é toda uma sociedade envolvida, meio ambiente, sustentabilidade, assim por diante.

Então, eu anotei algumas coisas aqui que eu gostaria de registrar. Primeiro com relação ao que o Kelman disse aqui sobre o Protocolo de Kyoto. É interessante o Obama com toda essa releitura do Protocolo de Kyoto que o presidente anterior não o fez, é um processo interessante que está acontecendo nos Estados Unidos. O país não assinava o Protocolo de Kyoto e os estados americanos começavam a adotar o Protocolo de Kyoto, basta dizer a Califórnia que é o terceiro ou quarto PIB do mundo e o Schwarzenegger embalou a gestão dele no Protocolo de Kyoto. Mas é um tremendo avanço e uma mudança inegável do discurso americano com o que o presidente Obama apresentou ou debateu ao longo da campanha.

Aqui foi colocada uma questão. E eu hoje eu dei uma balançada, Kelman. Há uma discussão forte da posição do Brasil com relação a metas de emissão, e o discurso das autoridades brasileiras é muito claro, os responsáveis por essa confusão toda aí, por essas mudanças climáticas são os países desenvolvidos por que é que nós vamos assumir esse compromisso? Mas acho que há um espaço grande exatamente no

debate com relação a desmatamento que exige muito mais políticas rigorosas de enfrentamento. Acho que foi você mesmo que citou, caiu de 22 para 11 mil kms, o que é muito ainda, mas é um avanço. Então, eu acho que nós podemos desse limão fazer uma limonada até em função dos mecanismos de desenvolvimento limpo que você pode viabilizar em função disso, então acho uma questão importante. Outra coisa também que nós precisamos acabar com esse discurso, porque é um discurso fácil, aliás, nós temos, ultimamente, ouvido muitos discursos fáceis sobre todos os aspectos, especialmente, aqui no Senado. Mas quando a gente fala de hidroeletricidade e termoeletricidade, tem que acabar essa história de que a termoeletricidade é uma vilã. Eu conheço bem a história do Tolmasquim, o Tolmasquim em sã consciência não faria leilões para aumentar a geração termoelétrica no Brasil. É uma realidade que nós estamos vivendo, e não adianta ficar tapando o sol com a peneira, vê gente falando bonito, questiona. A realidade é essa. É a necessidade. Aliás, um dos itens que foram citados aí, segurança energética que nós não podemos abrir mão. Então, eu acho isso muito importante essa conceituação que foi desenvolvida aqui, quanto maior a confiabilidade, mais caro fica, diminuindo a confiabilidade tem que vir complementação técnica com um impacto importante que é a emissão de mais toneladas de CO2, claríssimo esse posicionamento, cristalino, sensato, inegável.

Aqui nesse debate surgiu a discussão dos projetos estratégicos com relação ao licenciamento. Acho que nós temos que nos aprofundar nesse tema, isso é muito importante. Eu vi o Tolmasquim falando dos impactos de um projeto como Belo Monte pode trazer para aquela região. Eu vivi na Amazônia oito anos, eu vi aquilo lá, Tolmasquim, quando chamava Cararaô e Babaquara, eram dois projetos, eu cheguei a andar com o Zé Antônio Muniz, que hoje é presidente da Eletrobrás, nas ombreiras da barragem, e naquela época foi o que o Tolmasquim falou e muito bem, era um reservatório muito maior, portanto, era um tremendo filé, mas só que com os impactos que ele mostrou aqui na exposição. Então, eu acho que a gente tem que discutir esse projeto de interesse nacional, ninguém quer atropelar meio ambiente, ninguém está esquecendo que sustentabilidade é fundamental. Foi colocado aqui, acho que o professor Adilson colocou lá: competitividade, segurança e meio ambiente. Eu acho que um dos expositores, o Nelson.

E eu acho o seguinte, aqui foi colocado uma questão, nós apresentamos um projeto, presidente, sobre a possibilidade de se indiciar os técnicos do IBAMA. Foi apresentado um projeto por uma comissão que trabalhava todas as segundas-feiras que era uma subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos que vinha de encontro a essa proposta, olhar a questão dos projetos estratégicos e, de certa maneira, blindar os técnicos do IBAMA. Porque hoje é como foi dito aqui, eles estão trabalhando com rigor, com Now How que eles têm para viabilizar, se for possível, o licenciamento ambiental. Aí alguém antes que esse projeto entre em operação ou, sequer, comece a obra, efetivamente da noite para o dia o técnico do IBAMA, o engenheiro do IBAMA é investigado e dependendo dos desdobramentos ele é indiciado, ele tem bloqueio dos seus bens. Quem é que vai dar licença numa situação dessas? Então, nós, inclusive, fizemos uma proposta exatamente para dar essa guarida aos técnicos do IBAMA. Volto a falar. Ninguém aqui está querendo queimar floresta, inundar a Amazônia, mas nós temos que entender alguns pré-requisitos que são fundamentais para que o país avance dentro do conceito de sustentabilidade. Tem que repetir porque senão daqui a pouco alguém vai dizer que nós estamos querendo atropelar as coisas.

E eu quero fazer a pergunta, a primeira em cima até do que... Há uma discussão grande nesse sentido, o Kelman falou, o Nelson Hubner falou, o Adilson, Tolmasquim não estou lembrado bem, mas a questão... Porque o Tolmasquim deu outro enfoque, muito mais da EPE sobre as concessões, esse é um assunto fundamental que é uma ideia, o Alquéres, inclusive, andou expondo isso de fazer, aproveitar a oportunidade, reavaliar e fazer, eventualmente, licitações ou leilões por bacia, ressuscitando, ressuscitando não porque isso existe, trazendo aquele conceito de autórite(F) para essas bacias. Então, eu gostaria de ouvir, como são todos especialistas e estão atentos nisso porque eu acho que esse é um tema muito importante, especialmente, para setor elétrico e ouvir 11 gigawatts sendo agora nós terminando a concessão de 11 gigawatts.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso da energia velha.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Da energia velha que o professor Adilson colocou aqui. Aí tem Furnas, Chesf no meio, a Sesp, aquelas usinas no rio Paraná, Ilha Solteira, Jupiá, e assim por diante, eu acho que esse é um tema que nós não podemos deixar de abordar. Eu não vou repetir aqui, mas os percentuais que foram apresentados à energia renovável de terras agricultu ráveis para quebrar também esse lero-lero de estar prejudicando a produção de alimentos no mundo. Eu fiquei impressionado, Tolmasquim, eu tive na França há algum tempo atrás. Esse negócio é inoculado na juventude francesa, nas universidades esse discurso é um discurso sistemático, permanente, e aí eu acredito, professor, o professor tem que estimular porque é da

universidade isso, mas é um negócio até doloso, quer dizer feito com outras intenções. E me chamou atenção aqui uma questão, Nelson, que como o professor Adilson falou aqui da questão da competitividade que eu acho que esse, e os números são arrebatadores, os números que foram colocados aí. E ele fez uma observação de se fazer um planejamento, de se olhar a questão regional, e há uma questão aqui importante que eu gostaria de citar, evidente que eu espero que isso ainda seja discutido. Há uma resolução da ANEEL recentemente publicada com relação a Tust de geração, que em cima daquele conceito do [ininteligível] do pedágio locacional, ele realmente leva valores de pedágio na região Sul e Sudeste extremamente favoráveis, mas inviabiliza as PCHs, e eu vi aí os leilões de usinas que geram a partir do bagaço da palha cana, com esse critério valendo para a região Centro-Oeste ele inviabiliza esses projetos, consequentemente, inviabiliza, porque o desenvolvimento da nossa região do meu Estado Mato Grosso do Sul é, entre outras questões, focado no gás natural, por razões óbvias, na biomassa e também nas PCHs. Então, eu gostaria até de ouvir, Nelson, eu sei que você está sempre muito atento com isso, mas esse é um ponto fundamental, e eu fiquei preocupado com os números da Enersul, da Cemat, da Celg, assim por adiante.

Outra coisa também que foi colocada aqui a questão da geração a carvão. Estão projetados leilões de usina a carvão, se não estou enganado, Tolmasquim, agora nós temos uma espada de Dâmocles na cabeça da gente que é uma IN que foi editada pelo Ministério do Meio Ambiente, ia para o CONAMA e depois foi retirada da pauta, mas a IN prevalece. E eu tenho conhecimento de projetos a carvão, por exemplo, no Nordeste, no Sudeste, nem sempre com carvão nacional, com carvão importado que vem no laço do navio. Como é que isso vai ficar? Porque essa IN praticamente vai ficar a um leilão deserto se essa IN prevalecer quando da ocasião do leilão do Tolmasquim. Eu achei interessante essa discussão dos níveis de armazenamento, porque o bom é trazer gente que conhece o babado. Sabe que a vida, como diz um amigo meu, a vida é dura. Então, quando vê esse discurso de eletricidade e tal. Mas registrar aqui que as usinas que estão sendo feitas são usinas a fio d'água, Madeira é fio d'água, Belo Monte é fio d'água. E é importante destacar que aí vem uma complementação que é com termoelétrica e muito interessante essa curva sazonal que foi mostrada aí com a complementação que nós podemos fazer com os aerogeradores e também com a biomassa.

Agora eu queria fazer uma pergunta também, eu vi, Tolmasquim, você falou 13 mil megawatts, quase uma Itaipu de energia eólica. Alguém comentou aqui dizendo o seguinte que nós temos, e eu contraio, nós temos uma matriz energética absolutamente... É impecável a matriz energética brasileira, impecável. Aí alguém disse aqui: nós temos matriz energética, nós temos potencial energético, mas nós não podemos ficar subordinados tecnologicamente a outros países. E aí eu quero fazer uma pergunta. Ao que me consta, eu estou meio enferrujado, pode ser que eu esteja enganado, mas, por exemplo, geradores eólicos aerogeradores no Brasil só tem uma fábrica, se não me engano, em São Paulo que é a Wobben. Como é que nós vamos administrar isso tendo somente um fornecedor? Haja uma política industrial para incentivar outros grupos grandes empresariais que já produzem aerogeradores aí pelo mundo, eles estão se instalando no Brasil, vão ampliar as suas instalações industriais para fazer frente a esses quase 14 mil megawatts de energia eólica? No meu ponto de vista esse é um limitador, limitador tecnológico. Acho até, depois conversando com o pessoal de energia eólica, há restrições, inclusive, com relação a fornecimento de chapa, portanto, perda de competitividade em função de algumas amarrações no que se refere ao fornecimento das chapas dos aerogeradores. Então, essas são questões, do meu ponto de vista, importantes. Eu estou falando assim porque eu estou indo item a item, mas aí eu vou fazendo algumas perguntas que eu gostaria... Então, essa é uma pergunta. A outra questão é com relação às usinas nucleares porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Delcídio, V. Exa. não prefere que esse conjunto de perguntas formuladas agora por V. Exa. seja respondida pelo Dr. Hubner e depois um outro bloco ou prefere...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu acho, presidente, que nós podíamos seguir--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Seguir? Então, muito bem. Por favor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --E aí eu tenho, mais ou menos, anotado aqui, se faltar alguma resposta eu...

A outra questão com relação às usinas nucleares. Estamos vendo Angra I, Angra II. Angra II, presidente, é uma operação belíssima, Angra I tem problema de gerador de vapor, essas coisas todas, não vou aqui entrar nesse mérito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tinha.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tinha. Até que, realmente, agora estão trocando os geradores. Mas Angra II, a operação de Angra II é espetacular a operação. E alguém falou aqui que as usinas, no caso,

estão voltando, e eu estou vendo alguns países que usina nuclear tinha sido varrida do mapa, essa questão de emissão de CO2 estão voltando à carga, basta dizer que o programa francês hoje, acho que sei lá, Tolmasquim, 80% da França é nuclear. Mas aí eu ouço, Tolmasquim, o seguinte. Eu falei com o Zé Antônio a semana passada, ele estava abrindo um escritório da Eletronuclear em Recife. E eu queria aproveitar a oportunidade para ouvir um pouco depois de Angra III, o próximo passo é geração nuclear no Nordeste. Isso eu gostaria também de saber porque eu acho que é um ponto importante.

Outra coisa importante aqui, professor Adilson, não dá mais com encargo, com tributo isso aí mais de 50% da tarifa. Então, isso, efetivamente, nós temos que buscar uma alternativa, presidente, porque o setor elétrico é extremamente onerado com esse penduricalho todo que existe no dia-a-dia das empresas e, claro, no dia-a-dia do consumidor, portanto, o senhor lembrou bem os 26 bilhões, as famosas CRCs que nós fizemos aqui no encontrarão de conta, fruto da equalização tarifária brasileira. Eu me lembro que naquela época havia uma discussão sobre 20, 21 bilhões, eu não me lembro, professor Adilson, para que é que era e aí o Congresso inteiro, foi uma verdadeira revolta, um motim no Congresso, e aí quietinho, quietinho, quietinho o Ministro Eliseu Resende aprovou o encontro de contas do setor elétrico que é esse valor aqui de 26 bilhões. Eu não me lembro o outro o que é que era exatamente, eu acho que era um novo imposto, alguma coisa, eu não me lembro bem o que é. Gás. Aí eu quero pegar uma carona no que o Kelman falou. A complementação térmica, o gás é a estrela. Hoje as pessoas começam a compreender que essa, sob o ponto de vista de complementação, é a melhor saída, e concordo com o professor Adilson, eu acho que nós temos que evoluir até a partir do momento em que o Kelman estava dizendo e o Nelson também falou isso, à medida que a gente calibra, Tolmasquim, a carga, a gente administra melhor os reservatórios por causa do mercado livre, do mercado spot e começa a ter uma sensibilidade maior do consumo energético brasileiro, nós vamos ter térmicas flexíveis, como já temos hoje, de certa maneira, nós podemos ter um gás a um preço flexível extremamente competitivo também, a partir do momento que nós começamos a nos soltar dessa amarra que era o consumo quase que único e exclusivo do gás boliviano para os principais centros consumidores brasileiros. Então, eu não tenho dúvida nós estamos indo, no meu ponto de vista, absolutamente importante essa observação.

Eu não vou falar mais aqui, porque isso aqui tem história para mais de metro que é o mercado spot e essas oscilações, Tolmasquim, é uma doideira. Eu vi o preço agora em 2008, eu me lembro o preço em 2002, 2003, o preço em 2001; é um negócio absolutamente... É uma verdadeira história do Chacrinha, eu não vim aqui para explicar, eu vim aqui para confundir, porque confunde mesmo.

Outra vez a questão da pergunta das concessões, são 40 bilhões em jogo nessas concessões. Um pouco também a questão das concessões, a separação reservatório de usina ou em bases regionais o sistema até eu fiz essa pergunta sobre a questão da Tust G para geração.

Outra coisa também que eu queria algumas coisas... Você fez uma observação, Tolmasquim, muito importante que eu acho que a tua empresa recupera. Nós perdemos o planejamento num determinado momento no Brasil, e eu acho que nós estamos resgatando isso com muita intensidade e isso é absolutamente fundamental, planejamento eu não podia deixar de fazer essa observação.

Agora quero aproveitar também a sua exposição, os percentuais que nós estamos ocupando na Amazônia para geração de energia falar em Belo Monte. Eu vendi esse peixe de Belo Monte em tudo enquanto é lugar dizendo que era o melhor projeto de hidroeletricidade do Brasil. Aí eu fiquei um pouco preocupado porque eu conversei com alguns interessados no projeto de Belo Monte. E eles começaram a me falar em números absolutamente... 23 bilhões de reais, 26 bilhões de reais, e são players que estão no mercado, no setor de energia brasileira e players importantes. Então, Tolmasquim, gostaria de ouvir de você, especialmente, que é quem está acompanhando de perto, afinal de contas, Belo Monte é bom ou não é? Porque nos números que esse pessoal vem falando, Belo Monte do filé que eu vendi esse peixe em tudo enquanto é lugar, eu comecei a ficar constrangido depois que ouvi os números.

E, basicamente, presidente, são essas as observações, não sei se me estendi muito, mas são essas observações que eu gostaria de fazer, e acho extremamente relevante esta reunião e as informações que surgiram desta reunião aqui para nós, para nós nos guiamos sobre isso. E só para não entrar no pré-sal que eu vou respeitar o Tolmasquim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas eu respeitei.

[risos].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pois é, também, mas eu não vou perguntar. Eu só gostaria de saber, Tolmasquim, o seguinte, com a Petrobras operando em todos os campos do pré-sal será que isso não é um desestímulo às grandes empresas que

querem investir no pré-sal brasileiro? Não vou perguntar outras coisas. Mas gostaria de ouvir de você se isso não representa um desestímulo, se isso não levar a uma associação da Petrobras com empresas médias que vão atrás de tecnologia, por exemplo, que não as têm ainda. Será que isso aí não é um desestimulo, ou será que não é um bode nesse projeto para se negociar quando ele tramitar aqui no Congresso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu aditaria mais umas duas perguntas às formulações que foram feitas pelo Senador Delcídio. Uma delas em relação à questão do fim das concessões em 2015. A energia disponível fruto do retorno dessas pequenas hidroelétricas ou termoelétrica ao governo, são grandes hidroelétricas ao governo brasileiro, isso não poderá dar uma oportunidade para que o governo diminua a tarifa em benefício do consumidor final? Não seria essa uma maneira de ajudar a redução da tarifa? E a segunda pergunta. Já que a nossa matriz energética hoje é considerada tão equilibrada, tão boa, o impacto do óleo extraído na camada do pré-sal não fará com que haja um desbalanceamento dessa matriz que hoje é considerada ideal, vamos dizer assim? Dr. Tolmasquim. Cada um dos senhores agora poderá responder, começando pelo Dr. Tolmasquim, depois o professor Kelman, depois o Dr. Nelson Hubner e depois o nosso professor Adilson de Oliveira.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Muito bem. Eu vou responder algumas questões, eu acho que cada um seleciona algumas, porque senão realmente não haveria tempo, eu vou àquelas que eu sinto, talvez, um pouco mais à vontade para falar.

Tanto o Senador Delcídio como o Senador Collor falaram da questão do fim das concessões. Sem dúvida alguma, ela é uma oportunidade para se reduzir tarifas ou, pelo menos, manter as tarifas mais baixas. Então, existem duas hipóteses que estão sendo aventadas, uma, é claro, a renovação da licitação, fazer uma licitação, a outra renovação da concessão. Em ambas as hipóteses a modicidade tarifária está considerada por quê? Porque como nós sabemos, a hidroelétrica depois de uns 20 anos, 25 anos, 30 anos está totalmente amortizada. Então, o que é que você tem lá de custo? É a água que está passando, tem custo zero, praticamente, e a mão-de-obra. Então, realmente, a energia dá para sair por um valor muito barato. Então, a ideia é que seja qual for o modelo que essa diferença entre o preço de mercado atual e o preço, o custo da usina seja revertido em prol da redução da tarifa, e isso para todos os consumidores, tanto os consumidores cativos como os consumidores livres. Então, existe já uma modelagem que faço parte desse grupo técnico que elaborou e que vai ser submetido ao CNPE para aprovação. Então, isso, sem dúvida, será seguida essa linha.

Foi colocada aqui a questão da eólica, das empresas no Brasil. Hoje nós temos no Brasil dois fabricantes, tem a Impsa que é argentina e a Wobben que é de matriz européia e tem outros players querendo vir. Nós tínhamos uma situação, que era uma situação realmente de proteção inverso, uma proteção para investidor estrangeiro por quê? Porque o imposto que tinha sobre a importação tinha sido eliminado e a gente tinha uma série de impostos nacionais que fazia com que o equipamento nacional ficasse muito prejudicado, tanto que o Brasil tem a segunda maior fábrica de tais do mundo que é a Tecsis para produzir para o mercado brasileiro é impossível, é mais barato ela exportar e importar de novo do que ela produzir para cá, porque não seria possível. O que é que nós fizemos? Nós fizemos uma ação junto ao MDIC e a Cacex voltou o imposto para os produtos, equipamentos importados, e mais, houve uma desoneração do IPI. Mesmo assim, eu acho que vai sair muito mais equipamentos importados do que nacionais por quê? Porque hoje você tem na Europa com o desaquecimento uma quantidade de equipamentos estocados enorme, em algumas empresas. Há dois anos para você pedir um equipamento, gerador eólico você tinha que entrar numa fila de três anos e agora eles oferecem com desconto e pronta entrega. Então, eu acho que apesar disso teríamos aí ainda uma maioria de equipamentos estrangeiros, mas a gente está tentando equilibrar a situação, pelo menos, a competição está mais justa, porque a gente não quer também trazer a ideia, não era trazer ineficiência, não criar uma reserva de mercado. Então, toda a questão que foi feita é criar uma competição justa, mas não criar uma reserva de mercado, se você cria uma reserva de mercado você faz com que os fabricantes nacionais se tornem ineficientes e acaba que o consumidor acaba pagando isso. Então, a gente não pode... Tinha uma hipótese de ter um nível de nacionalização mínima que era muito elevado e isso levava justamente a essa reserva de mercado que era o que prevaleceu na época do Proinfa que acabou que atrasou todo o processo. Então, a gente falou: não, nada de reserva de mercado, vamos fazer só uma competição justa, mas que haja competição entre importados e nacionais para gente poder. Mas, claro, não queremos é também um sistema que o nacional seja desincentivado que seria inadequado...

Com relação às usinas nucleares, a questão da volta das nucleares nasceu justamente do plano de longo prazo que nós fizemos que é o Plano Nacional de Energia 2030. Eu queria, e é até interessante, dois segundos falar essa história. Eu, na universidade, fiz

uma série de artigos até em companhia do meu colega o professor Pinguelli, muito crítico à energia nuclear, e quando está fazendo PNE eu comecei a... A gente roda modelos, e aí comecei a olhar a partir de 2025, 2030 e comecei a ver que não vai ter hidroelétrica suficiente para a base do sistema. Uma coisa é aquela usina que foi uma ação lá na base e a outra que são as complementares que estão na base. E aí comecei a tentar ver o que é que eu podia botar li para... Eólica não pode, porque é boa, funciona 30% do tempo, é boa para complementar alguma coisa, a bioeletricidade também, a safra da cana são sete meses do ano, então não pode ficar na base. Aí comecei a pensar nas térmicas. A térmica a gás é interessante complementando a hídrica, mas a térmica de gás na base, funcionando na base 80% do tempo é cara à bessa, a não ser que o gás seja muito barato. Aí térmica a carvão, essa ficou interessante. Mas eu pensei: puxa, térmica a carvão em 2025 não vai, vai ser difícil. A energia nuclear passou a ser então uma alternativa interessante para cobrir os buracos que tinha lá para preencher o modelo, porque ela realmente não emite CO2, e o custo dela passa a ser interessante se nós não... A hidroelétrica, a hidroelétrica bate longe, mas na base passa a ser interessante. Aí começamos a pensar: mas se em 2025, 2030 a gente vai precisar de nuclear é bom a gente se preparar desde agora por quê? Porque o pessoal que foi formado na Alemanha já está se aposentando, jovem não quer mais fazer porque não vê perspectiva nenhuma. Então, todo o ativo tecnológico que o Brasil adquiriu a gente vai perder se a gente não tiver um mínimo de uma atividade nessa área. Então, fizemos lá, botamos no plano uma ideia de daqui até 2030 além de Angra III de quatro a oito nucleares, provavelmente, quatro, eu diria que está mais para quatro do que para oito, entre quatro e seis seria o mais provável, tendendo a quatro, para ser realista.

Uma nuclear a cada cinco anos depois de Angra III que é uma maneira de a gente manter a tecnologia nacional, o Brasil também está adquirindo a questão do enriquecimento e foi falado uma coisa importante pelo Nelson, só tem três países... Tem países que têm urânio e têm países que dominam a tecnologia do enriquecimento. Mas só têm três países no mundo que tem urânio e domina a tecnologia, são os Estados Unidos, Rússia e Brasil. E que é um valor estratégico danado. Então, a nuclear passa a ter essa visão de a gente olhar para o futuro, por isso que é importante você ter o planejamento de longo prazo, porque, de repente, você fazer uma nuclear olhando para hoje, você fala: poxa, vamos investir em hidroeletricidade, e deixa para lá. Mas está olhando no longo prazo ela pode ser interessante.

A última questão aqui que eu vou escolher para pegar também uma questão colocada pelo Senador Collor do impacto do olé pré-sal na matriz e uma questão que é muito colocada. Será que o pré-sal vai fazer com que a gente deixe de ter uma matriz renovável, consumo seja renovável? Olha, não acredito. Eu vou dizer por quê. Justamente pelas projeções que a gente fez do etanol. O etanol é competitivo com o petróleo há 40 dólares, abaixo de 40 ainda é, mas vou dizer 40 dólares dá folgado o barril do petróleo. E a gente tem tido uma política no Brasil que o preço do petróleo é olhado em relação ao preço internacional. Então, o petróleo do pré-sal não vai deslocar o etanol, o petróleo do pré-sal não vai deslocar a hidroeletricidade ou as outras fontes de geração de energia elétrica. Então, o óleo do pré-sal vai ser... Nós já somos auto-suficientes, vamos continuar auto-suficientes, o que vem a mais é para exportação. Então, eu não vejo como o Brasil deixando de ter a sua matriz renovável ameaçada pela questão do pré-sal.

Outra questão que é colocada é que Tupi emite muito CO2, quer dizer, o pré-sal, falou-se pré-sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): e metano também.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Mas isso não é comprovado que é o pré-sal todo, só foi visto no campo de Tupi. Já tem tecnologia do Cenpes que pode injetar o CO2 e você ajuda a extrair mais petróleo. Então, não é, necessariamente, a causa de aumento das emissões, não será a causa de aumento das emissões nem de sujar a matriz, a gente tem que ver o pré-sal como um grande bilhete na loteria que o país ganhou e que os nossos filhos, netos vão viver um país diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida.

Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria de enfatizar. O Tolmasquim vai fazer um leilão de térmica a carvão. Aí eu gostaria de perguntar sobre a IN do Ministério do Meio Ambiente. E segundo que é a questão relativa à Belo Monte, os 26 bilhões lá, 24 bilhões de reais. E eu escrevi aqui, mas na hora não perguntei. Eu queria aproveitar para fazer uma pergunta aos convidados sobre Itaipu, porque nós estamos vendo muita conversa de Itaipu, de pagar pela energia que o Paraguai disponibiliza adotar um valor maior quase três vezes, a gente ouve muito falar em energia excedente, eu não sei se é energia excedente, porque como não entrou [ininteligível], Itaipu está menos afogada, eu não sei se é energia excedente porque é energia que hoje Itaipu, a energia média que já está acima do que está no contrato. O que é que vai acontecer com Itai-

pu? Existem nessas premissas, vai precisar mexer no Tratado de Itaipu para votar no Congresso Paraguai e no Congresso Brasileiro ou essas sugestões que surgindo não comprometem o tratado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Delcídio, antes de passar a palavra ao Dr. Tolmasquim, sobre essa questão específica de Itaipu, eu andei estudando essa questão já de algum tempo, e graças a uma engenhosa arquitetura do Ministro Edison Lobão foi possível atender a demanda do governo paraguaio sem que o Tratado fosse tocado, fosse mexido, fosse emendado. Foi dada apenas uma interpretação a um artigo que deu oportunidade ao governo brasileiro de oferecer um melhor preço pela energia consumida de Itaipu sem que isso seja repassado ao consumidor, no caso ao consumidor brasileiro, e trazendo também para o bloco do Mercosul uma grande vantagem porque a consolidação do Mercosul somente poderá se dar quando essas grandes assimetrias existentes entre os quatro países que compõem o bloco possam ser diminuídas, possam ser, de alguma forma, até eliminadas, o que é muito difícil no curto e médio prazo. De modo que até onde eu sei, até onde eu tomei conhecimento via Comissão de Relações Exteriores e pelos contatos que eu tive, verifiquei que é algo que preocupava todos nós que seria mexer no Tratado que era uma solicitação original do presidente paraguaio, talvez se esquecendo de que o Direito Internacional impede taxativamente que os termos de um tratado venham a ser violados, de modo que sem querer entrar na área do Dr. Tolmasquim que vai oferecer a resposta à indagação feita pelo Senador Delcídio, eu quero trazer aqui apenas o meu testemunho. Dr. Tolmasquim.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E eu só gostaria também de fazer, acrescentar uma observação. Essa energia excedente vai ficar com a comercializadora, não sei, talvez a Andi, não sei quem, mas independentemente com quem ficar, quando o mercado livre, quando o spot dessas osciladas que mostraram aqui, que o professor Adilson mostrou aqui quem é que paga a conta? O Paraguai vai assumir o risco de vender no spot?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Queria pedir desculpa ao Senador Delcídio, realmente passou, são questões importantes e foi um lapso aqui e eu passei rapidamente.

Primeiro um esclarecimento. Nós não faríamos um leilão específico para térmica a carvão, é um leilão geral onde qualquer fonte pode participar, então qualquer fonte hídrica, térmica a gás, térmica a óleo, térmica a carvão, biomassa, eólica; é aberto, é uma competição geral entre fontes e empreendedores, então não é voltado.

E, realmente existe uma IN que foi do Ministério do Meio Ambiente que fala de compensações para térmica a carvão e térmica a óleo, e essa IN a avaliação é que se ela perdurar essas térmicas, provavelmente, ficariam inviáveis. Então, é uma questão que está se discutindo para ver prós e contras disso, está se conversando. É, claro, se nós tivermos hidroelétricas licenciadas, muito provavelmente, independentemente de qualquer IN a hidroelétrica é muito mais barata que uma térmica, então ela ganhará o leilão naturalmente. Então, a maior contribuição para gente ter uma matriz limpa que pode vir da área ambiental é a aceleração do processo de licenciamento das hídricas, porque fazendo isso não é necessário medida nenhuma a mais porque ela é uma fonte que é a mais competitiva de todas. Então, eu acho que a gente, claro, sempre pode se pegar e começar a criar uma série de fatores para tentar tirar uma fonte, botar outra e etc. Mas a gente tem uma grande sorte no Brasil que tem uma fonte que é renovável e barata. Então, naturalmente, se a gente tiver licença para essa fonte ela entrará na competição sem necessidade de nenhuma outra ação.

Com relação a Belo Monte eu queria esclarecer, Senador, é que realmente tem um jogo de informações, que fala não é nem esse valor, o que fala nos jornais são 33 bilhões--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já aumentou.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Já aumentou? Eu já escutei 35. Mas esse mesmo processo ocorreu com Jirau e Santo Antônio. Quando eu preparei o trabalho que a gente faz lá na EPE de precificação e isso a gente encaminha depois ao TCU, o valor que rondava pelo mercado é que por menos de 170 reais por megawatt/hora não era possível, aí depois a gente botou, se não me engano, o preço inicial foi 90, a primeira foi 120 e a outra foi 90, uma foi 120... Foi 122 e na Santo Antônio e Jirau foi 90. Quando eu botei--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O que se comenta antes da realização do leilão--

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Faz parte do jogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --Faz parte do jogo e em seguida--

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Faz parte do jogo. E quando eu botei a tarifa eu estava, não vou dizer o nome, na presença do presidente de uma empresa que soube, que fez e falou: "Puxa, a gente trabalhou a bessa, acabou tudo". E eu fiquei meio apavorado, falei: "Bom, vai dar vazio o leilão, vou ter que ir

embora porque vai ser um fracasso total". E ele falou: "Puxa, mas com esse preço é impossível, o que vocês fizeram..." E eu falei: "Não é possível". Eu fiquei preocupado. O leilão saiu por 78. Depois no outro leilão a gente baixou para 90 porque ficamos mais confiantes. E aí foi outra... Os agentes falando: "Não, loucura, vai dar vazio, não vai ninguém". Saiu por 71.

Então, Senador, isso faz parte do processo de pressões contra pressões e etc. Nós faremos, para esclarecer aos investidores, está combinado com o Ministério nós vamos fazer um seminário, um workshop semana que vem para os investidores para mostrar todos os dados de como a EPE otimizou, como nós otimizamos o processo, abrir todas as informações. Porque para se ter uma ideia no projeto Jirau, no Santo Antonio, no projeto original no cume lá, no topo da usina era tão largo que dava para pousar um avião ali, é quase uma pista de aeroporto com a quantidade de concreto que tinha lá. Então, a gente foi e reduziu o concreto, reduz uma série de material e etc. Então, isso faz parte do processo. Eu só digo assim: Belo Monte é uma excelente usina, Belo Monte é uma excelente usina, vai dar uma energia muito competitiva e vale à pena.

A última questão com Itaipu, realmente nessa linha--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não há nisso uma questão, um conta-corrente, o que disse o Senador Delcídio, quem vai pagar a conta nessas oscilações? Até onde eu também estou informado, é uma espécie de um conta-corrente que se estabelece, no caso, como houve também com a Argentina, não foi Senador, com a energia que foi fornecida, em algum momento, à Argentina e que havia um conta-corrente, no momento em que houvesse esses picos jogava no conta-corrente, no momento em que houvesse abaixo jogava... E sempre havia um equilíbrio no final das contas dentro de um período determinado.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: No caso Belo Monte que está falando?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, não, no caso de--

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Do PLD. O PLD eu não ia nem entrar aqui na questão do detalhe. O PLD que isso dentro do setor é uma discussão que não daria tempo de fazer que, talvez, aqui no Senado, que teria que ser outro capítulo... Sintetizando. Você tem um modelo que é usado no setor que chama New Ave que otimiza todas as hidroelétricas e que não é feito pelo Estado é por um operador nacional de sistema que é uma entidade privada, é entidade sem privada sem fins lucrativos, então é uma entidade que otimiza o sistema, e isso vem sempre na história do setor desde que nasceu é feito dessa maneira, e o PLD é um resultado disso, e tem uma linha que acha que não deveria ser dessa maneira, deveria ser um tipo, um processo mais um mercado e etc. Então, são duas correntes que dá discussões aqui que talvez a gente ia... Mas eu acho que o principal que eu queria passar da mensagem de Itaipu é que é uma tranquilização, eu acho que tem que ser dada. Primeiro, o consumidor brasileiro não será, como foi bem dito pelo Senador Collor, acho que foi o Senador Collor que disse, não vai ser onerado, não irá para ele, vai ser pago pelo Tesouro, é claro, mas não será o consumidor. Dois: é que a energia não vai para um terceiro país que era um pleito que tinha, a energia ficará no Brasil, poderá se discutir isso depois de 2023, mas até lá não pode. E isso é muito importante por quê? Porque estando no mercado brasileiro nós temos uma segurança, porque estando ou vai estar atendendo ao consumidor cativou ou estará atendendo a indústria que também é brasileiro como quem está no mercado cativo, são todos brasileiros e todos estarão auferidos. Então, seja estando de um lado ou seja estando no outro tem um benefício, e, eventualmente, o consumidor cativo poderá até ganhar porque dependendo do valor, por exemplo, de uma usina hidroelétrica tipo Belo Monte que venha a entrar, se for mais barato que Itaipu, Itaipu sair e for substituída por ela, pode até o consumidor cativá-la para ganhar. Então, foi um meio termo, dada a importância que tem o Brasil, o Brasil tem uma responsabilidade muito grande pela posição que ele tem na América Latina. Então, isso que a gente tem que entender. E como qualquer país que é um líder num continente ele exercer a liderança significa algumas vezes alguns certos de custo, é a forma, por exemplo, você pega os grandes líderes mundiais, Estados Unidos ou, sei lá, a Rússia na época, [ininteligível] a China na África, a China até hoje na África está totalmente, a China e a Índia entraram na África. Hoje o Brasil é um autor importante no mundo e ser um ator importante no mundo tem algumas responsabilidades. Agora isso tudo é feito zelando pelo interesse nacional. Isso que é importante estar claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem, Dr. Tolmasquim. Professor Kelman.

SR. JERSON KELMAN: Muito obrigado. Eu tentarei ser breve aqui, são muitos itens. Eu quero começar com o item da renovação de concessões. O Senador Delcídio pergunta o que é que nós aqui pensamos sobre a proposta do Zé Luiz Alquéres, presidente da Associação Comercial e da Light com relação a recriar ou adotar no Brasil autoridade de bacia, utilizar

a oportunidade da renovação das concessões que, aliás, eu acho que são mais que 11 mil megawatts, é perto de 18, 20 mil megawatts, se nós considerarmos não só 2015, mas também os anos vizinhos. Somando os anos vizinhos dá algo perto de 20 mil megawatts. Então, é muita coisa.

E a sugestão era de restaurar, criar autoridade de bacia que tivesse a obrigação de tratar dos usos múltiplos, não só posição de energia elétrica, navegação, irrigação. E que é uma experiência muito bem sucedida, por exemplo, *TVA – Tennessee Valley Authority* e eu não só concordo com a sugestão, acho que é uma excelente sugestão para o país, como coloquei isso por escrito, eu fiz um artigo que foi publicado no Globo, pouco depois que o Alquéres publicou o artigo dele, reforçando e endossando a sugestão. Acho que é uma ótima ideia.

Pulando para Belo Monte. Eu estou estudando esse assunto, eu agora fui para o outro lado, eu fiz a minha vida toda no lado público como professor universitário, como presidente da ANA, da Agência de Águas e depois diretor-geral da ANEEL e agora fui para o outro lado do balcão e estou examinando o empreendimento de Belo Monte como uma oportunidade de investimento para investidores institucionais.

E eu confesso, eu queria deixar assim que eu também sempre tive a ideia de que é um grande empreendimento e pode vir a ser, realmente, uma ótima oportunidade. Mas há ainda algumas incertezas que eu acho que o governo deve, e talvez essa oportunidade, terça-feira que vem, seja uma ótima oportunidade de dirimir, eu menciono apenas duas, seriam outras, mas eu menciono só duas incertezas. Quando você tem incerteza aí o preço sobe porque, digamos, se o empreendedor não sabe se algum item pode custar entre zero e cem, na dúvida ele precifica como se fosse cem e depois se não for cem, se for 30 ele ganha. Então, é do interesse público minimizar as incertezas. Nós até fizemos isso, por exemplo, quando eu ainda estava na ANEEL quando nós criamos o contrato por disponibilidade, que era uma maneira de tirar do gerador térmico a incerteza se ia gastar dinheiro com combustível com ou não e transferindo esse risco para o consumidor, na hora que você transfere esse risco para o consumidor é melhor para o consumidor que ele assuma o risco do que, digamos, o empreendedor assumir o risco e precificar altamente, muito alto por esse risco.

Então, temos precedentes no setor elétrico de que é bom eliminar o máximo que for possível os riscos. E eu mencionei então, como disse, apenas dois riscos que me parecem relevantes. O principal diz respeito à escavação, essa obra mais que tudo, essa obra nova, não a anterior, originalmente, foi quem? Quem mostrou? Foi você? O Tolmasquim mostrou a evolução do confeito de Belo Monte. Essencialmente, o que é conceito de Belo Monte? É uma barragem original, era uma barragem que faria com que a água ficasse, transbordasse, digamos assim, para uma região que acumulasse um pouco de água, e que tem uma queda de 90ms na altura de Belo Monte. É um belo conceito e tinha certa [ininteligível] de 1200kms2. Por causa da restrição ambiental, social e indígena desloca-se a barragem para montante e agora diminui a área inundada, mas agora a água que transbordaria você tem que cavar, você tem que fazer uns canais artificiais. Você olha no mapa os canais artificiais parece uma obra singela, é maior do que o Canal de Panamá, a escavação que vai ser feita é maior do que a escavação que foi feita original no Canal do Panamá, para se ter uma ideia do é a obra, a obra é uma grande obra de escavação mais do que qualquer outra coisa. Então, aí mesmo que fossem disponíveis números suficientes de sondagens para saber qual é a natureza do material que vai ser escavado, porque se você escava a rocha é cerca de três vezes mais caro, escavação em rocha é da ordem de grandeza três vezes mais cara do que escavação em solo. Então, é muito relevante saber onde é que está o topo do maciço rochoso, se você encontrar solo não vai. E isso daí mesmo que tiver suficiente sondagem ainda teria uma incerteza, e até onde eu percebi isso, seria uma boa possibilidade, terça-feira que vem, de dirimir isso, talvez com a força da ANEEL de exigir essa informação, é que essa informação até onde eu consegui avançar eu não vi essas informações sobre sondagens. Então, a incerteza é muito grande. Fazendo uma acessibilidade de como é que pode estar nisso, só nesse item da ordem de 4 bilhões de reais para cá ou para lá, só nesse item, tem outros itens. Então, esse é um item. Quer dizer, que a diminuição das incertezas sobre os canais, sobre a natureza se é rocha, se é solo o que é que é seria muito importante. Primeiro.

A segunda é de natureza institucional. É claro que uma obra dessa natureza terá a participação da Eletrobrás, não tem como imaginar que não, até porque a Eletrobrás foi pioneira, está há mais de 20 anos fazendo isso, é claro que a Eletrobrás é indispensável, ninguém cogitaria isso dela estar fora, e a maneira como ela vai se associar faz toda a diferença. É desejável que haja competição? Claro, porque a competição é boa sempre para trazer a realidade, e é também desejável que a Eletrobrás tenha uma regra clara de associação. Lá no Madeira nós tivemos uma dificuldade porque já havia uma associação no caso de Santo Antônio, já havia uma sociedade entre Furnas e a Odebrecht e que dificultou uma solução que me pareceria mais entrante que seria a Eletrobrás, de certa maneira, se

comprometer "casar" com o vencedor de uma competição, caso esse competidor quisesse, é claro que qualquer competidor que ganhe isso vai querer casar com a Eletrobrás, ninguém seria louco de não querer, até pelo conhecimento acumulado pela Eletrobrás, enfim, pela expertise e etc. E essas regras do casamento deveriam ser desvendadas, deviam ser anunciadas antes, agora; o ideal seria que a Eletrobrás fizesse um edital dizendo assim: "Aquele que quiser "casar" comigo depois da licitação eu caso e está aqui o contrato de acionistas, o acordo de acionistas" porque aqui está a natureza da associação entre uma empresa pública, possivelmente, com 49%, como tem sido a regra, e uma empresa privada, um consórcio de empresas privadas, enfim, as regras do jogo que deveriam estar mais bem... Comerciais e institucionais mais bem amarradas porque isso diminui o risco, e isso é bom para todos. Esse no assunto Belo Monte.

No assunto agora gás. Gás, é claro que é o grande candidato a complementar, ser o complemento térmico do nosso sistema, principalmente, com pré-sal é o gás natural. Agora nós temos que ter um cuidado de aprender com a nossa história recente. Só recapitulando rapidamente o que aconteceu. 2001 tivemos o racionamento, a demanda de energia caiu cerca de 20% e as térmicas que tinham sido contratados, inclusive, o Gasoduto Brasil/Bolívia que tinha sido contratado para alimentar aquelas térmicas, esse gás sobrou porque a demanda caiu e as térmicas que tinham sido contratadas ficaram sem função. O que aconteceu? Aquele gás vindo da Bolívia sem uso no setor elétrico, passou a ser utilizado pelo setor industrial e até veicular, usar gás natural em veículos sob o ponto de vista energético não é muito sensato, não é a melhor solução. Mas, enfim, passou a ser usado no setor industrial que é bom, claro, e até no setor veicular. E aí quando passaram alguns anos, e aí eu já estava na ANEEL, esse sufoco eu passei, aí o setor elétrico necessitou ter esse gás, e ele já não estava mais disponível, porque estava lá sendo usado pela indústria. Então, o que é que acontece? O que é que nós temos que fazer? O gás é muito importante, mas retomar numa situação que não repita a história recente no sentido de que o setor industrial e o setor termoelétrico têm que ser complementares, ou seja, é preciso que ao industrial... E isso a Petrobras já tá fazendo, mas tem que ser bastante dessa maneira, tem que dizer o seguinte: se você quiser um gás firme, sempre estar disponível... É assim que a Petrobras está fazendo agora; se você quer um gás garantido, firme o preço é alto, se você aceitar um gás que no caso de reservatório de água descerem aí você vai ter o seu gás interrompido e vai usar outra fonte de calor, nesse caso o preço do gás deve ser bem mais barato e estimular isso. É só para não repetir aquela experiência angustiante.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria só registrar, Kelman, o seguinte, que são importantes essas observações. Porque, na verdade, o seguinte, o Bolívia/Brasil é um gasoduto que foi contratado no *take or pay e shiper or pay*(F). Então, o take or pay é o seguinte: pegar ou largar e não pegar paga do mesmo jeito, de uma forma assim rasteira. Então, o que se buscou foi ancorar o Bolívia/Brasil. O professor Adilson acompanhou isso bem de perto também, ancorar o Bolívia/Brasil com a geração a gás natural e, inclusive, em função do momento que o país vivia. E aqui foi falado de segurança energética. Como o racionamento arrebenta, o estrago de um racionamento de energia é um negócio inominável. Por isso que depois falam que o Tolmasquim está fazendo leilão de térmica a óleo é porque ele sabe quanto é que custa não ter segurança energética, o que vem atrás de um racionamento, desemprego, o crescimento industrial vai para o espaço. E o Kelman falou uma coisa importante. Quando veio o racionamento, evidente, se implementaram políticas de conservação de energia. Então, nós juntamos um modelo que estava em implantação com ferramentas como o New Ave com esses grandes debates que há época já existiam, o Tolmasquim falou muito bem, o professor Adilson destacou, e fruto do racionamento o país foi para baixo, não respondeu como deveria responder quando começou a sobrar energia, e aí foi um problema para todo mundo, as empresas estatais, as empresas privadas. É só olhar o balanço, é só ver o resultado das empresas depois do racionamento. Então, eu acho que agora a Petrobras, a Graça mesmo está fazendo um trabalho exemplar nisso, que é fazer essa operação do gás flexível. Você quer o gás firme? Custa tanto. Você quer um gás que eu vou interromper para otimizar as usinas do Tolmasquim? Então vai custar menos. Eu acho que agora, sim, nós estamos afinando as questões, então isso acho muito importante e estamos evoluindo.

SR. JERSON KELMAN: Só seguindo, então sem ordem na importância.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JERSON KELMAN: Não, imagina. Um aparte do senador é uma honra.

Na questão do Tust G, Senador, é claro que o sinal locacional. O que é isso? O Tust... O telespectador, enfim, não tem obrigação em termo técnico nisso, é a taxa de uso, tarifa do uso do sistema de transmissão. Então, o gerador que está perto do centro de carga, que está perto da carga não precisa do sistema de transmissão, não vai usar o sistema de transmissão,

paga uma tarifa muito baixinha, aquele que está longe, que vai ter que se reforçar, o sistema de transmissão vai ter que ser estendido paga uma tarifa mais alta, essa é a lógica do cálculo de tarifa locacional que, naturalmente, V. Exa. conhece. E aí, de fato, criou um problema, digamos, com a fronteira, no caso de Mato Grosso do Sul, Goiás onde tem biomassa que a gente, digamos, lá não tem rede básica porque não tem carga e não tem carga porque não tem rede básica, e você tem uma dificuldade o ovo ou a galinha.

A ANEEL fez, para tentar amenizar um pouco isso, criou uma coisa chamada ICG que é a instalação coletiva de geração que procura criar uma espécie de consórcio dos geradores e diminuir, pelo menos, o custo de conexão à rede básica, e a rede básica chega lá perto, foi essa arquitetura institucional. A primeira vez que eu falei com a nossa procuradoria lá na ANEEL, que na época eu era diretor na ANEEL, a primeira resposta foi: claro que não pode nada disso, porque era uma coisa nova, mas depois com a persistência e com a vontade da procuradoria de fazer algo que fosse bom para o Brasil, nós conseguimos algo muito inovador que é essa de condomínio dos geradores que, em geral, são competidores entre si, mas que são organizados pelo Poder Público para pertencerem a uma espécie de clube que diminui os custos para ligação à rede básica.

Geração a carvão. Sabe que a geração a carvão é claro que não é desejável, se nós pudermos escolher hidráulica e carvão, ninguém vai cogitar de carvão, porque a hidráulica não é só mais barata como é renovável. Se nós fôssemos, tivéssemos, nós, eu digo nós porque eu sou engenheiro hidráulico, se nós engenheiros hidráulicos tivéssemos um pouquinho de noção de comunicação nós teríamos rotulado a energia hidráulica de solar. Por que o que é a energia renovável hidráulica? É no ciclo inológico, o sol faz evaporar, cria as nuvens e da nuvem chove e daí você tem o ciclo da água renovando os rios, as chuvas, os rios e os reservatórios, portanto, a fonte energética é renovável e solar. A fóssil também é solar só que não renovável.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E A vida confessa na engenharia ambiental.

SR. JERSON KELMAN: Mas nós somos ruins de comunicação e ficamos aqui no campo e deixamos de usar o rótulo solar. Mas, enfim, é claro que entre uma hidráulica e a carvão é preferível hidráulica. Eu também disse na minha apresentação que nós não poderíamos ser 100% hidráulicos, nós precisamos ter complementação térmica. O professor Adilson contou que nos Estados Unidos a energia é barata, e é mesmo, em parte porque ela é barata, e não estou dizendo que isso é uma vantagem e nem queremos isso para nós, mas explicar, parte do fato que ela é barata porque 50% ou mais da energia vem de carvão e com usinas amortizadas, usinas antigas, a Inglaterra a mesma coisa, sai barato porque usam um combustível farto, cotável no mundo inteiro que é o carvão com baixa flutuação de preços porque tem competição, e lá nos Estados Unidos as usinas são antigas e, portanto, já amortizadas também.

A imagem que se tem demonizando as usinas a carvão é um pouco injusta com as usinas a carvão. A gente imagina uma usina de carvão que você entra com uma camisa branca e sai com ela cinza. Não é assim. As usinas de carvão modernas, inclusive, as que estão sendo construídas na China você entra com a camisa branca e sai com a camisa branca. Qual é o problema do carvão, da usina a carvão? Não é o econômico, não é de poluição local, não existe, não tem problema nenhum. O problema de poluição global é emissão de CO2, de fato, emite por cada megawatt/hora gerado mais do que o dobro do que uma usina a gás, então nesse aspecto é global.

Agora aí entrando na IN 07. Eu comecei a minha apresentação aqui falando do programa do Obama, e que no fundo tenta internalizar os custos ambientais. Eu acho que essa tese que é a tese dos ambientalistas brasileiros também, é absolutamente correta. Eu sou curador da Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável que é uma fundação cujo presidente é uma figura muito conhecida, o Israel Klabin, e lá defendo, é isso mesmo que nós temos que fazer, nós temos que internalizar os custos ambientais em todos os produtos, mas há um perigo se você internaliza só em alguns itens, alguns produtos, energia produzida por usina a carvão, energia produzida por energia eólica, e não, por exemplo, energia produzida por usina a gás, não internaliza no preço do combustível, é preciso que toda economia internalize, traga para os preços os custos ambientais, essa é uma tese correta. Mas se fizer isso parcialmente você deforma a competição. Exemplo concreto, essa IN 07 essa instrução normativa isenta o gás natural de pagamento e penaliza o carvão e o óleo, praticamente elimina a possibilidade de ter usinas novas a óleo ou carvão, se ela for implementada. Agora o gás natural também emite CO2, metade do que uma usina a óleo, em termos aproximados, metade, mas emite e se você isenta usina a gás você cria uma competição que não é muito correta, porque não é bom nem para o meio ambiente e nem para a economia. E se nós formos ver, por exemplo, eu tenho um exercício interessante que eu vi numa apresentação recente, essa também eu citei o Mário Veiga e essa é também do Mário Veiga, da PSR. Se você contabiliza, usina a

óleo como muito nós temos, ela é pouco frequentemente despachada, porque ela tem um custo muito alto, então lá o INS só a liga quando está puxando os cabelos de preocupação, aí ele liga a térmica a óleo. A térmica usina a gás por ter um custo mais barato, reais por megawatt/hora de combustível o gás é mais barato, ela é mais frequentemente despachada. Então, em termos de emissão por megawatt/hora a usina a gás é mais eficiente, emite menos, mas quando você contabiliza, quando você leva em consideração a frequência com que é despachada, como a usina a gás funciona mais frequentemente, o total emitido é maior nas usinas a gás do que nas usinas a óleo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não são separadas.

SR. JERSON KELMAN: Não são separadas, exatamente, mas eu digo, sob o ponto de vista global da emissão do CO2 não, necessariamente, se atingiu o objetivo. Isso em relação à IN 07. Eu acho que a IN... A minha sugestão, até para o Ministério do Meio Ambiente, eu estive e por consciência eu encontrei hoje com o Ministro Minc no aeroporto, e mencionei rapidamente, eu acho que, digamos, o Ministério do Meio Ambiente está absolutamente correto quando quer internalizar os custos nos preços, mas deve fazer isso de uma forma que não deforme a competição entre as várias fontes energéticas, e não deforme, não elimine a possibilidade do Brasil.

Eu vou abreviar e já vou chegar às conclusões aqui. Geração nuclear no Nordeste, geração nuclear eu sigo o raciocino do Tolmasquim, geração nuclear. Acho que nós precisamos de energia na base, na ausência de hidroelétrica nós vamos precisar ou a carvão ou nuclear e, possivelmente, será nuclear. Esse é o raciocino. Se no Nordeste ou não aí cria uma questão muito contemporânea, nós estamos vivendo hoje uma situação curiosa. Essas térmicas todas que foram contratadas vão se localizar no Nordeste, térmicas a óleo, quase todas no Nordeste. Por que no Nordeste? Porque têm incentivos fiscais, todos sabem, têm incentivos fiscais para se instalar no Nordeste, o que é perfeitamente correto. Agora isso significa que ou você tem que reforçar a transmissão... A demanda está aqui no Sudeste, a maior parte da demanda está no Sudeste, então você tem que reforçar as linhas de transmissão mais ainda para ecoar essa energia para cá, ou então criar algumas flexibilidades na operação das usinas da Chesf, é isso que o NOS está tentando agora. Contando rápido, isso já estou entrando um pouco no detalhe. Mas a usina do Sobradinho, as usinas da Chesf são reguladas pelo reservatório de Sobradinho, Sobradinho tem uma restrição, o Senador conhece bem, porque é a sua área, sua região, tem uma restrição de vazão mínima, 1 mil e 300m cúbicos por segundo que tem que se soltar de Sobradinho para que tenha condições ecológicas no trecho baixo de São Francisco. Ao fazer isso, tendo que soltar essa água, essa água passa nas turbinas, gera energia, atende parte da demanda do Nordeste, atende parte da demanda que passa pelas linhas de transmissão, e acaba não tendo espaço, porque a linha de transmissão não é infinita, ela tem uma capacidade, e acaba não tendo espaço para as térmicas no Nordeste gerarem, elas estão lá, mas não tem como fazer com que esses elétrons cheguem à casa do consumidor do Sudeste, por exemplo, porque a linha já foi ocupada pela geração mínima de Sobradinho, das usinas da Chesf da cascata por causa da vazão. Então, essa é uma questão a ser discutida porque custa muito cara ao país, e, de novo, tem que ter uma visão holística, as coisas todas se interconectam, a gente está falando aqui de onde localizar uma usina política fiscal, de incentivo fiscal, se chocando, nesse caso, com a política energética e até ambiental, porque o Sobradinho está ali. Então, essas coisas não dão para ser olhadas separadamente, têm que ser olhada de forma integrada. Só quis enunciar o problema.

A questão, rapidamente, também o encontro de contas em 1993, eu sempre falei dos 26, 27 bilhões de dólares da época. Numa conversa com o Alquéres que, há época, era o presidente ou diretor da Eletrobrás, ele me esclareceu que 27 bilhões de dólares ou 26 é a soma de todas as quantias, mas que no encontro de contas dava uma quantia muito menor que essa, porque, às vezes, a mesma empresa era credora e devedora e se somava tudo. Mas isso é um detalhe.

A questão da oscilação do preço spot. O que é que é o preço spot? Num mercado qualquer, por exemplo, o tomate o preço de um produto é o resultado, o encontro entre oferta e demanda, aumenta a oferta, diminui o preço e vice-versa. No mercado de energia elétrica esse spot não é assim. Uma vez teve uma pessoa, não vou nem citar, que me acusou de estar manipulando o preço do mercado spot e me acusou e tal, como se o diretor-geral, na época que eu era, tivesse essa possibilidade, na realidade, é um programa de computador que calcula, o Senador sabe bem, que calcula o custo marginal de operação que é, digamos, um prox do preço spot. E por que é que ele está flutuando tanto hoje? Por várias razões, mas eu vou apontar só uma que é ligado ao que nós discutimos hoje. Se você tivesse uma grande capacidade de reservatórios você sabe que se você está com reservatório cheio você não precisa se preocupar muito e o preço spot, o que é que é o preço spot? É no fundo quanto vai custar essa água que você vai usar para produzir

energia elétrica, se você está com o reservatório cheio a energia custa barata, porque em vez de você passar a água pela turbina, você passa... Em vez de passar pelo vertedor(F) passa pela turbina e produz energia e o preço é barato. Quando o reservatório está vazio é o contrário, você fica com medo: "Não tenho água, vai ter racionamento, é bom cobrar muito caro por essa energia". Grosso modo é isso. Então, quando você pensa em reservatório, grosso modo é assim, preço alto quando o reservatório está vazio e preço baixo quando o reservatório está cheio. Quando esse reservatório passa a ser insignificante, vai diminuindo de importância, aí não é ele que é o fiel da balança, não é ele que dita a regra do jogo, o que dita a regra do jogo é se vai chover muito nos próximos meses ou não e, lamentavelmente, São Pedro é extremamente errático, ele muda de ideia rapidamente. Então, os prognósticos de vazão, não a vazão em si, mas o prognóstico sobre o que é que vai acontecer nos próximos meses com relação à hidrologia varia muito de um mês para outro, no fundo é consequência na nossa diminuição de capacidade de reservação, portanto, um problema que já apontamos antes que temos cada vez usinas com menos reservatórios.

Eu penso que eram esses os temas principais que eu devia abordar. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado professor Kelman. Com a palavra o Dr. Nelson Hubner.

SR. NELSON HUBNER: Já risquei uma série de questões aqui que já foram bem abordadas, algumas vou até explorar um pouquinho mais no debate até com pena dos companheiros que estão aqui conosco discutindo até agora, embora todo o interesse dos senadores eu gostaria de fazer um elogio particular a vocês que estão aqui pacientemente nos ouvindo com as nossas discussões técnicas que já vem--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas é exatamente esse o nosso objetivo, doutor.

SR. NELSON HUBNER: A questão da Tust G, o Kelman já entrou um pouquinho ali, eu já ia explicar muito facilmente aqui que o problema disso aí, a culpa é do Kelman, entendeu, [ininteligível] e se mandou e eu cheguei e estava prontinho, eu ia falar antes para ele poder explicar.

De fato, é o seguinte, o sinal está correto, é um sinal que está colocado na lei de ter(F) a avaliação, quer dizer, não tem tenha nenhuma avaliação, a gente tem discutido muito. Hoje mesmo eu tive uma reunião com a área técnica, eu acho que não só a Tust G, mas outros sinais que a gente tem na tarifa, a postura tarifária, o Kelman, inclusive, já tinha iniciado um trabalho, eu tenho uma comissão, dentro da ANEEL nós vamos ter um período agora até 2011 antes de começar outro ciclo de revisão tarifária, onde que a gente vai rediscutir isso, vê se nós estamos dando sinais adequados, eu acho que muito nós não estamos dando sinais adequados. Na Tust G eu chamei depois até dessa contestação, quando eu cheguei já com essa mais bem pronta resolveu uma série de questões, mas a gente não pode debruçar em cima de todos os resultados de quando calculou essa tal da Tust G. Na minha avaliação particular, ou seja, vamos discutir muito com os técnicos ainda, é que está errado o sinal, ou seja, errou muito na mão, ou seja, tem que dar esse sinal que o Kelman falou mesmo, ou seja, dar esse sinal onde está a usina, está longe, vai ter que usar muito sistema de transmissão, ela vai ter que pagar um pouco mais para colocar isso. Mas eu acho que o modelo fica um pouco meio confuso, isso que a gente tentou discutir com as áreas técnicas lá para gente fazer uma análise também de sensibilidade para isso, porque se tivesse colocado específico o Estado Mato Grosso, pesou muito foi o Mato Grosso e Pará, praticamente, que são essas fronteiras que pesou mais. Ainda eles colocaram: "Não, mas por que então é que deu essa diferença tão grande?" A diferença de dez vezes, ou seja, vamos dar um sinal locacional. Mas qual é a amplitude? Isso é a ANEEL que tem que fazer e similar, olhar isso para vê o que é que a gente quer incentivar no país. Eu discuti com os técnicos: "Não, mas o modelo está perfeito, rodamos com o sinal locacional como manda a lei". Eu falei: "Olha, o modelo pode estar perfeito, mas o resultado está uma porcaria". A gente começou a discutir e falou assim: "Eu não tenho os dados todos ainda". Então, aprofundando isso eles falaram assim: "Explica por que o Mato Grosso é tão alto?" "Não, porque Mato Grosso--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

SR. NELSON HUBNER: --Sim os dois, exatamente, essa fronteira ali. Por que essa diferença tão grande... Aí pegou específico Mato Grosso, Mato Grosso é exportador de energia. Eu falei: "Para começar eu já não vou concordar com vocês nesse ponto porque para mim Mato Grosso não é exportador de energia". "Não, Mato Grosso tem 1300 megawatts de capacidade e um demanda de 1.100 então ele exporta". "Espera aí dos 1300 seu tem 500 de uma térmica que não tem gás, então precisa de óleo para colocar. Então não é". Aí quando ele avalia outra coisa. Como ele simula o dado para ocupar a rede de sistema de transmissão, então é sempre pela capacidade máxima, então é a capacidade das usinas. Então, está bom, então vamos esquecer a térmica e faz de conta que vocês estão

corretos, então para o sinal que eu vou colocar da geração dessas usinas, se eu estou com essa pela capacidade máxima e é correto para analisar do ponto de vista da transmissão, mas se analisar do ponto de vista se o Estado é exportador ou não já não é correto. Então, eu acho que no nosso modelo nós vamos ter que balancear isso por quê? Primeiro, as usinas todas têm fator de capacidade de 55%, 60%. E quando que elas geram? Quando se tem muita chuva, ora se tem muita chuva, para começar aquela térmica de lá não vai operar, então o Estado não vai atender todo o seu mercado e exportar energia, ele vai continuar sendo exportador com hídrica de outro ponto do Brasil. Quando que o Estado, digamos assim, pode ser autosuficiente ou está exportando? Então, aonde ele pode fazer? No período seco aí, sim, você pode precisar da térmica porque essa térmica pode operar, mas aí as usinas não vão estar com aquela capacidade toda e não vão usar o sistema de transmissão. Então, eu acho que é o seguinte, eu acho essa modelagem toda, essas análises são difíceis, a gente tem discutido muito na ANEEL de a gente ter uma possibilidade de avaliar isso aí, a gente está rediscutindo com as áreas para ver esse sinal adequado, e acho que, de fato, a gente precisa, é difícil, o Kelman conhece esse tempo todo, é difícil a gente fazer, faz modelagem e tudo, ou seja, a gente tem que conseguir, olhar o resultado e avaliar a repercussão daquilo, eu acho que é a avaliação do tal do impacto regulatório que a gente está começando e tem que fazer e olhar isso. Eu acho que esse sinal a gente errou na dose, e a gente vai ter que rever e dar uma ajustada.

A questão toda de tarifa, embora eu não concorde até com os números, muito o companheiro Adilson colocou, a gente até olhando pela ANEEL, olhando com os dados da Agência Nacional de Energia, separando o que é tributo, o que é tudo nas tarifas internacionais e ajustando esse valor, mas, de fato, é o seguinte, é incompatível o custo da nossa energia com a matriz que a gente tem, com o que a gente já tem até usina amortizada. Então, para gente acho que o grande salto a gente pode aproveitar, é, realmente, com renovação às concessões. O Tolmasquim já colocou, o Kelman também, ou seja, independente se vai ser isso aí licitado ou vai ser um processo de prorrogação de concessões com uma condição que a gente vai dar a gente tem que refletir isso e aproveitar por que é que o Kelman colocou a questão das usinas a carvão dos Estados Unidos, eu lembro aqui a França que hoje, por que é que não se interliga o sistema europeu? Lá, as regras hoje lá estão totalmente interligadas, todo mundo pode comprar energia de onde quiser, mas não compra, por que é que não compra? Porque eles não deixam interligar. Por que é que não deixa interligar? Primeiro, ninguém consegue competir com a EDF lá na Europa, porque o custo dela é muito baixo. Ela tem todas as suas térmicas nuclear onde estão praticamente todas amortizadas e o custo de combustível é muito baixo, então ela simplesmente acaba com o restante das outras empresas dos outros países, e aí é uma defesa que os países fazem das suas grandes empresas nacionais e ninguém deixa. E aí você fica vendo a interligação entre França e Espanha, ou seja, então dois grandes países com uma demanda maior do que a do Brasil, apesar do país ser pequeno, que é o caso da Espanha, mas tem 700 megawatts com a capacidade de intercâmbio nesse país. Mas não tem tecnologia para aumentar esse intercâmbio? Eles não deixam fazer. Essa que é a verdade. A gente tem todo um sistema interligado, agora nós vamos ter que ter esse ganho no processo de renovação das concessões.

E aí eu questiono até algumas questões que o Adilson colocou: "Não, mas é um absurdo que nós temos um monte de tributos, um monte com encargos e um monte de subsídios". Eu acho que, por exemplo, uma questão que aumentou a tarifa no Brasil que nós tiramos o subsídio, tinha uma situação irreal também num passado mais recente no Brasil, hoje não tem, a gente não tem subsídio externo ao setor, ou seja, o custo da nossa energia hoje quando a gente licita uma usina, um leilão todo aquele custo ali vai para a tarifa diretamente, a ANEEL chega lá computa parcela A reajustado bonitinho e vai para a tarifa todo mundo, e não tem nenhum subsídio de nada. Então, às vezes gente fica discutindo: mas é um absurdo fazer Belo Monte por que você não sabe o quanto vai custar e só vai aumentando o preço e o povo brasileiro ficar pagando. Não tem mais essa realidade no Brasil. Licitamos, é real por megawatt/hora e esse valor vai para a tarifa do consumidor. Agora esse grande volume de usinas que estão amortizadas a gente tem que absorver isso, e até para gente controlar um pouco essa questão dos encargos. É ruim encargo? Eu não sei se é ruim não, eu acho que têm alguns encargos que são muito bons. Eu acho que você ter um encargo como a OCDE, por exemplo, que está pagando a universalização e o acesso de energia para todo mundo na área rural, eu acho que daqui a pouquinho está tudo universalizado, nós vamos ter que diminuir esse encargo, não tem sentido é continuar. É ruim o ACC? O ACC não é ruim por quê? Porque foi uma arma que nós usamos para não largar um brasileiro que ficava num sistema isolado sem acesso à energia, ou porque não tinha a energia ou porque não podia pagar a conta, porque era uma usina através de uma geração térmica e a população não conseguia pagar. Inclusive, a ANEEL

fez muito isso aí, todo um passo que teve aí é trazer aquilo ali para um patamar adequado, para um consumado adequado, exigir uma eficiência na utilização daquele insumo. Agora isso é ruim? Eu não acho que é ruim. Muita coisa que às vezes, a ANEEL até divulga na hora que faz revisão, a ANEEL começou a fazer isso explicitar nos processos de revisão e reajuste tarifário, os componentes financeiros, o subsídio e até que a população pudesse entender isso, mas algumas estão vendo que está dando até um sinal contraditório, que tem coisa que está colocado como encargo que não é encargo, é custo de energia.

Por exemplo, a utilização de óleo para a geração de energia. Tem uma parte que entra como encargo e serviço de sistema. Mas isso é custo, é parcela A, ou seja, na hora que eu estou licitando agora uma usina térmica que vai pagar, nós estamos contratando por capacidade. Por que contratamos por capacidade? Porque se eu contratar energia, nós vamos estar o tempo todo pagando por energia que eu não vou usar, então vou pagar uma receita fixa e só vou pagar quando vai utilizar. Agora quando vai utilizar isso num ano que tiver muito seco e usar muito isso vai ser separado e a ANEEL vai ter que jogar a tarifa naquele ano. "Aumentou muito é a questão..." Isso não é encargo, isso é custo parcela A, é custo de energia. E, às vezes, quando naquelas demonstrações nossas parece que isso é uma coisa fora da tarifa. Não é, isso é custo de energia. Então, isso está colocado. Então, essas questões a gente tem que colocar. E determinados subsídios e encargos são ruins? Não. Têm alguns que são. E eu, por exemplo, não colocaria, está na legislação, a própria OCDE para usar, para aguar gasoduto emprestado que não tem, eu não acho que o Brasil precise disso, a gente tem mecanismos econômicos que permita a instalação disso sem usar outro tipo de subsídio. O subsídio de baixa renda é ruim? Não acho que seja não, ou seja, nós vamos ter que ter... Eu acho até que vou propor mais um, eu acho que tem que aproveitar o processo da renovação das concessões.

Eu acho o seguinte, se uma usina que custa hoje 90 reais de megawatt/hora e que a gente acha que num processo de avaliação da renovação ou numa licitação esse valor cai para 40, eu acho que a gente devia guardar uns 20 ou 30 reais por megawatt/hora e constituir um fundão para cobrir um bocado desses encargos que a gente está colocando e fazer uma coisa, por exemplo, de ajudar para reduzir, por exemplo, a tal da assimetria tarifária, porque não adianta a gente pensar aqui no Brasil, ou seja, vai ser possível a gente conviver com Brasília tendo uma tarifa que é menos da metade da tarifa do Maranhão. É impossível a gente ter isso e achar que simplesmente é mecanismo, o valor econômico, está equilibrado aqui e fizemos um modelo que é uma empresa de referência, então Brasília eu preciso de pouco investimento, está tudo construído, implantado, está tudo bonitinho aqui, então a receita é muito grande porque a renda é muito alta, o consumo é muito elevado da população. A nossa regra hoje que eu tenho que equilibrar isso aqui na área de concessão, a tarifa de Brasília fica pequenininha, a Três Eletropolo fica pequenininha, a tarifa do Maranhão, do Pará vai explodir e a população não vai aguentar pagar conta de energia. Então, vou ter que criar mecanismo num país que tem tantas diferenças regionais para permitir isso sem perder... Porque, às vezes, a gente coloca isso, eu já coloquei isso e vi que já teve pessoas escrevendo em jornais artigo falando que eu estou querendo voltar com aquele negócio da equalização tarifária, não sei o que, não é nada disso. Eu acho que temos que manter cada vez mais o modelo de empresa de referência, buscando eficiência das empresas distribuidoras, mas eu posso definir um valor, calculo tudo bonitinho, um valor de tarifa, mas eu posso dizer assim: está bom, a empresa lá, sei lá, a empresa do Pará, a empresa do Maranhão: você vai receber essa tarifa. Agora a população não vai pagar esse valor, um pedaço aqui nós vamos pagar através de outro mecanismo desses. Então, e o seguinte, sem perder nada do que a gente usando de buscar eficiência dessas empresas.

Então, acho que isso a gente tem que colocar. Então, acho que a gente tem que trazer para o local adequado, às vezes, muita gente discute também: não, mas agora vem uma MP do sistema isolado, tem algumas coisas que eu não concordo também lá que precisa ter uns ajustes aqui no Senado. Mas se incorporar no custo, nós temos que botar uma referência que é o seguinte, o que eu quero é que a população lá no norte que enquanto estava naquele sistema isolado, quem ficar no sistema isolado e ter um custo mais elevado que ela pague uma tarifa compatível com o pessoal do Sul e vou pagar essa diferença através de um encargo que vai ser rateado para todo mundo. Eu falo: "Mas é um absurdo, você vai aumentar a CCC e com isso vai pesar na conta do consumidor todo". Mas se eu tirar da CCC e jogar na tarifa do povo do Norte, equilibrando a tarifa ele não vai conseguir pagar a energia, vai ser só para a população, só para quem é consumidor cativo e vou livrar quem não é consumidor cativo, por exemplo, um consumidor livre que não paga esses encargos de pagar. É correto isso também? Porque esse negócio é um custo que é para o país e para tudo. Então, eu acho que tem que botar também no devido local esse debate daquilo que é um encargo saudável, sadio ou um subsídio que é fundamental dentro de um modelo

de desenvolvimento do Brasil. Em termos de uma política indefinível não, que eu acho que o setor industrial deve ser privilegiado e ter uma tarifa um pouco mais baixa, nós temos que reconhecer isso aqui e colocar ou dentro da tarifa ou não. A Inglaterra tem tarifa de baixa renda. Baixa renda é coisa ruim? Tem. Só que lá eles definiram não pela tarifa. Desculpe, falei até errado. Eles têm uma remuneração que paga não pelo consumidor, pelo contribuinte. Podemos ter essa alternativa no Brasil. No Brasil se decidiu que nós vamos fazer isso tudo dentro do próprio setor. Então, temos um subsídio cruzado dentro da tarifa. Lá na Inglaterra decidiu o seguinte,todo mundo que tiver pagando mais de tanto por cento da sua renda para energia o Estado vai te dar o dinheiro e você vai pagar. É um modelo, eu acho que modelo a gente tem que ter.

Então, eu acho que nem tudo que a gente coloca como subsídio, como encargo é ruim, por si, eu acho que a gente tem que saber é dosar isso e refletir isso porque todo mundo entenda o que é que está isso na tarifa.

Questão do mercado spot. Eu acho o Kelman muito melhor que eu para explanar, fazer essa explanação. A gente está com um grupo de trabalho discutindo essa questão, mas acho que não pode ter, de fato, uma oscilação tão grande, estamos discutindo alguns tipos de mecanismo, a questão que o Kelman colocou muito bem, mas acho que o modelo está sensível demais, há uma precipitação de curto prazo, isso é uma coisa que a gente já detectou, inclusive, com os técnicos da gente lá na ANEEL, ou seja, estamos aqui, principalmente, no período chuvoso, a previsão para a semana que vem não é chover, o preço sobe demais. O pessoal da meteorologia errou e vai chover mais do que estavam prevendo. O preço despenca e com proporções gigantescas. Eu acho que essas questões a gente precisa ter um ajuste e sensibilidade que nós estamos com especialistas lá discutindo e colocando para reduzir um pouco essa questão mesmo. E acho que é fundamental dar o sinal adequado, eu acho que tarifa é fundamental, a ANEEL já discutiu há mais tempo, questão de estrutura tarifária a gente dá alguns sinais em termos da contratação de transmissão, na distribuição, em cada um que não estão adequados, e acaba levando a desperdício de energia. Então, eu acho que a gente tem que trabalhar com isso realmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado o Dr. Nelson Hubner. Com a palavra o professor Adilson de Oliveira.

SR. NELSON HUBNER: Não vou massacrá-los com muita falação, eu acho que os meus colegas já responderam muitas das perguntas que foram colocadas. Vou me centrar em dois aspectos que eu acho que são importantes, na verdade, três. Um é enfatizar, na minha opinião, que é fundamental a regionalização do suprimento elétrico pelas razões que aqui foram apontadas. As regiões para um país continental como o Brasil não pode deixar de levar em conta interesses regionais, como esse de impostos e coisas desse tipo, eu acho que é fundamental essa regionalização e acho que a gestão por bacia é o caminho correto e a gestão dos reservatórios é a questão central.

Eu quero voltar num ponto que o Senador Delcídio, V. Exa., eu não sou acostumado com essa terminologia, eu estou acostumado com coisas muito menos formais, então vocês me desculpem pela falta de... E eu conheço o senador há muito tempo, então me permita, talvez, ser pouco formal com ele. Ele falou uma coisa que é fundamental, que poucas pessoas perceberam da mudança radical entre a situação de um suprimento de gás *take or pay* que significa que não existe o reservatório e uma situação de gás e que existe reservatório. Na verdade, o que nós vamos assistir é uma competição entre dois reservatórios, os reservatórios hidroelétricos estarão competindo com os reservatórios de hidrocarboneto, haverá uma concorrência entre esses dois, e isso foi uma mudança radical na forma como vai se gerir os reservatórios, porque a gestão de um reservatório de gás e a gestão do reservatório hidroelétrico vão ser competitivos. E nós temos a seguinte situação esdrúxula: o reservatório de gás e de hidrocarbonetos será gerido competitivamente, necessariamente, porque esses produtos competem no mercado internacional. E temos do outro lado os reservatórios hidroelétricos que sãos geridos por regras difíceis de compreender, para usar um pouco uma palavra, e que... Então, isso é uma primeira coisa a compreender que é a mudança radical na forma como isso tem que ser governado, não tem nada a ver com o que aconteceu no final da década de 90 que era um regime [ininteligível], ou seja, você não tinha reservatório, você tinha um suprimento firme que vinha do lado de lado e que você era obrigado a administrar. Agora não, agora você tem dois reservatórios e você pode jogar, e a competição entre esses dois reservatórios é que é a questão fundamental. Como criar mecanismos de competição entre esses dois reservatórios.

A questão das afluências, o Jerson foi feliz e o Nelson acho que completou. Prevê afluência é a coisa mais difícil do mundo. Agora vocês imaginam quando você tem que prever afluências e tem um modelo que faz isso, aí, realmente, eu fiz lá... A semana que vem pode dar totalmente diferente do que o modelo diz. E agora eu me pergunto, o sujeito que está do lado de cá e que tem que por o seu dinheirinho no negócio e fala assim: “O que é que vai acontecer a semana que

vem?" "Eu não tenho a mínima ideia. Mas tem um pessoal que tem um modelinho que diz para você o que vai acontecer. Acredita no modelinho deles que ele vai dar o bom sinal para você". Aí o sinal vem ruim e fala assim: "A culpa não é minha, a culpa é do modelo". Mas isso não é o problema. Ninguém estar querendo achar um ocupado, a gente quer achar uma solução, a solução é como resolver esse problema. Acho que o Nelson foi feliz. Não é possível conviver com isso. E, além disso, é uma previsão de demanda que é feita por um modelo de afluência e que tem uma previsão de demanda que é sempre otimista. Hoje as previsões de demanda que estão circulando aí, estão 10% acima do que está ocorrendo, ou seja, está se operando o sistema com a perspectiva de uma demanda que não vai ocorrer, é visível que não vai ocorrer porque a economia brasileira não vai crescer 5% ao ano nos próximos, nem nesse ano, nem no ano que vem. Então, você tem um conjunto de elementos, por isso que eu chamei da burocracia estatal. Acho que alguns ficaram meio magoados. Mas é isso.

Eu sou um fruto da burocracia estatal, porque eu sou professor da universidade, então eu sou a própria burocracia, e nada mais burocrático do que a universidade hierárquica e tudo estruturado. Mas é preciso compreender que o comportamento do mercado não é um comportamento, é uma burocracia. No mercado existe muito dinheiro envolvido e é preciso dar o sinal aos agentes, sinais de preço adequado, esse sinal de preço que está aí é totalmente inadequado. Então, o que é fundamental rever isso, na minha opinião, é necessário, não sei se eu tenho a solução correta. Mas, certamente, é preciso se debruçar sobre isso. Eu acho que o Senado tem um papel fundamental, porque, inclusive, esses 40 bilhões de dólares que vão ser negociados o preço disso vai depender fundamental da forma como são operados os reservatórios. O valor da hidroelétrica muda se a forma de gestão dos reservatórios for diferente. A forma de gestão dos reservatórios influi diretamente no preço da energia, porque o reservatório é que define quanto de energia firme você tem e, portanto, quanto é que vale aquela energia que vai ser gerada. Então, eu acho que essas questões... Eu quis trazer só essas questões só para chamar atenção da necessidade absoluta de uma reflexão mais profunda sobre esse assunto, eu acho que vai passar pelo Congresso, assim como o Senador Collor já colocou, e eu acho que é fundamental a regulação do marco regulatório do pré-sal, que eu acho que é muito mais importante do que a gente está se dando conta. Eu acho que é uma discussão essencial de ser feita, porque os impactos que isso pode ter sobre a economia brasileira são enormes e a forma como isso vai... As mudanças que veem a ocorrer trarão mais ou menos benefício para o estado brasileiro, eu estou falando para o Estado, não estou falando para sociedade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ADILSON DE OLIVEIRA: Exatamente. Então, acho que ainda muito se falou e pouco se estudou sobre esse assunto, como, por exemplo, essa questão da Noruega que é uma coisa simples, é o seguinte, que esses recursos da Noruega são geridos pelo parlamento norueguês, ou seja, as decisões de investimento têm que ser submetidas ao parlamento norueguês, que é uma coisa relativamente diferente de uma decisão que é feita por uma empresa subordinada ao Presidente da República, é outro mundo, é um mundo muito diferente desse que nós estamos colocando aqui.

Eu agradeço, mais uma vez. Eu também peço desculpas por ter mantido vocês aqui até essa hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado professor Adilson. O Dr. Nelson Hubner tem algumas considerações a fazer.

SR. NELSON HUBNER: Só em relação a uma questão que o professor Adilson colocou aqui para gente, apesar de quase 10h da noite, que eu acho o seguinte, primeiro o seguinte, a gente tem que acertar essa questão de preço no mercado de curto prazo, só que eu não vejo a relação disso aí com a inibição de investimento do setor, eu acho que do jeito que está estourado o setor elétrico brasileiro hoje, o investidor vem porque, na verdade, ele entra em leilões, tanto que ela entra num leilão, ele tenha toda a sua receita garantida seja de transmissão, seja de geração por um contrato de longo prazo, então ele está, tanto que não falta investimento e todo mundo está vindo para o Brasil, porque o modelo está muito bem estruturado nesse aspecto. Então, o PLD pode estar a 50, a 200, a 800, não sei o que, não vai mudar a realidade da energia que eu estou contratando no leilão no contrato de longo prazo. Quem investe, por exemplo, voltado para o mercado também de curto prazo, todos eles estão escorados também em preço de energia que independente do PLD é o que está sendo comercializado, principalmente, no mercado livre que tem outro sinal de referência, ou seja, você veja, hoje nós não conseguimos contratar PCH, não conseguimos contratar biomassa nos leilões de mercado regulado por que não? Porque nós definimos um preço teto, porque nós estamos querendo uma tarifa mais baixa para o consumidor cativo que não consegue escolher o seu fornecedor de energia, então prefere uma energia mais barata, e nós não conseguimos contratar essa energia por quê? Porque tem um cara no mercado

livre que está pagando muito mais caro do que nós estamos disposto a pagar para o mercado regulado. Então, ele está tendo um senhor mercado e fazendo contrato de longo prazo. Estão vendendo com contrato de 10 anos, de 15 anos no mercado livre. Então, a atratividade não se dá pelo PLD, embora, nós temos, com certeza, colocar.

E a questão até da demanda. Eu acho que a gente não trabalha com demanda otimista, ou seja, trabalha com uma visão de [ininteligível] planejamento está colocando, isso é ajustado a cada ano. Por exemplo, quem era previsto para o Brasil em termo de crescimento da energia o passado, mesmo com a crise já entrando no final do ano nós crescemos, foi dado aquele crescimento 5.2, alguma coisa assim. Mesmo com o último trimestre bastante ruim e o corte foi imediato no setor de energia no setor industrial. Agora, imediatamente, no momento, por exemplo, esse ano foi totalmente reavaliada toda a questão do crescimento para esse ano, está repercutindo até 2014, 2015 e tudo é ajustado, e ajustado nos próximos leilões onde está contratando energia com antecedência para as distribuidoras, para tudo, e isso aí então já é uma diminuição da necessidade de energia, embora, óbvio então acho que isso aí eu não tenho essa visão de que a gente está trabalhando com isso. Quando você faz o planejamento você trabalha, mas isso aí é a cada ano, e no curto prazo está sempre revendo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por último Dr. Nelson Hubner, é uma pergunta final, a não ser que algum outro senador queira fazê-lo

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu sei que está todo mundo cansado pelo horário. Só queria fazer uma observação. Meu caro Tolmasquim foi embora e ficou faltando a resposta a uma pergunta que não quer calar. A questão da Petrobras como operadora do todo o pré-sal. Se isso afugenta ou não o investidor, principalmente, os grandes investidores, e, evidentemente, isso vai trazer algum tipo de impacto, pelo menos, no meu ponto de vista.

Então, queria só fazer uma observação com relação ao gás. É importante registrar, presidente, que nós aprovamos a lei do gás o ano passado. Imagine um mercado como esse com o potencial que o gás natural tem, o gás natural começou a ter uma regra o ano passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Delcídio Amaral.

O Dr. Tolmasquim avisou que teria que sair porque o voo dele estava marcado para aquele horário, e ele estava em cima da hora. E mandou pedir desculpas a todos os Srs. e Sras. Senadores e os Srs. Palestrantes, mas foi por este motivo que ele teve que se ausentar antes do final desse nosso painel.

E a pergunta que eu faria ao Dr. Nelson Hubner. O país pode crescer de 2010 a 2015 a uma taxa média de 5% sem que haja nenhuma possibilidade de faltar energia?

SR. NELSON HUBNER: Nunca tive dúvida disso, e hoje mais certeza ainda, e até 2010, 2015 até em função dessa crise financeira que houve ai, nós estamos, inclusive, já com uma sobra projetada, inclusive, até 2014, então com toda essa média de crescimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. NELSON HUBNER: --Contando com essas usinas que já foram, inclusive, contratadas, licitadas, por exemplo, as usinas que a gente lembra no debate todo, das usinas do Madeira, algumas que eles colocavam: as usinas não vão sair no prazo, vai furar tudo, vai faltar energia. E é o seguinte, tudo que a gente já tem e estamos acompanhando com a fiscalização da ANEEL é que vão sair bem antes do prazo que estão contratados, ou seja, na verdade, eles vão é vender um bocado de energia no mercado livre antes do prazo que está, aliás, dentro da análise da planilha dos investidores que eles fizeram de antecipar aquelas usinas e ganhar um pouco de dinheiro vendendo energia no mercado de curto prazo. Eu acho que eles não contavam muito com essa crisezinha, mas essa crise passa logo e eu acho que eles vão ter esse espaço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se com essa crise o consumo aumentou em 5.2%.

SR. NELSON HUBNER: No ano passado é. Esse ano, realmente, a gente não vai crescer, então esse ano vai ter o crescimento vai ser muito próximo de zero em termos de consumo de energia, mas se a gente for olhar no mercado residencial ou mesmo comercial você está tendo um crescimento, a grande queda está em cima de consumidores livres, no mercado de consumidores livres que são as grandes indústrias, que tem grande potencial de consumo de energia, mas que essas indústrias a gente sabe que a capacidade delas instaladas está toda aí, ou seja, reativou, a economia ativou um pouquinho ali, elas voltam a consumir no mesmo patamar. É diferente do que a gente teve no apagão de 2001 onde houve quase... Coletivamente a população se organizou e fez o maior trabalho de eficiência energética nesse país. Todo mundo trocou suas lâmpadas, geladeira, freezer aposentou, e a gente não foi aquele negócio: corta nesse momento que está faltando energia no outro ano voltou para o

patamar. Não voltou. O Brasil, de fato, a gente reduziu praticamente 20% do nosso mercado de energia que passou então a crescer a partir daquele patamar que foi definido no apagão. A avaliação que a gente tem que essa não, essa aí é uma indústria que parou de ter a sua produção industrial que está, especialmente, voltado para o mercado externo, principalmente, essa indústria, e que na hora que reativa esse mercado ela volta a consumir energia no mesmo patamar que ela estava consumindo antes da crise.

SR. ADILSON DE OLIVEIRA: Senador, você me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, professor.

SR. ADILSON DE OLIVEIRA: O consumo hoje de energia elétrica está no mesmo patamar que estava em 2007.

SR. NELSON HUBNER: Não 2008.

SR. ADILSON DE OLIVEIRA: 2007. Eu posso mostrar o número. Está na publicação da NOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O importante é que pelas informações aqui prestadas o Brasil está pronto para a retomada do seu crescimento, porque no campo energético não haverá falta desse insumo básico para que as nossas indústrias continuem a investir, a empregar e a consolidar o nosso processo virtuoso de desenvolvimento.

Eu gostaria de agradecer em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, aos nossos palestrantes de hoje: Dr. Nelson Hubner, engenheiro eletricista pela Universidade Federal Fluminense, foi diretor da Abrad, chefe de gabinete, secretário-executivo e Ministro interino das Minas e Energia, atualmente diretor-geral da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Ao professor Jerson Kelman, professor de coordenação de programação de pós-graduação em engenharia – COP, ex-presidente da ANA – Agência Nacional de Águas, ex-presidente-geral da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Ao professor Adilson de Oliveira, professor titular e diretor-executivo do Colégio Brasileiros de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E ao Dr. Maurício Tolmasquim, especialista em planejamento e matriz energética e presidente da Empresa de Planejamento em Energia.

A reunião de hoje integrando o ciclo de audiências públicas promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinou-se à apresentação do terceiro painel: energia, recursos energéticos e desafios estratégicos. Como é do conhecimento de todos, a agenda 2009/2015 sobre os desafios estratégicos setoriais que a infraestrutura precisa superar para que o Brasil retome e potencialize o seu crescimento econômico está divido em diversos painéis para cada um grande desafio identificado, contando com a participação de especialistas de notório reconhecimento em suas áreas de estudo e atuação.

Aos interessados em conhecer a primeira parte da agenda, apresentamos o nosso folder que já foi distribuído.

Gostaria de comunicar aos senhores que o nosso próximo painel está previsto a ser realizado no dia 31 de agosto, segunda-feira, às 18hs neste plenário, e o tema será: petróleo, etanol e biocombustíveis diferenciais e estratégicos. É um painel que julgamos todos de extrema importância para o momento atual que o país vive, e o assunto é extremamente atrativo. Teremos como convidados o Dr. Adriano Pires, o Dr. Marcos Sawaya Jank e o professor Sérgio Baldih Bajai(F) e a Dra. Elisabeth Maria Mercier que estarão aqui presentes para junto com as Sras. e os Srs. Senadores e aqueles que quiserem participar debater deste tema.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos os senhores palestrantes, agradecendo às Sras. e os Srs. Senadores, declaro encerrada esta sessão.

Sessão encerrada às 22h05.

Ata da 27ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 27 de Agosto de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, Sala 13 Da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores **ELISEU RESENDE, GILBERTO GOELLNER, FRANCISCO DORNELLES, PAULO DUQUE, LOBÃO FILHO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, WELLINGTON SALGADO, SERYS SLHESSARENKO, MÃO SANTA, INÁCIO ARRUDA, EDUARDO SUPLICY.** Justifica a ausência o Senador **FLEXA RIBEIRO. Compareceu ainda o Senhor Senador não-membro Leomar Quintanilha.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 25ª e 26ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. **PARTE I –** O Presidente procede a leitura dos comunicados da presidência. **PARTE II –** Deliberação de matérias: **EXTRA-PAUTA – ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 43, DE 2009 – CI** – Requer, na forma do disposto no art.

58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a comparecer a esta Comissão a Senhora Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde, para explanar a respeito do saneamento nas obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. **Autor:** Senador **Fernando Collor**. **Resultado: Aprovado**. **EXTRA-PAUTA – ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 44, DE 2009 – CI** – Requer, na forma do disposto no art. 58, §2º, incisos III e V, combinado com o art. 90, incisos III e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a comparecer a esta Comissão o Senhor Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, para explanar sobre os investimentos, linhas de financiamento e disponibilidade de créditos do Banco nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, especialmente naquelas ligadas ao setor da infraestrutura, bem como as previsões de participação e atuação da instituição na exploração do petróleo na camada do pré-sal. **Autor:** Senador **Fernando Collor**. **Resultado: Aprovado**. **EXTRA-PAUTA – ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009 – CI** – Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta entre essa Comissão e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de analisar e debater os impactos resultantes da publicação e aplicação do Decreto nº 6.620/08 e da Resolução ANTAQ nº 1.401/09, especialmente a inibição de investimentos privados na construção de terminais portuários privativos destinados à movimentação de cargas próprias e de terceiros e o impacto dessa inibição para o agravamento do "apagão portuário" já anunciado pelo Tribunal de Contas da União – TCU. À oportunidade, apresento sugere no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública: Fernando Fialho – Diretor-Geral da Agencia Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Willen Mantelli – Diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI e Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. **Autores:** Senadora **Kátia Abreu** e Senador **Wellington Salgado**. **Resultado: Aprovado**. Por solicitação do Senador Francisco Dornelles a Presidência inclui na Pauta da Reunião o Ofício "S" nº42 , de 2009, que Encaminha ao Senado Federal o Relatório de Desempenho Regulatório da ANAC de 2008, **EXTRA-PAUTA – ITEM 9 –** Decisão Não-Terminativa **– OFÍCIO "S" Nº 42, DE 2009**. "Encaminha ao Senado Federal o Relatório de Desempenho Regulatório da ANAC de 2008." **Autor: Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil –** ANAC. **Relator**: Senador **Francisco Dornelles**. **Parecer:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento da matéria**. **ITEM 2 – Decisão Terminativa – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2008** -- "Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais." **Autor:** Senador **Renato Casagrande**. **Relator:** Senador **Wellington Salgado**. **Parecer:** Favorável ao projeto. **Resultado: Lido o Relatório e encerrada a discussão, a votação foi adiada**. **ITEM 4 –** Decisão Terminativa **– PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, DE 2007.** "Acrescenta artigo à Lei n° 9.847, de 26 de outubro de 1999, para determinar a divulgação, pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, de relatórios periódicos dos postos de combustíveis autuados, interditados e fiscalizados, bem como daqueles sem fiscalização há mais de um ano." **Autor:** Senador **Álvaro Dias**. **Relator**: Senador **Eliseu Resende**. **Parecer:** Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado: Lido o Relatório e encerrada a discussão, a votação foi adiada. EXTRA-PAUTA – ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009 – CI** – Requer aditamento ao Requerimento nº 45, de 2009, no sentido de que seja ouvido representante da Confederação Nacional do Transportes na Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Infra-Estrutura – CI e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA relacionado ao "apagão portuário". **Autor**: Senador **Eliseu Resende**. **Resultado: Aprovado**. Os demais itens 1, 3 e 5, constantes da pauta, ficam adiados. Usaram da palavra os Senhores Senadores **Francisco Dornelles, Eliseu Resende, Edison Lobão Filho, Antônio Carlos Valadares e Wellington Salgado**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dez horas e seis minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ser-

viços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 25ª e da 26ª Reuniões. Os Srs. e Sras. Senadoras que estejam de acordo, que aprovam, permaneçam como estão. Aprovadas.

A Presidência comunica o recebimento da Carta nº 412, de 2009, do Sr. Adolfo Garrido, Presidente da Federação Sindical dos Serviços dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil, encaminhando a carta de Campo Grande, extraída das discussões no 6º Encontro Federativo Interestadual Sindical daquela Federação, realizada na capital do Estado do Mato Grosso do Sul, no período de 16 a 18 de junho passado.

Gostaria também de comunicar as Sras. e Srs. Senadores, a presença honrosa para nós, do Dr. Paulo Camillo Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, que fez questão de trazer em mãos o convite que ele faz a todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para o 13º Congresso Brasileiro de Mineração e EXPOSIBRAM 2009.

Ele diz o seguinte no seu ofício-convite, às Sras. e Srs. Senadores desta Comissão: "Cumpre-me a honrosa incumbência de convidar V. Exas. para, em 21 de setembro próximo, às 11h00 participar da Sessão Solene de abertura dos eventos em referência, que serão realizados simultaneamente no EXPOMINAS, em Belo Horizonte, no período de 21 a 24 de setembro, do corrente ano de 2009".

Ele destaca a participação de palestrantes de renome internacional, o tema é: "A mineração e o novo cenário sócio-econômico mundial", tema extremamente importante e bem consentâneo com o momento que estamos vivendo no campo econômico. E em torno desse tema serão feitas apresentações e debates sobre os rumos da mineração frente aos desafios impostos pela nova ordem mundial, decorrente da atual crise econômica global.

E, em função desse tema, ele continua, e de sua abrangência internacional, além de autoridades brasileiras, renomados especialistas já confirmaram suas participações, ou seja, as pessoas que eu irei elencar aqui já confirmaram as suas presenças, cabendo destacar dentre os que são do Exterior, o Dr. Richard Court, ex Primeiro-Ministro da Austrália, e atualmente, Chairman da GRD Minproc; o Dr. Anthony Hodge, Presidente do Conselho Internacional de Mineração e Metais, representando o Reino Unido; o Dr. Jan Klawitter, Divisão de Mineração e Metais com o Fórum Econômico Mundial da Suíça; o Dr. Aurelio Matínez Canabal, Presidente do Organismo Latino Americano de Mineração, a Colômbia; e o Dr. Guy Thiran, Secretário Geral da Associação Européia de Metais, Euro-Metaux, de Bélgica.

Quanto a EXPOSIBRAM 2009, já se tem cerca de 400 expositores confirmados, com equivalente número de stands adquiridos ou reservados, o que permite estimar presentemente volume de visitantes e de negócios próximos aos que se verificaram na EXPOSIBRAM 2007, que foi um sucesso extraordinário, como alguns dos Srs. e Sras. Senadoras haverão de se lembrar.

Aqui, portanto, o convite do Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, o Dr. Paulo Camillo Vargas Penna, feito este convite a todos os Srs. Membros e Sras. Membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Registramos também o recebimento do Ofício nº 5883, da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, dando conhecimento ao Senado, haver sido aprovada a Moção nº 28, de 2009, apresentada pelo Deputado Hélio Nishimoto, a fim de que seja determinada em nível nacional a instalação individualizada de hidrômetros em todas as unidades residenciais de conjuntos habitacionais e prédios de apartamentos populares, edificados em cumprimento aos projetos habitacionais e prédios de apartamentos populares, edificados em cumprimento aos projetos habitacionais públicos, com recursos de financiamento federal.

Por outro lado, a ANTAQ, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, através do Ofício Circular nº 004/2009, envia convite para, juntamente com autoridades do Ministério dos Transportes, Integração Nacional, Relações Exteriores e Secretaria Especial de Portos, DNIT, Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias, INPH, IME, e CODEVASF e outras empresas, para participar da missão da ANTAQ ao Mississipi, nos Estados Unidos da América, entre os dias 18 e 23 de outubro de 2009, com as autoridades norte-americanas, responsáveis pelo Complexo do Mississipi, hidrovia modelo para todo o mundo, tanto em eficiência quanto em tecnologia e preservação do meio ambiente.

A missão tem por objetivo, através da troca de experiências e intercâmbio de informações, a elaboração de estudos técnicos para o aprimoramento do exercício das funções da agência, no âmbito da regulação e fiscalização no setor aquaviário.

Havendo algum Senador ou Senadora, que tenha interesse em participar, por favor, peçam às suas assessorias que procurem a Secretaria desta Comissão.

Também registramos o convite da União dos Auditores Federais de Controle Externo, Auditar, para o 1º Seminário Técnico, com o título: "Controle de obras públicas, avanços e desafios", a ser realizado a partir

das 9h30, do dia 1º de setembro próximo, no Auditório da TV Câmara, localizado do térreo do edifício principal da Câmara dos Deputados.

A Presidência também comunica o recebimento dos Ofícios nº 1715 e 1767, do Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, que solicita o envio à Secretaria Geral da Mesa, do Projeto de Lei do Senado, nº 18, de 2007, para leitura de requerimento do Senador Aloizio Mercadante, para que a matéria seja examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O segundo ofício solicita que também seja enviado à Secretaria Geral da Mesa, o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, para leitura do requerimento do Senador Romero Jucá, para que a matéria tramite conjuntamente com outros projetos. Informo que esta matéria consta da nossa pauta de hoje, é o Item 5º da nossa pauta.

Gostaria de fazer, antes de iniciarmos o exame dos itens integrantes da nossa pauta, de tecer alguns comentários sobre o ciclo de audiências públicas que a Comissão de Serviços e Infraestrutura vem realizando, dentro da agenda 2009/2015, os desafios estratégicos setoriais.

No último dia 24, segunda-feira passada, nós realizamos o terceiro painel, intitulado: "Energia, recursos energéticos e desafios estratégicos". E tivemos oportunidade de ter uma Mesa de altíssimo nível, um debate bastante elucidativo. Muitas questões foram feitas aos Srs. Palestrantes, dúvidas foram dirimidas, enfim foi uma troca de opiniões e de ideias de extrema importância.

Esteve presente aqui o Dr. Nelson Hubner, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL. O Dr. Nelson Hubner registrou na ocasião, que o Brasil precisa diminuir a sua dependência externa em relação aos combustíveis fósseis, com o objetivo de aumentar a segurança energética nacional. O que deve acontecer com o decorrer da exploração do petróleo na camada do pré-sal.

O Dr. Hubner, também registrou que a matriz energética brasileira compreende grandes e pequenas usinas hidrelétricas, geração solar, eólica e nuclear, biomassa, gás natural e carvão. De acordo com o Dr. Hubner, apenas 28% da capacidade de geração hidráulica brasileira é aproveitada atualmente, mas ele também frisou que os reservatórios estão cada vez menores.

O Dr. Hubner afirmou ainda que o Brasil tem potencial para ser um dos maiores produtores de energia solar do mundo, além de possuir reservas de urânio suficientes para abastecer as usinas nucleares de Angra I, II e III, por mais de 500 anos.

Para ele grande desafio é o enfrentamento do debate sobre o meio ambiente versus do desenvolvimento com maturidade, expressão que ele utilizou.

Também o Dr. Hubner afirmou, conforme já foi dito, a grande importância do pré-sal para o processo de desenvolvimento brasileiro nos próximos anos.

Também esteve aqui conosco o Dr. Mauricio Tolmasquim, que é da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério das Minas e Energia, ele também ressalta a importância do pré-sal, diz ele que vai mudar a história do Brasil e que seremos um grande exportador de petróleo.

Afirmou o Dr. Tolmasquim, que a matriz energética do país, do Brasil é invejável, quase metade da energia provém de fontes renováveis. E, de acordo com ele, a geração de energia elétrica representa apenas 2% da emissão de gases geradores do efeito estufa, número cerca de 200 vezes que os apresentados pela China e os Estados Unidos, que ele tomou como exemplos para esta comparação.

O Dr. Tolmasquim, informou também, que a produção de etanol brasileira deve aumentar 150%, até 2017. E, quando isso acontecer, quando houver esse aumento da produção de etanol da ordem de 150% até 2007, quando isso acontecer, apenas 2,56% da área agricultável brasileira estará sendo usada para plantação da cana-de-açúcar. Na opinião dele, isso demonstra que a produção do etanol brasileiro não afetará a produção de alimentos, nem aumentará o desmatamento.

O Dr. Tolmasquim, concordou que o país precisa aumentar a exploração hidrelétrica na região norte, mas combinada com a preservação ambiental.

Finalmente, ele ressaltou a relevância da geração eólica, dizendo que o Brasil possui atualmente 441 empreendimentos eólicos e, que juntos geram quase a mesma quantidade de energia gerada pela Hidrelétrica de Itaipu. Esse é um número realmente impressionante.

O Prof. Alberto Luiz Coimbra, também aqui esteve, Professor de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Sr. Jeferson Kelman, que informou que 75% da energia elétrica produzida no Brasil, provém de empreendimentos hidroelétricos.

O Dr. Kelman disse que, no Brasil, mais da metade das emissões de gases que contribuem para o efeito estufa é proveniente do desmatamento, conforme aqui nós já verificamos em outras audiências públicas e, também, em alguns painéis que já foram realizados aqui.

Sugeriu a manutenção da geração hidrelétrica nesses patamares entre 75 e 85% da energia elétrica

produzida, mas combinadas com as chamadas usinas térmicas, o que vai contribuir para o barateamento do preço da energia e com a geração a partir de fontes alternativas.

Deixe-me ver aqui. Por fim, então, o Prof. Adilson de Oliveira, que é Diretor do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, informou que o setor industrial brasileiro paga o dobro por energia elétrica do que paga o setor industrial norte americano. Em média, acrescentou, 34% do custo da energia brasileira provém de tributos.

Daí o encarecimento da energia elétrica fornecida às indústrias brasileiras, comparativamente aquela fornecida pelos Estados Unidos às suas indústrias, ou seja, mais um indicativo de que a reforma tributária é um tema que se coloca na Ordem do Dia, dos debates do Congresso Nacional e da sociedade brasileira.

Para o Prof. Adilson de Oliveira, o gás natural que será extraído na exploração da camada de pré-sal, terá custo baixíssimo, o que ajudará o país a diminuir o preço de geração termoelétrica. Ele acredita ser fundamental que o país recobre a sua competitividade no suprimento de energia, o que passa, principalmente, pela diminuição do preço da energia.

Na próxima segunda-feira, dia 31 de agosto, às 18h00, aqui neste Plenário, nós teremos o quarto painel. Nesse painel trataremos do tema: "Petróleo, etanol e biocombustíveis, diferenciais estratégicos". Com os seguintes convidados: Dr. Adriano Pires, Consultor de Termoelétrica, Prof. do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, também, professor desta mesma Universidade.

O Dr. Marcos Sawaya Jank, PHD pela FEA e Mestre em Políticas Agrícolas em Montpellier/França, ele foi professor visitante nas Universidades de Georgetown e Missouri-Columbia nos Estados Unidos da América. É Diretor do Departamento de Agronegócios da FIESP e Presidente da Única.

E o Prof. Sergio Valdir Bajay, Professor de Planejamento Energético e Engenharia Mecânica e de Petróleo da UNICAMP. Pesquisador e Consultor das áreas de energia e planejamento energético da mesma Universidade, matriz energética.

Convido mais uma vez, a todas as Sras. e Srs. Senadores, para que estejam presentes a este quarto painel, bem como a todos aqueles que estejam interessados em, desta Audiência Pública, participar.

Temos sobre a mesa alguns requerimentos extrapauta.

O primeiro requerimento...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu não sei se eu apresentei dois requerimentos, eu sei que estão aí, mas eu queria apenas justificar, um deles é relacionado a prestação de contas da ANAQ, que eu pediria uma inversão extrapauta.

E a outra, Sr. Presidente, eu estou extremamente preocupado com notícias divulgadas, que o governo iria fazer uma mudança no marco regulador do petróleo, deixando de lado o sistema da concessão, que é um sistema moderno, atualizado, transparente, eficiente, é aquele regime em que o Estado participa dos resultados e dos lucros, sem correr o risco administrativo e participar do prejuízo, por um sistema da partilha que, a meu ver, só interessa a burocracia estatal.

Por esse motivo, Sr. Presidente, eu apresentei aqui um requerimento, que V. Exa. pudesse ser convidado a comparecer a esta Comissão o Presidente da Petrobras, para que ele pudesse no período mais curto, quer dizer o mais breve possível, informar esta Comissão as razões da mudança no marco regulador do petróleo, num momento tão importante em que o mundo participa e faz um grande esforço para desburocratizar toda a área de investimento, nós vamos criar aqui um sistema burocratizado, estatizado e, realmente, sem qualquer justificativa para tal.

Por isso, eu apresentei um requerimento a V. Exa., nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Ministro Francisco Dornelles, solicita que seja também incluído hoje na apreciação extrapauta o requerimento de sua autoria.

Em relação a esse ponto, Ministro Francisco Dornelles, eu teria a informar a V. Exa. o seguinte: no próximo dia 31, deste mês de agosto, o Presidente da República, ele estará lançando, ou apresentando, o projeto do marco regulatório do pré-sal. Por enquanto, o que nós temos hoje são especulações de como será o regime de concessão, se de partilha ou de como será a exploração pelo regime de concessão, como está hoje ou de partilha.

Outro tema também que tem suscitado muitos debates é relacionado à questão dos *royalties*, da forma como eles serão distribuídos, se nos moldes atuais ou se haverá alguma mudança, alguma diferença.

Enfim, sem prejuízo do requerimento que V. Exa. apresentou e que nós colocaremos agora em votação, eu pediria que se pudéssemos esperar primeiro termos uma posição oficial do governo, para depois termos essas autoridades para debatermos algo, em

cima de algo que seja já oficial, talvez, salvo melhor juízo, fosse conveniente.

Por outro lado, no dia 10 de setembro, já está agendado aqui uma Audiência Pública, com o Sr. Ministro das Minas e Energia, Ministro Edison Lobão, que virá no dia 10 de setembro, aqui a primeira Comissão do Senado Federal que ele virá, será a Comissão de Infraestrutura, para debater sobre este documento, que já terá sido apresentado no dia 31 de agosto, anterior à presença dele, que se dará no dia 10 de setembro, numa Audiência Pública, numa quinta-feira.

Eu acho que isso tudo vem de acordo com o que V. Exa. deseja, e muito apropriadamente propõe, com base nesse seu requerimento, que eu passo agora à leitura: Requeiro nos termos do § 2º...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois, não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Veja só, eu achei quando apresentei esse requerimento, que o assunto marco regulatório do petróleo fosse debatido muito profundamente nessa Comissão, mas se V. Exa. entende entretanto que a vinda do Ministro Lobão, no dia 10, ele deveria ser, vamos dizer, atropelada por esse requerimento meu convocando o Presidente da Petrobras, eu posso retirar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois muito bem.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu deixo nas mãos de V. Exa., como V. Exa. desejar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Talvez, então, se V. Exa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): A meta, como já em outras Comissões estão sendo convocados a Presidente da Petrobras, também, eu pensei talvez fazer um convite por aqui, até para nós ficarmos no caso dele conceituar esse convite, fazer uma reunião conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Mas se V. Exa. entender que o caminho é outro, eu deixo nas mãos de V. Exa. o processo decisório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu acredito que, Senador Ministro Francisco Dornelles, que com a vinda do Ministro Edison Lobão, no próximo dia 10, ele se fará acompanhar naturalmente dos seus assessores diretos, dentre eles o Presidente da Petrobras ou o Diretor da área, enfim, mas fica... V. Exa., então, retira.

Então, o Senador Ministro Francisco Dornelles retira o requerimento, tendo em vista a informação que foi passada a esta Comissão, da presença do Sr. Ministro Edison Lobão das Minas e Energia, na Audiência Pública desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, no próximo dia 10 de setembro, quinta-feira.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, me permitiria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de destacar essa colocação do Senador Francisco Dornelles, este é um assunto que está sendo esperado aqui na Comissão de Infraestrutura, com grande ansiedade há muito tempo. Nós temos que participar efetivamente da discussão do novo modelo da exploração e produção de petróleo face a Legislação existente e face a descoberta do petróleo na área da pré-sal.

O Presidente da República, por certo, procurará anunciar o programa em primeira mão, dentro da posição e da modelagem do governo, mas nós temos que discutir isso aqui profundamente. As colocações do Senador Francisco Dornelles são muito válidas, com muita propriedade.

Há um modelo em exercício no país, o petróleo é explorado mediante concessões às empresas públicas ou privadas. A Petrobras funciona como uma concessionária de exploração de petróleo. E há possibilidade de haver outras empresas privadas, também como concessionárias na indústria do petróleo e do gás natural, dos hidrocarbonetos de uma maneira geral.

Nós precisamos examinar isso, atentamente. Isso envolve interesses dos Estados e Municípios, através da política de *royalties* do petróleo e a Petrobras tem um papel importante. Quando este modelo, que está vigente, foi discutido aqui no Congresso, eu, aconteceu Senador Francisco Dornelles, ser o Relator da lei do petróleo, que flexibilizou o monopólio do petróleo e que criou a Agência Nacional do Petróleo e o modelo que aí está.

Não foi fácil colocar a Petrobras na posição nova, porque ela tinha o monopólio da execução da consecução da política do petróleo, formulada pelo governo, de uma maneira geral.

Não se tem ideia do que vem por aí em matéria de proposição governamental. Pode ser que haja a presença mais forte do governo, na formulação da política e menos participativa da Petrobras, no que diz respeito à participação na produção do petróleo do pré-sal.

Acho muito importante que o governo anuncie as suas ideias e o modelo que teria estudado. O Ministro de Minas e Energia virá aqui com o Presidente da Petrobras e, certamente, o governo encaminhará um

Projeto de Lei, propondo o novo modelo relacionado com o pré-sal.

O que importa dizer que será muito importante, Sr. Presidente, a participação dessa Comissão de Infraestrutura do Senado, na discussão dessa matéria, no acompanhamento e na atenção que deve ser dada a esse setor, que é realmente uma mudança de grande relevância e de grande profundidade na exploração das fontes de energia do país.

Foi dito aqui pelo Presidente, foram trazidos dados do seminário, realizado na última segunda-feira, sobre as fontes de energia. O Brasil se orgulha muito de ser, talvez, o maior país do mundo em termos de diversidade de fontes de energia, em quantidades que causam realmente inveja nos países do mundo. Temos os maiores potenciais hidrelétricos e hidráulicos, temos um potencial imenso para energia eólica, temos vastas reservas de petróleo.

Foi dito aqui que nós temos urânio para 500 anos de produção de energia nuclear, através de usinas nucleares que se implantem. Temos a biomassa, temos os biocombustíveis e finalmente temos o petróleo, com reservas que realmente podem se igualar aos maiores estoques internacionais deste combustível, desta fonte de energia.

Portanto, nós estamos aguardando aqui, Sr. Presidente, e muito importante que nós possamos dedicar um tempo grande desta Comissão na discussão da lei que deve passar por esta Comissão de Infraestrutura, em primeiro lugar, para que nós possamos dar a melhor solução possível, a produção do petróleo no Brasil, preservando o papel da Petrobras, mas deixando margem de participação também do setor privado.

Era o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, Sr. Ministro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, V. Exa. poderá me dar um minuto, ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Sr. Senador Ministro Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria em relação a esse programa petróleo, nós precisamos fazer um marco bem claro. Um é o problema de distribuição a Estados e Municípios, que existe sempre um conteúdo federativo político, que tem ser examinado com muita frieza, com muita calma, com muita cautela. O outro é o marco regulador do petróleo é o problema partilha vezes concessão, é o problema estatização versus iniciativa privada.

Eu entendo, Sr. Presidente, em notícias divulgadas de certa... Eu sou, eu considero extremamente importante que o governo tenha uma empresa estatal participando da exploração do petróleo.

O petróleo no mundo é explorado através de um oligopólio e se nós não tivéssemos uma Petrobras muito forte, nós não teríamos alcançado o nível que chegamos hoje no campo da pesquisa e da exploração do petróleo.

Mas uma coisa é desejarmos a Petrobras forte, uma coisa é desejarmos a Petrobras pujante. Outra coisa, nós temos que examinar sob o aspecto jurídico se nós devemos afastar empresas privadas nacionais e estrangeiras do campo da exploração do petróleo. A Petrobras forte, sim, mas monopólio não.

E eu, inclusive, sobre notícias divulgadas que a Petrobras teria certas posições privilegiadas desse marco regulador do petróleo, Ministro, Presidente, Ministro Eliseu, a Constituição diz no seu art. 173, § 2º, que as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.

Então, se nós entendermos que dentro dessas linhas e privilégios que foram dados à Petrobras, ele tem o sentido fiscal, realmente, isso poderá inclusive ser sujeito a uma contenda judicial. Mas o importante é que a gente possa separar bem claro o problema de distribuição de *royalties* e participação especial, que tem um caráter político federativo.

Vamos discutir, cada pessoa vai dizer uma posição defendendo o interesse dos seus Estados, mas do outro em si, nós estamos muitas vezes desviando a atenção do problema de distribuição de *royalties*, que é aquele que tem o caráter mais emocional e político e deixando de lado o aspecto fundamental, que é trocar um sistema de concessão, eficiente, claro, transparente, para um sistema da partilha, que só interessa à burocracia estatal.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de acrescentar, Sr. Presidente, se me permitir?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O modelo atual, Senador Francisco Dornelles, é o modelo que V. Exa. conhece profundamente, verificada a existência ou a possibilidade de existência de um bloco de petróleo, cabe à Agência Nacional do Petróleo, colocar em licitação permitindo a participação na licitação de empresas estatais, ou privadas nacionais ou internacionais, ou estrangeiras. E a Petrobras participa em igualdade de condições com outras empresas.

Não há nenhuma regalia para a Petrobras. Apenas há um detalhe, se porventura acontecer uma hi-

pótese totalmente improvável de haver um empate na licitação, cabe à Eletrobrás ser detentora do processo licitatório, só no caso de empate, mas é quase impossível haver um empate.

E quanto as regras de distribuição de *royalty*, essas regras corresponde à participação especial, no caso de grandes fontes de produção, como é a Bacia de Campos e a Bacia de Santos e a distribuição de *royalties* para os Estados e Municípios e até mesmo superficiários, no caso de produção interna. Mas a Petrobras participa como se uma outra empresa fosse em igualdade de condições.

Normalmente, a Petrobras conhece melhor, tem melhores informações do subsolo e das reservas de petróleo nas bacias sedimentares e ela tem melhores condições de tecnologia própria e de infraestrutura própria, para ganhar as licitações. Mas a competição se faz de uma forma que não privilegia a empresa estatal e dá iguais oportunidades para as empresas privadas.

Nós gostaríamos muito que esse modelo se estendesse para o pré-sal também, acho um modelo bom, que está dando certo no Brasil. Nós vamos ver que o vem por aí, Sr. Presidente, o certo é que essa matéria tem que ser discutida profundamente, aqui nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade, Senador Ministro Eliseu Resende e Senador Ministro Francisco Dornelles, que há uma grande curiosidade e uma grande preocupação, de toda a sociedade brasileira e desta Casa em relação ao que o governo irá apresentar no próximo dia 31 e, em seguida, encaminhar para o Congresso Nacional, em forma de projeto, o que ele concebe como o ideal para o marco regulatório do pré-sal.

Naturalmente, no último painel, na última segunda-feira, esse tema foi abordado aqui e acolá, embora não fosse o objeto central do painel, e foi-se falado na lei, onde é que está? Estão nas minhas anotações, a lei do petróleo 9.478, de 97, como poderia conciliar o governo com o que está expresso nessa lei. Também o artigo que foi citado por V. Exa., Senador Ministro Senador Francisco Dornelles, que é o art. 173 da Constituição. Há também o art. 177 da Constituição Federal, enfim são todos esses balizamentos que, sem dúvida, o governo estará atento, até para que não incorra numa discordância com a lei maior do país.

Eu tenho certeza plena de que os estudos que estão sendo realizados hoje, na órbita do Governo Federal, do Ministério das Minas e Energia, do Ministério da Chefia, a Ministra-Chefe da Casa Civil, esses estudos vêm sendo feitos com muito cuidado, com muito esforço de uma enorme equipe de técnicos da Petrobras, para que possam chegar o mais que possível a um denominador que atenda aos interesses nacionais e dê respostas efetivas a todas essas dúvidas que nós temos.

Por outro lado, Sras. e Srs. Senadores, como a nossa Comissão já havia estabelecido, o mês de outubro será destinado dentro do painel, dentro dessa agenda 2009/2015, "Desafios estratégicos setoriais", já havia definido esta Comissão que o mês de outubro seria dedicado à discussão específica do marco regulatório do pré-sal.

E eu tenho aqui a pré-agenda para o mês de outubro, que eu gostaria de passar aos senhores, há um grupo de trabalho, também designado por votação da Comissão de Serviços de Infraestrutura encarregada de fazer os convites e escolher aqueles palestrantes e também os temas, grupo de trabalho este que tem como Coordenador o Senador Delcídio Amaral e dele fazem também o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Gim Argello.

Então, a primeira proposta de agenda para o mês de outubro diz o seguinte: Dia 05 de outubro, seria tratado neste painel, que é uma segunda-feira, 18h00, "Marco regulatório da exploração, partilha versus concessão. Projeto de Lei proposto pelo Governo Federal, Petrobras versus..." – agora no mês de outubro. Porque no mês de 31 de agosto, o Presidente da República, estará apresentando o projeto do governo para a exploração do petróleo na camada do pré-sal e o seu marco regulatório e estará encaminhando isso aqui ao Congresso.

No dia 10 de setembro, estará aqui na nossa Comissão, o Sr. Ministro das Minas e Energia, Ministro Edison Lobão, que vai se colocar à disposição dos Srs. e Sras. Senadores da Comissão de Infraestrutura, para dar os primeiros esclarecimentos do que, no dia 31, foi anunciado pelo Sr. Presidente.

Então passaremos o mês de setembro, discutindo tanto em Plenário, como em diversas outras Comissões esse assunto e, no mês de outubro, nos concentraremos para discutirmos especificamente o tema do marco regulatório do pré-sal.

Então, essa agenda tentativa que está aqui, e que já foi me passada será encaminhada ao Coordenador do Grupo de Trabalho Senador Delcídio Amaral, e que tem então isso aqui já não estabelecido, mas sugerido: Dia 05 de outubro, marco regulatório da exploração Petrobras, versus Petrosal, é o que se imagina que possa acontecer se for criada uma estatal, especificamente para a exploração dessa riqueza.

Sistemas de partilha ou concessão, *royalties* para Estados e Municípios; Distribuição para os investimentos, visando a correção de desigualdades regionais.

Depois, no dia 19 de outubro, impactos no meio ambiente; Emissão de gases poluentes; Aproveitamento econômico dos produtos periféricos.

No dia 26 de outubro, desenvolvimento do projeto; Domínio da tecnologia necessária para todas as fases do programa; Recursos financeiros necessários para todo o período; Engenharia financeira necessária para o desenvolvimento total do programa.

De modo que as Sras. e Srs. Senadores, que tenham alguma sugestão a fazer tanto de temas como de nomes de pessoas que possam vir aqui participar desses debates, se for necessários também, entraremos no mês de novembro, se for necessários também, anteciparemos um pouco mais, para a segunda quinzena do mês de setembro, o início da discussão desse assunto, dessa matéria.

As Sras. e Srs. Senadores fiquem inteiramente à vontade, peçam às suas assessorias que entrem em contato com a assessoria do Senador Delcídio Amaral, com as sugestões que V. Exas. julgarem convenientes fazer para que ele, então, possa apresentar já nos próximos, sem ser esta semana que vem à próxima, já apresentar de forma consolidada a nossa programação para o mês de final de setembro, outubro, e podemos entrar como disse, em novembro para debatermos a questão da exploração do pré-sal, e o seu marco regulatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Sr. Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria reiterar e dizer aqui, bem claro, que eu tenho pelo Ministro Lobão, o maior respeito, a maior admiração, pelo amizade pessoal, sou amigo da Ministro Lobão. E estou certo que a sua presença no Ministério das Minas e Energia é uma garantia de que esse assunto será amplamente debatido no Congresso. E que, com abertura e com a sua formação política democrática, o governo inclusive poderá aceitar, até sugestões se assim entender, para aprimorar o projeto que será enviado.

Agora, no que pese todos esses fatos, eu, realmente, por notícias divulgadas, eu considero um retrocesso muito grande a modificação, o abandono do sistema da concessão pelo sistema da partilha.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Está aqui registrada a posição do Senador Ministro, Senador Francisco Dornelles, que é--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --profundamente conhecedor não somente deste tema, mas de vários outros temas do interesse da nação.

Com a palavra, o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria apenas de fazer um pequeno registro.

O projeto de exploração do pré-sal é fruto de trabalho de uma longa jornada e uma extensa equipe interministerial, composta de muitos técnicos de diferentes órgãos, absorvendo experiências de outros países, modelagens de outros países e de sucesso e de não tão sucesso, que está sendo feita com muita responsabilidade e muito critério.

Não está sendo feita de forma assoberbada, de forma açodada, mas eu acho que a maior garantia desse processo, além desse trabalho denso que está sendo realizado, é exatamente o que o Ministro Dornelles acabou de referenciar. Eu acho que a sensibilidade política do Ministro Edison Lobão, no sentido de estar aberto aos seus antigos pares, aos Senadores desta Casa, num ato de acolher sugestões, de debater o tema.

Eu acho que essa é uma garantia de que nós teremos um projeto discutido, um projeto, que eu tenho certeza, será o melhor para o nosso país. Nós, eu acho que mais do que discutirmos o marco regulatório do petróleo, eu acho que nós estamos discutindo o marco histórico do nosso país. É um ponto de mudança da realidade econômica definitiva do nosso país.

Eu até ouso exagerar e dizer que eu acho que é o ponto mais importante da história deste país, que irá dividir dois momentos históricos, um momento de um país em desenvolvimento – coisa que eu ouvi a durante a minha juventude inteira, nós éramos o país do futuro, um país do desenvolvimento, mas sempre um país de terceiro mundo – para um país definitivamente ingressado na turma do primeiro mundo, um país do primeiro mundo.

Eu acho que o pré-sal é este marco, além do trabalho que o Presidente Lula vem fazendo nos últimos anos, no sentido de colocar também o nosso país no cenário mundial, como um país respeitado e ingresso no seleto clube dos países de primeira linha.

Era isso que eu desejava registrar e agradecer as palavras tanto do Ministro Dornelles, quanto do Ministro Eliseu Resende. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Edison Lobão Filho.

E eu fico muito honrado, porque esta discussão passará por uma Comissão que tem dentre seus integrantes, homens do valor e de quilate do Senador Ministro Senador Francisco Dornelles, do Senador Ministro Eliseu Resende, do Senador Ministro Edison Lobão, que aqui estará no próximo dia 10, dentre tantos outros.

E isso é uma garantia de que esse debate se fará no mais alto nível e levando em conta sempre os maiores e melhores interesses nacionais. Eu fico muito feliz de poder estar participando conjuntamente com os Srs. e Sras. Senadoras, desse momento histórico, a que se referiu o Senador Edison Lobão Filho e que eu acho que todos nós concordamos.

Com os recursos advindos da exploração do óleo na camada do pré-sal, o Brasil terá condições infinitas de, uma vez por todas, galgar um patamar de país, de nação desenvolvida. Com as correções que serão feitas também nas desigualdades sociais, com os recursos advindos dessa exploração. E isso, como disse também aqui o Senador Edison Lobão Filho, com base em experiência em outros países.

Aqui eu tenho, por exemplo, cerca de 15 países que têm um fundo criado em função da exploração das suas reservas naturais de petróleo, isso vai desde a Rússia, que tem um ativo de 162 bilhões provenientes da exploração do seu petróleo, até, por exemplo, a Noruega, que tem 396 bilhões.

E a Noruega é interessante que há uma observação, que esses recursos, eles não podem ser aplicados, por exemplo, os recursos do fundo que a Noruega obtém pela exploração do seu gás, do seu óleo, não podem ser aplicados em atividades onde exista riscos de violação de direitos humanos, corrupção, danos ambientais, ou quaisquer outras atividades que contrariem normas éticas fundamentais.

A distribuição regional dos investimentos é a seguinte: Américas e África 35%, Ásia 15%, Europa 50%. E uma observação adicional, é que essas aplicações são feitas não mediante o que o Executivo acha que deva fazer, mas sim, o que o Parlamento acha que deva ser feito com a aplicação desses recursos. Então é um modelo, que demonstra que o Legislativo participa diretamente de decisões como essas, que são decisões próprias do Poder Executivo.

Então, todas essas, todos esses fundos e todos esses países em que foram constituídos esses fundos para a aplicação em ciência, tecnologia, inovação, educação, correção de desigualdades sociais, isso será também uma das fórmulas, uma dessas fórmulas será uma daquelas que será, que virá a ser apresentada pelo Sr. Presidente da República, no próximo dia 31 e aqui será debatido com a presença do Sr. Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão.

Temos aqui, extrapauta, dois requerimentos, que eu gostaria de colocar.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senador Ministro Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [interrupção do áudio] eu pergunto a V. Exa. se ainda é possível um minuto mais ainda para colocar uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida, Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): V. Exa. levantou agora, ainda, o problema ainda do pré-sal no campo financeiro e o governo já vem realmente anunciando, antes mesmo do investimento do resultado, a aplicação dos recursos do pré-sal.

Tem fundo para tudo, fundo para educação, para saúde para segurança, tem fundo para tudo, agora, a experiência que existe hoje no campo financeiro é que o governo tem uma porção de fundos, agora, todos os recursos dos fundos são contingenciados.

Todos os recursos, os recursos do FAT são contingenciados, os *royalties*, destinados à Marinha, ao Ministério de Ciência e Tecnologia não chegam são contingenciados. De modo que eu sou muito partidário do orçamento impositivo, mas se quisesse criar fundos com os recursos do petróleo pelo regime de concessão pode também, não precisa criar só a partilha para criar o fundo.

Agora, eu também tenho algumas restrições, um país que tem uma dívida de um trilhão e 300 e paga juros de 8.75, e até reduziu bem, vai criar um fundo que vai ter uma remuneração menor que os juros. Eu acho que, às vezes, ele poderia reduzir a dívida e a economia dos juros aplicar, realmente, em todas, na educação, na saúde, na segurança.

Eu acho que um país que têm uma dívida do nosso porte, e até uma dívida que está sendo bem administrada, tem caído. Eu não me preocupo muito com o percentual dessa dívida no momento que está eu ainda acho razoável, apenas ela existe e custa 8.75 por ano.

Ora um fundo não vai render isso, então é como duas pessoas que têm um dinheiro e uma dívida, invés de abater a dívida é pagar menos juros, ele investe, vai investir em um fundo e receber menos que o juros que ele economizava.

Eu tenho também restrições à criação dos fundos que vêm sendo anunciados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso em relação à questão dos fundos, nós temos que evitar incorrer naquela, no mesmo erro que a Holanda nos anos 70 enfrentou. A chamada doença holandesa, em que ela, houve uma descoberta de um grande campo de gás, recursos vultosos foram auferidos, em função da exploração desses campos de gás. E a falta de uma boa coordenação na constituição do fundo e na aplicação dos rendimentos deste fundo, fizeram com que a economia holandesa entrasse na década de 70 e até no começo da década de 80, numa recessão profunda e causando grandes dificuldades.

Porque nós temos que ver também, que a entrada de recursos, fruto da exploração do óleo no país, terá que ser feito com muito cuidado, em função do que pode ocorrer na nossa política cambial. Então, isso pode desindustrializar o país, caso não se faça com isso a medida certa, na medida correta.

Enfim, nós estamos verificando aqui hoje, nesta Comissão, que esse é um assunto que nos está tomando a todos. Está deixando a todos muito interessados e muito dispostos a discutir e chegarmos a um modelo, que esteja de acordo com o melhor interesse nacional.

E, como eu disse e repito, eu fico muito feliz de poder esta Comissão estar recebendo, logo no próximo dia 10, o Senador Ministro Edison Lobão, que fez questão de vir à Casa à qual ele pertence e à Comissão, da qual ele foi o seu primeiro Presidente, para debater com os seus colegas Senadores, este assunto de tamanha relevância e importância, como aqui foi dito pelo Senador Ministro Francisco Dornelles, pelo Senador Ministro Eliseu Resende, e Senador Lobão Filho, e pelas senhoras e senhores aqui presentes.

Senador Ministro Eliseu, V. Exa. deseja falar?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas uma observação adicional ao que falou aqui o Senador Francisco Dornelles.

No contexto atual das concessões há uma participação importante do governo nos *royalties* e, particularmente, na chamada participação especial e no bônus de assinatura. Vários, há várias participações, inclusive o aluguel das áreas ao concessionário. Esse aluguel das áreas vai para a Agência Nacional de Petróleo, para que ela possa fazer pesquisas adicionais e promover novas licitações em outros campos e há participação especial.

Mas a observação que se faz aqui, Presidente, é que tem havido realmente um contingenciamento importante em recursos como esses, que tem destinação especifica e que não poderiam ser contingenciados. Nós temos ouvido da Agência Nacional do Petróleo e dos seus diretores, da sua direção, observações de contingenciamento desses recursos, que prejudica as pesquisas novas de petróleo no país, de forma que qualquer modelo precisa de levar em conta, realmente, a verdadeira aplicação das participações governamentais nos efeitos da produção de petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Essa questão do contingenciamento, ela é própria de um orçamento, que não está devidamente calibrado com aquilo que ficou estabelecido no papel. É falta do que o Ministro Dornelles aqui disse, ao invés de um orçamento como esse, que é meramente autorizativo, mas fica ao talante do Executivo a sua execução, como foi aprovado pelo Congresso ou não, gera essa oportunidade do contingenciamento.

Já o orçamento impositivo, geraria por parte tanto do Congresso Nacional uma maior responsabilidade na hora de oferecer emendas à proposta do orçamento enviada pelo Executivo, como também por parte do Executivo, a responsabilidade de executar com precisão aquilo que ficou aprovado no Congresso Nacional.

Todos os governos fazem o contingenciamento. Quando há dificuldades de caixa, dificuldades no tesouro, todos os governos indistintamente fazem contingenciamento. Eu mesmo, no meu período como Presidente da República, fiz do contingenciamento um instrumento do dia-a-dia, para nós conciliarmos as diversas demandas que nós tínhamos de todas as áreas naquele período.

Mas, enfim, somente será resolvida a questão do contingenciamento, quando houver um orçamento impositivo e um orçamento que obrigue tanto o Congresso Nacional, a ter uma maior atenção na hora de elaborar as emendas que ofereça à proposta do Executivo, como por parte do Executivo, na aplicação desses recursos.

O fato é que a questão do pré-sal vai gerar, há uma estimativa de que isso gere cerca de 100 bilhões líquidos por ano para o Brasil. Então, o que fazer com esses 100 bilhões? O Ministro Senador Francisco Dornelles, disse que seria bom que se utilizasse esses recursos para se abater a dívida e, com isso, não estaria se pagando juros mais altos do que o rendimento auferido pela aplicação desses recursos provindos do pré-sal.

Enfim, são perguntas e são questões extremamente instigantes e que fará com que este Plenário, o Plenário dessa Comissão, seja palco de debates extremamente importantes para o futuro do nosso país.

Senador Wellington Salgado de Oliveira, alguma consideração?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu queria também fazer uma última colocação.

Veja como mesmo nas palavras dos nossos dois Ministros, se traduz essa nova realidade a que eu me referi na minha fala agora, recente. Não mais iremos discutir a administração de uma dívida, que até não é mais pela nossa matriz, dívidas de curto prazo, todas foram lançadas para médio e longo prazo.

Essas dívidas, no meu entender, serão pagas com o troco do pré-sal. A nossa discussão e a grande discussão agora é não inflar a nossa economia com excesso de dinheiro, é saber administrar os excessos de recursos que irão abundar o nosso país, para que eles não gerem inflação, para esses recursos não façam a estagnação dos nossos setores produtivos. Essa passará a ser a nossa preocupação e não mais contingenciamento pelo descompasso entre o financeiro e o orçamentário, esse tipo de discussão eu acho que será uma discussão do passado.

A próxima discussão é a discussão do novo século do Brasil será criarmos fundos para não gastarmos o dinheiro e não arrebentarmos o nosso país. Veja que mudança radical no cerne das discussões econômicos financeiras no nosso país. Então aí é que entra o papel fundamental do Congresso Nacional.

Eu acho uma excrescência na nossa República, essa questão do orçamento autorizativo e não um orçamento mandatório. O Congresso indica as suas emendas orçamentárias e olha que o está acontecendo hoje, nós estamos em agosto e até hoje não foi liberada a emenda orçamentária de nenhum Parlamentar, nenhum. E quando for liberada, com certeza, metade dos parlamentares não receberão as suas emendas para os seus Estados.

Isso é uma distorção da nossa política. É preciso que o orçamento se imponha, o Congresso se imponha e faça modificação na nossa Legislação, para que o Congresso participe ativamente da indicação das verbas orçamentárias, de parte do orçamento da União.

Eu sempre defendi essa tese com grande dificuldade, até dentro de casa, mas eu vejo que esse será o futuro, com o Congresso participando mais ativamente nos destinos do nosso país, através de uma participação no orçamento geral da União.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nós temos, aqui são três Senadores, que tiveram oportunidade de estar do outro lado do balcão, o Senador Francisco Dornelles, o Senador Eliseu Resende e eu próprio. O balcão, no sentido de dizer que do lado do Executivo.

E nessa ocasião quando V. Exas. estavam ocupavam o Ministério da Fazenda, ou eu a Presidência da República, o que nós víamos quando mandávamos o orçamento para o Congresso?

Mandávamos de um jeito e ele vinha de um outro, ou seja, a receita estimada pelo Executivo, ela era superestimada pelo Congresso "Não vai ter condições de arrecadar mais, porque a política econômica está indo bem, a tendência é a inflação diminuir, a arrecadação vai aumentar, então haverá um excesso de arrecadação de X por cento, e com esse X por cento, nós daremos, teremos condições de apresentar tais e tais e tais emendas". E a realidade, nem sempre vinha de acordo com o que imaginava o Congresso.

De modo que, hoje, nós temos essa dificuldade, nós do Congresso, de vermos as emendas aprovadas para que sejam liberadas para os Estados Brasileiros, não sendo possível fazer a tempo e à hora e o Executivo com dificuldade de fazê-lo, exatamente, porque falta, no meu entender e no entender pelo que eu vi de todos aqui, Sras. e Srs. Senadores é uma maneira de nós acertarmos, definitivamente, a questão do orçamento.

Isso ninguém melhor do que os Srs. Ministros, que aqui estão, que poderiam colaborar muito para, que no âmbito dessa discussão também do pré-sal, nós pudéssemos tratar esse assunto, evitando com isso essa questão do contingenciamento, que sempre haverá de acontecer enquanto não se modificar essa gestão do orçamento, de um orçamento meramente peça de ficção, meramente autorizativo e que o Executivo, ao seu bel-prazer, executa como julgar conveniente, de acordo com suas conveniências.

E por parte do Congresso Nacional, a responsabilidade que tem de oferecer emendas que possam ser atendidas pela receita real e não pela receita estimada com base em dados absolutamente aleatórios.

Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, V. Exa. colocou muito bem que a adoção do orçamento impositivo exigiria uma posição de grande responsabilidade do Congresso. E isso é fundamental, o Congresso brasileiro dedica muito pouco tempo ao problema de orçamento.

Talvez, em termos de países de um porte médio ou desenvolvido tem, talvez seja o Congresso que destina menor tempo, menos parte do seu tempo aos problemas orçamentários. E a adoção do orçamento impositivo, como disse o Senador Lobão Filho, realmente tem que ser examinado dentro desse contexto.

Mas que o eu queria dizer a V. Exa., Sr. Presidente, V. Exa. levantou o problema do perigo da doença holandesa, o Senador Lobão Filho, levantou o problema da necessidade de nós termos recursos para determinados investimentos para aplicar já tratando dos recursos do pré-sal, sem que entre nesse mérito, também através do regime de concessão é possível fazer política de comércio exterior, é possível fazer política industrial, é possível fazer também impedir os malefícios da doença holandesa.

E fundo, só para terminar, o problema no meu entender do pré-sal, sobretudo é uma discussão do marco, concessão vezes partilha e todas as metas que o governo tem anunciado que se propõe a alcançar, fundos, verbas para a educação, para a saúde, desenvolvimento, todas essas metas podem ser alcançadas. Muitas das quais, eu até como disse à V. Exa. eu tenho discordância, mas mesmo todas as metas, anunciadas pelo governo, podem ser alcançadas através do regime de concessão.

Eu não vejo uma justificativa, para que se mude a concessão para partilha, eu acho que a partilha, a concessão é moderna e transparente. A partilha é o sistema da burocracia estatal, vai ser a força da burocracia que defende, que defenderá, estará dentro da minha da partilha.

Agora, resumindo, eu posso discordar ou concordar com os objetivos, mas todos os objetivos que o governo tem anunciado deseja um fundo com desenvolvimento, deseja evitar a desindustrialização do país, todos os objetivos podem ser alcançados através do regime de concessão.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de acrescentar aqui, se me permite, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Lembrando ao Senador Francisco Dornelles, que o regime da concessão permite a transferência dos recursos para a União para o tesouro nacional, através da participação especial e o bônus. A lei está aí, ela pode ser praticada para transferência do produto da produção excessiva, abundante de petróleo no pré-sal, através da participação especial e de bônus de assinatura, que já está no regime de concessão vigente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É a Lei 9.478, de 97.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, peço a palavra, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, é ainda a respeito da peça orçamentária no Brasil.

Eu acredito que, diante das dificuldades momentâneas, porque passa o governo, em virtude da queda de arrecadação, uma, quer dizer em face da crise internacional que interferiu nas atividades econômicas do Brasil, uma saída seria dar um impulso maior à apresentação de emendas individuais dos Parlamentares, Senadores e Deputados e fazer uma contenção, ou até mesmo substituir as emendas individuais, pelas emendas de Bancada.

Porque se nós formos fazer um levantamento da liberação das emendas coletivas ou de Bancada, em comparação com as emendas individuais, nós vamos verificar que as emendas individuais, elas são liberadas no passado mais recente, com muito mais facilidade do que as de Bancada. E em alguns Estados quase zero de liberação para as emendas de Bancada.

Ora, se há essa realidade queda de arrecadação e uma defasagem da liberação das emendas coletivas em relação às emendas de individuais, seria de bom alvitre o governo aproveitar essa oportunidade, porque há quase que um consenso no nosso Congresso de que o orçamento deveria ser impositivo. Ora, se nós dermos prioridades às nossas emendas, as emendas que são apresentadas pelos Parlamentares, as chamadas emendas individuais, quase que impositivamente, o orçamento vai funcionar desse jeito, pelo menos com relação às Emendas Parlamentares. Se não há uma imposição de cima para baixo de liberação de todas as dotações orçamentárias, pelo menos as individuais seriam obrigatórias que fossem liberadas.

Então, o Senador Lobão Filho tem toda a razão, há uma expectativa, notadamente, agora, quando os municípios estão vivendo uma pré-falência, com dificuldades até para pagar a sua folha. As emendas individuais, elas funcionam Senador Francisco Dornelles, como uma verdadeira tábua de salvação dos pequenos e médios municípios.

Então, se o governo se detivesse sobre esse assunto e dissesse: “Olha, prioridade na liberação, obrigatoriedade na liberação é emenda individual e vamos deixar para lá, pelo menos por enquanto, as emendas de Bancada”, aí o governo ia economizar e o governo iria fazer um contingenciamento, já de acordo com o Congresso Nacional, garanto com o beneplácito do Congresso Nacional.

Esta é a sugestão que eu dou a esta Comissão e a V. Exa., para que, com o prestígio de ex-Presidente

da República, com quem se relaciona muito bem com o Presidente Lula, que leve esta ideia, Presidente, nós termos certeza que será benéfica para os municípios, para o Congresso Nacional e para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Antônio Carlos Valadares, pela sua participação. E--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --estaremos tomando providências pela Secretaria, para que fazer chegar ao Ministro do Planejamento e ao Sr. Presidente da República, a sugestão que V. Exa. ora faz.

Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu queria fazer também um complemento à fala do meu amigo, Senador Antônio Carlos Valadares. Veja que oportunidade incrível, que nós temos hoje aqui.

Nós temos quatro Parlamentares da cúpula do Senado, sendo um ex-Presidente, dois ex-Ministros e um ex-Governador presente nessa Comissão e outro que é ex-Governador. Quando eu disse que o orçamento deveria ser impositivo, eu só o fiz com base no meu sentimento de que o Parlamentar é aquele que possui a maior sensibilidade da necessidade do seu povo, porque está mais em contato com o seu povo.

Então, ele, melhor do que ninguém, para saber que investimentos no seu Município e no seu Estado são necessários. Eu arrisco a dizer melhor do que a Presidência da República, ou até mesmo do que os Governos Estaduais. Porque eles possuem um contato mais direto com o povo.

Os governos, tanto estadual quanto federal, eles têm uma visão mais macro das necessidades do nosso povo. Então, aí é que eu fiz aquela referência, onde, no meu entender, parte do orçamento geral da União deveria ser obrigatoriamente indicado pelo Parlamentar, tanto os Deputados Federais quanto os Senadores.

É dessa sensibilidade desse sentimento, dessa proximidade do político com o seu povo, com as suas necessidades. E nada melhor do que V. Exas., que já estiveram dos dois lados do balcão, para perceberam este fato e junto lutarmos para que a gente possa modificar a nossa Legislação, no sentido de tornar obrigatório o orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Edison Lobão Filho. Poderíamos passar então à leitura dos requerimentos, para entrarmos na nossa pauta?

Requerimento: "Requeiro na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a comparecer a esta Comissão a Sra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli, Secretária Executiva do Ministério da Saúde, para explanar a respeito do saneamento nas obras do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento". Aqui vem a justificação. Autor: Senador Fernando Collor.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. Aprovado.

O outro requerimento, também na forma do disposto no art. 58, § 2º, Incisos III e V, combinado com o art. 90, Incisos III e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a comparecer a esta Comissão, S. Exa., o ilustríssimo Presidente do BNDES Luciano Coutinho, para que ele possa nos dar o privilégio de explanar sobre os investimentos, linhas de financiamento e disponibilidade de crédito do Banco nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, especialmente naquelas ligadas ao setor de infraestrutura, bem como as previsões de participação e atuação da instituição na exploração do petróleo na camada do pré-sal. Também é de minha autoria esse requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

E nós aguardamos com muita ansiedade que S. Exa., o Sr. Luciano Coutinho, extremamente ocupado como ele é, mas que ele se digne a tirar um tempo da sua agenda tão lotada, para comparecer a esta Comissão.

Por solicitação do Senador Ministro Francisco Dornelles, temos aqui uma decisão não terminativa Ofício S nº 42, de 2009. "Encaminho ao Senado Federal, o relatório de desempenho regulatório da ANAC de 2008". Autor: Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Relator: Ministro Senador Francisco Dornelles. Parecer do Senador Ministro Dornelles pelo arquivamento da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

A Diretora Presidente da ANAC, encaminha ao Senado Federal, o relatório do desempenho regulatório de 2008. A matéria foi distribuída exclusivamente a essa Comissão.

Análise, Sr. Presidente. Nos termos da Lei 11.182, compete à ANAC elaborar e enviar o relatório anual das suas atividades ao Ministério da Defesa e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional.

O relatório apreciado foi enviado diretamente pela ANAC, ao Senado Federal, sem a intermediação, ou

seja, sem a participação do Ministério da Defesa [soa a campainha] e da Presidência da República.

A política nacional de aviação civil é de responsabilidade, portanto do Presidente da República, tanto assim, que o PNAC em vigor foi aprovado pelo Decreto 6.780. Antes da manifestação do Congresso Nacional, é importante assim, que o CONAC emita um Parecer sobre o relatório da Agência, que avalia até o ponto a implementação de suas políticas.

É preciso ainda considerar que ANAC, não é o único órgão federal competente para atuar da aviação civil. Além disso, a política de aviação civil deve ser harmonizada com outras políticas setoriais. A Presidência da República deverá, portanto, encaminhar ao Congresso Nacional, o relatório das atividades de todo o sistema de aviação civil.

Então, Presidente, o que a ANAC teria é que encaminhar o seu relatório ao Ministério da Defesa, que uma vez aprovado enviaria ao Presidente da República, que enviaria a mensagem ao Congresso. A ANAC enviou diretamente ao Senado, sem passar ao Ministério da Defesa e à Presidência da República.

Por esse motivo, o meu voto é pelo arquivamento da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É importante destacar, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --que a Agência Nacional de Aviação Civil, como as outras agências, são encarregadas da execução da política do setor. Mas essa política é elaborada pelos órgãos de planejamento dos Ministérios respectivos aprovados pelo Presidente da República.

O CONAC é um Conselho Nacional de Formulação de Política, então, nós estamos inteiramente de acordo com o Senador Francisco Dornelles, o relatório da ANAC deveria passar primeiro pelo CONAC, para depois ser enviado aqui a esta Casa.

É o que eu tinha a dizer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir está encerrada a discussão. Em votação o relatório, que conclui pelo arquivamento da matéria. Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer do relator. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Extrapauta, um outro requerimento de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira e Senadora Kátia Abreu. "Requeiro nos termos do art. 93, Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, conjunta entre essa Comissão e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade da analisar e debater os impactos resultantes da publicação e aplicação do Decreto nº 6620/308 e da Resolução ANTAC nº 1401/309, especialmente a inibição de investimentos privados na construção de terminais portuários privativos destinados à movimentação de cargas próprias e de terceiros, e o impacto desta inibição para o agravamento do 'apagão portuário', já anunciado pelo Tribunal de Contas da União-TCU".

À oportunidade apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente Audiência Pública os Srs. Fernando Fialho, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, William Mantelli, Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, ABTP, um representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI, um representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA. Assinam os Senadores, como disse, Senador Wellington Salgado de Oliveira e a Senadora Kátia Abreu.

Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

O Item 2º da Pauta é o Projeto de Lei do Senado, nº 205, de 2008, que modifica a lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, o Relator é o Senador Wellington Salgado. Autor, Senador Renato Casagrande. Em 24/03/2009, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou o Parecer favorável ao Projeto. A matéria constou da Pauta das Reuniões da nossa Comissão dos dias 06, 13 e 20, sendo adiada sua deliberação.

Passo a palavra ao Relator Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente, demais Senadores presentes.

Passarei a ler o meu relatório. Venho a exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2008, cuja meta é a modificação da Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico para incluir o sistema de redução da velocidade de escoamento de águas fluviais, no planejamento daquele setor de prestação de serviços.

A proposição legislativa está configurada por dois artigos, o art. 1º acrescenta um parágrafo, que denomina § 9º, ao art. 19 da Lei 11.445, de 2007. Conforme o dispositivo passa a exigido que os planos de sane-

amento básico incluam medidas para reduzir a velocidade de escoamento das águas pluviais em áreas urbanas com alto coeficiente de impermeabilização do solo e dificuldade de drenagem.

O art. 2º traz a cláusula de vigência, informando que a lei proposta entrará em vigor 180 dias após a data da sua publicação.

No despacho inicial, o PLS nº 205, de 2008, foi remetido também à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, CMA, na forma regimental, que inclusive já deliberou favoravelmente ao projeto.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. O autor da proposição ao justificar a sua iniciativa afirma que a impermeabilização do solo constitui uma das maiores causas de enchentes nas cidades brasileiras e que o fato é responsável ademais para a diminuição da infiltração da água no solo, o que dificulta a formação de lençóis freáticos.

A justificação destaca ainda que, tradicionalmente, o controle de drenagem das águas do Brasil priorizam tecnologias que visam ao escoamento mais rápido das águas provenientes das chuvas [soa a campainha] como consequência direta dessa escolha aumenta a frequência com que ocorre as inundações, por causa das canalizações que aumentam os picos de vazões e jusantes.

Por fim, o autor ressalta que existe tecnologia capaz de minorar ou quiçá evitar os malefícios provocados pelas enchentes, de modo que ao promover a retenção da água pluvial no sistema de drenagem e ao possibilitar a infiltração da água no solo, essas técnicas buscam minimizar os impactos decorrentes dessa corredeira que se forma.

Análise. O âmbito competencial inerente a União Federal garante a proposição, o respaldo jurídico para sua regular tramitação. Estabelece o art. 20, da carta política de 1998, competir à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos, o que justificaria a presente iniciativa Parlamentar.

No mérito somos favoráveis a proposta, como bem aponta o autor do projeto. Nas atuais técnicas de drenagem águas pluviais tem resultado na rápida concentração de águas nos leitos dos córregos e rios urbanos. Registre-se ainda que em muitas cidades foram construídas avenida de tráfego intenso, ao lado ou mesmo sobre esses cursos d'água. Por esse motivo, as inundações urbanas agravam significativamente os congestionamentos de trânsito, além de criar problemas para a saúde pública.

Outro problema decorrente do aumento da velocidade de escoamento da água das chuvas é a erosão do solo, que resulta em assoreamento dos rios e deslizamentos de terra.

A redução da velocidade de escoamento das águas pluviais já é uma diretriz legal a Lei 11.445, de 2007, inclui a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas no conceito de saneamento básico. Definindo-os da seguinte forma: Conjunto de atividades de infraestrutura, e instalações operacionais de drenagens urbanas da águas pluviais de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, art. 3º, 1-D.

Ao dispor sobre a cobrança desses serviços, a lei determina que se leve em consideração em cada lote urbano os percentuais da impermeabilização e a existência de dispositivo de amortecimento ou retenção de água de chuva, art. 36. Verifica-se que a expressão amortecimento empregada no texto legal refere-se à redução da velocidade de escoamento das águas fluviais, objetivo do projeto em análise.

Ainda assim, entendemos que ao determinar a inclusão das medidas destinadas à implementação dessa diretriz nos planos de saneamento básico, a proposição contribui para torná-la mais efetiva.

Voto. Com base no exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequação técnica legislativa e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2008. É esse o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Item 4º da Pauta. Decisão Terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2007, que "Acrescenta artigo à Lei n°. 9.847, de 26 de outubro de 99, para determinar a divulgação, pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, de relatórios periódicos dos postos de combustíveis autuados, interditados e fiscalizados, bem como daqueles sem fiscalização há mais de um ano".

Autor, Senador Alvaro Dias. Relator, Senador Eliseu Resende. Parecer favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Observação: A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 06, 13 e 20 de agosto deste ano, sendo adiada a sua deliberação.

Concedo a palavra ao Senador Eliseu Resende, para proferir o seu Parecer.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dada a exiguidade da Pauta de hoje, nesta Comissão, eu queria apenas fazer um comunicado de que às 10h00, o Ministro Nelson Jobim, irá fazer uma Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, para debater um assunto muito importante da aquisição dos equipamentos militares, tanto helicópteros, quanto submarinos e aviões.

Então, quando der por encerrada esta Sessão importante, eu gostaria de convidar os Senadores para se dirigirem, o Ministro Nelson Jobim já se encontra na Casa, aguardando apenas *quorum* nesta Comissão. Eu agradeço a sensibilidade de V. Exa. em permitir o aviso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Edison Lobão Filho. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, é do conhecimento de V. Exa., de que existe um voto em separado em relação a esta matéria. O voto em separado, não é essa não? Eu estou me desculpe, Presidente, eu estou no Item 5º, não é? Desculpe o erro do cálculo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Esse é o Item 4º.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só errei, por um.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quando V. Exa. disse que havia um voto contrário a um Parecer do Senador Francisco Dornelles, eu até me assustei. Mas é o Item 5º, a que V. Exa. se refere, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, com a palavra para ler o seu Parecer, o Relator, Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, o Senador Alvaro Dias, entra tenho Projeto de Lei 469, para determinar a divulgação pela Agência Nacional do Petróleo, de relatórios periódicos dos postos de combustíveis, bem como daqueles sem fiscalização há mais de um ano.

Nós estamos inteiramente de acordo com o projeto do Senador Alvaro Dias. Temos uma pequena emenda, que é uma emenda de redação apenas, e é muito simples. É que o Projeto de Lei fala na Agência Nacional do Petróleo o nome da agência já mudou, agora é Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, de forma que a nossa emenda é no sentido apenas de mudar o nome da agência na ementa da proposição.

O meu voto é no sentido de aprovar o Projeto de Lei do Senador Alvaro Dias, com essa emenda de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma observação, pedir licença ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senador.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Quando foi colocado aqui o requerimento para tratar do assunto portuário, foram convidados representantes da Confederação Nacional da Indústria, CNI, representantes da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, eu gostaria de permitir uma permissão se for cabível, sugerir também que seja convocado o representante, como requerimento aditivo, que seja convocado o representante do Conselho Nacional de Transportes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então o Senador Ministro Senador Eliseu Resende, apresenta--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Um representante do Conselho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Do Conselho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quem é o Presidente, hoje?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O Presidente, hoje, é o Clésio Andrade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Clésio Andrade, nosso querido mineiro.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Mas é importante que o setor dos transportes esteja presente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, positivo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Porque essa é uma matéria importante que já foi discutida pela Senadora Kátia Abreu, que é bom que a área dos transportes também esteja envolvida na análise deste problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Seria a Confederação Nacional dos Transportes, não é isso?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Confederação Nacional dos Transportes.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Concordo plenamente, Sr. Presidente. O aditivo é importantíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em votação o requerimento aditivo do Sr. Ministro Senador Eliseu Resende, ao requerimento aprovado de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira e da Senadora Kátia Abreu, para incluir dentre aqueles que irão estar presentes para prestar alguns esclarecimentos a esta Comissão, o nome do Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Dr. Clésio Andrade. Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Não há *quorum* para que nós possamos deliberar em relação aos dois itens da Pauta que foram aqui relatados, pelo Senador Ministro Eliseu Resende e pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Portanto, antes de encerrarmos a presente Sessão, eu lembro aos Srs. Membros da Comissão de Infraestrutura, da nossa próxima reunião a se realizar no dia 31 de agosto próximo, próxima segunda-feira dentro de ciclo de debates agenda 2009/2015, "Desafios estratégicos setoriais", quando teremos a apresentação do quarto painel: "Petróleo etanol e biocombustíveis diferenciados estratégicos". Com a presença dos seguintes convidados expositores: Dr. Adriano Pires, Consultor de Termoelétricas e Prof. do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Dr. Marcos Sawaya Jank, PHD pela FEA e Mestre em Ciências Agrícolas em Montpellier/França, foi professor visitante nas universidades de Georgetown e Missouri-Columbia nos Estados Unidos. É Diretor do Departamento de Agronegócios da FIESP e Presidente da Única.

E também do Prof. Sergio Valdir Bajay, que é Professor de Planejamento Energético e de Engenharia Mecânica e de Petróleo da UNICAMP. Pesquisador e consultor das áreas de energia e planejamento energético, também, daquela mesma Universidade.

Convido, portanto, os Sras. e Srs. Senadores, os interessados para estarem presentes, portanto, no próximo dia 31, segunda-feira, às 18h00, neste Plenário.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, antes do termino eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes do encerramento, o Senador Antônio Carlos Valadares, com a palavra

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --eu gostaria de saber, a destinação do Item 5º. Me parece que há um requerimento da Mesa pedindo audiência de outra Comissão para esta matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já assinado para a Secretaria Geral da Mesa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então está encerrada a Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h06.

Ata da 28ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 31 de Agosto de 2009, às 18 horas, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dezoito horas do dia trinta e um de agosto de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos **Senhores Senadores GILBERTO GOELLNER E INÁCIO ARRUDA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência anuncia o motivo da Reunião, informando que a Audiência Pública atende à "Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais", proposta pelo **Senador Fernando Collor**, e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos **Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello**. Compondo o primeiro desafio: "Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento", apresenta-se o PAINEL 4 – "Petróleo, Etanol e Biocombustíveis – Diferenciais Estratégicos", com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Adriano Pires** – Consultor de termelétricas e Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da UFRJ, e Professor da UFRJ; **Dr. Marcos Sawaya Jank** – Ph.D. pela FEA e Mestre em Políticas Agrícolas em Montpellier – França, foi professor visitante nas Universidades de Georgetown e Missouri-Columbia, nos EUA, é Diretor do Departamento de Agronegócios da FIESP e presidente da ÚNICA; e **Prof. Sergio Valdir Bajay** – Professor de Planejamento Energético e Engenharia Mecânica e de Petróleo na Unicamp, pesquisador e consultor nas áreas de energia e planejamento energético da UNICAMP- Matriz Energética. O **Senador Fernando Collor** concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os **Senhores Senadores Gilberto Goellner e Inácio Arruda**.

EXTRA-PAUTA – ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009-CI – "Requeiro, nos termos regimentais, a criação de Grupo de Trabalho no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater e elaborar proposta de um Marco Regulatório dos Bio-Combustíveis, a ser integrado pelos seguintes membros: Senador **Inácio Arruda**, como coordenador; Senador **Gilberto Goellner**; e Senador **Delcídio Amaral. Autor:** Senador **Fernando Collor. Resultado: Aprovado.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às vinte e uma horas e nove minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

A reunião de hoje, dando continuidade ao ciclo de Audiências Públicas promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, chamado: "Agenda 2009-2015, Desafios Estratégicos Setoriais". Destina-se à apresentação do Painel nº 4: "Petróleo, etanol e biocombustíveis, diferenciais estratégicos".

Registramos aqui o recebimento de correspondência do Governador do Estado de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, agradecendo o convite para participar desta Audiência Pública, mas, segundo sua informação, ele está impossibilitado, ou esteve impossibilitado de comparecer e deseja que o evento transcorra com sucesso.

No último dia 24, segunda-feira, nós realizamos o nosso 3º Painel: "Energia, Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos". Foi um painel que teve muito boa repercussão, os palestrantes, eles tiveram oportunidade de oferecer a todos aqueles que participaram dessa Audiência Pública, os seus conhecimentos profundos sobre a área, esclarecimentos foram trazidos, indagações tiveram pronta resposta. E nós todos ficamos muito satisfeitos com o êxito alcançado por esta Audiência.

Ela começou, essa última Audiência que tratava de: "Energia, Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos", ela teve quatro participantes, palestrantes. O primeiro deles que usou da palavra foi o Dr. Nelson Hubner, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, que registrou com muita satisfação, a exploração do petróleo e do gás natural na camada do pré-sal.

Que hoje foi anunciada já pelo Sr. Presidente da República, na companhia dos Ministros, Srs. e Sras. Senadoras e Srs. e Sras. Deputados, empresários.

E, nesse último encontro, portanto do dia 24, continua o Dr. Hubner, que a exploração do petróleo e do gás natural, vai fazer com que o Brasil alcance um patamar, realmente extraordinário e vai diminuir de forma substantiva a sua dependência externa em relação aos combustíveis fósseis, e além de aumentar a segurança energética nacional, o que deve acontecer com o decorrer da exploração do petróleo na camada do pré-sal.

O Dr. Hubner informou que 46% da energia elétrica brasileira, ela é proveniente de fontes renováveis, como a biomassa, número bem maior que a média mundial de 12,9%. Também disse que as prioridades brasileiras devem ser o aumento dessas fontes renováveis, preferencialmente, com o uso de tecnologias nacionais, com vista à autossuficiência, também, nessa modalidade.

O Dr. Hubner continuou, dizendo ele que a biomassa e a energia eólica são muito importantes para o Brasil, pois complementam a geração hidrelétrica nas épocas de seca e com preços bastante competitivos. Na opinião dele, o país deve utilizar o máximo possível o seu potencial hidrelétrico, principalmente na região Norte, a que é menos explorada nesse sentido até agora. Hubner acredita que esse é um dos principais desafios do país nos próximos anos, aumentar a geração hidroelétrica na região Norte, com o mínimo possível de agressão ao meio ambiente.

Continua o Diretor Geral da ANEEL, dizendo que o Brasil tem potencial para ser um dos maiores produtores de energia solar do mundo, além de possuir reservas de urânio, suficientes para abastecer as usinas nucleares de Angra I, II e III, por mais de 500 anos. Para ele, grande desafio brasileiro será o enfrentamento do debate sobre meio ambiente, versus desenvolvimento com a maturidade.

Em seguida, o Dr. Mauricio Tolmasquim, que é Presidente da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia, ele afirmou que o pré-sal vai mudar a história do Brasil, seremos segundo as palavras dele, seremos um grande exportador de petróleo.

Disse ainda, que a matriz energética do país, ela é invejável, quase metade da energia provém de fontes renováveis. E, de acordo com ele, a geração de energia elétrica representa apenas 2% da emissão de gases geradores do efeito estufa, número cerca de 200

vezes menor que os apresentados pela China e pelos Estados Unidos, por exemplo.

Tolmasquim informou que a produção do etanol brasileiro deve aumentar até 150%, até 2017. E quando isso ocorrer, quando atingir esse nível de aumento de 150%, de hoje até 2017, apenas 2,56% da área agricultável brasileira estará sendo usada para a plantação de cana de açúcar. Na opinião dele, isso demonstra que a produção do etanol brasileiro não afetará a produção alimentos, nem aumentará o desmatamento.

Afirmou o Dr. Tolmasquim, que concorda que o país precisa aumentar a exploração hidrelétrica na região Norte, mas combinada com a preservação ambiental.

O Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, também defendeu a construção de novas usinas hidrelétricas no país, como a de Belo Monte no Rio Xingu, no Pará. De acordo com ele seriam necessárias 19 usinas termoelétricas, para gerar a mesma quantidade de energia que será gerada ali, somente com a Usina de Belo Monte, o que acarretaria muito mais danos ao meio ambiente.

O Dr. Tolmasquim, ressaltou igualmente a relevância da geração eólica. Ele informou que o Brasil possui atualmente – esse é um dado impressionante – possui atualmente 441 empreendimentos eólicos. E esses empreendimentos juntos vão gerar quase a mesma quantidade de energia gerada pela Hidroelétrica de Itaipu.

O outro Palestrante foi o Prof. Jerson Kelman. Ele começou informando que 75% da energia produzida do Brasil, provém de empreendimentos hidroelétricos. Disse também que no Brasil mais da metade das emissões de gases que contribuem para o efeito estufa é proveniente do desmatamento.

Ele sugeriu a manutenção da geração hidrelétrica, nesses patamares atuais, entre 75 e 85% da energia elétrica produzida, mas combinada com as chamadas usinas térmicas, o que vai contribuir para o barateamento do preço da energia e com a geração a partir de fontes alternativas.

O Dr. Kelman sugeriu que o planejamento e gestação da hidroeletricidade brasileira sejam feitos, tendo como base a realidade regional de cada bacia hidrográfica do país, ao invés de se pensar em cada usina, isoladamente. "A geração e o uso da energia no Brasil precisam ser mais racionais", frisou o Professor.

O último Palestrante, o Prof. Adilson de Oliveira, Diretor do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele começou afirmando que o setor energético brasileiro deixou de ser competitivo nos últimos anos. Ele informou que o setor industrial brasileiro paga o dobro por energia elétrica do que paga o setor industrial norte-americano.

Em média, acrescentou, 34% do custo da energia brasileira são tributos. Então, isso, claro, fica demonstrado que não é o custo da energia, ele pura e simplesmente, mas sim essa enorme carga tributária que pesa também sobre o setor elétrico.

Para o Prof. Adilson de Oliveira, o gás natural que será extraído na exploração da camada de pré-sal tem custo baixíssimo, o que ajudará o país a diminuir o preço da geração termoelétrica. Ele acredita ser fundamental que o país recobre a sua competitividade no suprimento de energia, o que passa principalmente pela diminuição do preço da energia.

Hoje, dia 31 de agosto de 2009, às 15h00 da tarde, nós tivemos o lançamento do novo marco regulatório do pré-sal e de áreas estratégicas, pelo Sr. Presidente da República. E eu gostaria de fazer às senhoras e senhores um rápido resumo do que ali foi dito, do que ali foi exposto.

O marco regulatório do pré-sal, ele está colocado em quatro Projetos de Lei, que serão encaminhados ao Congresso Nacional.

O primeiro deles prevê o regime de partilha. A União vai ceder à Petrobras, sem licitação e mediante pagamento, áreas entre os blocos na região do pré-sal já descobertas até um limite de volume de cinco bilhões de barris de petróleos e gás.

Nas novas áreas do pré-sal, em áreas consideradas estratégicas pelo Governo, ou seja, que tem bastante petróleo, a Petrobras terá dois papéis distintos, ela será ao mesmo tempo executora e acionista. A Estatal será a operadora de todos os blocos, ou seja, ela vai perfurar e extrair o petróleo em 100% dos casos.

Em campos que o Governo considerar de baixo risco, a Petrobras será dona sozinha, e não haverá leilão. Nos outros, a Petrobras terá uma participação de 30% e o restante será licitado pelo Governo. E nada impede que a Petrobras possa concorrer na licitação para ter mais do que os 30% que, inicialmente, pelo que está colocado no Projeto de Lei, será reservado a esta empresa.

Vencerá o leilão a empresa que oferecer à União o maior percentual da produção do campo. Também haverá cobrança de bônus de assinatura. Bônus de assinatura, segundo o Decreto 2.705/98, no seu art. 9º, corresponde ao montante ofertado pelo licitante vencedor na proposta pra obtenção da concessão de petróleo ou gás natural, não podendo ser inferior ao valor mínimo fixado pela Agência Nacional do Petróleo, no Edital de Licitação.

O bônus, de qualquer maneira, será decidido caso a caso. Nestas novas áreas valerá o regime de partilha

de produção. O investidor tem de entregar parte da produção de petróleo ao Governo, como pagamento.

Sobre a produção dos campos, como manda a Constituição, incidirão *royalties*, a alíquota atual de 10%, permanecerá até que o Congresso decida a taxação final.

E a participação especial cobrada sobre campos de alta produção, também continuará a ser cobrada, até que o Congresso defina a fórmula definitiva. Os Estados produtores de petróleo terão tratamentos diferenciados da distribuição das riquezas do pré-sal, conforme prometeu o Presidente Lula, garantiu o Ministro das Minas e Energia Edison Lobão, mas os outros Estados também serão beneficiados.

O segundo Projeto de Lei trata, quer dizer o primeiro trata do sistema de partilha, o segundo trata da criação de uma nova empresa estatal, chamada Petrosal. Diz esse Projeto de Lei, que será encaminhado ao Congresso Nacional, que será criada uma nova Estatal, a Petrosal, que não terá qualquer atividade operacional, mas representará a União na administração das reservas do pré-sal e de áreas estratégicas. A nova Estatal terá assentos e direito de veto nos comitês que definirão as atividades dos consórcios de todos os blocos.

O terceiro Projeto de Lei, trata a criação do Fundo Social, que será um fundo que receberá toda ou boa parte da renda do pré-sal, que vai caber à União. Esse fundo vai bancar gastos em educação, combate à pobreza, ciência e tecnologia, meio ambiente e cultura.

E, finalmente, o quarto Projeto de Lei, encaminhado ao Congresso Nacional, primeiramente à Câmara dos Deputados e, em seguida, ao Senado da República, trata da capitalização da Petrobras. A Petrobras terá um aumento de capital de 50 bilhões, ou seja, de 50 bilhões de dólares, ou seja, 100 bilhões de reais, para pagar pelas áreas dadas pelo Governo e para aumentar os seus investimentos.

Os acionistas minoritários da Petrobras, claro, poderão acompanhar o aumento da capital, se desejarem, comprando mais ações de acordo com a sua participação. Se ninguém quiser comprar mais ações, o Governo ficará com todas elas e colocará integralmente os 100 bilhões de reais, para a integralização do capital, que será aumentado da Petrobras.

Esse aqui, o novo marco regulatório do pré-sal, aqui está. Foi apresentado hoje, longamente, para todos aqueles que puderam estar presentes e que trata a panorama geopolítico, do modelo de partilha, Petrosal e Fundo Social, capitalização da Petrobras e conclusão, desenvolvimento sustentável. Esse material está na Secretaria desta Comissão, à disposição das Sras. e Srs. Senadores, que estiverem interessados em conhecê-lo mais amiudadamente.

Hoje teremos a apresentação do Painel nº 4: "Petróleo, Etanol e Biocombustíveis – Diferenciais Estratégicos". Convidamos para participar deste painel, os senhores, a quem eu convido para que tomem assento à Mesa, o Dr. Adriano Pires, Consultor de Termoelétricas e Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Professor desta mesma Universidade. Seja bem vindo, Dr. Adriano.

O Dr. Marcos Sawaya Jank, Ph.D. pela FEA e Mestre em Políticas Agrícolas em Montpellier, França, ele foi professor visitante nas Universidades de Georgetown e Missouri-Columbia, nos EUA da América. É Diretor do Departamento de Agronegócios da FIESP e Presidente da ÚNICA. Bem vindo, Dr. Marcos.

O Dr. Sergio, também convidado aqui está, o terceiro palestrante, o Prof. Sergio Valdir Bajay, Professor de Planejamento Energético e Engenharia Mecânica e de Petróleo da Unicamp, Pesquisador e Consultor nas áreas de Energia e Planejamento Energético daquela Universidade – Matriz Energética. Seja vem vindo.

Poderemos então iniciar a nossa Audiência, que trata conforme informei as Sras. e Srs. Senadores, e a todos aqueles que nos ouvem neste momento, que esse Painel nº 4 tem como título o petróleo, ou como objetivo discutir o tema: "Petróleo, Etanol e Biocombustíveis – Diferenciais Estratégicos".

Eu gostaria de passar à palavra ao Dr. Sergio Valdir Bajay, V. Sa. terá 25 minutos para fazer a sua exposição, com alguns minutos mais de tolerância. Com a palavra, o Prof. Bajay.

SR. SERGIO VALDIR BAJAY: Senhoras e senhores presentes, é uma prazer então estar aqui participando dessa Mesa, sobre a temática envolvendo petróleo, biocombustíveis.

E o foco que eu trouxe na minha apresentação é a necessidade de mudanças em algumas políticas de procedimentos e planejamento, visando a geração elétrica no Brasil. E, particularmente, eu vou dar ênfase a termoeletricidade, que é onde se utilizam os combustíveis objeto ainda de discussão desta Sessão.

Primeiro, eu gostaria de destacar os problemas existentes na construção de novas usinas hidroelétricas de médio e grande porte. Então, já faz vários anos que existe uma falta de convergência da política energética do Governo Federal, de priorização, de construção de novas usinas hidrelétricas de médio e grande porte, com as políticas ambientais do próprio Governo Federal e também dos Governos Estaduais.

A não ser que haja uma completa reversão desse quadro, que é difícil de se vislumbrar no momento, eu sou otimista de que esse quadro melhore, mas não tão rapidamente assim, não é? Então, as otimistas projeções de crescimento da oferta de novas usinas hidroelétricas, contidas tanto no Plano Decenal, o mais recente é esse PDE 2008-2017, como no Plano Nacional de Energia 2030, dificilmente se materialização.

Um outro fato importante é que as novas usinas hidroelétricas, tanto as que foram construídas mais recentemente como as previstas a serem construídas num futuro mais próximo, são a fio d'água. Então as consequências disso é que são três, principalmente, que a capacidade de regularização plurianual dos grandes reservatórios praticamente desapareceu. Então, a ONS, Operadora Nacional de Sistema tem feito recentemente, várias apresentações e participado em discussões, que essa regularização plurianual acabou se tornando anual, recentemente.

E também há necessidade da instalação de novas usinas termoelétricas de um lado e também despachar cada vez mais as termoelétricas, tanto as novas que estão entrando agora como as antigas, para complementar a geração hidráulica durante as estações secas. Então, o impacto disso ainda não está devidamente mensurado, isso está em estudo.

Podemos concluir então que as projeções de crescimento futuro de participação das usinas termoelétricas e, também, provavelmente, das fontes renováveis, alternativas, como as eólicas, as pequenas centrais hidrelétricas estão subestimados nos Plano Decenal e também no Plano de Longo Prazo.

Então, a partir dessa premissa, que eu estou trazendo alguns elementos aqui para a gente discutir as perspectivas da termoeletricidade, alguns desvios que a gente tem observado recentemente e possíveis rotas de correções desses desvios.

Aqui eu aproveitei uma transparência que foi apresentada recentemente pela a ABRAGET, Associação dos Geradores Térmicos, que mostra a geração planejada aqui, é esse primeiro diagrama pizza aí, que o que aparece no final do horizonte, do Plano Decenal, 2008-2017.

E aqui é a geração, vamos dizer a configuração que apareceu como resultado dos leilões de energia nova, essa abreviação, LENs, até 2008. Então, a gente pode observar aí algumas diferenças, bastante significativas, tem sido até objeto de bastante discussão na imprensa, recentemente. Então, uma dessas coisas é a participação massiva que houve das termoelétricas a óleo combustível, que, praticamente, não estavam previstas numa escala muito pequena no Plano Decenal e de fato atingindo a cifra de 25% do total, que foi leiloado até 2008.

A participação do gás natural, tanto na forma a gás natural liquefeito como vamos dizer, gás natural de gasoduto, acabou sendo um pouco maior do que o previsto aí no plano e, principalmente, a participação da hidroeletricidade, que estava prevista em 76%, o que aconteceu até agora é só 34%.

Então, eu acho lá que é possível uma correção de rumos, no sentido de aumentar a participação da hidroeletricidade. Várias medidas estão sendo tomadas nesse sentido, mas ainda assim, existem evidências que mostram que, dificilmente, a gente vai atingir esse percentual, elevado e que, consequentemente, a participação tanto de termoeletricidade como de fontes renováveis tendem a maior do que previsto nos planos. Então vamos analisar o que está acontecendo e alguns desvios aí, que eu tenho observado.

Nos leilões de energias novas existe um índice chamado: Índice de Custo Benefício – ICB, que é calculado através dessa fórmula que os principais parâmetros são esses que estão indicados aqui. É garantia física, que é calculado por modelo; receita fixa, que é praticamente o único parâmetro que é definido pelo Empreendedor; o valor esperado do custo de operação, que também é calculado por modelo, pela EPE, antes dos leilões; e, finalmente, o CEC, valor esperado do custo de econômico de curto prazo, que também é calculado por modelo.

Então, vamos dizer assim, os vencedores dos leilões são definidos em função dos valores desse índice custo benefício que são calculados, baseado nesses três parâmetros que são modelados antes do leilão e pela receita fixa, que é definida pelo Empreendedor, que é praticamente o lance do leilão.

Então analisando de uma forma sintética, os resultados dos leilões de energia nova, então observamos que devido as atuais condições de mercado e, sobretudo as atuais regras de cálculo do ICB, essas duas coisas tem favorecido uma rápida expansão de usinas termoelétricas de elevado custo variável unitário, cuja sigla é esse CVU, como as que consomem óleo combustível, gás natural liquefeito e carvão importado.

Então, apesar, porque essas usinas, elas têm o que a gente chama de 100% de flexibilidade, ou seja, são usina que podem ser desligadas a hora que eu não preciso delas. Então, do ponto de vista de otimização energética do nosso sistema hidrotérmico, isso é bom. Agora, vamos dizer assim, no curto e no médio prazo, para esse regime de complementação térmica.

Agora, quais são os problemas? Dois, principalmente. Primeiro é que quando elas precisam ser despachadas acima da média prevista nas simulações,

isso sempre acontece nos chamados anos hidrológicos críticos, isso acaba ocasionando um choque tarifário, o que é uma coisa complicada de absorver, inclusive, até politicamente.

E o outro aspecto, é que as usinas a óleo combustível e a carvão, aumentam bastante o nível de emissão de poluentes do Parque Gerador Brasileiro. Então isso foi, inclusive, objeto de bastante discussão recente na imprensa.

Então, vários estudos, uma coisa boa de se ter os agentes participando aí do processo é que, evidentemente, sempre que acontecem desvios, como esse aí que eu estou rapidamente apontando, os agentes fazem lá os seus cálculos, suas simulações e com uma certa rapidez eles detectam onde tem os problemas e, eventualmente, até sugerem sugestões interessantes.

Então, atrás desses pontos que eu vou levantar aqui existe todo, digamos, um material um pouco mais técnico, não é? Mas o pessoal do carvão nacional, por exemplo, eles quando viram que as usinas deles não estavam conseguindo competir nesses últimos leilões, eles foram atrás, de: "Bom, o está acontecendo?".

Então, eles contrataram uma consultora renomada lá do Sul do país, acostumada a fazer simulações com usinas a carvão, e eles constataram que EPE, ela estava usando matrizes de custos marginais, os chamados preços de liquidação, diferentes para três parâmetros, garantia física, COP e CEC.

Eu tive acesso, inclusive, a esse relatório com o resultado das simulações e mostrou-se que se utilizasse, se fossem utilizadas a matriz de 2007, de 2008 e que a ONS utiliza, resultados bastante diferentes seriam obtidos, em particular as usinas térmicas a carvão, que não se mostraram competitivas com o procedimento atual, passariam a ter alguma chance. E até uma surpresa interessante, que as usinas a biomassa, que eles também simularam para trabalhar com uma certa tipologia, também passaram se mostrar bem atraentes com esse tipo de mudança.

Então, isso já foi comunicado tanto a EPE, eu faço parte, inclusive, do Conselho Consultivo da EPE e para o Ministério de Minas e Energia. E parece que providências estão sendo tomadas para tentar sanar isso daí nos próximos leilões, mas de qualquer modo ocorreram então assim, problemas nesses leilões mais recentes.

Bom, uma outra coisa importante é que essas usinas térmicas que estão entrando, por exemplo, essas usinas a óleo combustível, o fator de capacidade delas, significa o tempo que elas são utilizadas, é pequena. Então, na média estatística das hidrologias, tipicamente, da ordem de 5%, 10%, aí. Agora, com o passar do tempo, conforme a participação da termoeletricidade vai aumentando esse fator de capacidade também vão aumentando.

E as simulações, do jeito que elas estão sendo feitas hoje, elas cobrem só um período muito curto, ou seja, anos para frente, quando essas usinas que estão entrando agora vão ser mais requisitadas, e o custo operacional delas vai ser maior, hoje não estão sendo devidamente levadas em conta. Essa foi, inclusive, uma sugestão, que eu próprio levei lá e assim como outros representantes do Conselho da EPE, a gente, espera que vamos dizer o período de simulação tem que ser maior.

Quer dizer, o que eles estão fazendo agora, qual o efeito pratico disso? Que do jeito que está sendo feito agora, essas usinas que são 100% flexíveis, mas tem um alto custo operacional, elas estão sendo privilegiadas. Num período de simulação mais longo, as usinas de mais baixo custo operacional, ou até de CVU zero, como no caso de biomassa, então, elas seriam, vamos dizer, melhor contempladas aí no processo.

E um colega aí da Universidade Federal do Rio de Janeiro, andou também analisando que o procedimento de cálculo da garantia física, ela também, vamos dizer, sofre desse mesmo viés. Porque eu não quero entrar aqui nos detalhes técnicos, mas a simulação é feita de uma forma estática sobre um período só de cinco anos, então, novamente, esses fatores de capacidade que tende a crescer com o tempo não estão refletidas nesse parâmetro.

E, em particular, um impacto forte disso é que as usinas da biomassa acabam sendo prejudicadas, que tem um custo variável unitário praticamente zero e favorece novamente as usinas de alto custo unitário variável, que são as de carvão importado, gás natural liquefeito e óleo combustível.

De uma forma sintética, assim, analisando os problemas observados como resultados dos leilões e também esses problemas técnicos aí, a resolução desses problemas técnicos de cálculo, do índice custo benefício, resolve parte do problema, mas não resolve de uma forma, vamos dizer assim, mais definitiva o problema como um todo.

Para que isso ocorra, então, o Ministério de Minas e Energia, precisaria implementar políticas de longo prazo, após a devida aprovação pelo CNPE, e junto com a EPE modificar as procedimentos de planejamento, de forma a fomentar a inserção gradual, primeiro de usinas termoelétricas de unidades de cogeração, que atendam à base da curva de carga do sistema interligado.

Então, com recursos não renováveis, CVU não muito elevado, como é o caso das usinas nucleares, centrais que consomem carvão nacional e plantas de

cogeração alimentar por resíduos industriais inorgânicos, ou por gás natural, então, isso é um lado da solução. E o outro lado da solução, que nós vamos discutir bastante aqui é centrais que utilizem fontes renováveis de energia e complemente a geração hidrelétrica nos períodos de baixa hidraulicidade.

Como ocorre com as plantas de cogeração que consomem bagaço na Região Sudeste e Centro-Oeste e também com as usinas eólicas na Região Nordeste.

E há benefícios também no caso das plantas que atuam na base da curvas de carga, como é o caso das PCHs, que são despachadas continuamente. E plantas também de cogeração, que consumam resíduos industriais ou agrícolas, provenientes da biomassa, como a lixívia, cavacos, cascas de árvores e, futuramente, bagaço mais folhas e pontas da cana de açúcar, como está previsto em vários estudos prospectivos.

Então, essas duas abordagens hoje não estão contempladas, ou seja, a sistemática atual visa a minimização de custo, mas com uma visão de curto prazo. Então, vamos dizer, enfocando esses dois novos ângulos da questão, a gente poderia ter uma visão um pouco mais de médio e de longo prazo e não só de curto prazo, como ocorre hoje.

Uma outra grande discussão, aí já há algum tempo, mas eu acho que agora a gente chegou num momento de transformar essa discussão em coisas concretas, como levar em conta custos e benefícios socioambientais?

Eu tenho estudado ao longo da minha carreira aí, acadêmica, experiências internacionais de vários países e as experiências americanas e canadenses, por exemplo, que são muito ricas em termos incorporar custos e benefícios socioambientais na definição de índices. E, particularmente, esse índice custo/benefício, ele pode ser facilmente adaptado para fazer isso aí.

Claro que chegar em algum consenso em relação a que valores são razoáveis para custos e benefícios de usinas térmicas a carvão e térmicas a biomassa, não é uma coisa fácil, mas eu acho que é um caminho ainda menos problemático do que, por exemplo, a sugestão que foi dada recentemente pelo nosso Ministro de Meio Ambiente, de exigir compensações ambientais, de empreendedores interessados em obter licenças ambientais de usinas térmica a carvão e a óleo, que se do ponto de vista qualitativo podem até ser aceitáveis, mas do visto quantitativo é extremamente arbitrário. Quer dizer por que reflorestar X e não Y, por que eu tenho que construir vamos dizer, usinas eólicas, complementares ou algo assim.

Então, tentar quantificar custos e benefícios socioambientais e jogar isso dentro do índice, após a devida discussão aí com as partes interessadas é difícil, é complicado, mas eu acho que é menos arbitrário e mais participativo do que procedimentos heurísticos e subjetivos, como é esse aí.

Vamos olhar para frente detectamos problemas, os leilões recentes, concedidos que o poderia ser feito para sanar então, parte dos problemas encontrados. Porque a conclusão que a gente chega é que o resultado dos leilões não está expressando o que os próprios planos governamentais estão estipulando.

Então, para reverter esse quadro e os leilões que é o que acontece na prática reflitam melhor o planejamento, teria que, primeiro, modular melhor a combinação e o programar melhor a sequência de leilões A-3 e A-5.

Hoje, um dos grandes desafios do planejamento no Brasil é exatamente como projetar adequadamente os leilões. Então, tanto as regras dos leilões, preços teto, como a sequência dos leilões, que é o que vai realmente permitir sair do papel que está sendo previsto e isso aí de fato acontecer.

Outra. Introduzir alguns leilões específicos só para usinas que irão atender à base da curva de carga, isso está sendo já reivindicado aos poucos por vários agentes de outros setores, e eu particularmente me junto ao coro que está reivindicando isso.

E, finalmente, algo que já está sendo contemplado, mas de uma forma tímida e sem uma política de apoio atrás, que é realizar leilões específicos para algumas tecnologias ou combustíveis que se deseja fomentar que ainda não tem condições de competir com outras.

Porque é claro a preocupação do nosso colega Presidente da EPE, Engenheiro Mauricio Tolmasquim, é de ter os leilões, os mais abrangentes possíveis, envolvendo o maior número possível de fonte. Mas hoje em dia, o atual estágio de desenvolvimento tecnológico, especialmente custos de unitário envolvidos, ainda não permite colocar todos os combustíveis e tecnologias no mesmo saco.

Então acho que leilões específicos são inevitáveis. Só que para que isso não seja arbitrário, porque não vamos fazer um leilãozinho de eólica a semana que vem, ou algo assim, a gente teria que ter, digamos, uma política por trás disso que tivesse uma previsão assim de fomento mais a longo prazo, seja para eólica, biomassa e assim por diante.

O Programa PROINFA, ele foi, vamos dizer, o primeiro programa implementado aqui no país, visando realmente dar um incentivo significativo para três fontes renováveis alternativas, que são as pequenas centrais hidroelétricas, a biomassa e a eólica. Então, ela foi implementada por essa Lei nº 10.438, ela foi

inspirada em legislações bem sucedidas da Alemanha e Dinamarca e, realmente, é um marco de fomento e geração distribuída de eletricidade com fontes renováveis de energia no Brasil.

Agora, esse programa, ele têm alguns problemas, que nós vamos falar daqui a pouco, mas essas fontes têm algumas vantagens que ainda não estão devidamente valorizadas nas políticas do Ministério de Minas e Energia e, também, nos procedimentos de planejamento do Ministério junto com a EPE.

Primeiro, elas despertam interesse de um amplo espectro de potenciais investidores, seja empregando recursos locais como recursos provenientes de fundo de investimentos no exterior.

Então, em termos de alavancagem de recursos da iniciativa privada, elas representam uma alternativa bastante interessante. O porte e o tempo de construção dessas usinas é também reduzido. Então, todo mundo que conhece planejamento, sabe que o planejamento ideal seria aquele que a gente poderia dar ofertas incrementais, conforme a demanda fosse crescendo.

Então, a gente ter, vamos dizer assim, um certo número de projetos de pequeno e médio porte, que é o caso normalmente dessas tecnologias, é bastante interessante do ponto de vista de planejamento.

E essas fontes tem encontrado mais facilidade em seu licenciamento ambiental, que é um problema que hoje as grandes usinas têm encontrado, então, isso é um facilitador.

Falando agora um pouco dos problemas do PROINFA, algumas distorções que precisariam ser corrigidas em futuras leis. Eu destacaria que a primeira delas, que metas de parcelas de mercado, olha, vamos instalar tanto de PCHs ou tantos de geradores eólicas ou de centrais termoelétricas, ele tem que estar relacionado com alguma sustentação de fundo. Então, essa sustentação de fundo pode ser eventuais metas associadas a políticas ambientais.

É o que os europeus estão fazendo. Então, eles querem certas metas de redução de emissões, então, eles querem saber o que essas fontes podem contribuir para isso aí.

Não é o caso do Brasil ainda, porque nós não temos ainda, por enquanto, metas de redução de emissões, pode ser num futuro talvez não muito distante.

Mas uma coisa que já faz sentido no Brasil, hoje, é questão dos recursos disponíveis no país a custos razoáveis. Já existem hoje bons levantamentos e onde tem os melhores potenciais eólicos, melhores potenciais de PCHs, de biomassa. Então, daria hoje para fazer buscar correlações entre quanto eu devo incentivar de biomassa ou de PCHs em função exatamente da disponibilidade desses recursos a custos razoáveis.

E uma outra coisa muito importante que no exterior está se fazendo desde a década 70, é a capacidade de manufatura local que o Governo deseja fomentar. Então, principalmente, para tecnologias que nós não temos muita tradição, que é o caso de eólica em particular.

Outra coisa muito importante, a gente não pode fixar valores, isso vale, inclusive, para leilões, quando a gente fala: "Não, vamos fazer um leilão de eólica de 1000 megawatts, ou 500 ou de biomassa ou de não sei quanto". A gente precisa analisar o impacto dessas metas, das possíveis metas sobre as tarifas de energia elétrica.

Inclusive, na última reunião que eu participei do Conselho da EPE, eu coloquei que isso é um papel que tem tudo a ver com as funções da EPE. Então quando surgem ideias de valores de metas, vamos fazer uma análise qual o impacto disso aí. Aí é o velho coisa do *trade off*: "Não, vamos fomentar essas fontes e qual o impacto disso na tarifa? Se for um impacto pequeno vamos poder ser talvez mais ousados nisso aí, senão temos que... Não podemos querer nos comparar lá à população da Califórnia, que tem um poder aquisitivo muito maior do que o nosso".

E a menos de valores econômicos, eventualmente, decrescentes para cada tecnologia fixados pelo MME, que é isso aí a legislação prevê, essa lei que eu acabei de mencionar, o programa não propicia nenhum incentivo para se diminuir os custos dessa fonte de energia. Isso é uma coisa fundamental, de um lado queremos fomentar essas novas fontes, mas queremos buscar custos decrescentes ao longo do tempo. [soa a campainha]

Então, a realização de leilões específicos, que é o que a EPE está pensando hoje, seria uma solução, ou certificado de energia renovável negociável seria uma outra alternativa.

Eu acho que agora terminou? É isso mesmo. Então, eu tentei sintetizar no meu tempo aí, alguns pontos aí, que eu acho que podem dar boas discussões para frente. Obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Prof. Sérgio Valdir Bajay. Gostaria de registrar a presença aqui conosco do Deputado Nelson Marquezelli, seja muito bem vindo, Sr. Deputado. E também a presença do Dr. Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, seja muito bem vindo.

Eu agora passo a palavra ao Dr. Marcos Sawaya Jank.

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Senador Fernando Collor, Sras. e Srs. Senadores, meu caro amigo Nelson Marquezelli, muito obrigado por ter vindo.

Eu gostaria de primeiro dizer da importância desses eventos, Senador. Eu acho que o Brasil, numa nova retomada do crescimento, depois desse lapso da crise financeira, que foi um lapso, foi uma coisa rápida, passageira. Eu acho que todos nós acreditamos que o Brasil vai sair dessa crise muito antes que os outros países. O Brasil precisa planejar a sua matriz elétrica, a sua matriz de combustíveis, a sua matriz de transportes.

E eu vejo que esses temas são três dos sete temas colocados aqui sob debate. E eu acho que o importante aqui é a gente tentar olhar o médio e o longo prazo e encontrar fórmulas para que esse planejamento ocorra da forma mais competente possível.

Todos nós sabemos que, em 2001, por falta de planejamento, nós sofremos com o apagão, isso teve consequências terríveis. Hoje estamos falando de pré-sal, nesse dia o que vai acontecer com as reservas brasileiras.

Mas, ao mesmo tempo, que o Brasil descobre mais petróleo, o Brasil tem um dos programas mais ambiciosos do mundo de etanol, está entrando no biocombustível. Tem o gás natural, tem as térmicas a carvão e a óleo combustível. Quer dizer, o Brasil precisa pensar sua matriz.

Eu vou mostrar aqui dois ou três *slides* que deixam, claro, que nos últimos 30 anos as nossas matrizes foram erráticas, elas foram mudando de perfil de uma maneira eu diria quase que inaceitável. E a chance aqui hoje é a gente poder fazer uma reflexão mais profunda sobre o que nós queremos lá na frente. Que tipo de matriz de combustíveis, de eletricidades e de transportes que a gente pretende chegar nos próximos anos.

Sobre o setor suco energético, que é o foco da minha palestra. Esse é o setor que fatura 23 bilhões é o quinto maior exportador do país com quase oito bilhões de dólares. Os investimentos de 20 bilhões dos últimos quatro anos foram os maiores investimentos do país, em relação ao produto, quer dizer se a gente comparar investimento sobre produto de 500 setores econômicos, o nosso foi o campeão, porque ele entrou num verdadeiro boom de investimentos, em função perspectiva da velha cana de açúcar se tornar, como ela vai se tornar, um novo paradigma da energia, seja em combustível, seja em eletricidade.

E isso realmente levou a fortes investimentos que, infelizmente, encontrar uma crise financeira profunda, que hoje afeta a sobrevivência de algumas empresas, mas no que no médio e longo prazo tende a se resolver. Aliás, nesse momento, já começa a dar sinais positivos.

São 410 plantas, 70 mil fornecedores de cana, 845 mil empregos diretos e aí vem o mais importante, a cana já é sozinha, 16% da matriz energética brasileira, a segunda fonte de energia do país, atrás do petróleo que está perdendo espaço ano a após ano e acima da hidroeletricidade.

Então é uma fonte extraordinária que o Brasil é pioneiro, o Brasil foi o país que conseguiu transformar a velha cana de açúcar, num novo paradigma da cana de energia, energia elétrica e combustível.

E tem a produção de cana, produção de açúcar e álcool, mas principalmente um fator muito relevante a redução de emissões, 600 milhões de toneladas, desde o começo lá no Proálcool, 600 milhões de CO2, o que equivale ao plantio de dois bilhões de árvores.

Não, basicamente, o uso de 25% de etanol de gasolina e os carros *flex* levam a uma redução das queimadas fazendo parte desse processo. Mas é um volume extremamente interessante, extremamente importante de reduções, graças a um programa pioneiro que o Brasil fez na primeira crise e que hoje o mundo inteiro está tentando fazer na terceira crise de petróleo.

Bom, aqui está a cana de açúcar na matriz, acima do petróleo, abaixo do petróleo, acima da hidroeletricidade e do carvão vegetal e se a gente somar cana hidrelétrica, carvão vegetal e outras fontes renováveis, a gente vai para 46% de matriz energética limpa no país, que é um sonho, os países ricos tem só 6%, 7%. Então, esses países, hoje, que estão falando tanto em mudança climática não tem exemplo para dar, porque eles estão ainda com a matriz extremamente suja, extremamente dependente petróleo.

Aliás, a nossa matriz não é só mais limpa do que as deles, mas é a mais diversificada. Vejam o caso dos Estados Unidos, por exemplo, que é o maior consumidor de energia do planeta e que dependente fortemente do petróleo e, basicamente, de petróleo importado de regiões complicadas do mundo. E nós aqui conseguimos hoje ter o pré-sal, que vai transformar o nosso país num exportador de petróleo, convivendo com o etanol, com o biodiesel, com energia eólica, com térmicas de vários tipos, com gás natural. Quer dizer, o Brasil tem uma matriz extremamente diversificada que o mundo quer e o que é interessante cada vez mais limpa em linha com as questões futuras ligadas à mudança climática.

As grandes questões que se colocam nesse nosso setor, no mercado doméstico o que vai puxar o crescimento é a frota *flex* é a bioeletricidade da cana, que já foi comentada na última Sessão, eu acho que

pelo Tolmasquim, os novos usos para o etanol e uma reestruturação profunda desse setor, em função da crise econômica e da crise financeira que ele vive.

No mercado externo, a adoção de mandatos de mistura de etanol na gasolina por um número crescente de países, hoje já há cerca de trinta países e os crescentes exigências por você combustíveis de baixo carbono.

É curioso que o Brasil tem um combustível de baixo carbono há 35 anos aqui, que a gente nunca deu muito valor, porque a gente fez o etanol por razões de segurança energética, para substituir petróleo. Mas hoje, o principal valor da mistura de etanol na gasolina, do uso de etanol em carro *flex* não é mais a substituição do petróleo, mas sim cada vez mais, o combate as mudanças do clima. O que os países ricos estão buscando são mecanismos para o tal de combustível de baixo carbono, que o Brasil tem há 30 anos e não valoriza adequadamente.

Então é muito interessante, isso é e um novo paradigma que está se construindo. Todos os debates nos Estados Unidos que está extremamente quente no Congresso, nas leis climáticas, nas regulamentações do APA, da Califórnia é definir padrão de combustível de baixo carbono. Eles estão debatendo arduamente se podem ultrapassar 10% de mistura de álcool na gasolina e nós aqui já fazemos 25 há muito tempo. Sendo que o álcool deles é muito mais caro, que é um álcool de milho.

É porque tem problema com competição com alimentos, que tem um balanço energético que é cinco vezes inferior ao álcool de cana e que têm uma redução de gás de efeito estufa de 30% comparado com a gasolina e o nosso álcool tem 70% chegando hoje a 90% se a gente incorporar a bioeletricidade. Então, a gente tem o combustível que eles querem, mas eles ainda protegem os produtores de milho deles e o mercado, infelizmente, ainda é fechado. E esse é um dos grandes problemas, abrir esse mercado, mas as regulamentações de combustível de baixo carbono estão saindo lá com grande velocidade.

Desde março do ano passado, o consumo de etanol nesse país já superou o de gasolina, tanto que quando a gente viaja, eu gosto de falar que no Brasil, pelo menos, o combustível alternativo para veículos leves é a gasolina, porque o combustível principal já é o etanol. Aqui eu estou somando 25% de etanol na gasolina, mais a frota *flex*, então é o álcool misturado na gasolina, que é o álcool anidro, mais o álcool hidratado puro utilizado em veículos *flex*.

Isso não deve ser alterar, quer dizer, por quê? Porque existe um número crescente de veículos *flex*. Hoje em dia, 90% dos carros nosso nesse país são *flex* e essa frota *flex* começou em 2003. E ela não é política governamental, o nascimento desse programa foi o Governo com o Proálcool 1 e Proálcool 2, mas o crescimento desse programa foi a indústria privada. Foi uma decisão que as automobilísticas tomaram de transformar o Brasil no principal projeto piloto de investimentos de carros *flex*. Nós temos uma frota *flex*, que já chega a 90% dos carros novos e hoje nenhuma montadora se instala nesse país sem fazer carro *flex*, o que está puxando o consumo de etanol, cada vez mais.

Olha, isso é uma coisa muito interessante, o etanol nasceu em cima de pesquisa pública, aliás o que fez do agronegócio brasileiro respeitado e visto no mundo como o mais competitivo em áreas tropicais do planeta, foram investimentos nos anos 70 e 80, na EMBRAPA, nas agências de pesquisa dos Estados, enfim foram investimentos essencialmente públicos naquele momento, que quando veio a crise financeira dos anos 90 e outros problemas o setor privado assumiu.

No caso demonstra da cana de açúcar, hoje o grosso dos investimentos, a principal agência de promoção de pesquisa é o Centro Tecnológico Canavieira em Piracicaba, que tem 160 pesquisadores mantidos pelo setor privado das usinas de açúcar e álcool e que detém a maior tecnologia de cana do mundo, a melhor tecnologia.

Os carros *flex* já chegam a 90% da frota nova e já são uma realidade que não vai mudar, cada carro *flex* que entra é um carro a gasolina que sai, que o significa que isso estão abrindo mercado para os novos produtos.

Então, nós estamos em 2009, com 35% da frota total, porque isso começou em 2003, vamos a 50%, 65%, até chegar a 90% da frota. Então é isso que puxa o crescimento da cana hoje, não é o mercado mundial, infelizmente. O mercado mundial ainda é extremamente protegido por causa dos *lobbys* agrícolas, do milho, do trigo, da beterraba, que é de onde se tira álcool na Europa e nos Estados Unidos. O que puxa o crescimento do nosso setor é essa frota *flex*.

Essa é a próxima fronteira da cana, muito interessante. Durante 500 anos nesse país, porque vocês sabem que a cana é a atividade mais antiga desse país, nós só usamos um terço da energia da cana. É o Pau Brasil é anterior, mas é extrativista, a cana já é uma pouco mais organizada, ligada com as capitais com a vinda.

É, mas de fato a cana chegou em 1532, com Martin Afonso de Souza e a gente só usou o caldo da cana, porque a gente queimava o resto. Queimava a palha e o bagaço era uma sobra que ninguém sabia

direito o que fazer. Mas bagaço e palha representam 2/3 da energia da cana.

Então, nesse momento, nós estamos fazendo açúcar e álcool do caldo da cana e estão vindo duas fronteiras maravilhosas aí. A primeira é usar o bagaço e a palha, a palha a gente recupera quando passa a mecanizar a colheita, porque não precisa mais queimar. A queima só ocorre por causa da corte manual e o corte manual vai desaparecer. Então, a gente vai transferir bagaço e palha, no curto prazo, para fazer eletricidade.

Nós temos potencial para substituir 15% das necessidades elétricas do país, isso equivale a duas Itaipus adormecidas nos canaviais brasileiros.

Mais à frente tem pesquisas acontecendo no mundo inteiro para se fase etanol celulósico, a partir de bagaço e palha. Se a gente conseguir implementar isso, comercialmente, a gente vai passar dos atuais oito mil litros de etanol por hectare para 14 mil litros de etanol por hectare, nós vamos praticamente dobrar a quantidade de álcool por hectares usando o bagaço e a palha.

E tem uma nova fronteira, que pouca gente conhece que já tem pesquisas em andamento, que é usar o próprio etanol, ou os açúcares do álcool da cana para fazer Alcoolquímica. Plásticos, por exemplo, várias empresas de plásticos, a própria Odebrecht, o Grupo Solvay, A ADAL, a Dupont estão entrando no setor para produzir plásticos verdes, plásticos cuja base é polietileno feito de eteno, que é um derivado de etanol.

Então, invés da gente sair da rota nafta, eteno polietileno, a gente sai de etanol, eteno polietileno. Que há uns anos atrás, se tentou no Brasil não se chegou à grande conclusão e, agora, cada vez mais, se o petróleo subir o pessoal vê isso de maneira muito interessante, porque é um plástico verde, é um plástico de origem vegetal e não de origem petróleo.

E tem também pesquisas acontecendo, inclusive, aqui no Brasil, para transformar açúcares de cana em hidrocarbonetos, fazer, por exemplo, diesel, querosene ou mesmo a própria gasolina a partir de açúcares de cana. Então, se isso acontecer é uma fronteira da magnitude que foi os anos atrás o laptop, ou os nossos telefones celulares, quer dizer, que a gente quando começou achava que ia ser uma coisa, talvez, relativamente restrita e que hoje tem grande amplitude.

Então, aqui as grandes vantagens da bioeletricidade, já faladas possivelmente pelo Tolmasquim, talvez uma das principais aqui é a renovável e limpa, mas uma outra vantagem muito interessante é que a gente produz bagaço e palha de cana, exatamente, nos meses que falta água. Quando termina o período hidrológico no Centro-Sul, março, abril, fins das chuvas, nós estamos começando a safra de cana.

Então, a safra de cana e o bagaço da cana é uma *ready* contra apagão é um seguro contra apagão, porque ele entra exatamente no período seco do ano, quando o nível dos rios e dos reservatórios das hidrelétricas está mais baixo.

Portanto, hidroeletricidade e bioeletricidade da cana são altamente complementares, sem falar que isso é indústria nacional, são realmente projetos de menor porte e disponíveis no coração do consumo. Porque 63% da cana do país está no Estado de São Paulo, então é muito interessante.

A próxima fronteira, aqui estão as tais duas Itaipus, que a gente está vendo lá no horizonte, se tudo for feito adequadamente. Mas para isso, por exemplo, o Governo tem que definir se nós vamos para térmicas sujas, como foi dito pelo Bajay, nós vamos para carvão, nós vamos para carvão para óleo combustíveis, ou nós vamos optar para aquilo que é mais moderno hoje que nós podemos fazer nesse país graças ao sol, aos solos, as plantas que a gente tem que é a biomassa, ou eventualmente eólica, ou eventualmente solar. Ou seja, nós temos condição de ter uma matriz moderna, nós não precisamos seguir o exemplo da Índia, nós temos que seguir o exemplo de um país que é uma dádiva em pelo menos de natureza.

E aqui são os novos usos da cana. Foi lançado esse ano a primeira moto *flex* do mundo aqui pela Honda e vão sair outras agora. Os ônibus movidos a etanol, tem 400 ônibus desse tipo andando em capitais européias com etanol brasileiro e nós temos só um ônibus andando aqui no Brasil, em São Paulo, isso é um absurdo, nós temos que trazer esses ônibus para São Paulo.

O Prefeito Kassab introduziu um plano importantíssimo de mudança climática, nada como trocar ônibus, altamente poluidor desse diesel de baixa qualidade que o Brasil tem, por um ônibus a etanol nas grandes cidades. Nós temos já um avião da Embraer, os bioplásticos, o diesel de cana e por aí vai. Novos usos aí.

O mercado internacional ainda muito restrito, muito pequeno. Os americanos, nesse momento, já produzem mais álcool que o Brasil, produzem 40 bilhões de litros, o Brasil está com 27, mas aqui é álcool de milho e aqui é álcool de cana. Vários outros países no mundo tem programas de mistura, 5% de álcool, 10% de álcool, bem menos do que o Brasil faz. O Brasil está com 25, mas isso está crescendo no mundo.

A exportação é muito pequena em relação à produção, a produção mundial está crescendo, mas a exportação ainda é ínfima por causa de barreiras tarifárias e não tarifárias. Esse é o grande problema, as tarifas

altíssimas. O mercado é muito volátil, ele representa só 15% da nossa produção. E estão surgindo todo tipo de barreiras não tarifárias, infelizmente.

Esse debate que se instalou lá nos países ricos do combustível de baixo carbono acarretou em acusações que o etanol invade as áreas de alimentos, que o etanol tem trabalho escravo associado a ele, que o etanol desmata. Hoje se exige uma responsabilidade socioambiental dos biocombustíveis, que nunca se exigiu do petróleo em 150 anos de petróleo. Nunca se perguntou se o petróleo é socialmente e ambientalmente correto, mas está se pedindo isso do nosso etanol.

Acusação, por exemplo, sobre invasão de floresta que se faz hoje do nosso álcool, nem é mais uma acusação do tipo: O etanol invade floresta. A principal acusação que se faz é que o etanol ao crescer em Piracicaba, ele está empurrando o boi para a Amazônia. E aí eles depreciam o nosso álcool em 50%, por um suposto efeito do uso indireto da terra, que é uma coisa absurda, sem base científica, mas é isso que nós estamos enfrentando nos Estados Unidos e na União Européia nesse momento.

Terríveis barreiras não sanitárias, sendo criadas em cima desse tal do uso indireto da terra. Quando a gente tem uma reserva de pasto nesse país imenso, que é vinte vezes maior que as áreas de cana, que pode perfeitamente absorver o crescimento da agricultura sem precisar ir pra floresta.

Aqui é o programa americano, eu já vou passar essa também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Jank e também me parece que até 2017, haverá uma expansão de 150%, na produção de etanol no Brasil.

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E quando chegarmos a isso, a cana estará ocupando apenas 2,5% da área agricultável no Brasil.

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Exatamente.

Se expandirmos, quer dizer, se nós pudéssemos, se nós expandirmos dos atuais 1% da área total que a cana ocupa para 3%, nós poderemos produzir álcool suficiente para alimentar todo o programa americano e europeu juntos, nesse momento. Quer dizer, com pouquíssima área a gente consegue fazer isso, graças aos quase oito mil litros por hectares que a gente produz em álcool de cana.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Diferentemente dos outros países, como os Estados Unidos, que utilizam do milho--

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Dos outros países que dependem do milho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --que é comestível, que é algo extremamente importante no hábito alimentar do americano.

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Exatamente.

A cana aqui, ela realmente cresceu nos últimos anos, mas muito menos de o que milho, a soja é o próprio algodão. E, lá nos Estados Unidos, hoje, eles usam um terço da safra de milho para fazer biocombustíveis, que é uma safra imensa é a maior safra do mundo. E aqui a gente usa 1% das terras aráveis. E aumenta o preço e dá problema no México enfim, por quê? Porque eles estão usando o combustível errado.

Infelizmente tem uma contradição aqui, viu Senador? Que é o seguinte, o mundo quer se livrar do petróleo que é escasso e que é altamente poluente, mas é absolutamente livre no mundo, circula sem nunca tarifa. A melhor alternativa comercial em termos de redução de custos, em temos de melhorias ambientais são os biocombustíveis, mas que são altamente protegidos, porque os programas nasceram por pressão dos *lobbys* agrícolas na Europa e nos Estados Unidos, que não deixam entrar produto importado. Então, essa contradição tem que ser em algum momento resolvida pelo mundo.

Aqui é a produtividade. Eu queria falar um pouco sobre a matriz brasileira, isso é muito importante, vamos à próxima.

Esse gráfico aqui que eu roubei aqui do meu amigo aqui Adriano, ele mostra, viu Senador? Uma coisa importantíssima, como o Brasil ficou numa política errática de combustível nas últimas três décadas? Nos anos 70, a gente dieselizou os nossos transportes, nós acabamos com os pequenos caminhões movidos à gasolina tudo virou diesel e o país passou a depender fortemente do diesel.

Aí, a gasolina estava indo lá, nos anos 80 surge o Proálcool e o etanol sobe, o etanol hidratado puro sobe e a gasolina cai. Esse foi o auge do programa dos carros a álcool, dos carros puros a álcool. Aí veio a crise a queda dos preços do petróleo, o Governo acabou com os carros a álcool, praticamente os carros puros. O álcool hidratado caiu, a gasolina cresceu de novo, mas aí começou a sobrar o gás da Bolívia, então, se criou os carros a gás. E aí, em 2003, renasce o programa do álcool com os carros *flex*.

Então a gente teve pelo menos cinco fases: a dieselização da frota, a alcoolização, a volta da gasolina, a entrada do GNV e a vinda dos carros *flex*. Quer dizer, em 30 anos, a gente mudou de direção cinco vezes.

Quando a gente vê hoje o pré-sal sendo anunciado, a gente se pergunta: Como é que vai ser daqui dez anos? Nós vamos voltar para o petróleo?

Nós vamos manter uma frota GNV? Na semana passada, aqui no Congresso, se discutiu os carros a diesel. Tem um projeto andando aqui dentro para veículos leves movidos a diesel. Eu vou dar sete razões para não se fazer isso. O Brasil é importador de diesel, com autossuficiência plena prevista só para 2014. A qualidade do diesel brasileiro é inferior às necessidades ambientais. O diesel brasileiro tem enxofre em níveis 180 vezes superiores ao diesel europeu. 180 vezes. A emissão de CO2 por automóveis a diesel é equivalente a de um automóvel operando com gasolina, portanto é muito mais elevada do que um automóvel operando a álcool. [soa a campainha]

O diesel emite muito mais partículas de dióxido de enxofre ou dióxido de enxofre, nitrogênio. Os veículos a diesel são mais caros do que os *flex*. A manutenção dos veículos a diesel é mais cara. Tem aquela fumaça preta tóxica, que todo mundo conhece e a tecnologia que as montadoras querem trazer para cá é ultrapassada em tecnologias é emissões.

Portanto, eu não consigo entender como é que um país que tem hoje sobra de etanol, sobra de gasolina, que não precisaria nem ter o carro a gás, porque a gente deveria estar usando esse gás para movimentar térmicas, que foram construídas para serem movimentadas a gás. Ainda consegue imaginar a possibilidade de ter uma frota de carros a diesel, com diesel baixíssima qualidade, mas isso acontece. Tem um projeto andando aqui de carro a diesel, tem uma política que ainda favorece térmicas sujas. Então, a gente precisa ter mais planejamento dessa matriz.

Obviamente levando em conta todas as características, que eu não vou entrar aqui em detalhe. Um dos grandes problemas é a parte da comercialização, eu não vou entrar nesse detalhe, eu vou falar só de matriz energética, mas a gente precisa também melhorar a comercialização de álcool, que é um assunto que levaria mais uns 15 minutos, aqui para ser explanado, novos instrumentos de comercialização, um setor muito fragmentado. E um setor que tem formar estoques por sete meses, mas carregar por 12, uma imensa volatilidade do preço do álcool, principalmente ao produtor, porque é um setor muito fragmentado, muito maior do que é na bomba e nas distribuidoras.

Então, o preço sai das usinas entre, se a gente olhar aqui de 2008 para frente entre 0,7 e 0,9, quer dizer, 70 e 90 centavos o litro, com uma volatilidade muito grande. A distribuidora de certa forma acompanha esses altos e baixos, mas com menos volatilidade e na bomba ainda muito menor. Então, na bomba o álcool varia muito imensa do que lá na produção. E a razão por que ele varia tanto na produção é que o setor é muito heterogêneo e é o único carregador de estoque nesse país.

Na verdade, nós estamos falando de um lado com a Petrobras, com 95% da produção de gasolina, preços estáveis, politizados e daí o etanol com uma volatilidade imensa, altos e baixos, levados pela fragmentação da produção.

Olha, então, a diferença desses 80 centavos, vai chegar em torno de um real, um real, um real e dez no caso da distribuidora e vai chegar na bomba a um real e vinte, a um real e trinta. Mas variando muito de Estado para Estado, porque além do mais, existe uma diferença de ICMS, gritante entre vários Estados.

Em São Paulo, por exemplo, o ICMS é 12%, então, lá o etanol é sempre competitivo, sempre vale à pena utilizar álcool em qualquer carro *flex*. Em outros Estados mais ao Norte, mesmo em Minas Gerais, o etanol o ICMS chega a 25 e 30% e aí o etanol perde competitividade. Então, a gente defende uma harmonização do ICMS no país inteiro, um certo disciplinamento do uso da CIDE, que é um imposto que deveria controlar essas altas é baixas de preço de petróleo e, obviamente, mecanismos modernos que reduzam a volatilidade dos preços de etanol na produção.

Olha, veja só o que houve esse ano 2009. 2007 foi um ano que teve preços bons no começo da safra, final da entre safra, aqui é 2000... Aliás, aqui é a média 2005, 2007, preços altos entre safra, preços mais baixos ao longo da safra e depois o preço sobe outra vez. 2008 já teve bem menos volatilidade de preço e 2009 com plena entre safra, com falta de álcool o preço deu uma despencada brutal. Por quê? Porque as empresas estavam descapitalizadas e passaram vender álcool a qualquer preço para fazer caixa, porque desapareceu o recurso dos bancos. Então, essa volatilidade tem que ser trabalhada.

Nós estamos defendendo a criação de novos agentes nesse mercado, a empresa de comercialização vinculada ao produtor, o agente de comercialização, isso são temas que mereceriam muito mais detalhes, mas a gente gostaria de diminuir essa volatilidade que se observa hoje nesse mercado. Na verdade existe um engessamento excessivo do mercado de combustíveis por causa da Lei do Petróleo, que foi criada para disciplinar a Petrobras, mas que não serve necessariamente para a produção de álcool.

A gente entende que, talvez, mais inteligente do que adaptar a lei do petróleo para os biocombustíveis, seria ter um marco regulatório para os biocombustíveis, que levasse em conta a estrutura desse mercado e a conduta e o desempenho das empresas que nele atuam, que é o tema que a Elizabeth Farina possivelmente falaria aqui, se ela tivesse podido vir.

Quer dizer, como é que a gente lida com dois produtos tão diferentes, um que é a gasolina que é um monopólio público ou atualmente o monopólio privado e o outro que é um setor altamente concorrencial, com imensas volatilidades, muito heterogêneo, que são os produtores de álcool. E o que nós queremos desse sistema todo, no médio e longo prazo.

Então, a gente espera com a vinda desses novos agentes a gente aumente a liquidez, reduza a sazonalidade. Aqui são vazios instrumentos que nós estamos tentando confessar com o Governo. A Ministra Dilma tem sido muito atenta para essa questão e a gente espera que essa nova regulamentação possa se desenvolver nesses próximos meses, se for possível, que seria um novo marco regulatório para o etanol.

E a última, então, a consideração final, o que nós queremos. Nós queremos no aspecto macro uma definição da participação do etanol na matriz energética, isso tentando fazer com que a nossa matriz continue sendo limpa e renovável, então, se o pré-sal vem aí a gente não precisa com isso sujar a matriz brasileira, nós podemos transformar o Brasil num exportador de petróleo e de derivados de petróleo. Mas manter a característica brasileira, que é a única que o mundo inteiro quer, na presença de combustíveis renováveis e de eletricidade limpa e renovável.

E a gente está fazendo lá na ÚNICA, vários estudos sobre geração de empregos no setor, renda, divisas, ganhos ambientais ganhos de saúde pública.

Nós, inclusive, estamos marcando para o dia 14 de outubro, um dia do etanol aqui no Congresso, onde nós vamos apresentar esses estudos todos durante um dia inteiro, para debate com os Srs. Parlamentares, tentando tratar dessa questão da matriz de combustíveis, vai ser numa quarta-feira lá no Nereu Ramos.

E na parte micro melhorar o processo de comercialização, favorecer estoques privados, comprometer outros agentes da cadeia produtiva, trazer mais agentes para a formação do preço e combater a sonegação que ainda existe, tanto no etanol como na gasolina e que é um dos grandes problemas. Existe uma grande informalidade, que se criou à margem do sistema tributário, que é muito pesado nos combustíveis e que estimula a informalidade que precisa ser combatida.

Com isso muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Jank.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Palestrantes, que, logo em seguida as palavras do Dr. Adriano Pires, já está aberta a lista de inscrições para os Srs. Senadores formularem as perguntas que julgarem convenientes.

Eu passarei então à palavra ao Dr. Adriano Pires, para sua exposição.

SR. ADRIANO PIRES: Eu também gostaria inicialmente de agradecer ao Senador Fernando Collor, pelo convite de estar aqui hoje na Comissão de Infraestrutura do Senado e reiterar as palavras do Marcos de elogio e parabéns por promover esse tipo de reunião, porque eu acho que o setor de infraestrutura no Brasil, ele precisa ser modernizado. E o Senador, eu acho que ele encarna uma figura de um dos principais modernizadores da economia brasileira.

E esse setor, ele não pode mais, o setor de infraestrutura, ser o obstáculo, o muro que impede que esse país tenha um crescimento sustentado. E, ao longo dos anos, isso tem acontecido. Então, eu acho que o Brasil tem que aproveitar, inclusive, esse momento de crise e investir mais em infraestrutura. Porque o investimento em infraestrutura na crise é o melhor investimento que pode existir, porque você gera renda, você gera emprego e não gera consumo imediato.

Então, eu acho que está faltando ao Governo despertar um pouco mais para isso, da mesma maneira que se fez políticas de descontos em IPI em automóvel, em linha branca. Eu acho que precisava uma dedicação maior por parte do Governo, para incentivar mais investimentos em infraestrutura e aqui eu não estou falando só de energia eu estou falando de estrada, de porto, de aeroportos, de ferrovias e etc.

Então, eu volto a parabenizar o Senador Fernando Collor, que realmente esse ciclo de reuniões que ele está promovendo, eles podem e devem dar sugestões para que, volto a repetir, a gente, de uma vez por todas, não deixar que essa infraestrutura impeça um crescimento a essa economia brasileira.

Dito isto, eu vou começar a apresentação, e até por acaso, Senador, essa apresentação eu preparei sem saber que o Governo ia apresentar hoje as novidades, os novos projetos sobre o pré-sal. Então, eu vou também me aventurar a dar algumas opiniões aqui e fazer algumas críticas ao que está sendo proposto de modificação na atual legislação de petróleo e falar um pouquinho de gás também. Porque o gás também está passando por uma situação complicada e que tem que se tomar cuidado para que a gente não tenha o que o Marcos muito corretamente colocou, essa ciclotimia que você tem dito no Brasil, em relação a política energética.

A gente tem que ter uma política energética de mais médio e longo prazo para que você realmente tenha sinais econômicos que permitam investimento e também permitam ao consumidor escolher qual é a melhor fonte de energia que ele deva utilizar.

Eu coloquei três *slides* sobre matriz energética no mundo. A gente sabe realmente que o Brasil, ele é um país, como o Marcos colocou, que tem uma matriz muito limpa. Mas um grande desafio hoje que o Brasil vai ter pela frente e que não está se colocando, eu acho a maneira precisa é com essa chegada do pré-sal, se realmente o pré-sal tiver todo esse petróleo estaca anunciado, eu acho que vai ter que conhecer melhor essa camada pré-sal, realmente saber que reservas a gente está falando, eu acho que o conhecimento sobre o pré-sal ainda é muito precário.

Mas, de qualquer maneira, com a chegada dessa possível enorme quantidade de petróleo, a gente tem que ter cuidado, porque o Marcos chamou a atenção aqui é de não transformar a matriz energética brasileira, que é uma matriz limpa, numa matriz suja e não ir na contramão do mundo. Porque o mundo, apesar de hoje ter uma matriz muito mais suja que a brasileira, ele está tentando limpar essa matriz.

Quer dizer o mundo inteiro, ele hoje... Eu sempre coloco que se você quiser falar do Séc. XX, a melhor maneira seria contando a história do petróleo, mas o Séc. XXI, todo mundo concorda que não dá mais para queimar petróleo, como se queimou no Séc. XX, porque a população o planeta não aguenta essa quantidade enorme que foi queimada no Séc. XX.

A gente vê essa matriz do mundo, você está vendo que a participação do petróleo está diminuindo, está certo? Eu estou falando de 2007 para 2008. Se a gente olhasse para trás, a coisa não era dessa maneira. Eu peguei esses dois anos para mostrar que há uma evolução no sentido de você diminuir a presença do petróleo, por questões ambientais e por questões também de segurança energética.

Os países envolvidos não aguentam mais depender de ofertante de petróleo que estão localizados em países que têm problemas sérios, políticos sociais e etc., que não criam uma segurança de abastecimento.

Aí é a OCDE, outra vez a OCDE. A gente está vendo que a participação do petróleo está caindo de 40.3 para 39.6, quer dizer, então continua a tendência de queda de petróleo do uso o petróleo na OCDE.

Agora, aqui no Brasil, subiu, quer dizer, já está subindo de 45.3 para 46.2. Quer dizer isso aí já mostra um pouco o que o Bajay colocou, por exemplo, que a gente está já, de uma maneira bastante clara, sujando a matriz energética brasileira. Quer dizer, a gente está cada vez mais, quer dizer, os leilões de energia, como o Bajay mostrou, fizeram que a quantidade de energia que passou a ser gerada por óleo esteja aumentando cada vez mais.

E 2008, foi um ano muito especial, porque como no final de 2007, o Brasil teve um problema de escassez de chuvas, choveu pouco, e como também não tinha gás suficiente para atender as termoelétricas e ao mesmo tempo a indústria, o Governo teve que mudar a regra do jogo e despachar térmicas a óleo. E isso fez com que o consumo de óleo crescesse bastante em 2008 e gerasse uma conta, inclusive, no setor elétrico, de dois bilhões e 300 milhões, que está sendo pago esse ano pelo consumidor.

Vocês vejam um ano de crise econômica e as tarifas de energia elétrica estão sendo reajustadas para cima, porque agora veio a conta do ano passado de ter ligado essas térmicas a óleo.

E o que me preocupa é que com o pré-sal nós temos que ter dois cuidados, na minha opinião. O primeiro cuidado é de não nos transformarmos num país grande consumidor de petróleo. Ou seja, andar para trás e com isso você ter a possibilidade, inclusive, de matar, quer dizer, programas de sucesso que já estão totalmente estabilizados, o etanol já não mais nem um programa é uma realidade, como o Marcos colocou aqui para nós.

Então nós temos que ter esse cuidado, o primeiro cuidado com o pré-sal é a gente não derrubar esses programas de energia renovável e sujar a matriz energética brasileira.

O segundo cuidado com o pré-sal é aquela tal da doença holandesa, é a gente também não permitir que o pré-sal desindustrialize a economia brasileira, como aconteceu por exemplo lá na Holanda, quando a Holanda descobriu aquelas reservas de gás.

Então esses dois cuidados têm que estar presentes. E eu vejo muito as declarações das autoridades governamentais uma preocupação grande com a doença holandesa, mas não vejo a mesma preocupação com essa questão de preservar a participação crescente das fontes renováveis na matriz energética brasileira.

Por exemplo, quando eu vejo a Petrobras anunciar o seu plano de negócio, a construção de quatro ou cinco novas refinarias. Isso me preocupa. Me preocupa porque apesar da Petrobras declarar: "Não, vocês refinarias que não vou produzir gasolina". Mas mesmo assim, a gente sabe que derivado de petróleo é um produto sazonal, você não exporta importa a qualquer época do ano. Então, quando tiver mercado lá fora fazer o que com esse produto? Ao contrário do óleo, o óleo é uma *commodity* que você exporta permanentemente. Então, eu tenho duvida quando o Governo fala que quer fazer refinaria, porque é melhor você produzir derivado no Brasil do que exportar petróleo.

Eu tendo a discordar disso. Tendo a discordar e acho que nessa discussão de pré-sal, eu aqui no Congresso deveria se colocar para o Governo e exigir uma política energética para o Brasil, uma política de longo prazo. Porque você não pode, porque senão você fica assustando a todo o momento o investidor, será que o Brasil vai ser Venezuela? Será que o Brasil tende para a Venezuela? Eu espero que tenda para os Estados Unidos.

Os Estados Unidos sempre foi um grande produtor de recursos naturais não renováveis, inclusive, petróleo, muita gente esquece, os Estados Unidos já foi o segundo maior produtor de petróleo do mundo. E, no entanto conseguiu desenvolver a economia americana, transformar aquele país numa maior potência econômica do mundo e dar uma qualidade de vida da melhores para a sociedade americana. Então é aí que a gente tem que se mirar, nesse tipo de exemplo.

Feitos esses comentários mais gerais, eu queria fazer um comentário mais específico sobre agora petróleo. Então isso é hoje o que acontece no Brasil. Você tem reservas provadas de petróleo de 12.6 bilhões, você colocar lá o líquido de gás natural você vai para 14 bilhões de barris, uma produção de petróleo em torno de 1.9 caminhando para dois, uma capacidade de refino de quase dois, as importações e a agenda derivada. Então, o Brasil, de 97 para cá, a gente tornou o país autossuficiente em petróleo. E o Brasil hoje, digamos assim, tem uma situação digamos assim confortável em termos de indústria de petróleo, na medida que é autossuficiente.

Temos problemas, como o Marcos colocou, por exemplo, do diesel, porque a gente é ainda um grande importador de diesel e além de ser um grande importador, consumimos um diesel de péssima qualidade. Então esse é um problema realmente sério que a gente tem que resolver, as duas coisas, diminuir essa importação e o mais importante talvez seja até a questão da qualidade desse diesel.

Eu brinco que o diesel brasileiro, não é diesel de país que tem a sofisticação de indústria como nós temos e país de primeiro mundo O diesel brasileiro é, com todo o respeito, é diesel de país de terceiro mundo.

As reservas de petróleo no Brasil em 85, eram de dois bilhões de barris de petróleo e agora estão em 12.6 ou 14, se a gente colocar o LNG, então, a gente tem reservas provadas que correm a 1% das reservas provadas no mundo, e a 16% maior reserva. Quer dizer, evidentemente, aqui eu não estou colocando pré-sal, porque aqui eu estou falando de reserva provada e o pré-sal até agora ninguém sabe quais sãos as reservas provadas do pré-sal.

Os números que os senhores ouvem, quer dizer da Petrobras e do Governo é em relação às reservas prováveis. Quer dizer, prováveis é completamente diferente de reservas provadas, ainda há que se estudar bastante essa geologia do pré-sal, para que possamos chegar ao número de reservas provadas, que essas é que sãos reservas importantes da gente saber que tem no pré-sal.

Esse número, inclusive, é interessante, porque mostra que a atual legislação do petróleo, quer dizer, ela cumpriu de certa maneira com o seu dever, quer dizer, ela fez com que o Brasil aumentasse bastante as suas reservas provadas de petróleo, causando inclusive como eu falei anteriormente, autossuficiência.

Aqui é a produção de petróleo no Brasil, também vocês vejam que a produção nacional passou de cerca de um milhão de 98, para quase dois milhões de barris por dia em 2008 e o Brasil hoje se posiciona hoje no 15º lugar dentro dos maiores produtores de petróleo, representando 2.3% da produção mundial de petróleo.

A legislação atual é uma legislação que está baseada na Lei nº 9.478, que tinha três princípios básicos. Ela era o estimulo à concorrência, um incentivo ao investimento privado e a regulamentação das participações governamentais, que muita gente esquece não é só *royalty* e participação especial, você tem o bônus de assinatura, você tem retenção de área, você tem outras coisas.

Como é que isso é feito? Então você tem os contratos de concessão, você tem blocos licitados em leilão. O vencedor é definido através de quem paga o maior bônus de assinatura e quem faz a declaração de comprado o conteúdo nacional que vai comprar mais bens e serviços, localmente falando. E você tem as participações então governamentais, bônus e assinatura, *royalty* de cinco a 10% do valor da produção, participação especial ela incide sobre campos de grande produtividade, ela varia hoje de zero a 40% e você tem a retenção de área.

Essas participações governamentais, hoje, elas são divididas mais ou menos 50% para a União e 50% para Estados e Municípios produtores. Se a gente pegar somente *royalties* de participação especial, aí vai 60% para Estados e Municípios produtores e 40% para União. Então, vocês vejam que hoje, aparentemente, muita gente acha que a União recebe pouco, não recebe tão pouco assim. Quer dizer, hoje, das participações governamentais metade já fica com a União.

O modelo funcionou, funciona. A Petrobras bateu lucros de produção, bateu recorde, perdão, de lucro e produção durante todo esse período. Teve aumento de arrecadação da União, Estados e Municípios com

a participação governamental, quer dizer, hoje, esse dinheiro que vem do petróleo, que até a Lei nº 9.478, não significava nada nem para a União, nem para Estados e Municípios, ano passado foi arrecadado em *royalties* e participações especiais, cerca entre 22 a 23 bilhões de reais.

Você teve entrada de 71 empresas privadas no Brasil, isso direta para explorar petróleo fora as indiretas, o Brasil atingiu autossuficiência. E hoje, a participação do setor de petróleo no PIB passou de 3% em 98, para 12% em 2008. E esse modelo também foi o causador da descoberta da camada pré-sal.

É bom a gente lembrar que o campo de Tupi, o primeiro anunciado pela Petrobras, ele foi leiloado em 2000, quando a Petrobras em parceria com a empresa inglesa BG e com a portuguesa Petrogal adquiriu esse campo naquele momento.

Tanto vocês podem notar que todo o pré-sal, aliás, é fruto dos leilões promovidos pela ANP. Se vocês repararem já foi licitado hoje cerca de 29% do total da área que o Governo chama de pré-sal. E desses 29% dessa área licitada, a Petrobras ficou com 65%, mas o curioso é que a Petrobras participa de todos os blocos, praticamente, que foram licitados do pré-sal. Quer dizer, a maior parte deles como operadora, mas ela está muito presente ali em todas essas áreas.

Então foi descoberto o pré-sal. O pré-sal realmente é uma dádiva, eu acho que todo mundo torce para que o pré-sal realmente tenha esse petróleo todo que está sendo anunciado. A Petrobras está fazendo um trabalho maravilhoso, há também um trabalho bastante forte por parte das empresas privadas. Então, isso aqui é um pouco do mapa, as empresas envolvidas, BG, Exxon Mobil, já foram também descobertos três poços secos de três empresas privadas estrangeiras.

Bom, então, o Governo resolveu mudar a legislação do petróleo, a partir então do anúncio da descoberta do pré-sal em 2007, com o Campo de Tupi. E as premissas que o Governo adotou para mudar o marco regulatório atual é que o pré-sal teria um baixo risco exploratório, ou não teria nenhum risco exploratório e teria uma grande quantidade de óleo e gás. Quer dizer, vamos torcer para essas premissas serem verdadeiras, porque até agora eu acho que existe muito pouco conhecimento do pré-sal para afirmar que essas premissas são verdadeiras.

Então, na realidade, o que eu falei anteriormente. O fato de você já ter descoberto três poços secos mostra que o risco não é tão baixo assim na camada do pré-sal e a grande quantidade de óleo, vamos torcer para que tenha, esse óleo também ele não de tal qualidade como o Governo estar anunciando. Quer dizer ele é muito melhor do que o atual, porque o atual óleo brasileiro é muito pesado, o particular petróleo de Marlim.

E o petróleo que a Petrobras está tirando ainda em testes de longa duração do pré-sal é um petróleo médio, não é um petróleo leve, é um petróleo médio, então já melhorou bastante, mas são as premissas que eu acho que não são premissas cuidadosas. Eu acho que o Governo precisava estudar um pouquinho mais a questão do pré-sal, para realmente tentar propor mudança na legislação.

Então, os três principais projetos: introdução do contrato de partilha, a criação de uma nova estatal e a criação de um fundo. Eu particularmente discordo dos dois primeiros, eu acho que o regime de concessão que existe atual, ele tem flexibilidade suficiente para enfrentar um novo cenário de pré-sal, se esse pré-sal realmente tiver todo esse petróleo que nós todos brasileiros desejamos.

Concordo com o último ponto a criação de um fundo. Eu acho que se realmente vier essa renda fantástica do pré-sal, nós temos que ter muito cuidado para não ter a tal da doença holandesa. A gente tem que só gastar o rendimento que esse fundo gerar e ter e ficar vigiando para que esse dinheiro também não seja gasto de forma política. O que pode nos transformar, como eu falei anteriormente, muito mais próximo a um modelo venezuelano, que é um modelo de país desenvolvido.

Então, eu acho que, enfim, vamos discutir isso, a grande crítica que eu faço as mudanças que o Governo está introduzindo é esse regime de urgência, que está vindo aqui para o Congresso. Eu lembro aos senhores que a Lei nº 9.478, demorou 18 meses para ser aprovada aqui no Congresso Nacional e agora o Governo quer alterar uma lei, criar uma lei nova em 90 dias. Eu acho que isso aí é um fato a se pensar.

O objetivo do Governo, eu acho que é centralizar a renda petrolífera do pré-sal e transformar a Petrobras na única operadora. Eu queria fazer um comentário sobre o segundo ponto. Tem se dito muito que esse modelo novo que está sendo proposto vai beneficiar a Petrobras. Eu acho que é o contrário. Eu acho que esse modelo tende a prejudicar a Petrobras, por dois motivos, o primeiro quando você restitui esse monopólio que foi perdido na 9.478, parte do monopólio para restituir para operar os campos do pré-sal que não foram licitados, você está levando um risco para a empresa.

A grande vantagem do modelo atual é que a Petrobras comparecia aos leilões da ANB e escolhia o bloco que ela queria. E ela escolhia os melhores, porque ninguém mais do que a Petrobras conhece as bacias sedimentares brasileiras.

Antes da Lei nº 9478, a Petrobras tinha o que o Dr. Roberto Campos falava o monopólio do risco, quer dizer o risco é todo dela, porque só ela que explorava e produzia. E o modelo novo agora, o Governo quer reintroduzir esse risco para a Petrobras, porque no mínimo 30%, ela vai ter de risco ao ser o monopolista na operação.

Além disso, o fato dela ser o monopolista na operação vai transformar a Petrobras num monopsônio, quer dizer, ou seja, toda a indústria no Brasil que vende bens e serviços só vai ter um comprador.

E a gente sabe e aí o Senador Fernando Collor, que sempre batalhou muito contra os monopólios, sabe que monopólio, via de regra, ele gera muita ineficiência e ele gera externalidades negativas.

A gente vê no caso da gasolina. Vocês vejam o caso da gasolina com o etanol é interessante. Quando o petróleo estava 150 dólares o Governo não aumentou o preço da gasolina, se tivesse aumentado o etanol podia ter ganho o mercado da gasolina. Quando o preço da gasolina cai, quer dizer, todo mundo fica preocupado agora se o Governo vai reduzir o preço da gasolina, porque isso pode ferir de morte o etanol. Então são essas coisas que os monopólios produzem e que acabam como eu disse no início, não gerando o sinal econômico correto nem para o investidor e muito menos para o consumidor.

Eu acho que os obstáculos a esse projeto do Governo são Estados e Municípios produtores, já se viu ontem que os três governadores mais interessados estiveram em Brasília conversando com o Presidente preocupados com essa questão de *royalties*. Eu defendo que os Estados e Municípios produtores têm sim que ter um diferencial na arrecadação, a gente tem que estender que o petróleo causa danos ambientais gravíssimos.

E o conceito de *royalty* é um conceito que você tem que dar para Estado produtor de petróleo e Município. Porque quando você extrai o petróleo o petróleo é um recurso não renovável, você tira da geração futura e dá para a geração presente uma riqueza. Então, o conceito de *royalty* é isso, é você beneficiar a geração futura, para quando ela chegar naquele Estado, naquele Município, ela não ter sido penalizada por uma extração de uma riqueza no presente.

O outro problema que eu vejo, eu não sei, eu não sou advogado, mas eu acho que essa questão também de transformar a Petrobras numa monopolista na operação dos campos do pré-sal não licitados, esbarra no art. 61 da Lei do Petróleo e no art. 173 da Constituição Federal. É o artigo que fala, que as atividades econômicas, essa lei do petróleo referidas nesse artigo, serão desenvolvidas pela Petrobras em caráter de livre competição com outras empresas em função de construção de mercado.

Então, eu não sei até que ponto você dá esse privilégio, entre aspas, você pegar reservas que são da União e dar para a Petrobras sem licitar, se não vai haver contestações judiciais, em função dessa medida que o Governo está propondo.

E tem a Constituição também, que fala também que a empresa pública, a sociedade de economia mista, que é o caso da Petrobras e outras entidades que exploram atividade econômica sujeitam o regime jurídico própria das empresas privadas.

Então, quer dizer, eu sem entrar na discussão, eu acho que a Petrobras tem que ser capitalizada. Eu não discordo disso, até porque, diante dessa camada pré-sal os investimentos são gigantescos. Agora, eu não sei se essa forma que o Governo está propondo ela é viável até juridicamente, eu tenho as minhas dúvidas. Eu volto a dizer eu não sou advogado, eu estou aqui apenas colocando comentários que me parecem pertinentes.

Os regimes de contratos no mundo você tem hoje, praticamente, três regimes e um modelo misto. Eu falo que por que o contrato de concessão é melhor? Outro argumento é contrato de concessão é usado em país que tem sistema tributário eficiente, moderno, sofisticado e regime de partilha normalmente em utilizado em países aonde você não tem regimes tributários ágeis, eficientes e modernos.

Eu acho que o Brasil, ele deveria continuar, o Estado Brasileiro sendo arrecadador de imposto no setor de petróleo e gás. Eu vejo com muita preocupação, Senador Fernando Collor, a entrada do Estado Brasileiro como comercializador de petróleo. Toda vez que a gente comercializou, o Estado comercializou alguma *commodity,* os resultados não foram positivos. Vide a época do café, do Instituto Brasileiro do Café, quando o Estado negociava café. Então é outro argumento, que eu coloco e do açúcar também, muito bem lembrado.

Então, eu acho que sempre que isso está na mão do privado, volto a dizer, é mais eficiente, gera menos problema, etc. [soa a campainha].

Isso aí é para ver no mapa do mundo quem usa contrato de concessão, partilha e prestação de serviços, a gente nota perfeitamente que os países mais desenvolvidos no mundo, que têm sistemas tributários sofisticados e modernos arrecadam dinheiro através de impostos e não comercializando petróleo.

Porque a grande discussão, Senador, realmente, a gente tem que aumentar a participação do Estado Brasileiro na renda petroleira, eu não tenho a menor dúvida quanto a isso.

Aliás, o Governo Brasileiro já deveria ter aumentado as participações especiais há muito tempo. Porque quando o petróleo ultrapassou a barreira dos cem dólares, naquela ocasião já deveria se ter aumentado a participação especial que é muito simples de fazer porque é um Decreto Presidencial, então, o Presidente Lula poderia ter feito isso.

Uma série de países fizeram isto, países mais intervencionistas, menos intervencionistas aumentaram as participações especiais em função de o petróleo ter subido muito de preço e as empresas petroleiras com isso ganharem mais dinheiro. O problema é que no Brasil, se você aumenta a participação especial hoje, a empresa que vai ser penalizada é a Petrobras, porque hoje ainda é a Petrobras que praticamente produz todo o petróleo que existe hoje no Brasil.

Só umas conclusões, eu acho que o modelo regulatório atual obteve sucesso ao longo dos anos. O processo de abertura do setor é conhecido internacionalmente por sua transparência. Os investimentos da Petrobras eram da ordem de quatro bi ao ano, em 98 e 2002, agora na ordem de 25 bi ao ano. E o modelo de concessão, como eu já disse anteriormente foi bem sucedido. Eu acho que as consequências do que está sendo proposto, é uma atuação é um grau de intervenção do Governo aumenta no novo marco regulatório.

O Governo Federal centraliza receitas do pré-sal, eu não sei se a União gasta melhor que Estados e Municípios eu tenho a minha dúvida também. Se a gente olhar hoje os impostos arrecadados no Brasil, 70% vão para a União, não vão nem para Estados e Municípios. Como contrapartida poderá ocorrer aumento de participações nos campos do pré-sal já licitados. Eu tenho dúvida também sobre o processo de unitização, agora as dúvidas estão acabando em função do anúncio da capitalização da Petrobras.

Acho que se não fosse, num regime, mesmo no regime de urgência, eu tenho dúvidas se vai ter são fácil assim aprovar essas mudanças dentro dessa Casa. E os leilões na área do pré-sal, quer dizer, estão sendo retardados com essas mudanças de legislação. Isso vai acabar comprometendo a evolução futura da produção no Brasil, porque se a gente pegar a exemplo de Tupi, lembra bem, Tupi foi leiloado em 2000, o campo foi anunciado em final de 2007 e, segundo a Petrobras, se tudo correr bem, isso entra em produção em 2015. Então atrasar leilão significa atrasar a evolução da produção no Brasil.

Eu só queria falar um pouquinho de gás natural. O gás natural está passando por um período complicado. Quer dizer, porque a demanda caiu muito, caiu 28% em relação, nesse primeiro semestre de 2009 em relação a 2008 por quê? Crise econômica diminuiu o consumo da indústria. Os reservatórios cheios e também a queda no consumo de energia elétrica, então não está havendo necessidade de ligar térmicas à gás. E, também, por outro lado, o óleo combustível, principalmente no início de 2009 estava mais barato do que a gás natural, por incrível que pareça. O óleo deveria ser sempre mais caro que o gás, até por questões ambientais, muito melhor indústria.

A indústria sim, como disse o Marcos, não faz sentido é automóvel que é mais caro no Brasil. Agora, a indústria e a termoelétrica faça faz todo o sentido. Isso fez com que o setor agora está vivendo um momento de sobra de gás, sobra de gás que a gente está vendo, inclusive, que o Governo Brasileiro, agora, diferentemente de anos atrás, está tentando renegociar o contrato com a Bolívia, para reduzir o *take or pay*.

O Brasil, hoje tem um *take or pay* com a Bolívia de 24 milhões de metros cúbicos/dia e no primeiro semestre paga de qualquer jeito e só estamos importando 22. E o pior também, com essa queda na demanda de gás, você não está produzindo tanto gás no Brasil, você está inviabilizando a produção de novos campos e, inclusive, a queima aumentou brutalmente.

Só conclusões. No mercado de gás, você tem hoje uma bolha no mercado mundial, no Brasil passou-se uma situação de escassez com a sobra.

Eu tenho muito medo, Marcos, que essa sobra provoca outra vez um boom no GNV porque daqui a pouco... Outra vez, vamos usar os carros da GNV outra vez, para consumir esse gás que está sobrando. Mais uma vez, o que ele colocou a política errática de você fazer política de curto prazo com setor de infraestrutura.

O setor de infraestrutura não pode ter política de curto prazo, porque volto a dizer quem faz política de quarto prazo com o setor de infraestrutura quem paga a conta é o país é o consumidor, vira e mexe a gente fica sujeito a apagões como aquele que ocorreu em 2001, por fazer política de curto prazo com a infraestrutura.

As distribuidoras de gás estão tendo reduções nas suas receitas, muita gente acha que foi aumento das tarifas se devem a aumento de margem distribuidora, mas não foi, foi aumento do preço da *commodity*. Os consumidores industriais se sentem prejudicados por pagar em tarifas elevadas.

A Petrobras comercializa o gás excedente em leilões, mas não há incentivo, como eu falei anteriormente, para novos campos. Então, talvez houvesse hoje uma necessidade de fazer alguma política anticíclica. O Governo já está corretamente, eu acho, revisando o contrato de *take or pay* com a Bolívia,

talvez a Petrobras pudesse promover aditivos para incentivar um consumo maior de gás na indústria, na própria termoelétrica.

E aí a Petrobras teria que rever esse custo variável de suas térmicas, que hoje ultrapassa os 200 dólares por megawatts/hora. A gente viu que no último leilão A-3 não entrou nenhuma térmica a gás, em função do custo variável, o CVU, que o Sergio Bajay nos colocou. Enquanto as usinas térmicas a gás do PPT, aquele programa lançado no Governo do Fernando Henrique Cardoso, estão vendendo energia elétrica a 70 reais o Megawatt/hora, essas estão sendo despachadas e não as térmicas de propriedade da Petrobras.

Conclusão final, eu queria fazer uma conclusão mais geral. Eu acho que a população mundial atual é cerca de 6,7 bilhões de pessoas, em 2050 a gente estima aí em mais de nove bilhões de pessoas. Essa população de nove bilhões vai demandar o dobro da energia consumida atualmente. Então ninguém se iluda, o mundo cada vez mais precisa mais de energia e o Brasil mais do que os outros. Porque o Brasil enquanto continente com o Europa cresce com a demanda de energia, de 2% ao ano. No Brasil se a gente crescer 6, 7% o PIB a gente vai ter um crescimento de energia de 5, 6%. Então, a gente vai ter um desafio grande.

Vamos precisar com isso de todas as fontes de energia, de petróleo de gás, de carvão de biocombustível de eólica. O grande desafio vai ser gerar essa enorme quantidade com menos CO2, esse é o grande desafio que se coloca. Por isso que eu acho que o petróleo, em temos relativos, vai perder a importância nas matrizes energéticas mundiais. Eu espero que o Brasil não vá à contramão da história, eu vou repetir outra vez, que eu acho muito importante repetir isso nessa Casa, com a questão da pré-sal.

E o segundo desafio é incentivar matrizes diversificadas e uma maior eficiência no consumo de energia.

Terminando. Eu acho que o Brasil hoje, Senador, é um dos países mais bem posicionados no que se referem a setor de energia. Nós temos geração elétrica baseada em imensos recursos hídricos. Nós somos grandes produtores de etanol e o país possui característica para ser o maior e mais importante produtor de biocombustíveis do mundo e agora, com o pré-sal, a gente pôde pode ter uma posição estratégica no mercado de petróleo e gás.

O que falta, Senador? Falta política pública consistente, que forneça sinais econômicos corretos, tanto para investidor quanto para consumidores. Falta política energética, falta sinal econômico é isso que eu acho que o recado que eu quero deixar aqui. Infraestrutura é política de logo prazo e a gente, no Brasil, sistematicamente, eu não estou fazendo uma crítica ao Governo atual, faço aos governos passados também.

A gente trata infraestrutura de maneira conjuntural. Enquanto isso acontecer a gente vai ter problemas graves. Se o Brasil voltar a crescer, 6, 7% ao ano, como todo mundo deseja, a gente vai voltar a ter novos racionamentos, novos apagões, não se teve nenhum racionamento durante o Governo do Presidente Lula, porque o ajuste, eu lamento falar isso, não é com alegria que eu falo isso foi dado muito mais pelo lado da demanda, restrição de demanda do que pelo lado da oferta.

O Brasil não cresceu de 2003 para cá como cresceu uma China, como cresceu uma Índia, se tivesse crescido não teria energia, infelizmente. Então, eu vou a repetir, o Brasil perdeu uma oportunidade impar na época do crescimento da economia mundial de ter atraído para cá grandes investimentos em infraestrutura. Naquela época os bancos emprestavam não importa para que, está certo? E nós perdemos essa oportunidade acho que por motivos políticos e ideológicos.

Vamos agora, nova chance com a crise, então, não vamos perder essa nova chance, porque se não daqui a dois anos ou três anos, quando o Brasil recuperar esse crescimento econômico que, com certeza vai recuperar, como o Marcos colocou bem, isso é uma lapso de crise. A gente vai esbarrar outra vez na questão da infraestrutura.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador e a gente está a inteira disposição. Um abraço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Adriano Pires, pela sua explanação. Eu gostaria apenas de fase algumas observações sobre o que aqui foi colocado. Na realidade acho que todos nós concordamos que a matriz energética brasileira hoje é uma das melhores, uma matriz que podemos considerar limpa.

Em relação ao receio que haja de que a vinda do pré-sal possa fazer com que haja um aumento da participação do petróleo nessa matriz energética, eu acho que isso dificilmente acontecerá, seja em função dos investimentos que estão sendo feitos em fontes alternativas de energia, por exemplo, existem hoje 441 empreendimentos eólicos que eles juntos, somados representam uma Itaipu.

A Dinamarca, por exemplo, ela desde os anos 70 vem investindo fortemente na atividade eólica como uma fonte de energia e hoje acho que 30, 40% da sua matriz energética provem da atividade eólica. Por outro lado, nós temos que verificar o que diz a respeito à qualidade dos gastos que serão realizados a partir das receitas auferidas pela exploração da chamada de pré-sal.

Temos exemplos pelo mundo afora, de que todos aqueles países que independentemente do sistema de partilha ou de concessão, mas que todos aqueles países que constituíram um fundo, para com base nesse fundo, aplicá-los e retirar os rendimentos para ter recursos para combate à pobreza, ciência e tecnologia, meio ambiente, como quer a atual proposta Governo Federal, todos eles tiveram resultados muito positivos.

De modo que a Constituição desse fundo, eu acho que todos nós concordamos que é algo importante para o desenvolvimento do país. A criação, que o pessoal fala é uma estatal, bom, é uma companhia claro com o domínio do capital da União, o capital integral da União, mas que ela servirá tão somente para fazer com que as aplicações feitas com os recursos auferidos pela exploração do pré-sal, sejam os rendimentos, os melhores possíveis.

Porque muito mais importante do que o petróleo que nós estamos encontrando nessa camada do pré-sal é o que nós viermos a fazer com os recursos que nós retirarmos daí. Essa que é a grande possibilidade, que eu acredito o Brasil venha a ter que é de aplicar esses recursos em educação, aplicar esses recursos na promoção do conhecimento, da promoção da ciência, da tecnologia, da inovação, e, basicamente, da educação. Sem, em nenhum momento, nos esquecermos da questão ambiental.

Que também outro ponto que aqui foi colocado é que se aumentar na nossa matriz energética a participação do petróleo, isso significa emanação de CO2 na atmosfera, isso terá como contrapartida um efeito danoso ao meio ambiente. Perfeitamente é exatamente por isso que nós também, o Governo Brasileiro e acho que toda a população não deseja que haja esse aumento dessa participação.

A Usina de Belo Monte, que hoje está sendo construída lá no Pará, ela sozinha, ela irá gerar o equivalente a 19 termoelétricas, o que demonstra claramente que o Governo vem dando prioridade às fontes de energia chamadas limpas, em detrimento de outras fontes de energia

Embora façam parte da nossa matriz energética, como foi dito aqui, para períodos de escassez. Quando houver uma escassez de energia na parte hidráulica da redução do nível de água dos nossos rios, nos nossos mananciais, há que se acionar as termoelétricas. Então, isso é uma questão de segurança para o próprio país.

Mas vejo, por exemplo, como exemplos que foram adotados em vários países desenvolvidos que criaram esses fundos. Por exemplo, a Austrália, que aplica esses recursos em fundos do título da dívida australiana e que utiliza esses recursos para investimentos também nessa área de ciência e tecnologia. Tem países até menos desenvolvidos que o Brasil, como a Líbia, que também tem tido essa visão de aplicar em educação, aplicar em promoção do conhecimento, sem falarmos na Noruega, que serviu de base para a constituição do Fundo Brasileiro e da Petrosal, enfim.

E temos também exemplos de outros países que não se preocuparam com isso. Um deles, a Nigéria, que detém um óleo que é dos mais leves ou mais puros do mundo é quase que gasolina pura. E a Nigéria, ela, durante uns 20, 30 anos, sem ter nenhum tipo de planejamento, a Nigéria queimou 390, 400 bilhões de dólares em exportações de óleo e não teve a preocupação de constituir um fundo, ou de investir parte dos recursos que esses fundos poderiam render para a sua infraestrutura, por exemplo, que no caso da Nigéria há uma necessidade básica e brutal de investimento em infraestrutura.

E nós, hoje, aqui nós no Brasil importamos da Nigéria seis bilhões de dólares por ano. De modo que, eu acho que essa questão do pré-sal, como aqui foi dito é muito bem vinda, chegada em muito boa hora. E eu acredito que caberá ao Congresso Nacional recebendo os projetos de lei que estarão sendo encaminhados já a partir de amanhã, ou depois de amanhã à Câmara dos Deputados e depois passará aqui pelo Senado da República. Caberá aos Srs. Parlamentares, a todos nós debatermos, ouvindo à sociedade, os termos em que o Governo colocou esses quatro projetos de lei que para aqui estarão sendo enviados.

O primeiro deles definindo qual o regime, se é o de partilha ou de concessão, e o Governo optou pelo regime de partilha.

O segundo projeto de lei trata da criação da Petrosal, que não vai ter nenhuma atividade operacional, mas apenas representará a União na administração das reservas do pré-sal e das áreas estratégicas.

O terceiro projeto de lei, que é o fundo social, que é o fundo que vai receber parte dessa renda para aplicação nessas áreas de combate à pobreza, educação, promoção da ciência, tecnologia, meio ambiente, que aqui já foi falado.

E também a capitalização da Petrobras, como disse o Dr. Adriano, há necessidade, porque diante desse enorme desafio que a companhia tem de explorar a essa profundidade, a quantidade que se imagina. Ainda não se tem a comprovação, como disse o Dr. Adriano, mas nós temos aí uma perspectiva que, por baixo, não será inferior a sete bilhões de barris.

Então em função disso haverá capitalização da Petrobras, objeto do quarto projeto de lei encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional. Um

aumento de cem bilhões de reais para que a Petrobras possa fazer face a esses investimentos necessários a exploração da camada do pré-sal.

Como o primeiro Senador inscrito, o Senador Gilberto Goellner, para indagação que desejar fazer aos novos expositores.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito obrigado, Presidente.

Eu quero cumprimentar a oportunidade desse grande evento aqui no Senado Federal, cumprimentar os expositores. E eu vou fazer uma colocação a cada um.

Dr. Bajay, as hidrelétricas hoje compõe uma necessidade imperiosa de uma energia limpa, que o país tem recursos hídricos imensos, está sendo, tem várias usinas grandes, pequenas em andamento no país, ele está crescendo pouco, as obras estão atrasadas.

Agora, não podemos esquecer de que haja uma integração compatível com a utilização desses recursos hídricos para a navegação fluvial, que o país está muito atrasado em navegação é vergonhoso. Nós estamos hoje alicerçados no transporte rodoviário de cargas, os Estados mais ao Norte e o Centro-Oeste hoje, só tem uma solução de competitividade: é optarem pela navegação fluvial.

Em função disso, nós criamos no Estado Mato Grosso um movimento pró logística e que está procurando integrar essas ações dos diversos Ministérios. Porque o Ministério de Minas de Energia, hoje tem uma visão única, se não houver uma integração, que é fazer as hidrelétricas e proporcionar esse desenvolvimento, porque o país precisa dessa energia. Se não houver ou uma integração muito árdua do Ministério dos Transportes – está aqui o Diretor Presidente da ANTAQ, o Dr. Fialho, acompanha essa Audiência Pública – nós precisamos viabilizar vários modais.

Agora, a navegação fluvial por si só, a navegação do Teles Pires Tapajós, chegando ao Amazonas, ou indo para Santarém. A navegação que já existe para o Rio Madeira, que é um exemplo, a navegação do Paraguai/Paraná, que não precisa de eclusas é limpa. A necessidade que se tem de se adaptar eclusas ou novos canais em função dessa condição que é a hidroelétrica sem a barragem, desculpe sem a grande reserva, fio d'água, não é? Modelo fio d'água, também está impossibilitando, às vezes, a utilização desses rios nessa navegação.

Mas, então, eu vejo que nós precisamos contribuir aqui e criar condições de se utilizar dos recursos hídricos com essas duas finalidades. Então, eu gostaria de ver a sua opinião, isso ai depende dos Ministérios, da integração dos mesmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Prof. Bajay.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador, depois eu teria mais duas colocações.

SR. SERGIO VALDIR BAJAY: Eu tenho me debruçado no estudo do setor elétrico brasileiro, geração em particular, tanto hidroeletricidade como termoeletricidade, ao longo de toda a minha carreira, desde a época de doutorado, há muitos anos atrás. Mas desde esses primeiros estudos, eu sempre eu tenho destacado em todas as oportunidades, nas palestras, aulas que eu ministro aí, a necessidade do Brasil realmente começar a investir em usos múltiplos da água nos seus reservatórios.

Porque, inclusive, esse grande debate ambiental, enfim, de inundação de terras e tal, ele seria uma debate muito mais tranquilo do que tem se mostrado ao longo do tempo, se esses outros usos da d'água que tem fortes impactos locais tivessem presentes. E, infelizmente, eu tenho me sentido um pouco como Dom Quixote defendendo esse ponto de vista e, sem ter encontrado até agora muito eco dentro do setor elétrico.

Eu vejo como um dos grandes problemas de por que não se avançou nessa discussão aí, em termos práticos, o problema institucional, de quem vai tocar as outras coisas. Quer dizer, a gente se acostumou mal com algumas grandes obras nos anos 80 e anos 90 onde, eventuais benefícios, em termos de usos múltiplos, eram arcados pelo setor elétrico, aquilo caía da mão beijada e tal. Passou a se visto não como uma oportunidade de negócio, mas como um ônus para o setor elétrico que as empresas empreendedoras tentavam se desvencilhar disso, na maior parte das situações.

Agora, eu concordo plenamente com a colocação feita pelo Senador. Eu acho que o transporte fluvial, a meu ver, tem a oportunidade histórica, nesse momento, de vencer essa barreira de uso múltiplo da água, se tornar uma alternativa de negócio fora a própria hidroeletricidade. Eu acho que é meio chover no molhado destacar o potencial enorme que a gente tem de integração, inclusive, territorial em cima dos recursos fluviais em termos de navegação.

Eu acho que isso até foi dito por muita gente, até que conhece o assunto bem mais do que eu. Mas eu concordo em gênero, número e grau, e só anseio para que esse processo comece e a gente saia da discussão teórica, que já se arrasta há 20 anos ou mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de fazer uma colocação ao Dr. Marcos Jank,

que eu conheço muito bem o setor de álcool, eu vejo que o produtor de álcool no país hoje está bancando, está bancando o transporte econômico do brasileiro, porque ele está arcando com um verdadeiro custo, ele está produzindo abaixo dos seus custos.

Os investimentos que o setor fez nos últimos anos são maiores do que uma safra, são vinte bilhões de dólares, quando o setor fatura 23. Quer dizer, os investimentos ainda, quer dizer, o que se acreditou nesse país para fazer todos esses investimentos e agora deu uma, sustou completamente por que o mercado, ele ficou deficitário. O açúcar ainda está segurando os preços, agora, as usinas estão numa situação de calamidade.

Nós temos usinas no Estado do Mato Grosso, por falta de estratégia de oleoduto, de canais de alcoolduto de transporte. Usinas grandes, usinas de alto padrão que estão inviáveis, estão em sistema de recuperação judicial. Enfim é um desestímulo total para o setor. Porque ainda se transporte todo esse álcool, o que não é consumido no próprio Estado, ele é transportado via rodoviária.

Então imagina o custo, a falta de competitividade dessa produção de álcool em regiões mais distantes, que não seja no pólo de São Paulo, agora entrou em Goiás, entrou em Mato Grosso do Sul, com grandes usinas.

Mas eu diria que, eu gostaria de ver a sua opinião sobre o Programa de Biodiesel que se instalou no país, que foi um programa direcionado a pequena agricultura e que não surtiu os efeitos, ela não correspondeu.

Os produtos que foram utilizados não corresponderam que é a mamona, o pião manso, também, não tem pesquisa suficiente ainda. Enfim, está se fazendo biodiesel de soja e de óleos vegetais, de sobras vegetais, de gorduras animais de frigoríficos, com 15% e 85%, praticamente, de produtos agrícolas que não seja mamona, soja, girassol, caroço de algodão.

E, infelizmente, também partiu da Petrobras o interesse de entrar nessa atividade competindo com a iniciativa privada. E vejam bem a situação que se instala. A Petrobras entra como compradora e como vendedora também está produzindo. E colocou usinas de biodiesel em locais aonde não há produção, como no Estado do Ceará, Senador. No Estado do Ceará, infelizmente, ela traz, transporta esse produto via rodoviária óleo bruto, para transesterificar lá no Ceará, na usina de biodiesel.

Então a minha pergunta é a seguinte. Como é que pode um produto que fica que encarece em 20% no seu valor original, que é o óleo bruto, o óleo degomado vegetação, ele transesterificado que produz o biodiesel, o B100, ele custa aproximadamente 40 centavos por litro, quase o preço que um produtor de álcool ganha uma vez e meia esse preço, quando está em baixa, 60, 70 centavos por litro.

Como é que nós vamos colocar isso aí num óleo diesel e querer ter ganhos competitivos, quando nós temos uma possibilidade de fazendo um pequeno kit de utilização de motores a diesel, fazendo com que o produtor tenha o seu próprio óleo gerado pelas indústrias locais que fazem o refino do óleo, que são instaladas em todo o país, as refinadoras. E que esse mesmo óleo vegetal refinado poderia ser usado em motores a diesel, sem transesterificar, sem misturar o diesel, sem transporte, com custo...

Eu vejo que a Petrobras está pagando hoje 2,37 num leilão, quando esse mesmo produto poderia estar custando para o consumidor final que o utiliza em máquinas agrícolas a 1,60 nessas regiões produtoras. Então você vê a diferença, está mais de 30%.

E é isso que o Brasil precisa. Precisa utilizar as suas potencialidades competitivas de produtos como esse do óleo vegetal refinado, que pode ser utilizado em substituição ao óleo diesel. Sem necessidade de fazer o B4, como vão fazer agora, com o grande custo econômico e sem ganho competitivo na cadeia de produção.

Então, nesse sentido, eu gostaria de ver a sua colocação, porque o marco regulatório colocando agentes de comercialização, ou empresas de comercialização poderia também ser adaptado para esse processo do óleo vegetal refinado utilizando em motores diesel, juntamente com álcool, para diminuir o custo de produção. Nós precisamos tirar isso aí. A Petrobras realmente quer tomar conta de tudo, que eu não vejo isso aí.

Se nós não criarmos condições diversas, com distribuidores, sistema de baratear e diminuir custo, nós não vamos sair do custo Brasil, aonde o combustível representa de 35 a 45% do custo de transporte de toda a produção do Centro-Oeste Brasileiro, até os centros consumidores. Quer dizer, se isso aí não for diminuído, o Brasil vai perder as oportunidades que vai ter de ser o grande abastecedor de alimentos do mundo.

E dizendo também, que eu tenho uma projeção aonde os biocombustíveis, até 2020, nos próximos dez anos, não competiriam em área, competiriam em áreas de novas fronteiras--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --de desmatamento.

A soja poderia subir de 23 milhões para 27 é a tendência. O milho de 13.7 para 15.7 milhões de hectares. O algodão de um milhão para um milhão e 700. E a cana de açúcar passando de nove para 14 milhões,

o senhor me corrija se não estiver correta essa projeção, de hectares até 2020. Esses 11 milhões de hectares poderiam ser utilizados sim, em substituição as áreas hoje utilizadas por pecuária, pecuária extensiva sem produtividade--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --que nós já tanto debatemos aqui no Congresso Nacional.

Então, nesse sentido, eu gostaria de parabenizar o Dr. Adriano Pires, pela excelente contribuição que deu para a grande discussão que vai se colocar aqui no Senado a respeito do pré-sal.

E dizer que aquela, aquilo que está adormecido embaixo da camada pré-sal, que tantos milhares e milhares de ano levou para ser sedimentado lá, aquele petróleo, agora, o Brasil vai procurar extraí-lo também nessa geração. Então, nós precisamos ter várias alternativas de energia.

Energia eólica, o Presidente Collor citou como exemplo, que o Brasil está super atrasado. Essa energia dos locais de produção utilizando-se o óleo vegetal. O álcool com uma melhor distribuição na cadeia produtiva, enfim, o modelo de se tocar essas usinas termoelétricas com óleo vegetal refinado em substituição ao óleo diesel, porque ele não polui. É zero de enxofre praticamente, 0,03 de enxofre.

Então, nós precisamos dessas alternativas nas usinas termoelétricas de utilizar óleo nosso brasileiro, energia renovável, que a cada ano se produz, se renova mais.

Então, nesse sentido, eu gostaria de ouvir os nossos dois convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Gilberto Goellner. Com a palavra o Dr. Marcos Jank.

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Senador, o senhor vem de um dos Estados que eu acho que é um modelo brasileiro de produção eficiente de agronegócio. Como o senhor sabe até os anos 70, essa era uma região ainda com dificuldades imensa por causa da acidez dos solos, por causa da logística, por causa da falta de variedades. E o Mato Grosso hoje é um exemplo para todos nós por essa integração da área de alimentos, grãos, agroenergia, que todos nós admiramos tanto. Mas como o senhor disse com muita clareza, há problemas, há problemas de infraestrutura gravíssimos.

E eu diria que na questão dos biocombustíveis é o marco regulatório que a gente está aqui dizendo, nada mais é do que nós aceitarmos que o Brasil hoje já tem uma matriz de biocombustíveis extremamente consolidados. É o único país no mundo que combina 25% de etanol da gasolina com uma frota *flex*, com distribuição de álcool em larga escala. Nenhum país tem isso.

Os americanos produzem mais álcool que a gente, mas não chegaram a 10%. Eles têm uma frota *flex* que foi criada lá por incentivo governamental, mas não se encontra etanol em praticamente nenhum posto. Então, eles estão engatinhando ainda perto do que o Brasil fez.

Nós somos exemplos, nós somos tidos como *benchmarking*, como se chama lá fora nessa área e exatamente por isso que a gente tem que melhorar os instrumentos de comercialização nesse setor. Os agentes de comercialização, as empresas de comercialização controladas pelos produtores são formas de você gerenciar a comercialização a partir de grupos mais sólidos. Veja o que o houve esse ano.

O Governo liberou dinheiro lá da [ininteligível] para o setor, porque tinha uma crise financeira terrível por causa desse nível dos investimentos e isso não chegou na ponta, por quê? Porque o balanço das empresas estava péssimo e nenhum banco quis emprestar isso. Então, se nós tivéssemos invés de produtores, grandes empresas comercializadoras que estocassem esse produto, e que pudessem carregá-los sem maiores dificuldade, sem ter que vender a qualquer preço a comercialização teria sido muito mais estável. E isso teria sido bom para o produtor, para o consumidor, para o próprio Governo.

Então a gente precisa mexer na comercialização, precisa mexer nos transportes, porque de fato a única alternativa que existe para Centro-Oeste produzir bioenergia é através de um alcoolduto, ou de um transporte mais inteligente por hidrovias, que o senhor falou com muita clareza. Não é por caminhão, nós não vamos sair dessa equação transportando álcool dois, três, mil quilômetros.

Então, a gente precisa encontrar esse caminho dos alcooldutos, que ainda merece regulamentação. Pesquisa e desenvolvimento precisam ter maiores regulamentações, inclusive, na relação com o americanos que são hoje os maiores produtores de inovação, mas que querem testar os seus produtos sobre a cana de açúcar e sobre outras matérias primas aqui no Brasil, o próprio pinhão manso e outros produtos. Então precisa mexer nisso.

A tributação tem que ser mexida, porque numa penada, o Governo mexendo em CIDE ou mexendo em ICMS, nos Estados pode acabar com esse programa. Exatamente, extremamente elevado.

E a ANP, que tem que deixar de ser só P, porque a ANP é da época em que era uma agência só do pe-

tróleo. Hoje, você tem os biocombustíveis, hoje, você tem o gás natural, ela já se chama Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível. Mas a gente ainda percebe um gene do petróleo dominante, que vai ter que ser reformado a partir desse novo marco regulatório, que, inclusive, deve concluir essa revisão das agências.

Então, com isso, eu quero dizer que essa demanda é muito importante. Nós conversamos com a Ministra Dilma e com vários reguladores aqui no Governo, existe uma boa vontade em se fazer isso. Eu acho que esse debate tem que vir ao Parlamento, agora, nesses próximos meses, é uma chance de ouro depois que nós fizemos a Lei do Petróleo, a Lei do Gás natural, agora nós fazemos o marco regulatório para biocombustíveis.

E isso obviamente implica também na questão do biodiesel. O biodiesel é uma espécie de irmão mais novo do etanol, porque ele nasceu agora, mais recentemente, ele tem problemas ainda grandes. Ele precisa de subsídios, ele tem que direcionar com mais clareza quais são as plantas agrícolas mais adequadas para fazer isso, como manejá-las adequadamente. Como desenvolver políticas públicas locais que permitam que no Centro-Oeste, você utilize a soja local sem ter que criar e depender de sistema nacional, que não faz muito sentido. Como trazer investimentos empresariais e não simples assistencialismo. Então, eu acho que essas questões são extremamente relevantes e elas têm a ver com essa reflexão que foi aqui falada dos próximos 30 anos.

Eu queria registrar aqui, que eu acho que foi fundamental para o nosso setor, a desregulamentação que foi feita pelo Senador Fernando Collor, pelo então, pelo nosso Presidente Collor, naquela época, começo dos anos 90, quando a gente desmontou aquele aparato profundamente intervencionistas do IAA, que controlava estoques, que controlava exportação. Naquele momento, nós exportávamos um milhão de tonelada de açúcar, depois que o IAA desapareceu, nós passamos a exportar 20 milhões de toneladas de açúcar nos dez anos seguintes. Isso só foi possível pela diminuição daquele poder extremamente intervencionista, que vigia naquele setor.

Ora, hoje, nós precisamos de uma regulamentação que se adapte ao Séc. XXI e essa regulamentação não a volta do IAA é simplesmente desenvolver mecanismos que permitam que esses investimentos continuem com menos volatilidade e com políticas públicas mais inteligentes, que é o que foi colocado com muita clareza aqui pelo Adriano.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Jank. Dr. Adriano Pires.

SR. ADRIANO PIRES: Eu vou fase só dois comentários, Senador. O senhor colocou dois pontos, que para mim são muitos importantes.

O primeiro é essa questão da regionalização do consumo da energia, quer dizer, então essa coisa, essa ideia de você ter energia que tem que ser consumida do Oiapoque ao Chuí, isso é uma coisa também antiga. Eu acho que você tem que explorar as vantagens comparativas de cada região e, com isso, diminuir o custo Brasil.

Eu até diria mais. Eu acho que o mundo, ele viveu dois ciclos de energia, onde o mundo foi um mundo energético, a primeira na época da revolução industrial inglesa com o carvão e, mais recentemente, o petróleo. Eu acho que agora a gente está passando por uma etapa nova, onde você não vai ser mais mundo energético.

Eu acho que cada região do mundo ou país que tem dimensão continental como o Brasil ele, ele vai consumir, ele vai crescer na sua matriz energética, aquela fonte de energia primária, onde ele possui vantagem comparativa. Sempre levando em consideração, hoje, a questão do meio ambiente e a questão da segurança energética.

O segundo ponto que o senhor colocou que, para mim também me preocupa, é a Petrobras querer ser a dona de todo o setor de energia no Brasil. Eu acho também que isso também não é uma coisa saudável para o Brasil. Eu acho que a Petrobras tem um enorme desafio pela frente, que é a questão do pré-sal. Quer dizer, todo mundo sabe que existem desafios a serem vencidos no pré-sal, desafios tecnológicos, por exemplo. Ninguém numa perfurou a sete mil metros de profundidade, seis mil metros de profundidade produzir de maneira comercial.

Há desafios logísticos que precisam ser suplantados, você vai produzir petróleo há mais de 200 quilômetros da Costa. Você tem desafios econômicos são volumes enormes de recursos econômicos, que vão ter que ser mobilizados para você conseguir extrair o petróleo do pré-sal.

Então, como o Marcos colocou, o etanol, o sucesso do etanol ele vem a partir do momento que você retirou essa presença forte do Estado. A partir do momento que você deixou que a iniciativa privada investisse, trabalhasse, colocasse o etanol onde ele está agora.

E o biodiesel também poderia ser assim, quer dizer, a iniciativa privada foi convocada e ela compareceu. Estamos cheio de problemas no biodiesel que

precisa ser consertado. O senhor citou alguns existem outros. Isso não quer dizer que o biodiesel é ruim é o contrário o biodiesel é uma coisa muito boa, precisa só ser...

Agora, o que preocupa realmente é você ter uma empresa do porte da Petrobras entrando no setor de biocombustível. E a gente sabe que dado o poder de mercado da Petrobras, dado o tamanho dessa empresa, na hora que ela entra em qualquer setor energético, ela entra abafando os empresários privados que estão presentes ali.

Então, esse segundo ponto, eu acho que foi muito bem colocado pelo senhor e me preocupa também, bastante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Adriano Pires. Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Ss. Convidados, nosso colega Senador Gilberto Goellner, já se pronunciou.

Eu tenho assim, mais uma opinião que eu queria oferecer. Primeiro, Presidente, eu acho que foi muito exitoso o trabalho desenvolvido pela Comissão de colocar a questão da infraestrutura nos seus variados aspectos em debate na nossa Comissão. Trazendo especialistas que tem não só o conhecimento, como também tem a sua opinião e a sua posição, muitas vezes, sempre é colocada muito do ponto de vista técnico, mas as opções técnicas também refletem as opiniões políticas que você concebe e busca tratar delas.

Eu vejo um pouco assim. O Marcos falou aqui que o nosso mais antigo produto é a cana de açúcar, então são quase 500 anos de exploração de um setor. A hidroeletricidade brasileira tem um pouco mais de cem anos, digamos assim, no início da sua exploração e discussão. O petróleo já é desses o mais novo, está certo? Então nós temos o açúcar, nós temos a hidroeletricidade, nós temos o petróleo e tivemos no meio a biomassa já é conhecida nossa de muito tempo, ela não é uma coisa nova do ponto de vista do conhecimento, já se tem conhecimento, mas nunca ela foi posta nessa dimensão, de ser um elemento importante na matriz energética brasileira.

Eu considero esse problema da matriz energética e da energia, eu concordo com o Adriano, nós vamos precisar de muita energia, muita energia. E temos uma sorte de ter, digamos assim, possibilidades em pelo menos três ou quatro frentes importantes de produção de energia. Essas frentes que nós temos hoje, elas não se deram pacificamente, não se deram pacificamente, elas foram frutos de uma batalha política muito grande, que o Brasil teve que travar.

Eu lembro que lá na cidade, no Estado do Senador Fernando Collor, tem uma cidade chamada Delmiro Gouveia, é um homem que nasceu na cidade do Ipu, lá no Estado do Ceará. Mas como todo o cearense, que lá 82% do território é uma pedra, é um cristalino, e como a idade da pedra foi ultrapassada, apesar de não faltar pedra, tem muita pedra, mas lá foi ultrapassada. O Delmiro Gouveia teve que sair lá do Ceará e cuidar de sobreviver por outras bandas e encontrou ali a Região de Pernambuco, Alagoas e montou foi uma hidrelétrica. Mas ele foi hostilizado, mas muito hostilizado.

Era um empreendedor privado, digamos assim, mas que buscou o amparo do Estado, muitas vezes conseguiu e outras lhe foi negada a possibilidade de ter o amparo do Estado para poder envolver os seus anseios desenvolvimentistas por uma região inóspita, que era o Nordeste Brasileiro.

O Ceará já foi até o maior produtor de algodão, vocês imagina? Na época da Guerra da Secessão, nós nos transformamos no maior produtor de algodão para vender algodão para os americanos, depois disso acabou. Diz que foi o bicudo que acabou com o algodão do Ceará, o Gilberto já disse não foi, ao contrário onde tem algodão tem que ter bicudo, um não sobrevive sem o outro.

Então, essa questão da infraestrutura energética, ela é fruto de uma batalha incrível no Brasil. O petróleo foi uma batalha grande do Brasil. Quer dizer, montar a matriz hidrelétrica, montar a matriz petroleira, todas aqui, se não fosse o Estado Brasileiro, e determinados interregnos de gente ligada muito, ligada ao interesse nacional de desenvolver o Brasil, nós não teríamos conseguido essas matrizes energéticas. Então, o papel do Estado, independente de se os produtores vão ser privados ou estatais, o papel do Estado aqui foi determinante, sem ele nós teríamos essa matriz, ou essas matrizes energéticas em curso.

Mesmo no caso do etanol, duas questões aqui que eu acho chave para o sucesso do etanol. Primeiro o Estado, primeiro o Estado. Quer dizer que foi determinante no final da segunda crise do petróleo, no final da década de 70, quer dizer é o Estado que entrou.

Eu lembro que nós tivemos dois episódios interessantes durante a ditadura militar, que teve o nosso apoio. Um foi a ampliação do mar territorial brasileiro. E outro foi o programa do álcool, quer dizer, um programa capaz de enfrentar a crise do petróleo.

Então, você primeiro teve o Estado entrando aqui. Segundo, que o Marcos colocou uma coisa que depende de visão de Estado, quem sustenta esse programa é um elemento chamado mercado interno, está certo? É uma aposta de nós temos capacidade de sustentar um programa de grande êxito. Quer dizer

o setor privado, digamos assim, é central aqui nesse setor, mas a chave para o seu êxito, o seu sucesso é o mercado interno.

E mesmo quando você teve esse colapso, digamos assim, no setor da produção de etanol em função, digamos assim, o sucesso do carro não foi aquele que se esperava, a ignição, ligar o carro, o frio etc. Tudo o que está sendo superado hoje do ponto de vista tecnológico, quando esse programa volta, ele volta porque você tem uma combinação do carro com a indústria automobilística e o álcool com base no mercado interno. A grande expansão desse programa é o mercado interno.

É tanto que hoje você tem uma matriz uma produção de álcool, quer dizer maior do que a de gasolina no Brasil, mostrando o potencial enorme. E um dos êxitos desse programa é exatamente a mistura, é aí que ele começou a mostrar o seu potencial. Você tem na matriz energética ali na produção de combustíveis 25% da gasolina, de mistura na gasolina, o que permite a esse setor, assentar num mercado muito importante.

Está aqui, ó você tem aqui, esse mercado aqui já está garantido. Você produz aqui e aqui você já tem 25% na gasolina. Esse Programa do Biodiesel também, com todas as dificuldades que são corretas identificá-las, também está baseado nesse mercado. Quer dizer esse mercado interno é a garantia de que você pode fazer uma mistura e você ter esse permanente aumento que garanta que esse mercado possa desenvolver com Petrobras ou sem Petrobras, etc. Então, eu acho que aqui é o problema central.

Então, como nós, eu acho que aqui é o principal do debate de que nós estamos travando, como conduzir essa esta matriz limpa, nova, combinada com a matriz velha, que vai continuar ainda me parece com pouco mais de tempo à frente, talvez a gente ainda tenha 50, 70 anos de perto ali ainda pela frente, talvez isso.

Mas as outras energias, elas crescem também e mostram capacidade mais rápida do que o que nós imaginávamos, talvez daqui a pouco vá ter tanto petróleo sobrando quanto pedra, está certo? Porque as outras matrizes vão mostrar um potencial melhor e limpo, então, eu acho que é positivo. Eu acho que o determinante para tudo isso, inclusive, para as indagações feitas aqui pelo Senador Gilberto Goellner é a decisão nossa de ter um projeto de desenvolvimento mais ousado.

Quer dizer se nós tivemos esse projeto de desenvolvimento mais ousado cabe grande espaço para o álcool, muitíssimo maior do que o que tem hoje, para os biocombustíveis incluindo o biodiesel, acho que vai ter grande vantagem. A eólica, porque ainda é muito cara, muito cara, mas ela também, ela balanceia com a hidro, porque tem mais vento quando não está chovendo. Então, você pode balancear exatamente com a hidro, então, você tem um outro espaço muito grande, isso significa investimento em tecnologia, atração de empresas que estão hoje praticamente do mercado externo, que podem vir também produzir no Brasil

Então, eu examino desse ponto de vista, a decisão de ter um projeto mais ousado, mais unidade política para isso, porque o Brasil quando eu digo que foi fruto de muita luta você ter essas matrizes é porque você não tinha uma forte unidade política. Os nossos olhos sempre estavam mais voltados para fora do Brasil, do que para o nosso mercado, e da capacidade nossa. Então, sempre, nós estávamos imaginando: O que é bom para a Europa? O que é bom para os Estados Unidos? O que é bom agora para o Japão, ou para a Ásia ou para a China ou para a Índia do que para nós?

Quer dizer, o modelo nosso de desenvolvimento, as nossas peculiaridades, o nosso posicionamento do globo, então, como atender a essas necessidades aqui no nosso país? Eu acho que aqui tem o espaço favorável para o crescimento de amplos setores na área de energia, porque nós vamos precisar demais de energia e temos o potencial gigantesco.

Eu acho que aqui que nós temos que apostar, isso trata também da infraestrutura rodoviária, ferroviária, da capacidade de você ter a hidrovia sendo um fator também de desenvolvimento econômico e não o que nós temos hoje.

Eu acho que o potencial nosso é muito grande, muito, muito grande e vai significar, digamos assim, nós não vamos nos voltar para dentro, mas é saber que dentro nós temos a chave para o nosso êxito também lá fora. Eu acho que aqui que está...

O etanol que está em 15% de exportação, quer dizer, ele tem um potencial enorme, porque está provado e ele tem um mercado que alavanca o setor. Então lá fora todo mundo olha: Esse negócio é um sucesso, é um êxito. É um êxito por isso, porque tem essa face positiva.

Então eu acho que aqui se a gente consegue mais unidade política num projeto arrojado de desenvolvimento, que inclui todos esses setores.

Às vezes, você faz uma, a gente tem não examina de imediato, não olha de imediato como é que se deu o desenvolvimento, mas você vê o caso mesmo da Petrobras. O sucesso da Petrobras é também porque ela teve um modelo, embora você tenha alterado, quebrado o monopólio estatal do petróleo, etc., mas isso se deu com a Petrobras. Eu acho que aqui o movimento foi positivo.

No caso da hidro também o movimento foi das grandes usinas geradores de energia hidrelétrica sus-

tentada numa posição que o Estado teve que entrar, se não nós não teríamos não.

No mundo também não é diferente não. Por aí afora você pega a matriz energética, quando você vai ver a participação do Estado, claro você atrai segmentos industriais e empresariais enormes do setor privado, mas a base de sustentação é exatamente a participação do Estado. Você pega um sucesso, grande êxito americano no Séc. XIX foi Estado e setor privado sempre. Nunca teve essa história de um aqui é melhor do que o outro, quer dizer um garante que o outro exista, um não vive sem o outro nessa batalha de construção de um projeto nacional.

O que eles fizeram? Principalmente, no Séc. XIX? Sustentação num fortíssimo mercado interno, que surgiu principalmente depois da Guerra de Secessão. Um mercado gigantesco, que se abre para o Estado americano e eles aproveitaram aquilo ali e se transformaram numa grande potência.

Eu acho que nós temos assim, é como se nós tivéssemos tendo esta oportunidade nessa quadra atual. Nós estamos com isso um pouco na mão para que a gente possa conduzir um projeto exitoso de Brasil, que faz o Brasil crescer e também distribuir um pouco a riqueza.

Porque um dos danos da nossa economia é que nós passamos 70, 80 anos sendo os que mais cresciam no mundo, do ponto de vista de PIB, mas numa concentração atroz, que atrofiou a capacidade então de desenvolvimento seguinte. Você veja se hoje você perguntar quem vai conduzir determinados empreendimentos industriais, inclusive, no Nordeste Brasileiro, no caso das chamadas refinarias siderúrgicas que estão surgindo pelo Nordeste Brasileiro, que é digamos assim é quase que uma política também de Estado. Vamos tocar isso um pouco ali para aquela região, porque é uma necessidade desenvolver aquela região.

Se você perguntar quem vai operar tudo aquilo no Nordeste Brasileiro, nós podemos dizer que hoje nós não temos gente preparada para isso. Para responder a esses investimentos novos que vão atrair também outro conjunto grande de empresas, que são fornecedores que vão atuar ao lado das empresas de refino no Nordeste Brasileiro. Você tem três refinarias uma em São Luis, uma no PECEM no Ceará, uma outra em Suape no Estado de Pernambuco, quer dizer são grandes empreendimentos que não tem mão, quer dizer não tem gente preparada capacitada porque o Brasil deixou de preparar o seu povo, não forneceu meios.

Agora, com esse negócio do pré-sal e vem um fundo que é o fundo social para aplacar a situação da educação, da saúde, da ciência e tecnologia e do meio ambiente é um fundo quatripartite, que vamos ver se funciona nesse sentido.

E uma última preocupação que é de como nós vamos operar se tudo isso se transformar, digamos, no caso do pré-sal, se transformar em recursos de exportação, como é que nós devemos operar isso.

Aqui teve numa Mesa anterior, alguém se pronunciou a respeito de ao invés de você pegar esse dinheiro e entrar tudo para o fundo social, de que você deveria parte desse recurso colocar no fundo soberano, para que ele possa com o seu rendimento lá de fora, ir entrando de acordo com a necessidade para ele também não estrangular as outras cadeias produtivas brasileiras, com a depreciação da moeda estrangeira que fica muito depreciada, o nosso fica apreciadíssimo, quer dizer a moeda brasileira fica muito forte. E evidentemente cria problemas na indústria mesmo nas *commodities* brasileiras que enfrentam concorrência, porque as *commodities* hoje ficam sempre parecendo que é só, nós não conseguimos fase a manufatura não é só isso, é porque é vantajoso também que a novas *commodity* esteja no mercado externo.

Então isso é uma preocupação correta ou não é? De alguns que já estiveram aqui conosco tratando desses assuntos da infraestrutura e percebendo que se vem dinheiro de mais...

A Venezuela, você veja que o Celso Furtado em 57 já estava tratando da doença holandesa venezuelana passou esse tempo todo essa doença prosperando na Venezuela, é tanto que o país do ponto de vista social é uma tragédia total e agora parece que um pouco os programas estão mais voltados para a recuperação social, pelo menos daquele país, mas foram décadas e décadas a fio de tragédia social, com bilhões e bilhões de dólares.

Quer dizer, a Nigéria é mais nova, a Venezuela é muito mais antiga nesse negócio e a sua população foi levada a uma tragédia. Então, eu perguntaria se essa preocupação dos nossos outros conferencistas se ela realmente é procedente, ou se nós devemos pegar esse dinheiro e torrar logo de uma vez, o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sobre as colocações do Senador Inácio Arruda, eu gostaria de fazer, Senador, com a permissão de V. Exa., alguns comentários, que é exatamente sobre a importância da participação do Estado no processo de desenvolvimento de qualquer país. E não foi diferente aqui no Brasil.

No período do Dr. Getúlio Vargas, que ele implantou em termos de infraestrutura foi o que proporcionou o grande salto desenvolvimentista com Juscelino, baseado na CSN, na indústria do aço.

Mais recentemente, a Zona Franca de Manaus, eu me lembro que houve uma reação fortíssima quando a criação da Zona Franca de Manaus e esse é um exemplo de que um houve um entrelaçamento do Estado com a iniciativa privada. O Estado tomando a decisão de ali criar a Zona Franca e com a renúncia fiscal que foi feita.

E a iniciativa privada respondeu afirmativamente e, inclusive, trazendo como subproduto desse grande sucesso em que hoje transformou a Zona Franca, do ponto de vista de produção industrial, num subproduto, numa possibilidade de que aquela região da Amazônia não fosse devastada, porque o número de empregos que foi oferecido garante por assim só, a floresta em pé.

Mas eu passaria então a palavra ao Dr. Adriano Pires, para respostas do Senador Inácio Arruda e depois ao Dr. Jank, e ao Prof. Sergio Bajay.

SR. ADRIANO PIRES: Senador, eu acho que os seus comentários são bastante pertinentes. A última questão do fundo soberano realmente eu acho que tem que ter um fundo soberano e um fundo social, se não a gente pode realmente ter esse problema grave cambial, que você pode acabar liquidar com essa economia brasileira, que hoje tem um parque industrial dos mais modernos e eficientes do mundo. Então, nós temos que preservar esse Parque Industrial.

Agora, quanto a questão da presença do Estado, eu também concordo que o Estado é sempre importante. Inclusive, o senhor citou o exemplo americano a catedral do capitalismo.

Agora, o que eu defendo é que como nós, que temos vários ciclos na nossa vida, os países também têm esses ciclos. Então, eu acho que o Brasil hoje adquiriu, a economia brasileira adquiriu um grau de modernidade tal que ela precisa de um Estado diferente do que foi na época, por exemplo, do Dr. Getúlio Vargas.

Eu acho que hoje e acho que isso foi iniciado no Governo do Presidente Collor, que está aqui presente, quer dizer é um Estado mais regulador e fiscalizador e menos Empreendedor. Com isso não quero dizer que tem que empreender zero, tem setores que ainda precisam do Estado empreendendo.

Agora tem que ter muito cuidado com isso, porque eu acho que o atual estágio da economia brasileira, o atual estágio de modernidade, volto a repetir um Parque Industrial sofisticado um dos mais modernos e eficientes do mundo, exige muito mais. A própria questão do pré-sal, eu acho que exige muito mais, um Estado regulador, fiscalizador, coletor de impostos com muita eficiência, do que um Estado Empreendedor, um Estado que vai produzir, um Estado que vai comercializar, um Estado que vai vender mercadorias. Então cada fase tem a sua.

Então, eu quero um Estado menos gordo e mais musculoso é isso que eu defendo, porque eu acho que esse é o momento que a gente está vivendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Adriano. Dr. Jank.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você vê que agora os americanos quase que estatizaram completamente foi a GM, isso na área de produção de automóveis, não estamos nem falando de combustíveis.

Seguros e o *Citigroup* eu brinquei com eles, recentemente, numa inauguração de uma usina de geração eólica lá no Ceará, que eles são sócios, com uma empresa, uns portugueses e uns brasileiros, eles são sócios, aliás são sócios de várias eólicas no Brasil. Então, eu disse: "Bom, eu estou falando com quem? Com o *Citigroup* da parte estatal ou da parte privada?". Porque grande parte dos ativos também foram adquiridos pelo Governo Americano, com cláusulas de assim de só voltar as mãos do grupo anterior, privado, daquela *holding* que comanda o *Citigroup* se atenderem as exigências tais e tais e tais.

Para você ver como é o problema do Estado, como é que ele entra? Que hora eu largo? E que hora eu entro mais? Entendeu. Eu acho que isso é uma mediação que você faz você tendo a exata noção de que Estado você precisa para atender as necessidades da sua população, do seu país. Então, as mudanças vão se dando um pouco em função disso na minha opinião, eu acho que também boa parte do que você colocou eu também estou de acordo, não tudo, mas em grande parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Jank.

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Eu acho que o Programa Brasileiro do Etanol nasceu por causa da primeira crise do petróleo com fortes subsídios governamentais, que já existiam lá no açúcar e que se estenderam para o álcool e com pesquisas também que foram feitas pelo Estado até os anos 90.

Eu acho que a de regulamentação do começo dos anos 90 foi fundamental para que o setor ganhasse competitividade. Eu acho que a eficiência que nós temos hoje nesse país, que não se observa em nenhum outro local do mundo e que pode ser perfeitamente reproduzida no mundo tropical, se eles investirem e seguirem o mesmo caminho foi graças a desregulamentação.

Foi graças aos investimentos iniciais em pesquisa, em variedades, mais a desregulamentação que

aconteceu naquele momento. E isso gerou o setor do jeito que ele existe hoje.

Agora, aquele mundo já se alterou, quer dizer, hoje já não é mais o mundo nem do Estado fazendo pesquisa, nem dos privados fazendo pesquisas, mas de grandes consórcios. Porque qualquer iniciativa hoje para fazer hidrocarboneto de cana, para fazer etanol celulósico depende de milhões, senão bilhões de dólares, que você não vai encontrar nem do setor privado e nem nesse Estado, da forma como ele existe hoje. Então, nós temos que construir essas parcerias com os grandes inovadores internacionais.

Esse memorando Brasil/Estados Unidos, por exemplo, em biocombustíveis é fundamental para se avançar nessa direção.

E o mesmo vale quando a gente fala do aspecto regulatório, ninguém quer que o Estado produza etanol, ou açúcar, ou mesmo que a Petrobras faça isso. Aliás, ela mesmo vem sempre dizendo, mas acho que é impossível imaginar uma Alcoobras hoje é impossível. Eu acho que é impossível.

Agora, é possível imaginar um Estado regulador, que defina políticas públicas, que permitirão uma matriz energética limpa, renovável em combustíveis, em eletricidade coerente com as nossas vantagens comparativas e eu acho que é isso que está faltando nesse momento. A crise energética de 2001 mostrou que precisa fazer planejamento nessa área. Esta é uma área que depende de políticas de longo prazo que foram aqui enfatizadas várias vezes.

Eu acho que, nesse momento, essa matriz brasileira que tem pré-sal, que tem petróleo, que tem gás natural, que tem etanol, que tem biodiesel, que vai ter hidrocarbonetos de cana e tantas outras coisas, ela tem que ser pensada no médio e longo prazo. E eu acho que essa aqui é a Casa certa para a gente fazer essa reflexão. Eu espero que isso saia...

É o típico exemplo positivo, quer dizer, nós temos hoje duas Itaipus adormecidas nos canaviais e para despertá-la, além do trabalho empresarial de trocar as caldeiras de aproveitar a palha da cana que não está mais sendo queimada, é preciso resolver problemas básicos de conexão dessas usinas e São Paulo é reforço de linha, Centro-Oeste é construção de novas linhas e isso ainda tem muito para ser feito para se tornar um sistema eficiente.

O Brasil tem uma monocultura hidroelétrica, o que é positivo, porque o Brasil se desenvolveu uma energia limpa, que é a hidroeletricidade. Mas a gente tem alternativa de caminhar para uma térmica de biomassa, que é limpa que está aqui no Centro-Sul, que é contra cíclica, mas é uma outra cultura. Entendeu?

Das hidrelétricas, você fazia aquela grande usina a 2000 quilômetros lá em Itaipu e trazia a linha, uma só linha grande. Quando você fala de biomassa, você está falando de 200 pequenas usinas espalhadas que tem que ser conectadas de maneira inteligente. Portanto, a hidrelétrica é o ovo de avestruz e as usinas de biomassa são pequenos ovos de codornas que tem que ser conectados, é uma cultura nova.

Isso vale para a conexão, isso vale para licenciamento, isso vale para a precificação. Então a gente tem que se adaptar a esse novo mundo, mas ele é muito mais interessante do que fazer térmicas a carvão e eu espero que a gente consiga fazer essas adaptações agora, nesses próximos tempos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Jank. Dr. Bajay, por favor.

SR. SERGIO VALDIR BAJAY: São três pontos, em função da pergunta e das discussões anteriores.

Primeiro, quanto a fundo soberano, eu acho que está bastante claro que todos os brasileiros, em princípio, gostaríamos de ver os recursos desse fundo melhorando a distribuição de renda do país e ajudando a parte mais pobre da população a sair da miséria e entrar no mercado enfim, moderno.

Agora, evidentemente, que a preocupação com os efeitos monetários, os possíveis efeitos monetários adversos não podem ser abandonados em momento nenhum, porque senão, realmente os riscos de prejuízos grandes à produção nacional e exportações principalmente são grandes. Mas isso eu tenho certeza que, durante as discussões de criação desse fundo e como ele vai ser gerenciado, isso não vai ser perdido de vista.

O segundo ponto, nós já saímos, a meu ver, daquela situação histórica, em que o Governo precisava investir em infraestrutura, para depois a iniciativa privada vir atrás e complementar isso aí. Eu acho que nós estamos, o desafio hoje em dia a meu ver é a parceria público privada, o desafio geral. Quer dizer, a ideia agora é concomitantemente o Estado e a iniciativa privada trabalhando juntos.

E existe um tipo de particular de parcerias público privada, que eu acho que é o grande desafio, vamos dizer, da atual década e da próxima, que é da inovação tecnológica.

Particularmente, eu encerrei aí a semana passada um trabalho grande, que nós desenvolvemos lá na UNICAMP para a CNI, Confederação Nacional da Indústria, em relação à eficiência energética industrial. E uma das recomendações de política energética, que a gente fez após analisar a experiência de mais de treze países pelo mundo afora, foi de realmente se iniciar

parcerias público privadas em termos de inovação tecnológica em tecnologias inovadoras nesses segmentos industriais, onde nós temos vantagens competitivas, como é o caso da siderurgia, indústrias de alumínio, papel e celulose, como por exemplo fazem Estados Unidos, Canadá, Austrália, só para citar alguns.

E, finalmente, o terceiro ponto, eu acho que isso foi motivo de diversas observações aí, tanto dos palestrantes como do público aqui presente. O Brasil é um dos países assim que está em posição mais privilegiada no mundo em termos de alternativas tecnológicas e eu concordo plenamente as observações do Senador, de que para desenvolver essas fontes, isso não acontece da noite para o dia são desafios que tem que se vencer várias barreiras de vários tipos, inclusive, barreiras políticas.

Mas nós temos aí, pelo menos assim, umas quatro ou cinco rotas tecnológicas, entre barras combustíveis, que podem ser perfeitamente desenvolvidas em paralelo. Eu acho que até a conversa anterior sobre hidroeletricidade, quando eu estava falando: "Bom, nós vamos precisar de mais térmicas quais são os desafios". Isso de forma alguma está dizendo que vamos fechar as portas para a hidroeletricidade, ou já passou a época de hidroeletricidade. Nós temos um potencial remanescente enorme.

E o maior desafio é exatamente que o Senador Gilberto Goellner levantou bem que é o uso múltiplo da água, e começando corretamente com navegação fluvial, que é uma vergonha realmente a gente ter deixado tanto tempo isso aí subdesenvolvido de certa forma no país. Com certeza, com certeza foi um problema de opção política.

Mas eu acho que esse é o momento e essa opção política pode mudar, pelo menos é o meu sentimento como cidadão.

Agora, eu só gostaria de completar, para não tomar muito tempo aqui que essa diversificação, isso vai um pouco de encontro com o que foi também comentado pelos meus colegas, não é só uma diversificação de fonte. Eu acho que nós temos o espaço lá para a bioetanol, para a energia eólica para as grandes hidroelétricas, pequenas idroelétricas tem o desafio específico. Enfim, a maior parte dos povos de outros países estariam felicíssimos se tivessem todas esses opções aí, esse cardápio de opções que nós temos aqui.

Mas eu só destacaria finalizando, que nós temos que diversificar também os agentes produtores, comercializadores e os tipos de consumidores.

Na época, década passada, década de 90, quando estava se discutindo privatização, eu defendia naquela época, no meu cantinho na Universidade, que empresas estatais podem ter um papel estratégico importante. Eu acho que até os leilões do Madeira demonstraram bem como a atuação estratégica de empresas estatais podem produzir resultados muito interessantes.

E hoje, o que a gente observa passada aquela onda liberal dos anos 90, ondas estatizantes também no passado, que hoje o que nós temos são modelos híbridos. Então, nós temos que discutir assim, de uma forma assim bem pragmática, qual o melhor mix de empresas privadas estatais. E realmente, conforme já foi colocado, nós não podemos deixar que nenhum dos extremos aconteça, quer dizer, nem a iniciativa privada, provavelmente, vai ser capaz de responder adequadamente.

Acho que o racionamento de 2001 mostrou bem que quando se jogou todas as fichas na iniciativa privada, realmente tivemos problemas e realmente nem uma Petrobras, excessivamente forte, ou talvez cheia de gorduras, como o colega colocou também é o ideal. Então, eu acho que nós temos que buscar um equilíbrio entre os agentes produtores.

Temos o desafio de consumidores, concedo o mundo moderno hoje não pode enxergar os consumidores como uma coisa só. Quer dizer existem vários tipos de consumidores e quando a gente fala de preços, por exemplo, eu tenho preços associados a diversos níveis de qualidade da energia, isso vale tanto para combustíveis como para a energia elétrica.

Então esse é um dos grandes desafios que os [ininteligível] e outras coisas novas que estão aí no pedaço se propõem a resolver.

E é claro, se nós tivermos diversos tipos de agentes produtores e diversos tipos de consumidores, nós temos que ter também uma variedade maior de comercializadores, como foi bem colocado pelo Marcos Jank. Então eu só lembro isso, que diversificação da matriz traz também a diversificação dos agentes, ao longo de toda a cadeia.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, só.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado. Com a palavra o Senador Inácio Arruda, por favor.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Um desafio aqui para o Marcos, nós tínhamos uma empresa é uma empresa estatal, mas teve essa ventania neoliberal no mundo e ela foi privatizada era uma empresa de combustíveis sólidos. E ela praticamente tinha o seu combustível vendido para o programa espacial brasileiro. Que além daquele VLS, do foguete para colocar satélites em órbita, você tem um conjunto de outros foguetes, pequenos foguetes, pequenos, médios para pesquisas e etc.

Então, o resultado é que o ano passado essa empresa, nós privatizamos era uma empresa alemã, e o ano passado os alemães resolvem dar um tchau

para o Brasil. Então, nós ficamos dependendo de um combustível vendido pela China, que os nossos oficiais aqui da Aeronáutica consideram que era de uma qualidade muito menor do que os que nós tínhamos, mas nós ficamos dependendo dos chineses.

Mesmo assim, eles, numa última reunião conosco, o pessoal a Aeronáutica disse que: "Como ninguém fornece um combustível para você desenvolver uma grande fronteira nova de domínio tecnológico, os chineses também não vão fornecer". Eles disseram: "Olha, eu vou atender vocês aqui, uma emergência um socorro etc., a gente tem aquele programa conjunto, vamos mandar lá um combustível sólido para vocês, mas fica sabendo que é só aqui por um tempinho".

Então, eu acho que a gente poderia também desenvolver um combustível sólido a partir também de começar a trabalhar com etanol, ver se a gente não chega num combustível de altíssima qualidade, nessa área, porque é mais uma fronteira para vocês enfrentarem. Se não nós vamos ter que voltar e fazer uma estatal com a Petrobras, não tem jeito para responder à nossa necessidade de combustível sólido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Algum comentário, Prof. Jank? Já está trabalhando.

A nossa reunião de hoje, nos trouxe a lume muitas ideias e muitas sugestões. Dentre elas recolhi uma que foi colocada com muita propriedade pelo Dr. Marcos Jank, que é a necessidade de nós termos um marco regulatório dos biocombustíveis no país.

Então, com base nisso e apresento aos Srs. Senadores aqui presentes um requerimento baseado nos seguintes temos. "Requeiro nos termos regimentais a criação de um grupo de trabalho no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater e elaborar proposta de um marco regulatório dos biocombustíveis a ser integrado pelos seguintes membros: Senador Inácio Arruda, como Coordenador do Grupo, Senador Gilberto Goellner, e o Senador Delcídio Amaral".

Os Srs. Senadores que estiverem acordo permaneçam como estão. Aprovado o requerimento. E nós imaginamos que isso possa servir de base para que nós tenhamos num curto prazo, num prazo tão curto quanto aquele que nós teremos para apreciar a matéria relacionada ao marco regulatório do pré-sal, condições de oferecer essa sugestão ao Governo Federal, para que nós não deixemos tão depreciados dentro da matriz energética e da composição dessa matriz o setor de biocombustíveis.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Inácio Arruda

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu acho que é um bom desafio e acho que os nossos colegas convidados podem nos ajudar bastante. Mas eu aproveito para que a gente já prepare uma reunião com os responsáveis no Governo pelas propostas que estão sendo enviadas pelo Presidente da República, para tratar do pré-sal. Que a Comissão de Infraestrutura também já tome iniciativa antes que seja discutido na Câmara, a gente já comece a discutir aqui para a gente não ficar, digamos assim, vendido no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O debate encerra lá e nós ficarmos sem opinar decisivamente. Nós já podemos começar a opinar agora, ainda tramitando na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): No próximo dia 10 de setembro, já está marcado de uma Audiência Pública com o Ministro Edison Lobão, aqui no âmbito da Comissão de Infraestrutura, exatamente, para começarmos a discussão sobre a questão do pré-sal.

E no mês de outubro, podendo ser na última semana de setembro, entrando no mês de outubro, nós teremos todos esses dias dedicados a discutir em painéis sobre a questão do pré-sal.

É mais ou menos o tempo em que isso tramitará pela Câmara. Quer dizer são 45 dias, porque há urgência constitucional, vamos supor que amanhã, dia 1º, que isso dê entrada na Câmara, 45 dias, vai nos colocar em outubro, exatamente, no momento em que estará chegando aqui ao Senado, para avaliação e apreciação dos Srs. Senadores.

E é exatamente dentro do mês de outubro, que nós separamos todos os painéis, os painéis realizados sempre às segundas-feiras, às 18h00, para nós tratarmos objetivamente da questão do pré-sal.

E antecipando-se a isso, no próximo dia 10 de setembro, o Ministro Edison Lobão das Minas e Energia, se dispôs a estar aqui presente na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, para com os Srs. Membros, Senadores e Senadoras desta Comissão e outros que desejem fazer parte desta Audiência Pública, possamos debater a questão a que se refere o Senador Inácio Arruda. Se estiver de acordo ficamos então assim.

Gostaria de informar aos presentes, ouvintes e telespectadores, que as apresentações feitas no curso de toda a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, elas estão disponível na página da Comissão, no link Audiências Públicas. O acesso é feito através da página do Senado Federal, www.senado.gov.br.

Eu gostaria de agradecer em nome dos integrantes da Comissão de Infraestrutura, a presença do Dr.

Adriano Pires, Consultor de Termelétricas e Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Professor também da mesma Universidade.

Agradecer a presença do Dr. Marcos Jank, Ph.D. pela FEA e Mestre em Políticas Agrícolas em Montpellier, França, foi professor visitante nas Universidades de Georgetown e Missouri,Columbia, nos EUA. É Diretor do Departamento de Agronegócios da FIESP e Presidente da ÚNICA.

E, também, a presença do Prof. Sergio Valdir Bajay, Professor de Planejamento Energético, Engenharia Mecânica e de Petróleo na Unicamp, Pesquisador e Consultor nas áreas de energia e planejamento energético da UNICAMP – Matriz Energética.

Ao mesmo tempo comunicar aos Srs. Senadores, que a nossa próxima Audiência Pública dentro de painel: "Desafios Estratégicos Setoriais" está marcado para o próximo dia 14 de setembro, próxima segunda-feira, porque o próxima segunda-feira é o 07 de setembro, então, nós teremos o nosso painel no próximo dia 14 de setembro, com o tema: "Transporte Infraestrutura Urbana, Sistema Integrados de Meios de Transporte", aqui às 18h00, neste mesmo local.

Antes de encerrarmos a presente Sessão e agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos convidados que com particular propriedade tem demonstrado e vem demonstrando grande conhecimento sobre o tema de hoje, ofereceram uma contribuição valiosa para esta Comissão. Muito obrigado as todos os senhores aqui presentes.

Convoco os Srs. Membros para a próxima Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 03 de setembro às 08h30 da manhã, neste Plenário nº 13, da Sala Senador Alexandre Costa, com uma pauta deliberativa e também com Audiência Pública da Secretária Executivo do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit, que irá tratar da questão do saneamento versus investimento em infraestrutura básica.

Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 21h09.

Ata da 29ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 3 de Setembro de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta minutos do dia três de setembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores **ELISEU RESENDE, PAULO DUQUE, FLEXA RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO SUPLICY, ADELMIR SANTANA, DELCÍDIO AMARAL, MÃO SANTA, PEDRO SIMON, JOÃO TENÓRIO.** Justifica a ausência o Senhor Senador **GILBERTO GOELLNER. Compareceram ainda os Senhores Senadores não-membros Gerson Camata e Romeu Tuma.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 27ª e 28ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. **PARTE I** – O Presidente procede a leitura dos comunicados da Presidência. **PARTE II** – Audiência Pública – Em atendimento ao Requerimento nº 43, de 2009–CI, de autoria do **Senador Fernando Collor**, para explanar a respeito do saneamento nas obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, com a presença dos seguintes participantes: **Senhora Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli**, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde e **Dr. Faustino Lins** – Diretor-Executivo da Fundação Nacional de Saúde – Funasa. O **Senador Fernando Collor** concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os **Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Gerson Camata, Eliseu Resende, Eduardo Suplicy e Mão Santa. PARTE III –** Deliberação de Matéria – Os demais itens de 1 a 6, constantes da pauta, ficam adiados. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e sete minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 27ª e 28ª Reuniões. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada. Ou aprovadas.

A Presidência comunica o recebimento do ofício da Presidência do Senado Federal, de nº 1.718/2009, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº

336, de 2009, que tramita nesta Comissão à Secretaria Geral da Mesa para a leitura de requerimento de tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000.

Também recebemos da Presidência do Senado o Ofício nº 1.858/2009, solicitando o envio do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 2007, que tramita conjuntamente com os Projetos...

Terminaram já de falar? Foi um celular que tocou? Se quiser, a gente espera ele atender o telefone. Então fecha a porta, por favor.

Também recebemos o ofício do Presidente do Senado Federal, solicitando o envio do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 2007, que tramita conjuntamente com os Projetos de Lei do Senado nº 305 e 443 de 2007, para a leitura de requerimento solicitando que o referido projeto retome a tramitação autônoma. Anexando os referidos ofícios, as matérias vão à Secretaria Geral da Mesa.

Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, na reunião passada, realizada no dia 31 de agosto, segunda-feira e dando continuidade à *Agenda 2009-2015, Desafios Estratégicos Setoriais que a Infraestrutura Precisa Superar*, tivemos a apresentação do Painel nº 4, tratando do tema *Petróleo, Etanol e Biocombustíveis: Diferenciais Estratégicos*, com a participação dos seguintes especialistas: Dr. Adriano Pires, Consultor de termelétricas, Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia-COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor da mesma Universidade; O Dr. Marcos Sawaya Jank, Ph.D. pela FEA e Mestre em Políticas Agrícolas em Montpellier, França, foi professor visitante nas Universidades de Georgetown e Missouri, Columbia, nos Estados Unidos da América, é Diretor de Agronegócios da FIESP e presidente da ÚNICA; Professor Sergio Valdir Bajay, Professor de Planejamento Energético e Engenharia Mecânica de Petróleo na UNICAMP, pesquisador e consultor nas áreas de energia e planejamento energético da mesma Universidade, Matriz Energética.

Esses especialistas, eles foram ouvidos, portanto, nesse último painel, e desse painel resultou a minha decisão de constituir um Grupo De Trabalho coordenado pelo Senador Inácio Arruda e tendo como participantes, além do próprio Senador, coordenador dos trabalhos, o Senador Delcídio Amaral e Gilberto Goellner, para que eles, num prazo de 90 dias, apresentem a esta Comissão, sugestões para a elaboração de um marco regulatório para o setor de biocombustíveis.

Isso... Esta decisão foi tomada com base nas discussões que foram aqui travadas. E... Dessas discussões, nessas discussões, o primeiro a apresentar as suas ponderações foi o Professor Sergio Valdir Bajay, Professor de Planejamento, como aqui já falei, de Energético e Engenharia Mecânica da UNICAMP, que salientou que os critérios para os leilões de energia elétrica...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque.

De energia elétrica privilegiam as termoelétricas movidas a gás, óleo ou carvão, em detrimento de usinas movidas a biomassa ou biocombustíveis.

Como forma de minimizar o problema, ele sugeriu que o Ministério das Minas e Energia e a empresa de pesquisa energética, incorporem critérios que privilegiem custos e benefícios sócios ambientais. Também sugeriu a realização de leilões de energia mais específicos para tecnologias que se deseje fomentar.

Já o Dr. Marcos Jank, Diretor do Departamento de Agronegócios da Federação das indústrias do Estado de São Paulo e Presidente da União das indústrias de cana-de-açúcar, a UNICA, lamentou que o Brasil tenha tido matrizes energéticas erráticas nos últimos 30 anos, ora beneficiando petróleo e derivados, ora privilegiando hidrelétricas e biocombustíveis. E ele então salientou que a bioeletricidade, como a adquirida a partir do etanol, ela é produzida no período seco, sendo por isso complementar à energia hidrelétrica.

Ele defendeu um marco regulatório para as biocombustíveis, com base em que nós... Convidados para participar desse grupo de trabalho, com o fim de apresentar sugestões para a criação do marco regulatório dos biocombustíveis, os Senadores a que já me referi.

E ele dizendo que seria muito necessário que esse marco regulatório definisse a participação do etanol na matriz energética; hoje, segundo ele, essa participação do etanol na nossa matriz energética já alcança 16,7% e também reduz problemas como a volatilidade de preços no setor

O Prof. Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lamentou que o setor no Brasil seja tratado de forma conjuntural. Ele previu a realização de racionamentos e apagões no Brasil nos próximos anos, o que foi contestado por alguns Senadores, caso a economia do país cresça a taxas próximas a 5% ao ano.

É bom lembrar que num outro painel aqui realizado, o Diretor Geral da ANEEL, garantiu, quando lhe foi formulado especificamente a pergunta “Se o Brasil crescer até 2015, 2017, a uma taxa média de 5% ao ano, haverá energia suficiente para atender a deman-

da nesse período?" E a resposta dele foi taxativa e afirmativa, sim, diferentemente do que entende o Prof. Adriano Pires, segundo ele aqui nos relatou na última segunda-feira, dia 31 de agosto.

Continuando, o professor Adriano Pires destacou que a matriz energética brasileira é limpa. Segundo ele, 36,1% provem de fontes renováveis, enquanto o professor Marcos Jank, colocou esse índice em 46% e sugeriu que o país procure "sujar", entre aspas, esta matriz energética com a utilização das grandes jazidas de petróleo descobertas na chamada camada pré-sal.

E aí vem também uma preocupação dos ambientalistas, porque com a exploração do petróleo a uma profundidade de cinco a sete mil metros, a emanação de CO2 é cinco vezes maior do que a emanação de CO2 em campos normais, mas já há uma tecnologia, já experimentada, que faz com que esse gás emanado da perfuração a essa profundidade ele possa ser reentubado e ele saía de lá novamente dessa perfuração como gás; essa é uma notícia muito boa e muito positiva.

O importante é que o Brasil também na oportunidade eu afirmei que o importante em toda essa questão do pré-sal, não somente a grande riqueza que o Brasil passará a explorar e é uma riqueza estratégica, e, portanto, extremamente importante para o desenvolvimento econômico do país.

Mas tão ou mais importante quanto isso, será a aplicação que será dada aos recursos auferidos da exploração do pré-sal, para investimentos na inovação na ciência, tecnologia e educação, para nós prepararmos o país para o grande salto que esperamos ele dê no século XXI. Isso somente poderá ser dado, como todos nós entendemos, se houver um investimento maciço na área social, especificamente nesses setores aos quais me referi.

O Senador Gilberto Goellner, ele questionou os participantes da Audiência Pública, sobre a falta de estratégia no setor. Ele citou o exemplo de uma usina de biodiesel construída no Ceará, Estado que não produz óleos vegetais, o que eleva sobremaneira o custo do produto. Então, ele sugeriu que as termoelétricas a serem construídas no país utilizem esse biocombustível.

É importante também lembrar que na questão das termoelétricas foi colocado nesta oportunidade do seu impacto nefasto do campo ambiental. E aí foi-se levantada a questão da construção da Usina de Belo Monte. Que a usina de Belo Monte apesar das mudanças havidas no projeto, que fizeram com que o volume de água para mover essa hidrelétrica se reduzisse substancialmente, mas, mesmo assim, com a energia que ela irá produzir, essa usina hidrelétrica de Belo Monte, será uma energia comparável à energia produzida por 19 termoelétricas, o que demonstra também o acerto pelo lado ambiental da construção da Usina de Belo Monte, no Pará.

O Prof. Adriano Pires, continuando, afirmou a importância da exploração comparativa de cada região para diminuir o chamado custo Brasil. O Senador Inácio Arruda, afirmou que o Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento ousado, que distribua riqueza e valorize o mercado interno; assim, segundo ele, haverá demanda para todo o tipo de energia, seja ela eólica...

E nesse campo da energia eólica, dos 441 empreendimentos eólicos hoje já tramitando no país, essas... Esses 441 empreendimentos, eles gerarão uma energia total equivalente ao que hoje fornece a Hidrelétrica de Itaipu.

Por aí as Sras. e Srs. Senadores poderão avaliar a importância de também se incorporar dentro dessa matriz energética mais ampla que se propõe, estabelecer nos próximos anos, a energia provinda da área do setor eólico ou do aproveitamento dos ventos.

E finalizando, finalizando a nossa reunião, os senhores participantes, ficaram a disposição das... Dos Srs. Senadores, para a qualquer momento, a qualquer instante, se algum ponto não tenha ficado devidamente esclarecido, que eles estão inteiramente à disposição para responder a esses questionamentos, e, se for o caso, voltarem aqui à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A nossa próxima...

Pois não, com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de congratular-me com V. Exa. na condução desse seminário aqui na Comissão de Infraestrutura.

Por esse relato feito por V. Exa. no momento, a gente verifica que os temas abordados foram da maior importância. E que a Comissão de Infraestrutura, que o Senado Federal deve levar em conta, as sugestões dos técnicos especialistas, porque nós, na verdade, temos uma dádiva da natureza, temos todas as fontes de energia à nossa disposição, praticamente aquelas já provadas industrialmente.

É preciso levar em conta o fato de que o Brasil pode ter uma matriz energética constituída de energia limpa. Nós estamos discutindo aqui a produção do petróleo através desse novo programa elaborado pelo Governo, pelo Poder Executivo, relacionado com a exploração das camadas de pré-sal.

Concentramos os nossos esforços na produção de petróleo para sermos um dos maiores produtores de petróleo do mundo, as maiores reservas.

Mas é importante notar que nós precisamos de energia com baixo teor de carbono, a energia gerada dos não hidrocarbonetos. E a matriz energética brasileira nos permite, de acordo com a exposição desses técnicos no seminário conforme aqui exposto pelo Presidente, a utilização da energia dos ventos e dos biocombustíveis, e do etanol, a par da construção das grandes hidrelétrica e da exploração dos grandes campos petrolíferos.

Portanto, Sr. Presidente, nós temos que enaltecer aqui o trabalho de Comissão e é importante que nós. O Brasil parta realmente, lá no âmbito do Ministério de Minas e Energia, para construirmos uma matriz energética que certamente causará inveja nos outros países do mundo, constituída de fontes de energia de baixo teor de carbono, para combater o efeito estufa, reduzir as consequências do aquecimento do nosso planeta e termos a ação energética para indução do desenvolvimento econômico do país, constituído dessas fontes limpas de energia.

É importante destacar e é importante dizer que nós não... Devemos discutir o pré-sal e os programas de petróleo. Mas não podemos esquecer que é preciso dar ênfase às fontes mais limpas de energia, cuidar da geração hidrelétrica, temos uma dádiva também voltada para os nossos potenciais hidráulicos, que fazem inveja também no mundo inteiro.

Quando nós vemos o Presidente falar aqui sobre Belo Monte, lá no Xingu, competindo com Itaipu e com Tucuruí e agora com as novas usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, é difícil ter um país que desenvolva um programa dessa magnitude.

Isso ao lado da exploração do pré-sal, que nós vamos, esperamos, Presidente, dedicar um bom tempo aqui na Comissão. Parece que na próxima reunião estará presente o Ministro de Minas e Energia, temos muitas perguntas a fazer a respeito do aproveitamento das camadas do pré-sal, da modificação da legislação brasileira de uma forma competente.

Temos o etanol, um programa diferenciado dos programas de energia que vem sendo exemplo também para os outros países do mundo.

E talvez na próxima reunião tratemos de um projeto de lei que está tramitando aqui na Comissão de Infraestrutura, a respeito do aproveitamento mais acentuado da energia eólica, dos biocombustíveis, para que nós possamos entrar, assim, nesse contexto denso de fontes diferenciadas de energia, para encontrar a matriz energética mais adequada ao nosso país. É a nossa colocação, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende, pelas considerações que ele apresentou nas suas palavras.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero, Presidente Senador Fernando Collor, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, Srs. Senadores, parabenizá-lo pela condução da Comissão de Infraestrutura, que pela proposta que V. Exa. fez de aprofundar vários temas ao longo dessa Sessão Legislativa que se processa.

Mas quero parabenizar o Senador Eliseu Resende. A cada quinta-feira a gente enriquece os conhecimentos de todos os cidadãos brasileiros que ouvem pela TV Senado, essas aulas que o Senador Eliseu Resende dá a todos nós, pela sua experiência, pela sua competência.

E a forma como ele passa para os brasileiros, entusiasmada, quando fala das possibilidades do Brasil, ele que já foi Ministro e conhece tão bem essa questão de infraestrutura, e hoje ele aborda um assunto que para o Brasil, não para o Pará, o Pará é um grande exportador de energia, aliás, é um exportador de matérias primas por excelência. Lutamos há bastante tempo para que se possa mudar essa base produtiva, agregando valores, Senador Eliseu Resende, as nossas riquezas, gerando emprego e renda no Pará.

Mas V. Exa. tocou em Belo Monte. Belo Monte, hoje pela manhã, agora está ocorrendo um café da manhã na ELETRONORTE, que vai ser lançado, até que enfim, eu diria Graças a Deus, o edital de licitação para a construção da usina.

Na próxima... Sem ser esta semana, na outra, no final dessa semana início da outra, nós vamos ter várias Audiências Públicas em vários municípios da área de influência de Belo Monte, ali no Xingu, começando em Altamira e vamos terminar em Belém.

E audiências em que serão ouvidas as pessoas e os representantes daquela população e do Estado sobre a influência que a hidrelétrica terá na vida de cada um. Então, dentro do edital deverão constar essas ações mitigadoras, que são importantes, mas não podem ser impeditivas da construção da usina. A usina

precisa ser feita, ela é uma usina próxima de Itaipu, ela vai gerar em torno de dez milhões de megawatts

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Próxima na produção de energia, não geograficamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Próxima na produção de energia, é, eu diria. E tem um projeto, Presidente Collor, Senador Eliseu Resende, o Pará, só o Pará, só o Estado do Pará, já tem um levantamento de potencial de geração de hidroenergia igual a toda a geração do Sistema Brasileiro de energia, algo em torno 70 a 80 mil megawatts, só o Pará.

Tem um projeto que fica acima no Rio Tapajós, passando Itaituba, na Cachoeira do São Luís do Tapajós, também já levantada pela ELETRONORTE, que dá a construção de uma outra elétrica de 14 mil megas, que é a de São Luís de... Maior, maior do que a da China, lá de Três Marias. Então isso é... É três...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é Três Marias, não, é por aí, três e alguma coisa. E isso nos dá essa alegria que V. Exa. estampa quando fala sobre isso, quando fala no potencial de energia limpa, a questão do etanol, a questão dos biocombustíveis.

Aí eu tenho que Senador Eliseu Resende, dizem que eu falo muito do Pará, mas eu não posso deixar de dizer que o futuro do Brasil está na Amazônia, basta que os brasileiros queiram incorporar a Amazônia ao resto do Brasil.

Até hoje, lamentavelmente, todos os governos tem colocado a Amazônia num plano secundário, ou seja, querem colocar a nossa região como algo para ser engessado e talvez para séculos à frente ter alguma utilidade. Não pode ser assim.

Eu acho que todos nós, inclusive e principalmente os amazônidas, queremos conservar a floresta; agora, conservar é diferente de preservar. Preservar é colocar de lado, conservar é manter e é isso que se quer fazer, mas também temos que desenvolver com tecnologia, para que a gente possa já nas áreas abertas. Não precisa... A Amazônia não precisa derrubar uma única árvore a mais, basta que se consolide o que está aberto e se use tecnologia e investimento para melhorar a qualidade de vida.

Por último, com relação ao pré-sal, eu tenho certeza absoluta Presidente Collor, que V. Exa. fará aqui nesta Comissão um debate em profundidade, todos nós somos a favor do fortalecimento da PETROBRAS, somos a favor da extração dessa riqueza. E desde já, quero dizer que concordo com a partilha das... Dos *royalties* desse petróleo do pré-sal, com o Brasil, com a nação, temos que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A distribuição?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A distribuição dos *royalties*. Nós temos que tratar diferenciadamente e eu dizia isso ontem, estava o Senador Paulo Duque, que os Estados que são detentores do petróleo, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, terão, deverão ter um tratamento diferenciado, evidentemente, mas parte dessa riqueza tem que ser usada para ajudar o Brasil como um todo.

E eu diria, atendendo um preceito constitucional, esses recursos deverão servir também para diminuir as desigualdades regionais, que ao longo das últimas décadas, ao invés de diminuir essa distância com o seu Nordeste, com a nossa Amazônia com o Centro-Oeste, nós temos aumentado.

Eu diria que nós estamos avançando, sim, essas regiões estão desenvolvendo, mas nós desenvolvendo a velocidade de um turbo hélice, e as regiões já desenvolvidas, Sul e Sudeste, estão a jato. Então nós estamos cada vez mais aumentando a distância.

E pediria à V. Exa. Presidente Collor, eu assisti os jornais, os noticiários, me parece que o Presidente Lula ainda está indefinido com relação a encaminhar o projeto pré-sal em regime de urgência.

Eu sugeriria que V. Exa. pudesse fazer um esforço para que ele não fizesse isso. Nós não temos condições, não é que sejamos contrários, nós não temos... O Governo levou mais de um ano estudando esses... Mais de um ano; nós não podemos aprová-lo no Congresso Nacional em 45 dias, não há como.

E aí o Senador Eliseu Resende pode nos dar o seu testemunho, pela sua experiência. Não há como o Congresso aprovar com consciência, com a responsabilidade que nós temos com a nação brasileira, esse projeto de tal magnitude em 45 dias. Que ele venha em regime normal, para que a gente possa, realmente, aprofundar estudo, principalmente nessa Comissão tão bem presidida pela sua competência, Presidente Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, pelas suas palavras Senador Flexa Ribeiro.

Eu, em seguida, estarei respondendo a alguns questionamentos que o Senador Flexa Ribeiro acaba de fazer. Mas antes eu gostaria de anunciar as Sras. e Srs. Senadores que a nossa próxima reunião da *Agenda Desafios Estratégicos e Setoriais*, que são realizadas essas audiências sempre às segundas-feiras, nesta sala da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, às 18 horas, impreterivelmente.

Essa próxima reunião será para debater o tema *Transportes e Infraestrutura Urbana, Sistema Integra-*

dos de Meios de Transporte. Esse será o Painel nº 5 dessa agenda.

Senador Paulo Duque, eu gostaria muito que V. Exa. que foi um grande entusiasta da elaboração desta agenda, pudesse nos dar a honra de estar presente aqui na próxima segunda-feira, por se tratar de um tema que V. Exa. tão bem conhece e se manifesta bastante interessado.

Estarão sendo... Estarão participando desta reunião o doutor... Como palestrantes, o Dr. Adriano Murgel Branco, que é engenheiro, administrador e ex-Secretário dos Transportes, da Habitação, do Estado de São Paulo e o Dr. Cassio Taniguchi, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, bem como o Dr. Jurandir Fernandes, engenheiro, professor do Instituto Mauá e da Fundação Getúlio Vargas, especialista em transportes modais.

Quanto à agenda do pré-sal, como disse aqui o Senador Ministro Eliseu Resende, o Ministro Edison Lobão, que foi... É nosso companheiro, Senador e foi o primeiro Presidente dessa Comissão de Infraestrutura, se colocou à disposição da Comissão para aqui estar presente no próximo dia 10, quinta-feira, para uma Audiência Pública, em que ele estará à disposição das Sras. e Srs. Senadores e daqueles que aqui estiverem presentes, para debater especificamente a questão do pré-sal.

Por outro lado, nós reservamos o mês de outubro e uma das semanas de novembro, para debatermos no âmbito desta Comissão e dentro da agenda *Desafios Estratégicos Setoriais* o tema do pré-sal. E já temos aqui as datas: a primeira Audiência Pública sobre... Para tratarmos da questão do pré-sal, e aí vem a resposta ao que indagou o Senador Flexa Ribeiro, além da presença do Ministro Edison Lobão aqui no próximo dia 10, quinta-feira, teremos no dia 05 de outubro a primeira Audiência Pública, sobre a exploração do pré-sal, será o primeiro painel, cuja o tema será *Exploração e Produção de Petróleo de Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos, Fluidez sobre o Regime de Partilha da Produção em Áreas do Pré-Sal e em Áreas Estratégicas*. Nesse painel iremos discutir o sistema de partilha, versus sistema de concessão.

O segundo painel será realizado no dia 19 de outubro e o segundo painel tratará da criação da empresa pública, a Empresa Brasileira de Administração do Petróleo e Gás Natural S/A, a PETROSAL.

O terceiro painel será realizado do dia 26 de outubro, terá como tema *O Fundo Social, Projetos e Programas nas Áreas de Combate à Pobreza e Desenvolvimento da Educação, da Cultura, da Inovação, da Ciência e Tecnologia e da Sustentabilidade Ambiental*.

E por último, no dia 05 de novembro, estaremos realizando o último painel do tema PETROSAL, que abordará a capitalização da PETROBRAS, a pesquisa e a lavra do petróleo de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos em áreas não concedidas, localizadas no pré-sal.

Eu acho que com isso a Comissão de Serviços de Infraestrutura, graças as Sras. e Srs. Senadores que tem estimulado bastante o trabalho realizado pela Comissão, nós estaremos, por assim dizer, em cima do lance, estaremos sempre acompanhando muito de perto todas as ações que venham sendo empreendidas pelo Governo e que digam respeito diretamente à questão do pré-sal.

Em relação à urgência constitucional solicitada pelo Governo Federal, me parece que o Presidente da República anunciou para hoje uma reunião com os Líderes dos Partidos da Câmara dos Deputados, para avaliar se mantém a urgência constitucional ou não. É bom lembrar que essa urgência constitucional foi uma decisão tomada

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me permite, Sr. Presidente? Permite

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Só um... O senhor me permite, Senador, só estou concluindo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que foi uma decisão tomada na reunião do Conselho Político, que o Presidente, na noite anterior, no almoço, no jantar que teve no Palácio da Alvorada, com os governadores do Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, havia acedido a solicitação de que fosse mandado sem urgência constitucional, mas no dia seguinte houve a reunião do Conselho Político do Governo.

E o Conselho Político do Governo, que é formado não somente pelas lideranças no Congresso, mas por lideranças de vários setores da economia alagoana, da economia... [risos] Desculpe o ato falho, da economia brasileira, decidiu por unanimidade, por unanimidade, que o Presidente solicitasse essa urgência constitucional.

Mas diante da solicitação que ontem foi feita pelo Presidente Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente da República, em audiência que com ele manteve, o Presidente achou por bem convocar as lideranças, por que se ele obedeceu, vamos dizer assim, ou acatou a deliberação por maioria... Por maioria... Por unanimidade, por aclamação, do envio desses quatro projetos de lei ao Congresso Nacional com o pedido de urgência constitucional, não ficaria

bem ele tomar alguma atitude sem antes consultar o Conselho.

Então eu acho que essa decisão está muito mais ao talante do que arbitrar o Conselho Político do que do próprio Presidente da República.

Essa agenda que nós realizamos foi com base--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. faz parte do Conselho Político?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não. Não faço parte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se não seria um voto pela não urgência anos constitucional, com certeza absoluta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não. Eu tenho minhas dúvidas. Eu tenho minhas dúvidas em função de um detalhe somente, Senador. É que o ano que vem é um ano eleitoral e o Senado estará sendo renovado em 2/3, 2/3 dos Srs. Senadores serão candidatos. A Câmara dos Deputados integralmente todos serão candidatos.

Então se nós não, realmente, não encurtamos este prazo, nós não teremos como deliberar sobre uma questão de tamanha importância para o Brasil, em função das poucas sessões que o Congresso irá realizar no ano que vem.

E essa agenda ela foi... Mas, de qualquer maneira, é claro, nós acataremos a decisão que for tomada pelo Conselho Político, pelo Presidente da República, pela maioria das lideranças, não haverá nenhum problema. Não vamos no indispor por causa disso.

Mas a nossa agenda construída para debater a questão do pré-sal, ela foi toda, foi toda ela formatada em função da urgência constitucional, ou seja, 45 dias na Câmara, então seria o mês de setembro e pegaria a metade do mês de outubro, quando chegaria aqui ao Senado da República, exatamente, quando esta Comissão estaria realizando as audiências para tratar especificamente de cada um dos quatro projetos de lei encaminhados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, consubstanciados esses quatro projetos na questão da avaliação do pré-sal.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em relação... Aqui, foi tratado também...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu peço milhões de desculpas, eu entrei nesse minuto aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois, não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E vi V. Exa. falando sobre os projetos do pré-sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois, não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): V. Exa. se incomodaria de repetir aqui só para mim...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não. Pois não, Senador Ministro Francisco Dornelles. No próximo dia 10 de setembro, na próxima quinta-feira, o Ministro das Minas e Energia Edison Lobão estará aqui presente à nossa Comissão, à disposição das Sras. e Srs. Senadores, para tratar e debater sobre todos os temas relacionados aos quatro projetos de lei que foram encaminhados ao Congresso Nacional.

No mês de... Conforme anunciado já algumas semanas, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, deliberou que nós deveríamos dedicar, dentro da agenda... Da agenda que estamos realizando às segundas-feiras, às 18 horas, deveríamos dedicar alguns painéis para tratarmos da questão do pré-sal.

Então, isso aqui já ficaram estabelecidas as datas de 05 de outubro, em que iremos tratar da exploração e produção petróleo de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos sob regime de partilha da produção em áreas do pré-sal, em áreas estratégicas. Basicamente esse Painel 1, nós iremos debater partilha *versus* concessão, no dia 05 de outubro, segunda-feira às 18 horas.

No dia 19 de outubro, também segunda-feira, às 18 horas, nesta Comissão o Painel nº 2, que tratará da criação da empresa pública Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás S/A – PETROSAL.

Depois, no dia 26 de outubro, o terceiro painel, que tratará do fundo social, projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento, educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

E, por último... Por último o quarto painel que tratará da capitalização da PETROBRAS, pesquisa e lavra do petróleo de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos em áreas não concedidas, localizadas no pré-sal.

Todas essas audiências serão realizadas às segundas-feiras, às 18 horas na sala da Comissão de Infraestrutura.

Gostaria também de ressaltar que esta presença do Ministro Edison Lobão no próximo dia 10 para tratar especificamente da questão do pré-sal, a audiência será conjunta com a CAE. O Senador Garibaldi Alves e eu, estaremos fazendo, realizando, uma sessão conjunta com os senhores e Sras. Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos e de Comissão de Serviços de

Infraestrutura, para debatermos com S. Exa, o Ministro Edison Lobão, sobre essa questão.

Acredito pelo afluxo de pessoas e pelo interesse despertado pela explanação que ontem o Sr. Ministro fez na Câmara dos Deputados para a Bancada do PMDB, acredito que no próximo dia 10, nós possamos ter aqui um número de Senadores e Senadoras, interessados no assunto e que possam, com os seus conhecimentos, trazer e abrilhantar, trazer informações e abrilhantar o nosso debate.

Mas hoje, pedindo licença aos Srs. e Sras. Senadores, nós temos que...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): V. Exa. permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): É o seguinte: eu acho importante que esse assunto do pré-sal, seja debatido sem nenhuma paixão política, sem nenhum pré-posicionamento. Todos nós estamos procurando apresentar as opiniões e ver o que é melhor.

Opiniões divergentes eu acho que o próprio Presidente da República ao apresentar o pré-sal, ele abriu um debate e é importante que cada um dê a sua opinião até, para verificar qual é o consenso, um ponto comum para que as pessoas possam ouvir.

E muitas vezes esses debates, em algumas comissões, não existe possibilidade, às vezes, de haver esse debate, porque a gente nota que aquele palestrante não responde as perguntas, porque se faz cinco, seis, sete senadores de uma vez e muitas vezes ele realmente pula as questões que... Não é o caso do Ministro Lobão, estou certo.

Eu perguntaria à V. Exa., se seria possível conduzir esse debate dentro dos princípios fixados pelo Regimento da Casa, ou seja, que cada Senador possa apresentar não exceda o tempo, porque muitas vezes aqui existem Senadores que invés de perguntar fazem uma...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Palestra.

[risos]

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Palestra. E isso é comum, quer dizer, e no fundo não saem do tema, fazem uma palestra. Se fosse estabelecido o tempo muito rígido para cada Senador fazer a pergunta, depois haveria até a resposta e a contra resposta, a réplica

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Claro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E pudesse procurar um debate, porque realmente, o assunto é muito complexo. Eu concordo com o Senador Flexa Ribeiro, para ser debatido em 45 dias Presidente, eu vou cada hora a gente descobre uma situação... Eu não sei se eu posso continuar falando, eu não sei se eu estou quebrando requisitos

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dentro do tempo regimental, Ministro [risos].

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O senhor sabe que em São João Del Rei, no meu tempo de menino, chegou lá o Capitão Pontes, era um intendente, tinha muitos filhos, e de manhã ele tocava pão de centeio nos meninos, antecipava a almoço e dizia assim: "Quem não quiser almoçar, ganha dois cruzeiros." Todo mundo recebia os dois cruzeiros. Atrasava o jantar e na hora do jantar os meninos famintos: "Quem quiser jantar, paga dois cruzeiros."

[risos]

Então eu olhei hoje a capitalização da PETROBRAS, está parecendo que é assim e o governo dá os títulos e depois diz: "Ó, PETROBRAS, toma os títulos." Depois diz--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora põe dinheiro

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): "Para o teu petróleo me dá o título, toma o título para você."

Então, assuntos que precisam ser debatidos muitos e sem caráter emocional. Eu [ininteligível] V. Exa. que preside, que é um craque em presidir essas Comissões, eu pediria que V. Exa. pudesse considerar essa forma como vão ocorrer os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, Senador Ministro Francisco Dornelles. A solicitação de V. Exa. é absolutamente procedente, no que cumprimento estrito do Regimento, sobretudo numa Audiência Pública em que nós todos esperamos extrair o máximo possível de informações e de esclarecimentos por parte do Sr. Ministro Edison Lobão, que é sempre interessante nos lembrarmos de que é um companheiro nosso, é Senador da República, foi o primeiro Presidente desta Comissão e que saberá muito bem entender a preocupação que alguns Senadores e Senadoras têm em relação a questão do pré-sal e preocupações essas que serão expressas nas perguntas que serão formuladas.

E atendendo à solicitação do Senador Ministro Francisco Dornelles, eu me permitirei utilizar estritamente o que fala, o que diz o regimento, e tentarei conduzir a Sessão de modo a que o tempo seja rigorosamente obedecido, para que as perguntas todas sejam respondidas e que não haja nenhuma frustração quanto a presença do Sr. Ministro Edison Lobão entre nós no próximo dia 10.

Hoje... Ontem foi lançado pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef o PAC do Saneamento, saneamento básico. Aqui, em algumas das nossas reuniões anteriores observando o andamento das obras dos PAC, foi-se anotando aqui e acolá, uma preocupação quanto ao retardo das obras de saneamento comparativamente a outras obras que estão no guarda-chuva ou sob o guarda-chuva do Programa de Aceleração do Crescimento. Ontem... Esse é um ponto.

E ontem a senhora Ministra, como disse, lançou o PAC do Saneamento e já hoje, aqui está para uma Audiência Pública, a Secretária Executiva do Ministério da Saúde, a Dra. Márcia Bassit, que virá esclarecer para as Sras. e Srs. Senadores, primeiro as dificuldades que o setor de saneamento vem encontrando na parte que cabe ao Ministério da Saúde, naturalmente, para avançar com essas obras e evitar os atrasos que vêm sendo verificados no andamento das obras de saneamento.

E em segundo lugar, nos dar informações adicionais, sobre o programa de... O PAC de saneamento que ontem foi lançado pela Ministra chefe da Casa Civil, Ministra Dilma Roussef.

Eu convidaria a Dra. Márcia Bassit para ingressar no recinto deste Plenário e tomar assento à Mesa, comunicando à Dra. Márcia Bassit que ela disporá de 25 minutos para fazer a sua exposição, prorrogados por mais cinco minutos e em seguida abriremos o debate para as formulações dos Srs. e Sras. Senadores, estando a lista de inscrição já sobre a Mesa dos trabalhos para que os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que queiram fazer perguntas possam fazer.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, a Dra. Márcia Bassit. Peço licença aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para recebê-la aqui no nosso Plenário.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vamos dar às boas-vindas a Dra. Márcia Bassit, em nome de toda a Comissão de Serviços de Infraestrutura, seja muito bem-vinda.

Com a palavra pela ordem, o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Desde logo para ser o primeiro...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A interrogar, primeiro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor a inscrição do Senador Paulo Duque como o primeiro...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Poderia me inscrever, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --e depois o Senador Gerson Camata, como o segundo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu podia fazer uma sugestão só, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Saudando a Dra. Márcia. É muito interessante essa audiência. Eu fui o autor da lei do marco regulatório do saneamento básico no Brasil. Fiquei um ano, fui na Conferência de Porto Alegre, reuni aqui todos os Presidentes das companhia estatais e municipais de água, fizemos 70 artigos bem feito. E aí veio o projeto do Governo, estatizante.

Ele criou... Esse projeto do Governo que misturaram com o meu, criou todos os óbices, porque deu insegurança jurídica na área. Não se sabe até aonde vai a companhia do Estado, a companhia da prefeitura a privada que entra, então seria interessante que junto com o depoimento da--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O poder concedente é o município, não é Senador?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Hein?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O poder concedente sendo o município.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Concedente ao município, quer dizer não observou o que estava acontecendo e rachou. Era um objetivo político de dividir para reinar, daqueles grupos que aparelham a máquina administrativa do Estado tentaram e conseguiram fazer isso.

Com isso aí, gerou uma insegurança jurídica, nós temos que chamar aqui alguns juristas que auxiliaram a fazer aquele projeto que seria bom, e que a lei que veio do Governo misturada com a minha, predominantemente aquela do governo federal fez com a insegurança jurídica atrasasse os investimentos na área.

Então, depois junto com a Dra. Márcia... Não veio do Ministério da Saúde, não. E está atrapalhando é o Ministério da Saúde e o Brasil inteiro.

Pudesse vir alguns juristas nessa área, para colocar aqueles pontos em que a lei dando insegurança jurídica castrou os investimentos que estavam sendo feitos. Então era só uma sugestão a V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Sr. Senador Gerson Camata,

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa Ribeiro, V. Exa., não prefere deixar que a Dra. Márcia ou o senhor--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Eu quero falar se V. Exa. me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois, não. Claro. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Primeiro para saudar a Dr. Márcia Mazzoli, que vai nos brindar aqui com uma palestra sobre mais um PAC.

Eu acho que daqui a pouco nós vamos ter o PAC do palanque, mas tudo bem, vamos fazer o PAC da saúde. Vamos discutir o PAC da saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não seja tão injusto, Senador.

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, eu não sou injusto, eu sou realista. Eu queria, Presidente Collor, por isso que eu pedi pela ordem, que eu vou precisar me ausentar, eu encaminhei à Secretaria da Comissão um requerimento para que nós fizéssemos uma audiência com o Ministro Edison Lobão e o Ministro Celso Amorim, para que nós possamos discutir aqui no âmbito da Comissão de Infraestrutura, as condições que o Governo Brasileiro renegociou o acordo de Itaipu com o Paraguai.

V. Exa. ainda não aprovou o requerimento e eu fiz o mesmo requerimento, apresentei o mesmo requerimento na Comissão de Relações Exteriores. Eu pediria à V. Exa. que pusesse em discussão e em votação o requerimento para que nós pudéssemos... A minha proposta agora, é até alterando um pouco aqui o texto, era que nós fizéssemos em conjunto esta Audiência Pública, convidando o Ministro de Minas e Energia e o Ministro das Relações Exteriores com a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Relações Exteriores.

Então se nós pudéssemos aprovar eu agradeceria à V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu ponderaria ao Senador Flexa Ribeiro o seguinte: como nós fazemos parte também da Comissão de Relações Exteriores, com a permissão de V. Exa., eu entraria em contato com o Senador Eduardo Azeredo, veria na pauta da Comissão de Relações Exteriores a data que ele tem disponível. Eu veria aqui também na Comissão de Relações Exteriores o horário ou o dia disponível e nós faríamos... Então combinaríamos e apresentaríamos concomitantemente na quinta-feira, que é o dia da Comissão de Relações Exteriores e Infraestrutura o requerimento apresentado por V. Exa., para nós realizarmos essa Audiência Pública conjunta do Ministro Edison Lobão com o Ministro Celso Amorim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há dúvida, Presidente. É só para aprovar a audiência, a definição da data ela será feita em conjunto com V. Exa. e o Senador Eduardo Azeredo e com os convidados, nós não estamos deferindo a data. Nós só estamos pedindo a V. Exa. que seja aprovada a reunião que estava prevista aqui no requerimento apenas com a CI, agora eu estou alterando CI e CRE, só para aprovar. Depois, V. Exa. com o Senador Eduardo Azeredo é os convidados farão a data.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E eu ponderaria também o seguinte: o Ministro Edison Lobão ele estará aqui com o tema da questão do pré-sal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Mas esta é outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A questão do... E aqui não é bem o contrato da usina.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É a renegociação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É o tratado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É o tratado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É renegociação do... Da negociação

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Paraguai, com Itaipu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu pediria à V. Exa. que nós aguardássemos aqui a vinda do Ministro Edison Lobão, eventualmente nós pudéssemos esgotar esse assunto aqui no âmbito da Comissão de Infraestrutura. E aí faríamos então, uma outra reunião conjunta, uma outra Audiência Conjunta, com o Ministro Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores, porque--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu insisto, V. Exa. me desculpe. A vinda do Ministro Lobão e ele é bem vindo todas às vezes que puder estar aqui conosco, ele vai vir para tratar do pré-sal.

Essa audiência que eu estou fazendo, apresentando o requerimento é para outro assunto totalmente distinto do pré-sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu me... Eu me disponho--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria que V. Exa. colocasse em apreciação, para que nós aprovássemos, porque se não... Nós vamos fazer só com a Relações Exteriores e já está aprovado lá, vai ser definida a data. Eu não acredito que a Comissão de Infraestrutura possa ficar fora de um assunto de--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em absoluto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tal magnitude.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em absoluto, de jeito nenhum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então que nós aprovássemos aqui o requerimento, só aprovássemos. E a definição da data, evidentemente que será feito com o nosso competente Ministro e amigo Edison Lobão com o Ministro Celso Amorim e com os dois Presidentes das Comissões, só para aprovar o requerimento.

Eu pediria a V. Exa. que colocasse em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu colocarei no próximo dia, na próxima Sessão esse requerimento, porque não está na nossa pauta de hoje.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas é isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --e nós estamos atrasados e estamos com pouco número de Senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Na próxima Sessão, eu me comprometo com V. Exa. e colocarei o requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu peço que V. Exa. inclua extrapauta se os Senadores assim concordarem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Assim que tiver número, se tiver número, eu colocarei extrapauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se não houver número, nós não podemos fazer a Audiência, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas vamos ouvir, vamos ouvir a Ministra Márcia... A Ministra, Secretaria Executiva Márcia Bassit e em seguida entraremos nesse assunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Governo tem um excelente, competente defensor na Comissão de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Tem que ter... Sr. Senador Flexa Ribeiro, não é isso.

A Presidência desta Comissão ela procura apenas facilitar os trabalhos, porque no momento em que nós tivermos, aprovarmos todos os requerimentos que são apresentados, sem houver... Sem que haja um certo ordenamento dos trabalhos, nós vamos sobrecarregar e frustrar.

Outro dia eu vi uma... Por exemplo, uma... A palavra de um Ministro que disse: "A minha ida ao Congresso Nacional, já estou perdendo um pouco de ânimo, porque para tudo me convocam. Então... Uma hora é na Câmara, outra hora é no Senado, tem a Comissão disso, a Comissão daquilo." Então nós precisamos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V. Exa. acha que esse assunto não é de importância?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Esse assunto, esse assunto sobre a questão de Itaipu, essa flexibilização que houve no entendimento sobre o contrato de Itaipu, e que no meu entender, foi uma obra que eu achava difícil que pudesse acontecer sem que mexesse no corpo do Tratado, porque eu sou daqueles que absolutamente entendem que o Tratado não pode ser mexido, o Tratado tem que ser cumprido rigorosamente, mas a forma que foi encontrada foi uma fórmula engenhosa.

É claro que existem dúvidas e persistem dúvidas e que essas dúvidas precisam ser dirimidas e que é um assunto que será trazido aqui à Comissão de Infraestrutura, será trazido à Comissão de Relações Exteriores e acredito que à Comissão de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça, porque esse é um assunto que diz respeito, fundamentalmente, à Comissão de Constituição e Justiça, que será a Comissão terminativa do processo.

Por isso que eu pediria à V. Exa. que entendesse que eu não estou aqui como Presidente do...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Do Governo, mas eu estou aqui como Presidente da Comissão de Infraestrutura, Serviços e Infraestrutura, do Senado da República.

E eu tão-somente procuro organizar os trabalhos, ordenar os trabalhos, porque eu gosto de fazer as coisas organizadas e que tudo que me é solicitado, dentro do possível, eu atendo, agora sem prejuízo dos trabalhos administrativos, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há dúvida, Presidente, agora só me preocupa que o Brasil está sendo usado como bandeira nos palanques eleitorais nos países da América do Sul.

Já tivemos a Bolívia, tivemos a questão agora do Paraguai, temos lá a questão da Venezuela.

Então nós precisamos ter um cuidado enorme.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vossa--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que o Senado Federal tem uma responsabilidade em relação a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem acompanhado inclusive a minha atuação na Comissão de Relações Exteriores, que não é exatamente uma posição que está de acordo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com relação à Venezuela, com certeza

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): De acordo... Em relação ao nosso entorno e V. Exa. conhece muito bem a minha posição. Então eu não estou aqui como líder do Governo, para defender ações do governo.

Eu estou aqui para fazer com que os trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal fluam de uma maneira rápida, ordenada e correta. E é isso que eu desejo e obtendo a maior eficiência possível.

Mas agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, a compreensão que ele teve e eu passo a palavra agora à Dra. Márcia Bassit, para que ela inicie a sua exploração. V. Exa. terá 25 minutos, Dra. Márcia, prorrogados por mais cinco minutos e em seguida abriremos às perguntas às Sras. e Srs. Senadores que desejem formulá-las à V. Exa..

Com a palavra, a Dra. Márcia Bassit, Secretária Executiva e Ministra Interina da Saúde do Brasil.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Obrigada, Presidente. Um bom-dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa, o nosso Presidente, Fernando Collor, o nosso Ministro Eliseu Resende, Senador, e todos os Senadores desta Casa, os colegas do Ministério que estão aqui presentes, Assessoria Parlamentar, e dizer que é uma honra para nós do Ministério da Saúde, estarmos aqui hoje nessa Comissão para apresentar o segmento do PAC Saúde, Saneamento, que é executado pela FUNASA.

Primeiramente cabem aí alguns esclarecimentos até para que possamos contextualizar onde se insere o nosso PAC Saneamento, no contexto do PAC como um todo, Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

Só por uma questão de dimensão do que fazemos no Ministério da Saúde... Obrigada. Por favor, a próxima.

Nos componentes do nosso Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, nós temos ali cinco eixos e nós nos encaixamos diretamente no primeiro eixo, que é o investimento e infraestrutura. Próxima, por favor.

Dentro do componente infraestrutura social urbana, nós temos 170 bilhões, quase 171 bilhões de investimento neste período de 2007/2010. Próxima.

E aí se insere exatamente o que seriam os recursos destinados a saneamento em municípios de população até 50 mil habitantes, que é exatamente o que é executado pela FUNASA, no âmbito do Ministério da Saúde.

Então, assim, em termos de dimensões nós partimos de 503 bilhões de reais, que é o total do PAC, para 4 bilhões, que na verdade, são administrados pelo Ministério da Saúde.

E é importante, Sr. Presidente, ressaltar aqui que essas ações de saneamento no contexto do PAC, elas ocorrem de uma forma perfeitamente articulada entre outros Ministérios. O Ministério das Cidades, o Ministério de... Da Integração Nacional e o Ministério da Saúde, através da FUNASA, sendo que de um total de 40, aproximadamente 44 bilhões, apenas quatro bilhões são gerenciados pela FUNASA.

Então, para se ter uma ideia completa de todo o programa de saneamento é importante ter uma visão desse conjunto de atuação e de aplicação de recursos em saneamento das três áreas de Governo, Ministério das Cidades...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Só 4%, aproximadamente, é que estão na nossa área do Ministério da Saúde, com uma divisão que foi feita em termos populacionais entre Ministério

das Cidades e Ministério da Saúde, porque o Ministério das Cidades atende exatamente os municípios com maior população, que são os municípios com mais de 50 mil habitantes. E o Ministério da Saúde fica exatamente com os municípios menores, abaixo de 50 mil habitantes, daí esse corte de quatro bilhões de reais e nós vamos ver adiante como que essas ações ocorrem. Próxima, por favor, rapidamente. Pode passar o próximo.

As principais diretrizes que orientam todo esse nosso programa no âmbito do Ministério da Saúde, é exatamente o atendimento das áreas de maior interesse epidemiológico, onde nós temos as doenças, como malária, doença de Chagas, esquistossomose, tracoma, febre tifóide, dengue, hepatite, etc.

E queremos atender, essa é a função do Ministério da Saúde através da FUNASA, aos grupos sociais minoritários e estratégicos. E com a eficiência da gestão dos serviços de saneamento, otimizando investimentos, evidentemente, nessa relação de custo benefício e fortalecendo a lei de saneamento de consórcios públicos, atendendo aquelas áreas que tem maiores déficits e que são as mais difíceis, inclusive, de serem atingidas em relação aos serviços de saneamento. Próximo, por gentileza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de convidar o Presidente da FUNASA, Fundação Nacional de Saúde que aqui está presente, Dr. Fortes, para fazer parte da Mesa.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: O Dr. Faustino, Diretor Executivo da FUNASA.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe, Dr. Faustino, Diretor Executivo da FUNASA. Desculpe, por favor.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Esse é um trabalho que se--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Seja bem-vindo.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Que se dá de forma articulada, inclusive, ele pode complementar algumas informações que eu por acaso venha a não aprofundar devidamente.

Quais são os eixos de atuação do nosso PAC, vamos chamar assim, FUNASA, PAC Saneamento? Primeiro, saneamento em áreas especiais e como áreas especiais nós estamos identificando as áreas de população indígena e de quilombolas.

O saneamento em áreas que são relevantes são aquelas que eu citei, de interesse epidemiológico, onde há alta incidência de malária e alta incidência de doença de Chagas.

E saneamento em municípios com população até 50 mil habitantes, como eu disse anteriormente, onde critérios que foram utilizados para fazer a seleção dos municípios são exatamente aqueles municípios com maiores taxas de mortalidade infantil, com riscos de saúde por conta de fatores sanitárias e ambientais e municípios localizados na Bacia do Rio São Francisco.

Um quarto eixo, na próxima transparência, por gentileza, é o de saneamento rural, que são municípios ou localidades rurais com até 2.500 habitantes, independentemente da população total do município. E outras ações de saneamento, que são de alguma maneira complementares, as mais estratégicas, que é o apoio e controle da qualidade da água para consumo e reciclagem de materiais.

Então vocês vêem claramente nesses cinco eixos que eu apresentei que o foco de atenção, o objeto de atenção é exatamente aquelas populações com maiores riscos, as menores [soa a campainha], com mais carência, etc.

Por favor. Agora o foco naquele primeiro eixo que eu falei, exatamente nas populações indígenas. Aí nós estamos mostrando quantas aldeias, o mapeamento das aldeias indígenas no país como um todo.

Nós temos ali como os senhores podem ver, 4.763 aldeias, mapeadas, em todas essas regiões. E na próxima transparência eu vou mostrar exatamente o foco de atuação para saneamento nas áreas indígenas.

Por ali, bom, se houver interesse, o maior número de aldeias indígenas, fica exatamente na região Amazônica, onde nós temos 1.561 aldeias com uma população de mais de 120 mil índios.

Agora vamos mostrar na próxima transparência, a questão das metas para o período 2007/2010.

Dentro daqueles quatro bilhões aos quais eu me referi no início, quatro bilhões para um período de quatro anos, 200 milhões estão sendo destinados para essa ação de saneamento em áreas indígenas. E a meta nossa é de elevar a cobertura com o abastecimento de água de 34% para 70% das aldeias e de 62 para 90%, para população atual residente em aldeias, uma solução que, enfim, eu mostro mais adiante, adequada para tratamento dos dejetos de 30 para 50% das aldeias. Próximo, por gentileza.

Então nós chegamos aí, ao foco, vamos dizer, prioritário de atenção no caso das... Do saneamento em áreas indígenas daquelas quatro mil aldeias o nosso foco é de ali, de 1.377 aldeias, que serão beneficiadas com esses 200 milhões de real, pegando uma

população, atingindo uma população de indígenas de 122 mil índios beneficiados. Por favor.

Ali nós temos essa transparência, mostra a cobertura de aldeias com abastecimento de água. Isso nós podemos passar mais rapidamente, eu posso deixar depois o material para os senhores.

E agora, entramos na questão dos quilombos, que são aquelas populações específica, índio e quilombolas e como que nós estamos atuando em relação ao saneamento nessas áreas consideradas especiais.

Bom, o critério de seleção foi um critério em comum acordo com a SEPPIR, na Presidência da República, de selecionarmos exatamente aquelas comunidades que estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares e critérios de prioridades são aquelas comunidades que estão dentro do Programa de Governo, Territórios da Cidadania, que é conduzido pelo MDA, as comunidades que foram tituladas pelo INCRA e as comunidades com maior adensamento de famílias. Por favor, o próximo.

Essas são as metas que foram estabelecidas para esses recursos, os quatro bilhões, para a atenção a população de quilombolas; a meta é implantar serviços de saneamento e abastecimento de água e tratamento do destino de dejetos em 380 comunidades, com aqueles critérios aos quais eu me referi anteriormente. Nós vamos beneficiar dentro dessas metas, 45 mil famílias que estão nessas comunidades quilombolas. Por favor, o próximo.

Bom, no eixo 2 nós temos o tratamento ou o saneamento nas áreas com interesse epidemiológico. Então são áreas que tem muito incidência de doença de Chagas e malária; eu vou mostrar primeiramente a incidência em relação à doença de Chagas.

E aí, nós temos um mapa que ilustra bem a distribuição dos municípios brasileiros conforme o risco de incidência de doença de Chagas, esses dados são de 2006. E vocês vão ver ali uma forte concentração nessas regiões onde estão ali em vermelho. Deixa eu só... Porque eu não enxergo bem, Presidente.

O maior índice, o índice mais elevado é exatamente onde há um risco alto, que é essa área que está aí toda em vermelho e que, evidentemente, foram as áreas que nos Estados mostram essa maior... Risco de incidência de doença de Chagas. Em verde também há um baixo nível de incidência, e isso também foi considerado do ponto de vista de planejamento de ações do Ministério da Saúde. O Próximo, por gentileza.

Aqui eu vou falar rapidamente quais foram os critérios de seleção. Evidentemente, os municípios que pertencem a essa área endêmica da doença de Chagas, apresenta... É o primeiro critério, digamos assim, de importância, porque esse vetor de existência em habitações que permitem a colonização do vetor da doença...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [ininteligível] taipa, casas de taipa.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Exatamente. Exatamente.

E que sejam classificadas como alto risco de transmissão da doença e aí nós temos dados da nossa Secretaria de Vigilância em Saúde, que forneceu toda, toda a parte de números dessa incidência, para que nós pudéssemos direcionar o nosso planejamento para atender a essas, doença de Chagas onde existe a maior incidência.

E aí nós temos, já como resultado desse estudo, quais são os Estados que estão dentro desse contexto: Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, que apresentam resíduos desse vírus *Triatoma infestans*, que são o foco da atuação maior da FUNASA, Ministério da Saúde.

E os critérios de prioridade foram os que estão dentro do plano estratégico de melhoria da habitação rural em áreas de resíduos desse... Da doença de Chagas e que estão evidentemente localizados nesses três Estados aos quais eu me referi. [soa a campainha].

Bom, eu acho que essas informações são as mais relevantes para efeito dessa exposição que eu estou fazendo agora, do ponto de vista de critérios de prioridade e de seleção. Próximo, por favor.

Quais são as metas, então, que nós temos para esse período de 2007/2010, para as ações que somam 280 milhões de reais para combate à doença de Chagas nesses municípios mais vulneráveis? É implantar essas ações de restauração de reconstrução dessas casas de taipa, em 35 mil moradias, isso vai beneficiar 622 municípios, que estão nessas áreas de alto risco e nesses Estados, Bahia Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Por favor, a próxima.

Agora, ainda nesse eixo de áreas que tem relevantes interesse epidemiológico, agora nós vamos dizer como nós vamos enfrentar a questão da malária nesses municípios onde há alta incidência. Próximo.

Nós temos 92 municípios com alto risco de incidência de malária, evidentemente, pelo que já conhecemos, isso se concentra na Região Amazônica e nos Estados que compõem a Região Amazônica. Próximo, por favor. [soa a campainha]

Quais foram os critérios para inclusão desses estados e municípios? Vejam só: nós temos estados que concentram 97% dos casos de malária registrados do Brasil. Na Região Amazônica, quais são esses estados? Acre, o próprio Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, então esse é um critério indiscutível do ponto

de vista de atuação do Ministério da Saúde. Então cinco municípios de cada um desses Estados que estão aqui, foram selecionados como o de maior registro e de número absoluto de casos.

Fizemos um levantamento de todos os índices de densidade e de atividade dos anofelinos, que sãos os grandes transmissores de malária na região. E, além disso, excluímos criadouros passivos de saneamento que estão localizados distantes das residências onde a transmissão da enfermidade é maior e compatível com esse vetor. Então, o foco é indiscutível, 97% dos casos e nesses Estados é que nós temos a nossa atuação. Por favor, próximo.

As metas para esse período que nós estamos considerando de 2007/2010 é implantar essas ações de manejo ambiental e drenagem urbana em 30 municípios selecionados pelo critério de maior número de casos absolutos na área endêmica de malária, com base nessas informações epidemiológicas e entomológicas. E os recursos, repetindo mais uma vez, de 120 milhões do total de quatro bilhões de reais que temos para quatro anos.

Aí um terceiro eixo que é exatamente esse ao qual eu me referi, que é uma atuação complementar com o Ministério das Cidades, que o Ministério da Saúde fica com a população abaixo de municípios, municípios com a população abaixo de 50 mil habitantes e o Ministério das Cidades, trata das populações com municípios acima de 50 mil habitantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E isso representa em termos de orçamento quanto?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: O Ministério das Cidades deve estar em terno de 40, próximo a 40 bilhões, ontem houve um lançamento, eu não tenho os dados atualizados dos Ministério das Cidades, mas o programa todo de saneamento está em torno de 44 bilhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: O Ministério das Cidades deve ficar com pelo menos 80 a 90% dos recursos para saneamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E o Ministério da Saúde?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: O Ministério da Saúde com 10% desses recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É responsável por 10%?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: 10% desses recursos. Isso aí de uma forma bastante estimada, Presidente, mas bastante próxima do real, também. Bom, vamos para o próximo.

Ainda tratando da questão do saneamento para os municípios que são os municípios menores e por serem municípios menores, com maiores dificuldades de acesso. Nós temos 90,5% dos municípios do país tem menos de 50 mil habitantes. Vejam só. Isso é um... 90,5% dos municípios do Brasil têm menos que 50 mil habitantes, esse é um dado impressionante. 4.900 municípios mais ou menos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: 27,2% da população urbana estão nesses municípios e 37,2% do déficit do país, em termos de população urbana, não tem distribuição de água, quer dizer, 37,2% não têm oferta de rede de distribuição de água.

E 44,8% não têm solução adequada de esgotamento sanitário. E 53% no país, não têm coleta de resíduos sólidos urbanos. Então essa é a realidade de saneamento que nós estamos vivendo no nosso país.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um detalhe Dra. Márcia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Déficit é o que não é atendido?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Não é atendido.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dra. Márcia só um detalhe: isso em relação aos municípios com menos de 50 mil habitantes ou no geral? 50 mil habitantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Isso. Isso mesmo Senadora; que é a população objeto da FUNASA. Próximo, por gentileza.

Ali nós temos ainda o que foi, o que orientou a nossa atuação dentro desse quadro que nós mostramos de mais de 4 mil municípios com população abaixo de 50 mil habitantes, nós tínhamos que ter um critério para atuação. E aí elegemos como critério exatamente os municípios que têm as maiores taxas de mortalidade infantil.

Os 900 municípios brasileiros com as maiores taxas de mortalidade infantil, aí nós pegamos essa média com base nos anos de 2003 a 2005, dos dados da Secretaria de Vigilância em Saúde e fizemos um outro corte que é o seguinte: garantir que pelo menos 5 municípios por estado fossem beneficiados com essa atuação da FUNASA.

Então, além dos 900 municípios, nós estabelecemos um outro critério que é de pelo menos cinco municípios em cada estado receberem essa atuação das ações de saneamento, com esse critério maior dos que tem maior índice ou taxa de mortalidade infantil.

Não, dentro dos 900, às vezes existiam municípios, estados que não eram atingidos com esses cinco municípios.

E aí nós estabelecemos um outro critério, que era de ter pelo menos cinco municípios em cada Estado no mínimo, sendo atendidos com ações de saneamento, para poder ter um equilíbrio do ponto de vista de atuação Brasil.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Sim, os 900 sendo atendidos. Bom, por favor, a próxima.

Bom, para chegar [soa a campainha] a esse critério de pelo menos cinco, nós acabamos passando de 900 para 905 municípios com as maiores taxas de mortalidade infantil. Elegemos 13 municípios para completar, Senadora o critério de no mínimo cinco municípios por Estado com as piores taxas, num total de 918 municípios selecionados pelo critério de maiores taxas de mortalidade infantil. Ok. Já completo, só falta... Por favor, próximo, rapidamente.

Um outro critério que utilizamos, além da... A partir das piores taxas de mortalidade infantil foram os municípios com potenciais riscos à saúde devido a fatores sanitários e ambientais. E aí pegamos os municípios que apresentaram, simultaneamente, cobertura por rede de distribuição de água inferior ou igual a 40% da população e aí com base no IBGE, cobertura com solução adequada de esgotamento sanitário, fossas, mais uma rede coletora inferior ou igual a 30% da população, e cobertura com coleta de resíduo sólido inferior ou igual a 40% da população total.

E a ordem de atendimento foi mantida a partir das maiores taxas de mortalidade infantil. Nós tínhamos, necessariamente, em relação aos recursos disponíveis e capacidade operacional de fazer esses cortes para poder fazer um planejamento adequado. Próximo, por favor.

Bom, nesse componente 2, nós selecionamos 338 municípios com piores indicadores nacionais de cobertura pela rede de distribuição de água, solução adequada de esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos urbanos, sempre a partir das maiores taxas de mortalidade. Próximo.

Estou me repetindo. E também como eu tinha dito no início, os municípios localizadas na calha do Rio São Francisco.

Os critérios de seleção nesse caso, nós pegamos a população inferior a 50 mil habitantes e que não estivessem inseridos na ação do Ministério da Integração Nacional, porque como eu disse no início, essa é uma ação complementar entre alguns Ministérios. E o Ministério da Integração Nacional também entra no programa de saneamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Também entra?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Também entra, com o tratamento de água.

São três Ministérios, por favor, me corrijam se eu estiver... São três Ministérios: Ministério da Integração, Ministério das Cidades e Ministério da Saúde, através da FUNASA.

De alguma forma, indiretamente, entra o MDA também pela questão dos territórios da cidadania, porque não deixa de ser um foco de desenvolvimento agrário na medida que o país foi dividido em territórios para efeito de otimização das ações de uma forma integrada.

O total de municípios selecionados aí na região, na calha do Rio São Francisco foram 20. Nos quatro componentes nós temos 101 municípios que pertencem à Bacia do Rio São Francisco, então nós estamos com 20% do total dos municípios e 80 estão fora dessa calha do Rio São Francisco, tendo esse cuidado de não haver superposição de ações entre um Ministério e outro. Próximo, por favor.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dra. Márcia, só mais um esclarecimento: são 20 municípios que a FUNASA vai fazer

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Atender.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O saneamento na calha do Rio São Francisco.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E 101 que já está dentro do programa...

SR. FAUSTINO BARBOSA LINS FILHO: 105 municípios

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 105.

SR. FAUSTINO BARBOSA LINS FILHO: 105 municípios, 20%

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Do total.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, mas 105, também da calha do Rio São Francisco, mas esses ficam não com a FUNASA? Esse esta dentro do Ministério

SR. FAUSTINO BARBOSA LINS FILHO: Do programa...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Da integração, dentro do programa

SR. FAUSTINO BARBOSA LINS FILHO: Programa da transposição do São Francisco, no que tange a esses municípios menores, são pelo São Francisco, embora em convênio, que na verdade nós que temos a expertise dos municípios menores estamos fazendo um convênio com o Ministério para atuar em conjunto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, no caso eram 20 mais 105.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Mas aí é integrado.

Sr. Faustino Barbosa Lins Filho: Integrado. Sim, integrado com o Ministério.

SR. FAUSTINO BARBOSA LINS FILHO

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O conjunto... O total é 105.

SR. FAUSTINO BARBOSA LINS FILHO: O total 105 municípios.

SENADORA ROSALBA, CIARLINI (DEM-RN): Olhe, Presidente, me desculpe eu ter interrompido, mas é porque essa questão

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem precedência, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu tenho um interesse muito grande, até porque na Subcomissão de Controle [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu vou incluir a senhora, porque se não a doutora não termina a exposição dela.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Das obras do São Francisco, eu estou como relatora, daí que eu estou com esse interesse todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu posso incluí-la como Senadora a perguntar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode sim, é isso que eu quero, ser inscrita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Estarei.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Eu acho que vale, vale, Presidente, esclarecer bem ali. Na transparência anterior, Senadora, o que a gente quis ressaltar é que nos quatro componentes nós temos 101 municípios. Desses 101 municípios, pertencem na verdade à Bacia do São Francisco. Certo? E 80 estão fora da Bacia do São Francisco, que tem ações integradas com o Ministério da Integração para atuação conjunta, no caso do seu interesse especifico.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): 08 segundos.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: 08 segundos eu tenho, mas eu estou terminando, Presidente.

Bom, essas são as metas que nós temos para municípios com população total até 50 mil habitantes, que é exatamente de ampliar oferta da rede de distribuição de água. Aí nós temos 1.368 municípios selecionados, que tem fator de risco elevado, devido a condições sanitárias ambientais, absolutamente precárias e nós vamos, queremos beneficiar, pelo menos, 2,6 milhões de pessoas com essa Meta nº 1

A Meta nº 2, nós temos a ampliação da oferta da rede coletora de esgoto, que inclui tratamento em 500 municípios com benefícios a mais de 2 milhões de pessoas.

Na Meta nº 3, nós queremos ampliar a oferta da coleta de resíduos sólidos urbanos, incluindo a parte toda de tratamento e disposição final dos... Adequados. Aí nós vamos atingir oito municípios brasileiros, beneficiando uma população de 48 mil pessoas.

E a Meta nº 4, que está aí, nós vamos implantar ações de saneamento domiciliar em 120 mil domicílios, beneficiando 500 municípios. Próximo, por favor.

Bom, aí nós temos uma estimativa de recursos que na verdade estão pegando só o período de 2007 e 2008, e um pedaço de 2009, não são os 4 bilhões.

Até hoje nós temos comprometidos 2 bilhões e 600 bilhões dos quatro totais, sendo 950 milhões para abastecimento de água, um bilhão e 200... 300, aproximadamente, para esgotamento sanitário, resíduos sólidos 100 milhões, saneamento domiciliar 280 milhões. Próximo, por favor.

Municípios... Pegando todos os componentes. Próximo. Próxima, rapidamente.

Isso aí está meio ruim de ler.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pode passar.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Pode passar? Deixa eu ver se tem algo relevante. 3 segundos? 1 segundo? Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Vejam só, como o meu tempo se esgotou, eu tratei até agora de vários eixos e faltaria ainda falar sobre a questão do saneamento rural, que é um

pouco longo, eu posso deixar essas exposições para os senhores.

E tem também uma parte sobre a questão do controle da qualidade de água, que também eu deixo para os senhores ou para as perguntas que forem necessárias. E um resumo final de como está a situação da aplicação desses recursos.

Eu posso deixar, se o Presidente permitir, para o final, para mostrar o desempenho do ponto de vista orçamentário, pelo menos.

Então eu agradeço e fico à disposição para as conduções que o Presidente achar por bem fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dra. Márcia Bassit e ao Dr. Faustino Lins, Secretário Executivo da FUNASA, pela sua exposição.

Eu vou abrir agora a lista de inscrição para uso da palavra por parte dos Srs. Senadores, que querem fazer as perguntas à Dra. Márcia ou ao Dr. Faustino, mas gostaria e vou citar esses números para basear o que em seguida eu solicitarei.

"*Pesquisas de profissionais do Hospital Sírio-Libanês em São Paulo*" – a cidade de São Paulo a mais rica do país – "*essas pesquisas do hospital Sírio-Libanês, demonstram que as doenças causadas pela falta de saneamento básico são responsáveis por nada menos que 65% das internações no Sistema Único de Saúde*". Ou seja, 65% das internações no Sistema Único de Saúde, na cidade de São Paulo, essas internações são feitas por doenças causadas pela falta de saneamento básico.

No *site* Contas Abertas, dos 7.260 empreendimentos previstos no PAC do Saneamento, apenas 534 foram concluídos e 1.880 estão em execução.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, a rede de coleta de esgoto no Brasil, ela só atingirá 100% da população daqui, é claro que esse é um número... Um número que eu acho que somente alguns pouquíssimos países do mundo tem, somente atingirá 100% da população daqui há 115 anos no Brasil, se mantidos os atuais níveis de investimento no setor, correspondente a 0,22% do PIB.

O que eu gostaria de ponderar--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, só repita aí, o percentual zero, vírgula... Do PIB

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): 22. 0,22% do produto.

O que o eu gostaria de ponderar ao trazer essas informações as Sras. e Srs. Senadores, e que talvez fosse o caso de dentro dos temas que serão debatidos aqui na Comissão de Comissão de Infraestrutura, nas audiências públicas que serão realizadas para tratar do pré-sal, no painel nº 3, nós trataremos do fundo social, das aplicações dos recursos em projetos e programas nas áreas de combate à pobreza de desenvolvimento da educação, da cultura, ciência e tecnologia e sustentabilidade ambiental.

E aqui eu vejo que em dois desses objetivos o saneamento básico estaria incluído, nos programas de combate à pobreza e de sustentabilidade ambiental. E talvez, a Comissão de Infraestrutura, no momento oportuno, fazer chegar ao Governo Federal com base nesses números, a solicitação para que o setor de saneamento básico no Brasil receba um aporte de recursos substancial, com base nos rendimentos advindos dos recursos que serão aplicados quando da exploração do pré-sal.

E outra questão que me preocupa também é que nessa área de saneamento, que é uma área tão vital para o desenvolvimento integral do Brasil, que tantos Ministérios estejam envolvidos, e que talvez por isso não tenhamos ainda atingido um grau de eficiência na boa aplicação, ou melhor dizendo, na aplicação dos recursos destinados à área de saneamento.

Quer dizer está aí, trabalham nesta área o Ministério da Saúde, via FUNASA, relacionando os municípios com menos de 50 mil habitantes, o Ministério das Cidades, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Então, fica muito difícil, com tantos Ministérios envolvidos no mesmo tema e de tamanha importância, como o de saneamento básico, que nós possamos auferir a eficiência que nós desejamos para resolver esse problema dramático, que aflige milhares e milhares de pessoas no Brasil.

Esses números aqui apresentados são números da cidade de São Paulo, oferecidos esses números pelos profissionais do Hospital Sírio- Libanês que é uma referência na... Mundial e especialmente na América Latina, um hospital referência. E que afirma que 65% das internações do SUS, ou seja, pressionando também o SUS já bastante apenado em função da falta de recursos, 65% da população da cidade de São Paulo, são atendidas pelo sistema SUS, por causa de doenças ou devido a doenças causadas pela falta de saneamento.

Imaginem as Sras. e Srs. Senadores o que não acontece no restante do Brasil e em Estados, por exemplo, como do Norte e do Nordeste Brasileiro. Imaginem esse percentual qual não será.

De modo que eu acho, acredito que a vinda da Dra. Márcia Bassit e do Dr. Faustino aqui a essa nossa Audiência Pública, ela demonstra que o setor de infraestrutura pode colaborar e muito neste momento em

que foi anunciado o PAC do Saneamento e no momento em que é anunciada a disposição do Governo Federal em destinar parte dos recursos, dos rendimentos da aplicação dos recursos advindos do pré-sal em programas de combate à pobreza e de sustentabilidade ambiental, que isso seja, que seja uma parte grande desses recursos, aplicados em obras de saneamento para trazer não somente o saneamento básico mas o acesso a água potável, para o maior número possível de brasileiros.

Com a palavra o Senador Paulo Duque, primeiro Senador inscrito, para fazer a sua indagação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [ininteligível] Sra. Secretária [ininteligível] completamente a ação efetiva do Ministério nessa questão. É muito bom, V. Exa., Presidente, ter convocado aqui a Secretária.

Então, a minha primeira indagação, porque eu acho que o cuidado da saúde no Rio de Janeiro, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, é o principal problema não é a segurança, não é a falta de habitação, nem mesmo as favelas, a segurança, é a segurança com a saúde, no Rio de Janeiro. Basta ir lá, passar pelos hospitais pela manhã, pelos postos de saúde, ver a fluência daquilo.

O governo Sérgio Cabral teve a ideia de criar UPAs, e que estão dando um certo resultado positivo agora, para dar, para dar um auxílio aos hospitais e até agora está indo, está indo, mas a saúde lá no Rio de Janeiro, tem que merecer um cuidado muito especial. Muito especial.

Então eu queria saber o seguinte: quem é que fiscaliza, qual é o órgão que fiscaliza todas essas obras que V. Exa. acaba de relatar nesse painel? Vocês têm órgãos lá para fiscalizar isso, para saber se isso está funcionando? Quem é que pode assegurar que isso está realmente sendo operado? É a FUNASA, quem é? É a primeira indagação, só vou fazer duas indagações.

Vocês percorreram o Brasil inteiro para saber se isso aí é realidade? Falaram no Rio São Francisco, na calha do Rio São Francisco, nisso e naquilo, no Amazonas. Quem é que tem condições se isso está funcionando mesmo. Nós estamos já no início do fim do Governo, e quero saber se realmente, qual é o percentual dessas realizações que serão atingidas até terminar o Governo, mais ou menos, tem ideia disso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): No âmbito do Ministério da Saúde, ou seja, dos recursos que o Ministério, se o Senador Paulo Duque, me permite? Talvez...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O que o Senador deseja saber, no âmbito do Ministério da Saúde, dos recursos recebidos pelo Ministério da Saúde, pelo Fundo de Garantia, recursos do Fundo de Garantia ou recursos extraorçamentárias, desse total de recursos que cabe ao Ministério da Saúde aplicar em obras de saneamento, em obras de abastecimento d'água, quanto foi recebido, o percentual de recebimento... Quanto já foi recebido em valores e qual o percentual que foi aplicado desses recursos recebidos até agora nessas obras e quem fiscaliza o andamento dessas obras?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Para ajudar, Presidente, parece que a Secretária tem uma exposição a respeito do orçamento, quanto que foi empenhado e quanto foi pago no exercício.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero ser objetivo.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: De forma prática.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero ser objetivo. Eu quero saber os órgãos que existe no Ministério da Saúde, que ela representa hoje aqui o Ministério, e que visualizam e transmitem o que está acontecendo? É isso que eu quero saber.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Eu entendi bem. O senhor objetivamente, de forma prática, quer saber...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu sou bem objetivo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É como, como é que a senhora...

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Afinal, sim, eu entendi, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Entendeu?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Não interessa muito ver os números e exemplos não, é mais no sentido da fiscalização.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É na prática

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Eu vou iniciar e passar para o Dr. Faustino.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está certo.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Do ponto de vista de Ministério da Saúde, nós temos internamente um Departamento Nacional de Auditoria, que é o DENASUS, que é algo diferente do que existe em todos os Ministérios e que foi criado para fazer essas auditorias *in loco*

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): *In loco*? Lá.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: De uma forma geral do SUS.

Nós temos, evidentemente, os órgãos de controle interno e externo, aí eu me refiro à Controlaria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Ministério Público, que também entra um pouco nessa seara, e especificamente nas ações da FUNASA, tudo que é feito em parceria com estados e diretamente, porque muitos dessas obras são feitas através de repasse a Estados.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exatamente

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: E o Estado passa a ter uma corresponsabilidade na questão da fiscalização dessas obras como um todo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E quem é que repassa para os municípios: é o estado ou são vocês mesmos? Diretamente?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Depende. Depende. Nós temos situação que o estado assume e tem situações em que vai diretamente ao município, dentro da filosofia do SUS, que é de um compartilhamento de gestão e de financiamento.

Mas eu vou repassar a palavra para o Dr. Faustino, que ele pode complementar com algum detalhe mais específico.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está ótimo.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Mas eu vou me permitir aqui, só dar uma informação rápida, Presidente. No caso do Rio de Janeiro, que é nosso interesse, como todos os estados do Brasil, nós temos um programa que é importante que seja conhecido, com grandes avanços que é de reestruturação e qualificação da rede hospitalar no Rio de Janeiro, em que nós estamos fazendo um verdadeiro choque de gestão nos nossos hospitais federais--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nos oito hospitais regionais?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: São seis hospitais e três institutos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Seis. Isso.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Nós estamos atuando nos seis hospitais federais do Rio de Janeiro, e agora, de forma articulada, com toda a rede estadual e com toda a rede do município do Rio de Janeiro, é um trabalho com resultados muito importantes, que numa oportunidade maior, eu gostaria até de mostrar ao senhor, dado o seu interesse específico.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas é claro

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Pela sua base, que é o Rio de Janeiro e que não pode ser diferente.

E peço ao Dr. Faustino que complete as informações.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, antes do Dr. Faustino iniciar.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Pois, não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A senhora está lembrada da antiga escola de enfermagem Anna Nery, na Avenida Rui Barbosa?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Senador, eu sei que ela existiu, mas eu não conheci.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É lá.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Eu sei que ela é uma instituição extremamente importante

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Existiu a coisa de 50 anos

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Isso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Formava muita enfermeira, essa coisa.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aí parou porque foi lá para o Fundão, a escola de enfermagem. E reiniciaram a coisa de três anos as obras ali na Avenida Rui Barbosa, lá perto do Fernando Filgueiras, iniciaram.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Certo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ali vocês têm algum... Têm ideia do que vocês vão lazer lá? Tem ideia?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Senador essa obra está sob a responsabilidade do estado ou do município do Rio de Janeiro, não é responsabilidade do Governo Federal. Então eu não posso lhe dar informações mais precisas sobre como está a obra, andamento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas era federal,

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Era. Era.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A senhora está lembrada que era Federal.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Era. Mas dentro do processo do SUS, essa

escola, pelo que me consta, do ponto de vista de obra, ela está sendo administrada pelo Estado, mas eu me comprometo a levantar informações e lhe passar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Seria bom, porque...

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Lhe passar dados do seu interesse.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Uma obra importante aquela ali.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Está bom.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está certo.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Eu me comprometo a lhe passar as informações.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Faustino para complementar as perguntas feitas pelo Senador Paulo Duque.

SR. FAUSTINO BARBOSA LINS FILHO: Bom-dia. Bom-dia Senador, bom-dia Senadores e Senadoras, bom-dia à Mesa.

Presidente, eu gostaria de fazer, antes de responder diretamente a pergunta do Senador, se fosse possível, fazer alguma consideração muito rápida, a questão da abrangência no âmbito da FUNASA.

Quer dizer nós estamos aqui fazendo uma apresentação sobre os recursos e sobre a programação a cargo da FUNASA em relação ao PAC. Mas a FUNASA é muito maior; na verdade a FUNASA hoje [soa a campainha] atua em todos os municípios acima, abaixo de 50 mil habitantes e só para dar uma idéia, nós temos hoje em torno de 16 mil convênios ou termos de compromisso com os municípios. E atuando na área de abastecimento de água, esgoto saneamento, questão da malária, doença de Chagas, na habitação, na melhoria das habitações.

No PAC, especificamente, nós hoje estamos atendendo, então, como se disse aqui, em torno de 938 municípios, mas já temos em torno de 4.500 convênios aprovados, assinados. Então é um universo muito grande.

Como que é feito então, passando diretamente então à sua pergunta, como é feita essa execução? Na maioria das vezes, nós então fazemos os convênios ou com estados ou com municípios e fazemos toda a análise. Quer dizer, os nossos recursos não só repassados fundo a fundo, são efetivamente feitos esses convênios, e nós fazemos o acompanhamento, fazemos as fiscalizações na execução desses trabalhos.

Então, quer dizer, não é o simples repassar. Evidentemente que a aplicação desses recursos, a execução das obras, quer dizer, o paralelo, a medida em que vai se fazendo as obras, há responsabilidade da execução das obras pelos municípios ou pelo estado, conforme o caso. Mas a FUNASA só repassa esses recursos depois de analisados todos os projetos, todos os licenciamentos ambientais, enfim, toda a legislação e que é bastante exigente. E muitas vezes se diz até que a FUNASA é até um pouco mais exigente.

Então, na verdade, quem fiscaliza isso diretamente, a execução é a FUNASA. Agora, os órgãos de controle como disse a Dra. Márcia, estão sempre presente que são a CGU, a própria auditoria da FUNASA, o CGU, o TCU e os órgãos estaduais ou municipais fiscalizadores. Não sei se respondi a sua--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Vocês têm em cada Estado uma delegacia da FUNASA?

SR. FAUSTINO BARBOSA LINS FILHO: Sim. A FUNASA... A FUNASA sede, a FUNASA que a gente chama de Presidência, aqui em Brasília e nós estamos em todos os estados da União que são as nossas coordenações regionais, quer dizer são elas que lá na ponta efetivamente fazem a análise técnica e o acompanhamento desses trabalhos e logicamente supervisionado pelo nosso quadro técnico aqui de Brasília.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Lá no Rio de Janeiro vocês têm isso, então?

SR. FAUSTINO BARBOSA LINS FILHO: É. No Rio de Janeiro nós temos a nossa coordenação, mas só para deixar muito claro, como foi dito aqui, o Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro não está sob, vamos chamar assim, com execução sob nossa responsabilidade, já fica pelo Ministério das Cidades, porquanto, acima de 50 mil habitantes.

Mas a nossa sede no Estado do Rio, é do Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. está satisfeito com as respostas, Senador?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente só para... Qual é a ordem? Quando...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em seguida será V. Exa..

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor e Sr. Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, Sra. Dra. Márcia Bassit Mazzoli, Dr. Faustino Lins.

Eu acho muito importante a contribuição que aqui dá a senhora com respeito aos esforços de prevenir, melhorar a saúde de todos os brasileiros, inclusive nas comunidades indígenas, nas comunidades quilombolas e nas cidades de menor número de habitantes, assim como também nas grandes metrópoles, ainda...

Eu tenho acompanhado de perto o esforço do Governo, por exemplo, em áreas de grande adensamento populacional, como na favela de Heliópolis, onde também o Governo está realizando uma obra do PAC, com vistas à melhoria do saneamento.

Eu observei que na tabela que a senhora apresentou, há ali a previsão de 2007 para 2010. E não houve propriamente uma distinção na sua exposição sobre aquilo que já foi realizado de 2007 a 2009 e com respeito a 2010.

Então eu pediria que pudesse distinguir aquilo que provavelmente já foi feito e o que está por ser muito neste período complementar até 2010.

Quero agradecer a atenção dá senhora e do Ministro da Saúde, com respeito às providências que tomou ali no Hospital de Andaraí. Eu até a pouco conversei, exatamente porque a senhora estava aqui presente, com o Diretor do Hospital que disse que muita coisa V. Exa., a senhora acabou de mencionar, que houve nos seis hospitais do Rio de Janeiro uma melhoria significativa da gestão, graças ao esforço do Ministério da Saúde.

Mas gostaria até de informar que alguns problemas ainda perduram e seria importante haver a oportunidade do próprio Diretor conversar com a senhora pessoalmente. Então, apenas esta informação gostaria de lhe dar.

Presidente Fernando Collor, eu a pouco tomei conhecimento de algo que está relacionado à saúde, mas também a algo importante para Alagoas, que é uma das regiões de maior produção de cana-de-açúcar no Brasil, e temos a boa notícia ainda de que ainda ontem a Companhia Nacional de Abastecimento informou que houve um aumento de 10% na produção de cana-de-açúcar, 10% a mais do que 2008, e há um novo recorde para a produção de açúcar e etanol.

E acontece que pouco antes de eu vir para cá, tomei conhecimento de uma coisa que me pareceu muito interessante. Refere-se a um fogão com a utilização do etanol. Trata-se de um fogão muito simples, trata-se de um modelo aqui que é produzido na Eslováquia, mas que pessoas vieram aqui nos mostrar, depois eu vou... Gostaria de lhe mostrar, não agora, somente só quero registrar que os responsáveis pelo projeto Gaia vieram me mostrar esse fogão tão interessante, que reduz os riscos de acidentes domésticos.

É muito seguro, uma economia formidável com respeito a gás, liquefeito de petróleo, com respeito nas regiões inclusive... Objeto da exposição da Dra. Márcia Bassit Mazzoli. Ali, por exemplo, nas regiões onde se usa muito o carvão à lenha, é possível se utilizar o etanol com grandes vantagens e inclusive com redução da emissão de carbono.

Me pareceu algo muito interessante que os diversos Ministérios já estão examinando, mas se me permite, eu só vou mostrar aqui, uma coisa muito simples, isso é uma fogão de uma boca só, mas faz de tudo, inclusive, lá no Piauí, vai funcionar com muita facilidade.

Sr. Presidente, eu só quis mostrar aqui algo que me pareceu muito interessante, depois os [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso a gente chama de fogareiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É um fogareiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Uma espécie de fogareiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que... Mas com etanol, que pode ser utilizado, seja numa embarcação

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, lá no Nordeste nós temos fogareiro já a álcool.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ah, já tem? No Rio Grande do Norte? Então para a senhora, para a senhora não é novidade, mas eu inclusive perguntei ao Presidente Collor se ele já tinha visto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse é mais bonitinho, o outro é mais artesanal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu não sabia

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Porque o Senador Eduardo Suplicy perguntou a mim se eu conhecia fogão a etanol. Bom, fogão para mim é o fogão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas é isso...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agora isso aí é fogareiro. Fogareiro isso é muito comum no Nordeste a gente ter. Até tem uma música, aquele "*apagar o candeeiro e acender o gás*", quando era a luz do candeeiro, que era a luz de combustível. Mas é muito interessante isso, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, o senhor...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Terminei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado. Dra. Márcia Bassit. Por favor.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Primeiro, Senador, agradecer as palavras de V. Exa.. Em relação à execução, realmente não houve tempo de mostrar, eu gostaria que... Vocês têm condições de projetar a execução física e orçamentária? Mas eu posso dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Enquanto... Podemos fazer o seguinte, com a concordância do Senador Eduardo Suplicy, enquanto, a Dra. Márcia Bassit prepara a projeção desse quadro para responder a sua pergunta, nós poderíamos passar, porque isso é uma questão técnica, do pessoal técnico de computação, passar a palavra à próxima inscrita, que é a Senadora Rosalba Ciarlini, para fazer o seu questionamento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Fernando Collor, Vice-Presidente Eliseu Resende, Dra. Márcia, Dr. Faustino, Srs. Senadores, eu quero dizer do quanto eu me sinto aqui estimulada com essa audiência sobre saneamento básico, porque eu acho que nada é mais importante.

Todas as ações que um governo possa fazer, nada é mais importante do que saneamento básico, tem repercussão na saúde, tem repercussão na economia, no turismo é algo fundamental.

De cada real que se investe no saneamento são quatro reais que nós temos de custo Brasil, de economia, principalmente, na saúde. E eu quero dizer isso, Dra. Márcia porque eu tive uma experiência que cada vez me entusiasma mais, com a questão do saneamento.

Fui Prefeita três vezes na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. O Senador Suplicy agora vem perguntar se lá tinha fogareiro a álcool.

Meu primeiro período foi de 88 a 92, nunca tinha exercido nenhum cargo público, era médica, pediatra, e pediatra termina sanitarista, porque era das comunidades, conhecia essa realidade, fazia acompanhamento de mortalidade infantil com a Pastoral da Saúde.

Então, quando Prefeita nós criamos o programa de agente comunitário, que ainda não era nacional, 50 agentes.

E o Presidente, Presidente Collor, eu quero ser justa, Presidente, eu cheguei aqui com um projeto, mostrei ao Ministro da Saúde que na época era Alcenir Guerra e não tive nenhuma dificuldade em começar a fazer um saneamento básico lá na cidade. Começamos ali, tinha 8% apenas da cidade saneada, que era a segunda maior cidade do Rio Grande do Norte. Cidade onde tem uma base da PETROBRAS, cidade que tem... Que faz 96% do sal consumido no Brasil sai daquela região, que a fruticultura nós somos o maior produtor de melão, não de frutas, porque aí tem a parte de Petrolina, mas de melão nós somos o maior produtor.

Então eu ficava assim: "Meu Deus, nós temos que avançar no saneamento." E fiz alguma coisa que parece que a intuição terminou aqui, nós estamos combinando, começamos pela área onde a mortalidade infantil era maior, Bairro Santo Antônio. Não foi pela área mais nobre da cidade, que era mais cobrada, que a cobrança vinha muito grande, já havia um crescimento imobiliário, queriam fazer arranha-céus, prédios grandes, altos e não podia, porque não tinha saneamento. Nós começamos pelo Bairro Santo Antônio Barrocas.

E começamos exatamente na área do Riacho do Termas e fiz um acompanhamento com esses agentes que nós tínhamos, que eram agentes praticamente assim meio voluntários, mas já começando a ter ligações trabalhistas com o município, nós fizemos um acompanhamento da mortalidade infantil naquela área que primeiro foi saneada. Ela caiu 81%. Era uma região que até cólera tinha. Foi uma coisa assim que me deixou entusiasmada demais.

Depois eu voltei à prefeitura, terminou meu mandato, no período que... Ainda fiz mais alguma coisa através de um financiamento com a Caixa Econômica, porque era do PRODUB, entrava drenagem, não deixa de entrar saneamento, e uma série de outras medidas que também fazem a higienização das ruas, do ambiente e voltei depois em 2000, 96 e também dei continuidade a esse trabalho. A FUNASA deve ter lá os registros, porque através de Emenda do Deputado Betinho Rosado, que nós conseguimos investir 22 milhões na época e foi feito direto com o município.

O recurso que era para fazer um quilômetro, nós fazíamos um pouco mais. Foi algo que eu quero aqui já deixar essa sugestão: acredite no recurso direto ao município; a intermediação, passando pelo governo tanto demora, é uma demora imensa. Eu estou lhe dizendo por experiência, fizemos tudo isso, eu saí deixando a cidade com mais de 60% saneada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pegou com oito.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Peguei com oito. E hoje nós temos a cidade que começou a crescer verticalmente e está aí na pesquisa

da Fundação Getúlio Vargas, dizendo que está entre as dez melhores cidades do Brasil para você começar uma profissão e investir o seu negócio.

Chegamos naquele período a ter também, pela Fundação Getúlio Vargas, no final do meu mandato, a cidade estava registrada como a 13ª melhor rede de saúde no país, porque houve outros investimentos muito grandes na saúde. O PA eu acho que foi a primeira cidade a ter, eu chamo o PA, o PA foi a primeira cidade, inclusive o modelo quando o Ministério foi conhecer, foi construída com recursos do município. Nós conseguimos depois a parceria para o funcionamento, nós chegamos a dar o modelo, inclusive, a planta, para o próprio Ministério.

O PA é UPAs, Unidade de Pronto-Atendimento, UPAs, que hoje é chamado de UPAs. E veja que... Então eu sou uma pessoa apaixonada pela questão do saneamento, e veja que o Brasil está no caminho certo.

Eu quero dizer que tive o apoio, quando o Presidente foi Presidente, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, também foi fundamental, a liberação da emenda sem demora para que pudéssemos fazer, era direcionada para o saneamento, parece que se tornou prioridade, sem nenhuma dificuldade, que agora eu estou sentindo aqui na pele. Emendas que a gente coloca desde... Nós estamos em 2008, 2007, 2006, ainda sem serem liberadas para questões tão importantes.

E estou vendo também lá a cidade, ela está entre as cidades que têm mais de quase 300 mil habitantes e que o saneamento está sendo... Está agora sendo continuado. Mas o espaço que ficou entre o anúncio, a liberação e agora com a parceria do estado, com a interveniência, não sei, passa também pelo estado, foi muito longo, foi muito longo. Então, perdemos muito tempo para uma coisa que é tão importante, para reduzir os custos da saúde e para promover desenvolvimento.

Você não pode pensar no Brasil turístico, no Nordeste que nós temos umas praias lindas, que é uma das vocações naturais, se nós não tivermos as nossas cidades para receber os turistas, saneadas. Porque os que vêm lá de fora que têm recursos e que nós queremos atrair, eles moram em lugares onde o meio ambiente está mais agradável.

Então isso aí, eu estou dizendo isso só para que a senhora veja o quanto acho que esse programa é algo fundamental. Agora, esperar, Sr. Presidente, que a gente... No pré-sal, tudo bem, eu não... Nós devemos ter, claro, recursos do pré-sal, dentro do que vai ficar definido que seja voltado para o meio ambiente, para o saneamento básico. Agora, até lá ainda vamos ter muito tempo.

Então, acho que essa corrida tem que ser bem mais rápida, pelo que já perdemos. O senhor mesmo colocou aí uma estatística se continuarmos nesse ritmo vamos passar mais de cem anos até termos o Brasil, as cidades totalmente saneadas.

Então, por que não, eu quero já sugerir aqui, nas emendas de Comissão, porque não ser uma prioritária para saneamento? E aí, a Comissão debateria, encontraria o seu critério, direcionado se é cidade menor de 50 mil, se é para cidades maiores em que pudéssemos colocar. Fica aqui essa sugestão, porque eu acho que seria fundamental.

Quanto a estar dividido em muitos Ministérios, eu também estou de acordo com o Presidente, eu acho que deveria ser tudo na Saúde, saneamento é saúde.

E quem tem os melhores meios de avaliar é a saúde, porque o programa saúde da família, através dos agentes comunitários de saúde, estão lá na base, levantando mortalidade, acompanhando, indo nos lugares mais distantes e mais difíceis.

Quem é que entra na favela, que caminha nas ruelas de uma favela, ou de um bairro muito pobre? Na verdade, os técnicos não têm nem essa condição. O Ministério Público que acompanha e faz um trabalho muito bom, importante, da cobrança, no acompanhamento da obra a nível dos municípios e também da cobrança para que os municípios possam fazer mais. Mas é o agente que está lá, dizendo qual é a área mais importante, mais necessária, não é verdade?

Então, fica aqui essa sugestão, da questão do recurso direto ao município, a questão de realmente a saúde ter mais recurso para o saneamento ser mais o instrumento maior de fazer chegar a todas as cidades.

E queria também aqui colocar, eu estive reunida com muitos prefeitos do Rio Grande do Norte, eles estão muito angustiados com o IBAMA, que está fazendo uma fiscalização que eu acho que é muito importante que faça, esse é o seu papel, sobre a questão exatamente do controle do lixo. Se os municípios têm aterro controlado, se estão realizando as coletas, a coleta como deveria ser.

Mas essa fiscalização, ela está sendo muito... De forma muito, vamos dizer assim, violenta para os municípios, que já estão passando por um momento de muitas dificuldades, em função da queda das receitas, eles estão multando.

Eu gostaria de saber, fica aqui uma interrogação, primeiro: estamos tentando a nível administrativamente se o IBAMA faz a notificação, dá um prazo, mas ir logo multando! Porque municípios têm muitos projetos nessa área que estão, inclusive aqui, dependendo de emendas que não foram liberadas, que o próprio Mi-

nistério quando se procura, Presidente, diz: "Não, nós não temos mais recurso para isso. Não é possível." Uma série de questões.

Que haja fiscalização até como uma forma educativa de também notificar os Ministérios da necessidade e que dentro do programa de saneamento, se abra uma... A possibilidade de que esses municípios, já estão inclusive sendo notificados, sejam dispensadas as multas e o Governo Federal passe aos municípios às condições de que ele possa fazer o seu aterro controlado, a coleta, o cuidado necessário para a questão dos resíduos sólidos.

Então fica aqui essa sugestão e também, eu gostaria só para finalizar [soa a campainha] dizer que o material que a senhora não pode apresentar todo, e também o que o Presidente aí colocou, em termos de estatística se nós pudéssemos receber, porque eu acho que é fundamental para que possamos nos debruçar muito mais, conhecer melhor, debater e ajudar o Brasil.

Programa de saneamento é um programa que o Governo está no caminho certo, mas nós queremos acelerar mais. É necessário.

Sr. Presidente, para finalizar eu gostaria também aqui de sugerir. Esta não é uma pergunta e não é uma sugestão aos nossos expositores, é também um [soa a campainha] uma sugestão aqui à Comissão.

Eu estou acompanhando a obra da transposição do São Francisco desde o início e foi formada na Casa uma subcomissão de acompanhamento dessa obra, o Presidente é o Senador Cícero Lucena, eu fiquei como Relatora. Em função disso eu já estive *in loco* duas vezes acompanhando, recebo periodicamente todo o relatório.

E desde o início, a questão do saneamento me deixou preocupada, por quê? Porque se nós queremos o Rio e graças a Deus isso está acontecendo chegando as regiões semi-áridas, que é um sonho secular de todos nós nordestinos, e o meu Estado vai ser beneficiado com dois canais, tanto da Bacia do Rio Piranhas-Açu como também do Rio Apodi-Mossoró, então eu... E o saneamento, para que a gente tenha essa água viva, é necessário que exista saneamento, não somente na calha do rio.

Na calha do rio é fundamental, claro, porque se você não tiver o saneamento, esse rio vai ficando poluído. É que o aconteceu com o Tietê, foi com o que aconteceu com tantos e tantos rios. O Rio Mossoró que cruza a minha cidade, antes, tinha um mau cheiro quando você chegava na cidade, hoje, devido ao saneamento, nós já estamos vendo o rio renascendo. Então, veja que é muito...

O Rio Potengi em Natal, está um problema seriíssimo, de poluição, de mortandade de peixes, uma série de fatores que estão interferindo, que estão contribuindo para essa poluição, mas o saneamento talvez é o maior de todos, a falta de saneamento.

Então, eu queria colocar aqui do Rio São Francisco. Nós temos esse saneamento que vai acontecer ao longo da calha, mas os canais, eles vão chegando a várias cidades, eles vão passar por áreas povoadas. Se não tiver também saneamento nessa área [soa a campanhia], que no Projeto do Ministério da Integração não está incluído, já dei essa sugestão em uma audiência, eu gostaria aqui de colocar para os senhores, o que vai acontecer? O rio vai começar a sofrer esses efeitos poluidores.

Então, eu quero aqui colocar essa preocupação e pedir Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se for possível uma Audiência Pública para que a gente possa debater mais a atual situação em que se encontra a transposição e que possamos também ver essa questão de forma a lutarmos por isso.

Pode ser até que muitas dessas cidades já estejam incluídas nas 905 com menos de 50 mil habitantes, que são cidades, a grande maioria pequena.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senadora, dentro do...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Fui e já falei sobre o apoio... Depois. V. Exa., deixa eu terminar eu terminar

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu só quero três minutos -- -

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Depois. V. Exa., deixa eu terminar eu terminar

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não. Porque eu vou presidir uma reunião ali.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa, por favor.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu só quero três minutos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu também tenho. Mas deixa eu terminar.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Para analisar com o Presidente da República e eu aqui, o pai da pátria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, eu queria somente--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pronto, então eu estou finalizando, que eu acho que

já [ininteligível] o tempo já tocou duas vezes a campainha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu queria dizer a Senadora Rosalba o seguinte: que na nossa... No nosso... Na nossa agenda da infraestrutura e políticas públicas, que são os painéis realizados todas as segundas-feiras, às 18 horas, está previsto para o dia 23 de novembro um painel somente sobre saneamento básico e os participantes deste painel, os debatedores, os palestrantes, convidados e já confirmados são o Dr. Francisco Danilo Fortes, Presidente da FUNASA, o Dr. Manoel Carnaúba, Vice-Presidente da empresarial, Vice-Presidente Empresarial da BRASKEM, e o Dr. Raul Pinho, do Instituto Trata Brasil, que nos forneceu aqui essas informações e o Dr. Felipe Mendes, que me parece é do Piauí.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É Secretário?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É de Fazenda, já foi Deputado Federal, várias vezes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Foi Deputado Federal, e que também estará, foi convidado, e estará presente a este painel, objeto da solicitação feita pelo Senadora Rosalba Ciarlini, para nós tratarmos especificamente da questão do saneamento, e é claro--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Incluindo aí essa preocupação da--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Incluindo aí a questão da calha do São Francisco

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Do São Francisco e dos novos canais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dos novos canais do Rio São Francisco.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, então eu acho que... Quero agradecer, Dra. Márcia, parabenizá-la, porque a gente sente quando a senhora fala o seu entusiasmo com essa questão.

Então eu espero poder contribuir, poder me somar e podermos fazer mais nesse Brasil por saneamento. E Dr. Faustino Lins que é Diretor Executivo da FUNASA, também agradeço a paciência de ouvir aqui as Minas colocações, porque a FUNASA também é um instrumento importante, nós que fazemos saúde sabemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E dos três itens da pauta, Senadora, somente para ilustrar, dos seis itens constantes hoje da nossa pauta, três deles tratam de saneamento, que são se a senhora tiver à pauta aí a sua frente, três itens tratam do saneamento. São os Itens, 1, 4 e 5.

Com a palavra o Senador Mão Santa e logo em seguida

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu serei breve que eu vou presidir--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E logo em seguida a doutora. Pois não Senador.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É o seguinte: o Shakespeare que era inteligente como o Eliseu Resende, ele disse que não tem nem bem e nem mau, o que vale é a interpretação.

V. Exa. foi um bom Presidente da República desse país, quem fala fui eu que fui prefeitinho e ela. Nós estamos aqui porque V. Exa. foi correto com os Prefeitos. A senhora não tinha não, tinha abortado e não tinha ganho mais eleição. Eu fui extraordinário prefeito, saí da prefeitura e foi com V. Exa. Presidente da República.

Primeiro, eu estou sendo convocado no Piauí para 08 de setembro, atentai bem o... Apagou o fogareiro, agora o seguinte, uma passeata de Prefeitos no Piauí, eu vou 8 de setembro, porque eles já cansaram de vir aqui na marcha e nada, no sol quente, já imaginou? Mas eu vou, 08 de setembro. Teresina os Prefeitos.

Nós estamos aqui, "Ó, agradeço ao Presidente", porque nós fomos bons prefeitos, por quê? Porque V. Exa. cumpriu a Constituição, V. Exa. transferiu 22,5 para os prefeitos e nós éramos menos, só eu depois... Eu saí da prefeitura, eu tirei 93,84% de votos da minha cidade e isso eu agradeço porque o senhor era Presidente, se não tivesse mandado os recursos sabe como o povo... E V. Exa., também, por isso depois foi várias vezes.

Então V. Exa. transferiu aquilo que os prefeitos estão no sol quente, no dia 08, no Piauí, 22. E mais Eliseu, Eliseu é que sabe os números tudo. Atentai bem, naquele tempo tinha menos cidade. Isso era mais dinheiro para nós.

Só eu depois, Deus me permitiu quando Governador criar 78 novas cidades no Piauí. Então o dinheiro era bom, e eu fiz saneamento também lá no Bairro de Fátima e não tinha enrolada não, ainda digo aqui, o Deputado Luiz Martins Maia, era de um tal PPS, ou sei lá como era, PDS, não, transferia e vinha o dinheiro para o prefeito. E eu fiz o saneamento

Então, atentai bem, então é aquela do Shakespeare: o que vale é a interpretação. Nós aqui, Senadores, está muito difícil um prefeito no futuro ser Senador, porque eles estão é no meio do sol gente atrás de dinheiro e por quê? Hoje os Prefeitos recebem 14%, nós aumentamos um não sei se chegou, 15, lá no Piauí, pode ir para o decoro pede me levar, não tem mais

nem aquele negócio do... Do decoro. Lá se chama capado, caparam o dinheiro dos Prefeitos, por isso que eles vão para o sol.

V. Exa. pagou, precisa a imprensa ser verdadeira e dizer, é um testemunho de quem foi prefeitinho com V. Exa.. Se nós tivéssemos sido... Está aí a Rosalba, se nós não tivéssemos... Não ia para a frente, o povo julga. O resultado que eu tive, muito eu devo, os 93,84% de voto à V. Exa. e eu vou ali presidir uma reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Mão Santa pelas suas palavras e pelo seu reconhecimento. Com a palavra a Dra. Márcia Bassit, respondendo primeiro a pergunta formulada pelo Senador Eduardo Suplicy e em seguida a pergunta formulada pela Senadora Rosalba Ciarlini.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Pois não. Senador Eduardo Suplicy, eu ali tenho projetado um quadro que eu não sei se dá para ler, mas, enfim, a execução orçamentária até junho de 2009, de todas as ações que compõe o grupo de atuação desse projeto de saneamento básico.

E aí o senhor vai ver, eu acho que ali é importante, nós temos as áreas indígenas, ali do lado esquerdo, quilombolas, malária, chagas, água, esgoto, saneamento rural, água na escola, qualidade da água, apoio a catadores. O total geral empenhado chega próximo a 1 bilhão e 900 milhões de reais até junho desse ano. Isso representa um percentual de 47,3% do total de recursos e já pagamos 212 milhões de reais em relação ao empenhado, que representa 11, 2%.

É uma execução baixa do ponto de vista da leitura do pago, mas em função de todas essas dificuldades que nós temos, inclusive operacionais e muitas delas foram apontadas pela Senadora Rosalba, do ponto de vista da alocação desses recursos para municípios com condições mínimas de execução.

Eu gostaria de passar rapidamente o outro quadro, que eu acho que ele ilustra melhor do ponto de vista de execução física, e aí, eu vou me... Colocar ali a questão de abastecimento de água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias que é, vamos dizer assim, o eixo mais representativo do conteúdo do programa de saneamento básico do Ministério.

Abastecimento de água: a meta é 1, 2, 3, 4, a 5ª linha, abastecimento de água a meta, 2007-2010... Não está projetado? Bom eu vou dizer, Senador esse quadro depois eu lhe dou, eu vou só lhe dizer, do total de 1.327... Está ali? O indicador? Hum? Qual é o indicador abastecimento dos municípios? De 1.300... Não porque outros são comunidades... 1327 municípios, nós já selecionamos a totalidade, já contratamos 847 municípios e faltam 480 até o final do programa, que foi, eu entendi que V. Exa. fez essa pergunta: "Quanto falta ainda?" Não é isso?

Do ponto de vista de esgotamento sanitário, nós temas uma meta contratada de, uma meta de 483 municípios, já selecionamos os 483, já contratamos 311, o que representa 63% da totalidade e faltam ainda 162 até a contratar, até o final do programa que é 2010.

Melhorias sanitárias: 502 é a meta, 502 municípios. Já contratamos 402, portanto 80% da totalidade dos municípios, e falta contratar cem municípios até o final do programa.

E eu lhe passaria esse quadro, para caso o senhor tenha interesse se em ver os demais subeixos, como nós chamamos burocraticamente aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Todos esses documentos, todas essas planilhas que estão sendo apresentadas pela Dra. Márcia está à disposição aqui na Secretária dos Srs. Senadores que tiverem interesse em obtê-lo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. está satisfeito com as respostas, Senador Eduardo Suplicy. Mais algum... Obrigado.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Eu recebi, Senador, a sua recomendação de conversar com o Hospital do Andaraí e vou fazer isso, o senhor pode ficar tranquilo. Ok?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Por nada, disponha.

Com relação a Senadora Rosalba, eu tenho um extremo respeito pela Senadora, não só por ser... Pela sua capacidade, mas por ser Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e especificamente com foco na saúde. E toda a sua exposição de sucesso em relação ao município de Mossoró, só nos gratifica muito no sentido de saber que nós estamos no caminho certo.

V. Exa. começou a sua exposição dizendo algo que é muito importante do ponto de vista de indicador para nós, que é esse dado, Presidente, de que a cada um real que se aplica em saneamento básico nós economizamos quatro reais na questão da assistência nos hospitais. Que coincide com o dado também de São Paulo, do Sírio Libanês, que o senhor trouxe à mesa e que é de altíssima relevância.

Com isso, eu quero dizer o seguinte: que o investimento do Ministério da Saúde, tem sido todo ou muito canalizado em termos de orientação para as questões de prevenção e o saneamento básico é estratégico para que não tenhamos o acréscimo no sistema curativo e

de assistência e atenção à saúde nos hospitais, nos procedimentos de médias e altas complexidades.

Então quanto mais investirmos na questão da prevenção e na questão do saneamento básico, certamente nós estaremos diminuindo essa necessidade enorme de recursos que não temos mais como financiar, nós estamos com subfinanciamento crônico--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Precisa regulamentar a Emenda 29.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: E precisamos regulamentar a Emenda constitucional 29.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 29.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: E eu vou me permitir aqui, já que o Presidente deu o mote da questão do pré-sal, para dizer que realmente há uma previsão para saneamento, mas aí muito mais focado para os municípios acima de 50 mil habitantes e nós da Saúde não tivemos nenhuma menção de aporte dos recursos para o setor saúde, mesmo com as dificuldades que nós temos.

Está certo, que isso é em médio e longo prazo do ponto de vista de realização efetiva, mas essa sinalização, certamente nos daria um conforto maior no sentido de sinalizar para uma política prioritária em nível de governo, a saúde e educação dentre outras áreas contempladas no Fundo Social.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dra. Márcia, a senhora, uma coisa que eu gostaria também de ter essa informação é considerando, todas as cidades que ficaram sob a responsabilidade do Ministério, abaixo de 50 mil, quanto seria o custo hoje? Para que nós pudéssemos realmente atingir o saneamento básico desejável nessas cidades? Isso é algo que seria muito importante para que a gente pudesse dimensionar quais são os recursos que se têm e como estão sendo... E o que poderíamos fazer.

Por exemplo, o pré-sal é uma expectativa para daqui a 10, 15 anos, a gente sabe que não nada imediato, mas para se fazer um planejamento, porque é importante que se faça um planejamento agora, com que o realmente se dispõe. E até chegar ao pré-sal, o que já podemos ter feito e até lá o que vai ser necessário. Se a senhora não tiver, mas me encaminhe depois.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Esta a gente pode fazer. Vou me atrever a fazer--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): De forma... Não, é claro, que não pode ser detalhado, detalhado.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Um cálculo rápido, se para saneamento com municípios abaixo de 50 mil habitantes nós temos 900 municípios brasileiros e estamos tendo aporte de recursos de 4 bilhões de reais. E na verdade, nós temos--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas esses 900 são os de maior mortalidade infantil.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Sim, mas nós temos abaixo deles

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Você tem... Ainda têm outros que não...

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Mas abaixo de 50 mil habitantes nós temos aproximadamente 4 mil municípios.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hum-hum. Certo.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: 4 mil, 4.900, quase cinco, que é a totalidade, nós temos cinco mil e alguma coisa... E 200; 260 bilhões de reais seria a nossa estimativa a ser melhor detalhada, mas é um número para ser--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos dizer em torno disso.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Raramente utilizado, 260 bilhões de reais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E hoje... Tem disponibilizado quando?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Esse recurso de 4 bilhões é para um período de quatro anos; 260 bilhões, pela capacidade operacional nossa, teria que ser diluído, evidentemente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São 4 bilhões para quatro anos?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Sim.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o período de

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: É 1 bilhão ao ano.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 2006 a 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não... Até quando? 2000... Seria para esse período de 2.000 até quanto?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): 2010.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até 2010. 2006, 2010.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Isso, se pegássemos a totalidade de municípios.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, Presidente, está bem longe, viu? Muito longe. Realmente, a pesquisa está certa, 120 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas é o que fala a pesquisa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para a gente ter o saneamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É por isso que nós deveremos trabalhar para que recursos sejam aportados ao Ministério da Saúde, que eu concordo plenamente com a senhora, se tem um Ministério desses quatro que estão envolvidos que tem a sensibilidade de saber quais os municípios que devem receber prioritariamente as obras de saneamento e detectar qual a velocidade com que essas obras poderão ser executadas, é o Ministério da Saúde em função dessa capilaridade que ele tem, via os agentes comunitários de saúde.

E eu acredito que uma das grandes dificuldades que nós estamos hoje enfrentando na área de saneamento, no que diz respeito a velocidade com que as obras estão andando, é essa diversidade de comando que existe em obras de saneamento. Ou seja, quatro Ministérios, dando cada um dando a sua opinião e estabelecendo as suas prioridades

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Deveria ser um só

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quando poderia ser um só.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Conselho Municipal específico para acompanhar e fiscalizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Concordo plenamente com V. Exa..

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como diz os jovens, a questão ficava como... "Bombava", dava tudo certo.

[risos]

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Agora, se V. Exa. me permite ainda, eu compartilho também de uma preocupação muito grande, já que cabe a mim, no Ministério, as questões mais ligadas à gestão e durante muito tempo no Governo eu sofro com essa questão do repasse de recursos e como ele se pulveriza, e o tempo que demora para chegar até a ponta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Nós temos no SUS um mecanismo legal que é a transferência fundo a fundo. E, recentemente, o Ministro Temporão autorizou, dentro do que permite a legislação, o repasse fundo a fundo também para todos os investimentos.

Então, com isso nós eliminamos em grande parte o instrumento convenial, que é submetido a todas essas regras, necessárias, mas às vezes um pouco excessivas do ponto de vista de repasses de recursos para estados e municípios.

Com esse mecanismo, nós poderemos inovar também na área de saneamento com repasses fundo a fundo, diretamente do Ministério da Saúde para os municípios, o que for necessário do ponto de vista de realização de obras e outras ações na área de saneamento.

O que é um grande avanço, que felizmente o Ministério da Saúde [soa a campainha], o Sistema Único de Saúde, detém [soa a campanhia] enquanto instrumento viabilizador e ágil para repasses de recursos.

Evidentemente, com outros mecanismos também de controle, que sempre devem existir, mas não tão burocratizantes ao ponto de impedir a realização das ações nas pontas.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Isso é muito bom. Eu quero parabenizar o Ministro por essa ideia e diga ao Sr. Ministro que isso vai ser lei, porque o projeto de lei entendendo dessa forma já foi encaminhado.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI: Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Muito obrigado. Bomdia, Senadora. Muito obrigado à Senadora Rosalba, eu gostaria em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, agradecer a presença aqui na nossa Comissão da Dra. Márcia Bassit, Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, o Dr. Faustino Lins, Diretor Executivo da FUNASA.

Ficou visto nessa Audiência Pública da importância do saneamento básico para a infraestrutura desse país. As sugestões que daqui saíram vão ser encaminhadas a Sra. Ministra Dilma Roussef, e nós esperamos que com essas sugestões, ela com o grau de rapidez que normalmente toma as suas decisões, possa concentrar esses trabalhos de saneamento num único Ministério, para dar maior eficiência e velocidade de aplicação desses recursos.

Que esse Ministério seja o Ministério da Saúde, pela sua capilaridade e que nesses recursos que virão com a aplicação do que será retirado da exploração do pré-sal, parte dele seja destinado às obras de saneamento e abastecimento de água potável no Brasil.

Antes de encerrarmos... E também agradecer aos assessores e técnicos do Ministério da Saúde, que acompanham a Dra. Márcia Bassit, pela presença

Antes de encerrarmos a presente sessão, eu convoco os senhores membros da Comissão para a nossa próxima reunião, a se realizar no dia 10 de setembro próximo, quinta-feira, quando receberemos o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para debater o novo marco regulatório do petróleo, conforme o anúncio apresentação das novas regras para o setor ocorrido na segunda-feira última, por S. Exa., o Sr. Presidente da República.

Assuntos como regime de concessão e partilha, distribuição de *royalties* na exploração do petróleo, criação de um fundo social com recursos da exploração do pré-sal, direcionado para áreas como educação, inovação, ciência e tecnologia, a criação da PETROSAL e a capitalização da PETROBRAS e desenvolvimento sustentado.

Então, portanto, no próximo dia 10, às 08h30 da manhã, quinta-feira, nesta sala, uma Audiência Pública conjunta, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Assuntos Econômicos, que é presidida pelo Senador Garibaldi Alves.

O Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Infraestrutura e a Comissão de... Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e a Comissão de Infraestrutura, estarão juntas estas duas Comissões e Garibaldi e eu estaremos juntos para receber neste Plenário a visita do Ministro Edison Lobão, para participar da Audiência Pública sobre o marco regulatório do pré-sal.

Está encerrada a presente sessão. Obrigado.

Sessão encerrada às 11h07.

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Conjunta com a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Realizada Dia 10 de Setembro de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta minutos do dia dez de setembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **ADELMIR SANTANA, ANTONIO CARLOS VALADARES, DELCÍDIO DE AMARAL, DEMÓSTENES TORRES, EDUARDO SUPLICY, EFRAIM MORAIS, ELISEU RESENDE, FÁTIMA CLEIDE, FLEXA RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, GILVAM BORGES, LOBÃO FILHO, MÃO SANTA, MARCONI PERILLO, NEUTO DE CONTO, PAULO DUQUE, SERYS SLHESSARENKO E WELLINGTON SALGADO.** Compareceram ainda, os Senhores Senadores não-membros **José Sarney,** Presidente do Senado Federal**, Aloizio Mercadante, Augusto Botelho, Eduardo Azeredo, Osvaldo Sobrinho, Gerson Camata, Jefferson Praia, Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma, Flávio Torres.** Deixam de comparecer os demais Senadores O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das atas da 29ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que são dadas como aprovadas. **PARTE I –** O Presidente procede a leitura dos comunicados da Presidência. **PARTE II –** Audiência Pública – Em atendimento aos Requerimentos nº 41, de 2009–CI, de autoria do Senador Fernando Collor, e nºs 44 e 53, de 2009-CAE, de autoria dos Senadores Jefferson Praia, Garibaldi Alves e Delcídio Amaral, para discorrer sobre as tratativas e propostas do Marco Regulatório do Pré-Sal, com a presença do Excelentíssimo Senhor **Edison Lobão,** Ministro de Estado das Minas e Energia. O **Senador Fernando Collor** concede a palavra ao convidado para suas considerações iniciais. Após a explanação do Excelentíssimo Senhor Ministro, usaram da palavara a Senhora Senadora e os Senhores Senadores **Delcídio de Amaral, Aloizio Mercadante, Wellington Salgado, Jefferson Praia, Gerson Camata, Eliseu Resende, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Marcelo Crivella, Lobão Filho, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Osvaldo Sobrinho, Paulo Duque, Augusto Botelho, Serys Slhessarenko e Antonio Carlos Valadares**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 29ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Na reunião realizada no dia 31 de agosto passado, segunda-feira, dentro da agenda 2009/2015 – Desafios Estratégicos Setoriais que a Infraestrutura precisa superar, nós tivemos a apresentação do Painel nº 4: "Petróleo, Etanol e Biocombustíveis – Diferenciais Estratégicos", com a participação dos seguintes especialistas: Dr. Adriano Pires, consultor de termoelétricas, Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; do Dr. Marcos Jank, PhD pela FEA e Mestre de Políticas Agrícolas em Montpellier, França, foi professor visitante nas universidades de Georgetown e Missouri, nos EUA, e é Diretor de Agronegócios da FIESP *e* Presidente da UNICA; e também do Prof. Sérgio Valdir Bajay, Professor de Planejamento Energético e Engenharia Mecânica e de Petróleo na Unicamp, pesquisador e consultor nas áreas de energia e planejamento energético também da mesma Universidade. Vale registrar que os especialistas que aqui foram ouvidos, eles todos estiveram unânimes em pedir um planejamento de longo prazo para o setor, com sugestões para que se incorporem critérios que privilegiem custos e benefícios sócio ambientais. Um resultado concreto desse encontro foi a criação, no âmbito dessa Comissão, de um Grupo de Trabalho para debater e apresentar sugestões para a elaboração de um marco regulatório para o setor de biocombustíveis; o grupo será coordenado pelo Senador Inácio Arruda e composto pelos senadores Gilberto Goellner e Delcídio Amaral, tendo um prazo de 90 dias para a conclusão dos seus trabalhos.

Gostaria também de, anunciando a próxima reunião da agenda 2009/2015, dentro do campo dos desafios estratégicos setoriais, convidar todos os interessados, senhoras e senhores senadores, naturalmente, e todos os interessados, telespectadores, ouvintes e segmentos envolvidos, para o Painel nº 5: "Transportes e Infraestrutura Urbana – Sistemas Integrados de Meios de Transporte", a se realizar no próximo dia 14 de setembro, segunda-feira próxima, portanto, às 18 horas, com os seguintes convidados: O Dr. Adriano Murgel Branco, Engenheiro Administrador e ex-Secretário dos Transportes e da Habitação do Estado de São Paulo, e o Dr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal.

Comunico ainda aos senhores e senhoras senadores e senadoras que realizemos durante o mês de outubro, durante todo o mês de outubro e início de novembro, audiências públicas sobre o tema Exploração de Petróleo e Pré-sal, abordando os aspectos contidos nas mensagens encaminhadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, com os seguintes painéis: o Painel nº 1 tratará da exploração e produção de petróleo, do gás natural, de outros hidrocarbonetos, fluidos, sobre o regime de partilha da produção em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas. Basicamente o que se discutirá nesse painel será a questão partilha versus concessão, e esse painel refere-se ao Projeto de Lei nº 5938/09, que já está na Câmara dos Deputados, inclusive com o relator designado. Esse painel será realizado no dia 5 de outubro, também às 18 horas, segunda-feira. O painel nº 2, dentro da discussão da questão do pré-sal, será para abordar o tema Criação da Empresa Pública – Empresa Brasileira de Administração do Petróleo e Gás Natural SA, PETROSAL, referente ao Projeto de Lei também já encaminhado pelo Presidente da República e que recebeu o nº 5939/09, que também já tramita na Câmara dos Deputados com relator designado. Esse painel nº 2 será realizado no dia 19 de outubro, segunda-feira. O Painel nº 3, tratando do Fundo Social – Projetos e Programas nas Áreas de Combate à Pobreza e Desenvolvimento da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia e de Sustentabilidade Ambiental, será realizado no dia 26 de outubro, também segunda-feira, às 18 horas, e esse painel estará baseado no Projeto de Lei também já encaminhado pelo Executivo e que recebeu o número 5940/09 e, do mesmo modo, já se encontra na Câmara dos Deputados com o relator designado. E por fim, o Painel nº 4, Capitalização da PETROBRAS, Pesquisa e Lavra do Petróleo, de Gás Natural e de outros Hidrocarbonetos Fluidos em Áreas Não Concedidas Localizadas no Pré-sal, referente ao Projeto de Lei 5941/09, também já na Câmara dos Deputados e a data para a realização deste painel será a de 6 de novembro, também segunda-feira, às 18 horas.

A presente reunião destina-se, em sua parte inicial, à realização de Audiência Pública, em atendimento aos requerimentos nº 41, de 2009, desta Comissão de Infraestrutura, e os requerimentos de nº 44 e 53, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Jefferson Praia, Garibaldi Alves e Delcídio Amaral, que convidam o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para discorrer sobre as tratativas e propostas do marco regulatório do pré-sal. Convido, portanto, o Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para que ocupe seu lugar à Mesa. Do mesmo modo, convido para fazer parte da Mesa o Dr. Marco Almeida, Secretário de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia.

A Presidência informa que o tempo destinado à exposição inicial do Exmo. Sr. Ministro de Estado terá a duração de 30 minutos, quando, então, se abrirá a fase de interpelação pelos senadores e Sras. Senadoras

inscritos e inscritas, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurando igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos. Concedendo-se ao Exmo. Sr. Ministro o mesmo tempo para a tréplica, de acordo com que está colocado no Inciso X, do art. 398, do Regimento Interno do Senado Federal. A palavra aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido, também de acordo com o Inciso XI, do art. 398, do Regimento Interno do Senado Federal. Comunico que a lista de inscrição já se encontra aberta sobre a Mesa. Eu pediria a colaboração e a compreensão de todas as Sras. e Srs. Senadores para a observância rigorosa dos termos dos artigos aqui citados do Regimento Interno do Senado Federal, para que nós possamos ter o melhor proveito possível da exposição que S. Exa., Ministro Edison Lobão, irá fazer para a Comissão de Infraestrutura e para a Comissão de Assuntos Econômicos, na manhã de hoje.

Tenho a satisfação de conceder a palavra a S. Exa., o Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Depois de ter sido Presidente desta Comissão, retorno a ela como Ministro de Estado para uma exposição para qual fui convidado por V. Exas.

Devo falar sobre a questão energética, basicamente petróleo, no que diz respeito ao pré-sal. Ao longo da história, houve muitas crises neste setor. A crise mais expressiva foi a dos anos 70, em que o preço do barril do petróleo saltou de dois dólares para 32 dólares. Naquele momento, o mundo orgulhou em profunda recessão como mecanismo para a superação da crise que avassalava todos os países. O Brasil, naquela oportunidade, resolveu proceder de modo diferente. Éramos um país importador em mais de 50% do nosso consumo, enquanto que, pelos países afora, Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Espanha, Portugal, o Japão, a Coréia, todos os países mergulhavam em crise profunda, com desemprego em massa, procurando rearrumar e reajeitar a sua economia. O Brasil preferiu valer-se da poupança externa para manter o seu pleno desenvolvimento interno. Importava petróleo, e o nosso endividamento, que nascera com a presença aqui de D. João VI, se avolumou de modo perigoso. Mas mantivemos o pleno emprego e consumíamos petróleo em grande escala para aquele momento. Outras crises surgiram daí por adiante, mas o Brasil foi se implementando, através da nossa estatal PETROBRAS, para enfrentá-las. Uma das consequências daquela crise do petróleo foi, e esta positiva, a criação do Proálcool, em relação ao qual muitas dúvidas surgiram à época e ao longo do período. O Brasil esteve, portanto, na gênese da solução desse problema. Foi o madrugador na solução do etanol como combustível, substituindo a gasolina. Chegamos agora a uma situação extraordinária para o Brasil. Somos autossuficientes, e já o somos há alguns poucos anos. Somos exportadores de petróleo, um pouco, e importamos um pouco também. Importamos petróleo leve e exportamos um pouco de petróleo pesado. Estamos produzindo cerca de dois milhões e 500 mil barris de petróleo no Brasil e no exterior e consumimos em torno de dois milhões de barris de petróleo nos dias atuais.

A indústria petrolífera no mundo tem 150 anos de idade. Ao longo desse período, a humanidade consumiu um trilhão de barris de petróleo. Temos ainda reservas da ordem de 1 trilhão, 250 bilhões de barris. Essas reservas certificadas, que existem no mundo, são suficientes apenas para 40 anos de abastecimento de todos os países. O Brasil, até bem pouco tempo, possuía 14 bilhões de barris certificados, o que seriam suficientes para abastecer o nosso país por 20 anos. A partir da descoberta do pré-sal, conseguimos acrescentar até a dois dias mais 14 bilhões de barris. Portanto, dobramos a nossa capacidade. E, dessas condições, as nossas reservas se tornaram suficientes para 40 anos. Há três dias, um novo campo foi descoberto, ou foi certificado. Hoje, está em condições de ser da ordem de dois bilhões de barris a mais. Então, nos quatro campos, apenas em quatro campos do pré-sal, já temos mais petróleo do que em todas as demais províncias petrolíferas do país. Chegamos, portanto, a 30 bilhões de barris. É claro que nós estamos falando apenas de 30% ou de parte de 30% do pré-sal, com esses 16 bilhões. Nós não podemos ainda dizer, adiantar, o quanto virá dos demais 70% da área do pré-sal. Hoje, são produzidos, no mundo, 82 milhões de barris de petróleo por dia. Destes, os Estados Unidos consomem 23%, cerca de 20 milhões de barris por dia. Os Estados Unidos produzem oito milhões de barris por dia e importam 12 milhões. A China, e este é um fato curioso, já consome oito milhões de barris por dia. Produz quatro milhões e tem reservas cadentes que devem se extinguir em cinco anos. Isso demonstra o agravamento crescente da situação mundial em matéria de abastecimento de petróleo. E a China, dentro de 15 anos, estará consumindo tanto quanto os Estados Unidos. É a previsão. Há outros consumidores intensivos, entre os quais a Índia, o Japão e vários outros. Posso dizer que o petróleo, a despeito da tentativa salutar que fazem muitos países do mundo, no sentido

de obter alternativas ao petróleo, por muitas décadas, ainda permanecerá como um dos principais energéticos mundiais, e a segurança energética dependerá seguramente de fornecedores confiáveis.

A perspectiva mundial é de demanda crescente. Poderemos chegar, segundo cálculos de especialistas, sobretudo das agências que se dedicam ao estudo dessa matéria, a um consumo da ordem de 300 milhões de barris diários dentro de alguns anos. Assim, com os recursos do pré-sal, o Brasil possui potencial para se tornar um importante ator da geopolítica mundial. O acesso às reservas é uma das principais questões geopolíticas e fonte de conflitos no mundo, empresas estatais controladas por governos, é bom que se diga, detém hoje cerca de 77% de todo o petróleo. São empresas estatais como a PETROBRAS. Aqui está um gráfico que demonstra que o acesso às reservas é uma das principais questões geopolíticas e fonte de conflitos, como eu acabei de dizer. Um trilhão, 260 bilhões de barris de óleo equivalente é o que existe ainda hoje no mundo. As reservas detidas por empresas russas no mundo chegam a 6%, as reservas de acesso livre das empresas privadas, apenas 7%, e reservas detidas por empresas estatais e acesso também de empresas privadas por meio de participação, 10%, com empresas apenas estatais, 77%. O que significa que a grande maioria dos produtores de petróleo se preocupa em manter em suas mãos, firmes, as reservas desta riqueza extraordinária, que é finita e caminha para se extinguir.

A nova província petrolífera na plataforma continental brasileira, chamada de pré-sal, se estende do litoral do Estado do Espírito Santo, passando pelo Rio de Janeiro, por São Paulo, pelo Paraná e por Santa Catarina. Aqui está o que nós chamamos, em linguagem técnica, de picanha azul. Aqui. Toda esta área aqui, aqui está, portanto, o pré-sal. Esses são os campos que foram recentemente quantificados e essa área azul aqui é a que não foi ainda distribuída. A verde e a amarela são poços que já foram distribuídos, campos já leiloados e pelo regime de concessão. Pelo regime de concessão serão mantidos. Nada se fará diferente daquilo que se fez com os leilões realizados segundo os editais e a lei vigente. Nós estamos promovendo alteração da lei, pedindo ao Congresso Nacional que vote os projetos do Governo, para cá enviados recentemente, apenas para a parte azul, ou seja, os 70% do pré-sal ainda não leiloados. São 149 mil quilômetros quadrados da área do pré-sal. Desse total, já foram concedidos para exploração e produção, 49 mil quilômetros, o que significa cerca de 30%, 28, 29%, dos quais 36 mil quilômetros, ou seja, 24%, tem a participação da PETROBRAS. Dessa forma, 72% do pré-sal, ou seja, 107 mil quilômetros quadrados, estão ainda em poder da União Federal. A área de ocorrência do pré-sal, cujo potencial petrolífero não se iguala a nenhum outro descoberto no Brasil até este momento, representa em torno de 2.3% do total das bacias sedimentares brasileiras, que totalizam 6 milhões e 400 mil quilômetros quadrados. Sabe-se que o maior potencial da nova província concentra-se na bacia de Santos, no litoral do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Em região de águas ultra profundas, com distância até a costa de cerca de 300 quilômetros. O volume divulgado até o momento indica reservas da ordem de 16 bilhões, como eu acabei de falar, de barris, de óleo equivalente apenas em quatro das descobertas anunciadas. As reservas brasileiras atuais são de 14 bilhões de barris de óleo equivalente. A nova província do pré-sal posicionará o Brasil entre os dez países com as maiores reservas de petróleo e gás natural. Aí está a colocação dos países, vejam os senhores que somente a Arábia Saudita possui 264 bilhões de barris certificados. O Brasil está aqui, nessa posição, podendo avançar para posições muito além destas. Nós imaginamos que, se, de fato, o pré-sal for tudo aquilo quanto nós imaginamos e temos razões para supor assim, nós chegaremos a uma 8ª posição, 7ª posição em algum tempo. O consumo nacional em 2017, do Brasil, será de aproximadamente dois milhões e seiscentos milhões de barris/dia, o que resultará na possibilidade do Brasil exportar um milhão de barris ao dia. Aqui está o avanço da nossa produção. 2009, 2010, e o consumo, até chegarmos a 2017. O amarelo será o consumo, o azul a produção.

Há uma série de desafios tecnológicos a serem superados, a fim de otimizar o aproveitamento dos recursos descobertos, mas que não impedem o seu desenvolvimento. Por enquanto, os maiores desafios relacionam-se à grande distância até a costa. A profundidade dos reservatórios e a grande lâmina d'água e a espessa camada de sal. Na exploração da área de Tupi, o teste de longa duração foi iniciado em primeiro de maio de 2009; em 2010, entrará em operação o piloto de produção, e, em 2015, o primeiro sistema definitivo. Tupi é uma área tão generosa que poderá vir a produzir um milhão de barris por dia.

Para estudar e propor as alterações necessárias na legislação do setor do petróleo e gás, foi constituída, pelo Presidente Lula, em 2008, uma comissão interministerial. Os trabalhos da comissão buscaram um modelo regulatório que permita ao Governo: 1) promover a gestão estratégica das atividades de exploração, produção e comercialização de petróleo e gás natural; 2) aumentar a apropriação da renda petrolífera pela sociedade, propiciando atendimento de políticas públicas estratégicas e urgentes; 3) aproveitar a privilegiada

situação do país, em termos políticos e econômicos, para consolidar como fornecedor confiável.

Aí está mais um gráfico, que demonstra a situação dos países que são importadores de petróleo e que consomem intensivamente. É o vermelho, o azul são os países produtores. Aí temos, portanto, do lado esquerdo, os principais consumidores, que são países consumidores com poucas reservas, alta tecnologia – isso é uma coisa curiosa -, grande mercado consumidor, grande base industrial e estabilidade institucional. Já os principais produtores, da parte direita, são países com muitas reservas, pouca tecnologia, reduzida base industrial e mercado pequeno e, de algum modo, não possuem a estabilidade institucional que os demais países.

Propõe-se aqui adotar o regime de contrato de partilha de produção para a área do pré-sal nos blocos ainda não concedidos, a exemplo dos países detentores de grandes reservas. Aqui os senhores verão: os seis maiores produtores de petróleo do mundo adotam regime de partilha. Este amarelo são países que têm o sistema misto, o azul é o regime de concessão entre os quais o Brasil se encontra. Então, em 24 maiores produtores do mundo, 14 adotam regime de partilha; alguns poucos, o regime misto e apenas seis países adotam o regime de concessão.

A partilha de produção é um tipo de contrato pelo qual a União acorda com empresas petrolíferas os termos da divisão do produto, auferido pelas atividades de exploração e a produção nas áreas contratadas. Tal regime será estendido para outras áreas que venham a apresentar as mesmas características estratégicas, encontradas na região do pré-sal, ou seja, alto potencial e baixo risco. Para as demais áreas e para os contratos em vigor, será mantido o atual regime de concessão, onde o óleo é todo dos concessionários, cabendo à União apenas o recebimento das participações governamentais. Na partilha de produção, as empresas contratadas recebem a parte que lhes cabe em óleo, de acordo com os termos da partilha. A empresa contratada empreende, por sua conta em risco, todas as atividades exploratórias. Por manter esse proprietário do óleo produzido, diferente do que ocorre no contrato de concessão, o Governo tem maior gerenciamento da produção. No modelo proposto, a União poderá contratar diretamente a PETROBRAS, ou, por meio de licitação, empresas nacionais ou internacionais. A PETROBRAS será operadora em todos os contratos de partilha, com o mínimo de 30% de participação no consórcio contratado. Esta é a proposta do Governo.

O operador responsável pela condução das atividades de exploração e produção, providenciando os recursos críticos, tecnologia, utilização e desenvolvimento, pessoal e recursos materiais. O operador tem acesso à informação estratégica, o que é fundamental para o Brasil, tem o controle sobre a produção e custos, e o desenvolvimento de tecnologia. Nós pensamos muito nessa parte da tecnologia. A PETROBRAS, que é uma das principais petrolíferas do mundo, com capacidade técnica extraordinária, está, a cada dia, avançando nos seus conhecimentos. Deter, portanto, a PETROBRAS e o controle da produção é importante para o aperfeiçoamento desta tecnologia. Cada vez que a PETROBRAS fizer uma perfuração na área do pré-sal, como operadora única, ela estará aprendendo, e isto é altamente benéfico para os interesses do povo brasileiro. As regras da Agência Nacional do Petróleo, no modelo de concessão, já definem que o operador deve ter pelo menos 30% – esse é um dado interessante – de participação em cada bloco. Ou seja, o que nós estamos fazendo é adaptando uma regra que já existe, neste caso, para a concessão. A PETROBRAS, imaginamos que ela pudesse ter uma participação menor, mas, até em razão da sua autoridade como operadora, ela precisa ter uma presença mais significativa, a exemplo do que ocorre com as operadoras do regime de concessão, que é de 30%. A participação do operador nas águas profundas do Golfo do México, em 97% dos casos, está acima de 30%.

A criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural, a PETROSAL, não será operadora. Com um quadro reduzido e altamente qualificado para representar os interesses da União nos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural, a PETROSAL representará a União nos consórcios e comitês operacionais, que deverão ser criados para gerir os diferentes contratos de partilha. A PETROSAL tem por objetivo diminuir a assimetria de informações entre a União e as empresas de petróleo por meio da atuação e acompanhamento direto de todas as atividades na área de exploração e produção, em especial o custo da produção do óleo. A PETROSAL representará a União nos acordos de individualização de produção. Ela será, portanto, a parte do Governo neste acordo.

A criação de um Fundo Social para receber o resultado financeiro relativo ao exercício da atividade de exploração e produção, com o objetivo de aprimorar a política de desenvolvimento social do país, foi uma solução que imaginamos indispensável. O Fundo Social realizará investimentos no Brasil e no exterior com o objetivo de diversificar o risco e evitar os problemas da doença holandesa. Aqui está a operação do fundo, como se processará. O fluxo de recursos. Os resgates do Fundo Social serão autorizados pelo conselho deliberativo, composto por membros da administração

pública Federal e da sociedade civil. As atividades prioritárias serão o combate à pobreza e o incentivo à educação de qualidade. A cultura, a inovação científica e tecnológica e o meio ambiente. Os recursos do Fundo Social repassados à União serão orçados e fiscalizados pelo Congresso Nacional.

No que diz respeito aos *royalties* e à participação especial, na proposta do Governo, serão mantidos na regra atual, até que uma lei específica seja aprovada no Congresso Nacional. Essa aqui é uma distribuição dos *royalties*, como se faz hoje. A União detém 39%, os estados 35% e os municípios 22%. Do lado direito, os senhores verão a distribuição dos *royalties* e participação especial em 2008. O Rio de Janeiro recebeu 84%; o Espírito Santo, 5%; o Rio Grande do Norte, 2,95%; a Bahia, 2.57 e vai descendo. Esses são os *royalties* distribuídos em 2008. *Royalties* e participação especial, a soma dos dois. Veja que, no caso dos municípios, Campos recebeu 24%, ou seja, 1 bilhão, 168 milhões; Macaé, 653 milhões; Rio das Ostras, 313 milhões; Cabo Frio, 207 milhões e os demais municípios... E os demais municípios receberam 56%.

Do fortalecimento e da capitalização da PETROBRAS. Para o desenvolvimento da província do pré-sal, estima-se que serão necessários investimentos de centenas de bilhões de dólares em período de até 30 anos. É preciso que se deixe claro que não se trata de um investimento em 2009 ou 2010. Ao longo de 30 anos, serão centenas de bilhões de dólares a serem investidos nessa indústria. A PETROBRAS será responsável por grande parte desses investimentos, por ser a empresa com maior participação na área já concedida do pré-sal e integrante obrigatória de todos os contratos de partilha. Como sócia controladora da PETROBRAS, a União tem interesse em capitalizar essa empresa, com vistas a dotá-la dos recursos necessários para a realização dos investimentos que viabilizarão a exploração das áreas do pré-sal. E por que a capitalização da PETROBRAS? Para aumentar a capacidade de financiamento da PETROBRAS, para a realização dos investimentos do pré-sal. Reduzir a alavancagem dela e, com isto, permitir a tomada de novos recursos por empréstimo e aumentar as reservas de petróleo da PETROBRAS, com reflexo no valor da companhia.

No fortalecimento da capitalização. A União cederá à PETROBRAS, de maneira onerosa, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural em algumas áreas não concedidas ainda do pré-sal, até o limite máximo de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo. O volume ou valor econômico dessa sessão serão determinados por uma avaliação prévia e independente das reservas e serão certificados pela Agência Nacional do Petróleo. A operação inclui uma cláusula de reavaliação do valor das reservas, nos termos e prazo a serem estabelecidos no contrato. Se o preço subir, a PETROBRAS pagará a diferença à União; se o preço cair, ocorrerá o inverso. Os grandes investimentos necessários para a produção do pré-sal se constituirão em importante oportunidade de desenvolvimento do país como fornecedor de bens e serviços para a indústria petrolífera. Esta é uma coisa que nós discutimos desde o primeiro momento. Queremos fortalecer a indústria brasileira com o componente nacional, porque o que temos visto é que as empresas estrangeiras, de modo geral, fazem seus investimentos no exterior. Compram as sondas, as plataformas, os navios no exterior. Queremos que isto, tanto quanto possível, se faça aqui, no Brasil, sendo a PETROBRAS operadora única, é mais um caminho para a geração de empregos, centenas de empregos, milhares de empregos, centenas de milhares de empregos serão formados com esta indústria que o pré-sal está abrindo para o país. O pagamento da PETROBRAS à União poderá ser feito por meio de títulos públicos dos cinco bilhões de barris de petróleo. Para tanto, propõe-se a emissão de títulos e a capitalização da empresa.

Srs. Senadores, o Brasil já é o sétimo maior consumidor mundial de petróleo e o quadragésimo primeiro maior consumidor de gás natural. Dos dez maiores consumidores de petróleo e gás natural, apenas a Arábia Saudita, Rússia e Canadá são autossuficientes em ambos energéticos. Apenas esses três países. A cada um minuto, são extraídas em torno de seis mil toneladas de petróleo cru do planeta. E ainda existem, como disse, cerca de 136 bilhões de toneladas, ou seja, 1 trilhão, 250 milhões de barris de petróleo, que, se o ritmo de extração continuar o mesmo, levarão pouco mais de 40 anos para se esgotarem.

Estas as informações técnicas que gostaria de trazer ao conhecimento das duas comissões do Senado Federal, acrescentando que estamos nós, no Governo, no convencimento de que, ao longo desses 14 meses de esforços de uma comissão interministerial, que contou ainda com a participação do Presidente da PETROBRAS, do Presidente do BNDES, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, do Diretor-Geral da EP(F) e de outros assessores qualificados do Ministério de Minas e Energia e dos demais Ministérios, foi possível levantar toda a experiência mundial. Verificamos a legislação de todos os países produtores de petróleo e chegamos a estas conclusões, que, a nosso ver, da Comissão Ministerial e do Presidente da República, que aprovou o nosso traba-

lho, foi o que melhor pudemos fazer em benefício da União Federal, vale dizer do povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a S. Exa., o Sr. Ministro Senador Edison Lobão, pela sua exposição, e muito obrigado, sobretudo, por ter dado o exemplo de como se fazer uma exposição, uma explanação dentro do tempo previsto, estabelecido pelo nosso Regimento Interno.

Novamente a Presidência gostaria de informar aos senhores e Sras. Senadoras, e faríamos um apelo todo especial nesse sentido, para que fosse observado rigorosamente ou observados rigorosamente os artigos que estão no Regimento Interno do Senado Federal, quanto ao tempo estabelecido para as perguntas, as interpelações e as respostas. Eu acredito que os Srs. Senadores e Sras. Senadoras tenham em mãos este papel. Eu pediria que o secretário, por gentileza, distribuísse aos Srs. Senadores, em que cada senador tem cinco minutos para fazer a interpelação. Em seguida, igual prazo para a resposta do Sr. Ministro, depois o senador que fez a pergunta terá dois minutos para contraditar e o mesmo tempo para o Sr. Ministro. Isso está no Regimento Interno do Senado Federal, Inciso X, do art. 398, e também no art. 398, Inciso XI, a palavra aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição, mas intercalando-se os oradores de cada partido. A lista de inscrição encontra-se sobre a Mesa, já há senadores inscritos, mas, antes, eu gostaria de registrar e agradecer a presença do Senador Delcídio Amaral, que é vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Esta é uma Audiência Pública Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Infraestrutura, e S. Exa., o Senador Delcídio Amaral, além de vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, representando o Senador Garibaldi Alves, Presidente daquela Comissão, que não pôde comparecer, é também membro titular da Comissão de Infraestrutura e que vem sempre dando uma grande contribuição aos nossos trabalhos. Muito obrigado a V. Exa., senador, pela sua presença hoje aqui.

Ao mesmo tempo, comunicar às senhoras e Srs. Senadores que temos, na nossa Comissão, a presença de um novo senador, senador suplente do Senador Jayme Campos, que é o Senador Osvaldo Sobrinho, do PTB do Mato Grosso. Gostaria de, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, desejar a V. Exa. as melhores boas-vindas e um profícuo trabalho nesta Comissão e no Plenário da nossa Casa.

Pela ordem de inscrição, os senhores autores dos requerimentos de convocação ou de convite feito, melhor dizendo, ao Sr. Ministro Edison Lobão, têm a preferência. Eu abro mão por ter sido um subscritor e passo, então, a palavra ao Senador Delcídio Amaral, que é o segundo subscritor do requerimento, convidando o Sr. Ministro Edison Lobão para fazer parte da nossa Audiência Pública. Senador Delcídio Amaral tem cinco minutos para formular a sua pergunta.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Primeiro, cumprimentar o Presidente Senador Fernando Collor, justificar também a ausência do Senador Garibaldi, que está convalescendo lá, teve um probleminha lá, teve uma gripe muito forte lá no Rio Grande do Norte, mas, semana que vem, ele já vai estar aqui, em condições de comandar a Comissão de Assuntos Econômicos. Cumprimentar o Senador Eliseu Resende, cumprimentar o Márcio, Secretário de Petróleo e Gás, e especialmente cumprimentar o Ministro Lobão pela serenidade, pela objetividade e pela competência com que vem conduzindo o Ministério de Minas e Energia, principalmente nesse momento que nós vivemos, especialmente em função do pré-sal. Cumprimentar os Senadores e Senadoras presentes.

Ministro, eu compreendo que o Governo tomou uma decisão com relação à partilha, que, mesmo que existam divergências aqui, no Senado Federal, como também na Câmara dos Deputados, é uma decisão que alguns podem não concordar, mas é uma decisão que seguiu uma lógica. Seguiu uma lógica, como foi muito bem, aqui, explicitado pelo Ministro Lobão, e eu não tenho dúvidas que o Congresso vai aprovar o sistema de partilha. Evidentemente isso vai ser aprofundado ao longo das próximas semanas, mas eu não tenho dúvida que o Congresso aprovará o sistema de partilha e nós teremos um sistema híbrido, ou seja, um sistema de concessões naquilo que efetivamente já foi explorado e hoje produz, e teremos o sistema de partilha principalmente no que se refere ao pré-sal. Portanto, vamos ter um sistema híbrido. Quero deixar muito claro aqui que o sistema de concessão funcionou muito bem, principalmente no momento em que existiam muitos riscos exploratórios. O sistema de concessão, ele produziu bons resultados para o país, trouxe muitas empresas, gerou emprego, levou o Brasil a essa situação, Ministro Lobão acabou de dizer aqui, com a produção de quase dois milhões e meio de barris aqui dentro e fora também, que a PETROBRAS opera fora, no Golfo do México, opera na costa da África, assim por diante. E eu entendo que esse sistema híbrido, ele efetivamente atenderá os próximos desafios ao nosso país, impostos pelo pré-sal.

É importante destacar que foi muito bem apresentado aqui, pelo Ministro Lobão, como é que foi funciona a concessão e partilha aos sistemas híbridos pelo mundo e nos principais produtores. É importante destacar também que aqui nós não estamos discutindo quem gosta

mais do Brasil ou menos do Brasil, ou gosta mais da PETROBRAS ou menos da PETROBRAS, em função da concessão ou em função da partilha, o Presidente Collor já está me corrigindo aqui. Já está me chamando atenção do tempo. Mas aquilo que é importante para o país. Aquilo que vai... Nós vamos ser beneficiados pela exploração e produção no pré-sal.

Eu vou... Eu tenho menos de um minuto e vou resumir rapidamente três questões, Ministro Lobão, que, no meu ponto de vista, são importantes. Primeiro, será que a PETROBRAS precisa ter sempre os 30%? Não pode haver na legislação uma brecha para que eventualmente ela faça alguma... Ela ceda esse espaço como operadora para outras companhias, dependendo do campo que ela venha a explorar, aliás, dependendo do campo que ela venha a operar? Quer dizer, será que isso não amarra demais a companhia e para, eventualmente, campos menos atrativos não pode haver um espaço para ela ceder o lugar de operadora? Esse é o primeiro ponto. Até porque, na exposição que foi apresentada e no projeto, os campos que têm maior produtividade estão especialmente naquela faixa de São Paulo e num pedaço do Rio de Janeiro. Talvez nós não tenhamos campos no pré-sal com esse potencial de Iara, com esse potencial de Tupi, e assim por diante. Será que, para incentivar até outros *players*, não valeria a pena, na lei, existir um espaço para que a PETROBRAS eventualmente se beneficie... Aliás, o setor de petróleo se beneficiasse, quando a PETROBRAS eventualmente priorizasse algum campo, em detrimento de outros, em que ela seria obrigada a operar em função da lei? Essa é a primeira pergunta. Segunda pergunta, Ministro Lobão, é com relação... Que, de certa maneira, está ligado à criação da nova empresa da PETROSAL. A nova empresa, ela participa dos consórcios, ela tem voz ativa e voto nos comitês, ela tem 50% dos membros e mais poder de veto. Será que não é caprichar na tinta demais? Não tirando a função que a PETROSAL terá de olheira, se é que essa é a expressão mais adequada, do Governo Federal, como gestora das jazidas nesse novo momento?

Eu iria me estender um pouco mais, Presidente, mas também já passei do tempo, mas gostaria de colocar essa questão dos 30%. Eu quero até fazer um registro, Presidente. Eu não sei se vale a pena discutir por esse 30% mínimo da PETROBRAS. Porque, na lei de concessões, a PETROBRAS entra nos leilões e a maioria das empresas se associam à PETROBRAS nos blocos, porque interessa a elas isso. Não sei se vale a pena talvez criar esse óbice, porque naturalmente as empresas de petróleo correm atrás da PETROBRAS para buscar esses consórcios. Resumindo, o 30% mínimo é efetivamente necessário? Porque o que acontece de fato é que todo mundo se associa à PETROBRAS nos leilões, os leilões de concessão estão aí para comprovar isso. A outra questão da abertura, uma eventual abertura para que a PETROBRAS ceda a operação de alguns campos menos atrativos para outras petrolíferas, e o terceiro ponto é a PETROSAL, a questão do voto. Ela tem 50% dos membros e tem poder de veto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado a S. Exa., Senador Delcídio. Com a palavra o Sr. Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: As observações que ouvimos parte de um Senador da República, mas de um técnico no setor. Por muito tempo, o Senador Delcídio Amaral esteve no Ministério de Minas e Energia como Ministro e esteve na PETROBRAS, ele conhece profundamente todas essas questões. Eu estou, por conseguinte, na persuasão de que S. Exa. está em plenas condições de nos ajudar, até a melhorar aquilo que a Comissão Interministerial fez no pressuposto e na convicção também de que fez o melhor que pôde fazer.

As perguntas do Senador Delcídio Amaral são bastante, em si mesmas, esclarecedoras. Sobre a possibilidade de ter a PETROBRAS os 30% ou menos, ainda há pouco, Senador Delcídio Amaral, eu dizia que, já atualmente, todos os campos em regime de concessão são operados com no mínimo 30% de participação do operador, da empresa responsável por isso. Nós havíamos imaginado colocar um pouco menos, ou bem menos, como participação da PETROBRAS na exploração desses campos. Porém, em razão desta experiência no Brasil e no exterior, da qual nos valemos, é que fixamos esse mínimo de 30%. De modo geral, o teto é superior a 30%. Então fixamos o mínimo possível, até porque os demais parceiros na exploração de um campo petrolífero não terão a confiança suficiente num sócio operador que participe com menos de 30% dos riscos. É preciso dizer que a PETROBRAS não está recebendo de graça os 30%, ela vai participar dos custos e das despesas tanto quanto e na proporção dos demais sócios em cada campo. Então, é preciso que o operador tenha uma participação expressiva, até para garantir confiança nos demais parceiros, sem o que eles não terão esta que é indispensável, a confiança no seu operador.

Quanto à nova empresa que vai deter 50% do comitê gestor e ainda com poder de veto. Ela tem 50% da participação do comitê gestor e com poder de veto, e por que isso? Porque também a União Federal é o pressuposto, terá mais de 50% em todos os campos. Ora, se ela será mais de 50%, é razoável que ela te-

nha como olho do Governo Federal, naquele campo exploratório, 50% do comitê gestor e ainda o poder de veto. O que vai fazer a PETROSAL é exatamente examinar em cada caso se os custos estão corretos na exploração daquele campo, fiscalizando inclusive a PETROBRAS. Se o ritmo de exploração é o adequado, se está havendo algum desvio, enfim, ela será o vigia do Governo, da União Federal, a PETROSAL. Esta é a função dela. E é indispensável, portanto, que ela tenha 50% do comitê gestor e tenha o poder de veto, por ser maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Réplica, dois minutos, Senador Delcídio Amaral, se assim o desejar.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, é muito resumido. Acho que as ponderações do Ministro Lobão, elas têm uma lógica que foi adotada na concepção do modelo, mas eu acredito que algumas dessas questões, que acho que são questões importantes, questões que criam... Eu acho que arejam mais intensamente o modelo, eu acho que nós vamos ter uma oportunidade muito boa de fazer essa discussão aqui, entendendo claramente as justificativas do Ministro Lobão, que se aprofundou nesse assunto, tem trabalhado diariamente nessa questão e vendo que o que se faz aí pelo mundo, mas eu acho que nós poderíamos, aqui, no Congresso, aprimorar um pouco esses itens, porque vai ser bom para a indústria do petróleo como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Ministro, se desejar, dois minutos para a tréplica.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Apenas [interrupção no áudio] que nós não somos infensos a uma alteração da lei. Porque eu, que sou tributário desta Casa, eu devo dizer que o Congresso quase sempre melhora as proposições do Governo, do Poder Executivo. Na medida em que alterações possam surgir, no sentido de melhorar a legislação, é tudo quanto se quer. Se, no Senado, com o conhecimento dos Srs. Senadores, de técnicos dos quais se valem os senadores, isto for possível, nós só teremos que agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Ministro. Com a palavra para interpelar o Sr. Ministro, o Senador Jefferson Praia, do PDT. O primeiro a interpelar foi o Senador Delcídio, pelo PT. Senador Jefferson Praia.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está tocando a campainha, nós temos compromisso em Plenário para a votação da conclusão da reforma eleitoral. Eu sugeriria, se fosse possível, que os senadores interessados em se pronunciar fizesse por três minutos e que todos falassem de uma vez só para o Ministro fazer uma resposta final. Porque eu acho que vai ser impraticável a continuidade da sessão, em função da abertura da Ordem do Dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu acredito, Sr. Senador Mercadante, que isso não será possível, porque já houve uma solicitação por parte dos Srs. Senadores de que fosse seguido o regimento e nós estamos procurando segui-lo. Os Srs. Senadores, que desejarem comparecer ao Plenário para a Ordem do Dia, nós sabemos aí que isso vai começar lá pelas dez, dez e meia, poderão fazê-lo, e, nesse intercalar de presença no Plenário e aqui, nós continuaremos com a nossa reunião.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Collor, saudando nosso Ministro Lobão e demais componentes da Mesa, eu passei agora pelo Plenário e recebi a informação, líder Mercadante poderia checar, que parece que vai ser transferido para o meio-dia, com o vice-Presidente. Se for transferido para meio-dia o encontro, aí nós poderíamos continuar tranquilamente. Seria importante dar uma checada nisso, recebi essa informação passando pelo Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado pela informação. Já está confirmada a informação do Senador Wellington. Com a palavra o Senador Jefferson Praia, cinco minutos para fazer as perguntas ao Sr. Ministro Edison Lobão.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer inicialmente ao Ministro Edison Lobão por estar aqui conosco, para que possamos ter esclarecimentos, e é claro, contribuir dentro desse contexto da discussão do pré-sal.

Sr. Ministro, eu acredito que o povo brasileiro, ele quer, na verdade, a seguinte resposta. E temos como pano de fundo a seguinte situação: quais serão os benefícios para o povo brasileiro, diante dessa riqueza fantástica que já passamos a percebê-la? Então, o povo quer saber isso. Esse é o primeiro... Seria, na verdade, o meu primeiro questionamento. Eu poderia colocar também, se V. Exa. me permite, que... Se V. Exa. poderia fazer a seguinte observação: pontos positivos e negativos dentro do contexto da mudança.

Se temos um marco regulatório hoje, se estamos propondo um novo marco, quais são os pontos positivos e negativos? Por que mudar? A nova riqueza provoca mudanças, por que razão essas mudanças? Por que razão criarmos, por exemplo, uma nova empresa, a PETROSAL? E o Fundo Social, na observação de V. Exa., quais devem ser a destinação dos recursos que serão viabilizados nesse Fundo Social?

Sr. Presidente, são esses os questionamentos no momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Ministro Edison Lobão para responder a indagação do Senador Jefferson Praia. Cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Jefferson Praia, quais os benefícios para o povo? E por que a mudança? Nós temos um regime funcionando, que é o de concessão, que devo dizer que funcionou muito bem, ele foi criado no momento que nós precisávamos atrair capital externo e por isso conceder vantagens ao capital externo, vantagens, que agora não concederemos, para que a exploração se desse naquele período e sob os riscos que o modelo impunha. Vieram para cá as grandes petroleiras e aqui investiram seus recursos, junto com a PETROBRAS, de modo geral. Correram riscos. Tiveram insucesso.

O que ganhou o país naquele momento? Como se fazia a entrega de campos, muitas vezes importantíssimos, a essas empresas? As empresas, pela licitação e pelas regras brasileiras, elas não tinham culpa nenhuma disso. Entravam numa licitação, apresentavam um bônus de assinatura, ou seja, ela dizia: "Eu compro este campo por tanto". E quanto era esse tanto? 20 milhões de reais, 15 milhões de reais, 30 milhões de reais e ficavam com aquele campo que podia não ter petróleo, e ocorreu em alguns momentos, sim, mas podia encontrar muito petróleo e ganhar muito dinheiro, e o petróleo ser exclusivamente da petrolífera que aqui veio. Esse petróleo não era nosso, eles extraíam o petróleo e vendiam a quem quisesse. É claro que nós colocamos naquela ocasião, lá atrás, na lei, um dispositivo que limitava a exportação do petróleo ao nosso interesse. Nós não poderíamos conceber que houvesse um desabastecimento interno por conta do interesse de alguma empresa do exterior ou brasileira que quisesse levar o petróleo daqui. Mas ela era dona do petróleo. Excetuando-se esse dispositivo, ela podia fazer o que quisesse com o petróleo dela. E o que aconteceu em muitos momentos é que foram descobertos campos extraordinários, pelos quais as empresas pagaram 20, 30 milhões de reais, não mais do que isso. Embora tenham pago também os *royalties* de participação especial, aqueles tributos normais necessários. No caso da partilha, não. O petróleo é da União Federal. Aquele que propuser um valor maior em participação da União, este será o vencedor na licitação. Nós vamos estabelecer o campo tal. No mínimo a União Federal quer ficar com, por hipótese, 60%. Aquele que disser: "Não, eu garanto 75, 80%", esse será o vencedor e o petróleo será da União Federal, a sua parte.

Então, essas são vantagens extraordinárias que nós estamos, agora, introduzindo num outro tempo, num outro momento. Aquele momento de dificuldades pelos quais o Brasil passou, sem recursos para investir e com campos de alto risco, esse momento já foi vencido, no que diz respeito a esta área generosa de grande concentração de petróleo, risco baixíssimo, próximo de zero. Então, a regra tem que ser outra. E é por isso que estamos fazendo isso, estabelecendo estas novas regras com regime de partilha. E passaremos então a conviver com os dois regimes. O regime de concessão, que será mantido, será mantido, vamos fazer muito provavelmente este ano uma nova rodada de licitação. Por que regime? Pelo regime antigo de concessão. Antigo e atual de concessão. Fora do pré-sal, é claro. Fora do pré-sal. Então, os dois regimes caminharão lado a lado, verificando, sobretudo, o interesse nacional, o interesse do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Para a réplica, dois minutos, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria de conceder os dois minutos para que o Ministro continuasse a sua exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então V. Exa., Sr. Ministro, terá os dois minutos que o Senador Jefferson Praia generosamente está concedendo à Mesa e mais os dois minutos a que V. Exa. teria direito pela tréplica. Quatro minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Depois não me acuse de estar me apropriando do tempo alheio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Lhe foi oferecido, Ministro.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Bom, pergunta-me o Senador Jefferson Praia por que, portanto, a mudança. A mudança é em razão disso. É que o tempo é um tempo novo e surgiram necessidades novas, e nós precisamos nos apropriar dessa riqueza que é do povo brasileiro. Para nós, brasileiros e o povo brasileiro de modo geral, para todos, e não apenas para alguns. Com isto nós vamos lucrar mais, estamos seguindo exatamente aquilo que se faz no mundo em tais circunstâncias e que está dando certo. Nós não estamos copiando o modelo de ninguém, nós examinamos todos os modelos e adaptamos o nosso àquilo que nos

pareceu mais correto e mais apropriado. Em que será aplicado o Fundo Social, pergunta V. Exa. As atividades prioritárias serão o combate à pobreza, é o momento da distribuição do bolo. Os economistas, vejo aqui o Senador Suplicy, que é um economista, no passado diziam que era preciso formar a riqueza nacional com um grande bolo para poder distribui-lo. O Presidente Lula adotou sistema diferente, vamos distribuir o bolo desde logo. Então, essa é uma riqueza que nós precisamos distribuir por todo o povo brasileiro, através do incentivo e do combate à pobreza e do incentivo à educação de qualidade. Educação de qualidade há um déficit grande no Brasil ainda. Incentivo à cultura no Brasil, a inovação científica e tecnológica e os cuidados com o meio ambiente. É nisto que será aplicado o fundo, a riqueza decorrente do novo pré-sal.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Sr. Ministro.

Com a palavra o Senador Gerson Camata. V. Exa. terá cinco minutos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, primeiro cumprimentos pela audiência, cumprimentos ao Ministro Edison Lobão. Aliás, os Senadores têm sempre um bom envolvimento na área do petróleo. Quando o José Eduardo Dutra deixou o Senado e foi ser Presidente da PETROBRAS, nós atingimos a autossuficiência. Quando o Ministro Lobão deixou o Senado para ser Ministro das Minas e Energia, entramos no pré-sal, ele foi até chamado na época como Sheik Lobão. Uma nova revelação do mundo do petróleo. E tem honrado o Senado e honrado o Brasil na sua atuação lá no Ministério.

Eu quero, primeiro, dizer o seguinte. Nós temos que cumprimentar o Presidente Lula pela ideia do Fundo Social. Quando o Getúlio criou a PETROBRAS, ele não se lembrou disso. Quando nós regulamentamos o petróleo aqui, V. Exa. era senador junto comigo, nós não nos lembramos disso. O Presidente Lula se lembrou disso e criou, junto com essa nova legislação, o Fundo Social. Parabéns ao Presidente Lula, que capta esses recursos imediatamente para aplicá-los em educação, em saúde e no desenvolvimento do país contra a pobreza. E aí ele vê longe, a afirmação de um deputado norueguês que diz o seguinte: que, para os economistas, o petróleo é o ouro negro; para os sociólogos, é o mijo do capeta, porque, quando ele sai, deixa miséria, poluição e desemprego, haja vista a doença holandesa.

Bem, mas eu gostaria de colocar aqui, porque normalmente a população brasileira, quando nós atingimos a autossuficiência, beleza, foguete, festa, televisão. O que é que o consumidor, que, segundo Adam Smith disse, o consumo comanda a produção... Aqui, no Brasil, em matéria de energia, a produção é que está comandando o consumo. Está ao contrário da regra da economia. Então, o que o consumidor brasileiro, que movimenta a PETROBRAS, que paga a exploração, que paga tudo, ganhou com isso? Nada. Ele continuou pagando um dos combustíveis mais caros do mundo. E, na rua, o pessoal não está querendo saber se é partilha, se é concessão, está perguntando: "E nós?". E aí o Ministro já deu uma notícia que não foi boa, disse: "Vocês podem tirar o cavalinho da chuva, não vai baratear combustível, não". Aliás, o Ministro deu duas notícias ruins, a outra é que o petróleo vai acabar daqui a 40 anos. Aonde que eu vou abastecer meu carro daqui a 40 anos, quando eu estiver na senectude?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: V. Exa. vai abastecer num posto da PETROBRAS, etanol.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas aí dizer o seguinte, dessa preocupação do consumidor, quando é que ele pode... Naquela reunião da bancada, eu disse a V. Exa., Sr. Ministro, num trabalho que foi feito aqui, na Comissão, se nós tivéssemos reduzido o óleo diesel 10%, entravam 15 bilhões de reais na agricultura brasileira esse ano, que está enfrentando problema de dificuldade de exportação, preço do adubo que subiu agora, até caiu um pouco, mas o petróleo a 140, o petróleo é 70, o óleo diesel, gasolina, tudo o mesmo preço. Então, há necessidade de que nós olhemos também que quem financia todo esse processo, quem financia exploração, a descoberta do pré-sal, é o consumidor que consome o combustível no Brasil. Então, é a pergunta que eu faço: o que nós, consumidores, nós, brasileiros, podemos esperar? Segundo, por que nós fabricamos carros diesel de alto desempenho, que fazem de 21 a 26 quilômetros com um litro de óleo diesel, vendemos para a Argentina, para o Uruguai, exportamos para a Europa e nós somos proibidos de usar? Nós, que somos autossuficientes em petróleo. O que nós ganhamos com isso? Eu quero que V. Exa. ponha alguma colocação e seja menos mão fechada Samambaia e mais generoso com o consumidor brasileiro. Porque se orgulha da autossuficiência, se orgulha, está ufanista com o pré-sal, mas que não vai ganhar nada em troca.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Sr. Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Gerson Camata, V. Exa. tem toda razão quanto à sensibilidade do Presidente Lula. Eu devo dizer, até por dever de justiça, que a lembrança do Fundo Social foi exclusivamente dele. Quando ele constituiu a co-

missão, desde logo, ele falou no Fundo Social como mecanismo de distribuição da riqueza do pré-sal por todos. E ao longo das nossas reuniões, que duraram 14 meses, ele frequentemente perguntava sobre como estava sendo edificado o Fundo Social. A preocupação dele, portanto, estava, não exclusivamente nesse ponto, mas ele ligava a riqueza com a destinação da riqueza. É preciso que se faça justiça a um homem cuja sensibilidade popular está sempre epidérmica.

A doença holandesa é uma coisa a respeito da qual muitos têm falado, a imprensa tem explorado, e é um cuidado que nós estamos tendo. Os países que descobriram grandes concentrações de petróleo e não possuíam uma economia diversificada e forte, de fato, no começo, tiveram esse tipo de problema. O Brasil é bastante diferente, é um país que, hoje, é a oitava nação econômica do mundo, sem depender do petróleo, tem uma indústria sofisticada, nós temos uma pauta de exportações diversificada, nós não queremos mudar absolutamente nada da nossa economia, o pré-sal, a riqueza do petróleo é algo mais que vem se acrescentar a esta riqueza que temos hoje. Temos que ter este cuidado, e daí a ideia de se criar o Fundo e torná-lo, de algum modo, um Fundo Soberano, sem que estejamos inventando também nada. Estamos copiando o que os outros fizeram, para evitar exatamente a doença holandesa, a maldição holandesa. Este fundo será aplicado no exterior, terá os seus rendimentos, e os rendimentos voltarão ao Brasil para aplicação aqui, internamente, na distribuição de benefícios generosos ao povo brasileiro.

Uma vez mais uma voz se levanta, no sentido de que tenhamos o cuidado de baixar o preço dos combustíveis. Isto é próprio dos países que são intensivamente produtores de petróleo e possuem pequena população. Pequena população. O Brasil é um país de quase 200 milhões de habitantes e que consome cada vez mais combustível. O petróleo não é caro no Brasil, o combustível não é caro na sua origem. Quando ele sai, e o Senador Dornelles conhece bem, ou conhece melhor do que todos nós, foi Ministro da Fazenda, foi Secretário da Receita por muitos anos, com extraordinário desempenho. O petróleo sai da refinaria por um preço adequado. Ao longo da cadeia, ele vai sendo acrescido de despesas naturais e de impostos, que, em muitas vezes, nada tem a ver com ele, petróleo. O ICMS, que é um imposto elevado, incide, portanto, sobre os combustíveis e outros, alguns dos quais, repito, nada tem a ver com petróleo. Por isso ele vai ficando caro, ou elevando o seu preço. Nós não poderíamos baixar o preço, sem retirar impostos. Então, esta é uma questão que precisa ser examinada do ponto de vista técnico. Por outro lado, reduzir drasticamente o preço do combustível significa estimular a utilização de automóveis e as nossas ruas estão como estão. Estão como estão. O meio ambiente, agredir o meio ambiente, e assim por diante. Por todas essas razões acreditamos nós que não se deve caminhar por aí. Mas, este é um Governo que tem ainda um ano e meio, dois anos de mandato. Os próximos governos tomarão as iniciativas que julgarem necessárias. Mas o nosso pensamento atual não é no sentido de baixar estes custos.

Carros a diesel. V. Exa. tem toda razão. A Europa está cheia de automóveis movidos a diesel e com bom desempenho, bom resultado. Nós estamos, Senador Gerson Camata, começando a estudar essa questão mais intensamente para verificarmos a possibilidade de adotar também o diesel como combustível dos nossos automóveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gerson Camata, dois minutos para a réplica.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não vou nem usar os dois minutos, mas dizer o seguinte. Sobre o carro a diesel dizer a V. Exa. que seria uma medida democrática e republicana. Um homem rico no Brasil pode dar 140, 200 mil reais num carro importado a diesel e andar com o carro que faz 12, 15 quilômetros. Um classe média, um brasileiro, não pode ter um Corsa, um Gol, um carro menor fazendo 20, 21, até 25 quilômetros com um litro de óleo diesel, que nós produzimos, vendemos para o Uruguai, para a Argentina, para o Chile e exportamos para a Europa. Então, há necessidade de que se democratize e se torne republicano o direito de dirigir um automóvel no Brasil. Eu agradeço a V. Exa. com a boa notícia que V. Exa. nos dá, de que V. Exa. começa a pensar com as equipes técnicas esse assunto. Muito obrigado.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Obrigado, Senador Gerson Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. dispõe de dois minutos para a tréplica se desejar fazer uso.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Apenas para acrescentar que nós frequentemente estamos vendo na televisão os engarrafamentos em São Paulo, sobretudo, e em outras cidades do Brasil. A chuva, sim, em alguns momentos ou em muitos momentos. Mas, ao final de cada dia e começo de cada dia, os engarrafamentos decorrem exatamente de número excessivo de automóveis circulando pelas ruas, imagine baixando o preço do automóvel, o preço do combustível. Onde chegaríamos? E há uma preocupação mundial hoje com o meio ambiente. Essa é uma coisa também que temos que levar em consideração, que é o meio ambiente. Na medida que pudermos juntar todas es-

sas questões e transformá-las no interesse nacional, tanto melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Ministro. Agora pelo DEM, Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, Sr. Ministro Edison Lobão. V. Exa. tem se desempenhado no Governo como um grande Ministro. Foi um grande Senador e tem uma história nesta Casa. Eu espero que V. Exa. entenda a minha palavra como uma contribuição aos projetos, à análise dos projetos que o Governo encaminha ao Congresso Nacional neste momento. Nós participamos da mudança do monopólio do petróleo em 1997. Fui o relator na Câmara dos Deputados e elaboramos o substitutivo que dá margem hoje à lei atual que estabelece o chamado regime de concessões para a exploração e produção de petróleo no Brasil. Sem dúvida nenhuma, nós temos de registrar aqui que esse modelo atual foi coroado de êxitos. Na época nós produzíamos 900 mil barris por dia, e tínhamos um consumo de um milhão e 500 mil. As nossas reservas eram escassas. Pelo trabalho da PETROBRAS, reestruturada pela lei que flexibilizou o monopólio do petróleo, houve um avanço extraordinário nas descobertas de novas reservas de petróleo, culminando com o pré-sal, que hoje é uma descoberta que encanta o mundo inteiro e faz com que o Brasil possa dizer hoje nós participamos da OPEP porque temos a maior... Uma das maiores produções de petróleo do mundo, e somos autossuficientes. Pretende-se agora introduzir uma nova legislação, modificando o chamado sistema de concessões, transformando-o num sistema híbrido, que envolve também o sistema de partilhas destinados à área do pré-sal. A pergunta que se coloca é que, dentro dos objetivos importantes que o Governo tem de tirar partido da produção de petróleo e da receita do petróleo para os programas sociais do Governo, é importante perguntar se essa mudança é necessária para impor aqui um sistema híbrido. Parece que, quando nós preparamos o modelo atual do petróleo, há 12 anos atrás, ao criar a chamada participação especial, nós estávamos quase que adivinhando que, a 12 anos na frente, viria o pré-sal.

A participação especial está na Lei 9478, vigente, e eu quero dizer aqui, reler aqui rapidamente a lei: "*O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade* – que é exatamente o pré-sal -, *haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em Decreto do Presidente da República*". Pela lei vigente, portanto, por Decreto, o Presidente pode aumentar a participação especial e formar um chamado Fundo Social, que se pretende obter e instalar com a nova legislação. É importante e nós gostaríamos de perguntar aqui ao Ministro, se não tiver esse dado no momento, fornecer depois à Comissão de Infraestrutura, qual é a participação especial que teria sido cobrada dos contratos do Parque das Baleias, de Iara e de Tupi, se esses contratos de concessão já foram assinados e como se prevê ali a participação especial. Através da participação especial, que é depositada numa conta única da União, pode se formar o chamado Fundo Social com o objetivo pretendido. Também a lei dispõe que o *royalty* é distribuído através de um fundo especial a ser distribuído entre os estados, os territórios e os municípios. Esse fundo especial já está estabelecido na lei. E a pergunta que se faz ao Ministro adicionalmente é se essa partilha de todos os estados, municípios e territórios, como *royalty* do setor do petróleo tem sido feita em obediência à lei usando o fundo especial para isso criado.

Então, nós temos a preocupação em dizer aqui que talvez uma alteração na atual legislação do sistema de concessões, nós possamos atender os objetivos pretendidos pelo Governo. E há uma preocupação adicional, pedindo licença aqui ao Presidente para que eu possa descrever rapidamente sobre elas, é a questão do aspecto jurídico que nós estamos enfrentando, é uma análise da constitucionalidade da transferência das reservas do monopólio da União para a PETROBRAS. Todas as reservas do pré-sal não concedidas pela lei proposta aqui, serão transferidas pela PETROBRAS, retiradas do monopólio da União. Essa análise que nós temos que fazer com profundidade aqui, Sr. Ministro, para verificar se nós não estamos ferindo a Constituição ao transferir as reservas do pré-sal da sociedade do Brasil inteiro para uma sociedade anônima chamada PETROBRAS. Eu gostaria da análise desses aspectos. A própria participação de 30% em todos os contratos dos consórcios licitados é um programa que tem que ser analisado profundamente sob o aspecto da constitucionalidade. Me desculpe ter tomado o tempo, Sr. Presidente. Era só essas palavras que eu gostaria de dar como contribuição ao Sr. Ministro e, através dele, ao Governo, na análise desses projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende. Com a palavra o Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Eliseu Resende, V. Exa. é o dono da minha amizade e o dono da minha admiração. Ao longo dos anos, das décadas em que V. Exa. exerceu tantas e tão relevantes funções públicas neste país, eu fui acompanhando a sua vida e admirando. Portanto, tudo quanto V. Exa. nos diz como contribuição, nós temos que levar em muito boa conta.

Por sua experiência, por seu espírito público, seu talento de administrador e de homem público.

Eu diria que a mudança do regime de concessão para o regime de partilha, Senador Eliseu Resende, é necessária. Se o Governo em 1997 fosse este, seguramente este Governo teria feito o mesmo que o outro fez. Ou seja, regime de concessão. Naquele momento isto era necessário, mais do que necessário, era indispensável. Sem o que nós não teríamos avançado como avançamos. Mas os tempos mudam. E mudam muito e mudaram rapidamente. Por isso é que agora o regime de partilha é o ideal e ele é adotado por quase 80% dos produtores de petróleo do mundo. Não é possível que só nós estejamos errados diante de uma experiência tão longa e tão larga dos demais países. Eu estou pessoalmente no convencimento de que estamos trilhando o caminho certo, estamos na direção correta. A menos que a experiência no futuro diga de maneira diferente, mas não dirá. Porque vamos inclusive manter os dois regimes. Um convivendo normalmente com o outro. Um não interferindo no outro, cada qual prestando os serviços que o seu modelo sugere.

O bônus de assinatura. O bônus de assinatura, como disse, é um benefício que a União recebe mínimo pela venda de um petróleo que nem ele mesmo conhece, no regime de concessão. Nós vamos manter o bônus de assinatura no regime de partilha, com que objetivo? Uma espécie de antecipação do Fundo Social. O Fundo Social a rigor só resultará em alguma coisa, só vai gerar recursos e cada vez mais a partir daqui a sete anos, oito anos, quando os campos de petróleo estiverem produzindo. Mas já como adiantamento dessa produção futura, estamos introduzindo o princípio do bônus de assinatura também no regime de partilha. Que é para que eles sirvam não apenas à nova PETROSAL, como também ao Fundo Social constituído através da lei que é o que se pretende agora.

Pergunta o eminente Senador Eliseu Resende sobre a situação atual dos estados e a distribuição. Nada eles perderão no regime de concessão, tudo quanto os estados produtores obtiveram até agora será mantido. Eles ainda terão o acréscimo dos 30% do pré-sal já distribuídos no regime de concessão. Porém, além disso, ainda há a proposta do Governo no sentido com manter a situação atual para os outros 70%, até que uma lei eventualmente disponha em sentido contrário. O aspecto jurídico, Senador Eliseu Resende, creio que se trata do art. 177 da Constituição, tivemos o cuidado de lidar também com esse problema e chegamos à conclusão, ouvidos os diversos juristas do Governo, entre os quais a Advocacia Geral da União, chegamos à conclusão de que não há nenhum problema desta natureza. E mais, existe decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito desta matéria, que nos tranquilizam as decisões do Supremo Tribunal Federal. Portanto, eu creio que aí não será um obstáculo, um óbice a que se mantenha e prossiga com a proposta do regime de partilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Edison Lobão. Para a réplica, o Senador Ministro Eliseu Resende. Dois minutos.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu fico muito satisfeito em ouvir do Ministro que houve e haverá uma atenção maior aos problemas aqui colocados. Preocupa o sistema híbrido, efetivamente. Nós teríamos uma superposição de marcos regulatórios, envolvendo inclusive o papel da agência. Nós teremos um marco regulatório para o pré-sal e um marco regulatório para as outras reservas de petróleo. Nós não nos referimos aqui ao bônus de assinatura, esse existe efetivamente nos dois sistemas. Nós nos referimos à participação especial, que foi criada na lei, para ser regulamentada, pelo Presidente da República, a alíquota fixada pelo Presidente para prover, que pode, então, formar o Fundo Social para investimento em outras áreas. O aspecto jurídico preocupa. O parágrafo primeiro do art. 177 da Constituição prevê a transferência do produto da lavra, e não a transferência das reservas, Sr. Ministro.

A minha preocupação é muito grande e esse é um aspecto que tem que ser analisado, V. Exa. afirmou que a área jurídica do Ministério e do Governo já analisou, mas nós gostaríamos de ter aqui no nível do Congresso Nacional uma análise mais profunda a respeito dessa matéria. A ideia é formar forças no sentido de produzir os resultados pretendidos, que é a produção maior de petróleo em benefício da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, dois minutos para a tréplica, por favor.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Eliseu Resende, a questão da participação especial nos campos já distribuídos, Tupi, Iara, etc., poderá chegar até 40% sobre o produto líquido. Esta é uma calibragem que se faz e ela resulta, tem resultado em mais ou menos dobrar os *royalties* que os estados, hoje chamados produtores, recebem. Essas participações especiais são muito importantes, como renda dos estados e municípios assim considerados e também da União Federal. Os recursos da União Federal no que diz respeito à participação especial e *royalties* são distribuídos por alguns Ministérios, Ciência e Tecnologia, Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Marinha, e assim por diante. Sobre ainda o regime misto, vários países adotam esse regime e estão se dando

muito bem com ele. Nós não faríamos, não faríamos uma Legislação que se conflitasse, a nosso ver, com os melhores interesses nacionais no que diz respeito à partilha. Fizemos isto apenas para estas regiões de grande concentração de petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pediria silêncio, por favor.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Grande concentração de petróleo, que é o caso do pré-sal. Ela só se ajusta para esse tipo de concentração. E ela não se circunscreve ao pré-sal, o regime de partilha. Ela se amplia, a iniciativa, a todas as áreas consideradas estratégicas, ou seja, aquelas que no futuro vierem a ser descoberta mesmo fora do pré-sal e que tenham semelhante concentração de petróleo. Fora daí seguiremos com o regime de concessão nas áreas menos generosas. Muito obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Ministro Edison Lobão.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles, do PP. V. Exa. tem cinco minutos para fazer a sua interpelação.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Collor, eu, antes de fazer o debate, eu quero cumprimentar V. Exa. pela maneira que V. Exa. está organizando essa Audiência Pública. É a primeira vez que eu vejo essa organização no Senado, em que estabelece prazo para perguntas, para questionamento. Que eu tenho assistido audiências públicas em que o interpelador fala 15, 20 minutos sobre o assunto, que, às vezes, não tem nada a ver com a matéria, e, muitas vezes, vai embora antes de ouvir a exposição do convidado. Parabéns, Presidente Collor, eu gostaria que todas as audiências públicas nessa Casa fossem conduzidas como essa que V. Exa. está presidindo.

Ministro Lobão, eu estava vendo que nós temos mais de 30 anos que eu sou um admirador da sua competência política, da sua capacidade de trabalho, do seu espírito público e do seu espírito democrático. De modo que as divergências que eu vou apresentar a V. Exa. há mais dúvidas em nada altera esse meu... Todo esse sentimento que tenho em relação a V. Exa. Eu devo dizer a V. Exa. que discordo totalmente da sistemática adotada, do abandono da concessão pela partilha. Eu acho que num país em que a União é a proprietária do subsolo, é proprietária do petróleo que está no subsolo, no fundo do mar, não havia nenhuma razão para nós mudarmos o sistema eficiente, competente, que trouxe os excelentes resultados, que é a concessão, por um regime de partilha, que pela legislação adotada, um regime em que o investidor privado vai entrar com investimento, a PETROBRAS vai operar e a PETROSAL vai mandar. Então, Ministro, eu acho que nós vamos ter uma queda enorme no nível de investimento, nenhuma empresa vai querer colocar recursos numa área em que a operadora será outra e que a PETROSAL vai mandar.

O primeiro questionamento, Sr. Presidente, Sr. Ministro, é o seguinte, é sobre a capitalização da PETROBRAS. Sobre os cinco bilhões de barris que serão entregues, em que a União vai entregar à PETROBRAS. Qual é o valor desses cinco milhões de barris? Porque se nós tivermos... O valor estiver abaixo da terra, vamos dizer, o valor do barril não certificado de quatro dólares, nós teríamos o valor de 20 bilhões. Mas se esse petróleo na hora que for explorado a uns 60, são 300 bilhões. 300 bilhões, qual é o valor desse ressarcimento? Como é que vai ser calculado? Vai ser o petróleo no fundo da terra ou vai ser realmente o valor dele, no momento que ele for explorado? Essa é uma dúvida, porque, dependendo desse valor, nós faríamos uma transferência enorme da União para uma empresa privada em que o Governo tem trinta e poucos por cento das ações, nós estaríamos fazendo uma transferência enorme de um patrimônio da União para acionistas privados da PETROBRAS.

Eu queria dizer também, esse é o primeiro questionamento. Segundo, Presidente, Ministro, eu não quero... Nós estamos criando um monstro chamado PETROSAL. Um monstro. A competência da PETROSAL é inacreditável. Olha aqui, Sr. Presidente, ela terá em termos de... A empresa pública indicará um nome. Haverá um comitê operacional em cada consórcio. A PETROSAL vai indicar metade desse comitê e o seu Presidente terá poder de veto. Ora, Presidente, quem é que vai querer colocar recursos num investimento, que vai investir numa atividade em que realmente o mando será de outro, a operação será feita... Eu tenho muitas dúvidas, Ministro. Além disso, se estabelece entre a competência da PETROSAL, auditar o custo do ressarcimento. Ministro Lobão, V. Exa. conhece administração pública. Uma grande empresa vai fazer, operar uma determinada área do regime de partilha. Vai investir, vai colocar recursos e depois apresenta uma planilha de ressarcimento à PETROSAL. Ora, se eu ver que a análise desse custo de investimento é totalmente complexa. É totalmente difícil, burocratizada. De modo que eu, Sr. Presidente, eu tenho extremamente dúvidas sobre essa constituição da PETROSAL, eu acho que ela está tirando atividades da Agência, poder da Agência Nacional de Petróleo, nós estamos enfraquecendo a agência reguladora, transferindo para a PETROSAL e para o Ministério de Minas e Energias competências que hoje estão com a Agência. Acho que fiquei no tempo, Presidente. São esses os questionamentos.

Mas a PETROSAL, Ministro, é um monstro que está sendo criado e V. Exa., como Ministro, realmente vai ter dificuldade de administrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Francisco Dornelles. Com a palavra o Ministro Edison Lobão. V. Exa. tem cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Francisco Dornelles, a admiração que tenho por V. Exa. seguramente não é menor do que aquela que V. Exa. anuncia em relação a mim. Talvez seja maior. E agradeço muito o seu questionamento direto, penetrante, que nos dá oportunidade de esclarecer as dúvidas que porventura ainda existam. O abandono da concessão, o abandono do regime de concessão pelo de partilha. Não estamos abandonando. Nós estamos seguindo com ele. Nós estamos apenas fazendo conviver um e outro harmoniosamente, em relação a áreas diferentes uma da outra. Naquelas áreas em que não houver grande concentração e pequeno risco, nós faremos com o regime de partilha, que é o pré-sal e as regiões estratégicas futuras. Nas áreas de possível baixa concentração e risco maior, prossegue o regime de concessão. Um ajudando o outro.

O problema da PETROSAL, que vai mandar em tudo. Vai mandar em muito pouco, a PETROSAL é apenas o fiscal da União Federal na plataforma. Eu vou dizer aqui a V. Exa. um por um, as atividades de cada setor. A atividade da Agência Nacional do Petróleo, dizem que a PETROSAL sai assumir as funções da Agência, do Ministério de Minas e Energia e do Conselho Nacional de Política Energética. Nos blocos exploratórios. A Agência Nacional do petróleo realiza os estudos e a delimitação, a PETROSAL não atua. O Ministério de Minas e Energia analisa os estudos e propõe ao Conselho Nacional de Política energética, que por sua vez aprova a licitação. O que é o Conselho Nacional de Política energética? É um conselho presidido pelo Ministro de Minas e Energia e formado por vários Ministros e é um conselho que assessora o Presidente da República, a decisão final é do Presidente da República. Está aqui... Os programas exploratórios. A Agência Nacional aprova o projeto e fiscaliza a atuação. Isso no regime de partilha. A PETROSAL aprova os gastos e investimentos. Em cima da plataforma, vem a PETROBRAS que é operadora, está comprando um parafuso por 10 reais quando o parafuso deveria custar cinco, é bom que tenha um fiscal ali reduzindo os preços, olhando os custos. Há momentos em que o operador pode achar que aquela exploração deve ser feita em 30 dias e quando poderia ser feita em 10, está ali a PETROSAL olhando e dizendo "não senhor, vamos fazer a coisa de maneira econômica". Agora, é um comitê gestor e existem comitê gestor em todas as outras plataformas do regime de concessão. Portanto, o que a PETROSAL vai fazer aí é apenas o olho da União verificando os interesses do povo brasileiro, nada mais do que isso.

O desenvolvimento da produção. A Agência Nacional aprova o projeto de fiscalização e atuação, a PETROSAL aprova os gastos e investimentos, quer que os gastos sejam sempre menores, não creio que haja alguém que não deseje isso, o Ministério não atua e o CNPE também não atua. Na unitização com a União. Unitização o senhor já sabe, é quando há um campo já distribuído e um outro ao lado e o petróleo se comunica por baixo. Unitização com a União. A Agência Nacional do Petróleo representa a União até a criação da PETROSAL. Criada a PETROSAL, a PETROSAL representa a União nesta unitização no que diz respeito aos campos que tenham ligação dentro do pré-sal. O Ministério não atua e o CNPE também não atua.

Os contratos de partilha. Contrato de partilha. A Agência Nacional do Petróleo elabora o edital e faz a licitação, e a PETROSAL faz o quê? Nada nessa matéria. O Ministério aprova o edital e define os parâmetros técnicos e assinaturas do contrato, e o CNPE aprova a licitação também. A comercialização do petróleo da União. A União vai ter o seu petróleo na sua partilha no pré-sal. A agência não atua e o pré-sal celebra contratos com agentes de comercialização, a venda do petróleo. O Ministério propõe a política de comercialização e o CNPE define a política de comercialização. Ou seja, neste caso a PETROSAL será apenas o agente do CNPE.

E finalmente, o conteúdo local dos equipamentos que deverão participar dessas atividades todas. A Agência Nacional do petróleo fiscaliza *a posteriori*, a PETROSAL fiscaliza ao longo do contrato, defendendo os interesses do povo brasileiro, do emprego, da geração de rendas, o Ministério propõe os parâmetros e o CNPE aprova estes parâmetros. Então, verifica-se que a agência continuará com todas as suas atividades acrescidas de outras atividades que não se conflitam da PETROSAL.

Bom, Sr. Presidente, talvez... Há uma pergunta feita pelo Senador Dornelles--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem mais dois minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu procurei acelerar um pouco as respostas, que é a questão da capitalização da PETROBRAS.

O Governo está entregando cinco bilhões de barris à PETROBRAS por um valor a ser ainda determinado por um levantamento a ser feito por instituição independente e que será examinado este levantamento

pela Agência Nacional do Petróleo. Olha a importância da Agência. Se o valor posteriormente do petróleo for superior àquilo que vai ser indicado agora, a PETROBRAS devolverá o excedente. Se for menor, a União Federal cobrirá. Mas eu queria pedir, se o Presidente concordar, ao Dr. Dyogo, que é do Ministério da Fazenda, que nos acompanha aqui, um alto funcionário da Fazenda que foi quem trabalhou nessa questão e acho que vale a pena uma explicação mais técnica, mais profunda, do ponto de vista da Fazenda que foi quem, repito, cuidou dessa matéria para que possamos todos entender melhor como se fará isso. Se o Presidente permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu tenho que colocar isso à deliberação do Plenário. Aqueles Srs. Senadores que estiverem de acordo que o Diretor dê essas explicações, permaneçam como estão. Aprovado. V. Exa. tem, então, dois minutos para fazer a explanação.

SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA: Bomdia a todos senadores presentes! Em primeiro lugar, justificar a necessidade dessa capitalização, que tem pouco a ver com o interesse de aumentar a participação da União na PETROBRAS, tem muito mais a ver com a necessidade de financiamento que a PETROBRAS terá para enfrentar os investimentos do pré-sal, necessitará levantar capitais vultosos, e se encontra hoje a PETROBRAS com o chamado *Investment Grade*. Um dos critérios fundamentais para o *Investment Grade* é a relação entre dívida e capital. À medida que a PETROBRAS necessitará levantar recursos ao longo dos próximos 30 anos, que estimativas muito preliminares indicam que, para a exploração de todo o pré-sal, seriam necessários em torno de 500 bilhões de dólares, nós estamos falando de uma relação capital/dívida que vai se deteriorar muito. Então, esse aporte inicial, feito dessa maneira, permite que não haja, no primeiro momento, oneração do superávit primário da União, nós faremos isso com esses recursos do petróleo. Então, não há necessidade de onerar o superávit primário, e permite melhorar a relação dívida/capital que a PETROBRAS hoje tem, permitindo que a PETROBRAS continue com o *Investment Grade* e dessa maneira continue obtendo recursos com as menores taxas no mercado internacionais que hoje a PETROBRAS pode obter.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Dornelles, V. Exa. terá direito, então, a quatro minutos para fazer a sua réplica. Eu pergunto se V. Exa. deseja aguardar o Ministro Edison Lobão para que faça sua réplica.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Enquanto esperamos, a gente podia continuar ouvindo então a palavra do Diretor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Algo mais a acrescentar à sua resposta?

SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA: Só mais um detalhe, Presidente. O senhor permite só explicar uma parte da transação, que será feita com títulos da dívida pública. O projeto inclui uma autorização para que haja uma emissão de títulos da dívida pública exatamente porque, como o Ministro mencionou, é feita uma transação inicial, com base em uma avaliação que posteriormente será definitivamente decidida. Então, essa transação inicial da capitalização é feito com títulos, e a PETROBRAS, então, adquire da União esse petróleo com base nessa avaliação preliminar. Então, para que não houvesse disputas ou discussões sobre essa avaliação inicial, nós vamos aportar dinheiro na PETROBRAS, efetivamente, para que não haja nenhuma discussão com os acionistas minoritários, não exatamente com a venda dos títulos porque os títulos serão depositados diretamente na própria PETROBRAS. Nós não venderemos os títulos no mercado e depois colocaremos na PETROBRAS. Os títulos serão emitidos diretamente à PETROBRAS e a PETROBRAS usa esse título para adquirir o volume de petróleo que está sendo disponibilizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Francisco Dornelles, quatro minutos para a réplica, o tempo utilizado pela...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ministro Lobão, V. Exa. ao analisar a competência da PETROSAL deu exemplos de quando for tratado o ressarcimento, ela vai verificar até o preço do parafuso. Verifica que burocracia, Ministro, a PETROSAL verificando todos os investimentos feitos pela empresa... Inclusive até o parafuso que for utilizado. Acho que é uma burocracia muito grande.

Segundo, ainda não vi explicação em relação à capitalização, qual é o parâmetro que vai ser adotado, se é o valor do barril enterrado ou se é o valor do barril, o potencial desse barril no momento da exploração. Isso é fundamental.

Segundo, Ministro, eu queria dizer ainda em relação à PETROSAL, a administração do consórcio caberá ao comitê operacional. A empresa pública, ou seja, a PETROSAL, indicará metade dos integrantes desse comitê, inclusive seu Presidente com poder de veto. Sr. Ministro, vamos colocar uma empresa que quer fazer um investimento. Como que ela vai trazer o investimento, colocar o seu capital numa atividade

em que a operadora será outra companhia? E o mandante será a PETROSAL. Eu tenho enormes receios, se V. Exa. me permite, com as minhas desculpas, que o modelo adotado foi um freio nos investimentos que podem surgir no Brasil e eu acho que no momento nós todos os objetivos visados pelo Governo poderiam ser alcançados como procedimento menos burocratizado, que é a concessão, e tenho receio que nós não levemos em conta os investimentos necessários e que esse modelo de partilha adotado com a PETROBRAS operadora única e a PETROSAL dando ordens e mandando no consórcio, que nós venhamos ter uma redução dos investimentos numa área que o Brasil tanto necessita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão para a tréplica.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Dornelles, por que a União Federal, hoje, dirige, através de seus indicados, a PETROBRAS? Porque tem maioria nas ações, das ações com direito a voto. A PETROSAL, a União Federal terá muito frequentemente a maior parte na partilha do petróleo. Terá 50%, 55, 60, 70, 80. Ora, se ela tem 70, 80, é natural que, no comitê operador, ela tenha a maioria e tem o direito de veto. Mas já hoje é assim no regime de concessão. Para cada plataforma instalada ali tem um comitê gestor. São quatro empresas. A Shell, a Esso, a PETROBRAS e tal. Comitê gestor. No comitê gestor, todos têm o direito de participação e de palavra de voz e até de veto. A PETROBRAS é hoje a operadora de 80% dos campos petrolíferos, representa o interesse das outras empresas e as outras empresas não se queixam, não reclamam. Participam do comitê gestor, do comitê gestor. Não está fazendo nada de novidade. A única novidade é que neste caso a União Federal terá maioria em cada campo. Essa é a novidade. Ora, se ela tem maioria, é razoável que ela possa dirigir todo o processo e que ela possa ter poder de veto nas decisões todas. Quer dizer, vem uma outra empresa que é associada à PETROBRAS em cada campo com 10%. Ela tem o direito de dizer o que quer e o que não quer. E como ela só tem 30% em cada campo, ordinariamente somente 30% e não a maioria, ela PETROBRAS, ela poderia ser vencida nessas decisões todas. Não, neste caso, estará prospectando petróleo, extraindo petróleo para a União Federal. E estará sendo fiscalizada, ela é uma petrolífera também, estará sendo fiscalizada pela PETROSAL, que é o olho da União, é a mão da União.

O valor de cinco bilhões. Como é que se faz esse cálculo? Acho que ele é que deveria responder, mas vou tentar também dar uma resposta. O petróleo, hoje, quanto custa no mercado? 65, 70 dólares o barril. No fundo do poço, ele é avaliado em 10 dólares, oito dólares, sete dólares, 12 dólares. Então, virá uma empresa avaliadora, independente, e vai fazer a avaliação daqueles campos que serão--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Vai receber algum parâmetro para fazer?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Vai receber as informações técnicas da Agência Nacional do Petróleo, da prospecção feita anteriormente. Então, ela vai fazer a avaliação de quanto vale naquele campo, naquele poço, quanto vale o petróleo no fundo do poço. Vale dizer, vale por hipótese. 10 dólares. Então, cinco bilhões de barris a 10 dólares são 50 bilhões de reais. Muito bem, então a União Federal vai fazer a sua parte na capitalização por 50 bilhões de reais. Se mais tarde na hora de explorar, nós verificarmos que aquilo está valendo mais do que 10, está valendo 15, por hipótese, a PETROBRAS vai devolver os cinco de cada barril. Não, não está valendo 15 nem 10, está valendo oito. Ah, bom, então a União Federal põe a mão no bolso e aportará mais dois. Porque ela fez um contrato da ordem de 10. Estou usando números aleatórios. Mais ou menos isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Edison Lobão. Com a palavra o Senador Renato Casagrande, pelo PSB.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Ministro, Sr. Secretário, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores presentes. Senhoras e senhores.

Sr. Ministro, muito obrigado pela sua presença, pelas suas explicações, pela sua paciência e elegância em fazer esse debate da forma tranquila como está fazendo aqui na Comissão. Primeiro dizer que se o petróleo for do Espírito Santo, isso terá um custo mais elevado, valerá mais naturalmente porque o pré-sal do Espírito Santo está entre 70 e 80 quilômetros da costa, está a dois mil metros de profundidade e naturalmente terá um valor maior e isso poderá ser bom para o Governo Federal e para as operações financeiras e engenharia financeira arquitetada. Nós, no Espírito Santo, [ininteligível] do Espírito Santo, temos, dos 149 mil quilômetros quadrados, uma pequena área de 10.500 quilômetros quadrados nesse sítio do pré-sal. Mais uma condição muito adequada e certamente será o primeiro campo a sofrer uma exploração comercial. Naturalmente, o interesse do Espírito Santo, meu, do Senador Camata, do Governador Paulo Hartung, das lideranças do estado, é grande na visão do desenvolvimento nacional e na visão do desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

E a primeira pergunta que eu faço, eu falei, feita essa introdução e esse comercial do Espírito Santo, mas para fazer um questionamento. O sistema vai ser misto. O atual sistema concedido permanece como está e as novas áreas do pré-sal não concedidas, sistema de partilha. E tem uma expressão usada pelo Ministro que é futuras áreas, que são áreas estratégicas que poderão também entrar como área, como sistema de partilha. Eu acho que essa questão merece, Ministro, uma explicação talvez mais detalhada por V. Exa. O que são áreas estratégicas? Porque isso é muito subjetivo. Isso gera uma certa insegurança. Está clara a posição de que as áreas concedidas permanecerão com as mesmas regras. Está claro que as áreas não concedidas no campo e no sítio do pré-sal terão sistema de partilha. E o que são essas áreas estratégicas? O Espírito Santo, por exemplo, tem... até a altura da capital Vitória, é a área do pré-sal. De Vitória para o norte, já temos blocos e temos áreas identificadas que parte já foram concedidas, parte poderão ser concedidas e em terra também. Então, no Espírito Santo, conviverá diferentemente talvez do Rio e de São Paulo. O Espírito Santo conviverá de forma muito clara com sistema de concessão e conviverá com sistema de partilha. O que significa então essa expressão áreas estratégicas? Porque, na minha avaliação, é uma avaliação subjetiva e que gera uma certa insegurança.

As outras questões, Ministro, eu também, apesar de ter obtido algumas explicações e esclarecimento com relação à capitalização, eu ainda naturalmente vou estudar, ainda mais do que já estou estudando, e o Governo vai nos esclarecer, certamente, e o debate vai promover esse esclarecimento, porque ainda tenho dúvidas com relação à capitalização. A questão objetiva com relação à capitalização, além daquilo que o Senador Dornelles questionou, o debate sobre a possibilidade de dar as condições para o pequeno acionista também possa capitalizar. Já ouvi e já li declarações do Presidente Lula contrárias ao uso do FGTS. Pergunto a V. Exa., esse debate pode permear o Governo e convencer o Governo de que os pequenos acionistas poderão usar recursos do FGTS para se capitalizar?

Outra questão que eu acho importante para que eu possa terminar, o que esse... O Fundo Social, que é o Fundo Soberano, eu sou autor de um projeto que cria um Fundo Soberano no Brasil e eu concordo, sou defensor do Fundo Soberano, acho que o Fundo Social foi o ponto que avançou mais com relação à proposta do Governo pelos investimentos em áreas estratégicas; esse Fundo Social, Fundo Soberano, fará investimentos externos e investimento interno. Tem algum critério para esse investimento? Tem algumas atividades, algumas áreas que esse fundo poderá aplicar o recurso? Porque é o rendimento desse fundo que vai promover os investimentos nas áreas estratégicas. Quais são as garantias de rendimento mínimo que nós teremos para esse Fundo Soberano?

E faltando meus 20 segundos, eu quero só dizer que eu concordo com boa parte das teses defendidas pelo Governo. Eu sou um defensor de que nós deveremos efetivamente caminhar para que haja uma participação do estado maior até pelas garantias que temos no pré-sal, então parabenizar e me colocar à disposição para que eu possa colaborar no aperfeiçoamento dos projetos e na defesa de que esses recurso de fato seja utilizado para o desenvolvimento do Brasil. Obrigado, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Renato Casagrande. Com a palavra o Ministro Edison Lobão das Minas e Energia. V. Exa. tem cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Muito grato, Sr. Presidente. Senador Renato Casagrande, V. Exa. tem alguma razão, os blocos exploratórios do Espírito Santo realmente estão mais próximos da costa e em águas menos profundas. Portanto, ali é uma área de bastante privilégio, embora a concentração maior de petróleo possa estar em outros campos de águas mais profundas. Mas esta é uma realidade.

O que é área estratégica? Nós definimos como área estratégica aquela que for semelhante ao que existe hoje no pré-sal, ou seja, grande concentração de petróleo. O que é um campo gigante? Campo gigante é aquele que pode produzir a partir de 600 milhões de barris de petróleo. Esse é um campo gigante, possa possuir 600 milhões de barris de petróleo. No pré-sal nós estamos verificando que há campos de um bilhão de barris, dois bilhões de barris, oito bilhões de barris. Então, com menor intensidade na concentração de petróleo, nós começamos a declarar aquele campo um campo gigante. Onde quer que surja um campo gigante, fora do pré-sal, é uma área estratégica. Ali se aplicará, portanto, o regime de partilha. Essa é a nossa intenção. Seja ele no mar, seja ele em terra o que vier, possa o pré-sal onde quer que ele se encontre, o campo gigante será uma área estratégica. Ou seja, baixo risco, grande concentração de petróleo.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Naquela época em que o Governo permitiu que o trabalhador lançasse mão do seu Fundo de Garantia para comprar ações da PETROBRAS, era interesse estratégico, interesse econômico do Governo proceder desse modo, facilitar as pessoas que comprassem ações da PETROBRAS. Nesse momento o Governo precisa do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço íntegro, para

determinadas outras atividades de caráter social, de interesse fundamental do próprio Governo, do Poder Executivo. Ou seja, o saneamento básico, a construção de residências e assim por adiante. Então, esta é uma decisão que será tomada pelo Ministério da Fazenda basicamente junto com o Presidente da República. Mas em princípio não há ideia do Governo de abrir mão de novo do Fundo de Garantia, para que o acionista possa exercer o seu direito de compra de ações. O acionista minoritário mantém seu direito íntegro de subscrever suas ações. Faça-o. Agora, o que o Governo, em princípio, não deseja é abrir os cofres do Fundo de Garantia para que se faça uma nova chamada de capital. Bom, mas essa não é uma decisão ainda definitivamente tomada. Esse é o pensamento inicial.

Sobre o Fundo Soberano, como aplicar os recursos do Fundo Soberano ou do Fundo Social. Haverá um comitê gestor que vai dizer onde esses recursos devem ser aplicados. No exterior, em que fundo no exterior, em que banco no exterior, quanto deve ser retirado de lá pra cá. Aplicado aqui aonde? Esses recursos do Fundo Social podem ser aplicados inclusive na exploração de petróleo. Nós estamos estabelecendo na lei que somente petrolíferas podem se associar em grupos para disputar campos no pré-sal. Exceto um Fundo Social, um determinado fundo que venha a ser constituído pelo Fundo Social. O que a imprensa começou a chamar de fundo do fundo. Ou seja, este Fundo Social que decorre de recursos do petróleo poderá criar um novo fundo para participar das licitações em consórcio com empresas petrolíferas entre as quais a PETROBRAS. Este comitê gestor que será formado por agentes do Governo e da sociedade e que não terá salários, não terá remuneração, nem o comitê gestor nem o comitê deliberativo, ele decidirá onde aplicar e como aplicar tais recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Renato Casagrande para a réplica.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. A questão do Fundo de Garantia, eu acho que nós devemos fazer um debate, porque o Governo, que é o acionista majoritário da PETROBRAS, está viabilizando engenharia financeira, que é normal, legítima, natural, para capitalizar, para se capitalizar, para aumentar sua participação, para colocar a PETROBRAS com mais capacidade de investimento, aumentar talvez o seu percentual de participação na PETROBRAS. Acho que é mais do que natural que também seja Fundo de Garantia seja outro instrumento que se dê ao acionista minoritário também a possibilidade de participar mais, aumentar a sua participação. Não tem nenhum prejuízo para o acionista minoritário se ele não aumentar sua participação, se não aumentar seu capital. Mas acho que seria importante o Governo pensar nisso.

A outra questão, as áreas estratégicas. Fora do pré-sal, tem um processo de licitação de blocos, depois da licitação do bloco é que vai se verificar o tamanho do potencial daquele bloco. Então, eu estou achando meio incoerente perante as duas regras, da regra de concessão. Porque fora do pré-sal será processo de concessão. Então, a empresa participa de uma licitação de uma área, depois vai saber o potencial dessa área. Então, eu estou achando que essa expressão, áreas estratégicas futuras, ela está mal posicionada no Projeto de Lei. Na minha avaliação que vamos ter que fazer um debate sobre este assunto.

As outras questões, Ministro, eu, de fato, quero que o recurso do Fundo Social possa ter investimentos estratégicos e o senhor sabe da nossa preocupação com a questão ambiental, petróleo é um combustível fóssil, nós temos que ter bons investimentos para que a gente possa compensar a emissão de gás de efeito estufa com atividade de queima de petróleo. Nós temos que avançar para que a gente possa ter novos pólos petroquímicos, gás químico no Brasil para poder agregar valor, as refinarias já estão sendo instaladas e planejadas, temos que agregar valor ao petróleo e temos que fazer com que esse recurso possa ser utilizado para compensar as grandes emissões. Obrigado, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão para a tréplica, dois minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Casagrande, V. Exa. fala em agregar valores. Sim, há uma decisão também do Governo e da própria PETROBRAS, no sentido de fazer agregações de valores. Nós por isso mesmo estamos iniciando a construção de algumas refinarias, uma das quais de grande porte, uma das maiores do mundo, que vai... Refinaria Premium, que vai processar 600 mil barris de petróleo por dia. Ou seja, um terço de todo o petróleo nacional. Serão produtos da melhor qualidade, destinados a exportação. Vamos exportar para os Estados Unidos e para a Europa diesel e gasolina da melhor qualidade, etc. E temos uma outra refinaria em construção em Pernambuco, outra prevista para o Ceará, estamos ampliando a refinaria do Rio Grande do Norte, enfim, agregando valores. Nós não queremos exportar petróleo bruto, como alguns países fazem. Nós queremos exportar produtos acabados, gerando emprego aqui no Brasil, gerando tributo, gerando valores. Essa é a nossa intenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Aloi-

zio Mercadante. V. Exa. tem cinco minutos para a sua pergunta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Presidente. Queria saudar o Ministro Edison Lobão, que faz uma apresentação muito consistente e um trabalho muito importante ao Brasil à frente do Ministério.

Eu queria, primeiro, rebater algumas colocações que foram feitas. Primeiro, sobre a constitucionalidade. O art. 177 da Constituição diz: "Constitui-se monopólio da União pesquisa e a lavra da jazida de petróleo, gás e hidrocarbonetos fluídos", portanto é monopólio da União. Mas foi introduzido dispositivo que diz: A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nesses incisos e a lei disporá sobre as condições da contratação. Portanto, a União pode contratar empresas estatais ou privadas e a lei tem que estabelecer quais são as condições. Nós tínhamos o regime de concessão, que era um regime adequado para o que era história do petróleo no Brasil. Alto risco e baixa produção. O pré-sal mudou essa história. Com as descobertas de ontem, nós estamos falando entre 10 e 16 bilhões de barris já descobertos, o que mais do que dobra as reservas existentes durante 70 anos no Brasil. Mudou a história do petróleo. Nós de um país importador de petróleo e que tinha autossuficiência em volume mas não financeira, porque nós tivemos um déficit em petróleo e gás de 11,9 bilhões de dólares o ano passado, nós caminhamos para ser um grande exportador de petróleo ou derivado de petróleo. Todos os países da OPEP têm o regime de partilha, e se não tivessem, a OPEP não teria capacidade de administrar o preço internacional, porque eles controlam 76% das reservas mundiais. Todos têm o regime de partilha. Porque mantiveram sob controle do estado a gestão dessa riqueza estratégica não renovável e que vai ter um déficit crescente na economia mundial. Então, a primeira discussão da partilha é que na partilha nós não vamos privatizar as reservas. Porque na concessão quando a empresa descobre petróleo, a reserva é dela por 27 anos. No regime de partilha, não. No regime de partilha as reservas continuarão sob controle da União.

A segunda questão fundamental que eu acho que é o tema mais importante que nós devemos discutir, é o que nós queremos fazer com esse petróleo. O que as empresas multinacionais de petróleo, as sete grandes querem, nós sabemos. Elas queriam que ficasse como estava. Porque quanto pagou a PETROBRAS e as empresas por Tupi e Iara? 15 milhões de reais na disputa da licitação de Tupi e Iara. Quanto eles descobriram de petróleo? De seis a 12 bilhões de barris. Vamos trabalhar com a hipótese pessimista, que seis bilhões de barris no fundo do mar a cinco dólares custam 30 bilhões de dólares, ou seja, 70 bilhões de reais. E vamos trabalhar com a hipótese otimista, 12 bilhões de barris a 10 dólares, 120 bilhões de dólares, 240 bilhões de reais. Portanto, as empresas ganharam entre 70 e 240 bilhões de reais, pagando 15 milhões de reais à União. O que elas queriam é que continuasse a nona rodada no silêncio absoluto do país, que o Brasil não soubesse o que tem e o que isso representa, porque elas maximizariam os seus interesses num planeta que só 7% das reservas estão hoje sob controle aberto ao setor privado, só 7% das reservas mundiais são livres o acesso às grandes multinacionais. Então, elas queriam que nós continuássemos nesse caminho. O Governo fez um serviço ao futuro desse país. Porque o melhor para o Governo era licitar na nona rodada, botar dinheiro em caixa e gastar. Fez exatamente ao contrário do objetivo eleitoral, que era ter dinheiro para gastar em eleição. Está pensando o futuro dessa nação, uma visão estratégica de longo prazo.

Qual é a segunda grande questão desse debate? É qual é o papel da PETROBRAS. Porque as grandes empresas multinacionais, elas tem uma imensa capacidade de refino e não é no Brasil. Elas não têm uma refinaria no Brasil. Estão nos seus países de origem. Elas têm uma grande capacidade de comercialização e distribuição, o que elas não têm é reserva, e o que elas querem no Brasil? Elas querem comprar óleo bruto porque elas vão refinar lá, o que nós temos que fazer? Nós temos que investir em refinarias, sondas, plataformas, substituir importações para exportar derivados de petróleo para gerar valor agregado no Brasil. Nós não temos que exportar matéria-prima, nós temos que exportar o produto acabado porque é isso que vai gerar emprego, isso que vai gerar impulso à industrialização, é isso que vai gerar uma indústria de bens de capital, de equipamentos. Então, nós temos que fazer cinco refinarias. Quem vai fazer? A PETROBRAS. Quem é que está fazendo nove mil quilômetros de gasoduto? A PETROBRAS. Quem é que está encomendado os navios, as plataformas, reativou os estaleiros no Brasil? A PETROBRAS. Eu vejo aqui o papel do setor privado, nós vamos continuar tendo, porque no regime de concessão continua. 28% do pré-sal vai continuar como concessão. Agora, qual é a participação do setor privado? Qual é a participação do setor privado? 35 bilhões de dólares. 35 bilhões de dólares é o investimento privado no Brasil nos próximos cinco anos. Qual é o investimento da PETROBRAS? 174 bilhões de dólares. É ela que puxa o processo, ela que industrializa, ela que impulsiona. Agora, se nós abrimos essas reservas no regime de licitação, as grandes multinacionais estão altamente capitalizadas, e eu peço atenção a

esse argumento, a PETROBRAS, ela vai se descapitalizar para disputar as reservas que estão no Brasil. Ao se descapitalizar, ela não vai conseguir sustentar o investimento em refino. Ela não vai conseguir modernizar as refinarias. Ela não vai conseguir encomendar os equipamentos. E aí nós vamos vender o óleo bruto para as empresas que querem as reservas e já tem o seu parque de refino, onde a PETROBRAS é uma concorrente. Se nós quisermos ter uma visão de nação, estratégica, nós temos obrigação de fortalecer a PETROBRAS. Quando nós damos 30% das reservas para ela operar sem ter que desembolsar capital, aquele capital que ela não vai desembolsar, ela vai investir em refinarias e equipamentos, que é o que interessa estrategicamente ao Brasil. Os outros 70% vai a leilão. Ou a PETROBRAS disputa e as empresas vão poder participar, como participam no pré-sal hoje. Porque hoje a PETROBRAS lidera oito dos nove blocos que estão lá no pré-sal sob concessão. Então, primeiro as empresas internacionais estão acostumadas a trabalhar com partilha, o mundo inteiro tem partilha. E a OPEP é só partilha. Estão acostumados, não é nenhuma novidade para elas. Evidente que elas queriam que a regra fosse o que estava, que era uma regra adequada num país de alto risco e baixa produção, mas não com as descobertas dessas mega reservas. O Brasil precisa administrar essas reservas olhando para o longo prazo. O Brasil precisa fortalecer a PETROBRAS, que é quem substitui importações, moderniza as refinarias, constrói cinco novas... é ela que vai garantir a mudança no saldo industrializante do petróleo. Ela que vai garantir transforme exportador de derivado de petróleo. Porque as grandes multinacionais não vão fazer uma única refinaria no Brasil. Por isso essa mudança é uma mudança estratégica, de política industrial. Gerar valor agregado, substituir importações e administrar com inteligência a nossa riqueza.

Para concluir, por que nós precisamos da PETROSAL? Porque a partilha é óleo custo e óleo lucro. Se a União não fiscalizar o óleo custo, inclusive não fiscalizar a própria PETROBRAS com uma estrutura independente, o óleo lucro pode ser menor do que seria a apropriação dela na riqueza que ela está mandando produzir no regime de partilha. Então, a PETROSAL é uma equipe técnica que vai fiscalizar a estrutura de custos e vetar qualquer gasto que não seja gasto com o valor de mercado, com o padrão de eficiência e produtividade, para aumentar o óleo lucro que vai ser a nossa participação. Por isso eu acho que é um modelo absolutamente indispensável ao Brasil e eu tenho certeza que os senadores, a partir do avanço desse debate, trabalharão para aprimorar esse modelo, para contribuir, mas ter um regime misto no Brasil não é o Governo que está fazendo essa opção, é que a história do petróleo no Brasil mudou. Nós éramos importador com autossuficiência volumétrica, não econômico-financeira, e vamos nos transformar num grande exportador ou de óleo bruto ou de derivado de petróleo. E eu espero que seja por derivado de petróleo. E não há como caminhar nessa direção sem fortalecer a PETROBRAS, capitalizando a PETROBRAS, dando acesso a ela as reservas, ela dominando mais informação, mais logística, mais competitividade, mais eficiência, ela que já é a oitava empresa do mundo e é a quarta empresa das Américas. Ela vai dar um salto extraordinário e vai ser das poucas grandes multinacionais de um país que tem tantas multinacionais aqui e poucas multinacionais lá fora. Por isso eu não vejo outro caminho aqui para o Brasil que não seja a adoção desse novo marco regulatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria cumprimentar o Senador Mercadante pela grande exposição que ele fez, tomando inclusive o lugar do Ministro Lobão, sugerindo a V. Exa. que fosse marcada uma audiência para que o Senador Mercadante pudesse fazer uma exposição sobre o problema e nós pudéssemos questioná-lo como nós estamos apresentando questões ao Ministro Lobão. Eu hoje a exposição... Eu não vi a a pergunta que o Senador Mercadante fez ao Senador Lobão. Eu vi uma conferência paralela e que nós não temos inclusive tempo de questionar o expositor, o Senador--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Art. 14 por ter sido citado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa., Senador Aloizio Mercadante tem, pelo art. 14, e também a possibilidade de formular a sua pergunta--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele vai pedir duas vezes, Presidente. Presidente, pela ordem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu estou tentando apenas fazer o papel... O grande Senador Dornelles fez ontem com a indústria, com o IBP. Porque ontem também ele fez uma defesa do que a indústria gostaria de ouvir do Senado. Eu hoje estou fazendo a defesa do que eu acho que é o melhor para o país e dando argumentos, e provocando o Ministro

Lobão e reforçando a intervenção que ele fez, deixando claro quais são as questões fundamentais que nós devemos debater. Agora, o que nós precisamos aqui é de argumentos. De argumentos. Eu estou apresentando argumentos daquilo que eu acho que é o fundamental para o Brasil e tenho certeza que o Ministro terá comentários relevantes a aprimorar à modesta contribuição que busquei dar à intervenção de V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de passar a palavra ao Ministro Edison Lobão, pela ordem, Senador Flexa Ribeiro. V. Exa. tem dois minutos para fazer a sua intervenção.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pedi pela ordem porque o Senador Mercadante vai pedir art. 14 pela segunda vez. Porque eu quero fazer minhas as palavras do Senador Dornelles. E me preocupa muito que a exposição brilhante do Senador Mercadante possa colocar em risco o Ministro Lobão. Porque me parece que ele está interessado no Ministério de Minas e Energia. Agora, só queria que o Senador Mercadante pudesse me explicar, ele por três vezes fez referência de que nenhuma empresa estrangeira faria investimento em refinaria no Brasil. Por três vezes. Só a PETROBRAS. O refino de petróleo é monopólio da PETROBRAS. Eu pergunto ao Senador Mercadante se ele quer quebrar o monopólio da PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. não pode questionar o Senador Mercadante. Tem que questionar o Sr. Ministro.

[sobreposição de falas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Art. 14, pela segunda vez. De forma muito breve--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Mercadante, brevemente, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço. Quero dizer o seguinte, houve uma inflexão na intervenção da PETROBRAS nesse novo Governo. Porque no Governo anterior, além de terem vendido 30% da empresa por apenas cinco bilhões de dólares e a empresa deixou de disputar os leilões, o primeiro leilão, o segundo e o terceiro praticamente esteve ausente, houve uma estratégia de fortalecer a PETROBRAS e a PETROBRAS numa perspectiva de substituir importações. Os estaleiros brasileiros estavam fechados. E hoje estão gerando milhares de empregos e produzindo, porque a PETROBRAS está encomendando sondas, plataformas e equipamentos. O petróleo era 3,5% do PIB. Hoje, é 12% do PIB. E metade disso é PETROBRAS. E o refino tem que continuar sob monopólio. Ainda bem que vocês não tiveram tempo de quebrar, porque quebraram tantos monopólios... Mas pelo menos esse nós conseguimos manter e é um fator de grande interesse estratégico. Por isso que a PETROBRAS tem que ser fortalecida no regime de partilha. Está de parabéns V. Exa. que ajudou a construir esse modelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Aloizio Mercadante. Com a palavra o Sr. Ministro Edison Lobão. V. Exa. tem cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu não quero invocar o art. 14, até que nem posso fazê-lo, eu sou um senador licenciado aqui, estou como convidado e Ministro, mas quero fazer minhas as palavras do Senador Mercadante. Ele ajuda muito com a sua intervenção a explicar todo este modelo que estamos propondo ao Congresso Nacional.

Eu não vejo porque tanta dificuldade em entender a participação da PETROBRAS neste processo todo. Acabei de dizer que 77% de todo o petróleo do mundo estão em mãos de empresas estatais pelo mundo afora. Por que haveria de ser diferente aqui no Brasil? Se dá certo lá fora, haverá de dar certo aqui também. E é o que nós estamos fazendo. Repito também, não estamos copiando o modelo de ninguém. Estudamos todos os modelos. Estamos construindo o nosso modelo, adaptando-o às nossas necessidades e aos nossos interesses. Aí vem a pergunta: E as empresas estatais ou não estatais do exterior têm interesse em participar no Brasil com regime de partilha? Sim. A própria PETROBRAS já está no exterior, em vários países, pelo regime de partilha. A PETROBRAS, não outra empresa, está por exemplo na Bolívia, na Nigéria, em Angola, na Líbia, em outros países. Onde é que estão as empresas estatais em regime semelhante e outras empresas privadas? A Shell está na Rússia, na Indonésia, na Nigéria e no Paquistão. Regime de partilha. A Exxon está na Indonésia, na Rússia e na Turquia. Partilha. A Total, é uma empresa chamada Total, encontra-se na Angola, na Líbia, na Nigéria, na Indonésia e no Azerbaijão. A Chevron em Angola, Indonésia, Rússia e Azerbaijão. A BP, a British Petroleum em Angola, na Rússia, na Indonésia e no Azerbaijão. A Devon encontra-se na Rússia. E eu diria uma série de outras, eu já fui procurado por várias empresas internacionais, entre as quais a Shell, que, aliás, estava recentemente num encontro no Estado do Senador Gerson Camata, no Espírito Santo, tive um encontro lá há 15 dias numa solenidade pública em que o Presidente internacional da Shell declarou que está pronto para vir investir no Brasil, no pré-sal. O que as empresas internacionais

querem saber é exclusivamente sobre regras claras e respeito aos contratos. Feito isto, estão todas prontas para vir investir aqui. Além desta, diversas outras empresas internacionais já me procuraram dizendo que têm todo interesse em participar. E que não têm nada contra o regime de partilha. Estão inteiramente de acordo. Portanto, eu não vejo porque essas dúvidas quanto ao futuro e ao sucesso desse empreendimento que estamos iniciando aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Mercadante, dois minutos para réplica.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu gostaria, Ministro, de explorar dois outros assuntos. O primeiro sobre o Fundo Social. Eu acho que o Fundo Social foi uma construção inteligente de reunir os recursos e vincular objetivo estratégico do Brasil. Mas eu não vejo como nós vamos escapar de um Fundo Soberano. Caso contrário, nós teremos uma apreciação muito forte da moeda e vamos repetir os erros que a maioria dos países produtores e exportadores de petróleo cometeram. Porque toda essa lista de grandes produtores e exportadores de petróleo são economias parasitárias, que vivem só do petróleo, incapaz de desenvolver os outros setores da economia. Nós já estamos entre as dez maiores economias do mundo, somos um país industrializado. Se o real se apreciar, nós vamos perder competitividade nos outros setores do agronegócio, da indústria, prestações de serviços, então nós precisamos colocar essa poupança no fundo fora do Brasil. Aplicar esses recursos e usar internamente o resultado das aplicações. Então, eu acho que essa discussão precisa ser aprofundada do ponto de vista macroeconômico. Nós temos tempo para isso. E o Celso Furtado advertiu isso, quando ele escreveu um livro sobre a descoberta de petróleo na Venezuela, em 1974, ele diz: "A Venezuela acaba de descobrir grandes campos de petróleo", como nós estamos descobrindo agora. "Se ela não souber usar essa riqueza, ela vai involuir. Se ela souber, vai ser o primeiro país desenvolvido da América Latina", ele alertava para a doença holandesa em 74. Hoje nós estamos vivendo o que a Venezuela viveu em 74. Nós estamos olhando para o futuro, nós vamos ficar entre o sexto, sétimo, oitavo país exportador de petróleo, não há como nós não construirmos um Fundo Soberano associado ao Fundo Social. O Brasil precisa debater isso, a Noruega é um exemplo de êxito nessa área e nós não temos outro caminho se quisermos preservar a industrialização e a competitividade do Brasil. E usar o petróleo, não pela maldição do petróleo, mas o petróleo como uma riqueza econômica que vai se transformar... Riqueza natural que vai se transformar em riqueza econômica e social.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, dois minutos para a tréplica.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Mercadante, V. Exa. não havia chegado ainda a essa Comissão quando eu fiz uma explicação sobre essa questão fundamental e importante, mais ou menos na linha do que V. Exa. está dizendo. Nós não cometeremos os erros que outros países cometeram nessa matéria. Este será um Fundo Soberano, sim, a ser aplicado no exterior e eventualmente parte dele aqui também. Nós não abdicaremos do nosso desenvolvimento na maneira em que ele se processa por volta dos anos 60, no começo dos anos 60, a economia brasileira se baseava no café, era o produto de exportação que tínhamos. Hoje nós somos um país de exportação diversificada, sofisticada, temos uma indústria poderosa, construtoras extraordinárias que estão espalhadas pelo mundo afora operando. A nossa economia não se alterará, o rumo dela se manterá. Nós vamos continuar com a nossa economia forte, pujante e a riqueza do pré-sal será um *plus* a esta economia. Nós abjuramos a maldição holandesa. Nós não abriremos a nossa guarda para que ela venha aqui em lugar de nos ajudar, a riqueza do petróleo nos prejudicar. O petróleo há de ser uma bênção de Deus e não uma maldição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Ministro. Com a palavra o Senador Marconi Perillo, pelo PSDB.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Marco Antônio, Sras. e Srs. Senadores. Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar ao Ministro Edison Lobão, nosso colega, que tem revelado mais uma vez sua competência e sua qualidade técnica dirigindo um dos mais importantes Ministérios desse país. É uma satisfação e honra recebê-lo aqui. Hoje mesmo estou protocolando um outro requerimento, convidando S. Exa. para vir aqui nessa Comissão debater outros assuntos relativos à matriz energética, distribuidoras, distribuidoras federalizadas, a companhia energética de Goiás, conforme já disse a S. Exa. em visita recente. Mas eu queria cumprimentá-lo, saudá-lo e agradecê-lo pela presença aqui na Comissão, nessa Audiência Pública.

Ontem nós fizemos uma reunião que contou com a presença de inúmeros senadores e praticamente toda a bancada Federal do PSDB na Câmara. Uma reunião que foi realizada no partido. Claro que essa questão do pré-sal foi o motivo principal dessa reunião. E lá alguns aspectos foram colocados, eu gostaria de ouvir de V. Exa., que é um Ministro, um colega Senador por

quem tenho muito respeito. A primeira preocupação diz respeito à lei que tramita hoje na Câmara e também a discussão toda em relação a marco regulatório, agência reguladora, etc., que tem tratado de forma muito contundente a questão do pré-sal, mas que não tem levado na mesma consideração, pelo menos aos nossos olhos, a questão do pós-sal. Então eu queria ouvir de V. Exa. se o Ministério e o Governo já tem algum indicativo, algum estudo ou alguma deliberação mesmo em relação à questão do pós-sal.

E outras questões que foram também motivo de preocupação nossa. Eu queria perguntar a V. Exa., quando se consideram as condições geofísicas da camada do pré-sal e a profundidade das reservas, Sr. Ministro, eu estou me referindo às condições geofísicas da camada do pré-sal e a profundidade das reservas, qual é verdadeiramente... S. Exa. já deve ter falado no início, eu estava em outra Comissão, mas qual é verdadeiramente a viabilidade técnica e comercial dessa exploração? Vale ressaltar que de acordo com levantamentos preliminares junto a consultorias há risco dos campos serem bem menores na prática e até de se encontrar petróleo, mas não conseguimos trazê-lo à superfície. Eu queria ouvir a opinião de S. Exa.

Uma outra questão também nos preocupa. Em julho, um consórcio incluindo a Exxon Mobil, a Hess Corp e a PETROBRAS, completou os trabalhos no poço chamado Guarani no Bloco BM-S-22 da Bacia de Santos e não encontrou petróleo. À época, a PETROBRAS divulgou o comunicado a respeito do bloco reconhecendo o risco, mas considera improvável a ocorrência desse problema em blocos do pré-sal operados por ela. No dia 24 de agosto a britânica BG Group afirmou que um poço perfurado em conjunto com a PETROBRAS na costa brasileira não contém hidrocarbonetos, apesar de um exame inicial ter apontado a presença de gás. Esses problemas podem comprometer e ao mesmo tempo confirmar alguma precipitação e um excessivo otimismo em relação a essa chamada reserva de pré-sal? Eu queria tecnicamente ouvir a opinião de S. Exa.

Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, cinco minutos para a resposta.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Marconi Perillo, a questão do pós-sal, ela tem sido levantada com certa frequência, no sentido de se perguntar e informar o que ocorrerá com o petróleo eventualmente existente no pós-sal, em que regime isso será operado. Existindo, realmente, petróleo no pós-sal, e ele existe, o regime será o mesmo. O campo está sendo operado sob o regime, no caso estará sendo operado, sob o regime de partilha. Tudo quanto houver naquela direção da sonda será no regime de partilha. Nós temos a segurança, segurança que decorre do fato de que trinta e tantas perfurações feitas resultaram quase todas, quase todas em sucesso, coisa que não ocorre em área nenhuma, que não seja a do pré-sal. Temos, portanto, a convicção de que ali há uma extensão gigantesca de petróleo. Essas perfurações não foram localizadas num ponto só, mas ao longo dos 149 mil km² que constituem a área do pré-sal. É claro que dezenas e dezenas de outras sondagens precisam ser feitas. A Agência Nacional do Petróleo já está autorizada a fazê-lo e começa a realizar licitações, vai fazê-las, exatamente para que a sondagem se ampliem e nós tenhamos uma consciência mais nítida de tudo quanto existe ali. Quando alguma empresa... Houve o caso da Hess, que é associada à Exxon e à PETROBRAS--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essas incertezas ainda acabando impedindo que o Governo arrisque inserir num Projeto de Lei ou numa discussão em relação a marco regulatório a questão do pós-sal?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não. Nós não temos nenhuma consciência de risco ali, porque sabemos que ali existe o petróleo. Quando uma empresa, eu estava dizendo, associada a outras, a Hess, que era operadora desse caso associada à PETROBRAS e associada à Exxon, encontrou um poço chamado poço seco, veio a informação de que uma das associadas havia feito uma restrição quanto ao local da perfuração. O bloco era aquele, porém perfurou-se aqui quando deveria ser aqui e por isso naquele local o poço resultou seco. O que eles chamam de careca, autocareca. Era o chamado autocareca que resultou seco. Ao lado daquela região poderia ter havido uma incidência muito grande de petróleo, ou seja, a possibilidade de ter sido feito uma perfuração no lugar errado, equivocado. Portanto, não significa que isso sirva de exemplo para dizer que não existe aquela concentração monumental, generosa de petróleo como temos anunciado. Todos os indícios nos autorizam a dizer que há de fato uma super concentração de petróleo em toda a região do pré-sal.

O caso do México. Ora, Guará acaba de anunciar uma concentração de petróleo da ordem de um bilhão e 100 milhões de barris, o que é muita coisa, a dois bilhões de barris. Esta é a quarta área que vem se agregar ao estoque de petróleo já praticamente certificado que temos no Brasil. Mas, muitas vezes, e vou dar um exemplo concreto aqui, faz-se uma perfuração mesmo a região do pré-sal, e o resultado é negativo. Exemplo, Tupi. A PETROBRAS lá atrás era detentora do poço de Tupi, perfurou e não encontrou

petróleo. Em seguida... E devolveu o campo à Agência Nacional do Petróleo. Devolveu. A PETROBRAS perdeu, junto com suas associadas, o campo de Tupi. Tempos depois, aperfeiçoada a tecnologia, a PETROBRAS perfura no mesmo local mais profundamente, e encontra este campo gigantesco de petróleo em Tupi. É a tecnologia avançando e produzindo resultados. O que aconteceu a duas semanas no Golfo do México? A PETROBRAS, de novo, da qual nós todos nos orgulhamos, nós brasileiros, perfurou, associado a outras empresas, profundamente a mais de 10 mil metros... Olha que o pré-sal, nós estávamos falando de cinco a sete mil metros de profundidade entre a lâmina d'água e a região perfurada. Lá no golfo do México perfurou mais de 10 mil metros e encontrou cerca de um bilhão e tantos barris de petróleo acumulados lá embaixo. Então, nessas áreas do pré-sal onde se diz que não há petróleo, há sim muito provavelmente. Basta que se perfure mais ou basta que se perfure no local geologicamente adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Marconi Perillo, dois minutos para a réplica.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu estou satisfeito com as respostas do Ministro Lobão. Naturalmente que esse debate é um debate que vai suscitar ainda muita discussão daqui para frente, e nós teremos outras oportunidades de debater aqui nessa Comissão e em outras comissões, discutir esse assunto com o Ministro Lobão, com outros especialistas e com certeza nós vamos com o decorrer do tempo nos aprofundando em relação a esse debate, que é um debate muito importante ao Brasil.

Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Marconi Perillo. Ministro Edison Lobão, alguma consideração?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sim, uma consideração final ao Senador Marconi Perillo, dizendo que eu mencionei um caso emblemático do campo de Tupi, onde inicialmente não se encontrou petróleo e agora, quando ele começa a produzir comercialmente, imagina-se que somente o campo de Tupi produzirá metade do que nós estamos produzindo hoje no Brasil, ou seja, um bilhão de barris. Um milhão de barris por dia. Um milhão de barris por dia. Então, tudo isso decorre da tecnologia que vai avançando, vai se aperfeiçoando, vai tornando possível essas descobertas e essa produção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Edison Lobão. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, do PRB.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, muito obrigado. Senhores membros da Mesa, Senador Eliseu Resende, Senador Edison Lobão.

Eu digo aqui com toda sinceridade, uns diriam que se trata dos ventos do destino, outro diria que é a mão do imponderável... Eu não tenho dúvida em dizer que é uma graça de Deus para todos nós brasileiros que um político tão experiente, um cidadão com uma inconfundível, inegável vocação para o serviço público, uma alma democrática, um sujeito conciliador como V. Exa., que durante todo o tempo da sua vida pública imaculada, tem mostrado ao nosso país toda genialidade do político brasileiro, eu considero realmente uma graça para todos nós brasileiros que V. Exa. esteja nesse momento na direção do Ministério das Minas e Energia, no momento em que o Brasil encontra uma reserva tão grande de petróleo e nós temos que tomar decisões de cunho soberano, técnicas, mas sobretudo na garantia dos sagrados direitos do nosso povo a uma vida melhor. V. Exa. tem o aplauso, pode ter certeza de todos seus colegas e de todos os brasileiros que estão acompanhando a gestão de V. Exa., do Ministério de Minas e Energia. V. Exa. não é engenheiro, V. Exa. é um brilhante advogado, mas é impressionante a capacidade que V. Exa. tem de analisar com percuciência, concluir com lucidez e inteligência e realizar com bravura. V. Exa. é essa pessoa que realmente o Brasil precisava à frente desses campos de tal maneira que nós todos o aplaudimos.

Alguns questionamentos. No Rio de Janeiro, na Bacia de Campos, nós teremos poços... O Rio de Janeiro pega um pouquinho de Campos e um pouquinho de Santos. Os poços a 1.000 km. Mil quilômetros é uma distância grande. Eu não sei se há helicópteros para cobrir 1.000 km. Toda vez que vou a Campos eu vejo um aeroporto lotado de helicópteros trazendo milhares de pessoas. Me disseram que na Bacia de Santos chega ao fluxo de 40 mil pessoas por mês; 40 mil. V. Exa. já equacionou? A PETROBRAS sabe disso? Dizem que o pré-sal vai chegar até o Ceará depois que nós pudermos, tivermos tempo e tecnologia para prospectar. Isso é viável, é plausível. Alguns dizem que, pela separação dos continentes, há também uma camada de pré-sal lá na parte leste da África. Nigéria, Angola, Namíbia, Golfo da Guiné...

V. Exa. falou sobre tecnologia. Nós... A PETROBRAS não precisará de parceiras estrangeiras que detenham tecnologia mais avançadas que a nossa? E V. Exa. não tem preocupações, porque veio aqui o setor da indústria e disse que se eles não forem ope-

radores, as Sete Irmãs, eles não trarão tecnologia. Disse aqui ontem o pessoal das operadoras, da indústria do petróleo. Só trazem tecnologia avançada se for operador. E essa tecnologia para nós desenvolvermos vai demorar mais tempo. Agora, V. Exa. tem toda razão, nós não temos pressa para explorar petróleo. Ninguém quer ser exportador de olho bruto. Lembro aqui que a Indonésia exportava petróleo a três dólares, hoje importa a 70 o barril. Caso histórico. O México tinha reserva para 20 anos, hoje tem para sete, oito, porque foi exportador líquido de petróleo, V. Exa. está coberto de razão, o Brasil não quer, não abre mão de salvaguardas como essa. De jeito nenhum. Ninguém abre no mundo de hoje porque o poder hoje é energia. Não é mais conquista de territórios. Foi no século passado. Hoje é energia. Os Estados Unidos gasta 25% do petróleo do mundo, mas importa 65% e vai para uma crise de petróleo, uma crise de energia de longo prazo. V. Exa. está coberto de razão, acho que esses projetos do Governo... Inclusive ontem que o Governo abriu mão da urgência, acho que serão mais bem debatidos, mas são perfeitos. V. Exa. pode ter certeza que nós todos estamos acompanhando de perto, torcendo muito por V. Exa.

E por último, tenho um minuto e 32, eu estava lendo um dos jornais, jornal importante lá no Rio de Janeiro, mas contumaz em levantar assuntos polêmicos e muitas vezes não reflexos de uma verdade. E diz aqui o seguinte: O Ministro Edison Lobão anda falando cobras e lagartos, que o Rio não é dono de nada, que o subsolo é propriedade da União. Lobão diz o seguinte: O Rio tem que se contentar com o que já tem no modelo vigente, se ficar insatisfeitos vamos colocar a mão no antigo também [riso]. Eu conheço o temperamento, a índole e votação democrática de V. Exa. Não me parece a alma do Senador Lobão dizer que vai tirar do Rio inclusive o que o Rio já tem, até porque V. Exa. fez uma peregrinação muito democrática lá na cidade, no meu estado, na região dos lagos. Então, Senador Lobão, ficam aqui meus questionamentos na esperança que V. Exa. possa esclarecer e tranquilizar-nos, não só com informações técnicas, mas também a respeito de suas reais intenções com relação ao meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, V. Exa. tem cinco minutos para a resposta ao Senador Marcelo Crivella.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Crivella, desde logo eu agradeço as palavras tão generosas de V. Exa. em relação a mim, e naturalmente decorrem desta alma ampla, cristã, que dirige as ações de V. Exa. e o seu pensamento. V. Exa. é um homem público da melhor qualidade e um amigo que eu considero sem defeitos. Mas, o interesse fundamental de V. Exa. é saber a minha posição a respeito do Estado do Rio de Janeiro e sobre estas manifestações que decorrem apenas da cizânia de algumas pessoas desse interesse indormido de alguns, em estabelecer a intriga entre pessoas e entre entidades. Eu jamais disse isso, jamais procedi desse modo.

Em primeiro lugar, eu sempre declarei, proclamei em todos os momentos publicamente, que nunca se quis tirar dos estados produtores aquilo que os estados produtores hoje possuem. Segundo, os estados produtores serão acrescidos dos 28% do resultado do pré-sal que começam a dar os primeiros passos com a exploração de Tupi, no regime de concessão. Portanto, esses estados terão ganhos crescentes em royalties e participação especial, a partir da produção dos 28% do pré-sal. Nas decisões que tomamos no grupo interministerial, foram apresentadas algumas possibilidades e algumas alternativas no que diz respeito às novas descobertas, ou seja, os 70% do pré-sal e as áreas estratégicas que virão no futuro. Antes do Presidente da República tomar uma decisão e mandar os projetos ao Congresso Nacional, é bom que fique claro isso aqui, os três governadores dos estados chamados produtores, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, estiveram com o Presidente da República no Palácio Alvorada com a minha presença e da Ministra Dilma e de outros Ministros e assessores técnicos nossos, na véspera portanto do envio dos projetos ao Congresso Nacional, e esses governadores pediram a preservação dos critérios de distribuição de participação especial e royalties para os chamados estados produtores. E qual foi a decisão do Presidente da República, ouvidos os seus Ministros, a mim modestamente, em primeiro lugar? Foi no sentido de que fossem atendidos. E isto aconteceu, portanto com a minha aprovação, com a minha aprovação não diria, mas com o meu acontecimento ao Presidente da República. E o Presidente enviou então uma mensagem ao Congresso Nacional em que diz exatamente isto, enquanto uma nova lei não dispuser em sentido contrário, prevalecem os critérios adotados atualmente para o regime de concessão no regime de partilha. Portanto, a minha posição é o inverso, é a contrafação daquilo que está dito no jornal a que V. Exa. se refere. Através de fontes que não foram identificadas e que se interessam realmente na cizânia entre pessoas e entre autoridades. Nada mais do que isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Marcelo Crivella, dois minutos para a sua réplica.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu já sabia disso, porque tenho o privilégio de ser amigo pessoal do Senador Lobão e ele atende a minhas chamadas, embora seja um homem extremamente ocupado, principalmente com ligações ao mundo inteiro. Recentemente, inclusive, tive a honra também de representar o Senado Federal numa grande homenagem que o Senador recebeu num jantar de gala em Londres onde foi aplaudido por um público internacional, mas que reconhece o seu valor como homem público e como Ministro nessa fase tão importante do nosso país. Eu sabia disso. Realmente. Eu acho que esses abutres que tem fome de ódio e sede de sangue devem saber de que... E o Rio de Janeiro precisa saber disso também, que V. Exa. não é o homem das cobras e lagartos. V. Exa. é o homem da pomba da paz. Conciliador, democrata, ouve a todos, sempre voltado ao interesse público. E é assim que o Rio de Janeiro vê, até porque tem a honra também de abrigá-lo muitas vezes nas suas horas de lazer, já que V. Exa. tem uma parte do seu coração naquela cidade maravilhosa, onde vivem também seus filhos, seus netos e grande parte da sua querida família.

Senador Lobão, vossas palavras trazem tranquilidade ao debate político e muita lucidez e eu agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão, tréplica.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu quero só acrescentar, Presidente Collor, o seguinte. Tomada a decisão a que me referi pelo Presidente da República, tornou-se necessário redigir um dispositivo, aliás, dois, que dissesse respeito a essa preservação dos direitos atuais concedidos por uma legislação ordinária aos estados produtores. Quem redigiu esses dispositivos? Foi redigido por um jurista do Governo Brasileiro com a presença e a participação do Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Prof. Joaquim Levi. O artigo que veio inserido na proposta do Governo tem o dedo e a participação expressiva do Dr. Joaquim Levi. E ele jamais redigiria um dispositivo que não fosse altamente benéfico aos interesses do seu estado, do estado que ele representa no Governo. Redigido o dispositivo, os governadores presentes aprovaram. E os Ministros presentes, liderados pelo Presidente da República, por igual aprovaram. Portanto, aí estão os interesses do Rio de Janeiro, São Paulo e do Espírito Santo absolutamente defendidos por uma iniciativa do Governo Federal.

Mas, eu havia esquecido de fazer uma menção a uma citação feita por V. Exa. de que, segundo alguns, só trarão algumas empresas petrolíferas, só trarão sua tecnologia se forem operadoras. Não. Essas empresas vêm dizer a mim que tem interesse em participar do modo como nós estamos propondo o modelo, o regime de partilha, ou seja, com a liderança da PETROBRAS. Até porque a liderança da PETROBRAS, repito, já se exerce hoje em 80% dos campos exploratórios do Brasil. É a PETROBRAS que está explorando em benefício de todos. Do consórcio inteiro. O consórcio... Essas empresas se interessam por uma coisa fundamentalmente. Qual é essa coisa? O lucro. Não importa quem está operando o campo. Para elas o lucro que é fundamental. Elas terão lucro participando desse campo? Sim. Isso é tudo que interessa a elas. E posso dizer que a presença da PETROSAL ali, fiscalizando os interesses da União Federal, mas também dos associados, é útil a eles. Eles têm todo interesse em participar do pré-sal brasileiro. V. Exas. vão ser testemunhas do quantos concorrerão em todos os blocos que pusermos em licitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Edison Lobão, mais uma vez. Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho, pelo PMDB.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pega leve aí com o seu pai.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Vou pegar leve. Sr. Presidente, antes de mais nada eu queria corroborar as palavras do nosso Senador Francisco Dornelles, quando elogiou a metodologia dessa Audiência Pública. Apesar de profundamente prejudicado por essa metodologia, visto que fui o sexto inscrito e estou sendo praticamente o penúltimo a falar, ainda assim eu acho que essa metodologia deu eficiência a esta Comissão. E quero, além de tudo, parabenizar principalmente V. Exa. pela oportunidade de haver convidado o Ministro Edison Lobão para dirimir dúvidas tão importantes neste momento de discussão de um tema que é de interesse nacional, como é o pré-sal. Muito bem.

Quero registrar aqui aos meus colegas, para a surpresa dos nossos colegas que eu não fiz nenhum combinadinho de perguntas com o meu genitor, Ministro Edison Lobão. Portanto, já vai o petardo. Eu assisti uma entrevista... É fogo amigo. Eu assisti uma entrevista do Presidente Gabrielli na Globo News, onde ele foi indagado pelo repórter acerca das especificidades da operação da PETROBRAS, operação única da PETROBRAS. E ele perguntou ao Presidente Gabrielli, que escorregou, escorregou, e pela impaciência do repórter o tema foi esquecido e passado adiante. Ele perguntou: "Durante a operação da PETROBRAS, que é uma operação única, os seus parceiros poderão ser terceirizados nesta operação? Poderá haver terceirização de equipamentos, de pessoal, na operação, vis-

to que ela é pelo marco regulatório uma prerrogativa exclusiva da PETROBRAS?" Esta é a minha primeira pergunta.

A segunda pergunta é a respeito da colocação do Ministro em relação à questão do óleo diesel, da intenção do Governo aumentar o consumo do óleo diesel.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Queria fazer uma pergunta sobre a sua questão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Quando você fala... Você está se referindo às reservas que são transferidas para a PETROBRAS?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu estou falando das reservas do pré-sal, onde a PETROBRAS é operadora exclusiva, se há a possibilidade da PETROBRAS terceirizar para empresas estrangeiras equipamentos, serviços, pessoal, num ato de exploração das reservas do pré-sal.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tive a impressão que ele estava se referindo à impossibilidade de transferência, quando a PETROBRAS recebe... Vier a receber as reservas do pré-sal.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito bem. Então, a segunda pergunta um esclarecimento maior sobre a questão do óleo diesel. V. Exa. declinou aqui nessa Comissão que o Governo estuda formas de aumentar a utilização do óleo diesel por parte da população. Eu gostaria de mais informações sobre isso.

Na realidade, eu tinha 56 perguntas, mas como eu fiquei no rabo da fila, as minhas 56 perguntas já foram perguntadas por outros Senadores. Portanto, essas são as duas perguntas que eu dirigiria ao Ministro Edison Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro, cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Senador Lobão Filho, eu vou responder começando pela segunda intervenção de V. Exa., sobre o que eu acabei de falar a respeito da utilização de diesel em automóveis, automóveis a diesel. O que eu quis dizer, respondendo creio que ao Senador Gerson Camata que me fez essa proposição, foi que o Brasil é um país que já avançou tanto tecnologicamente, que ele cuida de pesquisas em vários campos de suas atividades. Por exemplo, nós temos a Eletrobrás que é a *holding* do sistema elétrico. E a Eletrobrás tem uma empresa de pesquisas e que faz descobertas extraordinárias. Por exemplo, foi criada uma torre de transmissão de energia chamada Raquete, ela tem o formato de uma raquete. Esta torre está sendo copiada em vários países do mundo. E por quê? Porque na transmissão a longa distância, ela economiza as perdas existentes. Bom, assim faz também a PETROBRAS, ela tem o seu laboratório de pesquisas. Outras entidades do Governo também tem. Itaipu, a usina binacional Itaipu pesquisa a utilização de um automóvel elétrico, o que não quer dizer que vai espalhar pelo Brasil, e já existe alguns, vai se espalhar pelo Brasil, até seria de bom tom que isso pudesse acontecer, automóveis elétricos e caminhões, ônibus, etc. Já existem alguns, dentro dessas experiências que estão sendo feitas. O que quis dizer a respeito do diesel é que experiências também são feitas neste campo, o que não quer dizer que nós... A partir de agora estabeleçamos como modelo a utilização de automóveis a diesel, até porque eles são um pouco mais poluentes, embora a questão do enxofre esteja sendo contida na elaboração melhor do diesel que estamos produzindo no Brasil. Além do mais, com a mistura do biodiesel, o diesel produz menos poluição. Nós já temos experiência de 4% de mistura no diesel, a partir de 1º de janeiro vamos introduzir 5% de biodiesel no diesel, fizemos algumas experiências com os três na Vale do Rio Doce, as locomotivas na Vale do Rio Doce, usando até 20% de biodiesel no diesel. Ou seja, o Brasil, que é um país que avançou tecnologicamente, faz experiências de toda natureza, o que não quer dizer que adote alguns modelos. Esse, por exemplo, é um modelo discutível. A sociedade precisava ser consultada mais profundamente sobre se no futuro, não sei se muito distante ou próximo ou médio próximo, pudéssemos adotar aqui o que se faz na Europa, que é a utilização de automóveis em grande escala a diesel. Então, eu não quis dizer que nós estamos prestes a usar uma frota de automóveis a diesel no Brasil. Disse que há experiências sendo feitas do ponto de vista tecnológico desta possibilidade. Só isto e nada mais. Agradeço as indagações de V. Exa.

Mas sim, essa foi a segunda pergunta. A primeira, sobre se a PETROBRAS poderá vir... Senador Eliseu Resende... A se valer dos préstimos de outras petrolíferas para a exploração no pré-sal, terceirizando atividades. A própria PETROBRAS já trabalha de algum modo no Irã, como uma prestadora de serviço. Isso acontece em muitos países do mundo. Eu estou no convencimento que a PETROBRAS tem condições de sozinha... Vou concluir, Sr. Presidente, tem condições de ela sozinha dar conta de suas novas responsabilidades após a aprovação dos projetos pelo Congresso Nacional, se isto vier a acontecer como nós esperamos. Mas se ela tiver a necessidade da presença de uma outra empresa privada, ela poderá seguramente, pelo regime de prestação de serviço, valer-se dela. Essa é uma possibilidade que poderá vir a ocorrer, não creio que venha a ser necessário, a PETROBRAS terá condições de fazer isso sozinha. Ela está no Brasil, como

disse, com 80% de todos os campos, como operadora, está no exterior, no exterior, em muitos países do mundo operando petróleo e ela dará conta também do seu recado no pré-sal. E as empresas outras, semelhantes, o interesse fundamental delas é no lucro. Se elas forem chamadas a ser operadoras, serão. No futuro. A lei não prevê, mas se vier a lei a ser alterada no futuro, elas virão. Senão, o que elas querem é participar exatamente dos consórcios, participar das licitações, conseguir triunfo e receber o seu lucro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Edison Lobão Filho, dois minutos para a réplica.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu estou plenamente satisfeito com as explicações e gostaria de deixar claro a minha surpresa quando, depois do extenso trabalho realizado pelo grupo interministerial, foi realizado o novo marco regulatório e foi optado pelo regime de partilha. E minha surpresa decorre do simples fato de que pelo regime de concessão, o Governo colocaria em seu caixa, imediatamente, largas verbas que poderiam ser utilizadas ao longo de um ano que eu diria que é um ano eleitoral. É preciso muito patriotismo para mudar esta regra e jogar para o próximo Governo os benefícios financeiros econômicos da exploração do pré-sal. Fosse outro governante, dificilmente teria tomado atitude como essa, teria feito os leilões de concessão, teria recebido em caixa dentro da gestão desse próprio governo e Deus sabe o que isso traria de prejuízo para o nosso país.

Então, eu gostaria de parabenizar ao Ministro, a equipe toda que realizou este estudo do marco regulatório e principalmente ao Presidente da República que teve conforme eu disse esse sentimento de patriotismo em relação a esse tema.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de passar a palavra ao Ministro para sua tréplica, o vice-Presidente da Comissão, Ministro Eliseu Resende gostaria de fazer uma observação.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas para fazer um registro e enfatizar aqui que no caso da transferência das reservas para a PETROBRAS, corresponderia às reservas do pré-sal não concedidas ainda, não cabe a transferência da titularidade do contrato. A lei que foi mandada aqui pelo Governo foi muito clara. A PETROBRAS adquiriu essas reservas do Governo, ou da União, e não poderá administrá-las concedendo a outros a titularidade dos contratos como está previsto na Legislação vigente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, a sua tréplica.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: O Ministro Eliseu Resende tem toda razão. A PETROBRAS não poderá fazê-lo, realmente. Nós estamos imaginando ceder à PETROBRAS os cinco bilhões de barris de petróleo em campos considerado de individualização de produção. Eu creio que todos sabem de que se trata. Aqui tem um campo já concedido pelo regime de concessão, mas ele está dentro do pré-sal colado numa área do Governo, da União Federal ainda. Há a possibilidade e haverá, com segurança, na prática, a existência de ocorrência dessa natureza, em que um campo já concedido tenha o seu petróleo fazendo conexão com o petróleo que é da União Federal. É aí que se vai produzir uma coisa chamada individualização de produção. O que é isso? Os dois interesses, um, da empresa ganhadora no regime de concessão e a União Federal terão que se entender para a exploração comum daquele petróleo que está ali embaixo, que pertence a um e pertence a outro. Então será essa parte da União Federal que vai ser cedida inicialmente à PETROBRAS para formar o estoque de cinco bilhões de barris. Se isto não for necessário, nós destinaremos à PETROBRAS outros campos para completar os cinco bilhões de barris. Mas achamos que isto será necessário. E quem dirige essa unitização? Primeiro o acordo entre as partes. As partes se entenderão. E a Agência Nacional do Petróleo dará sua bênção. Naquilo em que as partes não se entenderem, a Agência Nacional do Petróleo fará a arbitragem. É assim que ocorrerá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado Sr. Ministro. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, prezado Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, Sr. Marco Antônio Almeida, Secretário do Ministério de Minas e Energia.

Eu gostaria de, com carinho aqui com o Senador Francisco Dornelles, descrever qual é o monstro que precisa ser evitado. Em 2003 o Prof. Xavier Sala-i-Martin e [ininteligível] Surjit Bhalla fizeram um trabalho para o MF, Fundo Monetário Internacional sobre o caso da Nigéria, da utilização de recursos naturais. E é muito interessante, prezado Ministro Edison Lobão, aquilo que nós devemos evitar, olhando o exemplo da Nigéria. Num período de 35 anos, a Nigéria obteve uma receita de 350 bilhões de dólares e de 1965 ao ano 2000, as receitas por pessoa, per capita, da Nigéria passaram de 33 dólares para 245 dólares de 1965 para o ano 2000.

Em que pese essa extraordinária receita de petróleo, o que é que aconteceu com a Nigéria? De 1970 a 2000, a proporção de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia, aumentou de 36% para 70%. O número de pessoas pobres na Nigéria, que era em 1970 de 19 milhões, passou para 90 milhões em 2000. A distribuição da renda caminhou de tal maneira, que em 1970 os 2% mais ricos e os 17% mais pobres da população receberam o mesmo total de renda em... Enquanto que os 17% da população passaram a receber o mesmo total de dinheiro na mesma época, os 2% mais ricos aumentaram para 55%, ou seja, um aumento extraordinário de desigualdade, de pobreza e aquilo que, justamente avalio, o Governo Brasileiro quer evitar com o conjunto de medidas que está propondo. Dentre as medidas para utilização de recurso do Fundo Social, estão justamente se prover boas oportunidades de educação, se desenvolver a ciência e a tecnologia, os cuidados com o meio ambiente, a cultura e o combate à pobreza.

Nesse mesmo trabalho, Senador e Ministro Edison Lobão, estes economistas recomendam à própria Nigéria, que para evitar esse tipo de problema, pudesse haver uma distribuição da receita dos resultados com a constituição de fundos, tais como o Fundo Social que o Governo Brasileiro ora coloca, mas com a distribuição para todos os habitantes da Nigéria como um dos meios para evitar o tipo de problema que aconteceu. Ou seja, algo semelhante àquilo que está proposto exatamente na renda básica de cidadania. E eu quero agradecer a oportunidade de diálogos que tenho tido com V. Exa., com a sua equipe, bem como com o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que justamente por recomendação da Ministra Dilma Rousseff avalio poderemos dialogar em maior profundidade para quando se chegar a definição da destinação desses recursos para cinco finalidades definidas pelo Presidente Lula e a forma mais eficaz de efetivamente se erradicar a pobreza absoluta e permitir aos quase 200 milhões de brasileiros que em breve seremos, os benefícios desta extraordinária riqueza.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: O Senador Suplicy explicita com muita inteligência o que aconteceu de fato em vários países do mundo. Países que eram pobres e que repentinamente se tornaram ricos com a produção do petróleo. Porém, a distribuição foi mal feita e isto conteve a possibilidade de crescimento em outras áreas da economia desses mesmos países e eles acabaram sendo amaldiçoados do mesmo modo pela pobreza. Nós ficamos durante todo tempo preocupados com isso. Mas em primeiro lugar nós já temos uma autovacina, que é o fato de ser o Brasil um país em franco crescimento. Um país que se situa entre os 10 maiores economicamente do mundo. Portanto, nós não precisamos da riqueza do petróleo para chegar à posição a que chegamos. Porém, tínhamos que tomar as precauções que até os exemplos de outros países nos sugeriam. O que fez, por exemplo, a Noruega? A Noruega não quis ingressar na maldição do petróleo chamada maldição holandesa. E ela constituiu ao longo de 40 anos um fundo expressivo, onde ela tem como sua propriedade 300 bilhões de dólares no exterior. No exterior para que esses recursos monumentais não interfiram na economia e na apreciação da moeda internamente, causando vários problemas de natureza econômica para o país. A Noruega é, portanto, um exemplo nítido e eficaz daquilo que se deve fazer e do que não se deve fazer nesta matéria. São 300 bilhões, portanto, construídos ao longo de 40 anos, além daquilo que já se aplicou em benefício da sociedade norueguesa, seja pela retenção de recursos para o tesouro do país, seja pela aplicação indireta em interesses de natureza social.

Nós estamos bem presentes com isso na nossa cabeça e estivemos com isso durante todo tempo em que discutimos nas reuniões interministeriais do grupo durante 14 meses. E chegamos, portanto, a estas conclusões que submetemos ao Congresso Nacional na tentativa obstinada de não incorrer nos erros que outros países acabaram por mergulhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Suplicy, dois minutos para a réplica.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu agradeço a resposta do Ministro Edison Lobão. Só quero corrigir a citação que eu fiz. Sobre a Nigéria, agora vou falar com precisão, como evoluiu a distribuição da renda. Enquanto em 1970 os 2% mais ricos e os 17% da população obtinham o mesmo total de renda, no ano 2000, os 2% mais ricos tinham a mesma renda que os 55% mais pobres. Para precisar, eu tinha cometido um erro ao relatar na primeira.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Presidente Collor, o Senador Suplicy cita o caso da Nigéria. E foi bom que o fizesse, o que me dá a oportunidade de me referir a este tema. A Nigéria produz hoje mais petróleo do que o Brasil e a Nigéria, tão grande é o prestígio da PETROBRAS, aqui no exterior, sobretu-

do no exterior, que esteve recentemente no Brasil o Presidente da Nigéria com a delegação de Ministros e de empresários, 200 empresários. O Presidente da Nigéria teve vários encontros com o Presidente, num deles eu estava presente e conversamos um pouco sobre essa situação do petróleo no mundo e sobre a PETROBRAS, basicamente, e a Eletrobrás. Não satisfeito, o Presidente me pediu, da Nigéria, que fosse às suas acomodações no hotel em que ele se encontrava hospedado para conversarmos um pouco mais sobre o assunto. Levei comigo o Presidente da PETROBRAS. Isso tem 20 dias. Ele queria saber do interesse real do Brasil em se aprofundar na produção de petróleo na Nigéria e fez algumas considerações e algumas propostas que por se tratar de assuntos de negociação de Governo a Governo, eu lamentavelmente não posso dizer ainda aqui. Mas quero dizer que foram na linha do prestígio que nem eu sabia que era tão grande da PETROBRAS no exterior. E do Brasil. Isto acontece com a Nigéria, isto acontece com o Irã, cujos Ministros, e digo no plural, têm vindo ao Brasil para convidar o Brasil para se associar ao Irã na produção de petróleo do Irã e no exterior, através da PETROBRAS. Convida o Brasil para integrar a OPEP, o Irã, a Arábia Saudita, o Qatar, vários países do mundo. Isto demonstra o conceito que tem a PETROBRAS, internacional, e o prestígio do Brasil hoje no exterior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se V. Exa. da próxima vez quiser me convidar para discutir também como melhor distribuir a renda nesse país, eu aceitarei o convite, Senador e Ministro, querido amigo Edison Lobão. Muito obrigado.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Farei com todo prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra Senador Flexa Ribeiro. V. Exa. tem cinco minutos, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Presidente Collor, Senador Eliseu Resende, Senador e Ministro Edison Lobão, Sr. Marco Antônio Almeida, secretário do Ministério. Primeiro, é uma alegria revê-lo, Ministro Lobão. A competência de V. Exa. aqui no Senado Federal, ela foi transposta para o Ministério de Minas e Energia. Quero parabenizá-lo pela sua atuação.

Como disse o Senador Perillo, fizemos ontem às bancadas do PSDB uma discussão inicial sobre os projetos encaminhados pelo governo, e vamos trabalhar no sentido de aprová-las. A posição do partido é de enriquecer os projetos, fazer os ajustes que sejam necessários de serem feitos e caminhar para a aprovação. A preocupação nossa era com o regime de urgência, porque o Governo passou mais de um ano fazendo esses estudos para que chegar ao modelo que foi encaminhado ao Congresso Nacional. E queria dar aos Parlamentares 45 dias na Câmara e 45 dias no Senado para que pudéssemos aprofundar o conhecimento e melhorar o projeto, isso era impossível de ser feito. Então, a retirada ontem do regime de urgência era exatamente aquilo que inclusive a base aliada do Governo pedia. Não era só a oposição, Presidente Collor. Era a base aliada também. Isso vai nos dar, Presidente Collor, possibilidade de começarmos a estudar e quero parabenizá-lo, porque fazemos antes do projeto chegar até aqui, nós vamos ter um tempo a mais do que a Câmara, porque enquanto está por lá o projeto a gente pode repetir essas audiências e eu acho que elas terão que ser feitas quase que semanalmente daqui para frente para que a gente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, no mês de outubro teremos quatro painéis somente para tratar do assunto do pré-sal e dessas questões de partilha, concessão--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sugeriria que nós fizéssemos fora do dia da--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Exatamente. A sugestão de V. Exa. já foi atendida, porque é fora do dia da nossa reunião regular. Será sempre às segundas-feiras, às 18 horas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Teremos que fazer quase que um curso extensivo sobre o pré-sal. Mas vou pedir desconto do tempo que nós ficamos dialogando aqui. Mas eu queria, Ministro Lobão, dizer... O Senador Mercadante, ele costuma fazer palestra não só para V. Exa., não, ele faz palestra a todos os Ministros que vem aqui e depois ele se ausenta, quer dizer, não dá nem para gente ter um diálogo com ele. Eu acho que o Senador Mercadante está se achando professor de Deus. Então, acho que isso aí é uma situação... Ele fez uma referência aqui, a questão da defesa da PETROBRAS que é nossa também. Eu queria dizer a ele. Senador Mercadante, nós temos a mesma posição que V. Exa. Todos nós. Todos nós temos na PETROBRAS uma empresa que é orgulho do Brasil. Queremos fortalecê-la, sim. Queremos que ela se torne uma grande empresa, que já o é, mas que chegue aos patamares das maiores do mundo na exploração de petróleo, não tem dúvida disso, vamos fazer a avaliação correta de forma a fortalecer a PETROBRAS.

Ele fez uma referência, e aí eu entro já na questão da capitalização da PETROBRAS. O secretário fez uma referência de que a PETROBRAS precisa da capitalização para que não possa... Que não perca o seu grau de *Investment Grade*. E vai transferir esse

endividamento à União. Haverá uma... Não é da PETROBRAS, mas passa a ser da União, que vai capitalizar a PETROBRAS com títulos que ela vai emitir. E aí vem a questão do ressarcimento. Por quanto a PETROBRAS irá entregar esses barris para a União, para que ela capitalize? Senador Mercadante fez duas hipóteses, não lembro a primeira, que parece que chegava a cinco milhões a 60 dólares, a 30 dólares, daria 60 bilhões de dólares e a 60 dólares a 120 bilhões de dólares. Recentemente, o Presidente da PETROBRAS Sérgio Gabrielli voltou da China, isso foi divulgado aqui com muita pirotecnia, com um cheque de 10 bilhões de dólares que a China tinha emprestado ao Brasil. Aí eu perguntaria: A informação na mídia é que o Brasil ia entregar barris de petróleo para cobrir esses 10 bilhões de dólares que a China adiantou para a PETROBRAS a 13 dólares. Isso é real? É a primeira pergunta.

Segundo. V. Exa. fala que os empresários o tem procurado, dizendo que estão dispostos a aplicar no sistema de partilha. Eu tenho aqui informações, empresários criticam o modelo de partilha para pré-sal. O instituto brasileiro de petróleo é contra o sistema de partilha. O Vice-Presidente da British Petroleum é contra. Então, as informações da mídia são diferentes daquilo que talvez de forma reservada digam a V. Exa. Quero também dizer que tem todo o apoio meu, pessoal, e tenho certeza que do partido, com relação que os recursos dessa nova jazida descoberta do pré-sal sejam riquezas da nação. Da nação. Que seja feito realmente um fundo para que possa ser distribuído aos estados, evidentemente de forma diferenciada àqueles estados produtores, mas que parte dessa riqueza ser distribuída para os estados todos do Brasil. É uma grande oportunidade de diminuir as desigualdades regionais. E agora, me preocupa só, e aí nós vamos estudar isso no projeto, é a destinação desses recursos. Tem que ficar muito bem definindo. O Presidente Lula falou, me parece que em educação... Eu acho que tem que ter saúde, tem que ter segurança, nós não podemos deixar acontecer o que está acontecendo na Venezuela, que a Venezuela tem um fundo semelhante a esse, me parece que está sendo criado, eu até lhe perguntaria se o fundo da Venezuela é semelhante a esse que está sendo proposto, e ele é usado de forma que está levando a população à situação de diminuição da sua condição de vida.

E por último, V. Exa. fez referência na sua exposição que 77% das reservas de petróleo do mundo estão com empresas estatais. Não seria o caso de dizer que no Brasil é 100% dessas reservas? Porque constitucionalmente o subsolo é da União. Então, o petróleo todo que for descoberto é da União, ou seja, é da PETROBRAS. A PETROBRAS só vai dispor, só vai dispor de transferência para terceiro, no caso da concessão, dentro dos limites e das condições que foram estabelecidas pelo Governo. Ela poderia fazer o sistema de concessão. No caso de partilha, da mesma forma, só que fazendo já uma reserva de mercado para a PETROBRAS de 30%. Então, não seria dizer que no Brasil nós temos 100% do petróleo a nível da União, o que eu acho muito bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não, a PETROBRAS não tem o monopólio do petróleo. O monopólio no caso é da União Federal, e enquanto está no fundo do poço. No regime de concessão, ele pertence ao consórcio ganhador na licitação, que muitas vezes pagou 20 milhões apenas por um bônus de assinatura e ficou dono daquele poço de petróleo. É claro, repito, que eles pagam o royalties e tributos, a participação especial e assim por diante. Mas, a propriedade será de fato da União no regime de partilha. No regime de partilha.

Bem, empresários são contrários ao regime... Eu estou indo pelas últimas perguntas de V. Exa. Regime de partilha... Não, não são. A segunda maior petroleira no Brasil é a Shell. Acabei de mencionar o exemplo dela que não foi para mim, foi num discurso público e eu até no meu discurso em seguida, lá no Espírito Santo, em Vitória do Espírito Santo, com a presença Governador, de vários Senadores e Deputados, eu disse até que seria capaz de subscrever o discurso da Shell. O Governo Brasileiro subscreveria no que ele estava dizendo a respeito da exploração de petróleo do pré-sal, o discurso do Presidente internacional da Shell. Em que ele dizia que não importa se o regime para ele é de partilha ou de concessão, o que ele precisa é de regras claras e cumprimento dos contratos. Fidelidade ao cumprimento dos contratos. Isso o Brasil tem, o Brasil é um país estável economicamente, policiamento, institucionalmente. Cumpre religiosamente a santidade dos contratos, tem que ser preservada. E nós fazemos isso. Isso é tudo quanto interessa aos empresários internacionais.

Este empréstimo que a China fez e que V. Exa. disse que a PETROBRAS estava brandindo o cheque por aí afora de 10 bilhões. Olha, Senador Flexa Ribeiro, o Brasil, houve um tempo em que mendigava de porta em porta o empréstimo de 50 milhões de dólares e não conseguia. Eu tenho sido procurado por sheiks que vem oferecer ao Brasil o empréstimo que o Brasil quiser, os Emirados árabes tem um Fundo Soberano de um trilhão de dólares. Eles vêm nos oferecer aquilo que nós precisarmos. Recentemente eu fui procurado

por um Embaixador americano que me dizia agora, há um mês, dois meses, que o Presidente do Ex-Im Bank americano estava vindo ao Brasil e queria ter algumas conversas, e fazia questão de se encontrar comigo. No dia aprazado, eu estava sem condições de recebê-lo porque tinha que ir com o Presidente da República a São Paulo e de São Paulo ao Rio de Janeiro, ele então se propôs a se encontrar comigo no aeroporto de São Paulo. Olha o interesse deles, parece que mudou a origem do interesse.

Encontrei-me com ele em São Paulo. O que ele veio me dizer? Que estava disposto, o Ex-Im Bank a emprestar às empresas americanas operando no Brasil o que elas quisessem. Segundo, estava pronto para emprestar à PETROBRAS e à Eletrobrás o que essas empresas quisessem. Portanto, nós não estamos mendigando empréstimo em lugar nenhum. A PETROBRAS precisava ter um empréstimo esse ano, se capitalizar em 30 bilhões de dólares durante 12 meses nos quatro primeiros meses já havia captado 30 e tantos bilhões de dólares e já não queria mais os dólares que estavam sendo oferecidos a ela. Este é o Brasil novo, é o Brasil diferente. É o Brasil dos brasileiros participando da riqueza que é a nossa contemporânea. O Brasil deixou de ser o país do futuro, passou a ser o país do presente. Inclusive com a redistribuição de riqueza. Esta é a pátria da qual nos orgulhamos. Quando V. Exa. diz que o PSDB vai, partido de oposição ao Governo, vai colaborar, vai ajudar, isso está na linha rigorosa do interesse nacional. Isso homenageia o seu partido. O petróleo brasileiro não é de interesse deste Governo nem do próximo nem do anterior, é de interesse de todos e de interesse, sobretudo do povo brasileiro.

Por fim, Presidente Collor, o Senador Flexa Ribeiro faz menção à urgência que foi retirada. Este Governo não é totalitário, não é autoritário, não é intolerante. Ele se amolda às condições democráticas do país, ele escuta os seus aliados. E foi isso que ele fez. A pedido do Presidente da Câmara, dos líderes, da oposição, sobretudo dos líderes do Governo, ele retirou a urgência. Este projeto precisa ser votado com rapidez. Em seguida numa outra pergunta posso até responder por que. Precisa ser votado com rapidez. Se houvesse na Constituição a possibilidade de um regime de urgência não em 90 dias, em 120 dias, seguramente o Presidente teria optado por 120 dias. Sucede que a Constituição estabelece apenas 90 dias, e este Governo, em seis, sete anos, não tem se valido do regime de urgência constitucional, que é da sua prerrogativa, do seu direito. Esta, se não foi a primeira vez, é uma das poucas vezes que o Presidente da República valeu-se desse dispositivo constitucional. Mas, se os líderes se acertam, se entendem, e querem votar, não em 90 dias e sim em 100 dias, 120 dias, tudo bem, o Governo concordou. Poderia não tê-lo feito.

Era isso, Senador Flexa Ribeiro, e agradeço a disposição do seu partido em colaborar, não com o Governo Brasileiro atual, e sim com o povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa, dois minutos para a réplica.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro Lobão, eu gostaria que V. Exa. pudesse responder se o preço do pagamento do cheque da China, o barril, é de 13 dólares. V. Exa. não fez referência. Mas, o Governo realmente não tem usado o regime de urgência. Ele tem usado Medidas Provisórias, que é bem pior do que o regime de urgência. E concluo já, e com relação à questão também do Fundo Social, gostaria de saber se ele é inspirado nos moldes do que existe na Venezuela, para que a gente possa ter todo cuidado do mundo no sentido da aplicação ser realmente em benefício da sociedade brasileira. E por último, só complementando, o Senador Lobão Filho fez uma referência sobre o patriotismo do Governo de não fazer os regimes de concessão para poder abarrotar os cofres neste ano eleitoral de recursos. Eu perguntaria ao Senador Lobão Filho, patriotismo ou ideologia. Fico na dúvida.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, art. 14. Fui citado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, a mim não. Não foi concedido a mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já foram pedido dois por um mesmo senador. Mas art. 14 para o Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu que sou vice-Presidente da Comissão onde o meu companheiro Flexa Ribeiro é Presidente, e eu percebo pela postura dele, a admiração profunda com que ele bebeu e sorveu as palavras do Ministro Edison Lobão. E eu aproveito essa oportunidade, visto essa admiração, para convidá-lo nesse momento para ingressar no PMDB, porque eu sinto que ele está plenamente convencido dos argumentos do Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado pela compreensão Senador Flexa Ribeiro. Ministro Lobão para a sua tréplica. Dois minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. tem razão, este Governo não tem usado o regime de urgência constitucional e sim Medidas Provisórias. É verdade. Tanto quanto fez o Governo passado, que é do partido de V. Exa. e que teve meu

apoio e tem minha admiração, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi um grande governante. Proclamo aqui. Usou de Medidas Provisórias. Como usaram as Medidas Provisórias os governos anteriores. Todos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. era da base do Governo de Fernando Henrique.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sobre os 13 dólares. Isso não existe. A PETROBRAS tomou um empréstimo que vai pagar, em recurso, em dinheiro, dólares, ou pagar em petróleo, desde que não seja do nosso interesse usar aquele petróleo. Produtos, petróleo ou produtos acabados. Se for do nosso interesse usar o petróleo aqui no Brasil, pagamos em dinheiro. Se tivermos que vender produtos acabados, refinados pelo Brasil, podemos pagar nossa dívida com produtos refinados ao preço do dia.

Bom, a outra questão, o Fundo Social. Olha, nós não copiamos modelo da Venezuela nem de nenhum outro país. Nós criamos aqui um Fundo Social cuja destinação é o combate à pobreza, é educação, é cultura, é ciência e tecnologia, é preservação do meio ambiente... É o que há de mais nobre no Brasil e no mundo nos dias atuais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por que não saúde e segurança?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: V. Exa. pode apresentar uma emenda nesse sentido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já vou apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Ministro Edison Lobão. Apenas para informar o Senador Flexa, art. 14, do uso da palavra, inciso VIII para explicação pessoal em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada com essa finalidade a mais de dois oradores na mesma sessão. A mais de dois oradores. Agora sim, depois do segundo orador não pode-se mais invocar o art. 14.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., lendo o regimento, até parece convencer-me. Mas eu quero dizer a V. Exa. então que V. Exa. não poderia ter dado ao mesmo orador duas vezes pelo art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É por isso que eu sempre agradeço a V. Exa. a compreensão que vem tendo na condução dos nossos trabalhos.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, do PRB.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor de Mello, ex-Presidente da República, Sr. Senador Ministro Edison Lobão, Senador, Senador Ministro Eliseu Resende, Senador Ministro Francisco Dornelles, meu grande amigo Senador Paulo Duque, com sua tradição fantástica política que agrega a esta Casa toda essa experiência. Eu estou aqui na qualidade de senador, mas minha origem é empresarial, diferentemente de muitos outros que aqui estão. Então, meu foco de visão é um privilégio, eu acho que o Senado Federal é um grande privilégio, se fala mal do Senado Federal, mas essa Casa tem me dado um extremo aprendizado, porque é uma convivência fantástica, acaba de chegar aqui ex-Governadores, é uma casa de uma sapiência, de uma experiência fantástica. Então, eu realmente tenho tido como empresário esta grande experiência de aqui representar a Paraíba.

Mas, como minha formação é economia e que meu raciocínio é empresarial, eu vou me ater a essa parte mais técnica de produção e de demanda. Os dados informados não só por esse informe distribuído aqui, mas na imprensa nacional, projeta uma produção em 2008 de 86 milhões de barris/dia. Para a produção de 2030, são 31 bilhões, eu falei milhões, são bilhões de barris/dia. Isto demonstra que haverá uma queda estimada de produção mundial de barris. A demanda global, ela cresce em torno de... Crescerá em torno de 25% e dará estimativa de em 2030, de 106 bilhões de barris/dia. O que significa que nós teremos um *déficit* de 75 bilhões de barris/dia, a não ser que surjam outros mananciais, outras descobertas, ou redução de consumo de derivados de petróleo em função de energias alternativas.

Então, economicamente nós estamos verificando que existe uma grande viabilidade de mercado com para quem vai poder suprir esses 75 bilhões de barris/dia. A produção brasileira dos últimos 10 anos, está citado aqui, que foi em torno de... Os últimos 100 anos, vamos considerar que o modelo como foi citado pelo Sr. Ministro, as decisões políticas ocorridas aqui aconteceram ao longo dos últimos 10 anos, mas ao longo dos últimos 100 anos nós tivemos uma reserva de 14 bilhões de barris identificadas. Só nos campos de Tupi, com oito bilhões e Iara quatro bilhões e Ponta Baleia dois bilhões, nós teremos os 14 bilhões que foram na verdade identificados ao longo de 100 anos. Então, o Brasil, na verdade, está tendo uma grande oportunidade de suprir o mercado internacional e atender suas próprias demandas. A pergunta nossa, tendo em vista este painel em termos de demanda, é no sentido de que fora a queda de braço político, é porque aqui no Senado a cada dia tem uma queda de braço. As eleições de 2010 têm proporcionado assim um grande aprendizado, porque essa luta política, ela enriquece. Mas na verdade a posição hoje da oposi-

ção, ela briga por qualquer coisa. Eu, como faço parte da base aliada do Governo, eu tenho que assistir isso de forma muito confortável. Mas, a pergunta específica é a seguinte. Eu sinto uma intranquilidade muito grande por parte dos Parlamentares que aqui representam os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, no tocante ao modelo, o famoso modelo de concessão versus partilha. A nossa pergunta viria no sentido de que mensagem V. Exa. pode transmitir, no sentido de que a mudança do modelo não geraria perdas eventuais para esses estados que estavam hoje com suas economias alicerçadas no modelo, que era o modelo de concessão, e o modelo de concessão dava através dos *royalties* esses benefícios que esses três estados fundamentalmente, ou os brasileiros, Rio Grande do Norte também, mas fundamentalmente em se tratando de pré-sal, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Era essa a pergunta dentro do prazo estipulado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Ministro Edison Lobão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, me inscreva, por favor.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Roberto Cavalcanti, V. Exa. se refere à curva produção/consumo. Eu disse aqui no começo que dentro de 40 anos, segundo as previsões dos institutos técnicos dessa matéria, dentro de 40, 43 anos, o petróleo estará se extinguindo, isso a julgar pelas reservas conhecidas atualmente. A curva então será ascendente no consumo. A partir dos próximos 20 anos, e descendente na produção. Até lá nós teremos incluído diversos mecanismos novos de energia à base, sobretudo do etanol, do biodiesel e assim por diante. Estamos na esperança de que a humanidade terá a solução para seus problemas. Hoje uma fonte altamente consumidora de petróleo são as termoelétricas espalhadas pelo mundo. Mas o mundo está acordando para a necessidade da energia eólica e da energia solar. Já existem instalados hoje nos Estados Unidos 125 mil megawatts de energia eólica, a Espanha tem 18 mil megawatts, a Alemanha também caminha fortemente por aí.

O fato é que o mundo já consome hoje algo em torno de 125 mil megawatts de energia eólica. A energia solar é uma experiência que começa a produzir resultados. Com tudo isso ingressando na produção energética, o que nós teremos é uma certa economia na utilização de petróleo, substituindo portanto o petróleo pela energia solar ou pela energia eólica. Há uma universidade em São Paulo que neste momento realiza estudos muito interessantes no que diz respeito à energia solar. É até um professor japonês que dirige esses estudos. Segundo tais estudos, a humanidade não terá muita preocupação no futuro com energia elétrica porque somente os desertos espalhados pelo globo, com as baterias solares hoje conhecidas, serão capazes de produzir algo em torno de 15 vezes o que o mundo hoje produz em matéria de energia elétrica. Então verificamos que a humanidade procura tomar providências a tempo e não a destempo, para suprir tais necessidades. Mas o fato é que a previsão atual é de que realmente dentro de 20 anos a produção de petróleo será cadente, enquanto que o consumo ascendente. Isto sim. Concluindo com as reservas se esgotando nos próximos 40, 45 anos.

Quanto aos 14 bilhões de barris de petróleo a que se refere V. Exa., eles dizem respeito às reservas atuais conhecidas, ou seja, daqui para frente. Nada tem a ver com o consumo brasileiro, passado.

Sobre as perdas dos estados. Eu já expliquei e repito agora, que na proposta do Governo não haverá perda nenhuma dos atuais estados produtores. Nenhuma perda. Tanto eles conservarão os *royalties* quanto as participações especiais. Inclusive da proposta do Governo, e isto está dito com respeito às reservas do pré-sal, que ainda não foram distribuídas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Roberto Cavalcanti, dois minutos para a réplica.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acredito que, Sr. Ministro, uma grande dúvida que existia nessa Casa se prende exatamente a eventuais perdas por parte desses estados que hoje tem através do recebimento dos *royalties* uma grande soma de recursos para seu desenvolvimento. Quando V. Exa. fala que não haverá perdas, V. Exa. se refere a não haver perdas dos números arrecadados no momento presente ou V. Exa. se refere a não haverá perda de expectativa, vamos dizer. Havia uma expectativa com crescimento das reservas de serem aumentados o volume de royalties em função exatamente do volume a ser retirado dessas bacias. Quando V. Exa. se refere a perdas, se refere que não haverá mesmo levando em consideração o acréscimo da extração de petróleo, mesmo assim não haverá perda para esses estados?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não. O que quero dizer é que a lei proposta através dos quatro projetos que o Presidente da República encaminhou ao exame do Congresso Nacional, ali não se prevê retirar dos estados produtores, atuais, nenhum tipo de *royalty* e nem de participação especial. E mais, para o futuro, no que diz respeito ao petróleo do pré-sal, que ainda não foi sequer leiloado, também a proposta do Governo recomenda manter, até que uma nova lei disponha em

sentido contrário, o direito desses estados concedido por uma Lei Ordinária em 97, de receber *royalties* e participação especial. O que ocorrerá, segundo as nossas previsões, é que haverá rendimentos crescentes para o Rio de Janeiro e São Paulo daqui para frente. Mesmo sem, ainda que fossem retirados os *royalties* e participação especial para a área com o pré-sal ainda não leiloado, ainda assim, Senador Dornelles, haveria renda crescente em *royalties* e participação especial para o Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho, do PTB do Mato Grosso, que estreia hoje na nossa Comissão.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma honra estrear nessa Comissão, principalmente porque está sendo presidida por V. Exa., que é um dos vanguardeiros da modernidade desse país. Quando eu vejo o Senador Eliseu Resende também à Mesa, pelas pessoas que eu tenho maior carinho e admiração pelo seu trabalho e pela sua história, e o nosso Ministro, eu sinto de que na verdade o Brasil tem solução. Basta nós utilizarmos as inteligências, essas experiências, para fazermos o melhor.

Quero dizer que quanto ao pré-sal, e eu perdi grande parte da discussão que aqui está, porque participando de outras comissões como titular, tive que lá estar. Mas eu queria somente fazer uma constatação do que eu vejo dos países, das regiões onde se preocupam mais com a exploração dos recursos naturais. Eu vejo sempre que as riquezas naturais, quando exploradas, elas geram recursos enormes, riquezas enormes. Mas quando saem, geram misérias insanáveis, como é o exemplo dos garimpos de Mato Grosso, em todas as regiões que fizeram de forma aleatória. Não é o caso do pré-sal, não é o caso do petróleo. Mas nós temos que saber entender de que forma isso será feito e de que forma serão distribuídos esses recursos que nós vamos adquirir dessas novas evoluções do pré-sal, até porque países que pensaram somente em tirar os recursos da terra, do seu solo e subsolo e não pensaram no futuro, estão pobres e miseráveis hoje. Poucos exemplos nós temos de países que se preocuparam com o futuro, que mesmo depois de acabados os recursos conseguiram fazer, como Dubai, por exemplo, que conseguiu mudar sua atividade econômica através da extinção do petróleo que já estava praticamente exaurido nos seus territórios. Mas eu acredito que esse pré-sal, nós temos que ter cuidado para não entrar em modelos anteriores e antigos, pensar de que esses recursos que vão ser investidos lá, não é só dos estados em que está o petróleo, mas também são recursos da União. E, portanto, se é recurso de todos nós, dos estados, daqueles que sustentam o pacto federativo, é necessário também que se pense numa quantia maior para que esse Fundo Social haja através dele a redistribuição para todos os brasileiros, dos recursos que serão auferidos por esse trabalho da exploração desse petróleo. E aí onde eu vejo que aqui nessa Comissão, nós temos que começar a se preocupar já com como será constituído esse Fundo Social. Esses recursos que estão sendo colocados, se são suficientes ou se nós podemos colocar mais para que possa haver o equilíbrio desse pacto federativo com esse recurso, através de pesquisa, através de educação, de novas tecnologias, através de que coisas que possam ser duradouras e que possa após passar 40 anos que exaurir esse petróleo, nós tenhamos sobrado muita coisa para tentar investir com tecnologia própria em outros tipos de energias que estão aí abundantes e que não temos ainda o controle tecnológico sobre ele.

Portanto, eu vejo que é importante Deus ter premiado o Brasil com essas reservas. Mas uma vez eu conversava com o Roberto Campos que foi Senador do meu estado, um grande Senador, um grande brasileiro lá de Mato Grosso, e ele falava: "Olha, Osvaldo, os países que tem as maiores reservas de recursos naturais são países mais pobres e miseráveis. Aqueles que exploram essa riqueza é que são os ricos". Portanto, nós temos que nos precaver com essa bênção que nos deu Deus desse pré-sal, que a gente possa aproveitar e já agora com as normas que estamos fazendo a gente começar a pensar o que nós vamos fazer com esses recursos para que daqui a 40, 50 anos, estejamos preparados para o novo momento e que a gente não perca essa oportunidade. E que aproveitamos também para fazer com ele uma distribuição de renda, para melhorar a vida dos brasileiros que estão nos bolsões de miséria que avassala esse país.

Era somente a constatação que eu queria colocar, portanto não é uma pergunta, porque V. Exa. já tem feito explicação com muita sabedoria e eu tenho certeza que vamos avançar muito mais porque está levando o seu Ministério, está levando a sério esse assunto que é indiscutivelmente um dos mais sérios do momento econômico do Brasil.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: O Ministro Roberto Campos, que foi um homem da República e que foi amigo de V. Exa. e meu também, para a minha honra, dizia de fato tais coisas e ele tinha toda razão. Sucede que ao longo dos anos a humanidade com seus erros vai aprendendo. Hoje nós temos os Emi-

rados Árabes, por exemplo, produtores de petróleo, que aparentemente, contraditoriamente, investem em energias alternativas. Gastam bilhões de dólares hoje os Emirados Árabes, a Arábia Saudita também, no desenvolvimento de energias alternativas. Com isto visando o quê? A economia do seu petróleo. A economia de suas reservas, ou seja, com as deficiências e os defeitos e os erros, vai a humanidade aprendendo. Isso é natural. Nós temos tido aqui esta preocupação, o modelo que estamos concebendo, novo, foi marcado por esta preocupação profunda de não permitir que a riqueza que está surgindo, em lugar de vir em benefício de todos possa vir em prejuízo de alguns ou de todos também. Mas ela já vai alcançar um país diferente, um país organizado, um país grande, economicamente forte, e, portanto, ela será uma riqueza a mais e não a única riqueza a ser disputada por correntes ou por estamentos sociais do Brasil.

A distribuição dos recursos será feita em princípio dentro daqueles itens já estabelecidos: Combate à pobreza, educação, cultura, ciência e tecnologia e meio ambiente. Nós imaginamos que outros recursos poderão vir juntar-se a esse estoque que será gerado no Fundo Social através do petróleo. Um deles, uma fonte destas haverá de ser, por exemplo, uma parte dos *royalties* sobre minério de ferro ou minérios de modo geral. Que hoje paga muito pouco mesmo, *royalty*. Enquanto o petróleo paga 10% de royalty, mas algo em torno de 10% de participação especial, os minérios pagam 2% de *royalty*. E estes sim são responsáveis por vasta degradação nos territórios de onde ele é retirado. Minas Gerais, o Pará, e outros estados. Estamos fazendo um novo marco regulatório também para setor mineral, procurando corrigir os defeitos do atual código de mineração, que é um código já obsoleto de 40 anos passados, vamos modernizá-lo, atualizá-lo e prever situações como estas, para que as riquezas naturais não resultem na degradação do meio ambiente. No mais, Senador, acho que V. Exa. está coberto de razão e muito do que afirma no que diz respeito a esta riqueza que está surgindo em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Ministro Lobão. Com a palavra o Senador Wellington Salgado. Pela ordem, Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [ininteligível] compromisso, queria pedir autorização para fazer uma saudação a V. Exa. pela maneira como conduziu esse debate, e ao Ministro Edison Lobão por todas as respostas que deu, muito precisas. Eu estou certo que V. Exa. e o Presidente são grandes amigos do Rio de Janeiro e que jamais fariam qualquer proposta, nem admitiriam que fosse aprovada qualquer proposta contrária aos interesses do Rio. Estou certo que é importante o Rio de Janeiro mantenha um relacionamento muito estreito com o Presidente e V. Exa., e estou certo que não haverá nada que vai deteriorar esse entendimento. Eu acho positivo, mas não vamos deixar que pessoas interessadas venham criar dificuldades para esse bom entendimento entre a União e o Rio.

Cumprimentar V. Exa., peço que V. Exa. apresente ao Presidente da República a confiança da bancada do Rio que está certo que jamais ele e V. Exa., que é um carioca, jamais permitiriam aprovação de qualquer modelo que trouxesse dificuldades ao Estado do Rio de Janeiro.

Presidente Collor, parabéns, Ministro Lobão, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Francisco Dornelles. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Presidente Fernando Collor. Essa é uma Mesa que nós temos um Senador Ministro, um Ministro Senador, um Senador Presidente, Presidente Senador... Quer dizer, essa Mesa é uma Mesa que realmente... A alta cúpula do Senado, da história recente do Brasil.

Ministro Lobão, eu não vou ficar tecendo elogios, momentos difíceis até que nós já passamos, V. Exa. acaba sendo um conselheiro do grupo a qual eu pertenço, com muita honra ouço os conselhos de V. Exa. Eu digo sempre para o Lobão Júnior, se ele quiser crescer na política, basta almoçar com V. Exa. todo dia e ouvir, simplesmente, que ele vai ser um dos maiores políticos do país, com certeza.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: É extrema bondade de V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ministro Lobão, eu queria... Em toda essa discussão eu participei com alguns membros do setor petrolífero que atuam no Brasil, na CCT, num debate, e algo me deixou preocupado. E eu não gostaria de fazer pergunta sem ser em público, porque gostaria que V. Exa. respondesse em público. Algo que me deixou um pouco com dúvida em todo esse sistema do pré-sal, que eu vou apoiá-lo, com certeza, é a questão de capitalização da PETROBRAS, porque os números eu fiquei, assim, um pouco preocupado. Por exemplo, vai se fazer um aporte em títulos do Governo da PETROBRAS da ordem de cinco bilhões de barris. Então, consequentemente não há dinheiro, você vai botar título que vai dar respaldo à PETROBRAS para falar: “Olha, eu tenho garantias que são esses títulos

do Governo no valor de cinco bilhões de barris". Aí, num debate na CCT, um membro de uma associação ligada ao petróleo, ele colocou pra mim, Ministro, pra mim e para a Comissão, de que a Bacia de Campos, em 32 anos de exploração, conseguiu explorar cinco bilhões de petróleo, de barris de petróleo. Então, veja bem, a garantia ou o aporte de capital que o Governo está dando à PETROBRAS nesse momento equivale a 32 anos de exploração de petróleo na bacia de Campos. A bacia de Campos que não é do Rio, a Bacia de Campos vai até o Espírito Santo, aquela região toda que é uma região onde produz mais petróleo no Brasil atualmente. Então, esses números me deixaram preocupado. Porque, olha, nós estamos aportando na PETROBRAS 32 anos de exploração da Bacia de Campos em termos de barris.

Eu queria saber se V. Exa. confirma esses números, se esses números são confirmados pelo Ministério, e como é que pretende fazer esse pagamento com esses títulos, como é que vai aportar, porque na minha interpretação, ao colocar esses títulos no caixa da PETROBRAS como aporte de capital, vai matar totalmente os minoritários nessa situação. É minha interpretação, porque minoritários não vão ter condições de cobrir esse aporte proporcionalmente. Era só essa colocação que eu teria.

Desculpe encostá-lo um pouco na parede, meu querido Ministro. E antes da resposta, só uma coisinha, Presidente, Ministro também, eu queria em nome do basquetebol brasileiro, agradecer ao Ministério de V. Exa. onde a Eletrobrás patrocinando o basquete brasileiro deu condições para que esse basquete fosse campeão agora e classificado para o mundial. Se não fosse a Eletrobrás ela não teria condições, a Eletrobrás está para o basquete assim como o Banco do Brasil está para o voleibol. Então, queria que V. Exa. agradecesse ao Presidente da Eletrobrás e através de V. Exa., claro que é o Ministro maior, mas que sem a Eletrobrás o basquetebol brasileiro não chegaria a esse momento maravilhoso que está chegando.

Só isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu acho que é dever de todos nós, Senador Wellington, contribuir para que o esporte se fortaleça cada vez mais. O esporte em toda sua natureza está na alma do povo. E assim é ao longo da história da humanidade em todos os países.

Senador Wellington, há poucos anos nós produzíamos um milhão de barris de petróleo. Estamos produzindo hoje dois milhões de barris de petróleo. Amanhã estaremos produzindo três milhões e 800 mil barris de petróleo. Em seguida estaremos exportando, a despeito do nosso consumo crescente, um milhão de barris de petróleo por dia. Se for do nosso interesse, do interesse brasileiro, já não mais deste Governo, dos futuros governos, a calibragem da exploração do petróleo a ponto de se exportar mais e mais e mais em prejuízo das reservas, isto certamente os governos farão no futuro. Depende de quem? Depende do CNPE, que é o Conselho Nacional de Política Energética. Um conselho em boa hora criado no Brasil para tomar essas decisões. Esse conselho assessora o Presidente da República e é composto por vários Ministros, como relatei ainda há pouco. Portanto, são decisões de alta envergadura e tomadas por um conselho da maior dimensão, que dependerá da palavra final do chefe da nação brasileira. Então, se este Conselho com o chefe da nação entender que nós no futuro devemos exportar dois milhões de barris por dia, três ou quatro, o Conselho autorizará novas licitações para que mais e mais petróleo seja retirado do fundo da terra e seja consumido aqui, exportado para o exterior.

Quero com isso dizer que a PETROBRAS não precisará dos tais trinta e tantos anos para realizar os seus recursos com a venda ou com a apropriação dos cinco bilhões de barris de petróleo. De toda maneira, há uma tendência na valorização do petróleo daqui pra frente. Se esse estoque está ali embaixo, à disposição da PETROBRAS, sendo de propriedade dela, valorizando o capital dela está e a sua propriedade, os seus recursos estão também valorizando e se elevando. Isto não será um mal, será um bem para a PETROBRAS. É como se alguém que compra um apartamento hoje por 100 mil reais, ele amanhã vale 150, vale 200, vale 300. Melhor para quem é o dono desse apartamento, dessa unidade residencial. É assim que funcionará esse estoque de petróleo em mãos da PETROBRAS. Será bom para ela, é bom para a União Federal hoje e será bom para ela amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está satisfeito, Senador Wellington, com a resposta do Ministro?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Satisfeito nunca, não é, Presidente? [risos]. Nós somos eternos insatisfeitos. Mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem direito a uma réplica de dois minutos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Ministro Lobão, quando eu fui líder do PMDB, depois do Senador Ney Suassuna, um dia eu fui visitado por alguém da PETROBRAS. Ele me trouxe, Presidente Fernando Collor, a quantidade de furos que nós fazíamos no país para tentar achar

petróleo, comparado com que o Canadá fazia. É uma coisa, é assim tipo 1% ou 2% do que o Canadá faz de furo procurando petróleo o que nós fazíamos no Brasil. Eu fiquei estarrecido com essa informação, e na época ele me procurou, eu não sabia onde é que eu poderia ajudar, ele queria que eu colocasse no orçamento mais quantidade para fazer mais furo. Isso é verdadeiro? Eu sei que só tenho direito ao contraponto, mas isso me veio na cabeça agora. Isso é verdadeiro, essa comparação de dois, 3% com os furos do Canadá, país como o nosso? Só isso. Proporcionalmente.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Wellington, há uma diferença muito grande entre as perfurações que são feitas no Brasil e nos Estados Unidos, por exemplo. Nós temos no Rio Grande do Norte algo em torno de mil e tantos furos de prospecção. E por que se faz assim em terra? Porque ali sim existe o risco, médio risco ou alto risco, ao contrário do pré-sal, que é baixíssimo o risco. Então, precisam ser feitos furos atrás de furos para você encontrar petróleo. E para retirar 1.500 barris por dia, dois mil barris por dia, e assim por diante. No mar, e, sobretudo na área do pré-sal, é diferente. Nós vamos retirar... V. Exa. não se encontrava aqui quando eu disse, que somente Tupi, que era um campo imprestável, declarado imprestável pela própria PETROBRAS que o devolveu, ganhou na licitação, pagou o bônus de assinatura, não conseguiu encontrar petróleo lá, devolveu para a Agência Nacional do Petróleo, que depois leiloou, a PETROBRAS com nova tecnologia, arrematou de novo o campo de Tupi e vai produzir um milhão de barris por dia ali, com a nova tecnologia, no mesmo local. Nós temos no Brasil algo em torno de dois mil furos e tantos, feitos, no mar muito menos, duzentos e tantos apenas. Só no Rio Grande do Norte mil e tantos. Nos Estados Unidos isso se aproxima de cem mil furos. Porque em terra, um atrás do outro, aquelas pequenas máquinas perfurando ali. O nosso tiro é certo no pré-sal. É certo. Nós não podemos nos entregar nem mergulhar na depressão. Nós não podemos ter uma animação, uma esperança irresponsável, beirando a fronteira do irresponsável, mas nós não estamos nela. Por tudo que se fez, pela experiência que se conhece do mundo e pelas perfurações já feitas ao longo dos 149 mil km² do pré-sal, nós chegamos à conclusão, nós quem? Os engenheiros, os geólogos, os especialistas chegaram à conclusão de que ali é de baixíssimo risco. Não é baixo risco, é baixíssimo risco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Ministro Edison Lobão. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente Fernando Collor, Mesa, meu caro Ministro Edison Lobão. Eu vou... Aprendi tanto hoje aqui nesse... Nessa reunião, por meio das perguntas que foram feitas e pelas respostas que foram dadas, que eu vou sair um pouco da trajetória que tem sido seguida e vou... Porque a PETROBRAS nasceu, Ministro, no Rio de Janeiro, a PETROBRAS nasceu na cidade do Rio de Janeiro, Clube Militar, naquelas reuniões do General Barbosa, o velho Artur Bernardes, a mocidade daquela época, o Clube Militar, nasceu ali. E o Presidente Getúlio Vargas mandou ao Congresso Nacional a mensagem que se transformou finalmente em 2004. E foi demais, foi um substitutivo do Deputado... Deve ter conhecido V. Exa., Bilac Pinto, da antiga UDN, que hoje é a PETROBRAS. De lá pra cá foram tantos os avanços, mas tantos os avanços, que a minha geração, a geração anterior à minha e à futura não fazem nem ideia, nem podem aprender direito o que foi isso. Das perguntas do Senador... Tem toda razão. A PETROBRAS teve como primeiro Presidente Juracy Magalhães, um cearense que se formou na Bahia, acabou Senador e foi tudo no país. Mas foi ele que tomou a iniciativa de ir aos Estados Unidos e contratar aquele que seria o maior geólogo do mundo, o Sr. Walter Link, que fez um contrato milionário com a PETROBRAS. Contrato secreto. Está em moda o ato secreto, aquele foi um contrato secreto que até hoje ninguém teve conhecimento dele. Escrito em inglês. E eu gostaria muito, até por motivos históricos, se V. Exa., se o secretário Marco Antônio pudessem enviar para essa Comissão uma cópia desse contrato firmado naquela ocasião. Naquela ocasião, da Lei 2004. E o contrato firmado com a equipe de geólogos americanos, chefiados pelo geólogo Walter Link, falecido em 1976 e que esteve no Brasil depois de desfeito, depois que terminou o seu contrato, e apontou o caminho do mar, falou: "Olha, não está no relatório, mas aquele é o caminho para os senhores descobrirem o petróleo". Foi ele que fez isso. Depois de percorrer... O poço de Nova Olinda no Amazonas, na selva, que era uma esperança, Nova Olinda... E furar não sei quantos, não chegou a mil talvez, mas muitos poços. Uma prospecção muito grande no país inteiro.

Então, a minha... Não é pergunta, é talvez V. Exa. pudesse ceder a esta Comissão aquele chamado relatório de Walter Link, que pouca gente conhece, que a história não relata o relatório, mas que nós gostaríamos de ter, porque esta Comissão é muito eclética, muito dinâmica... O Presidente Fernando Collor deu uma dimensão diferente a essa Comissão, essa que é a verdade. Isso não é pergunta, é um pedido.

O outro é o seguinte, pré-sal. Eu quero falar do sal, Ministro. Sal é matéria-prima. Antigamente havia muito sal no meu estado. Em Araruama, Iguaba, Cabo Frio, hoje não há mais, o que há é exploração imobili-

ária. Então, todo sal que nós precisamos vem do Rio Grande do Norte, mais precisamente de Mossoró para as indústrias químicas que necessitam do sal como matéria básica. A verdade é essa. E chegamos até a importar sal. Minha pergunta é a seguinte: Tem essa riqueza mineral aqui que é o petróleo e essa riqueza chamada sal? É possível, eventualmente, explorá-la? Só uma pergunta.

Mais nada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Paulo Duque. Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu acho que o Senador Paulo Duque é contemporâneo da luta pelo "Petróleo é nosso!" e da PETROBRAS. Aquilo foi um período em que o Brasil mergulhou em grandes debates, em grandes dificuldades, com algumas incompreensões. Em verdade, quando o projeto chegou ao Congresso Nacional, coube ao Deputado Olavo de Bilac Pinto, era um mineiro, depois se tornou Presidente da UDN e finalmente lembra o Presidente Collor, Ministro do Supremo Tribunal Federal, ele fez essa emenda que garantiu toda essa possibilidade de fortalecimento da PETROBRAS e de retenção para o povo brasileiro do petróleo. O que está se fazendo hoje com o pré-sal é algo parecido, ouço muitos aplausos, mas, sobretudo incompreensões de muitas correntes.

Há um sociólogo britânico, Toynbee, que diz que as grandes causas exigem grandes sacrifícios, e nós todos brasileiros temos que passar por esses sacrifícios para chegarmos às grandes conquistas em benefício e nome de todos. Eu não me abespinho com as críticas que muitas vezes recebo, por estar tentando cumprir o meu dever. Eu estou sujeito a cometimento de equívocos, de erros, estou sim. Eu não sou autossuficiente, ninguém o é. Mas procuro acertar em benefício de todos. Exerço uma função ministerial, da confiança do Presidente da República, que tem me prestigiado na ação que desenvolvo no cumprimento das minhas tarefas de Ministro de Estado. Espero fazê-lo com a consciência tranquila de que cumpro de fato, na medida das minhas forças e dos meus conhecimentos, o dever que todos esperam que eu o faça. O relatório Link foi um relatório amaldiçoado no começo, porque ele não nos dava grandes esperanças. Ele, sobretudo dizia que com a tecnologia existente à época, nós não avançaríamos muito na pesquisa, na exploração e na produção de petróleo em terra e ele apontava o dedo para o mar quase que como uma previsão apenas, porque não se tinha o hábito, não tinha tecnologia, sobretudo de exploração de petróleo em território marítimo. Quando veio a exploração do mar do norte, muitos especialistas disseram que aquilo era inviável, e inviável, sobretudo pelas ondas elevadas de toda região. E, todavia os ingleses apostaram naquilo e deu certo. Nós estamos apostando hoje na exploração do petróleo do mar. Cerca de 70 a 80% do petróleo que produzimos hoje provém de *offshore*, da área *offshore*, ou seja, do mar.

Eu não tenho dúvida de que o pré-sal vai ser generoso com o povo brasileiro e vai responder as expectativas que temos com o oferecimento deste produto tão importante, energético para a humanidade e para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque, algum... Está satisfeito? Obrigado, Senador Paulo Duque. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente Collor, gostaria de me juntar a todos que estão louvando a sua condução nessa audiência e ao Ministro Lobão também, porque sempre eu o conheço há seis anos e meio. Sempre entrou naquele Plenário com esse mesmo tom de voz, educação, cumprimentava a todos, sempre, nunca o vi entrar zangado, sempre respondia à altura, nunca deixou de rebater nada. Mas eu tenho umas perguntas assim, objetivas. Gostei de ficar aqui, o senhor já está quase cinco horas falando aqui com a gente. Gostei de ficar, porque eu tinha realmente, ficava com um pouco temeroso em relação a essa... Com medo de fazer um novo ponto de burocracia, de complicação. Mas eu estou ficando mais convencido e vendo as coisas mais claras.

Mas eu queria fazer uma pergunta objetiva em relação aos modelos contratuais por países. Nós temos um gráfico aqui que demonstra os países, e do total de reservas conhecidas de petróleo, das grandes reservas, eu gostaria de saber o percentual de países que usam o modelo de concessão pura, de países que usam partilha e serviços e dos países que buscam partilha.

Em relação a todas as reservas conhecidas do mundo. Para a gente saber em percentual, para a gente poder ficar entendendo bem. Eu tenho a impressão de que o regime de partilha e serviço é o que predomina, mas eu gostaria de saber se o senhor tem essa informação técnica a respeito disso.

É só essa pergunta, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Augusto Botelho, desde logo eu diria que mais de 80% das reservas de petróleo são hoje exploradas pelo regime de partilha, mais de 80%. Eu acho que isso já responderia a todas as dúvidas que pudesse surgir sobre o programa. Não é possível que 80% dos interessados

estejam errados, a OPEP esteja equivocada, errada, mergulhada em equívocos, e os outros não. O maior produtor do mundo, que é a Arábia Saudita, que possui reserva de 264 bilhões de barris, adota o regime de partilha. Dos 24 maiores produtores de petróleo do mundo, 16 adotam o regime de partilha. Dois adotam o regime misto, partilha e concessão, que é o que estamos fazendo agora, e apenas seis adotam o regime de concessão, entre os quais o Brasil. Entre os quais o Brasil. E são seis produtores menores, atualmente. Por isso é que 80% adota o regime de partilha, que são os maiores. Será que há equívoco nisso? Não está dando certo? Isso funciona quase que como relógio suíço, está dando muito certo.

Então, o que estamos fazendo é seguir os exemplos que deram certo, sem desprezar o anterior. E eu ainda há pouco dizia que quando foi feito no governo passado, foi introduzido o regime de concessão, o Governo decidiu corretamente. Este Governo, o Governo do Presidente Lula, seguramente teria feito a mesma coisa no passado. Já no presente é diferente, as condições são outras, as necessidades diferentes também, e por isso estamos adotando o regime de partilha para que a União Federal, ela sim, se aproprie desta riqueza e até possa usá-la no exercício da geopolítica. Eu não tenho dúvida de que amanhã vários países irão necessitar, Senador Paulo Duque, do petróleo de países que tem estabilidade institucional e nós poderemos tranquilamente chegar, por exemplo, aos Estados Unidos e dizer ao Governo americano: "Vendo o meu petróleo, os senhores tem que retirar as barreiras para a compra de etanol brasileiro". Ou seja, fazer uma negociação útil para as duas nações, para aqueles que fazem o intercâmbio de negócios. A geopolítica é fundamental na apropriação desse petróleo por parte do Brasil. No regime de concessão, o petróleo não pertence à União Federal, pertence aos concessionários, àqueles que exploram o petróleo e ganharam aquele poço dando um bônus de assinatura muitas vezes de 20 milhões, que não significa nada, absolutamente nada. Passam a ser proprietários tendo pago uma ninharia por um bem que é do povo brasileiro. Eu defendo com ardor por isto, no convencimento de que estou no caminho certo junto com todos os técnicos, dentre os quais o Dr. Marco Antônio. O Dr. Lima, que hoje é Presidente da BR, era meu secretário de petróleo e gás e que aqui faço uma homenagem pública, nos ajudou enormemente na formulação desse modelo. Trata-se de um profissional, ele e também o Marco Antônio, de mais de 30 anos na PETROBRAS, que tem estudado longamente essas questões todas e esses técnicos com patriotismo de que são dotados, com a inteligência e o talento deles, nos ajudaram a nós da Comissão interministerial a edificar este modelo que acredito é o que melhor interessa hoje ao Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Augusto Botelho, réplica, dois minutos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está satisfeito? Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares que cedeu o seu lugar na ordem de inscrição.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Permuta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por permuta.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Em primeiro lugar, Sr. Presidente, nosso querido Ministro, que além de Ministro, colega como Senador, eu considero meu amigo. Marco Antônio, Srs. Senadores, nosso novo Senador por Mato Grosso, Osvaldo Sobrinho, seu primeiro dia aqui, e um agradecimento muito especial ao Senador Valadares, que eu estou com um problema, preciso sair e ele me cedeu o lugar.

Eu não vou fazer nenhum questionamento, Ministro Lobão. Não vou falar da PETROBRAS, não vou falar do pré-sal, porque a gente vem acompanhando todas as posturas do nosso Governo, do nosso Presidente Lula, da nossa Ministra Dilma Rousseff, da nossa PETROBRAS, e muito especialmente sua e a gente sabe da sua competência e do seu compromisso político. Não político partidário, político na causa do Brasil. Então, eu não vou falar do pré-sal. Não vou, porque isso a gente está ouvindo toda hora e eu seria até repetitiva, certamente. É dizer que... Bom, em primeiro lugar, eu tive dificuldade de chegar aqui antes, eu não ouvi toda sua fala, eu tentava até ouvir por onde eu estava passando, mas foi difícil, mas eu ouvi um pedaço, mais no final, quando o senhor falou que o petróleo é uma das possibilidades. Óbvio que é. Que tem aí as alternativas, as que estão surgindo, o senhor falou da eólica, temos aí o biocombustível, nossa, temos inúmeras alternativas. E eu diria que o Brasil vai indo muito bem, obrigada, e a tendência é ficar muitíssimo melhor. Eu estive numa reunião no capitólio, agora foi... Abril, mais ou menos, onde estavam parlamentares do G20 e onde foi dito com todas as letras que o país é muito bom, porque eles não costumavam dizer essas coisas. Não é porque fosse os Estados Unidos lá nos Estados Unidos, mas os outros países também. O reconhecimento de que o Brasil hoje é quem tem o mais alto percentual de energia renovável, 47.8, seguido de outro país que

é 30, não vou citar o nome aqui, e outro que é 16 em terceiro e os outros muito abaixo.

Então, eu diria que ao surgir o pré-sal é de extrema relevância, o petróleo é extremamente importante, ninguém duvida disso, mas as buscas de energia alternativa, como a eólica, todas as outras energias alternativas, é fundamental para o nosso país. Eu chefio a missão brasileira no Parlamento já há dois anos a nível de mudança, de discussão de mudanças climáticas, com vistas às mudanças que vem aí no pós Kyoto em 12. O Senador Collor de Mello é uma pessoa preocupada com essa questão, eu já ouvi fazendo várias vezes discursos a esse respeito, sobre a questão ambiental, etc., e mudanças climáticas, e essa discussão a nível de mundo tem ido num caminho muito... Eu diria que numa tentativa, pelo menos, de ser politicamente correto. Os Estados Unidos é quem traz a maior dificuldade, porque até o "Mais 5", que nós fazemos parte do "Mais 5" aí com a China e com a Índia, as dificuldades parece que vão ser superadas no pós Kyoto, pelo menos minimizadas. Os Estados Unidos sempre foi quem trouxe as maiores dificuldades nessa questão, porque ao mesmo tempo que você tem que ter essa energia renovável, etc. e tal, você tem que ter a preocupação com a preservação do meio ambiente. Porque se você não preservar, não preocupar, continuar só com os sujões, os sujões, os sujões, o meio ambiente daqui a pouco está complicado e a vida humana está complicada.

Então, eu fiquei muito feliz quando eu vi o senhor dizer aí, até vou pedir para o senhor repetir, que o senhor disse que até um tempo 'X' que é esse que eu não peguei, com os desertos que nós temos, com o potencial de energia solar que esses desertos poderão nos oferecer, a gente poderá ter 15 vezes, não sei se eu entendi direito, a energia que hoje dá sustentação para o Planeta Terra. Eu diria que o Brasil tem uma contribuição gigantesca para dar em todos os sentidos e que a política que o senhor vem levando juntamente com o nosso Governo como um todo, Ministro, Presidente da República, etc., a gente tem um futuro extremamente assegurado e um futuro não só assegurado em termos de energia, mas de qualidade de vida com energia que propicia qualidade de vida. Porque energia só pela energia também pode prejudicar a vida, e nós queremos energia que propicie a vida.

Era só esse comentário que eu queria fazer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Nossa simpática e minha querida amiga Serys nos traz um dado muito interessante que deve estar na consciência do povo brasileiro, no que diz respeito a matriz energética brasileira, que é a mais limpa do mundo. Nós, hoje, temos uma preocupação obstinada com a preservação do meio ambiente. E os países desenvolvidos têm na sua matriz energética um forte emissor de CO2. O Brasil não. 90% da nossa energia elétrica provém das hidrelétricas que não são poluentes. Países como os Estados Unidos, como a Alemanha, a Rússia, a China, sobretudo a China, que inaugura... A China que inaugura duas térmicas a diesel por semana. Estes são altamente poluentes. O Brasil, não. O Brasil, não.

O nosso sistema elétrico contribui com 1,5 a 2% de emissão de CO2 na atmosfera, em 100%. O grande emissor, o grande responsável são os desmatamentos. Portanto, muitas vezes no exterior eu sou confrontado com dirigentes do sistema energético de determinados países que se queixam do Brasil e eu os desafio a apresentar um único país que se assemelhe ao Brasil em matéria de energias limpas e renováveis. Nenhum. A nossa intenção de continuar assim, Senadora Serys.

O que eu disse a respeito da energia solar e que o pré-sal não vai modificar em nada isso que estou dizendo aqui, em matéria de limpeza da nossa matriz energética. O que disse a respeito da energia solar é que há estudos numa Universidade de São Paulo, dirigidas por um professor de origem japonesa, segundo os quais a humanidade não terá muita preocupação, não terá que ter muita preocupação para o futuro. Porque somente os desertos serão capazes de produzir 15 vezes o que hoje se produz no globo terrestre em matéria de energia elétrica. Além disso, nós temos a energia eólica em franco andamento e estamos inclusive realizando um leilão no próximo mês de novembro, específico para energia eólica no Brasil e compareceram 441 interessados em produzir energia, inclusive no Estado de V. Exa., Sergipe, e num total de quase 13 mil megawatts de energia. Portanto, há interessados no Brasil e no mundo inteiro em competir aqui entre nós para produção de energia eólica, que é uma energia ainda não muito barata, ainda um pouco cara, mas absolutamente limpa e que será parte da energia do futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente Fernando Collor, Ministro Edison Lobão, Dr. Marco Antônio Martins Almeida, secretário de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Quando o noticiário divulgou a descoberta do pré-sal, com uma ocorrência monumental de petróleo e gás,

logo me veio à memória, primeiro a luta do brasileiro para, através de uma campanha monumental, criar a PETROBRAS e determinar o monopólio desta riqueza em favor da empresa brasileira. Em segundo lugar, que houve tentativas em tempo recente de uma estatização total da nossa economia. Uma ameaça inclusive sobre a venda da PETROBRAS, de vez que até num país vizinho, na Argentina, a sua estatal fora vendida a empresas particulares. Entretanto, o brasileiro foi bastante inteligente e sábio ao não aceitar aquela tendência que determinava como condição *sine qua non* para o desenvolvimento, a abertura de todas as economias, a privatização como saída para o desenvolvimento econômico. E eu tive a oportunidade de testemunhar aqui no Senado Federal, no tempo da quebra do monopólio com a Emenda Constitucional nº 9 e o Presidente, se não me engano era o Presidente José Sarney. O Fernando Henrique tinha esta Emenda Constitucional nº 9 que na prática vislumbrava também uma venda da PETROBRAS. Quer dizer, dava uma margem para a venda da PETROBRAS, mas a Comissão de Justiça, então presidida pelo Senador Edison Lobão, aprovou uma proposta da nossa autoria, que proibia a venda da PETROBRAS. Então, aquela emenda constitucional voltaria para a Câmara com essa emenda que nós fizemos. Foi então que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e eu quero fazer justiça a ele, enviou a carta para todos os Senadores, a partir do Presidente José Sarney, comprometendo-se de que até o final de seu Governo jamais entraria com a proposta da venda da PETROBRAS. Isso eu considerei fundamental, porque a PETROBRAS conseguiu desenvolver sua tecnologia em águas profundas, tornando-se uma das empresas exemplo e padrão em todo o mundo nesse particular e hoje nós estamos vendo que valeu a pena a sabedoria do povo brasileiro, do seu Governo, do Senado Federal, ao fazer de tudo para que a PETROBRAS continuasse na sua atividade de petróleo como estatal.

Ocorre que hoje com a descoberta do pré-sal e o marco regulatório, que está sendo objeto de apreciação pelo Congresso Nacional com quatro projetos, está suscitando um novo debate, o estatismo e o privatismo, que na verdade isso não existe. Não é isso que deveria estar em jogo. De vez que como V. Exa. falou, todas as riquezas, riquezas incomensuráveis que existem ali no pré-sal, dominada a tecnologia será de fácil exploração, quase zero por cento de risco em determinados locais como na bacia de Santos. Então, o que nós devemos discutir nesse instante, ao invés de dizer o Brasil está retomando para a PETROBRAS uma parte daquilo que ela perdeu como única estatal a explorar o petróleo, porque ela vai participar com 30% no mínimo dos consórcios. Em vez de nós discutirmos isso, nós deveríamos estar discutindo era como o Brasil se inserir no mercado internacional, não só produzindo petróleo, mas também aproveitando, do ponto de vista industrial, tudo aquilo que vai ser objeto de exploração do pré-sal. Porque assim, como diz o Presidente Lula, nós vamos... Nós não vamos ser um mero país de exportação de riquezas aqui produzidas, isso vai gerar muito emprego, renda, independência e autonomia para o nosso país.

Então, Sr. Presidente, com a tecnologia que nós conseguimos amealhar através da PETROBRAS, há a necessidade então de não só a PETROBRAS avançar na sua tecnologia como nós temos aqui no Brasil quem sabe uma universidade do petróleo, já que essas riquezas são o futuro do nosso país. Não só para ajudar na exploração, surgimento quem sabe até nacionais para competir na exploração do petróleo, como também para exportar, como faz a Noruega, que nesses últimos 10 anos cresceu cerca de 25% em termos de exportação de tecnologia, e eu queria saber de V. Exa. o que acha dessa possibilidade de nós termos aqui uma universidade do petróleo. Porque a universidade nós já temos, que é a PETROBRAS. Mas, logicamente que formando técnicos para a sua própria empresa. O que V. Exa. acha da instalação, da implantação aqui no Brasil de uma universidade com essa finalidade, com esse objetivo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Antonio Carlos Valadares. Gostaria de cumprimentar em nome de todos os integrantes da Comissão de Infraestrutura e também da Comissão de Assuntos Econômicos S. Exa., o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, agradecendo a V. Exa. essa honrosa visita que nos faz, no momento em que em Audiência Pública essas duas comissões ouvem as explanações feitas pelo excelentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão.

Senador Ministro Edison Lobão, V. Exa. tem cinco minutos para resposta ao Senador Valadares.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu agradeço por igual ao Presidente Collor a presença ilustre do Presidente José Sarney a esta Comissão, que se reúne conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, para ouvir a dissertação que ora faço a respeito do pré-sal.

Senador Antonio Carlos Valadares, este Governo não pensa em reestatizar a economia nacional, não está no pensamento dele. O mundo passa por fases, por momentos, e aplica a cada caso a soluções e os remédios que são necessários. Durante o Governo do Presidente Ernesto Geisel, houve impulso pela estatização da economia nacional. Aquilo era necessário.

Naquele momento a iniciativa privada não dispunha de meios, sobretudo financeiros para prover o país das necessidades que a cada momento surgiam. Imaginou então o Presidente da República cumprir este papel e o fez com muita competência. Naquele instante, ao final do Governo dele, o Brasil podia ser comparado a um país socialista, 64% da economia nacional encontrava-se na mão do estado. Era um Estado Brasileiro fortalecido, em razão da necessidade de crescimento e de avanço e de relação de empregos. Em seguida, veio a onda mundial pela privatização, a que aderiram quase todos os países do mundo, a começar pela Inglaterra.

Naquele momento a Itália vivia, convivia com uma dívida imensa, mas possuía um patrimônio também extraordinário, privatizou muito do seu patrimônio, inclusive universidades e até igrejas. O Estado italiano era proprietário até de igrejas. Assim caminha a humanidade. O Brasil, então, num determinado momento, no momento acertado, instante de dificuldades econômicas, privatizou parte considerável das suas empresas. Não chegou ao ponto de incursionar junto à PETROBRAS, ou Banco do Brasil ou Caixa Econômica e até outras empresas, no sentido da privatização. Essas empresas foram preservadas e aí está a PETROBRAS, prestando esses relevantes e extraordinários serviços no país. Nós hoje, destinando a ela 30% de todas as reservas do pré-sal para que ela se torne operadora privativa exclusiva, não estamos com isso infletindo no sentido da estatização, ela já é operadora de 80% de todos os blocos exploratórios do Brasil. Com a confiança dos seus parceiros empresariais internacionais. Nada lhe custa, portanto, prosseguir sendo a operadora única 30% já que ela o é dos outros blocos com até mais de 30%. Com no mínimo 30%. O que se está fazendo é portanto, caminhar no sentido da modernização da empresa, da atribuição a ela de responsabilidades novas para as quais ela tem toda competência de se desincumbir.

Eu não tenho dúvida que a PETROBRAS se haverá com a mesma competência, com a mesma rapidez e com a tecnologia que conseguiu construir ao longo de todos esses anos. Os laboratórios de pesquisa da PETROBRAS dão a ela a segurança e a posição que ela hoje merece, de uma das melhores petrolíferas do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em nome do Presidente da Comissão de... Desculpe. Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exa. deseja oferecer...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só uma última indagação, até porque eu não concordo com um artigo que foi escrito no dia de hoje no Estado de São Paulo pelo Sr. Adriano Pires, que é Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura. Mas, como se trata de um jornal de grande circulação, eu queria ouvir a opinião do nobre Ministro a respeito de um trecho do seu artigo que passarei a ler. É sobre a PETROSAL. "Por fim a PETROSAL vai participar dos comitês operacionais dos campos de petróleo com poder de veto. Muitos afirmaram que isso teria sido copiado da estatal norueguesa Petoro. Não é verdade. Na Noruega a estatal participa dos comitês operacionais porque a Petoro é investidora e, portanto entra no risco do negócio. No Brasil, a PETROSAL nada investe, ou seja, investirá. E apenas vai exercer ingerência política na administração dos campos. O Governo Brasileiro abandona o modelo de controle da produção e fiscalização do campo por uma agência reguladora e passa agora a ter essas funções exercidas por uma estatal com critérios pouco transparentes".

Quer dizer, num jornal de grande circulação, eu acho que merece uma resposta do nobre Ministro, que eu não concordo em absoluto com que está escrito. Por isso que faço essa indagação a V. Exa. sobre o artigo aqui escrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não foi exatamente então uma réplica, Sr. Ministro, mas uma indagação a V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a Presidência a compreensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Antonio Carlos Valadares, o Professor Adriano Pires é um especialista nessa matéria, e ele tem participado fortemente dos debates que estão sendo travados nesse momento. Ele esteve, me informa aqui o Presidente Collor, já inclusive aqui na Comissão de Infraestrutura.

Eu acho a presença dele, discutindo esse assunto, questionando, até instigadora e nos conduz à meditação e até ao exame daquilo que fizemos, para saber se de fato estamos na direção correta. Até aqui eu não tenho tido dúvida que estamos na direção correta. A PETROSAL não será uma agência reguladora. A agência reguladora continuará sendo a Agência Nacional do Petróleo, com todos os seus poderes, nada lhe foi retirado. A PETROSAL será apenas o olho do Governo lá na plataforma. Como a União Federal será maioria em todos os blocos exploratórios, é razoável que a União através da sua representante, que se chama PETROSAL, esteja lá dentro do comitê operativo com maioria e com poder de veto. Comitês semelhantes já existem hoje no regime de concessão. Semelhantes. Inclusive com poder de veto também. O que se faz

na Noruega não é muito diferente, a não ser o fato de que o rei com a sua majestade indica diretamente para quem ele quer entregar aquele campo exploratório de petróleo, não há licitação, o rei decide sozinho. O que nós estamos fazendo aqui é um aperfeiçoamento de tudo que existe no mundo, procurando dotar o Brasil de um modelo que amanhã possa orgulhar não apenas o nosso país, mas até em condições de ser seguido por outros países que precisam explorar petróleo em semelhantes condições. Eu não acho ruim esse debate, ele precisa exercer, ser exercido, e já o houve na época do "Petróleo é nosso!", da criação da PETROBRAS, e o resultado foi aquilo que fez com a criação da PETROBRAS, que é o orgulho de todos os brasileiros e que cumpre bem o seu papel, e o seu papel continuará sendo cumprido com rigor daqui pra frente na exploração do petróleo do pré-sal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. está satisfeito com a resposta?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Satisfeito. Agradeço a V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Rapidamente. O Sr. Adriano, eu o conheço, é uma pessoa como bem colocou o Ministro Lobão, de conteúdo sobre o assunto, ele domina muito bem. Mas não podemos esquecer também o seu viés político, que ele tem. E como inteligente que é, ele sabe muito bem usar o seu conteúdo acadêmico sobre o assunto, mas ao mesmo tempo indo numa linha do Governo anterior, do qual ele foi um grande representante, digamos assim. Mas nem por isso podemos esquecer que tem também o conteúdo acadêmico. Mas tem o viés político muito forte.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Como está no evangelho, "tu o dizes".

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de agradecer em nome da Comissão de Assuntos Econômicos, em nome da Comissão de Infraestrutura, a S. Exa., o Sr. Ministro Edison Lobão pela aceitação ao convite que lhe foi formulado para participar hoje conosco na discussão sobre as questões que envolvem o pré-sal e os quatro projetos de lei que já deram entrada aqui na Câmara e no Congresso Nacional, via Câmara dos Deputados. Agradecer ao Dr. Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda também pela sua presença, agradecer ao Dr. Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, a todas as Sras. e Srs. Senadores aqui presentes e muito especialmente a S. Exa., o Presidente do Senado Federal Senador José Sarney, que nos prestigiou e nos honrou com a sua presença aqui ao final dos nossos trabalhos, quando estávamos ouvindo o Ministro Edison Lobão.

Antes de encerrarmos a presente Sessão, eu convoco os senhores membros da Comissão para a nossa próxima reunião a realizar-se dia 14 de setembro, na próxima segunda-feira às 18 horas com a apresentação do Painel nº 5: "Transportes e Infraestrutura Urbana – Sistemas Integrados de Meios de Transporte", com a presença dos seguintes convidados: Dr. Adriano Murgel Branco, engenheiro administrador e ex-Secretário dos Transportes da Habitação do Estado de São Paulo e o Dr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal.

Muito obrigado à senhoras e senhores, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h25.

Ata da 31ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 14 de Setembro de 2009, às 18 horas, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dezoito horas e dezessete minutos do dia catorze de setembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **DELCÍDIO AMARAL**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Senador **GILBERTO GOELLNER.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senador **Delcídio Amaral** declara aberta a reunião, anunciando o motivo da realização, informando que a Audiência Pública atende à "Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais", proposta pelo Senador **Fernando Collor**, e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores **Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello**. Compondo o primeiro desafio: "Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento", apresenta-se o Painel 5 – "Transporte e Infraestrutura Urbana: Sistemas Integrados de Meios de Transporte", com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Cássio Taniguchi** – Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal e **Dr. Adriano Murgel Branco** –

Engenheiro, Administrador e da Habitação do Estado de São Paulo. O **Senador Delcídio Amaral** concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Senhor Senador **Delcídio Amaral**. A Presidência comunica a presença do **Dr. Rubens Cahin** – Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem – DER do Estado de São Paulo. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte e uma horas, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Delcídio Amaral,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

A presente reunião, dando continuidade ao ciclo de Audiências Públicas, promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, chamado Agenda 2009/2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, destina-se à apresentação do Painel 5: "Transporte e Infraestrutura Urbana: Sistemas Integrados de Meios de Transporte", dentro ainda do nosso primeiro desafio: "Infraestrutura para a Inovação e Desenvolvimento".

A Agenda 2009/2015, sobre os Desafios Estratégicos Setoriais que a infraestrutura precisa superar, para que o Brasil retome e potencialize seu crescimento e desenvolvimento econômico, está dividida em diversos painéis para cada grande desafio identificado, contando com a participação de profissionais e especialistas de notório reconhecimento em suas áreas de estudo e atuação.

Hoje, teremos a apresentação do Painel 5: "Transporte e Infraestrutura Urbana: Sistemas Integrados de Meios de Transporte", com os seguintes participantes, que aproveito e convido para tomarem assento à Mesa: Dr. Adriano Murgel Branco, Engenheiro, Administrador e ex-Secretário dos Transportes e da Habitação do Estado de São Paulo; Dr. Cássio Taniguchi, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal.

Gostaria de lembrar aos senhores que, dando sequência a esses painéis, no dia 21 de setembro, teremos o Painel de nº 6: "Novas Tecnologias Urbanas e Parques Tecnológicos". Os convidados são o Dr. Lubomir Antônio Dunin, o Dr. Jorge Wilheim e o Dr. Alceni Guerra. E na outra segunda-feira, fechando o Painel 7: "Telecomunicações – Acessibilidade, TICs e Renovação", com os seguintes convidados: Dr. Luiz Cuza, Dr. Luiz Shimura e Dr. Antonio Carlos Valente. Com isso, nós vamos completar essa primeira fase de "Desafios Estratégicos Setoriais 2009/2015", que foram aprovados e coordenados pelo Presidente Collor, ao longo, aí, desse ano de trabalho da Comissão de Infraestrutura.

Quero, também, aproveitar a oportunidade para registrar que, a partir do dia 05 de outubro, estaremos fazendo quatro painéis, além desses que já foram citados, que terminam agora, no final de setembro, que se encerram no dia 28 de setembro, nós vamos ter o Painel nº 1: "Exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas". Isso vai começar no dia 5 de outubro e é a discussão do PL 5.938/09. O Painel 2, a se realizar no dia 19 de outubro: "Criação da empresa pública: Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETROSAL". Esse é o PL, mais uma vez lembrando, 5.939/09. No dia 26 de outubro: "Fundo social – Projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e de sustentabilidade ambiental". É o PL 5.940/2009. E, por último, no dia 6 de novembro, o Painel 4: "Capitalização da PETROBRAS: pesquisa e lavra do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, em áreas não concedidas, localizadas no pré-sal". Esse é o Projeto 5.941/09.

Eu gostaria de registrar que esses painéis, eles dão sequência a essa primeira etapa que foi até o Painel 7, de desafios estratégicos setoriais, e aí a Comissão de Infraestrutura vai entrar nesses debates sobre o pré-sal e abordando os quatro Projetos de Lei que foram encaminhados pelo Governo para análise da Câmara e do Senado. A Comissão de Infraestrutura do Senado, por orientação do Presidente Collor, já começa a debater intensamente esses temas, que serão, também, aqui, discutidos no Senado Federal. É um tema que vai concentrar as atenções dos parlamentares ao longo dos próximos meses, é um tema de fundamental importância. Como eu estava falando com o Dr. Adriano e o Dr. Cássio Taniguchi, a infraestrutura continua sendo o grande desafio do Brasil e a infraestrutura vai se consolidar como o grande foco dos debates no Congresso Nacional, com vistas a, efetivamente, encontrarmos uma saída, através de marcos regulatórios transparentes, através de marcos regulatórios sólidos, compatíveis com a realidade de cada setor, e, ao mesmo tempo, também, analisando detalhadamente setor por setor, procurando promover uma legislação adequada para que o país cresça.

Eu não posso deixar de destacar também o debate que ainda não caminha na Câmara dos Deputados, que são as agências reguladoras, que é um tema muito importante e um tema que, efetivamente, vai trazer segurança jurídica e confiança em quem quer investir, sejam agentes estatais ou agentes privados. As agências reguladoras têm um papel fundamental.

Quero aproveitar aqui a presença de todos, a consultoria legislativa do Senado, enfim, as pessoas que acompanham os trabalhos dessa Comissão, a imprensa também, a TV Senado, especialmente o Tribunal de Contas da União, aqui presente, que sempre nos acompanha na Comissão de Infraestrutura e, com a sua competência, nos ajuda a discutir aqui os temas que são importantes para o Congresso Nacional.

Eu gostaria de, rapidamente, falar para o Dr. Adriano e também para o Dr. Cássio: nós vamos ter liberdade para que a exposição seja absolutamente... Eu não vou colocar limite de tempo, e, depois, nós entramos nos debates. Eu quero deixar bem claro que nós tomamos essa decisão de fazer essas reuniões às segundas-feiras porque é absolutamente impossível às terças, quartas e quintas nós fazermos esse tipo de debate. Evidentemente que a segunda-feira é um dia difícil para os parlamentares, porque os parlamentares estão vindo para Brasília. Eu sou mestre em fazer Audiência Pública segunda-feira porque, junto com o Senador Garibaldi Alves, nós fizemos Audiências Públicas da Comissão de Assuntos Econômicos, tratando dos marcos regulatórios dos mais diferentes setores de infraestrutura. Portanto, o fato de poucos Senadores virem, de ser um debate mais restrito, isso não quer dizer que haja desinteresse, muito pelo contrário, há um interesse enorme do Senado Federal e do Brasil como um todo desses temas. As agendas do Senado Federal é que nos levam a adotar esse posicionamento, para dar, inclusive, sequência aos trabalhos programados pela Comissão de Infraestrutura.

Eu quero também deixar claro que, após as exposições, nós abriremos a palavra para os Senadores membros, para fazerem as suas perguntas e indagações. Gostaria de informar aos presentes, ouvintes e telespectadores, que as apresentações, feitas no curso de toda a agenda Desafios Estratégicos Setoriais, estão disponíveis na página da Comissão, no link 'Audiências Públicas'. O acesso é feito através da página do Senado Federal: www.senado.gov.br. A despeito de algumas pessoas, Dr. Adriano, serem contra a internet, nós, aqui, estamos com a internet e não abrimos.

Eu quero primeiro passar a palavra para o Dr. Adriano Murgel Branco, depois para o Dr. Cássio Taniguchi, e, depois, faremos as indagações e faremos aí o debate que esse tema tão importante merece. Com a palavra o Dr. Adriano Murgel Branco.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Eu agradeço ao Senador Delcídio Amaral e aos membros desta Comissão pela oportunidade de debater esse tema que, a mim, é muito caro. Eu estava dizendo ao Cássio que já estou chegando na hora de pendurar a chuteira, porque tenho 54 anos de atividade no setor público e, consequentemente, 78 anos de idade, o que é o pior.

Mas o passar do tempo faz com que a gente saia da especificidade da experiência técnica para uma visão cada vez mais ampla dos problemas. Para lhe dar uma ideia, Senador, nos últimos anos, eu escrevi um livro sobre o financiamento de obras e serviços públicos, acho que isso tem muito a ver com a atividade dessa Comissão. Escrevi, também, sempre com parceiros, a questão do desenvolvimento sustentável na gestão de serviços públicos. Acho que são temas importantes para a discussão que se trava aqui, e eu queria oferecer esses dois exemplares ao Senador. Trouxe também uma coletânea de artigos que tenho escrito sobre essa questão da infraestrutura de transportes, que estão reproduzidos nesse CD, e penso que proximamente poderei trazer ao Senador o último livro que estou terminando, que está praticamente concluído, que tem o título: "Reflexões sobre a crise mundial". Me parece que essa crise mundial hoje, ela nos abre espaço para considerações inteiramente novas a respeito de como tratar as questões do serviço público.

Focalizando o tema que nos foi dado, eu vou me basear no ocorrido na cidade de São Paulo, durante um século de vida e de desenvolvimento dos transportes, para mostrar o que se deve fazer e, sobretudo, o que não se deve fazer, que é a parte mais rica da experiência paulistana.

Como é que se desenvolveu o transporte público na região metropolitana de São Paulo? Em 1902, foi instalado o sistema de bondes, ou seja, a primeira tecnologia de transportes da cidade foi uma tecnologia de alta capacidade, de transporte não poluente, elétrico, com corredores definidos no tecido urbano. Essa foi a primeira experiência. Em 1925, começaram a chegar os ônibus, ou seja, uma nova tecnologia de veículos com motor de combustão, e os ônibus começaram a atrapalhar os bondes, porque concorriam com eles, com algumas vantagens de flexibilidade, etc. Em 1947, criou-se a Companhia Municipal de Transportes Coletivos como um grande sistema coordenador dos transportes, segundo o modelo vigente no mundo inteiro, na época, que era uma empresa pública de transportes. Ela trouxe como primeira inovação a introdução dos ônibus elétricos na cidade e, portanto, com a preocupação já de reduzir a poluição, etc. Em 1968, criou-

se o metrô de São Paulo. Chegou-se à conclusão de que era preciso ter um sistema de capacidade ainda maior. Mas, ao mesmo tempo em que se criou no papel, porque ela só veio a funcionar dez anos depois, oito anos depois, extinguiu-se o sistema de bondes. E o sistema de bondes tinha mais de 500 km de itinerários, servidos por quase 300 km de extensão, de trilhos. Isso foi, numa penada, num Decreto, foi abolido. A cidade, tão despreocupada com o seu transporte, chegou a festejar, meio saudosisticamente, a saída do bonde. Eu acho que eu fui o único a escrever um artigo, mostrando quanto de asneira tinha na decisão recém tomada. Outro, por favor.

Mais adiante, quando surgiu a ideia da criação da região metropolitana de São Paulo, fez-se um projeto, um plano, chamado SISTRAN, de transportes em visão metropolitana. Foi a primeira vez que se fez um projeto desse tipo. Criou-se uma malha de corredores, corredores exclusivos, com circulação de trólebus, algo que não prosperou muito porque, muda a administração, os outros vêm com outras ideias. Criou-se o Sistema Metropolitano de Transportes, reuniram-se os subúrbios das ferrovias em uma única empresa. Isso é um patrimônio enorme que a região metropolitana tem, são 280 km de linhas férreas que, se transformadas em linhas do tipo metroviário, e é o que está se fazendo hoje, poderão acudir muito as necessidades do transporte da cidade. Em 1976, entretanto, a questão da poluição levou a cidade a fazer a sua primeira experiência de rodízio de veículos, rodízio que existe até hoje, já não só pela questão ambiental, mas, sobretudo, por causa do congestionamento urbano, e, também, com os seus êxitos praticamente esgotados. E no ano de 2000 foi planejado uma reorganização do sistema, com horizonte de 2020, sistema ou plano esse que está, hoje, em execução, numa velocidade inferior a que a cidade precisa, mas com um ímpeto bastante grande do Governo do Estado. Outro, por favor.

Essas curvas mostram, em grandes linhas, que o crescimento da demanda de transportes coletivos e da demanda de transportes motorizados foi sempre maior do que o crescimento da cidade. É um fenômeno real. A cidade, na medida em que cresce, utiliza mais frequentemente o transporte e, sobretudo, o transporte público. Outro, por favor.

Esse aí mostra, entretanto, aquela curvinha amarela, esverdeada, ali, mostra como cresceu a frota de automóveis. Então, comparando, embaixo, o crescimento da oferta de transporte, a gente vê que a oferta de transporte por automóvel cresceu, cresceu bastante, mas nada parecido com o crescimento da frota, ou seja, o sistema é altamente ineficiente. Foi preciso chegar a seis milhões de automóveis circulando na cidade para transportar o mesmo número de pessoas que os quinze mil ônibus que estão lá transportam. E esses seis milhões deram no que deu. Outro, por favor.

Este é um quadro que mostra a evolução do transporte na região metropolitana a cada dez anos. Desde 1967 é que se faz uma pesquisa de origem e destino, avaliando a situação do transporte. Vamos nos ater ao último, que é de 2007, que mostra que, diariamente, em São Paulo, se dão 13,8 milhões de deslocamentos em transporte coletivo, 11,2 milhões em transporte individual. Ou seja, o transporte individual é quase igual ao transporte coletivo hoje. E no início, lá atrás, da empresa de transporte da cidade, o transporte individual era 12% do total; hoje, ele chega a quase 50%. O transporte motorizado, portanto, significa 25 milhões de deslocamentos por dia. E um número que é espantoso, na minha avaliação, é que deslocamentos feitos a pé, hoje, já são 12 milhões por dia, aquilo são deslocamentos por dia. 12 milhões de percursos feitos a pé, seja porque o transporte coletivo é inadequado, seja porque o transporte, de um modo geral, é caro. Outro, por favor.

Aí se vê como decaiu o transporte coletivo, proporcionalmente, e como cresceu o transporte individual. Houve uma reversão na última medida, uma reversão de tendência, que se explica pelo fato de se ter criado o bilhete único, permitindo as pessoas fazerem mais de uma viagem no transporte público com a mesma tarifa. Isso é um dos fatores importantes. O outro é a recuperação que vem sendo feita, um pouco lentamente, mas vem sendo feita, do sistema ferroviário antigo. Outro, por favor.

Aí está a consequência de tudo isso que a gente está falando: o congestionamento. O triste é que o congestionamento, naquela figura, aqui, se dá num corredor de ônibus; ou seja, o corredor foi feito para não ter congestionamento, para não ter tropeço para os ônibus, e eles estão dessa maneira, completamente congestionados, eles próprios. Outro, por favor.

A visão do problema é muito simples, é uma questão de tecnologia de transportes. No primeiro quadro, a gente tem um certo número de passageiros transportados por uma tecnologia, que é o automóvel; no meio, nós temos o mesmo número de passageiros transportados por ônibus; e, na extremidade direita, nós temos o mesmo número de passageiros transportados num ônibus articulado. O que acontece com a rua? A gente vê imediatamente pela figura que está aí. Outro, por favor.

Há uns dez anos atrás, eu me meti a fazer uma conta que me assustou de tal maneira que eu nunca mais repeti, mas outros têm feito hoje. Quanto custa o congestionamento da região metropolitana de São

Paulo? Nós chegamos à conclusão de que essa parcela de custo aqui, que é de 0,7 bilhões por ano, é devida ao encarecimento do transporte coletivo por causa do congestionamento; a segunda é de consumo excessivo de combustíveis; a terceira é dos custos de saúde pública, causados pelo congestionamento; a quarta é a perda de tempo das pessoas. Dez anos atrás, hein? Hoje, é muito pior do que isso. Perda de tempo. E este outro fator aqui, que não entrava nas contas de ninguém, até então, que é a perda de produtividade de todas as pessoas que se metem no trânsito de São Paulo, seja no transporte coletivo, seja no transporte individual. O fato de andar horas e horas no congestionamento, ou não andar, leva as pessoas a um estresse que mede-se isso, hoje, sob a forma de perda de produtividade. Quando a gente diz que o Brasil é um País de baixo nível de produtividade, e é mesmo, a produtividade da mão-de-obra brasileira é 27% da produtividade americana, uma quarta parte, portanto, é por conta destas coisas que nós aprendemos a chamar de Custo Brasil, sem saber bem o que é que são, mas são gravíssimas. Então chegou-se à conclusão, naquela época, que nós estávamos perdendo, na região metropolitana, 22 bilhões de reais por ano. A sociedade perde. Esse número, hoje, calculado já por outros, está entre 30 a 40 bilhões de reais por ano. É o que custa para a região metropolitana isso. Então, quando se diz: "Nós não temos dinheiro para fazer um plano mais arrojado de transportes", não é verdade. Nós jogamos no lixo o dinheiro que temos e, depois, não temos como resolver o problema. Outro, por favor.

Isso é um aspecto do caos, essa fotografia tem três dias. O ônibus, como tratou o tal do pedestre que faz 12 milhões de circulações do dia, faz nessas condições. Outro, por favor.

Isso é uma ocorrência habitual em São Paulo. É um caminhão que tombou, ele já inutilizou três faixas de tráfego de uma avenida larguíssima, o trânsito congestiona mais ainda porque os curiosos querem ver o que aconteceu. Esse foi um acidente suave, ou seja, a carga, que era de ácido, não vazou. Podia ter sido alguma coisa muito pior. Nós vamos, adiante, focalizar a interferência do caminhão. A Cidade de São Paulo, hoje, é cruzada diariamente, quotidianamente, pelos caminhões que vão em demanda ao Porto de Santos. E os caminhões que, antigamente, transportavam 30 toneladas, hoje transportam 80 toneladas. Senador, esse é um problema que precisa ser resolvido legalmente, é preciso limitar essa carga dos caminhões. Eu estava no DENATRAN, numa comissão do DENATRAN, quando isso foi discutido em Brasília. O argumento era de que era preciso que os caminhões tivessem condições de competir com a ferrovia, que esperava-se que fosse receber novos investimentos. Fazer o caminhão concorrer com a ferrovia é uma coisa completamente idiota, não tem o menor significado, mas está ocorrendo. E está ocorrendo de tal maneira que o Estado de São Paulo, hoje, tem 93% de suas cargas transportadas por caminhão, 93%. Nos Estados Unidos, o transporte por caminhão é de 30%; aqui, no Estado de São Paulo, é 93%, com esses caminhões que o DENATRAN autorizou a circularem com até 80 toneladas e têm, no interior, alguns com mais de 80. Mas eles não circulam só na rodovia, eles circulam por dentro da cidade. Vêm pela rodovia, entram na cidade, atravessam a cidade, para ir em demanda ao Porto de Santos. Outro, por favor.

Essa é outra figura. Isso já é um trem e cruzando por uma avenida em São Paulo. Esses veículos são mal mantidos, os motoristas são mal preparados, a manutenção não é feita, até hoje não se faz inspeção veicular em caminhões, e os veículos, então, dentro da cidade, frequentemente tombam. Aquele tipo de tombamento que nós vimos ocorre todos os dias, sem exceção. Outro, por favor.

Bom, em 1900, quando nós começamos a falar de transporte coletivo no mundo inteiro, os veículos eram esses aí. Curiosamente, esse aqui é um veículo híbrido. A última palavra em matéria de tecnologia de transporte coletivo são os veículos híbridos. Esse é um bonde da época... Um bonde não. É um trólebus da época, com roda de pneumático. Esse é um bonde da época que circulavam em corredores próprios para prestação dos serviços que lhes estavam afeitos. Nós começamos, portanto, com a melhor tecnologia e fomos degradando ela ao longo do tempo. Outro, por favor.

Os modelos modernos estão aí, é pendurado, é suspenso, é por cima, é por baixo, tem de tudo que se queira fazer. Roda de ferro, roda de pneumático. As rodas de pneumático estão crescendo muito, como esse modelo aqui. Eu vi que Brasília vai botar um VLT. A minha preferência, Cássio, é VLP, um pneumático, tirar o ruído da roda de ferro e etc. Essas experiências japonesas são muito recentes, a gente foi ver lá. Outro, por favor.

Vários modelos, bonde moderno. Aquilo que nós extinguimos no passado, na Europa, está em plena ascensão, inclusive. Só que os espaços por onde eles circulavam na Cidade de São Paulo foram perdidos, eles, hoje, são espaços destinados à circulação de automóveis. Esse foi um grande prejuízo. Esse é um sistema elevado de pequena capacidade em Miami. Esse é um sistema de veículos sobre pneumáticos, composições grandes, elétrico, ele pode ser guiado por esse trilho central ou sair do trilho central. Isso, para

mim, é o mais charmoso dos sistemas que estão aí, na Europa, hoje. Outro, por favor.

Esse é um sistema montado sobre viga de concreto que a Cidade de São Paulo está querendo experimentar. Em homenagem aos meus amigos que estão escolhendo isso, eu não vou falar nada. [risos] Mas é alguma coisa que funciona, só que eu acho que é caro desnecessariamente. Outro, por favor.

Ele anda nesses trilhos de concreto e são sistemas elevados. O Japão é freguês constante dos sistemas elevados por falta de espaço, inclusive, e São Paulo está caminhando nessa mesma direção. Outro, por favor.

Esse é um sistema de tecnologia inteiramente nacional que nós fizemos em São Paulo, aproveitando o desenvolvimento dos trólebus e botando em pista elevada. Infelizmente, isso encalhou, foram feitos 8 km e uma disputa política enorme, porque quem fez foi o Governo do Pitta, e, afinal, o Governo do Pitta não podia fazer uma coisa que era boa. Então o que veio, o seguinte veio e parou a obra, e para e toca, para e toca, já se gastou um bilhão de reais em 8 km, e, agora, a conclusão é o seguinte: é muito caro. [risos] Ele não opera com a qualidade que operou experimentalmente no começo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É o Fura-Fila?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Fura-Fila. Outro, por favor.

Esse é o veículo do Fura-Fila, que foi totalmente desenvolvido no Brasil. Ele é um veículo elétrico, com três motores, uma série de qualidades novas que existem lá fora e que nós fizemos aqui, com a indústria nacional. Outro, por favor.

Bom, como sempre se fala que o problema são os recursos, vamos ver se o problema é mesmo recurso. Nós temos que tratar essa questão do setor público como uma nova oportunidade de negócio. Primeiro, a concessão de serviços públicos. O Estado não precisa fazer com o seu próprio recurso, ele pode fazer com recursos de terceiros. Normalmente, se diz que a concessão de serviço público de transporte coletivo não fica de pé, não se equilibra. Então, não se faz, quando tem é que procurar a solução. A contribuição de melhoria é alguma coisa que está na Constituição Brasileira desde 1934, que era a possibilidade de benefícios, havidos por conta da implantação de serviços públicos, virem em favor do próprio serviço público que o gerou. Nós não estamos falando coisas estapafúrdias. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro, ela, na medida que penetrou pelo Estado de São Paulo inteiro, ela comprou terras em volta e vendeu transformada em fazendas, comprou grandes glebas. O negócio imobiliário, enfim, foi maior do que o negócio ferroviário. A Companhia de Bondes de São Paulo criou uma subsidiária de terrenos e, onde ela foi botando os trilhos, ela foi vendendo terrenos. Também o negócio imobiliário foi maior do que o negócio de transporte coletivo. A Lei 8987, das Concessões Federais, Concessões de Serviços Públicos, admitiu, ou chamou a atenção, para a ideia de ter projetos associados, não ser estritamente aquilo que precisa para o transporte. O metrô de São Paulo, hoje, faz alguma experiência desse tipo, criando shoppings nos seus terminais... Enfim, sãos os projetados associados. A legislação também criou as parcerias público-privadas para socorrer investimentos que o Poder Público não possa fazer sozinho ou o privado. As Câmaras de Compensação são formas de obter, de alguns serviços públicos, recursos para outros serviços públicos. Isso não se prática há muito, mas está na Lei de Concessões de Pernambuco, de maneira muito interessante. Se a tarifa de água é capaz de fornecer mais recursos do que o necessário e a de eletricidade, não, uma pode socorrer a outra. Isso é uma legislação que eu considero muito moderna, mas que não se pratica no Brasil.

As concessões urbanísticas são um modelo novo. Admite-se que, para fazer uma reforma urbana, seja possível dar em concessão à iniciativa privada todo um espaço e exigir que a iniciativa privada, além dos negócios que vai fazer com esse espaço, ela implante os serviços públicos essenciais. Isso, hoje, é Lei Municipal em São Paulo, a partir deste ano, e pretende-se praticá-la, ou seja, fazer com que os investimentos sejam reprodutivos. Em torno das linhas de metrô de São Paulo, a valorização de terras é invariavelmente igual ou maior do que o investimento feito pelo Governo. Então o Governo faz o investimento, se enterra até ao pescoço, o explorador imobiliário ganha uma fortuna e uma coisa não compensa a outra. Então esse é um caminho que precisa ser trilhado. Outro, por favor.

Finalmente, eu acho que o Governo, por outro lado, apanha muito da sociedade porque não sabe se comunicar. O Governo não se comunica bem. Eu estou dizendo isso diante de um conglomerado aqui de comunicadores do Governo, que começam a mostrar que o Governo pode se comunicar adequadamente, mas é preciso que a população saiba que aqueles investimentos que estão sendo feitos, eles têm retorno, têm retorno de caráter social, têm retorno de caráter econômico. Eu cito um exemplo que também faz parte das questões da infraestrutura, que é a questão habitacional. A habitação popular não prospera no Brasil, ainda que, de vez em quando, haja um soluço e uma tentativa de solução, depois ele para mais adiante, porque o cidadão pobre não pode pagar a casa e fica por

isso mesmo. Mas, quando a gente chega à conclusão de que manter o cidadão pobre na favela custa para a sociedade mais caro do que ter a casa, então a gente pode estar analisando isso de outra maneira. Eu tenho estudos que têm mostrado que o investimento na habitação social popular tem retorno três vezes maior do que o investimento que foi feito. Se fizer a casa e der de graça, é melhor negócio do que deixar o cidadão morando na favela. Não se dá de graça porque é preciso sair fora da ideia do paternalismo, mas se deve cobrar estritamente aquilo que ele pode pagar. Mas não é um mau negócio, é um bom negócio, e o Governo não é capaz de contar essa história para ninguém. Duvido que algum dos senhores já tenha ouvido essa história, de que tem retorno de tal natureza. Então, nós estamos atrás de viabilidade social, não é mais apenas a viabilidade econômica dos velhos tempos, e nela está embutida a viabilidade ecológica, a sustentabilidade e a equidade social. E sustentabilidade e equidade social nós estamos imaginando em termos universais. Se o mundo não caminhar para uma situação de equilíbrio social, de equidade entre as várias nações, uma isoladamente nunca será bem sucedida. Para mim, é o grande problema que os americanos vão viver agora. Como eles já consomem 50% mais recursos do que são capazes de reproduzir, como o globo terrestre consome hoje 30% mais de recursos do que o globo é capaz de reproduzir, não é possível estender o modelo econômico mais nenhum centímetro, não é possível, nem nos países ricos, menos até nos países ricos, que dependem dos países pobres para fornecer esses recursos naturais que estão sendo esgotados. Então a visão do setor público no transporte, principalmente, da habitação, entre outros, deve seguir regras que nós esperamos que sejam aos poucos formuladas.

Senador, era o que eu podia lhe dizer rapidamente, com algumas provocações.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Dr. Adriano Branco. Eu passo a palavra agora ao Dr. Cássio Taniguchi e, ao mesmo tempo, também gostaria de registrar aqui que o Dr. Cássio Taniguchi, além de Secretário, é Deputado Federal, foi Prefeito também, não é, Dr. Cássio? E é uma honra muito grande receber esses dois, essas duas personalidades, especialistas, e que trazem para a Comissão de Infraestrutura temas de alta relevância, especialmente tendo em vista o caos que algumas capitais brasileiras, infelizmente, vivenciam, e por que não dizer, também, alguns Estados. Passo a palavra, com muita honra, ao Dr. Cássio Taniguchi, Deputado Federal.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral, é um grande prazer estar aqui, na Comissão de Serviços e Infraestrutura, assim como rever meu grande amigo Adriano Branco, fazia um tempinho que a gente não cruzava os mesmos caminhos. Cumprimentar também aos telespectadores da TV Senado, cumprimentar a todos aqueles que estão conosco hoje, principalmente interessados nessa questão, que é um problema sério, e soluções, também, do transporte público nas cidades, especialmente naquilo que se refere a um conceito mais amplo, que é a mobilidade urbana.

É evidente que, hoje, nós estamos vendo, do ponto de vista da população mundial, de que mais de 50% da população do mundo inteiro está se tornando urbana, e a tendência é de que, cada vez mais, pessoas estarão morando nas cidades. No Brasil, essa situação, hoje, é absolutamente visível de que 80%, ou mais de 80%, da população está hoje nas cidades e sofrendo vários tipos de problemas, mas especialmente nessa questão de mobilidade.

Eu quero à guisa do nosso Adriano Branco, que colocou muito bem a situação, como que eram os caminhos a pé, depois os bondes a burros, nós tivemos isso lá em Curitiba, depois os primeiros bondes elétricos. Imagina, eu, que sou paulistano, eu vi e vivi esse processo. Por exemplo, na Avenida Domingos de Moraes, lá em Santo Amaro, tinha pista exclusiva para o bonde. Era uma coisa, assim, fantástica, uma velocidade extraordinária que o bonde desenvolvia. E bondes muito bons. O bonde de Santo Amaro, por exemplo, era extraordinário. Infelizmente, começaram a aparecer os primeiros ônibus, e esses ônibus, obviamente, acabaram expulsando os bondes. Também, em Curitiba, nós tínhamos uma bela rede de trilhos, e esses trilhos foram desativados por uma razão muito simples, dizendo que estava atrapalhando os ônibus. A partir de 1970, nós iniciamos um processo, lá, em Curitiba, no sentido, não de retomar o bonde, porém, de criar condições para que a cidade pudesse se movimentar de uma maneira adequada, de uma maneira harmoniosa. Então, é a partir de 70 que uma turma de recém formados, pode-se dizer, começou a estudar a cidade e descobrir algumas evidências. Por exemplo, que o transporte público não é só o veículo: é o itinerário, os pontos de troca, os pontos de parada e os veículos. E também é importante destacar que, àquela época, os veículos eram, nada mais, nada menos, do que caminhões encarroçados. Eu me lembro que, no Papa-Fila, em São Paulo, o sujeito, para subir, tinha que ter uma escadinha lateral, porque não conseguia. Uma senhora grávida, imagino, não conseguia ter um acesso adequado, com uma porta estreitíssima, em que não havia a menor condição de embarque e desembarque de uma maneira racional. Foi, talvez, a

primeira experiência de projetar um veículo urbano, não mais um veículo de carga, adaptado para ser um veículo de transporte de passageiros. Foi a primeira experiência de um projeto de veículo, visando dar um maior conforto aos passageiros, com portas mais largas, pisos um pouco mais baixos, escadas que tivessem um acesso facilitado através da calçada e dar condições de potência ao veículo, para que ele desenvolvesse uma velocidade média. E, ao mesmo tempo, criar aquilo que nós chamamos de pistas exclusivas para o veículo que foi projetado para ser um transporte de passageiros.

Agora, isso não era o suficiente, simplesmente projetar um veículo. Havia todo um conceito, dentro da cidade, de que esse veículo deveria atender prioritariamente às áreas de adensamento urbano, deveria criar alternativas viárias e, obviamente, ter um transporte público adequado. Mas, para isso, havia também um conceito muito importante de que esse tripé, que define a estrutura de crescimento da cidade... Daí a importância, não adianta simplesmente implantar um corredor sem ter essa consciência de que onde passa o transporte valoriza necessariamente o entorno. É isso que, hoje, felizmente, os metrôs e sistemas de transportes públicos estão entendendo, reservar esses espaços para que o setor público possa implantar sistemas comerciais e de serviços, para recuperar pelo menos uma parte desses investimentos. Então essa condição, portanto, de uso do solo, associado ao sistema viário e ao transporte público, tinha também, dentro do seu contexto, uma condição de desenvolvimento econômico, o social e o ambiental. Isso na década de 70. Felizmente, hoje, o que a gente entende por desenvolvimento sustentável é exatamente o equilíbrio entre a dimensão econômica, a dimensão social e a dimensão ambiental. É isso que dá a sustentabilidade ao processo de urbanização e atividades que dão vida à cidade.

A mudança de conceito surgiu com uma constatação muito simples, de que não adianta ter uma via extremamente larga e tentar colocar tudo nessa via: pista exclusiva, pistas laterais, tráfego rápido. Quando existia... Isso depende de cada cidade. Por exemplo, Brasília não tem essa condição. Normalmente são grandes eixos viários e que concentram todo o tráfego, principalmente de automóveis, nessas vias. Curitiba teve a felicidade de ter um traçado reticular, quadriculado, de tal maneira que havia assim ruas paralelas. Ruas. Não são grandes *freeways*, nem coisa nenhuma; ruas. E o importante disso é a continuidade. Não adianta ter ruas que, de repente, para e o sujeito não tem para onde ir. Então, muitas vezes, tivemos que fazer pequenas desapropriações e ajustes. Muitas vezes o transporteiro tradicional quer uma rua retinha, com sobre-elevações, aquela coisa toda. Besteira. A cidade não precisa disso, a cidade precisa ter ruas adequadas, sinalizadas, porém, contínuas, que deem condições de tráfego para o veículo individual e, principalmente, no caso nosso, do veículo do transporte público, que é o ônibus devidamente projetado para transportar pessoas.

Então esse é o esquema de Curitiba, que nós chamamos de Sistema Trinário, que basicamente tem essa característica, com um detalhe importante: são densidades decrescentes, na medida em que se afasta do eixo principal do sistema de transporte de massa. Isso dá condições, primeiro, para que o Poder Público possa, se proprietário da área, ter um rendimento extra, com a venda desses terrenos e, caso não seja o proprietário, estabelecer mecanismos de compensação, como, por exemplo, solo criado ou transferências do direito de construir e assim por diante, já estabelecidos no Estatuto das Cidades. E um detalhe importante é que o uso do solo tem que acompanhar exatamente essa característica do Sistema Trinário. Hoje, basicamente é essa a configuração que existe. É claro que um sistema de transporte dessa natureza, até chegar nesse estágio, levou trinta anos, não é uma coisa que acontece do dia para a noite, porém, o conceito fundamental era de que se tinha que ter esse tripé bem definido e implantado. E, para isso, eu acho que a continuidade administrativa em Curitiba foi fundamental para que nós pudéssemos ter esse perfil da cidade bem definido, ao longo dos eixos que nós chamamos eixos estruturais.

A partir de 1974, foi a primeira linha implantada, que deu uma característica totalmente diferente à cidade, com uma condição operacional extremamente favorável. E a partir, então, de 1974 para frente, foram sendo implantados vários eixos, principalmente levando em conta que são eixos estruturantes, ou seja, eixos ao longo dos quais se estimulava o adensamento, não só de habitação, de comércio e serviços. Existe, portanto, toda uma concepção, uma conceituação de que não adianta você separar as funções. Brasília tem essa característica: morar aqui, trabalhar ali e se divertir acolá.

Também a questão que nós falamos do itinerário: pontos de parada. Esse é um projeto que foi desenvolvido para o Rio de Janeiro originalmente, depois nós implantamos em Curitiba, que é um ponto de parada que tenha o mesmo nível de elevação da plataforma do ônibus. Quer dizer, quando você embarca dentro dessa estação-tubo, tem gente que espera que o tudo ande. Isso aí é uma outra coisa, mas é uma piada. Mas esse ingresso, embarque e desembarque no ônibus,

se faz com uma rapidez muito grande. Então, a gente ganha tempo no embarque e desembarque e ganha tempo porque a pessoa já está numa área paga. Quer dizer, quando ele entra na estação-tubo, ele paga, ou, hoje em dia, nós temos o cartão, e ele simplesmente passa o cartão, libera a catraca e está na área paga. É quase um sistema de metrô, quase. E, também, aqui tem até uma curiosidade, que, quando nós implantamos essas estações-tubo, a primeira coisa que a gente pensou foi: "Bom, como é que fazemos com as pessoas portadoras de necessidades especiais?". Havia vários desenhos, principalmente uma rampa, que tinha praticamente dez metros, porque você não consegue subir uma rampa íngreme, com a cadeira de rodas, até que implantamos, já sabendo que viria uma campanha violenta contra a estação-tubo. E imediatamente descobrimos uma empresa que disse: "Olha, eu tenho uma solução bem simples, que é um elevadorzinho, quase um monta-carga, excepcionalmente simples, fica embutida no solo, e, quando vem alguém com uma cadeira de rodas, ele entra, sobe, aperta lá um botãozinho e embarca em nível". E os ônibus têm também locais especiais para os cadeirantes. Ele se amarra lá de tal maneira que esteja absolutamente seguro na viagem. Ao longo do tempo, foram sendo introduzidas novas modalidades, especialmente porque a demanda de passageiros cresceu muito e havia necessidade de veículos com maior capacidade. Então partimos originalmente, inicialmente, com ônibus projetado para cem passageiros, depois com ônibus articulado, com capacidade para 160 passageiros, e, finalmente, um biarticulado, que foi projetado simultaneamente em Curitiba e em Gotemburgo, lá na Suécia, para que nós pudéssemos ter um veículo com capacidade para 270 passageiros. Portanto, isso deu uma sobrevida bastante boa para as canaletas exclusivas.

Também a introdução de cartão *smart card*, que dá essa condição de embarque bem mais rápido. Também já nós tínhamos a integração tarifária, já a partir de 1980, 1980 e pouco, com as estações fechadas. Eu me lembro que, em 1980 e alguma coisa, quando nós estabelecemos as estações fechadas, era, assim, uma área muito pequena, e a população, muito sabiamente, apelidou aquilo de chiqueirinho. "Não, Prefeito, como?". Aí a gente começa a sentir que as pessoas precisam ter dignidade. Então nós eliminamos os chiqueirinhos e colocamos toda a área inteira do terminal como área paga. Quer dizer, quem estava lá dentro, já estava com a passagem paga, como no metrô, onde ele podia trocar a ida e volta, alimentador, ou não, de tal maneira que ele pudesse ter total liberdade de escolha do seu itinerário. Com o cartão, evidentemente, isso ficou muito mais fácil, e, hoje, nós temos total integração física e tarifária, já desde a década de 80. Sem dúvida nenhuma essa evolução aconteceu já a partir de 1974, com várias linhas.

Uma coisa que foi introduzida depois foram essas linhas circulares interbairros, evitando que as pessoas precisassem chegar ao centro e daí fazer a troca de veículos. É engraçado que, hoje, em Paris, estão implantando isso, na P*ériphérique,* completando os eixos mais importantes, além de novas linhas interbairros, que dão uma gama enorme de alternativas de transporte para os passageiros.

Já em 1990 e 1991, a gente começou a sentir uma certa saturação dos eixos e aí introduzimos os ligeirinhos, que são aqueles ônibus que passam pelas estações-tubo e, depois, nós estendemos as estações-tubo também para os eixos exclusivos. Também fizemos uma implantação de linhas já de alta capacidade, exatamente atendendo às regiões mais carentes e com maior demanda por transporte público, especialmente nessas áreas de renda mais baixa, dando possibilidade a essas populações de terem sistemas adequados de deslocamento. Então criamos essa linha circular, que eliminou um monte de linhas alimentadoras, que era o que penalizava tremendamente o passageiro; ter que fazer o transbordo, quando eles poderiam, simplesmente, ter um circuito e um itinerário mais favorável para os seus deslocamentos.

Da mesma forma, já a partir de 2000 para frente, começamos a introduzir novas alternativas. Os veículos utilizados são esses, desde os sistemas de micro-ônibus, que dão uma condição de capilaridade maior ao sistema de transporte, até os biarticulados nos grandes eixos estruturais. E, ao mesmo tempo, usando veículos desativados da frota, criamos a linha turismo, o sacolão... Quer dizer, o ônibus, para nós, lá, representou alguma coisa muito importante do ponto de vista da identidade das pessoas. As pessoas se identificavam muito com o sistema de transporte e esse sistema de transporte sempre teve uma participação muito grande.

Esses são ônibus biarticulados, mas com a direção no meio. Hoje, esse ônibus circula, se eu não me engano, em São Paulo, e com um detalhe que simplesmente é inaceitável: ele tem portas dos dois lados, cinco portas de cada lado, degraus – consequentemente o acesso de passageiros é muito mais complicado – e o pior: tem uma catraca dentro. Quer dizer, toda vantagem de um ônibus biarticulado, que poderia ter uma capacidade para 300 passageiros, no caso específico desse veículo de São Paulo, ficou reduzida a 160 passageiros. Então, muitas vezes é necessário pensar ou repensar essas características desses veículos, na medida em que se defina também

o esquema de operação do sistema. Muitas vezes as pessoas implantam sistemas e se esquecem de como ele vai operar.

Esse é um desenho futurista de um sistema que nós iríamos implantar numa nova linha. Essa aqui é uma faixa de domínio da BR-116, que foi desativada, que cria um novo eixo importante e está sendo implantado, nesse momento, com recursos de financiamento do BID e que teria a utilização daquele ônibus futurista que, lamentavelmente com a mudança aí de Governo, acabou não acontecendo. Sempre acontece algum tipo de coisa. Mas, de toda forma, o eixo está sendo implantado, é um eixo bastante importante, do ponto de vista urbano, e, também, com a mudança de zoneamento. Mais uma vez nós estamos desenvolvendo toda uma estrutura para que os valores recuperados, através desse adensamento... Porque, hoje, o coeficiente é uma vez a área do terreno, e, aqui, principalmente nas estações, ele pode chegar a quatro ou cinco vezes a área do terreno. Então esse valor adicional é depositado na conta da Prefeitura, é o famoso direito de construir ou CEPAC, que poderia estar sendo comercializado nesse momento, dando condições para que esse sistema se tornasse quase que autossuficiente do ponto de vista econômico e financeiro.

E, também, há uma outra característica importante desse projeto, é que há a possibilidade de fazer a transferência do direito de construir de áreas de preservação ambiental, especialmente junto à beira dos rios, liberando espaço para que a água possa se espalhar naturalmente e não fazer aquelas marginais malucas, que acabam criando mais problemas do que soluções, para que nós pudéssemos, então, receber essas áreas lindeiras aos rios e córregos para a Prefeitura, que criaria os seus parques lineares e utilizaria esse potencial construtivo para a implantação desses projetos.

E o que é que existe hoje, lamentavelmente, é falta de integração... Isso aqui é Brasília. As vans que não têm mais, felizmente. O Governador Arruda deu um jeito de tirar todos eles. Esses congestionamentos, infelizmente, ainda perduram. E outras tecnologias que já foram implantadas em várias cidades, como, por exemplo, TransMilenium, em Bogotá, com uma diferença: o Penhalosa costuma dizer que copiou o sistema de Curitiba, mas melhorou. Então ele criou esses corredores exclusivos – muito bem construídos, por sinal, eu estive vendo lá em Bogotá – e utilizando ônibus articulados. E agora, recentemente, eles introduziram ônibus biarticulados, tendo em vista o sucesso que foi a implantação do TransMilenium lá em Bogotá. Então, hoje, eles estão já utilizando ônibus biarticulados para essa solução. A solução é muito simples, né? Ele permite que, nas estações, haja a transposição de ônibus, em relação ao veículo que esteja parado. O que é que significa isso? Significa que existe um sistema aparador, que para a cada 400, 500 metros, e um sistema de linha direta, que dá mais velocidade operacional, para aqueles que não tenham a necessidade de parar em cada um dos pontos. Então é uma situação que dá uma capacidade adicional para uma pista exclusiva como esta. É evidente que há necessidade de termos, na cidade, disponibilidade de espaço físico para que essa solução seja implantada e não pode ser uma solução meio genérica, porque imaginem essas pistas, são três faixas, mais duas aqui, mais um canteiro central, mais duas ali, mais três lá... Quer dizer, para atravessar uma pista dessas, o sujeito tem que ser malabarista. Então é uma solução que, eu diria, não é aplicável em todas as cidades. A escala da cidade é que vai definir o tipo de solução em transporte que poderá ser adotado.

Outros sistemas que existem no mundo inteiro. O BRT, por exemplo, agora virou moda. Na verdade, nada mais é que o ônibus em canaleta exclusiva, com algumas características operacionais do tipo do metrô. O VLP, que é exatamente o que vai ser implantado... Esse é um ônibus trólebus, o xodó, aqui, do nosso Adriano, mas, de qualquer maneira, é sobre pneus e elétrico, de tal maneira que possa ser implantado em qualquer cidade. Outros híbridos, como o da Renault, são sistemas já um pouco mais sofisticados, como, por exemplo... Nesse caso, ele tem aqui um sensor para que direcione o veículo aonde eles queiram ir. Aqui tem até um caso interessante, Senador, que, quando a gente estava implantando o sistema de ligeirinho, com as estações-tubo, a gente ficou se batendo: "Mas como é que o ônibus vai parar exatamente onde estão as portas da estação-tubo? Como é que faz coincidir as portas do ônibus e como é que abre as portas do ônibus juntamente com a da estação?". Isso até que foi mais ou menos fácil, os sistemas eletrônicos, hoje em dia, permitem isso. O problema todo era como é que o ônibus vai encostar a uma determinada distância, porque esse é o segredo da coisa. Aí quebramos a cabeça, pensamos em implantar um treco desse, custava uma fortuna, até que alguém teve uma brilhante ideia: "Escuta, que tal a gente conversar com o motorista?". "Poxa, mas é mesmo". Aí chamamos o nosso motorista, dissemos: "Escuta, você consegue botar o ônibus aqui, parar exatamente dentro da tolerância que a gente tem?". "Deixa comigo, doutor". E não é que ele botou exatamente o ônibus onde a gente queria! Aí ele desceu e disse: "Olha, doutor, só tem uma coisa, viu, faz um sinalzinho aqui, na estação-tubo, e um sinalzinho aqui, na janela do ônibus, porque aí a

gente para exatamente onde precisa para as portas sincronizadas abrirem e fecharem normalmente". Solução nacional, maravilha! Foi uma coisa sensacional. E aí é que a gente começa a pensar: "Poxa vida, as pessoas que operam têm que estar participando do projeto, não tem como". Então essa é uma lição que a gente pegou muito bacana. E, obviamente, tecnologias normais de metrô e de alta capacidade, trem, os VLTs, no caso específico essa de Estrasburgo. São sistemas muito urbanos.

Esse é um sistema de baixa capacidade, esse é de pneus e usa um trilhozinho... Você vê que tem uma catenária e o trilho faz o contato com o solo. Então é um sistema bem interessante, é sobre pneus, absolutamente silencioso e movido à energia elétrica. E um outro sistema, *monorail*, que é esse, e, como diz o Adriano Branco, não vou fazer comentários sobre ele. Tem soluções onde é aperfeiçoamento viável termos o *monorail*, não há dúvida nenhuma. E, também, combustíveis alternativos, que, cada vez mais, estão em voga, especialmente a célula de combustível, que seria, sem dúvida nenhuma, a célula do futuro, na medida em que nós consigamos reduzir os custos e, evidentemente, fazer com que o veículo se tornasse o mais independente possível, com possibilidade de carregar dentro de casa. Também da mesma forma os CCOs, que, na verdade, isso cria uma característica operacional bem diferenciada para o veículo em superfície, principalmente os VLTs e VLPs, dando, portanto, uma característica operacional semelhante à do metrô, dando, portanto, confiabilidade, sinalização adequada, informação ao usuário, ao passageiro, para que nós tenhamos condições de ter, cada vez mais, um sistema adequado.

Aqui ainda falta concluir em relação à questão da mobilidade, que é, sem dúvida alguma, as viagens a pé em São Paulo, são mais de 12% de--

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: 12 milhões.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: 12 bilhões de pessoas que andam a pé, e duas rodas, que são as bicicletas, são fundamentais, e, para isso, Curitiba, eu esqueci de falar, mas são 120 km de ciclovias. Aqui, em Brasília, será implantada uma rede com 600 km, já tem cerca de 80 ou 90 km implantados, e dou um exemplo clássico de Paris, por exemplo, que tem mais de 20 mil bicicletas de aluguel, uma coisa extremamente simples, e cada bicicleta atende a 20 viagens. Então, só aí dá 400 mil viagens que deixam de acontecer, ou em automóvel ou até mesmo em transporte público. Então a bicicleta, hoje, sem dúvida nenhuma, ela passa a ser um importante fator de mobilidade e esperamos que, dentro de o mais curto espaço de tempo, a gente possa ter essa condição de utilização intensa da bicicleta. Eu acho que, aqui, em Brasília, especificamente, é muito favorável, pela topografia bastante adequada, e que dá condições para que as pessoas possam se deslocar de uma maneira ambientalmente correta, além de fazer um belo exercício, que é o que nós estamos precisando, todos nós, para que possamos ter uma saúde melhor.

Então, basicamente, eram essas colocações que eu queria fazer e também dizer, como último ponto, é que o transporte público tem que dar dignidade às pessoas que o utilizam. Não adianta querer fazer coisas de qualquer jeito, sem dar a importância necessária para que as pessoas se sintam atraídas a utilizar o transporte público. Para isso, elas têm que ser respeitadas, tem que ter uma tarifa compatível, nem que para isso seja necessário subsidiar. Eu acho que isso é uma questão que precisa passar por alguma definição do ponto de vista de política pública, porque o transporte é um elemento fundamental, principalmente nas grandes cidades. No caso dos metrôs, por exemplo, são todos eles subsidiados, altamente subsidiados. O metrô aqui, do Distrito Federal, é subsidiado em 150 milhões de reais por ano. Portanto, quem paga isso é toda a comunidade, toda a sociedade paga por isso. Então está na hora de se definir alguns critérios específicos para que nós possamos ter tarifas compatíveis, tarifas adequadas e, ao mesmo tempo, fazer com que se torne efetivamente uma política pública.

E ao mesmo tempo, mais uma vez, só colocando em termos de Brasília, eu vejo que Brasília, por exemplo, tem um problema seriíssimo, que é a fragmentação da sua estrutura urbana, que 70% dos empregos estão no plano piloto e 90% da população fora. Isso acontece aqui em Brasília, o movimento pendular, pela manhã e à tarde. E o que é necessário fazer é desconcentrar essas oportunidades de trabalho e renda para os locais onde as pessoas estão. É esse o tal do uso do solo estar junto com o transporte. E sem falar ainda do entorno, que precisaria, sim, se criar uma estrutura de trabalho no Estado de Goiás junto às cidades do entorno, que já abrigam mais de um milhão de pessoas; portanto, é um potencial fantástico que está se perdendo, porque há uma vinculação extraordinária com o Distrito Federal e não deveria acontecer esse tipo de dependência. Deveria haver, sim, uma estrutura de vida e trabalho junto onde as pessoas estão morando. É uma tarefa difícil, porém, não impossível.

É o que eu tinha a dizer, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria agradecer também ao Dr. Cássio Taniguchi. Eu, evidentemente, estou aqui, diante de dois especialistas. A minha praia é principalmente

energia, mas eu vou fazer alguns questionamentos que, como leigo, acho que eu não poderia perder essa oportunidade e acho que muitas pessoas que estão aqui, pessoas que vão nos assistir também, têm as mesmas dúvidas. Então, como eu estou tratando com dois especialistas, se as perguntas forem, às vezes, muito aquém ou perguntas simplistas demais, eu peço desculpas aos senhores, mas eu queria fazer alguns questionamentos que, no meu ponto de vista, nós não poderíamos perder essa oportunidade. Quero também deixar aberto, já que nós estamos aqui num diálogo franco, tranquilo, sereno, se algumas pessoas que estão acompanhando essa Sessão, se têm interesse em fazer alguma pergunta aos convidados, vocês têm absoluta liberdade em fazê-las.

Mas eu queria, primeiro, fazer uma pergunta para o Dr. Adriano e o Dr. Cássio. Nós todos vemos ou citamos, Dr. Adriano e Dr. Cássio, o exemplo de Curitiba. Então, muito se fala aqui, foi citado, Dr. Cássio, em 1970, um grupo de jovens profissionais, saídos de universidades, enfim, começaram a estudar o transporte urbano, especificamente em Curitiba, e houve a continuidade na implementação desse Plano Diretor. Se esse exemplo foi um exemplo tão exitoso, e eu acredito que realmente o foi, por que é que esse exemplo não é seguido em outros municípios ou em outras capitais? Eu já ouvi falar algumas vezes, e o Dr. Adriano também falou nisso aqui, a questão das mudanças nas Prefeituras. O Dr. Adriano até falou aqui do Fura-Fila, era um exemplo bom, mas aí foi defendido por um determinado prefeito, tudo que ele propunha tinha que ser colocado de lado, e, consequentemente, a cidade perdeu, os cidadãos paulistanos perderam. A primeira questão: se esse modelo é tão exitoso, por que é que não funciona em outras capitais?

A segunda questão é a seguinte: esse modelo de Curitiba é um Plano Diretor, aprovado na Câmara de Vereadores, ou simplesmente é todo um planejamento que foi feito em nível do Executivo Municipal e, consequentemente, sujeito a alterações, sujeito a mudanças, ou é a maturidade política do Paraná, e especialmente de Curitiba, que levou à manutenção desse plano? Porque é uma coisa surpreendente. Eu imaginei que isso teve sucesso porque alguém deve ter aprovado isso em algum lugar ou deve ter estabelecido uma sistemática, para que, naturalmente, ano a ano ou dentro de um determinado prazo, se fizessem reavaliações da modelagem proposta. Então, essa a primeira pergunta que eu gostaria de fazer, assim, sob o ponto de vista conceitual de um Plano Diretor da cidade, qual que é o modelo que nós vamos seguir, para, eventualmente, ter o mesmo sucesso de Curitiba ou ter o mesmo sucesso de outras capitais? Essa é a primeira pergunta: como é que a gente pode amarrar isso? E por que é que uma coisa que, aparentemente, muito lógica, que é uma coisa mais do que nunca de engenharia, de urbanismo, por que é que isso não decola em capital nenhuma? Por que é que as capitais sempre são levadas, os prefeitos ou prefeitas são levados a executar determinadas coisas sempre ao sabor das necessidades? Apertou num local, vamos resolver, vamos buscar uma solução para isso. Aí deu um aparto numa outra frente, num outro bairro, numa avenida, busca-se uma solução pontual. Por que é que isso não funciona? Por que é que nós vivemos remendando soluções urbanísticas, pelo menos para as capitais brasileiras? Então essa é uma curiosidade minha e que eu não poderia deixar de abordar.

A outra coisa. O Dr. Adriano tocou num ponto. Evidente que aqui não dá para mostrar como é que o senhor chegou nisso, mas é absolutamente inacreditável perdas de 30 bilhões, perdas principalmente de produtividade. É o camarada cansado, que chega de madrugada em casa, depois de ficar duas, três horas no trânsito, aí ele acorda cinco horas da manhã, vai trabalhar de novo. Qual é o rendimento dessa pessoa que enfrenta esses desafios no dia a dia? Esses números são absolutamente... Eu nem imaginava que as coisas pudessem chegar... Aliás, não imaginava, Dr. Adriano, o senhor que é professor, foi professor também, está agora no Conselho lá da Mauá, eu nem saberia, eu nem sabia que alguém tinha calculado isso.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Hoje dá um número pior do que esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então é surpreendente. O senhor disse que isso aqui já chegou a 30 bilhões.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Entre 30 e 40.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Entre 30 e 40 bilhões. Então essa questão é uma questão crucial e é o Custo Brasil, é a perda de competitividade. Um outro negócio que eu fiquei impressionado: se comparar a produtividade americana com a nossa, a nossa é 27% da americana. É um negócio de lascar.

Então eu queria, primeiro, fazer a seguinte pergunta: qual é a solução para esses caminhões? Eu anotei aqui: 93% da carga por caminhão. Isso é São Paulo ou Brasil?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Estado de São Paulo, 93% da carga por caminhão. Aí os Estados Unidos, o comparativo, 30%. E aí, nessa maluquice para disputar com ferro-

via, que é um absurdo, caminhões, com 80 toneladas, andando numa cidade como São Paulo. Eu me lembrei... O senhor falou de ferrovia, eu me lembrei do anel ferroviário, o Ferroanel de São Paulo, as composições vêm da Região Centro-Oeste, chega e tem que esperar para descer de madrugada. É um negócio completamente absurdo.

Eu vi algumas experiências e eu me lembro bem de Cingapura. Em Cingapura é o seguinte: o IPVA deles lá é o contrário. Quanto mais novo o carro, mais barato, e quanto mais velho o carro, aumenta o IPVA. Será que essa não é uma solução urbanística, uma solução, por exemplo, para as grandes cidades brasileiras estabelecer uma nova política, no sentido de começar a botar o ferro velho de fora e, mais do que nunca, criar novas perspectivas, não só de renovação de frota? Aqui foi falado em inspeção veicular dos caminhões. Esses caminhões tombados... É só ligar a televisão de manhã que a principal notícia de São Paulo é algum caminhão que tombou na Marginal. Então eu quero dizer o seguinte: será que uma política como essa, associada a rodízio também, que é uma política, no meu ponto de vista... Eu tenho alguns questionamentos com relação a isso, mas... Ou de, eventualmente, acesso de veículos. Eu me lembro bem que, em Cingapura, algumas regiões veículos não acessam, até para incentivar o transporte coletivo. Quer dizer, quais as soluções que nós... Eu não estou dizendo que é só Cingapura, eu estou dando um exemplo, mas o que é que nós poderíamos fazer para dar alguma racionalidade? Eu estou vendo os números de transporte individual, é uma loucura, é um verdadeiro absurdo. Então quais as propostas que, pelo menos aquilo que eu entendi, nós temos que implementar transporte coletivo, por várias razões, por mil razões, apesar do transporte individual chegar a níveis também inacreditáveis pelo que foi apresentado. Então, quer dizer, como é que a gente ajusta a utilização intensa de veículos individuais? Como é que a gente pode mudar a lógica de trafegabilidade desses veículos, vis à vis com os transportes, com o transporte coletivo? Quais as medidas, na opinião dos senhores, que são especialistas, o que é que poderia ser feito? Sem esquecer o tal do Plano Diretor, Dr. Cássio Taniguchi, que é uma preocupação eu acho que de muita gente que está aqui.

Outra coisa também: os critérios adotados. Quando é que um VLT é recomendável, em que situação? É problema de número de pessoas que vão ser transportadas, é a cidade, o que é que é? Por que é que, às vezes, é melhor VLT e não é ter o metrô, por exemplo, um metrô, um metrô subterrâneo? Quer dizer, quais são as decisões que levam à escolha entre um e outro? Quais são os critérios que levam, por exemplo, a um veículo leve sobre pneus vis à vis com trilho? Tem aí uma questão de barulho, enfim, de ruído, mas é só isso? Existem outras questões também? E eu vi aqui... Agora, por exemplo, está se estudando sistemas em vigas de concreto. Por que é que é ruim isso? Por exemplo, eu vi Miami. Miami eu acho que tem, é uma cidade onde parece que esse modelo funciona bem. Ele funciona bem ou é impressão minha também? E por que é que é ruim no ponto de vista... Pelo menos o Dr. Adriano colocou alguns questionamentos, e até no sentido, assim, de colocar uma pimenta nesse debate, se não haveria uma solução mais compatível.

Uma outra coisa também, que é um detalhe muito... Quer dizer, é uma coisa fundamental, que é a questão dos subsídios. Mas aí não cabe a seguinte questão, porque sempre vem um discurso: "Ah, a Prefeitura não pode subsidiar". Mas quais são os benefícios de um eventual subsídio desses, em termos de serviço, de lojas, de atendimento ao público? Quer dizer, eu acho que esse conceito, ele tem que ser, aproveitando a oportunidade que os senhores estão aqui presentes, a gente tem que explorar mais esse conceito, porque é um conceito novo, porque sempre vem essa conversa: "Ah, porque vai subsidiar, subsidiar não pode". Mas e a contrapartida desse subsídio, o que é que vem, quais são os ganhos?

Uma outra coisa também. Eu vi, por exemplo, Curitiba, esse exemplo, portadores de necessidades especiais. Eu estou vendo muito pouco envolvimento, preocupação das autoridades municipais com necessidades especiais, com portadores de necessidades especiais. Até queria ouvi-los um pouco mais. Como é que isso está se desenvolvendo em outras capitais brasileiras? Que eu não tenho visto... Pelo menos nas cidades que eu mais freqüento, eu não tenho visto assim uma leitura tão clara sobre os portadores de necessidades especiais.

Uma outra pergunta, que vale também para veículo leve, para metrô: quando é que tem que ser biarticulado, articulado, por que é que usa um e por que é que usa outro?

A questão da bilhetagem eletrônica é inquestionável, não vale nem a pena fazer qualquer comentário.

Aqui acho que falou-se pouco... Citou-se, mas falou-se pouco no investimento público. As parcerias público-privadas, elas têm funcionado efetivamente? Nós discutimos parceria público-privada aqui, durante meses e meses e, até agora, nós vimos muito pouca coisa sob o ponto de vista de parceria pública-privada. Isso está acontecendo nas grandes cidades, realmente essas Leis que evidentemente capilarizam nos Estados, dentro das suas especificidades, elas estão tendo resultado, não estão tendo ou simplesmente a

gente sempre fala em parceria público-privada, mas infelizmente isso não acontece?

A outra questão é sob o ponto de vista tecnológica. Esses CCOs, esses Centros de Controle Operacionais, quer dizer, isso é só visto para controlar o transporte coletivo, entra também a questão de sinalização, sincronização de faróis, enfim... Hoje, por exemplo, muitas cidades, elas têm planejamento zero com relação a semáforos. Então, às vezes, a gente caminha numa capital, que é muito mais tranqüila, se a gente comparar com Curitiba, com São Paulo, com Rio de Janeiro, e é um desastre o trânsito porque o camarada não consegue atravessar mais de uma quadra, se não fechar uma sinaleira que vem logo adiante.

Outra coisa também que eu queria perguntar é o seguinte: o Dr. Cássio focou... Quer dizer, o que é que é o *quórum*, o núcleo dessa discussão toda? Mobilidade urbana, que é o fator fundamental, nós estamos correndo atrás disso. Mas aí nós temos uma outra componente, que é a componente ambiental que foi citada pelo Dr. Cássio Taniguchi. Quer dizer, é o social, o ambiental e o econômico. As experiências hoje, no mundo e no Brasil... Eu me lembro bem quando eu andei com o professor Goldemberg, na USP, o primeiro ônibus que a PETROBRAS, naquela época, patrocinou era um motor, inclusive, Mercedes-Benz, feito em São Bernardo, no ABC, eu não me lembro se é São Bernardo, queimando gás natural. Era para os alunos da USP transitarem dentro do campus. Como é que estão essas experiências, principalmente nas maiores cidades brasileiras, porque nós temos compromisso com eficiência, nós temos compromisso com o meio ambiente. Quer dizer, tem todo um entorno aí que é tão importante como a mobilidade urbana. Então as experiências com combustíveis alternativos, especialmente no que se refere... Eu vi aí biocombustíveis também, que é um tema importante, como é que isso está se desenvolvendo, quer dizer, nesses grandes centros, nessas grandes cidades?

E a última questão, as bicicletas. Para mim, é uma surpresa que Curitiba... Quantos quilômetros? 600 o senhor falou?

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Não, 600 vai ter em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vai ter em Brasília. Perdão. Em Brasília. 600 km, que é um meio... Na França, aliás, em Paris, especificamente, o cara aluga lá uma bicicleta, ele anda por Paris inteira.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É até uma bicicleta padrão.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O camarada pode andar em tudo quanto é lugar, e isso, de certa maneira, desinfla o transporte coletiva intensamente.

Então, essas são as questões que eu gostaria de apresentar, e, eventualmente, em função aqui do encaminhamento, aí nós aqueceríamos mais o debate, se for possível, porque são questões que, pelo menos, me interessam e questões que nós, necessariamente, vamos conversar aqui, na Comissão de Infraestrutura, sob o comando do Presidente Collor. Com a palavra o Dr. Adriano Murgel Branco.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Eu sou testemunha de que o Senador foi um ótimo aluno de engenharia. Quando ele diz que a praia dele é só aquilo e tal, é conversa. A praia dele é ampla, até ele foi premiado pelos seus colegas e não foi lá receber o prêmio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu não fui.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Pois é, eu estava lá para vê-lo receber o prêmio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas essa eu estou em falta, eu vou me corrigir. O Professor Adriano é professor da minha escola, também, onde eu fiz engenharia, em São Paulo, por isso esse carinho e o respeito que eu tenho por ele, senão ele me puxa a orelha. Professor ainda, já viu, né?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Mas eu vou pegar alguns pontinhos aqui e deixando outros tantos para o Cássio.

Você ficou impressionado com o número, aquele lá. Eu fiz uma continha terrorista. Desde 1958, se sabe que a cidade e a região metropolitana perdem volumes muito grandes de recursos por causa do congestionamento. O primeiro estudo, feito em 58, foi por uma equipe do Rio de Janeiro, convidada a fazer esse estudo em São Paulo, e chegou à conclusão de que a perda da sociedade era maior do que o orçamento inteiro da cidade, a perda anual era 20% maior. Bom, hoje, a perda é equivalente ao orçamento da região metropolitana. Se nós pegarmos de 1958, que foi feita essa primeira medição, até hoje, vamos verificar que isso nunca mudou, essa porcentagem de perdas, o que significa que a região metropolitana perdeu, em cinquenta anos, um trilhão de dólares, um trilhão de dólares. Eu achava que esse número só existia nos Estados Unidos, mas não, nós temos também perdas dessa natureza.

O momento atual é um momento de discussões de infraestrutura. A crise econômica, que assolou o mundo inteiro aí, acabou mostrando aos economistas algo que já se sabia desde a década de 30, desde a

crise anterior de 1929, que o investimento na infraestrutura é um poderoso instrumento para reordenar a economia. Então nós estamos falando no momento certo, mas temos que falar com a devida coragem de dizer: "Temos que fazer porque os recursos acabam vindo da própria sociedade". A sociedade perde, hoje, muito mais do que custa resolver o problema. E, para não ficar batendo no transporte, volto à questão da habitação. Na habitação, é absolutamente claro. Eu vou lhe mandar um estudo sobre isso.

Por que é que as coisas não se fazem sequencialmente? Curitiba foi um fato histórico, eu não sei se isso se repete em algum momento. O Jaime Lerner doutrinou a equipe dele de jovens recém formados e ficou três períodos na Prefeitura; mais adiante, o Cássio veio a ser o sucessor dele, e, no fim, eles ficaram lá quarenta anos. Isso não acontece em todo lugar. Foi uma feliz coincidência, não é só coincidência, o Jaime Lerner é um homem que tem a cabeça no lugar, ele planejou isso em continuidade.

Então, as ideias mais avançadas de Plano Diretor nasceram em Curitiba. Hoje, a gente está fazendo em São Paulo alguma coisa parecida, quarenta anos depois. Então, realmente não é fácil dar essa continuidade. O que pode, eventualmente, dar a continuidade é haver regras, a partir do Governo Central, como vem acontecendo ultimamente com o Ministério das Cidades, traçando normas, regras, etc., que os municípios possam adotar, diretrizes nacionais. A gente não pode esquecer também que, ao lado disso, dessa batalha, existe o *lobby* da indústria e do comércio, que é fortíssimo. Estão circulando aí dois CDs, contando como é que a General Motors acabou com o transporte público nos Estados Unidos. Acabou deliberadamente, financiou a extinção dos bondes, dos trólebus e etc. para botar automóvel. Isso está escrito, não é coisa que a gente não possa recitar por aí. Eu até escrevi um artiguinho, perguntando se o que foi bom para a General Motors foi bom para o Brasil também. No Brasil, não foi a General Motors, foi a Mercedes-Benz que fez o mesmo papel. Eu visitava a Mercedes-Benz como recém formado e ouvia eles dizerem: "O bonde atrapalha o trânsito". Nós dizíamos: "Não, o trânsito atrapalha o bonde". É uma outra forma de enxergar. "É o trânsito que está atrapalhando o bonde", mas a prioridade estava dada lá, em 1958, em favor do ônibus e, em seguida, do automóvel. Assim foram se desfazendo os sistemas de maior capacidades, trocados por sistemas de menor capacidade. Isso existe no mundo inteiro. Quer dizer, é preciso ter consciência que o *lobby* da indústria automobilística, o *lobby* da indústria do petróleo é fortíssimo na hora de decidir. Nós não somos contra o petróleo e nem contra o automóvel, o que nós temos é que orientar as soluções, sem ceder a razões meramente econômicas de grupos.

Ficou um pouco em dúvida aí a história de ter o sistema de transporte montado em viga de concreto ou não. Eu não sou contrário a essas soluções, eu fui visitar no Japão várias cidades, tem muito, mas o que é preciso é não fazer a coisa resolvida sob forma de modismo. Vem um e diz: "Eu gostei daquele lá". Vem o outro prefeito e diz: "Eu gosto é desse aqui". Esse sistema montado em viga fez parte de uma licitação pública, em 1957, em São Paulo. Era a antiga ALVEG(F) a autora do projeto, ela ganhou e não levou, como acontece às vezes. Ganhou, mas não levou, em 1957. Agora, a gente está trazendo de novo e dizendo que descobriu a América. É preciso realmente cuidado para ver qual é a solução que economicamente é melhor para chegar nos mesmos resultados, mas, sobretudo, saber se nós vamos ter uma linha ou vamos ter uma rede. Se nós vamos ter uma linha, é uma coisa; se nós vamos ter uma rede, é outra coisa. Então os projetos têm que passar por esses pré-dimensionamentos.

PPP. A PPP é uma solução precária, porque o que, através da PPP, a gente consegue é que o Estado ou forneça recursos ou forneça avais dos recursos que eles vão buscar lá fora. Isso significa mexer de novo nos recursos que o Tesouro tem. Como os recursos que o Tesouro tem são escassos, é muito pouca a flexibilidade que as PPPs tem. É um instrumento interessante, mas não se pode imaginar que vai sair daí a solução. No meu modo de ver, vai sair é da mais valia, e indo buscar o recurso daquele que ganhou com a obra pública. Isso, como eu disse aqui, é conhecido pela Constituição Brasileira desde 1934, está na Constituição de 1988, e a gente não pratica, não pratica. O metrô de Tóquio tem, hoje, 77% de sua receita imobiliária e 23% é transporte. 77% é receita imobiliária. Se isso se aplicasse ao metrô de São Paulo, ele teria a sua receita multiplicada por cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quantos por cento é a receita imobiliária?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: A receita imobiliária é 77%. Se isso acontecesse no metrô de São Paulo, ao invés de ter uma receita de um bilhão por ano, teria uma receita de cinco bilhões e a gente não estaria falando de falta de recurso. Mas isso está sendo canalizado, que não ouçam os meus amigos de São Paulo, o Rodoanel de São Paulo é uma coisa absolutamente extravagante aquilo ter sido feito com o dinheiro do Governo, porque os donos de terras em volta ganharam quatro, cinco vezes o que o Governo gastou naquilo e não foram associados, ficaram só es-

perando: "Que boa obra, daqui a pouco eu entro nela". Então essas coisas nós temos que repensar.

Agora, por que é que não se repensam muitas dessas coisas? Porque muitos administradores são de prazo curto. Por que os administradores não fazem obras do tipo metroviário nem de saneamento básico e etc.? Porque não dá para inaugurar no mesmo período. Desculpem, eu estou falando com políticos aqui, eminentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós dois aqui.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Nós dois.

[risos]

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Mas são coisas que acontecem. Lá não aconteceu, em Curitiba, mas isso é a regra geral. Em São Paulo, São Paulo é o paraíso dos inauguradores. Não tem um candidato que se apresente lá que não fez a volta ao mundo com as suas estradas e não sei o que, tudo sem planejamento. Eu trabalhei num Governo e eu disse ao candidato o seguinte: "Você não precisa fazer tanta estrada de rodagem como você está pondo no seu plano. Você precisa fazer mais estradas vicinais no interior", a coisa a que eu tinha me dedicado antes. Ele virou para mim e disse: "Olha, você já gastou esse negócio de estrada vicinal, agora eu preciso fazer uma coisa nova. Você já gastou". O Governador atual está retomando o programa de estrada vicinal, mas que foi feito vinte anos atrás, depois ficou um longo tempo parado, porque já gastou. Então tome obra de duplicação de rodovia, que, depois, não pôde pagar, o Governador seguinte passou os quatro anos tentando pagar a conta e ainda deixou um pedaço para o Mário Covas depois. Aí fica realmente difícil do Estado e do Município avançarem.

Uma última coisa só que eu queria dizer, para não tirar a vez do Cássio. Quando eu estava fazendo os trólebus em São Paulo, o irmão dele estava trabalhando comigo, a gente conseguiu até fazer uma "igrejinha" no bom sentido, para tentar sugar um pouco eles lá. Das tecnologias novas para mim, uma das mais promissoras de ônibus é do ônibus a hidrogênio, é das mais promissoras, que a matéria-prima é água. Então, há oito anos atrás, eu me entusiasmei por esta coisa, fiz lá um debate sobre isso, e o PNUD resolveu financiar um projeto. A gente fez um projeto oito anos atrás e isso teve uma série de desdobramentos, a ONU entrou com dinheiro, etc. e etc. Resumindo: está rodando experimentalmente o primeiro ônibus a hidrogênio brasileiro, está rodando em São Paulo. Eu acho que ele vai ter muito sucesso, porque ele não polui nada, não faz ruído porque o motor é elétrico. Eu tenho dito que eu só cedo na discussão do trólebus, se tiver que ceder um dia, para o hidrogênio. Fora desse, o elétrico é o melhor, o melhor por todas as razões que nós estamos sabendo. Mas é uma briga difícil, é preciso que a indústria, que, hoje, faz com óleo diesel, entre na produção do outro, para não ficar uma competição entre eles. Bom, mencionei alguns pontos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Dr. Adriano, eu só queria, antes que eu passe para o Dr. Cássio Taniguchi, só perguntar: nós ouvimos muito, em função até do que ocorreu na semana passada em São Paulo, o terror que foi São Paulo a semana passada, o senhor falou do Rodoanel. E as marginais? Eu ouvi aqui que o Dr. Cássio Taniguchi falou assim: "Esse horror das marginais que se fazem nas grandes capitais". Qual é a leitura do senhor com relação às Marginais lá do Tietê, Marginal do Pinheiros?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: olha, também não devia falar porque são os meus amigos que estão fazendo, mas paciência.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O problema é que o senhor tem amigo em tudo quanto é lugar e não tem jeito.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Esse alargamento da marginal, que está sendo feito a um custo de dois bilhões, é um dinheiro posto fora. Qualquer obra viária em São Paulo se congestiona em dois anos. A solução do problema não está ali, em abrir espaço para mais automóvel. É só abrir que o automóvel chega. Nós temos lá uma avenida larga, bonita, nova, que é Águas Espraiadas. Em três anos, ela congestionou. A ponte que foi feita, ligando ela às marginais, em um ano congestionou. O Rodoanel Oeste já está congestionado e o Rodoanel Sul, dou quatro anos para ele se congestionar também, porque nós não atacamos o problema na sua base. Quanto mais tiver Rodoanel, mais caminhão nós vamos ter no transporte de carga. E a ferrovia fica para lá. Então, aí eu acho que a gente pode ser absolutamente radical: qualquer obra para automóvel se perde em pouco tempo. Se nós não tivermos paralelamente uma solução de transporte de massa e transporte de carga por ferrovia, nós não vamos resolver esse problema, vamos jogar dinheiro fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Portanto, Dr. Adriano, para ser bastante explícito, essas obras da marginal e essas obras do Rodoanel, o senhor é contra?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Eu não sou contra. Eu acho que a cidade de São Paulo precisa de um Rodoanel, precisava mesmo. O que eu sou contra é fazer só o Rodoanel e não resolver o problema de origem. Ele vai congestionando. O Rodoanel já está no limite da cidade, no início da Serra do Mar. O projeto

anterior dele era nas Águas Espraiadas, era 20 km para cá. Como não foi feito, passaram-se trinta anos e não deu mais para fazer, não tinha mais interesse, então foi feito um outro lá. Não dá para fazer outro Rodoanel porque cai no mar. Então não adianta dar uma solução desse tipo, se não corrigir a redistribuição modal na cidade e na carga.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quer dizer, o conceito que está sendo colocado, que é importante, até para a gente consolidar: é buscar soluções para o transporte coletivo, que tem que ser prioridade, porque, senão, os carros ocupam e os caminhões também, e o Ferroanel, seriam talvez na leitura do senhor as soluções?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: É, o Ferroanel é um pedacinho--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É um pedaço.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Veja, o Estado de São Paulo tem uma malha ferroviária de 5.000 Km, 5.000 Km. Quando eu fui Secretário, há vinte anos atrás, nós estávamos chegando em 23 milhões de toneladas de transporte por ano, com uma meta de 30 milhões no ano de 1990. Hoje, transporta 10, 12, a mesma malha ferroviária. Tem alguma coisa de absolutamente errado aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só perguntaria também, já que foi citado aqui esse ônibus a hidrogênio: a tecnologia é de quem, Dr. Adriano?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Olha, quem mais pilotou esse projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vi na Alemanha isso.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Isso. Foi a Mercedes-Benz.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A Mercedes?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Que mais pilotou. Mas, na verdade, a tecnologia da Mercedes é canadense, é um grupo canadense que se desenvolveu muito nessa área de hidrogênio, e, quando a Mercedes se deu conta de que eles tinham a tecnologia mais importante, a Mercedes foi lá e comprou a fábrica dos canadenses, comprou a fábrica para não ter mais discussão. Depois, a Ford quis comprar também, a Mercedes vendeu 30% para ela, ao preço dos 100% que tinha pago. Por aí a gente vê que o hidrogênio é um bom negócio. E a Mercedes passou a ser, a dominar essa tecnologia. O veículo a hidrogênio no Brasil, você pode fabricar tudo dele, menos a célula de hidrogênio, que é o novo, que é o novo. O resto do carro... Aliás, esse modelo que está lá é totalmente nacional, é feito no Brasil inteiramente. Só importaram as células. Conviria o Senador ver isso lá um dia, é uma coisa de futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E os motores são motores elétricos?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Motores elétricos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Motor de tração, corrente contínua?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Isso, motores elétricos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de ver essa experiência, porque eu vi na Alemanha isso.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Quando quiser ver, eu articulo lá, está com a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos a experiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Cássio Taniguchi.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Bom, para dizer que concordo em gênero, número e grau com o Dr. Adriano Branco nessa questão, não só das marginais, como também dizer que, quanto mais sistema viário você implantar para o automóvel, vai congestionar. Não tem jeito, o automóvel é um bicho desgraçado, ele vai ocupando os seus espaços, não dá bola para ninguém, vai poluindo o meio ambiente com isso e é insaciável. Portanto, há que ter realmente uma mudança política muito séria, do ponto de vista do privilégio que se dá ao coletivo, em detrimento do individual. E isso vale também para essas questões modais do transporte, aí, sim, interestadual, intermunicipal, que vem a ser a ferrovia e a hidrovia, que são dois modais extraordinários, mas muito mais barato, menos poluentes e que transportam muito mais carga. Acho que a hidrovia é a mesma coisa. Então eu acho que aí tem que repensar um pouco essa distribuição modal do transporte de cargas, porque isso está pegando muito e, principalmente, veja, muitos caminhões que transportam cargas perigosas... Curitiba teve um exemplo trágico com isso, que um caminhão carregado de dinamite explodiu. Graças a Deus não morreu ninguém, mas foi, assim, uma coisa terrível. Isso para não dizer dos acidentes com ácido, óleo, petróleo, que acontece toda hora nas estradas brasileiras.

Bom, em relação ao Plano Diretor, eu acho que é fundamental dizer que foi, sim, aprovado pela Câmara de Vereadores. Esse processo, evidentemente, foi aprovado em 1972, foi exatamente quando foi aprovado, nós tínhamos seiscentos e poucos mil habitantes na cidade, e, com o crescimento da cidade, naquela época, na década de 70, Curitiba cresceu a 5.6% ao ano; portanto, um crescimento explosivo, se compa-

rado com hoje, mas a maioria das cidades brasileiras passou por esse processo de crescimento rápido da sua população. E a gente tinha que seguir atualizando permanentemente não só o Plano Diretor, mas também as soluções de mobilidade, transporte. Então, isso foi acompanhado pela Câmara, foram várias legislações que passaram pela Câmara, com discussões amplas, para que nós pudéssemos ter efetivamente essa continuidade administrativa, mesmo com a cidade crescendo seiscentos e poucos mil habitantes, na década de 70, para 1 milhão e 800 agora, na década de 2000. Então é realmente um período de acompanhamento permanente. Para isso, não só a continuidade foi importante, como também a massa crítica montada no IPPUC, que é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, fui Presidente por nove anos intercalados, mas, dentro desse instituto, havia uma massa crítica formada. Aliás, se eu não me engano, o Lubomir Ficinski, que deve estar vindo aí participar, ele também foi Presidente de IPPUC, participou desse processo todo, e é fundamental que essa massa crítica tenha permanecido durante tanto tempo, alguns faleceram, outros se aposentaram, mas a renovação dessa massa crítica é fundamental. Não está acontecendo na velocidade que a gente gostaria e me preocupa muito, porque eu acho que Curitiba chegou num ponto em que, agora, vai ter que sair para novas soluções, porque lá, também, o congestionamento está começando já a atrapalhar a vida das pessoas. Então, há que criar novos eixos de transporte, mesmo que seja, por enquanto, em pistas exclusivas e ônibus, já que é o sistema mais barato que tem, nós vamos entrar no outro detalhe, mas se fala muito em metrô. E aí eu concordo de novo com o Adriano Branco: não ainda fazer uma linha de metrô, como não adianta fazer uma linha de *monorail*. Tem que pensar numa rede integrada, de preferência. Sem isso, não há como achar uma solução do dia para a noite, não tem. Ou se consolida, mais uma vez, novos eixos de transporte, como foi feito com a BR-116, que foi desativada, e estabelecendo novas linhas para que a capilaridade se faça, sem dúvida nenhuma, Curitiba também corre o risco de um colapso. Então, tem que criar essas condições urgentes.

E daí entra o porquê do ônibus biarticulado, por que do VLT, por que do VLP: em função de capacidades, basicamente. A gente começou com ônibus com capacidade de cem passageiros, aumentou a demanda, passamos para um articulado, capacidade de 160 passageiros, depois com a capacidade de 270 com o ônibus biarticulado. E aí o perigo é a formação de comboio, que é o que o Adriano Branco mostrou naquela faixa exclusiva de ônibus, um congestionamento monstruoso de ônibus. Isso jamais pode acontecer num sistema adequado, bem operado. Então, aí, sim, há necessidade de criar novas alternativas e veículos cada vez com maior capacidade, mas isso tem um limite. Por exemplo, lá em Paris, lá na *Périphérique*, originalmente o anel era operado por ônibus e chegou um momento em que também saturou. Transportava, sei lá, 35 mil passageiros/dia, alguma coisa assim, jogaram o VLT lá e passou a transportar mais do dobro, quase cem mil passageiros/dia. Então, isso é uma característica que define o tipo de veículo. Então, um veículo de maior capacidade, com maior conforto e tal. Agora, não dá para imaginar que o VLT é a grande solução, porque, na Europa, o VLT transporta ridículos, sei lá, cem mil passageiros e já é um baita de um sistema. E a gente, aqui, no Brasil, só no VLT da W3, vai transportar 180 mil passageiros/dia; quer dizer, é uma outra escala. Portanto, não é uma panaceia, tem que ser muito bem pensada. E no caso específico de Brasília, que se optou pelo VLT, é em função da competitividade. Ou seja, nós temos que criar um veículo de transporte público que seja melhor do que andar de carro. Esse é o grande desafio. Os VLTs de hoje em dia são muito silenciosos, viu, Adriano? Eles têm um sistema de [ininteligível], não sei mais o que, extremamente silencioso. Claro que o pneu é muito mais, mas, de toda forma, a característica tanto da tecnologia hoje em dia é realmente muito avançada. Um VLT, por exemplo, com uma composição de, sei lá, quatro elementos, ele transporta realmente 500 passageiros, cada composição. Então é um veículo realmente muito bom e, também, muito confortável e confiável.

Aí é que entra o CCO. O CCO controla não só a semaforização, como também toda a questão da sinalização. Então já sai no display lá: "Daqui a dez minutos ou daqui a dois minutos vai passar um VLT para tal lugar". Então daí ele controla tudo isso. Encarece o custo? Encarece. Cálculos assim mais ou menos: um quilômetro de metrô custa, sei lá, entre 70 a 100 milhões de dólares o quilômetro.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Já foi.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Já foi, agora deve estar muito mais, 150 milhões, porque cada vez mais... São Paulo, o "tatuzão" lá embaixo, já viu, vai ser cada vez mais caro. O VLT está saindo mais ou menos uns 30 a 40 milhões de dólares. Também subiu de preço, era 15 há alguns anos atrás. E o ônibus em canaleta exclusiva já foi um milhão de dólares e, hoje, já está muito mais. É impressionante como conseguiram sofisticar esse sistema. Então a diferença de investimento é brutal, é muito grande entre as várias modalidades que a gente tem em cada um desses modos de transporte.

Um outro aspecto também é essa questão do transporte de pessoas com necessidades especiais.

Curitiba sempre se preocupou com isso, haja vista as estações-tubo. Hoje em dia, a gente dá oportunidade ao cadeirante, por exemplo, pegar qualquer sistema de transporte normal, dentro da cidade, com todo o conforto, respeito, sem problema nenhum. Isso tem que acontecer na maioria das cidades brasileiras.

Também uma questão que a gente fala muito em relação às PPPs, é uma coisa que se confunde muito com concessão, que é regulada por Lei específica federal. Só que, nas PPPs, tem que dar a contragarantia do Poder Público. Hoje, essa contragarantia pode chegar a 1% da receita líquida, receita corrente líquida. Aqui, em Brasília, a gente aumentou para 5%. A Lei Federal ainda fala em 1%. Agora, a grande vantagem de Brasília é que tem uma entidade chamada TERRACAP, que é a dona de quase todo o Distrito Federal. Então, esse potencial que tem, principalmente – aí entra o aspecto que a gente no novo Plano Diretor definiu – os eixos de adensamento prioritários, que são todas as áreas lindeiras ao metrô e ao futuro sistema de transporte de massa. E que pertencem, uma boa parte deles, à TERRACAP. Daí a possibilidade... Por exemplo, Águas Claras, aquilo tudo era da TERRACAP. A venda daquilo ali tranquilamente financiou o metrô. É claro, houve exageros aí, houve um monte de loucuras que foram feitas lá. Mas só para ter uma ideia: o Bairro Noroeste, que a gente projetou em 2007 para ser um bairro verde, ambientalmente correto, em um dia vendeu, em apenas um pedaço de área, 530 milhões de reais, em um dia. Então, a grande jogada mesmo é a imobiliária, é a imobiliária, para financiar todos esses investimentos. Agora, a PPP funciona? Funciona. Por exemplo, nós temos a primeira PPP na área de habitação de interesse social... Vamos dizer, interesse social nem tanto, é de três a oito salários mínimos, digamos assim. Mas foi a primeira PPP, chamada PPP administrativa, é um pouco diferente da PPP de obra, em que, praticamente, o setor público não vai precisar colocar muito recurso, porque ele é muito atrativo, do ponto de vista de valores, para as pessoas que irão morar ali, no Mangueiral. A outra PPP é a do Centro Administrativo. Por que do Centro Administrativo é um bom negócio? São 150 mil m², eu acho que o investimento vai a 600 milhões, 700, sei lá, alguma coisa assim. Porém, o que nós pagamos de aluguel hoje é uma fortuna. O Governador mandou todo mundo sair de aluguel, concentrar e apertar e tal. Por quê? Porque, pagando metade daquilo que nós pagamos hoje, nós conseguiremos fazer o *payback* do novo Centro Administrativo, que também será um prédio verde – é fundamental isso, com todas as características. Então, eu acho que PPP é um instrumento que, ainda no Brasil, está sendo ajustado. Não é ainda uma coisa muito comum, mas é perfeitamente viável.

Experiência com combustíveis. Eu acho que é uma coisa extraordinária, na medida em que nós experimentamos de tudo que é tipo, desde biodiesel, óleo vegetal, testamos lá um ônibus da Volvo, com metanol, com álcool... Enfim, fizemos de tudo. Quer dizer, na verdade, o problema todo é que eventuais aditivos acabam onerando o valor em relação ao óleo diesel. Esse é o grande problema, nós não conseguimos ainda uma equação que fosse favorável. O *fuel cell*, a célula de combustível, é, sem dúvida nenhuma, eu acho, também, o futuro, se as empresas que utilizam diesel permitirem. Daí a necessidade de nós desenvolvermos tecnologia própria em relação ao *fuel cell*. Eu acho que, hoje em dia, existe já tranquilamente condições de ter isso e ter um hidrogênio a um custo bem mais barato, principalmente usando energias alternativas como energia solar, energia eólica para obter o hidrogênio, para daí, então, colocar como combustível. Eu acho que é uma coisa fantástica e, como diz o Amory Lovins, o único resultado disso no processo é água quente que você pode fazer um chazinho ou então fazer um café. Eu acho que é uma coisa fantástica.

Também nessa coisa que o Adriano colocou muito bem, que a GM teria financiado a extinção dos bondes e tudo mais, aí o feitiço virou contra a feiticeira, porque eles acabaram de sumir do mapa. Agora, eles estão tentando se reerguer, mas, de qualquer maneira, eu acho que nós temos a necessidade urgente de mudar dessa coisa, da tecnologia de petróleo, por mais que a gente tenha aí o pré-sal, mas todo mundo, hoje, está engajado no processo de substituição, através de combustíveis ou de energias alternativas, que é fundamental, e esse vai ter que ser o futuro da humanidade. Não há como continuar queimando combustíveis fósseis para continuar poluindo o meio ambiente, continuar a agravar o processo de aquecimento global e assim por diante. Então nós temos que ter essa consciência de que tudo bem, é uma coisa boa, mas, se nós fizermos uma avaliação, nós temos aí quanto? Quatorze bilhões, é isso, de barris de petróleo de reserva? Eu estava lendo ontem, no *Business Week*, por exemplo, só um campo no Iraque tem 35 bilhões de petróleo. Então, a competição vai ser boa, além do que, do Iraque, você tira direto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Dr. Taniguchi, a Arábia Saudita tem 239 bilhões de barris.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Sim, no conjunto, mas eu estou dizendo nesse caso, apenas um campo que tem 35 bilhões. O Iraque eu acho que deve estar com reservas comprovadas de 150 ou 200, alguma coisa

assim. Mas, de toda forma, eu acho que nós temos que realmente repensar essa questão da fonte energética para movimentar esse transporte público, que é fundamental. Você veja uma coisa: o pessoal faz uma ponte e esquece que lá podia passar muito bem uma pista exclusiva com ônibus ou, na pior das hipóteses, um VLT ou um metrô, seja lá o que for. Cadê as pontes? As pontes, você olha aí, é só para o automóvel. Quer dizer, é um disparate que não tem tamanho. Essa nossa ponte aqui é a mesma coisa: "Pô, legal, ponte bonita e tal, mas onde é que está o transporte público?". A mesma coisa acontece em várias cidades do Brasil, a três por dois. Então cada vez que eu vejo uma ponte sendo construída, pelo amor de Deus, coloque uma pista exclusiva para o transporte público, porque não é possível que só o automóvel possa cortar o caminho por uma ponte, quando o interesse maior é o interesse público.

Então todas essas questões estão aí colocadas. E, finalmente, com relação ao subsídio. Subsídio virou palavrão. Porém, se nós analisarmos o sistema francês, europeu de uma maneira, tem lá o [ininteligível]. O que é que é isso? É 1,2% da folha de pagamento, que é exatamente para cobrir os custos operacionais, mesmo do sistema de metrô, que é o melhor sistema de metrô do mundo, mas é utilizado exatamente porque tem essa finalidade social de mobilidade, de acessibilidade, fazer com que as pessoas cheguem da sua casa ao trabalho, sem o stress, aí, de 12 bilhões e alguma coisa de reais só pelo fato da queda de produtividade. Tudo isso tem que ser levado em conta, as pessoas têm que se conscientizar disso, tem o *lobby* do petróleo, nós temos que brigar com eles, mas a tendência nossa, de gestores de cidades, é exatamente essa: a prioridade ao transporte público, criar as condições da pessoa morar e trabalhar nas proximidades para não depender tanto de transporte, isso tem tudo a ver com o uso do solo, sistema vário e transporte, e criar condições de um novo estilo de vida. Não dá mais para ficar consumindo desvairadamente como nós consumimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só queria, Dr. Taniguchi, só para... A questão de veículos... O exemplo que foi dado aqui de desestimular a entrada de veículos em algumas regiões, em alguns centros urbanos, porque isso o Dr. Adriano não comentou, talvez em função dos outros temas também que são de extrema importância. Há alguma solução nesse sentido, se estuda alguma coisa neste sentido, ou não, ou isso é um caso perdido?

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Não, não é não. Veja, todo sistema de transporte público, ela tem que estar associada a uma política de estacionamentos. Brasília é a única cidade do Brasil e do mundo que não cobra nada para o sujeito estacionar. Tem um amigo meu, Nazareno, que ele fez a conta que o fato da pessoa não ter que pagar nada para estacionar na área central equivale a um subsídio do Governo de dois mil reais por veículo. Com um milhão de veículos, há de ver quanto que isso representa por ano de subsídio. Então tem que haver uma política, e a melhor maneira é cobrar mesmo pelo estacionamento. Como é que cobra isso? O cara quer ir para o centro para ficar perto do seu trabalho, não sei mais o que, tem que pagar uma tarifa bem maior. Agora, se ele colocar o carro junto da estação do metrô e for de metrô, vai ser de graça ou paga só o bilhete do metrô e pronto. Então são políticas de estacionamento, com integração de transporte, para desestimular que as pessoas continuem vindo de carro para o centro da cidade, congestionando cada vez mais. Ah, bom, tudo isso já foi feito em Londres, por exemplo, e não adiantou nada. Então inventaram o tal do pedágio urbano. É já um estágio posterior. Eu acho que, antes de chegar nisso, nós temos outras condições para desestimular o transporte individual, chegando nas áreas mais solicitadas, nas áreas mais congestionadas. Se isso não der certo, com essa política toda, aí, cada vez mais, vamos ter que adotar medidas mais coercitivas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bom, eu acho que não ficou nenhuma questão aqui. Eu vi recentemente um trabalho, já que foi falado aqui em habitação e nós gostaríamos muito, Dr. Adriano, se o senhor pudesse encaminhar esse estudo de habitação popular, porque é um tema importante, hoje é um dos programas principais do Governo Federal. Outro dia eu vi uma exposição, eu achei muito... Essa experiência, ela já tem sido adotada em várias cidades aí pelo mundo, mas, especificamente, eu não me lembro mais o que é que... Eles chamam de *BID(F)*, eles pegam determinados... Como nós estamos falando... Eu não ia perguntar isso, mas, como foi falado aqui da questão de urbanismo, que está absolutamente associado também, eu acho que nós não conseguimos desatrelar essas coisas, mas eu vi uma experiência muito interessante nos Estados Unidos, onde se pegam bairros com uma administração privada, onde... Eu acho que o senhor fez algumas referências, eu não sei, ou o Dr. Adriano. Essas regiões, elas são cuidadas, há uma espécie de sistema condominial privado e que opera todos os serviços, do tipo segurança, evidentemente atrelado com a Guarda Municipal ou com a Polícia Civil, coleta de lixo, recuperação de prédios históricos, recuperação pelo menos na arquitetura original dos prédios. Isso começou a se espalhar em várias cidades americanas. Aliás, Nova

Iorque, eu acho que Nova Iorque tem vários – Newark também -exemplos de comunidades que se consolidaram dessa maneira. Como é que os senhores olham esse tipo de iniciativa? Porque aí se cria toda uma área onde existe cultura, espetáculos, restaurantes, bares. Como é que os senhores veem essas iniciativas, até porque isso surgiu em função de um projeto que o Rio de Janeiro pretende implementar, exatamente em função da Copa do Mundo, e, curiosamente, a África do Sul está fazendo isso, já com experiências bastante exitosas, sob o ponto de vista não só que aquilo vai ser importante para um determinado evento, é importante sob o ponto de vista turístico e importante também sob o ponto de vista das pessoas que ali vivem.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Hoje em dia, existem várias possibilidades. Por exemplo, em Nova Iorque, eles estão fazendo e já em bairros, vamos dizer assim, semideteriorados.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Isso mesmo.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Onde eles chamam de **refurbishments,** é uma coisa que eles dão uma nova feição, uma nova... É quase, eu diria assim, uma concessão urbanística, que São Paulo aprovou a Lei inclusive, e é uma maneira de pensar. É a iniciativa privada entrando, recebendo isso como uma concessão, em que ele faz todos os investimentos, coloca os equipamentos sociais e urbanos necessários e cria valor, porque, aí, no final, ele acaba vendendo isso aí, esses prédios e tudo, para os moradores que queiram estar mais próximos do centro, o que é muito bom, porque eu acho que é retornar as pessoas com poder aquisitivo para a área central, que ficou deteriorada em função da expulsão, principalmente dos Estados Unidos, em relação aos subúrbios, que é uma solução horrorosa, que é fragmentar a cidade. Então, é uma maneira bacana de fazer isso.

Eu não sei se isso poderia ser adotado na maioria das cidades, na medida em que... De Nova Iorque, eu tenho uma impressão de que é uma solução extraordinária, porém, você fazer isso num condomínio fechado, longe das cidades, longe de transporte, não é a solução mais adequada do ponto de vista urbano. E, principalmente, se for condomínio, porque aí ele fecha todas as ruas, você não tem acesso e aí não tem vida comunitária, vida de rua, digamos assim. Então é uma coisa que a gente tem que tomar muito cuidado. Quando ela acontece na área central, para revitalizar, ótimo, é uma maravilha, eu acho que é a grande solução. Agora, fazer um bairro especial para isso já--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Claro, é mais revitalização de áreas que estão degradadas.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Isso sim, isso é uma maravilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): OK. Alguém tem alguma pergunta? Por favor, meu caríssimo.

SR. SÁVIO: Isso aqui funciona?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Funciona, claro que funciona, democraticamente.

SR. SÁVIO: Eu não sei se eu apartei certo. Estou sendo ouvido? Como morador de Curitiba, nos finais de semana, então eu vou botar uma colocação para o Dr. Cássio, que a cidade já está, hoje, em condições deploráveis nos finais das tardes e no início da manhã, nos grandes eixos. Quer dizer, Curitiba já demanda, com todos esses eventos, é um orgulho poder residir lá, ela já está necessitando de planejamentos muito bem avançados e que já estão atrasados em relação à demanda da população, particularmente pelo grande número de veículos que estão nas ruas e as dificuldades de você tentar acabar com os estacionamentos de rua, para que possa dar uma demanda e um escoamento maior nas ruas que têm três, quatro faixas. A pergunta que eu faço em relação à Curitiba é: por que é que consta para os cidadãos de lá que o nosso pessoal do IPPUC, do nosso Governador Jaime Lerner, que veio nessa demanda, não fala há muito tempo sobre metrô? Quer dizer, ele não defende; ao contrário, ele foge do debate do metrô na Cidade de Curitiba. Está se falando agora em relação à Copa do Mundo de 2014, é um problema apenas de escoamento para a Copa e para os locais definidos para o estádio onde vão ocorrer os jogos. Então por que é que há, por parte dessa equipe, ao que parece, uma certa restrição ao problema do metrô?

E eu, depois, gostaria, só para terminar, de dar um exemplo claro. Eu fui, durante seis anos e meio, diretor da SuperVia, que é a dos trens suburbanos do Rio de Janeiro, e, nesse período, fazia-se um estudo de transformar os trens suburbanos do Rio em metrôs de superfície, porque nós temos ali onze municípios sendo permeados. Nesses onze municípios, cinco ramais, 89 estações, sem necessidade de desapropriação, sem necessidade de nada, porque lá está colocado, e aí os dados que o Professor Adriano citou, em termos de custo, é que espantam, porque 4 km de metrô daria aproximadamente 600 a 700 milhões de dólares. Com 600 a 700 milhões de dólares, nós conseguiríamos modernizar toda a sinalização da SuperVia e a melhoria com a aquisição de trens modernos, com ar-condicionado, etc., que fariam com que, hoje, atualmente, 500 mil passageiros/dia, pudesse isso aumentar, com situações de conforto e enorme possibilidade

de melhorar as condições de vida, particularmente dos municípios da Zona Oeste e da Baixada Fluminense, no seu acesso aos seus locais de trabalho. Mas contra isso, que ninguém mais falou, ninguém mais fala no assunto, apesar de 4 km de metrô... Eu estou falando não é da ida ali de Copacabana até Ipanema, é mais do que isso. Então 600 milhões de dólares daria para modernizar todo o sistema de trens do Rio e atender, no mínimo, a um milhão de passageiros/dia, com uma melhoria de conforto e etc. para o pessoal sofrido da Baixada Fluminense e da Zona Oeste do Rio. É claro que contra isso se erguia o enorme *lobby* das empresas transportadoras de ônibus do Rio de Janeiro e daí não conseguia alimentar esse processo, faltando, então, um pouco de vontade política para isso. Obrigado, professor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Cássio Taniguchi, respondendo ao Dr. Sávio.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI: Sem dúvida nenhuma, Sávio, o metrô de Curitiba já é uma coisa que a gente vem discutindo há muito tempo, desde a década de 80 que a gente busca uma solução. A gente começou com o VLT, quase um metrô de superfície, enterrando só em determinados trechos. Claro que faltou recurso para isso e em várias alternativas que a gente conseguiu, encontramos um *lobby* de ônibus meio violento, nós estávamos com dinheiro do BID praticamente definido para o VLT, aí, de repente, a coisa voltou tudo para trás. Bem, infelizmente isto acontece. Por outro lado, Jaime Lerner, por exemplo, não acha que o metrô seja a solução, até porque ele é um trecho apenas. Ele vai lá, se eu não me engano, do Terminal do Cabral até a República Argentina, um pouquinho mais para frente. Isso não vai resolver absolutamente nada a necessidade que tem de termos uma rede. Por isso que eu sou favorável de que se crie novas alternativas, com pista exclusiva ainda com ônibus. Por exemplo, a área Norte, a área Norte é desatendida, que é a região do Pilarzinho e tudo mais, você não tem. Você tem que pegar o Interbairros para poder chegar na primeira estação do sistema de transporte de massa. O que acontece é que daí os Interbairros estão sobrecarregados, lotados. Houve também, lamentavelmente, por uma questão política de segurar tarifa durante quatro anos, houve um decréscimo da qualidade do sistema, praticamente se retirou vários veículos da linha para que não impactasse a tarifa.

Então isso foi, no meu ponto de vista, criminoso, porque você não consegue, quando degrada o sistema, retornar ao que era antes de degradar. Não tem importância, olha, tem que criar novos atrativos, melhorar o veículo, acertar a frequência. Tudo isso é simples de fazer, mas, se há uma determinação do prefeito: "Não, tem que segurar a tarifa", como é que se segura a tarifa? Diminuindo a frota, diminuindo a frequência. Não tem muito segredo nisso. Então, com isso, o que aconteceu? O pessoal disse: "Eu não aguento mais ficar esperando o ônibus, eu vou pegar o meu carro e vou passear, vou para o trabalho". Então isso realmente aconteceu, lamentavelmente, não é nenhuma crítica ao atual prefeito, mas em função daquela política: "Não, eu não vou aumentar tarifa", degradou a operação do sistema. Essa é a pura realidade que aconteceu em Curitiba, além de não implantar nenhuma nova linha que pudesse reduzir essa necessidade das pessoas saírem de carro. Faltou capilaridade no sistema também, podia usar micro-ônibus para chegar lá, captar os passageiros... Enfim, tem medidas muito simples que a gente poderia ter feito. Apenas o IPPUC ficou de mãos atadas, tendo em vista a ordem de reduzir e de manter a tarifa àquele valor que eles tinham mantido. Então, infelizmente isto aconteceu.

Por outro lado, em relação à SuperVia, eu estou perfeitamente de acordo. Agora, aí, também, é mais uma decisão política. Ao invés de fazer 4 km de metrô, por que não fazer uma bela sinalização para, sei lá, 200 km de trens de subúrbio? Fantástico! O Rio de Janeiro é muito bem servido, só que veículos antigos, muitas vezes sem ar-condicionado... Quer dizer, aí as pessoas acabam não respeitando. São Paulo está fazendo isso, pegando todo o sistema suburbano e transformando em metrô, não é, Adriano? Esse é o caminho correto, porque, cada vez mais, infelizmente, as regiões metropolitanas estão, vamos dizer, polarizadas pela capital, enquanto não se cria uma nova alternativa de geração de trabalho e renda onde as pessoas estão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Dr. Adriano, o senhor gostaria de fazer--

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Eu só queria acrescentar um aspecto que me pareceu muito importante. O patrimônio que essas redes ferroviárias significam em várias cidades brasileiras é uma coisa gigantesca. Se nós quiséssemos hoje desapropriar o equivalente ao que existe no Rio de Janeiro, para fazer uma linha desse tipo ou que existe em São Paulo... Para se ter ideia, São Paulo tem, hoje, 60 km de metrô e tem 280 km de linhas férreas, das quais 160 km são dentro da cidade de São Paulo. Então, aproveitar isso é absolutamente indispensável. O metrô é feito subterrâneo para evitar desapropriações e para evitar tumulto na cidade durante a construção, mas não há nenhuma virtude especial dele em relação ao sistema de superfície. É que o sistema de superfície precisa ser modernizado, não só sob o ponto de vista do conforto

e tal, mas sob o ponto de vista da tecnologia, para se conseguir um aumento de frequência das paradas. O metrô de São Paulo opera com frequência de quase um minuto, e o outro funciona o trem com frequência de quinze minutos. Agora, isso está sendo reduzido com a modernização. Eu acho isso muito importante e todas as cidades brasileiras têm o seu trilho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Alguém gostaria de fazer algum questionamento, alguma pergunta, aproveitando a presença do Dr. Adriano e do Dr. Cássio?

Para concluir, aqui, essa Audiência Pública, eu queria aqui anunciar a presença do Engenheiro Rubens Cahin, Diretor do DER de São Paulo, registrar os nossos agradecimentos aqui, pela presença.

Aqui um lembrete, também, da assessoria. Já que falamos de habitação, no dia 24 de setembro, na próxima semana, portanto, quinta-feira, a Comissão de Infraestrutura realizará uma Audiência Pública sobre habitação, em especial tratando do Programa Minha Casa, Minha Vida, com os seguintes convidados: o Dr. Jorge Hereda, vice-Presidente da Caixa, Dra. Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Acho que foi muito importante essa Audiência, primeiro, pelo perfil e pela competência inegável dos convidados: o Professor Adriano Branco e o Deputado Cássio Taniguchi têm uma folha de serviços prestados ao País. Não só aos seus Estados, mas ao País.

Eu acho que alguns pontos aqui eu não poderia deixar de ressaltar. Primeiro, esse compromisso econômico, social e ambiental, que acho que é o que tem, mais do que nunca, pautar esses três vértices, se é que a gente pode chamar assim, pautar toda a política de transporte urbanos no País, especialmente nas principais capitais. Uma coisa importante que convém destacar... Quer dizer, não adianta fazer o transporte por si só, as pessoas têm que ser tratadas com cidadania, com respeito, com dignidade, porque isso inclusive é uma forma de incentivar a utilização do transporte coletivo. Portanto, decisões de chofre, decisões precipitadas, às vezes muito bem intencionadas, mas não tratadas sob o ponto de vista social, podem efetivamente representar frustrações e, consequentemente, mais dificuldades para as grandes cidades brasileiras.

Alguns pontos também de extrema relevância que foram aqui destacados, acho que talvez o mais importante, é subsídio vis à vis com mais valia. Subsídio virou palavrão no Brasil, lamentavelmente, e, hoje, está muito claro, que foi colocado aqui, os benefícios que uma política de transportes urbanos, os benefícios que o transporte urbano pode trazer em função dessa mais valia, quer dizer, dessa operação de áreas, terrenos, a exploração dessas áreas com outras atividades que acabam contemplando muito mais intensivamente aqueles municípios ou aquelas capitais que subsidiaram determinados modais de transporte.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Isso se entende a toda a infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Absolutamente, absolutamente. Um outro ponto importante também dessa... É importante registrar que nós estamos fazendo uma discussão de transporte urbano, mas ficou muito claro aqui que a infraestrutura do País, ela está impactando diretamente o transporte urbano, ou seja, esses assuntos, apesar de aparentemente não terem relação, uma coisa tem tudo a ver com a outra. Basta ver aquilo tudo que foi aqui destacado pelo Professor Adriano e pelo nosso querido Cássio Taniguchi.

Entre outras coisas também, aqui, vamos ver, só para, pelo menos, colocar os principais destaques, soluções que podem vir a surgir em função de situações cada vez mais caóticas com relação ao transporte individual e já adotado em muitos países no mundo, em muitas grandes capitais. As PPPs, com as considerações feitas pelo professor Adriano e também pelo Cássio. Há um ponto aqui importante que eu destaquei, mas, nas perguntas, isso não surgiu, que são as regras elaboradas pelo Ministério das Cidades, pelo Governo Federal. Eu acho que esse é um tema que nós vamos ter a oportunidade ainda de discutir e que, pelo que eu entendi dos dois expositores, são absolutamente fundamentais essas regras para dar minimamente racionalidade no planejamento urbano e nas políticas de transporte urbano.

Aqui eu acabei me convencendo que acho que o grande lance é ônibus a hidrogênio, e aqui está ficando cada vez mais claro pelos valores, 150 milhões de dólares por quilômetro para o metrô. Para o VLT, eu anotei aqui, de 30 a 40 milhões de dólares por quilômetro, e mesmo lá os ônibus, as canaletas, já passando de um milhão de dólares.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: Muito mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito mais do que isso. Então nós precisamos olhar com muito cuidado essas questões, porque todo mundo fala em metrô como se fosse uma panacéia, mas, na verdade, existem outras alternativas de transporte que podem corresponder em função da especificidade das cidades, em função dos passageiros transportados, em soluções muito maiores, muito melhores.

Aqui, também, eu gostaria de registrar só os comentários e que há um de acordo dos dois especialistas sobre o Rodoanel em marginais. Ou seja, são discursos muito bonitos, quer dizer, de empreendedores, mas com um reflexo para a sociedade brasileira, especialmente em algumas capitais, altamente questionável.

Eu só queria fazer um registro aqui, Professor Adriano: a questão das vicinais. Isso, para mim, é o maior desafio de qualquer Governo, é investir nas vicinais. Alguns Estados brasileiros investiram muito em vicinais e tiveram resultados absolutamente importantes.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO: É a tarefa do Rubens.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, mais do que nunca, hoje, Diretor Rubens, ficou caracterizada a tarefa de V. Sa. com relação a esses desafios colocados.

E por último, mas não menos importante, a questão ambiental. Aqui nós falamos em hidrogênio, falamos em biodiesel, em gás natural. Eu acho que nós temos também um grande desafio para, não só dar mais condições para o transporte urbano, mas, acima de tudo, também, utilizando-se combustíveis mais compatíveis com a realidade das grandes cidades.

Eu quero só dar uma palhinha aqui, porque eu não poderia deixar de dizer. O Dr. Cássio levantou uma questão muito importante. Nós estamos numa fase de discussão do pré-sal. O pré-sal, se nós tivermos serenidade, discernimento, clareza e ciência das responsabilidades que teremos e o compromisso com as futuras gerações, evidentemente ele pode servir como um grande alavancador do Brasil que todos nós esperamos. Mas ele pode trazer também, se isso não for bem discutido, bem avaliado, pode trazer muitas dificuldades para o Brasil. Existem vários exemplos aí, pelo mundo, que mostram concretamente o quanto esse assunto é delicado. E nós não podemos fazer uma discussão... Eu vim agora, olhando, no avião, estudos feitos por várias instituições europeias, americanas, mostrando o crescimento... A matriz energética mundial. A produção de barris hoje que chega a aproximadamente 85 a 86 bilhões, se não forem descobertas nossas novas reservas, em função da relação reserva/produção, nós vamos chegar em 2030, tirando aí, extraindo 30 milhões de barris. Evidentemente novas reservas estão surgindo, essa reserva no Iraque e outras, também, na Rússia, e, agora, o pré-sal brasileiro, que começa nesses 15 bilhões, mas tem perspectivas de um crescimento muito maior, podendo chegar, eventualmente, na melhor das hipóteses, até a cem bilhões de barris, mas nós não podemos deixar de fazer essa discussão, tendo como pano de fundo principal o esforço que os países desenvolvidos estão fazendo com relação a alternativas energéticas, alternativas ligadas à energia solar, à energia eólica e que vão avançar consistentemente nos próximos anos.

É curioso... Eu andei olhando o posicionamento de algumas grandes petroleiras. Hoje, nenhuma empresa de petróleo gosta de ser chamada de petroleira. São empresas de energia que vendem, disponibilizam pacotes energéticos. Outro dia até me disseram que a BT, a British Petroleum, agora ela se chama Beyond Petroleum, "Além do Petróleo". Portanto, é muito importante, é fundamental que nós não percamos esse pano de fundo de extrema relevância, que é a questão ambiental. Sem dúvida, os países desenvolvidos vão investir, e estão investindo muito, nessas energias alternativas, por tudo que vem por aí. Basta dizer que, agora, em dezembro, se eu não me engano, vem a 15ª COP, que é Copenhagen, onde os países do mundo vão discutir o Protocolo de Kyoto e discutir a questão das metas também. Isso, efetivamente, trará uma série de providências a serem tomadas por todos os países do mundo.

Então eu quero agradecer muito a atenção, a paciência de todos os senhores que nos assistiram até agora. Foram quase duas horas e meia... Mais de duas horas e meia, já vai para quase três horas de debate, e, especialmente, agradecer a presença do nosso querido Cássio, do nosso Professor Adriano Branco. Dizer que foi uma satisfação, um orgulho. Eu falo isso também em nome do Presidente Collor, que, infelizmente, não pôde estar presente, mas dizer da nossa alegria, da nossa satisfação de fazer um debate com essa profundidade e com especialistas desse naipe. A todos os senhores e senhoras que nos ouviram até agora, o nosso muito obrigado, uma boa noite, lembrando que, às oito e meia da manhã, pontualmente, na quinta-feira, teremos uma Reunião Ordinária, aí, comandada, com competência, pelo Presidente, o Senador Collor. Muito obrigado e uma boa noite a todos.

Sessão encerrada às 21h00.

Ata da 32ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 17 de Setembro de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ELISEU RESENDE**, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura,

com a presença dos Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, FRANCISCO DORNELLES, OSVALDO SOBRINHO, MÃO SANTA, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO, MARCONI PERILLO, PAULO PAIM, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER, VALTER PEREIRA E CÍCERO LUCENA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senador **Eliseu Resende** declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 30ª e 31ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. **PARTE I** – O Presidente procede a leitura dos comunicados da Presidência. **PARTE II** – Deliberação de Matérias – **ITEM 1 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2009** – "Altera dispositivos das Leis nºs 11.488, de 15 de junho de 2007; 10.865, de 30 de abril de 2004; e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dá outras providências (isonomia tributária entre a área de petróleo e gás e os setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação)". **Autor: Comissão de Assuntos Econômicos** (SF). **Relator:** Senador **Francisco Dornelles**. **Parecer:** Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2009, com as emendas nº 01, 02, 03 – CI. ITEM 2 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 –** "Altera a lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências". **Autor:** Senador **Raimundo Colombo**. **Relator:** Senador **João Durval**. **Parecer:** Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator**. **ITEM 3 –** Decisão Não-Terminativa – **AVISO N° 41, DE 2009** – "Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.543, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, com o objetivo de identificar o custo direto decorrente da crise de energia elétrica ocorrida em 2001 (TC 006.734/2003-9)". **Autor: Presidente do Tribunal de Contas da União**. **Relator:** Senador **João Ribeiro**. Designado **Relator "ad hoc":** Senador **Osvaldo Sobrinho**. **Parecer:** Pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do Aviso nº 41, de 2009 (nº 933/2009, na origem) do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como dos documentos que o acompanham. **Resultado: Aprovado. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 139, DE 2009** – "Altera o Decreto-Lei nº 116, de 25 de janeiro de 1967, para alterar o prazo prescricional das ações contra extravio de carga e das ações por falta de conteúdo, diminuição, perdas e avarias ou danos à carga". **Autor:** Deputado **Carlos Bezerra**. **Relatora:** Senadora **Serys Slhessarenko**. **Relator "ad hoc":** Senador **Francisco Dornelles**. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Lido o Relatório, foi adiada a votação**. Os demais itens de 5 a 10, constantes da pauta, ficam adiados. **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009 – CI – "** Requeremos, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), Serviços de Infraestrutura (CI), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: **Vincent Defourny** – Representante da UNESCO do Brasil; **Marco Antonio Raupp** – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); **Jacob Palis Júnior** – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Representante de renome da comunidade acadêmico-científica. **Autores:** Senadores **Fernando Collor, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Renato Casagrande, Flávio Arns e Eduardo Azeredo**. **Resultado: Aprovado**. Usaram da palavra os Senhores Senadores **Delcídio de Amaral, Francisco Dornelles e Osvaldo Sobrinho**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às nove horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Eliseu Resende,** Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa e da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 30ª e 31ª Reuniões. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Ficam aprovadas as Atas.

A presidência comunica o recebimento do Aviso do Tribunal de Contas da União encaminhando cópias das determinações e recomendações exaradas mediante o acórdão acerca da auditoria operacional sobre o resultado dos leilões de energia nova, realizados em 2005 e 2006. Mediante referido acórdão do Tribunal de

Contas da União, foi determinado ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério do Meio Ambiente e ao IBAMA que analisassem as recomendações então exaradas, manifestassem-se sobre sua conveniência e sobre sua oportunidade de implantação e encaminhassem essas manifestações de volta ao Tribunal de Contas da União no prazo máximo de noventa dias.

Registramos também o recebimento do Aviso do Tribunal de Contas da União, assinado pelo Presidente daquela Corte de Contas, Ministro Ubiratan Aguiar, comunicando que "Em cumprimento ao disposto no § 5º, do art. 97, da Lei 11.768, de 2008, foram constatados novos indícios de irregularidade grave em obras de interesse desta Comissão situadas no Estado do Rio de Janeiro. Essas obras são o trecho da BR-101, no Estado do Rio, que está sendo submetido a uma intervenção para adequação e duplicação da estrada entre Santa Cruz, Itacuruçá e Mangaratiba, e também indícios de irregularidade grave na implantação do metrô, Linha 3, do Rio de Janeiro". Essa é uma matéria grave, vem a comunicação para a Comissão de Infraestrutura e nós esperamos que os órgãos executivos correspondentes, o DNIT, no caso da estrada, e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, no caso da linha do metrô, fiquem atentos à eliminação da irregularidade ou das irregularidades apontadas para que as obras possam ser continuadas, retomadas, porque na condição em que se encontram, mediante essa decisão do Tribunal de Contas, fica a União impedida de alocar recursos orçamentários para os contratos relativos a essas obras, ou seja, as obras ficarão paradas sem os benefícios decorrentes da sua implantação dentro do PAC, como interessa ao Governo e à sociedade brasileira.

Queremos informar, ainda, que na segunda-feira passada, dia 14 de setembro, dentro da agenda "Desafios Estratégicos Setoriais", promovida por esta Comissão, foi realizado um painel, que é o 5º Painel, intitulado "Transporte e Infraestrutura Urbana: Sistemas Integrados de Meios de Transporte", com a participação de técnicos especializados na matéria, a exemplo do Dr. Adriano Murgel Branco, Engenheiro Administrador e ex-Secretário dos Transportes e da Habitação do Estado de São Paulo, e do Dr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, onde tivemos a oportunidade de debater o tema "Transporte e infraestrutura urbana: novos conceitos para o deslocamento e a locomoção de passageiros". Este painel foi coordenado pelo Senador Delcídio Amaral e apresentou relatos importantes dos técnicos expositores sobre um tema extremamente atual, uma vez que a análise do setor dos transportes torna-se fundamental para um programa de mobilização energética. Eu quero lembrar que o Governo já tomou posições nesse sentido em épocas anteriores, quando nós tivemos o primeiro choque do petróleo e o segundo choque do petróleo. O Governo chegou a criar a Comissão Nacional de Energia, presidida pelo Vice-Presidente da República da época, o saudoso Deputado Antônio Aureliano Chaves de Mendonça. Por esse programa de mobilização energética foram discutidos os projetos de transporte para efeito de produzir o menor consumo possível de energia petrolífera ou consumo de derivados de petróleo ou combustíveis locomotivos. Foram tomadas decisões na época como a construção de metrôs, a colocação de faixas exclusivas para ônibus nas vias expressas, tendo em vista a redução do consumo de derivados de petróleo, num quadro que se apresentava difícil no mundo inteiro em decorrência do crescimento vertiginoso dos preços de barril de petróleo.

Essa Reunião ou este Painel, como eu disse, foi coordenado pelo Senador Delcídio Amaral e nos dão o registro do êxito desse Painel e eu gostaria de perguntar ao Senador Delcídio Amaral se ele gostaria de fazer uma breve apresentação do desenvolvimento desta Reunião na última segunda-feira. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito bom-dia Presidente Senador Eliseu Resende. Eu gostaria de fazer um relato logo após V. Exª.--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tem a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Essa Reunião aconteceu na segunda-feira, dia 14 de setembro. Essa Reunião faz parte dos sete painéis que aqui aprovamos com especialistas de várias áreas da infraestrutura brasileira, da área tecnológica, da área de inovação. Foi o Painel de nº 5: "Transporte E Infraestrutura Urbana: Sistemas Integrados de Meios de Transporte". Essa Audiência Pública, Presidente, ela contou com o Dr. Adriano Branco, que é Engenheiro Administrador e ex-Secretário dos Transportes e de Habitação do Estado de São Paulo, inclusive o Dr. Adriano foi meu professor de universidade, é uma pessoa que eu conheço muito bem e um homem extremamente competente, um especialista da área. E o outro, o Dr. Cássio Taniguchi, Prefeito de Curitiba, da equipe do ex-Governador Jayme Lerner e que tem uma longa experiência nessa área também, Deputado Federal licenciado porque é Secretário do Governador Arruda aqui em Brasília, ele é Secretário de Desenvolvimento Urbano.

Foi uma Audiência extremamente... Nós tivemos a oportunidade de não só ouvi-los numa área em que eles têm absoluto conhecimento, como também conseguimos esclarecer uma série de questões com re-

lação a transportes urbanos. Evidentemente que cada um procurou transmitir as suas experiências: o Cássio Taniguchi a experiência de Curitiba, o Dr. Adriano Branco a experiência como Secretário em São Paulo. Nós tivemos a oportunidade de avaliar todos os meios, tudo aquilo que é disponibilizado à população sob o ponto de vista de transporte coletivo.

Aqui analisamos e discutimos as alternativas de metrô, as alternativas de veículos leves sobre trilhos, veículos leves sobre pneus, discutimos também as ferrovias ou os trens urbanos que em muitas cidades estão se transformando em metrôs também de superfície, avaliamos a questão dos custos e também as circunstâncias em que se instalam esses diferentes meios de transporte coletivo e especificamente nas grandes cidades, mais especificamente nas grandes cidades, analisamos a questão dos corredores, especialmente em Curitiba as estações-tubo, o atendimento a portadores de necessidades especiais também, que é uma coisa que falta em grandes cidades, tivemos também um debate muito importante, e aí eu vou citar especificamente a Cidade de São Paulo, quando falam que a duplicação de marginais, a ampliação de marginais, o Rodoanel, isso já foi amplamente discutido aqui também na Comissão de Infraestrutura, são soluções muito pelo contrário, eles, especialistas, acham que isto não representa solução nenhuma sob o ponto de vista de transporte coletivo ou sob o ponto de vista de um alívio nas dificuldades que especialmente as pessoas que vivem nos grandes centros enfrentam. Então quebraram-se vários tabus ao longo dessa Audiência Pública, de certa maneira desqualificando algumas soluções que são apregoadas como necessárias ou decisões salvadoras ou salvacionistas, talvez é a expressão mais adequada, principalmente nesse grandes centros urbanos. A utilização ampla ainda do transporte individual, alternativas no sentido de disponibilizar meios de transporte coletivo para que o transporte individual diminua, aqui já nós falamos sobre o rodízio, que isso é sabidamente conhecido, mas outras alternativas também, entre elas até a introdução de pedágios em áreas centrais da cidade, como Londres, por exemplo, faz. Falamos inclusive de outras experiências com relação a políticas de cobrança de IPVA: quando mais novo o carro, mais barato o IPVA, e quanto mais velho o carro, mais caro é o IPVA, que são medidas tomadas aí mundo afora e que também olham essa questão das grandes metrópoles, das grandes cidades. Um fato que me chamou a atenção foi uma tabela apresentada pelo professor Adriano, o número de pessoas que já se deslocam em São Paulo a pé em função dessas dificuldades todas: elas já passam de 23 milhões de pessoas, ou seja, um número assustador, demonstrando claramente o caos que vivemos hoje em São Paulo e em muitas metrópoles brasileiras também.

Então eu acho que foi um momento importante da Comissão de Infraestrutura, foi um debate de mais de duas horas e meia e entre os itens também destacados nós tratamos dos combustíveis renováveis, quer dizer, as experiências com... Hoje nós temos frotas de ônibus que são movidos basicamente por óleo diesel, poluente, que traz uma série de consequências ambientais para a cidade, para os cidadãos, mas foram apontadas já experiências com gás natural, eu me lembro participei de uma das experiências de gás natural na USP com o professor Goldemberg, um ônibus que circula no interior da USP para atender os alunos a gás natural, motor Mercedes-Benz, fabricado no Brasil. Tratamos de biocombustíveis também, biodiesel mais especificamente. E, também, de *fuel cell*, que são os ônibus a hidrogênio. Já existem experiências exitosas na Europa e foi dito aqui na Audiência Pública que São Paulo está com o primeiro ônibus a *fuel cell* operando em testes e é importante destacar, Sr. Presidente, que esses ônibus não poluem absolutamente nada, eles geram água, e fundamentalmente o que os traciona são motores elétricos. Então nós tivemos também essa chance de discutir, inclusive olhar experiências na Alemanha, experiências na França, do trolebus, do bonde que foi abandonado, trilhos que simplesmente desapareceram nas grandes cidades, mas evidentemente guardadas as especificidades de cada tipo de utilização.

Então foi um momento muito importante, foi uma Audiência Pública extremamente rica em informações e eu tive uma satisfação muito grande de presidir essa Audiência Pública na segunda-feira, uma Audiência Pública que agregou muitos conhecimentos, ela foi transmitida ao vivo, portanto, o Brasil inteiro acompanhou, e acho que foi mais um avanço, especialmente nessa agenda 2009 a 2015 de Desafios Estratégicos Setoriais.

Eu queria só lembrar, Sr. Presidente, que nós teremos no dia 21 de setembro o Painel 6: "Novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos", com a presença do Dr. Lubomir Dunin, com a presença do Dr. Jorge Willien(F) e com a presença do Dr. Alceni Guerra. E no dia 28 de setembro, encerrando essa agenda de Desafios Estratégicos Setoriais: "Telecomunicações – Acessibilidade, tiques(F) e renovação", com a presença do Dr. Luiz Cuza, do Dr. Luiz Shimura e do Dr. Antonio Carlos Valente. Com isso nós concluímos essa primeira etapa e a partir do mês de outubro vamos entrar nos painéis do pré-sal, cujos convidados, a maioria deles, já confirmou presença. Então eu acredito que

a Comissão de Infraestrutura, Presidente, continua aí ponteando uma série de Audiências Públicas tratando de assuntos fundamentais para o País e fundamentais para a infraestrutura, especialmente porque no meu ponto de vista o grande desafio do Brasil é a infraestrutura. Esse tema, ele andou aí em função de todas as dificuldades que nós enfrentamos aqui no Senado, ele andou meio escondido, mas o maior desafio do Brasil é a infraestrutura.

E, para encerrar, uma coisa que foi constatada nessa Audiência Pública de segunda-feira é que as coisas, principalmente nos grandes centros, a conjugação da infraestrutura de transporte de um Estado ou de um País, ela já está tão associada com a infraestrutura de transportes urbanos que uma coisa começa a se confundir com a outra, especialmente em função do modal que hoje o Brasil adota, que é predominantemente de rodovias. Foi inclusive aqui apresentadas fotografias dos transtornos dos caminhões pesados, especialmente em São Paulo: caminhões tombados com cargas tóxicas, com cargas explosivas, e hoje as coisas estão ficando tão sofisticadas e complexas que a infraestrutura externa se confunde com a infraestrutura urbana. Então era esse o registro que eu gostaria de fazer e agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de fazê-lo agora na abertura dessa Reunião Ordinária da Comissão de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós agradecemos ao Senador Delcídio Amaral. Realmente a Reunião ou o Painel discutido é da maior importância. Nós temos de examinar essa questão e eu me lembrei aqui quando houve os dois choques do petróleo, o Senador Francisco Dornelles pertencia também ao Governo e se lembra da criação da Comissão Nacional de Energia, presidida pelo Aureliano Chaves, então Vice-Presidente da República, onde a grande preocupação era a insuficiência do petróleo no Brasil. Nós importávamos muito petróleo e tínhamos uma produção pequena. Evoluiu a matéria neste período e hoje nós somos autossuficientes em petróleo, temos uma produção de derivados superior ao consumo.

Mas o problema não está relacionado apenas como aconteceu nas vezes passadas, à economia do consumo de derivados de petróleo. Hoje o enfoque se transformou num problema ambiental, na redução da contaminação do ar atmosférico com o elevado teor de carbono. Então nós hoje temos de visualizar o aspecto do consumo de derivados de petróleo na área dos transportes em função das questões ambientais.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra, Senador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria, eu fui aqui alertado pela competente Secretaria da Comissão de Infraestrutura, um dado fundamental que eu esqueci de comentar.

O Dr. Adriano Branco levantou os custos do contingenciamento, quanto custa para o País o congestionamento. Eu falei contingenciamento? É que eu estou com mania de orçamento.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Os dois têm custo.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Os dois têm custo, os dois têm custo, como disse muito bem aqui o Ministro Dornelles. O custo do congestionamento, isso aí foi calculado pelo professor Adriano Branco. Só alguns números, Presidente, para o senhor ter ideia do que é isso. V. Exª. citou combustíveis e é por isso que eu não poderia deixar aqui de aproveitar essa oportunidade.

Gastos desnecessários de combustíveis... Eu não estou enxergando direito esse trem aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Desperdício de combustíveis, Senador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Desperdício de combustíveis, Sr. Presidente: 12,5 bilhões de reais, só para V. Exª. sentir o tamanho dos números; perda de produtividade no trabalho: 2,6 bilhões de reais; horas perdidas nos congestionamentos: 5 bilhões de reais; excesso de custo no transporte por ônibus: quase um bilhão de reais; custos ambientais/saúde pública: um bilhão de reais. E, Sr. Presidente, pasmem, os números já estão chegando a 40 bilhões de reais, porque esse é o ponto fundamental dessa discussão, é o quanto a população sofre e o quanto a população perde de produtividade em função dos engarrafamentos e dos congestionamentos. Depois quando a gente fala em Custo Brasil, Custo Brasil não é só imposto, não. É também imposto, mas é também essas agruras do dia-a-dia nas grandes metrópoles. E eu fiquei impressionado: a produtividade do trabalhador brasileiro com o americano, o percentual é 23%, dado apresentado aqui pelo professor Adriano Branco. Então esse é o custo do congestionamento nas grandes metrópoles brasileiras, somente 40 bilhões de reais, se não for mais. Então é grave esse assunto, até porque independentemente de qualquer coisa ele afeta aquilo que é a razão de todos nós, que é o cidadão e a cidadã que enfrentam essas dificuldades no seu dia-a-dia nas grandes metrópoles.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós temos níveis de congestionamento

muito grandes nas regiões metropolitanas que provocam perda de tempo na viagem, deslocamento, congestionamento, carros parados com motores ligados. Isso produz um somatório de fatores que faz com que realmente o mundo acadêmico, como o técnico, o Dr. Adriano, que trouxe esse material, está pesquisando e são impressionantes realmente o desperdício do consumo de derivados de petróleo na área dos transportes pela ineficiência do setor, os congestionamentos nas grandes cidades e, o que também precisa ser citado, os buracos nas estradas que fazem com que o consumo de combustíveis e a poluição do meio ambiente aumentem em 25 a 30% quando se passa de uma estrada lisa, perfeita, com superfície de rolamento adequado, para uma estrada esburacada. Nós temos um nível de ineficiência muito grande no setor dos transportes. É preciso ressaltar que no caso do craqueamento do petróleo e da produção de derivados, os derivados, Senador Delcídio, que conhece bem essa matéria, pela sua passagem pela PETROBRAS, os derivados que dominam o sistema de craqueamento são a gasolina e o diesel, que são derivados de petróleo consumidos estritamente no setor dos transportes. A gasolina só tem como cliente o automóvel. Qualquer litro de gasolina é consumido porque um automóvel está se deslocando. E o diesel só é consumido nas locomotivas das composições ferroviárias, nos motores dos navios e nos caminhões e ônibus. Algum diesel é consumido nos tratores agrícolas. De forma que um trabalho de redução do consumo de gasolina e diesel é essencial para que nós tenhamos uma redução do consumo de derivados de petróleo, o que é importante para a nossa autossuficiência e é importante, também, para a redução do teor de carbono na atmosfera.

Antigamente e apenas para completar, Senador Delcídio, medidas governamentais em decorrência do choque do petróleo eram no sentido de reduzir o consumo, porque o Brasil era um importador de petróleo em grande escala. Hoje nós temos reservas de petróleo e surgiu, inclusive, o pré-sal. Talvez tenhamos petróleo suficiente para gastar na ineficiência do sistema de transportes. Mas a grande preocupação passa a ser a de redução do teor de carbono na atmosfera. O mundo hoje vive diante da necessidade de consumo de energia limpa e é isso que vai predominar nas decisões futuras das matrizes energéticas. Nós temos de partir para o uso de fontes limpas de energia, fontes alternativas para substituir o petróleo, não obstante estarmos aumentando as nossas reservas. Chegamos a dizer que o que vai ditar no contexto das Nações desenvolvidas as verdadeiras potências do futuro é o País que mais se adequar ao consumo de fontes alternativas de energia e possuidor de uma matriz energética mais eficiente. Costuma-se dizer que antes nós tínhamos a Era do Carvão como combustível; a Era do Carvão terminou antes do carvão terminar. Agora o que se argumenta é que seguramente a Era do Petróleo vai terminar antes de o petróleo terminar e nós precisamos partir para fontes alternativas de energia para efeito de termos uma solução energética adequada. Esse assunto é um assunto de grande importância e é muito importante que essa Comissão se dedique à sua análise, porque hoje todos os países do mundo estão interessados em instalar soluções adequadas de fontes alternativas de energia para acionar o setor de transportes e os outros setores da economia.

O Senador gostaria de usar a palavra uma vez mais.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só acrescentando aos comentários de V. Exª., sempre muito pertinentes, V. Exª. tocou num ponto importante, que é a questão da eficientização energética. Nós, durante um tempo, reduzimos o consumo, como V. Exª. disse muito bem, porque nós éramos importadores, mas nós precisamos implementar uma política de eficiência no consumo de energia. No petróleo existem programas, V. Exª. sabe muito melhor do que eu, o PROCEL que é da ELETROBRAS, o CONPET que é da PETROBRAS, e eu acho que esse é um tema muito importante. Assim como nós estamos nos debruçando sobre energias renováveis, nós também temos esse desafio de colaborar com a eficiência energética. V. Exª. também tocou num ponto muito importante: num momento em que nós estamos discutindo o pré-sal, o pano de fundo dessa discussão é o que é que o mundo já está fazendo com a energia renovável. Então nós não podemos perder de vista esse desafio que--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Principalmente os Estados Unidos.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Os Estados Unidos, que está investindo muito dinheiro nisso, muitos recursos nisso. Ontem até conversamos um pouco no Plenário sobre essa questão. E os países europeus também, os países desenvolvidos, principalmente os países da Comunidade Econômica Europeia. Então nós não podemos esquecer nessa discussão esse pano de fundo que é a energia renovável e o esforço dos países para realmente mudar, como V. Exª. disse, a matriz energética.

Outro dia eu participei de um debate e as petroleiras hoje não gostam de ser chamadas de empresas que mexem com óleo, com petróleo. Elas são empresas de energia, elas vendem pacotes energéticos. Ao mesmo tempo estão olhando a questão do sequestro de carbono, mecanismo de desenvolvimento limpo,

eu acho que um tema que nós precisamos debater aqui na Comissão de Infraestrutura, nós vamos ter Copenhagen agora em dezembro. Então nós temos que avaliar muito bem sob o ponto de vista da nossa infraestrutura, do nosso modelo energético, o posicionamento do Congresso com relação a essa reunião de Copenhagen que vai rediscutir o Protocolo de Kyoto e pode eventualmente levar a decisões que vão precipitar uma atitude do Brasil que até então o Governo brasileiro não tem assumido, que é compromisso com metas, com redução de emissão de carbono. Aí cabe a pergunta: será que vale a pena o Brasil assumir isso agora, se isso vier a acontecer, o que eu não acredito, enquanto os verdadeiros poluidores ainda não tomaram as decisões que deveriam tomar para obedecer ao Protocolo de Kyoto? Então eu acho que essas questões todas estão interligadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Delcídio.

Nós daremos sequência aqui agora às comunicações.

A próxima comunicação que eu tenho já foi aqui levantada pelo Senador Delcídio Amaral. É a realização na próxima segunda-feira, dia 21 de setembro, do Painel "Novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos". Nós teremos aqui a presença do Dr. Lubomir Antonio Ficinski Dunin, Arquiteto, Presidente do Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas de Curitiba, e a presença do Dr. Alceni Guerra, ex-Ministro, ex-Deputado Federal, que vai discorrer sobre essa matéria. Nós gostaríamos de, aproveitando a oportunidade, convidar todos os interessados para esse 6º Painel "Novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos", a realizar-se no dia 21 de setembro, ou seja, na próxima segunda-feira.

Queremos fazer aqui também uma comunicação: no último dia 3 de setembro foi realizado neste Plenário uma Audiência Pública com a presença da Secretária Executiva do Ministério da Saúde, a Sra. Márcia Bassit Mazzoli, e o Diretor-Executivo da FUNASA, Sr. Faustino Lins, que discorreram sobre obras de pós-saneamento básico no PAC, no Programa de Aceleração do Crescimento. Surgiram determinados pontos sugeridos aqui naquele debate e em decorrência disso o nosso Presidente aqui da Comissão de Infraestrutura, o Senador Fernando Collor de Mello, dirigiu à Exma. Sra. Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dra. Dilma Roussef, um expediente levando ao conhecimento e à reflexão da Ministra os seguintes pontos sugeridos aqui no debate: 1) Que haja destinação de parte dos recursos arrecadados com a exploração do petróleo do pré-sal a programas de saneamento básico e abastecimento de água potável; 2) Que haja concentração das ações de saneamento no Ministério da Saúde por intermédio da FUNASA, uma vez que se entendeu que a pulverização dessas ações, cujos recursos são divididos entre quatro outros Ministérios, dificultam o alcance dos resultados; 3) A aplicação de recursos para saneamento básico diretamente feita pelos municípios, de preferência sem a intermediação de Governos Estaduais e do Governo Federal, de forma a acelerar o desenvolvimento das ações e reduzir a burocratização das implantações dos projetos; 4) Aumentar os recursos atualmente destinados à área de saneamento e elaborar estudos para alteração de dispositivos da legislação em vigor sobre saneamento, de modo a eliminar a insegurança jurídica hoje constatada. Esse expediente, assinado pelo Presidente Fernando Collor e dirigido à Ministra Dilma Roussef, está aqui na Secretaria da Comissão à disposição dos membros dessa Comissão para conhecimento.

Quero, ainda, trazer aqui à lembrança dos Srs. e Sras. Senadoras que serão realizadas Audiências Públicas, quatro painéis sobre o pré-sal, sobre a exploração de petróleo nas camadas do pré-sal, abordando os aspectos contidos nas Mensagens encaminhadas pelo Presidente da República e que estão hoje já em tramitação na Câmara dos Deputados. A Comissão de Infraestrutura do Senado se antecipa ao debate dessa matéria paralelamente à sua tramitação na Câmara dos Deputados. Haverá um primeiro painel no dia 5 de outubro relacionado com o PL 5.938. É a Lei que dispõe sobre a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha; o segundo painel trata da criação da empresa pública, Empresa de Administração do Petróleo e Gás, a PETROSAL. Este painel trata do Projeto de Lei 5.939 e se realizará no dia 9 de outubro; o terceiro painel tratará do Fundo Social dos projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento de educação e da cultura, da ciência e da tecnologia e de sustentabilidade ambiental. Esse painel será no dia 26 de outubro; e o quarto painel é o de capitalização da PETROBRAS, da transferência das reservas do pré-sal para a PETROBRAS, que é um tema muito polêmico, que foi discutido aqui inclusive com a presença do Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia. Este painel de capitalização da PETROBRAS se realizará no dia 6 de novembro e se refere ao Projeto de Lei 5.941. Nós temos aqui os expositores já designados desses painéis. Acho que não há necessidade da leitura no momento, mas é importante ressaltar que haverá essa discussão aqui na Comissão de Infraestrutura correndo paralelamente ao debate na Câmara dos Deputados, lembrando que lá já

foram designados os Relatores e os Presidentes das Comissões Especiais criadas e essas Comissões já estão trabalhando. Esse assunto aqui é de interesse de Senadores, particularmente do Senador Delcídio Amaral. O Senador Francisco Dornelles na Audiência do Ministro de Minas e Energia deu contribuições importantes sobre as observações do Congresso e do Senado, particularmente dessa Comissão, às Leis que estão encaminhadas pelo Governo e que vão ser discutidas aqui na Comissão de Infraestrutura.

Vamos passar à leitura aqui de um expediente dirigido ao Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão, pelo Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal: "Comunico a V. Exª. que foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento do Senador Wellington Salgado solicitando que o Projeto de Lei do Senado de 2008 seja encaminhado ao exame da Comissão de Ciência e Tecnologia. Nesses termos, solicito a V. Exª. a remessa do referido Projeto que tramita nessa Comissão à Secretaria-Geral da Mesa para que se possa dar segmento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que a sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a mesa, nos termos do a art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal. O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em Plenário". Fica a matéria ao conhecimento da Comissão.

Temos um requerimento também sobre a mesa. "Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, com as Comissões de Educação e Cultura, Serviços de Infraestrutura, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com alguns representantes importantes da sociedade brasileira na área da pesquisa e da ciência". O Dia Mundial da Ciência pela Paz foi estabelecido pelo sistema das Nações Unidas em 2001 e é comemorado anualmente no dia 10 de novembro.

Esses são os requerimentos e estamos em condições agora de iniciar a discussão da Ordem do Dia. Nós temos matérias não terminativas e matérias terminativas.

Nós temos aqui o Item 1, que é o Projeto de Lei do Senado nº 181, de autoria da CAE – Comissão de Assuntos Econômicos, cujo Relator é o Senador Francisco Dornelles: "Altera dispositivos das Leis nºs 11.488, de 15 de junho de 2007; a 10.865, de 30 de abril de 2004; e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dá outras providências (a respeito da isonomia tributária entre a área de petróleo e gás e os setores de transportes, portos, energia, saneamento e irrigação)". Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles para proferir o seu relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Projeto de Lei do Senado nº 181 é constituído por quatro artigos e tem duplo propósito: estabelecer no âmbito do regime especial de incentivos para o desenvolvimento isonomia tributária entre a área de petróleo e gás e os setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação; estender às matérias-primas petróleo e condensado, quando importadas ou adquirida no mercado interno por indústrias petroquímicas, o regime de alíquota diferenciada de contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Na justificação do Projeto destaca-se a necessidade de explicitar na Lei a inclusão de setores do petróleo e gás no setor de energia, beneficiado pelo regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura. Também se ressalta a intenção da Petróleo Brasileiro S.A. de construir complexo petroquímico que utilizará em tecnologia pioneira, o uso do petróleo e condensados como matéria-prima. Para manter a competitividade desse complexo, sustenta-se que é fundamental estender a essas matérias-primas o regime de alíquota diferenciadas, hoje aplicável à nafta, gás natural e gás de refinaria. Não foram apresentadas Emendas a esse Projeto. O Parecer do Ministério de Minas e Energia e do BNDES é favorável, Sr. Presidente.

O PLS 181 coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade parlamentar, quer em relação à competência da União. Em relação à juridicidade, a proposição se mostra retocável.

No mérito, estamos de acordo com a proposição. No âmbito do regime especial de incentivos para o desenvolvimento de infraestrutura, o Projeto promove a isonomia entre a área de petróleo e gás e os setores de transportes, energia, saneamento básico e irrigação. É adequado estabelecer de forma explícita que o setor de petróleo e gás natural estão contemplados pelo REDDY(F), já que o Decreto 6.144, de 3 de julho de 1927, que regulamentou o regime, restringiu o seu alcance a energia elétrica e gás natural. Essa explicação de setores pode ainda ser melhorada. É necessário deixar claro que o processamento de gás natural e a distribuição de energia elétrica, investimentos muito relevantes, integram a cadeia de produção de energia. Emenda com essa finalidade será apresentada ao final.

A proposição estende o tratamento concedido às matérias-primas da indústria petroquímica ao petróleo e condensado. Atualmente a receita decorrente da venda ou da importação da nafta petroquímica, propano, butano e hidrocarbonetos leves de refino, tem alíquotas diferenciadas para contribuição do PIS e da COFINS. A proposição, portanto, estabelece que terão também essas alíquotas o petróleo e o condensado, matérias-primas da refinaria petroquímica. Para englobar as centrais elétricas e as refinarias, o PLS adota a expressão indústria petroquímica.

Além disso, no tocante aos créditos requerentes à aquisição dessas mercadorias no âmbito do regime não cumulativo, é justo conceder às indústrias petroquímicas a possibilidade de desconto dos valores requerentes à contribuição para o PIS/PASEP e o COFINS, que incidirão na etapa anterior do ciclo produtivo. Essa possibilidade, por sinal, já existe na aquisição e importação do etano, empregados na utilização do eteno, propeno e produtos com eles fabricados.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei com as seguintes Emendas:... Há uma adaptação do *caput* e, posteriormente, no art. 2º, que é apenas de redação: "para fins do exposto nesse artigo, energia abrange o setor de petróleo e gás natural, compreendendo exploração, desenvolvimento e produção, processamento, refino, petroquímica, assim como os setores de combustíveis renováveis e de energia elétrica de origem hidráulica, térmica, nuclear e solar, abrangendo a geração, transmissão e distribuição". A Emenda nº 1 é por problema de forma de inserir-se linha pontilhada em alguns trechos desse Projeto. Pela aprovação nesses termos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Colocamos o Parecer do Senador Dornelles em discussão. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, eu quero, primeiro, parabenizar ao Senador Dornelles pelo relatório. Com essa medida o setor de petróleo, gás e especialmente o setor petroquímico, e, principalmente, Senador Dornelles, diante do projeto do COMPERJ que hoje se desenvolve no Rio de Janeiro, é um Projeto que vem num momento absolutamente correto. Portanto, eu quero externar aqui o meu entendimento que esse Projeto é um Projeto bastante pertinente. Eu acompanhei, Senador Dornelles, a elaboração desse Projeto, esse Projeto veio da Comissão de Assuntos Econômicos, de uma Subcomissão que eu presidi e que teve como Relator o Senador Garibaldi Alves, que hoje é Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Eram essas reuniões que ocorriam às segundas-feiras, às dezoito horas, como essas reuniões também dessa agenda de Desafios Estratégicos Setoriais efetivamente ocorrem na Comissão de Infraestrutura. Dessas Audiências surgiram vários Projetos, entre eles esse Projeto aqui.

Portanto, eu entendo esse Projeto como absolutamente pertinente e coerente, principalmente em função dos desafios que o Estado do Rio de Janeiro hoje, mais do que nunca, e outros Estados que vão se beneficiar disso, entre eles o próprio Mato Grosso do Sul, o meu Estado, eu entendo que esse Projeto vem num momento absolutamente adequado e eu votarei pela aprovação. Mais uma vez, parabenizando ao Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Delcídio. Continua a matéria em discussão.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria, antes de conceder a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho, dar as nossas boas-vindas à sua presença aqui na Comissão de Infraestrutura. O nosso Senador Jayme Campos era um membro efetivo aqui da Comissão também, prestava contribuições extremamente importantes. Pela formação do Senador Osvaldo, temos a certeza que iguais contribuições, com uma presença importante nessa Comissão, serão trazidas por ele e nós damos as nossas boas-vindas. Com a palavra o Senador Osvaldo.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Essa declaração, vinda de uma pessoa como V. Exª., que é indiscutivelmente um ícone da política nacional, um homem que ao longo da sua vida toda dedicou ao serviço público e às causas maiores desse País, um homem que todas as gerações de meio século para cá, toda a população dedica ao senhor o maior respeito e a maior consideração porque o senhor, na verdade, tem sido uma das pessoas que nós temos que mirar como o nosso norte em termos de comportamento político, parlamentar e ético. Portanto, essas palavras vindas de V. Exª., evidentemente que elas enobrecem e enriquecem o meu curriculum. Muito obrigado pelas considerações.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero aqui dizer que esse relato aqui do Senador Francisco Dornelles, ele merece a aprovação de todos nós, até porque em se tratando de um trabalho do Senador Dornelles, logicamente já vai ter a confiança de todos nós, porque é um Senador que na verdade aqui nessa Casa tudo que ele faz, ele faz bem feito, não faz nada pela metade. É um homem que conhece a matéria que está relatando, é um homem que na verdade dedica o seu trabalho a esse Senado, um homem que ver-

dadeiramente as suas palavras são sempre eivadas da certeza de que nós poderemos seguir porque é o rumo certo.

Portanto, eu quero apenas parabenizar o Senador Francisco Dornelles por esse relatório que traz aqui, eivado de matéria técnica da maior qualidade, e eu tenho certeza que poderemos aqui aprová-lo com pouca discussão, porque para aqui chegar ele já foi estudado com carinho e com esmero pelo nosso Senador. Portanto, eu quero somente parabenizar ao Senador Dornelles pelo trabalho, pela lavra desse trabalho tão importante que dá a esta Comissão e, consequentemente, daqui a pouco, se aprovado por essa Comissão e pelo Senado, fará parte do patrimônio jurídico desse País. Parabéns ao Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem. A matéria foi discutida. Eu acho que a matéria é tranquila, o Parecer do Senador Francisco Dornelles é um Parecer competente, como não poderia deixar de ser. Nós colocamos a matéria em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Fica aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Nós acabamos de ler um requerimento a respeito da realização da Audiência Pública para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz, mas não colocamos o requerimento à aprovação do Plenário. Os Senadores que estiverem de acordo com a realização da Audiência Pública referida permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

O Relator, Senador João Durval, pediu a retirada de pauta da matéria relacionada com o Item nº 2, que é o Projeto de Lei do Senado nº 195.

Passaremos a tratar do Item 3: Aviso nº 41, de 2009. O Autor é o Presidente do Tribunal de Contas da União. O Relator é o Senador João Ribeiro. Como o Relator não se encontra presente, eu gostaria de designar o Senador Osvaldo Sobrinho para atuar como Relator *ad hoc*. Com a palavra o Senador.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Trata-se de um trabalho que passou pela Comissão aqui de Infraestrutura, é o Aviso nº 41, de 2009, do Tribunal de Contas, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.543, de 2009, do Plenário do TCU, bem como os relatórios e os Votos que o fundamentam.

O Voto, Sr. Presidente. À luz do exposto, concluo pelo conhecimento do assunto por essa Comissão e pelo arquivamento do Aviso nº 41, de 2009 (nº 933/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhado pelo Vice-Presidente em exercício da Presidência, o Ministro Benjamin Zymler, bem como os documentos que o acompanham. Portanto, é o Voto do Relator, Presidente, do Senador João Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador. Nós colocaremos o assunto em discussão e em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

Temos o Item nº 4. Projeto de Lei da Câmara nº 139, que "Altera o Decreto-Lei nº 116, de 25 de janeiro de 1967, para alterar o prazo prescricional das ações contra extravio de carga e das ações por falta de conteúdo, diminuição, perdas e avarias ou danos à carga". O Autor é o Deputado Carlos Bezerra. A Relatora é a Senadora Serys Slhessarenko. A Relatora não se encontra presente. Pediria ao Senador Francisco Dornelles que leia o relatório da Senadora Serys Slhessarenko como Relator *ad hoc*.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Projeto, composto por três artigos, altera o art. 8º, do Decreto-Lei 116, para fixar o prazo prescricional em três anos, contados da data do término de descarga do navio transportador. O Projeto, aliás, altera o prazo prescricional de ações quanto ao extravio de cargas e das ações por falta de conteúdo, diminuição, perdas e avarias ou danos à carga.

Em sua justificação, o autor do Projeto argumenta que a iniciativa visa corrigir o exíguo prazo prescricional previsto no Decreto-Lei 116, ampliando para três anos, prazo consentâneo com o disposto no Código Civil, o qual estabelece ser de três anos o prazo prescricional para a propositura das ações ou reparação civil em geral.

O Projeto foi distribuído a essa Comissão, cabendo à Comissão de Justiça apreciá-lo em caráter terminativo. Não foram apresentadas Emendas. Sr. Presidente, a análise do Projeto está em consonância com o art. 104, inciso I, do Regimento Interno dessa Casa. A boa técnica legislativa foi observada.

Acerca do mérito, o Projeto apresenta avanços consideráveis, porque incrementa em dois anos o prazo prescricional para as demandas reparatórias de danos causados às cargas marítimas, o que facilitará a propositura de demandas dessa natureza contra empresa de transporte marítimo, fomentando o direito daqueles que contratam o serviço de transporte marítimo de cargas e das companhias seguradoras que movem contra tais transportadoras ações regressivas que visam o ressarcimento das indenizações pagas por seu cliente e segurados.

Pelo exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados. É isto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Francisco

Dornelles. Há uma solicitação de retirada dessa matéria de pauta. Nós vamos atender à solicitação e deixar para que a votação dessa matéria se faça na próxima Sessão.

Os itens seguintes correspondem à decisão terminativa. Temos matérias importantes, como o Projeto de Lei do Senado nº 245, é o Item 5, que trata de uma proposição para desmembramento da concessão de lavra ou licença na área mineral. Há também o Item 6, também decisão terminativa, um Projeto de autoria do Senador Renato Casagrande, com relatório do Senador Wellington Salgado. O Item 7, Projeto de Lei do Senado nº 504, que trata do assunto de saneamento básico. É um Projeto de Lei de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, cujo Relator é o Senador Gilberto Goellner. O Item nº 8, Projeto de Lei que se refere ao consumo de combustíveis sob a administração da Agência Nacional do Petróleo. É um Projeto do Senador Álvaro Dias e que tem como Relator o Senador Eliseu Resende. O Item 9 é um Projeto importante, que se refere ao programa de fontes alternativas de energia. Há um pedido, inclusive, para retirada de pauta desse Projeto de Lei para que o autor, o Senador Garibaldi Alves, possa examinar a sua atualidade, uma vez que se entende que a matéria já está superada por outra legislação que tramitou paralelamente. Finalmente, o Item nº 10, decisão terminativa, um Projeto de Lei que dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas, de autoria do Senador Romero Jucá, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges. Como eu disse, são decisões terminativas e nós adiaremos a votação final dessas matérias para quando tivermos quórum adequado.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco os senhores membros da Comissão para a nossa próxima Reunião, a realizar-se no dia 21 de setembro próximo, segunda-feira, quando teremos a apresentação do Painel "Novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos", integrando o primeiro desafio em infraestrutura para a inovação e desenvolvimento, com a presença dos convidados aqui já manifestados, que são o Dr. Lubomir Antônio Ficinski e o Dr. Alceni Guerra. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 09h38.

Ata da 33ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 21 de Setembro de 2009, às 18 horas, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dezoito horas do dia vinte e um de setembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR,** Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER E EDUARDO SUPLICY.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senador **Fernando Collor** declara aberta a reunião. A Presidência anuncia o motivo da Reunião, informando que a Audiência Pública atende à "Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais", proposta pelo **Senador Fernando Collor**, e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores **Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello**. Compondo o primeiro desafio: "Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento", apresenta-se o Painel 6 – "Novas Tecnologias Urbanas e Parques Tecnológicos", com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Lubomir Antônio Ficinski Duni** – Arquiteto, duas vezes ex-Presidente do IPPUC – Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba, ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento de Município, especialista em urbanismo; Deputado **Alceni Guerra** – Deputado Federal, ex-Prefeito de Pato Branco, ex-Presidente de Pato Branco Tecnópole; **Dra. Maria Salette de Carvalho Weber** – Arquiteta-Gerente de Projetos e Coordenadora Geral do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat do Ministério das Cidades; e o **Professor Josealdo Tonholo** – Pró-Reitor de pesquisa e Pós – Graduação da Universidade de Alagoas – UFAL e Diretor da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC. O Senador **Fernando Collor** concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **Gilberto Goellner e Eduardo Suplicy.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e dez minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. A presente reunião, dando continuidade ao ciclo de audiências públicas, promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, chamado "Agenda 2009/2015 – Desafios Estratégicos Setoriais", destina-se à apresentação do painel nº6: Novas Tecnologias Urbanas e Parques Tecnológicos.

Antes de darmos início, porém, ao objeto do nosso painel de hoje, eu gostaria de prestar esclarecimento as Sras. e Srs. Senadores sobre o último painel aqui realizado, o painel nº5, tratando de Transporte e Infraestrutura Urbana: Sistemas Integrados de Meios de Transporte. Foi realizada esta reunião no último dia 4... Aliás, no último dia 14, me corrige aqui o secretário da Comissão. Muito obrigado. Estiveram presentes dois especialistas na área, que fizeram uma abordagem bastante interessante sobre a questão, em uma reunião que foi presidida pelo Senador Delcídio Amaral. Os palestrantes afirmaram, por exemplo, que poderiam ser reduzidas perdas que, só na região metropolitana de São Paulo, chegam a 40 bilhões de reais ao ano, em função desses congestionamentos.

Diz o Dr. Adriano Murgel, como também o Dr. Cássio Taniguchi – os dois palestrantes -, que falta uma política nacional para o transporte urbano, que garanta a integração de vários meios. Eles dizem que dez anos atrás, por exemplo – citando esse caso especificamente -, os caminhões que atravessavam a cidade de São Paulo em direção ao Porto de Santos carregavam 30 toneladas. Hoje eles carregam 80 toneladas, com motoristas mal preparados e pouca manutenção. Até hoje não se faz inspeção veicular em caminhões, e todos os dias tombam caminhões em São Paulo. Afirmou que, nos últimos cem anos de transporte público, na cidade de São Paulo, o sistema de bonde elétrico – descartado em favor dos ônibus – está retornando, mas infelizmente boa parte da rede de trilhos, cerca de 300 km, já se perdeu. Ele também alertou para a necessidade do Congresso Nacional elaborar uma Legislação que limite o peso máximo de cargas nos caminhões. Na avaliação do Dr. Adriano Murgel, o transporte público precisa ser entendido como a questão primordial das cidades, e todos os recursos deveriam ser canalizados para a solução do problema. Ele observou que a região metropolitana de São Paulo perde, como eu disse aqui, anteriormente, cerca de 40 bilhões de reais por ano em função dos congestionamentos. Ele afirma: "Falta uma estrutura básica de pensamento do transporte coletivo para o Brasil".

Já o Dr. Cássio Taniguchi disse que o transporte público tem que dar dignidade às pessoas, não adianta fazer de qualquer jeito, é preciso estabelecer uma política pública e definir critérios para ter tarifas adequadas. O Dr. Taniguchi também relatou os desafios que enfrentou para implementar o sistema integrado de transportes em Curitiba. Ele disse que, ao tentar resolver um problema de compatibilização dos ônibus com as estações, aprendeu uma preciosa lição. Ele disse que a prefeitura estava prestes a adotar uma solução caríssima, quando ele, então, resolveu consultar os motoristas dos ônibus, e foram eles, os motoristas dos ônibus, que sugeriram a solução mais simples, a mais barata e a que foi, finalmente, implementada. E ele conclui que quem opera, tem que participar da solução dos problemas.

Já na reunião ordinária do último dia 17 foi aprovado, no âmbito desta Comissão, o relatório do Senador Francisco Dornelles, favorável à proposta da PLS 181/09, de isonomia tributária entre a área de petróleo e gás e os setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação. A proposta, que foi aprovada aqui, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, e relatada pelo Senador Francisco Dornelles, também estende ao petróleo o regime de alíquotas diferenciadas da contribuição para o PIS/PASEP e do COFINS, também hoje aplicáveis à importação de etano, propano e butano, destinados às atividades das indústrias petroquímicas. Em caráter semelhante, o projeto define que as alíquotas incidentes sobre a receita bruta da venda de petróleo, destinado às indústrias petroquímicas, serão de 1% para o PIS/PASEP e de 4,5% para o COFINS. De acordo ainda com o Senador Ministro Francisco Dornelles, a iniciativa visa contribuir com um projeto das PETROBRAS, de construção de um complexo petroquímico que utilizará a tecnologia pioneira de emprego do petróleo e de condensados como matéria-prima.

Hoje, a nossa agenda é particularmente interessante, porque trata de uma questão absolutamente inovadora e do conhecimento de poucos, mas é algo que nos chama a atenção, por ser uma iniciativa absolutamente contemporânea, necessária, que outros países vêm tendo um enorme sucesso e que ao Brasil, que já iniciou, mas ainda de forma tímida, cabe um papel muito importante a desenvolver nesta área, de parques tecnológicos. As empresas intensivas em tecnologia, elas constituem a base da nova sociedade do conhecimento e atuam como verdadeiros aditivos e catalisadores dos demais setores da economia. Os parques tecnológicos, PQTs, têm como missão prover a inteligência, a infraestrutura e os serviços necessários ao crescimento e ao fortalecimento das empresas intensivas em tecnologia. Trata-se de um modelo de concentração, conexão, organização, articulação, implantação e promoção de empreendimentos, todos eles inovadores, visando fortalecer o segmento dentro de uma perspectiva de globalização e desenvolvimento sustentável. Um parque tecnológico é o lugar para fazer negócios, é um novo modelo de desenvolvimento, é um novo conceito de articulação. Guardadas as devidas proporções, o modelo de parques tecnológicos pode, e deve, representar para a indústria do conhecimento e inovação o mesmo que significou a universidade

para o segmento de ensino, pesquisa e extensão; os clusters e as APLs para o setor industrial; os complexos financeiros, como o de "Wall Street", para o setor financeiro; os shoppings centers, para o setor de comércio; e a Internet, para as comunicações e negócios. Os PQTs, portanto, têm o papel de criar um ambiente que dê condições para que a indústria da inovação possa nascer, crescer e agregar valor a outros setores econômicos e à sociedade como um todo. Os parques tecnológicos brasileiros devem contribuir de forma relevante para consolidar a formação de uma forte e competitiva indústria do conhecimento, bem como para agregar tecnologia e inovação ao setor industrial, agrícola e de serviços já estabelecidos.

Antes de chamar à Mesa os nossos convidados para a palestra de hoje, gostaria de ler um requerimento que tenho sobre a Mesa, para apreciação das Sras. e Srs. Senadores. Na realidade é um aditamento a um requerimento já aqui apresentado, nº040/2009. Esse aditamento, assinado pelo Senador Wellington Salgado, que propõe, nos termos do Inciso II, do § 2º, do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o Inciso II, do art. 90, do Regimento Interno do Senado, requer o aditamento do requerimento nº 40/2009, da Comissão de Infraestrutura, do Senador Delcídio Amaral, para que seja convidado o Professor João Bosco Leopoldino Fonseca, membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção – perdão – Minas Gerais. Assinado pelo Senador Wellington Salgado. As Sras. e Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Também sobre a Mesa o expediente recebido do Tribunal de Contas da União, dando notícias aos senhores membros desta comissão que, no próximo dia 23 e, portanto, depois de amanhã, de 9 às 12h30 e de 14 horas às 18 horas, no anexo II desta Corte de Contas, do Tribunal de Contas da União, será realizado um trabalho conjunto para identificar eventuais riscos e falhas estruturais que possam comprometer o alcance de objetivos da regulação estatal e propor soluções de natureza operacional e legislativa, para fortalecer o modelo regulatório atual. O painel de referência visa discutir o planejamento dos trabalhos de auditoria, por meio do debate das questões da matriz de planejamento. Participarão do painel, além de especialistas do setor, técnicos do Governo e servidores do TCU. A documentação para discussão matriz de planejamento da proposta será encaminhada diretamente a cada um dos Srs. e Sras. Senadores ou a esta secretaria, caso os senhores não tenham recebido até lá.

Passamos, então, agora, a convidar para fazer parte da Mesa, com o objetivo de debatermos no nosso 6° painel, o tema Novas Tecnologias Urbanas e Parques Tecnológicos, os seguintes convidados: Dr. Lubomir Antônio Ficinski Dunin, arquiteto, duas vezes ex-Presidente do IPPUC, ex- secretário de Estado de Desenvolvimento de Município, especialista em urbanismo; o Dr. Alceni Guerra, Deputado Federal, ex-prefeito de Pato Branco, ex-Presidente do Pato Branco Tecnópole, ex-ministro da saúde, ex-ministro da criança; a Dra. Maria Salette de Carvalho Weber, arquiteta, gerente de projetos e coordenadora geral do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Hábitat, do Ministério das Cidades; o Professor Josealdo Tonholo, pró-reitor de pesquisas e pós-graduação da Universidade de Alagoas e diretor da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, Anprotec.

Desejo a todos os senhores palestrantes as melhores boas-vindas, em nome de todos os componentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, e estimo que nosso debate hoje, que será realizado, sirva como um marco importante nas discussões que estamos tratando, no sentido de utilizarmos tecnologias e inovação no soerguimento da infraestrutura do Brasil, nesse período 2009/2015. Sejam bem-vindos os senhores palestrantes.

O tempo destinado a cada um dos palestrantes será de 20 minutos, depois abriremos para os debates. Cada um dos Srs. Senadores terá cinco minutos para formular as suas perguntas. Os palestrantes terão cinco minutos para responder. Dois minutos para réplica do Senador que formulou a pergunta e dois minutos de tréplica para o palestrante que acolheu a demanda. O livro de inscrições, para aqueles que desejam fazer as perguntas, já está sobre a mesa.

Gostaria de informar aos presentes, ouvintes e telespectadores, que as apresentações feitas no curso de toda a Agenda de Desafios Estratégicos Setoriais estão disponíveis na página da comissão, no link "Audiências Públicas". O acesso é feito através da página do Senado Federal: www.senado.gov.br. Passo a palavra ao Dr. Lubomir Antônio Ficinski Dunin, para iniciar os trabalhos na noite de hoje.

DEPUTADO ALCENI GUERRA (DEM-PR): Presidente, o Dr. Lubomir Ficinski acaba de chegar de uma extenuante viagem internacional e pediu-me para inverter a ordem, eu falar antes dele, o que eu faço com muito prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. O pedido de V. Sa. será atendido. Com a palavra, então, o Deputado Alceni Guerra.

DEPUTADO ALCENI GUERRA (DEM-PR): Obrigado, Presidente.

Essa é uma oportunidade para a gente falar sobre uma estratégia e um projeto que V. Exa. conhece, acompanhou e, em algumas ocasiões, ajudou decididamente. Esse, Presidente, é o primeiro slide da minha Pato Branco, na década de 70. Toda a capacidade empreendedora da gente patobranquense havia sido usada para construir essa igreja, onde a cidade inteira, praticamente, cabia dentro. Milhares de pessoas cabem dentro dessa igreja. E encontrei, vindo de uma pós-graduação no exterior, um drama: as pessoas iam embora de Pato Branco. Iam para o centro-oeste brasileiro comprar terras, plantar; os filhos iam embora para estudar, para fazer um curso superior; e enfim, nós estávamos perdendo a nossa gente. Alguém me disse que a única maneira que havia de a gente corrigir isto era transformar Pato Branco de um pólo de saúde em um pólo de educação, usar a educação como estratégia. Elegi-me deputado federal e resolvi adotar essa estratégia, porque me apareceu a última saída para a cidade. Essa é a Pato Branco de hoje, vinte e tantos anos depois, vinte e dois anos depois do projeto. E tenho a honra de ter sido prefeito entre 1997 e 2000 e levar... Ter levado a cidade ao 34° lugar em IDH no Brasil e a primeira no Paraná, empatada com a Curitiba, do nosso grande Lubomir Licinski, que está aqui ao meu lado.

Como é que foi feito isso, Presidente? O Presidente da República, José Sarney, havia nomeado um adversário político meu como Ministro da Saúde, e eu exigi, como troca, um conjunto de escolas técnicas. Me chamaram de louco, na época, porque escolhi as áreas de eletrônica, elétrica e construção civil para construir o pólo de conhecimento e educação que nós queríamos em Pato Branco. E consegui isso, que eu considero a primeira etapa, investimentos da ordem que eu suponho entre 80 e 100 milhões de dólares, que equivalia, na época, a 150 milhões de cruzados, que o Presidente me deu e construímos isso aí. É um conjunto que tem, hoje, cerca de pouco mais de mil mestres e doutores nas áreas técnicas que nós precisávamos, e passamos a atrair gente do Brasil inteiro para estudar em Pato Branco. Eleito, me elegi prefeito numa votação magnífica – 74% dos votos, depois de uma crise com a imprensa – e resolvi dar de presente para a gente de Pato Branco um projeto revolucionário, que significasse a diferença do passado e do futuro. E fiz, praticamente sozinho, um programa que chamei de "Pato Branco Século XXI, a grande transformação", com uma visão, quatro programas, doze missões, 42 objetivos e 440 metas para serem atingidas em quatro anos.

A visão eu ganhei de presente do Sebrae da cidade, dos empresários, transformar Pato Branco, até 2020, na primeira cidade em desenvolvimento humano. Isso era no natal de 97, com as crianças já cantando em inglês na frente daquela igreja, que era o símbolo da cidade. E a missão número um era transformar Pato Branco num pólo de indústrias eletrônicas, e eu prometi até dezembro de 2001, até janeiro de 2001, cem indústrias, e consegui colocá-las. Praticamente, nós temos, hoje, cem indústrias só de software na cidade. A missão dois falava em duplicar e triplicar os cursos de 2º grau e 3º grau tecnológicos. Nós tínhamos cinco cursos, e eu prometi para eles que até janeiro de 2001 levaria a dez, e até 2007, levaríamos a 15. Dobrar para dez e triplicar para 15, até janeiro de 2007. Acho que fomos bem sucedidos: em janeiro de 2007, tínhamos 104 cursos superiores, graças àquela massa crítica que as escolas técnicas deram à cidade de Pato Branco. A maior parte desses cursos é privada, claro, mas usa os mestres e os doutores que o CEFET – hoje, a Universidade Tecnológica Federal – deu a Pato Branco.

A missão quatro... Naquela época, Presidente, se falava muito em qualidade total. Esse era o ano de 1996, implantar qualidade total no ensino regular. O objetivo nº 12, dos 42 objetivos, era implantar, até janeiro de 2007, o ensino em tempo integral para todos os alunos de 1º grau. Em 97 fui desafiado por uma professora a fazer todas as escolas no primeiro dia. Chamei-a de louca e nomeei-a Secretária de Educação. No primeiro dia de aulas, ela colocou todas as crianças em educação integral, e disse: "Olha, o senhor é pediatra. Professores somos nós", e eu tenho aqui, Presidente, quatro diretoras de escolas integrais e de uma regional de Brasília. Aqui nós já temos duzentas escolas em educação integral, agradeço a presença delas. O que aconteceu? Gosto de apresentar esses dados. 1996 – 3,15% de evasão na cidade, e a cidade se orgulhava, era o melhor indicador do Paraná. E isso significa, 3,15% de evasão, em 10 mil crianças, 315 crianças sem futuro, fora da escola, um exagero. A glória da cidade era um exagero de perdas de crianças. E terminamos o ano de 2000 com 100% de acesso, como no primeiro ano, com 0% de evasão, 90% de aprovação, e me orgulho. Isso é o IDEB, professoras, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, inventado agora no Governo Lula, o método é o mesmo. Nunca mais nenhuma cidade do Brasil atingiu 7,5 do IDEB, e nós chegamos ao quarto ano nesse ponto de IDEB.

O que aconteceu? Todas as crianças na escola, sem criança na rua, 100% de redução de trabalho infantil, e principalmente isso: 80% de redução do índice de criminalidade. E vocês lembram que eu apontava

isso para vocês e sempre digo: não é por outra coisa que não seja orgulho da família de ver que sua criança tem futuro. Ela se alimenta cinco vezes durante o dia na escola, fica em escola, não gasta dinheiro em casa, mas, principalmente, a família passa a ter auto-estima de sua vida, e o índice de criminalidade cai. E isso aqui, 60% de redução de atendimento em postos de saúde de crianças. Por quê? Passa a ter doença de criança rica. Tem gripe? Tem gripe, mas não tem mais diarreia, não tem mais verminose, não tem mais as doenças de gente pobre, quando é assistida em tempo integral na escola.

De onde é que eu copiei isso? Depois chamaram de CAIC, CIAC foi inventado pelo Presidente Collor. Nós tínhamos a meta de construir cinco mil no Brasil, mas o Governo que sucedeu o Presidente abandonou o projeto, mas, assim mesmo, construímos 444 CAICs no Brasil. Eu era o presidente desse projeto, e mobilizei o país inteiro, e até essa figura. Uma hora e trinta de conversa fechada na biblioteca particular dele, e eu sempre gosto de contar essa história. Meu(F) despacho terça-feira com o Presidente Collor, e ele me disse: "Ministro, ordenei ao Itamaraty que peça uma audiência para você com o Papa e acho que vai sair nesse ano ainda", era o comecinho de junho de 91. Na sexta-feira, o Ministro Rezek me ligou e disse: "Ministro, a sua audiência com o papa está marcada para sábado que vem, às 9 horas da manhã, no Vaticano". Nós tínhamos levantado, através do Ministério da Criança, a onda de assassinatos de crianças, de uma proposta revolucionária, que eram os CIACs. Ele me recebeu e ficou uma hora e trinta conversando em um português melhor do que o meu, falando que o país só tinha uma salvação: educação integral. Ele me disse: "Como nós tivemos no seminário". Ele disse: "Essa é a salvação do Brasil". Eu acho que esse é um projeto que se perdeu, por quê? Porque ele contamina o restante da educação. Um CAIC, em condições de fazer educação integral, contamina outras escolas, como contaminou em Pato Branco.

Essa fotografia é de nós inaugurando o primeiro CIAC em Brasília, no Paranoá. Brizola, eu e o Presidente, a primeira dama, no dia que inaugurávamos o primeiro CIAC, que hoje se chama Madre Paulina e quero perguntar para as professoras: ele está em educação integral, no Paranoá? Até pouco tempo não estava, foi colocado agora. E, dentro desse projeto de educação integral, eu criei o Patinho Empreendedor, que, com três oficinas... Enfim, eu fazia as professoras fazerem as crianças sonhar, sonhar junto com elas, para despertar o espírito empreendedor. Foi a melhor coisa que eu já fiz na vida, deixei 10 mil crianças sonhando com o seu futuro, e suas famílias motivadas com o seu futuro, porque as crianças pensavam no seu futuro.

A terceira etapa... Então, a primeira etapa foi o ensino tecnológico; a segunda, educação integral; e a terceira, incubação de empresas. Esse é o ano de 97 e nós tínhamos, no Paraná, 14 incubadoras, três delas em Pato Branco. Hoje já são meia dúzia, mas é a maneira que tem de você, através do conhecimento, provocar indústrias do conhecimento em jovens. E é fácil, através de incubadoras. E o Governo Federal tem generosos recursos para incubadoras no país, hoje. Ganhei do prefeito do Paraná Jaime Lerner e do Senador Marco Maciel – que, na época, era vice-Presidente da República – a presença, em Pato Branco, do LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, que ajudou a construir... Isso, ganhei deles. Jaime Lerner deu o dinheiro para construção e a FINEP deu o dinheiro para comprar os equipamentos. Quais eram os equipamentos? Eram sete milhões de dólares em equipamentos, como injetora de alumínio, para tornar baratos os produtos produzidos em Pato Branco e fazer a baixo custo, e injetora de plástico, para atrair indústrias eletroeletrônicas. É só olhar qualquer produto eletrônico, como esse que eu tenho na mão. Metade é plástico e metade é alumínio, precisava de uma injetora de alumínio e de uma injetora de plástico. Isso é montagem de circuitos eletrônicos, microprocessados. Ganhamos da FINEP, em 99, custou 3,5 milhões de reais na época. Este ano, a empresa que ganhou colocou uma fábrica de mil empregos, inaugurada, funcionando em Pato Branco. Então, dessa pequena estrutura de circuito microprocessado gerou uma empresa, inaugurada este ano, de mil empregos, que emprega mil pessoas na cidade. Acho que esse é o caminho: atrai-se a empresa fornecendo equipamentos, pagos por quem? Pelo Governo Federal, pela FINEP, que é a financiadora de projetos especiais.

Circuitos ópticos, também, na época, geraram outra grande indústria, e isso atingiu, Dr. Lubomir, sem querer, eu não queria fazer de Pato Branco um pólo de software, eu queria fazer de indústrias eletrônicas, acabou sendo a maior concentração de indústrias de software do interior do Paraná. Por quê? Porque as escolas técnicas produzem gente para lidar com softwares. Esse é o ambiente de Pato Branco. As escolas técnicas, privada, federal, federal, federal, indústrias eletrônicas... Essa é a área que eu comprei no ano de 99 para as indústrias que iriam se instalar em Pato Branco, 200 hectares. Fui chamado, entre outras coisas, de louco, como sempre, e ela está totalmente ocupada por indústrias hoje, não tem mais espaço para novas, e são 200 hectares de terra. E atraímos indústrias através

de mão-de-obra especializada e através de incentivos financeiros, na forma de equipamentos.

Em 2003, o Centro de Biotecnologia Agroindustrial, agora o novo parque tecnológico de Pato Branco, naquela área, sendo construído, provavelmente o Ministério de Ciência e Tecnologia deva portar nos próximos meses 500 mil reais para ajudar. Em 2003, ganhamos do Presidente Lula o prêmio de melhor Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Brasil, o LACTEC de Curitiba e de Pato Branco, escolhido por 40 reitores do Brasil. Significa que o projeto tem um fundamento científico bom. Márcio Moreira Alves, que foi a Pato Branco conhecer o projeto, foi almoçar comigo em uma favela de educação integral e escreveu um livro, que se chama "Brasil Profundo" e dedicou um capítulo, e me mandou com essa dedicatória: "O pato virou cisne. Para Alceni, herói do Brasil profundo. Um abraço do companheiro Márcio", acho que define o sucesso do Projeto Pato Branco. A Gazeta do Povo, o principal jornal do Paraná, dizendo que educação muda o destino da cidade de Pato Branco. Essa manchete é do ano de 2006, 29 de maio de 2006. Quer dizer, mudamos realmente o destino de Pato Branco através da educação, começando com a educação tecnológica e ampliando.

O Luis Nassif, dizendo que eu era o prefeito modelo e que os argentinos começaram a se interessar por Pato Branco, e ver por que é que nós tínhamos um parque tecnológico, por que é que nós tínhamos uma educação diferente da Argentina e do Brasil. E eles acharam que era a maneira... O que se devia fazer no Mercosul. E numa palestra deles... Essa é cópia de uma palestra deles em Assunção, mostrando Pato Branco como o modelo da América do Sul para ser seguido. E fundamos um parque tecnológico, o Torres Polidoro, aqui de Brasília, me ajudou a fazer esse convênio com os argentinos, um parque tecnológico que tem sede em Pato Branco e empoçadas na Argentina. Eles chamam isso de... O que eles querem fazer, um "*corredor de la innovación*". E deixam de fora Foz do Iguaçu, que tem o parque tecnológico da Itaipu bi-nacional, que tem todos os bilhões de reais que deseja para investir. Preferem as ideias de Pato Branco. Junto com eles, formamos o parque bi-nacional na Argentina. Eu sempre digo: nessa ojeriza que se tem dos políticos hoje, eu coloco esses nomes para dizer que, sem eles, teria sido impossível fazer isso. José Sarney me deu as primeiras escolas técnicas, o ministro era o Jorge Bornhausen, o Presidente Collor me nomeou Ministro, e eu usei toda a amizade e influência sobre Carlos Chiarelli e José Goldenberg para completar o projeto. Acho que se investiu em Pato Branco alguma coisa como 150, 160, 170 milhões de reais, hoje, com o dinheiro público, num projeto que deu certo. O [ininteligível] trabalhava comigo no projeto pedagógico dos CAICs e depois foi ser Ministro da Educação e me ajudou muito. Isso teria sido possível ser feito sem a política? Impossível. A política serve para isso, para projetos de desenvolvimento, e a gente tem que dizer isso para a população, e eu coloco sempre esse slide para dizer: "Olha, sem eles teria sido impossível fazer". Quais são os entraves para se chegar num parque tecnológico? Estou terminando, Presidente.

Professores e pesquisadores universitários e estáveis e sem estímulos adicionais à livre competição no mercado. Ele desenvolve, ele pesquisa, cria um produto e não ganha absolutamente nada do produto. Precisa achar a saída para que ele aufira os lucros que esse produto está dando. É preciso dar-lhe essa condição para dar o estímulo da pesquisa. Hoje, uma pesquisa bem feita por ele que dê lucro para uma empresa significa para ele mais trabalho pelo mesmo tanto que ele ganha. É preciso achar a saída. Acho também que a ausência de fomento à autoestima da população local é sempre um perigo. A população tem que adquirir para si o projeto, tem que se orgulhar do projeto e, principalmente, terceiro: ausência de compras governamentais. O governo do Paraná compra hoje 500 milhões de dólares de softwares por ano, zero dos parques tecnológicos e das cidades do interior. Compra no resto do Brasil, não compra no Paraná, compra no exterior e não compra no Paraná. E o próprio Banco Mundial diz: "Projetos regionais de desenvolvimento ou de inovação para o desenvolvimento têm que ser favorecidos, tem que se comprar deles". Então, no Brasil, nós padecemos disso: a ausência de compras governamentais. Não se compra nada nos parques tecnológicos do Brasil, e, quando eles não vendem para a iniciativa privada, sofre muito. Eu chamo isso de doença política digital, um projeto inovador arranjado traz a oposição da oposição, traz a crítica da oposição, dos adversários políticos, e, como médico, eu classifico que o problema é esse aqui: inveja, que gera – conforme disse Melaine Klein, a maior estudiosa de inveja de todos os psicanalistas – voracidade, quando eles chegam ao governo eles continuam com a voracidade e o projeto tem uma descontinuidade. Como médico, eu digo qual é a terapia: é recomeçar sempre, não desistir. Recomeçar sempre, assim.

Essa é uma palestra minha. Sete meses de hospital, 52 fraturas ósseas, João Alves me convidou para ir a Sergipe ensinar a fazer educação integral e parques tecnológicos, e eu fui. Eu gosto de mostrar essa foto porque estou apoiado sobre uma bengala, uma muleta na mão direita, com 32 fraturas na perna esquerda, doía para caminhar, e o Sebrae me deu essa frase de presente, me deu a foto e a frase: "O que quer que

você seja capaz de fazer e imagina ser capaz, comece. Ousadia contém gênio, poder e magia". É apenas preciso começar qualquer projeto inovador. E quando a gente é descontinuado, lembrado Fernando Sabino: "De tudo ficarão três coisas: a certeza de que estamos sempre começando, a certeza que precisamos continuar e a certeza que seremos interrompidos antes de terminar". Portanto, devemos fazer da interrupção um caminho novo; da queda, um passo de dança; do medo, uma escada; do sonho, uma ponte; da procura, um encontro. Eu agradeço porque acabo de reencontrar o meu Presidente, encontrar vocês, nessa busca ansiosa de continuar sempre os projetos de parques tecnológicos. Obrigado, Presidente.

[palmas]

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E mesmo que não tivesse cumprido, nós todos fomos brindados com uma palestra excepcional por parte do Ministro Deputado Federal Alceni Guerra. E o que nós vimos aqui, isso que nós assistimos, era tudo aquilo que eu desejava fazer no Brasil, mas que Alceni conseguiu fazer em Pato Branco, dada a interrupção do nosso mandato. E está aí um exemplo de como o Brasil pode prosperar e pode se desenvolver com a inovação e o domínio do conhecimento de novas tecnologias. Está de parabéns o ministro Alceni Guerra, pela brilhante gestão que fez quando prefeito de Pato Branco e mesmo antes, que foi dado início antes mesmo de ter sido eleito, e que vem continuando agora, ocupando uma função importante no governo do Paraná. Dando prosseguimento ao nosso painel, eu perguntaria se a Dra. Maria Salette aceitaria fazer sua exposição.

SRA. MARIA SALETTE DE CARVALHO WEBER: Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, com a palavra a Dra. Maria Salette de Carvalho Weber, gerente de projetos e coordenadora geral do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Hábitat, do Ministério das Cidades.

SRA. MARIA SALETTE DE CARVALHO WEBER: Boa-noite, Senador, Presidente, muito me honra estar aqui, hoje, representando o Ministério das Cidades, e, também, na sequência do Deputado Alceni Guerra, ter a honra também de poder falar algumas palavras a respeito de um projeto de Governo, de Estado, mas que justamente... Me desculpe um pouco até a emoção, depois dessas palavras com relação ao Fernando Sabino. Acho que tem sido resultado de um trabalho de continuidade e perseverança, que se iniciou em 1990. Presidente. Então, o que eu acho que seria importante expor – eu não tenho slides aqui, fui pega um pouco de surpresa, mas, às vezes, as oportunidades são mais interessantes para o momento – é que, como servidora publica há muitos anos, há mais de 20 anos, venho trabalhando na área da construção civil, em parceria com o setor, e, justamente em 1990, Senador, nós tínhamos um grande desafio, que era a abertura da economia. E, naquele momento, foi criado o PBQP, o "PBQPzão", e foi com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade que se apresentou um desafio para a área, também, da construção civil, se se colocava como indústria ou não. Os demais setores já não havia dúvida, mas o setor da construção civil nós tínhamos que fazer toda uma série de estudos – que o Ministério da Ciência e Tecnologia também liderou, junto – estudos de competitividade. E tínhamos as câmaras setoriais do Ministério da Indústria e Comércio, e, no âmbito do Ministério da Ação Social, tínhamos o Pronat – Programa Nacional de Tecnologia da Habitação. O projeto não foi interrompido, Presidente. Então continuamos dando sequência a uma série de atividades, de estudos, onde a Academia participou muito, a FINEP, o Ministério da Ciência e Tecnologia... E a base desse estudo foi o diálogo, o consenso, a participação e, acima de tudo, a perseverança, porque acreditávamos no projeto.

O que eu vou falar, então, é um pouco sobre o sistema nacional de avaliação técnica de sistemas inovadores para a construção civil. Por que a constituição de um sistema de acompanhamento? O Governo Federal – e os senhores hoje acompanham bem – está investindo muitos recursos no setor da construção civil. Hoje temos o PAC, temos o programa "Minha Casa, Minha Vida"... E naquela ocasião tínhamos também uma necessidade muito grande do setor de se modernizar, de investir mais na sua própria capacitação. Como fazer isso com segurança, com estabilidade, de modo que os agentes de financiamento, a aplicação também dos recursos federais e dos incentivos pudessem ser tranquilamente disponibilizados, com a certeza de que aqueles sistemas inovadores teriam segurança na sua aplicação? Tínhamos que regulamentar um sistema como esse e ter um acompanhamento permanente do Estado.

Então, esse foi o nosso desafio. Para tanto, precisávamos de capacitação laboratorial, uma participação mais efetiva também da pesquisa, e com isso avançarmos na direção dos países desenvolvidos e tornarmos o nosso setor da construção mais competitivo. Diminuir o desperdício, muito bem, isso mesmo, Presidente. Então isso tudo foi exaustivamente debatido naquela ocasião e foi dando continuidade, embora com altos e baixos, mas chegamos ao ano retrasado

e já tínhamos a consolidação dessas ideias. O grande desafio estava sendo exatamente que a gente pudesse, em parceria com o setor privado, implementar um sistema de acompanhamento de todas aquelas inovações, de modo a dar segurança nos financiamentos públicos, com volumes bem maiores, porque, hoje, como isso vinha sendo conduzido? A aplicação dos recursos era sempre para sistemas tradicionais, que já tinham normas prescritivas, as normas da ABNT. Ora, com os sistemas inovadores, os agentes financeiros ficavam um pouco inseguros, o governo também, na aplicação dos recursos públicos. Não sabíamos, em um financiamento de 30 anos, como que estariam as nossas construções daqui a pouco.

Nós conseguimos, então, publicar uma regulamentação, que se chama o Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Sistemas Inovadores e já temos, hoje, algumas diretrizes. É claro que seria muita tecnicidade aqui para o momento, mas estou aberta a essa discussão, e venho tendo sucesso. Então, já temos a publicação da primeira diretriz e da TEC, que é o documento técnico de avaliação técnica. Eu vou deixar aqui alguns exemplares de sistemas voltados para a tecnologia da construção civil, para a inovação da tecnologia da construção civil. O que é que avançamos com isso? Maior responsabilidade por parte do empresariado, maior avanço também nas pesquisas. A FINEP, hoje, e o Ministério da Ciência e Tecnologia estão investindo mais no nosso parque de pesquisa e de parceria com o setor. Então nós temos um desafio grande, que é fazer com que as empresas e a Academia, juntas, tenham tecnologias aplicadas. Não podemos colocar na gaveta as pesquisas, temos que torná-las aplicáveis; senão, os investimentos públicos não servem para nada.

E nós temos um grande desafio que, agora com o "Minha Casa, Minha Vida", é a construção de um milhão de unidades habitacionais, e que, se, de fato, não mudarmos, como diz o Presidente Lula, de patamar, não mudarmos o paradigma, não mudarmos a forma de implementação, poderemos avançar muito pouco. Então, um sistema como esse muda o marco nesse momento, Presidente, e isso foi fruto de todo um processo bastante demorado, reconhecemos, mas que se consolida e a permanência, a continuidade, o diálogo com o setor, com as diversas instâncias governamentais e com os diversos ministérios, que são parceiros, também, nesse trabalho, está sendo fundamental. Hoje, a oportunidade de estar aqui, nessa Casa, é indescritível, porque nos permite não só termos mais um fórum para divulgar essas atividades, trocarmos ideias, acrescentar, enriquecer o trabalho... Então eu gostaria de me colocar à disposição, e lamento que eu não possa trazer, ainda hoje, uma exposição, mas poderia entrar em aspectos técnicos assim que os senhores queiram, desejam, e eu posso entrar nas explicações mais técnicas. Eu acho que essa é a mensagem principal, hoje, do Ministério das Cidades. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dra. Maria Salette de Carvalho Weber, pela sua exposição. E eu passo agora a palavra ao Professor Josealdo Tonholo, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFAL, e diretor da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, Anprotec. Professor.

SR. JOSEALDO TONHOLO: Boa-noite, Presidente. Eu gostaria de agradecer, em nome da Anprotec e em nome da minha universidade, Universidade Federal de Alagoas, o privilégio do convite para essa reunião, poética reunião, da parte do Dr. Alceni, mas um momento crucial, extremamente importante, quando se fala de um país que assume a liderança internacional na retomada do panorama econômico mundial. Isso é absolutamente impossível de ser feito, se a gente não tiver uma infraestrutura compatível com essa retomada, e que essa infraestrutura, pouca, também não resolve nada, ela tem que ser recheada de conhecimento. E, nesse momento, nós temos o privilégio de ter nessa Comissão, simultaneamente, o item infraestrutura e o item conhecimento, condensados em um tema extremamente importante, Sr. Presidente, que é o parque tecnológico.

Eu pediria autorização do Presidente de, antes de fazer a minha exposição propriamente dita, apresentar um vídeo, que, há uns dois ou três anos, foi obtido da TV Globo, que fala dos parques tecnológicos. Se o senhor autorizar, por favor. Esse vídeo é interessante porque mostra o sistema de parques tecnológicos, um dos parques tecnológicos de Taiwan. Depois eu volto e faço as correlações com relação à proposta.

[exibição de vídeo]

FÁTIMA BERNARDES: "*Como é possível transformar uma plantação de chá num centro gigantesco de alta tecnologia? Como é possível fazer uma ilha minúscula exportar o dobro do que o Brasil exporta? Do outro lado do mundo, a repórter Sônia Brid mostra que é possível.*

SÔNIA BRID: *O prédio de 101 andares em Taípé é um símbolo do enriquecimento desta ilha, em constante tensão com a China, que tenta reanexar Taiwan ao seu território. Quando a revolução cultural de Mao-Tsé Tung venceu no continente, no final dos anos 40, foi aqui que o então Presidente da China, Chiang Kai-Shek, se refugiou com cem mil soldados e simpatizantes. Taiwan virou uma base da guerra fria,*

Chiang Kai-Shek recebeu apoio militar e financeiro dos americanos até os interesses de Washington se voltarem para o grande mercado chinês. Taiwan já foi o paraíso das bugigangas vendidas por camelôs do mundo inteiro, mas 30 anos atrás começou a perder fábricas. 60 mil se mudaram para a China, atraídas pela mão-de-obra barata.

Em vez com quebrar, Taiwan enriqueceu. Como? Com alta tecnologia. O plano do governo foi executado com dinheiro privado, o parque científico industrial de Hsinchu começou com uma incubadora de empresas apoiadas pelas universidades. Vieram algumas multinacionais, mas a maioria desenvolveu aqui seus produtos, como esta TV, que vai ser lançada no ano que vem, tela de cristal líquido em silício. Ótica, biotecnologia, telecomunicações e o domínio dos microchips e circuitos integrados. De cada três computadores portáteis vendidos no mundo, dois saem daqui. Hoje são 340 empresas, cem mil empregos, 70 mil de curso superior e, há 20 anos, era só uma plantação de chá.

O diretor do parque confessa: 'Nem nós esperávamos tanto sucesso'. Eles montaram outros cinco parques. 'Agora, queremos nos tornar a ilha do silício'. Como no Vale do Silício, na Califórnia, o empregado aqui é tratado a pão-de-ló. Ambiente de trabalho agradável, salas de lazer e tem até um videokê aqui dentro, e as pessoas, na hora do trabalho, param para relaxar e vêm cantar aqui, a fórmula asiática antiestresse.

Dos parques tecnológicos sai a maior parte da exportação de Taiwan. No ano passado, 130 bilhões de dólares, mais do que o dobro das exportações brasileiras. A estratégia de vendas é agressiva, em vez de correr o mundo em busca de compradores, eles trazem os clientes para essa espécie de shopping center de exportações, oito andares de stands permanentes. E, lá embaixo, feiras para divulgar novos produtos, como as armas hi-tech, desenvolvidas para o exército taiwanês. Nas palavras do diretor, este é o melhor organismo de promoção de comércio exterior do mundo. 'A nossa indústria sabe que, se não exportar, não sobrevive'.

O mercado interno é pequeno, 22 milhões de pessoas espremidas numa ilha, que é 1/7 do tamanho de São Paulo. A exportação, que era para comprar comida e petróleo, hoje permite que eles comprem de tudo, são tão ricos quanto os espanhóis. Eficiente na acumulação e na distribuição da renda; aqui, em Taiwan, os 20% mais ricos da população têm renda média apenas cinco vezes maior do que os 20% mais pobres. Isso significa uma imensa classe média com dinheiro no bolso para gastar, movimentar a economia e garantir que o país continue crescendo e atraindo de volta quem tinha ido tentar a sorte longe de casa. Keni-Hong(F) viveu em São Paulo nos anos 70.

KENI-HONG(F): *Naquela época, o Brasil era bem melhor do que aqui. Quem ganhava salário mínimo sustentava a família inteira, comia carne, pagava aluguel, não é? Hoje, a situação inverteu.*

SÔNIA BRID: *A prosperidade vai construindo também um sentimento de nacionalismo. Só 16 países reconhecem Taiwan. A maioria, como o Brasil, prefere manter relações diplomáticas com a China, mas, pelo menos nos negócios, a ilha mantém o passo para conquistar o mundo.*

SR. JOSEALDO TONHOLO: Sr. Presidente, não combinei com o Dr. Alceni a apresentação, quando ele fala de trazer de volta o pessoal para casa, acabar com a evasão, a migração desenfreada, mas o que nós vimos aí nesse vídeo, basicamente, foi um modelo com outra escala daquilo que o Deputado Alceni nos apresenta, do ponto de vista de um projeto imobiliário bem feito, com muito recheio de conhecimento. Eu queria pedir autorização para passar agora a nossa apresentação. O apontador está por aí, por favor? Obrigado. Próximo, por favor.

Essa associação, a Anprotec, a Associação Nacional de Parques e Incubadoras, é uma associação que não é tão conhecida pelo seu nome, mas ela é mais conhecida pelas 440 incubadoras e 51 parques tecnológicos que nós temos já, hoje, no Brasil, inclusive de Pato Branco, e pelas mais de 100 universidades que assinam a responsabilidade técnica do conteúdo gerado nesse movimento, Presidente. O foco fundamental é agregar interesses destas entidades, que são gestoras de incubadoras e parques, e promover instrumentos de desenvolvimento para o país.

Entendemos que não se faz desenvolvimento se não tivemos mecanismos extremamente sólidos e sustentáveis de crescimento e recheados de conteúdo, de conhecimento. Próximo, por favor. Esse gráfico expressa o crescimento dos parques tecnológicos no Brasil, particularmente a partir da década de 90. Hoje, nós estamos com 51 parques tecnológicos, mas já desde 1984 o surgimento e o crescimento das incubadoras de empresas... Hoje, no ano de 2009, são 440 incubadoras de empresas nesse país. Próximo, por favor.

Com uma virtude muito interessante, os nossos mecanismos de parques tecnológicos e incubadoras de empresas estão espalhados por todo o território nacional. Então, eles têm essa capacidade da capilaridade, de promover, na sua micro e meso região, um necessário desenvolvimento. Nota-se, logicamente, uma concentração desses mecanismos nas regiões sul e sudeste, mas já começando um povoamento maior na região nordeste, mas ainda muito aquém do

que deveria na região norte e centro-oeste. Próximo, por favor.

Esses números são números muito interessantes do nosso movimento. Só nas incubadoras de empresas, nas 440 incubadoras de empresas, o faturamento das empresas lá instaladas é da ordem de 3 bilhões de reais/ano. Então, é um faturamento muito modesto para um país que tem um PIB da ordem de trilhões, mas já é 0,1, 0,12%, mais ou menos, do nosso PIB, o que começa a ser bastante significativo, porque são empresas nascentes, nascentes do ambiente universitário ou de setores de geração de tecnologia, como o Sistema S, mas negócios extremamente sedimentados em conteúdo, negócios de inovação pura, 30 mil postos de trabalho. 400 milhões são pagos anualmente em impostos, e isso é mais do que o montante líquido total, investido em incubadoras de empresas e parques tecnológicos hoje, no país, tanto nos orçamentos estaduais como federais, quanto municipais. Portanto, esse movimento já se paga com impostos. São 6.300 empresas nascentes, com um, dois, e até três anos, eventualmente quatro anos da idade, mas que são muito sólidas, com uma tendência de crescimento muito forte. E tem um item muito interessante, quando nós avaliamos o prêmio FINEP, que é o que tem de mais arrojado de mensuração de conteúdo tecnológico hoje no país, é uma empresa que é contemplada com o prêmio FINEP. 1/3 das empresas que são finalistas desse prêmio FINEP sai das nossas incubadoras e dos nossos parques tecnológicos. Portanto, empresas muito bem assentadas do ponto de vista de conhecimento e tecnologia. Próximo, por favor.

Há uma tentativa de estruturação de crescimento dos parques tecnológicos no Brasil, e, tal qual o que nós vimos aí na região de Taiwan, esses projetos têm acoplado um projeto imobiliário forte e um projeto de gestão muito forte. Não se pode desatrelar esses dois. E, do ponto de vista de inovação, nós temos cerca de 6 mil empresas já incubadas nas incubadoras, que estão nos vários estados e nos vários setores, e que estão ávidas por um espaço físico maior, para que elas possam se desenvolver com mais tranquilidade, de forma mais sedimentada. Próximo, por favor. Tivemos um salto bastante significativo na densidade do conhecimento nas universidades brasileiras, particularmente em função dos fundos setoriais, no envolvimento – agora mais recente – de investimento de recursos de fundo setoriais nos projetos de pesquisa das universidades, o que acaba catalisando vários negócios com origem na Academia e de base tecnológica pura.

Próximo, por favor. As empresas estrangeiras, tal qual a gente viu no vídeo, estão costumadas a trabalhar nesse ambiente de parque tecnológico, então não é muito difícil encontrar no parque tecnológico filiais das grandes empresas, dos grandes grupos de tecnologia de informação, de engenharia, de energia, que colocam nos parques tecnológicos os seus centros de desenvolvimento, para adaptar as tecnologias desenvolvidas nos seus países aqui para o Brasil, ou desenvolver tecnologias de interesse local em parceria com empresas brasileiras, com universidades brasileiras, trabalhar em parques tecnológicos é uma rotina dessas grandes corporações mundiais. Próximo, por favor. Há uma experiência muito bem sucedida, em países desenvolvidos, quanto a parques tecnológicos, como nós acabamos de ver aqui em Taiwan.

Próximo. Para que haja fortalecimento desses setores da economia, não se pode pensar em crescimento sem pensar em mercado internacional, e essas empresas de conhecimento altamente inovadoras naturalmente migram ou naturalmente avançam para o mercado internacional e dão muito mais retorno do ponto de vista de faturamento, de pagamento de impostos. E próximo. Acabamos de ver o exemplo de Pato Branco, os estados e municípios estão começando a descobrir que existem novas estratégias para desenvolvimento muito além dos antigos distritos industriais, que cumpriu o seu papel na década de 60 e 70, mas cujo foco é completamente diferente na contemporaneidade. Próximo, por favor. No Brasil, hoje, dos 54 parques tecnológicos cadastrados, e que eu tenho oportunidade da trazer para os colegas da Mesa, por favor, é uma edição... Esse é um documento de referência, construído pela Anprotec, em associação com a ABDI, que traz inclusive os parques tecnológicos que estão distribuídos pelo país, e eu quero tomar a liberdade de passar para o Presidente um documento que é filho único, que tem inclusive a relação de onde estão os parques tecnológicos, hoje, no Brasil. E, desses parques tecnológicos, 1/3 ainda está em fase de projeto, 1/3 está em fase de implantação, mas já tem 1/3 desses parques operando com bastante regularidade, trazendo empresas altamente competitivas que estão fazendo transformação em nível regional.

Próximo, por favor. Essas empresas – os parques tecnológicos e as suas empresas – visam trazer, de forma geral, desenvolvimento, e aqui a gente tem uma pesquisa que diz o que é que esses parques tecnológicos pretendem trazer: desde fortalecimento de espírito empreendedor até aumentar a parceria de empresa entre empresas, facilitar a transferência de tecnologia da universidade para as empresas. Então, ele abrange toda a gama de interação necessária para essas empresas de alto quociente de inovação. Próximo, por favor. E elas estão em todos os setores da atividade industrial, desde aeroespacial – temos exemplos lá na

região de São José dos Campos -, passando por tecnologia de informação, que é o grande foco, e podemos destacar parques espalhados por todo o Brasil, mas isso passa desde nanobiotecnologia, energia, agronegócios, biotecnologia, setores estratégicos que estão contemplados na nossa política de desenvolvimento produtivo e na antiga PITS, política de inovação tecnológica. O próximo, por favor. Eu não quero detalhar esses números, mas esses aí são alguns dos números extremamente importantes para o nosso movimento, que dão indicadores densos de que as empresas que se implantam nas incubadoras de empresas e nos parques tecnológicos são empresas mais saudáveis, mais produtivas, mais competitivas, e que cumprem bem melhor o seu papel no desenvolvimento nacional.

Próximo slide, por favor. E aqui, Sr. Presidente, é interessante a gente comentar com relação à estruturação dos parques tecnológicos em função do tempo. Na década de 50 a 60 houve um crescimento dos parques tecnológicos, particularmente de alguns na costa oeste norte-americana, quando a gente vai para a região do Vale do Silício. Em nível mundial, mas aí, particularmente, no Vale do Silício, mas também na Europa, e houve uma tentativa na década de 70 e de 80 de reproduzir isso que aconteceu espontaneamente a partir do desenvolvimento. Grande parte disso aí é em função do projeto Manhattan, como derivado, ainda, e esses parques tecnológicos, chamados da segunda geração, foram colocados praticamente em todo os Estados Unidos e Europa, mas não atingiram o crescimento de impacto econômico e de relevância que os primeiros parques conseguiram, eles eram extremamente artificiais. Hoje, a metodologia de como fazer parque tecnológico já está bastante mais sedimentada, e nós temos, inclusive, conhecimento aqui no Brasil para fazer a reprodução desses modelos. Nós, inclusive, brasileiros, temos a oportunidade de sugerir para o Banco Mundial como se faz o crescimento de um parque tecnológico, e hoje nós temos a possibilidade de implantar parques tecnológicos planejados, chamados de terceira geração, que são impactantes do ponto de vista regional, nacional e, inclusive, internacional. Parques que fazem a diferença. Tem, tem alguns projetos também em andamento na Rússia.

Próximo, por favor. Basicamente o que se deseja é o crescimento na direção desse quadrante. Se a gente tem um parque de relevância só local, ele é pouco impactante do ponto de vista econômico, mas cumpre o seu papel local, e a base de ciência e tecnologia empregada, o conhecimento empregado, vai aumentando na direção de um parque chamado parque científico para um parque tecnológico. O ideal é que... No próximo slide, nós vamos poder... Esse aqui tem menor densidade, ele tem tamanho menor e tem menor troca de conhecimento da Universidade para com o setor privado, com as empresas, as interações são mais modestas. Nesse parque aqui em cima as interações são diuturnas, e, do ponto de vista de projeto imobiliário, ele é mais sustentado, ele é maior, ele envolve uma área maior, um número de empresas maior. Desculpe, Dr. Alceni, mas, se tivéssemos que classificar, provavelmente, Pato Branco estaria numa região aqui intermediária. E aquele parque de Hsinchun, que nós vimos agora, no vídeo, estaria numa região de maior densidade de interação Universidade e empresa, e um projeto imobiliário mais agressivo, mais sedimentado. É uma comparação muito perigosa, mas necessária nesse momento.

Próximo, por favor. Pode ir passando... Para que a gente tenha uma plena consciência do que é esse movimento de parques tecnológicos e incubadoras de empresas, as nossas instituições, Universidades, o Sistema S, o ministério, o Governo Federal, que lidera, através do PNI (Programa Nacional de Incubadoras), estimula a produção de material técnico-científico, que é importante para fazer a reprodução desses modelos em nível local, regional e até nacional. Essa é uma das nossas revistas, a Revista Locus, que eu posso colocar à disposição dos senhores também, que fala muito claramente da importância dos parques tecnológicos. Os próximos, por favor. Nós temos um Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador, que tem parceria do Ministério de Ciência e Tecnologia, FINEP, CNPq, CNI, e que é dado anualmente para as empresas, para os parques e para as incubadoras que se destacam, já está na sua 12ª edição. Por favor, o próximo. Nós temos alguns documentos que são relevantes. Essa agenda das cidades empreendedoras e inovadoras nós editamos às vésperas das eleições das prefeituras, para que servisse de documento de alimentação dos candidatos às prefeituras, dos candidatos às Câmaras Municipais. O que se pode fazer de diferente, como vimos o exemplo aqui, brilhante, numa administração municipal voltada mais para o negócio de base tecnológica.

Próximo, por favor. Esse ano nós temos um evento em Florianópolis, um Congresso Nacional de parques e incubadoras, seminário nacional, que acontece todo ano no mês de setembro e outubro, e esse ano vai ser em Santa Catarina, e nós vamos fazê-lo junto com o Fórum Global do Banco Mundial, já que nós tivemos, [soa campainha] nesse movimento, a oportunidade de fazer o adensamento de todo o conhecimento de como fazer incubadora e parque tecnológico, através do programa iDISC, que é o programa do InfoDev, do Banco Mundial. E estamos chegando ao final.

O próximo, por favor. Nós temos uma gama de documentos que são colocados à disposição, inclusive textos específicos sobre parques tecnológicos e que são cruciais tanto para fazer avaliação, valoração, ajudar nos investimentos, inclusive públicos, e que são documentos que estão disponíveis também para o grande público. E, por fim, esse documento que os senhores acabaram de receber, que fala especificamente de parques tecnológicos, que foi uma encomenda da ABDI, Presidente, com vista de que forma esses parques tecnológicos podem nos ajudar, impactando no caso específico do PAC. Por favor, esse gráfico já foi apresentado, por favor. Acho que está voltando.

O que esperamos aqui do Senado? O que nós esperamos do Senado é que esse tema de incubadoras, parques tecnológicos e empreendedorismo entre na pauta, nos discursos e na ação daqueles que aqui legislam em prol desse crescimento, em prol do engrandecimento da atividade laboral brasileira. E agradecer a atenção do Presidente e me colocar à disposição, depois, para os questionamentos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Muito obrigado ao Professor Josealdo Tonholo. E agora, pergunto se posso passar a palavra a V. Sa.? Com a palavra o Professor Lubomir Antônio Licinski Dunin, arquiteto, duas vezes ex-Presidente do Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba, ex-Secretário de Estado e Desenvolvimento do Município e especialista em urbanismo.

SR. LUBOMIR ANTÔNIO LICINSKI DUNIN: Antes de mais nada, eu gostaria, Presidente, de agradecer o convite e dizer que eu só vim por causa da gentileza do convite. Não posso competir com os painelistas que me precederam, sem dúvida nenhuma, muito mais articulados do que eu posso ser, eu sei disso, e eles falaram mais em certezas, coisas que foram realizadas, coisas que estão sendo realizadas, e eu, infelizmente, vou falar em incertezas, coisas para as quais nós tivemos de dirigir a nossa atenção.

A agenda falava em tecnologia urbana, novas tecnologias urbanas. Bom, as tecnologias estão aí, toda a problemática, tudo o que pode ser feito por tecnologias de ponta estão à disposição dos municípios, o problema é o município aproveitar, usar essa tecnologia. Mas o que me preocupa nas cidades, realmente, são as regiões metropolitanas, que concentram a população do Brasil, que concentram o maior consumo de energia, e que precisam se adaptar ao protocolo do nosso Kyoto, que certamente vai ser reafirmado agora, na Dinamarca. Então, isso é um problema muito sério, e a gente tem que partir de uma consideração: A região metropolitana é. Não precisa ser criada, ela está lá. Muitas são criadas ser ter essa condição de região metropolitana, por questões, talvez, de facilidades de obtenção de recursos e outras coisas que não aparecem. Então, a região metropolitana pode ter sido institucionalizada, mas ela existe. Quando se fala em região metropolitana, se fala em São Paulo, é uma região metropolitana. Não precisa nem explicar por quê. Ela existe, e muitas que estão sendo criadas não são. Então, essa é a primeira coisa que nós devemos ter em mente. A segunda coisa que nós devemos ter em mente, em relação às regiões metropolitanas, é que são entidades extremamente complexas e, como entidades complexas, a soma das partes é menor do que o todo. Da teoria da complexidade, a soma de tudo que se produz é menor do que o todo. A região metropolitana é um instrumento novo, não é cidade, ela é diferente, e tem que ser encarada de outra forma. Se ela não for encarada de outra forma nós não vamos chegar nunca a entendê-la, não vamos chegar nunca a organizá-la. E esse não é um problema brasileiro, esse é um problema de países de primeiro mundo.

Eu acabei de voltar da França, eu participei de um júri, a semana passada, na cidade de Cergy Pontoise, que fica no rio Oise, perto da desembocadura dele no Sena, e o rio Oise vai fazer parte de um projeto europeu, vão fazer um canal e estender isso até a Bélgica, então vai ter navegação fluvial do Avre, Paris, até a Bélgica. Mas eles também estão assustados – e os senhores devem ter visto aqui em Brasília os projetos Le Paris, de Paris – eles também estão buscando, e ninguém tem ainda a fórmula. Inclusive não se define bem, exatamente, o que seja a complexidade nessa ciência nova. Então, nós podemos tomar o bonde da história, podemos estar juntos com os outros, e não esperar a vida inteira pelos outros. E a região metropolitana tem características muito interessantes como entidade complexa, ela é um vórtice, ela se comporta como um vórtice. O que é um vórtice? Os senhores têm uma pia, destampam a pia e a água começa a girar. De onde é que vem essa força? Ninguém sabe? Essa força, agora se sabe, é gerada dentro do vórtice. E a região metropolitana gera as suas forças, que não são controláveis pelos sistemas usuais do planejamento, por isso que ela é definida como um vórtice.

É complicado. E ela, como ente complexo, não se sujeita às formas normais de planejamento, também, porque se ela se sujeitasse às formas normais de planejamento ela se tornaria estática, e não seria mais o ente complexo que ela é. Então, o sistema de visão, o sistema de planejamento, seria extremamente importante. É evidente, nós temos muita preocupação, especialmente nas regiões metropolitanas, com habi-

tação, com saneamento, isso é muito importante, há brasileiros que não estão bem, e etc.. Mas esse desenvolvimento ficou um pouco restrito a isso. Ninguém está olhando, por exemplo, as relações entre o macro, entre a região metropolitana, essa coisa nova que está num determinado plano e o plano, digamos, do indivíduo, da quadra. Como é que essas coisas se relacionam? Ninguém está olhando para isso, ninguém está olhando para o transporte, que é o elemento básico na região metropolitana. Não só o transporte entre a cidade pólo e as diversas cidades limítrofes que fazem parte da região metropolitana, mas a comunicação entre essas cidades. Por que é necessário que alguém que queira vir de um ponto a outro tenha que passar pela cidade pólo, quando talvez, normalmente, seria mais interessante ter essa comunicação? Isso são coisas que mais ou menos as pessoas estão começando a admitir, os profissionais da área estão começando a admitir. E se fala em transporte de alta capacidade, de alta velocidade, o que é um custo enorme, é um custo gigantesco, mas ou o país enfrenta isso ou isso vai escorregar da nossa mão e nós vamos ficar para trás. Isso é uma coisa que tem que ter feita. Então, essa relação de planos que não se tocam nunca foi bem estudada. O transporte se realiza não como um sistema, mas uma coisa um pouco pontual, quando seria necessário criar um sistema da região metropolitana, um sistema completo, uma das propostas para Paris é levar Paris até o Avre, e os três grandes sistemas de transporte carregando tudo isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUBOMIR ANTÔNIO LICINSKI DUNIN: Estamos começando a estudar, agora, por isso que eu estou falando disso. O presidente me perguntou se Curitiba tem alguma coisa próxima. Não, não tem, mas nós estamos começando a estudar e discutir isso muito seriamente, e levar os sistemas de Curitiba para todas as outras cidades limítrofes, fazer com que essas cidades se interliguem, porque uma pessoa que está em Colombo e quer ir para Araucária tem que passar para Curitiba, ou que quer ir para São José, que é mais próximo, tem que passar por Curitiba, e tem que se estabelecer um equilíbrio dentro da região metropolitana. Isso é muito importante, é um equilíbrio econômico, porque não pode haver um desequilíbrio pobres e ricos. Enquanto houver esse desequilíbrio não vai funcionar, tem que haver um equilíbrio econômico dentro da região metropolitana, para que se gerem empregos nessas outras cidades. Que essas cidades não sejam só dormitório, como acontece em muitas ocasiões, e isso é uma intervenção que tem que ser feita. Tem que ficar claro no planejamento que isso tem que ser feito, se é que se pode fazê-lo, por isso que eu falei que eu vou falar em dúvidas.

Não se pode tolerar essa proximidade do pobre e do rico. Os senhores viram o que acontece e pode ser resolvido, o que aconteceu em Taipei, que é cinco vezes a relação entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos. Isso pode ser feito, pode ser feito em termos de região metropolitana, se houver essa consciência, se a gente começar a pensar em região metropolitana e não em aglomerados de cidades. E pensar que região metropolitana é mais importante, e é maior do que a soma de suas cidades. Isso não há dúvida nenhuma. O Banco Mundial fala – eu tenho um artigo do Banco – em que a disputa pela tecnologia, a disputa pelo investimento, a disputa por indústrias de ponta vai se dar muito mais entre regiões e cidades do que entre países. É evidente isso, isso está acontecendo. Você vem para... Você não vem para o Brasil, você vem para São Paulo. O Brasil tem toda uma estrutura, evidentemente, jurídica que permite isso etc. e tal, mas o lugar de trabalho – tem outros países que tem essa mesma condição – a disputa, é entre os lugares. O Banco Mundial percebeu isso muito facilmente. A disputa por uma indústria é feita entre cidades, o que é que a cidade pode oferecer, o que é melhor. Então, é muito importante que as regiões metropolitanas, que acabarão formando um conjunto mundial... O senhor terá um conjunto mundial das regiões metropolitanas, que vão se ligar através de todos os sistemas eletrônicos possíveis, que hoje são cada vez mais importantes, e hoje se reconhece na região metropolitana que a contiguidade é menos importante do que a conectividade. É mais importante a conectividade do que a contiguidade, é mais importante ter os sistemas, ter o transporte, do que estar contíguo, o que é até uma desvantagem.

Eu só alinhavei alguns problemas, mas tem um problema maior para nós, um problema que é realmente sério e que os senhores vão ter que resolver. É a governança da região metropolitana, isso cabe aos senhores. Hoje, o que é que nós temos? Nós temos um modelo que foi inspirado no modelo napoleônico, quando se instalou isso, isso foi inspirado no modelo napoleônico. O senhor tem Brasília, ministérios e etc. e aí tem o préfet. O préfet não é o prefeito, é o representante do poder central, o sistema napoleônico do poder central na região. Até 2003 ele era o único poder, o prefeito só trata de questões terciárias, nem secundárias, e passa dois dias na sua cidade e passa quatro dias na assembleia, porque normalmente ele é um deputado também. Então, até 2003 isso era assim. Então o que é que nós temos? Nós não temos o préfet, mas surge o governador, o governador que cria

um órgão da região metropolitana para governar essa região metropolitana e acontece que esbarra, inclusive, naquilo que é constitucionalmente peculiar ao prefeito, e não tem dinheiro para implementar isso.

E os prefeitos são o quê? São membros do órgão consultivo. E, como os senhores sabem, órgão consultivo a gente consulta se quiser, não são órgão deliberativo, e deveriam ser, eu acho que deveriam ser. Então, como eu estou dizendo que o sistema atual não funciona, eu me sentiria na obrigação de propor um... Para, talvez eu esteja dizendo aqui um disparate, mas eu acho que tem que ter um sistema em que os prefeitos mandam, são órgãos deliberativos. Se esse órgão deliberativo pode ter ligações com Brasília e com o Estado, mas que o órgão técnico, essa secretaria técnica, que vai debater os problemas da região metropolitana terá que ser subordinada a este órgão, e o seu presidente e o técnico diretor pode ser feito de uma lista tríplice, que é o que a Universidade propõe, alguma coisa assim, ou o que até o governo participa disso, mas ele está subordinado a isso, a essa gente, porque são os prefeitos que vão poder tornar a região metropolitana uma realidade.

Agora, terão que ter algum dinheiro, pelo menos para financiar esse conjunto, e esse dinheiro teria que vir de um fundo que poderia ser estabelecido através de pequena contribuição, por exemplo, sobre as permissões de construção em toda a região metropolitana, se paga lá uma taxa de mil reais para aprovar um projeto, dez reais iriam para o fundo, alguma coisa nesse gênero, pelo menos para sustentar o sistema de planejamento. Agora, esse sistema de planejamento sem dinheiro, então é melhor esquecê-lo. Então, tem que haver dinheiro específico para isso, da União e do Estado, sem o que nós não vamos ter nada. Bom, gente, era mais ou menos isso o que eu queria dizer. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado pela exposição, Professor Lubomir. Inscrito para perguntas, o Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O senhor me concedeu a palavra, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim, por favor. A qualquer um dos palestrantes que V. Exa. deseje formular a sua pergunta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria, inicialmente, de parabenizar a importância do tema que a Comissão de Infraestrutura selecionou. São temas interligados, são novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos, porém, de acordo com os expositores, trataram de temas praticamente... Só dois coincidentes. E eu gostaria de parabenizar a cidade de Pato Branco, por ter tido um político de visão, como o Deputado Alceni Guerra, e de ter colocado um desenvolvimento em ação, um grande parque tecnológico que diferenciou uma região agrícola, do agronegócio, e que passou também a ser uma região de nível tecnológico industrial desenvolvido com softwares e outras atuações.

E essa integração, eu me pergunto, de que forma nós poderíamos promover aqui, Dr. Alceni, que mais municípios, aonde eu gostaria também de solicitar ao professor Josealdo alguns exemplares, para que enviássemos a alguns prefeitos de cada Senador componente dessa Comissão para que eles conhecessem, porque o foco, hoje, de um prefeito, é um distrito industrial, atrair uma empresa. Ninguém está interessado no principal, que é o desenvolvimento, trazer empresas incubadoras, conhecer as análises das empresas que o FINEP faz, a seleção dos melhores empreendimentos, e trazer, fazer um fomento para que essas empresas venham até o município. Então, eu gostaria de ter alguns exemplares para serem enviados aos municípios do estado de Mato Grosso, que em algumas regiões já tem três parques tecnológicos lá no Estado, e, por certo, algumas regiões que dependem hoje só do agronegócio, poderiam estar, devido à possibilidade que existe de mão-de-obra farta e barata, desenvolvendo projetos maiores.

E dentro da nova concepção do banco de desenvolvimento do centro-oeste, nós realmente teremos o apoio financeiro. É o banco que está se formando para desenvolver essas desigualdades regionais, e poderia ser atacado principalmente, fomentando os parques tecnológicos. Mas eu gostaria de sugerir e perguntar à Dra. Maria Salette Weber, do Ministério das Cidades, o porquê de não desenvolvermos no país os projetos habitacionais de forma... Uma extensão de área maior, mais anexo à cidade, fazendo como, possivelmente, vi na cidade da Curitiba, onde existem áreas de até 5 hectares, se não me falha a memória. São pequenos assentamentos habitacionais, com área para se desenvolver um cinturão verde, para que a família tenha uma renda. Mas eu diria que até meio hectare a um hectare, se nós pudéssemos estar criando projetos habitacionais, onde daria emprego e renda para a família que está lá. Principalmente a mulher, cuidando de horta, fazendo desenvolvimento de renda para a família, seria muito importante, porque hoje nós estamos fazendo verdadeiros aglomerados em área restrita, que não tem sequer espaço para se colocar uma árvore de sombra, nenhuma árvore para sombra, às vezes precisa colocar na frente da casa porque atrás

não tem espaço. Nós precisamos de uma área para colocar principalmente as hortas, pomares, para que crie uma renda para aquela família que recebeu ali, ou financiou a sua casa.

Então, nesse sentido, eu não vi ainda um projeto habitacional modelo, que tenha esse perfil, onde eu gostaria de sugerir isso aí ao Ministério das Cidades para promover esse tipo de projeto habitacional. Então, nesse sentido, eu parabenizo a todos pelas excelentes apresentações. E as duas perguntas que eu gostaria de deixar à Mesa. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Dra. Maria Salette, por uma circunstância muito especial, eu cometi uma ousadia, mas todos irão compreender. O Presidente da República em exercício – porque o Presidente Lula está em voo para Nova Iorque – e, portanto, o presidente José Alencar, ainda que em São Paulo, e se restabelecendo, ligou para enviar um abraço e tudo, e eu achei que era uma coisa muito especial, por isso interrompi o presidente Fernando Collor para receber o abraço do presidente. Falei que seria muito breve, mas acho que todos compreenderão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Desculpe, Senador Goellner. Com a palavra a Dra. Maria Salette, por favor.

SRA. MARIA SALETTE DE CARVALHO WEBER: Senador, eu gostaria de cumprimentá-los, os dois, e, ao contrário, imagina. Não sei se sou a pessoa mais indicada para contribuir para essa questão, mas acredito que o Ministério das Cidades vem, sim, refletindo muito com relação à forma de implementação dos programas não só habitacionais, mas com relação à regularização, também, fundiária e toda parte que diz respeito ao ambiente urbano, com relação à capacidade, inclusive de infraestrutura. E acho que, complementando as palavras do nosso último palestrante, o professor, eu acredito que o grande desafio para que essa sua sugestão seja possível, Senador, está na questão do transporte *versus* acessibilidade. Então, hoje esse é um tema muito em questão e as nossas cidades... Nós somos um país federativo, esse é um desafio para esta Casa também, e esse diálogo entre Governo Federal, estados e municípios, com a criação do Ministério das Cidades, acho que já demos grandes passos à frente. Nós temos o Conselho das Cidades, foi implementado também o Estatuto das Cidades que, muito brilhantemente, nasceu aqui. Então, acho que nós já temos alguns avanços nessa direção, hoje já somos capazes de ter planos diretores. Agora, com relação a qual seria uma solução ideal, eu particularmente não acredito que exista uma única saída, e isso também seria um pouco... Assim, nós devemos acompanhar o curso da história, devemos estar atentos, sempre preocupados com o planejamento, com os avanços da tecnologia, eu acho que hoje está muito em questão a sustentabilidade.

Nós temos que ter cuidado, porque muitas vezes não podemos também nos deixar escravizar por questões que estão mais em outra esfera, que os países desenvolvidos já atingiram algumas metas que nós ainda temos que cumprir com outras, no caso das cidades brasileiras, das regiões metropolitanas. Temos desafios com relação ao saneamento, infraestrutura e habitação, que ainda devem alcançar muitas metas antes de nos preocuparmos tão fortemente com a emissão de gases de efeito estufa. Acho que temos uma questão passiva, econômica e social muito mais preocupante, e acredito, para não fugir do nosso tema, que a questão da tecnologia tem que somar, ela deve agregar, ela tem que vir nessa direção. Nós temos um déficit habitacional imenso, mas acima desse déficit de 7 milhões, quer dizer, o déficit cresce se nós não atacarmos realmente, com especial grandeza, a questão da redução do déficit.

Então, o Ministério das Cidades tem o PlanHab, que é o plano nacional de habitação, temos as políticas nacionais de habitação, mas temos também, nas demais secretarias do ministério... Nós estamos agora construindo também o plano nacional de acessibilidade e mobilidade urbana, que eu acho que converge nessa questão, quando se fala de sustentabilidade do hábitat nas cidades e na sua questão, que eu acho bastante complexa, de como construir, se teríamos que construir complexos maiores, e temos que também dar suporte, infraestrutura, rede de acesso a essas populações, senão isso pode virar grandes vazios. [soa a campainha] Então, esse seria o grande desafio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Goellner, está satisfeito com a resposta? Deputado Alceni Guerra.

DEPUTADO ALCENI GUERRA (DEM-PR): Senador, V. Exa. colocou o dedo na ferida. Um parque tecnológico não se faz sozinho, não se faz sem ajuda governamental forte, como eu demonstrei aqui, de vários governos, desde o presidente Sarney até o presidente Lula, passando pelo presidente Collor, uma época em que eu fui altamente favorecido pelo fato de ser Ministro de Estado. Como aportar recurso, como escolher os parques tecnológicos é que foi o objetivo de sua pergunta. Acho que com dois fatores. O Tonholo se referiu aqui, muito bem, que um parque tecnológico só tem razão de ser para atingir um mercado não internacional, o global, o local faz parte, o nacional faz parte e, principalmente, o internacional, que é um mercado

em ebulição, precisa ser atingido. Com que fatores um produto feito no parque tecnológico pode atingir esse mercado global? Com duas coisas: com inovação sobre os produtos, permanente. E aí entra o que o Tonholo se referiu, a interação entre a Academia e a empresa, tanto maior quanto melhor for o parque tecnológico e a instituição de pesquisa e ensino que existe junto com ela – inovação em primeiro lugar, e em segundo lugar, preço. O governo pode ajudar na inovação através da implantação de escolas técnicas como faz o presidente Lula, agora em larguíssima escala com IFETs, com CEFETs e etc., e pode escolher a Universidade ou a escola técnica que deve ser alimentada de recurso para alimentar um parque tecnológico.

E eu demonstrei que todas aquelas empresas que se instalaram em Pato Branco foram pela força do investimento e infraestrutura industrial. As máquinas foram compradas com dinheiro da FINEP no ecsen bank(F). Instalada em Pato Branco, gerou agora, nesse ano, uma empresa de mil empregos, com aqueles que eu suponho que seja entre 1,5 milhão e 3 milhões de reais na época, daquelas máquinas, que foram ofertadas por uma empresa em comodato, que gerou agora mil empregos. Então, eu acho que duas maneiras: primeiro, estimulando a inovação através da Academia e das escolas técnicas federais, segundo, ofertando equipamentos de infraestrutura industrial, para que eles possam baratear o custo do produto feito localmente. Então, inovação e preço. Acho que é a maneira que o governo pode interferir nos nossos 52 parques tecnológicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Professor Tonholo, algum comentário?

SR. JOSEALDO TONHOLO: Tenho um comentário bastante rápido para fazer, Senador Goellner, com relação ao tecido urbano e o tecido industrial. Eu comentei, rapidamente, com relação aos distritos industriais da década de 70, nesse modelo contemporâneo de parques tecnológicos – inclusive aqui temos alguns dos especialistas que estão implantando, e outros dos ideólogos, o nosso guru, Dr. Spolidoro, aqui, dando privilégio da presença – esses parques integram com muita naturalidade o setor industrial e inclusive as residências, habitações, a Universidade, o hospital, são modelos de interação em que o ambiental e o social têm que estar perfeitamente sintonizados. Não se concebe mais empurrar para fora da cidade um grupo de indústrias, porque essas indústrias são poluidoras, como aconteceu com nossos distritos. Empurra-se esses distritos hoje para fora da cidade porque eles são perigosos. Hoje não, esses modelos de parques tecnológicos podem ser construídos, sim, onde se tinha plantação de chá, mas podem ser perfeitamente adaptados aos tecidos urbanos que nós temos, em regiões que não são centrais, como Pato Branco, que apresenta um sucesso interessante. O que é importante é que haja um sistema local de inovação passível de atender à necessidade da infraestrutura, mas também ao quadro do pessoal, porque se não tivermos instituições de ensino fortes para essas mil pessoas que estão sendo demandadas pela empresa recém-gerada – são pessoas que estão disponíveis em Pato Branco e são altamente qualificadas -, não se pode importar também e transferir problemas de outras regiões. Então, é extremamente importante entender que o planejamento agora é muito mais complexo do que se fazia antes, ele envolve vários setores, desde o ambiental, passando pelo social e pelo econômico-financeiro também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu acredito, particularmente, que seja necessário, em primeiríssimo lugar, haver uma mudança de mentalidade. Essa mudança de mentalidade é que é complicada de ser feita de uma hora para a outra, mas na cabeça dos nossos administradores municipais, por exemplo, vem sempre, como aqui já foi dito, à tona a criação de distritos industriais, quando isso é – como disse o professor Tonholo – isso é algo de 40 anos atrás.

Nós hoje temos que criar distritos, como foi colocado aqui, que sirvam como parques tecnológicos, incubadores de novas empresas, de novas tecnologias, de inovação tecnológica, e que elas estejam perfeitamente integradas com o que está sendo ministrado nas escolas técnicas e nas Universidades, porque o que nós vemos, muitas vezes, são as universidades distanciadas, no seu campo de conhecimento e de pesquisa, do que está sendo demandado pelo mercado naquele exato momento, e que isso poderia ser canalizado pelos parques tecnológicos que estão sendo hoje implantados pelo Brasil afora. O número desses parques tecnológicos, que chegam a 440 – segundo o levantamento feito pelo professor Tonholo – nos surpreendeu. Já conhecíamos a experiência exitosa e vitoriosa de Pato Branco, que é um caso inédito, porque foi o município do interior de um grande estado, mas um município pequeno, que alcançou níveis de desenvolvimento que merecem o reconhecimento de todos nós. O IDH lá em cima, o melhor IDH do Estado do Paraná, que é reconhecidamente um Estado desenvolvido e preocupado com essa questão social, a queda da mortalidade infantil, enfim, tudo o que foi feito, a criação desses empregos que foram para lá, foram atraídos em função, já, de uma segunda geração de indústrias a partir do parque tecnológico.

Então, eu acho que essa mentalidade é que nós deveremos trabalhar para fazê-la mudar, dentro das Universidades, dentro das escolas técnicas. Eu acho que acabou aquela época nossa, pelo menos da minha época, – lá se vão muitos anos – em que os nossos pais queriam que nós seguíssemos ou a carreira de direito, ou economista, outros ainda mais antigos, o serviço militar ou serviço eclesiástico... Enfim, mas eu sou formado, por exemplo, em economia, mas se hoje eu estivesse naquela época em que pudesse ter tido a escolha absolutamente livre desses condicionamentos do nosso meio, eu teria seguramente enveredado por outro caminho, seguramente. Eu não sei qual, mas seguramente teria, porque a Universidade naquela época era muito distanciada, muito distanciada da indústria, das empresas, elas não formavam dentro do seu corpo mentalidades e pessoas que pudessem trabalhar em função das exigências que estivessem sendo feitas pelo mercado naquela ocasião e, com isso, evitando que o nosso desenvolvimento atingisse outros níveis.

Agora, no governo do Presidente Lula, nós estamos assistindo que há uma busca de uma quebra desses paradigmas antigos, para que nós possamos alcançar esse novo paradigma da inovação, da tecnologia, do conhecimento, e que nós tenhamos essa condição de dotarmos o país de alavancar a sua infraestrutura nesses anos que estão por vir, sempre acreditando que este desenvolvimento tem que vir acompanhado da preocupação com a sustentabilidade e, sobretudo, com a questão social. Senador Suplicy, por favor, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Fernando Collor, serei breve porque a minha voz hoje se foi. Então, não pude assistir às exposições de todos porque eu tinha um pronunciamento em plenário a pouco, mas tendo captado o sentido da necessidade de realizar um planejamento adequado com vistas aos parques tecnológicos e às novas tecnologias, gostaria de pedir uma informação breve. Pato Branco, hoje, quantos habitantes são?

DEPUTADO ALCENI GUERRA (DEM-PR): 80 mil habitantes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 80 mil. Como prefeito e ministro o deputado Alceni Guerra já conseguiu tantos avanços em Pato Branco, tendo em conta até o que o Dr. Lubomir Dunin explicou, da necessidade da se pensar em como, de alguma forma de riqueza que seja criada no município e sempre, em qualquer município, por mais simples que seja a sua economia, sempre haverá fonte de geração de renda e de riqueza, mas o importante é: Se formos separar uma parcela dessa riqueza criada naturalmente, é importante se dizer à população qual será o benefício, para que, então, haja boa vontade. Olha, nós vamos de fato separar, seja no exemplo que ele deu, de cada construção, certa parcela, ou se produzir ali, o café, o arroz, o feijão ou a indústria têxtil, ou artesanato, ou turismo, ou o que seja. Então, se a população souber bem compreender a finalidade, então terá boa vontade em até pagar uma taxa, ou um imposto ou eventualmente até uma colaboração voluntária.

Eu tenho me empenhado – e vou ousar aqui falar algo que não tem a ver propriamente com o parque tecnológico, mas tem a ver com a tecnologia da realização da justiça -, mas tenho procurado estimular os prefeitos que, assim como no Brasil nos anos 90 se criaram as primeiras experiências de programas de renda mínima associadas à educação, que tomaram o nome de Bolsa Escola, depois Bolsa Alimentação e hoje Bolsa Família, que foi universalizado para todos os municípios brasileiros, é perfeitamente possível também ao município ter uma ideia, uma proposta ainda mais ousada, condizente com aquilo que já é lei aprovada pelo Congresso, para um dia ser instituída no país uma renda básica como direito à cidadania para toda e qualquer pessoa, portanto, para os 90 mil habitantes, por isso que eu lhe perguntei de Pato.

Então, eu queria até lhe dar a informação: na semana passada, o prefeito de um município de 7 mil habitantes, cujas principais fontes de riqueza são a pequena e média agricultura, pequenos e médios agricultores, turismo, 53 pousadas, 32 restaurantes, 1200 leitos, ali no caminho para Campos Jordão, na Serra da Mantiqueira. O prefeito de Santo Antonio do Pinhal encaminhou à Câmara Municipal o primeiro projeto municipal de uma renda básica de cidadania para os seus 7 mil habitantes. E, se quiser, com isso, eu, com muito prazer, vou lhe dar, não tenho aqui pronto, mas eu depois enviarei, e aos demais participantes, a cópia deste projeto, que poderá ser um exemplo para o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Deputado Ministro Alceni Guerra algum comentário?

DEPUTADO ALCENI GUERRA (DEM-PR): Senador Suplicy, V. Exa. não assistiu a minha palestra, mas abordou de uma forma muito incisiva um dos três pontos que eu apresentei como necessários no parque tecnológico voltado a uma área urbana. A população, eu dizia, precisa se sentir orgulhosa, ter autoestima, mas concordo com V. Exa. É preciso que ela tenha ganhos reais da criação de um parque tecnológico, que ela se sinta bem aquinhoada, como é o caso de Taiwan, que citou o professor Tonholo, que teve a renda às alturas, aos píncaros, em função dos parques tecnológicos.

Então, cumprimento V. Exa., mas gostaria, Presidente, se me permitir, usar essa oportunidade. Eu nunca tive de fazer um elogio público, V. Exa. passou o telefone do presidente José Alencar ao presidente Fernando Collor. Eu sou um velho médico político, e um médico na política é instado todos os dias para minorar gravíssimos sofrimentos, um câncer em fase terminal, alguma coisa assim. Nunca vi alguém se portar perante uma doença tão grave quanto a do presidente José Alencar com tanta grandeza. Não há críticas, não há queixas, enfrenta tudo permanentemente. Eu queria fazer esse registro público, Presidente, se me permitir, a grandeza com que o presidente José Alencar enfrenta a sua grave doença.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É um exemplo para todos nós, brasileiros. E foi até pensando nisso que eu vou... Acho que ele vai ficar contente de poder dar um abraço no Presidente Fernando Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. E, na oportunidade que o Senador Eduardo Suplicy me passou o telefone, eu tive a satisfação de transmitir a S. Exa. o Sr. Presidente em exercício, da República, um abraço de cada um dos Senadores e de cada um dos presentes aqui nesta Comissão, com os votos de uma pronta recuperação e também os elogios que cada um de nós, no fundo, faz à bravura, à conduta que vem tendo o cidadão José Alencar diante das dificuldades que ele vem enfrentado no presente momento.

Aqui também foi tratado da questão da – e não poderia deixar de ser – questão dos transportes e construção. No último painel, no painel nº 5, professor, o tema da última semana foi exatamente Transporte e Infraestrutura Urbana: Sistemas Integrados de Meios de Transporte. E foi uma audiência pública bastante concorrida e muito demorada, em que houve debates muito aprofundados sobre essa questão. Em relação à construção civil, eu me lembrarei, quando da exposição da Dra. Maria Salette, uma viagem que fiz ao Japão, logo entre a eleição e a minha posse como presidente do Brasil, e lá no Japão eu tinha a ideia de fazer a construção de muitas casas populares, e queria ver como reduzir os custos de cada uma dessas unidades, que eram caras para o volume que desejávamos construir. E lá no Japão, conversando com os industriais da área, eles então mostraram para mim algo que para eles era naturalíssimo, e que para mim pareceu ser um ovo de Colombo, uma coisa do outro mundo.

Eles, lá no Japão, têm um índice de desperdício para que se dê até uma ideia no Brasil, na construção de cada casa, vamos supor, tendo como padrão uma casa popular, há um índice de desperdício de 20% a 30%. Isso porque, aqui no Brasil, primeiro levanta-se a parede, constrói-se a parede, coloca-se o cimento, e depois – acho que todos têm isso também na memória – vem quebrando o tijolo para colocar a fiação, para colocar o suíte, enfim, essas outras coisas. E também, na colocação dos azulejos, das cerâmicas, sempre tem uma parte que está cortada ao meio, nunca elas estão, as placas, colocadas no espaço com o seu tamanho regulamentar.

Então, lá no Japão, naquela época – e hoje eles devem estar muito mais avançados – o que é que eles faziam? Deixavam claro, os arquitetos inteiramente livres, para conceber o projeto que desejassem – vamos supor de um prédio de apartamentos – então, o arquiteto criava, dizia o que queria de acabamento, e aquilo era levado à prefeitura ou ao governo da província, e lá eles faziam o seguinte: Colocavam no computador e verificavam se a cerâmica que foi idealizada pelo arquiteto, para aquele local, se aquela cerâmica estaria disponível no tamanho, de modo que ela fosse colocada sem que houvesse necessidade de quebrá-la, de fazer o chamado trincho, ou qualquer coisa parecida; se as portas que foram escolhidas eram as portas que tinham no tamanho que pudessem ser fornecidas pela indústria local, e assim por diante. Então o Japão tem o índice... Naquela época, tinha um índice de desperdício que não chegava a 2%. Isso é um fator também de encarecimento, que nós temos em algum momento nessa ideia vitoriosa dos parques tecnológicos, e associada à questão social, e associada à questão da dar uma cobertura a esse déficit de 7,8 milhões de moradias que o Brasil tem, de nós podermos ter uma maior rentabilidade na aplicação desses recursos, com a diminuição bastante grande dos desperdícios.

E, na questão dos parques tecnológicos, os países do grupo BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – eu perguntei há pouco ao professor Tonholo se a Rússia estava se dedicando com afinco a essa iniciativa da construção de parques tecnológicos e de empresas incubadoras e de outras empresas, e ele disse que sim, mas na China nós temos conhecimento disso, foi aqui passado esse vídeo, que demonstrou como a China continental conseguiu, logo no início atrair chineses de Taipei, de Taiwan, para as suas indústrias, para os seu enclaves de desenvolvimento capitalista. E também a Índia, que é um exemplo. A Índia tem, hoje, talvez um dos maiores centros de tecnologia na área de computação, de informática, iniciada em Bangalore. E ela vem competindo seriamente com os países europeus na produção desses softwares, a ponto de desequilibrar o mercado de trabalho europeu, tendo em vista que o que se paga a um programador de software em Bangalore é menos de 1/3 do que se paga a um programador europeu, por exemplo, na Alemanha.

De modo que, ao tratar aqui, com a presença de um assunto como esse, na presença de pessoas tão profundamente conhecedoras do tema, eu só tenho que agradecer a cada um dos palestrantes que aqui vieram, ao professor que está chegando de uma viagem ao exterior, e que mesmo cansado e, enfim, fez questão de aqui comparecer. Ao Deputado Ministro Alceni Guerra, que é um exemplo de homem público e que eu tive a honra de consigo trabalhar e verificar o seu espírito público, o seu amor à causa pública, a forma como sempre se conduziu, com correção, com honestidade, de cabeça erguida e realizando um grande trabalho que foi exatamente esse, que o governador Brizola sempre nos trazia, com muito entusiasmo, na questão dos CIACs e dos CAICs, da preocupação com o ensino básico, que é fundamental. Hoje, o Presidente Lula, quando na campanha dizia: "Eu não quero ver no Brasil ninguém que não tenha pelo menos três refeições por dia", referindo-se não somente às crianças, mas a todos os brasileiros, e a nossa ideia é de darmos quatro, cinco refeições por dia àquelas crianças, de modo que elas pudessem ter uma base que depois fizesse com que, chegando a uma escola técnica ou a uma Universidade, pudessem ajudar esse desenvolvimento do país.

Então, V. Exa. foi Ministro da Criança, foi Ministro da Saúde, trabalhou diretamente com isso, e o sucesso que nós alcançamos em redução de mortalidade infantil, o programa de combate à Aids que iniciou foi aqui, durante a sua gestão como ministro. Foi um dos grandes avanços que houve no Brasil no combate à Aids no mundo, no combate à Aids aqui no Brasil, durante a nossa gestão, a sua gestão, especificamente, como Ministro da Saúde. A cobertura vacinal na questão do sarampo e a cobertura praticamente de 100% naquela ocasião, enfim, o trabalho que realizou como prefeito de Pato Branco, depois de uma visita que fez à França e conheceu aquele parque, que trouxe para experimentar e com esse êxito que hoje pode trazer aqui com tanto orgulho e com tanta satisfação para nós que ouvimos e assistimos. Muito obrigado a V. Exa. pela sua presença.

A Dra. Maria Salete, também, que em nome do Ministério das Cidades que é um ministério que vem trabalhando de uma forma tão exuberante e tão eficaz. O nosso reconhecimento, os nossos agradecimentos pela sua presença, pela sua explanação, ao professor Tonholo, que é da Universidade Federal de Alagoas, e que os senhores verificaram que a nossa Universidade Federal em Alagoas está muito atualizada, muito avançada e perfeitamente consentânea com o momento que nós estamos vivendo. À V. Sa. os nossos agradecimentos, também, pela explanação que foi feita, e a nossa solicitação – aqui, eu falando em nome dos Senadores e Senadoras da Comissão de Infraestrutura, mas acredito que para todos os outros senadores também – eu gostaria de solicitar a V. Sa. que nos mantivesse informados, que nos enviasse, como já foi solicitado pelo Senador Goellner, não somente os prospectos, mas toda a literatura que V. Sa. possa dispor para nos atualizar sobre o que está acontecendo nesta área que é o futuro do Brasil, que está batendo já às nossas portas.

Quero agradecer também a presença do Dr. Pedro Ricardo de Almeida e Castro, que é assessor da Secretaria de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União, e sublinhar mais uma vez que o Tribunal de Contas da União tem sido um grande parceiro da Comissão de Serviços e Infraestrutura, sempre ajudando no acompanhamento das obras, mais especificamente aquelas relacionadas diretamente ao programa de aceleração do crescimento; e convidar todos os Sras. e Srs. Senadores para o painel nº 7, que será realizado na próxima segunda-feira, dia 28 de setembro, com o tema "Telecomunicações, Acessibilidade, Tecnologia de Informação e Inovação". Os convidados são o Dr. Luiz Cuza, presidente executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços Especializados em Telecomunicações Competitivas, Telcomp, Dr. Luiz Guilherme de Oliveira, economista e engenheiro especialista em política das telecomunicações, presidente do IBRE, da Fundação Getúlio Vargas, ex-diretor presidente da Anatel. O Dr. Antônio Carlos Valente, engenheiro, ex-diretor da Anatel, presidente da companhia telefônica, ele deverá receber aqui alguns questionamentos mais sérios, sobretudo, São Paulo; e o Dr. Ronaldo Sardenberg, embaixador e presidente atual da Anatel. E convoco os Sras. e Srs. Senadores para a próxima quinta-feira, a reunião ordinária desta comissão. Está encerrada a reunião, muito obrigado.

Sessão encerrada às 20h10.

Ata da 34ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Conjunta com a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 23 de Setembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e nove, no Plenário da

Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR,** Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjuntamente com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos **Senhores Senadores OSVALDO SOBRINHO, JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, ELISEU RESENDE, DELCÍDIO AMARAL, PAULO DUQUE, EFRAIM MORAIS, GILBERTO GOELLNER, VALDIR RAUPP e CÍCERO LUCENA. Compareceram ainda os Senhores Senadores Não-membros Sérgio Zambiasi, Renato Casagrande , Roberto Cavalcanti , Flávio Torres , Jefferson Praia, Eduardo Azeredo e Marcelo Crivella.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O ***Senador Fernando Collor*** declara aberta a reunião, e anuncia o motivo da Reunião, informando que a Audiência Pública atende aos Requerimento nº 40, de 2009–CI, de autoria do Senador Delcídio Amaral, Requerimento nº 27, de 2009 – CCT, com aditamento nº 01, de autoria do Senador Wellington Salgado e Requerimento nº 66, de 2009 – CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, para instruir o Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 2009, que "estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", com os seguintes convidados: **Emb. Ronaldo Mota Sardenberg** – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; **Dr. Arthur Sanchez Badin** – Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE; **Sra. Mariana Tavares de Araújo** – Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE/MJ; **Dr. Bernardo Figueiredo** – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; **Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras** – Professor Doutor da Universidade de Brasília – UnB e Representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE; **Sr, Rutelly Marques da Silva** – Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF; **Dr. Pedro Zanotta** – Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP; **Dr, João Bosco Leopoldino Fonseca** – Membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MG e **Sr. Tito Amaral de Andrade** – Diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – IBRAC. O **Senador Fernando Collor** concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Às 09h10m, o **Senador Fernando Collor** passa a Presidência para o **Senador Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Às 10h04m, o **Senador Renato Casagrande** passa a Presidência para o **Senador Wellington Salgado.** Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os **Senhores Senadores Renato Casagrande, Wellington Salgado, Paulo Duque, Marcelo Crivella (não membro) e Fernando Collor.** A Presidência concede a palavra aos participantes para as considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dez horas e trinta e três minutos , lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e publicada juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, das 32ª e 33ª Reuniões da Comissão de Infraestrutura, da 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e da 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle. Os Srs. e Sras. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos requerimentos números 40 e 49, de 2009, da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Wellington Salgado. Requerimento nº 27, de 2009, da Comissão de Ciência e Tecnologia, com aditamento nº 1, de autoria do Senador Wellington Salgado; e Requerimento nº 66, de 2009, da CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Dispõe sobre a prevenção

e repressão às infrações contra a ordem econômica. Altera a Lei nº 8137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3689, de 03 de outubro de 1941, e o Código de Processo Penal e a Lei 7347, de 24 de julho de 1985. Revoga, também, dispositivos da Lei nº 8884, de 11 de junho de 1994, e a Lei 9781, de 19 de janeiro de 1999, e dá outras providências. Gostaria de chamar para que tomem assento à Mesa os nossos convidados: o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; o Dr. Arthur Sanchez Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE; a Sra. Mariana Tavares de Araújo, Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT; Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, professor doutor da Universidade de Brasília, a nossa UnB, e representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE; o Sr. Rutelly Marques da Silva, Secretário Adjunto da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Dr. Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/São Paulo; Dr. João Bosco Leopoldino Fonseca, membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/Minas Gerais; Sr. Tito Amaral de Andrade, Diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, o IBRAC.

Pediria às secretarias das Comissões que estão reunidas para essa Audiência Pública que, por gentileza, fizessem entrar no recinto, para tomarem os seus assentos à Mesa, os senhores convidados da manhã de hoje. Eu gostaria de informar aos nossos convidados e às senhoras e senhores presentes que o tempo destinado a cada expositor será de oito minutos, com dois minutos de tolerância. Após as exposições, abriremos aos Senadores e Senadoras a fala, para a discussão. Comunico que a lista de inscrição já está aberta, já se encontra aberta sobre a Mesa. O nosso primeiro palestrante de hoje é o Dr. Arthur Sanchez Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico, o CADE. Tem a palavra V. Sa.

SR. ARTHUR SANCHEZ BADIN: Muito obrigado, Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhores aqui presentes. É uma honra e um prazer poder participar de mais uma Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei 6, de 2009. Houve oito Audiências Públicas na Câmara dos Deputados; aqui, no Senado Federal, já foram duas, essa é a terceira. E felicito a iniciativa dos Srs. Presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia, V. Exa., Presidente da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de realizar uma audiência conjunta para debater esse tema que, de fato, contém alguma transversalidade e é importante que seja amadurecido e discutido com profundidade por todas as Comissões. Esse é um projeto que representa um amplo consenso entre órgãos do Governo, classes empresariais, política e entidades representativas dos consumidores. Ele foi, na Comissão especialmente criada na Câmara dos Deputados para debatê-lo, amplamente discutido, e o texto que dali saiu é um texto que contou com o apoio de todos os partidos, com bastante... Um apoio entusiasmado de todos os partidos, porque é um texto de consenso, um texto em que houve concessões de todas as partes e parece ser um texto que foi lapidado para melhor atender aos interesses do país. É claro que ele merece melhorias, comporta diversos aperfeiçoamentos, lapidações. As sugestões que foram diligentemente apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, de São Paulo, pelo IBRAC, são extremamente meritórias, consensiosas e merecem ser levadas em consideração para que se possa aparar algumas arestas.

Agora, em relação ao coração do projeto, me parece que logrou-se despertar, na sociedade em geral, a importância das inovações que o projeto vai trazer. Sr. Presidente, o Projeto de Lei introduz no Brasil algumas recomendações, ou melhores práticas, que se verifica no âmbito internacional. Nós temos... Eu encaminho a todos os Srs. Senadores, a V. Exa., inclusive, ofícios do Presidente da *International Competition Network,* apoiando, entusiasmadamente, o projeto; da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento, OCDE; e esses apoios traduzem essa percepção de que o projeto introduz no Brasil o que tem de melhor, as melhores práticas internacionais. O que seja? Em primeiro lugar, a unificação da estrutura do sistema brasileiro de defesa da concorrência. Hoje, Sr. presidente, são três órgãos distintos que têm funções razoavelmente parecidas ou sobrepostas, o que, obviamente, na percepção de qualquer um, verifica que há um retrabalho. Um processo para ser julgado pelo CADE, hoje, uma fusão, por exemplo, entre duas padarias da esquina, tem que ser submetido aos pareceres do Ministério da Fazenda, depois do Ministério da Justiça, depois volta, vai para o CADE, um parecer da Advocacia Geral da União, um parecer do Ministério Público Federal; se for um mercado regulado, parecer da agência reguladora respectiva, um parecer do conselheiro relator e só então é votado.

Na linha do que aconteceu em Portugal, em 2004, na Bélgica, em 2006, na Espanha, em 2007, e na Fran-

ça, no final de 2008, o projeto unifica em um mesmo órgão essas funções, hoje divididas em órgãos separados, o que vai permitir uma maior racionalização do trâmite processual, conferindo, com isso, celeridade. E por que celeridade é tão importante, Sr. Presidente? Porque uma outra inovação importante que o projeto traz para o país é a análise prévia de atos de concentração, com prazos fixos e determinados para análise. Hoje, as operações são realizadas... É o que nós chamamos no sistema *expost*, ou seja, as empresas fecham a operação, a empresa adquirente passa a assumir o controle dos ativos da empresa adquirida, e só depois, 15 dias depois, é que apresenta essa operação ao CADE, que começa a fazer sua análise, e é uma análise demorada, muitas vezes complexa, e que pode demorar muito tempo. Isso é ruim para a sociedade e para os consumidores, porque torna pouco efetiva a atuação do Estado na proteção da rigidez do mercado. Isso é ruim, e muito ruim, para os empresários, porque impõe aos negócios no Brasil uma incerteza associada a essa demora, a essa questão jurídica. Tem operações, por exemplo, que hoje, realizadas há mais de seis anos, ainda pende uma dúvida jurídica sobre a sua possibilidade, ou não, de ter aprovação, ou não. Isso é um descalabro, isso é um custo-Brasil que não pode mais continuar acontecendo. Obviamente, quando o empresário não tem a certeza jurídica de que se tornará titular dos ativos, ele deixa de investir. Quando deixa de investir, são menos empregos que são criados, são menos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e por aí vai.

A análise prévia, ela só faz sentido com a existência de prazos fixos e determinados de análise. Significa dizer que, hoje, não existem prazos para o CADE e para o sistema brasileiro de defesa da concorrência como um todo proferir seu parecer. O que em alguns casos aconteceu, Sr. Presidente, de uma decisão ocorrer dois anos depois da operação ter sido realizada. O projeto impõe aos órgãos de defesa da concorrência prazos fixos, determinados e improrrogáveis de análise, de modo que o empresário possa saber, com certeza, quando haverá a decisão favorável ou não, o que pode e o que não pode fazer em relação àquela concentração econômica. Isso é fundamental para que esse sistema funcione adequadamente e introduza no Brasil uma melhoria no ambiente de negócios no país. Eu mencionei algumas contribuições que foram feitas pelos representantes dos advogados e dos economistas que militam mais proximamente do CADE, que são as Comissões de Defesa da Concorrência, da OAB de São Paulo, e o Instituto Brasileiro de Estudos, IBRAC... É um nome comprido e a minha miopia não permite... Mas também houve um diálogo bastante [soa a campainha] proveitoso, Sr. Presidente, com as agências reguladoras, que fizeram quatro propostas bastante razoáveis e que merecem, também, ser consideradas, e, sobretudo, com a Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL, que tinha algumas demandas e que, em conversa ontem com o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Presidente da ANATEL, foram equacionados. Então, eu acredito que aproximamos, mais uma vez, de um novo consenso que tornará o Projeto de Lei ainda melhor do que aquele que foi encaminhado ao Senado Federal. Obrigado e eu fico à disposição das perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Antônio Sanches Badin, pela sua exposição e passo agora a palavra ao Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT. V. Exa. disporá de oito minutos para a sua exposição, prorrogável por mais dois minutos.

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Dr. Badin, Presidente do CADE; demais autoridades, senhoras e senhores. Eu vou, na verdade, apresentar aqui uma nota conjunta dos Presidentes das agências que participaram de diversas reuniões sobre esse assunto, inclusive de debates com o CADE, com a SEAE, e tiraram uma posição conjunta e um consenso entre as agências, e tem uma nota que eu trago, que já foi encaminhada para os Senadores que analisam esse projeto, e que refletem uma posição de consenso, e eu acho que inclusive de consenso com o próprio CADE, hoje. Essa nota é assinada pelos Presidentes da ANATEL, da ANEEL, da ANP, da ANVISA, da ANA, da ANS, da ANTAQ, da ANTT e da ANCINE. Os dirigentes das agências reguladoras federais, imbuídos do propósito de colaborar com a implementação dos instrumentos de política pública do Estado Brasileiro e conscientes da importância do projeto em discussão, por sua proposta de reformular o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, apresentam, na condição de responsáveis pelo processo regulatório de setores estruturais do país, contribuições para o aprimoramento do Projeto de Lei 06, de 2009, em tramitação no Senado Federal. Cabe manifestar, de pronto, o reconhecimento quanto a importância da convergência de esforços entre a missão das agências reguladoras e dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, na busca de celeridade no trâmite dos processos e previsibilidade dos atos praticados, voltados para o desenvolvimento equilibrado do mercado e alicerçada no processo democrático de manifestação

dos interesses de todos setores da sociedade, nas atividades reguladas pelo Estado.

Salienta-se que as agências reguladoras têm o dever precípuo de zelar pelo equilíbrio e desenvolvimento do mercado regulado, pela preservação do serviço, pela defesa dos direitos do usuário e pela implementação de políticas públicas setoriais. Para o desenvolvimento dessas importantes competências, foram providas de quadro técnico especializado e de estrutura decisória de colegiado para atender a necessidade de preservar a imparcialidade nas decisões. Nesse sentido, torna-se importante a parceria de atuação entre as agências e os órgãos do SBDC, em vista do alto nível de especialização e conhecimento exigido para atuar no âmbito dos diversos setores regulados, em face do ambiente de contínua e profunda inovação e de convergência tecnológica. Neste contexto, a *expertise* e o domínio de grande volume de informações técnicas são componentes essenciais para as agências contribuírem para a inibição das práticas e condutas anticoncorrenciais. Com esse intuito, as reflexões sobre o Projeto de Lei em referência resultaram na convergência de opiniões em relação a aspectos relevantes, não obstante as alterações afetarem de forma diferenciada os diversos setores regulados, apresentados a seguir sob a forma de proposições, com o objetivo de aprimorar o Projeto de Lei 06, de 2009.

Proposição A. Art. 9º: "Responsabilização das agências reguladoras, em relação à obrigação de prestar toda a assistência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE". O art. 9º dispõe, em seu § 3º, sobre a obrigação das agências reguladoras prestarem, sob pena de responsabilidade, toda a assistência e colaboração que lhes for solicitada pelo CADE, incluída a elaboração de pareceres técnicos sobre as matérias de sua competência. Esse dispositivo que, em princípio, tem o objetivo de possibilitar que o CADE obtenha a assistência das demais entidades, confronta com os princípios da independência e da autonomia das agências, conceito esse essencial para o fortalecimento do sistema regulatório, ao submeter seus corpos diretivos a dirigentes de outra entidade. Além disso, causaria constrangimentos ao relacionamento entre os órgãos e entidades envolvidos no processo e ensejaria conflitos de competência e insegurança jurídica. Ademais, observa-se que a questão de responsabilidade está adequadamente tratada em outros diplomas legais. A proposta das agências é a supressão do § 3º, do art. 9º.

B. Art. 19: "Competência opinativa da Secretaria de Acompanhamento Econômico, SEAE, em consultas públicas e revisões tarifárias". O art. 19, Incisos I e II, trata da competência opinativa da SEAE sobre regulamentos em consulta pública. O inciso II refere-se ao tema de forma geral e aplica-se a todos os setores. O inciso I é específico para agências reguladoras e destaca a competência da SEAE em relação aos pedidos de revisão de tarifas. A manifestação de opinião da SEAE, no momento das consultas públicas, ou audiências públicas, converge com as expectativas das agências reguladoras e fortalece o processo democrático de manifestação de interesses de todos os setores da sociedade nas atividades reguladas pelo Estado. Contudo, em relação à competência do Inciso I, de opinar, quando entender pertinente, sobre os pedidos de revisão de tarifa, faz-se necessário que essa alteração seja analisada à luz dos impactos sobre a estabilidade regulatória e a segurança jurídica. Necessário mencionar, nesse contexto, que a revisão dos termos constantes nos contratos de concessão, incluídas as revisões tarifárias, é presentemente de competência exclusiva das agências. Nesse sentido, entende-se prudente promover adequações na redação do artigo, assegurando, por um lado, a contribuição opinativa da SEAE sobre minutas e atos normativos em consultas públicas, e, por outro lado, preservando a estabilidade regulatória dos setores regulados, especialmente no que se refere aos processos de revisão tarifária. A proposta das agências é no sentido de supressão do Inciso I, considerando que o Inciso II trata do tema de forma geral, assegurando a participação opinativa da SEAE nas consultas públicas.

Item 6. Art. 64: "Aprovação tácita de projetos de concentração econômica". Em relação à proposta do art. 64 do Projeto, referente à aprovação tácita dos atos de concentração econômica, apesar de se perceber que a intenção da proposta seria de possibilitar celeridade e previsibilidade no julgamento dos processos, há de salientar que a aprovação tácita exporá a vulnerabilidade dos setores regulados, seus modelos e políticas. [soa a campainha]. A possibilidade de que uma operação danosa à competição possa ser aprovada tacitamente acarretará risco para a estabilidade dos setores regulados e fragilidade ao processo decisório das agências. Ademais, os órgãos do Poder Executivo deveriam fixar prazos factíveis o suficiente para as análises dos processos, a fim de não possibilitar que o seu volume ou a sua complexidade prejudique a conclusão da instrução processual. Estou concluindo, Presidente. Adicionalmente, menciona-se que a administração pública tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações em matérias de sua competência. A proposta das agências é no sentido da supressão do art. 64.

Art. 122: "Requisição de servidores de forma irrecusável". A proposta contida no art. 122, § 1º, fixa a impossibilidade de qualquer órgão do Poder Público Federal recusar requisição de servidores por órgão do SBDC. Se implementada, a medida pode constituir problema para a administração das agências, pois é notório o fato de que os entes reguladores já enfrentam dificuldades graves pela falta de pessoal. A proposta das agências é pela supressão do § 1º, do art. 122. E, finalmente, Presidente, a inclusão do art. 122 A, considerando que o dispositivo dessa lei, relacionado com as competências definidas para os órgãos do SBDC, estabelece sombreamentos com as atribuições legais das agências reguladoras. Propõe-se a inclusão do art. 122 A nas disposições finais, para evitar o comprometimento à estabilidade da segurança regulatória. A proposta é inclusão do art. 122 A, com a seguinte redação: "As disposições dessa lei aplicam-se subsidiariamente à legislação específica e às respectivas leis de criação das agências reguladoras". É essa a posição das agências. Agradeço a oportunidade de estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Bernardo, pela sua exposição. Gostaria de registrar a todos os presentes a presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Renato Casagrande, um dos autores do Requerimento para a reunião de hoje, que está sendo realizada aqui, na Comissão de Infraestrutura. Gostaria de convidar para fazer parte à Mesa o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações. Em seguida, logo de imediato, passo a palavra ao Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, professor doutor da Universidade de Brasília e representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE. V. Sa. tem oito minutos para a sua exposição.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS: Excelentíssimo Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Também gostaria de anunciar a presença da Dra. Mariana Tavares, secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que também já se encontra com assento à Mesa principal dos trabalhos. Peço desculpas ao Dr. Antônio Augusto. V. Sa. terá o seu tempo acrescido. Com a palavra, por favor.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS: Sr. Presidente, eminentes Senadores presentes. Inicialmente, o Ministério Público Federal agradece o convite para participar deste evento por demais importante, em momento significativo não só para a defesa da concorrência, mas também para toda a comunidade, para toda a sociedade. Na qualidade de representante do Ministério Público Federal, me caberia, de início, abordar o tratamento dispensado ao Ministério Público Federal, no que toca ao Projeto de Lei nº 06, de 2009. Evidentemente que esta redação que aqui abordarei, e ela está lançada no art. 20, trata de forma restritiva na atuação do *parquet*. Atualmente, à luz da lei antitruste brasileira vigente, o Ministério Público participa de todos os processos que tramitam no CADE, e isso, de alguma maneira, preserva os interesses coletivos que estão expressamente previstos no parágrafo único, do art. 1º, da Lei 8884 de 94. Contudo, a prevalecer a redação que foi dada ao art. 1º, parágrafo único do Projeto de Lei, ora em discussão, teremos uma substancial redução das funções constitucionais do Ministério Público Federal, junto ao CADE, tendo em vista que, pela literalidade do respectivo dispositivo legal, ficará o *parquet* reduzido a se manifestar em menos de 6% dos processos que tramitarão pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. É evidente que uma situação desta natureza malfere a Constituição Federal, especificamente no art. 127, que confere ao Ministério Público a qualidade de guardião da ordem jurídica do Regime Democrático dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis. Dir-se-ia, a essa altura, que o Ministério Público já equacionou suas dificuldades com esse Projeto de Lei, e assim poderíamos dizer apenas hipoteticamente, porque o eminente Presidente do CADE tem se esforçado para conciliar os diversos interesses em destaque, para que os debates acerca do PL tenham um curso regular e de sucesso. Todavia, nós precisamos lembrar que não basta somente uma resolução conjunta entre o CADE e o Ministério Público, estabelecendo a atuação do *parquet* ali. Não basta, por outro lado, o eminente líder do Governo ter, em uma das sessões anteriores, se comprometido, em nome do Presidente da República, em vetar o dispositivo do art. 20, que restringe a atuação do Ministério Público no CADE. E eu chamo a atenção que não basta, dada a manifesta inconstitucionalidade do art. 20, ao restringir competências e atribuições constitucionais que emergem diretamente do art. 127, *caput*; do 129, III, da Constituição Federal, associado a uma Lei Complementar de número 7593, que preserva a rigidez à atuação do Ministério Público Federal em todos os processos do CADE, porque estes estão caracterizados por força da própria lei ora vigente, bem assim no mesmo dispositivo, numericamente enquadrado do PL, como bens de interesse coletivo, cuja titularidade, repita-se, é a coletividade.

E eu digo que não basta essas declarações, seja do líder do Governo em vetar a norma do art. 20, seja

no que toca à nossa resolução conjunta do CADE com a Procuradoria-Geral da República, o que é louvável, a tentativa de conciliar e evitar que tenhamos alguma redução, mas não resolve por uma razão muito simples. Não resolve porque mais que nunca o Ministério Público precisa estar atento. Precisa estar pronto para fiscalizar a nova estrutura do CADE. Se este projeto vier a lograr êxito, vier a ser aprovado, mais que nunca o Ministério Público se fará presente. E por que eu digo? Trago para os senhores somente uma referência. E como este projeto trata da estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, só para trazer algumas observações. Quem quiser consultar pelo sistema de informática do computador, pelo Word, quantas referências se faz à Superintendência Geral da nova estrutura do SBDC. Nós encontraremos 96 referências à Superintendência Geral do CADE. Encontraremos para o Presidente do CADE apenas 36. Para os conselheiros, 46. Para a SEAE, 15 referências. À PROCADE, 25. Ao MPF, cinco referências. E para os destinatários de todo este trabalho ingente de defesa da concorrência, os consumidores, apenas, Senador Renato Casagrande, cinco referências. Ou seja, o destinatário de tudo isso tem apenas cinco referências. E aí a nossa preocupação, a preocupação do Ministério Público Federal. Quem vai fiscalizar o super xerife, o detentor dos super poderes que confere este Projeto de Lei à Superintendência Geral? Ora, somente o Ministério Público, se for preservada a sua atuação, conforme consta da Constituição Federal e da Lei Complementar 7593, poderia minimamente – não vou dizer satisfatoriamente, mas minimamente – ter qualquer tipo de atuação, Senador Collor, na fiscalização da atuação da Superintendência Geral. Imaginem V. Exas., Srs. Senadores, que o superintendente geral vai conduzir tudo. Pode mandar arquivar, pode mandar desarquivar, pode mandar instaurar e tudo isso sem a efetiva participação do colegiado. Do colegiado formado por sete conselheiros do CADE.

Então, esta situação pertinente à Superintendência Geral preocupa por demais o Ministério Público. Porque, se é verdade que nós do Ministério Público reconhecemos que o projeto tem avanços, que este projeto pode ser muito bem aproveitado em muitos pontos relevantes, nós sabemos que seria necessário reestruturar a questão da Superintendência Geral. Se nós conseguíssemos obter um avanço no que toca à reestruturação interna do sistema brasileiro de defesa da concorrência, no que toca, especificamente, à Superintendência Geral, desconcentrando... E aí é uma ironia. Nós trabalhamos com a desconcentração, com o controle da concentração econômica, com o fim de preservar toda a cadeia produtiva até o consumidor final. Ora, nós temos aqui uma inversão de valores. E a inversão de valores é um órgão interno do SBDC, chamado Superintendência Geral, concentrando competências e praticamente exaurindo, sem a devida e correta fiscalização e sequer, em muitos momentos, do poder revisional do próprio Conselho, que é um órgão colegiado. Esta situação é por demais relevante, embora haja outras, Srs. Senadores, que exigem alguma atenção. Por exemplo, [soa a campainha] nós precisamos estar atentos para um fato corriqueiro. Nós não temos suplente no CADE. Nós não temos, também, previsão de suplência para o Tribunal Administrativo, criado dentro da estrutura do SBDC. Ficamos sempre esperando, naturalmente, a burocracia, o processo natural de provimento dos cargos, para que os processos tenham regular andamento. Ora, no nosso projeto, temos aqui uma competência dirigida ao Presidente do Conselho para prover, evidentemente, dentre cidadãos de reputação ilibada, o substituto, interinamente. Mas, dentre esses aspectos, o mais importante é dizer que o Presidente de um órgão colegiado é um coordenador. Ele não é o Presidente da República, que tem poderes para definir, para nomear, para indicar. Então, esse é mais um dos aspectos, Sr. Presidente, que poderia merecer a consideração ao menos no que toca à competência, para que caiba, não ao Presidente monocraticamente, mas, sim, ao Conselho, como um órgão colegiado detentor de poderes e competência para tanto. Me encontro à disposição dos Srs. Senadores para responder eventuais questões que se façam necessárias. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, pela sua exposição. Eu gostaria de convidar para fazer parte aqui dos trabalhos o Sr. Rutelly Marques da Silva, secretário adjunto da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que acaba de chegar, e também gostaria de passar a Presidência dos trabalhos a S. Exa., o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, um dos autores do Requerimento de convocação da presente reunião.

[*troca de presidência]*

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Fernando Collor, senhores convidados dessa Audiência Pública. O tempo já aqui determinado pelo Presidente Collor, e que nós seguiremos, são oito minutos mais dois, completando dez minutos. E agora, com a palavra, a Sra. Mariana Tavares de Araújo, secretária de direitos econômicos do Ministério da Justiça. Com a palavra por oito minutos, se precisar mais dois minutos.

SRA. MARIANA TAVARES DE ARAÚJO: Obrigada, Senador Casagrande. Bom-dia a todas e a todos. Agradeço aos Senadores presentes, especialmente ao Senador Fernando Collor, ao Senador Casagrande e Sr. Senador Wellington Salgado. Gostaria, também, de pedir desculpas pelo atraso e louvar a pontualidade dessa Comissão. Não vou usar nem de longe os oito minutos, muito menos os dez minutos. Gostaria apenas de reiterar o que foi dito pelo Presidente Badin. Esse é um projeto cujas três principais fundações têm obtido amplo consenso desde o Governo anterior, e estão, as três alterações fundamentais, em linha com as melhores práticas internacionais, e tem por objetivo melhorar o ambiente de negócios no Brasil. As contribuições que já foram feitas aqui na Mesa e que, certamente, ainda serão apresentadas, poderão, naturalmente, enriquecer o projeto. Algumas delas nós já tivemos oportunidade de discutir desde as últimas Audiências Públicas. Esse é um ponto que eu também gostaria de ressaltar. Esse projeto, desde o início da discussão na Câmara dos Deputados, foi discutido em inúmeras Audiências Públicas e desde que chegou aprovado, em dezembro do ano passado, na Câmara dos Deputados, e desde que chegou ao Senado, obteve ampla aprovação na CAE e onde também foi debatido em diversas oportunidades. Debater nunca é demais. Por isso louvo e agradeço por essa oportunidade e me coloco à disposição para esclarecimentos adicionais durante as perguntas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Mariana, pela sua participação e pela economia do tempo. Eu passo a palavra, agora, ao Sr. Rutelly Marques da Silva, que também tem oito minutos e, se necessário, mais dois.

SR. RUTELLY MARQUES DA SILVA: Obrigado, Sr. Presidente. Eu também não farei uso, acho, dos meus oito minutos. Acho que boa parte do que eu teria a falar já foi falado aqui. Gostaria de enfatizar que o PL é um avanço para o sistema, assim como colocou a Mariana. Está em linha com as melhores práticas. Promove uma reorganização do sistema que ajuda na condução dos negócios, reduz custo de transação para as empresas, para os agentes econômicos, ajuda, também, o setor público a reduzir custos, na medida em que essa atribuição vai ser feita de forma mais ágil, e isso acho que é uma preocupação que todos nós, gestores públicos, devemos ter, e acho que foi com essa ideia que o Projeto foi concebido. Talvez não seja o melhor desenho, mas foi o que foi possível, e, mesmo assim, é um avanço muito grande. No que diz respeito, particularmente, à SEAE, a gente entende que, como são definidas várias funções dos órgãos que hoje compõem o SBDC, o projeto reafirma o papel que a SEAE já tem exercido, que é o de advocacia da concorrência, isso tanto para fora do Governo como para dentro do Governo. Quem tiver a curiosidade de olhar no próprio site da Secretaria, vai ver que esse papel SEAE já tem desenvolvido, sempre procurando respeitar a autonomia dos órgãos que tem que ter autonomia. A nossa contribuição sempre tem sido de forma a contribuir para que as instituições melhorem o trabalho que elas têm realizado, trabalho, diga-se de passagem, louvável, principalmente no caso das agências reguladoras. O nosso intuito é sempre contribuir. Obviamente, a redação de texto é sempre passível de ajuste e a gente entende isso, e a nossa intenção é contribuir para que esses ajustes, que serão importantes, sejam feitos. Mas, enfatizando aqui, que o nosso papel é que... A nossa esperança é que esse projeto aprovado, ele melhore a conformação da atuação dos órgãos e que promova um ajuste na atuação desses órgãos e que, com isso, a gente tenha redução de custo para a empresa e para o setor público. Só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Rutelly, também, pela sua síntese com relação à sua participação nessa audiência. Registro e agradeço a presença do Dr. Paolo Zupo Mazzucato, que é Presidente da Comissão de Concorrência e Regulação da Ordem dos Advogados da seção de Minas Gerais; Dr. Domingos Teixeira Bedran, conselheiro da ANATEL; Sra. Ângela Beatriz Catarcione, chefe de gabinete da Presidência da ANATEL. E passo a palavra ao Dr. Pedro Zanotta, por até oito minutos.

SR. PEDRO ZANOTTA: Bom-dia a todos. Sr. Presidente Renato Casagrande, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Srs. Senadores e senhores presentes. O saudoso Professor Weter Faria, que foi Presidente do CADE no final dos anos 80, ele dizia que o órgão era conhecido como 'Cadê', porque ninguém sabia quem eram os seus membros, o que ele fazia e onde se reunia. Desde então, e por força de um trabalho extraordinário desse Congresso Federal, com a edição da Lei 8884, de 1994, houve uma mudança bastante significativa na defesa da concorrência no Brasil. A partir dessa lei, a defesa da concorrência no Brasil mudou radicalmente. Sucederam-se gestões muito eficientes nos três órgãos integrantes do sistema. Nós, advogados, também certamente contribuímos para a sua aplicação e evolução, e chegamos hoje, nos dias atuais, onde o nosso sistema está bastante maduro e de maneira a permitir a revisão legislativa e o seu aperfeiçoamento. Esse é o objetivo do Projeto de Lei, enviado pela Câmara no final do ano passado, e que é objeto da análise

dos Srs. Senadores. Eu aqui represento a Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB de São Paulo, que é uma Comissão composta de cerca de 60 advogados, todos atuantes nas áreas de concorrência e regulação, e, portanto, nos sentimos bastante intitulados a colaborar e participar desse processo. A nossa Comissão acompanha o projeto desde a sua edição, desde o seu nascimento em 2005. Participamos do processo na Câmara, apresentamos sugestões na Câmara, algumas acatadas, outras que nós queremos trazer à discussão novamente, e tenho certeza que é uma oportunidade bastante importante de se trazer melhoria e eficiência ao sistema.

De uma maneira geral, a nossa Comissão apoia o projeto. Ele representa, como eu disse, o amadurecimento do sistema brasileiro, depois de anos de aprendizado. Nós temos 15 anos de aprendizado da lei e anos de discussão bastante democrática e transparente. Os órgãos integrantes do sistema são bastante abertos à discussão. Nós tínhamos cerca de 40 sugestões de emendas a serem feitas ao projeto. Debatemos com o Presidente Badin essas sugestões, conseguimos consenso em algumas delas, em outras, infelizmente, não foi possível. E hoje eu trago aos senhores – depois eu entregarei – um trabalho, trazendo 30 sugestões de emendas a serem feitas ao projeto. O projeto está baseado em três pilares fundamentais com os quais a nossa Comissão está totalmente alinhada. O primeiro deles é a eliminação de guichês, a simplificação de procedimentos, sobre o qual o Presidente Badin falou; o segundo deles é a análise prévia dos atos de concentração, que é o modelo adotado em todo o mundo e que torna, sem dúvida, o sistema mais eficiente; e o terceiro pilar fundamental do projeto e necessário para atingir seus objetivos é a criação de um quadro de carreira. Os pilares, como eu disse, são relevantes e contam com o nosso potencial apoio. No entanto, temos, como eu disse, cerca de 30 sugestões ao projeto, algumas mais relevantes, outras mais simples. Mas eu queria chamar a atenção apenas cinco pontos em razão do... Não falaria sobre os 30, de maneira alguma, mas dos 30 eu selecionei cinco pontos para comentar rapidamente, dentro do tempo que me foi concedido. O primeiro deles diz respeito ao *quorum* para as decisões do colegiado. Nós sugerimos alteração do art. 6º, § 6º do Projeto, que, na sua redação original, permite ao Presidente do CADE indicar qualquer servidor para cumprir mandato vago até a posse do novo conselheiro. Nós entendemos que essa concessão dada ao Presidente do CADE é extremamente ampla, deveria ser mais restrita, e a nossa sugestão... Eu até na Audiência Pública da CAE havia feito uma sugestão bastante difícil de ser implementada, depois nós reconhecemos, nas conversas com o Presidente Badin, que o Procurador-Geral do CADE, ou membro do Ministério Público Federal, tivesse assento no Conselho; mas, justamente por atuarem praticamente em todos os processos, eles poderiam estar impedidos, também, de proferir voto, e, por essa razão, a nossa sugestão é no sentido de que "qualquer servidor", que está previsto no Projeto, seja trocado pelo gestor público mais antigo na função no CADE, e, exclusivamente, para o julgamento de atos de concentração. Como o Projeto prevê a análise prévia de atos de concentração, as empresas estarão aguardando e dependendo da aprovação do CADE para efetivar as suas fusões, as suas aquisições, e a falta de *quorum* seria um problema bastante grave a impedir a efetivação do negócio.

Então, portanto, esse gestor mais antigo participaria da votação de atos de concentração e não participaria dos demais casos, e nós entendemos que nos demais casos não haveria prejuízo aguardar a recomposição do *quorum*. Outra sugestão, e eu vou mencionar rapidamente, diz respeito a procedimentos para o exercício da advocacia da concorrência. Nós incluímos um capítulo no Projeto tratando disso, com o objetivo de garantir aos administrados maior transparência na atuação dos órgãos responsáveis. No campo processual, um aspecto bastante importante e que nós divergimos do Presidente Badin, mas uma divergência saudável, é a nossa proposta de separar a investigação da instrução. A pessoa responsável por investigar e por denunciar não pode ser a mesma pessoa a fazer a instrução do processo. E, nesse sentido, nós também alteramos alguns artigos do Projeto, para permitir que haja uma outra pessoa responsável pela instrução, na nossa proposta um relator sorteado dentre os membros do conselho. Outro ponto que eu gostaria de comentar [soa a campainha] é o esforço para a preservação do Instituto de Leniência que é absolutamente louvável e com o qual nós concordamos inteiramente. A leniência, sem dúvida, é a ferramenta mais importante para o combate aos cartéis e às demais práticas anticoncorrenciais. No entanto, entendemos, para maior segurança dos futuros lenientes, que é necessária a participação de um Juiz criminal, seja desde o início, seja homologando o acordo de leniência, de forma a garantir aos beneficiários da leniência a extinção da punibilidade quando do cumprimento integral do acordo. Segundo a nossa avaliação, essa extinção não pode ser automática como está prevista na lei atual. Ela depende de um ato de Juiz criminal decretando essa extinção. A valorização do Instituto da Leniência não pode, por outro lado, prejudicar ou deixar de dar importância a outros institutos igualmente válidos para auxiliar as autoridades no combate aos

cartéis e a outras práticas. E, nesse sentido, o acordo que vem previsto nos art. 85 e seguintes do projeto, que trata do termo de compromisso de cessação, TCC, na nossa avaliação ele precisa ter critérios mais claros e objetivos, de forma a criar maior segurança às partes que pretenderem apresentar propostas de acordo. E também dar maior segurança aos administradores, que hoje tem um leque de subjetividade muito grande e eu entendo que para o administrador seria oportuno e importante, também, ter limites nessa sua discricionariedade. E a nossa proposta procura sugerir alguns limites em linha de uma proposta que nós já apresentamos ao CADE quando da edição de uma resolução a respeito do assunto. Por fim, [soa a campainha] quero falar dos atos de concentração. O projeto evolui bastante ao prever a análise prévia. A experiência acumulada nos últimos 15 anos, a nosso ver, permitiria avançar mais um pouco e deixar mais claro, definir com mais objetividade quais atos estão, realmente, sujeitos a apreciação do sistema, e, nesse sentido, a nossa proposta procura fazer isso. Cumprimento os senhores, o Senador Renato Casagrande pela iniciativa dessa audiência. As sugestões que nós trazemos, elas derivam da certeza de que o Sistema de Defesa da Concorrência do Brasil vive momento extremamente positivo, rico, com reconhecimento internacional, e esse momento, portanto, é oportuno para este projeto. Agradeço a oportunidade dada à nossa Comissão e fico à disposição dos senhores. Eu vou entregar, depois, aos Srs. Senadores, cópia desse trabalho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. Pedro Zanotta. Registro a presença do Senador Eliseu Resende, Senador Flávio Torres, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Paulo Duque. Senador Wellington Salgado. Desculpa, Senador Wellington Salgado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Parabéns. Está muito elegante. Passo a palavra ao Dr. João Bosco Leopoldo Fonseca, que é membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, da OAB, Minas Gerais.

SR. JOÃO BOSCO LEOPOLDO FONSECA: Exmo. Sr. Senador Renato Casagrande, Senador Fernando Collor, Senador Wellington Salgado. Eu agradeço o convite que foi feito à OAB de Minas Gerais e pertenço umbilicalmente à Universidade Federal de Minas Gerais, também é um convite feito à universidade e à faculdade de que participei há 41 anos. Alguns tópicos já foram mencionados, e eu, depois, entregarei a nossa opinião sobre alguns temas. Inclusive, o art. 6º, § 6º o Dr. Pedro Zanotta mencionou. Eu endosso a perspectiva de unificação dos órgãos, a comunicação prévia dos atos de concentração, isso é muito importante. Mas eu fiquei muito feliz em ouvir o professor Dr. Augusto Aras, com relação ao problema da Superintendência Geral. Eu até imagino que se poderia trocar o nome para Diretoria Geral ou Diretor-Geral, que é da tradição dos nossos órgãos. Se verificarmos no Supremo Tribunal, é o Diretor-Geral, o STJ é o Diretor-Geral; os outros tribunais também. A Superintendência me soa mais como um aspecto muito mercantil, muito empresarial. E também me preocupam os poderes dados ao superintendente geral, inclusive em um dos artigos, por exemplo, no art. 13, Inciso V, o superintendente tem o poder de requisitar de todos os órgãos... Eu entendo que aí todos os órgãos, autoridades e entidades, eu entendo que ele possa requisitar, também, do Supremo Tribunal, do STJ, e é, a meu ver, uma inadequação do verbo, pelo menos, porque requisitar é exigir. E eu acho que o superintendente que é membro... É um órgão administrativo, ele extravasaria de seus poderes se ele requisitasse uma informação ao Presidente do Supremo ou a algum Ministro do Supremo. Eu acho que aí seria mais um requerer ou solicitar, alguma coisa mais ou menos desse tipo. Mas também – e é um ponto que me parece sumamente importante – o art. 48, do Projeto, diz lá: "Esta lei regula os seguintes procedimentos administrativos, instaurados para prevenção, apuração e repressão de infrações à ordem econômica". Ora, quando se fala em infrações à ordem econômica, eu não posso contemplar o processo administrativo para a análise de atos de concentração, porque ato de concentração não se define, inicialmente, como infração da ordem econômica. Nós estamos sugerindo que pudesse até ser de forma diferente, dizer: "Regulam-se, por essa lei, os seguintes procedimentos administrativos instaurados quer para prevenção, apuração e repressão de infrações à ordem econômica, quer para a análise de atos de concentração econômica". E um outro aspecto é que aqui nós temos cinco ou seis procedimentos administrativos... Seis. O que, a meu ver, extravasa, até mesmo, do ponto de vista da sistemática do Código de Processo Civil, que anteriormente, o de 39, tinha lá: ação executiva, ação mais isso, ação... Hoje nós temos, simplesmente, ação. Ora, por que não ter aqui procedimento? E, dentre os procedimentos que estariam enumerados, seria inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica, porque eu tenho que apurar antes de punir, eu não posso, como

diz no projeto, apuração... Vejam bem, apuração de infrações e processo administrativo para imposição de sanções. Ora, se o processo administrativo já se inicia com a intenção de aplicar sanção, então ele já prejulgou a situação. Eu acho que é um pouco inadequada essa situação. Eu sugeriria, ou quando digo eu, aqui, digo representando as pessoas que me trouxeram, mas o inquérito administrativo para apuração de infrações, processo administrativo para apuração de infrações, seguindo a ordem atual, ainda, de averiguações e processo e o processo administrativo para a análise de atos de concentração. Acho que é tudo simples. Não sei se estaria dizendo coisas tão simples que são até evidentes. Vejam, criticamos, também, o aspecto do poder decisório do superintendente geral. Ora, ele não tem poder decisório. Ele é meramente chefe, ele é Diretor de um órgão de instrução. Se ele é Diretor de um órgão de instrução, veja, no ponto de vista do Ministério Público, quando há um inquérito e depois o Ministério Público entra, se o Ministério Público opina pelo arquivamento, ele submete ao Juiz. Então, não há sentido em o superintendente, e que eu chamaria de Diretor-Geral, querer dizer que aqui se trata de poder ele arquivar o processo sem ulteriores considerações. Ele não tem poder decisório. E um último ponto. O Dr. Pedro Zanotta até me deu uma sugestão muito interessante do ponto de vista do Juiz criminal, da participação do Juiz criminal. Eu entendo que o art. 87 incide em uma inadequação. Por quê? A Lei 8137 definia os atos, as infrações contra a ordem econômica como crimes, em uma reversão de tendência totalmente inusitada, porque tanto a Legislação do Canadá caminhou no sentido de descriminalização, não é do contexto da União Européia a criminalização de condutas, nos Estados Unidos, sim. Aquilo nasceu, o próprio *Sherman Act* nasceu dentro de uma concepção de crime. Multa e crime. Não é da nossa concepção, da nossa cultura brasileira colocar esses atos como crimes. E até por aquilo que nós sabemos comumente: quantos grandes empresários vão para a cadeia no Brasil? E mais, eu diria, até, que todos os grandes empresários ficariam satisfeitíssimos em definir cartel como crime, porque todos eles iriam para a reunião de formulação de cartel já com o *habeas corpus* preventivo. Ou seja, é um problema realmente sério de nós transplantarmos criminalização de conduta do contexto norte-americano para o contexto brasileiro. A nossa cultura é diferente, a nossa cultura é outra. E eu diria que a Lei 8157 ela foi revogada pela Lei 8884, porque aquilo que a gente pega na lei de introdução ao Código Civil, a lei nova, que descreve as condutas anteriormente, revoga a anterior. Ora, a Lei 8884 descreve exatamente as condutas da 8157 e diz: São infrações à ordem econômica. Não são crimes.

Então, é alguma coisa que nós deveremos pensar no sentido de reformular. Eu agradeço à Comissão, agradeço ao Senador Casagrande, ao Senador Collor, ao Senador Wellington Salgado pela convocação. Aliás, foi uma iniciativa do Senador Wellington Salgado nos trazer aqui para trazer essas opiniões, até porque, do ponto de vista de propriedade intelectual, nós já entregamos a ele e eu reformularei todo esse pensamento para entregar por escrito a V. Exas. e à Comissão também. Agradeço a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. João Bosco, e passo, então, a palavra ao Sr. Tito Amaral de Andrade, que é diretor de concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, IBRAC. Com a palavra por até oito minutos.

SR. TITO AMARAL DE ANDRADE: Muito obrigado, Senador Renato Casagrande. Agradeço e congratulo essa iniciativa do Senado. É um momento profícuo, oportuno para essa discussão, e na pessoa do senhor, também agradeço e congratulo Senador Fernando Collor de Mello, Senador Wellington Salgado. Só para fazer uma diferenciação entre OAB e IBRAC, apesar de eu ser Advogado, o IBRAC, além de Advogado, tem seus quadros economistas, engenheiros, acadêmicos, quer dizer, pessoas, de uma maneira geral, interessadas no tema do direito da concorrência. É um órgão plural, portanto, nenhuma crítica obviamente à OAB. Em linhas gerais, nós do IBRAC também estamos bastante alinhados com os pilares principais desse Projeto de Lei. Nós entendemos que esses pilares refletem de fato um avanço no que se refere ao direito da concorrência no Brasil, mas, a despeito disso, temos algumas considerações que achamos importante que sejam examinadas pelo Senado, algumas delas já tivemos oportunidade de discutir com membros do SPDC, Dr. Arthur Badin, Dra. Mariana, e gostaríamos, aqui, de apontar algumas delas. Vou tentar ser bastante breve, e em função do nosso tempo e talvez mencionar três ou quatro pontos que consideramos cruciais. Primeira situação é a questão da nomeação do conselheiro interino no período de vacância. Pegando um pouco a carona do Dr. Zanotta do cadê e do CADE, hoje nitidamente todo mundo sabe onde está o CADE. É difícil abrir uma página de jornal hoje no Brasil e não ter alguma notícia sobre o CADE, uma decisão importante, um ato de concentração examinado, um cartel desbaratado, etc. Ou seja, são assuntos e temas da mais alta relevância para esse país. Nesse sentido, nós achamos que é muito importante que o processo de nomeação e de aprovação de um conselheiro

para esse Tribunal, passe pelos trâmites clássicos de indicação do Presidente, a sabatina do Senado, naturalmente, e até que ele possa ser empossado. Isso vai trazer, na nossa opinião, garantias importantes de transparência para esse processo, a legitimidade que certamente esse conselheiro terá, e a independência que ele vai ter. Portanto, esse é um ponto que a gente considera bastante importante. Nessa mesma linha, a questão da nomeação do Procurador-Chefe, que é esse cargo criado meio na linha do Procurador-Geral, hoje Procurador-Chefe, e do Economista-Chefe. São dois cargos também de extrema importância e que nós entendemos que a aprovação senatorial se faz bastante relevante.

Então, esse é um assunto que gostaríamos de deixar bastante claro. Um segundo aspecto, em relação ao setor de condutas, especificamente em relação a cartel, que é uma prioridade pública, mencionada pela SDE, pelo CADE, a gente entende que há uma situação bastante importante em relação à possibilidade de tomar termos de compromisso de cessação de prática. O Projeto de Lei, na maneira como ele está desenhado, ele permite que as empresas, ou indivíduos, façam uma única proposta de acordo para essa tomada do que a gente chama de TCC. Ainda que se entenda que há incentivos para que se mantenha dessa forma, na maneira que se negocia, talvez dando melhores fichas desde o primeiro momento, talvez fosse importante refletir para que as partes tenham pelo menos duas oportunidades de fazer esse tipo de acordo, de propor esse tipo de acordo. Uma alternativa, que foi a alternativa que o IBRAC já o fez e já transmitiu, inclusive, para o Presidente Badin, é que isso pudesse ser feito pelo menos em dois momentos. Um na SG, superintendência geral, e no segundo momento no Tribunal. A gente fala isso porque sabemos que vários dos casos hoje de cartel em andamento no sistema são casos internacionais com diversas jurisdições e, portanto, os casos tem peculiaridades e tem momentos processuais que impedem as partes, às vezes, de negociar e de fazerem acordos. De sorte que você abrir essa oportunidade para dois momentos pode ser extremamente importante e do interesse, no final do dia, da própria autoridade. Ainda na linha das condutas e dos cartéis, há uma preocupação muito grande hoje com os acordos de leniência. Entendemos que esse instrumento é absolutamente fundamental, se mostrou um sucesso hoje no Brasil e no mundo, mas aqui temos um problema específico em relação à possibilidade dos lenientes, ou seja, dos signatário dos acordos de leniência, de serem também na justiça... Na justiça criminal, serem denunciados por crime de quadrilha ou bando. Esse crime não está previsto no contexto atual do Projeto de Lei. De sorte que seria muito importante para dar segurança jurídica a esse instituto, que esse artigo, que é o artigo 288 do Código Penal, fosse contemplado também no Projeto de Lei.

Na linha dos atos de concentração, há uma preocupação em relação aos filtros. O Projeto de Lei anterior previa nos filtros para atos de concentração, ou seja, aquelas operações que devem ser submetidas ao crivo do conselho, ao crivo do CADE, agora do Tribunal, 150 milhões de reais de faturamento de um lado e 30 milhões de reais o faturamento da outra empresa. Em algum momento houve uma alteração e se passou para 400 milhões de reais para um lado e 30 milhões para outro. Nós consideramos esse valor bastante alto levando em consideração o tamanho da economia brasileira. Apenas para um exemplo, a economia alemã que tem o PIB, mais ou menos, o dobro do PIB do Brasil, tem como critério para modificação de operações, 25 milhões de euros de uma empresa e cinco milhões de euros da outra empresa. Ou seja, são valores bastante inferiores. Tanto a gente acredita que o valor de 400 e de 30 vai deixar de analisar, o CADE deixará de analisar o número significativo de operações que podem ser importantes para a economia nacional. Não esquecendo que hoje o Projeto de Lei da maneira como está, se exclui o critério de *market share*. Portanto, você não mais terá o exame pelo *market share*, pela participação de mercado das empresas. De sorte que esse filtro, ele se torna ainda mais importante dentro desse contexto. E por último, temos uma crítica um pouco mais ampla em relação aos prazos, aqueles previstos no artigo 52 a 65. Como isso é uma... É um ponto extremamente técnico, mas nós submeteremos aos Senadores, às suas assessorias, a questão principal é que nosso entendimento os prazos não se fecham. Os prazos não estão bem concatenados. Isso pode, no futuro, na análise de procedimentos, gerar problemas muito graves. Eram essas as nossas contribuições principais, temos outras, mas achamos que essas sejam as mais importantes, mais uma vez agradecemos a oportunidade e vamos submetê-las todas aos ilustres Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado pela sua contribuição, Dr. Tito Andrade, e passo a palavra, então, ao nosso último expositor, o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, que é Presidente da ANATEL.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Sr. Presidente Senador Fernando Collor, Sr. Relator, Senador Wellington Salgado, demais senhores e senhoras parlamentares, demais membros da Mesa, quero mencionar também o Dr. Bedran, Antonio Bedran, que é meu substituto

eventual na ANATEL e, portanto, é Vice-Presidente da ANATEL. Senhoras e senhores convidados, é sempre um motivo de satisfação comparecer ao Congresso e muito mais nessa oportunidade em que o assunto interessa a significativas comissões do Senado Federal. Eu falo na qualidade de Presidente do Conselho Diretor e Presidente Executivo da ANATEL, nos termos da Legislação vigente que no que respeita a interação que deve existir entre os órgãos públicos e a representação político institucional da agenda. Esclareceria como uma preliminar que, do ponto de vista legal, todos conhecem, mas eu acho útil colocar que, no ponto de vista operacional, esclareceria como preliminar que, do ponto de vista legal, a ANATEL é o órgão do Estado que, no cumprimento da Legislação vigente, cumpre e cumprirá as políticas públicas existentes e que vieram a ser adotadas pelo Legislativo e pelo Executivo. Num ponto de vista operacional, nós, como todos, temos uma certa dificuldade em considerar as agências reguladoras em seu conjunto. E consequente nossas análises é sempre importante ter presentes as especificidades da ANATEL e as das demais, cada agência reguladora. No caso da ANATEL, muito brevemente, entre as especificidades está a lidar com a evolução tecnológica, que é uma realidade cotidiana de todos nós, e também o fato de que as decisões da ANATEL, por várias razões, tem uma repercussão forte no mercado. E ainda o fato de que o setor tem um tamanho relativo muito maior do que no passado.

Hoje, a receita operacional do setor alcança anualmente 187 bilhões de reais, ou seja, mais de 6% do Produto Interno Bruto brasileiro. Eu mencionaria também que nos últimos meses estivemos engajados em conversações informais com os representantes do CADE, especialmente o seu Presidente, Dr. Badin, e outros órgãos, com vista a aperfeiçoar o projeto em consideração. Nós tomamos o cuidado de dar conhecimento aos Senadores mais diretamente envolvidos nessa fase do processo, do fato que chegamos a alguns ajustes relevantes que podem ser analisados e na minha expectativa acolhidos por essa casa. Eu não vou voltar aos pontos comuns para as agências reguladoras, tendo em vista que o Dr. Bernardo Figueiredo já fez sua exposição. E eu mencionaria apenas que a ANATEL endossa a posição das demais agências reguladoras, quando creio foi mencionado pelo próprio Dr. Bernardo. Com relação a pontos específicos da ANATEL, mencionaria alguns apenas. O primeiro deles é que o setor de telecomunicações é regulado pela Lei Geral de Telecomunicações, LGT, com a ressalva das atribuições pertencentes ao CADE. E a LGT marcou uma complementariedade de competências entre a agência reguladora e os órgãos responsáveis da concorrência. Na atual configuração, a LGT atribui à ANATEL competências complementares ao CADE em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações à ordem econômica. Modelo de competição que vigora para o mercado, tem suas diretrizes delineadas em lei e em regulamentação intralegal e resultou em um considerável manancial jurídico, uma série de decorrências são muito claras. Hoje em dia, a agência trabalha, por exemplo, com conceitos específicos como o poder de mercado significativo e com regras próprias para aferir a existência de relações de controle ou coligação societária. Nossa próxima etapa é o Plano Geral de Metas de Competição, que já está em elaboração na agência. No que diz respeito aos atos de concentração de condutas competitivas, a divisão de competências entre a ANATEL e o CADE também segue a lógica da cooperação. Eu devo... Precisarei ressaltar algumas partes, mas evidentemente o texto integral do meu pronunciamento está à disposição dos Senadores e de quem quer esteja interessado. Eu salientaria a cooperação com a SBDC, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que prossegue normalmente, inclusive, a ANATEL é parte desse sistema. A ANATEL adquiriu notável expertise com relação à promoção da competição. Eu passaria direto aos desenvolvimentos que ocorreram ontem no fim da tarde e início da noite, em conversas entre o Dr. Badin e pessoas da ANATEL, inclusive eu. Nós podemos informar, eu posso informar que chegamos a um entendimento no qual foi aceita a parcela significativa das proposições de aperfeiçoamento do projeto, a exceção do artigo 64, o qual possibilita a aprovação tácita dos atos de concentração. Esse artigo nós ainda teremos que discutir um tanto mais. Nós acolhemos, devo dizer, o argumento de que esse dispositivo propiciaria um avanço para o país. Pois permitiria implementar as melhores práticas internacionais relativas à anuência prévia para os atos de concentração. A ANATEL considerou, portanto, adequada a proposta finalmente apresentada pelo CADE. Mas nós teremos que consultar as demais agências sobre esse ponto específico de vez que não houve oportunidade de nós chegarmos a uma decisão no nível das agências, do conjunto das agências. Tendo em vista a especificidade do ponto de vista regulatório no que se refere a anuências prévias para operações que envolvem transferências de controle, tornou-se necessária e ontem foi acordada, a inclusão de artigo que prevê tratamento diferenciado para a ANATEL, de forma a possibilitar a instrução dos processos em prazos distintos aos previstos para a instrução dos atos de concentração, preservando-se os aspectos regulatórios, bem como as questões relativas à concorrência. Nesse sentido a ANATEL e

o CADE, com vistas a adequar a proposta do projeto da regulamentação, propõe a faculdade de a ANATEL adequar o prazo para análise e instrução de processos. Devo salientar que o ajuste a ser regulamentado não deve levar a prazos que sejam excessivamente dilatados, mas sim que sejam suficientes para uma análise acurada que ao final refletirá em ganho para a sociedade brasileira. Este ponto é um ponto importante no sentido de que a ANATEL quer sim a agilidade, a ANATEL não está procurando nenhum tipo de subterfúgio para retardar o andamento do processo. Pelo contrário, nós estamos cientes da nossa obrigação de promover agilidade. Cita-se ainda que houve entendimento sobre a inclusão de dois artigos que prevêem a manutenção das competências da ANATEL. Desse modo, estamos na ANATEL confiantes em que o relator possa considerar os termos ajustados, enquanto esses que serão remetidos à sua consideração ainda esta semana. Da mesma maneira acreditamos que o assunto já está maduro para a decisão e que as sugestões propostas possam ser proveitosas para o aprimoramento do projeto e para o país, considerando os benefícios que o referido projeto trará para o SBDC. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Embaixador Ronaldo Sardenberg, e eu quero aqui fazer o registro da justificativa do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Flexa Ribeiro, que hoje participa do Primeiro Simpósio de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha. Então, está justificando sua ausência e pedindo desculpas aos participantes. Eu tenho aqui os autores do requerimento, que tem preferência, naturalmente o projeto é um projeto muito importante, projeto que estabelece as normas da livre concorrência e reestrutura toda a sua normativa legal. Estabelece claramente a relação com os demais órgãos que também atuam nessa área, e define com clareza ou procuram definir com clareza a função de cada um e o trabalho de cada um. Fortalece essa anuência prévia com relação às decisões do CADE, então é uma matéria de fundamental importância e as informações que nós temos, aqui passadas pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg, e aqui uma relação que precisava ser ajustada com relação à ANATEL está bem encaminhada. A relação com as demais agências reguladoras também está muito bem encaminhada e também com o Ministério Público, também está encaminhado no sentido de uma redação que ajuste a posição dos dois órgãos. Ministério Público e CADE. Naturalmente, nós que estamos no Senado precisando recuperar o tempo, votarmos uma matéria dessa seria muito importante. O mais rápido que a gente puder votar, num ponto de amadurecimento como já foi aqui dito. Então, um dos autores do requerimento, que é o Senador Wellington Salgado, também é o relator da matéria na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, vou primeiramente passar a palavra a ele e perguntar ao Presidente Collor se ele quer se inscrever para qualquer questionamento. Então, o primeiro, o Senador Wellington Salgado, com a palavra. Se possível, por até três minutos. Se possível, não. Vamos marcar três minutos. O máximo para a gente poder ganhar tempo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Casagrande, Arthur Badin, Presidente do CADE, Bernardo Figueiredo, Rutelly, Ronaldo Sardenberg, Secretária Mariana, Sr. Augusto Aras, demais convidados, Pedro Zanotta, meu querido professor de Minas Gerais, João Bosco. Eu queria dizer o seguinte. Essa questão do CADE, essas mudanças que vão acontecer e o Badin a gente sabe muito bem que o CADE, antes do Badin e depois do Badin, você foi um marco. Porque você tem um carinho especial pelo trabalho que faz. Jovem, dinâmico, e isso é importante. Acredita no que faz e isso é que traz resultados. Quando você gosta do que faz, acredita e é competente, você consegue bons resultados. Agora, uma coisa... Uma coisa, não, algo que é muito importante no Senado Federal são as audiências públicas. Porque muitas vezes todos acham que os Senadores entendem de tudo. E não entendem de tudo. É impossível entender de tudo. Então, para mim, eu acredito também para os demais Senadores, esse é um momento importantíssimo no Senado Federal. Muitas vezes os telespectadores da TV Senado acham que quando não há uma reunião no Plenário principal, que nós não estamos trabalhando. Pelo contrário, as comissões estão acontecendo, trabalhamos exaustivamente, várias comissões, são 81 Senadores representando seus partidos, então estão sempre correndo de uma Comissão para outra e muitas vezes até acompanhamos muito o relator que é quem se dedica mais a preparar o relatório. O relator da matéria. Agora, é importante também os setores venham discutir entre eles. Porque não é só nós escutarmos cada um dos senhores e tirarmos uma conclusão. Não é isso. Precisa, como teve o Embaixador Ronaldo Sardenberg colocou aqui, que teve uma reunião com o Badin, discutiram pontos importantes que os senhores detem mais conhecimento do que nós Senadores. São pontos importantes. Eu peço desculpas de ter chegado um pouco atrasado, mas é que sabe que está acontecendo a questão da nomeação do Sr. Toffoli para o Supremo, eu sou Vice-Presidente da CCJ e vice líder do PMDB, e as coisas acontecem e conversam, e quando você vê, você acaba correndo para suas responsabilidades. Mas, vejo um ponto importante,

o Sr. Badin até achou que eu estava demorando um pouco, mas eu sabia que esse momento ia acontecer. A própria audiência, os convidados, a conversa entre vocês... Isso é importante para que venha acontecer. Agora, sim, agora vou pegar todo esse material. Com certeza, vou ver se marco um encontro pessoal com cada um. Agora, também, não existe, assim, nenhum interesse em atrasar, viu, Sr. Badin. Nenhum interesse em atrasar esse projeto, aprová-lo. Acho que as pequenas mudanças vão acontecer e vão ser pequenas. Ouvindo aqui todos presentes, vou convidar, vou ler o material e vou pedir o material antes de eu chegar da exposição de cada um dos senhores, o que eu não peguei, e vou pedir uma ligação para que possa conversar pessoalmente. E marcar, inclusive, uma reunião também com o Sr. Badin, que eu ainda não tive. Porque eu achei que como o Sr. Badin já tem um conhecimento bem da área, eu não tinha esse conhecimento, se eu tivesse antes com ele, de repente eu não teria conteúdo para discutir. Agora não, agora a gente já sabe o que pode ser mudado, o que que não pode, e vou querer ouvi-lo para ver se algumas mudanças que eu venha a apresentar no projeto, não vai interferir no caminho que o CADE e o Governo pretendem.

Então, já está maduro, viu, Presidente Casagrande, para que possa sair esse projeto, no máximo aí em 15 dias. Daqui a 15 dias, a gente pode botar em votação e resolver. Sabendo que na casa é tudo no voto, não é, Badin? Muitas vezes pode se pedir vista e apresentar e você perde e vale aquele outro. O importante é isso. Então só isso que eu queria colocar, Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Wellington Salgado. Anunciar que chegou o Senador Paulo Duque, e como vocês estão... Muito parecidos hoje com relação... À roupa...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Concorrência desleal. Tem que ser tomada uma atitude.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Wellington pediu um terno emprestado a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pediu um terno. O Senador Wellington Salgado pediu hoje um...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É concorrência desleal. Porque essa marca do terno branco é do Paulo Duque desde que eu era menino. Ele tem oito mandatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já é uma cópia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Casagrande, eu queria dizer que, realmente, hoje, eu vim em homenagem ao Paulo Duque, que foi alguém muito importante nessa Casa, assumiu responsabilidades e acalmou o Senado Federal. E muitas vezes a imprensa não teve a consideração devida com o posicionamento dele. Posicionamento firme, corajoso, independente de lado. Então, eu mandei fazer esse terno especialmente para um dia caminhar com ele. Porque eu tenho, assim, o maior orgulho de tê-lo no meu partido, e tê-lo como um grande político. Então eu acho que...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas a grande homenagem vai ser cortar o cabelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está faltando só a parte do cabelo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é ciúme do Crivella, porque é do Rio também. Mas depois eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ainda bem que o senhor falou...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas depois eu vou, também botar uma roupinha e vou andar com o Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Viu, Senador Wellington? O senhor falou que o senhor comprou o terno, porque todo mundo achava que tinha buscado emprestado lá com o Senador Paulo Duque. Mas vamos dar sequência. Só informar o seguinte: esse projeto está na Comissão de Ciência e Tecnologia, vai para a CAE, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Defesa do Consumidor, CCJ. Então, essa audiência aqui é uma audiência conjunta para que a gente possa evitar ou diminuir o processo, economizarmos nessa tramitação e já essa audiência aqui embasar todas as demais comissões. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente Renato Casagrande, Sr. Senador Wellington Salgado, subscritores para que essa reunião pudesse ser realizada, senhores expositores, Sras. e Srs. Senadores. A grande preocupação, acredito que esteja na mente de cada um dos Senadores nesta relação CADE agência reguladora, é exatamente para que... É exatamente o fato de não se desejar, em nenhum instante, que em função desse Projeto de Lei 06, o CADE venha a entrar demasiadamente nas atribuições das agências reguladoras. A criação das agências reguladoras foi um avanço relevante, importante, nessa renovação porque vem passando o Brasil, sobretudo tendo em vista a desregulamentação, a desestatização

e, consequentemente, a preocupação com a defesa dos direitos do consumidor. Foi um grande avanço a criação das agências reguladoras. E esse avanço, acredito, nós todos tenhamos consciência que devemos mantê-lo. Sem desmerecer em nenhum instante o papel desempenhado pelo CADE, que se no passado não tinha uma proeminência que devia, em função das suas atribuições serem muito fragilizadas, em função do tipo de economia em que estava o Brasil inserido, mas a partir de agora, e sob a presidência de Dr. Badin, nós estamos verificando que há o desejo de ativar o CADE, de fazê-lo funcionar adequadamente. Vejo com muita satisfação esse pré-entendimento, porque ainda faltam alguns pontos a serem devidamente costurados, mas já houve um grande avanço nesse debate, entre as agências reguladoras e o CADE, que eu e todos os Senadores hoje festejamos pelo que falou o Presidente da ANATEL, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, e nós aguardamos nas comissões por onde irá tramitar esse Projeto de Lei 06, nos determos mais ainda na análise dessa questão para que saiam fortalecidos o CADE e as agências reguladoras. Eram essas minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente Fernando Collor. E gostaria de convidá-lo a reassumir aqui a presidência dos trabalhos. Senador Wellington. A sugestão do Senador Wellington, por favor, pudesse assumir a presidência dos trabalhos aqui na Comissão. Alguém... Não temos ninguém inscrito. Senador Marcelo Crivella com a palavra. Depois nós vamos dar direito a cinco minutos, se ninguém mais estiver inscrito, a gente já dá direito a alguns comentários finais, para a gente poder partir para o encerramento da audiência.

[*troca de presidência*]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu queria apenas me manifestar sobre a importância do tema. Porque eu não vejo no Brasil nada mais... Eu diria... Nada mais conspiratório contra o nosso progresso e desenvolvimento político, econômico, social e até espiritual, do que a concentração de poder e renda. Estou convencido disso. O problema de concentração de poder e de renda é uma coisa que já foi tratada os primórdios da civilização quando do êxodo hebreu da saída do Egito. Quem lê com cuidado os tratados de Moisés, com três milhões de judeus a caminho da terra prometida, vai verificar que ele teve preocupação, uma preocupação importante e estratégica em traçar normas que evitasse, já naquela ocasião, a concentração de poder e de renda. Nem poder político, nem poder social, muito menos poder econômico. O dízimo era exatamente isso. E não é só isso, não. De sete em sete anos, todas as dívidas eram perdoadas, e, de 49 em 49, se terminava a servidão. É interessante notar também que ele dizia que o sujeito quando saísse para chegar o campo, as espigas que caíssem no chão, era indigno pegar. Você vê que coisa interessante. Elas pertenciam ao solo, aos pássaros e aos pobres. Quando o povo hebreu pede a Samuel um rei e ele consulta a Deus, a resposta foi divina mesmo. Disse: "Olha, não é para os Hebreus serem rei". "Mas por quê?", perguntou o povo no conselho dos anciões. "Porque o rei vai pegar os filhos mais fortes de vocês e vai colocar no Exército para lutar pelas suas conquistas. Suas filhas mais formosas vão para o harém. De tudo que vocês plantarem, o melhor vai para a Mesa do rei". E o povo insistiu e a história dos reis Hebreus é uma história de decadência. Não tiro nem Salomão. Todos ali, com a concentração de poder e de renda, foram iníquos e ímpios. De tal maneira que essa discussão do CADE, em um Brasil que se... Desde o Império, aliás, desde a colonização, passando ao Império e por todas as décadas da República, sempre sofreu na mão de suas oligarquias, e hoje apresenta uma desigualdade social extraordinária, segundo [ininteligível] nós somos das maiores do mundo, fator fundamental da violência anômica que assola nossas cidades, eu não vejo nada mais importante do que nós discutirmos e aprovarmos um projeto que vai exatamente na contramão disso tudo. Que vai contra a formação de trustes e de reserva de ampla partes do mercado que acabam construindo no Brasil esse monumental, essa monumental concentração de poder e renda. Eu vou concluir, Sr. Presidente, mas ao longo da nossa trajetória política, nossa evolução histórica nos faltou, e eu digo isso aqui sem nenhum demérito, aos ilustres brasileiros que nos presidiram com honra e patriotismo, mas nos faltou instrumentos eficazes e idôneos para garantir na escala da nossa necessidade a distribuição de renda a todos os brasileiros. O Rio de Janeiro é hoje duas irmãs siamesas e monstruosas. De um lado você tem uma riqueza extraordinária. Mas há uma distância constrangedora, uma imensa parcela da população vivendo abaixo da... Vamos dizer assim, da dignidade humana. E o que causa isso? Ah, isso causa esse caos, essa violência, essa tristeza que nós vemos, um banho de sangue descendo dos morros, os meninos divididos em facções, uns são lançados nos presídios nossos, que são medievais, são barbarizados, vegetam. Outros esquartejados, ensanguentados nas sepulturas, uma triste cena de um país que no estágio nosso de desenvolvimento já devia ter superado isso.

Então, eu acho que nós não podemos, de maneira nenhuma, atrasar qualquer ação que nessa casa venha para contribuir na desconcentração de poder e renda. Eu acho que é fundamental nós termos esse postu-

lado como diretriz das nossas ações e pensamentos. Nós queremos, acima de tudo, no Brasil distribuição de renda, diminuir a desigualdade social e terminar com essa concentração de poder e renda que existe na economia e se reflete na sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Crivella. Senador Paulo Duque, deseja alguma consideração a respeito?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, eu, depois das considerações aqui do Marcelo Crivella, que representa também o Rio de Janeiro, eu estou até sem jeito de entrar nesse assunto. Eu conheço a CADE há muitos anos, se não me engano, foi criado pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Não foi ele que criou?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meia dois.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Meia dois? Foi o Jango que criou o CADE. Eu me lembro da primeira Diretoria, porque havia até um representante do meu partido, na época, Dr. Vanor, era representante do partido na CADE. Não sei se vocês se lembram dele. Lembra? E começou devagar, sem muita importância, não se dava muito crédito à instituição. Ela custou a se firmar. Mas, para estar havendo essa reunião hoje aqui, para o Senador Marcelo Crivella ter feito essa explanação histórica e impressionante desse ambiente, é porque a CADE tem uma importância fundamental, grande, grandiosa. Muito maior do que aquela CADE que eu conheci dando os primeiros passos. Mas muito maior. E é isso que nós queremos, que ela tenha realmente a importância que merece. E não fique na plena burocracia de outrora que eu conheci. Sr. Presidente, em homenagem a V. Exa., aos nossos ilustres convidados, eu os saúdo e espero que tenham sucesso na instituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Presidente Paulo Duque. Eu vejo, agora vou pedir por dois minutos, as considerações finais de cada expositor para que nós possamos encerrar essa sessão, essa Audiência Pública, acho que eu não estou com a lista aqui, pela ordem que foi observada, mas se... Eu vou... Está aqui. Eu vou obedecer a mesma ordem. Queria, inclusive, anunciar que o representante da ANTT teve que se ausentar, porque tinha uma reunião com o Governador. Ele me comunicou, então ele foi para a reunião do Governador. Considerações finais, dois minutos. Está bom? Arthur Badin, Presidente do CADE, tem a palavra V. Exa.

SR. ARTHUR SANCHEZ BADIN: Obrigado, Sr. Presidente. Queria agradecer, inclusive, a sua intervenção, Sr. Presidente, que foi importante para facilitar e proporcionar um melhor entendimento que hoje nós podemos apresentar a todos os Srs. Senadores. Nós reconhecemos como legítimas as sugestões e proposições da ANATEL, que foram apresentadas, e acredito que chegaremos a um bom termo, inclusive, Sr. Senador, nessa sexta-feira haverá uma reunião do Fórum dos Presidentes das Agências Reguladoras, os Presidentes das Agências Reguladoras se reunirão nessa sexta-feira no Rio de Janeiro e eu espero que até lá nós possamos todos envolvidos trazer para os Srs. Senadores um texto já de consenso e que, como o senhor bem disse, facilite o trabalho de Vossas Excelências. Eu teria um comentário para fazer sobre cada uma das proposições que foram feitas, mas o tempo está premente. Eu só queria dizer que as proposições do IBRAC e da OAB são extremamente consensiosas, importantes, cuidadosas, os advogados que estão na frente de batalha sabem das dificuldades que a aplicação da lei tem hoje, então, a questão do crime de quadrilha, incluir é absolutamente importante, de fato o problema da indicação do conselheiro substituto pelo Presidente, talvez o remédio seja pior do que... Vai causar um efeito colateral maior do que se pretendia consertar, então, eu acho que devem ser ouvidos com bastante cuidado e também com bastante atenção e nós também pretendemos chegar num... Cada uma dessas instituições já estão apresentando suas proposições em separado e a respeito das quais nós vamos apresentar, na medida do possível, um documento conjunto ou pelo menos comentários de apoio a elas. Com relação ao Ministério Público Federal, também já houve um avanço de um consenso. Eu acho que Dr. Aras, ele pode ser avançado ainda mais a solução que foi acordada com o relator, Senador... Na CAE, Senador Romero Jucá, era uma solução que tinha um contexto de uma aprovação mais rápida, talvez sem grandes alterações, acho que isso mudou esse contexto e eu acho que é possível já sair do Senado com um texto adequado à Lei Complementar 75. E a própria Constituição da República. O Senador Collor mencionou a relação do CADE com as agências, essa boa relação, essa relação sinérgica, ela é fundamental para a defesa dos consumidores e da sociedade como um todo, para os investimentos e do crescimento econômico, e é por isso que tem sido buscado com bastante cuidado por todos seus dirigentes. Então, é isso que eu tinha para falar. O tempo, se me for concedido mais, eu falarei mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só

esclarecer, Senador Crivella, nós conversávamos há pouco e nós vimos os valores que o CADE já tem em caixa e conversava com o Sr. Badin. Ele me falou que esses são valores efetivamente no caixa. E que tem em torno de questões ainda discutidas com depósitos, discussões na justiça, em torno de um bilhão de reais. Então, 80 milhões está no caixa já, que já arrecadou. Passaria agora por dois minutos ao Sr. Antonio Aras, para que faça suas considerações finais.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS: Sr. Presidente, renovo nossos agradecimentos pela oportunidade de participar dessas discussões, aproveito o ensejo para dizer da nossa esperança à luz do que disse o nosso Presidente Badin, acerca da possibilidade de encontrarmos um consenso no que toca a atuação do Ministério Público à luz da lei, do PL 06/09, até porque, do jeito como está redigido atentaria diretamente contra o texto constitucional e da Lei Complementar 7593. Então essa é uma esperança, Senador, que nós levamos na busca do consenso. Finalmente, o Ministério Público manifesta a sua... Mais uma vez, a sua preocupação com a grande concentração de poderes dirigidos diretamente à superintendência geral. Este problema é um dos mais graves e como me permita, disse o Professor João Bosco Fonseca, que é um homem que tem contribuído por demais no Direito Econômico do Brasil, este assunto creio que há de merecer de Vossas Excelências um cuidado especial, porque ele está na contramão não só da República, mas da própria federação que desconcentra poderes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria, como relator, já pedir ao Sr. Antônio Aras que me encaminhasse uma ideia de... Não quer dizer que eu vá aceitar, mas que sabe que... Por ver... Muitas vezes encaminha e não entra do jeito que foi discutido e parece que a gente não cumpriu o que estava combinado. Não é isso. Gostaria de uma visão específica do Ministério Público. O Ministério Público esse que eu tive um voto solitário semana atrás, quando foi dado todos poderes do Ministério Público para a Defensoria Pública. Eu achei que estava se criando um novo Ministério Público e na hora da votação só tive eu apoiando os senhores. Perdi de lavada. Mas é assim que é a democracia. Gostaria de passar agora, então, para as considerações finais a palavra à Mariana Tavares, secretária de... Secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Tem a palavra, V. Sa.

SRA. MARIANA TAVARES DE ARAÚJO: Obrigada, Senador Wellington Salgado. Muito brevemente gostaria de sublinhar todas as palavras do Dr. Arthur Badin. Ele fala pelo Ministério da Justiça, quando falou e fala pelo Ministério da Justiça em todas essas... Em todas as... Toda interlocução com o Embaixador Sardenberg na ANATEL e as outras agências e também nas conversas que houve com o IBRAC e com a OAB. Da mesma maneira ressaltar a nossa... A nossa intenção de avançar ainda mais nas questões aqui levantadas, os advogados, como já foi dito, tem a experiência diária e tem uma percepção que permite identificar possíveis gargalos e quanto mais pudermos aprimorar o texto nesse sentido melhor... Melhor será a lei que será aprovada. Eu gostaria de... De responder uma única questão levantada pelo Dr. Aras e foi mencionada novamente pelo professor João Bosco, já não me recordo se pela OAB ou pelo IBRAC, em relação às 96 menções à figura do superintendente. Na verdade, essa crítica existe desde o início do projeto, mas essas 96 menções tem por objetivo disciplinar em relação a prazos e em relação aos limites do exercício do superintendente a função do próprio superintendente. E que todos os atos, todos expedientes que são arquivados na superintendência, podem ser avocados pelo Tribunal, e mais do que isso, tem por objetivo garantir que pelo Tribunal passarão somente as questões que de fato são relevantes. Tanto no que diz respeito aos atos de concentração, quanto a eventuais expedientes que tratem de condutas. Mas, mesmo assim é importante, em primeiro lugar, que o Tribunal pode avocar qualquer um desses expedientes, mas voltando para o começo, que nós estamos abertos a discutir sugestões para aprimorar o texto, porque o importante é que haja um sistema de freios e contrapesos entre o Tribunal e o órgão de instrução. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Sra. Mariana. Passarei agora ao quinto, Rutelly Silva, que é o Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, CAE-MF. Tem a palavra, V. Sa.

SR. RUTELLY MARQUES DA SILVA: Obrigado, Senador Wellington Salgado. Antes de mais nada, acho que a audiência foi muito proveitosa. Acho que é importante para que o Senado consiga cumprir melhor o papel que brilhantemente cumpre, e que esse PL que tanto a gente espera que melhore o sistema brasileiro de defesa da concorrência, ele prospere. Então, acho que... Uma iniciativa, assim, louvável. Eu gostaria de enfatizar que a CAE está à disposição para discutir pontos que possam melhorar o PL, que... Para promover o consenso, porque o projeto tramite mais rápido possível, e que ressaltar também... A gente está em linha com que o Senador Collor disse que é importante tanto fortalecer o papel do CADE como das agências reguladoras. A CAE, ela tem uma preocupação muito

grande com isso, porque ela entende que as agências reguladoras, elas precisamos ser fortes para cumprir o papel que a elas foi designado. Então, essa é uma preocupação da CAE e que a CAE, em nenhum momento esquece disso. Em toda a atuação da CAE, ela visa ajudar as agências reguladoras a cumprir bem o seu papel. A CAE não tem nenhum tipo de interesse em retirar, longe disso, as atribuições dessas agências, pelo contrário, enfatizo, mais uma vez, que o desejo da CAE é fortalecer as agências reguladoras para que elas possam cumprir o papel que elas tem desempenhado e que a gente espere que seja aperfeiçoado ao longo dos anos. Era só isso, Sr. Senador. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Rutelly. Eu vejo o seguinte, quando a gente começa a achar que tem muita gente jovem na Mesa, é que a gente está ficando mais velho. [Risos]. Antigamente. [risos]. Passaremos a palavra agora ao Sr. Pedro Zanotta. Tem a palavra, Vossa Senhoria, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil. Tem a palavra.

SR. PEDRO ZANOTTA: Seccional de São Paulo. Eu queria, Senador Wellington Salgado, mais uma vez cumprimentar V. Exa., pela iniciativa desse debate extremamente importante, a contribuição da sociedade de uma maneira geral e das autoridades envolvidas com o projeto. Essa mudança é bastante ousada, porque nós temos uma lei que funciona há 15 anos, a sua eficácia vem sendo testada ao longo do tempo. Evidente que nós, advogados, e também os administradores do sistema, sentem dificuldade com alguns pontos, mas de qualquer maneira a própria evolução do sistema, o amadurecimento do sistema, o relatório de gestão da SDE, do ano passado, que trouxe progresso fantástico em relação aos anos anteriores, a diminuição dos dias para julgamento de atos de concentração e processos que o CADE vem dia-a-dia trazendo melhoras, o reconhecimento internacional do nosso sistema, que hoje é modelo para alguns sistemas mais novos que vem implantados no mundo. Tudo isso nos leva a ter a certeza de que o momento é oportuno, nós temos massa crítica suficiente para fazer alteração do projeto, a mudança da análise dos atos de concentração de mudança pós para mudança pré é bastante... Mais uma vez, eu repito a palavra, ousada, porque vai exigir eficiência dos órgãos componentes do sistema, mas eu tenho absolutamente... Absoluta certeza, e isso está espelhado na nossa... No nosso trabalho, de que os órgãos estão preparados para enfrentar esse desafio e cumprí-lo com bastante eficiência. Então, mais uma vez, cumprimento V. Exa., coloco a nossa Comissão à sua disposição, se precisar de algum tipo de ajuda, de esclarecimento, de comentários, eu vou lhe entregar o trabalho que nós fizemos e estamos à disposição. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado ao Presidente da Comissão de Defesa e Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, São Paulo. E passarei agora a palavra ao querido Professor João Bosco Fonseca, membro da Comissão Permanente de estudo de direito de concorrência da regulamentação econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Minas Gerais. Tem a palavra, V. Exa..

SR. JOÃO BOSCO LEOPOLDINO FONSECA: Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado, eu quero agradecer, em nome da OAB, Minas Gerais, e em nome também da Universidade Federal, a atenção que recebemos de V. Exa., tanto na reunião de outra semana, como agora. Eu quero salientar que a nossa preocupação da Comissão e da universidade é no sentido de criar uma instituição na qual haja equilíbrio de poderes. E então, havendo essa necessidade de equilíbrio de poderes, não se concebe que haja uma preponderância de alguns aspectos. E um aspecto, e isso nós encaminharemos a V. Exa., retomando a posição da Dra. Mariana e do Dr. Aras, vejam bem, o Presidente avocar, ele nem sempre vai ficar sabendo daquilo que o superintendente decidiu. Então, pode-se, e isso dentro da experiência que eu aprendi e pude aprender alguma coisa como conselheiro do CADE, há inúmeros processos que são de *minimis*, sem dúvida. Mas, essa comunicação é necessário o superintendente opina, dá o parecer pela aprovação ou não aprovação, mas quem decide é o Tribunal. E esta comunicação do Diretor-Geral, e eu insisto nesse ponto, esta comunicação do Diretor-Geral, ela pode ser sucinta ao Presidente do Tribunal. E o Presidente comunica aos seus pares a opinião do Diretor-Geral no sentido de aprovação sem maiores considerações, sem nenhuma restrição dos atos tais, tais, tais. Isso se faz em meia hora. É questão de agilizar o processo quando a opinião do Diretor-Geral já vem bem sucinta e bem clara. Nós encaminharemos essa sugestão para que não haja simplesmente avocação. Eu acho que ela não resolve. O que resolve é o encaminhamento de forma sucinta, de forma ágil e eficiente. Esses são aspectos muito importantes que a gente vê no sentido de aperfeiçoamento da instituição. A nossa intenção é realmente de colaborar e nos colocamos à disposição de V. Exa., no sentido de trazer alguma contribuição que possamos trazer e que seja frutuosa. Muito obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Professor João Bosco Fonseca, membro da Comissão

Permanente de Estudo de Direito Concorrência da Regulamentação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Minas Gerais. Agora, com a palavra, por dois minutos, considerações finais o Sr. Tito Amaral de Andrade, Diretor de concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, IBRAC. Tem a palavra, V. Exa..

SR. TITO AMARAL DE ANDRADE: Muito obrigado, ilustre Senador. Mais uma vez, renovando e congratulando por essa iniciativa. Acho que é muito importante que o Senado possa efetivamente auscultar o que a sociedade civil tem para falar, o que as partes interessadas tem para comentar. Fiquei muito feliz também de ouvir a manifestação pública do Dr. Badin em relação à receptividade a alguns de nossos comentários, esse canal já estava aberto, mas eu tenho certeza que ele vai ficar reforçado depois dessa audiência, e meu comentário é muito breve, mais no sentido de um apelo de aproveitarmos essa oportunidade ímpar, singular, para fazermos uma lei o melhor possível. Uma lei que efetivamente reflita aquilo que o país precisa, uma lei que efetivamente reflita um consenso de todos os interessados e que o açodamento não os faça cometer alguns equívocos no caminho. Então, acho que devemos, efetivamente, aproveitar essa oportunidade que estamos tendo para fazer uma lei melhor possível para o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado. O último convidado, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. Tem a palavra V. Exa.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Obrigado. Acho que nós estamos vivendo um momento importante de modernização. Modernização de instituições, de relação entre instituições, e que é muito importante que todos atores tenham um papel importante nesse... Nesse processo e se manifestem. Acho que... Saúdo a realização dessa audiência com a participação do IBRAC, da OAB, do Ministério Público, de órgãos públicos e representantes das agências reguladoras. Eu acho que esse é um bom momento que nós devemos aproveitar ao máximo que pudermos. Evidente que a ANATEL vem atuando de forma construtiva e cooperativa, e que considera, por outro lado, positiva a atuação do CADE. Nós temos consciência que o processo de mudança é inerentemente complexo e necessita de diálogo. Nós estamos confiantes de que diante dos progressos alcançados, nós estejamos próximos a concluir o processo do PL do CADE. A ANATEL se insere nesse esforço e também sob a bandeira da atualização. Nós também estamos procurando com base no nosso programa geral de atualização da regulamentação, regulação, não estamos procurando promover um processo de atualização não só adjetiva da ANATEL, mas substantiva das normas que regulam o setor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Ministro Presidente da ANATEL. O Badin, acho que ele tinha me dado um preparatório de que gostaria de falar mais uns dois minutinhos. Existe alguma consideração final? Não? Antes de encerrarmos a presente Reunião Conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle, gostaria de agradecer a presença de nossos convidados, que trouxeram inestimável contribuição ao Senado da República com suas exposições. Muito obrigado. E não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerro a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h34.

Ata da 35ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Conjunta com a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 29 de setembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, Sala 13 da ala Senador Alexandre Costa, Anexo Ii.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR** reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjuntamente com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, GILVAM BORGES, VALDIR RAUPP, ELISEU RESENDE, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO E EFRAIM MORAIS**. **Compareceram ainda os Senhores Senadores não-membros Roberto Cavalcanti e Gerson Camata**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O **Senador Fernando Collor** declara aberta a reunião, anunciando o motivo da Presente Audiência Pública, informando que a mesma atende à Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, proposta pelo **Senador Fernando Collor**, e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores **Delcídio Amaral**, **Flexa Ribeiro** e **Gim Argello**. Compondo o primeiro desafio: "Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento", apresenta-se o **PAINEL 7** intitulado: **"TELECOMUNICAÇÕES, ACESSIBILIDADE, TICs e INOVAÇÃO"**,

com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Jarbas Valente** – Superintendente de Serviços Privados da ANATEL; **Dr. Luiz Cuza** – Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TELCOMP); **Dr. Luis Schymura** – Economista e Engenheiro especialista em política das telecomunicações, Presidente do IBRE – FGV, ex-Diretor Presidente da Anatel e **Dr. Maurício Giusti** – Diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica. O **Presidente** concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os **Senhores Senadores Delcídio Amaral e Eliseu Resende**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às onze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Fernando Collor**, Presidente.

35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Conjunta Com a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 29 de setembro de 2008, às 08 horas e 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de darmos continuidade à reunião de hoje, gostaria de, em nome desta Comissão, de cada um dos seus membros, render as nossas homenagens e solidariedade a toda a família do Senador, do ex-Senador, atual Deputado, ex-Governador, ex-Prefeito Alberto Silva, que faleceu no dia de ontem. O Senador Alberto Silva deixa a viúva, D. Florisa Silva, sete filhos, 13 netos e dois bisnetos. E, além de ter sido Senador da República, tendo honrado com sua presença esta Casa Legislativa, foi também Presidente desta Comissão de Infraestrutura. Além disso, foi Governador do Piauí em duas oportunidades e Prefeito da cidade de Parnaíba também por duas vezes. Há de se ressaltar que ele foi o pioneiro na defesa das alternativas vegetais, ou nas alternativas de perspectiva de biocombustíveis como substituição, ou como fator de substituição, da energia fóssil.

A presente reunião, dando continuidade ao Ciclo de Audiências Públicas, promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, chamado Agenda 2009-2015, Desafios Estratégicos Setoriais, destina-se à apresentação do painel nº 7: "Telecomunicações, Acessibilidade e Inovação". Dentro do primeiro desafio, identificado como Infraestrutura para a Inovação e Desenvolvimento. Esse sétimo desafio, eu gostaria apenas de lembrar, faz parte do primeiro ciclo de painéis que foram divulgados e que constam dessa agenda, 2009-2015. Apenas para relembrar, nós já realizamos aqui o painel nº 1, no dia 10 de agosto deste ano, que foi a apresentação do desafio que é a infraestrutura para a inovação e desenvolvimento, com a participação de vários palestrantes.

No dia 17 de agosto, tivemos a realização do segundo painel, que teve como tema Infraestrutura e Retomada do Crescimento, Visões da Crise; o terceiro painel: Energia, Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos, realizado no dia 24 de agosto; o quarto painel: Petróleo, Etanol e Biocombustíveis, Diferenciais Estratégicos, realizado no dia 31 de agosto; o quinto painel: Transportes e Infraestrutura Urbana, Sistemas Integrados de Meios de Transportes, realizado no dia 14 de setembro; o sexto painel: Novas Tecnologias Urbanas e Parques Tecnológicos - que foi um dos painéis mais importantes realizados por esta Comissão, no meu entendimento - teve lugar aqui, no último dia 21 de setembro; e, hoje, o painel nº 07: Telecomunicações, Acessibilidade e Inovação.

Já está pronto o segundo bloco de painéis que, como já havia sido anunciado aqui, anteriormente, às senhoras e Srs. Senadores, será dedicado tão somente ao exame do marco regulatório do pré-sal. Então, já temos aqui, agendados, quatro painéis. Cada um desses painéis irá examinar um dos Projetos de Lei encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, sendo o primeiro deles, o primeiro painel, tratando do regime de partilha, e será realizado no dia 5 de outubro, próximo, segunda-feira, sempre neste Plenário, às 18 horas. Estão convidados e confirmados os seguintes palestrantes: o Dr. Guilherme Estrella, Diretor de Produção da PETROBRAS; o Dr. Ivan Simões Filho, Membro do Comitê de Exploração e de Produção do IPB e vice-Presidente da British Petroleum do Brasil; o Dr. Edmar de Almeida, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Dr. Júlio Bueno, Secretário de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro; e a Dra. Marilda Rosado de Sá, Advogada, Professora Adjunta da UERJ e ex-Procuradora da Agência Nacional de Petróleo.

O painel nº 2, seguindo-se esse tema, o marco regulatório do pré-sal, será... Tratará da criação, espe-

cificamente, da Petro-Sal, objeto de um dos Projetos de Lei encaminhados ao Congresso Nacional, que será realizado no dia 19 de outubro, também segunda-feira, sempre às 18 horas, neste Plenário, e para este painel foram convidados o Dr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; o Dr. David Zylbersztajn, ex-Presidente da Agência Nacional de Petróleo; o Dr. Márcio Rocha Mello, ex-Presidente da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo; o Dr. Maurício Tolmasquim, que já esteve aqui conosco, debatendo outro tema, que é Especialista em Planejamento e Matriz Energética e Presidente da Empresa de Planejamento em Energia; e o Dr. Adriano Pires, que também já nos deu aqui a sua contribuição, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

O painel nº 3, ainda dentro do marco regulatório do pré-sal, terá como tema o Fundo Social e será realizado no dia 26 de outubro, segunda-feira, às 18 horas, e terá... E tem, já, como convidados e confirmados o Professor Júlio Sérgio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; o Dr. Jean-Paul Prates, Secretário de Energia do Estado do Rio Grande do Norte; o Dr. Edmilson Moutinho dos Santos, Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo; o Dr. Manoel de Melo Maia Nobre, Engenheiro PhD no Canadá em Contaminação de Solos; e o Professor e ex-Ministro José Goldenberg, ex-Secretário também da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e ex-Reitor da USP.

E, por fim, encerrando esse segundo grande desafio, ou seja, o marco regulatório do pré-sal, e o que isso significará em termos de projeção para o desenvolvimento econômico do Brasil nas próximas décadas, o painel nº 4, Capitalização da PETROBRAS é o tema, e será realizado no dia 19 de novembro, também segunda-feira, às 18 horas, tendo como convidados a Dra. Paula Kowalski(F) Rocha, Economista representante do Banco Itaú; o Dr. Eduardo Teixeira, Economista, ex-Presidente da PETROBRAS, Sócio Diretor da Empresa Creta de Planejamento e ex-Ministro de Estado; o Professor Helder Queiroz Pinto Júnior, do Grupo de Economia de Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Dr. Ernani Torres, Diretor do BNDES. Com isso, nós estaremos encerrando o segundo desafio estratégico setorial, com análise, especificamente, do marco regulatório do pré-sal.

Em seguida... Esse painel, último painel, será no dia 19 de novembro, sobre o pré-sal, e aí entraremos no terceiro desafio, que será baseado no tema Infraestrutura e Políticas Públicas. Deverá ser realizado, logo na próxima segunda-feira, quando se encerrar o debate sobre o pré-sal, o terceiro grande desafio, a Estrutura de Governança das Agências Reguladoras. Esse, inclusive, foi um tema mais ou menos abordado aqui, na última reunião, realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Serviços de Infraestrutura, em que tivemos a presença de representantes do CADE, representantes das agências reguladoras, porque tramita no Congresso Nacional, especificamente hoje, na Câmara, o PL nº 06, que mexe com a estrutura do CADE, e isso está suscitando algumas dúvidas por parte das agências reguladoras. Entendem as agências reguladoras que esse Decreto-Lei avança bastante nas atribuições inerentes às agências reguladoras, de acordo com que foi estabelecido, em lei, como papel fundamental dessas agências na regulação do mercado com o público consumidor.

Foi um debate realizado com sete ou oito palestrantes, foi bastante interessante, até porque, na noite anterior ou na antevéspera desta audiência, as agências reguladoras e o CADE já haviam avançado bastante em um entendimento que pudessem formular, e que pudessem gerar, em conjunto, uma proposta que estabelecesse, de acordo com as duas partes, as atribuições de um e de outro, mas alguns pontos ainda ficaram por ser discutidos. Então, talvez seja esta a oportunidade, quando do debate sobre o terceiro desafio, Estrutura de Governança das Agências Reguladoras, talvez já tenhamos neste momento o entendimento finalizado, de modo a que o PL 06 possa tramitar sem maiores dificuldades na Câmara e no Senado da República.

E, por final, o último desafio, na questão da infraestrutura, será a Infraestrutura e a Integração da América do Sul, em que iremos abordar o que falta no campo específico de serviços de infraestrutura, ser realizado para que o processo de integração do Cone Sul - Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina – possa, de alguma forma, acelerar esse processo de integração. Com isso, nós estaremos encerrando aquilo que essa Comissão - por intermédio dos senhores membros, senhoras e Srs. Senadores - propusemos realizar, logo no início dos nossos trabalhos. E já estamos também nos debruçando sobre uma agenda à parte das reuniões ordinárias, que nós temos aqui todas as quintas-feiras, outra agenda, para que nós possamos discutir também outras questões inerentes ao campo de infraestrutura, sempre no sentido de ter uma visão de futuro, uma visão prospectiva, um horizonte mais largo e mais abrangente, para que a infraestrutura possa neste... A infraestrutura brasileira possa contribuir e colaborar decisivamente para o avanço e o desenvolvimento econômico e social do país. Portanto, no

dia de hoje, a presente reunião, dando continuidade a esse ciclo de Audiências Públicas... E também gostaria de explicar a todos os senhores telespectadores que esta nossa reunião, sempre as audiências públicas desses desafios estratégicos, essas reuniões são realizadas às segundas-feiras, às 18 horas, mas, ontem, em função do falecimento do Senador Alberto Silva, os trabalhos do Senado e da Câmara foram suspensos. Por isso, nós transferimos para hoje, às oito e meia da manhã, e eu gostaria de agradecer a todos os senhores palestrantes, que já estavam confirmados e marcados para a noite de ontem, a compreensão que tiveram e dos três que puderam permanecer, fizeram o esforço e permaneceram para aqui se encontrar no dia de hoje. E queria, em nome de todos os Senadores e Senadoras dessa Comissão, lhes agradecer por esta compreensão e por esta gentileza.

Então, esta reunião está hoje reservada para debatermos, como disse, Telecomunicações, Acessibilidade, Tecnologia da Informação e Comunicação e Inovação, dentro do primeiro desafio, identificado como Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento. A agenda 2009-2015, sobre esses Desafios Estratégicos Setoriais que a infraestrutura precisa superar para que o Brasil, como disse, retome, potencialize seu crescimento, seu desenvolvimento econômico, vai estar dividida nos painéis, conforme aqui já anunciei. Hoje, teremos para debater este tema - Telecomunicações, Acessibilidade e Inovação - os seguintes participantes, que convido para que tomem assento à Mesa: o Dr. Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da ANATEL e ex-Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, também da ANATEL; o Dr. Maurício Giusti, Diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica - eu espero que eu esteja chamando os nomes corretamente -; o Dr. Luiz Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas; o Dr. Luis Schymura, Economista e Engenheiro especialista em política das comunicações, Presidente do IBRE, Fundação Getúlio Vargas, ex-Diretor Presidente da ANATEL. Eu convido os Srs. Convidados para tomarem assento à Mesa.

Informo aos Srs. Senadores, Sras. Senadoras, presentes, telespectadores, que as apresentações, feitas no curso de toda a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, estão disponíveis na página da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no *link* Audiências Públicas. Quem desejar ter acesso, poderá fazê-lo através da página do Senado Federal, www.senado.gov.br. Os senhores palestrantes terão 20 minutos para fazer a sua exposição, e, depois, as Sras. e Srs. Senadores que quiserem formular suas perguntas terão cinco minutos para fazê-lo, e os senhores palestrantes, cinco minutos para a resposta. Concedo a palavra ao Dr. Luis Schymura, para iniciar o painel do dia de hoje.

SR. LUIS SCHYMURA: Bom-dia a todos. Gostaria, primeiramente, de agradecer ao Presidente Collor pelo convite para participar aqui dessa Reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado. É sempre uma satisfação muito grande poder estar participando dessas Audiências Públicas e poder, de alguma forma, estar contribuindo na discussão desse importante setor, que é o setor de telecomunicações. O tema dessa Sessão seria Telecomunicações, Acessibilidade, TICs e Inovação. Eu vou procurar fazer algumas reflexões sobre o tema.

Por favor. A minha apresentação será dividida nesses tópicos. Vai ser uma breve introdução, depois discutir um pouco o que seria acessibilidade nos dias de hoje, a história da universalização, com um histórico, porque, em um primeiro momento, a acessibilidade - no momento da privatização, das concessões que foram fornecidas no final dos anos 1990 - foi possível nas telecomunicações, através desse programa de universalização. Depois, fazer uma breve análise comparativa do Brasil com relação aos demais países do mundo, discutir acessibilidade, o futuro da acessibilidade e algumas considerações finais. Por favor.

Bom, existe, hoje em dia, uma ampla literatura, discutindo a importância, o impacto das TICs, no desenvolvimento econômico e social dos países. Existem estudos, hoje, que apontam que, para países cuja taxa de penetração de serviços móveis é pequena, um aumento de dez pontos percentuais na penetração de serviços móveis gera um aumento no PIB da faixa de 0,8%; ou seja, aumentar penetração de serviços móveis significaria um aumento do PIB permanente, uma mudança no nível do PIB em 0,8%, que é um número bastante significativo. Isso se deve aos ganhos das telecomunicações para diversos setores da economia. Nós, hoje, sabemos que as empresas, as grandes empresas, empresas que tem sedes e sub-sedes em diversos países do mundo, devido ao progresso das telecomunicações, hoje podem se integrar e ter reuniões, até não presenciais. Isso não atende só as grandes empresas de telecomunicações, mas também as pessoas, os trabalhadores autônomos, hoje, os mecânicos, bombeiros... Eles, com o advento da telefonia celular móvel, principalmente telefone pré-pago, hoje um bombeiro pode facilmente ser contatado através do celular dele. Então, mudou até a forma de operação de um bombeiro, ou dessas pessoas que trabalham, hoje, são empregados autônomos, que têm, por conta das telecomunicações, uma mudança grande no seu modo de executar seus serviços.

E também tem o aspecto importantíssimo, não podemos deixar de falar, da questão da inclusão social. Hoje, áreas remotas do país, devido à penetração da telefonia, têm, hoje, contato com os grandes centros. Então, sem dúvida nenhuma, o avanço das telecomunicações propicia grandes ganhos para a sociedade. Agora, um aspecto fundamental de se entender, hoje, é a questão da acessibilidade, que inclusive é o tema do seminário de hoje. Acessibilidade em telecomunicações seria nós entendermos como fazer chegar serviços de telecomunicações às pessoas, que as pessoas pudessem adquirir serviços de telecomunicações. Mas o que seria... Que pessoas seriam essas? O que significa, no contexto das telecomunicações, essa acessibilidade? Seria atender as pessoas. Por favor. Seria fornecer serviços de voz para a população? Banda larga? Seria voz? Seria o serviço de voz, acesso individual, acesso coletivo, seria, por exemplo, serviço de mensagem de texto, seria banda larga, ou poderia ser também internet banda estreita... O que seria? Que serviço é esse que seria acessível? Quando nós estamos discutindo acessibilidade, estamos falando de que tipo de serviço? E mais, acessível para quem? Quem seria o público alvo? Os cadastrados no Bolsa Família? Então, se o nosso objetivo é atingir os cadastrados no Bolsa Família, vamos fornecer o quê? Voz, banda larga, internet banda estreita? Para fornecer voz, já para as pessoas do Bolsa Família, mesmo que se tenha uma infraestrutura, que se construa uma infraestrutura de acesso para serviços de voz, aqueles que moram em rincões muitas vezes não têm nem infraestrutura. Às vezes moram em áreas rurais e não têm a infraestrutura construída. E, se tiverem a infraestrutura construída, muitas vezes não têm como pagar a conta.

Então, o que seria... Os cadastrados no Bolsa Família, é esse o público que nós estamos tentando atender? Seriam os microempresários que moram em localidades cuja infraestrutura para acesso à banda larga é precária? Então, esse tipo de pessoas, de grupo de indivíduos, que se quer atingir? Essas pessoas precisam só da infraestrutura? Eles teriam recursos para pagar o acesso, o uso do acesso? Ou seriam os moradores das áreas rurais? Mas esses moradores das áreas rurais, de novo, seriam atendidos com o quê? Com serviço de voz, com serviço de banda larga? Enfim, tem várias questões... Hoje, quando se fala em acessibilidade em telecomunicações, tem várias questões que precisam ser entendidas. O público que nós queremos servir, e com que, exatamente, tipo de serviço.

Eu vou fazer agora um pequeno... Voltar um pouco no tempo e fazer um pequeno histórico da universalização que foi feita no Brasil, com o processo de privatização que ocorreu no final dos anos 1990 e, naquele momento, acessibilidade como... Basicamente, só existiam serviços de voz e telecomunicações, havia uma carência muito grande, uma falta muito grande em infraestrutura de telecomunicações. Os senhores lembram que, à época, o telefone era muito caro, o acesso ao serviço de voz era muito expendioso, comprar uma linha telefônica custava muito dinheiro, a necessidade que se tinha à época é que fosse feito um investimento grande em infraestrutura, aumentasse a oferta de serviços de voz. E isso foi feito através do Plano Geral de Metas de Universalização, que a telefonia fixa... As empresas de telefonia fixa teriam, ao longo do tempo, que cumprir essas metas. Acesos fixos individuais nas localidades com mais de 300 habitantes e coletivos nas localidades com mais de 100 habitantes, ou seja, nas localidades com mais de 300 habitantes, quem pedisse o telefone, teria que ter o telefone em até sete dias, e, nas localidades acima de 100 habitantes, toda localidade teria necessariamente que ter pelo menos um TUP. O TUP é um orelhão, é um nome técnico para o orelhão, Terminal de Uso Público, e oito TUPs por mil habitantes, essa era a meta de universalização, e, naquela época, então, acessibilidade era fazer chegar esse serviço de voz a essas pessoas e era, digamos assim, um programa de acessibilidade que, para o Brasil, naquele momento, fazia todo sentido.

Só que passaram os anos e hoje nós estamos - aqui dados de julho de 2009, dados da ANATEL -, nós observamos nesse gráfico que, no eixo horizontal, é o número de acessos fixos individuais em serviços, e o eixo vertical é a quantidade, o percentual, de municípios que têm esse número de acessos fixos individuais. Então, nós observamos nesse gráfico o seguinte: 8,9 das localidades entre 300 e 600 habitantes não têm nenhum acesso fixo individual sendo utilizado, ou seja, montou-se lá uma infraestrutura para fornecer serviço de telefonia e ninguém contratou esses serviços. Por quê? Porque as pessoas ali não têm dinheiro para pagar. Embora a infraestrutura esteja lá, eles não têm dinheiro, recursos para pagar a conta no final do mês, a conta do telefone. E se nós observarmos o acumulado, nós observamos... Cerca de 30% das localidades entre 300 e 600 habitantes têm até quatro assinantes de telefone, de telefonia fixa. Por esses números, nós podemos imaginar que, embora esse programa, em princípio... Por favor. Esse programa, em princípio, de fazer a universalização através do número de residentes no Município, nas localidades, fizer sentido, nós observamos que o tamanho da localidade não pode ser o único fator a ser considerado na política de universalização. Como vimos ali, definiu localidades entre 300 e 600 habitantes, e boa parte delas teve poucos

pedidos de telefone. E variáveis como renda *per capita*, urbanização e preço dos serviços são importantes, ou seja, outras variáveis têm que ser consideradas em um programa desse tipo.

Por que eu estou chamando atenção com relação a essas questões? Porque o Estado Brasileiro, o Brasil, carece sempre de recursos para investimentos nas diversas áreas. Então, toda vez que é feito um aporte de recursos em um determinado segmento ou numa determinada política, representa o não uso de recursos em outros setores. Ou no mesmo setor, mas em outras políticas para esse setor. Então, já... Por favor, próximo.

Nós observamos ali que, no setor de telefonia fixa, aquela meta de universalização que, em princípio, fazia sentido, no final, talvez não fizesse tanto sentido. E nós vamos tentar, com esses dois gráficos que veremos agora, entender um pouco o que aconteceu no setor de serviço de voz, telefonia. Esse daí é um gráfico que mostra no eixo horizontal, são os anos de 2003, 2004, 2005 até 2008, os dados são da PNAD. E aí temos a penetração de telefones fixos, móveis e ambos. Então, nós observamos ali, em cada um desses anos, a faixa inferior são residências, domicílios, só com telefonia celular. A faixa cinza, intermediária, são residências e domicílios em que há as duas, telefones fixos e telefones celulares. E a área escura só há telefones fixos. Nós observamos, ao longo do tempo, o que acontece? Um aumento significativo da participação dos telefones celulares. Então, hoje... Aí classes e domicílios com telefone... Isso é classe só C, D e E. Estou focando só em classes C, D e E. Então, hoje, as classes C D e E - aproximadamente 80% das classes, do total das classes C, D e E - têm telefone, sendo que praticamente metade delas só tem telefone celular. Esse que é o ponto.

Então, o Presidente Collor está levantando um ponto importante, que vou destacar agora. Então, o que eu estou fazendo nesse gráfico aqui? O gráfico agora mudou, é uma análise em cima dessa última PNAD de 2008, o eixo horizontal mostra por classe de renda e dividido... Divididos os domicílios por classe de renda, e a penetração no eixo vertical. Então, temos ali de zero a um salário mínimo, de um a dois salários mínimos, dois a três, três a cinco e mais que cinco salários mínimos. Nós observamos que de zero a um salário mínimo, são... A primeira... Retângulo celular, o intermediário, em cinza, ambos, celular e fixo, e a parte escura, só telefone fixo. Então, nós observamos que entre zero e um salário mínimo de renda domiciliar *per capita*, 46%, ou seja, é 46% em cima de 72%. Ou seja, um número bastante expressivo, das pessoas muito baixa renda, elas recebem o serviço de voz através da telefonia móvel, não da telefonia fixa, como se imaginava, em um primeiro momento, que fosse ocorrer. Isso se deve ao quê? Muito. Certamente, como o Presidente Collor já tinha destacado, ao plano de negócio que chama telefonia pré-paga. Então, através de telefones pré-pagos, hoje, está sendo possível fazer algo como uma universalização dos serviços de voz. Obviamente, essa universalização está sendo feita em cima das localidades em que há cobertura de telefonia móvel, onde não há, evidentemente, ou as pessoas têm telefone fixo ou não têm outra alternativa, mas, se, hoje, pensarmos em aumentar a penetração da telefonia do serviço de voz para pessoas de baixa renda, esses gráficos indicam claramente que o papel está muito mais associado ao papel mais preponderante da telefonia móvel do que, especificamente, da telefonia fixa.

Visto isso, eu gostaria, agora, para nós entendermos a posição brasileira dentro do mundo, verificarmos de que forma está nosso nível de acesso. Se nós estamos muito distantes do que está o resto do mundo, ou estamos... Quer dizer, qual é a posição do Brasil no resto do mundo? Será que nós estamos "bem na fita"? Bom, esse aí é o setor telefonia fixa mais móvel, penetração. O que foi feito nesse gráfico? Ao longo dos anos, 1995 até 2007, no eixo horizontal, e no eixo vertical é a penetração, telefones por mil habitantes. O que foi feito? Eu dividi em quatro curvas. Uma são os países pobres, outra são países com renda intermediária, são esses países que têm renda próxima à brasileira, e o pontilhado são os países ricos. O Brasil é o preto, a linha preta, que está aí, descrita no gráfico. Então, nós observamos o seguinte: que o Brasil, de 95 até 98, ele fica pouca coisa abaixo de países de renda intermediária; com a privatização, ultrapassa um pouco os países de renda intermediária, e volta, a partir de 2006 e 2007, que é o último dado que a [ininteligível] tem disponível, nós estamos bem alinhados com os países cuja renda é similar à nossa.

Ali, era telefonia fixa mais móvel. Agora vou apresentar um gráfico apenas com telefonia fixa e, depois, um gráfico apenas com telefonia móvel. Existe um entendimento, por boa parte das pessoas, que aqui a penetração da telefonia fixa estancou, e, por conta disso, há um número muito reduzido de telefones fixos, e a expectativa é que nós deveríamos ter muito mais telefones fixos que temos. Esse gráfico aí nos mostra que - ou nos indica, pelo menos - os países de renda intermediária, de novo, são os países pobres, renda intermediária e o Brasil em preto. Nós observamos que o Brasil está acima, a penetração da telefonia fixa no Brasil está acima dos países com renda similar à nossa, renda *per capita* similar à nossa. E, por outro lado, quando nós observamos telefonia móvel, que havia um

entendimento que hoje nós já temos 165 milhões de assinantes em telefonia móvel, nós imaginamos que a penetração em telefonia móvel, nossa, é um sucesso, e é de fato um sucesso, mas não teria paralelo no mundo. Tem. E ao contrário, na telefonia móvel é que nós estamos, relativamente, mais baixo que os países de renda intermediária.

Acesso à internet. Aí, o que foi feito foi o seguinte: pegando os dados de 2008, da OIT, no eixo horizontal, pegamos a renda *per capita* dos países, e, no eixo vertical, é a estimativa dos usuários de internet por 100 habitantes, ou seja, a penetração de usuários de internet em função da renda *per capita* dos países. Aí tem um... Foi plotado... Foram plotados vários pontos, cada país é representado pela renda *per capita* e pelo índice de penetração da internet, estimado à internet. Nós observamos que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIS SCHYMURA: Aquilo são os países com uma renda *per capita* muito baixa, porque o grosso, boa parte dos países do mundo, tem uma renda *per capita* muito baixa, são países pobres. Então, a concentração é ali. E o que nós observamos nesse gráfico é que foi feita uma aproximação linear, para tentarmos entender de que forma o Brasil se encaixaria nesse contexto. Então, nós observamos que a penetração de usuários de internet, quer dizer, o número de usuários de internet que, ali ao final de 2008, rondava perto, um pouco abaixo de 40% das pessoas que tinham internet, está acima do que se esperaria de um país com uma renda *per capita* como a brasileira. E a penetração de banda larga, foi feita uma análise similar, países com renda per capita, foi plotado o gráfico aí, assinantes de banda larga por cem habitantes, ou seja, penetração de banda larga no país, e nós observamos, ali, o Brasil, que está próximo do que se esperaria de um país de uma renda *per capita* similar à brasileira.

É importante destacar que esses gráficos aqui buscam apenas dar uma ideia geral de que contexto o Brasil se encontra, dado o nível de renda que nós temos, porque não pode imaginar que vá se consumir serviços de telefonia com uma renda... Muitos serviços de telefonia com uma renda muito baixa. Quer dizer, existe uma associação muito grande entre nível de renda e consumo de serviços de telefonia. Vou falar um pouco da acessibilidade. Futuro... Hoje temos em discussão o novo FUST, internet nas escolas, está se discutindo, e o Plano Nacional de Banda Larga que deve ser entregue, aí, a pedido do Presidente da República, até o final do ano. Nós acreditamos que a questão da acessibilidade, antes, hoje, como eu já havia destacado antes, é uma questão muito mais complexa do que foi no passado. Antigamente, no passado remotíssimo – que, nas telecomunicações, dez anos é um passado muito remoto, é pré-história – há dez anos, a acessibilidade era aumentar a infraestrutura, serviço de voz para todo mundo. Hoje não é mais isso.

Então, hoje, quando pensamos em acessibilidade, colocar internet nas escolas, hoje. Não adianta só botar internet nas escolas, se os professores não estiverem preparados, não tiverem material para isso. Fala-se em tele-saúde. O que adianta dar banda larga para hospitais da rede pública, no Brasil todo, se não tem médicos preparados para entrar, utilizar esse serviço e estar acessado, *linkado* com hospitais de outros centros para fazer avaliação, diagnóstico de exames? Ou seja, quando estamos falando de acessibilidade nesse novo mundo, das telecomunicações, nós temos que entender muito bem que público que nós queremos atender e de que forma. Muitas vezes, querer atender um determinado público... Não adianta, por exemplo, nós querermos dar banda larga para uma pessoa que ganha Bolsa Família. Por quê? Primeiro, ela não... Muitos deles moram em localidades em que não há infraestrutura de banda larga. Então, tem que haver investimento para isso. Segundo, mesmo que tenha infraestrutura, elas não terão dinheiro para pagar o acesso, porque o acesso à banda larga é caro. Terceiro, elas não sabem... Elas não são nem... Não têm nem condições de acessar a internet, que muitas delas são analfabetas digitais, não têm como acessar a banda larga.

Então, em todo programa, eu acredito que é fundamental... É a atenção que eu gostaria de chamar aqui, dos Srs. Senadores, é da importância que é, nesse momento, que todo estudo, toda política que vem a ser desenvolvida - que obviamente será discutida nessa Casa - é fundamental que seja feita uma análise muito clara e muito detalhada dos custos envolvidos e de quem são os beneficiários, de que forma essas pessoas serão beneficiadas com essa política pública, que venha a ser desenvolvida. Bom, Senador, muito obrigado aí pela oportunidade e agradeço mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Dr. Luis Schymura, pela sua exposição, e gostaria de fazer algumas considerações. O Dr. Luis Schymura se referiu há dez anos atrás, no campo da informática e da acessibilidade digital, como a pré-história, e lembro-me que 20 anos atrás nós não tínhamos nem celular, nem tínhamos computador, que pudéssemos assim chamá-lo, se comparado o computador a que o Brasil tinha acesso, a que o brasileiro tinha acesso, com o computador vendido aos americanos. Quer dizer, eram computadores

extremamente ultrapassados. Houve, então, a abertura que proporcionou que, hoje, nós possamos desfrutar desse novo mundo cibernético, com acesso à telefonia, acessibilidade na internet, e assim por diante.

Lembro-me também que, 20 anos atrás, uma linha telefônica fixa tinha que ser declarada no Imposto de Renda, era considerado um bem. E havia pessoas que especulavam com linhas telefônicas fixas, porque o prazo para obtê-la era de um ano ou mais. Então, várias pessoas especulavam com linhas fixas, e tinham isso registrado e declarado no seu Imposto de Renda. De lá pra cá, nesses últimos 20 anos, houve uma extraordinária evolução. E hoje estamos discutindo a questão da acessibilidade. A acessibilidade tanto digital, no sentido de prepararmos as futuras gerações para o domínio pleno desta nova era digital que aí está... Nós todos já sabemos que aqueles que não souberem manusear um computador serão considerados, no futuro, um analfabeto funcional, que hoje nós consideramos aqueles que somente sabem escrever o seu nome e ler uma dúzia de palavras. Então, na questão da acessibilidade, a que se referiu o Dr. Luis Schymura, é que reside hoje o grande desafio para o nosso país.

Quando falamos em educação nos dias de hoje, nós não podemos dissociar o processo de instrução e de educação, sem termos esse instrumento revolucionário, que é o computador, que é a internet, que é aulas via televisão, para alcançar os locais mais distantes e mais esconsos do país, mas, para isso, precisamos de pessoal preparado, para que possa transmitir esses seus ensinamentos, pessoas preparadas nos hospitais, para poder fazer aquelas conferências com hospitais de outro mundo e avaliar o diagnóstico dado aqui, o diagnóstico oferecido por um hospital em Houston, por exemplo, e de várias outras formas, mas essa acessibilidade, ela vem sendo conferida pelos próprios jovens brasileiros.

É impressionante, caminhando pelo Brasil e no interior do Brasil, o número das chamadas *lan houses*, que são aquelas casas, aquelas lojas ou... Enfim, uma sala em que se colocam os computadores e que as crianças, os jovens têm acesso, sobretudo, lamentavelmente, infelizmente, a essa questão desses jogos malucos e esdrúxulos que hoje são comprados, sempre com muita violência, com muita... Mas também isso faz com que eles consigam manusear. Então, se conseguem manusear para ter acesso a um *download* de um jogo X, eles podem também fazer um *download*, quando bem orientados, de uma amazon.com, de conseguir uma pesquisa, um livro, ou de uma dúvida que tenha em relação a um tema que esteja sendo debatido no colégio ou na escola... Enfim, a própria criança, hoje, já com quatro, cinco anos de idade, ela já tem à sua disposição, nas escolas melhores do país, condições de tomar conhecimento do que seja um computador. E o Governo Federal, pela palavra do Presidente da República, tem um grande interesse em disseminar o máximo que possível essa rede de computadores - e disse ele que até o final do ano gostaria de ter um programa de banda larga já estabelecido para implementar no Brasil - o que eu acho absolutamente... Todos nós achamos fundamental, indispensável, porque falar hoje em educação, sem ter esse instrumental tecnológico para auxiliar no processo - da alfabetização, nem digo mais - de inclusão, realmente, digital, neste novo mundo, é impossível.

Nós verificamos aí, pelo que o Dr. Schymura nos mostrou, essa explosão do descobrimento do celular. O celular, quando começamos com o celular, em 1990, 91, eram aparelhos enormes, caríssimos, cujo acesso era dado apenas àquelas faixas, àquelas pessoas com faixa de renda bem superior. Hoje, nós temos condições de comprar um celular pré-pago pagando 40, 50 reais, e celulares que estão sendo dados de graça pelas operadoras. Enfim, porque sabem que há um mercado consumidor em potencial. Hoje, o Brasil tem 191 milhões de habitantes e dispõe de 165 milhões de aparelhos celulares. Isso não quer dizer que 165 milhões de brasileiros tenham um aparelho celular cada um, porque, claro, várias pessoas têm mais que um celular, mas já é um número bastante expressivo, se nós compararmos com alguns anos atrás. Dentro dessa questão da acessibilidade, da inclusão digital, nós temos - acho eu - a Comissão de Serviços de Infraestrutura, temos que nos debruçar profundamente nesse tema, temos que procurar colaborar da melhor maneira possível, para que esta distribuição espacial seja feita, e há depois, aqui, também, um questionamento que eu gostaria de fazer, mas depois de ouvir os outros palestrantes sobre algumas áreas escuras, algumas áreas de sombra, que não dão possibilidades de acesso ao celular.

Tem um caso, um fato interessante, que eu gostaria de relatar aqui aos senhores palestrantes, às Sras. e Srs. Senadores, uma oportunidade alguns anos passados. Eu, no interior de Alagoas, visitando um Município bem pequeno, havia lá um padre, e esse padre era muito ligado ao arcebispo de Maceió. E o arcebispo de Maceió havia dito: "Você vai a tal Município? Lá tem o padre fulano. E eu emprestei - ele dizendo, o arcebispo – meu celular, porque, nesse município, o celular não pega... O celular não tem... Aliás, não tem telefonia fixa, e o celular lá é muito difícil de pegar. Ele, somente num local específico, é que o celular dá linha". E eu lá fui, passando por esse município, falei com o padre e perguntei ao padre: "Me diga apenas

uma coisa: qual é o local para que eu possa informar as autoridades... Eles virão aqui para fazer o teste de sinal. Mas qual é o local que o senhor, normalmente utilizando o celular, o senhor tem linha?". Ele disse: "É ali em cima". E havia um pequeno morro. Eu falei: "Ali em cima? Muito bem, então já vou dizer a pessoa que vier aqui, para ela fazer o teste em cima daquele morro". "Mas o que é que tem ali?". Ele disse: "Não, ali é um cemitério". "Um cemitério? Mas o senhor vai ao cemitério para pegar o sinal do celular?". Ele disse: "É. Toda semana eu reúno aqui os fiéis da paróquia que precisam falar com Maceió, ou outros lugares, e todos nós vamos até o cemitério. E o interessante - dizia ele - é que não é em qualquer lugar do cemitério que nós podemos ter o sinal de acesso ao celular. Existe uma determinada tumba, que é exatamente aquela onde o sinal pode ser acessado".

Então, esse é um dos temas que, mais tarde, eu gostaria de colocar aqui, porque, em vários lugares do Brasil, há uma enorme dificuldade de se ter acesso ao telefone celular, por falta de torres. Eu mandei fazer o levantamento dos municípios brasileiros, Estado por Estado, e aqueles que têm um maior percentual de áreas não cobertas pelo sinal de celular, eu gostaria depois de colocar para um dos senhores, possivelmente o Presidente da Associação das Companhias de Telefonia. Eu gostaria de passar a palavra, nesse momento, ao Dr. Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações, ex-Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, também da ANATEL. V. Sa. terá 20 minutos para fazer sua explanação. E gostaria de comunicar aos Srs. e Sras. Senadoras, que desejem se inscrever para fazer as perguntas aos senhores palestrantes, que a lista de inscrição já se encontra sobre a Mesa. Com a palavra o Dr. Jarbas José Valente.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Presidente. Exmo. Sr. Presidente Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Exmos. Srs. Senadores Gilvam Borges, Osvaldo Sobrinho e Gerson Camata. Colegas da Mesa, Dr. Luiz Cuza, Dr. Luis Schymura, Dr. Maurício, senhoras e senhores, bom dia.

Em primeiro lugar, em nome da Agência Nacional de Telecomunicações, Sr. Presidente, gostaria de agradecer esse convite e dizer que o nosso Presidente, o Embaixador Ronaldo Sardenberg, não pôde estar presente por outros motivos particulares, mas tentarei aqui mostrar o que tem sido feito nesse país, ao longo desses anos, o que estão fazendo hoje e o que estão pensando para o futuro, nos próximos dez anos, que é, talvez, tão importante quanto o que se foi feito e o que se deve ser feito. Para isso, vou fazer uma pequena análise do que ocorreu, também, no passado - assim como o Dr. Schymura -, a situação atual por que passa o país e o que nós prevemos para os próximos dez anos, em um plano recente que a ANATEL desenvolveu, até para responder a última questão que o senhor aqui fez, sobre a questão da cobertura, por exemplo, do celular no país.

Bom, todos nós sabemos que as telecomunicações constituem um setor de infraestrutura de importante impacto no crescimento, desenvolvimento de uma nação. O avanço desse setor representa grandes ganhos sociais e econômicos para um país. Socialmente, podemos citar, a título de exemplificação - como o Presidente colocou - a importância do ensino a distância, por meio de recurso de televisão, internet, o que possibilitou acesso à educação de qualidade para a população das áreas distantes dos grandes centros. Do ponto de vista da economia, como muito bem colocou o Dr. Schymura, é notável o impacto da chegada das telecomunicações em localidades antes não atendidas, aproximando fornecedores de consumidores e possibilitando o alcance a mercados antes não explorados. E aqui a gente dá exemplo da telefonia móvel, quando a telefonia móvel chega ao município pequeno, que não tem... A comunicação é uma evolução que é feita do ponto de vista econômico e de inclusão social das populações desses municípios.

Logicamente, o avanço das telecomunicações no decênio, como bem colocou o Presidente Fernando Collor, muito tem contribuído no sentido de dela advirem ganhos sociais e econômicos para a sociedade brasileira. O setor muito evoluiu no que diz respeito à universalização física e massificação do serviço de telecomunicações. Não tendo, no entanto, atingido aquilo que nós gostaríamos na ANATEL, em termos de nível de qualidade e nas prestações de serviços. Não em termos de qualidade em rede, mas atendimento ao consumidor, até pelo volume de acessos que cresceram ao longo desse período. Para exemplificar, vamos fazer uma pequena comparação, que era o setor no passado, como bem colocou o Presidente Fernando Collor, e como está a situação, hoje, e depois o nosso prognóstico para os próximos dez anos.

A planta do serviço de telefone fixo comutado, como bem colocou, na época, evoluiu de 18,8 milhões de acessos instalados, em 97, cobria muito menos que 30% dos domicílios no Brasil, para mais de 41 milhões em 2009. Como comparar, como o Dr. Schymura colocou no gráfico, os outros países, à época, já tinham universalizado o serviço de telefonia fixa nos países ditos ricos. Nos países em desenvolvimento, não. E o Brasil ainda conseguiu pegar essa janela e chegar-

mos hoje na telefonia fixa da ordem de 61%, 62% de penetração e aí estabilizou-se, até pela evolução da tecnologia, pelo uso da facilidade do serviço móvel. Então, na época da privatização, cerca de 20 mil localidades eram atendidas pelo serviço, sendo que, hoje, este número sobe para mais de 36 mil localidades. Além disso, à época, existiam apenas 1,1 milhões de telefones públicos, como disse o Dr. Schymura, os orelhões, são os TUPs instalados, hoje, e, na época, tinha apenas 500 mil; ou seja, uma evolução de 50%. No serviço móvel, móvel pessoal, a planta evoluiu. Na época, em 97, tínhamos apenas 4,5 milhões de acessos em 97 - o chamado SMC -, cobria pouquíssimos Estados, como disse o Presidente Fernando Collor, o dificílimo acesso a esses serviços, caríssimos. Para hoje, para mais de 164 milhões de acessos, dos quais aproximadamente 82% são pré-pagos.

Por que são pré-pagos? O Brasil tem uma facilidade que são poucos países do mundo que têm, chamada facilidade a cobrar. As pessoas ligam para aquele que pode pagar. Então, hoje, basicamente, como colocou o Dr. Schymura, a penetração do serviço móvel pessoal nas camadas da população de classes mais baixas, onde não tem capacidade para pagar mesmo o serviço, não tem nem renda, nem como comprovar renda para ter acesso ao serviço. Por isso que o serviço pré-pago tem chegado a essas populações. Eles gastam no máximo sete reais por ano, por mês, e a complementação para que seja viável vem da... Nós chamamos dos fatores de interconexão, que é remuneração de rede, que complementa com mais nove reais a conta média deles, e fica em torno de 16 reais. Aí é que torna o serviço viável, do ponto de vista econômico. Logicamente, isso também tem acontecido em todos outros países, países como o Dr. Schymura colocou, equivalente ao Brasil em termos de PIB. Crescemos muito, mas precisamos atingir uma rede maior. Hoje, em termos de acesso, o Brasil é a quinta planta do mundo, mas em termos de rede, pelo tamanho do país, nós somos a terceira maior planta do mundo. Perdemos apenas para Estados Unidos, China, e o Brasil já vem em terceiro lugar. Até pelas nossas dimensões e a dificuldade que temos de cobrir o país.

Esses números... Lógico que o celular representou um crescimento extraordinário, 3500%. Além disso, no que diz respeito, por exemplo, ao serviço de comunicação multimídia, que é o acesso à banda larga fixa, em 2000... Não vou falar nem em 97, que, em 97, nem existia. Em 2000, o Brasil tinha apenas 123 mil acessos. Hoje, estamos na ordem de 14 milhões de acessos. Para que tudo isso fosse alcançado, foram investidos, nesse período, valor deflacionado, 140 bilhões de reais, de 98 a 2007.

Quanto à qualidade dos serviços prestados, também se encaminhou. Atualmente, por meio de planos gerais - nós chamamos de planos gerais em meta de qualidade -, nós viemos exigindo deles um cumprimento de metas de qualidade, principalmente no relacionamento com o usuário. No SMP, Serviço de Televisão por Assinatura, e no STFC. Tais metas consideram tanto índices técnicos, indicadores técnicos de rede para ter qualidade, quanto aqueles relacionados principalmente nesse novo horizonte que se avizinha, já que nós temos uma massa muito grande de usuários, com relação ao atendimento de usuários, na avaliação da qualidade percebida por eles, em termos de pesquisa e de novos indicadores que nós denominamos de índice de atendimento.

Apesar desse avanço, a ANATEL reconhece que muito pode e deve evoluir no setor de telecomunicações brasileiro. Os esforços devem ser empenhados de maneira a levar o acesso aos diversos serviços de telecomunicações ao maior número de brasileiros, é claro, com qualidade adequada. Além disso, é de fundamental importância que se dê um foco especial na questão do acesso em banda larga, um novo paradigma. Se pensava, em 97, que era voz. E voz será, também, mais ainda com a penetração além dos 100%, porque banda larga, voz, como aconteceu no mundo, se transformou numa *commodity*, porque os preços caíram. Para você ter uma ideia, o pré-pago, no ano passado, a conta média reduziu-se em 20%. E isso tem acontecido ano a ano, por isso tem a possibilidade de ter entrado novos assinantes. Além disso, é de fundamental importância que a gente tenha a banda larga, canal essencial para que as informações cheguem a toda a população, garantindo, assim, sua inclusão digital, como disse o Presidente Fernando Collor, e uma série de benefícios que advém do acesso às tecnologias da informação e comunicação, que são as TICs.

Para tanto, no sentido de melhorar e evoluir o cenário atual, é necessário que a agência planeje sua atuação para o período vindouro, coordenando suas diversas ações no sentido de avançar nesses objetivos de melhoria. Nesse sentido, a ANATEL aprovou, em 2008, nós denominamos de Plano Geral para Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil, PGR. Formalização, na sociedade, das ações que vamos desenvolver, de curto prazo, que são dois anos, de médio, cinco anos, e de longo prazo, que são 10 anos. Que a agência terá em sua pauta, no próximo decênio, o exercício de seu papel de implementar as políticas públicas de telecomunicações. Nesse sentido, eu gostaria de deixar aqui, Presidente, na Comissão, esse trabalho que foi desenvolvido pela ANATEL, do Plano Geral de Atualização, onde nós desenvolvemos

um estudo técnico para atualização da regulamentação às telecomunicações. A gente faz uma análise de tudo o que aconteceu no passado, como está a situação hoje, no Brasil e no mundo, em termos de penetração, de evolução tecnológica, como essa tecnologia deve se desenvolver e o que o Brasil precisa fazer para os próximos dez anos. Está num documento, e isso foi refletido nesse documento, aprovado pelo Conselho Diretor, nessas ações de curto, médio e longo prazo. Eu deixo com o senhor, passo às suas mãos, a gente faz questão, depois, se for necessário, de fazer uma apresentação mais detalhada desse trabalho, que está em curso na Agência.

Para isso, vamos citar alguns objetivos mais importantes que foram colocados, e o primeiro dele é a massificação do acesso em banda larga, tendo em vista a demanda crescente por conteúdo multimídia e as possibilidades de inclusão social que esse conteúdo permite; redução de barreiras ou acesso, falando de acessibilidade, e ao uso do serviço de telecomunicações por classe de menor renda. Como fazer para que esses preços venham a cair e que a gente tenha cobertura em todos os municípios brasileiros; o que a gente fez para levar o celular a todos os Municípios, como isso está acontecendo, que também já é fruto desse trabalho, pois esses impactos são muito importantes, não só dos pontos de vista sociais, mas econômicos, que torna imperativo telecomunicações em todos os pontos do país; a melhoria dos níveis de qualidade, percebida pelos usuários na prestação de serviço, e isso que é o maior problema que hoje nós estamos enfrentando, e é o maior desafio que nós, da ANATEL, e a sociedade, vamos enfrentar.

Entendemos, também, que as operadoras terão que ter o cliente como o elo mais fraco dessa corrente, e, hoje, com a quantidade de assinantes que nós temos, não ter essa visão na prestação de serviço; ampliação do uso telecomunicações, de forma a promover o desenvolvimento social e econômico nacional, bem como remunerar o capital investido na construção dessas redes. Aqui, vamos retificar o que a gente fez recentemente, e o que estamos fazendo para que essa cobertura possa acontecer; e, logicamente, não podíamos deixar de falar do desenvolvimento tecnológico e industrial da tecnologia nacional, como disse aqui o Presidente Fernando Collor, que, na época da abertura se falava nos carros que o Brasil tem hoje, dos computadores que o Brasil tem, computadores que o Brasil tem hoje, essa evolução... Mas nós precisamos, hoje, já que, na época, nós não tínhamos escala e nós temos escala, ser produzido e desenvolvido por brasileiros com tecnologia própria. Hoje, o Brasil tem da ordem de 230 milhões de assinantes dos serviços STFC, SMP, que é móvel, e TV por assinatura. Para os próximos dez anos, vamos atingir a marca, na nossa previsão, de 380 milhões de acesos, no total, para todos esses serviços. Então, é uma quantidade extraordinária, uma planta significativa, e precisa se desenvolver um mecanismo para que isso seja feito também com tecnologia nacional, aproveitando a abertura e o desenvolvimento que aconteceu nesse período.

O que nós vamos prever, então, aqui, para os próximos anos, para esses novos serviços? Uma vez implementadas essas diversas medidas, que está nesse plano que acabo de deixar, a ANATEL espera que o Brasil alcance os seguintes níveis de evolução dos serviços em 2018. Hoje, nós temos 42 milhões do fixo, não deve crescer muito, o STFC, mas irá para a ordem de 50 milhões de acessos. Aproximadamente 270 milhões de acessos da SMP – hoje, tem 164 -, o que representa uma televecidade(F) de quase 130%. Não tem um telefone celular para cada brasileiro. E cobrindo todos os municípios brasileiros, em todas as localidades, para esta época. Destes, aproximadamente, para os senhores terem uma ideia, 125 milhões serão de acessos banda larga, com tecnologia que nós chamamos de 3G, que possibilitará acesso da inclusão digital em altíssimas velocidades, como já está acontecendo. Hoje, desses 165 milhões, em menos de um ano, nós já temos, num serviço móvel pessoal, a ordem de seis milhões de acessos à banda larga.

Com relação ao serviço de televisão por assinatura, a previsão é de sair dos cinco milhões que temos hoje, com o Processo que está desenvolvido, aqui, no próprio Congresso Nacional, da abertura, com o PL 29, para a ordem de 18 milhões de acesso em 2018. Os serviços fixos de banda larga vão ser nos próximos dez anos, vão sair dos 14 milhões para 40 milhões de acessos fixos do serviço de comunicação multimídia, que é basicamente o que nós temos hoje, no serviço de telefonia fixa. Este número, somado aos 125 milhões de acessos móveis em banda larga, nós vamos ter, em banda larga fixa e móvel, em 2018, da ordem de 170 milhões de acessos em banda larga. Além disso, com a implementação dessas ações, nós estimamos investimentos da ordem de 250 bilhões de reais para que isso seja viável nos próximos dez anos, que é cerca de 1,8 vezes o que já foi investido nos últimos dez anos, para que a gente consiga ter esse desafio.

Especificamente, no que diz respeito aos serviços de acesso em banda larga, vários projetos, Presidente, vêm sendo desenvolvidos pela ANATEL. E eu queria destacar aqui - para respondê-lo com a questão do móvel - o que nós fizemos recentemente, com a licitação do serviço que nós chamamos de 3G, nas faixas F, G, I e J. O que nós fizemos? Era impossível obrigarmos

empresas a ir para o interior do país, pela questão da rentabilidade do serviço. O que a ANATEL desenvolveu, já que nós podemos ter isso em termos de país? Nós obrigamos que aqueles que ganhassem as áreas mais desenvolvidas do país... Por exemplo, quem ganhou a região metropolitana de São Paulo, foi obrigado a levar telefonia celular para todos os Municípios que não tinham no norte do país, e também em banda larga. Da mesma forma, aqueles que ganharam no interior de São Paulo foram obrigados a levar telefonia para a região nordeste do país, para cobrir todos os Municípios. Então, na época, quando foi feita a licitação, o Brasil tinha 1836 Municípios que não tinham cobertura para telefonia celular. Eles tinham que entregar 50% no primeiro ano e 50% no ano vindouro. Eles já atenderam o primeiro, que foi abril de 2009, da ordem de 860 Municípios. Hoje, já atendem 1100 desses 1836 que não tinham, o resto apenas da ordem de 700 e poucos Municípios. Então, em abril do ano que vem, todos os municípios brasileiros terão cobertura celular, e celular já com tecnologia de terceira geração. Então, não teremos mais nenhum Município, em abril do ano que vem, que não seja coberto em função desse processo de licitação, que foi feito o ano passado.

Um novo Plano Geral de metas de universalização, aprovado, nós fizemos uma troca de facilidades, onde as empresas têm que levar centros de desenvolvimento para os grandes Municípios, nós trocamos isso para que ela levasse saída digital de alta velocidade para os Municípios brasileiros. É só obrigado a levar porque não basta levar o acesso para o Município, tem que ter a vazão, a saída daquele Município, que é o grande, o grande entrave que nós vamos ter, em termos de desenvolvimento, que é o que a gente chama de *backbone* e *backhaul*. Isso foi feito, foi um Decreto do Presidente Lula, que, em 31 de dezembro de 2010, todos os municípios brasileiros também vão estar cobertos com tecnologia digital de vazão daquele Município, como se fosse uma estrada digital saindo do Município, para dar possibilidade que lá os acessos sejam desenvolvidos. Aí provê de velocidades que vão desde oito *megabytes* por segundo até 64 *megabytes* por segundo, nos centros maiores.

O programa banda larga nas escolas, com resultado excepcional, desenvolvido também pelo Governo Federal, em parceria envolvendo o Ministério da Educação, Comunicações, Planejamento, Casa Civil e ANATEL, o projeto tem de levar banda larga para mais de 56.865 escolas públicas de ensino básico, em todo o país, todos os Municípios. Nós já levamos para mais da metade. Hoje, já temos da ordem de 34 mil escolas, uma revolução extraordinária. É gratuito, não é pago, e são colocados gratuitamente, também, no laboratório digital computadores do nível mais moderno que possa e um treinamento, uma capacitação para isso. Esse número, de 56 mil, já passou para, hoje, da ordem de 64 mil, porque o volume de escolas vem aumentando, e o próximo projeto será levado também para as escolas rurais, mas, primeiro vamos levar, e vai cobrir, até o final de 2010, todas as escolas com banda larga. No mínimo, agora, com um *megabyte* por segundo, e, depois de 2010, com dois *megabytes* por segundo. Então, já tem hoje da ordem de 37,1 milhões de alunos no Brasil, atendidos com essa cobertura.

Aparentemente, com esse novo Plano Geral de Atualização e Regulamentação, a Agência vem trabalhando também para disponibilizar novas frequências, principalmente para os Municípios que também queiram desenvolver, através de suas Prefeituras ou de pequenas empresas. Nós desenvolvemos essa facilidade e frequências que não são licenciadas para que também a população possa ter acesso, já que a operadora acha que não tem o resultado econômico. Então... E vamos desenvolver também novas licitações e novas faixas, como tem sido muito debatido, e nessa Casa já foi debatido, na faixa de 450 *megahertz*, com a cobertura muito interessante, 2,5 *gigahertz* e 3,5 *gigahertz*. Também em andamento está a licitação, hoje, da banda H, também complementa a terceira geração, que quer cobrir o restante das áreas com terceira geração. O projeto, como eu disse, o 2.4 e 5.8, que permite também as Prefeituras, condomínios em todos os Municípios, que possa ter acesso a serviço de banda larga de uma forma mais simplificada, quando outorga junto à ANATEL. E, recentemente, com a anuência que a gente fez da compra que a Oi fez da BRT, nós obrigamos a modernização e a expansão da rede de fibra ótica nacional, teve que levar mais fibra que estrada para mais Municípios, e levar também a oferta de recursos de STFC e banda larga. Paralelamente àquilo que ela está levando quando da troca do PGMU, que nós chamamos da troca do PST para o *back row*(F). Assim que ela levar a banda larga para o Município, em termos de estrada, ela é obrigada também a vender, comercializar o serviço, no Município, o serviço de banda larga fixa. 50%, cinco meses depois que ela colocar o acesso físico para sair do Município, mais cinco meses para atender 100% do Município.

Então, com isso, nós vamos ter, no mínimo, nos pequenos municípios brasileiros, dois concorrentes. Ela, como empresa fixa, mais pelo menos uma empresa móvel, de outro grupo, concorrendo. E para os Municípios acima de 30 mil, nós vamos ter pelo menos cinco empresas disputando banda larga. Competição, a gente acha que competição é que faz com que a cobertura seja atingida e os preços caiam. Além desses

projetos, e outros projetos que vêm sendo desempenhados pela Agência, é importante ter em mente a questão da transmissão diversos conteúdos gerados para os usuários. O crescente aumento do tráfego, seja pelo aparecimento de novas funcionalidades, consequentemente de novos conteúdos multimídia, seja para inserção digital de localidades antes não atingidas, torna imperativo que a capacidade das vias de transmissão seja incrementada e aí que é o grande incentivo e a grande mudança que nós vamos ter no futuro. Assim, deve estabelecer mecanismos que incrementem uso de fibras óticas para interligação de todos os municípios brasileiros, criando um *backbone* nacional, com altíssima capacidade de transmissão. Para os senhores terem uma ideia, quando lançou-se o serviço de terceira geração no Brasil, de banda larga móvel, a média mundial de tráfego é da ordem de dois *gigabytes* por minuto. O Brasil já começou com três. Hoje, os projetos todos tiveram que ser [soa a campainha] renovados e ampliados, e investidos, e o Brasil chega da ordem de oito *gigabytes* por minuto, ou seja, o brasileiro usa muito mais internet do que qualquer outro lugar do mundo. E isso fez com que as empresas tivessem que diminuir a sua forma de comercialização, para garantir a qualidade dos serviços. Com esse objetivo, como conhecedores desse cenário, como aqui a gente apresentou o estudo... A oferta do serviço. Sabemos que a expansão da rede do território nacional é fundamental.

Com esse objetivo, destaca os pontos fundamentais, a criação, primeiro, de um *backbone* nacional. O *backbone* deve alcançar todos os Municípios do país, com capacidade suficiente para fluir o tráfego em alta velocidade. A construção do *backbone* pressupõe atuação governamental por meio de incentivos. A implementação do *backbone* pode ser executada por uma ou mais grandes empresas, dedicadas à implantação de infraestrutura de alta velocidade, de modo a permitir o acesso em todos os Municípios, por grandes números de outras empresas. O Governo Federal está para lançar o Plano Nacional de Banda larga, para que a gente possa ter isso no modelo que a gente imagina. Primeiro o atacado, que são essas redes de transporte [soa a campainha] de alta velocidade a todos Municípios. Empresa detentora de *backbone*, imposição metas e prazos, imposição de obrigações. Questão varejo. Também tem que ter redes de acesso, que é primeira e última milha para colocar, seja com móvel, seja sem a móvel. Imposição de metas para quem detém poder de mercado significativo, etc. E estimular o mercado da indústria nacional, que nós vamos ter 380 milhões de acessos. E, além disso, a questão da qualidade e atendimento aos usuários, tem que ser mudado. Tem que ser olhado pela questão da qualidade percebida por esses usuários. Então, a Agência vem trabalhando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesse sentido, de conclusão de metas para todos esses serviços como usuários, a nossa meta principal. Como se pode ver o atual estágio de desenvolvimento das telecomunicações demanda que a atenção especial seja dada pelos órgãos responsáveis e inclui essa Casa, logicamente, queremos ter essa discussão nesse estudo, desse plano que desenvolvemos, responsável pela massificação do acesso em banda larga com o novo paradigma que teremos, levando a toda população, com níveis de qualidade percebida satisfatórios. Somente assim, se poderá promover a inclusão digital e o desenvolvimento dessa população garantindo seu acesso à informação e aos benefícios que daí provém. Muito obrigado. Desculpe pela...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agradeço ao Dr. Jarbas José Valente, pela sua presença, e também justificar que o Dr. Ronaldo Sardenberg, Diretor-Presidente da ANATEL, estaria aqui ontem, data aprazada para a nossa reunião, mas, infelizmente, hoje ele não conseguiu desmarcar o compromisso anteriormente agendado, conforme deu aqui a explicação o Dr. Jarbas José Valente. Peço a V. Sa. que leve ao Sr. Embaixador Ronaldo Sardenberg os nossos cumprimentos e os nossos agradecimentos.

Antes de passar a palavra aos próximos palestrantes, eu gostaria de colocar alguns temas que, se possível, acredito que em nome das senhoras e Srs. Senadores, nós gostaríamos de ver incluídos... Incluídas nas suas explanações. Por exemplo, há uma reclamação generalizada dos usuários de telefonia, com falhas na operação. Na telefonia móvel, por exemplo, há muito o tal de erro de conexão, falta de sinal, quedas nas chamadas, que se tornaram muito comuns. E estariam sendo creditadas a uma demanda surpreendente pelos serviços de terceira geração no país. Na telefonia fixa, por exemplo, quatro grandes panes paralisaram o serviço de banda larga da Telefônica, no Estado de São Paulo, deixando dois milhões de usuários sem acesso à internet por 72 horas, sem que tenha havido, até o presente momento, um diagnóstico definitivo sobre as causas do ocorrido. Diante desse quadro, o setor de telefonia e de telecomunicações está realmente preparado para fornecer serviços de qualidade ao consumidor brasileiro? E como se poderia falar em inovação tecnológica dentro deste cenário?

O segundo ponto diz respeito ao relatório da União Internacional de Telecomunicações, que compara os preços dos serviços de telecomunicações em mais de cem países e considerou os preços desses

serviços, no Brasil, entre os mais elevados do mundo, em termos de proporção, que consomem em relação à sua renda familiar. Então, qual o caminho e que atores poderiam estar envolvidos no equacionamento dessa situação, e em que nada contribui para o aumento da acessibilidade aos serviços de telecomunicações, acessibilidade que nós todos julgamos fundamental para o futuro deste país. Por outro lado, o Governo Federal editou recentemente um Decreto fixando normas para o serviço de atendimento ao consumidor por telefone, e o que nós verificamos é que no total das demandas ao serviço de atendimento ao consumidor, elaborado pelo Ministério da Justiça, as telecomunicações, que hoje representam 6% do PIB brasileiro, o setor de telecomunicações tem um peso na nossa economia extraordinário, 6% do produto interno brasileiro, hoje, recai sobre a atividade de telecomunicações, o setor de telecomunicações.

Então, este mesmo setor, ao lado de responder por 6% do PIB, ele respondeu, no período de primeiro de dezembro de 2008 a 31 de maio de 2009, por 61,8% das reclamações. O serviço de atendimento ao consumidor, de todas as reclamações que recebeu, esse serviço recebeu, 61,8% dizia respeito diretamente a problemas na operação dos seus telefones, sejam celulares ou fixos. Para que se tenha uma ideia, bancos, que a gente sempre ouve muitas reclamações de populares, e mesmo de certos setores e sindicatos, respondeu com 7,71% das reclamações, e os cartões de crédito com 17,86% das reclamações. E outra ponderação que faria também, acredito que refletindo o pensamento das senhoras e Srs. Senadores, é no que diz respeito à abrangência, à cobertura da telefonia fixa e celular por todo esse Brasil, fazendo com que possa haver o acesso à banda larga, ao computador na escola, a acessibilidade para instrução e para educação e assim por diante. Nos foi dito, agora a pouco, pelo Dr. Jarbas, que até abril desse ano todos os municípios brasileiros estarão cobertos pelo sistema de banda larga. E ficamos todos felizes em saber disso, porque, por exemplo, hoje, no Brasil, no Estado do Piauí, 60,5% dos Municípios do Estado do Piauí não são cobertos por sinal digital e, portanto, não têm acesso nem a celular, nem tampouco a computação e acesso digital.

E gostaria também de fazer uma pergunta ao Dr. Jarbas. Se é verdadeira a informação de que a ANATEL vai adotar essa nova tecnologia, da Long Term Evolution, que é quarta geração, em substituição a WiMAX. Se é verdade que essa foi uma determinação, ou foi uma decisão já tomada pela ANATEL, numa reunião do último dia 30 de julho, que submeteu à consulta pública esta proposta, de alteração do regulamento, e se, assim sendo, como isso será aplicado na prática. Dr. Jarbas, por favor.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Bom, Presidente, obrigado. Vou começar pela última. Na realidade, na ANATEL, nós não regulamos tecnologia, e nem impomos que tipo de tecnologia que o mercado deve utilizar. O mercado que escolhe a melhor tecnologia. O que nós estamos desenvolvendo para o futuro é que essas tecnologias, o que for mais possível, que sejam tecnologias nacionais. Por exemplo, a WiMAX. Na faixa de 3.5 *gigahertz,* o Brasil, com a FUNTEL, promoveu desenvolvimento de tecnologia nacional. Então, hoje, tecnologia desenvolvida pelo Centro, nosso, de Desenvolvimento e Pesquisa, que é o CPqD, em parceria com outras instituições, vamos ter equipamentos nacionais utilizando tecnologia WiMAX, na faixa de 3.5 *gigahertz*. Nós vamos colocar, nas próximas estações, obrigações para as empresas brasileiras investirem parte daquilo que está proposto na compra dessa infraestrutura, nas empresas genuinamente nacionais, que vão ter um selo do Ministério de Ciência e Tecnologia, não limitando, também, que outras empresas, venham de fora para o Brasil, venham produzir, desenvolver aqui.

Com relação ao caso específico que se comenta, de que a ANATEL fez numa faixa recente, chamada faixa 2.5 *gigahertz,* foi dar nova destinação para essa faixa, para vários serviços, para ser possível utilizar para banda larga móvel, para banda larga fixa, para televisão por assinatura, e não exclusivamente como era antes, em televisão por assinatura. Essa faixa foi normalizada pela União Internacional de Telecomunicações para ser utilizada, mais eficientemente possível, por todos esses serviços. Então, quem vier, nas novas licitações, a utilizar essa faixa, vai poder usar tecnologia WiMAX, vai poder utilizar tecnologia LTE, e poder usar outras tecnologias que eles queiram--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Elas são compatíveis em termos de prestação de serviços, mas são substitutas. Então, por exemplo, quem quiser colocar tecnologia WiMAX não terá, naquela faixa, tecnologia LTE, mas a escolha é da operadora que vai utilizar aquela faixa, e não imposição da ANATEL. Logicamente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: No mundo, hoje... Isso é muito relativo, porque a gente falar que uma está acima da outra, porque todos os fabricantes, acho, que estão iguais. Então, para nós da ANATEL, a decisão não cabe à ANATEL, cabe às operadoras que vão utilizar dessa faixa, para que o preço seja o

menor possível para o usuário, porque, na competição, o preço do terminal é que vai... E da infraestrutura é que vai vencer a guerra de conseguir ter aquele como assinante. Então, o que a ANATEL fez foi colocar em consulta pública, está em debate com a sociedade, por isso viemos debater aqui, nesta Casa, essa consulta. Por que isso foi feito, o que está sendo discutido no mundo todo, da importância do uso eficiente desses [ininteligível]. Como o senhor bem viu, o Brasil vai ter daqui a - nem 10 anos, 2018 - 270 milhões de móveis. Então, o móvel precisa de faixa, móveis em banda larga. Então, temos que olhar para frente, de onde tirar, e com a tecnologia que vier, seja LPS, seja WiMAX... Vamos licitar, agora, faixa de 3.5 *giga*, que basicamente é tecnologia WiMAX, que é dominante nessa faixa.

O que nós estamos hoje colocando em debate é o 2.5, que pode ser utilizado pelas duas faixas. E o 3.5 pode ser utilizado, exclusivamente, quase... Não exclusivamente, porque tem outras tecnologias também, mas o WiMAX preponderando na faixa de 3.5, que é a próxima licitação que a ANATEL deve fazer, até o final desse ano. Com relação à cobertura, só queria alertar o senhor que é até abril de 2010, que todos municípios brasileiros terão cobertura de celular, e aí esses 60,5 Municípios do Estado do Piauí vão ter cobertura com qualidade inclusive com facilidade 3G. Com relação ao atendimento do consumidor, essa é a grande preocupação da ANATEL. Como eu disse na nossa fala, nós tivemos que primeiro criar estrutura regulatória no Brasil, de 97 a 2002, criar as condições de licitar para termos competidores, massificamos o serviço e agora temos que trabalhar fortemente na qualidade desse serviço, ser severos. O que aconteceu, por exemplo, quando o senhor colocou das paradas que aconteceram na Telefônica. Foi no serviço de conexão à internet, que não é serviço de telecomunicações, é serviço de valor adicionado, mas prejudicou a rede básica, que é serviço de telecomunicações com serviço de comunicação multimídia. E uma dessas paradas foi na própria rede. O que a ANATEL fez? Acompanhamos tudo isso, suspendemos a comercialização dela por um período de dois meses, até que fossem realizados investimentos e um novo projeto, para que as reclamações na ANATEL - que chegavam da ordem de 14 mil reclamações por mês - pudessem cair. Hoje, está em torno de três mil, com uma planta muito maior e com a segurança que a gente gostaria. E assim nós vamos agir com todas as outras empresas, que a gente percebe que essa qualidade não está sendo atendida.

Na questão do 3G, aconteceu algo aparecido. Quando lançaram o serviço no Brasil, a demanda foi muito superior em termos de uso, como eu disse. No mundo usa em torno de dois *gigabytes* por minuto, as redes brasileiras que foram assim projetadas, com um pouquinho a mais, mas os brasileiros usam muito mais, tiveram que automaticamente ampliar a capacidade dessas redes e nós tivemos uma reunião com todos os Presidentes dessas empresas na ANATEL, para que parassem o processo de comercialização sem precisar de uma cautela da ANATEL, diminuísse, criasse as condições de infraestrutura para que isso não viesse deteriorar o serviço básico de voz, e muito menos o de banda larga móvel, e que só depois que esse investimento fosse feito, acompanhado pela ANATEL, que viessem a voltar a fazer. E assim está acontecendo, eles diminuíram o processo de comercialização, de propaganda na mídia... E só estão entrando depois que eles ganham, e têm segurança. Mesmo assim, depois que eles entram até surpreendem de novo com alto tráfego, aí dão uma reduzida de novo e começa.

Nós entendemos que o Brasil... Isso é importante, ou seja, o mercado estava reprimido, porque na facilidade técnica do ADSL, que é usado na rede fixa de telefonia, que é o LP que chega à casa do usuário, aquele usuário faz o serviço de comunicação multimídia, mas depende da distância daquele cabo que está da central. Como a distância acima de 50 quilômetros, eles não conseguem chegar com banda larga. Só móvel. Então, foi muito acima da expectativa que a gente teve, tivemos que fazer esse trabalho, logicamente, tem muita demanda na ANATEL das pessoas querendo móvel e as empresas não vendendo, porque quer vender com qualidade para não vir degradar o serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Jarbas pelas suas explanações. Eu passo a palavra ao Dr. Luiz Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, TelComp. V.Sa. tem 20 minutos para fazer a sua explanação.

SR. LUIZ CUZA: Muito obrigado. Gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão, Collor, e também aos membros do Senado, que também são membros da Comissão, por esta oportunidade de apresentar algumas ideias que a TelComp tem. Em geral, a TelComp tem uma visão bem positiva de futuro de telecomunicações no Brasil. Tem avançado muito, mas agora precisa tomar outro salto, e precisa tomar outro salto nos serviços, não só porque é bom tomá-lo, eu acho que existe uma necessidade do país para fazer esse salto significativo, agora, nos próximos 10 anos.

Em minha apresentação, vou falar de certos temas em que achamos que... Certos temas que existe concordância em geral, mas são muito importantes, e também falar de certas diretrizes focadas em novo

Plano Nacional de banda larga que o Presidente Lula já anunciou, que ele tem esse interesse, acho que o país tem esse interesse. E esses comentários estão sendo feitos ao estar olhando muito para o futuro, mas de uma maneira queremos esconder que o setor, hoje, tem muitos problemas, principalmente do ponto de vista do consumidor, porque a visão do consumidor, hoje, não é tão positiva de nosso setor. E também o Brasil tem uma oportunidade de avançar de um país em desenvolvimento para um país desenvolvido, em algo de 15 anos, possivelmente 20 anos, mas tem uma maneira de avançar, e achamos que é saudável o Brasil não se compare tanto com outros países de baixa renda. O Brasil é um país muito rico, e deveria estar comparando-se aos países avançados. E aí o desafio é como chegar lá, não ficar como os outros países que são mais limitados, porque o Brasil tem muitas riquezas.

Sem dúvida todo mundo reconhece que TIC, os serviços de TIC, em si, não são suficientes. Há outras coisas que se tem que fazer. E vou falar dos serviços de TIC, mas temos que nos lembrar de educação, educação também para o uso de TIC, mas educação em geral, no Brasil, na área de TIC, falta muitos recursos, capital humano para trabalho qualificado na área de TIC. São empregos que pagam bem. Cultura tem que ser favorável à inovação e, em geral, o Brasil aceita inovação muito bem, e rápida. A infraestrutura de TIC é algo deficiente para a necessidade do país, para ficar eficiente e economicamente viável precisa de um sistema mais forte de propriedade intelectual, as Leis são boas, mas se você visita a 25 de março não é a implementação dessa Lei que impressiona você. É preciso uma economia estável, sem dúvida, aberta e competitiva e precisa uma liderança governamental - que vou falar um pouco hoje - de balancear o que o Governo precisa fazer, e como fomentar o setor privado para implementar as políticas públicas do país, porque o setor privado pode fazer muito, e depois o Governo pode ficar nas áreas onde são mais... As rendas são mais difíceis.

Próximo. Vou falar desses seis temas que eu falei, que são... Em geral, todo mundo está de acordo, mas são temas importantes. A nova economia mundial é papel de TIC e essencial. Sem o crescimento, sem o desenvolvimento, os serviços de TIC – e não só pela renda alta, tem que ser para a renda baixa, tem que ser para diferentes sub-regiões, é preciso um plano que seja nacional, mas que considere muito claro as regiões e as diferentes camadas. Tem que ser um plano total. Não é suficiente, ok, vamos cuidar da banda A e B ou vamos ter uma cobertura adequada, suficientes condições para aquele público, e pequenas empresas, também usem. A sociedade da informação, século XXI, baseada em TI, como o Presidente Collor mencionou, você vê os jovens hoje no uso de vídeo, de jogos, mas também como educar as áreas rurais, como educar as pessoas que trabalham em fazendas. Isso vai depender de TIC. Não estou falando de banda larga de um, dois, três, quatro *mega*. O mundo, hoje, já se oferece banda larga de um *giga*. No Japão a média é mais de 100 *mega*. A área rural nos Estados Unidos é 50 *mega*, o objetivo nos próximos dois anos. Então, o Brasil tem que ter esse tipo de meta, pelo menos nossa sugestão. Não tem que fazê-lo, mas é uma sugestão e essa é a oportunidade que tem.

E a TIC representa a produtividade, emprego, eficiência de mercado, qualidade do serviço, inovação e inclusão digital. É algo essencial. Próximo. Também, a economia digital resulta em crescimento. A maneira que os países e, hoje, no mundo, um número significativo de países na Europa, também, a União Européia, nos Estados Unidos, Japão, Coréia, Austrália, e outras áreas, já tem planos de TIC 2020. Se está olhando o que precisa fazer em 2020 para definir o que se precisa fazer hoje. Com esse tipo de visão, o mundo pode definir as decisões corretas, avaliar as decisões corretas, hoje. O impacto social e econômico pode ser acelerado ou não, depende das ações ou inações, mas não é automático. O crescimento da tecnologia não automaticamente vai beneficiar o país, precisa do que o país faz, do que o setor faz, do que o Governo faz e eu vou falar assim, de uma Agenda Legislativa, que gostaríamos de recomendar, um aspecto. Então, é preciso o que se vai fazer. O Brasil precisa um Plano Nacional de banda larga, para o crescimento econômico do país, não só um plano para termos uma cobertura ampla, a medida desse plano tem que ser o uso. O uso das áreas rurais, uso em pequenas cidades, microempresas... Essa é a maneira de medir o sucesso, ou não.

E, também, agora gostaria de falar de algumas diretrizes onde possivelmente não existe tanta concordância. Certas diretrizes, que achamos que esse Plano Nacional de banda larga precisa... Deveria considerar a assumir. Próximo. A primeira é uma diretriz de finalidade desse plano, é a concorrência, a competição. O consumidor precisa ter o direito de premiar o serviço bom, o serviço que ele considera de valor, e também de punir as empresas que dão esse serviço. Mencionando um exemplo, hoje, que uma empresa não dava os serviços adequados, mas o consumidor não tinha a oportunidade, parte desse consumidor não tinha oportunidade de punir essa empresa. Porém, eu moro no centro de São Paulo, centro de São Paulo, na cidade mais rica da América Latina, eu tenho opção de uma operadora. Imagina as áreas rurais, imagina as peque-

nas cidades. Então, um dos objetivos tem que ser que, ao fim deste plano, tem que haver ampla competição. E, para nós, competição é quatro ou mais. Não uma, não duas, não até três, tem que ser quatro ou mais opções. E lembra que, no Brasil, existem mais de 1500 operadoras que tem licenças da ANATEL, e muitas delas, se as regras fossem corretas, trariam serviços de qualidade a seus clientes. Então, essas questões têm que resolver.

Próximo. Segundo a diretriz... Segunda diretriz é que tem que ser um escopo nacional. Não pode ser duas, três cidades, ou só focar em show. Tem que ser algo real. Tem que ser consideradas realidades locais e, como mencionei antes, também, as diferentes camadas. Tem que ser um Plano Nacional que garanta as grandes variedades da realidade do Brasil. Se fala, aqui, de muitos brasis, que a realidade tem que considerar. Tem que haver instrumentos do Governo Federal adotar e estimular o uso de TICs em diferentes tipos de empresas. Isso precisa definir ferramentas que os governos estaduais terão que desenvolver as TICs nos Municípios. Municípios precisam ser digitalizados, a cidade de São Paulo, hoje, [ininteligível] cidade de São Paulo pela infraestrutura não estar digitalizada. E uma cidade considerada rica, e há, no resto do mundo, esse [ininteligível], um som de alto valor, só precisa o foco.

Próximo. A penetração medida por uso. Hoje, no Brasil, a política do Brasil é que a universalização é considerada pela oferta. Isso quer dizer todos vocês tem direito a comprar uma Ferrari, porque a oferta existe. Isso não quer dizer que vocês podem comprar uma Ferrari. Por que você vive ao lado de Hospital Einstein não quer dizer que você tem os seis mil reais diários para esse serviço de saúde. A mesma coisa com as telecomunicações, os serviços de telecomunicações de TIC. Tem que ser considerado o uso. Sucesso esse uso, a penetração. Não só a oferta. E também tem que ter legitimidade nos dados que se estão usando. Hoje, no Brasil, também por regra, uma operadora pode oferecer uma banda de quatro *mega*, mas o cliente só recebe 10%. Se essa é a realidade, esse circuito deveria ser contado como 400 *kilobytes*, porque senão nunca vamos aumentar. Nunca vamos medir se estamos avançando ou não. Próximo.

Outra finalidade do fim é a urgência. O Brasil não tem a oportunidade de fazer isto em outro tempo. A revolução de TIC já tem 20 anos, e nos próximos 10 anos muitos dos países do mundo esperam um salto significativo. Essa urgência de desenvolver o Plano Nacional de banda larga, como o Presidente Lula tem feito de maneira correta, é urgente. Próximo.

Transparência. É importante que, não só o setor e o Governo, sejam os participantes em desenvolver este plano. É preciso que todos os setores importantes da sociedade, como agricultura, educação, defesa, associações como CNI, FIESP, Associações de Consumidores [ininteligível] e desenvolvimento desse plano precisa um apoio amplo. E, também, esses estudos - e devem ser passados estudos técnicos e também econômicos - os estudos precisam ser claramente com objetivo, e acessível a toda a sociedade. Próximo.

A diretriz do meio deve ser feita com uma fundamentação científica, devem ser feitas as metas desse Plano Geral de Banda Larga, e os objetivos desse plano têm que ser baseados em estudos científicos. Não é eu acho, você acha, ele acha. Estudo científico que considera, como eu mencionei antes, as diferentes regiões, as diferentes necessidades, diferentes camadas econômicas da indústria, etc., e também social. Ok. Próximo.

Consistência. Precisa ter linhas mestras desde o princípio. A consolidação e modernização do aparato institucional precisam ser consideradas para a agilidade desse aparato para assegurar que esse objetivo vai ser cumprido e precisa evitar inconsistências legais, que travem a implementação desse plano. Próximo.

Credibilidade institucional e clara definição de papéis. Uma das diretrizes que estamos sugerindo é que desde o princípio, ou bem cedo nesse processo, se clarifique quem é responsável pelo quê. Quem vai fazer o quê, que área vai ser algo de que setor, vai ser algo de outras associações afora do setor, ou grupos, universidades também de Governo, do Estado... Tem que haver algo claro, porque se vamos ter metas que são mensuráveis, é preciso estar seguro que todas as pessoas não digam a outro ou aqui, tem que ser bem claro quem é responsável e não para punir, para assegurar se precisa mais recursos, se não entendem o objetivo, aquilo que precisamos fazer ou fazer mudanças quando são necessárias.

E a última diretriz – próximo - é as medidas de controle e acompanhamento, e aqui entra a Agenda Legislativa. Um dos... Vamos ao próximo e vamos voltar. O Brasil tem política... Não, vamos em frente. Aí. Para aí. O Brasil tem políticas públicas no setor de telecomunicações muito, muito boas. A Lei Geral ainda tem muito valor, é uma Lei modelo, tem muito valor, poderia ser... Possivelmente precisa certas modificações pequenas, mas em geral uma boa Lei, o Decreto presidencial do Presidente Lula de 2003 é um bom Decreto. É um Decreto que, se fosse implementado especialmente em 2003, 2004, 2006, a situação hoje seria muito, muito diferente do ponto de vista de preço, qualidade e inovação, mas algo ocorreu com es-

sas políticas públicas, que não deu certo. Próximo... A próxima e depois vamos voltar.

Aqui algumas das metas de políticas públicas de Brasil. Algumas delas são suas, outras são do Presidente Lula, mas são de Governo e Congresso. LGT foi em 97, portabilidade numérica foi regulada, pelo ponto de vista de uma regulação, em dezembro de 1998, foi implementada em 2008, 2009. Dez anos para essa implementação, estava em Decreto presidencial, tomou 10 anos. O plano de numeração de CCMs, de 2001, é um plano que daria às operadoras de Voip, de CCM, números. Outros países fazem. Não é nada problema técnico. O número de concorrentes que existiriam hoje - lembra 1500 operadoras que tem licenças - esse número seria incrivelmente muito mais alto. Até cidades pequenas tem serviços de provedores de internet, e muitos deles têm licenças da ANATEL que poderiam dar esse tipo de alternativa. Esse atendimento mais pessoal à população. Ainda não foi implementado. O Decreto foi em 2003, tinha coisas como revenda, tinha modelo de custo, foi em 2005 que reduziria os preços significativamente, dos serviços e PGE agora vem em 2008. [soa a campainha]

Estou falando disso, não porque quero olhar o passado, mas vamos voltar duas vezes, vamos sugerir que se precisa uma Ação Legislativa que, diferente da Lei Geral, seja uma Ação Legislativa com cronograma de implementação. Se a Lei Geral do Plano... Plano de Numeração tem que ser feito um ano e meio, tem que ser feito, pela Lei. Política pública tem um cronograma. Portabilidade numérica, você pode fazer em ano e meio também? Um ano? Isso era feito em século passado, tinha essa oportunidade. Sem esse cronograma, pela cultura que existe da experiência que demonstrei, sem esse tipo de cronograma... E também recomendamos que nesse plano que existam reportes semestrais a essa Comissão do Senado, de Infraestrutura, e também a uma Comissão que o Congresso, a Câmara dos Deputados defina, semestrais para demonstrar avanços, dificuldades, necessidades de mudança de Leis, etc., etc. Sem esse tipo de controle, podemos ter de novo uma Lei ou um plano, que em cinco ou dez anos ainda não avançou da maneira que o país precisa. Ok, vamos em frente. Acho que... Mais. Ok, este é meu último slide.

O novo Plano de Banda Larga para o crescimento econômico do Brasil precisa de políticas públicas claras e visionárias de médio e longo prazo [soa a campainha] envolvendo todos interessados, e que identifique o que tem que ser feito em curto prazo. Não é um plano para só fazer algo amanhã, é para fazê-lo hoje. Uma agência reguladora, independente e não independente que não segue políticas públicas, mas independente do ponto de vista do orçamento e conhecimento técnico para implementar essas políticas públicas e - reportando-se aqui ao Congresso – regularmente, para os ajustes necessários. E uma agência ágil na implementação dessas políticas públicas do setor e, portanto, já falei disso. O Executivo e os segmentos da sociedade interessados, não só o setor e o Governo, precisam ser participantes importantes nesse desenvolvimento desse plano, e a liderança governamental que favorece o equilíbrio entre a promoção da tecnologia e a liberdade de mercado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Luiz Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, TelComp. Gostaria de registrar a presença, na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, da Sra. Leonor Collor, representante da delegação da Comissão Europeia no Brasil. Seja muito bem-vinda.

Eu passaria a palavra, agora, ao Dr. Maurício Giusti, Diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica. V.Sa. tem 20 minutos.

SR. MAURÍCIO GIUSTI: Bem, bom-dia. Caro Presidente, caros Senadores, caros presentes, colegas de Mesa. Primeiramente eu queria agradecer bastante a oportunidade de poder discutir um tema que é um assunto, na nossa perspectiva, bastante... Bastante relevante, bastante importante, para o país. Gostaria também de prestar os sentimentos aí pelo falecimento do Senador Alberto Silva, e pedir desculpas pela não presença do Presidente da Telefônica, Antônio Carlos Valente, que estava aqui previsto de participar dessa reunião, que estava programada para ontem, mas em função de agenda e compromissos, que não foi possível se adiar, ele não pôde estar presente aqui hoje, mas gostaria muito de estar aqui presente com vocês todos, para poder estar discutindo.

Eu vou tentar aqui passar um pouco algumas perspectivas. A próxima, por favor. Algumas perspectivas sobre a evolução do setor de Telecom, a relação com investimentos, como esse setor de Telecom é muito baseado em infraestrutura e investimento, e algumas perspectivas sobre desafio para o setor. Nessa primeira parte, a evolução do setor de Telecom, eu vou andar um pouquinho mais rápido que o previsto, porque o Dr. Schymura, o Dr. Jarbas Valente já colocaram alguns dados, algumas perspectivas. Então, eu vou passar um pouquinho rápido para poder ir para a próxima, por favor.

Bem, nesse... Nessa perspectiva de evolução do setor de Telecom é importante, a gente colocou isso

aí, acho que o Dr. Schymura colocou essa evolução, mas quando a gente percebe a evolução do número de serviços experimentados nos últimos 10, 12 anos no setor de telecomunicações, é uma figura bastante impressionante. É um aumento de quase sete vezes em número de acessos, um crescimento inicialmente muito forte em telefonia fixa, uma estabilidade seguida, aí a partir dos anos de 2001, quando se concluiu as metas de universalização e um crescimento muito forte de telefonia celular, um crescimento que, indo à época, início de privatização, quando se existia algumas projeções, acho que nunca ninguém fez nenhuma projeção, aonde a gente chegaria a ter 150, 160 milhões de usuários de linhas de telefonia móvel. A próxima, por favor.

Essa disponibilização de acesso no serviço de telecomunicação gerou um instrumento de inclusão social bastante importante, especialmente nas camadas da população com renda mais desfavorável, tanto do ponto de vista de telefonia fixa como de telefonia móvel. Hoje, a gente tem aí um... Um número de acessos por habitante, aí, no país, por volta de 18, 18,2 acessos por 100 habitantes, que é um nível, comparativamente com o PIB do nosso país, ligeiramente acima do que seria a média mundial. Próxima, por favor.

Em termos de municípios atendidos com serviço móvel, com banda larga, isso vem experimentando um crescimento bastante significativo. O Dr. Jarbas colocou um pouco a perspectiva de telefonia móvel para os próximos anos, telefonia fixa, basicamente desde 2001, 100% dos municípios brasileiros estão atendidos com a estrutura, com infraestrutura de telefonia fixa, e um serviço de banda larga - aí quando coloco banda larga estou colocando mais banda larga fixa e não banda larga móvel - que sobe constantemente aí ano contra ano. O próximo, por favor.

A telefonia fixa, além dessa perspectiva de penetração em Municípios, tem uma perspectiva bastante desafiadora de levar o serviço de telefonia fixa até localidades - e aí estamos falando de localidades bastante pequenas - localidades com mais de 100 habitantes já são consideradas dentro das metas de penetração e telefonia fixa, sendo que hoje o setor como um todo leva quase a 37 mil localidades o serviço de telefonia fixa. O próximo, por favor.

Aqui, a gente tem um pouco a perspectiva dos municípios que são atendidos hoje com banda larga - e de novo estou colocando banda larga fixa - onde a gente percebe que mesmo municípios com uma faixa populacional de cinco a 10 mil a gente já tem quase dois terços desses municípios com disposição de serviço de acesso de banda larga. Isso, obviamente, não é suficiente. O desenvolvimento vai ter que ser muito mais forte nesse sentido - vou falar um pouco mais na frente sobre essa perspectiva - mas é um passo já importante que foi dado no setor. O próximo, por favor.

Esse é um pouco a figura do valor bruto. Toda produção do setor de telecomunicações no Brasil. Em 2008, o valor alcançado foi quase 180 bilhões de reais, o que equivale a 6.1% do Produto Interno Bruto do país. Vale lembrar que desse valor, de quase 180 bilhões de reais, cerca de 43% disso são impostos. Impostos que sobrecaem sobre o setor de Telecom de forma bastante elevada. Um dos pontos que o Presidente Collor mencionou sobre um estudo que foi feito pela ITU recentemente, fazendo comparação de preços de serviços de telecomunicação, esse estudo é bastante abrangente, o número de países que cobre, mas ele não faz uma comparação em bases equivalentes em relação à questão tributária. E o Brasil, hoje, tem uma das taxas tributárias mais altas de todos os países existentes em que o estudo foi feito.

SR. MAURÍCIO GIUSTI: Eu não tenho de cabeça, mas existem países hoje com 5%, 10% de carga tributária para o setor todo. Próximo do Brasil não tem muitos países, não. Eu tenho que levantar. Não tem nenhum.

SR. MAURÍCIO GIUSTI: A carga tributária no Brasil é bastante elevada. Então, somente para dar um exemplo, aqui, para tangibilizar um pouco essa questão, nós em São Paulo temos um produto de banda larga de entrada de 29 reais; 29 reais, se a gente for tirar os impostos disso daí é um produto que custa mais ou menos, em torno líquido para o usuário, sem os impostos, alguma coisa em torno de 17 reais; 17 reais são 10 dólares; 10 dólares, se a gente for comparar em termos equivalentes com outros países, e fazendo também exclusão de impostos nesses países, a gente não está... Não é a banda larga mais barata do mundo, mas certamente não é a banda larga mais cara do mundo. A gente está em um nível intermediário superior entre as bandas largas mais baratas do mundo. Então, é importante nessa questão de preço a questão tributária, eu vou comentar um pouco mais para frente a questão tributária também. A próxima, por favor.

Aqui a gente tem uma perspectiva sobre emprego. O setor de telecomunicações gera um volume de empregos bastante importante, são quase 400 mil pessoas empregadas diretamente pelas operadoras, e aí a gente está falando de indústria, as empresas que fazem implantação dos serviços, as operadoras, as empresas de *call center*. É um volume bastante importante, e é um volume que cresce. De 2007 para 2008 houve um crescimento de quase 14%, se a gente comparar ao período 2000, que foi dois anos logo de-

pois da privatização, com os números que a gente tem hoje, a gente quase que dobrou a massa de pessoas empregadas pelo setor e aí a gente está falando de empregos diretos. O Dr. Cuza colocou de forma bastante apropriada os impactos que o setor provoca em termos de produtividade, geração de emprego, educação... Então, tudo isso tem outro impacto que não está capturado nesse crescimento de empregos, que é bastante relevante. Próximo, por favor.

Dr. Schymura colocou também a perspectiva de um estudo, talvez a fonte seja até a mesma, só que o Dr. Schymura colocou um pouco falando sobre telefonia móvel e sobre países. Em resumo, basicamente, o Banco Mundial fez um estudo esse ano tentando medir um pouco qual é o impacto que o aumento da penetração de serviços de telecomunicações provoca na economia de um determinado país. E aqui estou pegando especificamente o caso de aumento de penetração do serviço de banda larga fixa em países de economias emergentes. E a conclusão do estudo Banco Mundial é que, de cada 10% que se aumenta a penetração do serviço de banda larga fixa, o impacto disso no crescimento do PIB é 1,38%, o que é um número bastante significativo. A gente não tem uma análise comparando quais são outros alavancadores que existem na economia para se fazer o crescimento do PIB, mas, com certeza, telecomunicações, banda larga é um dos mais eficientes. É uma das alavancas mais eficientes de fazer aumento de PIB. E, de novo, pegando carona no que o Dr. Luiz Cuza colocou, a gente está falando de aumento de produtividade, redução de custos, acesso à educação, geração de emprego, desenvolvimento de tecnologia, inovação, comércio eletrônico... Enfim, tem uma série de aspectos que são... Que são manipulados na economia nossa, que gera um impacto dessa natureza. O próximo, por favor.

Bem, em relação a investimentos, aqui tem um quadro sobre os investimentos realizados no setor desde o momento da privatização. Foram quase 163 bilhões, esses números vão até primeiro *quarter* de 2009 e aí mais do que mostrar o volume desses investimentos ou evolução deles, o meu objetivo aqui é... E ponto que gostaria de fazer é que todo esse crescimento que todos nós aqui, acho que, de uma forma ou de outra, colocamos aí sobre aumento de penetração, aumento de serviço, crescimento de base, por trás disso tem um volume de investimentos bastante elevado, que foi feito nesses últimos anos, para que o serviço alcance o índice de cobertura, a disponibilidade do serviço da forma como ele acontece. Então, o setor de telecomunicações é um setor eminentemente de capital intensivo, onde é necessário bastante investimento para se alcançar esses desenvolvimentos. Próximo, por favor.

E se a gente for colocar, agora um pouco em perspectiva de futuro, e olhar um pouco para frente o que vem pela frente em termos do nosso setor de telecomunicações e de TIC, existe uma série - e muitos de vocês aqui já devem ter sentido isso nas suas casas, nas suas residências - uma série de novos serviços, novas possibilidades, que a conectividade, a banda larga, a internet, abre em termos de serviços, seja serviços como televisões de alta definição, pear to pear, vídeo telefonia, videoconferência, jogos *on-line*, educação à distância, telefonia IP... Existe uma série de novos serviços que estão sendo desenvolvidos e que estão surgindo dia após dia na nossa indústria.

Além disso - a próxima, por favor - outro aspecto que é bastante importante que eu queria colocar aqui é o crescimento de tráfego. Quando nós falamos de todas essas aplicações novas, sejam elas de vídeo, de internet, de e-mails, de vídeos chamadas, isso gera aumento de tráfego na rede bastante significativo. Só para vocês terem uma ideia, em termos de tráfego, o tráfego americano de internet, tráfego IP americano de internet de 2006, é 1,50 avos do tráfego americano previsto para 2015. Isso quer dizer pouco mais de dez anos, pouco menos de dez anos o tráfego nos Estados Unidos vai aumentar quase que 50 vezes em termos de volume. E o tráfego medido começa a avançar em dimensões que até então nem existiam. A definição hoje é do *zettabyte*. O *zettabyte* hoje é uma definição que na verdade são... É um *byte* com mais 23 zeros. A gente está acostumado, hoje, com *megabyte*, *gigabyte*, algumas coisas já estão saindo em termos de *terabyte*, mas aí depois do *tera* a gente tem o *petabyte*, o *exabyte* e o *zettabyte*. A gente está falando de volumes de tráfego bastante significativos, 23 zeros. Então, se a gente fosse botar isso em moeda, nem sei como é que chamaria isso daí. Trilhão, zilhão... O que seria. Próximo, por favor.

Aqui a gente colocou um estudo, na verdade fontes de dois estudos, um estudo da Frost & Sullivan, que é um instituto de pesquisa, que em 2009, sobre a perspectiva de crescimento da base de usuários de telefonia móvel no Brasil, onde a perspectiva é sair de 2007, 120 milhões, 2014 - eu peguei 2014 porque é o ano da copa do mundo - então a gente deveria chegar em 2014, na copa do mundo aqui no Brasil, com 220, 225 milhões de usuários de telefonia móvel. Em termos de banda larga, e aí a banda larga fixa, a perspectiva é sair de nove para 22. Então, aumento de duas vezes e meia, quase, em termos de número de usuários. E aí, à direita, o crescimento de tráfego, não tinha dados de Brasil, mas dados de América Latina, onde o crescimento do tráfego de internet nos próximos... Daí não até a copa do mundo, mas até 2012, e 2012 está

logo ali, está falando em 11 vezes o número do crescimento. Se a gente for fazer uma analogia aqui, muito rápida, com que seria isso comparativamente com o sistema viário de uma cidade, significa que a gente teria que aumentar o número de vias dessa cidade em duas, três vezes, e o número de carros que estariam trafegando nessas vias, ruas, avenidas, estradas, aumentaria quase 11 vezes.

Então, um pouco a conclusão aqui que fica bastante clara é que essa onda de investimentos que foi concluída, em termos de levar serviços em nível de cobertura bastante alto, na verdade ela tem uma continuidade muito forte na sequência. Toda a estrutura que a gente tem hoje tem que ser aumentada, multiplicada por um volume muito grande. O Dr. Jarbas colocou alguns números de perspectiva de investimento daqui para os próximos anos e, com certeza, são números muito importantes e muito significativos em termos de... Até comparativamente com outros setores, setor de petróleo, setor automotivo, quando a gente olha investimentos necessários para chegar nesses níveis de capilaridade, vão ser volumes bastante fortes. A próxima, por favor.

Nessa perspectiva, o desafio futuro, na nossa perspectiva, demanda uma prioridade nacional para tratar o tema. É importante estabelecer um Plano Nacional de Banda Larga, que apresente de forma clara a prioridade nacional quanto ao desenvolvimento de políticas públicas que promovam, de forma muito rápida, a evolução do marco legal, regulatório, e relações de consumo, com vistas que esse investimento necessário para dar vazão a essa demanda seja realizado, e a aplicação de tecnologias voltadas para soluções sejam oferecidas à sociedade, ao Governo. As políticas públicas nessa área deveriam contemplar, dentre outros, aspectos o estabelecimento de metas de cobertura bastante agressivas. Aqui, o número que a gente coloca são 150 milhões de pessoas com acesso a banda larga, internet, seja ela fixa, seja ela móvel, ou 75% da população até 2014. Isso nos levaria a níveis de desenvolvimento bastante significativos, tanto em termos de crescimento como termos de inclusão social da nossa população. E, na nossa perspectiva, essas medidas têm que ser definidas sobre um princípio de coerência, clareza, simplicidade e com ausência de exigências burocráticas, no sentido desse novo modelo ser implantado, esse Plano Nacional, ser implantado de forma bastante importante. O próximo e último, por favor.

Algumas políticas públicas que a gente entende que sejam necessárias para contemplar esses desafios, a primeira delas, eu coloquei, é o princípio, uma desoneração dos tributos e serviços e investimentos tanto a âmbito Federal, Estadual e Municipal, se o setor é entendido como setor estratégico, como setor que tende a alavancar a economia, a gerar inclusão digital, o olhar que tem que dar a esse setor é diferente, é o que está sendo dado hoje. Fazendo uma comparação - não entre Brasil e outros países - mas dentro do país, hoje os serviços de telecomunicação são tributados de forma bastante alta mesmo, comparados com outros produtos que talvez não tenham a mesma importância social e de desenvolvimento que tem o serviço de telecomunicação. Outro aspecto é a locação de novas faixas de radiofrequência para construção de redes acesso de banda larga. Acho que alguns desses aspectos já foram colocados aqui, é importante que isso flua da forma mais rápida e mais eficiente possível, para que novos investimentos sejam feitos. [soa a campainha]. Localidades distantes, como regiões rurais, redes fixas são muito ineficientes para se atingir esse público. Então, radiofrequência é uma alternativa bastante importante.

Oferta ao mercado de novas outorgas, prestações de serviços, eu coloco aqui, como exemplo, telefonia... Televisão por assinatura, onde a gente tem várias cidades hoje no Brasil que ainda não tem um operador, porque não existe ainda uma outorga para essa prestação de serviço.

E, por fim, e talvez um dos aspectos mais importantes que eu acho que também já foi mencionada, a manutenção da estabilidade do ambiente jurídico institucional regulatório, respeito aos contratos, que é condição fundamental para atração de investimentos e para a realização desse investimento todo, que temos pela frente.

Então, é isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Maurício Giusti, Diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica. Passaremos, agora, a palavra aos Senadores inscritos.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral.

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, demais convidados, Dr. Jarbas Valente, Dr. Luiz Cuza, Dr. Luis Schymura, Dr. Maurício Giusti. Primeiro, pedir desculpas porque hoje, concomitantemente à Infraestrutura, a Comissão de Agricultura está funcionando, a Comissão de Assuntos Econômicos está funcionando, e como não dá para ocupar três espaços ao mesmo tempo, então, eu estou correndo para lá e para cá para ver se eu consigo dar conta das Comissões Permanentes, hoje, que estão funcionando nesse momento no Senado. Mas, primeiro cumprimentar os expositores, os convidados, um tema fundamental para o país, estratégico para o país. Aliás, a Comissão de Infraestrutura tem discutido questões fundamentais para

o país. Aqui nós discutimos nestes... Nesses painéis todos, hoje é o último daquele primeiro programa que foi aprovado, o programa sugerido por V. Exa., e que ocorreram todas as segundas-feiras os painéis, mas nós abordamos aqui temas extremamente importantes. Hoje, telecomunicações, já tratamos de energia elétrica, petróleo, gás, desenvolvimento urbano... Coisas que estão no dia a dia da nossa gente, do nosso povo. E volto a insistir, o maior desafio que o Brasil tem, que é a infraestrutura. Às vezes, a gente fica nessa confusão aí, bate boca para lá, para cá... Mas a infraestrutura é ainda a prioridade máxima do Brasil. Eu não vejo... Não vejo outra forma de o Brasil crescer e se desenvolver se nós não tivermos um comprometimento forte com a infraestrutura do país. Então, mais uma vez, registrar aí a importância dessa audiência.

Eu queria fazer algumas considerações, e depois também algumas perguntas, até porque eu também não tive oportunidade de assistir todas as exposições. Então, se eu eventualmente fizer alguma pergunta, que já foi aqui devidamente explicada, eu peço desculpas. É por causa da confusão que nós estamos hoje aqui, das Comissões. Mas um dos pontos que eu queria destacar é a Lei Geral de Telecomunicações, como foi dito aqui pelo Luiz Cuza, foi uma lei importante, uma lei boa. Aliás, um registro, uma coisa importante que verifiquei na maioria das exposições é a segurança jurídica, a preocupação com a segurança jurídica e com a Legislação brasileira, que dá certa tranquilidade para os investidores. Então, eu entendo... Esse é fator muito importante, acho que está transformando o Brasil em um país atrativo para os investidores. Não só na área de telefonia, de telecomunicações, mas também em outras áreas, mas sempre muito presente a questão de segurança jurídica, Legislação estável, isso é importante para o país. Outro ponto também que eu vi é a questão das Agências Reguladoras. Autônomas, independentes, com gente competente comandado as Agências, e, ao mesmo tempo, com orçamento. Todos nós aqui já discutimos o papel das Agências Reguladoras, mas um dos grandes entraves é a questão orçamentária. Nós aprovamos autonomia, nós aprovamos no orçamento os recursos que as Agências solicitam, mas depois esses recursos são contingenciados. Então, existem vários projetos tramitando, também, até para constitucionalizar as Agências, que acho que é um avanço grande também. Está tramitando pela Infraestrutura, acho que passou pela CAE também. Então, esses são pontos, na minha leitura, de extrema relevância. Quer dizer, o marco regulatório, o arcabouço jurídico, a segurança jurídica, Leis estáveis...

É inegável o avanço do setor de telecomunicações no Brasil. É inegável o que se se fez nos últimos anos. Desde 97, se não me engano, 98. Inegável, isso. Na telefonia móvel, na telefonia fixa, na banda larga... Concordo, o Luis falou aqui, que você tem bandas de quatro *mega*, mas na verdade equivale a 400 quilos. Não dá. Quem é usuário desse serviço entende muito bem o que foi dito aqui. Nós ainda temos muitas deficiências, mas eu queria fazer algumas considerações que eu entendo... Primeiro, a fusão da Oi com a Telemar. Há tempos nós fizemos um debate, acho que o Luiz estava, Luis Schymura estava, também o Luiz Cuza, sobre a questão de... Naquela época pairava no ar essa fusão, mas ainda era uma coisa meio nebulosa, mas eu achei que foi um avanço. E essa fusão acho que foi importante para o país. O que aconteceu no Brasil tem acontecido em outros países, também, do mundo. Uma preocupação grande... Eu não sou xenófobo, Presidente, de forma nenhuma. Eu sou um dos últimos aqui, a ser... Mas acho que uma empresa nacional de telecomunicações é importante, e privada, e esse movimento tem acontecido em vários países também. Também não é nenhuma grande novidade. Não sei se os expositores concordam, talvez muitos deles não concordem, mas eu estou aqui externando minha posição pessoal.

Mas a primeira pergunta que eu entendo como... Até para a gente aproveitar essa discussão. Na opinião dos convidados, dos especialistas, quais os aperfeiçoamentos que deveriam ser feitos na Lei Geral de Telecomunicações? É uma Lei boa? É. O país avança? Avança. Naturalmente as Leis vão ser aperfeiçoadas em função dessa realidade. Então, quais os aperfeiçoamentos, se é que existe a necessidade de algum tipo de aperfeiçoamento na Lei Geral de Telecomunicações? É a primeira pergunta que eu queria dizer. Outra coisa é o seguinte: Eu ouço falar muito de que telefonia celular, nós batemos recordes, não sei o quê, 160 milhões de aparelhos. É isso mesmo? A telefonia fixa, no Brasil, está desaparecendo? Qual é o papel da telefonia fixa no Brasil, comparativamente a países no mesmo estágio de desenvolvimento do Brasil ou países avançados? Porque a gente vê que parece que telefonia fixa virou... Ficou démodé. Aqui parece que alguém já falou isso, mas como eu não estava presente, talvez eu repita algumas... Eu estou vendo aqui uma... Então, qual é a posição do Brasil com relação à telefonia celular no mundo? E qual é a posição do Brasil com relação à telefonia fixa? Para a gente ter uma ideia de como é que as coisas estão acontecendo.

Outra pergunta, que eu não sei se alguém falou aqui. O que vai acontecer com a Eletronet? Eu vi algumas discussões aqui, falando do papel das empresas privadas, que eventualmente poderia haver espaço para o Governo, em determinadas atividades. Será

que essa participação do Governo é via Eletronet? Por exemplo, para atender internet, nesse programa intensivo de colocar banda larga nas escolas, será que o que falta para concatenar essa ideia é isso? Ou não? Ou as operadoras é que deveriam ser prestigiadas nisso? A Eletronet está aí, espalhada pelo Brasil, cabos de fibra ótica dentro dos cabos para-raios, dentro dos cabos para-raios das linhas de transmissão. O que vai ser feito com esse ativo? Qual é o futuro disso? Isso as companhias vão adquirir, arrendar, ou o Governo vai assumir essa operação, o Governo vai atender especificamente esse programa nas escolas... Quer dizer, onde é que a Eletronet vai se encaixar?

Outra questão, também, que eu gostaria de perguntar é o seguinte, eu fiz agora recentemente uma... Fiz um debate lá na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sobre internet, sobre... O Brasil é um país em que o número de internautas, eu vi, números impressionantes, por exemplo, o mês de julho era uma barbaridade, eram 34 milhões de internautas, 60 milhões de pessoas acessaram internet, são números absurdos. Aí eu vi hora, a média brasileira, 71 horas de internet, quer dizer, um número absurdo, mostrando que a internet, como disse o Dr. Valente, ela veio para ficar e no Brasil ela é utilizada intensamente, mas, eu tenho uma preocupação. Por exemplo, a gente está vendo internet nas escolas. Tem outros programas aí ligados a hospitais... Enfim, uma série de... Nós estamos disponibilizando os meios, mas o pessoal está preparado para... É igual, por exemplo, alguém me dar... Deram um exemplo aqui de uma Ferrari. É igual me dar uma Ferrari para eu entrar em um grande prêmio de fórmula um, ou uma Braun(F), que está mais na moda. Não adianta nada, eu não tenho condição, não tenho competência para dirigir um carro desse.

Então, existe um programa associado de educação, de qualificação? Porque não adianta botar um tremendo instrumento se eventualmente o professor não entende, se a gente não tem uma coisa já previamente pensada ou refletida sobre isso. Eu acho que esse é um tópico, também, que eu não posso deixar de considerar, porque me preocupa muito isso. Espalha, bota internet, bota em aldeia, bota em tudo quanto é lugar, mas cadê o homem nesse negócio aí? As pessoas, como é que isso vai ser utilizado? Como é que isso vai trazer benefício para as comunidades? Ainda não consegui vislumbrar isso, e olha que nós temos colocado... Agora mesmo estive numa aldeia, colocamos pelo "Luz Para Todos", nós colocamos um laboratório de informática... Enfim, então, acho que esse é um ponto também importante. Nós precisamos atender, mas nós precisamos dar os meios necessários para que essas pessoas se utilizem de uma ferramenta espetacular que, no meu ponto de vista, é a internet.

Outra questão também que eu queria... Isso foi muito debatido, e aqui o Dr. Maurício Giusti falou assim, meio *en passant*, mas a impressão que me deu é que eles estão extremamente interessados. É a questão de TV por assinatura em companhia de telefone. Quer dizer, qual é a leitura que se tem? No meu ponto de vista, isso aí é um... Existem projetos que estão tramitando aqui no Congresso sobre isso, quer dizer, abrindo as TVs por assinatura às companhias de telecomunicações. Na Argentina, foi proibido. Então, como é que a gente... Como é que... Qual é a leitura... Como é que cada convidado enxerga essa questão?

Bom, eu basicamente vou... O debate vai correndo, eu acho que depois até, porque o Ministro Eliseu Resende acabou de chegar aqui, mas eu gostaria primeiro de ouvir essas ponderações, até para que depois a gente aqueça o debate. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Delcídio Amaral. Gostaria de registrar a presença do Senador Ministro Eliseu Resende, vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que aqui está presente, assistindo e participando do nosso debate. Eu passo a palavra ao Dr. Luis Schymura, inicialmente, para responder as indagações formuladas pelo Senador Delcídio Amaral.

SR. LUIS SCHYMURA: Questões, Senador, muito pertinentes e muito abrangentes. A questão das Agências, o senhor colocou, acho que é uma questão importantíssima, da autonomia para as Agências. Eu vejo esse processo ocorrendo gradualmente, talvez mais lento do que muitos de nós gostaríamos, mas eu sinto que está havendo a evolução nessa linha. Eu acho que precisa, esse modelo, estar amadurecendo, houve muito questionamento no passado recente com relação à indicação de alguns membros do Conselho Diretor de Agências, a discussão se os diretores deveriam ser técnicos ou políticos... Enfim, muito debate em cima dessa questão, e é uma questão que, se os senhores perceberem, que no caso do Supremo Tribunal Federal, a indicação para Ministro do Supremo ocorre da mesma forma que para a Agência Reguladora. Quer dizer, um membro escolhido pelo Presidente da República e sabatinado pelo Senado Federal, quer dizer, o processo é o mesmo, só que o Supremo Tribunal Federal é um poder constituído, e institucionalmente consolidado e amadurecido da sociedade brasileira e vejo que a Agência ainda ressente de uma falta de conhecimento, ainda, de força institucional, embora ela tenha esse poder formalmente transmitido, mas ainda existe ainda muito... É um modelo muito relativamen-

te muito recente, mas eu vejo... Eu sou muito otimista com relação a essa questão das Agências. Obviamente, se fosse aprovado o novo Projeto das Agências seria muito positivo, porque isso ratificaria a posição das Agências e é um projeto que vem tramitando dentro da Casa já há alguns anos. Obviamente, como as Agências são novas, foram constituídas dentro de um modelo que merece aprimoramentos, porque tudo que é feito novo, qualquer passo muito grande que se dá, muitas vezes necessita de um entendimento melhor, de um aprendizado, e acho que existem experiências já das Agências que ensinam que algumas melhorias podem ser feitas, até no ponto de vista da relação das Agências com os Órgãos de Proteção de Defesa do Consumidor, os PROCONs, muitas vezes há uma... Não fica muito bem estabelecido até onde vai o papel da Agência, no atendimento ao consumidor, até onde vai o papel do PROCON... Eu acho que hoje é fundamental, até pelo que o próprio Senador Collor colocou muito bem, o nível de reclamações das Agências - com relação às agências, não – com relação às prestadoras de serviços o próprio consumidor fica em dúvida e procura quem, PROCON, a Agência? Quem que resolve o quê, quem é responsável pelo quê... Eu acho que essa é uma questão que era importante no Projeto de Lei das Agências, esse projeto contemplasse, de uma forma mais clara, o papel de cada um.

O senhor comentou alguns outros aspectos, eu... Outros pontos... Eu vou me concentrar mais, para não ficar aqui... Também, tomar todo o tempo da exposição, eu vou me concentrar mais um pouco na questão que o senhor colocou, muito importante, que é a questão relativa à acessibilidade, hoje. Hoje não é mais possível nós fornecermos infraestrutura de telecomunicações e não levarmos em conta para quem está sendo dada essa infraestrutura. Quer dizer, qual é o objetivo de fornecer essa infraestrutura? Porque além, primeiro ponto, o custo de fornecimento desta infraestrutura é alto, e o país tem uma carência muito grande de recursos para investimento, inclusive diversas outras áreas de infraestrutura. E muitas vezes essa infraestrutura é gerada e as pessoas, para que acessem esses serviços, precisam pagar pelo acesso, pelo uso, [soa a campainha] por uma banda larga. Gera infraestrutura de banda larga. Alguém vai ter que pagar essa conta, pode ser até o Governo Brasileiro que pode pagar, mas têm que estar provisionados esses recursos, que não são poucos, porque a montagem de infraestrutura é cara, mas o subsídio à utilização desses acessos de banda larga, por exemplo, é mais caro ainda. E, além disso, às vezes é dada a infraestrutura, é dado o acesso, mas as pessoas que vão fazer uso desse serviço... Será que elas... Esses serviços vão ser usados de uma forma eficiente, que tragam ganhos efetivamente? Então, o caso da internet nas escolas. Cria-se a infraestrutura, paga-se o acesso e chega à escola e não existem professores capacitados até, muitas vezes, a usar a internet, porque ou o conteúdo é fraco, não tem conteúdo suficiente, ou os professores e alunos não têm condição de acessar aquela tecnologia porque essa tecnologia requer um treinamento e conhecimento, um tipo de experiência que muitas vezes esses profissionais não têm. Isso vale para diversas outras modalidades, o caso da saúde, como o senhor bem colocou, também é importante levantar isso, e nós podemos pensar em... Com relação à acessibilidade em banda larga, um ponto que o próprio Senador Collor colocou muito bem que é a questão das *lan houses*. Talvez as soluções de banda larga venham a ser soluções não de acesso individual. Pode ser acesso coletivo, mas, enfim, o que eu quero levantar aqui, Senador Delcídio, é a importância hoje de que qualquer política pública que venha ser feita no campo de telecomunicações seja feita em decisão política, evidentemente, mas em cima de estudos técnicos, nos quais os custos sejam levantados de forma clara e identificados beneficiários e as outras necessidades que esses beneficiários teriam, quer dizer, as complementaridades necessárias - citei o exemplo, aqui, das escolas - que tipo de instrumental, por exemplo, de apoio da parte da educação, seria necessário... De treinamento de professores para ter essa internet nas escolas? Qual o custo, além dos beneficiários, que custo é esse? Vai precisar subsidiar o acesso do serviço de banda larga na escola? Em que escolas? Em que condições? Tudo isso tem que ser planejado com uma forma muito cuidadosa, de maneira muito cuidadosa, sorte que os custos sejam bem entendidos, bem avaliados e os benefícios também. Para que, enfim, o dinheiro público não seja gasto de uma forma... Seja dado melhor uso possível a ele.

Enfim, o senhor levantou várias outras questões, eu vou deixar para os meus colegas. Presidente Collor, só um último ponto, outra questão que o senhor levantou, da telefonia celular *versus* telefonia fixa. Eu tive, na minha apresentação, eu mostrei que, em uma comparação internacional entre a telefonia fixa Brasil *versus* resto do mundo, nós estamos em telefonia fixa, comparando com países de renda similar a nossa, nós estamos com um nível de penetração acima dos demais países. Contrariamente ao que acontece com o celular. A impressão que nós temos aqui é que o celular explodiu e a telefonia fixa estancou, parou, e nós estaríamos, digamos assim, andando na contramão do mundo. Mas não, por incrível que pareça se estivéssemos na contramão é que estamos com telefonia fixa demais e telefonia móvel de menos. Contrariando,

digamos assim, a sensibilidade, o sentido comum. A mobilidade, a telefonia móvel, hoje, é uma tecnologia, é um serviço que, mesmo em banda larga, dados da OIT, indicam que em 2011 nós teremos mais telefonia móvel, mais banda larga através dos serviços móveis pessoais, do que pelo STFC em nível mundial, em 2013 será o dobro. Quer dizer, o serviço móvel, banda larga em serviço móvel, será o dobro da banda larga em serviço fixo. Obrigado.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Luis Schymura. Algum dos senhores gostaria de fazer algum comentário? Dr. Jarbas José Valente, por favor. Cinco minutos.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Presidente. Acho que é importante resgatar o que o senhor colocou no início, que o setor é um setor dinâmico, evoluiu tanto que nós conseguimos no país ter estabilidade legal, política e econômica. Acho que isso é fundamental, senão, não estaria discutindo agora, aqui, o que fazer para o futuro em termos de infraestrutura. Com relação às suas questões, aperfeiçoamento no arcabouço legal, nós achamos importante, por exemplo, autorizarem o Fust, fundamental - projeto que originou aqui nessa Casa, Senador Mercadante, que está hoje na Câmara - para que investimos em outros serviços, não só em serviços em regime público, que é o STFC, que está aqui e está acontecendo no mundo, acho que isso é importantíssimo, aqui para a Casa, para evoluir.

E outro, como sugestão nossa, temos discutido aqui com alguns membros do Senado, acho que atualizar a Lei do FISTEL. O FISTEL, hoje, para ter uma ideia de quanto nós arrecadamos no Brasil - não vou levar em conta os impostos, nem ICMS, muito menos PIS e COFINS, só FISTEL - de todas as operadoras no Brasil a gente arrecada, esse ano nós arrecadamos sete bilhões de reais. Se pudesse reutilizar esse dinheiro, para investimento em infraestrutura, ou seja, com compromisso, com projeto, eu acho que a Lei do FISTEL pode ser muito bem alterada, com esse compromisso. Não que não venha, porque é importante que venha o FISTEL, para se investir em outras políticas públicas que são importantes, como o Bolsa Família, etc., mas também algo que seja retornado ao setor de telecomunicações. Para os senhores terem uma ideia, quando nós fizemos a licitação do 3G, o preço quem define, faz fluxo de caixa descontado, então leva em conta investimento, despesa, custo de capital, etc., por quê? "Olha, essa autorização aqui vai custar tantos milhões para ir nesses lugares", para que as empresas possam pagar pelo patrimônio público que ela está adquirindo, que é a radiofrequência. Quando nós fizemos o 3G, o valor é da ordem de quase seis bilhões de reais. Nós tiramos desse valor, da ordem de 2,7 bilhões, diminuindo o preço, mas criamos obrigações. Sem isso, eles não teriam como cobrir, Presidente Collor e demais Senadores, todos os municípios brasileiros. Esses municípios estão sendo cobertos com esse dinheiro que foi retirado, com essa contrapartida. Então imagina isso podendo ser feito com esses outros sete bilhões, que a gente arrecada ano a ano, acho que seria algo interessante.

Com relação à evolução do STFC e do SMP, o que aconteceu no mundo é que muitos países - por isso que o Dr. Schymura mostrou no gráfico - em comparação parece que o STFC, no Brasil, tem penetração tão boa quanto o resto dos países do mundo, comparado com o Brasil. Muitos desses países como Índia, Rússia e outros, abandonaram a telefonia fixa. Já que não conseguiram fazer a universalização, foram para a móvel. Então, não foram na fixa, mas conseguimos fazer algo na fixa quando projeto de universalização da Lei Geral em 97. Então, por isso que o Brasil conseguiu ter essa penetração, chegar dos países comparados com o nosso, que tem uma penetração talvez um pouco melhor do que a deles. Na móvel, o Brasil ainda está um pouco abaixo, nos estamos 82%, os outros países ainda estão com 90%, 92%, por aí, porque muitos deles deixaram de ir para fixa e foram direto para móvel, porque a fixa hoje está muito mais voltada para ter um aparelho em casa para atender a família, ou então nas empresas. Para quem tem móvel, em qualquer lugar que ele está, ele está acessado, pode comunicar não só para voz como para banda larga. Em termos de comparação no mundo, a planta nossa de acesso do móvel é a quinta do mundo – a do STFC é a sexta - em termos de rede, tanto a STFC quanto a SMP nós somos a terceira planta do mundo. Como eu disse, a gente só perde para a China e para os Estados Unidos.

Com relação aos projetos de utilização de redes, hoje, consideradas redes estatais, esse projeto do Governo, discutindo a importância disso, não apenas a Eletronet, mas todas as outras, sistemas da PETROBRAS, todos eles têm centenas de quilômetros de fibras, e essas fibras precisam ter uma utilização, para ela, do ponto de vista social de inclusão. Ou seja, como pode fazer uso dessas fibras todas que estão espalhadas pelo Brasil como redes estatais? Então, algo nesse sentido que está sendo discutido como dar um valor real do uso para que outras empresas possam vir utilizar delas.

Com relação à internet, é verdade, a maior dificuldade que nós temos hoje é com relação ao conhecimento. E como é que está sendo desenvolvido esse projeto? Projeto importante esse, da banda lar-

ga nas escolas, são 64 mil escolas urbanas que vão ter. [soa a campainha]. Nessas escolas urbanas, não está sendo apenas levado o acesso à banda larga, mas o computador, o laboratório e o treinamento. Então, tem todo um processo logístico de educação para que esses futuros consumidores, quando sair de suas escolas urbanas, possam consumir e entender aquilo que ela está fazendo e até reclamar, talvez com mais propriedade.

Com relação à TV por assinatura, nós achamos importante, que todas as empresas possam participar desse mercado, mercado fundamental, para quê? Para gerar escala. Assim como gerou escala no móvel e fez com que o preço baixasse bastante, hoje nós não temos tanta escala na TV por assinatura, até porque tem poucas operadoras em um mercado muito concentrado. É importante que venha outros grupos, grupos como empresas de telefonia para ampliar, diferentemente do que aconteceu na Argentina, que a Argentina escolheu a opção da TV por assinatura. Como o americano escolheu. Por isso que o americano lá, 90% dos lares tem TV por assinatura, e 10% é TV aberta. No Brasil é ao contrário, 95% tem TV aberta e 5% TV por assinatura, mas é importante que isso também cresça e o mercado seja equilibrado. O importante de tudo isso é que o conteúdo seja nacional, que a produção desse conteúdo seja feita aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Jarbas. Dr. Cuza, cinco minutos.

SR. LUIZ CUZA: Ok. Acho que os comentários foram muito relevantes e gostaria de tomar um por cada um. Sobre a Agência Reguladora, concordamos muito que precisa aperfeiçoamento, especialmente, controle do orçamento, a FISTEL, esse tipo de coisa, e não necessariamente eliminar a maneira que hoje esse orçamento é contingenciado, que deverá trazer muitos problemas para a Agência para fazer seu trabalho.

Sobre a Oi e a Brasil Telecom, a TelComp sempre achou que essa União poderia ser uma grande oportunidade, e ainda consideramos que é uma grande oportunidade, mas, também, para usar esse momento em que operadoras que tem contrato até 2025, usarem esse momento para incluir condicionamentos, que assegurem a concorrência, assegurem a inovação, assegurem melhoria de qualidade. E isso, ainda, não tem sido feito de uma maneira adequada. Usaram uma situação positiva, mas tem que melhorar a favor de concorrência e consumidor.

Aperfeiçoamento de LGT. Em geral, temos um pouco de medo de mudar a LGT, porque não sabe o que entra e não sabe o que sai. Mas. sem dúvida, precisa mudanças em tempo adequado e quando se tem esse plano, quando se conhece onde se quer ir. Então, se faça os ajustes. Sem dúvida a Fust, eu espero que se resolva antes, mas isso seria algo sem dúvida, que essa segurança que uma Agência Reguladora reporte, seja mais transparente, reporte para o Congresso algo que achamos que deveria ter sido algo nessa Lei originalmente.

Papel de telefonia fixa e celular. Os dois são super importantes. Telefonia fixa de voz, porque aí você pode fazer muito mais fofoca que em celular, porque a bateria para, mas também a questão de emergência. De noite, você não quer só depender de um celular se sua esposa tem um problema, você quer um telefone fixo. E deveria haver uma penetração, uso de telefonia fixa, não só por oferta, mas 70%, 80% dos lares brasileiros deveriam ter esse acesso. Também temos que lembrar, o celular, quando você chega em seu celular pela antena, essa antena vai precisar uma fibra ótica. Com o crescimento de uso, de dados, de jogos, de vídeo em celular, não há separação. A infraestrutura, como você mencionou em princípio, essa infraestrutura que tem aumentado muito no Brasil, precisa crescer muito, muito, muito mais. É um desafio para agora. Então, acho que separar os dois é só um meio, como um *palm*, um celular, um fixo. Detrás desses aparelhos é preciso uma fibra bem informante.

Eletronet. Existem exemplos muito positivos na Austrália, e também aqui, no Brasil, no Ceará, onde o Governo entra em um processo quando não tem suficiente apoio do setor privado, ajuda a desenvolver uma rede de fibra ótica, a Austrália, que é um país grande e também tem uma população de 20 milhões, 25 milhões, foi um exemplo, e, lá, o Governo transfere, em condições adequadas, quando o setor privado aceita essas condições, transfere essas fibras, mas assegura que os serviços que precisam as micro, pequenas e médias empresas, escolas, estudantes fora da escola, etc., seja cumprido. No Ceará tem um projeto muito interessante, já. Então, você pode usar esse tipo de exemplo. [soa a campainha]

Concordo, precisa muita educação. Não é só uma fibra ligada, você precisa muita educação, treinamento, *software*, existem países que têm *softwares* maravilhosos para a escola, de geografia, de espanhol – estou falando dos países em espanhol - que tem muitas coisas muito positivas, que o Brasil precisa, não só para este país, mas também para todos os países que falam português.

E um dos últimos pontos, que você fez, foi a TV paga. TV paga, qualquer companhia deveria poder dar TV paga. Precisa restrições. Por exemplo, se uma telefonia fixa, que já tem, mais ou menos, quase um mo-

nopólio no fixo, precisa assegurar que se ele se instala mais cabo, por exemplo, também é um capital que ele está instalando. Se estamos falando de frequências, que outras operadoras pudessem comprar para que o cliente final tenha quatro, cinco, seis opções - como existe a situação hoje de São Paulo, Município de São Paulo - a ANATEL deveria atuar para assegurar que o direito desse consumidor, de até quatro, cinco, seis opções tem que ser prioridade. E não só por uma companhia controlar todos os meios. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Luiz Cuza. Dr. Maurício Giusti, cinco minutos.

SR. MAURÍCIO GIUSTI: Ok. Obrigado. Obrigado pelas perguntas, acho que foram bem extensivas, bastante interessantes. Vou pegar o primeiro ponto delas, aqui, a questão da Lei Geral de Telecomunicações, um pouco na linha da pergunta, se ela estaria ou não adequada ao momento que a gente vive hoje. Acho que, talvez, voltando um pouco o tempo, acho que um dos grandes méritos da LGT foi ter logo ao princípio a definição de um objetivo muito claro. E, na época, o objetivo muito claro era... Em São Paulo a gente tinha oito milhões de pessoas esperando uma linha de telefone, a linha de telefone ia para o Imposto de Renda como um ativo, custava cinco mil reais... Estava muito claro o objetivo, e a Lei Geral ela foi construída para se buscar uma solução para esse tema. Acho que, hoje, antes até de ir para as mudanças da Lei Geral, quais são os objetivos? Acho que hoje, o objetivo, eminentemente, passa pela questão de inclusão digital, pela questão de banda larga. E aí, nesse sentido, algumas questões que poderiam ser refletidas, acho que uma delas já foi colocada, a questão do Fust, que foi direcionado para um objetivo que foi definido há dez, 12 anos, e que talvez hoje tenha que ser revisitado.

Hoje, temos algumas metas de universalização nos contratos de concessão que hoje já não estão mais trazendo benefícios para a sociedade. Pegar, como exemplo, a questão de telefonia de uso público, os orelhões. Quando as metas foram definidas ninguém imaginava o nível de penetração de móvel que a gente está chegando, e hoje, basicamente, a penetração de móvel é muito alto, sendo que o uso da telefonia pública, o orelhão, é muito pouco usado. Então, hoje a gente tem uma vastidão enorme de terminais que tem às vezes uma chamada por mês ou às vezes nenhuma chamada por mês. Então, é um ativo que está sendo colocado lá, que gera um custo de manutenção e importante que estaria estar sendo direcionado para outro objetivo.

A outra questão é da telefonia fixa, a questão do *démodé*, qual o futuro da telefonia fixa. Recentemente, saiu uma reportagem na *The Economist* sobre a questão da telefonia fixa nos Estados Unidos, e eles foram bastantes críticos, mostrando alguns dados recentes do mercado americano, um pouco influenciado também sobre a questão da crise econômica, mas onde mês após mês, nos últimos 12 meses, foram desligados 700 mil terminais de telefonia fixa nos Estados Unidos, considerando o Sistema de [ininteligível] e as operadoras fixas. O Dr. Schymura mostrou alguns gráficos de penetração, e percebe telefonia fixa é uma estabilidade, com uma redução pequena. Se a gente for olhar do ponto de vista técnico, puramente técnico, a vocação de uma rede fixa vai muito mais para transmitir grande capacidade de banda do que voz. Voz é uma... Vamos chamar de uma aplicação que consome muito pouca banda. Então, a vocação da telefonia fixa ou dessas estruturas fixas vai ser muito mais para fornecer bandas largas de alta velocidade, enquanto que a telefonia móvel tem uma vocação para voz bastante importante e uma banda larga nemática, de uso quando se está na rua, quando se está no carro, quando se está trabalhando num *Coffee Shop*, quando se está, enfim, em movimento. Então, o que eu vejo é que vai ser uma evolução, que acho que os países vão ter uma velocidade, um amadurecimento, mas um pouco a questão física. E contra a física acho que não dá para brigar muito. A rede fixa vai ser muito mais poderosa em termos de transmissão de dados do que uma rede móvel. E nesse sentido as vocações, acho que, vão se encaixando.

Outro aspecto que foi colocado foi a questão da TV por assinatura. Na TV por assinatura, dois pontos que eu acho que são importantes de se fazer é sobre o marco regulatório que a gente tem hoje. Hoje, o marco regulatório é bastante anacrônico no sentido que existem tecnologias [soa a campainha] na qual não existem restrições de operação, quer dizer, qualquer empresa pode estar operando. Por exemplo, a tecnologia DTH, que são as operações satélite, ao passo que existem outras tecnologias que existem restrições, como é o caso da TV a cabo. Em um cenário onde a gente está indo para um modelo de convergência muito forte, onde as tecnologias, as redes estão se convergindo de forma muito forte, essas diferenças acabam não fazendo muito sentido. Eu dou um exemplo muito prático. Uma hora atrás a gente estava aqui na sala de espera, o computador estava ligado e a TV Senado estava passando no computador. Quer dizer, a gente podia estar aqui em Brasília, poderia estar em Nova Iorque, poderia estar em Shangai, a gente ia assistir à TV Senado de qualquer lugar do mundo, assim como a gente pode ter acesso hoje a conteúdos audiovisuais de qualquer lugar.

Então, essa questão de o que pode ser, o que não pode ser em termos da distribuição, e aí um ponto importante a fazer, talvez o segundo deles, sobre a questão dessa discussão toda de TV por assinatura, é o que é distribuição e o que é produção de conteúdo. Acho que a produção de conteúdo tem uma sensibilidade de discussão muito mais alta do que a distribuição. A distribuição é um modelo de convergência que eu acho que a gente está caminhando de forma bastante acelerada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Maurício Giusti. Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, é só fazer um registro. Eu estou achando que essa tese de Eletronet, com redes óticas da Eletrobrás, da PETROBRAS, pelo que eu entendi aqui, o raciocínio é efetivamente consolidar essa rede, para atender objetivos sociais. Pelo que eu compreendi, aqui, da exposição. E aparentemente... Não sei se todos estão de acordo, mas eu estou começando a entender que poderá vir uma rede estatal para atender determinados objetivos específicos de educação, por exemplo, talvez saúde... Isso que eu entendi, de certa maneira, pelo que foi colocado aqui. Esse é um... Eu não estava muito convencido disso e eu estou começando a achar que é esse o caminho mesmo.

Foram dados exemplos aqui. O Luis deu um exemplo, aqui, na Austrália. E deu exemplo em outros lugares onde existe uma rede do Governo, um *network* governamental para atender determinados objetivos dentro do país. Então, eu estou entendendo dessa forma, pelo que eu ouvi aqui. Certa leitura que isso é correto. Não sei se entendi errado, mas as opiniões que não foram... Não bateram de frente contra essa proposta. Acho que esse é o ponto, e eu só gostaria, também - infelizmente eu tive que ir lá na CAE e voltar - o Dr. Jarbas valente estava falando sobre isso, e aqui o Dr. Luis Schymura disse: "Não, olha o impacto de investimento se a gente comparar, inclusive com o pré-sal". Só aproveitar a oportunidade, só pra gente ter uma... Eu sei que vamos ter acesso aí às palestras, para ter uma ideia dos valores, até para mostrar o que esse setor vai investir, porque durante algum tempo, também, é outra coisa que começou a se... Assim como essa história de fixo e móvel, começou a se consolidar, começou a consolidar o seguinte, que o setor já tinha investido tudo. Então, agora ele estava praticamente operando dentro de um valor já consolidado, sem grandes avanços. E eu também queria aproveitar a oportunidade para só... Como nós estamos conversando com especialistas aqui, a gente aprender mais um pouco para repetir em tudo quanto é lugar que a gente vai, especialmente no Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Por dois minutos, Dr. Luiz Cuza.

SR. LUIZ CUZA: Acho que, possivelmente, não fui claro. Eletronet. Vamos usar os exemplos da Austrália e também do Ceará. São exemplos em que o Estado entrou, porque não tinha interesse do setor privado, mas com o objetivo, por razões da dinâmica do setor, da tecnologia, de passar isso para o setor privado, quando as coisas modificarem, especialmente confrontar o setor privado para dar os serviços que são necessários. Não necessariamente tomar o lugar do setor privado. No Brasil, a situação vai ser um pouco diferente, mas você tem que considerar isto. O mercado que se está falando para a Eletronet, escolas, municípios, inclusão digital, etc., etc. é uma parte do mercado total significativo. [soa a campainha]

Existem muitas cidades no Brasil onde o Governo é o mercado maior. Se você considerar as centenas de bilhões de reais que precisam ser investidos nos próximos dez anos, se você considera que não necessariamente o Governo é o melhor Gerente, quando existia a Telebras, das novas tecnologias, você tem que encontrar uma solução que, se o setor privado não está aberto - vamos ao Ceará - não está aberto a comprar essa rede ou usar essa rede de maneira a trazer cidades pequenas no Ceará, o Governo pode fazer, mas deveria haver oportunidades, no princípio e também em tempos intermediários, para, se o setor privado quiser investir, fazê-lo.

Só um exemplo. Também existem coisas muito criativas que outros países estão fazendo - e aqui tem que ser brasileiro, único, porque a situação é única - mas depois de aprender muito em outros países. Há países na Europa que estão exigindo que as operadoras com poder de mercado, as grandes, quando eles instalam fibra, eles precisam instalar quatro vezes a fibra que precisam. Quatro vezes. E, depois, abrir para o mercado, para outras operadoras comprarem essas outras fibras. Um terço, um quarto, um quarto, um quarto, para assegurar que essa banda larga, que precisa ter todo país e todas as áreas, não só ter fibra, mas também manterá um custo, porque só se tem que instalar uma vez esse cabo para esse prédio, para esse lar, etc. Só uma vez. Então, você vai trazer concorrência, porque os preços vão ser muito mais baixos, para essa concessionária que instala por um preço de 100, pode vender a 25, 25, 25, ou um pouco mais. Então, o preço da concessionária vai para baixo, o consumidor vai ter três ou quatro concorrentes de alta qualidade e alta velocidade. Então, esse tipo de regulamentações,

que se pode fazer - essas se podem fazer através da ANATEL - seriam muito positivas, mas a Eletronet se usa de maneira... Para não tirar o mercado e reduzir essa possibilidade de o setor privado de continuar investindo, seria bom. Se você usa só para... "Ah, vamos pegar todos os governos"... Vai ser um desincentivo para alguém investir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Jarbas José Valente. Dois minutos.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Presidente. Só para esclarecer o Senador, que tinha saído no momento, se investiu, Senador, de 98 até 2007, no setor de telecomunicações, da ordem de 140 bilhões de reais. E a previsão para se investir para os próximos dez anos, até 2018, para atender essa nova demanda, é de mais de 250 bilhões de reais, além do que foi investido, ou seja, 1,8 vezes o valor investido atualmente, porque as redes, como aqui disse, são novas redes, nova infraestrutura, redes com fibra, redes *wireless* cada vez mais poderosas, novos equipamentos... Então o investimento é significativo.

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): De 98 até 2007, quantos bilhões?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: São 140 bilhões.

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): São 140 bilhões. E agora...

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: E agora, até 2018, mais 250 bilhões.

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): São 250 bilhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Dr. Jarbas. Dr. Luis Schymura, dois minutos.

SR. LUIS SCHYMURA: Senador Delcídio, a sua colocação, mais uma vez, muito pertinente com relação à discussão da Eletronet. Eu, em princípio, eu não vejo problema nenhum que essa rede Eletronet, com a rede Petrobras, com a rede Banco do Brasil, comece a se falar e crie um grande sistema de fibras óticas no Brasil interligando o Brasil. A questão volta àquilo que eu gostaria de salientar, um ponto que levantei anteriormente, o seguinte: Quanto é que vai custar isso? Não vai custar nada. Para a Eletronet, a PETROBRAS e o Banco do Brasil interligarem essa rede é um custo muito baixo, e eu não vejo problema porque não fazê-lo. A preocupação sempre que existe, que a gente tem que esperar para ver esse novo Plano Nacional de Banda Larga, é quanto é que tem de recursos públicos envolvidos. Quanto é que precisa de injeção de recursos para viabilizar essa rede? Porque se ela já estiver aí, e pudesse ser viabilizada sem injeção de recurso, não vejo problema nenhum. [soa a campainha] A dificuldade que existe é entender quanto que vai precisar de recurso para isso.

E só para finalizar, outro ponto que o senhor colocou, eu queria de novo reforçar a questão, quer dizer, o Dr. Jarbas José Valente levantou os números dos investimentos no setor de telecomunicações, que são valores substantivos, eu acho que boa parte deles vão se viabilizar em função das próprias concessionárias e operadoras de telecomunicações, porque o negócio é bom, é lucrativo. Então, se é lucrativo, eles investem. Agora, tem uma questão relativa aos investimentos que vão ser feitos em função dos programas, digamos, sociais, de inclusão e tal, que isso, de novo, eu gostaria que toda vez que esses recursos públicos fossem necessários serem aportados, que fosse feita uma análise cuidadosa, de novo, dos custos e os benefícios envolvidos. Quando entra o setor privado, eles estão explorando isso de uma forma que seja economicamente interessante para eles. Agora, quando entram recursos públicos a gente sabe que não é, porque se fosse bom negócio o setor privado já estaria fazendo. Agora, como... O setor público está entrando é porque tem algum aspecto distributivo, um aspecto social importante que é fundamental em um país tão desigual quanto o nosso, que haja essa injeção de recursos públicos, mas é importante entender os benefícios que a população vai ter com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Luis Schymura. Dr. Maurício Giusti, dois minutos.

SR. MAURÍCIO GIUSTI: Senador, em relação à questão da Eletronet, um ponto que eu acho que é importante fazer, na hora que a gente analisa o que... Na verdade, o que é uma estrutura de banda larga para atingir aí a população brasileira? É composta basicamente de três - se a gente for simplificar - três grandes elementos. Um é o *backbone*, que são grandes estruturas de fibra ótica que ligam grandes nós na rede, outro é a capilaridade, que é todas as derivações que saem desse *backbone* e chegam a cada um desses usuários, e essa capilaridade, no Brasil, tem um desafio muito grande, porque as distâncias são muito grandes, nosso país é muito grande, então o segundo é a capilaridade e o terceiro é a eletrônica. A eletrônica é constantemente trocada nessas redes, porque é a eletrônica que faz a transmissão de dados. Então, hoje uma banda de um *mega* que é transformada para cinco *megas* muitas vezes não é uma troca de cabos ou de fios, mas uma troca de eletrônica nessas pontas. Então, pois bem, desses três elementos, [soa a campainha] hoje, o elemento mais caro que tem hoje, no processo de desenvolvimento é a eletrônica. A ele-

trônica é o desenvolvimento mais caro. O mais difícil de fazer é a capilaridade. Que se chegar hoje em todos os cidadãos, as residências, é muito difícil, e em algumas cidades já nem é mais possível fazer, porque as Prefeituras não permitem que se façam obras no perímetro urbano. E aí, o outro ponto, é o *backbone*. E a Eletronet, basicamente, é hoje uma estrutura de *backbone*. É uma grande estrutura de *backbone* sobre as redes de alta tensão da Eletrobrás, onde ela tem um papel bastante importante, mas ela é longe de ser suficiente para se ter uma rede de banda larga com o objetivo de chegar a escolas, e chegar, enfim, com uma capilaridade importante. E aí, o ponto do Dr. Schymura que eu acho que é importante, é analisar bem. Para se complementar em termos de capilaridade e essa eletrônica que falei, qual é a melhor alternativa? Se fazer investimentos sobre essa rede de *backbone*, ou se tentar aproveitar os investimentos que já estão sendo realizados e já estão sendo aproveitados? E aí tem a questão sobre a eficiência dos investimentos, que acho que é bastante relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Maurício Giusti. Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, apenas para pedir desculpa pelo meu atraso. Eu estava no meu Estado, ontem à noite, quando eu soube da mudança do horário dessas apresentações e não pude estar aqui na hora certa. Eu é que perdi. Perdi as exposições, perdi as apresentações dos expositores, todos conhecidos pela sua competência. Acho que houve uma colaboração, uma elucidação, um esclarecimento importante. As perguntas do Senador Delcídio Amaral tiveram muita propriedade. Eu gostaria de dizer que esse setor - rapidamente, não tenho perguntas a fazer - é o setor singular no aproveitamento das inovações tecnológicas. A criatividade e a velocidade com que há o avanço tecnológico nesta área são realmente fantásticas. Precisamos, portanto, ter aqui a estrutura governamental correta para que os concessionários, na prestação de serviço público do setor de telecomunicações, tenham condições, realmente, de exercer a sua criatividade, tirar partido dos avanços tecnológicos, promover os investimentos, ao bem da sociedade brasileira e particularmente em bem dos consumidores, mas fico preocupado, às vezes foi citado aqui, com o papel do Governo, com o papel do Estado.

Os concessionários têm de dar largas às suas atividades, dentro de uma ideia de que são concessionários prestadores de um serviço público, que tem de ser fiscalizado e regulado pelo Governo, dentro de um modelo que escolheu para isso, as Agências Reguladoras. Precisamos ter, basicamente, fundamentalmente, uma política do setor adequadamente estabelecida, através de marcos regulatórios bem descritos e bem definidos. E que as Agências Reguladoras, na sua função de reguladoras do mercado e de fiscalizadoras sejam realmente prestigiadas e haja uma interpretação correta do seu papel. É uma função de Estado. Temos preocupação com a Legislação que cerca as Agências Reguladoras. Temos preocupação, não vamos discutir isso aqui agora, na área da regulação do petróleo, quando surgiu, agora, o projeto do pré-sal. Estamos observando e muito atentos a como ficou o papel da Agência Reguladora e como ficaram os marcos regulatórios.

É preciso prestigiar a Agência, prestigiar a sua capacidade de regulação e de fiscalização, não permitir os chamados contingenciamentos orçamentários, que foram aqui apresentados, para que nós tenhamos um modelo completo, os marcos regulatórios bem definidos, do monopólio da União e o papel das Agências de Regulação e Fiscalização como papel do Estado, como eu disse, para proteger a sociedade brasileira, avançarmos tecnologicamente, melhorando a qualidade de vida do nosso usuário e termos a proteção devida ao consumidor do sistema. Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente, levantando os pontos importantes do marco regulatório e com o papel da Agência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende. Lembrando as senhoras e Srs. Senadores que, de acordo com o que os senhores aqui deliberaram, logo no começo dos nossos trabalhos deste ano, da nossa agenda fará parte, proximamente, depois desses quatro painéis em que debateremos o marco do pré-sal, outro desafio, que será objeto de um painel aqui nesta Comissão, ainda este ano, para tratar da estrutura de governança das Agências Reguladoras, em que nós iremos tratar dessas questões e desse incômodo, que está sendo causado pelas atribuições que tem as Agências Reguladoras, e que eu acho que devem ser defendidas, como também as atribuições do CADE e atribuições do Programa de Defesa do Consumidor, Serviços de Defesa do Consumidor.

Então, são três atividades que estão mais ou menos sobrepostas, e as Agências Reguladoras, acredito, que deva ter uma prioridade, porque ela não é, como foi aqui dito, uma Agência Reguladora do Governo, mas é uma Agência Reguladora do Estado, e deve ter a sua autonomia financeira, não pode sofrer qualquer tipo de contingenciamento para, livremente, defender o consumidor e tratar dos seus interesses

na relação mercado-consumidor. Antes de encerrar a nossa reunião--

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente Delcídio Amaral, com a palavra.

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Permita, só uma ponderação, que as coisas vão andando e a gente vai... O Dr. Maurício Giusti falou dos meios para a capilarização das comunicações, ou das telecomunicações. As Prefeituras não deixam, por que têm políticas nesse sentido, ou entendem que não há mais condições para viabilizar, principalmente, os meios físicos nas grandes cidades, ou por que elas não sabem o que está passando debaixo da calçada? Não sabem... As Prefeituras têm hoje um controle claro que toda infraestrutura que está disponibilizada em cada rua, em cada avenida, tem um documento formal, tem algum estudo que foi feito para que realmente as Prefeituras possam, eventualmente as empresas de telecomunicações, ou não? Porque eu estou achando que isso é um problemão, porque pelo menos várias Prefeituras que eu conheço não sabem nem o que está passando ali. Então, como é que vai capilarizar alguma coisa se não se sabe nem o que se tem?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu poderia aditar o que diz o Senador Delcídio Amaral, por experiência própria, e como V. Exa. também tem, as Prefeituras... A enorme, a grande maioria das Prefeituras não sabe, não tem os planos viários, nem, muito menos, os planos que estão por baixo da terra, no que tange à questão de água, de esgoto, que é uma ação do Estado, e muitos níveis de telefone. Nós verificamos, em inúmeras oportunidades, a Prefeitura, as Prefeituras, depois de uma rua ser asfaltada, logo depois a Prefeitura está furando para achar onde pode estar um cano, que eventualmente perfurou, porque deu um vazamento mais adiante. Então, essa falta de informações que as Prefeituras brasileiras hoje têm, não por culpa dos atuais administradores, mas isso é um problema quase que secular, é que eu acho que vem causando também dificuldade para esse tipo de instalação, até mesmo para a rede elétrica, quando se quer transformar a rede aérea em rede subterrânea, se tem dificuldades, se tem problemas para saber por onde elas estão correndo corretamente, mas enfim, Dr. Giusti, que foi citado pelo Senador Delcídio Amaral, dois minutos para suas considerações.

SR. MAURÍCIO GIUSTI: Na verdade a gente, como operador, até compreende, em algumas cidades realmente é bastante complicado uma situação de um operador solicitar uma abertura de vala no meio da rua para fazer uma instalação de fibra ótica e três anos depois outro fazer a mesma coisa. Então, quer dizer, tem que ser um processo planejado para os moradores da cidade, enfim, o tráfego... Cidades grandes que tem um tráfego muito complicado, onde se faz um processo desse tipo sempre gera um trauma importante na cidade. Então, essa é uma estrutura bastante sensível. Eu imagino que hoje, como o Presidente Collor colocou, acho que é bastante complicada a situação de mapeamento, do que é existente no subsolo dessas cidades, e mesmo nas linhas aéreas. Nas linhas aéreas que são, na maioria dos casos, utilizadas para chegar a todos esses meandros, esses domicílios, esses clientes, esses consumidores [soa a campainha]. Então, acho que é um aspecto importante. Agora, o ponto... O ponto que estava mais preocupado em fazer é que quando se fala numa rede de banda larga, a Eletronet, só, não é suficiente, porque a Eletronet, basicamente é a espinha dorsal, tem o *backbone*. Precisa pensar em soluções de capilaridade, e depois soluções de eletrônica, porque a eletrônica é trocada a cada dois, três anos de forma bastante forte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Maurício Giusti. Comentário do Dr. Luiz Cuza. Também dois minutos, por favor.

SR. LUIZ CUZA: Comentário rápido. Um dos [ininteligível] de privatização, de elétrica e também de Telecom, é que o país privatizou seus serviços, mas não fez as regras suficientes... Não fez regras sobre infraestrutura. Antes de 98, antes de 97, eram estatais. Essencialmente, faziam o que queriam. Queriam abrir algo aqui, instalar algo acolá, eles faziam e o Estado e Município não eram tão importante. Com o setor privado, a falta desse tipo de regulamentação resulta em um... Muitas vezes, caos, porque cada município tem suas próprias redes, os que tem. O projeto de digitalizar essa base de dados seria algo, acho, maravilhoso e que ajudaria, se pagaria em curto prazo e pelo menos as pesquisas feitas com nossas associadas, por exemplo, em São Paulo, Rio, o setor privado estaria a favor de financiar esse tipo de projeto, porque [soa a campainha] quando um não abre a rua, eu sempre uso o exemplo, você precisa contratar um padre, rezar um pouquinho e abrir a rua, porque ninguém sabe o que está dentro. A Prefeitura tem os dados, mas não quer dizer que está digitalizado, e quando alguém se aposenta esses dados... É um papel em um terceiro andar, onde seja. Então, esse seria um projeto maravilhoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, senhores palestrantes. Gostaria de lembrar às senhoras e Srs. Se-

nadores que nós temos, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, duas reuniões importantes, amanhã e depois. Amanhã, esta Comissão, com base no que foi aprovado no último dia 31 de agosto de 2009, foi aprovado o Requerimento nº 47, de minha autoria, criando o Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores Inácio Arruda, que foi designado coordenador desse grupo, Senadores Gilberto Goellner e Delcídio Amaral, com o objetivo de debater e elaborar a proposta de um marco regulatório dos biocombustíveis. A reunião está marcada para amanhã, dia 30, às 14h30, neste Plenário nº 13, com técnicos representantes das seguintes instituições: Do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da PETROBRAS, da ANP e da União de Indústria da Cana-de-açúcar.

Trata-se de decisão tomada pelos integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura para uma sugestão do marco regulatório dos biocombustíveis. Lembro ainda as Sras. e Srs. Senadores que realizaremos, durante o mês de outubro, e início de novembro, as audiências sobre o tema do marco regulatório do pré-sal, abordando os aspectos contidos nas mensagens enviadas pelo Governo Federal para o Congresso. Vamos ter os quatro painéis, o primeiro painel irá tratar da exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sobre o regime de partilha da produção em áreas do pré-sal. Basicamente, vamos discutir, nesse primeiro painel, partilha *versus* concessão, isso no dia 05 de outubro.

O painel nº 2 tratará da criação da empresa pública, que é a Empresa Brasileira de Administração do Petróleo e Gás Natural, o chamado Petro-sal, será no dia 19 de outubro. No dia 26 de outubro, o painel nº 3, tratando do fundo social, projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e de sustentabilidade ambiental. E, por último, no dia 04, finalizando o debate sobre o marco regulatório do pré-sal, a capitalização da PETROBRAS, pesquisa e lavra do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas e localizadas no pré-sal.

Gostaria também de convocar e convidar os senhores membros dessa Comissão para a reunião, que será a nossa Reunião Ordinária, na próxima quinta-feira, em que estaremos tratando... Então, na próxima quinta-feira, convido os senhores membros desta Comissão para a Reunião Ordinária que se realizará no dia primeiro de outubro, às 8h30 da manhã, neste Plenário, quando faremos uma Audiência Pública para debater o transporte coletivo do entorno do Distrito Federal e cidades de Goiás, os valores das tarifas e o preço do serviço prestado e teremos os seguintes convidados... Teremos como convidados, o Exmo. Sr. Governador José Roberto Arruda, que é o Governador do Distrito Federal, como todos nós sabemos; o Governador Alcides Rodrigues, do Estado de Goiás; o Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres; o Sr. João Pereira, Presidente da Associação em Prol da Luta dos Usuários de Transporte Coletivo do Entorno - ALUTE; e a Sra. Lidiane Mendes, Presidente da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo de Brasília e do Entorno. Esta Audiência Pública foi solicitada por Requerimento assinado pelo Senador integrante e ex-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Marconi Perillo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Será convidado também, Presidente, o Governador de Goiás? Parece que foi citado. Governador de Goiás.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Foi citado. Governador Alcides Rodrigues, Governador do Estado de Goiás. Gostaria, ao encerrar esta reunião, de agradecer a presença dos Srs. Luiz Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas; do Dr. Luis Schymura, Economista e Engenheiro Especialista em Política das Comunicações, Presidente do IBRE, da Fundação Getúlio Vargas, e ex-Diretor Presidente da ANATEL; e do Dr. Bernardo... Do Dr. Jarbas José Valente, da ANATEL, que, com a sua presença, nos trouxe tantas informações importantes sobre a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações.

Agradeço a cada um dos senhores aqui presentes pelas informações trazidas e dou por encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 11h50.

Ata da 36ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 01 de Outubro de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e quarenta minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ELISEU RESENDE**, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO DURVAL, PAULO DUQUE, GILBERTO GOELLNER, GILVAM BORGES, FLEXA RIBEIRO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MÃO SANTA, DELCÍDIO AMARAL, INÁCIO ARRUDA, JOÃO TENÓRIO, MARCONI PE-**

RILLO E VALTER PEREIRA. Justifica a ausência o Senhor Senador **OSVALDO SOBRINHO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 34ª e 35ª Reuniões, que são dadas como aprovada. Comunicados da Presidência: O Presidente procede a leitura dos comunicados da presidência. **PARTE I-** Audiência Pública Adiada. **PARTE II –** Deliberação de matérias: **ITEM 1** – Decisão Não –Terminativa – **Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2009**."Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências." **Autor**: Senador **Raimundo Colombo**. **Relator:** Senador **João Durval**. **Parecer:** Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado: Lido Relatório, foi adiada a deliberação. EXTRAPAUTA – ITEM 8 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2009**. "Institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica – REINFA e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa."**Autor:** Senador **Fernando Collor. Relator:** Senador **Gilberto Goellner**. **Parecer:** Favorável ao Projeto com cinco emendas que apresenta. **Resultado**: **Lido o Relatório, foi adiada a deliberação**. **EXTRAPAUTA – ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009 – CI**,. "Requeiro, nos termos do art. 58, §2, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, inciso I, e art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja feito convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, e com a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – CCJ, prestarem esclarecimentos sobre em que condições o Governo brasileiro renegociou com o Governo do Paraguai o tratado da Usina Hidrelétrica de Itaipu. **Sr. EDSON LOBÃO,** Ministro de Minas e Energia e **Embaixador CELSO AMORIM**, Ministro das Relações Exteriores. **Autor:** Senador **Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado.** Os demais itens de 2 a 7, constantes da pauta, ficam adiados. Usaram da palavra os Senhores Senadores **Paulo Duque, Gilberto Goellner, João Durval e Flexa Ribeiro**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dez horas e seis minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Eliseu Resende,** Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 34ª e da 35ª Reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Ficam aprovadas as Atas das duas reuniões.

Essa presidência comunica o recebimento do Aviso 1.017, do Tribunal de Contas da União, assinado pelo Presidente do Tribunal de Contas, Ministro Ubiratan Aguiar, comunicando que foram constatados novos indícios de irregularidade grave nas seguintes obras de interesse desta Comissão: a BR-158, que é uma obra do PAC, que se refere a construção de uma rodovia desde a divisa do Pará com Mato Grosso até Ribeirão Cascalheira, no Mato Grosso; e a obra da COMPERJ, que é o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Comunico ainda o recebimento do Aviso 1.290, do Tribunal de Contas, também do Presidente Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo 27.609, pelo Plenário daquela Corte de Contas, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, bem como cópia dos anexos do mencionado processo.

Trata-se ali da consolidação dos levantamentos de auditoria realizados pelo TCU em 2009, com o objetivo de verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas do programa do Governo, e prestar informações ao Congresso Nacional visando a subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2010.

Foram fiscalizadas *in loco* 219 obras, que totalizam o investimento de 35 bilhões e 480 milhões de reais, em todos os estados e no Distrito Federal, ficando a Região Nordeste com 65 fiscalizações. Observa-se uma ênfase no setor de infraestrutura, que concentrou 43% dos levantamentos de auditoria e 75% da dotação orçamentária fiscalizada.

Por tipo de obra, essas irregularidades se classificam em 92 obras do setor de transporte, 43 obras do setor de edificações, 29 obras hídricas, 28 obras de infraestrutura urbana, e 27 do setor de energia.

Dentre os 219 levantamentos de auditoria realizados, 99 referiam-se às obras do PAC, totalizando um volume financeiro de 23 bilhões de reais.

Do total das obras fiscalizadas foram detectados indícios de irregularidade grave, com recomendação de paralisação em 48 obras, e com retenção de valores em 22 obras. Das 99 obras do PAC houve recomendação de paralisação de 13.

Cópia dos referidos acórdãos ficarão a disposição dos senhores membros na secretaria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, pelo prazo de 15 dias, quando seguirão ao arquivo do Senado.

É importante destacar esse trabalho do Tribunal de Contas da União, que tendo indício de... Indícios de irregularidade nas obras determinam a sua paralisação e informam o Congresso Nacional para que enquanto as irregularidades não vierem a ser sanadas o Congresso não aprove dotações orçamentárias que promovam a continuidade da obra.

Não deixa de ser uma ação necessária do Tribunal de Contas da União, mas é importante deixar destacado que isso acarreta paralisação de obras importantes, estendendo os cronogramas das obras, aumentando, consequentemente, os custos e reduzindo o objetivo de aferir benefícios econômicos que essas obras possam trazer para o desenvolvimento econômico do país.

É preciso que aumente a fiscalização governamental, a eficiência da condução dessas obras, para que essas irregularidades danosas ao país possam ser diminuídas e imediatamente sanadas.

Devo informar também que no último dia 28 de setembro foi promovida por esta Comissão o painel intitulado *Telecomunicações, Acessibilidades*, *TICs e Inovação*, em Reunião Conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a participação de expositores especializados na matéria.

Foi uma reunião de grande proveito, compareceram como expositores o Dr. Jarbas Valente, Superintendente de Serviços Privados da ANATEL, que é a Agência Nacional das Telecomunicações, o Dr. Luiz Cuza, que é o Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviço de Telecomunicações Competitivas, o Dr. Luis Schymura, Economista e Engenheiro Especialista em Política De Telecomunicações, e ex-Presidente da Anatel, e o Dr. Maurício Giusti, que é o Diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica.

A defesa da elaboração de um plano nacional de banda larga, a independência das agências reguladoras, particularmente da ANATEL, e a garantia de recursos orçamentários para as agências, sem contingenciamentos, foram temas discutidos naquela reunião.

Foi abordado também o uso de tíquetes, de TICs, tecnologia da informação e comunicação, em diversas áreas, tais como financeira, bancária, educação e segurança, como forma de incrementar a produtividade de tais setores.

Anunciamos também que no dia 30 de setembro de 2009, que foi ontem, foi realizada a primeira reunião do grupo de trabalho criado com o objetivo de debater e elaborar a proposta de um marco regulatório para os biocombustíveis, conforme requerimento de autoria do nosso Presidente, do Senador Fernando Collor de Melo.

Esse grupo de trabalho é integrado pelos eminentes Senadores Inácio Arruda, Delcídio Amaral, e Gilberto Goellner.

A reunião contou com a participação efetiva do Ministério das Minas e Energia, representado pelo Dr. Ricardo de Gusmão Dornelles, participação do Ministério da Agricultura, na pessoa do Coordenador Geral de Açúcar e Álcool, o Dr. Ferdinando Marinho, Coordenador de Operações da Secretaria de Produção e Agroenergia, e também presente a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, representado pelos Srs. Luiz Fernando, especialista em regulação, e Manoel Neto, Coordenador Geral da Agência Nacional do Petróleo.

Presente também a PETROBRAS e a PETROBRAS Biocombustíveis, representadas pelo Sr. João Norberto Neto, Gerente de Tecnologia da Presidência da PETROBRAS. Fez-se presente também a União das Indústrias de Cana de Açúcar, representada pelo Sr. Carlos Alberto Cotim(F); e a consultaria do Senado Federal através do Dr. Fernando Lagares Távora.

Vale assinalar que a preocupação com a questão energética, daí a razão da importância da elaboração do marco regulatório do uso dos biocombustíveis, essa preocupação e a busca das alternativas de combustíveis fósseis vem assumindo um papel de destaque no processo decisório dos países e em suas políticas públicas na área enérgica.

O Brasil destaca-se como depositário da matriz enérgica mais limpa do mundo, e como detentor de importante conhecimento acumulado na área de biocombustíveis, em particular no uso de etanol da cana-de-açúcar como combustível automotivo, já desde a década de 80.

É de assinalar que na crise econômica atual do mundo inteiro, quando se levanta a pergunta quem sobreviverá como potência econômica efetiva, as opiniões dos especialistas convergem para a supremacia daqueles países que tiveram obtido a melhor solução para a matriz enérgica. E associado à qualidade do meio ambiente, o programa de desenvolvimento.

Neste ponto, o Brasil tem uma posição especial, porque em função da realidade ambiental o uso das fontes de energia se alteram, se alternam ao longo do tempo. Nós acostumamos a apreender que a era do carvão terminou antes do carvão terminar, e agora tudo indica que a era do petróleo vai terminar antes do petróleo terminar.

E é por isso que precisamos, os países todos, e os Estados Unidos da América e países da Europa já estão investindo intensivamente nas fontes alternativas de energia, particularmente na biomassa, na energia eólica e na energia hidráulica gerada pelas pequenas centrais hidrelétricas. E também como alternativa importante a ser mencionada, a energia nuclear, e outras fontes de energia termoelétrica, a exceção daquelas que possam contribuir mais fortemente para o aumento do teor de carbono na atmosfera.

Temos um quadro importante pela frente, o Brasil ocupa papel de destaque, porque a par de ter descoberto novas reservas de petróleo, tem uma dádiva da natureza que é os potenciais hidráulicos que estão aí para ser explorados para a geração de energia hidroelétrica, temos a energia eólica e temos a biomassa, tendo sido o país iniciador do programa da biomassa, através da introdução do programa do álcool, do etanol.

A propósito, serão realizadas também, e queremos lembrar aos Srs. e Sras. Senadores que o Presidente da Comissão de Infraestrutura marcou a realização durante o mês de outubro e início do mês de novembro de Audiências Públicas sobre o tema *Exploração do petróleo e do pré-sal*, abordando os aspectos contidos nas mensagens encaminhados pelo Presidente da República, com quatro painéis.

O primeiro painel, que corresponde a uma lei específica, trata da exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos, hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha; partilha da produção e das áreas de pré-sal, e em áreas estratégicas.

O segundo projeto de lei que corresponderá aqui ao painel número 2 trata da criação da empresa pública, empresa brasileira de administração do petróleo e gás natural, PETROSAL, que compõe o pacote de mudança do regime de exploração de petróleo específico à área do pré-sal.

O terceiro painel trata do fundo social, projetos e programas na área de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, que é um painel, número 3, que vai ser debatido, realizado no dia 26 de outubro.

Aqui, a União, o governo propõe o uso e a destinação mais acentuada dos recursos da produção de petróleo nas reservas abundantes do pré-sal para aplicação na área social, nos programas de combate à pobreza, educação e desenvolvimento tecnológico e segurança, havendo, com isso, sob a argumentação do Governo, o uso mais adequado para o país dos recursos provenientes da exploração do pré-sal.

E o último painel, o painel 4, que é a capitalização da PETROBRAS. O governo coloca recursos financeiros à disposição da PETROBRAS para que a PETROBRAS possa, em linguagem mais vulgar, adquirir o pré-sal, o pré-sal foge das regras básicas da concessão e do controle do monopólio da União e fica entregue à PETROBRAS criando aí, assim, um regime híbrido, o regime das concessões, que é o regime atual, pelo modelo vigente, para a exploração dos poços de petróleo em operação, e o regime de partilha aplicado ao pré-sal, administrado pela PETROBRAS.

Eu quero confessar que essa é a grande dúvida que nós teremos aqui no debate, porque há entendimentos profundamente bem fundamentados de que esses objetivos a serem procurados pelo governo podem ser alcançados sem mudança do modelo vigente, quer a criação do fundo social, quer uma distribuição mais adequada que se pretenda dar à distribuição dos *royalties* do pré-sal para estados e municípios.

A legislação vigente, que corresponde ao que nós chamamos de regime das concessões, já permite através da alteração da alíquota na participação especial da comercialização do petróleo, gerar um fundo social que possa atender os objetivos do governo.

E uma simples alteração por decreto do Presidente da República no sistema de *royalties* pode produzir a distribuição que se entender aqui o Congresso Nacional mais adequada para a transferência de *royalties* para estados e municípios, a defesa de uma contribuição mais acentuada, mais expressiva para os estados produtores e aqueles limítrofes da Plataforma Continental, mais próximos da produção, enquanto há argumentos que reivindicam que haja uma distribuição também mais equitativa e extensiva aos demais estados não produtores.

Essa é uma decisão política do Congresso Nacional e do Governo, mas, qualquer que seja ela, é importante destacar que o atual modelo do regime das concessões pode abrigar também essa solução sem maiores dificuldades. Acho que esse vai ser o eixo das discussões que se promoverão aqui no âmbito da Comissão de Infraestrutura, dando subsídios ao Senado Federal para suas decisões sobre a matéria, que são decisões esperadas com muita ansiedade pela sociedade brasileira.

É importante destacar que nós descobrimos reservas físicas, mas é preciso verificar ainda, através de estudos técnicos e econômicos mais profundos, se trata de descobertas comerciais. Sem essa definição, nós não podemos ainda antecipar ao vangloriamos de ter descoberto uma riqueza, porque se as reservas não forem comercialmente viáveis, ou seja, se os seus custos de produção forem superiores aos preços do petróleo no mercado nacional, então nós não te-

remos uma riqueza, temos uma despesa, temos um déficit operacional.

Então, é importante, quando se analisa a questão do pré-sal, levar em conta isso. Eu fui colega aqui no Congresso Nacional de um grande brasileiro que morreu e nos deixou com saudosa memória, o Deputado e Senador Roberto Campos, ele dizia que jazidas do subsolo, que não é economicamente viável para ser comercializada, não é riqueza, é cadáver.

Então, é preciso que nós tenhamos condições de ver se o pré-sal realmente corresponde à obtenção de um produto, que é no mercado internacional competitivo, face os preços do petróleo no mercado internacional.

Pois não, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o seguinte: estou aqui ao lado do representante da Bahia e vejo o papel fundamental do Senador na defesa do interesse dos seus estados, claro, do povo dos seus estados, mas do seu estado como instituição, eu vejo assim.

E meu estado, hoje, já foi capital, já foi uma cidade, já foi governada por prefeitos que podiam vetar e os vereadores... E os vetos dos prefeitos não eram apreciados pelos vereadores, mas pelos senadores, logo era o Brasil inteiro que dava conta e comandava a política na cidade do Rio de Janeiro. Na época que tinha prefeito, na época que era capital, pouca gente lembra disso, pouca gente sabe disso, mas a verdade era essa.

Depois houve a transformação, Estado da Guanabara, que foi um grande estado, embora muito pequenino, mas foi um grande estado. Inovou muito, Carlos Lacerda esteve muito tempo na frente de todo mundo, graças a ele a estrutura do Rio de Janeiro hoje, e desenvolvimento muito se deveu a esse governador. Tivemos outros estadistas, Negrão de Lima.

Eu não quero atrapalhar muito aí a sua... Digressão, apenas vou entrar no assunto aqui que diz respeito ao que V. Exa. pouco abordou.

Então, é um estado hoje que se fundiu com outros e tornou-se um grande estado, desde a sua... De repente, o Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo do país, quem diria? O Estado do Rio de Janeiro, o antigo estado, empobrecido, deficiente, sem voz ativa na União, de repente é o maior produtor de petróleo da República.

Então, eu quero dizer a V. Exa., com a... Na qualidade de representante, hoje, do novo Estado do Rio de Janeiro, que está, enfim, conversei muito com o autor do projeto, que é um senador muito distinto, de um Projeto de Lei 356, que diz só o seguinte, veja V. Exa., peço toda a sua atenção, diz só o seguinte: "*Modifica a Lei 11.097, acrescentando o seguinte parágrafo: É vedado o uso de metanol em qualquer das etapas da produção do biodiesel*." Do biodiesel. Então, é vedado o uso do metanol.

Só existe uma fábrica de metanol no meu estado, uma, no Rio de Janeiro, e se não me engano existem uma ou duas na Bahia. Metanol. As implicações são enormes, as implicações desse projeto são enormes, e eu fui muito franco com o autor do projeto, que é um distinto senador, disse a ele das minhas preocupações, e que iria fazer todo o esforço possível para evitar que esse processo, que esse projeto se transformasse em lei, muito embora eu saiba muito bem que uma lei aqui para... Um projeto para se tornar lei, às vezes demora 10 anos, já vi isso aqui.

Então, como V. Exa. falou no seu relatório sobre etanol e metanol, e foi bom chegar aqui agora o relator da matéria, do Projeto de Lei 356, porque eu estava exatamente falando sobre esse assunto, dando uma primeira passagem sobre esse assunto, eu sei que é um assunto demorado, longo, que não pode ser aprovado de afogadilho, tem que sofrer um debate, precioso e longo e necessário.

É só essa observação que eu gostaria de fazer a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem, Senador. O assunto, a matéria, deve ser discutida e debatida exaustivamente aqui, no âmbito do Congresso, particularmente no Senado Federal, porque realmente o programa de biocombustíveis está na pauta da comissão de infraestrutura e o marco regulatório para os biocombustíveis estão sendo tratados por um grupo de senadores ao qual pertence o Senador Gilberto, que encabeçou a proposição da criação desse grupo, e certamente essa matéria vai ser discutida, porque ela se refere à presença do metanol na composição com o diesel para gerar um biocombustível de aplicação a ser definida no marco regulatório.

Então, eu acredito que essa matéria vai ser exaustivamente cuidada e tratada aqui, e a sua participação, Senador Paulo Duque, será muito importante.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas eu...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O senhor tinha pedido também, Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É apenas para complementar. A minha preocupação, principal preocupação, não é nem no etanol, no metanol; é

no desemprego que isso pode causar se for fechada a fábrica, a única fábrica de metanol que nós temos no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro já vive uma situação social muito complicada, de violência, de desemprego, com toda nossa beleza, a verdade é essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então é a única preocupação. Nós só temos uma "fabricazinha", emprega umas 400 pessoas, de repente essa gente ser despedida, não é brincadeira. Na Bahia eu não sei quantos eles tem. Mas está aqui o nosso relator do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra, o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores. No dia de ontem nós estivemos aqui reunidos, o primeiro grupo foi convidado, representantes da PETROBRAS, do Ministério da Agricultura, do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional do Petróleo, da ÚNICA, que é União dos Plantadores de Cana, das Indústrias Canavieiras, indústria de álcool e açúcar do país, principalmente da Região de São Paulo e do Centro-Oeste, e aonde se traçaram os primeiros... Sob a coordenação do Senador Arruda, nós traçamos os primeiros, as primeiras diretrizes para a constituição do marco regulatório dos biocombustíveis.

Tanto na área da produção do biocombustível, quanto do uso, da distribuição, da comercialização, enfim, nós precisamos identificar potencialidade que o país tem, regulamentação necessária, as leis ainda necessárias, a qualidade do biodiesel.

Eu vejo que outras entidades serão convocadas, como a que reúne os produtores de biodiesel, e são esses os consumidores do produto metanol ou etanol, para transesterificação, que termina em... Na fabricação do biodiesel.

Eu vejo que o metanol, Senador Paulo Duque, é uma questão de mercado, se ele tiver mercado, ele vai persistir, porque é uma fonte alternativa para se fazer biodiesel. Em algumas regiões pode o etanol, o álcool, ser mais vantajoso, devido a distância, problemas de custo, de operação da atividade.

Agora, tem indústrias que já foram concebidas com metanol, indústrias de biodiesel, e essas não poderão facilmente mudar sua matriz. Então, eu vejo que é uma questão de mercado, não pode ser a questão de proibir, eu acho que precisa se deixar livre o mercado, mas nós deveremos ouvir outros senadores e eu, desde já, eu lhe chamo para participar desses grupos de trabalho, que vão ser realizados a cada 15 dias, reunindo blocos [ininteligível], com bloco de regulamentação, da distribuição, outro da produção, e que daí é o mais interessante a sua participação também.

Então, nos parece, assim, de extrema relevância a formação desse grupo que se deu dentro dessa Comissão, porque ela foi a forma de reunir o Executivo, os Ministérios, possivelmente eles tinham essa intenção, mas eles precisam da nossa lei, da nossa participação, para depois eles auxiliarem na regulação, na fiscalização das indústrias produtoras, e também no comércio, que a grande dificuldade hoje no país é a fiscalização, orientação, é a mistura do diesel.

Por exemplo, hoje já se sabe que o simples fato de ter aumentado 1%, do B3 para o B4, já está causando problemas de uso nos motores, precisando de troca de filtro mais intensa em máquinas agrícolas. Isso aí foi evidenciado na prática. Então é algo que nem indústria fabricante de motores havia previsto isso aí.

Então, depois nós vamos passar para o B5, mas existe possibilidade, há possibilidade real de se usar um B20 no país, chegar até um B20. E isso há, há essa... Nós precisamos prever esse futuro, e esse futuro é que precisa ser regulamentado.

Então, também foram convocados, também foi sugerido que se convocasse a ANFAVEA, quer dizer, além da ABRABIO(F), dos bio... produtores de biodiesel, também a ANFAVEA, que são os fabricantes de motores, que vão participar desse grupo.

Então, só queria trazer essa notícia, e que nós devemos estar intensificando os trabalhos agora, para num percurso de dois meses se chegar a uma conclusão e já um projeto de lei.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem, Senador. Nós estávamos discutindo aqui exatamente a importância do estudo desta matéria para dimensionar adequadamente a participação do biocombustível, dos biocombustíveis na matriz enérgica brasileira, através dos cuidados, levando em conta os cuidados descritos aqui por V. Exa., de que é preciso estudar o efeito da aplicação tecnológica para o dimensionamento mais adequado do teor da mistura do diesel com a biomassa para a produção do combustível mais eficiente.

Nós temos aqui na pauta uma matéria de decisão não terminativa, e outras matérias de decisão terminativa. Nós ainda não temos o quórum para operacionalizar a aprovação dessas matérias, até mesmo a decisão não terminativa, que é o Item nº 01, Projeto de Lei do Senado 195, que "*Altera a Lei 9.847 e dá outras providências*", tendo como autor o Senador Raimundo Colombo, e relator o Senador João Durval.

O parecer do relator é favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Essa matéria irá à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Essa matéria já constou da pauta de reuniões anteriores.

Na ausência de quórum nós procederemos a palavra ao Senador João Durval, e deixaremos a decisão para um momento em que o quórum se concretizar.

Com a palavra, o Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Eu tenho em mãos aqui o parecer sobre esse projeto; perguntaria a V. Exa. se devo lê-lo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): V. Exa. pode ler o parecer.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Relatório. "*O Projeto de Lei do Senado, nº 195, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, tem por fim acrescentar dispositivo ao art. 1º da lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.*

O art. 1º propõe o acréscimo de § 3º ao art. 1º da citada lei, para prever que os postos revendedores de combustíveis deverão disponibilizar aos consumidores, em local visível, informações detalhadas e atualizadas sobre a composição dos preços de venda por eles praticados, com relação a cada tipo de combustível, ofertado aos consumidores.

O art. 2º prevê que a lei que resultar da eventual aprovação da proposição entrará em vigor na data da sua publicação. O projeto foi distribuído a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para decisão em caráter terminativo."

Análise. "*O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.*

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Também não se verifica vício de injuridicidade.

Quanto à regimentalidade, cabe ressaltar, que o seu trâmite observou o disposto no art. 100 a 102-A, item III, do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual, compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada, exceto quanto a um pequeno aspecto: a não explicitação, na emenda, do objeto da proposição.

No mérito, somos favoráveis à alteração proposta.

O projeto reduz a assimetria de informações entre a empresa de revenda de combustíveis, detentora de informações para o mercado de combustíveis e o consumidor, que muitas vezes não possui informações sobre a composição do preço do combustível.

Segundo levantamento de preços efetuado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, no mês de julho de 2009 o preço médio dos combustíveis do país foi o seguinte: no caso do álcool, o preço de venda do litro ao consumidor foi de 1,42 reais, e o preço de compra da distribuidora foi de 1,18 reais, 20% de diferença maior calculado sobre o preço de compra; o litro do diesel custou ao consumidor 2 reais, e a distribuidora cobrou 1,75, 14% de diferença; o metro cúbico do GNV ao consumidor foi de 1,58 reais, e na distribuidora foi de 1,14 reais, 38% de diferença; o litro de gasolina foi de 2,48 reais ao consumidor e 2,14 na distribuidora, 16% de diferença; e, finalmente, 13 quilogramas de GLP custaram 36,2 reais ao consumidor, e 27,9% na distribuidora, 30% de diferença.

A publicidade dessas informações servirá para tornar mais transparente para o consumidor o mercado de combustíveis, de modo que as empresas do setor, e as autoridades e defesa da concorrência e da ANP possam ser mais facilmente questionadas quanto a eventuais práticas consideradas abusivas ou anticoncorrenciais.

Propõe-se apenas uma alteração na emenda do projeto, para mais bem detalhar o tema."

Voto. "*Assim, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2009, com a seguinte emenda*."

Emenda. "*Dê-se à emenda do PLS nº 195 de 2009 a seguinte redação: Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, para determinar aos postos revendedores de combustíveis que disponibilizem aos consumidores informações detalhadas sobre a composição do preço de venda de cada tipo de combustível*."

É o meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador João Durval. Colocamos a matéria em discussão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Da maior importância, e da maior dificuldade em ser realizada, eu vou explicar por quê.

Nas grandes cidades, nas capitais, eu acho fácil, a execução das exigências aqui, a composição, aquela composição química, ou que seja do material a ser consumido, letras grandes, bem visível, local bem visível, como está previsto o projeto e tal.

Mas, talvez, nas pequenas cidades, cidades... Tenham um posto só, meio posto às vezes, talvez pode ser mais difícil, em todo caso é um avanço, um avanço que deve ser, vamos dizer, aplaudido, aplaudido.

Eu estou, de antemão, plenamente de acordo com o parecer do relator.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem. Tendo havido a discussão da matéria, não há ainda condição de colocá-la em votação. Estamos aguardando a presença do quórum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É não terminativo. Precisamos de uma presença de 12 Senadores, não há condição de colocar em votação, mesmo sendo não terminativo.

Nós aguardaremos a oportunidade de colocar em votação.

Nós temos sobre a Mesa--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa., ouvido o Plenário, nós pudéssemos pautar o requerimento de minha autoria, está há mais de 30 dias sobre a Mesa, ou na Secretaria, em que eu solicito uma audiência pública conjunta entre a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Relação Exteriores, para que nós possamos ter as informações do ministro Edson Lobão, das Minas e Energia, e do Embaixador Celso Amorim, do Ministério--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): V. Exa. pode promover a leitura do requerimento, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): V. Exa. promova a leitura, a leitura do requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa. "*Requeiro, nos termos do art. 58, parágrafo 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com art. 397, inciso I e art. 90, inciso V do Regimento Interno, do Senado Federal, seja feito convite às autoridades abaixo relacionadas para em audiência pública nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional, e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prestar esclarecimentos sobre em que condições o governo brasileiro renegociou com o governo do Paraguai o Tratado da Usina Hidroelétrica de Itaipu. Convidados Ministro Edson Lobão, de Minas e Energia, o Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores*.

É importante que essa casa seja informada dos detalhes e dos reflexos que a renegociação dos contratos da Hidroelétrica de Itaipu trará para a nação brasileira, inclusive para o bolso do contribuinte.

O governo nega que as mudanças irão acarretar prejuízo aos consumidores e ao interesse nacional, tanto que o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, afirmou que o reajuste das tarifas de compra da energia do Paraguai em três vezes não terá impacto sobre a tarifa da energia.

Ocorre que técnicos da área enérgica afirmam que o reajuste feito pelo governo encarecerá a energia do consumidor cativo brasileiro, já que o custo é rateado por várias distribuidoras. Dizem mais, que a renegociação pode oferecer dano ao setor elétrico e à ELETROBRAS.

Desta forma, peço apoio aos meus pares, para a aprovação deste requerimento."

Esse requerimento, Senador Elizeu Rezende, que preside esta Sessão, esse requerimento está já há 30 dias na Secretaria da Comissão, já pedi ao presidente Collor que o colocasse em votação, já foi aprovado nas outras comissões, nós estamos só aguardando que o Ministro disponibilize uma data para poder vir até aqui, e eu acredito que é de bom alvitre que a Comissão de Infraestrutura esteja participando, senão a reunião será feita, audiência pública, sem a participação da Comissão de Infraestrutura.

Então eu peço que possamos aprovar o requerimento, a data da vinda dos Ministros será acertada em conjunto com os presidentes e com os próprios Ministros.

É esse o apelo que eu faço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Em votação o requerimento proposto pelo Senador Flexa Ribeiro.

Em se tratando de requerimento para prestação de esclarecimentos que não conduz a uma decisão dessa Comissão de Infraestrutura, nós vamos abrir a discussão, se todos estiverem de acordo, e colocar em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, no sentido de convidar o Ministro Edson Lobão e o Embaixador Celso Amorim para prestar esclarecimentos sobre as negociações do governo brasileiro com o governo paraguaio, a respeito do tratado da Usina Hidroelétrica de Itaipu.

Se estiverem de acordo, nós colocamos em votação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone]. Eu indago de V. Exa., se engenheiro que é, político que já comandou Furnas, se por acaso se recorda em que ano foi inaugurada essa Usina de Itaipu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Deve ter sido, talvez alguém possa me ajudar nessa, na minha memória, deve ter sido na década de 70 ou na década de 80. Foi construída a usina de Itaipu num Tratado, porque está no rio que faz a fronteira do Brasil com o Paraguai--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Por isso que eu estou perguntando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Este rio pertence aos dois países.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O investimento é bi-nacional.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Cada um teve vê que entrar com 50%, mas houve um Tratado em que o Brasil antecipou investimentos por conta de ressarcimento futuro--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Que não vieram.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --pelo Paraguai, através da comercialização da energia.

O Paraguai tenta obter uma modificação desse tratado para auferir melhores participações no projeto da hidroelétrica.

A hidroelétrica foi construída pela ELETROBRÁS, com um projeto específico, com o financiamento externo, contraído pelo Governo Federal.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Geisel.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E o investimento foi feito pelo Governo Federal, não apenas a hidroelétrica, mas as linhas de transmissão correspondentes, em corrente contínua e corrente alternada, que foram construídas por Furnas para abastecer o mercado de consumo brasileiro, e o consumo, que é proporcionalmente muito pequeno, do Paraguai.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): V. Exa. foi Presidente da... Furnas?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro de Minas e Energia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Foi Presidente de Furnas?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É, fui tudo isso, mas...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Foi nessa época?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu construí as usinas de transmissão como presidente de Furnas. Quando, como Presidente da ELETROBRÁS, eu administrei o tratado do Brasil com o Paraguai para a venda da energia gerada por Itaipu, e a distribuição dos *royalties* no território paraguaio e também no território brasileiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então V. Exa. também vai ser convidado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Poderia ser um expositor. Com certeza.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já está sendo agora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se fosse Ministro, com certeza não aceitaria essa revisão do acordo que está sendo imposta, eu diria, ao governo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Se eu tiver de dar uma opinião pessoal, mas essa é puramente pessoal, eu acho que o governo brasileiro, ao assumir a construção e o investimento total na construção, já trouxe benefícios relevantes para o Paraguai.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Que deve estar historicamente agradecido à participação brasileira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o que me preocupa, e eu acho que preocupa todos os brasileiros, é essa linha da diplomacia brasileira, em que ao invés de defenderem o nosso país, eles estão se colocando em uma posição de... Eu diria até partidária e eleitoral junto aos países irmãos da América do Sul, que estão usando o Brasil como bandeira de campanha.

Já ficou comum Venezuela, Bolívia, Paraguai, Uruguai, usarem nas campanhas, usarem nas suas campanhas políticas que... Na posição, acho que para chegarem ao governo, o ataque ao Brasil. Quer dizer, "Vamos tirar as refinarias do Brasil, vamos estatizar as refinarias, vamos rever o Tratado de Itaipu", tudo isso foi dito antes, foi dito como promessa de campanha, e as coisas acontecem.

Ou seja, eu acredito que V. Exa. foi contundente, V. Exa., com o conhecimento que tem, disse que o Brasil, ele construiu sozinho Itaipu. Ele fez o tratado, evidentemente, para fazer um acordo com o país que também dividia o rio com o Brasil, mas já foi beneficiado.

Então, rever o acordo por uma questão só política, eleitoral, eu não vejo por que o Brasil ceder a essa pressão.

Então, nós vamos ouvir os Ministros para que a gente possa ter essa informação, e V. Exa. vai, na oportunidade, ser uma peça importante para que esclareça os senadores das comissões a motivação e o prejuízo, isso que é importante, que a sociedade brasileira terá, porque infalivelmente haverá aumento de tarifa no repasse desse custo, que é de três vezes maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A iniciativa do Senador Flexa Ribeiro se justifica, portanto, e eu coloco em votação, sob aprovação do Plenário, aprovação do Requerimento para o convite a essas autoridades para a discussão do Tratado de Itaipu. Os que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu olhei a pauta aqui, e nós só temos ainda projetos terminativos, e na falta de quórum momentâneo eu pediria a inclusão do PL nº 311, de autoria do Senador Fernando Collor, Presidente dessa Comissão, como eu sou relator desse projeto, Senador Elizeu Resende, eu gostaria de lê-lo, para que tivéssemos pelo menos lido, aproveitado, aguardando os demais parlamentares para podermos aprová-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Em votação a inclusão na pauta da leitura do relator, do seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 311. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Com a palavra, o relator Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"*Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2009, de autoria do Senador Fernando Collor, que cria o REINFA e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia alternativa, as mais limpas sob o prisma do meio ambiente.*

REINFA é o regime especial de tributação para o incentivo ao desenvolvimento e à produção de fontes alternativas de energia elétrica

O autor da proposição sustenta que enquanto o Brasil tinha um enorme potencial inexplorado de fontes alternativas de energia elétrica, o alto custo tem limitado sua maior participação na matriz energética brasileira.

Para mitigar tal limitação, o Senador Fernando Collor propõe a criação do Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica, o REINFA.

O REINFA concede benefícios tributários às pessoas jurídicas que exerçam atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia por fontes alternativas, assim como de novas tecnologias de armazenamento de energia e a produção de veículos tracionados por motor elétrico, híbrido ou não.

Conforme indica o art. 3º da proposição, as pessoas jurídicas habilitadas em regime especial ficam isentas: I) da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS, incidentes sobre a sua receita bruta; II) da Contribuição para o PIS/PASEP – Importação, da COFINS – Importação e do Imposto de Importação incidentes sobre os bens sem similar nacional, e serviços necessários às atividades incluídas no regime, quando importados diretamente pela beneficiária.

O § 1º do art. 3º prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, incidente sobre os bens necessários às atividades previstas no regime, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada no REINFA, bem como sobre os veículos tracionados por motor elétrico, híbridos ou não.

Nesse caso, são asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos do IPI relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na industrialização dos bens.

Segundo os §§ 3º e 4º do art. 3º, as isenções aplicam-se somente aos bens e serviços relacionados em regulamento, que deverão, necessariamente, estar vinculados às atividades previstas no PLS.

Para evitar o uso indevido dos benefícios previstos na proposição, o § 5º do art. 3º enuncia que a transferência de propriedade ou a cessão de uso dos bens adquiridos com incentivo, obriga ao prévio pa-

gamento das contribuições e impostos isentos, salvo se for realizada: I) a pessoa ou a entidade que goze de igual tratamento tributário, mediante prévia decisão da autoridade administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou; II) após o decurso do prazo de cinco anos, contado da data da aquisição no mercado interno, do fato gerador ou do registro da Declaração de Importação, conforme o caso.

Para aderir ao REINFA, a pessoa jurídica deve estar na sua situação junto à Receita Federal do Brasil regularizada, conforme o art. 4º.

Uma vez habilitada, a beneficiária poderá ter sua adesão cancelada: I) a pedido; II) sempre que se apure que deixou de satisfazer as condições ou de cumprir os requisitos para a adesão; e III) por falsa informação.

Consoante o art. 6º, as beneficiárias do REINFA terão condições especiais de financiamento e prioridade junto às entidades oficiais de fomento para projetos a serem desenvolvidos e executados no País, relativos às atividades previstas na proposição.

O art. 7º dispõe que as empresas distribuidoras de energia elétrica, quando viável tecnicamente e solicitado pelo proprietário de veículo elétrico, deverão providenciar ligação especial para recarga das baterias desses veículos, com medidor independente da ligação normal e com aplicação de um redutor de tarifa, a seu critério, quando utilizado em horário sem demanda ou com sobra de potência instalada.

O PLS também prevê, no art. 8º, a possibilidade da geração de energia alternativa limpa ser desenvolvida de forma independente por qualquer pessoa física ou jurídica, que poderá utilizar ou comercializar livremente sua produção. Nesse caso, as empresas distribuidoras de energia elétrica deverão priorizar a aquisição de energia limpa dos referidos produtores independentes, com remuneração equivalente a de outras fontes.

Essa energia limpa, quando disponibilizada ao consumidor final, também estará isenta dos impostos e contribuições previstos no projeto.

O art. 9º dispõe que o Poder Executivo tomará as devidas medidas para ajustar as consequências fiscais do projeto às leis orçamentárias e financeiras, de maneira a respeitar o art. 5º, § 2º, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O art. 10 estabelece a entrada em vigor da lei na data de sua publicação, e a produção de efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 9º.

A matéria foi encaminhada inicialmente para esta Comissão de Infraestrutura e seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS."

Análise do Projeto. "*Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado, é competência desta Comissão opinar sobre proposições relacionadas à infraestrutura.*

A análise dos aspectos tributários será realizada pela CAE.

No mérito, as medidas trazidas pelo projeto são de extrema relevância para o desenvolvimento da pesquisa voltada para a produção e geração de energias limpas.

A carga tributária brasileira é notoriamente alta e inibe uma maior aplicação de novas tecnologias, caras e, em sua grande maioria, disponíveis apenas no exterior.

Efetivamente, o Brasil é carente de subsídios indiretos que visem incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de equipamentos utilizados na geração de fontes alternativas e no armazenamento de energia, de veículos elétricos, híbridos ou não. Os equipamentos, quando aqui produzidos, ainda são mais caros do que os produzidos no exterior.

As isenções concedidas, referentes às Contribuições de PIS/PASEP e à COFINS, inclusive na importação, ao Imposto Industrial e ao IPI possibilitarão, certamente, um grande salto tecnológico em nosso País, que não pode desperdiçar seu enorme potencial energético alternativo.

Importante observar que o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica, que é REINFA, com a isenção das contribuições sociais do PIS/PASEP e da COFINS, não imputará às etapas do processo produtivo efeito cumulativo dessas contribuições, por força do art. 17 da Lei 11.033, que estabelece no seu art. 17: 'As vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota zero ou não incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.'

O PLS também inova ao prever condições especiais de financiamento, junto a entidades oficiais de fomento, às empresas beneficiárias do REINFA e a possibilidade de geração de energia limpa de forma independente e que, quando disponibilizada pelo consumidor final, fica isenta dos tributos indicados na proposição.

Finalmente, o estímulo à produção de veículo tracionado a motor elétrico é medida que se impõe. Não

podemos ficar atrás dos demais países no desenvolvimento dessa tecnologia.

O Brasil revolucionou o mercado automobilístico com os veículos movidos a álcool ou flex, sabidamente menos poluentes que aqueles abastecidos exclusivamente com gasolina ou diesel.

Não é possível que, neste momento, fiquemos inertes, enquanto o resto do mundo investe cada vez mais na pesquisa em automóveis elétricos.

No entanto, cabe mencionar que o referido PLS não observa beneficiária do REINFA a pessoa jurídica que exerça pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia de biomassa ou por pequenas centrais hidrelétricas – PCHs, motivo pelo que inserimos emenda para alterar a redação do inciso I do art. 2º.

No mesmo sentido, alteramos a redação do inciso II, para incluir a geração de energia elétrica por PCHs e por fonte térmica que utilize o biogás proveniente de produtos agrícolas, dejetos orgânicos, lixo e aterros sanitários.

Outras alterações correspondem à isenção de PIS/PASEP e da COFINS sobre bens adquiridos no mercado interno para atividades indicadas no art. 2º e ao aviso desta inexigibilidade nas notas fiscais.

Ademais, assegura-se a manutenção e utilização dos créditos de PIS/PASEP e COFINS relativos aos produtos empregados na industrialização dos bens de que trata o art. 2º.

Incluímos o índice mínimo de 60% de nacionalização dos equipamentos, quando aplicável, como condição para adesão ao REINFA.

Apresentamos emenda para que a energia elétrica gerada a partir das fontes do inciso II do art. 2º, caso dependentes de variações climáticas, prevejam mecanismos de realocação de energia.

Desta forma, o consumidor fica protegido de eventuais alterações de fornecimento relacionados às condições climáticas.

Por fim, totalizamos a isenção de tarifas pelo uso de transmissão e distribuição de energia elétrica para plantas com capacidade de até 30.000kW, fazendo ressalva para que esta isenção alcance o consumidor final.

Com isso, muitos produtores rurais poderão ter acesso a energia mais barata, comprada diretamente de produtores menores."

Nosso voto é pela aprovação do projeto, com as seguintes emendas.

Ao art. 2º, a inclusão de dois parágrafos: §1º – "*pesquisa, desenvolvimento de produção de equipamentos utilizados na geração de energia com base em fonte eólica, biomassa, solar e marítima, e por pequenas PCHs, pequenas centrais hidroelétricas, bem como de novas tecnologias em materiais de armazenamento*"; 2º – "*geração de energia elétrica por pequenas centrais hidroelétricas ou por fonte eólica, solar, marítima e térmica, que utilize o biogás proveniente de produtos agrícolas, dejetos orgânicos, lixo e aterros sanitários*".

Outra emenda. "*Acrescente-se ao art. 3º do Projeto o seguinte inciso: IV – contribuição para o PIS/PASEP e COFINS, sobre bens adquiridos no mercado interno necessários para as atividades previstas no art. 2º dessa lei, e adquiridos diretamente pela beneficiária do REINFA*".

Terceira emenda. "*Acrescenta-se ao art. 3º do Projeto, os seguintes parágrafos: § 7º – nas notas fiscais relativas às vendas que tratam as isenções previstas no art. 4º, deverão constar a expressão 'venda efetuada com suspensão da exigibilidade da contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, segundo, com a especificação do dispositivo legal correspondente*"; § 8º – "*são asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos do PIS/PASEP e COFINS relativos a matérias primas, produtos intermediários e matérias de embalagens empregados na industrialização dos bens de que trata o inciso IV desse artigo*".

Quinta emenda. "*Dê-se ao art. 4º do Projeto a seguinte redação: A adesão à REINFA fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica, em relação aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, assim como o cumprimento de índice mínimo de 60% de nacionalização dos equipamentos, quando aplicado conforme regras estabelecidas pelo poder Executivo*".

E a sexta e última emenda. "*Acrescente-se ao art. 8º do Projeto os seguintes incisos: III, § 3º – a energia elétrica gerada a partir das fontes citadas no inciso II do art. 2º, se dependentes diretamente de variações climáticas, deverá ser considerada nos mecanismo de realocação de energia por mitigação dos riscos, relacionados às referidas variações*"; e o § 4º: "*a energia gerada a partir de fontes citadas no inciso II, do art. 2º, no inciso II, aliás, do art. 2º, proveniente de plantas com capacidade de até 30 mil kW, na produção e no consumo, estará isenta de tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica desde que a isenção na sua totalidade seja transferida ao consumidor final*".

Eram esses os termos com as emendas inclusas que realocou também o incentivo à produção de energia, de outras energias limpas, como a eólica, a solar, a marítima, e a térmica, e também a hidroelétrica de pequenas PCHs.

Nosso... Esse é o nosso parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nossas congratulações ao Senador Gilberto, pelo seu parecer muito brilhante a respeito do Projeto de Lei de autoria do Senador Fernando Collor, que trata do incentivo às fontes alternativas de energia.

Para discussão, com a palavra, o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, não é bem para discussão, porque um projeto tão bem estudado, com um parecer tão bem elaborado, eu nem me sinto em condições de fazer uma grande discussão.

Só queria um pequeno pedido de esclarecimento, porque não quero ser intuitivo, quero objetivamente esclarecer. Fala-se muito, aqui e lá fora, de energia limpa; eu gostaria de saber de fato, o que é uma energia limpa? Eu, por exemplo, acho que a energia nuclear é uma energia limpa, mas é um ponto de vista pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Na verdade o Senador Gilberto vai ter a palavra, talvez numa resposta mais simples, seria energia limpa é aquela que acarreta menor teor de carbono na atmosfera.

Com a palavra o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É nesse sentido, a energia limpa, hoje, nós temos o próprio álcool, que é o etanol, também ele emite menos CO2, e nós temos as energias, a energia... Energias térmicas, a energia, no caso, a elétrica e as termoelétricas brasileiras, elas poluem no sentido de ainda se utilizar de fontes de geração que não são limpas, para gerar a energia térmica.

Agora, o que se propõe esse projeto é nós estimularmos a pesquisa do desenvolvimento das energias que realmente virão a contribuir para a isenção de emissões ao meio ambiente, como é a energia eólica, os cata-ventos, que precisam, hoje, ser estimulados, a indústria, porque a indústria nacional praticamente não participa desses equipamentos. Nós temos hoje a importação de um grande país da Europa, e também da Argentina. E, no mais, essa energia está precisando de incentivos para fabricação de equipamentos nacionais.

Além disso, também, das pequenas PCHs aqui é um estímulo muito grande, porque nós temos, o quanto menor a PCH, maior é o custo da geração da pequena central de hidroelétrica, até 30. Hoje está configurado até 30 mil kW.

Então, essas duas energias, e mais a energia elétrica, dos carros elétricos, que também vão gerar zero de emissão de gases poluentes, principalmente o enxofre, que hoje é o maior índice cancerígeno e de intoxicação nas grandes cidades, morrendo ao redor de 19, 20 pessoas por dia, em consequência, só na cidade de São Paulo, em consequência dessa fumaça emitida pelo... Principalmente pelos veículos a diesel, que são os maiores poluentes hoje no país, veículos a diesel.

Então as emissões geradas, principalmente o enxofre contido na emissão dos carros a diesel, ônibus, automóveis, camionetes, inclusive automóvel agora vamos fabricar, nós precisamos de diesel menos poluente no país. Adaptar as usinas, as refinadoras brasileiras, de um sistema que confira o índice de enxofre até 50 PPM, e não 1.400, como temos hoje no país, já que os outros países estão em 10 PPM de partículas de enxofre nas emissões.

Então, eu vejo que esse projeto aqui ele é altamente incentivador, porque se nós não promovermos essa inserção dessas energias alternativas, são as mais limpas, sob o prisma do meio ambiente, nós vamos ficar de fora do desenvolvimento, dessa inovação, de tecnologia, que os outros países já estão no salão de automóvel aí com carros elétricos, e o país ainda não possui.

Então, nós precisamos criar esses incentivos tributários, e vai caber à CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, a análise da isenção desses tributos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Só para acrescentar, rapidamente, Senador Gilberto, a energia limpa é caracterizada por aquela que produz menos emissões, ou contamina o ar atmosférico.

Tem aí o caso da energia hidráulica, a hidroelétrica, essa é uma energia limpa e o Brasil tem uma dádiva, talvez tenha um dos potenciais hidráulicos maiores do mundo. Mas aí no caso da energia hidráulica, a construção de grandes usinas, como as usinas de Itaipu, e Tucuruí, as usinas do Rio São Francisco, e as projetadas de Jirau e Santo Antônio, no Madeira, e Belo Monte, no Xingu, são usinas que alagam grandes áreas, produzindo também efeitos nocivos ao meio-ambiente e à ecologia.

Por isso é que se fala nas PCHs, que estão incluídas nesse programa de incentivo às fontes alternativas de energia. PCH é Pequena Central Hidráulica, ou hidroelétrica; são as pequenas usinas, ao invés de construir grandes usinas, que alagam e cobrem grandes áreas, e que exigem linhas de transmissão de alta potência a grandes distâncias, parte-se para a construção de PCH.

Pega o fio d'água coloca ali uma usina hidráulica pequena e gera energia para ter o carro movido a eletricidade, o carro elétrico, que é a solução futura

para responder pelos congestionamentos de tráfego nas grandes cidades.

Então, na verdade essas fontes alternativas incluem a eólica, a nuclear fica incluída, porque é também uma energia que não contamina a atmosfera, e que não alaga áreas grandes, e as pequenas centrais hidroelétricas para substituir as grandes usinas hidráulicas que o Brasil tem sido um emérito construtor, tem as maiores usinas do mundo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E a eólica, desculpe a omissão.

Eu gostaria de dizer que os assuntos aqui debatidos serão incluídos na pauta da próxima reunião, porque nós não podemos decidir pelo voto na aprovação dessas matérias.

Temos de encerrar a sessão, mas antes de encerrar, eu convoco os senhores membros da Comissão para a próxima reunião, a realizar-se dia 5 de outubro, quando iniciaremos o ciclo do debates sobre o pré-sal, com a apresentação do painel *Regime de Partilha*, e dos seguintes convidados: Dr. Guilherme Estrela, Diretor de Produção da PETROBRAS; Dr. Ivan Simões Filho, do Instituto Brasileiro do Petróleo e vice-presidente da *British Petroleum of Brazil*; Dr. Edmar de Almeida, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Dr. Júlio Bueno, Secretário de Desenvolvimento do Rio de Janeiro; e a Dra. Marilda Rosado de Sá, Advogada, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 10h06.

Ata da 37ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada Dia 05 de Outubro de 2009, às 18 horas, no Plenário da Comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dezoito horas do dia cinco de outubro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR** reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora Senadora e Senhor Senador **SERYS SLHESSARENKO E FRANCISCO DORNELLES.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senador **Fernando Collor** declara aberta a reunião e comunica a presença do Senhor Rafael Nixon Pereira Marques, Vereador da Câmara Municipal de Valentim Gentil, Estado de São Paulo. A Presidência anuncia o motivo da Reunião, informando que, dentro da **Agenda 2009-2015 "Desafios Estratégicos Setoriais",** a Audiência Pública atende ao Requerimento nº 39, de 2009-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor**, destinado a debater o Marco Regulatório do Pré-Sal, Painel I – "Regime de Partilha", com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Guilherme Estrella** – Diretor de Produção da Petrobras; **Dr. Ivan Simões Filho** – Geólogo, Doutor em geofísica, ex-Professor da Unicamp, ex-Superintendente da ANP, Membro do Comitê Exploração do IBP; **Dra. Marilda Rosado de Sá** – Advogada, Professora-adjunta da UERJ e ex- Superintendente de Promoção de Licitações da ANP; **Dr. Edmar de Almeida** – Instituto de Economia da UFRJ; **Dr. Júlio Bueno** – Secretário de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Senhor Senador **Francisco Dornelles**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte e uma horas e três minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

A presente reunião, dando continuidade ao "Ciclo de Audiências Públicas", promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura intitulado: "Agenda 2009-2015, Desafios Estratégicos Setoriais". Abre um capítulo especial dentro dos desafios que a infraestrutura tem a superar. Refiro-me ao marco regulatório do pré-sal.

Realizaremos durante o mês de outubro e início de novembro, Audiências Públicas sobre o tema: "Marco Regulatório do pré-sal", abordando os aspectos contidos nas quatro mensagens encaminhadas pelo Presidente da República com os seguintes painéis:

"Painel 1 – regime de partilha, exploração e produção de petróleo de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos sob o regime de partilha da produção em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, referente ao Projeto de Lei nº 5.938/09."

Será realizado hoje.

"O Painel nº 02 – Criação da Empresa Pública Petrosal; Empresa Brasileira de Administração do Petróleo e de Gás Natural S/A, referente ao Projeto de Lei nº 5.939/09, data dia 19 de outubro, segunda-feira, às 18 horas.

Painel nº 03 – Fundo Social: "Projetos e Programas nas Áreas de Combate à Pobreza e Desenvolvimento da Educação, da Cultura da Ciência e Tecnologia e de Sustentabilidade Ambiental". Referente ao Projeto de Lei nº 5.940/09, data prevista para a realização deste painel, dia 26 de outubro, segunda-feira, às 18 horas.

Painel nº 04 – Capitalização da PETROBRAS; Pesquisa e Lavra do Petróleo de Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluídos em Áreas não Concedidas localizadas no pré-sal, referente ao Projeto de Lei nº 5.941/09. Data prevista dia 6 de novembro, segunda-feira, às 18 horas".

Gostaria de comunicar as Sras. e Srs. senadores a presença entre nós, do Vereador Rafael Pereira Marques, da Câmara Municipal de Valentim Gentil, do Estado de São Paulo, que veio especialmente para assistir esse nosso Primeiro Painel de Debates sobre o Marco Regulatório do pré-sal. Em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, agradeço a sua presença e lhe dou as nossas boas-vindas.

É interessante notar sobre o Vereador Rafael Pereira Marques, que trata-se do mais jovem Vereador do Brasil. Foi eleito com 17 anos e ao tomar posse já havia completado 18 anos de idade. É uma prova e demonstração muito clara do interesse que esta nova geração vem tendo pela participação na vida pública. E, sobretudo, o interesse que tem de participar de um painel ou de painéis e discussões tão importantes quanto esta que hoje iniciamos, discutindo o marco regulatório do pré-sal.

Hoje trataremos do regime de partilha. A União cederá à PETROBRAS, sem licitação e mediante pagamento, áreas entre os blocos na região pré-sal já descobertas até um limite de volume de cinco bilhões de barris de petróleo e de gás. Nestas novas áreas do pré-sal ou em áreas consideradas estratégicas pelo governo com o petróleo em abundancia, a PETROBRAS terá dois papéis distintos: Ela será executora e acionista.

A estatal será operadora de todos os blocos, ou seja, ela vai perfurar e extrair o petróleo em 100% dos casos. Em campos que o governo considerar de baixo risco a PETROBRAS será dona sozinha e não haverá leilão. Nos outros, terá uma participação de 30%. E o restante será licitado pelo governo, nada impedindo que a PETROBRAS concorra na licitação para ter mais de 30%.

Vencerá o leilão, a empresa que oferecer à União o maior percentual da produção do campo. Também haverá cobrança de bônus de assinatura, porém isso não será a critério de julgamento no leilão. O bônus será decidido caso a caso. Nessas novas áreas valerá o regime de Partilha de Produção. O investidor tem de entregar parte da produção de petróleo ao governo como pagamento.

Sobre a produção dos campos, como manda a Constituição, incidirão *royalties*. A alíquota atual que é de 10% permanecerá até que o Congresso decida a taxação final. E a participação especial cobrada sobre campos de alta produção também continuará a ser cobrada, até que o Congresso defina a fórmula definitiva. Os Estados produtores de petróleo terão tratamentos diferenciados na distribuição das riquezas do pré-sal, mas os outros Estados também serão beneficiados.

Hoje teremos, portanto, a apresentação do painel nº 1, como disse anteriormente, regime de partilha com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à mesa, Dr. Guilherme Estrela, Diretor de Produção da Petrobrás; Dr. Ivan Simões Filho, Geólogo, Doutor em Geofísica, ex-professor da UNICAMP, ex-superintendente da ANP, Membro do Comitê de Exploração e Produção do IBP.

Dr. Edmar de Almeida, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Julio Bueno, Secretário de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e Dra. Marilda Rosado de Sá, Advogada, professora-adjunta da UERJ e ex-procuradora da ANP. Convido aos Srs. Palestrantes e Sra. Palestrante a ter assento à mesa.

Sejam todos muito bem-vindos à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Para iniciar o nosso painel de hoje, passo à palavra ao Dr. Guilherme Estrela, Diretor de Exploração da PETROBRAS. V.Sa. terá 20 minutos para sua exposição.

SR. GUILHERME ESTRELA: Senador Fernando Collor, é com muita honra e satisfação que eu aqui atendo ao seu convite para comparecer a essa sessão da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal e cumprimento também os meus colegas de mesa. Eu vou fazer uma breve apresentação para dar início às nossas conversas.

Eu vou iniciar minhas palavras Senador Collor, tentando, enfim, consubstanciar uma visão da importância do petróleo nessas próximas décadas. A Agência Internacional de Energia publicou há algum tempo atrás um estudo sobre a situação mundial de consumo e produção de petróleo até 2030.

Então, nós vemos por esse *slide* que está projetado, que praticamente a participação de petróleo e gás natural, na matriz energética mundial, não vai mudar em termos percentuais de 2006, quando foi feito o estudo, até 2030, apesar o consumo mundial de energia se elevar nesse período, de aproximadamente 25 anos, em 45%.

Então, nós vemos que é inquestionável que o petróleo continuará a ser um insumo energético fundamental para o mundo nesses próximos 25 anos. O próximo, por favor.

Esse *slide* também foca nesse ponto, ainda mais dramaticamente, na minha visão, por que apresenta três cenários para 2030, da demanda global de petróleo: O cenário mais pessimista indica que nós teremos em 2030 um consumo de cerca de 85 milhões de barris, 85 a 90 milhões de barris.

O cenário intermediário indica que teremos quase 100 milhões de barris de consumo por dia em 2030 e o cenário otimista, que considera índices elevados no crescimento do PIB mundial, vamos aí a cerca de 110 milhões de barris a serem consumidos em 2030.

Muito bem. O interessante e como eu disse dramático nessas projeções, é que considerando os campos que hoje produzem em todo o mundo e considerando que esses campos normalmente eles apresentam um declínio de produção em torno dos 10% por ano. Isso nos leva a números que nos indicam que em 2030, desses em torno de 100 milhões de barris por dia, a serem consumidos em 2030, apenas cerca de 30 a 40 milhões de barris serão provenientes dos campos hoje já descobertos.

Então, veja a situação dramática que o mundo se encontra, tendo que descobrir cerca de 60 a 70 milhões de barris por dia, para serem produzidos em 2030, de campos ainda não descobertos.

Então, essa é uma situação absolutamente... É preparada pela Agência Internacional de Energia, mas é uma situação que aponta para, como eu disse, para dramaticidade para agudeza do que vai caracterizar a indústria petrolífera mundial até 2030, principalmente nas áreas de exploração e produção. Quer dizer, as empresas mundiais, sejam estatais ou privadas têm que descobrir campos suficientes, para produzirem em 2030 cerca de 60 a 70 milhões de barris por dia.

É uma situação especial e uma situação que leva... Isso sem o pré-sal brasileiro, isso 2006, justamente quando nós começamos a ter os primeiros resultados do pré-sal. Quer dizer, nessa demanda global nesses campos que deveriam ser descobertos a partir de 2006, estão aí as descobertas do pré-sal. Mas, isso configura, quer dizer, a importância fundamental da área de exploração e produção nessas próximas décadas para atender a demanda mundial.

E certamente várias soluções, vários caminhos têm sido adotados por companhias e países para atender essa demanda. E enfim, é um assunto que estará certamente também na ordem do dia das discussões mundiais nessas duas próximas décadas. O próximo.

Surge então, no cenário, no caso no Brasil já trazendo o assunto para a dimensão brasileira, surgem então às descobertas que a gente chama de pré-sal.

Para exemplificar, essa é uma linha sísmica é uma linha que se corre ao longo das bacias sedimentares, proveniente de um sistema de emissão acústica e recebimento da resposta refletida pelas camadas do subsolo e, depois, devidamente tratados é uma coisa que o Ivan conhece tão bem quanto eu, certamente mais do que eu, mas são sinais que nós recebemos da subsuperfície. Já lá se vê têm aqueles dois traços amarelos que são dois poços que já perfuramos - já lá vê configuração de autos estruturais já penetrados por esses poços, mas que na época foram interpretados pelos geólogos e geofísicos da Companhia. O próximo.

A partir dessa interpretação foi que nós nos deparamos com a geologia, que isso é uma linha na bacia de Santos, com a geologia que indicava que tínhamos uma camada bastante espessa de sal, que é a cor roxa nesse *slide* e, abaixo dela uma continuidade mostrada pela sessão sísmica, que eu exibi anteriormente de grande extensão que foi inclusive perfurada por esses dois poços e que continha um determinado tipo de rocha que nessas duas situações, que são situações mapeadas especificamente para testar esse tipo de situação geológica e que tinha como eu disse extensão regional muito grande.

Muito bem, o próximo: Esse tipo de rocha por que senadores, o pré-sal que são as rochas que se encontram embaixo do sal ocorre nas bacias sedimentares brasileiras como um todo. Agora, o que nós estamos chamando de pré-sal e que deu motivo ao acionista controlador da Companhia que é a União, a elaborar a proposta de lei modificando o marco regulatório é relativo a esse tipo de rocha.

Quer dizer, são rochas carbonáticas, depositadas a cerca de 130 milhões de anos atrás, que nós perfuramos nos poços que testaram esses reservatórios estão carregados de petróleo. E aqui muito interessante para nós geólogos, principalmente, a correlação entre rochas modernas.

Então, é uma correlação visual que poucas vezes a gente tem visto na indústria petrolífera entre rochas muito antigas e rochas atualmente sendo depositadas e, nesse caso, até no litoral do Estado do Rio de Janeiro, na Lagoa Salgada, no delta do rio Paraíba do Sul.

Então, quando nós estamos nos referindo a pré-sal, são as rochas embaixo da grande camada, da espessa camada de sal e constituídas, formadas por esse tipo que a gente chama de carbonatos. Não são outras rochas, o campo de Carmópolis, por exemplo, de Sergipe, produz o pré-sal, mas produz de outro

tipo de rocha. Não é esse o caso. Nós estamos nos referindo a esse tipo de rocha.

Com os dados obtidos dos poços então mapeamos a ocorrência dessas rochas, usando os dados sísmicos que nós tínhamos na PETROBRAS. O próximo e esse mapeamento indicou a presença dessas rochas nessa grande área azul, que se estende desde a Bacia de Santos, desde os limites meridionais da Bacia de Santos até os limites norte da Bacia de Campos. Essa foi uma área em que os geólogos da PETROBRAS mapearam como a ocorrência desses reservatórios. Isso senadores, não representa esse seja só um campo de petróleo de maneira nenhuma.

São áreas em que ocorrem anomalias geológicas, que corretamente mapeadas, apresentam nesses reservatórios um índice de sucesso exploratório extremamente elevado. Essa área tem uma extensão de 150 mil quilômetros quadrados no total, mais ou menos. Já concedidas temos 40 mil quilômetros quadrados e, área sem concessão, cerca de 107 mil quilômetros quadrados.

É importante dizer que os limites externos dessa área... Essa é uma área que se estende de cerca de mil e pouco metros de lâmina d'água até praticamente três mil metros de lâmina de d'água de profundidade de mar. E os limites externos dessa área, ainda são muito, vamos dizer interpretativos. Não existem muitos dados geofísicos, geológicos sobre essa área de modo que esses limites externos são muito interpretativos.

Isso é importante que se diga senadores, por que faz parte da área que está sendo definida como limite externo do território marítimo brasileiro.

Então, é muito importante esse tipo de observação, na minha visão, por que inclusive a Marinha de Guerra brasileira já está completamente a par desse assunto. Por que esses limites externos ainda são muito interpretativos, de modo que essa área pode se estender bem mais para a área marítima para as regiões oceânicas e aí, tem essa questão dos limites oceânicos brasileiros que são tão importantes para a soberania brasileira.

Então, esse mapa, esses poços que estão todos eles indicados ali, a maioria deles não tinha sido perfurado, mas esse mapa nos levou logo a imaginar, a interpretar, que havia uma grande área com possibilidades concretas de ocorrência de hidrocarbonetos em grande quantidade.

Então, começamos a perfurar os blocos dessa área que a gente chama do pré-sal, da Bacia de Santos. O próximo, por favor, e vemos que o índice de sucesso exploratório desses poços foi praticamente 100% e começamos a especular sobre volumes de óleo recuperáveis, de óleo e gás recuperáveis, nessas descobertas que foram se sucedendo.

São blocos onde a PETROBRAS é operadora que tem diversos parceiros, temos a British Gas, temos a Shell, temos o Bloco da Eksons que é esse aqui, não é operado pela PETROBRAS, mas temos a Petrogal, os portugueses da Petrogal e da Partex, temos a Repsol. Enfim, um grupo de companhias que formam esses consórcios todos localizados nesses blocos, que a gente chama da área do pré-sal da Bacia de Santos.

E as descobertas foram se sucedendo, primeiro Tupi, depois Iara, depois Guará, depois Carioca, enfim. Isso nos levou a uma constatação de que estávamos tratando com um fato novo no setor petrolífero brasileiro, que de certa forma ele colocava em discussão o atual regime de concessão que é aplicado pela lei do petróleo Brasileiro. O próximo.

Esse fato novo que a gente está chamando nessa área de ocorrência do pré-sal, então, se caracteriza por baixo risco exploratório dado a quantidade de descobertas que nós fizemos, quando os poços são devidamente locados para investigar o pré-sal. Os grandes volumes recuperados de óleo e gás, quer dizer, essas rochas têm uma característica de porosidade muito elevada contém grandes volumes recuperados de hidrocarbonetos e também a elevada produtividade dos poços testado. Quer dizer, os poços testados mostraram grande produtividade, certamente extraordinárias quando comparadas aos poços em outras formações.

E essa grande produtividade está sendo comprovada, por que como sabem os Srs. senadores temos dois testes já permanentes sendo realizado, um no norte, no Espírito Santo, que começou a produzir em setembro do ano passado. E agora, na acumulação de Tupi que começou a produzir já em maio deste ano. Estes poços continuam produzindo. Nós tivemos um pequeno problema mecânico em Tupi, que teve problema de parafusos, com metalurgia inadequada que tivemos que substituí-los.

Então, tivemos que interromper a produção por questões de segurança, mas ambos os poços estão comprovando essa grande produtividade.

O último poço que perfuramos numa anomalia geológica chamada Guará, nós obtivemos produtividade de até 50 mil barris por dia com o poço em produção.

Então, são poços efetivamente muito produtivos. Muito bem, o próximo. Então, levamos isso ao acionista controlador da empresa que é o governo Federal e o governo Federal, então, começou a constituir uma Comissão de Interministerial para estudar esse problema. E começou a avaliar os modelos de legislação petro-

lífera ao longo do mundo e vimos o seguinte; vimos não, viram o seguinte, por que eu não participei dessa Comissão; que os países que continham grandes reservas e que apresentavam em suas bacias sedimentares baixo risco exploratório, optaram por regimes de partilha de produção ou serviços, contratação direta de serviços, onde o governo, o Estado Nacional tinha completo controle da produção.

Então, isso é importante por que no regime de concessão a propriedade do petróleo é do concessionário que descobre o petróleo. Por quê?

Porque essa é uma contrapartida ao grande risco exploratório e aos grandes investimentos que ele vai correr. Ora, essa peculiaridade sendo ultrapassada não haveria necessidade, quer dizer, não haveria razão de essa propriedade do petróleo continuar com o concessionário.

Então, essa propriedade do petróleo nesses países todos que apresentam baixo risco exploratório e são detentores de grandes reservas, passam a ser do Estado através do modelo de partilha de produção. O próximo.

Então, os Projetos de Lei apresentados pelo governo... Eu vou tratar somente da "Partilha e de Produção", tem um aspecto aqui da cessão onerosa, também, que eu não estou inteiramente à par, mas de qualquer maneira poderei dirimir alguma dúvida que exista que eu esteja devidamente informado. Mas, no que respeita à partilha de produção, o governo está apresentando um modelo em que a PETROBRAS aparece como operadora única desses blocos, dessas áreas a serem licitadas com a participação de terceiros participando então de licitações. A PETROBRAS também pode participar com 100%, quer dizer, a PETROBRAS pode entrar na licitação, pode concorrer à licitação, sem a participação de outras empresas.

Então, esse modelo ele contempla as duas possibilidades. Também contempla a prerrogativa do CNPE de estabelecer para a PETROBRAS, de acordo com as estratégias governamentais, também, o direito e a atribuição de desenvolver diretamente essas acumulações.

Então, vamos nos ater a essa modalidade que certamente será a modalidade que vai ser mais comumente utilizada pelo governo brasileiro, se o Projeto de Lei for aprovado, como, aliás, é a situação mais comum internacionalmente. O próximo.

[soa a campainha]

Estou terminando, senador.

Então, esse modelo de partilha de produção separa-se o óleo produzido em duas partes: Uma parte que é chamada de óleo-custo, que será destinada ao cobrimento dos dispêndios e dos investimentos em operação e, investimentos em estrutura de produção.

Então, retira-se do óleo produzido o valor desses investimentos em operação e, investimentos mesmo em equipamentos de produção e sobra, então, o que a gente chama de óleo-lucro. Esse óleo-lucro a participação da União nesse óleo-lucro é que vai ser objeto das licitações.

Quer dizer, o licitante que oferecer maior participação à União desse óleo-lucro ganhará a licitação. E nessa proposta entrará a PETROBRAS como operadora única e detentora de mínimo 30% dessa participação. Vamos dar um exemplo prático, quer dizer, se um consórcio licitante oferecer desse óleo-lucro 80% para a União, ele ficará com 20%. Desses 20%, 30% serão da PETROBRAS. Então, ele terá 14% e a PETROBRAS 6%. E os 80%, serão os recursos advindos da comercialização desse óleo virão diretamente pra União.

Nesses casos, a União não assume nenhum risco. E antes, certamente antes de fazer as licitações, a União poderá avaliar a área, como, aliás, já está sendo feita para efeito da cessão onerosa e poderá contratar diretamente a PETROBRAS como está sendo feito.

Então, esse é o modelo de partilha de produção, a PETROBRAS entra com 30%, que é o que a ANP exige como mínimo de participação do operador e é o que a indústria mundial também contempla os operadores com o mínimo 30%. Próximo.

A operação da PETROBRAS é importante também nacionalmente, por que permite que o operador estabeleça alianças tecnológicas com centros de pesquisas de fornecedores brasileiros, planejamento integrado das aquisições de bens de serviços, depois eu vou mostrar o *slide* final, que a gente vai ver a grandiosidade do que temos pela frente. A padronização de requisitos técnicos materiais e equipamentos, que certamente vai ter um impacto muito positivo na redução de custos operacionais. E uma atuação proativa na contratação junto ao mercado nacional, que é uma condição no Projeto de Lei enviado ao governo sobre o ritmo de licitações que a União fará a partir da aprovação dessa Lei pelo Congresso.

Quer dizer, o ritmo vai ser ditado pela capacitação da indústria nacional de prover serviços, materiais e equipamentos para o desenvolvimento da produção desses campos. E por último, só para ter uma ideia da grandiosidade dos equipamentos e materiais que nós estamos lidando, só com turbinas são 350 turbinas, com árvores de natal molhadas são 500, dutos flexíveis quatro mil quilômetros. Enfim... Árvores de natal molhada, desculpe, Senador é que nós... Isso faz parte

da nossa rotina que, aliás, isso é uma falha da indústria petrolífera que tem seus jargões.

Árvore de natal é o seguinte: O equipamento que a gente coloca em cima do poço, para permitir que ele produza e controlar a produção chama árvore de natal, em terra. Como essa está no fundo do mar, a gente chama árvore de natal molhada.

Então, esse é o equipamento que a gente coloca na cabeça, a gente chama na cabeça do poço, para controlar e permitir a produção de petróleo e gás natural, como é no fundo do mar é molhada.

Então, são enfim, nós estamos tratando certamente com uma escala de equipamentos, materiais e serviços que efetivamente não tratávamos até agora.

Então, é uma enorme oportunidade para a industrial e para o desenvolvimento brasileiro. E aí a importância do governo através da sua empresa petrolífera, estar como operadora única nessa empreitada.

Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, ao Dr. Guilherme Estrela.

E eu gostaria de aqui dar algumas informações que são prestadas pela Consultoria do Senado Federal, consultoria formada por pessoas da mais alta envergadura intelectual e que recentemente publicou um trabalho sobre o marco regulatório do pré-sal. E numa das partes dessa publicação é tratado exatamente de um ponto que o Dr. Guilherme Estrela, levantou em relação ao mar territorial e até onde vai a extensão da soberania do Brasil sobre esse mar.

Então, diz aqui: "Nos termos do art. 1º, da Lei nº 8. 617, de 04 de janeiro de 93, o mar territorial é definido como uma faixa de 12 milhas marítimas de largura medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continente insular.

O art. 2º considera ser de propriedade exclusiva do Brasil, os recursos minerais de subsolo existentes no mar territorial.

O art. 6º da mesma Lei 8. 617 de 1993, por sua vez, define como zona econômica exclusiva, a faixa de 12 a 200 milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

O art. 7º reconhece que o Brasil possui direito ao uso exclusivo, exclusivo, aos recursos de subsolo na zona econômica exclusiva.

O art. 11, define como plataforma continental o leito e o subsolo das áreas submarinas em toda a extensão do prolongamento natural do território terrestre.

O art. 12, reconhece que o Brasil possui direito ao uso exclusivo aos recursos de subsolo na plataforma continental", portanto, eu acredito que não há nenhuma dúvida quanto à absoluta e total soberania do Brasil, na exploração desses recursos do Brasil encontrados a cerca de 300 quilômetros da nossa costa.

Eu passo a palavra ao Dr. Ivan Simões Filho, V.Sa. tem 20 minutos para fazer a sua exposição.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Muito obrigado, Presidente Fernando Collor, meu conterrâneo.

Agradeço pelo convite para vir à Comissão de Infraestrutura do Senado, apresentar alguns pontos de vista sobre essa questão tão importante para o nosso país.

Gostaria de cumprimentar nossos colegas de mesa, o Dr. Guilherme Estrela, companheiro geólogo, já conhecemos há muitos anos. O Dr. Julio Bueno, a quem gostaria também de parabenizar pela escolha do Rio de Janeiro, como sede dos Jogos Olímpicos; Prof. Edmar; Profª. Marilda Rosado; Sras. e Srs. Senadores e a todos os presentes.

Eu gostaria de iniciar essa apresentação falando rapidamente do IBP, o próximo *slide*, por favor, para aqueles que não conhecem o Instituto Brasileiro de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis, é uma associação apartidária e que visa congregar as empresas nacionais e internacionais públicas e privadas de todos os tamanhos que atuam no setor.

No Brasil nós temos mais de 200 empresas associadas, várias Comissões. Não vou entrar muito em detalhes, mas nos próximos *slides* fala um pouco dos produtos que o IBP proporciona alguns dos eventos no próximo *slide*, por favor. E alguns cursos de pós-graduação são de curta duração proporcionados pelo IPB. E gostaria também de em nome do IPB cumprimentar o Dr. Guilherme Estrela, que é o nosso *Chairman*

do Conselho, Presidente do IPB.

Gostaria também de dizer que a PETROBRAS é a principal sócia do IPB. E que durante todo esse período de discussões internas no IPB sobre o marco regulatório, a PETROBRAS por ser parte da Comissão Interministerial se absteve de forma muito elegante de participar dessas discussões, por que participava da Comissão Interministerial que recomendou esse marco regulatório que está ora em apreciação no Congresso Nacional.

Próximo *slide*, por favor.

Algumas considerações iniciais, ponto de vista claro do IPB, que é direito soberano da nação brasileira de regular o uso dos seus recursos naturais, visando promover primeiramente o uso racional desses recursos fósseis não renováveis. Auferir o máximo possível da renda petrolífera para o Estado Brasileiro nos seus diversos níveis, municipal estadual e federal e induzir o desenvolvimento do país com essas riquezas.

É também notória a posição do IPB, que o arcabouço regulatório vigente é uma referencia mundial, serve de inspiração para muitos países por sua transparência, por seu equilíbrio, que permite atração dos investimentos, ao mesmo tempo em que induz a indústria local e garante o controle das atividades e aferição da renda, parte significativa da renda petrolífera para o Estado brasileiro.

Próximo, por favor.

Também o IPB, desde o começo dessas discussões apontou sugestões de como aperfeiçoar o atual marco regulatório, para se adaptar a essa nova realidade das descobertas do pré-sal e permitir ao governo alcançar todos os seus objetivos. Entre eles a propriedade de óleo após a produção, entre eles a indução do Parque de Refino Nacional e todos os outros que foram colocados.

Mas, uma vez em que, o governo optou por enviar ao Congresso um novo marco regulatório que muda esse regime a posição do IPB é que às empresas que estão associadas ao IBP, trabalham tanto no regime de concessão, quanto no regime de Partilha de Produção, desde que os retornos sejam proporcionais aos riscos assumidos - e aí vai muito além do risco puramente geológico - mas os riscos comerciais, tecnológicos e etc, que são inerentes a atividade da indústria.

Desde que haja regras claras, estáveis e transparentes, respeito aos contratos. E o governo brasileiro está de parabéns, por ser um exemplo mundial de respeito aos contratos firmados e que as oportunidades oferecidas sejam competitivas com outras oportunidades internacionalmente.

O próximo, por favor.

Bom, tendo posto isso, dentro da proposta dos quatro Projetos de Lei enviados pelo governo ao Congresso, alguns pontos merecem especial atenção e eu gostaria de elaborar um pouco mais sobre algum deles: O primeiro é a questão da tomada de decisões no Comitê Operacional.

O outro é a questão da operadora única, questões relativas ao regime Fiscal, à contratação direta. A questão também de que reservatórios do pós-sal, que estejam naquela área estarão também submetidos ao mesmo regime. E as questões de unitização. Eu talvez não tenha tempo para entrar em todos eles, mas queria frisar principalmente os mais importantes.

O próximo, por favor.

Bom, as cores aqui não ficaram muito boas, mas dentro dos quatro Projetos de Lei em discussão, para esses dois o IBP sugeriu algumas emendas aos textos propostos.

O próximo, por favor.

A primeira questão que acho que mais preocupa a indústria é a questão da tomada de decisões dentro do Comitê Operacional. O IBP reconhece que há necessidade do Estado controlar as atividades e hoje em dia essas atividades já são controladas, através de diversas instituições como a ANP, o IBAMA, a Marinha, a Receita Federal e muitas outras.

Hoje já existe um controle absoluto do Estado sobre as atividades existentes. E achamos também que os investidores que vão arcar com os riscos, que vão arcar com os investimentos de dezenas a centenas de bilhões de dólares e de longo prazo de maturação devem ter o poder de influenciar, de alguma forma, como os seus investimentos vão ser gerenciados, dentro das regras contratuais vigentes.

E o que preocupa no Projeto de Lei proposto pelo governo é que no Comitê Operacional, a Petrosal tem 50% dos votos, tem direito de veto e tem voto de qualidade, sem ter qualquer obrigação jurídica ou financeira quanto às atividades, às operações. Quer dizer, alguém que toma as decisões não precisa ouvir nenhuma das empresas consorciadas e não tem nenhuma responsabilidade quanto a essa tomada de decisões, ela nem sempre vai avaliar todos os riscos inerentes.

Então, nós entendemos que é necessário que o Estado tenha um controle num nível mais macro, por exemplo, através da aprovação de plano de desenvolvimento, através dos planos de trabalho dos orçamentos anuais. Mas, isso não pode descer ao nível do dia-a-dia das operações, que precisa ter uma certa liberdade desde que dentro, obviamente, das melhores práticas da indústria do petróleo.

O próximo *slide.*

Aqui, só para dar um exemplo de como seria no caso da PETROBRAS com a operadora mínima, com a operadora com a participação mínima de 30%, num consórcio em que ela tenha 50% ou num consórcio em que ela tenha 100%. Nesse caso o poder de decisão ele fica concentrado na Petrosal, a PETROBRAS aqui teria 15% dos votos e os outros investidores 30%. Nesse caso, mantém-se também como em todos eles a Petrosal com poderes absolutos. E, mesmo num caso em que a PETROBRAS venha ter 100%, ela não tem o controle sobre as operações de acordo com o modelo proposto. Isso é uma coisa que preocupa a indústria de uma forma geral, de investir somas muito significativas e não poder ter nenhum controle sobre o destino desses investimentos.

O próximo, por favor.

Então, eu não vou entrar no detalhe, mas as Propostas de Emendas que o IPB apresentou, eles mantêm a Petrosal com seu papel no Comitê Opera-

cional, com seu papel de financiar os custos que é um ponto muito importante do modelo de partilha de produção, mas retirando o poder de veto, retirando esse poder absoluto. Ela está lá, ela participa das tomadas de decisões, mas os investidores também têm voz e podem influenciar o destino dos seus investimos, esse é o primeiro ponto.

O próximo, por favor.

O segundo é a questão da operação única: Eu acho que aqui ninguém discute, todos nós reconhecemos a PETROBRAS como uma líder mundial da indústria do petróleo de operação em águas profundas. Não é uma questão de ser a favor, de ser contra a PETROBRAS, é uma questão que a PETROBRAS, o esforço da PETROBRAS pode ser complementado com o esforço de outras operadoras que detêm capacidade tecnológica, recursos humanos, capacidade financeira para também participar, contribuir nesse desafio enorme a que o país está encarando.

O próximo *slide,* por favor.

Nós vemos uma série de vantagens em ter múltiplos operadores, a competição que induz a eficiência, a transparência e permite comparar custos das distintas operadoras. Essa é uma preocupação grande do governo de manter o óleo, o custo em óleo baixo.

Então, essa presença de múltiplas operadoras permite comparar, custos, permite uma maior geração de empregos também. Uma empresa não operadora emprega menos de 30 pessoas, uma empresa operadora de um único campo isso chega a 500 pessoas ou mais. Permite atrair múltiplas tecnologias.

A PETROBRAS é reconhecida internacionalmente como detendo tecnologias de ponta para a questão de operações em águas profundas. Mas, outras empresas detêm também outros tipos de tecnologias que podem ser adquiridos e gerar uma indústria de bens e serviços, que seja competitiva internacionalmente. Todos os países que lograram essa indústria de bens e serviços competitivos internacionalmente têm múltiplos operadores. E, na medida em que o Brasil exige um conteúdo local mínimo, isso permite com que as empresas tragam seus fornecedores, também para o país. E, além disso, um projeto que eventualmente não seja de interesse da PETROBRAS, pode ser de interesse de outras operadoras.

O próximo *slide*, por favor.

Nós vemos algumas desvantagens da operação única, o ritmo do desenvolvimento fica condicionado à capacidade de recursos humanos financeira de equipamentos de uma única empresa. E aqui eu quero frisar a questão dos recursos humanos, que é uma questão crítica na indústria do petróleo. A coisa mais rara na indústria do petróleo hoje em dia, são recursos humanos com a experiência necessária para conduzir as operações. No momento em que boa parte desses recursos humanos experientes se aproxima da aposentadoria, por questões várias; nós temos um déficit de pessoas na faixa de dez a vinte anos de experiência não só no Brasil, mas também no mundo inteiro.

Então, é importante nós podermos agora capturar esse conhecimento acumulado pelos mais experientes para os mais jovens, que estão entrando agora. Essa não é uma questão que por si inviabiliza o negócio, mas de certa forma diminui atratividade para as empresas que são capacitadas para operar. Para os provedores de bens e serviços ter mais de um comprador, acho que é uma coisa positiva. Eventuais diferenças entre os planos da operadora e do investidor sobre um bloco pode aumentar os riscos para o investidor de entrar naquele bloco. E isso poderia engessar a própria PETROBRAS, que perde o poder de concentrar seus recursos operacionais no bloco de maior potencial, tendo que dividir esses recursos com eventuais blocos de menor potencial e maior risco.

O próximo *slide* procura exemplificar, como seria, por exemplo, uma licitação em que o fator de partilha mínimo, digamos que seja estabelecido em 50% pelo governo. A PETROBRAS escolhe participar num consórcio com a empresa A e B, no qual a PETROBRAS oferece um fator de partilha de 60%, a PETROBRAS com a participação de 40% e 60% para as demais empresas. Um segundo consórcio ofereceu, digamos pior, uma oferta pior que a PETROBRAS, um outro consórcio uma melhor e o consórcio vencedor ofereceu um valor digamos de 85%. A PETROBRAS é obrigada a entrar num consórcio com os parceiros que ela não escolheu em condições de economicidade que não são aquelas julgadas ideais pela própria empresa.

Então, isso embute também em si algum risco para a própria PETROBRAS.

O próximo, por favor.

A questão da contratação direta: Nós vemos no IBP que ela diminui a geração de renda para o país, por que limita a competição nas áreas de mais elevado potencial. Isso significa perda em bônus de assinatura no curto prazo e, também, no percentual de partilha ao longo prazo e a presença de várias empresas nessas áreas vai assegurar às melhores práticas de gerenciamento dos recursos em complementaridade àquelas que a PETROBRAS reconhecida por sua excelência internacional.

O próximo, por favor.

A questão da unitização também para àqueles que não estão familiarizados com esse jargão da indústria. A unitização é quando um campo se estende para mais de duas áreas, por exemplo, uma área já concedida

como aparentemente seria o caso do campo de Iara que está numa área já concedida à PETROBRAS e, se estende para uma área não concedida.

Então, para que esse campo seja usado, seja produzido da forma mais racional possível, é preciso que os concessionários ou os contratados de ambos os lados, trabalhem dentro de plano único, dentro um regime único, para que não haja perda de volumes de um lado para o outro ou vice-versa. Esse é um processo extremamente complexo que necessita de dados técnicos, de interpretações que variam com o tempo.

Então, fica muito mais complicado ter dois modelos completamente diferentes, com recuperação de custos de um lado, outro sem recuperação de custos do outro como a concessão e a Partilha.

Então, é um aplicador a mais, para um processo que já é por si só bastante complicado. O próximo *slide*, por favor.

Aqui fala das propostas do IPB com relação à questão da unitização. Uma das propostas é que os campos que venham a ser unitizados fiquem no mesmo regime do campo original, para evitar essa complexidade adicional.

Outra questão que preocupa também no Projeto de Lei, ele está colocando: Que caso o concessionário venha a se recusar a assinar um acordo de unitização... O acordo de unitização ele é feito através de um processo que pode haver mediação, arbitragem e, digamos, que chegue no final desse processo um dos consorciados não concorde e resolva não assinar.

Bom, isso é uma falha grave, com certeza, mas a penalidade que seria a perda da concessão, nosso entendimento, nossa sugestão é que ele deveria se restringir apenas ao campo que foi objeto da unitização e não perder todas às outras áreas, que não tem nada a ver com o esse campo unitizado. O próximo, por favor.

O Presidente Collor estava colocando aqui, a questão: Qual é a posição da ANP nisso?

Eu acho que isso é um ponto bastante importante de ser esclarecido. A ANP, no caso em que os dois lados já estejam concedidos, a ANP ela pode, se for solicitada pelas partes, atuar como árbitro dessa negociação.

Então, a ANP, digamos, tem a última palavra de como será essa unitização. Quando o campo se estende para uma área não concedida, a ANP passa a atuar na área não concedida, como representante dos interesses do Estado Brasileiro nesse processo de unitização. Esse é o papel da ANP de árbitro no processo.

Eu agora estou em dúvida, como é o papel da Petrosal na proposta do governo, com relação à unitização. Se não me engano, a ANB mantém o mesmo papel que é hoje, mas não garanto isso.

Diretor...

SR. GUILHERME ESTRELA: Se for aprovado o regime de partilha nessa área a serem unitizadas, aí a Petrosal entra, não é mesmo? Quer dizer, se o regime de Partilha for aprovado nas áreas a serem unitizadas aos atuais blocos concedidos, deverá a Petrosal atuar da mesma forma. Assim é a minha percepção.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: É eu estou da mesma forma que a ANP, como representante do Estado na área não concedida, mas ela não tem esse papel de árbitro que a ANP tem. Então, é um pouco diferente do papel da ANB hoje.

SR. GUILHERME ESTRELA: É. Certamente a ANP terá um papel diferenciado, se aprovado for o PL.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Bom e para terminar, já que tenho alguns minutos, queria fazer algumas considerações sobre os modelos contratuais existentes no mundo.

Essa primeira parte a gente quis cobrir, dentro das propostas do governo, quais são aqueles pontos que a indústria tem sugestões para aprimorar essa proposta do governo.

Mas, eu gostaria de fazer alguns comentários sobre modelos contratuais e sobre as características deles, por que: em primeiro lugar existe, a gente fala aqui de três tipos básicos, mas na verdade cada país tem o seu próprio modelo. Não existem dois países que tenham modelos absolutamente iguais. E mesmo no Brasil, que adota um Modelo de concessão a uma década, de uma rodada para outra, os contratos de concessão sofrem aperfeiçoamentos, sofrem pequenas diferenças.

Mas, um mito bastante difundido é que no caso da concessão, a propriedade do petróleo não é do Estado e, no caso da Partilha, ele é do Estado. Na verdade, muitos países que adotam regime de concessão, eles dão ao Estado a opção de receber a participação governamental em dinheiro ou em produto.

Então, não é uma característica inerente da concessão, não haver a propriedade para o Estado. No caso do modelo brasileiro atual, a lei do petróleo estabelece que as participações governamentais: "Os royalties serão pagos em moeda nacional".

Ela é omissa em relação a PE que deixa uma brecha, a PE... Desculpe a Participação Especial, ela é omissa com relação a isso, mas, como um exemplo de mudanças no arcabouço atual, para chegar a esse objetivo do governo, seria uma mudança em um parágrafo da lei do petróleo, que dê ao governo a opção de

receber a sua parte na participação governamental em petróleo, ao invés de receber em moeda nacional.

A questão do resultado econômico para o governo também depende do modelo contratual. Só para raciocinar por absurdo: Imaginemos um Sistema de concessão em que o *Royalty* seja de 90%. Certamente ele será muito mais rentável para o governo, do que um modelo de partilha em que a parte que cabe ao Estado seja de 10%.

Então, é o ajuste dos parâmetros do regime Fiscal que vai dizer qual é o modelo que rende mais para o governo não é inerentemente, nem Partilha nem concessão, tampouco depende da condição de exportador ou importador do país. Tem países exportadores que usam a Partilha, como a Noruega... Desculpa que usa a concessão como a Noruega, como o Canadá, como a própria Venezuela. Como existem países exportadores que utilizam modelo de partilha, como a Angola, como Líbia, como Nigéria.

A questão do risco da atividade nós temos países de alto risco que usam Partilha e países de baixo risco que usam Partilha. Nós temos países de alto risco que usam concessão e países de baixo risco que também usam a concessão. O volume de reservas tampouco. Nós temos países com grandes reservas de Partilha, grandes reservas de concessão. Sem reserva nenhuma em Partilha em sem reserva nenhuma em concessão. E o mesmo modelo pode ter uma grande variedade de termos de condições de um país para o outro.

Próximo, por favor.

Algumas características... Bom, na concessão a empresa contratada paga impostos e *royalties*, na Partilha a empresa contratada recebe parte da produção. Na concessão não há garantia da recuperação de custos e na Partilha, a recuperação de custos é garantida contratualmente.

Então, a visão do IPB é que no caso da concessão os interesses do Estado e do concessionário estão alinhados, na medida em que quanto menor forem os custos, maior o resultado para ambos os lados. Já no caso da Partilha, o risco comercial ele passa a ser do Estado que vai através dos seus recursos naturais ressarcir o operador ou o consórcio dos custos existentes.

[soa a campainha]

E questões de tributação progressiva para lucros excepcionais que é a participação especial no caso da concessão, que não existe no caso do modelo de partilha.

O próximo, por favor.

Então, aqui é um mapa que mostra um pouco da distribuição dos diversos modelos em diversos países. O que a gente nota de uma forma geral, o modelo de partilha ele foi introduzido na Indonésia, por conta do risco político, do risco institucional existente em países que não têm as instituições tão fortes como é o caso do Brasil, por exemplo, que tem um Congresso livre e independente, que tem um Judiciário independente, que tem um Executivo bastante atuante, mas com equilíbrio entre os três Poderes. E a partilha, ela, de certa forma, ela coloca todos os instrumentos legais dentro de um mesmo contrato para evitar essa instabilidade institucional que ocorre em alguns países, enquanto o modelo de concessão geralmente é adotado nesses países que têm uma maturidade institucional maior.

O próximo, por favor.

Aqui são exemplos de países de alto e baixo risco. Eu acho que nós já falamos sobre isso. Podemos passar, aqui, para os próximos *slide*s que mostram os modelos contratuais de produção e reservas.

A Rússia adota os dois modelos. Ela, geralmente, tem modelo de concessão, mas ela adotou modelo de partilha em alguns contratos recentes, principalmente, depois das descobertas nas Ilhas Sacalinas que, inclusive, geraram grande problema de disputas internacionais, porque projetos originariamente orçados na faixa de três bilhões de dólares vieram a custar 10 bilhões e o Estado tinha que pagar isso e, então, buscou uma renegociação do modelo.

[soa a campainha]

Então, os próximos são mais listas de países e os modelos contratuais que está aí à disposição para consulta.

Era isso que eu tinha a dizer, agradeço muito a atenção. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Ivan Simões Filho, pela sua explanação.

E passo agora à palavra a Dra. Marilda de Sá.

SRA. MARILDA ROSADO DE SÁ: Presidente Collor, companheiros da Mesa, ilustres e Exmos. Senadores presentes e demais presentes.

Talvez eu seja a mais alegre de ter recebido esse convite, de todos os meus colegas porque, afinal, como disse o Ivan, temos que compartilhar experiências e a minha carreira de 32 anos como advogada foi praticamente devotada à atuação em contratos de exploração e produção. E, desses 32 anos, 22 na PETROBRAS.

Muito do que eu aprendi, eu devo à PETROBRAS, principalmente pela experiência nesses contratos de AIP. Como advogada e hoje em dia *independent*, sou professora, como comentei com o Edmar, e estou advogada, eu vejo essa experiência como uma professora de direito internacional devotada ao petróleo.

Então, eu procurei dividir a minha apresentação... Se eu pudesse usar o crédito dos meus antecessores,

eu usaria um pouquinho mais, porque foi um sofrimento terrível conseguir reduzir os *slide*s, eu não sei se eu reduzi o suficiente, mas a indústria consegue fazer o seguinte milagre: os geólogos – como o Dr. Estrela demonstrou – ficam um pouco geogados(sic) e os advogados têm que ser um pouco advólogos(sic) também, mas eu não vou falar de Geologia, hoje, porque não dá tempo, se não eu surpreenderia, viu? E o Ivan demonstrou isso, economizou muito do que eu teria que falar ali, por volta do Item 4º.

Então, eu gostaria de falar um pouquinho sobre as tendências da contratação petrolífera, depois, o que podemos aprender com a visão histórica e com a visão do Direito Comparado? Porque, o que fazemos numa revisão legislativa, quando tratamos de contratos que tem uma tradição internacional, nada mais é do um exercício de Direito Comparado e, esse exercício de Direito Comparado apresenta alguns perigos.

Então, eu vou usar uma figura bastante fácil para o leigo, que é a figura do transplante, porque o transplante é tão noticiado na imprensa, que nós sabemos que se órgão receptor rejeita ou não dá estabilidade para aquela recepção, nós temos um sério problema de rejeição.

Então, eu gostaria de comentar brevemente isso.

Agora, acompanhando esse tema intensamente ao longo das últimas décadas, eu pude assistir *in loco,* ao vivo e a cores e, pelo que eu pude estudar, o que tem sido a evolução do Direito Internacional, do Direito do Petróleo e como se dá essa absorção pelo Direito interno dos países hospedeiros.

Então, quais são as novidades ou que dilemas que problemas nós temos comentado? Isso para contextualizar essa discussão da visão estrutural, da análise funcional que é feita e foi feita, já brilhantemente pelos que me antecederam – isso vai simplificar a minha tarefa, eu vou poder passar rápido – para então comentar, se esse caso que está sendo proposto aqui nos projetos de lei, do caso brasileiro e desse, que essa Comissão nos convidou a focalizar mais especificamente, se esse transplante, ele está supostamente viabilizando uma harmonização dessa tradição com o nosso ordenamento jurídico brasileiro e aí, talvez, eu já fale um pouquinho como uma advogada brasileira, ou se ele está tendente a sofrer uma rejeição.

Se eu pudesse fazer um estudo de caso, embora admitindo todas as peculiaridares institucionais desses dois países, eu escolheria países da minha experiência pessoal. A Noruega, porque eu fui capitaneando lá pelo jurídico a primeira missão da PETROBRAS Internacional à Noruega, no final da década de 80 e Angola, porque quando o país estava em guerra – e eu grávida do meu segundo filho, então jamais esquecerei – eu fui em 1985 a Angola quando já tínhamos um contrato de partilha de produção em Angola, nós, PETROBRAS Internacional.

Então, o próximo. Por favor, o próximo *slide*. E esse pode ir bem rápido porque é capa.

Então, para as tendências da contratação petrolífera, eu fiz essas perguntas porque são perguntas que eu tenho ouvido na imprensa, que eu tenho ouvido em conversas. Existe um modelo ideal de contrato de AIP? Será que nós podemos realmente comparar contratos? É o contrato de exploração e produção, que é a terminologia geral que abrange essas diferentes modalidades que foram comentadas aqui hoje.

E nós poderemos comparar um contrato sem vivenciar a sua execução? Eu tenho colegas que viveram nesses países, passaram sete anos com um contrato só.

Quantos contratos um negociador internacional conhece numa vida? Como eu fiquei seis anos e meio no contrato de risco da PETROBRAS, eu achei que eu estava fadada a só viver um contrato, no último ano eu já estava ligeiramente preocupada, mas quis o destino que eu fosse chamada para a Braspetro, então, eu pude colher aquela experiência de contrato de risco e descortinar mil possibilidades de negociação e de estudo que se apresentavam a nós naquele momento, mas há negociadores que passaram a sua vida com o contrato de partilha ou com outro e achando que aquele é o melhor dos mundos, como eu efetivamente achava no contrato de risco quando passei lá seis anos.

E um contrato, será que é bom o suficiente? Nós podemos achar que um contrato vai ser redentor? Será que um contrato pode ser considerado, como eu ouvi essa semana, uma cláusula pétrea? Ele é forte o suficiente sem um modelo de licitações bem-sucedido, sem uma teoria econômica bem estudada que procure estudar o que é melhor para o Estado hospedeiro?

Então, no caso do Direito, nós além do direito interno dos países, nós tivemos uma série de evoluções do Direito Internacional, que não vamos pode aprofundar nesse breve debate, mas que certamente vieram tirando lições desse contraponto, dessa tensão natural que existe entre o investidor de um lado e o país hospedeiro de outro.

O próximo, por favor.

Então, para suprir essa lacuna, que é difícil para um negociador, mesmo que conheça profundamente um contrato analisar comparativamente, alguns poucos doutrinadores que tiveram essa experiência comparatista e o Zhiguo Gao, é um deles, porque é um chinês que trabalhava com os contratos, mas passou um tempo na Universidade, ele enumerou as tendências da

contratação petrolífera, mas eu vou apenas enfatizar algumas, eu não vou ler todas.

Uma delas, a convergência de termos. 80% dos contratos de exploração e produção hoje têm cláusulas idênticas, programa mínimo, com abandono, emprego, treinamento de nacionais. Essa padronização, ela chega a um ponto que, às vezes, os contratos padrão são publicados pelos governos... A próxima, é o Gao, a próxima...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARILDA ROSADO DE SÁ: Sim, exatamente, tanto num caso quanto no outro.

Um aspecto muito interessante, e que eu me defrontei com esse aspecto logo no início da minha carreira, os contratos, eles contém uma sofisticação, porque o Direito ele acompanha a técnica. Por exemplo, uma cláusula de MER, quando eu vi pela precisa vez eu: *"Meu Deus, o que é isso?"* Aí, o meu saudoso colega de Engenharia de Reservatórios, o Remo Mannarino, me deu uma aula sobre o que era *Maximum Efficiency Rate*. Então, foi um conceito de vazão econômica ótima da produção que os Estados hospedeiros passaram a incluir nos contratos e que significava um patrulhamento, a priori, da *performance* das operadoras, porque não era um patrulhamento feito pela cláusula contratual, era um patrulhamento feito pelas conquistas da Engenharia de Reservatório, que eles deveriam seguir.

Então, o contrato pode ter essa cláusula, que é o estado da arte, da técnica que, então, o contratante tem que se pautar por esse exemplo. E, uma série de outros aspecto, mas que eu relevaria, que o próprio Gao ele era de uma geração de analistas que até achava que seria possível a internacionalização dos contratos, que os contratos fossem regidos pela lei territorial, mas a tendência, na verdade, foi-se consumando no sentido de que os Estados hospedeiros em relação a esses contratos, muito embora eles tenham a tradição internacional, eles estão regidos pela lei local, pela lei internacional.

O próximo, por favor.

Esse eu sempre digo que é um *slide*zinho não tão sofisticado como belíssimos *slide*s aqui do Dr. Estrela, da PETROBRAS, que já são famosos, é um *slide*zinho de advogado, de professor de Direito, mas ele tem aqui um grande mérito. É um curso de contrato de AIP em *slide*. É uma abordagem típica dos americanos.

Então, nós mostramos aqui que as gerações de contratos de AIP, quando se falava dos contratos da primeira geração, nós falávamos de uma realidade completamente diferente dos contratos de segunda geração, que tenderam a ser simplificados na terminologia que foi se beneficiando das análises econômicas, análises que simplificam, são até análises reducionistas do ponto de vista jurídico e, que em geral, praticamente opõe o que na terminologia internacional, se chama *tax on Royalty* e contratos de serviços ou partilha de produção

A tendência que eu procuro assinalar aqui é que os contratos, eles foram se tornando contratos híbridos, exatamente porque os países iam estudando os outros modelos e procurando aperfeiçoar, procurando incorporar inovações – o próximo, por favor – tanto que toda essa teminologia – eu não vou nem me deter porque o Ivan já comentou – é uma terminologia que antes cada autor, cada livro, cada obra tornava essa terminologia mais diversificada, mas hoje se reduz aos modelos mais simples.

Muito bem. Então, o que o Direito Comparado nos ensina? O próximo *slide*, por favor. Que quando nós vamos comparar um instituto jurídico, da mesma forma que nós não podemos pegar uma cláusula de uma lei, um artigo de uma lei e querer dali tirar o sentido que precisamos inserir aquela interpretação no contexto maior do ordenamento, quando se vai fazer a comparação, nós temos que fazer uma macro comparação com os aspectos mais amplos da atividade e, depois, questões específicas.

Então, esse estudo comparativo, ele também deve levar em consideração essa experiência comparativa que, no caso dos contratos de AIP, exige um conhecimento também das dificuldades, dos obstáculos, por exemplo, da administração desses contratos.

E como eu dizia no início, o desafio do transplante, nós vamos examinar focalizando o ordenamento jurídico do país hospedeiro que pretende adotar aquele tipo de contrato.

O próximo, por favor.

Então, no caso de uma macrocomparação, por exemplo, o melhor exemplo nós podemos colher aqui no Brasil, mesmo, que o contrato de risco que todos nós que trabalhávamos com ele achávamos tão maravilhoso, porque era um contrato híbrido por excelência do final da década de 70 e, quando ele foi estudado pelos doutrinadores brasileiros realçaram vários aspectos, ele sofreu uma série de questionamentos no Brasil, exatamente por conta de sua vulnerabilidade perante a Constituição, era um contrato sem uma base constitucional.

Então, o contrato podia parecer muito bom e depois, em termos academicamente ser considerado excelente e, no entanto, ele continha uma vulnerabilidade por conta dessa base constitucional. A microcomparação já vai procurar ver isso hoje em dia, a Agência do Petróleo já fez, nós lá no Programa de

Petróleo da UERJ, fazemos isso a mais de dez anos com os estudantes de Direito, procurar comparar todos os aspectos desses regimes jurídicos. Vocês podem ver que eu, me permitindo já introduzir aquilo que seria um conceito de um debate, nós vimos dois mapas do mundo que comportam uma interpretação diferente, talvez porque não estivessem sendo levadas em consideração as mesmas informações, os mesmos dados, que são importantes do ponto de vista jurídico para uma comparação.

O próximo, por favor.

Então, no caso dessa ambiência do Direito Internacional, o próximo já nos indica que essa alusão, quando nós fazemos ao Direito soberano dos Estados, esse princípio que foi uma conquista do que a gente chama A Nova Ordem Internacional, ele nasceu com uma figuração dessa Nova Ordem Internacional consagrada pela Resolução 1.803 que, certamente isso se tornou um dos princípios do *jus cogens* do Direito Internacional, mas hoje, depois de mais de 40 anos da Resolução 1.803, embora ela continue válida, continue sendo uma luz a nortear muitos dos debates da área internacional, novos conceitos foram incorporados ao que nós chamamos A Novíssima Ordem Internacional.

E, entre outros eu assinalaria que as transações entre particulares, Estados e tal, devem ser baseadas em instrumentos que propiciem confiança. Os Estados também têm que seguir regras de boa governança. Criou-se uma mentalidade de controle legal do poder econômico, seja ele público ou privado e o próprio Direito Internacional se humanizou. Hoje, o que está centrado no âmbito do Direito Internacional não é mais o Estado é a pessoa humana, da mesma maneira que a noção de interesse público hoje, do ponto de vista do direito administrativo global, você tem que distinguir interesse público primário e secundário; interesse público primário é aquele de realmente o interesse do Estado, o interesse de longo alcance. Isso nos leva a considerar – o próximo favor – que quando nós examinamos uma questão que interessa à sociedade brasileira como essa, ela precisa de um estudo aprofundado, ela precisa de um debate. O Congresso é certamente o espaço da democracia, em que se também vejam essas conquistas dessa Novíssima Ordem Internacional, que também leva em consideração a expectativa do investidor. Por quê? O investidor é a pessoa do plano do Direito Internacional, no caso da exploração da atividade econômica. Se eu estivesse falando dos direitos do deficiente, se eu tivesse falando dos direitos das mulheres, eu colocaria outro *slide* aqui, mas já que estamos falando da exploração da atividade econômica, a afetividade do marco regulatório, ela exige também esse respeito a esses princípios.

O próximo, por favor.

Então, eu gostaria de aludir, porque eu poderia falar da posição de autores brasileiros, do que é o novo constitucionalismo brasileiro que, coincidentemente incorporou na nossa interpretação, da nossa Carta Maior, princípios que são absolutamente análogos a esses princípios consagrados no Direito Internacional. Mas que exemplo melhor do que o Direito vivo, o Direito aplicado pelos Tribunais?

Então, a nossa Corte Maior, no voto da Ministra Ellen Greice, ela se pronunciou quanto à responsabilidade do Estado hospedeiro, a importância da preservação do direito dos agentes econômicos, a necessidade para o Brasil, de atrair novos investimentos e, não preciso dizer que esses princípios que a Ministra tão bem realçou: boa fé; confiança legítima; segurança jurídica, são princípios que replicam os princípios consagrados nessa Novíssima Ordem Internacional.

O próximo, por favor. E bem rápido, a capa, porque aí a gente não perde tempo com a capa.

Eu não preciso de me deter na tipologia, mas eu posso só brevemente comentar alguns aspectos que talvez, pertinentes. Um aspecto: Essa recuperação de custos, que foi realçada pelo Ivan, nessa minha visão, que não é só uma visão livresca do Direito, mas também da experiência, nessa minha oportunidade de ir mais recentemente à Angola, que é um país que eu amo, eu amo o povo angolano, o maior respeito por aquele povo, eu pude ouvir muito, três vezes em Angola no mesmo e, essa questão da recuperação de custos, é uma questão altamente contenciosa como eu terei oportunidade de comentar.

O próximo, por favor.

O outro aspecto que não tem nada a ver com a recuperação de custos, mas tem a ver com a discussão que certamente será abordada pelo nosso Secretário de Energia, eu quero crer. O fato de que do ponto de vista jurídico, a tradição internacional – isso nós podemos ler, eu posso colocar à disposição dos Exmos. Senadores ou alguém da platéia que queira ver, a última versão de um dos clássicos dos contratos de AIP, que comenta que o pagamento de *royalties* é conceitualmente inconsistente com o PSA, porque a lógica própria desses contratos é outra, e eu encontrei, não vão descrever, num dos mais consagrados autores do Direito Tributário Brasileiro, Ricardo Lobo Torres, exatamente esse conceito em relação ao *Royalty*.

Um outro aspecto importantíssimo para o que o está sendo discutido aqui. Internacionalmente, os concessionários, eles preferem o contrato de concessão em relação ao reconhecimento de reservas. Como nós vamos comentar alguns aspectos aqui da PETROBRAS, eu achei interessante assinalar isso: Uma empresa bra-

sileira que tenha títulos na Bolsa, ela segue as regras da *Society of Petroleum Engineers* e da SEC, *Securities and Exchange Commission*, quanto ao reconhecimento de reservas. Eu não tenho certeza se... Acredito que um ano e meio o pessoal estudou bastante, mas se levar em consideração que esse reconhecimento das reservas aqui, de acordo com essas regras [soa a campainha] é diferente para o PSA.

Mais rápido.

Então, desafios na administração do PSA, como eu dizia, no caso de Angola e outros países que adotam a partilha, há auditorias e questionamentos... Aqui 2002 – eu acho que é 92, viu? Eu acho que eu errei – há muito tempo é muita discussão, os advogados vão ficar muito felizes, porque vai ser muito problema, até porque um dos aspectos que o Ivan comentou, que eu achei interessante, às vezes, na prática gerencial é difícil distinguir o que é controle geral e o que é cotidiano técnico operacional.

Muito bem. Então, agora falando do caso do transplante.

Naqueles pontos principais, princípios gerais do ordenamento jurídico brasileiro, não vou falar dos outros, mas eu vou apenas enumerar: Eficiência, livre iniciativa, livre associação, esses são princípios consagrados. Como não é um parecer que eu estou dando, é só uma apresentação, eu não estou nem mostrando o artigo, mas vocês acreditem em mim, que outros juristas, e eu me escrevendo, já mostrei em que artigos esses princípios estão consagrados.

O próximo.

Os pontos que eu vejo de problema: Modelo de contrato procedimento de licitação, participação mandatória, duplicação de funções, superposição de papéis e cessão onerosa, mas por outras razões. No caso das licitações, porque o ótimo é a compatibilização antes da teoria econômica e os parâmetros jurídicos institucionais. Eu não tenho que comentar uma teoria econômica, porque vem um professor de Economia depois de mim, eu não seria louca, mas estou lendo tudo sobre isso como fiz na época da SPL, para poder sobreviver, mas certo é que é que o nosso ordenamento jurídico consagrou na Lei de Licitações, na lei do petróleo e em outros princípios, que me parecem antinomia absoluta com algumas das propostas que estão sendo feitas.

Não estou dizendo que não é bom, repito tudo aquilo que já foi dito em prol e em louvor da PETROBRAS, uma empresa da qual eu me orgulho tanto, mas são antinomias com o nosso ordenamento que fragilizam o projeto de lei, os projetos.

Outro aspecto. Defesa da concorrência que progrediu internacionalmente, progrediu no país.

Outro aspecto. Como, no nosso caso, essa mitigação de risco pelo Estado e pela iniciativa privada, quanto à assimetria de informações, quanta à isonomia, quanto à segurança jurídica... Há um cem número de questões. Em relação a participação da mandatória da PETROBRAS, seria um desdobramento das mesmas questões, questionamentos que fragilizariam o modelo.

Um outro aspecto. A dupla representação Petrosal e PETROBRAS, não só para um aspecto diferente talvez do que foi comentado anteriormente, porque eu ouvi falar nas declarações oficiais, que a Petrosal seria uma empresa enxuta. Ora, se eu pudesse compartilhar com os senhores, a quantidade de encontros dos famosos Jocs(F), que são as Reuniões dos Comitês Operacionais das Parcerias, eu fico imaginando, além do problema de recursos humanos da PETROBRAS, a quantidade de pessoal que essa Petrosal teria que ter, enfim. E, por outro lado, uma diferença de orientação estratégica e técnica e política. Como que a própria União duplamente representada harmonizaria esses princípios? Mais uma vez, vemos a vigilância de um princípio constitucional que é o princípio da eficiência.

O próximo.

Eu teria que chegar nesse, eu agradeço muito ao Presidente que ainda me deu um minutinho, para eu poder fazer essa provocação, essa pergunta aqui para o querido Dr. Estrela. Será que essas condições do modelo de PSA brasileiro proposto – eu posso até concordar com os economistas que, no nosso caso não seria a maldição holandesa para o país, porque nós já temos uma infraestrutura e etc – mas será um privilégio ou uma maldição para a PETROBRAS? Até porque, mesmo que não seja constitucional, a nossa lei societária que é considerada o estado da arte, como vai ser conciliada a estratégia empresarial da PETROBRAS com o interesse estratégico do governo?

E outra coisa que eu aprendi lá SPL: Temos menos de 5% das bacias sedimentárias brasileiras exploradas. Não foi por falta de competência técnica da PETROBRAS nos anos, nas décadas em que atuou sozinha. Eu acho que foi pela falta de estrutura financeira, física e etc.

Eu vou, respeitando o tempo me deter aqui, mas certamente eu peço a compreensão dos senhores para o fato de que para os advogados é mais difícil resumir, além do mais, com essas características biográficas minhas em relação a esses contratos.

Muito obrigada pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a Dr. Marilda Rosado de Sá.

E, agora, eu passo a palavra ao Prof. Edmar de Almeida.

V.Sa. dispõe de 20 minutos para sua explanação.

SR. EDMAR DE ALMEIDA: Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Gostaria de agradecer o convite e oportunidade de trazer aqui, à reflexão da Academia, aqui, no meu caso, do Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ. Gostaria de cumprimentar os senadores aqui presentes, senadoras, os colegas da mesa.

E vou fazer uma apresentação – por favor, a próxima – baseada em quatro pontos, onde eu vou trazer aqui uma reflexão sobre as principais características econômicas do modelo de partilha, em particular, comparando com o modelo de concessão. Eu sei que pode parecer repetitivo, mas eu acredito que a matéria é complexa mesmo e, no final, prometo que não será tão repetitivo assim.

Então, o primeiro tópico será esse.

O segundo tópico, eu quero fazer uma reflexão também sobre a questão do modelo de partilha no mundo, não tem exatamente a mesma visão do que foi apresentado até agora, tem algumas nuances. E, a partir dessa reflexão, gostaria de fazer alguns comentários sobre o projeto de lei e tentar tirar algumas conclusões.

Bom, em primeiro lugar eu gostaria de dizer o seguinte: Nós estamos aqui discutindo um regime contratual e fiscal para o setor de petróleo em função de um detalhe desse setor, que é a presença de renda petrolífera, que é aquilo que os economistas chamam de renda extraordinária, ou seja, existe esse setor que, quase sempre produz, tem um resultado que vai além daquilo que seria necessário para que todos os custos das atividades sejam recuperados e, ainda, se remunere o custo de oportunidade de capital, o lucro normal. Então, existe renda, em função dessa renda do petróleo é que, em geral, se faz um regime Fiscal, específico para o setor. O Estado busca, então, compartilhar essa renda com as empresas, repartir essa renda da maneira mais equilibrada possível, buscando maximizar a participação governamental, mas ainda deixar atrativo o setor para as empresas privadas investirem, tendo em vista que o setor é um setor de grande risco também.

Muito bem, o próximo.

Em geral é que... Isso já foi falado, mas eu queria trazer uma reflexão sobre isso, os sistemas fiscais, os regimes fiscais no setor de petróleo podem ser divididos em duas famílias: A primeira família é a família do sistema de concessões, depois nós temos sistema contratual. Por que se divide isso daí? Os autores dividem isso porque aqui o contrato, a relação entre as empresas e o Estado diretamente e aqui, o contrato é entre empresas privadas e uma empresa estatal, que é a representante do Estado.

Então, aqui, é um contrato entre empresas, aqui é um contrato entre empresas e o Estado, isso faz uma diferença muito grande do ponto de vista jurídico até, eu não vou entrar nesse detalhe jurídico aqui, porque tem uma representante aqui do setor, eu tenho medo.

Bom, o sistema contratual, por sua vez, pode ser dividido em dois tipos de contratos, o contrato de partilha que é matéria do PL e o contrato de prestação de Serviço. O contrato de Prestação de Serviço, pode ser um contrato com risco, os famosos contratos de risco no Brasil, na época que a PETROBRAS era monopolista, e o contrato sem risco, ou seja, a prestação de serviço são contratos feitos entre empresas prestadoras de serviço, num país onde existe o monopólio estatal, portanto, não dá para fazer partilha, porque constitucionalmente, nesses países, só as empresas estatais monopolistas podem produzir no setor.

Muito bem, próximo, por favor.

Se formos analisar as principais diferenças, eu acho que existem muitas diferenças, mas se a gente fosse resumir e tentar ver quais são realmente as grandes diferenças entre esses dois contratos, o contrato de concessão ou os regimes fiscais. O regime de concessão e o regime de partilha eu apontaria três dimensões que eu acho que são muito importantes: A questão da propriedade dos recursos; a questão do controle das atividades de exploração e produção de petróleo e a questão econômica, que é a forma de repartição dos riscos e da renda nessa atividade.

O próximo, por favor. Mais uma. Está bom.

Na concessão, a operadora tem direito de explorar e produzir por sua conta e risco. Isso é importante aqui, essas duas palavras. "Por sua conta", quer dizer que ela tem autonomia decisória sobre as atividades de exploração e produção e ela assume os riscos. Ela tem a propriedade dos recursos produzidos, de todo o recurso produzido, ela tem direito de comercialização, de escolher para quem vende e negociar o preço e paga as participações governamentais que, para ela são o custo.

Próximo.

no caso da partilha o Estado não transfere a propriedade do recurso, daí a diferença. O Estado não transfere, também, os direitos de decisão ou todos os direitos de decisão, quanto às atividade de exploração e produção, por isso que tem aquele comitê operacional. Ele não está dando esse cheque em branco para as operadoras. As operadoras recebem uma

compensação em óleo, pela operação do campo, e o proprietário do recurso, que é o Estado, ele é parcialmente solidário quanto aos custos, ele está, sim, assumindo parte dos riscos comerciais, porque ele só vai receber a parte dele após a recuperação do custo pela empresa, portanto, ele é uma espécie de sócio no empreendimento.

Então, como ele está assumindo uma parte dos riscos, em geral, quem assume, quem opta por esse tipo de contrato, ele está visando uma maior participação governamental. Aí da lógica econômica que diz que se eu assumo o risco, eu tenho direito a uma maior participação do que num cenário onde eu não assumo riscos.

Então, essa a teoria, vamos dizer, a teoria econômica por trás da diferença aí.

O próximo, por favor.

Em função disso, é que em geral - e aqui eu botei bem grande as palavras "em geral", nós já vimos aqui que é não bem assim, tem muitas diferenças entre os países. Em geral, países de alto risco geológico tendem a adotar a concessão, porque o Estado, nesse caso, ele não tem muito interesse em assumir esse risco, porque, justamente, o risco é alto, ele não consegue dimensionar. Ele não sabe se lá tem esperando por ele uma renda petrolífera para compartir com a empresa.

Países com baixo risco geológico tendem – mais uma vez, tendem, e aí, existem N exceções – a adotar ou pelo monopólio estatal, quando o risco geológico é muito baixo, ou monopólio diretamente, no caso do Oriente Médio em geral. Nesse caso vai ter ou não contrato de prestação de serviços ou por regime de partilha ou por regimes híbridos, essa é uma tendência geral, porque, na verdade, a questão do risco geológico não é o único determinante, como eu já anteriormente, da opção entre esses dois contratos, pode ser justamente um país que nem tem petróleo – como o Ivan Simões mencionou – ele pode optar pela partilha porque, politicamente, ele não quer abrir mão do controle desse setor.

Então, do ponto de vista político ele já diz: "Olha, eu controlo, a propriedade é minha..." Nós vimos na Bolívia o que aconteceu. Isso, do ponto de vista político, era uma bandeira importante.

Então, veja bem. Não é apenas a questão da repartição da renda ou do risco geológico que vai determinar qual é o contrato. Tem uma questão política que está por trás, também, e que a gente deve levar em conta e, por isso que muitas vezes essa palavra "em geral" aqui é muito importante, porque muitas vezes, países de baixo risco geológico adotam, porque ele está levando em conta outras questões que não a questão do risco geológico no seu processo decisório ou, muitas vezes, ele era um país de alto risco geológico que se torna um país de baixo risco geológico no tempo, e não mudou a legislação e vice-versa. Veja o que está acontecendo com o México: Era um país de baixo risco geológico e está se tornando um país de alto risco geológico. A própria Noruega está se tornando um país... Está mudando o contexto do setor.

Muito bem, o próximo.

Bom, se a gente for olhar no mundo, a Agência Internacional de Energia fez um estudo em 2005, onde ela apontou o seguinte: Olha, reservas provadas mundiais por tipo de regime Fiscal.

Então, cerca de 60% das reservas provadas no mundo estão em países onde existe monopólio estatal fechado, sem possibilidade de contrato de risco ou em países com monopólio estatal, onde há possibilidade de contrato de serviço e o restante, 40%, está dividido em países onde existe ou regime de concessão e contrato de partilha.

Aqui a gente viu que existem vários países que têm regimes híbridos, muitas vezes é difícil de distinguir, eu não sei exatamente como a Agência Internacional de Energia fez essa análise, mas, enfim, esse é o resultado, ou seja, mais ou menos empatado não é? Entre a divisão das reservas por regime de partilha ou concessão.

Próximo, por favor.

Em função disso, eu tiraria alguma conclusão parcial, e aqui, enfim, eu acho que é uma questão para debate. Isso não é um ponto, vamos dizer, pacífico na literatura, existe o partido dos autores que são do partido da partilha e tem os autores que são do partido das concessões, mas, na prática eu gostaria de dizer o seguinte: Não existe evidência empírica de que um regime fiscal, seja intrinsecamente superior ao outro, alguém pode até achar, mas é difícil provar. Por que é difícil provar? Porque, primeiro, as empresas atuam em ambos os regimes. Se você pegar uma empresa multinacional de petróleo, Chevron, BP, que está aqui, ela atua em países com concessão e atua em países com regime de partilha a própria PETROBRAS.

Segundo: Cada contrato tem vantagem e desvantagens. Eu estava lendo no avião, a caminho aqui de Brasília, o estudo que o BNDES encomendou à BEM (F) e lá ele tem uma lista; quando ele fala de regime de partilha, ele colocou lá uns seis itens de vantagens do contrato de partilha, três itens de desvantagens a mesma coisa para o contrato de concessão.

E um grande problema é o seguinte: Não é possível dissociar o desempenho do regime Fiscal da qualidade do ambiente jurídico institucional de cada país. Basicamente eu quero dizer o seguinte: Na No-

ruega, possivelmente os dois funcionariam; em um país que tem problemas institucionais, dificilmente o concessão também funcionaria, até por que... Esse é um dos motivos que se adota o regime de partilha em países de baixo desenvolvimento institucional, porque o contrato ele é mais completo do que o contrato de concessão, que precisa de muitas outras leis que estão fora do contrato, que deem amparo a esse contrato, ou seja, o contrato de concessão ele tem que ter amparo numa Lei de Petróleo que é respeitada, que tem que ter amparo em leis complementares, tem que ter amparo na Constituição, enquanto que o contrato de partilha pode ser feito em países que têm problemas institucionais, vamos dizer assim, mas não possível dissociar o desempenho.

Existem mundo afora vários regimes híbridos, países que adotam um regime numa área e outro regime em outra área e, os contratos de partilha, quer dizer, concluindo: Eu acho, na minha opinião, que pode funcionar no Brasil. Eu acredito, porque o Brasil tem uma boa institucionalidade.

Então, mesmo se alguém achar que esse contrato, ele é pior do que concessão, não significa que esse contrato não funcionaria no Brasil. Eu, pessoalmente, acho que ele poderá funcionar no Brasil, desde que, se ele for bem feito e for bem executado.

Próximo.

Bom, no caso brasileiro, eu queria chamar a atenção o seguinte: Essa discussão partilha e concessão do ponto de vista da lógica fiscal, apenas – lógica fiscal – não há muita diferença entre os dois contratos, porque no caso dos grandes campos, a grande parte das participações governamentais vem através das participações especiais, esse imposto – próximo, por favor – esse imposto, o Estado só recebe depois que for apurado o lucro bruto, ou seja, o Estado recebe aqui. Você tem aqui uma receita bruta e daí você separa os *royalties*, depois recupera-se o custo de produção, portanto, a ANP ela vai lá controlar esse custo de produção, aprovar ou não e, só após é que é calculada a participação especial. Já é assim no Brasil. Nosso Sistema de concessão ele tem uma similaridade do ponto de vista fiscal muito grande com o regime de partilha.

Próximo, e respondo ao Presidente.

O sistema de partilha, você poderia, se cobrar 10% de *Royalty*, você tem o custo em óleo, que poderia ser... Vamos partir da hipótese que é o mesmo, sobrou 50 aqui, e aqui é dinheiro, mas aqui é em barril de petróleo, mas a lógica é a mesma, sobrou 50, daí você vai aplicar a partilha. Se a partilha for 60% para a empresa e 40% para o Estado, notem que o resultado fiscal é o mesmo.

Então, do ponto de vista da lógica fiscal, obviamente que isso aqui é uma hipótese, a partilha nós estamos... Quer dizer, a proposta que está sendo criada não é para repetir esse valor de partilha aqui, a ideia é que seja muito maior, mas do ponto de vista da lógica fiscal, ou seja, do fato de que primeiro se recupera o custo para depois ver que o vai ser pago ao Estado, o regime de concessão já é assim.

O próximo, por favor.

Então, daí, com base nessa reflexão, a gente pode fazer algumas reflexões sobre o projeto de lei.

Daí eu gostaria de dizer o seguinte. Primeiro: Quais são os principais objetivos do projeto? O principal objetivo do projeto, a gente não pode negar, primeiro, é aumentar o controle estratégico do Estado sobre o setor petrolífero, desde o início isso está colocado tendo em vista a importância, a magnitudade das jazidas do pré-sal e a importância que o petróleo vai passar a ter na economia nacional.

Então, se coloca esse objetivo, o governo está colocando esse objetivo.

Necessário controlar a propriedade dos recursos, necessário um controle sobre o ritmo de exploração e produção. Está colocado esse é o objetivo. Depois: Necessário maximizar as participações governamentais, obviamente o governo quer aumentar sua parte no bolo.

Bom, se esse for o objetivo eu diria o seguinte, o regime de partilha de produção é aderente a esses objetivos, cabe aos senadores discutirem se realmente esse é o objetivo que se iria buscar no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDMAR DE ALMEIDA: Eu acho que possivelmente não, essa questão do controle estratégico do jeito que o governo quer, possivelmente não, por exemplo, receber em óleo, a parte do Estado, eu acho que, se poderia adaptar o contrato de concessão, mas não é o que se faz normalmente, vamos dizer.

Muito bem. Ele é aderente. Eu vou deixar essa discussão aqui, se deveríamos ou não buscar esse objetivo e partir para uma seguinte reflexão: Bom, então, vamos olhar se os mecanismos de controle estratégicos são adequados e se os mecanismos de maximização do nível de participação governamental são eficientes, quer dizer, tem um objetivo, vamos ver se a lei consegue buscar esse objetivo, atingir esse objetivo.

O próximo, por favor.

Bom, mecanismos de controle estratégico. Então, o que a lei está propondo? Está propondo que o CNPE, com a ajuda do MME, é que vai determinar o ritmo da exploração e produção e vai estabelecer uma política de comercialização do excedente em óleo da

União. Então, tem um instrumento poderoso, novo, que está sendo colocado, que não tem até então na lei do petróleo.

A ANP ela guarda as funções que ela tem, em termos de controle do setor, principalmente, fiscalizar as atividades, aprovar o plano de produção, etc e etc. A Petrosal representa os interesses da União, isso é muito importante, já foi falado aqui, quer dizer, tem mais um instrumento, e a PETROBRAS participa em todos os blocos como operadora. Então, esse é o conjunto de instrumentos de controle estratégico que estão sendo propostos.

A partir daí eu, pessoalmente, coloco algumas questões, tenho dúvidas – dúvidas sinceras – e eu já vi que algumas dessas dúvidas não foram só minhas, até o Presidente Fernando Collor também teve dúvidas aqui, já foi discutido na mesa a questão da unitização.

A primeira dúvida que eu tenho é o seguinte: Se o governo quer ditar o ritmo de exploração e produção é interessante... Quer dizer, o fato da PETROBRAS ser operadora única não coloca uma restrição para a determinação desse ritmo de exploração? Será que essa restrição é de interessante para o governo? Quer dizer, porque a lei ela está propondo duas coisas. Ela está propondo: 1. O CNPE vai dizer quais são os blocos 100% da PETROBRAS e ele está dizendo naqueles que o CNPE não der 100% para a PETROBRAS, naqueles outros, ela tem obrigação obrigatória. Será que isso já que o CNPE vai ter esse poder tão forte para determinar se a PETROBRAS vai ter 100% ou não? Será que seria ainda necessário dizer que nos outros a PETROBRAS teria uma participação mínima? Eu tenho essa dúvida. Eu acho que de repente isso pode colocar problema para atingir o próprio objetivo que está sendo colocado.

A questão da unitização em campos com diferentes regimes fiscais, também, para mim está muito nebulosa, essa questão, até porque, isso pode colocar um problema para você ditar o ritmo de exploração e produção, porque no contrato de concessão, você não tem as prerrogativas que tem no contrato de partilha, quer dizer você não tem o mesmo controle que você tem no contrato de partilha no contrato de concessão e, hoje, boa parte do pré-sal já está concedido sob regime de concessão. Então, isso é uma dúvida que eu tenho.

Próximo, por favor.

Com relação aos mecanismos de determinação do nível de participações governamentais, quer dizer que é outro objetivo, maximizar a parte do Estado no bolo, eu vejo que... Quer dizer os mecanismos que estão sendo propostos são o quê? O CNPE com ajuda do MME vai determinar o valor total ou o mínimo, caso ocorra o leilão, do excedente em óleo da União e o valor do bônus de assinatura, quer dizer, quando não houver leilão, é o próprio CNPE que vai decidir qual é o valor que o Estado vai receber nesse bolo, quando houver leilão vai ser a competição das empresas participantes que vai definir qual é o bolo do governo. Atenção: O leilão existente até hoje ele não tem uma função de determinar a ação das participações governamentais. O leilão das concessões, a função dele é selecionar as empresas; o bônus de assinatura não tem a função arrecadatória que tem o excedente em óleo que está sendo proposto.

Então, do ponto de vista da determinação da parte do Estado no bolo, o leilão que está sendo proposto agora, ele é extremamente importante e o leilão que havia na concessão não tem essa função. Então, essa é uma questão a ser debatida com muito cuidado, na minha opinião.

A Petrosal controla os custos, isso é muito importante, porque se os custos forem muito altos, diminui o excedente em óleo, então, ela tem um caráter estratégico para determinar a parte do governo no bolo e a minha dúvida é a seguinte: Veja bem, para determinar o valor mínimo ou o valor total do excedente em óleo da União, uma questão muito importante para você determinar isso, é ter o mínimo conhecimento sobre o custo, nessa área. Olha, e quem tem o conhecimento sobre os custos nessa área é a PETROBRAS, com certeza. A PETROBRAS conhece muito mais do que ninguém quanto custa produzir óleo nessa área.

Então, a minha dúvida é a seguinte, não está claro para mim, é uma dúvida sincera: Qual é o papel da PETROBRAS na determinação desse valor mínimo do excedente em óleo? Porque de duas, uma: Se a PETROBRAS não disser nada, ela pode ser muito prejudicada, porque no leilão ela vai ter que acompanhar empresas e o governo pode errar, pode colocar um valor que é inviável para a PETROBRAS e, se ela ir lá e propor, existe um grande problema de conflito de interesse, qual o chapéu estará sendo utilizado ali naquele momento, quer dizer, são várias questões, mas eu acho que uma questão do conhecimento técnico das variáveis de custo, isso é muito importante, quer dizer, sem conhecer isso você não tem muito como estimar isso daí.

Então, a questão eu acho aqui é a seguinte: Mas também gostaria de dizer que aqui, não é falar mais de PETROBRAS, quer dizer, o que eu estou trazendo aqui é uma questão é a seguinte: Eu tenho muito orgulho que a PETROBRAS tenha dito esse papel até então, eu acho que a PETROBRAS, em qualquer cenário, vai ser a empresa líder e coordenadora do processo de investimento no pré-sal, não vejo como isso possa

acontecer, sem a liderança da PETROBRAS. O que eu estou colocando aqui é o seguinte: Do ponto de vista do Estado, como o Estado vai poder ter a capacidade de definir qual que é a parcela dele? E, se ele for vir à leilão... O problema é muito simples, O leilão que está sendo proposto é um leilão onde as empresas não vão ter um controle sobre a variável principal, para elas, que é a questão do custo, quer dizer, sem ser operadora você não tem controle sobre a variável principal da sua participação naquele empreendimento, portanto, você vai ser muito conservador e eu acredito que o leilão vai ser um mecanismo não estão interessante para o Estado para fixar suas participações governamentais.

Portanto, concluindo: Gostaria de dizer o seguinte, primeiro. Eu acho que o problema não é exatamente partilha versus concessões. O regime de partilha, na minha opinião, não representa uma ruptura com as práticas contratuais e fiscais do setor petrolífero mundial; o desempenho desse regime, se for aprovado o projeto de lei, vai depender da qualidade do ambiente jurídico institucional do Brasil. Então, nesse sentido, ele pode eventualmente funcionar sem grandes traumas para as empresas que aqui estão, no entanto, na minha opinião, o projeto traz algumas contradições entre os dois principais objetivos, quer dizer, um objetivo coloca problema para o outro objetivo, quer dizer, se a mão do controle estratégico for muito pesada, você diminui a sua capacidade de maximizar suas participações governamentais, porque diminui o interesse das empresas em disputar o leilão que vai fixar o limite, a participação governamental. Portanto, eu acredito que é necessário uma reflexão sobre os mecanismos de fixação das participações governamentais. Eu acho que essa Casa representa o Estado e a responsabilidade dessa Casa é olhar para essa questão, quer dizer, quem vai definir sob... Em que condições serão definidas as participações governamentais? E mais uma vez friso: O leilão que ocorre hoje para a concessão de blocos, tanto como no regime de concessão não tem essa função [soa a campainha].

Acredito também que é necessária uma reflexão sobre o tipo e a extensão de controle estratégico que se busca no setor, quer dizer, existe aqui um claro *trade-off*. Se o controle for muito elevado, você pode estar prejudicando outro objetivo, portanto, há necessidade de se fazer uma reflexão para se encontrar um equilíbrio entre esses dois objetivos propostos.

Muito obrigado, então, pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Edmar de Almeida do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E, passo a palavra ao Dr. Julio Bueno, Secretário de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, para sua explanação.

V.Sa. dispõe de 20 minutos para a sua palestra.

SR. JULIO BUENO: Muito obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar a todos através do Presidente Fernando Collor, dizer da minha honra de estar aqui nesse debate.

Queria também prestar uma homenagem ao Diretor Guilherme Estrela. O Estrela é do Corpo Técnico da PETROBRAS há 41 anos, eu sou mais moderno do que ele, eu 31 só. Está certo? Mas eu digo que o Estrela representa muito bem a síntese da competência do quadro técnico da PETROBRAS, da seriedade. Eu queria render essa homenagem para ele nesse momento tão importante, dessa discussão tão fundamental para o Brasil. Dizer que, respeitosamente, eu vou discordar das suas posições, com todo o respeito possível. É isso mesmo.

O próximo, por favor.

Aqui eu acho que não preciso falar, é o regime proposto pelos projetos de lei. Eu vou falar no final, por dever de ofício, um pouco da questão redistributiva das riquezas do petróleo, embora essa não seja a questão, o foco da reunião, me parece que, por dever de ofício essa questão, ela tem que ser endereçada muito rapidamente.

O próximo.

O governo, muito corretamente, ele propõe uma discussão nacional, por conta de uma riqueza absolutamente extraordinária que foi descoberta. Estamos absolutamente de acordo com isso. A gente acha que, na verdade, a questão do petróleo ela mudou de nível quântico, de ordem de grandeza e faz sentido que a sociedade escuta algumas questões centrais.

A primeira delas, e essa é um objetivo do projeto do governo: A questão do controle estratégico das reservas. Eu queria dizer aos senhores que, do meu ponto de vista, o controle estratégico das reservas, ele já é feito hoje no Brasil, senão vejamos: O Conselho Nacional de Política Energética, que eu tenho honra de fazer parte, são cinco Ministros, um representante dos secretários estaduais, que sou, que faço parte disso, do fórum, ele já faz o controle das reservas. Na verdade, o ritmo das licitações, ao longo do tempo, é ditado pelo Conselho Nacional de Política Energética. Eu vou dar um exemplo: A oitava rodada de licitação foi suspensa pelo Conselho Nacional de Política Energética; nenhuma outra rodada de licitação foi feita ao longo desse tempo, porque o Conselho Nacional de Política Energética não colocou os blocos de licitação.

Então, eu queria chamar a atenção que, do meu ponto de vista, isso está sendo feito e feito corretamente pelo CNPE que, na verdade, tem que discutir o que fazer com essa riqueza estão importante.

Da mesma maneira, a Agência Nacional de Petróleo, ela discute o plano de desenvolvimento dos campos. Então, o ritmo, a exploração, que não pode ser predatória, evidentemente, hoje já é feito pela Agência Nacional do Petróleo.

Então, do meu ponto de vista, essa questão do controle estratégico das reservas... Ah, mais, falta um ponto importante: A destinação do óleo. A destinação do óleo. A lei, hoje, do petróleo, ela diz já diz que em casos de crises, etc e etc – e coloca as condições – o petróleo tem que ser destinado ao Mercado Brasileiro. Também não teria nenhum problema do meu ponto de vista – e aí engenheiro sempre dá o jeito dele, eu não vou ser tão purista quanto a nossa advogada, o nosso professor, o engenheiro sempre dá o jeito dele – não tem nenhum problema em alguma licitação ou outra, se colocar um item assim: "Olha, o petróleo descoberto aqui, vai ser pago pelo preço do petróleo internacional e destinado ao mercado brasileiro", eu não vejo nenhuma contradição e nenhum problema nesse ponto.

Então, eu queria dizer que, do meu ponto de vista, o controle estratégico ele é possível está sendo feito hoje, segundo o modelo atual.

Segundo ponto, por favor.

O bônus de assinatura. O bõnus de assinatura. Aqui também tenho uma pequena divergência, com o Prof. Edmar, mas vale a pena eu colocar o meu ponto. O meu ponto.

Vamos admitir que o pré-sal seja um bilhete premiado – essa expressão tem sido usada, por isso que eu estou recorrendo a ela. Eu não concordo muito com isso – viu Presidente Collor? – porque mineração e eleição, só depois da apuração. Está certo? Mas vamos admitir que o risco seja muito pequeno.

Eu quero dar dois dados importantes. O primeiro dado é o seguinte: As reservas do mundo hoje têm sido negociadas a um preço, reservas descobertas de dez dólares o barril, quer dizer, se uma empresa descobre petróleo e a outra quem comprar para explorar, isso está sendo negociado em média a dez dólares o barril.

Eu quero dar um outro dado importante. Um outro dado importante. A loja X, que é uma empresa privada brasileira, ela tem valor de mercado de 16 bilhões de dólares e tem uma reserva suposta – suposta porque nada foi apurado, ainda, está em processo – de quatro bilhões de barris, quer dizer, a gente pode admitir, portanto, que, se a gente colocar uma reserva, que é um bilhete premiado, para uma licitação, a gente pode conseguir num leilão alguma coisa que varie de quatro dólares a dez dólares o barril. Agora, imagine colocar cinco bilhões de barris ou oito bilhões de barris, que são possíveis de serem descobertos no pré-sal.

Então, menor risco, maior bônus. O governo prioriza o presente. Eu queria chamar a atenção para isso. Esse modelo ele permite que o governo priorize o presente. O óleo do pré-sal ele vai ser retirado daqui há oito, dez anos. O que o eu estou dizendo é que a gente pode adiantar recurso.

Um dia desses num debate, o diretor-financeiro da PETROBRAS fez uma observação para mim: *"É, mas a gente está colocando taxas muito leoninas, porque até hoje o bônus, ele tinha sido recuperado à frente".*

Bom, o que eu quero chamar a atenção é que essas taxas leoninas, elas podem ser rediscutidas, está certo? Você pode fazer, na verdade... Você não precisa descontar. Eu queria chamar a atenção que você não precisa descontar; as condições somos nós que damos. Somos nós que damos.

Então, o governo prioriza o presente, eu queria ratificar esse ponto.

Vamos em frente?

Royalty de participações especiais. Aqui eu concordo plenamente com a posição. Do ponto de vista econômico, tanto faz ter royalties e participações especiais, como partilha, é só uma questão de adequação das alíquotas. A gente adota as alíquotas e, portanto, do ponto de vista econômico, é equivalente; os regimes são equivalentes. Você consegue ajustar – o professor mostrou isso – de maneira que você torna equivalentes os regimes.

Em frente.

A PETROBRAS como operadora única. Eu queria aqui ratificar um ponto que eu, também, eu tenho dúvida da competitividade do sistema. Também, ratificando e enfatizando o que o Prof. Edmar falou, quer dizer, imagine se uma empresa disputa com a PETROBRAS e perde. A empresa disputa com a PETROBRAS e perde e PETROBRAS vai participar do consórcio por definição, quer dizer, ela vai operar. Será que ela vai dar prioridade que ela daria se ele tivesse num consórcio? Num consórcio que ela concorreu? Será que o prazo que ela vai dar, é o prazo consentâneo com as necessidades de quem ganhou a concorrência? Me parece que as questões de competitividade estão absolutamente alteradas por essa posição de PETROBRAS com 30%.

O desenvolvimento industrial é o mercado monopsônico. A competição... Aí vale à pena uma questão central. A indústria brasileira de bens e serviços, ela, por conta dessa extraordinária riqueza descoberta, ela tem que ser, do meu ponto de vista, tem que ter competitividade internacional. Nós fomos mono-

polistas por, sei lá, 40, 50 anos, o que causou vários benefícios ao Brasil, gerou, inclusive, uma indústria de bens e capital no Brasil, não competitiva, é importante dizer isso. É importante dizer isso. O Presidente sabe, na abertura, que os nossos preços eram muito maiores do que a média internacional, o [ininteligível] internacional. Eu digo que, termos aqui um ambiente com outras operadoras que levem a nossa indústria a preços competitivos internacionalmente é fundamental para que a gente aproveite, talvez, o que seja a riqueza mais importante do pré-sal, que é gerar uma indústria e uma inteligência em torno desta riqueza.

O desenvolvimento tecnológico vai no mesmo sentido. Se restringe a outras experiências com operador único, avanço tecnológico lento, redução de custo, redução física e financeira, dita o ritmo do desenvolvimento da exploração.

Deixa eu fazer uma outra reflexão aqui: O maior risco que a PETROBRAS tem como empresa é o risco regulatório. Este é o maior risco que a PETROBRAS tem como empresa. Olhando o Brasil para daqui a 50 anos, teremos governos mais estatizantes e mais liberais. A PETROBRAS, ela tem que conviver com o seu meio ambiente, de maneira a que a sociedade reconheça, não no tapetão, não mais no tapetão, mas reconheça a competência e a serventia da companhia. Esse é o maior risco que a PETROBRAS corre.

Próximo.

Redução dos interesses das áreas(F) de compra, já me referi sobre isso, as licitações, quem fica com o risco.

Vamos em frente.

E aí, eu copio aqui do Senador Francisco Dornelles, com a frase: *"Me apresente um só objetivo que não possa atingir com o modelo atual, que eu mudo a minha opinião"*. Ratifico a sua posição, senador.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Prof. Julio Bueno, pela sua exposição, absolutamente dentro do tempo regulamentar.

As inscrições dos Srs. e Sras. Senadoras já foram abertas.

Tem a palavra o Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero cumprimentar a todos os expositores na pessoa do Dr. Guilherme Estrela, que, pela sua competência, pela sua seriedade, pela sua credibilidade, tem seu nome hoje ligado à história do petróleo no Brasil. Eu queria... O primeiro questionamento, fazer ao senhor, Dr. Estrela. Eu sou generalista, eu estou começando a aprender de petróleo agora, de modo que o senhor me desculpe se eu... Por acaso a minha abordagem não for a mais correta.

Eu vou lhe dar um exemplo: Suponha um licitante que avalie um bloco pelo valor X mais Y, e a PETROBRAS acredita que ele vale só X. Ainda assim, a PETROBRAS será obrigada a se consorciar, arcando com os custos proporcionais ao XY, que ela entendia que não tinha esse valor. Eu queria perguntar o seguinte: A PETROBRAS terá condições financeiras de ocupar, de participar em todos os consórcios com 30%? Mesmo aqueles que ela acha que não tem nenhum futuro, que não tem nenhum sucesso? Não será a PETROBRAS a grande prejudicada dessa sistemática?

O problema de ressarcimento de custo, eu perguntaria ao senhor: O pré-sal, que a professora Marilda eu acredito que tenha abordado, o pré-sal tem condições de avaliar e fazer esse ressarcimento de custo, dentro da agilidade que exige esse mercado? Eu me lembro da situação que hoje existe nos créditos da exportação. As empresas, hoje, pedem o ressarcimento dos seus créditos, dos impostos pagos à exportação e estão levando dois anos, três anos, quatro anos a serem ressarcidas. Nós não corremos esse risco? O pré-sal, com essa equipe pequenininha que estão dizendo que vai ter, tem condições de avaliar e fazer o custo de toda a exploração de todos os poços de petróleo?

Eu posso fazer ainda outra pergunta, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria fazer à professora Marilda. O seguinte: Se eu entendi, a senhora disse que dentro de cada modelo existem contratos específicos, nem todos os contratos de partilha são iguais, nem todos os contratos de concessão. Eu já vi que a senhora conhece profundamente esses contratos, em todo o mundo. Existe, em algum lugar do mundo, contrato de Partilha que estabelece que uma empresa estatal seja operadora obrigatória de todas as operações, e que outra estatal terá 50% do modelo administrado do consórcio administrador, com poder de veto? Isso é normal nos contratos de Partilha? É possível o contrato de Partilha estabelecer... Porque eu vejo que os contratos de Partilha são adotados em países que não têm uma base fixa, base tributária, financeira, ele estabelece quase um Código Tributário dentro da partilha. Seria possível, nesse contrato de Partilha, estabelecer cláusulas e condições que contrariem o Código Tributário Nacional?

Eu queria perguntar ao Dr. Ivan, muito rápido, se, dentro da sua linha, a propriedade do petróleo não depende do modelo. Se, dentro do modelo de concessão, pode ainda o Estado ser dono do petróleo.

E eu queria falar realmente ao Dr. Edmar se existe algum tópico, dentro de todos os objetivos do governo – criação de fundo soberano, criação de fundo social, conteúdo nacional, reservas estratégicas, doença holandesa, propriedade de petróleo – se existe uma única meta que o governo pretende atingir que exige o contrato de Partilha, que não possa ser alcançado pelo regime de concessão.

E eu pergunto o seguinte: Se os dois funcionam bem, vamos admitir que funcionem bem, por que nós não ficamos com aquele que já está aqui, que já existe, que é mais fácil? Por que mudar, se todos os objetivos podem sem alcançados?

E, finalmente, o meu caro Secretário Julio Bueno dizia que essas perguntas aqui eu não lhe faço porque somos do mesmo time, vão pensar que nós combinamos, mas saudar a sua belíssima posição. Realmente eu acho que mostrou os riscos que corre a PETROBRAS de entrar em um sistema em que ela realmente será obrigada a participar de todos os contratos, mesmo aqueles em que ela acha que está havendo uma super avaliação do valor daquela extração. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Francisco Dornelles.

E, pela ordem, passo a palavra ao Dr. Guilherme Estrela.

SR. GUILHERME ESTRELA: Bom, Senador Dornelles, às vezes essa proposta do governo pode dar a impressão de que o sistema de partilha de produção vai opor a PETROBRAS às outras empresas que, enfim, se proponham a vir e a continuar explorando e produzindo petróleo no Brasil. De maneira nenhuma. Certamente, no sistema de partilha, a formatação das propostas de licitação por parte de grupos, dos grupos que não a PETROBRAS, tendo a PETROBRAS legalmente como partícipe dessa atividade, haverá uma composição como existe hoje, exatamente como existe hoje.

A PETROBRAS, Senador, o senhor certamente sabe, nós somos operadores de mais ou menos 80% dos blocos que temos concedidos, blocos exploratórios, e a participação, e o acerto, e a sinergia entre a Companhia e os nossos parceiros é absolutamente total, é muito grande. Então, eu não vejo... Também, eu quero lembrar uma coisa que certamente o senhor sabe, Senador, é que a indústria petrolífera, especialmente a área de AIP, nós trabalhamos com incertezas, e essas incertezas são contornadas e enfrentadas pelo que a gente chama de melhores práticas da indústria.

Não há posicionamentos diametralmente opostos em termos de posicionamento das indústrias, das empresas petrolíferas. Nós convergirmos para padrões e para parâmetros que são aceitos pela indústria como um todo, quer dizer, é difícil imaginar que chegará um proponente com propostas completamente absurdas e muito diferentes do que as melhores práticas da indústria petrolífera. É [ininteligível]. De maneira que, francamente, Senador, eu não vejo que possa haver conflitos entre... Na formação e na formatação das propostas que participarão das licitações entre essas empresas, que comporão esses...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quer dizer, o senhor acha que a avaliação... Não há possibilidade de empresas estabelecerem para um bloco um valor maior do que aquele que a PETROBRAS entende?

SR. GUILHERME ESTRELA: Isso, Senador, existia em áreas de fronteira, áreas em que o risco exploratório é muito maior. Então, a diferença de avaliação entre as empresas é muito grande, mas em áreas, porque o desenvolvimento da produção pré-sal certamente será precedido, por parte da ANP, de um levantamento exploratório geral da área, de toda aquela área azul. Será submetida, como agora está sendo submetida para efeito daquela concessão onerosa. A ANP promoverá todo o levantamento exploratório da área.

Então, isso, cada uma das áreas e dos blocos que se tornarem efetivamente prospectivos sob o ponto de vista exploratório, conhecendo-se já o que nós conhecemos e, naquela época... Quando isso acontecer conheceremos mais, quer dizer, não haverá muito esse aspecto da incerteza, será muito diminuído. Então, não vejo que possa haver uma discrepância muito grande entre a visão de outras companhias e a visão de PETROBRAS sobre o mesmo bloco.

Muito bem. A segunda pergunta. O senhor perguntou se a Petrosal terá condições de avaliar efetivamente o que vai ocorrer durante a fase de desenvolvimento da produção. O que o... Eu não fiz parte da Comissão, e estou falando por informações que eu obtenho. O que está na base dessa proposta do governo é um corpo efetivamente restrito, mas altamente capacitado sob o ponto de vista contábil, para, enfim, para acompanhar os custos operacionais das atividades. E, certamente, fará parte também um corpo técnico experiente na indústria do petróleo, para avaliar das propriedades, das ações propostas no Comitê Operacional, e inseri-las dentro das melhores práticas da indústria petrolífera, para saber se são propostas aceitáveis ou não aceitáveis, quer dizer, não vejo também dificuldades de o governo constituir uma empresa com competência contábil e de experiência no setor petrolífero para acompanhar essas atividades, francamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Francisco Dornelles, V.Exa. tem dois minutos para a réplica. Satisfeito? A Dra. Marilda Rosado de Sá com a palavra, por favor. Cinco minutos para a resposta.

SRA. MARILDA ROSADO DE SÁ: Eu agradeço a V.Exa., sua excelente pergunta, e vou procurar responder. Na verdade, são duas perguntas desdobradas em uma. E agradeço ao Dr. Guilherme Estrela que introduziu, eu não consegui acabar minha apresentação, os conceitos das melhores práticas da indústria. Eu não disse que os geólogos da indústria do petróleo são geogados(sic).

Então, e muito me ajudou, porque corroborou aquilo que eu mencionava sobre a incorporação dos princípios do Direito Nacional no Plano do Direito Interno. E esses princípios das melhores práticas, que têm sido estudados pelos nossos juristas, nos ajuda também a responder a sua pergunta, porque nessa abordagem comparativa que eu fiz eu efetivamente nunca encontrei essa duplicidade no seio do próprio contrato.

Há, certamente, uma ambivalência, por vezes, no papel que o concessionário exerce no âmbito do PSA. O PSA, por ter exatamente aquela feição contratual que o professor Edmar fez o favor de expor na sua apresentação, o concessionário, no caso de Angola – sempre citando Angola para ficar mais didático – o concessionário Sonangol, que tem os direitos, ao se contrapor, ao complementar a atividade dos outros parceiros, por vezes ele tem uma ambiguidade do seu papel, porque já que a Sonangol efetivamente representa o governo angolano na associação, é como se o governo fosse o seu próprio cliente, por ser contratante também.

E há um relatório do Banco Mundial que foi feito em 2006, sobre a situação em Angola, criticando exatamente as inconsistências e as incoerências que esse modelo gera, mesmo que tenhamos um operador só. Um operador só não, perdão, um representante só do governo.

No caso dos contratos angolanos, as outras empresas podem ser indicadas operadoras, certamente o governo mantém um papel de opinar sobre as grandes questões na linha do que explicava também, mais cedo, o Dr. Ivan Simões.

Então, aqueles comentários que eu fiz sobre essa duplicidade, eu poderia extrapolar esses comentários do Banco Mundial a propósito da ambiguidade e da falta de transparência, dos problemas de governança que são gerados pela atuação do concessionário Sonangol no âmbito do PSA ou do contrato de Partilha de Produção. Ainda seria elevado a potência, seria um efeito exponencial de problemas, nós termos a PETROBRAS, que tem que conciliar, já, uma representação de governo em todas essas missões que estão sendo atribuídas à PETROBRAS fora do contexto do PSA, mas na fase que antecede, por exemplo, ajudar nos estudos que seriam feitos, uma série de previsões em relação ao papel diferenciado da PETROBRAS, que contribuiriam para aquela simetria de informações na fase do leilão.

E, do outro lado, um representante da União, que, por máximo que recrute pessoal técnico, capacitado e tal, eu fico imaginando de um lado o pessoal técnico da PETROBRAS tendo que conciliar a vocação empresarial e do outro o da Petrosal, com objetivos estratégicos. Eu fico pensando: Estamos introduzindo o tal do hibridismo à enésima potência que pode provocar uma rejeição? E, mais para responder a sua pergunta--

[soa a campainha]

SRA. MARILDA ROSADO DE SÁ: --o CTN, quando a sua pergunta... Qualquer tradição internacional para nós que temos instituições sólidas, leis já duradouras, como o próprio CTN que foi mencionado, qualquer inconsistência, incongruência, não passará no teste do controle do Judiciário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dra. Marilda Rosado de Sá.

Sr. Senador Ministro Dornelles, para a réplica.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu já vi que a senhora conhece profundamente todos esses contratos. Só uma pergunta muito objetiva: Em algum contrato de Partilha que a senhora conhece, existe a situação de uma Petrosal ser de uma empresa estatal que tenha 50% de participação nas decisões e poder de veto?

SRA. MARILDA ROSADO DE SÁ: Na verdade, a participação de uma estatal só, como eu dizia, professor, ela vem com certas prerrogativas do papel do Estado no contrato. O que nós não encontramos é um caso como o senhor bem... V.Exa. bem perguntou, de uma dupla representação. Esse precedente é que não é encontrável, mas o representante único, concessionário, digamos assim, que é o caso da Sonangol e outras estatais, ele tem algumas prerrogativas em termos de decisões de longo prazo. O dia-a-dia das operações fica voltado ao operador. O que nós não encontramos foi essa previsão que foi dada aqui--

[soa a campainha]

SRA. MARILDA ROSADO DE SÁ: --de poder de veto para questões pontuais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Dr. Ivan Si-

mões Filho, para responder a indagação do Senador Ministro Francisco Dornelles.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Obrigado, Presidente.

Sr. Senador, quanto a essa questão da propriedade do óleo no modelo de concessão, eu me lembro de uma época, em que eu trabalhava em uma empresa, uma consultora internacional, que dava Assessoria a vários governos que buscavam a mesma coisa que o Brasil está fazendo hoje, maximizar essa riqueza, multiplicar essa riqueza em benefício de todo o país. E, nisso, nós olhávamos para vários modelos em vários países do mundo, para, dentro da realidade de cada país, encontrar o que fosse ajudar os governos a encontrar a melhor saída.

E essa questão da propriedade do óleo tem algumas implicações, por exemplo, no quanto de reservas é atribuído à Companhia dentro de um contrato. E uma vez eu me deparei com uma questão de um contrato Colombiano, um contrato de concessão, em que a lei do país estipulava que o governo tem o direito de optar por receber a sua participação na produção, em dinheiro ou em petróleo bruto. Isso tinha uma implicação para o cálculo das reservas, nesses casos, essa parte do governo não entra no cálculo das reservas, a menos que, por hábito, o governo opte por receber a sua parte em moeda nacional. Então, esse é um exemplo muito claro de um país que adota um modelo de concessão e que dá opção ao governo de receber a sua parte em dinheiro, em moeda nacional ou em produto, assim como existem vários países que têm modelo de partilha e preferem que a própria empresa contratada comercialize o petróleo em seu nome e entregue a parte que cabe ao governo em dinheiro.

Então, essa questão da propriedade, de fato, independe do modelo em si. É claro que a lei brasileira estabelece o pagamento em moeda nacional, mas é uma pequena modificação que poderia ser feita na lei brasileira, para o governo optar em receber em petróleo ao invés de moeda nacional, mas, de qualquer forma, eu acho que além dessa questão do contrato de Partilha versus o contrato de concessão, eu concordo com o senhor com a frase que o Julio bem colocou, quer dizer, eu consigo enxergar para cada um dos objetivos do governo uma saída dentro do modelo atual, seja a propriedade do óleo, seja o refino no país, seja a indução à indústria local, seja receber uma maior parte na renda petrolífera.

Isso estando dito, na medida em que o governo opte pelo modelo de partilha, as empresas também podem trabalhar com esse modelo. Alguns pontos específicos na proposta do governo nos preocupam bastante: O poder de influenciar na destinação dos investimentos, para ele poder... Nós concordamos que o controle de alto nível é necessário para a parte do governo, mas na operação do dia-a-dia isso dificulta muito, ter uma empresa com poder absoluto de definir cada passo a operadora e o consórcio--

[soa a campainha]

SR. IVAN SIMÕES FILHO: --tenham que fazer.

E as empresas estão dispostas a contribuir com esse esforço sob a liderança da PETROBRAS, aportar tecnologias, aportar empregos no Brasil e isso é feito de forma mais eficiente na medida em que elas possam operar também. Então, são esses pontos que mais nos preocupam nos projetos de lei submetidos pelo governo, nós achamos que podem ser aperfeiçoados no Congresso brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Dr. Ivan. Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Satisfeito. Com a resposta, o Dr. Edmar de Almeida.

SR. EDMAR DE ALMEIDA: Eu gostaria de agradecer a pergunta pelo Senador Francisco Dornelles. Eu queria iniciar dizendo o seguinte: Eu acho que a grande questão que a gente tem que discutir não é exatamente se dá para fazer com um contrato ou não, mas se realmente é, quer dizer, se esses objetivos que o governo está colocando são os que o Brasil deveria buscar para o setor de petróleo, porque se nós formos mexer na lei atual, ou fazer ajustes na lei atual, para incluir todos esses objetivos, a gente vai acabar tendo uma lei de concessão praticamente igual, quer dizer, a um regime de Partilha, com um regime super híbrido com características bastante peculiares com relação à norma internacional.

Então, eu acredito que eventualmente dá para fazer reparos, por exemplo, à lei atual, e colocar que parte do óleo possa ser entregue em espécie ao invés de pagar a participação governamental em dinheiro, mas isso não é a prática comum, mas dá para fazer.

Daria também para implementar um controle operacional, sim, mas isso não é comum. Os contratos de concessão não preveem esse tipo de coisa. O concessionário recebe o direito de explorar e produzir petróleo numa área por sua conta e risco, é assim que normalmente é. Podemos mexer na lei e colocar ali, criar um Comitê operacional, eventualmente. Eu acreditaria que ficaria muito excêntrico, então a pergunta não é se dá para fazer com o consórcio, mas e se é esse tipo de controle que o Estado Brasileiro deve buscar.

Por exemplo, eu só gostaria de salientar que por trás da proposta de receber o pagamento em óleo, o interesse em receber em óleo é justamente o interesse político que há no Brasil de industrializar, quer dizer, de agregar valor nesse óleo através das refinarias. Por trás do controle operacional existe também um interesse de controlar não só o processo decisório quanto ao processo de investimento, mas eventualmente até o processo de produção. Em alguns países, o Estado tem a prerrogativa de controlar a produção para ajustar a produção às variações do mercado internacional, quer dizer, eventualmente está se pensando esse tipo de controle também.

Então, eu acho que essa é a questão importante para nós discutirmos. Será que é esse tipo de controle é o mais interessante? Quer dizer, então a minha resposta: Eu acho que essa questão, que é a questão principal, se daria para fazer no projeto atual, eu acho que daria, mas com muita dificuldade, por exemplo, a questão do Comitê Operacional, a ideia de controlar o ritmo da produção, inclusive isso é muito comum no contrato de concessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu agradeço e estou satisfeito com as observações do Dr. Edmar. Eu queria apenas fazer, em relação a um questionamento do Dr. Julio Bueno... É o seguinte: O governo anuncia que seria extremamente importante a utilização das riquezas e dos recursos do pré-sal, por exemplo, o fundo social. Agora, eu entendo que no regime de Partilha, ele só vai obter recursos para esse fundo social daqui a dez anos, oito anos, dez anos. E no regime de concessão, ele obteria mais rápido?

SR. JULIO BUENO: Ministro, na hora em que eu fiz que a apresentação, eu quis mostrar isso, que uma das vantagens do regime de concessão é a gente adiantar o recurso. Só para lembrar, o campo de Tupi, que está sendo colocado em produção o ano que vem – se eu não estou enganado – foi, na verdade, em razão de um leilão de 2000. São onze anos, são onze, dez anos. E aí? Esta é a lógica, é um tempo bastante grande. Portanto, adiantar é uma vantagem que eu enxergo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de colocar para os senhores palestrantes a oportunidade de fazer as suas considerações finais, e perguntaria se o Dr. Guilherme Estrela gostaria de fazê-las. Por favor, V.Sa. tem palavra.

SR. GUILHERME ESTRELA: Bom, primeiro eu queria agradecer as palavras elogiosas do Senador Ministro Dornelles, que muito me honram, Ministro, e também as do Julio Bueno. Enfim, muito obrigado pelas suas palavras.

Bom, o que... As minhas palavras finais remontam mais ou menos ao primeiro *slide* que eu projetei, que mostra o que será o futuro energético do planeta, considerando a escassez de petróleo a que o mundo se deparará. Então, o petróleo, certamente nesses próximos vinte, 30, 40 anos, continuará sendo um energético principal da humanidade, e a disputa por reservas de produção será cada vez mais acirrada, como as grandes reservas estão na mão do Estado, como mostrou o professor. E então, nós teremos, nos países que não detêm o monopólio estatal do petróleo, nós teremos disputas enormes, intensas, sob a propriedade da reserva e da produção.

Então, em minha opinião, o regime de Partilha de produção vem, de certa forma, trazer condições confortáveis ao governo brasileiro, aos governos brasileiros, porque nós estamos falando em longo prazo, para gerenciar da melhor maneira e, tendo em vista os aspectos estratégicos brasileiros, que somos um país – como todos nós sabemos – com enormes potenciais de crescimento. Será, repito, dará ao governo as condições para gerenciar melhor esse plano estratégico, no que diz respeito à energia.

Muito bem.

Queria... Peguei algumas frases, Presidente, o senhor vai me dar licença, por exemplo, o Ivan, meu amigo Ivan Simões Filho, falou que modelos variam de país para país, é isso. É isso. Quer dizer, o modelo que nós, a sociedade brasileira, aliás, o pré-sal tem esse benefício colateral, a sociedade brasileira se mobiliza, mais uma vez, numa discussão que vai decidir o nosso futuro como país também.

Então, os modelos variam de país para país, então nós temos que encontrar democraticamente, e essa é a Casa democrática, a Câmara Federal e o Senado Federal, para nós encontrarmos, discutindo exaustivamente qual será a melhor solução para o Brasil.

A Dra. Marilda teve uma frase que eu achei muito interessante, que o espírito das novas leis – não sei se estou interpretando bem o que a senhora disse, que eu não... – que é a pessoa humana. É isso mesmo, quer dizer, o fundo social, que é um dos projetos de lei do governo, objetiva a pessoa humana, objetiva o cidadão brasileiro, objetiva, certamente, todo o cidadão brasileiro, seja ele gaúcho, mineiro ou acreano.

Então, isso aí é muito importante, quer dizer, esse ponto que a Dra. Marilda levantou está sendo contemplado também nas propostas governamentais.

Ela perguntou se é um privilégio ou uma maldição para a PETROBRAS. Eu digo que não é privilégio

nem maldição, é uma grande responsabilidade e que a empresa está efetivamente pronta para enfrentar. O Dr. Edmar, disse que a gestão dos recursos petrolíferos dependendo da política de cada país. É verdade o que se vai discutir aqui é a política brasileira do setor petrolífero, um fator energético estratégico para um país grande como o Brasil e importante como o Brasil.

Eu só queria dizer, professor, que o México não tem alto risco geológico não. Eu acho que a PEMEX sendo uma grande uma grande e tradicional produtora, ela enfim, ela descuidou um pouco da capacitação de suas equipes de exploracionistas, mas isso é uma impressão pessoal, não tem nada a ver com...

Muito bem. Então, o Julio Bueno, meu amigo Julio Bueno, citou dois pontos como desafios ou como pontos frágeis, fragilidades como ele chamou. O desenvolvimento tecnológico com a nova lei.

O grande mérito da PETROBRAS foi desenvolver tecnologia de águas profundas com o monopólio estatal do petróleo, não tinha nem competição. A empresa desenvolveu tecnologias novas que não eram detidas por nenhuma empresa petrolífera do mundo sob o regime de monopólio estatal do petróleo. Então, a empresa tem uma tradição de desenvolvimento tecnológico independente de qual regime nós atuemos e know-how e experiência. E o Julio tocou num ponto também que eu considero importantíssimo que a gente com o conteúdo nacional ele induz a preços mais elevados, como se fosse uma reserva de mercado e tudo o mais. Não é não. Nós atualmente, Julio, já aplicamos métricas internacionais nos nossos projetos e os novos projetos da PETROBRAS que desde um dois ou anos atrás, vem sendo enquadrados perfeitamente em métricas internacionais os nossos projetos não tem saído mais caros, nós temos evoluído e temos avançado grandemente nesse ponto.

Quer dizer, com certeza, não é o fato da PETROBRAS ser operadora que vai resultar de maneira nenhuma em preços mais elevados, em equipamentos serviços e construções no Brasil.

Então, era isso que eu queria dizer Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dra. Marilda?

SRA. MARILDA ROSADO DE SÁ: Muito obrigada, pela oportunidade, Sr. Presidente.

Eu gostaria de começar pelo início e pela observação, quando o Dr. Estrela me deu a honra de citar uma passagem, exatamente reafirmando a importância do petróleo em relação ao desenvolvimento e, o Direito tem esse prisma e essa visão da Novíssima Ordem Internacional também incorpora esses parâmetros do Direito ao desenvolvimento.

E por isso, eu acho que nessa nossa agenda de trabalhos e de exaustivas discussões que certamente serão necessárias, eu acho que também a inclusão dessa análise comparativa do Índice de Desenvolvimento Humano dos diferentes países, os erros e acertos, os países que adotam o contrato de Partilha de Produção, se efetivamente conseguiram usar esse acesso ao óleo em si, como ferramenta geopolítica eficiente ou não. Tudo isso, eu acho que está nessa agenda. E me permitindo também que já que foi citado o exemplo do México eu li outro dia um artigo muito interessante de um economista que embora trouxesse dados muito interessantes um professor da UFRJ, se não me engano, ele contrapunha o exemplo do México e da Noruega. Acontece que realmente a Noruega em 20 anos conseguiu dar um salto de qualidade que o México não deu.

A Noruega embora também o governo central, tenha o controle da propriedade dos recursos do subsolo como o Brasil continua tendo não podemos esquecer disso, que o monopólio sempre existiu em todo esse período. Apenas o que o mudou foi essa modulação de como era exercido e a quem era delegado esse monopólio. Enquanto isso o México, por razões diferentes da Venezuela, mas são dois países em que a participação do investimento internacional privado é limitado. No México mais limitado, ainda, porque só usa o contrato de Serviços, enquanto que a Noruega partiu para outro universo e conseguiu esse salto qualitativo.

Então, eu gostaria de mencionar brevemente quatro dos pontos que eu tive que interromper a apresentação e não consegui. Um diz respeito exatamente a esse aspecto geopolítico e, assim, como foi mencionado se não me engano pelo Dr. Ivan, eu acho que o fato de que nós temos o controle dos estoques no sistema vigente, que não só há essa possibilidade de se usar referência à lei, não perdão, foi o Dr. Julio, mas também o aspecto de que a ANP aprova exportação de óleo. Uma empresa não pode exportar se a ANP não aprovar. Isso mostra como o nosso contrato, embora em cada uma das apresentações a gente encontre muitos pontos de convergência.

Muitos dos aspectos foram abordados aqui nessa discussão nós encontramos essa convergência, talvez seja apenas uma das sutilezas em que eu me afasto das explicações tão sintéticas do Prof. Edmar, porque quando nós... Os economistas conseguem simplificar a realidade de uma maneira admirável. Então, quando fala que no contrato de concessão realmente não há esse controle por parte do governo, o que nós não podemos esquecer que o nosso contrato de concessão já é um animal de tal hibridismo, hibridismo no sentido das feições que importou de outros contratos, que

não há um país do mundo que tenha uma concessão em que o plano de avaliação seja aprovado, o plano de desenvolvimento. Apenas que a postura é de que o investidor vai lá e propõe e, depois debate com a ANP, a ANP objeta, devolve. Nesse processo tem planos de desenvolvimento que passaram anos sendo discutido. Eu acho que a própria PETROBRAS poderia, talvez, reconhecer isso.

Um outro aspecto que não deu tempo de eu abordar e que acho extremamente preocupante nesse projeto, é que além da ANP ter um papel, no meu entender, um pouco enfraquecido, esmaecido, ainda não está claro em que medida nesses projetos. Além do MME, como o Ministério recuperar uma série [soa a campainha] de funções nós não podemos esquecer, porque nunca se menciona a ETE, já é o terceiro, depois a CNPE, inda além do planejamento e, ainda, a Petrosal, então, com uma dimensão muito diferenciada em relação ao modelo que a supostamente a teria inspirado que teria sido o Modelo Norueguês da Petoro é isso.

Muito obrigada, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Marilda. Dr. Ivan Simões Filho.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Obrigado, Presidente. Como considerações finais, eu gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos muito interessante desse momento riquíssimo que nós estamos vivendo. Essas descobertas fenomenais feitas pela PETROBRAS e seus parceiros são resultado de anos e anos de evolução do conhecimento geológico brasileiro. Resultado de regras que permitiram chegar a esses resultados, regras que buscam induzir a eficiência e alinhar os interesses do Estado e dos concessionários. E tudo isso, nos trouxe a essas descobertas fenomenais que mobilizaram a sociedade brasileira para debater o melhor uso desse recurso. Antes se dizia que o Brasil é um país de 190 milhões de técnicos de futebol, hoje eu acho que são quase 190 milhões de geólogos, porque acho que tudo mundo sabe o que o significa pré-sal, uma coisa que ninguém tinha a menor ideia do que era há apenas dois anos atrás.

Então, essa liderança da PETROBRAS no Brasil - e aqui eu queria me permitir fazer um pouco uma comparação com o México - que foi citado, realmente não é um país de baixo risco geológico é um país que tem recursos, talvez, da mesma ordem de grandeza que esses descobertos no pré-sal que estão esperando serem descobertos. Mas que o ocorreu no México? Ele se acomodou por ter descoberto um campo gigante Cantarell, que com pouquíssimo esforço chegou produzir mais de três milhões barris. Então, isso deu muita comodidade, muita autossuficiência que está levando hoje o México já é um importador de gás, em breve será um importador de petróleo, também. E hoje, busca desesperadamente maneiras de sair dessa armadilha em que se colocou que não atrai investimentos, não atrai tecnologias.

A PETROBRAS, por outro lado, com base nas dificuldades que encontrou e, com seu foco que ele tem muito importante, na formação de recursos humanos, no desenvolvimento tecnológico é um orgulho para todos os brasileiros. E aqui e meu incluo, como filho de um petroleiro que trabalhou mais de 30 anos na PETROBRAS... Eu trago isso, desculpe a emoção, quando eu me lembro do meu pai --

Sra. Marilda: Até eu Ivan, se me permitem Dr. Ivan Simões, grande companheiro da carreira de Braspetro da área internacional também.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Mas o que sempre me impressionou no meu pai e nos petroleiros era o orgulho, o orgulho de a empresa vestir a camisa. E isso é uma coisa que realmente a PETROBRAS está de parabéns. Tendo dito isso, eu acho que outras empresas também podem dividir essa grande responsabilidade, realmente, como o Dr. Estrela colocou, não é nenhuma maldição nem um benefício, mas é uma grande responsabilidade realmente para a empresa. E outras empresas podem compartilhar com essa responsabilidade enorme da PETROBRAS, e contribuir para o desenvolvimento do país através de novas tecnologias, através da geração de empregos.

O Estado brasileiro é e sempre será soberano para decidir a melhor forma de explorar seus recursos naturais. Ele tem todos os mecanismos, independente de ter Petrosal ou não ter Petrosal, independente de ter um modelo de partilha ou de ter um Modelo de concessão, ele tem sim, todos os mecanismos para exercer plenamente sua soberania sobre esses recursos estratégicos, não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro.

Eu me lembro quando estava na ANP, no começo, a gente buscava nesse contrato de concessão, nesse modelo brasileiro, estabelecer esse equilíbrio, alinhar os interesses dos concessionários e do Estado. Estabelecer um equilíbrio, que ao mesmo tempo que fosse capaz de atrair investimentos [soa a campainha] atrair tecnologias, preservasse o controle do Estado. Eu me lembro muito bem no primeiro work shopping que nós fizemos para apresentar esse Modelo contrato de concessão para os potenciais investidores na primeira rodada, quando ainda se tinha dúvida da capacidade de atrair esses investimentos, uma das pessoas, dos representantes das empresas internacionais, falou assim: “Esse é o contrato de concessão mais pareci-

do com o contrato de Partilha, que eu já vi na minha vida, porque ele mantém, ele preserva todos os mecanismos de controle do Estado, aprovação no plano de desenvolvimento, aprovação no plano de avaliação, aprovação do abandono das instalações. Todos esses mecanismos estão presentes, todo esse controle pode ser exercido, Partilha ou concessão é um falso debate, o importante é nós termos [soa a campainha] a atração de investimentos, a geração de emprego, a capacitação, tecnologia, a liderança da PETROBRAS e as outras empresas, estão dispostas a dividir as responsabilidades e contribuir para o desenvolvo do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Dr. Ivan. Dr. Edmar de Almeida, para suas considerações finais

SR. EDMAR DE ALMEIDA: Bom, eu queria fazer duas considerações finais. A primeira consideração é que o desafio do debate com relação à proposta de reforma da lei do petróleo é o desafio de entender qual é o controle estratégico que o Estado brasileiro busca a partir de um novo contexto do setor de petróleo nacional. Não há como reconhecer que o pré-sal mudou a história do setor de petróleo no Brasil. Se mudou a história, seria ingenuidade nossa achar que o Estado não tem legitimidade política de buscar um novo tipo de inserção no setor. Então, essa é uma premissa, pelo menos em minha opinião, que eu aceito, eu acho que é legítimo o Estado brasileiro buscar um novo tipo de controle estratégico. Um novo tipo de controle social sobre o setor.

Agora, a partir dessa premissa é que vem o debate. O debate é que controle pode se dar de diversas maneiras. Por exemplo, eu não concordo que o controle que a ANP exerce sobre o setor de petróleo, seja o mesmo que o CNPE pode exercer, porque a ANP não é um órgão de governo. Ela é um órgão do Estado brasileiro que tem uma obrigação como reguladora de aplicar a política energética, ela não elabora a política energética, não deve ser sua função. Cabe ao governo elaborar a política energética, a política petroleira. E o governo, eu acredito, é legítimo que ele busque instrumentos para elaborar a sua política petroleira. Eu queria só acrescentar que no setor elétrico, por exemplo, houve claramente um desbalanceamento, entre o poder que a agência, no caso, a ANEEL tinha e o governo tinha no setor.

A reforma do setor elétrico foi justamente para trazer para o governo a capacidade de elaborar política setorial. E essa discussão que resultou na nova lei do setor elétrico, o novo marco institucional do setor elétrico, acabou no meu ver, tendo um balanço bastante positivo. Então, esse é o debate, dizer que não precisa nenhum tipo de controle, eu acredito que é não considerar a legitimidade política que há, no fato do pré-sal mudar todo o contexto do setor de petróleo no Brasil. Concordo que o setor de petróleo vai ter um papel muito estratégico para o desenvolvimento nacional. E o Estado deve buscar elaborar políticas responsáveis, exercer um controle responsável.

Controle responsável é aquele controle justamente equilibrado. Eu não estou propondo que o Estado tenha o mesmo papel que tinha na lei anterior, quer dizer, no período de monopólio do petróleo. Acredito que precisamos das empresas internacionais, o desafio é muito grande só para a PETROBRAS. Eu acho que a PETROBRAS, ela tem ela vai exercer a liderança em qualquer contexto. Mesmo se não mudasse a lei do petróleo a PETROBRAS seria líder nesse setor, ela seria a empresa que iria coordenar o processo de investimento, que iria alavancar o processo de financiamento. Então, não resta dúvida quanto a isso.

Então, eu gostaria de terminar fazendo a segunda consideração e aí, no que se refere à PETROBRAS. Eu queria chamar a atenção que a PETROBRAS ela conseguiu construir a partir da Lei 9.478 de 97, um novo papel no setor petrolífero brasileiro e mundial. A PETROBRAS conquistou um reconhecimento como uma empresa de grande competência tecnológica, de grande eficiência, sendo uma empresa estatal, e esse reconhecimento parte de um princípio que ela conseguiu isso sem nenhum tipo de privilégio. Isso foi muito bom do ponto de vista da imagem da PETROBRAS. É muito bom quando a PETROBRAS vai lá fora buscar capital e disputar esse capital com as empresas internacionais.

E, em minha opinião, seria interessante preservar essa imagem que é uma empresa que é competente, que consegue ser melhor ainda no processo de abertura do setor, onde ela disputa a oportunidade de investimento com as outras empresas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Edmar de Almeida, pela sua participação.

Para as considerações finais, o Dr. Julio.

SR. JULIO BUENO: Obrigado, Presidente.

Também mais uma vez agradecer muito a presença aqui. São duas considerações só enfatizando, que eu acho que enriquece as divergências. Eu continuo dizendo que a indústria brasileira da área de ganho de capital, em torno do petróleo, ela está longe de ser competitiva internacionalmente. Senão vejamos a enorme dificuldade que se tem hoje dessa indústria de fabricar e produzir para os players internacionais do Mercado brasileiro. E mais ainda, também evidência objetiva. Nós temos uma enorme dificuldade de

exportar bens, serviços e produtos para a indústria de petróleo internacional.

Eu entendo certamente o Diretor Estrela, também entende que o que nós queremos é fazer uma indústria brasileira competitiva internacionalmente. E se não fosse a PETROBRAS ajudar, lutar pela competição, isso estaria longe. Tanto é verdade que, a indústria naval ressurge com a PETROBRAS, mas os preços dos navios e tal, não nos permitem ainda sermos um *Played Internacional*(F). Então, a primeira divergência.

Segunda divergência, que eu queria também enfatizar. Eu gostaria de assinalar que do meu ponto de vista, o controle estratégico absolutamente dentro da legislação atual. Eu queria enfatizar isso, certo? Quer dizer o papel que o CNPE faz como de, por exemplo, não colocar as rodadas de licitação nesse momento, prova claramente que eu estou falando. O papel que a ANP tem de aprovar os planos de desenvolvimento, também, me parece que permite o controle total. A EPE também, a nossa a Marilda lembrou da EPE. A gente tem o CNPE, o EPE e a ANP, só para lembrar que faz o planejamento. Então, eu queria enfatizar esse ponto, porque eu acho que o Estado brasileiro tem que ter o controle estratégico.

A segunda parte, também, eu queria enfatizar a divergência que é a seguinte... Que é a seguinte, tem um modelo colocado que estabelece uma interferência do Estado, muito maior que no modelo atual. A gente tem que dizer com isso clareza. A gente tem que dizer isso clareza. Tem um modelo está sendo proposto que a interferência do Estado é muito maior, vírgula, a saber, primeiro: Com os comitês de operação. Segundo. Com a Petrosal comercializando petróleo, está certo? Terceiro. Com a PETROBRAS tendo um papel de operador único, com 30%, então tem uma intervenção estatal! Está certo?

A pergunta é: Se precisa. A pergunta é se precisa, não tem nenhum problema com o Estado não. Está ótimo o Estado, não tem problema algum. A minha pergunta é: Se precisa. Pegando ainda o gancho de que o Brasil tem condições absolutamente especiais na sua história nesse momento, estabilidade econômica, estabilidade política. Então, a gente junta o controle estratégico que temos com a enorme atratividade que tem o Brasil. Então, a pergunta é: Será que não vale à pena a gente ter o pré-sal agora? Essa é a questão que fica.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Julio Bueno. Eu gostaria de fazer apenas algumas considerações finais antes de encerrar--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, com a palavra o Senador Ministro Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria antes do término cumprimentar V.Exa., pela maneira como vem conduzindo a Presidência da Comissão de Infraestrutura do Senado e pelo alto nível do ciclo de debate que V.Exa. vem proporcionando nessa Comissão. Parabéns a V.Exa. e o dia do hoje é um dia muito importante, porque V.Exa. trouxe pessoas aqui, cinco técnicos do mais alto gabarito para discutir, no mais alto nível, um problema da maior importância para o futuro do Brasil. Presidente, meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado à V.Exa, Senador Ministro Dornelles, pelas palavras generosas. Mas todo esse ciclo de debates é resultado do trabalho da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da qual V.Exa. faz parte. [soa a campainha] E, com a sua sabedoria, com o seu conhecimento, com a sua experiência vem abrilhantando todos os nossos trabalhos.

Nós é que devemos agradecer a V.Exa. à presença na tarde e noite de hoje, quando do debate, o primeiro debate que está tratando especificamente da questão Partilha, Versus concessão, no Primeiro Painel deste Ciclo que tratará do Marco Regulatório do pré-sal.

Eu ouvi atentamente tudo aquilo que os expositores colocaram. E ouvi com muita curiosidade porque também sou neófito no assunto, mas com o passar dos anos, a gente vai percebendo aqui e acolá, alguns pontos mais fortes de uma argumentação e mais fracos de outra e vice-versa. Partilha, Versus concessão foi hoje esse o tema do nosso debate e, que o se verifica fundamentalmente é sobre o que fazer quando o óleo sai do mar.

No Sistema de concessão o Estado tem menor controle sobre isso, porque o concessionário, ele tem a responsabilidade de produzir e até a sua comercialização. Portanto, o Estado tem pouco controle sobre isso, dentro de um regime de concessão. Num regime de Partilha, não. O Estado tem poder desde a sua produção até a sua comercialização. Ou seja, o óleo que saí à tona da nossa plataforma continental, é o Estado brasileiro que é o seu proprietário e vai fazer dele o que melhor convier à população do Brasil.

Nós estamos falando de uma estimativa básica, por baixo, na área do pré-sal de 30 bilhões de barris petróleo, quando até então as nossas reservas conhecidas eram somente de 14 bilhões de barris de petróleo. Então, vejam a magnitude do que isto significa e do impacto que isso causará na economia e na área social

do nosso país. O Brasil entra no século XXI, trazendo o resgate de inúmeras dívidas que tinha para com a população brasileira, com a nação brasileira.

O resgate da democracia, o resgate da estabilidade econômica, o resgate de ser um parceiro internacional hoje extremamente confiável, um país que recupera a sua estima a cada dia. E os nossos cumprimentos em nome de toda a Comissão de Serviços de Infraestrutura a todos aqueles que trabalharam para a grande vitória alcançada pelo país por intermédio do Rio de Janeiro, sendo o Rio a cidade escolhida para ser sede das nossas Olimpíadas.

Enfim, nós estamos alcançando cada vez mais uma maior autoestima. E temos também ao resgatarmos essas dívidas que nós havíamos acumulado ao longo dos anos, nós temos também compromissos com o futuro. E compromissos com o futuro, no meu entender, acredito que de todos nós, significa resgatar ainda a grande dívida social que nós temos em relação àqueles menos favorecidos. Isso significa chamar para o mercado de trabalho, dando alfabetização, incluindo-os digitalmente, uma parcela significativa da população brasileira que precisa dessa assistência.

E esse é o segundo ponto, que acredito ser muito importante nessa nova concepção que nos traz o governo, com o que se fazer com os recursos do pré-sal. A Aplicação desses recursos como outros países vem fazendo e a renda desses recursos serem destinadas à aplicação na área de Educação, na área do fomento ao conhecimento, ao desenvolvimento a pesquisa tecnológica.

Eu acredito que este é um momento muito oportuno para que nós possamos semear por este país os parques tecnológicos que nada mais são, do que empreendimentos que surgem das iniciativas acadêmicas das pesquisas acadêmicas, com as iniciativas das empresas de um modo geral. Fazermos o que chamamos de incubadoras de empresas, com base num grande mercado que estará se construindo ao redor da exploração do óleo na camada do pré-sal. Fala-se muito que vai-se novamente voltar a substituição de importações dos anos 70. E não é exatamente isso que me parece, deseja o projeto para aqui enviado.

O que se deseja é sim, estimular para que aqui dentro do nosso país, possa ser criada a nossa própria tecnologia como a PETROBRAS criou ao longo dos anos para exploração em águas profundas, atendendo até que dizia o Mr. Link, há 50 anos atrás, quando afirmava que o petróleo nós não encontraríamos no nosso solo, mas se quiséssemos petróleo teríamos que voltar as nossas vistas para o mar. De modo que eu acredito que esse nosso Primeiro Painel, Partilha Versus concessão serviu para pudéssemos ter uma noção razoável das vantagens e desvantagens de um de vantagens e desvantagens de outro.

É claro que isso vai demandar ainda muito debate nas duas Casas Legislativas do Congresso Nacional. Não é à que até o presente momento na Câmara dos Deputados já foram oferecidas mais de 800 emendas aos quatro projetos de lei encaminhados pelo governo ao Congresso Nacional, isso demonstrando o grande interesse, a grande curiosidade e sobretudo a vontade de participar que todos estão tendo nessa discussão.

O Dr. Ivan Simões Filho, da IPB, mostrou aqui as sugestões feitas, todas elas muito bem embasadas, todas elas muito bem conceituadas. A Dra. Marilda do mesmo modo na questão jurídica, quantos questionamentos ela colocou para a nossa reflexão. O Dr. Estrela, que representa a PETROBRAS, como talvez ninguém hoje, melhor do que ele pela sua larguíssima experiência, pela sua dedicação.

E, sobretudo, por ser um homem de uma integridade absoluta e dedicado à causa pública, que aqui traz também a sua opinião. O Dr. Edmar de Almeida, o Dr. Julio. Enfim, todos trazendo as suas opiniões, as suas preocupações e as suas indagações, para que nós aqui no Senado Federal, a partir da Comissão de Serviços de Infraestrutura, possamos refletir sobre o que aqui foi dito. Sobre aquilo que nós já temos como conceito firmado dentro de nós próprios, para podermos no momento oportuno definir o que nós achamos conscientemente melhor para o futuro do Brasil.

Muito obrigado a todos os senhores palestrantes.

Muito obrigado a todos Srs. e Sras. Senadoras pela presença.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 21h03

Ata da 38ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada Dia 08 de Outubro de 2009, quinta-feira, às 8 horas e 30 minutos, no Plenário Nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às oito horas e trinta minutos do dia oito de outubro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **ELISEU RESENDE**, **VALDIR RAUPP, NEUTO CONTO, PAULO DUQUE, GILBERTO GOELLNER, MARCONI PERILLO, ADELMIR SANTANA, ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO, INÁCIO ARRUDA, HERÁCLITO FORTES, EDUARDO SUPLICY, OSVALDO SOBRINHO, MÃO**

SANTA, EFRAIM MORAES, FLEXA RIBEIRO. Justifica a ausência o Senador **FRANCISCO DORNELLES.** Comparece ainda o Senhor Senador não-membro, **EXPEDITO JÚNIOR.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 36ª e 37ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Presidente procede a leitura dos comunicados da presidência. O Senador **Fernando Collor** propõe a inversão de pauta, que é acatada pelos membros da Comissão. Às oito horas e cinqüenta e nove minutos, o Presidente passa a presidência ao Vice-Presidente da Comissão, Senador **Eliseu Resende**. **PARTE I –** Deliberação de matérias: **ITEM 2 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2009**. "Institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica – REINFA e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa." **Autor:** Senador **Fernando Collor. Relator:** Senador **Gilberto Goellner**. **Parecer:** Favorável ao Projeto com cinco emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2009, com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05 – CI. EXTRAPAUTA- REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009- CI**. . Nos termos do art. 50 e do art. 58, §2º, inciso III, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 397, §1º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o **Sr. Miguel Jorge**, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que compareça a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura para discorrer e prestar esclarecimentos acerca de todos os investimentos, linhas de crédito e demais financiamentos disponibilizados pelo seu Ministério, por intermédio do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como sobre a previsão de participação daquele Banco no programa de exploração do petróleo na camada do pré-sal. **Autor:** Senador **Fernando Collor**. **Resultado: Aprovado.** Às nove horas e treze minutos, o Presidente da Comissão, Senador **Fernando Collor,** reassume a Presidência. **EXTRAPAUTA- REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009- CI**. "Requeiro, com fundamento no art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em parceira com a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, realize o Seminário intitulado "Campos .marginais: um novo modelo", de acordo com o programa anexo, que tem como objetivo debater a política de exploração de campos petrolíferos de pequena e média produtividade.". **Autor:** Senador **Eliseu Resende**. **Resultado: Aprovado. ITEM 1** – Decisão Não –Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009**."Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências." **Autor**: Senador **Raimundo Colombo**. **Relator:** Senador **João Durval**. **Relator "ad hoc":** Senador **Antônio Carlos Júnior. Parecer:** Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2009, com a Emenda nº 01 – CI. ITEM 4 –** Decisão Terminativa. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2008**."Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais."**Autor:** Senador **Renato Casagrande**. **Relator:** Senador **Wellington Salgado**. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2006. ITEM 5 –** Decisão Terminativa. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2007**."Altera a Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água."**Autor**: Senador **Antonio Carlos Valadares**. **Relator**: Senador **Gilberto Goellner**. **Parecer:** Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 01 – CI (Substitutivo) apresentada. A matéria irá a Turno Suplementar. ITEM 3** – Decisão Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2006**."Dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença." **Autor:** Senador **Marcos Guerra**. **Relator**: Senador **Gilvam Borges. Relator "ad hoc":** Senador **Wellington Salgado. Parecer:** Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Parecer do Relator "ad hoc",** que reformula o voto e conclui pela Rejeição do Projeto. **Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006. ITEM 6 –** Decisão Terminativa. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, DE 2007.**"Acrescenta artigo à Lei n° 9.847, de 26 de outubro de 1999, para determinar a divulgação, pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, de relatórios periódicos dos postos de combustíveis autuados, interditados e fiscalizados, bem como daqueles sem

fiscalização há mais de um ano." **Autor:** Senador **Álvaro Dias**. **Relator:** Senador **Eliseu Resende**. **Parecer:** Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2007, com a Emenda nº 01 – CI. ITEM 7 –** Decisão Terminativa. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2005**. "Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL)." **Autor:** Senador **Valdir Raupp**. **Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2003.**"Altera a Lei nº 10438 de 26 de abril de 2002, que trata da expansão da oferta da energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dá outras providências." **Autor:** Senador **Garibaldi Alves Filho. Relator:** Senador **Eliseu Resende**. **Parecer:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2003, na forma do substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator Senador Eliseu Resende. ITEM 8 –** Decisão Terminativa. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2005**. "Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet". **Autor:** Senador **Romero Jucá**. **Relator**: Senador **Gilvam Borges**. **Relator "ad hoc":** Senador **Wellington Salgado. Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005.** Usaram da palavra os Senhores Senadores **Gilberto Goellner, Adelmir Santana, Neuto de Conto, Paulo Duque, Fernando Collor, Wellington Salgado, Efraim Moraes, Osvaldo Sobrinho e Mão Santa.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às dez horas e dois minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 36ª e 37ª Reuniões. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presidência comunica o recebimento de correspondência de autoria do Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, encaminhando Projeto de Lei produzido pela Frente Parlamentar da Agropecuária sobre as mudanças na legislação ambiental que estão em curso aqui no Congresso Nacional. O material contempla publicação de divulgação do seminário Código Ambiental Brasileiro – Pacto Federativo Ambiental Brasileiro Descentralizado, incluindo a apresentação do PL nº 5.367/2009, que institui o Código Ambiental Brasileiro, um quadro comparativo entre a legislação ambiental atual, e o Projeto do Código Ambiental Brasileiro e uma cópia do PL 5.367, de 2009, elaborado em conjunto pelos 266 membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, formada por 231 Deputados Federais e 35 Srs. Senadores. O Código Ambiental Brasileiro pretende acabar com a centralização da legislação ambiental vigente e será uma norma de linhas gerais, na qual os Estados terão autonomia para fazer as suas próprias leis de proteção da natureza em complemento à legislação nacional, como já prevê o art. 24 da Constituição Brasileira.

Gostaria aqui de assinalar também às Sras. e aos Srs. Senadores que no último dia 5, segunda-feira, demos início ao debate sobre o Marco Regulatório do Pré-Sal. Foi realizado o primeiro painel, de uma série de quatro que estão programados para as próximas semanas, e o tema do primeiro painel foi "Regime de Partilha x Regime de Concessão". Foi um debate extremamente produtivo e que contou com a presença de palestrantes como o Dr. Guilherme Estrella, Diretor de Produção da PETROBRAS, a Dra. Marilda Rosado de Sá, Advogada, Professora da UERJ e ex-Superintendente de Promoção de Licitações da ANP, do Dr. Ivan Simões Filho, Geólogo, Doutor em Geofísica, ex-Superintendente da ANP, membro do Comitê de Exploração do IBP, do Dr. Edmar de Almeida, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Dr. Júlio Bueno, Secretário de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

O Diretor de Produção da PETROBRAS, na oportunidade, afirmou que a escala de investimentos e equipamentos exigidos pelo pré-sal justifica a importância da estatal como operadora única no Projeto. Também foi tratado sobre a questão do regime de partilha especificamente e, segundo o diretor Estrella, o regime de partilha prevendo que a PETROBRAS como operadora única das áreas a serem exploradas com participação de terceiros nas licitações fará com que a estatal também possa participar sem estar associada a outras empresas. O óleo a ser explorado será dividido em duas partes: a primeira, denominada "óleo custo", será usada para cobrir dispêndios em operação e es-

trutura de produção; a sobra, que constitui a segunda parte, é chamada de "óleo lucro" e vai ser objeto da licitação, que terá como vencedora a empresa que oferecer maior participação à União nesse montante. A PETROBRAS será detentora de no mínimo, em todos os casos, 30%.

O regime de partilha, no entanto, naquela nossa reunião do último dia 5, foi criticada pelo Dr. Ivan Simões Filho. Para ele, os investidores que vão arcar com o risco dos empreendimentos devem ter o poder de influenciar na forma como os investimentos serão gerenciados. O que nos preocupa no Projeto, segundo ele, é que a PETROSAL, que é a empresa a ser criada para gerir os recursos oriundos da exploração do óleo na camada de pré-sal, tem 50% dos votos, com direito de veto e voto de qualidade, sem obrigação jurídica ou financeira, ou seja, quem toma as decisões não precisa ouvir empresas consorciadas, não tem responsabilidade sobre tomadas de decisões e nem sempre vai avalizar ou avaliar os riscos inerentes. Também afirmou o Dr. Simões criticando a operação única das jazidas pela PETROBRAS. Ele disse reconhecer a competência da estatal na exploração mundial de águas profundas, mas assinalou que esse esforço pode ser compensado com outras operadoras, que teriam muito a contribuir nesse novo desafio.

Por sua vez, a Dra. Marilda Rosado de Sá frisou que o Brasil precisa compartilhar a sua experiência na exploração de petróleo. Ela ressaltou que a ordem jurídica internacional leva em conta a expectativa do investidor.

Na avaliação do Dr. Edmar de Almeida, nenhum regime de exploração é superior a outro, ou seja, ele considera tanto o regime de partilha como o regime de concessão tão bom um quanto ao outro, tendo em vista que as empresas exploradoras atuam em ambas as modalidades, que por sua vez apresentam vantagens e desvantagens específicas. Segundo ele, o problema não é o regime de partilha ou de concessão, explicando que o mais importante é a qualidade do ambiente jurídico e institucional.

O Senador Francisco Dornelles perguntou, na ocasião, se a PETROBRAS teria condições de participar de todos os consórcios para a exploração do pré-sal. O diretor de exploração da PETROBRAS, o Dr. Estrella, disse que haverá uma sinergia entre a estatal e os seus parceiros e que não vislumbra a possibilidade futura de conflitos entre as propostas que comporão os poços. A Dra. Marilda Sá afirmou que há ambivalências no projeto, do regime de partilha, que propõe este regime, para a exploração do pré-sal, advertindo que qualquer incongruência não passará no controle de qualidade do Judiciário. O Dr. Júlio Bueno, entretanto, disse entender que o controle estratégico previsto pelo Brasil na exploração do pré-sal encontra-se absolutamente dentro da legislação atual.

Ficou também visto nesta abertura dos painéis que tratarão do Marco Regulatório do Pré-Sal, que o petróleo continuará sendo importante, pelo menos até 2030, quando se prevê que o seu consumo diário poderá chegar a 100 milhões de barris, de acordo com a Agência Internacional de Energia, num estudo elaborado em 2006. Uma parcela de 30 a 40 milhões de barris, segundo ainda a Agência Internacional de Energia, será proveniente dos campos que se encontram hoje em operação, quer dizer, o restante teria que vir de novas descobertas, novas jazidas e utilização dessas jazidas. E esses campos, aqueles que estão hoje em operação, de acordo com o relatório, registram atualmente um declínio natural da sua produção em torno de 10%, o que faz com que ainda haja uma maior necessidade de aumento da produção de óleo nos próximos anos, até 2030. Isso aponta para a dramaticidade e a agudeza do que vai caracterizar a indústria petrolífera mundial nos próximos anos. Essas empresas vão ter que descobrir campos suficientes para produzir de 60 a 70 milhões de barris por dia. Isto configura a importância fundamental da área de produção e exploração nas próximas décadas para atender à demanda mundial e aí se insere notadamente a questão do nosso pré-sal.

É importante que nós tenhamos uma exata noção e consciência do que significa em termos econômicos e, consequentemente, no seu desdobramento no campo social, a descoberta dessas grandes jazidas de pré-sal na nossa plataforma continental. Hoje as reservas conhecidas do Brasil estão estimadas em 14 bilhões de barris de petróleo e somente 80% dessa estimativa já comprovadas do que o pré-sal poderá fornecer chega a 30 bilhões de barris, no mínimo. Então daí nós podermos depreender a enorme importância que teve essa descoberta, graças ao trabalho de nível excepcional desenvolvido pela PETROBRAS e pelos seus técnicos, e, também, a enorme responsabilidade que o povo brasileiro, por intermédio do seu Governo, passando pelo Parlamento Brasileiro, terá no estabelecimento da destinação dos recursos auferidos por essa exploração do óleo na camada de pré-sal.

Vale também assinalar que a preocupação com a questão energética e a busca por alternativas aos combustíveis fósseis vêm assumindo um papel de destaque no processo decisório dos países e em suas políticas públicas na área energética. O Brasil destaca-se como depositário da matriz energética mais limpa do mundo e como detentor de importantíssimo conhecimento acumulado na área dos biocombustíveis, em particular

no uso do etanol, com base na cana-de-açúcar, como combustível automotivo que vem acontecendo desde a década de 70.

Desejo também, ainda na fase dos comunicados, anunciar às Sras. e aos Srs. Senadores o lançamento da 6ª Edição do Boletim Informativo da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Nós temos aqui o nosso último exemplar. Esses exemplares estarão sempre disponíveis na Secretaria da Comissão de Serviços de Infraestrutura e distribuídos através do nosso *mailing*. Os Srs. Senadores e Senadoras presentes já devem tê-lo recebido no dia de hoje.

Também na última Reunião Ordinária da Comissão, presidida pelo Senador Ministro Eliseu Resende, foram tratados assuntos de muita importância, como o PLS 311/09, que tem como relator o Senador Gilberto Goellner, que ofereceu enriquecedoras emendas ao projeto, que já foi lido na ocasião e que hoje consta da pauta para a sua votação. Foi também discutido o projeto que obriga os revendedores de combustíveis a disponibilizar em local visível, informações detalhadas e atualizadas sobre a composição dos preços de venda por eles praticados. Também o Projeto PLS 195/09, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que proporciona aos consumidores mecanismos de aferir práticas de manipulação conjunta de preços e de formação de cartel por postos de revenda. E, também, foi aprovado nesta Reunião Ordinária, presidida pelo Senador Ministro Eliseu Resende, o requerimento apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro solicitando a realização de uma Audiência Pública com os Ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que eles prestem esclarecimentos sobre e em que condições o Governo Brasileiro negociou ou renegociou com o Governo Paraguaio o tratado da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Na realidade, não houve uma renegociação do Tratado, até porque o Tratado é inegociável. O que houve no meu entender, mas isso será colocado aqui por ocasião da realização da Audiência Pública, foi uma interpretação mais elástica de alguns artigos que compõem o Tratado que deu origem à Usina Hidroelétrica de Itaipu.

Hoje nós temos em nossa pauta diversos itens, decisões não-terminativas, decisões terminativas. Necessitamos de quorum para fazermos votar essas matérias e, por isso, mais uma vez, solicito aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estejam nas dependências do Senado e que sejam membros dessa Comissão que, por favor, compareçam para que nós possamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eu gostaria de submeter à decisão do Plenário se poderíamos ir invertendo a pauta na medida em que estivessem chegando as Sras. e os Srs. Senadores, tendo em vista decisões não-terminativas e terminativas. As Sras. e os Srs. Senadores que concordarem com a inversão da pauta na medida em que isso se fizer necessário em função da presença das Sras. e Srs. Senadores em Plenário permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos ao Item 2 da pauta, decisão não-terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2009, que *"Institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica – REINFA e estabelece medidas de estímulo de produção e ao consumo de energia limpa"*. O relator é o Senador Gilberto Goellner, favorável ao Projeto, o Relatório do Senador Goellner, com cinco emendas que ele apresenta. Como observações: a matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa; e na Reunião do dia 1º de outubro de 2009, foi lido o relatório e adiada a deliberação. A matéria continua em discussão. Eu passo a palavra ao relator, o Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu gostaria de já entrar para tornar... De entendimento a todos os Senadores presentes que irão deliberar sobre a matéria eu poderia traçar uma breve consideração sobre o que versa esse Projeto de autoria de V. Exª. Ele institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica, ele tem a denominação REINFA, e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa.

No mérito, é a primeira comissão que ele passa, ele vai em seguida à Comissão de Assuntos Econômicos. Os benefícios tributários são concedidos às pessoas jurídicas que exerçam atividades tanto de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia por fontes alternativas, assim como de novas tecnologias de armazenamento de energia. Propõe, também, desonerar a geração de energia elétrica de fonte eólica, solar e marítima – isso aí foi acrescentado – e a produção de veículos tracionados por motor elétrico, híbrido ou não. Essa é a nova, eu diria assim... Ela não entra em conflito com os mananciais de petróleo que o País têm, mas porque é uma energia que ainda necessita esses auxílios de desoneração tributária para que, principalmente, sejam desenvolvidas pesquisas, principalmente nos casos dos motores elétricos híbridos ou não híbridos. E, também, ele inova, porque ele concede também desoneração tributária de PIS/PASEP e COFINS sobre a receita bruta e também PIS/PASEP na importação e COFINS também na importação incidente sobre todos os bens e similares, sem similar nacional, que

são importados e necessitam ser incluídos na montagem desses equipamentos. E, também, sobre serviços necessários a atividades incluídas no regime quando importados diretamente pela beneficiária.

Eu diria que é um Projeto muito oportuno, ele vem de encontro hoje ao desenvolvimento dessas energias alternativas, as mais limpas sobre o aspecto do meio ambiente, ele também prevê a isenção do imposto, do IPI, sobre os bens necessários às atividades previstas no regime em toda a cadeia quando adquiridos por pessoa jurídica, que terá que ser habilitada no Programa REINFA, bem como sobre os veículos tracionados por motor elétrico, híbridos ou não. Nesse caso são asseguradas e mantidas a utilização dos créditos do IPI relativos às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na industrialização dos bens.

Outro item que eu acho de relevância é que para evitar o uso indevido dos benefícios previstos no art. 5º do mesmo, os bens adquiridos com incentivo obrigam ao prévio pagamento de contribuições e impostos isentos, salvo se for realizado por pessoa ou entidade que goze de igual tratamento tributário, mediante prévia decisão de autoridade administrativa da Receita Federal, ou após o decurso do prazo de cinco anos, contado da data de aquisição mercado interno, do fato gerador ou do registro de declaração de importação.

Eu gostaria de passar rapidamente também para o Voto com as emendas propostas. O Voto é pela aprovação do PLS 311 com as seguintes emendas:

Emenda 1ª no art. 2º do Projeto, com a seguinte redação: I- pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia com base em fonte eólica, biomassa, solar e marítima e por pequenas centrais hidrelétricas – isso daí foi a grande inovação também -, bem como de novas tecnologias e materiais de armazenamento, as PCHS até 30 mega; II- Geração de energia elétrica por PCHS ou por fonte eólica, solar, marítima e térmica que utilize o biogás proveniente de produtos agrícolas, dejetos orgânicos, lixos e aterros sanitários;

A 2ª emenda no art. 3º, item IV: a contribuição para o PIS/PASEP e COFINS sobre bens adquiridos no mercado interno necessários para as atividades previstas no art. 2º dessa Lei e adquiridos diretamente pela beneficiária inscrita no REINFA;

A 3ª emenda, também no art. 3º do Projeto: nas notas fiscais relativas às vendas que tratam das isenções previstas no inciso IV, deverão constar a expressão: *"Venda efetuada com suspensão das exigibilidades da contribuição do PIS/PASEP e do COFINS, seguida com especificação do dispositivo legal correspondente"*; no § 8º, são asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos de PIS/PASEP e COFINS relativos às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na industrialização dos bens de que trata o inciso IV desse artigo;

A 4ª emenda: dê-se ao art. 4º do Projeto a seguinte redação: *A adesão ao REINFA fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos e contribuições administrados pela Receita Federal, assim como ao cumprimento do índice mínimo de 60% de nacionalização dos equipamentos, quando aplicável – conforme regra estabelecida pelo Poder Executivo*;

A 6ª emenda, no art. 8º do Projeto, os seguintes incisos: *§ 3º – a energia elétrica gerada a partir de fontes citadas no inciso II, do art. 2º, se dependentes diretamente de variações climáticas, deverá ser considerada nos mecanismos de realocação de energia para mitigação dos riscos relacionados às referidas variações; no § 4º – a energia gerada a partir das fontes citadas no inciso II, do art. 2º, proveniente de plantas com capacidade de até 30.000 KVA na produção e no consumo, estará isenta de tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, desde que a isenção na sua totalidade seja transferida ao consumidor final*. Então esse também vem de encontro ao barateamento da energia.

Então seriam essas as principais considerações, já que o Projeto foi lido na reunião anterior dessa Comissão. Eu vejo que ele está prontinho. Eu gostaria só de dizer que em tramitação na próxima Comissão, que é a CAE, ele poderá ser analisado então nos aspectos totais, que vão ter a oportunidade ainda de incluir, vai ser discutido e com a possibilidade de colocar alguma emenda. Então é nesse sentido que o nosso Voto é pela aprovação desse Projeto e a implantação urgente, não é Senador Collor, porque o Brasil está precisando do incremento de toda essa atividade de energia limpa e que nós vamos dar com isso daí um incentivo muito grande às empresas que vão se dedicar à produção, montagem, fabricação desses equipamentos, que hoje são totalmente, no caso da energia eólica, totalmente importados. Já temos em andamento, mas precisamos constituir uma indústria nacional amparada por esses incentivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Parabéns pelo Projeto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Goellner. Como sou o autor dessa proposição, eu passo a presidência ao Ministro Senador Eliseu Resende para conduzir o Projeto de discussão e de votação.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu assumo temporariamente essa presidência para tratar desta matéria, de autoria do Senador Fernando Collor, de grande importância para a definição das fontes de energia do Brasil, particularmente para a utilização da energia limpa. O Projeto de Lei foi muito bem analisado pelo relator, o Senador Gilberto, e temos condições de dar sequência à sua apreciação. A matéria já foi discutida, mas nós colocaremos... Parece que o Senador--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Só uma questão, um questionamento que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tem sequência a discussão da matéria então.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu li aqui e ouvi atentamente o Relator, compreendo a importância do Projeto e quero parabenizar ao autor, mas uma coisa me chamou a atenção, de uns anexos do relatório, tem aqui um dispositivo da Lei Complementar 123, é apenas para entender o porquê é que... E procurei no bojo, no bojo de todo o Relatório, e não vi nenhuma citação sobre a Lei 123, que trata da questão da micro e pequena empresa, da Lei de Incentivo, Super Simples. Eu queria entender o porquê estar anexado aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Perguntamos ao Senador Gilberto se gostaria de manifestar-se com relação--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Só para o entendimento desse Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --à intervenção do Senador Adelmir Santana.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu precisaria de um pequeno espaço de tempo para a gente se pronunciar, eu vou analisar, agora é que eu vou me localizar com o Projeto, porque eu só fiz a relatoria agora, eu relatei, mas eu quero ler o teor do Projeto para analisar e poder responder à indagação do Senador Adelmir Santana.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Continua a matéria em discussão. Com a palavra o Senador.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Senador Eliseu Resende, Srs. e Sras. Senadoras. É uma matéria de uma importância que chega a esta Casa através das mãos do eminente Senador Fernando Collor, muito bem relatado pelo Senador Gilberto Goellner.

A energia praticamente é a fonte de todo o desenvolvimento. Se nós analisarmos o início da Revolução Industrial no Século XVIII, o grande debate no mundo foi o carvão e o vapor, porque produziam energia. O Século XIX deu um outro salto de qualidade na primeira grande Revolução Industrial também com fundamento na energia, já baseado na energia elétrica e, principalmente, no petróleo. Todos os avanços que nós encontramos no nosso século e na nossa era, todos eles têm um direcionamento muito forte, porque sem energia não se instala indústria, não se emprega pessoas, sem energia não existe hipótese de desenvolvimento.

Em discussão no mês passado no MERCOSUL, onde eu faço parte do Parlamento, discutimos o problema de Itaipu, Itaipu/Paraguai, quando os parlamentares e, principalmente, o grande debate no último pleito eleitoral foi buscar receitas na venda da energia de Itaipu que pertence ao Paraguai e vende o Brasil. Eu cito porque o nosso Presidente Fernando Collor citou há pouco sobre essa energia. Eu dizia naquele momento que estava estranhando, que a grande luta é vender energia, e quem tem energia tem a oportunidade, tem os caminhos para desenvolver o País, dar emprego, renda e desenvolvimento, que o Paraguai precisa. Eles têm a fonte primeira para conduzir ao mundo para investir no seu País e dar renda e emprego sem, em nenhum momento, se desfazer ou buscar alternativas dos nossos acordos internacionais, que temos com eles, para debater de uma energia quando eles têm necessidade e a necessidade primeira para o desenvolvimento daquele País.

Por isto, eu renovo a minha alegria, a minha satisfação de estar aqui nessa Comissão, Sr. Presidente, porque discutir energia é discutir crescimento, desenvolvimento, é discutir futuro. Todos os países, aqui na nossa própria América, no Caribe, que não têm energia, se nós passarmos por eles, vamos ver uma decadência permanente, contínua e com crises periódicas, porque a grande fonte deles é a política, não é o desenvolvimento e o crescimento, porque eles não têm a fonte necessária para exercer essa atividade governamental.

Por isso, eu quero cumprimentar ao autor dessa proposta, que é mais uma ampliação, mais um caminho de desenvolvimento, e o relator pelo brilhante relatório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A matéria continua em discussão.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, mais uma vez eu queria, agora já me redimindo do questionamento inicial, realmente no art. 2º, inciso III, § único, faz uma alusão à Lei 123, talvez

por isso esteja anexado àquele dispositivo. Diz assim: É vedada a adesão a essa REINFA de pessoa jurídica optante pelo regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidas pelas microempresas, empresas de pequeno porte, simples nacional, tal e tal. Peço escusas pela colocação inicial, mas está aqui contemplado e a razão de estar anexo à 123.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado ao Senador Adelmir Santana. Não havendo mais quem queira discutir, colocaremos a matéria em votação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente Eliseu Resende, eventual, desse Projeto. É muito importante estarmos aqui nesse momento discutindo esse assunto. Veja bem, institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Agora eu não vi, Presidente, nenhuma ideia em todo o Projeto sobre a energia nuclear, que é uma energia limpa, não sei se propositadamente ou se por algum outro motivo qualquer não foi considerada essa hipótese da energia nuclear, que na Europa é uma constante, há uma gama muito grande, e aqui no Rio de Janeiro, aqui no nosso Estado do Rio de Janeiro já foi implantada depois de muita dificuldade, muita discussão, muita restrição, no regime Geisel ainda, se eu não me engano, duas usinas de energia nuclear, mas que são responsáveis pelo fornecimento da energia de 53% do nosso Estado do Rio de Janeiro.

Talvez esse assunto até nem caiba nessa discussão, mas de qualquer maneira eu quero lembrar essa particularidade, que eu acho muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Agradecemos a colocação do Senador Paulo Duque, lembrando que o Brasil já está inserido entre os países do mundo na instalação de geração de energia nuclear através dos projetos em Angra, no Estado do Rio de Janeiro, Angra I, Angra II e Angra III. Quando se trata de incentivo a fontes alternativas de energia de caráter tributário, normalmente a energia nuclear não é contemplada, uma vez que corresponde a uma programação específica que envolve alta tecnologia no desenvolvimento do combustível correspondente e na implantação da própria geração. O que importa, acima de tudo, como diz V. Exª., trata-se efetivamente de uma energia limpa, muito embora apresente características especiais com relação à segurança, mas o Brasil já está inserido neste programa, já está construindo três usinas nucleares, com perspectivas para construir um elenco maior de unidades no Brasil.

Perguntaria ao Presidente Fernando Collor se, como autor do Projeto de Lei, se gostaria de manifestar-se a respeito.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu agradeço ao Presidente, Senador Ministro Eliseu Resende, pela oportunidade que me dá. A explanação que V. Exª. já fez pela demanda apresentada pelo ilustre Senador Paulo Duque já é suficiente, acredito, para preencher a dúvida existente. Mas o REINFA, sobretudo, tem como objetivo tratar das fontes alternativas de energia elétrica. A energia nuclear já faz parte da nossa matriz energética também e nós não estamos tratando aqui de todas as fontes outras que sejam alternativas àquelas fontes que não constem da nossa matriz energética.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): As palavras do Presidente Fernando Collor estão corretas. Trata-se, no caso da energia elétrica, de geração térmica também. Apenas o combustível, ao invés de ser o carvão ou um derivado de petróleo, como é o óleo diesel, o insumo indutor da fonte de energia é o urânio, uma riqueza mineral existente no País. Está inserida, portanto, no elenco das termoelétricas.

Nós continuamos com o assunto em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação o relatório que conclui pela aprovação do Parecer do Senador Gilberto Goellner, com cinco Emendas apresentadas. Os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovam o Parecer permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

Em sequência, ainda na presidência da sessão, vou apresentar à apreciação do Plenário um requerimento do Senador Fernando Collor dizendo que, *"Nos termos do art. 50 e do art. 58, § 2º, inciso III, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convocado o Sr. Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que compareça a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura para discorrer e prestar esclarecimentos acerca de todos os investimentos, linhas de crédito e demais financiamentos disponibilizados pelo seu Ministério por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, bem como sobre a previsão de participação daquele banco no Programa de Exploração do Petróleo na Camada de Pré-Sal"*. Colocaremos o requerimento do Senador Fernando Collor em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senado-

ras que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

Eu devolvo a presidência da sessão ao Senador Fernando Collor.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu agradeço ao Senador Ministro Eliseu Resende pela condução da presidência dos nossos trabalhos.

Eu reiniciaria também com a leitura de um requerimento que tenho sobre a mesa, de autoria do Senador Ministro Eliseu Resende, vazado nos seguintes termos: *"Requeiro, com fundamento no art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em parceria com a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, realize o seminário intitulado 'Campos Marginais – Um novo modelo', de acordo com o programa anexo, que tem como objetivo debater a política de exploração de campos petrolíferos de pequena e média profundidade".* Vem a justificação, que é bastante fundamentada. Coloco, portanto, o requerimento do Senador Eliseu Resende em votação.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de colocar em votação, com a palavra o autor do requerimento, o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É uma sugestão que nos foi trazida por vários parlamentares, Deputados e Senadores, no sentido de que esta Comissão de Infraestrutura faça o debate da produção de petróleo em terra, no continente, no Brasil, analisando os chamados campos marginais, onde se realizam as pequenas produções de petróleo.

O Brasil está se caracterizando por uma potencialidade enorme de petróleo, de reservas de petróleo na plataforma continental. Historicamente nós produzíamos petróleo no continente através de pequenas perfurações e no Brasil era sempre falado que não tinha petróleo. No entanto, essas atividades de produção de petróleo na superfície têm a sua importância e somam quantidades expressivas. A Agência Nacional do Petróleo abriu licitação para pesquisa não apenas de petróleo, mas também de gás natural, em vários pontos das bacias sedimentares e interiores do Brasil, particularmente na Bacia do São Francisco, onde já se demonstra a existência em pequena quantidade, a manifestação de existência em pequena grande de gás natural e de petróleo. Há licitações e contratos de concessão assinados em várias áreas do Estado de Minas Gerais e há uma produção expressiva no Estado do Rio Grande do Norte e no Estado da Bahia, podendo ser licitados outros Estados.

É importante que essa Comissão de Infraestrutura analise essa atividade de produção do petróleo em terra ao lado da análise da produção na plataforma, como é o pré-sal, para que nós tenhamos uma configuração, um espectro mais pleno das potencialidades do Brasil de produzir os hidrocarbonetos.

Essa é a explicação que dou para o meu requerimento, Sr. Presidente, e o assunto será debatido aqui com autoridades e com parlamentares, lembrando, como afirmou o nosso Presidente, que é uma Audiência Conjunta da Comissão de Infraestrutura do Senado com a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para discutir, o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós tivemos aqui algumas discussões com especialistas sobre o pré-sal onde eu adquiri algumas informações que foram passadas aqui como, por exemplo, que 5 bilhões de barris teriam sido explorados ao longo de 32 anos na Bacia de Campos. E a operação que nós estamos dando como aumento de capital para a PETROBRAS é justamente a quantidade de 5 bilhões de barris, naquela operação para capitalizar a PETROBRAS. Informações com amigos do mercado, amigos mesmo, me passaram que isso não é verdadeiro. Na verdade, foram tirados mais de 5 bilhões de barris de petróleo e, consequentemente, eu fiquei em dúvida sobre as informações que foram passadas aqui por alguns especialistas.

Eu queria ver se nesse requerimento, claro que é um requerimento de exploração de petróleo em terra do Senador Eliseu Resende, se nós poderíamos, de alguma maneira, eu trazer um especialista conhecido da área de empresa internacional, não nacional, mas que é brasileiro, que desse de repente numa pontinha do Senador Eliseu para falar especificamente ouvindo um outro lado da história, porque eu fiquei confuso. Eu saí daqui certo que tinha absorvido informações corretas e, de repente, elas estão totalmente erradas. Eu não sei se vale a pena um outro requerimento para não misturar com o do Senador Eliseu ou se poderia trazer um simplesmente para debater esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Wellington Salgado, existem algumas alternativas que eu gostaria de colocar diante de V. Exª. para a sua decisão. Nós tanto poderemos incluir este seu convidado num dos painéis

que estão sendo realizados neste mês de outubro e na primeira semana de novembro sobre o Marco Regulatório do Pré-Sal, e isso aceleraria a adesão à sua ideia, ou poderíamos também colocá-lo, se assim concordar o autor do requerimento, dentro desta Audiência Pública Conjunta com Minas e Energia da Câmara dos Deputados, ou outra como V. Exª. decidir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se V. Exª. e a Comissão autorizar, eu preferiria na do pré-sal, já que o requerimento do Senador Eliseu me interessa também e é um assunto do petróleo em terra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Depois eu encaminharei o ofício e aí, se V. Exª. autorizar, para poder colocar esse convidado na mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida, eu peço à Secretaria da Mesa que prepare o requerimento na hora que o Senador Wellington Salgado apresente o nome do seu convidado e incluí-lo num dos painéis sobre o Marco Regulatório do Pré-Sal, que estaremos realizando nas próximas semanas deste mês de outubro.

Continua em discussão o requerimento. Senador Presidente Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, nós até agora, o Brasil, nós tivemos 33 Presidentes da PETROBRAS, 33 ou 34, sendo que o primeiro foi o Senador, Governador e etc. Joacir Magalhães. Ficou lá nove meses apenas, nomeado pelo então Presidente Vargas, em 1954. Uma das primeiras providências que o Presidente da PETROBRAS tomou foi contratar o mais renomado geólogo mundial, chamado Mr. Walter Link. V. Exª. sabe disso. Ele veio com a sua equipe num contrato milionário, quase que um ato secreto, e que só agora, depois de muito tempo, como eu faço parte da Comissão da CPI da PETROBRAS, solicitei que o relatório do Sr. Walter Link e da sua equipe fosse fornecido à CPI. Confesso que eu não esperava que viesse, mas veio, para surpresa minha. Um relatório famoso, uma espécie de ato secreto da época pelo volume de pagamentos que se fez. Então existe um estudo mais pormenorizado em que durante dez anos o Sr. Walter Link, geólogo famoso, sua equipe e alguns geólogos brasileiros ficaram percorrendo o Brasil, só o Brasil, a sua terra, não no mar, com conclusões interessantes, mas não positivas. No final, no final ele aponta para o mar no seu relatório, ao mar, mas sem fazer afirmativas concretas e positivas.

É bem oportuna essa sugestão do nosso Senador Wellington Salgado porque eu pretendo trazer, e não é mais segredo, não é mais ato secreto, porque já foi fornecido à CPI, esse famoso relatório do Sr. Walter Link, para que a Comissão dele tome conhecimento. Eu acho que isso é bem oportuno e combina muito bem com as dúvidas do nosso Senador Wellington Salgado. Era essa a informação que eu queria dar a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A informação e a solicitação de V. Exª. será incorporada ao requerimento apresentado pelo Senador Wellington Salgado.

Continua em discussão o requerimento do Senador Eliseu Resende. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Item nº 1 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2009, que *"Altera a Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências".* O autor é o Senador Raimundo Colombo. O relator é o Senador João Durval. Parecer favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta. Como observações: a matéria irá à Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa; a matéria constou da pauta da reunião dos dias 3 e 17 de setembro de 2009 e 1º de outubro de 2009; no dia 1º de outubro de 2009 foi lido o relatório e adiada a deliberação. Designo como Relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior. Com a palavra V. Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Só vou fazer um resumo para que todos os Senadores tenham uma ideia do que se está votando.

O Projeto não apresenta nenhum problema de constitucionalidade, regimentalidade, técnica legislativa e juridicidade. O Projeto reduz a assimetria de informações entre a empresa de revenda de combustíveis, detentora de informações sobre o mercado de combustíveis, e o consumidor, que muitas vezes não possui informações sobre a composição do preço de combustível. A publicidade dessas informações servirá para tornar mais transparente para o consumidor o mercado de combustíveis, de modo que as empresas do setor e as autoridades de defesa da concorrência e a ANP possam ser mais facilmente questionadas quanto a eventuais práticas consideradas abusivas ou anticoncorrenciais. Propõe-se apenas uma alteração na ementa do Projeto para bem detalhar o tema.

Então o Voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação, com a emenda na ementa que diz: *"Acrescente-se ao § 3º, do art. 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para determinar aos postos revendedores de combustíveis que disponibilizem aos consumidores in-*

formações detalhadas sobre a composição do preço de venda de cada tipo de combustível". Esse é o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Continua em discussão a matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para discutir, Senador Goellner. Se eu pudesse solicitar aos Srs. e Sras. Senadoras que pudéssemos encurtar ao máximo o tempo das intervenções, sem prejudicar a qualidade das intervenções, para que nós aproveitemos o quorum, já que está alto neste momento, e possamos dar prosseguimento a todos os itens da pauta. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu só gostaria do louvar o Projeto, dando como exemplo que no dia de hoje sobem os preços dos combustíveis no tocante ao álcool e à gasolina, conjuntamente. Vejo que o combustível álcool, foi fortemente represado o seu preço, e sempre que há um ajuste se coloca normalmente ao revendedor, e essa abertura de preço vai propiciar mostrar todos os preços abertos na cadeia, o que é que são tributos, o que é que custa a distribuição. Eu vejo que nós teríamos que abrir toda a cadeia para ficar bem explícito, como qual é o custo de produção, ele FOB, indústria, usina, o que é que custa a distribuição, o que é que são taxas e impostos e, depois, qual é o lucro da revenda. Então nesse sentido, se ele vai possuir todos esses itens abertos, se há a demonstração desse preço, nós vamos contribuir muito para a abertura, para a transparência ao consumidor final, para ele saber realmente qual é o motivo que houve, se é o custo na origem ou foi o custo na cadeia. Parabéns pelo Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Gilberto Goellner. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a matéria permaneçam como estão. Aprovada. A matéria seguirá para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item nº 4 da pauta, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2008, que *"Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que 'estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências', para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais"*. O autor é o Senador Renato Casagrande. O Relator é o Senador Wellington Salgado. O Parecer é favorável ao Projeto. Observações: em 24 de março de 2009, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, aprovou o Parecer favorável ao Projeto; a matéria constou da pauta das Reuniões dos dias 2 de julho deste ano, 6, 13, 20 e 27 de agosto deste ano, 3 e 17 de setembro deste ano e também do dia 1º de outubro de 2009, sendo adiada a sua deliberação; na Reunião do dia 27 de agosto de 2009, foi lido o Relatório e encerrada a discussão da matéria, a votação foi adiada. Passo a palavra ao Senador Wellington Salgado, Relator do Projeto de Lei nº 205, de 2008, do Senado Federal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente e demais Senadores presentes nessa Comissão. Eu vou fazer um resumo, visto que já foi lido o Relatório, para que não venhamos a perder tempo.

O autor da proposição, ao justificar a sua iniciativa, afirma que a impermeabilização do solo em áreas urbanas constitui uma das maiores causas de enchentes nas cidades brasileiras e que o fato é responsável, ademais, pela diminuição da infiltração da água no solo, o que dificulta a formação dos lençóis freáticos. A justificação destaca, ainda, que tradicionalmente o controle de águas no Brasil prioriza tecnologias que visam ao escoamento mais rápido da água proveniente das chuvas. Como consequência direta dessa escolha, aumenta a frequência com que ocorrem as inundações, por causa da canalização que aumenta os picos de vazão ajuzantes. Por fim, o autor ressalta que existe tecnologia capaz de minorar ou, quiçá, evitar os malefícios provocados pelas enchentes, de modo que ao promover a retenção de água pluvial no sistema de drenagem e ao possibilitar a infiltração da água no solo, essas técnicas buscam minimizar os impactos decorrentes dessa corredeira que se forma.

A redução da velocidade de escoamento das águas pluviais é uma diretriz legal. A Lei nº 11.445, de 2007, inclui a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas no conceito de saneamento básico, definindo-os da seguinte forma: conjuntos de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o abastecimento de evasões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas. Ao dispor sobre a cobrança desse serviço a Lei determina que se leve em consideração, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivo de abastecimento ou

retenção de água de chuva (art. 36). Verifica-se que a expressão amortecimento, empregada no texto legal, refere-se à redução da velocidade de escoamento das águas pluviais, objetivo do Projeto em análise. Ainda assim, entendemos que ao determinar a inclusão das medidas destinadas a implementar essa diretriz nos planos de saneamento básico, a proposição contribui para torná-la mais efetiva.

Voto. Com base no exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2008. É este o meu Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em votação a matéria referente ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2008. A votação é nominal. Irei proceder à chamada dos Srs. e Sras. Senadoras para o Voto. Quem votar sim, vota favoravelmente à matéria. Quem votar não, vota contrariamente à matéria. Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gilberto Goellner, Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Neuto de Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Fernando Collor, sim. Quantos temos? Não temos dez. Enquanto aguardamos o Senador Goellner, para acelerar os nossos trabalhos poderemos ir adiante.

Item 5 da pauta, também decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2007, que *"Altera a Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água"*. O autor é o Senador Antonio Carlos Valadares. O Relator é o Senador Gilberto Goellner. Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Observações: em 27/11/2007, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e controle, aprovou o Parecer favorável ao Projeto; depois a matéria constou da pauta das Reuniões dos dias 02/07, 06, 13, 20 e 27/08, 03 e 17/09 e 01/10 de 2009, sendo adiada sua deliberação. Aguardando também o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Estou aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Preciso colher o Voto em relação ao Projeto de Lei do Senado 2005, de 2008, por parte do Senador Gilberto Goellner. Votando sim, favorável à matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E também o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A matéria foi aprovada com doze votos sim. Ela segue agora à Secretaria Geral da Mesa.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, Relator do Projeto de Lei nº 504, para proferir o seu Parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, trata-se também de um Projeto que modifica a Lei 11.445, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água domiciliar. É de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, tem como nº o PLS 504, de 2007, e tem dois objetivos essenciais: estimular atitudes de moderação no consumo de água e fixar critérios de proteção para os consumidores de baixa renda. É nisso que ele inova.

Estabelecimentos de saúde também, nas instituições educacionais e de internação coletiva quanto ao custo do serviço de estabelecimento de água e a interrupção de sua prestação, prestação do serviço. Nesse sentido, a proposição altera a Lei 11.445, que é a Lei que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incluir a moderação do consumo entre os principais fundamentos que norteiam a prestação dos serviços, uniformizar a aplicação do termo subsídio, mantendo-o genérico sem vinculação à expressão tarifas, como consta do Projeto, que ele falava em subsídio tarifário, com o propósito de admitir formas variadas de fornecimento subsidiado, incluir diretrizes na política de saneamento básico e de desenvolver e aperfeiçoar equipamentos e métodos economizadores de água e incorporar aos objetivos da política federal de saneamento básico o incentivo à adoção de equipamentos sanitários que contribuam para a redução do consumo de água, bem como a promoção de uma educação ambiental.

Eu gostaria de salientar aqui na análise que trata-se de uma medida louvável. De fato diante do risco de escassez desse recurso natural, que é a água, impõe-se, como estabelece a proposição, a adoção de medidas de estímulo ao comedimento no consumo de água, seja por meio de ações de educação ambiental, fomento à pesquisa e aportes tecnológicos, que enseja a utilização de equipamentos sanitários mais consentâneos com a preservação desses recursos.

Nós colocamos cinco Substitutivos que versam sobre a adoção de medidas de fomento à moderação no consumo, estímulo ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água, incentivo à adoção de equipamentos sanitários que contribuam para a redução do consumo de água e pela educação ambiental voltada para a economia dos recursos da água pelos usuários.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão o Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 504, que tem como Relator o Senador Goellner. Não havendo quem queira discutir, colocaremos em votação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ele não é em caráter terminativo, Presidente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É terminativo, é terminativo. Vamos colocar em votação. Por gentileza, o Substitutivo para o Senador Paulo Duque. Vamos iniciar o processo de votação. Como vota o Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Valdir Raupp, Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Neuto de Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Fernando Collor, com o Relator. O Senador Heráclito Fortes já votou. Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vamos proclamar o resultado: Doze votos a favor do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2007, nos termos da Emenda nº 1, com o Substitutivo. A matéria irá a Turno Suplementar na próxima Reunião da Comissão, de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

O próximo item da pauta é o Item 3, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006, que *"Dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença"*. O autor é o Senador Marcos Guerra. O Relator *ad hoc* é o Senador Wellington Salgado, a quem passo a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou tentar ser o máximo... Embora o relatório do Senador Gilvam Borges seja um relatório bem feito e enorme *[risos]*, eu vou simplesmente dar uma lida só para esclarecer e passarei imediatamente ao Voto.

Vem para análise dessa Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, que tem como objetivo permitir o desmembramento de uma concessão de lavra ou licença. O Projeto altera o art. 56 do Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença sem a necessidade de autorização do titular do direito minerário preexistente.

O Voto, Sr. Presidente. Tendo em vista as razões acima respostas, o Voto é contrariamente ao entendimento do Relator e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que votarem sim, votam contrariamente ao Projeto; os que votarem não, votam favoravelmente ao Projeto, que recebeu Parecer contrário do Sr. Relator. Vamos fazer a chamada nominal dos Srs. Senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, apenas que há um Voto em separado do Senador Delcídio Amaral sobre isso.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O Voto do Senador Delcídio é contra o Projeto também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É contra que vira a favor ou--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Até porque o Projeto está vindo de uma Medida Provisória, esse Projeto está vindo de uma das Medidas Provisórias que estão para chegar aqui ou já estão no Senado, então não faz sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então podemos proceder à votação, Sr. Senador?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vamos votar. Em votação. Como vota o Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Valdir Raupp já está vindo, está no telefone. Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acompanho o aconselhamento do Senador Eliseu Resende: com o Relator.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Que seguiu o Relatório do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu me abstenho, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Uma abstenção do Senador Marconi Perillo. Senador Neuto de Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Algum Senador ainda não foi chamado? Eu próprio, que voto com o Relator. Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vota com o Relator. O Senador Valdir Raupp está aqui na Secretaria atendendo a um telefonema. Vamos então proclamar o resultado do Item 3 da pauta, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006: onze votos com o Relator e uma abstenção. A matéria está rejeitada.

Vamos ao próximo item da pauta.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Item 6.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que é o Item nº 6, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2007, que *"Acrescenta artigo à Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, para determinar a divulgação, pela Agência Nacional de Petróleo, de relatórios periódicos dos postos de combustíveis autuados, interditados e fiscalizados, bem como daqueles sem fiscalização há mais de um ano"*. O autor é o Senador Álvaro Dias. O Relator é o Senador Eliseu Resende. Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta. Com a palavra o Sr. Relator, o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O nosso Parecer é inteiramente favorável ao Projeto. Apresentamos uma emenda apenas para encontrar a denominação final e definitiva para a Agência Nacional de Petróleo. O Projeto se refere a Agência Nacional de Petróleo – ANP. Essa Agência tem hoje a denominação de Agência Nacional de Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural. Então é só uma emenda para corrigir o nome da Agência Nacional de Petróleo. Somos favoráveis ao Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Chamada nominal dos Srs. Senadores. Os Srs. Senadores que votarem sim, estarão de acordo com o Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2007, e com o Parecer do Relator, o Senador Ministro Eliseu Resende. Como vota o Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu acompanho o voto do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Valdir Raupp? Como vota o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o meu orientador político, o Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, antes de declarar o meu voto favorável ao Parecer do Senador Eliseu Resende, eu recomendo um pouco de cautela com essas adesões ideológicas recentes que V. Exª. tem recebido.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator. Eu peço desculpas porque eu estou dando entrevista para uma rádio lá de Rondônia sobre os Projetos que estão sendo votados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Neuto de Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Fernando Collor, sim. Vamos proclamar o resultado: treze votos "sim" favoráveis ao Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2007. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Vamos ao próximo item da pauta, o Item 7.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Se me permite, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005, *"Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados – PROISOL"*. O autor é o Senador Valdir Raupp. Tramitando em conjunto este Projeto de Lei com o Projeto de Lei também do Senado nº 261, de 2003, que "Altera a Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, que trata da expansão da oferta da energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e dá outras providências". O autor é o Senador Garibaldi Alves Filho. O Relator é o Senador Eliseu Resende. Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005. A matéria constou da pauta de Reuniões dos dias 17 de setembro e 1º de outubro, sendo adiada sua deliberação. Concedo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende para proferir o seu Parecer.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª. e ao Plenário que pudesse retirar essa matéria de pauta. Fui procurado pelo Ministério de Minas e Energia, que quer conversar com o Relator a respeito da matéria, uma vez que vários dos pontos assinalados aqui nos Projetos de autoria do Senador Valdir Raupp e do Senador Garibaldi Alves já estão prejudicados pela legislação posterior à emissão desses Projetos, de forma que se o Plenário concordar, Sr. Presidente, eu solicito a retirada de pauta para análise mais profunda da questão e discussão da matéria com os autores, o Senador Valdir Raupp e o Senador Garibaldi Alves. São matérias de alta relevância, mas que já teriam sido prejudicadas por já estarem inseridas na legislação vigente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por solicitação do Sr. Relator, fica retirado o Item 7 da pauta, o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2003.

Vamos ao Item 8 da pauta, decisão também terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005, que *"Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de internet"*. O autor é o Senador Romero Jucá. O Relator é o Senador Gilvam Borges. Parecer favorável ao Projeto. Eu gostaria de solicitar ao Senador Wellington Salgado que aceitasse ser o Relator *ad hoc* do Projeto de Lei nº 317, de 2005. Com a palavra V. Exª.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu ia dizer a V. Exª. que eu tenho muito orgulho de ser suplente e Relator *ad hoc* várias vezes *[risos]*. Hoje eu vou bater o recorde de relatoria *ad hoc*.

Relatório. Sr. Presidente, como todos já têm conhecimento do relatório, eu vou direto ao Voto dado pelo Senador Gilvam Borges, a quem eu relato *ad hoc* neste momento.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005. É esse o Voto do Senador Gilvam Borges, que eu relato *ad hoc* nesse momento, sobre a matéria que dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de internet, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exª., Senador Wellington Salgado. A matéria vai à votação nominal. Então vai à votação nominal o Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005, com a relatoria *ad hoc* do Senador Wellington Salgado. Os Srs. Senadores que votarem sim, votam favoravelmente ao Projeto e, consequentemente, ao Parecer do Relator. Vou tomar os votos dos Srs. Senadores. Como vota o Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Valdir Raupp, Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acompanhando o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Valdir Raupp, como vota?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Neuto de Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Fernando Collor, também sim. Vamos proclamar o resultado. O Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005, teve treze votos sim. Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu gostaria, antes de encerrar a nossa Reunião, de agradecer a presença de todos os Srs. Senadores, inclusive a do Senador Efraim, que acaba de chegar *[risos]*. Aqui começamos sempre muito cedo, mas o agradecimento em nome da Mesa Diretora dos trabalhos a cada um dos Srs. e Sras. Senadoras que acorreram ao chamamento para que hoje estivéssemos todos presentes em número suficiente para deliberarmos com o quorum matérias já em caráter terminativo e necessitando, portanto, da presença dos senhores.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu quero parabenizar a V. Exª. e aos membros da Comissão, porque de longe acompanhando pela TV, na condição de suplente desta Comissão, sempre cuidando para que o quorum não fosse quebrado. Como havia quorum suficiente e na condição de suplente, só me resta aplaudir aos enormes Senadores pela presença e pela pauta que foi votada.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Sr. Presidente, eu queria somente aproveitar a oportunidade para parabenizá-lo, porque na verdade é difícil acontecer o que acontece nessa Comissão, sempre começando no horário, inglesamente no horário, suiçamente no horário. V. Exª. tem feito aqui um trabalho dinâmico, célere, que na verdade é digno de elogios. Então eu quero dizer que isso para mim é novidade, principalmente no Congresso Nacional, onde têm Comissões aqui que você chega e espera uma hora para começar. Parabéns, realmente é a sua liderança, é a forma como o senhor conduz as coisas com seriedade, com responsabilidade, que faz com que as coisas caminhem dessa forma. Eu fico orgulhoso por isso.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Collor?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho, pelas suas palavras tão generosas, muito grato pela sua presença e pela sua participação aqui decisiva para o bom andamento dos nossos trabalhos. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Collor, eu entendo que ninguém representa e segue Ruy Barbosa. Ele diz: "*Quem cedo madruga, Deus ajuda*". Agora eu digo que passo o dia todo é com sono, viu?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Mão Santa e mais uma vez a todos os Senadores, particularmente ao Senador Wellington Salgado, que hoje serviu como Relator *ad hoc* de forma tão generosa e tão gentil. Muito obrigado a V. Exªs.. A nossa próxima Reunião, Audiência Pública sobre o Marco Regulatório do Pré-Sal, próximo dia 19, às dezoito horas, nesta Comissão. Também gostaria de convidar, mais uma vez, a cada um dos Srs. e Sras. Senadoras para que aqui estivessem presentes na nossa Reunião Ordinária na outra quinta-feira. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 10h02.

Ata da 39ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada Dia 19 de Outubro de 2009, segunda-feira, às 18 horas, no Plenário Nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às dezoito horas do dia dezenove de outubro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, MÃO SANTA, JOÃO PEDRO e ALVARO DIAS**. Comparecem ainda os Senhores Senadores não-membros, **FLÁVIO TORRES e JEFFERSON PRAIA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, comunicando a presença do Senhor José de Melo Gomes, Chefe da Representação do Estado de Alagoas em Brasília. A Presidência anuncia o motivo da Reunião, informando que a Audiência Pública, dentro da **Agenda 2009-2015 "Desafios Estratégicos Setoriais",** atende ao Requerimento nº 39, de 2009-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor**, destinado a debater o Marco Regulatório do Pré-Sal, Painel II – "Criação da Petrosal", com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Wagner Bittencourt** – Diretor de Estruturação de Projetos, Infraestrutura e Insumos Básicos; **Dr. Márcio Rocha Melo –** Especialista em Planejamento e atriz Energética e Presidente da Empresa de Planejamento em energia; **Dr. Maurício Tolmasquim –** Especialista em Planejamento e Matriz Energética e Presidente da Empresa de Planejamento em Energia; **Dr. João Carlos de Luca –** Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **Jefferson Praia, Delcídio Amaral e João Pedro**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. A Comissão de Serviços de Infraestrutura agradece o convite recebido do Diretor-Geral do DNPM, Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, para participar da solenidade de abertura da primeira Semana Nacional de Fiscalização na Mineração, realizada em parceria com o Conselho Federal de Engenharia, Agricultura e Agronomia – CONFEA, no período de 19 a 23 de outubro do corrente ano, em Brasília. O objetivo do encontro é realizar a integração entre profissionais, empreendedores, autoridades e associações que administrem os mesmos ideais, com políticas públicas mais eficientes, assim como avaliar a importância do desempenho pessoal em equipe na tarefa de promover o setor mineral brasileiro, que é indispensável à sociedade brasileira. Desejamos que o evento seja coroado de êxito e que o segmento de mineração tenha reconhecido o seu devido mérito.

Integrando o ciclo de Audiências Públicas promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, Agenda 2009/2015 – Desafios estratégicos setoriais, durante o mês de outubro e início de novembro, estamos realizando Audiências Públicas sobre o tema "Marco Regulatório do Pré-sal", durante este mês de outubro e a primeira semana de novembro, buscando discutir as quatro mensagens encaminhadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.

Tivemos, no último dia 05 de outubro, Audiência Pública com a apresentação do painel nº 1, sobre o regime de partilha, referente ao Projeto de Lei 5.938/2009. Vamos ter na presente Reunião com a apresentação do painel nº 2, "Criação da Petrosal"; depois, o painel nº 3, "Fundo social, projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e de sustentabilidade ambiental", que será realizado, extraordinariamente, não na segunda-feira, 26, mas, sim, dia 27, terça-feira, às oito e meia da manhã, neste auditório, neste Plenário, em função de ter sido transferido o feriado do funcionalismo público para a segunda-feira próxima. E, por fim, o painel nº 4, "A capitalização da PETROBRAS, pesquisa e lavra do petróleo de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas, localizadas no pré-sal", referente ao Projeto de Lei 5.941/2009, que será realizado no dia 09 de novembro, segunda-feira.

Na última reunião realizada, sobre o marco regulatório do pré-sal, nós tivemos, como sempre, debatedores de alto nível, profundamente conhecedores do tema, e o Dr. Guilherme Estrella, Diretor de Exploração de Gás e Óleo da PETROBRAS, ele disse, nesta ocasião, que a escala de investimentos e equipamentos exigidos pelo pré-sal, ele justifica plenamente a importância da estatal como operadora única no projeto. No caso, a estatal é a PETROBRAS. E ela, sendo operadora, ela é capaz, será capaz de maximizar a capaci-

dade de produção, de desenvolvimento, de tecnologia e aperfeiçoamento de mão de obra.

Também o Dr. Guilherme Estrella disse que esse ciclo de painéis sobre o marco regulatório do pré-sal, tratando dessa nova fronteira petrolífera, é de extrema importância que seja bastante debatido no Congresso Nacional para que nós possamos ter uma decisão consensual, o mais rápido possível, para que aproveitemos o tempo que temos pela frente da melhor forma.

O encontro do dia 05 também contou com a participação do geólogo Ivan Simões Filho, ex-Superintendente da Agência Nacional do Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis, ANP; do Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Edmar de Almeida, e do Secretário de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, Júlio Bueno, além da Advogada Marilda Rosado de Sá, ex-funcionária da PETROBRAS e também integrante da... Ex-integrante da ANP.

No dia 05, debatemos fundamentalmente "regime de partilha *versus* regime de concessão". Então, houve uma divisão nas opiniões aqui emitidas sobre qual desses regimes seria o mais adequado para a exploração do pré-sal. Particularmente, eu coloquei a minha posição de ser favorável ao regime de partilha por entender que esse se dará ao Brasil melhores condições e maior rentabilidade para que nós possamos, ao aplicar esses recursos auferidos por essa exploração em fundos que gerem investimentos em desenvolvimento na área do conhecimento, da tecnologia, da ciência, da educação e assim por diante.

O regime de partilha prevê a PETROBRAS, portanto, como operadora única dessas áreas a serem exploradas com participação de terceiros nas licitações, das quais a estatal também poderá participar sem estar associada a outras empresas. O óleo a ser explorado será dividido em duas partes. A primeira, denominada óleo-custo, será usada para cobrir dispêndios em operação e estrutura de produção. A sobra, que constitui a segunda parte, é chamada de óleo-lucro, e vai ser objeto da licitação que terá como vencedora a empresa que oferecer maior participação à União nesse montante. De qualquer forma, a PETROBRAS será sempre detentora de, no mínimo, 30%.

O regime de partilha, como disse, então, anteriormente, nas opiniões a respeito do tema, foi criticado pelo geólogo Ivan Simões Filho. Para ele, os investidores que vão arcar com o risco dos empreendimentos devem ter o poder de influenciar na forma como os investimentos serão gerenciados. A sua preocupação no projeto é que a Petrosal, objeto do painel que hoje estaremos realizando tem 50% dos votos, com direito de veto e voto de qualidade, sem obrigação jurídica ou financeira. Ou seja, quem toma as decisões não precisa ouvir empresas consorciadas, não tem responsabilidade sobre tomada de decisões, nem sempre vai avaliar os riscos inerentes, segundo afirmou o Dr. Simões, que criticou a operação única das jazidas pela PETROBRAS. Ele disse reconhecer a competência da estatal na exploração mundial de águas profundas, mas assinalou que esse recurso pode ser compensado com outras operadoras que teriam muito a contribuir nesse desafio.

A Dra. Marilda Rosado de Sá frisou que o Brasil precisa compartilhar a sua experiência na exploração de petróleo. Ela ressaltou que a ordem jurídica internacional leva muito em conta a expectativa do investidor. Já na avaliação do Dr. Edmar de Almeida, nenhum regime de exploração é superior a outro, tendo em vista que as empresas exploradoras, elas atuam em ambas as modalidades que, por sua vez, apresentam vantagens e desvantagens específicas. O problema, segundo ele, não é se o regime será de partilha ou de concessão, explicando que o mais importante é a qualidade do ambiente jurídico e institucional do país.

O Dr. Estrela, indagado se a PETROBRAS terá condições de participar de todos os consórcios para a exploração do pré-sal, disse que sim, que haverá sinergia entre a estatal e os seus parceiros e que não vislumbra a possibilidade futura de conflitos entre as propostas que comporão os poços.

A Dra. Marilda Sá, por sua vez, afirmou que há ambivalências no projeto que propõe o modelo de partilha na exploração do pré-sal, advertindo que qualquer incongruência não passará no controle de qualidade do judiciário. O Dr. Júlio Bueno, entretanto, disse entender que o controle estratégico previsto pelo Brasil na exploração do pré-sal encontra-se absolutamente dentro da legislação atual.

Portanto, foi um debate que trouxe vários esclarecimentos, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura espera estar podendo contribuir para não somente alimentar o debate, mas fornecer também subsídios indispensáveis para que se forme o consenso em torno de um tema que diz respeito ao futuro de todos nós e das futuras gerações.

Antes de iniciarmos o nosso painel de hoje, eu gostaria de registrar aqui a presença do Secretário Extraordinário do Governo do Estado de Alagoas, Dr. José de Melo Gomes, economista, professor, profundo conhecedor dos diversos aspectos da economia brasileira, e que nos dá hoje o prazer da sua presença para assistir a palestra dos nossos convidados.

Como disse inicialmente, teremos a apresentação do painel nº 02, tratando da criação da Petrosal, com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à Mesa: Dr. Wagner Bittencourt de

Oliveira, Diretor de Estruturação de Projetos, Infraestrutura e Insumos Básicos do BNDES; Dr. Márcio Rocha Mello, Presidente da Associação Brasileira de Geólogos do Petróleo; Dr. Maurício Tolmasquim, especialista em planejamento e matriz energética e planejamento em energia, e o Dr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Combustíveis. A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal lhes dá todas as boas-vindas.

Eu passo a palavra ao Dr. Maurício Tolmasquim, especialista em planejamento e matriz energética e Presidente da Empresa de Planejamento em Energia. O nosso tema hoje, criação da Petrosal. Com a palavra, o Dr. Maurício Tolmasquim, por 20 minutos.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Obrigado, Senador. Eu vou falar da nova empresa, mas, para falar da nova empresa, é fundamental entrar um pouco no Marco Regulatório do Pré-sal, porque senão... É importante contextualizar a questão da nova empresa nesse novo marco. Por favor, a próxima. Próxima, por favor.

Então, a primeira questão que eu queria mostrar, em relação ao petróleo no mundo, é essa transparência em que mostra que existe uma grande concentração das reservas de petróleo numa região do mundo, que é o Oriente Médio, que é uma região bastante sensível. Se nós formos olhar os grandes conflitos da segunda metade do século 20, e eu diria, infelizmente, ainda do início do Século XXI, está concentrado nessa região. E é nessa região sensível que se encontra concentrada a grande parte das reservas de petróleo, não só as reservas, mas também a produção. Próxima, por favor. Próxima.

E uma outra característica importante é que os produtores do petróleo, eles se encontram organizados, em grande parte, numa espécie de cartel, num oligopólio, onde... Formando a OPEP. Próxima, por favor. Próximo.

Portanto, quer dizer, além de estar numa região... Além de estar numa região difícil, portanto, de... Conflituosa, tem uma... Esse petróleo se encontra ligado... Sob domínio de um pequeno grupo de países. Próximo.

Outra coisa importante, esse gráfico mostra o seguinte, os barrizinhos vermelhos os países importadores de petróleo. E barrilzinho azul, os exportadores. Então, nós vemos que a exportação está concentrada numa região do mundo, e geralmente países mais pobres e conflituosos, e os importadores, o ocidente, países mais ricos e mais desenvolvidos. Então, é como se tivesse uma divisão do mundo entre países pobres, exportadores de petróleo, e países ricos, importadores de petróleo. Próximo.

Finalmente, ainda sobre essa questão do panorama mundial, houve uma grande mudança nos últimos 30 anos. Se nós olharmos aí esse gráfico, nós vamos ver que, em 1970, 85% das reservas de petróleo estavam controladas pelas companhias internacionais. É o amarelozinho. Quer dizer, 85% era amarelozinho. Senhores, eu gostaria que os senhores olhassem o amarelo, que é a empresa internacional, o que acontece com ele? Próxima. Olha lá. Vai para 12. Próxima. Oito. Sete. Seis. Ou seja, o domínio pelas empresas internacionais de petróleo, que na década de 70, representava 85% das reservas mundiais, é hoje 6%. Enquanto as companhias nacionais, que são os azuis, saem de praticamente 1%, zero, para 77%. Então, a gente tem uma mudança no domínio do petróleo no mundo, que sai das companhias internacionais para as companhias nacionais de petróleo. Próximo.

Outra questão importante é que sempre tem uma questão: "mas qual é o futuro do petróleo? Será que o petróleo ainda vai ser útil daqui alguns anos? Será que não vai ser substituído?" Eu queria fazer uma conta simples. A produção mundial de petróleo hoje, quer dizer, em 2008, foi de 86 milhões de barris/dia. Se projeta... A Agência Nacional de Energia fala o seguinte, que em 2030, se não tivesse nenhuma descoberta, dado o declínio natural dos campos, nós chegaríamos a uma produção de 31 milhões de barris por dia. Ela projeta uma demanda de 106 milhões de barris por dia em 2030. Ora, uma demanda de 106 e com os campos atuais produzindo 31, nós teríamos um *déficit* de 75 milhões de barris. É claro que 75 milhões de barris seriam supridos como? Por um lado, é claro, as fontes alternativas que vão surgir, novas tecnologias, por exemplo, carro elétrico. Mas isso não é suficiente para atender toda essa demanda. É claro que parte da demanda vai ser suprida também pela incorporação de novas reservas, como o próprio pré-sal. Então, é claro, o petróleo ainda vai ter papel importante no mundo durante muito tempo, mesmo com o surgimento de novas tecnologias, mesmo com o surgimento de novas fontes. Próximo.

Então, nós entramos aqui no sistema de exploração, sistemas regulatórios. Eu fiz aqui um pequeno mapa de como é que está a questão no mundo. Se nós formos ver, no mundo, a maioria dos países tem sistema que é esse... O amarelo, lá em termos de xadrez, que são sistemas de partilha. São as 20 maiores reservas do mundo, países com as 20 maiores reservas do mundo. Mas a próxima tabela fica mais clara. Nós fizemos o mapeamento e vimos o seguinte: 19,5% das reservas mundiais estão em países que têm o uso exclusivamente estatal, Arábia Saudita e México. Tem 17% que é estatal e que faz contrato de serviços; 26% é sistema misto, mas nesse sistema misto, tem pelo menos partilha, é partilha e alguma coisa a mais

além da partilha; 7,4 é apenas partilha; 8,7 é concessão com parceria estatal. Quer dizer, quem ganha a concessão tem que assinar uma parceria estatal. É o caso da Noruega, por exemplo. E apenas três países a concessão pura, que é os Estados Unidos, o Canadá e ainda o Brasil, antes de votar a lei.

O Canadá, ele tem um petróleo que é um petróleo que vem principalmente de... É um petróleo chamado de não convencional, areias betuminosas, e os Estados Unidos têm um consumo muito maior do que a produção... Eles têm uma necessidade de importação. Então, são países que realmente têm que ter um regime para poder atrair investimentos externos em... Porque não têm uma situação interessante. Os demais países não têm sistema de concessão pura. Próximo.

Outra questão importante, só para ressaltar, a autossuficiência que o Brasil atingiu, basicamente, é devido ao período do monopólio. O período da concessão, é claro, vai dar frutos e tem várias concessões que foram ganhas e que vão dar frutos futuros, porque foram feitas descobertas já sobre essas concessões, mas o que... Da produção hoje, apenas 1,5% da produção hoje é devida a... Ao período de concessões. O restante é devido ao que vinha antes das concessões ou o que a gente chama "rodada zero". É claro, não quer dizer que não houveram descobertas nas concessões que vão ter produção depois. Mas isso é importante ressaltar. Quer dizer, o que a gente atingiu hoje é devido ao período anterior. Próximo, por favor.

Por que mudar, então, o marco regulatório? Aí é importante dizer o seguinte: O Brasil fez, realmente, uma das grandes descobertas no mundo. Essas maiores descobertas das últimas três décadas. E se nós olharmos Tupi, Iara, Marlim Sul, estão entre as maiores descobertas das últimas três décadas no mundo. Então, realmente, a gente fala que um campo gigante... Sei lá, 500, 600 mil barris/dia. A gente está falando ali em cinco, oito bilhões de barris, equivalente; 500 milhões de barris. A gente está falando de cinco a oito bilhões de barris. Então, são reservas realmente expressivas. Próximo.

Outra questão importante é ressaltar que o risco realmente é baixo. Não é zero porque essa questão de risco zero não tem no petróleo, mas é muito baixo. Para se ter uma ideia, a indústria do petróleo trabalha com algo com nível de sucesso aceitável em torno de 20%. 20% é considerado bom; 20% nível de sucesso. Se a gente pegar as áreas do pré-sal na bacia do Espírito Santo e bacia de Santos, a PETROBRAS furou 81 poços e teve 87% de sucesso; 87% contra 20%. Está dentro disso. Na bacia de Santos, Presidente, o nível de sucesso é 100%, que é o filé *mignon*. Então, dos poços da PETROBRAS. Vamos adiante, por favor.

Aí o que acontece, na questão aqui do... Essa é um gráfico importante, que mostra o seguinte, tem uma figurinha que mostra o seguinte: O potencial geológico... A parcela que o Governo vai ficar de renda. O que é que isso mostra? Isso mostra o seguinte, isso é uma figura que tem em qualquer livro de economia do petróleo. Ele mostra o seguinte: quanto menor o risco, quer dizer, quanto maior o potencial geológico, mais o Governo pode arrecadar, pegar da renda petrolífera. Quanto menor o potencial geológico, menos o Governo deve arrecadar da renda petrolífera, por quê? Mais o Governo tem que oferecer para os agentes. Isso é básico de um livro de economia do petróleo. Por quê? É claro, se o risco é alto, o que eu faço? Eu tenho que oferecer muito para as pessoas virem. Se o risco é baixo, eu posso oferecer pouco e ficar com a parcela maior porque o risco é baixo.

O que é que mudou de antes do pré-sal para depois do pré-sal? A noção de risco. Nós tínhamos uma situação que, nitidamente, a nossa visão de risco era alta. Então, tinha inclusive uma lógica à questão de ter introduzido o modelo de concessão no Brasil porque era uma visão de risco. O que é que mudou de antes para depois? Foi essa visão de risco. O risco a gente falou, "olha, nós temos uma situação agora tem outra". Então, teria sido... Imagina um Governo que, sabendo que mudou essa situação, ele pega e continua com o mesmo modelo, como se nada tivesse acontecido. Como é que as gerações futuras, como é que a população ia interpretar esse Governo, um Governo que, sabendo que o risco é muito baixo, que o potencial é muito alto, não faz nada para aumentar a participação da União. Próximo.

Então, sintetizando, quais são as razões para a ampliação do papel do Estado na indústria do petróleo brasileiro? Por que mudar de modelo? Primeiro, para permitir uma maior apropriação da renda petrolífera. Esse maior *take* por parte do Estado. Segundo, melhor gerenciamento dos recursos do hidrocarboneto, por quê? Porque o fato de ter petróleo não significa que você, por si só, por ter petróleo, você vai se desenvolver. Olhem os países que têm petróleo hoje e o que a gente vê? Justamente ao contrário: Países que não têm indústria, têm concentração de riqueza enorme, eu diria que o petróleo foi um mal para eles. Eu diria mais, o Brasil teve muita sorte de ter descoberto o petróleo só agora e não antes, porque nós temos uma indústria complexa, nós temos uma capacitação tecnológica desenvolvida, temos capacitação humana. Será que o Brasil teria se desenvolvido se tivesse descoberto petróleo dessa maneira como antes? Talvez não. Talvez nós tivéssemos seguido o mesmo caminho que esses outros países.

Então, o que acontece? Qual é o nosso desafio? É, ao descobrir essa quantidade de petróleo, traçar um caminho diferente de que os países outros traçaram. Como? Trazendo, desenvolvendo a indústria nacional e usando os recursos oriundos do petróleo para o bem-estar da população e não concentrando em grupos. Por que é que o risco da questão da maldição do petróleo? É a questão, por exemplo, da doença holandesa. Se você exporta muito petróleo, você tem uma sobrevalorização da sua moeda, você é invadido, eventualmente, por importação, e a tua indústria se desestrutura. Você não consegue... A sua indústria não sobrevive. Então, tem que ter mecanismos, você dosar o ritmo da produção, de maneira que esse ritmo da produção seja de acordo com a possibilidade da sua indústria nacional de poder colaborar nessa indústria e absorver os benefícios dessa indústria do petróleo.

Além disso, tem a questão de evitar a depressão dos recursos. Tem países, eu não queria citar os países, que saíram explorando loucamente e que hoje têm problema de depressão das reservas. Então, você poder dosar a exploração é importante. E é claro, a ampliação do posicionamento geopolítico do Brasil. Nós vimos que o petróleo tem um papel importante e qual é o valor para o mundo de ter um país como o Brasil, que é um país democrático, que respeita contratos e que tem o petróleo? É um valor enorme. O Brasil passa a ter um papel fundamental no mundo, por quê? Porque ele é uma economia diferente das demais economias de petróleo, que tem uma democracia e uma... Uma situação de paz, uma situação que é apropriada para os outros países negociarem. Próximo, por favor.

Bom, então o regime de partilha, ele basicamente, ele... A ideia é o seguinte, a empresa é contratada, a empresa, que é contratada empreende, por sua conta em risco, todas as atividades exploratórias, e se ela acha petróleo, ela vai produzir esse petróleo e vai ser remunerada, pelos seus custos, em óleo. Ela recebe óleo para remunerar. Aí, uma vez a gente tem a produção total, uma parte é para pagar os *royalties*, outra parte para pagar os custos das empresas e o que sobra a União partilha com as empresas.

Qual é o grande... Por que é que as empresas de petróleo virão para o Brasil? Eu não tenho dúvida nenhuma que as empresas virão para o Brasil investir. Primeiro, que elas atuam com esse modelo no mundo todo. Elas sabem... Estão no mundo todo. E, segundo, porque o valor de uma empresa internacional está na quantidade de petróleo/hora que ela tem e isso vai permitir ela botar petróleo nos seus ativos. Próximo, por favor.

Bom, então a União não vai realizar investimentos, só realizará em casos extremos, mas, em geral, não vai realizar e, no contrato, a empresa... A União é representada na gestão do contrato de partilha por uma empresa. Próximo.

A PETROBRAS, ela é a operadora única e a questão da PETROBRAS ser operadora única tem várias razões, primeiro, ela detém maior conhecimento sobre a formação geológica, tanto que foi ela que descobriu essa área, ela tem prêmios internacionais de exploração em altas profundidades, tecnologia... E é interessante que, para o desenvolvimento da tecnologia, a empresa faz pesquisa e desenvolvimento onde está sua matriz. A Shell não vai fazer P&D, ou seja, qual for outra empresa, Extra aqui no Brasil. Ela faz P&D no seu país de origem. A PETROBRAS faz P&D no Brasil. Usa a universidade brasileira, usa os centros de pesquisa do Brasil. Além disso, tem uma questão de logística. Ora, nós estamos falando 300 km da costa. Vai ter que ser montada toda uma logística. Tem uma questão de ganho de escala. Se você tem três, quatro empresas para explorar lá, ora, você tem que multiplicar a questão de logística e sai mais caro. Se você pode usar uma empresa que bote uma logística única para chegar com os helicópteros, equipamentos, o produto, você tem um ganho muito maior. Próxima, por favor.

Então, além disso, a ideia de ter um percentual não inferior a 30%, isso é normal, todas empresas operadoras no mundo, elas normalmente têm um investimento de no mínimo 30%. Próximo, por favor.

Aí chegamos à questão da Petrosal. Norma geral, quando você tem contrato de partilha, você ter um comitê operacional. Esse comitê operacional é um fórum de decisão, que estabelece os planos de operação a serem realizados no bloco, os orçamentos etc. Sentam nesse comitê todos os parceiros do negócio. No caso, vai sentar a PETROBRAS, vai sentar a empresa contratada, senta a União, através da empresa pública. Essa empresa pública vai representar os interesses da União no comitê operacional.

Por que é que é importante a participação da Petrosal no processo? Eu queria, rapidamente... Volta só alguns slides para aquela figurinha. Pode voltar. Volta mais. Aí. Mais uma. Olha só. Eu queria explicar o seguinte: Qual é a questão importante do modelo de partilha? Que o excedente que vai ser repartido entre as empresas e a União depende de quanto vai ser reembolsado às empresas pelo custo em óleo. Essa é a questão principal, por quê? Porque se as empresas contratadas superestimarem os investimentos, o que acontece? Sobra menos excedente para ser repartido. Então, veja bem, o único ponto do contrato de partilha que a gente tem que ter cuidado, tem uma série de benefícios, mas tem um ponto que é o calcanhar

de Aquiles. Qual é o ponto calcanhar de Aquiles? É o controle desse custo em óleo, do custo que vai ter que ser reembolsado em óleo. Por quê? Porque, no caso da concessão, a União é reembolsada pelos *royalties* e ela não tem que ficar olhando custo nenhum. Nesse caso, ela tem que olhar o custo. Porque, se ela não olhar, ela pode ser lesada, porque o custo pode ser superestimado.

Então, ela tem que ter alguém, algum grupo técnico muito capacitado, para zelar pelos seus interesses. Porque, na hora, a grande discussão é qual o valor desse custo. Essa que é a questão. Senão, se você fizer um modelo de partilha sem alguém que zele, olhe os custos, a União pode perder. Vamos lá para... Volta um.

Então, essa empresa é uma empresa que vai fazer isso. Ela vai sentar lá e vai representar os interesses da União. Claro que tem que ter um corpo técnico de altíssimo nível porque vai discutir com a PETROBRAS e com a empresa contratada. E, veja bem, nesse momento, a PETROBRAS, ela não tem exatamente o mesmo interesse da União, porque eventualmente pode querer, como a outra empresa, aumentar o custo em óleo, então, é uma hora que a Petrosal tem que... "Olha, espera lá. Talvez não precise desse investimento. Ou pode ser um investimento mais barato. Ou esse valor que vocês querem ser remunerados está muito elevado". Então, é uma hora que tem que ter alguém zelando por isso. E essa... A Petrosal também vai contratar a comercialização, que deverá ser feita pela PETROBRAS, a ideia.

Finalmente, próximo, estou chegando ao final, próxima. Tudo isso, como eu disse, então, não teria sentido se a gente não pudesse usar essa riqueza para pagar uma dívida que... Social que a gente tem com a população. E, então, para fazer isso, a ideia é criar um fundo, e esse fundo vai receber o quê? Vai receber a parte da União em petróleo, do excedente em óleo; o excedente em óleo para a União vai para esse fundo, a parcela em *royalties* vai para esse fundo, o bônus de concentração vai para esse fundo. Esse fundo social, ele vai pegar esses recursos e fazer investimentos no Brasil e no exterior. Que investimentos são esses? Investimentos em atividades que deem retorno, investir em siderurgia, hidrelétrica, trem, o que der retorno. O retorno desse investimento é aplicado em questões sociais. Então, o que acontece? Combate à pobreza, educação, cultura, ciência e tecnologia e meio ambiente. Então, você tem um fundo, esse fundo, ele, por si só, o principal vai gerar desenvolvimento industrial e a aplicação desse fundo, o dividendo desse fundo vai para justamente questões sociais. Próximo.

A gente tem que ter dois conselhos para administrar. Um conselho de gestão financeira, que é aquele que vai dizer... É responsável pelo investimento, pela rentabilidade do fundo, e um conselho deliberativo, que vai aplicar a questão social.

E agora a última transparência, para não abusar mais dos senhores, então, sintetizando, por que desse modelo? Esse modelo propõe um aumento da apropriação da renda petrolífera pelo Governo e mais, ele permite um melhor gerenciamento dos recursos dos hidrocarbonetos. Ou seja, o ritmo de produção. Eu quero produzir mais ou quero produzir menos? Isso é muito importante porque eu, eventualmente, se eu produzir num ritmo muito rápido, eu posso não ter a indústria nacional pode não seguir. Se eu fizer num ritmo muito rápido, de repente, eu posso ter o problema da doença holandesa ou da maldição do petróleo. Se eu fizer de um ritmo muito rápido, de repente, eu tenho uma depressão desses recursos precoce das jazidas. Então, eu tenho que saber gerir, poder gerir isso conforme os interesses da União. E é claro, através do fundo poder permitir um resgate dessa dívida histórica que nós temos com grande parte da população brasileira. Muito obrigado. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito grato ao Dr. Maurício Tolmasquim pela sua exposição, e agora o próximo palestrante, Dr. Mário Rocha Melo, V. Sa. disporá de 20 minutos para sua exposição. Desculpe, Dr. Márcio Rocha Mello.

SR. MÁRCIO ROCHA MELLO: Eu sou Presidente da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo, sou ex-PETROBRAS, com muito orgulho, melhor companhia do mundo, e sou dono também da maior companhia de serviço que existe hoje no hemisfério sul. Tenho quase 400 geólogos e geofísicos, a maioria deles aposentados da PETROBRAS, e realmente hoje, no hemisfério sul, não existe nenhuma companhia com o conhecimento que nós temos da margem continental brasileira e do pré-sal. E existe um grande mal entendido sobre o pré-sal. Tudo que o nosso nobre colega mostrou agora faz sentido. Não resta a menor dúvida que o Governo tomou uma atitude muito irresponsável e imatura, parando o processo para procurar entender de uma forma mais profunda, mas, infelizmente, o que nós estamos notando e observando é que esse maior entendimento não foi atendido. E nós corremos o risco de realizar o maior desastre, não estou sendo pessimista, na história do Brasil, se não tomarmos as iniciativas corretas e o bom entendimento correto do que é o pré-sal e do que nós temos que fazer.

O Governo é soberano, eu acho que encontros como esses extremamente saudáveis, importantíssi-

mos, o senhor não sabe o serviço que o senhor está colocando para o Brasil, permitindo que, nessa Mesa de debate, cheguem informações técnicas, cabíveis, fatos de conhecimento científico altamente embasado, que acho que são necessários para que alguém, para que os Srs. Senadores e a Câmara tomem essas decisões que vão ser cruciais, críticas para todas as futuras gerações do Brasil. Nós temos a chance aqui de fazer desse um dos maiores países do mundo se nós soubermos como fazer. Então, vou mostrar rapidamente qual é o entendimento do Pré-sal. Por favor, próximo.

O pré-sal, popularmente, sem o entendimento das pessoas, chamaram de pré-sal qualquer coisa que está abaixo do sal. O sal está no Brasil inteiro. Na bacia do Solimões, as jazidas são pré-sal. O pré-sal está na água rasa. Está na água profunda. Ele vai até Sergipe, Alagoas e inclusive no Ceará. Agora, tem pré-sal e tem pré-sal. Em toda a costa da África, também. Eu publiquei um livro sobre isso, no ano 2000, que ganhou prêmio de melhor livro publicado nos Estados Unidos sobre toda essa geologia do Atlântico Sul, que é definida pela abertura do Brasil com a África e a deposição dessa camada de sal. Então, o sal ocorre aqui, desde a água rasa até a água profunda, e também do outro lado da África. Do outro lado da África, eles não estudaram ainda. Eles vão estudar. E, na hora que eles estudarem, na hora que eles colocarem isso, nós vamos ter um concorrente. Esses são nossos blocos, que nós conversamos até a bacia de Campos, que aqui nós temos o norte da bacia de Campos com o parque das baleias. Ao contrário do que nosso nobre colega falou, eu tenho aqui um dado que eu posso dar para os senhores, que em Santos, nós temos quatro poços secos e subcomerciais na área do pré-sal. Na área de Campos, nós temos três, sem falar, senhores, tem um documento, foram perfurados 96 poços nas áreas do pré-sal da bacia de Campos. 25 produtores. O resto seco e subcomercial. No Parque das Baleias, nós temos dois, de seis poços. Então, infelizmente não é 100%, Presidente. Nunca foi e nunca vai ser. Os riscos são tremendos. E eu vou mostrar para os senhores quais são os riscos. Nada melhor que colocar os fatos e os senhores tomarem as devidas providências baseadas em fatos, baseados em dados. Porque interpretações nós podemos discutir. Mas fatos reais, casos históricos e dados nós não podemos discutir. Nós temos que entendê-los e tomar as devidas providências. Próximo, por favor.

Aqui nós temos a Bacia de Santos, e eu vou fazer um corte, só para dizer aos senhores. Nós fomos... Quando trabalhávamos na PETROBRAS, há dez anos, eu publiquei mais de 40 artigos de *goldip*(F), eu fui a primeira pessoa, junto com outros colegas de PETROBRAS, que publicamos o pré-sal, há dez anos, Sr. Presidente. E as pessoas, os engenheiros não foram, e o De Luca pode falar, porque problemas tecnológicos existiam naquelas áreas e também o problema de pressão alta e temperatura alta.

Então, aqui nós temos o pré-sal, vamos fazer um corte. Então, nesse corte, nós vemos aqui, na área rasa da bacia, nós também temos o sal. Então, nós estamos cheios de pré-sal aí também. O problema é que a espessura de sal é menor e a espessura, sendo menor, com movimentos da crosta terrestre, nós temos falhas que permitem o óleo ir para o pós-sal. Nas águas muito profundas, existem áreas onde o sal é muito espesso. E o sal é a melhor rocha selante do mundo. Ele é sela. Os Estados Unidos coloca as reservas estratégicas nas minas de sal. Então, como o sal é selante, e embaixo nós temos a rocha geradora e a rocha geradora gera o óleo, o óleo tende a subir porque ele é mais leve que a água. E em toda a subsuperfície, nós temos água. Só que ele esbarra no sal e nos fazem as grandes acumulações.

Agora, essas grandes acumulações, e ali você tem o Tupi. Isso aqui é uma linha sísmica de Tupi. Nós temos aqui todas as camadas de sal e o óleo que vem daqui vai para o alto de Tupi e se acumula aqui. Realmente, o Tupi é uma coisa única. Nosso amigo Tolmasquim tem verdadeira razão, a maior parte do que ele falou, eu não discordo dele, não; 90% do que ele falou procede. Agora, podemos fazer isso de uma melhor maneira? Podemos. Então, isso aqui é o Tupi. Isso aqui é uma visualização tridimensional isso existe, isso é real, é como se eu pegasse os senhores, entrasse a seis mil metros de profundidade, aqui está... Isso é real. Isso é uma visualização, se eu for na minha companhia, eu coloco isso 3D, como se os senhores estivessem lá dentro. E aqui está o campo de Tupi.

Agora, vejam bem o que eu vou mostrar. Próximo. Olha a comparação do Tupi com a Arábia Saudita, com o maior campo da Arábia Saudita. Esse campo é o campo de Ghawar, esse campo é o maior campo do mundo. Ele tem 65 bilhões de barris. E aqui nós temos o nosso complexo de Tupi. Então, Tupi, 1.240 km², uma produção que nós não sabemos, isso que é importante, temos esse petróleo lá, senhores? Temos. Quanto vamos produzir? Não sabemos. E eu vou explicar para os senhores por quê. Gawhar, nós temos quase o dobro da área e ele produz sim cinco milhões de barris por dia. Próximo, por favor.

Esse é o nosso reservatório. Esse é o nosso problema. Esse é o nosso futuro. Quando o Brasil se separou do oeste da África, nós tivemos grandes altos do embasamento, altos tectônicos, e que se desen-

volveram grandes tapetes algálicos, que chamam-se estrematolitos, são algas, tapetes algálicos, que são esses carbonatos que normalmente nós vemos nas paredes dos prédios. Abaixo desses, nós tivemos deposição de outras rochas geradoras, rochas que geram hidrocarboneto, e também nesses autos, nós tivemos a deposição de uma outra rocha, essas rochas que nós encontramos em Rio das Ostras, nós encontramos em Cabo Frio, que são aquelas conchinhas que nós chamamos pelecípodas, que nós chamamos as áreas das coquinas.

Esses reservatórios são extremamente complexos, por quê? Porque quando eles ocorrem em água rasa, e nós mapeamos 'N' estruturas em campos, furamos 125 poços; eles estão cheios de argilas e eles não são porosos. Então, existe petróleo, não produz. Então, falamos: "Temos uma reserva. 30 milhões de barris, 30 bilhões de barris, três bilhões de barris", mas esse óleo não sai. Não existe permeabilidade. Aonde sai são nesses grandes altos de embasamento. No nosso pré-sal, eles ocorrem em algumas áreas. Nós temos tudo isso mapeado. Tudo está mapeado. E não só por nós, companhias brasileiras; a PETROBRAS sabe disso, como todas as multinacionais sabem disso. Então, na hora que a gente fala no pré-sal e vai criar um Petrosal para tomar conta de tudo isso, nós estamos dando um tiro na cabeça. Vou mostrar por quê. Próximo.

Essa é a rocha. Essa rocha é um carbonato, esses tapetes algálicos, e essas são esses buraquinhos pretos, onde nós temos os óleos. Eles ocorrem, de certa maneira, nessas áreas mais afastadas, como é o cinturão de Tupi, como é o cinturão do Parque das Baleias, e aí sim são grandes reservatórios, reservatórios com grande porosidade e que a PETROBRAS descobriu com a competência dela, que ela tem, que poucas companhia no mundo têm, e faz sentido você ter uma companhia como Petrosal ou se você quiser colocar um outro sistema, mas que o Governo tenha uma maior, vamos supor, poder de controle disso para trazer benefícios para a nossa sociedade. Então, esse é o reservatório de cima. Próximo.

Estes são as conchas de baixo, então você todas essas conchinhas, e entre essas conchas, você vê os espaços vazios em que você tem o óleo. Mas, olha aqui, você tem reservatórios em água profunda que você recristaliza carbonato e não tem porosidade. Então, existe um risco de você encontrar a jazida, gastar milhões e milhões, e não conseguir tirar esse óleo. Próximo.

Esta figura é uma figura maravilhosa. Acho que a única companhia que tem essa figura é a PETROBRAS e eu. Mais nenhuma. Porque aí estão todos os campos, o senhor me permite, todos os campos que nós simulamos... Isso é uma simulação. Quase 250 metros da outra, usando os melhores dados sísmicos do mundo. Nós vendemos isso, nós fazemos esse tipo de serviço. Esse aqui é o Tupi. Esse aqui é o Iara. Todos os campos estão aqui. Esse aqui é o Bem-te-vi. Então, nós vemos que os grandes campos, Presidente, eles estão com grandes campos. Agora, existem dezenas de pequenos campos. Campos de 300 milhões, de 200 milhões, de 100 milhões de barris, de 150 milhões de barris. Num outro sistema, isso não é comercial sobre esse tipo de sistema que nós estamos tentando colocar. Não é comercial.

E uma coisa que eu queria falar para os senhores, e o sistema do pós-sal? Próximo. Nós estamos esquecendo o sistema do pós-sal. Então, olha a coisa que você falou. Por exemplo, aqui, essas partes vermelhas são as grandes estruturas que eu mencionei para os senhores, vendo de cima. Permite? Por favor. Essas são as grandes estruturas. Por que é que a PETROBRAS teve um índice de acerto fantástico? Porque é uma companhia, não preciso, super competente. Não existe. É a melhor do planeta em petróleo, e eu falo porque eu trabalhei lá 26 anos. Não existe uma companhia como a nossa. Devemos suportá-la de todas as maneiras que nós pudermos juntos.

Agora, é importante ter uma visão do que é o melhor para o nosso país. Então, por exemplo, aqui, na hora que você vê esses grandes altos, aí é que a PETROBRAS está furando. E aí se descobre. Mas isso está no *cluster* de Tupi. Na hora que se sai, você não tem essa visão. Próxima, por favor.

Essa é uma outra visão de todos esses altos. Eu não vou mostrar para vocês aqui, mas um desses autos foi furado recentemente, é o campo de Guarani. E deu seco. Então, veja, nós temos um, dois, três, quatro, cinco, seis. Um deles foi furado. Próximo, por favor.

E esse que foi furado não deu óleo. Não deu seco, por quê? Porque o reservatório foi cortado e não estavam presente. Então, nós não temos 100%. O risco não só é alto, encontrando reservatório, como o risco também é alto para você ter uma condição de produção do campo. Próxima, por favor. Próximo.

Isso aqui é o que eu gostaria de chamar atenção dos senhores. Essa é a nossa bacia de Campos. Até a descoberta do pré-sal da PETROBRAS, nós tínhamos aqui 14 bilhões de barris. 14 bilhões de barris, aonde? No pós-sal. O campo de Marlim tem oito bilhões de barris no pós-sal. Nós temos que ter muita maturidade para saber, na hora, Presidente, que nós cercamos essa área imensa com Petrosal, sem ter conhecimento detalhado disso, nós estamos matando bilhões de barris do pós-sal, e eu vou explicar por que, Tolmas-

quim, porque vai ter áreas aqui que você não vai ter o pré-sal. E a companhia não vai em cima dessa área porque essa área vai estar sobre o regime especial. Você tem esses problemas. E são problemas sérios. Então, o que nós temos que fazer? Próximo.

Essa é uma linha sísmica da área de Marlim. Aqui, senhores, aqui nós temos oito bilhões de barris. Oito bilhões de barris. Aqui está todo o pré-sal. O que é que você vai ter aqui? Nós não sabemos. Vai ter área aqui que pode ter o pré-sal, a PETROBRAS furou um poço aqui e não encontrou condições... Encontrou o óleo, mas não condições de reservatório.

Então, o ponto básico, e eu quis atacar nesse ponto técnico porque o ponto de que vai existir o sistema de partilha, se vai existir a Petrosal... Eu acho que isso é indiferente. Qualquer sistema desse não é ruim para o Brasil. Eu não estou condenando isso. O que eu estou falando é o seguinte, é muito importante saber o que temos, executar esse sistema nas áreas que nós sabemos que são de grande potencial, mas não em todas as áreas. Então, vou mostrar a próxima figura, que o que nós fizemos? Nós fizemos o seguinte: nós sabemos que todas as acumulações de petróleo do Brasil, todas na bacia de Campos, Santos e Espírito Santo, estão nos autos do embasamento. Então, o que nós fizemos? Mapeamos todos os autos de embasamento que vai do sul de Santos até o norte de Espírito Santo, e fizemos uma simulação enchendo de óleo aonde existiam esses autos de embasamento. Próximo.

Essa é a figura. Aqui nós temos o complexo de Tupi. Então, os senhores estão vendo que existem outras áreas com grandes acumulações. Isso é uma simulação. É uma simulação que faz sentido? Faz sentido, porque ela é baseada no mapeamento de toda a nossa costa. Agora, uma coisa só no sentido figurativo da palavra. Então, vão ter grandes áreas, onde nós não vamos ter essas acumulações. Por quê? Porque é simples, não existem os autos de embasamento, e todos sabem disso. Então, na hora que nós procuramos cercear essa área para uma livre concorrência... Quando eu falo livre concorrência, joga a participação governamental para 80%, coloca um bônus de quatro bilhões. Coloca o que for. E eu concordo com você, as companhias virão. Eu não tenho a menor dúvida de que você falou. Elas virão. Agora, elas virão num regime em que vale a pena uma discussão de portfólio, aonde é melhor ou menor as condições.

Nossa companhia foi contratada agora pela Sonangol para fazer todo esse mapeamento do pré-sal de Angola. Nós estamos indo para lá agora fazer a mesma coisa que nós fizemos. O Governo do Gabão também, porque nós fizemos isso, está nos contratando para que nós vamos fazer esse sistema do pré-sal para eles. Imagina na hora... Isso ainda vai demorar um ano, dois anos, três anos. Nós temos condições de trazer bilhões para o Brasil, dentro de uma política bem pensada, uma política coerente, uma política equilibrada-- [interrupção no áudio]. Eu não vou ser contra o pré-sal. Eu não vou ser contra a partilha. Se bem que você mostrou um elemento maravilhoso. Ele mostrou que os seis países que têm partilha existem a maldição do petróleo, nos seis. Nos dois que são estatais, estão quebrados. O México está quebrado. O México está quebrado. Então, o nosso sistema é um sistema espetacular. O que o Governo Brasileiro fez foi... É uma das políticas de petróleo das mais avançadas e perfeitas que a gente conhece em termos de disputa. Agora, o Tolmasquim tem razão num ponto. É importante dizer que tinha que mudar, mas não mudar pela diminuição do risco exploratório. Tinha que mudar porque o prêmio é muito grande. Não é pelo risco. Porque o risco, senhores, será o mesmo. Os senhores anotam aqui hoje, dia 20 de outubro, e... A história é cruel, não é? A história mostra quem está com a razão e quem não está. Quem, baseado em fatos e outros baseados em outras coisas. Permite só--

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Você está citando... Está me citando... É porque não está baseado em dados o que você está falando. É importante o seguinte, informação da PETROBRAS, você pode contestar a PETROBRAS. Eu falei o seguinte, os poços perfurados pela PETROBRAS, no pré-sal, 87% foi sucesso. Isso é o dado da PETROBRAS. Você pode ter outros dados de outras empresas. É verdade que outras empresas não tiveram esse grau de sucesso. E não vou citar nomes, porque não é... Não é interessante citar empresas. Mas tiveram coisas [soa a campainha] que aconteceram, que... Quer dizer, não tem o conhecimento da PETROBRAS. Então, isso é bastante importante, mais um motivo para dizer por que é que a PETROBRAS tem que fazer. Porque teve empresas que furaram no vazio, teve.

SR. MÁRCIO ROCHA MELLO: Pessoal, não é furar no vazio. É que existem riscos exploratórios. Tenho 32 anos de geologia de petróleo fazendo isso. Eu sou PETROBRAS também. PETROBRAS de coração--

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Foi PETROBRAS, agora é uma empresa privada que presta serviço(F).

SR. MÁRCIO ROCHA MELLO: Não, sou. Sou e vou ser... Meu amigo, quem é PETROBRAS uma vez nunca deixa de ser. Morre com ela--

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Mas não parece--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Vamos concluir, Dr. Márcio.

SR. MÁRCIO ROCHA MELLO: Então, para concluir, o que eu quero dizer, senhores, a coisa é muito simples. Nós temos que tomar muito cuidado. O ideal, Presidente, e acho que isso aí tem que ser baseado em fatos. Quer fazer um pré-sal em áreas onde nós temos um *cluster* muito grande, e eu vou mostrar o que é *cluster*. Volta um slide, e o senhor vai entender... Mais um.

Esse aqui é o *cluster* de Marlim. Durante muito tempo, o nosso índice de sucesso aqui é 80, 90%. Porque isso é um *cluster*. Até o momento que nós começamos a furar aqui do lado. E começamos a furar poços secos. Então, o nosso *cluster* de água profunda do Tupi é um *cluster*. Ali, sim, eu concordo com ele, aonde você furar, é uma acumulação... Agora, não é só uma acumulação, são várias acumulações. Existe o risco? Existe o risco. A única coisa que nós queremos falar, e o risco não é baixo, nós vamos ver na hora que isso contestar, o risco não é baixo, existe um risco, o prêmio é muito grande, vale a pena fazer uma Petrosal nessa área? É uma decisão que o Governo tem que fazer, tem que pensar.

Agora, eu só peço uma coisa, é muito importante que a comunidade... E a comunidade que eu represento, tenho a obrigação, eu represento 1.200 geólogos. Nós estudamos isso. Fazemos isso. [ininteligível].

Então, é importante ouvir o IBP, que também é um grupo de geólogos, para que o Senado Federal, para que a comunidade brasileira possa tirar... Isso aqui é um privilégio que poucos países do mundo têm. Nós temos. A costa da África, Presidente, tem. A Venezuela tem. O México tem. Alguns países não souberam usar. Se soubermos usar, o nosso futuro é no topo da cadeia mundial. E eu não tenho a menor sombra de dúvida disso. Mas, por favor, com dados, nós temos conhecimento científico. A diferença que você falou de nós para os outros, onde existiu a maldição de petróleo, nós somos capazes, nós temos a tecnologia. Nós... Por Deus, nós chegamos num ponto, Presidente, que nós conhecemos o petróleo quando nós amadurecemos com a tecnologia. Os outros, não. Então, vamos usar essa tecnologia. Obrigado, senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Márcio Rocha Mello, pela sua explanação, emocionada explanação. E agora eu passo a palavra ao Dr. João Carlos de Luca.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Sr. Presidente, ilustres colegas de Mesa, Srs. Senadores presentes, senhoras e senhores presentes a essa sessão, é um prazer imenso ter essa oportunidade que nos é aberta, de poder trazer a posição da indústria e a contribuição que nós entendemos que podemos dar a esse processo tão importante para o país.

Uma revisão do marco regulatório tem que levar em consideração que nós podemos estar... Não podemos estar mudando o marco toda hora. Então, talvez tenhamos fazendo o desenho de que pode ser aí por muitos anos, esperamos que assim seja, até porque a estabilidade do marco regulatório é um dos pontos importantes para um país. E o Brasil tem sido reconhecido exatamente pela estabilidade dos seus marcos regulatórios.

Então, o IBP... Eu gostaria de explicar, em duas transparências, para vocês o que é o IBP. Por favor, a próxima.

O IBP é uma entidade fundada em 1957, ou seja, tem 52 anos de existência, e foi fundada para ser, ainda na época do monopólio da PETROBRAS, para ser um fórum de discussões da indústria, fomentar estudos, cursos, seminários e recomendações para a indústria em geral. O mais importante, é uma associação sem fins lucrativos apartidária, congregando empresas nacionais e internacionais, públicas e privadas de pequeno, médio e grande porte. Um dos fundadores do IBP é a própria PETROBRAS, que está presente conosco e é um dos sócios mais importantes pela sua presença no país, bem como hoje nós temos 200 empresas associadas do poço ao posto, ou seja, desde as empresas de exploração, perfuração, bancos e consultorias, e nós temos 47 comissões voluntárias, com a participação de... 47 comissões com a participação voluntária de mais de mil executivos especialistas. Nós temos um grupo de funcionários, 70 pessoas, mas a grande força do IBP é a contribuição de todas as empresas que participam das diferentes comissões. Comissão de lubrificantes, exploração, de engenharia, meio ambiente, enfim, tudo isso. A missão provém de desenvolvimento dos produtos, são cursos e tal. A próxima, por favor.

Aqui estão os produtos que nós trabalhamos, congressos e exposições, cursos, normalização, certificação, inclusive, de instalações, plataforma tecnológica e centro de informações. Próxima.

Apenas alguns eventos no biênio 2008/2009: O Congresso Brasileiro de Petroquímica, *Rio Oil&Gas*, que é um dos três maiores eventos do mundo, que é... Quem já teve oportunidade de visitar a *Rio Oil&Gas* no Rio de Janeiro, no Rio Centro; os cinco pavilhões do Rio Centro, com mais de 31 mil m² estão permanentemente lotados nas feiras, o que mostra a pujança da indústria brasileira. O IBP é o organizador desse evento. O *Brazil Onshore,* atividade apenas de terra, que nós fazemos ora na Bahia, ora em Sergipe, ora

em Alagoas, fazendo onde tem atividade em terra; *Rio Pipeline,* que toda a parte de dutos foi realizada agora em setembro, é um evento que nós fazemos um ano aqui e outro ano no Canadá, em Calgary, a parte de gás natural veicular; a *Brazil Offshore* para todos os prestadores de serviço, que fazemos em Macaé, vamos fazer agora em novembro o seminário... 12º seminário sobre gás natural e também a *Niterói Fenashore*, que discute toda a parte de engenharia naval.

Então, aqui apenas para mostrar para vocês a abrangência da atividade do IBP e o papel importante que ele tem. Próxima, por favor. Temos cursos, esse é o último slide que eu queria mostrar para os senhores sobre o IBP. Nós fizemos, no ano passado 123 cursos, atendendo quase três mil participantes no Brasil todo. E nós temos, para muita satisfação do IBP, três cursos de pós-graduação em engenharia de processamento, que são 450 horas, todo de pós-graduação; Direito em negócios de petróleo e gás; gestão nos negócios de exploração e produção, esse curso, reconhecido pelo Ministério da Educação, tem o selo oficial, reconhecimento do próprio Governo Federal.

Então, esse é um pouco o IBP. Então, a nossa contribuição, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é... Nós não defendemos o interesse de nenhuma empresa, seja ela pública, seja ela privada. O que nós buscamos fazer, e essa é a nossa missão e o nosso desafio, é dar contribuições para aquilo que seja o importante para o desenvolvimento do setor nacional de petróleo e gás brasileiro como um todo. Próxima.

Em relação ao marco regulatório, existem quatro, como todos sabemos, quatro Projetos de Lei que estão em discussão, de partilha de produção ou de criação da Petrosal, objeto dessa sessão de hoje, o do fundo social e capitalização da PETROBRAS. Qual foi a posição do IBP, ante o movimento do Governo, em 2007, assim que se anunciou o descobrimento dessas áreas do pré-sal, e o Governo resolveu retirar alguns blocos da nona rodada, que foi em novembro de 2007, e recomendou que fosse feito um estudo para aperfeiçoamento do marco regulatório? Nós, imediatamente, a posição oficial do instituto foi reconhecer o direito soberano do Governo Brasileiro de decidir qual era o melhor para o país, aplaudimos o que foi demonstrado na decisão do Conselho Nacional de Política Energética, em duas das quatro deliberações, a questão da... Do respeito aos contratos, absoluto, achamos que isso é extremamente importante que o Governo adotou, e está mantendo. Esse é um sinal extremamente positivo para o país e o que o diferencia realmente de muitos outros países que estão em desenvolvimento, inclusive. E também... E assim foi dito que rapidamente o Governo queria estudar o marco regulatório.

Então, o nosso entendimento é... Era de que o modelo de concessão vigente poderia ser adaptado para abrigar o que o Governo estava demonstrando como seu interesse, que seria aumentar a participação na renda petrolífera, tendo maior controle sobre a produção, estimular, de maneira mais efetiva, a participação da indústria bens e serviços. Então, isso tudo nós entendemos e fizemos recomendações para o Governo, distribuímos para todos os agentes regulatórios, Ministério de Minas e Energia, enfim, todas as autoridades do setor, contribuição de como modelo de concessão poderia ser aperfeiçoado para atender o que o Governo demonstrava como interesse soberano, inclusive a questão de participação, aumento da renda petroleira, elevação do nível de participações governamentais, participações especiais, que além dos *royalties,* que são 10% hoje o nível de participações especiais no modelo de concessão vai até 40%. Nós fizemos inclusive simulações de como isso poderia crescer e o Governo poderia tomar uma decisão.

Então, e aguardamos... Aguardamos a definição do Governo e, em seguida, ele criou a Comissão Especial que finalmente entendeu, e é um direito que o Governo tem, de dizer: "Não, eu prefiro fazer um modelo de partilha. E não mais o modelo de concessão". Então, a posição oficial do instituto é por que é que nós defendíamos o modelo de concessão? Porque é um modelo de sucesso. Ele é progressivo, ele alinha o interesse dos agentes... Essa preocupação que o Dr. Maurício Tolmasquim comentou é legítima, de que o Governo tem que controlar os gastos porque aí está o segredo. Na realidade, no modelo de concessão, os gastos do custo de óleo, no modelo de concessão, os gastos são todos do concessionário. Então, se ele gasta mais, o problema é dele. O Governo, simplesmente, ele... Ele fiscaliza e recolhe impostos de uma maneira diferenciada--

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Mas o controle é menor.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: O controle é menor. Aliás, faz através da ANP o controle de reserva, controle de aprovação do projeto desenvolvimento--

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: [ininteligível], apropriação da... Quer dizer--

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Vamos deixar para o debate, porque senão... Eu procurei ficar aqui disciplinadamente para respeitar meu tempo, mas estou aberto ao debate, Maurício, ao final. Então, existe o modelo de partilha, existe maior controle? Existe. Mas porque é importante dizer o seguinte, onde foi criado o modelo de partilha? Onde normalmente... E foi criado até por motivação das próprias empresas internacionais, multinacionais, muitos anos atrás, em países

onde não tinha uma estrutura jurídico-fiscal forte. Que tivesse mecanismos eventualmente de uma disputa judicial, uma disputa contratual, vamos recorrer ao Supremo local e tal. Então, onde esses países têm uma estrutura menor nesse sentido é onde normalmente os contratos de partilha estão sendo aplicados.

Então, o modelo de concessão, realmente, ele se aplica em muitos países. A Arábia Saudita tem o modelo misto porque, na área de gás, ela aprovou o modelo de concessão. E muitos outros países. Então, os modelos, na realidade, têm modelo de concessão, tem para países que são altamente produtores, são importadores, tem alto potencial petrolífero, tem baixo potencial petrolífero... Ou seja, existem diferentes situações que os países adotam. Não há uma regra clara que partilha tem que ser para isso e concessão tem que ser para aquilo. E a indústria, as empresas associadas aqui, representadas aqui por nós, no IBP, trabalham nos dois regimes. Então, é nesse ponto que eu quero dizer.

A questão de impostos, hoje, o que internacionalmente se chama de *government take*, que seria a parcela que a União se apropria, está na ordem de 64%, com custos diretos e indiretos. Ou seja, a cada três barris produzidos, no modelo vigente hoje, a União se apropria de dois. Então, de certa forma, pode melhorar? Pode melhorar. E nós fizemos sugestão nesse sentido.

Bom, vencida essa etapa, se o Governo decidiu: "Não, eu vou partir para o modelo de partilha porque entendo que é melhor isso", qual é a obrigação que nós vemos que o instituto tem que trazer aos senhores, à sociedade? Se é esse o modelo que vai ser decidido, e a decisão está aqui nessa Casa e junto ao Governo, aqui no Congresso e junto ao Governo, para esse modelo funcionar, qual é a visão que a indústria tem de que poderia aperfeiçoar? Então, esse é o nosso ponto. Na realidade, os pontos que o Dr. Márcio já trouxe aqui facilitam muito a minha exposição. Porque, olhando os quatro projetos, o fundo social, nós não vamos opinar para que uma decisão que é da sociedade e hão de decidir para onde. O que nós temos é que gerar riqueza, produzir esse óleo do pré-sal, para que sejam gerados os impostos de maneira econômica, para poder fazer a distribuição dos recursos. Mas nós não... Não necessariamente temos que opinar sobre isso.

Capitalização da PETROBRAS. Talvez, dos quatro projetos, seja o projeto mais importante para a PETROBRAS. E nós estamos apoiando integralmente isso, porque nós queremos... Assim como o Dr. Márcio comentou--

SR. MÁRCIO ROCHA MELLO: Uma sociedade. Apoiamos, pontualmente(F), 100%

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Como sociedade. Presidente, eu também fui PETROBRAS 25 anos. Fui pioneiro para muito orgulho, na bacia de Campos, fui um dos primeiros engenheiros a estar lá, meu treinamento foi na área de Sergipe, Alagoas--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: --ou seja, vi como é que é construir um desafio de produzir uma bacia de Campos no primeiro poço que entrou em produção dia 13 de agosto de 1977, no Posto Enchova I, na plataforma SS-6, produzindo do intervalo 2.123 a 2126, e aí por diante... Ou seja, a gente conhece detalhes de quem viu o primeiro poço entrar na bacia de Campos, fazendo uma correlação com que está sendo feito com o pré-sal agora. E eu fui responsável, tive a honra de ser Superintendente lá da bacia de Campos, fui Diretor da área de exploração e produção...

Então, a nossa contribuição, o que eu estou querendo dizer é o seguinte, a gente entende que a PETROBRAS, o projeto de capitalização é extremamente importante e nós apoiamos integralmente. Embora entendamos que nós não vamos opinar para ele. Porque quem tem de opinar são as autoridades regulatórias do mercado financeiro, entendemos que isso vai trazer uma musculatura importante, os cinco bilhões de barris que estão... Do projeto, que estão sendo contemplados para a PETROBRAS, a gente fala em bilhões e milhões, os senhores não tem obrigação de saber, ter ideia de volumes, mas apenas para passar um dado para os senhores, a produção da bacia de Campos, até meio do ano, até agora agosto, foram 7,2 bilhões de barris.

Então, o que está sendo... Desde o início, desde o famoso 13 de agosto, de 1977. Então, o que está sendo disponibilizado para a PETROBRAS é 70% do que toda a bacia de Campos produziu até hoje. Então, isso é extremamente importante para a PETROBRAS. Nós aplaudimos a iniciativa do Governo em fortalecer a PETROBRAS. Além de reservas, ela vai receber a capitalização financeira daqueles acionistas minoritários, que vão aportar recursos, que não tem óleo para aportar. Então, isso é para deixar a PETROBRAS cada vez mais forte, vimos hoje publicado o valor da capitalização dela, 208 bilhões de dólares. Isso é um orgulho para todos nós que ajudamos, participamos, e a nossa escola de vida foi isso daí.

Bom, seguindo, então, quero basicamente falar sobre o projeto de partilha de produção e criação da Petrosal. Sobre esses projetos, nós temos sim comentários a fazer, e já tivemos... Tivemos oportunidade, Sr. Presidente, na primeira Sessão, que foi primeira sessão que foi... Primeira... Primeiro painel aqui, eu,

infelizmente, estava na Argentina, mas não podia faltar porque era representante do Brasil lá num evento, que nós tínhamos que vota, inclusive, no *International Gas Union*, nós estivemos presentes aqui, trouxemos nossas contribuições sobre a partilha de produção. Qual é a principal preocupação que temos? É basicamente sobre a questão do operador único, entre outras. Temos alguns comentários. Próxima, por favor.

Nós temos... Eu vou passar a que está em azul, a operação única, o regime fiscal, a contratação direta, temos algumas preocupações, que já colocamos inclusive em propostas de emenda que nós fizemos, reservatórios do pós-sal sujeitos ao mesmo regime – unitização, mas, basicamente, para ser objetivo, a questão da operação única é um ponto que nos preocupa porque nós entendemos que, conforme foi mostrado pelo Márcio, existe um muito baixo risco geológico, sim, na área do polo Tupi, onde ele comentou muito bem. E é verdade, a PETROBRAS tem um índice de sucesso ali de 87%, embora inclusive blocos vizinhos já tiveram dois insucessos ali dentro do pólo Tupi ainda.

Então, o que eu queria chamar atenção, acho que o Márcio fez de maneira... Como lhe é peculiar; o Márcio é um apaixonado por esse tema e fala com muita propriedade, existe pré-sal e existe pré-sal. Então, estender um conceito de operador único em todo o pré-sal nós entendemos que isso é prejudicial para a própria PETROBRAS e é prejudicial para a indústria privada, que está presente aqui, inclusive com empresas nacionais e empresas estrangeiras. Por quê? Hoje a PETROBRAS é o grande operador do país. Ela investe 80% dos próximos cinco anos, a gente vê os cento e tantos bilhões de dólares que a PETROBRAS está investindo, a indústria... A indústria privada está investindo 35 bilhões. Representa 20%. Isso vai acontecer. A PETROBRAS sempre vai ser o grande líder, o carro-chefe de todo esse processo. A PETROBRAS já está hoje contratando 216 navios sem lei, sem nada. Ela está fazendo o papel social dela que ela tem que fazer e sempre fez. Começou lá em 1980, o Márcio deve lembrar, muitos outros, começou com a certificação de qualidade, melhorando a distribuição de importações... Enfim, todo um processo que ela vai fazer para o país.

Então, como é que nós vemos a indústria hoje? Hoje esse modelo permitiu a criação de 72 empresas que estão atuando no Brasil. Uma delas a PETROBRAS e outras novas empresas. A metade delas nacionais. Então, cercear, digamos, um direito de crescimento dessas empresas, uma participação da iniciativa privada, que hoje responde por 20% de tudo isso, eu acho que aí que caberia uma reflexão porque... E a questão do operador único. Naquela área... Avança um pouquinho, por favor. Pode avançar. Até esse mapa.

Nessa área específica, que o Márcio tão bem mostrou, que é o... Chama-se o polo Tupi, o *cluster* de Santos, essa área é aquela área que está recoberta por dois quilômetros de sal. Mas fora daqui, aqui em Campos, a situação é completamente diferente. O sal é todo ele fraturado, é menos espesso, o óleo que está... Em vez de ficar preso embaixo do sal aqui, nessa situação, ele encheu os campos de Marlim e Roncador, que estão hoje produzindo quase dois milhões de barris. Então, essa situação aqui o risco é muito maior. Olhem quantos poços nós temos aqui que... Todos esses poços perfurados agora especificamente para o pré-sal são ou poços secos ou poços subcomerciais. São poços que não produziram. Então, nessa área, essa área aqui é o coração do pré-sal. Essa área faz sentido a PETROBRAS ser operadora? Faz sentido. Porque aqui tem que montar uma infraestrutura nova, com desafios tecnológicos tremendos, a 300 quilômetros da costa, poços com toda essa profundidade... Mas daí a PETROBRAS deve estar concentrada aqui nos próximos 15, 20 anos. Não sei quantos anos. Porque ela vai ter que reproduzir o esforço que ela fez na bacia de Campos em muito maior escala aqui. E se não fizesse, estaria errada. E a PETROBRAS não erra. A gente sabe disso.

Então, ela vai estar concentrada agora aqui. Agora, o que acontece com todo esse resto da área azul? Vai ficar relegado a um segundo plano, esperando uma oportunidade... Aí que nós vemos que é ruim para a PETROBRAS... Passa mais um, por favor. Que se ela for obrigada... Mais um. Pode passar mais um... Mais um. Aqui. Se ela for obrigada a... Imagine que é esse o modelo operador único passa e ela... O CNPE decide colocar alguns blocos numa área ruim. Mas ele tem que testar. A obrigação do Brasil é testar seu potencial geológico. E quanto mais investimento atrair para o setor, é melhor para avaliar será que não temos outras áreas melhores? Será que tudo isso que o Márcio está falando é verdade ou não? Nós só vamos saber se perfurarmos. Por mais controle que nós tenhamos hoje, nós só vamos saber se tiver mais estudos, mais atividade, tudo mais.

Então, estou dando exemplo aqui de uma área considerada ruim, que vai a leilão, por exemplo. E a PETROBRAS é obrigada a ir em todos. Então, a PETROBRAS forma... Já que ela tem que ir... Ela forma um consórcio 1, onde... Aqui está errado esse número. Aqui é 40. Agora que eu vi aqui. Esses números aqui mudaram. Bom, tudo bem... Ela participa aqui com fator de partilha digamos 50%. Vamos dar o exemplo de 50%, como está aqui. E a PETROBRAS, então, con-

versa com duas empresas A e B, já que ela tem que ir mesmo, ela não gosta, ela está concentrada lá naquele pólo Tupi, que são campos de bilhões de barris, oito, cinco bilhões, desenvolvendo plataformas, vendo como é que vai fazer com o gás, o gás carbônico, como é que injeta, se traz para a terra... E vai ter que operar um bloquinho lá, que é um bloquinho ruim. Então, ela... Mas já que ela é obrigada por lei, ela vai escolher dois sócios e vai dar um fator de 60% de partilha. Chega outro aqui e dá 52... Ou vai dar... A PETROBRAS pode dar um fator mínimo. Outros consórcios que se constituem não podem conversar com a PETROBRAS porque, se ela já está começando com dois sócios, existe um acordo de confidencialidade no consórcio, ela não pode nem trocar figurinha. Os outros atores não podem nem trocar ideias com ela. Mas sabem que, no futuro, vão ter que conviver com ela também. Então, é uma situação relativamente estranha.

E, finalmente, tem lá o consórcio, 50, 61, 85% alguns sócios que chegam aqui vão dar, acredito, naquele bloco; não tem, talvez, o mesmo nível de informação e é um problema das empresas, desconhecimento, cada um tem uma visão. O geólogo imagina, "ah, o óleo veio por aqui, entrou pela falha e ficou preso aqui". O outro diz: "Ficou preso nada. Porque não tem o... O óleo escapou". Enfim, esse é o mundo dos geólogos e geofísicos. Mas vai imaginar que a situação concreta abriu o consórcio, houve consórcio vencedor, é esse, o que acontece? A PETROBRAS vai sair daqui, vai ter que vir operar esse consórcio, onde sócios que ela não escolheu, pode ter, eventualmente, até uma incompatibilidade comercial por problemas de outros países, que às vezes tem isso, político, às vezes, pode não gostar do sócio que está ali. Mas enfim, para isso ainda tem elementos porque você tem um acordo de operação a esse respeito. Mas o pior de tudo, que é mais grave, que eu chamo atenção, ela não acredita que reparti 85% para a União, se esse campo vai ter 100 milhões de barris, por exemplo, campo pequeno, não se justifica economicamente.

Então, nesse ponto que nós dizemos que é ruim, é um ônus para a PETROBRAS. É uma acessão onerosa para a PETROBRAS um direito desse aqui. Porque vai ter que se distrair de onde ela está na área concentrada e vir operar um consórcio cujo sócio ela não escolheu e cuja economicidade do bloco ela não acredita. Que motivação vai ter a empresa?

Agora, se isso são outras empresas que vão fazer, são áreas menores... Já estou... Obrigado. Já estou mais no final. Exatamente. Vou entrar Petrosal... Então, você isso aqui, na realidade, é porque nós mostramos por que é que na área da... Do operador único é ruim e nós estamos sinalizando isso e deixando que isso possa ser... Faz questão, faz sentido discutir algumas áreas isso? Faz sentido. Aonde vai se montar uma infraestrutura e tudo. Mas em todo, nós achamos que é um engessamento à PETROBRAS, engessamento da indústria e da iniciativa privada. Pode voltar um pouquinho, por favor. Eu queria me concentrar, então, finalmente... Mais uma. Mais uma. Aqui.

Então, no objeto específico dessa audiência, Sr. Presidente, somos a favor ou somos contra a criação da Petrosal? Nosso entendimento era, como já comentei, que poderia ser usado outro modelo de concessão, que não necessariamente tem que ter uma estatal. Bom, se a vontade do Governo e do Congresso vai ser criar de partilha, necessariamente tem que ter um ente que represente a União no modelo de partilha, que seja 100% estatal. Então, se é uma autarquia, se é uma empresa EPE, por exemplo, ou um Tesouro Nacional ou uma companhia petrolífera, é uma decisão empresarial do Governo. O Governo vai decidir isso.

Então, a questão da Petrosal, o Governo escolheu a Petrosal, pode ser a Petrosal. Agora, vamos olhar os poderes que a Petrosal tem. Aí nós vemos um desequilíbrio importante, que queremos chamar atenção dos senhores, exatamente no poder de tomada de decisão do comitê operacional. Dr. Maurício comentou que o custo do óleo tem que ser olhado com muita atenção. Mas isso, de certa forma, nos aparece bastante excessivo, na realidade, eu acho que se eu fosse PETROBRAS ia me sentir com um voto de desconfiança. Porque se a PETROBRAS tem a confiança do Governo para ser o operador único, tem a desconfiança para passar gastos maiores para a União? Então, existe até um descompasso um pouco dessa relação. Mas, enfim, esquecendo isto... Pode passar, por favor. Pode passar.

Hoje tem... Nós reconhecemos a necessidade de controle das atividades, há diversos mecanismos nos contratos atuais, a própria ANP, IBAMA, Marinha, Receita Federal... Agora, os investidores que são... Seja operador único ou não, qualquer que seja o investidor, PETROBRAS e outros agentes que sejam privados, têm que ter um mínimo de poder de decisão sobre os investimentos que eles vão fazer. E isso não está contemplado no Projeto de Lei, Sr. Presidente, por quê? Porque dá um poder absoluto à Petrosal, sendo que ela, como foi bem colocado e facilita a colocação, ela não tem nenhum risco financeiro, ela não assume... A Petrosal apenas fiscaliza, mas só que ela tem um poder de decisão na Mesa, que é descomunal. E não é usual na indústria internacional em todos os contratos. Isso aí é uma coisa realmente desequilibrada. Isso sim gera um problema de preocupação muito grande, inclusive, acredito, para a própria PETROBRAS. E para

os agentes privados. Por quê? Vou mostrar por que. A próxima, por favor. Pode passar. Aqui.

Vamos imaginar que a... Fica um bloco onde a PETROBRAS só tem 30%. Então, aqui é a linha dos investimentos e aqui é o poder de decisão dos investidores. Então, se a PETROBRAS tem 30%, os outros investidores sócios que vão ser, vão ter 70%. Como é que fica o poder de decisão disso? A Petrosal sempre tem 50%. Metade do poder de decisão é dela. A própria PETROBRAS vai ter aqui 15% e a... PETROBRAS 15% e os outros vão ter 35%. Se a PETROBRAS cresce a participação para 50%, ainda ela não tem maior poder de decisão. E se PETROBRAS tem 100%, mas sozinha num bloco, ainda assim ela tem que dividir o poder com a Petrosal, sendo que a Petrosal tem o direito de voto de qualidade e direito de veto irrestrito.

Então, significa o seguinte, aqui vamos pegar uma situação intermediária para os investidores. Esses investidores podem estar assumindo compromissos de investimento de dois, três bilhões de dólares. Mas, na hora de decidir, a Petrosal pode dizer: "Não, eu quero assim ou assado, eu prefiro que se contrate uma plataforma até mais cara porque eu tenho interesse que geograficamente vá para um estaleiro ou vá para outro... Situações assim podem aparecer. Aí nos parece que é um desequilíbrio no poder da Petrosal e que deveria ser considerado.

E nós sugerimos, Sr. Presidente, para terminar, que talvez o poder de veto... Claro que a Petrosal deve ter. Mas não tão desequilibrado como está assim. Talvez, que seja qualificado o poder de veto para grandes assuntos. E não está se... A Petrosal está entrando, se vai comprar aqui uma caminhonete, vai comprar dez computadores, ela tem que estar decidindo no comitê operacional. Isso é uma tremenda interferência no dia-a-dia. Então, o que nós sugerimos é que talvez... Colocar o poder de veto para programas exploratórios em geral, planos de avaliação, orçamentos anuais de trabalho, planos de desenvolvimento, programas de produção e programas de desativação. Ou seja, ela faz para os grandes itens e não no dia a dia, que vai ser uma burocracia muito grande.

Então, esse chamaria atenção, basicamente a nossa contribuição especificamente sobre a criação da Petrosal é que seja revisto esse poder de decisão da Petrosal para que realmente possa levar a um... A um respeito maior até e poder decisão mínimo dos investidores, que inclusive podem responder juridicamente por decisões tomadas no consórcio, mas não têm poder nenhum de aprovar qualquer coisa. Está certo, Sr. Presidente?

Desculpe o passar da hora e agradeço sua compreensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. João Carlos De Luca. Em relação às últimas duas exposições, eu gostaria de fazer alguns comentários. O primeiro deles é que nós não podemos jamais esquecer que a PETROBRAS, sob regime de monopólio, construiu o que hoje nós conhecemos de uma das maiores empresas do mundo. Quando, lá na década de 70, veio a ideia do contrato de risco, foi exatamente porque se entendeu melhor, se entendeu fazer com que investidores viessem tentar prospectar e encontrar o óleo e, em caso de se encontrar o óleo, se fazer o regime compartilhado. Porque não se tinha ainda a noção exata de onde estavam localizados esses poços ou essas jazidas com grande potencial de produção.

Hoje em dia é diferente. Todos nós reconhecemos, a despeito de algumas perfurações no campo do... Na região petrolífera do pré-sal. Embora algumas perfurações não tenham dado o resultado esperado, outras perfurações deram resultado extraordinário. Quer dizer, entre 80 e praticamente 100%. Então, na questão do regime de partilha, eu acho que há uma racionalidade, porque dentro desse sistema, a União, o Estado Brasileiro terá um controle desde a sua produção, desde o momento em que o óleo sai da superfície, da lâmina d'água, até a sua comercialização.

No regime de concessão, o Estado não tem esse poder. A comercialização fica ao alvitre daquele concessionário. E isso implica em problemas muito sérios para o país. No caso dessa comercialização ser feita a um preço que não interesse exatamente à questão econômica brasileira, isso implica num processo... Eventual processo de desindustrialização do parque industrial brasileiro, além de inúmeros outros problemas, inclusive a chamada maldição holandesa, que, por não ter controle com o enorme campo de gás que encontrou, ela teve problemas seríssimos, e enfim...

Mas, dizem que os Estados, os países mais atrasados utilizam o sistema de partilha. Mas aqui foi dito também que a Arábia Saudita, que é o maior produtor de petróleo do mundo tem um regime misto. Tem tanto o de partilha como o regime de concessão, que é exatamente o que o Brasil terá. O Brasil tem, inclusive, na área do pré-sal, tem já poços em regime de concessão. O que eu entendo o Estado Brasileiro deseja, por intermédio do seu Governo, é garantir o controle total, da produção à comercialização. E, com isso, colocando os recursos auferidos por esta comercialização num fundo e esse fundo sendo gerido de forma a investir, de maneira criteriosa, em tecnologia, em ciência, em desenvolvimento, em conhecimento, na questão do próprio meio ambiente, que aqui foi falado também o que fazer com as emanações do CO2, porque as ema-

nações do gás carbônico a essa profundidade é quatro ou cinco vezes maior do que a emanação de um poço que não seja tão profundo. Mas já há tecnologia para reintroduzir esse excesso de gás carbônico dentro da própria tubulação para depois fazer dele o uso que se julgar conveniente.

Enfim, então, algumas questões ficaram, para mim, um pouco... Um pouco, eu diria, sem uma resposta específica. Talvez porque não tenha entendido bem, eu gostaria que, ao final, se fosse possível, ao Dr. Márcio e ao Dr. João Carlos, que pudessem nos esclarecer.

O Dr. Márcio Rocha Mello, que é egresso da PETROBRAS, 26 anos de PETROBRAS, enfim, se formou e é um apaixonado pela empresa e que hoje está na iniciativa privada, nos colocou aqui alguns dados. Ele afirmou que as reservas do pré-sal não são aquelas que estão sendo anunciadas pela companhia. Que a criação da Petrosal seria um tiro no pé. Ele utilizou um outro termo, mas eu vou abrandar [risos]. Seria um tiro no pé. Que tanto faz um regime de concessão como um regime de partilha, dependendo, na opinião dele, a questão do bônus. O bônus de assinatura. E a participação do Governo. E que as perfurações feitas na camada do pré-sal não têm também o sucesso anunciado.

Então, diante disso que foi aqui afirmado, se eu estou correto no que afirmo, eu deixaria essa pergunta ao Dr. Márcio para, depois de nós ouvirmos o nosso próximo palestrante e também as considerações do Dr. Tolmasquim, a pergunta seria a seguinte, o que fazer?

Bom, em relação ao Dr. João Carlos, que afirmou da necessidade do respeito aos contratos e da estabilidade institucional para que os investidores estejam atraídos a investir no pré-sal, então, eu gostaria de saber dele se essa mudança estratégica, que hoje está sendo realizada no Marco Regulatório do Pré-sal, se isso, em algum instante, criaria qualquer tipo de instabilidade em relação àqueles que desejem investir nesta área e também se isso poderia significar alguma quebra de contrato se os regimes de concessão até hoje oferecidos serão mantidos, serão respeitados pela PETROBRAS.

Eu passo a palavra agora para o nosso último palestrante, que é o Dr. Wagner, Diretor de Infraestrutura, Projetos e Insumos Básicos do BNDES. V. Sa. terá 20 minutos para a sua exposição.

SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA: Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite. Estou aqui hoje na qualidade de representante e tentando cumprir a difícil missão de substituir o Dr. Luciano Coutinho, que deveria estar aqui hoje, mas, por convocação do Presidente da República, não pôde comparecer. Então, inclusive farei aqui uma apresentação, que é exatamente a apresentação que ele faria se aqui estivesse.

Ouvindo a apresentação dos meus predecessores, acho que foram muito interessantes, palpitantes, acho que a minha apresentação, que seria a apresentação do Presidente Luciano Coutinho, nós estamos até alinhados no sentido de que, se houve um consenso aqui, é que não devemos permitir no Brasil essa maldição cole. Então, precisamos descobrir um amuleto para fazer com que essa maldição não se implante no país, já que, em outros lugares, esse problema aconteceu.

Então, eu acho que também aqui nós temos uma condição muito diferenciada desses outros países, como disse o Presidente, nós temos um país tecnologicamente muito mais desenvolvido, temos uma companhia como a PETROBRAS, e aqui eu gostaria de falar também, eu, assim como você, 26 anos de PETROBRAS, eu, esse ano, estou fazendo 35 anos de BNDES. Então, entrei em 1975. Me lembro, quando nós entramos, em 1975, e fizemos toda aquela parte do segundo PND, os investimentos todos acontecendo, naquela época, nós tínhamos um país que era altamente dependente de petróleo. Altamente endividado, naquela época, com programa significativo. Isso levou a que ao nos defrontarmos com a crise do petróleo, final da década princípio de 80, nós ficarmos numa situação completamente curta. Precisávamos importar petróleo; nosso país não funcionava sem isso, estávamos endividados, a taxa de juros internacional subiu para 21% ao ano e ficamos praticamente quebrados e nos encilhamos por muito tempo por causa disso.

Então, mas se a gente olhar naquela época nós tínhamos mais ou menos uma reserva na década de 70, de um bilhão de barris, um bilhão e pouco de barris. Me lembro disso porque, naquela época, eu analisava projetos e essas coisas nos preocupavam muito. E aí, nós víamos que, ao longo do tempo em função dessa crise, a crise sempre leva a gente a encontrar saídas, a PETROBRAS, num esforço muito grande, é uma companhia na qual nós nos orgulhamos muito, nosso vizinho de ponte lá no Rio de Janeiro, conseguiu ir aumentando um esforço muito grande de desenvolvimento tecnológico e pesquisa, de uma competência muito grande, aumentar essas reservas. Nós saímos numa posição de totalmente dependente, ou quase totalmente dependentes, em 70, setenta e poucos, para uma posição, hoje, de equilíbrio. O que demonstra uma competência da PETROBRAS muito grande no sentido de fazer o quê? De encontrar petróleo. Desenvolver as jazidas de petróleo e hoje a gente vê isso, que o que

nós estamos discutindo aqui é exatamente em função dessa competência da PETROBRAS, que nos levou a poder identificar e sair de uma posição defensiva que tínhamos no passado.

Então, só fazer esse comentário porque eu me lembro dessas coisas, lembro da evolução, lembro que na década de 80, tínhamos três bilhões de barris de reserva, se não me engano. Lembro que depois passamos para 2000 cerca de nove bilhões de barris, e sei que hoje estamos em 14 bilhões de barris. E eu acredito sinceramente no trabalho da PETROBRAS, em termos do que ela está fazendo, do que ela está falando. Talvez eu seja suspeito para falar porque trabalho numa empresa estatal, mas eu acredito na competência das empresas estatais. Acho que a gente não tem maniqueísmo, não tem uma diferenciação porque uma empresa é privada ou empresa estatal, ela é mais ou menos competitiva. Bom, por favor, o outro.

Então, como eu falei do amuleto, quer dizer, o que a gente considera como amuleto para isso? É exatamente ter uma política de desenvolvimento econômico e social que permita com que essa grande vantagem de ter essa cadeia, de ter essa... Esse grande valor que é o petróleo, num país em grande quantidade, que poderá nos fazer ser o quarto ou quinto do mundo, dependendo da nossa competência em desenvolver essa produção, de a gente poder trazer isso para o país. E trazer para o país é o quê? É desenvolver econômica e socialmente o país, é gerar emprego e renda de qualidade. E para isso que essa grande oportunidade que temos aqui com o pré-sal vai depender do quê? Vai depender de um trabalho muito grande, e nós estamos hoje totalmente envolvidos com a PETROBRAS, com grupos de trabalho específicos, discutindo exatamente essa política de como adensar a cadeia produtiva de bens e serviços no país. Mas fazer isso de quê? Fazer de uma forma em que seja competitiva e sustentável, que possa servir não só para produzir bens e serviços no país com preço que atenda aos anseios dos demandantes, mas que também sirva para ser competitivo no exterior. Que a gente possa exportar os nossos produtos em igualdade de produção.

O que acontece? Podia passar o próximo, por favor. Para que isso? Bom, essa tem que ser a nossa... O nosso foco. O nosso foco é economia de escala, escopo, competência e aprendizado. Isso que nós temos que trabalhar no país para ter uma indústria competitiva e flexível. Por favor.

A meta é o quê? É ser um fornecedor competitivo, como eu disse, e global de bens e serviços associados a petróleo e gás. Essa oportunidade é grande porque, se nós olharmos umas curvas que vamos apresentar aqui agora, a gente pode observar o seguinte: que na década de 75 e 80, principalmente, o Brasil era... Por exemplo, no caso de navios, que é uma parcela desse tipo de integração que a gente está falando aqui agora, o Brasil já foi um dos maiores do mundo. Já teve cerca de 5,6% desse mercado. E de lá para cá, nós fomos diminuindo, minguando, minguando, minguando, chegamos hoje numa posição muito longe da liderança. E se nós olharmos para alguns parceiros ou países que estariam na mesma situação que a gente no passado, e olhar mos situação da Coreia, que era inferior à nossa, em 1980, hoje a Coreia é o maior produtor de navios, com alta competitividade; a China, que até o ano de 1995 também estava numa posição assim, talvez, meio parecida com a nossa, ali teve uma inflexão, passou a ser um investidor e, portanto, crescendo violentamente nesse segmento.

O que mostra o seguinte, imagino que haja um problema no Brasil que a gente não possa, não só no caso dos navios, mas no caso de outras indústrias fornecedoras de bens e serviços, desenvolver isso. Até porque temos indústrias altamente competitivas no país, até porque temos fornecedores de serviços internacionais de alta qualidade e que nos permitirão certamente, com uma política adequada, nós trazermos e transbordarmos para a economia brasileira uma quantidade, vamos dizer, de investimentos que trarão e levarão a um aumento de desenvolvimento, renda nesse país.

Nesse aspecto, nós, lá no banco, temos uma preocupação de sempre monitorar a economia. E nos últimos tempos principalmente, entre a crise de agosto do ano passado e agosto desse ano, nós andamos monitorando exatamente o que a gente imaginava que poderia acontecer com a economia. Isso é fruto de uma... De uma consulta que nós fazemos que o banco, pelo fato de ele apoiar a maioria das empresas brasileiras, tem contato direto com elas, nós temos uma condição de obter informações sobre a intenção de investimentos, a intenção de desenvolvimento do projeto, de uma forma bastante acurada. Por um histórico de décadas e décadas de relacionamento e de confiança mútua estabelecida.

Então, se nós olharmos ali, quer dizer, o que aconteceu, em termos de agosto do ano passado para cá? A gente olha que, em dezembro, nós estávamos realmente, tivemos uma queda significativa na intenção de investimentos. Quando chegou em agosto desse ano, no acumulado, no agregado, nós vimos que há uma tendência de volta aos investimentos nesse país. Se a gente olhar nos desdobramentos, na energia, nós vemos que a energia não claudicou nem piscou durante esse período. Pelo contrário, ela se manteve e agora cresceu. A indústria, sim, ela teve um soluço grande,

não só por conta das questões econômicas e de mercado internacional, mas de algumas estripulias, mas hoje ela ainda se encontra numa fase, numa situação de andamento um pouco para o lado. Nós acreditamos que, dependendo dos setores e a gente vai ver um pouquinho mais na frente, uma retomada mais para frente nos próximos anos deverá acontecer. Agora, esse vale é um vale ainda a ser identificado.

E a infraestrutura, em geral, sem ser energia, nós observamos que também teve pequena oscilação em dezembro, mas que já agora nós estamos retomando inclusive patamares de perspectivas de investimento maiores que outro. E aí nós podemos olhar e ver o seguinte, que... Aonde vai se dar isso? Se a gente olhar em energia, vamos ver o seguinte, energia elétrica, como eu disse, não piscou. E petróleo e gás não só não piscou como tem uma perspectiva de investimento muito grande, nesse período aí de 2009 a 2012, um período pequeno, que vai abranger até muito pouco do que a gente está vendo do pré-sal aí. O pré-sal, quando entrar mais adiante, vai ser uma quantidade de investimentos muito maiores. E a gente olhando em infraestrutura, olhando telecomunicação teve uma pequena queda, mas telecomunicação é um setor que ele continua a investir e vai continuar a investir naquele movimento. As empresas continuam se modernizando, até porque a competitividade e a competição é tão grande, que se não investirem, ficarão de fora, certamente, e a tecnologia evolui muito rapidamente.

Saneamento, de novo, ali com os programas de Governo, os investimentos estão crescendo, já há uma perspectiva maior do que tínhamos no ano passado; ferrovias, graças a Deus, estamos vendo um movimento significativo também de investimentos, modernizações e construção de novas ferrovias; transporte rodoviário, a mesma coisa, não piscou, praticou ficou igual; e portos, apesar de ter uma pequena, nós sabemos e temos tido muita procura no BNDES de interessados em fazer novos investimento em portos.

Então, do nosso ponto de vista, o investimento no país, ele tende a continuar. Agora, como vemos aqui, o investimento em gás e petróleo é alguma coisa da ordem de quase 60% do total mapeado por nós. Isso é fruto de uma oportunidade, a gente tem que aproveitar as oportunidades, de que mesmo nessa crise, nós temos algumas... Algumas âncoras na economia, que nos permitem ser ousados e fazer algumas políticas, do ponto de vista de desenvolvimento econômico no país, que são exatamente as oportunidades que a gente não pode deixar passar em determinados momentos, principalmente em momentos de crise.

Então, nesse caso, o óleo e o gás que temos, nesse caso, nós temos tecnologia, temos empresas altamente competentes no sentido de desenvolver esse projeto, empresas altamente competentes no sentido de prestar serviços para esse tipo de indústria, temos fornecedores de equipamentos... Nós precisamos adensar isso. Nós precisamos caminhar no sentido de a gente apresentar uma oportunidade de esse setor, ser uma alavanca, realmente, no sentido de aumentar e desenvolver o país.

Temos aqui, rapidamente, no caso dos outros setores de siderurgia, petroquímica, automotivo e outros, papel e celulose, Presidente... Sete minutos. Obrigado. Vou me apressar. E que temos aqui que, apesar de termos tido uma posição, de junho, bastante menor, talvez, que a de... Certamente que a de agosto, nós vemos que, em relação ao período anterior de 2005 e 2008, houve algum equilíbrio. Onde tivemos problema maior, ali em siderurgia e papel celulose, mas que são os setores que... Hoje até o fato de o Presidente não estar aqui, ele está em São Paulo, uma apresentação lá do programa de investimento da Vale do Rio Doce, que vai impactar significativamente, não só extrativo mineral como siderurgia, estará sendo... Deve estar sendo anunciado em São Paulo, serão notícias auspiciosas, e o setor de papel e celulose, que nós acreditamos que, após o primeiro impacto, voltará a começar investir a partir desse ano que vem agora. Então, temos essa possibilidade.

E ali temos essa abertura das infraestruturas e vemos que elas continuam investindo.

Vou andar um pouco mais rápido. Aqui temos o que pode ser impacto dos investimentos da PETROBRAS, só em 2009 a 2013, em termos de investimentos. Se o efeito direto dele vai ser alguma coisa da ordem de 101 bilhões de dólares, e o efeito indireto dele na cadeia vai ser alguma coisa perto de 97. Então, são 200 bilhões de dólares de investimento que nós podemos trazer para o país, no período de 2009 a 2013. Isso já está acontecendo, esses financiamentos já estão sendo aprovados inclusive pelo BNDES, e o potencial de investimento da PETROBRAS nesse período vai aumentar certamente.

Bom, diagnósticos e riscos. Temos uma oferta local de bens e serviços para petróleo e gás, e a situação atual que algumas coisas nós temos um elevado conteúdo local, a partir de políticas anteriores que foram feitas, que têm permitido inclusive índices de nacionalização bastante significativos em alguns projetos, alguns segmentos. Mas também há aqueles que não temos competitividade ou estamos na média, vamos dizer assim, que não temos produção local em alguns. Mas temos oportunidade. Então, a indústria de equipamentos com gargalo e oferta em muitos segmentos, temos oportunidade de trabalhar em conjun-

to e isso está sendo mapeado, quais são os setores, quais são os produtos, quais são os segmentos em que nós podemos trabalhar em conjunto, ajudando a PETROBRAS no sentido de identificar esses nichos, no sentido de identificar a tecnologia necessária para isso, de identificar potenciais parceiros internacionais inclusive, que uma vantagem que temos é que como existe a crise no mundo, é muito maior do que aqui, é uma oportunidade para esses fornecedores de bens e serviços virem para o país e desenvolverem aqui as suas redes de integração com a indústria local.

Então, esse aspecto, esse trabalho conjunto que temos feito com a PETROBRAS, eu acredito que será fundamental para que nós conseguirmos identificar esses nichos em que podemos trabalhar. E a questão de se temos uma forte dependência de indução da PETROBRAS em capacitação, recursos humanos, isso é uma oportunidade também. Porque é uma empresa... É uma empresa brasileira, apesar de ser controlada pelo Estado, tem grande parte do seu capital no mercado. E grande parte desse capital, inclusive, no exterior. Então, é uma empresa que pode trabalhar em conjunto com o banco, e tem feito isso, para nós podermos definir uma agenda de desenvolvimento.

Bom, quais são os objetivos estratégicos, rapidamente? Construção de estaleiros nós temos, obviamente, necessidade de fazer isso; nós temos todo dia projetos aí que estão sendo definidos e procurando local para se instalar, e isso é uma constante no banco, e nós vamos apoiar somente investimentos que têm escala compatível com o *Benchmark* internacional. A cadeia fornecedora de bens e serviços nós temos que ampliar, fortalecer e diversificar essa base; temos que identificar os gargalos, temos que cobrir os gargalos, ajeitar, vamos dizer, essa estrutura toda para que ela possa atender de forma competitiva. E estimular a formação de *cluster*s de produção, aproveitando vocações.

Engenharia nacional. Adensar essas cadeias significa que nós vamos precisar de engenharia. Nós vamos precisar de estimular projetos de desenvolvimento básico nacionais. Porque se nós tivermos projetos desenvolvidos no país, nós vamos conseguir fazer com que esses projetos projetem peças, bens e serviços que sejam adequados à nossa produção interna. Temos que sustentar a competitividade internacional dessas empresas, para isso, vamos precisar fortalecer essa estrutura e os instrumentos de apoio são fundamentais, não só financiamento com participação acionária e reestruturação de empresas, a questão da mão de obra qualificada e desenvolvimento científico e tecnológico, é importantíssimo continuar o suporte a esses investimentos, e sustentar essa competitividade a longo prazo. Porque sem gente, nós não conseguimos chegar a lugar nenhum. Quem faz tudo nas empresas, apesar de se ter equipamentos, são as pessoas. E o fundamental, o coração de tudo, de qualquer empresa, são essas pessoas.

Bom, no caso das ações de desenvolvimento da indústria de fornecimento de bens e serviços, temos que eliminar essas assimetrias em função da relação com competidores internacionais. Nós temos que ter *funding* de mercado competitivo(F). Nós estamos providenciando isso no banco. Desenvolver novos instrumentos de seguros e garantias. É incrível, mas, no Brasil, esses instrumentos são muito menos desenvolvidos que no exterior. E a gente enfrenta esse problema toda vez que temos que desenvolver um *Project Finance*. As seguradoras aqui são pequenas, as resseguradoras, os contratos que elas têm, as apólices com as seguradoras externas são seguros... São apólices que não atendem a uma garantia de um credor adequadamente. Enfim, precisamos trabalhar essa agenda e já estamos trabalhando isso no banco, temos discutido isso e como nós podemos evoluir nesses dois grandes itens, que são fundamentais para a viabilização dos projetos.

Outra coisa é rever instrumentos tributários e mecanismos que beneficiem o fornecedor externo. Está bom que algum momento foi muito bom, muito importante beneficiar os fornecedores externos, mas hoje, uma vez que nós podemos adensar a nossa cadeia, nós temos que pensar o seguinte, como criar mecanismos tributários que beneficiem a produção interna. Ou seja, não privilegiem somente a exportação, baixando custo disso. Aí envolvem coisas como tributos, que será fundamental que essa Casa aqui discuta oportunamente. E implementar política nacional de controle local, é isso que nós estamos falando, nosso trabalho agora vai ser esse, em conjunto com a PETROBRAS, e temos feito isso de maneira bastante amiúde.

Bom, o banco, o que é? Obviamente, esse adensamento é a nossa prioridade nos próximos anos. Para isso, nós mudamos a estrutura do banco, foi aprovado na diretoria, na semana passada, uma reestruturação do banco do ponto de vista de você ter em uma unidade, só que ligada a uma diretoria, no caso, a uma Superintendência que, no caso, é a minha, de diretoria é a minha, uma Superintendência que está subordinada a mim, no sentido de você poder ter todas as ações de petróleo e gás no mesmo local. Não só as ações de financiar os projetos, mas como a ação de você desenvolver indústria de BK sobre encomendas para isso e prestadores de serviço. Isso vai permitir, vamos dizer, um ganho de competitividade no sentido de poder desenvolver esse projeto de uma interlocução com a PETROBRAS.

O fato de ter instrumentos no banco que permitem, não só nosso apoio direto e indireto pela rede de agente, mas pelo fato de ter recursos para pesquisa tecnológica e também ter a participação, possibilidade de participar diretamente empresas de fundo de investimento, quer dizer, a parte de mercado de capitais, isso é fundamental porque cada projeto desse, cada situação dessa, ela vai exigir uma engenharia financeira diferente. Nós vamos precisar fortalecer empresas, criar empresas, empresas competitivas internacionais, e vamos ter que fazer isso de uma forma bastante inteligente.

E hoje nós coordenamos o projeto petróleo e gás na PDP, política de desenvolvimento produtivo, e temos hoje uma interlocução permanente cada vez mais amiúde com PETROBRAS, PROMINP e entidades representativas, até com nossos colegas que aqui estavam.

Acho que essa é uma apresentação meio complementar às discussões que nós tivemos e eu acho que é fundamental que essa agenda, ela seja discutida também--

SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA: A Petrosal, como a gente discutiu aqui, a nossa posição é que nós temos uma... Hoje no país uma situação completamente diversa do que tínhamos naquela época. Hoje nós conhecemos muito mais as nossas reservas do que conhecíamos antigamente. Hoje, nós temos instrumentos tecnológicos e operacionais muito melhores do que tínhamos no passado. E obviamente, se algum de nós tivéssemos alguma riqueza dessas na nossa... Na nossa fazenda, nós, obviamente, tentaríamos fazer com que isso revertesse o máximo para nós.

Então, do nosso ponto de vista, ao definir, e faz todo sentido hoje, talvez, você ter um modelo diferente, uma vez que a situação é diferente, a Petrosal, ela é necessária por decorrência de definição do sistema. Pode-se até discutir alguns ajustes pequenos no trabalho, vamos dizer, o papel de cada um. Mas, obviamente, com essa estrutura de partilha, que aqui eu acho que ninguém foi contra, na verdade, pode ser um modelo ou pode ser outro, hoje pelas características da situação do país, leva à necessidade de você ter um modelo em que nós possamos receber mais do modelo do que o modelo vinha apresentando. E continuaremos a ter os dois modelos. Os dois modelos vão continuar a existir, vamos dizer, coexistir pacificamente. Agora, nos casos em que nós já sabemos aonde temos e o que temos, nesses casos, faz todo sentido ter um trabalho diferente. Agora, se vamos trabalhar de forma diferente, precisamos ter uma estrutura diferente. Obviamente, uma estrutura de uma empresa enxuta, bem orientada, bem estruturada, fortalecida com orçamento firme, porque, às vezes, a gente vê, nas empresas, a dificuldade das empresas estatais trabalharem por uma dificuldade orçamentária. Então, é importante, como essa empresa deverá vir a ser uma empresa estatal, ou uma autarquia, ou lá o que seja, que tenha uma independência financeira para que ela possa ter um quadro técnico competente, adequado e fazer os investimentos em capacitação e a avaliação que ele precisa para desenvolver seu trabalho.

Era isso, Presidente. Desculpe se me alonguei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Wagner. De acordo com que aqui ficou estabelecido pelos senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nós vamos dar agora cinco minutos para as considerações finais do Dr. Tolmasquim, mais cinco minutos para as considerações finais do Dr. Márcio, que apresentaram aqui pontos que não coincidiram exatamente, para esclarecer os Srs. e Sras. Senadores aqui presentes. Em seguida, passaremos a palavra aos Senadores inscritos, por ordem de inscrição.

Cada um dos Srs. Senadores disporão de cinco minutos para fazer a pergunta a qualquer um dos palestrantes. O palestrante terá cinco minutos para responder e depois dois minutos para a réplica do Senador e dois minutos para a réplica do palestrante.

Com a palavra, por cinco minutos, o Dr. Maurício Tolmasquim.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Obrigado, Presidente. Muito rapidamente, eu acho que ficar aqui numa disputa de números, se o número de acertos ou não da PETROBRAS na área do pré-sal não é razoável. A gente vai ficar aqui falando... Eu acho que é importante ver a questão do conceito. Acho que não existe dúvida. Acho que isso nós vamos concordar, que foi uma grande descoberta, que se têm grandes volumes de petróleo e que, portanto, isso... São grandes campos e que, portanto, isso muda a situação em relação ao que se tinha antes. Se X por cento... A gente vai ficar aqui numa discussão que não leva a nada. Então, o ponto central é esse, independente dos percentuais.

E qual é a... Por que então usar a partilha nessa circunstância? Eu acho que tem três pontos. A primeira é a maior apropriação na renda petrolífera pelo Estado. Mas isso eu vou tirar essa fora e vou me deter em duas outras: A questão do controle do ritmo de produção e a questão do destino da produção. Isso, sem dúvida nenhuma, a partilha dá mais do que a questão da concessão. Porque a concessão a gente pode falar "ah, a questão da apropriação da renda petrolífera, se eu... Se aumentasse o *royalty,* aumentaria a renda petrolífera". Não é exatamente isso, mas vamos sair desse debate e vamos entrar aqui na questão do rit-

mo e do controle no ritmo de destino porque isso sim, acho que não tem dúvida que a partilha dá mais que no caso da concessão.

Então, veja bem, na questão do destino, eu vou dar um exemplo. Vamos supor, na hora que... No regime de concessão, na hora que você extraiu o petróleo, o petróleo é propriedade integral da empresa que extraiu o petróleo. Todo. Se aquela empresa quiser exportar aquele petróleo bruto, inteiro, ela tem o direito de exportar. Não tem como evitar. No contrato de partilha, o petróleo, que é a parte da União, a União pode falar: "Eu vou agregar valor no Brasil. Eu vou construir uma refinaria, vou agregar valor e vou exportar o produto refinado. Vou pegar e construir uma petroquímica e vou utilizar o petróleo no país". Eu não posso fazer isso no petróleo dos outros. A parte do petróleo da empresa contratada é dela. Ela fará o destino que quiser. Se quiser mandar para fora bruto, mandará etc. Mas, na parte do petróleo da União, a União pode decidir o que fazer. E isso faz parte de uma política tecnológica, industrial de desenvolvimento. E essa é uma diferença importante.

Na questão... E só uma entre várias, mas eu queria salientar essa, uma outra... Na questão do ritmo da produção, além da questão de depressão etc., eu vou dizer uma coisa. Olha só. Vamos supor que a gente tivesse aqui um Governo super populista. O que ele faria agora? Ele botaria o máximo de exploração agora para arrecadar o máximo de dinheiro e sairia... Não importa se a indústria é nacional, não importa se vai depressionar(F) o recurso... Eu boto... Estimulo ao máximo. Todo mundo venha para cá, não importa o ritmo. Porque eu arrecado o máximo, queimo aquele negócio, sou super popular, faço uma porção de obras e deixo o quê para as outras gerações? O que acontece com a indústria? Então, se tivéssemos um Governo irresponsável, ele faria isso. Um Governo irresponsável ia chegar aqui: "Venham empresas internacionais, venha todo mundo. Eu vou arrecadar o máximo de dinheiro e vou fazer". Então, isso é uma questão importante.

Eu queria dizer que eu acho que é bastante legítima a defesa que o Dr. Márcio... [soa a campainha] Só terminando, por favor. O Dr. Márcio e o De Luca estão fazendo porque diz que representam os associados e... Deles. Seja lá a empresa lá... Dr. Márcio, seja De Luca e seus associados. Mas eu queria explicar o seguinte, na hora que um Governo faz um modelo, tem que... A primeira pergunta que tem que fazer é o seguinte; Qual é o melhor modelo para entender o interesse do meu país? Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta é: Esse modelo vai afugentar os capitais externos? Vai afugentar as empresas? Então, é essa a ordem da pergunta. Primeiro, eu vejo qual é o melhor modelo... Eu não tenho dúvida nenhuma que, para as empresas internacionais, ou para as empresas privadas nacionais, a concessão... Preferem a concessão do que a partilha. Isso eu não tenho dúvida. Mas isso é o melhor para o Brasil? Não é. Aí, a segunda pergunta é a seguinte, já que a partilha é o melhor para o Brasil, o fato de eu adotar a partilha vai afugentar as empresas nacionais ou capital estrangeiro? Não vai. [soa a campainha]. Só a última palavra. Por que é que não vai? O maior valor que tem hoje, hoje as empresas internacionais tem acesso a 7% da reserva de petróleo do mundo. O valor de uma empresa é medido pela propriedade em óleo. O que é que o Brasil vai oferecer? A possibilidade de essas empresas aumentarem sua reserva em óleo.

Então, eu tenho certeza que, com a partilha, as empresas virão e investirão. [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Maurício. Naturalmente, o Dr. Maurício terá oportunidade, ao responder perguntas dos Srs. Senadores, de continuar a sua explanação.

Com a palavra, o Dr. Márcio Rocha Mello, por cinco minutos. Considerações finais da palestra.

SR. MÁRCIO ROCHA MELLO: Muito obrigado. É importante dizer o seguinte: Eu represento aqui a Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo, brasileiros, geólogos, geofísicos, sociedade, de certa forma. Tenho a minha companhia, estou deixando de fora, é uma companhia brasileira de serviços. Uma das maiores do mundo. Tecnologia brasileira, inteligência brasileira. Não discordo de jeito nenhum. Eu acho que a partilha pode ser, sim, um bom mecanismo, mas para áreas de grandes prêmios. Aí sim, faz sentido. Para que pequenos prêmios, e vocês me desculpem a minha colocação latina, apaixonada de tiro na cabeça, queria falar de tiro no pé, mas na cabeça é mais dramático, e as pessoas marcam mais. Mas essa é uma realidade. Nós temos que saber aonde colocar o regime de partilha. Porque senão o que vai acontecer é que nós vamos afugentar, não é o investidor estrangeiro, são os brasileiros. São as companhias nacionais que se formam. É o desenvolvimento de tecnologia. Nós temos tanta reserva no pós-sal, nessas áreas, que não existe nas áreas do pré-sal, quer dizer, indo para baixo, que isso aí pode, de certa maneira, nos afetar tremendamente.

Com relação a você exagerar e dar tudo de uma vez por todas, meus amigos, nossa companhia mapeou todo o pré-sal. Nós estamos estimando 120 bilhões de barris de reserva. Eu acabei de voltar dos Estados Unidos, que dei uma palestra, convidado para mais de duas mil pessoas no *PicOil*, quando que o óleo vai ter-

minar. E eu mostrei o Brasil, mostrei o oeste da África... Se botar todo mundo do mundo explorando no Brasil, vamos levar mais 60, 70, para não falar 80 anos. Porque é muito. O potencial é muito grande.

O Presidente me perguntou o que eu sugiro. Quer dizer, primeiro eu não sou contra o Petrosal, hora nenhuma. Acho que o regime misto deve ocorrer. Agora, não para pequenos riscos porque risco é geológico, para grandes prêmios. Então, partilha mais Pré-sal na área do *cluster* de Tupi e outras áreas de grande prêmio que, porventura, aconteçam. Faz uma flexibilização. Retirar outras áreas nas águas profundas de Campos, Santos e Espírito Santo, mostrei, vou deixar com o Presidente Collor, um artigo da PETROBRAS, que mostra que existem áreas que nós estamos cerceando e que nós temos condições de ter esse sucesso todo que está sendo falado. Equilibrar o poder de veto do pré-sal com relação à PETROBRAS e investidores para não prejudicar a própria PETROBRAS. Nós temos que preservar a PETROBRAS. Isso é fundamental. A PETROBRAS deve ser poupada, meus amigos. E não obrigada a ser operadora. Ela deve escolher aonde vale a pena ser operadora. Porque ela não tem número de pessoas suficiente para abranger esse universo que é nossa área de pré-sal, e nem capital. Então, nós vamos matar, agora você me desculpe, mais emocionado ainda, a nossa galinha de ovos de ouro. Temos que preservá-la. A PETROBRAS não pode ser prejudicada. Ela tem que ter a escolha soberana de onde ela quer colocar a sua atenção e investimento. As áreas de grande produtividade, isto é, grandes reservas; mudamos para partilha, garantimos isso para os nossos filhos, nossos netos, as futuras gerações.

O quadro técnico adequado independente, orçamento; a palestra do nosso amigo do BNDES é fundamental. Se vamos fazer o Petrosal, tem que ser completamente independente. Só para vocês terem uma ideia, na minha companhia, hoje, o salário mínimo de um geofísico pleno é 35 mil reais. Mínimo. Eu tenho 216 pessoas. Porque, sem isso, você não... Você não tem condição. E eu chamo vocês para nos visitarem, você não tem condição de pegar uma pessoa com capacidade, que vai fiscalizar as outras companhias. Não podemos esquecer, senhores, que nós temos uma ANP completamente montada, depois de seis anos para fiscalizar demandas, para fiscalizar problemas que possam ocorrer.

Então, para finalizar eu não sou contra, muito pelo contrário, não defendo nenhuma companhia, defendo o meu país. Agora, defendo o meu país, senhores, com dados. Defendo meu país com a tecnologia e tudo que nós pegamos da PETROBRAS. PETROBRAS me deu dois mestrados e dois doutorados. Então, eu defendo com isso... E uma equipe de 250 brasileiros, que sabemos o que nós fazemos. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Márcio. Dr. João Carlos De Luca, cinco minutos para suas considerações finais.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Obrigado, Sr. Presidente. Respondendo sua pergunta, se respeito aos contratos essa questão geraria alguma instabilidade na mudança também dos contratos, a posição que eu coloquei aqui foi exatamente de reconhecimento da posição do Governo, de respeito de sinalização muito forte e que tem feito até agora, de respeito absoluto aos contratos vigentes. Esse sim é um ponto extremamente importante e a mudança para o novo marco regulatório seria sobre áreas não concedidas e que poderia ser feito.

Agora, como fazer, nós até apontamos alguns aspectos que poderia ter até algum conflito de constitucionalidade, já remetemos isso para que... E discutimos isso lá na questão da partilha para que seja discutido e, se for o caso, seja até feita uma PEC para levantar isso.

Agora, sobre alguns pontos que o Dr. Tolmasquim colocou, realmente, quer dizer, a posição do IBP. O que o IBP pensa a respeito da partilha? As empresas trabalham nos dois regimes. Trabalham nos dois regimes no mundo inteiro. Qual é a melhor maneira de fazer que o projeto de partilha seja um projeto que preserve os interesses da União, da sociedade brasileira, e preserve interesses de todos os investidores? Fazer algumas mudanças, acreditamos que o operador único, realmente, como comentei, merece ser aplicado para áreas de grande potencial, mas não engessar toda a indústria. Acho que a área que poderia ser rediscutida o tamanho dessa área, essa é a nossa visão como indústria, achamos que ela não é boa nem para a PETROBRAS e nem para a própria indústria. Em relação a esse poder da operadora única. É o ponto que nós colocamos, além de outros pontos de unificação, que são questões técnicas.

Em relação à Petrosal especificamente, Sr. Presidente, de novo, nós temos apenas comentário sobre o poder de veto, o excesso de poder que seria dado à Petrosal, que não assume nenhum risco financeiro, como nós comentamos, e que mereceria, talvez, ser qualificado pontos que poderiam ser exercidos poder de veto, deixando fazer com que a União audite os seus custos, audite os custos da empresa que operadora, qualquer que seja ela, mas não fazendo uma intromissão no dia a dia operacional, porque nós vamos imaginar 50, 80 consórcios operando aí, com reuniões quinzenais de operação de programas de trabalho,

programas de contratação de císmica, contratação disso e aquilo, quer dizer, esse poder de veto seria um absurdo. Então, nós sugerimos que seja qualificado o poder de veto e não tão abrangente como estava sendo colocado.

Em relação a alguns pontos de... Que o Dr. Tolmasquim colocou, sobre a partilha e a própria concessão, nós mesmos sugerimos que, sobre o controle da produção, tantos *royalties* quanto participações especiais poderiam ser pago em óleo. Foi uma sugestão que fizemos. Aí a União teria maior poder sobre a produção. A ANP já fiscaliza os programas de trabalho, ela aprova os planos de desenvolvimento e o ritmo de produção. O CNPE pode modular quantos blocos ele quer colocar. Coloco dois ou três agora, na próxima [ininteligível] mais cinco ou seis... Tem instrumentos hoje vigentes que poderiam perfeitamente estabelecer um controle de ritmo de produção.

E outro ponto também a própria exploração descontrolada não acontece porque a ANP hoje fiscaliza, efetivamente ela aprova e controla isso. Então, são pontos que seriam interessantes de comentar e destino da produção. Mesmo no programa de partilha, isso não está resolvido. E digo por quê. Porque qualquer bloco que tenha... Vamos dizer, a PETROBRAS tem 30% e tem 70%. Pode aparecer investidor aqui que dá uma oferta muito grande, que os custos vão ser muito altos, e o primeiro óleo, o primeiro custo vai ser para pagar os custos do investidor. Então, ele vai ter acesso a óleo, aos 70% dos primeiros óleos para... E tem muito investidor que pode querer garantir acesso a óleo. Não importa a que custo. Ele quer ter acesso. Então, isso aí também não está tão resolvido assim com o modelo proposto. É uma preocupação que tem que ter também, não é tão simples e tão linear isso.

Então, gostaria, esses são os pontos que a gente quer... Queremos deixar à reflexão da comissão, é para fazer o modelo que seja competitivo, bom para o país, bom para todos os atores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. João Carlos De Luca. Vamos agora ouvir S. Exas., os Srs. Senadores inscritos. O primeiro Sr. Senador inscrito é o Senador Jefferson Praia. Cinco minutos, V. Exa. tem para formular sua pergunta.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero parabenizar a todos os expositores. Vou ser breve e objetivo. Bem, todos destacaram a oportunidade, acho que temos uma oportunidade, dentro desse contexto do pré-sal, de darmos um salto para o desenvolvimento. Essa é a minha primeira colocação.

A segunda, aproveitarmos essas riquezas para que possamos ter investimento em infraestrutura econômica e social e, é claro, fortalecer as empresas nacionais.

Bem, eu gostaria de fazer o primeiro questionamento, então, direcionado ao Dr. João. É uma provocação, Dr. João. Se o risco é tão grande, por que a iniciativa privada quer tanto manter a concessão? Essa é a primeira questão. E aí, dentro de um contexto de um modelo misto, o senhor acha apropriado, por exemplo, em riscos elevados, mantermos a concessão; em baixo risco, termos a partilha? Ou isso não existe? Teríamos dificuldade de viabilizar uma fórmula dessa natureza?

E a pergunta que eu faço ao Dr. Márcio, V. Sa. está aqui representando a Associação Brasileira de Geólogos, que se reportou muito a questão da empresa que V. Sa. trabalha. Mas a minha pergunta é: o mercado de trabalho para os geólogos, partilha e concessão, será prejudicado? Que relação tem na profissão de geólogo? Vão ganhar menos, vão ganhar mais? Que impacto tem isso na profissão do geólogo? Então, são essas as minhas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Dr. João Carlos De Luca para sua resposta. São duas perguntas. Dois minutos e meio para o Dr. João Carlos e dois minutos e meio para o Dr. Márcio.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Senador, prazer em revê-lo. Estivemos juntos na primeira sessão lá. Basicamente, a sua pergunta é sobre se o risco é alto e se atrai ou não. Olha, tem de tudo. Nós temos desde um risco onde o risco é menor, no pólo Tupi, conforme o Dr. Maurício comentou, o índice de sucesso dali é bastante alto, é acima de 80%. Então, isso caracteriza uma área de baixo risco efetivamente. O que nós não vemos é extrapolar. Isso é conceito para o resto do próprio pré-sal, onde nós já temos diversas situações de poços já secos, mesmo nessa área, vão aparecer poços secos. Isso é próprio da indústria isso. É natural. Você vai acertando, vai ajustando e tal. Então, o que nós comentamos é que extrapolar um conceito de uma área rica, espetacular como essa do polo Tupi para todo o pré-sal, os 800 km por 200, não nos parece adequado.

Então, pode ser até o projeto de partilha para o resto do pré-sal. Mas, deixando que outros investidores possam fazer a operação. Então, nós não questionamos a partilha no pré-sal como um todo. Nós questionamos que engessaria a indústria, engessaria a própria PETROBRAS ser o operador único para toda essa área. Deixa o regime de concessão em outras áreas, pode deixar o regime de concessão em outras áreas. Quer

o regime de partilha ser aprovado para a área do pré-sal, aquela área azul toda, pode ser. O que nós questionamos o único ponto que nós realmente levantamos porque capitalização, fundo social, projeto partilha, a própria Petrosal, o único ponto que nós comentamos é que o operador único não é bom para a indústria e nem para a PETROBRAS ser considerado para que outras áreas, outras empresas possam fazer a seu risco esse investimento, mesmo no modelo de partilha. Ok? Espero ter respondido sua pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, dois minutos para a réplica, se desejar, ao Dr. João.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria de fazer uma sugestão. Porque nós vamos ficar nas opiniões. Dr. Maurício defendeu muito bem a questão do modelo de partilha, V. Sas. defenderam muito bem o modelo de concessão. Acho que temos que partir aí para os números. Fazer um exercício, tem tanto de reserva que aqui previsto. O modelo de partilha vai... De acordo... Os riscos são tantos, se tivermos uma única operadora vai ser assim, assim e assado, isso pode gerar tantos tributos, não sei o quê, não sei o quê mais lá, que vai ocasionar esse impacto na sociedade. O modelo de concessão pode ser assim, assim, assim... Estabelecer... O que o povo brasileiro quer saber é qual o retorno que ele vai ter dentro do contexto de investimento em infraestrutura econômica, social. E essa oportunidade nós não podemos perder.

O que nós estamos querendo aqui, eu pelo menos estou querendo aqui saber, qual é o melhor modelo para o povo brasileiro, que não dá mais para passarmos, como passarmos aí, por diversas oportunidades, ao longo da história, que não vou me reportar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dois minutos, Dr. João Carlos, para sua tréplica em relação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: É possível fazer, por simulações, para saber que nível de partilha eventualmente pode ser dado. Agora, de novo, o pólo como esse do polo Tupi tem um valor de partilha de alta economicidade, são volumes grandes de produção... Agora, saiu desse pólo para outras áreas, o risco realmente é mais elevado, podemos ter campos bem menores, mas é perfeitamente possível fazer essa simulação. Até hoje, na realidade, a gente não conseguiu ouvir um número de... Por exemplo, como eu comentei, se no projeto de... Se na concessão atual, o *government take,* o quanto que o Governo se apropria, tanto de impostos diretos, como *royalties*, participações especiais... Como impostos indiretos, se chega a 60 e tantos por cento... Praticamente dois barris em três, temos que fazer uma simulação quanto no modelo de partilha isso vai representar mais para a União. Para exatamente daí ter uma valoração de quanto que eu estou ganhando no modelo de mudança de modelo para outro, além obviamente dos outros objetivos que o Governo tem, de maior controle sobre a produção e essas coisas. Mas é possível ser feito um estudo, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. João Carlos. Dr. Márcio, para responder a S. Exa., Senador Jefferson Praia.

SR. MÁRCIO ROCHA MELLO: Eu estava na PETROBRAS, quando foi feita toda a abertura, e eu dei uma entrevista, foi uma página inteira do jornal... Jornal do Brasil, e naquela época, eu era Presidente da Associação Brasileira, depois eu saí por 14 anos, voltei, e depois saí mais dez anos, e voltei agora para ser o Presidente de novo. E eu dei uma declaração o seguinte, que aquela decisão política abriu o mercado no Brasil e hoje a melhor profissão que você tem no Brasil hoje é a mais bem remunerada é você estar em qualquer um dos segmentos ligados à indústria do petróleo. Não resta a menor dúvida. A concessão é muito mais favorável à pequena indústria brasileira, à indústria brasileira e à geração de empregos. Não resta a menor dúvida. Agora, a questão da partilha para esses campos de grande prêmio, não afeta, não afeta o mercado de trabalho. Mas a resposta é se... Claramente, o seguinte, num sistema de concessão aberto, se gera muito mais. Porque quem... Quais são as companhias que vão ter condições de entrar nessas grandes áreas, onde os investimentos são de bilhões de dólares? São muito poucas.

Então, a outra você tem uma abertura muito maior, uma distribuição muito maior de mercado de trabalho, de geração de empregos terciários e secundários ligados à indústria do petróleo. [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria apenas de... com a permissão de Srs. e Sras. Senadoras, aditar um ponto, que é exatamente nessa questão do regime de partilha. É que a PETROBRAS, ela não irá, a não ser que ela tenha absoluta certeza da jazida que ela prospectou, ela não irá abrir mão de explorar aquela jazida porque aí ela vai ter o controle absoluto, do momento em que o petróleo jorra, até o momento em que ele é comercializado.

Diferentemente do regime de concessão, porque se a gente sabe que aqui, perfurando um poço aqui, vai jorrar petróleo, não teria sentido o Estado abrir mão dessa apropriação que ele podia fazer, e irá fazer em benefício da sociedade, e destinar isso a um terceiro

que... Já sabendo a quantidade de óleo que irá jorrar daquela jazida.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Queria cumprimentar o Presidente Collor, cumprimentar o nosso caro De Luca, Dr. Márcio Rocha Mello, Dr. Maurício Tolmasquim, também Dr. Wagner, Diretor do BNDES. Nós temos cinco minutos, eu vou ser bem breve. Só, Presidente, para dizer o seguinte: Acho que esse debate, ele não tem... Nesse debate aqui, nós não vamos... Acho que não está no foco do debate quem é mais brasileiro ou menos brasileiro, quem gosta mais da PETROBRAS, quem gosta menos da PETROBRAS. Não é esse o discurso. Acho que não é o objetivo de nenhum de nós aqui. É discutir aquilo que é bom para o Brasil, em função desse quadro que se avizinha. Quais os modelos.

Eu mesmo defendi, em vários seminários, a questão do modelo de concessão. Aqui estou vendo algumas exposições que foram feitas na semana passada, os secretários de Estado... Enfim, professores... Alguns defendendo, com unhas e dentes, concessão. O sistema de concessões, as compensações através de bônus de assinatura, participações especiais... Enfim, existem prós e contras dos dois modelos. Acho que o Governo tomou uma decisão clara, um controle maior sobre as reservas. Um controle maior da produção. Uma decisão de Governo, e o sistema de partilha, ele, se a gente olhar fiscalmente, olhar sob os outros aspectos, ele atende perfeitamente os objetivos do país. É também uma... Não há nenhum terrorismo... "Ah, porque vai usar a partilha, todo mundo vai fugir daqui. Ninguém vai investir aqui". Isso também é uma tremenda conversa mole porque está todo mundo acostumado, as grandes empresas de petróleo, todas elas já operam nos mais variados sistemas. Portanto, é um discurso que não soma absolutamente nada.

Eu, pessoalmente, acho que o sistema de partilha, aqui no Congresso, já foi. Eu acho que podem existir alguns Parlamentares, podem ter divergências e tal, mas, para mim, o sistema de partilha, como diz no 'engenherês', já está fatorizado aqui no Congresso. Acho que não... Acho que, quanto à modelagem, esse modelo será implementado. Eu tenho algumas preocupações e... Não acompanhei todas as exposições, mas ficou muito claro, ponderações feitas aqui pelos expositores, pelos palestrantes, primeiro essa questão do pré-sal e pós-sal. Quer dizer, a área do pré-sal é muito abrangente. E, portanto, eu acho que esse cuidado que alguns palestrantes têm apontado aqui, ele é procedente. Ainda mais dentro de um quadro onde a PETROBRAS é a operadora única.

Essa operadora única, a PETROBRAS, como operadora única, ela surgiu nos 15 últimos dias de elaboração do modelo. Essa figura não existia. Ela surgiu faltando uns 15 dias para a entrega do modelo. Acho que nem a PETROBRAS tem... Nem a PETROBRAS... A PETROBRAS está dividida com relação a essa... A esse... Essa figura do operador exclusivo. Eu acho que pode ser dado algum tipo de preferência, alguma coisa mais leve, mas não uma operação exclusiva. Eu, há pouco tempo atrás, participei de um debate, onde colocaram o operador exclusivo como um benfeitor da humanidade, do Brasil, que todos os prestadores de serviço teriam oportunidades; o operador, ele é democrático; o operador é generoso... Não existe isso. Não existe isso. O operador é hegemônico mesmo. Não tem conversa.

Então, eu acho que o modelo, acho que ele deveria ser flexibilizado. Faço coro aqui, talvez não na sua totalidade, mas faço coro aqui a algumas ponderações que foram feitas com relação à PETROBRAS como operadora exclusiva, e essa questão do pré-sal e do pós-sal, e eu não tenho dúvida, se a PETROBRAS for a operadora exclusiva, ela vai priorizar aquilo que mais interessa a ela, inegavelmente. Isso aí é... É só conhecer um pouquinho a PETROBRAS para ver a forma como ela atua. E corretamente. Não está errada, não.

Eu não... O meu tempo está acabando, eu só queria fazer algumas considerações. Me preocupa, dentro da discussão do pré-sal, a questão da sustentabilidade, os desafios geológicos que existem, até em função dos reservatórios do pré-sal, os desafios de materiais, de tecnologia de materiais. A indústria nacional, foi falado aqui muito bem pelo Wagner, citou o PROMINP aqui, que é um programa extremamente exitoso, qualificação de mão de obra; o geólogo ganhando 35 mil reais. Então, são desafios que estão postos, e uma política para o país. Foi dito aqui, falado de doença holandesa, enfim, os campos de gás na Holanda... Todos esses cuidados, o fundo soberano... Quer dizer, a construção de um novo país. Não podemos perder essa chance, essa oportunidade, quer dizer, discutir isso rigorosamente.

Eu só queria completar sobre a Petrosal, para não tomar o tempo. Eu também só estou fazendo considerações, Presidente. Eu ouvi o suficiente e conheço mais ou menos o posicionamento de todos os expositores aqui. Petrosal. A Petrosal existe porque existe o modelo de partilha. Foi dito aqui pelo Tolmasquim, foi dito pelo Wagner, ela tem sua lógica. Eu só quero ponderar algumas coisas com relação à Petrosal. Primeiro, não pode colocar peladeiros para comandar a Petrosal. A Petrosal tem que ter minimamente... Os diretores têm que ter minimamente currículo para dirigir a Petrosal

porque é uma responsabilidade muito grande e não pode chegar qualquer cara aí, escolhido por alguém, toma assento na Petrosal e aí vai estar sentado com a PETROBRAS, sentado com a Shell, com a Exxon, e o cara deliberando tudo.

Então, eu acho isso perigoso. E entendo que nós precisamos fazer alguma mudança para qualificar melhor o perfil desse dirigente. Concordo em gênero, número e grau, não dá para a Petrosal ter todo o veto do mundo. Quer dizer, um veto quase unilateral e arbitrário. Isso é uma loucura. Duvido que a PETROBRAS concorde com isso. Duvido. Duvido. Claro, só tem que defender, é uma posição até legítima isso, mas a PETROBRAS não entra nessa canoa, não. Tenho absoluta certeza disso. Não entra nessa canoa, não. Entrar alguém sem colocar um tostão e vai deliberar sobre a expansão e produção do campo? Devagar com o andor que o santo é de barro. Tem que qualificar o veto. Previamente, antes do leilão, qualifica o veto? Onde é que vai haver veto? Acho que isso é importante.

Então, Presidente, eu só quero mais uma vez registrar. Hoje é segunda-feira, eu estou acostumado fazer Audiência Pública às segundas-feiras. Muitas vezes, eu e o Senador Garibaldi Alves ficamos nós dois com os convidados. V. Exa. percebe, nós estamos... Tivemos cinco senadores aqui acompanhando esse debate, mostrando o quanto os Senadores estão interessados em fazer esse debate e a importância desse debate dentro da agenda da Comissão de Infraestrutura.

Então, eu não tenho... Eu só... Talvez a única pergunta a fazer é a questão da qualificação dos dirigentes, principalmente para o Tolmasquim, porque eu acho que esse é um ponto sensível, e nós não podemos brincar com isso porque a responsabilidade da Petrosal é muito grande.

Então, eu tinha outras considerações sobre o caráter fiscal, mas eu prefiro deixar para depois, até porque o tema é Petrosal. Então, eu vou me limitar a fazer essas ponderações, e muito obrigado, agradecendo as palestras e informações de pessoas competentes, que conhecem o setor que vão... E engrandecem muito o debate aqui nesse Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Delcídio Amaral, que é o Coordenador do Grupo de Trabalho que realizou esses simpósios, essas Audiências Públicas que estamos realizando ao longo desse segundo semestre do ano de 2009. Em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, mais uma vez, muito obrigado a V. Exa. pela participação que está tendo no sucesso desses nossos painéis, agora especificamente em relação ao marco regulatório do pré-sal.

Com a palavra, o próximo Senador inscrito, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Srs. Senadores, senhores convidados, senhores geólogos, com exceção do BNDES...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só tem um geólogo aqui.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Engenheiro, engenheiro civil. Olhei a... Primeiro dizer da importância do debate. Acho que o Congresso Brasileiro... Registrar aqui o esforço do Presidente da Comissão, dos membros da Comissão de Infraestrutura em aprofundar esse debate. Considero ele relevante. É um outro momento do Brasil e o Congresso faz muito bem em fazer essa discussão, em aprofundar essa discussão.

Eu quero colocar uma questão, Presidente Collor, Senador Delcídio, Senador Mão Santa, Senador Jefferson, que aparece de forma sutil, mas eu vou colocar aqui porque esse debate, no meu ponto de vista, o Congresso tem que fazer. E, além do Congresso, a sociedade civil, ela tem que vir para o debate, por conta da magnitude do pré-sal. Muda. É um outro Brasil. E eu faço, com esse... Nessa linha, porque eu sou de uma região, que é lá da Amazônia, nós precisamos fazer parte desse debate. E tratar isso como questão nacional. Primeiro a questão... E não do meu Município e não do meu Estado. Esta é uma questão nacional.

E há tempo que nós não tínhamos uma discussão deste tamanho, de tamanha importância e estratégica para o Brasil. É o petróleo, é o gás. Então, eu penso que discutir o marco regulatório é justo. Nós temos que ter tranquilidade para discutir essa nova riqueza. É o Brasil entre os cinco grandes produtores. Então, nós temos que... E vejo normal quebrar o pau. Para mim, é discussão... O João falou, na primeira amostragem, aqui a minha instituição é apartidária. Mas esse é um debate ideológico, Presidente Collor. Ele não é partidário, ele é ideológico. Essa é uma discussão do Estado, do papel do Estado. E tem confronto. Até onde o Estado vai, o que é que o Estado faz, como faz, como tratar tamanha riqueza. Eu quero ser muito... Muito transparente.

Por ser da Amazônia, por ser de uma região grande, com menor presença de brasileiros, e por isso sofreu historicamente, no fundo, a Amazônia, ela foi discriminada, aquela região toda. Fica para depois... Entendeu? E vai tratando... Só agora nós estamos tratando a Amazônia como parte verdadeiramente do presente e do futuro do país. Porque as coisas eram decididas fora da Amazônia. E se decidia... É só olhar os ciclos econômicos. É a nossa história.

Pois bem, o setor privado está olhando essa riqueza. É isso que eu quero colocar. O setor privado está... Quer participar. E aí nós temos que discutir como é que... Qual é o ponto, até onde vai o papel do Estado Brasileiro nisso. E como é que o setor privado, o nacional, o internacional participa, entra. Mas o meu... Quero colocar de forma muito clara essa questão. Por isso que digo que é uma discussão ideológica do papel do Estado. E eu vejo um momento importante.

Eu tenho um Projeto de Lei tramitando aqui, por conta do pré-sal. E apresentei em 2008 o Projeto de Lei. Penso que o Congresso faz bem em aprofundar a discussão e aí, no meu ponto de vista, não tenho nenhuma discriminação, mas vamos ter que encontrar esse ponto com muita transparência, com muito debate sobre essa riqueza. Evidente, eu estou discutindo aqui no macro a fala do Márcio, ela tem detalhes... Na segunda fala, você vê que tem alguma coisa na questão da partilha... E tudo é simbólico para mim.

Diz assim: "Olha, no setor privado, o meu menor salário aqui é 35. Como é que é? Vocês vão criar mais uma... Vão pagar quanto?" Como é isso? Isso para mim é simbólico. São dados importantes. E nós precisamos, evidentemente, continuar a discutir e ir melhorando como explorar mais, discutir a distribuição dessa riqueza. O fundo soberano é importante e nós temos condições de superar dificuldades de outros países, essa coisa desse mal perverso de ter riqueza e ter o país pobre. O Congresso tem condições de superar essas dificuldades; nós temos um marco regulatório com eficiência. Eu quero concordar aqui com a fala do Senador Delcídio. Tem que ser do campeonato brasileiro para cima. Não podemos tratar isso de forma... Com arranjos políticos... Não. Tem que ser uma política de Estado para cuidar desta riqueza e distribuir a riqueza para diminuir as diferenças regionais. É isso. É muito gás, é muito petróleo, então, nós temos que ter um marco regulatório sério, perene. Não podemos brincar de fazer uma lei aqui e amanhã tem que mudar. Nada disso.

Então, por isso que eu quero dizer que o debate hoje é importante e todas essas Audiências Públicas, aqui na comissão e nas outras comissões aqui do Senado, elas são muito importantes para que a gente possa acertar... O Márcio também falou, nós estamos falando aqui de 70 anos, de 60 anos. Enfim, então, nós precisamos partilhar essa riqueza para diminuir algumas chagas que temos no Brasil e melhorar o nosso país. Ele tem que servir fundamentalmente à sociedade, principalmente quem precisa de escola, de moradia, de energia. Combinar isso, essa riqueza com ciência e tecnologia. E tem uma série de propostas aí para o fundo soberano e como destiná-lo. Então, é isso, Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado a S. Exa., Senador João Pedro, lembrando que o nosso próximo painel será sobre o marco regulatório do pré-sal vai ser para tratar exatamente das aplicações do fundo social, dos recursos do fundo social.

O painel de hoje foi dedicado à avaliação e apreciação sobre a criação da Petrosal. É claro que não foi possível concentrarmos todos os debates em torno somente da criação da Petrosal porque os outros assuntos permeiam o sistema de partilha e de concessão, a questão da capitalização da PETROBRAS, também o fundo social, como foi colocado agora pelo Senador João Pedro, mas eu gostaria de colher aqui, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a sugestão deixada pelo Dr. João Carlos De Luca, em relação especificamente à questão da Petrosal e ao seu poder de veto, que aqui também foi colocado pelo Senador Delcídio Amaral, ele, que conhece profundamente o setor e a área energética e já percebe que, até dentro da própria PETROBRAS existem divergências quanto a esse poder de veto absoluto que, eventualmente, a Petrosal venha a ter.

E a sugestão trazida pelo Dr. João Carlos, que eu coloco aos senhores membros integrantes da Comissão de Infraestrutura, relativas especificamente ao poder de veto e voto de qualidade, seria o seguinte. O Presidente do Comitê Operacional terá poder de veto e voto de qualidade relativo à gestão dos custos associados aos seguintes assuntos: Primeiro, programa exploratório ou programas exploratórios. Segundo, planos de avaliação. Terceiro, orçamentos anuais de trabalho. Quarto, planos de desenvolvimento. Cinco. Programas de produção. E sexto, programas de desativação e abandono da área.

Essa é uma sugestão especificamente trazida pelo Dr. João Carlos De Luca, que eu deixo à consideração dos senhores membros da Comissão de Infraestrutura e do Senado da República, a quem iremos encaminhar a S. Exa. Presidente do Senado, do Congresso Nacional, e também à Ministra Dilma Rousseff, Coordenadora desse grande programa.

Gostaria de agradecer a presença de todos os Srs. Senadores, sete Srs. Senadores compareceram hoje à nossa comissão, agradecer ao Senador Mão Santa, que deixou a Presidência dos trabalhos no Plenário para estar aqui hoje conosco; a presença dos senhores palestrantes, Dr. Maurício Tolmasquim, Dr. Márcio Rocha Mello, Dr. João Carlos De Luca, Dr. Wagner Bittencourt. Agradecer a deferência que o Sr. Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho teve, mesmo

não poder comparecer hoje à noite, em função de um chamado do Presidente da República em São Paulo, pediu que o Dr. Wagner aqui o representasse e V. Sa. o fez muito bem e gostaria de agradecer.

Antes de encerrarmos a presente sessão, gostaria de lembrar aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras da nossa próxima Reunião Extraordinária, a se realizar no dia 22 de outubro, às oito e meia da manhã, quinta-feira, neste Plenário, da ala Senador Alexandre Costa, com pauta deliberativa.

Muito obrigado a todos e está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 20h45.

40ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada Dia 22 de outubro de 2009, quinta-feira, às 8 horas e 30 minutos, no Plenário Nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores **ELISEU RESENDE**, **VALDIR RAUPP, JOÃO RIBEIRO, DELCÍDIO AMARAL, PAULO DUQUE, FLEXA RIBEIRO**, **FRANCISCO DORNELLES, GILVAM BORGES, WELLINGTON SALGADO, OSVALDO SOBRINHO, MARCONI PERILLO, EDUARDO SUPLICY E ROSALBA CIARLINI.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 38ª e 39ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. **PARTE I –** O Presidente procede à leitura dos comunicados da presidência. **PARTE II –** Deliberação de matérias: **ITEM 1 –** Decisão Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2007**. **"**Altera a Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água." **Autor:** Senador **Antonio Carlos Valadares. Relator:** Senador **Gilberto Goellner**. **Parecer:** Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas durante a discussão em Turno Suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado, nos termos do Art. 284, do RISF. **ITEM 2 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2009**. "Disciplina o licenciamento ambiental de aproveitamentos de potenciais hidráulicos considerados estratégicos e dá outras providências." **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos (SF)**. Relator:** Senador **Gilberto Goellner**. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Relator. **ITEM 3 –** Decisão Não –Terminativa – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 06, DE 2009**. "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências." **Autoria:** Deputado **Carlos Eduardo Cadoca. Relator:** Senador **Wellington Salgado de Oliveira**. **Parecer:** Favorável ao Projeto, nos termos aprovados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, do Senado Federal, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 4 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2009**. "Altera o art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para estabelecer a necessidade de outorga de direito de uso de recursos hídricos para a lavra de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários." **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos (SF)**. Relator:** Senador **Osvaldo Sobrinho**. **Relator "ad hoc":** Senador **Paulo Duque**. **Parecer:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela Rejeição do Projeto. **ITEM 5 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2009**. "Acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda." **Autoria:** Senador **Gim Argello. Relator:** Senador **Gilvam Borges**. **Relator "ad hoc":** Senador **Delcídio Amaral**. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório foi concedido vista coletiva. Usaram da palavra os Senhores Senadores **Eliseu Resende, Delcídio Amaral, Paulo Duque e Eduardo Suplicy.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência declara encerrada a reunião às nove horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ser-

viços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 38ª e 39ª Reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A Presidência registra o recebimento de convite da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia para participar de oficina sobre *royalties* na indústria mineral, reflexos sobre o desenvolvimento da mineração brasileira, agregação de valor e a potencialidade dos benefícios sociais. O evento integra o conjunto de ações com vistas à elaboração do Plano Duodecenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e será realizado no Ministério de Minas e Energia, no 9º andar da sede do Ministério aqui em Brasília, no próximo dia 27 de outubro, das 08h30 da manhã às 18h30.

Como observação, eu gostaria de deixar registrado às Sras. e Srs. Senadores que no próximo dia 05 de novembro, nós estaremos realizando Audiência Pública aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre Mineração e seus Marcos Legais.

Registramos também o recebimento de convite do Sr. Ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, Sr. Pedro Brito, e do Presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro, Sr. Jorge Mello, para solenidade de assinatura dos contratos de dragagem dos portos do Rio de Janeiro e Angra dos Reis, algo que vinha sendo muito solicitado pela bancada de Srs. Senadores do Rio de Janeiro, e que se será realizado no próximo dia 23 de outubro de 2009, na Avenida Rodrigues Alves, Armazém 2, no Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro.

Da mesma forma a ANTAC, Agência Nacional de Transportes Aquaviários e a Câmara dos Deputados realizam no dia 04 de novembro de 2009 o *1º Fórum sobre Hidrovia – A Contribuição do Transporte Hidroviário ao Meio Ambiente*. O evento ocorrerá no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, das 09 horas às 18 horas.

O Tribunal de Contas da União realiza, por sua vez, o *1º Encontro sobre Políticas Públicas e Mudanças Climáticas*, o que ocorrerá no dia 10 e 11 de novembro de 2009, no auditório do próprio Tribunal.

O evento busca expandir a discussão sobre os desafios impostos à ação estatal para incluir o tema Mudanças Climáticas no Planejamento das Políticas Públicas.

Nota-se que há uma preocupação que vai se generalizando no corpo da administração pública federal, também estadual e municipal, quanto à questão dos efeitos das mudanças climáticas sobre o nosso cotidiano e há também uma grande preocupação, pelo que se nota, de que cheguemos à reunião de Copenhague, que será realizada no final deste ano, com possibilidade de apresentar ao mundo metas factíveis de serem atingidas por parte do Brasil, mostrando que nós queremos estar na vanguarda desta luta por um planeta sadio, num ambiente que seja adaptável às nossas necessidades econômicas, mas com atenção à preservação ambiental.

Agradecemos também o envio pelo Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, de publicação do Ministério intitulado "*Pré-sal: perguntas e respostas*". É um fascículo, de leitura muito simples, de fácil entendimento, com perguntas e respostas recorrentes que são feitas sobre a questão do pré-sal. As Sras. e Srs. Senadores que tenham interesse em obter esse fascículo, há número suficiente desses fascículos na secretaria dessa comissão, à disposição das Sras. e Srs. Senadores.

Comunico o recebimento por despacho da Mesa Diretora do Senado Federal do Ofício FNE nº 137, de 2009, do Sr. Wilton Pereira Barreto, Presidente da Federação Nacional dos Estivadores. Ele encaminha moção de apoio à luta pela recuperação do Porto de Itajaí e a recuperação dos danos causados pelas enchentes em novembro de 2008, bem como moção que solicita a intervenção do Governo Federal, sobretudo da Secretaria Especial de Portos, para a retomada de contratação de mão de obra avulsa nos portos de Pecém, no Ceará, Suape, Pernambuco, Libra no Rio de Janeiro e Porto Nave em Navegantes, Santa Catarina.

Eu estava aqui comunicando, Senador Paulo Duque, que nós recebemos um convite para... Do Sr. Ministro de Portos da Presidência da República, Sr. Pedro Brito e do Presidente Docas do Rio de Janeiro, para solenidade de assinatura de contrato de dragagem dos portos do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis, uma solicitação feita por V. Exa. e por seus companheiros da bancada do Rio de Janeiro no Senado Federal, e é uma obra muito importante e será realizada esta assinatura dos contratos de dragagem dos portos do Rio e de Angra no dia 23 de outubro de 2009. Vai ser na Avenida Rodrigues Alves, lá no Armazém nº 2, no Rio de Janeiro.

Quero cumprimentar V. Exa. porque essa é uma luta que V. Exa. encetou e que está colhendo agora os seus resultados.

Como dizia anteriormente, então, recebemos também o convite da Federação Nacional dos Estivadores, que pede... Encaminhando moção de apoio à luta pela recuperação do Porto de Itajaí e pede a recuperação dos danos causados pelas enchentes de novembro

de 2008, bem como moção que solicita a intervenção do Governo Federal, notadamente da Secretaria Especial de Portos, para a retomada da contratação de mão de obra avulsa nos portos de Suape, Pernambuco, Pecém, Ceará, Libra, Rio de Janeiro e Porto Nave, Navegantes, em Santa Catarina.

Comunicamos o recebimento do Aviso 1403, do TCU, do Ministro Benjamim Zymler, vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 026158/2008-6, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. Trata-se de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar as ações destinadas às zonas costeiras brasileiras, ante a ameaça de elevação do nível dos oceanos em um cenário de mudanças climáticas. Foram constatadas deficiências nas políticas nacionais relativas ao tema e faz recomendações.

Trata-se também de um tema de muita importância e que é objeto da preocupação dos senhores membros dessa comissão e a cópia desse Aviso, ele estará a disposição dos senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Senado Federal, na secretaria desta comissão, pelo prazo de 15 dias antes de ir ao arquivo.

Foi também anunciado na semana passada o 8º balanço do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento, relativo aos meses de maio a agosto de 2009.

Esses exemplares estão também a disposição dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que desejem ter acesso a estas informações, na secretaria da comissão.

E eu gostaria de apresentar aos senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura um breve relato do que aqui está relatado.

Nesse segundo balanço quadrimestral do Programa de Aceleração do Crescimento, de 2009, nota-se que esse balanço, ele ocorre em um cenário promissor para o Brasil, especialmente com a conquista, para o Rio de Janeiro, dos investimentos... Dos investimentos associados aos Jogos Olímpicos de 2016, depois de termos garantido a organização da Copa do Mundo de futebol em 2014.

No segundo trimestre de 2009 a economia voltou a acelerar. O PIB de abril a julho cresceu 1.9 sobre janeiro e março de 2009. A produção industrial registrou a 7ª alta consecutiva, subindo 2,2% em julho em relação a junho.

O Índice de Confiança da Indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas, teve em setembro o 9º mês seguido de alta. Em agosto foram criados 242 mil novos empregos com carteira assinada. O acumulado do ano chegou a 680 mil, até agosto de 2009.

São números que demonstram claramente uma reação positiva às medidas tomadas pelo Governo em resposta à crise. A ordem foi expandir o crédito, aumentar os investimentos públicos e estimular os privados.

A união emprestou 100 bilhões de reais ao BNDES e usou parte das reservas em dólar para financiar as exportações. O volume do crédito no sistema financeiro atingiu 45% do PIB em julho e os impostos dos veículos, linha branca e materiais de construção, foram reduzidos. O Programa Bolsa Família e o Seguro-Desemprego foram ampliados para manter o poder de compra das famílias.

Em setembro, a agência de avaliação de risco, *Moody's*, classificou o país como grau de investimento e justificou: "O Brasil está entre os países vencedores durante o período de turbulência financeira e econômica global".

As reservas internacionais mantiveram trajetória ascendente e chegaram a 223 bilhões de dólares em setembro.

Pela primeira vez o Brasil se tornou credor do FMI, ao comprar 10 bilhões de dólares em bônus daquela instituição.

O país deverá encerrar o ano com um saldo líquido de 25 bilhões de reais de investimento estrangeiro direto na nossa economia.

Considerando os investimentos públicos, o Governo Federal lançou em abril o Programa Minha Casa, Minha Vida, que representa 54 bilhões de reais em subsídios e visa a construção de um milhão de unidades residenciais, como já anunciado.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 vai investir 15 bilhões de reais na produção de alimentos. Vale ressaltar que o Brasil, na safra 2008/2009, colheu 135 milhões de toneladas de grãos, aproximadamente, a segunda maior produção da sua história.

O Governo enviou ao Congresso Nacional quatro propostas que definem o novo modelo de exploração do petróleo na camada do pré-sal. Além do salto tecnológico para a indústria petrolífera, um dos projetos prevê a criação de um fundo social, que será tema da próxima reunião da Agenda Desafios Estratégicos, semana que vem, dia 27, às 08h30 da manhã.

Excepcionalmente, não estaremos realizando essa Audiência Pública às segundas-feiras como normalmente acontece, às 18 horas, em função do feriado, do feriado que estará ocorrendo no dia 26, acredito que antecipação do feriado do funcionário público, que vai então cair na próxima segunda-feira, então, automaticamente ficou transferida para terça-feira.

Eu quero agradecer aos senhores participantes pela gentileza que tiveram de entender essa mudança de dia e horário e que aceitaram permanecer aqui para estarem presentes à Audiência Pública que será realizada, como disse, então, na próxima terça-feira, dia 27, às 08h30 da manhã, tratando este painel especificamente da criação do fundo social a ser formado com a renda da União no pré-sal.

Esses recursos serão investidos em educação, cultura, inovação científica e tecnológica, no combate à pobreza e preservação ambiental garantindo que as gerações futuras também se beneficiem da nova riqueza a ser explorada.

Em 2009, 98,5 bilhões foram aplicados no PAC. Então, neste ano de 2009, até agosto, já foram aplicados 98,5 bilhões de reais no Programa de Aceleração do Crescimento.

As estatais participaram com 33.8 bilhões de reais. O orçamento geral da União liberou 9.5 bilhões de reais e o setor privado compareceu com 83.6 bilhões de reais.

O PAC envolve o monitoramento de 2.392 ações, sem contar saneamento e habitação.

Em agosto de 2009, 22% dessas obras estão concluídas, 70% com andamento adequado, 7% em situação de atenção e 1% com ritmo de execução preocupante, pelo critério de valor. Por quantidade são 39% de obras concluídas, 52% adequadas, em ritmo adequado, 7% em regime de atenção e 2% preocupantes.

Esses dados foram dados retirados da apresentação do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento, esses referentes ao estágio em que se encontram as obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento.

Informo ainda o recebimento do Ofício... Do Ofício do Senado Federal nº 2258/2009, do Exmo. Sr. Presidente desta Casa e do Congresso Nacional, Senador José Sarney, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, à Secretaria-Geral da Mesa para leitura de requerimento solicitando tramitação autônoma da matéria. A matéria irá à Secretaria-Geral da Mesa.

Na última segunda-feira nós realizamos, dia 19, o segundo painel dentro daquela série de painéis para tratar do marco regulatório do pré-sal, que teve como objeto de discussão a criação da Petrosal.

É difícil, pelo o que nós temos notado, no andamento dessas audiências públicas referentes ao marco regulatório do pré-sal, nós nos restringirmos ao tema de cada um dos painéis, porque esses diversos projetos de lei, que são quatro, o primeiro deles tratando de regime de partilha ou de concessão, o segundo criação da Petrosal, o terceiro a criação do fundo social e aplicação dos recursos decorrentes da aplicação desses fundos e, por último, a capitalização da PETROBRAS, são assuntos que se entremeiam.

Então, é sempre positivo, por um lado, porque de uma forma ou de outra nós voltamos a tratar de temas que foram debatidos no painel anterior e isso vai aclarando algumas dúvidas que porventura ainda estejam existindo por parte de cada um dos senadores, para formar a sua convicção no momento em que os projetos de lei enviados pelo Executivo cheguem a esta Casa, para apreciação e deliberação de nós senadores.

Então, no último dia 19, como disse, realizamos o painel nº 02, que tratando da criação da Petrosal, foi um painel extremamente interessante, sobretudo pelo contraditório que se estabeleceu aqui entre os palestrantes, o que enriqueceu o debate.

Participaram desse debate, como convidados, Dr. Wagner Bittencourt, Diretor de Estruturação de Projetos de Infraestrutura Insumos Básicos do BNDES; o Dr. Márcio Rocha Mello, Presidente da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo; o Dr. Maurício Tolmasquim, especialista em planejamento e matriz energética e Presidente da Empresa de Planejamento e Energia do Ministério das Minas e Energia; e o Dr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Combustíveis.

Neste painel havia sido convidado o presidente do BNDES, Dr. Coutinho, que infelizmente não pôde comparecer em função de um chamamento do Sr. Presidente da República feito a ele para que comparecesse a uma reunião em São Paulo para tratar dos investimentos que serão realizados pela Vale do Rio Doce nos próximos anos.

Mas ele teve a gentileza de pedir ao Dr. Wagner Bittencourt, Diretor de Projetos de Infraestrutura Insumos Básicos do BNDES que comparecesse em seu lugar e o Dr. Wagner se houve muito bem e trouxe subsídios extremamente importantes para a nossa discussão.

Nesse painel foi também colocada uma sugestão, que já foi inclusive levada ao Sr. Presidente da PETROBRAS e, concomitantemente, ao Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, a proposição que foi feita pela... Pelo Doutor... Pelo Dr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

Nessa discussão específica da criação da Petrosal ficou muito clara a dificuldade dos senadores entenderem bem o poder de veto absoluto que a Petrosal teria, ou alterar, caso seja aprovado, conforme encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional, na sua operação, no seu dia a dia.

Então, nós notamos a necessidade de analisarmos a possibilidade de uma flexibilização nesse poder de veto absoluto, apresentado originariamente no Projeto de Lei. E a sugestão que foi aqui trazida pelo Dr. João Carlos, conforme já anunciei e encaminhada ao Sr. Presidente da PETROBRAS e a S. Exa., o Ministro, Senador, Edison Lobão, das Minas e Energia, a sugestão para que o presidente do comitê operacional, no caso do poder de veto, do comitê operacional da companhia que será criada, a Petrosal, o seu comitê operacional terá seu poder de veto e voto de qualidade relativos a gestão dos custos associados aos seguintes assuntos. Ou seja, ele restringe o poder de veto a esses itens que eu aqui vou relatar e isso está colocado para a discussão dos Srs. Senadores: 1) nos programas exploratórios; 2) nos planos de avaliação; 3) nos orçamentos anuais de trabalho; 4) nos planos de desenvolvimento; 5º) nos programas de produção; e 6º) nos programas de desativação e abandono de área.

De acordo com as informações colhidas pela PETROBRAS e pelo Ministério das Minas e Energia, essas sugestões do Presidente da Associação serão levadas em consideração pelo Poder Executivo quando da reanálise, baseada nas emendas que eventualmente sejam apresentadas, seguramente serão apresentadas no Senado, no debate que seguirá o envio pela Câmara dos Deputados para esta Casa.

Também gostaria de acrescentar que o Grupo de Trabalho composto para tratar de um marco regulatório para os biocombustíveis, que é formado este grupo pelo Senador Inácio Arruda, que é o coordenador de grupo, pelo Senador Delcídio Amaral e pelo Senador Gilberto Goellner. No último dia 21, ontem, esse grupo de trabalho se reuniu pela segunda vez e ele, nesse painel do grupo de trabalho, que foi criado por esta comissão para tratar do marco regulatório e o marco regulatório para os biocombustíveis, o tema foi regulamentação ou regulação energética.

Então, sob a coordenação do Senador Inácio Arruda e com a participação dos Senadores Goellner e Delcídio, participaram dessa reunião os senhores: Dr. Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia; o Dr. Dirceu Amorelli, Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo; o Dr. Allan Kardec Dualibe Barros Filho, Diretor Técnico da Agência Nacional do Petróleo; o Dr. Fernando Marinho, Coordenador de Operações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Dr. Luiz Fernando Coelho, especialista em regulação, Representante da Agência Nacional de Petróleo; o Dr. Fernando Lagares Távora, Consultor aqui do Senado Federal.

E gostaria, mais uma vez, nessa oportunidade, de me congratular em nome dos Srs. Senadores da Comissão de Infraestrutura com o alto padrão daqueles que fazem da Consultoria do Senado Federal um corpo técnico da maior qualificação e somos todos muito gratos pela participação, pela eficiência, pela presteza com que colaboram com os trabalhos realizados aqui.

E também o Sr. Carlos Alberto Coutinho, representante da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar – UNICA.

O objetivo, portanto, deste grupo de trabalho é, ao seu final, apresentar ao Plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura uma proposta de um marco regulatório para os biocombustíveis.

Gostaria também de informar a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que esta comissão passou a contar desde o início de setembro com um boletim informativo semanal, já que as nossas atividades vêm crescendo bastante e, enfim, toda semana são duas reuniões ou três reuniões, contando o Grupo de Trabalho que trata do marco regulatório dos biocombustíveis, então, são muitas informações que nós temos que passar aos interessados e daí termos deliberado ser conveniente lançarmos esse boletim informativo semanal, que é publicado e divulgado toda sexta-feira pelo correio eletrônico para o *mailing* da comissão.

Essa relação já conta com cerca de 800 destinatários, entre parlamentares, Ministérios, assessorias e diversos outros órgãos e pessoas interessadas no acompanhamento de nossos trabalhos. Além disso, os números do boletim, eles estarão acessíveis em nossa página da Comissão, no *site* do Senado Federal.

O informativo tem, portanto, o objetivo de trazer um resumo dos resultados das deliberações das reuniões, de Audiências Públicas realizadas pela comissão, incluindo a agenda 2009/2015, bem como os eventos previstos para a semana seguinte.

Esta semana teremos o boletim n° 08, a sua elaboração e edição ficam a cargo de nossa assessoria de comunicação sobre a responsabilidade da Jornalista Iva Veloso e a divulgação a cargo do Secretário da Comissão, Dr. Álvaro Araújo Souza.

Com isso, a Comissão de Infraestrutura, que já conta com apoio e cobertura de todos os instrumentos e setores de comunicação do Senado Federal, a quem também queremos mais uma vez agradecer pela presteza na colocação dessas informações nos órgãos do Senado Federal, do setor de radiodifusão e de comunicação impressa, disponibiliza mais um importante meio de informação e divulgação dos seus trabalhos.

Então, em relação à reunião do Grupo de Trabalho que ontem foi... Que aqui se reuniu tratando do

marco regulatório dos biocombustíveis, nós temos... Tivemos a participação daqueles a quem já citei, o Dr. Ricardo de Gusmão, que é Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, por exemplo, ele disse que a discussão sobre o marco regulatório para os biocombustíveis ainda não evoluiu dentro do Governo; ele concorda, no entanto, que a atual legislação precisa ser melhorada, embora pense no marco como algo maior que as atuais normas para o setor.

A audiência também vai elaborar uma proposta desse marco regulatório que o Dr. Gusmão apontou como uma necessidade de criação de modelos para estimular o desenvolvimento e a inserção de novas tecnologias na matriz energética, mencionando a desoneração tributária e as isenções fiscais.

Também defendeu o Dr. Gusmão o aumento da competência da Agência Nacional do Petróleo – ANP e a retirada da prerrogativa do Estado de dar concessões para a construção de álcooldutos. Segundo ele, precisamos buscar a consolidação da legislação atual, é uma grande quantidade de decretos, portarias e leis e ninguém sabe o que ainda está em vigor, tem que ser mais fácil para os agentes públicos e privados.

O diretor técnico da ANP, Dr. Alan Kardec Dualibe Filho assinalou que houve um crescimento da demanda de veículos do tipo *flex*, o que levou ao aumento do consumo de álcool e a queda no de gasolina.

O Senador Inácio Arruda, que presidiu a reunião, perguntou se o advento do petróleo da camada pré-sal não impactaria negativamente o desenvolvimento de biocombustíveis. O Dr. Alan Kardec diz que não vê ameaça nenhuma nisso e que a competição internacional nessa área é salutar: "Tenho até trabalhado mais depois do pré-sal, pois as demandas continuam", revelou o Dr. Alan Kardec.

O Dr. Gusmão observou que o presidente dos Estados Unidos, o Presidente Barack Obama, destinou 100 bilhões de dólares para pesquisa científica, sendo que metade é apenas para o desenvolvimento de fontes de energia limpas. Ele acredita que a pauta internacional de redução de poluentes não mudará por causa do pré-sal e defendeu o estabelecimento, no marco, de formas de obrigar o investimento em pesquisa. "Temos as microalgas na produção do biodiesel, cuja produtividade é imensa", ele assinalou. Dr. Gusmão também acrescentou que a EMBRAPA vem implantando há dois anos um núcleo de agroenergia.

Então, quero, em nome de todos os membros da comissão, cumprimentar o coordenador do Grupo de Trabalho que trata do marco regulatório dos biocombustíveis, Senador Inácio Arruda, pelo trabalho e também os seus integrantes, Senador Goellner e Senador Delcídio Amaral.

Passamos à apreciação da nossa pauta de hoje.

Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2007, que "*Altera a Lei 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água*." O autor é o Senador Antônio Carlos Valadares. O relator é o Senador Gilberto Goellner; o parecer é pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Como observação, o substitutivo ao projeto foi aprovado em turno único na reunião realizada no último dia 08 de outubro de 2009. Não tendo sido apresentadas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, conforme o art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

O Item 04 da pauta, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 184 de 2009, que "*Altera o art. 12 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer a necessidade de outorga de direto de uso de recursos hídricos para lavra de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários*." Autor, Comissão de Assuntos Econômicos. Relator, Senador Osvaldo Sobrinho, parecer contrário ao projeto.

Observação: A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque para proferir *ad hoc* o relatório relacionado a esta matéria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Deputados(sic) [interrupção no áudio] de relator *ad hoc*, eu vou passar a ler o que foi definido pelo Senador Osvaldo Sobrinho. Se não me engano, Osvaldo Sobrinho é suplente do Senador... Você lembra? Do Jayme Campos, de Mato Grosso. Ele diz o seguinte, o Osvaldo.

"*Vem, para a análise desta comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 184, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem como objetivo sujeitar à outorga, pelo Poder Público, a lavra de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários.*

Para tanto, acrescenta o inciso VI ao art. 12 da Lei nº 9.433, essa lei é de 1997, que inclui esses usos na relação daqueles que estão sujeitos a outorga pelos órgãos gestores de recursos hídricos.

O projeto foi despachado a esta comissão, em maio de 2009, examinado também pela Comissão

de Meio Ambiente, e não foram apresentadas emendas."

Ele analisa da seguinte maneira: "*Constitui uma iniciativa da CAE e representa um dos frutos da Subcomissão Temporária de Marcos Regulatórios, criada no âmbito da CAE durante o ano de 2007*.

Em Audiência Pública sobre o setor de recursos hídricos, realizada em junho de 2007, os convidados indicaram a necessidade de se estender o regime de outorga também aos aproveitamentos de águas minerais.

E para defender essa posição, argumentaram que as águas minerais são tratadas no Código de Minas e também no Código de Águas Minerais. O projeto viria justamente suprir essa lacuna.

À primeira vista, faz sentido tratar das águas minerais na Lei específica nº 9.433, conhecida como a Lei das Águas, e que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Afinal, diz o relator, essas águas são recursos hídricos em sentido amplo e constituem bem de domínio público e recurso natural limitado e dotado de valor econômico.

Ocorre, continua ele, que as águas minerais têm uma peculiaridade. Além de serem recursos hídricos, são, ao mesmo tempo, recursos minerais."

É preciso interpretar. São recursos hídricos, mas são também recursos minerais.

"*E, segundo parecer da Advocacia-Geral da União, o tratamento jurídico a ser dado à água mineral deve obedecer obrigatoriamente ao Código de Águas Minerais.*

Sob este aspecto, conforme expressa determinação legal, o processo de outorga, quer dizer, de consentimento, está regulado pelo disposto no Decreto 227, de 1967 – Código de Minas, que expressamente atribui a competência ao Departamento Nacional de Produção Mineral." Um assunto complexo.

"*O parecer da AGU conclui, contudo, que o Departamento Nacional da Produção Mineral e o Ministério de Minas e Energia deverão, ao expedir uma concessão, uma outorga para exploração de uma fonte de água mineral, observar as diretrizes e principais traçados... E principais itens traçados pela Lei nº 9.433*." Ficou um pouco confuso, Presidente.

"*Para aclarar eventuais conflitos de competência entre os Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, após três anos de ampla discussão, três anos de ampla discussão, aprovou, em 16 de outubro de 2007, a Resolução nº 76, que estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários*."

Em suma, a discussão toda vai acabar numa Resolução de nº 76/2007.

"*A Resolução logrou harmonizar, entende o relator, as legislações concorrentes*." Aí a minha ligeira colaboração: como é que pode uma resolução harmonizar lei, leis concorrentes? "*Quais sejam, os Códigos de Mineração e de Águas Minerais e a Lei nº 9.433, de 1997. E, na medida em que ela contempla as reivindicações dos órgãos dos Ministérios de Minas e Energia e de Meio Ambiente, já supre a deficiência inicialmente detectada pela CAE*.

Não se justifica, portanto, duplicar esforços e criar novas exigências. O mais recomendável é implementar a resolução, que foi fruto de ampla discussão e que, ao promover a articulação entre os órgãos envolvidos, permite uma gestão integrada e eficiente desses importantes recursos."

Voto. "*Em decorrência do exposto, somos de parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2009*."

É o parecer do relator Senador Osvaldo Sobrinho que tive a honra de ler nesse instante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agradeço ao Exmo. Sr. Senador Paulo Duque pela leitura do relatório, referente ao PL nº 184, de 2009. Está em discussão a matéria.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende, para a discutir a matéria.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A manifestação a respeito do Projeto de Lei, eu acho que é adequada a postergação da análise desse Projeto de Lei, a que está sendo sugerido através do relator, o seu parecer contrário ao projeto, porque é bastante complexa a questão da formalização das regras dos direitos minerados, das águas minerais, com riqueza mineral do subsolo.

Nós temos essa complexidade mesmo na questão do petróleo. As áreas concedidas no petróleo são blocos de profundidade infinita limitado por [ininteligível] na superfície da plataforma continental com paredes verticais, isso define o bloco de direito de exploração e de concessão do concessionário.

No petróleo, nós temos a interligação nas bacias, principalmente da plataforma continental, nós temos a intercomunicação dos blocos, a profundidades diversas e isso cria problemas sérios de definição do concessionário e do objeto da concessão.

Essa... Isso ocorre com mais forte... Mais frequência na questão dos lençóis d'água e há uma intercomunicação no subsolo das águas minerais, o que

provoca problemas bastante confusos nas definições da propriedade do produto da lavra para cada concessionário.

De forma que eu entendo, Sr. Presidente, que é uma matéria que de início parece simples, mas de alta complexidade, de definição jurídica da concessão e do objeto concedido e, portanto, cabe a esta comissão um estudo mais profundo dessa matéria.

Eu concordo com a postergação da análise desse projeto. Eu concordo com a rejeição do Projeto de Lei no momento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só para uma informação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para discutir o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estou pedindo uma informação. Como está previsto que ele vai para Comissão de Meio Ambiente, se aqui rejeitado ele ainda prossegue para ser examinado lá ou só para então... Oportunidade eventualmente de se chegar a outro entendimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Irá à Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu estou de acordo com o parecer e com a opinião do Senador Eliseu Resende, mas só para perguntar. Essa informação, quer dizer, a Comissão de Meio Ambiente ainda examinará? Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Continua em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir, está em votação a matéria. Encerro a discussão. Está em votação a matéria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Uma pequena observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque, antes do início da votação da matéria, continuando a discussão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o seguinte: quando a gente lê o parecer como relator *ad hoc* ficamos cheios de dúvidas também. Esse parecer é da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nosso, passa a ser nosso.

Eu não tenho aqui as origens de onde veio, o que disse a Comissão de Justiça, nada, estou me limitando apenas a ler o parecer que me foi oferecido aqui, pelo Deputado(sic) Osvaldo Sobrinho.

Mas, realmente, é uma matéria muito importante, água mineral no país, importantíssimo. E quero crer que o parecer do relator, que eu assino no momento, que ele ainda seja levado a outras considerações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Paulo Duque. Não havendo mais quem queira discutir encerro a discussão. Em votação o relatório que conclui pela rejeição da matéria. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovada a rejeição da matéria.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É importante se notar que... Respondendo a questão do Senador Paulo Duque, que esse parecer, e a vinda desse projeto à Comissão de Infraestrutura, é meramente instrutiva, que não é uma decisão terminativa, e que irá à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item nº 05 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2009, que "*Acrescenta o inciso VI e § 10º no art. 13, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50 kWh mensais de energia elétrica para consumidores da subclasse residencial de baixa renda*." Autor, Senador Gim Argello, relator *ad hoc* Senador Delcídio Amaral. Bom-dia, Senador. O parecer é favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral para, como Relator "ad hoc", proferir o seu relatório.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

"*Vem à análise dessa comissão o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 365, que visa a instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50 kW/h mensais de energia elétrica para consumidores da subclasse residencial baixa renda*.

Para tanto, a proposição está estruturada sob a forma de dois artigos, modificando a Lei 10.438, de 26 de abril de 2002.

O primeiro artigo acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei e o segundo corresponde à sua clausula de vigência.

Com a introdução do inciso VI, cria-se mecanismo para financiar a gratuidade de até 50 kWh mensais de energia elétrica para os consumidores da subclasse residencial baixa renda que aderirem à sistemática de pré-pagamento da fatura, na forma da regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O parágrafo acrescentado impõe que, sobre o consumo excedente ao limite estabelecido no inciso

VI, não seja aplicado o desconto vigente para a tarifa de energia elétrica.

A matéria foi lida em Plenário no dia 27 de agosto de 2009 e remetida a esta comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto."

Análise. "*É dever do Poder Público buscar mecanismos que permitam avançar no caminho da redistribuição de renda no Brasil.*

Nesse sentido, aperfeiçoar a concessão de tarifa diferenciada para consumidores de baixa renda é uma missão para a qual o Congresso Nacional pode dar valiosa contribuição.

Em um contexto regulatório de transparência cada vez maior, podem e devem ser continuamente aperfeiçoados os critérios de elegibilidade associados a esses mecanismos, bem como os instrumentos de fiscalização, que devem estar sob o foco contínuo da regulação e da modicidade tarifária.

O PLS nº 365, de 2009, em sintonia com um dos pilares do processo legislativo, inova. Ao propiciar condições para que o consumidor de baixa renda adira a um sistema de pré-pagamento da tarifa de energia elétrica e, com isso, possa receber, gratuitamente, a cada mês, os primeiros 50 kWh de energia, a proposição atinge o objetivo de criar opções para essa parcela da sociedade.

A justificação apresentada dá sustentação à proposição, pois, atualmente, embora o consumidor de baixa renda seja beneficiado por descontos nas tarifas de energia elétrica, em face das dificuldades que enfrenta boa parte da população brasileira, a gratuidade dos primeiros 50 kWh teria um impacto muito mais significativo para os orçamentos mensais dessas famílias.

Note-se que esse impacto positivo pode ser potencializado pela inovação que nos traz o PLS, permitindo a introdução da opção do pré-pagamento, tão bem sucedida para a telefonia celular.

Essa potencialização é proporcionada pela possibilidade de as famílias planejarem o quanto gastar com energia no mês.

Também acertadamente, a justificação da proposição enfatiza que essa gratuidade servirá como estímulo para as famílias mais carentes deixarem a clandestinidade e o universo dos 'gatos', que teimam em expandir-se em nossas comunidades mais carentes.

Com isso, as concessionárias poderão, em vez de perdas de receitas, obter ganhos com a queda no furto de energia e com a segurança de receita advinda do pré-pagamento.

Por fim, cabe ressaltar que o PLS nº 365, de 2009, oferece a coexistência de um novo sistema com o sistema atual, de tarifas escalonadas para os consumidores de baixa renda, permitindo que os consumidores que não desejarem aderir ao pré-pagamento possam continuar beneficiando-se das vantagens hoje disponíveis."

E o voto do relator, Senador Gilvam Borges, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 365.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agradeço ao Senador Delcídio Amaral pela leitura de seu relatório.

Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, avalio que haja propósitos de mérito por parte da iniciativa do Senador Gim Argello, analisada pelo Senador Gilvam Borges e lida pelo Senador Delcídio Amaral, mas como não houve ainda tempo suficiente, inclusive, para o próprio Ministério de Minas e Energia examinar as consequências e tendo sobretudo em conta que recentemente foi aprovado um projeto de natureza de... Justamente proporcionar aos consumidores de baixa renda uma forma de também considerá-los especialmente, eu peço vistas para melhor exame da matéria até a próxima semana, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Darei vista ao Senador Eduardo Suplicy, mas antes darei a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, é só pra informar e fazer e... Mais do que nunca registrar aqui a pertinência do comentário do Senador Suplicy, porque nós aprovamos um projeto no Senado sobre tarifas sociais e esse projeto está tramitando na Câmara.

Então, é bastante conveniente, até prudente da Comissão de Infraestrutura, a despeito do excelente relatório do Senador Gilvam Borges, que nós peçamos vistas exatamente porque há uma dicotomia entre este projeto e o projeto que nós já aprovamos no Senado sobre tarifa social e que já está pronto para ser votado, inclusive, na Câmara dos Deputados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Há um de iniciativa do Deputado Carlos Zarattini, que veio da Câmara para cá--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Que veio da Câmara.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --e nós votamos aqui, nós votamos aqui, o projeto da Câmara.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Já votamos e o Senador Raupp foi o relator. Portanto eu acho que... Seria prudente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Precisaria ser melhor examinado a luz do projeto recém-aprovado pelo Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Fica, então, concedido vista coletiva à solicitação do Senador Eduardo Suplicy referendada e ratificada pelo Senador Delcídio Amaral e Valdir Raupp.

Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Consta da pauta, Sr. Presidente, é o Item 02, Projeto de Lei nº 179, do Senado, com parecer do relator, Senador Gilberto Goellner.

Esse é um projeto da maior importância, porque ele estabelece o plano plurianual dos projetos de lei de expansão da energia elétrica no Brasil.

É bom ter essa... Esse documento, da listagem dos projetos previstos para a expansão da oferta de energia elétrica, particularmente com relação às fontes renováveis de energia.

Nós estamos apresentando aqui uma emenda, o relator não está presente, para acrescentar ou modificar a redação, de uma exigência dos fundamentos do plano plurianual de expansão de energia elétrica no país relacionada com os estudos econômicos dos projetos de lei listados.

A exigência se refere à relação benefício-custo dos projetos de lei dos diferentes aproveitamentos hidráulicos no Brasil.

Eu estou apresentando uma modificação, sob forma de emenda, mudando a redação para colocar a exigência da avaliação econômica da opção energética, considerados os custos de transmissão da energia gerada.

Isso é importante considerar, porque toda vez que nós temos os potenciais hidráulicos, principalmente o de grande porte, nós identificamos os custos do empreendimento como restritos aos custos de construção da usina geradora de energia elétrica.

Não podemos deixar de considerar e é importante em casos, em muitos casos, os custos incluídos no projeto, do sistema de transmissão de energia.

Quando se considera Itaipu, por exemplo, se fala no custo de Itaipu, não se refere aos custos das linhas de transmissão em corrente alternada e em corrente contínua da energia gerada no projeto binacional. Esses custos são altamente relevantes e eles devem estar sendo considerados na comparação dos investimentos das diferentes fontes de energia, das diferentes opções energéticas, de geração de energia.

Quando se analisa as usinas nucleares do Rio de Janeiro não se dá importância ao fato de que aquela localização das unidades eletro-nucleares não necessitam de linhas de transmissão de grande extensão, o que é um fator importante para influenciar os custos de implantação na comparação dos diferentes projetos.

Temos sendo estudado no Brasil hoje, como outro exemplo, a construção da usina de Belo Monte, no Rio Xingu. Não se pode considerar apenas os investimentos na construção da usina geradora, mas também na construção das linhas de transmissão, uma vez que Belo Monte está lá no Xingu, na Amazônia, e as linhas de transmissão para suprir os sistemas interligados do Sudeste e do Sul do país são de custo elevadíssimo.

Então, nós estamos colocando com uma emenda junto ao relator para que ele coloque entre as análises prévias da decisão dos investimentos os custos também do sistema de transmissão da energia gerada, para que nós tenhamos uma análise econômica e técnica mais adequada, com mais propriedade na comparação dos investimentos de geração na matriz energética brasileira.

Essa é a nossa observação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): S. Exa., o Sr. Senador Ministro Eliseu Resende irá formalizar a emenda oral que acaba de apresentar e o Projeto de Lei nº 179, de 2009, voltará às mãos do relator, Senador Gilberto Goellner, para a sua apreciação.

Não havendo mais o que tratar e antes de encerrarmos a presente Sessão, convoco os senhores membros da comissão para a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 27 de outubro, às 08h30 da manhã, extraordinariamente numa terça-feira, diferentemente de segunda-feira às 18 horas, como sempre realizamos, em função da antecipação do feriado do funcionalismo público para a segunda-feira.

Então, dia 27 de outubro às 08h30 da manhã, aqui nesse Plenário é a próxima reunião da Comissão, quando teremos o Painel nº 3, do Marco Regulatório do Pré-sal, com o do objetivo de analisar o PL, o Projeto de Lei enviado pelo Governo Federal, tratando do Fundo Social dentro desse ciclo de discussão do marco regulatório e que integra a agenda 2009/2015 dos desafios estratégicos setoriais.

Muito obrigado Sras. e Srs. Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 09h35.

Ata da Décima Quinta Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em quinze de Julho de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões Nº 06 da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal.

Às onze horas e um minuto do dia quinze de julho do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número seis da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, José Nery, Valter Pereira, Marco Marciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando seguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01- Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2009, não terminativo, que "Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências", de autoria da Senadora Marisa Serrano, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto; Item nº 02-Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007, não terminativo, que "Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000, (inclui o Ceará na área de atuação da Codevasf)", de autoria do Deputado Roberto Pessoa, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01-CCJ e 02-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei n° 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que "Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos", de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos", de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação das Matérias é adiada. A Presidência coloca em Extrapauta, como item único, o Requerimento nº 13/2009-CDR, "Em aditamento à proposição já aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de autoria dos Senadores Inácio Arruda e José Nery, propõe-se a inclusão do Dr. Antônio Carlos Filgueira Galvão, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); e da Dra. Tânia Bacelar de Araujo (UFPE), ambos especialistas em temas de economia regional, distribuídos um em cada Painel previsto para o Seminário sobre os 100 anos do DNOCS". Após leitura, colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Usam da palavra os Senadores Marconi Perillo e José Nery. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com

a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. A Ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nós estamos com uma pauta relativamente magra aqui hoje, mas eu gostaria de comentar com os ilustres Senadores presentes que o Senador Tasso Jereissati nos apresentou um requerimento muito interessante. É para que nós realizássemos um ciclo de Audiências Públicas com vistas a debater, a discutir os instrumentos de desenvolvimento da Região Nordeste. Eu creio que nós poderíamos fazer com a Região Centro-Oeste, já tem um Senador interessado em fazer com a Região Norte, na Região Centro-Oeste já tinha sido aprovado, se eu não me engano, tinha sido aprovada a criação da Superintendência do Centro-Oeste, que havia sido anteriormente extinta. Eu acho que nós poderíamos nesse ciclo de debates da Região Centro-Oeste, quem sabe V. Exa. poderia propor a realização desse ciclo de debates que envolveria, sobretudo, outras instituições e autoridades de Goiás e dos Estados que integram a Região Centro-Oeste para que nós pudéssemos dar andamento ao escopo e ao desiderato desta Comissão, que tem como seu escopo principal o desenvolvimento regional e o turismo, que são duas atividades afins. O turismo tem despertado um interesse muito grande no Brasil ultimamente, haja vista a criação autônoma e independente do próprio Ministério do Turismo, que até bem pouco tempo era um complemento, sempre um complemento do Ministério da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, hoje por reconhecer que o turismo é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento social e econômico, o mundo inteiro está despertando para isso, é a importante indústria sem chaminés, a força do turismo está exatamente na sua capilaridade.

Nós estamos já com uma motivação muito forte, que é a discussão da Copa do Mundo de 2010(sic). O Brasil vem liderando o *ranking* do futebol há mais de dez anos e a realização da Copa do Mundo no Brasil, depois de 64 anos, é efetivamente um evento esperado, com muito interesse, com muito entusiasmo por todo o povo brasileiro, tanto é que nós estamos discutindo as questões relegadas à Copa do Mundo de 2014, sabendo que haverá em 2010 uma Copa intermediária, que será realizada na África do Sul. Mas o Brasil inteiro, por onde nós temos andado, e órgãos que eu não imaginava estarem interessados com a Copa do Mundo têm se manifestado interessado, como, por exemplo, o Tribunal de Contas da União. Mandou um corpo de técnicos aqui para discutir conosco de que forma o próprio Tribunal poderia contribuir para o aprimoramento das ações que nós podemos desenvolver com relação à Copa do Mundo. Eu imagino que o turismo, o Brasil tem que aproveitar esse mote da Copa do Mundo para dar um incremento maior às suas atividades, para que o Brasil possa aproveitar o enorme potencial turístico que tem e que se comparado hoje com outros países similares nós ainda estamos muito aquém do desejado, não conseguimos dar nesse segmento econômico a dimensão, a atuação, a amplitude que ele pode oferecer ao País, não só na geração de riquezas, mas, sobretudo, na absorção de mão de obra tão importante neste País. É bom lembrar que foi obtido registro recentemente, no começo deste ano, da Confederação Nacional do Turismo, que seguramente será o órgão ligado à iniciativa privada que ficará na vanguarda do desenvolvimento das ações ligadas ao turismo, então as coisas estão caminhando nessa direção, que é muito interessante, e eu entendo que aqui na nossa Comissão nós poderemos ampliar bastante esse debate com relação ao aproveitamento do enorme potencial turístico que tem o Brasil.

Nós, quando imaginamos o turismo, nós enxergamos assim um espectro muito amplo e que vai desde a infraestrutura não só dos equipamentos necessários para a prática das modalidades esportivas mencionadas, mas a facilitação, a visitação dos destinos turísticos. Goiás tem um destino turístico que hoje tem caráter não só nacional, internacional. As águas quentes de Goiás têm sido objeto de desejo, de curiosidade de tantos quantos visitam o Brasil. É preciso que nós cuidemos inclusive da infraestrutura para facilitar o acesso. Ocorre, sobretudo, nos fins de semana, um acúmulo muito grande de veículos numa pista dupla que poderia ser algo a ser pensado para duplicar essa pista como facilitação para melhorar o acesso a esse destino importante do turismo brasileiro.

Então nós temos muitas coisas a discutir aqui, nós temos tempo para isso, até como forma de sugerir às instituições públicas que façam os investimentos, como forma de interferir no orçamento para que nós possamos alocar recursos também para a conclusão dessas obras. Então o fato é que eu acho que nesse segundo semestre essa Comissão estará bastante energizada e discutindo temas palpitantes, oportunos e importantes.

Passamos ao Item 1 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2009: "Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". O Projeto é de autoria da eminente Senadora Marisa Serrano e tem como Relator o ilustre Senador Marconi Perillo, a quem concedo a palavra para emitir o seu Parecer.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, em relação à abertura de V. Exa., com relação às Audiências Públicas com o intuito de discutir e debater a questão das discrepâncias regionais, o desenvolvimento regional, o turismo, eu vou me reunir com a minha assessoria e vou tomar as providências no sentido de solicitar a realização das Audiências para a discussão dessa questão relativamente à Região Centro-Oeste. Proximamente eu já vou estar apresentando os requerimentos.

Em relação ao Item 1, eu irei direto à análise do Projeto de iniciativa da ilustre Senadora Marisa Serrano.

O PLS nº 221, de 2009, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional. Vale destacar também que o Projeto atende aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal ao determinar em seu art. 16 que o Poder Executivo estime o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto na Lei e o inclua no demonstrativo dos incentivos fiscais que acompanham o Projeto de Lei Orçamentária, a ser apresentada após a aprovação da Lei. O atendimento desse dispositivo é condição para que a Lei produza os seus efeitos, conforme prevê o art. 17 do Projeto em tela. A proposição visa promover o desenvolvimento nas regiões fronteiriças do Mato Grosso do Sul, onde se encontra na fronteira Brasil/Bolívia a cidade de Corumbá, vizinha das cidades bolivianas de Puerto Suarez, Puerto Quirraro e Puerto Aguirre, e na fronteira Brasil/Paraguai a cidade de Ponta Porã, vizinha da cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero.

Como a autora afirma, Corumbá é a terceira cidade mais importante do Estado em termos econômicos, culturais e populacionais depois de Campo Grande, a capital, e Dourados. Possui infraestrutura adequada para o escoamento da produção e criação da Área de Livre Comércio, uma vez que conta com o maior porto fluvial do Mato Grosso do Sul, com aeroporto internacional, rodovias e infraestrutura de hotéis e serviços.

Com relação à adequação da presente proposição às normas já adotadas pelo MERCOSUL, assinale-se que as decisões do Conselho do Mercado Comum nº 8, de 1994, nº 31, de 2000, nº 9, de 2001, nº 1, de 2003. Ademais, a Resolução do Grupo do Mercado Comum nº 37, de 1999, tratam do assunto. Na ausência de um Código Aduaneiro do MERCOSUL, instrumento dispensável ao estabelecimento de regras harmonizadas para o funcionamento da união aduaneira, as normas acima citadas estipularam regras para o comércio no espaço econômico integrado de bens originários de Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais. Essas normas determinam a aplicação pelos Estados-partes da Tarifa Externa Comum, a TEC do MERCOSUL, ou, em casos excepcionais, a tarifa nacional vigente às mercadorias provenientes das zonas mencionadas, sem prejuízo das disposições legais vigentes para o ingresso desses bens no próprio país.

O art. 6º do Projeto em epígrafe coaduna-se com a regra supracitada ao considerar a saída de mercadorias estrangeiras da Área de Livre Comércio para o restante do território nacional como importação normal para efeitos fiscais e administrativos.

Em síntese, no que respeita ao mérito, adoto integralmente os argumentos apresentados pela autora para justificar a sua proposta, além de julgar o Projeto extremamente oportuno, tendo em vista a necessidade de fortalecer o desenvolvimento econômico e social das regiões de fronteira do Brasil e ampliar os laços econômicos e culturais com os países limítrofes que fazem parte do MERCOSUL

Voto. Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2009, da forma como proposto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o Parecer exarado pelo Senador Marconi Perillo. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós estamos retirando da pauta o Item 2, que também tem caráter não terminativo, porque o Senador Relator, o Senador Tasso Jereissati, está ainda em outra Comissão, não houve como chegar. Nós estaremos retirando de pauta. Os demais têm caráter terminativo, de forma que--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exa. a palavra, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, eu queria que o senhor colocasse um requerimento extrapauta, apenas para o aditamento a um

requerimento já aprovado na Comissão no sentido de propor a inclusão do Dr. Antonio Carlos Figueira Galvão, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos, e da Dra. Tânia Bacelar de Araújo, da Universidade Federal de Pernambuco, ambos especialistas em temas de economia regional, de forma que eles possam participar do painel previsto para o "Seminário 100 anos do DNOCS". Esse é um requerimento que assino conjuntamente com o Senador Inácio Arruda e há uma sugestão concreta aqui de aditamento para que sejam convidados o Sr. Antonio Carlos e a Dra. Tânia Bacelar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Submeto ao Plenário o acolhimento da proposta do Senador Nery de apresentação de requerimento extrapauta. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Agradecendo a presença de todos e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 11h15.

Ata da Décima Sexta Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em cinco de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões Nº 07 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Às dez horas e dezessete minutos do dia cinco de agosto do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, reúnese a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Serys Slhessarenko, Antonio Carlos Valadares, Adelmir Santana, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado, Gerson Camata e Demóstenes Torres. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente registra a presença do Prefeito do Município de Araguatins, no Estado do Tocantins, Rocha Miranda. Antes de dar início à apreciação das proposições, a Presidência comunica ao Plenário: 1º) o Senador Roberto Cavalcanti apresentou o Relatório da sua participação, como representante da Comissão, no "XI Fórum de Governadores do Nordeste e 6ª Reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)" e passa a palavra para Sua Excelência fazer as suas considerações; 2º) A CDR participou, no dia 04/08/09, do "I Encontro da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR". Este encontro foi idealizado durante o 4º Salão de Turismo, que aconteceu em São Paulo no dia 2 de julho último. O evento contou com a presença do Ministro do Turismo, Luiz Barreto, do Vice-Governador do DF, Paulo Octávio, da Presidente da Embratur, e, ainda, com a presença de Deputados, Senadores e de Secretários Estaduais de Turismo de vários Estados. Os principais pontos abordados foram sobre a flexibilização dos vistos para entrada e saída no País e a necessidade de tratar a aviação nacional pensando nos estados menos favorecidos; 3º) O Projeto "Fórum Legislativo das Cidades-Sedes da Copa – O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa 2014", proposto pelas Comissões de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados em conjunto com a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realizará no próximo dia 13 de agosto, na Assembleia Legislativa de Manaus/AM, o seu I Fórum, que será o primeiro encontro que acontecerão nas doze cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol; e 4º) A Comissão recebeu convite para participar do "Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB), que acontecerá nos dias 6 e 7 de agosto em Salvador, Bahia, onde serão debatidos, entre os diversos temas, propostas para diagnosticar e enfrentar os principais obstáculos ao desenvolvimento do turismo no Brasil, com vistas, inclusive, à Copa do Mundo de Futebol de 2014. Após os comunicados da Presidência, usa da palavra o Senadore Jefferson Praia. Dando continuidade, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007, não terminativo, que "Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000, (inclui o Ceará na área de atuação da Codevasf)", de autoria do Deputado Roberto Pessoa, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01-CCJ e 02-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. A apreciação da matéria é adiada a pedido do Relator; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor

Centro-Norte e dá outras providências", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação", de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei n° 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que "Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos", de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos", de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 06/05/09 foi realizada audiência pública para instruir a Matéria. A apreciação das Matérias é adiada. A Presidência coloca em Extrapauta, como item único, o Requerimento nº 14/2009-CDR, "Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão à organização e promoção do Projeto 'O Poder Legislativo fazendo parte do Time da Copa de 2014', a ser realizado em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados, e com o apoiamento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal, na forma de Fóruns nos Estados-Sedes da Copa do Mundo de 2014", de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e Antonio Carlos Valadares. Após leitura, colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Usam da palavra os Senadores Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 16ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter extraordinário, da 3ª Sessão Legislativa, e da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A Ata aprovada será publicada no Diário Oficial do Senado Federal, juntamente, com as respectivas notas taquigráficas.

Nós temos uma pauta extensa de, cuja maioria dos itens são de caráter terminativo.

No final da reunião passada, o Senador Roberto Cavalcanti, apresentou o relatório de sua participação como representante da Comissão no 11º Fórum de Governadores do Nordeste e 6ª Reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência e Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE. Eu creio que o Senador está chegando, ele certamente quererá tecer alguns comentários a respeito desse Fórum.

Ontem esta Comissão participou do 1º Encontro da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, com o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, FORNATUR, com a presença do Ministro do Turismo Luiz Barreto, com a presença da Presidente da EMBRATUR e representantes de todos os Estados Brasileiros, inclusive do meu Estado, o Estado do Tocantins estava lá a Presidente da Agência de Turismo Regina Reis.

Esse encontro foi idealizado durante o 4º Salão do Turismo, que aconteceu em São Paulo, no dia 02 de julho. E o evento contou com a presença dos Secretários Estaduais de Turismo de vários Estados, Deputados, Senadores, do vice-Governador do Distrito Federal, Paulo Otávio e ainda, como eu mencionei, a presença do Ministro Luiz Barreto.

Os principais pontos abordados no encontro de ontem foram a flexibilização dos vistos para a entrada e saída no país. Isso tem sido uma reivindicação muito forte, muito intensa e tenho sido testemunha dessa reclamação, que se repetiu, quando, na semana passada, a Confederação Nacional do Turismo, a CNTur, foi apresentada ao Trade Turístico do Rio de Janeiro e lá representantes de diversas instituições insistiram para que esta Comissão participasse da luta para a flexibilização dos vistos na presença dos estrangeiros no Brasil.

E outro ponto importante diz respeito à viação nacional, sobretudo a aviação regional. Houve nas últimas décadas, uma redução muito grande dos municípios que eram atendidos pela aviação brasileira e isso tem comprometido muito o desenvolvimento do turismo, o turismo interno.

Nós precisamos contribuir para que o brasileiro conheça o Brasil. Para que nós estimulemos o turismo interno, para que o brasileiro tenha oportunidades enormes de conhecer este Brasil gigante, com a rica biodiversidade, com uma série de ocorrências geográficas fascinantes nos seu quatro quadrantes, quer na região Norte, na região Amazônica, quer na região Centro-Oeste, no Nordeste, no Sul, Sudeste, em todo o Brasil, nós encontramos destinos turísticos relevantes e importantes, que a maioria dos brasileiros não conhece.

Eu falaria especificamente sobre o meu Estado, o Estado do Tocantins, que têm destinos turísticos extraordinários. O Estado do Tocantins é dotado de duas das mais importantes bacias hidrográficas do planeta, do país, as bacias da Araguaia e Tocantins e esses rios, no seu período seco, quando as águas baixam formam praias maravilhosas, belíssimas, que atraem os moradores regionais e chegam a acumular cerca de 40 a 50 mil pessoas, num final de semana, numa cidade.

Nós temos a honra de estar recebendo aqui hoje na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Prefeito Rocha Miranda, da cidade de Araguatins, que tem uma das mais bonitas praias que o Araguaia oferece às pessoas e, certamente, o Prefeito é testemunha e teve um trabalho muito grande para, sobretudo neste mês de julho, receber milhares de pessoas que acorrem à sua cidade, exatamente, para aproveitar as maravilhas e as belezas das praias dos Araguaia.

Mas lá também nós temos em Araguanã, nós temos em Caseara, nós temos em Araguacema. No Rio Tocantins, nós temos Pedro Afonso, nós temos a própria cidade de Palmas, a cidade de Palmas por si só é um destino turístico importante. É a última cidade planejada, pré-concebida do país, dentro dos conceitos mais modernos de arquitetura e urbanismo.

Nós temos uma região extraordinária, que até o Rally dos Sertões está fazendo dele o seu roteiro, que é a região do Jalapão, uma região muito interessante, que reúne, reside um ecótono importante no Tocantins, que apresenta ocorrências muito interessantes, como dunas no cerrado, como cachoeiras. Então são muitos atrativos, que eu tenho certeza que o Brasil, os brasileiros pouco conhecem.

Eu acho que nós temos que desenvolver, Senador Jefferson Praia, nos debates que nós promoveremos aqui a partir dessa segunda, dessa primeira quinzena de agosto já, dos propósitos de desenvolvimento regional, a proposta apresentada pelo Senador Tasso Jereissati, que quer discutir os gargalos, os problemas, as dificuldades que o Brasil tem para o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento regional, eu tenho certeza que V.Exa. também já está analisando a possibilidade da estimular as discussões com relação a região Norte. Sobretudo, envolvendo o Estado importante da região Norte, que é o Estado do Amazonas, que V.Exa. com raro brilho representa nesta Comissão e nesta Casa. Eu estou seguro de que nós teremos muito a oferecer.

Por último, gostaria de dizer que esse Fórum proposto pela Comissão de Turismo da Câmara, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, de promover um Fórum com as Assembléias Legislativas dos Estados que sediarão a Copa do Mundo de 2014. E o primeiro Estado a ser visitado será o Estado de V.Exa., o Amazonas, nós estamos com a viagem prevista para o dia 13?

Dia 13, nós teremos o primeiro encontro na Assembléia Legislativa do seu Estado, com os líderes políticos e líderes do Trade Turístico da região, todos aqueles que estejam interessados em promover as

ações necessárias à preparação de Manaus, da região Norte, do Brasil inteiro, para esse que, seguramente, será o mais importante evento desportivo do mundo, que é a copa do mundo. O Brasil todo está se movimentando.

E veja que nós temos entre a Copa de 2014, a Copa de 2010, mas incita já a todos a discussão da Copa de 2014, seguramente, porque nós é que a sediaremos e ela será realizada aqui no Brasil.

Então, todos os setores, todos os segmentos estão se mobilizando para ver de que forma poderão participar, de que forma poderão contribuir para superar os gargalos, as dificuldades, superar os problemas que, eventualmente, nós tenhamos, para fazer desse o maior espetáculo da terra, o mais bonito espetáculo da terra. A melhor Copa do Mundo de todos os tempos.

Nós temos uma responsabilidade muito grande, o Brasil ranqueia o futebol, que é dentre as modalidades esportivas conhecidas o primeiro lugar na preferência de todos os brasileiros, até quase que sem segundo lugar. As demais modalidades vêm numa distância muito grande da preferência do povo brasileiro pelo futebol.

Então, nós, pelo fato de sermos pentacampeões, pelo fato de ranquearmos o futebol no mundo inteiro há mais de uma década, há quase 15 anos, o Brasil é o primeiro lugar no ranking mundial. Então, nós temos uma responsabilidade muito grande de saber receber bem os nossos turistas.

E eu entendo que o mote da Copa do Mundo, serve de estimulo a esta Comissão, aos Senadores que têm assento nesta Comissão, de nós prepararmos o Brasil, para aproveitar esse enorme potencial turístico que tem e que está mitigado, que não está sendo aproveitado e que é visto hoje no mundo inteiro e no Brasil também já, como um dos mais importantes vetores de desenvolvimento econômico e social.

Na geração de riquezas, no aproveitamento da nossa capacidade produtiva, no aproveitamento da nossa mão de obra, na geração de empregos. Então, o turismo, que é um dos mais importantes escopos desta Comissão tem esse condão, tem essa responsabilidade e eu creio que nós temos o tempo adequado e necessário, para no que nos compete, que não é só no que se refere ao arcabouço jurídico hoje existente.

A legislação existente na busca do seu aprimoramento, na busca da sua atualização, na ação de direcionamento de recursos para, sobretudo obras de infraestrutura que venham facilitar o desenvolvimento do turismo no aprimoramento dos nossos portos, dos nossos aeroportos, nas nossas vias, nas nossas rodoviárias, nos nossas rodovias. Então, as ações são muitas. E é importante que nós possamos realmente, a muitas mãos, construir esse novo cenário do turismo brasileiro.

Então a nossa Comissão, a Comissão de Desenvolvimento e Regional e Turismo tem uma missão muito importante. Eu concederei daqui a pouquinho, Senador Jefferson Praia, a palavra a V.Exa. Já lembrando, Senador Roberto Cavalcanti, que eu comentara que V.Exa. a nosso pedido teria participado de um Fórum, que ocorreu no--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): No Estado da Paraíba, em João Pessoa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --na Paraíba e que V.Exa. já apresentou relatório, mas certamente gostará de sobre ele fazer alguns comentários.

A CDR recebeu convite para participar do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, que acontecerá nos dias 06 e 07 de agosto em Salvador, na Bahia, onde serão debatidos, entre os diversos temas, propostas para diagnosticar e enfrentar os principais obstáculos ao desenvolvimento do turismo no Brasil, com vistas inclusive à Copa do Futebol de 2014.

Vejam que a Copa tem sido mote de discussão de instituições, que eu confesso, não imaginava estar interessadas e terem como contribuir para a sua realização. Eu recebi uma Comissão de Técnicos do Tribunal de Contas da União, que veio discutir de que forma o Tribunal poderia também dar a sua contribuição para a aprimoração da realização da Copa de 2014.

Então como V. Exas. podem notar todos os setores e todos os segmentos do país estão realmente engajados, estimulados, desejosos de oferecer sua contribuição, para que nós possamos realizar realmente um maior espetáculo desportivo do mundo, com muito sucesso aqui no Brasil.

Esse convite feito à Comissão, eu consulto aos Eminentes Senadores, se algum dos senhores poderia representar a Comissão participando desse Fórum no dia 06 e 07 na Bahia. Até o final dessa Sessão, se algum Senador puder 06 e 07, amanhã e depois. Se algum Sr. Senador puder representar a Comissão nesse Fórum, eu gostaria que comunicasse à Mesa.

Antes de dar a palavra aos Srs. Senadores.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Só um esclarecimento. Se deveremos participar, acredito, da abertura.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Da abertura. Então seria importante sabermos qual é o horário da abertura do evento, já que amanhã todos nós temos também aqui no Senado que participar.

Eu mesmo terei que participar amanhã da CPI da Petrobras, uma reunião às 10h00 da manhã. Ago-

ra é importante que tenhamos a participação de um membro desta Comissão num Fórum, que vai discutir a questão do turismo.

Nós estamos verificando para informar à V.Exa. A data quinta-feira, 05 e 06 de agosto. Cinco e seis? Ali falou seis e sete. Quinta e sexta. Quinta e sexta, cinco e seis na Bahia.

Local: Pestana Bahia Lodge, Salvador, fonte, público alvo. Deixa eu ver o horário da abertura aqui. Programação, abertura: Dia 06 de agosto, às 16h00 recepção, às 17h00, apresentação institucional do Fórum, às 18h00, Copa do Mundo, oportunidade e necessidades e desafios. É às 17h00, dia 06 de agosto, às 17h00 é a abertura.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, eu quero apresentar um requerimento, para que a nossa Comissão participe conjuntamente com a Comissão de Turismo da Câmara, da realização desse Fórum, Fórum com as Assembléias Legislativas nas cidades sedes do país, que receberão os jogos da Copa do Mundo. Está intitulado o Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014, e vai ser realizado, como eu mencionei, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara.

Então, o meu requerimento, embora esteja extenso aqui com a sua justificativa é exatamente para obter a aprovação dos Srs. Senadores, membros desta Comissão, para que a Comissão participe conjuntamente com a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, da realização de doze Fóruns, a começar pelo do Amazonas, em Manaus.

Em discussão o requerimento.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria, rapidamente, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade, já que iniciei a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exa. a palavra, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Estamos nesse momento para discutir o Fórum, que é uma proposição importantíssima e fico feliz de recebê-los na nossa cidade de Manaus, que foi uma das cidades contempladas para termos os jogos da Copa do Mundo.

Eu acredito, Sr. Presidente, que a Copa do Mundo em 2014, certamente, ela trará bons resultados dentro do contexto dos investimentos que temos que fazer e temos que estar muito atentos quanto ao tipo de investimento.

Nós sabemos que o volume de recurso serão volumes elevados, substanciais e nós não podemos aplicá-los de forma errada, até porque, a imagem do país será observada pelo mundo inteiro. E, além de tudo, o que eu vejo como uma das questões mais importantes é termos a oportunidade de melhorar a qualidade de vida da nossa gente.

Então, devemos dar muita atenção para os investimentos nas mais diversas áreas, de infraestrutura, desde a saúde, da questão do transporte, do próprio turismo, de preparar todo o povo para recebermos bem as pessoas que estarão fazendo essas visitas a todos nós.

Agora, quando V.Exa., eu gostaria rapidamente também dentro desse contexto fazer uma observação, para o turismo interno. V.Exa. foi muito feliz quando colocou isso, porque às vezes nós estamos atrás do turista do exterior, quando temos hoje, pela melhoria da qualidade de vida das classes C, D e E, a melhoria da renda, hoje, o cidadão que antes ele não tinha oportunidade de visitar algum ponto turístico no seu Estado ou em outro Estado, hoje, ele passa a ter.

Agora, durante o recesso, eu posso dar um exemplo meu e da minha família. Eu fiquei em Manaus, num local chamado City Park é um clube muito simples, mas tem uns chalés de madeira lá maravilhosos, você está ali no meio da natureza e você gasta pouco para, passei lá três dias com a minha família.

Portanto, esse tipo de turismo é muito importante, não é? Agora, nós precisamos trabalhar para melhorarmos a qualidade dele, porque nós sabemos que nós não temos ainda uma qualidade desejável. Eu mesmo, por exemplo, em diversos municípios, eu tenho ido e como, no Estado do Amazonas, uma alternativa importante alternativa do turismo, mas nós temos muito a avançar.

Tem um outro município, que estive lá agora no recesso, chamado Novo Airão. Sabe qual é? Fora a beleza natural que temos lá, a maior riqueza que eles têm, Senador Leomar, são 16 botos. E você, com esses 16 botos, tu entras na água é leva um peixinho ali e eles vêm aqui até à tua mão. Então, você toma com os botos, coisa que você não faz em lugar nenhum talvez deste planeta, você faz lá em Novo Airão.

E eu falava ao Prefeito e toda a equipe de Secretários, que nós precisamos trabalhar, eles estão nessa direção, ainda bem, precisamos trabalhar para termos um melhor atendimento aqueles que estão indo visitar Novo Airão.

Hoje, nós temos a visita de turistas estrangeiros e temos a visita também de turistas lá do Estado do Amazonas, ou de outros, de outros Estados da região Norte, porque é uma coisa fantástica, não é?

Eu, por exemplo, sou apaixonado por aqueles botos. Até eles estavam brincando sobre a minha atenção para Novo Airão. A minha atenção para Novo Airão, são 16 botos fantásticos, que estão ali. Se acos-

tumaram a vir na beira do rio e você pode levar teus filhos, brincar e tal.

Então, toda uma infraestrutura precisa ser trabalhada, desde a saúde, desde o atendimento, por exemplo, nos restaurantes, a melhor qualidade da comida nos restaurantes.

Termos hotéis mesmo simples, mas bem adequados, não é? Com preços bons, é importante dizermos isso e o Brasil tem um potencial fantástico nessa área.

Para finalizar, então, eu gostaria de dizer que estarei no Fórum lá, que vai ser na minha cidade, cidade de Manaus e, certamente, todos os senhores e senhoras que compõe esta Comissão serão bem-vindos.

Manaus é uma cidade fantástica, acolhedora e teremos aí a oportunidade de dar uma grande contribuição, não é Presidente? Nesse momento, que estão estamos todos voltados para a Copa do Mundo.

Tu sabes que se nós chamássemos as pessoas para discutirem as políticas públicas para o Brasil melhorar cada vez mais, ninguém ia, mas quando chamamos Copa do Mundo, futebol, essa é a grande questão, vamos falar de bola, de futebol, sim, mas o grande objetivo são as políticas públicas, que o Brasil vai fazer uma reflexão.

Porque a Copa do Mundo vai fazer nós refletirmos sobre muitas coisas que nós, normalmente, estamos refletindo aqui no Congresso, mas a população, às vezes, não participa, ela fica observando.

Agora, com esse clima na Copa do Mundo, as pessoas vão acompanhar todas as notícias com relação à Copa do Mundo. E aí está a decisão sobre a saúde, estarão as decisões sobre o trânsito, estarão as decisões sobre a infraestrutura turística, sobre como é que vai ser as cidades que serão, aquelas cidades que haverão os treinamentos.

Teremos os treinamentos das seleções. Por exemplo, lá em Manaus, como já se tornou dentro do contexto de metrópole, então tem a área metropolitana. São diversos municípios que já querem ser sedes de treinamento para as seleções que irão participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E isso é possível. Eu não sei se V.Exa. sabe--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Isso é possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --mas os estádios, onde são realizados os jogos, eles são vedados o seu uso, eles só pode ser utilizado para jogos. Então, o treinamento tem que ser feito em outro lugar, então aí, V.Exa., com o Trade Turístico lá--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --aproveitar para--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Para fazermos isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --prestigiar outros municípios.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Aí você imagina bem, olha, têm um município lá, que estive também agora no recesso, chamado Presidente Figueiredo. Sabe qual é a grande riqueza lá de Presidente Figueiredo? Dezenas de cachoeiras maravilhosas. Tu imaginas um jogador daquele que vem da Europa, toma um banho numa cachoeira daquela? Rapaz é arriscado o Brasil se esforçar mais para ganhar essa Copa de 2014.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não só os jogadores, quantas pessoas virão.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Porque eles vão estar energizados com a força da Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E as pessoas que virão assistir os jogos, no intervalo entre os jogos--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --nós temos que traçar um roteiro turístico para eles, para visitar, não é?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Isso é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Isso é só uma questão de criatividade. O turismo é uma questão de criatividade.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Está o Prefeito aqui de Araguatins, há pouco ele realizou um evento inusitado, novo na região dele, não existia. Foi um festival de cultura e gastronomia. Eu tive oportunidade de ir lá, levei o Presidente da Confederação Nacional do Turismo e o Prefeito Rocha realizou um evento maravilhoso.

Teve um desfile, onde mulheres belíssimas desfilando, mostraram o potencial do artesanato feito com coco babaçu, que coisa sensacional. Foi um desfile a nível de Brasil, a nível das melhores e mais importantes cidades, além de ter a oportunidade de mostrar a rica e variada qualidade dos alimentos utilizados naquela região.

O Prefeito Rocha Miranda está de parabéns, que foi realmente.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É verdade. E o Prefeito também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E levou muita gente para assistir.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu concluo dizendo o seguinte, ao Prefeito Rocha, que vou já cumprimentá-lo, que ele pode aí ser o exemplo desta ação para os outros cinco mil e poucos Prefeitos que, às vezes, não acreditam no turismo.

Percebem a questão da alternativa econômica do turismo como algo distante. E eles podem fazer sim, as suas cidades muito mais visitadas, porque em qualquer lugar nós temos sempre boas atrações e cada prefeito tem uma responsabilidade muito grande dentro desse contexto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Jefferson Praia, estaremos seguramente com V.Exa. no evento em Manaus. Senador Roberto Cavalcanti, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, tentarei ser bastante rápido.

Em primeiro lugar, eu gostaria de, formalmente, agradecer ao Senador Leomar Quintanilha, sobre a deferência de me fazer membro desta Comissão, honrosamente, membro desta Comissão representá-lo e a Comissão, na reunião, 6ª Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, que foi realizada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, ao mesmo tempo em que estava acontecendo o 11º Fórum de Governadores do Nordeste.

Gostaria de agregar também, que esse tipo de participação de membros da Comissão de Desenvolvimento Regional, nessas reuniões do Conselho deliberativo da SUDENE é muito importante para o Conselho e para a nossa Comissão.

Eu vou sintetizar assim, em poucas palavras, as pautas das reuniões. Os temas foram: Turismo, cultura e esporte, diretamente ligados ao desenvolvimento econômico e social. O evento contou com a participação de cinco Ministros de Estados, nove Governadores, representando os seus Estados do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

Já foi construído um documento, que se chamou Carta de João Pessoa, da qual constam propostas para viabilizar o desenvolvimento autossustentável da região. E os principais pontos discutidos foram a criação de novos mecanismos para a distribuição de recurso para a cultura, fomento à cultura, principalmente à formação de pessoas e o incentivo à profissionalização.

Também foi discutida a viabilização do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, atingindo as cidades históricas, a integração entre todas as esferas da Administração Pública dentro desses Estados.

O fomento ao fundo e a criação do Fundo da Cultura, foram também debatidos os temas relacionados, exatamente, ao que foi repórter falado aqui da Copa do Mundo, em 2014 no Brasil, principalmente, a integração entre as quatro capitais nordestinas, Natal, Recife, Salvador e Fortaleza e as cidades não sedes, como é o caso de João Pessoa, que fica entre as cidades de Natal e Recife, podendo absorver parte desse turismo e dessas atividades.

Foram entregues também projetos de infraestrutura para a Paraíba e outros temas discutidos referente à malha aeroviária e o seu reflexo no tocante a turismo regional.

Basicamente, sintetizando, eu fiz chegar às mãos da Comissão um relatório sobre essa nossa participação. E, mais uma vez, eu gostaria de agradecer e dizer que me senti muito honrado de representá-los nesta Reunião dos Governadores e do desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Esta Presidência agradece a participação de V.Exa. nessa Fórum, que nos traz um relatório da consistência do evento e da importância do evento. E entende que esse Fórum, certamente, elenca questões e problemas, que também serão debatidos nos Fóruns que realizaremos aqui a respeito dessa importante região do Brasil, que é a Região Nordeste.

E, seguramente, o turismo se destaca com muita importância nessa região Nordeste, onde o turismo está crescendo bastante. Precisa superar as suas dificuldades, seus problemas, seus gargalos. Eu tenho certeza que a qualificação das pessoas, dos agentes, que integram o Trade Turístico daquela região, precisam muito.

E aquele projeto nós apresentamos aqui no Senado, de criação do Sistema S do turismo, vai permitir que a qualificação seja feita pela CNTur, gratuitamente.

Os cursos por lá aplicados e ela já está disposta a desenvolver esses cursos em parceria com as universidades federais, e os cursos para trabalhadores dos bares, restaurantes, hotéis, pousadas, agentes de viagem, motoristas de táxi, enfim, as pessoas que facilitam a vida do visitante, do turista em cada uma dessas regiões, esse cursos serão realizados, agora com intensidade pela CNTur, para que nós possamos

desenvolver e fazer com que o turismo no Brasil cresça, sobretudo na região Nordeste.

Senador Antônio Carlos Valadares tem V.Exa. a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu gostaria de subscrever o requerimento de V.Exa., se ainda há possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É possível sim, perfeitamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É que o trata do Fórum Legislativo nas cidades sedes da Copa do Mundo.

Eu gostaria de dizer que faço questão de subscrever esse requerimento, da autoria de V.Exa., porque a Copa do Mundo vai ser com a maior certeza, um palco demonstrativo não apenas da força do nosso futebol, como também da força do nosso turismo, das belezas imponentes que a natureza proporcionou ao nosso país.

As praias do Nordeste são um exemplo de que nós pudemos utilizá-las como fator de atração do turismo internacional. O sol, o clima, as estradas, a infraestrutura de comunicação, de energia elétrica, tudo isso compõe uma quadro bastante alentador e positivo visando o incremento do turismo na região do Nordeste.

Portanto, ao tempo em que eu requeiro a V.Exa. a assinatura, a por a minha assinatura no seu requerimento, eu quero elogiar a sua iniciativa, porque coloca o Poder Legislativo no centro de um evento esportivo, considerado o maior de todos.

O futebol, que atrai multidões, o Brasil, que é o país do futebol e conquistou a Copa do Mundo, além fronteiras, mas aqui, infelizmente, em 1950 perdemos para o Uruguai, foi uma trágica histórica trajetória da nossa seleção naquele período, naquele ano de 1950.

Precisamos então recuperar a credibilidade do torcedor brasileiro, na Copa de 2014, fazendo com que o caneco, ou seja, a Taça do Mundo, que escapou das mãos de Zezinho, de Ademir, de Barbosa e de tantos outros, possa ficar aqui no Brasil, porque o Brasil tem provado ao longo das disputas mundiais, ser o país preferido por aqueles que entendem de futebol. E, hoje, no ranking internacional, o Brasil está em primeiro lugar, seguido pelas Seleções da Espanha, e de Portugal, da Alemanha.

Mas o Brasil sempre chamando a atenção pela beleza do seu futebol, pela variedade de seus jogadores. Os nossos jogadores, quando desapontam aqui no Brasil, logo, de imediato, já são contratados para equipes internacionais da Espanha, da Inglaterra de Portugal, da Alemanha, do mundo inteiro. Uma prova de que o Brasil é um celeiro de atletas.

E, portanto, essa sua condição impar de ser o melhor no futebol, pode levar o Brasil também a ser o melhor no turismo. Meus parabéns a V.Exa., por essa iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Quando eu faço a afirmação que de o futebol está na veia, no sangue do brasileiro e que é o primeiro na preferência da população brasileira, V.Exa. revela, realmente, ao relatar esse sentimento de irresignação, de ressentimento que nós todos tivemos em perder inaugurando a Maracanã, o maior estádio do mundo. Todo mundo na expectativa de que nós fossemos conquistar copa.

E veja que coisa interessante, 64 anos depois, somente 64 anos depois. Mesmo o Brasil, depois dessa derrapada de 50, ter conquistado cinco vezes a Copa do Mundo, só agora em 14, 2014, vai conseguir sediar novamente a Copa do Mundo. É algo assim...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Importante e raro, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E com o Brasil, nos últimos 15 anos, liderando ranking mundial do futebol. O Brasil nos últimos 15 anos, oferecendo a sua experiência e o seu conhecimento com os treinadores, com os profissionais do futebol.

Hoje, o Brasil tem presença, aliás, já há muito tempo, o Brasil tem uma presença certa em vários países que buscam as cabeças, os treinadores do futebol brasileiro, para ensinar os seus nacionais de como jogar esse futebol com sucesso.

Sem contar os talentos que, Deus muito Generoso, faz com que no Brasil, brote a todo instante, em tudo quanto é lugar. E, como talento não tem lugar para nascer, tem talento que nasce até no Tocantins. Nós temos atletas do Tocantins, que brilham no cenário nacional.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V.Exa. está lembrado de Clodoaldo?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Estou lembrado de Clodoaldo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Da seleção de 70.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Estou lembrado de Clodoaldo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ele é sergipano.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Olha, aí, para orgulho de to-

dos nós, não só dos sergipanos, mas de todos nós brasileiros.

E eu queria insistir com V.Exa., que fizesse um esforço e participasse desses seminários que nós vamos realizar nas diversas Assembléias Legislativas. Nós vamos começar com o Amazonas, mas teremos os outros Estados que serão sedes.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas eu não estarei em condições, porque eu já compromisso, mas em outra ocasião já estão afixadas as datas, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós temos três datas já acertadas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Quais são as datas, por favor?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Fortaleza dia 17 de setembro, e 27 ou 28, está ainda numa dúvida se vai mudar de 27 para 28 de agosto, em Natal, no Rio Grande do Norte.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Fortaleza, depois Natal, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas V.Exa., será informada com a antecedência adequada--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Está, bom, agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --da data de todas as realizações. Eu tenho certeza que esse evento é muito significativo e importante.

Antes gostaria de submeter à votação, o requerimento que ambos apresentamos. Eu e V.Exa. estamos apresentando o requerimento, para que esta Comissão participe conjuntamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A minha assinatura é em homenagem a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É a assinatura de V.Exa. que dá consistência ao requerimento.

Nós só discutimos o requerimento, mas não votamos. Então, os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os itens da pauta, nós temos apenas um item que não tem caráter terminativo e o Relator pediu que o transferisse para a próxima reunião.

Então, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, agradecendo a participação de todos.

Sessão encerrada às 10h56.

Ata da Décima Sétima Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em Conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais em doze de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na Sala De Reuniões Nº 19 Da Ala Alexandre Costa, Anexo II Do Senado Federal.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia doze de agosto do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a Comissão de Assuntos Econômicas e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores César Borges, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Leomar Quintanilha, Romero Jucá, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Rosalba Cialini, Adelmir Santana, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Jefferson Praia, e ainda dos Senadores Augusto Botelho, Efraim Morais, Expedito Júnior, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Heráclito Fortes, Inácio Arruda, Mão Santa, Osmar Dias, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi e Tião Viana. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se as leituras das atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. É registrada a presença da Ex-Deputada Nair Lobo. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública Conjunta com a finalidade de instruir o PLS nº 174, de 2009, que "dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR", em atendimento ao Requerimento nº 40/2009-CAE e de seu aditamento, de autoria dos Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles e Leomar Quintanilha, Requerimento nº 11/2009-CDR, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e César Borges, e ao Requerimento nº 63/2009-CAS, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como convidados: Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; Sr. Moacyr Roberto Tesh Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – Contratuh; Sr. Mário Beni, Professor

da Universidade de São Paulo – USP; e Sr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista. Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. Luiz Gil Siuffo, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (representando o Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da CNC); do Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; do Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; do Sr. Moacyr Roberto Tesh Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – Contratuh; do Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo – USP; do Sr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista; do Sr. Francisco Aparecido Cordão, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, e da Sra. Léa Viveiros Castro, Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Educação Comercial – SENAC. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, César Borges, Rosalba Cialini e Leomar Quintanilha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 17ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto no dia de hoje, dia 12 de agosto de 2009.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como encontram. As Atas estão aprovadas.

A Audiência Pública conjunta em atendimento ao Requerimento de nº 40/09-CAE e de seus aditamentos, de autoria dos Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles e Leomar Quintanilha; Requerimentos de nº 11/2009, na Comissão de Desenvolvimento Regional, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e Senador César Borges e ao Requerimento de nº 63/2009 da Comissão de Assuntos Sociais de autoria do Senador Leomar Quintanilha, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado de nº 174, de 2009 que dispõe sobre a criação do Serviço Social de Turismo, SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo SENATUR.

Foram convidados o Sr. Luiz Gil Siuffo vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, da Confederação Nacional do Comércio, representando o Sr. Antonio de Oliveira Santos; o Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo, CNTur; foi convidado o Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares; o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, CONTRATUH; o Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo; o Sr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista e o Sr. Francisco Aparecido Cordão, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Eu convidaria os senhores convidados para que pudessem nos dar a honra de sentar à Mesa. São muitos os convidados, isso aqui está lembrando o evangelho, são muitos os convidados e poucos os escolhidos.

[risos]

São muitos... Não, eu quero registrar a presença do Senador Leomar Quintanilha, que é autor do projeto que cria os dois órgãos, as duas instituições, e ainda Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Saudar aqui a presença do nosso Senador Gerson Camata, do Senador Francisco Dornelles, que é um dos autores de requerimento e pedir desculpas, porque realmente eu não pensei que essa audiência... Eu pensei que ela fosse concorrida, mas não tanto, então muitos dos nossos convidados para assistir estão em pé, inclusive conterrâneos meus, eu lamento por todos, conterrâneos e não conterrâneos. Gostaria de acomodá-los, melhor não foi pensado assim, que poderíamos realizar numa outra dependência do Senado, até mesmo no Plenário.

Também quero registrar a presença da convidada, Sra. Léa Viveiros. Vamos dar início, realmente, e eu quero mais uma vez demonstrar a minha aflição pelo fato das pessoas estarem mal acomodadas aí atrás. Marconi, inclusive aí e demais, Presidentes de federações do comércio e de instituições do turismo também. Nós estamos vendo se uma sala pode possibilitar numa sala, logo vizinha, colocar um telão, não é? Porque não há... E outra coisa aqui a combinar é o tempo, porque nós temos muitos expositores, então, geralmente o tempo dado aqui é de 20 minutos, o que hoje não vai ser possível, vamos apelar para o poder

de síntese dos nossos convidados, marcando 15 minutos ou 10 minutos? 15 minutos.

Então vamos começar ouvindo a palavra do Sr. Luiz Gil Siuffo, vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, da Confederaçao Nacional do Comércio, que representa também o Presidente Antonio de Oliveira Santos.

Com a palavra S. Sa., o Sr. Luiz Gil Siuffo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, evidentemente, que tendo em vista as afazeres que todos nós temos nas outras Comissões, no meu caso por exemplo, vai ser impossível ficar aqui o tempo todo, mas eu queria aproveitar a presença do Dr. Luiz Siuffo e apresentar um voto de congratulação com a Confederação Nacional do Comércio. Eu sou piauiense e as coisas no Piauí acontecem muito devagar, mas acontecem pouco, no turismo, então, com muita dificuldade o Piauí, com o potencial turístico que possui, pouca coisa nós temos que comemorar. Pois bem, eu agora no mês de julho fui surpreendido com a obra da Confederação Nacional no Estado do Piauí, através do Presidente Valdeci Cavalcante, que se encontra aqui, é uma obra do SESC, extraordinária, um centro de convenções, Senador Dornelles, para 340 pessoas na cidade de Luiz Correia, o maior potencial turístico que nós temos. Mas nada se fazia lá, principalmente estrutura montada pelo Governo. Esse Centro de Convenções com parque... É um complexo com parque aquático com hospedagem para os funcionários da área do comércio, portanto, eu queria fazer esse registro, e esse registro é feito no sentido inclusive de estimular ações dessa natureza e me congratular com os senhores pela iniciativa que tem, de agir num Estado como o do Piauí. E a minha convicção de que o sistema unificado e fortalecido fará muito bem ao país.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. LUIZ GIL SIUFFO: Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exma. Sra. Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Exmo. Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, são as três Comissões que estão aqui reunidas. Srs. Senadores, Srs. Presidentes de federações de diversos estados do país aqui presentes.

Aproveitando, inclusive, a colocação feita pelo Senador Heráclito Fortes, eu vou citar um segundo exemplo. Aqui está sendo a maquete de um empreendimento que está sendo construído em João Pessoa, na praia mais valorizada de João Pessoa, que é próximo inclusive ao Hotel Tambaú. Evidentemente que o Estado da Paraíba, através do seu regional não teria recurso para fazer esse empreendimento, é um hotel de cinco estrelas e um hotel-escola para a formação de profissionais da área de turismo. Isso está acontecendo como acontece no Espírito Santo, como acontece em São Paulo, como acontece em Roraima, como acontece em diversos estados no Brasil, graças ao sistema nosso de distribuição da Receita entre os estados menos dotados de recursos para fazer esses empreendimentos.

Mas esta audiência, eu gostaria inicialmente de dizer, eu não vou usar o meu tempo, porque nós preferimos passar a palavra depois ao Dr. Carlos Thadeu, para que ele faça uma exposição para os senhores de um assunto que na nossa visão, na nossa ótica, é mais de ordem econômica e social do que de ordem política sindical.

Eu acho que está audiência vai tratar de um assunto que transcende o universo sindical. Este debate é sobre o patrimônio, que na realidade, é um patrimônio da sociedade brasileira e dos trabalhadores do comércio de um modo geral. Cabe à Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviço e Turismo há 60 anos gerir este patrimônio e nós temos procurado fazer da melhor maneira possível. Nós somos, inclusive, fiscalizados pelo Tribunal de Contas, nós somos fiscalizados por um Conselho Fiscal constituído de representantes não só do empresariado como dos trabalhadores, através das Centrais Sindicais, e nós durante todo este período, nós construímos realmente a presença dessas entidades em praticamente, eu diria, 90% dos municípios brasileiros. É lógico que a fragmentação proposta pelo projeto é prejudicial aos trabalhadores do comércio de bens e serviço que atuam em turismo e na prestação de serviços. Apartar a arrecadação e o gasto em turismo é contrário que o se propala, é um atentado aos trabalhadores em turismo. E mais. Por que isto? Porque esses trabalhadores deixarão de ter acesso à infraestrutura que existe, aos serviços que possibilitam prestar essas instalações e que foram construídas ao longo de 60 anos. Quer dizer, se uma parte dessa Receita fosse transferida para uma outra instituição, nós iríamos levar quantos anos para construir essas estruturas, porque é evidente que essa estrutura não passaria, essa estrutura continuaria do SESC e do SENAC. Então, na realidade isto seria realmente um desastre, principalmente para os estados pobres, os estados não autossuficientes.

O nosso sistema é mantido da seguinte forma: Existem cinco estados autossuficientes no país, com a arrecadação média de 3% nós conseguimos manter e investir em todos os demais estados do Brasil, como o caso de Roraima, por exemplo, que os empreendimentos maiores que existem nos estado, são empreendimentos do SESC e do SENAC.

Na realidade tudo isso acontece por quê? Essa Receita é retirada daqueles cinco estados que são autossuficientes, são 20% que sai para ser distribuído entre esses estados não tem autossuficiência financeira. Essa é a razão dessa distribuição, de nós estarmos em mais de três mil municípios no Brasil hoje.

Então, nós gostaríamos de dizer, por último, que é mais importante para o trabalhador, é mais importante para as pessoas que vivem no turismo e que precisam do turismo realmente, que esta unidade seja mantida. Nós temos um exemplo agora claro do que é este trabalho. Nós acabamos de assinar um convênio com a Câmara dos Deputados, e nós estamos operar através de alunos, todos os restaurantes e unidades de alimentação da Câmara dos Deputados. Ali serão preparados cerca de mil jovens por ano que vão ser colocados no mercado de trabalho.

Mas eu não vou me alongar, e vou passar a palavra, eu peço permissão ao Presidente, ao Dr. Carlos Thadeu que é um economista consagrado para que ele possa fazer uma exposição mais objetiva, realmente, do que nós estamos dizendo, da forma como nós estamos falando.

Dr. Carlos Thadeu, por favor.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dr. Carlos Thadeu, V. Sa. é muito bem-vindo, mas que o acontece é o seguinte, pela minha lista de oradores aqui, quem vai falar agora é o Sr. Nelson de Abreu Pinto.

Eu pergunto ao Sr. Nelson se quer ouvir o Dr. Carlos Thadeu ou se quer... O Sr. Nelson de Abreu Pinto, então manifestou o desejo de ouvi-lo e possibilitar que V. Exa. fale o restante do tempo e ainda uma prorrogação de alguns minutos.

Portanto, com a palavra o Sr. Carlos Thadeu, também representante da Confederação Nacional do Comércio.

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS: Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, Heráclito Fortes, Dornelles, Ministro Dornelles, Santana, todos os Senadores presentes, Gerson Camata, Quintanilha.

Bem, o Gil já falou aqui bastante suficiente eu vou só dar alguns dados mais econômicos. A minha ideia é fazer uma análise macroeconômica para mostrar que não há sentido em você separar recursos agora. Pode passar.

Bem, primeiramente todo mundo já sabe, a CNC ela engloba várias atividades que são às vezes... não podem separar essas atividades. O Gil falou muito bem, a maior parte das nossas áreas e estados dependem de entrada de recursos de outros estados, há subsídios dentro do próprio sistema, que é uma coisa muito importante. Pode passar.

Bem, nós temos vantagens econômicas, primeiramente, investimentos a mais de 60 anos. O Senador Heráclito Fortes falou aqui muito bem, investimentos fixos, infraestrutura que geram economias de escala e que geram externalidades positivas, isso que é fundamental. Que é isso? Quer dizer, quando você tem um hotel, você puxa uma loja, um restaurante, um bar, comércio, uma coisa chama a outra, poucas atividades têm externalidades positivas, e a CNC tem porque abrange muitos setores.

Bem, o outro ponto que eu acho muito importante também, é que nós temos economia de escala, isso hoje é fundamental; investimentos fixos já realizados. Então, você tem um laboratório que serve para tal escola, que serve para tal curso, então isso aí permite você ter cursos fixos unitários bem mais baixos, então há uma economia escala muito forte, fortíssima no sistema. Nós temos investimentos fixos enormes. Pode passar.

Aí mostra também a base tributária do setor turismo, que é muito baixa, por quê? Nós arrecadamos e gastamos muito mais, SESC/SENAC gastam muito mais do que arrecada. Isso mostra que tem outros setores que estão financiando o setor de turismo. E mostra a importância de você ter uma Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo. Pode passar.

Aí mostra a Receita e dispêndio com turismo do SESC, quer dizer, o SESC gasta muito mais do que recebe. Pode passar.

Aí a participação das empresas contribuintes da área de turismo. É uma base pequena, somente 3,8% de empresas contribuem, porque você tem muita informalidade e optantes pelo simples, então a base é muito pequena. Como é que essa base pequena vai fazer sustentar o resto? Vai fazer investimento de infraestrutura, externalidades positivas, economias de escalas, não vai construir isso nunca, 60 anos que você está construindo, e uma base dessa de contribuição pequena. Então não vai ter investimento fixo, vai ser uma base para financiar, base de financiadores e não a base de investidores. Pode passar.

Aí tem a participação de cada estado, vejam bem que há uma concentração bastante nos estados mais ricos. O que faz a CNC? Distribui esses recursos dos

ricos para os menos ricos. Aí mostra exatamente esse percentual, quer dizer, os estados menos ricos estão recebendo mais, porque eles não têm realmente condições de ter acesso. Pode passar.

A infraestrutura e a locação. Por exemplo, têm certos cursos, Gastronomia versus Gestão, que são cursos que têm custos diferenciados, mas com a nossa infraestrutura, você atende a esses dois cursos sem maiores problemas, porque você tem infraestrutura operacional, tem economias externas. Como eu falei aqui no começo, é um laboratório, é uma faculdade, por exemplo, que abriu de economia. Ela tem salas que estão paradas com laboratórios importantes, então você usa para outras áreas, direito e outras áreas. Então é isso que nós temos, nós temos investimentos fixos, hoje com a atual tecnologia, você pode usar para vários setores, então você tem também o seguinte: a abrangência e eficiência do sistema também, porque tem curso gratuito, nós temos parceria pública, isso aí custa caro. Pode passar.

Isso o Gil já falou. Esse quadro é importante, mostra o seguinte, emprego aqui no Brasil, no turismo, ele teve certos momentos que o emprego teve uma taxa menor de crescimento, agora as matrículas do turismo no SENAC continuaram crescendo. Nós tivemos uma taxa média de crescimento de emprego nessa época aqui de 4%, enquanto que a taxa média de crescimento na matrícula no SENAC foi de 11%, quer dizer mesmo em épocas que a economia desacelerou, o SENAC preencheu seu fator social, deu aula, abriu turmas, formou gente, isso mostra a importância das faculdades de turismo do SENAC. É um dado econômico do CAGED que mostra o curso no SENAC, a sua importância, vis-à-vis da economia brasileira. Pode passar.

O SENAC todos nós já sabemos, o Gil já falou, é realmente o portfólio o SESC também, o SENAC, isso depois... Pode passar. Também já tem vários centros etc.

Conclusões. O sistema possui estrutura produtiva eficiente, abrangente e gera externalidades positivas, isso que é fundamental. Gera economias externas, uma coisa chama outra, um hotel chama um bar, um restaurante um serviço, então isso aí não é qualquer um setor que tem. Alguns têm até externalidades negativas, o nosso é positivo. Outra, o setor de turismo se beneficia dos ganhos de escala do sistema, que é enorme, como eu já falei aqui. Outra, com a dissociação, com a separação, não seria possível construir estrutura igual. Como é que você vai construir, construir uma estrutura dessa, separadamente? Não tem como fazer, porque você não tem como gerar economias externas, ganhos sociais. Por exemplo, você tem no SESC uma série de ganhos sociais que estão ali de graça para quem faz o Curso de Turismo. Isso é um beneficio externo, é um ganho positivo.

Outro ponto mais importante, na atual conjuntura econômica com a capacidade ociosa da economia elevada, não há espaço para gastos ineficientes, esta é uma realidade. E outra, o dinheiro do SESC e SENAC, todo mundo sabe que é um dinheiro carimbado, que tem um custo de oportunidade que é a taxa de juros que nós estamos pagando no mercado, que o tesouro paga no mercado, a taxa alta. Então esse dinheiro carimbado não pode ser desperdiçado. E pior ainda, se fosse uma conjuntura econômica altamente benéfica, o país bombando, crescendo a taxas de 10, 15% ao ano, não. Nós temos capacidade ociosa, prédios vazios, temos professores que não estão dando aula e ganhando dinheiro. Então, gerar mais um espaço ineficiente com recurso que custa caro, o recurso é carimbado, como eu já falei aqui, o curso é oportunidade, é o curso de captação do tesouro no mercado. Então, nas atuais circunstâncias realmente senhores eu acho que não a melhor decisão gerar um setor separado e sim, manter o setor unido. Perfeito, Senador?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Carlos Thadeu, pela observância do tempo e tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Nossa saudação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Desculpe, Sr. Nelson, o senhor vai me permitir um aparte. Como no Plenário, na vida Parlamentar, mas eu quero comunicar que na sala nove já existe um telão à disposição daqueles que não estão bem acomodados. Mas eu sei que alguns preferem mesmo assistir ao vivo, mas aqueles que quiserem, na sala nove se dispõe de um telão para os senhores e as senhoras.

Desculpe, Dr. Nelson. Com a palavra, V. Sa.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Exmos. Srs. Senadores, Garibaldi Alves, Presidente da CAE, Senador Leomar Quintanilha, Presidente da CDR e Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da CAS. Os nossos cumprimentos especiais aos Srs. Senadores que participam dessa Audiência Pública, os nossos cumprimentos aos companheiros que estão aqui presentes na Mesa e minha saudação aos trabalhadores e empresários do comércio e do turismo que nos honram com a presença.

Meu registro inicial, enquanto nós vamos ter a oportunidade de ver um vídeo de uns quatro minutos,

Senador, eu peço autorização para entrar, a minha saudação a presença das cinco federações que integram a CNTur, nós estamos representando também a Federação de São Paulo, a FENACTUR pelo Carlos Alberto Sá, a FHORESC Santa Catarina, pelo Presidente Bresolin, Minas Gerais pelo presidente da Federação Paulo César Pedrosa e a FENERC pelo seu Presidente. Eu queria nesse momento aqui a atenção das autoridades e dos Parlamentares e dos presentes, para que a gente possa assistir este vídeo que vai dizer a verdadeira razão da CNTur apresentar ao Brasil o Sistema S integrado agora com a rede Brasil de qualificação e desenvolvimento social.

Muito obrigado, Presidente.

[exibição do vídeo]

[música]

NARRADORA: *Somos a país do futebol, somos o único pentacampeão do mundo. Somos o país que mais exporta jogadores, estamos em todos os continentes mostrando a nossa arte. Em 2014, seremos o país sede da Copa do Mundo.*

[música]

Também estamos disputando a indicação da cidade sede dos Olimpíadas de 2016, e isso pode ser só o começo. Venha com a CNTur, venha mostrar para o mundo que o destino do Brasil é ser gigante.

[música]

A CNTur já está trabalhando nisso, tanto que criou a Rede Brasil de Qualificação e Desenvolvimento Social do Turismo, uma rede nacional cooperada com as principais instituições acadêmicas de ensino do turismo no país, oferecendo cursos e treinando brasileiros para o desafio de tornar o nosso turismo um produto tão vitorioso quanto a nossa seleção.

[música]

A CNTur é oficialmente instituída. As entidades e o 'trading' do turismo já estão de mangas arregaçadas para trabalhar pelo fortalecimento do turismo brasileiro. A gestão desse negócio precisa passar para as mãos de profissionais 100% voltados para o turismo. Só assim, a CNTur vai conseguir trabalhar para um dos mais eventos da terra, a Copa do Mundo, seja um pontapé dessa arrancada. Todas as lentes do mundo estarão apontadas para cá, este será o melhor momento para mostrar que o país do futebol também é o país do turismo. Se não centralizarmos a gestão em uma entidade exclusivamente focada no turismo, corremos o sério de risco de frustrar toda uma nação.

Vamos mostrar que a alegria e o clima de festa dos 30 dias da Copa dura o ano todo, vamos mostrar nossas potencialidades e que temos competência para receber eventos desta grandeza.

[música]

A CNTur vai apoiar os profissionais, os empreendedores e os destinos turísticos nacionais, para que possam alcançar um padrão de excelência internacional até 2014.

DEPOENTE: *A copa de 2014 é a maior oportunidade em muitas décadas de projetarmos uma imagem diferente do Brasil para o mundo. Somos muito mais do que o país do samba e do futebol. Produzimos aviões, tiramos petróleo de águas profundas, lideramos a produção de combustíveis limpos e avançamos na pesquisa genética. O esforço de todos nós, Governo e iniciativa privada vai mostrar aos estrangeiros que o Brasil já chegou ao futuro.*

[música]

NARRADORA: *Todo esse esforço não será apenas para os 30 dias da Copa, esses investimentos ir ao causar transformações permanentes e duradouras para toda a região das cidades onde ocorrerão os jogos.*

DEPOENTE: *Como Ministro do Trabalho e Emprego, eu tenho consciência da importância que o Brasil terá em 2014, sediando a Copa do Mundo. Para isso nós temos que qualificar o nosso trabalhador, qualificar os nosso jovem, preparar essa grande gama de brasileiros e brasileiras que querem trabalhar para fazer a Copa do Mundo de 2014 um grande evento de sucesso no Brasil.*

Por isso nós estamos com uma parceria forte com a Confederação Nacional de Turismo para qualificar o trabalhador, para preparar ele para esse emprego que vai surgir e ser gerado em todos os Estados Brasileiros.

[música]

NARRADORA: *Acreditamos que esse mercado tem muito para crescer, já avançamos bem, hoje somos o 45º destino turístico mundial, mais de cinco milhões de turistas visitam o país por ano, deixando mais de cinco bilhões de dólares em divisas.*

Mas estes números ainda estão muito aquém do nosso potencial. O projeto da CNTur é multiplicar por dez esses números, esta é a nossa meta.

[música]

Veja, por exemplo, o caso da França. Apesar de ser quase do tamanho do Estado de Minas Gerais, só em 2006 ela recebeu 78 milhões de turistas e pretende atingir 40 bilhões de euros de Receita em 2010.

[música]

Somos o pulmão da Terra, nossa natureza é única, temos a maior floresta tropical do mundo e mais de oito mil quilômetros de costa com praias maravilhosas. Aqui o sol brilha o ano inteiro, temos calor, frio, mata, terra, mar.

[música]

A CNTur quer mostrar para o mundo que também somos um país moderno, estruturado, que podemos ter serviços de primeira classe, moderno sistema de transporte e serviço para a realização de negócios e eventos, como a Copa do Mundo do 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Vamos encantar milhares e milhares de turistas que virão para cá torcer pelo seu país de origem, e que depois irão voltar trazendo mais turistas é mais divisas para a nossa nação, eles serão os grandes divulgadores das maravilhas que temos aqui, precisamos encantar cada um deles.

[música]

Sabemos que mostrar o Brasil em toda a sua diversidade é um desafio do tamanho do nosso país, por isso temos uma instituição com foco exclusivo para o turismo.

***DEPOENTE:** Conquistar a Copa de 2014 foi algo muito importante, agora é hora de trabalhar duro, melhorar a infraestrutura das cidades, qualificar serviços, capacitar os nossos trabalhadores e provar ao mundo que além de país do futebol, podemos ser também o país do turismo.*

[música]

***NARRADORA:** A CNTur está preparada para essa tarefa e traz para si o desafio de ajudar o turismo brasileiro a se tornar uma fonte de renda ainda mais significativa no PIB nacional.*

[música]

Junte-se a nós desse desafio, vamos mostrar para o mundo por que temos tantos motivos para viver aqui no Brasil.

[fim do vídeo]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Exmo. Srs. Senadores, o objetivo deste vídeo é trazer à tona a discussão real dessa Audiência Pública. Nós tivemos aqui na abertura, a mensagem da CNC, preocupada com o futuro do SESC, SENAC, preocupada com o futuro da CNC, preocupada com que a gente possa ter uma função específica de tratar o turismo como coisa séria, independente. Eu tenho aqui um representante da Confederação Nacional da Saúde, que há oito anos aguarda a criação dos Ss da saúde, que a CNC está cuidando, alguém aqui ouviu falar a formação de enfermeiros, cursos especiais para a saúde? Alguém aqui tem conhecimento da especialização que se faz?

[manifestação da plateia]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Calma, calma, não vamos nos entusiasmar, não estamos ainda na Copa.

[risos]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Sr. Presidente, eu queria fazer uma denúncia aqui, aproveitar essas vaias do Plenário para fazer uma denúncia, que nós aqui não estamos ainda requerendo a abertura das contas da CNC, examinar mais de 100 processos que o Tribunal de Contas, examina do SESC e SENAC, nós temos diversas condenações, não estamos querendo entrar nesse nível, quando nós chegamos aqui às nove horas, Sr. Presidente, a nossa Diretoria, cerca de dez Diretores, o Plenário estava ocupado por trabalhadores preocupados em perder emprego. Dá a impressão que a CNTur, ao criar o Sistema S, vai inviabilizar o SESC/SENAC, quando é o contrário. O senhor ouviu o depoimento agora aqui do representante da CNC, fazer uma demonstração que o turismo dá prejuízo para o SENAC. Ora, se nós damos prejuízo e eles, eu vou apresentar uma tela na sequência, em que nós temos comprovação, o balancete do SENAC, que o turismo propicia mais de 50 milhões de prejuízo para o SESC/SENAC.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu já esperava isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra V. Exa. para uma questão de ordem.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Essa é uma audiência pública, que nós tivemos a oportunidade de reunir aqui, três Comissões concomitantemente, eu diria que é uma reunião de instrução para que os Srs. Senadores compreendam o que é SESC, SENAC, SENATUR, quando formar, ou se formar, e não uma reunião de denúncias. V. Exa., ao fazer a denúncia, cabe usar um foro adequado e acho que tem que usar esse foro.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu vou atender ao pedido de V. Exa.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Agora, aqui não. É uma Audiência Pública que nós estamos querendo ser instruídos para depois votarmos os relatórios, e essas instruções nós convidamos expositores dos dois lados, do lado que sugere a criação de novos serviço e o lado que hoje trata da gestão ou pelo menos do conhecimento do SESC e do SENAC. Acho que não é o momento de denúncias, não me parece o foro adequado.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: [interrupção do áudio] evidentemente não estamos aqui formalizando denúncias, haverá o momento próprio.

O que eu queria dizer ao Srs. Senadores--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De qualquer maneira a denúncia está formalizada, foi feita de maneira pública, e eu requeiro a V. Exa. as notas taquigráficas para as providências que eu acho que essa Casa tem obrigação de tomar.

[palmas]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Muito obrigado, Senador. Obrigado pelo apoio, Senador Heráclito. Eu queria, continuando se me permitem os Srs. Senadores e a Mesa, dizer que essa Audiência Pública está efetivamente ocupando um espaço da agenda do Senado que eu acho até que e é ilegítima a preocupação da CNC solicitar uma Audiência Pública para questionar a criação dos Ss, quando nós temos uma confederação patronal já consagrada por edição de atos legítimos do Judiciário e do Executivo, e que aqui no Senado, quando a Confederação Nacional do Turismo vem apresentar proposta inovadora para o país, tentando tornar o programa turismo para todos, universalizar o acesso ao turismo com políticas públicas que nós vamos colocar em discussão, para reduzir o custo do turismo em cerca de 50% para grande parte da população brasileira que hoje pelo baixo poder aquisitivo não tem acesso. A nossa preocupação em estimular o turismo interno visa fazer do turismo a principal atividade da nossa economia.

É esse o objetivo que nós queremos criar os Ss, independente do SESC/SENAC, porque a CNC não tem mais legitimidade de representar o turismo com a criação de uma Confederação do Turismo, da mesma sorte que não tem mais condição de representar os hospitais e casas de saúde com a criação da confederação da saúde.

Isso é uma evolução natural, os menores estados, os mais pobres, como foi colocado aqui pelo representante da CNC, serão os mais beneficiados com a políticas que a CNTur vai implementar dentro país. E quando nós sabemos que vai demorar 60 anos, segundo colocou aqui o representante da CNC para que a CNTur tenha a magnitude dos equipamentos que o SESC/SENAC instalou no país e que nós reconhecemos a excelência desses equipamentos, ninguém aqui veio predisposto a questionar se a CNC faz ou não faz no SESC/SENAC um brilhante papel no tocante ao comércio, o que queremos dizer é uma atividade nova, turismo, precisa ter um espaço próprio para poder ajudar o Piauí, do Senador Heráclito, de uma forma não agora ocasional como está acontecendo que a CNC se preocupou apenas agora em 2003, com a chegada do CNTur nas questão do Judiciário, é que o SENAC começou a investir dinheiro.

Eu tenho um balancete que mostra que a CNC investiu, Senador Heráclito, no Brasil 460 milhões e arrecadou 220 do turismo. Então dá um prejuízo em cinco anos de cerca de cinco milhões por ano, é essa a realidade da CNC. Não estamos questionando número, nós não teremos capacidade de ter evidentemente em um ano, dois anos, os recursos que a CNC, nesses 60 anos se apoderou da arrecadação do turismo, o que eu quero questionar é que nós vamos construir algo novo que vai ser somado ao SESC/SENAC no Piauí, em todos os estados. O Piauí ganha, que continua com o SESC/SENAC, mas vai ganhar o SESTUR e o SENATUR, que são equipamentos que não vai demorar 60 anos, porque agora nós vamos mostrar que já firmamos essa nova realidade, que é a criação--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Nelson, é só para fazer um apelo para V. Exa. concluir--

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu vou concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --porque o tempo de V. Exa. já esgotou.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Obrigado, Presidente. Então, Presidente, eu estou aqui, evidentemente, falando no espaço dos dois oradores da CNC, eu queria concluir dizendo o seguinte, a nova realidade do turismo brasileiro, e aqui o Prof. Mário Beni e o Prof. Plínio Sarti vão concluir depois o sentimento nosso, é que nós vamos poder sim, não esperar 60 anos, mas já nos próximos meses foi criada a rede Brasil de qualificação e desenvolvimento social turismo.

Quero agradecer ao Campus Acadêmico do Brasil, hoje nós temos 112 universidades, faculdades, escola de hotelarias que já nos próximos meses, nós vamos, com o apoio de um *pool* de empresas do setor da indústria fornecedora do turismo, que vai viabilizar recursos para que a gente possa fazer, realmente em cinco anos para chegar na Copa com um país organizado, aquilo não foi feito em 60.

Eu quero aqui denunciar também que o SENAC, hoje, não tem mais do que 1% da nossa mão de obra, oito milhões de trabalhadores, não chega a 1% da mão de obra formada pelo SENAC. Nós queremos formar 100% da mão de obra do turismo nacional, e nesse sentido nós vamos trabalhar junto com os trabalhadores da CONTRATUH para fazermos ações integradas: trabalhadores, empresários e o Poder Público fazendo ações modernas, para resgatar esse extraordinário atraso que o Brasil tem. Meus cumprimentos ao Presidente Lula, ao Ministro Carlos Lupi, ao Ministro Luiz

Barreto, mas é pouco o Brasil receber cinco milhões quando a França recebe 78 milhões. Nós podemos já, até a Copa, estar recebendo 10 milhões e o nosso projeto de aumentar para os 50 a vinda de visitas para o Brasil, uma realidade, e o SESC vão ser respeitados e valorizados e não se discute aqui o valor do SESC/SENAC, nem ele vai perder espaço, pelo contrário, esses 50 milhões por mês que nós damos de prejuízo virá em benefício dos trabalhadores do setor do comércio, que nós respeitamos, e principalmente em beneficio dos trabalhadores do turismo que não têm acesso e que passarão a ter, porque nós vamos trabalhar com a Confederação Brasileira dos Clubes que vai nos ceder 800 clubes, para que a gente possa ter em convênios, a presença já a partir dos próximos meses.

E o meu agradecimento ao Prof. Mário Beni, que viabilizou não em 60 anos, mas em 60 dias, nós construirmos uma rede de equipamentos para a formação profissional do turismo no Brasil, que já começa a trabalhar nas doze capitais e vamos estender isso para todas as 26 capitais do país e o Distrito Federal.

Eu queria dizer que a minha vinda aqui... Eu dizia que esta não é uma reunião para a gente levar esse açodamento na hora que eu comecei a falar, nós ouvimos atentamente, nós fomos vaiados, Senador Heráclito. Eu disse que a nossa vinda aqui--

[manifestação da plateia]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu disse aqui, Senador, que a minha vinda... Eu estou encerrando, apenas eu queria dizer que o nosso próprio foi de discutir com o Senado, as três Comissões, o que é a SENATUR e o que é a proposta nova que vai se somar com o SESC/SENAC em cada estado. Nós não vamos inviabilizar o SESC/SENAC, eles vão continuar vitoriosos, porque já são fortes e organizados. Vamos criar um sistema novo para fazer do turismo a principal atividade econômica do país, é a nossa proposta.

[palmas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É para um esclarecimento muito rápido. Eu estou aqui tomando conhecimento, tomando pé das propostas, mas eu quero, por questão de Justiça, Dr. Nelson, dizer que nem ouvi e quero crer que ninguém aqui tenha ouvido uma vaia a V. Sa.

V. Sa. fez uma pergunta se alguém tinha conhecimento de investimento na área da saúde. E aí responderam que sim. Não entendi como vaia, queria apenas deixar esse registro, já que eu fui invocado como testemunha.

[palmas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro que existe um telão na sala nove, lembro até para poder desafogar um pouco aqui a tensão.

Eu pergunto à Profa. Léa Viveiros de Castro, que é a única mulher presente nessa Mesa, se ela quer antecipar a sua fala ou não. Porque as mulheres aqui têm prioridade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Sr. Norton Luiz Lenhart, que é Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.

SR. NORTON LUIZ LENHART: Se eu entendi bem, o senhor estava antecipando para Sra. Léa, ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas ela não quis.

SR. NORTON LUIZ LENHART: Abriu mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ela é uma Democrata, não quis.

[risos]

Mas Democrata, não no sentido... É também, é?

[risos]

SR. NORTON LUIZ LENHART: Bem, Senador Garibaldi Alves, Presidente da Mesa e da Comissão de Assuntos Econômicos, demais Senadores aqui presentes, líderes empresariais que no nome do nosso vice-Presidente Gil Siuffo e em nome do Dr. Nelson Abreu eu quero cumprimentar a todos. Quero cumprimentar o Moacir Tesch e em nome dele todos os trabalhadores da nossa área aqui presente, senhoras e senhores.

Eu presido a Federação Nacional de Hotéis, entidade essa com mais de 50 anos de atividade em nosso país e que congrega mais de um milhão e 200 mil empresas e gera oito milhões de empregos neste país.

E cabe destacar, Srs. Senadores, que desses oito milhões de empregos que nós geramos, 97% tem até o segundo grau, portanto, fora das novas tecnologias. E que os cursos de capacitação profissionais são fundamentais para a geração de empregos e o nosso setor, com a empregabilidade que tem, os senhores podem ver a importância dessas escolas profissionalizantes para o nosso setor.

Quero dizer também aos senhores que coordeno a Câmara Brasileira de Turismo da CNC, a primeira entidade ou o primeiro órgão, ou o primeiro Fórum, que congrega todo o setor produtivo de turismo, as 21 maiores entidades empresariais desse país fazem parte da mesma. E aí sim, nós podemos junto, todo o turismo, trabalhar de uma forma conjunta e somente o setor privado. Pela primeira vez no país. Pela primeira vez no país parafraseando o nosso Presidente da República, nós unimos o setor privado brasileiro para discutir as questões macro do turismo brasileiro, pela primeira vez. Até então um setor muito segmentado, até porque o turismo é assim, são 52 atividades econômicas diferenciadas umas da outra que compõe o turismo, que é uma atividade extremamente complexa. Nós também coordenamos a Câmara Temática de Legislação do Ministério de Turismo, somos membros nacional do Conselho de Turismo e somos vice-presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial de Turismo. Nós somos o primeiro brasileiro a assumir tal cargo honroso dentro dessa entidade internacional. Digo isso para os senhores, para me qualificar quando estou aqui falando com os senhores. Pode ter gente que conheça turismo tão bem quanto eu, acho que mais do que eu no Brasil são poucos, sem falsa modéstia, são 30 anos de atividade nesse setor, então têm pessoas que conhecem tanto quanto eu, mas muito mais do que eu, acho difícil. Parece que eu estou sendo não modesto, mas eu quero me qualificar para apresentar as minhas razões, então por isso que eu estou fazendo isso.

Quero também dizer que respeito e muito a luta Dr. Nelson Abreu e do Bresolin que estão aqui, sãos homens que encabeçaram isso. Os nossos propósitos são os mesmos, nós queremos o melhor para o turismo do Brasil, só que os nossos caminhos são diferentes, só que a nossa proposta para chegar lá é diferente, mas volto a afirmar, respeito a luta deles.

Eu acho que nós não poderíamos abrir mão nessa discussão, de falar da representatividade de setor também. Eu acho que isso é extremamente importante para trazer subsídios ao Srs. Senadores para decidir essa questão. A Confederação Nacional do Turismo foi criada de fato pelo Ministério de Turismo, mas nós devemos lembrar que ela foi criada em cima da Portaria 186 do Ministério do Trabalho, que permitiu a criação dessa Federação e que a mesma está sendo contestada, não pela CNC, não pela CNI, não pela CNA, não pela CNT, mas por várias confederações dos trabalhadores também, que está no Supremo Tribunal Federal. Porque se essa inconstitucionalidade dessa Medida Provisória 186, essa portaria for realmente dada como inconstitucional, todas as entidades que foram criadas sobre essa base de sustentação, elas deixarão de existir. Mas isso é apenas uma parte jurídica que ainda está sendo questionada no Supremo Tribunal. Esta Confederação Nacional de Turismo, na verdade, na forma que ela foi constituída, Srs. Senadores, ela, na verdade, a Constituição dela está de hotéis, restaurantes, agências de viagens, parques temáticos e organizadores de eventos.

Para salientar aos senhores, para deixar claro, dessas entidades que eu citei, somente restaurantes, hotéis e agentes de viagem são sindicalizados, as demais não são sindicalizadas, são entidades associativas. E eu quero lembrar, dessas 23 entidades empresariais, as grandes entidades empresariais nacionais do turismo brasileiro, somente duas são sindicais. Somente duas. Uma é a Federação Nacional de Hotéis e Restaurantes, que eu presido, e outro é o Sindicato das Empresas Aéreas, e aí é a questão da representatividade.

As empresas aéreas, os transportadores terrestres, que são parte fundamental do turismo, jamais vão estar na confederação de turismo, portanto, eu questiono a representatividade dela. A Confederação de Turismo na verdade, representa parte do turismo brasileiro, que são hotéis, restaurantes e agentes de viagem, parte. Agora os transportadores jamais farão parte delas, porque já estão na Confederação dos Transportes.

E mais. Com a abertura de criações de confederações, está aí a confederação de serviços. A agência de viagem é serviço puro, organizadores de eventos, serviço puro. Será que elas ficam no turismo ou vão para a confederação de serviço? Há que se questionar a quem se interessa esse tipo de divisão? Eu tenho andado o mundo inteiro em função da organização mundial do turismo e não conheço nenhuma entidade patronal do turismo sindical. Nenhuma. Existe associativa, sindical não. E Srs. Senadores têm que atentar a isso, entidade sindical é uma coisa, associativa é outra. Entidade associativa não tem direito a voto dentro de entidades sindicais, são específicas, as sindicais, para um determinado tipo de atuação.

Então essa questão da representatividade, volto a afirmar, eu acho questionável. Vamos à viabilidade econômica das entidades sindicais.

O único meio de custeio para as entidades Sindicais está inserido no art. 8º do inciso IV da Constituição Federal, e nos arts. 578, 580, 587 e 589 da CLT, que diz que o meio de custeio das entidades sindicais é a contribuição sindical, não é Ss. Os Ss são para serviços sociais e para a formação profissional. Então o meio de custeio dessas entidades é contribuição sindical.

Vamos fazer um exercício. A contribuição sindical é dividido 5% para as confederações, 15% para as federações, 60% para os sindicatos e 20% para o Ministério, Ministério do Trabalho. Vamos pegar a minha Federação que está em 23 Estados da Federação, nós recolhemos em 2008 de contribuição sindical 1 milhão, 256 mil reais, que representa 15% do rateio da contribuição sindical nesses 23 Estados da Federação, apenas 1 milhão 258. O que foi para a CNC? 418 mil reais.

Vamos supor que eu bote dentro da Federação Nacional a Federação de São Paulo, a Federação de Santa Catarina que estão fora e as agências de viagens, e vamos duplicar esse número, vamos dizer que nós fazendo exercício grande, vamos arrecadar seis milhões de reais, estou fazendo quatro vezes mais, que o vai para a Confederação de Turismo são dois milhões de reais. Dois milhões de reais, vocês conseguem manter uma Confederação Nacional de Turismo? Seis milhões de reais dá para manter as federações estaduais no Brasil inteiro? Duvido. E se fizer... e se fizer, vão ser muito fracas. E para que nós precisamos entidades fracas?

Segundo. Bom, eu já mostrei que pela contribuição sindical realmente nós ficamos com calça curtas, evidentemente com recolhimento pífio. Como esse é o único meio de recolhimento, vamos aos Ss, que é a questão que nós estamos focando aqui. O SESC foi criado pela Lei 9853, de 46, onde destina 1,5% para serviços sociais do valor total da folha de pagamento de cada empresa. E aí foi sábio o legislador na época, porque fez com que as empresas com mais funcionários, com maior folha de pagamento, pagasse mais e as com menos pagasse menos. Muito bem. E depois veio a Lei 8.036, de 1990, onde reduziu de 1,5% para 1,2%. A do SENAC foi criada a Lei 8.621, de 46, destinando 1% para a formação profissional também da mesma forma, do valor total da folha de pagamentos.

Mas depois, Srs. Senadores, os senhores em 2006, aprovaram uma lei chamada Lei da Pequena e Micro Empresa, que teve a finalidade de desonerar a carga tributária das pequenas empresas desse país, e onde lá pelas tantas na lei diz o seguinte: "O optante do Simples Nacional, estão desobrigados a pagar a contribuição instituída pela União, inclusive as contribuições de serviço social e formação profissional vinculado ao sistema sindical". Logo após vem uma Instrução Normativa, 608 de 2006 do Ministério do Trabalho, que ratifica essa posição e explicita mais, dizendo que desobriga as pequenas e micro empresas da contribuição do SESC, do SENAC, do SEBRAE e dos congêneres, e ao mesmo tempo, eu vejo pelo IBGE de 2008, dizendo que as pequenas e micro empresas são vitais para o mercado de turismo e representam 97% do setor, é o IBGE que está dizendo. Se as empresas de turismo representam 97% do setor, senhores, de onde nós vamos arrecadar os Ss? E eu também vou fazer um exercício aqui, vamos pegar os hotéis, os restaurantes e as agências de viagem que na verdade hoje sãos sindicais que estão dentro dessa confederação de turismo. Nós somos mais de um milhão de restaurantes, em torno de 60% na informalidade, desses que estão na formalidade não alcançamos 12 ou 13 mil restaurantes que têm lucro presumido ou lucro real, o resto está tudo na informalidade. Nós somos 26 ou 27 mil meios de hospedagem no país, não chega a sete mil que é lucro presumido e lucro real. Nós somos em torno de cinco a seis mil agências de viagens que não tem dez empresas no país com lucro real ou lucro presumido. Então nós estamos falando num universo de 18 mil empresas que vão arrecadar os Ss no Turismo. É bem verdade que é deficitário os Ss no Turismo na CNC, e por isso nós não podemos sair da CNC porque ela nos dá essa condição.

Eu quero finalizar, perguntar os Srs. Senadores se é possível o setor empresarial brasileiro da área de turismo abrir mão de 458 unidades escolares, sendo que 355 a para educação profissional em nível médio, superior e pós-graduação do turismo e hospitalidade. Se é possível nós abrirmos mão de 70 unidades móveis, sendo 21 só para o turismo. Se é possível nós abrimos mão de uma formação de dois milhões e 200 mil pessoas em 2008, sendo que só no turismo 147 mil 681 nos últimos seis anos, 846 mil, 694 pessoas formadas pelo SENAC.

Se é possível nós abrirmos mão de 244 tipos de cursos de turismo, eu posso citar aqui para vocês: formação inicial continuada, aprendizagem de ajudante de garçom, de office-boy, agências de viagens, camareiras, churrasqueiros, cozinheiros, gestor de turismo, organizadores de eventos, monitores recreativos. De educação profissional técnica de nível médio: técnicos em eventos, guias de turismo, não é só em hotéis e restaurantes, açougueiros, churrasqueiros, enfim.

Se é possível nós abrirmos no curso superior, bacharelado em hotelaria, tecnologia em hotelaria, tecnologia em gastronomia, administração e organização de eventos pós-graduação de Administração de empresas, de hospedagem, de alimentação coletiva. Se é possível nós abrimos mão de seis hotéis-escolas e alguns dos maiores níveis no mundo, como é de São Paulo, de Águas de São Pedro, de restaurante, lanchonetes e confeitaria escola.

Estamos em 2500 municípios desse país, e graças a essa capilaridade do SENAC, nós estamos conseguindo implantar talvez o projeto mais importante do

turismo brasileiro, que é a regionalização do turismo, porque quem conhece o turismo sabe que o turismo nasce é nos municípios e no estado. E tu só podes fazer isso se tu tiveres capilaridade e nós, o SENAC, tem.

Como é, senhores, que os nossos trabalhadores podem abrir mão de 42 colônias de férias é hotéis com 17 mil, 501 leitos, onde a tarifa média é 39 reais com café da manhã e 50 reais para pensão completa. Isso é turismo social, senhores, que há muitos têm no país e é exemplo para o mundo. Como é que nós podemos abrir mão de dois milhões, 940 mil, 370 pessoas atendidas no turismo social? De 27 milhões de atividades educacionais, culturais esportivas e de saúde, de 174 escolas de Educação Infantil, ensino médio e fundamental, de 192 consultórios médicos, de 930 gabinetes odontológicos, 50 unidades móveis odontológicas, de 232 cinemas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dr. Norton...

SR. NORTON LUIZ LENHART: De 200 teatros... Já estou concluindo, Sr. Senador, de 262 bibliotecas, de 147 restaurantes e 211 lanchonetes para alimentação do trabalhador. Desculpe, senhores, o nosso setor não pode abrir mão disso. Nós não podemos começar do zero, volto a afirmar com todo o respeito que eu tenho pela luta do Dr. Nelson Abreu, pelo pessoal da Confederação do Turismo, nós não podemos abrir mão disso, mais avizinhando uma Copa aqui, uma possível o Olimpíada, eu acho, Srs. Senadores, e a decisão não cabe a mim, não cabe ao Dr. Nelson, nem ao Dr. Antônio de Oliveira Santos, a decisão cabe aos Srs. Senadores, se nós devemos encerrar todas as atividades que eu citei aqui agora em prol do turismo e iniciar do zero numa Confederação de Turismo.

Então, senhores, está com os senhores esta responsabilidade. E eu quero agradecer a presença, novamente dizer dos meus respeitos por todos e de posição de todos. Eu como democrata respeito a posição de todos, mas tenho a minha posição, tenho o meu caminho e acho que o caminho do turismo brasileiro passa indiscutivelmente pela Confederação Nacional do Comércio, pelo SESC e pelo SENAC. Obrigado, senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Norton Luiz Lenhart e concedo a palavra ao Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Primeiro--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): São oito convidados, já falaram apenas três?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Falaram três.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E já são 11h40.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): 11h40.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É importante que pudesse dar uma agilidade e condensar mais as palavras, para que a gente possa participar também.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu faço um apelo, dentro do que a Senadora Kátia Abreu colocou, para que os expositores possam conter a sua exposição no tempo determinado, que são 15 minutos e há uma campainha, infelizmente a campainha está muito discreta, quase ninguém está ouvindo.

Desculpe, com a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ela foi acionada alguma vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi. É tão discreta que V. Exa. não ouviu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Realmente eu não ouvi.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Vamos lá. Vamos tentar trabalhar nos meus 15 minutos aqui.

Primeiramente eu gostaria de cumprimentar o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente de Sessão, gostaria também de cumprimentar o Senador Aldemir Santana, Presidente da FECOMÉRCIO, Senador nosso aqui na sua pessoa e na pessoa também do Senador Leomar Quintanilha, os Senadores aqui, a Senadora Kátia Abreu, na sua pessoa, as mulheres aqui presentes. Gostaria também de cumprimentar os nossos dirigentes sindicais e trabalhadores representando pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo, companheiro Roussel, Presidente da Federação de Turismo de Tocantins e de Goiás, na sua pessoa eu gostaria de cumprimentar os trabalhadores aqui presentes. Eu gostaria também de cumprimentar o professor Mário, representante das universidades e na sua pessoa eu gostaria estender a toda a Mesa aqui presente.

Imagine só, um peão trabalhador no meio de uma guerra de gigantes dessa que está nessa Mesa aqui, não está nada fácil, mas a exposição que eu vou colo-

car é única e exclusivamente, gostaria de deixar bem claro, na visão de trabalhador, de peão, das pessoas que estão envolvidas no processo da qualificação de mão de obra, que essas duas entidades, uma tem e a outra está pleiteando. A nossa confederação, ela tem uma participação ativa na área de turismo dentro do segmento, inclusive fazendo parte do Conselho Nacional de Turismo representando os trabalhadores.

A nossa vida dentro do movimento sindical está sendo tentado de todas as formas representar o trabalhador da melhor maneira possível, sempre que nos convidam, nós tentamos estar presentes. E a participação nossa na área de turismo vem há alguns anos, nós podemos voltar um pouquinho atrás para ver mais ou menos como é que a gente começou a construir o que hoje no Brasil a gente trabalha tanto para esse desenvolvimento do turismo.

Eu gostaria inclusive nesse primeiro encaminhamento, fazer uma homenagem muito especial ao nosso companheiro Vades, que aqui está presente, o professor Mário Beni, os Senadores que estiveram presentes no primeiro CEBRATUR que foi realizado, que foi o Congresso Brasileiro de Turismo, que foi feito em Goiás. Naquela oportunidade serviu de base para que se fosse levantado todos os gargalos que segurava o turismo a nível nacional. E tenho absoluta certeza que dentro desta sala aqui tem muita gente que participou dessa agenda única do turismo, que foi criada 05 e 07 de dezembro 1999. Após essa primeira CEBRATUR, já foi realizada mais dez, nós estamos no 11º. Nessa oportunidade, entre diversas questões que foram levantadas e levantadas em nível de gargalos, em que hoje inclusive serve, inclusive, foi entregue ao Presidente Lula para dar o norte do turismo a nível nacional, inclusive pela CNC foi entregue esse documento numa oportunidade no CEBRATUR, aonde que nesse momento, que foi construído por toda a sociedade, por trabalhadores, por empresários, pelo mundo político, pelas universidades, por todo o segmento que foi feito, lá trazia que nós necessitávamos criar um SESTUR e um SENATUR.

Nesse momento, não era oportuno e nem estava se discutindo qual seria representado, mas para o turismo desenvolver se fazia necessário criar um S especificamente para o turismo. Nós, trabalhadores, não queremos entrar no detalhe, da discussão de números, de valores, se é importante, se tem condição de sobreviver ou não. O que nós, trabalhadores, necessitamos, e necessitamos muito, para ajudar este Brasil a crescer é escola. Nós precisamos de escola. Nós não precisamos de hotéis de cinco estrelas, nem de quatro e nem de três. Nós precisamos de escola. E escola se faz de formas muita vezes muito simples, é só verificar uma das melhores faculdades aqui no Brasil que tem, de escola de hotelaria, que tem renome da escola, que é a Faculdade Castelli no Rio Grande do Sul. Quem a conhece sabe muito bem do que eu estou falando, e o próprio Prof. Mário Beni que está aqui presente, tem absoluta certeza que nós, os trabalhadores, precisamos é de escola e escolas que nós tenhamos acesso, porque os preços lamentavelmente que nos colocam, ou seja, o Norton foi muito feliz inclusive da relação de cursos que o SENAC oferece, e é muita coisa mesmo, só que o preço que é cobrado do trabalhador para ter acesso a esses cursos é impraticável. É impraticável até porque salário que nos pagam deixa muito a desejar para a gente ter acesso a esse trabalho. Possivelmente os custos desses cursos que são oferecidos, talvez eu não vou entrar em detalhe que eu não planilha e nem é a minha objeção e nem minha intenção. Talvez sejam custos sérios e honestos, acredito eu que seja, mas nós trabalhadores que ganhamos um pouco mais que um salário mínimo não temos condição de bancar esses cursos para qualificação.

Me permita, eu tive a necessidade inclusive de verificar e recorrer aos cursos do SENAC que se fazem e eu gostaria de, me permita, Senador Almir, que inclusive é do SENAC aqui do Distrito Federal, em que traz na área de hospitalidade e lazer: Camareira, investimento 420 reais; culinária básica, investimento 150 reais; garçom básico, investimento 400 reais; organização de eventos, 480 reais; padeiro e confeiteiro, 850 reais. Para quem ganha um pouco mais que um salário mínimo fica difícil fazer essas qualificações. Salgadeiro, 500 reais; segurança e manipulação de alimento, 85 reais. Tem cursos, sim, gratuitos, mas são mini cursos, são mini cursos, inclusive é o que traz na tabela.

Eu imagino então, até porque eu acho que o SENAC, ele trabalha no mundo do comércio, em todos os segmentos do comércio, até então, eu acho que ele faz bastante pelo Brasil. Mas eu acho que se nós tivéssemos um S especificamente da área de turismo, o tratamento poderia até ser com menos custos, mas se for gerenciado com qualidade, com desenvoltura, com capacidade de criação, eu acho que nós teríamos condição de melhorar a nossa escola.

Nós temos aqui também outros valores, este aqui é de São Paulo que eu peguei, custo de graduação Tecnologia em Gastronomia, mensalidade 1.665 reais; bacharelando em hotelaria, mensalidade 1.002 reais; Tecnologia em hotelaria, mensalidade 519 reais; bacharelando em hotelaria, período integral, mensalidade 1.780 reais; bacharelando em turismo, mensalidade 845 reais. Tenho outros valores aqui, inclusive de pós-graduação e coisa e tal. Também tenho valores de turismo, Agentes de Implantação de Gestão, 520;

recepção de hotel, 360; secretaria de eventos, 489, certo? Gestão de turismo sustentável, 15 de 580. Esses valores, me perdoe, senhores, não é para peão. Para peão que ganha 800 reais, mil reais, ele não consegue sustentar a sua família e fazer esse tipo de coisa.

Por isso que nós dizemos, nós não temos interesse nenhum de A ou B, o que nós necessitamos é qualidade de ensino e com muitas vezes simplificidade. Nós temos em nossos sindicatos, nós temos em diversos sindicatos nossos que faz a qualificação de trabalhador com valores bem menores do que esses valores aqui e tem empregabilidade. Além disso, não recebe um tostão sequer de financiamento, a não ser a sua contribuição sindical e a taxa assistencial que é cobrada.

Foi colocado também nessa Mesa, eu gostaria só de deixar claro que tem a representação inclusive das Centrais Sindicais na parte da administração dos Ss do comércio. Lamentavelmente nós só conseguimos essa participação graças a um posicionamento político do Presidente Lula, caso contrário nós não teríamos, e até hoje desde que foi implantada a participação das Centrais Sindicais na família S, nós não conseguimos ter um representante de qualquer central que seja, dentro da administração.

Enquanto o SESI, irmão do S do comércio, há muitos anos tem a participação dos trabalhadores, inclusive tendo um trabalhador, que é o Jair Meneguelli, que foi Parlamentar inclusive da Casa, que hoje é o Presidente da família S.

Nós queremos deixar o nosso apelo e por que nós defendemos a questão do S dentro do turismo? Pode ser menor, não nesta dúvida, mas que seja voltado exclusivamente para o turismo.

Quando uma família, quando um pai e uma mãe têm diversos filhos, que você não dê carinho a todos, mas você tem que dividir, e a família dentro da família S, dentro do comércio, a família é muito grande e ela tem que dividir um pouquinho para cada um, sendo que da forma que se encontra, nós criássemos o nosso S, da forma que foi sugerido lá em 1999, que não foi proposta, nem da CONTRATUH, eu tenho absoluta certeza, aliás pode ter até sido participante dessa discussão, dessa proposta, mas foi construída com todo o segmento do turismo, nós teríamos já talvez uma melhor qualificação.

E para fechar, para não utilizar além do meu tempo, eu faço um apelo à instituição A ou a instituição B, que nós, os trabalhadores, estamos nesse meio que nós não sabemos para onde que nós vamos, mas que olhe com carinho a nossa qualificação e não tire o nosso sangue, porque o trabalhador que já está desempregado, o trabalhador que já perdeu o emprego, ou então o trabalhador que tem o salário um pouquinho acima do salário mínimo, com esses valores que são nos cobrado, nós não temos condição de pagar, não temos condição.

E daí nós estamos com a Copa agora, 2014, e não adianta nós construir hotéis, colocar bom transporte, colocar uma estrutura, construir belas arenas, mas se nós não tivermos a qualificação do trabalhador adequada, porque o turista quando vir aqui, ele não vai ter o contato direto, ele não procurar quem é o dono do empreendimento. O contato dele vai ser aquele peão que vai carregar a mala, vai ser aquele peão que vai servir a sua mesa, quem vai arrumar a sua cama, quem vai recepcionar no aeroporto e assim por diante.

Então eu peço aos empresários aqui presentes e a todos os senhores Parlamentares, olhe com carinho o trabalhador, nós não precisamos de esmola. Nós não precisamos de esmola, mas nós queremos decência e condição de igualdade com o filho do rico, até porque, discute-se muito na questão, nas faculdades, a questão da bolsa e coisa e tal. Talvez o número reduzido deveria ser as bolsas aos ricos e não os pobres. E nós, a maioria dos trabalhadores somos pobres.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Moacyr Roberto, sobretudo pela observância do tempo. E concedo a palavra... [soa a campainha] Olha aí, a campainha tocou agora.

[risos]

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Ganhei 30 segundos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Sr. Francisco Aparecido Cordão, que representa aqui o Conselho Nacional de Educação.

Eu quero comunicar que o Sr. Norton Luiz Lenhart pede desculpas, mas vai ter que ausentar para fazer uma viagem em função de um compromisso já assumido. Agradeço a V. Sa. sua exposição, sua participação.

Com a palavra o Sr. Francisco Aparecido Cordão.

SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO: Bomdia a todos e a todas. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa de trabalhos, integrantes desta Mesa de trabalhos, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu estou no meu terceiro mandato no Conselho Nacional de Educação, eu já desempenhei dois mandatos do Conselho Nacional de Educação, onde presidi a Câmara de Educação Básica em três oportunidades

e fui também do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e tenho quase 40 anos de trabalho na área da educação profissional.

É um prazer estar participando nesse momento desta Audiência Pública das três Comissões sobre criação de novas entidades privadas do serviço social e de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical nos termos do art. 240 da Constituição Federal. A seguinte, por favor.

Inclusive na tela tem também o meu e-mail, que poderá ser consultado, caso os Srs. Senadores ou demais integrantes queiram fazer alguma consulta. O seguinte, por favor.

Bom, o Projeto de Lei que trata da criação do SESTUR e do SENATUR, no meu ponto de vista ele representa duplicação de estruturas administrativas para atender aos mesmos fins. Evidentemente, Srs. Senadores, com maior custo para a sociedade. Eu vou pular os dados estatísticos aqui, já foram feitos referências pelo Dr. Norton, em nome da preservação do tempo. [soa a campainha] Essa campainha não é para mim não, não é?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, essa campainha é também para pedir silêncio.

SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO: Está ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Sa. só vai ter esse pedido daqui a mais algum tempo.

SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO: O afastamento do sistema CNC, SESC e SENAC da área de turismo e o hospitalidade, entendo eu, poderá promover a descontinuidade desse trabalho a que já fez referência o Sr. Norton, de promoção social e qualificação profissional para o setor de turismo e hospitalidade.

A ideia de criação de novos serviços sociais de turismo representa, do meu ponto de vista e da minha experiência de 40 anos na área da educação profissional e de atuação no Conselho Estadual de Educação de São Paulo e no Conselho Nacional de Educação, um retrocesso em relação ao dinamismo e à competência dos atuais trabalhos sociais e educacionais desenvolvidos por SESC e SENAC.

O SENAC hoje tem inegavelmente as melhores escolas de hotelaria e turismo do Brasil e talvez até da América Latina. Agora, o SENAC desenvolve marcante programação em turismo e hotelaria desde a década de 70, 60, finzinho de 60, começo de 70. Agora, manter essa programação de turismo e hotelaria, programação pujante com crescentes níveis de qualidade, claro que exigiu investimento pesado. Investimento pesado no desenvolvimento de *know-how*, no desenvolvimento de tecnologia específica para essas atividades de ensino, produção de material didático, instalações e equipamentos como os nossos hotéis e restaurantes-escola, mas especialmente formação de docentes, este é o grande nó na educação profissional e que exige muito investimento, exige muita seriedade. O SENAC nesse tempo para aprimorar os seus recursos humanos e desenvolver tecnologia, fez convênios com entidades internacionais, como Organização Internacional do Trabalho, universidades como Cornell, como Jean Drouant de Paris, como escola de Lausanne na Suíça, etc. Quer dizer, hoje com essa experiência, o SENAC cobre praticamente toda a estrutura ocupacional dos setores de turismo e hospitalidade, com programações estruturadas segundo itinerários formativos, quer dizer, que possibilitam contínuo e articulado aproveitamento de estudos de um curso para o outro, da formação inicial para o técnico e assim por diante. Com programações que objetivam, com essa organização por itinerários formativos, atender as necessidades de profissionalização dos trabalhadores na área de turismo e hospitalidade e nas demais áreas atendidas pelo SENAC, desde os níveis básicos da qualificação até os níveis superiores de graduação é pós-graduação.

Em decorrência de um acordo de comprometimento da gratuidade que foi recentemente celebrado no mês de julho do ano passado, entre CNC, coordenada pelo Dr. Antônio de Oliveira Santos, SESC, SENAC e os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, coordenado especialmente pelo Ministro Fernando Haddad, o SENAC tem ampliado de maneira significativa o seu atendimento a jovens das camadas mais pobres da sociedade, inclusive os trabalhadores a que fez referência o Moacir Tesch, que me antecedeu.

O SENAC hoje, ele é reconhecido nos âmbitos nacional e internacional, inclusive dando assessoria para países que necessitam incrementar sua programação na área da educação profissional como uma instituição de excelência, na formação de profissionais para turismo e hospitalidade para todos os níveis da sua estrutura ocupacional. Estão aí os hotéis-escola para referendar esta afirmação.

A atuação do SESC e do SENAC nos campos do esporte, do lazer e da educação profissional, foi falado isso no início desta Audiência Pública, essa atuação é de fundamental importância para adequada preparação do Brasil para a Copa de 2014, Olimpíada em 2016, por conta de toda a capilaridade que o SENAC e o SESC têm na sua atuação em todo o território nacional.

Eu queria me referir especificamente ao acordo CNC, SESC, SENAC de comprometimento dos recur-

sos com gratuidade, que foi acertado entre a Federação, o SESC, o SENAC e os Ministérios da Educação e do Trabalho sob coordenação do Ministro Fernando Haddad e do nosso Presidente, o Antônio de Oliveira Santos e o nosso Ministro, Fernando Haddad e também o Ministro do Trabalho.

Primeiro, comprometimento de parte dos recursos líquidos do SENAC com oferta de vagas gratuitas em cursos de formação inicial e continuada e de educação profissional técnica de nível médio, a partir de 2009, evoluindo anualmente até se chegar em 2014, com o comprometimento do total de 66.6%. Na seguinte projeção: em 2009, 20% dos recursos líquidos do SENAC com gratuidade, já implantado. Em 2010, 25%. Em 2011, 35%, em 2012, 45%, 2013, 55%, e em 2014, 66.6%, quer dizer, 2/3 dos recursos do SENAC serão utilizados para vagas gratuitas em cursos de formação inicial e de técnicos de nível médio. Isso representa um inegável ganho para os trabalhadores. E em relação ao SESC, é firmado similar compromisso de aplicação de um terço da receita líquida em educação, educação básica, educação continuada, ações educativas desenvolvidas nos demais programas, destinadas especialmente a estudantes da educação básica, na seguinte escala, também: Em 2009, 10% da receita líquida, em 2010, 15%, 2011, 20, 2012, 25, 2013, 30 e 2014, 33.3, destinando-se essa programação a estudantes da educação básica de baixa renda.

Esse acordo CNC, SESC, SENAC de comprometimento dos recursos com gratuidade, firmado com os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, o programa do SESC/SENAC de comprometimento de gratuidade destina-se essencialmente a pessoas de baixa renda. Na condição de alunos ou egressos da educação básica prioritariamente alunos ou egressos da educação básica pública e trabalhadores, seja empregados, seja desempregados, priorizando aqueles que satisfazem as duas condições, de aluno e de trabalhador.

O SENAC se compromete a utilizar a metodologia dos itinerários formativos como princípios de educação continuada para a oferta dos seus cursos e programas de educação profissional, como eu já disse, propiciando contínuo e articulado aproveitamento de estudos, porque como todas as programações estão centradas no desenvolvimento de competência profissional, porque quem procura o SENAC, procura desenvolver competência profissional para um exercício profissional competente. Entendido competência profissional como aquela capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores para responder aos desafios do dia a dia da vida pessoal e da vida profissional. Isso interessa aos trabalhadores, isso interessa aos empregadores, isso interessa a toda a sociedade brasileira. E organizando esses cursos por itinerários formativos, competência profissionais desenvolvidas num curso de formação inicial e continuada poderão ser aproveitados para um curso técnico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento dos estudos pela organização da educação profissional em termos de educação inicial e continuada, obedecendo o princípio da última resolução da OIT, a resolução 195 da OIT de aprendizagem permanente. [soa a campainha]

O SENAC se compromete a utilizar a metodologia de itinerários formativos, os departamentos nacionais do SENAC e do SESC farão avaliações periódicas que subsidiam, subsidiarão permanentemente o acompanhamento dos resultados dos programas SESC e SENAC do comprometimento da gratuidade. Os próprios regulamentos dos SENAC e do SESC, Srs. Senadores, foram alterados com o objetivo de fornecer condições legais e regulamentares para o fiel cumprimento do protocolo de comprometimento de gratuidade. E a ação articulada em SESC, SENAC tem propiciado importante atendimento para os trabalhadores de todos os níveis de escolaridade, tanto na educação de jovens e adultos, na formação inicial e continuada, quanto na educação técnica e na educação superior, dentro da estrutura da educação nacional.

Para concluir, ficar dentro, eu sei já terminou o tempo, para concluir nós atendemos, especialmente na área da educação de jovens e adultos e na educação profissional, mas também atuamos na educação básica, por exemplo, o SESC tem uma escola de excelência de ensino médio no Rio de Janeiro, tem escola em Goiás, em Roraima em outros estados. O SENAC tem um trabalho exemplar tanto na educação profissional da formação inicial, técnico e tecnológica, mas também um Centro Universitário em São Paulo, por exemplo, e faculdades em outro sete Unidades da Federação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Francisco Aparecido Cordão, do Conselho Nacional de Educação.

E concedo a palavra ao Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo, da USP.

SR. MÁRIO BENI: Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Assunto Econômicos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem. Será que seria possível distribuir aos Srs. Senadores, depois essas apresen-

tações que foram feitas aqui na Comissão? Providenciar isso, porque são muito ricas para definição de futuros votos?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão, vamos pedir ao Gonzaga para providenciar.

Com a palavra o Sr. Mario Beni.

SR. MÁRIO BENI: Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Qual é a razão de um Professor Titular da Universidade de São Paulo estar presente, muito honrado, a esta egrégia Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal?

Convidado pelo Dr. Nelson, nosso Presidente da Confederação Nacional de Turismo, aceitei a incumbência de organizar a Rede Brasil de Formação e Desenvolvimento Social do Turismo.

Ao longo... Eu não quero... Quero apenas dizer, pena o Norton não está presente, ele se qualificou, na verdade era preciso, retificar um pouco, ele não o segundo ou o primeiro brasileiro a presidir ou ser vice-presidente de uma Comissão, ou de um Conselho da Organização Mundial de Turismo, na verdade o antecedeu, Caio Luiz de Carvalho como Presidente da Comissão de Relações Internacionais, este professor que vos fala, como Presidente da Comissão de Ética, representando as Américas na Organização Mundial de Turismo, e agora ele. Portanto, eu estou no Conselho Nacional de Turismo por indicação pessoal do Presidente da República por notória especialização, indicado que foi pela minha Universidade.

Turismo pressupõe, para o seu desenvolvimento, atitudes e ações de interdisciplinaridade, de transdisciplinaridade e acima de tudo de transversalidade, portanto de ação obrigatoriamente conjunta e integrada no seio do próprio Governo e do setor privado.

Nós acreditamos, e por acreditar nisso estou aqui, que o sistema de parceria com a iniciativa privada é a única solução a médio e curto prazo, para enfrentar a escassez pública de recursos financeiros disponíveis. Portanto, é fundamental destacar que estamos vivendo tempo de transformações, isto é, passando de um modelo burocrático, prestador e concessionário de serviços a um modelo empreendedor, de corresponsabilização solidária a que o Estado deve prestar a colaboração em conjunto com as empresas privadas e organizações sociais.

Eu, em nenhum momento, deixei de reconhecer e reconheço os relevantes serviços prestados pelo SESC e pelo SENAC, e tenho provas disso dos meus companheiros do Conselho Nacional de Turismo, de membros da Diretoria do SENAC Nacional, quantas vezes fui ao microfone para defender o SENAC, que à época teve várias das suas atribuições tiradas ou eventualmente afastadas pela então, que surgiu como a grande capacitadora de turismo no país, que à época presidia uma das Comissões do Ministério do Turismo, que foi aquele serviço que nós todos conhecemos, que acabou não se desenvolvendo e não oferecendo ao país aquilo que se propôs e eu fui um dos primeiros, no momento, a defender esta posição do SENAC, e mantendo o SENAC na Presidência dessa Comissão. Portanto, é essa visão arguta, interdisciplinar do turismo, obriga-nos a rever instrumentos de pesquisa, de investigação e o próprio processo de formação profissional em turismo. Eu me referia ao IH, Instituto de Hospitalidades, que todos conheceram e que reivindicava no Conselho Nacional de Turismo esta posição de formador nessa área de turismo.

Então, eu respeito e conheço quando ouvi agora o Prof. Francisco Cordão, que reputo uma das mais brilhantes cabeças do Conselho Federal de Educação, e na qualidade de representante do Conselho Federal de Educação, me parece que ele foi convocado, ainda que tenha defendido, e eu concordo com ele, o plano de capacitação e qualificação do SENAC, eu me recordo, meu caro Prof. Cordão, que o Ministro Haddad, nosso colega, meu colega da Universidade de São Paulo, estranhou o modelo, o Projeto Pedagógico que tinha sendo praticado pelo Sistema S da CNC, tanto isto é verdade que propôs, foi ele, Ministro Fernando Haddad, que propôs ao Sistema S, a SESC e ao SENAC, este modelo que o colega apresentou aos Srs. Senadores. Portanto, partiu do Ministério da Educação, está aqui uma entrevista do próprio Senador Adelmir Santana se referindo a isso, está aqui, ele mostrando efetivamente que o Fernando Haddad criticou o Sistema S: “Ministro acusa o Sistema S de não ser transparente e de não oferecer cursos que tenham impacto na vida profissional dos trabalhadores”.

Muito bem, o que eu quero dizer e que nos levou a identificar-se com este programa do Conselho Nacional de Turismo, foi a possibilidade concreta de democratizar o acesso à capacitação profissional à população de baixa renda. Eu acho que o Moacyr colocou muito bem o sentimento dos trabalhadores que não conseguem ter acesso a estes cursos, inegavelmente muito bem organizados e preparados pelo Sistema S da CNC, mas que não permitem, pelo valor e pelas taxas cobradas, o acesso aos mesmos. Portanto, esse programa de Qualificação e Desenvolvimento Social do Turismo é uma programa da CNTur, voltado para modernizar, capacitar e qualificar profissionais para atendimento nas diversas áreas que compõem o sistema de turismo. Inicialmente a atuação deverá ser priorizada para as 12 capitais que receberão os jogos

da Copa do Mundo de futebol, devendo, no entanto, ser estendida para os 27 Estados e Distrito Federal, com previsão de atender mais de 500 mil trabalhadores até 2014. Denominamos esse programa em conjunto e com audiência dos nossos parceiros nos estados, de Programa Construindo Competências para Competitividade dos Destinos Turísticos, que consiste numa série de cursos com foco no receptivo, na hotelaria, na gastronomia, na organização de eventos, taxistas, guias turísticos, cursos modulares de língua espanhola e inglesa, inglês instrumental, gestores em geral, cuja previsão do início será desenvolvida pelas parcerias da rede em todos os estados.

Eu quero dizer que, durante esses 40 anos de exercício da docência, eu percorri cada um desses estados, e muitas destas universidades, desses centros universitários que hoje integram a nossa rede de formação e capacitação em turismo, elas são dirigidas por aqueles que um dia passaram pela Universidade de São Paulo, que um dia fizeram programas de mestrado, de doutorado, que se qualificaram efetivamente para a educação, seja ela educação básica para o turismo, como pela educação superior.

Então nós temos hoje rigorosamente no Acre a UniNorte, em Alagoas a Universidade Estácio de Sá, no Amapá a Faculdade SEAMA, no Amazonas o Ciesa, na Bahia a Factur, que foi a primeira faculdade de turismo da Bahia, no Distrito Federal a UPS, no Espírito Santo a Estácio de Sá e assim por diante, todos os estados brasileiros têm um parceiro que está em conjunto, e isto é importante, em conjunto com a CNTur, discutindo este Projeto Pedagógico de formação e capacitação profissional, para desenvolver de acordo com as necessidades do momento.

Eles vão ser oferecidos em convênio com essas universidades públicas e privadas, instituições educacionais de todos os estados, abrangendo desde a qualificação de mão de obra básica até a extensão especialização de nível superior, de acordo com pesquisas que revelem as carências, as necessidades específica de cada estado, não há um modelo para todo o território nacional, nós mandamos um programa básico, mínimo, abrangendo todos esses níveis para o início de uma discussão, e cada estado terá um programa voltado para sua realidade social, econômica e etc.

Então, para concluir, o objetivo maior da qualidade do desempenho do turismo no país por meio de empresas que compõe efetivamente a cadeia produtiva do turismo, como agências de viagem, hotéis, apart-hoteis, todos os meios de hospedagens, restaurantes comerciais, etc., ou seja, aqueles segmentos que fazem parte da representação nacional específica da CNTur em nível, definidas pelo ato do Ministério do Trabalho e Emprego.

E é importante que o diferencial da gratuidade da certificação no sistema do turismo, dos estágios e da empregabilidade do turismo, foram preceitos importantes que orientaram toda esta concepção da rede. E é exatamente isso que estamos discutindo com os nossos parceiros, ou seja, a empregabilidade... [soa a campainha] Concluindo, Sr. Presidente, a empregabilidade no setor do turismo, os estágios, a capacitação e a certificação profissional e a gratuidade para aqueles cursos básicos.

Eu creio que foi exatamente por isso que nós acreditamos que é possível se ter, sim, uma nova opção, um novo caminho, e é isso que nos inspirou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Prof. Mário Beni, da USP. E concedo a palavra a Sra. Léa Viveiros de Castro. Ela é professora de educação profissional--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Diretora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diretora. Desculpe. Está escrito...

SRA. LÉA VIVEIROS DE CASTRO: Não tem importância, eu sou uma professora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas é também uma professora.

SRA. LÉA VIVEIROS DE CASTRO: Nunca perde, graças a Deus. Bem, eu sei que... Bom, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a todos o mais rapidamente, porque o tempo já está curto, e aproveitar, em nome do Dr. Garibaldi Alves Filho, todos os senadores aqui presentes, os meus colegas da CNC, do SESC e do SENAC e os colegas da Confederação Nacional do Turismo.

Evidentemente, quase tudo já foi dito pelos meus antecessores a respeito da importância do SENAC e do SESC, no cenário da educação profissional brasileira. Eu gostaria de acrescentar algumas coisas, principalmente a partir do que falou, aqui, o representante dos trabalhadores de turismo.

Eu fiquei me perguntando, quando vim para cá hoje, qual seria a melhor abordagem para apresentar o trabalho do SENAC, nas últimas seis décadas no Brasil. Há vinte anos, eu estou no SENAC; há 15, sou Diretora de Educação Profissional.

O SENAC é, na minha opinião, a maior escola de educação profissional desse país, talvez da América Latina e uma das maiores do mundo, porque o SENAC, ele se estruturou sempre respeitando o fato e acreditando que a educação profissional é o maior

fator de inserção social do jovem brasileiro. Se nós considerarmos hoje, ainda, as estatísticas de educação, os últimos relatórios publicados pelo UNICEF, nós temos, ainda, uma seguinte realidade no Brasil: dos jovens que entram no primeiro ano do Ensino Fundamental, 57% chegam ao nono ano e, desses, aqueles que entram no Ensino Médio, apenas 51% chegam ao terceiro ano do Ensino Médio. Então, o SENAC, ele é o fator que separa o jovem da marginalidade, do tráfico, e ajuda ele a ser inserido na sociedade, através de uma ocupação, não importa que ele tenha terminado a terceira série, a quinta série, a nona série, mas quem é que tem acesso, hoje, ao Ensino Médio? Ainda é uma elite. Então, quem estuda no SENAC e no SENAI ainda é aquele que não tem condições de ir para uma Universidade ou até para os bancos da educação de nível médio. E isso está claro não só pelas estatísticas, mas pelas próprias palavras do Ministro da Educação nas últimas entrevistas, ressaltando a importância da educação técnica no Brasil, para poder inserir mais jovens no mundo do trabalho.

Então, eu acho que o sucesso do SENAC, e não é diferente na área do turismo e hospitalidade, e é por isso que o SENAC é uma grande escola de turismo e hospitalidade, porque 80% das suas programações são voltadas para a formação inicial do trabalhador. A formação inicial do trabalhador o que é? São os cursos de garçom, cozinheiro, camareira, recepcionista, são aqueles que são a base de sustentação do turismo, porque, como bem disse o nosso amigo representante dos trabalhadores, são os peões, são aqueles que recebem o turista, são aqueles que ele vê pela primeira vez, são aquele exército invisível, quase desconhecido, que garante a qualidade dos serviços.

Então, 80% da programação do SENAC é para esse público alvo, 20% é para os cursos técnicos de nível médio e menos de 1% é a educação superior. Então eu respeito a proposta que o senhor, Dr. Beni, apresentou, acredito que seja um excelente trabalho, mas por que não juntar esforços e trabalhar em conjunto? O SENAC já tem um conjunto de escolas, já tem uma proposta pedagógica desde 1992. Muito antes do Ministério da Educação, através da Lei de Diretrizes e Bases, colocar educação profissional dentro da legislação, nós éramos marginalizados. A academia achava a educação profissional uma educação de segunda categoria, e o SENAC já a considerava como maior fator de integração social do jovem no Brasil e sempre trabalhou nesse sentido. O nosso projeto político pedagógico data de 1992, quando nem se falava em educação profissional na Legislação Brasileira. A nossa proposta de educação profissional serviu de base para vários estudos, feitos a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases. Nós participamos, por exemplo, dentro do Ministério da Saúde para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais na área de saúde, como participarmos no turismo e em todas as áreas em que nós atuamos. De modo que o SENAC tem competência, tem passado, tem credibilidade, e a sua credibilidade não está apenas na palavra de si mesmo, mas no que representa um certificado do SENAC para aquele aluno que sai do SENAC, e nem sempre é o aluno que paga, pelo contrário... Ele deu o exemplo, por exemplo, aqui, do Distrito Federal, de São Paulo, acredito que sejam exemplos tirados de uma realidade, mas vamos olhar para a Bahia, para o Maranhão. Quem é o aluno da área de hotelaria da Bahia e do Maranhão, por exemplo? São jovens de baixa renda, são jovens que recebem de graça alimentação pelo SENAC, vale-transporte, uniforme e estudam de graça. No restaurante... E mais seguro, alguém ali lembrou. O restaurante-escola de Maranhão, quando ele foi criado, há cerca de dez ou 15 anos atrás, o jovem que vinha do interior do Maranhão em busca do seu sonho de cidadania, de inserção no mundo do trabalho, ele não sabia nem utilizar adequadamente o vaso sanitário. Tudo isso ele aprendia no SENAC, tudo de graça e com a credibilidade que o certificado do SENAC dá, e com a inserção que o SENAC proporciona a esses jovens no mundo do trabalho.

Claro que eu não vou repetir aqui qual é a rede do SENAC, já foi dito pelo Prof. Cordão, já foi dito pelos que me antecederam. Eu só queria apenas reforçar que o SENAC é uma escola de qualidade, que acredita que a educação profissional é o maior fator de inserção social do jovem brasileiro, que é um parceiro importante do governo. Não me parece que seja de interesse, nem do governo, nem dos 180 mil alunos de turismo e hospitalidade que passam pelo SENAC todos os anos, o esfacelamento do SENAC ou até a finalização da oferta de educação profissional da área de turismo e hospitalidade por parte do SENAC. Acho que não é do interesse nem da sociedade e nem do governo.

Nós, hoje, exportamos tecnologia, exportamos conhecimento em educação para turismo e hospitalidade para os países da América Latina. Por exemplo, temos convênio com Haiti, Moçambique, São Thomé e Príncipe, exportando a nossa competência na área de turismo e hospitalidade. Somos parceiros do Ministério das Relações Exteriores nisso, assim como somos parceiros do Ministério da Educação no programa SENAC de gratuidade e como somos parceiros de organizações nacionais e internacionais, secretarias, porque o SENAC, ele está presente em todo o Brasil, em mais de 2500 municípios, e trabalha com a interiorização das suas ações, por meio das suas unidades móveis, da

balsa que percorre a Bacia Amazônica, das 22 escolas móveis do SENAC de turismo e hospitalidade que percorrem o Brasil, oferecendo seus cursos.

Então, o SENAC, ele tem muito mais a oferecer à sociedade brasileira do que, talvez, os senhores tenham conhecimento. E nem tudo é cobrado, nem tudo é caro; pelo contrário, se a gente for procurar bem, os nossos cursos de formação inicial são praticamente gratuitos, e vão ser todos gratuitos provavelmente a partir de 2014, porque 70% da nossa produção vai ser em vagas gratuitas, e não só na formação inicial, mas na formação técnica também.

Então eu acho que era isso que eu tinha a acrescentar e agradeço a oportunidade de estar aqui, falando em nome do SENAC.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a Profª. Diretora de Educação Profissional do SENAC, Léa Viveiros de Castro, que deu um exemplo em matéria de economia de tempo e objetividade. Deu exemplo aos homens aqui.

[risos]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apesar de termos a fama de falar muito, Sr. Presidente, nós temos surpreendido em várias oportunidades.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ver o seu exemplo, agora.

[risos]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já não garanto tanto, que, além de ser mulher, eu sou política, Presidente, eu tenho componente, tenho que falar dobrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o último expositor, o Dr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista, para fazer a sua exposição. Portanto, eu dou a palavra ao Dr. Plínio Sarti.

SR. PLÍNIO SARTI: Muito obrigado, Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite que nos foi feito pelo Presidente da CNTur, Dr. Nelson de Abreu Pinto, e, aqui, modestamente, estamos para oportunos esclarecimentos aos senhores, ilustres Senadores, que, na pessoa da Presidente da CNA, Kátia Abreu, eu cumprimento a todos aqui presentes. E em nome do Presidente da CONTRATUH, o nosso companheiro Moacyr Tesch, os meus companheiros aqui, da Mesa.

Em primeiro lugar, eu também, com respeito a esse Projeto de Lei Ordinário do Senado, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, eu gostaria de deixar, aqui, claro que nós, em momento algum, estamos questionando a estrutura do Sistema S. E todos nós reconhecemos o SENAC, a sua qualidade, a sua credibilidade e a incorporação desse sistema em nossa estrutura de ensino profissional. Gostaria até de lembrar, para demonstrar que não é esse o foco objeto do Projeto de Lei, que a nossa maior autoridade do país, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também foi um aluno do sistema S, de maneira que sua condução ao mais alto cargo e essa liderança tão reconhecida, principalmente lá fora, se deve a ele ter participado, sem dúvida nenhuma, desse tipo de informação e de capacitação que é oferecido por essa estrutura.

Nós, aqui, vamos apresentar apenas e tão-somente o direito e a legitimidade que a CNTur tem, não só como já constituída como uma entidade de terceiro grau, mas como sequência natural dessa representação, o seu também legítimo direito de estabelecer, por se tratar de uma categoria específica, a sua própria estrutura de formação e de qualificação profissional, não significando, em momento algum, o questionamento ou não reconhecimento, não só do SENAC, mas de todo o sistema educacional advindo da estrutura chamada Sistema S.

Concedida pelo Ministro do Trabalho e Emprego, a carta de registro sindical da Confederação Nacional do Turismo, portanto reconhecida, de fato e de direito, sua representação específica, qualificando-se para a gestão do chamado Serviço Social e Serviço Nacional de Aprendizagem, contemplados pelo Sistema S, o núcleo empresarial, agregado à CNTur, Confederação Nacional do Turismo, representa mais de 30% de toda a arrecadação da CNC, Confederação Nacional do Comércio. São mais de um milhão e 500 mil empresas, gerando um volume superior a oito milhões de empregos diretos.

O trabalho, realizado pelo sistema S, na área do turismo, através do SESC e SENAC, não é suficiente, não abrange a demanda sempre crescente do setor; outrossim, não atende às necessidades dos novos contingentes de mão de obras específica do turismo no mercado de trabalho, hoje ampliada pelas atuais políticas públicas de inclusão social, instituídas pelo Governo Federal. O atual sistema dificulta o acesso dos jovens na busca de qualificação profissional, devido aos seus elevados custos.

A proposta apresentada pela CNTur tem como principal meta democratizar o acesso dessa população à estrutura social e de formação profissional, enfrentando a verdadeiro elitização dessa oferta para a finalidade de favorecer a inclusão social. Ao receber o registro como entidade de terceiro grau, a CNTur tem a obrigação de criar o serviço social e de forma-

ção profissional autônomos, uma vez que essas estruturas são competência inerentes à representação de mais um milhão e 500 mil empresas, responsáveis por um contingente de mais de oito milhões de trabalhadores, como foi dito, reconhecida como categoria específica justamente para atender exclusivamente essa dinâmica categoria. Já existia a representação do turismo, gastronomia e hospitalidade no primeiro e segundo graus, sindicatos e federações específicas. É consequência natural a representação de terceiro grau, hoje reconhecida oficialmente, aliás, o correspondente profissional, cujo presidente está aqui ao nosso lado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, CONTRATUH, há muitos anos já havia integrado seus três níveis de representação.

O ato concessivo da carta de registros sindical, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, legaliza e legitima a representação já exercida, de fato, há mais de dez anos. Aliás, salientamos recentemente legalização das Centrais Sindicais que exerciam, há muito tempo, representação de fato e, agora, exatamente como a CNTur, a representação de fato e de direito. Isso significa que também não estamos sendo questionados em Juízo, a nossa representação, ela é legítima e como aqui por muitos foi dito, a representação internacional do setor, a Organização Internacional do Turismo também é uma categoria específica, todos sabem que ela não está encastelada na Organização Internacional do Trabalho, como as demais representações de terceiro grau da estrutura econômica. Eu me refiro à CNI, me refiro à própria CNC como entidade representativa do setor de comércio, mas o setor do turismo, isso eu gostaria de chamar a atenção aos Srs. Senadores, ele tem uma representação específica internacional, ele não está encastelado, integrado na grande e oportuna estrutura tripartite de representação, que é esse organismo da ONU, a OIT.

Senhoras e senhores, a modernização das relações de trabalho busca soluções de conflito e de interesses, através de entendimentos, acordos e convenções coletivas. As propostas nas negociações para a renovação das convenções coletivas frequentemente envolvem questões de formação e de requalificação profissional. Cláusulas contemplando essa matéria são necessárias, mas no momento falta o acesso ao Sistema S. Pela recém criada entidade de terceiro grau da categoria, turismo CNTur. Dentro desta oficiada representação foi recentemente empossada pelo Ministro do Trabalho, no Conselho Gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador o CODEFAT, novas centrais, melhor dizendo, novas confederações representação econômica. Isso demonstra, apesar desta dinâmica criar inclusive grandes polêmicas eu diria até conflitos, a necessidade do modelo de representação estar sendo cada vez mais adequado à nossa economia, à evolução e ao avanço da economia.

Ao ser constituída legalmente, a CNTur leva consigo todas as categorias empresariais ligada ao setor do turismo, e consequentemente o direito legítimo de seus próprios específicos especializados, através da criação do SESTUR, do SENATUR, com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar o setor. Tudo isto de conformidade com o art. 180 da Constituição Federal que reza o seguinte: "A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico".

Apenas para ilustrar, processo de criação correlato aconteceu no setor da indústria, meus caríssimos senadores e senadoras, com a criação da CNT, Confederação Nacional dos Transportes desmembradas da CNI, como agora foi desmembrada da CNC a CNTur. Confederação Nacional da Indústria, portanto, já sofreu esse tipo de desmembramento, para alcançar a representação plena, foram criados os serviços sociais de aprendizagem do setor de transporte, SEST e SENAT, através de desmembramento do SESI e do SENAI, e não se criou nenhum grande impacto nas estruturas do SESI e do SENAI com essa representação. Amplamente foi discutida essa questão no Congresso Nacional, as implicações que surgiram com a criação de um novo sistema, portanto nós não estamos inaugurando, não estamos sendo inéditos, porque aparentemente poderia dar inclusive essa impressão. A dinâmica da economia exige reajustes e adaptações. Com o avanço tecnológico, a globalização da economia e o reajuste estrutural, agora também provocado pela crise financeira é necessária a modernização do Sistema S na área do turismo como setor específico.

O Projeto de Lei 174, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, não acarretará custos ao orçamento da União, tampouco acarretará custos às empresas, uma vez que abrangerá apenas dimensionamento das contribuições.

O país todo inicia a mobilização para a Copa do Mundo de futebol de 2014, como aqui à exaustão já foi apresentado, é urgente e necessário a preparação de manobra massiva para atender a enorme demanda gerada para esse mega evento, oportuno para acelerar a inclusão social. A representação desse setor oficializado, portanto, pela investidura sindical, deverá ser complementada para a sua plenitude através da aprovação da presente proposta, que esperamos seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Redistribuindo a arrecadação para o setor específico do turismo e criando Serviço Social do Turismo, SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, SENATUR. Com toda a presença aqui relatada, a respeito da abrangência do setor na área de qualificação e de tratamento do turismo em nosso país, eu gostaria também de salientar para reflexão, que foi dito aqui anteriormente que nosso país ocupa a 45 ª posição no ranking dos países que recebem e tem sua economia como participação ao turismo. Senhoras e senhores, não possível que uma das dez maiores economias deste planeta com relação a essa economia dita sem chaminé, ocupe um posto tão distante que é este 45º. E agora, portanto, com a reconhecimento da nova ordem mundial, aonde que G7 está sendo constituído com a inclusão de países como o nosso para formarem o G20, nem dentro desse universo de 20 nós estamos incluídos com relação ao turismo. E ele é uma categoria especial.

[interrupção do áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor não ouviu, mas a campainha tocou.

SR. PLÍNIO SARTI: Ah, eu não ouvi. Desculpe, Presidente Garibaldi, e desculpe, senadora, pelo importuno, mas eu queria encerrar, dizendo que, além de categoria específica, a nossa economia, uma das dez mais pungentes do planeta, não pode ficar nessa vergonhosa posição de 45º lugar. E isto muito tem a ver a não existir essa representação específica com seu próprio sistema de capacitação. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Plínio Sarti. E para uma questão de ordem, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria parabenizar a todos os expositores, as exposições extremamente elucidativas para todos nós, mas agora é o voz do Senado, através dos seus Senadores e da Comissão. Então eu queria saber de V. Exa. qual a ordem de inscrição, eu reivindico falar em primeiro lugar porque sou relator do projeto 174.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Confiando na generosidade de V. Exa., eu vou conceder a palavra à Senadora Kátia Abreu em seguida ao Senador Francisco Dornelles e aí virá V. Exa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, regimentalmente--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O critério, Presidente, eu sei que--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com todo o respeito à Senadora Kátia Abreu e ao Senador Francisco Dornelles--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São dois critérios, o primeiro em homenagem às mulheres.

[risos]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Realmente esse é um critério questionável.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então faça, já que o senhor vai fazer uma homenagem às mulheres--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E o segundo, ele não invocou, mas eu vou invocar, que é o critério da idade, para o Senador Francisco Dornelles.

[risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Garibaldi Alves, Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Ambos critérios justos, entretanto não regimentais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem. O critério, já que é mulher, não tem só uma mulher aqui nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas mulheres aí estão querendo demais.

[risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E tem uma mulher que é Presidente e que se associou à CAE, solicitando essa audiência, que foi a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, pela--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ter cinco minutos improrrogáveis mesmo, a campainha já foi acionada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Vamos lá, Sr. Presidente. Muito obrigada pela deferência, aceito ela com muita alegria, pois tenho muito orgulho de ser mulher.

Eu gostaria de fazer três pontos, pontuar três situações aqui que eu acho da maior importância. Primeiro, eu gostaria de agradecer todos os palestrantes, todos os que vieram aqui participar nessa oportunidade, muito obrigada a todos os oito convidados, acho que foi muito elucidativa todas as participações, as mani-

festações. E eu penso que num futuro bem próximo, não tão próximo assim, mas alguns anos, quando a consciência sindical estiver totalmente amadurecida no país, eu acho que o caminho será a divisão por associações, por ações específicas, por atividades específicas, como defensores da pecuária de corte bovina, da suinocultura, da avicultura. Eu acho que o mundo caminha para isso de acordo com sua maturidade, mas, quando nós temos os números do Brasil, nós ainda desanimamos e vemos o quanto nós estamos longe dessa posição. O Sul do país, mais adiantado, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, valorizam e prestigiam mais o sindicalismo, a forma associativa de convivência, mas eu espero que por todo o Brasil isso um dia possa acontecer de forma saudável e de forma madura.

A Constituição Federal diz, no seu art. 8º, o seguinte: Inciso I: "É vedado a intervenção de Ministérios e de governo na vida sindical". Esta vedação é explicita no art. 8º, inciso I. Por que estou dizendo isso? Porque o Ministro do Trabalho publicou uma portaria, a 186, desvirtua a Constituição Federal e, portanto, permite uma representação pelos seus associados e no mesmo art. 8º, no seu inciso IV, a Constituição Federal determina que a representação é por categoria e não por associação. Se nós quisermos mudar essa situação, fazer diferente, nós temos que, em primeiro lugar, mudar a Constituição Federal. E ainda no inciso III, diz o seguinte: que não pode haver mais de uma entidade, no mesmo território nacional, representando a mesma categoria. Isso é claríssimo. Art. 8º, inciso I: proíbe a interferência governamental, e o Ministro interviu nessa situação, ao publicar a Portaria 186 e mudar a Constituição. Inciso II, que determina uma categoria só no mesmo país, e o IV, que trata da unicidade sindical. Bom, isso nós temos que observar e, se quisermos mudar esse *status quo*, o Congresso Nacional tem que votar uma PEC e mudar a Constituição Federal. Portanto, todas as confederações, criadas em cima dessa portaria, esse é o julgamento da inconstitucionalidade, porque está contrariando a Constituição, óbvio.

Segundo lugar, Sr. Presidente, eu tenho experiência na vida sindical desde 1984, quando fui Presidente de um sindicato rural no Tocantins, na cidade de Gurupi, que o Senador Leomar conhece tão bem. Nós temos 139 municípios do Estado do Tocantins, todos têm um grande sonho de ter em cada cidade o seu sindicato rural. Mas quando ele procuram ou procuravam a mim, na Federação, quando eu era Presidente, a primeira coisa que eu mostrava a eles era a arrecadação do seu município. Para se ter uma ideia, a CNA, que é da agricultura, ela tem 2150 sindicatos rurais. 500 sindicatos rurais representam e atingem 75% dos produtores. O que o significa isso? Que não adianta uma representação vazia em todos os municípios do Brasil, e ela não ter um centavo para sequer fazer um encontro, fazer uma divulgação, fazer uma palestra, convidar alguém, um técnico, para vir participar, fazer mobilização; não existe a possibilidade de nós darmos um passo nessa vida, infelizmente, sem o componente financeiro estar à frente.

E eu acredito, não estou aqui muito apropriada com os detalhes da CNC, embora ela seja uma co-irmã, mas a estrutura física, construída pela CNC, nesse país, é algo invejável. Com a CNA, é diferente. Por que nós temos a gratuidade desde que existimos? Porque nós não necessitamos de equipamentos físicos, de construções e de laboratórios, porque os nossos laboratórios sãos propriedades rurais. E, no caso da CNC, por exemplo, turismo, restaurantes, os restaurantes não irão emprestar para a CNC os seus espaços para fazer dali um laboratório. Então, é importante, tanto na CNI como a CNC, a construção desses grandes espaços e que são fantásticos, porque são laboratórios. Os meus são a céu aberto, graças a Deus, e, portanto, nós podemos fazer essa gratuidade. E, agora, a gente observa um acréscimo, um crescimento forte, por parte da CNC e da CNI, na gratuidade, porque construíram e chegaram num nível padrão, onde esses espaços garantem a qualidade desses cursos que são distribuídos.

Para encerrar, eu gostaria de deixar aqui apenas um alerta, não se trata de nada pessoal à CNTur, à CNS ou todos aqueles que têm o desejo de representar uma categoria... Muito pelo contrário, eu fico feliz que mais adeptos à representação classista, quer seja do patronal ou dos trabalhadores. Eu quero só chamar a atenção para a temeridade, que é a divisão econômica, porque nós sabemos quem são os países ricos e nós sabemos quem são os estados ricos desse país. E nós sabemos o quanto atinge ao fortalecimento da representação sindical a sua divisão financeira. Isso me preocupa muito, não só na CNC como em todas as outras, e, agora há pouco, o Sr. Norton fez uma explicação bastante lúcida a respeito desse assunto, que, para mim, é fundamental. Questão financeira não se divide. Então eu penso, Sr. Nelson, que, talvez, os trabalhadores do turismo poderiam ficar prejudicados. No momento que eles, agora, poderiam receber o curso gratuito, depois de todo investimento nesse patrimônio, vão começar do zero, porque, também, o senhor vai ter que construir todos esses espaços com dois milhões de reais, a partir do que foi aqui demonstrado ou mais do que isso, os convênios que o senhor possa arrumar. Eu acho que os trabalhadores poderão perder, nós temos que ficar alertas para isso, perder todo

esse patrimônio do CNC que eles ajudaram a construir, para começar do zero, na hora de usufruir.

E por último é a questão da intervenção governamental no sistema sindical. Nós saímos de uma ditadura, onde prevalecia o peleguismo nesse país, onde o Ministério do Trabalho construía representações para que ninguém ficasse representado, para que o silêncio pudesse imperar nesse país. E, portanto, nós tivemos as confederações patronais de trabalhadores todas amordaçadas, com sindicatos fabricados, para que não fizesse valer a opinião de todos. E nós não podemos continuar assistindo isso no Brasil, a criação de representações não legítimas. Eu quero apenas chamar a atenção, sem nenhum demérito, ao Sr. Presidente, que luta na área há muito tempo, o Sr. Nelson, mas a sua CNTur, a sua Confederação do Turismo, e a CNS, que é de serviços, foram todas criadas agora, em janeiro de 2009, com o simples objetivo de entrarem no CODEFAT e dividir a representação patronal. Foi um escândalo nacional--

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Foi um escândalo nacional--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu ouvi V. Exa. o tempo todo, por favor, agora é a minha vez--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só um aparte.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não permito agora, que eu não tenho tempo, senão eu permitiria. Então, eu só quero chamar a atenção para isso, que essa divisão e esse enfraquecimento não é saudável para o país, o retorno ao peleguismo não pode acontecer nesse país. E, portanto, Sr. Nelson, o senhor participou de uma reunião comigo, na minha confederação, na CNA, o senhor mandou um representante no nosso jantar com todas as confederações patronais e o senhor desfez a sua palavra por pressão Ministerial. O senhor deu a sua palavra às seis confederações tanto individualmente, o senhor na minha sala, como no jantar promovido de reuniões dos seis, e infelizmente o Ministro do Trabalho fez o senhor e o Presidente da CNC descumprir com a palavra, desonrar da CNC da Confederação do Serviços e a CNTur. O Ministro coagiu as duas confederações que ele criou e fabricou, e fez vocês desonrarem sua palavra com as outras confederações patronais que vocês tinham se comprometido.

[palmas]

Então é por isso que eu deixo aqui para os meus colegas senadores e senadoras, uma alerta com relação a isso. Não é evitar a divisão da representação legítima, é apenas evitar a construção, a reconstrução a reencarnação do peleguismo neste país. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra com a tolerância do--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu entendo, Sr. Presidente, que os Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, o Ministro Dornelles--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Que os Senadores vão usar a palavra e, depois, todos vão ter condição de responder.

[sobreposição de falas]

V. Exa. vai ter condições de responder no momento devido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ele quer apenas dar uma ligeira resposta, uma ligeira explicação.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu assumi um compromisso com a senadora, meu, para que a ela fosse a candidata da bancada patronal, acontece que a senadora declinou--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não é verdade, não é verdade, Sr. Presidente. [interrupção de áudio] Presidente, nenhum deputado federal, legalmente, também, não pode presidir o CODEFAT. Presume-se, pressupõe a lei que um Parlamentar não pode ser empregado do governo tendo seu mandato. Então em todos os momentos, em nenhuma situação eu me pus candidata, eu me pus candidata, sempre em todas as confederações--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Kátia Abreu--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --indicam um representante. Era só isso que eu gostaria de esclarecer. Muito obrigada.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Senadora, o meu nome foi citado, a CNTur existe há dez anos, não foi criada esse ano, nós temos direito adquirido desde o ano 2000, o Ministro Dornelles era Ministro do Trabalho, sabe disso, sabe do que eu estou falando. Esses dez anos serão reivindicados, esses equipamentos não serão perecíveis, nós vamos trabalhar juntos ou separados com o SENAC. Agora, V. Exa. merece o meu respeito, e eu quero dizer que questões do CODEFAT, esse não é o melhor fórum para discutir. Obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Esta é a sua avaliação, eu sou Senadora da República e

estou na minha tribuna à vontade para falar qualquer assunto que me vier no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Estamos no debate e eu concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu vou ser muito breve, mesmo porque eu pretendo discutir esse assunto no momento que ele for votado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria fazer uma saudação ao Dr. Gil Siuffo, ao Dr. Nelson, cumprimentá-los pela belíssima exposição que aqui foram feitas pelos representantes da Confederação Nacional de Comércio de Turismo e fazer, não toco mais do que dois minutos, porque eu quero discutir isso no momento da votação.

Eu queria dizer aos senhores o seguinte: o SENAC possui 485 unidades escolares, possui 70 unidades móveis, sendo 21 só para o turismo; formou, em 2008, dois milhões de pessoas, sendo quase 200 mil para a área de turismo; possui 240 tipos de curso em turismo, hotéis-escolas, restaurantes, lanchonetes; está em 2500 municípios. O SESC possui 40 colônias de férias e hotéis com 17 mil leitos, tem quase três milhões de pessoas atendidas no turismo social, 27 milhões em atividades educacionais voltadas para o turismo. E como são mantidas essas atividades do SENAC e do SESC? Com a contribuição de empresas vinculadas a sindicatos que pertencem às confederações, a Confederação Nacional de Comércio, sendo que, das empresas relacionadas ao turismo, 90% dessas empresas estão no SIMPLES, então não contribuem.

Então hoje o serviço prestado às empresas e àqueles trabalhadores da área de turismo, são cobertos com recursos pagos por empresas da área do comércio. De modo que o que vai ocorrer? Nós vamos retirar da área do SESC e do SENAC, trabalhadores que vão para a área do turismo que não vão poder utilizar toda essa infraestrutura existente e vocês não vão ter recurso para cobrir, para dar a eles que hoje eles têm na área do comércio.

Por isso esse é o ponto chave, nós estamos criando uma despesa, uma estrutura que não há necessidade, porque já existe na área da Confederação Nacional de Comércio do SESC e do SENAC uma infraestrutura pronta para a qualidade profissional. Então em nome da eficiência, da produtividade, do custo é que eu vou discutir esse assunto no momento em que isso for votado aqui na Comissão de Economia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Relator da matéria, finalmente, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez parabenizando a todas as exposições. Eu só lamento que o assunto possa ser politizado, nós estamos tratando aqui de um assunto muito específico com relação à questão do turismo, o desenvolvimento do turismo no Brasil, e não a questão política peleguismo ou fora de peleguismo ou estaduais, que não serão resolvidas dentro do Senado, porque os pareceres são complexos, diversos e contradizem coisas que foram colocadas aqui. Eu acho muito ruim esse tipo de politização, devemos discutir aqui que o é melhor para o país e o que é melhor para o turismo.

Sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, esse assunto me chegou como um projeto do Senador Leomar Quintanilha e em no momento nenhum nós verificamos aqui de que é possível se admitir uma discussão, eu diria artificial, uma discussão equivocada de que se quer acabar com o sistema SESC ou SENAC, em momento nenhum isso foi questionado. Esse é um sistema existente que nós parabenizamos, eu fui Governador do Estado e fui parceiro do sistema SESC e SENAC e reconheço todo o seu trabalho. O problema que se diz respeito é que o turismo vem assumindo no mundo inteiro, no mundo inteiro, um instrumento de desenvolvimento específico para países como a Espanha, como é a França, e no país, no nosso país, no Brasil, lamentavelmente não vem assumindo e há um esforço governamental. Em primeiro lugar, houve a própria Constituição Federal procurando dar uma especificidade ao turismo brasileiro. O Governo Federal criou o Ministério do Turismo, a ONU criou um sistema de turismo. Não estamos ligados a ONU hoje, a Organização Mundial do Comércio, é uma Organização Mundial do Turismo, a própria ONU criou isso com a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Então é uma independência de um setor que é uma matriz econômica, que é um alavanca econômica para vários países não tem sido lamentavelmente no Brasil. Então o que se deseja agora é saber, está o turismo efetivamente representado na Confederação Nacional do Comércio? Ou ele simplesmente é um apêndice, lá representa 10% dos interesses da Confederação do Comércio, que é uma Federação importantíssima, é um setor que gera 50% dos empregos no país e do PIB, ninguém quer desmerecer o comércio e nem muito menos quer desmerecer o comércio nem muito menos desmerecer o SENAC e o SESC, mas nós queremos importância específica ao turismo. O Governo Federal criou o Ministério do Turismo. Eu, quando era Governador da Bahia, existia anteriormente a mim uma organização que era a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, no meu governo passou a ser Secretaria

de Cultura e Turismo e hoje é só Secretaria de Turismo. Por que não deixar tudo junto? Será que turismo é comércio, efetivamente? É essa a questão que eu me faço. Turismo é comércio?

[manifestação da plateia]

Turismo é comércio? Turismo é uma atividade totalmente diferenciada do comércio, não é uma atividade de comércio, é uma atividade específica.

Então, o que eu vejo hoje é um jogo do seguinte, há uma confederação forte, nacional, do comércio, não quer abrir mão dos seus poderes, não quer abrir mão do que faz, do que recebe, e há aqueles que querem aparecer exatamente dentro de um fomento para um setor muito delicado, que merece que o Brasil não pode ficar na posição lamentável que existe, de 35º, quando é a 10º maior economia com todo o potencial. Ninguém quer desmerecer o trabalho do SENAC, eu conheço muito bem. Estava na Federação do Comércio ainda essa semana, na segunda-feira almoçando e verificando o trabalho feito pela Federação do Comércio da Bahia, do treinamento. E foi importante até hoje, durou 60 anos, durou 60 anos, como é conhecido, mas foi feito. Mas isso não pode impedir que apareçam novos querendo ter uma atenção específica para um setor que merece uma atenção diferenciada.

[palmas]

Isso é cercear que o é novo. Isso é cercear a vontade de que um setor que eu vejo ser debatido aqui no Senado, desde que entrei nessa Casa há sete anos, a questão do turismo pelo Ministro Walfrido Mares Guia, pelo ex-Senador Paulo Otávio, pelo Senador Aldemir Santana, vi o papel do SENAC procurando ajudar o desenvolvimento do turismo, mas eu acho que ainda é muito pouco, porque nós estamos ainda numa situação muito inferiorizada em relação aos nossos vizinhos menores, República Dominicana, Argentina, com relação ao turismo. Então se as coisas estivessem funcionando tão bem, nós não estaríamos nessa posição. Aqui foi colocado pelos trabalhadores e eu ouvi bem o Sr. Moacyr colocando que os trabalhadores ressentem de um sistema vocacionado realmente a adotar, e uma das grandes queixas e entraves do nosso turismo é que nós não temos mão-de-obra qualificada para o atendimento.

Então por melhor que seja os cursos do SENAC, e aqui não vai nenhuma crítica, ele ainda não está atendendo a demanda do mercado brasileiro. Então por isso que eu como relator desse projeto, e longe de mim cercear para um setor tão importante, e eu inclusive sou hoteleiro e sinto carências e necessidades e sinto que esse setor não está se desenvolvendo no país, as dificuldades são imensas. É preciso que se dê uma especificidade a um setor que é específico.

Então é essa posição Sr. Presidente, que eu quero colocar, pedindo a compreensão que nós não queremos aqui dividir, retaliar, diminuir trabalho feito pelo SENAC ou pelo SESC que vai continuar o seu trabalho, mas voltado para a comerciário, a rede hoteleira existente do SESC é voltado para o comerciário. Muitas vezes competindo até com a rede hoteleira privada, mas é um serviço social, tudo bem, eu reconheço e aplaudo o serviço social, eu não posso aceitar que isso substitua o setor privado.

Então é dentro concepção, Sr. Presidente, que o meu relato já foi dado, foi dado um relato favorável ao projeto do Senador Leomar, tem o pedido de vista do nobre Senador Dornelles, que eu respeito e estamos combinando inclusive a data de votação, se possível V. Exa. colocar para de que a 15 dias, que o Senador Dornelles--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Daqui a 15 dias está bom?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Está bom, eu acho que o Senador Dornelles combinamos isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está bom, Senador?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Daqui a 15 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então fica combinado daqui a 15 dias.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Todas as exposições eu quero parabenizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ver a data exata, eu peço a Secretaria--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu só não posso aceitar que se coloque, por exemplo, que essa proposta venha de encontro aos interesses do SENAC ou do SESC, ou da Confederação de Comércio, não é de jeito nenhum, porque eu, como político, como governador que fui, fui parceiro e sei o trabalho importante da Confederação Nacional do Comércio da Federação e desse serviço. Agora, não vamos cercear aquele setor que deseja a sua liberdade, a sua autonomia e o seu crescimento, porque é importante para o país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra à Senadora Rosalba.

[interrupção de áudio]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Adelmir, olha--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Voltando à questão regimental, o relator é depois do requerente--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É que hoje--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Mas V. Exa. tem a minha anuência, atendendo--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, se ele não fizer essa atenção à mulher norte-rio-grandense, as mulheres, lá do Rio Grande do Norte, com certeza, devem já estar questionando por que o Senador Garibaldi está deixando de valorizar a figura da mulher do seu estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu tenho o Senador Adelmir como um homem amigo e compreensivo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Está concedido, Senador.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E ele é casado com uma norte-rio-grandense. Então, mais um motivo para ele me dar essa vez.

[risos]

Mas, Sr. Presidente, Srs. Expositores, eu quero, inclusive, parabenizar a todos que aqui vieram, trouxeram a sua opinião, suas posições e dizer que foi, realmente, muito importante para todos nós. Porque nós ouvimos e aí podemos ter com mais subsídios, fazer a nossa avaliação.

Eu concordo com o Senador César Borges numa coisa, mas discordo frontalmente noutra. Eu concordo quando ele diz que, realmente, o nosso turismo, comparado com outros países, nós estamos muito aquém, mas isso não pode ser, Senador, de forma nenhuma que seja condicionado, que seja colocado nas costas apenas do sistema. Nós sabemos que foram políticas públicas, foram distorções, foi falta de prioridade, principalmente para a nossa região Nordeste, que precisa de instrumento de infraestrutura que o governo vem protelando.

Eu vou dar aqui um exemplo. Como é que se faz turismo, sem você ter aeroportos dignos? Nós estamos com um aeroporto de São Gonçalo, que vem se arrastando a passos que nem de tartaruga, lá no nosso estado, e que foi uma decisão técnica favorável ao Brasil, porque fica na esquina, podemos dizer assim, na região mais próxima da Europa e da África e não foi priorizado porque infelizmente esse aeroporto... Então sem essa estrutura turismo não vai à frente. Com as estradas que nós temos se acabando por aí, eu que ando todo final de semana e vejo, pelo amor de Deus, as BRs, as RNs... Então faltam portos para criar outros tipos. E o seu estado cresceu muito no turismo, porque eu quero aqui parabenizá-lo e parabenizar ao Governador Antônio Carlos, que o saudoso governador, que eu vi o quanto vocês entenderam que esse era um foco para gerar emprego e renda.

Agora, tenho que lhe dizer que conheço, como o senhor conhece, o trabalho do SENAC, o trabalho do SESC, estive agora recentemente lá em Natal, conhecendo as novas estruturas que fazem inveja a qualquer escola privada, que foram inauguradas agora em Natal dentro de acessibilidade, conversei com alunos, conversei com instrutores de cursos de língua, o mais avançado talvez, o maior curso avançado na área de informática e tudo isso é importante para o turismo. Eu conheço a escola que foi abraçada pelo sistema, que é a escola de turismo, o Hotel Barreira Roxa, que tem formado centenas, milhares de trabalhadores exatamente para área do turismo.

Agora, não sou contra mudanças, mas, para mudar, eu gosto de refletir se está dando certo, não tem por que mudar. Então eu acho que tem... Serve, inclusive, esse debate para uma reflexão, porque nós sabemos que, para investir no Nordeste, nós sabemos muito bem que, se fosse só com os recursos que o Rio Grande do Norte, ou só o Ceará, ou só a Paraíba, talvez vocês não possam realmente fazer a estrutura, dar o apoio ao trabalhador que eles precisam, inclusive não só o apoio do curso profissionalizante, mas o apoio social com saúde, com diversas atenções. Não é possível. Nós sabemos que muitos desses recursos vêm proveniente dos estados mais ricos, onde as atividades de serviços, de comércio são bem mais fortes. Que o turismo é comércio, é serviço, se vende passagem, passeio de Bugre, aluga carro, vende-se artesanatos, enfim, mil e uma atividades, que... agora, quero e estou aqui inclusive dizendo que deve continuar e sou contrária a essa mudança.

O meu voto será pela permanência, dentro do próprio sistema como está, mas dizendo que faça-se uma reflexão, inclusive tenho certeza que nessa nova realidade brasileira, quando finalmente se está reconhecendo, se despertou que o turismo é a maior indústria geradora de emprego e renda, que nós podemos ter não somente o Sistema S, a Confederação Nacional, mas também todos os outros órgãos interessados e ligados, inclusive todo apoio necessário para estruturar, para dar condições a que as regiões, principalmente que a desigualdade do Brasil poderia ser revertida quando se entendesse, e o Senador Garibaldi sabe disso, que foi governador e foi um bom governador, fez muito pelo turismo, assim como o Senador Agripino, que não está aqui, mas Natal tem a via costeira, aquela luta que ele encampou, então tudo isso nós sabemos que precisa é de prioridade. É para reduzir desigualdades, gerar emprego e renda lá no Nordeste,

não tem praias mais bonitas, não tem clima melhor, não tem povo melhor, mais forte e mais acolhedor. Agora, é juntar ações que não somente partam da iniciativa privada, das associações, das confederações, mas principalmente se entenda que não pode ser só discurso, tem que ser a prática, a execução da infraestrutura, do apoio, dos créditos, do que é necessário para levar, sim, o turista interno e do exterior para as nossas regiões. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu acho que essa campainha não está funcionando para Senador, não. Não ouvi mais, não é?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já está todo mundo surdo.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu tenho a honra de conceder a palavra, com a compreensão do Senador Leomar Quintanilha, que é o Presidente de uma Comissão, e a Senadora Rosalba, de outra. Eu concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Expositores, e aqui para não citar a todos, mas faço uma citação do representante da CNTur, bem como o professor Gil, representante da Confederação Nacional do Comércio.

Cada vez que eu vejo uma exposição como essa, e o objetivo era exatamente esse, era instruir a todos nós, senadores, dar a clarividência do que fato está ocorrendo, eu compreendo a importância da CNC e desse sistema, o tamanho, a atuação e a força. Foi muito claro isso aqui para mim. O tamanho, porque nós temos 64 entidades patronais representadas pela CNC e aqui se inclui federações estaduais, federações nacionais. Há um momento, inclusive, de que... por que não incluir futuras outras federações nacionais dentro desse sistema. A importância, porque... E essa atuação, porque ela não vem de hoje, parece que nós estamos discutindo turismo a partir de agora. Não, isso vem de longe. Já em 1955, a CNC constituía um Conselho de Turismo, em 1955, isso não é de agora. Posteriormente foi constituída uma Câmara de Turismo que engloba uma série de entidades, aí fora do sistema sindical, todas. Porque, veja bem, não há como nós pegarmos o *trading* de turismo e dizer: "Isso é serviço, isso é comércio, isso é indústria", são tantas as atividades, tantos os setores que estão representados nesse *trading*, que nada melhor do que estar numa Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo, que é a CNC. Com relação ao que foi colocado, que nós temos medo, o medo de perder, não se trata disso, o que nos preocupa não o medo de perder, o que nos preocupa é que tudo o que foi dito aqui, construído nesses 60 anos, de repente não chegar à ponta. Porque isso tudo está funcionando hoje e vem funcionando há muitos e muitos anos. Na hora que nós desvincularmos isso, quem vai sofrer é a ponta, são os trabalhadores que não terão mais acesso nem à formação, e nem naturalmente à assistência... Sim, mas é uma questão de lógica. Se foi criado um novo serviço social de formação e um novo serviço social de assistência, claro que tem que assumir também isso. Apesar do relatório de V. Exa., mesmo com todas essas críticas ao SESC e ao SENAC, falar que vai celebrar convênio conosco, e eu fico feito muito feliz por isso, em se criando. Em se criando.

A CNC, portanto, mostra que essa representação, como eu disse, de hoje, vem de longe. Foi colocado, também, pelo representante dos trabalhadores, uma questão muito e até com um folheto nosso, com relação a cursos. É bom que se diga que esses cursos do SENAC, mesmo de média duração, curso de pequena duração, de grande duração, eles têm uma longevidade, eles têm um tamanho. Temos cursos técnicos que chegam a 16, 18 meses. Então, não uma mensalidade... Às vezes, tem mensalidade, claro, você citou mensalidades, mas esses cursos todos, eles têm o crivo e o reconhecimento dos conselhos estaduais e conselhos nacionais. Nós vimos aí, até citando a questão dos FATs, em todos os estados, cursos de formação de trabalhadores de 12 horas, 14 horas, não é assim. No SENAC, não tem curso inferior a 160 horas, curso que seja certificado. São cursos de 1200, 1400 horas.

E com relação à gratuidade. Mesmo antes desse convênio, desse acordo com o Ministério, mesmo antes, têm alguns que já faziam muita coisa na área da educação, alguns regionais que já superam esses percentuais, hoje. O momento em que nós recebermos o relatório que vai ser feito, e já foi feito desse primeiro semestre, vamos ter a constatação da grandiosidade do número de pessoas que fazem cursos gratuitos no SESC e no SENAC. Apenas para citar um exemplo, e isso é por força de uma lei aprovada aqui, no Congresso, a questão dos jovens aprendizes. São milhares de jovens aprendizes que fazem cursos nos estados inteiramente gratuitos. Cursos de ano, um ano de duração, aliado às empresas. Aqui mesmo, no Distrito Federal, nós temos 1800 alunos, neste ano, que fazem curso de jovens aprendizes por força da lei, claro, mas inteiramente gratuito. Aqui, também, nós temos um convênio, e nós sabemos que o Brasil tem uma deficiência na área da educação, e, naturalmente na área da formação profissional, um convênio com os cursos médios públicos, nas escolas públicas, onde nós estamos aten-

dendo 2700 alunos, inteiramente gratuito. Eles saem da escola, do conteúdo programático do segundo grau, e sai também com o curso de formação.

Foi falada a questão da representatividade. Eu não vou ater a essas questões. Foi muito bem colocado pela Senadora Kátia Abreu essa questão da representação, eu ia fazer algumas considerações sobre isso, mas vou me ater a outras questões. Mas com relação à representatividade nos conselhos regionais e no Conselho Nacional, houve uma mudança recente, é lógico que ainda não é o que os trabalhadores reivindicam, que reivindicam a paridade, ou a igualdade, mas sempre tivemos a representação dos trabalhadores que era indicado pelo Ministério do Trabalho, do mesmo modo que temos a representação do estado, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, tanto no SESC e no SENAC. E aí, houve uma definição recente, e isso varia de acordo com o número de trabalhadores de cada Regional, da representação das Centrais Sindicais. Se eles não estão nos Conselhos, a culpa não é nossa, nós estamos aguardando essas indicações por parte do Ministério do Trabalho. É aí tem um bom número de trabalhadores que vão fazer parte desses conselhos. O Conselho Fiscal, por exemplo, hoje a maioria já pertence a trabalhadores e ao estado, não nossa dos representantes, representando o setor empresarial. Então essas críticas com falta à questão da representatividade, não me parece a mais adequada nesse instante.

A fiscalização, o Prof. Plínio fez referência a um pronunciamento que fizemos no Senado. Cada vez que eu vejo um encontro como esse também é melhor porque clareia, clareia... Foi o Prof. Plínio, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, foi ele.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Ah, desculpe, Professor. Clareia o conhecimento sobre essas entidades. E o meu discurso era exatamente, era uma resposta, porque o Ministro Haddad criticava o sistema S e anunciava as propostas de mudança, e dizia que era uma caixa preta, que não tinha nada, foi quando eu mostrei como era a composição dos conselhos, do Conselho Fiscal e de quem nos fiscaliza, ou quem fiscaliza o sistema. CGU, TCU, enfim, além do Conselho Fiscal.

Para ser não ser repetitivo, é bom que se diga a ação que já foi muito bem colocada pela Profª. Léa, do SENAC, na formação profissional. A formação profissional, portanto, não vou aqui me ater a esse, como foi colocado, o número de instituições, de leitos, de escolas, porque, cada vez que a gente discute isso, vem a clareza desses números. Se pecamos nesses 60 anos, talvez tenha sido em razão do nosso marketing não ter feito propaganda, fizemos calados a nossa atividade. Fizemos sempre isso de forma muito clara para o nosso próprio interior, para o nosso conhecimento, mas sempre atuando. E eu vejo aqui cada senador, e aqui não estavam todos: "Ah, no meu estado foi inaugurado tal, no meu estado foi inaugurado aquilo". E isso não é hoje não, isso é constante, é permanente. Não é porque a discussão está em voga nesse instante, tem sempre instalações novas, aqui mesmo no Distrito Federal tem um Centro social do SESC em Ceilândia, que é uma Cidade Satélite para aqueles não conhecem, em que é dotado um teatro, parque aquático, restaurante, enfim, todas as atividades do SESC que se constituiu num orgulho daquela cidade, que aumentou a auto-estima daquela cidade, isso ocorre em todos os lugares que chegam unidades dessa natureza.

Ainda há poucos dias, no Plenário do Senado, o Senador Mão Santa, o Senador João Vicente, o Senador Heráclito faziam referências à inauguração desse Centro de Turismo ou de formação profissional, ou do SESC de assistência ao trabalhadores na cidade de Luiz Corrêa, no Piauí. Isso para citar alguns casos.

Vejam, já em 1948, isto é, poucos anos após a criação do SESC, a Colônia de Férias de Bertioga era reconhecida como direito dos trabalhadores, lá em São Paulo. Isto, o SESC criado em 46, em 48 já estava dando reconhecimento como um direito dos trabalhadores. E nós temos instalados no Brasil 47 colônias de férias idênticas àquela, e que foi e que tem sido objeto de homenagem em vários Fóruns, essas colônias estão espalhadas em vários estados brasileiros e onde nós não temos colônias de férias, fazemos convênios, isso é o turismo social, acolhimento, a recepção.

Aqui nós temos inclusive a oportunidade primeira, já foi uma coisa que nos orgulhou muito, quando um conjunto de trabalhadores tiveram a oportunidade de fazer a primeira viagem internacional. Isso financiado em módicas prestações sem juros, para citar apenas esses casos. Pessoas que não nunca tiveram, muitos nunca tiveram o acesso a andar de avião e fazendo viagem internacional. Isso para mostrar o SESC.

Nós temos, hoje, 46 clubes de trabalhadores em vários estados brasileiros, e outra coisa: as pessoas que frequentam isso, os trabalhadores, a maioria, a maioria deles está na faixa de um a três salários mínimos. E quando você estende isso até seis salários, chega a 75% do nosso público que frequenta as unidades do SESC, portanto, de lazer, de assistência à saúde, odontológica, 75% chegam a seis salários mínimos, são trabalhadores na área do comércio e serviço. Turismo também, eu falei do turismo de recepção, nós temos um turismo de recepção e também fazemos um turismo que vai para outros lugares, até para o estrangeiro, para trabalhadores do comércio. Porque eles também têm

esse direito de fazer isso. Esse trabalho de incremento à viagem, Senador César Borges, ele é crescente e naturalmente é crescente porque essas estruturas, como foram colocadas aqui, tem vários anos.

O que nos preocupa mesmo, como eu disse, não é medo, o que nos preocupa é que quando você cria estruturas novas há uma pulverização desses recursos, e certamente isso vai chegar muito menos a quem efetivamente nos interessa a atender. Nós falamos aqui, foi falado aqui a Copa de 2014, está aí, gente, está a um passo, como é nós vamos montar estruturas na nova confederação, nos novos serviços, para preparar gente para a Copa de 2014. Nós estamos preocupados com isso, do sistema SESC e SENAC, estamos provavelmente celebrando inclusive um convênio com o SEBRAE, que eu tenho honra de presidir o Conselho Nacional, para chegar aos pequenos empresários, aí não é os trabalhadores, mas para se preparar para a questão da Copa do Mundo. A Copa está aí, não vai esperar a criação de novas estruturas para fazer treinamento para a Copa, não haveria tempo para se fazer isso, é um fato próximo. É um fato já. Então nós temos que colocar, naturalmente, formar esforços.

Eu dizia o seguinte: a CNC encampa não apenas a pirâmide sindical, tem mecanismos para encampar outras instituições, federações nacionais, e por que não somar esforços, usar esses equipamentos em benefício do turismo? Vamos nos juntar. Agora, se dividir, certamente vai chegar à conclusão de que pouco será feito por aqueles que efetivamente necessitam disso, que são os trabalhadores e as pessoas que deverão ser assistidas.

Então, eu reputo, Sr. Presidente, que, na minha visão, nós íamos ter, e aí foi uma vitória do nosso relator, não apenas esta Audiência Pública nestas Comissão. A intenção que tínhamos era ter aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, em outras Comissões, não com o objetivo de retardar ou usar mecanismos regimentais para que o projeto não ande, mas para esclarecer, para dar essa visão, para dar a cultura a todos nós sobre o que é esse sistema.

Eu quero, portanto, dizer da minha felicidade em ter ouvido todos os expositores, embora, sem falsa modéstia, o meu conhecimento já me dava o cabedal para votar o requerimento ou o projeto em todas as comissões, mas eu tenho certeza de que isso vai servir como uma fórmula de os nossos senadores ficarem mais inteirados do que seja esse sistema, CNC, SESC e SENAC e que necessariamente não precisa ser dividido para chegar à ação de treinamento de assistência aos trabalhadores na área do turismo.

São nessas as minhas colocações, Sr. Presidente. E fico aqui, como diz o Senador Dornelles, no dia da votação a gente faz mais alguns esclarecimentos, acompanhando certamente o relatório.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. Presidente da Comissão--

[interrupção de áudio]

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sem nenhuma prerrogativa o último orador, não é, Presidente?

[interrupção do áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Segundo o evangelho, os últimos serão os primeiros.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ainda bem que o senhor está aqui para lembrar disso. Mas meu Presidente Garibaldi, minhas homenagens à Senadora Rosalba Ciarlini, que, lamentavelmente, não pôde continuar conosco, mas que preside a Comissão de Assuntos Sociais, que, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que tenho a honra de presidir, e a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por V. Exa., realizam conjuntamente, à pedido do eminente Senador Adelmir Santana, esta importante Audiência Pública.

Eu gostaria, preliminarmente, de cumprimentar Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da CNTur, Dr. Gil Siuffo, vice-Presidente da CNC, o Sr. Norton Luiz Lenhart que nos deixou, a Dra. Léa Viveiros e o Dr. Francisco Cordão, que, pela segunda vez, tenho a honra de ouvir as apropriadas colocações. Saúdo também o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, o Dr. Plínio Sarti e o Mário Beni.

Eu estou seguro que perdeu, Sr. Presidente, os senadores que integram as três Comissões e que não tiveram a oportunidade de ouvir as balizadas opiniões, as apropriadas considerações que aqui foram estendidas pelos eminentes convidados, que deixaram seus afazeres para procurar trazer luz, trazer indicações das suas experiências de muitos anos militando no setor do turismo, para que nós, membros destas comissões e do Senado, pudéssemos apreciar o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009 que dispõe sobre a criação do Sistema S da Confederação Nacional do Turismo.

Inspirou-me a apresentação dessa propositura, Sr. Presidente, sem pretender reinventar a roda, sem pretender criar nada de novo. Simplesmente acompanhando uma tendência exitosa que já vi adotada pela indústria, pelo comércio, pelo setor de transporte. O Sistema S desses setores merecem os aplausos de todos nós, brasileiros, pela eficácia desses serviços,

pela contribuição inestimável que traz notadamente na área da capacitação e da aprendizagem do ensino profissionalizante. Nós só temos a louvar, nós só temos que aplaudir, vez que o Estado Brasileiro não tem, não reúne às condições de oferecer vagas para que milhões de brasileiros trabalhadores, a grande maioria dos brasileiros, pudessem ter a sua capacitação própria para o enfrentamento dos desafios diuturnos, dos enfrentamentos que cada um tem que ter para cuidar de si próprio e da sua vida, e da sua família.

Em momento algum eu imaginei que nós estaríamos apresentando um projeto de lei para criar um braço importante, não é o escopo total, mas é um braço importante de uma confederação, a exemplo do que ocorre com as outras, que isso viesse promover essa disputa tão forte e tão intensa, até por que há bem pouco tempo, o setor de transporte, é claro que houve algum debate, se separou do setor de indústria, sem nenhum problema. Houve o debate, mas houve o entendimento e eu fico ainda por compreender, quem sabe os senhores poderão me esclarecer, qual é a razão dessa resistência toda. Se não é pelo dinheiro, porque os números apresentados por ambas as confederações dizem que o *trading* do turismo dá prejuízo arrecada menos do que com ele foi gasto. Se não é pelo dinheiro qual é a razão dessa resistência?

Eu entendo ser legítima a postulação da Confederação Nacional do Turismo por grande parte das razões que foram aqui expedidas, que dizem respeito ao enorme potencial turístico que o Brasil tem e que não está sendo aproveitado. Nem o turismo interno, um turismo para os brasileiros poderem conhecer o Brasil, e nem o turismo externo, que nós perdemos para vários países menores do que o nosso aqui na América, para dizer só aqui da América Latina.

Nós temos que compreender onde é que está o gargalo, onde é que estão as dificuldades para que isso ocorra. Se há reclamações do grupamento turístico, dizendo que ainda não houve a capacitação adequada em número suficiente dos trabalhadores no *trading* turístico, alegando que apenas 1% dos trabalhadores receberam a oportunidade de ter uma capacitação.

Quando nós ouvimos o representante dos trabalhadores dizer efetivamente das dificuldades que tem o segmento, com a capacitação e a existente hoje, embora seja muito boa, de boa qualificação, mas está num patamar inatingível, que não permite pelos custos que os trabalhadores do *trading* turístico possam ter acesso a eles.

A Carta de Goiás, foi o 1º Congresso Brasileiro da Atividade Turística realizada neste país de 5 a 7 de dezembro de 1999, na Pousada do Rio Quente, região das águas quentes no Estado de Goiás, numa iniciativa da Frente Parlamentar do Turismo, PARLATUR, da Subcomissão Permanente do Turismo da Câmara dos Deputados, do Ministério do Esporte e Turismo, da EMBRATUR, do Conselho Consultivo do Turismo Nacional e da Comunidade Científica Acadêmica do Turismo Brasileiro, com a presença do Ministro do Esporte e Turismo, do Governador do Estado de Goiás, Presidente da EMBRATUR, Presidente da AGETUR, vereadores de municípios turísticos, presidentes de todas as entidades representativas do setor, trabalhadores em turismo e hospitalidade, deputados da PARLATUR e da Subcomissão Permanente do Turismo da Câmara dos Deputados, deputados estaduais, diretores e professores de faculdade de turismo em hotelaria, vê-se que era um grupo eclético e credenciado para estar discutindo as questões do turismo no país. Realizou esse 1º Congresso, de 5 a 7 de dezembro de 1999. Continha a agenda da sua realização e apontavam dificuldades que o setor tinha, dentre elas, falta da preparação das pessoas que atuam no setor, criar o SESTUR e o SENATUR, a exemplo dos serviços sociais SENAI e SEBRAE, etc. Apoio a Confederação Nacional do Turismo pra obtenção do registro sindical junto ao Ministério do Trabalho, isso em 1999, que vem dizer que a CNTur não foi criada neste ano, como aqui foi afirmado. Em 1999 ela já existia, ela foi criada há dez anos atrás, o que houve efetivamente neste ano, foi que ela somente este ano conseguiu obter o seu registro como entidade sindical de terceiro grau. Então já aquela época, em 99, não só o segmento dos trabalhadores no *trading*, mas todas as entidades representativas, discutindo a questão do turismo, já levantava essa dificuldades que o setor enfrenta, de treinar, de capacitar o pessoal.

Dos expositores aqui, registrei algumas questões que eu achava importante mencionar. Dr. Gil Siuffo argumenta que a repartição dos recursos configura um atentado ao trabalhador do comércio, ele entende que se retirar uma parte dos recursos da CNC para a CNTur vai ser um debacle na CNC. Eu sinceramente, Dr. Gil Siuffo, eu acredito que isso ocorrerá, primeiro porque o *trading* turístico integra o CNTur, eu não sei avaliar quais são os números, mas eu creio que o percentual do *trading* do comércio é muito maior, ou pelo menos de igual tamanho, do *trading* do turismo e que permanecerá na CNC.

O Dr. Nelson de Abreu Pinto comenta que o mercado tem muito a crescer. É verdade. É verdade, não há quem entre nós pode negar que o turismo brasileiro está longe de ser esse instrumento forte e importante que nós queremos e estamos lutando para que ele seja este instrumento forte de desenvolvimento social e econômico do Brasil. O mundo inteiro está com as

vistas voltadas para o turismo, e o Brasil precisa e deve estar também, acho que está também. Eu continuo aplaudindo os trabalhos que a CNC tem feito pelo turismo brasileiro, acho que é um trabalho excepcional, mas não creio que ela ou qualquer outra instituição que possa ser contra a consolidação de uma confederação, de uma outra instituição que quer trabalhar pelo desenvolvimento do turismo e com foco exclusivo, porque eu pessoalmente, a interpretação que faço, que o escopo precípuo, principal, mais importante da Confederação Nacional do Comércio, é o comércio. Que é um segmento importante da economia brasileira, muito importante da economia brasileira. E acho que a Confederação Nacional do Comércio tem sido exemplar, tem dado um show, tem tido muita competência nos trabalhos que faz, que desenvolve, sobretudo com relação aos interesses das demandas desse segmento importante, que é o comércio.

Alega ainda a CNTur que apenas 1% dos trabalhadores do *trading* turístico recebeu curso da capacitação. Se esses dados, a se confirmar esses dados é realmente um trabalho que precisa ser feito com intensidade. É um trabalho que revela ao Presidente da CNTur que será a prioridade que ele vai adotar e já está tomando providências com relação a isso, aliás discorreu com muita propriedade o professor Mário Beni, acho que CNTur não poderia escolher ninguém melhor capacitado, ninguém melhor habilitado, para propor efetivamente um modelo revolucionário de capacitação profissionalizantes neste país. E interessante, com gratuidade, já desde o início. Com gratuidade já desde o início. E há fontes de recursos que podem realmente permitir essa possibilidade. Eu vejo que a CNC também vai investir nesse viés, e eu considero muito importante que comece agora em 2009 oferecendo gratuidade de 20% dos cursos em 2010, 25%, em 2011, 35%, em 2012, 45%, em 2013, 55%, e em 2014, 66%, pode ser atrevida e pode ser ousada a proposta da CNTur, mas a CNTur está se propondo a oferecer gratuidade de 100% já a partir de 2010.

Então são questões que nós precisamos considerar. Ela afirma inclusive que por não ter estrutura física para poder abrigar e implementar esses cursos, fará convênio com instituições federais, sobretudo universidades, escolas técnicas federais, que estão habilitadas e tem todas às condições de atender a essa demanda tão significativa e tão importante.

Então eu creio que as exposições aqui expendidas, Sr. Presidente, foram importantes e foram efetivamente destinadas a contribuir para formação de juízo dos eminentes senadores que integram esta Comissão. Nós sabemos que a sessão está sendo gravada, as notas taquigráficas poderão ser acolhidas, mas é uma pena que nós tenhamos dito a presença de poucos Srs. Senadores aqui nesta sessão. Por essa razão, como nós teremos ainda a discussão desse projeto em outras comissões, eu creio que nós teremos a oportunidade de ampliar bastante esse debate nessas ocasiões.

Eram as considerações que eu gostaria de despender neste momento, Sr. Presidente, agradecendo, mais uma vez, as ilustrativas exposições que os convidados nos trouxeram. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. e pergunto aos Srs. Expositores... Não houve da parte dos senadores nenhuma pergunta. Então, eu pergunto aos expositores e à Sra. Expositora, Profª. Léa--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Desculpe, Presidente, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Houve uma pergunta sua?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não. Eu queria formular pergunta, estava me esquecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu queria que o Dr. Gil Siuffo, que, com muita competência, vem na direção dessa importante instituição que é a CNC, nos colocasse quais sãos as dificuldades a serem vencidas, quais são os gargalos que, no seu entendimento, precisam ser superados para que o turismo brasileiro avance em velocidade.

SR. LUIZ GIL SIUFFO: Senador, eu acho que o turismo brasileiro está avançando em velocidade. É evidente que nós não podemos fazer uma coisa de uma hora para outra, nós não podemos fazer projetos na base de que vamos com promessa, por exemplo, agora a grande meta seria a Copa do Mundo. É preciso, em primeiro lugar, saber de onde vêm esses recursos, porque eu já vivo inclusive ideias de que esses recursos viriam do CONDEPHAAT, que o nos preocupa, inclusive, colocações assim de que foram solicitados cinco milhões de reais para a formação profissional de pessoas para a área de turismo com relação à Copa do Mundo.

Nós estamos preparando 180 mil trabalhadores por ano. Isso não é pouco para o mercado. Agora mesmo, nós vamos colocar aqui, na Câmara dos Deputados, através de um convênio que fizemos, cerca de mil trabalhadores para a área de turismo por ano, garçons, cozinheiros, maitres. Então, na realidade, não há gargalo. O Senador Adelmir Santana, por exemplo, é Presidente de uma Federação do Comércio aqui, de Brasília, ele sabe muito bem da atuação do SENAC na

área de formação profissional. Esse gargalo não existe, senador. Nós gostaríamos, inclusive, de debater isto. O senhor nos deu oportunidade e vamos sentar com técnicos e discutir onde que existe esses gargalos, esses gargalos não passam de afirmações que não procedem. Nós lhe asseguramos, quando nós falamos aqui, por exemplo, dos investimento que mostram com relação aos investimentos, nós arrecadamos, imagine o senhor, 4.57% de recursos da área de turismo e arrecadamos com isso 208 milhões de reais, aplicamos 460. Nós ouvimos aqui colocações como, por exemplo, por que nós queremos ficar livres de alguma coisa que no dá tanto prejuízo? Não, nós não queremos ficar livres disso, isso faz parte do nosso compromisso com a sociedade, isso faz parte do nosso cumprimos com a entidade que representa comércio, bens, serviços e turismo. O conjunto de tudo isso é que nos dá oportunidade de poder trabalhar em áreas deficitárias. Mas, na realidade, o turismo nos dá prejuízo, no ajuste de contas nós vamos verificar realmente que nós estamos cumprindo com a nossa obrigação constitucional, ou seja, nós temos o compromisso... Esses recursos só podem ser divididos entre federações e confederações, que se criem confederações. Essas confederações, como disse aqui o companheiro, têm que conviver e viver inclusive com a Receita da contribuição sindical. Não se pode fazer confederação pensando em criar S e desses Ss dividir e subdividir os recursos, porque isso evidentemente não vai levar a lugar nenhum, isto vai aumentar o custo, nós vamos perder... Como disse o economista, nós vamos perder escala e consequentemente nós vamos gastar mais. Nós estamos mostrando aqui o déficit onde está. Agora, eu quero deixar isto claro porque, primeiro, não há gargalo, nós repelimos a afirmação, não do senhor, mas a afirmação que o senhor ouviu de que existe gargalo, e mais, que nós estamos defendendo aquilo que, na realidade, nos dá prejuízo. Não nos dá prejuízo, não. Servir aos trabalhadores é a nossa obrigação, é o nosso objetivo, e esses recursos são da sociedade e são dos trabalhadores da área de serviço, turismo, de bens.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com palavra o Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Obrigado, Presidente. Prezados Exmos. Senadores, eu fico até realmente surpreso, perplexo, depois de ouvir representante da CNC, o Dr. Luiz Gil Siuffo, falar nesse tom de voz tão acalorado como está tudo bonito, está tudo perfeito no turismo, a CNC não está perdendo dinheiro, está investindo pelos trabalhadores, não há gargalo. Eu quero lembrar aos senhores que a mais de dez anos o Brasil recebe cinco milhões e o mercado interno não tem mais de 20 milhões com acesso ao turismo. Nós trouxemos aqui uma proposta de democratizar o acesso ao turismo, reduzindo custo do turismo em até 50% para a grande população que hoje não tem acesso. Nós estamos ouvindo aqui o representante da Confederação dos Trabalhadores, o representante de uma confederação patronal do setor do turismo que está sendo desrespeitado, porque nós não aceitamos que a CNC ignore, como a eminente representante da Confederação da Agricultura, a Senadora Kátia Abreu também ainda não reconhece que existe uma Confederação Nacional do Turismo para representar o turismo, e pretender dizer que a CNC representa 60 e tantas categorias e que ela quer continuar representando todas, que ela não admite o desmembramento a dissociação de categorias, a saúde sair do comércio, serviço sair do comércio, turismo sair do comércio, ela não admite, ela quer continuar, mesmo criada uma confederação patronal do turismo, ela quer continuar arrecadando o imposto sindical para o comércio e quer continuar fazendo a prestação da formação da mão de obra do setor.

Então, eu queria encerrar, nesses minutos que eu tenho, dizendo que a CNC está incorrendo em grave equívoco, aqui foi falado até em termos de denúncia. Todo mundo sabe que nós estivemos por dez dias na Presidência do SESC de São Paulo e que nós fomos excluídos do sistema S do comércio para não ter acesso o setor de turismo na administração dos serviços profissionais que o SENAC representa e do social que o SESI representa. Nós fomos durante 15 anos diretores, fomos quem inauguramos essa Câmara do Turismo, conhecemos as mazelas deficitárias--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente. É uma nova exposição ou são apenas as considerações finais, Sr. Presidente?

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Não, eu estou encerrando, mas os seus representantes falaram três vezes mais que o tempo que os nossos e nós ouvimos quietos, de forma que eu vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo um alerta para a CNC, já que ela quer abrir o debate, de que vamos para o franco debate, vamos sim. Ignorar que nós temos condições de implodir o que a CNC perpetuou nesses 60 anos, nós temos sim, se o senhor quer esse debate, nós vamos fazê-lo no campo que o senhor quiser.

E eu encerro dizendo que foi um grave equívoco e uma desconsideração que se faz ao senador autor do PLS 174, que foi o último a falar, e não ouvido por todos os senadores presentes, porque a importância

do PLS 174 é muito maior para o Brasil e para os brasileiros do que para a CNTur e foi uma desconsideração, e esse equívoco eu espero que a CNC não venha a se arrepender.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço, e, com relação a votação, eu queria apenas dizer o seguinte: eu peço, aqui, a atenção dos senadores, nós temos o dia 18, que será daqui a uma semana, mas há um apelo para que seja votado dentro de 15 dias. Então, seria no dia 25, mas, no dia 25, há uma Audiência Pública sobre citricultura, solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy. Nós poderíamos votar no dia 25, primeiro, esse projeto de autoria do Senador Leomar Quintanilha, com a relatoria do Senador César Borges. Poderíamos votar no dia 25 ou deixaríamos para votar, mas aí eu já acho muito tempo. Depois dessa audiência, eu creio que os esclarecimentos foram suficientes para formar um juízo a respeito do projeto. O que V. Exas. acham?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, a próxima semana, na verdade, o Senador Dornelles solicitou que ele vai estar em tratamento de saúde, ele não poderia estar presente, ele gostaria de participar da discussão. Então solicitou o prazo de 15 dias, e eu, aqui, cedi, mas não vejo, também, nenhuma necessidade específica que tenha que ser 15 dias, pode ser 21 dias, nós estamos amadurecendo, é um assunto muito complexo, importante, e eu acho que devemos ter *quorum* suficiente o número de Senadores presentes, para que seja uma deliberação bastante democrática.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aliás é dia 1º de setembro. Então, vamos marcar a votação para o dia 1º, V. Exas. concordam? Senador Adelmir?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu não faço nenhuma objeção, Sr. Presidente, acho que é de bom tamanho, porque nós temos--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dia 1º de setembro?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Porque não terminativo nessa Comissão, depois da votação aqui, vai para a Comissão CCJ, Comissão de Justiça, CDR e CAES, é uma...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Mas veja a importância dessa discussão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, depois de tanta discussão, eu acho que ninguém mais quer falar. Não?

O Sr. Moacyr, por favor, o Sr. Moacyr Roberto quer ainda usar da palavra por poucos minutos.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Não, não, é um minuto, só.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Atenção, por favor, atenção aqui para a palavra do Sr. Moacir, que ele é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: É só para fazer um registro, é questão de justiça. Eu gostaria de registrar aqui, no Plenário, a presença da Deputada Nair Lobo, que foi, na época de 1999--

[palmas]

Era Presidente da Comissão de Turismo na Câmara, e que foi a Presidente do Primeiro CEBRATUR, eu gostaria de agradecer sua presença e registrar o seu fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Deputada, desculpe que eu não reconheci V. Exa., eu que falei tanto nas mulheres e deixei de registrar a presença de V. Exa.

Sessão encerrada às 14h12.

Ata da Décima Oitava Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em dezenove de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões Nº 07 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezenove de agosto do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador César Borges, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Jayme Campos, Cícero Lucena e Tasso Jereissati. É registrada a presença do Ex-Deputado Roberto Pessoa, autor do PLC nº 14, de 2007. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica que a Comissão participou, no último dia 13 de agosto, do primeiro Fórum Legislativo nas cidades-

sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014: "O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014". Este primeiro Fórum aconteceu na Cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, e contou com a participação, entre os vários convidados presentes, de Deputados Estaduais, Deputados Federais e de Senadores. O próximo Fórum acontecerá em Natal, no Rio Grande do Norte, no dia 28 de agosto, sexta-feira da próxima semana. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003-Complementar, não terminativo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 e 02-CCJ, e com uma emenda que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02-CCJ. O Presidente designa Relator "ad hoc" o Senador Tasso Jereissati. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01-CCJ/CDR, 02-CCJ/CDR e 03-CDR; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, não terminativo, que "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos", de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Em 24/06/09 foi concedida Vista ao Senador Jefferson Praia, nos termos regimentais. O Presidente designa Relator "ad hoc" o Senador Tasso Jereissati. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CDR; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2009, não terminativo, que "Altera a Lei nº 8.989, de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências", de autoria do Senador Renan Calheiros, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. O Presidente designa Relator "ad hoc" o Senador Jefferson Praia. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CDR; Item nº 04-Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007, não terminativo, que "Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000, (inclui o Ceará na área de atuação da Codevasf)", de autoria do Deputado Roberto Pessoa, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01-CCJ e 02-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01-CCJ e 02-CCJ. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01-CCJ/CDR e 02-CCJ/CDR; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 06-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que "Veda a instalação de presídios em cidades turísticas", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 07-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 08-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação", de autoria da Senadora Rosal-

ba Ciarlini, tendo como Relator Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 09-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei n° 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que "Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos", de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos", de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Relator da Matéria, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 06/05/09 foi realizada audiência pública para instruir a Matéria. A apreciação das Matérias é adiada. A Presidência submete ao Plenário, como item Extrapauta, o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, terminativo, que "Altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 01-CAE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CAE. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **César Borges,** Presidente em Exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Bom-dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à apreciação de proposições. Entretanto, temos um comunicado a fazer.

A CDR participou na quinta-feira passada, dia 13 de agosto, do primeiro Fórum Legislativo nas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014: "O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014". Este primeiro Fórum aconteceu na Cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, e contou com a participação, entre os vários convidados presentes, de Deputados Estaduais, Deputados Federais e de Senadores. O próximo Fórum acontecerá em Natal, no Rio Grande do Norte, no dia 28 de agosto, sexta-feira da próxima semana. A Secretaria da Comissão encaminhará o convite a todos os membros da Comissão e um convite especial que faço nesse momento aos Senadores do Nordeste, principalmente os Senadores do Rio Grande do Norte, para que possam comparecer ao Fórum para discutir esse importante evento da Copa do Mundo de 2014, cujas previdências se fazem necessárias para que tenha sucesso em nosso País. Repito a data: 28 de agosto, sexta-feira, das nove às 13 horas, na Assembleia Legislativa do Estado de Rio Grande do Norte, à Praça 7 de Setembro, s/nº número, na Cidade Alta, na Cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

Com relação às proposições, vamos iniciar a nossa pauta pelos Itens Não Terminativos, diante da clara falta de *quorum* para a análise dos Itens Terminativos.

O primeiro Item Não Terminativo é o Item nº um. Entretanto, a relatoria do Senador Gerson Camata, que não se encontra presente.

O Item nº 2 é um Projeto de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, cujo Relator, Senador Gilberto Goellner, solicitou que pudesse essa Comissão designar um Relator *ad hoc.* Eu pergunto ao Senador Tasso Jereissati se ele faria a gentileza de fazer esse relatório para o Item 2, Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, que "Altera a Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos". Foi concedida Vista ao Senador Jefferson Praia, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. É o Item nº 2, Senador Jefferson Praia. V. Exa. pediu Vista desse Projeto, mas devolveu sem manifestação. Eu estou pedindo ao Senador Tasso Jereissati que possa vamos dizer a gentileza de fazer o relato como *ad hoc*.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois não, Sr. Presidente. O relatório de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que formulou a proposição em decorrência do relatório final da Subcomissão Temporária de Regulamentação de Marcos Regulatórios, é o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, que objetiva disciplinar a implantação de equipamentos urbanos, assim considerados os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, iluminação, iluminação pública, rede de telecomunicações, gás canalizado. Para tanto, a norma proposta visa alterar a Lei nº 6.766, de dezembro de 1970, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

Justifica a iniciativa o argumento de que na ausência de uma legislação específica o uso do solo urbano, por parte das prestadoras de serviços públicos, tem se tornado fonte de inúmeros conflitos que comprometem tanto o urbanismo municipal quanto a adequada prestação do serviço.

Análise. Nos termos do inciso XX, do art. 21, da Constituição Federal, compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. A deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, não havendo restrição à iniciativa parlamentar. Não há, assim, reparo a fazer quanto à constitucionalidade e à juridicidade do mérito, expresso em adequada técnica legislativa.

No mérito, concordamos com os argumentos que ensejam a proposição, de fato hoje regrar o regime jurídico a ser adotado para a implantação de equipamentos urbanos destinados à prestação de serviços públicos. Suprir essa lacuna normativa, como pretende o Projeto em análise, significa de um lado trazer a necessária segurança jurídica para as prestadoras desses serviços e, de outro, vincular a implantação das redes ao planejamento da ocupação territorial. Quanto à forma e, contudo, cabe ligeiro reparo. A expressão "condições justas e razoáveis", utilizada como parâmetros de eventuais ônus a serem suportados pelas prestadoras em relação ao uso dos espaços públicos, contêm demasiado grau de imprecisão. Compete aos municípios como parte da prerrogativa de ordenar o território e controlar o uso do solo urbano, fixada no art. 30 da Constituição Federal, regrar as condições a serem exigidas nesses casos. A Lei Federal, portanto, ao estabelecer o princípio da razoabilidade como quer a norma proposta, deve remeter aos municípios a incumbência de conferir-lhe materialidade e eficácia.

Voto. Pelas razões respostas, Voto pela aprovação do PLS nº 183, de 2009, com a Emenda seguinte: "Art. 2º – A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo: Art. 53b – As prestadoras de serviços públicos terão direito à utilização compartilhada das áreas destinadas a equipamentos urbanos, atendidas as normas técnicas pertinentes de forma não discriminatória e sob condições justas e razoáveis, definidas estas na Lei Municipal; § 1º – A implantação de equipamento urbano far-se-á exclusivamente nas áreas destinadas a essa finalidade, mediante a instituição de servidão que será considerado um bem reversível caso a prestadora seja concessionária de serviço público; § 2º – A Prefeitura manterá cadastro georreferenciado das redes de infraestrutura instaladas no território municipal, que ficará disponível para a consulta do público em geral.

É esse o Voto do Senador Gilberto Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Senador Tasso. Feito o relato na condição de Relator *ad hoc,* coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação inicialmente o Parecer do Relator, favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta. Em votação. Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. Os Senadores aprovam o presente Projeto.

O Item 3 também o nosso Relator, o Senador Wellington Salgado, de um Projeto do Senador Renan Calheiros, não se encontra, mas eu peço a gentileza ao Senador Jefferson Praia que possa fazer o relato do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2009, Não Terminativo nesta Comissão, que "Altera a Lei 8.989, de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras

de deficiência física, e dá outras providências". A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão então Terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia para proferir o Parecer.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, passo ao relatório. A proposição ora analisada altera a Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis por taxistas e pessoas portadoras de deficiência física, para estender o benefício aos serviços de Táxi Turismo, que opera por meio de veículos com capacidade de até sete passageiros.

O benefício é condicionado à existência de regulamentação municipal, especifica sobre o serviço que é seguro o emprego de veículos em benefício do maior conforto e segurança dos passageiros e do aprimoramento dos serviços de turismo municipal. O projeto determina, ainda, que no âmbito da Receita Federal as informações prestadas pelos interessados em obter a isenção deverão ser confirmadas pelas entidades sindicais legalmente constituídas. As repercussões financeiras decorrentes da medida deverão ser tratadas nos termos da Lei nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. O autor da proposição, o Senador Renan Calheiros, considera que o transporte de turistas para hotéis, aeroportos e pontos de visitação é muitas vezes realizado precariamente devido à inadequação da frota de táxi. Ao estender a isenção de IPI a automóveis mais seguros, confortáveis e de maior capacidade, a medida proposta contribuiria, portanto, para aperfeiçoar o sistema de transporte de táxi em localidades com vocação turística. Além disso, contribuiria para inibir o surgimento dos chamados piratas, cuja atuação gera insegurança para os passageiros e para a população em geral. Nesse sentido, determina-se a regulamentação dos serviços pelos municípios que poderão exigir, por exemplo, o aperfeiçoamento profissional dos condutores. A participação dos sindicatos visa a combater possíveis fraudes na concessão do benefício, segundo o procedimento a ser regulamentado pela receita. Após a manifestação desta Comissão, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá em caráter terminativo.

Sr. Presidente, o relator faz portanto a análise; faço a análise rapidamente. A isenção de IPI na aquisição de automóveis por taxistas, prevista na Lei 8.989, de 1995, aplica-se apenas aos automóveis de cilindrada inferior a 2000cms³. Tal restrição impede, entretanto, o emprego de automóveis de porte intermediário destinado ao transporte de até sete passageiros, utilizado principalmente no turismo. Resulta daí que grupos pequenos de turistas tenham que ser acomodados em mais de um veículo, em prejuízo de seu conforto e a custos mais altos. Ao estender a isenção fiscal a esse tipo de veículo, o Projeto em análise, uma vez aprovado, eliminará um importante fator inibidor do turismo em nosso País, que é a inadequação da frota de táxi na cidade de destino. Além disso, estimulará os municípios de vocação turística a regulamentarem esse serviço, o que certamente contribuirá muito para o seu aperfeiçoamento.

No que diz respeito à técnica legislativa, entendemos que a Ementa da proposição pode ser aperfeiçoada para tornar mais claro os seus objetivos.

Passo ao voto, Sr. Presidente. Ante o exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2009, com a seguinte Emenda: Emenda CDR: Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2009, a seguinte redação: "Altera a Lei 9.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências para estender o benefício ao serviço de Táxi Turismo". Esse é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Senador Jefferson Praia, pelo seu relato. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer do Relator, Senador Wellington Salgado, aqui relatado pelo Senador Jefferson Praia, como Relator *ad hoc*, que tem o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item nº 4. Projeto de autoria do Deputado Roberto Pessoa, com a relatoria do Senador Tasso Jereissati: "Dá nova redação ao art. 2º da Lei 9.954, de 6 de janeiro de 2000 (inclui o Ceará na área de atuação da CODEVASF)". O Parecer é favorável ao Projeto e às Emendas nºs. 1 e 2. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para proferir o seu Parecer.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007, de autoria do Deputado Federal Roberto Pessoa, do ex-Deputado Federal Roberto Pessoa, que hoje é Prefeito do Município de Maracanaú, em Fortaleza, e que nós temos aqui hoje

nos visitando, acompanhando pessoalmente esse seu Projeto de muito interesse para o Estado do Ceará.

A proposição altera o art. 2º, da Lei nº 9.954, de 2000, para incluir o Estado do Ceará no conjunto de Estados brasileiros inseridos na área de atuação da CODEVASF. E, em seu Parágrafo Único, estabelece que o órgão de representação da empresa seja instalada em Crateús, no Estado do Ceará. O art. 2º corresponde à cláusula de vigência. A proposição já foi aprovada na CCJ.

Análise. A proposição em análise coincide, nos termos do art. 104A do Regimento Interno do Senado Federal, com diversos temas da área de competência desta Comissão, como são os assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, assim como são os temas relativos às agências e organismos de desenvolvimento regional. A proposição também não fere qualquer tipo de preceito constitucional. No entanto, tal como já foi objeto de atenção na CCJ, requer alguns ajustes para preencher os requisitos de boa técnica legislativa, pois altera a Lei nº 9.954, de 2000, que, por sua vez, alterou a Lei nº 6.088, de 1974. O correto seria promover a alteração dessa última Lei, que é a Lei básica da CODEVASF, cuja ação se pretende estender ao Estado do Ceará. Originalmente apenas o Vale do Rio São Francisco era objeto de atenção da empresa, mas o reconhecimento do sucesso dos seus empreendimentos motivou a expansão do território sujeito à sua intervenção, voltada principalmente ao aproveitamento de recursos hídricos para a promoção do desenvolvimento social e econômico. Deste modo, em 2000, por meio de iniciativa das lideranças políticas do Piauí, sua atuação foi estendida ao Vale do Parnaíba, com a Lei nº 9.954, de 06 de janeiro daquele ano. Neste contexto, o objetivo da proposição em análise é o seguinte: a Lei nº 9.954, de 2000, que incluiu o Vale do Parnaíba, limitou a atuação da empresa às porções do Vale localizada nos Estados do Piauí e Maranhão, deixando excluída a parte cearense localizada no mencionada Vale. O PLC nº 14, de 2007, visa corrigir esta exclusão do Ceará da área de atuação da CODEVASF.

Conforme o autor do PLC nº 14, de 2007, ressaltou na justificação, o Vale no Parnaíba abrange, além do Piauí e do Maranhão, uma porção do Estado do Ceará, pois das vinte e sete microrregiões homogêneas que compõem o Vale do Parnaíba, três estão localizadas no Ceará. A Bacia do Rio Parnaíba abrange cerca de 350.000km² e envolve os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Ainda, 2614km² dessa bacia estão localizadas na área litigiosa entre o Piauí e o Ceará. A região do Poti-Longá/Pirangi é a única do Ceará que drena suas águas para outro Estado da Federação, no caso o Piauí. Vários rios, como o Poti, o Jaburu e o Lontra nascem no Ceará e, devido à topografia da região, correm para o Piauí e isso configura o Rio Parnaíba como um rio de domínio federal, ou seja, corpos d'água que são de interesse de mais de um Estado da Federação. Dos 184 municípios cearenses, os seguintes 18 municípios compõem a Bacia Hidrográfica do Parnaíba: Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Graciaba do Norte, Croatá, Poranga, Ararendá, Ipaporanga, Crateús, Quiterianópolis, Novo Oriente, Independência, Ipueiras, Tamboril, Granja, Tianguá e Viçosa do Ceará.

Vale ainda ressaltar a relevância que tem o presente Projeto de Lei. Com efeito, a CODEVASF tem protagonizando o desenvolvimento econômico e social dos Vales onde atua, sendo a grande responsável pelo aumento da produtividade agrícola em tais regiões. A ampliação de sua área de atuação para incluir o Ceará certamente contribuirá em muito para o desenvolvimento de uma região de muita potencialidade, que é a porção cearense da Bacia do Rio Parnaíba, cujo polo regional é a Cidade de Crateús.

Assim, quanto ao mérito, apoiamos integralmente a iniciativa, bem como acolhemos as Emendas de Redação aprovadas na CCJ, que visam promover os ajustes necessários ao texto do Projeto para atender à nossa boa técnica legislativa.

Voto. Portanto, em face do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Deputado Roberto Pessoa, do ex-Deputado Roberto pessoa, a quem eu aproveito para parabenizar a iniciativa. Realmente é uma iniciativa de profunda importância para o Estado do Ceará, que vai unir as habilidades que existem da CODEVASF, principalmente na irrigação, ao potencial de barragens que tem o DNOCS. E, desta maneira, preenche uma lacuna importantíssima que estava esquecida diante do potencial de desenvolvimento agrícola no Estado do Ceará. A lembrança e a percepção de V. Exa. realmente tem da nossa parte e de todos os cearenses o nosso maior louvor e agradecimento. Em face, portanto, do nosso Voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007, e das Emendas de Redação nºs 1 e 2, aprovadas na CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado ao Senador Tasso Jereissati. Eu quero saudar a figura do Deputado, ex-Deputado Roberto Pessoa e hoje Prefeito dessa importante Cidade do Ceará, de Maracanaú, que está aqui entre nós. Realmente eu vi pela leitura aqui do relatório do Senador Tasso Jereissati o nome de algumas cidades cearenses; é preciso treinar antes para a gente não errar [risos], porque são nomes indígenas e que precisamos estar sempre acostumados a pronunciá-los para fazer a pronúncia correta.

Coloco o Projeto em discussão.

Na verdade, sem querer discutir, mas apenas fazer um breve comentário, porque esse órgão, a CODEVASF, realmente é da máxima importância para o Nordeste brasileiro e de forma específica para o meu Estado, o Estado da Bahia, onde ele tem projetos da maior importância e que modificou a face de algumas regiões baianas, como eu cito a região da Cidade de Juazeiro, mas, também, tem a Cidade de Petrolina, no Estado de Pernambuco, que modificou economicamente, passou a ser um polo produtor de frutas que são exportadas para vários países da Europa, Estados Unidos. Realmente a participação da CODEVASF foi fundamental em todo o Vale do São Francisco. Então a atuação da CODEVASF seja na Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Alagoas, Sergipe, tem sido marcante. Entretanto, Senador Tasso Jereissati, eu diria que falta às vezes se dar à CODEVASF os instrumentos necessários para que ela possa fazer esse trabalho de forma mais abrangente em vários projetos de irrigação que têm um andamento lento, difícil, através do que eu chamo de soluços orçamentários.

Nós temos vários projetos paralisados em Minas Gerais, na Bahia, eu cito o caso do salitre na Cidade de Juazeiro, do Baixio de Irecê na Cidade de Xique-Xique, na Bahia, quer dizer, a CODEVASF carece de mais atenção e mais prioridade por parte do Governo Federal para alocar recursos para que ela possa atender importantíssimo setor econômico que pode ser para nós a agricultura irrigada; sem sombra de dúvidas para o Nordeste brasileiro a agricultura irrigada é fundamental.

Houve, por bem, fazer-se a mudança da CODEVASF, que abrangia apenas o Vale do São Francisco, para também o Vale do Parnaíba, atendendo ao Estado do Piauí e, em parte, o Estado do Maranhão. Então nada mais justo que se está atendendo o Vale do Parnaíba, que se atenda o Vale por inteiro, não se excluindo as cidades que estejam no Estado do Ceará. Eu acho que o Deputado Roberto pessoa, de forma bastante correta e justa com o seu Estado, apresentou esse Projeto, que aqui teve a relatoria favorável também desse grande cearense, que é o Senador Tasso Jereissati, então se juntam esses dois cearenses para beneficiar o Nordeste brasileiro; beneficiando o Ceará, está beneficiando o Nordeste brasileiro.

Então eu queria fazer esses comentários e colocar em discussão a matéria.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Tasso com a palavra, por favor.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Apenas complementando as suas sempre importantes observações, em relação aos soluços orçamentários da CODEVASF e de todos os órgão que de alguma maneira atuam na nossa região, eu queria colocar que nós aqui estamos promovendo, estamos surgindo e V. Exa. teria um papel fundamental, eu pediria a sua liderança, de voltarmos a promover nesse segundo semestre agora uma série de discussões aqui, que voltássemos a discutir a Região Nordeste, os orçamentos para a Região Nordeste, projetos de desenvolvimento para a Região Nordeste, que estão um tanto quanto esquecidas na agenda dessa Casa e na agenda nacional, na agenda nacional de uma maneira geral, na agenda do Governo Federal, e que nós fizéssemos aqui, isso já está proposto, e com certeza a sua liderança seria fundamental como Vice-Presidente, com o conhecimento que eu sei que V. Exa. tem da Região Nordeste, a experiência que tem, seria a pessoa ideal para coordenar aqui nesta Comissão um ciclo de discussões sobre a região, para que isso não volte a acontecer. Eu queria acrescentar que nessas lutas aí por recursos da CODEVASF, a bancada sempre muito aguerrida do Ceará será uma aliada nessa luta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Tasso Jereissati, eu acho extremamente oportuna essa sua colocação, porque efetivamente notamos que saiu um pouco da agenda do Senado Federal a questão do desenvolvimento regional e, particularmente, do Nordeste, que já foi tratado inclusive por V. Exa., fizemos parte de Comissões aqui tratando desse assunto.

Eu vou aproveitar a sua sugestão, vou fazer um requerimento para esse ciclo de debates, para convocar aqui diversos órgãos, tipo a SUDENE, que já teve um papel tão fundamental, foi recriada, mas não sabemos exatamente ainda qual é o papel dela nesse cenário de desenvolvimento regional. Foi recriada, mas não sabemos o papel da SUDENE. Acho que o papel do Banco Nordeste também é um papel importantíssimo para o Nordeste brasileiro, mas tem que a cada dia ser repensado e atualizado para o momento que nós vivemos. O papel do BNDES, que me parece cada vez mais pálido em relação ao Nordeste. Eu reclamava quando era 13% do total de recursos do BNDES destinados ao Nordeste; já estamos em 8%, quer dizer, é algo inaceitável. Se você procura o BNDES, ele diz: “Ah, o Nordeste não tem projetos”, mas também ele não estimula projetos no Nordeste ou pelo menos não facilita a aprovação de projetos no Nordeste. Alguma coisa não está certa. A população do Nordeste brasileiro são 30% do País e só tem 8% dos recursos do BNDES. Então nós temos que fazer algo para dife-

renciar, até para que seja proporcional à participação da economia brasileira.

Portanto, eu vou fazer um requerimento, vou conversar com o Presidente dessa Comissão para que nós possamos fazer rapidamente esse ciclo de debates convidando todas essas autoridades e verificando se o Nordeste está recebendo o quinhão orçamentário que realmente ele merece por parte da União. Eu acho que se a União não tiver a compreensão de que a política tem que ser diferenciada para o Nordeste, dificilmente nós vamos conseguir vencer todas as dificuldades orçamentárias que a cada ano... Eu falei soluços porque é isso mesmo, são projetos que demoram dez, quinze anos. Você coloca um recurso, faz Emenda de bancada, e agora recentemente também os recursos foram cortados e assim por diante. Portanto, está aceito a sua sugestão, eu farei esse requerimento, vou conversar com o Senador Leomar Quintanilha e vamos implantar rapidamente esse ciclo de debates.

Eu coloquei em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão. Em votação o Parecer do Relator, o Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e Às Emendas de nºs 1 e 2 da CCJ. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Temos ainda Não Terminativo aqui o Item nº 1, que é um Projeto do Senador Pedro Simon, cuja relatoria é do Senador Gerson Camata, que não se encontra presente, mas eu pediria também ao Senador Tasso Jereissati que fizesse a gentileza de relatar este Projeto para que nós pudéssemos adiantar a pauta nesta Comissão. Então, Senador Tasso Jereissati, eu peço que V. Exa. possa relatar este Projeto que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul", de autoria do Senador Pedro Simon. O Parecer é favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2 da CCJ, com a Emenda que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 e 2 da CCJ. Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para proferir o seu Parecer.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, vem à análise dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que trata da criação da Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. O PLS nº 315, de 2003, propõe que a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul seja constituída pelas Sub-regiões de Campanha, Central, Centro Sul, Fronteira Oeste, Litoral, Vale do Rio Pardo e Sul. Também autoriza o Poder Executivo a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Mesorregião e a instituir o correspondente programa especial de desenvolvimento.

O autor, o Senador Pedro Simon, justifica a sua iniciativa recordando que o Rio Grande do Sul, ao longo da sua história, assistiu à degradação econômico e social de considerável parte do seu território, a Metade Sul. Além disso, atribui essa tendência à política da União que temia a ambição de países vizinhos sobre as áreas de fronteira, circunstâncias que resultaria de especificidades da história da Região Sul.

Análise. Sem sombra de dúvidas, o Projeto em análise é meritório, já que a criação da região integrada ao desenvolvimento é importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico das regiões em situação desfavorável quanto aos indicadores socioeconômicos, como é o caso da Metade Sul do Rio Grande do Sul quando comparada com as demais mesorregiões da Região Sul do País. Certamente a criação de uma região integrada ao desenvolvimento trará muitos benefícios para a sua área de influência e ajudará a reduzir a marcante desigualdade entre as regiões brasileiras, além de contribuir para a consolidação do MERCOSUL. No entanto, apesar de ser favorável à aprovação do PLS nº 315, cabe considerar a sua natureza de Projeto de Lei autorizativa. Ressalto que o Senado Federal, a respeito dos Projetos de Lei autorizativo, adotam o entendimento do Parecer nº 527, de 1998, da CCJ, do então Senador Josafá Marinho, segundo o qual esse tipo de Projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa.

De acordo com esse Parecer, o efeito jurídico de uma Lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração à prática de ato de sua competência. Em síntese, a proposição é meritória e não fere qualquer tipo de preceito constitucional. No entanto, tal como já foi objeto na CCJ, requer alguns ajustes para atualizar a denominação do programa de desenvolvimento regional almejado pelo autor do PLS nº 315, de 2003. Assim, cabe apoiar e ratificar o aprimoramento aprovado na CCJ. Adicionalmente cabe apresentar a sugestão de uma Emenda para adequar a proposição às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos constantes do Voto que apresenta a seguir.

Voto. Pelo exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 315, Complementar, com duas Emendas aprovadas na CCJ, com a seguinte redação: "Art. 6º – O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido no art. 17, da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estimará a

despesa decorrente desta Lei, à qual será compensada pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a incluirá no Projeto de Lei Orçamentário cuja apresentação se der depois de decorrido sessenta dias da publicação dessa Lei; Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação; Parágrafo Único – O art. 1º só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 6º".

Esse é o Voto, portanto, do Senador Gerson Camata, à iniciativa do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer do Relator, favorável ao Projeto, às Emendas nºs 1 e 2 da CCJ e à Emenda que apresenta. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Eu queria informar ao Senador Tasso Jereissati, eu fui informado aqui pela Secretaria da Comissão, de que V. Exa. já apresentou um requerimento para que esse ciclo de debate pudesse ser realizado nessa Comissão, já foi aprovado e o Presidente Leomar já está tomando as providências para iniciar o mais rapidamente, eu não sei quando exatamente, se tem já alguma reunião marcada. Seria amanhã, mas foi adiada para daqui a 15 dias.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador César Borges, muito obrigado. Tão importante quanto o requerimento é a sua liderança, que é fundamental nesse processo, nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então nós vamos listar aqui quem são as pessoas, eu acho que poderíamos conversar posteriormente para fazer os convites, para listarmos as autoridades e os órgãos federais ou outros órgãos envolvidos com o desenvolvimento do Nordeste para convidarmos para participar do ciclo de debates.

Senador Tasso, aqui tem o PAC Nordeste, que seria o tema um; depois o Desenvolvimento do Nordeste, que foi apresentado por V. Exa.; Planejamento do Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Social do Nordeste; Dinâmica Populacional do Nordeste; Dinâmica Urbana do Nordeste; A integração das Políticas Públicas do Nordeste; As Linhas de Ação Estratégicas. Ainda há outros temas ainda, são realmente bastantes temas, temos 12 temas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Agora é fazer acontecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É fazer acontecer, selecionando quem são as pessoas, os palestrantes. Aí eu peço a V. Exa. também que tem profundo conhecimento da questão e das pessoas mais competentes da região envolvidas com essa matéria, que nós possamos listar essas pessoas para convidá-las a participar do ciclo de debate.

Não tendo número para deliberação das matérias em pauta Terminativas, considero cumprida a finalidade da Reunião, agradeço a presença dos senhores e dou por encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 10h57.

Ata da Décima Nona Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada Em Vinte e Seis de Agosto de 2009, Quarta-Feira, às 9 Horas e 30 Minutos, Na Sala de Reuniões nº 06 da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e seis de agosto do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número seis da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, José Nery, Marco Maciel, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado, Pedro Simon, Demóstenes Torres, e, ainda, dos Senadores Heráclito Fortes, Inácio Arruda, Mão Santa e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência faz o registro do comparecimento de várias autoridades que vieram acompanhar a Audiência Pública, dentre eles: Exmos. Srs. Deputados Federais Nazareno Fonteles e Carlos Brandão; Francisco Evandro Freitas Costa Mourão, Prefeito Municipal de Buriti, Maranhão; Dias Rocha, Prefeito Municipal de Barreirinhas, Maranhão; José Ribamar Ribeiro Fonseca, Prefeito Municipal Humberto de Campos, Maranhão; Pedro da Silva Brito, Prefeito de Viçosa do Ceará, Ceará; Edmar Lopes Albuquerque, Defensor Público Municipal de Camocim, Ceará; Luiz Menezes, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Tianguá, Ceará; Silvio Leite, Secretário de Estado de Turismo do Piauí; Amaro José de Freitas Melo, Prefeito Municipal de Batalha, Maranhão; Maria do Socorro Araujo, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Turismo do Maranhão; Roberto John Gonçalves da Silva, Representante do Estado do Piauí; Carlos Vinicius de R. Batista, Secretário de Turismo de Parnaíba, Piauí; Carlos Teles, Secretario de Desenvolvimento de Parnaíba, Piauí; Luciana Marão Felix, Prefeita Municipal de Araioses, Maranhão; e

Francisco Antonio de Sousa Filho, Prefeito Municipal de Esperantina, Piauí. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando início aos trabalhos, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com o objetivo de "apresentar o Plano Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte – PDSRT Meio-Norte – elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 6 de novembro de 2008 para esta finalidade", em atendimento ao Requerimento nº 10/2009-CDR, aprovado em 06/05/09, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e César Borges, tendo como convidados representantes do Ministério da Integração Nacional – MI; Ministério do Turismo – MTur; Ministério do Meio Ambiente – MMA (IBAMA); Ministério dos Transportes – MTransportes (DNIT); Ministério de Minas e Energia – MME; Secretaria Especial de Portos; INFRAERO; e Representações de Governos Estaduais. A Audiência Pública é realizada com a presença do Sr. Júlio Miragaya, Coordenador-Geral do PDSRT do Meio Norte do Ministério da Integração Nacional; Sr. Ricardo Moesch, Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo; Sra. Ana Clévia Guerreiro Lima, Coordenadora-Geral de Regionalização do Ministério do Turismo; Sra. Daniela Nascimento, Gerente Técnica do Programa de Apoio à Sustentabilidade Ambiental do Turismo – PROECOTUR, do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Eugênio Pio Costa, Coordenador de Transportes da Diretoria de Licenciamento do IBAMA; Sr. Adaílton Cardoso Dias, Coordenador-Geral de Planejamento e Programação de Investimento do Ministério dos Transportes (DNIT); Sr. Robésio Maciel de Sena, Diretor do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico do Ministério de Minas e Energia; e Sr. Wilson do Egito, Diretor do Departamento de Desempenho Operacional da Secretaria Especial de Portos. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Heráclito Fortes, João Vicente Claudino e Mão Santa; o Deputado Federal Carlos Brandão; os Prefeitos Luciana Marão Trinta (Araioses – MA), Francisco Antonio Sousa Filho (Esperantina – PI), Amaro Melo (Batalha – PI); o Ex-Prefeito de Tianguá, Luiz Menezes; a Secretaria Adjunta de Turismo do Maranhão, Maria do Socorro, e ainda o Defensor Público Municipal da Comarca de Camocim, Ceará, Edmar Lopes Albuquerque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter extraordinário, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Essa Ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Esta Reunião destina-se à realização de uma Audiência Pública com o objetivo de apresentar e debater o plano de desenvolvimento sustentável da região turística do Meio-Norte – PDSRT, elaborado pelo grupo de trabalho interministerial, instituído pelo Decreto de 06 de novembro de 2008 para esta finalidade, cujo Coordenador é o Dr. Júlio Miragaya, em atendimento ao requerimento nº 10/2009 desta Comissão, aprovado em 06 de maio de 2009, de nossa autoria, conjuntamente com o Senador César Borges.

Encontram-se presentes para a audiência o Dr. Júlio Miragaya, coordenador geral do plano de desenvolvimento sustentável da região turística do Meio-Norte – PDSRT e também Coordenador Geral de planejamento territorial do Ministério da Integração Nacional; o Dr. Ricardo Moesch, Diretor de Departamento de estruturação, articulação e ordenamento turístico do Ministério do Turismo; Dr. Wilson do Egito, Diretor do Departamento de Desempenho Operacional da Secretaria Especial de Portos; Dr. Robésio Maciel de Sena, Diretor de Monitoramento do Sistema Elétrico do Ministério de Minas e Energia; Dr. Adailton Cardoso Dias, Coordenador Geral de Planejamento em Programas de Investimentos e Programação do DNIT; Daniela Nascimento, Gerente Técnica do Programa de Apoio à Sustentabilidade Ambiental do Turismo do Ministério do Meio Ambiente, PROECOTUR; Dr. Eugênio Pio Costa, Coordenador de Transportes da Diretoria de Licenciamento do IBAMA.

Convido os ilustres convidados a tomarem assento à Mesa. Dr. Júlio, sente-se aqui, por favor, Dr. Júlio. Estamos aguardando os ilustres convidados a tomarem assento à Mesa. Nós adotaremos o seguinte critério: Como o grupo tem o seu coordenador, nós abriremos um primeiro tempo ao seu coordenador, Dr. Júlio Miragaya, num tempo de 20 minutos para fazer a sua exposição, que será complementada pelos demais ilustres convidados que aqui se encontram, se assim

julgarem necessário. E, então, passaremos à interlocução, à participação dos Srs. Senadores inscritos.

A palavra aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Concedo, portanto, a palavra ao Dr. Júlio Miragaya, para fazer sua exposição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Embora eu não seja membro da Comissão, o tema para meu estado e para minha região é da maior importância. Eu queria saber de V. Exa. como é que eu procederia no caso de inscrição?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exa. enche de orgulho essa Comissão com sua presença e tenho segurança de que o tema a ser discutido envolve diretamente o estado que V. Exa. representa aqui, V. Exa. terá participação em igualdade de condição com os membros dessa Casa. Aqui nós observaremos a lista de inscrição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Solicito a V. Exa., então, a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Já está V. Exa. inscrita em primeiro lugar. Dr. Júlio Miragaya, tem V. Exa. a palavra.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Obrigado, Senador. Um bom-dia aos senhores e senhoras presentes aqui a essa audiência, inicialmente agradecendo à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal por essa oportunidade do grupo de trabalho interministerial, instituído para com essa atribuição, de elaborar um plano de desenvolvimento para essa região que compreende parte do território dos estados do Maranhão, do Piauí e do Ceará, um plano de desenvolvimento elaborado, que está sendo elaborado em conjunto também com os Governos Estaduais e com as Prefeituras... A gente, recentemente, concluiu um processo de consultas públicas, durante 14 dias, estivemos em seis pólos regionais dos três Estados, e o nosso objetivo é fazer uma apresentação bastante sucinta desse planejamento, dessa nossa proposta. E, principalmente, focar nos resultados dessas consultas públicas. Vamos lá!

Essa é a área do plano, Maranhão aqui, Piauí e Ceará. Ele foi formado a partir de sete regiões estaduais de planejamento, três no Maranhão, aqui estão os lençóis maranhenses, aqui o Baixo Parnaíba e o Alto Munim; duas no Piauí, planície litorânea e o território dos Cocais, e duas no Ceará, o litoral oeste e a região da Ibiapaba. Estão aí listadas as sete regiões; são 77 Municípios no total: 22 no Maranhão, 33 no Piauí e 22 no Ceará.

Por que um plano de desenvolvimento regional sustentável nessa região? O Ministério da Integração Nacional, ele tem uma política, que é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que faz uma... Tem uma tipologia e caracteriza o conjunto das regiões brasileiras a partir da dimensão da sua renda e do dinamismo dessa renda.

E, infelizmente, nessa região que a gente está analisando agora, ela parece como o pior quadro, ou seja, uma renda *per capita*, um PIB *per capita* dos mais baixos do país e de uma total falta de dinamismo, uma estagnação econômica. Então, é aquela situação que demanda uma atuação firme do Poder Público, não só Federal, como também Estadual, no sentido de reverter esse quadro.

E essa região, ela apresenta um enorme potencial turístico, ela já está formada a chamada "Rota das Emoções", que compreende os o Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba e a Costa do Sol Poente, ali a região de Jericoacoara, mas não só no litoral esse potencial turístico se manifesta. Temos cerca de 100, 150 km do litoral, o Parque Nacional de Sete Cidades, ali entre Piri-piri e Piracuruca, no Piauí; o Parque Nacional de Ubajara, na Ibiapaba; o Parque Ecológico Cachoeira de Urubu também próximo à Batalha, então, uma série de atrações turísticas, um potencial turístico ainda inexplorado. Vamos em frente!

Aí a "Rota das Emoções" com três grandes atrações. Aí, uma foto da Cachoeira do Urubu. Aí é o grupo de trabalho instituído pela Presidência da República, são 20 Ministérios; as Secretarias de Planejamento e Turismo de cada um dos três Estados, mas é bom registrar que tem participado diversas Secretarias dos Estados. E a ADRS, que é a Agência para o Desenvolvimento Regional Sustentável, que é um consórcio formado pelos Governos Estaduais. Em frente.

O diagnóstico muito breve: é uma área territorial de 66 mil Km², pouco mais de 3,5% da área total do Nordeste, e uma população, em 2008, de um milhão, 860 mil habitantes, perto de 3,5% da população nordestina.

Aí, apenas um quadro dos indicadores demográficos por cada região. Pode ir em frente. O contexto econômico, um PIB total da região em 2006, o último dado disponível pelo IBGE, cinco bilhões de reais, equivalente a 1,6% da região Nordeste e tão somente 0,2, meio milésimo, dois milésimos do PIB Nacional.

O PIB *per capita* da região, que é o retrato maior dessa pobreza, R$2.780,00, é a metade do PIB nordestino, que todos sabem, entre as macrorregiões brasileiras de menor PIB *per capita* e apenas a 4ª parte

do PIB *per capita* brasileiro. Se formos comparar, por exemplo, com o PIB *per capita* de São Paulo, é 1/10 do PIB *per capita* paulista. Em frente.

Aí, apenas para ilustrar o contexto social, tem uma PEA, na região, de 750 mil, 400 mil urbana e 350 rural. E, pelos dados do CAGED, apenas 94 mil empregos formais. Enquanto no Brasil, temos hoje uma taxa de formalização da ordem de 53%, que já é baixa para padrões internacionais, na região, é metade da média brasileira. Predomina o emprego informal.

Aí são os indicadores econômicos, o PIB e o PIB *per capita* por cada uma das regiões. É importante destacar que das 315 regiões de planejamentos existentes no Brasil, três, dentre essas sete, se classificam entre as 10 piores. Então, o quadro realmente, do ponto de vista econômico, não é muito alentador.

O objetivo geral do plano, promover, de forma integrada, o desenvolvimento sustentável dos 77 Municípios da região do plano, que valorize o patrimônio cultural e sociocultural e viabilize atividades econômicas, inclusivas, dinâmicas e inovadoras para a elevação da qualidade de vida da população. Aí busquei colocar em uma única frase, o objetivo final, que é melhorar a qualidade de vida daquela população, mediante a promoção de atividades econômicas inclusivas, aumentando a formalização, dinâmicas, com tecnologia, mas valorizando o patrimônio natural e cultural. Isso aí é fundamental. Em frente.

O processo de elaboração do plano, três condições essenciais devem ser observadas no processo de elaboração. Aí, na verdade, é uma metodologia que o Ministério da Integração tem utilizado, já há algum tempo. A abordagem multissetorial, na escala Federal ou na escala estadual, envolvendo os diversos setores. A corresponsabilidade dos entes federativos: Não é uma responsabilidade tão somente da esfera Federal, mas também da esfera Estadual e Municipal e a mais ampla participação social em seu processo de elaboração, foi o que a gente praticou lá com as consultas públicas. Falando um pouquinho delas... Aí algumas as fotos: Aí é Chapadinha, Esperantina, no Piauí, Tianguá, foi realizada também em Barreirinhas, em Parnaíba e em Camocim.

Aí é o quadro-resumo das cidades, a data, o local de cada uma delas, o número de participantes, lá em Barreirinhas, toda a região dos Lençóis, 350; Chapadinha, 400; Esperantina foi a maior delas, 550; Parnaíba, 350; Camocim, 250; Tianguá, 350; 2250 pessoas, os órgãos Federais envolvidos, total de 24 órgãos Federais participaram desse processo e 42 Secretarias ou órgãos Estaduais.

Vocês vão observar que teve uma participação mais intensa das Secretarias do Maranhão, um pouco menor do Piauí, mas também bastante expressiva. No Ceará, ficou um pouquinho a desejar. Pode ir em frente.

As ações prioritárias: Na área de infraestrutura, transporte rodoviário, essas aí foram aquelas que foram apontadas, nas consultas públicas, como as prioridades. Então, implantação e pavimentação da BR-402, no trecho Barreirinhas-Barro Duro; são 77 km. A conclusão desse trecho vai permitir uma ligação, desde São Luiz até Fortaleza, praticamente pelo litoral. Falta apenas um trecho de 77 km.

Implantação e pavimentação da BR-222, no trecho Piri-piri – Mathias Olímpio e a construção da ponte Mathias Olímpio – Brejo, que é uma outra ligação, mas para o interior entre as duas capitais.

Aqui, esse trecho, alguém pode dizer a quilometragem? Alguém aí do DNIT? Eu acredito que em torno de 80 km, não é? 142 km. Uma outra prioridade seria a conclusão da ponte Luzilândia-São Bernardo. É uma ponte que está pela metade; a gente passou lá na região e a gente vai ter a oportunidade de discutir isso aqui mais adiante.

Implantação e pavimentação da BR-404, no trecho Poranga – divisa do Ceará com o Piauí, aqui acho que um trecho de 30 km apenas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E como está? Como está a situação do [ininteligível]?

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Não, ainda não está no planejamento, é uma demanda, mas o Ministério dos Transportes, o DNIT, vão poder esclarecer melhor quais são as providências aqui que podem ser tomadas. Restauração de trechos das BRs 222, 343, 403 e 404, em todos os trechos, a BR-222, por exemplo, no trecho de Tianguá para Teresina, ela está em excelente estado, mas, de Tianguá para Fortaleza, está com problemas. E, nas demais, a mesma coisa. Alguns trechos precisando de restauração. E a restauração de trechos das Rodovias Estaduais de uma forma mais ampla.

No transporte aéreo, conclusão do Aeroporto Internacional de Parnaíba, que seria a porta de entrada do turismo na região, está em ampliação, com recursos de 30 milhões do PAC, ampliando a capacidade para 130 mil passageiros/ano. O terminal de passageiro está praticamente concluído, falta apenas o 2º piso; a pista deve concluir agora em setembro, e uma das demandas também é que seja realizado, não está previsto, mas que seja realizado um estudo de viabilidade para terminal de carga, por conta de principalmente... Seria o ponto de escoamento da produção da floricultura ali da Ibiapaba, entre outros. E também dos tabuleiros. Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Não, a obra física está concluída. Faltam apenas as instalações internas do 2º piso, que não... Falta ainda, provavelmente coincidiria com o término de toda a conclusão da pista, que está previsto para setembro, possivelmente inauguração em novembro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Reforma, reforma, reforma. A pista, ampliação da pista que é nova. É a reforma da... Isso, reforma da estação de passageiro. Está certo. A pista que é uma obra nova. E outra demanda é ampliação e melhoria dos aeroportos de Barreirinhas, Chapadinha e de Camocim.

No transporte marítimo, Porto de Luiz Corrêa, retomada das obras de construção, com recursos de 64 milhões do PAC, recursos para esse ano e para 2010. Realização de estudo de viabilidade econômico-financeira. E também nesse segmento do transporte marítimo, construção do terminal de passageiros e de cargas de Tutoia. Aí, tem algumas fotos no terminal lá de Parnaíba, aí, da obra da pista. Aí, é o Porto de Luiz Corrêa.

Na área de energia, as principais demandas: Ligação elétrica de 100% dos domicílios rurais até dezembro de 2010, no âmbito do programa Luz para Todos. Ampliação da oferta energética na região, mediante melhorias e implantação de linhas de transmissão e subestações de 230 a 138 e 69 KV, de forma a permitir a instalação de empreendimentos de grande porte.

Construção de cinco novas hidroelétricas no Rio Parnaíba, com construção de eclusas. Na verdade, a demanda aqui é principalmente isso: É um planejamento no Ministério de Minas e Energia, mas a região quer construção de eclusas para garantir a navegabilidade no Rio Parnaíba. E investimentos em novas fontes de energia eólica, que já existem duas usinas na região, solar e biomassa. Aí a eólica Pedra do Sal em Parnaíba. Aí a eólica Formosa, em Camocim, no Ceará, também, eólica de Camocim.

Em relação às atividades produtivas, consolidação das cadeias produtivas do Caranguejo, no Delta do Parnaíba, envolvendo trecho do Piauí e do Maranhão, da floricultura, na Ibiapaba; da fruticultura, nos distritos irrigados, são quatro ali, o Tabuleiro Litorâneo, Acaraú, São Bernardo e o Caldeirão, e do extrativismo, na região dos Cocais, visando à agregação de valor à produção primária.

Acesso simplificado ao crédito, ampliação da assistência técnica de extensão rural na atividade agropecuária, estímulo ao extrativismo e cooperativismo. Os dados sobre produtividade na atividade agropecuária são muito baixos. Para ter uma ideia, na produtividade do milho na região, está em 950 quilos por hectare; a título de comparação, no Paraná, é de sete mil. Atividades produtivas ainda consolidar e/ou reativar os Distritos ligados. Isso aqui está indo muito bem, o Tabuleiro Litorâneo, principalmente com produção de acerola, São Bernardo, está com problemas, precisa de um investimento maior na reativação.

Promover a qualidade dos serviços e a melhoria dos equipamentos de turismo. Essa aqui é mais voltada para a atividade turística. E conclusão do terminal pesqueiro público de Camocim, que está praticamente concluído, a inauguração deve ser ainda novembro ou dezembro desse ano. Está aí a foto do terminal pesqueiro. Aí Tabuleiros Litorâneos. Na área de ordenamento ambiental e fundiário, as principais demandas: Maior rigor no licenciamento dos projetos de infraestrutura, temos problemas nessa área aqui. A gente vai ter oportunidade de debatê-los; ativar os instrumentos de fiscalização nas unidades de conservação, áreas de APPs e atividades econômicas, principalmente aqui na área pesqueira; elaborar planos de manejo nas unidades de conservação; criação ou revisão de categorias de unidades de conservação, particularmente aqui na área do Delta do Parnaíba; o zoneamento ecológico, econômico e agrícola na área de expansão de grãos do Alto Munim, particularmente na área do Alto Munim, com maior controle nos agrotóxicos. Assa área do Alto Munim, toda a rede hídrica, ela corre na região dos lençóis, com possibilidade de comprometer toda aquela região; promover o fortalecimento do SISNAMA na esfera local, com o fortalecimento das Secretarias, implantação ou fortalecimento das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e por aí vai. E garantia dos direitos à terra das populações tradicionais, de alguma forma ameaçadas ali, ribeirinhos, quilombolas e outras mais.

Na área de educação e cultura, uma reivindicação generalizada, implantação de Universidades Públicas nos pólos regionais; implantação de Escolas Técnicas com cursos nas áreas agrícola, pesqueira e de turismo; implantação de laboratórios de informática e do programa “Mais Cultura”, que é do Ministério da Cultura, bibliotecas e salas de leitura; implantar sistemas de tempo integral e transporte escolar seguro; promover a valorização da cultura local na atividade turística, consolidar aqui o circuito dos festivais, que tem crescido na região, e promover educação ambiental e patrimonial.

Na área de saúde, saneamento e habitação, a implantação de hospitais regionais nas cidades-pólos, alguns já em construção, outros com obras paralisadas; reestruturação e fortalecimento da vigilância em Saúde; ampliação do serviço de abastecimento de água

e de esgotamento sanitário proveniente de rede geral, muito mal servida à região; ampliação do sistema de limpeza urbana e de coleta de lixo, com a construção de aterros sanitários, idem, um atendimento quase que inexistente; implantação de planos locais de habitação de interesse social, construção de casas populares.

Finalizando já, na gestão e participação social, principais demandas: o apoio às Prefeituras em ações que visem o aumento da capacidade de gestão, inclusive para acessar programas Federais e Estaduais; apoiar a capacidade do corpo técnico das Prefeituras e dos integrantes dos Conselhos Municipais e apoiar a criação das Secretarias Municipais de turismo, Meio Ambiente e Comitês de Bacia.

E, finalmente, em relação à gestão do plano, é desejo do Governo Federal, em parceria com os Governos dos Estados, finalizado o processo de elaboração, instituir, à luz de outras experiências, como particularmente na Amazônia, no plano da BR-163, plano Marajó, plano Xingu, uma série de experiências realizadas, seria constituído o conselho gestor, que teria como atribuições realizar o planejamento integrado entre as esferas de Governo e as esferas setoriais, realizar articulação política para viabilizar a situação das ações previstas, definição das prioridades e o monitoramento da execução das ações, das obras.

A proposta de uma composição paritária, ou seja, seriam, nesse caso aqui, 36 membros, sendo 18 na esfera Federal, com seis de cada nível de Governo, esfera governamental; seis na esfera Federal, seis Estadual, dois de cada Governo e seis na esfera Municipal e 18 representantes da Sociedade Civil; uma composição paritária, mais ou menos esse o modelinho. Pode ir em frente.

E aí finalizamos... Aqui estão os e-mails do nosso plano.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Miragaya. Eu consulto aos ilustres convidados que compõe essa Mesa se gostariam de complementar, de trazer alguma informação adicional à exposição feita pelo Dr. Miragaya?

Parece que ninguém quer fazer nenhuma consideração preliminar. Certamente participará dos debates... Dra. Daniela, tem V. Sa. a palavra. Cinco minutos.

SRA. DANIELA NASCIMENTO: Bom-dia a todos. Eu gostaria de complementar de uma importante articulação no sentido de fortalecer o processo de desenvolvimento turístico sustentável, relacionando pólos prioritários no país, com certeza, a região do Nordeste, com certeza essa região do Meio-Norte... Existe um GT, um grupo de trabalho formado entre o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente, para trabalhar o fomento à sustentabilidade ambiental no setor do turismo. E o foco desse GT, sua ação prioritária é o aperfeiçoamento dos procedimentos de licenciamento ambiental relacionados aos empreendimentos do setor do turismo.

Já existe uma articulação acontecendo. Já estão sendo feitos alguns levantamentos pelo Departamento do Ministério do Turismo com relação às problemáticas relacionadas aos empreendimentos do setor do Turismo, seja de empreendimentos nacionais, seja de empreendimentos internacionais, assim também uma articulação pela Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério com o IBAMA e os órgãos Estaduais de meio ambiente, para avaliar os procedimentos atuais com relação ao processo de licenciamento ambiental.

Então, eu acho que isso favorece um olhar um pouco mais criterioso, pensando em como avaliar melhor o impacto ambiental, como criar procedimentos e processos de gestão para a minimização dos impactos, não depois do projeto, obviamente, construído, mas preliminarmente, pensando nesse trabalho.

E, logicamente, vocês conhecem a estrutura do projeto do meio ambiente... O PROECOTUR, como programa de apoio e sustentabilidade, ele é um elo importante entre os vários departamentos do Ministério do Meio Ambiente com os outros órgãos, dos outros Ministérios, prioritariamente com o Ministério do Turismo. E nós temos programas já de capacitação e de fortalecimento do SISNAMA. Já existe uma articulação nesse sentido para ver de que maneiras a possibilidade de avançar nesse fortalecimento das Secretarias Municipais de meio ambiente.

Com relação à unidade de conservação, está muito mais afeto à gestão do atual Instituto Chico Mendes e da fiscalização e licenciamento ao IBAMA que, infelizmente, eu acho que não estão presentes, mas já existe uma articulação, o pessoal tem participado das audiências públicas, a gente está envidando esforços no sentido de articular para conhecer as problemáticas e as soluções; do ponto de vista do PROECOTUR e das ações recentes nessa região, a gente já tem feito alguns esforços para capacitação de monitores ambientais, de monitores e condutores de visitantes nos parques nacionais, isso já foi realizado em alguns parques, inclusive na APA do Delta do Parnaíba; está em implementação um sistema de informação também para o ecoturismo, que chama SIG ECOTUR; é um grande banco de dados, é um portal para auxiliar o processo de ordenamento de uso turístico, da visitação turística na região e também para abrir possibilidades de novos empreendimentos e promoção do

turismo na região. Isso é um projeto piloto, que ainda está sendo discutido como é que vai ser a gestão conjunta do Ministério do Meio Ambiente e Chico Mendes para esse trabalho.

Lembrando que o zoneamento ecológico-econômico, na nossa opinião, ele é o instrumento base, ele é um instrumento fundamental. Já existe um zoneamento ecológico econômico na região do Baixo Parnaíba concluído. É importante que avancem essas articulações. A gente já está conversando com a coordenação do ZEEC, está dentro dessa Secretaria, Secretaria do Extrativismo e Desenvolvimento Rural, para que a gente avance junto aos Estados para formalização desse trabalho.

E, finalmente, na nossa crença, e apostamos no desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária para essa região. Ecoturismo de base comunitária são desenvolvimentos de ações de ecoturismo ou de turismos, onde a gestão comunitária é que estabelece o processo de empoderamento da atividade. Então, existem já articulações com o Instituto Chico Mendes para as reservas extrativistas na região, existem planos nesse sentido, existem oficinas e trabalhos que foram feitos nesse sentido. O Ministério do Turismo vai ter oportunidade de falar, e existem editais abertos de fomento de instituições que queiram investir; foi feito um edital agora, devem abrir novos, o Ministério do Meio Ambiente está articulando parcerias e captação de recursos para continuar investindo junto à diretoria de extrativismo, na formação de gestores e possibilidade de investimento nesse perfil de ecoturismo, que cabe muito bem para a região onde essa necessidade, está bem?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Dra. Daniela Nascimento, pela contribuição--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Passo já a palavra a V. Exa. --Pela contribuição que V. Sa. e os demais membros deste rico grupo, coordenado pelo Dr. Miragaya, que nos apresenta aqui um estudo bastante abrangente, envolvendo, na audiência pública, outros elementos que vieram a contribuir para as informações que detectam a necessidade de ações e investimentos que visem a estimular o desenvolvimento regional dessa importante região e, consequentemente, também estimular o seu turismo.

Eu não vi, não sei se me passou despercebido, mas eu não vi menção a respeito da aviação regional, mas eu espero que, no debate aqui, a gente possa comentar melhor a respeito desse assunto.

Vamos passar a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu pediria a compreensão de V. Exa., embora V. Exa., como Senador experiente que é, e sabe qual é o desespero do nordestino quando vê o anúncio de uma possibilidade de um programa ordenado dessa maneira, nós não podemos perder a oportunidade de dirimir algumas dúvidas.

Dr. Miragaya, eu teria alguns questionamentos, mas eu não queria deixar passar a oportunidade de fazer indagação à Dra. Daniela. É com relação ao Porto de Luiz Corrêa. A senhora não imagina, há 100 anos a gente espera esse Porto; isso é uma luta do estado, da região. E nós estamos tratando este assunto com muita seriedade.

Eu queria indagar de V. Exa., com V. Sa., em que estado está o processo de licenciamento por parte do IBAMA para essa obra? E em segundo lugar, se apenas o IBAMA libera ou se também pelas circunstâncias, terá que passar pelo Chico Mendes. A minha preocupação é porque nós temos informações de que existe lá, não sei se o termo correto é esse, é um berçário de peixe-boi; em outra região, existe branco de cavalo-marinho e por aí afora. Em que pé está e qual é o prazo para a liberação definitiva para que essas obras sejam realizadas ou reiniciadas mesmo?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Heráclito, V. Exa. vai restringir sua fala apenas nesta pergunta ou já faria outras também? Teria outros questionamentos também?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu posso fazer outro questionamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Poderia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele falou de 63 milhões para o Porto de Luiz Corrêa--

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Sessenta e quatro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sessenta e quatro. Por que é que as licitações foram feitas picotadas, divididas? A primeira de 10 milhões? Se são 64 milhões, a gente sabe que o fracionamento licitatório, ele encarece, ele dificulta, ele aumenta a burocracia. Por que essa divisão?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não seria melhor na sequência, primeiro a doutora... A primeira pergunta foi feita a ela. Primeiro a Dra. Daniela, por favor.

SRA. DANIELA NASCIMENTO: Senador, o que eu posso lhe informar, que eu recebi essa informação, sobre o processo de licenciamento do Porto Luiz Corrêa, que o estado do Piauí solicitou, tá, uma regularização

e uma ampliação do Estudo de Impacto Ambiental. Esse é o momento. Porque não tinha ficado satisfatório. E o órgão do Estado aguarda um novo estudo sobre o Porto. Essa competência é do Estado e do IBAMA. O Instituto Chico Mendes, obviamente, ele pode ser ouvido, ele deve compartilhar nessas demandas sobre os estudos, a importância da sociobiodiversidade, para que componha esse estudo, mas a competência é estritamente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele não tem poder de veto ao licenciamento?

SRA. DANIELA NASCIMENTO: Não. Não. Instituto Chico Mendes não. IBAMA.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só o IBAMA.

SRA. DANIELA NASCIMENTO: E eu soube que o estado do Piauí parece que já solicitou um apoio, uma análise integrada com o IBAMA, em âmbito Federal. Então, isso deve estar sendo tratado com a maior urgência. Eu não posso dizer o prazo, eu não tenho essa informação, poderia remeter, ouvir os parceiros e encaminhar para a coordenação aqui do programa. Está ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Dr. Eugênio quer complementar as informações trazidas pela Dra. Daniela. Tem V. Sa. a palavra.

SR. EUGÊNIO PIO COSTA: Bom-dia a todos. Eu trabalho lá no licenciamento ambiental. O Chico Mendes, na realidade, ele tem o poder de veto sobre qualquer empreendimento que as unidades de conservação que encontram-se num raio de 10 km, ele pode restringir esse empreendimento, está certo? Então, tem que ser feita a consulta, mas, previamente, já foram agendadas reuniões. Então, não há nenhum problema de imediato que foi detectado nenhum problema, mas qualquer unidade de conservação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Chico Mendes tem--

SR. EUGÊNIO PIO COSTA: Ele tem poder de veto sim, sobre qualquer licenciamento ambiental, ele pode restringir, num raio de 10 Km.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E na questão específica?

SR. EUGÊNIO PIO COSTA: Nós fizemos uma 1ª reunião lá, aparentemente, não há--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A minha preocupação toda é com a burocracia, quando terminar de resolver o problema, e eu estou com informações sobre isso, a minha preocupação é essa, é quando terminar de resolver a questão do IBAMA, aí vem o Chico Mendes com a nova--

SR. EUGÊNIO PIO COSTA: Não, mas nós temos procurado levar as reuniões concomitantemente com os vários órgãos envolvidos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eles estão participando?

SR. EUGÊNIO PIO COSTA: Estão participando.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está bom.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Senador, em relação à questão dos portos, o Wilson do Egito, que é da Secretaria Especial de Portos, ele pode responder melhor.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Bom-dia, Senador. Com relação ao questionamento que o senhor fez sobre a origem dos recursos, são 64 milhões, esses valores... 64, meia quatro, 64 milhões que estão aprovados, desde que a obra integrou o PAC, que foi em julho passado, durante uma visita da Ministra Dilma Roussef à Teresina. Porque, até então, em 2007, quando ficou decidido que seria feita essa retomada do porto, havia apenas 11 milhões de recursos oriundos de uma emenda da bancada do Nordeste. Então, esses recursos foram disponibilizados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos ser justos, bancada do Nordeste não, uma emenda do Senador Mão Santa. Não retire do Senador Mão Santa esse mérito, até porque ele é parnaibano, mas foi uma emenda de bancada do Senador Mão Santa.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Essa é de 2009.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): As duas, as duas emendas são de origem do Senador Mão Santa. Eu até estou sendo advogado do diabo, estou fazendo propaganda de um possível concorrente.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: O senhor tem toda a razão, ele fez uma emenda em 2008 e outra em 2009. O Senador Mão Santa fez uma emenda em 2008 e outra em 2009.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O problema aqui é o seguinte: É que essas emendas, pelas características do estado, elas são negociadas, elas têm autoria, embora sejam chamadas emendas de bancada, mas têm os Senadores que se responsabilizam por elas, sejam as de bancada, sejam as regionais, que é o caso. Eu não quero tirar o mérito do Senador Mão Santa.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: De jeito nenhum.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. não tem obrigação de saber desses meandros aqui. Mas eu queria fazer essa justiça a ele.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Eu vou colocar para V. Exa. todas, a origem. Então, essa

de 2007, que foi quando foi criada a Secretaria Especial de Portos, havia essa que era da bancada do Nordeste. Realmente, eu não sei informar a V. Exa. quem foi o autor dela, da emenda da bancada do Nordeste. Essa foi disponibilizada, foi feito um convênio com Estado e havia apenas 11 milhões. Então, só se podia fazer uma licitação dentro desses recursos disponibilizados.

Então, foi feito convênio com o Estado e o Estado licitou essa obra em 2008. Aí, no ano de 2008, o Senador Mão Santa fez a proposição, que foi acolhida pela bancada do Piauí, desses recursos no orçamento de 2008, mas infelizmente, não foram disponibilizados no final do ano e essa emenda de 2008 morreu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vejam os senhores como fica a situação nossa. A Ministra Dilma diz no Piauí que o dinheiro está em caixa; o Dr. Pedro Brito, que esteve aqui na Comissão de Infraestrutura, diz que o dinheiro está pronto e a gente ouve uma afirmação técnica, que é o que eu mais acredito, que o técnico às vezes é mais responsável nas afirmações, e não erra em números, dizer que o dinheiro não está disponibilizado. Isso dificulta muito o trabalho dos Parlamentares nessa questão, porque a gente não lida com informação precisa. Eu vou me basear agora na informação de V. Sa, porque V. Sa está acompanhando tecnicamente. Agora, é desconcertante se ouvir a Ministra e o Piauí anunciarem. Aliás, eu acho que ela se redimiu com o Piauí porque, há três anos atrás, ela vetou o Porto de Luiz Corrêa como obra do PAC. O fato de ela recolocar já é um avanço. Agora, é preciso que esses fatos sejam concretos. De qualquer maneira, é preciso que seja feita uma licitação, já que tem os 60 milhões, menos 11, 50 milhões, seja feita licitação para uma empresa de porte que tenha condições porque a empresa que ganhou é uma empresa sem nenhuma tradição em portos, constrói no Pará palafitas. Entendeu? A empresa recomendada pela Governadora do Pará, mas eu acho muito pouco para quem quer fazer uma obra do porte do Porto de Luiz Corrêa. Eu faço esse registro aqui para os senhores, que serão responsáveis técnicos por essa obra. Examinem a qualidade técnica da empresa.

Eu tive o cuidado de pedir, inclusive, informações a Senadores do Estado do Pará. É uma empresa respeitada, não é uma empresa picareta, agora, não tem estrutura para construção de um Porto, principalmente com a consorciada do Piauí, que é uma empresa de pessoas maravilhosas. Olhe, são pessoas geniais, bons, família que eu conheço, garotos, meninos, hoje são empresários de Porto, mas nunca construíram um cais.

Então, é preciso a gente ter muito cuidado com essa obra porque essa obra é fundamental e definitiva para o Piauí. E eu quero que o Governador honre o compromisso de inaugurar, não esse ano como prometeu, mas o ano que vem, é fundamental para o Estado do Piauí.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Mão Santa, recapitulando, os 11 milhões do orçamento de 2007 estão em caixa e já começaram a ser repassados ao estado, assim o que o Porto entrou para o PAC. Quando entra para o PAC, os limites que a Secretaria de Portos ganha são outros. Então, os recursos de 11 milhões estão em caixa e foram mandados para o estado agora. Nós temos agora, no orçamento de 2009, a emenda do Senador Mão Santa, acolhida pela bancada do Piauí, 15 milhões para 2009, que também vai ser limite, nós vamos assinar um segundo convênio agora com o estado e, para o ano que vem, serão mais 38 milhões, totalizando esses 64. Agora, as licitações só podem ser feitas com os recursos que estão efetivamente licitados. Esse ano, eu só posso licitar 15 milhões.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vai se gastar os 11 milhões, a obra vai parar. O que me preocupa é isso, porque aí--

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Não, não vai parar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como não vai parar se vai ter que fazer outra licitação? Como não para?

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Essa obra do cais, que está contratada por esses 10 milhões.

[falas sobrepostas].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parou, tem que fazer uma licitação, como vai fazer as outras? Quem é que ganhou a outra? Já está ganha? Não. Vai ter que se fazer licitação.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: O que está licitado agora é a estrutura do cais; o que nós vamos licitar agora é o aterro na retaguarda do cais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aí que eu acho o grande erro, por que não licita tudo de uma vez só?

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal impede que se licite um valor maior do que aquele dos recursos que estão efetivamente empenhados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas a Ministra não já garantiu os 64 milhões? Não está no PAC?

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Garantiu, vai ter o limite, mas o recurso não está... Uma parte dele ainda não está em 2010--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O PAC está anunciando que estão sendo feitas licitações sem recursos. Como nós estamos fazendo um Brasil assim? Isso é uma questão que precisa ser discutida um pouco. O Brasil está cheio de obra, o Piauí cheio de anúncios de obra do PAC que não existe dinheiro. O que tem de empreiteira no Brasil com contrato debaixo do braço, vivendo de sonho. Tem alguma coisa errada aí.

Outra pergunta que eu queria fazer, a questão jurídica em treinar-se e... O Governo do Estado, o distrato foi concluído juridicamente? Porque esta história de dizer: "Ah, o Governo cancelou o decreto", não vale. Não se cancela obra assinada obra contratada por decreto, ou é acordo ou decisão judicial. É uma coisa que me preocupa.

Depois eu queria perguntar ao representante do DNIT como estão os trabalhos para recuperação da malha ferroviária? V. Exa. foi a Luiz Corrêa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Precisa ir ver. A região foi toda invadida, o trilho, para o escoamento, hoje acabou. Tem casa, tem rua, tem praça, tem tudo. Outro ponto. Toda a área do Porto para armazenagem, para tudo, ela foi invadida. E eu não estou vendo nenhum trabalho paralelo para ser feito dessa natureza. Eu quero participar dessa inauguração em 2010, é fundamental, mas nós não podemos inaugurar sonho, não podemos inaugurar quimera, nós temos um trabalho, e isso é um trabalho lento, olha que vimos umas cenas terríveis em São Paulo, desapropriações feitas, V. Exa., Sr. Presidente, prestou atenção, viu o que é que é isso, imagina lá na região do Porto, a região está toda ocupada, nós temos que ter o Porto, mas nós temos que ter a estrada e a grande meta é fazer a ligação do Porto Luiz Corrêa com a Transnordestina. Do jeito que está lá não vamos a lugar nenhum.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Senador, permita, no caso da Rodovia, estiveram presentes--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esteve lá na região?

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Estive.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Viu o que eu estou falando?

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estou comentando alguma heresia?

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Não, o quadro é esse mesmo. Estiveram presentes também técnicos do Ministério dos Transportes, do DNIT, e a gente constatou a situação. Na verdade, essa Ferrovia é uma Ferrovia antiga, que liga Altos a Luiz Corrêa, há muito tempo desativada. Não sei exatamente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Criminosamente desativada.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Alguma coisa perto de 20 anos, que já tem. Segundo esses técnicos, praticamente tem que construir uma nova Ferrovia. Aquela Ferrovia ali pouco se aproveita, até pelos padrões atuais do transporte ferroviário, ela praticamente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O problema é a desapropriação e o local porque o leito da Ferrovia vai ter que ser aproveitado o antigo leito para fazer o novo.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: A única coisa que vai se aproveitar é o leito. Tem a área próxima a Luiz Corrêa, tem algum problema de invasão, na área retroportuária, mas, ali é invasão mesmo, que ali é área pública é invasão, o Governo tem que simplesmente retirar essas pessoas que invadiram essa área.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi feito esse contrato, essa terceirização, o Governo do estado repassou para uma empresa que deixou a coisa acabar. Eu acho que essa questão, inclusive, já devia o Estado devia ter tomado, inclusive legais, alguma providência, inclusive, providências jurídicas com relação a isso. E está nessa briga. O ENACE quer desfazer o contrato, mas quer ter garantias, e o Estado prefere usar o decreto. O decreto não anula esse contrato. E é uma temeridade o Poder Público fazer um investimento numa área que esteja com esse problema. Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, já citada aqui, pode cobrar amanhã do gestor essa questão. O fundamental, tem um ano que eu venho chamando atenção, um ano que eu venho chamando atenção: É preciso desfazer de maneira clara o contrato com o ENACE, não é de boca. Outro dia, pegaram, acho que, inspirados no Suplicy, que está dando cartão vermelho, pegaram um Juiz de futebol, para tratar desse assunto lá na ENACE em Fortaleza, como é o nome daquele menino, Juiz de futebol, que foi perguntar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem que perguntar para o Suplicy.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Neto Camacho. Ele resolveu dar um cartão vermelho lá para o ENACE, mas não é assim. Eu estou tendo esse cuidado, estou assumindo essa responsabilidade, de vez em quando, eu recebo um comentário maldoso de que eu estou contra o Porto Luiz Corrêa. Ninguém está mais a favor desse porto do que eu.

Eu não aguento mais ficar vendo, de tempos em tempos, a promessa desse porto. E o picotamento das licitações, daí a minha preocupação com isso, que entre uma empresa com condições de trabalhar na área.

O Governador nos disse aqui uma vez, que o Porto teria um calado de 17 metros, pensou em transatlântico, uma coisa fantástica; estamos pensando de oito a 10 metros, que já resolve nosso problema. Agora, é preciso que seja feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Wilson do Egito.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: A questão da ENACE. O contrato de concessão que o estado fez para a ENACE, ele previa, em suas cláusulas, vários casos em que ele poderia ser rescindido unilateralmente. E uma delas era a não execução do objeto ou demora excessiva no cumprimento do objeto. São cláusulas que estão claramente definidas lá. E falava que, nesses casos, o estado deveria primeiro comunicar e depois, por decreto, faria... O Estado cumpriu isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vou lhe dar... Eu quando entro nessas questões eu vou a fundo. O estado alega 10 não cumprimentos por parte do estado e a ENACE alega três por parte do estado. É uma briga. É preciso que alguém se entenda. A ENACE diz que o estado não cumpriu a parte dela. Eu aqui de cabeça não tenho, posso mandar pegar no gabinete, alguns investimentos que eram obrigação fazer no contrato e que não foram feitos. Então, é uma questão que a ENACE pede pelo amor de Deus para que encontrem uma solução. Só que ela quer ter garantias de que amanhã o estado não mova nenhuma ação contra ela. Foi mais ou menos isso que eu entendi. Agora, isso tem que ir para o papel. Isto aí tem que ir para o papel. O Estado cumpriu a primeira parte do seu dever, que foi de denunciar, só que a outra parte precisa concordar, porque a outra parte, juridicamente, também alegou que não teve atendidas no contrato as suas... As exigências que fez.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: O Estado comunicou, conforme estava previsto do termo, fez a comunicação de que iria praticar essa rescisão unilateral por não cumprimento do objeto e deu 30 dias para que a ENACE se manifestasse. A ENACE não se manifestou. O estado cumpriu a segunda parte do que estava previsto no próprio contrato, que foi baixar o decreto Estadual, cancelando essa subconcessão que havia--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não se anula um contrato por decreto--

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Mas o próprio contrato de concessão prevê--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A concordância da ENACE não acontece, tem uma demanda jurídica nessa questão. É preciso que entenda isso. Tanto é que não foi feito até agora.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Porque o próprio contrato de concessão previa rescisões unilaterais nesses casos. A ENACE foi comunicada e não se manifestou. E depois que o decreto foi publicado, ela igualmente também não se manifestou. Então, nós entendemos que juridicamente o assunto está encerrado, com base no próprio documento que havia sido firmado entre a ENACE e o estado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No entanto, a ENACE continua reivindicando o direito--

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Nunca vi nada por escrito dela. Ela nunca mandou nada para--

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Pois tem, tem, nós discutimos, inclusive, a última audiência aqui, o Secretário de Transportes, Luciano Paes Landim, reconheceu isso que, inclusive, iria mandar uma pessoa à Fortaleza. Está havendo um descontrole nessa coisa. Aliás, foi ele próprio que, na última audiência, assegurou que o senhor Neto Camacho foi encarregado pelo estado de tratar esse assunto com a ENACE porque tinha ligações familiares com alguém da ENACE. Eu estou me baseando aqui no que foi dito, informações dadas com a presença do Governador, com a presença de membros do próprio estado. Eu estou fazendo isso apenas para alertar essa questão, é uma questão complicada, que precisa ser resolvida.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: No processo que existe--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não conheço nem a ENACE.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Não, nos processos que estão na Secretaria de Portos, consta o parecer jurídico da ANTAC, o parecer jurídico da Secretaria dos Portos e da Procuradoria Geral do Estado. Três órgãos se manifestaram e concordaram que o fim dessa subconcessão seria feito dentro daquelas cláusulas do próprio contrato de concessão, que previa, no caso de não cumprimento do projeto como esse, é o mais premente deles, comunicação, aguardar a manifestação, que eles não se manifestaram, publicação do decreto, que também eles não contestaram. Então, são esses os documentos que foram utilizados e autorizada, então, a retomada... Porque a concessão da União para o Porto nunca deixou de existir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Rogo a Deus que seja, que a ENACE tenha jogado a toalha, mas as informações que nos chegam aqui não são essas. Eu rogo a Deus que a ENACE tenha jogado a toalha, é um benefício que se faz nessa questão. Mas as informações que nós recebemos aqui no Senado não foram nesse sentido.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Foram três setores jurídicos que se manifestaram e ela oficialmente nunca questionou nem a comunicação da ruptura--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se não questionou, por que o Secretário mandou um representante negociar com a ENACE esse distrato?

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Por escrito, a ENACE não respondeu nem à comunicação, nem ao decreto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu recomendarei, de qualquer maneira, cautela para evitar problema lá na frente.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Pois não, Senador, tudo feito. Agora, outra questão que o senhor colocou foi quanto à empresa do Pará. Essa empresa do Pará, na primeira licitação que houve pelo estado, foi realmente uma licitação pequena, da ordem de 10 milhões, em função dos 11 milhões que eram os recursos disponibilizados, não se poderia fazer nada maior que isso. A primeira licitação foi deserta. É o Estado que faz a licitação; a Secretaria de Portos só dá o apoio--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não estou dizendo--

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Foi deserta. Não apareceu nenhuma proposta. Na segunda licitação, houve apenas uma proposta que essa empresa do Pará, consorciada com essa empresa do Piauí. Nós fomos verificar os atestados que ela apresentou. Entre eles, ela estava executando lá para a Secretaria Especial de Portos, um cais para navios Roll-On/Roll-Off no Porto de Vila do Conde, que está sendo concluído agora, vai ser inaugurado agora esse mês, e no Porto de Macapá, ela fez um trecho lá do cais do Porto de Macapá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual o valor da obra?

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Na obra de Macapá, executou, no final da década de 90, diria que um trecho relativamente pequeno.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um trecho entre três milhões, não passa disso.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Dessa ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A valores atuais... Eu estou falando de um Porto de 60 milhões, é preciso ter um pouco de cuidado com essa questão.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Não, mas para essa obra de restauração lá da estrutura, ela está perfeitamente habilitada, o serviço que ela já executou, tudo. Então, tecnicamente, nós estamos seguros que eles têm capacidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Sa. me desculpe, ela tanto não está habilitada, não tem condições, que foi preciso se consorciar com uma empresa menor ainda do Piauí. Ou é mutreta ou é incapacidade, vamos ser claros. Por que ela não fez sozinha?

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Ela usa todo o apoio da firma do Piauí e ela traz só os especialistas em portos, que a empresa do Piauí não tem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É uma coisa que precisa... A minha preocupação é porque é uma obra delicada, obra de Porto, numa região que tem um assoreamento consideravelmente rápido. V. Sa. conhece melhor do que ninguém a situação do Porto. A minha preocupação, Sr. Presidente, é nesse sentido. Eu luto para esse Porto, agora eu não posso, eu não tenho direito de ver o meu estado ser iludido de que nós vamos fazer a inauguração de um Porto que vai atender o estado da Bahia... Nós temos que pisar no chão. Nós temos que pisar no chão. Nós temos que comemorar essa obra, mas temos que comemorá-la com os pés no chão. É isso que eu estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Esta Audiência Pública que estamos realizando tem despertado muito interesse, haja vista a presença aqui de muitos técnicos, muitas pessoas interessadas, destacaria a presença do Prefeito de Buriti do Maranhão, Francisco... Não consigo ler a letra dele, mas é Prefeito de Buriti do Maranhão; Prefeito de Barreirinhas, também do Maranhão, Dias Rocha; Prefeito de Humberto de Campos, José Ribamar Ribeiro Fonseca, do defensor público de Camocim, Dr. Edmar Lopes Albuquerque; Chefe de Gabinete da Prefeita de Tianguá; o Prefeito de Viçosa do Ceará, Pedro da Silva Brito; o ilustre Secretário de Turismo do estado do Piauí, Dr. Silvio Leite; Prefeito de Batalha; Secretária-adjunta de turismo do Maranhão, Maria do Socorro Araújo; um representante do Estado do Piauí, Roberto Gonçalves; Prefeito... Secretário de Turismo de Parnaíba--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito piauiense o nome, por sinal, Robert John, aliás, o Brasil tem algumas coisas interessantes. Tem Filadélfia, no Tocantins; Presidente Kennedy e Nova Iorque no Maranhão.

Só comentando mais algumas pessoas, tem muitos técnicos aqui presentes, do DNIT, diversos ór-

gãos. Prefeito de Esperantina, mas esse aqui eu não consigo ler, a letra... Carlos Teles, Prefeito não sei de onde. É Secretário de Desenvolvimento de Parnaíba; a Prefeita de Araioses, Luciana Marão Félix; Prefeito de Esperantina, já falei, que é o Francisco Antônio de Souza Filho; Prefeito Municipal de Batalha, Amaro José de Freitas Melo; muitas pessoas do Ministério do Turismo; o ilustre Deputado Nazareno Fontelis, do Piauí, os demais membros integrantes dessa Mesa. Muita gente demonstrando um interesse muito grande pela discussão desse programa tão importante e tão abrangente.

Eu fico preocupado também, Senador Heráclito, e gostaria até de saber do Dr. Júlio Miragaya, ele coordenou o grupo de concepção do programa, que envolve uma multiplicidade enorme de ações e de obras. Eu gostaria de saber se V. Sa. também é encarregado de acompanhar o desenvolvimento e a implementação dessas ações e dessas obras.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Essa é a fase seguinte, aquela proposta que o Governo tem apresentado, de que a implementação do plano não seja uma atribuição tão-somente do Governo Federal, da mesma forma como o processo de elaboração, que traga o envolvimento dos Governos dos Estados, das Prefeituras e dos diversos segmentos sociais, representados por suas organizações.

Então, a gente já tem praticado esse modelo de gestão, essa gestão participativa em outras experiências; o Senador José Nery estava aqui presente, lá do Pará, ele conhece bem o plano do arquipélago do Marajó, ele tem acompanhado, inclusive, a gente tem até uma ótima notícia, que vai começar a obra da linha de transmissão de Tucuruí para o Marajó, eu estava passando isso para ele, mas, no Marajó, como na área da BR-163, se instituíram conselhos gestores, que têm uma composição paritária. O Governo... No âmbito do Governo e da sociedade, então, essa implementação fica a cargo desse conselho.

Agora, em relação a nome, não tem uma definição. Esse conselho, ele é legitimado por um Decreto Presidencial, ele institui esse conselho, mas provavelmente isso vai acontecer. A nossa expectativa é que, em novembro, esse plano possa ser lançado e aí haja a instituição pela Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É importante que a gente tenha o nome do dirigente do conselho até para cobrar e até para contribuir, já que os Parlamentares podem interferir na composição do orçamento com a alocação e distribuição de recursos para a realização da obra, sobretudo, a BR-222, se não me engano, que foi citada aqui. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Me desculpa, eu tenho que sair daqui a pouco, eu vou para uma reunião de orçamento no Ministério da Defesa, mas eu queria indagar do Dr. Miragaya, quero até abrir um parêntese, V. Exa., Sr. Presidente, falou sobre o Dr. Miragaya, eu pedi informações sobre a atuação dele nesse programa de coordenação. E me disseram que é um homem sério, inteiramente dedicado ao caso, é um idealista. E eu fico muito feliz de ver, no mundo de hoje, essas pessoas ainda dotadas de idealismo. Daí porque eu me motivei um pouco, das respostas que ele vem dando, que realmente as informações procedem.

Queria saber ainda sobre o Porto: Esse Porto vai ser inaugurado, em 2010, como uma marina, como um Porto de carga, como um Porto para petróleo, para carregamento de combustível? O que é que o Porto... Qual é o compromisso com o Porto em 2010? E, por último, eu queria falar aqui sobre a Cachoeira do Urubu. V. Sa. esteve lá? É uma das coisas mais bonitas o que o Piauí tem. Um dia ainda vai ser explorada à altura. Eu quero que ela contribua para unir os dois Prefeitos. Eu tenho o Prefeito de Esperantina e o Prefeito de Batalha, separa os dois, espero que una os dois Municípios.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora, realmente, é uma obra fantástica, e eu espero, ainda como Senador, fazer alguma coisa, em termos de verba, para a Cachoeira do Urubu, e aí vai ser para que o Município coloque; são dois Municípios com quem eu tenho muita ligação afetiva, passei juventude, já naquela época, eu pensava em ser político para não contrariar, eu passava metade do dia no banho de cachoeira, metade do lado de Esperantina e metade no lado de Batalha. De forma que eu queria saber posteriormente o que é que tem de concreto para--

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Em relação ao Porto, o Egito pode complementar depois, mas, em linhas gerais, a ideia é a operação inicial dele, é voltada para carga frigorificada, principalmente, *containeres* e granéis sólidos, para atender a região Norte do Piauí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já em 2010?

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Já em 2010, porque, para atender o restante do Piauí precisaria da Ferrovia, porque esse transporte atende melhor por Itaqui, no sul do Estado.

Em relação à Cachoeira do Urubu, uma das propostas que foram apresentadas seria o represamento ali do Rio Longá, para permitir-se que a beleza, que é exatamente as cachoeiras, elas tivessem um período

de tempo maior, porque senão ela fica restrita ao período de chuvas. Então, o Chico está ali presente, ele pode confirmar isso, mas uma proposta para viabilizar a operação, a atração turística durante um período maior de tempo, seria esse represamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Miragaya.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, eu quero agradecer a V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. trouxe como tema, eu não vou poder assistir, a questão da aviação regional. Eu quero me dirigir aos representantes do Ceará, os Prefeitos do Ceará, os Prefeitos do Piauí, e dizer que nós, os Prefeitos do Maranhão, nós, do Piauí, nós Senadores, estamos fazendo a nossa parte. Eu tenho certeza que os colegas do Maranhão e do Ceará farão a sua também. E eu quero dar aqui um exemplo, nesse sentido da regionalização, eu coloquei uma emenda, há dois anos atrás, para o Governo do Estado, embora politicamente sejamos adversários, mas não vem ao caso, para construção de oito aeroportos ou aeródromos no estado do Piauí, seriam pistas de 1500, 1600m. Esse dinheiro, segundo me consta, está à espera de descontingenciamento. Além desses, mais quatro com recursos do Ministério da Defesa. Esses estão em estado mais adiantado. O Piauí precisa desse tipo de pista--

SR. JÚLIO MIRAGAYA: O senhor sabe se há algum localizado nessa área do plano?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Secretário Sílvio Leite deve saber de cabeça, ele tem a cabeça melhor do que eu, sabe todos. Pedro II--

SR. SÍLVIO LEITE: Na região do plano, Luzilândia, Piri-piri e Pedro II. E no Sul do estado, era Uruçuí, Gilbués, Bom Jesus e Apiação(F) de São João do Piauí e Paulistana.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Paulistana. Pelo Ministério da Defesa, esse recurso está mais encaminhado, tem Amarante... Paulistana está aí?

SR. SÍLVIO LEITE: Paulistana está no primeiro planejamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Recurso para recuperação de Floriano. Eu poderia lhe mandar. Agora, aqui de cabeça, está me faltando...

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Senador, em relação à questão da... Temos aí uma perspectiva da conclusão do Aeroporto de Parnaíba, o problema das linhas regionais que o Senador Quintanilha se referiu. Esse é um problema sério, depende das Empresas Aéreas, o senhor sabe, por exemplo, não tem ligação de São Luiz para Teresina. Então, dependeria de uma negociação. Pois é--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Hoje, para você vir de São Luiz para Teresina, você vem a Brasília. Ou vai a Fortaleza e pernoita.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Teria que ter um entendimento, não seria nem com a INFRAERO, nem com a ANAC, que poderia participar desse processo no sentido de homologar alguma solução alternativa. Ser menos exigente nos critérios.

Agora, precisaríamos de uma negociação, talvez, aí, o senhor e os demais Senadores da região, os Deputados dos três Estados pudessem trabalhar juntos para que a gente conseguisse atrair, pelo menos, uma Companhia Aérea que se dispusesse a operar... Idealmente, seria uma linha Fortaleza – Paraíba, Teresina – São Luiz, alguma coisa nessa linha.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nesse aspecto, eu mantive contato com duas vertentes: foi a Azul, que está aguardando a chegada de uns aviões que foram adquiridos agora, e a Trip, são as duas, pelo menos as que o Secretário Silvio Leite está tratando com uma outra, não é isso?

SR. SÍLVIO LEITE: Com a Passaredo também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Passaredo. Então, a importante é a que chegar primeiro. E, geralmente, concorrência é assim: Ninguém quer ir, mas quando chega a primeira, a outra chega para acabar. Mas as conversas nesse sentido, estão aproveitando, inclusive, um voo da Azul, que faz Campinas-Fortaleza, e se abriria uma brecha para fazer Fortaleza-Teresina-São Luiz-Fortaleza, mais ou menos nesse sentido.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Nesse caso da Azul, não chegaria à Parnaíba?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma das duas, uma faria Parnaíba e a outra não faria Parnaíba, a coisa está sendo conversada com o próprio Daniel [ininteligível], o Presidente da...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --Afonso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Presidente da Azul. Então, essa questão está sendo tratada. E eu acho que, com a conclusão do Aeroporto de São Raimundo Nonato, aí nós vamos ter, inclusive, mais perspectiva, porque você abre duas vertentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós gostaríamos de informar aos ilustres participantes desta audiência pública que nós tivemos o cuidado de convidar para dela participar os membros do Senado e da Câmara dos Deputados dos três Estados, Piauí, Maranhão e Ceará, para que pudessem ter a oportunidade de ouvir a exposição do coordenador e dos membros integrantes da ela-

boração desse plano de desenvolvimento, e também os representantes dos Municípios que aqui quiseram participar.

Eu tenho a honra de passar a palavra ao Deputado Carlos Brandão, do Maranhão. Tem V. Exa. cinco minutos.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Quintanilha, cumprimentar o Senador Heráclito Fortes, Senador João Vicente, colega Nazareno, cumprimentar os membros da Mesa, os palestrantes, cumprimentar os Prefeitos dos três Estados, Maranhão, Piauí e Ceará, em nome de qual queria saudar a Prefeita de Araioses, em nome desses Prefeitos; cumprimentar também os Secretários e técnicos que aqui participam dessa audiência pública.

Eu vou tentar ser bem objetivo, fazer apenas três colocações, no que diz respeito à palestra que foi exposta aqui. A BR-402, que é a BR que interliga Maranhão, Piauí e Ceará, está colocada ali a construção dela de Barreirinhas até Barro Duro. Isso é uma preocupação nossa, que nós já colocamos diversas vezes esse problema na Câmara dos Deputados, já reunimos com os colegas, já fomos a Ministério, no DNIT, no sentido de estender essa BR até Araioses, passando por Água Doce, porque, dessa forma, realmente a gente contempla o Delta do Parnaíba; da forma que está, a gente contempla os Lençóis, mas fica o Delta do Parnaíba que, na realidade, esse Delta é chamado do Parnaíba, mas a maior parte dele é no Maranhão.

Fica aqui essa colocação, gostaria de ouvir, por parte do representante do DNIT, se realmente nós vamos ficar fora, essas duas cidades seriam Água Doce e Araioses.

A outra colocação é a questão do projeto Tabuleiro de São Bernardo. Foram gastos bilhões de dólares naquele projeto e passam-se Governos, e ninguém investe mais, desde a extinção do DNOS, esse projeto ficou literalmente abandonado. É um projeto importante, projeto de agricultura irrigada e está literalmente abandonado. Todas as reuniões que a gente vem, a gente sente um estímulo, se anima, mas, depois, sai decepcionado, certo? Não entra no programa do Governo Federal, não tem orçamento, enfim, é um projeto falido. E o que nos preocupa é a quantidade de dinheiro investido naquele projeto, e está lá paralisado.

A outra questão é com a questão do arranjo produtivo, que também vi aqui na exposição do nobre palestrante. Essa questão do caranguejo, lá no Município de Araioses, a região ali do Delta do Parnaíba, ele sai, Senador, de Araioses para Fortaleza, que é o maior centro consumidor, viaja de cinco da tarde e chega às cinco da manhã lá em Fortaleza; 50% desses caranguejos morrem na viagem. Morrem... Eles já transportam à noite para diminuir a mortalidade. Quer dizer, e mesmo assim, ainda se perde 50% desse caranguejo.

A nossa preocupação é a questão do arranjo produtivo, criar uma estrutura, lá na região do Delta, para que se possa agregar renda, produzir o sistema de exploração desse caranguejo, para a retirada da carne do caranguejo, e se utilizar a estratégia de transporte desse caranguejo, porque é um absurdo, aquelas pessoas vivem de forma sub-humana, a renda delas é mínima... Para você ter ideia, Araioses, Senador Quintanilha, Araioses é o Município que tem o menor IDH do Brasil. É um negócio que a gente vê com muita preocupação e não se vêem medidas concretas, só se veem projetos, arranjo produtivo, Tabuleiro de São Bernardo não tem condição de se recuperar, e não acontece, os políticos estão desgastados naquela região, não têm condições de chegar lá e dizer que estão fazendo alguma coisa porque não acontece nada. E, no DNIT, essa estrada é uma falta de sensibilidade deixar o Delta do Parnaíba fora dessa estrada, que é a rota do turismo, Maranhão-Piauí-Ceará. É um trecho pequeno, eu não sei, me parece que são 50 a 60 km, acho que até menos, não é, Luciana?

SRA. LUCIANA MARÃO TRINTA: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Sessenta e seis quilômetros. Mas é um negócio que é fundamental, certo? Deixar essas duas cidades fora, que têm um potencial turístico enorme. Agora, elas estão isoladas,

Então, essas três colocações que eu gostaria de ouvir de quem quer que seja o responsável pelas áreas.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Deputado Carlos Brandão. O Sr, Júlio Miragaya vai responder os questionamentos levantados por V. Exa. Antes, eu gostaria de registrar também a presença, entre nós, da Dra. Maria Lúcia Ferreira, que está representando aqui a INFRAERO. Dr. Júlio Miragaya, tem V. Exa. a palavra.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Deputado Brandão, na verdade, não é que a gente esteja excluindo o trecho da 402 de Barro Duro para a fronteira do Piauí com o Maranhão. Toda essa Rodovia, todo esse trecho, desde Barreirinha, ela é uma Rodovia planejada, ela não está efetivamente implantada. A gente... Apenas estamos priorizando o trecho de Barreirinha a Barro Duro, porque de Barro Duro até a fronteira, existe uma Rodovia Estadual já pavimentada e que pode fazer essa conexão com o Piauí. Então, continua no nosso planejamento toda a BR-402, no seu trecho previsto,

tal qual está lá no Plano Nacional de Viação e Logística. Agora, para facilitar, porque a construção, a pavimentação desse trecho permitiria essa conexão por via plantada, por toda a região, com certeza, passando mais ao largo de Araioses e Água doce, mas isso não estamos descartando. É apenas para viabilizar num primeiro momento essa conexão por via pavimentada, até porque ajudaria também na resolução da própria licença ambiental, porque no mínimo reduziria pela metade o problema, porque ficaria apenas, a outra já está construída, pavimentada, o problema ambiental ficaria ao trecho Barro Duro-Barreirinha. E aí, num segundo momento, nos envolveríamos na conclusão do trecho de Barro Duro até a fronteira, até Pirangi. Esse é o nosso entendimento.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): A nossa pergunta é a seguinte: Se nessa segunda proposta, estaria concluído o trecho Barro Duro, aí, vai passar por uma cidade que você não citou, Água Doce e Araioses.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Ela passa um pouco abaixo da sede Municipal, aí teria o acesso a cada um... Às duas sedes Municipais. Ela não passa exatamente--

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): O que acontece? Quem vem hoje de Parnaíba, ele não entra, certo? Em Araioses e nem entra em Água Doce. Fica literalmente fora. Dessa forma, ele vai direto a Tutoia, pega Barro Duro e vai até Barreirinhas. Esse trecho que o senhor citou. Então, o meu apelo é para que seja incluído. Que não seja incluído nesse primeiro momento, mas que seja incluído no segundo, senão os turistas não vão entrar, tem que se percorrer mais 50 quilômetros, é estrada estadual, estragada, aquela dificuldade de recurso de estado, difícil, ficando fora.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Na verdade, praticamente não tem, a gente passou daquele trecho, desde Caburé, de carro, no caso, tração, passando por Paulino Neves, fomos até Tutoia, praticamente não tem estrada.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): O senhor esteve lá na região?

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Estive.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Talvez não tenha passado em Araioses e Água Doce.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Não, não passamos. Passamos só do lado. O acesso é muito ruim.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Até o senhor, que esteve lá, passou por fora, veja a lógica da coisa, se fosse um trecho passando por Araioses, eu digo é por causa do Delta do Parnaíba, é muito importante, a maior parte dele está em Araioses.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Não, com certeza, é apenas uma priorização, para complementar a ligação, uma estrada pavimentada, mas, num segundo momento, esse trecho vai ter atenção. No caso de Tabuleiro de São Bernardo, V. Exa. está coberto de razão, realmente é um projeto muito antigo. Até lembro com os companheiros que eu trabalhava numa empresa de consultoria, em 86, no Rio de Janeiro, foi quando teve a implantação, e eu me surpreendi agora, 23 anos depois, que esse projeto continua praticamente zero, que é diferente da situação, por exemplo, dos tabuleiros litorâneos, que está há poucos quilômetros--

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Não tinha como incluir no PAC a conclusão do projeto tabuleiro de São Bernardo?

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Não tenho essa informação, aí teria que checar.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Fizemos esse apelo à Ministra Dilma, num café da manhã com a bancada do Nordeste, mas ainda não tivemos o retorno. Gostaria que você também levasse essa nossa preocupação, faz pena, aquele projeto são milhões de dólares jogados fora. É um esqueleto que o Brasil tem pelo mundo afora, são vários projetos dessa forma. Nós temos também, lá no Maranhão, a barragem de Pericumã. Está também, foi tudo com... Na época que foi extinto o DNOS, do Governo Collor, todos esses projetos foram abandonados, é uma pena que nós temos trabalhado para colocar no PAC. Gostaria que V. Exa. nos ajudasse também.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Com certeza. E, por fim, a questão do arranjo do caranguejo, a gente também tem essa informação, realmente um nível de perda muito elevado, e a gente está considerando, realmente, uma proposta para, não só ali para Araioses, mas para toda a região do Delta, essa questão não acontece só em Araioses, acontece também em Ilha Grande, acontece em Parnaíba, todos os Municípios ali Delta, é o grande fornecedor de caranguejo para o mercado consumidor e a gente está atento a isso.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Com relação, voltando, só para concluir, para eu sair com a clareza dessa resposta, com relação ao caranguejo o que é que tem de concreto? Vocês estão estudando? O que tem nessa questão do arranjo produtivo?

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Não tem nada de concreto. A gente está atento e [interrupção no áudio] quanto no Piauí. E a gente vai ter que, juntamente com os Ministérios e as Secretarias envolvidas nessa questão, Ministério de indústria e comércio e outros mais, vamos ter que buscar uma alternativa, uma alternativa que provavelmente vai caminhar para essa linha que o senhor apontou.

Eu só passaria, Senador Quintanilha, para o DNIT, se ele gostaria de complementar em relação a essa questão da 402.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Isso. O Dr. Adailton revelou o desejo de complementar a informação sobre a BR-402. Tem a palavra o Dr. Adailton Dias.

SR. ADAILTON CARDOSO DIAS: Ok, obrigado. Deputado Brandão, em relação à BR-402, nós estamos programando no DNIT um estudo de viabilidade, mais projetos de adequação e de pavimentação, que vai desde o entroncamento da BR-135 no Piauí, até o final da Rodovia que entronca com outra Rodovia Federal, no estado do Ceará. É lógico que, dentro desse cenário, optou-se em iniciar a obra de construção justamente nesse segmento onde vem de Barreirinha até Barro Duro, em razão do que já foi colocado. Construindo esse segmento, a gente consegue ligar os dois trechos, os dois extremos que já existem pavimentados, e dar uma certa mobilidade dentro dessa região. Mas isso não implica dizer que os outros segmentos não serão assistidos numa etapa seguinte. Inclusive, nesse estudo de viabilidade que está sendo contratado, ele vai contemplar os estudos nessas cidades que o senhor comentou há pouco, sobre a viabilidade econômica mais adequada para atender essas cidades que o senhor citou agora há pouco, que teoricamente ficariam fora da área de atuação da Rodovia.

Em relação também, só passando uma informação em relação a BR-222 também, que faz parte do plano, estamos também com o processo de licitação praticamente pronto para que seja possível a gente fazer a licitação para contatarmos uma empresa para elaborar o projeto de adequação de capacidade, e também absorção dos trechos rodoviários estaduais, que são coincidentes com os federais. Somente após a absorção desses trechos, dos trechos estaduais, é que o DNIT é possível ao DNIT, ele aplicar recursos financeiros Federais. Fora isso, fora isso, nós teremos, numa etapa seguinte, a questão da BR-404, que é um trecho pequeno que a gente vai também agora colocar no nosso quadro de demanda para posteriores procedimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Adailton.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós passamos a palavra agora ao Senador João Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. pela Audiência Pública, pelo Requerimento, infelizmente, aqui não há, chegou agora o Senador Mão Santa, com o esteve o Senador Heráclito, dessa vez, nessa legislatura, não tem nenhum Senador do Piauí compondo a Comissão de Desenvolvimento Regional, como tivemos no biênio passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Precisamos corrigir essa falha.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Precisamos corrigir. Às vezes, esse revezamento partidário--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E convocar os três Senadores do Piauí para integrar a Comissão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas o Presidente é casado com uma bela mulher do Piauí, é inteligente. Começou a gostar da natureza do Piauí--

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): E queria, Presidente, parabenizar pela iniciativa desse requerimento, de se discutir o plano de desenvolvimento sustentável da região do Meio-Norte, parabenizar o Dr. Júlio Miragaya pelo estudo bem abrangente, onde se discute aqui o potencial, os gargalos, para que nós possamos, nessa parceria, nessa experiência inédita de três Estados do Brasil, tentando viabilizar e entender o turismo como uma parcela importante na formação do produto interno brasileiro.

Eu só teria uma observação a fazer nessa discussão, inclusive, quero cumprimentar todos os Prefeitos do Piauí, do Ceará, do Maranhão aqui presentes, cumprimentar... A gente vê, nesses Municípios que compõem essa região turística na rota das emoções, já, os Municípios têm Secretários de Turismo, que normalmente não existia em alguns Municípios do Piauí, mas vê a importância do turismo dentro do contexto social, cumprimentar o Secretário Silvio Leite, Secretário de Turismo do Piauí.

Na minha opinião, a única ausência desse estudo, que o próprio Senador Quintanilha falou, e debatíamos ontem em Plenário isso, todos os investimentos físicos e principalmente no Aeroporto de Parnaíba, é a não discussão da aviação regional. Sei que há gargalos a serem resolvidos, inclusive, há projetos na Câmara importantes, onde se trata principalmente do subsídio cruzado, para que estimule a aviação regional, e ela possa levar esse turista, não só aquele que vai por via terrestre, mas principalmente o aéreo, como Parnaíba já houve, em atual Governo e outros Governos, voos charters para levar não só o turista brasileiro, mas também o europeu para conhecer as belezas naturais do Piauí, dessa região, então, acho que falta a presença dessa discussão da aviação regional para ter o efeito multiplicação e atingir.

Aqui nós concentramos muito a discussão do Porto, que é uma discussão antiga, é um desejo, é uma bandeira antiga do estado do Piauí a conclusão do Porto Luiz Corrêa, que chegou o Senador Mão Santa que é um dos autores de emenda de bancada para o Porto Luiz Corrêa, como ele coloca desde Epitácio Pessoa, isso é uma bandeira antiga que o Piauí quer ver concluída para haver a ligação com o comércio marítimo, mas essa discussão, ela tem que ser bem abrangente, nesse debate, para que todo esse investimento, todo esse debate em infraestrutura, seja de energia, seja de licenciamento ambiental, seja de estrada, seja de estruturar o potencial turístico à altura de alavancar o desenvolvimento dessa região, não vai adiantar, sem nós discutirmos a questão da aviação regional.

Eu me lembro, ainda garoto, que saia do Piauí para passar e visitar parentes em Salvador, e nós saíamos de Teresina, Floriano, pousava em Floriano, Paulo Afonso e Salvador; existiam mais de 400 cidades no Brasil cobertas pela aviação, hoje pouco mais de 100. Discutir esses gargalos, porque senão nós vamos estar fazendo um esforço muito grande sem levar para essas regiões realmente a viabilidade da multiplicação desse efeito. Era esse o registro que tínhamos que fazer, mas quero, Dr. Júlio e toda a equipe de técnicos, Wilson Egito, que tem raiz piauiense também, toda a equipe de técnicos, parabenizar pelo trabalho, porque é um diagnóstico importante para que nós possamos atingir, com o turismo, ainda o efeito multiplicador na economia desses três Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Claudino.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós temos um interlocutor inscrito, antes de V. Exa. Acho que seria importante...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu pediria a permissão, é continuando o dele, é o mesmo raciocínio, ficarei aplaudindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Primeiro, isso é continuação, ontem à noite, nós debatíamos sobre isso, eu presidia o Senado e fiquei esperando V. Exa. e o João Vicente, até de madrugada, para que usasse a palavra, era quase hora da manhã, eu estou morto de sono. É o seguinte, e nós falamos do turismo. E eu já reivindicava que V. Exa., que representa o Piauí, dorme com o Piauí, com uma mulher piauiense, a todo o instante, então, nos visitasse e fizesse, quando eu fiz parte, era o Senador Luiz Otávio o Presidente, nós fizemos um encontro, lá no Pantanal, com o SESC. O SESC do Piauí inaugurou um centro de Convenção melhor do Piauí. V. Exa. promovia isso, como o Presidente no seu lugar, Luiz Otávio, eu era o vice aí dele, lá no Pantanal, no SESC Parnaíba, e o João Claudino aí tem uma pousada nova, não tem problema de hospedagem, que ele garante aí.

Mas o objetivo é o seguinte: Eu sou cirurgião e cirurgião só faz uma operação de cada vez. Não adianta, está aí, um homem que é mais inteligente que o The Goebbels, eu, com um assessor de comunicação desse aqui, eu ganhava do Obama. Mas não adianta, não adianta, não adianta, sem ter linha aérea, porque já teve. Já teve. Eu tenho 66 anos, era criança, sempre teve, nunca deixou de ter. A conversa é tão ridícula, que o intelectual da Parnaíba fez um verso, está ali o Secretário, colega dele, Alcenor Candeira, só pousa lá rolinha, urubu, não sei o quê e tal. Sempre teve. V. Exa. mostrou vontade de ir com a encantadora mulher piauiense. E não foi porque, na hora que você viu a distância, não vai. E assim, é uma linha mamária mesmo, pequena. Nós entendemos, nós sabemos e nós vivemos e temos essa visão, não vai à massa não, mas vão pessoas tão importantes, que dão uma atenção. O Pelé já foi, a Xuxa já foi, o Fernando Henrique e tal, sem avião, não vai. E é fácil. É simples. Eu não sei, eu não entendo porque já teve. Eu era prefeitinho de Parnaíba, o Secretário, que foi meu e é de lá, eu e Júlio César de Guadalupe botamos a aviação Nordeste. Ninguém concebe. É igual o verso do Noba(F). Eu aqui, prefeitinho há muito tempo,e o grande Júlio César, que é Deputado hoje de Guadalupe, bancamos e mantemos. O resto é conversa fiada, é mentira e tudo. Não se acredita. Não pode. Eu era menino, saia de Parnaíba e ia para o Rio. Eu soltava, era interessante, toda a capital a gente soltava, dizia que era para tomar uma Coca-cola, aí pousava em Natal, pousava ali em João Pessoa, no Recife, saltava naquele tempo, o último era em Salvador e chegava no Rio. Tinha muitas, Panair, Aerovias, Aeronorte, Aerobrasil, tinha uma Paraense Transporte Aéreo – PTA, a turma chamava "Prepara Tua Alma" porque, de vez em quando, caia. Mas desde aí, isso é uma ignomínia, é uma imoralidade, é uma irresponsabilidade, é uma avacalhação, é inconcebível, porque teve, V. Exa. deixou. O resto é papo furado. Deus fez a parte dele. Até eu não sei por que tu não bota uma empresa, tu é forte, João Claudino, botar uma, pode--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já pôs a pousada.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com licença. Teve a Nordeste que eu, como Prefeitinho de Parnaíba, como prefeitinho Júlio César de Guadalupe, botava. Eu me lembro que tinha um Gabriel Bacelar, lá

do Recife, um engenheiro, que ajuda financeiramente o Marco Maciel, ele vinha para... Porque tinha uma mãe em Parnaíba, do Recife, Fortaleza, dormia lá, sem avião não vai, teve Iataba(F), teve uma do Rio Grande do Norte, outro dia... Então, vamos somar cirurgião. E, às vezes, dá certo. Eu sou cirurgião, Juscelino Kubitschek era, até cassado ele foi. Então, às vezes, cirurgião dá certo; não adianta, o resto aí, pelo menos, eu estou respondendo o nosso. Porque tem que ter, não é a quantidade não, lá é mamária, mas é autoridade fluente. Olha, eu vi essa Xuxa lá, deu muita confusão, tomando banho naquela lagoa do Portinho, mas é assim a humanidade. Então, esse Pelé...

Eu me lembro que eu fui Prefeito logo depois, não foi eu que levei o Pelé não; foi o Albertinho, tinha a Pedra do Sal, o Pelé veio no litoral, só tomou banho na Pedra do Sal, era na praia da Parnaíba. Então, tem que ter, Sílvio. O homem era mais sabido que o The Goebbels, do que o Duda. Como é que tu não resolve isso, Sílvio? Eu te dou 10, e estou te dando zero, um negócio desse, vai conversar com o Sr. João [ininteligível], como resolve, tu vai bem ali em Fortaleza, tem uma empresa TAF, cearense é danado, é Ariston, é bom do negócio, vamos eu, o João Claudino, que tem dinheiro, a gente resolve; como tu não resolve isso? Te dou 10 e zero. O resto eu lamento, mas é a verdade, e busco a verdade. Não fujo da verdade. Não adianta, pelo menos lá, eu tenho 60 anos e muita experiência; já [ininteligível] meu Piauí duas vezes, já fui Prefeito e tomei banho... É ridículo, rapaz; 27 anos... Até um parnaibano botou, por que vocês não sustentaram? Vão lá no João Claudino, que ele bota. Eu e o Júlio César, estou dizendo aqui; ele era Prefeito de Guadalupe, o Alberto Silva não queria; contra o Governador de Estado, ele, na vaidade, disse que ia fazer a TAP, Transporte Aéreo do Piauí, não deu uma, e o Prefeito de Guadalupe, que hoje é Deputado Federal, um dos melhores nomes da política, é o líder da bancada nossa, e eu aqui. A gente tem que comprar umas passagenzinhas, dar para doente, dar pra secretária, dá uma publicidade, fazer propaganda. Então, eu não entendo como, de uma hora para outra, esse homem é maior do que o Duda Mendonça, mas morre na praia, como a turma diz. Não adianta. É só a minha palavra e a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Mão Santa, V. Exa. tem razão quando enfatiza a questão da aviação regional, que nós mencionamos ontem em Plenário, e já foi abordado esse tema aqui, e é lamentável que nós não tenhamos tido aí a decisão de convidar os empresários que fazem aviação regional do Brasil para participar desse debate. Mas eu creio que nós poderemos realizar uma outra Audiência Pública, exclusivamente para tratar da questão da aviação regional.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [ininteligível]. Não sou sócio dele, ele nunca me deu uma passagem. Eu sou prático, como cirurgião, bem aí do lado. Ele é um empresário bom de negócio e tal. Ele saiu de lá, você sabe por quê? Meteram um avião grandão, você sabe. Mas, se negociar com ele, ele volta. Ariston, TAF, transporte... Bem aí em Fortaleza. Olha, ele faria Fortaleza, Sobral, Parnaíba, esta é rentável, eu sei, eu tenho experiência. Aí vai Parnaíba/Teresina, Teresina/São Luiz; para você sair de São Luiz, para operar em Teresina, porque Teresina se faz transplante de coração, se faz transplante de coração com êxito. Eu estimulei. Eu botei o Piauí na era dos transplantes.

Agora, ele está vindo doente, São Luiz vem para Fortaleza, passa para Brasília, passa quatro horas no Aeroporto; o comerciante, O José Elias Tarja(F) mandou e-mail, deve ter mandado para V. Exa., o comerciante sai para Teresina, vai para Brasília, passa quatro horas no Aeroporto e vai negociar em São Luiz, coisa que sempre teve--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Isso é realmente inexplicável. Mas nós traremos esta discussão para esta Comissão aqui. Nós ouviremos os principais agentes da aviação regional no Brasil para discutir e debater conosco essa questão. Nós iríamos ouvir agora o ilustre Secretário de Turismo do Piauí, mas eu pediria ao Dr. Silvio Leite, pediria sua compreensão porque o representante do Ministério do Turismo precisa se ausentar e seria importante que nós ouvíssemos a sua manifestação.

Então, com a palavra o Dr. Ricardo Moesch.

SR. RICARADO MOESCH: Bom-dia. Bom-dia a todos. Senador Leomar, eu agradeço a oportunidade aqui, em nome do Ministério do Turismo, e realmente eu preciso me ausentar para uma reunião com o Secretário Ministro agora. Só queria enfatizar, por parte do turismo, essa indústria que pode solucionar várias mazelas sociais, em função da sua dinâmica, que nós temos que atentar para cinco pontos aqui que eu pincei da apresentação. Um deles é quanto à educação e capacitação. Esse é deveras importante porque uma região que aponta esse IDH tão baixo, se nós não tivermos uma consideração na parte de educação e capacitação, nós teremos, então, uma exclusão social por parte dos autóctones e isso o turismo acaba impactando demais as comunidades onde a atividade é desenvolvida.

Então, nós podemos citar vários exemplos no litoral brasileiro, vou guardar aqui esse pedido do Senador. Então, nós... Vários locais brasileiros, onde grandes empreendimentos foram colocados, pode citar inúme-

ros, onde não houve essa importância de integração da comunidade local e capacitação, então, existe aquela exclusão, e acabam-se criando-se verdadeiros guetos, onde o turista não sai daquele *resort*, não sai daquele local, sob pena de enfrentamento de uma população que foi marginalizada e que está excluída de todo esse processo. E aí vem a criminalização, vem a droga, a prostituição e outras mazelas que o turismo pode trazer, e isso nós estamos enfrentando.

Então, é bastante importante que agora nós estamos trabalhando com o MEC, junto com os CEFETS que, dentro dos currículos dos CEFETS na região, seja disponibilizada gratuitamente à população esta capacitação e essa educação, sob pena de nós termos aí o turismo como impactante e criando, sim, não um progresso, mas um regresso na comunidade local.

O outro ponto seria quanto à questão do emprego, nós temos ali um dado de 94.2 mil empregos formalizados. Para vocês terem uma ideia, só um grande *resort* pode abranger quatro mil empregos. Então, a cadeia do turismo, se formalizada, ela propicia, então, que haja essa evolução nas comunidades instaladas.

Hoje, nós temos o microempresário individual do SEBRAE, por exemplo, que ele pode vir a ser formalizado, aquela pessoa que tenha no máximo um empregado, aquela pequena atividade, e que tem um rendimento de no máximo dois mil reais mensais, ele possa ser formalizado e cadastrado junto ao Ministério. Então, nós temos hoje 40 mil prestadores de serviço cadastrados junto ao Ministério do Turismo para que propiciem linhas de financiamento diferenciadas, por exemplo, temos agora uma linha do FAT, que são 400 milhões de reais, que já foi toda absorvida pelo pequeno empresário e sabemos que 50% da mão-de-obra do turismo no Nordeste, principalmente, é informal. Nós estamos trazendo isso para formalidade. É importante também trabalharmos a formalização do prestador de serviços turísticos.

Nós temos um projeto de regionalização, hoje com cinco anos, onde esse, consta aqui no plano já, a rota das emoções. Então, são roteiros integrados entre os Estados para trabalhar em bloco. Aí vem uma contribuição que eu gostaria de colocar, nós fizemos estudo de competitividade com a Fundação Getúlio Vargas em 65 destinos indutores do turismo nacional, onde o Ministério vai trabalhar num raio de indução de até 100 quilômetros, aonde temos um diagnóstico feito nessas regiões. Fizemos em Barreirinhas, Jericoacoara e Parnaíba. E onde levantamos lá... São questões primárias, secundárias e terciárias, onde temos um diagnóstico de 540 questões, desde de... Em 13 aspectos, aspectos sociais e infraestrutura, e chegamos a um nível de competitividade, não para competir entre eles, mas para ver a competência de cada um na área de turismo, que integrasse, então, esse tudo de competitividade junto a todo o processo, porque ali a gente distingue claramente quais são os tópicos principais que cada uma dessas cidades ou dessa região tem que desenvolver na área de turismo para obter um progresso.

E, finalmente, quando a questão da... Viária. Muito se discute quanto, para o turismo, se é essencial a questão da locomoção. Alguns destinos, principalmente o ecoturismo, por exemplo, vamos citar o Jalapão, por exemplo. Necessariamente, o turista que faz o ecoturismo, o turismo de aventura, ele não... A parte, a locomoção já faz parte do próprio roteiro. Ele não se interessa de chegar lá de forma, como o turista habitual faz, que tenha que ter uma estrada, alguma coisa, porque já faz parte do roteiro, e alguns roteiros até não merecem ter uma estrada, sob pena de descaracterização do local para esse destino do ecoturismo, que é a indústria que mais move hoje internacionalmente.

Então, que nós atentemos para outros meios. Eu, no Ministério, sou coordenador de um grupo de turismo náutico, que hoje estamos trabalhando muito forte, em função dos cruzeiros, dos veleiros, não falamos nunca da outra via, que é o mar, no Brasil, tivemos o segundo Porto, o Porto de Baía de todos os Santos, então, que nós contemplemos junto a todos os projetos de portos, também marinas, onde possamos trazer barcos menores, mas que possa fazer integração via litoral.

Quando se fala em construir uma estrada, é um problema; realmente, construir uma estrada, o ônus é enorme para qualquer Governo, enquanto que nós temos o mar para usufruir de todo o litoral que nós temos, nós podemos fazer o turista chegar de Fortaleza ao Delta com uma boa embarcação, uma boa atracação, da mesma maneira que na Europa, na Grécia, se utiliza cruzeiros de 150 a 200 pessoas, então, que se atente para essa área, a fim de que possamos não depender tanto.

Quanto à aviação regional, também trabalhamos isso e participamos aqui com a Comissão da Câmara dos Deputados, que é o problema da viabilidade e sustentabilidade dos pequenos voos, das passagens aéreas em pequenos trechos, em trechos menores e regionais, elas são bastante excessivas em função do não aproveitamento da barriga do avião, que é a questão da carga. E também, no caso do turismo, da sazonalidade. Por isso os charters, às vezes, são mais viáveis. Mas temos um exemplo, a Chapada Diamantina já teve voos charters da GOL, que foram abandonados por falta de demanda turística. Então, é muito relativa a questão do turismo quanto à viabilidade por causa da sazonalidade, problemas cambiais, que o câmbio

também altera bastante, aí tu não tens o turista que pode passar mais. Então, não é imprescindível para o turismo, é muito bom que tenha o Aeroporto, mas não é imprescindível só o Aeroporto. É mais importante, às vezes, um tratamento de resíduos, [soa a campainha] o saneamento básico, a água tratada e o esgoto, do que o próprio Aeroporto e a estrada. Essas são condições precípuas, que hoje, para os senhores terem uma ideia, Itacaré, que é um destino hoje considerado, no *New York Times*, o 10º procurado no mundo, tem pouca estrutura de acesso, o acesso não é... Mas é bastante procurado no exterior em função de suas características ambientais.

Seria essa a contribuição. Permanece aqui a minha colega, Ana Clévia, que trabalha nessa região, junto ao projeto de regionalização para quaisquer questionamentos. E eu agradeço a atenção dispensada.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Dr. Ricardo. Claro que esse plano de desenvolvimento sustentável da região turística do Meio-Norte tem levado em consideração o turismo como um dos importantes vetores de desenvolvimento social e econômico. E, no turismo, particularmente, nós verificamos que um dos grandes gargalos é a capacitação, não só nessa região, mas no Brasil inteiro. É a capacitação.

E eu trago como uma notícia auspiciosa, uma notícia alvissareira, o registro como entidade representativa do segmento de 3º Grau, a Confederação Nacional do Turismo; ela foi criada há 10 anos atrás, mas só agora ela obteve o seu registro. E está desenvolvendo de forma bastante ágil as suas ações, com vistas ao cumprimento, ao atingimento do seu escopo. E um deles é exatamente a qualificação, a capacitação profissionalizante de milhares de brasileiros, nessas regiões destacadas, onde nos destinos turísticos se ressaltam e têm como a capacitação o grande gargalo e a grande dificuldade.

A CNC também tem feito essa capacitação. E é importante que nós saibamos que só as instituições públicas não conseguem efetivamente abrir o número de vagas suficientes. É importante que essas instituições privadas possam dar a sua contribuição.

Nós vamos ouvir agora o Dr. Silvio Leite, Secretário de Turismo do Piauí. Tem V. Exa. a palavra.

SR. SÍLVIO LEITE: Senador Leomar Quintanilha, quero parabenizar, Senador, a sua bandeira aí em prol não só do desenvolvimento, mas principalmente da aviação regional. Estamos chegando à conclusão, quando a gente levantou essa bandeira, como um problema do Nordeste, mas é um problema do Brasil. O seu estado mesmo, S. Exa. tem enormes dificuldades de locar. Estive esses dias em Ribeirão Preto, lá com o pessoal da Passaredo, daqui para ir a Bauru, tivemos que ir a São Paulo. Esse é um problema do Brasil. Como sou Presidente da Comissão de Aviação regional do Fórum de Secretários, tenho tido muito contato com as empresas, com a Trip, Passaredo e Azul, só falta uma coisa: regulamentar. Aquilo que nós tivemos na Comissão de Turismo, do qual o senhor presidiu. E se a gente regulamentar, as empresas têm comprado aviões. A EMBRAER, inclusive, aviões brasileiros de 50 lugares, elas estão esperando o quê? A regulamentação.

Hoje, em mais uma demonstração desse movimento, hoje às 19 horas, será lançado no salão três da Câmara, a Frente Parlamentar em prol da aviação regional. A iniciativa do Deputado... Vai estar presente o Ministro Jobim que eu acho que, Júlio, neste plano faltou aviação regional, porque não teve nem ANAC, nem o Ministério da Defesa, fica voz isolada, como também na reunião da Comissão de Turismo, que foi para debater a aviação regional, faltou ANAC, faltou Ministério da Defesa. Então, fica esse registro, esse convite para essa presença de todos os senhores.

E dizer, Senador, da importância desse plano para lá, para a região, para o meu norte, para o Piauí, demonstração maior, presença dos três Senadores aqui, Senador João Vicente, Senador Heráclito Fortes, Senador Mão Santa, Deputado Federal Nazareno, vários Secretários Municipais, técnicos, saudar a Ana Clévia, do Ministério do Turismo. E minha sugestão, Júlio, que o comitê te gestor, aqui, dessa sugestão, para mim, eu tenho três observações, uma, a escola de formação de obras de turismo do Camocim, era uma das reivindicações dos três Estados. O Maranhão reivindicou a BR, o Piauí a conclusão do Aeroporto e o Ceará a implantação dessa escola de formação de obras para o turismo, que ficaria em Camocim.

Depois, a marina, nós não citamos a marina. Nas nossas costas, passam seis mil embarcações de grande e médio porte, vêm da Europa para a América, exatamente no Piauí, aonde eles fazem a curva. E que a DRS, a agência que inspirou esse plano, que é o consórcio Ceará, Piauí, Maranhão, uma ideia do Governador Wellington Dias, seja a gestora do plano. Nós temos lá desde o Comitê com os três Governadores, com os Secretários, Secretário de Turismo, Secretário do Planejamento, com a Sociedade Civil, esse consórcio tem sido reconhecido no Brasil inteiro, tem servido de exemplo, o Banco Mundial, o Presidente já esteve lá no Piauí, disponibilizando apoio, recursos, para levantar os arranjos produtivos, desenvolver essa região. Porque a área é a mesma, os Municípios são os mesmos, os Ministérios quase todos já participam

lá da DRS, que ela seja, como foi debatido em alguns momentos da Audiência Pública, a gestora deste plano. Ela tem legitimidade. Eu acho que a gente criaria um órgão com duplicidade de ação. E foi a DRS que inspirou este plano. Quero parabenizar. Eu tenho repetido que poucas coisas, Senador, nesse país tão eficientes, quanto esse plano, sob a liderança do Júlio, uma equipe de técnicos abnegados, se nós não tivéssemos tido o problema das cheias lá no Piauí, Maranhão e Ceará esse plano já estava pronto, mas eles foram, principalmente com muito entusiasmo, muita dedicação, conhecerem *in loco*, conseguiram mobilizar, parabenizar o Prefeito Chico Antônio, de Esperantina, foi uma audiência pública com mais de 500 pessoas, foi um show, não só pela presença, mas pela contribuição, a participação da sociedade civil.

Então, e dizer ao Senador Mão Santa, não está aqui, mas que, no dia 28 de setembro, nós teremos, Senador João Vicente, a presença do Senador Quintanilha participando do nosso fórum de turismo e agronegócios, é o segundo fórum a ser realizado no Piauí, contaremos, com muita honra, com a sua presença e com o seu entusiasmo, somente pelo desenvolvimento do turismo e desenvolvimento da aviação regional no Brasil, Senador.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Silvio Leite. Eu passo a palavra ao Dr. Júlio Miragaya, para que ele faça as observações necessárias, as considerações que foram aqui expendidas e já sugeriria ao Dr. Miragaya que apresentasse suas considerações finais.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Está certo. Em relação às questões que foram colocadas quanto à aviação regional, não é que a gente tenha, não dado a devida dimensão ou tenha esquecido o problema. É que ele foge um pouco ao nosso âmbito. A gente está atento a isso. Até porque é uma coisa muito visível. Mas é como o Senador Quintanilha colocou aqui anteriormente, tínhamos 400 cidades atingidas e hoje estamos restritos a 100 cidades. É um problema nacional. Principalmente, mais grave do que no Nordeste é na Amazônia, quando a gente estava discutindo o Plano Amazônia Sustentável, é uma aberração. Na Amazônia é uma aberração, você tem uma dificuldade imensa de deslocamento por via aérea, aí é uma discussão que tem que ser feita, acho que é essa ideia de uma audiência pública para discutir a questão da aviação regional de uma forma geral, aqui no Brasil, é ultraoportuna porque não é um problema localizado ali naquela região que a gente está tratando. É um problema nacional, principalmente naquelas regiões que têm um tráfego menos intenso. A lógica das Empresas Aéreas não está muito atenta a essa demanda da população, a essa necessidade.

No caso da marina, é uma discussão que tem que ser feita, Secretário, em relação... Está vinculada à questão do Porto, o senhor sabe que tem ali... A marina poderia, foi cogitada como uma alternativa ao próprio Porto comercial. E, na proposta que o a Secretaria de Portos está trabalhando, seria possível compatibilizar, não na forma de marina, mas esse cais que estaria sendo construído poderia receber alguns hiatos de menor dimensão, mas seria um meio termo em relação àquele projeto que foi cogitado de uma marina em substituição ao porto comercial.

E, por fim, em relação à escola de formação de turismo em Camocim, é importante que a gente tem, a todo o tempo, tem destacado que não cabe ao Ministério da Integração formular isoladamente o plano. Ele vai ser formulado com a participação dos demais Ministérios, das Secretarias Estaduais dos três Estados. Então, estamos abertos a aceitar, a receber essa demanda e essa proposição do Estado do Ceará.

Agora, temos um problema, e não estamos aqui para jogar os problemas para baixo do tapete, um engajamento muito aquém do que deveria ser, da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará.

[palmas].

Pois é, então, é uma questão que a gente tem que colocar esse problema de forma pública, no sentido não da crítica tão somente, mas de esperar que o estado do Ceará, particularmente, Secretaria de Turismo possa ter um engajamento maior, porque a dimensão desse planejamento está clara para todo mundo, está evidente para todo mundo. O que a gente quer, é que o estado, a Secretaria de Turismo do Ceará se incorporem a esse processo para que a gente possa realmente dar à escola de formação do turismo de Camocim a devida importância que ela merece. Agora, o Ministério da Integração não vai substituir a Secretaria de Turismo nesse processo. Cabe a ela se incorporar.

E por fim, já nas considerações finais, agradecer, mais uma vez, ao Senador Leomar Quintanilha que, de pronto, atendeu a esse nosso desejo de colocar aqui para o Senado e para a Câmara e para todos aqueles que participaram dessa audiência, o resultado dessa consulta pública, dessa... Como o Secretário Sílvio Leite colocou bem, em alguma... Esperantina foi, talvez, o espelho melhor desse momento de ampla participação dos Municípios, das entidades representativas dos diversos segmentos sociais ali do território dos Cocais, e isso aconteceu em todas as regiões que a gente esteve presente. E a gente acredita que é assim que se faz planejamento territorial no Brasil ou que deve ser feito, com a participação dos Estados, com

a participação dos Municípios, com a participação da sociedade, porque não é só a garantia de que esse planejamento vai ser bem-feito, mas é a garantia, inclusive, de que, na implementação desse plano, esse engajamento, ele se efetive.

A gente está aqui construindo é o engajamento posterior, elaborar plano, Senador Quintanilha, é muito fácil, não é difícil. Não é problemático. O problema é implementar as ações previstas. A gente trabalha com essa perspectiva, que acho que essa audiência já é também resultado dessa mobilização que a gente está fazendo, tem feito na região, participação de vários Prefeitos aqui, tivemos, dos 77 Prefeitos da região, tivemos nas seis consultas, a presença de 41 Prefeitos e os demais não tiveram, com certeza não puderam estar presentes, mas mandaram seus representantes. Então, é isso que a gente está construindo e a gente espera ter, aqui no Senado e no Congresso Nacional, um apoio para que a gente possa fazer com que esse plano pudesse ser corado com sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Júlio, para se andar mil léguas, diz o ditado chinês, é preciso dar o primeiro passo. E eu entendo que, para desenvolver uma região, o primeiro passo é exatamente elaborar o plano de desenvolvimento. Eu acho que esse é um passo muito importante, agora é utilizar o esforço de todos os agentes públicos e privados para que nós possamos implementá-lo. Eu acho que isso aí é uma grande iniciativa e acho que nós podemos contribuir para a sua implementação.

Eu gostaria de pedir a compreensão de V. Exa., é que me pediram para se manifestar mais duas pessoas e eu acho que é importante, nessa Audiência pública, as pessoas se deslocam de uma distância grande, alimentando aí o sonho e desejo de contribuir para o aprimoramento do plano e, sobretudo, para sua implementação e nós ouviríamos, então, a ilustre Prefeita de Araioses, do Maranhão, Dra. Luciana Marão Trinta. Tem V. Exa. a palavra.

SRA. LUCIANA MARÃO TRINTA: Senador, demais autoridades presentes, colegas Prefeitos, assessores técnicos, senhoras e senhores, nós estamos aqui em Audiência Pública, questionando, discutindo benefícios comuns ao tripé Maranhão, Piauí, Ceará. Lamento muito a ausência do nosso Deputado Federal da bancada do Maranhão, que aqui se pronunciou, Carlos Brandão, o qual fez referência ao Município de Araioses, e eu fiquei muito agradecida porque foram muito pertinentes as colocações do ilustre Deputado.

Nós aqui estamos discutindo pendências, reivindicações e gostaria de enfatizar alguns tópicos que vejo relevantes e oportunos para a desenvoltura desse projeto.

No que tange à questão dos nossos entraves, que são as estradas, hospitais, segurança, no momento que estamos discutindo a questão turística, tenho absoluta convicção que todo o turista, ele vê com bons olhos uma boa segurança e também uma condição de atendimento médico para essas rotas que vão conduzir para o turismo.

Quando nós colocamos turismo e tem o tema "Rota das emoções", já o tema faz *jus* à minha reivindicação aqui com a questão Saúde. Colocam-se hospitais regionais, mas não se discute hospital que tem um atendimento de média e alta complexidade. Nós já tivemos questões muito preocupantes, quando há intercorrência ou algum problema dessa natureza não tem atendimento na região dos Lençóis Maranhenses, da porta do Delta, para que haja essa resolutividade. Venho aqui reivindicar um SAMU aéreo para que seja ali comum a essa região e acho de bom alvitre que seja melhor analisado esse tópico.

Com relação às estradas, eu discordo, lamentavelmente também está ausente o representante do Ministério do Turismo, que tem que ser as estradas mesmo de emoção. Eu concordaria que fosse, se tivéssemos uma opção de trafegabilidade. Não temos trafegabilidade. Então, nós estamos ali, tanto com BRs e MAs intrafegáveis, e a vicinal ela seria oportuna, sei que é obrigação do poder público Municipal. Já estamos diligenciando nesse sentido. Mas essa estrada 402, ela beneficia aos três Municípios do estado do Maranhão, que seria o Município de Água Doce, o Município de Tutoia e o Município de Araioses, que, com certeza, alavancaria, sem dúvida, a escoação e a nossa atividade econômica.

Com o que tange ao Tabuleiro São Bernardo, realmente foi colocado um desperdício, é um desperdício de verbas muito grandes e, ao mesmo tempo, essa região, que tem potencialidades como Araioses, é desprezada. A ausência total de Poder Público não tem bons olhos para aquela região. Eu aqui fiquei muito agradecida e até, assim, muito triste em ver a bancada do Piauí aqui prestando solidariedade a essa ação e a bancada do Maranhão ausente, lamentavelmente, numa situação que nós precisávamos de autoridades competentes para levar o nome do Maranhão. Maranhão vivenciou uma crise terrível, eleitoral, e ainda temos seqüelas. E aqui eu vejo a disputa de autoridades querendo, quem leva mais, até chegar... Me permita o Senador, que não está presente, Heráclito Fortes, de discutir até modalidade de licitação, onde o Maranhão não discute sequer o benefício de nenhum centavo.

Eu gostaria que o Maranhão estivesse presente para discutir quem leva mais benefícios? Quem consegue agregar mais valores para o Maranhão. Mas, infelizmente, nós aqui, autoridades, eu sou Prefeita do Município de Araioses, é o meu primeiro mandato, um mandato muito turbulento; encontrei um Município deteriorado, tivemos em situação de emergência, até a presente data, não recebi nenhum centavo, e tem que ser colocado isso com muita propriedade e com muita vontade de sensibilizar as autoridades que aqui estão compondo essa grande ação.

E eu gostaria que vocês analisassem melhor essa questão da Saúde, e voltando para a Saúde, consequentemente, nós temos que discutir também a qualidade de energia, porque não suportam os recursos instalados em hospital com a qualidade de energia que nós temos naquela região. Eu gostaria que isso fosse colocado em pauta, para que vocês pudessem nos dar uma resposta satisfatória e, no momento que nós estamos clamando urgentemente por essa sensibilidade de todos vocês.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Prefeita. Eu vou em socorro aqui do representante do Ministério do Turismo. Eu não creio que ele tenha, quando ele mencionou que algumas rodovias integram o roteiro, ele estaria fazendo referência às rodovias que dão acesso à sede dos Municípios. Absolutamente. Eu acho que não. Ele, inclusive, mencionou o meu estado, estado do Tocantins, que têm uma região chamada Jalapão. E nós temos ocorrências geográficas muito interessantes como dunas, surgência natural de águas, cachoeiras. Então, o acesso a esses locais é que a estrada faz parte do roteiro. É o chamado turismo de aventura.

Agora, o acesso aos Municípios, eu creio que, quando ele fez referência a integrar o roteiro, a estrada integrar o roteiro, seria nesses casos das ocorrências geográficas localizadas, e não o acesso à sede dos Municípios, que aí eu concordo com V. Exa. requer mesmo, é preciso que nós tenhamos preocupação de que isso tenha una rodovia pavimentada, de boa qualidade.

A representante do Ministério do Turismo que ficou...

SRA. ANA CLÉVIA GUERREIRO LIMA: Ana Clévia Guerreiro Lima, do Ministério do Turismo. Obrigada, Senador, pela gentileza. Aproveito para saudar todas as autoridades Municipais, Estaduais e Federais aqui presentes e comprometidas com esse processo.

Prefeita Luciana, nós tivemos a oportunidade de estar, no mês de janeiro, junto com todo o grupo que compõe o plano, visitando a área e, da região que eu conhecia, que eu tinha mais pouco conhecimento, era o Maranhão, considerando que eu sou Cearense e conheço meu estado como a palma da mão e conheço muito bem o Piauí pelas relações que a gente tinha porque, como o Senador Mão Santa falou, há muitos anos, desde 99, pena que ele não está aqui, que eu ia lembrá-lo de uma reunião que nós fizemos em setembro de 99, no Ceará, discutindo já essa integração.

Quando o Ricardo se pronunciou, é no sentido seguinte: Que as ações turísticas lá elas podem e são viabilizadas independentemente, mesmo nas condições que hoje existem lá. Mas nós, do Ministério, somos totalmente a favor das BRs, das condições de acesso. Por quê? Porque atividade turística, ela precisa que a comunidade esteja envolvida e o que o nós tivemos oportunidade de constatar lá é que devido a essa dificuldade de acesso, muitas vezes, as comunidades não têm acesso nem a uma escola e nem à Saúde, que são direitos básicos garantidos na nossa Constituição, em função da dificuldade de acesso.

Então, independentemente das estradas serem necessárias para viabilização da atividade turística, elas são necessárias para garantir o acesso da população aos seus direitos, e nós não podemos defender o desenvolvimento da atividade turística nos locais aonde a população não tem acesso ao mínimo. Elas precisam ser incluídas.

É nesse sentido e nós agradecemos a oportunidade, mais uma vez, ao Senador.

SRA. LUCIANA MARÃO TRINTA: Por gentileza, vale ressaltar também, mais uma vez, que custo-benefício é muito mais viável que faça esse trajeto, o qual já repassei o mapa ao senhor, o Sr. Júlio conhece já essa reivindicação. E também o impacto ambiental é bem menor do que como está previsto para ser feito. E eu esqueci só de comentar, com relação à área da educação, que seria muito interessante também--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu solicitaria, Sra. Prefeita, que fosse bem objetiva, porque ainda nós temos duas pessoas inscritas, nós queremos dar oportunidade para elas falarem.

SRA. LUCIANA MARÃO TRINTA: Pois não. Para que a gente preparasse os profissionais de acordo com as nossas tendências, que fosse averiguada essa possibilidade para que a gente profissionalizasse melhor os nossos munícipes.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado. Dr. Robésio quer fazer um comentário a respeito de energia elétrica. É isso?

Tem V. Sa. a palavra.

SR. ROBÉSIO MACIEL DE SENA: Dr. Júlio fez um comentário sobre algumas dificuldades de atendimento lá na região, em alguns desses Estados, que foram parte [interrupção no áudio].

Primeiramente, no caso da distribuição de energia elétrica, como todos devem ter conhecimento, a Legislação atual, quem faz essa fiscalização é a agência de energia elétrica. E todas as distribuidoras, elas têm que ter níveis mínimos de atendimento e de acordo com indicadores que são estabelecidos por esta agência. Mas, mesmo assim, a gente tem um levantamento, todas as três empresas lá de distribuição dos Estados têm um volume de investimentos em andamento e previstos da ordem de mais de 100 milhões, que são financiados pela IGR da Eletrobrás e que, com certeza, alguns desses Municípios devem ter o atendimento melhorado com esses investimentos. Mas a gente faz o compromisso, nós vamos convocar a Agência de Energia e vamos fazer um levantamento de como é que está o nível desses indicadores. E, dentro do possível, vamos atuar para que possa ser resolvida essa questão. Ok?

Então, a gente faz o compromisso, depois a gente encaminha isso para a Comissão, para o Júlio e para os Prefeitos que fizeram essa reivindicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado. Nós vamos conceder a palavra ao Secretário Adjunto do Turismo do Maranhão, Dra. Maria do Socorro.

SRA. MARIA DO SOCORRO ARAÚJO: Está ligado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): No verdinho, abre o som.

SRA. MARIA DO SOCORRO ARAÚJO: Sim. Bom-dia. Eu gostaria de cumprimentar a todos, em nome do Senador Leomar Quintanilha, o qual coordena toda essa Comissão, que nós achamos muito importante nós, do turismo, estamos pedindo socorro. Precisamos a cada dia de envolvimento maior de todos os políticos para que a gente possa resolver essas situações. Nós, do Maranhão, ouvimos as colocações da Luciana, que procedem, não só da Luciana, mas nós temos outros Prefeitos aqui também. E o Turismo, ele precisa ter um envolvimento geral com todas as áreas.

Estivemos nas consultas públicas, com o Júlio, com toda a equipe que estávamos lá. E o que é que a gente observa? O Maranhão, dentro desse roteiro, dentro dessa "Rota das emoções", ela está, tem duas grandes, tem dois grandes pólos importantes que estão dentro dessa rota. Os Lençóis e temos toda a parte que nós observamos lá, que é o Delta do Parnaíba, em que quase 80% está no Maranhão. Então, o que é que acontece normalmente? Essa rota, ela é realmente importante, o planejamento que está acontecendo é extremamente importante, mas que tenha o envolvimento dessa população nesse processo, que esses Municípios, realmente, participem no processo, por quê? Caso o contrário, se não houver todo um trabalho de qualificação, se não houver todo um trabalho de envolvimento, se não houver todo um trabalho dessas rotas, que elas sejam realmente, essas Rodovias, possam passar por esses Municípios, eles, os Municípios, ficam a ver navios e realmente quem ganha são alguns empresários, que fazem a rota de maneira geral, mas não há um envolvimento do Município.

Então, a gente precisa que, dentro dessa proposta de planejamento que já foram ouvidos os Municípios, que a gente realmente lute para que os Municípios tenham realmente qualificação, tenham realmente condições de participar dessa "Rota das emoções" para que não fique o turista passando por ela e aí o Maranhão não esteja envolvido, os Municípios não estejam envolvidos, para usufruir na questão da geração de trabalho e renda, que se fala muito do turismo. Turismo só gera trabalho e renda quando tem qualificação, quando tem condições de participação. Caso contrário, isso passa despercebido, passa longe dos Municípios que estão envolvidos nesse processo.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Dra. Maria do Socorro.

Nós ouviremos agora o ex-Prefeito de Tianguá, Sr. Luiz Menezes, com V. Sa. a palavra.

SR. LUIZ MENEZES DE LIMA: Bom-dia a todos. Aliás, boa-tarde. Eu queria pedir permissão ao Sr. Senador para cumprimentar a todos os presentes em nome do senhor, em nome do Júlio. E queria dizer que um dos grandes problemas que ocorrem no Brasil hoje é a falta de credibilidade dos políticos. Então, eu pediria, em nome da população brasileira, não sou o representante, mas me sinto nesse momento, que o senhor, a primeira vez que adentrar ao Senado, a partir desta data, que o senhor entre com uma bandeira branca, pedindo paz ao Congresso, para que o Brasil volte a caminhar.

Queria parabenizar aqui a Prefeita pelas suas colocações, que até me senti no lugar dela porque ia fazer todas essas colocações e queria pedir a oportunidade a ela, a licença para utilizar essas colocações. O Brasil criou o municipalismo, federalizou e estadualizou as receitas e municipalizou as despesas. Então, os Municípios brasileiros estão todos sucateados. E louvamos muito a bravura com que essa equipe de 33 organizações do Governo Federal puderam desenvol-

ver esse plano, foi uma coisa fantástica. E eu abraço a todos, em nome do Júlio, e agradeço porque foi uma coisa muito importante porque se isso tivesse sido levado pelos políticos, com certeza, Júlio, não teria a participação popular porque o povo está decepcionado. A política, no Brasil, só se faz na campanha; passou a campanha todo mundo esquece os munícipes e fica todo mundo abandonado.

Então, eu queria pedir que fosse incluído nesse plano o Aeroporto de Tianguá. Nós temos que viabilizar todas as maneiras de comunicação de vias. O representante do Ministério do Turismo falou muito bem, ele é amante do mar. Mas nós temos que lembrar que para que o Piauí tivesse mar foi preciso o Ceará dar um pedaço, senão, o Piauí não estava, não seria beneficiado de acordo com o homem do turismo.

Queria também falar sobre a questão do... Da... O importante, eu estou realmente emocionado porque eu estou dentro de uma estrutura política que tem condições de dar melhor condições aos brasileiros. Eu sou produto de exclusão da miséria do Ceará. Essa miséria que vocês estão vendo hoje aqui, da falta de representantes. Eu fui obrigado a sair da minha cidade com 12 anos de idade e vim para cá, para Brasília, perambular. E daqui, para o Rio. E depois de bem crescido, formado, voltei à minha terra para contribuir com o meu povo. Fui Prefeito durante oito anos.

E, Prefeita, eu queria lhe dizer, a senhora está apenas começando a sua perambulação, porque nós botamos paletó e gravata para vir aqui pedir esmola, pedir esmola de 100 mil reais, de 50 mil reais para fazer 50, 100 metros de calçamento. Então, enquanto o Brasil for concentrador, que concentra tudo, é concentrada a educação, é concentrada a cultura, é concentrado o recurso, é concentrado o investimento, então, por essa razão é que esses Municípios que aqui foram apresentados se encontram em estado de miséria, que o menor IDH, menor renda *per capita*, menor tudo, só maior a desgraça. E o povo daqui dessa Casa e da outra Casa não sabe por que é que existe, no Brasil, a violência, que hoje tem que se gastar muito mais em segurança do que se gasta com a educação, com alimentação e com a saúde.

Isso é temível para o nosso futuro porque nós não vemos uma luz no fundo do túnel, no sentido de combater a miséria. Se combate a miséria é chegando o Governo às periferias das cidades, produzindo emprego e trabalho. Não adianta dar formação para as nossas pessoas lá para aprender a trabalhar o turista, se eles não tiverem um emprego imediato porque, seis meses depois, eles já não sabem mais nada. Eu sou médico, mas estou oito anos fora da minha profissão. Para que eu possa operar hoje, eu não posso entrar numa cirurgia com um auxiliar que não esteja à altura. Eu teria que entrar, ao contrário, como auxiliar, pela minha ausência da minha atividade.

Eu preciso que o Brasil combata a violência, e se combate a violência atuando nos bolsões de miséria, que foi o que fiz na minha cidade, aonde levei para a periferia, levei a creche, levei a escola de 1º Grau, a melhor escola de 2º Grau, estou levando o 3º Grau porque continuo ajudando a Prefeita a administrar, mas esse Brasil que se vê dentro da Câmara dos Deputados e do Senado, com escândalos e mais escândalos, envergonham o mundo inteiro.

Muito obrigado pela oportunidade de fazer essas declarações. Faço emocionado e envergonhado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Dr. Francisco. Não, Dr. Luiz Menezes, esse desabafo que V. Exa. faz aqui e eu peço desculpas ao povo brasileiro pelo episódio nada edificante que esta Casa tem com eles se envolvido. Mas quero lhe garantir que não só desses episódios nada edificantes o Senado tem vivido. O Senado já patrocinou, como está patrocinando hoje, eventos e ações muito importantes, que interferem diretamente na vida do cidadão. É uma Casa plural. É uma Casa complexa, é uma Casa que é o espelho fidedigno da sociedade brasileira. Aqui estão efetivamente aqueles que representam o povo brasileiro. Aqui tem cientista, tem operário, tem banqueiro, tem bancário, todos os segmentos e todos os extratos sociais, todos os segmentos da sociedade e todos os extratos sociais estão aqui representados.

Nós somos o reflexo da sociedade brasileira. E eu espero que nós possamos avançar, ao concordar com V. Exa. que nós precisamos efetivamente rever o Pacto Federativo, redefinir as atribuições dos entes federados, dos Municípios, dos Estados e da União. A cada dia que passa, nós estamos vendo transferências de responsabilidade para os Municípios, sem a necessária compensação financeira. Eu acho que nós padecemos do mal de macrocefalia, onde a União acaba ficando com o bolo maior do recurso e esse recurso é menor para os Estados e para os Municípios e justamente nos Municípios as ações são diretamente realizadas.

E eu acho que a descentralização é benéfica, o Governo Federal deveria transferir mais recursos para os Municípios para que as ações fossem feitas diretamente aonde vive o cidadão, onde as demandas são mais fortemente apresentadas aos entes públicos, aos Vereadores e aos Prefeitos. Concordo com V. Exa. e eu espero que nós possamos um dia chegar nessa situação.

Eu passo a palavra ao Dr. Francisco Antônio de Souza Filho, ilustre Prefeito de Esperantina, no Piauí. Só poderia a V. Exa. que fosse objetivo para que nós pudéssemos concluir o nosso trabalho, dado o avançado da hora.

SR. FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUZA FILHO: Bom-dia a todos, agradeço aí pela oportunidade. E aproveito para saudar a bancada do nosso estado aqui, nas pessoas dos Senadores Mão Santa, João Vicente, Heráclito Fortes, Deputado Nazareno Fontelis, parabenizar a Comissão, na pessoa do Júlio, pelo excelente trabalho que desenvolveu a frente desse plano, dessas consultas, também parabenizando o Senador Leomar.

Eu vou me ater aqui a dois pontos que eu acho que são da maior importância. Primeiro é a ideia da integração. Eu acho que hoje o Nordeste, em especial essa região, já tem uma atuação muito forte de vários Ministérios. Mas eu sinto que o plano, ele precisa olhar já para as ações que também estão sendo desenvolvidas, de forma a trabalhar essa integração de ações. Não deixar um se sobrepondo ao outro. Nós temos, na região dos Cocais, por exemplo, a atuação da Fundação Banco do Brasil, da CODEVASF, de outros Ministérios no PDTIS e também o CONSAD, que também está atuando lá em parceria com o estado e com o Governo Federal, também voltado para essa questão da geração de emprego e renda, da [interrupção do áudio] melhoria do potencial naquela região. Me preocupa muito, e eu queria fazer esse reforço, porque não há desenvolvimento sem energia. E a região dos Cocais, assim como a região de Barreirinha e tantas outras, ela ressente uma falta de energia muito forte, principalmente para trabalhar grandes investimentos.

Hoje, no caso da minha cidade, que é Esperantina, se for colocado o "Luz para Todos" com o *déficit* que tem lá, que é de 1922 residências, nós já temos ali uma falta de energia, vai colocar o bico de luz, vai faltar a energia para segurar o bico de luz. Então, não se traz, eu sei perfeitamente, nós sabemos que sem esses fatores de energia, de água e de estrada, não se trata de turismo, não se desenvolve uma região. E são justamente esses três eixos que aquela região precisa e muito para se desenvolver.

Aqui está o Prefeito de Batalha, que é o Amaro Melo, na verdade, a cachoeira divide os dois Municípios, mas nos une no que diz respeito à questão da infraestrutura. É uma região, é um bem, é uma réplica, eu diria, em pequeno porte, da Foz do Iguaçu, eu poderia, para dar uma ideia da Cachoeira do Urubu, muito bonita, mas que de fato tem uma APA ali junto, que é uma área de preservação ambiental, mas que falta infraestrutura para o seu funcionamento.

Há um projeto de, em torno de quatro milhões de reais, foi elaborado pelo Governo do estado, que precisa também do apoio da Bancada Federal para aportar esse recurso para tornar o Rio Longá perene e a cachoeira também perene, construção de pequenas barragens no Rio Longá.

Eu quero aqui concluir, fazendo aqui uma pergunta da maior importância a respeito do financiamento dessas ações que nós estamos tratando aqui. Se ela vai se dar já dentro dessa elaboração dos recursos do aporte dos Ministérios [soa a campainha], está certo? Se ela vai ser fator de correr atrás de emendas parlamentares para essas ações, se está ou se estão já previstos no PAC. Porque se a gente não tratar do dinheiro, de como vai fazer com que essas ações aconteçam, eu sei que a gente vai ter um plano belíssimo e vai ter problema para executá-los.

Então, eu gostaria de fazer a pergunta aqui para os demais integrantes sobre a questão do aporte de recursos. Como é que está sendo pensado isso aí, em cada área, se vai ser de fato uma linha direta com a participação dos Ministérios e incluindo aí já no planejamento ministerial.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Francisco, pela sua contribuição ao debate. Antes de passar a palavra aos membros da Mesa para responder ao questionamento apresentado, eu vou passar a palavra ao último inscrito. Encerradas as inscrições, vamos passar a palavra ao último inscrito, que é o Dr. Edmar Lopes Albuquerque, Defensor Público de Camocim.

SR. EDMAR LOPES ALBUQUERQUE: Bom-dia a todos os presentes, Senador Leomar Quintanilha, que preside essa Sessão, essa audiência pública. Quero cumprimentar Júlio Miragaya e registrar aqui que, se não fosse a sua abnegação, proficiência, nós não teríamos aqui esses trabalhos apresentados no Senado, até porque sua equipe é do mais alto quilate de valor, de esmeril profissional. Quero também agradecer aqui por ter inserido Camocim na rota turística e na discussão e debates, até porque Camocim tem 10% da área litorânea do estado do Ceará; 62 quilômetros de extensão de praia. Essa área, por ser do mais alto valor, é muito visada pelos parques eólicos. Nós queremos, no Estado do Ceará, isso tem sido motivo de debates recentes, mas muito calorosos, porque há necessidade de se fazer ajustes, mas há necessidade de uma regulamentação, até mesmo pelo próprio Congresso Nacional, com relação à ocupação da orla marítima e de órgãos Federais do Poder Executivo concernentes à regulamentação dessa matéria. Por ser demais

específica, vai exigir, portanto, uma aí uma atenção também [interrupção no áudio].

As praias do Estado do Ceará são o principal atrativo turístico. Ninguém discute. Do outro lado, o poder econômico, que vai chegar e está chegando com força, são 118 projetos de parque eólico no Estado do Ceará. Camocim tem o maior parque eólico do Nordeste, o segundo maior do país. Estão chegando mais cinco lá. Então, há necessidade de fazermos mais audiências públicas e de estabelecermos critérios com relação à ocupação. Somos favoráveis ao parque eólico, mas somos favoráveis também que se dê oportunidade à população de participar. Assim como aqui no Senado foi dado esse espaço para a manifestação da população, manifestação de órgãos, entidades, nós queremos que haja um canal mais forte, inclusive, regulamentado, para podermos exigir com relação aos parques eólicos.

Se prevê que no Estado do Ceará, dentre pouco tempo, aproximadamente 10% da energia vai ser gerado por parque eólico. Nós vamos ter uma certa reserva de energia e vai possibilitar o crescimento econômico, mas queremos o crescimento econômico com o crescimento humano e qualidade de vida.

São esses os registros que nós fazemos. Agradecemos a atenção de todos, a compreensão e aguardamos o próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a contribuição de V. Exa., Dr. Edmar Lopes, e gostaria de informar que já está prevista nessa Comissão, por requerimento do Senador Tasso Jereissati, a realização de um ciclo de debates a respeito de um desenvolvimento regional, desenvolvimento social e econômico da região Nordeste. E, seguramente, essa questão de energias alternativas, e particularmente a questão da energia eólica que V. Exa. aqui coloca, certamente será debatido e V. Exa. será bem-vindo a participar dessa discussão.

Eu consulto ao Dr. Júlio Miragaya se teria alguma consideração a fazer, diante das colocações feitas.

SR. JÚLIO MIRAGAYA: Apenas em relação à questão suscitada pelo Prefeito de Esperantina, o Chico Antônio, as ações que estão sendo demandadas, elas se apresentam em diversos estágios; algumas ações já demandadas já estão em execução, por exemplo, o exemplo da pista do Aeroporto de Parnaíba, já é um projeto, está na hora do PAC, está com inauguração prevista; terminal pesqueiro público de Camocim, é outro exemplo. Outras ações, elas estão no PPA, no caso do Federal, e poderiam estar no PPA Estadual, e, obviamente aí, significa alguma... E esse é o papel do conselho gestor, uma ação política no sentido de priorizar, dentro do PPA, a gente sabe que nem tudo se realiza com a mesma celeridade.

Então, passa a ser papel desse conselho gestor priorizar, definir essas prioridades, para que aquilo aconteça num prazo mais rápido possível. E vão ter outras ações que não estão previstas no PPA, mas existe, dentro do próprio plano, a possibilidade de ser inserida. Então, também é um trabalho que a gente vai fazer agora, a partir do resultado das consultas públicas, de identificar nos programas dos vários Ministérios e Secretarias; na verdade, vai ser um trabalho de casa de cada Ministério; cada Ministério vai ter que, recebendo referente à sua área, essas demandas, fazer essa compatibilização daquilo que é possível a ser atendido a partir dos programas já existentes, por exemplo, Ministério da Educação e Cultura tem uma série de demandas em relação a Escolas Técnicas. E a gente sabe que existe o programa Federal de... Em plena execução, mas pode ser que uma determinada demanda naquela região não esteja prevista, aí o Ministério da Educação e Cultura vai observar a possibilidade de entender aquela demanda à luz desse programa. É esse o processo que a gente está prevendo para daqui para frente, envolvendo recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu consulto se mais algum membro da Mesa gostaria de fazer suas considerações finais. Tem V. Sa. a palavra.

SR. ROBÉSIO MACIEL DE SENA: Só para responder ao Prefeito, a questão do Programa "Luz para todos", para o atendimento do programa, quer dizer, se for necessária a construção de linhas de subtransmissão, subestações, está inserido no programa, vai ligar a luz para as comunidades, todas as pessoas vão ser atendidas até o ano que vem, está na meta. E se for necessário, seriam feitas obras complementares para atender.

SR. FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUZA FILHO: É necessário, agora, eu pergunto sobre nesse caso--

SR. ROBÉSIO MACIEL DE SENA: Sobre isso eu já comentei, nós vamos fazer um levantamento, ok. Nós vamos fazer um levantamento, vamos ver a situação que está atual e depois a gente vai comunicar a vocês o que... As providências que estão sendo tomadas.

E, com relação à questão do Município de Camocim, já existe hoje uma legislação ambiental bastante ampla, que permite todo esse debate, quer dizer, todo o licenciamento de qualquer empreendimento, ele é feito através de audiências e são conduzidos ou pelo IBAMA ou pela Secretaria de órgão ambiental estadual. Então, para se obter uma licença, qualquer tipo de empreendimento precisa passar por uma série de procedimentos, inclusive, audiências públicas, que

podem ser solicitadas por Prefeito, pela comunidade, por órgãos representativos.

Então, o Ministério de Minas e Energia, a única coisa que ele faz é identificar a necessidade de energia, fazer os leilões de energia e, no caso específico do PROINFA, que foi um programa de incentivo aprovado por lei, que gera, então, aqueles empreendimentos, são licitados, são leiloados e aí o empreendedor, então, vai, por conta e risco, ele participa da licitação, sendo vencedor, ele vai buscar o licenciamento. Mas o Ministério, a partir daí, não se envolve, é envolvimento do empreendedor com o órgão ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mais alguém aqui gostaria de fazer alguma consideração? Prefeito de Batalha, qual o seu nome?

SR. AMARO MELO: Amaro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Amaro.

SR. AMARO MELO: Só para complementar, o colapso que vive hoje o Piauí--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Fale ao microfone, por gentileza, para registrar.

SR. AMARO MELO: Só para complementar a sua fala, a situação, o colapso que vive toda a região, é o Piauí por inteiro, a situação energética, qualquer evento que o Piauí promova, que o Município promova, nós precisamos, está aqui, estão orçados dois grupos geradores, por menor que seja o evento. Esse é o evento que eu promovo, dia 19... 18, 19 e 20 e que estão aqui inseridos dois grupos geradores; a prova de que a nossa tensão lá não entende mais. Há uma demanda reprimida, que eu não sei imaginar o quanto chega essa demanda reprimida.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado. Bem, eu gostaria inicialmente de agradecer a esse grupo de técnicos, tão capaz, tão competente, tão dedicado, que elabora esse plano rico em detalhes, muito importante e tão necessário para a promoção do desenvolvimento dessa significativa região Norte do país, coordenado pelo Dr. Júlio Miragaya, a quem eu cumprimento pela elaboração do plano, pela sua coordenação, pela ação que vem desenvolvendo, com vistas a oferecer ao país as alternativas de desenvolvimento.

Ao Dr. Ricardo Moesch e a Ana Clévia Guerreiro Lima, que representa aqui o Ministério do Turismo, ao Dr. Wilson Egito, Diretor do Departamento de Desempenho Operacional da Secretaria Especial dos Portos, ao Dr. Robésio Maciel de Sena, Diretor de Monitoramento do Sistema Elétrico do Ministério de Minas e Energia, ao Dr. Adailton Cardoso Dias, Coordenador Geral de Planejamento e Programas de Investimento em Programação do DNIT, Dr. Eugênio Pio Costa, Coordenador de Transporte da Diretoria de Licenciamento do IBAMA, e a Dra. Danielle Nascimento, do Ministério de Meio Ambiente.

Enfim, aos Prefeitos, aos técnicos, aos Secretários, a todos que se interessaram por este debate, envolvendo plano de desenvolvimento sustentável da região turística do Meio-Norte, nós queremos registrar nossos agradecimentos pelo comparecimento e pela contribuição que trazem à busca do desenvolvimento do nosso país.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h45.

Ata da Vigésima Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em dois de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões Nº 07 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Às onze horas e três minutos do dia dois de setembro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Antonio Carlos Valadares, José Nery, José Agripino, Lúcia Vânia, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado, Pedro Simon, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Kátia Abreu e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica que a Comissão participou, no último dia 13 de agosto, do I Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014: "O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014". Este primeiro Fórum aconteceu na Cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. O próximo Fórum acontecerá em Natal, no Rio Grande do Norte, no dia 10 de setembro, quinta-feira da próxima semana. E o terceiro Fórum será em Porto Alegre, Rio Grande do Sul no dia 14 de setembro. A secretaria da Comissão já enviou os convites aos Senhores Membros. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº

01-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que "Veda a instalação de presídios em cidades turísticas", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação", de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei n° 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que "Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos", de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos", de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação das Matérias é adiada. A seguir, com a anuência do Plenário, o Presidente da Comissão submete, como extrapauta, os seguintes Itens: Item nº 01-Requerimento nº 15 de 2009-CDR, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, "Requeiro, nos termos regimentais, seja formulado convite ao Senhor Rômulo Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em data a ser marcada, para, em Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), prestar informações sobre a atuação do referido Instituto desde a sua criação". Após leitura, colocado em votação, o Requerimento é aprovado; e Item nº 02-Requerimento nº 16/2009-CDR, de autoria do Senador José Nery, "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Desenvolvimento Regional um Ciclo de Audiências Públicas, para o estudo e debates das questões relativas ao desenvolvimento regional da Região Norte (Amazônia Brasileira), com o objetivo de subsidiar a elaboração das políticas públicas. Dentre os temas a serem debatidos, proponho que seja priorizada a discussão sobre o modelo de desenvolvimento para a região, a integração econômica do extrativismo e de outras formas de organização produtiva das populações originárias, o modelo de extração mineral e seus efeitos, além do desenvolvimento turístico sustentável na região. Requeiro, ainda, que seja designado um membro desta Comissão para, como relator, elaborar documento final com os resultados dos trabalhos realizados nas audiências públicas". Após leitura, colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Usam da palavra os Senadores José Nery e Gilberto Goellner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às

onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter Extraordinário, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a apreciação de proposições. A Mesa comunica aos senhores membros da Comissão a realização do 1º Fórum Legislativo na cidade-sede da Copa do Mundo de Futebol, em Manaus, no dia 13 de agosto. O 2º Fórum, que estava marcado para semana passada, foi adiado para o próximo dia 10 de setembro, e ocorrerá na Cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, na Assembleia Legislativa daquele Estado. O 3º Fórum será realizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no dia 14 de setembro próximo, também na Assembleia Legislativa daquele Estado. A Secretaria desta comissão já enviou os convites aos senhores membros, e um convite te especial eu faço aos Senadores desses dois Estados para que compareçam a esses fóruns que serão ali realizados.

Sobre a Mesa nós temos dois Requerimentos, um de nossa autoria, que requer nos termos regimentais seja formulado convite ao Sr. Rômulo Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em data a ser marcada, para em Audiência Pública conjunta com a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, prestar informações sobre a atuação do referido Instituto, desde a sua criação. Como justificativa, nós informamos que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade surgiu de um desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis, criado pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. Consideramos de grande importância e bastante oportuna as informações que podem ser prestadas pelo Presidente Rômulo Mello acerca de sua atuação e das atividades desenvolvidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade desde sua criação.

Esse é o requerimento que nós submetemos à apreciação desta Comissão. Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O segundo Requerimento é de autoria do eminente Senador José Nery, que requer nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Desenvolvimento Regional promova um ciclo de audiências públicas para o estudo e debates das questões relativas ao desenvolvimento da região Norte, na Amazônia brasileira, com o objetivo de subsidiar a elaboração das Políticas Públicas. Dentre os temas a serem debatidos, propõe que seja priorizada a discussão sobre o modelo de desenvolvimento para a região, a integração econômica do extrativismo, e de outras formas de organização produtiva das populações originárias, o modelo de extração mineral e seus efeitos, além do desenvolvimento turístico sustentável na região. Requer ainda que seja designado um membro dessa Comissão para como Relator elaborar documento final com os resultados dos trabalhos realizados nas audiências públicas. Assina o Senador José Nery.

O requerimento ele apresenta como justificação que desde a criação desta Comissão o tema que galvanizou as atenções foi a recriação da Superintendência de Desenvolvimento Regional. Pela legislação, cabe a esses órgãos a elaboração de planos de desenvolvimento que tenham como finalidade a promoção de um modelo de desenvolvimento de inclusão sustentável. Há uma contradição explícita entre as ações prioritárias governamentais para a região, ancoradas num determinado conceito de contratar o desenvolvimento regional, e a possibilidade de tais órgãos regionais desenvolveram um planejamento que reveja o modelo concentrador de riqueza, e profundamente atentatório ao meio ambiente e as populações originárias.

É necessário que esta Casa, por meio dessa Comissão, incentive um salutar debate entre todos os autores sociais envolvidos no desenvolvimento da Amazônia. O ciclo de debates que propõe deve ser um espaço para que não apenas a voz oficial seja escutada. É preciso ouvir a representação das universidades que pesquisam na região, dos pequenos produtores extrativistas, ou não, das organizações indígenas e dos setores empresariais localizados na região. E apresenta a proposta de como seria realizado o ciclo de audiências. Em discussão o requerimento do Senador Nery.

Senador José Nery, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Senador Gilberto

Goellner. Primeiro eu queria, ao apresentar o requerimento, agradecer a V. Exa. pelo incentivo no sentido de que esse requerimento fosse proposto para exemplo do ciclo de audiências públicas que vem sendo realizada para debater a questão do desenvolvimento nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, principalmente, que a Amazônia, sendo a região brasileira com enormes potencialidades, que costumo dizer, e como dizem muitos pesquisadores e autores conceituados, não se pode pensar o desenvolvimento do Brasil sem pensar a contribuição da Amazônia brasileira. Como somos, a meu ver, vítimas de um modelo absolutamente concentrador de renda, de recursos, de capitais, para alguns setores, nós verificamos que a maioria dos 23 milhões de amazônidas, sofrem todo tipo de dificuldade para garantir a sua reprodução, a sua vida, em condições adequadas.

Então, discutir o papel das instituições de desenvolvimento, especialmente o papel da SUDAM, depois da sua recriação, como indutora e elaboradora da grande matriz do desenvolvimento regional, coordenador desse processo que leva em conta o setor público, a atuação do Estado, e a atuação dos setores produtivos, em toda a sua dimensão, que vai do pequeno agricultor, ao médio, e ao grande empresário da região, nos mais diversos setores da economia. A ideia de fazer um debate amplo, é, como eu disse bem aqui no requerimento, Senador Goellner, ouvindo a diversas visões ou diversos seguimentos.

Portanto, eu creio que essa Comissão, que tem tido um papel fundamental nesse debate do desenvolvimento, pode oferecer uma boa contribuição. Primeiro, para analisar as experiências do presente e projetar o futuro com muito maior possibilidade de que as políticas de estado, as Políticas Públicas, possam ter como endereço mais direto a garantir as condições mínimas de sobrevivência da maioria dos moradores dos habitantes da região amazônica.

Nesse sentido, propus um esquema de debate onde possamos talvez trabalhar alguns temas, talvez não a totalidade e a grandiosidade de todos eles, como forma de oferecer, no âmbito dessa comissão, ouvindo a Sudam, os órgãos de pesquisa, as instituições nacionais que tem presença na Amazônia, ouvindo os setores produtivos, ouvindo, sobretudo, os órgãos ambientais, ouvindo os trabalhadores, eu imagino que esse debate será, ouvindo os governadores, ouvindo as Assembleias Legislativas, um debate amplo, eu creio que esse ciclo de debate pode ser um instrumento fundamental no aprimoramento da elaboração, avaliação das Políticas Públicas e de desenvolvimento que deve ser implementada na Amazônia brasileira.

Muito obrigado a V. Exa., sobretudo, pelo apoio e pelo estímulo para que eu fizesse aqui essa proposição. Muito grato.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Por reconhecer em V. Exa. um agente público do maior relevo, da maior importância, sempre ligado às questões de interesse nacional, sem se distanciar, sem se distanciar do forte apelo popular, sobretudo, das populações mais pobres, mais carentes, mais necessitadas, sem voz, sem representação, tenho segurança que V. Exa. vai conduzir, vai patrocinar um ciclo de debates dos mais produtivos, de uma região que territorialmente ocupa mais da metade da extensão territorial do país. E, via de regra, a sua biodiversidade, a riqueza de sua biodiversidade não tem experimentado nessas discussões a priorização que deveria ter num processo sustentado de desenvolvimento social e econômico. Tenho segurança que nós faremos aqui um belo debate.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Goellner, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu quero parabenizar essa proposta, Presidente, e dizer da oportunidade que a mesma dará, e para que tenhamos incluso nesse ciclo de debates a ordenação territorial do que é a Amazônia. Nós precisamos urgentemente reavaliar essa conotação que se dá hoje, principalmente do Estado de Mato Grosso, que ele pertence tanto à Amazônia Legal quanto ao Centro-Oeste, e o que se tem falado sobre Amazônia, não condiz às vezes com o território, tanto do seu Estado do Tocantins, quanto do Estado do Mato Grosso, já que Mato Grosso, aproximadamente 2/3 da área não é bioma amazônico, não é bioma floresta. Me parece que o Estado de Tocantins 90% também não é.

Dessa forma, eu gostaria que fosse incluído uma discussão ampla para que pudéssemos, a nível dessa Amazônia Legal, que foi criada para fins de desenvolvimento dentro de um programa idealizado pela SUDAM, e que muito pouco contribuiu e hoje também, nos dias de hoje, muito pouco tem contribuído para a solução dos mais diferentes aspectos de desenvolvimento do que necessitam os diversos Estados. Haja vista que essa amplitude de biomas, cerrado, pantanal, que não se coadunam com o bioma amazônico, deixa, inclusive a legislação ambiental, de difícil execução, fiscalização, e nós poderíamos contribuir urgentemente para a definição territorial do que se entende por Amazônia. Porque da forma como está, o IBGE fazendo de uma forma, o meio ambiente fazendo de outra, a ordenação

de clima que se faz de análise climática define biomas Norte, Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste. E eu vejo que nós poderíamos, sim, evoluir nessa discussão e dotar essa ordenação urgentemente, porque isso poderia trazer mais foco. Geralmente, nós precisamos tem um foco na região Norte em tudo que se tem hoje dentro do nosso Estado do Mato Grosso como um bioma floresta, ele precisa ser tratado como um tal, e muitas vezes se faz um... Quer dizer, não está nem num bioma, nem em outro, Mato Grosso é e não é, uma parte é, e outra parte não é. Eu vejo que nós precisamos, quem sabe, nesse painel conseguirmos começar fazer um Projeto de Lei, construir um projeto que possa sair dessa comissão. Vejo que nós temos como andar com isso e ordenar isso aí de uma forma urgente, E eu gostaria de ver, então, participar da escolha, que a gente pudesse participar da escolha dos expositores, seriam diversos painéis, pelo que eu vejo, não é um só.

Outro assunto que me preocupa muito são as reservas minerais que se tem no Norte da região, da região Norte, principalmente no Estado do Pará e do Amazonas, com grandes reservas de fertilizantes químicos, como cloreto de potássio, e que poderiam, que hoje é importado com preços exorbitantes, e que hoje poderia ser utilizado nas nossas reservas no Estado do Amazonas, que existem projetos para tanto, porém a PETROBRAS teria que ter uma definição de iniciar os estudos e depois a licitação para urgente prospecção dessas jazidas de cloreto de potássio. Porque o Brasil ele é altamente dependente desse minério, e nós temos como, produzindo às margens do Rio Madeira, ele ser transportado para chegar a outros estados da região Nordeste e Norte, e também na região Centro-Oeste, via navegação fluvial pelo Rio Madeira.

Então, colocando isso eu acho que a DNPM deveria estar presente, nós temos processos de estudos altamente concentradores, às vezes ficam três, quatro, cinco anos sob estudos e não se anda com esses processos, sendo que existe uma legislação específica dando prazo para que essas concessões sejam repassadas para outro caso a empresa que receba a concessão não tenha êxito, não tenha êxito nessas pesquisas. Então isso aí tudo nós precisamos urgentemente discutir, saber da situação por que se encontra essas jazidas minerais também na região Norte, que estão sendo pouca exploradas, para suprir, então, o setor agrícola brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Veja, Senador Goellner, a oportunidade e a importância do requerimento apresentado pelo Senador Nery. Vai nos permitir aqui, que é o foro adequado para a discussão de tema, as questões abordadas por V. Exa. com relação ao uso do solo, ao código florestal, aos biomas existentes na região, para definição de forma clara, o que é o bioma Amazônia, e o que não é o bioma Amazônia, e tirar, e nós conseguíamos colocar, aprimorar a legislação, para que o bioma não seja um entrave ao desenvolvimento do país. Ao contrário, eu acho que nós temos é que procurar de forma sustentável e encontrar na sua diversidade as formas corretas de exploração econômica.

Eu creio que nós teremos aqui, Senador Nery, um excelente ciclo de debates. Em discussão, ninguém mais está pretendendo discutir.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu sei que eu já discuti, já não teria--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós vamos votar o requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Vamos votar o requerimento. Mas só para dizer, concordando com o senhor, e especialmente com o Senador Goellner, eu acho que ele traz um tema absolutamente necessário, motivo de uma indefinição, e que tem causado prejuízos, eu acho que tanto para Mato Grosso ou para Amazônia, porque não se tem clareza de como atuar papel e quando é que se aplica ou não a legislação diante dessa indefinição. Portanto, eu acho que o termo do ordenamento territorial e concordo inteiramente que os convidados para debater esse ponto específico, possamos fazer de comum acordo, porque assim tem que ser o debate democrático para que todas as posições sejam expressas e aí define melhor.

Então agradeço a proposta e a sugestão do Senador Goellner enriquece a proposta do requerimento.

Agradeço também a V. Exa. pela acolhida tão calorosa a essa proposta.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Apenas para complementar a informação a respeito dos fóruns legislativos na cidade-sede da Copa de 2014, eu gostaria de insistir aos Srs. Senadores que é uma oportunidade interessante em que os membros desse Parlamento estão se encontrando com os membros dos Parlamentos estaduais, para discutir a questão relacionada à Copa do Mundo. Mas, seguramente, outros assuntos poderão ser ali abordados e discutidos

nessa interrelação que eu considero extremamente positiva. E eu gostaria de insistir com os Senadores que fizesse um esforço para estar participando dos fóruns que estão ocorrendo nas Assembleias legislativas dos Estados, sobretudo nos seus respectivos Estados.

Então nós já temos marcado para Natal e Porto Alegre, como eu informei aqui anteriormente, já tem. Na sequência nós teremos Fortaleza, que falta definir a data, mas Curitiba já está acertada a data de 21 de setembro, e Salvador 28 de setembro, e nós teremos em 08 de outubro a reunião aqui em Brasília com os Deputados Distritais.

Nossa pauta de hoje trás itens, todos os itens são de caráter terminativo. Como nós não temos número suficiente para deliberar, e nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores.

Sessão encerrada às 11h24.

Ata da Vigésima Primeira Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em vinte e três de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões Nº 06 da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e três de setembro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número seis da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador César Borges, Vice-Presidente, e do Senador Neuto de Conto, após a sua eleição para o cargo de Presidente, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Nery, Neuto de Conto, Valter Pereira, Marco Maciel, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Kátia Abreu e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz as seguintes comunicações: 1ª) a Comissão já participou de três Fóruns Legislativos nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol, sendo o I Fórum realizado em Manaus/AM, em 13 de agosto; o II Fórum foi realizado em Natal/RN em 10 de setembro; e o III Fórum aconteceu em Porto Alegre/RS no dia 14 de setembro. Estava prevista a realização, no dia 28 de setembro do corrente, próxima segunda-feira, do Fórum de Salvador/BA, que foi adiado para data a ser divulgada posteriormente. O IV Fórum será realizado em Curitiba/PR, no dia 5 de outubro, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; 2ª) no dia 24 de setembro será realizada Sessão Especial no Plenário do Senado Federal em comemoração ao Dia Mundial do Turismo. Esta Sessão Especial foi solicitada pelo Senador Leomar Quintanilha e faz parte da programação da Semana do Turismo no Congresso Nacional, organizada por esta Comissão em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; 3ª) a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados convida para inauguração da Galeria dos Ex-Presidentes daquele Colegiado, que acontecerá na data de hoje, às 14:30, no Plenário nº 05 da Câmara. Em seguida, conforme Pauta previamente distribuída, o Presidente passa à Primeira Parte da Pauta da reunião destinada à realização da eleição do Presidente, esclarecendo que de acordo com o art. 81 do Regimento Interno do Senado Federal, "o lugar na Comissão pertence ao Partido ou Bloco Parlamentar". A Comissão recebeu do PMDB a indicação do nome do Senador Neuto de Conto para ocupar a vaga, como membro titular, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha. Recebeu igualmente o apoio do Partido à candidatura de Sua Excelência para o cargo de Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas e procedida à votação secreta, o Senhor Presidente em exercício, Senador César Borges, convida os Senadores Jefferson Praia e Lúcia Vânia para atuarem como escrutinadores. Após a apuração dos votos, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão com 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A Presidência proclama eleito e empossado o Senador Neuto de Conto e o convida para sentar-se à mesa para proferir as suas considerações. Usam da palavra os Senadores César Borges, José Nery, Gilberto Goellner, Lúcia Vânia, Roberto Cavalcanti, Marco Maciel, Cícero Lucena e Jefferson Praia. Dando prosseguimento, já sob a presidência do Senador Neuto de Conto, passa-se à segunda parte da Pauta da reunião destinada a apreciação dos seguintes itens: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2009, não terminativo, que "Altera a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências", de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como Relator o Senador Papaléo Paes, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Pa-

recer favorável ao Projeto; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2009, não terminativo, que "Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências", de autoria do Senador Jefferson Praia, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Jefferson Praia e Papaléo Paes. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que "Veda a instalação de presídios em cidades turísticas", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 06-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação", de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 07-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei n° 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que "Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos", de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos", de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 06/05/09 foi realizada audiência pública para instruir a Matéria. A apreciação das Matérias é adiada. A seguir, com a anuência do Plenário, a Presidência coloca em Extrapauta, como item único: Requerimento nº 17 de 2009-CDR, de autoria do Senador Jefferson Praia, que requer, "nos termos do artigo 58, parágrafo segundo, inciso XIII, da Constituição da República, combinado com o artigo 90, incisos II e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter de urgência, com a participação das autoridades abaixo relacionadas, tendo a finalidade de colher sugestões, subsídios e esclarecimentos relativos ao desvio de destinação dos recursos arrecadados pela SUFRAMA, do seu Contigenciamento pelo Ministério do Planejamento, da sua administração pelo Tesouro Nacional e do atual regramento do Poder Exe-

cutivo Federal acerca da utilização destes recursos: João Bernardo de Azevedo Bringel, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento; Sr. Nelson Machado, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional". O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **César Borges,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR. – Senador **Neuto de Conto,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 20ª reunião da comissão. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está disposta em duas partes, sendo a primeira destinada à eleição do Presidente da comissão, e a segunda está reservada à apreciação das proposições. Farei a leitura de comunicados feitos a esta Comissão. É um comunicado do Senador Gim Argello, líder do PTB. "Com os meus cordiais cumprimentos, dirijo à V. Exa. para indicar o Sr. Osvaldo Sobrinho, PTB do Mato Grosso, para integrar, como membro titular, as Comissões de Assuntos Econômicos, Comissões de Constituição e Justiça, Cidadania e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e outras comissões, e a comissão, a nossa comissão, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo". Foi dirigida ao Presidente Sarney, então o Senador Osvaldo Sobrinho faz parte, doravante, desta comissão.

Outro comunicado, do Senador Aloizio Mercadante, líder do PT e de bloco de apoio do governo, que, nos termos regimentais, indica o Senador Tião Viana como membro suplente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, CDR, em vaga destinada ao bloco de apoio ao governo. Também um comunicado do Senador Renan Calheiros, líder do PMDB. "Nos termos regimentais, comunico a V. Exa. a indicação do Senador Neuto De Conto como membro titular, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha na Comissão de Desenvolvimento Regional, CDR". Como é de conhecimento das Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o Senador Leomar Quintanilha se licenciou do cargo de Senador para assumir o cargo de Secretário de Educação do Estado de Tocantins, do novo governo que se instalou naquela Unidade da Federação. Diante desse fato, ficou vaga a presidência desta comissão, e dentro da distribuição partidária das presidências de comissão, essa presidência cabe ao PMDB, e o PMDB indicou, para compor essa comissão, o nobre Senador Neuto De Conto, e também para que ele possa assumir na condição de presidência dessa Casa.

Entretanto, isso passa pelo art. 81 do regimento interno do Senado, que diz que o lugar da comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar; já recebemos a indicação do partido, Senador Neuto De Conto, para ocupar a vaga, e faremos e procederemos à eleição necessária para que se confirme na presidência o nosso colega, o nobre Senador por Santa Catarina, ex-secretário naquele estado, um estado importante da Federação Brasileira, pelo que eu sei, a sétima economia, querendo passar a Bahia. Se a Bahia não tomar cuidado, brevemente Santa Catarina alcançará a Bahia, que está em sexta posição. Eu espero que não alcance, eu espero que os baianos tomem cuidado para avançar a economia baiana, mas é o estado que caminha francamente para o desenvolvimento, o Estado de Santa Catarina, e que tem um forte turismo, e a experiência do Senador Neuto De Conto será muito importante para esta comissão. Portanto, vou abrir o processo de votação, para a presidência, com a candidatura única do Senador Neuto De Conto, e encontro à disposição dos Srs. Senadores titulares, ou suplentes, pela ausência dos titulares, as cédulas devidamente rubricadas, por essa presidência, que deverão ser utilizadas para a votação, de acordo com o art. 60 do regimento interno.

Senador José Nery, como titular, peço que V. Exa. possa votar. Senador Neuto De Conto. Senadora Lúcia Vânia. Senador Jefferson Praia. Esse voto é de peso; é a única mulher presente na comissão, tem que valer dez. Entre os suplentes, Senador Roberto Cavalcanti. Senador Gilberto Goellner. Votarei como membro da comissão. Como ainda restam dois Senadores para compor o número mínimo para a votação, eu vou fazer alguns comunicados a essa comissão, aguardando a chegada dos Senadores, para complementar a eleição. Comunicados. Até o presente momento, a comissão já participou de três fóruns legislativos nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014, Copa do Mundo de Futebol. Primeiro fórum foi realizado em Manaus, Estado

do Amazonas, em 13 de agosto. O segundo fórum foi realizado em Natal, Rio Grande do Norte, em 10 de setembro, e o terceiro fórum aconteceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 14 de setembro. Eu gostaria de convidar o Senador Valter Pereira, para que pudesse votar na condição de titular, pela maioria. Bom, o candidato é o Senador Neuto De Conto, se V. Exa. fizer um pleito a ele, o momento certo é esse.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então, estava prevista a realização, na próxima segunda-feira, um fórum na cidade de Salvador, a capital do meu estado, mas, infelizmente, foi adiado por uma solicitação da Assembléia Legislativa, e será divulgada uma data posteriormente, para a realização desse fórum, sendo Salvador uma das cidades sede, pleiteando as seis cidades sede. O quarto fórum será em Curitiba, no Paraná, em 05 de outubro, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. A Praça Nossa Senhora da Salete, Centro Cívico de Curitiba. A Secretaria da Comissão já enviou os convites aos senhores membros, e um convite especial eu faço aos Senadores do Paraná, para que compareçam ao fórum. Ao mesmo tempo, essa presidência convida os senhores membros para participarem de uma sessão especial no Plenário do Senado Federal, que acontecerá amanhã, dia 24 de setembro, em homenagem ao Dia Mundial do Turismo. Essa sessão especial foi solicitada pelo Senador Leomar Quintanilha, quando presidente dessa comissão, e faz parte da programação da Semana do Turismo no Congresso Nacional, organizada por essa comissão em parceria com a Comissão de Turismo e Desportos da Câmara dos Deputados. Terceiro comunicado: "Hoje, às 14h30, no Plenário nº 5 da Câmara dos Deputados, a Comissão de Turismo e Desporto vai inaugurar a Galeria dos Ex-Presidentes". Se convida a todos para participarem do evento.

Comunicado feito a essa comissão pelo Sr. Fábio Gondim, consultor geral. Projeto de lei 46, de 2009, Congresso Nacional. "Projeto de lei orçamentária, para o exercício financeiro de 2010. Encontra-se em tramitação na Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, a CMO. A participação das comissões permanentes do Senado Federal no processo de análise e apreciação da referida matéria está disciplinada na forma do regimento comum, em especial pelos arts. 35 e 36 da resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que faculta às comissões permanentes a priorização de três programas ou ações dentre as constantes no anexo de metas e prioridades da lei de diretrizes orçamentárias. As sugestões deverão ser encaminhadas, acompanhadas de cópia da Ata de deliberação, no prazo de até cinco dias antes da apresentação do relatório preliminar. Colocamos a disposição desta comissão, para os esclarecimentos que se fizerem necessário". Esse é um comunicado do Sr. Fábio Gondim, consultor geral da Comissão Mista de Orçamento.

Ainda no aguardo, acho que mais um Senador para completarmos o número mínimo e eu ter a satisfação de passar a presidência ao Senador Neuto De Conto, gostaríamos de comentar, com essa comissão, um trabalho, que considero da maior importância, com relação ao desenvolvimento regional, que foi uma proposta do Senador Tasso Jereissati, para que essa comissão fizesse um ciclo de debates com relação à questão do desenvolvimento regional e, de forma específica, do nordeste brasileiro, haja vista de que as políticas de desenvolvimento regional tem se mostrado frágeis no nosso país, e não tem eficácia, na verdade, para combater o *gap* existente entre as regiões desenvolvidas e as regiões em desenvolvimento ou menos desenvolvidas, e o Nordeste em especial. Com todo o avanço que tem experimentado o Nordeste brasileiro, sem sombra de dúvida, e as conquistas havidas, mas, diante do potencial, diante da massa existente, econômica, na Região Sudeste, termina, muitas vezes, se agravando esse desequilíbrio, porque enquanto o Nordeste, o Centro-Oeste, a Amazônia e o Norte crescem, mas o Sudeste cresce mais ainda; mais rapidamente ainda.

Então não se combate a diferença existente entre as outras regiões e o Sudeste. Então, acho que é fundamental que essa comissão, eu me coloco desde já à disposição do presidente recém-eleito, que eu tenho certeza que será eleito, Senador Neuto De Conto, para que nós possamos organizar e fazermos esse debate com relação à Região Nordeste, que me [ininteligível] muito de perto. O que nós queremos são políticas públicas efetivas de desenvolvimento regional. E isso passa por ter uma política clara, não é apenas simplesmente falar que é necessário fazer o desenvolvimento. Eu cito um exemplo, que é a questão do BNDES. Com relação a nossa Região Nordeste, cada vez mais diminui o percentual de investimentos do BNDES. Todo dia tem alguma notícia que diz quanto o BNDES vai investir mais na economia brasileira. É importante? Importantíssimo, fundamental. Agora, não se investe nas regiões menos desenvolvidas; o percentual em relação as regiões mais desenvolvidas termina crescendo muito mais e diminuindo em relação às regiões menos desenvolvidas. Se procura o BNDES, ele diz: "Olha, é porque não há projeto. Se não há projeto, não tem desenvolvimento. Se não tem desenvolvimento, não se empresta o recurso". Então é

um círculo vicioso que nós não podemos aceitar. Nós temos que quebrar esse círculo vicioso e, para isso, é preciso que o governo crie políticas públicas que faça com que o Nordeste possa desenvolver mais rapidamente, ou através de incentivos financeiros, ou através de incentivos fiscais. Quando eu falo Nordeste, eu acho que a mesma situação se replica para o Norte e se replica também para o Centro-Oeste. Eu apenas estou comentando; se algum senador quiser comentar sobre o assunto.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Nery. Senador Gilberto Goellner, e posteriormente Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador César Borges, esse tema, por sinal, foi parte do meu primeiro diálogo aqui, com o nosso futuro presidente, daqui a pouco sacramentado pelo voto direto dos membros dessa comissão. Foi justamente, além dos projetos que possamos votar aqui, a pauta que temos para tratar do desenvolvimento regional das diversas regiões do país, creio que esse ciclo de debates, já em andamento, em relação à Região Nordeste e a Região Centro-Oeste, e a proposição que fizemos, requerimento aprovado recentemente, para que realizemos igualmente um ciclo de debate em relação ao desenvolvimento regional da Amazônia. Porque se as condições de investimento, sobretudo dos órgãos públicos, estatais, do Governo Federal, das diversas regiões brasileiras. Se essa situação é ruim, é caótica especialmente, atenção em relação ao Nordeste, em relação à Amazônia, essa atuação eu diria que é algo inexpressivo diante da importância da Amazônia para o desenvolvimento do nosso país. É insignificante a participação do BNDES em iniciativas que, de fato, possam ajudar a melhorar as condições da vida, a produção, o trabalho, a renda, iniciativas que, de fato, possam levar a garantir o desenvolvimento. Agora, claro, nós também não estamos discutindo qualquer desenvolvimento; desenvolvimento sustentável, como tem sido a matriz que deve orientar qualquer processo de desenvolvimento na nossa região.

Então, a minha primeira manifestação ao presidente, daqui a pouco, quando apurados os votos, o Neuto De Conto, é de que possamos incrementar, dar a devida atenção, para realizarmos, aqui, importantes debates, inclusive fazendo uma conexão muito direta entre o debate realizado, as lacunas identificadas, e a discussão com relação à própria destinação de recursos orçamentários da União, bem como da cobrança em relação à presença dos órgãos de desenvolvimento do Governo Federal para a Amazônia, que tem sido bastante insuficiente diante das nossas potencialidades e diante, também, das nossas extremas dificuldades.

Então, eu creio que essa pauta, que já vinha sendo tratada aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, venha a ter, sob a presidência do Senador Neuto De Conto e V. Exa., o Senador César Borges, na vice-presidência, possamos, então, aqui, dinamizar esse debate e, sobretudo, fazer com que as nossas regiões possam obter respostas mais efetivas, mais decisivas, mais coerentes, para promovermos a integração do Brasil e o seu processo de desenvolvimento de forma adequada. Portanto, já me antecipando e saudando, aqui, a eleição do Senador Neuto De Conto, esperamos que esses debates sejam, aqui, bastante frutíferos e que, sobretudo, dê muita possibilidade de que possamos, a partir dessa comissão, contribuir com as nossas regiões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço o seu pronunciamento, Senador Nery, e aproveito a oportunidade para convidar o nobre Senador Marco Maciel, como titular da comissão no bloco da minoria, a dar o seu voto, que ele acaba de dar, e passo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, enquanto aguardamos o desenrolar do desfecho da escolha do novo presidente dessa comissão, gostaria de propor já à presidência da comissão que convocasse a bancada, a pedido até da... Vou conversar com a Senadora Serys Slhessarenko, que nós estamos organizando uma reunião da bancada do Centro-Oeste. Quer dizer, além dos membros, dessa comissão, interessados, mas também fazer um convite abrangente, para subsidiar um relatório da criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do BDCO. Esse projeto da SUDECO foi de relatoria da Senadora Lúcia Vânia, e que, agora, um dos pontos fundamentais é a criação do banco, para que realmente esse espaço brasileiro, geográfico, tão interiorano, tão carente de políticas públicas para o seu desenvolvimento, pudesse, através desse banco, ter o início do alicerce, de prover políticas públicas. Nós discutimos, inclusive na Comissão de Infraestrutura, uma Audiência Pública segunda-feira passada, os parques tecnológicos, Senador César Borges, os parques tecnológicos, que hoje propiciaram o desenvolvimento da industrialização de cidades polo, unindo a universidade, unindo a educação, com preparo de mão de obra, para futuras empresas incubadoras, que são desenvolvidas pelo FINEP, e que eu vejo que é uma política que merecerá, desse banco, toda atenção. Nós não podemos pensar hoje em simplesmente atrair uma empresa para o

município distante em nosso estado. Nós precisamos preparar o município, preparar a mão de obra, preparar a população, para que haja um ganho conjunto de toda a população nesse desenvolvimento. E, dentro de políticas e linhas de atuação, de inovação, é que nós vamos – tecnológicas – é que nós vamos propiciar o desenvolvimento das regiões mais distante da orla marítima do país, e que tem mais vantagens, hoje, principalmente o Estado de São Paulo.

Então, dentro dessa proposta, é que essa comissão, conjuntamente com a Senadora Serys, convoque uma reunião da bancada do Centro-Oeste, porque é difícil reunir uma bancada. São vários estados, e que todos tem tarefas nos dias de semana aqui, em Brasília, então precisa ser escolhida uma hora propícia. Então eu vejo que dentro dessa comissão, onde surgiu superintendência, onde está surgindo o banco, é onde precisa, principalmente da atuação política, para adotar o banco de recursos iniciais para promover a sua criação, é que a Senadora Serys necessita do apoio da bancada do Centro-Oeste, porque envolve todos os estados.

Então, nesse sentido, eu já deixo essa proposta à presidência, para que tenhamos êxito, então, na criação do Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço V. Exa., acho que V. Exa. toca num assunto muito importante, quer dizer, a necessidade de criação de um banco específico para uma região advém exatamente, talvez, da falta de ação do próprio BNDES como banco de desenvolvimento para todo o país. Nós temos, no Nordeste, o Banco do Nordeste. Entretanto, ele tem limitações, não tem os recursos que tem o BNDES. Senador Marco Maciel conhece sobejamente toda essa questão, e quando há um projeto específico de uma grande indústria, uma siderúrgica, uma indústria, como o caso da Bahia, automobilística, você acresce, ou quando foi a petroquímica na Bahia, ou a SUAPE em Pernambuco, você cresce a aplicação do banco naquele momento. Logo em seguida, ele cai, porque não tem novos projetos, você não tem uma continuidade a ponto de V. Exa. estar sugerindo a criação de um banco de desenvolvimento para a Região Centro-Oeste.

Então o BNDES lamentavelmente é conhecido, lá no Nordeste, como Recreio dos Bandeirantes. Então é a área dos Bandeirantes, ou seja, a aplicação fica muito específica exatamente no Estado de São Paulo, por conta da sua massa econômica e, sem sombra de dúvida, 40% do PIB nacional, naquele estado, absorve grande parte dos recursos. Mas, assim, nós nunca iremos resolver o problema das desigualdades regionais, vamos apenas perpetuar esse *gap* existente entre o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas com o Estado de São Paulo. Mas, Senadora Lúcia Vânia, eu lhe concedo, com muita satisfação, a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu acho que essa solicitação do Senador Tasso Jereissati é uma solicitação oportuna. Nós tivemos, Sr. Presidente, a votação, aqui, da recriação da SUDAM e SUDENE, e formatamos um projeto após um ano de discussão em toda a região, e esse projeto teve alguns vetos que mutilaram substancialmente o projeto da recriação da SUDAM e SUDENE. Trabalhamos intensamente para recompor esses vetos, havia um compromisso do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, no sentido de recompor isso. No entanto, até hoje não foi feito, a SUDAM e o SUDENE capenga em relação a recursos. V. Exa. coloca aí a questão das políticas públicas; a instituição não se tornou um fórum de debate da região, visando o desenvolvimento, visando a captação de recursos, enfim, a instituição não foi... não respondeu aquilo que nós propusemos anteriormente. Essa recriação da SUDENE teve a participação intensa do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Senador Tasso Jereissati. No entanto, o assunto praticamente morreu. Se V. Exa. puder olhar e acompanhar os recursos que são aportados, que foram aportados para SUDAM e SUDENE, grande parte deles estão contingenciado. A liberação de recurso é insignificante.

Então eu acredito que nós precisamos debater, aqui, com o Ministro da Integração Regional. É preciso chamar, convidar o Ministro de Integração Regional, para saber o que está acontecendo com a SUDAM e SUDENE, e com a recriação da SUDECO, que já foi sancionada em dezembro e até hoje não foi implantada. Eu estive com o Ministro Geddel por duas situações e, no entanto, ele alega que falta pessoal. Realmente, houve uma Medida Provisória que não foi votada na Câmara em função da contenção de gastos, que recompunha os quadros da SUDAM e SUDENE. No entanto, não foi votada a Medida Provisória, mas foi criado um projeto de lei que já passou por todas as comissões e está para ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados. Isso também falta um pouco... A gente vê que falta um pouco de ação política do próprio Ministério no sentido de viabilizar essas questões. O quadro da SUDECO sequer foi encaminhado para o Ministro do Planejamento, para que constasse da lei orçamentária do próximo ano.

Então a gente vê que há um descaso, há uma desconsideração, parece que foi recriada a SUDAM, SUDENE e SUDECO apenas para dar uma resposta política, mas, efetivamente, nada se concretizou, de

efetivo, para essa região. Portanto, eu solicitaria à V. Exa., que eu vou formalizar o convite para o Ministro Geddel Lima estar aqui, debatendo conosco, sobre essas questões que tanto afligem essa comissão e aos membros dessa comissão, que tanto trabalharam para a recriação desses três organismos regionais. Em relação ao banco de desenvolvimento, eu quero dizer que nós formatamos um projeto já intensamente discutido com o Ministério da Fazenda, Banco Central, Ministério do Planejamento, e ele tem o aval inteiro, Banco do Brasil, ele tem o aval inteiro do Governo, será discutido e votado aqui, e posteriormente irá para a Câmara dos Deputados. Existe apenas uma pendência no que diz respeito ao estoque do FCO, que o Banco do Brasil insiste em manter por um tempo muito longo, enquanto que os governadores da região preferem que seja, esse estoque, transferido na ordem de 15 anos; o Banco do Brasil quer 25 anos.

Então, esse ponto ainda não está ajustado, mas o banco está inteiramente formatado de acordo com o Banco Central, com o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Integração Nacional e Banco do Brasil. Portanto, seria muito oportuna essa reunião da Região Centro-Oeste para que possa tomar conhecimento dos pontos que foram ajustados com o Governo Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu que agradeço, Senadora Lúcia Vânia. V. Exa. tem inteira razão, porque nós fizemos um trabalho legislativo no sentido de recriar a SUDENE. V. Exa. falou, aqui, o nome do Senador Antonio Carlos, Senador Tasso Jereissati; se debruçaram sobre esse assunto, também os Senadores do Norte, a recriação da SUDAM e a SUDECO. E parece que foi um esforço legislativo, mas não sensibilizou o Executivo; não sensibilizou o Executivo. E eu acho que realmente temos que ter a colaboração do Executivo, senão não chegaremos ao alvo desejado, ao objetivo, de que esses bancos possam trabalhar de forma a ter resultados expressivos. Pelo menos que seja um centro de debate das questões do Nordeste; sequer isso a SUDENE, no caso, voltou a ser; que ela sempre fazia reuniões do conselho deliberativo, com a presença de todos os governadores e representantes dos setores econômicos e sociais: trabalhadores, empregadores... Eu participei de vários, como governador do estado, como vice-governador também, representando, na época, o governador, e depois como governador do estado. Era um grande fórum de debate das questões nordestinas. Muitas vezes o presidente podia ir, se não era o vice-presidente, mas, lamentavelmente, houve o esvaziamento, e agora, com a recriação, nem de longe, sequer aquela SUDENE, mesmo enfraquecida, voltou a existir. E me parece que os outros também, organismos como SUDAM e SUDECO.

Portanto, eu acho que o Governo tem que dar uma satisfação. Não tenho dúvida que o Ministro Geddel Vieira Lima, pela sua juventude, seu entusiasmo, seu desejo de servir ao Nordeste, vai colocar quais são suas dificuldades, não é, que me parece que não ficam apenas restritas ao Ministério do Desenvolvimento Regional, da Integração Nacional, mas também precisa da colaboração do Governo Executivo, do governo como um todo, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda, da Casa Civil, para que tudo isso possa acontecer, não é, porque não é apenas um Ministério que resolve uma questão. Eu acho que V. Exa. está coberta de razão, vamos convocar aqui, acho, o Executivo como um todo, o Ministro Geddel e, se possível, também os outros ministérios que são responsáveis pela questão do desenvolvimento regional. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente César Borges, gostaria de endossar e parabenizar a Senadora Lúcia Vânia em tudo que foi dito a respeito deste enfraquecimento dessas agências de desenvolvimento, e dizer mais, dizer que talvez um dos grandes fatores que nós perdemos foi a capacidade de criatividade. Os órgãos não mais criam. A SUDENE criada por Celso Furtado, ela é uma agência de desenvolvimento de pensamento macro; era promover, criar, o desenvolvimento, condições para o desenvolvimento da Região Nordeste. E, lamentavelmente, essas agências passaram por uma deturpação, elas passaram a ser encaradas simplesmente como órgãos agentes financiadores, através dos seus incentivos. O grande dano que o Brasil teve com o fechamento da SUDENE foi exatamente em função dessa distorção. As pessoas que tinham inveja do desenvolvimento das regiões monitorizadas, acompanhadas pela SUDENE e pela SUDAM, elas geraram, em determinadas outras regiões, determinadas forças políticas, esse sentimento de inveja e, lamentavelmente, foi imputado num seguimento que era simplesmente o seguimento de uma carteira de incentivos fiscais toda uma mácula inverídica sobre o desempenho tanto da SUDENE como da SUDAM.

Então, eu acho que nós temos que pensar mais, nós temos que ousar mais, nós temos que exigirmos que aqueles órgãos também tenham aquela capacidade de fazer propostas e implantar propostas para os desenvolvimentos regionais. É uma pena que hoje esses órgãos tenham sido recriados extremamente enfraquecidos. É uma constatação esse enfraquecimento, eu acompanho a SUDENE do nascedouro até hoje, todas as fases de SUDENE, e sou testemunha de

que aquela casa promoveu um desenvolvimento que está aí, presente. A Região Nordeste, como a Região Norte, elas têm o desenvolvimento que tem hoje graças àquelas duas agências de desenvolvimento. Então, nós ainda estamos cerceados, o que nós estamos crescendo atualmente é por inércia. É inércia do nosso desenvolvimento anterior, dos incentivos anteriores, e é também acoplado ao próprio desenvolvimento do Brasil, mas nada em função de medidas e projetos que visem desenvolver essas duas regiões como outras regiões, como o Centro-Oeste e tal.

Então, eu acho que é muito importante que nós possamos convocar o ministro, nós conversarmos nesta Casa; essa Casa é uma casa que tem talentos, como foi citado o Senador Tasso Jereissati, o ex-governador Marco Maciel, V. Exa., Senador César Borges, que já foi Governador da Bahia. Então, eu acho que é chegada a hora de nós tomarmos as rédeas, e conclamo o futuro presidente da nossa comissão, o Senador Neuto De Conto, para se acoplar à esta ideia e dar uma mexida nessa comissão, para que nós possamos ter o respeito e a credibilidade que merecemos. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço suas palavras, Senador Roberto Cavalcanti. V. Exa. disse... Quer dizer, é uma inércia do que já se fez no passado, mas também um esforço muito grande dos governos estaduais. Ou o governo estadual se compromete, muitas vezes participando da chamada "guerra fiscal", tão criticada, mas, às vezes, sem saída. Se você não praticar alguma coisa de incentivo, você dificilmente levará uma empresa para se instalar numa região que não tem a massa econômica que tem numa região como a Região Sudeste do país.

Então, é um forço que, às vezes, também, chega a um ponto que o Governo do Estado não tem muito mais onde fazer. Eu acho que vários estados brasileiros fizeram um esforço imenso; Goiás é um exemplo, eu acho que a Bahia também é um exemplo, Pernambuco também é um exemplo, mas tem que ter uma política pública a nível nacional, nítida, clara, permanente. Não é uma política apenas esporádica para um projeto, mas que seja uma política duradoura. Senador Marco Maciel, com muita honra, eu passo a palavra à V. Exa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador César Borges, eu gostaria, além de concordar com os argumentos que foram anteriormente apresentados com relação a recriação da SUDAM, da SUDENE, do SUDECO e do Banco do Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, gostaria, além de me solidarizar com os que antecedentemente se expressaram, para dizer também que a questão SUDENE, SUDAM e Centro-Oeste estaria resolvida simplesmente se nós apreciássemos os vetos que estão, aqui, pendentes de apreciação pelas duas Casas do Congresso. Eu acho que um grande passo estaria dado se nós pudéssemos... Aliás, a Senadora Lúcia Vânia, uma vez a encontrei no gabinete do então presidente do Senado, justamente cobrando a leitura dos vetos e a sua apreciação. Na medida em que isso ocorre, certamente os órgãos de desenvolvimento regional estarão apetrechados ao bom cumprimento da sua missão, e é algo que se resolve aqui dentro da Casa. Quer dizer, marcando sessão do Congresso Nacional para apreciar os vetos, tanto pelos Srs. Deputados Federais quanto pelos Srs. Senadores.

É o que eu gostaria de dizer, e dizer também que eu concordo com a palavra do presidente, Senador, ex-governador César Borges, quando chama atenção também que toda política de desenvolvimento regional deve estar compatibilizado com o processo de desenvolvimento nacional. Na realidade, o Brasil é caracterizado por uma grande diversidade regional, e a soma dessa diversidade regional pode ser o produto de um grande esforço de um desenvolvimento homogêneo do país e de suas diferentes regiões.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente. Só para complementar, eu gostaria de dizer que--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de dizer que os vetos, o Ministro Mantega esteve aqui para negociar a questão dos vetos. Em relação à SUDAM, SUDENE, ele disse que faria uma proposta que poderia substituir os vetos. Nós demos um tempo, negociamos isso um tempo, e não houve resultado nenhum. Então, eu acredito que a votação dos vetos agora é uma exigência, porque o compromisso que nós fizemos com ele, de dar uma trégua e negociar, já foi vencido. Então, eu acho que agora é essa comissão, juntamente com os outros parlamentares, exigir que seja colocada na pauta a apreciação dos vetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Essa é uma questão grave aqui dentro dessa Casa, a demora da apreciação dos vetos, não é? Quer dizer, e quando se faz, se faz num conjunto de, eu diria, inúmeros vetos que são apreciados, que você não destaca um em específico. Teria que ser votado de forma separadamente, para que cada parlamentar conhecesse exatamente o que é aquele veto. Eu me coloco inteiramente à disposição, acho que é fundamental que apreciemos esse e outros vetos importantes, que estão aí, sem ser apreciado. Mas já temos o número suficiente; eu queria

colocar o Senador Jefferson Praia e a Senadora Lúcia Vânia, para que pudesse fazer o escrutínio da votação. E considero a votação encerrada. Senador Papaléo Paes, eu não anunciei a presença honrosa de V. Exa., mas tenho certeza que o seu voto vai solidificar a vitória do Senador Neuto De Conto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Enquanto procedido a apuração dos votos, gostaria de fazer um questionamento: se V. Exa. será candidato a Governador pelo Estado do Paraná, porque mudou a filiação. Revendo cuidadosamente a pauta da 21ª, V. Exa. aparece aqui como representante do Paraná. Eu estou estanhando aí. É do PR, do partido?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): PR do Partido da República. Seria muito honroso representar também o Paraná. Encerrada, então, o escrutínio; foram dez votantes, foram conferidos os dez votos e o resultado são dez votos favoráveis, não é? Dez votos "Sim". Está eleito, para presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Senador Neuto De Conto, a quem eu parabenizo, desejo sucesso e, na condição de vice-presidente, desde já me coloco inteiramente à sua disposição para colaborar nos trabalhos; dizer que essa comissão tem, efetivamente, duas funções importantíssimas, e que muitas vezes se casam: desenvolvimento regional e turismo. Para o Nordeste, o turismo, por exemplo, é fundamental; acho que para o país como um todo, mas no Nordeste, sem sombra de dúvida, tem um potencial muito grande ainda a ser explorado.

Então, V. Exa. tem essa responsabilidade, mas tenho certeza que diante da sua competência, vontade e determinação, V. Exa. terá êxito na sua missão. E renovo, mais uma vez, a minha disposição de colaborar em todos os aspectos, para que sua missão seja de sucesso. Então, dizendo isso, quero passar imediatamente a presidência ao Senador Neuto De Conto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ao assumir a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabe-me, primeiramente, agradecer as conduções do trabalho, eminente Senador baiano César Borges, agradecer o meu partido e o meu líder, Senador Renan Calheiros, que tem me indicado para substituir o Senador Quintanilha, que foi convocado para exercer uma Secretaria do Estado, no Estado de Tocantins. Agradecer os Srs. Parlamentares pela confiança, pela unanimidade dos votos e, ao par de agradecer, dizer que esta comissão, ela tem uma definição muito clara, desde reduzir as desigualdades regionais, capacitar, e aqui é um ponto fundamental, no nosso entendimento, de recursos humanos através, especialmente, das nossas universidades, e inserir e fortalecer as organizações sociais produtivas. Dentro desses três pontos, certamente nós alcançaremos um aporte significativo à nossa atividade. O turismo, ele se faz praticamente que espontâneo, ele tem muito pouco até... A não ser das organizações que lutam e trabalham por ele, e ele vem espontâneo desde o nosso carnaval, espalhado por todo o Brasil. Ele está em nossas praias paradisíacas e ensolaradas, em todo esse litoral fantástico, esse turismo que está em suas regiões muito forte, na minha Santa Catarina, com a festa das colheitas, Oktoberfest. Nós temos as festas folclóricas, como Parintins, no Amazonas, a festa do Círio de Nazaré, em Belém, as festas regionais em quase todos os municípios que divulgam os seus feitos, suas realizações e, principalmente, o folclore e as suas produções; e eu poderia, aqui, somar o futebol, a Fórmula 1, o basquete, o vôlei, o futsal e, sem dúvida nenhuma, o Pantanal, a Floresta Amazônica e seus rios tem contribuído significativamente para o turismo. As nossas pousadas, a neve, os cânions, são todos fontes muito fortes.

Santa Catarina, que gostaria de citar aqui, meu caro Presidente César Borges, na qual eu me espelho, nós só temos 1.13 do território nacional, somos o quinto maior produtor de alimentos e o sétimo em arrecadação. O nosso PIB é igual ao do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia, juntos. E temos um Governo descentralizado, que eu vejo que a grande fórmula de buscar a integração e a incorporação do interior. Nosso Governador Luiz Henrique descentralizou em 36 secretarias, são minis-governos espalhados por todas as microrregiões do estado, aonde, através de cada secretaria central, tem um representante, e soma-se a isso um conselho formado por todos os prefeitos e, consequentemente, de todos os partidos, e com mais alguns da sociedade civil, alguns representantes, e que torna todo cidadão igual através do orçamento. Não tem mais o maior orçamento para a capital, ou para o interior, ou para esta ou para aquela região. É baseado principalmente na quantidade de pessoas, é baseado nos interesses de cada região e é escolhido as obras; e nesse quadro, Santa Catarina, hoje, já tem ligação asfáltica em todos os municípios, energia elétrica em todas as propriedades, não importa onde elas estejam. E esses dois fatores fazem com que, primeiramente, o cidadão fica na sua comunidade, passa a produzir com igualdade de condição com qualquer região do Brasil, e nos leva a um quadro de que passamos para

o avanço. Todas as rodovias sinalizadas, colocando o turismo e colocando o desenvolvimento, para que todos os que passam, e principalmente nós que temos o turismo da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, que passa pelo nosso estado para buscar as nossas praias, eles, consequentemente, a sinalização faça com que eles parem, ao longo da rodovia, para também praticar o turismo e o conhecimento.

Esta evolução em que eu me espelho, que é do meu estado, ela passa a ser tão forte e tão importante, de que somos daqueles que acredita muito, e acredite, eu acho que o único caminho, a educação. E quem pode nos oferecer todos os subsídios necessários são as universidades. Está sendo criada agora, já foi assinado pelo presidente, a Mesorregião do oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e noroeste do Rio Grande do Sul, cinco campus de uma universidade federal que será sediada em Chapecó, no oeste de Santa Catarina. Eu não tenho dúvidas que se ela buscar, através da pesquisa, principalmente da pesquisa, vai encontrar todos os nichos para o desenvolvimento da sociedade, porque nós temos tudo: nós temos terra, água, o Brasil tem, chuva, sol, clima, gente, tecnologia, e as universidades têm que produzir este caminho fantástico para o crescimento e o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira.

Eu ouvi com muita atenção as palavras do nosso Presidente César Borges, quando falou da necessidade, e os demais falaram também, do desenvolvimento no Norte e Nordeste. Eu tenho um exemplo da capacidade das pessoas do Norte e do Nordeste. Nós temos uma empresa em Rio do Sul, a maior empresa de pedais de bicicleta do mundo. Estão fabricando mais de 40 mil unidades/dia, e não tinha mais gente para trabalhar. Precisa dobrar a produção e não encontra pessoas, porque o Sul praticamente está absorvido pelas indústrias, pelo trabalho local. Ele resolveu fazer uma viagem a Alagoas, e convidou uma meia dúzia de famílias, que foram para lá, se adaptaram e trabalharam. Em dois anos, já são 1.200 famílias que se transferiram para o Nordeste e de uma mão de obra fantástica, de uma qualidade excepcional. É lógico que lhes dá, todos, a condição, o conhecimento, a instrução e o desenvolvimento para uma tarefa.

Então, para ver que as pessoas sabem trabalhar, conhecem e se adaptam em qualquer lugar do nosso Brasil. O que nós precisamos e aí tem razão, essa guerra fiscal que nos prejudica muito, mas que talvez as empresas tem que ir ao encontro dessa mão de obra. E para esse trabalho sensacional, para esse trabalho fundamental, eu assumo essa comissão, para que nós possamos, aqui, juntos, refletirmos e nos aprofundar na reflexão, e encontrar caminhos para ajudarmos todos os quatro ventos desse país. Para que nós possamos dar ao desenvolvimento regional e consequentemente daremos ao turismo esse crescimento fantástico. E, desde já, dentro destas poucas palavras, voltar a agradecer a oportunidade e voltar a pedir: nós precisamos, tem muito trabalho para se fazer, e nesse trabalho que nós temos para fazer, eu fiz uma análise sobre qual é que seria o melhor horário para desenvolvermos esse trabalho. Está sendo feita as reuniões às 14 horas; às 14 horas temos a concorrência do Plenário, nos horários de 10 e 11 horas, nós temos a concorrência das comissões consideradas mais importantes; talvez mais importante para a Casa, como é Assuntos Econômicos, tão importante para a Casa como é a de Constituição e Justiça e todas elas, mas talvez, para o Brasil, seremos ao menos iguais para debater o estado... A nossa missão, da comissão, perante a pátria. E, para isto, eu tenho... já consultei alguns, teria uma ideia de uma reunião num horário que talvez não seja tão próprio, mas ele estaria ao vivo para todo o Brasil, para que o Brasil conhecesse o trabalho da comissão, dos Srs. Parlamentares, e conheceriam também o avanços que nós queremos buscar. E eu os deixo para discussão, nas quartas-feiras, às 9 horas da manhã, para que ali, sim, sem concorrência nenhuma, poderemos, aqui, fazer um belo trabalho. Eu agradeço a todos, muito obrigado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, lhe dar as boas-vindas à V. Exa., na qualidade de presidente eleito por unanimidade e desejar que a gestão de V. Exa. seja uma gestão sensacional, que nós possamos, realmente, dinamizar essa comissão e que os interesses regionais, que cabe a esta comissão, possam ser da melhor forma desenvolvidos. Eu deixei para fazer essa minha observação exatamente após a apuração, porque eu gostaria que, realmente, como foi, V. Exa. tivesse sido eleito por unanimidade, e confidenciar a V. Exa. que eu, nos bastidores, pleiteei a presidência desta comissão. Procurei o Senador Renan Calheiros, que não é do nosso partido, nem do bloco a qual eu pertenço, e o Senador Renan Calheiros, com muita elegância, disse que já tinha convidado por merecimento e por capacidade, e por fazer parte exatamente do PMDB, V. Exa. Então, eu quero dizer a V. Exa. que eu tenho um carinho especial por essa comissão, acompanho a Região Nordeste, como empresário, há mais de 40 anos, e gostaria de me acostar ao trabalho de V. Exa. Gostaria, também, de fazer uma referência,

aí me acostando a uma dica, aqui, do nosso companheiro Gilberto, no sentido de fazer que essa empresa de Santa Catarina faça uma filial no Nordeste; como nordestino, e coloque em Alagoas, e não faça simplesmente trazer a nossa mão de obra, que é nordestina, e leve para uma região que já é tão rica.

Então aconselhar esse grande empresário que coloque uma filial no Nordeste, talvez prioritariamente até na própria Alagoas, em função da vocação da sua mão de obra. Eu acho que o Nordeste merece uma empresa como essa. Gostaria, paralelamente, de cumprimentar e parabenizar o Senador César Borges, o vice-presidente, que toca e tocou esta comissão quase todas as reuniões que eu aqui estive; estava sob a liderança do Senador César Borges, então eu parabenizo, e tenho certeza que V. Exa. terá um grande vice-presidente.

E, para finalizar, eu gostaria, na verdade, de fazer um registro da brilhante atuação e desejar votos de sucesso do Senador Leomar Quintanilha nessa nova missão, e dizer que ele aqui, como presidente dessa Casa, honrou essa comissão. Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer, esse relato. Muito obrigado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Me permita, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradeço o Senador Roberto Cavalcanti, e dizer que realmente eu preciso, a comissão precisa da participação de V. Exa., a comissão precisa e o Brasil precisa. Por isso, juntos, nós podemos ir mais longe. Quando eu falei sobre a mão de obra de Alagoas, foi mais para citar a capacidade que tem o nosso homem, embora, às vezes, muito humilde, lá do interior, ele tem uma capacidade fantástica de aprender para não só sobreviver, mas, sim, para prosperar. Eu dou a palavra ao eminente Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, apenas para me somar a unanimidade que já ocorreu da eleição de V. Exa., e dizer da minha satisfação de participar dessa comissão e, com certeza, juntos com os demais Senadores e Senadoras, podermos colaborar para contribuir num dos itens mais importante que nós consideramos, que é a busca da justiça nesse país. O desequilíbrio regional é uma verdade, uma realidade que todos nós devemos dar a nossa contribuição. E por muito tempo muita gente achou que a região do Nordeste só queria favores, e aqui eu posso afirmar que ela não quer favor. Ela quer oportunidade e quer recursos necessários e suficientes para que possa ser aproveitado todo o seu potencial, bem como a sua capacidade da mão de obra, que V. Exa., inclusive, já fez referência. Então, meus parabéns e pedir a Deus que o proteja nessa condução. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu que agradeço, muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Precisamos das boas ideias, dos bons hábitos, e precisamos, sim, da participação de V. Exa. para que juntos possamos produzir bastante nesse processo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador, trinta segundos, só uma abordagem, a título de sugestão, como V. Exa. falou. Eu acho que é importantíssimo que nós possamos fazer essas nossas reuniões em outra ala. Nós ficamos muito deslocados; nós, senadores, temos uma agenda enlouquecida, temos que ser onipresentes, e nós estávamos acoplados àquele bloco. É, sem dúvida, um bloco que as comissões todas funcionam, tanto nas quartas como nas terças, de forma intensa.

Então, se houver essa possibilidade, eu acho que essa localização nossa é uma das co-responsáveis, às vezes, pela não presença mais maciça de nós, senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Senador Roberto, pela informação. Senadora Lúcia Vânia, por favor.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu quero cumprimentá-lo e me colocar à disposição de V. Exa., uma vez que já fui presidente desta comissão e pude sentir o quanto é difícil conduzir uma comissão que trata dos assuntos regionais. Portanto, V. Exa. conta com o meu apoio e, durante a minha gestão, eu trabalhei muito para conseguir uma sede própria para a Comissão de Desenvolvimento Regional, um local próprio. Houve, na ocasião, um compromisso do Senador Renan Calheiros, no sentido de colocar essa sede própria, porque ela é muito importante para que a gente possa colocar os mapas, para que a gente possa definir o ponto estratégico da comissão.

Então eu acredito que V. Exa. poderá retomar esse assunto com o Presidente Sarney, para que a gente possa ter, na comissão, na Ala das Comissões, a nossa sede específica, que a gente possa colocar lá a Comissão de Desenvolvimento Regional, para que as pessoas entendam que essa comissão, ela tem uma importância vital para o desenvolvimento dessas regiões. Eu desejo à V. Exa. sucesso no trabalho, acho que V. Exa. é o primeiro presidente da Região Sul, e acho que o único membro da Região Sul que nós temos aqui.

Portanto, V. Exa. tem uma tarefa muito forte, uma tarefa de ajudar a equilibrar essas regiões, principalmente a Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que são regiões... A minha, por exemplo, a Região Centro-

Oeste, é uma região solução, uma região que tem se destacado na produção de grãos, e tem conduzido a agricultura deste país. No entanto, a região é uma região que precisa de muito apoio, haja vista que já estamos com a SUDECO recriada há mais de um ano, e ainda não conseguimos sua implantação. E há 21 nós esperamos a instalação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que parece que agora se tornou realidade. Muito obrigada. Desejo sucesso à V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Lúcia Vânia, precisamos, e precisamos da sua presença, da presença da eminente Senadora, com as suas brilhantes intervenções e conhecimento, para que, juntos, nós possamos produzir mais. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu vejo que nós ainda temos a segunda parte, e assim que o senhor abrir, eu gostaria de relatar. E aproveitando, externar a minha solidariedade de trabalharmos juntos nessa comissão e, da minha parte, a sua proposta de iniciarmos essa comissão às 9 horas, podemos até antecipar para as 8h30, como já tem duas comissões na Casa que assim iniciam, que é Infraestrutura e Ciência e Tecnologia. Elas iniciam pontualmente às 8h30.

Então, eu me solidarizo com essa mudança de horário e que vai tornar essa comissão mais ativa e poderá analisar melhor os projetos e votar maior número de projetos. Então, me coloco a disposição para relatar, também, o item 2, já que ele não é de natureza não terminativa, porque sou o único relator que se encontra presente nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Gilberto Goellner. Ouvir a palavra também do Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Serei breve, Sr. Presidente. Quero desejar sucesso, acredito que uma comissão, quem a faz importante são os seus membros. Essa é uma comissão importantíssima, então, portanto, nós é que faremos a importância dela. No mais, gostaria de pedir, de V. Exa., que pudesse considerar um requerimento que estou fazendo, para que pudéssemos aprovar, aqui, uma Audiência Pública no sentido de discutirmos uma questão relacionada ao contingenciamento dos recursos da SUFRAMA, e caso esse requerimento seja aprovado, Sr. Presidente, gostaria que pudéssemos realizar essa audiência com urgência, porque esse é um assunto que está prejudicando muito a Amazônia, não só o meu estado, mas a Amazônia como um todo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu que agradeço, Senador Jefferson Praia. O requerimento, nós vamos apreciá-lo em seguida. Vou fazer a segunda parte da presente reunião; é destinada a apreciação de proposições. Como nós não temos quorum para deliberar nossos projetos terminativos, vamos votar os projetos não terminativos. Está na nossa mesa o Item 2º do projeto de lei do Senado 324, de 2009, não terminativa. Altera a lei 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelos fenômenos da estiagem nas regiões que especifica, para estender o benefício, garantir a safra, área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Amazonas, SUDAM, e de outras providências. Autoria: Senador Jefferson Praia; relator: Senador Gilberto Goellner. Parecer favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão da Agricultura, Reforma Agrária e Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Concedo a palavra ao Senador, relator, Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o presente projeto altera a lei 10.420, de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra, institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia -, e dá outras providências. O projeto é de autoria do Senador Jefferson Praia, que se encontra presente a essa sessão, aonde o nosso parecer é favorável à matéria e o presente projeto eu gostaria de salientar que a análise que fizemos do mesmo, ele se encontra de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 170, que estabelece os princípios da ordem econômica. A proposição não fere a ordem jurídica vigente, e está em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal. O PLS também atende as normas para elaboração e alteração de leis, previstas na lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 98. A proposição atende o estabelecido no art. 104 A, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo qual, cabe a essa comissão opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e as políticas de desenvolvimento regional dos estados e dos municípios.

Quanto ao mérito, é inegável que, assim como as secas severas que afetam fortemente os pequenos agricultores da Região Nordeste do Brasil, o excesso de chuvas provoca perdas consideráveis aos agricultores da Região Norte. Tendo em vista que os pequenos agricultores de ambas as regiões sofrem com os reveses climáticos, mesmo que normalmen-

te de natureza distinta, e que as duas regiões ainda são fortes demandantes de políticas de assistência às populações mais carentes, nada mais justo do que estender a cobertura do Benefício Garantia-Safra à área de atuação da SUDAM.

Em síntese, considero a proposição do ilustre Senador Jefferson Praia meritória e oportuna, pelo qual, em face do exposto, voto pela aprovação do projeto de lei do Senado nº 324, de 2009.

Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer uma consideração a parte ao relatório e dizer que a falta de um seguro de renda, de um seguro de catástrofe, o qual está, agora, merecedor, o seguro de catástrofe, da sanção presidencial, já está instituído o projeto do Deputado Micheletto, do vosso estado. Eu vejo que, enquanto não tivermos constituído no país esse seguro de catástrofe que dê às seguradoras do país condição de financiar um grande seguro por produto, por atividade econômica rural, nós não vamos evoluir, de dar uma garantia de renda ao produtor brasileiro. Países mais avançados possuem o seguro de renda absoluto, aonde ele garante uma produção baseada numa média de produção daquela atividade, daquele produtor, analisado pela seguradora, e depois, também, um seguro de preço, que é feito através de vendas antecipadas, venda por opção, e toda categoria de produtor, desde o pequeno, médio, grande, qualquer situação. E isso precisa ser urgentemente instituído no país. Eu estou trabalhando, inclusive estivemos ontem na Fazenda, e vamos colocar, já é um início, que é o Fundo Garantidor, num projeto de lei... Desculpe, numa PM que está transitando, que vai ficar em análise essa semana no Senado, que é a MP 464, a Medida Provisória 464, aonde ela dá, ela constitui o fundo de garantia para a micro e pequena empresa urbana.

Então, o Governo vai apresentar uma proposição de um fundo garantidor para investimentos, para investimentos agrícolas. Eu vejo que se nós tivéssemos também aproveitado essa MP e colocar um fundo garantidor para o custeio das atividades agrícolas, nós estaríamos viabilizando a produção, a garantia de renda da produção. Esse projeto realmente, ele se constitui numa pequena contribuição às famílias. Eu diria que é tipo uma bolsa-família estendida... É, 700 reais, mas é de 2003; possivelmente, agora já esteja bem maior. É uma contribuição principalmente para famílias que vivem do extrativismo ou de atividades, às vezes, que não estão formalizadas.

Então, já é uma contribuição grande, já se constitui de um auxílio importante no Nordeste, e que agora, estendido aos estados que compõe à SUDAM, que é os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará, e parte oeste do meridiano 44° do Estado do Maranhão, vai propiciar, então, um pequeno auxílio, um auxílio em casos de frustração da safra desses produtores por excesso de chuvas, que normalmente ocorrem nessas regiões, e não por seca, como é o caso do Nordeste.

Então o projeto é meritório, eu gostaria que fosse aprovado por essa comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós que agradecemos, Senador Gilberto Goellner. Com a palavra o autor da proposição.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria rapidamente, Sr. Presidente de agradecer--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Agradecer o Senador Gilberto Goellner, pelo relato e pelo parecer favorável, e destacar também, Sr. Presidente, que nós estamos aqui, Senador Gilberto Goellner, incluindo outras culturas fora aquelas que são inerentes ao Nordeste, mas temos algumas culturas que são viabilizadas no Nordeste e no Norte também. Nós estamos incluindo a banana, hortaliça [ininteligível], porque, Sr. Presidente, no caso do Amazonas, por exemplo, nós tivemos lá, agora, a maior enchente dos últimos 100 anos e muitas produções foram perdidas.

Portanto, com esse benefício, garantir a safra, que não é um valor tão expressivo, mas, certamente, ajudará muitas famílias que perdem as suas safras, ou perderam, ou poderão perder as suas safras caso tenhamos enchentes novamente, como a que tivemos agora, em 2009. E não querendo me alongar nessa questão, mas destaco um ponto importante, que hoje, em decorrência, Senador Gilberto Goellner, das mudanças climáticas que já começamos a sentir no nosso planeta, o espaço de uma enchente para outra, de uma grande enchente, pelo menos no Estado do Amazonas, antes era de 30 anos. Então, você tinha um período de 30 anos e tinha uma nova enchente. Hoje, de acordo com estudos por instituições que tratam dessa questão climática, esse tempo foi reduzido para 10 anos. Portanto, isso me preocupa bastante, já que tivemos uma grande enchente em 2009; possivelmente, em 2019, poderemos estar esperando uma outra grande enchente. Isso vem acabando com a produção dos produtores de um modo geral, prejudicando muito a vida das pessoas.

Mais uma vez, agradeço a sensibilidade e reconheço a luta do Senador Gilberto Goellner, que é uma das pessoas ligadas ao setor primário, não é, e agradeço o seu parecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a

discussão. Em votação o parecer do relator favorável ao projeto. Aprovado. Os senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão da Agricultura, Reforma Agrária, para as devidas providências. Sobre a Mesa o requerimento. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2, do Inciso XIII da Constituição da República, combinado com o art. 90, Inciso II e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em caráter de urgência, com a participação das autoridades abaixo relacionada; tendo a finalidade de colher sugestões, subsídios e esclarecimentos relativo ao desvio de destinação dos recursos arrecadados pela SUFRAMA, do seu contingenciamento pelo Ministério do Planejamento e da sua administração pelo Tesouro Nacional, e do atual regramento do Poder Executivo Federal acerca da utilização desses recursos. O Sr. João Bernardo de Azevedo Bringel, Secretário Executivo do Ministério do Planejamento; Nelson Machado, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional. Eram os termos do requerimento apresentado pelo Senador Jefferson Praia. Em discussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, esse é um assunto importantíssimo. Veja bem, esses recursos da SUFRAMA são gerados através da cobrança de uma taxa; taxa de serviços que a SUFRAMA viabiliza, ela realiza. Portanto, esses recursos estão contingenciados. Eles eram da ordem de 700 milhões de reais. Vejam bem, recursos gerados no modelo Zona Franca de Manaus, que deveriam ser investidos lá, e são investidos, Sr. Presidente, não só no Estado do Amazonas, mas nos estados que compõe a Amazônia Ocidental. Mas, esses recursos, hoje, estão contingenciados, uma parte dele já foi destinado para outros objetivos, e nós queremos, aqui, portanto, nessa Audiência Pública, que, na minha avaliação, ela é fundamental, sabermos o que está acontecendo no Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Tesouro, e representantes da SUFRAMA também, para que possamos encontrar uma solução, Sr. Presidente. É inadmissível nós termos, hoje, uma cobrança muito grande em relação à Amazônia, quando temos recursos gerados na Amazônia que não são aplicados lá. Eu não entendo essa política, não é? Eu entendo que nós deveríamos dar prioridade para a boa aplicação dos recursos gerados na SUFRAMA, porque ela ajuda muito os estados da Amazônia Ocidental e, é claro, ajuda o meu estado, o Estado do Amazonas, e tem uma contribuição fantástica na preservação e conservação daquela floresta.

Portanto, eu pediria de V. Exa. e a compreensão de todos os Senadores aqui presentes, para que pudéssemos viabilizar essa audiência com a maior brevidade possível. Foi por isso que eu coloquei, Sr. Presidente, que nós é que fazemos essa comissão se tornar uma grande comissão. Esse, para mim, é um dos assuntos relevantes relacionado à Amazônia, é a questão que estamos tratando do contingenciamento dos recursos da SUFRAMA. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Coloco o requerimento em votação. Os senhores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. Vamos estabelecer uma data em conjunto. O Item nº 1 da pauta, projeto de lei do Senado 318, de 2009, não terminativo. Altera a lei 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviço Administrativo, TSA, em favor do Superintendente da Zona Franca de Manaus, SUFRAMA, para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, da atual providência. Autor: Senador Expedito Júnior; relator: Senador Papaléo Paes. Parecer favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para proferir seu parecer.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, a quem eu parabenizo pela sua eleição ainda pouco e Srs. senadores, eu quero, antes de iniciar minha relatoria, fazer uma referência ao projeto de lei 324, que foi ainda pouco relatado pelo Senador Jefferson Praia, e dizer que foi um projeto muito feliz, muito importante para a nossa região, e... A autoria do Senador Jefferson Praia e a relatoria do Senador Gilberto Goellner. Então, parabenizar tanto o autor como o relator pela brilhante iniciativa e, logicamente, pela aprovação, nessa Comissão, deste projeto que só nós, que vivemos nessa região, que sabemos da importância de um projeto tão bem elaborado quanto este. Quanto a minha relatoria, Sr. Presidente, eu sou relator do projeto de lei do Senado nº 318, de autoria do Senador Expedito Júnior, e que está sob análise e contêm dois artigos. O primeiro altera o art. 6 da lei 9.960, de 28 de janeiro de 2000, incluindo o parágrafo único que determina que as receitas auferidas com a cobrança da Taxa de Serviços Administrativos, TSA, nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, sejam aplicadas integralmente na promoção do desenvolvimento socioeconômico da unidade da federação onde ocorreu a arrecadação. O art. 2 trás a cláusula de vigência. O PLS 318, de 2009,

foi encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo à última proferir a decisão terminativa. No prazo regimental não foram apresentado emendas. Nossa análise: nos termos do art. 104 A, do Inciso I e IV, do Regimento Interno dessa Casa, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre as matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos estados e dos municípios, e sobre agências de organismo de desenvolvimento regional.

Em relação ao mérito, o autor afirma, em sua justificação, que a SUFRAMA arrecada recursos financeiros em toda a região da Amazônia Ocidental mediante o funcionamento das áreas de livre comércio de Tabatinga, do Amazonas, Guajará-Mirim, Rondônia, Macapá e Santana, Amapá, Cruzeiro do Sul, Brasiléia, Epitaciolândia, no Acre, e Boa Vista... Acre, Boa Vista, Bonfim, Roraima e das coordenações regionais que estão localizadas em Itacoatiara e Amazonas, de Paraná a Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Vilhena, Rondônia, Rio Branco, Acre e Boa Vista, Roraima, além da própria Zona Franca de Manaus.

No entanto, a SUFRAMA não estaria aplicando recursos arrecadados por sua estrutura administrativa descentralizada em benefício dos próprios estados de onde tais recursos financeiros são oriundos. Concordo com o autor do PLS, o Senador Expedito Júnior, sob análise. Há mesmo possibilidade de que os recursos arrecadados pela SUFRAMA sejam aplicados em estados distintos daquele onde ocorre a arrecadação, que poderá levar a repetição da experiência do Município de Guajará-Mirim, onde a entidade não estaria atendendo satisfatoriamente a demanda, por ações sociais, com os recursos dali oriundos. Assim, altera a norma vigente sobre a aplicação de recursos arrecadados com a cobrança de Taxa de Serviços Administrativos, o TSA, que parece ser uma forma de evitar que problemas semelhantes venham a se repetir naquele ou em outros municípios.

Então, diante do exposto, Sr. Presidente, eu voto pela aprovação do projeto de lei do Senado nº 318, de autoria do Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Papaléo Paes. Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável do projeto. Senadoras e Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, para as devidas providências.

Não havendo mais nada para tratar, agradecendo a oportunidade dos trabalhos deste dia, transferindo os demais itens da pauta para a próxima reunião, que será na quarta-feira, às 9 horas da manhã, neste mesmo local. Vamos tentar os outros plenários, mas, se não encontrarmos, será aqui ainda. Encerro a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h31.

Ata da Vigésima Segunda Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em trinta de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões Nº 07 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Às nove horas e cinqüenta e três minutos do trinta de setembro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador César Borges, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Valter Pereira, Lúcia Vânia, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Goellner e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica que a Comissão já participou de três Fóruns Legislativos nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol: o I Fórum foi realizado em Manaus/AM em 13 de agosto; o II Fórum foi realizado em Natal/RN em 10 de setembro; e o III Fórum aconteceu em Porto Alegre/RS no dia 14 de setembro. O IV Fórum será realizado em Curitiba/PR, dia 5 de outubro, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Está previsto o V Fórum para ser realizado no dia 8 de outubro em Brasília. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, não terminativo, que "Institui a Política Nacional de Abastecimento", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura, de Agricultura e Reforma Agrária, e

posteriormente pela Comissão Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo); Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2009, não terminativo, que "Altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências", de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como Relator o Senador Papaléo Paes, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, usa da palavra o Senador Jefferson Praia. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2009, não terminativo, que "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso", de autoria do Senador Jayme Campos, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que "Veda a instalação de presídios em cidades turísticas", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 06-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 07-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação", de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 08-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei n° 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que "Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos", de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos", de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 06/05/09 foi realizada audiência pública para instruir a Matéria. A apreciação das Matérias é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de

Estenotipia Informatizada. – Senador **césar borges,** Presidente em Exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 21ª Reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordaram queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à apreciação de proposições.

Entretanto, faço alguns comunicados.

O Sr. Presidente me solicitou que presidisse essa Sessão, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão, por motivo de força maior, ele não está presente.

Até o presente momento, a Comissão já participou de três fóruns legislativos nas cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol. Como sabem V. Exas., a Comissão está em parceria com a Comissão de Esportes da Câmara dos Deputados, participando desses fóruns que estão sendo realizados nas cidades sedes da Copa do Mundo, como previsto no programa de trabalho.

O primeiro fórum foi realizado em Manaus, em 13 de agosto, o segundo fórum foi realizado em Natal, no Rio Grande do Norte, em 10 de setembro, e o terceiro fórum aconteceu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no dia 14 de setembro.

O quarto fórum será em Curitiba, em 5 de outubro, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na Praça Nossa Senhora da Salete, no Centro Cívico, na cidade de Curitiba. Está previsto o quinto fórum no dia 8 de outubro em Brasília. A Secretaria da Comissão já enviou os convites aos senhores membros e um convite especial faço aos Senadores do Paraná, para que compareçam a este fórum.

Na nossa pauta, o Item nº 1. É o Projeto de Lei do Senado, nº 51 de 2008. Projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella, leva o nº 51, de 2008; relatoria o Senador Gilberto Goellner, a quem eu tenho satisfação de passar a palavra para relatar, informando que a matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, tendo sido aprovado parecer favorável ao projeto.

A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Então, Senador Gilberto Goellner, para proferir o seu parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente: "*A proposição em análise compõe-se de quatro artigos. Ambos, em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 51.*

O art. 1º estabelece os objetivos, o art. 2º institui os fundamentos da Política Nacional de Abastecimento. O art. 3º dispõe sobre as competências do Poder Público na execução do Plano Nacional de Abastecimento,o art. 4º estabelece a cláusula de vigência, de 180 da publicação da futura lei.

Não foram apresentadas emendas.

Quanto à análise, o art. 23 da Constituição Federal estabelece, no artigo 8º, que fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Adicionalmente, o art. 48 da Carta Magna atribui ao Poder Legislativo Federal a responsabilidade de dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Assim, o PLS nº 51, preenche os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, no que tange à competência do Congresso Nacional.

Nos termos do que dispõe o art. 104-A do Regimento Interno do Senado, cabe a esta Comissão a análise de mérito deste Projeto de nº 51, de 2008. Julgamos oportuna a iniciativa do projeto em análise, pelas razões que expomos a seguir.

Trata-se de assegurar benefícios tão fundamentais sem uma mínima estrutura de armazenagem e investimentos na formação de estoques estratégicos. Entretanto, em que pesem os custos envolvidos na execução da política proposta, não se trata de mera regulação das oscilações dos preços dos produtos alimentares no mercado interno. O benefício palpável que se espera vai além. Busca-se a garantia da segurança alimentar da população, além do acesso a outros bens igualmente vitais, como energia e medicamentos.

Nesse sentido, a proposta apresentada preocupa-se em equacionar a garantia de direitos básicos e o equilíbrio fiscal, na medida em que suscita maior e melhor interação entre os órgãos públicos, articulados nacional e regionalmente, para a manutenção de uma estrutura mínima, funcional e eficiente, oferecendo um lastro imprescindível ao desenvolvimento local, com a necessária isonomia entre as regiões e os estados brasileiros.

Por outro lado, observamos a necessidade de alguns aprimoramentos no projeto, motivo pelo qual apresentamos um substitutivo.

Em decorrência do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 51, de 2008, nos termos do substitutivo que apresento sobre o Projeto que instituiu a Política Nacional de Abastecimento."

Então, são inclusões que foram colocadas ao art. 1º, ao art. 2º, ao art. 3º, enquanto dentro dos... Da política nacional de abastecimento.

Eu perguntaria se seria necessário ler todos os artigos? Ou, como não em caráter não terminativo, ele procura prover uma política melhor formulada, de assegurar, fiscalizar, promover, desenvolver, incentivar, é nesse sentido que cabe a promoção da política do abastecimento, eu submeto a apreciação pela aprovação.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação parecer do relator, que é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Serviços de Infraestrutura para as devidas providências.

O item nº 2. Projeto de Lei do Senado 346, de 2009, não terminativo. "*Altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências*." A autoria é do Senador Expedito Júnior e a relatoria é do nobre Senador do Estado do Amapá, Papaléo Paes, com parecer favorável ao Projeto. Esclareço que a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para preferir o seu parecer. Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente Senador César Borges, Srs. Senadores.

"*A proposição do Senador Expedito Júnior, ela tem o objetivo de promover o desenvolvimento da economia de Rondônia e de toda a faixa de fronteira que esta beneficiada com a construção da Rodovia Bioceânica, ligando a Amazônia brasileira ao Oceano Pacífico.*

O PLS em tela contém três artigos. O art. 1º modifica o art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, acrescentando os §§ 3, 4 e 5. Com a nova redação, a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim passa a contar com os mesmos incentivos e benefícios fiscais e tributários vigentes na Zona Franca de Manaus para a produção de bens eletrônicos, na área de informática e automação.

O art. 2º amplia o prazo de vigência das isenções e benefícios concedidos à Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim dos atuais vinte e cinco anos, com fim previsto para 2016, para trinta anos a partir da publicação do texto legal em proposição.

Por fim, o art. 3º contém a cláusula de vigência.

A proposição foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. Portanto, não é terminativo nessa Comissão.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise. O PLS, Projeto de Lei do Senado, 346, de 2009, está de acordo com a Constituição Federal. A proposição não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal. O PLS também atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Conforme reza o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, inciso III, cabe a esta Comissão opinar sobre temas que tratam de programas, projetos, investimentos e incentivos voltados ao desenvolvimento regional.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, concordo com os argumentos do ilustre proponente. A concessão de benefícios e incentivos fiscais nos moldes daqueles concedidos à Zona Franca de Manaus propiciaria à Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim a oportunidade de consolidar um parque produtivo capaz de alavancar o desenvolvimento da região. A extensão do prazo de vigência dos benefícios também parece ser razoável, tendo em vista a necessidade de oferecer aos eventuais investidores um horizonte de planejamento compatível com investimentos de grande monta."

Meu parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação do PLS 346 de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Senador Papaléo Paes, pelo seu relato, brilhante como sempre. Eu coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator Senador Papaléo Paes favorável ao projeto.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, quero apenas me abster na votação deste projeto. Vou votar pela... Vou me abster na votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Será registrado a posição de abstenção do Senador Jefferson Praia.

Em votação o parecer do relator, favorável ao projeto. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado com a abstenção do Senador Jefferson Praia. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as devidas providências.

O Item nº 3 da nossa pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 353 de 2009, não terminativo. "*Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE, no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso*." A autoria é o Senador Jayme Campos, relatoria é o Senador Gilberto Goellner. O parecer é favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, para proferir o seu parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Trata-se da autorização, um projeto autorizativo que, de acordo com ditames da Constituição, em especial o art. 43, que trata das desigualdades regionais, e o art. 170 que estabelece os princípios de ordem econômica.

A proposição não fere a ordem jurídica vigente, e está em conformidade com as regras regimentais do Senado. O PLS em questão propõe que seja autorizado a criação da ZPE no Município de Rondonópolis, estado do Mato Grosso. É a cidade de origem da minha... Onde eu resido, é o local onde hoje é segunda cidade do estado de Mato Grosso em população. É a segunda também em projeção econômica.

É um entroncamento rodoviário, e passará em três anos, em dois anos, aliás, a ser também um polo ferroviário, aonde convergem todas as indústrias hoje, possui grandes indústrias esmagadoras de soja, de algodão. Um crescimento industrial vertiginoso, e realmente ZPE no Município de Rondonópolis, hoje vai fazer a diferença.

É uma autorização para se fazer as exportações que hoje estão concentradas na Capital Cuiabá. Quer dizer, logisticamente fica melhor concentrado ali, porque não precisaria estar voltando para Cuiabá para chegar à zona litorânea e de exportação. Então, nesse sentido, eu parabenizo o Senador Jayme Campos, pela proposta desse projeto de lei.

E, claro, vai caber ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento e Exportação que vão analisar essa proposta e dará prioridade para as propostas de criação de acordo com a localização geográfica e as viabilidades inclusive de interesses dos estados e do município.

Por isso, o nosso voto é de recomendação pela aprovação do Projeto de Lei nº 353, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator favorável ao projeto. Os Senadores... Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as devidas providências.

Informo aos Srs. Senadores que as demais matérias da nossa pauta são matérias terminativas nessa Comissão, e não temos quórum para votação das mesmas.

E também lembraria aos Srs. Senadores que na reunião próxima passada, foi marcada aqui a reunião da Comissão se daria às 09h00, até para utilização da própria TV Senado, antes da reunião de Comissão de Constituição e Justiça. Principalmente até na data de hoje tem uma atração muito específica que é a aprovação, apreciação da indicação presidencial do Ministro Toffoli. Apreciação. A aprovação dependerá da sabatina.

Pois bem, então, eu agradeço a presença dos Srs. Senadores. E não podendo deliberar sobre as matérias terminativas, declaro encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 10h09.

Ata da Vigésima Terceira Reunião Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em quatorze de outubro de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões Nº 06 da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal.

Às dez horas e cinco minutos do dia quatorze de outubro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número seis da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto de Conto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, José Nery, Marco Maciel, Adelmir Santana, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gilberto Goellner e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz os seguintes comunicados: 1º) a Comissão já participou de três Fóruns Legislativos nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol: o I Fórum foi realizado em Manaus/AM em 13 de agosto; o II Fórum foi realizado em Natal/

RN em 10 de setembro; e o III Fórum aconteceu em Porto Alegre/RS no dia 14 de setembro. O Fórum que seria realizado em Curitiba/PR, no último dia 5 de outubro, teve que ser adiado. O IV Fórum será realizado em Cuiabá / MT, no dia 15 de outubro, na Assembléia Legislativa do Estado do Mato. O V Fórum, de Salvador, foi transferido para o dia 26 de outubro em razão da confirmação da presença dos Ministros do Esporte, Orlando Silva, e do Turismo, Luiz Barretto; 2º) A Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, formulou convite aos membros da Comissão para participar da solenidade de abertura do "37º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens e Exposição de Turismo – Feira das Américas", a realizar-se a partir das 10 horas do dia 21 de outubro de 2009 no Rio de Janeiro; 3º) A Comissão realizará, no dia 27 de outubro, às 9 horas, uma Audiência Pública com o objetivo de "discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas no Semi-Árido Nordestino – 100 anos do DNOCS", em atendimento aos Requerimentos nºs 12 e 13/2009-CDR, de autoria dos Senadores José Nery, Inácio Arruda e Leomar Quintanilha; 4º) O Tribunal de Contas da União encaminhou, para conhecimento, cópia do Acórdão 5078/2009, prolatado em sessão extraordinária realizada em 29/09/09 que faz um "mapeamento do processo de celebração de convênios no âmbito do MTur, evidenciando o volume de recursos transferidos, a estrutura organizacional do órgão, os controles internos, os estoques de processos e as inconsistências verificadas em relação à análise das propostas de convênios, ao monitoramento e à prestação, de forma a aprimorar as atividades do Ministério e também para que sirva de consulta para futuros trabalhos de fiscalização nesse Órgão". Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, não terminativo, que "Transforma o Rio Araguaia em rio parque e dá outras providências", de autoria da Senadora Kátia Abreu, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa. Após ser anunciada a Matéria, o Presidente comunica a sua retirada de pauta para atender solicitação da Secretaria Geral da Mesa referente à leitura de Requerimento, de autoria do Senador Eliseu Resende, de tramitação conjunta da presente proposição com o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela Prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que "Veda a instalação de presídios em cidades turísticas", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Neuto de Conto, designa Relator *Ad Hoc* o Senador Roberto Cavalcanti. Após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação", de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria; Item nº 06-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei n° 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que "Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro

de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos", de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos", de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 06/05/09 foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. A apreciação das Matérias é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Neuto de Conto,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária e da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 22ª Reunião da comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata será... Está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à deliberação de proposições.

Comunicados. O fórum que será realizado em Curitiba... Que seria realizado em Curitiba, Paraná, no último dia 05 de outubro, teve de ser adiado; até o presente momento o cronograma dos fóruns ficou com a seguinte conformação: Manaus foi realizado em 13 de agosto; Natal em 10 de setembro; Porto Alegre em 14 de setembro; Cuiabá será amanhã, 15 de outubro, lá seremos representados pela Senadora Serys e pelo Senador Gilberto Goellner; em Salvador dia 26 de outubro, com toda bancada nossa, com o nosso vice-Presidente César... César Borges, Senador; Fortaleza 29 de outubro; Belo Horizonte 06 de novembro. A definir: Brasília, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Amanhã será realizado o IV Fórum Legislativo da cidade-sede da Copa, de Cuiabá. A Secretaria da Comissão já encaminhou convite aos membros da comissão e, um convite especial, eu faço aos senadores e representantes daquele estado, para que compareçam ao evento.

O fórum de Salvador foi transferido para o dia 26 de outubro em razão de confirmação da presença do Ministro do Esporte, Orlando Silva, e do Ministro do Turismo, Luiz Barretto.

A Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV, formulou convite aos membros da Comissão para participarem da solenidade de abertura do 37º Congresso Brasileiro de Viagens... De Agências de Viagem e Exposição de Turismo... Feira das Américas, a realizar-se a partir das 10 horas do dia 21 de outubro de 2009, no Rio de Janeiro. Os parlamentares interessados em participar do evento podem entrar em contato com a secretária da comissão para maiores informações.

Informamos ainda que no dia 27 de outubro às nove horas, esta Comissão realizará Audiência Pública com o objetivo de discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras Contras as Secas no Semiárido Nordestino, "*100 Anos do DNOCS*", em atendimento aos Requerimentos nº 12 e 13 de 2009 – CDR, de autoria dos Senadores José Nery, Senador Inácio Arruda e Senador Leomar Quintanilha.

O Tribunal de Contas da União encaminhou para conhecimento cópia do Acórdão 5.078/2009, "protolado"... Prolatado em Sessão Extraordinária realizada em 29 de setembro, 2009, visando diminuir os gastos e preservar o meio ambiente. A Secretaria da comissão previdenciária (*sic*) o envio de referido Acórdão por meio eletrônico. Os membros da comissão que quiserem, podem solicitar uma cópia em papel na Secretaria da comissão.

Essas são as comunicações preliminares e, de imediato, vamos ler o Item 01 da pauta. Projeto de Lei do Senado 232/2007, não terminativo, "*Transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências*". Autora, Senadora Kátia Abreu. Relator, Senador Adelmir Santana; parecer favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria ainda será

apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Observações: A matéria foi retirada de pauta para atender solicitação da Secretaria Geral da Mesa referente à leitura do requerimento de autoria do Senador Eliseu Resende, que solicita tramitação conjunta da presente proposição com o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003.

Item 02, Projeto de Lei do Senado 373/2005, terminativo. "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências*". Autoria, Senadora Roseana Sarney. Relator, Senador Valdir Raupp; parecer pela rejeição do Projeto.

Observação: Votação nominal, a matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado parecer pela prejudicialidade do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir seu relatório, seu parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, conforme V. Exa. já citou aí, que a CCJ já deu parecer pela prejudicialidade, da mesma forma que nessa comissão não será diferente.

Então, para abreviar o meu relatório, diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2006. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir encerro... Deixa de ser votado em razão de ser uma votação nominal e o faremos no momento que tivermos, que teremos o *quorum* qualificado.

Nós vamos... Passamos para o Item 04, melhor, passamos para o Item 05. Projeto de Lei do Senado 198, de 2009, terminativo. "*Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal; estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos no controle social da política urbana e de habitação*". Autoria, Senadora Rosalba Ciarlini. Relator, Senador Jefferson Praia, pela aprovação do projeto. A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia para que profira o seu parecer.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Passo ao relatório, Sr. Presidente.

"*De autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, a proposição sob exame acrescenta dois artigos à Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade.*

O primeiro, art. 45-A, pretende condicionar o recebimento de recursos federais destinados a programas de desenvolvimento urbano e de habitação à instituição, pelos municípios, de conselhos de política urbana e de habitação, bem como de fundos específicos de natureza contábil.

O segundo, art. 48-A, determina o prazo de três anos para que os municípios elaborem e passem a manter atualizado cadastro público de beneficiários de programas habitacionais de interesse social realizados em sua jurisdição, sob pena de perderem o acesso a recursos federais destinados a esses programas quando for perdurar a falta.

Complementarmente, a norma estabelece que as informações contidas nos cadastros deverão ser fornecidas ao Ministério das Cidades, que as consolidará, tornando-se disponíveis na rede mundial de computadores.

Para a autora do projeto, embora o ordenamento jurídico trazido pela Constituição de 1988 tenha instituído vários mecanismos de controle social das políticas públicas, pouco tem sido efetivado nesse campo.

No caso da política urbana, observa S. Exa. que os municípios não têm dado o curso esperado a essas medidas de cunho democrático.

A despeito do Estatuto da Cidade prever, entre outros instrumentos, a instituição de órgãos colegiados, tais prerrogativas têm sido muitas vezes negligenciadas pelos entes federativos locais.

Ainda para a autora, no mesmo sentido de assegurar a justiça social das ações estatais, operam os programas habitacionais, quando, para evitar a duplicidade de benefícios, determinam a exclusão daqueles que já tenham sido atendidos.

No entanto, são poucas ainda as prefeituras dotadas de simples cadastro de beneficiários de programas habitacionais.

A proposição sob exame tem o propósito de sanar essas duas lacunas institucionais por meio da condição que estabelece. Aprovada a norma proposta, somente terão acesso a recursos federais os municípios que instalarem conselhos de política urbana e de habitação, instituírem fundos específicos de natureza contábil, e elaborarem cadastro público de beneficiamento de programas habitacionais de interesse social realizados em sua jurisdição.

Apresentado no dia 14 de maio último, o PLS 198, de 2009, foi distribuído com exclusividade à deliberação terminativa desta comissão. Não foram apresentadas emendas."

Passo à análise, Sr. Presidente. "*A proposição atende os requisitos de constitucionalidade e juridicidade.*

Nos termos do art. 21, XX, da Constituição Federal, compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação. De outra parte, a matéria não integra o campo reservado pelo § 1º, do art. 61 da Constituição à iniciativa privada do Presidente da República, o que..." Desculpem, "*à iniciativa privativa do Presidente da República, o que legitima a autora parlamentar. A autoria parlamentar.*

No mérito, trata-se de medida de aperfeiçoamento das diretrizes da política urbana instituídas pelo Estatuto da Cidade.

Embora seja crescente o número de municípios que têm buscado melhor organização institucional, não são poucos os que ainda se mantêm injustificadamente inertes em relação a essa obrigação essencial.

Constatada essa inércia, é lícito que a União imponha condições minimamente razoáveis para que os entes locais tenham acesso a recursos federais."

O voto, Sr. Presidente. "*Em razão do exposto, o voto pela aprovação do PLS 198/2009*." Esse é o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em razão da necessidade do *quorum* qualificado, já que o projeto é terminativo, nós adiamos a votação para o momento que se tenha o *quorum* necessário.

O Item 04 da pauta é o Projeto de Lei do Senado 435/2007, também terminativo. "*Acrescenta artigo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para garantir a posse da área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências*". Autoria do Senador Marcelo Crivella; a relatoria é do Senador Antonio Carlos Valadares, o projeto é pela prejudicialidade.

Em 02 de julho foi recebido relatório reformulado do Senador Antônio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do projeto.

Em razão dele já ter... Estar na pauta por várias sessões e por estar ausente o Senador Antônio Carlos Valadares, eu solicito se o Senador Roberto Cavalvanti, podia nos dar o prazer de fazer o relatório... Item 04, relatório *ad hoc*.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, como senador *ad hoc*, acompanho o voto do relator, que se refere, "*Por todo exposto recomendamos a declaração de prejudicialidade do PLS 435/2007, conforme disposto no art. 334, incisos I e II do Regimento Interno, do Senado Federal*".

É esse o voto do relator e eu como relator *ad hoc* acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Senador Roberto. Colocamos o Projeto em discussão. Declaro prejudicado o projeto nos termos... Não faz isso aqui... Declaro prejudicado o projeto nos termos do art. 334 do Regimento Interno, do Senado Federal. Submeto à comissão a decisão de prejudicialidade. Em votação. A votação ficará sobrestada em razão de ser terminativo e necessitamos de um *quorum* qualificado.

Eu gostaria de abrir uma discussão, para darmos dinamismo à Comissão de Desenvolvimento Regional e do Turismo do Brasil.

Quando... Nós estamos assumindo e praticamente é a primeira sessão na Presidência, com Ordem do Dia e com matérias para serem votadas, de muita importância para a nação.

Para que os senadores que fazem parte da comissão, que sempre que convocados que possam nos dar a oportunidade de demonstrar, não só à comissão, mas sim a cada um, esse trabalho extraordinário que aqui se faz.

Sabemos das dificuldades em razão de várias comissões simultâneas, estão se reunindo nesse momento, mas seria muito importante que nós pudéssemos limpar esta pauta e começarmos nesta ação que a comissão está propondo, principalmente nas Audiências Públicas externas, onde presente, estará presente em todas as sedes da Copa do Mundo para 2014, estará presente no evento na próxima semana no Rio de Janeiro, quando lá estaremos debatendo as agências de viagens, o turismo do Brasil, todas as fontes que, sem dúvida nenhuma, nos trará desenvolvimento, empregos, já que a tecnologia nas composições comerciais e industriais têm dado desemprego, sem dúvida nenhuma, a condução deste contingente de pessoas que precisam trabalhar terão espaço significativo e importante na área de serviços, e na área de serviços nada melhor do que o turismo.

Eu deixo a palavra livre, se alguns dos Srs. Senadores gostariam de fazer sua manifestação.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, Sr. Presidente, eu acho que é um tema que o Brasil tem que abraçar como um todo, tendo em vista, inclusive, dois grandes eventos que nós teremos no Brasil, Copa do Mundo, Olimpíadas.

Eu acho que o Brasil vai ter oportunidade de se mostrar e tem que se mostrar de forma competente.

Então, o tema turismo é um tema de extrema valia e de extrema presença no cenário econômico brasileiro.

E o trabalho brasileiro no tocante ao turismo ainda padece de muito profissionalismo e de muito

incentivo por parte do Governo; não se materializa de forma suficiente.

Paraíba, por exemplo, é um Estado que está há 20 anos atrasado no turismo, existem medidas recentes visando desenvolver o turismo através da construção de um polo turístico e da construção de um centro de eventos, que trará ao Estado da Paraíba, à capital João Pessoa, um novo dinamismo; mas a Paraíba, por exemplo, passou 20 anos estagnada no tocante ao turismo.

Então, eu acho que o tema, como V. Exa. está puxando o debate, é extremamente interessante.

É isso que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua a palavra livre.

Como não tem mais palavra livre, nós encerramos, damos por encerrada a presente reunião, dizendo que as matérias aqui apreciadas serão votadas na próxima reunião da comissão e continuam em discussão e serão votadas nas próximas reuniões.

E também anunciamos que às 10h30, daqui a praticamente, imediatamente, teremos uma Audiência Pública, uma Audiência Pública que vai tratar... Para colher sugestões e subsídios e esclarecimentos relativos ao desvio de destinação dos recursos arrecadados pela SUFRAMA e de seu contingencionamento pelo Ministério de Planejamento e sua administração pelo Tesouro Nacional e de outros e do atual regramento do Poder Executivo Federal.

Portanto--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Sr. Presidente Roberto... Sr. Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de mais uma vez externar a minha profunda satisfação de participar dessa comissão.

Como nordestino, eu considero que a Comissão de Desenvolvimento Regional é de vital importância para o Brasil, vital importância para nós, nordestinos, e nós, independente de ser Nordeste, independente de... Participantes de outras regiões do Brasil que necessitem ter a equalização de desenvolvimento nacional.

Agora, eu sinto uma extrema dificuldade de participar dessa comissão, Sr. Presidente, porque eu não sei se é um problema de horário, a conjunção, aquela onipresença que nós todos temos que ter, mas a localização nesta outra ala, ela cria um obstáculo muito grande, porque, na verdade, todos sabem que a nossa atividade é uma atividade muito intensa, principalmente nas terças e quartas-feiras e há o deslocamento quando essas reuniões acontecessem fora da ala onde estão concentradas as outras, as outras comissões, tornam, inclusive, o *quorum* aqui bastante sofrível e como amante e como apologista da Comissão de Desenvolvimento Regional, nós temos que buscar uma solução.

Acontece sempre uma mesmice que é a dificuldade que nós temos de implementar essas reuniões.

E com o maior carinho eu gostaria que nós, em conjunto, buscássemos uma solução fosse ou a relocalização para um outro... Para uma outra ala ou uma readequação do seu horário, algo tem que ser feito, porque eu estou percebendo que esta comissão necessita de ser oxigenada.

Então, sob a Presidência de V. Exa., com a competência de V. Exa., eu sugiro que nós possamos buscar uma reestruturação, para que tenhamos mais sucesso na concretização de nossas reuniões.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Roberto Cavalcanti, nós já procuramos o Presidente de todas as comissões, Diretor das comissões, para encontrar um caminho para resolvermos várias questões para atuação da nossa comissão e também para os horários dela.

Chegamos ao Primeiro Secretário da Casa, que tem a responsabilidade de atender, que está na pessoa do Senador Heráclito Fortes, nós dependemos de salas, que não temos sala exclusiva e a nossa comissão, por ser nova, ela praticamente, ela fica... Não têm espaço naquele lugar.

O dia de hoje a comissão... Tinha se já terminado que seria uma daquelas salas, nos deslocaram por falta de... Pela coincidência de demais comissões. Nós não temos salas para trabalho da comissão e temos também carência de funcionários; nós estamos com um funcionário na comissão que é a nossa Secretária Selma(F), os demais são da comissão, da própria Presidência que estão atuando.

Esperamos, damos uma sugestão, que se usassem duas salas, uma sala para duas comissões. E se nós pudéssemos ter uma sala para duas comissões, exemplificando, Desenvolvimento e Turismo e Agricultura, um faz num dia, e o outro faz na outra; poderíamos ir todos para lá. Podia manter um acervo de todos os trabalhos, porque nós também temos que trazer, nos deslocar, conduzir o material, temos uma série de outras dificuldades.

Espero que nos próximos dias, tanto para o processo de sala de trabalho, tanto a sala de reuniões ordinárias, bem como o quadro de funcionários, teremos as soluções.

Foi muito bom a lembrança de V. Exa., muito boa, estamos atuando nessa forma e espero que nos próximos dias nós tenhamos a oportunidade de ofe-

recer à comissão as condições necessárias para este trabalho.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, há duas semanas atrás, se eu não estou equivocado, nós funcionamos lá na outra ala.

Eu tenho certeza de que a constância da localização naquela ala, ela nos daria... Mas... Eu acho que nós temos que não aceitarmos essas comunicações e batermos o pé e dizer "Daqui ninguém nos tira", temos que assumir, algo tem que ser feito, se nós ficarmos da forma que estamos, nós vamos enfraquecer uma comissão que é extraordinária, o potencial, todos os senadores aqui são testemunhas, o potencial da nossa comissão é extraordinário, temos que darmos uma solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado pela lembrança, pelo trabalho e, principalmente, nós sabemos, o desenvolvimento regional interessa a todos nós e o turismo interessa ao Brasil.

Por isso, com a palavra o Senador, eminente Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu queria dar aqui uma sugestão, eu acho que nós não temos em algumas comissões, nós não temos trabalho para todas as semanas, para ter uma sessão e o problema é o acúmulo de comissões e cada senador participa, aí, no mínimo, cinco comissões, às vezes num dia só, ou numa manhã.

Eu, hoje, eu deveria estar na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, daqui a pouco na CCJ, acho que Agricultura também parece que está funcionando. Então, é comissão demais.

Na Coreia do Sul, o Parlamento Sul-Coreano eles se reúnem durante três meses, eu sei que um período eles reúnem só nas comissões, aprova tudo o que tem que aprovar, depois vai para o Plenário votar.

Eu acho que devia fazer uma coisa mais ou menos parecida aqui, sabe, ou alternando as comissões, uma funciona a cada 15 dias e aí com esses horários vem e vota tudo o que tiver do mês, uma vez por mês, acho que talvez uma vez por mês fosse suficiente para votar todas as matérias, mesmo que ficasse aqui duas, três horas votando.

Agora, toda semana, você atuando em todas as comissões é muito difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Valdir Raupp, realmente nós nos preocupamos muito com horário e as datas. Todas as comissões estão com um volume muito grande de armazenado de material para votar, inclusive, a nossa aqui.

A intenção do dia de hoje era limpar a pauta e fazer a próxima reunião daqui a 15 dias, isso já estava previsto; lamentavelmente nós não deveremos ter sessão semana que vem, aliás, vamos ter uma Audiência Pública e não Sessão Ordinária e vamos buscar... Essa comissão, pelo Regimento, ela teria que ser às duas horas da tarde; às duas horas tarde ela está vazia, praticamente, porque nós temos a concorrência da televisão e a preferência pelo Senado, pelo Plenário do Senado.

E a intenção era fazer as nove, para nós estarmos... A sessão fosse pública, transmitida e ficava muito melhor. Lamentavelmente não deu tudo certo aí, mas vamos encontrar o caminho para encontrar a solução.

Não tendo mais nada a tratar, encerramos a presente sessão e convocamos uma para, imediatamente, que tratar de uma Audiência Pública.

Sessão encerrada às 10h39.

Ata da Vigésima Quarta Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em quatorze de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões Nº 06 da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia quatorze de outubro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número seis da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto de Conto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, José Nery, Marco Maciel, Adelmir Santana, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gilberto Goellner e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando início aos trabalhos, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a "finalidade de colher sugestões, subsídios e esclarecimentos relativos ao desvio de destinação dos recursos arrecadados pela SUFRAMA, do seu Contingenciamento pelo Ministério do Planejamento, da sua administração pelo Tesouro Nacional e do atual regramento do Poder Executivo Federal acerca da utilização destes recursos", em atendimento ao Requerimento nº 17/2009-CDR, aprovado em 23/05/09, de autoria do Senador Jefferson Praia, tendo como convidados o Sr. João Bernardo de Azevedo Bringel, Secretário Executivo do Ministé-

rio do Planejamento; o Sr. Nelson Machado, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda – MF; e o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional – STN. A Audiência Pública é realizada com a presença da Dra. Lúcia Paiva Gomes, Coordenadora da Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Exmo. Sr. Nelson Machado, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, e também o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional. Após a exposição da convidada, usam da palavra os Senadores Jefferson Praia e Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Neuto de Conto,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 23ª Reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública. "*Audiência Pública com finalidade de colher sugestão, subsídios e esclarecimentos relativos ao desvio de destinação dos recursos arrecadados pela SUFRAMA, do seu Contingenciamento pelo Ministério do Planejamento, da sua administração pelo Tesouro Nacional e do atual regramento do Poder Executivo Federal acerca da utilização destes recursos, em atendimento ao Requerimento nº 17/2009, da CDR, aprovado em 23 de maio, 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia*", tendo como convidados Nelson Machado, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Arnaldo(sic) Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional do STN, que serão representados pela Dra. Lúcia Paiva Gomes, Coordenadora da Coordenação Geral do Programa Financeiro da Secretaria do Tesouro Nacional, que vem representando o Exmo. Sr. Nelson Machado, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, e do Sr. Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional.

O Sr. João Bernardo de Azevedo Bringel, Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, encaminhou expediente à Secretaria da Comissão justificando sua ausência.

Convidamos para vir à Mesa a Dra. Lúcia Paiva Gomes.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos senadores e senadoras inscritos; a palavra... A palavra aos senadores e senadoras será concedida na ordem de inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para representante e interpretação.

Acho que o tempo aqui será o necessário para que a reunião se torne bem mais esclarecedora.

Concedo a palavra à Dra. Lúcia Paiva Gomes, para que ela possa fazer a sua explanação, pelo tempo necessário.

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: Bom-dia a todos, eu agradeço o convite feito a essa Comissão, pelo poder de participarmos e de qualquer forma esclarecer as dúvidas que surgirem dentro do que for possível. E peço desculpas também por problema de agenda do nosso Secretário, do Dr. Nelson Machado, que não tiveram condições de comparecer aqui hoje.

Bom, inicialmente, nós vamos comentar a respeito do problema do contingenciamento que é feito pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Planejamento.

Nós temos a... Nós... Obrigado... Nós... Eu vou passar as condições em que é feito o contingenciamento dos recursos, custeio e investimento.

Nós temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, além do estabelecimento das diretrizes para orçamento, ela define critérios para a realização desse contingenciamento. Nessa lei, isso aí tudo feito com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A LDO, ela estabelece que seja 30 dias após a publicação da lei orçamentária, que seja elaborado um decreto de programação financeira. E a LDO estabelece todos os critérios para que esse contingenciamento seja feito. Ela, inclusive, ela tem um anexo específico com as despesas obrigatórias, ou seja, aquelas despesas obrigatórias não podem ser contingenciadas.

Então, com base no orçamento, são elencadas todas as despesas primárias, definidas aquelas despesas obrigatórias, primárias, que estão fora desse limite de contingenciamento.

E o Ministério do Planejamento, ele estabelece os... Ele define os limites de empenho para custeio e investimento, e o Ministério da Fazenda, com base nesses limites de empenho, ele estabelece um cronograma de desembolso por órgão, mensal, para os órgãos atenderam essas despesas.

Esses limites de empenho, como eu disse, são fixados por Ministério. Agora, cabe a cada Ministério específico definir o limite que cada unidade sua vai sofrer de contingenciamento. É um ato discricionário de cada Ministério definir a execução que cada unidade sua terá. E ele vai também definir, para cada unidade, o detalhamento desse contingenciamento, baseado em toda história de execução e da priorização dos projetos que ele atribui.

Então, agora, em 2009, nós temos, por exemplo, que a SUFRAMA, ela está subordinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o MDIC, que ele saiu com um orçamento de 01 bi, 08 milhões e 880 mil, na lei, isso considerando os créditos que já foram abertos. Ele recebeu, nesse decreto de programação financeira, ele recebeu 638 milhões, 641 mil de limite de empenho, e 632 milhões 180 mil de limite de pagamento.

Então a gente percebe que tem uma relação de 63,3% de limite de empenho em relação à dotação existente na lei orçamentária. A SUFRAMA... Oi? A SUFRAMA, o orçamento dela em 2009, a dotação autorizada dela é de 433 milhões, sendo que dentro, com despesas correntes, 175 milhões, 324 mil, de custeio, e 83 milhões e 108 de investimento.

Desse montante, ela já empenhou até o mês de setembro, até o final do mês de setembro, ela já empenhou, no total, 142 milhões, 249 mil, sendo 108.732 de despesa corrente, e 1 milhão, 534 mil, de investimento.

Desse montante, já foi praticamente, do valor de despesa executado, já foi pago mais ou menos o mesmo montante, 77.590, e 990 de investimento, acrescentando 9 milhões e 527 de restos a pagar, que já foram pagos, e quase 900 mil de investimento.

Dentro da SUFRAMA, como a taxa de serviços administrativos, que é fonte 74, essa fonte 74 é uma fonte classificada como taxa pelo exercício do poder de polícia.

Ou seja, isso significa aqueles serviços que são colocados, pelo Governo, pela União, a serviço dos contribuintes e, por conta disso, eles sofrem fiscalização. Por isso elas são chamadas taxas pelo poder de polícia.

Então, nós temos aí uma evolução de 2004 até o mês, agora, de setembro, nós temos uma evolução da receita realizada, partindo de 192 milhões, em 2004; 211, em 2005; subiu para 240, no ano de 2006; 244, em 2007; e 331, em 2008. E nós temos realizado até agora, mês de setembro, 180 milhões.

Nós temos, na linha debaixo, a dotação autorizada, partindo de 152 milhões; 142, em 2005; 227, em 2006; 410, em 2007; 266, em 2008; e 331, em 2009.

Em 2007, a gente observa que o valor de dotação autorizada, ela está bastante elevada, em função de crédito que foi concedido por conta de superávit financeiro, que todos sabem que o superávit financeiro existente, ele pode ser utilizado para abertura de crédito.

Então, na linha debaixo, nós apresentamos uma relação do percentual, da despesa empenhada em relação à receita. Porque quando nós... Para o órgão executar essa despesa, ele está condicionado a duas coisas. Apesar do crédito que existe no orçamento, ele está condicionado à existência da realização da receita, porque nós só podemos passar até o limite da receita, observando os limites que o órgão tem para gastar, de acordo com o Decreto de Programação Financeira.

Então nós passamos de 79, em 2004, 79%; 65.3, em 2005; 38.4, em 2003; 113, em 2007; 48.6, em 2007, e até o momento, até setembro, 78.25.

Embaixo, nós temos a outra posição, que seria a posição da despesa empenhada em relação à dotação. Então nós tivemos 99, quase 100% em 2004; 97, em 2005; 40, em 2006; 67,5, em 2007; 60, em 2008; 42,5 agora, até setembro de 2009. E os montantes pagos, esse montante corresponde ao pagamento do orçamento do exercício e a parte de restos a pagar.

Então, partindo de 112, em 2004; 93, em 2005; 85, em 2006; 266, em 2007; 140, em 2008; e 109, quase 700, agora, até setembro de 2009. Então, a gente observa que, no exercício de 2007, nós tivemos um valor elevado por conta de 2006, que houve uma folga.

Ou seja, eles tiveram condições de empenhar um valor elevado, por conta de utilização de superávit financeiro e por conta de saldo financeiro que ele tinha de exercício anterior.

Com relação à receita, vale a gente destacar que, desde a Constituição, já antes da Constituição, mas, na Constituição, já, no art. 164, na Constituição de 88, já havia sido disciplinado com relação às receitas que todas as receitas da União seriam depositadas no Banco Central.

Em seguida, dez anos depois, surgiu uma Medida Provisória, que ela já vem sendo reeditada, hoje é a atual MP 2.170, de 2001, que ela diz que todos os recursos financeiros da União, eles deverão ser depositados e movimentados exclusivamente por intermédio dos mecanismos da conta única e na forma regulamentada pelo Poder Executivo.

Dentro desse contexto, a LDO, já de vários anos, e a LDO do exercício agora, de 2010, ela repete um dispositivo que vem sendo considerado nas LDOs dos exercícios anteriores, que o recebimento e movimentação dos recursos de todos os órgãos, fundos, autarquias e fundações da União, eles serão feitos exclusivamente por meio da conta única.

Ou seja, todo recurso, toda receita da União que entrar, ela deve ser depositada na conta única, e toda despesa a ser realizada, ela deve também sair com recursos da conta única. É um meio de você ter um controle sobre toda execução, tanto entrada de recurso quanto a saída de recurso.

E, hoje, o Tesouro tem condição de acompanhar essa movimentação. Então... Volta só um pouquinho, Márcio... Então, a Taxa de Serviço Administrativo, a TSA, da SUFRAMA, ela é arrecadada pelo Guia de Recolhimento da União. Então, o que ele mostrava nesse artigo anterior é que o recolhimento, a conta... O recolhimento de todos os recursos, ele seria registrado no SIAFI, por meio do órgão, no órgão central do Sistema de Programação Financeira do Governo Central, que, hoje, o Tesouro Nacional é esse órgão central de programação financeira. E o uso do documento recolhido instituído seria a GRU, que nós vamos apresentar agora, que é um instrumento que foi criado, regulamentado e é acompanhado ali pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, repetindo, a Taxa de Serviços Administrativos, a TSA, ela é arrecadada por meio da GRU, essa contabilização dela no SIAFI, apesar dela ingressar na conta única, ela está no SIAFI, ela está registrada como uma receita da SUFRAMA, e esses recursos que ingressam, apesar de estarem registrados na conta da SUFRAMA, ela ingressa à conta do órgão central do Sistema de Programação Financeira, que é ali, no Tesouro Nacional.

E vale destacar que nós tivemos, o ano passado, a MP 435, de junho de 2008, que já foi convertida na Lei 11.803, onde ele destaca que o superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro, em 31 de dezembro, ele pode ser destinado à amortização da dívida pública mobiliária federal interna. E, como sempre em que se utiliza esses superávits financeiros, foi mantido também que esse disposto não se aplica aos recursos de vinculação constitucional e de repartição de receita com os estados e municípios.

Pode passar, Márcio.

Por meio dessa MP, saiu o crédito de 40 bi, 864 milhões, 460 mil, que foi destinado para a amortização da dívida interna e, desse montante, vale destacar que 7 bi, 758 milhões, foram utilizados com recursos da fonte 74, e, desse recurso da fonte 74, 409 milhões corresponderam a superávit da SUFRAMA. Ou seja, dentro dos 40 bi, é um valor que ficou bem abaixo da utilização.

Então, o superávit... Só para passar uma ideia para vocês, em 31 de dezembro de 2008, nós tivemos de superávit financeiro da fonte 74, 199 milhões, 515 mil – de fonte 74 -, em nome da SUFRAMA; fonte 80, que são recursos próprios financeiros, 18 milhões 950; e de fonte de recursos próprios, não financeiros, fonte 50, foram 10 milhões 348 mil.

Essa parcela de 199.515 são o superávit da fonte 74, que está no órgão central de programação financeira. E a parcela da fonte 80 e fonte 50, que são recursos próprios, financeiros e não financeiros, estão disponíveis na SUFRAMA.

E na fonte 74, vale também ressaltar que a disponibilidade dessa fonte, existente no Tesouro, em 05/10, é de 270 milhões, 928 mil, que tem ainda da SUFRAMA disponível para ela.

Esse ano já foi editada a Medida Provisória 450, onde... Que é de 09 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.943, de 28 de maio de 2009, onde foi exposto que o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de todas as fontes de recursos existentes no Tesouro poderão ser destinados à amortização da dívida pública federal, e, mais uma vez, isso não inclui aqueles recursos que estão vinculados constitucionalmente e que seriam para a repartição de receita com estados e municípios, e DF.

Até o momento, não houve nenhuma destinação de recursos da SUFRAMA para essa destinação, para amortização da dívida. Eu não posso dizer que não vai haver esse ano, mas a expectativa, até o momento, é que não seja considerada. Mas, pela MP, ela está dando um caráter já permanente de que poderão ser utilizados os superávits, exceto aqueles que são destinados à vinculação constitucional e repartição de receita.

Bom, o que nós temos... Paulo José é o Coordenador Geral lá, eu sou Coordenadora Adjunta dele e... Nós estamos à disposição para qualquer pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Muito obrigado, Dra. Lúcia Paiva Gomes.

Nós ouviremos agora, então, e eu concedo a palavra ao autor do Requerimento nº 17/2009, CRD, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bem, eu quero inicialmente agradecer a Dra. Lúcia, por estar aqui, conosco, agradecer a presença do Senador Valdir Raupp, e termos aqui, nesta reunião, a oportunidade de recebermos as informações e ficarmos um pouco mais esclarecidos quanto a essa questão do contingenciamento dos recursos da SUFRAMA.

Parabenizo V. Sa. pela exposição, e vou apenas questionar, fazer alguns questionamentos para tentar entender melhor, que é um assunto que nós estamos buscando mais informações, V. Sa. trouxe informações importantes.

E é claro que estamos interessados, o objetivo é buscarmos o descontingenciamento, sabermos o quanto é possível fazer isso. As razões não precisa colocarmos aqui, a importância desses recursos para a nossa região é indiscutível.

Muito bem, eu gostaria de... Sobre essa questão dos recursos vinculados, quando, na exposição, a senhora coloca essa questão da... Aqui, na página... Não tem página, né? Mas onde temos aqui Decreto Orçamentário de 11/09/2008, tem esse quadro de 7 bilhões, 758 milhões e 450 milhões, são recursos... 409 milhões da SUFRAMA, que constaram aqui, dessa operação.

E aí, mais a frente, a senhora coloca que... Ou melhor, antes, na Medida Provisória 435, de 26 de junho de 2008, nós temos o art. 11º, superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional, em 31 de dezembro de 2007, poderá ser destinada à amortização da dívida pública mobiliária federal interna.

Bem, o parágrafo único, a senhora ressaltou muito bem. *"O disposto no caput não se aplica às fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a estados e municípios*". Esse... Essas taxas e serviços do poder de polícia... Então, essa aqui... Isso está dentro do contexto da taxa de serviços administrativos?

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: A vinculação constitucional?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Não, essa... Isso aqui tudo, na verdade... Ou é uma taxa separada? Porque o que nós chamamos de Taxa de Serviços Administrativos, que toda fonte de arrecadação da SUFRAMA... Eu queria entender... Aí temos essa taxa do poder de exercício... Ela está inclusa dentro dessa?

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: Ela está incluída, é uma série de taxas existentes, que, há alguns anos atrás, a SOFE absorveu, porque, como é uma infinidade de taxas, então definiu-se quais seriam aquelas taxas que decorrem de esforço próprio, de arrecadação, que é uma situação, e taxas pelo exercício e poder de polícia.

Então, seriam normalmente taxas de fiscalização, ou seja, todas aquelas taxas que o Governo coloca o serviço à disposição do contribuinte, e ele paga por ela.

Então, essa TSA é uma das taxas de poder de polícia. E ela entra toda, ela é computada dentro da fonte 74, que é a taxa pelo exercício do poder de polícia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): E ela que pode ser movimentada, essa daqui de poder de polícia?

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: Pode.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Que não tem vinculação constitucional...

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: Ela não tem vinculação constitucional. Ela tem uma vinculação legal, porque ela foi criada por uma lei, mas ela não é uma vinculação constitucional, porque o que se procurou preservar é que todas aquelas vinculações constitucionais que existem – é a repartição de receita, distribuição – que não impactasse estados e municípios na utilização desse superávit financeiro.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): A senhora tem ideia de, hoje, quanto nós temos, qual é o valor do contingenciamento? Quanto que está contingenciado, o valor total?

Eu sei que temos vários números aqui. Quanto é que realmente é o valor, hoje, contingenciado?

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: Está falando em termos de SUFRAMA?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Da SUFRAMA, de 2009 para trás.

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: Para trás, eu posso fazer e encaminhar para o senhor, eu não tenho essa informação para trás.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Só tem 2009.

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: O 2009... Nós temos aqui, nessa SUFRAMA, orçamento 2009, a gente pode observar nessa página onde eu tenho SUFRAMA exercício 2009, eu tenho uma dotação autorizada. Quer ver aqui, espera aí... O que acontece é o seguinte: eu tenho condições de te dizer que, do MDIC, ele sofreu 63,3% de contingenciamento. Ou seja, o limite de empenho em relação à lei mais crédito está nessa folhinha de limite de empenho *versus* limite de pagamento.

Ela sofreu 63,3%, o MDIC, de contingenciamento. Agora, cabe ao MDIC definir qual o contingenciamento que cada unidade dele vai receber. Então, o Tesouro não pode se enrijecer ao ponto de definir, porque cada órgão, cada ministério sabe melhor do que ninguém os projetos que ele deseja priorizar... O órgão, os projetos que ele acha, acredita que possam ser contingenciados.

Agora, dentro do MDIC, esse ano houve uma limitação de 63,3%. Ou seja, o limite de empenho dele corresponde a 63,3%. Se fosse fazer, se o MDIC fosse aplicar esse mesmo percentual que ele recebeu para

a SUFRAMA, a SUFRAMA teria num total de 175, que é a página seguinte do orçamento dela, que é 175 milhões, mais 83, nós vamos ter aqui uns 200... Quase 260 milhões. Ela teria... Se aplicado mesmo, ela receberia 163 milhões.

Agora, isso a gente tem conhecimento que varia. O Ministério, ele não aplica o mesmo percentual que ele recebeu para distribuir para as unidades, em função das priorizações que ele faz na execução das unidades dele.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Caso isso prevalecesse... Desculpe interrompê-la. Com os valores pagos, foram 110 milhões, teríamos mais 53 milhões, é isso?

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: Isso, isso.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Então, o que poderemos esperar são--

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: Se aplicado o mesmo percentual da SUFRAMA, ele teria, do que já foi executado, ele teria mais 50%, ou... É, na verdade...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): 53 milhões?

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: É, isso.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): A senhora tem ideia de como está esta questão relacionada à transferência dos recursos – ela não abordou isso – ao Banco da Amazônia? Está sabendo sobre isso?

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: Não, não. Nós temos só em termos do que foi efetivamente, que está nessa página seguinte, do que foi de receita realizada, despesa empenhada e do total pago, mas não chegamos a fazer uma abertura em cima do que a SUFRAMA, de que projetos, quais foram as ações que ela executou.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bem, então tenho uma última pergunta... Fica muito complicado, até a senhora como representante do Ministério.

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: É, a parte técnica, a gente pode...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Dar uma posição, não é?

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: Ah-hã.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Mas, dentro do contexto, saindo um pouco da parte técnica... Porque o que nós estamos querendo, não é? É que o volume de recursos, ele possa ser maior para a Superintendência da Zona Franca de Manaus, e, pelo que estamos observando aqui, os caminhos estão muito complicados para termos esse maior volume de recursos.

Que orientação a senhora daria a mim para que pudéssemos ter um volume de recursos maiores, ainda este ano, para a SUFRAMA?

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: A coisa... Tecnicamente respondendo, a coisa anda cada dia mais complicada, porque a gente vem acompanhando toda essa evolução da arrecadação. Desde o mês de setembro de 2008 para cá, a gente vem tendo reduções.

Nós temos recebido... A gente sabe que é complicada a execução por parte de vários órgãos que estão com uma restrição muito grande, e a gente sabe que é necessário cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO, que é o cumprimento da meta de resultado primário.

Então, dentro dessa queda de arrecadação de uma série de problemas que a gente entende que vários procedem, são relevantes e precisam ser solucionados.

Então, muitas situações estão sendo levadas ao planejamento, para discussão junto ao Ministério, lá na Secretaria de Orçamento, e a coisa... Quer dizer, tudo eu acredito que tenha que ser discutido, que tem que ser apresentado, que tem que ser argumentado.

Agora, nós entendemos que está difícil de você acomodar todas aquelas pressões, em função da restrição, da frustração que está acontecendo com a arrecadação. E o Governo vem editando várias medidas, no sentido de buscar mais fontes de recursos, mas, ainda assim, a coisa está muito difícil.

Agora, eu acho que nada impede de ser conversado e de ser argumentado e apresentado para discussão.

Agora, infelizmente, na nossa parte técnica, nós somos limitados às questões técnicas.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Aí fica a parte política, não é, Senador Valdir Raupp? E, por mais que eu, tecnicamente, perceba que as informações e... É claro que nós iremos continuar buscando uma solução, no sentido de termos recursos para que a SUFRAMA continue aplicando da forma como ela vem fazendo, eu fico... Aí não tem nada a ver com a senhora. Quero até agradecer a senhora estar aqui e termos a oportunidade de fazer, para mim, esclarecimentos muito importantes, porque nós ficamos recebendo informações, diversos tipos de informações, e, às vezes, você pode entender, por um outro ângulo, uma informação que ela precisa ser esclarecida. Então, no caso do que está vinculado constitucionalmente, para mim, isso foi importante perceber.

Agora, entendo que o Governo Federal deveria priorizar mais os recursos para aquela região, não é? Porque, lá, o mundo inteiro está de olho na Amazônia. Aí você tem uma instituição que atua muito mais como

uma agência até de desenvolvimento, buscando esse caminho da interiorização do desenvolvimento, e precisa de recursos para pesquisa, desenvolvimento, para infraestrutura, enfim, para diversas áreas que têm sido fundamentais a aplicação dos recursos da SUFRAMA. E eu não entendo, às vezes, essa cobrança que é feita, de forma até intensa, em relação a nossa região, quando não somos, quando não temos a atenção devida, dentro do contexto dos recursos que deveriam ser direcionados para lá.

Acho que o Brasil... No nosso país, nós precisamos perceber isso, se temos uma região que tem o papel fundamental, a nível do nosso planeta, nós deixamos a desejar, quando não alocamos recursos para aquela região. E, quando, é claro, falamos de alocação de recursos, estamos falando de qualidade de vida das pessoas, de educação, de saúde, da infraestrutura adequada, para que as pessoas possam ter uma boa qualidade de vida, possam ter oportunidade de emprego, possam aplicar bem os seus conhecimentos, dentro do contexto do desenvolvimento sustentável.

Se nós não deixamos os recursos caminharem para lá, você deixa aquela população buscando caminhos que não são os caminhos que nós, muitas vezes, percebemos como uma última alternativa daquele homem que está lá, sozinho, na floresta, que ele precisa sobreviver, e nós, é claro, não queremos que ele vá na direção dos recursos naturais de forma incorreta, de uma forma não apropriada. Ou seja, nós buscamos caminhos corretos.

E entendo que o Governo Federal deve rever essa questão, deve buscar uma fórmula de prestigiar mais aquela Instituição que faz um trabalho, na minha observação, muito bom, apoiando os Governos, os Estados da Amazônia Ocidental, e temos também a atuação no Amapá e Macapá.

Portanto, o processo de interiorização do desenvolvimento, naquela parte da Amazônia, tem sido feito de forma muito interessante por parte da SUFRAMA. Nós precisamos continuar na busca de estimularmos isso, porque somente assim nós teremos uma região melhor, uma região cuidada, com o homem tendo uma boa qualidade de vida.

Sem qualidade de vida, nós estaremos causando problemas para todo o mundo; para os amazônidas, para todos do nosso país e para o planeta.

Então, a busca de uma solução em relação a isso, nós vamos, agora, levar, Senador Valdir Raupp, e temos que avançar, Senador José Nery, do Estado do Pará, nesse contexto da discussão política, porque nós não podemos admitir que recursos, que são oriundos lá na Zona Franca, não sejam aplicados lá.

Na verdade, não querendo... Eu sei que o Senador Valdir Raupp tem que sair, e vou terminar agora, mas eu gostaria apenas de ressaltar, Senador Valdir Raupp: o Senador Jefferson Praia, ele fez, para mim, um dos melhores projetos apresentados por ele, quando esteve aqui, que era um projeto relacionado aos recursos gerados no modelo Zona Franca, para que eles fossem aplicados lá.

Então, tudo que é gerado lá teria que ser aplicado na região, porque nós sabemos... Por exemplo, só na geração de tributos federais, o nosso percentual na Região Norte é expressivo, são sessenta e poucos por cento de geração de tributos.

Então, a ideia do Senador Jefferson Peres era aquela em que os recursos gerados no modelo seriam aplicados na região, e ele vinculou isso para uma maior quantidade de recursos, desde que houvesse o cuidado com relação ao meio ambiente, tivéssemos aí uma política de preservação e conservação ambiental.

E é dentro desse contexto que nós trabalhamos. Não dá para... É claro que nós temos que ajudar as outras regiões, é claro que nós temos que ajudar o país, mas aquela região é, hoje, uma das que precisa uma grande atenção, porque ela envolve aí, não só o destino dos que estão lá, mas o destino do planeta. Ou o Brasil entende isso, ou nós ficaremos patinando dentro de um contexto de maiores complicações. E eu estou falando maiores complicações dentro do contexto climático, do que estamos percebendo no Planeta Terra.

E a Amazônia, ela deve ter os olhos de todos os brasileiros, e a atenção, principalmente dentro do contexto que estamos vendo dos recursos destinados para lá.

Muito obrigado pela sua presença aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Obrigado, Senador Jefferson Praia.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Podia fazer uma intervenção rápida, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhora convidada Lúcia Paiva Gomes, a nossa Comissão está um pouco fraca, não é, Presidente?

[risos]

Foram convidadas três autoridades, e, com todo respeito à Dra. Lúcia, que fez uma explanação muito boa sobre uma prestação de conta nos recursos da SUFRAMA, mas quem decide não veio. Quem decide é o Dr. Nelson Machado, é o Dr. Arno, é o Dr. João Bernardo, Secretário Executivo do Ministério do Planejamento. E

com todo respeito também ao Senador Jefferson Praia, autor do requerimento, mas essa novela é muito antiga, de contingenciamento da SUFRAMA.

Eu fui governador na década de 90, onde lá foram estabelecidos os critérios para a distribuição desses recursos da SUFRAMA, 10% para prefeituras e capitais, mais 20% para os estados, 35% para os demais municípios da Amazônia Ocidental. Toda essa distribuição foi feita naquela época, através de um trabalho nosso, para ter critério para distribuir os recursos da SUFRAMA para os quatro estados da Amazônia Ocidental, depois entrou mais o Amapá, que não era, acabou entrando depois. Era Roraima, Rondônia, Acre e Amazonas.

E de lá para cá, todos anos é a mesma novela: os recursos são contingenciados, a bancada da Amazônia tem tratado disso com o Ministério do Planejamento e da Fazenda. Teve êxito apenas, acho que foi 97, aliás, aliás em 2007, foram liberados 150 milhões de reais, distribuídos para os estados da Amazônia Ocidental, com a promessa de liberar mais 150 em 2008, que não aconteceu, e deveria mais 150 em 2009, que também não está acontecendo, e o ano já está caminhando para o final. A verdade é essa.

Eu sei que a bancada da Amazônia está trabalhando, a Comissão da Amazônia está trabalhando nesse sentido, a Deputada Vanessa, o Deputado Paulo Rocha, o Deputado Valverde, mas, até o momento, não tiveram ainda uma luz sobre essa questão.

Então, eu lamento que quem decide mesmo não tenha vindo aqui, nessa reunião. Nós vamos ter que ir até eles, se quisermos ter uma posição mais clara do que vai ser descontingenciado, do que os estados vão ter para investir.

E o Senador Jefferson Praia tem razão, quando fala que esses recursos deveriam ser investidos lá. Nós só somos lembrados quando precisam das nossas potencialidades, do nosso aproveitamento hídrico, como no caso, agora, em Rondônia, no Rio Madeira, são dois aproveitamentos que a energia vem toda para São Paulo, para o Centro-Sul do país, para o centro industrial do país, talvez não fique nada em Rondônia.

Aí vai alguma coisa do PAC para Porto Velho, que nunca tinha ido investimento, agora está ainda. Até agradeço o Governo Federal pelos investimentos que está fazendo no meu estado, Rondônia, mas por quê? Porque tiveram que usar os aproveitamentos hídricos do Rio Madeira; se não fosse isso, não teria ido nada também, acredito.

E esse recurso da SUFRAMA é importante para os municípios, muito importante para as prefeituras das capitais, para os estados, para os municípios, as nossas zonas de livre comércio que foram criadas, como Guajará-Mirim, Brasiléia, depois lá... Quem está levando vantagem é o Amapá e Roraima, porque conseguiram levar para as capitais as áreas de livre comércio, tiraram das cidades pequenas do interior e levaram para a capital.

Mas Rondônia e Acre isso ainda não existe, até porque mataria, no caso do meu estado, a Zona Livre de Comércio de Guajará-Mirim, que vem capengando desde a sua criação.

E recentemente foi aventada a possibilidade de liberar recursos da SUFRAMA, desse contingenciamento, para melhorar a área do turismo, e até um pequeno pólo industrial na cidade de Guajará-Mirim. Eu vejo que, se depender da situação da Dra. Lúcia Paiva, nem isso vai acontecer. Seria em torno de 15 a 20 milhões de reais para investir numa orla turística, no início de um polo industrial, na cidade de Guajará-Mirim, com esses recursos da SUFRAMA, mas que estão todos contingenciados.

Então, eu vejo que a parada é um pouco mais dura, tem que se jogar um pouco mais pesado politicamente para se descontingenciar esses recursos da SUFRAMA.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Obrigado, Senador Valdir Raupp, um batalhador pela sua região e, principalmente, pelo desenvolvimento, e essa Reunião é realmente, Dra. Lúcia, é direcionada ao desenvolvimento regional. E o desenvolvimento regional, ele passa, sem dúvida nenhuma, não só na busca permanente e contínua das riquezas, como aqui bem comentou, da energia hidroelétrica, ou da potencialidade das suas florestas, a potencialidade dos seus solos, das riquezas que são conduzidas por sua gente, para produzir e para ajudar o nosso país, não só na alimentação e no desenvolvimento, mas, sim, também, conduzindo essas riquezas para formar esta fantástica reserva cambial que o país tem, que ela é produzida por todos os brasileiros e, consequentemente, ela retorna muito pouco para o desenvolvimento das regiões.

Essa também eu gostaria de deixar registrado, porque é a nossa missão, nós estamos aqui não só para presidir, mas para conduzir e também para exigir. E dentro deste quadro é que a Comissão fica gratificada por tê-la aqui no nosso meio, do seu esforço na explanação na área técnica e na área praticamente econômica, mas que a decisão que nós queríamos, que o autor do requerimento gostaria de ter, era a perspectiva para o dia de amanhã, para o que nós podemos pensar para o nosso grande Brasil e para o nosso interior do Brasil, aquilo que cada parlamentar pleiteia, quer e busca o seu desenvolvimento, para

participar principalmente do retorno das riquezas que lá são produzidas.

Por isso quero agradecer a presença e deixo para as palavras finais com a senhora, para que faça seus comentários.

SRA. LÚCIA PAIVA GOMES: A gente entende que a situação é muito complicada, porque o nosso país é muito grande, as prioridades são muitas, e, como se diz, o cobertor é curto.

Mas o que eu acho é que deve ser apresentada junto ao Ministério do Planejamento, porque o que o Tesouro, se houver alguma possibilidade de ampliação de limites para o Ministério, para o MDIC, a Secretaria do Tesouro, o Ministério da Fazenda vai acompanhar por meio dos limites de pagamento.

Agora, na parte técnica, como eu havia mencionado, a gente entende a dificuldade em acomodar todas as prioridades que são colocadas. Agora, eu acho que elas não devem desistir de apresentar.

E eu agradeço a participação aqui e me coloco à disposição, lá na Secretaria do Tesouro, para qualquer dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Agradeço a presença, Dra. Lúcia Paiva Gomes, a presença de todos os Srs. e Sras. Senadoras e encerro a presente reunião convocando a outra pela ordem regimental. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h32.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 36ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática Conjunta com a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 29 de setembro de 2009.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e nove, na sala 13, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Gerson Camata, Valdir Raupp, Efraim Morais, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Delcídio Amaral, Gilvam Borges, Eliseu Resende e Osvaldo Sobrinho, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Fátima Cleide, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Mão Santa, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Arthur Virgílio, João Tenório, Marconi Perillo e João Durval. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, informando que a mesma atende à Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, proposta pelo Senador Fernando Collor, e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello. Compondo o primeiro desafio: "Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento", apresenta-se o Painel 7 intitulado: "Telecomunicações, Acessibilidade, TICs e Inovação", com a presença dos seguintes convidados: Dr. Jarbas Valente – Superintendente de Serviços Privados da ANATEL; Dr. Luiz Cuza – Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TELCOMP); Dr. Luis Schymura – Economista e Engenheiro especialista em política das telecomunicações, Presidente do IBRE – FGV, ex-Diretor Presidente da Anatel e Dr. Maurício Giusti – Diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Delcídio Amaral e Eliseu Resende. O Senhor Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinquenta minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira**, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e **Álvaro Araujo Souza**, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 36ª Reunião Extraordinária da

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de darmos continuidade à reunião de hoje, gostaria de, em nome desta Comissão, de cada um dos seus membros, render as nossas homenagens e solidariedade a toda a família do Senador, do ex-Senador, atual Deputado, ex-Governador, ex-Prefeito Alberto Silva, que faleceu no dia de ontem. O Senador Alberto Silva deixa a viúva, D. Florisa Silva, sete filhos, 13 netos e dois bisnetos. E, além de ter sido Senador da República, tendo honrado com sua presença esta Casa Legislativa, foi também Presidente desta Comissão de Infraestrutura. Além disso, foi Governador do Piauí em duas oportunidades e Prefeito da cidade de Parnaíba em duas oportunidades, também. Há de se ressaltar que ele foi o pioneiro na defesa das alternativas vegetais, ou nas alternativas de perspectiva de biocombustíveis como substituição, ou como fator de substituição, da energia fóssil.

A presente reunião, dando continuidade ao Ciclo de Audiências Públicas, promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, chamado Agenda 2009-2015, Desafios Estratégicos Setoriais, destina-se à apresentação do painel nº 7: "Telecomunicações, Acessibilidade e Inovação". Dentro do primeiro desafio, identificado como Infraestrutura para a Inovação e Desenvolvimento. Esse sétimo desafio, eu gostaria apenas de lembrar, faz parte do primeiro ciclo de painéis que foram divulgados e que constam dessa agenda, 2009-2015. Apenas para relembrar, nós já realizamos aqui o painel nº 1, no dia 10 de agosto deste ano, que foi a apresentação do desafio que é a infraestrutura para a inovação e desenvolvimento, com a participação de vários palestrantes.

No dia 17 de agosto, tivemos a realização do segundo painel, que teve como tema Infraestrutura e Retomada do Crescimento, Visões da Crise; o terceiro painel: Energia, Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos, realizado no dia 24 de agosto; o quarto painel: Petróleo, Etanol e Biocombustíveis, Diferenciais Estratégicos, realizado no dia 31 de agosto; o quinto painel: Transportes e Infraestrutura Urbana, Sistemas Integrados de Meios de Transportes, realizado no dia 14 de setembro; o sexto painel: Novas Tecnologias Urbanas e Parques Tecnológicos – que foi um dos painéis mais importantes realizados por esta Comissão, no meu entendimento – teve lugar aqui, no último dia 21 de setembro; e, hoje, o painel nº 07: Telecomunicações, Acessibilidade e Inovação.

Já está pronto o segundo bloco de painéis que, como já havia sido anunciado aqui, anteriormente, às senhoras e Srs. Senadores, será dedicado tão somente ao exame do marco regulatório do pré-sal. Então, já temos aqui, agendados, quatro painéis. Cada um desses painéis irá examinar um dos Projetos de Lei encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, sendo o primeiro deles, o primeiro painel, tratando do regime de partilha, e será realizado no dia 5 de outubro, próximo, segunda-feira, sempre neste Plenário, às 18 horas. Estão convidados e confirmados os seguintes palestrantes: o Dr. Guilherme Estrella, Diretor de Produção da PETROBRAS; o Dr. Ivan Simões Filho, Membro do Comitê de Exploração e de Produção do IPB e vice-Presidente da British Petroleum do Brasil; o Dr. Edmar de Almeida, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Dr. Júlio Bueno, Secretário de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro; e a Dra. Marilda Rosado de Sá, Advogada, Professora Adjunta da UERJ e ex-Procuradora da Agência Nacional de Petróleo.

O painel nº 2, seguindo-se esse tema, o marco regulatório do pré-sal, será... Tratará da criação, especificamente, da Petro-Sal, objeto de um dos Projetos de Lei encaminhados ao Congresso Nacional, que será realizado no dia 19 de outubro, também segunda-feira, sempre às 18 horas, neste Plenário, e para este painel foram convidados o Dr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; o Dr. David Zylbersztajn, ex-Presidente da Agência Nacional de Petróleo; o Dr. Márcio Rocha Mello, ex-Presidente da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo; o Dr. Maurício Tolmasquim, que já esteve aqui conosco, debatendo outro tema, que é Especialista em Planejamento e Matriz Energética e Presidente da Empresa de Planejamento em Energia; e o Dr. Adriano Pires, que também já nos deu aqui a sua contribuição, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

O painel nº 3, ainda dentro do marco regulatório do pré-sal, terá como tema o Fundo Social e será realizado no dia 26 de outubro, segunda-feira, às 18 horas, e terá... E tem, já, como convidados e confirmados o Professor Júlio Sérgio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; o Dr. Jean-Paul Prates, Secretário de Energia do Estado do Rio Grande do Norte; o Dr. Edmilson Moutinho dos Santos, Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo; o Dr. Manoel de Melo Maia Nobre, Engenheiro PhD no Canadá em Contaminação de Solos; e o Professor e ex-Ministro José Goldenberg, ex-Secretário também da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e ex-Reitor da USP.

E, por fim, encerrando esse segundo grande desafio, ou seja, o marco regulatório do pré-sal, e o que isso significará em termos de projeção para o desenvolvimento econômico do Brasil nas próximas déca-

das, o painel nº 4, Capitalização da PETROBRAS é o tema, e será realizado no dia 19 de novembro, também segunda-feira, às 18 horas, tendo como convidados a Dra. Paula Kowalski(F) Rocha, Economista representante do Banco Itaú; o Dr. Eduardo Teixeira, Economista, ex-Presidente da PETROBRAS, Sócio Diretor da Empresa Creta de Planejamento e ex-Ministro de Estado; o Professor Helder Queiroz Pinto Júnior, do Grupo de Economia de Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Dr. Ernani Torres, Diretor do BNDES. Com isso, nós estaremos encerrando o segundo desafio estratégico setorial, com análise, especificamente, do marco regulatório do pré-sal.

Em seguida... Esse painel, último painel, será no dia 19 de novembro, sobre o pré-sal, e aí entraremos no terceiro desafio, que será baseado no tema Infraestrutura e Políticas Públicas. Deverá ser realizado, logo na próxima segunda-feira, quando se encerrar o debate sobre o pré-sal, o terceiro grande desafio, a Estrutura de Governança das Agências Reguladoras. Esse, inclusive, foi um tema mais ou menos abordado aqui, na última reunião, realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Serviços de Infraestrutura, em que tivemos a presença de representantes do CADE, representantes das agências reguladoras, porque tramita no Congresso Nacional, especificamente hoje, na Câmara, o PL nº 06, que mexe com a estrutura do CADE, e isso está suscitando algumas dúvidas por parte das agências reguladoras, porque acham... Entendem as agências reguladoras que esse Decreto-Lei avança bastante nas atribuições inerentes às agências reguladoras, de acordo com que foi estabelecido, em lei, como papel fundamental dessas agências na regulação do mercado com o público consumidor.

Foi um debate realizado com sete ou oito palestrantes, foi bastante interessante, até porque, na noite anterior ou na antevéspera desta audiência, as agências reguladoras e o CADE já haviam avançado bastante em um entendimento que pudessem formular, e que pudessem gerar, em conjunto, uma proposta que estabelecesse, de acordo com as duas partes, as atribuições de um e de outro, mas alguns pontos ainda ficaram por ser discutidos. Então, talvez seja esta a oportunidade, quando do debate sobre o terceiro desafio, Estrutura de Governança das Agências Reguladoras, talvez já tenhamos neste momento o entendimento finalizado, de modo a que o PL 06 possa tramitar sem maiores dificuldades na Câmara e no Senado da República.

E, por final, o último desafio, na questão da infraestrutura, será a Infraestrutura e a Integração da América do Sul, em que iremos abordar o que falta no campo específico de serviços de infraestrutura, ser realizado para que o processo de integração do Cone Sul – Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina – possa, de alguma forma, acelerar esse processo de integração. Com isso, nós estaremos encerrando aquilo que essa Comissão – por intermédio dos senhores membros, senhoras e Srs. Senadores – propusemos realizar, logo no início dos nossos trabalhos. E já estamos também nos debruçando sobre uma agenda à parte das reuniões ordinárias, que nós temos aqui todas as quintas-feiras, outra agenda, para que nós possamos discutir também outras questões inerentes ao campo de infraestrutura, sempre no sentido de ter uma visão de futuro, uma visão prospectiva, um horizonte mais largo e mais abrangente, para que a infraestrutura possa neste... A infraestrutura brasileira possa contribuir e colaborar decisivamente para o avanço e o desenvolvimento econômico e social do país. Portanto, no dia de hoje, a presente reunião, dando continuidade a esse ciclo de Audiências Públicas... E também gostaria de explicar a todos os senhores telespectadores que esta nossa reunião, sempre as audiências públicas desses desafios estratégicos, essas reuniões são realizadas às segundas-feiras, às 18 horas, mas, ontem, em função do falecimento do Senador Alberto Silva, os trabalhos do Senado e da Câmara foram suspensos. Por isso, nós transferimos para hoje, às oito e meia da manhã, e eu gostaria de agradecer a todos os senhores palestrantes, que já estavam confirmados e marcados para a noite de ontem, a compreensão que tiveram e dos três que puderam permanecer, fizeram o esforço e permaneceram para aqui se encontrar no dia de hoje. E queria, em nome de todos os Senadores e Senadoras dessa Comissão, lhes agradecer por esta compreensão e por esta gentileza.

Então, esta reunião está hoje reservada para debatermos, como disse, Telecomunicações, Acessibilidade, Tecnologia da Informação e Comunicação e Inovação, dentro do primeiro desafio, identificado como Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento. A agenda 2009-2015, sobre esses Desafios Estratégicos Setoriais que a infraestrutura precisa superar para que o Brasil, como disse, retome, potencialize seu crescimento, seu desenvolvimento econômico, vai estar dividida nos painéis, conforme aqui já anunciei. Hoje, teremos para debater este tema – Telecomunicações, Acessibilidade e Inovação – os seguintes participantes, que convido para que tomem assento à Mesa: o Dr. Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da ANATEL e ex-Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, também da ANATEL; o Dr. Maurício Giusti, Diretor de Estratégia e Regula-

ção da Telefônica – eu espero que eu esteja chamando os nomes corretamente -; o Dr. Luiz Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas; o Dr. Luis Schymura, Economista e Engenheiro especialista em política das comunicações, Presidente do IBRE, Fundação Getúlio Vargas, ex-Diretor Presidente da ANATEL. Eu convido os Srs. Convidados para tomarem assento à Mesa.

Informo aos Srs. Senadores, Sras. Senadoras, presentes, telespectadores, que as apresentações, feitas no curso de toda a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, estão disponíveis na página da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no *link* Audiências Públicas. Quem desejar ter acesso, poderá fazê-lo através da página do Senado Federal, www.senado.gov.br. Os senhores palestrantes terão 20 minutos para fazer a sua exposição, e, depois, as Sras. e Srs. Senadores que quiserem formular suas perguntas terão cinco minutos para fazê-lo, e os senhores palestrantes, cinco minutos para a resposta. Concedo a palavra ao Dr. Luis Schymura, para iniciar o painel do dia de hoje.

SR. LUIS SCHYMURA: Bom-dia a todos. Gostaria, primeiramente, de agradecer ao Presidente Collor pelo convite para participar aqui dessa Reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado. É sempre uma satisfação muito grande poder estar participando dessas Audiências Públicas e poder, de alguma forma, estar contribuindo na discussão desse importante setor, que é o setor de telecomunicações. O tema dessa Sessão seria Telecomunicações, Acessibilidade, TICs e Inovação. Eu vou procurar fazer algumas reflexões sobre o tema.

Por favor. A minha apresentação será dividida nesses tópicos. Vai ser uma breve introdução, depois discutir um pouco o que seria acessibilidade nos dias de hoje, a história da universalização, com um histórico, porque, em um primeiro momento, a acessibilidade – no momento da privatização, das concessões que foram fornecidas no final dos anos 1990 – foi possível nas telecomunicações, através desse programa de universalização. Depois, fazer uma breve análise comparativa do Brasil com relação aos demais países do mundo, discutir acessibilidade, o futuro da acessibilidade e algumas considerações finais. Por favor.

Bom, existe, hoje em dia, uma ampla literatura, discutindo a importância, o impacto das TICs, no desenvolvimento econômico e social dos países. Existem estudos, hoje, que apontam que, para países cuja taxa de penetração de serviços móveis é pequena, um aumento de dez pontos percentuais na penetração de serviços móveis gera um aumento no PIB da faixa de 0,8%; ou seja, aumentar penetração de serviços móveis significaria um aumento do PIB permanente, uma mudança no nível do PIB em 0,8%, que é um número bastante significativo. Isso se deve aos ganhos das telecomunicações para diversos setores da economia. Nós, hoje, sabemos que as empresas, as grandes empresas, empresas que tem sedes e sub-sedes em diversos países do mundo, devido ao progresso das telecomunicações, hoje podem se integrar e ter reuniões, até não presenciais. Isso não atende só as grandes empresas de telecomunicações, mas também as pessoas, os trabalhadores autônomos, hoje, os mecânicos, bombeiros... Eles, com o advento da telefonia celular móvel, principalmente telefone pré-pago, hoje um bombeiro pode facilmente ser contatado através do celular dele. Então, mudou até a forma de operação de um bombeiro, ou dessas pessoas que trabalham, hoje, são empregados autônomos, que têm, por conta das telecomunicações, uma mudança grande no seu modo de executar seus serviços.

E também tem o aspecto importantíssimo, não podemos deixar de falar, da questão da inclusão social. Hoje, áreas remotas do país, devido à penetração da telefonia, têm, hoje, contato com os grandes centros. Então, sem dúvida nenhuma, o avanço das telecomunicações propicia grandes ganhos para a sociedade. Agora, um aspecto fundamental de se entender, hoje, é a questão da acessibilidade, que inclusive é o tema do seminário de hoje. Acessibilidade em telecomunicações seria nós entendermos como fazer chegar serviços de telecomunicações às pessoas, que as pessoas pudessem adquirir serviços de telecomunicações. Mas o que seria... Que pessoas seriam essas? O que significa, no contexto das telecomunicações, essa acessibilidade? Seria atender as pessoas. Por favor. Seria fornecer serviços de voz para a população? Banda larga? Seria voz? Seria o serviço de voz, acesso individual, acesso coletivo, seria, por exemplo, serviço de mensagem de texto, seria banda larga, ou poderia ser também internet banda estreita... O que seria? Que serviço é esse que seria acessível? Quando nós estamos discutindo acessibilidade, estamos falando de que tipo de serviço? E mais, acessível para quem? Quem seria o público alvo? Os cadastrados no Bolsa Família? Então, se o nosso objetivo é atingir os cadastrados no Bolsa Família, vamos fornecer o quê? Voz, banda larga, internet banda estreita? Para fornecer voz, já para as pessoas do Bolsa Família, mesmo que se tenha uma infraestrutura, que se construa uma infraestrutura de acesso para serviços de voz, aqueles que moram em rincões muitas vezes não têm nem infraestrutura. Às vezes moram em áreas rurais e não têm a infraestrutura construída. E, se tiverem a infraestrutura construída, muitas vezes não têm como pagar a conta.

Então, o que seria... Os cadastrados no Bolsa Família, é esse o público que nós estamos tentando atender? Seriam os microempresários que moram em localidades cuja infraestrutura para acesso à banda larga é precária? Então, esse tipo de pessoas, de grupo de indivíduos, que se quer atingir? Essas pessoas precisam só da infraestrutura? Eles teriam recursos para pagar o acesso, o uso do acesso? Ou seriam os moradores das áreas rurais? Mas esses moradores das áreas rurais, de novo, seriam atendidos com o quê? Com serviço de voz, com serviço de banda larga? Enfim, tem várias questões... Hoje, quando se fala em acessibilidade em telecomunicações, tem várias questões que precisam ser entendidas. O público que nós queremos servir, e com que, exatamente, tipo de serviço.

Eu vou fazer agora um pequeno... Voltar um pouco no tempo e fazer um pequeno histórico da universalização que foi feita no Brasil, com o processo de privatização que ocorreu no final dos anos 1990 e, naquele momento, acessibilidade como... Basicamente, só existiam serviços de voz e telecomunicações, havia uma carência muito grande, uma falta muito grande em infraestrutura de telecomunicações. Os senhores lembram que, à época, o telefone era muito caro, o acesso ao serviço de voz era muito expendioso, comprar uma linha telefônica custava muito dinheiro, a necessidade que se tinha à época é que fosse feito um investimento grande em infraestrutura, aumentasse a oferta de serviços de voz. E isso foi feito através do Plano Geral de Metas de Universalização, que a telefonia fixa... As empresas de telefonia fixa teriam, ao longo do tempo, que cumprir essas metas. Acesos fixos individuais nas localidades com mais de 300 habitantes e coletivos nas localidades com mais de 100 habitantes, ou seja, nas localidades com mais de 300 habitantes, quem pedisse o telefone, teria que ter o telefone em até sete dias, e, nas localidades acima de 100 habitantes, toda localidade teria necessariamente que ter pelo menos um TUP. O TUP é um orelhão, é um nome técnico para o orelhão, Terminal de Uso Público, e oito TUPs por mil habitantes, essa era a meta de universalização, e, naquela época, então, acessibilidade era fazer chegar esse serviço de voz a essas pessoas e era, digamos assim, um programa de acessibilidade que, para o Brasil, naquele momento, fazia todo sentido.

Só que passaram os anos e hoje nós estamos – aqui dados de julho de 2009, dados da ANATEL -, nós observamos nesse gráfico que, no eixo horizontal, é o número de acessos fixos individuais em serviços, e o eixo vertical é a quantidade, o percentual, de municípios que têm esse número de acessos fixos individuais. Então, nós observamos nesse gráfico o seguinte: 8,9 das localidades entre 300 e 600 habitantes não têm nenhum acesso fixo individual sendo utilizado, ou seja, montou-se lá uma infraestrutura para fornecer serviço de telefonia e ninguém contratou esses serviços. Por quê? Porque as pessoas ali não têm dinheiro para pagar. Embora a infraestrutura esteja lá, eles não têm dinheiro, recursos para pagar a conta no final do mês, a conta do telefone. E se nós observarmos o acumulado, nós observamos... Cerca de 30% das localidades entre 300 e 600 habitantes têm até quatro assinantes de telefone, de telefonia fixa. Por esses números, nós podemos imaginar que, embora esse programa, em princípio... Por favor. Esse programa, em princípio, de fazer a universalização através do número de residentes no Município, nas localidades, fizer sentido, nós observamos que o tamanho da localidade não pode ser o único fator a ser considerado na política de universalização. Como vimos ali, definiu localidades entre 300 e 600 habitantes, e boa parte delas teve poucos pedidos de telefone. E variáveis como renda *per capita*, urbanização e preço dos serviços são importantes, ou seja, outras variáveis têm que ser consideradas em um programa desse tipo.

Por que eu estou chamando atenção com relação a essas questões? Porque o Estado Brasileiro, o Brasil, carece sempre de recursos para investimentos nas diversas áreas. Então, toda vez que é feito um aporte de recursos em um determinado segmento ou numa determinada política, representa o não uso de recursos em outros setores. Ou no mesmo setor, mas em outras políticas para esse setor. Então, já... Por favor, próximo.

Nós observamos ali que, no setor de telefonia fixa, aquela meta de universalização que, em princípio, fazia sentido, no final, talvez não fizesse tanto sentido. E nós vamos tentar, com esses dois gráficos que veremos agora, entender um pouco o que aconteceu no setor de serviço de voz, telefonia. Esse daí é um gráfico que mostra no eixo horizontal, são os anos de 2003, 2004, 2005 até 2008, os dados são da PNAD. E aí temos a penetração de telefones fixos, móveis e ambos. Então, nós observamos ali, em cada um desses anos, a faixa inferior são residências, domicílios, só com telefonia celular. A faixa cinza, intermediária, são residências e domicílios em que há as duas, telefones fixos e telefones celulares. E a área escura só há telefones fixos. Nós observamos, ao longo do tempo, o que acontece? Um aumento significativo da participação dos telefones celulares. Então, hoje... Aí classes e domicílios com telefone... Isso é classe só C, D e E. Estou focando só em classes C, D e E. Então, hoje, as classes C D e E – aproximadamente 80% das classes, do total das classes C, D e E – têm telefone,

sendo que praticamente metade delas só tem telefone celular. Esse que é o ponto.

Então, o Presidente Collor está levantando um ponto importante, que vou destacar agora. Então, o que eu estou fazendo nesse gráfico aqui? O gráfico agora mudou, é uma análise em cima dessa última PNAD de 2008, o eixo horizontal mostra por classe de renda e dividido... Divididos os domicílios por classe de renda, e a penetração no eixo vertical. Então, temos ali de zero a um salário mínimo, de um a dois salários mínimos, dois a três, três a cinco e mais que cinco salários mínimos. Nós observamos que de zero a um salário mínimo, são... A primeira... Retângulo celular, o intermediário, em cinza, ambos, celular e fixo, e a parte escura, só telefone fixo. Então, nós observamos que entre zero e um salário mínimo de renda domiciliar *per capita*, 46%, ou seja, é 46% em cima de 72%. Ou seja, um número bastante expressivo, das pessoas muito baixa renda, elas recebem o serviço de voz através da telefonia móvel, não da telefonia fixa, como se imaginava, em um primeiro momento, que fosse ocorrer. Isso se deve ao quê? Muito. Certamente, como o Presidente Collor já tinha destacado, ao plano de negócio que chama telefonia pré-paga. Então, através de telefones pré-pagos, hoje, está sendo possível fazer algo como uma universalização dos serviços de voz. Obviamente, essa universalização está sendo feita em cima das localidades em que há cobertura de telefonia móvel, onde não há, evidentemente, ou as pessoas têm telefone fixo ou não têm outra alternativa, mas, se, hoje, pensarmos em aumentar a penetração da telefonia do serviço de voz para pessoas de baixa renda, esses gráficos indicam claramente que o papel está muito mais associado ao papel mais preponderante da telefonia móvel do que, especificamente, da telefonia fixa.

Visto isso, eu gostaria, agora, para nós entendermos a posição brasileira dentro do mundo, verificarmos de que forma está nosso nível de acesso. Se nós estamos muito distantes do que está o resto do mundo, ou estamos... Quer dizer, qual é a posição do Brasil no resto do mundo? Será que nós estamos "bem na fita"? Bom, esse aí é o setor telefonia fixa mais móvel, penetração. O que foi feito nesse gráfico? Ao longo dos anos, 1995 até 2007, no eixo horizontal, e no eixo vertical é a penetração, telefones por mil habitantes. O que foi feito? Eu dividi em quatro curvas. Uma são os países pobres, outra são países com renda intermediária, são esses países que têm renda próxima à brasileira, e o pontilhado são os países ricos. O Brasil é o preto, a linha preta, que está aí, descrita no gráfico. Então, nós observamos o seguinte: que o Brasil, de 95 até 98, ele fica pouca coisa abaixo de países de renda intermediária; com a privatização, ultrapassa um pouco os países de renda intermediária, e volta, a partir de 2006 e 2007, que é o último dado que a [ininteligível] tem disponível, nós estamos bem alinhados com os países cuja renda é similar à nossa.

Ali, era telefonia fixa mais móvel. Agora vou apresentar um gráfico apenas com telefonia fixa e, depois, um gráfico apenas com telefonia móvel. Existe um entendimento, por boa parte das pessoas, que aqui a penetração da telefonia fixa estancou, e, por conta disso, há um número muito reduzido de telefones fixos, e a expectativa é que nós deveríamos ter muito mais telefones fixos que temos. Esse gráfico aí nos mostra que – ou nos indica, pelo menos – os países de renda intermediária, de novo, são os países pobres, renda intermediária e o Brasil em preto. Nós observamos que o Brasil está acima, a penetração da telefonia fixa no Brasil está acima dos países com renda similar à nossa, renda *per capita* similar à nossa. E, por outro lado, quando nós observamos telefonia móvel, que havia um entendimento que hoje nós já temos 165 milhões de assinantes em telefonia móvel, nós imaginamos que a penetração em telefonia móvel, nossa, é um sucesso, e é de fato um sucesso, mas não teria paralelo no mundo. Tem. E ao contrário, na telefonia móvel é que nós estamos, relativamente, mais baixo que os países de renda intermediária.

Acesso à internet. Aí, o que foi feito foi o seguinte: pegando os dados de 2008, da OIT, no eixo horizontal, pegamos a renda *per capita* dos países, e, no eixo vertical, é a estimativa dos usuários de internet por 100 habitantes, ou seja, a penetração de usuários de internet em função da renda *per capita* dos países. Aí tem um... Foi plotado... Foram plotados vários pontos, cada país é representado pela renda *per capita* e pelo índice de penetração da internet, estimado à internet. Nós observamos que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIS SCHYMURA: Aquilo são os países com uma renda *per capita* muito baixa, porque o grosso, boa parte dos países do mundo, tem uma renda *per capita* muito baixa, são países pobres. Então, a concentração é ali. E o que nós observamos nesse gráfico é que foi feita uma aproximação linear, para tentarmos entender de que forma o Brasil se encaixaria nesse contexto. Então, nós observamos que a penetração de usuários de internet, quer dizer, o número de usuários de internet que, ali ao final de 2008, rondava perto, um pouco abaixo de 40% das pessoas que tinham internet, está acima do que se esperaria de um país com uma renda *per capita* como a brasileira. E a penetração de banda larga, foi feita uma análise similar, países com renda per capita, foi plotado o gráfico aí, assinantes de ban-

da larga por cem habitantes, ou seja, penetração de banda larga no país, e nós observamos, ali, o Brasil, que está próximo do que se esperaria de um país de uma renda *per capita* similar à brasileira.

É importante destacar que esses gráficos aqui buscam apenas dar uma ideia geral de que contexto o Brasil se encontra, dado o nível de renda que nós temos, porque não pode imaginar que vá se consumir serviços de telefonia com uma renda... Muitos serviços de telefonia com uma renda muito baixa. Quer dizer, existe uma associação muito grande entre nível de renda e consumo de serviços de telefonia. Vou falar um pouco da acessibilidade. Futuro... Hoje temos em discussão o novo FUST, internet nas escolas, está se discutindo, e o Plano Nacional de Banda Larga que deve ser entregue, aí, a pedido do Presidente da República, até o final do ano. Nós acreditamos que a questão da acessibilidade, antes, hoje, como eu já havia destacado antes, é uma questão muito mais complexa do que foi no passado. Antigamente, no passado remotíssimo – que, nas telecomunicações, dez anos é um passado muito remoto, é pré-história – há dez anos, a acessibilidade era aumentar a infraestrutura, serviço de voz para todo mundo. Hoje não é mais isso.

Então, hoje, quando pensamos em acessibilidade, colocar internet nas escolas, hoje. Não adianta só botar internet nas escolas, se os professores não estiverem preparados, não tiverem material para isso. Fala-se em tele-saúde. O que adianta dar banda larga para hospitais da rede pública, no Brasil todo, se não tem médicos preparados para entrar, utilizar esse serviço e estar acessado, *linkado* com hospitais de outros centros para fazer avaliação, diagnóstico de exames? Ou seja, quando estamos falando de acessibilidade nesse novo mundo, das telecomunicações, nós temos que entender muito bem que público que nós queremos atender e de que forma. Muitas vezes, querer atender um determinado público... Não adianta, por exemplo, nós querermos dar banda larga para uma pessoa que ganha Bolsa Família. Por quê? Primeiro, ela não... Muitos deles moram em localidades em que não há infraestrutura de banda larga. Então, tem que haver investimento para isso. Segundo, mesmo que tenha infraestrutura, elas não terão dinheiro para pagar o acesso, porque o acesso à banda larga é caro. Terceiro, elas não sabem... Elas não são nem... Não têm nem condições de acessar a internet, que muitas delas são analfabetas digitais, não têm como acessar a banda larga.

Então, em todo programa, eu acredito que é fundamental... É a atenção que eu gostaria de chamar aqui, dos Srs. Senadores, é da importância que é, nesse momento, que todo estudo, toda política que vem a ser desenvolvida – que obviamente será discutida nessa Casa – é fundamental que seja feita uma análise muito clara e muito detalhada dos custos envolvidos e de quem são os beneficiários, de que forma essas pessoas serão beneficiadas com essa política pública, que venha a ser desenvolvida. Bom, Senador, muito obrigado aí pela oportunidade e agradeço mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Dr. Luis Schymura, pela sua exposição, e gostaria de fazer algumas considerações. O Dr. Luis Schymura se referiu há dez anos atrás, no campo da informática e da acessibilidade digital, como a pré-história, e lembro-me que 20 anos atrás nós não tínhamos nem celular, nem tínhamos computador, que pudéssemos assim chamá-lo, se comparado o computador a que o Brasil tinha acesso, a que o brasileiro tinha acesso, com o computador vendido aos americanos. Quer dizer, eram computadores extremamente ultrapassados. Houve, então, a abertura que proporcionou que, hoje, nós possamos desfrutar desse novo mundo cibernético, com acesso à telefonia, acessibilidade na internet, e assim por diante.

Lembro-me também que, 20 anos atrás, uma linha telefônica fixa tinha que ser declarada no Imposto de Renda, era considerado um bem. E havia pessoas que especulavam com linhas telefônicas fixas, porque o prazo para obtê-la era de um ano ou mais. Então, várias pessoas especulavam com linhas fixas, e tinham isso registrado e declarado no seu Imposto de Renda. De lá pra cá, nesses últimos 20 anos, houve uma extraordinária evolução. E hoje estamos discutindo a questão da acessibilidade. A acessibilidade tanto digital, no sentido de prepararmos as futuras gerações para o domínio pleno desta nova era digital que aí está... Nós todos já sabemos que aqueles que não souberem manusear um computador serão considerados, no futuro, um analfabeto funcional, que hoje nós consideramos aqueles que somente sabem escrever o seu nome e ler uma dúzia de palavras. Então, na questão da acessibilidade, a que se referiu o Dr. Luis Schymura, é que reside hoje o grande desafio para o nosso país.

Quando falamos em educação nos dias de hoje, nós não podemos dissociar o processo de instrução e de educação, sem termos esse instrumento revolucionário, que é o computador, que é a internet, que é aulas via televisão, para alcançar os locais mais distantes e mais esconsos do país, mas, para isso, precisamos de pessoal preparado, para que possa transmitir esses seus ensinamentos, pessoas preparadas nos hospitais, para poder fazer aquelas conferências com hospitais de outro mundo e avaliar o diagnóstico dado aqui, o diagnóstico oferecido por um hospital em

Houston, por exemplo, e de várias outras formas, mas essa acessibilidade, ela vem sendo conferida pelos próprios jovens brasileiros.

É impressionante, caminhando pelo Brasil e no interior do Brasil, o número das chamadas *lan houses*, que são aquelas casas, aquelas lojas ou... Enfim, uma sala em que se colocam os computadores e que as crianças, os jovens têm acesso, sobretudo, lamentavelmente, infelizmente, a essa questão desses jogos malucos e esdrúxulos que hoje são comprados, sempre com muita violência, com muita... Mas também isso faz com que eles consigam manusear. Então, se conseguem manusear para ter acesso a um *download* de um jogo X, eles podem também fazer um *download*, quando bem orientados, de uma amazon.com, de conseguir uma pesquisa, um livro, ou de uma dúvida que tenha em relação a um tema que esteja sendo debatido no colégio ou na escola... Enfim, a própria criança, hoje, já com quatro, cinco anos de idade, ela já tem à sua disposição, nas escolas melhores do país, condições de tomar conhecimento do que seja um computador. E o Governo Federal, pela palavra do Presidente da República, tem um grande interesse em disseminar o máximo que possível essa rede de computadores – e disse ele que até o final do ano gostaria de ter um programa de banda larga já estabelecido para implementar no Brasil – o que eu acho absolutamente... Todos nós achamos fundamental, indispensável, porque falar hoje em educação, sem ter esse instrumental tecnológico para auxiliar no processo – da alfabetização, nem digo mais – de inclusão, realmente, digital, neste novo mundo, é impossível.

Nós verificamos aí, pelo que o Dr. Schymura nos mostrou, essa explosão do descobrimento do celular. O celular, quando começamos com o celular, em 1990, 91, eram aparelhos enormes, caríssimos, cujo acesso era dado apenas àquelas faixas, àquelas pessoas com faixa de renda bem superior. Hoje, nós temos condições de comprar um celular pré-pago pagando 40, 50 reais, e celulares que estão sendo dado de graça pelas operadoras. Enfim, porque sabem que há um mercado consumidor em potencial. Hoje, o Brasil tem 191 milhões de habitantes e dispõe de 165 milhões de aparelhos celulares. Isso não quer dizer que 165 milhões de brasileiros tenham um aparelho celular cada um, porque, claro, várias pessoas têm mais que um celular, mas já é um número bastante expressivo, se nós compararmos com alguns anos atrás. Dentro dessa questão da acessibilidade, da inclusão digital, nós temos – acho eu – a Comissão de Serviços de Infraestrutura, temos que nos debruçar profundamente nesse tema, temos que procurar colaborar da melhor maneira possível, para que esta distribuição espacial seja feita, e há depois, aqui, também, um questionamento que eu gostaria de fazer, mas depois de ouvir os outros palestrantes sobre algumas áreas escuras, algumas áreas de sombra, que não dão possibilidades de acesso ao celular.

Tem um caso, um fato interessante, que eu gostaria de relatar aqui aos senhores palestrantes, às Sras. e Srs. Senadores, uma oportunidade alguns anos passados. Eu, no interior de Alagoas, visitando um Município bem pequeno, havia lá um padre, e esse padre era muito ligado ao arcebispo de Maceió. E o arcebispo de Maceió havia dito: "Você vai a tal Município? Lá tem o padre fulano. E eu emprestei – ele dizendo, o arcebispo – meu celular, porque, nesse município, o celular não pega... O celular não tem... Aliás, não tem telefonia fixa, e o celular lá é muito difícil de pegar. Ele, somente num local específico, é que o celular dá linha". E eu lá fui, passando por esse município, falei com o padre e perguntei ao padre: "Me diga apenas uma coisa: qual é o local para que eu possa informar as autoridades... Eles virão aqui para fazer o teste de sinal. Mas qual é o local que o senhor, normalmente utilizando o celular, o senhor tem linha?". Ele disse: "É ali em cima". E havia um pequeno morro. Eu falei: "Ali em cima? Muito bem, então já vou dizer a pessoa que vier aqui, para ela fazer o teste em cima daquele morro". "Mas o que é que tem ali?". Ele disse: "Não, ali é um cemitério". "Um cemitério? Mas o senhor vai ao cemitério para pegar o sinal do celular?". Ele disse: "É. Toda semana eu reúno aqui os fiéis da paróquia que precisam falar com Maceió, ou outros lugares, e todos nós vamos até o cemitério. E o interessante – dizia ele – é que não é em qualquer lugar do cemitério que nós podemos ter o sinal de acesso ao celular. Existe uma determinada tumba, que é exatamente aquela onde o sinal pode ser acessado".

Então, esse é um dos temas que, mais tarde, eu gostaria de colocar aqui, porque, em vários lugares do Brasil, há uma enorme dificuldade de se ter acesso ao telefone celular, por falta de torres. Eu mandei fazer o levantamento dos municípios brasileiros, Estado por Estado, e aqueles que têm um maior percentual de áreas não cobertas pelo sinal de celular, eu gostaria depois de colocar para um dos senhores, possivelmente o Presidente da Associação das Companhias de Telefonia. Eu gostaria de passar a palavra, nesse momento, ao Dr. Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações, ex-Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, também da ANATEL. V. Sa. terá 20 minutos para fazer sua explanação. E gostaria de comunicar aos Srs. e Sras. Senadoras, que desejem se inscrever para fazer as perguntas aos

senhores palestrantes, que a lista de inscrição já se encontra sobre a Mesa. Com a palavra o Dr. Jarbas José Valente.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Presidente. Exmo. Sr. Presidente Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Exmos. Srs. Senadores Gilvam Borges, Osvaldo Sobrinho e Gerson Camata. Colegas da Mesa, Dr. Luiz Cuza, Dr. Luis Schymura, Dr. Maurício, senhoras e senhores, bom dia.

Em primeiro lugar, em nome da Agência Nacional de Telecomunicações, Sr. Presidente, gostaria de agradecer esse convite e dizer que o nosso Presidente, o Embaixador Ronaldo Sardenberg, não pôde estar presente por outros motivos particulares, mas tentarei aqui mostrar o que tem sido feito nesse país, ao longo desses anos, o que estão fazendo hoje e o que estão pensando para o futuro, nos próximos dez anos, que é, talvez, tão importante quanto o que se foi feito e o que se deve ser feito. Para isso, vou fazer uma pequena análise do que ocorreu, também, no passado – assim como o Dr. Schymura -, a situação atual por que passa o país e o que nós prevemos para os próximos dez anos, em um plano recente que a ANATEL desenvolveu, até para responder a última questão que o senhor aqui fez, sobre a questão da cobertura, por exemplo, do celular no país.

Bom, todos nós sabemos que as telecomunicações constituem um setor de infraestrutura de importante impacto no crescimento, desenvolvimento de uma nação. O avanço desse setor representa grandes ganhos sociais e econômicos para um país. Socialmente, podemos citar, a título de exemplificação – como o Presidente colocou – a importância do ensino a distância, por meio de recurso de televisão, internet, o que possibilitou acesso à educação de qualidade para a população das áreas distantes dos grandes centros. Do ponto de vista da economia, como muito bem colocou o Dr. Schymura, é notável o impacto da chegada das telecomunicações em localidades antes não atendidas, aproximando fornecedores de consumidores e possibilitando o alcance a mercados antes não explorados. E aqui a gente dá exemplo da telefonia móvel, quando a telefonia móvel chega ao município pequeno, que não tem... A comunicação é uma evolução que é feita do ponto de vista econômico e de inclusão social das populações desses municípios.

Logicamente, o avanço das telecomunicações no decênio, como bem colocou o Presidente Fernando Collor, muito tem contribuído no sentido de dela advirem ganhos sociais e econômicos para a sociedade brasileira. O setor muito evoluiu no que diz respeito à universalização física e massificação do serviço de telecomunicações. Não tendo, no entanto, atingido aquilo que nós gostaríamos na ANATEL, em termos de nível de qualidade e nas prestações de serviços. Não em termos de qualidade em rede, mas atendimento ao consumidor, até pelo volume de acessos que cresceram ao longo desse período. Para exemplificar, vamos fazer uma pequena comparação, que era o setor no passado, como bem colocou o Presidente Fernando Collor, e como está a situação, hoje, e depois o nosso prognóstico para os próximos dez anos.

A planta do serviço de telefone fixo comutado, como bem colocou, na época, evoluiu de 18,8 milhões de acessos instalados, em 97, cobria muito menos que 30% dos domicílios no Brasil, para mais de 41 milhões em 2009. Como comparar, como o Dr. Schymura colocou no gráfico, os outros países, à época, já tinham universalizado o serviço de telefonia fixa nos países ditos ricos. Nos países em desenvolvimento, não. E o Brasil ainda conseguiu pegar essa janela e chegarmos hoje na telefonia fixa da ordem de 61%, 62% de penetração e aí estabilizou-se, até pela evolução da tecnologia, pelo uso da facilidade do serviço móvel. Então, na época da privatização, cerca de 20 mil localidades eram atendidas pelo serviço, sendo que, hoje, este número sobe para mais de 36 mil localidades. Além disso, à época, existiam apenas 1,1 milhões de telefones públicos, como disse o Dr. Schymura, os orelhões, são os TUPs instalados, hoje, e, na época, tinha apenas 500 mil; ou seja, uma evolução de 50%. No serviço móvel, móvel pessoal, a planta evoluiu. Na época, em 97, tínhamos apenas 4,5 milhões de acessos em 97 – o chamado SMC -, cobria pouquíssimos Estados, como disse o Presidente Fernando Collor, o dificílimo acesso a esses serviços, caríssimos. Para hoje, para mais de 164 milhões de acessos, dos quais aproximadamente 82% são pré-pagos.

Por que são pré-pagos? O Brasil tem uma facilidade que são poucos países do mundo que têm, chamada facilidade a cobrar. As pessoas ligam para aquele que pode pagar. Então, hoje, basicamente, como colocou o Dr. Schymura, a penetração do serviço móvel pessoal nas camadas da população de classes mais baixas, onde não tem capacidade para pagar mesmo o serviço, não tem nem renda, nem como comprovar renda para ter acesso ao serviço. Por isso que o serviço pré-pago tem chegado a essas populações. Eles gastam no máximo sete reais por ano, por mês, e a complementação para que seja viável vem da... Nós chamamos dos fatores de interconexão, que é remuneração de rede, que complementa com mais nove reais a conta média deles, e fica em torno de 16 reais. Aí é que torna o serviço viável, do ponto de vista econômico. Logicamente, isso também tem acontecido em todos

outros países, países como o Dr. Schymura colocou, equivalente ao Brasil em termos de PIB. Crescemos muito, mas precisamos atingir uma rede maior. Hoje, em termos de acesso, o Brasil é a quinta planta do mundo, mas em termos de rede, pelo tamanho do país, nós somos a terceira maior planta do mundo. Perdemos apenas para Estados Unidos, China, e o Brasil já vem em terceiro lugar. Até pelas nossas dimensões e a dificuldade que temos de cobrir o país.

Esses números... Lógico que o celular representou um crescimento extraordinário, 3500%. Além disso, no que diz respeito, por exemplo, ao serviço de comunicação multimídia, que é o acesso à banda larga fixa, em 2000... Não vou falar nem em 97, que, em 97, nem existia. Em 2000, o Brasil tinha apenas 123 mil acessos. Hoje, estamos na ordem de 14 milhões de acessos. Para que tudo isso fosse alcançado, foram investidos, nesse período, valor deflacionado, 140 bilhões de reais, de 98 a 2007.

Quanto à qualidade dos serviços prestados, também se encaminhou. Atualmente, por meio de planos gerais – nós chamamos de planos gerais em meta de qualidade -, nós viemos exigindo deles um cumprimento de metas de qualidade, principalmente no relacionamento com o usuário. No SMP, Serviço de Televisão por Assinatura, e no STFC. Tais metas consideram tanto índices técnicos, indicadores técnicos de rede para ter qualidade, quanto aqueles relacionados principalmente nesse novo horizonte que se avizinha, já que nós temos uma massa muito grande de usuários, com relação ao atendimento de usuários, na avaliação da qualidade percebida por eles, em termos de pesquisa e de novos indicadores que nós denominamos de índice de atendimento.

Apesar desse avanço, a ANATEL reconhece que muito pode e deve evoluir no setor de telecomunicações brasileiro. Os esforços devem ser empenhados de maneira a levar o acesso aos diversos serviços de telecomunicações ao maior número de brasileiros, é claro, com qualidade adequada. Além disso, é de fundamental importância que se dê um foco especial na questão do acesso em banda larga, um novo paradigma. Se pensava, em 97, que era voz. E voz será, também, mais ainda com a penetração além dos 100%, porque banda larga, voz, como aconteceu no mundo, se transformou numa *commodity*, porque os preços caíram. Para você ter uma ideia, o pré-pago, no ano passado, a conta média reduziu-se em 20%. E isso tem acontecido ano a ano, por isso tem a possibilidade de ter entrado novos assinantes. Além disso, é de fundamental importância que a gente tenha a banda larga, canal essencial para que as informações cheguem a toda a população, garantindo, assim, sua inclusão digital, como disse o Presidente Fernando Collor, e uma série de benefícios que advém do acesso às tecnologias da informação e comunicação, que são as TICs.

Para tanto, no sentido de melhorar e evoluir o cenário atual, é necessário que a agência planeje sua atuação para o período vindouro, coordenando suas diversas ações no sentido de avançar nesses objetivos de melhoria. Nesse sentido, a ANATEL aprovou, em 2008, nós denominamos de Plano Geral para Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil, PGR. Formalização, na sociedade, das ações que vamos desenvolver, de curto prazo, que são dois anos, de médio, cinco anos, e de longo prazo, que são 10 anos. Que a agência terá em sua pauta, no próximo decênio, o exercício de seu papel de implementar as políticas públicas de telecomunicações. Nesse sentido, eu gostaria de deixar aqui, Presidente, na Comissão, esse trabalho que foi desenvolvido pela ANATEL, do Plano Geral de Atualização, onde nós desenvolvemos um estudo técnico para atualização da regulamentação às telecomunicações. A gente faz uma análise de tudo o que aconteceu no passado, como está a situação hoje, no Brasil e no mundo, em termos de penetração, de evolução tecnológica, como essa tecnologia deve se desenvolver e o que o Brasil precisa fazer para os próximos dez anos. Está num documento, e isso foi refletido nesse documento, aprovado pelo Conselho Diretor, nessas ações de curto, médio e longo prazo. Eu deixo com o senhor, passo às suas mãos, a gente faz questão, depois, se for necessário, de fazer uma apresentação mais detalhada desse trabalho, que está em curso na Agência.

Para isso, vamos citar alguns objetivos mais importantes que foram colocados, e o primeiro dele é a massificação do acesso em banda larga, tendo em vista a demanda crescente por conteúdo multimídia e as possibilidades de inclusão social que esse conteúdo permite; redução de barreiras ou acesso, falando de acessibilidade, e ao uso do serviço de telecomunicações por classe de menor renda. Como fazer para que esses preços venham a cair e que a gente tenha cobertura em todos os municípios brasileiros; o que a gente fez para levar o celular a todos os Municípios, como isso está acontecendo, que também já é fruto desse trabalho, pois esses impactos são muito importantes, não só dos pontos de vista sociais, mas econômicos, que torna imperativo telecomunicações em todos os pontos do país; a melhoria dos níveis de qualidade, percebida pelos usuários na prestação de serviço, e isso que é o maior problema que hoje nós estamos enfrentando, e é o maior desafio que nós, da ANATEL, e a sociedade, vamos enfrentar.

Entendemos, também, que as operadoras terão que ter o cliente como o elo mais fraco dessa corrente, e, hoje, com a quantidade de assinantes que nós temos, não ter essa visão na prestação de serviço; ampliação do uso telecomunicações, de forma a promover o desenvolvimento social e econômico nacional, bem como remunerar o capital investido na construção dessas redes. Aqui, vamos retificar o que a gente fez recentemente, e o que estamos fazendo para que essa cobertura possa acontecer; e, logicamente, não podíamos deixar de falar do desenvolvimento tecnológico e industrial da tecnologia nacional, como disse aqui o Presidente Fernando Collor, que, na época da abertura se falava nos carros que o Brasil tem hoje, dos computadores que o Brasil tem, computadores que o Brasil tem hoje, essa evolução... Mas nós precisamos, hoje, já que, na época, nós não tínhamos escala e nós temos escala, ser produzido e desenvolvido por brasileiros com tecnologia própria. Hoje, o Brasil tem da ordem de 230 milhões de assinantes dos serviços STFC, SMP, que é móvel, e TV por assinatura. Para os próximos dez anos, vamos atingir a marca, na nossa previsão, de 380 milhões de acesos, no total, para todos esses serviços. Então, é uma quantidade extraordinária, uma planta significativa, e precisa se desenvolver um mecanismo para que isso seja feito também com tecnologia nacional, aproveitando a abertura e o desenvolvimento que aconteceu nesse período.

O que nós vamos prever, então, aqui, para os próximos anos, para esses novos serviços? Uma vez implementadas essas diversas medidas, que está nesse plano que acabo de deixar, a ANATEL espera que o Brasil alcance os seguintes níveis de evolução dos serviços em 2018. Hoje, nós temos 42 milhões do fixo, não deve crescer muito, o STFC, mas irá para a ordem de 50 milhões de acessos. Aproximadamente 270 milhões de acessos da SMP – hoje, tem 164 -, o que representa uma televecidade(F) de quase 130%. Não tem um telefone celular para cada brasileiro. E cobrindo todos os municípios brasileiros, em todas as localidades, para esta época. Destes, aproximadamente, para os senhores terem uma ideia, 125 milhões serão de acessos banda larga, com tecnologia que nós chamamos de 3G, que possibilitará acesso da inclusão digital em altíssimas velocidades, como já está acontecendo. Hoje, desses 165 milhões, em menos de um ano, nós já temos, num serviço móvel pessoal, a ordem de seis milhões de acessos à banda larga.

Com relação ao serviço de televisão por assinatura, a previsão é de sair dos cinco milhões que temos hoje, com o Processo que está desenvolvido, aqui, no próprio Congresso Nacional, da abertura, com o PL 29, para a ordem de 18 milhões de acesso em 2018. Os serviços fixos de banda larga vão ser nos próximos dez anos, vão sair dos 14 milhões para 40 milhões de acessos fixos do serviço de comunicação multimídia, que é basicamente o que nós temos hoje, no serviço de telefonia fixa. Este número, somado aos 125 milhões de acessos móveis em banda larga, nós vamos ter, em banda larga fixa e móvel, em 2018, da ordem de 170 milhões de acessos em banda larga. Além disso, com a implementação dessas ações, nós estimamos investimentos da ordem de 250 bilhões de reais para que isso seja viável nos próximos dez anos, que é cerca de 1,8 vezes o que já foi investido nos últimos dez anos, para que a gente consiga ter esse desafio.

Especificamente, no que diz respeito aos serviços de acesso em banda larga, vários projetos, Presidente, vêm sendo desenvolvidos pela ANATEL. E eu queria destacar aqui – para respondê-lo com a questão do móvel – o que nós fizemos recentemente, com a licitação do serviço que nós chamamos de 3G, nas faixas F, G, I e J. O que nós fizemos? Era impossível obrigarmos empresas a ir para o interior do país, pela questão da rentabilidade do serviço. O que a ANATEL desenvolveu, já que nós podemos ter isso em termos de país? Nós obrigamos que aqueles que ganhassem as áreas mais desenvolvidas do país... Por exemplo, quem ganhou a região metropolitana de São Paulo, foi obrigado a levar telefonia celular para todos os Municípios que não tinham no norte do país, e também em banda larga. Da mesma forma, aqueles que ganharam no interior de São Paulo foram obrigados a levar telefonia para a região nordeste do país, para cobrir todos os Municípios. Então, na época, quando foi feita a licitação, o Brasil tinha 1836 Municípios que não tinham cobertura para telefonia celular. Eles tinham que entregar 50% no primeiro ano e 50% no ano vindouro. Eles já atenderam o primeiro, que foi abril de 2009, da ordem de 860 Municípios. Hoje, já atendem 1100 desses 1836 que não tinham, o resto apenas da ordem de 700 e poucos Municípios. Então, em abril do ano que vem, todos os municípios brasileiros terão cobertura celular, e celular já com tecnologia de terceira geração. Então, não teremos mais nenhum Município, em abril do ano que vem, que não seja coberto em função desse processo de licitação, que foi feito o ano passado.

Um novo Plano Geral de metas de universalização, aprovado, nós fizemos uma troca de facilidades, onde as empresas têm que levar centros de desenvolvimento para os grandes Municípios, nós trocamos isso para que ela levasse saída digital de alta velocidade para os Municípios brasileiros. É só obrigado a levar porque não basta levar o acesso para o Município, tem que ter a vazão, a saída daquele Município, que é o grande, o grande entrave que nós vamos ter,

em termos de desenvolvimento, que é o que a gente chama de *backbone* e *backhaul*. Isso foi feito, foi um Decreto do Presidente Lula, que, em 31 de dezembro de 2010, todos os municípios brasileiros também vão estar cobertos com tecnologia digital de vazão daquele Município, como se fosse uma estrada digital saindo do Município, para dar possibilidade que lá os acessos sejam desenvolvidos. Aí provê de velocidades que vão desde oito *megabytes* por segundo até 64 *megabytes* por segundo, nos centros maiores.

O programa banda larga nas escolas, com resultado excepcional, desenvolvido também pelo Governo Federal, em parceria envolvendo o Ministério da Educação, Comunicações, Planejamento, Casa Civil e ANATEL, o projeto tem de levar banda larga para mais de 56.865 escolas públicas de ensino básico, em todo o país, todos os Municípios. Nós já levamos para mais da metade. Hoje, já temos da ordem de 34 mil escolas, uma revolução extraordinária. É gratuito, não é pago, e são colocados gratuitamente, também, no laboratório digital computadores do nível mais moderno que possa e um treinamento, uma capacitação para isso. Esse número, de 56 mil, já passou para, hoje, da ordem de 64 mil, porque o volume de escolas vem aumentando, e o próximo projeto será levado também para as escolas rurais, mas, primeiro vamos levar, e vai cobrir, até o final de 2010, todas as escolas com banda larga. No mínimo, agora, com um *megabyte* por segundo, e, depois de 2010, com dois *megabytes* por segundo. Então, já tem hoje da ordem de 37,1 milhões de alunos no Brasil, atendidos com essa cobertura.

Aparentemente, com esse novo Plano Geral de Atualização e Regulamentação, a Agência vem trabalhando também para disponibilizar novas frequências, principalmente para os Municípios que também queiram desenvolver, através de suas Prefeituras ou de pequenas empresas. Nós desenvolvemos essa facilidade e frequências que não são licenciadas para que também a população possa ter acesso, já que a operadora acha que não tem o resultado econômico. Então... E vamos desenvolver também novas licitações e novas faixas, como tem sido muito debatido, e nessa Casa já foi debatido, na faixa de 450 *megahertz*, com a cobertura muito interessante, 2,5 *gigahertz* e 3,5 *gigahertz*. Também em andamento está a licitação, hoje, da banda H, também complementa a terceira geração, que quer cobrir o restante das áreas com terceira geração. O projeto, como eu disse, o 2.4 e 5.8, que permite também as Prefeituras, condomínios em todos os Municípios, que possa ter acesso a serviço de banda larga de uma forma mais simplificada, quando outorga junto à ANATEL. E, recentemente, com a anuência que a gente fez da compra que a Oi fez da BRT, nós obrigamos a modernização e a expansão da rede de fibra ótica nacional, teve que levar mais fibra que estrada para mais Municípios, e levar também a oferta de recursos de STFC e banda larga. Paralelamente àquilo que ela está levando quando da troca do PGMU, que nós chamamos da troca do PST para o *back row*(F). Assim que ela levar a banda larga para o Município, em termos de estrada, ela é obrigada também a vender, comercializar o serviço, no Município, o serviço de banda larga fixa. 50%, cinco meses depois que ela colocar o acesso físico para sair do Município, mais cinco meses para atender 100% do Município.

Então, com isso, nós vamos ter, no mínimo, nos pequenos municípios brasileiros, dois concorrentes. Ela, como empresa fixa, mais pelo menos uma empresa móvel, de outro grupo, concorrendo. E para os Municípios acima de 30 mil, nós vamos ter pelo menos cinco empresas disputando banda larga. Competição, a gente acha que competição é que faz com que a cobertura seja atingida e os preços caiam. Além desses projetos, e outros projetos que vêm sendo desempenhados pela Agência, é importante ter em mente a questão da transmissão diversos conteúdos gerados para os usuários. O crescente aumento do tráfego, seja pelo aparecimento de novas funcionalidades, consequentemente de novos conteúdos multimídia, seja para inserção digital de localidades antes não atingidas, torna imperativo que a capacidade das vias de transmissão seja incrementada e aí que é o grande incentivo e a grande mudança que nós vamos ter no futuro. Assim, deve estabelecer mecanismos que incrementem uso de fibras óticas para interligação de todos os municípios brasileiros, criando um *backbone* nacional, com altíssima capacidade de transmissão. Para os senhores terem uma ideia, quando lançou-se o serviço de terceira geração no Brasil, de banda larga móvel, a média mundial de tráfego é da ordem de dois *gigabytes* por minuto. O Brasil já começou com três. Hoje, os projetos todos tiveram que ser [soa a campainha] renovados e ampliados, e investidos, e o Brasil chega da ordem de oito *gigabytes* por minuto, ou seja, o brasileiro usa muito mais internet do que qualquer outro lugar do mundo. E isso fez com que as empresas tivessem que diminuir a sua forma de comercialização, para garantir a qualidade dos serviços. Com esse objetivo, como conhecedores desse cenário, como aqui a gente apresentou o estudo... A oferta do serviço. Sabemos que a expansão da rede do território nacional é fundamental.

Com esse objetivo, destaca os pontos fundamentais, a criação, primeiro, de um *backbone* nacional. O *backbone* deve alcançar todos os Municípios do país, com capacidade suficiente para fluir o tráfego em alta

velocidade. A construção do *backbone* pressupõe atuação governamental por meio de incentivos. A implementação do *backbone* pode ser executada por uma ou mais grandes empresas, dedicadas à implantação de infraestrutura de alta velocidade, de modo a permitir o acesso em todos os Municípios, por grandes números de outras empresas. O Governo Federal está para lançar o Plano Nacional de Banda larga, para que a gente possa ter isso no modelo que a gente imagina. Primeiro o atacado, que são essas redes de transporte [soa a campainha] de alta velocidade a todos Municípios. Empresa detentora de *backbone*, imposição metas e prazos, imposição de obrigações. Questão varejo. Também tem que ter redes de acesso, que é primeira e última milha para colocar, seja com móvel, seja sem a móvel. Imposição de metas para quem detém poder de mercado significativo, etc. E estimular o mercado da indústria nacional, que nós vamos ter 380 milhões de acessos. E, além disso, a questão da qualidade e atendimento aos usuários, tem que ser mudado. Tem que ser olhado pela questão da qualidade percebida por esses usuários. Então, a Agência vem trabalhando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesse sentido, de conclusão de metas para todos esses serviços como usuários, a nossa meta principal. Como se pode ver o atual estágio de desenvolvimento das telecomunicações demanda que a atenção especial seja dada pelos órgãos responsáveis e inclui essa Casa, logicamente, queremos ter essa discussão nesse estudo, desse plano que desenvolvemos, responsável pela massificação do acesso em banda larga com o novo paradigma que teremos, levando a toda população, com níveis de qualidade percebida satisfatórios. Somente assim, se poderá promover a inclusão digital e o desenvolvimento dessa população garantindo seu acesso à informação e aos benefícios que daí provém. Muito obrigado. Desculpe pela...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agradeço ao Dr. Jarbas José Valente, pela sua presença, e também justificar que o Dr. Ronaldo Sardenberg, Diretor-Presidente da ANATEL, estaria aqui ontem, data aprazada para a nossa reunião, mas, infelizmente, hoje ele não conseguiu desmarcar o compromisso anteriormente agendado, conforme deu aqui a explicação o Dr. Jarbas José Valente. Peço a V. Sa. que leve ao Sr. Embaixador Ronaldo Sardenberg os nossos cumprimentos e os nossos agradecimentos.

Antes de passar a palavra aos próximos palestrantes, eu gostaria de colocar alguns temas que, se possível, acredito que em nome das senhoras e Srs. Senadores, nós gostaríamos de ver incluídos... Incluídas nas suas explanações. Por exemplo, há uma reclamação generalizada dos usuários de telefonia, com falhas na operação. Na telefonia móvel, por exemplo, há muito o tal de erro de conexão, falta de sinal, quedas nas chamadas, que se tornaram muito comuns. E estariam sendo creditadas a uma demanda surpreendente pelos serviços de terceira geração no país. Na telefonia fixa, por exemplo, quatro grandes panes paralisaram o serviço de banda larga da Telefônica, no Estado de São Paulo, deixando dois milhões de usuários sem acesso à internet por 72 horas, sem que tenha havido, até o presente momento, um diagnóstico definitivo sobre as causas do ocorrido. Diante desse quadro, o setor de telefonia e de telecomunicações está realmente preparado para fornecer serviços de qualidade ao consumidor brasileiro? E como se poderia falar em inovação tecnológica dentro deste cenário?

O segundo ponto diz respeito ao relatório da União Internacional de Telecomunicações, que compara os preços dos serviços de telecomunicações em mais de cem países e considerou os preços desses serviços, no Brasil, entre os mais elevados do mundo, em termos de proporção, que consomem em relação à sua renda familiar. Então, qual o caminho e que atores poderiam estar envolvidos no equacionamento dessa situação, e em que nada contribui para o aumento da acessibilidade aos serviços de telecomunicações, acessibilidade que nós todos julgamos fundamental para o futuro deste país. Por outro lado, o Governo Federal editou recentemente um Decreto fixando normas para o serviço de atendimento ao consumidor por telefone, e o que nós verificamos é que no total das demandas ao serviço de atendimento ao consumidor, elaborado pelo Ministério da Justiça, as telecomunicações, que hoje representam 6% do PIB brasileiro, o setor de telecomunicações tem um peso na nossa economia extraordinário, 6% do produto interno brasileiro, hoje, recai sobre a atividade de telecomunicações, o setor de telecomunicações.

Então, este mesmo setor, ao lado de responder por 6% do PIB, ele respondeu, no período de primeiro de dezembro de 2008 a 31 de maio de 2009, por 61,8% das reclamações. O serviço de atendimento ao consumidor, de todas as reclamações que recebeu, esse serviço recebeu, 61,8% dizia respeito diretamente a problemas na operação dos seus telefones, sejam celulares ou fixos. Para que se tenha uma ideia, bancos, que a gente sempre ouve muitas reclamações de populares, e mesmo de certos setores e sindicatos, respondeu com 7,71% das reclamações, e os cartões de crédito com 17,86% das reclamações. E outra ponderação que faria também, acredito que refletindo o pensamento das senhoras e Srs. Senadores, é no que diz respeito à abrangência, à cobertura da telefonia

fixa e celular por todo esse Brasil, fazendo com que possa haver o acesso à banda larga, ao computador na escola, a acessibilidade para instrução e para educação e assim por diante. Nos foi dito, agora a pouco, pelo Dr. Jarbas, que até abril desse ano todos os municípios brasileiros estarão cobertos pelo sistema de banda larga. E ficamos todos felizes em saber disso, porque, por exemplo, hoje, no Brasil, no Estado do Piauí, 60,5% dos Municípios do Estado do Piauí não são cobertos por sinal digital e, portanto, não têm acesso nem a celular, nem tampouco a computação e acesso digital.

E gostaria também de fazer uma pergunta ao Dr. Jarbas. Se é verdadeira a informação de que a ANATEL vai adotar essa nova tecnologia, da Long Term Evolution, que é quarta geração, em substituição a WiMAX. Se é verdade que essa foi uma determinação, ou foi uma decisão já tomada pela ANATEL, numa reunião do último dia 30 de julho, que submeteu à consulta pública esta proposta, de alteração do regulamento, e se, assim sendo, como isso será aplicado na prática. Dr. Jarbas, por favor.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Bom, Presidente, obrigado. Vou começar pela última. Na realidade, na ANATEL, nós não regulamos tecnologia, e nem impomos que tipo de tecnologia que o mercado deve utilizar. O mercado que escolhe a melhor tecnologia. O que nós estamos desenvolvendo para o futuro é que essas tecnologias, o que for mais possível, que sejam tecnologias nacionais. Por exemplo, a WiMAX. Na faixa de 3.5 *gigahertz,* o Brasil, com a FUNTEL, promoveu desenvolvimento de tecnologia nacional. Então, hoje, tecnologia desenvolvida pelo Centro, nosso, de Desenvolvimento e Pesquisa, que é o CPqD, em parceria com outras instituições, vamos ter equipamentos nacionais utilizando tecnologia WiMAX, na faixa de 3.5 *gigahertz*. Nós vamos colocar, nas próximas estações, obrigações para as empresas brasileiras investirem parte daquilo que está proposto na compra dessa infraestrutura, nas empresas genuinamente nacionais, que vão ter um selo do Ministério de Ciência e Tecnologia, não limitando, também, que outras empresas, venham de fora para o Brasil, venham produzir, desenvolver aqui.

Com relação ao caso específico que se comenta, de que a ANATEL fez numa faixa recente, chamada faixa 2.5 *gigahertz,* foi dar nova destinação para essa faixa, para vários serviços, para ser possível utilizar para banda larga móvel, para banda larga fixa, para televisão por assinatura, e não exclusivamente como era antes, em televisão por assinatura. Essa faixa foi normalizada pela União Internacional de Telecomunicações para ser utilizada, mais eficientemente possível, por todos esses serviços. Então, quem vier, nas novas licitações, a utilizar essa faixa, vai poder usar tecnologia WiMAX, vai poder utilizar tecnologia LTE, e poder usar outras tecnologias que eles queiram--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Elas são compatíveis em termos de prestação de serviços, mas são substitutas. Então, por exemplo, quem quiser colocar tecnologia WiMAX não terá, naquela faixa, tecnologia LTE, mas a escolha é da operadora que vai utilizar aquela faixa, e não imposição da ANATEL. Logicamente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: No mundo, hoje... Isso é muito relativo, porque a gente falar que uma está acima da outra, porque todos os fabricantes, acho, que estão iguais. Então, para nós da ANATEL, a decisão não cabe à ANATEL, cabe às operadoras que vão utilizar dessa faixa, para que o preço seja o menor possível para o usuário, porque, na competição, o preço do terminal é que vai... E da infraestrutura é que vai vencer a guerra de conseguir ter aquele como assinante. Então, o que a ANATEL fez foi colocar em consulta pública, está em debate com a sociedade, por isso viemos debater aqui, nesta Casa, essa consulta. Por que isso foi feito, o que está sendo discutido no mundo todo, da importância do uso eficiente desses [ininteligível]. Como o senhor bem viu, o Brasil vai ter daqui a – nem 10 anos, 2018 – 270 milhões de móveis. Então, o móvel precisa de faixa, móveis em banda larga. Então, temos que olhar para frente, de onde tirar, e com a tecnologia que vier, seja LPS, seja WiMAX... Vamos licitar, agora, faixa de 3.5 *giga*, que basicamente é tecnologia WiMAX, que é dominante nessa faixa.

O que nós estamos hoje colocando em debate é o 2.5, que pode ser utilizado pelas duas faixas. E o 3.5 pode ser utilizado, exclusivamente, quase... Não exclusivamente, porque tem outras tecnologias também, mas o WiMAX preponderando na faixa de 3.5, que é a próxima licitação que a ANATEL deve fazer, até o final desse ano. Com relação à cobertura, só queria alertar o senhor que é até abril de 2010, que todos municípios brasileiros terão cobertura de celular, e aí esses 60,5 Municípios do Estado do Piauí vão ter cobertura com qualidade inclusive com facilidade 3G. Com relação ao atendimento do consumidor, essa é a grande preocupação da ANATEL. Como eu disse na nossa fala, nós tivemos que primeiro criar estrutura regulatória no Brasil, de 97 a 2002, criar as condições de licitar para termos competidores, massificamos o serviço e agora temos que trabalhar fortemente na qualidade desse serviço, ser severos. O que aconteceu, por exemplo,

quando o senhor colocou das paradas que aconteceram na Telefônica. Foi no serviço de conexão à internet, que não é serviço de telecomunicações, é serviço de valor adicionado, mas prejudicou a rede básica, que é serviço de telecomunicações com serviço de comunicação multimídia. E uma dessas paradas foi na própria rede. O que a ANATEL fez? Acompanhamos tudo isso, suspendemos a comercialização dela por um período de dois meses, até que fossem realizados investimentos e um novo projeto, para que as reclamações na ANATEL – que chegavam da ordem de 14 mil reclamações por mês – pudessem cair. Hoje, está em torno de três mil, com uma planta muito maior e com a segurança que a gente gostaria. E assim nós vamos agir com todas as outras empresas, que a gente percebe que essa qualidade não está sendo atendida.

Na questão do 3G, aconteceu algo aparecido. Quando lançaram o serviço no Brasil, a demanda foi muito superior em termos de uso, como eu disse. No mundo usa em torno de dois *gigabytes* por minuto, as redes brasileiras que foram assim projetadas, com um pouquinho a mais, mas os brasileiros usam muito mais, tiveram que automaticamente ampliar a capacidade dessas redes e nós tivemos uma reunião com todos os Presidentes dessas empresas na ANATEL, para que parassem o processo de comercialização sem precisar de uma cautela da ANATEL, diminuísse, criasse as condições de infraestrutura para que isso não viesse deteriorar o serviço básico de voz, e muito menos o de banda larga móvel, e que só depois que esse investimento fosse feito, acompanhado pela ANATEL, que viessem a voltar a fazer. E assim está acontecendo, eles diminuíram o processo de comercialização, de propaganda na mídia... E só estão entrando depois que eles ganham, e têm segurança. Mesmo assim, depois que eles entram até surpreendem de novo com alto tráfego, aí dão uma reduzida de novo e começa.

Nós entendemos que o Brasil... Isso é importante, ou seja, o mercado estava reprimido, porque na facilidade técnica do ADSL, que é usado na rede fixa de telefonia, que é o LP que chega à casa do usuário, aquele usuário faz o serviço de comunicação multimídia, mas depende da distância daquele cabo que está da central. Como a distância acima de 50 quilômetros, eles não conseguem chegar com banda larga. Só móvel. Então, foi muito acima da expectativa que a gente teve, tivemos que fazer esse trabalho, logicamente, tem muita demanda na ANATEL das pessoas querendo móvel e as empresas não vendendo, porque quer vender com qualidade para não vir degradar o serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Jarbas pelas suas explanações. Eu passo a palavra ao Dr. Luiz Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, TelComp. V.Sa. tem 20 minutos para fazer a sua explanação.

SR. LUIZ CUZA: Muito obrigado. Gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão, Collor, e também aos membros do Senado, que também são membros da Comissão, por esta oportunidade de apresentar algumas ideias que a TelComp tem. Em geral, a TelComp tem uma visão bem positiva de futuro de telecomunicações no Brasil. Tem avançado muito, mas agora precisa tomar outro salto, e precisa tomar outro salto nos serviços, não só porque é bom tomá-lo, eu acho que existe uma necessidade do país para fazer esse salto significativo, agora, nos próximos 10 anos.

Em minha apresentação, vou falar de certos temas em que achamos que... Certos temas que existe concordância em geral, mas são muito importantes, e também falar de certas diretrizes focadas em novo Plano Nacional de banda larga que o Presidente Lula já anunciou, que ele tem esse interesse, acho que o país tem esse interesse. E esses comentários estão sendo feitos ao estar olhando muito para o futuro, mas de uma maneira queremos esconder que o setor, hoje, tem muitos problemas, principalmente do ponto de vista do consumidor, porque a visão do consumidor, hoje, não é tão positiva de nosso setor. E também o Brasil tem uma oportunidade de avançar de um país em desenvolvimento para um país desenvolvido, em algo de 15 anos, possivelmente 20 anos, mas tem uma maneira de avançar, e achamos que é saudável o Brasil não se compare tanto com outros países de baixa renda. O Brasil é um país muito rico, e deveria estar comparando-se aos países avançados. E aí o desafio é como chegar lá, não ficar como os outros países que são mais limitados, porque o Brasil tem muitas riquezas.

Sem dúvida todo mundo reconhece que TIC, os serviços de TIC, em si, não são suficientes. Há outras coisas que se tem que fazer. E vou falar dos serviços de TIC, mas temos que nos lembrar de educação, educação também para o uso de TIC, mas educação em geral, no Brasil, na área de TIC, falta muitos recursos, capital humano para trabalho qualificado na área de TIC. São empregos que pagam bem. Cultura tem que ser favorável à inovação e, em geral, o Brasil aceita inovação muito bem, e rápida. A infraestrutura de TIC é algo deficiente para a necessidade do país, para ficar eficiente e economicamente viável precisa de um sistema mais forte de propriedade intelectual, as Leis são boas, mas se você visita a 25 de março não é a implementação dessa Lei que impressiona você. É

preciso uma economia estável, sem dúvida, aberta e competitiva e precisa uma liderança governamental – que vou falar um pouco hoje – de balancear o que o Governo precisa fazer, e como fomentar o setor privado para implementar as políticas públicas do país, porque o setor privado pode fazer muito, e depois o Governo pode ficar nas áreas onde são mais... As rendas são mais difíceis.

Próximo. Vou falar desses seis temas que eu falei, que são... Em geral, todo mundo está de acordo, mas são temas importantes. A nova economia mundial é papel de TIC e essencial. Sem o crescimento, sem o desenvolvimento, os serviços de TIC – e não só pela renda alta, tem que ser para a renda baixa, tem que ser para diferentes sub-regiões, é preciso um plano que seja nacional, mas que considere muito claro as regiões e as diferentes camadas. Tem que ser um plano total. Não é suficiente, ok, vamos cuidar da banda A e B ou vamos ter uma cobertura adequada, suficientes condições para aquele público, e pequenas empresas, também usem. A sociedade da informação, século XXI, baseada em TI, como o Presidente Collor mencionou, você vê os jovens hoje no uso de vídeo, de jogos, mas também como educar as áreas rurais, como educar as pessoas que trabalham em fazendas. Isso vai depender de TIC. Não estou falando de banda larga de um, dois, três, quatro *mega*. O mundo, hoje, já se oferece banda larga de um *giga*. No Japão a média é mais de 100 *mega*. A área rural nos Estados Unidos é 50 *mega*, o objetivo nos próximos dois anos. Então, o Brasil tem que ter esse tipo de meta, pelo menos nossa sugestão. Não tem que fazê-lo, mas é uma sugestão e essa é a oportunidade que tem.

E a TIC representa a produtividade, emprego, eficiência de mercado, qualidade do serviço, inovação e inclusão digital. É algo essencial. Próximo. Também, a economia digital resulta em crescimento. A maneira que os países e, hoje, no mundo, um número significativo de países na Europa, também, a União Européia, nos Estados Unidos, Japão, Coréia, Austrália, e outras áreas, já tem planos de TIC 2020. Se está olhando o que precisa fazer em 2020 para definir o que se precisa fazer hoje. Com esse tipo de visão, o mundo pode definir as decisões corretas, avaliar as decisões corretas, hoje. O impacto social e econômico pode ser acelerado ou não, depende das ações ou inações, mas não é automático. O crescimento da tecnologia não automaticamente vai beneficiar o país, precisa do que o país faz, do que o setor faz, do que o Governo faz e eu vou falar assim, de uma Agenda Legislativa, que gostaríamos de recomendar, um aspecto. Então, é preciso o que se vai fazer. O Brasil precisa um Plano Nacional de banda larga, para o crescimento econômico do país, não só um plano para termos uma cobertura ampla, a medida desse plano tem que ser o uso. O uso das áreas rurais, uso em pequenas cidades, microempresas... Essa é a maneira de medir o sucesso, ou não.

E, também, agora gostaria de falar de algumas diretrizes onde possivelmente não existe tanta concordância. Certas diretrizes, que achamos que esse Plano Nacional de banda larga precisa... Deveria considerar a assumir. Próximo. A primeira é uma diretriz de finalidade desse plano, é a concorrência, a competição. O consumidor precisa ter o direito de premiar o serviço bom, o serviço que ele considera de valor, e também de punir as empresas que dão esse serviço. Mencionando um exemplo, hoje, que uma empresa não dava os serviços adequados, mas o consumidor não tinha a oportunidade, parte desse consumidor não tinha oportunidade de punir essa empresa. Porém, eu moro no centro de São Paulo, centro de São Paulo, na cidade mais rica da América Latina, eu tenho opção de uma operadora. Imagina as áreas rurais, imagina as pequenas cidades. Então, um dos objetivos tem que ser que, ao fim deste plano, tem que haver ampla competição. E, para nós, competição é quatro ou mais. Não uma, não duas, não até três, tem que ser quatro ou mais opções. E lembra que, no Brasil, existem mais de 1500 operadoras que tem licenças da ANATEL, e muitas delas, se as regras fossem corretas, trariam serviços de qualidade a seus clientes. Então, essas questões têm que resolver.

Próximo. Segundo a diretriz... Segunda diretriz é que tem que ser um escopo nacional. Não pode ser duas, três cidades, ou só focar em show. Tem que ser algo real. Tem que ser consideradas realidades locais e, como mencionei antes, também, as diferentes camadas. Tem que ser um Plano Nacional que garanta as grandes variedades da realidade do Brasil. Se fala, aqui, de muitos brasis, que a realidade tem que considerar. Tem que haver instrumentos do Governo Federal adotar e estimular o uso de TICs em diferentes tipos de empresas. Isso precisa definir ferramentas que os governos estaduais terão que desenvolver as TICs nos Municípios. Municípios precisam ser digitalizados, a cidade de São Paulo, hoje, [ininteligível] cidade de São Paulo pela infraestrutura não estar digitalizada. E uma cidade considerada rica, e há, no resto do mundo, esse [ininteligível], um som de alto valor, só precisa o foco.

Próximo. A penetração medida por uso. Hoje, no Brasil, a política do Brasil é que a universalização é considerada pela oferta. Isso quer dizer todos vocês tem direito a comprar uma Ferrari, porque a oferta existe. Isso não quer dizer que vocês podem comprar uma Ferrari. Por que você vive ao lado de Hospital Einstein

não quer dizer que você tem os seis mil reais diários para esse serviço de saúde. A mesma coisa com as telecomunicações, os serviços de telecomunicações de TIC. Tem que ser considerado o uso. Sucesso esse uso, a penetração. Não só a oferta. E também tem que ter legitimidade nos dados que se estão usando. Hoje, no Brasil, também por regra, uma operadora pode oferecer uma banda de quatro *mega*, mas o cliente só recebe 10%. Se essa é a realidade, esse circuito deveria ser contado como 400 *kilobytes*, porque senão nunca vamos aumentar. Nunca vamos medir se estamos avançando ou não. Próximo.

Outra finalidade do fim é a urgência. O Brasil não tem a oportunidade de fazer isto em outro tempo. A revolução de TIC já tem 20 anos, e nos próximos 10 anos muitos dos países do mundo esperam um salto significativo. Essa urgência de desenvolver o Plano Nacional de banda larga, como o Presidente Lula tem feito de maneira correta, é urgente. Próximo.

Transparência. É importante que, não só o setor e o Governo, sejam os participantes em desenvolver este plano. É preciso que todos os setores importantes da sociedade, como agricultura, educação, defesa, associações como CNI, FIESP, Associações de Consumidores [ininteligível] e desenvolvimento desse plano precisa um apoio amplo. E, também, esses estudos – e devem ser passados estudos técnicos e também econômicos – os estudos precisam ser claramente com objetivo, e acessível a toda a sociedade. Próximo.

A diretriz do meio deve ser feita com uma fundamentação científica, devem ser feitas as metas desse Plano Geral de Banda Larga, e os objetivos desse plano têm que ser baseados em estudos científicos. Não é eu acho, você acha, ele acha. Estudo científico que considera, como eu mencionei antes, as diferentes regiões, as diferentes necessidades, diferentes camadas econômicas da indústria, etc., e também social. Ok. Próximo.

Consistência. Precisa ter linhas mestras desde o princípio. A consolidação e modernização do aparato institucional precisam ser consideradas para a agilidade desse aparato para assegurar que esse objetivo vai ser cumprido e precisa evitar inconsistências legais, que travem a implementação desse plano. Próximo.

Credibilidade institucional e clara definição de papéis. Uma das diretrizes que estamos sugerindo é que desde o princípio, ou bem cedo nesse processo, se clarifique quem é responsável pelo quê. Quem vai fazer o quê, que área vai ser algo de que setor, vai ser algo de outras associações afora do setor, ou grupos, universidades também de Governo, do Estado... Tem que haver algo claro, porque se vamos ter metas que são mensuráveis, é preciso estar seguro que todas as pessoas não digam a outro ou aqui, tem que ser bem claro quem é responsável e não para punir, para assegurar se precisa mais recursos, se não entendem o objetivo, aquilo que precisamos fazer ou fazer mudanças quando são necessárias.

E a última diretriz – próximo – é as medidas de controle e acompanhamento, e aqui entra a Agenda Legislativa. Um dos... Vamos ao próximo e vamos voltar. O Brasil tem política... Não, vamos em frente. Aí. Para aí. O Brasil tem políticas públicas no setor de telecomunicações muito, muito boas. A Lei Geral ainda tem muito valor, é uma Lei modelo, tem muito valor, poderia ser... Possivelmente precisa certas modificações pequenas, mas em geral uma boa Lei, o Decreto presidencial do Presidente Lula de 2003 é um bom Decreto. É um Decreto que, se fosse implementado especialmente em 2003, 2004, 2006, a situação hoje seria muito, muito diferente do ponto de vista de preço, qualidade e inovação, mas algo ocorreu com essas políticas públicas, que não deu certo. Próximo... A próxima e depois vamos voltar.

Aqui algumas das metas de políticas públicas de Brasil. Algumas delas são suas, outras são do Presidente Lula, mas são de Governo e Congresso. LGT foi em 97, portabilidade numérica foi regulada, pelo ponto de vista de uma regulação, em dezembro de 1998, foi implementada em 2008, 2009. Dez anos para essa implementação, estava em Decreto presidencial, tomou 10 anos. O plano de numeração de CCMs, de 2001, é um plano que daria às operadoras de Voip, de CCM, números. Outros países fazem. Não é nada problema técnico. O número de concorrentes que existiriam hoje – lembra 1500 operadoras que tem licenças – esse número seria incrivelmente muito mais alto. Até cidades pequenas tem serviços de provedores de internet, e muitos deles têm licenças da ANATEL que poderiam dar esse tipo de alternativa. Esse atendimento mais pessoal à população. Ainda não foi implementado. O Decreto foi em 2003, tinha coisas como revenda, tinha modelo de custo, foi em 2005 que reduziria os preços significativamente, dos serviços e PGE agora vem em 2008. [soa a campainha]

Estou falando disso, não porque quero olhar o passado, mas vamos voltar duas vezes, vamos sugerir que se precisa uma Ação Legislativa que, diferente da Lei Geral, seja uma Ação Legislativa com cronograma de implementação. Se a Lei Geral do Plano... Plano de Numeração tem que ser feito um ano e meio, tem que ser feito, pela Lei. Política pública tem um cronograma. Portabilidade numérica, você pode fazer em ano e meio também? Um ano? Isso era feito em século passado, tinha essa oportunidade. Sem esse cronograma, pela cultura que existe da experiência que demonstrei, sem

esse tipo de cronograma... E também recomendamos que nesse plano que existam reportes semestrais a essa Comissão do Senado, de Infraestrutura, e também a uma Comissão que o Congresso, a Câmara dos Deputados defina, semestrais para demonstrar avanços, dificuldades, necessidades de mudança de Leis, etc., etc. Sem esse tipo de controle, podemos ter de novo uma Lei ou um plano, que em cinco ou dez anos ainda não avançou da maneira que o país precisa. Ok, vamos em frente. Acho que... Mais. Ok, este é meu último slide.

O novo Plano de Banda Larga para o crescimento econômico do Brasil precisa de políticas públicas claras e visionárias de médio e longo prazo [soa a campainha] envolvendo todos interessados, e que identifique o que tem que ser feito em curto prazo. Não é um plano para só fazer algo amanhã, é para fazê-lo hoje. Uma agência reguladora, independente e não independente que não segue políticas públicas, mas independente do ponto de vista do orçamento e conhecimento técnico para implementar essas políticas públicas e – reportando-se aqui ao Congresso – regularmente, para os ajustes necessários. E uma agência ágil na implementação dessas políticas públicas do setor e, portanto, já falei disso. O Executivo e os segmentos da sociedade interessados, não só o setor e o Governo, precisam ser participantes importantes nesse desenvolvimento desse plano, e a liderança governamental que favorece o equilíbrio entre a promoção da tecnologia e a liberdade de mercado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Luiz Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, TelComp. Gostaria de registrar a presença, na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, da Sra. Leonor Collor, representante da delegação da Comissão Europeia no Brasil. Seja muito bem-vinda.

Eu passaria a palavra, agora, ao Dr. Maurício Giusti, Diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica. V.Sa. tem 20 minutos.

SR. MAURÍCIO GIUSTI: Bem, bom-dia. Caro Presidente, caros Senadores, caros presentes, colegas de Mesa. Primeiramente eu queria agradecer bastante a oportunidade de poder discutir um tema que é um assunto, na nossa perspectiva, bastante... Bastante relevante, bastante importante, para o país. Gostaria também de prestar os sentimentos aí pelo falecimento do Senador Alberto Silva, e pedir desculpas pela não presença do Presidente da Telefônica, Antônio Carlos Valente, que estava aqui previsto de participar dessa reunião, que estava programada para ontem, mas em função de agenda e compromissos, que não foi possível se adiar, ele não pôde estar presente aqui hoje, mas gostaria muito de estar aqui presente com vocês todos, para poder estar discutindo.

Eu vou tentar aqui passar um pouco algumas perspectivas. A próxima, por favor. Algumas perspectivas sobre a evolução do setor de Telecom, a relação com investimentos, como esse setor de Telecom é muito baseado em infraestrutura e investimento, e algumas perspectivas sobre desafio para o setor. Nessa primeira parte, a evolução do setor de Telecom, eu vou andar um pouquinho mais rápido que o previsto, porque o Dr. Schymura, o Dr. Jarbas Valente já colocaram alguns dados, algumas perspectivas. Então, eu vou passar um pouquinho rápido para poder ir para a próxima, por favor.

Bem, nesse... Nessa perspectiva de evolução do setor de Telecom é importante, a gente colocou isso aí, acho que o Dr. Schymura colocou essa evolução, mas quando a gente percebe a evolução do número de serviços experimentados nos últimos 10, 12 anos no setor de telecomunicações, é uma figura bastante impressionante. É um aumento de quase sete vezes em número de acessos, um crescimento inicialmente muito forte em telefonia fixa, uma estabilidade seguida, aí a partir dos anos de 2001, quando se concluiu as metas de universalização e um crescimento muito forte de telefonia celular, um crescimento que, indo à época, início de privatização, quando se existia algumas projeções, acho que nunca ninguém fez nenhuma projeção, aonde a gente chegaria a ter 150, 160 milhões de usuários de linhas de telefonia móvel. A próxima, por favor.

Essa disponibilização de acesso no serviço de telecomunicação gerou um instrumento de inclusão social bastante importante, especialmente nas camadas da população com renda mais desfavorável, tanto do ponto de vista de telefonia fixa como de telefonia móvel. Hoje, a gente tem aí um... Um número de acessos por habitante, aí, no país, por volta de 18, 18,2 acessos por 100 habitantes, que é um nível, comparativamente com o PIB do nosso país, ligeiramente acima do que seria a média mundial. Próxima, por favor.

Em termos de municípios atendidos com serviço móvel, com banda larga, isso vem experimentando um crescimento bastante significativo. O Dr. Jarbas colocou um pouco a perspectiva de telefonia móvel para os próximos anos, telefonia fixa, basicamente desde 2001, 100% dos municípios brasileiros estão atendidos com a estrutura, com infraestrutura de telefonia fixa, e um serviço de banda larga – aí quando coloco banda larga estou colocando mais banda larga fixa e

não banda larga móvel – que sobe constantemente aí ano contra ano. O próximo, por favor.

A telefonia fixa, além dessa perspectiva de penetração em Municípios, tem uma perspectiva bastante desafiadora de levar o serviço de telefonia fixa até localidades – e aí estamos falando de localidades bastante pequenas – localidades com mais de 100 habitantes já são consideradas dentro das metas de penetração e telefonia fixa, sendo que hoje o setor como um todo leva quase a 37 mil localidades o serviço de telefonia fixa. O próximo, por favor.

Aqui, a gente tem um pouco a perspectiva dos municípios que são atendidos hoje com banda larga – e de novo estou colocando banda larga fixa – onde a gente percebe que mesmo municípios com uma faixa populacional de cinco a 10 mil a gente já tem quase dois terços desses municípios com disposição de serviço de acesso de banda larga. Isso, obviamente, não é suficiente. O desenvolvimento vai ter que ser muito mais forte nesse sentido – vou falar um pouco mais na frente sobre essa perspectiva – mas é um passo já importante que foi dado no setor. O próximo, por favor.

Esse é um pouco a figura do valor bruto. Toda produção do setor de telecomunicações no Brasil. Em 2008, o valor alcançado foi quase 180 bilhões de reais, o que equivale a 6.1% do Produto Interno Bruto do país. Vale lembrar que desse valor, de quase 180 bilhões de reais, cerca de 43% disso são impostos. Impostos que sobrecaem sobre o setor de Telecom de forma bastante elevada. Um dos pontos que o Presidente Collor mencionou sobre um estudo que foi feito pela ITU recentemente, fazendo comparação de preços de serviços de telecomunicação, esse estudo é bastante abrangente, o número de países que cobre, mas ele não faz uma comparação em bases equivalentes em relação à questão tributária. E o Brasil, hoje, tem uma das taxas tributárias mais altas de todos os países existentes em que o estudo foi feito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MAURÍCIO GIUSTI: Eu não tenho de cabeça, mas existem países hoje com 5%, 10% de carga tributária para o setor todo. Próximo do Brasil não tem muitos países, não. Eu tenho que levantar. Não tem nenhum.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MAURÍCIO GIUSTI: A carga tributária no Brasil é bastante elevada. Então, somente para dar um exemplo, aqui, para tangibilizar um pouco essa questão, nós em São Paulo temos um produto de banda larga de entrada de 29 reais; 29 reais, se a gente for tirar os impostos disso daí é um produto que custa mais ou menos, em torno líquido para o usuário, sem os impostos, alguma coisa em torno de 17 reais; 17 reais são 10 dólares; 10 dólares, se a gente for comparar em termos equivalentes com outros países, e fazendo também exclusão de impostos nesses países, a gente não está... Não é a banda larga mais barata do mundo, mas certamente não é a banda larga mais cara do mundo. A gente está em um nível intermediário superior entre as bandas largas mais baratas do mundo. Então, é importante nessa questão de preço a questão tributária, eu vou comentar um pouco mais para frente a questão tributária também. A próxima, por favor.

Aqui a gente tem uma perspectiva sobre emprego. O setor de telecomunicações gera um volume de empregos bastante importante, são quase 400 mil pessoas empregadas diretamente pelas operadoras, e aí a gente está falando de indústria, as empresas que fazem implantação dos serviços, as operadoras, as empresas de *call center*. É um volume bastante importante, e é um volume que cresce. De 2007 para 2008 houve um crescimento de quase 14%, se a gente comparar ao período 2000, que foi dois anos logo depois da privatização, com os números que a gente tem hoje, a gente quase que dobrou a massa de pessoas empregadas pelo setor e aí a gente está falando de empregos diretos. O Dr. Cuza colocou de forma bastante apropriada os impactos que o setor provoca em termos de produtividade, geração de emprego, educação... Então, tudo isso tem outro impacto que não está capturado nesse crescimento de empregos, que é bastante relevante. Próximo, por favor.

Dr. Schymura colocou também a perspectiva de um estudo, talvez a fonte seja até a mesma, só que o Dr. Schymura colocou um pouco falando sobre telefonia móvel e sobre países. Em resumo, basicamente, o Banco Mundial fez um estudo esse ano tentando medir um pouco qual é o impacto que o aumento da penetração de serviços de telecomunicações provoca na economia de um determinado país. E aqui estou pegando especificamente o caso de aumento de penetração do serviço de banda larga fixa em países de economias emergentes. E a conclusão do estudo Banco Mundial é que, de cada 10% que se aumenta a penetração do serviço de banda larga fixa, o impacto disso no crescimento do PIB é 1,38%, o que é um número bastante significativo. A gente não tem uma análise comparando quais são outros alavancadores que existem na economia para se fazer o crescimento do PIB, mas, com certeza, telecomunicações, banda larga é um dos mais eficientes. É uma das alavancas mais eficientes de fazer aumento de PIB. E, de novo, pegando carona no que o Dr. Luiz Cuza colocou, a gente está falando de

aumento de produtividade, redução de custos, acesso à educação, geração de emprego, desenvolvimento de tecnologia, inovação, comércio eletrônico... Enfim, tem uma série de aspectos que são... Que são manipulados na economia nossa, que gera um impacto dessa natureza. O próximo, por favor.

Bem, em relação a investimentos, aqui tem um quadro sobre os investimentos realizados no setor desde o momento da privatização. Foram quase 163 bilhões, esses números vão até primeiro *quarter* de 2009 e aí mais do que mostrar o volume desses investimentos ou evolução deles, o meu objetivo aqui é... E ponto que gostaria de fazer é que todo esse crescimento que todos nós aqui, acho que, de uma forma ou de outra, colocamos aí sobre aumento de penetração, aumento de serviço, crescimento de base, por trás disso tem um volume de investimentos bastante elevado, que foi feito nesses últimos anos, para que o serviço alcance o índice de cobertura, a disponibilidade do serviço da forma como ele acontece. Então, o setor de telecomunicações é um setor eminentemente de capital intensivo, onde é necessário bastante investimento para se alcançar esses desenvolvimentos. Próximo, por favor.

E se a gente for colocar, agora um pouco em perspectiva de futuro, e olhar um pouco para frente o que vem pela frente em termos do nosso setor de telecomunicações e de TIC, existe uma série – e muitos de vocês aqui já devem ter sentido isso nas suas casas, nas suas residências – uma série de novos serviços, novas possibilidades, que a conectividade, a banda larga, a internet, abre em termos de serviços, seja serviços como televisões de alta definição, pear to pear, vídeo telefonia, videoconferência, jogos *on-line*, educação à distância, telefonia IP... Existe uma série de novos serviços que estão sendo desenvolvidos e que estão surgindo dia após dia na nossa indústria.

Além disso – a próxima, por favor – outro aspecto que é bastante importante que eu queria colocar aqui é o crescimento de tráfego. Quando nós falamos de todas essas aplicações novas, sejam elas de vídeo, de internet, de e-mails, de vídeos chamadas, isso gera aumento de tráfego na rede bastante significativo. Só para vocês terem uma ideia, em termos de tráfego, o tráfego americano de internet, tráfego IP americano de internet de 2006, é 1,50 avos do tráfego americano previsto para 2015. Isso quer dizer pouco mais de dez anos, pouco menos de dez anos o tráfego nos Estados Unidos vai aumentar quase que 50 vezes em termos de volume. E o tráfego medido começa a avançar em dimensões que até então nem existiam. A definição hoje é do *zettabyte*. O *zettabyte* hoje é uma definição que na verdade são... É um *byte* com mais 23 zeros. A gente está acostumado, hoje, com *megabyte*, *gigabyte*, algumas coisas já estão saindo em termos de *terabyte*, mas aí depois do *tera* a gente tem o *petabyte*, o *exabyte* e o *zettabyte*. A gente está falando de volumes de tráfego bastante significativos, 23 zeros. Então, se a gente fosse botar isso em moeda, nem sei como é que chamaria isso daí. Trilhão, zilhão... O que seria. Próximo, por favor.

Aqui a gente colocou um estudo, na verdade fontes de dois estudos, um estudo da Frost & Sullivan, que é um instituto de pesquisa, que em 2009, sobre a perspectiva de crescimento da base de usuários de telefonia móvel no Brasil, onde a perspectiva é sair de 2007, 120 milhões, 2014 – eu peguei 2014 porque é o ano da copa do mundo – então a gente deveria chegar em 2014, na copa do mundo aqui no Brasil, com 220, 225 milhões de usuários de telefonia móvel. Em termos de banda larga, e aí a banda larga fixa, a perspectiva é sair de nove para 22. Então, aumento de duas vezes e meia, quase, em termos de número de usuários. E aí, à direita, o crescimento de tráfego, não tinha dados de Brasil, mas dados de América Latina, onde o crescimento do tráfego de internet nos próximos... Daí não até a copa do mundo, mas até 2012, e 2012 está logo ali, está falando em 11 vezes o número do crescimento. Se a gente for fazer uma analogia aqui, muito rápida, com que seria isso comparativamente com o sistema viário de uma cidade, significa que a gente teria que aumentar o número de vias dessa cidade em duas, três vezes, e o número de carros que estariam trafegando nessas vias, ruas, avenidas, estradas, aumentaria quase 11 vezes.

Então, um pouco a conclusão aqui que fica bastante clara é que essa onda de investimentos que foi concluída, em termos de levar serviços em nível de cobertura bastante alto, na verdade ela tem uma continuidade muito forte na sequência. Toda a estrutura que a gente tem hoje tem que ser aumentada, multiplicada por um volume muito grande. O Dr. Jarbas colocou alguns números de perspectiva de investimento daqui para os próximos anos e, com certeza, são números muito importantes e muito significativos em termos de... Até comparativamente com outros setores, setor de petróleo, setor automotivo, quando a gente olha investimentos necessários para chegar nesses níveis de capilaridade, vão ser volumes bastante fortes. A próxima, por favor.

Nessa perspectiva, o desafio futuro, na nossa perspectiva, demanda uma prioridade nacional para tratar o tema. É importante estabelecer um Plano Nacional de Banda Larga, que apresente de forma clara a prioridade nacional quanto ao desenvolvimento de políticas públicas que promovam, de forma muito rápida, a evolução do marco legal, regulatório, e relações

de consumo, com vistas que esse investimento necessário para dar vazão a essa demanda seja realizado, e a aplicação de tecnologias voltadas para soluções sejam oferecidas à sociedade, ao Governo. As políticas públicas nessa área deveriam contemplar, dentre outros, aspectos o estabelecimento de metas de cobertura bastante agressivas. Aqui, o número que a gente coloca são 150 milhões de pessoas com acesso a banda larga, internet, seja ela fixa, seja ela móvel, ou 75% da população até 2014. Isso nos levaria a níveis de desenvolvimento bastante significativos, tanto em termos de crescimento como termos de inclusão social da nossa população. E, na nossa perspectiva, essas medidas têm que ser definidas sobre um princípio de coerência, clareza, simplicidade e com ausência de exigências burocráticas, no sentido desse novo modelo ser implantado, esse Plano Nacional, ser implantado de forma bastante importante. O próximo e último, por favor.

Algumas políticas públicas que a gente entende que sejam necessárias para contemplar esses desafios, a primeira delas, eu coloquei, é o princípio, uma desoneração dos tributos e serviços e investimentos tanto a âmbito Federal, Estadual e Municipal, se o setor é entendido como setor estratégico, como setor que tende a alavancar a economia, a gerar inclusão digital, o olhar que tem que dar a esse setor é diferente, é o que está sendo dado hoje. Fazendo uma comparação – não entre Brasil e outros países – mas dentro do país, hoje os serviços de telecomunicação são tributados de forma bastante alta mesmo, comparados com outros produtos que talvez não tenham a mesma importância social e de desenvolvimento que tem o serviço de telecomunicação. Outro aspecto é a locação de novas faixas de radiofrequência para construção de redes acesso de banda larga. Acho que alguns desses aspectos já foram colocados aqui, é importante que isso flua da forma mais rápida e mais eficiente possível, para que novos investimentos sejam feitos. [soa a campainha]. Localidades distantes, como regiões rurais, redes fixas são muito ineficientes para se atingir esse público. Então, radiofrequência é uma alternativa bastante importante.

Oferta ao mercado de novas outorgas, prestações de serviços, eu coloco aqui, como exemplo, telefonia... Televisão por assinatura, onde a gente tem várias cidades hoje no Brasil que ainda não tem um operador, porque não existe ainda uma outorga para essa prestação de serviço.

E, por fim, e talvez um dos aspectos mais importantes que eu acho que também já foi mencionada, a manutenção da estabilidade do ambiente jurídico institucional regulatório, respeito aos contratos, que é condição fundamental para atração de investimentos e para a realização desse investimento todo, que temos pela frente.

Então, é isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Maurício Giusti, Diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica. Passaremos, agora, a palavra aos Senadores inscritos.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral.

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, demais convidados, Dr. Jarbas Valente, Dr. Luiz Cuza, Dr. Luis Schymura, Dr. Maurício Giusti. Primeiro, pedir desculpas porque hoje, concomitantemente à Infraestrutura, a Comissão de Agricultura está funcionando, a Comissão de Assuntos Econômicos está funcionando, e como não dá para ocupar três espaços ao mesmo tempo, então, eu estou correndo para lá e para cá para ver se eu consigo dar conta das Comissões Permanentes, hoje, que estão funcionando nesse momento no Senado. Mas, primeiro cumprimentar os expositores, os convidados, um tema fundamental para o país, estratégico para o país. Aliás, a Comissão de Infraestrutura tem discutido questões fundamentais para o país. Aqui nós discutimos nestes... Nesses painéis todos, hoje é o último daquele primeiro programa que foi aprovado, o programa sugerido por V. Exa., e que ocorreram todas as segundas-feiras os painéis, mas nós abordamos aqui temas extremamente importantes. Hoje, telecomunicações, já tratamos de energia elétrica, petróleo, gás, desenvolvimento urbano... Coisas que estão no dia a dia da nossa gente, do nosso povo. E volto a insistir, o maior desafio que o Brasil tem, que é a infraestrutura. Às vezes, a gente fica nessa confusão aí, bate boca para lá, para cá... Mas a infraestrutura é ainda a prioridade máxima do Brasil. Eu não vejo... Não vejo outra forma de o Brasil crescer e se desenvolver se nós não tivermos um comprometimento forte com a infraestrutura do país. Então, mais uma vez, registrar aí a importância dessa audiência.

Eu queria fazer algumas considerações, e depois também algumas perguntas, até porque eu também não tive oportunidade de assistir todas as exposições. Então, se eu eventualmente fizer alguma pergunta, que já foi aqui devidamente explicada, eu peço desculpas. É por causa da confusão que nós estamos hoje aqui, das Comissões. Mas um dos pontos que eu queria destacar é a Lei Geral de Telecomunicações, como foi dito aqui pelo Luiz Cuza, foi uma lei importante, uma lei boa. Aliás, um registro, uma coisa importante que verifiquei na maioria das exposições é a segurança jurídica, a preocupação com a segurança jurídica e com a Legislação brasileira, que dá certa tranquilidade para os investidores. Então, eu entendo... Esse é fator muito

importante, acho que está transformando o Brasil em um país atrativo para os investidores. Não só na área de telefonia, de telecomunicações, mas também em outras áreas, mas sempre muito presente a questão de segurança jurídica, Legislação estável, isso é importante para o país. Outro ponto também que eu vi é a questão das Agências Reguladoras. Autônomas, independentes, com gente competente comandado as Agências, e, ao mesmo tempo, com orçamento. Todos nós aqui já discutimos o papel das Agências Reguladoras, mas um dos grandes entraves é a questão orçamentária. Nós aprovamos autonomia, nós aprovamos no orçamento os recursos que as Agências solicitam, mas depois esses recursos são contingenciados. Então, existem vários projetos tramitando, também, até para constitucionalizar as Agências, que acho que é um avanço grande também. Está tramitando pela Infraestrutura, acho que passou pela CAE também. Então, esses são pontos, na minha leitura, de extrema relevância. Quer dizer, o marco regulatório, o arcabouço jurídico, a segurança jurídica, Leis estáveis...

É inegável o avanço do setor de telecomunicações no Brasil. É inegável o que se se fez nos últimos anos. Desde 97, se não me engano, 98. Inegável, isso. Na telefonia móvel, na telefonia fixa, na banda larga... Concordo, o Luis falou aqui, que você tem bandas de quatro *mega*, mas na verdade equivale a 400 quilos. Não dá. Quem é usuário desse serviço entende muito bem o que foi dito aqui. Nós ainda temos muitas deficiências, mas eu queria fazer algumas considerações que eu entendo... Primeiro, a fusão da Oi com a Telemar. Há tempos nós fizemos um debate, acho que o Luiz estava, Luis Schymura estava, também o Luiz Cuza, sobre a questão de... Naquela época pairava no ar essa fusão, mas ainda era uma coisa meio nebulosa, mas eu achei que foi um avanço. E essa fusão acho que foi importante para o país. O que aconteceu no Brasil tem acontecido em outros países, também, do mundo. Uma preocupação grande... Eu não sou xenófobo, Presidente, de forma nenhuma. Eu sou um dos últimos aqui, a ser... Mas acho que uma empresa nacional de telecomunicações é importante, e privada, e esse movimento tem acontecido em vários países também. Também não é nenhuma grande novidade. Não sei se os expositores concordam, talvez muitos deles não concordem, mas eu estou aqui externando minha posição pessoal.

Mas a primeira pergunta que eu entendo como... Até para a gente aproveitar essa discussão. Na opinião dos convidados, dos especialistas, quais os aperfeiçoamentos que deveriam ser feitos na Lei Geral de Telecomunicações? É uma Lei boa? É. O país avança? Avança. Naturalmente as Leis vão ser aperfeiçoadas em função dessa realidade. Então, quais os aperfeiçoamentos, se é que existe a necessidade de algum tipo de aperfeiçoamento na Lei Geral de Telecomunicações? É a primeira pergunta que eu queria dizer. Outra coisa é o seguinte: Eu ouço falar muito de que telefonia celular, nós batemos recordes, não sei o quê, 160 milhões de aparelhos. É isso mesmo? A telefonia fixa, no Brasil, está desaparecendo? Qual é o papel da telefonia fixa no Brasil, comparativamente a países no mesmo estágio de desenvolvimento do Brasil ou países avançados? Porque a gente vê que parece que telefonia fixa virou... Ficou démodé. Aqui parece que alguém já falou isso, mas como eu não estava presente, talvez eu repita algumas... Eu estou vendo aqui uma... Então, qual é a posição do Brasil com relação à telefonia celular no mundo? E qual é a posição do Brasil com relação à telefonia fixa? Para a gente ter uma ideia de como é que as coisas estão acontecendo.

Outra pergunta, que eu não sei se alguém falou aqui. O que vai acontecer com a Eletronet? Eu vi algumas discussões aqui, falando do papel das empresas privadas, que eventualmente poderia haver espaço para o Governo, em determinadas atividades. Será que essa participação do Governo é via Eletronet? Por exemplo, para atender internet, nesse programa intensivo de colocar banda larga nas escolas, será que o que falta para concatenar essa ideia é isso? Ou não? Ou as operadoras é que deveriam ser prestigiadas nisso? A Eletronet está aí, espalhada pelo Brasil, cabos de fibra ótica dentro dos cabos para-raios, dentro dos cabos para-raios das linhas de transmissão. O que vai ser feito com esse ativo? Qual é o futuro disso? Isso as companhias vão adquirir, arrendar, ou o Governo vai assumir essa operação, o Governo vai atender especificamente esse programa nas escolas... Quer dizer, onde é que a Eletronet vai se encaixar?

Outra questão, também, que eu gostaria de perguntar é o seguinte, eu fiz agora recentemente uma... Fiz um debate lá na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sobre internet, sobre... O Brasil é um país em que o número de internautas, eu vi, números impressionantes, por exemplo, o mês de julho era uma barbaridade, eram 34 milhões de internautas, 60 milhões de pessoas acessaram internet, são números absurdos. Aí eu vi hora, a média brasileira, 71 horas de internet, quer dizer, um número absurdo, mostrando que a internet, como disse o Dr. Valente, ela veio para ficar e no Brasil ela é utilizada intensamente, mas, eu tenho uma preocupação. Por exemplo, a gente está vendo internet nas escolas. Tem outros programas aí ligados a hospitais... Enfim, uma série de... Nós estamos disponibilizando os meios, mas o pessoal está preparado para... É igual, por exemplo, alguém me dar...

Deram um exemplo aqui de uma Ferrari. É igual me dar uma Ferrari para eu entrar em um grande prêmio de fórmula um, ou uma Braun(F), que está mais na moda. Não adianta nada, eu não tenho condição, não tenho competência para dirigir um carro desse.

Então, existe um programa associado de educação, de qualificação? Porque não adianta botar um tremendo instrumento se eventualmente o professor não entende, se a gente não tem uma coisa já previamente pensada ou refletida sobre isso. Eu acho que esse é um tópico, também, que eu não posso deixar de considerar, porque me preocupa muito isso. Espalha, bota internet, bota em aldeia, bota em tudo quanto é lugar, mas cadê o homem nesse negócio aí? As pessoas, como é que isso vai ser utilizado? Como é que isso vai trazer benefício para as comunidades? Ainda não consegui vislumbrar isso, e olha que nós temos colocado... Agora mesmo estive numa aldeia, colocamos pelo "Luz Para Todos", nós colocamos um laboratório de informática... Enfim, então, acho que esse é um ponto também importante. Nós precisamos atender, mas nós precisamos dar os meios necessários para que essas pessoas se utilizem de uma ferramenta espetacular que, no meu ponto de vista, é a internet.

Outra questão também que eu queria... Isso foi muito debatido, e aqui o Dr. Maurício Giusti falou assim, meio *en passant*, mas a impressão que me deu é que eles estão extremamente interessados. É a questão de TV por assinatura em companhia de telefone. Quer dizer, qual é a leitura que se tem? No meu ponto de vista, isso aí é um... Existem projetos que estão tramitando aqui no Congresso sobre isso, quer dizer, abrindo as TVs por assinatura às companhias de telecomunicações. Na Argentina, foi proibido. Então, como é que a gente... Como é que... Qual é a leitura... Como é que cada convidado enxerga essa questão?

Bom, eu basicamente vou... O debate vai correndo, eu acho que depois até, porque o Ministro Eliseu Resende acabou de chegar aqui, mas eu gostaria primeiro de ouvir essas ponderações, até para que depois a gente aqueça o debate. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Delcídio Amaral. Gostaria de registrar a presença do Senador Ministro Eliseu Resende, vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que aqui está presente, assistindo e participando do nosso debate. Eu passo a palavra ao Dr. Luis Schymura, inicialmente, para responder as indagações formuladas pelo Senador Delcídio Amaral.

SR. LUIS SCHYMURA: Questões, Senador, muito pertinentes e muito abrangentes. A questão das Agências, o senhor colocou, acho que é uma questão importantíssima, da autonomia para as Agências. Eu vejo esse processo ocorrendo gradualmente, talvez mais lento do que muitos de nós gostaríamos, mas eu sinto que está havendo a evolução nessa linha. Eu acho que precisa, esse modelo, estar amadurecendo, houve muito questionamento no passado recente com relação à indicação de alguns membros do Conselho Diretor de Agências, a discussão se os diretores deveriam ser técnicos ou políticos... Enfim, muito debate em cima dessa questão, e é uma questão que, se os senhores perceberem, que no caso do Supremo Tribunal Federal, a indicação para Ministro do Supremo ocorre da mesma forma que para a Agência Reguladora. Quer dizer, um membro escolhido pelo Presidente da República e sabatinado pelo Senado Federal, quer dizer, o processo é o mesmo, só que o Supremo Tribunal Federal é um poder constituído, e institucionalmente consolidado e amadurecido da sociedade brasileira e vejo que a Agência ainda ressente de uma falta de conhecimento, ainda, de força institucional, embora ela tenha esse poder formalmente transmitido, mas ainda existe ainda muito... É um modelo muito relativamente muito recente, mas eu vejo... Eu sou muito otimista com relação a essa questão das Agências. Obviamente, se fosse aprovado o novo Projeto das Agências seria muito positivo, porque isso ratificaria a posição das Agências e é um projeto que vem tramitando dentro da Casa já há alguns anos. Obviamente, como as Agências são novas, foram constituídas dentro de um modelo que merece aprimoramentos, porque tudo que é feito novo, qualquer passo muito grande que se dá, muitas vezes necessita de um entendimento melhor, de um aprendizado, e acho que existem experiências já das Agências que ensinam que algumas melhorias podem ser feitas, até no ponto de vista da relação das Agências com os Órgãos de Proteção de Defesa do Consumidor, os PROCONs, muitas vezes há uma... Não fica muito bem estabelecido até onde vai o papel da Agência, no atendimento ao consumidor, até onde vai o papel do PROCON... Eu acho que hoje é fundamental, até pelo que o próprio Senador Collor colocou muito bem, o nível de reclamações das Agências – com relação às agências, não – com relação às prestadoras de serviços o próprio consumidor fica em dúvida e procura quem, PROCON, a Agência? Quem que resolve o quê, quem é responsável pelo quê... Eu acho que essa é uma questão que era importante no Projeto de Lei das Agências, esse projeto contemplasse, de uma forma mais clara, o papel de cada um.

O senhor comentou alguns outros aspectos, eu... Outros pontos... Eu vou me concentrar mais, para não ficar aqui... Também, tomar todo o tempo da exposição, eu vou me concentrar mais um pouco na questão que

o senhor colocou, muito importante, que é a questão relativa à acessibilidade, hoje. Hoje não é mais possível nós fornecermos infraestrutura de telecomunicações e não levarmos em conta para quem está sendo dada essa infraestrutura. Quer dizer, qual é o objetivo de fornecer essa infraestrutura? Porque além, primeiro ponto, o custo de fornecimento desta infraestrutura é alto, e o país tem uma carência muito grande de recursos para investimento, inclusive diversas outras áreas de infraestrutura. E muitas vezes essa infraestrutura é gerada e as pessoas, para que acessem esses serviços, precisam pagar pelo acesso, pelo uso, [soa a campainha] por uma banda larga. Gera infraestrutura de banda larga. Alguém vai ter que pagar essa conta, pode ser até o Governo Brasileiro que pode pagar, mas têm que estar provisionados esses recursos, que não são poucos, porque a montagem de infraestrutura é cara, mas o subsídio à utilização desses acessos de banda larga, por exemplo, é mais caro ainda. E, além disso, às vezes é dada a infraestrutura, é dado o acesso, mas as pessoas que vão fazer uso desse serviço... Será que elas... Esses serviços vão ser usados de uma forma eficiente, que tragam ganhos efetivamente? Então, o caso da internet nas escolas. Cria-se a infraestrutura, paga-se o acesso e chega à escola e não existem professores capacitados até, muitas vezes, a usar a internet, porque ou o conteúdo é fraco, não tem conteúdo suficiente, ou os professores e alunos não têm condição de acessar aquela tecnologia porque essa tecnologia requer um treinamento e conhecimento, um tipo de experiência que muitas vezes esses profissionais não têm. Isso vale para diversas outras modalidades, o caso da saúde, como o senhor bem colocou, também é importante levantar isso, e nós podemos pensar em... Com relação à acessibilidade em banda larga, um ponto que o próprio Senador Collor colocou muito bem que é a questão das *lan houses*. Talvez as soluções de banda larga venham a ser soluções não de acesso individual. Pode ser acesso coletivo, mas, enfim, o que eu quero levantar aqui, Senador Delcídio, é a importância hoje de que qualquer política pública que venha ser feita no campo de telecomunicações seja feita em decisão política, evidentemente, mas em cima de estudos técnicos, nos quais os custos sejam levantados de forma clara e identificados beneficiários e as outras necessidades que esses beneficiários teriam, quer dizer, as complementaridades necessárias – citei o exemplo, aqui, das escolas – que tipo de instrumental, por exemplo, de apoio da parte da educação, seria necessário... De treinamento de professores para ter essa internet nas escolas? Qual o custo, além dos beneficiários, que custo é esse? Vai precisar subsidiar o acesso do serviço de banda larga na escola? Em que escolas? Em que condições? Tudo isso tem que ser planejado com uma forma muito cuidadosa, de maneira muito cuidadosa, sorte que os custos sejam bem entendidos, bem avaliados e os benefícios também. Para que, enfim, o dinheiro público não seja gasto de uma forma... Seja dado melhor uso possível a ele.

Enfim, o senhor levantou várias outras questões, eu vou deixar para os meus colegas. Presidente Collor, só um último ponto, outra questão que o senhor levantou, da telefonia celular *versus* telefonia fixa. Eu tive, na minha apresentação, eu mostrei que, em uma comparação internacional entre a telefonia fixa Brasil *versus* resto do mundo, nós estamos em telefonia fixa, comparando com países de renda similar a nossa, nós estamos com um nível de penetração acima dos demais países. Contrariamente ao que acontece com o celular. A impressão que nós temos aqui é que o celular explodiu e a telefonia fixa estancou, parou, e nós estaríamos, digamos assim, andando na contramão do mundo. Mas não, por incrível que pareça se estivéssemos na contramão é que estamos com telefonia fixa demais e telefonia móvel de menos. Contrariando, digamos assim, a sensibilidade, o sentido comum. A mobilidade, a telefonia móvel, hoje, é uma tecnologia, é um serviço que, mesmo em banda larga, dados da OIT, indicam que em 2011 nós teremos mais telefonia móvel, mais banda larga através dos serviços móveis pessoais, do que pelo STFC em nível mundial, em 2013 será o dobro. Quer dizer, o serviço móvel, banda larga em serviço móvel, será o dobro da banda larga em serviço fixo. Obrigado.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Luis Schymura. Algum dos senhores gostaria de fazer algum comentário? Dr. Jarbas José Valente, por favor. Cinco minutos.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Presidente. Acho que é importante resgatar o que o senhor colocou no início, que o setor é um setor dinâmico, evoluiu tanto que nós conseguimos no país ter estabilidade legal, política e econômica. Acho que isso é fundamental, senão, não estaria discutindo agora, aqui, o que fazer para o futuro em termos de infraestrutura. Com relação às suas questões, aperfeiçoamento no arcabouço legal, nós achamos importante, por exemplo, autorizarem o Fust, fundamental – projeto que originou aqui nessa Casa, Senador Mercadante, que está hoje na Câmara – para que investimos em outros serviços, não só em serviços em regime público, que é o STFC, que está aqui e está acontecendo no mundo, acho que isso é importantíssimo, aqui para a Casa, para evoluir.

E outro, como sugestão nossa, temos discutido aqui com alguns membros do Senado, acho que atu-

alizar a Lei do FISTEL. O FISTEL, hoje, para ter uma ideia de quanto nós arrecadamos no Brasil – não vou levar em conta os impostos, nem ICMS, muito menos PIS e COFINS, só FISTEL – de todas as operadoras no Brasil a gente arrecada, esse ano nós arrecadamos sete bilhões de reais. Se pudesse reutilizar esse dinheiro, para investimento em infraestrutura, ou seja, com compromisso, com projeto, eu acho que a Lei do FISTEL pode ser muito bem alterada, com esse compromisso. Não que não venha, porque é importante que venha o FISTEL, para se investir em outras políticas públicas que são importantes, como o Bolsa Família, etc., mas também algo que seja retornado ao setor de telecomunicações. Para os senhores terem uma ideia, quando nós fizemos a licitação do 3G, o preço quem define, faz fluxo de caixa descontado, então leva em conta investimento, despesa, custo de capital, etc., por quê? "Olha, essa autorização aqui vai custar tantos milhões para ir nesses lugares", para que as empresas possam pagar pelo patrimônio público que ela está adquirindo, que é a radiofrequência. Quando nós fizemos o 3G, o valor é da ordem de quase seis bilhões de reais. Nós tiramos desse valor, da ordem de 2,7 bilhões, diminuindo o preço, mas criamos obrigações. Sem isso, eles não teriam como cobrir, Presidente Collor e demais Senadores, todos os municípios brasileiros. Esses municípios estão sendo cobertos com esse dinheiro que foi retirado, com essa contrapartida. Então imagina isso podendo ser feito com esses outros sete bilhões, que a gente arrecada ano a ano, acho que seria algo interessante.

Com relação à evolução do STFC e do SMP, o que aconteceu no mundo é que muitos países – por isso que o Dr. Schymura mostrou no gráfico – em comparação parece que o STFC, no Brasil, tem penetração tão boa quanto o resto dos países do mundo, comparado com o Brasil. Muitos desses países como Índia, Rússia e outros, abandonaram a telefonia fixa. Já que não conseguiram fazer a universalização, foram para a móvel. Então, não foram na fixa, mas conseguimos fazer algo na fixa quando projeto de universalização da Lei Geral em 97. Então, por isso que o Brasil conseguiu ter essa penetração, chegar dos países comparados com o nosso, que tem uma penetração talvez um pouco melhor do que a deles. Na móvel, o Brasil ainda está um pouco abaixo, nos estamos 82%, os outros países ainda estão com 90%, 92%, por aí, porque muitos deles deixaram de ir para fixa e foram direto para móvel, porque a fixa hoje está muito mais voltada para ter um aparelho em casa para atender a família, ou então nas empresas. Para quem tem móvel, em qualquer lugar que ele está, ele está acessado, pode comunicar não só para voz como para banda larga. Em termos de comparação no mundo, a planta nossa de acesso do móvel é a quinta do mundo – a do STFC é a sexta – em termos de rede, tanto a STFC quanto a SMP nós somos a terceira planta do mundo. Como eu disse, a gente só perde para a China e para os Estados Unidos.

Com relação aos projetos de utilização de redes, hoje, consideradas redes estatais, esse projeto do Governo, discutindo a importância disso, não apenas a Eletronet, mas todas as outras, sistemas da PETROBRAS, todos eles têm centenas de quilômetros de fibras, e essas fibras precisam ter uma utilização, para ela, do ponto de vista social de inclusão. Ou seja, como pode fazer uso dessas fibras todas que estão espalhadas pelo Brasil como redes estatais? Então, algo nesse sentido que está sendo discutido como dar um valor real do uso para que outras empresas possam vir utilizar delas.

Com relação à internet, é verdade, a maior dificuldade que nós temos hoje é com relação ao conhecimento. E como é que está sendo desenvolvido esse projeto? Projeto importante esse, da banda larga nas escolas, são 64 mil escolas urbanas que vão ter. [soa a campainha]. Nessas escolas urbanas, não está sendo apenas levado o acesso à banda larga, mas o computador, o laboratório e o treinamento. Então, tem todo um processo logístico de educação para que esses futuros consumidores, quando sair de suas escolas urbanas, possam consumir e entender aquilo que ela está fazendo e até reclamar, talvez com mais propriedade.

Com relação à TV por assinatura, nós achamos importante, que todas as empresas possam participar desse mercado, mercado fundamental, para quê? Para gerar escala. Assim como gerou escala no móvel e fez com que o preço baixasse bastante, hoje nós não temos tanta escala na TV por assinatura, até porque tem poucas operadoras em um mercado muito concentrado. É importante que venha outros grupos, grupos como empresas de telefonia para ampliar, diferentemente do que aconteceu na Argentina, que a Argentina escolheu a opção da TV por assinatura. Como o americano escolheu. Por isso que o americano lá, 90% dos lares tem TV por assinatura, e 10% é TV aberta. No Brasil é ao contrário, 95% tem TV aberta e 5% TV por assinatura, mas é importante que isso também cresça e o mercado seja equilibrado. O importante de tudo isso é que o conteúdo seja nacional, que a produção desse conteúdo seja feita aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Jarbas. Dr. Cuza, cinco minutos.

SR. LUIZ CUZA: Ok. Acho que os comentários foram muito relevantes e gostaria de tomar um por cada um. Sobre a Agência Reguladora, concordamos muito que precisa aperfeiçoamento, especialmente, controle do orçamento, a FISTEL, esse tipo de coisa, e não necessariamente eliminar a maneira que hoje esse orçamento é contingenciado, que deverá trazer muitos problemas para a Agência para fazer seu trabalho.

Sobre a Oi e a Brasil Telecom, a TelComp sempre achou que essa União poderia ser uma grande oportunidade, e ainda consideramos que é uma grande oportunidade, mas, também, para usar esse momento em que operadoras que tem contrato até 2025, usarem esse momento para incluir condicionamentos, que assegurem a concorrência, assegurem a inovação, assegurem melhoria de qualidade. E isso, ainda, não tem sido feito de uma maneira adequada. Usaram uma situação positiva, mas tem que melhorar a favor de concorrência e consumidor.

Aperfeiçoamento de LGT. Em geral, temos um pouco de medo de mudar a LGT, porque não sabe o que entra e não sabe o que sai. Mas. sem dúvida, precisa mudanças em tempo adequado e quando se tem esse plano, quando se conhece onde se quer ir. Então, se faça os ajustes. Sem dúvida a Fust, eu espero que se resolva antes, mas isso seria algo sem dúvida, que essa segurança que uma Agência Reguladora reporte, seja mais transparente, reporte para o Congresso algo que achamos que deveria ter sido algo nessa Lei originalmente.

Papel de telefonia fixa e celular. Os dois são super importantes. Telefonia fixa de voz, porque aí você pode fazer muito mais fofoca que em celular, porque a bateria para, mas também a questão de emergência. De noite, você não quer só depender de um celular se sua esposa tem um problema, você quer um telefone fixo. E deveria haver uma penetração, uso de telefonia fixa, não só por oferta, mas 70%, 80% dos lares brasileiros deveriam ter esse acesso. Também temos que lembrar, o celular, quando você chega em seu celular pela antena, essa antena vai precisar uma fibra ótica. Com o crescimento de uso, de dados, de jogos, de vídeo em celular, não há separação. A infraestrutura, como você mencionou em princípio, essa infraestrutura que tem aumentado muito no Brasil, precisa crescer muito, muito, muito mais. É um desafio para agora. Então, acho que separar os dois é só um meio, como um *palm*, um celular, um fixo. Detrás desses aparelhos é preciso uma fibra bem informante.

Eletronet. Existem exemplos muito positivos na Austrália, e também aqui, no Brasil, no Ceará, onde o Governo entra em um processo quando não tem suficiente apoio do setor privado, ajuda a desenvolver uma rede de fibra ótica, a Austrália, que é um país grande e também tem uma população de 20 milhões, 25 milhões, foi um exemplo, e, lá, o Governo transfere, em condições adequadas, quando o setor privado aceita essas condições, transfere essas fibras, mas assegura que os serviços que precisam as micro, pequenas e médias empresas, escolas, estudantes fora da escola, etc., seja cumprido. No Ceará tem um projeto muito interessante, já. Então, você pode usar esse tipo de exemplo. [soa a campainha]

Concordo, precisa muita educação. Não é só uma fibra ligada, você precisa muita educação, treinamento, *software*, existem países que têm *softwares* maravilhosos para a escola, de geografia, de espanhol – estou falando dos países em espanhol – que tem muitas coisas muito positivas, que o Brasil precisa, não só para este país, mas também para todos os países que falam português.

E um dos últimos pontos, que você fez, foi a TV paga. TV paga, qualquer companhia deveria poder dar TV paga. Precisa restrições. Por exemplo, se uma telefonia fixa, que já tem, mais ou menos, quase um monopólio no fixo, precisa assegurar que se ele se instala mais cabo, por exemplo, também é um capital que ele está instalando. Se estamos falando de frequências, que outras operadoras pudessem comprar para que o cliente final tenha quatro, cinco, seis opções – como existe a situação hoje de São Paulo, Município de São Paulo – a ANATEL deveria atuar para assegurar que o direito desse consumidor, de até quatro, cinco, seis opções tem que ser prioridade. E não só por uma companhia controlar todos os meios. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Luiz Cuza. Dr. Maurício Giusti, cinco minutos.

SR. MAURÍCIO GIUSTI: Ok. Obrigado. Obrigado pelas perguntas, acho que foram bem extensivas, bastante interessantes. Vou pegar o primeiro ponto delas, aqui, a questão da Lei Geral de Telecomunicações, um pouco na linha da pergunta, se ela estaria ou não adequada ao momento que a gente vive hoje. Acho que, talvez, voltando um pouco o tempo, acho que um dos grandes méritos da LGT foi ter logo ao princípio a definição de um objetivo muito claro. E, na época, o objetivo muito claro era... Em São Paulo a gente tinha oito milhões de pessoas esperando uma linha de telefone, a linha de telefone ia para o Imposto de Renda como um ativo, custava cinco mil reais... Estava muito claro o objetivo, e a Lei Geral ela foi construída para se buscar uma solução para esse tema. Acho que, hoje, antes até de ir para as mudanças da Lei Geral, quais são os objetivos? Acho que hoje, o objetivo, eminentemente, passa pela questão de inclusão digital, pela

questão de banda larga. E aí, nesse sentido, algumas questões que poderiam ser refletidas, acho que uma delas já foi colocada, a questão do Fust, que foi direcionado para um objetivo que foi definido há dez, 12 anos, e que talvez hoje tenha que ser revisitado.

Hoje, temos algumas metas de universalização nos contratos de concessão que hoje já não estão mais trazendo benefícios para a sociedade. Pegar, como exemplo, a questão de telefonia de uso público, os orelhões. Quando as metas foram definidas ninguém imaginava o nível de penetração de móvel que a gente está chegando, e hoje, basicamente, a penetração de móvel é muito alto, sendo que o uso da telefonia pública, o orelhão, é muito pouco usado. Então, hoje a gente tem uma vastidão enorme de terminais que tem às vezes uma chamada por mês ou às vezes nenhuma chamada por mês. Então, é um ativo que está sendo colocado lá, que gera um custo de manutenção e importante que estaria estar sendo direcionado para outro objetivo.

A outra questão é da telefonia fixa, a questão do *démodé*, qual o futuro da telefonia fixa. Recentemente, saiu uma reportagem na *The Economist* sobre a questão da telefonia fixa nos Estados Unidos, e eles foram bastantes críticos, mostrando alguns dados recentes do mercado americano, um pouco influenciado também sobre a questão da crise econômica, mas onde mês após mês, nos últimos 12 meses, foram desligados 700 mil terminais de telefonia fixa nos Estados Unidos, considerando o Sistema de [ininteligível] e as operadoras fixas. O Dr. Schymura mostrou alguns gráficos de penetração, e percebe telefonia fixa é uma estabilidade, com uma redução pequena. Se a gente for olhar do ponto de vista técnico, puramente técnico, a vocação de uma rede fixa vai muito mais para transmitir grande capacidade de banda do que voz. Voz é uma... Vamos chamar de uma aplicação que consome muito pouca banda. Então, a vocação da telefonia fixa ou dessas estruturas fixas vai ser muito mais para fornecer bandas largas de alta velocidade, enquanto que a telefonia móvel tem uma vocação para voz bastante importante e uma banda larga nemática, de uso quando se está na rua, quando se está no carro, quando se está trabalhando num *Coffee Shop*, quando se está, enfim, em movimento. Então, o que eu vejo é que vai ser uma evolução, que acho que os países vão ter uma velocidade, um amadurecimento, mas um pouco a questão física. E contra a física acho que não dá para brigar muito. A rede fixa vai ser muito mais poderosa em termos de transmissão de dados do que uma rede móvel. E nesse sentido as vocações, acho que, vão se encaixando.

Outro aspecto que foi colocado foi a questão da TV por assinatura. Na TV por assinatura, dois pontos que eu acho que são importantes de se fazer é sobre o marco regulatório que a gente tem hoje. Hoje, o marco regulatório é bastante anacrônico no sentido que existem tecnologias [soa a campainha] na qual não existem restrições de operação, quer dizer, qualquer empresa pode estar operando. Por exemplo, a tecnologia DTH, que são as operações satélite, ao passo que existem outras tecnologias que existem restrições, como é o caso da TV a cabo. Em um cenário onde a gente está indo para um modelo de convergência muito forte, onde as tecnologias, as redes estão se convergindo de forma muito forte, essas diferenças acabam não fazendo muito sentido. Eu dou um exemplo muito prático. Uma hora atrás a gente estava aqui na sala de espera, o computador estava ligado e a TV Senado estava passando no computador. Quer dizer, a gente podia estar aqui em Brasília, poderia estar em Nova Iorque, poderia estar em Shangai, a gente ia assistir à TV Senado de qualquer lugar do mundo, assim como a gente pode ter acesso hoje a conteúdos audiovisuais de qualquer lugar.

Então, essa questão de o que pode ser, o que não pode ser em termos da distribuição, e aí um ponto importante a fazer, talvez o segundo deles, sobre a questão dessa discussão toda de TV por assinatura, é o que é distribuição e o que é produção de conteúdo. Acho que a produção de conteúdo tem uma sensibilidade de discussão muito mais alta do que a distribuição. A distribuição é um modelo de convergência que eu acho que a gente está caminhando de forma bastante acelerada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Maurício Giusti. Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, é só fazer um registro. Eu estou achando que essa tese de Eletronet, com redes óticas da Eletrobrás, da PETROBRAS, pelo que eu entendi aqui, o raciocínio é efetivamente consolidar essa rede, para atender objetivos sociais. Pelo que eu compreendi, aqui, da exposição. E aparentemente... Não sei se todos estão de acordo, mas eu estou começando a entender que poderá vir uma rede estatal para atender determinados objetivos específicos de educação, por exemplo, talvez saúde... Isso que eu entendi, de certa maneira, pelo que foi colocado aqui. Esse é um... Eu não estava muito convencido disso e eu estou começando a achar que é esse o caminho mesmo.

Foram dados exemplos aqui. O Luis deu um exemplo, aqui, na Austrália. E deu exemplo em outros lugares onde existe uma rede do Governo, um *network*

governamental para atender determinados objetivos dentro do país. Então, eu estou entendendo dessa forma, pelo que eu ouvi aqui. Certa leitura que isso é correto. Não sei se entendi errado, mas as opiniões que não foram... Não bateram de frente contra essa proposta. Acho que esse é o ponto, e eu só gostaria, também – infelizmente eu tive que ir lá na CAE e voltar – o Dr. Jarbas valente estava falando sobre isso, e aqui o Dr. Luis Schymura disse: "Não, olha o impacto de investimento se a gente comparar, inclusive com o pré-sal". Só aproveitar a oportunidade, só pra gente ter uma... Eu sei que vamos ter acesso aí às palestras, para ter uma ideia dos valores, até para mostrar o que esse setor vai investir, porque durante algum tempo, também, é outra coisa que começou a se... Assim como essa história de fixo e móvel, começou a se consolidar, começou a consolidar o seguinte, que o setor já tinha investido tudo. Então, agora ele estava praticamente operando dentro de um valor já consolidado, sem grandes avanços. E eu também queria aproveitar a oportunidade para só... Como nós estamos conversando com especialistas aqui, a gente aprender mais um pouco para repetir em tudo quanto é lugar que a gente vai, especialmente no Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Por dois minutos, Dr. Luiz Cuza.

SR. LUIZ CUZA: Acho que, possivelmente, não fui claro. Eletronet. Vamos usar os exemplos da Austrália e também do Ceará. São exemplos em que o Estado entrou, porque não tinha interesse do setor privado, mas com o objetivo, por razões da dinâmica do setor, da tecnologia, de passar isso para o setor privado, quando as coisas modificarem, especialmente confrontar o setor privado para dar os serviços que são necessários. Não necessariamente tomar o lugar do setor privado. No Brasil, a situação vai ser um pouco diferente, mas você tem que considerar isto. O mercado que se está falando para a Eletronet, escolas, municípios, inclusão digital, etc., etc. é uma parte do mercado total significativo. [soa a campainha]

Existem muitas cidades no Brasil onde o Governo é o mercado maior. Se você considerar as centenas de bilhões de reais que precisam ser investidos nos próximos dez anos, se você considera que não necessariamente o Governo é o melhor Gerente, quando existia a Telebras, das novas tecnologias, você tem que encontrar uma solução que, se o setor privado não está aberto – vamos ao Ceará – não está aberto a comprar essa rede ou usar essa rede de maneira a trazer cidades pequenas no Ceará, o Governo pode fazer, mas deveria haver oportunidades, no princípio e também em tempos intermediários, para, se o setor privado quiser investir, fazê-lo.

Só um exemplo. Também existem coisas muito criativas que outros países estão fazendo – e aqui tem que ser brasileiro, único, porque a situação é única – mas depois de aprender muito em outros países. Há países na Europa que estão exigindo que as operadoras com poder de mercado, as grandes, quando eles instalam fibra, eles precisam instalar quatro vezes a fibra que precisam. Quatro vezes. E, depois, abrir para o mercado, para outras operadoras comprarem essas outras fibras. Um terço, um quarto, um quarto, um quarto, para assegurar que essa banda larga, que precisa ter todo país e todas as áreas, não só ter fibra, mas também manterá um custo, porque só se tem que instalar uma vez esse cabo para esse prédio, para esse lar, etc. Só uma vez. Então, você vai trazer concorrência, porque os preços vão ser muito mais baixos, para essa concessionária que instala por um preço de 100, pode vender a 25, 25, 25, ou um pouco mais. Então, o preço da concessionária vai para baixo, o consumidor vai ter três ou quatro concorrentes de alta qualidade e alta velocidade. Então, esse tipo de regulamentações, que se pode fazer – essas se podem fazer através da ANATEL – seriam muito positivas, mas a Eletronet se usa de maneira... Para não tirar o mercado e reduzir essa possibilidade de o setor privado de continuar investindo, seria bom. Se você usa só para... "Ah, vamos pegar todos os governos"... Vai ser um desincentivo para alguém investir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Jarbas José Valente. Dois minutos.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Presidente. Só para esclarecer o Senador, que tinha saído no momento, se investiu, Senador, de 98 até 2007, no setor de telecomunicações, da ordem de 140 bilhões de reais. E a previsão para se investir para os próximos dez anos, até 2018, para atender essa nova demanda, é de mais de 250 bilhões de reais, além do que foi investido, ou seja, 1,8 vezes o valor investido atualmente, porque as redes, como aqui disse, são novas redes, nova infraestrutura, redes com fibra, redes *wireless* cada vez mais poderosas, novos equipamentos... Então o investimento é significativo.

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): De 98 até 2007, quantos bilhões?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: São 140 bilhões.

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): São 140 bilhões. E agora...

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: E agora, até 2018, mais 250 bilhões.

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): São 250 bilhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Dr. Jarbas. Dr. Luis Schymura, dois minutos.

SR. LUIS SCHYMURA: Senador Delcídio, a sua colocação, mais uma vez, muito pertinente com relação à discussão da Eletronet. Eu, em princípio, eu não vejo problema nenhum que essa rede Eletronet, com a rede Petrobras, com a rede Banco do Brasil, comece a se falar e crie um grande sistema de fibras óticas no Brasil interligando o Brasil. A questão volta àquilo que eu gostaria de salientar, um ponto que levantei anteriormente, o seguinte: Quanto é que vai custar isso? Não vai custar nada. Para a Eletronet, a PETROBRAS e o Banco do Brasil interligarem essa rede é um custo muito baixo, e eu não vejo problema porque não fazê-lo. A preocupação sempre que existe, que a gente tem que esperar para ver esse novo Plano Nacional de Banda Larga, é quanto é que tem de recursos públicos envolvidos. Quanto é que precisa de injeção de recursos para viabilizar essa rede? Porque se ela já estiver aí, e pudesse ser viabilizada sem injeção de recurso, não vejo problema nenhum. [soa a campainha] A dificuldade que existe é entender quanto que vai precisar de recurso para isso.

E só para finalizar, outro ponto que o senhor colocou, eu queria de novo reforçar a questão, quer dizer, o Dr. Jarbas José Valente levantou os números dos investimentos no setor de telecomunicações, que são valores substantivos, eu acho que boa parte deles vão se viabilizar em função das próprias concessionárias e operadoras de telecomunicações, porque o negócio é bom, é lucrativo. Então, se é lucrativo, eles investem. Agora, tem uma questão relativa aos investimentos que vão ser feitos em função dos programas, digamos, sociais, de inclusão e tal, que isso, de novo, eu gostaria que toda vez que esses recursos públicos fossem necessários serem aportados, que fosse feita uma análise cuidadosa, de novo, dos custos e os benefícios envolvidos. Quando entra o setor privado, eles estão explorando isso de uma forma que seja economicamente interessante para eles. Agora, quando entram recursos públicos a gente sabe que não é, porque se fosse bom negócio o setor privado já estaria fazendo. Agora, como... O setor público está entrando é porque tem algum aspecto distributivo, um aspecto social importante que é fundamental em um país tão desigual quanto o nosso, que haja essa injeção de recursos públicos, mas é importante entender os benefícios que a população vai ter com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Luis Schymura. Dr. Maurício Giusti, dois minutos.

SR. MAURÍCIO GIUSTI: Senador, em relação à questão da Eletronet, um ponto que eu acho que é importante fazer, na hora que a gente analisa o que... Na verdade, o que é uma estrutura de banda larga para atingir aí a população brasileira? É composta basicamente de três – se a gente for simplificar – três grandes elementos. Um é o *backbone*, que são grandes estruturas de fibra ótica que ligam grandes nós na rede, outro é a capilaridade, que é todas as derivações que saem desse *backbone* e chegam a cada um desses usuários, e essa capilaridade, no Brasil, tem um desafio muito grande, porque as distâncias são muito grandes, nosso país é muito grande, então o segundo é a capilaridade e o terceiro é a eletrônica. A eletrônica é constantemente trocada nessas redes, porque é a eletrônica que faz a transmissão de dados. Então, hoje uma banda de um *mega* que é transformada para cinco *megas* muitas vezes não é uma troca de cabos ou de fios, mas uma troca de eletrônica nessas pontas. Então, pois bem, desses três elementos, [soa a campainha] hoje, o elemento mais caro que tem hoje, no processo de desenvolvimento é a eletrônica. A eletrônica é o desenvolvimento mais caro. O mais difícil de fazer é a capilaridade. Que se chegar hoje em todos os cidadãos, as residências, é muito difícil, e em algumas cidades já nem é mais possível fazer, porque as Prefeituras não permitem que se façam obras no perímetro urbano. E aí, o outro ponto, é o *backbone*. E a Eletronet, basicamente, é hoje uma estrutura de *backbone*. É uma grande estrutura de *backbone* sobre as redes de alta tensão da Eletrobrás, onde ela tem um papel bastante importante, mas ela é longe de ser suficiente para se ter uma rede de banda larga com o objetivo de chegar a escolas, e chegar, enfim, com uma capilaridade importante. E aí, o ponto do Dr. Schymura que eu acho que é importante, é analisar bem. Para se complementar em termos de capilaridade e essa eletrônica que falei, qual é a melhor alternativa? Se fazer investimentos sobre essa rede de *backbone*, ou se tentar aproveitar os investimentos que já estão sendo realizados e já estão sendo aproveitados? E aí tem a questão sobre a eficiência dos investimentos, que acho que é bastante relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Maurício Giusti. Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, apenas para pedir desculpa pelo meu atraso. Eu estava no meu Estado, ontem à noite, quando eu soube da mudança do horário dessas apresenta-

ções e não pude estar aqui na hora certa. Eu é que perdi. Perdi as exposições, perdi as apresentações dos expositores, todos conhecidos pela sua competência. Acho que houve uma colaboração, uma elucidação, um esclarecimento importante. As perguntas do Senador Delcídio Amaral tiveram muita propriedade. Eu gostaria de dizer que esse setor – rapidamente, não tenho perguntas a fazer – é o setor singular no aproveitamento das inovações tecnológicas. A criatividade e a velocidade com que há o avanço tecnológico nesta área são realmente fantásticas. Precisamos, portanto, ter aqui a estrutura governamental correta para que os concessionários, na prestação de serviço público do setor de telecomunicações, tenham condições, realmente, de exercer a sua criatividade, tirar partido dos avanços tecnológicos, promover os investimentos, ao bem da sociedade brasileira e particularmente em bem dos consumidores, mas fico preocupado, às vezes foi citado aqui, com o papel do Governo, com o papel do Estado.

Os concessionários têm de dar largas às suas atividades, dentro de uma ideia de que são concessionários prestadores de um serviço público, que tem de ser fiscalizado e regulado pelo Governo, dentro de um modelo que escolheu para isso, as Agências Reguladoras. Precisamos ter, basicamente, fundamentalmente, uma política do setor adequadamente estabelecida, através de marcos regulatórios bem descritos e bem definidos. E que as Agências Reguladoras, na sua função de reguladoras do mercado e de fiscalizadoras sejam realmente prestigiadas e haja uma interpretação correta do seu papel. É uma função de Estado. Temos preocupação com a Legislação que cerca as Agências Reguladoras. Temos preocupação, não vamos discutir isso aqui agora, na área da regulação do petróleo, quando surgiu, agora, o projeto do pré-sal. Estamos observando e muito atentos a como ficou o papel da Agência Reguladora e como ficaram os marcos regulatórios.

É preciso prestigiar a Agência, prestigiar a sua capacidade de regulação e de fiscalização, não permitir os chamados contingenciamentos orçamentários, que foram aqui apresentados, para que nós tenhamos um modelo completo, os marcos regulatórios bem definidos, do monopólio da União e o papel das Agências de Regulação e Fiscalização como papel do Estado, como eu disse, para proteger a sociedade brasileira, avançarmos tecnologicamente, melhorando a qualidade de vida do nosso usuário e termos a proteção devida ao consumidor do sistema. Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente, levantando os pontos importantes do marco regulatório e com o papel da Agência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende. Lembrando as senhoras e Srs. Senadores que, de acordo com que os senhores aqui deliberaram, logo no começo dos nossos trabalhos deste ano, da nossa agenda fará parte, proximamente, depois desses quatro painéis em que debateremos o marco do pré-sal, outro desafio, que será objeto de um painel aqui nesta Comissão, ainda este ano, para tratar da estrutura de governança das Agências Reguladoras, em que nós iremos tratar dessas questões e desse incômodo, que está sendo causado pelas atribuições que tem as Agências Reguladoras, e que eu acho que devem ser defendidas, como também as atribuições do CADE e atribuições do Programa de Defesa do Consumidor, Serviços de Defesa do Consumidor.

Então, são três atividades que estão mais ou menos sobrepostas, e as Agências Reguladoras, acredito, que deva ter uma prioridade, porque ela não é, como foi aqui dito, uma Agência Reguladora do Governo, mas é uma Agência Reguladora do Estado, e deve ter a sua autonomia financeira, não pode sofrer qualquer tipo de contingenciamento para, livremente, defender o consumidor e tratar dos seus interesses na relação mercado-consumidor. Antes de encerrar a nossa reunião--

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente Delcídio Amaral, com a palavra.

SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Permita, só uma ponderação, que as coisas vão andando e a gente vai... O Dr. Maurício Giusti falou dos meios para a capilarização das comunicações, ou das telecomunicações. As Prefeituras não deixam, por que têm políticas nesse sentido, ou entendem que não há mais condições para viabilizar, principalmente, os meios físicos nas grandes cidades, ou por que elas não sabem o que está passando debaixo da calçada? Não sabem... As Prefeituras têm hoje um controle claro que toda infraestrutura que está disponibilizada em cada rua, em cada avenida, tem um documento formal, tem algum estudo que foi feito para que realmente as Prefeituras possam, eventualmente as empresas de telecomunicações, ou não? Porque eu estou achando que isso é um problemão, porque pelo menos várias Prefeituras que eu conheço não sabem nem o que está passando ali. Então, como é que vai capilarizar alguma coisa se não se sabe nem o que se tem?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu poderia aditar o que diz o Senador Delcídio Amaral, por experiência própria, e

como V. Exa. também tem, as Prefeituras... A enorme, a grande maioria das Prefeituras não sabe, não tem os planos viários, nem, muito menos, os planos que estão por baixo da terra, no que tange à questão de água, de esgoto, que é uma ação do Estado, e muitos níveis de telefone. Nós verificamos, em inúmeras oportunidades, a Prefeitura, as Prefeituras, depois de uma rua ser asfaltada, logo depois a Prefeitura está furando para achar onde pode estar um cano, que eventualmente perfurou, porque deu um vazamento mais adiante. Então, essa falta de informações que as Prefeituras brasileiras hoje têm, não por culpa dos atuais administradores, mas isso é um problema quase que secular, é que eu acho que vem causando também dificuldade para esse tipo de instalação, até mesmo para a rede elétrica, quando se quer transformar a rede aérea em rede subterrânea, se tem dificuldades, se tem problemas para saber por onde elas estão correndo corretamente, mas enfim, Dr. Giusti, que foi citado pelo Senador Delcídio Amaral, dois minutos para suas considerações.

SR. MAURÍCIO GIUSTI: Na verdade a gente, como operador, até compreende, em algumas cidades realmente é bastante complicado uma situação de um operador solicitar uma abertura de vala no meio da rua para fazer uma instalação de fibra ótica e três anos depois outro fazer a mesma coisa. Então, quer dizer, tem que ser um processo planejado para os moradores da cidade, enfim, o tráfego... Cidades grandes que tem um tráfego muito complicado, onde se faz um processo desse tipo sempre gera um trauma importante na cidade. Então, essa é uma estrutura bastante sensível. Eu imagino que hoje, como o Presidente Collor colocou, acho que é bastante complicada a situação de mapeamento, do que é existente no subsolo dessas cidades, e mesmo nas linhas aéreas. Nas linhas aéreas que são, na maioria dos casos, utilizadas para chegar a todos esses meandros, esses domicílios, esses clientes, esses consumidores [soa a campainha]. Então, acho que é um aspecto importante. Agora, o ponto... O ponto que estava mais preocupado em fazer é que quando se fala numa rede de banda larga, a Eletronet, só, não é suficiente, porque a Eletronet, basicamente é a espinha dorsal, tem o *backbone*. Precisa pensar em soluções de capilaridade, e depois soluções de eletrônica, porque a eletrônica é trocada a cada dois, três anos de forma bastante forte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Maurício Giusti. Comentário do Dr. Luiz Cuza. Também dois minutos, por favor.

SR. LUIZ CUZA: Comentário rápido. Um dos [ininteligível] de privatização, de elétrica e também de Telecom, é que o país privatizou seus serviços, mas não fez as regras suficientes... Não fez regras sobre infraestrutura. Antes de 98, antes de 97, eram estatais. Essencialmente, faziam o que queriam. Queriam abrir algo aqui, instalar algo acolá, eles faziam e o Estado e Município não eram tão importante. Com o setor privado, a falta desse tipo de regulamentação resulta em um... Muitas vezes, caos, porque cada município tem suas próprias redes, os que tem. O projeto de digitalizar essa base de dados seria algo, acho, maravilhoso e que ajudaria, se pagaria em curto prazo e pelo menos as pesquisas feitas com nossas associadas, por exemplo, em São Paulo, Rio, o setor privado estaria a favor de financiar esse tipo de projeto, porque [soa a campainha] quando um não abre a rua, eu sempre uso o exemplo, você precisa contratar um padre, rezar um pouquinho e abrir a rua, porque ninguém sabe o que está dentro. A Prefeitura tem os dados, mas não quer dizer que está digitalizado, e quando alguém se aposenta esses dados... É um papel em um terceiro andar, onde seja. Então, esse seria um projeto maravilhoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, senhores palestrantes. Gostaria de lembrar às senhoras e Srs. Senadores que nós temos, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, duas reuniões importantes, amanhã e depois. Amanhã, esta Comissão, com base no que foi aprovado no último dia 31 de agosto de 2009, foi aprovado o Requerimento nº 47, de minha autoria, criando o Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores Inácio Arruda, que foi designado coordenador desse grupo, dos Senadores Gilberto Goellner e Delcídio Amaral, com o objetivo de debater e elaborar a proposta de um marco regulatório dos biocombustíveis. A reunião está marcada para amanhã, dia 30, às 14h30, neste Plenário nº 13, com técnicos representantes das seguintes instituições: Do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da PETROBRAS, da ANP e da União de Indústria da Cana-de-açúcar.

É uma decisão que foi, aqui, tomada pelos integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura para uma sugestão do marco regulatório dos biocombustíveis. Lembro ainda as Sras. e Srs. Senadores que realizemos, durante o mês de outubro, agora, último mês e início de novembro, as audiências sobre o tema do marco regulatório do pré-sal, abordando os aspectos contidos nas mensagens enviadas pelo Governo Federal para o Congresso. Vamos ter os quatro painéis, o primeiro painel irá tratar da exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sobre o regime de partilha da produção em áreas do pré-sal. Basicamente, vamos discutir, nesse

primeiro painel, partilha *versus* concessão, isso no dia 05 de outubro.

O painel nº 2 tratará da criação da empresa pública, que é a Empresa Brasileira de Administração do Petróleo e Gás Natural, o chamado Petro-sal, será no dia 19 de outubro. No dia 26 de outubro, o painel nº 3, tratando do fundo social, projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e de sustentabilidade ambiental. E, por último, no dia 04, finalizando o debate sobre o marco regulatório do pré-sal, a capitalização da PETROBRAS, pesquisa e lavra do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas e localizadas no pré-sal.

Gostaria também de convocar e convidar os senhores membros dessa Comissão para a reunião, que será a nossa Reunião Ordinária, na próxima quinta-feira, em que estaremos tratando... Então, na próxima quinta-feira, convido os senhores membros desta Comissão para a Reunião Ordinária que se realizará no dia primeiro de outubro, às 8h30 da manhã, neste Plenário, quando faremos uma Audiência Pública para debater o transporte coletivo do entorno do Distrito Federal e cidades de Goiás, os valores das tarifas e o preço do serviço prestado e teremos os seguintes convidados... Teremos como convidados, o Exmo. Sr. Governador José Roberto Arruda, que é o Governador do Distrito Federal, como todos nós sabemos; o Governador Alcides Rodrigues, do Estado de Goiás; o Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres; o Sr. João Pereira, Presidente da Associação em Prol da Luta dos Usuários de Transporte Coletivo do Entorno – ALUTE; e a Sra. Lidiane Mendes, Presidente da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo de Brasília e do Entorno. Esta Audiência Pública foi solicitada por Requerimento assinado pelo Senador integrante dessa Comissão e ex-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Marconi Perillo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Será convidado também, Presidente, o Governador de Goiás? Parece que foi citado. Governador de Goiás.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Foi citado. Governador Alcides Rodrigues, Governador do Estado de Goiás. Gostaria, ao encerrar esta reunião, de agradecer a presença dos Srs. Luiz Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas; do Dr. Luis Schymura, Economista e Engenheiro Especialista em Política das Comunicações, Presidente do IBRE, da Fundação Getúlio Vargas, e ex-Diretor Presidente da ANATEL; e do Dr. Bernardo... Do Dr. Jarbas José Valente, da ANATEL, que, com a sua presença, nos trouxe tantas informações importantes sobre a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações.

Agradeço a cada um dos senhores aqui presentes pelas informações trazidas e dou por encerrada a presente reunião. Obrigado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 37ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 30 de setembro de 2009.

Às nove horas e cinco minutos do dia trinta de setembro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares, Valter Pereira, Gilvam Borges, Gilberto Goellner e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Demóstenes Torres e José Agripino. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marcelo Crivella e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Max Rosenmann, que "Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre a cooperação institucional entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e instituições de ensino universitário e de pesquisa mantidas pelo poder público e organismos internacionais com os quais o Brasil tenha acordos de cooperação técnica." O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CCT, aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 02 Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2009 de caráter terminativo, de autoria do Deputado Clodovil Hernandes, que "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. (Inclui os dubladores nos créditos das obras audiovisuais)." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis, com

a emenda nº 01-CCT, aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº69, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que "Determina que as instituições bancárias instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações em todas as agências do País, e dá outras providências." O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é rejeitado aprovado por 11 (onze) votos. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 603, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Alcantil - ARCAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcantil, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 646, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de Rio Tinto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Tinto, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 281, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 284, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à ACAVI - Associação Cultural Comunitária Amigos de Videira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 315, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Studio de Curiúva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curiúva, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 330, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moreira Sales, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 331, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Social de Cornélio Procópio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 339, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à San Marino Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 579, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade de Radiodifusão Antonelli e Alves Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itápolis, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 573, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Cultural e Desportiva Vicentina (S.C.D.V.) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 614, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Para O Progresso e Bem Estar da Comunidade de Tabatinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranguape, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 616, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Icapuí, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 271, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga per-

missão à Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 279, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Prado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 285, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Sul de Nonoai para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 289, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alto do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) favoráveis. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 301, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Renascer de Campo Novo - RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Novo, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 309, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Domingos do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 310, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Vinhedos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 311, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação De Radiodifusão Comunitária de Muçum para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muçum, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 353, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de São Jorge para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jorge, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 411, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Amigos de São Nicolau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Nicolau, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 347, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Defesa dos Cidadãos Castanheirenses - ACODEC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanheiras, Estado de Rondônia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 203, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Município De Uruçuca - ACMUR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruçuca, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 221, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Coroa Vermelha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz de Cabrália, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 244, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Boa Vista do Tupim para executar serviço de radiodifusão comuni-

tária na cidade de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 256, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal do Oeste FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibotirama, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 291, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Promoção Social de Canudos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canudos, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 295, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Dimensão de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Choça, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) favoráveis. Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 297, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Paraíba Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Teresinha, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 323, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Artística e Cultural de Santa Carmem MT - ARCASCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 13 (treze)votos favoráveis. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 325, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Rádio Terra FM de Ribeirão Cascalheiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Cascalheiras, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 414, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Renascer Rádio FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 460, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Monsenhor David para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coluna, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 515, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Araxá - ACECA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 529, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Iaras FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaras, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 668, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural Professora Anália Rodrigues para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaporanga, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 681, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Assistencial do Combinado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Combinado, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 692, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco." O relator designado,

ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº. 459, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Armação Dos Búzios Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Armação de Búzios, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº. 562, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jesus do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº. 574, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio SP-Um Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº. 463, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Catuji - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catuji, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº. 467, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ipê Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº. 169, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Do Rio Munim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Axixá, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº. 170, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Centro do Guilherme para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centro do Guilherme, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº. 171, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Povoado Pacas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº. 144, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Dom José Heleno para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº. 151, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural, Esportiva e Protetora do Meio Ambiente de Ladainha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ladainha, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº. 516, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Emissora Segredo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº. 517, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento e Integração Comunitária Nova Casa Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº. 525, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Prefeitura da Cidade do Recife para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 56: Projeto de De-

creto Legislativo nº. 236, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à RGR - Rede Goiana de Rádio Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº. 237, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianira, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro passa a Presidência ao Senhor Senador Flávio Arns, Presidente Eventual, para relatar os seguintes itens: Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº. 440, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Almeirim, Estado do Pará." O relator é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº. 548, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária De Garrafão do Norte - ARCGN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará." O relator é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Gilberto Goellner, Valter Pereira, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projetos e requerimentos, com o que todos concordam. Extra-Pauta Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 669, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade E Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapezal, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Extra-Pauta Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 260, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá - ACODAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Extra-Pauta Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 88, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei - ARCREI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Extra-Pauta Item 04: Requerimento nº 39, de 2009 - CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais, seja realizado Seminário por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com as Comissões do Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados para debater a proposta de substituição do recolhimento do INSS das empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 0,50% sobre a movimentação financeira. O evento, a ser realizado em data a definir, deverá ter o seguinte formato: 1. mesa de abertura com a participação dos Presidentes das respectivas Comissões; os Ministros do Trabalho e do Emprego – Carlos Lupi; da Previdência Social – José Barroso Pimentel; da Fazenda – Guido Mantega; o Presidente da Confederação Nacional de Serviços – Luigi Nesse e o Secretário Municipal do Trabalho de São Paulo – Marcos Cintra; 2. painel para discussão de propostas para desoneração da folha". O requerimento é aprovado. Extra-Pauta Item 05: Requerimento nº 40, de 2009 - CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que requer "...,nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater a urgência de definição do modelo de Digitalização de Rádio no Brasil, com a participação dos seguintes convidados: Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Ronaldo Sardenberg, e Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, Daniel Pimentel Slavieiro". O requerimento é aprovado. Extra-Pauta Item 06: Requerimento nº 41, de 2009 - CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de

Audiência Pública no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CMA, no intuito de debater a experiência brasileira na utilização de Energia Nuclear nas Usinas de Angra I e Angra II, tendo como convidados o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia e o Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – **Senador Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no dia 30 de setembro de 2009

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 30 de setembro de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata de reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicado da Presidência: Sras. e Srs. Senadores, é com satisfação que comunico a V. Exa. que ontem, dia 29 de setembro, o Exmo. Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney e o representante da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO no Brasil, o Sr. Vincent Defourny, assinaram um memorando de entendimento em que as duas instituições se comprometem a realizar iniciativa conjunta pelo Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, celebrado anualmente a 10 de novembro. O acordo entre as partes é importante por chamar a atenção para a importância do desenvolvimento científico, fato que nem sempre é lembrado quando pensamos em melhoria das condições socioeconômicas da população, bem como para o aprimoramento da amizade entre as nações e os povos. Estamos, Senado e UNESCO, elaborando um calendário de atividades que fomentem e em especial estimulem a ida de talentos para o mundo da pesquisa cientifica.

Aproveito para lembrar a V. Exas. que no dia 12 de novembro próximo, quinta-feira, seis Comissões Permanentes do Senado, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Educação, Comissão de Relações Exteriores, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, se reunirão em Audiência Pública no Plenário do Senado Federal destinada à celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Eu quero aqui especialmente agradecer os Exmos. Srs. Senadores que compareceram àquela cerimônia de ontem às 11 horas no gabinete da Presidência do Senado para a assinatura do memorando de entendimento. Srs. Senadores Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo, Roberto Cavalcante, Gerson Camata e José Nery.

Esta Presidência convida as Sras. e os Srs. Senadores para receber amanhã dia 1° de outubro, às 9h, no Plenário n.º 07 da ala Alexandre Costa, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Exma. Sra. Annika Markovic, embaixadora da Suécia e o Sr. Bengt Janér, representante da Empresa Saab no Brasil com o objetivo de tratar da licitação FX-2 da aquisição de 36 aviões de combate para a Força Aérea Brasileira. Eu quero lembrar aqui aos Srs. Senadores, membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, da importância desta... Não é uma Audiência Pública, é apenas uma solicitação por parte da Embaixada da Suécia e dos representantes da Empresa Saab que pediram para a Comissão de Relações Exteriores e para a Comissão de Ciência e Tecnologia, que pudessem vir até aqui explicar aos Srs. Senadores a proposta que ofereceram ao Governo Brasileiro e a transferência de tecnologia que se propõe a fazer. A Empresa Boeing, que também disputa a licitação FX-2 para a compra de 36 aviões de combate, já esteve numa oportunidade como esta, expondo as suas propostas e agora... Já esteve na Comissão de Relações Exteriores, e agora a empresa Saab e a Embaixada da Suécia no Brasil solicitam essa oportunidade. Esta reunião ocorrerá amanhã, quinta-feira, dia 1º de outubro, às nove horas na sala da Comissão de Relações Exteriores, a sala n.º 07 em conjunto as duas Comissões.

Então está feito o convite aos Srs. e Sras. Senadoras para que possam comparecer, é importante, porque como estamos chegando ao final do prazo estipulado pelo Governo para que as empresas, as três empresas que disputam a oferta dos aviões tanto a Boeing americana, quanto a Default francesa, quanto a Saab sueca, elas pretendem e querem expor evidentemente ao Senado Federal as suas propostas, até

porque em um questão importante, que é a questão da transferência de tecnologia, e o Senado Federal através das sua comissões fará a Comissão de Assuntos Econômicos aprovará o financiamento para a aquisição dessas aeronaves.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Permite, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu irei a esta reunião, me sinto honrado com o convite que V. Exa. faz, entretanto, eu acho que o Poder Legislativo como um todo precisa meditar sobre esses enormes gastos que o Governo vai fazer, 32 bilhões de reais para dar segurança ao Brasil. Quem precisa de segurança não é o Brasil, não, são os brasileiros que estão sendo assaltados, sequestrados, mortos, nós é que precisamos de segurança, o Brasil está seguro, está lá em Honduras fazendo aquela "suruba" lá na Embaixada, tudo tranquilo. Ora, por que é que nós não vamos dar segurança aos brasileiros? Dar segurança aos brasileiros não ser assaltados, pegar 32 bilhões e desse um bilhão para cada estado para melhorar o sistema penitenciário, melhorar as polícias, dar melhor condições de trabalho aos policiais, melhores salários. Isso, sim, o brasileiro precisa de segurança, o Brasil não precisa de segurança porque "ah, reforçar o pré-sal..." contra quem? Se a Argentina vai invadir aqui são 25, nós somos 200, botamos eles para fora à tapa, Honduras não vai invadir o Brasil, se for contra os Estados Unidos, não adianta porque eles vem aqui com porta-aviões e pega o pré-sal, se quiserem, nunca serão loucos de fazer isso.

Então, Sr. Presidente, tem que refletir, 32 bilhões de reais, vamos dar segurança aos brasileiros. Assaltados no ônibus, sequestrados, mortos na rua por bandidos toda hora; lá no Espírito Santo fim de semana, 40 de uma vez só, gente, vamos pensar na segurança dos brasileiros. O Brasil está seguro, firme, forte, altaneiro e dormindo em berço esplêndido, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão, só espero que não fique dormindo em berço esplêndido permanentemente. Eu espero que o Brasil realmente possa acessar a situação de país de primeiro mundo, desenvolvido, como tenho certeza absoluta que é o destino dessa nação por todos nós amada.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu também penso dessa maneira, Sr. Presidente, mas primeiro vamos dar segurança aos brasileiros, depois nós damos ao Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concordo com V. Exa., concordo em parte com V. Exa.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Acho que as forças armadas brasileiras precisam e devem ser reequipadas, elas estão sofrendo sucateamento há décadas.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Gradativamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E hoje, pelo que se lê na mídia, não é só questão de equipamento, não, equipamento é importante, sim, mas é preciso que tenha recursos porque as Forças Armadas estão liberando o seu contingente para meio turno por não terem orçamento para poder alimentar, para poder mobilizar as suas tropas, para poder treinar as suas tropas.

Então V. Exa. tem todas razão, é importante o equipamento, é importante o orçamento para a atividade de formação das Forças Armadas e é importante também recursos para a segurança nacional que os Estados brasileiros sejam atendidos nas suas necessidades, o seu Estado não é diferente do meu Estado, a questão da violência no Estado do Pará é uma questão de extrema gravidade, lamentavelmente a promessa do Presidente Lula a quando da eleição da Governadora, de que iria encaminhar recursos para atender emergencialmente a segurança do Pará não foi cumprida e o que nós temos hoje é um agravamento da situação e eu repito aqui aquilo que digno meu estado, a grande obras da Governadora Ana Júlia na segurança do Estado do Pará foi trocar a cor do uniforme da Polícia Militar, que era de verde oliva para verde abacate, como se isso auxiliasse a melhoria da segurança da população do Pará. É lamentável. Concordo com V. Exa., parte desses recursos devem ser aplicados no fortalecimento das forças armadas na sua recuperação, mas parte deles devem ser, sim, aplicados na melhoria da segurança da população brasileira em todos os Estados da federação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concluo aqui, é sobre o assunto?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Indiretamente, sim. Eu estou preocupado porque nós temos uma pauta de 60 Itens e nós estamos discutindo Ana Júlia. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já vamos só concluir.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente. É importante e sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre o assunto, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Olhe, eu quero ressaltar aqui a importância do tema e dizer que realmente a Comissão que sempre discute muito questão de liberação de rádios e tudo, ela deve se ater a problemas importantes como esses. Eu concordo plenamente com o Senador Gerson Camata, eu vejo que não é por aí. A questão básica das Forças Armadas, que eu conheço um pouco, eu quero dizer que nós precisamos reestruturar desde a base as Forças Armadas, eu acho que lá no Amapá ainda temos [ininteligível] e etc..

Então não seria equipamentos de última geração que iriam fazer com que nós tivéssemos as nossas Forças Armadas consideradas como reequipadas. Absolutamente. O orçamento para as Forças Armadas é de 44 bilhões, Senador Flexa, 35 bilhões só para pagamento de pessoal, restam disso aí, tirando a manutenção, quatro bi para investimento. O que é realmente lamentável e lastimável, por isso que nós temos muitos quartéis do Exército nesse país dispensando conscritos por falta de recursos sequer para alimentar essas pessoas. Então eu quero deixar claro que é um absurdo o que está acontecendo, talvez seja em nível de *marketing* político para o Brasil, ou para o Governo atual, seja muito importante, mas efetivamente para considerar dignificada as Forças Armadas não é por aí não, nós precisamos rever isso, esses equipamentos são de ponta, são de última geração, mas infelizmente ou felizmente eles não serão suficientes para dar qualquer tipo de segurança maior ao Brasil, não serão suficientes e até pela quantidade e serão mais assim, para emblematizar um falso investimento no sentido de termos as Força Armadas muito bem vista.

Eu acredito que os comandantes das Forças Armadas, das nossas três forças, o Ministro da Defesa esteja satisfeito por ver a boa do Governo em querer investir, mas eu acredito muito mais se investíssemos pelo menos a metade desses valores no básico do que está danificando grande parte da função das Forças Armadas, da estrutura de defesa, seria suficiente para termos um respeito maior pelo nosso país, através das suas três corporações, que é Marinha, Exército e Aeronáutica.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Papaléo Paes.

Convite do Exmo. Sr. General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, chefe do Departamento da Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro, aos membros desta Comissão para visitar nos dias 22 e 23 de outubro, quinta e sexta-feira, as instalações do departamento, mais especificamente o Centro de Tecnologia do Exército – CTEx, e o Instituto Militar de Engenharia, IME, localizados no Rio de Janeiro. Já confirmei a minha presença, mas gostaria que os Senadores que tivessem interesse de visitar, é importante essas visitas, pudessem contactar a secretaria. O General Heleno gostaria de ter presença de tantos Senadores quantos fossem possíveis. Então eu gostaria que V. Exas. pudessem fazer o contato à secretaria para que participassem dessa reunião.

Ofício n.º 750 MCT do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia Sérgio Machado Rezende em que convida esta Comissão de Ciência e Tecnologia para integrar a comissão organizadora. E eu peço a atenção aos Srs. Senadores, porque é importante esta comunicação que convida esta Comissão de Ciência e Tecnologia para integrar a comissão organizadora da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que ocorrerá em Brasília entre os dias 26 a 28 de maio de 2010 e será precedida de cinco conferências regionais preparatórias a serem realizadas até março de 2010. O tema central será Política de Estado para Ciência e Tecnologia e Inovação com Vista ao Desenvolvimento Sustentável. Convida também para solenidade de lançamento oficial da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério dia 29 de outubro de 2009, às 11 horas.

A comissão organizadora com vista a elaboração do regimento interno da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, composta por representantes da sociedade e do Poder Público será constituída Portaria do Ministério de Ciência e Tecnologia, no momento oportuno V. Exas. serão procuradas para representar o Senado Federal compondo a comissão organizadora.

Por último, quero informar e agradecer a visita que recebemos a pouco do vice-Almirante Ney Zanella dos Santos, Secretário de Ciência e Tecnologia da Marinha Brasileira e do Capitão-de-Mar-e-Guerra Cid Augusto Claro Junior.

E, finalmente, informar o recebimento do Ministério das Comunicações do Ofício de n.º 563/09 gabinete do Ministro. A S. Exa. serão o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Assunto: recomendação relativa ao estabelecimento de normas do Ministério de Comunicações, referência ofício 086/2009 CCT, foi o ofício que nós encaminhamos a respeito das rádios comunitárias e estamos tendo a resposta agora do Ministério. Diz o ofício que recebemos: *"Sr.*

Senador, reporto o meu expediente acima referenciado pela qual V. Exa. submete à análise desse Ministério recomendação elaborada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, relativamente a possibilidade de este Ministério estabelecer norma de modo a vedar que as emissoras de rádio comunitária utilize a sigla FM na sua denominação". Incumbiu-me o Sr. Ministro de transmitir a V. Exa. em anexo, cópia da nota CONJUR/CJL n.º 1023-1.16/2009, de 24 de 09/2009, em que a consultoria jurídica dessa pasta manifesta sobre a recomendação em apreço.

Pediria à Secretaria que encaminhasse cópia da nota encaminhada pelo Ministério das Comunicações a todos os Senadores membros da Comissão e voltaremos ao assunto na próxima reunião, já depois de ter tomado conhecimento por todos, porque esta comunicação acabou de chegar à secretaria e vamos primeiro tomar conhecimento do que diz a nota para depois discutirmos a mesma na próxima reunião.

Solicita a Secretaria da Comissão, como disse, que distribua cópia do ofício as Sras. e Srs. Senadores e solicita ainda a gentileza de informar a essa CCT que se desejarem participar da solenidade a que me referi da questão do lançamento oficial da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. Itens da pauta--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu queria pedir uma inclusão extrapauta de um requerimento, solicitar a V. Exa. que pudesse consultar o Plenário e pudesse votar um requerimento meu incluindo esse requerimento de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre a Mesa?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, também uma coisa eu gostaria do requerimento feito por...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está sobre a Mesa o seu requerimento também?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Um requerimento que foi encaminhado a respeito de rádios, digitalização de rádio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre a Mesa dois requerimentos, um de autoria do Senador Renato Casagrande e outro de autoria do Senador Roberto Cavalcanti. O do Senador Renato Casagrande, que apresenta requerimento para debater a proposta de substituição do recolhimento do INSS das empresas sobre a folha de pagamento por contribuição de 0,50% sobre a movimentação financeira. Primeira inclusão, os que concordam com a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Renato Casagrande permaneçam como se encontram. Aprovado. O requerimento do Senador Roberto Cavalcanti, eu ainda não o tenho aqui, V. Exa. poderá dizer o objetivo dele, o objeto dele.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O objeto dele é instar o Ministério das Comunicações a definir o modelo do rádio digital ou mesmo modo que aconteceu no tocante à TV digital, isso é um pleito que foi apontado ontem à noite através do Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É um requerimento de informações?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E uma convocação de uma Audiência Pública com três convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, em discussão a inclusão em pauta do requerimento do Senador Roberto Cavalcanti. Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos à pauta. Item 01 da pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor não vai votar o requerimento, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, vamos aprovar após. Vamos aos terminativos que nós temos *quorum*. Item 01 da pauta PLC 73/2009. Terminativo. Altera a lei n.º 9782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre a cooperação institucional entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e instituições de ensino universitário de pesquisas, mantidas pelo Poder Público e organismos internacionais com os quais o Brasil tem acordo de cooperação técnica. Autoria Deputado Max Rosenmann, relatoria Senador Papaléo Paes, parecer favorável à matéria com uma emenda que apresenta, serão realizadas duas votações nominais, uma para projeto e outra para emenda. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o relator o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre as competências da ANVISA estão regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública informe dispõe o caput do art. 8º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 89, que define o sistema nacional de vigilância da sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Dessa competência decorre o dever da agência de fiscalizar, promover e controlar de um controle de um leque imenso de produto, entre alimento, medicamento, serviços

de saúde, produtos e equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares, sangue, hemoderivados, tecidos e órgãos, saneantes, cosméticos, tabaco e outros. Por toda a complexidade de suas competências, o art. 33 da supracitada lei, permite à agência que contrate especialistas para execução de trabalhos nas áreas técnica, cientifica e econômica e jurídica por projetos ou prazos limitados, observada a legislação em vigor. Entretanto não há explicitação legal sob a cooperação institucional. Há tão-somente referência ao fomento da cooperação técnico-científica nacional e internacional art. 7º § 23 como competência da agência. O PLC em análise, de forma louvável vem preencher essa lacuna possibilitando acertadamente a possibilidade do aperfeiçoamento do trabalho da ANVISA por meio da cooperação com universidades e centros de pesquisas públicos nacionais e com organismos internacionais. Não observamos óbices de natureza constitucional ou legal na proposição. O projeto encontra-se lavrado em boa técnica legislativa, devendo ser feita apenas uma pequena correção de redação para substituir a expressão instituições de ensino universitário por instituições de ensino superior, já consagrada na legislação educacional.

Voto. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 73/2009 com a seguinte emenda de redação: substitua-se a expressão instituições de ensino universitário por instituições de ensino superior, no texto 32A acrescido à Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999, pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara n.º 73/2009.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Papaléo Paes. E vamos fazer a votação dos três projetos terminativos que estão na pauta e dos demais projetos terminativos de concessão de rádios e televisões e os demais, Item 1, o Item 2, o Item 3, faremos ao final da leitura dos pareceres, mas isoladamente cada um deles, e dos de concessão de rádio e televisão faremos em bloco também ao final, porque nós estamos com oito Senadores presentes e precisamos de um Senador para completar o *quorum* qualificado para que possamos fazer a votação nominal.

Então vamos colocar em discussão o parecer do Senador Papaléo Paes, que é pela aprovação do projeto que trata da cooperação institucional entre a agência nacional de vigilância sanitária e as instituições de ensino universitário e pesquisas, com duas emendas propostas. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos votá-lo ao final da sessão.

O Item 02 que é de relatoria do Senador Antonio Carlos Valadares, vamos aguardar a chegada do Senador para que ele possa fazer a leitura do seu parecer.

O Item 3, Projeto de Lei do Senado n.º 69/2009 terminativo. Determina que as instituições bancárias instalem bloqueadores de sinais de rádios e comunicações em todas as agências do país e dá outras providências. Autoria Senador Gilvan Borges, relatoria Senador Roberto Cavalcante, parecer contrário à matéria. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, é às vezes constrangedor se dar um parecer negativo ao nobre colega, no caso um grandes amigo, Gilvam Borges, porém existem aspectos que devam ser ressaltados, primeiro esse projeto foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça. Então, já existe um precedente de rejeição. Segundo, é que se pese louvável a intenção que é gerar um bloqueio da operação de celulares nas agências bancárias, isto é uma operação que danifica ao consumidor, danifica o cliente, porque o cliente também fica impossibilitado de operar os seus aparelhos celulares dentro das agências telefônicas. Então não é um crível que se tenha um instrumento que vá supostamente dificultar a operação dum criminoso e dar cerceamento de comunicação a todo o cliente das agências bancárias, além disso, esse impacto financeiro não foi avaliado, impacto financeiro que atingirá 178 mil pontos, mil locais de instalação, precisa haver um entendimento tecnológico entre as empresas, as instituições bancárias e as operadoras de telefonia, para que eles abram a confidencialidades das suas tecnologias para que através dessas tecnologias, esses instrumentos serem instalados.

Então é um tema muito complexo, um tema que gera um impacto financeiro e que na minha opinião, na nossa opinião ela não inibe o crime, ela pode gerar um instrumento de dificultar, mas ela na verdade, não é o instrumento de acabar com a criminalidade, não é bloquear operadoras de celulares.

Então, em razão disso, o nosso voto é contrario, é no sentido da rejeição da proposta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o parecer contrário à instalação de bloqueadores de sinais de rádio de comunicações nas instituições bancárias. Para discutir, o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, é afim, mas não é propriamente, eu tenho dito várias vezes aqui, em Portugal, eles têm um sistema desses assaltos a caixas eletrônicos. É uma

bomba que na hora que o sujeito viola o caixa, ele joga uma tinta vermelha em todas as notas que estão ali dentro. O banco pega a nota inutilizada, vai no Banco Central e troca. E os ladrões nunca mais assaltaram caixas eletrônicos, porque na hora que eles violam, essa bomba joga essa tinta vermelha. Portugal, toda a Europa está fazendo isso.

No Brasil, tem uns cinco anos que eu vi isso nos jornais, tenho falado, apresentei até um projeto, parece que os bancos não querem fazer isso; ou o Banco Central não quer. Seria a melhor maneira de acabar com esse negócio de assaltos a caixas eletrônicos. Um aparelhozinho, simples, violou o caixa, injeta tinta vermelha anula todas as notas. É só uma sugestão que eu volto a dar ao sistema bancário, obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Alguém mais para discutir? Senador Roberto Cavalcanti, quero parabenizá-lo pelo parecer, porque realmente ao proibir, ao bloquear os sinais de rádio comunicação nas agencias bancárias não inibiriria o crime, porque o contato poderia ser feito externamente, quer dizer, estaria a pessoa dentro do banco, informaria lá fora e teria o mesmo sinal e haveria o prejuízo à comunicações do sistema bancário.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, inclusive reforçando o argumento de V. Exa., o cidadão de bem estaria também cerceado de trilhar todo aquele tempo de permanência nas agências de ficar impossibilidade de se comunicar com sua família, com suas empresas, conferir uma instrução adicional à sua operação naquela agência bancária, estaria cerceado o direito de comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem duvida. Não havendo mais quem queira discutir, faremos a votação ao final da leitura dos demais processos.

Item 04 e Item 05, relatoria do Senador Roberto Cavalcanti. Item 04, Projeto de Decreto Legislativo n.º 603/2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à associação de radiodifusão comunitária de Alcantil - Arcal, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcantil no Estado da Paraíba. Item 05 projeto de Decreto Legislativo n.º 646/2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de Rio Tinto para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Rio Tinto, Estado da Paraíba, todos os dois, parecer favoráveis.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Tratam-se de duas rádios comunitárias em duas cidades na qual se constata a necessidade da instalação dessas rádios, uma cidade é Alcantil e outra Rio Tinto. E o parecer é favorável, tendo em vista que todas as nuances técnicas e administrativas foram implementadas. O parecer dos dois projetos é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Vamos ao Item 12, já que o Senador Flávio Arns está se dirigindo à Comissão. Vamos ao Item 12 relatoria do Senador Renato Casagrande. Item 12...

Vamos ao Item 13, o Senador Renato Casagrande está numa audiência aqui na sala da Comissão. Vamos ao Item 13 de relatoria do Senador Gerson Camata, Projeto de Decreto Legislativo n.º 573/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Cultural Desportiva Vicentina para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da São Vicente, Estado de São Paulo. Parecer favorável.

Com a relatoria o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, o relatório está disponibilizado nas pautas pelo acolhimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Camata. Retornamos ao Item 12, Projeto de Decreto Legislativo n.º 579/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade de Radiodifusão Antonelli e Alves Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Itápolis, Estado de São Paulo. Relatoria Senador Renato Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente o parecer deste item é um parecer pela aprovação da outorga que aprova a outorga permissão à Sociedade de Radiodifusão Antonelli e Alves Ltda., de Itápolis no Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Gerson Camata, vamos aos Itens 14 e 15. Relatoria do nobre Senador Flávio Torres. Item 14, Projeto de Decreto Legislativo n.º 614, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural para o Progresso e Bem-estar da Comunidade da Tabatinga, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Maranguape, Estado do Ceará.

Item 15, Projeto de Decreto Legislativo n.º 616, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga permissão a Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Capuí no Estado do Ceará. Pareceres favoráveis.

Com a palavra o Senador Flávio Torres para a leitura dos seus pareceres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, os pareceres estão disponibilizados nas pautas,

os processos não ferem nenhum problema e o parecer é favorável aos dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Flávio Torres. Lembrança à Senadora Patrícia Saboya, nossa querida Senadora que está de licença do seu mandato representando o Estado do Ceará e que V. Exa. tão bem a substitui, com a competência que lhe é peculiar.

Vamos aos Itens 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, relatoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi.

Item 16, Projeto de Decreto Legislativo n.º 271, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 17, Projeto de Decreto Legislativo n.º 279, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Prado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Antonio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 18, Projeto de Decreto Legislativo n.º 285, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Sul de Nonaí.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nonoai, Presidente, Nonoai é uma comunidade indígena.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Nonoai, Estado no Rio Grande do Sul.

Item 19, Projeto de Decreto Legislativo n.º 289, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Alto do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 20, Projeto de Decreto Legislativo n.º 301, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Renascer de Campo Novo Rio Grande do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Campo Novo, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 21, Projeto de Decreto Legislativo n.º 309, de 2009 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Domingos do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 22, Projeto de Decreto Legislativo n.º 310, de 2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Vinhedo para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo n.º 311, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiodifusão Comunitária de Muçum para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Muçum, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo n.º 353, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de São Jorge para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Jorge, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 25, Projeto de Decreto Legislativo n.º 411, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Amigo de São Nicolau para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Nicolau, Estado do Rio Grande do Sul. Todos eles de relatoria do Senador Sérgio Zambiasi, a quem passo a palavra. Senador, o Estado do Rio Grande do Sul, com certeza absoluta vai estar totalmente instrumentalizado para levar a comunicação, as informações a toda a sua população.

Parabéns a V. Exa. que é um dos ícones da comunicação daquele Estado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Rio Grande do Sul está muito privilegiado realmente com o sistema de rádio e comunicação. E quero registrar que ontem, hoje está reunido aqui em Brasília a Associação Internacional de Radiodifusão com amplos debates e temas de interesse da radiodifusão sul-americana. E, Presidente Flexa, os pareceres de todos os itens são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Vamos ao Item 33 de relatoria do Senador Cícero Lucena. Ele teve que se ausentar e vamos... Pediria ao Senador Roberto Cavalcanti que pudesse fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 33, Projeto de Decreto Legislativo 297/2007, terminativo. Aprova o ato que outorga a Paraíba Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Santa Terezinha, Estado da Paraíba. Relatoria Senador Cícero Lucena, que peço Senador Roberto Cavalcanti, como relator *ad hoc,* que faça a leitura do parecer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Trata-se de uma concessão de frequência modulada FM na Cidade de Santa Terezinha, Estado da Paraíba, devidamente relatado pelo Senador Cícero Lucena na qual tenho a oportunidade de relatar como relator *ad*

hoc e o relator no seu final o voto do relator e que eu acompanho é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Com a presença do Senador Flávio Arns, vamos retornar aos itens de sua relatoria, Itens 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

Item 06, Projeto de Decreto Legislativo n.º 281, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade da Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Item 7, Projeto de Decreto Legislativo n.º 284, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à ACAVI - Associação Comunitária Amigo de Videira para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.

Item 08 Projeto de Decreto Legislativo n.º 315, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à associação comunitária na Rádio Studio de Curiúva para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Curiúva, Estado do Paraná.

Item 09. Projeto de Decreto Legislativo n.º 330, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Moreira Sales, Estado do Paraná.

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo n.º 311, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Social de Cornélio Procópio para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cornélio Procópio, no Estado do Paraná.

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo n.º 339, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga permissão a San Marino Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Com a palavra o Senador Flávio Arns para fazer a leitura dos pareceres.

SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO/PR): Sr. Presidente, os pareceres dos Itens lidos de n.º 06 a 11 de Iporã, Santa Catarina, Iporã do Oeste, Videira, Santa Catarina, Curiúva, Paraná, Moreira Sales, Paraná, Cornélio Procópio, Paraná e Capitão Leônidas Marques, Paraná são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Flávio Arns.

Vamos aos Itens 27, 28, 29, 30, 31 e 32 de relatoria do nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 27, Projeto de Decreto Legislativo n.º 3009, de 2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Município de Uruçuca para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Uruçuca, Estado da Bahia.

Item 28, Projeto de Decreto Legislativo n.º 221, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Coroa Vermelha, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Santa Cruz de Cabrália, Estado da Bahia.

Item 29--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Onde o Brasil nasceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente.

Item 29, Projeto de Decreto Legislativo n.º 244, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Boa Vista do Tupim para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia.

Item 30, Projeto de Decreto Legislativo n.º 256, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal do Oeste FM Ltda. para explorar de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ibotirama, Estado da Bahia.

Item 31, Projeto de Decreto Legislativo n.º 291, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Promoção Social de Canudos para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Canudos, Estado da Bahia.

Item 32, Projeto de Decreto Legislativo n.º 295, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Dimensão de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Barra do Choça, Estado da Bahia.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior para leitura de seus pareceres.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres relativos à autorização para rádio comunitária na Cidade de Uruçuca, Boa Vista do Tupim, Canudos, Barra do Choça e Santa Cruz de Cabrália, que vale a pena ressaltar que foi onde o Brasil foi descoberto, e Coroa Vermelha, que é o nome que foi dado à Associação, é onde foi realizada a primeira missa no Brasil.

Então esses pareceres todos são favoráveis e também à Rádio Portal do Oeste da Cidade de Ibotirama também o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Antonio Carlos Júnior. E parabenizando Município de Cabrália,

que como V. Exa. bem frisou, onde nasceu, onde foi o primeiro ponto, descoberto o nosso país e que vai ter agora o sistema que V. Exa. aprova com parecer favorável de radiodifusão.

Vamos aos Itens 34 e 35 de relatoria do Senador Gilberto Goellner.

Item 34, Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Artística e Cultural de Santa Carmen Mato Grosso, ARCASCA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Santa Carmem, Estado do Mato Grosso.

Item 35, Projeto de Decreto Legislativo n.º 325, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Rádio Terra FM de Ribeirão Cascalheiras, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ribeirão Cascalheiras, Estado de Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner para ler os seus pareceres.

SENADOR GILBETO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu solicitaria a inclusão do requerimento de um projeto extrapauta que é o Projeto Legislativo 669, que também é de nossa relatoria que se trata da Cidade de Sapezal, Estado do Mato Grosso, que é inclusive a cidade do Governador do Estado do Mato Grosso. Se for possível a inclusão, daí nós já aprovamos, os senhores colocam em apreciação extrapauta, faz favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Requerimento de solicitação do Senador Gilberto Goellner para inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo n.º 669, de 2009, terminativo. Que aprova o ato de outorga a permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Sapezal, Estado do Mato Grosso.

Em discussão a inclusão extrapauta do Projeto 669. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Então o Senador Gilberto Goellner, aprovada a inclusão extrapauta, solicito a V. Exa. que também, junto com os Itens 34 e 35, faça a leitura do parecer do Item 1 extrapauta, que é do Projeto de Decreto Legislativo n.º 669, de 2009, que aprova o ato que outorga a permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Sapezal, Estado do Mato Grosso.

Com a palavra, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBETO GOELLNER (DEM-MT): Srs. Senadores, Sr. Presidente, os três projetos são pela aprovação do Estado de Mato Grosso, Cidade de Sapezal, Santa Carmem e Ribeirão Cascalheiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Vamos aos Itens 36, 37, 38, relatoria Senador Eduardo Azeredo, quando ele puder deixar o telefone para fazer a leitura dos seus pareceres. Pediria também a V. Exa., Senador Eduardo Azeredo, que pudesse relatar *ad hoc* os Itens 46 e 47, de relatoria do nobre Senador Wellington Salgado, do vosso Estado, a querida Minas Gerais que como não se encontra presente, pediria a V. Exa. que também relatasse *ad hoc* esses itens.

Então vamos aos Itens 36, 37 e 38. Relatoria do Senador Eduardo Azeredo e Itens 46, 47 relatoria do Senador Wellington Salgado, que o Senador Eduardo Azeredo relatará *ad hoc*.

Item 36--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Primeiro, eu quero dizer a V. Exa. está sendo injusto comigo, porque eu estava no telefone num gesto de delicadeza cumprimentando a minha secretaria de Belo Horizonte, que hoje é Dia das Secretárias.

Então V. Exa. já deveria ter feito o mesmo com a secretaria da comissão, secretária do seu gabinete, ao invés de se preocupar e me criticar, está vendo?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão. Me penitencio. Porque pensei que V. Exa. estava confabulando politicamente com as questões lá do seu Estado de Minas Gerais, então isso poderia aguardar a leitura do parecer, mas como V. Exa. estava cumprimentando a sua secretária pelo dia de hoje, que é o dia 30 de setembro, Dia da Secretária, eu quero associar-me a V. Exa. e cumprimentar a todas, a todas as secretárias do Brasil, em especial da Comissão, dos nossos gabinetes, que nos ajudam permanentemente na árdua tarefa de cumprimento das nossas missões legislativas. V. Exa. merece os elogios de todos nós.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Então vamos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 36.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Trinta e seis, Associação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu preciso regimentalmente fazer a leitura.

Item 36, Projeto de Decreto Legislativo n.º 414, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga auto-

rização à Associação Cultural Comunitária Renascer Rádio FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

Item 37, Projeto de Decreto Legislativo n.º 460, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Monsenhor David para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Coluna, Estado de Minas Gerais.

Item 38, Projeto de Decreto Legislativo n.º 515, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Araxá, ACECA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.

E os Itens 46 e 47, que V. Exa. fará como relator *ad hoc*.

Item 46, Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Catuji FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Catuji, Estado de Minas Gerais.

O Item 47, Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ipê Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo que cumprimentou a sua secretaria no dia de hoje, para leitura para dos seus pareceres.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, e Srs. Senadores, a Associação Cultural Comunitária Renascer, de Lagoa da Prata preencheu todos os requisitos necessários, Lagoa da Prata fica na região oeste de Minas Gerais, uma cidade que tem prosseguido bastante, o voto é favorável.

Já o Item 37(F) diz respeito à rádio também comunitária Monsenhor David na Cidade de Coluna, Coluna já fica no leste mineiro, também preenchidos todos os documentos e o voto é favorável.

O Item 38 refere-se a também uma autorização para Associação Comunitária Cultural Educativa de Araxá, ACECA, associação lá em Araxá, todos conhecem bem, é uma cidade do ponto de vista turístico de águas e também grande produtora de minérios. Araxá, o projeto também é favorável tendo em vista toda a observância da lei.

O Item 39 diz respeito à cidade de Iaras em São Paulo aí a localização eu não sei essa aí, não, Presidente, me perdoe, mas São Paulo também o serviço de radiodifusão comunitária, o parecer é favorável.

Já os dois itens de relatoria do Senador Wellington Salgado, eu faço a leitura *ad hoc*, o primeiro é para a Associação Rádio Comunitária Nova Catuji FM, na Cidade da Catuji em Minas Gerais e esta cidade fica na região do Mucuri, perto de Teófilo Otoni, parecer favorável. E a outra, a última, o Item 47 é da Rádio Ipê, na Cidade de Arcos, também no oeste mineiro, o parecer também é favorável; Arcos também é uma cidade de produção mineral importante.

Portanto, são seis pareceres favoráveis, Sr. Presidente. E eu quero só ainda lembrar, Presidente, que na lei eleitoral que nós tínhamos aprovado aqui no Senado, estava incluída a obrigatoriedade das rádios comunitárias transmitirem os programas eleitorais em defesa do processo democrático. Lamentavelmente, a Câmara só aprovou a parte referente à propaganda na Internet e com isso fica em aberto essa questão, vai depender de uma "legislação", eventualmente, entre aspas, que possa ser feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, porque nós vamos ter uma situação em uma cidade em que uma rádio FM vai ter a obrigatoriedade de transmitir o programa eleitoral e a rádio comunitária, não. Então isso vai acontecer se não for esclarecido pelo Tribunal Superior Eleitoral, tendo em vista que a Câmara não acatou a emenda incluída pelo Senado, eu faço esse registro só porque estamos discutindo as rádios comunitárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Item 26, relatoria Senador Valdir Raupp, que não se encontra, solicito ao Senador Valter Pereira que faça a leitura como relator *ad hoc.*

Item 26, Projeto de Decreto Legislativo 3437, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Defesa dos Cidadãos Castanheirenses, ACODEC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Castanheiras, Estado de Rondônia.

Com a palavra, o Senador Valter Pereira. Item 26, página 280, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, a proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato da Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional nos termos dos arts. 49, 12(F) e 223 da Carta Magna. Constata se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios de Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 98. O exame da documentação que acompanha o PDS 347, de 2009

não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9612, de 98.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n.º 347/2009 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Defesa dos Cidadãos Castanheirenses, ACODEC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Castanheiras, Estado de Rondônia na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Portanto, o nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Valter Pereira.

Vamos ao Item 40. Item 40, relatoria do Senador Efraim Moraes, peço ao Senador Roberto Cavalcanti que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 40, Projeto de Decreto Legislativo 668, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural Professora Anália Rodrigues para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itaporanga, Estado da Paraíba. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se de mais uma rádio comunitária, Cidade de Itaporanga, o parecer do Senador Efraim, tendo em vista as razões técnicas e administrativas toda atendidas, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Roberto Cavalcanti. Os Itens 41 de relatoria do Senador João Ribeiro, Itens 43, 44, 45 de relatoria do Senador Marcelo Crivella. Solicito ao Senador Renato Casagrande que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 41, Projeto de Decreto Legislativo 681, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Assistencial do Combinado para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Combinado, Estado de Tocantins.

Item 43, Projeto de Decreto Legislativo 459, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Armação dos Búzios de Radiodifusão Ltda. para exploração de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Armação de Búzios, Estado do Rio de Janeiro.

Item 44, Projeto de Decreto Legislativo n.º 562, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Bom Jesus de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro.

Item 45, Projeto de Decreto Legislativo 574, de 2009, terminativo, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio SP-Um Ltda. para explorar serviço radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Diadema, Estado de São Paulo.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Item 41, o relator, o Senador João Ribeiro Cidade de Combinado, importante o senhor verificar que no 41 é combinado e no 43 é uma armação, então na Cidade de Combinado, no Estado de Tocantins o parecer é favorável, Sr. Presidente.

O Item 43 na Cidade de Armação de Búzios, bela cidade Armação de Búzios, Estado do Rio de Janeiro, também o Senador Marcelo Crivella, atendeu todos os requisitos o parecer é favorável.

E o Item 44 na Cidade de Bom Jesus do Itabapoana, na divisa com o Estado do Espírito Santo no norte do Estado do Rio de Janeiro, também o Senador Marcelo Crivella dá o parecer favorável que eu faço essa leitura, Sr. Presidente.

Item 45 na Cidade de Diadema, São Paulo, o Senador Marcelo Crivella também relator e o parecer também para a Rádio Difusão em frequência modulada é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Renato Casagrande. Vamos ao Item 48, 49 e 50. Relatoria do Senador Lobão Filho. Solicito ao Senador Gerson Camata que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente pela ordem, o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Requerer a V. Exa. que inclua extrapauta também dois PDS, o n.º 88/2008 relativa à Rádio Comunitária Cristo Rei, de Várzea Grande, Mato Grosso e a Rádio Comunitária Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá, Mato Grosso do Sul, ambos eu sou relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa. que caminhasse o processado à Mesa para que possa fazer a inclusão extrapauta.

Enquanto isso, Senador Gerson Camata está numa audiência na Secretaria da Comissão. Vamos pedir ao Senador Flávio Torres que possa fazer a leitura como Senador **ad hoc** dos Itens 48, 49 e 50. Com a palavra o Senador Flávio Torres.

Só um minuto, Senador Flávio Torres, tenho que fazer a leitura do *caput*.

Item 48, Projeto do Decreto Legislativo n.º 169, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Rio Munim para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Axixá, Estado do Maranhão.

Item 49, Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Centro do Guilherme para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Centro do Guilherme, Estado do Maranhão.

Item 50, Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Povoado Pacas, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.

Com a palavra o Senador Flávio Torres como relator *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, os pareceres não têm nenhum reparo, são pela aprovação das matérias e eu subscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Flávio Torres. Vamos aos Itens 51 e 52, relatoria do Senador Eliseu Resende, e peço o Senador Eduardo Azeredo que faça a leitura como relator *ad hoc*.

Item 51 do parecer, item 51 Projeto de Decreto Legislativo n.º 144, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Dom José Heleno para explorar serviço de rádio e difusão de sons e imagens na Cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Item 52, Projeto de Decreto Legislativo n.º 115, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Esportiva e Protetora do Meio Ambiente de Ladainha para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ladainha Estado de Minas Gerais.

Item 53, Projeto de Decreto Legislativo n.º 516, de 2009 terminativo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, 53 é outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, 51 e...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E 52.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São os itens. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo para leitura como relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Item 51 de relatoria do Senador Eliseu Resende, como V. Exa. lembrou, da Fundação Dom José Heleno, na verdade esse caso é para sons e imagem, não é rádio comunitária, é som e imagem, portanto podendo ter TV em Governador Valadares e o parecer é favorável, Valadares fica na região leste de Minas Gerais. E já o item seguinte também de relatoria do Senador Eliseu Resende na cidade da Ladainha, Ladainha também fica nessa mesma região leste de Minas Gerais e o parecer no caso é para uma rádio comunitária, o parecer também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Vamos ao Item 42. Relatoria é o Senador Marco Maciel, pediria ao Senador Antonio Carlos Júnior que pudesse fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 42, Projeto de Decreto Legislativo n.º 692, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo, para executar serviço de radiodifusão comunitária da Cidade de São Bento, Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o parecer do Senador Marco Maciel é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos Itens 53 e 54, relatoria do Senador Delcídio Amaral. Solicito ao Senador Valter Pereira que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 53, Projeto de Decreto Legislativo n.º 516, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Emissora Segredo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

Item 54, Projeto de Decreto Legislativo n.º 517, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Integração Comunitária Nova Casa Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Senador Valter Pereira, como relator *ad hoc*.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo 516/2009 que outorga autorização à Associação Emissora Segredo FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Campo Grande preenche todos os requisitos legais. E a manifestação do relator é pela aprovação.

Nosso voto, portanto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Vamos ao Item 55 relatoria do Senador Sérgio Guerra, peço ao Senador Eduardo Azeredo... Desculpe, Senador Valter Pereira, o Item 54.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Item 54 dispõe sobre o Projeto de Decreto Legislativo 517, de 2009 que aprova o ato de outorga à Associação de Desenvolvimento e Integração Comunitária Nova Casa Verde, para executar serviço de radiodifusão na Cidade de Nova Andradina, Estado do Mato Grosso do Sul.

O projeto aqui também, Sr. Presidente, preenche todas as exigências de lei e no mérito também há uma manifestação de aprovação, portanto, o nosso voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Item 55, relatoria do Senador Sérgio Guerra. Solicito ao Senador Eduardo Azeredo que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 55. Projeto de Decreto Legislativo 525, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Prefeitura da Cidade da Recife para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade da Recife, Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo como relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, a relatoria do nosso Presidente, o Senador Sérgio Guerra, presidente do nosso partido, é favorável essa este ato que autoriza a Prefeitura de Recife para serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Imagino que deve ser uma rádio educativa, provavelmente, em sendo para a Prefeitura. Provavelmente deverá ser uma rádio educativa. O parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo, vamos aos Itens 56 e 57 relatoria do Senador Demóstenes Torres. Solicito ao Senador Gerson Camata que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 56, Projeto de Decreto Legislativo n.º 236, de 2009, terminativo. Aprova o ato que autora permissão à RGR, Rede Goiânia de Rádio Comunicação Ltda. para explorar serviço difusão sonora em frequência modulada na Cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás.

Item 57, Projeto de Decreto Legislativo 237, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade da Goianira, Estado de Goiás.

Com a palavra o Senador Gerson Camata como relator *ad hoc*.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, o Senador Demóstenes Torres pediu-me para fazer o relatório, conforme V. Exa. determinou, disponibilizou os relatórios nas pastas que são favoráveis à duas concessões.

Feito o relatório, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Gerson Camata. Passo a Presidência ao Senador Flávio Arns, para que possa relatar os Itens 58 e 59.

Com a Presidência o Senador Flávio Arns.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO/PR): Item 58, Projeto de Decreto Legislativo n.º 440, de 2009. Aprova o ato que outorga a permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço radiodifusão sonora em frequência modular na Cidade de Almeirim, Estado do Pará.

Item 59, Projeto de Decreto Legislativo n.º 548, de 2009, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Garrafão do Norte - ARCGN, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Garrafão do Norte, Estado da Pará.

Com a palavra V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Flávio Arns. O Item 58 trata de permissão outorga à Amazônia comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na Cidade da Almeirim. A cidade da Almeirim no oeste do meu estado, o Estado do Pará, que tem como prefeito o Sr. José Botelho dos Santos, e tem um... Queria aqui dizer os que não conhecem o Pará e eu quero convidar a todos que conheçam o meu Estado, porque, sem sombra dúvida, ele é um dos estados de maior potencial da federação brasileira; e tem uma característica Almeirim, entre várias, entre várias, mas é a cidade natal da cantora Joelma da Banda Calypso, então para que os senhores tomem conhecimento dessa peculiaridade. O parecer é favorável, pois todos os trâmites legais foram cumpridos, não havendo, portanto, nenhuma violação à legislação pertinente e nem havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Com relação ao Item 59, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Garrafão do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará, também é um município da região Nordeste do meu Estado que tem como prefeito o Sr. Francisco Chaves Franco, e também é com parecer favorável,

visto que não evidenciou o Projeto PDS 442, de 2009, violação da legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinando pela aprovação. São os pareceres.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO/PR): Em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir; votação ao final. Retorno a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Arns. Nós temos dois projetos extrapauta e mais dois a serem aprovados, mas antes, Senador Eduardo Azeredo, eu estou com uma dúvida aqui na minha notação. O Item 39 da relatoria de V. Exa. eu vou pedir que V. Exa. repita o parecer porque eu não anotei como tendo sido lido, para evitar alguma dúvida na questão legal. O Item 39 diz respeito ao Projeto de Decreto Legislativo 529, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunicação Comunitária Iaras FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Iaras, Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo para leitura ou reeleitura do seu parecer.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na verdade é um reeleitura, eu já tinha lido, mas o parecer é favorável. Eu ainda disse que no caso de Minas Gerais eu falo sempre onde é a localização da cidade, nesse caso eu ainda falei assim: "Iaras eu não sei dizer, Sr. Presidente, me desculpe, mas é lá em São Paulo", mas tudo bem o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi uma falha da Presidência que não anotou aqui como tendo sido lido o parecer. Na dúvida eu preferi fazer a reeleitura do mesmo.

Extrapauta. Vamos colocar em aprovação a solicitação do Senador Valter Pereira para inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo n.º 260, de 2007, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá, ACODAC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul. E também o Projeto de Decreto Legislativo n° 88, de 2008, que aprova o ato que outorga e autorização à Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei, ARCREI, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso.

Em discussão a solicitação do Senador Valter Pereira para inclusão extrapauta dos dois projetos de decreto legislativo. Não havendo quem queira discutir, aprovado. Incluindo na pauta os dois projetos.

Solicito ao Senador Valter Pereira que possa fazer a leitura dos pareceres. Projeto de Decreto Legislativo n.º 260, de 2007, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá, ACODAC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Corumbá, Estado do Mato Grosso e Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2008, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei, ARCREI, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, tanto o pedido da Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá, ACODAC, quanto da Associação Rádio Comunitária Cristo Rei, ACREI, receberam do Ministério das Comunicações a seguinte ponderação: a exposição de motivos do Ministério das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, que levou ao seu deferimento. Portanto, em ambos os casos há cumprimento de pressupostos essenciais e quanto ao mérito foi manifestada também a recomendação para a sua aprovação.

Portanto, o nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Valter Pereira. Vamos à votação nominal dos projetos terminativos. O Item 2 da Pauta que diz respeito ao Projeto de Lei da Câmara n.º 100 que tem como relator o Senador Antonio Carlos Valadares, como ele não se fez presente, eu vou retirar de pauta para que ele volte na próxima sessão.

Vamos iniciar a votação isolada do 01, Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 2009, terminativo como parecer favorável do relator Senador Papaléo Paes. Nós vamos votar o texto do projeto e depois faremos duas votações nominais, ou melhor, faremos outra votação nominal para a emenda, ou seja, só duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

Então votação nominal para o Projeto de Lei da Câmara n.º 73. Vamos votar o Projeto. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes? Voto conhecido; é relator. Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns? Como vota o Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBETO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Projeto aprovado com dez votos favoráveis.

Pergunto a V. Exas. se posso repetir a votação nominal para a emenda. Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Então a emenda aprovada também por dez votos favoráveis por unanimidade.

Item 03, Projeto de Lei do Senado n.º 69, de 2009, terminativo. Relator Senador Roberto Cavalcanti pela rejeição. Terminada a discussão, em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Roberto Cavalcanti? Voto conhecido. Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Acompanha ou não?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não, ele disse não, eu digo não também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator. Como vota o senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi? Como vota o Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valter Pereira? Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovado por nove votos, por unanimidade.

Vamos à votação em bloco dos projetos também terminativos itens... Vamos votação nominal em bloco os Itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, e os três itens extrapauta, o PDS 669/07, 669/09, 260/07 e 88/08. Votação em bloco.

Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como volta o Senador Valter Pereira? Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBETO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovado os projetos com nove votos favoráveis, por unanimidade.

Vamos aos requerimentos incluído extrapauta. Requerimento extrapauta, autoria do Senador Renato Casagrande. Requeiro nos termos regimentais seja realizado seminário por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em conjunto com as comissões do Trabalho de Administração e Serviço Público de Desenvolvimento Econômico e Indústria e Comércio, de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, para debater a proposta de substituição do recolhimento do INSS das empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 0,50% sobre a movimentação financeira. O evento a ser realizado em data definida deverá ter o seguinte formato: 1) A Mesa de abertura com a participação dos presidentes das respectivas comissões, o Ministro do Trabalho e do Emprego, Carlos Lupi; da Previdência Social, José Barroso Pimentel; da Fazenda, Guido Mantega; o Presidente da Confederação Nacional de Serviço, Luigi Nesse e o Secretário Municipal do Trabalho de São Paulo Marcos Cintra. 2) Painel para discussão de proposta para desoneração da folha. Entendemos que os altos custos com pagamento de pessoal pelas empresas do país afeta a expansão do nível de emprego à competitividade sistêmica da economia e prejudica os setores intensivos em mão de obra, enquanto beneficia quem desemprega para usar mais máquinas. Entendemos ainda que o Brasil precisa de mais empregos, de mais recursos para a previdência, de maior competitividade, mormente em relação ao mercado externo.

Entendemos, finalmente que para alcançarmos esse objetivo teremos que reduzir drasticamente os encargos trabalhistas sem reduzir direito dos trabalhadores nem os recursos para a Previdência. E é nesse sentido que proponho a realização do presente seminário em conjunto com as Comissões do Trabalho, de Administração e Serviço Público, do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, para discutir proposta nessa direção da Confederação Nacional de Serviços; proposta esta consolidada com base em estudo da Fundação Getúlio Vargas coordenada pelo ex-Deputado Marcos Cintra.

Com a palavra o senador Renato Casagrande para defender o seu requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, na verdade é uma audiência para que a gente possa aprofundar o debate sobre esta ideia, é uma ideia que nós estamos recebendo de algumas entidades, e tanto é que é uma audiência com a Comissão de Trabalho e Serviço Público com a Comissão de Ciência e Tecnologia, então é uma ideia para que a gente possa fazer a substituição da contribuição previdenciária por uma contribuição geral, mas é um objetivo de aprofundar, não é nem de defender uma tese ainda, é de aprofundar o debate se este caminho é um caminho viável para a população brasileira, porque a carga trabalhista hoje, o encargo trabalhista hoje é muito caro, é muito pesado, diminui a contratação, inibe a contratação, e nós deveremos buscar caminhos, este pode ser um caminho, mas dependendo de audiências que a gente possa fazer para que a gente faça reflexão sobre esse tema, seria a permuta da contribuição previdenciária por uma taxa de 0,5, não é criação de nenhum tributo, seria a ideia, a proposta é essa, que nós temos que debater se é viável ou não. É por isso que a gente está convidando e propondo esta Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o requerimento do Senador Renato Casagrande, como não há quem queira discutir, em votação. Aprovado o requerimento.

Quero parabenizar o Senador Renato Casagrande por trazer à discussão um item da maior importância, que é a desoneração das folhas de pagamento para gerar mais emprego e renda no Brasil.

Segundo requerimento extrapauta de autoria do senador Roberto Cavalcante, requeiro nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater a urgência de definição do modelo de digitalização de rádio no Brasil, com a participação dos seguintes convidados: Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa; Presidente de Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Ronaldo Sardenberg e Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, Daniel Pimentel Slavieiro.

Justificação: A televisão brasileira já possui padrão digital definido pelo governo através do Ministério das Comunicações e da ANATEL. Trata-se do modelo nipo-brasileiro, foi uma escolha acertada, tanto é que tem recebido adesão de todos os países da América Latina e permitiu ganhos significativos em escala, tecnologia, equipamentos e melhoraria de qualidade. Entretanto, o rádio no Brasil não teve até o momento igual sorte e continua carecendo de definição do modelo de digitalização, isto porque o Ministério das Comunicações e a ANATEL não cumpriram o papel que lhe é cometido. Em consequência do atraso, o rádio ter perdido audiência para outras mídias urgidas, pois, a definição do modelo de digitalização de rádio no Brasil.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcante para a defesa do seu requerimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, o nosso requerimento foi extraordinariamente lido por V. Exa. e por si só explicativo. O que nós desejamos é definir o nosso modelo de rádio, da mesma forma que já definimos o nosso modelo de televisão. Acredito que é uma Audiência Pública extremamente importante para que as empresas de comunicação, através do Dr. Daniel Slavieiro, possam comunicar aos presentes, aos que participam dessa audiência e esta Comissão o que pensa o setor de rádio, comunicação e no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Roberto Cavalcanti. Sobre a sua preocupação para que possamos de forma bastante expressa chegarmos à definição do processo de digitalização da rádio brasileira, e essa Audiência Pública servirá com certeza absoluta para trazer à discussão ao Plenário da Comissão e do Senado Federal.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, na hora que há democratização desta decisão evita que eventualmente possa haver decisões equivocadas e centralizadas no Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com absoluta certeza.

Em discussão o requerimento do Senador Roberto Cavalcante. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Peço a V. Exas., eu trago um requerimento de minha autoria e peço a inclusão extrapauta. O requerimento requer nos termos nos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, no intuito de debater a experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra 1 e Angra 2 tendo como convidado o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear; Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia e o grande Ministro Carlos Minc, Ministro de Meio Ambiente. Esse requerimento já foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente, como é uma audiência conjunta, então eu peço a inclusão extrapauta e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A discussão do mérito ou da inclusão?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, da inclusão...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir a inclusão o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não a inclusão, eu concordo com a inclusão, quero discutir o mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. concorda com a inclusão. Eu agradeço V. Exa. e a todos os outros senadores que não quiserem discutir a inclusão, não havendo quem mais discutir, em votação. Incluído.

Vamos ao mérito do requerimento, que como já disse é apenas para que possamos fazer em conjunto esta Audiência Pública para tratarmos, para debatermos a experiência brasileira na utilização de energia nuclear na usina de Angra 1, 2 e agora com a retomada de Angra 3. É uma reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, em que nós vamos ter o Diretor-Presidente da Eletronuclear, os Secretário de Planejamento

e Desenvolvimento Energético no Ministério de Minas e Energia e o Ministro do Meio Ambiente.

Em discussão o requerimento. Para discutir, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Flexa, eu quero na verdade não discutir basicamente o mérito do requerimento, mas parabenizá-lo pelo dinamismo dessa reunião de hoje que com certeza batemos o recorde desta Casa com a aprovação de mais de 60 projetos além dos requerimentos. Então, na verdade, a discussão é para parabenizá-lo pelo dinamismo dessa reunião que também pela proposta que V. Exa. acaba de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cícero Lucena e isso só é possível pela participação, pelo companheirismo e pela competência dos membros dessa Comissão. Esta é uma Comissão realmente que tem uma pauta bastante extensa e que requer sempre, como os projetos são terminativos, requer uma votação qualificada nominal com *quorum* qualificado.

Eu quero aqui registrar a presença do Senador Antonio Carlos Valadares. Lamentavelmente, Senador Antonio Carlos Valadares, não tivemos oportunidade de apreciar o projeto que V. Exa. é relator, mas não temos *quorum* agora, senão faríamos, mas o faremos na próxima reunião, nós tivemos *quorum* qualificado até a pouco tempo, se V. Exa. tivesse chegado um pouco antes nós teríamos feito essa leitura. Se V. Exa. conseguir dois Senadores nós faremos a leitura...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero concordar plenamente com o Senador Cícero Lucena...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desculpe, Senador Papaléo, mas eu não coloquei em votação o meu requerimento, assim também...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas ele está discutindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):A gente está discutindo o requerimento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, não pode caçar a palavra assim do...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir o requerimento, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quero ressaltar, até porque já foi dito pelo Senador Cícero Lucena, o dinamismo de V. Exa. à frente dessa Comissão, não é fácil se conseguir *quorum* 08h30 da manhã, visto que até as sessões estão indo 10, 11 horas da noite, responsabilidade dos Senadores é muito grande, mas V. Exa., com o *quorum* que consegue dispor aqui na sua Comissão mostra a sua dedicação, a sua competência e o carinho que os colegas, carinho e confiança que tem por V. Exa.

Eu disse que iria acompanhar qualquer que fosse a decisão do Senador Cícero Lucena, mas claro que esta decisão foi a mais feliz, e tenho certeza absoluta que a bancada da Paraíba, que está completa aqui, ela está apoiando a decisão do Senador Cícero.

Parabéns a V. Exa. e parabéns também a todos os senadores que conseguiram preencher essa votação de 60 itens da pauta. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. V. Exa. faz um registro importante, que a Paraíba está com a bancada completa nesta sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero agradecer os Senadores Efraim Moraes, Cícero Lucena e Roberto Cavalcanti, mostrando que a Paraíba unida jamais será vencida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria registrar a V. Exa. que não é nessa sessão ela sempre está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade. Mas completa nesta sessão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sempre completa em todas. Se V. Exa. fizer um levantamento, os três Senadores estão presentes em todas as sessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então é uma bancada que merece a consideração e aplauso de todos nós.

Senador Valadares, precisamos de um Senador para completarmos o *quorum*. V. Exa. poderá fazer a leitura enquanto... Então vamos à leitura do seu parecer.

Item 2, Projeto de Lei da Câmara n.º 100, de 2009, terminativo. Altera a Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, inclui os dubladores dos créditos das obras audiovisuais. Autoria do Deputado Clodovil Hernandes, relatoria no Senador Antonio Carlos Valadares, favorável à matéria com uma emenda que apresenta. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

Senador Antonio Carlos Valadares para a leitura do seu parecer, *quorum* completo com a presença do Senador Valdir Raupp.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, o Projeto de Lei da Câmara de autoria do Deputado Clodovil Hernandes propõe alterar a Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o nome dos dubladores entre os que contribuíram para

a elaboração de obra audiovisual. A Comissão de Ciência e Tecnologia, nos termos do art. 104, item 6, inciso V, do Regimento Interno do Senado, compete opinar sobre matérias que disponham sobre propriedade intelectual. Adicionalmente, visto que a CCT opinará terminativamente quanto à matéria, compete a esta Comissão pronunciar-se também sobre os aspectos de redação, juridicidade e constitucionalidade.

No mérito, a alteração merece prosperar. A Lei n.º 9.410, de 09 de fevereiro de 1998, também conhecida como Lei do Direito Autoral, é um diploma bastante preciso no que diz respeito à proteção dos direitos dos criadores. Ela regula os direitos autorais e entendendo-se sobre esta denominação os direitos de autor e os que lhe são conexos. Voltando. A inclusão dos dubladores--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estamos na leitura do parecer, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998... Isso aqui é prestígio do Presidente, o Presidente convoca e está acabado, e todo mundo vem. Muito obrigado, Senador.

Estes passariam a figurar ao lado dos nomes ou pseudônimos do diretor e dos demais coautores e os artistas intérpretes, ou seja, entre os que detêm direito sobre a obra. Os dubladores são importantes para a finalização de um audiovisual. Entendemos que o seu papel é equivalente ao de autores ou artistas intérpretes. Desse modo, faz sentido que figurem nesse rol.

Senador Antonio Carlos Júnior, este projeto é da autoria do Deputado Clodovil Hernandes, falecido há pouco tempo, e que ele trata... Ele tenta e quer incluir o nome dos dubladores entre os que contribuíram para a elaboração de obra audiovisual, nos termos de V. Exa. que entende muito de televisão sabe a importância dos dubladores. Nos termos do exposto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente, com uma emenda que apenas procura alterar a menta do projeto nos seguintes termos: acrescenta inciso VII ao § 2º da Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o nome dos dubladores nos créditos das obras áudio visuais. É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço V. Exa., Senador Antonio Carlos Valadares. E V. Exa. tem realmente o reconhecimento e a consideração de todos os seus pares. Retomamos o *quorum* qualificado para que possamos aprovar o parecer de V. Exa., que eu parabenizo pela leitura.

Nós vamos fazer duas votações, uma pelo parecer e outra pela emenda que o senador Valadares propõe. Votação nominal do Projeto. Primeiro, em discussão o parecer do Senador Antonio Carlos Valadares. O Senador Roberto Cavalcanti pede para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, o meu registro vai ser extrapauta; destina se especificamente à gravata em homenagem ao Clodovil, que o Senador hoje trajou. Parabéns e eu gostaria de parabenizá-lo pela homenagem que V. Exa. fez.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Uma coincidência, me parece que ele conversou comigo lá no alto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos à votação do projeto. Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão. Vamos à votação. Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp? Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o senador Efraim Moraes?

SENADOR EFRAIM MORAES (DEM-PB): Com o Clodovil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Clodovil e com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares? Voto conhecido. Aprovado por nove votos. Por unanimidade.

Solicito aos Srs. Senadores se posso repetir a votação do projeto para a emenda. Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Então a emenda também aprovada pela votação dos nove senadores, por unanimidade.

Não havendo mais nenhum item em pauta, encerro esta sessão, agradecendo a colaboração e o empenho dos Srs. Senadores membros desta comissão para que pudéssemos chegar ao fim da extensa pauta com êxito para o Senado Federal.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 38ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 07 de outubro de 2009.

Às nove horas e nove minutos do dia sete de outubro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, João Ribeiro, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Roberto Cavalcanti, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 038, de 2009-CCT, de autoria do Senador Lobão Filho, que requer "..., nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado 483, de 2008, que 'Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária'." Comparecem à reunião os Senhores Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Paulo Machado de Carvalho Neto, Conselheiro e Ex-presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT e José Luiz Nascimento Sóter, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Lobão Filho, autor do requerimento, Renato Casagrande, Flávio Torres e Wellington Salgado de Oliveira. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às 11 horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – **Senador Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no dia 07 de outubro de 2009, às 09 horas e 08 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática para realização de audiência pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje 7 de outubro de 2009 com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado n°.483/2008 que "altera a lei n.º 9612 de 19 de fevereiro de 1998 para instituir o serviço de televisão comunitária", em atendimento ao Requerimento n.º38/209 Comissão de Ciência e Tecnologia de autoria do Excelentíssimo Sr. Senador Lobão Filho, nosso vice-presidente.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Solicito aos Senadores Renato Casagrande e Cícero Lucena que acompanhem os convidados para tomarem assento à Mesa quando convocados. Convido os convidados, Dr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; Dr. Ara Apkar Minass'ian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL; Dr. Paulo Machado de Carvalho Neto, Conselheiro e Ex-Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão ABERT; Dr. José Luiz do Nascimento Soter, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO. Dr. José Luiz está a caminho, assim que chegue tomará assento à Mesa.

Vamos dar início à nossa audiência pública. O nosso primeiro convidado a fazer a sua exposição, o Dr.

Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, V. Sa. terá 15 minutos prorrogáveis por mais cinco. Com a palavra o Dr. Marcelo Bechara.

SR. MARCELO BECHARA: Obrigado, Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, Exmo. Senador Lobão Filho, vice-Presidente e autor do requerimento, Exmos. Srs. Senadores aqui presentes, bom-dia a todos. Mais uma vez eu agradeço o convite ao Ministério das Comunicações, estar presente aqui, no Senado, para tratar de tema de extrema relevância, extrema importância para a comunicação brasileira e no entendimento do próprio Ministério. Eu digo isso porque através da proposta que está sendo colocada em discussão, nós vamos ter a oportunidade de colocar aqui alguns posicionamentos que o Ministério tem em relação ao serviço de radiodifusão público, o que está em jogo, está em discussão na verdade é a radiodifusão pública. O que é seria essa radiodifusão pública?

A Constituição da República, ela estabeleceu, no seu art. 223, que o sistema de radiodifusão brasileiro teria, na verdade, com modelo de três sistemas complementares, ou seja, não são substitutivos e hierarquicamente estão no mesmo nível, portanto complementares, os três devem coexistir de forma harmoniosa. Um é o sistema privado, já muito bem consolidado em nosso país, desde o começo da televisão brasileira, a televisão privada se consolidou no Brasil com uma aceitação muito grande por parte dos usuários do público, o sistema de radiodifusão estatal e nós estamos aqui com um exemplo clássico que é a própria TV Senado, temos outros grandes exemplo como a própria TV Justiça, a TV Câmara, a NBR e finalmente o sistema de radiodifusão público, que tem dentro de... que é um gênero da qual espécie nós temos as comunitárias. A radiodifusão comunitária que hoje só existe em radiodifusão sonora, ou seja, apenas o rádio, ela é um sistema de radiodifusão público porque não é feito, não é provido diretamente pelo estado, mas também não tem a lógica comercial de exploração dentro do sistema. A rádio comunitária já existe oficialmente desde a Lei 9.612 de 98, que é a que se propõe alteração, e em menos de dez anos nós já podemos dizer que as rádios comunitárias já são maioria no Brasil. Se nós isolarmos as outorgas individuais de rádios FM, nós temos hoje pelo menos 3.600 rádios comunitárias outorgadas oficialmente autorizadas e lícitas no Brasil, para comparar, as FM comerciais são em torno de 2.700, 2.800. Então já é um sucesso com pouco tempo, a implantação do sistema de radiodifusão comunitária.

Quando nós estamos falando de televisão, aí eu acho que a questão merece algumas considerações objetivas. Para começar, existem os chamados canais comunitários, TVs comunitárias ainda não existem, existem os canais comunitários; esses canais foram introduzidos pela Lei 8.977, que é a Lei do Cabo de 1995 no Brasil, que foi inclusive a lei que inovou também, criando a TV Senado, a TV Câmara, a TV do Supremo que é a TV Justiça, que foram chamados os canais públicos obrigatórios, por que obrigatórios? Porque qualquer operação de cabo deve no seu pacote obrigatoriamente trazer esses canais de forma gratuita, por isso que toda operação de cabo tem esses canais, em muitas cidades nós temos os chamados canais comunitários. É claro que nós sabemos que sendo canais comunitários que estão sendo veiculados no cabo, não atingem grande parte da população brasileira, tendo em vista que o serviço de televisão por assinatura, o cabo, inclusive é um serviço elitizado no Brasil, não chega a 8%, é em torno de cinco, seis milhões de usuários no máximo. Então como fazer para que os conteúdos da comunidade possam ser vistos pela própria comunidade? Para isso a televisão digital já trouxe a solução. Em 2006 com a publicação do Decreto 5.820, que introduziu o Sistema Brasileiro de Televisão Digital, lá ficou estabelecido alguns canais de natureza pública, de exploração direta pela União para atendimento de alguns critérios específicos, o primeiro deles, o Canal do Executivo, que tem sido utilizado para um serviço de radiodifusão pública, não é estatal, que é a TV Brasil, que é um TV pública.

A previsão também do Canal da Educação, programação que já está sendo elaborada pelo MEC, que é a famosa TV Escola, existe o Canal da Cultura, que também é um projeto em elaboração pelo Ministério da Cultura. E finalmente, o canal que é de responsabilidade do próprio Ministério das Comunicações é o chamado Canal da Cidadania. No Canal da Cidadania está muito claro no Decreto 5.820 que o Canal da Cidadania, entre outras coisas, deve atender a programação da comunidade local. Então sendo a televisão digital o sistema aberto já estando previsto no Canal da Cidadania que as comunidades locais têm espaço para a sua programação, já está resolvido o problema, ou seja, é através do Canal da Cidadania que as comunidades vão ter o seu espaço para fazer a veiculação dos seus conteúdos. Isso nós já entendíamos desde o momento da implantação do sistema de TV Digital, e com uma grande vantagem, sendo um canal de exploração pela União, é a União que é responsável pela implantação dessa infraestrutura, porque nós sabemos que os custos de implantação de um sistema de televisão são bem mais acentuados do que de uma rádio, e caminhando o processo para um sistema de radiodifusão digital, ou seja, em que está previsto que

a partir de 2013 não poderão mais haver outorgas de televisões analógicas, naturalmente essas televisões comunitárias já devem ou deveriam pelo menos entrar dentro do modelo do futuro e não dentro de um modelo que já está com data para acabar em 2016, sendo que a partir de 2013 nós não podemos mais outorgar canais analógicos, estamos no meio dum processo de transição, o que seria ainda um custo adicional, talvez insuportável por essas comunidades, porque a implantação de um sistema digital, nós sabemos não é barato, uma televisão analógica não é, imagina numa televisão digital.

Então, pensando nisso, com a própria criação da EBC, na lei que criou a EBC, foi estabelecida uma ideia de rede pública de comunicação, sendo a própria EBC responsável por essa rede pública. Essa rede pública está nesse exato momento em implantação, um processo que está sendo liderado pela EBC, mas que conta com a participação da TV Senado, da TV Justiça, da TV Câmara, da TV do Executivo, da TV do MEC, da TV da Cultura e do Canal da Cidadania, já foi publicado inclusive, através da Norma 01, de 99 do Ministério uma Portaria n.º 24, é a exploração desse modelo de radiodifusão publica, como é que vai funcionar? Ao invés de Câmara, Senado, Justiça, Comunicações, Educação, cada um desses entes públicos investirem numa infraestrutura o que seria do ponto de vista da eficiência administrativa e racional, nós estamos falando aí é de orçamento, nós não estamos falando de dinheiro privado, nós estamos falando de orçamento, portanto dinheiro do contribuinte. Então é razoável, é lógico, é necessário que esses entes façam isso da forma mais eficiente. Por isso foi criada uma rede, essa rede pública que está em fase de... já foi fechada uma consulta pública, e agora está em fase de contratação, vai ser feito um chamamento público para uma parceria público-privada em que empresas nacionais, inclusive estrangeiras podem participar.

O que é que vai acontecer? A entidade que integrar essa parceria público-privada vai ficar responsável pela instalação dessa infraestrutura em todas as localidades do Brasil, num primeiro momento, com mais de 100 mil habitantes. Com isso esses entes Câmara, Senado, Justiça, através da tecnologia digital vão poder fazer multiprogramação e compartilhamento dessa infraestrutura, ou seja, cada cidade brasileira que tenha mais de 100 mil habitantes, vai ter a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça, a TV do MEC, todas essas entes de graça, inclusive o Canal da Cidadania. E aí as comunidades não vão ter que fazer um investimento em infraestrutura, caberá às comunidades, aí sim, desenvolver os seus conteúdos e levar esses conteúdos até o Canal da Cidadania para que o Canal da Cidadania possam exibi-los. Então o sistema de televisão digital e implantação já está bem avançado no sentido de permitir através do Canal da Cidadania que as comunidades possam apresentar, mostrar a sua cara. A nossa ideia do Canal da Cidadania é que seja o canal daquela cidade, que seja o canal que ele possa ser a cara daquela cidade na televisão, que permita àquela cidade se mostrar seja dentro daquela cidade ou mesmo dentro de uma região. E com essa formação de rede pública é possível até que outros órgãos como o próprio... outras televisões como a própria TV Brasil, que é um televisão pública possa pegar vários desses conteúdos dessas comunidades e levar para a rede nacional. A nossa ideia é fazer uma rede pública integrada, um modelo realmente que nós não conhecemos similar ainda no mundo da forma como está sendo implantada e eu tenho certeza que da forma como está sendo liderada pela EBC com a participação inclusive dessa Casa, nós vamos conseguir fazer um projeto muito bom, muito eficiente que leve esses conteúdos a todas as localidades no começo com mais de 100 mil habitantes e futuramente, nos próximos anos, esperamos atingir todo o país, o que seria realmente um feito extraordinário.

A TV Senado, que é um modelo de TV estatal, sabe o que significa isso, todo lugar que ela chega com sinal aberto e nessa gestão nós tivemos a oportunidade de outorgar pelo menos 15 retransmissoras para a TV Senado, todo lugar onde a TV Senado chega é um exemplo de audiência e as pessoas gostam, assistem. Eu tenho certeza que os senadores quando saem nas ruas, não só nos seus estados, mas em outros estados são várias vezes abordados por pessoas que assistiram pronunciamentos, audiências públicas na TV Senado e a nossa ideia é que essa rede pública chegue em todo o país, não só com a TV Senado, mas também com as TVs de Executivo, nós já estamos fazendo uma parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia para que também o conteúdo da educação tenha o foco pedagógico e desenvolvimento na área de pesquisa de ciência e tecnologia, estamos já com conversa adiantadas com o próprio Ministério da Saúde que tenha o Canal da Saúde para que também a gente integre dentro dessa rede de comunicação conteúdos voltados para a saúde brasileira levando informação relevante ao cidadão.

Então essa é a proposta. Nós não estamos trabalhando agora em dividir canais, nós estamos trabalhando numa divisão de conteúdos que sejam conteúdos públicos, a multiprogramação, a tecnologia digital, o padrão japonês escolhido permite que inclusive com interatividade, ou seja, que o cidadão interaja diretamente com esses veículos de comunicação. Então nós

entendemos que as comunidades, através do Canal da Cidadania estão plenamente atendidas, razão porque a opinião do Ministério das Comunicações é desnecessária a proposta das TVs comunitárias.

Eu queria agradecer pela oportunidade e me coloco à disposição dos senadores para qualquer esclarecimento adicional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Marcelo Bechara a sua exposição e passo a palavra ao próximos expositores, Dr. Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. Dr. Ara, V. Sa. terá também 15 minutos prorrogáveis por mais cinco. Com a palavra, Dr. Ara.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Muito obrigado, Exmo. Senador Flexa Ribeiro, Senador Lobão Filho, também muito obrigado por essa oportunidade, Srs. Senadores.

A nossa posição aqui nesta audiência, nós vamos trazer os aspectos técnicos que envolvem a questão da televisão comunitária. Conforme já mencionado aqui anteriormente, a ANATEL tem seguido integralmente todas as exposições que constam na legislação. Inicialmente na televisão a cabo, que foi aprovada pela Lei 8.977 de 1995, existe no art. 23 inciso I na letra G uma obrigatoriedade que todas as operadoras tenham que transmitir o canal comunitário, o que o Dr. Marcelo Bechara se referiu há pouco. Hoje nós temos 237 outorgas que atendem 260 municípios. Os domicílios que já estão, o cabo passa por eles, são em torno de 25 milhões, e hoje nós temos 4 milhões e 200 mil assinaturas já com canal comunitário contemplado. Isso aqui praticamente abrange uma população de 15 milhões de habitantes.

A radiodifusão comunitária, hoje nós vamos falar um pouco de rádio, só para contextualizar e em seguida nós vamos passar para a questão da televisão. Hoje a legislação determina que em todos os municípios brasileiros nós tenhamos pelo menos um canal comunitário, e para isso a legislação prevê que cada município terá um canal específico para radiodifusão comunitária e em caso de impossibilidade se teria um canal alternativo suprindo aquela falta. O que é a agência fez em conjunto com o Ministério das Comunicações? Primeiro, para que a radiodifusão comunitária tivesse as mesmas características e as mesmas funcionalidades que uma rádio comercial, nós a despeito da lei falar que em caráter secundário, isto é, a emissora pode ser interferida, a ANATEL em todos os projetos garante que num raio de 1 km, isto é, que atende aquela comunidade não há interferência no canal. E por causa disso que nós sugerimos e assim consta da regulamentação que uma emissora tem que se instalar 4 km da outra para que não haja interferência. Hoje nós temos no Brasil licenciado, quando nós estamos falando em licenciado, isto é, já com autorização para operar com as frequências determinadas, isto é, essas emissoras estão em funcionamento, temos 3.100 rádios comunitárias em operação e temos 1.541 emissoras comerciais educativas em operação. Então esse é a quadro vigente hoje. Então o que nós queremos mostrar esse quadro e que toda vez que numa mesmo localidade se instale mais do que... Pois não Sr. Senador.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Você poderia retornar?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Então um canal único, a cobertura restrita a 1 km e essas são as condições que constam na legislação.

Então o que aqui nós queremos mostrar e de vez em quando a ANATEL recebe correspondências inclusive de parlamentares e de que cada vez que numa localidade se instala uma emissora, automaticamente quando nós temos duas emissoras e desde que a condição anterior seja mantida, que nós mostramos a vocês, as emissoras sejam afastadas a 4 km, essas emissoras operam sem nenhuma interferência. Quando se coloca mais uma terceira, o que ocorre? Essas áreas pontilhadas que vocês estão vendo, são as áreas que qualquer emissora comunitária ou comercial, isso não depende da característica da emissora, depende muito das condições de instalação, ela gera campos interferentes, e quando nós temos um cruzamento desses campos, por exemplo aqui, esse aqui é uma zona de interferência, então é claro que esta emissora nesta área aqui interfere no sinal da C. Quando se coloca três emissoras, automaticamente a rádio cobertura inicialmente estabelecida é de 1 km, baixa para 800 m, se se coloca mais uma quarta emissora na região, na região, que eu digo, é na localidade, essa rádio de 800 vai baixar para 700 e assim por diante. E as interferências começam a aumentar.

Então isso a gente está querendo mostrar o seguinte: que tem que se ver claramente qual é a função da rádio comunitária, é para atender uma comunidade, sim. Então a comunidade tem que ter acesso as coordenações. Agora, se o objetivo é ampliar o número de estações comunitárias, tem que se ter em consideração que imediatamente o raio de cobertura diminui e as interferências entre si aumentam. Isso não é falha de projeto, é a forma como as emissoras estão sendo instaladas.

Vamos para a TV. Hoje, conforme o Decreto 5.820, a ANATEL tem obrigação de pelo menos em cada estado, além de garantir um canal adicional para realizar a transição do sistema analógico para digital, nós temos

que garantir pelo menos quatro canais, que é o canal do Executivo, um canal de educação, cultura e cidadania. Em seguida, em abril de 2008 quando o Congresso aprovou a Lei 11.652 que criou a EBC, nós fomos no plano e garantimos para cada município brasileiro mais um canal para que a EBC pudesse se instalar. Portanto nós estamos falando com um adicional de cinco canais para isto. Porém, nós não ficamos diante dessas regras. Por favor, vamos tentar contextualizar algo que é importante. Porque, inicialmente, no Projeto de Lei que ora está em discussão, se falou muito no canal VHF/UHF, mas depois no substitutivo a palavra VHF desapareceu. Foi uma decisão bastante sábia por um motivo, por exemplo, quando nós temos emissoras instaladas na faixa de VHF que vão do canal de 2 a 13, por que é que nós... se numa localidade existe o canal 2, por que é que no 3 não se pode colocar nenhuma outra emissora? Porque se colocar, automaticamente há interferência, é por isso que nos estados ou vocês têm canal 2, 4, 6, 8, 10, 12, ou vocês têm o canal 3, 5, 6, 7 e 9. Então essa é a razão do por que no sistema analógico existe este buraco aqui. Então esses pontos pretos são os buracos. Quando eu vou no sistema UHF, eu vou no sistema analógico, cada vez que eu coloco num plano um canal analógico, eu inviabilizo mais sete canais no plano. Portanto, eu imediatamente no caso de sistemas analógicos, eu cada vez que incluo uma retransmissora ou uma geradora no plano, outorgada aqui pelo Senado e tudo, eu inviabilizo automaticamente oito canais. Quando veio a TV digital, o que é que a TV digital permitiu? Se eu tenho um canal 14 que é o analógico, nós demos o canal 15 para a mesma emissora como digital, que é exatamente o par, para permitir que a emissora administre possíveis conflitos que possam existir nas transmissões.

Hoje nós temos todas as capitais, já os canais designados, já temos 23 operações, hoje, 24, e ontem foi inaugurado mais uma. Então, nós já temos 25 operações. Hoje, essa população abrangida pelos 25 sistemas em operação digital possibilitam a 50 milhões de habitantes terem acesso ao sistema digital e com isso aqui eu consigo administrar melhor o plano. Então eu consigo colocar, por exemplo, ao lado de um canal analógico um digital, porém eu tenho os mesmos pontos pretos que eu tenho no VHF mais oito para cada canal analógico que existe no plano. Quando surgiu o Decreto 5.820 e mais a EBC, uma precaução que a agência tomou foi a seguinte, a despeito da legislação e nós atuamos em conjunto com o Ministério das Comunicações, e o Dr. Marcelo Bechara teve uma atuação, até eu agradeço aqui de público, porque nós fizemos um trabalho que independentemente que constasse ou não da regulamentação, nós incluímos no nosso planejamento para todos os municípios brasileiros um canal para TV Câmara, TV Senado e TV Justiça. Então hoje a ANATEL tem trabalhado em todo o seu planejamento com oito canais digitais, não mais quatro canais, conforme o Decreto prevê. Então os quatro do Decreto, mas o que a lei da EBC previu, que é o quinto, e mais esses três canais do Senado, Câmara e Justiça. E para isso nós reservamos toda a faixa que vai de 60 a 68 para permitir a inclusão desses oito canais. É nessa linha que a Agência tem trabalhado e dessa forma nós estamos conduzindo todo a planejamento da TV digital.

Qual é o nosso problema? Hoje, na fase analógica, eu tenho todas as transmissões. Hoje, são 500 geradoras instaladas no Brasil inteiro e mais 6 mil retransmissoras em caráter primário operando. No período que vai de 2007 até 2016, onde nós temos transmissões analógicas e digitais simultaneamente, este número é duplicado, portanto eu tenho que ter no meu plano 13 mil canais e o plano de distribuição de canais é finito, ele não é infinito, então nós temos feito aqui um trabalho hercúleo para possibilitar essas inclusões e por causa disso que durante bom período, que foi de 2001 até 2006, nós não permitimos em conjunto com o Ministério das Comunicações, outorga de novos canais e tampouco a alteração de características de canais. Em um minuto eu encerro, senador.

Na fase digital esse problema desaparece porque os canais analógicos são devolvidos ao estado e eu consigo ao lado de cada canal digital colocar um segundo canal. Então aquela restrição que eu tinha inicialmente que cada canal na faixa de UHF impedia a colocação de mais sete outros canais, hoje com a TV digital e com o padrão escolhido eu consigo alocar um canal ao lado do outro.

Por favor, considerações finais. A partir de 2016, quando vai haver a restituição dos canais analógicos, nós entendemos que poderá haver espaço para que se implemente a TV Comunitária, porém nós não precisamos esperar o 2016 porque como se falou aqui anteriormente, o Canal da Cidadania exatamente supre o papel da TV comunitária, ele que realiza esse papel. Portanto, nessa fase inicial que vai até 2016 está garantido em todos os municípios brasileiros o Canal da Cidadania. Se a gente quiser falar em um canal adicional nós vamos ter que falar após 2016 ou quando em 2012 nós concluirmos toda a revisitação do plano de distribuição de canais, para permitir a introdução da TV digital hoje, esse trabalho está concluído em todas as capitais e as principais cidades da cada estado. Nós agora estamos indo para a segunda fase que é interior alcançando localidades que vão de 10 mil habitantes e 20 mil, porque nós queremos concluir até 2012, um

ano antes de encerrar o prazo que foi dado para consignação de canais analógicos, que a partir de 2013 começa só a consignação de canais digitais, nós queremos ter todo o plano pronto, isso é, um ano antes. Outra coisa. Não se deve na TV digital e principalmente para a TV comunitária designar um canal único para operação em todo território nacional. Por que disto? Porque quando vocês tiverem dois municípios estão contíguos, o canal comunitário que tiver no município A que vai ter uma programação diferente do canal B no município B, automaticamente eles vão se interferir e vocês não vão ter sinal de canal comunitário em lugar nenhum, portanto não se pode em hipóteses alguma designar um único canal, sim, a TV digital trouxe uma novidade que os Srs. Senadores têm acompanhado, nós estamos trabalho com o conceito do canal virtual. Então vocês, por exemplo, se aqui em Brasília o canal 10 é um canal analógico, quem estiver sintonizando no canal 10 automaticamente está sintonizado no canal digital, então é o conceito de canal virtual, não precisa o canal físico ser o mesmo do número do canal virtual, o canal virtual automaticamente direciona para o canal físico correto. Então nesse projeto que está em andamento, eu sugiro que avaliem corretamente, porque se esse projeto passar, vocês vão deixar todas as comunidades que têm interface de uma outra cidade vizinha sem comunicação, porque os prós são diferentes, se o programa fosse o mesmo, sim, eu poderia com retardo fazer com que eu tivesse uma equalização e tivesse um funcionamento. E por fim a questão do uso eficiente da rede de frequência única, que está muito ligada à questão anterior que eu mencionei, ele impossibilita a utilização do mesmo canal e nós vamos ter os mesmos problemas repetidos.

Era isso que eu queria apresentar do ponto de vista técnico a consideração dos Srs. Senadores, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Ara Minassian a sua exposição, Dr. Ara, e dizendo da alegria de revê-lo, V. Sa. esteve conosco numa audiência pública também num seminário no Senado argentino, tratando exatamente da questão do plano de mídia, da lei das comunicações que foi encaminhado ao Senado argentino naquela época no exato momento em que nós estávamos participando do seminário.

Passo a palavra agora ao Dr. Paulo Machado de Carvalho Neto, Conselheiro e Ex-Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, ABERT.

Dr. Paulo, V. Sa. terá 15 minutos prorrogáveis por mais cinco.

SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO: Bom-dia, Senador Flexa Ribeiro. Bom-dia, Senador Lobão Filho, Srs. Senadores, demais componentes da Mesa.

Segundo levantamento do Departamento de Engenharia e Controle da ABERT, nós temos hoje 14 mil rádios comunitárias outorgadas, 448 FM educativas, 2.409 FMs comerciais e 1.770 AMs comerciais, num total de 4.109 emissoras comerciais. Eu gostaria aqui de ressaltar que muitas dessas emissoras de rádio comunitárias lamentavelmente operam fora de frequência e em potência diferente das autorizadas, fazem comerciais travestidos de apoio cultural, arrendam seus horários, fazem redes e links para transmissão de eventos ultrapassando sua área de atuação. Pertencem à igrejas, a legislação não prevê e não permite o proselitismo religioso e existem ou fazem uma programação totalmente em desacordo com a lei. No caso da televisão nós temos aí 193 geradoras educativas, 43 canais comunitários, 5.564 canais de cidadania previstos no Decreto 5.820, de 2006 da TV digital para transmissão de programação de comunidades locais; 16.692 canais também previstos no Decreto 5.820 para o Poder Legislativo, educação e cultura, 279 comunitários, TVs a cabo, na TV pública nós temos a NBC, a NBR e o canal integração, além disso temos TV Câmara, TV Senado, Justiça e Assembleias. E temos apenas 236 geradoras de televisão comerciais.

Aqui nós podemos ter um panorama do rádio no Brasil, unidades da federação, FMs comerciais, Ondas Médias, total de emissoras comerciais, FMs educativas e rádios comunitárias. A somatória perfaz ali os 14 mil e estão aqui divididos, estado por estado.

Do caso da implantação digital, nós temos menos de 9% dos municípios brasileiros com canais pareados. O que é o canal pareado? É um canal analógico que possa corresponder a um canal digital, apenas 9% dos municípios brasileiros isto hoje, tecnicamente, é possível. Existe inclusive para o setor de televisão uma perda nas frequências analógicas para acomodar os canais digitais que estão entre os canais 60 e 69, que são utilizados para link, inclusive para reportagens e existe uma dificuldade em alocação de canais nos grandes centros, ninguém melhor do que a própria ANATEL para ter a ciência disto.

No caso da implantação da TV digital, nós podemos ver aqui município por município e estado por estado, o que e aonde é possível, por exemplo, no Estado do Acre, dos 22 municípios apenas 2 possibilitam data hoje o canal pareado. Vamos pegar aqui Minas Gerais, por exemplo, dos 553 municípios do estado, apenas 78 permitem o canal pareado. Vamos pegar aqui Rondônia, de 52 apenas 4, ou seja, a média que

nós temos aqui é de 8,9, 9% apenas dos canais se permite o pareamento.

Eu queria agradecer a participação em nome da ABERT e me colocar à disposição. Procurei ser o mais breve possível até para não me tornar repetitivo em função do que já foi exposto pelos meus companheiros anteriores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Paulo de Carvalho Neto a sua exposição.

E passo a palavra ao último convidado para depois possamos iniciar os questionamentos dos Srs. Senadores. Passo então a palavra ao último convidado, Sr. José Luiz Nascimento Soter, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO, V. Sa. terá 15 minutos prorrogáveis por mais cinco. Com a palavra o Dr. José Luiz.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Bom-dia ao Plenário. Bom-dia, Senador Flexa Ribeiro e obrigado pelo convite à Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária de estar presente neste evento para discutir as origens da Lei 9.612 e tentar retomar essas origens para ver se nós conseguimos contribuir com a democratização dos meios de comunicação no Brasil.

Antes eu queria fazer uma referência à apresentação do Dr. Ara, porque ele foi muito convincente com a apresentação dos slides por parte dele, é sobre algumas inverdades que acabam virando verdades, porque o uso do cachimbo acaba entortando a boca e as pessoas começam... Então o que é que acontece? Nós temos a Lei 9.612 que ela é clara, transparente, porque foi um disputa muito grande na época em 95, 96, 97 até 98 para aprovação da Lei 9.612 que nós sempre consideramos uma lei mínima, possível. Mas nessa lei mínima e possível foi estabelecido que nós teríamos a emissora comunitária, ela teria um canal único, mas não define que seja para a localidade, mas não define que seja em nível nacional, que seja um canal único, mas não define que não se possa colocar outro canal, tanto que hoje nós temos quatro ou cinco canais que são utilizados para radiodifusão comunitária, mesmo com o entendimento de que é um único canal.

A outra questão é a questão da abrangência de 1 km, esse foi o principal debate da aprovação da Lei 9.612, porque o falecido Sérgio Motta queria implantar aqui um serviço como no Chile, e no Chile os movimentos optaram por 1 km de alcance, e foi um debate difícil nós fazermos naquele período aqui no Congresso Nacional por causa do 1 km. Então nós derrubamos a tese de 1 km de alcance de rádio comunitária e conseguimos que constasse da Lei 9.612 25 watts de potência e altura de 30 metros do sistema radiante. Então esse é o alcance de uma emissora comunitária. Qual que é o alcance? Aqui em Brasília, por exemplo, você com uma antena de 30 m de altura, como é plano, nós atingimos até 30 km de raio. Então isso é o que está na lei e aí naquele processo de disputa e de pressão, daquele tipo de cobertor de exército de antigamente, você puxa de um lado e descobre do outro, nessa disputa permanente com o sistema mercantil, eu queria até cumprimentar o Dr. Paulo aqui, nós já tivemos outras oportunidade de estarmos juntos em outros debates nessa questão tanto no Conselho de Comunicação Social como nos grupos de trabalho, que é o seguinte, que passou-se para os técnicos do Ministério essa versão de que era de 1 km de alcance; na verdade, eu gostaria até de pegar aqui a palavra do Dr. Ara, ele não é de limite de alcance de uma transmissão de rádio comunitária, mas na verdade ele é o limite de proteção porque você com 25 watts e 64 dB, a qualidade 100% vai até 1 km, não é verdade? Então a partir de 1 km começa a perder essa qualidade, e aí na proposta original da Lei 9.612 é que nós tivéssemos uma comunicação local e local entendendo como município, e nós temos municípios que são do tamanho de um bairro e temos municípios que são do tamanho de um país. Então nós temos diversidade muito grande de realidades no Brasil. Então a nossa lógica, quando discutimos a questão, era de nós termos o alcance municipal daquele meio, então que não era para ter dezenas de canais, dezenas de emissoras, cada segmento montando a sua emissora porque aí seria segmentação que já vinha na prática como mercantil, a segmentação do sistema. O que se discutia era justamente que você pudesse um meio de comunicação naquela localidade servisse de aglutinação dos movimentos sociais, aglutinação dos segmentos, de todos os segmentos, e aí você garantisse nesse meio a pluralidade e a diversidade.

Então não é essa questão a dos 4 km, que também administrativamente foi criado com essa mentalidade de que só tem o alcance de 1 km, só pode abrangência de 1 km, começaram a pipocar de 4 em 4 km e isso inviabiliza, inclusive, exclui grande parte da população porque 1 km para cada, 1 km para o outro, aquele outro quilômetro no meio, 2 km no meio fica sem o sinal e não pega nem um e nem outro. Então essa é uma questão que foram aleatórias, foram administrativos e o Ministério e a ANATEL aplicam isso, mas isso não existe na legislação, a legislação é 25 watts e 30 metros de altura da antena.

Agora em relação à questão da TV digital, essa é recuperação histórica do próprio movimento, porque o movimento queria na Lei 9.612 já o serviço de sons e imagens quando se criou a 9.612 e o Presidente Lula

assumiu esse compromisso nos fóruns de TV pública da retomada dessa proposta da criação da TV comunitária em sinal aberto. Então essa aqui, eu queria parabenizar o Senador Casagrande por feito o projeto onde inclusive ele observa a questão dessa... que foi colocada pelo Dr. Ara, de um canal interferir no outro, então ter pelo menos e abrir a possibilidade e deixar isso na lei garantido que é um canal, não é apenas um, mas é o mínimo do canal que seja pelo menos um canal, mas da forma como está no projeto do relator, ele é um projeto que nós aceitamos da forma como ele está, por quê? Porque ele está recuperando uma proposta que nós tínhamos lá no início. Inclusive a possibilidade, por exemplo, de as rádios comunitárias de todas as localidades que já existem, essas rádios comunitárias teve a possibilidade de estar fazendo a sua transmissão também via TV aberta.

Em relação à questão da distribuição da digitalização, vocês viram que a proposta que está colocada e que não está sendo debatida é que é uma proposta de manutenção do *status quo* da comunicação mercantil, tudo é pela lógica da comunicação mercantil, então como está se criando um novo serviço, não é um serviço analógico, é um serviço digital, simplesmente os proprietários, os concessionários hoje do sistema mercantil está ganhando de presente o acoplamento de um canal digital e está ocupando o espectro tanto analógico quanto digital, e isso aí impossibilita a democratização do acesso aos meios. Nós sempre lutamos desde o início, participamos do debate sobre a digitalização, justamente da possibilidade da sintonia fina, de não interferência, de você abrir esses canais que seriam liberados, porque o analógico da mesma forma como o Dr. Ara colocou tecnicamente, para você ter uma retransmissora você está usando naquele período, naquele local, naquela área, para estar usando outros canais analógicos até para chegar o sinal da TV lá naquela retransmissora, usa outros canais para se chegar até lá. Com a digitalização todos esses canais estariam liberados, então essa era a lógica da discussão que nós tínhamos no movimento. Se nós temos, com o aperfeiçoamento tecnológico nós temos, diminuímos e acabamos com o problema de um canal estar interferindo em outros canais, esses canais que estão sendo utilizados para garantir a qualidade do analógico, teriam que ser disponibilizados para a sociedade brasileira, da mesma forma a gente defende inclusive que se tem um novo serviço, deveria haver inclusive uma nova licitação para esse novo serviço. Não é automático, eu sou proprietário do analógico e automaticamente eu fico com o digital.

Então, eu acho que deveria, se fosse para fazer transparência, trabalhar com o aperfeiçoamento do serviço e abrir a possibilidade da sociedade ter a participação direta nos meios de comunicação, de democratização nos meios de comunicação, de abrir inclusive licitação para esse novo serviço que está sendo criado, porque é um serviço que está sendo criado pela sociedade brasileira, o Brasil gastou, o Poder Público já gastou mais de 50 milhões de reais em pesquisas para criar um sistema brasileiro de TV e acabou que esses estudos não avançaram, estão sendo aproveitados alguma coisa da pesquisa num aperfeiçoamento do sistema que está sendo adotado, está sendo assumido.

Então, na verdade, o que é que acontece? A concentração das mídias vai ser maior, porque, se você tem a possibilidade do analógico com digital e você vai ter possibilidade de fazer multiserviços, então você vai concentrar mais ainda as mídias nas mãos dos grupos mercantis de exploram esse serviço no país. Então por isso nós somos aqui uma voz dissonante do Ministério, nós achamos que é necessário garantir essa retomada histórica da necessidade das comunidades terem as TVs comunitárias garantidas especificamente, porque como peixe pequeno ela vai acabar sendo comida se não tiver definido e garantido o seu espaço por legislação, por esta Casa que representa o povo brasileiro, se não tiver garantido, os tubarões vêm e comem esses peixes pequenos e nós ficamos sem o espaço.

Haja vista... Vamos ver o exemplo da radiodifusão comunitária? Nós tivemos há 13 anos, que a ABRAÇO foi criada durante um processo de discussão da criação, criou-se um conceito de comunicação realmente inclusiva, que promovesse a construção da cidadania nas localidades excluídas dos meios de comunicação e o que é que nós tivemos? Nós tivemos uma guerra campal de todos os meios de comunicação, jogando até inclusive a comunidade contra o próprio benefício que ela teria, que era de radiodifusão comunitária e nós tivemos que nesses 11 anos da lei, nós tivemos que diuturnamente estarmos em todas as partes do país para mostrar que não, que não é isso, que a verdade é da lei, está na lei, que nós conquistamos esses serviço e que isso viria para poder fortalecer a identidade cultural da localidade e etc. Nós acreditamos que com a TV comunitária, nós íamos ganhar, dar um ganho de qualidade nessa questão de o Brasil mostrar a cara para o brasileiro, porque se nós tivermos nos nossos meios locais a manifestação dos nossos usos, costumes, da nossa religiosidade, da nossa cultura, da nossa arte, nós com certeza não vamos ser pasteurizados como somos pelos meios comerciais, que fazem com que o pessoal cante a “éguinha pocotó” no Rio e também no Amapá, e que nós tenhamos a cara do Brasil re-

presentada nos nossos meios, e que isso fortaleça a nossa identidade local.

Então nós acreditamos nisso, até porque na radiodifusão comunitária nós temos como princípio, e está na lei que é um conceito que nós construímos, o princípio do pluralismo, da gestão publica, da participação direta do cidadão na gestão da emissora, através da sua filiação direta e temos também o controle público, o controle social tão fantasma que passa na cabeça da mídia comercial, mercantil, sobre o controle social que é do conselho comunitário onde os segmentos, representada aquela sociedade, têm assento para discutir o caráter de programação daquela emissora. Então nós temos essa composição de emissora pública. E isso com certeza, como não está proposto a sua alteração na lei, a gente parabeniza ter mantido esse caráter do não proselitismo, do pluralismo, da diversidade, da valorização da cultura local, com certeza o canal comunitário viria fortalecer isso. Então essa é a nossa consideração a respeito desse PL e tem todo o apoio da ABRAÇO para a sua tramitação e a sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. José Luiz Nascimento Soter. E por solicitação do Dr. Ara, solicita um minuto para fazer um complementação. Dr. Ara.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Muito obrigado. Apenas para esclarecer e evitar qualquer mal entendido por parte dos Srs. Senadores. Toda vez que é instalada uma rádio comunitária a ANATEL não restringe a área, isto é, qualquer rádio comunitária tem alcance até 15 quilômetros. O que nós estamos falando aqui, que nós tentamos mostrar e que a maioria dos pedidos que batem no Ministério das Comunicações e quando aqui foi mostrado o número de 14 mil e nós estamos falando em 3 mil, vocês vão perguntar onde é que está a diferença, são 14 mil pedidos, portanto em cada município nós temos mais de cinco rádios comunitárias. O que nós estamos falando? Na prática, o pessoal está vindo e está tentando instalar uma rádio comunitária próximo a uma outra, e aí sim a ANATEL tem dito ao Ministério, no mínimo vamos colocar um afastamento de 4 km para que pelo menos as rádios possam operar bem no rádio 1 km, 1 km e meio, mas nunca restringimos, portanto todos os projetos apresentados vão até 15 quilômetros, se as emissoras comerciais quiserem ficar com um canal, a ANATEL não tem nada contra. O que nós temos dito é que quando eu vou e eu não encontro no plano um canal, que eu tinha que ter um canal único âmbito nacional a Lei 9.612 diz que ANATEL tem que dar um canal alternativo, para nós não ficarmos apenas com dois canais, por liberalidade nós buscamos quatro canais alternativos. Portanto, sempre o básico é o canal 200, quando eu não tenho eu busco as alternativas para não interferir nas emissoras instaladas, esta é a razão.

Então a ANATEL não restringe o raio nem de 1 km, nem de 2 e nem de 4, isso depende do projeto de vocês, porque se vem uma segunda emissora nós não permitimos... A emissora quer se instalar a 500 m, a 500 m ninguém opera. Então isso que nós tentamos mostrar eu quero evitar esse mal entendido, que a ANATEL não restringe quando tem uma única emissora ao alcance igual às emissoras comerciais, com essas características, porque com altura de 30 metros eu consigo ter o alcance e esse alcance vai até 15 quilômetros. Então para evitar qualquer mal entendido, senão nós podemos sair dessa sala e achar que nós estamos restringindo a ação das rádios comunitárias a 1 km. Não é isso que nós falamos. Nós dissemos o seguinte: quando um se instala, está automaticamente reduzindo, então nós não permitimos que elas se instalem próximas um da outra, para que pelo menos a população tenha um serviço de boa qualidade, só por causa disso. Então para evitar esse mal entendido. Muito obrigado, e nós falamos a mesma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Ara.

Vamos passar então aos questionamentos dos Srs. Senadores. Regimentalmente, o autor do requerimento Senador Lobão Filho, teria prevalência nos questionamentos, mas ele permuta com o Senador Eduardo Azeredo que precisa se ausentar para presidir a Comissão de Relações Exteriores.

Então como primeiro senador a fazer as sua indagações aos nossos convidados para audiência sobre TV comunitária, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, Srs. Convidados, primeiro Dr. Ara, na verdade então são 14 mil rádios já outorgadas, mas só 3 mil em funcionamento, é isso? O Dr. José Luiz fala que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. pode completar os questionamentos que aí eles responderão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas é porque a diferença está muito grande.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: A ANATEL enxerga 3.100 emissoras.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Funcionando?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Funcionando com autorização de uso de rádio frequência, uma coisa é ter a outorga, a outra é vir e pedir autorização de uso da rádio frequência. Então aí que a emissora entra no ar. Então quando a emissora é licenciada, aí

que eu trabalho, ela é licenciada em função de uma frequência emitida, portanto esse número, pode fazer qualquer auditoria, são 3.100 hoje oficialmente instaladas e operando.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agora essa questão do...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Dr. Bechara vai complementar a resposta do Dr. Ara e lhe tirar qualquer dúvida com relação a isso, que eu também tinha--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A diferença está muito grande ali.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu também tinha essa dúvida e todos nós com relação à diferença de 14 para 3, 14 mil para 3 mil.

SR. MARCELO BECHARA: Vou ser bem objetivo. São 14 mil pedidos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pedidos ou outorgas já dadas?

SR. MARCELO BECHARA: Pedidos. Outorgada são 3.600. O que significa outorgadas? Aprovada pelo Congresso Nacional por decreto legislativo. Após a outorga elas ainda voltam para apresentação de projeto e tem que sair a licença de funcionamento. Então são 3.100 licenciadas, outorgadas 3.600 e 14 mil pedidos, os três números estão certos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas é que porque está escrito 14 mil outorgadas. Então não é outorgada.

SR. MARCELO BECHARA: E nesse momento 400 já outorgadas em análise para licenciamento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então a questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Posso continuar, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode. V. Exa. vê o tamanho da fila, o tamanho da fila de espera, são 14 mil pedidos, não de rádios comunitárias.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aí é um questionamento primeiro que eu vejo, porque o que se ouve muito pelo interior é que esse 1 km nunca é respeitado, na verdade as rádios comunitárias, não é bem, ficou bem claro, não é um limite, você procura ter 1 km, porque o alcance da rádio comunitária é nessa faixa de 10 km, 15 km que se consegue. Isso aí não tem problema nenhum? Tudo bem? Pode ser assim? Não tem problema? Tem problema?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Edison Lobão, ou Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas eu acho que fica até mais dinâmico desse jeito assim, em vez de ficar...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, a audiência de hoje é sobre TV comunitária.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu sei que é--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós estamos tratando de rádio comunitária que já fizemos audiência anterior.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas Presidente, veja a oportunidade ímpar que nós temos aqui para discutir um problema que já está grassando na nossa sociedade há muito tempo e que ninguém nunca discutiu. Com a oportunidade criada pelo Senador Casagrande de discussão da TV comunitária, nós estamos discutindo sim, pela primeira vez a rádio comunitária e está corretíssimo. Veja que nós perdemos aqui 70% do tempo que deveria ser para discussão da TV comunitária com rádio comunitária.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É, nós vamos chegar na TV comunitária a partir da experiência da rádio comunitária. A TV comunitária é importante? É, na verdade existe até alguns canais aí, tem uns nomes diferentes, parece que é tudo canal comunitário tem que ter Canal de Cidadania. Lá em Belo Horizonte tem um canal lá que, para todos os efeitos, é comunitário, já funciona? É cabo, só cabo.

Então, o meu receio um pouco é esse, é que a TV comunitária venha dar esse mesmo tipo de problema que já têm hoje da rádio comunitária de interferência, que aí no caso é pior, porque no caso da rádio ainda é mais... porque são diferentes, pode ser que uma imagem possa atrapalhar a outra, não sei exatamente como é que seria. Mas é claro que quanto mais eu estou de pleno acordo com o Dr. José Luiz, quanto mais a gente puder ter a valorização da programação local melhor é, apresentar o mapa é esse o Brasil é muito grande mesmo, não tem sentido ter uma programação única mesmo, são valores locais, então não têm sentido você passar para o Brasil todo um tipo de cultura, ou de realidade que não é do país inteiro. Eu sempre me preocupei muito com essa questão das pequenas cidades, das cidades do interior. E no caso aí também, o Presidente vai me permitir fazer uma colocação, mas ela é de todos os senadores também não é... Aí o senhor vai perguntar “mas é para o Marcelo Bechara?

Dr. Marcelo?" É sobre a TV de sinal aberto das TVs Senado nos estados todos. O próprio Senador Flexa tem essa demanda, o de Belo Horizonte, a informação que eu tenho é que já está pronto, está faltando só liberar. Então não entendo por que é que está parado, a TV Senado com sinal aberto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então nós já temos pedido de informações aqui do Senado, o pedido já venceu o prazo de resposta do pedido, porque não exigimos ainda, não cobramos, mas o prazo aqui de informação já está mais do que vencido, eu é que não quero ser cri-cri, mas o prazo está vencido. Realmente eu fico... eu queria uma informação sobre isso, porque é que o canal aberto da TV Senado não entra em Belo Horizonte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Sr. Senador Eduardo Azeredo e por requerimento do Senador Lobão Filho, ele sugere que as perguntas sejam em bloco e os senhores convidados anotarão os questionamentos e também responderão ao final.

Os que tiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos dar sequência à ordem de inscrição com o autor do requerimento, Senador Lobão Filho, em seguida Senador Renato Casagrande.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados, eu percebo claramente que essa discussão é extremamente oportuna para que a gente possa instrumentar um Projeto de Lei que seja eficiente. Vejam que já há uma distorção na criação da rádio comunitária, no momento que o próprio Dr. José Luiz, o nobre representante da Associação das Rádios Comunitárias, afirma e declara que a rádio comunitária com 30 metros de antena e 25 watts da potência chega a alcançar raios de 30 km isso quer dizer que uma rádio comunitária atinge por exemplo, uma cidade de São Luis inteira, isso é um absurdo, não foi para isso que a rádio comunitária foi criada, a rádio comunitária foi criada para ser a voz do bairro, de uma comunidade local e não para atingir 30 km de raio, então há claramente uma distorção no objeto e no sentido em que a lei foi criada, criando a rádio comunitária. A rádio comunitária, visto aí até pela quantidade de rádios que estão na fila para ser analisados, 14 mil rádios, já demonstra que é uma necessidade do nosso país, da nossa sociedade. Ela mostra que foi um modelo que efetivamente deveria ter sido criado, errado ou certo foi criado, e está aqui 14 mil pedidos de rádio, então percebe-se claramente que as comunidades desejam se comunicar. Percebe-se claramente que a sociedade deseja ter rádios comunitárias. Mas é preciso que nós façamos aí um expurgo daquelas condições que são danosas para o próprio sistema. Portanto, eu acho que cabe, sim, a discussão preparatória para a lei de TV comunitária a discussão sobre rádios comunitárias.

Eu, por exemplo, discordo da colocação do Dr. José Luiz que diz que a TV digital deveria ser um objeto de licitação por parte daqueles detentores hoje dos canais comerciais analógicos. É preciso registrar e ficar claro que a TV digital não é uma graça que está sendo dada, é uma imposição do Governo Federal aos canais já existentes. O Governo Federal decidiu mudar a tecnologia e impôs às TVs a migração do canal analógico para o digital. E é bom registrar e que fique claro que as TVs comerciais, e eu posso falar por isso porque eu tenho TV comercial, não haverão de ter nenhum ganho financeiro com a migração desse sistema, pelo contrário, terão custos de 3 a 6 milhões de reais uma TV de médio porte de uma capital, isso não aumentará a receita em nada, você sairá da TV analógica para a TV digital e irá desembolsar seis milhões de reais e não irá agregar à sua receita. Então se fosse para continuar como está hoje, todas as TVs comerciais agradeceríamos bastante. Mas o governo, acompanhando a inovação tecnológica mundial, achando que deve haver, sim, uma renovação tecnológica, um aprimoramento, impôs este fardo às TVs comerciais, então as TVs comerciais deverão sim, a benefício da população, porque a TV digital é muito mais eficiente, tem suas características que são extremamente positivas para a população, mas para o gerador, não, para o gerador não. Então não é uma graça, uma gratuidade, é uma imposição do governo. Então isso deveria ter ficado muito claro.

Mas eu quero agora, gostaria de fazer as minhas perguntas e a primeira pergunta que faço é ao Dr. Marcelo Bechara, representante do Ministério das Comunicações. A Lei 9.612 prevê um canal único, é a lei vigente canal único para as rádios comunitárias, no entanto percebe-se, pela própria exposição aqui dos convidados, de que há uma flexibilização para até cinco canais locais. No meu substitutivo eu prevejo apenas um canal e é um canal e se houver incompatibilidade, encavalamento de sinal, que se vete, estabelecendo uma prioridade, os novos projetos. Eu continuo afirmando que o critério de 30 km de alcance, que é consequência dos 30 m mais os 25 watts, é preciso ser revisto, é preciso estabelecer qual é o tamanho certo de uma comunidade, de uma rádio comunitária. O tamanho certo máximo qual é: 3 km, 4 km? Eu não posso usar como parâmetro potência e altura de antena, porque isso vai extrapolar dependendo da área do terreno, se

for um terreno plano tem um alcance, se for um terreno montanhoso tem outro alcance, então eu acho que a ótica correta é estabelecer o alcance da rádio comunitária, até para permitir a democratização do sinal da rádio comunitária. Porque senão o que nós teremos? Uma cidade pequena, teremos três rádios comunitários em vez de ter 30. Então se nós estabelecermos alcance, eu posso ter uma aqui, uma aqui, uma aqui, uma aqui e uma aqui; se eu não estabeleço alcance e estabeleço a potência, eu tenho uma aqui que abrange tudo e se o princípio é de uma frequência só, só teremos uma rádio comunitária naquele município. Então, no meu entender, para a rádio comunitária eu acho que tem que haver essas considerações.

A pergunta que faço ao Dr. Marcelo Bechara. Dentro do princípio da TV que será implantada, que é a TV cidadania, que na ótica eu percebi claramente que na ótica do Ministério das Comunicações, é a verdadeira TV comunitária e que o projeto TV comunitária deve ser revogado ou rejeitado aqui nesta Casa, porque na essência do Ministério já existe a figura da TV comunitária através da TV cidadania, o Dr. Marcelo nos coloca aqui que irá operar nos municípios acima de 100 mil habitantes já há projetos agora de colocação dessas TVs cidadanias nesses municípios e que já está sendo licitado. A pergunta que eu faço: quem irá operar nesses municípios o Canal da Cidadania, será terceirizado ou não? E se é terceirizado e são municípios acima de 100 mil habitantes, nós estamos imaginando em centenas de canais com programação e conteúdo local, é diferente de uma TV, de uma EBC, que é produzida no Rio de Janeiro e aqui em Brasília e espalhada pelo Brasil todo. Veja que o Governo Federal já tem dificuldade de financiamento e custeio de uma TV como a EBC, que é uma TV que é instalada de forma centralizada e irradiada para todo o país. Agora, imaginemos centenas de emissoras a serem criadas, públicas, com verba pública em todos os municípios acima de 100 mil habitantes e numa primeira etapa, e não podemos perder o senso de que todas essas emissoras, para terem um fim comunitário, elas deverão ter uma operação local, ela não pode ficar centralizada em Brasília irradiando com um mero transmissor em cada cidade, para irradiar aquele sinal que foi gerado de uma emissora cabeça de rede daqui. No presente caso, no programa de vocês, ela tem que ter uma programação local, funcionário, vigia, cinegrafista, editor, tudo, toda essa estrutura ela tem que estar local, para poder receber além da programação definida por V. Sa. para poder receber também aqueles conteúdos que as comunidades irão encaminhar para a TV Cidadania. Então é a pergunta que eu faço. Quem irá operar, como irá se viabilizar financeiramente e quais os critérios de inserção na programação desse conteúdo comunitário. Então eu tenho 30 comunidades, qual o critério que eu vou usar? Isso já está definido em lei? Eu tenho 15% do tempo para você, para você e para você, que vou dividir equalitariamente e aqui apresentar, esses critérios foram criados, não foram criados, para nós tentarmos também impedirmos uma ditadura de acesso a esse tipo de canal por parte de comunidades que sejam mais ligadas àquele gestor do canal comunitário. Então essa é a minha pergunta para o Dr. Marcelo.

Para o Dr. Ara, eu vejo que há um rigor extremo em relação às rádios comerciais e há uma certa flexibilidade em relação à rádios comunitárias e educativas, por exemplo, na legislação é terminantemente proibido a veiculação religiosa em rádios comunitárias e educativas, até pelo critério de concessão onde essas rádios, essas concessões foram dadas, por que há essa flexibilização? Hoje em dia a gente percebe claramente que a rádios educativas, a maioria é religiosa, a maioria das rádios comunitárias tem forte presença das instituições religiosas, que são os verdadeiros empreendedores, aqueles que gastam dinheiro comprando transmissor, fazendo as obras, botando a rádio. Isso é acontece hoje em todo... no meu estado é só o que acontece, a grande maioria das rádios educativas e comunitárias são financiadas pelas igrejas, a grandes maioria das vezes as igrejas evangélicas. Então a minha pergunta para o Dr. Ara é essa: A ANATEL está consciente dessa realidade? Que tipo de atitudes toma em relação a isso com a legislação clara em relação ao assunto. Numa última reunião que nós tivemos, o Senador Pedro Simon... não foi o Senador Pedro Simon, não, houve um senador que falou claramente na defesa das igrejas como instituições que pudessem ter rádios comunitárias. Eu fui estudar a legislação, hoje na legislação é proibido isso, completamente proibido, já está presente está presente de forma clara, não subjetiva, de forma objetiva na legislação a proibição de igrejas serem empreendedoras em rádios comunitárias e rádios educativas. Então que atitudes a ANATEL toma em relação a isso.

E estas são as considerações, a minha para o Dr. Paulo era em relação a essa divergência de número que já foi citada pelo nosso Senador Eduardo Azeredo. Então são essas considerações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Lobão Filho. Só para esclarecer V. Exas., a questão da rádio comunitária foi objeto de uma audiência pública realizada aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia no dia 26 de agosto passado, com requerimento para debater a radiodifu-

são comunitária educativa em vista de descumprimento de normas legal que regulam a execução do serviço. Exatamente o que estamos retomando junto com a TV comunitária essa discussão hoje. Autoria do requerimento n.º 24, de 2009 dos Senadores Papaléo Paes e João Ribeiro. E estiveram presentes a essa audiência pública do dia 26 de agosto o Dr. Marcelo Bechara, o Dr. Edilson Ribeiro dos Santos da ANATEL, o Dr. Paulo Machado de Carvalho Neto da ABERT, o Dr. Marcelo Cordeiro da ABRATEL e o Dr. Clementino dos Santos Lopes da ABRAÇO. Então a audiência pública sobre rádio comunitária realmente foi efetuada porque é uma discussão que está sempre voltando aqui na Comissão; quando nós aprovamos rádio comunitária o Senador Roberto Cavalcante, já inclusive fez uma solicitação ao Ministério e que nós recebemos as resposta para que as rádios comunitárias não sejam mais outorgadas como rádios FM, não se deixe mais usar a denominação.

O próximo senador inscrito, Senador Renato Casagrande, e, em seguida, o Senador Flávio Torres. Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa, Senador Lobão, os convidados nossos aqui para essa audiência pública muito esclarecedora, na minha avaliação, e eu apesar, Senador Flexa Ribeiro, apesar de compreender que nós precisamos aperfeiçoar ou definir ou fiscalizar melhor a questão da outorga de rádios comunitárias, eu acho que a rádio comunitária foi um grande avanço na área de comunicação no nosso país, um grande avanço, eu concordo com o Paulo, tem algumas rádios que por falta de fiscalização, da própria comunidade que tem que também passar a fiscalizar, e a gente dar informação à comunidade, algumas de fato atuam fora, ou servem de instrumento político para alguma liderança política ou algum partido político, ou serve de instrumento para uma igreja, para uma denominação religiosa, concordo, mas os desvios e os vícios não são suficientes e não são maiores do que as virtudes. A rádio comunitária foi um grande avanço, a radiodifusão comunitária sonora um grande avanço para nós não Brasil e hoje a gente consegue democratizar a informação, dá espaço para as comunidades, municípios pequenos que não tinham condição de ter uma rádio comercial, ter uma rádio comunitária, bairros e regiões de um município que não tinham condições, tem condições, então eu quero primeiro fazer essa ressalva, que nós estamos primeiro discutindo a rádio comunitária, então da minha posição clara favorável à radiodifusão comunitária sonora, que tem sido na minha avaliação um grande avanço. E compreendo que a TV comunitária deveria encaminhar na mesma direção. Eu ouvi aqui a argumentação do Dr. Marcelo Bechara com relação ao Canal da Cidadania, o Canal da Cidadania está ótimo, eu acho que vai ser uma oportunidade, Dr. Marcelo, para que a comunidade se manifeste, mas não é um canal comunitário, não é, é um canal com a geração central, com uma geração local, mas com uma programação nacional, certamente, e que teremos janelas, espaços, momentos específicos, onde a geração local poderia acontecer, então... E também não sei quem comandaria o Canal da Cidadania, eu acho que a pergunta do Senador Lobão Filho é muito pertinente, como é que seria o funcionamento do Canal de Cidadania, mas eu acho que são dois modelos diferentes daquilo que a gente entende como rádio comunitária e fazendo uma transposição para TV comunitária, é diferente, supre em parte, mas não é uma substituição que atenda 100% daquilo que se quer em termos de TV comunitária. Então são duas questões e dois assuntos distintos na minha avaliação, que precisam ser esclarecidos aqui com relação ao que foi abordado pelo Dr. Marcelo.

Nós, no nosso projeto inicial, original, nós não tratamos de um canal único, o Senador Lobão Filho tratou e especificou um canal único para TVs comunitárias, o canal único abordado por alguns de vocês aqui, ele cria interferência de um município com outro, de uma comunidade com outra, ele cria interferência, então é uma limitação porque pode prejudicar a transmissão do sinal. Acho que essa... quando se estabelece um canal único, de fato você limita e muito a concessão ou a outorga das futuras TVs comunitárias. Então eu queria também fazer essa colocação. Eu vi agora para o Senador Lobão que é o relator e apresentou o substitutivo, está elaborando o substitutivo, mas aqui manifestou uma posição semelhante à posição do Ministério das Comunicações, o Ministério das Comunicações acha desnecessário o projeto da TV comunitária, pelo que eu compreendi V. Exa. também está concordando com o Ministério das Comunicações.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, não eu acho...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu não acho que a ideia da TV comunitária seja totalmente negativa, pelo contrário, acho a iniciativa muito boa. Tenho dúvidas em relação a esse... porque o princípio da tecnologia analógica, quando há encavalamento de transmissão, você encavala uma programação na outra e dá uma interferência, no digital não existe isso, não existe degradação do sinal; ou ele está presente ou ele não está presente, ele não tem como estar presente degradado, essa é uma característica do sinal digital,

então eu quero ter a preocupação de exatamente definir o alcance das TVs comunitárias.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu acho que isso é perfeitamente negociável. O que eu pergunto ao Dr. Ara e ao Dr. Marcelo, vamos imaginar que a gente aprove aqui o projeto TV comunitária. Vamos imaginar que seja essa a decisão do Congresso, da sociedade brasileira e dos seus representantes, a gente aprove. Eu ouvi o Dr. Ara apresentando, o Dr. Marcelo falou e o Dr. Ara depois também citou, até 2013 a transmissão analógica não existe mais, mas os canais... Outorga não existirá mais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Até 2016.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Até 2016 não tem mais transmissão analógica. As TVs comunitárias, caso elas existam a partir de um determinado momento, teria que ser transmissão também digital. Tem que ser transmissão digital. Então só para compreender.

Eu acabei não fazendo muita pergunta, só coloquei aqui a minha posição, acho que apesar do Canal Cidadania, tem um espaço para TV comunitária, são questões e assuntos diferentes, então dois assuntos diferentes, excelente esse TV cidadania, excelente a reserva desses canais para TV Justiça, Senado, Câmara, para o Canal Cidadania, excepcional isso na legislação da EBC.

Termino fazendo a última pergunta que não tem nada a ver com o tema. Nós estamos muito demandados, Dr. Ara, pelas Câmaras Municipais, as Câmaras Municipais conseguem aqui no Senado autorização para retransmitir a TV Senado, mas na verdade querem fazer a transmissão também da sessão da Câmara de Vereadores, que o para o município lá é excelente isso, lá para o município é excelente, mas a ANATEL não permite porque considera isso uma geração, a ANATEL não permite. Eu sei que não permite porque a ANATEL quando transmite, fecha, quando há denúncias, fecha. Então qual é o caminho que se tem, esse é outro assunto, eu sei, mas estou aproveitando o momento, Senador Flexa Ribeiro. Qual o caminho que se tem para que o município consiga autorização para retransmitir, uma repetidora, mas ao mesmo tempo que possa transmitir, por exemplo, a sessão da Câmara de Vereadores, que é uma ação de cidadania do município?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Renato Casagrande. O último senador inscrito, o Senador Wellington não se inscreveu ainda.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Me inscrevo agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então penúltimo senador, o Senador Flávio Torres e depois o Senador Wellington Salgado.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, Srs. Convidados, muito rapidamente, para mim está claro que esse meio do campo é muito embolado e há muitas disputas, e é um terreno muito minado, das rádios, imagine de TV quando a gente for... então tem que ser muito bem discutido. Agora, o princípio da TV comunitária eu acho que a gente deve ser alertado para isso, todo mundo, todo mundo, os técnicos devem ter o cuidado na hora de legislar, na hora de especificar as frequências e etc., a gente tem que cuidar do princípio, porque para o país é muito bom que as comunidades preservem a sua cultura até o seu sotaque, eu fico abismado, eu tenho um município que eu frequento, Quixadá, Presidente, tenho uma fazenda num distrito chamado Juatama, e todo mundo lá só chama telefone, por causa das novelas, só chama telefone. Não é telefone, como cearense fala aberto, não, agora é o telefone, até o sotaque está pasteurizado, o Brasil está perdendo as características regionais até no modo de falar. Então eu acho importante que o princípio seja mantido, e que os legisladores cuidem para que isso seja incrementado, é importante que a gente faça.

Mas não falando das rádios, porque é o presente, e eu até vejo que o elemento complicador é essa transição do analógico para o digital, é um elemento que complica ainda mais, que porque faixa de freqüência e tudo isso vai ser alterado com o novo sistema que a imposição do governo, Senador Lobão, mas é uma imposição tecnológica, seria impossível o país continuar com a transmissão analógica com a existência do digital. Então aí eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Bechara, porque eu não sou da rádio e nem tenho televisão, uma TV comunitária, se a gente for mantida, qual seria o custo hoje? Então para gente ter uma ideia da ordem de grandeza digital hoje, qual seria, o senador falou em seis milhões, isso inviabiliza completamente para uma comunidade de um bairro fazer essa coisa.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Mas aí eu queria perguntar uma comunitária quanto seria o custo, só para ter uma ideia. E outra coisa, aí é o Dr. Bechara, muito na linha do que o Senador Lobão perguntou, com essa ideia do Ministério que o senhor diz explicitamente o Ministério está pensando numa legislação que não precisa mais dessa lei comunitária porque nós vamos atender, então eu imagino um cidade como Fortaleza que tem 2 milhões de habitantes, quem é a comunidade que vai chegar junto à televisão

e vai entregar essa programação? Você tem centenas de comunidades que até brigam entre si, com origens distintas, como é que o Ministério regulamenta isso? Quem seria a comunidade para ter acesso a essa infraestrutura e evitar que a comunidade tivesse que investir nisso?

Presidente, essas eram as perguntas que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, saúdo V. Exa. e saudando os demais componentes da Mesa e demais senadores presentes. Esse debate já é muito oportuno, porém, eu vejo o que é que nós estamos discutindo aqui? O que nós estamos discutindo é o seguinte: O bolo de propaganda comercial, ele é fixo, de anunciante, é fixo, não surge um anunciante a cada dia com dinheiro novo, deve está na faixa entre rádio e televisão, se não me engano deve dar uns 15 bilhões, por aí, 15 ou 16 bilhões de reais. Essa é até uma grande discussão se as telefônicas podem entrar ou não ramo, porque as telefônicas estão faturando 140 bilhões, 150 bilhões, ou seja, se entrar vai engolir as rádios e as televisões que existem. Então essa é a grande discussão aqui. Estão sendo dadas rádios educativas, TVs educativas e elas estão de alguma maneira faturando e consumindo uma parte do que é direito da comercial. Esse é o caminho que nós vamos chegar aqui, o objetivo final é esse. Por que é que dado é como educativa, ela não se sujeita a licitação, por que é dada como comunitária, não se sujeita a licitação, e acabam entrando também no faturamento nesse bolo que existe e que não tem como aumentar.

Agora, o que eu vejo é que, antes dessa discussão, e que é correta por parte dos membros, que eu também faço parte dessa discussão, a quantidade de rádio pirata é muito maior do que esses 14 mil que estão aí na lista, se alguém se assusta com as 14 mil o restante deve ter uns 28 mil piratas, e você fecha e ela abre no dia seguinte, que hoje você pelo menos um transmissorzinho, o Sr. Ara deve saber, e bota pendurado até... nós tivemos aqui, pendurada até na torre, porque não tem como você pegar. Então eu me preocuparia, antes do acerto, como é que nós vamos ter uma atividade, uma atitude efetiva contra as piratas? Porque na verdade tem uma série de rádios que estão sendo comunitárias, mas que são piratas. O cidadão vai lá e liga um transmissorzinho na comunidade e fala: "Eu tenho uma rádio comunitária". Não é nada, é pirata, não passou por todo o processo do Senado, da Câmara, autorização, nada disso, então isso virou um problema tremendo. E outro problema é o seguinte: a questão da TV educativa, Senador Lobão colocou. Nós temos uma grande educativa que é o orgulho, que é a TV Cultura de São Paulo, e anuncia, por que é que é legal para ela e não vai ser para os demais? Por quê?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Gera, gera venda de produto de alguma maneira, a gente sabe disso. E é uma TV de boa qualidade, porque o governo subsidia, o governo de São Paulo. Agora, ela tem um anunciozinho ali que entra, um jabá de alguma maneira, falando a linguagem de rádio e televisão e ocorre o faturamento, e não acontece nada. Não vejo nenhuma atitude da Polícia Federal, governo e nem nada, não sei, e pior se tiver, é ruim para a nossa cultura porque ela tem programas maravilhosos. Então essa é uma situação que nós vamos ter que discutir qual o caminho que nós vamos. Esse debate oportuno e corajoso, mas vamos ter que chegar num momento que nós vamos ter que tomar atitudes drásticas, porque isso aqui eu já tive a oportunidade de ser presidente dois anos desta Comissão, já discutimos, discutimos a questão de concessões feitas para um local e colocado em outro, e você vai e o Juiz dá uma liminar, a ANATEL não pode agir, o Ministério não põe agir, as liminares mantém e continuam o Poder Judiciário entra, eu já vi de tudo nesse ramo.

Então tem que saber o que é que vai se fazer. Até o consultor jurídico do MEC não tem atitude, do Ministério das Comunicações não tem como agir, chega lá uma liminar e você vai fazer o quê? Tem que cumprir, senão vai preso, a ANATEL idem, e o pessoal quanto mais alto jogar a antena, maior a cobertura, ganha a antena para essa altura aqui e joga numa outra lá, quem é que vai lá no meio do morro, a ANATEL para ir fiscalizar é uma tortura, vai chegar lá, só por denúncia e assim mesmo alguém colocando à disposição ainda um carro para ir lá, alguma coisa. Então Senador Lobão, nós vamos ter, levando até o final esse projeto seu, nós vamos ter momentos que vamos ter que ar decisões drásticas, sérias, agora para todo mundo. Não dá para você tomar para um grupo e para o outro grupo, não. E sabendo o que é que a sociedade vai ganhar com o que nós vamos tomar aqui de atitude. Nós temos rádios hoje que uma radiozinha, é questão de mudar para digital, não tem uma rádio gastar 300 mil para mudar um sinal para digital. Ele deve faturar 3 mil onde 2 mil ele gasta de folha, 200, 300 de luz, sobra 500 reais e de repente o dono dessa rádio é um Vereador que se elegeu porque tem a rádio, vamos

fechar, vamos acabar? E o papel que ela cumpre de alguma maneira de passar a informação local?

Então, Senador Lobão Filho, temos que levar em consideração todas essas variáveis nesse projeto seu. Só essa colocação que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Wellington Salgado.

E rapidamente vou fazer aqui também para que possamos dar a palavra aos nossos convidados para as suas respostas. Basicamente já discutimos bastante aqui o assunto, os questionamentos que eu iria fazer já foram feitos por alguns senadores que me antecederam, mas eu tenho algumas dúvidas e gostaria também de poder esclarecer melhor, uma delas foi levantada aqui pelo Senador Lobão Filho com relação à questão do Canal da Cidadania. O Dr. Bechara falou que esse Canal de Cidadania teria acesso, seria dado o direito a cidades com mais de 100 mil habitantes e que esse canal seria obtido através de uma parceria público-privada que seria subsidiado por recursos do orçamento da união, ou seja, o operador do Canal da Cidadania receberia um valor nessa parceria para que ele pudesse operar, mas como ele vai dar acesso, essa é a pergunta que o Senador Lobão fez, é isso também que preocupa a todos nós. Mais do que isso, Dr. Bechara, eu pedi que fizesse um levantamento rapidamente dos 5.561 municípios brasileiros e aqui nós temos que alterar para mais um, que Bom Juiz dos Campos no Pará será instalada e haverá eleição ainda este ano.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. é majoritário lá?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nesse novo município?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): o Pará é que tem, de 143 terá 144.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas nesse novo município, V. Exa. já...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tenho vários amigos, como V. Exa. também. E pelo número que me deram aqui, Dr. Bechara, apenas 225 municípios no Brasil têm mais de 100 mil habitantes, ou seja, o Canal da Cidadania não vai ser Canal da Cidadania, eu não sei por que esse limite e aí eu gostaria de saber por que 100 mil, por que não 5 mil habitantes para ser um Canal da Cidadania.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, mas nesse cálculo só para esclarecer porque o raciocínio que V. Exa. está conduzido, quantos por cento dos habitantes estão nesse 225 municípios? Essa é a grande pergunta. Quantos por cento?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não tenho esse número, mas com certeza é algo bem... 80%, 70% da população, mas o que se quer obter pelo Canal da Cidadania é dar acesso às pequenas comunidades, da programação de informação cultural, educativa e tudinho, não é colocar um Canal da Cidadania num município de São Paulo com 2 milhões de habitantes, 3 milhões de habitantes, não é esse o objetivo, essa é a pergunta que eu faço de forma clara ao Ministério, qual o objetivo do Canal da Cidadania? Por que 100 mil habitantes? É um número bonito, 100 mil? Por que não 99 mil? Se baixar um habitante só, nós vamos acrescentar mais 299, vamos mais do que dobrar o número de Canais da Cidadania se tirarmos um habitante. Basta que morra um habitante só e que não nasça nenhum, que nós vamos duplicar o número de canais. Pois não, Senador Lobão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não perca de vista que mesmo os 225 municípios a serem atendidos, pasme, mesmo nessa fórmula, esta TV vai ser igual a todo o parque instalado de TVs comerciais no Brasil hoje, hoje nós temos apenas 236 geradoras no Brasil, você pode contar Globo, Record, SBT, Rede TV, no Brasil inteiro, geradoras são 236, só nessa formulazinha do Ministério, ele já tem 225, ou seja o governo vai instalar com municípios de até 100 mil é como se ele instalasse tudo que já existe em TV hoje, você imagina o tanto de investimento para fazer um negócio desse.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O PSDB vai se dar bem, porque vai ser o próximo governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que vai ser o próximo governo eu não tenho dúvida.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não vai, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então é a primeira pergunta, Dr. Bechara. Por que essa limitação e qual a finalidade, qual a questão do Canal da Cidadania e por que também e como vai fazer essa distribuição, porque eu acho importante, eu, o Senador Renato Casagrande, o Senador Flávio Torres, todos aqui disseram que são a favor da rádio comunitária, a rádio comunitária realmente veio preencher um vazio. No meu interior do meu Estado do Pará, antes da rádio comunitária tem a rádio peão que é aquele sistema de sonorização dos postes nas feiras, você põe o sistema de corneta nos postes e sai anunciando, aquilo ali é um precursor da rádio

comunitária. Então a informação local é importante, você manter a cultura, manter a tradição, é importante, então eu defendo a rádio comunitária. Agora, acho e concordo com todos, que a rádio comunitária tem um papel a ser exercido e não pode extrapolar esse papel, não pode ser uma rádio comunitária e usada como rádio comercial, ser uma rádio educativa e usada como uma rádio comunitária, como também vai acontecer a mesma coisa na TV comunitária.

Aí eu perguntaria ao Dr. Ara da ANATEL por que a ANATEL, que é o órgão fiscalizador não faz essa fiscalização de tal forma que não permita que as outorgas concedidas sejam extrapoladas, ou seja, percam o objeto da outorga. E mais do que isso, o Senador Wellington Salgado disse e ele deve ter um levantamento estatístico do assunto, disse que deve existir 28 mil rádios piratas, então o que é muito mais preocupante, se tem 14 mil pedidos de rádio comunitária e 28 mil rádios piratas, então a ANATEL é a responsável para que faça a fiscalização e lacre, se for o caso, essas empresas que estão em desacordo com a legislação.

A outra questão que eu também quero que o Dr. Bechara possa nos dizer, a que dúvida que eu tinha da diferença de número já foi esclarecida. Com relação à TV Senado, a TV Senado é um instrumento da maior importância para a sociedade brasileira. Aonde se chega, no interior do interior da Amazônia, não estou falando no Sul e no Sudeste, estou falando da Amazônia, lá no distrito, na comunidade, tem lá um espectador, um telespectador da TV Senado e nós não conseguimos levar a TV Senado como uma TV aberta, democrática para o brasileiro, ela hoje ainda é, lamentavelmente, assistidas só por aqueles que têm capacidade da pagar uma TV por assinatura a cabo ou por satélite, ou aqueles que utilizam a antena parabólica. Então eu entendo, Senador Lobão Filho, que deveria haver um ação do Ministério das Comunicações e do Senado Federal, para que a TV Senado fosse realmente aberta em todo Brasil. No meu estado, na capital do meu estado em Belém, lamentavelmente eu estou há três anos e meio ou a quatro anos lutando junto a TV Senado para que a TV Senado possa ser aberta em Belém, não é no estado, em Belém, e lamentavelmente a Governadora Ana Júlia não cedeu o espaço para que lá fosse colocado o equipamento. Mas estão fazendo uma licitação para que possam ver qual é a área que vai ser instalada, isso não acontece, não avança. Então gostaria de saber como o Senador Eduardo Azeredo, quando que nós vamos ter TV Senado aberta no Brasil, para que todos os brasileiros possam ter acesso a esse canal de informação da maior importância.

Eram essas as questão e vamos passar às resposta dos nossos convidados, inicio com o Dr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

SR. MARCELO BECHARA: Como todos os senadores tiveram perguntas para mim, eu vou tentar ser objetivo e responder a todas, às vezes até respondendo uma eu vou estar atendendo a maioria, a grande maioria dos senadores.

Primeiramente, o Senador Eduardo Azeredo não se encontra aqui presente, mas vou passar a informação então ao Senador Wellington Salgado, também senador pelo nosso Estado de Minas Gerais, quanto maior uma capital, mais difícil você tem de colocar uma retransmissora, porque geralmente as grandes capitais que são os grandes centros econômicos, você tem uma disponibilidade muito menor de canais. No caso da TV Senado de Belo Horizonte, o canal será o canal 62, já foi definido assim pela ANATEL e em breve... não seríamos nós que não colocaríamos o canal da TV Senado em Belo Horizonte, de forma alguma. Agora, e depois eu mais uma vez quando for responder ao Senador Flexa eu falo de um modo geral da TV Senado, mas só para responder essa primeira pergunta que tinha colocado pelo Senador Azeredo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já que eu... Desculpe presidente, mas já que eu vou ter que levar a mensagem do Marcelo ao Senador Azeredo, e realmente ele me pediu para falar para ele, ele perguntou quando vai ser instalada e por que é que não foi. Você definiu o canal 62...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está dependendo do Senado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fico...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington, se o Bechara me permite, eu fico muito feliz de ver esse relacionamento fraterno entre V. Exa. e o Senador Azeredo, inclusive trocando informações e levando essas informações, sua preocupação. Parabéns a V. Exa. que faz um trabalho junto com o Senador Azeredo suprapartidário em benefício de Minas Gerais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu, como o ministro Hélio também está tentando um apoio do Governador Aécio, eu vou deixar passar essa.

[risos]

Mas eu acho que com essa contenção de despesa que está no Senado vai difícil sair esse transmissor.

SR. MARCELO BECHARA: A gestão atual do Ministro Hélio Costa foi a que mais outorgou retransmissoras para a TV Senado, foi um compromisso que ele assumiu, até porque antes de Ministro ele é senador como os senhores, foram, que eu me lembre, pelo menos 14 outorgas de retransmissoras e todas em capitais, muita delas ainda não estão instaladas por questões como por exemplo é o caso da capital do Estado do Pará, Belém, que tem essa questão, porque a outorga já foi feita, mas infelizmente acontecem essas questões operacionais.

Mas aí eu vou responder, com a rede publica de comunicação eu respondo também a questão da TV Senado, porque a TV Senado é parceira, sócia também no empreendimento da rede publica de comunicação. O que é que foi feito? Diferentemente de uma privada, a União não tem concessão para si própria, a União não concede para si própria, a TV Senado não é concessionária, a TV Câmara não é concessionária, a União não vai ser concessionária de si própria, em tese, a própria TV Senado poderia ir lá e colocar o sinal no ar. Por que é que isso não acontece? Porque a gente precisa definir um canal, é o que se chama ato de consignação, que é a ocupação do espaço. Eu tenho muita admiração muito grande pelo Dr. Ara, porque realmente cuidar do plano básico de canais de televisão no Brasil é uma coisa realmente que não deve ser fácil, porque para muitas pessoas que não conhecem um assunto técnico, não tem que conhecer mesmo o assunto, tem uma imaginação de que é realmente uma coisa que você tenha uma flexibilidade grande, não tem, apesar de você não poder ver, o canal é finito, o espectro é finito, e é limitado, escasso e tem que ser bem utilizado, infelizmente não cabe todo mundo, para isso é que vem tecnologias como a tecnologia digital, Senador Lobão, que não está aqui presente, mas que o sistema brasileiro de televisão digital é um avanço tão grande, até para o próprio radiodifusor, até porque os próprios radiodifusores apoiaram a decisão do governo no sistema japonês, que nós já estamos sendo acompanhados por Chile, Venezuela anunciou ontem, Argentina, Peru e muito provavelmente os demais países aqui do Cone Sul vão estar aderindo ao nosso sistema que é sem dúvida o sistema mais avançado do mundo hoje. Então, aproveitando essa oportunidade, foi criada essa rede publica de comunicação, o que é a rede pública de comunicação? Ao invés de cada um desses entes construir a sua infraestrutura própria, o que a gente chama de *overbuilding*, você ter um excesso de torres de transmissores, não precisa disso, a União não precisa ser de concessão, ela contrata de forma eficiente, esses *players* que integram o estado, eles se unem e contratam através de uma parceria público-privada um operador de rede, uma empresa que vai operar a rede e que vai construir essa rede. E por que nas localidades com mais 100 mil habitante no começo? Porque é questão orçamentária. Há um limite no primeiro ano para 100 mil, isso não significa que vai parar no 100 mil, a medida em que os anos forem avançando, evidentemente a operação vai chegando a todo o Brasil e às localidades com menos habitantes. O que é significa isso? Por que uma parceria público-privada? Porque se fosse feita uma licitação aos moldes da Lei 8666 de 93, o máximo que você pode ter são cinco anos de contrato administrativo. Em cinco anos ninguém recupera um investimento como esse. Vocês imaginam o que é construir uma rede digital em 225 municípios brasileiros, é um investimento muito grande. Cada um dos *players* envolvidos Câmara, Senado, MEC, Ministério das Comunicações, EBC, reservam um espaço do seu orçamento anual para que seja viabilizado esse projeto. Então é um projeto de parceria dos três poderes, porque tem a TV Justiça, então são os três poderes unidos para criar uma rede de comunicação para chegar a todo o país, e aí nós vamos chegar não só com a TV Senado, mas vamos chegar com todas as televisões públicas que estão sendo colocadas, inclusive o Canal da Cidadania.

Falando especificamente do Canal da Cidadania, o Canal da Cidadania atende, sim, plenamente aquilo que está proposto da TV comunitária porque o que nós esquecemos é que quando nós estamos falando de televisão digital, e no caso da operação pública foi permitido a multiprogramação, um canal você consegue fazer pelo menos quatro transmissões simultâneas, é como se um canal virasse quatro canais, então na verdade eu vou ter uma multiplicação de espaços simultâneos para a própria comunidade. E por que é que isso vai acontecer? Em que pese o Canal da Cidadania tem assumido por força de decreto as TVs das Câmaras Municipais, está previsto isso no Decreto 5820, a TV Câmara Federal, Casa aqui ao lado, optou por no seu espaço, assumir a transmissão em digital das Câmaras Municipais, ao fazer isso ela cedeu mais espaço para o Canal da Cidadania e cedendo mais espaço para o Canal da Cidadania é mais espaço para a comunidade.

E quem vai fazer a gestão desse canal? É claro que a União que está investindo, está montando vai operar, ela não tem a mínima condição e nem deve ter, de ficar fazendo gestão de programação em todo o país. Ninguém melhor do que as próprias comunidades. Nós temos uma proposta, nós não publicamos ainda essa proposta, porque nós estamos no meio da conferência

nacional de comunicação e nós vamos colocar essa discussão na conferência, um ambiente mais propício para que a própria sociedade manifeste a sua posição sobre o Canal da Cidadania, mas a ideia é que se crie um Conselho Municipal, um conselho que tenha representante da Câmara Municipal, um representante do Ministério Público, um representante da sociedade, um representante, enfim, das comunidades, que seja um colegiado de representantes plurais para fazer a gestão desse canal comunitário. Essa experiência já existe na TV a cabo, o canal comunitário do cabo, as associações comunitárias que assumem a operação do canal comunitário do cabo devem atender às questões de várias comunidades, isso já é uma realidade, já é um modelo e muito bem feito, nós temos que fazer aqui um reconhecimento do trabalho dos canais comunitários do cabo, porque realmente o trabalho que eles fazem é impressionante. Eu tenho a oportunidade de conhecer o canal comunitário de Belo Horizonte, a estrutura, e no caso, por exemplo, de São Paulo, lá no canal comunitário de São Paulo do cabo você tem conteúdos da comunidades italiana, da comunidade da imigração japonesa, ou seja, da própria Polícia Militar, que não tem um canal, tem conteúdos voltados para instrução do cidadão dentro do canal comunitário, nós estamos querendo pegar essa experiência e trazer para dentro Canal da Cidadania, e com a diferença muito grande, as comunidades não vão ter que investir em infraestrutura, que é o mais caro.

E aí me foi feita uma pergunta pelo Senador Flávio Torres, de quanto custa isso, olha, como eu não engenheiro, eu não tenho essa noção, mas eu tenho certeza que um transmissor digital não custa menos de 1 milhão de dólares e não é só a questão do transmissor digital, nós estamos falando-se de suítes, ilha de edição, estamos falando de câmeras digitais, que hoje você não encontra mais câmera que não seja em alta definição, fazer televisão é muito, mas muito diferente de fazer rádio, muito diferente, até por isso tem uma questão de financiamento. Quem é que vai financiar essa infraestrutura? As comunidades vão ter condições de financiar essa infraestrutura? Sem poder fazer publicidade comercial, porque não é um modelo comercial, isso aqui é modelo público, essa conta talvez não feche, pelo menos por enquanto, até porque nós não temos esse espaço do espectro, por isso que com a multiprogramação foi garantido, a União investe na infraestrutura e as comunidades, elas têm que se preocupar com aquilo que elas têm que fazer melhor, que é o conteúdo, e esse conteúdo gerido pela própria comunidade é levado a essa operação de rede, o operador de rede simplesmente pega aquele conteúdo e bota no ar, não há nenhuma censura prévia, nenhum tipo de análise em relação a esse conteúdo, se houver algum abuso, a própria comunidade vai poder recorrer à União para que seja aberto um processo em relação aquele tipo de irregularidade que tenha sido eventualmente naquele Canal da Cidadania, que por enquanto, no primeiro passo do projeto vai chegar às localidades com mais de 100 mil habitantes, mas a nossa expectativa é de que chegue a todo o Brasil, levando o Canal da Cidadania, inclusive entre outros o próprio canal da TV Senado.

O Senador Casagrande também me perguntou, fez uma pergunta sobre a questão da importância da rádio comunitária. O Ministério das Comunicações reconhece a importância do serviço de radiodifusão comunitária. Tanto é verdade que a gestão do Ministro Hélio Costa foi a que mais outorgou rádios comunitárias, a rádio comunitária só tornou maioria no Brasil depois da gestão do Ministro Hélio Costa, que também é a gestão que mais outorgou comerciais advindas dos processos licitatórios de 2002, então para você ver que nós estamos observando o princípio da complementaridade. A questão toda diz respeito a espectro, espectro é um bem escasso, finito, limitado, público, gerido pela ANATEL, e quando você não tem espaço, ele tem que ser feito de forma eficiente. Eu tenho certeza que a instituição do modelo de público de comunicação através de um operador de rede que você tem a participação dos Três Poderes, coisa inédita no mundo, e eu acho que sirva de exemplo para outros países, é o modelo correto.

Em relação à questão do sotaque, não foi por outra razão que o governo investiu numa TV pública de verdade, que é a TV Brasil; a TV Brasil, que ainda é uma TV muito nova, ela já está mostrando a sua cara, ela é uma televisão que tem sotaque, por exemplo, durante a cobertura do carnaval, em que as grandes redes tendem a cobrir o carnaval de Salvador, o carnaval do Rio de Janeiro, a TV Brasil foi cobrir o carnaval de São Luiz do Maranhão, foi cobrir o carnaval do interior de Minas Gerais, lá da nossa Ouro Preto, da nossa Tiradentes, ou seja, a TV pública que tem participação inclusive de representantes da sociedade, é que é responsável por fazer com que tenha o sotaque. Mas eu acho que a gente tem que fazer aqui um reconhecimento do grande serviço que é prestado pelo serviço de radiodifusão privada. Se o Brasil fala português do Oiapoque ao Chuí, enfim, o que num país do tamanho continental é uma coisa louvável, muito se deve à radiodifusão, muito se deve radiodifusão privada e muito se deve tanto sonora quanto de sons e imagens, e eu acho que esse reconhecimentos é um serviço universal, é um serviço que leva informação, é um serviço bem aceito pela nossa comunidade, o brasileiro gosta

de televisão, se identifica, então eu acho que a gente também tem que fazer esse reconhecimento louvável que o serviço de radiodifusão presta para o país.

Em relação... eu acho que com isso eu respondi a pergunta também do Senador Flávio Torres, e finalmente eu faço então a resposta do pergunta do Senador Wellington Salgado, representante do meu Estado de Minas Gerais, com muito orgulho. Em relação à questão da TV educativa, a questão da TV educativa, de radiodifusão educativa tem uma característica interessante. A lei não fala de rádio educativa, eu já falei isso em outras oportunidades aqui. Por que é que a lei não fala de rádio educativa, só fala de TV? Porque a rádio no Brasil começou educativa, a primeira norma de radiodifusão brasileira que foi do então Presidente Getúlio Vargas, dizia que a finalidade da radiodifusão, e naquela época não tinha TV então só podia ser rádio, era finalidade do interesse nacional e da educação. Em 1967 o Decreto Lei 236/67 aí já existia televisão, o Brasil foi o quarto país do mundo a ter uma rede de televisão, aqui foi em 1950, que começou com a PR3 que depois virou Tupi, a televisão passou a ter a característica de educativa. O Decreto Lei 236/67 no seu art. 23 diz que o conteúdo das televisões educativas devem ser para transmissão de aulas, palestras, conferências e debates. É claro que com muita criatividade, é o caso, por exemplo, da Fundação Padre Anchieta que em 1967 mesmo foi instituída já no âmbito dessa lei como uma televisão educativa vinculado ao Governo de São Paulo, mas outras televisões que têm conteúdo educativo, como é o caso, por exemplo, do Canal Futura que tem um conteúdo com uma parceria de várias entidades privadas, você consegue fazer conteúdos que sejam atraentes e de qualidade educativo e é isso que se busca, infelizmente nós temos desvirtuamento do processo, é por isso que a gestão do Ministro Hélio Costa, educativa só saem para universidades públicas, em primeiro lugar, ou para fundações que tenham vínculo com universidades públicas e estamos utilizando o instituto das educativos para levar as assembleias legislativas que têm as TVs Assembleias nos seus estados também para o aberto, várias TVs Assembleias, inclusive Minas Gerais, Piauí, já tiveram o seu sinal aberto usando o instituto da TV educativa. Existe um problema realmente de fiscalização que não é culpa do ANATEL e nem culpa do Ministério, vem em razão infelizmente de um processo de desmantelamento, eu acho que nós temos que reconhecer mais uma vez que a comunicação é estratégica para o país e ela tem que ser prioridade, ela tem que ser tratada com mais prioridade do ponto de vista orçamentário, para que a gente possa efetivamente fazer uma fiscalização em um serviço tão importante. O FISTEL é um fundo que destinado justamente a essa situação, mas os valores que são encaminhados, repassados, enfim, com todo o processo de contingenciamento, nós temos realmente uma dificuldade de fazer a fiscalização que nós gostaríamos. O dinheiro é recolhido e tem suas destinações orçamentárias, mas eu acho que seria... é o caso até do próprio Congresso Nacional que tem papel importante na elaboração orçamentária, buscar mecanismos para que efetivamente esses recursos possam chegar à fiscalização que é interesse nacional. Em relação à questão das educativas, é preciso dizer que de 67 para cá evolui a questão, eles não podem fazer propaganda comercial, mas muitos outros instrumentos foram encontrados, como apoios culturais, publicidade institucional que é a caso que a EBC permite, a lei da EBC traz esse conceito, que eu entendo que pode apenas para educativas vinculadas ao Poder Público, apenas, como é o caso da Fundação Padre Anchieta, mas comercialização de produtos e serviços não, não pode. Apenas--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas por que é que cria essa diferença, essa dicotomia publico e privado quando uma coisa é uma coisa só, se você vai fazer uma lei, tem que vale era para os dois, para o público e privado.

SR. MARCELO BECHARA: Porque o escopo dos serviço é diferente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por que o público pode captar e o privado exercendo com o objetivo da mesma função que está em legislação, não pode captar?

SR. MARCELO BECHARA: Ele pode captar, ele não pode fazer essa capitação através da comercialização de produtos e bens e serviços, a capitação tem que vir de outras formas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nem público.

SR. MARCELO BECHARA: O público pode através, você... As fundações podem ser através de doações, existem apoios culturais. No caso educativo, não é permitido patrocínio, mas muitos têm usado recurso da publicidade institucional, que eu acredito que é possível desde que sejam educativos vinculado ao Poder Público, como é o caso da Fundação Padre Anchieta, da TV Minas, da própria EBC, não para fundações privadas, que tem que buscar outros mecanismos de se manter, até porque elas não pagaram pela licitação, no caso de outorga de radiodifusão educativa há dispensa de licitação, diferentemente da privada, que têm um processo licitatório que paga pelo maior preço.

Finalmente, para não me alongar mais, mas eu acho que eu consegui responder a todos, o Senador Flexa Ribeiro me fez uma pergunta sobre a questão

do 100 mil habitantes, eu já respondi. Em relação à questão do orçamento da União. Eu não tenho esses números precisos, mas a expectativa de cada um desses entes tivesse que disponibilizar entre 15 e 20 milhões por ano para manter a operação, desenvolver e manter a sua operação da rede pública, então cada um dos entes, então, por exemplo, o Senado deveria reservar á TV Senado de 15 a 20 milhões por ano para que essa operação de rede chegue. Então ao invés de nós estarmos pagando diretamente para nós, estarmos montando a operação, nós estamos terceirizando isso através de uma parceria-público privada, que está em fase de começar um chamamento público e nesse caso eu queria aproveitar a oportunidade que nós estamos na TV Senado para que as empresas nacionais, os investidores brasileiros possam acreditar no projeto que os investidores estrangeiros estão acreditando. Então seria muito bom que nós tivéssemos empresários brasileiros que quisessem prestar o serviço de operação de rede para comunicação brasileira. Seria muito importante, eu acho que seria um grande benefício para o próprio país. Como dar acesso? Eu acho que o acesso no caso do Canal da Cidadania tem que ser discutido e tem que ser feito pela própria comunidade, nós não podemos tratar o acesso ex-ante, temos que tratar do acesso ex-post, o que é que significa isso? Damos a liberdade para a comunidade, para que ela saiba o que é melhor para ela do que ela transmitir na televisão. Se houver algum abuso, esse abuso vai ser apontado pela própria comunidade por outras pessoas, aí então existe a lei, existem as normas para fazer apuração dessas devidas infrações, com 100 mil habitantes a gente chega especificamente a 72% da população brasileira e a gente acredita que nos próximos dois anos nós vamos estar fazendo o que a gente chama de um verdadeira revolução de comunicação pública sem concorrer com as privadas, porque é isso que a Constituição ensina, princípio da complementaridade, tem que ser complementar, a busca pela audiência da televisão pública segue uma outra lógica, eu acho que esse espaço da radiodifusão publica vai colocar o Brasil além de ser líder no processo de radiodifusão privada, também ser líder no processo de radiodifusão publica.

Eu agradeço muito, mais uma vez em nome do Ministério das Comunicações, a oportunidade de estar aqui, falando com os senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só queria comunicar que ao estar com o Ministro Hélio Costa eu vou elogiá-lo, porque realmente ele demonstra dominar o conteúdo, está muito bem colocado e representa muito bem o Ministério aqui nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Wellington. E agradeço ao Dr. Bechara. Os questionamentos do Senador Wellington sobre os recursos do FISTEL, isso a gente costuma chamar aqui no Congresso Nacional de fogo amigo, ele quer colocar V. Exa. numa dificuldade de resposta, uma saia justa, porque V. Exa. vai ter que, como teve de concordar, que lamentavelmente o governo do Presidente Lula utiliza esses recursos incorretamente para fazer superávit primário, ao invés de colocar esses recursos à disposição da ANATEL para o que é cobrado do usuário. O usuário paga quando utiliza os serviços de comunicações, para ter a condição da fiscalização e lamentavelmente esses recursos são em 90% do seu valor contigenciado, esse é um assunto, Dr. Bechara, que nós estamos estudando aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, estamos aprofundando e vamos propor um projeto para alterar. Se não há necessidade de que essas taxas sejam nos valores que estão sendo cobradas, porque a ANATEL não necessita desses recursos, que elas sejam reduzidas, não há porque estar onerando o usuário brasileiro. Então... Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, nós estamos num momento que aprovamos as olimpíadas eu levanto a bola para V. Exa. e V. Exa. corta em cima de mim?

[risos]

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): O Senador Flexa está chateado porque o Presidente Bill Clinton nunca disse que o Fernando Henrique Cardoso era o cara, aí ele se chateia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos dar sequência às respostas com o nosso segundo convidado Dr. Ara Minass'ian.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Eu agradeço os Srs. Senadores pelas pergunta formuladas e eu gostaria de inicialmente, para evitar qualquer mal entendido, ressaltar um dispositivo da Lei Geral de Telecomunicações. A ANATEL é responsável pela manutenção e elaboração e manutenção dos planos básicos e serviços de radiodifusão, rádio e TV. A ANATEL é responsável pela fiscalização técnica, conteúdo, a ANATEL fiscaliza sob demanda do Ministério das Comunicações. Então se falou muito aqui em termos de fiscalização, e essa fiscalização nós realizamos sob demanda e o que a equipe de ponta colhe, as informações colhidas são remetidas ao Ministério das Comunicações para que ela defina quais são os próximos passos, porque a ANATEL não área de radiodifusão não pode extrapolar as sua atribuições.

Feito esse esclarecimento, um segundo ponto que merece uma colocação, e não... eu diria que uma dificuldade, não gostaria que os Srs. Senadores entendessem dessa forma, mas eu queria ressaltar que por exemplo, na rádio e na TV analógica quando existe uma interferência, essa interferência às vezes o som some e volta daqui a pouco, na TV eu posso ter, por exemplo, um sinal tremido e isso aqui é uma interferência, eu posso ter uma mudança de cor momentânea, isso é uma interferência; quando eu vou na TV digital se todos os parâmetros, não importa se é uma rádio comercial, uma rádio comunitária, uma TV comunitária, uma TV da cidadania, não importa, mas nós vamos ser extremamente rigorosos, por quê? Não é que a ANATEL não é rigorosa, porque na televisão digital qualquer interferência vai redundar numa tela preta na casa do cidadão, então nesse momento não é apenas um imagem tremida, portanto, os projetos vão ter que ser... Não importa se baixa potência, ou não baixa potência, porque na TV não existe essa condição. Então eles vão ter que ser rigorosamente analisados e respeitados os locais de instalação, porque hoje se os Srs. Senadores acompanharem todos os atos que nós temos emitido, vocês vão verificar o seguinte, toda vez que eu tenho uma restrição e isso as emissoras comerciais e educativas sabem disso, que nós fazemos reunião com eles, eu no plano indico a posição correta onde a antena terá que ser instalada, se ela for instalada 10 m fora daquela posição, porque nós vamos até segundos, imediatamente isso vai repercutir numa interferência e vai significar uma tela preta na casa do cidadão. Então isso é muito importante. E agora recentemente esta Casa em maio aprovou uma outra lei que... efeito da radiação eletromagnética. Então lá está dito o que todas as emissoras que estão instaladas num espaço de 500 m eles vão ter que compartilhar os recursos, isso quer dizer o seguinte, se amanhã ou depois eu instalar uma TV comunitária, vamos supor perto, talvez vai levar ele a se instalar numa mesma torre de uma emissora comercial, então tudo isso vão ter que ser levado em consideração, então não é mais algo simples que alguém vai chegar e vai dizer "isso aqui é que nem rádio comunitária, vou instalar", não é isto, então ele vai ser analisado como se fosse um emissora comercial com as mesmas características.

Terceiro ponto que foi mencionado aqui, que eu chamaria atenção, me consta das considerações finais, se esta Casa entender que TV comunitária é diferente de TV cidadania, eu só chamo atenção dizendo o seguinte: Que hoje no plano, eu estou garantindo além da duplicação dos canais que levam para 13 mil canais no plano, eu estou garantindo mais oito canais em todos os municípios, eu só posso pensar em liberar mais um canal de TV, não importa o nome que for, somente um ano antes de terminar o prazo, porque o Ministério soltou a portaria que regulamenta o decreto e isso é muito importante para vocês, e não vai prejudicar a TV comunitária em hipótese alguma, mas é bom que esta Casa saiba o seguinte, o prazo é junho de 2013, então nós vamos terminar toda a revisitação do plano e a inclusão de todos os canais necessários até junho de 2012, um ano antes de todos os prazos dados. Então esse dado que o Paulo apresentou, falou que hoje é 8%, 8% porém eu cubro todas as capitais, claro estou pegando a cidade de maior porte, porque é assim que as emissoras estão trabalhando, eles precisam ganhar fôlego e eles têm que começar digitalização pelas áreas de maior atratividade, senão o processo não funciona porque eles estão arcando com todas as despesas, portanto eu só vou ter condições de liberar algo para quem quer que seja, somente após, na melhor das hipóteses, após janeiro de 2012 e isso não vai prejudicar, porque o dia que sair uma outorga, quem ser que seja, vocês têm 18 meses para instalar, portanto eu não prejudico ninguém, mas eu quero ressaltar esta Casa que no Projeto de Lei, não importa da forma como avançar, a sua execução começa a partir de junho de 2012, antes disso impossível, senão eu vou prejudicar alguém e depois nós vamos responder por essa ação, talvez eu digo indevida, porque alguém vai ficar sem canal e depois nós vamos ter que explicar por que é que nós não cumprimos aquilo que foi estabelecido em decreto.

Então eram essas considerações e eu acho que eu respondi... a questão da fiscalização do Senador Casagrande eu respondi, eu acho que a ponderação também no Senador Lobão Filho, sim, Senador Wellington falou sobre a pirataria, mas nós explicamos como funciona. E eu acho que eu não tenho mais nenhuma colocação. Era isso, Senador Flexa Ribeiro e também Senador Lobão Filho, eu agradeço em nome da Agência Nacional de Telecomunicações a oportunidade que nos foi cada para estarmos aqui, pelo menos colocarmos de uma forma bem transparente as variáveis que esta Casa terá que levar em consideração ao analisar esse Projeto de Lei. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Ara e passo ao próximos convidado, Dr. José Luiz Nascimento Soter para que possa fazer as sua considerações.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Obrigado, senador. Pessoal, na verdade não me foi feita nenhuma pergunta direta, mas eu acho que nós podemos sair do campo das suposições e de acordo com a nossa experiência na implantação da Lei 9.612 a gente fazer alguns comentários sobre os comentá-

rios que foram feitos a respeito da nossa exposição aqui na Mesa. Na verdade, nós temos mais de 30 mil localidades no Brasil que estariam dentro do perfil para você reivindicar e requer em canal de rádio comunitária. Então nós temos 3.600 autorizadas, então só para vocês verem qual é a potencialidade ainda do movimento das comunidades serem atendidas por esse serviço que foi criado. Na verdade nós não temos 14 mil outorgas e nem são também 14 mil piratas, porque eu acho que esse termo já está em desuso, já mudou o conceito, já tem autorização, licença, que estão funcionando sem autorização, não são piratas, porque tem endereço.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pirata mesmo.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Não são piratas, nós temos pirataria no meio comercial. Como que é a pirataria no meio comercial?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não estou falando que você tem pirata na Associação não, estou falando que existem piratas.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Mas esse termo já está em desuso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E algumas piratas que estão usando o seu termo de comunitárias, as piratas é que usam o seu termo, falando que é comunitário sem ser, comunitária é a sua associação.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: É porque as comunitárias têm identidade e gostam de se apresentar e ter essa identidade, as comerciais que pirateiam, quando pegam outorga para um município adjacente a um grande município e monta o seu transmissor e o seu escritório lá no centro comercial do grande município, ninguém fica sabendo e ninguém divulga. Então há uma possibilidade lá. Existe isso...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou do seu lado. Você está defendendo as piratas?

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Não, não estou defendendo pirata, eu estou falando sobre o termo pirata, a gente já não usa mais. Então nós usamos mais... utiliza-se...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. José Luiz, o Senador Wellington Salgado está se referindo-se aquelas rádios que estão no ar indevidamente.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Pois é, mas o termo pirata nós utilizamos porque a gente praticava realmente a pirataria, que era uma atividade política, você ocupava uma frequência--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pirataria uma atividade política, agora está metendo a gente na confusão.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Na época da ditadura--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sou político e sou pirata--

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Na época da ditadura, a única forma de você fazer chegar às comunidades versões que não eram censuradas, sem a censura, era justamente de você usar frequência que tinha para poder passar essas... Por isso surgiu o termo pirata, naquela época ainda da ditadura. Mas depois acabou, com a democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. é protegido pela constituição para não dar declaração que possa comprometê-lo. Então não precisa dizer o que foi feito no passado, vamos falar da legalidade.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Nós temos plena consciência dos direitos e das consequências dos nossos atos que nós temos praticado nesses 11 anos de Lei 9.612.

Então nós temos aí um potencial muito grande para atingir essas 30 mil localidades. Nós temos mais de 20 mil rádios emissoras que estão atuando sem essas autorizações. E tem várias coisas, por exemplo, a questão da limitação dos 4 km, ela não tem nada que diga dos 4 km e não tem nada que também que fale da questão da multiplicação de canais, de concessões de outorga de rádios comunitárias em uma mesma localidade. A única coisa que a lei diz é o seguinte, se tiver mais de uma entidade interessada, há que se fazer a consenso; tem que chamar o segmento e sentar e falar "olha, nós temos essa emissora, essa concessão para essa localidade, se tem mais, vamos juntar e vamos reunir todo mundo em uma apenas associação". Essa é que está na lei. Se não consegue o consenso, se não consegue unir os segmentos para poder garantir que todos estejam naquela emissora, aí vai para o sorteio, e aí ao invés de fazer isso, hoje a prática é de "não, vamos pipocar 4 em 4 km e vamos acabar com o serviço de radiodifusão comunitária". A gente acha até que pode ter sido uma estratégia.

Mas o que acontece? O que nós temos, o que nós defendemos, na verdade, é uma lei geral de radiodifusão que venha complementar as artigos da Constituição Federal, nós somos radiodifusão, porque coloca comunitária nós não temos, nós não temos direito de fazer a transmissão do jogo de futebol porque não pode usar o link, não pode usar o equipamento complementar da radiodifusão que é permitido para a radiodifusão comum. A radiodifusão comunitária não

pode. Então nós queremos uma lei de radiodifusão que complemente, que regulamente a Constituição Brasileira, principalmente o art. 233 que fala da complementaridade, e lá fala da complementaridade por que e fala explicitamente pelo processo de concessões. Hoje nós temos acumulado a própria fala dos representantes do próprio governo colocam, como é que concentrado essas questões, é uma dificuldade da abrir um espaço para a sociedade porque já está tudo na mão do sistema, de um sistema e na Constituição Federal fala do sistema complementar que é a complementaridade entre os três sistemas, nós queremos que seja complementar e para ser complementar tem que crescer espaço. Como é que eu vou complementar alguma coisa que é já é totalmente de propriedade privada? Então nós temos que dividir isso aí, discutir essa democratização dessas concessões. Isso aí eu acho que é uma premissa para democratizar os meios de comunicação.

A questão levantada pelo Senador Lobão Filho, sobre a questão da migração para digital que os meios comerciais vão arcar com os custos e por isso dá o direito a eles de ficarem com o canal, como se tivesse uma transferência, em vez de pagar fazer a licitação usa isso aí para ficar com o canal digital. Agora, para as rádios comunitárias e para TV comunitária será que vai ser a mesma coisa, por quê? Porque, na rádio comunitária, ao invés de abrir espaço, [ininteligível] o que fizeram foi expulsar as rádios comunitárias para fora do dial, nós temos o dial analógico nosso é de 88 a 108 e nós tínhamos o 104.9, algumas que estavam entre 88, foi de 88 a 108 e aí o que aconteceu? Surgiu uma decisão também burocrática e política dentro do próprio sistema, de migrar, de tirar todos os canais de rádio comunitária e colocar abaixo de 88, botou tudo para fora porque reserva de mercado de 88 a 108 para o sistema privado. Então é um tratamento não isonômico entre o sistema de radiodifusão.

Em relação aqui à questão das redes, hoje a Constituição fala que nós temos as redes, as concessionárias, só podem deter cinco canais. Como é que você vai chegar em 5.600 municípios como chega as redes nacionais que são apenas cinco redes? As detentoras desses duzentos e tantos canais são cinco redes, seis redes, que são as detentoras de todos esses canais que estão colocados ali, 260, não, mas nós só temos 265, mas na mão de seis grupos. Então acontece, há uma concentração nas redes, inclusive descumprindo o dispositivo constitucional, porque aí no caso para fazer essa rede nacional, ela teria que ser uma rede nacional respeitando essa regionalidade e não concentrando tudo no Rio de Janeiro e São Paulo. Por isso que a gente defende inclusive que essas redes deveriam ter em cada região ter as suas centrais de produção, onde cada uma vai ter produção e o conteúdo para poder estar veiculando o retrato brasileiro nas suas redes, e defendemos inclusive para a rede publica e que está sendo criada agora, e como está na gênese ainda eu acho que é possível você pegar e criar um sistema diferenciado do que já foi criado erroneamente pela falsa... ou pela própria política da integração nacional, como foi o que orientou a criação das redes nos anos passados.

Então o que é que nós achamos? Existe uma dicotomia inclusive, porque no Ministério das Comunicações, sempre que nós fomos discutir as comunicações no Ministério das Comunicações, e nós temos aqui tanto a ANATEL tanto representante do Ministério, o Ministério tem uma posição muito clara sobre a gestão dos meios, é completamente voltada para os meios, e quando você chega na questão das fiscalização de conteúdo, chega na questão de da produção de conteúdo o Ministério não tem nenhuma formulação porque a vocação do Ministério é representar os meios de comunicação. Quem é que discute conteúdo no Brasil? É o Ministério da Cultura. Por que aqui na Casa nós não podemos pensar uma forma de vocês estruturar essa questão--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um pequeno aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington, V. Exa. vai me permitir, eu vou pedir ao Dr. José Luiz que encaminhe para o...

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Estamos chegando ao final.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu só fico preocupado, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque V. Sa. está fazendo uma novo palestra e nós temos ainda um convidado para responder os questionamentos que foram feitos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas uma coisa, se tiver errado, José Luiz, nós temos um Projeto de Lei na Câmara que está sendo discutido onde se fala em conteúdo. É o PL 29, se não me engano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E aqui nós temos também.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Existem outros.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Espera aí, mas você acabou de falar para todo Brasil, via TV Senado, que aqui nessa

Comissão, na Comissão de Comunicação e no Ministério das Comunicações não se discute conteúdo.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Não, não foi isso, eu falei que nós temos no estado a parte do Ministério das Comunicações, representado pelo Ministério das Comunicações e pela ANATEL, quando você vai discutir com essas duas instâncias do estado, você discute e aprofunda, quando você fala sobre os meios, por quê? Porque eles têm uma posição direta--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pergunte aqui ao Marcelo quantas vezes o Ministro veio aqui discutir conteúdo. Está errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A questão do conteúdo, inclusive a regionalização do [ininteligível]

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Que está parado aqui alguns anos, desde a... A questão da regionalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está em discussão.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Bom, isso é bom e tomara que avance nessa discussão. Em relação à questão do serviço nós reafirmamos aqui que são serviços distintos, o Canal da Cidadania é uma coisa, a televisão comunitária é outra completamente diferente, até porque o Canal da Cidadania como foi colocado aqui, ele vai atender os municípios acima de 100 mil habitantes, o que mostra a sua vocação megalopólica. Então as megalópoles têm acesso, a concentração. Na verdade isso aí representa o que de território nacional? Isso aí vale para outras coisas. Por exemplo, segundo o Senador Flávio Torres, a questão das [ininteligível] que foi um 'boom'--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Conclua Dr. José Luiz por favor.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Nós tivemos isso por quê? Porque nós nos apropriamos tecnologicamente da FM. Agora a TV comunitária, ela tem uma certa restrição, porque ela não é de apropriação tecnológica imediata. Então ela vai com certeza suprir uma lacuna, mas ela não vai ter esse boom que teve a radiodifusão comunitária. Até porque um custo da TV digital deve ser equivalente ao da radiodifusão comunitária, da radiodifusão comunitária com 25 watts em 30 m de antena, como está colocado hoje na legislação, fica entre 10 mil e 15 mil reais para você digitalizar uma rádio comunitária. A limitação que tem não é pelo custo, mas sim pelo alcance, porque essa digitalização só funciona com 8 km, a partir de 8 km ela volta a ser analógica, como ela é atualmente. Então ela solucionaria o problema dos grandes centros dentro de um raio de 8 km, a digitalização da rádio comunitária. Então a TV comunitária, como na rádio comunitária há uma diferença muito grande entre o que é da comunitária para a comercial, na TV comunitária também deve-se manter essa proporção do custo de implantação, mas mesmo assim ela não vai ser tão acessível quanto a radiodifusão comunitária. O bolo de anunciantes é fixo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu peço a V. Sa. que conclua porque nós já extrapolamos o tempo e ainda o Dr. Paulo Machado de Carvalho precisa responder.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, eu queria fazer uma colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Só para convencimento, não diria nem convencimento, mas para conhecimento dos presentes, dos nossos convidados, eu vou antecipar a intenção minha no meu substitutivo em relação à TV comunitária, eu entendo e estou aberto à sugestões, encaminhamento de sugestões e opiniões, eu entendo que eu devo abrir, eu devo criar sim a TV comunitária com 1/4 da portadora, ou seja, cada comunitária vai ter uma subportadora de um canal digital, e que esta quatro emissoras comunitárias poderão compartilhar a estrutura, o que hoje não é permitido para a TV comercial, poderão compartilhar a estrutura predial, de antena e de transmissor para que possa ser viabilizado financeiramente para estas quatro emissoras comunitárias e vou limitar no alcance dessa TV comunitária. Por exemplo, num grande bairro de São Paulo você vai poder ter quatro emissoras comunitárias compartilhando a mesma torre, o mesmo transmissor e atendendo aqueles, comunitariamente aquela amplitude de raio. Então essa é a minha intenção, estou só antecipando, para que vocês possam depois encaminhar sugestões e tal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para concluir, Dr. José Luiz.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Para concluir, sobre o Senador Wellington Salgado, o bolo é fixo, mas é para o sistema comercial, não vai alterar, a televisão comunitária e a rádio comunitária é complementar. O que é o complementar nesse caso? Ela é inclusiva, quem vai participar? Quem participa de um anúncio de uma rádio comunitária na localidade já é aquele que não tem espaço no grande meio, porque não tem condições financeiras para poder pagar isso. Então não inclui, então o bolo não mexe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. José Luiz, o senhor chega aqui na Casa onde se faz leis e diz ao seguinte--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É desrespeitar a lei.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Nós defendemos que seja permitido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vir na casa de Deus pregar a obra do diabo.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Nós viemos aqui é para defender que haja--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aqui nós fazemos a lei e o senhor não pode falar aqui que não. A lei é essa, mas nós estamos fazendo por fora. Não tem condição.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Não, não é isso. Eu defendi a regulamentação pela complementaridade do serviço.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O senhor falou que tem o bolo, mas quem anuncia... Olha só, as suas palavras, mas quem anuncia na comunitária...

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Eu usei o tempo do verbo, está errado. Mas a ideia é essa. É para você incluir essas comunidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para concluir, Sr. José Luiz.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Então nós queremos uma regulamentação, só para terminar, senador, eu gostaria que fosse isonômico também na questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas fui mais do que isonômico.

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Eu me preparei para 15 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fui mais do que isonômico.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTER: Então é isso aí, pessoal. Há dificuldades para você pegar e colocar a partilha desse grande monopólio que é o meio de comunicação no país. É uma dificuldade muito grande. Essa dificuldade, é lógico, ela pode ser transposta através de a gente buscar alguns consensos que observem não só os grandes centros, mas observe também a necessidade de você estar valorizando as manifestações da identidade brasileira, onde essa manifestação se dá. Então há necessidade disso. Nós temos que ter como norte a democratização dos meios, do acesso aos meios como forma de estar contribuindo para a construção da cidadania do brasileiro, a diversidade leva ao respeito à pluralidade, ela leva ao respeito às diferenças, e isso faz com que o país se e essa aqui é uma Casa democrática e com certeza nós estamos conversando sobre isso no lugar certo, para ver se nós conseguirmos a partir daí nós estabelecendo relações mais isonômicas entre os setores interessados na democratização da comunicação no país. Obrigado pelo convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Sa., Dr. José Luiz, e como sugestão tudo isso que V. Sa. comentou aí é necessário que seja feito um Projeto de Lei para que possa autorizar aquilo que hoje não é permitido. Não vamos discutir aqui em hipóteses diferentemente do que a legislação permite. É uma reivindicação que é feita pela ABRAÇO e é uma reivindicação que esta casa democrática ouve e tem que ter um processo legislativo. Então tem que ter encaminhado essas alterações, inclusive para serem discutidas no Congresso Nacional e avaliadas pelos senadores e deputados e atendido ou não.

Com a palavra o Sr. Paulo Machado de Carvalho, o último convidado para expor as suas respostas.

SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO: Senador Flexa Ribeiro, Senador Lobão Filho, Srs. Senadores, meus companheiros de mesa. Eu aqui, com muita honra e orgulho, represento a ABERT, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, livres, abertas e de recepção gratuita. Eu vou me permitir, senhores, retroceder um pouquinho na história para lhes dizer o seguinte: eu venho de uma família que há 68 anos milita na radiodifusão brasileira. Eu tenho 47 anos de radiodifusão, a radiodifusão no Brasil nasceu na mão da iniciativa privada e até hoje assim permanece. Nós somos empresários de iniciativa privada que com recursos próprios implantaram a radiodifusão neste país. Agradeço as palavras aqui proferidas pelo Dr. Marcelo Bechara, quando falou a respeito do trabalho feito pela radiodifusão brasileira. Quero lhes dizer mais, senhores, comunitários somos nós, que há 68 anos trabalhamos para este país, há 68 anos prestamos serviços a este país, levando em informação ao interior. Qual é a emissora de rádio que até hoje deixou de atender a uma carta de um ouvinte a uma solicitação de uma cadeira de rodas, a uma solicitação de um implemento de saúde, de um implemento agrícola? Então sempre fizemos trabalho comunitário. Jamais na história da radiodifusão brasileira, o rádio e a televisão deixou de cumprir com seu papel. Razão pela qual, senhoras e senhores, eu não concordo com a colocação de rádio comunitária, quem sabe rádio de baixa potência o norte-americano as denominam *low power*, então é um segmento bastante diferente porque, repito, comunitário somos nós, jamais deixamos de sê-lo.

Então, dentro disto, o que é importante nós entendermos é o seguinte: a iniciativa privada brasileira, composta por profissionais brasileiros, gerida por brasileiros, eu não concordo em que haja nenhuma situação monopolista nesse processo, todas as empresas são independentes e existe, sim, uma unidade de retransmissão de segmentos de programação, bem lembrou o Senador Wellington Salgado a respeito do PL 29, que tramita nessa Casa e eu pertencia ao Conselho de Comunicação Social desta Casa por quatro anos consecutivos e lá discutíamos e muito, e vou lhes dizer mais, só não chegamos a um acordo no PL 29 naquela ocasião, exclusivamente por uma absoluta intransigência de um parlamentar, só. E está inclusive nos anais do Conselho de Comunicação. Então quero lhes dizer o seguinte, nós continuamos e continuaremos defendendo os interesses objetivos do nosso setor. Repito, somos empresas livres de recepção gratuita e fundamentalmente mantidas pela iniciada privada, são os recursos individuais de cada um de nós que possibilita e que possibilitará a implementação da TV digital. Nós não temos nenhum meio de sobrevivência a não ser o mercado publicitário. Muito bem lembrou o Senador Wellington Salgado quando disse que o mercado não crescerá com a digitalização ou não, os clientes não pagarão a mais por terem ou não a sua imagem digitalizada, esses custos serão custos que nós estamos absolvendo para prestar um serviço ao público e à comunidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Paulo. E antes de encerrar a nossa audiência pública eu gostaria de fazer, passar ao Dr. Bechara um questionamento que chegou aqui à Mesa, que a pergunta é a seguinte, Dr. Bechara: a atual plataforma ou protocolo da Internet suportaria o que o senhor tanto afirma? Gostaria que V. Exa. pudesse responder.

SR. MARCELO BECHARA: Pelo que eu entendi da pergunta você está se referindo à operação de redes, ou seja, operação de rede utilizando o protocolo IP, tecnicamente é possível, existe o instituto do IPTV, que é a transmissão de imagens em... Até inclusive em alta definição através do protocolo IP, que é o protocolo de comunicação da rede de Internet, para tanto é preciso ter uma infraestrutura de banda larga eficiente que permita isso. Aí já é uma questão dos custos que isso vai levar para conseguir fazer, nós não estamos preocupados qual é a forma tecnológica, a gente quer que o sinal chegue aos municípios onde vão ser atendidos, nós não estamos trabalhando com direcionamento tecnológico, muito antes pelo contrário, a neutralidade tecnológica é o que baseia, até porque hoje a tecnologia que serve para uma coisa hoje amanhã pode ser diferente. Então tecnicamente o protocolo IP poderia plenamente atender, desde que efetivamente tivesse banda para carregar todos esses serviços que nós estamos querendo propor, inclusive a interatividade, que eu acho que é a essência da Internet. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Bechara e agradeço aos nossos convidados, por terem atendido a solicitação de virem até aqui discutir nesta manhã, nesta sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia, a questão da TV comunitária.

Não havendo mais nenhum senador que queira fazer qualquer questionamento, dou por encerrada esta sessão de hoje.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 39ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 14 de outubro de 2009.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Antonio Carlos Junior, Demóstenes Torres, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Flávio Arns, João Ribeiro, Marco Maciel, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 02**: **Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Arolde de Oliveira, que "Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com

fones de ouvido, com ajuste de volume).” O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 03: Aviso nº 53, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.900/2008, proferido nos autos do processo nº TC 027.077/2006-4, que trata de representação acerca de irregularidades identificadas em atos emanados pelo Ministério das Comunicações, no âmbito da Concorrência nº 13/1998, que tem por objeto a outorga de permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para diversas localidades no Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria, uma vez dada ciência do assunto à Câmara dos Deputados é aprovado. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Cleveland FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 343, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística Campo do Tenente para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo do Tenente, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 442, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Verdes Lagos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Jorge D’Oeste, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 465, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Irienópolis, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 513, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Plus Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 705, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento de Roberto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 172, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Esportivo, Social e Cultural - ADESC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timon, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 173, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Folclórica Bumba-Meu-Boi Estrela de Bequimão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bequimão, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 174, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à SIMACO - Sistema Maranhense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer pelo sobrestamento da matéria é aprovado. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 175, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à ACOMJGEB - Associação Comunitária da Juventude de Governador Eugênio Barros - MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Eugênio Barros, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 178, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Esportiva Casa do Fazendeiro para executar serviço de ra-

diodifusão comunitária na cidade de Balsas, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 416, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária e Alternativa Santaclarense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Clara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 421, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Consolata FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 424, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Turuçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turuçu, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 449, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Calhandra AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 450, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Amigos do Pinhal FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Pinhal, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 451, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Três Cachoeiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 453, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Alternativa de Tucunduva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 454, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Tanajura de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 615, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Betel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 619, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Guerreiros do Sol Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Beberibe, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 307, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sinai de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis**. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 314, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Idéias e Ações dos Nativos de Rio de Contas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio de Contas, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 316, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Maria Amélia Moura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Felipe, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos

favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 317, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Habitacional e Urbanismo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luz, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 340, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Terra Mãe - ACTMÃE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 369, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rural dos Moradores de Canudos, Areias, Malhada de Areia, e Riachão do Pintor, Município de Riachão das Neves/ Bahia - ARMOCAMP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão das Neves, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 625, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Porto Real do Colégio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 631, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão "Hamilton de Barros Lins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 650, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pedreira para o Desenvolvimento de Monte Horebe - Paraíba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Horebe, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 333, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 334, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vera Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 341, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 540, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Prefeitura Municipal de São Vicente para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 544, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Viçosa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 553, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Leopoldinense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 565, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Edu-

ardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 647, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Catingueira, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 751, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Manoel Régis da Silva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terezinha, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº. 774, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Tabirense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Tabira, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº. 366, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Comunidade do Bairro Santa Terezinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canas, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº. 457, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº. 512, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Mega Canal de Catanduva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº. 557, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Radioclube de Queimados para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimados, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº. 728, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Fluminense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº. 233, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pitimbu, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº. 684, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa do São Francisco - PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº. 238, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aurilândia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº. 350, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Astral Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Portelândia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº. 354, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à TV e Rádio Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapaci, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº. 691, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Serviços de In-

formação Comunitária de Itirapuã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itirapuã, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº. 690, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº. 709, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio a Juventude e ao Esporte de Santa Terezinha do Tocantins (AAJEST) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº. 472, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à ACAP - Associação Comunitária dos Amigos de Pará de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº. 533, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Ouro Fino Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº. 558, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Chico Mendes Associação Cultural Comunitária de Ipatinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº. 518, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Porto Murtinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº. 521, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº. 158, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Piranguçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranguçu, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº. 159, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº. 702, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Ceará Mirim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº. 580, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Sítio Olho D'água para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Calçado, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Renato Casagrande, Presidente Eventual, para relatar o **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº. 593, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Bom Jesus do Tocantins - Pará - ACCBJT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do

Tocantins, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projeto e requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº. 06, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Carlos Eduardo Cadoca, que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer favorável com as emendas nºs 01 a 28-CCT é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº. 42, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite ao Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações (MiniCom) e Presidente da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Confecom, para comparecer perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT do Senado Federal, dia 21 de outubro de 2009, para em Audiência Pública, prestar informações acerca da organização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM)." O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº. 36, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres, que "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 36 de 2009-CCT, destinada a celebrar o 'Dia mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento' com a finalidade de incluir no rol de convidados, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, Senhora Beatriz Macedo." O aditamento ao requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria: **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº. 35, de 2009.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e treze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – **Senador Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no dia 14 de outubro de 2009, às 09 horas e 43 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 14 de outubro de 2009.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no diário do Senado Federal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Surgiu uma dúvida sobre uma relatoria de um projeto que está em pauta hoje da minha relatoria, eu pediria à V. Exa., se a comissão autorizar que retirasse de pauta para uma melhor discussão do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desde que V. Exa. possa esclarecer qual o item.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Item 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 2.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na página 50, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do relator, Senador Wellington Salgado, o Item 2 será retirado de pauta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dando prosseguimento a essa reunião, passemos aos itens da pauta de hoje. O Item 1, relatoria do Senador João Ribeiro, Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2009 terminativo na CMA. Obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a

venda de meia-entrada por esse veículo. O Senador João Ribeiro ainda não se encontra, vamos aguardá-lo para que ele possa fazer a leitura do seu parecer.

O Item 2 foi retirado de pauta por solicitação do relator, Senador Wellington Salgado.

Item 3, Aviso nº 53 de 2008. Encaminho ao Senado Federal, cópia do acórdão nº 1.900/2008, proferido nos autos do Processo nº TC 027 077/2006-4, que trata de representação acerca de irregularidades identificadas em atos emanados pelo Ministério das Comunicações no âmbito da Concorrência nº 13/1998, que tem por objeto a outorga de permissões para exploração de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, para diversas localidades no Estado de Minas Gerais. Autoria, Tribunal de Contas da União. Relatoria, Senador Eduardo Azeredo. Parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria, uma vez dada ciência do assunto à Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo. Senador Eduardo Azeredo com a palavra para relatar o Item 3.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bem, Sr. Presidente, é porque a matéria hoje está ampla aqui, estava procurando. Mas está, o parecer é pelo arquivamento, dada a ciência a todos os Srs. Parlamentares sobre esta questão do processo do Tribunal de Contas que trata de representação acerca de irregularidades identificadas em atos do Ministério das Comunicações, que tinha por objeto a outorga de permissões e participação de serviço de radiodifusão sonora em diversas localidades de Minas Gerais. O Tribunal de Contas fez toda a análise e conclui exatamente pela proposta de arquivamento.

Eu quero só ressaltar aqui que uma vez promulgado o Decreto Legislativo se o projeto perdeu validade e foi arquivado, tendo como derradeiros passos processuais a remessa de outorga à Câmara dos Deputados e seu arquivamento. O desarquivamento, entretanto serve para acolher a documentação recebida é para dar conhecimento dos fatos a esta comissão.

Diante do exposto recomendamos o conhecimento da matéria e seu subsequente arquivamento. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o parecer do Senador Eduardo Azeredo ao Aviso nº 53 de 2008. Não havendo senadores que queiram discuti-lo, em votação. Aprovado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, só para um melhor esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já foi votado, mas só para melhor esclarecer, foi uma questão referente a uma rádio de frequência modulada em Unaí, que houve realmente um questionamento sobre o processo licitatório, mas foi adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. os esclarecimentos. Vamos aos itens terminativos. Havendo *quorum* qualificado, passemos aos itens terminativos.

Item 9, relator Senador Renato Casagrande. Projeto de Decreto Legislativo nº 705, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento de Roberto para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo. Parecer favorável. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, matéria está perfeitamente em sintonia com as exigências, regimentais, constitucionais e legais, o parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Itens 23 e 24. Estou dando preferência aos itens da pauta em que os relatores se encontram presentes.

Itens 23 e 24, relatoria do Senador Flávio Torres. Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº. 615, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Betel para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Russas, Estado do Ceará.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº. 619, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão a Guerreiros do Sol Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Beribere, Estado do Ceará.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Beberibe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Beberibe, não é Berebere, desculpem, Beberibe.

Com a palavra o Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Os depois processos, Sr. Presidente, um para a cidade de Russas e outro para a cidade de Beberibe, no Estado de Ceará, eles não apresentam nenhum reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. E o nosso voto é pela aprovação dos dois processos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Flávio Torres, pedindo desculpas, aos habitantes da cidade de Beberibe, não é?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Beberibe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 33. Relatoria do Senador Roberto Cavalcanti. Projeto de Decreto Legislativo nº. 650, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pedreira para o desenvolvimento de Monte Horebe, Paraíba, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Monte Horebe, Estado da Paraíba. Senador Roberto Cavalcanti, relator.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se de uma concessão de uma rádio comunitária e o nosso relatório é favorável, no tocante as todos os aspectos técnicos, burocráticos. Então, o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Eduardo Azeredo.

Item 37, Projeto de Decreto Legislativo nº 540, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Prefeitura Municipal de São Vicente para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Paulo Vicente, Estado de São Paulo.

Item 38, Projeto de Decreto Legislativo nº. 544, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Viçosa para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Item 39, Projeto de Decreto Legislativo nº. 553, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Leopoldinense para o desenvolvimento artístico e cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

Item 40, Projeto de Decreto Legislativo nº. 565, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, a primeira trata-se da Prefeitura Municipal de São Vicente em São Paulo, serviço de FM, radiodifusão sonora em FM. Parecer favorável. O segundo é o item 38, trata-se da Associação de Radiodifusão Comunitária de Viçosa na Zona da Mata de Minas Gerais, Cidade Universitária e uma grande cidade. V. Exa. conhece Viçosa? Cidade Universitária de Minas Gerais, lá na Zona da Mata?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Uma das melhores universidades, inclusive eu tenho todas as coleções de como plantar, cultivar, criar, tudo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. tem a coleção ou não?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tenho também, [ininteligível].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Eduardo Azeredo, para informar que eu tive a honra de me formar lá na Universidade Federal de Viçosa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está vendo? O Senador Renato Casagrande então está com saudade de Viçosa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estava reclamando, senador, eu estava reclamando que o nosso Presidente, dá todas as rádios de Minas para o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É que eu conheço bem o Estado todo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Do PSDB, para o PSDB. Claro, foi Governador tem que conhecer bem, ué...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, V. Exa. sabe que a Presidência tem por todos os membros da comissão a mesma estima, a mesma consideração. V. Exa. não leu à pauta de hoje, porque se tivesse lido, V. Exa. não estaria fazendo essa reclamação. V. Exa. é o relator dos Itens 57, 58 e 59.

Conclua Senador Eduardo Azeredo, antes que o Senador Wellington Salgado queira ser candidato ao Senado por Minas Gerais.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Voto é favorável, portanto, a Associação de Radiodifusão Comunitária de Viçosa.

O Item 39 trata-se da Associação Comunitária de Radiodifusão Leopoldinense e para o Desenvolvimento Artístico e Cultural na Cidade de Leopoldina, também na Zona da Mata Mineira. O voto também é favorável de acordo com toda a documentação que foi entregue ao Ministério de Comunicação.

E o Item 40, esse não é de Minas Gerais, esse é de São Paulo, mas é exatamente pela Boa Vizinhança de Minas com São Paulo, trata-se do Sistema de Radiodifusão de Sertãozinho. É uma radiodifusão em frequência modulada na Cidade de Bebedouro, São Paulo. Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Item 41. Relatoria do Senador Cícero Lucena. Projeto de Decreto Legislativo nº. 647, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Catingueira, Estado da Paraíba.

Com a palavra Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu vou direto ao voto, tendo em vista atender todos os parâmetros e a importância desse serviço de radiodifusão no Vale do Piancó, na Cidade de Catingueira, que tem como Prefeito Edivan, e sem dúvida irá ajudar a fazer veículo de comunicação.

Então, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Cícero Lucena.

Iitens 42 e 43, relatoria do Senador Marco Maciel. Item 42, Projeto de Decreto Legislativo nº. 751, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Manoel Régis da Silva, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Terezinha, Estado de Pernambuco.

Item 43, Projeto de Decreto Legislativo nº. 774, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Tabirense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade Tabira, Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, o meu parecer é no sentido de que o ato que aprova a outorga autorização à Associação Comunitária Manoel Régis da Silva, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Terezinha, Estado de Pernambuco.

Eu gostaria de observar que o processo se encontra corretamente instruído e, portanto, não há nada que impeça sua aprovação. E também com relação ao Item 43, que trata do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Tabirense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade Tabira, Estado de Pernambuco. O processo se encontra devidamente instruído e consequentemente nada temos a opor à sua aprovação, pelo contrário eu recomendo a aprovação da referida proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Marco Maciel.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria ver se V. Exa., tendo em vista que no dia 08 foi o dia consagrado como Dia Nacional de Combate aos Cartéis, que foi agora e está sendo tudo sempre comemorado nesse mês, eu queria ver se V. Exa. poderia incluir, extrapauta, o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Se V. Exa. puder colocar, é fruto de várias discussões e acordos entre o CADE e as agências, chegaram a um denominador comum depois de muito tempo, se V. Exa. puder colocar extrapauta eu agradecia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, consulto a solicitação do nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira para incluirmos extrapauta o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o CADE.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a solicitação, aprovada. Vamos colocá-lo ao final dos terminativos.

Sei, Senador Wellington Salgado, do esforço que V. Exa. fez ao proferir o seu parecer na conciliação entre a ANATEL e o próprio CADE para que tivéssemos um parecer que atendesse às necessidades de reestruturação para dinamizar o importante trabalho que o CADE faz de combate aos cartéis e também o fortalecimento da ANATEL como agência reguladora do sistema de telefones.

Dando sequência à pauta, vamos às relatorias do Senador Marcelo Crivella. Item 44, Projeto de Decreto Legislativo nº. 366, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Comunidade do Bairro Santa Terezinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Canas, Estado de São Paulo.

Item 45, Projeto de Decreto Legislativo nº. 457, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.

Item 46, Projeto de Decreto Legislativo nº. 512, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Mega Canal de Catanduva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo.

Item 47, Projeto de Decreto Legislativo nº. 557, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Radioclube de Queimados para executar serviço

de radiodifusão comunitária na Cidade de Queimados, Estado do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella para emitir os seus pareceres.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, da nobre Comissão de Ciência e Tecnologia... Meu Deus do céu, esse telefone que não para de tocar.

Sr. Presidente, vamos começar então pela rádio comunitária da Cidade de Canas, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 366, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à comunidade do bairro Santa Terezinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canas, Estado de São Paulo, na forma do Projeto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados. Então, Sr. Presidente, essa é a primeira.

A segunda, Sr. Presidente, é a cidade de Taquaritinga, no Estado de São Paulo, Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde. Então, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 557 não tem violação da legislação e não há reparos quanto aos mesmos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnicas legislativa, nós opinamos, Sr. Presidente, pela aprovação da outorga, autorização ao Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde, para então executar o serviço de radiodifusão comunitária.

O terceiro processo, Sr. Presidente, também da Cidade de São Paulo, ele trata do Mega Canal de Catanduva, também, Sr. Presidente, não há nenhuma violação à legislação pertinente e também quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, de tal maneira que nós opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Mega Canal de Catanduva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Adélia, então essa aqui é uma rádio FM, não é comunitária, é uma rádio FM comercial que opera lá na linda Cidade de Catanduva, na progressista Cidade de Catanduva.

O Item 47, Sr. Presidente, ele já diz respeito ao meu Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Queimados, nossa gente sofrida e valente do último município da Baixada Fluminense. E nós estamos então tratando aqui, Sr. Presidente, do serviço de radiodifusão comunitária do Radioclube de Queimados. Também Sr. Presidente, não há reparo, não violou a legislação e nem há reparo quanto a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Eu tenho muita honra e muito prazer de opinar pela autorização à Radioclube de Queimados, é uma rádio comunitária.

E a última, Sr. Presidente, também no Estado do Rio de Janeiro, na Cidade de Niterói, na terra de Arariboia, grande herói português que ajudou a expulsão dos franceses em 1555. Arariboia, Sr. Presidente, era um índio valente, ele à noite nadou pelas águas da Baía de Guanabara e ascendeu uma tocha no paiol dos franceses, destruindo a moral de ***Villegaignon*** e seus comandados. Estácio de Sá e Mendes Sá não tiveram dificuldades para vencer e expulsar os franceses que estavam ali há dez anos. Em gratidão, o Rei de Portugal deu então a Arariboia, terra do Senador Wellington Salgado, o título de português, cidadania portuguesa e também ele foi sesmeiro, ele ganhou toda aquela terra de Niterói. E é lá, Sr. Presidente que a Empresa Fluminense de Comunicação, ela tem uma rádio FM, uma das FMs mais ouvidas e prestigiadas. Não há Sr. Presidente, nenhuma violação à legislação que disciplina a matéria e também não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. De tal maneira que eu tenho o prazer e a honra de opinar pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos Itens 57, 58, 59, relatoria do Senador Wellington Salgado.

Item 57, Projeto de Decreto Legislativo nº. 472, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à ACAP, Associação Comunitária dos Amigos de Pará de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Item 58, Projeto de Decreto Legislativo nº. 533, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Ouro Fino Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.

Item 59, Projeto de Decreto Legislativo nº. 558, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização a Chico Mendes Associação Cultural Comunitária de Ipatinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou resumir mas lembrando que a Cidade de Ipatinga é a cidade do nosso querido amigo, Deputado Leonardo Quin-

tão, que foi candidato à prefeito em Belo Horizonte e quase que deu aquela virada. Deu a virada, mas o Aécio, de vosso Partido conseguiu dar a desvirada, lá com o acordo com o PT, PSDB, PT elegeu alguém do PSDB, juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Juntos? Com o PT?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o PT. Juntos. Inclusive o PT não botou candidato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas em Belo Horizonte também fizeram...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foi esse que eu estou falando, derrotaram o meu candidato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está certo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Leonardo Quintão, que nasceu na Cidade de Ipatinga. Então eu vou ser bem resumido, Sr. Presidente, só deixei aqui a minha manifestação por esse episódio que aconteceu, viramos a eleição e depois o Aécio junto com outro conseguiu desvirar, que é a coisa mais difícil eleição que V. Exa. conhece bem. Tendo em vista que o exame da documentação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A liderança do Governador Aécio Neves é reconhecida não só em Minas, mas como nacionalmente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É a genética dele é toda peemedebista, V. Exa. sabe muito bem disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas ele é tucano.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não. O bico é uma fantasia de carnaval que ele esqueceu de tirar.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos contra o aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnicas legislativa, opinamos pela aprovação dos três projetos, Sr. Presidente. É esse o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Salgado.

Itens, 25, 26, 27, 28, 29, 30, relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior. Item 25, Projeto de Decreto Legislativo Nº. 307, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sinai de Radiodifusão, para o Desenvolvimento Cultural e Artístico, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Vitória da Conquista, Estado Da Bahia.

Item 26, Projeto de Decreto Legislativo Nº. 314, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ideias e Ações dos Nativos de Rio de Contas, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Rio de Contas, Estado da Bahia.

Item 27, Projeto de Decreto Legislativo Nº. 316, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização À Associação Beneficente Maria Amélia Moura, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Felipe, Estado Da Bahia.

Item 28, Projeto de Decreto Legislativo Nº. 317, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Habitacional e Urbanismo, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Luz, Estado da Bahia.

Item 29, Projeto de Decreto Legislativo Nº. 340, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Terra Mãe, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia.

Item 30, Projeto de Decreto Legislativo Nº. 369, de 2009. Terminativo Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rural dos Moradores de Canudos, Areias, Malhada de Areia, e Riachão do Pintor, Município de Riachão Das Neves/Bahia, Armocamp, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Riachão das Neves, Estado da Bahia.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres relativos a autorização para executar de radiodifusão comunitária para as associações comunitárias das cidades de Vitória da Conquista, Rio de Contas, São Felipe, Santa Luz, Riachão das Neves e com destaques de sempre à Cidade de Santa Cruz Cabrália, que é onde o Brasil foi descoberto, é outra rádio comunitária da região.

Então os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior.

Vamos aos itens de relatoria do Senador Flávio Arns, que está presidindo a Comissão de Educação, pediria ao Senador Renato Casagrande que pudesse fazer a leitura dos pareceres.

Item 4, Projeto de Decreto Legislativo nº. 335, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Cleveland FM Ltda., para explorar serviço de radio-

difusão sonora em frequência modulada na Cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.

Item 5, Projeto de Decreto Legislativo nº. 343, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística Campo do Tenente, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

Item 6, Projeto de Decreto Legislativo nº. 442, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Verdes Lagos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Jorge D'oeste, Estado do Paraná.

Item 7, Projeto de Decreto Legislativo nº. 465, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Irienópolis, Estado de Santa Catarina.

Item 8, Projeto de Decreto Legislativo nº. 513, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Plus Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, como relator *ad hoc*.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro o Item 4, Sr. Presidente, a permissão a Cleveland FM Ltda., serviço de radiodifusão modulada na Cidade de Clevelândia, Estado do Paraná. Certamente é um estado é uma cidade com presença Americana muito forte e o parecer Sr. Presidente, é favorável, o parecer do Senador Flávio Arns é favorável, atendeu todas as exigências.

E o Item nº 5, radiodifusão na Cidade de Campo do Tenente, também Estado do Paraná, estado do Senador Flávio Arns. Também o projeto atendeu a todas as exigências e é radiodifusão comunitária também e o parecer é favorável.

O Item nº 6, radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Jorge D'Oeste e o parecer que nós estamos aqui apresentando, o parecer do Senador Flávio Arns é um parecer favorável.

O Item nº 7 já é uma rádio no Estado de Santa Catarina para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, também o projeto atendeu a todas as exigências e o parecer do Senador Flávio Arns é um parecer favorável.

E o outro projeto que o Senador relata, também do Estado de Santa Catarina é radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina. Também o parecer é favorável, Sr. Presidente, e são esses projetos ou ainda o Item 9, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Item 9.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Item 9 já relatei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. já relatou.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

\Vamos aos Itens 10 a 14, relatoria do Senador Lobão Filho, nosso vice-Presidente. Eu pediria ao Senador Wellington Salgado que pudesse fazer a leitura dos pareceres, como relator *ad hoc*.

Item 10, Projeto de Decreto Legislativo nº. 172, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Esportivo, Social e Cultural, ADESC, para Executar Serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Timon, Estado do Maranhão.

Item 11, Projeto de Decreto Legislativo nº. 173, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Folclórica Bumba-Meu-Boi Estrela de Bequimão, para Executar Serviço de Radiodifusão Comunitária Na Cidade de Bequimão, Estado do Maranhão.

Item 12, Projeto de Decreto Legislativo nº. 174, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à SIMACO, Sistema Maranhense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão.

Item 13, Projeto de Decreto Legislativo nº. 175, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à ACOMJGEB, Associação Comunitária da Juventude de Governador Eugênio Barros, Maranhão, para Executar Serviço de Radiodifusão Comunitária Na Cidade de Governador Eugênio Barros, Estado do Maranhão.

Item 14, Projeto de Decreto Legislativo nº. 178, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Esportiva Casa do Fazendeiro, Para Executar Serviço de Radiodifusão Comunitária Na Cidade de Balsas, Estado do Maranhão.

Com a Palavra o Senador Wellington Salgado como relator *ad hoc*.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria dizer que a minha reclamação foi válida, eu tinha poucas relatorias, V. Exa. me premiou com uma série de relatorias, eu acho que hoje eu vou bater o recorde aqui.

De qualquer maneira, são todas relatorias do meu querido amigo Senador Lobão Filho que representa o Estado do Maranhão nessa Casa e, tendo em vista que o exame da documentação que acompanhou todos os PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnicas legislativas, opino acompanhando o Senador Lobão Filho em todos os projetos, pela aprovação desses atos que outorgam essas rádios.

É esse o voto do Senador Lobão Filho, a quem acompanho como senador *ad hoc*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Salgado.

Vamos aos Itens de nº. 15 ao nº 22, relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Item 15, Projeto de Decreto Legislativo nº. 416, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária e Alternativa Santaclarense para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Clara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 16, Projeto de Decreto Legislativo nº. 421, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Consolata FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 17, Projeto de Decreto Legislativo nº. 424, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Turuçu, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Turuçu, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 18, Projeto de Decreto Legislativo nº. 449, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Calhandra AM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 19, Projeto de Decreto Legislativo nº. 450, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Amigos do Pinhal FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Balneário Pinhal, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 20, Projeto de Decreto Legislativo nº. 451, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Três Cachoeiras, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 21, Projeto de Decreto Legislativo nº. 453, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Alternativa de Tucunduva, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 22, Projeto de Decreto Legislativo nº. 454, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Tanajura de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul. Está correta da denominação da rádio comunitária.

Com a palavra Senador Sérgio Zambiasi como relator.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Os pareceres dos Itens, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 21 e 22, conforme já lidos pelo Presidente Flexa Ribeiro são todos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi. Peço ao Senador Flávio Torres que possa fazer a leitura dos pareceres dos Itens 31 e 32 e relatoria do Senador Fernando Collor.

Item 31, Projeto de Decreto Legislativo nº. 625, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Porto Real do Colégio, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas.

Item 32, Projeto de Decreto Legislativo nº. 631, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Hamilton de Barros Lins, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

Com a palavra o Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, os projetos das cidades de Porto Real do Colégio e da Cidade de Matriz de Camaragibe do Estado de Alagoas, ambos os projetos satisfazem às condições de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, portanto o parecer do relator é pela aprovação e eu subscrevo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Vamos aos Itens, 34, 35, 36 de relatoria do Senador Gilberto Goellner. Peço ao Senador Marco Maciel que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 34, Projeto de Decreto Legislativo nº. 333, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso.

Item 35, Projeto de Decreto Legislativo nº. 334, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vera Ltda., para explorar serviço de radiodi-

fusão sonora em frequência modulada na Cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso.

Item 36, Projeto de Decreto Legislativo nº. 341, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, como Relator *ad hoc*.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, na condição de relator *ad hoc*, observo para conhecimento de V. Exa. e do Plenário que os Itens, 34, 35 e 36, estão devidamente instruídos e portanto, em condições de serem votados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel.

Vamos aos Itens, 49 e 50 relatoria do Senador Efraim Morais. Item 49, Projeto de Decreto Legislativo nº. 233, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Pitimbu, Estado da Paraíba.

Item 50, Projeto de Decreto Legislativo nº. 684, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão FM Cidade Livre de Lagoa do São Francisco, Piauí, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí.

Com a palavra Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, na realidade é Pitimbu mesmo, a cidade, cidade do Estado da Paraíba de belas praias, nossa querida Pitimbu.

E o voto, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto de decreto legislativo, ou melhor, o PDS nº 233, de 2009, não evidenciou, violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão a Paraíba TV FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pitimbu, Estado da Paraíba, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Repito, a Cidade é Pitimbu, mas de pessoas realmente hospitaleiras, terra da lagosta e aconselho conhecer as belas praias de Pitimbu, lá no meu estado, meu e do Senador Cícero Lucena no Estado da Paraíba. Pela aprovação o parecer, Sr. Presidente.

E o Item nº 50, é da mesma forma que nós ao fazermos a análise da documentação do que acompanha o PDS nº 684, de 2009, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização a Associação Comunitária de Radiodifusão FM, de Cidade Livre de Lagoa de São Francisco, Piauí. Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Efraim Morais.

E vamos aos Itens, 51, 52, 53, de relatoria do Senador Demóstenes Torres, competente Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Item 51, Projeto de Decreto Legislativo nº. 238, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão a 102,3 FM Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Aurilândia, Estado de Goiás.

Item 52, Projeto de Decreto Legislativo nº. 350, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Astral Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Portelândia, Estado de Goiás.

Item 53, Projeto de Decreto Legislativo nº. 354, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à TV e Rádio Cidade FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itapaci, Estado de Goiás.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pareceres favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Demóstenes Torres.

Vamos ao item...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu cometi um equívoco e queria que V. Exa. e a comissão também corrigisse, porque eu fui relator *ad hoc* dos quatro projetos do Senador Lobão Filho, no entanto no Item 12, é o ato que aprova o ato que outorga a permissão à SIMACO, Sistema Maranhense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão. O Senador Lobão Filho teria constatado que no exame dos autos que as certidões apresentadas, a saber,

certidão de quitação de tributos federais, certidão junto a Caixa Econômica Federal e certidão negativa de débito do INSS de validade, na melhor das hipóteses de seis meses, datam do ano de 2002, requerendo, portanto, atualização.

Então diante disso o voto do Senador Lobão Filho é pelo sobrestamento, até que sejam cumpridas essas exigências. E, no entanto, como eram quatro projetos, eu achei que eram todos favoráveis e ao lê-los eu vi que eu cometi um engano e queria que essa comissão corrigisse e V. Exa. também, que no Item nº 12, que o voto do Senador Lobão Filho é pelo sobrestamento até que sejam cumpridas essas exigências.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., o Senador Wellington Salgado faz uma observação com relação ao parecer do Item 12, que não é pela aprovação, é pelo sobrestamento, o parecer do Senador Lobão Filho, que teve como relator *ad hoc* o Senador Wellington Salgado. Apenas para fazer a correção na leitura do parecer, porque nós vamos discutir a todos eles e votá-los ao final da leitura dos pareceres.

Itens 54, de relatoria do Senador Gerson Camata; 55 e 56 relatoria do Senador João Ribeiro, que peço ao Senador Renato Casagrande que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 54, Projeto de Decreto Legislativo nº. 691, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itirapuã, Estado de São Paulo.

Item 55, Projeto de Decreto Legislativo nº. 690, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Carrasco Bonito, ACRADICAB, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.

Item 56, Projeto de Decreto Legislativo nº. 709, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio a Juventude e ao Esporte de Santa Terezinha do Tocantins, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Terezinha do Tocantins, Estado do Tocantins.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o Item 54, da Cidade de Itirapuã no Estado de São Paulo, o parecer do Senador Gerson Camata é favorável.

E o Item 55, do Senador João Ribeiro, da Cidade de Carrasco Bonito no Estado do Tocantins também o parecer é favorável. E o Item 56, na Cidade de Santa Terezinha no Tocantins, também o parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Renato Casagrande.

Vamos aos Itens, 60 e 61 de relatoria do Senador Delcídio Amaral. Solicito ao Senador Marcelo Crivella que possa fazer a leitura do relator *ad hoc*.

Item 60, Projeto de Decreto Legislativo nº. 518, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Porto Murtinho, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

Item 61, Projeto de Decreto Legislativo nº. 521, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Porto Murtinho, pede aqui a autorização da nossa comissão para aprovação da outorga e eu quero informar à comissão de que nos exame da documentação que acompanha esse PDS não há violação à legislação pertinente, e nem tampouco, Sr. Presidente, reparos a fazer quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Portanto, eu acho que a Comissão só pode votar favoravelmente.

E o Item 61, ressaltando aqui, Sr. Presidente, essa cidade da fronteira, cidade de Porto Murtinho, uma das cidades mais lindas do Centro-Oeste brasileiro, a nossa homenagem a toda essa população. Tendo em vista Sr. Presidente, a Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda., serviço de radiodifusão sonora, em Sete Quedas, também, Sr. Presidente, tenho o prazer de anunciar à comissão que não há violação à legislação pertinente, nem qualquer reparo nos aspectos de juridicidade, nos aspectos de técnica legislativa e de constitucionalidade.

Então, o Senador Delcídio Amaral, tenho a honra de relatar *ad hoc*, o parecer dele é favorável e eu acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marcelo Crivella.

Vamos aos Itens 62 e 63 relatoria do Senador Eliseu Resende, que solicito ao Senador Wellington Salgado que possa fazer a leitura dos pareceres.

Item 62, Projeto de Decreto Legislativo nº. 158, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Piranguçu, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Piranguçu, Estado de Minas Gerais.

Item 63, Projeto de Decreto Legislativo nº. 159, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado como relator *ad hoc*.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, para mim é uma honra muito grande de fazer relatório *ad hoc* de um relatório do Senador Eliseu Resende, esse mineiro que já foi ministro três vezes, a honra que sentar ao lado dele e sempre que possível pedir uns conselhos a ele lá no Plenário.

Agora checando para que eu não possa cometer o erro que aconteceu anteriormente, todos os dois projetos são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Wellington Salgado.

Vamos ao Item 64 de relatoria do Senador José Agripino. Solicito ao Senador Marco Maciel que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 64, Projeto de Decreto Legislativo nº. 702, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Ceará Mirim, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, o meu parecer é favorável, visto que o processo está devidamente instruído.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., Senador Marco Maciel.

Vamos ao Item 65, relatoria do Senador Sérgio Guerra. Solicito ao Senador Cícero Lucena, que faça a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 65, Projeto de Decreto Legislativo nº. 580, de 2009. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Sítio Olho D'água, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Calçado, Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena como relator *ad hoc*.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, atendendo todos as requisitos o voto é pela aprovação, portanto o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., Senador Cícero Lucena.

Passo a Presidência ao Senador Renato Casagrande para que possa fazer a leitura do parecer do Item 66.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

O Item 66 aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Bom Jesus do Tocantins, Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Pará. A relatoria é do Senador Flexa Ribeiro, a quem passo à palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande, que preside nesse momento a CCT, o parecer pela aprovação, não havendo nada que desaprove a outorga para a autorização para a Associação Comunitária e Cultural de Bom Jesus do Tocantins, Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Bom Jesus no Tocantins, no Estado do Pará, que tem como prefeito o Sidney Souza, Senador Wellington Salgado, é do PT.

E eu quero aqui mandar um abraço a esse município tão querido lá do meu estado, que teve como... Foi instalado em 1º de janeiro de 1989 e teve o nosso amigo Lúcio Antunes, pai do deputado pioneiro como o primeiro prefeito eleito do Município de Bom Jesus. O parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Flexa Ribeiro, a quem devolvo e passo a Presidência, novamente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos colocar em discussão os pareceres. Os pareceres dos Itens, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, esse pareceres favoráveis. O Item 12, pelo sobrestamento. 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, todos com pareceres favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discuti-los, em votação. Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, senhor. Eu voto com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os relatores. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com todos os relatores e presidente, parabenizo V. Exa. por essa grande limpeza de pauta, atualizadíssima.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. e lembrando que V. Exa. pediu a inclusão extrapauta do projeto do CADE, que faremos em seguida da votação.

Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Voto com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovados todos os itens com exceção do Item 12, que é pelo sobrestamento. Os demais foram aprovados por unanimidade.

Vamos ao item extrapauta, Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. O Decreto Lei nº 6. 689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, revoga dispositivos da Lei nº 8.884 de 11 de junho de 1994 e a Lei nº 9.781, de 11 de junho de 1999 e dá outras providências.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado como relator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, esse é um projeto muito importante e que V. Exa. sabe, como Presidente da nossa comissão, que levou bastante tempo para que pudesse ter um acordo entre o CADE e, no nosso caso, que é a Comissão de Ciência e Tecnologia, mas precisamente a Anatel, para que pudéssemos ter uma solução aonde a Anatel continuasse com seus poderes e ao mesmo tempo o CADE pudesse também ter o seu poder sobre as questões de combate aos cartéis.

Eu preparei um relatório aqui, uma pequena exposição que eu vou ler agora para que possamos entender esse projeto.

"Com a aprovação do Projeto de Lei nº 6, de 2009, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, estou seguro de que desfrutamos hoje da oportunidade de se instituir um marco legislativo da mais alta significância para o ambiente da defesa da concorrência país, imagino que o momento mais oportuno não há, tendo em vista que as comemorações que se levam a cabo nesse mês de outubro, precisamente no dia 08, consagrado como o Dia Nacional de Combate aos Cartéis, que diga-se de passagem, tal efeméride faz parte do calendário político nacional como balizador do anseio de se combater prática ante concorrenciais e abuso de poder de mercado.

O Projeto de Lei que faço referência, já aprovado na Câmara dos Deputados, reclama a sua aprovação nesta Casa da Federação. Com ele estrutura-se o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência constituído pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, vinculado ao Ministério da Justiça, pela Secretaria de Acompanhamento Econômico, SEAE, ligado ao Ministério da Fazenda. Contará com o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, órgão judicamente composto pelo Presidente, seis Conselheiros, pelo Superintendente Geral, pelo Departamento de Estudos Econômicos.

Objetiva a proposição legislativa criar as condições para possibilitar o aprimoramento do sistema concorrencial brasileiro, tencionando intervir em quatro fundamentos do sistema, a saber: Reorganização institucional do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência com a unificação no CADE das competências distribuídas atualmente aos órgãos CADE, SDE e SEAE; ampliação dos quadros técnicos e criação de incentivo à permanência dos melhores profissionais; instituição da análise prévia de atos de concentração, com prazos fixos e céleres para decisão final e aprimoramento e racionalização dos procedimentos administrativos, conferindo-lhes mais agilidade.

Desejo deixar registrado que os pontos abordados na proposta que ora examinamos foram objeto de intensa negociação entre o CADE e as agências reguladoras, em especial a Anatel, que faz parte da nossa Comissão, que é a Comissão de Ciência e Tecnologia. Que na proposta aprovada na Câmara dos Deputados perderia suas atribuições de instrução dos atos de concentração do setor de telecomunicações. Aponte-se que a direção do CADE se mostrou madura e aberta ao diálogo e entendeu a necessidade de manter na ANATEL essa atribuição que vem sendo desempenhada por ela desde a sua criação.

É conveniente, ainda, aplaudir as iniciativas que resultaram num amplo acordo, permitindo a elaboração do presente relatório. Neste particular, louve-se a atuação do Instituto Brasileiro de Estudos da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, IBRAC, que congrega significativa parcela dos profissionais advogados e economistas que atuam junto ao Sistema Brasileiro de Defesa Econômica.

Também quero exaltar as diversas contribuições trazidas pelos intervenientes na Audiência Pública realizadas nessa comissão, que gostaria de declinar: Dr. Antonio Augusto Brandão de Aras, Procurador Regional da República da Primeira Região, representante do Ministério Público Federal, MPF; Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações Anatel; Artur Sanchez Badin, Presidente do Conselho de Administração de Defesa Econômica, CADE; Tito Amaral de Andrade, Diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos da Concorrência e Consumo e Comércio Internacional, IBRAC; Pedro Zanota, Presidente da Comissão de Defesa e Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB São Paulo; Bernardo Figueiredo, representante do Fórum dos Dirigentes das Agências Reguladoras Federais; João Bosco Leopoldino Fonseca, Membro da Comissão Permanente de Estudo do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados de Brasil, OAB Minas Gerais; Mariana Tavares de Araújo, Secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, SDE MJ; Rutelly Marques da Silva, Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF.

Assim, Srs. e Sras. Senadoras, acredito que ao deliberarmos favoravelmente a matéria, estamos a realizar a história ao desejarmos dar concretude a um sistema brasileiro para a defesa da concorrência nos moldes do texto aprovado na Câmara dos Deputados. Tenho a ousadia de submeter aos nobres pares o meu relatório com emendas de pequeno monte, cujo único intuito é de aperfeiçoar naquilo que é ainda é possível, o conteúdo do Projeto de Lei de 2006, de 2009".

Muito obrigado é o que eu tinha a dizer e passo à leitura do relatório. Sr. Presidente, é um relatório extenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem o tempo que desejar para poder relatar o seu parecer, que é sem sombra de dúvida muito importante.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou direto às emendas propostas nesse relatório, visto que o restante acompanha o projeto da Câmara. Então essas serão as alterações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): As alterações.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Feitas aqui no Senado Federal.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 6 com as seguintes emendas, todas negociadas, Sr. Presidente, entre o CADE e as agências, primordialmente e principalmente a ANATEL.

"Dê-se a emenda do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009 a seguinte redação: Emenda nº 1 da CCT. 'Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, altera a Lei nº. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto Lei 6.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; e a Lei nº. 7.347, de 24 de julho de 1985, e a Lei nº. 9.472, de 16 de julho de 1997; revoga dispositivos da Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº. 9.781, de 11 de junho de 1999; e dá outras providências'".

Eu queria lembrar a essa comissão que esse projeto ainda vai passar na Comissão de Assuntos Econômicos e na CCJ para que possa ser discutidas as questões ligadas a legislação, a legislação citada.

"Emenda Nº 2, CCT, Suprima-se o § 6º do art. 6º do PLC nº 6, de 2009.

Emenda Nº 3, da CCT. Suprima-se o § 3º do art. 9º do PLC nº 6, de 2009.

Emenda Nº 4, da CCT. Suprima-se o § 6º do art. 9º do PLC nº 6, de 2009.

Emenda Nº 5, da CCT. Suprima-se a letra c, do inciso VI, do art. 13 do PLC nº 6, de 2009.

Emenda Nº 6, da CCT. Dê-se ao art. 16 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: 'O Procurador-Chefe será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado Federal, dentre cidadãos brasileiros com mais de trinta anos de idade, de notório conhecimento jurídico e reputação ilibada'.

Emenda Nº 7. Dê-se ao § 1º do art. 16 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: 'O Procurador-Chefe terá mandato de dois anos, permitida sua recondução para um único período.'

Emenda Nº 8, da CCT. Dê-se ao § 2º do art. 16 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: 'O Procurador-Chefe poderá participar, sem direito a voto, das reuniões do Tribunal, prestando assistência e esclarecimentos, quando requisitado pelos Conselheiros, na forma do Regimento Interno do Tribunal.'

Emenda Nº 9, da CCT. Dê-se ao § 3º do art. 16 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: '§ 3º Aplicam-se ao Procurador-Chefe as mesmas normas de impedimento aplicáveis aos Conselheiros do Tribunal, exceto quanto ao comparecimento às sessões.'

Emenda Nº 10, da CCT. Dê-se ao § 4º do art. 16 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: 'Nos casos de faltas, afastamento temporário ou impedimento do Procurador-Chefe, o Plenário indicará e o Presidente do Tribunal designará o substituto eventual dentre os integrantes da Procuradoria Federal Especializada.'

Emenda Nº 11, da CCT. Dê-se ao art. 18 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: 'O Economista-Chefe será nomeado pelo Presidente da República, dentre brasileiros de ilibada reputação e notório conhecimento econômico, por indicação do Ministro da Justiça, após aprovação do Senado Federal'.

Emenda Nº 12, da CCT. Suprima-se o inciso I, do art. 19 do PLC nº 6, de 2009.

Emenda Nº 13, da CCT. Dê-se ao inciso II, do art. 19 do PLC nº 6, de 2009. '§ 2, II opinar, quando considerar pertinente, sobre minutas de atos normativos elaborados por qualquer entidade pública ou privada submetidos à consulta pública, nos aspectos referentes à promoção da concorrência, bem como demais atos que possam de qualquer forma limitar ou prejudicar a livre concorrência e a livre iniciativa'.

Emenda Nº 14, da CCT. Dê-se ao art. 20 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: 'O Procurador-Geral da República, ouvido o Conselho Superior, designará membro do Ministério Público Federal para, nesta qualidade, oficiar nos processos sujeitos à apreciação do CADE.'

Emenda Nº 15, da CCT. Suprima-se o Parágrafo Único do art. 20 do PLC nº 6, de 2009.

Emenda Nº 16, da CCT. Dê-se ao art. 52 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: 'O cumprimento das decisões do Tribunal e de compromissos e acordos firmados nos termos desta Lei será fiscalizado pelo próprio Tribunal, que criará, por resolução interna, estrutura específica sujeita ao seu Presidente.'

Emenda Nº 17, da CCT. Suprima-se o § 1º do art. 52 do PLC nº 6, de 2009.

Emenda Nº 18, da CCT. Dê-se ao § 1º do art. 67 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: '§ 1º O Tribunal poderá, mediante provocação de um conselheiro e em decisão fundamentada, avocar o inquérito administrativo ou procedimento preparatório de inquérito administrativo arquivado pela Superintendência-Geral, ficando prevento o Conselheiro que encaminhou a provocação.'

Emenda Nº 19, da CCT. Suprima-se o § 4º do art. 85 do PLC nº 6, de 2009.

Emenda Nº 20, da CCT. Dê-se ao art. 87, caput, do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: 'Art. 87. Nos crimes contra a ordem econômica, tipificados na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos demais crimes diretamente relacionados à prática de cartel, tais como os tipificados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 93 e os tipificados no art. 288 do Código Penal, a celebração de acordo de leniência, nos termos desta Lei, determina a suspensão do curso do prazo prescricional e impede o oferecimento da denúncia com relação ao agente beneficiário da leniência. Parágrafo único. Cumprido o acordo de leniência pelo agente, extingue-se automaticamente a punibilidade dos crimes a que se refere o caput deste artigo'.

Emenda Nº 21, da CCT. Dê-se ao art. 88 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: 'Art. 88. Serão submetidos ao CADE pelas partes envolvidas na operação os atos de concentração econômica em que cumulativamente: Item I. Pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a 150 milhões de reais.'

Emenda Nº 22, da CCT. Dê-se ao art. 98 do PLC nº 6, de 2009, a seguinte redação: 'O oferecimento de embargos ou o ajuizamento de qualquer outra ação que vise a desconstituição do título executivo não suspenderá a execução, se não for depositado, em dinheiro, em Juízo o valor da multa aplicada ou prestada caução, a ser fixada pelo Juízo, que garanta o cumprimento da decisão final proferida nos autos.'

Emenda Nº 23, da CCT. Suprima-se o § 3º do art. 98 do PLC nº 6, de 2009.

Emenda Nº 24, da CCT. Suprima-se o § 1º do art. 122 do PLC nº 6, de 2009.

Emenda Nº 25, da CCT. Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2009, o seguinte art. 122-A, renumerando-se os demais: 'As disposições desta Lei aplicam-se subsidiariamente à legislação específica e às respectivas leis de criação das agências reguladoras'. Isso é importantíssimo, Sr. Presidente.

Emenda Nº 26, da CCT. Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 6, de 2009, o seguinte art. 122-B, renumerando-se os demais: 'Art. 122-B: O inciso XIX do art. 19 da Lei 9.472, de 16 de julho de 97, passa a ter a seguinte redação: Art. 19. 'Exercer, relativamente às telecomunicações, as competências legais em maté-

ria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica'.

Emenda Nº 27, da CCT. Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2009, o seguinte art. 122-C, renumerando-se os demais. Art. 122-C. O § 2º do Art. 7º da Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a ter a seguinte redação: 'Art. 7º, § 2º. Os atos de que trata o parágrafo anterior serão submetidos à apreciação do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, por meio do órgão regulador.'

E finalmente a Emenda Nº 28, da CCT. Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2009, o seguinte art. 122-D, renumerando-se os demais: 'Art. 122-D. A ANATEL editará, em 90 dias a contar da publicação desta lei, normativo disciplinando o tempo e modo da análise de que trata o art. 7º, § seguinte da Lei 9.472 de 16 de julho de 1997'.

Sr. Presidente, como foi visto, são 28 Emendas, fruto de uns três meses de negociação, V. Exa. acompanhou, sabe das pressões que nós sofremos tanto de um lado quanto de outro e no entanto chegamos a uma solução que foi ao agrado de todos. Queria agradecer à V. Exa. pela paciência que teve como Presidente, porque por ser uma legislação muito importante, V. Exa. conduziu primorosamente, inclusive prestigiando esse relator.

Então é esse o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, eu quero aqui primeiro, antes de colocar em discussão o parecer de V. Exa., fazer um reconhecimento público pelo trabalho que V. Exa. teve ao se debruçar sobre esse importante projeto de reestruturação do CADE, e como V. Exa. bem já informou, ao longo de vários meses ter conseguido fazer o entendimento, o consenso entre o projeto que estava em tramitação e a ANATEL.

Eu quero registrar aqui, com uma alegria muito grande, a presença do Dr. Artur Badin, Presidente do CADE que honra esta comissão vindo até aqui participar da sessão de aprovação pela CCT da nova reestruturação do CADE. E sei, é importante que todo o Brasil tenha conhecimento, do esforço que teve V. Exa. Senador Wellington Salgado, como eu disse, em pacificar aqueles artigos em que no entendimento da ANATEL, haveria uma superposição de ações entre as duas agências.

Eu, como defensor que sou da importância do trabalho das agências reguladoras para que possam fazer exatamente a fiscalização, a regulação desses serviços prestados em benefício da sociedade, prestados pelo setor privado em benefício da sociedade, sei da preocupação que o Embaixador Sardenberg como Presidente da ANATEL tinha, mas que V. Exa. ao final com essas 28 emendas, o que demonstra o esforço e o trabalho desempenhado ao longo desse tempo, traz o parecer à discussão. Quero parabenizá-lo pelo trabalho, parabenizar o Dr. Artur Badin, Embaixador Sardenberg para que possamos agora dar continuidade ao processo legislativo de aprovação da lei que reestrutura o CADE.

Em discussão o parecer do Senador Wellington Salgado. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Aprovado.

Peço as V. Exas.--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria agradecer à V. Exa., mais uma vez, é um documento importante que vai fazer parte da história, o nosso Líder de Governo, o Senador Romero Jucá já vai apresentar esse mesmo documento da Comissão de Constituição e Justiça e também na CAE, onde ele é o relator, e sabendo que esse documento é fruto, essa legislação é fruto de um trabalho como V. Exa. bem colocou, de acordos, de um ideal de trabalho do Sr. Badin que aqui está presente, talvez da nova geração que se apresenta no Poder Público, muito bem intencionado, muitas vezes até deixando de dar atenção à sua família para trabalhar pelo Governo, mas é assim que a nossa vida pública funciona, V. Exa. também sabe muito bem e o senador aqui presente também.

Então eu queria agradecer mais uma vez de V. Exa. ter depositado na minha pessoa a confiança num projeto tão importante durante todo esse tempo, sabendo que nós iríamos chegar a um acordo entre as agencias e o CADE. E isso foi muito importante porque se V. Exa. não tivesse confiança na minha relatoria e também na condução do processo, nós não teríamos chegado a esse documento. Muito obrigado à V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Wellington Salgado. E o trabalho que V. Exa. fez na CCT vai propiciar, Dr. Artur Badin, que se possa acelerar o processo legislativo, porque esse processo ainda vai à Comissão de Infraestrutura, à Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Fiscalização e Controle e à Comissão de Constituição e Justiça. Mas com o parecer já objeto de acordo, então como V. Exa. bem já antecipou, o relator na CCJ e CAE que será o Senador Romero

Jucá vai usar o mesmo parecer de V. Exa., o que facilitará o encaminhamento e poderemos em breve tempo, questão só de prazos de emendas em cada comissão aprová-los para que ele volte ao Plenário e possa então ter a sequência regimental.

Eu peço às V. Exas. para que possa incluir extrapauta um requerimento e um aditamento a um outro requerimento. Todos os dois de minha autoria. O requerimento que eu peço e submeto à apreciação para inclusão extrapauta tem o seguinte texto:

"Requeiro nos termos constitucionais e regimentais seja formulado convite ao Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações e Presidente da Comissão Organizadora Nacional da 1ª CONFECOM, para comparecer perante esta Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática do Senado Federal dia 21 de outubro de 2009 para uma audiência pública, para em audiência pública prestar informações acerca da organização da Primeira Conferência Nacional de Comunicação, CONFECOM".

Esse é o primeiro requerimento e peço inclusão extrapauta. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Eu, como autor do requerimento, quero só em defesa do mesmo, dizer a V. Exas. Srs. Senadores, que na próxima quarta-feira nós teremos aqui numa Audiência Pública aprovada anteriormente, de autoria do requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande, a presença da Sra. Tereza Cruvinel, Jornalista Presidente da EBC, ela virá até aqui para trazer aos senadores membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, o trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Comunicações que ela tão bem preside, ao longo desse primeiro ano de sua implantação. Essa numa primeira parte da sessão do próximo dia 21, quarta-feira.

Na segunda parte, eu quero se aprovado por V. Exas., ter a presença do Sr. Marcelo Bechara, que é o Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações. Todos nós temos conhecimento que se realizará em dezembro próximo a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, a CONFECOM. E as reuniões têm acontecido, o regimento já foi aprovado pela comissão da 1ª CONFECOM os temas em discussão estão sendo discutidos lá nesse grupo de organização, o Senado Federal é representando pela Comissão de Ciência e Tecnologia, pelos Senadores Antonio Carlos Júnior, Wellington Salgado, Lobão Filho e por mim e os nossos consultores, Dra. Ana Luiza e o Dr. Igor nos assessoram nessas reuniões e têm participado de todas elas.

Como essa é uma importante conferência, é a primeira que vai se realizar numa área que é uma área também de importância para a sociedade brasileira, que é a área de comunicação, então faço o convite através desse requerimento ao Dr. Marcelo Bechara, que ele como presidente dessa comissão organizadora, possa vir até aqui e fazer um relato do que já foi discutido e aprovado e em que ponto se encontra essas ações preparatórias da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Nós faremos uma primeira parte com a Dra. Tereza Cruvinel e uma segunda parte então com o Dr. Marcelo Bechara.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Aprovado.

O outro requerimento que faço é um aditamento, aditamento nº 1 ao Requerimento de nº 36, de 2009, de CCT, que peço também a inclusão extrapauta. Nesse requerimento de aditamento, eu solicito como autor, *"requeiro aditamento ao Requerimento nº 36, de 2009, CCT, destinado a celebrar o Dia Mundial da Ciência Paz e Pelo Desenvolvimento, com a finalidade de incluir no rol de convidados o Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Cientifica da UNESCO, Sra. Beatriz Macedo"*.

Em discussão a inclusão extrapauta. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão.

Como autor do requerimento, nós queremos aqui lembrar novamente a importante reunião que teremos no Plenário do Senado Constituição Federal no dia 12 de novembro com a participação de seis comissões permanentes do Senado Federal: a Comissão de Ciência e Tecnologia, a Comissão de Educação, a Comissão de Infraestrutura, a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Agricultura. Essas seis comissões reunidas em conjunto no Plenário do Senado Federal no dia 12 de novembro, nós estaremos celebrando nesse dia uma sessão especial, o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Pelo Desenvolvimento. E quero com esse aditamento acrescentar o convite ao Sr. Ministro da Ciência de Estado da Ciência e Tecnologia e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO.

Em discussão. Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, duas coisas, primeiro eu queria que o senhor me permitisse que eu assinados também, porque o Sérgio Rezende é um colega meu da física, em que nós trabalhamos juntos durante muito tempo eu queria fazer também meu, se o senhor permitir o meu convite ao ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É uma honra para mim, Senador Flávio Torres que V. Exa. seja subscritor junto comigo do convite ao Ministro Sérgio Rezende para que ele esteja aqui conosco em 12 de novembro próximo.

Não havendo mais quem queira discuti-lo. Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Eu queria que o senhor aprovasse, eu queria falar depois, antes do senhor encerrar a sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não havendo mais quem queira discuti-lo, em votação. Aprovado.

Pela ordem Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Muito rapidamente, Sr. Presidente. Eu cheguei aqui mais cedo, o senhor estava viajando e eu não quero ser insolente e não quero mudar regras do Senado, eu que aqui vou ficar pouco tempo. Mas me incomoda profundamente desde que aqui cheguei, não só aqui nessa comissão como na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, esse bolo de papel. A palavra mais na moda que tem hoje na Casa é sustentabilidade, meio ambiente, temos aí uma conferência pela frente na Dinamarca, e eu percebo que esse monte de papel, ninguém abre, eu queria pedir que o senhor encontrasse, mesmo que não tenha aqui o computador, as pessoas só lêem os pareceres que elas fazem. Se a gente tivesse um livro desse à disposição na secretaria, qualquer senador poderia durante a semana, você recebe a pauta. Se nós só recebêssemos só essa pauta aqui, para mim seria o suficiente, porque quem se interessar por algum projeto, por algum parecer, poderia vir à secretaria e examinar ou pedir uma cópia, telefonar, "manda uma cópia para mim". Porque a gente vê esse papel branquinho não reciclado, que a gente imprimiu, que a gente gastou, que a gente vai jogar fora. Isso me incomoda, eu queria fazer um pedido humildemente à V. Exa., que V. Exa. estudasse uma maneira administrativa mesmo antes da informatização, que a gente consiga trabalhar prestando esse papel e dando um exemplo à sociedade brasileira de praticar a auto sustentabilidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Torres, V. Exa. tem toda razão. Eu tenho conversado bastante com a nossa Secretaria, Dra. Egler, que a forma de se diminuir ou se retirar esse consumo desnecessário que eu diria em termos, porque é regimental a distribuição dos pareceres. E ainda na gestão da Presidência do Senador Wellington Salgado, ele tomou uma providência importante que é já de encaminhar via e-mail a todos os Membros da Comissão esses pareceres todos que são aqui distribuídos.

Então os senadores já têm, por e-mail, o conhecimento da pauta da comissão. Eu já, como disse, consultei aqui a Secretaria e vou ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, para que nós possamos informatizar as comissões de tal forma que cada Senador possa ter o seu notebook e com isso possa acessar o parecer que quiser no momento da sessão da comissão, não havendo necessidade, como V. Exa. bem coloca aqui de fazer a impressão e a distribuição desses exemplares da pauta, que é extensa, como é extensa aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, na CAE, todas elas têm o mesmo rito de processualística.

Mas V. Exa. tem toda a razão, eu tive a informação também, eu não conversei ainda com o Presidente José Sarney, mas eu tive uma informação de que essa reestruturação das comissões já está em discussão na Mesa Diretora do Senado, de tal forma que as comissões possam ter como têm no Plenário, o computador à disposição dos senadores membros de todas elas, não só da CCT.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu li uma matéria de um novo produto que está sendo lançado agora pela Amazon, aquilo seria sensacional se nós convencêssemos o Senador Sarney e a Mesa Diretora, a comprar para cada senador, você simplesmente, aquele bookzinho é tudo informatizado, você passaria de manhã no gabinete, plugava todas as comissões, baixava e andava com aquilo. Chega na Comissão Ciência e Tecnologia, apertava a Comissão de Ciência e Tecnologia, o que é que temos aqui?

Agora, vamos conversar com o Presidente Sarney para comprar isso, mas o problema é que aqui no Senado com tudo que nós enfrentamos pela mídia e tudo, não se pode gastar dinheiro nenhum. O carro que eu ando que eu só venho de Casa aqui e daqui para Casa, qualquer hora vai soltar a roda, é verdade isso. É verdade isso, a segurança do Senador está perigando. Estamos sendo a todo momento vigiados, não pode fazer, então não sei onde vai acabar isso, quando a gente não estiver... Por exemplo o Senado não pode estar atrás de tecnologia, de maneira algumas, nós temos que dar exemplo, você vê que o laptop ali... Hoje eu vejo, o senador sobe e faz um discurso, volta entra no Blog e vê qual foi a repercussão do seu discurso pelas pessoas que estão acompanhando o

seu Blog. Isso é tecnologia de ponta, isso é importantíssimo, no entanto como bem colocou o senador, é um absurdo isso tem aqui os pacotes que nem foram abertos, no entanto foram impressos, que o vai fazer com isso aqui. Isso aqui é um exemplo claro e ainda tem as reservas, ali, tem as reservas.

Então vamos conversar, Senador Flexa, vamos conversar com o Presidente Sarney, seria um exemplo, não é senador? De tecnologia de ponta do Senado, você pegar passar no seu gabinete, baixar ali e vir com o seu, como é o nome do... É um book é um livro digital, tem um nomezinho, como é o nome? Kido'z, seria uma maravilha chegar aqui e ainda aparece quando você digita, quando você aperta CCT, aparece a feição do Senador Flexa ali, Presidente, aí parecia sua foto a gente olhava e a gente entrava.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Gostei da--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na CCJ o Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Gostei da sugestão, principalmente para o meu estado, o Estado do Pará.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas é só para os senadores aqui. O candidato a Presidente do Senado, ele teria um voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É uma boa sugestão, Senador. Vamos trabalhar isso junto ao Presidente do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço ao Senador Wellington Salgado, realmente isso era um assunto que já estava em pauta de discussão, Senador Flávio Torres, e Senador Wellington Salgado diz dessa dificuldade de recursos para que se possa modernizar, mas nós temos que estar à frente nesse processo. E esta comissão muito mais ainda como de Ciência Tecnologia e Inovação. E os gastos, Senador Wellington Salgado, serão compensados em curto ou médio prazo pela não compra de material de impressão e o próprio papel que são depois, não sei qual o destino que é dado a esses volumes.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Alguém deve vender.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Presidente, eu queria só confessar um pecado não cometido, porque quando eu percebi, assim que cheguei no Senado, eu comecei a juntar e dava assim um metro de papel na primeira semana que eu fiquei aqui, e a ideia era chamar a imprensa e depois eu vi... Estão falando tão mal do Senado que eu vou internamente ver se a gente consegue consertar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu recebi uma informação da assessoria que quem está fazendo a mudança do Regimento Interno, parece que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Tasso Jereissatti.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --que é do Estado de V. Exa., então se pudesse fazer uns embargos auriculares, para que possamos incluir essa mudança, seria importantíssimo aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., e não havendo mais nenhum item a ser discutido na pauta de hoje, dou por encerrada a nossa reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Sessão encerrada às 11h13.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 40ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática, Conjunta com a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura, realizada em 20 de outubro de 2009

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte de outubro de dois mil e nove, na sala 06, Ala Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Meio Ambiente, defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Cícero Lucena, Flávio Torres, João Pedro, Gilberto Goellner e Jefferson Praia, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais, Papaléo Paes, Marina Silva, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Gilvam Borges, Valter Pereira, Kátia Abreu, Heráclito Fortes, Eliseu Re-

sende, Arthur Virgílio, Marisa Serrano e Gim Argello. Comparece à reunião o Senador Augusto Botelho, não membro das Comissões. Justifica a ausência o Senador Sérgio Zambiasi. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Renato Casagrande, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atendendo Requerimento n.º 41 de 2009-CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que requer, "... nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CMA, no intuito de debater a experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra I e Angra II, tendo como convidados o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia e o Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente" e Requerimento n.º 74 de 2009–CMA, de autoria dos Senadores João Pedro, Augusto Botelho e Flávio Torres que requer "... nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CCT, no intuito de debater a experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra I e Angra II, tendo como convidados o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia e o Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente". Comparecem à Reunião os Senhores Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear, Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME e Ivo Bucaresky, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Meio Ambiente – MMA. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores João Pedro, Augusto Botelho, Flávio Torres, Gilberto Goellner e Flexa Ribeiro. Nesse momento o Senhor Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle passa a Presidência para o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e onze minutos, determinando que nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no Diário do Senado Federal. – **Senador Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, – **Senador Renato Casagrande**, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

34ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Conjunta com a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 20 de outubro de 2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores, permaneçam como se encontram. Aprovada a dispensa das leituras e aprovadas a Atas.

Essa Reunião se destina à realização de Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 74, de autoria dos Senadores João Pedro, Augusto Botelho e Flávio Torres, e nº 41, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, com o objetivo de "Debater a experiência brasileira na utilização de energia nuclear, nas Usinas de Angra I e Angra II". Portanto, vamos chamar os convidados para que possam vir até à Mesa. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear. Seja muito bem-vindo; o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; e o Sr. Ivo Bucaresky, Chefe de Gabinete de Ministro do Estado de Meio Ambiente. São os três debatedores e painelistas nossos aqui. Sejam bem-vindos à Comissão.

Antes de passarmos a palavra aos debatedores, tem um requerimento do Senador Cícero Lucena, Presidente da Subcomissão de Acompanhamento da Copa

2014 e Olimpíada 2016, que está com um celular novo [risos]. O requerimento do Senador Cícero Lucena tem uma programação em anexo de visita à África do Sul, com um roteiro junto com a Subcomissão da Câmara, para que possam conhecer todo o trabalho feito de controle de gasto e acompanhamento das obras lá na África do Sul, onde se realizará a Copa de 2010. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, apenas para complementar a informação, de que esse requerimento é fruto de uma decisão aprovada na Subcomissão de Controle e Fiscalização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Apenas isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. Aprovado o requerimento.

Antes de entrarmos na pauta, eu vou pedir a inclusão extrapauta de um requerimento. Os senadores que forem favoráveis à inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

É um requerimento que tem por objetivo uma realização conjunta da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, bem como a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados e de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Este seminário seria para que a gente pudesse aprofundar uma proposta do Parlamento, do Congresso, a ser encaminhada ao Poder Executivo, frente à posição brasileira na COP-15, em Copenhagen. Então a nossa proposta é um seminário a ser realizado no dia 4 de novembro e nós, depois, faríamos uma discussão dos convidados, mas temos que aprovar um requerimento nas Comissões todas. Dia 4, seria um seminário de um dia inteiro, dia 4 de novembro, numa quarta-feira, para que a gente possa chegar ao desfecho de uma proposta do Congresso referente ao tema e essa proposta ser encaminhada ao Presidente da República, ao Ministro de Relações Exteriores, ao Ministro do Meio Ambiente, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, que são os três Ministros que tratam do tema mudanças climáticas no governo, ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e os parlamentares que por acaso forem à Copenhagen também levar essa proposta do Parlamento brasileiro. É um assunto que está sendo debatido por muitos ou por todos que tratam e militam na área do desenvolvimento do meio ambiente, da economia, e é fundamental que o Congresso tenha uma posição. Então uma posição do Congresso como instituição vai ser muito importante. Então em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. Os senadores, que forem favoráveis à aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Vamos então dar início à nossa Audiência Pública. Vou perguntar se é possível que a gente estabeleça uma referência de tempo de quinze minutos por apresentação. É possível? Nada que seja tão inflexível, se for preciso mais alguns minutos para concluir a apresentação... Só para a gente pode ter uma referência, porque, também, daqui a pouquinho, chega a hora do almoço, e a Reunião acaba sem terminar, se nós não tomarmos cuidado. Então vamos dar uma referência de quinze minutos. Primeiro, por ordem de chamada, eu vou passar a palavra ao Diretor-Presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Sr. Presidente da Mesa, Srs. Senadores, senhoras e senhores, Sr. Secretário-Geral do Ministério de Meio Ambiente. É com prazer que estamos aqui para dizer do papel que Angra I e II tem feito na nossa matriz elétrica nacional e--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um minutinho, Othon. Nós estamos com um problema. Você vai usar a transparência?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está com problema?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está com um problema técnico.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas foi visto agora, não tem jeito de consertar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi visto agora, está tentando arrumar.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: A gente começa sem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor quer esperar ou quer continuar enquanto tenta resolver, o que é que o senhor quer fazer?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: A gente continua. Para não travar a discussão, a gente pode continuar sem...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então pode continuar, tem a palavra.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Logo que a tecnologia nos ajude, será mais fácil. Mas, basicamente, a decisão, aqui, do país de incorporar a

energia nuclear à sua matriz elétrica foi feita na década de 60, precisamente em 1969, com a encomenda da primeira central nucleoelétrica aqui para o país, que é Angra I.

No que diz respeito, digamos, a acessar aquela tecnologia, foi uma boa decisão, ou seja, nós partimos na direção de incorporar essa fonte primária importante na nossa matriz. Agora aquela decisão, do ponto de vista da necessidade da matriz, ela foi um pouco precoce.

Aqui no Brasil o nosso consumo de eletricidade é muito abaixo da média mundial. Embora nós sejamos o 10º produtor de energia elétrica no mundo, o consumo *per capita* nosso é muito baixo, nós estamos na 90ª posição. E se nós analisarmos, aqui tem um senador médico inclusive, quais são as principais causas de mortes aqui no país, ainda são doenças hídricas, ou seja, nós somos um país que carecemos de saneamento. E em saneamento a gente precisa sempre de energia elétrica para tocar uma bomba de água para colocar água nas torneiras e precisamos também de energia elétrica para bombear o esgoto, tratar o esgoto. Eu ouvi o Senador Casagrande há pouco mencionando a Olimpíada no Rio de Janeiro. Eu pergunto: quais eram as restrições que colocavam com relação à nossa bela cidade do Rio de Janeiro, quais as restrições que os nossos competidores colocavam? Era saneamento, transporte e segurança. Ora, saneamento é um intensivo consumidor de energia elétrica; transporte de massa nas cidades é um intensivo consumidor de energia elétrica, se nós quisermos impor as condições ambientais adequadas na cidade; e segurança, sem a iluminação da noite é difícil ter uma cidade... De modo que as três restrições que os nossos adversários, não é bem adversários, competidores colocavam, é justamente aquelas que são intensivas em consumo de energia elétrica. Significa o seguinte: nós temos uma longa marcha pela frente para prover o nosso povo da energia elétrica, que numa vida moderna é fundamental. Até para o café da manhã fica difícil quando a máquina de café, a torradeira ou qualquer outra não funciona.

Então, dentro desse contexto, todas as formas de energia, as fontes primárias de energia, são necessárias. Nós não podemos abrir mão de nenhuma forma de energia e usá-las. O desafio que o nosso planejador tem, eu não invejo a cadeira do Dr. Altino, é compor as diversas fontes primárias conseguindo o menor preço médio possível e o menor impacto ambiental. O próximo, por favor.

Nesse quadro, nós mostramos a nossa posição em termos de consumo *per capita* no mundo. Nós somos um país privilegiado por trabalhar com a maior parte da nossa energia elétrica de fonte renovável, mas ainda o consumo *per capita* é muito baixo. O próximo, por favor.

Nós somos o 10º gerador de energia elétrica do mundo, mas ainda com um consumo *per capita* muito baixo. O próximo.

No que diz respeito ao meio ambiente, o nosso sistema elétrico tem uma posição bastante... A maior parte da produção, da geração, é de origem hidroelétrica. Esse quadro mostra uma comparação que já demonstra um pouco a participação da energia nuclear no que diz respeito ao aquecimento global. Nós temos um programa que faz inveja ao mundo, que é o programa do álcool combustível. Nesse estudo feito entre 2000 e 2005, somente com a contribuição de Angra I e II, com essas centrais nós fizemos 40% do que o programa de álcool combustível fez no mesmo período. Olha, 40% de todo o esforço do etanol não é nada desprezível. O próximo.

Um país, ele tem que utilizar para suprir o seu povo o máximo possível das fontes dentro do território nacional. Por razões de ordem prática, ficam livres das oscilações do mercado internacional e essa é a principal razão. No que diz respeito ao urânio, nós somos extremamente felizes, no combustível que nós precisamos para a contribuição nuclear. Sempre me refiro como contribuição, ela não é a solução, mas é uma importante contribuição na direção para a energia. Nós temos que compor as diversas fontes de maneira a garantir o suprimento. O não suprimento de energia tem um impacto econômico na economia, nos empregos e na qualidade de vida da população muito grande. O urânio... A única atividade que nós estamos respeitando até agora é o Tratado de Tordesilhas: os dois nossos aproveitamentos são a leste do Tratado de Tordesilhas e, até agora, a menos de cem metros de profundidade. Recentemente, a ANB(F) vai fazer uma perfuração a quinhentos metros, a gente vai passar a barreira dos quinhentos metros de profundidade. O próximo.

No que diz respeito à tecnologia para a produção do combustível, nós somos um país privilegiado. Têm três países no mundo que têm reservas de urânio e tem a tecnologia do ciclo: Estados Unidos, Rússia e o Brasil. Os demais países ou tem a tecnologia do ciclo ou tem a reserva. Então Austrália, Canadá e Cazaquistão têm reservas, mas não têm tecnologia; França, Inglaterra, Alemanha, Coreia e Japão têm a tecnologia, mas não têm reserva. Somente três países no mundo têm reserva e têm tecnologia. Essa é uma vantagem diferencial que a sociedade brasileira não tem o direito de abrir mão. O próximo.

O sistema elétrico nacional é, sem dúvida, um fato que nós temos que nos orgulhar. A extensão do

sistema elétrico é a mesma de Moscou a Lisboa. O brasileiro que toca num interruptor e acende a luz, ele não tem a ideia do esforço dos brasileiros atrás daquilo. É um sistema elétrico que nós todos temos que nos orgulhar. Estou no sistema há pouco tempo, há quatro anos, mas nesses quatro anos uma coisa que eu aprendi é respeitar muito o trabalho de todos aquelas pessoas que trabalharam, como o nosso Dr. Altino que aqui está presente. O próximo.

O que é que ocorreu no sistema elétrico? Aí a gente começa a entender porque a energia nuclear não era tão assim sentida como necessária como hoje começa a ser. O nosso sistema elétrico cresceu, a capacidade instalada cresceu muito. Quando a cidade aqui de Brasília começou a ser feita, nós tínhamos 1800 megawatts aqui nesse país só instalados. O crescimento do nosso sistema de 1950 até hoje é um crescimento espetacular. Aliás, o Brasil é um país espetacular. Só dois países no século passado... O país foi o segundo em crescimento econômico do mundo percentualmente. Então não há razão para a gente não ser alegre com esse país por todas as razões e essa é uma delas. Então o sistema integrado, cresceu a capacidade instalada, mas o estoque de água nos reservatórios... Quem leu o livro de Rachel de Queiroz entende bem qual é o sistema elétrico brasileira, aquele livro "A Muralha". A gente vindo do mar em direção ao continente, tem uma grande muralha, que é a Serra do Mar. Depois dessa Serra do Mar, indo do Nordeste até o norte do Paraná, nós temos uma região em que a topografia era muito favorável à construção de hidrelétricas com reservatórios e os nossos antepassados já tinham desflorestado, os diversos ciclos agrícolas, cana, gado. Então nós construímos um sistema elétrico, o nosso sistema elétrico é construído nessa região. Ocorre que a partir de um determinado ponto nós paramos de construir reservatórios ou hidrelétricas com reservatório, esse é um fato, a partir da década de 80. Até então nós podíamos conviver, todo o sistema integrado, basicamente com hidroelétrica, que é a melhor fonte, é renovável. Agora a energia elétrica é um consumível como qualquer outro. É como o sapato, por exemplo, ou qualquer outro consumível. Qualquer consumível nós temos que produzir, estocar, transportar e distribuir. O que ocorreu no sistema elétrico, somente hidroelétrico como era, é que a capacidade de estocagem, exauriu a capacidade de estocagem. As nossas novas hidrelétricas têm que ser construídas sem reservatório. Então nós temos que ter uma forma de reservação, de estocagem virtual de energia. Aí entra o papel das térmicas de uma maneira geral, que nós temos de agora em diante. O nosso sistema era uma exceção no mundo, era um sistema puramente hidroelétrico. Todos os países são majoritariamente térmicos e minoritariamente hidroelétricos. O Brasil era uma exceção. De agora em diante, nós vamos continuar majoritariamente hidroelétrico, mas temos que ir aumentando gradativamente a contribuição em térmica, e nelas nós não podemos dispensar de forma alguma a contribuição nuclear, por várias razões, inclusive ambientais. O próximo.

O que ocorreu com relação à Angra I e II é que a decisão foi antes desse grande aumento da estocagem de água, ou seja, de estoque de energia. Então isso é que provocou uma certa trava. No momento da decisão ela foi uma decisão boa sob o aspecto de aporte de tecnologia. No que diz respeito ao momento, ou seja, a parte econômica do momento, ela de certa forma trafegava no início na contramão da economia e agora, muito pelo contrário, o aporte de energia nuclear na rede trafega exatamente na mesma direção das forças econômicas e também das restrições ambientais. O tipo de barragem que nós temos agora em diante é este tipo, ou seja, sem estoque a montante, e a região em que nós vamos construir as nossas hidrelétricas é uma região que nós só podemos construir barragem com esse modelo. São excelentes, mas carecem de estoque. O próximo.

Essa curva, que parece um pouco complicada, ela explica bem o que é que vem ocorrendo com o nosso sistema. Em vermelho nós temos a produção de eletricidade do país, botando as mesmas unidades. Nós realizamos um modelo que transformamos todos os rios nacionais num rio só e aqui nós vemos o seguinte: durante uma parte do ano os rios disponibilizam para as turbinas das hidrelétricas mais água do que as turbinas conseguem engolir e produzir energia. E tem uma parte do ano em que os rios disponibilizam para a turbina menos água do que elas podem engolir e produzir energia. Então o que se faz com os reservatórios é como a gente faz com a poupança: a gente puxa do reservatório e joga para produzir energia. Como o tamanho dos reservatórios, a partir da década de 80, ficou constante, a quantidade de água que nós podemos disponibilizar em anos mais secos, não esse ano, que esse ano é um ano absolutamente diferente dos anos normais, nós não resistimos dois anos secos consecutivos aqui no país e a solução é usar as térmicas. As térmicas é como se nós injetássemos água no rio, a gente levasse as térmicas de base [soa a campainha]. Então aquilo que não era necessário passou a ser necessário. Então a papel da energia nuclear passou a ser importante no país. O próximo.

Isso tem sido a evidência até agora. Em 2006 a energia nuclear já foi a segunda fonte geradora de energia elétrica do país. O próximo, por favor.

Em 2007, ocorreu a mesma coisa. O próximo slide.

Em 2008, só não ocorreu porque nós só tínhamos duas centrais. Se tivéssemos a terceira, Angra III, pronta, continuaríamos em segundo lugar. O próximo.

Ou seja, o nosso sistema, isso é apenas uma simplificação, muito simplificação, para o entendimento público em geral, o sistema é muito mais complexo do que isso. O sistema nosso funciona da seguinte forma: é São Pedro que controla o tempo, logo aquilo que o sistema hidroelétrico pode nos permitir, e o homem, ele [interrupção no áudio] vai compensando. A única forma de a gente compensar o--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor precisa de mais quantos minutos? Mais cinco?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Mais cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mais cinco minutos para o senhor.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Eu queria tocar em dois pontos, eu vou seguir, que são fundamentais. Um é a grande preocupação que todos nós temos, que é o rejeito nuclear. Eu vou pedir que passe alguns slides.

Antes de falar no rejeito, o programa feito pela EPE, ou seja, planejado pela EPE e aceito pelo governo, é um programa bem mais modesto do que os outros BRICs, ou seja, Rússia, Índia e China, ou seja, é na medida e na necessidade para complementar o nosso sistema elétrico. O próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Era bom falar dessas propostas, dessa perspectiva de crescimento de mais usinas.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Eu vou atender com muito gosto à determinação do nosso Presidente da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É um pedido.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Um pedido do Presidente da Mesa para mim é determinação [risos]. Bem, a Angra III é uma realidade, muito rapidamente vocês viram no slide que nós já estamos trabalhando na construção. Pelo planejamento de governo nós temos que construir de quatro a oito centrais até o ano de 2030. Em energia dez anos é curto prazo, porque uma grande obra para produzir blocos de energia e no nosso país a gente precisa produzir blocos de energia porque a nossa população hoje é 80% nas cidades. Então existe um planejamento de centrais que nós vamos usar, construir uma central com seis usinas no mesmo local. A primeira delas vai ser na Região Nordeste, entre Recife e Salvador, que são os dois polos de consumo, e, nessa região, digamos, o Sistema Integrado Nacional passa perto, ou seja, ele aduta(F) para o Sistema Integrado Nacional. No momento nós estamos selecionando por estado, cinco locais possíveis por estado. São cinco locais que os nossos amigos de meio ambiente não reclamarão, ou seja, atende a todos os requisitos de meio ambiente e demais requisitos, de segurança, e a ideia é deixar para o Ministério, para o Governo, a escolha do local, que terá que ser apresentada a esta Casa, porque a Constituição prevê que o local das centrais nucleares seja aprovado pelo Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então a primeira usina vai ser entre Salvador e Recife?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Entre Salvador e Recife.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É uma usina?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: É uma central que, inicialmente, será a primeira e a segunda usina. A segunda central, senador, está previsto na Região Sudoeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Cada central tem duas usinas, é isso?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: A longo prazo seis usinas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Cada central são seis usinas?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Seis usinas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então nessa localização entre Recife e Salvador, nós teremos seis usinas próxima uma da outra?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: É, no mesmo local seis usinas, uma central com seis usinas. Aonde vai ser, vai ser em um dos quatro estados, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, e nós estamos selecionando cinco locais possíveis por estado para que haja a decisão, pois essa é uma decisão de alto nível e que sai completamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vai escolher um local só?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: É. Agora a segunda central, aí já começa a estar mais perto da terra do senhor, que é na Região Sudoeste e o Espírito Santo é um forte candidato, evidentemente. A segunda central prevista pelo plano de governo vai ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Também com seis usinas?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Também com seis usinas, a longo prazo. É como Itaipu, vai construindo--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A curto prazo são quantas usinas?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: A curto prazo nós iniciamos a Angra III, aonde o senhor visitou em Angra. Como para energia dez anos é curto prazo, a gente conta essa do Nordeste já como sendo curto prazo; em 2019 está prevista a primeira usina estar em operação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): No Nordeste?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: No Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E essa de Angra III vai começar a operar quando?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Angra III, em maio de 2015, um ano antes das Olimpíadas. Atualmente Angra I e II fornecem o equivalente a 40% da energia do Estado do Rio de Janeiro e com Angra III nós vamos passar a fornecer cerca de 70% da energia do Estado do Rio de Janeiro.

Numa pincelada muito rápida nós dissemos o que é que se prevê em futuro. Certamente o Dr. Altino vai tocar nesse portanto.

O problema de rejeito, que há sempre uma dúvida que a sociedade tem. A política nossa de rejeito, qual é a grande vantagem do rejeito nuclear e qual é a grande desvantagem? A grande vantagem é que nenhum brasileiro vai conviver com o rejeito nuclear; basta conviver com os outros. Eu acho que nesse aspecto aqui o meu colega aqui vai ficar muito satisfeito, nenhum de nós vai conviver com o rejeito nuclear. A desvantagem é que é um rejeito de longa duração. A política nossa é uma política de estocagem, não resolve, mas protela, ou seja, prorroga por no mínimo quinhentos anos, ou seja, de uma forma extremamente segura, porque aquele combustível queimado dos reatores, na realidade aquilo não é um rejeito, é um produto reciclável e que no caso do Japão eles chamam de o único combustível semiproduzido no Japão. Mas a nossa política do Brasil, como nós temos grandes reservas de urânio, nós vamos estocar o combustível como ele está queimado [soa a campainha] e deixar para o futuro o reprocessamento. Mas ele é guardado de uma forma encapsulada, de uma forma perfeitamente segura e sem contágio com a sociedade. Essa é a grande vantagem. Nós convivemos já com os outros rejeitos, não precisamos e não vamos conviver com rejeitos nucleares.

Em função do tempo, eu gostaria de continuar, mas vamos ser disciplinados.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. Othon, Diretor-Presidente da Eletronuclear. Passo então a palavra ao segundo expositor, Altino Ventura Filho, que é Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia. Com a palavra por quinze minutos e se for necessário--

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Meus cumprimentos ao Senador Casagrande, Presidente da Comissão, meus colegas aqui de Mesa, aos demais senadores, parlamentares, participantes dessa Reunião. É uma satisfação para o Ministério de Minas e Energia, eu fui indicado pelo Ministro Edison Lobão para estar presente neste evento, trazer algumas reflexões sobre a questão nuclear na matriz energética brasileira. O enfoque que eu vou procurar dar é no sentido de mostrar a necessidade que o país e o nosso sistema elétrico energético necessita, quer dizer, necessita de nucleares, e a partir disso, quer dizer, tentar mostrar como a política nuclear para a geração de energia elétrica está estabelecida. Eu pediria que passasse a primeira.

Bom, aqui temos os dados do Brasil, mas antes de falar no caso brasileiro das demandas, eu queria dar uma informação bem rápida sobre o cenário nuclear no mundo. Veja, quando nós olhamos a matriz elétrica mundial, quer dizer, ou seja, as fontes que se produz energia elétrica no mundo, e olhamos assim um histórico, digamos, próximo dos trinta anos, de 1980 para cá, o que a gente observa é o seguinte, quer dizer, o mundo produz energia elétrica a partir do carvão mineral, 40% é do carvão mineral, é a grande fonte para produzir energia elétrica, e é um poluente, tem emissão de CO2 e etc. Quando se olha como evoluiu essa matriz, o carvão mais ou menos manteve esse valor próximo de 40%. Duas fontes energéticas tiveram uma avaliação expressiva: uma é o gás natural, que passou de 12% para 20%, quer dizer, em 1980 era 12% e atualmente está próximo de 20%, por conta tecnológica, que as turbinas a gás natural tiveram um ganho de eficiência e então desenvolveu-se essa fonte; a outra é a nuclear, que em 1980 participava com 9% e atingiu atualmente valores na faixa de 15% e 16%. Então o desenvolvimento da nuclear no mundo foi realmente expressivo e têm vários razões que levam a esse desenvolvimento. Tivemos aqui redução de petróleo para a produção de energia elétrica, a rede elétrica também teve uma redução, mas eu queria destacar que a nuclear é de fato uma opção que o mundo está utilizando de uma maneira muito sistemática, está certo? É uma energia competitiva, é uma energia, digamos, que é uma fonte abundante porque existe bastante urânio

no planeta, então é uma fonte abundante, ela é uma fonte que no contexto atual tem uma vantagem ambiental significativa. Quando se considera a emissão de CO2, considerando a fabricação de equipamentos e a operação da usina, a energia nuclear é a mais baixa emissora de CO2; menor do que a solar, menor do que a biomassa, menor do que a hidroelétrica. Em parte esse é um fator que tem resgatado essa opção em termos mundiais.

Bom, vamos então agora entrar no caso brasileiro, em que eu gostaria de falar inicialmente daquele segundo lado aí, que é a parte de energia elétrica, quer dizer, vamos esquecer aquele do balanço de energia total, porque a nuclear é voltada para a produção de energia elétrica. A gente observa ali um consumo de energia no Brasil, numa certa unidade [i terawatts-hora, não importa, o que interessa é a relatividade. Em 2007, nós estávamos com quase 400 terawatts-hora, no valor de 2008 é um pouquinho acima, e o cenário nosso, do nosso planejamento de longo prazo, que é o plano 2030, sinaliza para valores na faixa de 1000. Então nós vamos passar de 400 para cerca de 1000, mais do que dobrar em algo como vinte anos, qualquer coisa dessa ordem mais ou menos. Isso em função do crescimento da população, em função do desenvolvimento da economia, o Produto Interno Bruto. Então nós podemos dizer o seguinte: isso é algo um pouquinho inevitável. Pode não acontecer em 2030, acontecer em 2032, 2028, mas o Brasil vai ter que mais do que dobrar o seu sistema elétrico. Isso é um desafio muito grande para nós viabilizarmos as fontes energéticas para atender essa demanda que a sociedade brasileira vai necessitar.

Eu queria deixar claro o seguinte: se o país não conseguir enfrentar esse desafio e mais do que dobrar o seu sistema elétrico, a nossa economia não poderá crescer; não se faz nada sem energia e, em particular, a energia elétrica, que é o fator multiplicador de tudo, de serviços, indústrias, etc. e etc. Pois bem. Então vamos à próxima, por favor.

Aqui apresenta-se... Eu acho que podemos passar para a outra(F), que essa daqui é oferta de energia geral, e eu queria ir para energia elétrica. Pode passar adiante.

Esse gráfico mostra 2007, uma distribuição de como o país produziu energia elétrica para atender as suas necessidades naquele valor de 400 terawatts-hora. A gente vê que se destaca ali a hidroeletricidade brasileira (77%), parece ali uma parte de importação. Pode parecer estranho, mas essa importação é a parcela paraguaia de Itaipu, que também é hidroelétrica. Então veja: somando aqueles dois valores ali, a gente vê que a predominância hidroelétrica é extraordinária no Brasil. Olhando aquele item ali (renovável), o Brasil tem 89% de fontes renováveis para produzir energia elétrica. O mundo tem apenas 18%. Veja a diferença, quer dizer, ou seja, é um exemplo para o mundo o setor elétrico brasileiro. A natureza nos deu as fontes renováveis para atender as nossas necessidades e os brasileiros, com a inteligência deles, estão utilizando essas fontes. A gente olha ali e aparece, olha, hidroelétrica, que é hidro mais importação, a biomassa aparece ali como uma fonte, quer dizer, logo em seguida. Isso aqui é o programa da indústria da cana, a cana-de-açúcar e os seus derivados, que é um programa energético que é um exemplo para o mundo: produz o etanol, um combustível líquido não derivado de petróleo, com preços livres de mercado, uma produção com tecnologia brasileira, sem competir com alimentos, sem agredir os nossos ecossistemas, em particular a Região Amazônica. O bagaço de cana, que é um energético, ele é queimado produzindo calor para a indústria do açúcar e do álcool, produz energia elétrica, um excedente que é mandado para a rede numa cogeração, que é um processo altamente eficiente. Então isto é algo que realmente os brasileiros, somente os brasileiros têm uma situação dessa. Um projeto, está certo, ambientalmente viável, tecnologicamente dominado e com um custo competitivo. Depois vêm as fontes de geração térmicas, todas elas complementares.

Quando nós olhamos isso aí, a gente vê que realmente os brasileiros priorizaram a hidroeletricidade. E não podia ser diferente. Por quê? Porque a hidroeletricidade, veja, primeiro, o nosso potencial é enorme, quer dizer, a hidroeletricidade é algo raro no planeta. Não é muito comum os países terem potencial hidroelétrico. Quando se pega os seis, sete países que têm, já atinge quase que a totalidade, porque para ter hidroeletricidade precisa ter uma topografia como nós temos no Brasil, quer dizer, precisa ter queda. A região de Minas Gerais, que é a chamada caixa d'água brasileira, está certo, está a cerca de mil metros mais ou menos do nível do mar. E neste local alto tem que chover. Então a chuva chega lá e o Brasil aproveita na Bacia do São Francisco, na Bacia do Tocantins, na Bacia do Paraná, hidrelétricas extremamente competitivas. Então não tem muitos países no mundo que têm esse recurso.

Pois bem. O potencial hidroelétrico brasileiro é o terceiro do planeta. Nós temos algo como 260 mil megawatts. O maior potencial do mundo é o potencial chinês, que é 350 mil. O nosso está em terceiro lugar, aproximadamente, com 260 mil. Pois bem. E nós aproveitamos intensamente as usinas mais econômicas, o nosso sistema é predominantemente hidroelétrico e a política para atender aqueles 1000 ***TeraWatts***/

hora, dos 400 hoje, prioriza a hidroeletricidade. Para dar uma ideia, no nosso plano 2030 cerca de 2/3 do atendimento do mercado, inclusive o mercado incremental, está baseado na hidroeletricidade, que é a solução mais adequada do ponto de vista ambiental, do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista de custo. É uma energia limpa, renovável, competitiva, em que os brasileiros estão tendo uma vantagem comparativa com o resto do mundo enorme. Eu quero destacar que essas usinas hidrelétricas, na medida em que os investimentos são quitados, e de fato grande parte do nosso parque já está amortizado, essa energia tem um custo de produção muito baixo, que é o custo de operação da usina, que não tem combustível, é muito baixo, que faz com que o Brasil, a médio e longo prazo, tenha um parque hidroelétrico amortizado, sem investimentos para serem amortizados e, portanto, nós podemos ter uma vantagem comparativa enorme com o resto do mundo.

Pois bem. Agora pode surgir uma pergunta aí. Por que nós não usamos só hidroeletricidade daqui para frente? Então para essa resposta pode ser dito o seguinte: primeiro, porque a política energética brasileira tem que buscar a diversificação da nossa matriz. Nós não podemos usar uma única fonte, devemos usar todas elas e todas elas têm características que permitem uma combinação que resulta em melhor resultado para o Brasil. Então essa é a primeira razão. A segunda razão é que o nosso potencial hidroelétrico não pode ser totalmente aproveitado. Se ele pudesse, se nós pudéssemos aproveitar os 260 mil, provavelmente a gente ia continuar num horizonte priorizando ainda a hidroelétrica e adiando outras soluções, porque a hidroelétrica é a mais conveniente. Por que não podemos aproveitar todo esse potencial? Porque a sociedade brasileira decidiu que alguns locais onde têm hidrelétricas dê uma outra destinação. Então dos 260 mil, 80 mil megawatts, que é quase 1/3, isso não é desprezível, estão em locais que não se pode em alguns casos nem estudar. São terras indígenas, são reservas florestais, está certo, são parques nacionais em que a sociedade brasileira entendeu que este recurso não é prioritário, outros usos são mais prioritários. Inclusive recursos minerais também que estão nessas áreas. Então em função disso, de uma perspectiva do esgotamento do potencial hidroelétrico brasileiro, é que nós precisamos complementar com outras fontes. E essas outras fontes energéticas, elas caem necessariamente em duas categorias: usinas térmicas e o que nós chamamos não hidráulicas, que nem é térmica e nem é hidráulica, como, por exemplo, a usina eólica. A usina eólica, ela não é uma usina térmica e não é uma usina também hidráulica, digamos assim. Pode passar adiante, por favor.

Então essa complementação de fontes, veja o primeiro destaque aqui, eu não vou entrar em detalhes, que não é o caso, mas essa transparência procura mostrar o potencial energético brasileiro, convertendo os nossos recursos energéticos em milhões de barris equivalente. Então a gente chega a um número aí expressivo, quer dizer, o Brasil não tem escassez de fontes primárias para a produção de energia. Quando se olha o potencial do hidroelétrico, urânio, petróleo, gás, vento, carvão, biomassa, nós temos um excedente. Então o que se precisa fazer é combinar essas fontes da maneira mais interessante para a sociedade brasileira. Pode passar adiante.

E para atender a energia elétrica, veja, aí nós temos aqui uma informação que eu também não vou entrar em detalhe, mostrando a competitividade das diferentes fontes para a produção de energia elétrica no Brasil. Nós temos, primeiro, a hidroeletricidade, que é a mais econômica - aqui está em reais por megawatt/hora. Em seguida, a biomassa, que é o bagaço de cana. Depois vem o carvão mineral nuclear, a eólica e depois os combustíveis fósseis. Então por uma razão de competitividade o Brasil devia priorizar uma combinação entre hidroelétrica/biomassa com as usinas a carvão/nuclear e em seguida a energia eólica. Pode passar adiante.

Aqui mostra também, eu não vou me deter, mostra a emissão de gases de efeito estufa, quer dizer, no caso de carbono equivalente, onde parece a nuclear como a fonte de menor emissão. O mundo hoje busca eleger a energia nuclear por conta da questão das mudanças climáticas e emissão de CO2. É aquela que apresenta as condições mais favoráveis do ponto de vista ambiental no que diz respeito à emissão. Pode passar adiante.

Bom, aqui tem um histórico sobre a energia nuclear, mas eu não vou apresentar todas. Pode parar aqui.

Eu diria o seguinte, quer dizer, a nuclear no Brasil, como foi dito pelo Presidente Othon, ela foi antecipada temporalmente. Quando o Brasil decidiu, na década de 70, desenvolver o programa nuclear de oito nucleares até 1990 com o acordo com a Alemanha, essa decisão foi uma decisão precipitada, antecipada no tempo. Naquela ocasião se imaginava um Brasil potência no ano 2000 [soa a campainha]. Isso não se concretizou em função do menor desenvolvimento que a nossa economia teve. Naquela ocasião não se conhecia o potencial hidroelétrico brasileiro, estimava-se um mercado maior. Em suma, tinha algumas razões técnicas e razões políticas também. Então se antecipou muito o

programa nuclear e de fato a realidade veio e ele não se viabilizou de alguma forma. Então, veja, o contexto de hoje é um contexto totalmente diferente daquela época. Hoje se têm estruturas de planejamento que dão uma solidez muito grande, uma firmeza às decisões muito maior do que o que se tinha naquela época porque são conhecidos todos os dados: o potencial hidroelétrico brasileiro é conhecido, se tem uma segurança sobre a evolução da demanda.

E aqui eu procuro responder, em forma bem sintética, as principais razões que justificam a decisão da política nuclear brasileira. Um ponto relevante é o seguinte: o desempenho das usinas de Angra I e II, a exemplo das demais usinas no mundo PWR, é um desempenho [interrupção no áudio]. As usinas, elas têm uma operação que é um tino de tipo de operação da usina térmica que é o que nós chamamos no setor uma operação de base, ou seja, elas operam todos os dias do ano, menos quando está fazendo manutenção, mas operam vinte e quatro horas por dia. Esse tipo de operação, que é típico da nuclear e também do carvão mineral, é o tipo de operação que o sistema hidroelétrico brasileiro necessita. Então essa usina é uma usina que tem um papel muito relevante de estabilizar a situação da produção de energia do nosso sistema. E ela teve um papel importantíssimo, veja, no racionamento de energia e no atendimento da curva de carga, na base da curva de carga junto do Rio e São Paulo. Então em função desse desempenho, que não é só no Brasil, mas em termos internacionais, está certo, e outras razões que aparecem aqui... Eu peço para voltar a primeira, por favor. Aqui aparece aquela que eu já me referi, o esgotamento do potencial hidroelétrico aproveitável no Brasil, aí precisa de complementação térmica. A segunda transparência, pode passar.

Aqui a questão da competitividade, que é outro fator importante. Hoje a nuclear, com a experiência brasileira e as referências internacionais, apresenta custos da energia produzida competitivo com outras soluções que o Brasil pode disponibilizar. Então são valores estimados aí na faixa de R$ 150,00, pode ser um pouco mais ou um pouco menos, mas compatível com os chamados custos marginais de expansão do sistema. Então é outra opção, é outra razão que justifica a nuclear. Pode passar.

A operação de base, que eu já me referi. É uma usina que tem um investimento alto e um custo de operação baixo pelo combustível. Portanto, é uma usina que vai operar o tempo todo. Então essa usina é adequada para o nosso sistema hidroelétrico. Pode passar a seguinte.

Os aspectos ambientais, que eu já me referi. É a menor emissora de CO2, gás de efeito estufa, existe o rejeito nuclear, mas é a única indústria, como se referiu o Presidente Othon, de que guarda o seu lixo junto dela e tem uma solução para controlar esse lixo, ao contrário de todas as outras indústrias, que espalham o seu lixo pela sociedade. E, finalmente, o desenvolvimento tecnológico. Está terminando o meu tempo. Pode passar.

O Ministério de Minas e Energia, com base nos nossos estudos e planejamento, o Plano 2030, formulou as políticas de desenvolvimento de todos os energéticos para atendimento das nossas necessidades. E no que diz respeito à geração nuclear, aparece resumidamente aí os principais tópicos do que é que se defende dentro desse horizonte de médio prazo até o ano de 2030. Primeiro, considerar a inserção da geração nuclear no país para uma operação de base conforme aqueles argumentos que foram trazidos favoráveis à usina; construção de Angra III, aqui está para a operação em 2014, foi quando se tomou a decisão no Conselho Nacional de Política Energética, baseado numa decisão econômica. O que faltava investir na usina era competitivo com outras opções que o país tinha. Então em função disso e das necessidades energéticas foi decidido a construção de Angra III, que já está sendo efetivada. Naquela ocasião era para 2014 e hoje o cronograma já prevê para maio de 2015.

Bom, aí vem o que é que nós vamos fazer depois de Angra III: dar continuidade ao programa nuclear, após Angra III, com a implantação de dois sítios, dois locais de usinas nucleares, uma na região Nordeste, como já foi referido, no litoral, entre Salvador e Recife, está certo, e outra na Região Sudeste, neste horizonte até 2030. Veja, esses dois locais terão várias unidades, unidades na faixa de 1000 megawatts, onde se prevê uma alternativa mínima até 2030 de 4000 megawatts, ontem teríamos duas unidades de 1000 neste local, no Nordeste, e mais duas unidades de 1000 na Região Sudeste brasileira. Esse programa é um programa complementar [soa a campainha], a geração de energia nuclear que hoje está numa faixa de 2%, um pouquinho mais do que isso, no atendimento da energia elétrica do Brasil, dobra esse valor, passa a ser algo como 4%, 4,5%, para esse programa de 4000 megawatts, onde isso aí é algo perfeitamente natural na política de diversificar a matriz energética brasileira e ter usinas que operem de base e complementem as nossas necessidades. Foram também estabelecidos outros cenários para diferentes hipóteses do eixo do plano até 2030, que pressupõe também a hipótese de 6000 e 8000 megawatts, mas a nossa referência inicial é de 4000 megawatts.

Bom, para resumir, que o meu tempo esgotou, eu diria o seguinte: a questão da energia nuclear no

Brasil é uma questão que tem uma política bem estabelecida, com base na visão estratégica de longo prazo, das necessidades energéticas brasileiras, na questão da confiabilidade da usina, o equacionamento ambiental dela, da competitividade e, portanto, é uma política que está bem estabelecida e que o Ministério de Minas e Energia tem se empenhado, com o apoio da Eletrobrás e da Eletronuclear, de levar à frente essas decisões que estão simplificadamente formuladas aí. Eu passei um pouco do meu tempo, mas eu agradeço a atenção e fico à disposição para os esclarecimentos que foram necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado ao Sr. Altino pela sua participação conosco e contribuição. Registro a presença de Marco Antonio de Oliveira, que é Superintendente Regional do CPRM de Manaus. Muito obrigado pela presença. Com a palavra o Sr. Ivo Bucaresky, que é Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Minc.

SR. IVO BUCARESKY: Bom-dia, Sr. Presidente Senador Renato Casagrande, Sras. e Srs. Senadores, meus colegas de Mesa, senhoras e senhores presentes. Quero primeiramente agradecer ao convite ao Ministério do Meio Ambiente para esse debate. O tema de discussão sobre a energia em geral e de energia nuclear, em especial, é um tema de grande interesse nosso.

Nós, do Meio Ambiente, concordamos e consideramos que obviamente o consumo de energia no país é uma coisa necessária, sem energia, não só da energia elétrica, mas todo o consumo de energia é necessário para o desenvolvimento humano, para o consumo humano, isso faz parte da nossa vida. Obviamente um país em desenvolvimento com o nosso tende a aumentar o consumo de energia, nós temos que fazer um grande debate sobre isso em todas as matrizes. Qualquer aumento de energia, qualquer produção de energia gera algum tipo de impacto ambiental, não só na produção de CO2. Mesmo as matrizes mais limpas geram algum tipo de impacto, diversos tipos de impacto. Quando a gente produz energia hidroelétrica, podemos até não produzir quando quantidade de CO2, mas temos outros impactos na biodiversidade, no deslocamento humano, nos usos de hidrovia, na pesca. Portanto, nós sabemos que esse é um debate que é necessário, em qualquer matriz que nós adotarmos haverá algum tipo de impacto ambiental, temos que discutir como mitigá-los, como diminuir, e por isso que nós achamos que inclusive o debate sobre o aumento do uso de energia não tem que ser dado só pelo lado da produção de energia, mas também do consumo. Nós temos que botar no nosso debate como vamos conseguir aumentar a nossa produtividade, a nossa qualidade de vida, sem aumentar proporcionalmente o consumo de energia, como utilizando eletrodomésticos que usem menos energia, uma matriz de produção industrial menos consumidora. Isso também tem que estar no nosso debate, como é que a gente conseguiria. Obviamente, tem que ter uma projeção, se nós conseguirmos ter um desenvolvimento econômico de 5%, 6% e 7% ao ano nos próximos vinte anos e não precisamos chegarmos ao consumo previsto, seria o ideal. Eu acho que a tecnologia também vai nos permitindo criar novos modelos de uso energético. Um exemplo claro tem sido o nosso projeto, o programa de troca de geladeiras que o setor elétrico está fazendo, que o governo pretende depois implementar, que é um programa de trocar geladeiras antigas por geladeiras novas com um consumo menor. Portanto, podemos manter a qualidade de vida, o uso das geladeiras, consumindo menos energia. Então nós achamos que este é um debate que tem que estar vindo em conjunto com o debate da produção.

Bom, sobre a questão do impacto do CO2, eu quero dizer o seguinte: nós do Meio Ambiente queremos discutir todos os impactos ambientais. O CO2 é um dos impactos, é hoje o impacto mais discutido, mais da moda, é um impacto importante, fundamental, dado a questão das mudanças climáticas, mas não é o único impacto que as matrizes energéticas geram. Como eu volto a falar, hidroelétrica, por exemplo, gera pouco impacto de CO2, mas gera muito impacto em outras áreas.

A nossa preocupação na questão nuclear se dá um pouco nisso. É verdade que o impacto sobre o CO2 é pequeno na energia nuclear, mas nós temos outros impactos que nós achamos preocupantes em toda a cadeia produtiva do combustível nuclear, a começar com a própria usina, é óbvio que hoje cada vez mais as usinas nucleares são mais seguras, melhores, mas a nossa primeira preocupação é que um acidente numa usina nuclear não é a mesma coisa que um acidente numa usina hidroelétrica, numa usina termoelétrica. O impacto que isso terá na sociedade, no meio ambiente, não só no meio ambiente, em tudo, na saúde emana, na economia, é muito maior do que um impacto do que se nós tivermos um acidente em qualquer outro produtor de energia da nossa matriz. Essa é uma preocupação constante na discussão sobre energia nuclear que nós temos que colocar, que é como evitar isso aqui se nós podemos criar outros modelos que evitem esse tipo de acidente.

Segundo, na própria cadeia de produção, antes da produção, nós temos toda a mineração de energia nuclear, a produção do combustível, que também gera seus riscos. Na nossa área de produção hoje nós te-

mos inclusive uma discussão muito forte, eu esqueci o nome da cidade agora, em Caetité, há uma série de estudos que indicam, por exemplo, um aumento forte na radiatividade da região, num aumento de casos de câncer na região por conta da mineração de urânio. Isso está em debate ainda, mas há relatórios sendo feitos, nós estamos investigando isso aqui, mas, por exemplo, é uma preocupação grande como que vamos, por exemplo, se vamos produzir urânio, como vamos produzir sem afetar a população local, sem criar problemas que aparentemente pode estar acontecendo em Caetité. Então a questão da segurança na questão nuclear se passa por todo o ciclo, não é só sobre os rejeitos. O rejeito é o pior problema, é a questão principal, mas todas as outras questões da produção do minério de urânio, da manipulação dele, da produção do combustível e a usina também são preocupantes, a segurança da usina e toda a segurança em torno.

Na questão dos rejeitos nucleares, a nossa preocupação, o Almirante Othon nos coloca muito forte que está mais seguro, que nós vamos colocar... Eu participei bastante das nossas discussões lá no Comitê de Política Nuclear dos modelos de colocar em minas, enterrados, com segurança, mas nós consideramos ainda que há perigo. Nós temos o perigo na manipulação, do acesso, inclusive há uma discussão se devemos fazer com o acesso ou não acesso a isso aqui, é óbvio que com acesso você tem a vantagem de poder utilizar lá na frente para ser reciclado, mas há outros riscos da ordem inclusive de segurança. Há um setor que define, por exemplo, que se na questão dos rejeitos que a gente coloque sem acessão, que haja total bloqueio ao acesso a isso, é porque há sempre o risco de ser manipulado por grupos terroristas, por grupos que podem utilizar aquilo para fazer a bomba suja. O rejeito nuclear é uma das possíveis matrizes para se construir a chamada bomba suja nuclear, que seria a bomba ou o modelo de risco de terrorismo no futuro. Então essa é uma questão que nós temos que também discutir fortemente, que não envolve só a questão do rejeito em si ambiental, mas a questão de usos que podem ser feitos. E isso, inclusive, nos coloca uma outra preocupação, que é quem vai organizar o rejeito nuclear no Brasil, quem vai coordenar. Há uma defesa que seja a ANB ou a Eletronuclear, nós avaliamos que deveria haver uma empresa específica para cuidar de rejeitos nucleares no país, até porque o rejeito nuclear não é só o rejeito das usinas, nós temos outros usos de energia nuclear no país, na medicina, na agricultura, em outras áreas que geram rejeitos. Nós devemos lembrar que um dos maiores acidentes nucleares da história, o grande acidente nuclear que houve na história do Brasil foi feito com um rejeito nuclear na área médica, que foi mal manipulado, que é o Césio-137, em Goiânia, que é um dos maiores acidentes do mundo na área nuclear, gerado por isso. Então esse é outro debate que nós temos que fazer, é como vamos manipular e utilizar todos os rejeitos nucleares no país, porque quem cuidar de rejeito, não tem que cuidar só do rejeito da usina, tem que cuidar, eu acho que tem que ter uma política para cuidar de todos os rejeitos que nós temos utilizado, até porque vamos precisar aumentar, inegavelmente, o nosso consumo de usos de energia nuclear, de combustíveis nucleares, de materiais radioativos, para a medicina, por exemplo, em que cada vez mais se usa esse tipo de produto, inclusive há uma discussão de a gente construir agora um equipamento para a gente passar a produzir muitos desses equipamentos médicos nucleares. Há o uso na agricultura cada vez mais pesado. Então essa discussão tem que ser para além do uso de como nós vamos pegar os rejeitos na questão da usina, mas para todas as questões de rejeitos. Esse é um outro debate que nós, na área ambiental, consideramos importante.

Então nós achamos que podemos ainda tentar modelos alternativos da produção de energia. Concordamos que estamos chegando no nosso limite do uso hidroelétrico, até porque, como falou muito bem, nós temos a questão das unidades de conservação, as hidrovias que são necessárias no país também, quer dizer, há outras utilizações para o potencial hidroelétrico do país, mas achamos que existem modelos alternativos que não usam só as térmicas nucleares ou as térmicas de outros modelos. Eu acho que o incentivo à energia eólica é um incentivo importante, o incentivo à energia solar, que entra no consumo, porque hoje um dos grandes usos é para colocar para uso doméstico. Conseguimos, por exemplo, no Projeto Minha Casa, Minha Vida, que se colocasse o uso da energia solar, que isso diminuiria muito a necessidade de produção em grandes usinas do consumo de energia. Nós achamos que o modelo de biomassa também é algo que nós temos que discutir fortemente e aí biomassa não é só cana, há outras produções de biomassa interessantes, que inclusive resolve um outro problema nosso, que são dos resíduos sólidos do lixo. Nós temos um exemplo de uma experiência que está ocorrendo agora no Rio Grande do Sul, que é um consórcio de Prefeituras que são suinocultoras, que estão construindo com o apoio de uma agência alemã, com o apoio da Eletrosul, uma pequena usina de biomassa utilizando fezes de suíno, que vai produzir energia suficiente para alimentar uma das cidades do consórcio. Então achamos que a gente incentivar criações de modelos de biomassa, que são modelos que em geral serão pequenas usinas, mas

que podem ser um potencial alternativo de aumento hoje, como já foi apresentado depois da hidroelétrica é o segundo fornecedor de energia do país ainda. Eu acho que podemos ampliar muito mais o uso de biomassa. Então nós achamos que temos que tentar ainda, e acho que a tecnologia está desenvolvendo, tentar incentivar mais outros usos das matrizes que não seja matrizes térmicas no país, mesmo sabendo do limite da hidroelétrica, mas a matriz eólica, a matriz solar, a biomassa, que têm potenciais de crescimento muito grande, capazes de nos fornecer um aumento que, talvez, a gente não tenha a necessidade de expandir tanto a nossa produção de energia nuclear, a nossa produção de energia térmica por outros modelos.

Então a gente acha que tem que ter, o governo, a iniciativa privada, tem que ter uma política mais forte de incentivo nesse tipo de tecnologia. São tecnologias mais limpas, menos arriscadas, o impacto geral não é só no CO2, mas se pegarmos todos os impactos ambientais dessas outras tecnologias impactam menos na sociedade, impactam menos no meio ambiente, nos são mais seguras dos riscos que têm do acidente, menos polêmicas, inclusive, que permitem em muitos casos, como o caso da biomassa, ter uma segundo utilidade, que é a gente ter para onde ir os resíduos de outras produções, que seriam utilizados na produção de energia, quer dizer, a gente resolve também parte do problema do lixo brasileiro. Então nós achamos que devia ser prioridade nossa um incentivo à criação dessas políticas de energia alternativa como o principal crescimento da nossa matriz energética para além da hidroelétrica. É isso e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Ivo, pela sua participação, representando aqui a posição do Ministério do Meio Ambiente.

Eu passo, então, aos inscritos. Primeiro aos autores do requerimento. Vamos verificar se a gente pode ficar dentro dos três minutos nos questionamentos. Qualquer questionamento e observação nós vamos ter a participação dos palestrantes ao final. Então com a palavra o Senador João Pedro, o primeiro que assinou o requerimento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Junto com o senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Subscreveu o requerimento junto com o Senador Augusto Botelho, Flávio Torres e Flexa Ribeiro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Começamos pelo mais velho.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Casagrande, eu considero esta Audiência Pública hoje aqui no âmbito das duas Comissões de extrema relevância para o nosso país. Nós temos aqui dois Ministérios importantes, considero dois Ministérios estratégicos, que é o Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente, e a Eletronuclear. Considero essa discussão uma discussão ligada ao presente do nosso país, à realidade econômica, social e ambiental do nosso país, mas também ligada profundamente com o futuro do nosso país, da nossa sociedade. Eu tenho três minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Três minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vejo que o país como liderança, você veja que nós estamos saindo da crise e nessa crise o G-7 praticamente sumiu e tem o G-20 com o Brasil sendo um país importante nessa nova rearrumação. E o povo brasileiro melhorando a sua condição de vida, as regiões melhorando.

Quando eu vejo o Luz para Todos, eu acabei de receber um relatório informando a situação lá no Estado do Amazonas, o meu Estado [soa a campainha], do Luz para Todos. Eu fico feliz, mas eu vou ficar mais feliz quando o Brasil todo superar esta dificuldade de milhares de brasileiros que ainda não têm um bico de luz, como se diz popularmente. Nós precisamos de energia doméstica, mas energia para o trem, energia para mover a economia familiar, a micro, a média e a grande empresa, enfim.

Eu não tenho nenhuma discordância na principalidade das exposições, mas eu considero a opinião do Ivo, que representa um grande Ministro, que é Carlos Minc, um grande Ministério, um pouco afastada do foco que está sendo dado pelo Ministério de Minas e Energia, ou seja, foi mostrado aqui que essa [interrupção no áudio]. Nós vamos ter, se eu não me engano, em 2030, 4% apenas da energia nuclear no Brasil, para uma economia desse tamanho. Em 2030 o Brasil vai estar bem melhor, com certeza, todos nós. Não é a economia brasileira, é o povo brasileiro. E aí eu não tenho divergência em nós ampliarmos o apoio, o incentivo, a pesquisa nas energias alternativas. Nenhuma. Eu sempre digo e vou aproveitar em trinta segundos. Itacoatiara, uma cidade no Amazonas, na margem do Rio Amazonas, que tem ali em torno de 80 mil habitantes, tem energia hoje vindo da madeira certificada, um grupo privado, e fornece energia, Senador Flávio Torres, 70% da energia vem justamente da madeira certificada, do resto da madeira. Está lá a cidade. Então, ok, eu acho que isso para a Amazônia, inclusive, ela deva ser incentivada, apoiada, que outras cidades

possam ter energia do manejo florestal. O Município de Itacoatiara é um exemplo.

Agora eu não tenho nenhuma dúvida de nós não podemos prescindir da energia nuclear. Eu quero parabenizar Angra I, Angra II, a gestão do Dr. Othon e a sua equipe, porque fazem na realidade um trabalho significativo, extremamente silencioso para a importância da energia. Ele falou muito do Rio de Janeiro, mas na realidade essa energia, ela é interligada ao sistema brasileiro, não fica no Rio, necessariamente no Rio de Janeiro. Eu quero dizer do meu reconhecimento. Eu fiquei como brasileiro, como homem público, muito satisfeito de perceber o zelo da equipe que vem fazendo a gestão de Angra I, Angra II e Angra III. Eu quero parabenizá-los pelo esforço, a forma silenciosa ao longo desses anos todos, tem muita incompreensão, tem muito preconceito com energia nuclear e nós precisamos superar isso.

Quero dizer aqui que nós precisamos ampliar isso, conversar mais com o Ministério do Meio Ambiente e nós cuidarmos desse, vamos dizer assim, desse gargalo. Mas uma economia como a nossa, um país desse tamanho, do ponto de vista social, das diferenças regionais, nós precisamos ampliar a energia nuclear e observando, evidentemente, todos os cuidados que devemos ter. Isso é política de Estado, isso é política de Estado, não é de um Ministro, de ninguém. Não, é uma política de Estado. Mas um país que quer igualdade social, que quer diminuir a pobreza, não pode abrir mão da energia.

Então eu quero parabenizar a gestão da Eletronuclear e me colocar à disposição de nós ampliarmos este debate com o Meio Ambiente, com a sociedade civil, e nós termos no Brasil uma energia nuclear com sustentabilidade, com compromissos, absolutamente com compromissos. Só assim nós vamos ter um país mais justo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, Senador João Pedro, que foi o primeiro a se pronunciar. Senador Augusto Botelho e depois o Senador Flávio Torres.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de agradecer a presença de todos os palestrantes e dizer assim que havia nessa exposição, talvez, assim, algum preço do custo do quilowatt produzido nas várias alternativas de energia? O senhor tem algum quadro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele apresentou, ele apresentou aqui para nós.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Posso reproduzir?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode, é lógico.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vi o de 150 da energia nuclear.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Veja, aparece aqui uma comparação do quanto custa em reais por megawatt/hora a nível de planejamento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Não é um orçamento de um projeto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Perfeito.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Então é muito--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É a média.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: É, valores de referência de planejamento, quer dizer, muito mais importante do que o valor absoluto é a relatividade entre eles, mostrando a sequência econômica da competitividade do sistema brasileiro. Pode passar adiante aí.

Veja, aqui mostra, digamos, aparecem as diferentes fontes energéticas para a produção de energia elétrica e aqui em reais por megawatt/hora. A gente percebe que a hidroeletricidade, a escala aí não está muito fácil de ler, mas a hidroeletricidade é algo como R$ 100,00 por megawatt/hora, alguma coisa deste tipo. É um número típico de referência. Por exemplo, as usinas do Madeira custaram R$ 70,00 para o mercado regulado, mas considerando o mercado livre dá uma média próxima desses R$ 100,00, ou seja, seriam as hidrelétricas mais econômicas. Em seguida vem a biomassa. A biomassa aí está na faixa de uns R$ 130,00, qualquer coisa dessa ordem, R$ 130,00 a R$ 140,00. Biomassa aqui do bagaço de cana, ou seja, é aquele num processo de cogeração, que é um processo eficiente e onde o investidor, quer dizer, a matéria-prima está ali, na realidade o bagaço de cana aparece por causa da indústria do açúcar e do álcool, então aparece o bagaço de cana e ele queima usando energia para ele e vendendo o excedente na rede. É um processo altamente eficiente de produção de energia. Depois vem a nuclear e o carvão mineral, que está nessa faixa aí, uns R$ 150,00, R$ 160,00, etc., quer dizer, ou seja, depois da hidroeletricidade e da biomassa são as duas fontes que se apresentam mais favorável. A eólica ali está apresentando valores que são um pouco acima, talvez, de R$ 200,00.

A eólica, eu queria fazer um comentário que é o seguinte: a experiência brasileira foi com o PROINFA. Atualmente os consumidores brasileiros estão pagando pela energia eólica, com as correções que foram feitas

desde a época que foi implantada através da Eletrobrás, R$ 270,00 por megawatt/hora. Nós estamos convencidos de que a eólica não vai custar isso e a prioridade do Ministério para a eólica é fazer o leilão de energia neste ano de reserva e estamos numa expectativa que vai custar menos de R$ 200,00, R$ 180,00, [soa a campainha] eventualmente caindo para valores menores, o que vai permitir que o Brasil passe a usar a fonte eólica como uma solução adequada para o nosso suprimento. No mundo a experiência está mostrando que a eólica está reduzindo os custos, países como a Alemanha, a Espanha, etc., têm usado intensamente, a China, os Estados Unidos.

Depois vem o gás natural, que ali está numa operação de base. Aqui está supondo que o gás natural está custando US$ 7 por milhão de BTU. Neste nível de custo o gás natural não é uma opção competitiva para produzir energia elétrica no Brasil, porque nós temos outras alternativas mais econômicas. E, depois, vêm os combustíveis fósseis, que tem custos aí totalmente proibitivos. O mais favorável é o óleo combustível e o diesel aí em valores que não deve ser usado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor quer continuar, Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu quero continuar mais um pouquinho. Eu acho que o uso da energia nuclear faz parte do pacote total de equilíbrio de energia do futuro. Principalmente o uso para mim, ele faz parte de uma outra coisa, que é do conhecimento nuclear, que ninguém empresta, ninguém dá e ninguém vende, que nós estamos desenvolvendo através dos trabalhos da Marinha e tudo, principalmente visando a minha área médica. Na área de medicina os rádios-isótopo são muito importantes.

Então eu acho que esse modelo que o país está adotando vai ser uma coisa viável economicamente para o país e vai beneficiar num outro ponto, que na área de rádios-isótopo também nós estamos começando, a medicina está engatinhando em rádios-isótopo. Tem muita coisa para frente ainda, muita coisa para a frente e com a nanotecnologia, com rádios-isótopo, a gente pode crescer e melhorar a qualidade de vida das pessoas, detecção mais precoce das doenças, reduzindo o sofrimento do paciente, reduzindo o custo do tratamento e dando acesso a todas as pessoas. Eu acho que isso que é importante.

Hoje nós temos um tipo de exame chamado pet-scan que poucos brasileiros [soa a campainha] têm acesso a ele, mas eu gostaria que esse exame fosse acessível a todas as populações, a todas as pessoas que tivessem necessidade dele. Eu estou falando só de um, mas têm outras perspectivas, outras coisas pela frente. Têm os tratamentos do câncer de tireóide, que a gente usa rádios-isótopo que resolve, que cura o câncer de tireóide. Então são coisas que nós podemos evoluir para outras variações. Fora na parte da agricultura, que você melhora a conservação dos alimentos de uma forma totalmente inócua. É lógico que o rádio-isótopo exige cuidados, o rejeito radioativo.

Nós sabemos que na usina nuclear de Angra, nós visitamos lá, nós três estivemos visitando, os rejeitos são guardados de forma segura, não tenha dúvida. É como o Dr. Othon diz: "Nós produzimos o nosso rejeito, mas ele está guardando aqui eternamente"**.** Eu acho inclusive que Angra deveria, e o Ministério de Minas e Energia, levar mais senadores para haver um melhor convencimento e esclarecimento realmente. Então é importante, como eu também acredito que dentro de um futuro muito breve esse rejeito que está guardado lá vai ser um combustível. E fico muito feliz quando o Dr. Othon mostra aquele slide lá que aparece Roraima lá com um monte pontinho de urânio. Então no futuro nós vamos ser, fora o petróleo que está lá embaixo e que ninguém descobriu ainda, porque tem petróleo na Guiana e na Venezuela. Nós estamos bem no meio e lá não tem petróleo. Como é que é essa história? Tem alguma coisa errada. E o urânio que está guardado também a leste da linha de Tordesilhas. Esse urânio está todo lá na Região Amazônica e nós vamos utilizá-lo no futuro, eu não tenho dúvida nenhuma.

Então os meus parabéns e eu acho que a gente tem que investir, tem que fazer essas novas usinas, dezoito usinas que estão projetadas, mais dezoito usinas, porque é esse o caminho. E o petróleo vai acabar, provavelmente, lá para 2050, 2060 o petróleo acaba, apesar do nosso pré-sal. O nosso pré-sal vai valer mais dinheiro ainda porque o petróleo vai estar mais raro quando nós chegarmos lá na exploração econômica dele. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado ao Senador Augusto Botelho. Agora o Senador Flávio Torres.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, pela ordem. A bula, essa bula que determinou o Tratado de Tordesilhas, ela já caiu. É bom lembrar que a igreja liberou essa bula [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flávio Torres com a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Senador João Pedro, a Rádio Senado hoje de manhã me entrevistou e perguntou se havia preconceito contra a energia nuclear. Eu respondi que não há preconceito, há conceito. O mundo conheceu a energia nuclear através de duas bombas que traumatizou a humanidade

até hoje. Agora apesar disso eu acho que a gente não pode, Dr. Ivo, ignorar a energia nuclear pelo conhecimento, pelas outras aplicações e por tudo que a gente pode ganhar com a energia nuclear.

Eu queria fazer perguntas. Primeiro, aproveitar aqui para dizer que o que não disse em Angra, Dr. Othon, eu queria dizer aqui, porque lá aparecia meio piegas dizer, mas eu queria dizer que eu fiquei muito impressionado também com a competência com que a usina, com que a equipe de Angra toca o Projeto.

A primeira pergunta ao Dr. Othon é o seguinte: o ciclo de combustível que o Brasil domina, ainda há uma etapa que a gente precisa mandar para o exterior porque a gente não faz, não é isso, no ciclo. Eu acho importante que o Brasil domine totalmente o ciclo de combustível. Eu queria saber o que é que falta, o que é que falta o Brasil investir para dominar completamente o ciclo da produção do combustível nuclear? A primeira pergunta para o senhor.

A segunda é o resíduo. João, o resíduo não está bem tratado ainda, o resíduo, não está dado a ele a destinação que o senhor mesmo nos disse, que o resíduo, por enquanto, está sendo guardado em Angra, mas não é o local apropriado para ser guardado. A gente vai ter que... Eu acho até que a solução proposta por Angra é uma solução inteligente, porque não é uma solução, é um adiamento de solução, mas é um adiamento que dá à humanidade uma certa... Porque realmente eu não sei como é que a que a gente poderia dar um destino para uma coisa ser guardada cem mil anos, se três mil anos é um tempo que nós já esquecemos onde é que ficava o Farol de Alexandria [soa a campainha] ou o Colosso de Rodes, coisa que tem três mil anos. Imaginem cem mil anos. Então eu acho inteligente que a gente comece a dar esses... Quinhentos anos é um tempo razoável para a gente se planejar. Então eu queria saber o que é que há no sentido daquele plano, aonde é que está aquilo, de escolher o local, de botar aquilo em cápsulas de aço inoxidável, depois concretar, aonde é que está, porque eu acho que é importante que se faça isso, não deixar aquilo em Angra como está.

A outra parte é o que é que falta para fazer o reator que possa produzir os rádios-isótopo para que a gente domine essa tecnologia da área da medicina, da agricultura, que é necessário para a gente. Então eu quero aqui que a gente possa ajudar a esse ciclo todo ser completado.

E, finalmente, a última pergunta. Se a Mesa considera necessária a criação de uma agência reguladora para a energia nuclear. Nós temos três 3500 instalações nucleares no país, que lidam com material radioativo, que precisam de inspeção, que precisam de condições de segurança e isso está na mão de quem executa. Então em 2008 houve uma reunião, foi criado o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear, constituído por onze Ministros de Estado, que por consenso tomaram a decisão de criar um órgão regulador independente. Isso até agora não foi feito. Então eu queria saber por que é que não foi feito e se há consenso que a gente crie essa agência reguladora do setor. Era só isso, Sr. Presidente.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: O senhor me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se o senhor não se importar, poderia responder na conclusão.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aí a gente já deixa os outros parlamentares também questionarem. Obrigado, Senador Flávio Torres. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Senado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Gilberto, eu falo por último.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de colocar que na obtenção, no aprimoramento das energias limpas, como disse o representante do Ministério do Meio Ambiente, realmente a evolução está muito baixa ainda no país e, quem sabe, chegar a um ponto de substituir até a energia térmica, até a programada, mas que o Projeto REINFA, que recentemente está sendo debatido na Casa, de autoria do Senador Fernando Collor, que prevê a desoneração de alguns processos da eólica, da marítima, a biomassa ficou fora, mas principalmente da hidroelétrica até 30 megas, ela vai permitir uma evolução dessas energias, da execução dos investimentos pela desoneração tributária que ela vai auxiliar e também vai ser uma política de fomento que o governo vai dar para dar prioridade a esses projetos. Eu vejo que vai ser uma evolução. Inclusive quem está na energia eólica, Senador Casagrande, que o senhor defende tanto aqui nessa Casa e que nós damos tanta importância, porém é a mais cara nesse processo. Ela hoje só teria uma evolução realmente de novos investimentos, maiores ainda dos que os que já existem no país, em onze estados brasileiros, mas eu vejo que essa evolução vai se dar somente a partir de uma desoneração completa de toda a cadeia e que é o que requer, que precisa ser feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Está muito longe [soa a campainha], mais de R$ 200,00 para competir com R$ 70,00 da hidráulica, é difícil.

Mas eu gostaria de perguntar também ao Dr. Othon que a desativação de parte da Alemanha de energias nucleares pela segunda vez agora, como nós herdamos esse sistema que advém aqui da energia nuclear desde o tempo dos Governos Militares, principalmente do Presidente Geisel, que implantou aqui o sistema alemão, eu perguntaria se não vai haver uma desatualização tecnológica o fato de a Alemanha desativar lá o sistema de energia nuclear. Além disso, a gente sabe que na Europa toda a hidroeletricidade, comparativamente à brasileira, aos potenciais que existem no país, é muito deficitária comparando com a brasileira. Por que é que lá, quer dizer, por questão unicamente de segurança, é por segurança que a Alemanha desativa todo o seu sistema, da qual ela é dependente, porque ela não tem um sistema hidroelétrico compatível com as necessidades, com as demandas daquele país. Eu pediria: como é que fica essa situação de tecnologia?

E, também, sobre a privatização dentro do processo de produção brasileira. Existe uma tendência do governo de abrir esse processo para a privatização, principalmente de enriquecimento de urânio?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Renato Casagrande, nossos convidados a essa Audiência Pública da maior importância.

Presidente, por tudo que eu pude assistir e aprender aqui nas exposições dos nossos convidados, eu confirmo a minha linha de raciocínio com relação à questão da geração de energia para o Brasil. Nós somos um país que temos possibilidade de termos geração de energia limpa em abundância. Está provada aí a hidroeletricidade, que hoje gera 80% ou mais de 80% da energia no Brasil, é a mais barata, é uma energia limpa e renovável, fonte renovável de energia. Acho que o Brasil deve investir e retomar o projeto de geração de energia nuclear. O projeto foi interrompido, eu vou fazer alguns questionamentos sobre essa interrupção, retomado agora, acho que de forma correta, como um instrumento de geração complementar para o setor energético brasileiro.

Devemos investir maciçamente em tecnologia na questão da geração eólica, que como Presidente eu defendo e acho que é uma fonte que nós devemos investir. Lamentavelmente o custo da geração ainda é muito elevado em relação à hidroenergia, mas não tanto em relação à energia térmica, não tanto [soa a campainha]. Mas isso será compensado, evidentemente, com inovação, com ciência e tecnologia e redução de carga tributária, como aqui foi colocado.

E, também, já defendi aqui na Comissão anteriormente, numa Audiência Pública, da retomada do programa que foi feito no Governo Fernando Henrique Cardoso, assim como o Senador João Pedro saudou o Luz para Todos, eu quero dizer realmente do programa exitoso Luz no Campo, que deu sequência com o Luz para Todos. Mas lá nós tínhamos o PROINFA, que dava condição de investimento em energia eólica, Senador Casagrande, com valores definidos no leilão, definidos no leilão. Eu acho que temos que voltar com esse programa para que haja investimentos também nessa energia.

O representante do Ministério de Meio Ambiente, eu não entendo, eu não consigo entender como é que o Ministério de Meio Ambiente, ele busca e todos nós buscamos uma fonte limpa de energia renovável. Nós temos hoje no Brasil, pelo que eu tenho conhecimento, liberado pelo Ministério de Meio Ambiente, eu perguntava aqui ao Dr. Altino o número para não falhar, mas a Vale do Rio Doce está instalando três usinas térmicas e no Maranhão me parece que vai ser instalada uma outra. Deve dar alguma coisa em torno de 3000 megas de geração, 3000 megas de geração [soa a campainha]. Enquanto isso, a gente não avança na geração hídrica. Só o Pará, não estou falando na Amazônia, só o Pará tem uma capacidade de geração, levantada já, levantada, igual ao parque gerador brasileiro hoje. Nós temos em torno de 70000 megas. Só o Pará, já pesquisado e já levantado, nós temos isso. Nós temos dois projetos que estão em fase de início de implantação, que são grandes, fora outros menores, que é Belo Monte, com 11000 megas, e São Luís do Tapajós, com 14000 megas, fora outros. Então só aí são 25000 megas num parque gerador de 70 - acho.

Então, concluindo, temos que avançar na hidroenergia, que está comprovada que é a fonte que é a vocação do Brasil, avançar nas outras, esquecer os combustíveis fósseis, eliminar os combustíveis fósseis, tirar do mapa, tirar do mapa, não permitir geração térmica, aí sim eu acho que o Ministério do Meio Ambiente devia agir de forma contundente, e apoiar a expansão do parque nuclear, apoiar a expansão.

Havia um acordo entre Brasil e Alemanha, lá no Governo dos Militares, para a construção de oito usinas nucleares. Foram construídas duas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma, a segunda depois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, então a informação ainda é mais grave ainda, faltaram sete, faltaram sete. Então a pergunta seria: por que é que esse acordo não foi adiante? E aí: será por que na construção de Angra I tivemos problemas sérios lá atrás em que houve uma suspensão, uma dificuldade, algum tipo de dificuldade operacional de logística que retardou a continuidade do programa? E se isso foi verdadeiro, o fabricante ressarciu a Eletronuclear por esses problemas? Me refiro mais atrás.

A outra preocupação que eu tenho, já foi falado aqui em prospecção de urânio e a informação que eu tinha é próxima da que me foi fornecida agora, de que o Brasil tem uma reserva muito grande de urânio, talvez seja a primeira ou a segunda reserva mundial de urânio, mas que nós só temos prospectado entre 25% e 30% do território brasileiro. E, explorado, muito menos. Então o que é que impede de se avançar na prospecção e se avançar na exploração, não só do urânio, como também do tório, que é um outro elemento físsil, que, como o urânio, também tem, inclusive a informação que eu tenho, é mais seguro e com maior disponibilidade de reservas mundiais. Então também por que é que o Brasil abandonou as pesquisas para o desenvolvimento de um reator movido a tório?

Com relação à qualificação, à qualificação profissional com essa suspensão do programa de geração nuclear no Brasil. Já foi perguntado há pouco se com a suspensão na Alemanha, se não vai haver problema de tecnologia, de perda de tecnologia. Aí eu pergunto a questão da formação do técnico. Nós temos quadros formados lá naquela época, que ainda estão na ativa hoje, se esses quadros, eles são suficientes ou eles precisam ser incentivados para que o Brasil possa avançar realmente no aumento da sua geração nuclear visando não substituir, nunca substituir a geração hídrica pela nuclear, mas sim como um elemento de complementação de um sistema. Eu vi aqui na transparência, inclusive eu acho que foi São Pedro mexendo lá no tempo para que faça chover ou não chover [soa a campainha]. É verdade, mas nós temos capacidade de ter reservatórios suficientes para que possa equilibrar. O Brasil, com a dimensão continental, ele tem climas diferentes. O mal, Senador Casagrande, do executivo brasileiro, do legislador brasileiro, é querer legislar como se o Brasil fosse igual por inteiro. A Amazônia não é igual. A Amazônia, têm várias Amazônias dentro da própria Amazônia. Imaginem o Brasil. Então as gerações aqui são complementares.

Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradeço a V. Exa. Antes de passar a palavra aos nossos expositores, eu vou passar a presidência ao Senador Flexa Ribeiro, porque eu quero fazer uma colocação rápida e depois eu preciso me ausentar para um compromisso já assumido. Senador Flexa Ribeiro com a palavra para presidir a Sessão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero primeiro agradecer ao Senador Casagrande de transferir a presidência e passo ao Senador Casagrande a palavra para que ele possa fazer os seus questionamentos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Agradecer aos expositores e o tema da energia é um tema que sempre foi muito importante, cada vez mais importante. Nós estamos próximos a um grande debate mundial sobre mudanças climáticas e mudanças climáticas é igual a energia, é sinônimo de energia. Então a forma que a gente consome, se tem eficiência ou não, é a fonte da energia, qual é a fonte que nós estamos usando, então isso está totalmente relacionado, é proporcional, esse debate aqui é um debate que tem a ver com um grande tema mundial, que é o tema das mudanças climáticas, e sem dúvida o Brasil tem um diferencial muito grande pela matriz nossa, que é uma matriz renovável em quase 50% quando usa toda a verificação da matriz energética. A parte elétrica chega aí a oitenta e poucos por cento, como nós vimos.

Mas eu vou colocar a minha posição. Eu já tive a oportunidade de visitar Angra, foi há dois anos atrás, eu estive lá em Angra, ainda não tinha iniciado a obra de Angra III, eu acho que iniciou esse ano, não é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Começou recentemente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Começou recentemente a obra de Angra III. Eu acho que o Brasil deve consolidar a sua participação e deve aprofundar a tecnologia com relação à energia nuclear. Não deve ter um planejamento para que ela seja de fato uma fonte das preponderantes, mas deve ter um planejamento para que ela seja uma fonte de domínio tecnológico nosso, porque é uma fonte que se mostra e se mostrou nos últimos anos, com o debate de mudanças climáticas, uma fonte que perdeu um pouco do preconceito que se tinha com relação à energia nuclear. Continuamos ainda com um problema, que é um certo fantasma, que é a questão do rejeito. Por mais que a gente explique que vai ser guardado não sei quantos anos, mas ainda é um assunto que nos

mete um pouco de medo, vamos ser bastante claros, e a gente tem uma certa preocupação com relação ao urânio. O urânio é mais ou menos um palavrão para nós, não é, pelo perigo na hora da exposição da radioatividade. Mas, de qualquer na maneira, eu acho que o Brasil deve aprofundar a sua participação e o seu conhecimento tecnológico nessa área. Então deve ser um ponto de debate e de inclusão na nossa matriz energética, matriz elétrica, a energia nuclear deve ser um ponto importante.

A segunda questão, nós vamos ter um leilão de eólica em novembro, não é isso? Não é novembro? Está certo o leilão, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está certo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está certo. Então a eólica vai ficar por R$ 200,00 ou menos de R$ 200,00, Senador Gilberto Goellner, e ela vai reduzir mais ainda no decorrer dos próximos leilões. Se nós tivermos leilões permanentes, se nós tivermos leilões permanentes ano a ano, leilão de eólica, nós vamos criando um mercado de equipamento de eólica e de estudo com base na geração do vento que vai permitir que a gente reduza mais o preço, além de que nós vamos ter que passar a incorporar o custo ambiental em todas essas fontes de energia. Não tem como você não incorporar o custo ambiental, vai ter que incorporar o custo ambiental. Se a térmica à óleo diesel já é seiscentos e poucos reais a geração de um megawatt, se incorporar o custo ambiental vai passar de mil reais. Então nós vamos ter que incorporar custo ambiental. Então incorporando custo ambiental, ela fica mais competitiva ainda. Eu acho que nós temos um potencial eólico no Brasil que a gente deve explorar muito mais do que nós estamos explorando. Então a gente está discutindo energia nuclear, mas o debate é sobre energia, a matriz brasileira, é aquilo que a gente vai ter para 2030, já que está aqui planejado em termos de geração. E o Ministério do Meio Ambiente vai ter que discutir mesmo um pouco. Aí o Ministério do Meio Ambiente vai ter que perder também um pouco o preconceito de que o licenciamento das usinas hidrelétricas, que já melhorou muito, é bom a gente reconhecer isso, que nós já tivemos um avanço no licenciamento, mas hoje é muito mais fácil você licenciar aquilo que você já sabe [soa a campainha] que é extremamente poluente, que é uma térmica, já sabemos que é extremamente poluente, então o impacto é ali analisado, os estudos são mais simplificados, mas a eficiência da poluição dela é muito superior a uma usina hidráulica, a uma geração hidráulica. Então nós temos ainda esse problema. O Presidente da Empresa de Pesquisa de Energia, o Tolmasquim, na semana passada foi para uma entrevista dizendo que ele não tem nenhum... Eu não sei se foi dessa forma, ele tem poucos projetos licenciados de hidráulica e a maior parte é de térmica, a maior parte é de térmica. Então a previsão é que nessa projeção que nós temos aqui de geração para 2030, se nós tivéssemos muitos impasses ambientais, nós teremos até uma ampliação de térmica e uma redução de hidráulica. Mas também não é a culpa só do Ministério do Meio Ambiente. O Brasil, que quer ser um Brasil com perspectiva, tem que planejar com antecedência também, está certo? Não ainda querer planejar hoje para amanhã já ter o licenciamento. Tem que planejar com antecedência para dar tempo do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, de fazer todo o trabalho de licenciamento.

Então eu queria só fazer esses registros, pedir permissão para me ausentar e agradecer e parabenizar pela participação de todos vocês que aqui vieram. Senador Flexa Ribeiro, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande e lamento que V. Exa. tenha que ausentar-se dessa Audiência Pública, face aos compromissos já assumidos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para registrar aqui na nossa Sessão, nesta Audiência Pública das duas Comissões, a presença de uma grande liderança na política no meu estado, que é o Enéas Sobrinho Gonçalves, que está aqui, liderança, membro do PMDB, foi Prefeito em Parintins, ali na extrema com o estado de V. Exa., Deputado Estadual também que foi pelo estado e está prestigiando a nossa Sessão de hoje, essa Audiência Pública. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador João Pedro. Quero saudar o nosso visitante, primeiro, porque nos honra muito com a sua presença aqui. Segundo, por ser de um estado vizinho ao Pará, um Estado irmão. Terceiro, por ser de Parintins, onde ocorre o festival do Caprichoso e do Garantido.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Que é o melhor, o melhor é o Garantido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu como não sou vermelho, torço pelo azul, eu não sei qual dos dois é o azul.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o Caprichoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o Caprichoso. Então como eu sou

oposição ao vermelho, eu estou torcendo sempre pelo azul. Seja bem-vindo.

Com a palavra o Dr. Othon Pinheiro, Diretor-Presidente da Eletronuclear, para responder aos questionamentos dos senadores.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Primeiro vou me permitir começar pelo seu questionamento. Por que o acordo Brasil e Alemanha não foi para frente? Na nossa exposição, senador, nós dissemos que a opção nuclear foi um pouco precoce, quer dizer, naquela época era precoce. Segundo, ele realmente queria ter a tecnologia do ciclo e nós compramos dos alemães uma tecnologia do ciclo que não resolveria o ciclo, ou seja, a parte crucial do ciclo era o enriquecimento e nós queríamos inicialmente comprar a ultracentrifugação. Por pressão dos americanos sobre a Holanda, os alemães não venderam aquela tecnologia que estava, no início das conversas, pactuado que eles venderiam. E venderam um processo chamado de [ininteligível], que era um processo que não resolveria, gastamos um bilhão de dólares naquele processo, mas nós, brasileiros, desenvolvemos com tecnologia nossa a ultracentrifugação, centrífuga de vanguarda, digamos. Então o senhor que é o Presidente da Comissão de Tecnologia, este é um fato, nós desenvolvemos o ciclo do combustível todo, a tecnologia nós temos. Falta-nos fazer todas as fábricas do ciclo.

Então no momento, respondendo a uma outra pergunta, o nosso urânio, o nosso combustível nuclear tira passaporte, quer dizer, tira o concentrado daqui, lá de Caetité. Eu vou abrir um parêntese, senador, se eu posso falar como cidadão e não como Presidente da Eletronuclear. Eu fiquei indignado com a posição do nosso representante do Meio Ambiente, que ele usou a seguinte frase: podendo, quer dizer, o cidadão de lá, pode estar acontecendo contaminação em Caetité. Um representante público não tem o direito nessa Casa de dizer “podendo”; ou está ou não está. É muito fácil saber se está. É pegar um cidadão de lá, colocar num medidor de corpo inteiro e ver se está ou não [soa a campainha]. Então um representante de um Ministério dizer “podendo”, quer dizer, espalhar a preocupação e discórdia, é a minha indignação de cidadão a essa colocação.

Continuando agora as respostas, então o acordo nuclear Brasil/Alemanha, ele foi precoce e usamos para o ciclo uma tecnologia que não era adequada. Isso foi corrigido depois no país. Foi desenvolvida aqui a tecnologia e a fábrica para o enriquecimento já está sendo construída nesse governo, para Angra III todas as recargas já serão com combustível nacional, isso é uma grande decisão de governo. O contrato que nós firmamos, já estamos firmando com a ANB, já prevê que as cargas todas serão produzidas aqui no país e, certamente, sem essa contaminação falada. Então o acordo foi precoce e também para o ciclo baseou numa tecnologia que não era a melhor, por isso que...

Agora com relação à tecnologia das centrais. A Alemanha, ela deu uma parada nas centrais nucleares numa faze em que o combustível fóssil, o carvão, que era o principal componente da Alemanha, estava muito barato, depois da queda do Muro de Berlin. A energia é sempre capital intensivo e recebe um impacto das decisões econômicas. Então naquele momento havia... Então houve uma subida do Partido Verde, houve o lobby da indústria do carvão e uma série de circunstâncias fez com que a Alemanha aparece. Mas logo depois ela estendeu o prazo de funcionamento das centrais e existem fortes indicativos políticos que essa parada não vai haver mais com a mudança do sistema político na Alemanha. Na Suécia já é decisão, vão continuar com o programa nuclear, ou seja, houve uma parada local, em outros setores da Europa houve um crescimento, no mundo todo de uma maneira geral--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Othon, e a França avançou?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: A França avançou. Houve uma parada por uma razão política na Alemanha.

Quero deixar claro aqui que é muito importante esse conceito que foi colocado. A energia nuclear é apenas uma contribuição. Eu, particularmente, eu tenho duas posições na vida [soa a campainha] como empregado da Eletronuclear e como tinha uma empresa que a minha filha toca em São Paulo, ela trata de hidrelétricas, de pequenas centrais hidrelétricas, nós temos uma patente, e ontem recebi a notícia que ela está fabricando vinte e dois motores para eólica, ou seja, eu não sou um xiita da energia nuclear, muito pelo contrário. Eu acredito piamente na importância da contribuição dela. Eu creio que para o país, por todas as razões, vai ser muito importante apenas como contribuição.

Se eu pudesse focar apenas a parte do resíduo, que é o ponto mais... Existem três resíduos na central: um é de baixa atividade, que é equivalente aos resíduos hospitalares; o de média, que são os filtros do sistema, ou seja, em termos de duração da radioatividade, 50 a 60 anos, ou seja, dentro do previsível da vida de um cidadão; o grande desafio é o rejeito de alta radioatividade, é o combustível que tem esse formato e uma vez irradiado... Então nós temos duas opções: ou fazemos como a França, Coreia e Japão, que têm pouca reserva ou não têm nenhuma reserva, eles reprocessam, reciclam, o melhor termo é reciclam, reciclando uma quantidade de resíduo é bem menor,

mas dá um resíduo que dura milhares de ano. A política nacional não é a que o representante de Minas e Energia disse, que era colocar em locais profundos. Não é essa a política, quer dizer, o nosso Secretário, ele não tem conhecimento exatamente de qual é o nosso foco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Não, perdão, do Meio Ambiente, me desculpe. Então há um engano, porque ele não sabe qual é a nossa política. A nossa política é pegar o combustível queimado, é esse combustível, encapsular em cápsulas, inicialmente ele é colocado em tanques que tem dentro da usina para ele perder, digamos, o calor que ele tem residual. Fica cerca de oito anos nesse tanque com água desmineralizada. Isso é técnica mundial, nunca houve em algum local do mundo histórico de algum contágio, então é um processo extremamente seguro. Depois o que é que vai ser feito? Colocado em ampolas de inox e essas ampolas de inox vão ser depois transportadas para um local, que é uma caverna, com tipo um pombal de concreto. O Presidente da Eletronuclear ou quem estiver na época pode encostar as suas costas nessa parede aqui e falar por duas, três horas, que ele não terá um [ininteligível] radioativo muito maior do que tem aqui nessa sala. Então é seguro. E todos sabem aqui nessa Casa que nós podemos ter uma construção civil que dure quinhentos anos. Até o Convento dos Carmelitas de Angra dos Reis tem quinhentos anos de duração e não foi feito para durar quinhentos anos. Então esse processo encapsulado dentro de uma estrutura de concreto com barita é extremamente seguro e qualquer um entende que pode durar quinhentos anos, ou seja, vai estar fora do contágio da sociedade, absolutamente fora. Então é um processo seguro, nós estamos postergando isso. Agora certamente ele pode ser reprocessado, como o Japão faz, a Coreia e a França, mas no nosso caso economicamente não nos interessa fazê-lo agora. Então é um processo extremamente seguro de postergar uma solução e em quinhentos anos nós acreditamos que a humanidade terá soluções para esse resíduo.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Presidente, eu poderia só complementar?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): A minha pergunta foi: aonde vai ser isso?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Sim, aonde, essa é uma pergunta importante. Nós vamos fazer apenas uma célula, um pequeno em Angra para experimentalmente demonstrar para a sociedade, para a comunidade científica, que o processo é seguro. Depois nós vamos fazer um leilão público para aquele município que pedir o menor preço, será, mas antes nós vamos demonstrar com uma célula que é um processamento seguro. Se nós não demonstrarmos que é seguro, nenhum município vai querer participar desse leilão. Então o primeiro passo é um experimento federal, cerca de uns vinte anos, para numa célula a gente demonstrar cabalmente, mas com ampla transparência à comunidade, para a nossa sociedade, para a comunidade científica e para a comunidade científica mundial. Nós apresentamos essa solução no DOE, no Departamento de Energia dos Estados Unidos, eles acharam bastante criativa e bastante segura. Não resolve, mas posterga por quinhentos anos de uma forma muito responsável.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Rapidamente. Angra I e II recebem auditorias internacionais para olhar isso?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quais os países que compõem?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Recebe da agência internacional, que é o Conselho de todos os países que utilizam energia nuclear, e nós temos também pertencemos à WANO, que é a Associação de Operadores Nucleares de Centrais, que um grupo de pessoas de uma central inspeciona as outras. Isso é mais no tocante à operação.

No que diz respeito ao rejeito, nós temos a auditoria da Comissão Nacional de Energia Nuclear e da Agência Internacional de Energia Atômica, sendo que até hoje o combustível produzido é estocado naqueles tanques dentro da central.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Othon, concluiu?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Se o senhor já tiver concluído, o senhor não respondeu sobre o reator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): A construção do reator, nem sobre a necessidade da criação de uma agência reguladora para o setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Othon.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: É, a necessidade da agência, é fundamental que se crie uma agência. Foi decidido nesse Comitê, são oito Mi-

nistérios, particularmente desde a época que foi criado o modelo atual eu era favorável à criação da agência reguladora, ou seja, tratar da segurança nuclear e não do fomento. Então essa foi uma decisão. No momento o Projeto de Lei já está feito, a Comissão Nacional de Energia fez, e está em processo de ouvir os diversos Ministérios, está ele internet para que todos opinem, para que haja um refinamento do Projeto, mas a Comissão Nacional de Energia Nuclear, que pertence ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tomou as providências e disponibilizou na internet uma minuta de Projeto de Lei.

Com relação ao reator, reator de rádios-isótopo, é uma pergunta muito boa, também dentro do escopo do Ministério da Ciência e Tecnologia, está em processo, está sendo projetado e vai ser construído no país um reator de alto fluxo, que serve para produzir rádios-isótopo, essas fontes necessárias ao tratamento, porque não só há parte de produção de rádios-isótopo para exame, que hoje é uma técnica indispensável, quase todos nós já fizemos exame do coração, é indispensável na medicina, como também a aplicação, digamos, não é bem cura, mas da mitigação de câncer. Esse reator está em processo de projeto e breve entrará em construção pela Comissão Nacional de Energia Nuclear ou órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Othon, eu também gostaria que V. Sa. pudesse responder a questão do uso do tório também, por que é que foram suspensas as pesquisas e, também, a questão da exploração de urânio, que está sendo feita ou não sendo feita com a expansão que deveria ser, e a qualificação da mão-de-obra para a tecnologia nuclear no Brasil.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Sobre o tório. O ciclo do urânio é mais barato. O Brasil é feliz que tem urânio e tem tório. A Índia, por exemplo, não tem urânio e tem tório. Então o país no mundo que utiliza mais o tório é Índia, porque não tem urânio. Sempre que a gente tem urânio, há uma certa preferência por duas razões: porque é menos radioativo e é mais barato. Mas sem dúvida o fato de ter tório é outra vantagem diferencial que o Brasil tem.

A segunda pergunta que eu deixei de--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da prospecção de urânio no Brasil, que está só em 30%.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: É, isso a gente precisa, não há como responder, nós temos que conhecer mais o nosso território. Nós conhecemos pouco o que tem nesse país e uma prova disso é o pré-sal que só recentemente. A gente tem muito para conhecer desse país e ampliar a prospecção. Nós temos o mesmo tipo de formação geológica, a grande parte do território brasileiro, da Austrália. A Austrália é a primeira reserva do mundo. Se nós tivermos no nosso território, depois de prospectado, os mesmos padrões da Austrália, nós vamos ficar em primeira ou segunda reserva do mundo. É fundamental que continuem o processo de prospecção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A mão-de-obra.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Na década de 70 houve uma formação grande de mão-de-obra dentro do Programa Brasil/Alemanha, mas lá em São Paulo, no chamado programa paralelo da época, nós formamos mais mestres em ciências e doutores do que no acordo Brasil/Alemanha. E o programa nosso agora é de formar de cinquenta a sessenta mestres em ciência daqui a dois anos. O Ministério da Ciência e Tecnologia está nos apoiando e nós devemos implantar três, quer dizer, implantar não, aprimorar, não é bem aprimorar, é instrumentar melhor a Universidade de São Paulo com o IPEA, o Rio de Janeiro, lá com a [ininteligível] de pós-graduação, e Pernambuco. Em Pernambuco, a ideia é colocar um curso. Nós vamos formar no mínimo cinquenta mestres em ciência por ano. Então não temos dúvida de que a gente... Já fizemos isso no passado, de 1982 a 1987 nós formamos quarenta, chegamos a ter novecentos e tantos engenheiros no mesmo teto trabalhando, já fizemos uma vez e podemos fazer de novo, ou seja, temos é que acreditar na possibilidade nossa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear. Antes de passar ao Dr. Altino Ventura Filho para que dê as respostas aos questionamentos, eu quero só fazer duas observações, Dr. Othon, às respostas que V. Sa. deu.

Primeiro, essa questão que V. Sa. disse de onde, qual o município que vai abrigar, essa área para guardar o resíduo, eu lembro que há décadas atrás era Governador do Estado do Pará o Hélio Gueiros, e houve um movimento do Governo Federal no sentido de levar o lixo atômico para a área de Cachimbo, lá no sul do Pará, e ele se insurgiu como o Governador: “Não, o Pará não é lixeira do Brasil, não vai vir”. Então essa dificuldade realmente é o preconceito, é o preconceito que se tem no caso de ter algum risco para o município onde possa vir a abrigar a guarda.

E um outro assunto que não foi tratado aqui, mas V. Sa. falou da Alemanha, a questão da predominância da energia nuclear, que ela recuou agora no carvão mineral, mas é importante se tratar de um assunto que aí sim o Ministério de Meio Ambiente deveria agir, Senador João Pedro. O Ministério de Meio Ambiente, ele

fica atento para umas questões e desatento para outras de vital importância para o Brasil. 6% da energia gerada na Alemanha vem da queima de resíduos sólidos, que é um grande problema, é um grande problema no Brasil, principalmente. A Alemanha chega, Dr. Othon, e estivemos lá visitando, a importar lixo de outros países para poder queimar e gerar energia com isso. Então o Brasil hoje, a questão do tratamento dos resíduos sólidos no Brasil, é uma questão de calamidade. São poucas as capitais que têm o tratamento correto. No meu estado, o Estado do Pará, Belém ainda usa hoje de lixão a céu aberto, que é um absurdo. Há pouco tempo, e isso é comum acontecer lá na Região Amazônica, do rio subir e inundar algumas áreas dos municípios, e eu estive em Altamira, que foi um desses municípios atingido, e fiquei impressionado de ver que quando a água do rio subiu, entrou no lixão e o lixo se espraiou pela cidade toda. E o aí o Ministério de Meio Ambiente parece que não está vendo o que está acontecendo no Brasil. Então vamos cuidar do meio ambiente, mas cuidar de uma forma que seja cooperativa para que o Brasil avance. Essa geração de energia também, Dr. Altino, pela queima de resíduos sólidos, acho que deveria também ser estudada aqui em nosso país. Temos exemplos da Alemanha e deve ter outros países já desenvolvendo essa tecnologia.

Com a palavra o Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Eu vou procurar ser sintético em função do horário, eu vou fazer alguns comentários em função das perguntas e das reflexões que foram colocadas.

O primeiro diz respeito à aquelas demandas de energia que foram apresentadas, em particular de energia elétrica, aqueles 1000 ***terawatts-hora***. Naquela projeção estão devidamente consideradas a eficiência energética e a conservação. Em valores expressivos, para dar uma ideia, o nosso planejamento de 2030 prevê que a sociedade brasileira vai reduzir em 9% o consumo de energia no ano 2030 daquele que ocorreria, se não forem tomadas atitudes no sentido de aumentar a eficiência no uso da energia. Então são programas, por exemplo, voltados para usar eletrodomésticos mais eficientes, tirar os chuveiros elétricos, em suma, as lâmpadas incandescentes, para atingir esses 9% é preciso um esforço enorme da sociedade. Então isso aí está considerado lá.

Bom, um outro aspecto é o seguinte: a ênfase que foi dada na apresentação foi mais voltado para a questão da hidroeletricidade, que tem uma importância muito grande, a questão da biomassa, que é complementar e importante também, e a nuclear, que é o tema que estamos discutindo aqui. Não fizemos referência às chamadas outras fontes alternativas, quer dizer, fontes renováveis, digamos, como é a eólica, como o lixo e outras que poderão ser encontradas. Em 2030, veja, nós estamos prevendo uma participação em termos de geração de oferta de energia para a energia elétrica nuclear em torno de 4% da geração total. Essas outras fontes, digamos, que fora a biomassa e etc., são fontes renováveis, nós estamos prevendo valores de 5%, acima da participação nuclear. Eu posso afirmar que este número, se nós fôssemos rever esse planejamento e em algum momento vamos fazer esse planejamento estratégico, este número tende a crescer, porque o planejamento de 2030 foi feito com duas fontes, nós faríamos mudanças em função de evolução do contexto recente. Um é que tem, aparentemente, a parte de gás natural que está um pouquinho exagerada. Outra é a eólica, que está pouco. Na época, veja, a eólica, veja bem, nesses últimos três anos, a evolução da eólica em termos mundiais foi enorme em termos de redução de custos e ganhos de produtividade e de tecnologia. Para dar uma ideia, a eólica no mundo operava com torres de cinquenta metros. Hoje as torres são de cem, cento e vinte metros. Os geradores, quer dizer, eram geradores pequenos, de menos de um quilowatt, uma megawatt cada um, hoje já está na faixa de 2,5, porque na medida em que aumenta a torre fica mais difícil colocar um gerador de maior porte naquela torre, porque exige um esforço muito grande de ventos e coisa desse tipo. Então a tecnologia evoluiu com redução de custos. Nós estamos muito esperançosos que o resultado do leilão que nós vamos fazer agora vai dar uma resposta muito boa e a energia eólica se tornará uma opção concreta e competitiva de uma forma sustentável. Essa é a nossa expectativa e o Brasil tem um potencial enorme disso aí.

Têm também outras energias que não falei aqui, a solar, por exemplo, para baixas temperaturas é utilizada, a solar fotovoltaica, nós estamos também utilizando em sistemas isolados para pequenas cargas, vamos levar à frente um protótipo da termossolar, quer dizer, transformar o sol em energia elétrica através do calor, vamos fazer um protótipo de experiência na Região do São Francisco com o apoio da Eletrobrás e da CHESF, em suma, todas essas opções estão contempladas. Talvez a intensidade pode ser um pouco maior ou um pouco menor em função da evolução do contexto tecnológico e de custos.

Eu queria fazer mais uma referência com relação [soa a campainha] à questão das licenças ambientais. Veja, no Brasil hoje é extremamente complicado licenciar uma hidroelétrica, seja pequena, seja de maior porte, e muito fácil licenciar uma usina térmica a derivado

de petróleo. Duas razões estão levando a isso. Primeiro, que a licença da hidroelétrica é feita pela União, é o IBAMA que faz, e a nossa legislação é muito rigorosa, como deve ser. Exige Audiências Públicas, exige discussões com as comunidades locais, se é próximo de terras indígenas exige que até o Congresso Nacional se pronuncie. Veja, devemos ter uma legislação dessa. Então isso faz com que o tempo para licenciar uma hidroelétrica seja um tempo muito longo. Quem licencia a usina térmica é o estado, é o Governo do Estado, e tem interesse de trazer o projeto para o seu estado, entendendo como é algo que é de desenvolvimento daquele estado. E a usina térmica, ela tem um problema ambiental mais localizado: é menos complexo do que a hidroelétrica. Então sai a licença das usinas térmicas num tempo muito menor do que das hidráulicas. Por isso que nos últimos leilões só tem aparecido praticamente geração térmica. E neste Leilão A-5 agora de 2010, 2009, está certo, que devemos fazer porque precisa o mercado para atender 2014, como disse o Senador Casagrande, veja, e que o Presidente da EPE colocou, nós não temos nenhuma hidráulica licenciada até agora. E temos várias térmicas. Então o país pode continuar expandindo geração térmica a derivados de petróleo porque a opção hidroelétrica não está sendo viabilizada. É verdade que houve uma interrupção nos estudos hidroelétricos, que fez com que nós não temos projetos disponíveis, mas isso já está contornado. Com o esforço da EPE e a política do Ministério de Minas e Energia, nós fizemos os estudos de inventário, fizemos estudos de viabilidade e vários projetos hidroelétricos poderiam estar disponíveis, faltando ainda a licença ambiental.

A prioridade, senador, é usar de fato o potencial hidroelétrico que está localizado no Pará, está certo? Nós estamos com todos os movimentos(F) do Tocantins e Araguaia, daquilo que é possível ambientalmente fazer, vamos licitar esse ano o Projeto de Belo Monte com 11000 megawatts, um projeto extraordinário, um projeto extremamente econômico. Já estamos com as usinas do Madeira em implantação e construção e, em seguida, vamos licitar, em função da necessidade energética e da viabilização das licenças ambientais, o Complexo São Luís, no Tapajós. Portanto, o Brasil retornou à opção hidroelétrica para a expansão do seu sistema, prioritariamente. E o que está entrando de térmica em derivado de petróleo é uma situação conjuntural que nós estamos com todo o esforço do Ministério de Minas e Energia para contornar.

O Brasil não deve usar derivado de petróleo para produzir energia elétrica. Isso é um equívoco. O país tem outras opções muito mais adequadas do ponto de vista técnico, do ponto de vista de economicidade e do ponto de vista ambiental.

E como foi discutido aqui amplamente, a solução da nuclear, ela é complementar, extremamente importante, o Brasil precisa da geração nuclear nesse horizonte de médio e longo prazo. Os números são da ordem de 4, 5% da participação, isso em 2030, que é algo perfeitamente de ser razoável e que vai permitir operar o nosso sistema de uma forma mais adequada com essas usinas de base, competitivas, e com uma série de vantagens.

Um outro aspecto que foi colocado aqui é o seguinte: a questão da emissão do CO2 é uma das questões ambientais, que hoje ela tem uma importância grande porque o mundo continua usando 80% da sua energia a partir dos combustíveis fósseis e continuará assim no horizonte dos próximos vinte, trinta anos. Todos os cenários internacionais que são feitos nas organizações mostram que o mundo continuará mal comportado usando os combustíveis fósseis, que são emissores de CO2. 80% da energia que o mundo usa vem de carvão, gás natural e petróleo, está certo? Continuam emitindo CO2. Essa é uma questão importante. Nós consideramos que essa não é a única questão ambiental. Todo projeto energético tem um impacto ambiental e que precisa ser contornado. E a hidroelétrica tem sim. A hidroelétrica emite CO2, a hidroelétrica inunda áreas, a hidroelétrica atinge o ecossistema, mas ela bem planejada como usinas a fios d'água, com reservatórios muito pequenos, está certo, pode ser uma influência extremamente adequada, como vários exemplos no Brasil nós temos, inclusive o exemplo de Itaipu, exemplos de vários outros reservatórios, e os que nós estamos planejando na Região Amazônica, que são usinas a fio d'água com pequenas áreas, como fizemos no Madeira e como vamos fazer em Belo Monte. As hidrelétricas da Amazônia, planejadas conforme a política do Ministério de Minas e Energia, com reservatórios pequenos, usinas a fio d'água, no conceito de plataforma hidroelétrica, veja, elas são usinas extremamente viáveis e o impacto ambiental é extremamente reduzido. A realidade vai mostrar isso ao longo do tempo. Nós estamos iniciando essa experiência com o Madeira, vamos fazer com Xingu e depois com Tapajós e a sociedade brasileira verá que a hidroeletricidade na Amazônia, que é onde tem grande parte do potencial hidroelétrico, nós devemos aproveitar, é perfeitamente viável sob o ponto de vista técnico, econômico e ambiental.

Então seriam essas reflexões que eu gostaria de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Altino. Antes de passar ao

Dr. Ivo, que representa o Ministério do Meio Ambiente, como Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Minc, eu queria também fazer uma rápida observação às respostas do Dr. Altino.

Primeiro, que o Brasil passou nos Governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso por uma "apagão", teve que tomar medidas emergenciais de construir usinas térmicas para suplantar aquele problema que aconteceu, exatamente por São Pedro não ter mandado baixar água suficiente naquele momento. Mas lamentavelmente, como bem disse o Dr. Altino, não foram tomadas as providências para que isso fosse equacionado, que é exatamente a geração hídrica, quer dizer, investir em geração hídrica. Pelo contrário, se fez investimentos e aquilo que era provisório, que era para entrar em funcionamento numa necessidade da energia a nível nacional, ela passou a ser quase que permanente. E se o Brasil, lamentavelmente, por não ter crescido nas taxas que deveria ter crescido ao longo desses seis anos na onda da economia, do *bum* da economia mundial, se tivesse crescido, Dr. Altino, nós teríamos tido problema, não íamos crescer porque não teríamos energia para que pudéssemos crescer. Há um paradoxo, Senador João Pedro, como é que as coisas acontecem--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós crescemos 5%. V. Exa. não teve isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em média.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É a média, 5% de PIB nos seis anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, PIB não. Se nós tivéssemos crescido--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): 5% de PIB. V. Exa. não acompanha?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A China cresceu a 12%, a Índia a 8%.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, V. Exa., o governo de V. Exa. não cresceu 5%, a média foi 2%. O nosso governo é 5%. São números, estão aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão, só que V. Exa. tem que saber o seguinte: que uma pessoa, a temperatura média não pode ser considerada como de sobrevivência. Se você colocar a cabeça num forno a cem graus e o pé numa geladeira a zero grau, na média você sobreviveria, mas morreria. Os Governos de Fernando Henrique Cardoso... Deixa eu completar o raciocínio.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): 2%.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os governos cresceram em função de uma conjuntura adversa mundial. Os oito anos... Deixa eu concluir.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [interrupção no áudio] a audiência, porque, se for comparar número, V. Exa. vai perder, vai perder.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São cenários diferentes, é isso que a Nação brasileira compreende, são cenários diferentes. O que aconteceu lá atrás, de 1995 a 2002, era um cenário a nível mundial da economia recessiva, tivemos crises repetidas, uma após a outra, e o que aconteceu nesses seis anos. Eu concordo que às vezes Deus ajuda. Ajudou demais a todos nós, brasileiros, graças a Deus.

Mas, concluindo, eu queria só complementar aqui, Senador João Pedro, o que o Dr. Altino diz, que é muito difícil conseguir licença ambiental para uma hidroelétrica. As termoelétricas saem fáceis, de uma forma até incompreensível. Eu queria dizer ao Dr. Altino que não é difícil só para a hidroelétrica, não. É difícil também uma licença ambiental para instalar uma panificadora. É muito difícil, fique certo disso.

Com a palavra o Dr. Ivo Bucaresky, Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Minc.

SR. IVO BUCARESKY: Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Bom, primeiramente para pegar até a fala do Senador João Pedro, eu quero dizer o seguinte: nós não estamos dizendo no Ministério do Meio Ambiente para não utilizar energia nuclear. A energia nuclear no Brasil já está efetivada, nós já temos Angra I, Angra II, nós demos a licença de Angra III, que foi dada na gestão do Ministro Carlos Minc. Que fique bem claro.

O que nós estamos questionando é a prioridade de expansão do uso de energia nuclear nos próximos vinte anos, que é uma política de governo, mas que o Ministério do Meio Ambiente tem o seu questionamento, nós estamos achando que nós podemos ter outras formas para expandir sem a necessidade de utilizar a energia nuclear. Fora que nós já temos a capacidade instalada, que nós já temos, que é bom que tenhamos, eu concordo que é bom que se tenha uma quantidade de alternativas diferentes, é necessário para um país do nosso tamanho, até por questão de segurança nacional.

Achamos que a questão não é se vai ser 4% ou 2% ou 10% do total da energia produzido no país. Eu acho que a questão é que nós achamos que há as formas alternativas como energia eólica, biomassa, podem se expandir mais, que talvez não haja necessidade de a gente expandir tanto o parque nuclear brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a hídrica.

SR. IVO BUCARESKY: A hídrica, claro, mas a hídrica já é por natureza, já está colocada, apesar

que nós já estamos talvez na metade do nosso limite, segundo o Dr. Altino, mas que obviamente é a nossa prioridade, não estamos em discussão com a questão da prioridade da hídrica, é óbvio que essa é a prioridade da matriz energética brasileira, não tenho a menor sem sombra de dúvida.

E aí eu quero colocar nessa discussão, inclusive sobre o licenciamento das hidrelétricas, e entrar um pouco na questão do preço da eólica, do custo, uma questão que a gente gostaria que fosse colocada, não só na questão de energia, em outras questões também no licenciamento, que, primeiro, uma coisa que é bom esclarecer: o IBAMA não dá na verdade só uma licença ambiental; no fundo nós damos uma licença socioambiental. Na análise da licença, nós temos que fazer análises que vão para além da questão ambiental. A questão social também é analisada, o impacto que isso tem nas populações, deslocamento de população. Tanto é que nas licenças, inclusive as medidas mitigadoras são colocadas na licença ambiental. Cabe ao IBAMA definir quais são as questões mitigadoras, não só ambientais, mas também sociais que são dadas na licença. É na licença que o IBAMA dá ou que os órgãos estaduais dão que vão todas as questões mitigadoras, compensações ambientais e as mitigadoras sociais. E aí nós achamos o seguinte: quando nós vamos fazer o cálculo do custo da energia, nós temos que levar em contas não só... Porque hoje o custo é assim. Construímos a hidroelétrica, teve aquele impacto de deslocar as pessoas, de indenizar, o custo que está tendo da produção, mas existem outros custos para além que, por exemplo, quando você vai fazer uma usina como Belo Monte, que é uma usina importantíssima, que nós estamos no processo de licenciamento para o país, vai deslocar milhares de pessoas. Óbvio, você vai ter num primeiro momento o custo de pagar indenização delas, de restabelecer. Agora isso vai gerar um outro custo ao longo prazo de deslocar pessoas da sua região, de custos que vão ter nas cidades para onde essas pessoas vão ser deslocadas, que vai gerar em segurança, em saúde e infraestrutura que são custos a longo prazo e gerados por aquela usina. Portanto, por exemplo, se nós pegarmos a questão da usina eólica, ela tem um impacto social, além de ambiental, muito mais baixo. Ela pode ter um custo de produção maior hoje, mas se você somasse todos esses outros custos que ela tem em torno, a diferenciação de custo dela com uma hidroelétrica vai cair muito, ou com outras formas de usina. E aí esse, talvez, seja o problema, a situação que nós temos de por que é que a licença de uma hidroelétrica acaba demorando mais do que da termoelétrica, porque se a termoelétrica é um efeito negativo ambiental muito maior para nós, o efeito imediato dela é muito menor. Portanto, infelizmente as populações locais atingidas não se mobilizam tanto [soa a campainha], como ele falou muito bem. Você aumenta um pouco a poluição numa região em menor escala e outra coisa é quando você faz uma usina, por exemplo, como Belo Monte, que nós temos milhares de moradores, terras indígenas, as ONGs e tudo mais, há uma mobilização social muito mais pesada e que torna muito mais complexo o licenciamento hidroelétrico, infelizmente isso, porque do nosso ponto de vista é óbvio que uma usina hidroelétrica é muito melhor do que uma usina termoelétrica, em todos os aspectos, mas gera uma mobilização social muito maior, o que gera uma demora maior do licenciamento. Cada vez que a gente vai fazer, tem o Ministério Público entrando contra, vai fazer uma Audiência Pública. A Audiência Pública de Belo Monte foi pesadíssima e nós temos agora todo um relatório contrário ao EARRIMA feito por quarenta doutores da universidade e que nós vamos ter que analisar para Belo Monte. Não é uma tarefa fácil para ser feita.

Nós temos ainda um outro problema que tem que ser conhecido e que é o seguinte: quando esse governo, quando a Ministra Marina assumiu, nós tínhamos uma situação em que o Ministério do Meio Ambiente estava extremamente... Como é que eu vou dizer assim? Não desqualificado, mas com a sua estrutura muito prejudicada. Houve toda uma política de reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, quando nós assumimos não havia funcionários do Ministério do Meio Ambiente, só consultores, houve três concursos nos últimos sete anos para estruturar uma equipe técnica no Ministério do Meio Ambiente. Se reestruturou o IBAMA, se criou o Instituto Chico Mendes, toda uma estrutura que demora para ser feita e que também prejudica todo o processo de licenciamento. Nós ainda estamos muito aquém da estrutura necessária para os órgãos ambientais cumprirem todas as suas tarefas, para licenciar a área ambiental, para licenciar hidroelétrica, para licenciar outras licenças, para fiscalizar, para planejar.

A questão que o senador coloca dos resíduos sólidos é um problema seriíssimo, nós concordamos. Felizmente agora o Congresso, depois de dez anos, vai votar a Lei de Resíduos Sólidos no país. Vamos ter uma legislação e uma política nacional para definir. Nós estamos tentando e nós estamos definindo políticas na área de resíduos sólidos pesadas. Na questão dos consórcios públicos, por exemplo, porque o primeiro modelo adotado, que é cada município ter o seu aterro sanitário, se mostrou inviável. Agora só com essa Lei do Consórcio Público que foi feita há dois anos atrás, com a política, é que nós estamos tendo condições de

incentivar a criação de consórcios públicos. O problema dos lixões é de dar risada. Na minha cidade, no Rio de Janeiro, nós temos uma questão do lixão lá de Gramacho que está para explodir. E aí nós temos um outro problema que o Dr. Othon, quem tiver na presidência, terá quando for licenciar o local do rejeito. Ninguém quer um aterro, mesmo sendo um aterro sanitário com tudo, ninguém quer um aterro sanitário do lado da sua casa. Nós licenciamos no Rio de Janeiro, quando estávamos lá, o Benfica, Paciência, perdão, e caiu lá pela pressão popular. Estamos tentando arranjar outro lugar para fazer o aterro sanitário do Rio de Janeiro. É uma questão difícil de deslocamento. E o aterro sanitário é importantíssimo para todo mundo, onde é que a gente vai botar o lixo? Assim como a hidroelétrica. Só que isso gera um impacto na população local, no entorno, que gera uma mobilização e que, por exemplo, uma termoelétrica infelizmente não gera. A termoelétrica gera muito mais mobilização dos técnicos, dos doutores, do que da população local. Portanto, é mais fácil licenciar, infelizmente. Eu gostaria muito mais, de licenciar muito mais hidroelétrica, eu gostaria de licenciar muito mais eólicas, eu quero licenciar usinas de biomassa, do que termoelétricas de todos os tipos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nuclear também entra aí nessa lista?

SR. IVO BUCARESKY: Não, nuclear, nós achamos que há alternativas melhores do que a energia nuclear.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas nuclear já é uma alternativa.

SR. IVO BUCARESKY: Sim, ela já existe, mas nós achamos que há na expansão, já licenciamos a Angra III inclusive, mas achamos que na expansão do setor elétrico brasileiro existem outras alternativas na matriz que não a nuclear. Se for uma política de governo fazer, o IBAMA fará nesse próximo governo a discussão e se faz toda a licença, como foi feito, como é feita a termoelétrica, por mais que nós achamos que o ideal é que não tivesse nenhuma termoelétrica mais no país, mas há uma política de governo sendo feita e se discute se se licencia dentro dos padrões que a Lei exige. Cumpriremos a lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Ivo, isso é preconceito?

SR. IVO BUCARESKY: O quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É preconceito?

SR. IVO BUCARESKY: Não, é uma visão do que a gente acha do que é a matriz energética. Nós achamos que podemos investir muito mais em crescimento de hidrelétricas, em eólicas, em biomassa, em energia solar. Pode ser um modelo mais interessante, essa é uma visão da área ambiental sobre--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós temos que respeitar a ciência, tecnologia e inovação.

SR. IVO BUCARESKY: Não estamos desrespeitando, tanto é que quando foi feita Angra III, nós licenciamos, senador, licenciamos totalmente dentro das regras. O Ministério do Meio Ambiente não define qual é a política energética do país, o Ministério do Meio Ambiente faz o licenciamento ambiental. Opinamos sobre isso dentro do governo. Temos opiniões e o governo, o governo e os governos seguintes tomarão as duas definições. E o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente farão as licenças dentro das regras existentes, dentro das condições existentes. É isso que é a discussão. A discussão que está aqui não é se vamos licenciar ou não vamos. A discussão é: quais são os modelos de matrizes? Nós achamos que tínhamos que priorizar muito mais esse modelo, além do hidroelétrico, dos outros modelos alternativos. Achamos que eólica, por exemplo, a própria questão do custo, existe um custo embutido em outras energias que não está embutido na eólica e que na verdade diminuiu a diferença, não o custo da eólica, mas a diferença de custo relativos entre os outros. Achamos que com a melhoria de tecnologia de eólica, a eólica pode, por exemplo, se tornar uma grande alternativa. Obviamente não vai ser o principal da matriz, eu acho que não há no horizonte previsível das próximas gerações que a matriz hidroelétrica seja substituída como principal matriz, mas eu acho que a solar, a eólica, poderão se tornar alternativas potenciais no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Sa., Dr. Ivo. O Dr. Othon pediu para fazer uma observação.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Eu vou pedir paciência com os ambientalistas, porque a energia nuclear, na realidade, é o filho bastardo dos ambientalistas. Um filho bastardo sempre é uma pessoa que tem uma grande dificuldade de reconhecer. Tem uma parte dos ambientalistas que já reconheceu a nuclear como [ininteligível] e etc. Tem outra parte que somos nós. “Nós quem, cara pálida?”. É essa outra parte que ainda não reconheceu. Isso aí é questão de tempo, porque ela provoca um impacto ambiental muito pequeno, a gente não convive com rejeitos, você tem todo o DNA ambientalista. Agora é o bastardo e o bastardo é sempre aquele problema: tem mais as feições da pessoa, mas é a que mais leva. Então nós temos que ter muita paciência, que é meramente uma questão de tempo. Eu estou seguro disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço ao Dr. Othon e não havendo mais nenhum questionamento, quero agradecer a presença do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear, Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, e do Dr. Ivo Bucaresky, Chefe de Gabinete do Ministério do Meio Ambiente.

Dou por encerrada esta Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 41ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada em 21 de outubro de 2009

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e nove, na sala 13, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino e Efraim Morais. Comparece à reunião o Senador Pedro Simon, não membro da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Diretor-Geral da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, Senhor Paulo Rufino; do Diretor de Suporte, Senhor Roberto Gontijo; da Diretora de Jornalismo, Senhora Helena Chagas; do Diretor Jurídico, Senhor Luís Henrique dos Anjos; do Diretor de Serviços, Senhor José Roberto Garcez e do Secretário-Executivo, Senhor Ricardo Collar. O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 20 de 2009-CCT, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Flexa Ribeiro que requer "..., nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite à jornalista Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para comparecer perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, do Senado Federal, em data a ser marcada, para, em Audiência Pública, prestar informações acerca das atividades da EBC nesse primeiro ano de sua existência". Comparece a reunião a Senhora Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O senhor Senador Flexa Ribeiro, convida para compor a mesa, com aquiescência dos membros da Comissão, a Representante do Senado no Conselho Curador da TV Brasil, senhora Ana Luiza Fleck Saibro e o Presidente da Comissão Organizadora da 1ª CONFECOM, Senhor Marcelo Bechara. Finda a exposição e uso da palavra pela convidada, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Renato Casagrande, Pedro Simon, Eduardo Azeredo, Lobão Filho, Roberto Cavalcanti e Flexa Ribeiro Presidente da Comissão. Nesse momento, os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Roberto Cavalcanti requerem oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimento com o que todos concordam. Extra-Pauta Item 01: Requerimento nº. 43, de 2009-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Roberto Cavalcanti, que "Com fundamento no disposto no art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os arts. 89, inciso X e 90, inciso II ambos do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública nesta . Comissão com vistas a debater a matéria constante da Consulta Pública n. 31 da Anatel sobre destinação da faixa de 2,5 GHZ, bem como sobre o pedido de anulação judicial da referida consulta, a fim de que os Senhores e as Senhoras Senadores possam adquirir subsídios para melhor tomada de posição frente ao assunto. Havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: 1. Senhor Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; 2. Senhor Luiz de Melo Junior, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – Acel; 3. Senhor José Pereira Leite, Consultor do Setor de Telecomunicações e Ex- Conselheiro da Anatel; 4. Senhor Carlos Andre de Albuquerque, Presidente da Neotec; 5. Senhor Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de TV por Assinatura; 6. Senhor Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações". O requerimento é aprovado. Fica adiada a segunda parte da reunião. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e

Informática agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quinze minutos, determinando que nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – **Senador Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada em 21 de outubro de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 21 de outubro de 2009, para a realização de audiências públicas divididas em duas partes.

Primeira parte: Audiência Pública com o objetivo de prestar informações acerca das atividades da Empresa Brasil de Comunicação, EBC, nesse primeiro ano de existência, atendendo ao Requerimento nº 20, de 2009, CCT, de autoria dos Exmos. Srs. Senadores Renato Casagrande e Flexa Ribeiro, tendo como convidada a Sra. Jornalista Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação - EBC.

Na segunda parte, Audiência Pública com o objetivo de prestar informações acerca da organização da Primeira Conferência Nacional de Comunicação, CONFECOM, atendendo ao Requerimento nº 42, de 2009, CCT, de minha autoria, tendo como convidado o Sr. Marcelo Bechara, Presidente da Comissão Organizadora da Primeira CONFECOM e Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de darmos início às audiências públicas, passo aos Comunicados desta Presidência. Expediente recebido: Ofício 2.227/2009, de 16 de outubro de 2009, da Primeira Secretaria do Senado Federal, encaminhando cópia do Ofício nº 200/2009, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.348, de 2008, Requerimento nº 20, de 2008, CCT, do Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado de Oliveira, aprovado em 5/11/2008, sobre possíveis irregularidades no uso dos canais de frequência modulada, que prejudica o espectro na capital do Estado de São Paulo, bem como o ato que outorgou a concessão, legislação que serviu de base para tal concessão, sede da concessão, local onde está instalada, potência autorizada e potência operativa. Solicito à Secretaria que distribua cópia da resposta do Ministério das Comunicações ao requerimento de informações das S. Exas.

Convite da Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, para que os membros desta Comissão visitem Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, Angra 1, Angra 2 e a construção de Angra 3, situadas no Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em data a ser definida.

Solicito à Secretaria da Comissão que distribua cópia do convite às Sras. e Srs. Senadores. Gostaria de que os Srs. Senadores pudessem participar dessa visita às instalações da Eletronuclear. Ainda ontem, fizemos uma Audiência Pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Ciência e Tecnologia, com a Diretoria da Eletronuclear, com o Ministério das Minas e Energia e o Ministério de Meio Ambiente, e acredito que seja importante que, já que o Governo brasileiro optou pela continuação, pela construção da usina de Angra 3, que nós pudéssemos, a Comissão de Ciência e Tecnologia, visitar a Eletronuclear e as usinas já em operação e a que está sendo construída.

Os Srs. e as Sras. Senadores que tiverem interesse, poderão fazer contato com a Secretaria, para que nós possamos agendar a data da visita.

Convite desta Presidência para que as Sras. e Srs. Senadores, membros da CCT, recebam o Ministro das Telecomunicações, Tecnologia da Informação de Angola, Sr. José Carvalho da Rocha, que virá conhecer os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão.

Na oportunidade da visita de S. Exa., convidamos para, igualmente, expor os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, o Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, e o Sr. Ara Minassian, Superintendente de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel. A reunião será realizada no dia 22 de outubro, amanhã, quinta-feira, às 18h30, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário, 9.

Sobre a visita do Exmo. Sr. Ministro das Telecomunicações e Tecnologia da Informação de Angola, Sr. José Carvalho da Rocha, eu quero transmitir aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que nós estaremos, amanhã, em missão da Comissão de Ciência e

Tecnologia, com o Senador Flávio Torres, o Senador Eduardo Azeredo, e eu próprio, em uma missão no Rio de Janeiro, visitando as instalações do Instituto Militar de Engenharia e do Centro de Tecnologia do Exército. Serão dois dias: amanhã à tarde e sexta-feira, essa visita.

Então, a audiência de amanhã, para receber o Ministro das Telecomunicações de Angola, será presidida pelo Senador Lobão Filho, nosso vice-Presidente, mas o ministro vai vir até aqui, será repassado a ele as informações tanto da ação legislativa no setor das comunicações, feita pela CCT, pelo Senado Federal, como também a ação do Executivo, através do Ministério das Comunicações e da Agência Reguladora, que é a Anatel.

Eu pediria aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, membros da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, que possam comparecer amanhã a essa visita do Ministro, que também fará uma visita ao Presidente do Senado, Senador José Sarney.

Dando continuidade à 41ª Reunião Extraordinária desta CCT, que se dará na forma de Audiência Pública, passaremos à sua primeira parte, que tem como objetivo prestar informações acerca das atividades da Empresa Brasil de Comunicações, EBC, nesse primeiro ano de sua existência.

Solicito ao Senador Wellington Salgado de Oliveira e ao Senador Renato Casagrande que acompanhem a Sra. Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação, EBC, para tomar assento à Mesa. Quero registrar a presença... Obrigado pela presença, Dra. Tereza Cruvinel. E registro com a alegria a presença dos Diretores da EBC que vieram acompanhando a Presidente, Jornalista Tereza Crunivel, Diretor-Geral Paulo Rufino, Diretor de Suporte Roberto Gontijo, Diretora de Jornalismo Helena Chagas, Diretor Jurídico Luís Henrique dos Anjos, Diretor de Serviços José Roberto Garcez e o Secretário Executivo, Ricardo Collar.

Quero convidar, também, para compor a Mesa a nossa Consultora Dra. Ana Luiza, que é membro do Conselho, representa o Senado Federal no Conselho Curador da TV Brasil, Dra. Ana Luiza Saibro.

Dra. Tereza Cruvinel, seja bem-vinda à Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal. Quero que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento pelo pronto atendimento de V. Exa. ao convite desta Comissão, que foi objeto de um requerimento do Senador Renato Casagrande, também por mim subscrito, para que nós pudéssemos ter, hoje, nessa primeira parte da nossa sessão, as informações do trabalho, do competente trabalho exercido ao longo deste mais de um ano de existência da Empresa Brasil de Comunicação, EBC.

Quero passar a palavra para que V. Sa. possa dar, fazer a sua exposição, que contará com o tempo necessário, inicialmente 15 minutos, podendo ser prorrogável pelo tempo que achar necessário a transmitir as informações aos Senadores Membros da Comissão.

Com a palavra a Dra. Tereza Cruvinel, Presidente da EBC.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, eu quero cumprimentar, na pessoa do Senador Renato Casagrande, que teve a iniciativa de fazer essa convocação, agradecendo à Comissão, todos os seus membros, a oportunidade que temos nós, Empresa Brasil de Comunicação, de apresentar ao Senado Federal, através dessa Comissão, o trabalho que estamos realizando, desde que este Congresso Nacional, em abril de 2008, aprovou a Medida Provisória 398, convertida na Lei 11.652, Marco Regulatório do Sistema Público de Comunicação.

Quero dizer, portanto, que nós viemos falar, segundo o requerimento, sobre a implantação desse sistema público, lembrando que ele é uma previsão constitucional, é expressão de uma vontade dos nossos constituintes na refundação democrática do Brasil, em um debate que eu, como jornalista desta Casa, onde passei tantos anos, tive oportunidade de acompanhar, que resultou no art. 223, da Constituição Federal, prevendo complementaridade entre os sistemas público privado e estatal.

O Congresso Nacional é, portanto, um ator, um protagonista da concepção desse sistema, não só lá atrás, 20 anos atrás, mais de 22 anos atrás, como depois, quando aprovou essa Lei 11. 652, como todos se recordam, depois de um intenso debate nas duas casas. Então, nessa condição, tendo o Congresso Nacional como parceiro do sistema público que eu agradeço, em nome da Diretoria da EBC, essa oportunidade de falarmos sobre o nosso trabalho.

Eu quero cumprimentar ainda a Conselheira Ana Fleck, uma ativa representante do Senado Federal no Conselho Curador da EBC, que acompanha e participa intensamente do trabalho de controle social da empresa, através do Conselho que tem ampla representação na sociedade. Eu quero cumprimentar os companheiros da Diretoria da EBC que aqui estão, podem eventualmente me complementar. Falaram, senador, inicialmente, em 30 minutos, mas vou tentar fazer em 15.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. As. terá os 30 minutos que necessitar e mais o tempo necessário, também.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Demais senhores e senhoras, companheiros da impressa, eu sempre registro uma particular emoção nas voltas ao Con-

gresso, na condição de Diretora Presidente da EBC, pelas razões que os senhores conhecem. Desta Casa eu aprendi a conhecer os humores e os corredores, e houve tempo, assim, estar no Congresso, vivendo o seu dia a dia, era tão parte da minha vida que eu nunca imaginei não estar aqui todos os dias, vivendo a dinâmica política brasileira.

Então, eu volto sempre com muita emoção. Eu sou muito grata ao Congresso por tudo que nele aprendi. Quem viveu a Ditadura aprendeu, assim, a valorizar o papel dos Parlamentos. Eu acho que só quem viveu as ditaduras conhece a importância dos Parlamentos. Então, é com muito respeito pelo Congresso Nacional que a gente vem fazer essa prestação de contas, ou esse depoimento, sobre estes quase dois anos de criação de uma empresa pública com o aval do Congresso Nacional.

Recordando, rapidamente, então, eu vou começar a apresentar, me guiando pelo PowerPoint ali, que sempre organiza melhor o pensamento. Recordando só as preliminares deste sistema. Então, tivemos a Constituinte, passaram-se 20 anos e aquele artigo da Constituição nunca foi regulamentado, até que, em 2007, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve a iniciativa de mandar a Medida Provisória 398 ao Congresso, criando uma empresa para gerir o sistema público previsto na Constituição.

A Empresa Brasil de Comunicação foi criada logo depois, em 31/10, a nomeação de sua Diretoria. A TV Brasil teve início suas transmissões em 02 de dezembro. Naquele mesmo mês, tivemos a posse do Conselho Curador. O Congresso só veio a aprovar a Medida Provisória na Câmara em fevereiro do ano seguinte, 2008; o Senado, em março. Tivemos, inclusive, aqui, no Senado, como Relator o Senador Casagrande, que, desde então, muito tem acompanhado o nosso trabalho, num diálogo permanente com a Empresa Brasil de Comunicação, acompanhando os nossos momentos mais importantes, a sanção da Lei, em abril de 2008. De lá para cá, antes disso, no debate que houve aqui, nesse Congresso, e na sociedade, eu e outros companheiros da Diretoria da EBC participamos de muitos debates aqui e em outros Fóruns da sociedade, e sempre se perguntou: "Qual a diferença dessa empresa? Por que está o Governo propondo a criação de uma nova empresa para gerir o sistema público, se existe, por exemplo, a Radiobrás, uma empresa que foi incorporada com sua experiência, seus funcionários, seu patrimônio?". Enfim, foi incorporada pela EBC com toda a experiência que ela tinha, mas de empresa de comunicação governamental. Para gerir um sistema público era necessária uma outra empresa, com diferencial na sua regulamentação.

Eu destaco aqui alguns aspectos que diferenciam a Empresa Brasil de Comunicação, começando pelo controle social, que é exercido por um Conselho Curador, composto por representantes de diversos segmentos da sociedade, que tem efetivo poder sobre a programação dos canais públicos geridos por esta empresa... Sempre se confunde muito o sistema público com a TV pública. A TV pública é a expressão mais nova e mais visível desse sistema que é mais amplo, mas a existência do Conselho, para exercer o controle social, ou seja, em nome da sociedade, orientar os rumos da programação, é um diferencial importante que nenhuma empresa pública tem, nenhuma empresa de comunicação no Brasil tem. Naturalmente que a EBC precisa ter porque ela faz comunicação pública. Podendo, ainda, este Conselho dar um voto de desconfiança aos Diretores, sendo que dois votos de desconfiança seguidos resultam em afastamento deste Diretor, que pode ser qualquer um deles dos membros da Diretoria Executiva responsável por uma ação de comunicação da empresa.

A independência editorial está assegurada em lei. Portanto, será uma ilegalidade, configurará ilegalidade qualquer ato de governo que represente violação da liberdade editorial, da independência editorial da empresa. O próprio mandato de quatro anos conferido ao Diretor Presidente também confere uma estabilidade à gestão que a torna mais imune a eventuais pressões de governos ou outros poderes. A interação com a sociedade, também, é uma previsão da Lei 11.652, através da Ouvidoria, que deve estar sempre aberto e coletando as manifestações da sociedade, sejam críticas, queixas, sugestões, reclames, etc.

O Conselho Curador tem, no seu regimento, a previsão de audiências públicas, como uma que ele realizou há uns três meses, não é, Conselheira, onde teve um grande afluxo de entidades e pessoas da sociedade que lá foram discutir comunicação pública e outros instrumentos de interatividade, especialmente os propiciados pela tecnologia, pela tecnologia digital, que, na sua fase mais intensa, quando nós estivermos todos, no Brasil, utilizando mais intensamente a tecnologia digital, ela permitirá uma grande interação com a sociedade. E ainda a autonomia administrativa, conferida pelo decreto do Presidente da República, que fixa os estatutos da EBC, permitindo que esta empresa possa reorganizar, redefinir a sua estrutura administrativa organizacional apenas com o aval do seu Conselho de Administração, que é outro Conselho, prescindindo da autorização presidencial. Esta é a única empresa pública do Brasil que tem esta autonomia, um trabalho, uma regulamentação por nós proposta ao Poder Executivo que teve, aqui, o Diretor Jurídico Luís Henrique

Martins dos Anjos, assim, um parceiro importante na diretoria para elaborarmos esta regulamentação, que são os estatutos. Por favor.

Recordando, ainda, que a EBC opera estes canais: a TV Pública Federal, que é a TV Brasil; oito emissoras de rádio; a agência Brasil, como agência pública de notícias, que ela tem como atribuição prestar serviços ao Governo Federal ou a outros entes públicos ou privados. E por este contrato de prestação de serviço, nós operamos, também, um canal a cabo, uma televisão a cabo, NBR, mas este não é um canal público; é um canal do Governo Federal, que, amanhã, pode não contratar a EBC, e, sim, outra empresa para gerir este canal, se assim lhe aprouver. E operamos, ainda, uma televisão internacional, uma TV por satélite, que, hoje, é uma televisão dos três poderes, gerida pela EBC.

Passemos, então, à TV Brasil, que é a expressão mais visível e mais observada do sistema público de comunicação, mas que é composto, como vimos na última lâmina, por outros canais de rádio e de Internet. Decorridos 22 meses de suas transmissões, que começaram em 02 de dezembro de 2007, a TV Brasil, hoje, é uma realidade. Ela está... Ela tem visibilidade em todo o país, apesar de ela ter uma limitação de canais abertos. Ela contava apenas com três canais em 2007, quando a União pegou os seus três canais – a Medida Provisória 398 expressa isso –, a União tinha, naquele momento, os canais abertos do Rio de Janeiro, de Brasília e do Maranhão, que eram a TVE do Rio, a TV Nacional de Brasília, a TVE do Maranhão. Faça disso – diz a lei, mais ou menos assim, eu estou falando coloquialmente – o embrião de uma televisão pública. Com este embrião é que nós temos expandido a televisão pública e permitindo que ela se torne uma realidade traduzível, por exemplo, nesta pesquisa do Instituto Datafolha, que divulgamos na semana passada, que aponta os seguintes resultados: a TV Pública Federal é conhecida de 34% dos brasileiros, 10% da população, ou um em cada dez brasileiros assistem regularmente à TV Brasil em todo o território nacional, e 80% dos que assistem aprova a programação. Só por uma questão contratual, sempre que é citada uma pesquisa, é preciso lembrar a base de realização dela com mais de cinco mil entrevistas e 146 municípios de todas as regiões, com entrevistados de todas as classes econômicas, 16 anos e mais, margem de erro de dois pontos para cima ou para menos, com margem de confiança de 95%.

Então, esta pesquisa apontou, por exemplo... Esta percepção da TV pública, hoje, para nós, é muito satisfatória. A televisão tem menos de dois anos. A televisão começou muito precariamente com três canais abertos, com uma infraestrutura inteiramente sucateada. Então, considerado o curto período de transmissões e a situação precária, a partir da qual ela começou a estruturar a TV pública, nós achamos muito satisfatórios estes dados colhidos por esta recente pesquisa do Instituto Datafolha.

Como eu dizia, em 2007, o que nós fizemos foi unificar a grade da TVE do Rio de Janeiro com a da TV Nacional de Brasília, para, a partir daí, começarmos a construir uma programação da TV Pública. No dia seguinte já do início das transmissões, que foi em 02 de dezembro de 2007, já no dia seguinte, 03 de dezembro, está aqui a Diretora do Jornalismo, Helena Chagas... A Helena está aqui? Já no dia seguinte, a Diretoria de Jornalismo colocou no ar o primeiro programa da TV Brasil, que é o Telejornal Repórter Brasil Noite, logo depois do Repórter Brasil-Manhã; ou seja, ao longo deste período desde...

Eu quero saudar o Senador Pedro Simon que veio nos acompanhar, e eu tenho muita honra de tê-lo aqui, nesta nossa prestação de contas à Comissão, sobre o que temos realizado, senador, na construção do Sistema Público de Comunicação.

Então, retomando. Em 02 de dezembro, nós pegamos esses dois canais abertos da União, que tinham programações que não eram exatamente a desejar para uma televisão pública, e temos feito o trabalho de aperfeiçoamento.

Eu queria, pelo imenso respeito que tenho pela trajetória do Senador Pedro Simon, eu queria pedir que voltasse a lâmina um minuto. Senador, falando sobre a Televisão Brasil, eu já tinha falado um pouco sobre outros aspectos. Falando sobre a Televisão Brasil, que é um dos objetos de interesse da Comissão, nós apresentávamos, na lâmina anterior, esses dados de uma pesquisa da Datafolha, divulgada semana passada, que nós consideramos muito satisfatórios, o fato de, hoje, a TV Brasil ter, por exemplo, uma alta aprovação de sua programação e ser acompanhada com regularizada por 10% da população.

Eu tinha falado mais amplamente sobre isso, mas gostaria muito de compartilhar esses dados com V. Exa., por favor.

Voltando ao histórico, em dezembro, então, nós começamos com a fusão de grade. Deste período, começamos, já no dia seguinte, colocar o Telejornal Repórter Brasil no ar e vínhamos colocando sempre, fazendo uma renovação continuada da grade, tendo colocado no ar 14 novos programas até agosto de 2009. Em setembro, neste período, nós fizemos, digamos, uma renovação mais tímida. Em setembro, no mês passado, nós fizemos um intenso movimento de renovação da grade, quando ela teve uma renovação de 25% da suas 20 horas de transmissões diárias, o

lançamento de 30 novos itens de programação, entre programas próprios, entre programas licenciadas de TVs públicas internacionais ou de produtores nacionais, programas dos produtores independentes e das emissoras regionais. Também, com vistas a essa construção de programação, nós construímos, com muito esforço jurídico e de articulação com as instâncias de fiscalização, um instrumento de *pitching*, que, na verdade, é um concurso, um instrumento da Lei 8666, mas ajustado à natureza diferencial de uma televisão, para que nós possamos, assim, licitar com mais rapidez e propriedade, busca de qualidade, programas e conteúdos produzidos pelos produtores independentes brasileiros.

Adotamos, também, um mecanismo público de seleção das obras de terceiros, vale dizer filmes e documentários, coisas que já estão prontas para exibição na TV Brasil, garantindo mais transparência e impessoalidade na escolha desses conteúdos. Nesta evolução da programação, eu vou fazer aqui uma abordagem especial da questão da programação jornalística, porque, como dizia aqui o Senador Flexa Ribeiro, pouco antes do início da sessão, o jornalismo e os conteúdos informativo foram os que despertaram a maior polêmica no debate da criação da TV pública. Serão eles manipulados? Serão eles objeto de pressões de governos, seja este ou os governos de passagem? Terão eles conteúdo partidário? Nós podemos dizer, hoje, quase dois anos depois, que os conteúdos jornalísticos da TV Brasil afastaram esse discurso, tanto que ele saiu de circulação, o discurso do chapa-branquismo, TV do Lula ou de quem será. Então, os conteúdos jornalísticos, neste período, por sua exibição permanente, liquidaram com esse discurso. Nós temos, hoje, na construção da programação informativa... Porque não é só de informação que vive a televisão pública, ela também fornece conteúdos culturais, educativos, de entretenimento, desde que buscada uma sintonia com a cidadania. Ela não faz só informação, mas, como a informação é que desperta a polêmica, eu estou destacando a questão dos conteúdos informativos. Os nossos dois telejornais, que entraram no ar logo no início, depois lançamos programas também de natureza jornalísticas, como o "De Lá Para Cá", que é a história revisitada, "Três A Um", que é de debates, "Caminhos da Reportagem", que, naturalmente, são grandes reportagens sobre temas brasileiros. Mais recentemente, "Nova África", "Papo de Mãe para Todos"... São programas informativos.

Fizemos transmissões especiais, como as eleições municipais de 2008, de forma irrepreensível, que não produziram uma só crítica pela forma profissional, e até eu mesma voltei, eu e Helena Chagas voltamos aos estúdios e participamos dessas transmissões, sem que houvesse qualquer observação quanto à isenção, o equilíbrio das análises, das informações e transmissões ao vivo, ali realizadas. Transmitimos os carnavais do Brasil nesses dois anos, buscando, com isso, fugir do eixo convencional e mostrar essa grande festa nacional nos diferentes estados no interior, em suma, na diversidade do Brasil, assim como as festas juninas do Nordeste, que nunca foram mostradas a certas partes do Brasil. Fizemos isso nos últimos dois anos, assim como as paraolimpíadas, porque aqui, no Brasil, transmite-se as Olimpíadas, propriamente dita, mas as Paraolimpíadas, que reúne os portadores de deficiência, já não são objetos de uma intensa cobertura por parte da imprensa, da mídia comercial. Mantemos ali, na programação jornalística informativa, uma série de outros programas que já existiam, como o "Observatório da Imprensa", acabou de ser premiado pela iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o Dia Nacional Contra a Baixaria da TV, como um dos melhores programas da televisão brasileira, "Observatório da Imprensa", que discute imprensa. Outros programas que já existiam e que consideramos importantes. O "Ver TV", que é uma parceria com a TV Câmara, que também discute televisão; o "Jornal Visual", que é o jornal para portadores de deficiências auditivas... Em suma, são programas que nós não criamos, mas estamos mantendo e aperfeiçoando porque são pertinentes. Então, a programação informativa, até hoje, eu acho que ela desmente os rumores e temores que marcaram o debate de 2007.

Mas a programação, como eu dizia, não é feita só de jornalismo e só de informação, ela tem uma... Como eu não poderia ficar aqui, citando vários programas, é uma grade de 20 horas diárias, eu fiz aqui um apanhado de temas que permeiam a programação da TV Pública. Ela tem seis horas de programação infantil de alta qualidade. Nós consideramos isso um compromisso de TV Pública Brasileira, uma iniciativa que começou na TV Cultura de São Paulo, foi mantida pela TVE, a TV Minas e outras TVs estaduais, também, investem muito nisso. Ou seja, na oferta de programação infantil de qualidade em TV aberta para as crianças de todas as classes sociais. Porque, como sabem os senhores, as crianças que têm TV a cabo têm acesso a um contido infantil de qualidade, mas, na TV aberta, isso já nem sempre é possível e nem sempre é observado.

Temos... Por favor, volte ainda à lâmina anterior. Por exemplo, debate, debater as questões nacionais, nós temos três programas: o "Três A Um", do jornalismo, o "Sem Censura", que é um programa antigo, apresentado por uma profissional excepcional, que é a Leda Nagle, por isso ele sobrevive. O "Roda Viva" é

um programa de debates da TV Cultura que, por respeito à sua tradição, nós colocamos em nossa grade, ou seja, a TV Pública de São Paulo, ela está lá, ela tem vínculo com o Governo paulista, mas nossas parcerias vai muito além dessas questões, somos grandes parceiros. Um programa sobre maternidade, filhos e família, que é "Papo de Mãe", lançado recentemente pela Diretoria de Jornalismo. "África" é uma presença na nossa grade, inclusive, fomos a primeira televisão brasileira a mandar um correspondente para a África. Não é possível que, depois da abolição, nós tenhamos esquecido esse continente tão presente na nossa formação étnico-cultural e econômica. Temos três programas... A única televisão brasileira que pode se dar ao luxo de ter três programas sobre a questão dos deficientes é a TV Pública, porque, na televisão comercial, isso não vai dar audiência, logo não vai existir. Mas nós temos três programas que tratam de forma diferente da questão dos portadores de necessidades especiais, os estigmatizados pela sociedade brasileira. Nós temos um compromisso enorme com o cinema nacional, através da exibição de filmes, médias, longas e curtas-metragens e documentários. Programas sobre o meio ambiente e sustentabilidade, buscando ampliar a educação ambiental. E a própria discussão dos meios de comunicação, seja "Observatório da Imprensa", "Ver TV" e, agora, "A TV que se Faz no Mundo", que é um programa licenciado da BBC e que mostra a televisão em todos os diferentes países. E uma série de serviços para cidadania, que seja de saúde, de educação, de direito à justiça. Algumas parcerias com outras televisões, como o Ministério Público, ou o Programa "Interesse Público", que é feito pela TV Justiça, pelo Ministério Público Federal. São programas de serviço à cidadania. Este é o conjunto de temáticas que permeiam a grade. É claro que o nosso Conselho Curador está sempre pedindo mais e mais à Conselheira Ana Fleck, que lá é uma dinâmica e atuante conselheira e sabe disso, tem sempre uma demanda e nós precisamos atender ou nós mesmos identificamos na grade lacunas que precisamos preencher.

A pesquisa Datafolha, isso aqui é interessante, esta que nós divulgamos a semana passada, ela apontou preferência do público da nossa programação e eu acho interessante isso, 34%... O maior número... Isso aqui não fecha 100%. São citações. Portanto, não é para fechar 100%, mas, assim, as maiores citações foram para os filmes o programa de cinema. Então, ou seja, é a classe C buscando entretenimento na TV Pública, vendo cinema nacional. Existe gosto pelo cinema nacional porque nós só exibimos, por hora, cinema nacional. O "Repórter Brasil-Noite" é o segundo mais citado, numa interessante demonstração da busca dos brasileiros por diversidade da informação. Claro que eles veem outros telejornais, mas eles veem também o nosso. Isso é interessante manifestação da cidadania de busca de informação e de ver mais de um telejornal, de comparar informações.

O "Sem Censura" é um programa que resiste valorosamente ao tempo, está aqui há 14 anos, mas tanto pela qualidade de sua apresentadora, que é uma pessoa com muita empatia com o público, como pelos temas que lá são discutidos, que são todos os temas do cotidiano. Depois, há uma preferência por documentário. Esses dias, eu fui à farmácia e o meu balconista, o meu conhecido, disse assim: "Eu queria que voltasse os documentários sobre a Amazônia", que foi a série "Caminhos da Amazônia [ininteligível], produzida pela TV Cultura do Pará. Mas a série se encerrou, só se repetir... Eu estava explicando, e ele falou assim: "Documentário, a gente aprende de muito com eles".

O "Repórter Brasil-Manhã", em outra manifestação de apreço pela informação, os programas musicais e os programas infantis. Os infantis são, na verdade, os programas mais vistos da televisão pública, mas esta pesquisa foi feita com o público de 16 anos e mais. Então, eles não aparecem aqui como os preferidos, porque as crianças não estavam na amostra. Por favor.

Como construímos essa metodologia? Isso está no requerimento do Senador Renato Casagrande, sobre como é feita a programação, como é a origem dela. Bom, existem os preceitos da lei, que são claros: "A programação diferenciada deve observar aspectos educativos, culturais, informativos, científicos e ter foco na formação da cidadania". Esse é o principal balizamento. Depois, nós temos, na diretoria executiva, com base nesta orientação da lei, um Comitê de Programação composto por Diretor-Presidente, Diretor-Geral, Diretor de Jornalismo - agora eu localizei a Helena, que eu já tinha te procurado -, o Diretor de Rede, o de Programação... Ou seja, as pessoas de conteúdo... Faltou alguém? E ali nós elaboramos conteúdos, propostas de conteúdos: "Nossa grade falta isso, está precisando disto", etc. E esta programação tem a discussão no Conselho Curador.

O Conselho, agora, até recentemente, fez uma manifestação, inclusive os produtos licenciados, eles gostariam de ver antes. Os mecanismos, como produzimos essa programação? Nós temos programas próprios, como eu citei, os do jornalismo, naquele elenco que eu apresentei de programas informativos, destacando a superação do discurso e dos receios da distorção informativa; os programas de jornalismo, sobretudo os telejornais, estes serão sempre feitos por nós, em casa, como outros programas pela sua natureza de controle editorial.

Mas nós temos os concursos, como os *pitchings* que eu mencionei, e licitações para buscar os conteúdos da produção independente. Por quê? Não só porque nós não temos a vocação de ser uma grande estrutura produtiva, o que sempre exigiria mais e mais recursos, como também porque a própria lei prevê a participação da produção independente, fixa cota na construção dessa programação. Por quê? Não só porque a produção independente é um outro olhar, ela expressa uma pluralidade, a formas de ver da sociedade, como também porque ela é um segmento econômico importante, não só no Brasil. Em todos os países onde o audiovisual é forte, ela cada vez mais se fortalece, ela gera emprego, renda, é uma atividade econômica que se fortalece e que ela tem que ter oportunidade na janela da televisão. No Brasil, a televisão comercial ainda dá pouca oportunidade à produção independente. A TV Pública faz isso mais intensamente e criou esses mecanismos de seleção, transparentes, republicanos que levam em conta à luz da Lei 8666.

E temos as parcerias institucionais, por exemplo, com o Ministério da Cultura, com outras instituições, mas com o Ministério da Cultura com destaque por conta das políticas de fomento cultural que resulta em programas, como, por exemplo, o DOC TV, que é um programa de fomento que financia cerca de 30 documentários por ano, e nós exibimos.

Então, a avaliação da programação acaba passando, então, por esses instrumentos, Conselho Curador, Ouvidoria, manifestações dos telespectadores, pesquisas, avaliações das emissoras associadas. Às vezes, uma emissora lá do Norte do Brasil, diz assim: "Este programa aqui, na nossa região, não tem o menor [ininteligível], não diz nada à nossa região". E a própria crítica especializada e, naturalmente, as instituições republicanas, como esta Comissão e qualquer outra instância do Congresso Nacional ou dos poderes de representação.

Qual é... Explicada a programação, sua origem, sua natureza e sua construção, falemos do alcance da TV pública, hoje. Como eu tinha dito no começo, em 2007, o que nos foi consignado à EBC foram os três canais abertos, que a União tinha uma no Maranhão, uma no Rio de Janeiro e uma em Brasília. Após a criação da EBC, nós temos, hoje, implantamos os canais digitais, implantamos o canal digital e o analógico de São Paulo, um trabalho aqui da nossa Diretoria de suporte, da pessoa do Roberto Gontijo. É muito difícil trabalhar em São Paulo, o espectro é lotado, nós não temos bons canais em São Paulo – é bom que a Comissão saiba disso –, o espectro de São Paulo é lotado. E o que nós conseguimos com a Anatel foram os canais 62 e 63, depois de muita luta, porque, antes, eram os canais que não funcionavam.

Para que a televisão pública, um dia, tenha existência real em São Paulo – e para isso eu gostaria de ter o apoio do Congresso Nacional –, nós precisamos de ter canais mais acessíveis na banda VHF, e não no UHF. Aquele, ali, a partir do 50, é preciso ter anteninha UHF, então, isso limita o alcance. Nós temos problema em São Paulo, mas não é um problema nosso; é um problema da concessão de canais. E o digital não avançou em canal. Nós colocamos lá, também, o canal digital, mas o digital está crescendo muito lentamente no Brasil, o número de pessoas que assistem TV digital. Nós implantamos estes dois canais em São Paulo e os canais digitais do Distrito Federal e do Rio de Janeiro.

Temos, também, cinco emissoras abertas que são da EBC, mas que estão, por convênio nosso com as universidades federais, sendo operadas pelas universidades de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Mato Grosso e de Roraima. Esta é uma forma de expansão em que a gente tem a universidade federal como parceria, até porque a EBC não teria recursos nem instrumentos para estar em todos esses estados. E avançamos muito na construção do que nós chamamos a Rede Pública de Televisão, que é a associação da TV Brasil com as emissoras educativas estaduais em 16 estados.

Fizemos um enorme esforço para fazer cumprir a lei que prevê... Lei que os senhores aprovaram, que prevê a obrigação de todas as operadoras de TV a cabo, ou de TV por assinatura, por todas as tecnologias, de carregar o sinal da TV Brasil. Isso foi uma enorme luta, já avançamos bastante. Hoje, temos 91% do território nacional coberto, mas temos problemas. Temos problemas no Rio Grande do Sul, em vários outros lugares. Em São Paulo, a NET só nos coloca no sistema NET Digital, não no analógico, onde está o maior número de assinantes. Isso são problemas, mas nós temos feito a nossa parte, pressionado ao máximo, para que isso, sem ser necessário o recurso à Justiça, esse dispositivo da lei seja atendido pelas operadoras.

E nós temos a banda C, que é o satélite que distribui sinal para parabólicas. Este é, digamos assim, o segredo da sobrevivência do conhecimento da TV Brasil em todo o território nacional, dispondo ela desses poucos canais abertos aí em cima apresentados. Então, falaremos depois disso com mais detalhes. [soa a campainha] Vamos? Obrigada.

Falei um pouquinho sobre a rede pública. Eu acho importante que os Srs. Senadores, os Parlamentares, conheçam este trabalho. Sobreviviam aí, no Brasil, nos Estados pelo Brasil afora, televisões educativas,

criadas durante o Regime Militar, algumas quase fechando as portas – algumas fecharam, no passado –, sem projetos, sem um projeto de sobrevivência e de prestação de serviços.

O que nós construímos e chamamos de rede pública é uma associação entre a TV Brasil, com os seus poucos canais, e essas televisões, numa parceria de compartilhamento de programação, não a gente impondo, nós impondo à EBC, impondo a sua programação a essas televisões, mas construindo uma via de mão dupla, pela qual elas também aportam conteúdos regionais para a grade nacional, de forma a tornar o Brasil mais conhecido uns dos outros, os brasileiros do Norte com os do Sul. Nós só não temos a rede pública em três Estados: no Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon, porque a Governadora do Estado proibiu a associação da TVE do Rio Grande do Sul com a TV Brasil; no Amapá, porque não existe televisão... Deve ser, senador, eu acredito que não. Da minha parte não. Sabe, a gente atua, assim, sem questões de gêneros na comunicação pública, mas acredito que são problemas políticos, mas nós vamos resolver o problema do Rio Grande do Sul, implantando canais da EBC, embora a gente preferisse de outro modo, a gente preferia uma associação. E o Amapá e o Roraima ainda não têm televisões estaduais. Rondônia e Amapá... Roraima tem. Roraima é operado por universidades, está entre as universidades. Ampliar esta rede permite a ampliação do sistema público, fortalece a produção regional de conteúdos e a expressão da diverdidade brasileira.

A nossa grade, ali, o nosso telejornal, Repórter Brasil e Repórter Brasil-Manhã, ali, dirigido pela Diretoria da Helena, vinculados a Diretoria de Jornalismo, todos os dias algum Estado do Brasil, pelo menos um – não é, Helena? –, pelo menos um Estado do Brasil terá uma notícia regional nos nossos telejornais. Isso é a expressão da diversidade na informação, sabermos que está acontecendo alguma coisa no Piauí, mas também na cultura, né? Nós também temos programas culturais, realizados lá nesses diversos rincões do Brasil, que não é um país do eixo Rio-São Paulo. Então, a rede pública é uma construção muito importante para nós que estamos dando destino a estas emissoras, muitas das quais estavam condenadas ao ostracismo, ao sucateamento e, algumas, ao fechamento.

Em dezembro de 2007, quando entrou no ar a TV Brasil, a antiga TVE do Rio de Janeiro fornecia 37% dos conteúdos utilizados por estas emissoras. Hoje, setembro de 2009, a TV Brasil fornece 68. Mas nós não queremos fornecer 100%, porque, se nós fornecêssemos 100%, significaria que a televisão, também, não estava produzindo nada. Nós queremos que eles produzam, produzam para a sociedade local, uma parte para a grade nacional. Para a grade nacional, hoje, nós exibimos programas, neste momento, programas feitos pela TV Minas, Senador Eduardo Azeredo, numa televisão muito qualificada, a TV de Minas; pela TV do Pará, que também produz com muita qualidade; e pela TV Cultura de São Paulo. Agora, neste momento, estão sendo assinados contratos, ainda este ano serão assinados contratos. É um trabalho ali do Diretor José Roberto Garcez, da superintendência de rede, para a produção de novos programas com outras televisões. Nós vamos assinar contrato de três milhões e meio ainda este ano, e, no ano que vem, esta política vai avançar, que é: nós financiamos lá no estado o programa feito pela televisão estadual, com o olhar televisivo, com olhar da televisão local, que é um olhar regional, que é sempre mais adequado e apropriado do que o olhar do estrangeiro de Brasília, que vai lá fazer um programa sobre o Vale do Jequitinhonha. A TV Minas vai fazer melhor, ela conhece mais o Vale do Jequitinhonha. Com o olhar local, com mão de obra local, mas para a grade nacional, para promover essa troca de olhares entre os brasileiros. Isso é a Rede Pública de Televisão. Como é a recepção do sinal? 85% dos que veem TV Brasil, veem em casa. Então, é quem vê em casa que a gente pode saber como é que ele vê, porque um fala assim: "Não, eu vejo quando estou no trabalho". "Eu vejo quando estou no hospital, na fila", e tal.

Bom, dos brasileiros que veem TV Brasil em casa, daqueles 10% que veem a TV Brasil com regularidade, segundo a pesquisa, 85% veem em casa. Dos que veem a TV em casa, 42% recebe o sinal por antena parabólica. Depois é que vem a TV aberta, que são aqueles nossos canais mostrados ali há pouco, e, depois, a TV por assinatura, 22%. O que mostra isso, senadores? Se não fosse a parabólica, nós tínhamos uma situação muito difícil no Brasil, porque nós não temos canais em vários estados, na maioria dos estados. E em alguns lugares, a própria TV da rede, ela não alcança o Estado inteiro, porque essas televisões se sucatearam. A própria TV Minas, Senador Azeredo, eu sei que o governo atual de Minas fez investimento para sua recuperação, mas ela veio de longos anos de perda de cobertura em Minas.

O senhor, o senhor foi Governador, o senhor sabe: ela já foi, no passado, muito ampla. Acredito que, no seu governo, também, o senhor tenha olhado com carinho a TV Minas. Mas ela perdeu... Houve tempo, lá no passado, em que ela cobria o Estado inteirinho; hoje, ela não cobre, nós temos parabólicas... Foi um intervalo, não é? Não sei, aí eu não quero fazer esse julgamento. Mas eu sei que as televisões, nem todas,

hoje, cobrem o território do estado inteiro entre a parabólica. Então, naquela cidade remota do estado... Por exemplo, a TV cultura do Pará é uma TV boa, de boa qualidade, mas até poucos dias ela só cobria Belém. Agora, a Diretora Regina Lima tem feito a instalação de retransmissores naquele imenso estado, mas, até agora, muito poucos, mas a parabólica baixa o sinal. A parabólica, hoje, é um fenômeno no Brasil. Isso mostra que a TV Brasil carece muito ainda de fortalecer a rede e ter mais canais próprios para iluminar os buracos de irradiação que nós temos.

Quarenta e dois por cento dos que não nos assistem apontam problema de sinalização, difusão e qualidade do sinal, ou seja, precisamos fazer investimento em infraestrutura, e, para isso, precisamos contar com os senhores na aprovação do orçamento, porque eu vou fazer uma queixa logo adiante.

Cinquenta e oito por cento dos telespectadores da TV Brasil vivem no interior. Então, as pessoas, assim, às vezes, certa crítica muito urbana não conhecia, por exemplo, esta penetração da TV Brasil no interior e esta autoaprovação de sua programação, 45% no Sudeste. O hábito de assistir é maior no Centro-Oeste e no Norte, parabólicas, e muito menor na Região Sul, por causa daqueles problemas que apontamos, problemas do Rio Grande do Sul, o problema de Santa Catarina, onde a televisão vive problemas, enfrenta uma situação difícil de irradiação, perdeu canais, encolheu sua cobertura, muito mais grave do que a de Minas. A televisão de Minas está muito bem. Eu só citei um exemplo de encolhimento que o senhor conhece. E o Paraná, que tem uma orientação diferente. Os senhores conhecem a televisão do Paraná. Passemos.

O público da TV Brasil, os telespectadores são das classes B e C, 57% sexo masculino, 39 anos de idade média, faixa etária ainda um pouco alta, 46% tem escolaridade média e 17% superior. Este perfil aí, ele é ainda um pouco elitista em relação à média do Brasil, mas ele não revela uma televisão elitista, tanto pelas classes sociais como pela escolaridade. Agora, ele indica trabalho para nós, ampliar a penetração nas classes sociais de mais baixa renda, de menor escolaridade; a faixa etária, a gente tem que ter mais programas para jovens, para as mulheres, a maioria grande de homens vê a TV Brasil. Isso aí são ensinamentos sobre a programação que o Conselho até já vem nos cobrando, exatamente, coisas nesse gênero: fazer mais correção de faixas em busca de atendimento dessas premissas aí.

O financiamento da EBC. Bom, isso é a TV Brasil, gente. Nós achamos que esses são resultados bastante satisfatórios para o curto tempo, e a debilidade do embrião que recebemos, três canais em três pontos diferentes do Brasil, com estruturas sucateadas e etc. Nós achamos que, a partir desse embrião, nós temos trabalhando intensamente e conseguimos produzir uma televisão de visibilidade nacional, com a aprovação da sua programação, a partir de algo muito precário. É muito difícil construir uma televisão uma rede, falar: "Toma aí um canal no Maranhão, um canal no Rio de Janeiro e um em Brasília", cada um com estrutura diferente. Nós achamos esse saldo positivo, mas nós não viemos aqui fazer avaliação, e, sim, relatar aos senhores, não é?

Aí eu vou falar um pouco da EBC, a empresa que é gestora dessa televisão e demais canais públicos. A EBC é financiada por receitas orçamentárias federais e por serviços originários da prestação de serviços, seja o Governo Federal ou qualquer outro ente, por patrocínios de empresas públicas ou privadas. Nesse momento, a gente, por exemplo, a gente tem lá Vale e PETROBRAS, uma grande privada e uma grande empresa pública estão patrocinando programas na TV Brasil. Anúncios institucionais, não fazemos publicidade de produtos e serviços, e a lei previu a contribuição sobre a comunicação pública que era aquela, uma contribuição a partir de um abatimento de 5% no FISTEL. Enfrentamos grandes problemas jurídicos, até agora, para ter esse dinheiro; não recebemos nada dele. Um festival de liminares das empresas de telecomunicações nos impediram de ter acesso a esse recurso, até agora. Mas nós estamos trabalhando para reverter essa situação. Vamos em frente. Eu vou terminar já, gente.

Então, de 350 milhões do orçamento de 2008, nós executamos 98% em investimento no ano passado, comprando equipamentos, instalando canais, em suma, fazendo infraestrutura. Foi muito satisfatório a execução. Para este ano – é porque eu falei que ia fazer uma queixa –, o Executivo nos propôs, propôs ao Congresso um orçamento de 382 milhões para a EBC, incluindo 32 de receitas próprias, ou seja, 350 mais 32 que nós ganhamos, e o Congresso foi e fez um corte de 91,5 milhões, ou 23% dessa receita, reduzindo no afastamento para 290 milhões. Isso fez o Congresso Nacional. No entanto, certa mídia continua dizendo que nós temos 350 e gastamos tudo na TV Brasil, o que é não verdade. Nós gastamos do sistema público como um todo.

Então, eu estou mostrando isso porque é muito importante observar o compromisso do orçamento que foi realizado da criação do sistema. Esse corte do Congresso fez muita falta, está fazendo, prejudicou muito, esse ano, as atividades. Para o ano que vem... O Congresso vai votar o orçamento daqui a uns dias. Então, eu estou fazendo aqui um apelo aos Srs. Senadores: nós estamos com uma proposta maior esse ano

porque tem muita receita própria aí e porque é um ano em que precisamos consolidar o sistema, as ações que estão em curso de abertura de canais, de instalar pelo menos nove retransmissoras, de fortalecer as alianças com as TVs estaduais, tem recursos para passar para elas para a produção de conteúdos regionais. Então, esse ano eu queria muito que o Congresso fosse mais parceiro do sistema público de comunicação na votação do orçamento. Prejudicou muito esse ano. Muito, muito. Tudo bem?

Ao ponto de que nós estamos fechando o ano com 42 milhões, uma enorme folha de pagamento, décimo terceiro e coisa para fazer, e os compromissos estão aí. Quer dizer, nós estamos passando um fim de ano com muita dificuldade e deixamos de fazer muitas coisas. Pronto, era só para fazer um choro aqui. [risos]

Bom, a EBC, além da TV Brasil, ela vem fortalecendo a Agência Brasil na Internet como uma grande provadora de conteúdos jornalísticos para as mídias regionais, sobretudo, mas, também, ela tem parcerias com agências públicas internacionais. Fala-se muito da TV Brasil, mas, assim, nós temos esses outros canais tão importantes quanto. Como o foco aqui era a TV Brasil, a gente manteve o foco, mas também fortalecemos o sistema público de rádio, que é composto pelas oito emissoras, fazendo investimento em emissoras que há anos não recebiam um centavo de investimento para a modernização. Temos parceria com a Força Aérea lá, na fronteira, com a FUNTELPA acabamos de abrir uma rádio Ondas Tropicais, na Amazônia, a nossa Rádio Nacional da Amazônia, estamos trabalhando para abrir uma emissora lá na fronteira da Bolívia, onde tem Jirau, lá é uma zona de silêncio profundo, onde não chega uma onda de rádio nem de televisão. O sistema público de rádio também é muito importante, também leva informação, leva cultura e leva conteúdos diversos para populações que vivem, às vezes, em lugares muito remotos do Brasil. E temos, também, uma intensa ação internacional com TVs públicas, ações da cooperação com a África, onde as televisões públicas são muito precárias e esperam muita cooperação com a EBC; com as TVs europeias, de onde a gente tem esperado cooperação muito importante para a capacitação. Agora mesmo, temos um treinamento de pessoas da TV Espanhola. Em suma, temos uma série de ações com a América Latina, no sentido de fortalecer a comunicação pública no mundo como um atributo das democracias, como um diferencial das democracias.

Essas são outras ações da EBC, e, na unidade de serviço, nós fazemos, como eu disse lá atrás, operamos para o Governo Federal o seu canal, que é o NBR, e fazemos serviço como "A Voz do Brasil", "Café com o Presidente", "Bom Dia, Ministro", "O Brasil em Questão", a "Mídia Imprensa", que muita gente aqui, no Congresso, lê, a publicidade legal, esses são serviços que prestamos e que, amanhã, o Governo pode até mudar de empresa, se ele eventualmente quiser, mas, para nós, é importante prestar esses serviços, porque eles também representam receita. A Rádio SAT que distribui matérias jornalísticas sobre políticas públicas para as emissoras de rádio de todo o país. São alguns dos serviços da EBC Serviços.

Temos um projeto importante do qual o Parlamento Brasileiro é parceiro – não vou falar muito dele porque eu já estourei muito o tempo –, o operador único de televisão digital. Esse projeto é a criação de uma plataforma comum, na qual TV Senado, TV Câmara, TV Justiça, Canal do MEC, Canal da Cultura, nós, e, eventualmente, a TV estadual, vamos instalar os canais digitais. Isso representa reduzir custos, compartilhar preços, quer dizer dividir os custos que seriam de várias plataformas numa única, e garantir atualização ação tecnológica constante, porque esse operador de rede será feito... A operação será feita por um terceiro ente licitado, que terá o compromisso de trocar sempre o transmissor, os equipamentos, manter isso atualizado.

O projeto técnico está pronto. É um projeto de alta qualidade, feito por um grande profissional. Garcez, como é que chama o professor? O Professor Gunnar, do Instituto Mackenzie, que é uma das maiores autoridades brasileiras em TV Digital, o modelo jurídico também está definido e estamos na fase de estudos de viabilidades econômica- financeira. O Senado Federal será parceiro desse projeto, tem participado das reuniões, porque será muito mais barato e mais seguro para o Senado, por exemplo, ter a TV Senado em todo Brasil, dentro do operador de rede. É um projeto em curso.

Outro projeto em curso – pode passar – é a TV Brasil Internacional, uma enorme demanda da comunidade brasileira, três milhões de brasileiros vivem no exterior. Além do protagonismo do Brasil no mundo, hoje, ser muito especial, nós precisamos falar para o mundo como outras TVs públicas. Os senhores legam(F) aí da TV a cabo tem até NHK falando em japonês para nós, BBC, Rai, TV France, todos têm canal, o seu canal internacional. O nosso expressará o protagonismo do Brasil no mundo, falará sobre o Brasil no mundo e, sobretudo, a esses brasileiros.

Eu participei, semana passada, da segunda conferência de brasileiros no mundo, promovido pela Itamaraty, e fui sozinha com duas assessoras, e foi uma demanda imensa, todos queriam falar, eles querem uma TV que possa levar informação do Brasil a estas grandes comunidades. O Senador Eduardo Azeredo

estava lá conosco, e o senhor viu como esse tema despertou interesse. Naquele *coffee break*, não pude nem falar com ninguém porque eles me cercaram lá, eles queriam colaborar: "Como podemos ajudar?", a televisão internacional. Então, é uma demanda fortíssima. O Senador Azeredo teve uma brilhante participação neste evento, falando, também, de um... Eu achei muito interessante a representação política dos emigrados, senador, e também foi um tema que interessou muito a eles, não é?

Eu acho que os temas que mais interessaram a eles foram a representação política dos emigrados e a TV Brasil internacional. Então, nós estamos trabalhando para esse canal. Por isso, também, precisamos de um adicional do orçamento. Aqueles que eu estou pedindo, vocês vão ver se esse não tem corte. É um projeto que está em curso, está aqui a Marilena Chiarelli, que está trabalhando conosco, já foi da TV Senado, está trabalhando conosco no desenho desse canal. Que mais? Pode passar.

Enfim, eram aqui só os nossos agradecimentos por essa oportunidade de apresentar aqui a Súmula do nosso trabalho em nome aqui de todos os Diretores da EBC que aqui estão, esse trabalho que, claro, é um produto de um imenso esforço coletivo, nosso, da Diretoria Executiva, com a apoio do Conselho, com muitos apoios que temos aqui no Congresso, com a parceria das televisões estaduais. Enfim, essa é uma construção coletiva, e, como eu lembro, da qual o Congresso participou e fico muito satisfeita que esteja interessada em acompanhar. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero agradecer a Dra. Tereza Cruvinel, Presidente da EBC, pela brilhante posição. Foram 51 minutos de...

SRA. TEREZA CRUVINEL: Desculpa, senador, mas o senhor viu que tinha muito trabalho para...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De exposição.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que a oposição está muita condescendente com...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De forma bastante democrática, quando eu disse que a nossa convidada teria 15 minutos prorrogáveis, ela disse que precisava de 30, eu disse: "Terá o tempo necessário", e assim foi. Mas acho importante que as informações que V. Sa. trouxe até aqui chegam não só aos senadores desta Comissão como a todos os senadores e também ao Brasil, que nós estamos sendo transmitidos pela TV Senado, que estão nos assistindo.

Eu vou passar, agora, aos senadores inscritos, começando, regimentalmente, a nossa consultora Dra. Ana Luiza, representante do Senado no Conselho Curador. Não sei se teria alguma informação a transmitir. Dra. Luiza a com palavra.

SRA. ANA LUIZA SAIBRO: Bom-dia a todos. Apenas para reafirmar a importância da convicção da necessidade do sistema público de rádio difusão. Mas não apenas pela convicção pessoal minha, mas pela exigência constitucional, prevista no art. 223, e me colocar à disposição Srs. Senadores para qualquer esclarecimento a respeito do Conselho Curador da TV Brasil. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu, aproveitando, aqui, a presença da Dra. Ana Luiza, Dra. Tereza, eu quero fazer aqui o registro e os agradecimentos desta Comissão, de todos os membros, senadores e senadoras, à Consultoria do Senado Federal, que, de forma competente, nos assessora e nos dá o apoio necessário, tanto à Dra. Ana Luiza como o Igor, todos os conselheiros, os consultores do Senado Federal. Para nós, é motivo de orgulho, Dra. Ana Luiza, ter no Senado Federal... Os senadores terem este apoio da Consultoria, que é, sem sombra de dúvida, uma das mais competentes a nível do nosso país. Muito obrigado pela ajuda.

SRA. ANA LUIZA SAIBRO: Eu agradeço em nome do consultor geral, Dr. Bruno Dantas. Muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos, então, aos questionamentos, iniciando, regimentalmente, pelo autor do requerimento, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Senador Lobão Filho, vice-Presidente da Comissão, Srs. Senadores, aqui presentes, Presidente Tereza Cruvinel, Ana Luiza, que é Consultora e nos ajudou muito na elaboração do relatório, que, na época, eu tive a honra e o prazer de apresentá-lo, de ser o Relator dessa matéria, um momento importante na TV pública, para o setor de comunicação público brasileiro. Também, agora, está nos ajudando e colaborando e, com certeza, colaborando com o Senador Lobão Filho no debate sobre TV comunitária, que nós estamos debatendo aqui na Comissão, através de um projeto da minha autoria, que o Senador Lobão Filho é o Relator e está na fase final da conclusão do seu relatório.

Mas eu quero, primeiro, agradecer à Tereza, por ter aceitado o nosso convite, não só ela como os Diretores, também, da EBC, e as pessoas importantes desse setor, desse sistema de comunicação público, que estão aqui presentes. O objetivo principal, inicialmente, era este. Nós temos um ano e pouco de efetivo funcionamento da Empresa Brasil de Comunicação/

TV Brasil, e nós precisávamos fazer uma avaliação desse sistema de comunicação, Tereza, porque eu me recordo que, no momento do debate na Câmara e no momento do debate no Senado, nós tivemos uma grande polêmica, como você já disse na sua apresentação de que havia naquele momento, existia naquele momento, uma preocupação com relação ao caráter e ao conteúdo, a forma como a Empresa Brasileira de Comunicação iria trabalhar. Um debate que colocou em lados opostos, e nem sempre isso acontece, mas quase sempre acontece, mas, neste caso, colocou em lados opostos, de forma bastante explícita, os Parlamentares da base do Governo e os Parlamentares da oposição ao Governo. E a sua presença, e a sua figura, colaborou, no sentido de amenizar essas arestas, mas, de qualquer maneira, foi um debate político, e um debate político porque essa TV e essa Empresa Brasileira de Comunicação poderia atender aos interesses de um projeto de Governo, e não um projeto de Estado. Está certo?

E de lá para cá, nesses quase dois anos, o que nós estamos vendo é a não-existência dessa polêmica. O que a gente vê é que a Empresa Brasileira de Comunicação tem trabalhado de uma forma equilibrada, na visão pública, na visão de Estado, no sentido de buscar uma grade alternativa, não sei se é a palavra, mas um pouco diferenciada das TVs e das empresas comerciais, que têm objetivo explícito de ter uma audiência grande. A TV pública tem que ter audiência, a empresa de comunicação, qualquer meio de comunicação público tem que ter audiência, mas não é este o objetivo principal de uma empresa de comunicação da área pública.

Então, eu quero, primeiro, fazer esse registro. O nosso objetivo era esse mesmo: primeiro, era fazer uma prestação de contas de que nós, independente de quem esteja presidindo o Brasil, nós teremos uma empresa de comunicação que vai estar atendendo a população brasileira, dando aí as alternativas e oferecendo à população uma grade, que seja uma grade adequada, para que nós possamos, também, caminhar para um modelo novo de desenvolvimento que não seja só o modelo de consumo, que a referência não seja só o consumo. O consumo desenfreado, hoje, é sinônimo de felicidade, não é? Quem consome mais é mais feliz. E o meio de comunicação é um instrumento muito grande para que isso se consolide na mente, na cultura das pessoas, e nós temos que ter equilíbrios, freios e contrapesos que possam equilibrar, e a TV pública tem esse papel fundamental de estabelecimento dessa grade. Então, o primeiro registro é esse.

A segunda questão, eu gostaria de perguntar à nossa Presidente, à Tereza, se... Ela fez uma apresentação, colocou um ponto que ela acha importante, que é... Fez aqui o seu choro, que é pedir para que não haja corte no orçamento proposto, eu acho que é pedido legítimo e natural que seja feito, mas, primeiro, assim, tem alguma outra mudança necessária a ser feita naquilo que nós aprovamos que possa caracterizar algum aperfeiçoamento? Dois anos depois, dois anos depois de experiência, nós temos algum ponto de todo o arcabouço legal que estruturou a Empresa Brasil de Comunicação? Seria importante que nós começávamos a discutir. Eu acho que isso seria uma reflexão importante.

Terceira questão. Você colocou... Eu estou chamando de você não é por nenhum desrespeito, não, é pela sua pouca idade. Pela sua pouca idade e pela amizade que a gente tem. Você colocou a necessidade de um canal internacional da TV Brasil. Como está o debate da TV Latina, não sei como é que seria o nome, tem um debate... TELESUR? Como é que está esse debate entre os países da... Nós termos uma TV Latino-Americana, ou da União, ou do Mercosul, como é que está esse debate? Está isso está avançando? Também é uma questão que eu gostaria de colocar.

Nosso Presidente, eu gostaria de ficar só nessas observações e agradecer. Eu quero sugerir que a gente faça uma sequência de debates. Eu acho que nós temos que chamar entidades que se relacionam com a Empresa Brasileira de Comunicação que possam vir aqui trazer sua visão, está certo, de como está funcionando a EBC, para que a gente sirva aqui, na Comissão de Educação, como um instrumento de adequação, de aperfeiçoamento, caso seja necessário para que a gente, o Congresso garanta, de fato, que a empresa brasileira de comunicação seja uma empresa pública de interesse do Estado Brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande e concordo com V. Exa. sobre a oportunidade de trazermos outros convidados para que possam, também, trazer o debate sobre a EBC aqui, na Comissão. Eu quero... Nós vamos fazer os questionamentos em bloco, e, depois, a Dra. Tereza Cruvinel, que já atendeu a solicitação, fará suas considerações sobre as perguntas.

Mas quero, antes de passar ao segundo senador inscrito, eu quero convidar o Dr. Marcelo Bechara, como Presidente da Comissão Organizadora da Primeira CONFECOM e Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações que tome assento à Mesa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Sa....

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Sa., Dr. Marcelo, deve ter assistido a brilhante palestra da Dra. Tereza e vai responder aqui alguns questionamentos que ela fez sobre a questão da concessão de canais, de espectro, algumas observações que ela fez, que V. Sa. poderá esclarecer a todos nós.

Pela ordem, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que eu estou sendo chamado lá na Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou chamando da Comissão de Justiça e, se os colegas concordassem que eu pudesse falar rápido apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a aquiescência com o Senador Eduardo Azeredo, que seria o próximo inscrito, Senador Pedro Simon com palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar, manifestar a minha satisfação com a Presidente Tereza Cruvinel. Eu acho que o ilustre líder do Partido Socialista disse muito claro: o fato de a gente saber que ela seria Presidente foi um fator determinante, pelo menos, que eu votasse a favor, que nós tivéssemos com simpatia, na confiança de que ela entende todos nós.

Eu a felicito porque eu tive uma imagem muito positiva e muito boa da sua apresentação. Eu sou muito sincero, eu fui um crítico. Eu não consegui entender por que o Governo mandou esse projeto por medida provisória. Eu achava que ele era um projeto tão importante, tão significativo, que devia ter um amplo debate de sociedade. Quer dizer, o Governo até que fez esse debate, mas fez fechado lá, no Executivo. Quando chegou para nós, veio na forma de medida provisória.

Essa foi a crítica que eu fiz, porque eu dou muita importância a essa televisão. A Dra. Ana Luiza, que participou de um trabalho muito importante que se fez aqui, no Senado, sobre essa matéria. É uma discussão que a gente tem de longa data da importância que a televisão brasileira tem na cultura, na organização, na conscientização do povo brasileiro. Um país do tamanho do Brasil, onde tem lugares na Amazônia, onde o cidadão, para sair do seu local para fazer uma compra, qualquer coisa, tem que ir de barco e leva praticamente um dia, só por meio da televisão a gente pode, realmente, fazer a unidade cultural, social do povo brasileiro.

Então, a gente sempre deu muita, muita importância a essa televisão estatal e sempre achávamos que ela tinha que vir com força, que ela tenha que vir com grande possibilidade, com grande participação. A gente lembrava, à época, a BBC de Londres, o significado que ela tinha, era uma emissora tão forte que se dava ao luxo de apresentar a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, um dia de semana, às quatro horas da tarde. Então, eu vejo, agora, a análise feita Presidente Tereza, com muito otimismo. Eu reconheço que as coisas estão sendo feitas, estão caminhando. É claro que há uma má vontade generalizada das televisões, eu diria até de certa forma, e também dos jornais, porque os jornais ligados às televisões, ou não, mas, na verdade, não há uma simpatia por parte nem da televisão particular e nem dos jornais com a televisão pública. Não há um estímulo, não há uma força, não há uma orientação, não há um esclarecimento, por parte da sociedade, em torno da televisão; pelo contrário, há um sentido de ridicularização, é zero, é [ininteligível], é não sei o quê, mas eu acho que vossa apresentação, ela é realmente positiva e nós estamos no caminho certo.

Eu digo a V. Exa., do fundo do meu coração: do que depender de mim, aqui, no Senado, o que for feito no sentido de crescer a TV Brasil, não sentido de ela desenvolver, no sentido de ela avançar, no sentido de ela se tornar uma televisão de primeira qualidade, eu sou totalmente solidário. Eu acho altamente positivo, e, na medida que o Governo utilizar dessa TV para fazer uma infinidade de coisas que pode fazer de esclarecimento, de politização, de orientação, de estimulo à sociedade brasileira, eu sou totalmente favorável. E lhe digo com profunda sinceridade: vejo com muita alegria. Reparo em V. Exa., eu vejo o programa, eu assisto a TV Brasil. Eu acho que o Jornal da Noite é um jornal realmente muito bom. Eu não estou preocupado... Eu dizia nisso na oportunidade e digo agora, eu não tenho a maior preocupação se o jornal faz propaganda do governo ou não faz. E eu acho que ele está fazendo uma propaganda normal. Eu, sinceramente, não vejo exageros nesse sentido, mas eu acho que a preocupação minha, desde aquela época, não foi que tivesse... Que a oposição estava muito preocupada, no sentido de que... "Vai ser um órgão oficial para fazer propagandas do Governo". Essa não era a minha preocupação. A minha preocupação era de ser uma grande televisão. Fazer propaganda, não fazer propaganda, que ela tenha o resto, os outros programas. E acho que o esforço está sendo grande. Eu acho correta a orientação, no sentido de que tem que se aproveitar a estrutura que já existe. As TVs educativas são uma dessas.

Eu não entendo a posição... Eu fui me informar, eu recebi a resposta agora, há cinco minutos, que a Governadora que não quer. Ela quer manter a inde-

pendência da televisão dela. Eu, sinceramente, não concordo, eu não vejo assim. Eu acho... Claro que eu acho que a TV do Rio Grande do Sul vai querer discutir com V. Exa., no sentido de que não seja apenas uma repetidora, que o medo que a gente tem é que, nesse contexto, passe a... A TV Cultura de São Paulo, como é uma grande televisão e tem grandes programas, ela passa a ser praticamente a única orientadora, coordenadora grande nesse sentido, e uma TV que nem a nossa, que, modéstia à parte, é boa, não é excepcional, a TV Cultura do Rio Grande do Sul é uma televisão boa, há aquela ciumeira do gaúcho de dizer: "É, mas vão nos deixar de lado, não vai ter programa nosso", mas daí a não participar, eu não vejo lógica. Eu acho, com toda a sinceridade, que deveria participar, e acho que é correta a orientação de V. Exa. e do Conselho, no sentido de, exatamente, coordenar tudo que já existe. E uma das coisas que já existe, que são altamente positivas, são as TVs Culturas dos Estados. A de São Paulo é excepcional; a do Rio Grande do Sul é boa; a do Rio de Janeiro já foi muito melhor, mas é boa.

Então, eu acho que aproveitar o que tem de bom em cada estado é altamente positivo. E, por outro lado, uma coisa seria a TV Brasil teria que preparar programas especializados sobre a Amazônia, sobre o Pará, etc. e tal; e outra coisa: se tem uma televisão local que já faz com isso com grande profundidade e que pode fazer com alcance nacional. Mas eu fico muito satisfeito. Eu quero dizer à minha amiga Tereza, na época... Eu não minto, eu fiquei chateado, inclusive porque eu não sei como V. Exa. seria na televisão. Agora, eu sei que nós perdemos uma melhor colunista que nós tínhamos.

Quer dizer, a Globo, que já tinha em V. Exa. um grande nome, uma grande referência, ia terminar tendo um vazio, e eu acho até que a minha mágoa, na época, foi mais pela saída da coluna do que na entrada, mas vejo que V. Exa., realmente, é uma mulher de sete instrumentos. É tão, ou melhor, competente na televisão como era uma grande colunista.

Com relação à Ana Luiza, eu vejo com muito carinho, lembrando que a senhora aqui sempre foi uma grande coordenadora, e todos os projetos que se tratava de televisão, que passasse pelo Senado, a senhora estava presente, debatendo, analisando, cobrando da gente. Eu acho que a senhora está no lugar exato e tenho certeza que, nesse Conselho, a palavra de V. Exa. deve ser uma palavra de primeira grandeza.

Era apenas isso. Com o meu abraço muito fraterno e a minha alegria em tê-la aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Pedro Simon e concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, jornalista Tereza Cruvinel, Ana Luiza, eu quero, nosso vice-Senador Lobão Filho. Srs. Senadores. Eu quero primeiro saudar a Tereza Crunivel que, realmente, vem desempenhando com sucesso a sua função à frente da nova TV, da TV Brasil. E... Não, Senador Pedro Simon, nós todos aguardamos, não tem problema, nós aguardamos. Não há nenhum problema.

Mas eu estava exatamente saudando pela sua atuação, tanto no passado quanto no presente. Eu quero, em primeiro lugar, nessa questão do Rio Grande do Sul, dar um palpite mineiro aí para a nossa conciliação. Eu estou à disposição para que a gente possa tentar ajudar lá nesse processo, Governadora Yeda Crusius, e aí fica a minha primeira pergunta: Quais são as condições dessa parceria com a TV estadual? Quer dizer, existe uma imposição de uma grade? Esse pode ser um dos problemas que leva a que não haja essa retransmissão da TV Brasil lá? Esse aqui seria um primeiro ponto que seria bom, talvez, esclarecer quais são as condições dessa parceria. É evidente que, se todos os estados brasileiros estão transmitindo, a questão está mais localizada no Rio Grande do Sul.

No caso da TV Minas, é verdade mesmo, a TV, ela, agora, volta a ter uma expressão maior. Na época em que eu disputei o governo de Minas, nós tivemos dificuldade da campanha porque as parabólicas é que pegam o sinal de televisão. Eu me lembro bem que tive que pedir ao Mário Covas para me dar 30 segundos no programa dele em São Paulo, para eu poder atingir o eleitorado do Sul de Minas, porque o eleitorado de Sul de Minas não assistia, não pegava TV. Nenhuma TV mineira, só pegava a TV de São Paulo. Então, esse foi um ponto realmente muito importante que, naquela época, procuramos incentivar as TVs comerciais que chegasse a toda Minas e a própria TV, TV do Estado, a TV Minas, ela foi para satélite, naquela época, exatamente para poder tentar atingir todo o Estado de Minas.

Depois, tivemos, realmente, como eu brinquei aqui, um hiato, aí, mas não é só brincadeira, não. O Conselho, por exemplo, Curador não chegou nem a ser montado naquele período, e, com a posse do Governador Aécio, é que nós voltamos a ter, então, a TV mais imparcial.

A senhora passou rápido também pelo Paraná. O Paraná, o problema, realmente, é um pouco isso, que a TV, ela é muito usada politicamente. Esse é o receio meu da TV pública, é que haja uma interferência política. As dúvidas que surgiram aqui, no Congresso, foi em função de exemplos como o do Paraná, em que acaba que a TV, ela não é uma TV pública, ela é uma

TV do governo. Esse que é o risco grande que existe. E aí eu faço essas duas colocações que eu queria fazer, além dessa questão do Rio Grande do Sul, do FISTEL e da questão internacional. O que o está acontecendo com o FISTEL?

Porque nós temos dois fundos no Brasil que são um certo mistério, é o FUNDEF... O FUNDEF não... O FUST, porque o FUST ninguém consegue usar, tem anos aí que o FUST não é utilizado, são bilhões de reais que são arrecadados. Eu acho que está na faixa de sete, oito bilhões, já deve estar por aí, não é, Ana? Que já deve estar por aí e não se consegue usar o FUST. E o outro é o FISTEL. Quer dizer, aqui, também, pelo que eu tenho conhecimento, a própria TV Senado, para poder fazer a sua expansão, almeja aqui receber alguma parte do recurso da FISTEL para poder expandir o sinal aberto da TV Senado e a gente não consegue fazer isso também, esse é um dos motivos.

Então, o que está acontecendo com o FISTEL? Qual que é a dificuldade? E a questão internacional foi bem lembrada aqui, nessa reunião muito interessante do Rio de Janeiro, com as comunidades do Brasil no exterior, que são três milhões, se lembrava lá sobre a questão da representação, que Brasília tem pouco mais de dois milhões de habitantes e tem oito Deputados Federais. Nós temos três milhões de brasileiros no exterior e não tem nenhum representante. Então, esse é um ponto, assim, de comparação que foi feito, e a sua presença foi realmente importante. E esse ponto da televisão foi um dos pontos que mais levanta questionamentos. Quer dizer, o que nós podemos fazer também para implantar em definitivo essa TV do Governo? Eu não tenho nenhuma dúvida, eu acho que nós podemos muito bem conviver com as duas situações. As TVs comerciais têm o seu espaço, mas as TVs públicas devem existir, sim, elas são um canal muito importante de transmissão. Era isso que eu queria saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo. O próximo inscrito, o nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dra. Tereza Cruvinel, eu, antes de mais nada, eu queria parabenizar a Dr. Tereza Cruvinel pela gestão deste novo desafio que é a TV pública, que é um grande desafio. Nós já temos experiência de TVs educativas, TVs culturais pelo Brasil todo, que não têm a eficiência e a resposta que as suas sociedades demandam e, portanto, tornam ainda maior esse desafio.

Eu acho que o grande legado da Dra. Tereza Cruvinel é deixar uma herança de conteúdo na TV pública, na TV Brasil, uma herança de conteúdo que não seja voz do Estado, e, sim, as vozes do povo brasileiro, espalhados nos mais longínquos reconditos desse nosso país. E esse é o grande legado: montar uma TV que tenha capilaridade e, mais do que tudo, fazer com que essa TV não se transforme em instrumento de Estado, de política de Estado, e, sim, em instrumento de voz popular.

E aí eu quero corroborar, e eu tenho certeza que a competência, conforme disse o Senador Pedro Simon, da Tereza Cruvinel irá transformar esse desafio em um patrimônio do nosso país. Eu gostaria de corroborar inteiramente a visão do Senador Renato Casagrande, quando ele propôs a ideia da criação da TV comunitária, respaldada na experiência da rádio comunitária, que é um sucesso no Brasil todo, apesar das carências de algumas modificações. Ele imaginou criar também a TV cultural, a TV comunitária.

Eu tenho encontrado dificuldades mais técnicas do que qualquer outra coisa na implantação da legislação que vai regulamentar a TV comunitária. É uma visão meio utópica a criação da TV comunitária. Mas eu acho... E eu toco nesse assunto porque eu acho que eles estão entrelaçados esse dois temas, a TV comunitária com a sua, a nossa TV Brasil. Eu acho que a TV Brasil pode suprir essa lacuna da TV comunitária. Eu acho que a TV Brasil pode ser a voz dessas comunidades, desde que ela tenha presença bem marcante em todos os nossos municípios, e eu acho que isso é uma realidade que é possível com o advento da TV Digital. Eu acho que a TV Brasil pode ser a nossa TV comunitária. Então, é preciso que nós, aqui, no Legislativo, dessa Comissão, mais especificamente, e integrantes do Ministério das Comunicações e, principalmente, de sua empresa, a TV Brasil, que nós possamos interagir no sentido de a gente adequar este novo projeto que está sendo gestado aqui, nesta Comissão, e que a gente possa fazer o projeto mais eficiente possível para a nossa sociedade. Eu vejo com muita preocupação a criação pura e simples de uma TV comunitária, já tendo o seu esforço pessoal e de sua equipe toda na implantação e na consolidação da TV Brasil por todo o país.

Então, eu faço esse convite para que a gente possa interagir, vamos dizer, de forma mais dinâmica, para que a gente possa aqui, efetivamente, criar uma solução nessa questão da TV comunitária.

E, para finalizar, eu queria fazer uma pergunta a Dra. Tereza, que é o seguinte: quantas e quais são as TVs educativas, espalhadas pelo Brasil, que não se anexaram ainda, de uma forma ou de outra, à TV Brasil? E que instrumentos a TV Brasil tem para impor que essas TVs se juntem, pelo menos, parcialmente, no seu

conteúdo, e que, assim, facilite a sua vida na criação de uma rede o mais espalhada possível pelo país?

Essas são as duas colocações. Agradeço a sua presença, a presença da nossa integrante do Congresso no Senado, mais especificamente. E na certeza de que, aqui, V. Sa. sempre encontrará apoio nas demandas da TV Brasil. Porque os Parlamentares são sensíveis a este projeto e agora cônscios de que essa TV não é mais um instrumento de Governo, e, sim, um instrumento do povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Lobão Filho, vice-Presidente da CCT, e passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, e cumprimento todos da Mesa em nome do Dr. Marcelo Bechara e em nome da Dra. Tereza Cruvinel. Na verdade, tenho só três tópicos rápidos. Teremos, em seguida, a segunda parte da nossa audiência. Eu vou tentar ser bem pragmático.

Em primeiro lugar, dizer à Dra. Tereza que a parabenizo pela TV Brasil. Eu sou do ramo, sou afiliado à TV Record, e, quando se é afiliado a uma TV, se presta atenção às coisas. Antigamente, quando eu não era ligado ao setor automobilístico, passava uma carreta de veículos e, para mim, era simplesmente uma cegonheira carregando veículos. Hoje, passa uma carreta de veículos, eu sei qual é a marca, se tem modelo novo, quais sãos cores. Então, a vida é isso, as pessoas prestam atenção naquilo que se interessa.

Eu me interesso por televisão e tenho procurado, no espectro das TVs brasileiras, procurar onde está a competência. E, na verdade, na TV Brasil, eu tenho encontrado um centro de competência na qualidade da programação. Então, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar. E foi falado aqui, até pelo Senador Pedro Simon, o problema é que a mídia, determinadas TVs, os comentários que faziam a respeito, e dizer que, quando se fala que tem um traço, deva se orgulhar, por que, qual é o critério de onde veio essa... Quem foi que fez essa pesquisa, de que forma essa pesquisa foi feita? Porque as pesquisas, às vezes, não batem com a realidade. Porque, na mesma fonte que citava que a audiência da TV Brasil era uma audiência, digamos, bastante sofrível, se referia que os telespectadores, um percentual, me parece de 80%, tinham ciência da existência da TV Brasil. E com o espectro hoje, inclusive com as TVs a cabo e com o volume de opções que o telespectador tem hoje, só ter ciência que existe um canal, identificar um canal já é uma grande virtude. Mas, na verdade, a minha abordagem vem no sentido de parabenizar pela empresa e parabenizar pelo profissionalismo da programação.

Agora, queria me acostar ao comentário do Senador Lobão Filho. Eu, na verdade, nessa Casa, tentarei, de toda forma, tentar demonstrar aqui a inviabilidade da TV comunitária. A TV comunitária é uma irrealidade, o sinal de TV é indomável para você não poder ter uma limitação de potência da forma que tem nas rádios comunitárias FM que você atende a uma comunidade, não existem exemplos de TVs para a comunidade em si, para a abrangência exatamente. O sinal da TV inviabiliza, a TV Digital, hoje, inclusive, é uma fonte tecnológica de expansão do sinal e não de retração do sinal. E acredito que talvez a TV Brasil possa dar, preencher essa lacuna, como foi citado pelo Senador Lobão Filho.

A TV Brasil e outras TVs educativas no Brasil... A TV Educativa, sim, eu sou inteiramente favorável, exatamente porque a TV Educativa, ela está montada tecnologicamente para, no espectro das TVs, ter o seu sinal atendendo a comunidades, e não a uma comunidade específica, como é o caso das rádios comunitárias. Era isso, Sr. Presidente, e parabenizar mais uma vez a Dra. Tereza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. E finalizo com os questionamentos que gostaria de fazer à Presidente da EBC, primeiro cumprimentando V. Sa., e dizer que, durante o início da sua exposição, V. Sa. fez um comentário a respeito da preocupação que eu coloquei sobre quando da tramitação da Medida Provisória que criou a EBC, de que a Empresa Brasil de Comunicação não fosse um instrumento de Governo, mas, sim, um instrumento de Estado.

E eu quero dizer que a indicação do seu nome para presidir a empresa foi um dos pontos que deu ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, essa tranquilidade, pela história de vida de V. Sa., o passado, o que V. Sa. representa para o jornalismo brasileiro deu, com certeza absoluta, essa segurança de que, na sua gestão, não seria utilizada a EBC como instrumento de política. Mas a preocupação, ela tem razão de ser, Dra. Tereza, porque as pessoas passam e a empresa permanece. Quer dizer, os governos passam.

Então, a preocupação não é com este governo... É permanente e tem que ser, realmente, um instrumento de informação e de formação para a sociedade brasileira. Mas quero parabenizá-la pelo trabalho desenvolvido ao longo desses quase dois anos e que nos foi mostrado aqui.

Eu gostaria só de complementar a pergunta que o Senador Eduardo Azeredo lhe fez sobre o FISTEL, a utilização do FISTEL. Temos discutido aqui intensa-

mente de que nós precisamos rever a existência desses fundos, se eles são necessários ou não; se são necessários, em que valor eles devem ser cobrados da sociedade? Porque, na realidade, esses fundos são pagos pelo usuário, ou seja, é o consumidor, é o cidadão brasileiro que está pagando. Se está pagando para que a Anatel faça a fiscalização, como é o caso do FISTEL, está pagando muito acima daquilo que deveria pagar. Então, o Senado está preocupado com isso. Mas a minha pergunta com relação à questão do FISTEL é que, quando da tramitação da Medida Provisória, eu lembro que nós íamos fazer uma emenda, Senador Eduardo Azeredo, nós íamos fazer uma emenda aqui, no Plenário, a Medida Provisória, para que parte desses 10%, que seriam destinados a EBC, fosse revertido também para a TV Senado, para a TV Câmara, para a TV Justiça, e isto, na ocasião, foi um motivo de um acordo de liderança de que não fizéssemos a emenda porque, se assim fosse feito, a Medida Provisória voltaria à Câmara Federal e ela estava com prazo vencido praticamente. Mas que essa distribuição dos recursos seria feito na regulamentação. A pergunta que faço, complementando a do Senador Eduardo Azeredo, é se essa regulamentação, passado quase dois anos da aprovação, não foi feita; por que não foi feita? Que é um ato que cabe diretamente à Administração do Ministério fazer essa regulamentação. Esse é a primeira pergunta.

A segunda pergunta... O segundo questionamento, Dra. Tereza, é que, com relação ao orçamento da EBC, com muita justiça, V. Sa. pode apoio do Senado para que não haja corte nos valores que foram propostas pelo Executivo, na LDO. Eu pergunto à V. Sa. se os recursos que foram aprovados para o exercício de 2009, eles têm sido liberado ou algum valor tem sido contingenciado? Porque é prática do Executivo contingenciar os valores que o Congresso Nacional aprova a nível de orçamento. Se foram liberados, parabéns, porque me parece que são poucos os órgãos que têm essa condição. Se não, em quantos estão contingenciados? E, também, o quanto representa do FISTEL o valor na composição do orçamento da EBC? V. Sa. já disse que está *sub judice* essa questão, ou a EBC ainda não recebeu esses valores, mas eles estão destinados. Quando forem repassados, quanto eles representarão?

Uma outra questão que eu queria saber é... V. Sa. nos mostrou a questão dos índices, 10% da população brasileira assiste regularmente a EBC. E aí vem a dúvida que nós tínhamos também na ocasião da tramitação do projeto. Quer dizer, o orçamento da EBC é um orçamento que se compara a de algumas redes privadas de comunicação. Então, se nós estamos com orçamento da ordem, como foi colocado aqui, de quase 450 milhões de reais para 2010, qual seria a contrapartida de informação levada à sociedade brasileira, ao nível desse orçamento? Porque, se a EBC não pode disputar audiência com as emissoras privadas, isso é uma realidade, mas não é esse o motivo que vai justificar baixos índices de audiência para a própria TV pública. Pelo contrário, ela tem que colocar programas que possam atrair a audiência, para que a informação chegue de forma, eu diria, globalizada, a nível de país. E eu coloco aqui como exemplo de sucesso de uma TV pública, que é a TV Senado. A TV Senado, e eu quero também associar-me ao Senador Eduardo Azeredo de colocar-me à disposição de V. Sa. para chegar junto à Governadora Yeda Crusius, para saber o motivo que a leva de não fazer a parceria com a TV Brasil no Rio Grande do Sul, mas pediria à V. Sa., e esta é a preocupação, Dra. Tereza Cruvinel, que a política interfira na comunicação, na informação, ou nas TVs públicas. V. Sa. dá um exemplo, e diz que era uma questão política, não era de gênero, lá no Rio Grande do Sul, e me parece que sim, temos a questão da TV do Paraná, que essa é clara, essa é evidente que é uma TV usada como instrumento político lá, naquele Estado, mas eu pediria, também, lamentando a interferência política na área das TVs públicas, que V. Exa. me ajudasse, particularmente, junto à Governadora Ana Júlia e a direção da FUNTELPA, que negou, negou, foi o único Estado da Federação Brasileira que negou a cessão onerosa - não era gratuita, não, onerosa - à TV Senado, para que a TV Senado colocasse a sua antena e o seu transmissor no espaço da TV FUNTELPA, na torre e o seu transmissor, para que pudesse a TV Senado ser uma TV aberta em Belém do Pará.

Foi negado há mais de um ano e meio pela Governadora. Então V. Sa...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Será que é porque V. Exa. e o Senador Mário Couto não dão folga à Governadora?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não sei, Senador Azeredo, mas é uma prova evidente de que, como a Dra. Tereza lamenta a questão e todos nós lamentamos no Rio Grande do Sul, e eu peço... E nós vamos ajudá-la para resolver, isso eu tenho certeza, que a Governadora Yeda Crusius vai atender essa solicitação. Eu também peço ajuda, para que nós possamos, junto à Governadora Ana Júlia, junto à FUNTELPA, que... Ainda hoje, eu estava conversando com o Jornalista Fernando Mesquita, que é o Diretor da TV Senado, conversando com ele sobre essa questão de que precisa levar a TV Senado aberta para Belém, e não para Belém, para o Brasil como um todo. Porque a TV Senado é um exemplo de TV

pública de sucesso. Por onde... E tem, também, essa mesma dificuldade, que ela só é vista pela maioria dos que a assistem por parabólica, ou por cabo, ou satélite, ou seja... E, mesmo assim, onde você vai, ao interior do interior - não é na sede do município, não, são nas comunidades -, você chega e tem uma pessoa que comenta e que assiste a TV Senado. Então, assim também será e tem que ser com a TV Brasil.

E por último, nós temos aqui a nossa Dra. Ana Luiza, que tão bem representa o Senado, no Conselho Curador da TV Brasil. Eu queria lhe consultar como será feita a renovação do Conselho Curador e se não seria o caso que a indicação dos membros do Conselho Curador passasse pela aprovação do Senado Federal, como acontece com os membros das agências reguladoras. Porque os diretores das agências reguladoras também passam pelo crivo da sabatina no Senado Federal. O Conselho Curador é, vamos fazer uma comparação, a agência reguladora da EBC. Então, se é agência reguladora da EBC, se não seria também interessante que passasse pelo Senado a aprovação dos seus membros.

E por último, não é uma pergunta minha, mas é como eu digo, a TV Senado é vista permanentemente, e como nós estamos, estávamos, agora começou a CCJ, não sei, mas estávamos ao vivo, Senador Eduardo Azeredo, chegou uma pergunta aqui, me pedindo que fosse feita à Dra. Tereza Cruvinel, do Professor Emilson(F) Nunes Costa, de Volta Redonda. Ele faz referência aqui, Dra. Tereza, de um programa que foi transmitido semana passada, um documentário sobre o Presidente Hugo Chávez, favorável ao Presidente Hugo Chávez, e ele comenta e quer saber a sua opinião, qual a motivação de ter passado esse documentário, quando o Senado Federal está votando, na Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Eduardo Azeredo, no próximo dia 29, a permissão, ou não, da entrada da Venezuela no MERCOSUL. E ele diz, diz ele aqui, pelo papel que chegou a mim, que esse documentário já passou várias vezes na NBR, por que agora ser novamente colocado na grade da TV Brasil?

Eram essas as questões e passo a palavra à Jornalista Tereza Cruvinel para que ela possa respondê-las.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Senador, eu vou ser breve agora, eu vou tentar ser breve. Primeiro, gente, esse negócio, eu continuo sendo sempre e serei para sempre jornalista. Dispenso todo mundo, todos os senadores de me chamarem de doutora, como lá na empresa é proibido fazer isso, porque a gente não pode ser o que não é. Eu vou tentar ser breve e seguir a ordem.

O Senador Casagrande diz o seguinte: "O que podemos aperfeiçoar na lei da EBC, do sistema público de comunicação?". E aí, como o Senador disse na época do debate, a gente pediu ao Senado, eu fiz muita visita, muito choro no pé dos senadores, para não mexerem do relatório da Câmara, por quê? Ia cair no decurso de prazo... Ah, senador, o senhor voltou. E então, ali alguns aperfeiçoamentos não puderam ser feito e a gente sempre dizia: "Depois se faz", mas, agora, a Medida Provisória vai cair por decurso de prazo. Então, eu acho que tem muitos aperfeiçoamentos para fazer.

Dr. Luís Henrique, o nosso Diretor Jurídico, ele é um grande jurista, um grande... E ele olha a lei e fala assim: "Isso poderia ser diferente, seria melhor". Sabe, a gente tem uma lista enorme de aperfeiçoamentos. Eu não vou falar tudo, mas eu vou falar duas coisas: 1) o esporte, nós precisamos fazer acordo de veto da questão do esporte que dizia lá, a emenda que veio do Deputado Silva Torres, do PSDB, veio da Câmara, que dizia: "Cada vez que a TV comercial licenciar uma transmissão, comprovar o direito de transmissão e não exibir aquele jogo, ou aquele evento esportivo, a TV pública terá direito automático, se a 24 ela avisar que não vai exibir", como vive acontecendo no Brasil. Isso foi vetado por um acordo aqui, no Senado. Agora, eu acho que alguma... Ou com esse teor ou com outro, mas alguma iniciativa legislativa precisa ser tomada no Brasil em relação ao esporte e TV pública. Eu passei recentemente, rapidamente, pela Espanha, por uma reunião com a TV pública de lá. Ali há uma cota de transmissões que são da TV pública. Aliás, ela tinha maioria. Agora que o Congresso fez uma grande reforma no marco regulatório da TV pública espanhola, o Parlamento fez uma reforma lá, agora, inclusive mudando indicações dos Conselheiros, várias coisas, proibindo a publicidade e, inclusive, reduzindo a cota de esporte da TV pública que era maior. Ficou uma coisa mais equilibrada. Então, essa é uma questão.

A outra coisa, a lei diz o seguinte: "Olha, a EBC, empresa pública, deve compor com conteúdos, suas programações com conteúdos regionais e da produção independente e etc.", mas ela não dá os instrumentos. Então, assim, fazer a televisão pública com a Lei 866 é muito difícil.

Eu vi, agora, recentemente, o Senador Romero Jucá, uma iniciativa sobre a PETROBRAS, o regulamento simplificado de compras. Nós precisamos ter um instrumento, não para comprar água mineral, papel, móveis, utensílios, sei lá, essas coisas, mas para conteúdo. Nós precisamos ter um verdadeiro regimento simplificado de compras. Na lei, fala ali alguma coisa, mas nós, efetivamente, não temos. Porque conteúdo é

coisa muito diferente de comprar *commodities*. Então, isso é importante. Por exemplo, construir esse mecanismo *pitching* foi um enorme esforço jurídico nosso para chegar a um jeito de licitar, porque ali a Diretoria de Jornalismo fez esse programa "Nova África", que é licitado. Foram muitos meses pelo convencional da 8666. Então, este é um aperfeiçoamento que a gente pode pensar entre muitos outros.

Mas o Senador Casagrande falou outra coisa... Ah, sim, as televisões. O seguinte. A TV que nós queremos fazer é a TV Brasil Internacional. A iniciativa da TV Sul-Americana, TELESUR, iniciativa do Presidente Hugo Chávez, seria que todos os países aderissem para fazer dela uma televisão continental. Alguns aderiram. O governo brasileiro preferiu investir na construção do seu sistema público de comunicação. Então, você pode ter alguma relação com a TELESUR, esses dias até estive com eles, trocar conteúdos, mas o Brasil não é signatário dessa televisão como um projeto sul-americano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. TEREZA CRUVINEL: Geração na Venezuela. Agora, eles estão colocando geradores em outros lugares, cobrindo o continente.

Alguns países são integrantes da... Nesse projeto, não. Naquele tempo, ainda era a Radiobrás, a gente nem estava aqui, não existia a EBC... Está aqui o José Roberto Garcez, que era da diretoria da Radiobrás. O Governo brasileiro, juntamente com o Executivo, o Congresso, o Itamaraty e o Judiciário tomaram a iniciativa conjunta de construir o canal Integración, que seria um canal que está no ar, continua sendo gerido por nós, mas os parceiros têm cada vez contribuído menos para sua manutenção. Itamaraty já pagou satélite; hoje, não paga. O Senado e a Câmara um ano põem dinheiro; outro ano, não põem. Em suma, isso aí está em mutação.

Essa televisão existe, sim, a Integración. Agora, ela fica no satélite, e a gente faz acordos para ver quem quer fazer o sinal baixar. Esse canal é que nós estamos trabalhando, já conversando com os parceiros para transformarmos no canal TV Brasil Internacional. Porque nós achamos que é assim: é muito pouco... O custo benefício dele é muito baixo. É opcional. Quem quiser, baixa o Integración. A TV Brasil Internacional, nós podemos negociar. Assim, já conversei até com o Presidente Sarney sobre isso, com o Ministro Celso Amorim, está faltando, assim mesmo, mais uma conversa com a Câmara, embora já falei vagamente com o Presidente Michel Temer. Então, nós queremos transformá-lo no canal TV Brasil Internacional, e podemos, também, conversar com os parceiros do Integración. Olha, o Senado pode deixar um programa da TV Senado nessa televisão, a Câmara pode deixar um, a TV Justiça pode deixar um programa. Eles podem, digamos assim, também, exportar um conteúdo nessa TV que nós...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A TV Integración está no ar?

SRA. TEREZA CRUVINEL: Está no ar, nesse momento, mas o ar dela, quer dizer...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Canal fechado, naturalmente.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Ela não está no ar, ela está no satélite.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas ela está transmitindo?

SRA. TEREZA CRUVINEL: Está transmitindo, trabalhando normalmente. Só que você não vê.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Por quê?

SRA. TEREZA CRUVINEL: Só quem tem parabólica, o NBR ali, o canal NBR passa algumas partes dela, sobretudo de noite, de madrugada... É assim, quando uma televisão só está com o conteúdo no satélite, ou você capta por parabólica...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Por parabólica.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Ou uma televisão que é conveniada conosco, ela faz um convênio, ela baixa e reproduz...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Retransmite.

SRA. TEREZA CRUVINEL: No cabo ou no sinal aberto. Mas são as televisões Sul-Americanas...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Desculpe, e o conteúdo da TV Integración é o conteúdo da...

SRA. TEREZA CRUVINEL: 50% mais ou menos são conteúdos brasileiros, produzidos aqui. Está ali... Quem--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Da TV Brasil.

SRA. TEREZA CRUVINEL: --dirige esse canal é o José Roberto Garcez, lá na EBC. Tem uma unidade separada da TV Brasil, é o canal Integración, fica lá na torre de televisão. Tem esta equipe que produz metade dos conteúdos em língua portuguesa e tem conteúdos que vêm, não é, Garcez, destas televisões conveniadas. É mais ou menos meio a meio. Agora, eu coloquei uma televisão na minha casa, o [ininteligível] fez lá uma *download*, um d*ownlink*, para baixar, para eu conhecer melhor essa televisão, porque nós não conhecemos. O que eu acho? O conteúdo, tem bons conteúdos, agora, subaproveitados. O que queremos

fazer é a TV Brasil Internacional no cabo, vamos negociar com as operadoras, colocar no cabo, nos países, começando por aqueles onde são maiores as colônias de emigrados brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só, com licença da Jornalista Tereza Cruvinel, eu queria só complementar a dúvida do Senador Renato Casagrande. V. Sa. disse que a TV Brasil não... O Brasil não está inserido...

SRA. TEREZA CRUVINEL: Filiado à TELESUR.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A TELESUR. Agora, este canal Integración, ele é do TELESUR ou...?

SRA. TEREZA CRUVINEL: Não, este é do Senado. Ele é um convênio entre Senado, Câmara, Itamaraty, antiga Radiobrás, Poder Executivo, hoje, EBC, quem que faltou... E SECOM. Poder Executivo, Poder Legislativo... Três poderes.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É brasileira.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Como eu falei na apresentação...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então é Integração, Integração.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas é Latino-Americana.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está bom.

SRA. TEREZA CRUVINEL: A gente fala Integración porque, para ele, é assim: TV Brasil Integración. Agora, a ideia é que, neste canal... Eu não participei deste projeto. Eu estou propondo a sua transfiguração em outro projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na TV.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Brasil internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Internacional. Perfeito. Perfeito.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tem um prazo para a TV Brasil entrar no ar, a internacional?

SRA. TEREZA CRUVINEL: Como eu disse, fiz aquele mais ou menos um compromisso público lá, naquele evento do Itamaraty, porque a cobrança tem vindo grande de fora. Nós queremos colocá-lo no ar no ano que vem. Agora... Aí vem o orçamento, tá?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bom. O ano que vem é dezembro ou janeiro?

SRA. TEREZA CRUVINEL: Agora, eu acho assim, nas negociações com os outros... A gente está fazendo... Nós precisamos [soa a campainha] três coisas: ter satélites desses lugares, e já temos o satélite do Integración, portanto não é um custo adicional, porque esse satélite do Integración já cobre do Canadá à Patagônia, mas aí tem que ter um satélite em África e um satélite em Europa. Satélite, uma programação, que, neste momento, está... Começou ontem a trabalhar nesse projeto da programação a Jornalista Marilena Chiarelli, fundadora da TV Senado, que vocês bem conhecem. Então, essa programação é da TV Brasil com alguns diferenciais.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tá.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Por exemplo, eu acho que nós queremos pôr o Parlamento, porque ele estava lá no Integración, e nós formos desmanchar o Integración, e alguma programação mais com viés de exportação do Brasil, digamos assim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas a gente pode pensar em meados do ano, ao invés de ser dezembro do ano que vem?

SRA. TEREZA CRUVINEL: Eu gostaria muito que fosse meados, ou antes.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bom.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Bom, respondendo ao Senador Renato Casagrande, deixa eu correr, senão o Senador Flexa Ribeiro vai...

Eu fiquei muito feliz de ouvir o Senador Pedro Simon dizer que ele ficou um tanto emburrado com a MP 398, porque não queria me perder como colunista e comentarista da Globo News. Foi a coisa mais feliz que eu ouvi aqui hoje, não é, gente? Então, ele não tem perguntas, mas eu quero registrar isso.

As do Senador Flexa Ribeiro são imensas. Chave, TELESUR, estão respondidas as questões do Senador Casagrande. Eu acho que os aperfeiçoamentos, senador, vamos fazer uma reunião, tá, Dr. Luís Henrique, aqui, para a gente fazer aperfeiçoamentos. Inclusive, este... Por exemplo, nós nunca fomos passar pelo Senado a indicação dos conselheiros. Acontece que, quando o projeto chegou aqui, no Senado, não tinha tempo, mas isso é uma coisa que pode ser feita. Nunca ninguém teve nada contra.

Bom, o Senador Azeredo... Por exemplo, algum empreendimento com a TV do Rio Grande do Sul, se tem impositivo. Não, a rede não é impositiva, e, olha, está sucateando tanto que, talvez, daqui a pouco, essa televisão nem exista e nós estamos, nós temos... É, nós temos... O projeto é assim: dez horas de programação simultânea da Rede Brasil, rede pública de televisão. Quatro nossas, quatro vindas da rede, duas de infan-

til, de comum acordo. Não tem nenhuma imposição, e ainda passamos recursos, está lembrando ali o Garcez, para a produção de conteúdos regionais. Então... É, essa é uma ideia, sim, de construir um bloco que é simultâneo.

Esse pedaço aqui, 10 horas, passa em todo o Brasil. Nessa, terão quatro da TV Brasil, quatro que a gente compõe com a rede e duas serão infantis, que nós faremos um acordo. Por quê? Por que duas infantis? Para fechar 10 horas com prioridade infantil, que é assim... Todas as televisões estaduais comungam deste objetivo: prioridade para a infância.

As outras televisões aderiram. Houve um momento em que houve uma intriga, disseram que o Governo Federal ia federalizar a TV do Rio Grande do Sul, eu não sei se é isso... É uma bobagem, isso nunca existiu.

O senhor perguntou o FISTEL. Olha aqui, vamos falar as coisas pelos nomes. O que o Congresso Nacional aprovou foi a contribuição para a comunicação pública, cujos recursos são originários do FISTEL, digamos assim... Originários do FISTEL não. Houve um abatimento de 5% do valor – não é, Luís Henrique? Pode me corrigir se eu errar –, dos valores a serem recolhidos ao FISTEL. "Olha, Teles e contribuintes do FISTEL, vocês vão pagar 5% a menos de FISTEL, e esses 5% serão a contribuição para a comunicação pública".

Esta nova contribuição, digamos, então, ela não é o FISTEL, houve um abatimento. E o que querem as empresas agora? Quer dizer, elas já pagaram 5% a menos e não querem pagar a contribuição para a comunicação pública. Por esses cálculos, a contribuição deveria render um aporte de um pouco menos de 200 milhões/ano, não é, Dr. Luís Henrique? E destes recursos da contribuição, 75% destinados à EBC e seus canais e 25% a outros canais de comunicação pública, onde entram – só que a lei não nominou –, onde entram TV Senado, TV Câmara, TV Justiça, TVs comunitárias e etc.

Nós temos trabalhado nisso, nessa regulamentação, já que ninguém trabalhou. Propusemos uma emenda na LDO, regulamentando isso, distribuindo esses recursos, não distribuindo nominalmente. Nós propusemos a regulamentação de quem fica com o que por decreto, não é, Dr. Luís Henrique, por quê? Nós achamos e negociamos isso com as televisões aqui, porque, se isso vai para o plenário... "Olha, 5% para a TV Câmara, 2 para a TV Senado, 2 para não sei"... Olha, isso vai virar uma colcha, não é? Como todo esse dinheiro vai ser destinado ao projeto de TV Digital, do operador único digital, é melhor não fazer rateio assim, cinco pra lá, dois pra cá.

As televisões estavam de acordo, não sei se, pelo menos, o César ainda está aqui, que era uma melhor saída. Então, nós temos trabalhado nesse sentido de assegurar. Agora, para derrubar as liminares, ali o Dr. Luís Henrique tem feito a briga... Dada a batalha judicial, os recursos estão... Tem mais de 150 milhões, 140 milhões na Justiça, e me lembra, ali, o Dr. Ricardo Colar, que é o Secretário Executivo da EBC, meu braço operacional, e ele chegou porque estava numa reunião ali com empregados, chegou um pouco mais tarde. Me lembrava ele o seguinte: nós temos um PL aqui... Dos recursos que o Congresso cortou, nós recuperamos nada; do que o governo contingenciou, nós estamos recuperando um pouco, mas ainda tem coisas.

Temos um decreto... Temos um PL no Congresso de 46 milhões... 41? Que é uma recomposição, um resgate do que foi contingenciado, e o Governo, por uma negociação possível com o Governo, neste PL estão os poucos recursos da contribuição que não foram objeto de liminar, aqueles que foram efetivamente recolhidos. Ou seja, o nosso PL, que recompõe o nosso orçamento, já está contando com o dinheiro da contribuição da comunicação pública. Ou seja, da parte dela que virou dinheiro, porque a outra, as Teles, sobretudo as maiores, foram pra Justiça, ganharam liminar e botaram dinheiro em juízo. Então, o Congresso precisa tomar pé disso, até porque a sua televisão também é vítima disso, a TV Senado como a TV Câmara. Toda comunicação pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, jornalista?

SRA. TEREZA CRUVINEL: Nós pedimos também, assim, que quem for da Comissão de Orçamento, olhe com muita atenção e carinho para o nosso PL, porque ele é o nosso fechamento do ano e a realização ainda de algumas coisas. Perfeito?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, Dra. Tereza? O Senador Eduardo Azeredo também me parece que quer fazer uma reargumentação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só uma complementação: não houve um acréscimo, não é uma taxa nova?

SRA. TEREZA CRUVINEL: Não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Um pedaço do FISTEL?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É uma parte do FISTEL.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não foi deixado dentro do FISTEL, como um pedaço do FISTEL--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na realidade, me parece, Senador Azere-

do, que não houve uma redução do acordo; houve uma parte do FISTEL que foi destinado à empresa pública, ou seja, não houve a alteração de taxação, a taxação continua a mesma.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Ele é.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A minha dúvida só, porque eu tinha lembrança que seriam 10%.

SRA. TEREZA CRUVINEL: São cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Sa. falou em cinco. Eu até consultei aqui o Dr. Bechara, são cinco, mas eu gostaria de saber... Porque essa regulamentação não é uma ação do Legislativo, é do Executivo. Quer dizer, essa regulamentação quem tem que fazer é o Executivo, a Casa Civil ou o Ministro das Comunicações, do Executivo. Por que ela não é feita? Se foi um acordo tratado aqui, no Senado, deveria já estar pronto há algum tempo, até porque nós somos parceiros, já que foi aprovada a participação de recursos do FISTEL, de liberá-los. Agora, precisamos saber se a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça, elas terão a participação nesses 5%, parte dos 5% se for aprovado.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Não, senador, é assim. Senador Azeredo, não podia ficar dentro do FISTEL, porque o FISTEL é fiscalização, aí nós não poderíamos apropriarmos dos recursos. Agora, dos recursos, desses 5%, 75% é EBC; 25% para outros canais públicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quando será feita a regulamentação?

SRA. TEREZA CRUVINEL: O que nós estamos propondo na LDO, propusemos através de emendas à LDO, porque já era tarde, não dava mais para fazer nada. O Dr. Marcos Fioravanti(F) está aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, Dr. Tereza, não é uma questão de LDO, é uma questão do Executivo regulamentar a distribuição dos recursos advindos do FISTEL.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Porque nós estamos por um acordo entre as televisões, nós vamos destinar dinheiro a essa plataforma única de rede digital. Então, nós estamos na LDO, dirigindo os recursos para este projeto e remetendo a um Decreto Presidencial, certo, Luís Henrique, à distribuição entre quem são os sócios dos recursos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. TEREZA CRUVINEL: O senhor dá a palavra para ele, senão ele fala sem dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, sem problema, nós estamos democraticamente aqui. E o assunto é tão importante que nós estamos avançando já no horário e eu quero até pedir desculpa ao...

SRA. TEREZA CRUVINEL: Ao Bechara.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao Dr. Marcelo, se teria a participação numa segunda parte da audiência, mas eu vou aqui tentar uma justificativa com ele para a gente adiar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Qual a justificativa das Teles para não pagar? Para ser mais direto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu não consegui entender ainda.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Por que eles não querem pagar?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, senador, a minha preocupação, primeiro, é garantir os recursos que foram acordados. Eu acho que acordo feito aqui--

SRA. TEREZA CRUVINEL: Mas elas não estão pagando, senador, primeiro vamos fazer elas pagar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Elas pagando estão. Os recursos estão em Juízo.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Está em Juízo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela está questionando.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Saber qual que é o motivo, eu quero ouvir os dois lados, qual o motivo. Por que as Teles não querem pagar?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Senador Azeredo, vamos ouvir... Eu queria até que o Dr. Marcelo nos ajudasse nisso porque eu estou em dúvida. Eu estou em dúvida. Realmente, o FISTEL é para fiscalização. Lamentavelmente, não é usado para isso. Eu apresentei um projeto, Dr. Tereza, agora, agora, está tramitando, mudando a legislação, alterando a destinação do FISTEL, para que ele possa ser usado para outros fins, já que há excesso de arrecadação, não só para fiscalização. O projeto que eu apresentei é para universalizar a telefonia fixa. De que forma? Porque ela se diz universalizada, mas eu só acho que está universalizada quando acessa as pessoas. Então, aquela tarifa básica, assinatura básica, que é cobrado no telefone fixo, impede que a classe de baixa renda tenha um telefone fixo; prefere ter um móvel. Então, eu estou usando o FISTEL para subsidiar essa assinatura base. É um projeto que está tramitando. Então, eu gostaria, depois, que o Dr. Marcelo pudesse nos explicar.

Agora, a minha pergunta é: quando será regulamentado? O valor, se chegou, se não chegou, isso é

um questão de nós resolvermos a questão que está na Justiça, porque o valor está destinado, também, para a TV Senado, TV Câmara e TV Justiça, bastando que seja feita uma regulamentação pelo Executivo. Não é na LDO, não, a regulamentação doe Executivo.

SRA. TEREZA CRUVINEL: É, o decreto--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra a Dr. Tereza Cruvinel.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Eu vou pedir ao Dr. Luís Henrique que me ajude, se for o caso. O Decreto Presidencial só virá depois da LDO aprovada. Vocês estão entendendo? Porque, se a LDO está destinando a um fim, nós não podemos pedir... Porque nós... Quer dizer, a gente poderia propor à Casa Civil o decreto, eu acho até que nós já trabalhamos nisso, não é, Luís Henrique? Agora, antes da LDO aprovada, não tem sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Olha, Dra. Tereza, desculpe, mas a Dra. Ana Luiza, que nos assessora aqui, está dizendo que não, que não é desta forma... Ah, sim.

SR. LUÍS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS: Não precisava ser dessa forma, por quê? Porque o objetivo é como o sinal da TV Senado, TV Câmara, vai se tornar aberto, digital, mais rápido, com uma infraestrutura comum. E aí vai ter um abatimento nessa infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Luís Henrique. Aí, mas havia um acordo anterior que tinha que ser regulamentado, que é permanente. O que a LDO está especificando é onde vai ser usado parte desses recursos, mas, depois que forem instalados o sistema digital, os recursos continuarão. Então, precisa fazer a regulamentação. Eu acho que isso já passou do tempo de ser feito. Eu pediria à Dr. Tereza e à Diretoria que fizesse essa regulamentação porque nós somos cobrados aqui, pela Casa, especialmente no caso da TV Senado, da falta dessa regulamentação que, até hoje, a TV Senado e as outras TVs públicas não sabem quanto receberão dessa parte do FISTEL...

SRA. TEREZA CRUVINEL: Um dia, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse dia vai chegar.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Senador, nós não vamos arbitrar uma briga por 25% de dinheiro de recursos, a EBC não fará isso. São 25% destinados de uma forma vaga na lei que nós, Parlamento Brasileiro, aprovamos para os outros canais de comunicação pública. O senhor acha que nós vamos brigar com todo mundo? Vamos falar, vamos propor lá 5% para TV Câmara e 1% para TV Justiça. Nós não vamos fazer isso, não. Não é o nosso papel. Não é nosso papel fazer distribuição de dinheiro de recursos, que, por sinal, a gente nem conhece o cheiro desse dinheiro, mas, um dia, ele haverá, eu também acredito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A senhora permite? O Dr. Marcelo gostaria de...

SRA. TEREZA CRUVINEL: Antes...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por favor, Dr. Bechara.

SR. MARCELO BECHARA: Eu vou tentar só organizar um pouco as coisas, que são coisas um pouco diferentes. Na verdade, é o seguinte: o FISTEL, ele é, sim, utilizado pra fiscalização...

SRA. TEREZA CRUVINEL: A contribuição, não é o FISTEL.

SR. MARCELO BECHARA: Mas o FISTEL, na lei do FISTEL, você tem uma série de destaques para a destinação para outras contas, de outra natureza, como, por exemplo, já foi para o Fundo Nacional de Cultura, na ordem de 5%; hoje, isso já não é feito mais. Então, hoje, tem um destaque lá relativo à questão para a EBC. Com relação à destinação de parte...

SRA. TEREZA CRUVINEL: Da contribuição?

SR. MARCELO BECHARA: Dos 25%, o que se pode dizer é o seguinte: esses 25%, eles têm que ser aplicados para outras redes públicas. O que a EBC fez? E aí é o papel da EBC, de liderança desse processo. Trouxe todas as TVs públicas envolvidas. TV pública aqui, no sentido mais amplo...

SRA. TEREZA CRUVINEL: Não comerciais.

SR. MARCELO BECHARA: Como o senhor mesmo colocou TV Senado. Eu acho que a TV Senado é, sim, uma TV pública, porque tem programação, não só do ponto de vista estatal, mas tem programação também de qualidade, enfim, como música clássica. Eu acho que isso é programação pública também. Então, existe uma parceria, essa parceria é feita pelo MEC, tem o Senado, tem a Câmara, tem o Poder Judiciário, através do Supremo Tribunal Federal, enfim. Eu até cheguei a falar isso na outra audiência que eu pude participar. Essa operação de rede, que é uma operação digital, e por que digital? Porque é a nova tecnologia que vem aí. Nós não vamos olhar para o retrovisor, não, nós temos que implantar aquilo que está no futuro. Essa operação de rede digital, ela demanda recursos por parte de todos os parceiros, e esses recursos estão sendo orientados para esse grande projeto, e eu acho que essa que é a razão de colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na medida em que o projeto

está sendo feita a análise econômica dele esse ano. Significa que, a partir do ano que vem, nós vamos poder estar chegando, em princípio, mas a ideia é que chegue posteriormente a todo o país, nas localidades com mais de cem mil habitantes, com todos esses canais sendo transmitidos em digital, compartilhando infraestrutura. E esses canais tendo que se preocupar com a produção do conteúdo, que eu acho que é o grande diferencial, e deixar essa infraestrutura para quem sabe fazer, que está sendo contratado, terceirizado, através de, enfim, de uma licitação que vai ser realizada... Uma parceria público-privada... Enfim, aí é a modalidade jurídica que vai dizer. Então, há um investimento por parte de todos esses parceiros no desenvolvimento dessa infraestrutura. Com isso, resolve uma série de problemas, resolve... Todos esses canais chegam no Brasil inteiro, e esses índices podem se dedicar aquilo que são o seu *core business,* que é a elaboração de conteúdo.

Acho que, com isso, eu esclareço algumas coisas, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Dr. Marcelo. Eu retorno a palavra à Dra. Tereza Cruvinel.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Bom, eu não sei se esgotamos a questão da contribuição sobre a comunicação pública. O assunto, realmente, é complexo. Eu acho que não vamos esgotar aqui. Eu vou tentar responder o que eu devo rapidamente a alguns outros senadores, para a gente poder passar, encerrar a nossa parte da EBC. O Senador Flexa Ribeiro... Não, antes disso, o Senador Lobão Filho havia falado sobre nosso legado de conteúdo. Eu acho que precisamos legar também uma infraestrutura que torne a TV pública indesmanchável, assim como os demais canais, e falou da TV comunitária.

Assim, a TV Brasil não é a TV comunitária, e eu não vou falar sobre esse tema... Marcelo. A TV comunitária de que se está falando é a rede comunitária que está no decreto da TV Digital do Presidente Lula, e o gestor dessa rede, o implantador dessa rede é o Ministério das Comunicações, e o interlocutor correto para esse assunto é o Dr. Marcelo Bechara. Então, eu não vou falar desse assunto, porque não é a TV Brasil. Quando ele disse: "A TV Brasil pode fazer o papel de rede comunitária". Não, nós somos TV pública generalista nacional. A TV comunitária é outra coisa, a rede comunitária digital é outra coisa, e quem fala sobre ela com autoridade é o Dr. Bechara. Foi sobre isso que falou o Senador Lobão Filho.

O Senador Roberto Cavalcanti falou várias coisas importantes. Senador, esse negócio do traço, realmente... Olha, essa coisa de pesquisa é muito complicado numa televisão que é vista, cuja recepção é daquele jeito que eu falei, 42 e não sei quanto em parabólica, não sei quanto em... Não sei os números de cor mais em parabólica, em TV por assinatura e, em TV aberta, é a menor parte.

Audiência IBOPE, pesquisa 42 em parabólica, 36 TV aberto e 22 assinatura. IBOPE, medição de audiência no aparelho, isso só se faz em TV aberta. Então, esse negócio de medição, assim, em aparelho, para nós, não funciona, porque ninguém mede a parabólica. Então, essa coisa do traço é pejorativo de uma certa mídia que continuará combatendo a TV Brasil, mesmo como disse o Senador Pedro Simon, ele falou: "Eu acho que os jornais são mais ácidos do que as televisões". É verdade, certos jornais são mais ácidos, mas nós estamos trabalhando, nós não podemos nos impressionar, no sentido mais largo da palavra, com essas coisas, nem pressionar, temos que continuar trabalhando. O senhor disse. Agora, nós temos que trabalhar pelo alcance

O senhor disse sobre outra coisa. Não, foi sobre as pesquisas. Foi, Senador Roberto Cavalcanti?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, eu falei sobre a qualidade da programação, [ininteligível] gerência e ingerência no tocante à... Na citada pesquisa pelo jornal, eu dizia que havia um conhecimento da existência do canal, isso é muito bom.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Isso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso é muito bom. Quer dizer, se um percentual significativo das pessoas tem ciência que existe o canal, e o canal tendo uma excelente programação, automaticamente ele vai capturando os telespectadores.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Fidelizando, não é?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Telespectadores, desde que tenha... Você sabe que existe... No momento que você sabe que existe e sabe que encontra uma boa programação, automaticamente esse canal vai crescer o seu índice de participação.

SRA. TEREZA CRUVINEL: Suas palavras nos deixam muito felizes. Então, não lhe devo nenhuma resposta, apenas agradeço muito essa sua percepção do que estamos fazendo.

Vamos, então, por fim, para encerrar, às colocações do próprio Presidente Flexa Ribeiro. A questão do FISTEL, foi sua primeira pergunta, nós já esgotamos. Falou o senhor da renovação do Conselho Curador e da hipótese de o Senado aprovar os nomes dos Conselheiros. Também já abordamos essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a renovação, como é que será feita?

SRA. TEREZA CRUVINEL: Nesse momento, o Conselho... Acho que talvez a Conselheira fale melhor do que eu. O mandato de metade dos Conselheiros vai vencer, e a lei fala que, na renovação, haverá consultas às entidades. Os Conselheiros, juntamente com o Dr. Luís Henrique, como assessoria jurídica ao Conselho, estão elaborando uma forma de realizar esta consulta. Como serão realizadas essas consultas, a quais entidades, isso está, nesse momento, em processo, mas eu também prefiro não falar sobre coisas do Conselho, porque o Conselho é nosso fiscal.

Então, é assim... Eu prefiro... A Conselheira talvez possa falar com mais autoridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou pedir ajuda.

SRA. TEREZA CRUVINEL: A FUNTELPA... Nós vamos... Haverá aqui, no dia 27, a posse de Dra. Regina Lima, Presidente da FUNTELPA, como Presidente da ABEPEC - Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Culturais e Educativas. Eu não conheço o assunto, mas nós temos excelente diálogo com a ABEPEC, com a Regina, tanto como Presidente da FUNTELPA como com a ABEPEC, eu acho que podemos perfeitamente conversar sobre isso, porque entre TVs públicas deve haver solidariedade. A TV Cultura de São Paulo abriga a nós, ao Senado e a outras na torre dela, no Sumaré de São Paulo. É claro que a gente faz acordo. "O que eu posso te dar em contrapartida?". No Rio de Janeiro, na nossa torre do Morro do Sumaré, nós vamos abrigar Senado, Câmara e quem mais precisar, dentro da possibilidade da torre. Eu acho que isso deve ser uma prática, não é, Garcez, entre as TVs públicas. Então, nós faremos, sim, essa conversa, essa mediação.

Do orçamento, senador, os 350 milhões famosos, isso equivale a algumas redes de televisão. Ele se equivale... Da época, se falava que era da Bandeirantes, da TV Bandeirantes. A EBC é uma *holding* que opera oito rádios, uma agência de notícias, três televisões, não é? TV Brasil, Integración e BR, uma série de outros serviços, transmite, por exemplo, garante sinal de transmissão das viagens presidenciais e um monte de coisas dessa área de serviço. É verdade que nós temos uma remuneração, mas o Governo diz: "Bom, vocês já têm orçamento. Então, a gente negocia um contrato ali, nós estamos tentando fazer os contratos à parte". Mas, ou seja, a EBC não é... Não se pode comparar o orçamento de 350 milhões com o orçamento de uma televisão. Não é uma televisão que nós fazemos com esse dinheiro. Nós gerimos uma *holding* que tem muito mais do que isso. Então, é sempre bom lembrar isso. Não tem... Sabe, é muito apertado fazer tudo que nós fazemos com dinheiro. Nós buscamos muitas parcerias, nós buscamos muito jeito de fazer acordos, nós buscamos muitas formas de sobrevivência.

E para fazer coisa adicional, como o canal internacional, por exemplo, e o operador de rede, é que nós precisamos, não é, Dr. Collar, que está ali, o homem que executa o orçamento, sobre... Nós precisamos de um reforço ano que vem que já está sendo reforçado... Além de 350, não é com dinheiro da União, é com dinheiro dos recursos próprios, do nosso serviço ali da área, que o Garcez dirige, e com os próprios dinheiros da contribuição que nós esperamos, até lá, fazê-la vir ao caixa. Ela vai ao caixa da União, ela não vem para o nosso caixa, ela vai para o caixa da União.

E, por fim, mais um apelo pelo PL dos 41 milhões que está na Comissão de Orçamento. Eu acho que encerrei, pedindo desculpas, mas são assuntos complexos, a gente acaba falando muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço à Dra. Tereza Cruvinel, pergunto à Dra. Luiza se gostaria de fazer algum adendo.

SRA. ANA LUIZA SAIBRO: Apenas para informar que, realmente, nesse momento, o Conselho Curador da EBC está preparando, elaborando um documento que possa vir exatamente para enfrentar a renovação do Conselho, e, antes de terminar, eu queria, na pessoa da Tereza, mas também dos meus amigos aqui, dar o testemunho da competência, da dedicação e, basicamente, assim, do amor à TV pública que eu vejo em todos vocês. É um prazer trabalhar com vocês e acompanhar isso. E vou até repetir uma frase da Tereza, lá, no lançamento da programação nova, que ela disse que o Conselho Curador é parceiro suficiente para comemorar as vitórias e as conquistas, mas firme o suficiente também para ajudar nos caminhos que devem ser trilhados. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Ana Luiza. E quero, finalizando aqui essa primeira parte da nossa audiência, agradecer novamente à Jornalista Tereza Cruvinel, de reconhecida competência. Eu quero fazer minhas também as palavras do Senador Pedro Simon. Realmente,

o jornalismo brasileiro perdeu com a vinda de V. Sa. para a Presidência da EBC, mas o Governo ganhou uma auxiliar da maior competência e que propicia a implantação e cada vez mais a penetração da TV Brasil a todos os brasileiros.

Eu quero agradecer, também, a presença da Diretoria da EBC, que acompanhou a Presidente nesta audiência e dizer que a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Senado está aberta para que possamos ter sempre esse contato de troca de informações entre o trabalho competente que foi demonstrado hoje, pela Presidente, Jornalista Tereza Cruvinel, com os senadores membros da Comissão.

Agradeço a presença do Dra. Tereza Cruvinel e quero... Antes de passar à segunda parte da nossa audiência, eu consultei o Dr. Marcelo Bechara, que é o Presidente da Comissão Organizadora da Primeira Conferência Nacional das Comunicações, que vai ser realizada em dezembro, para que ele viesse até aqui, transmitir aos senadores da Comissão em que ponto se encontra a organização, os trabalhos feitos para a CONFECOM.

Mas eu pedi desculpas já ao Dr. Marcelo, face ao adiantado da hora, para que nós pudéssemos agendar, com a aquiescência dele, a sua participação, na próxima sessão de quarta-feira que vem, na primeira parte da sessão. É uma sessão de aprovação de projetos, uma pauta bastante longa, mas nós abriremos com a explanação do Dr. Marcelo porque aí haverá o *quorum* necessário para que o Dr. Marcelo possa ter a as suas explicações trazidas a todos. Eu peço desculpas ao Dr. Marcelo, ele já aceitou esse convite para retornar, e aí nós teremos a oportunidades de ouvi-lo. Antes de encerrar...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Gostaria, por gentileza, que a Presidência analisasse a possibilidade de pedir a inclusão extrapauta de um requerimento de audiência, formulado pelo Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Era esse o assunto. O Senador Roberto Cavalcanti queria colocar em discussão a solicitação de V. Exa., como autor do requerimento, para inclusão extrapauta do mesmo. Que propõe a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com vista a debater a matéria constante da consulta pública nº 31, da ANATEL, sobre destinação da faixa de 2,5 gigahertz, bem como sobre o pedido de anulação judicial da referida consulta, a fim de que os Srs. e Sras. Senadoras possam adquirir subsídios para melhor tomada de posição, frente ao assunto.

Em discussão a solicitação de inclusão extrapauta do requerimento do Senador Roberto Cavalcanti e Senador Wellington Salgado de Oliveira. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado. Ao Senador Roberto Cavalcanti, para defender como autor do requerimento. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, Sr. Presidente, trata-se de uma Audiência Pública, que visa debater a matéria constante na consulta pública nº 31, da Anatel, sobre a destinação da faixa de 2,5 gigahertz, bem como sobre o pedido de anulação judicial da referida consulta, a fim de que os Srs. e Sras. Senadoras possam adquirir subsídios para melhor tomada de posição, frente ao assunto.

Estariam convocados o Sr. Embaixador Ronaldo Sardenberg, da Anatel; o Sr. Luiz de Melo Júnior, da ACEL; o Sr. José Pereira Leite, da Anatel; Sr. Carlos Andrade de Albuquerque, da NEOTEC; Alexandre Annenberg, Presidente da Presidente da Associação Brasileira das Empresas de TV por Assinatura, e, finalmente, o permanente e presente convocado Dr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

Sobre o Dr. Marcelo Bechara, eu não sei se é protocolar da parte do requerimento, eu queria fazer uma ressalva, que é a seguinte: eu acompanhei a presença do Dr. Marcelo Bechara aqui por duas ocasiões. Há dois meses atrás, aproximadamente, um mês e meio, dois meses atrás, na qual a audiência se estendeu até quase às 14 horas, e era uma data na qual o referido assessor e consultor do Ministério das Comunicações tinha outros compromissos. E nós tínhamos marcado a reunião exatamente para um horário como hoje, que na qual o Dr. Marcelo Bechara está aí, às 12h07, e essa reunião nossa teria que ter sido aberta às nove horas e prevendo uma segunda etapa às dez horas. Então, estamos dando um chá de cadeira em Dr. Marcelo de duas horas.

Eu tinha até me proposto... Não pode hoje porque o requerimento é meu. Mas eu estou com a seguinte decisão: de votar... Mesmo sendo favorável ao tema, eu vou votar permanentemente, em todas as Comissões, contrário às audiências públicas, por posição, só para caracterizar uma posição. Porque o que está acontecendo conosco é uma coisa assim que eu considero

até, às vezes, uma indelicadeza para com as autoridades. Muitas das autoridades, convocadas pelo Senado Federal, nas Comissões, recebem as convocações para comparecem aqui, no Senado, nas Comissões, encaram de uma forma extremamente consciente e dada a importância de serem convocados pelo Senado Federal, porém, nas Comissões, nós temos a ausência total de senadores.

Eu estou aqui hoje, V. Exa. é testemunha, único senador presente. Fora V. Exa., só tem eu aqui, sentado. Então, eu acho uma desconsideração com nossos convidados. Então, eu acho que as Audiências Públicas têm que ter um respeito para com o que o Senado merece ser respeitado, e o Senado, na verdade, ele tem não cumprido essa atuação para com os convidados. Muitos e muitos... Não estou me reportando a esta Comissão. Esta Comissão, pelo contrário, é das Comissões mais competentes que eu participo, mas, em muita outras Comissões, às vezes, eu sou uma só andorinha presente numa audiência. E fico morto de vergonha, que, às vezes, eu preciso sair e não posso permitir que as autoridades convocadas, autoridades nacionais, convocadas, fiquem na Mesa, falando para o vazio, em termos de senador.

Então, eu acho que tem que ter uma reflexão no tocante da sucessão de Audiências Públicas que nós temos. Existe, assim, uma enxurrada de Audiências Públicas, na qual nós temos que tomar extrema cautela. Então, eu peço que V. Exa., na qualidade de Presidente dessa extraordinária estrutura que a nossa Comissão tem, que, na próxima reunião da quarta-feira, que está marcada, nós tenhamos uma presença consistentes e que nós possamos, nas outras Comissões, também, nós refletirmos. Convoco o Senador Flexa Ribeiro, que é um senador extremamente atuante, para que nós, entre nós, colegas senadores, possamos fazer essa reflexão da responsabilidade nossa que é convocarmos autoridades, trazermos aqui e não darmos presença. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Roberto Cavalcanti. Antes de colocar em discussão o requerimento, quero dizer que V. Exa. tem razão, mas tivemos aqui a presença de onze senadores, ao longo da Audiência Pública. Ela foi... Pelo tema bastante provocativo e pelas exposições colocadas pela Presidente, Jornalista Tereza Cruvinel, ela se estendeu além do esperado. Agora, nós temos uma pauta de audiências já aprovadas, vamos aprovar mais uma, bastante extensa.

Temos centenas de projeto para serem discutidos e aprovados com *quorum* qualificado, como temos feito. Temos alternado; uma semana, uma audiência; a semana seguinte, como será na próxima quarta-feira, de pauta de projetos, e temos buscado a presença dos Srs. Senadores, que têm prestigiado, têm comparecido, como fizeram hoje. Agora, são várias Comissões funcionando ao mesmo tempo, com os senadores participando de vários compromissos. Então, é evidente que a permanência durante o tempo todo da audiência eu entendo como sendo uma dificuldade maior.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flexa, me permita mais uma abordagem. Eu tenho certeza... Principalmente, a Comissão de Ciência e Tecnologia é respeitadíssima, é importantíssima. Eu acho que, das Comissões do Senado Federal, das mais importantes, eu não gostaria de fazer uma hierarquia, mas ela é considerada das mais importantes. V. Exa. tem uma atuação extremamente marcante.

A gestão desta Comissão, todos os membros que fazem parte, os bastidores, a estrutura dessa Comissão, eu considero talvez a melhor estrutura de Comissão, em todas as nossas Comissões, e eu participo de dez Comissões. Mas o fato que eu estou me referindo hoje... Lamentavelmente, eu estou me referindo aqui, neste momento, perante V. Exa., na Comissão de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu entendo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Poderia estar abordando em outra estrutura(F). O que o eu digo é que o mal é crônico, o mal acontece. O volume de Comissões que existem hoje, no Senado, a coincidência de reuniões que existem, faz com que nós não podemos ser descorteses com os nossos convidados. Eu não estou dizendo nesse momento, não. Os presentes assistiriam aqui a presença de onze senadores. Mas não é muitas e muitas... V. Exa. é testemunha de que pouquíssimos senadores estão presentes nessas audiências. É bom... Vai esvaziando, esvaziando, até não ter ninguém.

Ontem, para que houvesse uma audiência em uma determinada Comissão, eu fui convocado e só a minha presença permitiu que essa reunião fosse aberta. Depois, eu tive que sair, e a Comissão continuou acontecendo, com um convidado ilustres, sem nenhum senador presente. Então, eu acho que isso é uma coisa que nós todos temos que refletir e ajustar, para que não haja coincidência de Comissões, tendo em vista essa descortesia que nós estamos fazendo com nossos convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem razão, eu agradeço os comen-

tários sobre o funcionamento da Comissão de Ciência e Tecnologia, e agradeço também sobre a Secretaria da Comissão. E V. Exa. mesmo disse que participa de dez comissões. Quer dizer, eu, quando estava aqui, Dra. Tereza, eu... A assessoria chegou aqui, próximo de mim, pedindo minha presença na Comissão de Assuntos Econômicos, para ir até lá, e eu não tinha como. Mas é assim... E como a Jornalista Tereza Cruvinel, que cobriu o Congresso, e em especial ao Senado, ela conhece muito bem como é que funciona.

Agora, é importante que se ressalte, nesse momento, que as Audiências Públicas, elas representam um instrumento da maior importância para que os senadores possam tomar informação sobre assuntos que eles irão discutir e votar. São nas Audiências Públicas que se tira, se esclarece as questões... Nós estamos aqui, ouvindo a Presidente da EBC, trazendo as informações, mas temos audiências que são para instruir processos, para instruir projetos. Então, é importante que se faça isso, lamentável...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico, lógico.

Para que o senador... Ele tem que ter conhecimento de tudo o que se passa e é quase que impossível. Na Audiência Pública, ele tem oportunidade de fazer a discussão desses assuntos. Algumas comissões, face ao número de audiências já aprovadas, têm feito audiências em dias fora da sessão, e isso ainda complica mais o **quorum** da Audiência Pública, mas vamos à discussão do requerimento do Senador Roberto Cavalcanti e Senador Wellington Salgado de Oliveira sobre Audiência Pública que já foi aqui defendida. Eu quero só registrar, comentava aqui com a jornalista Tereza Cruvinel, que o Dr. Marcelo Bechara... Nós podíamos fazer, consultar, Dra. Ana Luiza, se não era possível ele ser considerado como membro titular da Comissão, porque a presença dele é permanente e ele tem sido, para esta Comissão, um parceiro da maior importância, nos esclarecimento, nas informações, na relação que é próxima, e tem que ser assim, do Ministério das Comunicações com a Comissão, a fim, aqui, no Senado Federal, que é a nossa Comissão de Comunicação.

Então, em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovado o requerimento, esta é uma Audiência Pública que vai poder instruir essa consulta pública nº 31, da Anatel, sobre a destinação da faixa de 2,5 gigahertz.

Não havendo mais nenhum assunto da pauta de hoje, agradecendo a presença dos nossos convidados, Dra. Tereza Cruvinel, Jornalista Tereza Cruvinel, Presidente da EBC, Dr. Marcelo Bechara, novamente com as nossas escusas e já com a confirmação de sua presença na reunião da próxima quarta-feira, agradecendo a presença de todos, dou por encerrada a sessão de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R$31,00
Porte de Correio	R$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R$0,30
Porte avulso	R$0,80

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R$62,00
Porte de Correio	R$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R$0,30
Porte avulso	R$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.

Edição de hoje: 1036 páginas
OS: 2009/18129